SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 19 de Novembro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XIV | Nº 3410

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CISMEL - NCP | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NCP

GABINETE DO PRESIDENTE
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL/NPC, no uso de suas atribuições legais ratifica e homologa o presente Processo Administrativo nº 026/2025 – Dispensa 004/2025, com fundamento no artigo 75, II, da Lei 14.133/2021 e documentos que instruem o processo, em especial, que tem como objeto a Aquisição de um notebook de alto padrão, em atendimento aos servidores do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL/NPC, ADJUDICADO à empresa abaixo:

LOTE	01				
Item	Qtd	Descrição	Unidade	V. Unitário	V. Total
1	1	Dell INSPIRON 15 i5-1334u/16gb/512gb/15.6" Full HD 120hz WVA /windows 11 pro/ wi-fi 6	Unitário	R$ 4.090,00	R$ 4.090,00

GABRIEL AUGUSTO PEREIRA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 49.130.334/0001-79.

Londrina, 18 de novembro de 2025.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Presidente Do CISMEL

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:8E19AEC3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 109.2025

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 109/2025
Processo N° 175/2025
OBJETO: Contração de empresa especializada para aquisição e instalação de vidros no novo CMEI Centro de Educação Infantil Criança Esperança para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 60.084,72 (sessenta mil, oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 19/11/2025 às 08h30min do dia 05/12/2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 05/12/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 05/12/2025.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR LOTE.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 18 de novembro de 2025.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:D624D95E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO 3399.2025 - REDE COMISSAO DE PROTEÇÃO CRIAÇÃO

DECRETO Nº 3399 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Institui a Comissão Municipal para Enfrentamento das Violências e Vulnerabilidades (CMEV) contra a Criança e o Adolescente, a Pessoa com Deficiência, a Mulher e a Pessoa Idosa e regulamenta a atuação intersetorial entre as políticas sociais no enfrentamento e atendimento às situações de violências e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 23, 11, 227 e 230 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a Lei Nacional nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vitima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO o Decreto Nacional nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei Nacional nº 13.431, de 04 de abril de 2017;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 8.116, de 16 de julho de 2021, que regulamenta Lei nacional nº 13.431, de 04 de abril de 2017 no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 113, de 19 de abril de 2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA);

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 169, de 13 de novembro de 2014, que dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente prevista nos arts. 86, 87, incisos I, III, V e VI e 88, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 213, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre estratégias para o Enfrentamento da Violência Letal contra crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 5º, 26 e 27 da Lei Nacional nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados;

CONSIDEMNDO o disposto no Decreto Nacional nº 11.431, de 8 de março de 2023, que institui o Programa Mulher Viver sem Violência;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.200, de 25 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.775, de 25 de março de 2011, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.774, de 25 de março de 2011, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO a Lei nº 2.744, de 23 de dezembro de 2021, que contém diretrizes gerais sobre a política municipal dos direitos da mulher;

CONSIDERANDO que a intersetorialidade é um dos pilares para a efetivação das políticas públicas focadas na promoção, proteção e garantia de direitos;

CONSIDERANDO que a Política de Assistência Social possui, em sua natureza, o caráter articulador das demais políticas, no intuito de assegurar atendimento e proteção integral ao munícipe para enfrentamento e superação de situações de vulnerabilidade e risco social;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver um trabalho intersetorial e integrado para enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir e regulamentar uma comissão municipal para enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa como instância de gestão intersetorial,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Municipal para Enfrentamento das Violências (CMEV) contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa no Município de Boa Esperança do Iguaçu, nos termos deste Decreto.

Art. 2º. A CMEV atuará como um órgão colegiado de caráter mediador, consultivo e articulador da Rede de Proteção Social, a fim de promover a integração das políticas públicas voltadas a toda a população para prevenção e intervenção em situações de violências.
Parágrafo único. A organização da rede está fundamentada em relações horizontais, dinâmicas e de múltiplos níveis e lideranças, sem hierarquia.

TÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 3º. A CMEV tem os seguintes objetivos:
I - articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações intersetoriais dos serviços e instituições envolvidos;
II - fomentar e subsidiar a implementação de serviços governamentais e não governamentais que atendam os grupos vulneráveis, às situações de violências e suas famílias;
III - promover a integração e articulação dos programas, projetos e serviços voltados ao atendimento, à garantia e à defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, da mulher e da pessoa idosa, em prol da superação de vulnerabilidades, riscos e violações;
IV - propor e estabelecer protocolos e fluxos de atendimentos das situações de violência que contemplem as realidades locais e possibilitem a atuação articulada dos órgãos que compõem a Rede de Proteção Social;
V - elaborar, propor e implementar instrumentos para atuação intersetorial, registros e diagnósticos;
VI - definir os indicadores e informações relevantes para estabelecimento de metas e procedimentos para monitorar as atividades relacionadas a atuação intersetorial no enfrentamento das violências;
VII - contribuir para formulação de critérios e parâmetros para as políticas públicas setoriais para proteção das vítimas de violências;
VIII - identificar necessidades, propor ações ou instrumentos necessários à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas setoriais, serviços, programas e projetos relevantes para garantia dos direitos fundamentais das vítimas de violências;
IX - garantir uma comunicação entre os diversos profissionais e setores que atuarão no caso para que se evitem sobreposições de ações, contradições entre os vários procedimentos e encaminhamentos realizados pelos integrantes da Rede de Proteção Social;
X - debater situações de violências contra a crianças e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa, a fim de propor ações que possam amenizar e/ou superar as situações demandadas nas diversas áreas;
XI - organizar os fluxos e instrumentos de registro para discussão e acompanhamento dos casos;
XII - configurar-se como espaço de educação permanente para capacitação e qualificação dos atores da Rede de Proteção Social;
XIII - compartilhar metodologias, conteúdos e conhecimentos;

XIV - propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, processos de formação continuada, estudos e pesquisas para o enfrentamento das violências;
XV - mobilizar a sociedade para o enfrentamento das situações de violência através de campanhas e divulgação de informações em mídias digitais e meios de comunicação;
XVI - assegurar que as informações sejam compartilhadas e entendidas por todos os atores da Rede de Proteção Social para que o atendimento seja qualificado e a proteção integral, garantida.

TÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES e FUNCIONAMENTO DA CMEV
CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Art. 4º. A CMEV será composta por representantes governamentais e não governamentais integrantes da Rede de Proteção Social.

Art. 5º. A Rede de Proteção Social é uma rede intersetorial constituída pelos serviços, governamentais e não governamentais, relacionados à efetivação das políticas públicas de enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa.

Art. 6º. A estrutura da CMEV é composta pelos representantes das seguintes políticas e serviços:
I - Política de Assistência Social:
a) Serviços da Proteção Social Básica;
b) Serviços da Proteção Social de Média e Alta complexidade;
c) Órgão Gestor da Assistência Social;
II - Política de Saúde:
a) Coordenação da Atenção Primária à Saúde;
b) Coordenação da Vigilância Epidemiologica;
c) Coordenação de Saúde Mental;
d) Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS);
III - Política de Educação:
a) Educação Infantil;
b) Ensino Fundamental séries iniciais;
c) Colégios Estaduais;
IV - Política de Cultura e Esporte;
V - Política de Segurança Pública:
a) Polícia Militar;
b) Polícia Civil;
VI - Conselho Tutelar;
VII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
VIII – Pastoral dos Idosos
IX - Espaços de Controle Social:
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMDPD);
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI);
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
Conselho Municipal de Saúde (CMS);
Conselho Municipal de Educação (CME).
Conselho Municipal Direitos da Mulher (COMDIM)
§1º. Cada órgão, setor ou serviço elencado nos incisos do capítulo deste artigo indicará um profissional/representante titular e outro suplente para integrar a CMEV, sendo os indicados de que tratam os incisos de I a V, preferencialmente, ocupantes de cargos efetivos.
§2º. Os membros indicados serão nomeados por ato do Prefeito para o exercício da representação pelo período de dois anos, permitida a recondução por iguais e sucessivos períodos.

Art. 7º. São atribuições da CMEV:
I - articular a previsão dos recursos financeiros no orçamento municipal para o desenvolvimento das ações da Rede de Proteção Social por meio dos departamentos municipais responsáveis;
II - mobilizar os órgãos e instituições que fazem parte da Rede de Proteção Social para discutir, analisar, divulgar e sistematizar os dados das notificações de violência;
III - analisar lacunas e necessidades da Rede de Proteção Social que prejudicam o bom desenvolvimento do trabalho intersetorial e propor alternativas para as ações com os responsáveis;
IV - definir a metodologia, elaborar instrumentos e realizar o monitoramento contínuo e a avaliação anual dos documentos de atuação da Rede de Proteção Social, propondo alterações quando necessário e oportuno;
V - propor e organizar atividades de formação continuada dos profissionais da Rede de Proteção Social.
Parágrafo único. No desempenho de suas atribuições, a CMEV será auxiliada pela Procuradoria-Geral do Município, para dirimir dúvidas e fornecer as informações jurídico-legais necessárias, inclusive na elaboração dos instrumentos pactuados.

Art. 8º. A CMEV, sempre que necessário, poderá contar com a participação de outros órgãos e entidades que integram o SGDCA, inclusive estaduais e federais, bem como tem autonomia para convidar participantes que possam contribuir com as ações e proposições.

Art. 9º. Poderão ser criadas comissões temáticas e grupos de trabalho, permanentes ou temporárias, para o desenvolvimento de atividades específicas relacionadas ao enfrentamento das violências ou para atender demandas pontuais, tais como:
I - estudos e produção de documentos que subsidiem as ações da CMEV;
II - elaboração de protocolos e fluxos de atendimento e comunicação intersetorial;
III - elaboração de documentos em rede;
IV - organização de eventos de formação continuada;
V - planejamento de campanhas educativas para enfrentamentos das violências;
Parágrafo único. Os produtos finais das comissões temáticas e grupos de trabalho serão aprovados em reunião da CMEV.

Art. 10. A função de representante da CMEV é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 11. A CMEV terá uma mesa diretiva composta por coordenador(a), vice- coordenador(a) e secretário(a) e, preferencialmente, cada função representando uma política social.
Parágrafo único. A escolha da mesa diretiva será realizada entre os pares na primeira reunião após a constituição da CMEV, fazendo constar em ata.

Art. 12. O(a) coordenador(a) e o(a) vice-coordenador(a) da CMEV terão por atribuições:
I - convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
II - organizar as reuniões de discussão dos casos em rede;
III - elaborar a pauta das reuniões e enviar a todos os integrantes da CMEV, com antecedência de, no mínimo, dois dias;
IV - convidar outros profissionais para participarem da reunião, quando necessário;
V - prestar informações sobre as demandas e encaminhamentos da Rede de Proteção Social aos seus representados;
VI - garantir a guarda e arquivo dos materiais e documentos da CMEV.
§ 1º. As atribuições previstas neste artigo serão compartilhadas entre o(a) coordenador(a) e o(a) vice-coordenador(a) da CMEV, para melhor desempenho das atividades e para não gerar sobrecarga.
§ 2º. O(a) Coordenador(a) e o vice-coordenador(a) terão mandato anual, permitida a recondução por iguais e sucessivos períodos.

Art. 13. O(a) Secretário(a) será escolhido dentre os representantes dos órgãos governamentais municipais e terá as seguintes atribuições:
I - colaborar com a coordenação na organização das atividades da CMEV;
II - registrar a assinatura dos participantes das reuniões;
III - elaborar os relatórios e atas ou memórias das reuniões;
IV - publicizar as informações e os documentos da CMEV aos gestores das políticas sociais e coordenadores das instituições, nos e-mails e grupos de WhatsApp dos profissionais.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES

Art. 14. As decisões pertinentes à Rede de Proteção Social serão viabilizadas através das reuniões da CMEV e das reuniões para discussão dos casos.

Art. 15. As reuniões da CMEV serão realizadas conforme a convocação do(a) Coordenador(a), sempre que necessário, devendo ser realizada, no mínimo, uma reunião por mês.
I - na primeira reunião será elaborado e aprovado o calendário anual das reuniões da CMEV;
II - o calendário anual deverá ser amplamente publicizado aos gestores das políticas sociais, aos coordenadores dos órgãos e serviços, aos conselhos e demais instituições que integram a Rede de Proteção Social.

Art. 16. As reuniões da CMEV poderão ser públicas, podendo qualquer cidadão ou representante de entidades públicas ou privadas dela participar e, mediante convite ou prévio requerimento, fazer uso da palavra.
Parágrafo único: Quando houver necessidade de abordar casos com necessidade de sigilo, as reuniões serão restritas aos membros da CMEV e profissionais convidados.

Art. 17. As reuniões para discussão dos casos em rede acontecerão conforme a necessidade, a partir da comunicação dos casos pelos órgãos que integram a Rede de Proteção Social, tanto da Equipe de Proteção Social Básica quanto à equipe da Proteção Social Especial da Assistência Social, responsável pela organização das reuniões, devendo ser observadas as seguintes diretrizes:
I - o agendamento das reuniões e mobilização dos trabalhadores envolvidos com os casos a serem discutidos compete aos técnicos da equipe da Proteção Social Especial;
II - a pauta com as informações e os dados de identificação das famílias que serão objeto de discussão em rede deverá ser publicizada entre os interessados, no mínimo, com 48h de antecedência, exceto casos de emergências/urgência;
III - deverá ser garantida a escuta e a participação informada e ativa do usuário e de sua família no processo de discussão de caso em rede, com entrega de cópia do Plano de Ação constando os compromissos por ela assumidos durante o período de acompanhamento;
IV - as deliberações das reuniões de estudo de caso serão registradas no Plano Intersetorial de Acompanhamento Familiar (PIAF), constando, no mínimo, uma breve explanação do caso discutido, as ações deliberadas, os responsáveis, prazo para a execução e previsão de reavaliação e, se necessário, em ata ou memorial, acompanhada da lista dos presentes.
§1º. Todos os profissionais envolvidos no acompanhamento intersetorial do caso terão acesso a cópia do instrumento que trata o inciso IV deste artigo.
§2º. Para acompanhamento do cumprimento das ações deliberadas, deverá ser compartilhado documento em rede para anotações e observações entre os profissionais envolvidos nos atendimentos.
§3º. No prazo estabelecido para reavaliação do caso, o serviço ou profissional designado como responsável pelo acompanhamento deverá solicitar a inclusão na pauta da reunião mais próxima.

Art. 18. Todos os integrantes da Rede de Proteção Social devem observar os princípios e direitos pertinentes no debate dos casos apresentados, além dos princípios e deveres de ética e sigilo profissional.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTERSETORTAL

Art. 19. A Rede de Proteção Social atuará com a finalidade de integrar as políticas públicas voltadas à prevenção e intervenção em situações de violência contra a criança e do adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa, observando o disposto na legislação federal e estadual específica para cada grupo vulnerável, a fim de articular as ações governamentais e não-governamentais da União, do Estado e do Município.

CAPÍTULO III
DA RESPONSABILIDADE DOS ATORES, ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES

Art. 20. São atribuições e responsabilidades comuns de todos os atores e serviços que integram a Rede de Proteção Social:
I – identificar os sinais de violência e prestar atendimento humanizado a todos, seja à vítima, à família e ao agressor;
II - acolher todas as vítimas de violência de forma humanizada, sem preconceitos e juízos de valor;
III - garantir privacidade no atendimento e estabelecer um ambiente de confiança e respeito;
IV - zelar pelo sigilo das informações prestadas pela vítima ou pelo seu responsável, comunicando a outros profissionais apenas o necessário para garantir o atendimento apropriado;
V - escutar atentamente o relato da vítima ou do responsável, a fim de obter informações suficientes para identificar as necessidades de atendimento do caso, ainda que preliminares;
VI - avaliar o nível de gravidade da situação de violência (possibilidade de risco de vida ou de repetição da violência sofrida);
VII - prestar atendimento de acordo com a especificidade e gravidade do caso, encaminhando a outros serviços, quando necessário, seguindo os fluxos preestabelecidos:
VIII - orientar as vítimas ou os responsáveis sobre seus direitos e deveres, bem como procedimentos e serviços disponíveis;
IX - notificar os casos de violência, sendo obrigatório o preenchimento da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), conforme fluxos específicos estabelecidos;
X - comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar os casos de violência contra a criança e o adolescente através da Ficha de Revelação Espontânea;
XI - encaminhar as vítimas de violência aos serviços de saúde conforme previsto no protocolo de atendimento;
XII - nos casos de gravidez decorrente de violência sexual, orientar as vítimas e suas famílias sobre a possibilidade de interrupção da gestação, bem como da entrega legal para a adoção, respeitando o disposto no ordenamento jurídico específico a respeito;
XIII - encaminhar, quando necessário, os casos moderados e graves de violência para atendimento de saúde mental, incluindo a vítima, a família e o agressor, efetuando relatos resumidos da ocorrência e seguindo os fluxos de comunicação;
XIV - realizar debates e atividades educativas com a comunidade e profissionais relacionados às causas, consequências e formas para o enfrentamento das diversas violências;
XV - incentivar e contribuir na formação de grupos de diálogo entre os profissionais e com as famílias para troca de experiências e reflexões sobre estratégias de cuidado, de fortalecimento de vínculos afetivos, das habilidades protetivas das famílias e cuidadores, dentre outros;
XVI - definir procedimentos, intervenções e acompanhamentos para o enfrentamento coletivo e intersetorial das problemáticas vivenciadas;
XVII - manter capacitados os profissionais para que identifiquem os sinais de violência, para que prestem um atendimento humanizado a todos, seja a vítima, a família ou o agressor, e para que sigam o protocolo de encaminhamento estabelecido;
XVIII - participar de capacitações que possibilitem a melhor atuação nos casos atendidos pela Rede.
Parágrafo único. As ações relacionadas ao cumprimento do inciso XVII do caput deste artigo serão de responsabilidade dos gestores responsáveis pelas Políticas da Educação, Saúde e Assistência Social.

Seção I
Do atendimento na rede de saúde

Art. 21. A atenção à saúde da vítima de violência será realizada por equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde (SUS), nos diversos níveis de atenção, englobado o acolhimento, o atendimento, o tratamento especializado, a notificação e o seguimento da rede.

Art. 22. Nos casos de violência sexual, o atendimento deverá incluir anamnese, exame físico, exames laboratoriais, profilaxia das infecções sexualmente transmissíveis, anticoncepção de emergência e orientações, além da solicitação de coleta, da identificação, da descrição e da guarda de vestígios, quando couber.
§1º. Para o atendimento dos casos previstos neste artigo será observado o Protocolo de Atenção Integral à Saúde das Pessoas em Situação de Violência Sexual: abordagem multidisciplinar da

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (2021), suas atualizações ou outro que vier a substituí-lo.
§2º. Nos casos de interrupção da gestação prevista em lei, além do protocolo mencionado no §1º, também será observado o Protocolo para Interrupção da Gravidez Resultante de Violência Sexual do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (2021), suas atualizações ou outro que vier a substituí-lo, observando os dispositivos legais a respeito.
§3º. Os profissionais da rede de saúde também deverão observar os prazos fixados para cada procedimento e para encaminhamento aos serviços de referência, segundo protocolos vigentes e Fluxo Regional de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual.
§4º Além do disposto nos §§1º, 2º e 30 deste artigo, a vítima de violência será encaminhada para avaliação psicológica e, se necessário, receberá o atendimento psicoterapêutico aplicável, de forma prioritária.

Art. 23. O profissional de saúde que receber a contrarreferência encaminhará, quando houver, o relatório da escuta especializada para a equipe da Proteção Social da Assistência Social.
Parágrafo único. Para garantir o seguimento no atendimento em saúde, o serviço de atenção primária à saúde da área de residência da pessoa em situação de violência realizará a busca ativa após receber o encaminhamento dos casos de outros órgãos e serviços da Rede de Proteção Social.

Seção II
Do atendimento na Assistência Social

Art. 24. A Assistência Social disporá de serviços, programas, projetos e benefícios para prevenção das situações de vulnerabilidades, riscos e violações das pessoas vítimas de violência e de suas famílias no âmbito da proteção social básica e especial.
§1º. A Proteção Social Básica deverá fortalecer a capacidade protetiva das famílias e prevenir as situações de violência e de violação de direitos, além de direcioná-los à Proteção Social Especial para o atendimento especializado quando essas situações forem identificadas.
§2º. O acompanhamento especializado das pessoas em situação de violência e de suas famílias será realizado preferencialmente pela equipe de Proteção Social em articulação com os demais serviços, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 25. As equipes da Assistência Social deverão observar os Parâmetros de atuação do SUAS no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência, além da mulher, pessoa com deficiência e idosos.

Seção III
Do atendimento na Educação

Art. 26. Os profissionais da educação que identificarem ou receberem a revelação espontânea da suspeita de violências contra a criança ou adolescente, inclusive no ambiente escolar, deverão:
I - acolher a criança ou o adolescente;
II - providenciar um local apropriado;
III - realizar a escuta atenta e sem interrupções do relato da criança ou adolescente;
IV - informar à criança ou ao adolescente sobre seus direitos e os procedimentos necessários na Rede de Proteção Social;
V - registrar o relato da criança no instrumento previsto no parágrafo único do art. 41 e seguintes deste Decreto;
VI - comunicar o Conselho Tutelar.

Seção IV
Do Atendimento no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) vítima ou testemunha de violência

Art. 27. Os órgãos, os programas, os serviços e os equipamentos das políticas setoriais que integram os eixos de promoção, controle e defesa dos direitos da criança e do adolescente compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e são responsáveis pela detecção dos sinais de violência.

Art. 28. A CMEV corresponde ao comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência previsto no art. 90 do Decreto nacional no 9.603, de 2018.

Art. 29. Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao Conselho Tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público.

Art. 30. Recebida a comunicação de que trata o art. 29 deste Decreto, o Conselho Tutelar deverá efetuar o registro do atendimento realizado no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), no qual deverão constar as informações coletadas com o familiar ou o acompanhante da criança ou do adolescente e aquelas necessárias à aplicação da medida de proteção da criança ou do adolescente.

Art. 31. Os profissionais envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente primarão pela não revitimização da criança ou adolescente e darão preferência à abordagem de questionamentos mínimos e estritamente necessários ao atendimento.
Parágrafo único. Poderá ser coletada informação do caso com outros profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, além de familiar ou acompanhante da criança ou do adolescente.

Art. 32. Os profissionais da Rede de Proteção Social deverão utilizar os procedimentos e instrumentos previstos na Seção II, do Capítulo II, do Título IV deste Decreto para o atendimento da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, sem prejuízo do disposto na legislação federal e estadual aplicável e protocolos específicos.

TÍTULO IV
DAS COMUNICAÇÕES, INSTRUMENTOS E DOCUMENTOS

Art. 33. A CMEV poderá elaborar documentos e/ou instrumentos que facilitem a comunicação, orientação e encaminhamentos realizados entre os serviços, respeitados os protocolos e fluxos internos.

Art. 34. Os fluxos e instrumentos de atendimento intersetoriais serão pactuados no âmbito da CMEV, com a participação dos diversos órgãos e setores que integram a Rede de Proteção Social, a fim de evitar a superposição de tarefas, priorizar a cooperação, estabelecer mecanismos de compartilhamento das informações e definir o papel de cada instância e serviço.
§1º. Os protocolos e fluxos são instrumentos de organização e padronização dos encaminhamentos entre os serviços de cada política, os quais poderão ser elaborados, alterados ou extintos conforme a demanda apresentada pela Rede de Proteção Social.
§2º. Os protocolos poderão ser apresentados na forma de fluxogramas com a devida descrição de cada processo.
§3º. Cada serviço deverá elaborar instrumentos normativos, protocolos e fluxos internos de atendimento, guardada a compatibilidade com os fluxos intersetoriais pactuados na rede.
§4º. Os protocolos e instrumentos normativos, pactuados na CMEV ou internamente em cada serviço, serão apreciados e aprovados pelos conselhos das respectivas políticas.

CAPÍTULO I
DA COMUNICAÇÃO E ATENDTMENTO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA

Art. 35. Os casos suspeitos ou confirmados devem ser notificados e encaminhados dentro da Rede de Proteção Social, segundo instrumentos e fluxos pactuados para cada tipo de violência.

Art. 36. A CMEV deverá elaborar fluxos por segmento populacional para a identificação e atendimento da violência contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa, a ser observado pelos atores da Rede de Proteção Social.

Art. 37. O serviço de porta de entrada que efetuou a primeira verificação da situação de violência deve realizar os encaminhamentos de acordo com os fluxos pactuados intersetorialmente.
Parágrafo único. Considera-se como porta de entrada todo serviço, programa ou projeto, governamental ou da sociedade civil, que prestam atendimento à população.

Art. 38. O atendimento dos casos deve contemplar os meios técnicos e metodológicos necessários à preservação da integridade física, psíquica e moral da vítima de violência, respeitando suas vulnerabilidades.
§1º. O atendimento deverá ser realizado, sempre que possível, por equipe técnica interprofissional, respeitando-se a autonomia técnica no manejo das intervenções.
§2º. O atendimento deverá proporcionar o devido acolhimento à vítima de violência, promovendo a atenção e o suporte às suas necessidades e peculiaridades.
§3º. O compartilhamento de informações entre os diversos órgãos e serviços da Rede de Proteção Social deverá ser realizado resguardando as questões éticas e o respeito à privacidade e ao sigilo.

CAPÍTULO II
DOS INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO DA VIOLÊNCIA
Seção I
Da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada do Sistema
Nacional de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)

Art. 39. A notificação dos casos suspeitos ou confirmados de violência é obrigatória e deve ser efetuada através da Ficha Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada do Sistema Nacional de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, pelos diferentes equipamentos e serviços de proteção às vítimas considerados porta de entrada.
§1º. E obrigatória a entrega da via original da Ficha de Notificação no Órgão responsável pela Vigilância Epidemiológica Municipal, seguindo os fluxos pactuados.
§2º. A notificação de que trata este artigo não substitui os instrumentos próprios de comunicação intersetorial dos casos de violência, que devem seguir os fluxos específicos pactuados.
§3º. Se a vítima de violência for criança ou adolescente, é obrigatória a comunicação imediata ao Conselho Tutelar, seguindo o fluxo de comunicação pactuado intersetorialmente.
§4º. Se a vítima de violência for mulher, pessoa com deficiência ou pessoa idosa, além da notificação no SINAN, o serviço porta de entrada realizará o encaminhamento para a equipe da Proteção Social da Assistência Social.

Seção II
Dos Procedimentos e Instrumentos para atuação do Sistema de Garantia de
Direitos da Crianças e do Adolescente vítima ou testemunha de violência

Art. 40. Para todos os procedimentos de escuta protegida previstos nesta Seção, a criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência deve ser respeitada na sua iniciativa de não falar sobre a violência sofrida.

Subseção I
Da Revelação Espontânea

Art. 41. O documento de registro de informações da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência conterá, no mínimo.
I - os dados pessoais da vítima;
II - a descrição do atendimento;
III - o relato espontâneo, quando houver;
IV - identificação do órgão ou serviço que realizou o atendimento; e
V - os encaminhamentos efetuados.
Parágrafo único. O modelo do documento de registro para comunicação dos casos de violência terá como referência o contido no Anexo Único do Decreto Estadual nº 8.116, de 2021 ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 42. O documento de registro de informações de revelação espontânea deverá ser preenchido e encaminhado primeiramente ao Conselho Tutelar, com cópia arquivada no órgão responsável por sua confecção, precedida, quando necessário, por contato telefônico.
§1º. Ao receber o documento de registro de informações de revelação espontânea, o Conselho Tutelar promoverá os encaminhamentos necessários comunicando, quando houver indicio de crime, à Policia Civil que iniciará as investigações.
§2º. O arquivamento da cópia do documento de registro de informações de revelação espontânea deve dar-se em pasta própria, física ou digital, sob responsabilidade da administração do órgão em que ocorreu sua confecção, a qual deve, além das informações registradas no próprio documento, trazer a identificação da pessoa responsável pela colheita das informações, devendo ser mantido o sigilo da identificação da vítima e do profissional que a colheu.
§3º O compartilhamento de informações entre os órgãos e serviços necessários ao atendimento do caso deverá primar pelo sigilo dos dados pessoais da vítima ou testemunha de violência.
§4º. O modelo do documento de registro de informações de revelação espontânea deve ser adotado por todos os profissionais da Rede de Proteção Social.

Art. 43. Para fins de cooperação entre os órgãos e serviços, ao receber o documento de registro de informações de revelação espontânea o Conselho Tutelar deverá dar retorno das medidas, encaminhamentos e atos realizados para atendimento do caso.
§1º. A devolutiva acontecerá através de e-mail ou outro instrumento utilizado pelo órgão, recebida, quando necessário, por contato telefônico.
§2º. Todos os órgãos e serviços que compõem a Rede de Proteção Social indicarão o e-mail e o nome das pessoas de referência para o contato.
§3º Compete à CMEV a organização e constante atualização do nome, telefone e e-mail das pessoas de referência, com ampla divulgação entre os serviços da Rede de Proteção Social.
§4º Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.
§5º. Como instrumentos de acompanhamento, poderão ser utilizados as discussões de caso em rede, o Plano Individual de Atendimento (PlA), o Plano Intersetorial de Acompanhamento Familiar (PIAF).
§6º. Poderão ser adotados outros procedimentos, além dos previstos neste regulamento, quando o profissional avaliar, no caso concreto, que haja essa necessidade.

Art. 44. Após a revelação espontânea nenhum outro profissional deverá abordar a criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência senão mediante os procedimentos adequados previstos no §1º, do art.40, da Lei Nacional nº 13.241, de 2017, sendo que o acionamento da Rede de Proteção Social e das autoridades policial e judiciária deverá ser promovido pelo Conselho Tutelar.

Subseção II
Da Escuta Especializada

Art. 45. A escuta especializada é o procedimento realizado pelos órgãos da Rede de Proteção Social nos campos da educação, da saúde e da assistência social, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima ou da testemunha de violência para a superação das consequências da violação sofrida, limitado ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção social e de provimento de cuidados.
§1º. A criança ou o adolescente deve ser informado em linguagem compatível com o seu desenvolvimento acerca dos procedimentos formais pelos quais terá que passar e sobre a existência de serviços específicos da Rede de Proteção Social, de acordo com as demandas de cada situação.
§2º. A busca de informações para o acompanhamento da criança e do adolescente deverá ser priorizada com os profissionais envolvidos no atendimento, com seus familiares ou acompanhantes.

§3º. O profissional envolvido no atendimento primará pela liberdade de expressão da criança ou do adolescente e sua família e evitará questionamentos que fujam aos objetivos da escuta especializada.
§4º. A escuta especializada não tem o escopo de produzir prova para o processo de investigação e de responsabilização, e fica limitada estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade de proteção social e de provimento de cuidados.

Art. 46. A escuta especializada será realizada por profissional capacitado, dentro de um fluxo de atendimento previamente estabelecido pelos órgãos da Rede de Proteção Social.

Art. 47. A escuta especializada produzirá um relatório informativo que obrigatoriamente deverá ser encaminhado ao Conselho Tutelar, que por sua vez, encaminhará aos órgãos que darão prosseguimento ao atendimento da vítima ou testemunha de violência.
§1º. No que se refere às informações da escuta da criança ou adolescente, a transcrição será fidedigna ao relato ou narrativa, sem prejuízo de anotações da percepção do profissional que a realizou.
§2º. O Conselho Tutelar ficará como responsável por enviar o relatório da escuta especializada à autoridade policial, no prazo de até 72 horas após a revelação espontânea.
§3º. Na eventualidade da escuta especializada ser realizada na Delegacia, a autoridade policial encaminhará o relatório ao Conselho Tutelar.

Subseção III
Do Depoimento Especial

Art. 48. O depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária com a finalidade de produção de provas e deve ser conduzido nos termos do Ato Conjunto Interinstitucional nº 191/2019 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) e alterações posteriores.

TÍTULO V
DA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE PROTEÇÃO

Art. 49. A Administração Municipal deverá estabelecer um programa de formação continuada para os profissionais que atuam nos serviços da Rede de Proteção Social para o desempenho adequado das funções previstas neste Decreto.
§1º. A CMEV contribuirá com os gestores das pastas relacionadas para o planejamento dos processos de capacitação dos profissionais, a fim de indicar as temáticas e necessidades específicas.
§2º. A organização e a execução do processo de formação continuada serão de responsabilidade dos órgãos gestores das políticas sociais de educação, da assistência social e da saúde.
§3º. Os recursos financeiros para a efetivação da formação continuada serão previstos nas leis orçamentárias municipais para cada política social.

Art. 50. Cada gestor deverá organizar a capacitação interna dos profissionais de seu departamento para os protocolos específicos da saúde, da educação e da assistência social.

Art. 51. E dever dos gestores e servidores que atuam nos serviços integrantes da Rede de Proteção participar das capacitações e reuniões que serão realizadas.
Parágrafo único. O servidor designado para participar da capacitação e/ou reunião da rede de Proteção Social deverá compartilhar as informações recebidas com o restante da equipe relacionada em seu departamento, quando pertinente.

TÍTULO VI
DOS RECURSOS PARA AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS

Art. 52. A proposta orçamentária de cada exercício financeiro deverá prever e alocar recursos públicos destinados a custear as despesas para execução de ações de enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa, os quais deverão ser suportados e executados nos programas de governo dos Departamentos de Saúde, de Educação e de Assistência Social, observada a programação e a disponibilidade orçamentária e financeira de cada Órgão.

Art. 53. O apoio técnico, logístico, administrativo e financeiro necessário à execução dos trabalhos e demandas da CMEV será fornecido pelos órgãos gestores do Departamento de Saúde, de Educação e de Assistência Social, a fim de garantir seu regular funcionamento.

Art. 54. O Órgão gestor de Assistência Social deverá empregar esforços para promover as ações destinadas ao fortalecimento da Rede de Proteção Social, incumbindo-lhe provocar e instar as Secretarias de Saúde e Educação para que aportem recursos suficientes a custear, dentre outras finalidades:
I - o funcionamento da CMEV;
II - as ações de capacitação da Rede de Proteção Social para enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa;
III - as campanhas municipais para conscientização, educação, prevenção e enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa;
IV - as ações da formação e capacitação continuada dos Conselheiros Tutelares e dos membros dos conselhos municipais relacionados às políticas públicas atendidas pela Rede de Proteção Social.
§1º. Os recursos mencionados neste artigo não impedem que na execução dos programas cada setor busque captações de outras fontes, inclusive do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI) e do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (FMDPD), do Fundo Municipal da Mulher, em cada caso.
§2º. O gestor público, ao executar os recursos destinados aos programas relacionados ao enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa deverão observar o disposto na legislação orçamentária, na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais atos normativos infralegais, respeitada a programação e a disponibilidade orçamentária e financeira de cada órgão.

TÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55. Os órgãos gestores da Assistência Social, da Saúde e da Educação promoverão as diligências necessárias à composição da CMEV no prazo de trinta dias após a publicação deste Decreto.

Art. 56. Os gestores dos órgãos da Assistência Social, da Saúde e da Educação deverão garantir a participação dos servidores nas atividades da Rede de Proteção Social, inclusive reuniões e formação continuada, reorganizando os serviços quando necessário.

Art. 57. As propostas de alteração deste Decreto deverão ser discutidas e aprovadas pela CMEV.

Art. 58. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando demais dispositivos em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezoitgo dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:0E0A3E56

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3400, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Determina ponto facultativo para o dia 21 de novembro, em virtude do feriado do dia 20 de novembro Dia da Consciência Negra, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído **Ponto Facultativo** nas repartições públicas municipais de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no dia 21 de novembro de 2025**,** em virtude do feriado do dia 20 de novembro de 2025 Dia da Consciência Negra.

Art. 2º - Os serviços essenciais inadiáveis funcionarão em regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Marizangela Trumi
Código Identificador:600D08C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1743 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Contratação e Equipe de Apoio previstas na Lei 14.133/2021, no município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os membros para constituir a comissão de contratação e equipe de apoio com atribuição de receber, examinar e julgar os documentos relativos à todas as modalidddes licitatórias e procedimentos auxiliares previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo composta por:

I – PREGOEIROS:
RENATO GRASSI;
KEISI MAIARA VARGAS;
II – EQUIPE DE CONTRATAÇÃO:
CLECI CAVALLI DA ROCHA;
ALARICE DONIDA;
FERNANDA SOEIRO DA SILVA
Parágrafo único. Na modalidade de licitação denominada pregão, a autoridade competente será o servidor RENATO GRASSI, denominado pregoeiro, e na sua ausência, será sucedido por KEISI MAIARA VARGAS. Enquanto a equipe de apoio será composta nas sessões públicas por no mínimo 02 (dois) membros dispostos no item II.

Art. 2º. Na modalidade de licitação diversa do Pregão, o certame será composto incondicionamente por 01 (um) dos membros contidos no inciso I e mais 02 (dois) membros do inciso II do artigo 1º desta portaria, e será denominado Comissão de Contratação.

Art. 3º. Com fulcro no Art. 176, I da Lei 14.133/2021, dispensa-se temporariamente a obrigatoriedade de nomeação de agentes de contratação.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga a Portaria 1478/2024.
Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Marizangela Trumi
Código Identificador:60C761C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 095.2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2025
Processo Adm: Nº 155/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de móveis escolares para atender as necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Esperança - CMEI, vinculadas Secretaria Municipal de Educação do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, pelo período de 12 (doze) meses, para entrega parcelada, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.

Empresas vencedoras valor total: R$ 88.428,00(oitenta e oito mil e quatrocentos e vinte e oito reais):**SONHO BOM ENXOVAIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**(59962476000156) com os lotes: 8 no valor total de R$ 4.740,00 (quatro mil e setecentos e quarenta reais).**DAC MOVEIS LTDA**(56101450000125) com os lotes: 10 no valor total de R$ 4.640,00 (quatro mil e seiscentos e quarenta reais).**EDUCAR MOVEIS LTDA**(20132150000166) com os lotes: 3, 4, 5, 6, 7 no valor total de R$ 52.028,00 (cinquenta e dois mil e vinte e oito reais).**DÉCIO DRUCZKOWSKI ME**(10487864000133) com os lotes: 1 no valor total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).**CENTRO OESTE COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**(73334476000132) com os lotes: 9 no valor total de R$ 2.022,00 (dois mil e vinte e dois reais).**ESCOLARTE MÓVEIS LTD**(33873101000126) com os lotes: 2 no valor total de R$ 9.998,00 (nove mil e novecentos e noventa e oito reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 18 de novembro de 2025.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO
Número da Ata de Registro de Preços: 240/2025.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 095/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: SONHO BOM ENXOVAIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 59.962.476/0001-56
Endereço do Contratado: Rua Ernesto Bollmann, 135, Centro, na cidade de São Bento do Sul, Santa Catarina.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de móveis escolares para atender as necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Esperança - CMEI, vinculadas Secretaria Municipal de Educação do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, pelo período de 12 (doze) meses, para entrega parcelada, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total: R$ 4.740,00 (quatro mil e setecentos e quarenta reais).
Prazo de Vigência: 18/11/2025 à 18/11/2026.
Data da Assinatura: 18/11/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Givanildo Trumi, Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 18 de novembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO
Número da Ata de Registro de Preços: 241/2025.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 095/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: DAC MOVEIS LTDA
CNPJ: 56.101.450/0001-25
Endereço do Contratado: Rua IRMÃOS VILAS BOAS, 1350, compl.: FÁBRICA, Centro, na cidade de Francisco Alves, Paraná.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de móveis escolares para atender as necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Esperança - CMEI, vinculadas Secretaria Municipal de Educação do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, pelo período de 12 (doze) meses, para entrega parcelada, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total: R$ 4.640,00 (quatro mil e seiscentos e quarenta reais).
Prazo de Vigência: 18/11/2025 à 18/11/2026.
Data da Assinatura: 18/11/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Givanildo Trumi, Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 18 de novembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO
Número da Ata de Registro de Preços: 242/2025.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 095/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: EDUCAR MOVEIS LTDA
CNPJ: 20.132.150/0001-66
Endereço do Contratado: Rua Planalto, 2100, Industrial, na cidade de Três de Maio, Rio Grande do Sul.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de móveis escolares para atender as necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Esperança - CMEI, vinculadas Secretaria Municipal de Educação do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, pelo período de 12 (doze) meses, para entrega parcelada, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total: R$ 52.028,00 (cinquenta e dois mil vinte e oito reais).
Prazo de Vigência: 18/11/2025 à 18/11/2026.
Data da Assinatura: 18/11/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Givanildo Trumi, Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 18 de novembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO
Número da Ata de Registro de Preços: 243/2025.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 095/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: DÉCIO DRUCZKOWSKI ME
CNPJ: 10.487.864/0001-33
Endereço do Contratado: Avenida Manoel Ribas, 511, compl.: BARRACÃO INDUSTRIAL, Industrial, na cidade de Rio Azul, Paraná.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de móveis escolares para atender as necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Esperança - CMEI, vinculadas Secretaria Municipal de Educação do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, pelo período de 12 (doze) meses, para entrega parcelada, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Prazo de Vigência: 18/11/2025 à 18/11/2026.
Data da Assinatura: 18/11/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Givanildo Trumi, Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 18 de novembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO
Número da Ata de Registro de Preços: 244/2025.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 095/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: CENTRO OESTE - COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ: 73.334.476/0001-32.
Endereço do Contratado: Rua Prudente de Moraes, 855, Centro, na cidade de Dois Vizinhos, Paraná.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de móveis escolares para atender as necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Esperança - CMEI, vinculadas Secretaria Municipal de Educação do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, pelo período de 12 (doze) meses, para entrega parcelada, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total: R$ 2.022,00 (dois mil e vinte e dois reais).
Prazo de Vigência: 18/11/2025 à 18/11/2026.
Data da Assinatura: 18/11/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Givanildo Trumi, Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 18 de novembro de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO
Número da Ata de Registro de Preços: 245/2025.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 095/2025.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: ESCOLARTE MÓVEIS LTDA.
CNPJ: 33.873.101/0001-26.
Endereço do Contratado: Rua Tomaz Gonzaga, 1546, compl.: SALA 01, Vila Pioneiro, na cidade de Toledo, Paraná.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de móveis escolares para atender as necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Esperança - CMEI, vinculadas Secretaria Municipal de Educação do Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, pelo período de 12 (doze) meses, para entrega parcelada, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Valor Total: R$ 9.998,00 (nove mil e novecentos e noventa e oito reais).
Prazo de Vigência: 18/11/2025 à 18/11/2026.
Data da Assinatura: 18/11/2025.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Givanildo Trumi, Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:49F4175D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90084-2025 - EXTRATO CONTRATO 338-2025

Extrato Contrato do Pregão Eletrônico nº 90084/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO, PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE DO TRABALHO EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA VIGENTE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: O prazo de início de execução é de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, sendo que ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante as especificações, condições e obrigações previstas. Os serviços deverão ser realizados

presencialmente no Município de Chopinzinho-PR, levando em consideração todas as dependências da Prefeitura Municipal e suas secretarias e unidades, onde houver trabalhadores estatutários e celetistas vinculados ao município, individualmente por servidor, com o acompanhamento da Técnica de Segurança no Trabalho Jonilene Araújo Naiverth. A documentação PGR, PCMSO, LTCAT e PPP deverá ser entregue em até 120 (cento e vinte) dias, após o início da execução, em todos os locais a serem indicados pela Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, com o acompanhamento do Técnico de Segurança no Trabalho e os resultados deverão ser disponibilizados no máximo em 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do término do prazo de 120 (cento e vinte) dias destinado à entrega da documentação. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O pagamento será efetuado em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a comprovação dos serviços executados, entrega da documentação, PGR, PCMSO, LTCAT e PPP, com apresentação de atestado pelo fiscal do contrato e a entrega da nota fiscal, com detalhamento dos serviços executados, especificando o valor unitário e total e documentos pertinentes. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Gestão/Unidade: 03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 0412200021.002 - Manutenção da Secretaria de Administração Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 1802 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS Nota de Empenho: Não se aplica. Partes: Município de Chopinzinho e Contrato 338/2025 – RESULT SEGURANCA DO TRABALHO LTDA. Valor Total: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais). Data da assinatura: 17 de novembro de 2025. Chopinzinho-PR, assina: Álvaro Denis Ceni Scolaro – Prefeito, pelo Município.

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:1681E36E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90084-2025 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90084/2025

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Por Item - Serviços nº 90084/2025, de 03/10/25, e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R$
RESULT SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	4.200,00

VALOR TOTAL R$	4.200,00

Que apresentou o Menor Preço Por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 17 de novembro de 2025

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:81CDC0BB

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1293-2025 - RETIFICAÇÃO FG ONERIO CAMBRUZZI FILHO

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 1.293/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.647/2025, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Onerio Cambruzzi Filho, matrícula funcional nº 1660-1, para exercer o cargo de Assessor de Captação de Recursos, vinculado ~~ao Gabinete do Prefeito~~ à Secretaria de Administração e Finanças, mediante Função Gratificada FG-8.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de novembro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:16302C96

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1294-2025 - PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTO ERLAINE BOMBONATO MACHADO

PORTARIA Nº 1.294/2025

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a solicitação da servidora para prorrogação por mais 02 (dois) anos do benefício da Licença para Tratar de Interesse Particular (Protocolo Eletrônico n.º 2.318/2025), de acordo com o Estatuto do Servidores Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a Licença para Tratar de Interesse Particular, sem remuneração, pelo período de 02 (dois) anos, à servidora Erlaine Bombonato Machado, matrícula funcional nº 852-5, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico de Esportes 20h, para fruição de 03 de janeiro de 2026 a 02 de janeiro de 2028.

Art. 2º. Esta portaria a entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:DD14A437

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1295-2025 - FÉRIAS TATIANE ALINE BARROS

PORTARIA Nº 1.295/2025

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 6.128/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora Tatiane Aline Barros, matrícula funcional nº 2207-0, ocupante do cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2024 a 31 de julho de 2025, para fruição de 17 de dezembro de 2025 a 15 de janeiro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:A2D5DA45

GABINETE DO PREFEITO
ATA 144/2025

ATA 144
Nos dias onze de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se de modo online os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Chopinzinho -PR. O Secretário de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente Idevaldo Peretti, solicitou a aprovação dos membros para essa reunião extraordinário, para tratar com os mesmos aprovações de repasses de recursos municipais para Associações Rurais do Município, sendo estas: ACODEPA com um valor de R$30.000,00, com objetivo de reforma e ampliação do centro comunitário para a comunidade rural; Associação de moradores Nossa senhora da Salete, da comunidade do Bugre com valor de R$ 45.000,00 com objetivo de construção de um centro comunitário para atendimento da comunidade rural; Associação Chopinzinhense Frutos da Nossa Terra com um valor de R$ 50.000,00 para apoiar o evento Municipal Frutos da Nossa Terra; Associação dos Moradores da Linha Nossa Senhora das Graças - Chopinzinho- Pr, com um valor de R$ 30.000,00 com objetivo de construção de um novo centro comunitário; Associação dos Moradores da Comunidade do Baia, com um valor de R$ 31.500,00, com objetivo de reforma e ampliação do centro comunitário. Assim para a votação, de modo online, foi-se aprovado pelos conselheiros o repasse a todas as associações citadas, com a ressalva de na próxima reunião presencial abrir novamente está pauta para apresentações adicionais dos planos de trabalho, sendo válida a aprovação já definida nesta reunião. Sem mais para o momento foi-se dado por encerrado a reunião, e passou-se a lavrar a presente ata e assim assinam os membros do conselho.

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:4B7B669C

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO - ACFRUT

DESPACHO
Nos termos da Lei Municipal nº 4.150, de 17 de setembro de 2025, autorizo o prosseguimento no Termo de Fomento celebrado entre o Município de Chopinzinho/PR e a Associação Chopinzinhense Frutos da Nossa Terra, dispensando-se o cumprimento do requisito temporal de existência, tendo em vista não haver no município outra entidade que possa atender o objeto proposto.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:3C12960D

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 482 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.092/2024, de 16/12/2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 535.010,39 no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.092/2024, de 16/12/2024 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
07.02.10.302.0004.2.092.3.3.71.70 (370)	494	535.010,39
TOTAL		**535.010,39**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
07.02.10.302.0004.2.036.3.1.90.11 (353)	494	142.491,92
TOTAL		**142.491,92**

II - Excesso de arrecadação – Rec. Vinculados:

CODIGO DA RECEITA	FONTE	VALOR
1.3.2.1.01.0.1.04.01.03 (122)	494	37.528,99
1.7.1.3.50.1.1.14.00.00 (139)	494	46.125,00
1.7.1.3.50.2.1.07.00.00 (205)	494	62.098,12
1.7.1.3.50.2.1.13.00.00 (206)	494	246.766,36
TOTAL		**392.518,47**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 18 de novembro de 2025.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:2019D87B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1.296 - 2025 - ENCARREGADO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DPO)

PORTARIA Nº 1.296/2025

Designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) no âmbito do Poder Executivo do Município de Chopinzinho, conforme a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025 e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 41 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), que determina a nomeação de um Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO);
RESOLVE:
Art. 1º - Fica designado o servidor Renato Capeli de Martini, ocupante do cargo efetivo de Administrador de Rede, matrícula 1580-1, para exercer a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) do Poder Executivo Municipal de Chopinzinho.

Art. 2º - São atribuições do Encarregado (DPO), conforme o §2º do Art. 41 da LGPD:

I - Aceitar reclamações e comunicações dos titulares dos dados, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências;

III - Orientar os servidores e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

IV - Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Art. 3º - Fica estabelecido como canal de contato oficial do Encarregado (DPO), para atendimento das demandas dos titulares de dados e da ANPD, o seguinte endereço eletrônico: lgpd@chopinzinho.pr.gov.br

Art. 4º - A função de Encarregado (DPO) ora designada será exercida sem prejuízo das atribuições inerentes ao cargo de origem do(a) servidor(a), não ensejando remuneração adicional, salvo se houver previsão legal específica.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:FB5F6922

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1.297 - 2025 - REVOGA PORTARIA Nº 1.290-2025

PORTARIA Nº 1.297/2025
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025 e,
RESOLVE:
Art. 1º - Revogar, a partir de 18 de novembro de 2025, a designação dada pela Portaria nº 1.290/2025, ao servidor Renato Capelli de Martini, ocupante do cargo de Administrador de Rede, para exercer a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Encarregado/DPO) no âmbito da Administração Municipal, tendo em vista que está em desacordo.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:874A5A0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PARECER CME Nº 22/2025 - RETIFICADO

PARECER CME Nº 22/2025 - RETIFICADO APROVADO EM 17/11/2025
INTERESSADO: COLEGIOCNV CHOPINZINHO – EI EF M
ASSUNTO: ADEQUAÇÃO DE IDADE PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS DE IDADE, COM EFEITO RETROATIVO AO ANO DE 2023.

RELATÓRIO:

O Colégio CNV CHOPINZINHO – EI EF M, encaminhou a este Conselho atraves da Secretaria Municipal de Educação o ofício nº 02/2025, referente à **adequação de idade para o atendimento de crianças de zero a três anos de idade**, com **efeito retroativo ao ano de 2023**, na etapa da **Educação Infantil – Creche**.
A instituição requer o reconhecimento formal do atendimento prestado durante o ano de 2023, de modo a assegurar a regularidade administrativa e pedagógica das turmas de Creche, garantindo o direito das crianças à continuidade do processo educativo e o cumprimento das normas legais que regem a Educação Infantil.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente parecer fundamenta-se na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996**, que em seu **artigo 29**define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.
O **artigo 30**da referida Lei dispõe que a Educação Infantil será oferecida em:
I – **Creches**, ou entidades equivalentes, para crianças de até **três anos de idade**;
II – **Pré-escolas**, para crianças de **quatro a cinco anos de idade**.
A **Resolução CNE/CEB nº 5/2009**, que institui as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, orienta que o atendimento nessa etapa deve respeitar a faixa etária e as necessidades específicas das crianças, assegurando-lhes condições adequadas de cuidado e educação.
O **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**e a **Resolução CNE/CEB nº 6/2010**estabelecem que a idade considerada para ingresso nas etapas da Educação Infantil é aquela completada até **31 de março do ano letivo**, podendo haver deliberações específicas dos Conselhos de Educação para regularização retroativa de situações excepcionais.
ANÁLISE:
A análise da documentação apresentada demonstra que, durante o ano de **2023**, a instituição de ensino atendeu regularmente crianças com idades entre **zero e três anos**, dentro da etapa correspondente à **Creche**, conforme previsto na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
Verifica-se que o atendimento foi realizado em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais, com ambientes adequados, profissionais habilitados e práticas compatíveis com o desenvolvimento integral das crianças.
Considerando o caráter excepcional da solicitação e a necessidade de assegurar a **regularização administrativa e pedagógica retroativa ao ano de 2023**, entende-se que a adequação etária solicitada encontra amparo legal e técnico-pedagógico.
CONCLUSÃO:
Diante do exposto, o **Conselho Municipal de Educação de Chopinzinho – PR**manifesta-se **favorável à adequação de idade para o atendimento de crianças de zero a três anos de idade, com efeito retroativo ao ano de 2023**, reconhecendo a regularidade do atendimento realizado pelo Colégio CNV de Chopinzinho – EI EF M,na etapa da Educação Infantil – Creche.
Recomenda-se que a instituição mantenha o cumprimento das normas vigentes, garantindo que futuras matrículas observem a idade de corte estabelecida e assegurem às crianças o direito à educação, ao cuidado

e ao desenvolvimento integral, conforme as diretrizes nacionais e municipais.
É o parecer.
Chopinzinho - PR, 18 de novembro de 2025

FABIANA CRISTINA BRUM DE CARLI
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Simone Biava
Código Identificador:C0419B61

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PARECER CME Nº 23/2025

PARECER CME Nº 23/2025 APROVADOEM18/11/2025
INTERESSADO: COLEGIO NOVA VISAO LTDA – ME MANTENEDORA DO COLEGIO CNV CHOPINZINHO EI EF M
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇAO DE ENSINO PARA O OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Colégio CNV Chopinzinho, através de sua mantenedora, solicitou atraves do ofício 01/2025 por meio da Secretaria Municipal De Educação o pedido de credenciamento para oferta da Educação Infantil, compreendendo as etapas de Creche (0 a 3 anos) e Pré-Escola (4 e 5 anos), conforme previsto na LDB, DCNEI e legislação municipal vigente.
Foram apresentados documentos conforme exigências legais e realizada visita técnica pela Comissão de Credenciamento.
A instituiçao de ensino é mantido pelo Colégio Nova Visão LTDA - ME e foi criada pela ATA nº 01/2019, datada de 28/08/2019, 5ª alteração contratual, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº 20119395430 de 28/08/2019.
A Resolução nº 4366/2020 – GS/SEED de 23/11/2020 autorizou o funcionamento da Educação Infantil para o atendimento de crianças de 01 (um) a 06 (seis) anos pelo prazo de 05 (cinco) anos.
A Resolução nº 05/2025 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Chopinzinho, realizou adequação de idade para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, com efeito retroativo ao ano de 2023, na etapa da Educação Infantil – Creche.
Após análise documental e vistoria in loco, constatou-se que a Instituição apresenta condições físicas, pedagógicas, legais e administrativas adequadas para oferta da Educação Infantil.
O Conselho Municipal de Educação autoriza o credenciamento da instituição citada pelo prazo de 10 (dez) anos com validade a partir da data de publicação da Resolução da Secretaria Municipal de Educação.

É o Parecer.

Chopinzinho,18 de novembro de 2025.

FABIANA CRISTINA BRUM DE CARLI
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Simone Biava
Código Identificador:13BF02D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
RESOLUÇÃO Nº 05/2025 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO Nº 05/2025 - RETIFICADA
A Secretaria Municipal De Educação, Cultura e Esporte, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 002/2001 de 20 de dezembro de 2001, considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996; As orientações do Conselho Nacional de Educação sobre matrícula e organização da Educação Infantil; O Parecer nº 22/2025 do Conselho Municipal de Educação de Chopinzinho sobre a adequação de idade para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, com efeito retroativo ao ano de 2023 do Colégio CNV Chopinzinho – EI EF M; A necessidade de garantir segurança jurídica, continuidade do atendimento e o direito das crianças à Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convalidado, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o Parecer de Adequação de Idade emitido pelo Conselho Municipal de Educação, referente ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade, do Colégio CNV Chopinzinho – EI EF M localizado na Rua Frei Everaldo, nº 5364, Chopinzinho – PR, cujas situações requereram análise e adequações específicas.
Art. 2º - A presente convalidação terá efeito retroativo ao ano de 2023, para fins de regularização administrativa, pedagógica e documental.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao ano de 2023.

Chopinzinho, 18 de novembro de 2025.

CASSIA TRES
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Simone Biava
Código Identificador:7219E5BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
RESOLUÇÃO Nº 06/2025

RESOLUÇÃO Nº 06/2025
A Secretaria Municipal De Educação, Cultura e Esporte, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 002/2001 de 20 de dezembro de 2001, considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996; O Parecer nº 23/2025 do Conselho Municipal de Educação de Chopinzinho sobre o credenciamento do Colégio CNV Chopinzinho EI EF M para a oferta da Educação Infantil;A necessidade de garantir o atendimento educacional na Educação Infantil
RESOLVE:
Art. 1º -Homologar o Parecer nº 23/2025 do Conselho Municipal de Educação de Chopinzinho, aprovando o credenciamento do Colégio CNV Chopinzinho EI EF M para a oferta da Educação Infantil, localizado na Rua Frei Everaldo, nº 5364, Chopinzinho – PR, para a oferta da Educação Infantil.
Art. 2º - O credenciamento autoriza a instituição a ofertar as seguintes etapas da Educação Infantil:
Creche – crianças de 0 a 3 anos
Pré-Escola – crianças de 4 e 5 anos
Art. 3º - O Colégio CNV Chopinzinho EI EF M deverá manter atualizados seus documentos institucionais obrigatórios, incluindo:
I – Projeto Político-Pedagógico;
II – Regimento Escolar;
III – Relação de turmas e matrícula;
IV – Documentação institucional exigida;
V – Infraestrutura adequada, acessibilidade e condições de segurança.
Art. 4º– O credenciamento terá validade de 10 (dez) anos a partir da publicação desta Resolução, podendo ser renovado mediante novo processo avaliativo pelo Conselho Municipal de Educação.
Art. 5º– Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Chopinzinho, 18 de novembro de 2025.

CASSIA TRES
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Simone Biava
Código Identificador:84D5B17B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2025.
O MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, torna público que às 08:30 horas do dia 05 de Dezembro de 2025, na plataforma eletrônica BNC (www.bnc.org.br/"Acesso Identificado"), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Veículo Utilitário tipo PICK-Up CD	2	R$ 271.713,33	180 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Corumbataí do Sul e na plataforma eletrônica BNC, ou ainda no email: licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de Novembro de 2025.

***ALEXANDRE DONATO* –**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:33ADAA2D

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2025

SÚMULA**:** Aprova a adesão à Deliberação nº 049/2025/CEDIPI/PR Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo.

O Conselho Municipal do Idoso no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 400/2007 e considerando a deliberação da Plenária realizada em 18 de novembro de 2025.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a adesão à Deliberação nº 049/2025/CEDIPI/PR Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo.

Art. 2º Aprovar o plano de ação da Deliberação nº049/2025/CEDIPI/PR Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Corumbataí do Sul, 18 de novembro de 2025.

MARIA EMÍLIA MACEDO DE SOUSA E SILVA
Presidente do CMI

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:0C202429

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 133/2025 REPUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

D E C R E T A:

Art. 1º - Em virtude do Dia Nacional da Consciência Negra no dia 20 de novembro, fica decretado **RECESSO** nas repartições públicas no dia 21 de novembro de 2025.

Art. 2º - As determinações contidas nos artigos 1º não contemplam os setores de atendimento essencial à população como Setor de Licitações, Setor de Saúde e o Setor de limpeza pública.
Art. 3º As instituições de ensino seguirão calendário próprio, não sendo impactado pelo presente Decreto.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

"**PAÇO MUNICIPAL 27 de Maio"**
Corumbataí do Sul, 17 de novembro de 2025.

ALEXANDRE DONATO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:242CEA58

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo n.º 72/2025
Pregão Eletrônico n.º 38/2025
Interessada: Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia, visando à elaboração de projeto executivo de pavimentação sustentável de um trecho de aproximadamente 3,71 km de estrada vicinal, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças do município de Enéas Marques, PR, com valor máximo total estimado de R$ 108.708,25 (cento e oito mil e setecentos e oito reais e vinte e cinco centavos).
CONSIDERANDO que, consoante preconizam o art. 53 da Lei Federal n.º 9.784/1999 e o Verbete n.º 473 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los por razões de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos;
CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 71, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, mesmo após encerradas as fases de julgamento e habilitação, faculta-se à autoridade superior revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade em vez de adjudicar o objeto e homologar a licitação, se assim exigir o interesse público, em razão de fato superveniente devidamente comprovado;
CONSIDERANDO que, no certame licitatório em epígrafe, pretendia-se a contratação de serviços técnicos de engenharia, com o manifesto propósito de se elaborar projetos de pavimentação asfáltica de determinada estrada vicinal do Município de Enéas Marques, cuja obra seria executada majoritariamente com recursos provenientes de transferências voluntárias oriundas do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO que, antes mesmo da sessão pública designada para o julgamento das propostas, sobreveio fato superveniente devidamente comprovado, consistente na informação de que os recursos financeiros estaduais destinados à obra não serão disponibilizados neste momento, em descompasso com o planejamento inicialmente previsto, não havendo, ademais, qualquer perspectiva concreta de sua liberação nos próximos meses;
CONSIDERANDO, portanto, que a contratação desse objeto, neste momento, deixou de ser oportuna e conveniente ao Município de Enéas Marques, que pode utilizar os valores que seriam despendidos na elaboração dos projetos em outras ações mais prioritárias ao atendimento das demandas de interesse público;
CONSIDERANDO, por fim, que a manutenção da disputa pública, sem perspectiva concreta de execução futura e iminente do objeto, afrontaria os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e economicidade, sendo, por conseguinte, adequada e conveniente a

revogação do certame antes da promoção de qualquer outra fase potencialmente inócua;
RESOLVE:
Art. 1º Revogar, por motivo de interesse público devidamente comprovado, o **Pregão Eletrônico nº 38/2025**, com fundamento no art. 71, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, em razão da superveniência de fatos que comprometem a necessidade e a conveniência da continuidade do certame, conforme exposto neste ato decisório.
Art. 2º Determinar a adoção das providências administrativas necessárias à devida publicação deste ato no **Diário Oficial** e nos demais meios de divulgação oficiais, bem como à **notificação dos licitantes eventualmente cadastrados**, ocasião em que será conferido o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 165, I, 'd', c/c §§ 2º e 3º do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Art. 3º Determinar o arquivamento dos documentos produzidos durante a fase interna do certame, para eventual reaproveitamento em futura contratação, caso os recursos financeiros necessários à execução da obra venham a ser disponibilizados.
Publique-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
Enéas Marques/PR, 18 de novembro de 2025.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Renosto
Código Identificador:3172FE52

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025
Processo Adm: Nº 70/2025
Objeto: Aquisição de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) com capacidade de 45 kgs, recargas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) com capacidade de 45 kg e aquisição de câmaras frias para atender a demanda das escolas municipais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Munícipio de Enéas Marques.
Empresas vencedoras valor total: R$ 53.358,60 (cinquenta e três mil e trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos): AMANDA STELLA GAS
(36464044000110) com os lotes: 1 no valor total de R$ 53.358,60 (cinquenta e três mil e trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ENEAS MARQUES, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 1860/2023, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
ENÉAS MARQUES (PR), segunda-feira, 17 de novembro de 2025

EDSON LUPATINI
Autoridade Competente

Publicado por:
Jussara Renosto
Código Identificador:CB248B5E

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2166

DECRETO N.º 2166/2025

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2025 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2025 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1531/2025 de 18/11/2025;
DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2025, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor **R$ 1.263.290,87 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa reais e oitenta e sete centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Especial	455	21.002.0016.0482.0071.1005 - HABITAÇÃO POPULAR.3449061000000000000 - Aquisição de imóveis	07106	1.200.000,00
1	Especial	454	21.002.0016.0482.0071.1005 - HABITAÇÃO POPULAR.3449061000000000000 - Aquisição de imóveis	00000	63.290,87
			Total do Lote		**1.263.290,87**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4242999013700000000	07106	1.200.000,00
Excesso		4111303410101000000	00000	63.290,87
		Total	**1.263.290,87**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
0	0,00	0,00	63.290,87
7106	0,00	0,00	1.200.000,00
Total	**0,00**	**0,00**	**1.263.290,87**

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2025.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 18 de novembro de 2025.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:E2868D27

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1531

LEI ORDINÁRIA N.º 1531/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2025 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2025 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2025, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor **R$ 1.263.290,87 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa reais e oitenta e sete centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Especial	455	21.002.0016.0482.0071.1005 - HABITAÇÃO POPULAR.3449061000000000000 - Aquisição de imóveis	07106	1.200.000,00
1	Especial	454	21.002.0016.0482.0071.1005 - HABITAÇÃO POPULAR.3449061000000000000 - Aquisição de imóveis	00000	63.290,87
			Total do Lote		**1.263.290,87**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4242999013700000000	07106	1.200.000,00
Excesso		4111303410101000000	00000	63.290,87
		Total	**1.263.290,87**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
0	0,00	0,00	63.290,87
7106	0,00	0,00	1.200.000,00
Total	**0,00**	**0,00**	**1.263.290,87**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2025.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 18 de novembro de 2025.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:E8A70374

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2025 - INOVACON ENGENHARIA E PRÉ-MOLDADOS LTDA.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2025.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES
De um lado, o **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com sede à Rua Jangada, nº 25 – Centro – Fênix/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Eurípedes Molina Tasca Junior, doravante denominado CONTRATANTE.

E, de outro lado, a empresa **INOVACON ENGENHARIA E PRÉ-MOLDADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 32.167.986/0001-85, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 490, Vila São Marcos, Fênix/PR, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. Murilo Dourado Jampeitro, doravante denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do Contrato nº 04/2025, cujo objeto é a reforma das Praças Concórdia e Airton Cândido, firmado entre as partes em 07 de fevereiro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE
Em conformidade com o artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021, as partes resolvem Reajustar do contrato a importância de **R$ 24,950.00 (vinte e quatro mil, e novembro e cinquenta reais)**. Considerando que o mês de referência (base do orçamento) é setembro de 2024, e que o contrato ainda não teve nenhuma medicação, o reajuste deverá ser aplicado sobre o valor total do contrato, após o transcurso de 12 meses (setembro/2024 a setembro/2025), utilizando-se a INPC acumulado no período que é de 4,99% conforme pareceres em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 04/2025, permanecendo inalteradas todas as disposições não modificadas por este Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Município, em atendimento ao disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Fênix/PR, 18 de novembro de 2025.

Município de Fênix	Inovacon Engenharia e Pré-Moldados LTDA
EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***MURILO DOURADO JAMPEITRO***
Contratante	Contratada

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:D142468C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 27/2025 - CUIDAR BEM SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA – CNPJ: 57.619.788/0001-36.

PROCESSO LICITATÓRIO: 90/2025

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE 27/2025

FORNECEDOR: CUIDAR BEM SERVIÇOS DE ENFERMAGEM LTDA – CNPJ: 57.619.788/0001-36

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO(A)S DE ENFERMAGEM, MODALIDADE PLANTÃO 12X36 HORAS NOTURNO.

DOTAÇÃO:
06001103010014202233903900000 - 1001 -OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06001103010014202233903900000 - 1039 -OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06001103010014202233903900000 - 1510 -OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

ITEM	CATEGORIA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLANTÃO DE TÉCNICO(A) DE ENFERMAGEM, SENDO 12X36 HORAS, PLANTÃO NOTURNO.	400	241,82	96.728,00

VALOR TOTAL: R$ 96.728,00 (noventa e seis mil, setecentos e vinte e oito reais).

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo n° 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/21.

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO:
Com base nas informações constantes no processo, torna-se público a adjudicação e homologação do procedimento licitatório em epígrafe.

Fênix, 17 de novembro de 2025.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:5577FA69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
SÚMULA. DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 5º DA LEI 016/2024 QUE CRIOU O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM.

LEI Nº 24/2025

SÚMULA. DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 5º DA LEI 016/2024 QUE CRIOU O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, após à

apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O art. 5º da Lei Municipal nº 016/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º As representações do Poder Público e não governamentais serão distribuídas em 50% (cinquenta por cento) de representações para o Poder Público e 50% (cinquenta por cento) para organizações não governamentais."
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:CBBD8D1C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 106/2025

Dispõe sobre a instituição e regulamentação da Avaliação Diagnóstica Municipal em parceria com o Governo do Estado do Paraná, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Nossa Senhora das Graças – Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e:

CONSIDERANDO a importância do monitoramento contínuo da aprendizagem dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a necessidade de subsidiar o planejamento pedagógico das unidades escolares com base em evidências diagnósticas;
CONSIDERANDO a parceria estabelecida entre o Município de Nossa Senhora das Graças e o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação, para o desenvolvimento conjunto de avaliações diagnósticas e formativas;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, a Avaliação Diagnóstica Prova Paraná, realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR), com o objetivo de identificar o nível de aprendizagem dos estudantes e subsidiar as ações pedagógicas e formativas.

Art. 2º A Avaliação Diagnóstica Municipal será aplicada anualmente, conforme cronograma definido em conjunto pela Secretaria Municipal de Educação e pela SEED/PR.

Art. 3º A Avaliação Diagnóstica Municipal tem caráter pedagógico e não classificatório, destinando-se exclusivamente a:
I – identificar habilidades e competências desenvolvidas e lacunas de aprendizagem;
II – orientar o replanejamento pedagógico das escolas e dos professores;
III – subsidiar a formação continuada dos profissionais da educação;
IV – contribuir para o acompanhamento dos indicadores de qualidade da educação municipal.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação será responsável por:
I – acompanhar a execução da avaliação nas unidades escolares;
II – assegurar o envolvimento das equipes pedagógicas e gestoras;
III – organizar momentos de análise e socialização dos resultados;
IV – promover ações de intervenção e reforço pedagógico com base nos resultados obtidos.

Parágrafo único: Os resultados da Avaliação Diagnóstica deverão ser utilizados pelas escolas e pela Secretaria Municipal de Educação exclusivamente para fins de melhoria da aprendizagem e do planejamento pedagógico.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 18 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:0B0627FA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 107/2025

Dispõe sobre as ações de identificação e efetivação de matrícula de crianças em idade obrigatória, a partir de 4 (quatro) anos, que não estejam frequentando a escola, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Nossa Senhora das Graças.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e:
CONSIDERANDO o disposto no art. 208, inciso I, da Constituição Federal, que assegura o direito à educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade;
CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), alterada pela Lei nº 12.796/2013, que estabelece a obrigatoriedade da matrícula na educação básica a partir dos 4 anos;
CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 59/2009, que ampliou a obrigatoriedade e a universalização da educação básica;
CONSIDERANDO o dever do poder público municipal de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todas as crianças em idade escolar;
CONSIDERANDO a importância da atuação integrada entre escola, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar na identificação e acompanhamento das crianças fora da escola;
DECRETA:
Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito do Município de Nossa Senhora das Graças, as ações de identificação e efetivação de matrícula de crianças em idade obrigatória (a partir dos 4 anos) que não estejam frequentando a escola.
Art. 2º As ações previstas neste Decreto têm como objetivo assegurar o direito de toda criança à educação, mediante:
I – a identificação das crianças em idade obrigatória que não estejam matriculadas na rede pública ou privada de ensino;
II – a efetivação da matrícula e o encaminhamento à unidade escolar adequada;
III – o acompanhamento da frequência e permanência dessas crianças na escola;
IV – a articulação intersetorial entre educação, assistência social, saúde e Conselho Tutelar.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I – coordenar e monitorar o processo de identificação e matrícula;
II – manter cadastro atualizado de crianças em idade obrigatória residentes no município;
III – realizar campanhas de mobilização comunitária e sensibilização das famílias sobre a importância da matrícula e da frequência escolar;
IV – encaminhar, quando necessário, relatórios ao Conselho Tutelar sobre casos de não comparecimento ou recusa de matrícula;
V – articular-se com os demais órgãos municipais e estaduais para garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar.
Art. 4º Compete às unidades escolares da Rede Municipal:
I – realizar o levantamento local das crianças em idade obrigatória que ainda não estejam matriculadas;

II – comunicar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura os casos identificados;
III – manter atualizados os registros de matrícula e frequência;
IV – desenvolver ações de acolhimento e integração das novas crianças matriculadas;
V – colaborar com o acompanhamento conjunto das famílias e dos órgãos parceiros.
Art. 5º As ações intersetoriais deverão ser desenvolvidas com o apoio e colaboração dos seguintes órgãos:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do CRAS e programas de proteção social;
II – Secretaria Municipal de Saúde, por meio dos agentes comunitários e equipes da atenção básica;
III – Conselho Tutelar, responsável por adotar medidas de proteção quando houver omissão dos responsáveis legais.
Art. 6º Os casos de recusa de matrícula ou de reincidência de ausência escolar deverão ser formalmente comunicados ao Conselho Tutelar, conforme o art. 129, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 18 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIEIRI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:E7E7F204

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 108/2025

Institui e regulamenta a Política Municipal de Recomposição das Aprendizagens na Rede Pública Municipal de Ensino de Nossa Senhora das Graças.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e:
Considerando a necessidade de garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
Considerando as lacunas de aprendizagem decorrentes de períodos de ensino remoto e outras situações que impactaram o processo educacional;
Considerando as orientações do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná acerca da recomposição das aprendizagens;
Considerando as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Nossa Senhora das Graças, a Política Municipal de Recomposição das Aprendizagens, com o objetivo de assegurar a todos os estudantes o direito à consolidação das competências e habilidades essenciais previstas para cada etapa e modalidade de ensino.
Art. 2º A recomposição das aprendizagens compreende o conjunto de ações pedagógicas planejadas e articuladas entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as unidades escolares, voltadas à superação das defasagens diagnosticadas nos processos avaliativos municipais e estaduais.
Art. 3º São princípios orientadores da Política Municipal de Recomposição das Aprendizagens:
I – garantia do direito de aprender;
II – equidade e inclusão educacional;
III – valorização do trabalho docente e das práticas pedagógicas colaborativas;
IV – uso pedagógico dos resultados das avaliações diagnósticas e processuais;
V – acompanhamento e monitoramento contínuo da aprendizagem dos estudantes.
Art. 4º Constituem-se eixos da Política Municipal de Recomposição das Aprendizagens:
I – Diagnóstico: identificação das aprendizagens consolidadas e das lacunas existentes;
II – Planejamento pedagógico: elaboração de estratégias e intervenções específicas;
III – Intervenção: execução de atividades diferenciadas e ações de reforço;
IV – Acompanhamento: monitoramento sistemático dos avanços e registros pedagógicos;
V – Formação continuada: capacitação dos profissionais da educação para atuação eficaz no processo de recomposição.
Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I – coordenar e acompanhar a implementação da política em todas as escolas municipais;
II – ofertar formações e orientações técnicas às equipes escolares;
III – definir instrumentos e metodologias de acompanhamento e avaliação;
IV – socializar boas práticas pedagógicas e resultados alcançados.
Art. 6º Compete às unidades escolares:
I – incorporar a recomposição das aprendizagens ao planejamento pedagógico anual;
II – elaborar planos de ação específicos voltados aos estudantes com defasagens;
III – registrar o acompanhamento individual do desenvolvimento dos alunos;
IV – envolver as famílias e a comunidade escolar nas estratégias pedagógicas adotadas.
Art. 7º As ações de recomposição das aprendizagens deverão estar integradas à Avaliação Diagnóstica Municipal, à Recuperação Contínua e às demais políticas educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Nossa Senhora das Graças/PR, 18 de novembro de 2025

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:4E3A5D07

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
LEI Nº 1.169, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Altera o artigo 3º da Lei nº 1.079, de 19 de março de 2024, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, a instituição da Conferência Municipal de Esporte e Lazer e a criação do Fundo Municipal de Esporte e Lazer do Município de Nossa Senhora das Graças.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 1.079, de 19 de março de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º O Conselho Municipal de Esporte e Lazer será composto por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, distribuídos em igual proporção entre representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, conforme a composição abaixo:
I – Representantes do Poder Público Municipal:
a) um representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;
b) um representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
c) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
d) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
e) um representante da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

II – Representantes da Sociedade Civil:
a) um representante da Associação de Moradores da Vila Rural Antônio Jorge;
b) um representante da Associação de Moradores da Vila Rural Wilson Volpato;
c) um representante da Associação da Terceira Idade;
d) um representante da Associação Comercial e Empresarial de Nossa Senhora das Graças;

e) um representante de entidades esportivas e/ou recreativas.
§ 1º Cada titular terá um suplente correspondente, indicado pela mesma entidade ou órgão representado.
§ 2º Os membros do Conselho exercerão suas funções de forma não remunerada, sendo o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, nos termos do art. 6º desta Lei."
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 3º da Lei nº 1.079/2024 em sua redação anterior.
Art. 3º O artigo 5º da Lei nº 1.079, de 19 de março de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 5º** Os membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades que representam, e nomeados por ato do Poder Executivo Municipal."
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora das Graças (PR), 18 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:0C1F7241

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 524/2025

Estabelece rotinas e procedimentos para a execução de ações pedagógicas durante os períodos de transição entre etapas da Educação Básica na Rede Pública Municipal de Ensino de Nossa Senhora das Graças.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e:
Considerando a importância de garantir a continuidade e a progressão das aprendizagens dos estudantes entre as diferentes etapas da Educação Básica;
Considerando as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental;
Considerando a necessidade de planejar de forma articulada as práticas pedagógicas entre as etapas e modalidades de ensino;
Considerando o compromisso do Município de Nossa Senhora das Graças com a qualidade e equidade da educação pública;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Nossa Senhora das Graças, as rotinas e procedimentos para a execução de ações pedagógicas durante os períodos de transição escolar, compreendendo:
I – a transição da Educação Infantil (Infantil 5) para o 1º ano do Ensino Fundamental; e
II – a transição do 5º ano do Ensino Fundamental para o 6º ano, em articulação com a rede estadual de ensino.
Art. 2º Os períodos de transição têm como finalidade garantir a continuidade dos processos de ensino e aprendizagem, o acolhimento dos estudantes e o fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade.
Art. 3º São objetivos das ações de transição escolar:
I – assegurar o acompanhamento integral dos estudantes no processo de passagem entre etapas;
II – promover o alinhamento curricular e metodológico entre as escolas e etapas de ensino;
III – favorecer o acolhimento emocional e social dos estudantes e de suas famílias;
IV – garantir que as informações pedagógicas e avaliativas sobre os estudantes sejam devidamente compartilhadas entre as equipes escolares envolvidas.
Art. 4º As ações e rotinas de transição deverão incluir, no mínimo:
I – reuniões de alinhamento pedagógico entre as equipes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (1º ano), e entre as equipes do 5º e do 6º ano;
II – socialização de relatórios pedagógicos e registros avaliativos sobre o desenvolvimento das crianças e estudantes;
III – atividades de integração entre os alunos das turmas envolvidas, realizadas no final e/ou início do ano letivo;
IV – ações de acolhimento e ambientação nas escolas de destino, favorecendo a adaptação e o sentimento de pertencimento;
V – planejamento conjunto entre professores das etapas envolvidas, com foco na continuidade das aprendizagens essenciais.
Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I – orientar e acompanhar as escolas na execução das ações de transição;
II – definir cronogramas e modelos de relatórios pedagógicos para registro das informações;
III – articular-se com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná para a transição entre o 5º e o 6º ano;
IV – oferecer formações e materiais de apoio para as equipes escolares.
Art. 6º Compete às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino:
I – elaborar planos de ação de transição a cada ano letivo, em consonância com esta Portaria;
II – garantir a comunicação efetiva entre professores e equipes pedagógicas das etapas envolvidas;
III – registrar as ações realizadas e avaliar seus resultados;
IV – promover momentos de acolhimento pedagógico, afetivo e social aos estudantes e suas famílias.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Nossa Senhora das Graças/PR, 18 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:C82E2664

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
LEI 1170 2025

LEI Nº 1170/2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na LDO/PPA e no Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 339.917,24 (trezentos e trinta e nove mil, novecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos) nas seguintes dotações:

11.000.00.000.0000.0.000	**- DEPTO. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE**		
11.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
11.001.20.608.0014.2.113	- AUXILIAR PEQ. E MÉDIOS PRODUTORES		
4.4.90.52.00.00	- Equipamentos e Material Permanente		
31883	- Convênio nº 525/2025 – Central de Alimentos	R$	290.000,00
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	49.917,24
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**339.917,24**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

O cancelamento parcial da seguinte dotação:

02.000.00.000.0000.0.000	**- EXECUTIVO MUNICIPAL**		
02.004.00.000.0000.0.000	- GESTÃO PARTICIPATIVA		
02.004.04.122.0002.1.209	- REF. CENTRO EV. AL. MARATTI 3ª IDADE		
4.4.90.51.00.00 – 032	- Obras e Instalações		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	49.917,14
TOTAL DO CANCELAMENTO		**R$**	**49.917,24**

b) provável excesso de arrecadação no valor de R$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) proveniente do Governo do Estado do Paraná através da SEAB – Termo de Convênio nº 525/2025.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 18 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Evandro Carlos Porto
Código Identificador:CD516311

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025

AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025. O Município de Nossa Senhora das Graças, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço, objetivando a Contratação de empresa para fornecer mão de obra qualificada de Auxiliares de Sala, com formação em Magistério ou Pedagogia, para apoio pedagógico e assistencial nas unidades da Rede Municipal de Ensino. Os serviços seguirão as especificações, condições e exigências do Termo de Referência, deste Edital e seus anexos. Valor estimado da contratação: R$ 460.764,48. Envio das propostas: das 8h30 do dia 21/11/2025 até as 08h30 do dia 05/12/2025. Data de abertura: às 09h00 do dia 05/12/2025. O edital e seus anexos estarão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.bnc.org.br. e www.nossasenhoradasgracas.pr.gov.br. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone/WhatsApp (44) 9 9137-8221. Nossa Senhora das Graças, 17 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:596D469B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2025

Ref: Dispensa nº 23/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças – Estado do Paraná – com sede à Praça Nilson Batista Ribas, 131, centro, inscrito no CNPJ: 76.970.300/0001-65, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor Clodoaldo Aparecido Rigieri.

EMPRESA REGISTRADA: PETSPLASH ARTIGOS DE ANIMAIS DOMESTICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 36.192.034/0001-72, LOCALIZADA NA R. ALABASTRO, Nº 90, ANDAR 01, CEP: 86.030-160 NO MUNICÍPIO DE LONDRINA PR, NESTE ATO REASSENTADO (A) PELO (A) SR(A) ENIVALDO SAPATINI JUNIOR, CONFORME CONSTA NOS ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA EM ANEXO NOS AUTOS.

VALOR TOTAL: R$ 8.992,08 (OITO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITO CENTAVOS)

EMPRESA REGISTRADA: INGAVIAS COM E SERV DE SINALIZAÇÃO LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 30.952.569/0001-18, LOCALIZADA NA RUA PIONEIRO JOSÉ ROMANO 33, JARDIM IVEMAR MARINGÁ- PR CEP 87 065 200, NESTA ATO REPRESENTADO (A) PELO (A) SR (A) EVANOR MARQUES PEREIRA, CONFORME ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA EM ANEXO NOS AUTOS.

VALOR TOTAL: R$ 9.456,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)

EMPRESA REGISTRADA: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 14.292.313/0001-75, LOCALIZADA NA RUA ATÍLIO PAGNONCELLI, 210, CENTRO, HERVAL D'OESTE – SANTA CATARINA, NESTE ATO REPRESENTADO (A) PELO (A) SR (A) JOSIANE PEROZA, CONFORME ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA EM ANEXO NOS AUTOS.

VALOR TOTAL: R$ 6.180,00 (SEIS MIL, CENTO E OITENTA REAIS)

EMPRESA REGISTRADA: TATA COM. DE EQUIP. PARA SAÚDE, ODONTO MÉDICO LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 11.088.993/0001-11, LOCALIZADA NA RUA ALMIRANTE BARROSO Nº 78, BAIRRO SÃO FRANCISCO, CURITIBA / PARANÁ, NESTE ATO REPRESENTADO(A) PELO (A) SR (A) JOSÉ AKER, CONFORME ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA EM ANEXO NOS AUTOS.

VALOR TOTAL: R$ 1.090,00 (MIL E NOVENTA REAIS)

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para aquisição de Vacinas, Placas educativas, Cartilhas, Fantasia de cachorro e demais insumos e produtos para operacionalização do programa "CastraPet" em atendimento das necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, mediante o Convênio 072/2025 – Secretaria do Desenvolvimento Sustentável (Governo do estado do Paraná), conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 25.718,08 (vinte e cinco mil, setecentos e dezoito reais e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES
FORO: Comarca de Santa Fé – Estado do Paraná.

Nossa Senhora das Graças (Pr), 18 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:9AC588BE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2025

Ref: Dispensa nº 22/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças – Estado do Paraná – com sede à Praça Nilson Batista Ribas, 131, centro, inscrito no CNPJ: 76.970.300/0001-65, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor Clodoaldo Aparecido Rigieri.

EMPRESA REGISTRADA: TOPOGEO AMBIENTAL - ENGENHARIA, TOPOGRAFIA, GEOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 09.115.828/0001-60, LOCALIZADA NA RUA PEROBAL, Nº 3930, SALA 01, CEP: 87.501-300, ZONA 01 NA CIDADE DE UMUARAMA/PR, NESTE ATO REPRESENTADO (A) PELO (A) SR (A) ROSIMEIRE APARECIDA DOS SANTOS GONÇALVES, CONFORME ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de Ensaio Viga Benkelman, com fornecimento de laudos técnicos digitais, devidamente acompanhados de ART/RRT/TRT, incluindo todas as despesas com mobilização e desmobilização de equipes e equipamentos para atendimento do Departamento de Engenharia do município de Nossa Senhora das Graças/PR, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES

FORO: Comarca de Santa Fé – Estado do Paraná.

Nossa Senhora das Graças (Pr), 18 de NOVEMBRO de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:4FA83E6F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RETOMADA DA OBRA AO CONTRATO N°16/2024

ESPÉCIE: Obras e Serviços de Engenharia.
REF.: Concorrência nº 03/2023.
PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças e a empresa Usinagem Vale do Ivaí Ltda.
CNPJ: 76.807.353/0001-60.

DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto formalizar a retomada do contrato referente à obra contratada por meio da Concorrência nº 03/2023, que envolve o recape asfáltico em CBUQ, totalizando 22.409,39 m², incluindo serviços preliminares, revestimento, meio-fio com sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos.

DA RETOMADA: A retomada das atividades ocorrerá oficialmente em 24 de novembro de 2025, data a partir da qual voltam a correr os prazos contratuais.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO:18/11/2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:AE974722

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 521/2025

A Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora: **KETLIN PUERTA CARDOSO VIEIRA**, matrícula nº 980, conforme a Lei 775/2017, para o período de: 21/11/2025 à 19/01/2026 (60 dias).
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:A96AEED8

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 522/2025

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora abaixo relacionada:

- SUELEN MARQUES ARIAS: Matrícula nº 861 – Referentes ao exercício: 08/08/2024 à 07/08/2025.
Ficando 25 (vinte e cinco) dias de férias a desfrutar posteriormente, conforme Lei 906/2021.

Período de férias, de: 01/12/2025 à 05/12/2025.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:E30BE87D

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 523/2025

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder 10 (dez) dias de férias restantes, em conformidade com a portaria nº 102/2025, ao servidor abaixo relacionado:

- ALLISON JUNIOR FELISMINO DE OLIVEIRA - matrícula nº 1200 - Referentes ao exercício: 03/01/2024 à 02/01/2025.

Período de férias: 08/12/2025 à 17/12/2025.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:6C4DA586

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL".

DECRETO LEGISLATIVO N° 07/2025

Sumula: "*DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL*".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta a Lei Federal n º 4.320/64 e Lei Municipal n º 1.155/2024:
RESOLVE:

Art. 1 º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais), para dotação abaixo especificada:

01.001 – CAMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2001 – ATIVIDADE LEGISLATIVA
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo……R$ 75.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terc. P.J ……R$ 20.000,00
Total .....R$ 95.000,00

Art. 2 º - Para cobertura do crédito aberto no artigo 1 º, serão utilizados como recursos, o cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificada:

01.001 – CAMARA MUNICIPAL
01.31.0001.2001 – ATIVIDADE LEGISLATIVA
3.3.90.14.00.00 - Diarias - Civil..... R$ 20.000,00
3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terc. P.F..... R$ 15.000,00
3.3.90.33.00.00 - Passagens e despesas com Locomoção.....R$ 40.000,00
3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnl. de Inform. e Telec - P.J..... . R$ 20.000,00
Total ..... R$ 95.000,00

Art. 3 º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Câmara de Vereadores de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná. 17 de novembro de 2025. 62º ano de Emancipação e 15ª Legislatura.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente

ADIR ANTÔNIO MARAFON
Primeiro Secretário – Tesoureiro

LEANDRO PAGLIARI JACOBS
Diretor Administrativo

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:590E1D64

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 90066/2025

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90066/2025 – Processo nº 286/2025.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de enfeites temáticos – Natalinos – incluindo serviços de logística de transportes, instalação (incluso materiais de consumo pertinentes, como fita isolante e outros), manutenção durante o período de uso, mantendo a funcionalidade de todos os elementos decorativos, bem como, das desinstalações e desmontagem dos materiais ao final do tempo de locação solicitado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de São Jorge D'Oeste/PR.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto Municipal 3927 de 30 de março de 2023; e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022 e legislação complementar aplicável.

EMPRESA VENCEDORA.
1 – ENERG SYSTEMS LTDA - CNPJ 48.080.966/0001-02. Lote 01: Itens: 01 – R$ 100,00; 02 – R$ 2.399,00; 03 – R$ 3.499,00; 04 – R$ 689,00; 05 – R$ 8.199,00; 06 – R$ 5.799,00; 07 – R$ 2.299,00; 08 – R$ 4.899,00; 09 – R$ 2.099,00; 10 – R$ 2.299,00; 11 – R$ 620,00; 12 – R$ 2.099,00; 13 – R$ 2.099,00; 14 – R$ 362,00; 15 – R$ 3.299,00; 16 – R$ 5.199,00; 17 – R$ 2.299,00; 18 – R$ 4.279,00; 19 – R$ 2.299,00; 20 – R$ 9,20; 21 – R$ 1.297,00; 22 – R$ 3.699,00; 23 – R$ 6.499,00; 24 – R$ 8.899,00; 25 – R$ 8.899,00; 26 – R$ 47,90; 27 – R$ 9.799,00; 28 – R$ 5.299,00; 29 – R$ 6.499,00; 30 – R$ 4.499,00; 31 – R$ 24.500,00. VALOR TOTAL LOTE: R$ 278.509,00 (duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e nove reais).

São Jorge D'Oeste-PR, 18 novembro de 2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Gilson Osnir Gross
Código Identificador:2DE4E603

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 042/2025

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 42/2025
Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 42/2025**, de 18/11/2025, instaurado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sr. Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito de São Jorge D'Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei n° 14.133/2021, art. 74, inciso IV.

VALOR ESTIMADO - R$ 218.829,30 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta centavos).

OBJETO: **Contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021, da empresa SERVIÇOS MÉDICOS MARTINS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.103.903/0001-88, localizada a Rua Mato Grosso, nº 233, Centro, CEP. 85.575-000, São Jorge D'Oeste/PR, para a prestação de serviços médicos: "Plantões Médicos", para atuar junto as Unidades Básicas de Saúde, conforme a necessidade e mediante as solicitações em cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR. Credenciamento nº 03/2025**.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: **SERVICOS MEDICOS MARTINS LTDA**., **CNPJ Nº. 58.103.903/0001-88**, situada na RUA MATO GROSSO, 233 **** - CEP: 85575-000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: São Jorge D'Oeste/PR.

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste, 18/11/2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeit**o**

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:AD20CCA7

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 043/2025

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 43/2025
Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 43/2025**, de 18/11/2025, instaurado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sr. Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito de São Jorge D'Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei n° 14.133/2021, art. 74, inciso IV.

VALOR ESTIMADO - R$ 218.829,30 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta centavos).

OBJETO: **Contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021, da empresa JULIA LUIZA PICININ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.885.914/0001-09, localizada a Rua Francisco Debortoli, nº 704, Centro, CEP. 85.575-000, São Jorge D'Oeste/PR, para a prestação de serviços médicos: "Plantões Médicos", para atuar junto as Unidades Básicas de Saúde, conforme a necessidade e mediante as solicitações em cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR. Credenciamento nº 03/2025**.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: **JULIA LUIZA PICININ LTDA., CNPJ Nº. 60.885.914/0001-09**, residente na RUA FRANCISCO DEBORTOLI, 704 **** - CEP: 85575-000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: São Jorge D'Oeste/PR.

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste, 18/11/2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:319D53B6

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 044/2025

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 44/2025
Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 44/2025**, de 18/11/2025, instaurado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sr. Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito de São Jorge D'Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei n° 14.133/2021, art. 74, inciso IV.

VALOR ESTIMADO - R$ 218.829,30 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta centavos).

OBJETO: **Contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021, da empresa EMANUELLY LUIZA SIEGA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.076.212/0001-84, localizada a Rua Campos Novos, nº 495 Centro, CEP. 85.575-000, São Jorge D'Oeste/PR, para a prestação de serviços médicos: "Plantões Médicos", para atuar junto as Unidades Básicas de Saúde, conforme a necessidade e mediante as solicitações em cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR. Credenciamento nº 03/2025**.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: **EMANUELLY LUIZA SIEGA LTDA**., **CNPJ Nº. 60.076.212/0001-84**, residente na RUA CAMPOS NOVOS, 495 CASA - CEP: 85575000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: São Jorge D'Oeste/PR.

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste, 18/11/2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:BDBE08FA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 045/2025

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 45/2025
Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 45/2025**, de 18/11/2025, instaurado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sr. Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito de São Jorge D'Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei n° 14.133/2021, art. 74, inciso IV.

VALOR ESTIMADO - R$ 218.829,30 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta centavos).

OBJETO: **Contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021, da empresa CLINICA MÉDICA MARCOS VINICIUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.299.957/0001-02, localizada a Rua Dos Girassóis, nº 443, Jardim da Colina, CEP. 85.660-000, Dois vizinhos/PR, para a prestação de serviços médicos: "Plantões Médicos", para atuar junto as Unidades Básicas de Saúde, conforme a necessidade e mediante as solicitações em cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR. Credenciamento nº 03/2025**.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: **CLINICA MEDICA MARCOS VINICIUS LTDA**., **CNPJ Nº. 60.299.957/0001-02**, situada na Rua dos Girassois, 443 - CEP: 85660000 - BAIRRO: Jardim da Colina CIDADE/UF: Dois Vizinhos/PR.

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste, 18/11/2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:BC07C049

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 046/2025

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 46/2025
Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 46/2025**, de 18/11/2025, instaurado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sr. Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito de São Jorge D'Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei n° 14.133/2021, art. 74, inciso IV.

VALOR ESTIMADO - R$ 218.829,30 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta centavos).

OBJETO: **Contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021, da empresa ERICA PUREZA DE JESUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.352.941/0001-74, localizada a Rua Castro Alves, nº 290, Apt 211, Centro Norte, CEP. 85.660-000, Dois vizinhos/PR, para a prestação de serviços médicos: "Plantões Médicos", para atuar junto as Unidades Básicas de Saúde, conforme a necessidade e mediante as solicitações em cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR. Credenciamento nº 03/2025**.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: **ERICA PUREZA DE JESUS LTDA**., **CNPJ Nº. 58.352.941/0001-74**, residente na Rua Castro Alves, 290 - CEP: 85660000 - BAIRRO: CENTRO NORTE CIDADE/UF: Dois Vizinhos/PR.

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste, 18/11/2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:29FACA5B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 047/2025

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 47/2025
Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 47/2025**, de 18/11/2025, instaurado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sr. Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito de São Jorge D'Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei n° 14.133/2021, art. 74, inciso IV.

VALOR ESTIMADO - R$ 218.829,30 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta centavos).

OBJETO: **Contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021, da empresa BRUNO LEONARDO SILVA RIBEIRO CLINICA MEDICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.588.509/0001-16, localizada a Rua Mato Grosso, nº 721, Casa de Fundos, Centro, CEP. 85.575-000, São Jorge D'Oeste/PR, para a prestação de serviços médicos: "Plantões Médicos", para atuar junto as Unidades Básicas de Saúde, conforme a necessidade e mediante as solicitações em cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR. Credenciamento nº 03/2025**.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: **BRUNO LEONARDO SILVA RIBEIRO CLINICA MEDICA LTDA**., **CNPJ Nº. 28.588.509/0001-16**, residente na RUA MATO GROSSO, 721 CASA FUNDOS - CEP: 85575000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: São Jorge D'Oeste/PR.

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste, 18/11/2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:5AE920AA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 048/2025

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 48/2025
Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 48/2025**, de 18/11/2025, instaurado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sr. Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito de São Jorge D'Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei n° 14.133/2021, art. 74, inciso IV.

VALOR ESTIMADO - R$ 218.829,30 (duzentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta centavos).

OBJETO: **Contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021, da empresa JOÃO CARDINAL LUGO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.333.336/0001-68, localizada a Rua Fulvio Bonato, nº 483, São Francisco de Xavier, CEP. 85.660-000, Dois Vizinhos/PR, para a prestação de serviços médicos: "Plantões Médicos", para atuar junto as Unidades Básicas de Saúde, conforme a necessidade e mediante as solicitações em cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR. Credenciamento nº 03/2025**.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: **JOAO CARDINAL LUGO LTDA**., **CNPJ Nº. 55.333.336/0001-68**, situada na Rua Fulvio Bonato, 483 - CEP: 85660000 - BAIRRO: São Francisco Xavier CIDADE/UF: Dois Vizinhos/PR.

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste, 18/11/2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:E028EC9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
ALTERA O DECRETO Nº 4.799/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 4.805/2025

Altera o Decreto nº 4.799/2025 e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito do Município de São Jorge d'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º O §2º do Art. 2º do Decreto nº 4.799/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"§2º. Excetuam-se ao disposto no *caput* e no §1º deste artigo, somente os servidores de que tratam os incisos I e III do §1º do Art. 1º, bem como os servidores lotados na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente que realizam serviços de inseminação artificial em bovinos, em razão do caráter imprescindível dos serviços prestados."
Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro o do ano de dois mil e vinte e cinco, 62º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:CDDB4133

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE AMOSTRAS DE CAFÉ PARA FINS DE SUBSIDIAR PROCESSOS LICITATÓRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 3.047/2025

SÚMULA: Institui a Comissão Especial de Avaliação Técnica de Amostras de Café para fins de subsidiar processos licitatórios, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D' OESTE, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a necessidade de adquirir produtos de qualidade para o Município, em especial o café destinado ao consumo em repartições públicas, merenda escolar ou programas sociais;
CONSIDERANDO os princípios que regem a Administração Pública e os processos licitatórios, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e do julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
CONSIDERANDO que a avaliação da qualidade do café exige conhecimento técnico específico, sendo necessária a instituição de uma comissão de apoio para realizar a análise de amostras apresentadas em certames licitatórios;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a **Comissão Especial de Avaliação Técnica de Amostras de Café**, de caráter permanente e de assessoramento técnico, com o objetivo de analisar e emitir parecer sobre a qualidade das amostras de café apresentadas por licitantes nos processos de compra realizados pelo Município.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros, designados para um mandato de 2 (dois) anos, atuando sem prejuízo de suas funções originais:
I - Como Presidente:
DANIELA PICININ BOROSKI, nutricionista, matrícula nº 29567345, representante da Secretaria Municipal de Saúde.
II - Como Membros:
JEAN DE SOUZA SILVA, matrícula nº 29567056, Procurador Jurídico Municipal, representante da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças.
VELSI DE FÁTIMA DOS SANTOS ULANOSKI, matrícula nº 15571, Auxiliar de Serviços Gerais, representante da Secretaria de Educação.
Parágrafo único. A função de membro da comissão é considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 3º Compete à Comissão Especial de Avaliação Técnica de Amostras de Café: I - Realizar a análise sensorial das amostras de café apresentadas nos processos licitatórios, em conformidade com as especificações e os critérios de avaliação definidos no respectivo edital; II - Efetuar a análise de forma cega, recebendo as amostras devidamente codificadas e desidentificadas pela Comissão de Contratação ou Pregoeiro responsável pelo certame, a fim de garantir a imparcialidade do julgamento; III - Emitir Parecer Técnico fundamentado, no prazo estipulado pelo edital ou pela autoridade licitatória, atestando a conformidade ou a não conformidade de cada amostra com os requisitos mínimos de qualidade exigidos; IV - Atribuir pontuação às amostras, se o edital prever critério de julgamento por "técnica e preço", seguindo estritamente as regras de pontuação estabelecidas no instrumento convocatório; V - Encaminhar o Parecer Técnico à Comissão de Contratação ou Pregoeiro, que o utilizará como fundamento para decidir sobre a aceitabilidade, classificação ou desclassificação das propostas no que tange ao objeto.
Art. 4º O procedimento de análise seguirá as seguintes etapas: I - A Comissão de Contratação ou Pregoeiro receberá as amostras dos licitantes. II - As amostras serão codificadas, de modo a omitir a identidade do licitante. III - As amostras codificadas serão encaminhadas à Comissão Especial de Avaliação Técnica. IV - Após a emissão do Parecer Técnico, este será juntado aos autos do processo licitatório, tornando-se público para todos os participantes após a fase de julgamento.
Art. 5º Os membros da Comissão deverão guardar sigilo absoluto sobre os debates, as avaliações e os resultados até a divulgação oficial pela autoridade competente do processo licitatório.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.
São Jorge D' Oeste, 18 de novembro de 2025.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:5BA89EDF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 206/2025, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº. 206/2025, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária anual para 2025 – Transposição de Recursos.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 35 da Lei Municipal nº. 1.595, de 28 de outubro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Saudade do Iguaçu para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) destinados ao reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico
Programa: 11 – Saudade com Saúde
Ação: 2.047 – Assistência Farmacêutica
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 337170 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público
Valor em R$: 45.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R$ 45.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura do crédito previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á da transposição de recursos em conformidade com o art. 167, inciso VI da constituição Federal e conforme previsto no art. 35 da lei nº. 1.595, de 28 de outubro de 2024 (LDO 2025), através da redução das despesas orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade com Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 45.000,00

TOTAL DE RECURSOS TRANSPOSTOS R$ 45.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 14 de novembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:7A99BB56

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 208/2025, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº. 208/2025, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para 2025.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.605/2024, de 12 de dezembro de 2024 (LOA 2025):

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Saudade do Iguaçu, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Esporte, Cultura e Lazer em Desenvolvimento
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 4.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Esporte, Cultura e Lazer em Desenvolvimento
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 1.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 5.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Esporte, Cultura e Lazer em Desenvolvimento
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 5.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 5.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 14 de novembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:8A45164E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025 - PMSI

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025-PMSI
PROCESSO N.º 96/2025
REGIDO PELA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 04 de dezembro de 2025, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que tem por objeto a Contratação de Pacote de Viagem Turística, com empresa especializada e com cadastro ativo no CADASTUR, para prestação de serviços turísticos no âmbito do Programa Paraná Mais Viagem, abrangendo transporte, hospedagem, alimentação e acompanhamento técnico durante os roteiros turísticos planejados para os municípios de Francisco Beltrão (PR), Verê (PR), Curitiba (PR) e Morretes (PR), conforme cronograma e diretrizes estabelecidos pela Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU), conforme **TERMO DE CONVÊNIO Nº 0437/2025ETERMO DE CONVÊNIO Nº 00444/2025 e as** especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das **08h01min do dia 04 de dezembro de 2025.**
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **08:30 horas do dia 04 de dezembro de 2025**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.

Saudade do Iguaçu, 18 de novembro de 2025.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:95F5F7AD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2025 - PMSI

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2025-PMSI
PROCESSO N.º 97/2025
REGIDO PELA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 04 de dezembro de 2025, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de plotagem, confecção de adesivos com impressão digital, personalização de veículos, desenvolvimento das artes necessárias, para atender a todas as secretarias e departamentos municipais, de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das **13h01min do dia 04 de dezembro de 2025.**
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **13:30 horas do dia 04 de dezembro de 2025**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do

site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.

Saudade do Iguaçu, 18 de novembro de 2025.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:437E0B12

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 297 2025

PORTARIA Nº 297/2025, de 18 de novembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "e", inciso II, do art. 59, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o **Despacho 4-541/2025**, do Sr. Prefeito Municipal, que determina a adoção de medidas administrativas pertinentes, bem como o procedimento legal aplicável;
CONSIDERANDO que a Secretária Municipal de Saúde manifestou-se no sentido da concessão das licenças, férias, bem como anexou atestado médico datado de 14 de novembro de 2025, com afastamento de 15 (quinze)dias;
CONSIDERANDO a previsão legal para essa contratação, disposta no art. 2º, inciso III, da Lei 1065/16,
CONSIDERANDO a legislação pertinente ao caso;

R E S O L V E:

Art. 1º - AUTORIZAR a contratação direta por prazo determinado de **CAMILA MARIANE TRENTO,** portadora do RG nº 9.***.***-5 SESP-PR, e CPF nº *76.***.***-*0, para desempenhar as funções do cargo de Farmacêutico/Bioquímico 40 horas semanais.

Art. 2º - As atribuições são as mesmas exercidas pelo cargo de Farmacêutico/Bioquímico.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 18 de novembro de 2025.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:429E5DA6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 06/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI

RESOLUÇÃO 06/2025

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, em reunião ordinária realizada no dia 18 de novembro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.427/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o ***TERMO DE ADESÃO E O PLANO DE TRABALHO*** do repasse **Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. Del. 049/2025,** recurso oriundo do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR/PR, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais):
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, 18 de novembro de 2025.

ROBERTO CARLOS RAVANELLI
Presidente CMDPI

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:D3CB801E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 76/2025

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 76/2025
Nº PROC. ADM. 498/2025

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES.

PUBLICAÇÃO: 18/11/2025 09:39
INÍCIO REC. PROPOSTA: 18/11/2025 13:00
FIM REC. PROPOSTA: 27/11/2025 08:00
INÍCIO DISPUTA: 27/11/2025 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 9.419,7400

OBJETO DO PROCESSO

Aquisição de peças automotivas novas, originais e de primeira linha para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, específicas para a máquina pá carregadeira michigan.

OBSERVAÇÕES DO PROCESSO

ARTIGO 75, I, § 7º da Lei 14.133/2021.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link:https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DSJyW0l1xlY_lw75SZw0jY36mCnmu4v31QYfB5BkEQn65Pj%2FAOd1J3EUFQcK4KmoPZaaDhWXd%2F%2Fk_0GO6W6H_r2WLe0MSc2qYSxXT37nzc94%3D

_____
ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS

ABATIÁ-PR - 18/11/2025

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:24059725

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2025

PROCESSO Nº 496/2025

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela

Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: BRM CELEBRATION LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.842.196/0001-15.

OBJETO: A prestação de serviços de show musical a ser realizado no dia 22 de novembro de 2025, às 20h00min, no calçadão municipal, centro de Abatiá/PR, com duração aproximada de 4 (quatro) horas, evento da chegada do Papai Noel e Intervenção Artística de Natal.
VALOR TOTAL: R$ 7.000,00 (sete mil reais).
VIGÊNCIA: 19/11/2025 a 18/12/2025.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:1CCBC535

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2025

PROCESSO Nº 222/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.922.507/0001-72.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços para administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos ou magnéticos (com tecnologias como chip, tarja, NFC, ou QR CODE), incluindo software de gestão, para concessão de benefícios eventuais na modalidade de auxílio alimentação, visando atender famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Abatiá – PR.

VALOR PERCENTUAL TOTAL: -7,67% (sete virgula sessenta e sete por cento negativo)

VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 17/11/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:F9F40B71

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 71/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 71/2025
Processo Adm: Nº 482/2025

Objeto:Aquisição de peças automotivas novas, originais e de primeira linha para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, específicas para o veículo Volare W9 2015/2026, placa BAE1843.
Empresas vencedoras valor total: R$ 5.120,50(cinco mil e cento e vinte reais e cinquenta centavos):53.634.867 JOSE SOARES(53634867000165) com os lotes: 2, 5, 6 no valor total de R$ 407,00 (quatrocentos e sete reais).R BORDIGNON COMERCIO DE PEÇAS(23651325000130) com os lotes: 1, 3, 4, 7, 8 no valor total de R$ 4.713,50 (quatro mil e setecentos e treze reais e cinquenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), terça-feira, 18 de novembro de 2025

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:3A7F46D8

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 72/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 72/2025
Processo Adm: Nº 483/2025

Objeto:Aquisição de peças automotivas novas, originais e de primeira linha para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, específicas para o veículo Volare, modelo Attack 8, ano 2019, placa BCX-9G22.
Empresas vencedoras valor total: R$ 3.890,84(três mil e oitocentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos):R BORDIGNON COMERCIO DE PEÇAS(23651325000130) com os lotes: 1, 3, 8, 11 no valor total de R$ 3.222,50 (três mil e duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).53.634.867 JOSE SOARES(53634867000165) com os lotes: 7 no valor total de R$ 52,00 (cinquenta e dois reais).AVAI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA(50822696000100) com os lotes: 2, 4, 5, 6, 9, 10 no valor total de R$ 616,34 (seiscentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), terça-feira, 18 de novembro de 2025

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:51D88AFD

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 342/2025

Portaria Nº 342, de 17 de Novembro de 2025.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
I – Conceder, ao servidor **WILSON DOMINGUES,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **OPERARIO BRAÇAL,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente ao período de trabalho compreendido entre **2020/2021**, a partir de **17/11/2025,** com retorno em **17/12/2025.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 17 de Novembro de 2025.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:7E7A0CD4

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2025 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2025

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratado: ORIVALDO JOSE JOFRE
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de Grades de Barra de Ferro 3/8 para o Gradeamento do Esgoto da Estação Elevatória do Sistema de Esgoto
Valor Total: R$ 2.254,00 (dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).
Vigência: 18/11/2025 a 17/11/2026.
Dotação Orçamentária: 01.004.17.512.0004.2004 – 33.90.30.24.00

Data: 18 de novembro de 2025.

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Diretor SAMAE

ORIVALDO JOSE JOFRE
Sócio Administrador

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:32C4E083

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 086/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2025

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 19/11/2025 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 05/12/25 às 09h00min.

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS, FISIOTERAPÊUTICOS, OFTALMOLÓGICOS E MOBILIÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NAS RESOLUÇÕES SESA/PR Nº 1.106/2023", Nº 860/2022 E Nº 1.697/2024".**

Valor Máximo: **R$ 182.090,65 (cento e oitenta e dois mil noventa reais e sessenta e cinco centavos).**

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8792.

Almirante Tamandaré, 18 de novembro de 2025.

SANDRA MARIA CUMIN
Agente de Contratação Responsável / Pregoeira

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:E930F52A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2025
•O início do acolhimento das Propostas e Documentação de Habilitação será através da plataforma BNC https://bnc.org.br das 08h00min do dia 19/11/2025 até as 08h30min do dia 11/12/2025.
•A Abertura da Sessão de Disputa de Preços ocorrerá às 09h00min do dia 11/12/2025.
Objeto: "Aquisição de insumos, instrumentos e equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, destinados às Unidades de Saúde do Município de Almirante Tamandaré, por meio da modalidade Pregão Eletrônico, conforme as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste documento, com o objetivo de assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população".
Valor Máximo: R$ 391.793,74 (trezentos e noventa e um mil, setecentos e noventa e três reais e setenta e quatro centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.
Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.
Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8798.
Almirante Tamandaré, 18 de novembro de 2025.

LARISSA LIMA DA CUNHA
Agente de Contratação Responsável / Pregoeira

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:D5E7EC09

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 088/2020

Número Do Processo: 0018.000016999/2025.
OBJETO: Prestação de serviços de consultas médicas nas unidades básicas de saúde, respeitando o teto mensal de atendimento de 2.800 (duas mil e oitocentas) horas, sendo as consultas realizadas por médicos especialistas: clinico generalista, clinico pediatra, clinico ginecologista, urologista, otorrinolaringologia, cardiologia, clinico vascular, neurologia, reumatologia, ortopedia, geriatra, endocrinologia e oftalmologia.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA HIPERMED – SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL.
As partes de comum acordo realizam a prorrogação derradeira e Excepcional do Contrato Administrativo nº 088/2020, por mais 06 (seis) meses, iniciando-se em 22 de novembro de 2025 e finalizando-se em 22 de maio de 2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO.
O valor para a cobertura financeira da execução contratual no período prorrogado previsto na cláusula primeira será de R$ 3.673.937,74 (três milhões seiscentos e setenta e três mil novecentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos), considerando o valor da hora de R$ 174,95 (cento e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESCISÃO ANTECIPADA.
O contrato poderá ser rescindido, a critério da Administração, amigavelmente, antes do fim da vigência prevista na Cláusula Primeira, em virtude de nova contratação oriunda de processo licitatório em andamento protocolo nº 0018.000016771/2025.
Parágrafo Único: Em caso de rescisão antecipada a critério da Administração, a contratada será comunicada com 30 dias de antecedência.

Data da Assinatura: 06/11/2025.

Almirante Tamandaré, 18 de novembro de 2025.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:4D4E4002

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 256/2024

Número Do Processo: 0018.000016581/2025.
OBJETO: Aquisição de combustíveis (diesel S10) para abastecimento dos veículos e equipamentos pesados da frota municipal.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
As partes, de comum acordo, prorrogam os prazos de execução e vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, com data de início em 04 de novembro de 2025 e término em 04 de novembro de 2026.

Data da Assinatura: 04/11/2025.

Almirante Tamandaré, 18 de novembro de 2025.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:C79CEC96

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 209/2021

Número Do Processo: 0018.000017074/2025.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, envolvendo o licenciamento de uso de software, em ambiente web e sob o modelo de computação em nuvem, para gestão municipal.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DE PRAZO.
Prorrogam-se os prazos de execução e vigência do contrato administrativo nº 209/2021, nos termos do art.57, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/1993, por mais 40 (quarenta) dias, com início em 10 de novembro de 2025 e término em 19 de dezembro de 2025.

Data da Assinatura: 10/11/2025.

Almirante Tamandaré, 18 de novembro de 2025.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:4F0DE3E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 125/2025 (DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2025)

ATO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 125/2025 (DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2025)

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, Sra. Elza Aparecida da Silva, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 125/2025, referente à Dispensa de Licitação nº 041/2025;
CONSIDERANDO o Despacho nº 014/2025, emitido pelo Agente de Contratação, que relatou a existência de vícios insanáveis de legalidade que maculam todo o procedimento;
CONSIDERANDO o **vício de objeto**, pois os atos homologados aprovaram "Ensaio de sondagem SPT", em total desacordo com a necessidade de "Ensaios de CBR/ISC" definida no planejamento original (DFD/ETP);
CONSIDERANDO o **vício de quantidade**, pois os atos homologados aprovaram 34.008,89 m² de levantamento topográfico, em desacordo com os 17.500 m² justificados na fase de planejamento, sem motivação para a duplicidade da medição;
CONSIDERANDO que o Extrato de Contrato nº 077/2025 é nulo, pois seu objeto e quantidades divergem dos atos de homologação;
CONSIDERANDO que a soma destes vícios viola o princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, tornando impossível a execução contratual;
CONSIDERANDO o poder-dever da Administração de anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade (Princípio da Autotutela, Súmula 473 do STF) e o disposto no Art. 147 da Lei nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **ANULADO** o Processo Administrativo nº 125/2025 e todos os atos dele decorrentes, incluindo a Ata de Adjudicação, o Ato de Homologação e o Extrato de Contrato nº 077/2025, por vício insanável de legalidade.
Art. 2º - Determinar a instauração de novo processo de contratação, que seja instruído corretamente desde a fase de planejamento, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Administração.
Art. 3º - Publique-se este ato nos mesmos meios em que foram publicados os atos originais.

Altamira do Paraná, 18 de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:5580A859

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2025 TIPO: REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 26/2025
Processo Administrativo nº 112/2025
Tipo: Registro de Preços

A Autoridade Competente do Município de Altamira do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 14.133/2021, após a verificação da regularidade de todas as etapas do procedimento licitatório, adjudica e homologa o resultado do Pregão Eletrônico nº 26/2025, conforme segue.

I – DA ADJUDICAÇÃO
O objeto do certame é adjudicado às empresas classificadas como vencedoras de cada lote, conforme resultado disponibilizado na plataforma eletrônica.

No Lote 3, registra-se a desclassificação de uma das licitantes, prosseguindo-se à análise das demais propostas válidas. Após a reclassificação, o lote foi adjudicado à empresa J. GOUVEA DE ASSIS & CIA LTDA – CNPJ: 07822376000120.

II – DA HOMOLOGAÇÃO
Concluída a fase de adjudicação e verificada a conformidade do processo, a Autoridade Competente homologa o resultado do Pregão Eletrônico nº 26/2025, autorizando a formalização das Atas de Registro de Preço e demais providências administrativas necessárias para a contratação.

III – DISPOSIÇÕES FINAIS
O presente Termo deverá ser publicado no Portal da Transparência e nos demais meios oficiais, passando a produzir seus efeitos legais a partir desta data.
Altamira do Paraná – PR, 18 de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Douglas Rodrigo Toflinski
Código Identificador:F93406E1

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO Nº 066/2025

Institui formalmente a Rede de Proteção Social no Município de Altamira do Paraná e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO os princípios da política de Assistência Social, da Proteção Integral e Intersetorialidade das Políticas Públicas;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir atendimento articulado e eficaz às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social;
CONSIDERANDO a importância do fortalecimento das ações integradas entre os diversos órgãos e instituições que atuam na garantia de direitos no município;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Altamira do Paraná, a Rede de Proteção Social, com o objetivo de articular e integrar ações intersetoriais voltadas à garantia de direitos e à proteção de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e demais populações em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Art. 2º A Rede de Proteção será composta por representantes dos seguintes orgãos e instituições:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – Conselho Tutelar;
III – Secretaria Municipal de Saúde;
IV – Secretaria Municipal de Educação;
V – CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;
VI – CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
VII – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
VIII – Ministério Público (quando houver articulação);
IX – Polícia Militar e Civil;
X – Demais organizações governamentais e não governamentais que atuem na proteção social no município.

Art. 3º Compete à Rede de Proteção:

I – Realizar atendimento intersetorial e articulado às situações de vulnerabilidade e violação de direitos;
II – Promover o fluxo de encaminhamentos entre os órgãos envolvidos, com base em protocolos estabelecidos;
III – Elaborar estratégias conjuntas para prevenção e enfrentamento de situações de risco;
IV – Realizar reuniões mensais para avaliação de casos e definição de ações;
V – Contribuir com a construção de políticas públicas locais de proteção social.

Art. 4º A coordenação da Rede de Proteção ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, que atuará como articuladora e facilitadora das ações em conjunto com os demais órgãos integrantes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 059/2025.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:4D12E9D2

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO AUDIÊNCIA PÚBLICA – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O Município de Altamira do Paraná, por sua Prefeita Municipal ELZA APARECIDA DA SILVA, em cumprimento à decisão judicial, CONVIDA todos os BENEFICIÁRIOS, e demais interessados a participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre o processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA.

Data: 03 de dezembro de 2025
Horário: 18h00min
Local: Casa da Cultura – Altamira do Paraná
Durante a audiência serão apresentadas informações sobre o processo de regularização.
A audiência será presidida pelo Juiz de Direito da Comarca de Campina da Lagoa

Altamira do Paraná, 18 de novembro 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:0C55B924

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 05/2025 – PSS Nº 03/2025

EDITAL N° 01/2025 DO PSS Nº 03/2025

LEI MUNICIPAL Nº 608/2019

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 05/2025

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – PR

CONTRATADO: RICARDO ANTONIO DE OLIVEIRA

DO OBJETO: O presente contrato de trabalho por tempo determinado tem como objeto a contratação para o exercício do cargo de MECÂNICO (TEMPORÁRIO), com carga horária de 40 horas semanais.

DA VIGÊNCIA: 17 de novembro de 2025 à 16 de novembro de 2026.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.860,08 (hum mil, oitocentos e sessenta reais e oito centavos) não será reajustado enquanto durar o contrato, salvo quando interesse exclusivo do CONTRATANTE em conformidade as legislações vigentes.

Altamira do Paraná, PR 17 de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:244A2080

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 06/2025 – PSS Nº 03/2025

EDITAL N° 01/2025 DO PSS Nº 03/2025

LEI MUNICIPAL Nº 608/2019

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 06/2025

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – PR

CONTRATADO: ANDERSON JOSÉ COELHO DOS SANTOS

DO OBJETO: O presente contrato de trabalho por tempo determinado tem como objeto a contratação para o exercício do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS (TEMPORÁRIO), com carga horária de 40 horas semanais.

DA VIGÊNCIA: 18 de novembro de 2025 à 17 de novembro de 2026.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) não será reajustado enquanto durar o contrato, salvo quando interesse exclusivo do CONTRATANTE em conformidade as legislações vigentes.

Altamira do Paraná, PR 18 de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:ABA6464E

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA N°. 473/2025

SÚMULA: Dispõe sobre designação de gestor e fiscal de Convênio com a Secretaria do Turismo.

A Prefeita Municipal Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
RESOLVE:
Art. 1° - Designar o Servidor Público Municipal Ademar Klein, matrícula n°
508966, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Turismo, portador do RG n°. XX0.224-X e CPF n° XXX.281.369-XX, como gestor do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao Evento Reveillon.

Art. 2° - Designar o Servidor Público Municipal JACKSON ARCHIMEDES CABREIRA matrícula n° 509072, ocupante do cargo de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, portador do RG n°. XX.914.657-X e CPF n°. XXX.953.319-XX, como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao Evento Reveillon.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, 18 de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:B91108C0

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 467/2025

SÚMULA: Concede férias regulamentares ao servidor público municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 17 (dezessete) de novembro de 2025, **30 (trinta) dias de FÉRIAS** ao servidor **OCIMAR PEREIRA,** matrícula funcional nº **12700**, ocupante do cargo efetivo de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO, lotado na Unidade Básica de Saúde, referente ao período aquisitivo de 31/03/2024 à 30/03/2025, em conformidade com Art. 67, Inciso 1º da Lei nº 130/2005.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:5C8E2F83

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 468/2025

SÚMULA: Concede férias regulamentares à servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*
CONSIDERANDO a previsão legal de fracionamento do período das férias.

RESOLVE
***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 17 (dezessete) de novembro de 2025, 15 (quinze) dias de FÉRIAS à servidora **MARIA APARECIDA BARBOSA SOARES,** matrícula funcional nº **12440**, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada no Hospital Municipal, referente ao período aquisitivo de 16/04/2024 à 15/04/2025, em conformidade com Art. 67, Inciso 1º da Lei nº 130/2005 e Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:2472A1AA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 469/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo em comissão.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

R E S O L V E

***Art. 1º - EXONERAR** a partir do dia 17 (dezessete) de novembro de 2025, o servidor **JACKSON ARCHIMEDES CABREIRA**, matrícula funcional nº **509014**, do cargo em comissão de **DIRETOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS CC-III,** lotado no Paço Municipal.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:6865B4FA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 470/2025

SÚMULA: Concede férias regulamentares ao servidor público municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*
RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 17 (dezesseis) de novembro de 2025, **30 (trinta) DIAS DE FÉRIAS** ao servidor ao servidor **JOSE MARIA SOARES,** matrícula funcional nº **13404**, ocupante do cargo de VIGIA, lotado no Pátio Rodoviário, referente ao período aquisitivo de 17/11/2024 à 16/11/2025, em conformidade com Art. 67, Inciso 1º da Lei nº 130/2005.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:A230C884

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 471/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidor em cargo em comissão.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

R E S O L V E

***Art. 1º - NOMEAR** a partir do dia 18 (dezoito) de novembro de 2025, o Sr. **JACKSON ARCHIMEDES CABREIRA**, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade **RG nº XX.914.657-X-SSP/PR** e inscrito no **CPF nº XXX.953.319-XX**, para ocupar o cargo em comissão de **ASSESSOR DE PLANEJAMENTO-CC-II,** lotado no Paço Municipal.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:44E323BB

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 472/2025

SÚMULA: Concede férias regulamentares à servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 18 (dezoito) de novembro de 2025, **30 (trinta) dias de FÉRIAS** à servidora **ILDA FELIX PEREIRA DE OLIVEIRA,** matrícula funcional nº **14114**, ocupante do cargo efetivo de GARI, lotada no Hospital Municipal, referente ao período aquisitivo de 28/08/2024 à 27/08/2025, em conformidade com Art. 67, Inciso 1º da Lei nº 130/2005.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:D3512D03

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO N. 01/2025

Termo de fomento que entre si celebram o Município de Altamira do Paraná e a APMF – Associação de pais, mestres e funcionários do Colégio Estadual de Altamira do Paraná, para apoio e implantação de projetos educativos e culturais e contraturno escolar.

CONCEDENTE: Município de Altamira do Paraná, Pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n° 78.069.143/0001-47, com sede à Rua Cantu, 180, neste ato Representada pelao Exma. Sra. Prefeita Municipal, Senhora Elza Aparecida da Silva, inscrito no CPF n. XXX.135.609-XX, residente e domiciliado na cidade de Altamira do Paraná.
TOMADOR: Associação de pais, mestres e funcionários do Colégio Estadual de Altamira do Paraná - APMF, pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n. 79.321.725/0001-31, com sede à Rua João Aparecido Moraes, s/n, centro, na cidade de

Altamira do Paraná, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Presidente, Senhora Claudia Elena dos Santos, inscrita no CPF/MF n. xxxxxx.
As partes acima identificadas resolvem celebrar o presente termo de fomento, nos termos das cláusulas a seguir especificadas:
DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio será regido pelo disposto na Lei 13019/2014, Lei Municipal n° 761/2024, bem como, pela Resolução n° 28/2011 e Instrução Normativa n° 61/2011, ambos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, normas pertinentes da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Lei Organica Municipal (art 71-A).
SUB-CLÁUSULA ÚNICA – Integra o presente Convênio, para todos os efeitos, obrigando-os em todos seus termos, a Resolução n. 28/2011 e Instrução Normativa n. 61/2011, ambos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA FIXAÇÃO DO TOMADOR DE RECURSOS
(artigo 5º da Resolução n. 28/2011)
CLÁUSULA SEGUNDA - Os critérios para escolha do tomador de Recursos foram os seguintes:
I- as finalidades institucionais do tomador de recursos são compatíveis com as atividades previstas no objeto.
II. Atendimento à emendas parlamentares conforme disposto no art. 71-A da Lei Organica Municipal;
III– Atendimento à Lei 761/2024 (LDO 2024).
DO OBJETO
CLÁUSULA TERCEIRA - Constitui objeto do presente Convênio a transferência de recursos financeiros previstos no Orçamento Fiscal do CONCEDENTE ao TOMADOR para implantação de projetos educativos e culturais e contraturno escolar, a ser executado conforme as clausulas seguintes.
CLÁUSULA QUARTA - O objeto será executado da seguinte forma: O objeto do convênio é o mesmo objeto-fim da Convenente e deverão seguir o Plano de trabalho, que faz parte deste termo de convenio.
DA FINALIDADE
CLÁUSULA QUINTA - As razões que justificam a formulação do presente Contrato são as seguintes:
Atendimento ao art. 71-A da Lei Organica Municipal;
Apoio e implantação de programas educacionais e culturais, contribuindo para o crescimento educativo, cultural, esportivo e social do Municipio de Altamira do Paraná.
DAS METAS
(artigo 6º, I da Resolução TCE/PR n. 28/2011)
CLÁUSULA SEXTA - As metas estão descritas no Plano de Trabalho, que faz parte deste termo de convenio.
DO VALOR
(artigo 6º, II da Resolução TCE/PR n. 28/2011)

CLÁUSULA SÉTIMA - O CONCEDENTE transferirá ao TOMADOR, a importância total de R$ 33.456,73 (Trinta e trez mil, quatrocentos e cinquenta e seis Reais e setenta e três) e será destinado à execução do objeto conforme Plano de Trabalho aprovado e que faz parte deste termo de convenio.
DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
CLÁUSULA OITAVA - Os Recursos serão liberados conforme cronograma especificado no Plano de trabalho;
CLÁUSULA NONA - As parcelas da transferência voluntária serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso constante na cláusula anterior, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:
I– quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do ato de transferência voluntária, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas pactuadas básicas;
II– quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela entidade concedente dos recursos, pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e pelo Tribunal de Contas;
III- quando for descumprida, pela entidade tomadora dos recursos ou executor, qualquer cláusula ou condição prevista no ato de transferência voluntária.
§ 1º. A liberação das parcelas será suspensa definitivamente na hipótese de rescisão ou extinção do ato de transferência voluntária, sem prejuízo da prestação de contas das parcelas anteriormente liberadas e das eventuais responsabilidades pelos atos imputados como irregulares.
§ 2º. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do ato de transferência voluntária, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas e aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Tesouro do Concedente no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial em face do responsável, providenciada pela autoridade competente da entidade titular dos recursos, nos termos do Regimento Interno do Tribunal e demais legislações aplicáveis ao caso, limitado ao valor do repasse neste ato estabelecido acrescido dos rendimentos da aplicação financeira.
§ 3º. A transferência de recursos em desacordo com esta Cláusula implicará na responsabilização da Autoridade ou Servidor que der causa.
CLÁUSULA DÉCIMA - Os valores serão repassados através de depósito em conta corrente específica de movimentação, a saber, Conta Corrente n. 21118-4, Agência do Banco do Brasil n. 1713-2.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os recursos repassados e a contrapartida financeira, quando prevista no presente termo de transferência, deverão ser depositados e movimentados na mesma conta corrente específica em instituição financeira oficial;
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos mencionados no caput deverão ser aplicados financeiramente em caderneta de poupança de instituição financeira oficial ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos da dívida pública.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As receitas financeiras auferidas na forma da cláusula anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do termo de transferência e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os recursos da conta específica somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas no plano de aplicação.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A movimentação dos recursos somente poderá ocorrer mediante ordem bancária, transferência eletrônica ou outra modalidade preferencialmente eletronica que identifique a destinação dos recursos e, no caso de pagamento, o credor.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A contrapartida, quando houver, deverá ser depositada, no mínimo, proporcionalmente, na mesma data da liberação da primeira ou da única parcela da transferência ou conforme estabelecido no ato da transferência ou no cronograma de desembolso.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O saldo final da conta corrente específica deverá ser recolhido pelo tomador dos recursos à conta da concedente.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para determinação do saldo a ser restituído, a comprovação das despesas ocorrerá, primeiramente, sobre o montante da contrapartida financeira.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA
(artigo 6º, III da Resolução TCE/PR n. 28/2011)
CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Convênio vigerá por 12 meses a partir da data de publicação.
CLÁUSULA VIGÉSIMA - A data de celebração do presente Convênio é a prevista no final deste Termo.
DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Compete ao CONCEDENTE:
Repassar os recursos financeiros ao TOMADOR; Supervisionar e fiscalizar a execução do objeto
Encaminhar a prestação de contas prestada pelo tomador ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (artigo 5º § 3º da Resolução TCE/PR n. 28/2011);
DAS OBRIGAÇÕES DO TOMADOR
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Compete ao Tomador:
Promover a execução do objeto deste Convênio na forma e prazos estabelecidos;

Aplicar os recursos discriminados exclusivos na consecução do objeto;
Observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;
Permitir e facilitar ao CONCEDENTE o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do objeto do Convênio;
Comprovar o bom e regular emprego dos recursos recebidos, bem como dos resultados alcançados;
Manter o CONCEDENTE informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Convênio;
Não substabelecer as obrigações assumidas sem anuência expressa do CONCEDENTE;
Prestar contas ao CONCEDENTE;
garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno, dos Servidores do Concedente e dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.
Manter o valor do repasse depositado em conta corrente específica de movimentação dos recursos;
Proceder o pagamento de todos os encargos sociais inerentes ao objeto.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - As contas deverão ser prestadas no último mês de vigência do presente termo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - O procedimento administrativo para a formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas do ato de transferência deverá ser instruído com a documentação prevista na Instrução Normativa n. 61/2011.

DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIA - SIT
(artigo 25 e seguintes da Resolução TCE/PR n. 28/2011)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - O Concedente e o Tomador deverão informar e atualizar os dados exigidos pelo sistema integrado de transferência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

DA INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(artigo 6º, IV da Resolução TCE/PR n. 28/2011)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Os recursos para atendimento do objeto deste Convênio indicado em estrita conformidade com a Lei Orçamentária 764/2024, e suas alterações, e demais atos normativos aplicáveis, é o seguinte:

05.004.12.361.0009.2025 - ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.50.43.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS.....R$ 33.456,73

DA FISCALIZAÇÃO
(artigo 20 e artigo 6º, V e VI da Resolução TCE/PR n. 28/2011)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Além da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, a execução do objeto da transferência será fiscalizada pelo concedente, através dos Fiscais Responsáveis previsto no parágrafo primeira desta cláusula, pelo Sistema de Controle Interno do Concedente e pelo tomador dos recursos, por meio de sua Unidade Gestora de Transferência.

§ 1º - Os integrantes do quadro de pessoal efetivo do Concedente, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do objeto do presente termo, profissionais detentores de qualificação técnica compatível para a análise da execução do objeto a ser aferido, são os seguintes Servidores:

NOME DO SERVIDOR	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO	CPF
Cristiano de Castro Klipe	Contador	Responsável Técnico	xxx.774.149-xx
Gilmara do Couto Lopes	Secretária de Educação	Fiscal	xxx.692.458-xx
Joseane Ribeiro dos Santos Vaz	Assessor Técnico	Controle Interno	xxx.259.049-xx

2º - Os Integrantes da Unidade Gestora de Transferência do Tomador são os seguintes Membros da Entidade:

NOME DO MEMBRO	FUNÇÃO NA UGT	CPF
Gisele Aparecida Martins Dias	Fiscal	XX0278XX

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - O acompanhamento e fiscalização do objeto do presente termo deverá ocorrer por meio de relatórios, inspeções, visitas e a emissão de certificado ou relatórios, conforme especificado na Resolução TCE/PR n. 28/2011 e Instrução Normativa TCE/PR n° 61/2011, especificamente:
I- Termo de Acompanhamento e Fiscalização, emitido sempre que houver alguma verificação ou intervenção do fiscal responsável, onde deverá documentar a atividade ocorrida, bem como a condição em que se encontra a execução do objeto naquele momento, destacando inclusive, a omissão do tomador dos recursos quando não houver a execução do objeto ou divergências deste em relação ao pactuado;
II- Certificado de Cumprimento dos Objetivos: documento que certifica o cumprimento integral do objeto do termo de transferência.
Subcláusula única – Nos documentos emitidos pelos técnicos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do objeto deverão constar nome, assinatura, matrícula funcional e número do ato da autoridade que o designou para a fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos, com a respectiva data de emissão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - Compete ao Controle Interno do concedente, no exercício de sua função constitucional, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da transferência, podendo interferir a qualquer momento, e devendo emitir relatório circunstanciado sobre a execução da objeto da transferência, contendo, no mínimo, o seguinte:
I – histórico de acompanhamento da execução do termo de transferência, apontando eventuais suspensões de repasse, a motivação das suspensões e as medidas saneadoras adotadas;
II– manifestação conclusiva do órgão concedente sobre a regularidade da aplicação dos recursos, considerando o cumprimento dos objetivos e das metas, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes e às cláusulas pactuadas.
III– a qualidade do serviço prestado ou da obra executada;
IV– a avaliação das metas e dos resultados estabelecidos pelo termo de transferência, contendo um comparativo analítico entre a situação anterior e a posterior à celebração do termo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - Compete à UGT do Tomador:
I– controlar a aplicação dos recursos no objeto pactuado;
II– controlar a movimentação financeira a partir do momento da celebração do termo de transferência;
III– aferir as despesas pertinentes à execução do ato de transferência;
IV– acompanhar o cumprimento e avaliar as metas pactuadas com o concedente dos recursos;
V– elaborar parecer ou relatório sobre a execução do termo de transferência;
VI– informar o Tribunal de Contas sobre qualquer ilegalidade ou irregularidade na execução do termo de transferência, sob pena de responsabilidade solidária de seus integrantes pelo ato irregular ou ilegal.
§ 1º As atividades da UGT deverão ser exercidas de forma concomitante com os atos controlados.
§ 2º A instituição da UGT não exime os gestores e os ordenadores das despesas da responsabilidade pessoal pela execução do termo de transferência.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - São vedadas:
I– realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar, ressalvadas as despesas de caráter indenizatório; dos custos administrativos, devidamente motivados e detalhados em planilhas;
II– pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado, integrante de quadro de pessoal da entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
III– utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
IV– realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
V– atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
VI– realização de despesas com taxas bancárias, decorrentes de culpa do agente da entidade tomadora dos recursos;
VII– realização de despesas com multas, juros ou atualização monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, decorrentes de culpa do agente do Tomador;
VIII– transferência de recursos a terceiros que não figurem como parte no objeto do ato de transferência;
IX– uso dos recursos com fins lucrativos.

DA EXECUÇÃO

(artigo 16 e seguintes da Resolução TCE/PR n. 28/2011)
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA- O Tomador se obriga a empregar os recursos exclusivamente para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo termo de transferência.
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - O Tomador deverá garantir o livre acesso, a qualquer tempo, dos servidores dos sistemas de controle interno e externo a todos os atos, fatos e documentos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado.
CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Na contratação de Materiais e serviços, o Tomador deverá observar os princípios inerentes à utilização de valores e bens públicos, entre os quais o da moralidade, da impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia.
§ 1º O atendimento ao princípio da economicidade deverá ser comprovado mediante prévia pesquisa de preços junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores do ramo do bem ou do serviço a ser adquirido, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica.
§ 2º Os orçamentos deverão estar datados e discriminados de maneira que permitam comprovar que foi assegurada a isonomia aos interessados para fornecer o bem ou o serviço cotado.
§ 3º É vedada a contratação de dirigentes da entidade tomadora dos recursos ou de seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, ou de empresa em que estes sejam sócio cotistas, para prestação de serviços ou fornecimento de bens.
CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - A comprovação das despesas efetuadas se dará por notas fiscais e demais documentos comprobatórios, revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter, além da descrição do bem ou do serviço adquirido, expressa menção ao número do convênio, seguido do ano e do nome ou da sigla do órgão concedente.
Parágrafo único. O documento emitido deve ser legível, sem rasuras, e constar certificação do responsável pelo recebimento das mercadorias ou serviços prestados
DAS PENALIDADES E HIPÓTESES DE RESCISÃO
(artigo 6º, V e VI da Resolução TCE/PR n. 28/2011)
CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - O inadimplemento de cláusulas pactuadas no ato de transferência voluntária constitui motivo de rescisão, feita pela entidade concedente dos recursos, particularmente quando constatadas as seguintes situações:
I– Utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
II– Falta de apresentação das prestações de contas parcial e final, na forma e nos prazos estabelecidos nesta Resolução e em demais atos normativos aplicáveis ao caso.
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - A rescisão do ato de transferência voluntária, na forma da cláusula anterior, enseja a instauração da competente tomada de contas, nos termos do
Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais legislações aplicáveis ao caso.
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SETIMA - O tomador restituirá ao Tesouro Municipal, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:
a)quando não for executado o objeto do ato de transferência voluntária;
b)quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;
c)quando os recursos forem utilizados para finalidade diversa da estabelecida no presente contrato ou em desacordo com o plano de aplicação apresentado pelo TOMADOR;
e)Quando o TOMADOR deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo CONCEDENTE ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno
CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - O não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Convênio impedirá o Tomador de receber novos recursos do CONCEDENTE.
DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - É parte integrante do presente Convênio, o Plano de Trabalho anexo.
CLÁUSULA QUADRIGÉSIMA - Fica estabelecida a obrigatoriedade de restituição ao CONCEDENTE, de eventual saldo de recursos, inclusive os oriundos de rendimentos da aplicação financeira ou de receitas realizadas em razão da execução do objeto, na data de sua conclusão ou extinção, limitado ao valor do repasse neste ato estabelecido acrescido dos rendimentos da aplicação financeira.
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - A situação de regularidade da entidade tomadora dos recursos, para efeito de recebimento dos valores objeto do presente Convênio será comprovada mediante a apresentação, no mínimo, dos seguintes documentos:
I– Certidão liberatória, expedida pelo Tribunal de Contas, para os repasses de transferências voluntárias estaduais e municipais;
II– Certidão liberatória municipal, que se acha em dia quanto às prestações de contas de transferências voluntárias municipais, nos
termos do art. 25, § 1º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
III– certidão negativa quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos junto a entidade concedente dos recursos, nos termos do art. 25, § 1º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
IV– Certidões negativas do INSS e FGTS;
V– Comprometimento em atender os princípios da economicidade, eficiência e eficácia na execução do programa;
Parágrafo Único. Poderá ser exigida a comprovação da situação de regularidade de que trata os incisos I à IV desta Cláusula por ocasião da liberação de cada parcela da transferência voluntária.
DO ADITIVO
(artigo 6º § 1º da Resolução TCE/PR n. 28/2011)
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - As condições deste termo de transferência, originalmente celebrado entre as partes, somente podem ser alteradas mediante a celebração de regular termo aditivo, o qual deverá ser publicado no órgão oficial de imprensa da concedente.
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - A aplicação dos recursos de forma diversa do que houver sido originalmente estabelecido pelo Plano de Trabalho exige a prévia alteração deste e sua aprovação pela concedente, observada, sempre, a compatibilidade com o objeto.
DOS CASOS OMISSOS
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - Os casos omissos oriundos da execução do presente Convênio serão dirimidos à luz da Resolução n. º 28/2011, alterada pela Resolução n. º 46/2014, e Instrução Normativa n. º 61/2011, do tribunal de Contas do Estado do Paraná.
DO FORO
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - As Partes elegem o foro da Comarca de Campina da Lagoa, Estado do Paraná, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Convênio, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por assim acordarem, os partícipes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente Convênio, que lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presentes.
Altamira do Paraná, 13 de Novembro de 2025.

Município de Altamira do Paraná
ELZA APARECIDA DA SILVA

APMF –Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual de Altamira do Paraná
CLAUDIA ELENA DOS SANTOS

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:B88312C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº103/2025

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o feriado nacional do dia 20 de novembro de 2025(ConsciênciaNegra);

Decreta

Art. 1º Ponto facultativo no Poder Legislativo Municipal o dia 21/11/2025(sexta-feira), voltando a Câmara Municipal de Amaporã a atender em horário normal de expediente nos dias úteis subsequentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.

Amaporã-PR, em 18de novembro de 2025.

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA
Presidente

Publicado por:
Zeneide Aparecida Rocha Fonseca
Código Identificador:D4AD5E45

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº103/2025

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o feriado nacional do dia 20 de novembro de 2025(ConsciênciaNegra);

Decreta

Art. 1º Ponto facultativo no Poder Legislativo Municipal o dia 21/11/2025(sexta-feira), voltando a Câmara Municipal de Amaporã a atender em horário normal de expediente nos dias úteis subsequentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.

Amaporã-PR, em 18de novembro de 2025.

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA
Presidente

Publicado por:
Zeneide Aparecida Rocha Fonseca
Código Identificador:2552EFEE

LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 052/2025 AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES

REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2025
SRP Nº 048/2025

Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E REPOSIÇÃO DO MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO, UTENSÍLIOS E DEMAIS ITENS DE SUPORTE UTILIZADOS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ/PR
conforme Termo de Referência Anexo I, deste Edital. para 12 meses. Valor Máximo de **R$ 355.956,85.**

Data da sessão: 03/12/2025.
Horário: 09h00min (**Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF**).
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as **08h59min** do dia **03/12/2025.**
Local de Realização do Pregão: (https://comprasbr.com.br/)

Amaporã/PR, 18 de novembro de 2025.

ROSÂNGELA ALEXANDRE DE ANDRADE
Pregoeira

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:94D5C573

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 270/2021 - ID 2457

Processo administrativo nº 116/2021
Tomada de Preços nº 003/2021

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob o nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: PUBLIPREV – CONSULTORIA PREVIDENCIARIA SS LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 07.792.568/0001-31.

DO OBJETO TERMO ADITIVO CONTRATADO:
Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**, do contrato originário, que constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Consultoria Previdenciária em Regime Próprio de Previdência Social RPPS, para o período de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações do **Anexo I**, constantes do **Processo Administrativo nº 116/2021**, modalidade da **Tomada de Preços nº 003/2021** e seus Anexos, homologado em 17/11/2021. **DA VIGÊNCIA** – O prazo de vigência deste contrato é de12 meses,sendo renovado via termo aditivo, pelo mesmo período, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, dispensado o termo de prorrogação nos moldes do artigo 62 do mesmo diploma legal, exceto se comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias por qualquer das partes.

Justificativa: A referida prorrogação contratual se justifica referente ao objeto do presente instrumento tendo em vista a complexidade das leis que envolvem a reforma previdenciária a qual deve ser implantada no RPPS, visando a obtenção e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária junto ao Ministério da Previdência; Consultoria no cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas pelas Leis Nºs 9.717/98, 10.887/04, E.C. 20/98, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019, e regulamentações emanados pela SPREV, relacionados a concessão de benefícios previdenciários; Portarias n.º, 464/2018, 519/2011 e 9.907/2020. Considerando que o Instituto de Previdência municipal não detém em seu quadro de agentes profissional habilitados para exercício e acompanhamento das atividades exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado, bem como pelo Ministério da Previdência, Leis n°s 9.717/98, 10.887/04, E.C. 20/98, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019, e regulamentações emanados pela SPREV, e ainda, considerando a ausência de agentes necessários e suficientes para realização de atividades, visto a impossibilidade de realizar qualquer tipo de contratação que resulte em aumento de despesas de natureza "gastos com pessoal", é evidente a necessidade da contratação a fim de evitar prejuízos. Logo, no presente caso, a prorrogação atende os requisitos legais. Para a

referida prorrogação há previsão contratual conforme Cláusula Contratual e previsão legal conforme o Inciso II, do art. 57, da Lei 8666/93.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
A **vigência** do presente termo aditivo do contrato passa a ser de **19.11.2025 a 18.11.2026**.

DO VALOR DO TERMO ADITIVO:
O valor mensal originalmente contratado de **R$ 3.500,00** (Três mil e quinhentos reais**)**, totalizando **R$ 42.000,00 (**Quarenta e dois mil reais**)** O Valor Total do presente Termo Aditivo de contrato passa a ser **R$ 3.730,30 (**três mil, setecentos e trinta reais e trinta centavos**),** mensais, totalizando **R$ 44.763,60 (**Quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos**)**, em decorrência do reajuste aplicado conforme o índice do INCC-M, observando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

DOS RECURSOS FINANCEIROS:
Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, do exercício de 2025, através das dotações abaixo:

05001041220003201133903500000 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

DA LICITAÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL:
O presente termo aditivo encontra-se amparado e fundamentado no artigo 57, § 2º, da Lei nº 8.6666/93.

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Amaporã/PR, em 18 de novembro de 2025.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN -
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:3092D1E9

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 218/2024

DECRETO Nº 218/2024

Súmula: Dispõe sobre designação de servidor para exercer a função de "DIRETOR DEPTO DE FINANCAS", cumulativamente com seu cargo.

MARCOS MARIN, Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
Considerando as disposições do artigo 25 da Lei Municipal n.138/2008 alterada pela Lei Municipal 261/2009.

DECRETA

Art. 1º Fica designada a servidora Municipal efetiva a Sra. **FLORENÇA THAIS CASTRO BORGES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.426.030-6–SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 069.903.109-52, lotada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, para exercer a Função Gratificada de **"DIRETOR DEPTO DE FINANCAS" cumulativamente** com seu cargo, percebendo o seu vencimento básico acrescido da gratificação símbolo GFC - 01, a partir do dia **18/11/2025**.
Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:87B6944F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 217, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO N°. 217, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

"Dispõe sobre a criação da Equipe Gestora do Programa Municipal de Educação Ambiental para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos – PMEARSU, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMAPORÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), que estabelece a gestão integrada e o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795/1999), que define a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a educação ambiental de forma continuada, visando à redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos no Município;
CONSIDERANDO a importância da participação intersetorial e do apoio técnico especializado para a implementação do Programa Municipal de Educação Ambiental para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos – PMEARSU;
DECRETA:
Art. 1º) - Fica criada a **Equipe Gestora do Programa Municipal de Educação Ambiental para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos – PMEARSU**, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações de educação ambiental voltadas para a gestão adequada dos resíduos sólidos no Município de Amaporã – PR.

Art. 2º) - A Equipe Gestora será composta por:
I – Representante Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente - Secretaria de Administração:
Onofre De Oliveira Neto.
II – Representante da Secretaria de Saúde:
Karina De Souza dos Santos Lehn.
III - Representante Diretor do Departamento de Viação Obras e Serviços Urbanos - Secretaria de Administração:
Marcos dos Santos de Amo.
IV - Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:
Fernando Henrique Ottesbach Vicente.
V - Representante da Secretaria de Assistência Social:
Paulo Fernandes Alves.
VI - Representante do Gabinete:
Heberton Oliveira Boni Souza.
VII – Representante da Engenharia:
Vinicius Mateus Paltanin Silva.
VIII – Representantes da empresa contratada pelo Município para apoio técnico especializado.
§1º – A coordenação da equipe ficará sob responsabilidade do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente - Secretaria de Administração.

Art. 3º) - Compete à Equipe Gestora do PMEARSU:
I – Elaborar e propor o Plano de Ações de Educação Ambiental voltado à gestão dos resíduos sólidos urbanos;
II – Integrar os diferentes setores da administração municipal, comunidade escolar, sociedade civil e demais atores locais nas atividades do programa;
III – Acompanhar e avaliar os resultados das ações implementadas;
IV – Apoiar campanhas de sensibilização, capacitação e mobilização da comunidade;

V – Propor melhorias e ajustes necessários ao desenvolvimento do PMEARSU.

Art. 4º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, em 18 de novembro de 2025

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:75871699

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1.115 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

LEI N. 1.115, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Aumenta o número de vagas de cargo de provimento efetivo constante no Anexo II da Lei Municipal nº 100/2004, dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescido o número de vagas do cargo de provimento efetivo já existente no Anexo II da Lei Municipal 100/2004, conforme a seguir especificado:

CARGO	Nº DE VAGAS EXISTENTES	Nº DE VAGAS CRIADAS
Assistente Social	02	01

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Amaporã, 18 de novembro de 2025.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:AAD409DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1.116 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

LEINº1.116, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

EMENTA: Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado, nos termos daLei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005e seuDecreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.
Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.
Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Amaporã, 18 de novembro de 2025.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:D830BCB1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 053/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 154/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY, CNPJ: 95.594.800/0001-94, torna pública a Retificação ao Edital **DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 053/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 154/2025**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (Diário Eletrônico) no dia 18 de outubro de 2025 – Edição nº. 3409– Pág. 30.

I – Nos preâmbulos do edital, nas partes que tratam da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Onde se lê:
Órgão: 10 - Departamento de Cultura
Unidade: 2 - Divisão de Cultura
Ação: 2360 - Manutenção das Festas Municipais
Funcional: 0013.0392.0260
Vínculo: 0 - Recursos Ordinários (Livres)
Referência: 257 - Modalidade de Aplicação: 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros – pessoa.

Leia-se:
Órgão: 15 - Departamento de Ação Social
Unidade: 4 - Fundo M. dos Dir. da Criança e Adolesc.
Ação: 6230 - Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente
Funcional: 0008.0243.0100
Vínculo :382 - Deliberação 013/25 CEDCA-PR
Referência: 646 - Modalidade de Aplicação: 3339039000000000000 - Outros serviços.

II – Permanecem inalteradas todas as demais disposições contidas no Edital. Para mais informações, entrar em contato pelo telefone: (45) 3249-1149. **Anahy/PR, 18 de novembro de 2025.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:CAAE51EE

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 143/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 043/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2025 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021 DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.192/2023 - DECRETO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Anahy, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 2.192/2023, Decreto Municipal nº. 2.318/2024 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da Dispensa de Licitação, apresentando o vencedor HABILITADO com a PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares destinados ao atendimento das Unidades de Saúde do Município de Anahy – PR, visando à contratação dos itens que restaram desertos ou fracassados no Pregão Eletrônico nº 032/2025, referente ao Processo Administrativo nº 100/2025 – Registro de Preços nº 034/2025, garantindo a continuidade dos serviços de saúde e o atendimento adequado às demandas do Município.
RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na Dispensa Eletrônica de Licitação N° 043/2025, Registro de Preços nº 040/2025, conforme segue o vencedor:

Itens	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
2, 10, 14, 15, 18, 19, 21, 25, 27, 28, 29, 44, 45, 47, 50, 51, 85, 97 e 102	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 00802002000102)	R$ 9.894,04 (nove mil e oitocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos).
3, 30, 77, 78, 79, 80, 81, 82 e 83	MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 57394275000174)	R$ 1.949,90 (um mil e novecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).
7, 8, 12, 16, 17, 20, 40, 41, 46, 49, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 94 e 96	VITALMED COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA CNPJ: 42.441.595/0001-60	R$ 4.200,10 (quatro mil e duzentos reais e dez centavos).
VALOR TOTAL		**R$ R$ 16.044,04 (dezesseis mil e quarenta e quatro reais e quatro centavos)**

Anahy-PR, 18 de novembro de 2025.

Item deserto: 1
Itens fracassados: 4, 5, 6, 9, 11, 13, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 72, 73, 74, 75, 76, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100 e 101.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:156437BC

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DE PENALIDADE. APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº 001/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2024.

Extrato de Penalidade. Aplicação de sanção administrativa por descumprimento de obrigações contratuais. Processo Administrativo Sancionador – PAS nº 001/2025. Concorrência Eletrônica nº 005/2024. Contrato Administrativo nº 072/2024. Empresa Penalizada: NEVES ENGENHERIA – PROJETOS E NEGÓCIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.171.531.0001-24. Penalidades: Extinção contratual, advertência escrita, multa compensatória e impedimento de licitar e contratar com o Município de Anahy/PR, pelo prazo de 02 (dois) anos. Fundamento: Arts. 137, I, e 156, I, II e III, todos da Lei nº 14.133/2021.

Anahy/PR, 18 de novembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:013D91C1

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.048/2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 969 de 07 de outubro de 2021 e 1.067 de 21 de dezembro de 2023, e pelo Decreto nº 2.267 de 05/03/2024;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor comissionado Henrique de Rezende Taveira, chefe de divisão, portador do RG. 10.581.968-4/PR, lotado no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 12081/1, 01 (uma) diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	18 de novembro de 2025.
Destino:	Foz do Iguaçu/PR
Objetivo:	Transportar com o veículo TRACKER placa: SEP1B95, os pacientes Jair Alves e Edevaldo dos Santos para retorno pós-cirúrgico e a paciente Rosana Gonçalves de Lima para consulta no Hospital Nossa Senhora Aparecida.
Memorando nº	150/2025
Quant. de Diária:	01 (uma) diária.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:B52330AB

SECRETARIA GERAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PORTARIA N° 7.047/2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Gabinete do Prefeito Municipal deste poder e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 969 de 07/10/2021 e 1067 de 21/12/2023, e pelo Decreto nº 2.357/2025;

RESOLVE:
Art. 1° Conceder em favor do Senhor Arilson Batista de Souza, Prefeito Municipal, portador do RG. 5.341.856-2/PR, 01 (uma) diária para empreender viagem a serviço do Município, sendo:

Data:	18 de novembro de 2025.
Destino:	Toledo/PR.
Objetivo:	Participar juntamente com a Diretora do Departamento de Ação Social do Município e com a Presidente do Conselho Municipal da Mulher, da Assembleia Geral Ordinária do Consorcio Intermunicipal de Assistência Social do Oeste do Paraná – CIASOP, no dia 18 de novembro de 2025, no auditório da Prefeitura Municipal de Toledo. O deslocamento será realizado com o veículo FORD KA placa: BCD8C18.
Memorando nº	149/2025.
Quant. de diárias:	01 (uma) diária.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de novembro de 2025

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:62277230

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 26/2025

P O R T A R I A N.º 26/2025
O Presidente da Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais previstas *no artigo 16, Inciso VII, Alínea "H" do Regimento Interno*,

1) Considerando o Decreto Municipal 10.993 de 18/11/2025;

2) Considerando a sempre oportuna economia de despesas;

3) Considerando o Feriado do dia 20/11 Dia Nacional da Consciência Negra e dia Nacional de Zumbi dos Palmares;

RESOLVE:

Artigo 1º. Estabelecer recesso Parlamentar e Administrativo no dia **21/11/2025** sexta feira, devido ao feriado Nacional do dia 20 de novembro de 2025, que será comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra e dia Nacional de Zumbi dos Palmares;

Artigo 2º Nos casos de extrema necessidade ou força maior o Presidente poderá convocar a qualquer momento os Vereadores e Servidores para sessão ou reunião extraordinária.

Cumpra-se
Publique-se
Arquive-se

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Andirá, 18 de novembro de 2025.

GILMAR ROBERTO DE REZENDE
Presidente Biênio 2025/2026

Publicado por:
Anderson Cesar do Carmo Zeneratto
Código Identificador:FBB22EED

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
EDITAL Nº 02/2025

EDITAL PRELIMINAR DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.998, de 21 de novembro de 2017 e,

CONSIDERANDO o Edital nº 01/2025 do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI;

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, realizada em 17 de novembro de 2025.

RESOLVE:
Tornar público o Edital preliminar da inscrição e seleção de projetos no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, voltados à política de atendimento, promoção, defesa, orientação e proteção integral do idoso para financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Andirá/PR.

• DO RESULTADO PRELIMINAR:

1.1 O CMDI recebeu e avaliou os seguintes projetos:

Entidade/Serviço	Projeto apresentado	Valor total da proposta	Resultado da avaliação
Centro de Convivência de Idosos - CCI	Hidroginástica Melhor Idade e capacitando servidores	R$28.000,00	Atende os requisitos do Edital nº 01/2025
Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa	Festas Comemorativas e Oficina de Arte	R$20.000,00	Atende os requisitos do Edital nº 01/2025
Valor total dos projetos	R$48.000,00		
Valor disponível	R$3.552,47		

1.2 Considerando o valor disponível, será feito uma adequação no valor total da proposta do projeto do Centro de Convivência de Idosos – CCI, conforme aprovado em reunião.
1.3 O valor atualizado constará no Edital de Homologação dos projetos.

2. DOS RECURSOS
2.1 Abre-se prazo para que a entidade e/ou serviços apresentem recurso quanto ao resultado preliminar dos projetos apresentados ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.
2.2 O prazo para apresentação de recursos será apenas no dia 19 de novembro de 2025 na Sede do CMDI, Rua Mauro Cardoso de Oliveira 190 Jardim Vésper – Andirá –PR.
2.3 Não foi possível seguir o cronograma de recursos estabelecido no Edital nº 01/2025 CMDI considerando a emenda de feriado nos dias 20 e 21 de novembro.
2.3 Casos não previstos neste Edital deverão ser resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI de Andirá – PR.

Andirá, Paraná, 18 de novembro de 2025

RONALDO RÉGIS FÁVERO BONESSO
Presidente do CMDI

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:08D45D5A

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2025 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 302/2025 PREGÃO Nº 052/2025 - FORMA ELETRÔNICA

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

EMPRESAS VENCEDORAS:

A C FERREIRA SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, inscrito no **CNPJ: 57.744.548/0001-63** no valor total dos itens vencidos de **R$ 28.175,00** (vinte e oito mil, cento e setenta e cinco reais).

CARVALHO, FAVORETTO & CIA . LTDA, inscrito no **CNPJ: 05.737.761/0001-44** no valor total dos itens vencidos de **R$ 6.410,00** (seis mil, quatrocentos e dez reais).

EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, inscrito no **CNPJ: 37.278.673/0001-18** no valor total dos itens vencidos de **R$ 5.184,00** (cinco mil, cento e oitenta e quatro reais)

FEEL MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCOES LTDA, inscrito no **CNPJ: 53.640.621/0001-04** no valor total dos itens vencidos de **R$ 3.380,00** (três mil, trezentos e oitenta reais).

FERREIRA & KOHLER ILUMINAÇÃO LTDA, inscrito no **CNPJ: 53.111.090/0001-54** no valor total dos itens vencidos de **R$ 17.770,00** (dezessete mil, setecentos e setenta reais).

FSM CONSTRUCAO E ACABAMENTO LTDA, inscrito no **CNPJ: 60.237.300/0001-10** no valor total dos itens vencidos de **R$ 8.326,00** (oito mil, trezentos e vinte e seis reais)

GCM COMERCIAL LTDA, inscrito no **CNPJ: 43.471.316/0001-74** no valor total dos itens vencidos de **R$ 97.354,00** (noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais).

INSTALART MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrito no **CNPJ: 05.117.514/0001-45** no valor total dos itens vencidos de **R$ 17.194,00** (dezessete mil, cento e noventa e quatro reais).

J FERREIRA ENGENHARIA LTDA, inscrito no **CNPJ: 61.846.187/0001-33** no valor total dos itens vencidos de **R$ 31.548,00** (trinta e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais)

JOSE ODECIO FURLAN, inscrito no **CNPJ: 78.036.787/0001-39** no valor total dos itens vencidos de **R$ 3.920,00** (três mil, novecentos e vinte reais).

MORK TELECOM PRODUTOS E SERVIÇOS PARA TELECOMUNICAÇÃO LTDA, inscrito no **CNPJ: 13.460.002/0001-05** no valor total dos itens vencidos de **R$ 12.808,00** (doze mil, oitocentos e oito reais).

VIGÊNCIA: 18.11.2025 A 17.11.2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
PREFEITA

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
PREGOEIRA

ANA CAROLINE FERREIRA
REPRESENTANTE LEGAL

MARIA DE LOURDES VIEIRA FAVORETTO
REPRESENTANTE LEGAL

ELIANE JAGUSESKI ARCEGO
REPRESENTANTE LEGAL

FERNANDO COUTINHO ELOI
REPRESENTANTE LEGAL

ALINE MARIA FERREIRA DAS CHAGAS
REPRESENTANTE LEGAL

CLAUDIO JUSTINIANO DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL

RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA NESKE
REPRESENTANTE LEGAL

ROGERIO DAMBROS
REPRESENTANTE LEGAL

JAASIEL FERREIRA
REPRESENTANTE LEGAL

JOSE ODECIO FURLAN
REPRESENTANTE LEGAL

MARIA IZABEL TÚLIO DE ALMEIDA
REPRESENTANTE LEGAL

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2025, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO https://andira.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:37A1EF93

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo nº 245/2025
Pregão Eletrônico nº 044/2025
Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de facilitadores, atendendo à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Interessadas:
Recorrente: IMPACTO LTDA. – CNPJ 05.306.560/0001-92
Recorrida: ANDRÉ LUIZ DA SILVA NEGRÃO – CNPJ 61.841.171/0001-38

I – RELATÓRIO

Trata-se de **recurso administrativo interposto pela empresa IMPACTO LTDA.** em face da decisão proferida pela Pregoeira Municipal, que **habilitou a empresa 61.841.171 ANDRÉ LUIZ DA SILVA NEGRÃO** como vencedora do item do Pregão Eletrônico nº 044/2025, cujo objeto é o registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de facilitadores, destinados à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
O recurso alega, em síntese:

impossibilidade de participação de microempreendedor individual (MEI) em razão de tratar-se de atividade regulamentada pelo Conselho Regional de Educação Física (CREF);
irregularidades nos atestados de capacidade técnica apresentados, por estarem em nome da pessoa física e não do CNPJ;
suposta incompatibilidade temporal e formal nos documentos apresentados.

Apresentadas contrarrazões pela empresa recorrida, a Pregoeira Municipal **proferiu decisão fundamentada em 10 de novembro de 2025**, julgando **improcedente o recurso** e mantendo a habilitação da empresa André Luiz da Silva Negrão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Analisados os autos do processo administrativo, verifica-se que:

O recurso da empresa Impacto Ltda. foi interposto tempestivamente e devidamente conhecido pela Pregoeira, conforme previsão editalícia e art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
O **julgamento do recurso** observou integralmente os princípios da legalidade, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório e formalismo moderado, estando **devidamente motivado**.
O edital do certame, em seu item 5.1 do Anexo II, **admite expressamente a participação de Microempreendedores Individuais (MEI)**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Assim, a vedação pretendida pela Recorrente não encontra respaldo normativo, sobretudo considerando o entendimento consolidado pelo **Acórdão nº 1833/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,** que reconhece a legalidade da participação de MEIs em licitações, inclusive em atividades técnicas ou regulamentadas, desde que cumpridas as exigências do edital.

Quanto aos **atestados de capacidade técnica**, o entendimento aplicado pela Pregoeira encontra amparo jurídico, uma vez que o **MEI se confunde com a pessoa natural**, bastando a comprovação da experiência do titular, conforme art. 966 do Código Civil.

Não se verificou, nos autos, indício de falsidade documental ou inconsistência grave que comprometesse a habilitação.
Dessa forma, **não há elementos que justifiquem a reforma da decisão da Pregoeira**, estando esta em consonância com a legislação vigente, a jurisprudência administrativa e os princípios que regem a licitação pública.

III – DECISÃO
Diante do exposto, **com fundamento na Lei nº 14.133/2021**, e considerando as razões constantes do julgamento proferido pela Pregoeira Municipal, **DECIDO**:

CONHECER o recurso interposto pela empresa **IMPACTO LTDA.**, por preencher os requisitos de admissibilidade;
NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a decisão da Pregoeira que declarou **habilitada e vencedora a empresa ANDRÉ LUIZ DA SILVA NEGRÃO**, por estar de acordo com o edital e a legislação vigente;
Determinar o prosseguimento regular do certame, com a adjudicação e homologação do resultado final.

Publique-se. Cumpra-se.

Andirá, 12 de novembro de 2025.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, 82° da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:1DA2DBAB

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 10.989 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº. 10.989 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre autorização para Abertura e suplementação de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 270.835,17 (duzentos e setenta mil oitocentos e trinta e cinco reais e dezessete centavos) Autorizado pela Lei nº 3.984 de 18 de novembro de 2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por Lei,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir e suplementar "**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

05. SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
002. DEPARTAMENTO DE ENSINO	
2.022. Manter as Escolas Municipais - Fundeb	
3.3.90.30.00.00.1150 MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00
3.3.90.39.00.00.1150 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.000,00
4.4.90.52.00.00.1150 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	24.787,03
2.027. Manter os Centros de Educação Infantil - Fundeb	
3.3.90.30.00.00.1150 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
3.3.90.39.00.00.1150 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.148,14
4.4.90.52.00.00.1150 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
06. SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
2.039. Manter os Serviços de Atendimento Especializados	
3.3.72.39.00.00.1485 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
2.045. Manter o NASF Núcleo de Apoio Saúde da Família	
3.3.90.37.00.00.1493 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.900,00

Art. 2° - Os recursos para abertura e suplementação de Crédito Adicional Especial de que trata esta lei serão resultantes do **Excesso de Arrecadação** da Fonte 1150 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI, no valor de R$ 248.935,17 (duzentos e quarenta e oito mil novecentos e trinta e cinco reais e dezessete centavos); Fonte 1485 – Bloco de Custeio das ações e serviços Públicos de Saúde- Emendas Individuais MAC, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

06. SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
2.034. Manter os Postos de Saúde do Município	
3.3.90.37.00.00.1493 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.900,00

Art. 3° - Fica acrescentada no Anexo – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.514 de 21 de dezembro de 2021, e suas alterações, nos Programas descritos abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

PROGRAMA	Acrescentar	Reduzir
0004 – ENSINO FUNDAMENTAL	148.787,03	
0005 – EDUCAÇÃO INFANTIL	100.148,14	
0012 – ASSISTENCIA MEDICA HOSPITALAR	21.900,00	1.900,00

Art. 4° - Fica acrescentada no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no 5º da Lei Municipal nº. 3.827 de 03 de julho de 2024, e suas alterações, nas ações descritas abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

AÇÃO	Acrescentar	Reduzir
2.022. Manter as Escolas Municipais - Fundeb	148.787,03	
2.027. Manter os Centros de Educação Infantil - Fundeb	100.148,14	
2.034. Manter os Postos de Saúde do Município		1.900,00
2.039. Manter os Serviços de Atendimento Especializados	20.000,00	
2.045. Manter o NASF Núcleo de Apoio Saúde da Família	1.900,00	

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:A7CF67D9

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 10.990 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 102.500,00 (cento e dois mil e quinhentos reais). Autorizado pela Lei nº 3.985 de 18 de novembro de 2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por Lei,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir "**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

09. SEC. MUL. DE OBRAS E URBANISMO	
002. DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
2.071. Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
3.3.90.30.00.00.1065 MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00
11. SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
003. DEPARTAMENTO DE CULTURA	
2.101. Manter os Eventos Culturais e Cívicos	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	17.500,00

Art. 2° - Os recursos para abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata esta lei serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

09. SEC. MUL. DE OBRAS E URBANISMO	
002. DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
1.026. Construir, Ampliar e Reformar Prédios Públicos	
4.4.90.51.00.00.1000 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
2.070. Manter os Prédios Públicos Municipais	
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.500,00
13. SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
002. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
2.117. Manter as Estradas Rurais	
3.3.90.30.00.00.1065 MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00

Art. 3° - Fica acrescentada no Anexo – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.514 de 21 de dezembro de 2021, e suas alterações, nos Programas descritos abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

PROGRAMA	Acrescentar	Reduzir
0002 – APOIO ADMINISTRATIVO		7.500,00

0010 – PROMOCAO ARTISTICA E CAMPANHA	17.500,00	
0019 – AGROPECUARIA		85.000,00
0022 – OBRAS E INFRAESTRUTURAS	85.000,00	10.000,00

Art. 4° - Fica acrescentada no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no 5º da Lei Municipal nº. 3.827 de 03 de julho de 2024, e suas alterações, nas ações descritas abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

AÇÃO	Acrescentar	Reduzir
1.026. Construir, Ampliar e Reformar Prédios Públicos		10.000,00
2.070. Manter os Prédios Públicos Municipais		7.500,00
2.071. Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	85.000,00	
2.101. Manter os Eventos Culturais e Cívicos	17.500,00	
2.117. Manter as Estradas Rurais		85.000,00

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:5F8A9A4D

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 10.993 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

***EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,*
D E C R E T A:

***Art. 1º.** Fica decretado "**PONTO FACULTATIVO**" nas Repartições Públicas Municipais no dia 21 de novembro de 2025, devido ao feriado Nacional de 20 de novembro de 2025, que será comemorado o "Dia da Consciência Negra".*

***Art. 2º.** A Secretaria Municipal da Saúde funcionará normalmente, garantindo a continuidade dos serviços essenciais,*

***Art. 3º.** Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.*

***Art. 4º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:9FA69B11

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º E 2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO 088/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ
JAIR PEREIRA DA SILVA AVARE

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de **18/11/2025** e término em **17/11/2026**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

JAIR PEREIRA DA SILVA AVARE, inscrito no **CNPJ: 57.420.028/0002-86** no valor total dos itens vencidos de **R$ 17.300,00** (dezessete mil e trezentos reais).

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 18.11.2025

PREGÃO ELETRÔNICO n° 088/2024

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

JAIR PEREIRA DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:9D4FFE85

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 3º E 4° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO 073/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ
EMPÓRIO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de **17/11/2025** e término em **16/11/2026**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

EMPÓRIO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, inscrito no **CNPJ: 51.817.454/0001-90** no valor total dos itens vencidos de **R$ 31.210,00** (trinta e um mil duzentos e dez reais).

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 17.11.2025

PREGÃO ELETRÔNICO n° 073/2024

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
PREFEITA MUNICIPAL

ALEXANDRE SEXTAK BATISTELA JUNIOR
REPRESENTANTE LEGAL

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:C5587EC7

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 3.985 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PROJETO DE LEI Nº 86/2025-PMA)

LEI Nº. 3.985 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 102.500,00 (cento e dois mil e quinhentos reais).

A Câmara Municipal de Andirá aprovou e eu **EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir "**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

09. SEC. MUL. DE OBRAS E URBANISMO	
002. DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
2.071. Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
3.3.90.30.00.00.1065 MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00
11. SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
003. DEPARTAMENTO DE CULTURA	
2.101. Manter os Eventos Culturais e Cívicos	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	17.500,00

Art. 2° - Os recursos para abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata esta lei serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

09. SEC. MUL. DE OBRAS E URBANISMO	
002. DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
1.026. Construir, Ampliar e Reformar Prédios Públicos	
4.4.90.51.00.00.1000 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
2.070. Manter os Prédios Públicos Municipais	
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.500,00
13. SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
002. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
2.117. Manter as Estradas Rurais	
3.3.90.30.00.00.1065 MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00

Art. 3° - Fica acrescentada no Anexo – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.514 de 21 de dezembro de 2021, e suas alterações, nos Programas descritos abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

PROGRAMA	Acrescentar	Reduzir
0002 – APOIO ADMINISTRATIVO		7.500,00
0010 – PROMOCAO ARTISTICA E CAMPANHA	17.500,00	
0019 – AGROPECUARIA		85.000,00
0022 – OBRAS E INFRAESTRUTURAS	85.000,00	10.000,00

Art. 4° - Fica acrescentada no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no 5º da Lei Municipal nº. 3.827 de 03 de julho de 2024, e suas alterações, nas ações descritas abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

AÇÃO	Acrescentar	Reduzir
1.026. Construir, Ampliar e Reformar Prédios Públicos		10.000,00
2.070. Manter os Prédios Públicos Municipais		7.500,00
2.071. Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	85.000,00	
2.101. Manter os Eventos Culturais e Cívicos	17.500,00	
2.117. Manter as Estradas Rurais		85.000,00

Art. 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:CA05A371

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.621 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDOo Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:
Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO		
Fiscal Substituto:	JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX		
Gestor Titular:	VIVIANI MILLANI TEIXEIRA HATORI		
Gestor Substituto:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Ata nº	077/2025	**VIGÊNCIA:**	14.11.2025 A 13.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	057/2025		
Contratado:	**AZO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**		
Objeto:	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA O PROJETO ESPERANÇA, ATENDENDO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE		
Valor:	**R$ 37.598,00**		

Fiscal Titular:	CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO		
Fiscal Substituto:	JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX		
Gestor Titular:	VIVIANI MILLANI TEIXEIRA HATORI		
Gestor Substituto:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Ata nº	077/2025	**VIGÊNCIA:**	14.11.2025 A 13.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	057/2025		
Contratado:	**BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI**		
Objeto:	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA O PROJETO ESPERANÇA, ATENDENDO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE		
Valor:	**R$ 10.280,00**		

Fiscal Titular:	CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO		
Fiscal Substituto:	JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX		
Gestor Titular:	VIVIANI MILLANI TEIXEIRA HATORI		
Gestor Substituto:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Ata nº	077/2025	**VIGÊNCIA:**	14.11.2025 A 13.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	057/2025		
Contratado:	**PLAYPRO INDUSTRIA E DISTRIBUIÇÃO EIRELI**		
Objeto:	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA O PROJETO ESPERANÇA, ATENDENDO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE		
Valor:	**R$ 2.656,00**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 14 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política;

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:4AF1BDD4

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº.19.626 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 01 de dezembro de 2025, ao Servidor Público Municipal **THIAGO JOSE NORBERTO COSTA**, ocupante do cargo de **ENFERMEIRO** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 11-11-2022 a 10-11-2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:2CDD5423

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LEILÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 PROCESSO ADM: Nº 52/2025

OBJETO: REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS CLASSIFICADOS COMO: OCIOSOS, RECUPERÁVEIS, ANTIECONÔMICOS EIRRECUPERAVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ
.
Empresas vencedoras valor total: R$ 16.580,91
(dezesseis mil e quinhentos e oitenta reais e noventa e um centavos):

RONALDO ADRIANO ARRUDA, (***0086596*) com os lotes: 11, 13 no valor total de **R$ 5.850,00** (cinco mil e oitocentos e cinquenta reais).

DÁRIO FERREIRA, (***5702392*) com os lotes: 15 no valor total de **R$ 6.100,00** (seis mil e cem reais).

LOURIVAL DOS SANTOS, (***3455692*) com os lotes: 12 no valor total de **R$ 0,91** (noventa e um centavos).

LUIZ CARLOS GAILANO, (***6850200015*) com os lotes: 2 no valor total de **R$ 2.000,00** (dois mil reais).

OSVALDO MOREIRA NETO, (***4265996*) com os lotes: 14 no valor total de **R$ 2.630,00** (dois mil e seiscentos e trinta reais).

A autoridade municipal do órgão **MUNICIPIO DE ANDIRA**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) CONFORME EDITAL, e suas alterações, resolve **HOMOLOGAR** o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ANDIRÁ (PR), quinta-feira, 13 de novembro de 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:F9FA96FD

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LEILÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025 PROCESSO ADM: Nº 280/2025

OBJETO: REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS CLASSIFICADOS COMO: OCIOSOS, RECUPERÁVEIS, ANTIECONÔMICOS EIRRECUPERAVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ.

Empresas vencedoras valor total: **R$ 70.024,00**
(setenta mil e vinte e quatro reais):

RONALDO ADRIANO ARRUDA, (***0086596*) com os lotes: 8 no valor total de **R$ 4.711,00** (quatro mil e setecentos e onze reais).

LUIZ CARLOS GAILANO, (***6850200015*) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10 no valor total de **R$ 55.870,00** (cinquenta e cinco mil e oitocentos e setenta reais).

P**ICK UP COMERCIO DE PECAS LTDA,** (***6364400011*) com os lotes: 5, 6 no valor total de **R$ 9.443,00** (nove mil e quatrocentos e quarenta e três reais).

A autoridade municipal do órgão **MUNICIPIO DE ANDIRA**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve **HOMOLOGAR** o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ANDIRÁ (PR), segunda-feira, 10 de novembro de 2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:62C63B5F

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2025

PROCESSO LICITAÇÃO Nº **141/2025**
DISPENSA Nº **09/2025**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO SILENCIOSO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MONTAGEM, OPERAÇÃO SEGURA, DESMONTAGEM E LIMPEZA DO LOCAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO SAMAE.
EMPRESA VENCEDORA:
JAIR PEREIRA DA SILVA AVARE. CNPJ:57.420.028/0002-86.

VIGÊNCIA: 18/11/2025 A 17/11/2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

FERNANDA LEITE BRUNAÇO
Agente de Contratação

JAIR PEREIRA DA SILVA
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO SAMAE.
https://samaeandira.com.br/licitacoes

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:89ECE95E

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N° 1.426 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 324 de 11 de abril de 2019 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	**EDSON LUIZ DE SOUZA**		
Fiscal Substituto:	**LUIZ FERNANDO DE MELO**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA:	**031-2025**	**Vigência:**	**18/11/2025 A 17/11/2026**
ID DA ATA:	**071-2025**		
Modalidade:	**DISPENSA ELETRÔNICA**		
Nº Licitação:	**09/2025**		
Contratado:	**JAIR PEREIRA DA SILVA AVARE-ME**		
Objeto:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO SILENCIOSO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MONTAGEM, OPERAÇÃO SEGURA, DESMONTAGEM E LIMPEZA DO LOCAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO SAMAE.**		
Valor:	**R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o SAMAE perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogada as disposições em contrário.

Andirá, 18 de novembro de 2025.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:5CD817A5

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº. 1.425 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 17 de dezembro de 2025, ao Servidor Público Municipal **JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS**, ocupante do cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS**, referente ao período aquisitivo 06/11/2024 a 05/11/2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Andirá, 18 de novembro de 2025.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor- Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:BD922B19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
ERRATA ATA DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO - PROCEDIMENTO DE COMPRAS Nº 026/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005 /2025

ERRATA
ATA DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE COMPRAS Nº 026/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025, AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS - MATERIAIS DE CONSUMO (CAFÉ, CHÁ, AÇUCAR, ÁGUA MINERAL ETC) E MATERIAL DE LIMPEZA (ÁGUA SANITÁRIA, DETERGENTE, SACO PARA LIXO ETC).
Leia-se:

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2025, a Comissão de Contratação reuniu-se por seus membros Agente de Contratação Allan Michel Vieira de Carvalho, e Agentes de Apoio Rogéria Bezerra e Glauber Barreto Fonseca, para analisar o Processo Administrativo 023/2025 – Dispensa de Licitação 005/2025, constando-se que mesmo ter sido publicado na plataforma PNCP, site institucional acesso a transparência, encaminhado por meios eletrônicos e físicos pedido de cotação complementar a outros estabelecimentos, tanto locais como externos como pode se constatar nos documentos anexos até a data limite 29/09/2025 expressa no Edital constatou-se o recebimento de somente uma Cotação de Preços para os tópicos "1" e "2", recebida por vias digitais trazendo anexo a proposta Certidões e Contrato Social da Empresa ROSIBRAS COMERCIAL ATACADISTA DE BEBIDAS E ALIMENTOS, CNPJ 80.252.645/0001-31 sito no endereço Rua Maneco Viana, 354, bairro Raía Paranaguá ,Paraná, CEP 83.206-250, "**a Comissão apurou na somatória item a item gêneros alimentícios 29 itens dos 31 itens, R$ 24.715,51,"** com a não abrangência apenas dos Itens "12 pão base bisnaguinha, e 10 pão de queijo", "**em material de limpeza 34 itens de 34 itens, R$ 17.814,62** totalizando o **valor global de R$ 42.530,13"**. Não se registrando até a data de 29/09/2025 nenhuma outra proposta adicional. Cabe ressaltar que, nos termos do art. 23, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, admite-se a contratação por valor superior ao estimado, desde que devidamente justificada e não se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, o que não se verificou neste caso, considerando a compatibilidade do valor com as condições de mercado e os custos adicionais envolvidos. Além disso, considerando a necessidade imediata da Administração para o atendimento da demanda e a inexistência de outras propostas válidas, a contratação se mostra vantajosa e adequada ao interesse público, observando os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e razoabilidade. Diante do exposto, justifica-se a manutenção da contratação da empresa ROSIBRAS COMERCIAL ATACADISTA DE BEBIDAS E ALIMENTOS, por atender aos requisitos legais, técnicos e econômicos previstos na Lei nº 14.133/2021, e garantir o atendimento da necessidade administrativa. Do que para constar lavrou-se a presente Ata, que segue assinada por se achar conforme.....

ALLAN MICHEL VIEIRA DE CARVALHO
Agente de Contratação

ROGÉRIA BEZERRA
Agente de Apoio

GLAUBER BARRETO FONSECA
Agente de Apoio

camara@camaramunicipaldeantonina.pr.gov.br
Rua Valle Porto, 15 – Centro — CEP 83370-084 Antonina - Paraná

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:CBD71773

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
ERRATA EXTRATO DE CONTRATO 002/2025

ERRATA
EXTRATO DE CONTRATO
Leia-se:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2025
ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025
CONTRATO Nº 002/2025
HOMOLOGAÇÃO: 27/10/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua Valle Porto, n° 15, na cidade de Antonina, Estado do Paraná, CNPJ/MF 76.022.102/0001-70, neste ato representada por seu Presidente, Senhor ***YURI YORIAKI OSAKI,*** Portador da Cédula de Identidade Civil R.G. n°4.804.929-3 SSP/SP, e CPF/MF nº 088.293.339-27.

CONTRATADA: ROSIBRÁS COMERCIAL ATACADISTA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA, CNPJ/MF 80.262.6450001-31 pessoa jurídica de direito privado, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor **ALEXANDRE TAVARES DE ANDRADE**, portador da Carteira de Identidade nº 6.118.637-9/SSP-PR e do CPF nº 018.994.259-26.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de consumo (café, chá, açúcar, água Mineral, etc.), e Material de Limpeza (água sanitária, detergente, saco para lixo etc.), para atendimento do serviço de copa da Contratante.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO: Atribui-se ao presente contrato o **valor total global de R$ 42.530,13 (quarenta e dois mil, quinhentos e trinta reais e treze centavos**) conforme proposta de preços da contratada, de acordo com a planilha de especificações que segue anexo ao contrato. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega total e emissão de nota fiscal, desde que acompanhado do termo de recebimento definitivo e aprovação da fiscalização. O pagamento será realizado via transferência bancária, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica válida.

DA VIGÊNCIA E ENTREGA: Os produtos objetos do fornecimento deste contrato deverão ser entregues, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de forma parcelada, após a solicitação formal e expressa da Contratante, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento pela Câmara Municipal. A entrega deverá ser feita na sede da Câmara Municipal de Antonina, situada na rua Valle Porto, nº15 – Antonina PR, no horário das 09 às 17h. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 24 (vinte e quatro) horas antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela Contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega só serão examinados quando formulados até o prazo limite do item acima.
O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, a critério da administração e caso haja acordo entre as partes, em conformidade com o contido no art. 107, da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, podendo ambas as partes, não obstante, rescindi-lo, independentemente do pagamento de multa ou indenização bastando, para tanto, notificação prévia, por escrito, com o prazo de 30 (trinta) dias de antecedência. Ressalva-se o direito da CONTRATADA de receber o valor dos serviços por ela prestados até a data da rescisão.
Assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Antonina Sr. YURY YORIAKI OSAKI e pelo Sr. ALEXANDRE TAVARES DE ANDRADE, representante da ROSIBRÁS COMERCIAL ATACADISTA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.
camara@camaramunicipaldeantonina.pr.gov.br
Rua Valle Porto, 15 – Centro – Cx. Postal 011CEP 83370-084 Antonina- Paraná

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:5424FF69

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2025 CAAMARA MUNICIPÁL DE ANTONINA E ROSIBRAS

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2025
ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025
CONTRATO Nº 001/2025
HOMOLOGAÇÃO: 27/10/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua Valle Porto, n° 15, na cidade de Antonina, Estado do Paraná, CNPJ/MF 76.022.102/0001-70, neste ato representada por seu Presidente, Senhor ***YURI YORIAKI OSAKI,*** Portador da Cédula de Identidade Civil R.G. n°4.804.929-3 SSP/SP, e CPF/MF nº 088.293.339-27.

CONTRATADA: ROSIBRÁS COMERCIAL ATACADISTA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA, CNPJ/MF 80.262.6450001-31 pessoa jurídica de direito privado, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor **ALEXANDRE TAVARES DE ANDRADE**, portador da Carteira de Identidade nº 6.118.637-9/SSP-PR e do CPF nº 018.994.259-26.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de consumo (café, chá, açúcar, água Mineral, etc.), e Material de Limpeza (água sanitária, detergente, saco para lixo etc.), para atendimento do serviço de copa da Contratante

DO PREÇO E DO PAGAMENTO: Atribui-se ao presente contrato o valor total global de R$ 42.675,34 (quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) conforme proposta de preços da contratada, de acordo com a planilha de especificações que segue anexo ao contrato. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega total e emissão de nota fiscal, desde que acompanhado do termo de recebimento definitivo e aprovação da fiscalização. O pagamento será realizado via transferência bancária, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica válida.

DA VIGÊNCIA E ENTREGA: Os produtos objetos do fornecimento deste contrato deverão ser entregues, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de forma parcelada, após a solicitação formal e expressa da Contratante, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento pela Câmara Municipal. A entrega deverá ser feita na sede da Câmara Municipal de Antonina, situada na rua Valle Porto, nº15 – Antonina PR, no horário das 09 às 17h. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 24 (vinte e quatro) horas antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela Contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega só serão examinados quando formulados até o prazo limite do item acima.
O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, a critério da administração e caso haja acordo entre as partes, em conformidade com o contido no art. 107, da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 e

suas alterações posteriores, podendo ambas as partes, não obstante, rescindi-lo, independentemente do pagamento de multa ou indenização bastando, para tanto, notificação prévia, por escrito, com o prazo de 30 (trinta) dias de antecedência. Ressalva-se o direito da CONTRATADA de receber o valor dos serviços por ela prestados até a data da rescisão.

Assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Antonina Sr. YURY YORIAKI OSAKI e pelo Sr. ALEXANDRE TAVARES DE ANDRADE, representante da ROSIBRÁS COMERCIAL ATACADISTA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:79297140

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 494/2025 - ALTERA DECRETO 435/2025 - NAFS, FISCAIS E GESTORES DE CONTRATOS

DECRETO Nº 494/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

"Altera o Decreto nº 435/2025, de 08 de outubro de 2025, que designa servidores para o Núcleo Administrativo financeiro – NAF das Secretarias Municipais, fiscais e gestores de contratos e dá outras providências"

A Prefeita Municipal de Antonina – Estado do Paraná, Senhor ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Altera o artigo 3º do Decreto nº 435/2025 de 08 de outubro de 2025, em relação a designação dos fiscais do Gabinete e da Secretaria de Defesa Civil, passando a ter a seguinte redação:
(...)

Secretaria/unidade	NAF/Matrícula funcional	Fiscal de contrato/Matrícula Funcional	Gestor de contrato/Matrícula funcional
GABINETE	Fernando Stanizki, 6295	Bruna Carine Dias Cassilha, 815	Rosemira Veiga Cordeiro, 852
SEC. DE DEFESA CIVIL	Paulino Ferreira Freire, 6319	Janir da Veiga Pedro, 6293	Gladson G Goulart, 6279

(...)

Art. 2°. Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 435/2025, de 08 de outubro de 2025.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina-PR, 12 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OZAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:D37C6F3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 495/2025 "REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ADESÃO, FORMALIZAÇÃO E GESTÃO DE PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE CRÉDITOS ORIUNDOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO- IPTU

DECRETO Nº 495/2025

"Regulamenta os procedimentos administrativos para adesão, formalização e gestão de parcelamento e reparcelamento de créditos oriundos do Imposto Predial e Territorial Urbano- IPTU, nos termos da Lei Municipal nº 66/2025, e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, no uso das atribuições legais que lhe confere a *Lei Orgânica do Município*, e considerando a necessidade de detalhar os procedimentos administrativos relativos à Adesão ao Programa Refis Municipal de 2025,

DECRETA:

Art. 1.º O pedido de adesão ao REFIS 2025, para fins de parcelamento ou reparcelamento dos débitos decorrentes do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, deverá ser formalizado mediante requerimento próprio, subscrito pelo contribuinte, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, com apresentação dos documentos comprobatórios da representação e implicará confissão irrevogável e irretratável da dívida relativamente a todos os créditos indicados no pedido.

§1º A instrução dos processos administrativos de adesão do REFIS 2025 deverá conter, obrigatoriamente:

I – Termo de Adesão ao parcelamento ou reparcelamento;
II – Requerimento formal, quando o parcelamento envolver débitos apontados pelo próprio contribuinte;
III – Documentos comprobatórios específicos, quando exigidos em razão da natureza do crédito ou da situação processual.

§2º A ausência de qualquer dos documentos previstos neste artigo deverá ser suprida antes da análise do pedido, sob pena de indeferimento.

Art. 2.º Noparcelamento e/ou reparcelamento, a parcela mínima corresponderá a:

I - Pessoa física: equivalente a 50%(cinquenta por cento) do valor da UPM vigente;

II - Pessoa jurídica: equivalente a 150%(cento e cinquenta por cento) do valor da PM vigente;

Parágrafo único. Em casos de contribuintes que possuam, em seu cadastro, parcelamento já existente, a parcela inicial do reparcelamento deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor total dos débitos consolidados.

Art. 3.º Compete à Secretaria Municipal de Finanças expedir as guias de recolhimento referentes às parcelas mensais, sucessivas decorrentes do parcelamento firmado no âmbito do REFIS 2025.

§1º A primeira parcela será considerada devida à vista e deverá ser paga na data da assinatura do Termo de Adesão.
§2º O atraso no pagamento de qualquer parcela importará a incidência dos encargos previstos na legislação municipal aplicável e poderá resultar na rescisão do parcelamento.

Art. 4.º Ficam os servidores designados do Setor de IPTU autorizados a assinar os termos de parcelamento relativos às competências específicas do referido setor, observadas as normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 5.º Nos casos em que os créditos decorrentes do IPTU estiverem submetidos à cobrança judicial:
I – O pedido de parcelamento referente a débitos ajuizados deverá ser acompanhado do comprovante de pagamento dos honorários advocatícios devidos, na forma fixada pela Procuradoria Geral do Município.
II – A execução fiscal poderá ser suspensa mediante requerimento formal do contribuinte à Procuradoria Geral do Município, desde que comprovado o pagamento da primeira parcela e atendidas as demais exigências legais.

Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Município comunicará ao juízo competente a suspensão da exigibilidade, quando cabível.

Art. 6.º Nos casos em que os débitos decorrentes do IPTU estiver submetido a protesto, o termo de parcelamento deverá ser instruído com o comprovante de pagamento da primeira parcela, a fim de possibilitar que o contribuinte solicite ao respectivo tabelionato o valor das custas cartorárias, cuja quitação será de sua responsabilidade exclusiva.

Parágrafo único. A Carta de Anuência para cancelamento do título protestado será emitida pela Procuradoria Geral do Município mediante requerimento do contribuinte, após a comprovação do pagamento da primeira parcela.

Art. 7.º Os valores constantes do Termo de Declaração e Confissão de Dívida, decorrentes de parcelamento ou reparcelamento de débitos do IPTU, serão liquidados mediante o pagamento regular das guias correspondentes junto à rede bancária autorizada ou instituições conveniadas.

Parágrafo único. O débito será considerado integralmente quitado apenas após o pagamento da totalidade das parcelas previstas no termo.

Art. 8.º A dívida será considerada com exigibilidade suspensa, para fins de emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPEN, somente após o pagamento e a baixa da primeira parcela.

§1º A suspensão perdurará enquanto todas as parcelas do acordo forem pontualmente quitadas.

§2º Nos casos em que o contribuinte não optar pela consolidação de todos os débitos inscritos na divida ativa oriundo do IPTU, a Certidão Negativa de Débitos (CDN) não será emitida até a regularização integral dos valores devidos.

Art. 9.º Este Decreto Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 14 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:A3CD99AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 66/2025 - "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE ANTONINA – REFIS MUNICIPAL 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI nº 66/2025

"Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Antonina – REFIS MUNICIPAL 2025, e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Antonina/PR:
A Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Antonina – REFIS MUNICIPAL 2025, destinado a promover a regularização de débitos decorrentes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de pessoas físicas e jurídicas com a Fazenda Pública Municipal, vencidos até 31 de dezembro de 2024, inclusive aqueles objeto de parcelamentos/reparcelamentos anteriores, ativos ou rescindidos, bem como débitos em discussão administrativa ou judicial.
Parágrafo único. O ingresso no REFIS se dará mediante requerimento do interessado, até o dia 20 de dezembro de 2025, abrangendo os débitos indicados pelo contribuinte na condição de sujeito passivo ou responsável tributário.
Art. 2º - A adesão ao REFIS está condicionada:
I – à confissão irrevogável e irretratável dos débitos incluídos;
II – à renúncia expressa a ações ou defesas administrativas e judiciais relativas aos débitos parcelados;
III – ao pagamento pontual das parcelas e dos tributos vincendos;
IV – à aceitação plena das condições estabelecidas nesta Lei.
Art. 3º - Os créditos abrangidos pelo REFIS compreenderão o valor principal do débito acrescido de atualização monetária, juros e multas moratórias até a data da adesão, podendo serem pagos:
I – em parcela única, com abatimento de 90% (noventa por cento) dos juros e 90% (noventa por cento) das multas moratórias;
II – em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com abatimento de 70% (setenta por cento) dos juros e 70% (setenta por cento) das multas moratórias;
III – em até 24 (vinte e quatro) parcelas, com abatimento de 50% (cinquenta por cento) dos juros e 50% (cinquenta por cento) das multas moratórias;
IV – em até 36 (trinta e seis) parcelas, com abatimento de 35% (trinta e cinco por cento) dos juros e 35% (trinta e cinco por cento) das multas moratórias, para débitos acima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Art. 4º -No parcelamento, o valor mínimo de cada parcela será:
I – para pessoa física: 50% (cinquenta por cento) do valor da UPM vigente;
II – para pessoa jurídica: 150% (cento e cinquenta por cento) do valor da UPM vigente.
Art. 5º - Os contribuintes que possuírem parcelamentos/reparcelamentos anteriores e não estiverem em dia com os pagamentos poderão aderir ao novo REFIS, mediante o pagamento de 10% (dez por cento) do valor total da dívida consolidada, considerado como a primeira parcela.
Art. 6º - O período de adesão ao programa será da data de publicação da presente Lei até a data de 20 de dezembro de 2025, mediante assinatura de Termo de Adesão junto à Divisão de Tributação do Município.
Art. 7º - O atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de qualquer parcela implicará a exclusão automática do contribuinte do programa, com a perda dos benefícios concedidos e o restabelecimento integral dos encargos legais sobre o saldo devedor.
Art. 8º - A adesão ao REFIS não exime o contribuinte de eventual fiscalização tributária ou de outras medidas legais cabíveis.
Art. 9º - Não será permitida a restituição de valores já recolhidos em virtude da adesão ao programa.
Art. 10 – As custas administrativas ou judiciais e honorários advocatícios incidentes sobre o processo administrativo, judicial ou extrajudicial serão de responsabilidade do contribui9nte, bem como aquelas custas incidentes ao final do pagamento.
Art. 10. - O Poder Executivo poderá expedir decreto regulamentar para detalhar os procedimentos administrativos necessários à execução desta Lei.
Art. 11. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita em 05 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:AC8D5B00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 481/2025 - LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DOENTE NA FAMÍLIA, ODAIR FERNANDES , AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

PORTARIA Nº 481/2025

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando requerimento protocolado sob nº 7231/2025,

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **ODAIR FERNANDES , AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** 30 (trinta) dias de Licença para acompanhar pessoa doente na família, no período de **28/10/2025 à 26/11/2025**, conforme requerimento anexo ao protocolo n° 7231/2025.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 29 de outubro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:27009CF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 495/2025 - LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DOENTE NA FAMÍLIA, LAURICE DA SILVA DIAS, TÉCNICA EM ENFERMAGEM

PORTARIA Nº 495/2025

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando requerimento protocolado sob nº 7465/2025,

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **LAURICE DA SILVA DIAS, Técnica em Enfermagem,** 30 (trinta) dias de Licença para acompanhar pessoa doente na família, no período de **30/10/2025 à 28/11/2025**, conforme requerimento anexo ao protocolo n° 7465/2025.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 04 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:0BF7E442

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 507/2025 - LICENÇA POR MOTIVO DE FALECIMENTO NA FAMÍLIA, SÉRGIO FERNANDES, SEGURANÇA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 507/2025

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando CERTIDÃO de ÓBITO e protocolo 7777/2025

Resolve:

Conceder a(o) Servidor(a) **SÉRGIO FERNANDES, Segurança Municipal**, 07 (sete) dias de **Licença por Motivo de Falecimento na Família**, conforme atestado de óbito em anexo, de **11/11/2025 até 17/11/2025.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 13 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:D30B918E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 515/2025 - TORNAR PÚBLICO EDITAL CP Nº 013/2025, QUE AS PESSOAS ABAIXO RELACIONADAS, PARA ASSUMIR A SUA VAGA NO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DESTA PREFEITURA, NÃO COMPARECERAM OU SOLICITOU FINAL DE LISTA

PORTARIA Nº 515/2025, de 18 de novembro de 2025

A Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Edital CP nº 009/2022 de 14/10/2022 do resultado final e homologação do Concurso Público de Provas e Títulos – Edital CP nº 001/2020, **Edital CP nº 013/2025, e Memorando Drh/Semad nº 013/2025** para provimento de cargos no Quadro de Pessoal do Executivo Municipal e vagas para os Cargos Públicos, relacionados em anexo:

Resolve:

Tornar Público que as pessoas abaixo relacionadas, para assumir a sua vaga no Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura, conforme relação anexa, parte integrante desta Portaria, **NÃO COMPARECERAM ou solicitou FINAL DE LISTA no período de 13/11/2025 à 18/11/2025, no horário das 09:00 Hs as 17:00, sito à Rua XV de Novembro, 150, na Divisão de Recursos Humanos.**

EDITAL N.º 013-2025 CP - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025

NOME	CARGO	SITUAÇÃO
GABRIEL SALVALAGIO GUMY	ENGENHEIRO(A) CIVIL	**FINAL DE LISTA**
LORENA VICTORIA JANUARIO WOSCH	ENGENHEIRO(A) CIVIL	**DESISTIU**

.
Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 18 de novembro de 2025

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:33F99A2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 2/2025 - APROVA TERMO DE ADESÃO E O PLANO DE AÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA DELIBERAÇÃO Nº 049/2025- CEDIPI/PR

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO – CMDI

RESOLUÇÃO Nº 2/2025

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Antonina– CMDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal

nº 73/2011 e pelo seu Regimento Interno,

Aprova
Termo de Adesão e o Plano de Ação para Utilização de Recursos da Deliberação nº 049/2025- CEDIPI/PR, para Incentivo Cuida Mais Paraná:

Envelhecimento Ativo, na categoria de investimento, assegurando sua consolidação como política pública estadual, tendo como linha de ação
a promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da prática de
atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas.

Permitindo-se a aplicação em itens de investimento na aplicação e execução do recurso para equipamentos para atividades físicas e outros materiais permanentes para esportes, instrumentos musicais e artísticos.

Antonina, 14 de novembro de 2025.

MÁRCIA MONTALTO ROSSATO
Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso Antonina/PR.

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:A5567881

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 3/2025 - APROVA TERMO DE ADESÃO E O PLANO DE AÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA DELIBERAÇÃO Nº 048/2025- CEDIPI/PR

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO – CMDI

RESOLUÇÃO nº 3/2025

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Antonina– CMDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 73/2011 e pelo seu Regimento Interno,

Aprova
Termo de Adesão e o Plano de Ação para Utilização de Recursos da Deliberação nº 048/2025- CEDIPI/PR, para Incentivo UNAPI-Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa com repasse de recursos financeiros aos Municípios do Estado Paraná, na modalidade fundo a fundo destinados exclusivamente a investimentos voltados à estruturação e fortalecimento dos espaços físicos e pedagógicos do Programa.

Permitindo-se a aplicação em itens de investimento na aplicação e execução do recurso para investimento para equipamentos permanentes e dispositivos eletrônicos.

Antonina, 14 de novembro de 2025.

MARCIA MONTALTO ROSSATO
Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso Antonina/PR
Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:3F4D76EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE ASTORGA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2025

O MUNICÍPIO DE ASTORGA, com sede na Av. Dr. José Soares de Azevedo, nº 48, em Astorga - PR, torna público que fará realizar às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 13/01/2026, no sítio eletrônico: www.gov.br/compras, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e tem por objeto o Registros de preços para aquisições futuras e eventuais de medicamentos, para atendimento de demandas da Farmácia Básica do Centro de Saúde**.** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet pelos seguintes endereços eletrônicos: www.gov.br/compras e www.astorga.pr.gov.br. Paço Municipal de Astorga-PR, e 18 de novembro de 2025.

ADRIANA ANTONIETA BRANDOLIM
Diretora do Departamento e Adm. Patrimônio e Suprimentos
Publicado por:
Aurasil de Lima Rodini Netto
Código Identificador:518C0BC6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 159/2025

MUNICÍPIO DE ASTORGA – PARANÁ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 034/2025
REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO - N° 004/2024
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 159/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: RODRIGUES & MADUREIRA LTDA, CNPJ/MF: 33.388.796/0001-50.
OBJETO: Constitui o objeto deste contrato, Prestação de serviços em Engenharia e Arquitetura para elaboração de anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos, projetos complementares e compatibilização entre as diferentes disciplinas afetas à engenharia e à arquitetura, desenvolvidos na plataforma BIM (Building Information Modeling), decorrente da Inexigibilidade de Licitação n° 034/2025 e do Procedimento de Credenciamento n° 004/2024. Conforme a proposta da contratada, independentemente de transcrição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR DO CONTRATO: R$ 8.040,94 (oito mil e quarenta reais e noventa e quatro centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.002.15.451.0016.1.013.4.4.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.1.013.4.4.90.39.00.00. - 1504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.1.013.4.4.90.39.00.00. - 33504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.2.073.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.2.073.3.3.90.39.00.00. - 2002 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2025, tendo início na assinatura do presente instrumento.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Gustavo Akkari Madureira.
DATA DA ASSINATURA: 18/11/2025.

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:C8C338C4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 160/2025

MUNICÍPIO DE ASTORGA – PARANÁ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 034/2025
REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO - N° 004/2024
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 160/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: LORENA CAMILA DE LIMA LTDA, CNPJ/MF: 28.758.560/0001-29.

OBJETO: Constitui o objeto deste contrato, Prestação de serviços em Engenharia e Arquitetura para elaboração de anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos, projetos complementares e compatibilização entre as diferentes disciplinas afetas à engenharia e à arquitetura, desenvolvidos na plataforma BIM (Building Information Modeling), decorrente da Inexigibilidade de Licitação n° 034/2025 e do Procedimento de Credenciamento n° 004/2024. Conforme a proposta da contratada, independentemente de transcrição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR DO CONTRATO: R$ 9.235,94 (nove mil duzentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.002.15.451.0016.1.013.4.4.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.1.013.4.4.90.39.00.00. - 1504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.1.013.4.4.90.39.00.00. - 33504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.2.073.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
07.002.15.451.0016.2.073.3.3.90.39.00.00. - 2002 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2025, tendo início na assinatura do presente instrumento.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Lorena Camila de Lima.
DATA DA ASSINATURA: 18/11/2025.

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:177BA0EA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO ELETRÔNICO 063/2025

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2025
A Prefeita do Município de Astorga – PR, no uso de suas atribuições legais, e considerando o relatório de julgamento da sessão, bem como a inexistência de recursos pendentes, tornam pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** parcial do processo licitatório que tem por objeto Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de iluminação natalina, compreendendo a locação de estruturas metálicas iluminadas, bem como os serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva, e posterior desinstalação de todos os materiais utilizados. Os serviços destinam-se à realização do evento "Astorga Luz", que ocorrerá no Município de Astorga, no período de 14 de novembro de 2025 a 06 de janeiro de 2026, em favor da empresa relacionada a seguir:

W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA CNPJ: 09.106.791/0001-03, sagrou-se vencedor do lote: 01, totalizando o valor de R$ 565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais);

Astorga, 18 de Novembro de 2025.

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Geraldo
Código Identificador:A115B48E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
JULGAMENTO RECURSO PREGÃO 063/2025

JULGAMENTO DE RECURSO
Ref. Processo Administrativo de Licitação nº 125/2025.
Pregão Eletrônico nº 063/2025.

Objeto: Prestação de serviços de iluminação natalina, compreendendo a locação de estruturas metálicas iluminadas, bem como os serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva e posterior desinstalação de todos os materiais utilizados. Os serviços destinam-se à realização do evento "Astorga Luz".
A Licitante Onzex Produções e Promoções de Espetáculos Artísticos Ltda., apresentou recurso contra decisão da Pregoeira que a inabilitou no presente processo, por ter juntado o Laudo IP65, sendo que o Edital determinava a necessidade de possuir laudo IP68.
Alega, em apertada síntese, que sua proposta foi aprovada pela Comissão de Análise em 08/10/2025, atestando plena conformidade com o Termo de Referência. Assevera também que a decisão impugnada "carece de motivação técnica adequada e viola os princípios da legalidade, motivação, economicidade e julgamento objetivo, além de impor exigência desproporcional IP68 em vez de IP65, contrariando a jurisprudência do TCU e gerando risco de sobre preço e dano ao erário."
A Agente de Contratação, ao analisar o recurso, proferiu sua decisão negando provimento, com base no princípio da vinculação ao Edital, tendo em vista que a recorrente não atendeu a exigência contida no item 7.1.4, letra "n", do instrumento convocatório, que exigiu a apresentação do Laudo IP68, não IP 65, que foi anexado pela Recorrente.
Desta feita, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade e tempestividade, o presente recurso deve ser conhecido e, todavia, no mérito, **não merece provimento,** conforme fundamentado pela Pregoeira em sua decisão, o que acato como razões de decidir.
D E C I S Ã O
Diante de todo o exposto, ratifico integralmente a fundamentação da Pregoeira contida na sua decisão e **nego provimento** ao recurso apresentado pela licitante Onzex Produções e Promoções de Espetáculos Artísticos Ltda.
Notifique-se a Recorrente.
Astorga-PR, 18 de novembro de 2025.

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Geraldo
Código Identificador:6D2E5B05

MUNICÍPIO DE ASTORGA DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO E SUPRIMENTOS
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 006/2025

A Prefeita do Município de Astorga - PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o Termo de Julgamento emitido em 07/11/2025; considerando autorização para homologar, encaminhada pelo PARANACIDADE e emitida em 11/11/2025; torna pública a **HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO** do objeto do procedimento licitatório em epígrafe**,** Reforma e Ampliação da Escola Municipal Alfredo Sofientini contendo: salas, sala dos professores, sala da direção, circulação, depósitos, sanitários, bibliotecas, varanda, pátio coberto, despensa, cozinhas, refeitório, central GLP e acessos. Reforma e Ampliação de Escola com execução de serviços preliminares e administração da obra; Movimento de terra, drenagem e águas pluviais; Fundações; Estruturas; Alvenaria, divisórias, muros e fechos; Cobertura; Esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; Instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; Instalações hidrossanitárias, gás-GLP, incêndio e aparelhos; Revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; Pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; Diversos (limpeza, ensaios tecnológicos, equipamentos) e demais itens e especificações constantes no projeto.**,** à empresa abaixo:

1) PROSPERE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 16.827.464/0001-06, sagrou-se vencedora pelo valor global de R$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais), dentro dos prazos e condições do edital.

Astorga - PR, 14 de Novembro de 2025.

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia Albertini Camargo Fernandes
Código Identificador:1D4BB29F

MUNICÍPIO DE ASTORGA DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO E SUPRIMENTOS HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025

A Prefeita do Município de Astorga - PR, no uso de suas atribuições legais; considerando a inexistência de recursos pendentes de julgamento; torna pública a **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO** do objeto do presente certame, à empresa abaixo:

1) VIAÇÃO GARCIA LTDA, CNPJ: 78.586.674/0001-07, sagrou-se vencedora do lote nº01, totalizando o valor de R$ 1.013.064,00 (Um milhão e treze mil e sessenta e quatro reais);

Astorga, 18 de Novembro de 2025.

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia Albertini Camargo Fernandes
Código Identificador:84EB5A99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 099/2025

Atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997, **NOTIFICAMOS**, aos Partidos Políticos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Astorga, da **liberação dos seguintes recursos federais ao Município de Astorga:**

ORIGEM / OBJETO DOS RECURSOS	VALOR (R$)	DATA
- ASTORGABL MAC FNAS	5.600,00	13/11/2025
- FMS CT SUSCUSTEIOSUS	127.512,00	17/11/2025
- ASTORGABL GBF FNAS	5.579,16	17/11/2025

Astorga, 18 de novembro de 2025.

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:F26F282C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 001/2025 - CHAMADA PÚBLICA 003/2024 - MOTORISTAS

EDITAL Nº 001/2025

A Secretaria Municipal de Saúde, considerando, rigorosamente, a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 003/2024, homologado, pelo Decreto nº. 273/2024 visando a contratação em caráter temporário do cargo de Operador de Máquinas e de Motorista, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 5724/2024 nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e 624/2011:

TORNA PÚBLICO:

Que em atendimento aos dispositivos contidos no **ITEM 12. CONTRATAÇÃO**, da **CHAMADA PÚBLICA 003/2024,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas desta Municipalidade, na Avenida Brasil, 665, em Balsa Nova, no dia **24/11/2025 às 9:00 horas**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de Motorista.
De acordo com o **item 11.3** Em virtude da situação emergencial e contratação imediata das vagas previstas, **não será facultado o pedido de deslocamento para o final da ordem de classificação** ao candidato convocado no Processo Seletivo Simplificado 03/2024, devendo o mesmo assinar um termo de desistência, conforme Anexo VIII.

MOTORISTA – 05 VAGAS		
CLASS.	CANDIDATOS	N° DO PROCESSO
4º	ITAMAR CARNEIRO ANTUNES	8411/2024
5º	FABIANO AP. DE FARIAS	8089/2024
6º	CLAUDIO CESAR KNAUBER	8263/2024
7º	ROBISON GONÇALVES SEVERIANO	8173/2024
8º	CLAUDIO CZARNICK	8389/2024

Conforme processo administrativo n.º 28543/2025, as **05 vagas disponíveis** são para a **Central de Transporte Sanitário – SMS**, em escala de trabalho 24x72 (19:00 às 19:00).

Balsa Nova, 18 de novembro de 2025.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal 113/2023
DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO III DO EDITAL 03/2024

ANEXO IV – ROL DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ASSUNÇÃO DO CARGO (APENAS PARA CANDIDATOS CONVOCADOS PARA ASSUMIR A VAGA)

Para ser contratado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescido de 01 (uma) cópia, às suas expensas:

1) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2) 2 fotos 3x4 recentes
3) Cartão do PIS/PASEP ou CTPS, contendo o número do PIS;
4) Comprovante de endereço atual;
5) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
6) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral;
7) Atestado de saúde ocupacional, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para a qual se inscreveu, emitido pelo médico perito do município a ser agendado pelo Departamento de gestão de Pessoas em data a ser determinada;
8) Declaração (Anexo VI) de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
10) Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Federal do Tribunal Regional Federal da região onde o candidato tenha residido nos últimos 5 anos. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (4.a Região); ou certidão negativa de antecedentes criminais da Polícia Federal no endereço eletrônico http://www.dpf.gov.br
11) Certidão negativa criminal da Justiça Militar Estadual, no caso de policial militar da ativa, desde que não configurado o acúmulo de cargo vedado em lei, e ex-policial militar;
12) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:C335F385

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 047/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 047/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 021/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: 59.991.298 LUCAS GABRIEL TORRES VELOSO.
OBJETO: Contratação de empresa especializada realização de viagem turística para idosos, conforme deliberação n° 24/2023 CEDI/PR – Incentivo do Projeto "Paraná Viaja Mais 60", destinado a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
VALOR: R$ 47.190,00 (quarenta e sete mil, cento e noventa reais) por todo o objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
13.002.08.122.0015.2207-3.3.90.39.00.00.1000;
13.004.08.241.0015.2221-3.3.90.39.00.00.21121;
13.004.08.241.0015.2221-3.3.90.39.00.00.1121;
13.004.08.241.0015.2221-3.3.90.39.00.00.1000.
PRAZO DE VIGENCIA: Até 90 (noventa) dias.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Balsa Nova, 05 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:A998155F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 850/2025

PORTARIA N.º 850/2025

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 28637/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
ELIANE ZOFIAK GOMES			
Origem: SMS – Unidade de Saúde Tancredo Neves **Destino:** SMS – Secretaria Municipal de Saúde	Assessor de Gestor	541972	17/11/2025

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 18 de novembro de 2025.

FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:AB5DB52D

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 851/2025

PORTARIA N.º 851/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDICARLOS MENDES DORADO**, registrado na matricula n.º 541933 e **GLACI ANTONIA MERCHIORI,** registrada na matricula n.º 541910 como Gestor e Fiscal, respectivamente, de convênio com o Programa Paraná +Viagem.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 18 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETO
Prefeito Municipal de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:8AFAFBF8

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 852/2025

PORTARIA N.º 852/2025

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 28761/2025,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
TAINARA CRISTINE MARTINS PEREIRA			
Origem: SMS – Unidade de Saúde da Família Vereador Lauro José Bubniak **Destino:** SMS – Farmácia Básica	Auxiliar de Saúde	41141	17/11/2025

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 18 de novembro de 2025.

FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:C74BB15A

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 853/2025

PORTARIA N.º 853/2025

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 28742/2025,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
LARISA FERNANDA DE LARA NETZEL			
Origem: SMS – Unidade de Saúde Renato Coltro (São Caetano) **Destino:** SMS – Secretaria Municipal de Saúde	Auxiliar de Saúde	47028	18/11/2025

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 18 de novembro de 2025.

FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:A59F6C6A

GABINETE
DECRETO DE CANCELAMENTO N°. 232/2025

DECRETO DE CANCELAMENTO N°. 232/2025

SÚMULA: "Dispõe sobre o cancelamento do Processo Seletivo Simplificado para contratação de FONOAUDIÓLOGO", veiculado ao Edital 010/2025, instrumentalizado nos autos do Processo Administrativo nº 17552/2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei municipal nº 879/2015, e sob a coordenação, fiscalização e responsabilidade técnica da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria nº 724/2025 e demais disposições aplicáveis a espécie, conforme instrumentalizado no Processo Administrativo nº 17552/2025,

DECRETA:

Art. 1°. Fica cancelado o Processo Seletivo Simplificado veiculado através do Edital nº. 010/2025, instrumentalizado nos autos de Processo Administrativo nº 17552/2025, para provimento do cargo de "**FONOAUDIÓLOGO**" em virtude da inexistência de inscrições deferidas.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 19 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:8CC009D8

GABINETE
DECRETO Nº 231/2025 *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 231/2025
***Republicado por incorreção**

SÚMULA: "*Altera o Decreto Municipal nº 02/2024, regulamentando o artigo 25, § 9º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica nos editais de licitação que visem a contratação de empresas para a prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra no âmbito da Administração Pública Municipal de Balsa Nova.*"

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O Art. 110 do Decreto Municipal nº 02/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 110 Fica estabelecido, no âmbito da Administração Pública Municipal, que os editais de licitação que visem a contratação de empresas para a prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra poderão conter, a critério da autoridade competente, cláusula estipulando a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica, nos seguintes termos:

I - Em atendimento ao disposto no caput, os contratos de prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra da Prefeitura Municipal poderão reservar o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas, desde que o contrato envolva vinte ou mais trabalhadores, atendida a qualificação profissional necessária;

II - As empresas prestadoras de serviços continuados de terceirização de mão de obra realizarão processo seletivo para a contratação das trabalhadoras mediante acesso a cadastro mantido pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

III - A identidade das trabalhadoras contratadas em atendimento a este Decreto será mantida em sigilo pela empresa, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções;

IV - A obrigatoriedade do percentual disposto neste Decreto não é cumulativa com outros percentuais previstos em lei;

V - O disposto no caput aplica-se também às hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para o mesmo objeto.

§ 1º A cláusula de que trata o caput poderá ser exigida para os processos de contratações que tenham início após a publicação deste Decreto.

§ 2º Realizada a contratação, a Secretaria Municipal de Assistência Social fiscalizará o cumprimento deste Decreto e emitirá declaração de que a empresa cumpre sua obrigação contratual.

§ 3º Na ocorrência de impossibilidade de contratação de mulheres de acordo com o quantitativo previsto, o órgão mencionado no caput formalizará em documento, considerando-se cumprida a obrigação."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Balsa Nova, 13 de novembro de 2025.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:26D52AD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 35/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2025

A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da NLLC, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIAGENS TURÍSTICAS (AGÊNCIA DE VIAGEM), DEVIDAMENTE CADASTRADA NO CADASTUR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 103.104,28 (cento e três mil, cento e quatro reais e vinte e oito centavos);
ENVIO DAS PROPOSTAS: ATÉ DIA 04/12/2025 ÀS 07:59:00;
ABERTURA DAS PROPOSTAS: DIA 04/12/2025 ÀS 08:00:00;
DISPUTA: DIA 04/12/2025 ÀS 09:00:00;
RETIRADA DO EDITAL: www.barbosaferraz.pr.gov.br aba licitações ou portal de transparência https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes ;
APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTOS DOS LANCES: https://bllcompras.com/Home/Login ;
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Departamento de Compras e Licitações - Av. Presidente Kennedy 363, centro, Barbosa Ferraz-PR, Fones: (44) 3275-1377 - E-mail: licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br .

BARBOSA FERRAZ –PR, 18 de novembro de 2025.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:BA5D5392

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2025 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: PRODUSHOWS ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ: 49.533.988/0001-43.

PROCESSO LICITATORIO: Dispensa nº 34/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "EXPO CROCHÊ 2025", FORNECENDO ESTRUTURA COM SOM COMPLETO, GRIDE TRELIÇA, PASSARELA, DJ E SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE SHOWS COM ARTISTAS LOCAIS PARA O EVENTO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:03 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18/11/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 18 de Novembro de 2025

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:7364C3C9

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2025 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: TONY SOM E LUZ LTDA, CNPJ: 43.668.108/0001-60.

PROCESSO LICITATORIO: Dispensa nº34/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "EXPO CROCHÊ 2025", FORNECENDO ESTRUTURA COM SOM COMPLETO, GRIDE TRELIÇA, PASSARELA, DJ E SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE SHOWS COM ARTISTAS LOCAIS PARA O EVENTO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:03 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18/11/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 18 de Novembro de 2025

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:1BA85415

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2025 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: LOCACOES RTJ LTDA, CNPJ: 50.449.190/0001-05.

PROCESSO LICITATORIO: Dispensa nº 35/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR EVAPORATIVO E STAND PARA O EVENTO COMEMORATIVO DA "EXPO CROCHÊ 2025", CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:03 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18/11/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 18 de Novembro de 2025

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:355F65B1

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº115/2025 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: PRODUSHOWS ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ: 49.533.988/0001-43.

PROCESSO LICITATORIO: Dispensa nº 35/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR EVAPORATIVO E STAND PARA O EVENTO COMEMORATIVO DA "EXPO CROCHÊ 2025", CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

VALOR: R$ 35.788,00 (trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:03 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18/11/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 18 de Novembro de 2025

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:D0F14DFA

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 36/ 2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 117/ 2025

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/21 - **Art. 75.**É Dispensável a licitação (...) ***XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos,*** e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do prefeito Municipal, Sr. Carlos Rosa Alves, **RATIFICA** a **DISPENSA** em favor **INSTITUTO INTEGRADO,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. **34.637.953/0001-87**, com sede/domicílio na(o) AV. JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA, 1325 -CEP: 87.300-020 - Bairro: CENTRO Município: CAMPO MOURÃO – PARANÁ.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DO INSTITUTO INTEGRADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IN2) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA GESTÃO DA EQUIPE MÉDICA DA EMERGÊNCIA DO HOSPITAL MUNICIPAL ARNALDO CONEGLIAN DE BARBOSA FERRAZ.

PELO VALOR DE R$ 2.108.027,24 (dois milhões cento e oito mil e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos).

BARBOSA FERRAZ, PR – 18/11/2025.

Ratifico por este termo a **DISPENSA Nº 36/ 2025**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:FC7F1F2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 612/2025

PORTARIA N° 612/2025 DE: 17/11/2025

SÚMULA: Concede Adicional por Tempo de Serviço aos Servidores Públicos Municipais conforme especificado e dá outras providências.

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,
R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder aos servidores efetivos Adicional de Tempo de Serviço (quinquênio), em conformidade com a Lei Municipal n°1.735/2009 de 28/09/2009, aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Data de Admissão	Percentual Anterior	Percentual Novo
Joelina Aparecida dos Santos Pereira	Aux.Serv.Gerais Fem	15/03/2010	10%	15%

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 01 de novembro de 2025.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 17 de novembro de 2025.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:1F7606E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
ADITIVO DE CONTRATO

4º TERMO ADITIVO - Contrato Adm. 11/2021 – Dispensa 07/2021
Contratação de Seguro para Veículo Oficial Ford-KA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ - Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 98, Centro, inscrita no CNPJ/MF nº 00.814.688/0001-43, denominada como CONTRATANTE, representada por seu Presidente Vereador Cleiton Penteado Calixto, portador do RG 8.xxx.xxx-4 – SSP-PR e do CPF/MF 0xx.xxx.xxx-92, residente na Rua Márcia Bortoline, Barra do Jacaré/PR e de outro lado a Empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n° 61.074.175/0001-38, com sede na Av. das Nações Unidas, nº 14261, Andar 29 – Ala A, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, neste ato representada por Alexandre Ponciano Serra, brasileiro, portador do RG nº 29.xxx.xxx-1SSP/SP e CPF/MF sob n° 2xx.xxx.xxx-99, celebram o Termo Aditivo mediante as cláusulas que segue:
CLÁUSULA 1ª – DA VIGÊNCIA
"Parágrafo único. Fica prorrogado o prazo de vigência para um período de 12 (doze) meses a contar de 22 de novembro de 2025."
CLÁUSULA 2ª – DO VALOR
O valor contratual fica reajustado no índice IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, 4,24%,
resultando o valor em R$ 1.080,00 (Hum mil e oitenta reais).
CLÁUSULA 3ª – DA INALTERAÇÃO
As demais cláusulas do contrato não atingidas por este termo aditivo, ficam inalteradas.
E por estarem de acordo assinam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma com
testemunhas abaixo.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2025.

CLEITON PENTEADO CALIXTO
Presidente 2025/2026
Contratante

Mapfre Seguros Gerais S.A.
ALEXANDRE PONCIANO SERRA
Contratada

TESTEMUNHAS

Lucieni Regina da Silva
CPF: xxx.137.7xx-x0

João Penteado da Cruz
CPF: 7xx.xxx.3xx-00

Publicado por:
João Penteado da Cruz
Código Identificador:66ECF454

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE AMPLIAÇÃO DE VAGAS – EDITAL Nº. 03.20/2025, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

REF. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL RETIFICADO nº. 03/2025 de 08/05/2025 *(publicado no Diário*

Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 12/05/2025 – Edição 3273 – págs.490à501).

O Senhor LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO a Ampliação de Vaga para o preenchimento de cargo do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL nº. 03/2025 de 08/05/2025, para suprimento da vaga abaixo discriminada, de acordo com as **Leis Municipais nº. 820/2023 de 22/08/2023 – (*publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 23/08/2023 – Edição 2842 – págs.78à86 – 528à529 – 765à766*) e nº. 821/2023 de 18/09/2023 – (*publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 19/06/2023 – Edição 2860 – págs.467à498*).**

Cargo	Vagas	Remuneração	Carga Horária	Escolaridade
Operador Braçal	01	Anexo I e III – Tabela Salarial e Quadro de Promoção Horizontal – Tabela de Vencimentos da Lei nº. 821/2023 de 18/09/2023.	40	Diploma devidamente registrado de Conclusão de Ensino Fundamental (conf. Item 5 – DAS VAGAS (Edital 03/2025).

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Barra do Jacaré-PR, 18 de Novembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cibelli Karolaine Calixto Dutra
Código Identificador:C3139452

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 04.08/2025 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – EDITAL nº. 04/2025 de 25/08/2025 Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento extraordinário de vagas de MERENDEIRA, MOTORISTA, OFICINEIRO DE CORTE E COSTURA E COVEIRO na Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré - PR, *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 27/08/2025 – Edição 3350 – págs.549 a 558).*

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, LUIZ FABIANO ZANATTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a portaria nº. 043/2025 de 29/01/2025 (Comissão Organizadora) *(publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 30/01/2025 – Edição 3205).*

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado (PSS) – EDITAL nº. 04/2025 de 25/08/2025 *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 27/08/2025 – Edição 3350 – págs.549 a 558).*

CONSIDERANDO que o resultado do Processo Seletivo Simplificado (PSS) foi Homologado através do Edital nº. 004/2025 de 01/10/2025 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 02/10/2025 – Edição 3376 – págs. 539 a 540*).

CONSIDERANDO o Ofício nº 019/2025 de 24/10/2025 protocolado sob o nº 625/2025 em 24/10/2025 solicitando convocação de um servidor para o cargo: Motorista PSS.

CONSIDERANDO o Impacto Orçamentário de 07/11/2025.

CONSIDERANDO a portaria de desistência n° 348 de 18/11/2025.

CONVOCA o candidato aprovado para o cargo abaixo, conforme processo seletivo 04/2025 (PSS), a saber:

MOTORISTA – 40 HORAS:

NOME:	DATA DE NASCIMENTO:	CLASSIFICAÇÃO:
EDUARDO HENRIQUE RODRIGUES LOPES	17/02/1998	7°

O candidato acima relacionado deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de Convocação, ou seja, de **19/11/2025 à 27/11/2025 (Obs. Dias 20 e 21 de Novembro será feriado e recesso conforme decreto n° 1890 de 17/11/2025)** munido de documentos relacionados (conf. Edital de abertura nº. 04/2025 no art. 15 em seus itens 15.3). conforme abaixo descrito.

15.3 Documentos para admissão:
ATESTADO DE SAÚDE (emitido pelo médico do trabalho);
EXAME TOXICOLÓGICO ATUALIZADO (para o cargo de MOTORISTA)
CERTIDÃO DE NASCIMENTO e/ou CERTIDÃO DE CASAMENTO;
TÍTULO ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM O SERVIÇO MILITAR PARA O CANDIDATO DO SEXO MASCULINO;
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: RG;
CARTÃO DO CPF;
CARTEIRA DE MOTORISTA (CNH) PARA CARGO DE MOTORISTA;
CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE/CONCLUSÃO DE CURSO (conforme consta no edital de concurso);
02 (DUAS) FOTOS 3x4 RECENTES;
CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL (expedida pela Comarca onde reside);
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (conta de água, luz, telefone, por exemplo);
CADASTRO NÚMERO DO PIS/PASEP;
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO OU NÃO DE EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA NAS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL);
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO PERCEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA;
CONTA SALÁRIO OU CONTA CORRENTE PARA RECEBIMENTO DE SALÁRIO;

E, para conhecimento dos interessados expede-se este Edital que será fixado no mural da Prefeitura Municipal, bem como publicado no Diário Oficial do Município *(diariomunicipal.com.br/amp/)*, no Portal de Transparência *(barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/pss)* que também poderá ser encaminhado via e-mail e contato telefone (cadastrado na inscrição) (conf. previsto no item 15.1 do art. 15 do Edital de abertura nº. 04/2025).

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 18 de novembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:DD26E7D4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 348/2025, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do Teste Seletivo Simplificado (PSS) – Edital nº. 04/2025 de 25/08/2025 – Vagas de: Merendeira, Motorista, Oficineiro De Corte e Costura e Coveiro (*publicado no Diário Oficial dos*

Municípios do Paraná – AMP – no dia 27/08/2025 – Edição 3350 – págs.549 a 558) – homologado pelo Edital nº.004/2025 de 01/10/2025 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 02/10/2025 – Edição 3376 – págs.539 a 540*).

RESOLVE:

Art. 1º – DESCLASSIFICAR, o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado-PSS, *por motivo de não comparecimento* o Srº. DOUGLAS ALENCAR INÁCIO, classificado em 6º lugar (ampla concorrência) para o cargo de MOTORISTA – 40h, tornando sem efeito o contido no Edital de Convocação nº. 04.07/2025 de 11/11/2025 para este candidato, desta forma eliminado deste Teste Seletivo-PSS.

Art. 2º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se, Notifique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 18 de novembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:8486442A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 349/2025, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Determina o retorno de carga horária original de servidora pública municipal para 40 horas semanais e dá outras providências.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO o Ofício nº 039/2025 de 18/11/2025 recebido da Procuradoria Jurídica Municipal que trata de decisão definitiva de mérito – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - PR.

RESOLVE:

Art. 1º – Determinar o retorno da servidora pública Srª **GRASIELE CRISTINA FRANÇA ALBONETI - Cargo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – Matr. 2481** à carga horária original de **40 horas semanais** a partir de **19/11/2025 –** Subordinada à Secretaria Municipal de Educação, prestando serviços no CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), em cumprimento à decisão definitiva de mérito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - PR

Art. 2º – A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos adotará as providências decorrentes do presente ato, inclusive no que se refere aos registros, anotações e comunicações legais.

Art. 3º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 220/2024 de 26/08/2024.

Município de Barra do Jacaré-PR, em 18 de novembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:B08EA0C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL39/2025
b) Modalidade: Inexigibilidade
c) Data Homologação: 18/11/2025
d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALISTA PARA CAPACITAÇÃO DE ATENDIMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E/OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, COM ÊNFASE NA COLIGA DA REVELAÇÃO ESPONTÂNEA E NA ESCUTA ESPECIALIZADA NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

5545 - INSTITUTO RANAI LTDA (46.757.247/0001-58)

TOTAL GERAL: R$ 35.715,56

Bela Vista da Caroba, 18/11/2025.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:8366B9F9

SECRETARIA DE FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES CONCURSO BVC

EDITAL N.º 05.1/2025 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito do Município de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação das Inscrições** do Concurso Público n.º 1/2025, nos seguintes termos.

Art. 1º Diante da ausência de recursos administrativos interpostos em face do indeferimento das inscrições, fica **MANTIDA** a listagem divulgada na data pretérita de 12 de novembro de 2025 no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista da Caroba (PR), 18 de novembro de 2025.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Ruhama Julyegge Andrighetti Girollete
Código Identificador:C8521A03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
27º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2-2024

27º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2-2024

27º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 2-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA POSTO MARTE LTDA

O SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Boa Ventura de São Roque, com sede à Rua Moises Miranda, 422 - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa POSTO MARTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.893/0001-07, sita na AVENIDA DALZOTTO, 309 CENTRO - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) SIMONE JONAK, portador (a) do Cpf sob nº064.931.869-27, domiciliada na Rua Quintino dos Santos, 210 - CEP: 85225000 - BAIRRO: Centro - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste,** suprimindo o valor unitário da Gasolina Comum em 0,05 (Cinco centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 6,40 (Seis reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 18/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***SIMONE JONAK***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:3F46B759

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
29º ADITIVO AO CONTRATO Nº 1-2024

29º ADITIVO AO CONTRATO Nº 1-2024

29º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA POSTO MARTE LTDA

O Fundo Municipal De Previdência Social De Ventura De São Roque, com sede à Rua Moises Miranda, 422 - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal senhor, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa POSTO MARTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cnpj sob nº 01.690.893/0001-07, sita na AVENIDA DALZOTTO, 309 CENTRO - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) ADRIEL RIBEIRO DE SOUZA , portador (a) do Cpf sob nº055.175.539-31, domiciliada na RUA QUINTINO DOS SANTOS, 210 - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**, suprimindo o valor unitário da Gasolina Comum em 0,05 (Cinco centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 6,40 (Seis reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 12/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***SIMONE JONAK***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:C5730170

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
29º ADITIVO AO CONTRATO Nº 16-2024

29º ADITIVO AO CONTRATO Nº 16-2024

29º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 16-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA POSTO MARTE LTDA

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa POSTO MARTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.893/0001-07, sita na AVENIDA DALZOTTO, 309 CENTRO - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) SIMONE JONAK, portador (a) do Cpf sob nº064.931.869-27, domiciliada na Rua Quintino dos Santos, 210 - CEP: 85225000 - BAIRRO: Centro - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**, suprimindo o valor unitário da Gasolina Comum em 0,05 (Cinco centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 6,40 (Seis reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 18/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***SIMONE JONAK***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:F8992D79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
40º ADITIVO AO CONTRATO Nº 1-2024

40º ADITIVO AO CONTRATO Nº 1-2024

40º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1-2024, CELEBRADO ENTRE O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA LUIZ SILVIO HOFFMANN

O SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Boa Ventura de São Roque, com sede à Rua Moises Miranda, 422 - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa LUIZ SILVIO HOFFMANN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.657.810/0001-76, sita na AV DALZOTTO, 1670, 1670 SALA - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) LUIZ SILVIO HOFFMNN, portador (a) do Cpf sob nº374.160.069-53, domiciliada na AV DALZOTTO, 1670 CASA - CEP: 85225000 - BAIRRO: centro - Boa Ventura de São Roque/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**, reajustando o valor unitário do Óleo Diesel Comum em 0,04 (Quatro centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 5,79 (Cinco reais e setenta e nove centavos); suprimindo o valor unitário do Etanol em 0,04 (Quatro centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 4,34 (Quatro reais e trinta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 18/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***LUIZ SILVIO HOFFMANN***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:7F593FB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
46º ADITIVO AO CONTRATO Nº 15-2024

46º ADITIVO AO CONTRATO Nº 15-2024

46º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 15-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA LUIZ SILVIO HOFFMANN

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa LUIZ SILVIO HOFFMANN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.657.810/0001-76, sita na AV DALZOTTO, 1670, 1670, Centro, SALA, Boa Ventura de São Roque/ PR, CEP: 85225000 - Boa Ventura de São Roque/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) LUIZ SILVIO HOFFMANN, portador (a) do Cpf sob nº374.160.069-53, domiciliada na - , doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 26/02/2024, altera-se a **Cláusula Quinta - Critério de Reajuste**, reajustando o valor unitário do Óleo Diesel Comum em 0,04 (Quatro centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 5,79 (Cinco reais e setenta e nove centavos); suprimindo o valor unitário do Etanol em 0,04 (Quatro centavos) sobre seu valor, fica, portanto o valor unitário em R$ 4,34 (Quatro reais e trinta e quatro centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 18/11/2025.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***LUIZ SILVIO HOFFMANN***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:
_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:1806841D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025
LICITAÇÕES EXCLUSIVAS ÀS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014

O Município de Boa Ventura de São Roque, PR, torna público que no dia 05 DE DEZEMBRO de 2025 às 08h00min (horário de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital, para o **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO NATAL ILUMINADO ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO DA SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ, CONFORME OFICIO Nº. 1487/2025, A PEDIDO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR, NOS TERMOS E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL, TERMO DE REFERENCIA E NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por lote/item).
Valor total R$ 43.339,17 (quarenta e três mil trezentos e trinta e nove reais e dezessete centavos).

Entrega das propostas e documentações: até o dia 05 de DEZEMBRO de 2025 às 08h00min (horário de Brasília).
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 18 de novembro de 2025.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:A1786C45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 358/2025

PORTARIA Nº 358/2025

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.
.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor José Joarez Gloden, matricula de Nº 19-1 nomeado através da Portaria n°517/1999 para exercer o cargo de Digitador e Reenquadrado pela Portaria 075/2007 para exercer o Cargo de Assistente Administrativo, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período de 10/08/2024 a 09/08/2025 que serão fruídas de 24/11/2025 a 23/11/2025 e adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias, conforme art. 101 da referida Lei. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 17 de novembro de 2025.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:270B49EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 359/2025

PORTARIA Nº 359/2025

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER. Ao Servidor Henrique Viana matricula nº 417719, nomeado através do decreto de Nº 118/2021 para exercer o cargo de Operador de Maquinas, 01 (um) dia de Folga Compensatória referente a serviços prestados a Justiça Eleitoral nas Eleições Municipais de 2024, que será fruída no dia 18/11/2025, nos termos do art. 98 da Lei n. 9504/97 (Leis das Eleições), art. 1º, parágrafo 2º, da Resolução TSE n. 22.747/2008 e Resolução TSE n. 23.554/2017. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 17 de novembro de 2025.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:B41CC93F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°45/2025

O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº01.612.906.0001/20 e com sede localizada na Rua Moises Miranda, 422, centro, CEP 85.225-000, Boa Ventura de São Roque-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Nestor Kenear, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo documento convocatório e parecer jurídico, **ADJUDICO e HOMOLOGO**, o processo licitatório desenvolvido na modalidade pregão Eletrônico nº45/2025, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE EXTINTORES, CARGAS, RECARGAS E EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.
Torna-se público o resultado da licitação realizada no dia 13 de Nnovembro de 2025, às 09 horas em epigrafe, adjudicando como vencedor pelo critério menor preço por item, as seguintes proponentes.
Adjudica-se e Homologa-se para a Proponente conforme classificação:
PROPONENTE01: ANTIFIRE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDACNPJ: 37.485.592/0001-99 com os lotes: 2 e 5 no valor total de R$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).
PROPONENTE02: LICITECH CONSULTORIA & SOLUTIONS EM LICITACOES PUBLICAS LTDACNPJ: 52.804.043.0001-23 com o lote: 3 no valor total de R$ 4.210,00 (quatro mil e duzentos e dez reais).
PROPONENTE03: SOS COMERCIO DE EXTINTORES LTDACNPJ: 28.029.531.0001-26 com o lote: 1 no valor total de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).
PROPONENTE04: ECOMFIRE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO LTDACNPJ: 54.827.418/0001-04 com o lote: 6 no valor total de R$ 209,00 (duzentos e nove reais).
Totalizando valor total de: R$ 21.319,00(vinte e um mil e trezentos e dezenove reais):

Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro do Município (Portaria 34/2025).

Encaminham-se os autos para celebração de contrato ou emissão instrumento competente

Boa Ventura de São Roque, 18 de novembro de 2025

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:F8B449D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 309/2025

PORTARIA N° 309/2025
DATA: 11/11/2025

SÚMULA: Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:

Art. 1° Conceder Diária ao Servidor Municipal lotado na Secretaria de Saúde, conforme segue:
Nome: JOSÉ PARDINHO ROCHA
Função: MOTORISTA TRANSPORTE SANITÁRIO
Cidade: MARINGÁ - PR.
Quantidade de diárias: 1,0 diárias X R$ 350,00 = R$ 350,00
Data: 11/11/2025 à 11/11/2025.
Justificativa: Viagem a Maringá/PR, levar paciente em consulta médica no Hospital e Maternidade Santa Rita em vaga na central de leitos.
Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 11 de Novembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:CF7A7677

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 009/2025 CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
Resolução nº 009 de 2025 - CMAS

Resolução nº 009/2025 - CMAS

SUMULA: Aprova o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social Exercício - 2025.

Rosenilda Aparecida Ozório, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 406/2020,

Considerando as deliberações dos Conselheiros em Reunião ordinária do dia 12/11/2025;

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social Exercício - 2025.

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando-se os dispositivos contrários.

Boa Vista da Aparecida, 18 de novembro de 2025.

ROSENILDA APARECIDA OZÓRIO
Presidente do C.M.A.S

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:65AB3794

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 30/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 30/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: FERRAGENS DONDA MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL CONTENDO: BLOCO ADMINISTRATIVO COM 04 SALAS E LAVABO; BLOCO COM 06 SALAS DE AULA, BANHEIRO MASCULINO/FEMININO, REFEITÓRIO, COZINHA, SALA DE CULINÁRIA, DESPENSA, LAVANDERIA, SALA DE PROFESSORES, BIBLIOTECA, SALA PARA FISIOTERAPIA, PSICOLOGIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, FONOAUDIOLOGIA, SALA MULTIUSO E COORDENAÇÃO, COM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DE OBRA; MOVIMENTO DE TERRA, DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS; FUNDAÇÕES; ESTRUTURAS; ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUROS E FECHOS; COBERTURA; ESQUADRIAS, ACESSÓRIOS, VIDROS E ESPELHOS; INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO; INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS, GÁS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS; REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS, PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS; DIVERSOS (LIMPEZA, ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS) E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL..

PRAZO DE EXECUÇÃO ORIGINAL: Até o dia 11 de novembro de 2025.

PRAZO DE EXECUÇÃO ADITADO: Até o dia 08 de maio de 2026.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **18 de novembro de 2025**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:7E4132C7

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 359 2025

DECRETO nº 359/2025
Data: 18/11/2025

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal Efetivo, aprovado no Concurso Público nº 01/2025, Serviço Público e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica Nomeado o Servidor Público Municipal Efetivo aprovado no Concurso Público Municipal nº 01/2025, conforme abaixo relacionado:

Servidor (a)	CPF	Cargo	Admissão
Volnei Cassol Bescorovaine	084.330.319-02	Assistente Administrativo	18/11/2025

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 18 de novembro de 2025.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:E9C8E8A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N º 111/2025

PORTARIA Nº111/2025

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Conceder:
Férias normais aos servidores relacionados nesta, de acordo com a escala anual organizada através da unidade de trabalho que estão lotados, conforme relação em anexo:
DE 01 DE DEZEMBRO À 30 DE DEZEMBRO DE 2025
Dirceu Cesar Araujo Polli
Janderson Enedino de Oliveira

DE 01 DE DEZEMBRO À 20 DE DEZEMBRO DE 2025
Antonio Carlos dos Santos
Tadeu de Jesus Ribeiro de Siqueira

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 17 de novembro de 2025.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:02D211B7

SECRETARIA DE FINANÇAS
LEI 1038/2025 - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS POR TODOS OS PROFISSIONAIS QUE ATUEM EM UNIDADES ESCOLARES E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 1038/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidões de antecedentes criminais por todos os profissionais que atuem em unidades escolares e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) do Município de Bocaiúva do Sul, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, aprovou, **por PROPOSTA DO VEREADOR CARLOS RODRIGO ISRAEL** e eu, Prefeito, sanciono a seguinte:
LEI
Art. 1º. Todos os profissionais que exerçam atividades nas unidades escolares e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da rede pública municipal de ensino, independentemente do vínculo com o Poder Público, ficam obrigados a apresentar certidão de antecedentes criminais no ato de ingresso em suas funções e a renová-la a cada 6 (seis) meses, enquanto perdurar o exercício de suas atividades.

Art. 2º. O disposto nesta Lei aplica-se a:
I – Servidores públicos efetivos, comissionados e contratados temporariamente;
II – estagiários, bolsistas e colaboradores;
III – prestadores de serviços autônomos ou vinculados a empresas terceirizadas, cooperativas, organizações sociais, instituições conveniadas ou entidades parceiras;
IV – profissionais de limpeza, merenda, vigilância, transporte escolar, manutenção, serviços administrativos, educadores, assistentes, monitores, professores, diretores, coordenadores e quaisquer outros que atuem nas dependências das unidades escolares ou tenham contato direto ou indireto com estudantes.

Art. 3º. As certidões deverão ser emitidas pelos seguintes órgãos:
I – Justiça Federal;
II – Justiça Estadual;
III – Polícia Civil; e
IV – Polícia Federal.
§1º. As certidões deverão ser apresentadas em versão atualizada, emitidas há no máximo 30 (trinta) dias.
§2º. Caso haja registro de antecedentes criminais, caberá à Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o setor jurídico competente, avaliar a pertinência da manutenção do vínculo, considerando a natureza e a gravidade dos fatos apurados, observando o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Secretaria de Administração e o setor de Recursos Humanos, deverá manter cadastro atualizado contendo as certidões apresentadas, prazos de validade e eventuais pendências, garantindo a confidencialidade das informações pessoais.

Art. 5º. O descumprimento das disposições desta Lei implicará:
I – advertência formal;
II – afastamento preventivo até regularização da situação;
III – nas hipóteses contratuais, aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do contrato, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. As penalidades aplicam-se sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

Art. 6º. A presente Lei tem por objetivo assegurar a proteção integral e prioritária das crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino, em conformidade com o art. 227 da Constituição Federal, o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e os princípios de segurança e zelo constantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, definindo os fluxos, formulários e procedimentos administrativos para controle e acompanhamento das certidões.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (14/11/2025).

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:4A92494F

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA – QUE CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL E, DE OUTRO, O MUNICIPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, DISCIPLINANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA ÁREA CONTRAVERTIDA DE DIVISAS OBJETO DO PROCESSO 17.316.501-3

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA – QUE CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL E, DE OUTRO, O MUNICIPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, DISCIPLINANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA ÁREA CONTRAVERTIDA DE DIVISAS OBJETO DO PROCESSO 17.316.501-3.

CONSIDERANDO O CONTIDO NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO RELATIVO AOS LIMITES ENTRE OS MUNICÍPIOS DE RIO BRANCO DO SUL E BOCAIÚVA DO SUL CONSTANTE NO PROTOCOLO 17.316.501-3;
CONSIDERANDO O CONSENSO ESTABELECIDO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE RIO BRANCO DO SUL E BOCAIÚVA DO SUL, EM NOVEMBRO DE 2025, CULMINANDO COM O PROSSEGUIMENTO DO TRÂMITE DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO;
CONSIDERANDO A VONTADE DA POPULAÇÃO AFETADA MANIFESTADA PUBLICAMENTE EM REUNIÕES DE REVISAR A RETIFICAÇÃO REALIZADA EM 2016, PELO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ (ITCG), ATUALMENTE INCORPORADO AO INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT);

CONSIDERANDO O LIMITE TERRITORIAL UTILIZADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, NO CENSO DEMOCRÁFICO 2022, ENGLOBANDO A POPULAÇÃO AFETADA NO TERRITÓRIO DE BOCAIÚVA DO SUL;

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE GARANTIR E DISCIPLINAR O PLENO ACESSO DE SERVIÇOS PÚBLICOS AOS HABITANTES DO PERÍMETRO AFETADO PELA ALTERAÇÃO PROMOVIDA EM 2016, ENQUANTO NÃO FINALIZADO O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO;

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.576/0002-66, com sede administrativa na Rua Horacy Santos, n° 222, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, **KARIME FAYAD**, inscrita no CPF sob o n.º 075.403.599-94, portadora da cédula de identidade n.º 8.503.093-0/PR, com endereço profissional na Sede da Prefeitura Municipal, e, de outro lado, **MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.592/0001-78, com sede administrativa na Rua Carlos Alberto Ribeiro, n° 21, Centro, Bocaiuva do Sul/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **JOÃO DE LIMA,** inscrita no CPF sob o n.º 906.056.089-20, portadora da cédula de identidade n.º 6.249.642-8/PR, com endereço profissional na Sede da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por objeto a formalização da cooperação com o objetivo de viabilizar a revisão dos limites territoriais entre os municípios de **Rio Branco do Sul** e **Bocaiúva do Sul**, assim como regular, em caráter provisório e excepcional, a responsabilidade pela prestação de serviços públicos essenciais na área de limites territoriais controversos entre os Municípios de Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul, em razão da reavaliação cartográfica realizada em 2016, pelo Instituto de Terras e Cartografia e Geologia do Paraná, atualmente incorporado pelo Instituto Água e Terra.

1.1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta é o único instrumento firmado entre as Partes para pactuar a consecução de seu objeto, e, portanto, substitui quaisquer outros acordos ou negociações preliminares havidas para a execução do presente objeto.

1.2. É parte integrante do presente Termo de Ajustamento de Conduta:

Anexo I – Mapa da Área Controvertida;

Anexo II – Cópia do Processo Digital nº 17.316.501-3;

Anexo III – Ata da Reunião realizada em 29/09/2025;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ÁREA CONTROVERSA

2. A área objeto deste Termo de Ajustamento de Conduta é aquela que, embora historicamente considerada pertencente a Bocaiúva do Sul (com base em demarcação anterior do IBGE), foi reavaliada pelo IAT como pertencente, tecnicamente, ao Município de Rio Branco do Sul, conforme mapa constante no Anexo I do presente termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL

3. Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE computada controvertida atualmente é computada para o Município de Bocaiúva do Sul, que percebe a partir dessa estimativa populacional o repasse relativa ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o município de Bocaiúva do Sul se compromete a garantir a continuidade dos serviços já prestados, responsabilizando-se pela gestão, custeio e manutenção dos seguintes serviços públicos na área controvertida, durante a vigência deste Termo de Ajustamento de Conduta:

3.1. Manutenção e conservação das estradas e vias públicas, incluindo a iluminação pública existente, localizadas no perímetro da área controvertida, conforme mapa constante no Anexo I do presente termo.

3.2. Manutenção e gestão da **EMC Paulino Baptista de Oliveira** e **EMC Pedro Lindolfo da Rosa**, localizadas dentro do perímetro da Área Controvertida, incluindo corpo docente, funcionários, infra-estrutura e demais insumos;

3.2.1. A realização das matrículas escolares daqueles que comprovadamente residam no perímetro da área controvertida deverá ser garantida pelo Município de Bocaiúva do Sul, o qual deverá, através de seus órgãos competentes, expedir declaração de residência e demais documentos necessários a sua plena efetivação.

3.3. Garantia do atendimento dos cidadãos comprovadamente residentes no perímetro da Área Controvertida, conforme mapa constante no Anexo I do presente termo, junto a Unidade de Saúde **ACRYDES LAZAROTTO**, localizada na Rua Migual Costacurta, 180, Cento, Bocaiuva do Sul/PR, 83450-000, assim como a cobertura de atuação das Agentes Comunitárias de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, dentre outras campanhas e ações ligadas ao Sistema Único de Saúde.

3.3.1. O Município de Bocaiúva do Sul deverá, através de seus órgãos competentes, expedir declaração de residência e demais documentos necessários a plena efetivação do atendimento dos usuários.

3.4. Manutenção do atendimento de Assistência Social para população residente no perímetro da Área Controvertida, conforme mapa constante no Anexo I do presente termo, desde que cumpram com os requisitos previstos em Lei para acessar os serviços, devendo ser expedido declaração de residencia e demais documentos necessários pelos seus órgãos competentes.

3.5. O Município de Bocaiúva do Sul se compromete a fornecer informações e envidar esforços eventualmente necessários para a consecução do presente Termo.

3.6. Garantir a continuidade dos serviços prestados na Área Controvertida, com atendimento aos produtores rurais por meio da **Patrulha Agrícola**, disponibilizando tratores agrícolas, retroescavadeira e demais equipamentos para apoio às atividades produtivas, e da **Patrulha do Meio Ambiente**, disponibilizando coleta de lixo entre outros serviços ambientais. Também promover cursos e capacitações técnicas voltadas ao desenvolvimento rural e prestar assistência veterinária aos criadores da região, além de colaborar na manutenção de acessos e estradas vicinais utilizadas para o escoamento da produção.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL

4. O Município de Rio Branco do Sul se compromete a não interferir na gestão e prestação dos serviços mencionados na Cláusula Terceira pelo Município de Bocaiúva do Sul, enquanto perdurar a vigência deste Termo de Ajustamento de Conduta.

4.1. O Município de Rio Branco do Sul compromete-se a disponibilizar sua equipe técnica de arquitetura e engenharia para prestar auxílio no processo de revisão das divisas, intervindo no processo digital nº 17.316.501-3.

4.2. O Município de Rio Branco do Sul manterá constante diálogo com o Município de Bocaiúva do Sul e a população afetada, contribuindo com a celeridade e plena resolução do processo de revisão de divisas.

CLÁUSULA QUINTA – DO PROCESSO E PRAZOS

5. As partes se comprometem a apresentarem um consenso técnico preliminar acerca dos limites territoriais até o dia 17/11/2025.

5.1. Estabelece-se que o protocolo de reabertura do processo digital nº 17.316.501-3 será efetuada até o dia **20/11/2025**, com a apresentação da proposta inicial de ajuste do limite territorial.

5.2. Após aprovações técnicas necessárias com a proposta de ajuste de limite municipal, inclusive junto à Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) e ao Instituto Água e Terra (IAT), será convocada audiência pública em conjunto para consulta e deliberação final.

5.3. Concluída a fase da definição geográfica entre os municípios, as partes assumem o compromisso de encaminhar os processos legislativos de autorização visando o ajuste de limite territorial às Câmaras de Vereadores respectivas, submetendo, então, a questão à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6. O presente Termo de Ajustamento de Conduta não envolverá o repasse de recursos financeiros entre os Municípios envolvidos, cada parte arcando com os custos das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7. O presente Termo de Ajustamento de Conduta terá vigência a partir da data de sua assinatura e perdurará até a data da revisão definitiva dos limites territoriais entre os Municípios de Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul.

CLÁUSULA OITAVA - DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

8. O presente Termo de Ajustamento de Conduta é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes a qualquer título,

salvo por mútuo acordo formalizado por termo aditivo ou por decisão judicial.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9. Considerando o caráter voluntário do presente acordo, as partes poderão a qualquer momento denunciar o presente instrumento sem que isso represente qualquer direito ou pagamento de indenizações, perdas e danos, lucros cessantes, multas e outros valores ou obrigações em favor da outra.

9.1. O descumprimento de qualquer cláusula deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará no dever de notificação da outra parte para resolução da questão, sendo que, caracterizada qualquer das hipóteses abaixo, poderá ser rescindido:

a) Caso fortuito ou de força maior que afetem a execução por período superior ao prazo de 03 (três) meses;

b) Prática de atos que importem em descrédito ou afetem a imagem das partes no curso da vigência do presente Termo;

c) A cessão ou transferência de qualquer direito ou obrigação prevista sem o consentimento prévio e por escrito da outra parte;

d) Determinação legal ou judicial que inviabilizem o cumprimento;

e) Fraude ou dolo cometidos pelas partes relacionadas ao cumprimento de suas obrigações;

f) Violação ao disposto nas cláusulas de anticorrupção no curso da vigência do presente Termo;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10. Quaisquer alterações ou aditamentos a este Termo de Ajustamento de Conduta somente serão válidos se formalizados por escrito, mediante termo aditivo assinado por ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ANTICORRUPÇÃO

11. As Partes declaram que cumprem as leis nacionais e internacionais (i) as quais estão submetidas, (ii) bem como as que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a administração pública, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das leis aplicáveis.

11.1. Nenhuma das Partes poderá, em desacordo com a legislação aplicável, direta ou indiretamente, fazer qualquer oferta, pagamento de qualquer quantia, ou oferecer, presentear, prometer dar, ou autorizar qualquer coisa, a qualquer funcionário público, qualquer partido político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou pessoa a estes ligadas direta ou indiretamente com a finalidade de obter uma vantagem indevida.

11.2. As Partes devem observar, respeitar e cumprir seus respectivos códigos de conduta, observando, inclusive, mas sem limitação, ao combate à corrupção, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança, assim como o respeito às comunidades estabelecidas na Área Controvertida, conforme mapa constante no Anexo I do presente termo.

11.3. As Partes poderão solicitar uma à outra que informe caso esteja ou venha a ser envolvida, direta ou indiretamente, em inquéritos ou processos administrativos ou judiciais pela prática de atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira no que tange às normas anticorrupção.

11.4. A Parte que tiver conhecimento do envolvimento da outra em demandas relacionadas ao descumprimento da referida legislação, poderá rescindir, imediatamente, o presente Contrato, independentemente de notificação prévia, sem qualquer tipo de ônus, caso tal envolvimento possa trazer potenciais danos à parte não envolvida em possível ato de corrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

12. As Partes reconhecem que o objeto do presente Termo não envolve o tratamento de dados pessoais, entretanto estão cientes que no decorrer da relação aqui estabelecida, as Partes poderão ter acesso aos dados pessoais da outra em razão de cumprimento do termo, se comprometendo a cumprir as leis e regulamentos de proteção de dados pessoais aplicáveis e vigentes, em especial a Lei nº 13.709/2018, além de garantir a privacidade e segurança destes dados, se comprometendo a não os utilizar para outro fim que não seja a finalidade deste Termo de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13. Nenhuma das Partes será responsável por qualquer encargo ou obrigação de natureza civil, fiscal, trabalhista ou qualquer ônus, em decorrência da execução do objeto deste Termo.

13.1. Cada Parte compromete-se a notificar a outra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da ciência do fato, sobre qualquer autuação, procedimento, demanda ou inquérito de qualquer natureza relacionado a este Termo de Ajustamento de Conduta.

13.2. As Partes ficam isentas de qualquer responsabilidade decorrente de quaisquer ações, processos administrativos, reclamações e demandas de terceiros relacionadas a danos resultantes de ato ou omissão de responsabilidade da outra parte, e que resultem em prejuízo à outra Parte no âmbito da execução deste Termo de Ajustamento de Conduta.

13.3. As Partes declaram que o presente instrumento poderá ser assinado por meio de plataforma de assinatura eletrônica/digital, sendo consideradas válidas as referidas assinaturas para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Branco do Sul/PR, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste Termo.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, e que, visando a transparência, será publicado em Diário Oficial de ambas as municipalidades.

Rio Branco do Sul/PR, 18 de novembro de 2025.

Município de Rio Branco do Sul
KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Município de Bocaiuva do Sul
JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF/MF:
2) _____
Nome:
CPF/MF:

Anexo II
Cópia do Processo Digital nº 17.316.501-3

https://drive.google.com/file/d/1lvL1LenRRkLZgj669WdSuYMToUKqeJ-U/view?usp=sharing

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:69382B9B

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 241/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 58/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE VIAGEM TURÍSTICA PARA IDOSOS, CONFORME DELIBERAÇÃO N°034/2024 CEDI/PR – INCENTIVO DO PROJETO "PARANÁ VIAJA MAIS 60 – FASE II", DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: FERNANDA JANTSCH REIS
CNPJ: 23.732.869/0001-26
VALOR: R$ 27.550,00 (vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 18/11/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

CLAUDINEIA FALCADE SCREMIN PORKOTE
Secretaria Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:D62B8E09

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 242/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 66/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: IX MEDICAL LTDA
CNPJ: 59.131.363/0001-09
VALOR: R$ 291,00 (duzentos e noventa e um reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 18/11/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

FRANKLYN EDUARDO ALVES
Secretario Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:FDD47FBD

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 243/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 66/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: BHBENTAL COMERCIAL LTDA
CNPJ:29.312.896/0001-26
VALOR: R$ 3.419,90 (três mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 18/11/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

FRANKLYN EDUARDO ALVES
Secretario Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:FC9AA01E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 244/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 57/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, SUPORTE À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 83.675.413/0001-01
VALOR: R$ 474.995,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 18/11/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIVELTON JOSE NODARI
Secretaria Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:4F91E82E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 245/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 57/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, SUPORTE À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: NORDICA VEICULOS S/A
CNPJ: 77.997.187/0001-74
VALOR: R$ 655.000,00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 18/11/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIVELTON JOSE NODARI
Secretaria Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:E481AF2E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 246/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 57/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, SUPORTE À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: REZETEC COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 35.149.811/0001-33
VALOR: R$ 767.210,00 (setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e dez reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 18/11/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

ELIVELTON JOSE NODARI
Secretaria Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:52EA2408

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 247/2025 - INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATO 232/2025
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONDUÇÃO VEICULAR – CATEGORIA C
CONTRATADO: CICERO ADALBERTO BALBINO NASCIMENTO,

CPF: xxx.272.xxx-43
VALOR: R$ 73.507,20 (Setenta e três mil, quinhentos e sete reais e vinte centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/11/2025 A 18/11/2027

BOCAIÚVA DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:3D4B144F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 57/2025

O Secretário do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	57/2025
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	18/11/2025
Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, SUPORTE À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Fornecedores com itens Homologados:
FORNECEDOR(ES):
1) REZETEC COMERCIO E SERVICOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 35.149.811/0001-33 no valor total dos itens vencidos de R$ 767.210,00 (setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e dez reais).
2) NORDICA VEICULOS S/A inscrito no CNPJ/CPF Nº 77.997.187/0001-74 no valor total dos itens vencidos de R$ 655.000,00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil reais).
3) MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 83.675.413/0001-01 no valor total dos itens vencidos de R$ 474.995,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais).

Bocaiúva do Sul, 18 de novembro de 2025.

ELIVELTON JOSE NODARI
Secretário Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:988EC4C5

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 58/2025

A Secretária do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	58/2025
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	18/11/2025
Objeto da Licitação:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE VIAGEM TURÍSTICA PARA IDOSOS, CONFORME DELIBERAÇÃO N°034/2024 CEDI/PR – INCENTIVO DO PROJETO "PARANÁ VIAJA MAIS 60 – FASE II", DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Fornecedores com itens Homologados:
FORNECEDOR(ES):
1) FERNANDA JANTSCH REIS inscrito no CNPJ/CPF Nº 23.732.869/0001-26 no valor total dos itens vencidos de R$ 27.550,00 (vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta reais).

Bocaiúva do Sul, 18 de novembro de 2025.

CLAUDINEIA FALCADE SCREMIN PORKOTE
Secretaria Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:1E33C5F3

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 63/2025

O Secretário do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	63/2025
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	18/11/2025
Objeto da Licitação:	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE SOLDA.

Fornecedores com itens Homologados:
FORNECEDOR(ES):
1) TORNEARIA CF LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 53.720.825/0001-47 no valor total dos itens vencidos de R$ 237.349,00 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais).

Bocaiúva do Sul, 18 de novembro de 2025.

CLAUDINEI RODRIGUES DE CASTRO
Secretário Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:20B61D64

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 66/2025

O Secretário do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	66/2025
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	18/11/2025
Objeto da Licitação:	Solicito abertura de processo licitatório para aquisição de equipamentos odontológicos na modalidade registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades estabelecidas.

Fornecedores com itens Homologados:

FORNECEDOR(ES):
1) BHDENTAL COMERCIAL EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 29.312.896/0001-26 no valor total dos itens vencidos de R$ 3.419,90 (três mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa centavos).
2) IX MEDICAL LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 59.131.363/0001-09 no valor total dos itens vencidos de R$ 291,00 (duzentos e noventa e um reais).

Bocaiúva do Sul, 18 de novembro de 2025.

FRANKLYN EDUARDO ALVES
Secretário Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:2F160CD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 2 DO CONTRATO N° 53-2024

TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo do Contrato N°53/2024, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominada **CONTRATANTE** e a empresa **INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.501.153/0001-36, com sede na Rua Rocha Pombo, n° 1335, Centro, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, neste ato representada pela Sra. GABRIELA BELOTI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade Nº 9.084.358-3 SSP/PR e do CPF Nº 270.966.158-65, residente e domiciliada na cidade de Campo Mourão - PR, a seguir denominada **CONTRATADA,** de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA QUANTIDADE
Fica aditivada em **25%** a quantidade do **item 7**, totalizando um acréscimo do presente contrato no montante de **R$ 2.350,56 (dois mil, trezentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos)**.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 18 de novembro de 2025.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI – EPP
- Contratada-

MARILENE PINHEIRO CABRAL DEOLA
- Gestora do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

_____
MARIELE SCHERES

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5B759FFC

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO 87-2025

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2025

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2025, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 08/12/2025, às 08h30min, que tem por objeto a Aquisição de parques infantis.
Recebimento das propostas: de 19/11/2025 às 08h00min até 08/12/2025 às 08h00min.
Abertura das propostas: 08/12/2025, às 08h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 08/12/2025, às 08h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bllcompras.com**

Bom Jesus do Sul-PR, 17 de novembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:AFB6BD7A

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO 88-2025

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2025

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2025, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 08/12/2025, às 13h30min, que tem por objeto a Aquisição de veículo novo tipo ônibus.
Recebimento das propostas: de 24/11/2025 às 08h00min até 08/12/2025 às 13h00min.
Abertura das propostas: 08/12/2025, às 13h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 08/12/2025, às 13h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bllcompras.com**

Bom Jesus do Sul-PR, 17 de novembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:940E5FA8

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO 89-2025

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2025

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2025, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 10/12/2025, às 08h30min, que tem por objeto a Contratação de serviços de arbitragem.
Recebimento das propostas: de 25/11/2025 às 08h00min até 10/12/2025 às 08h00min.
Abertura das propostas: 10/12/2025, às 08h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 10/12/2025, às 08h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bllcompras.com**

Bom Jesus do Sul-PR, 18 de novembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:EC0ACDBE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 214-2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 214/2025.
CONTRATADA: MICHEL RODRIGO LODI TORNEARIA.
OBJETO: Aquisição de peças e serviços de mão de obra para manutenção da escavadeira hidráulica JCB JS210 Ano 2020.
VIGÊNCIA: 18/11/2025 à 17/01/2026.
VALOR: R$ 9.775,00 (nove mil, setecentos e setenta e cinco reais).
FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação N°18/2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:9954E3F3

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5765/2025.

Concede Licença-Prêmio a Servidor Efetivo.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a funcionária Sra. **ISABEL CRISTINA BASSANESI,** matricula nº 277, nomeada através da portaria nº 478/2004 de 19 de janeiro de 2004, servidora em efetivo exercício desde 19/01/2004, referente aos períodos aquisitivos de 19/01/2019 a 18/01/2024, referente a 45 dias, para serem gozadas de 17 de dezembro de 2025 à 30 de janeiro de 2026, pelo período de 40 horas, de acordo com o disposto no Art. 101 da Lei nº. 003/1997, de 09 de janeiro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 18 de novembro de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:D3CBD1B4

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº.09/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS para o exercício de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em reunião ordinária, sob número 14/2025, realizada no dia 18 de novembro de 2025, no uso de sua competência que lhe confere a Lei Municipal nº 794/2017 de 30 de novembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Pela aprovação do TERMO DE ADESÃO ao Piso Único de Assistência Social, denominado PAS, para o ano de 2026.

Art. 2º - Pela aprovação do PLANO DE AÇÃO do Piso Único de Assistência Social - PAS para o exercício de 2026, do Município de Bom Jesus do Sul - Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR,18 de novembro de 2025.

BRUNA DIETRICH MASSMANN
Pres. do Cons. Mun. de Assistência Social - CMAS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:F7739104

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº.10/2025

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social referente ano de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do município de Bom Jesus do Sul - Estado do Paraná, em reunião ordinária de número 14/2025, realizada no dia 18/11/2025, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 794/2017 de 30 de novembro de 2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar, em sua integralidade, o Monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, referente ao exercício de 2025, do município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, apresentado pelo Comitê Municipal responsável pela elaboração, implementação, acompanhamento e monitoramento do referido plano, submetido a este Conselho de Direitos para análise, deliberação e controle social.

Artigo 2º O presente monitoramento contempla as ações, metas, indicadores, estratégias e resultados previstos para o período, assegurando a conformidade com as normativas vigentes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul-PR, 18 de novembro de 2025.

BRUNA DIETRICH MASSMANN
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:4677A44B

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº.11/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aprimoramento referente ao Relatório de Visita Técnica e Feedback do Núcleo Regional da SEDEF de Francisco Beltrão.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em reunião ordinária n°14/2025 realizada no dia 18 de novembro de 2025, no uso de sua competência que lhe confere a Lei Municipal nº 794/2017 de 30 de novembro de 2017.
Considerando: O Relatório de Visita Técnica elaborado pelo Núcleo Regional da SEDEF de Francisco Beltrão/IARA de Pato Branco;
Considerando: As fragilidades identificadas na organização e execução da Política de Assistência Social local;
Considerando: A necessidade de adoção de medidas para qualificação da gestão do SUAS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o PLANO DE APRIMORAMENTO MUNICIPAL elaborado pela Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação de Bom Jesus do Sul/ Paraná, como resposta ao Relatório de Visita Técnica, conforme anexo desta Resolução.

Art. 2º - Determinar que a Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação de Bom Jesus do Sul/ Paraná encaminhe cópia deste Plano, juntamente com esta Resolução ao Núcleo Regional da SEDEF.

Art. 3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul, 18 de novembro de 2025.

BRUNA DIETRICH MASSMANN
Presidente do CMAS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:278B7DF2

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº.07/2025 – CMDCA

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação da distribuição de picolés, cachorro-quente e geladinho às crianças e adolescentes do município de Bom Jesus do Sul - Paraná.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, do município de Bom Jesus do Sul - Estado do Paraná, em reunião ordinária de número 14/2025, realizada no dia 14/11/2025, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1136/2024 de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a distribuição de picolés as crianças e adolescentes do município de Bom Jesus do Sul – Paraná, na Festa do Munícipio a ser realizado no dia 05/12/2025, com recursos oriundos do Imposto de Renda ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2°- Aprovar a distribuição de cachorro-quente e geladinho as crianças e adolescentes do município de Bom Jesus do Sul – Paraná, na confraternização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV a ser realizado no dia 10/12/2025, com recurso oriundos do Imposto de Renda, destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em pareceria com a Administração Pública Municipal.

Art. 3°- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul-PR, 18 de novembro 2025.

MARIA PATRICIA LIMA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:65C9257B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.727, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a instituição da Vigilância Socioassistencial no âmbito do Departamento Municipal de Assistência Social, sua inclusão no organograma administrativo e dá outras providências.

Maico Diogo Faversani, Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece a Vigilância Socioassistencial como uma das funções essenciais da gestão do SUAS;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012), que determinam a obrigatoriedade da organização e oferta desta função de gestão;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social, com base em evidências produzidas a partir de diagnósticos socioterritoriais e análises de vulnerabilidade social,
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Bom Sucesso do Sul - Pr, a Vigilância Socioassistencial, função integrante da gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 2º A Vigilância Socioassistencial passa a compor oficialmente o organograma do Departamento Municipal de Assistência Social, como unidade vinculada diretamente ao Gabinete da Departamento.
Art. 3º Compete à Vigilância Socioassistencial:
Produzir, sistematizar, analisar e divulgar informações territorializadas sobre vulnerabilidades, riscos sociais e a rede socioassistencial existente no município;
Elaborar diagnósticos socioterritoriais, subsidiando a elaboração e atualização do Plano Municipal de Assistência Social, do PPA, da LDO e da LOA;
Monitorar e avaliar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
Apoiar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, fornecendo subsídios técnicos e relatórios para o exercício do controle social;
Produzir relatórios, boletins e demais publicações que deem transparência aos dados e indicadores da Política Municipal de Assistência Social.
Art. 4º A Vigilância Socioassistencial contará com equipe técnica e ou responsável designada pelo Departamento Municipal de Assistência Social, preferencialmente composta por profissionais de nível superior com atribuições voltadas à coleta, análise e sistematização de informações.
Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo a promover os ajustes necessários no organograma, regimento interno e demais instrumentos administrativos para o pleno funcionamento da Vigilância Socioassistencial.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:5D80BA15

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.728, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, cria Fontes de Recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R$ 199.161,52 (cento e noventa e nove mil, cento e sessenta e um reais e cinquenta e dois

centavos), na Fonte de Recursos: 919, para suprir a dotação orçamentária abaixo especificada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
11.00	**Depto de Indústria Com/Turismo**		
11.01	**Div de Ind. Comércio e Turismo**		
22.661.0014.2.038	**Atívid. Op. e Apoio a Indústria Comércio e Turismo**		
3.3.90.39	Outros Ser. De Terc. – P. Jurídica	919	199.161,52
TOTAL			**199.161,52**

Art. 2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação em acordo com o inciso II do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64 e com o Art. 4º inciso VI, da Lei Municipal nº 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.

I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 199.161,52 (cento e noventa e nove mil, cento e sessenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1729.99.01.16 (226)	Termo de Convênio 576/25 Sec Tursimo - Natal de Luz	919	199.161,52
	TOTAL		**199.161,52**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.664/2023 de 21 de setembro de 2023 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2022/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:A7F90D47

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.729, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, cria Fonte de Recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), por anulação de dotações o valor de R$ 45.800,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos reais), por superavit financeiro o valor de R$ 9.436,00 (nove mil quatrocentos e trinta e seis reais), para suprir as dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
11.00	**Depto de Indústria Com/Turismo**		
11.01	**Div de Ind. Comércio e Turismo**		
22.661.0014.2.038	**Atívid. Op. e Apoio a Indústria Comércio e Turismo**		
3.3.90.30	Material de Consumo (425)	000	45.800,00
3.3.90.30	Material de Consumo	1045	30.000,00
3.3.90.39	Outros Serv. Terc. – P. Jurídica (427)	5000	9.436,00
TOTAL			**85.236,00**

Art. 2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, será utilizada a ANULAÇÃO parcial das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, os recursos oriundos do excesso de arrecadação a ser apurado no corrente exercício, os recursos oriundos do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior conforme o previsto no parágrafo primeiro nos incisos I, II e III do Art. 43 da Lei 4.320/64, e no Art. 4º incisos VI e VII e artigo 5º incisos I e II da Lei 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:
I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1922.99.03.99.06	Restituição Barracão Industrial (181)	1045	5.000,00
1922.99.01.99.01	Restituição Div – Tributação (162)	1045	20.000,00
1921.01.01.04	Remuneração depósitos bancário (125)	1045	5.000,00
	TOTAL		**30.000,00**

II – Por anulação de dotações o valor de R$ 45.800,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
11.00	**Depto de Indústria Com/Turismo**		
11.01	**Div de Ind. Comércio e Turismo**		
22.661.0014.2.038	**Atívid. Op. e Apoio a Indústria Comércio e Turismo**		
3.3.90.36	Outros. Serv. terc. – P. Física (426)	000	17.900,00
4.4.90.52	Equip. e Mat . Permanente (428)	000	18.000,00
4.5.90.61	Aquisição de Imóveis (429)	000	9.900,00
TOTAL			**45.800,00**

III – Por Superávit Financeiro o valor de R$ 9.436,00 (nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais).

FONTE	NOMENCLATURA	VALOR
5000	Fonte de Recursos Livre	9.436,00
	TOTAL	**9.436,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.717/2024 de 02 de setembro de 2024 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2022/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:BF36DEFD

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.730, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no valor de R$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais), para suprir a dotação orçamentária abaixo relacionada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
03.00	**Depto de Administração e Planej**		
03.01	**Div de Administração e Planej.**		
04.122.0003.2.006	**Ativ. Op do depto de Adm e Planej**		
3.3.90.39	Outros Serv. terc. P. Jurídica (34)	000	12.900,00
TOTAL			**12.900,00**

Art.2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizadas as ANULAÇÕES PARCIAIS das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, conforme o previsto no art. 5º incisos I e II, da Lei 1.719/2024 de 04 de novembro de 2024 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
03.00	**Depto de Administração e Planej**		
03.01	**Div de Administração e Planej.**		

04.122.0003.2.006	**Ativ. Op do depto de Adm e Planej**		
3.1.90.16	Outras Desp. Variáveis – P. Civil (25)	000	4.900,00
3.3.90.14	Diárias – P. Civil (27)	000	8.000,00
TOTAL			**12.900,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.717/2024 de 02 de setembro de 2024 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para esse exercício de 2025 e 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2022/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:FDD82445

CHEFE DE GABINETE
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2025 – DME

Dispõe sobre a fixação de parâmetros numéricos de estudantes por turma na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Bom Sucesso do Sul-PR.

O Departamento de Educação, cultura e esportes de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando:
A Constituição Federal de 1988, art. 205 e seguintes;
A Lei Federal nº 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990;
A **Deliberação CEE/PR nº 06/2025**, que estabelece normas complementares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino, em especial os parâmetros de atendimento por faixa etária;
A Resolução CNE/CEB nº 07/2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
O Plano Municipal de Educação;
A necessidade de assegurar condições adequadas de ensino e aprendizagem, garantindo a qualidade social da educação pública municipal;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam instituídos parâmetros numéricos para a formação de turmas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) da Rede Municipal de Ensino de Bom Sucesso do Sul.
Art. 2º – Educação Infantil (CMEIs): Os limites de crianças por educador deverão observar os seguintes parâmetros:
Crianças de **0 a 1 ano**: até **5 crianças por educador**;
Crianças de **1 a 2 anos**: até **8 crianças por educador**;
Crianças de **2 a 3 anos**: até **12 crianças por educador**;
Crianças de **3 a 4 anos**: até **18 crianças por educador**;
Crianças de **4 a 5 anos**: até **20 crianças por educador**.
Art. 3º – Ensino Fundamental (anos iniciais): Os limites máximos de estudantes por turma ficam assim definidos:
1º e 2º anos: até 20 estudantes;
3º, 4º e 5º anos: até 25 estudantes.
Art. 4º – Exceções
I – Nos casos de matrícula de estudantes transferidos no decorrer do ano letivo, quando o limite máximo de alunos já estiver atingido, a instituição de ensino poderá efetivar a matrícula, desde que:
Seja realizado registro formal no Sistema de Registro Escolar e em ata própria;
Haja justificativa documentada pela direção escolar, encaminhada ao Departamento Municipal de Educação;
A situação seja monitorada de modo a garantir que a qualidade pedagógica não seja comprometida.
II – As exceções previstas não poderão ser utilizadas como regra de organização de turmas, devendo sempre ser tratadas como situações excepcionais.
Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do ano letivo de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Bom Sucesso do Sul – PR, 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:E38D38B4

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 571, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa a servidora Selaine Tavares, como responsável pelo Monitoramento e Avaliação das Diretrizes, Objetivos, e Metas do Plano Municipal de Saúde.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora Selaine Tavares, enfermeira, matricula nº 444-8/1, para, sem prejuízo das funções de seu cargo, responder pelo Monitoramento e Avaliação das Diretrizes, Objetivos, e Metas do Plano Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:2A4C5529

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 572, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa a servidora Rosmari Terezinha Padilha Groff, como responsável pela elaboração, revisão e atualização do regulamento dos serviços das Unidade Básicas de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais,
CONSIDERANDOa necessidade de manter atualizados os regulamentos e regimentos internos que disciplinam o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito municipal;

• **CONSIDERANDO**a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada pela Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para a organização da Atenção Básica no SUS;
• **CONSIDERANDO**a importância de normatizar os processos de trabalho, garantir a uniformidade e a coerência das ações e serviços prestados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS);
• **CONSIDERANDO**o disposto na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **Rosmari Terezinha Padilha Groff, ocupante do cargo deEnfermeira, matrícula nº95-7/2**, para ser a responsável pela coordenação, atualização e revisão periódica do Regulamento dos Serviços das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Bom Sucesso do Sul – Pr.
Parágrafo único.A servidora designada deverá atuar em colaboração com os coordenadores das UBS e demais profissionais envolvidos, garantindo a participação e a pertinência das atualizações propostas.
Art. 2ºSão atribuições da responsável designada:
Analisar a legislação vigente do SUS (federal, estadual e municipal) e propor as adequações necessárias ao regulamento interno das UBS;

Coletar sugestões e demandas de ajustes no regulamento junto às equipes das UBS;
Elaborar as minutas de alteração ou a nova versão do documento;
Encaminhar o documento revisado para aprovação da Diretora do Departamento Municipal de Saúde ou instância superior competente.

Art. 3ºO prazo para apresentação do regulamento revisado será uma vez por ano.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:5B60B1E3

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 573, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa a servidora Detânia Kraus de Souza, como responsável pela Coordenação da Atenção Primária em Saúde no âmbito do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora Detânia Kraus de Souza, enfermeira, matricula nº 615-7/1, para, sem prejuízo das funções de seu cargo, responder pela Coordenação da Atenção Primária em Saúde no âmbito do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:D29E138D

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 574, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a designação da responsável pelos protocolos de encaminhamento de usuários para Tratamento Fora do Domicílio (TFD) no âmbito do município de Bom Sucesso do Sul – Pr., e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Federal nº 8.080/90, a Portaria SAS/MS nº 55/1999 e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **Patricia dos Santos**, ocupante do cargo de Assessora de Agendamento de Consultas, matrícula 449-9/4, para ser a responsável técnica e administrativa pelos protocolos de encaminhamento de usuários para Tratamento Fora do Domicílio (TFD) no município de Bom Sucesso do Sul – Pr.
Art. 2º Compete ao(à) responsável/comissão designada:
Analisar e emitir pareceres (deferimento/indeferimento) sobre as solicitações de TFD, com base em laudos médicos e na legislação vigente.
Organizar e manter a documentação comprobatória das despesas e encaminhamentos, para fins de controle e auditoria do SUS.
Coordenar o agendamento de tratamentos e o transporte dos pacientes e acompanhantes, quando autorizado.
Garantir a conformidade dos procedimentos com as normas estabelecidas pela Portaria SAS/MS nº 55/1999 e regulamentações estaduais/municipais.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:7785E95F

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 575, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.V

Dispõe sobre a designação da responsável pelos protocolos de encaminhamentos de agendamentos e da priorização dos atendimentos na Atenção Básica.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e formalizar os procedimentos de encaminhamento e agendamento de consultas e exames na Atenção Especializada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES) e da regulação assistencial do SUS;

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **Patricia dos Santos**, ocupante do cargo de Assessora de Agendamento de Consultas, matrícula 449-9/4, como responsável pelos protocolos de encaminhamentos e agendamentos de atenção especializada no âmbito do Departamento Municipal de Saúde do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr.

Art. 2º Compete a servidora designada a responsabilidade por:
Gerenciar e executar os protocolos operacionais de agendamento e encaminhamento para a atenção especializada;
Controlar a fila de espera por meio do sistema de regulação utilizado (ex: SISREG, e-SUS Regulação, etc.);
Assegurar a conformidade dos encaminhamentos com os critérios e fluxos estabelecidos nos protocolos clínicos e diretrizes assistenciais;
Promover a comunicação efetiva entre a Atenção Primária e a Atenção Especializada (contrarreferência);
Manter atualizados os dados e registros relativos aos agendamentos e encaminhamentos no sistema competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:F47359B8

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 576, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa a servidora Detânia Kraus de Souza, como responsável pela delimitação dos territórios de atuação das equipes da Atenção Primária em Saúde no âmbito do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora Detânia Kraus de Souza, enfermeira, matricula nº 615-7/1, para, sem prejuízo das funções de seu cargo, responder pela delimitação dos territórios de atuação das equipes da

Atenção Primária em Saúde no âmbito do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:FEA74C62

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 577, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Nomeia o senhor Lucas Campos de Almeida para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Saúde.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear, a partir de 18 de novembro de 2025, o senhor Lucas Campos de Almeida, RG nº 13.**.354-* SSP/PR, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Saúde, Símbolo CC-II.
Art. 2º O servidor nomeado ficará afastada do exercício do cargo de provimento efetivo de Operário, sem acumulo da respectiva remuneração.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:2D045CCC

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 578, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Nomeia Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado.

MAICO DIOGO FAVERSANI, Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial ao contido na Lei Ordinária Municipal nº 1.753, de 1º de outubro de 2025, e
Considerando a necessidade de composição da Comissão Organizadora para formação, acompanhamento, fiscalização e publicação dos atos essenciais ao desenvolvimento de Processo Seletivo Simplificado, diante da necessidade de contratação temporária para atender excepcional interesse público.
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado, a saber:

Valentina Rosecler Marinhuk – Chefe da Divisão de Recursos Humanos;
Josiane Cristina Santiago do Nascimento – Coordenadora pedagógica;
Lucas Campos de Almeida – Chefe da Divisão de Saúde;
Fernanda de Oliveira Dambros – Contadora.

Art. 2º A Comissão Organizadora terá a responsabilidade de cumprir as seguintes determinações:

Lei Orgânica Municipal;
Lei Ordinária Municipal nº 1.753, de 1º de outubro de 2025, que dispõe sobre a contratação temporária;
Orientações e Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) sobre contratações temporárias;
Demais legislações sobre contratações temporárias.

Art. 3º A Comissão Organizadora terá as seguintes atribuições:

Confeccionar a minuta do edital;
Divulgar o edital de chamamento, a classificação, aprovação e homologação do Teste Seletivo Simplificado 001/2025;
Analisar e decidir sobre os pedidos de impugnação ao edital;
Elaborar e acompanhar as publicações no Diário Oficial, em especial a Homologação do Resultado Final do PSS.
Coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 4º A Comissão ora designada poderá requerer auxílio das unidades administrativas do Poder executivo Municipal, em especial da Assessoria Jurídica.
Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 521, de 30 de outubro de 2025.
Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:32F9A34B

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 579, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Nomeia Comissão Julgadora do Teste Seletivo Simplificado.

NILSON ANTÔNIO FEVERSANI, Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial ao contido na Lei Ordinária Municipal nº 1.753, de 1º de outubro de 2025, e
Considerando a necessidade de composição da Comissão Julgadora para avaliar os candidatos, com base nos critérios estabelecidos no Edital, além de decidir os eventuais recursos dos inscritos, auxiliando no Processo Seletivo Processo Seletivo Simplificado, diante da necessidade de contratação temporária para atender excepcional interesse público.
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Julgadora do Teste Seletivo Simplificado, com o objetivo de Avaliação de Currículo, Certificados e Títulos, dos candidatos inscritos para o emprego de Engenheiro Civil, Médico Veterinário, Assistente Social, Psicólogo 20h, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, a saber:

Crislaine Mocellin Cortivo – Técnica de Enfermagem;
Fabio Junior de Oliveira – Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos;
Fernanda Cristina Segalin – Assistente Social.
Ingridi Fernanda de Bona – Médica Veterinária;
Patricia Luzia Cecatto do Prado – Psicóloga, e,
Rosmari Terezinha Padilha Groff – Enfermeira;

Art. 2º A Comissão Julgadora terá a responsabilidade de cumprir as seguintes determinações:

Lei Orgânica Municipal;
Lei Ordinária Municipal nº 1.753, de 1º de outubro de 2025, que dispõe sobre a contratação temporária;
Orientações e Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) sobre contratações temporárias;
Demais legislações sobre contratações temporárias.

Art. 3º A Comissão Julgadora terá as seguintes atribuições:

Analisar os títulos/certificados e tempo de serviço, entregues, após o período de convocação;
Decidir eventuais pedidos de recurso dos candidatos;
Formalizar a classificação dos candidatos, no período provisório e permanente;
Julgar os casos omissos ou duvidosos;

Art. 4º A Comissão ora designada poderá requerer auxílio das unidades administrativas do Poder Executivo Municipal, em especial da Assessoria Jurídica;
Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:0EE3C2A2

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 580, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidor para exercer as funções técnicas da Vigilância Socioassistencial do Departamento de Assistência Social do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr.

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto nº 3.727/2025, que instituiu a Vigilância Socioassistencial no âmbito do Departamento Municipal de Assistência Social de Bom Sucesso do Sul – Pr.
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **Talise Larise de Andrade Verneki**, ocupante do cargo efetivo de **auxiliar administrativo**, para responder pela função de **Vigilância Socioassistencial**, designada para produção, sistematização, análise e divulgação das informações no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.
Art. 2º Compete à servidora designada desenvolver as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 3.727/2025, atuando em articulação com os serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:36F4EBD1

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 581, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Conceder diária de viagem ao servidor Celio Jose de Vargas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor Celio Jose de Vargas, ocupante do cargo efetivo de motorista, matrícula nº 768-4/1, ½ (meia) diária de viagem, retroativo ao dia 15 de novembro de 2025, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para a Cidade de Foz do Iguaçu – PR, com veículo oficial, transporte de pacientes até o Hospital Nossa Senhora Aparecida.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 18(dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:BD298AF9

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 582, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Conceder diária de viagem ao servidor Lucas Rodrigo Ecker.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor Lucas Rodrigo Ecker, ocupante do cargo efetivo de motorista, matrícula nº 589-4/1, ½ (meia) diária de viagem, retroativo ao dia 17 de novembro de 2025, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para as Cidades de Guarapuava – PR, com veículo oficial, transporte de pacientes até o Hospital Regional Centro Oeste.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de novembro de 2025.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 18(dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:6DA41DC4

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 583, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Conceder diária de viagem ao servidor Lucas Rodrigo Ecker.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor Lucas Rodrigo Ecker, ocupante do cargo efetivo de motorista, matrícula nº 589-4/1, ½ (meia) diária de viagem, para o dia 19 de novembro de 2025, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para as Cidades de Cascavel e Medianeira – PR, com veículo oficial, transporte de pacientes até o Hospital das Clinicas de Medianeira e CEONC.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 18(dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:23778CC7

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 238/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 238/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2025 – (Processo Licitatório 114/2025). DATA DO AVISO: 11/11/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: FUTURE ESTOFADOS COMERCIO DE MOVEIS LTDA – CNPJ: 35.366.425/0001-01.

OBJETO: **Aquisição de 01(uma) Poltrona estofada, 2 lugares, em veludo vermelho, com encosto captone, para ser utilizada na Casinha do Papai Noel, no município de Bom Sucesso do Sul,** conforme descrito abaixo:

Item	Und	Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	Und	01	01(uma) Poltrona estofada, 2 lugares, em veludo vermelho, com encosto captone, para ser utilizada na Casinha do Papai Noel, com as seguintes medidas: largura total: 1,40mt; profundidade total: 80 cm; altura total: 1,25 mt; altura do assento: 43 cm; profundidade do assento: 48 cm; altura do encosto pra cima do assento: 85cm; altura dos braços até o chão: 62 cm; largura dos braços: 14 cm; largura interna livre: 1,15 mt.	R$3.000,00	R$3.0000,00
Valor Total: R$ 3.000,00					

VALOR E PAGAMENTO: Pela **aquisição de uma poltrona para ser usada na casinha do Papai Noel do Município de Bom Sucesso do Sul** a Contratante pagará ao Contratado o valor de **R$ 3.000,00 (três mil reais)**, o pagamento será realizado após a entrega dos produtos.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº 11.00 – Departamento de Industria Comercio e Turismo; 11.01 – Divisão de Industria Comercio e Turismo; 2266100142.038 – Atividades Operacionais e Apoio a Industria Comercio e Turismo; 3.3.90.30 – Material de Consumo; Despesa 536.
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é **06 (seis) meses**, contados a partir da sua assinatura.
Bom Sucesso do Sul, 18 de novembro de 2025**.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:119B3198

LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEXIGIBILIDADE 15/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 15/2025
PROTOCOLO 2025/11/292607
CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PR**
CNPJ 80.874.100/0001-86
CONTRATADA: **I. N. DE ALMEIDA LTDA- EPP**
CNPJ nº 20.324.313/0001-02

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação para apresentação da **Banda Detroit - I. N. DE ALMEIDA LTDA**, por ocasião da abertura do Natal Luz de 2025, que será realizado no dia 28 de novembro de 2025 na Praça da Produção em frente a Igreja Matriz de Bom Sucesso do Sul.

VALOR: R$ **40.000,00 (quarenta mil reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.00 – Departamento de Indústria, Comércio e Turismo; 11.01 – Divisão de Ind. Comércio e Turismo; 22.661.0014.2.038 – Atividades Operacionais. E Apoio a Ind. Com. E Turismo; 3.3.90.39 – Outros Serviço. De Terceiro. - Pessoa. Jurídica; Despesa 1742.

JUSTIFICATIVA: Art. 74 inc. II, da Lei nº 14.133/2021.

Bom Sucesso do Sul, 18 de novembro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:7FBA0527

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 103/2025

DISPÕE SOBRE O RECESSO ADMINISTRATIVO EM VIRTUDE DA COMEMORAÇÃO AO DIA DA CONCIÊNCIA NEGRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, decide
DECRETA:

Art. 1º Considerando que no dia 20 de novembro, comemora-se o "**DIA DA CONCIÊNCIA NEGRA**", **20 de novembro 2025** (quinta-feira) fica decretado recesso administrativo nas repartições públicas no dia **21 de novembro de 2025 (sexta-feira)**.

Parágrafo Único – A UBS Central estará em atendimento de urgência e emergência. UBS Bragantina e UBS Longuinópolis estará fechada.

Art. 2º O recesso administrativo do dia 21/11/2025, não inclui a coleta de lixo, que ficará em atividade normal.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 18 de novembro de 2025.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:C7B09949

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0105/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0105/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025
Contratante: Município de Braganey – PR.
Contratada: Paulo Junior Caetano – Eventos.
CNPJ: 34.152.687/0001-00.
Objeto: Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 0105/2025, visando alterar a forma de pagamento, que passa a ocorrer em 03 parcelas, sendo:
– **40% em novembro/2025**,
– **40% no início de dezembro/2025**,
– **20% no início de janeiro/2026**, após a retirada e desmontagem da decoração.
Cláusulas Inalteradas: Mantidas as demais disposições do contrato original.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.
Data da Assinatura: 18/11/2025.
Braganey – PR, 18 de Novembro de 2025.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:0FA7C002

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 264/2025

EMENTA: NOMEAR COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO (PSP), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores municipais, para compor a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público destinado a contratação de ACE e ACS, nor termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

Presidente: JOSÉ VALDO VIEIRA DOS SANTOS, CPF: 775.777.*-00**

Membro: SÔNIA DE FATIMA ZANIN, CPF: 024.484.*-02**

Membro: MARIELE CRISTIANE MANFE, CPF 052.575.*-83**

Art. 2º - A comissão Organizadora deverá auxiliar no acompanhamentoe fiscalização dos trabalhos referente ao Processo Seletivo Público.

Art. 3º - Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão considerados de relevância ao Município de Braganey- PR, porém sem ônus ao erário público;

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 18 de novembro de 2025.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:6BB172BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 265/2025

EMENTA: CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES CONFORME A LEI 414/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, decide
DECRETA:

Art. 1º Conceder licença sem vencimentos para tratar de assunto de interesse particular a servidora **Sra. ROSECLEIA APARECIDA DE SOUZA MELO**, auxiliar de serviços gerais, inscrita no CPF: 037.866.***-85, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do Artigo 85 da Lei Municipal nº 414/2010.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 18 de novembro de 2025.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:19560412

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2025

O município de Cafeara**,** Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:

OBJETO: Aquisição de cestas natalinas, por meio de empresa especializada no fornecimento e montagem de kits alimentícios típicos de Natal, destinados à distribuição aos servidores públicos municipais, e aos beneficiários do CRAS.
VALOR ESTIMADO: R$ 60.636,40 (Sessenta Mil e Seiscentos e Trinta e Seis Reais e Quarenta Centavos).
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23h59min do dia 27/11/2025.

REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF

DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito https://www.cafeara.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito a Av. Brasil, 188, Centro, das 07h30min às 17h00min, ou através de solicitação para o email *licitacao@cafeara.pr.gov.br*.

ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional poderá ser encaminhada para o email *licitacao@cafeara.pr.gov.br* ou também ser protocolada presencialmente, na Prefeitura Municipal de Cafeara, até a data limite estipulada acima.

INFORMAÇÕES: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de emails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos remetentes, mau funcionamento de provedores de email ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.

Prefeitura Municipal de Cafeara, 18 de novembro de 2025

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:0D1DBDC3

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 2522/2025

SÚMULA: Institui e nomeia membros para a composição do Comitê Intersetorial de Controle da Dengue, Chikungunya e Zika, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO SESA Nº 1803/2024 que dispõe sobre o Monitoramento do Programa Municipal de Controle da Dengue, Chikungunya e Zika no Estado do Paraná, e estabelece critérios de avaliação das ações municipais, com a normatização dos modelos obrigatórios a serem aplicados, bem como as providências a serem adotadas e relacionadas ao seu descumprimento;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir um Comitê e de definir suas atribuições perante as situações de risco relacionadas à dengue e outras arboviroses no Município de Cafeara;

Decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Cafeara, Estado do Paraná, o Comitê Intersetorial de Controle da Dengue, Chikungunya e Zika, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de coordenar e implementar ações de mobilização voltadas ao combate aos vetores das arboviroses, em especial o mosquito Aedes aegypti.

Parágrafo único. O Comitê também terá por objetivo sensibilizar e articular as diversas instâncias de assistência às pessoas com suspeita dessas doenças, visando ao fortalecimento e à ampliação da rede de atenção à saúde em todos os níveis de complexidade.

Art. 2º O Comitê Intersetorial de Controle da Dengue, Chikungunya e Zika será composto por membros titulares, representantes dos seguintes órgãos, entidades e setores do Município de Cafeara, ficando designadas, para sua composição, as seguintes pessoas:

I - Secretaria Municipal de Saúde:
a)Leonardo Ribeiro Pinheiros – Secretário Municipal de Saúde;
b) Willian Saab Galdioli – Fiscal Sanitário;
c)Elis Regina Santos Arantes – Chefe da Divisão de Vigilância Epidemiológica;
d) Sebastião Benedito Pereira – Agente de Combate às Endemias;
e) Marcelo Romão Gonçalves – Agente de Combate às Endemias;
f) Joao Paulo Novak Padilha – Agente de Combate às Endemias.

II - Secretaria Municipal de Finanças, Administração e Infraestrutura:
a) Marinaldo Alves Francisco– Secretário Municipal de Finanças, Administração e Infraestrutura

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo
a) Jessica Maiara da Silva – Secretária Municipal de Educação e Cultura;
b) Eliane Ferrara Bughi – Diretora Escola Municipal;
c) Regiane – Diretora do CMEI.

IV - Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) Naiana Virginia Boralli Zanini – Secretária Municipal de Assistência Social;
b) Giulia Maria Gomes – Coordenadora do Centro de Referencia de Assistência Social.

V - Departamento Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;
a) Osnir Ribeiro dos Santos – Chefe de Divisão de Obras;
b) Cristiano Aparecido Alves – Chefe de Divisão de Transporte Rodoviário.

VI - Fiscalização Municipal:
a) Flávio Luiz Botti – Agente de Fiscalização.

VII - Sociedade Civil:
a) Maria Aparecida Felix – *Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Reciclaveis de Cafeara Coopercafeara.*

VIII – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:
a)Felipe Gustavo Rissati – Secretário Municipal da Agricultura e meio Ambiente.

IX - Conselho Municipal:
a)Onofra Ferreira Fogaça – Representante do Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º A coordenação do Comitê ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.
§ 2º Poderão ser convidados a integrar o Comitê representantes de outros órgãos municipais, entidades e organizações da sociedade civil, conforme a pertinência temática.
Art. 3.º Caberá ao Comitê:
I - Discutir e articular politicamente ações que envolvam todos os segmentos sociais no combate a dengue;
II - Coordenar a implementação, em nível municipal, das ações de educação em saúde e mobilização social voltadas ao controle da doença;
III - Fomentar a criação e implantação de medidas de prevenção e controle da dengue, chikungunya e zika no território municipal.

Art. 4.º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 5.º As reuniões do Comitê obedecerão a calendário anual por ele próprio estabelecido, podendo ser convocadas, em caráter excepcional, conforme a situação de risco epidemiológico.

Art. 6.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cafeara, 07 de novembro de 2025.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:F221DADA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 16/2025

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cafeara/PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 231/2022 e na Lei Municipal Lei Num. 453/2015 de Cafeara - PR, abre inscrição para a escolha dos suplentes do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Cafeara/PR e dá outras providências.
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS REGISTRADOS

EM ACORDO COM O EDITAL N. 001/2025/CMDCA (PROCESSO DE ESCOLHA EM CARÁTER SUPLEMENTAR DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE CAFEARA PR), A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA, NO DIA, 18 DE NOVEMBRO, PUBLICARÁ A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS REGISTRADOS.

7.5 A relação de inscrições realizadas, será publicada pela Comissão Especial do processo de escolha, no dia **18/11/2025**, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

Relação dos candidatos registrados:

1. Cristina Gonçalves de Oliveira Coelho
2. Camila Aparecida do Nascimento Pereira
3. Ana Paula Pereira Maciel Blentan

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Cafeara PR, 18 de novembro 2025

MÁRCIA APARECIDA PISSOLOTTO TOLOI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Heloise Reggiani Galbardi
Código Identificador:1AE598CE

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RETIFICAÇÃO CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 15/2025

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cafeara/PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 231/2022 e na Lei Municipal Lei Num. 453/2015 de Cafeara - PR, abre inscrição para a escolha dos suplentes do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Cafeara/PR e dá outras providências.

RESOLVE:

ALTERAR O EDITAL N. 01/2025/CMDCA (PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR), NO QUE DIZ RESPEITO QUANTO AO PERIODO DE INSCRIÇÃO E QUANTO AO HORARIO DA REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, CONFORME O SEGUINTE ARTIGO:

6. DAS INSCRIÇÕES
As inscrições ficarão abertas do dia **06 (seis) de novembro a 17 (dezessete) de novembro de 2025,** em horário de atendimento ao público das 13h às 15h, na Secretaria de Assistência Social, situada na Avenida Brasil, n° 250, Centro, Cafeara-PR, Fone: (43) 3625-1148, e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.

LEIA-SE:
6. DAS INSCRIÇÕES
As inscrições ficarão abertas do dia **07 (sete) de novembro a 17 (dezessete) de novembro de 2025,** em horário de atendimento ao público das 08:00h às 11:00h e das 13:00h as 18:30h, na Secretaria de Assistência Social, situada na Avenida Brasil, n° 250, Centro, Cafeara-PR, Fone: (43) 3625-1148, e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação
Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Cafeara PR, 18 de novembro de 2025

MÁRCIA APARECIDA PISSOLOTO TOLOI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Heloise Reggiani Galbardi
Código Identificador:5CE03D55

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 111.2025 - PREGÃO Nº 092.2025 - MÁQUINAS E CAMINHÃO - CONVÊNIO SEAB

ATA Nº 111/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 092/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2025
Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, (28/10/2025), às 09:00 horas, no endereço www.gov.br/compras na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, o Agente de Contratação, Adriano Effting, designado pelo Decreto Municipal n° 098/2024, conduziu o **Processo de Administrativo nº 163/2025**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 092/2025**, que tem por objeto a aquisição de maquinários novos, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses, compreendendo: 01 (uma) pá carregadeira; 01 (uma) retroescavadeira 4x4; 01 (uma) motoniveladora; 02 (dois) caminhões 6x4 com caçamba basculante, em atendimento ao Termo de Convênio nº 274/2025, firmado entre o Município de Cafelândia/PR e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, no âmbito do Programa Estradas da Integração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Para a condução do certame, foi realizada sessão pública, seguindo os procedimentos previstos no Pregão Eletrônico, com modo de disputa "ABERTO" e critério de julgamento "Menor Preço por ITEM". No início da sessão, o Agente de Contratação deu as boas-vindas aos participantes e forneceu informações sobre o andamento do processo licitatório. Dando continuidade, abriu-se a fase de lances, onde os participantes puderam apresentar suas propostas de preço. Concluída essa etapa, o Agente de Contratação solicitou a documentação de habilitação e a proposta ajustada dos licitantes melhor classificados. Em seguida, iniciou-se a fase de julgamento, na qual foi verificado que as empresas que apresentaram as melhores propostas atenderam integralmente às exigências do edital, cumprindo os requisitos de habilitação e garantindo a conformidade com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório. Na sequência, foi concedido prazo para a manifestação de intenções de recurso, sendo que houve apresentação de razões e contrarrazões no item 04, sendo julgado IMPROCEDENTE, conforme documentos nos autos, consolidando as seguintes empresas como vencedoras:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
NORDICA VEICULOS S/A CNPJ 77.997.187/0001-74	1.240.000,00	um milhão e duzentos e quarenta mil reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	004
SARANDI TRATORES LTDA CNPJ 77.266.575/0001-85	645.000,00	seiscentos e quarenta e cinco mil reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001
VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA CNPJ 29.644.666/0001-64	1.689.900,00	um milhão e seiscentos e oitenta e nove mil e novecentos reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	002 e 003

O valor total da licitação é de R$3.574.900,00 (três milhões e quinhentos e setenta e quatro mil e novecentos reais), contemplando com o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato/Ata de registro de preços será encaminhada para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 18/11/2025, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 098/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:9DA53F12

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 106.2025 - ÔNIBUS EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 106/2025
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 185/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 106/2025**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por ITEM, tendo por objeto a aquisição de 01 (um) ônibus, tipo rodoviário, seminovo, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Cafelândia/PR, conforme as condições, quantidades e exigências descritas neste Edital e em seus anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$683.333,33 (seiscentos e oitenta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, e através dos

sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **05 de dezembro de 2025 às 14h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 18 de novembro de 2025.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:44D47F0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2024 – CONCORRÊNCIA N° 003/2024.

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2024 – CONCORRÊNCIA N° 003/2024.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Junior Motter. nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções**.**

CONTRATADA: TREVO PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 37.340.810/0001-05, Avenida Paraná, 361, Bairro: Centro, Cep 85.410.000, Telefone: (45) 99922-0100, e-mail: administrativo@trevopavimentacao.com, na cidade de Nova Aurora/PR, neste ato, representado(a) pelo(a) sócio(a) administrador(a) ou representante legal Sr.(a) **Guilherme Dos Santos Canapa.**

OBJETO: Fica alterada a cláusula quarta **(prazo de duração e vigência)** do contrato originário, para prorrogar o prazo de execução em mais **120 (cento e vinte) dias, findando-se dia 14/03/2026,** conforme Lei nº 14.133/2021, ofício da Secretaria Municipal de Planejamento, Parecer Técnico, Anuência da empresa e Parecer Jurídico em anexo. O presente termo passa a vigorar a partir de 14/11/2025.

As demais cláusulas que forem incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas.

Assinaturas: Junior Motter e **Guilherme Dos Santos Canapa**
Data da Assinatura: 12/11/2025

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:61D9417E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2023 – PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 020/2023

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2023 – Processo INEXIGIBILIDADE nº 020/2023

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Junior Motter**, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767.322.675.

PROPONENTE: ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAFELANDIA – ACICAF, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 78.104.395/0001-60, na Rua Dr. Plínio Costa, 645, Bairro: Centro, Cep. 85.415-000, Telefone: (45) 3241-1360, e-mail: acicaf@acicaf.com.br no Município de Cafelândia/PR, neste ato representado por seu (sua) **Presidente Mariza Trevisol**.

Objeto: Fica alterada a cláusula quinta (**DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**) alterando o repasse mensal a partir de 21/11/2025, de **R$ 4.295,16 (quatro mil, duzentos e noventa e cinco reais e dezesseis centavos)** para **R$ 4.496,17** (quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e dezessete centavos), conforme IPCA de 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos percentuais) acrescentando ao valor originário do contrato anual de **51.541,92** (cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos), para **R$ 53.954,04 (cinquenta e três mil novecentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos)** anual, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e anuência proponente, Parecer Jurídico em anexo, nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/93.

Fica alterada a cláusula nona (da vigência) prorrogada por mais **12 (doze) meses, de 21/11/2025 até 20 /11/2026.**
Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária.

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria
04.001	04.122.00032-008	335041	0	0810- Administração Geral

As demais cláusulas que forem incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas.
Assinaturas: Junior Motter, **Presidente Mariza Trevisol**,
Data da Assinatura: 11/11/2025

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:775EFB84

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – EXTRATO DO CONTRATO Nº 0129/2025 – PREGÃO Nº 97/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0129/2025 – Pregão nº 97/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.
Contratado: CASCAVEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 28.981.919/0001-22, RUA TUPINAMBAS, 2222 - CEP: 85806270 - BAIRRO: SANTA CRUZ , E-MAIL: contato@cascavelseg.com.br, Telefone, CIDADE: Cascavel/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) NEURI ANTUNES FERREIRA .
Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AOS QUARENTA E TRÊS ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO.
Valor Total: R$ 41.220,00 (Quarenta e Um Mil, Duzentos e Vinte Reais).
Assinaturas: Junior Motter, NEURI ANTUNES FERREIRA
Vigência: 14/11/2025 a 13/11/2026.
Data da Assinatura:14/11/2025

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:1044810E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 014/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2025 – Concorrência nº 014/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: LONDRISERRA ESTRUTURAS METALICAS E OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 43.850.318/0001-74, AV BRASILIA, 1792 - CEP: 86070020 - BAIRRO: RODOCENTRO, E-MAIL: mrlicitacoes2021@gmail.com, Telefone, (43) 99660-3591 CIDADE: Londrina/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) FABIANA DE SOUZA VENTURA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO INDUSTRIAL COM ÁREA TOTAL DE 512,5 M², CUJA EXECUÇÃO SEGUIRÁ RIGOROSAMENTE O PROJETO ARQUITETÔNICO, OS PROJETOS COMPLEMENTARES, A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E O MEMORIAL DESCRITIVO, EM CONFORMIDADE COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 972404/2024/MDICS/CAIXA. O VALOR TOTAL ESTIMADO DA OBRA É DE R$ 832.299,23 (OITOCENTOS E TRINTA E DOIS MIL, DUZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS), DOS QUAIS R$ 477.500,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS) SERÃO CUSTEADOS COM RECURSOS FEDERAIS PROVENIENTES DO REFERIDO CONTRATO DE REPASSE, E O VALOR REMANESCENTE SERÁ CUSTEADO COM RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 620.000,00 (Seiscentos e Vinte Mil Reais).
Assinaturas: Junior Motter, FABIANA DE SOUZA VENTURA
Vigência: 18/11/2025 a 17/11/2026.
Data da Assinatura:18/11/2025

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:889965A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0131/2025 – Pregão nº 101/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: INGÁ DIGITAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 14.376.039/0001-12, Avenida Cerro Azul, 864 RESIDENCIA A - CEP: 87010000 - BAIRRO: ZONA 2, E-MAIL: contato@ingainformatica.com.br, Telefone, 44 3305-1660 CIDADE: Maringá/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) PAULO CEZAR CARDOSO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS WEB PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 49.980,00 (Quarenta e Nove Mil, Novecentos e Oitenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter, PAULO CEZAR CARDOSO
Vigência: 18/11/2025 a 17/11/2026.
Data da Assinatura:18/11/2025

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:7A1508B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DISPENSA N° 032.2025 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO CÂMERAS DE MONITORAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 032/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 184/2025

Fundamenta-se a presente contratação no artigo 75, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação para aquisição e instalação de câmeras de monitoramento.

Objeto: A presente contratação tem por objeto a aquisição e instalação de sistema completo de câmeras de monitoramento, incluindo fornecimento de equipamentos, acessórios, cabeamento, rádios comunicadores e mão de obra especializada, destinados inicialmente à segurança e vigilância da EXPOCAF 2025, e posteriormente ao reaproveitamento permanente nas vias públicas do Município de Cafelândia/PR.

Vencedor do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
52.592.867 EDENILSON RAMOS CNPJ 52.592.867/0001-87	32.478,74	trinta e dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

O prazo do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura. Não haverá possibilidade de prorrogação, pois trata-se de objeto especifico.

Cafelândia/PR, 18 de novembro de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:FF8D23C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 895/2025-DRH

PORTARIA N. º 895/2025-DRH

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde aos servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Avaliação Médica Ocupacional expedida por Médico do Trabalho,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença para tratamento de saúde aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo abaixo relacionados.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	INÍCIO	TÉRMINO
ANGELA MARIA COPCESKI	SERVIÇOS GERAIS	71731	18/11/2025	09/12/2025
DANIARA ELISABETE LORENZONI SALVADOR	PSICÓLOGO 40 HORAS	79521	18/11/2025	15/01/2026
VANESSA FERNANDES DE OLIVEIRA PASSONI	FARMACÊUTICO	81191	13/11/2025	11/12/2025

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 18 de novembro de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:6A679961

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 896/2025-DRH

PORTARIA N. º 896/2025-DRH

SÚMULA: Revogar Adicional de Insalubridade atribuído à servidora efetiva.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º REVOGAR adicional de insalubridade atribuído à servidora ocupante de Cargo de Provimento Efetivo**.**

NOME	CARGO	MATRICULA	PORTARIA
VANESSA FERNANDES DE OLIVEIRA PASSONI	FARMACÊUTICO	81191	262-2023– DRH

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 13/11/2025, em conformidade com o Oficio Nº 657/2025-SMS e com a Portaria Nº 895/2025 que concedeu licença tratamento de saúde à servidora.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 18 de novembro de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B1F8E394

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CRONOGRAMA - AVALIAÇÃO PROGRESSÃO HORIZONTAL

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO HORIZONTAL FUNCIONÁRIOS EFETIVOS CONCURSADOS ESTATUTÁRIOS

CRONOGRAMA

Local: Câmara Municipal de Califórnia

DIA 24/11/2025 8h10min às 9h40min	**DIA 25/11/2025 8h10min às 9h40min**	**DIA 27/11/2025 8h10min às 9h40min**
*** Administração * Assistência Social *Agricultura**	*** Rosana Vasques * Escola Sueli * Agenor de Matos**	*** Pátio**
DIA 24/11/2025 15h00 às 16h30min	**DIA 25/11/2025 15h00 às 16h30min**	**DIA 27/11/2025 15h00 às 16h30min**
*** Alegria do Saber * João Gimeni * Terceira Idade**	*** Esc. Califórnia * CDME (Terminal Merenda) * Irmão Caçula**	*** Saúde * Secr. Educação * Afastados * Cedidos**

Observações:
Professores não fazem parte desta avaliação;
Quem possuir cursos feitos em 2025 trazer cópia do Certificado no dia da avaliação;
Estar presente no dia da avaliação o chefe de cada departamento;

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:C89E666F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 219/2025

EXTRATO DO CONTRATO N° 219/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/ 2025
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 18/ 2025

OBJETO: Contratação de show artístico do cantor regional Mandiuca para apresentação em Comemoração as Festividades de Emancipação Política do Município de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: FERNANDO LOPES CAMARGO
CNPJ/CPF: 49.005.658/0001-85
REPRESENTANTE LEGAL: FERNANDO LOPES CAMARGO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 10.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:9ADB45F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 220/2025

EXTRATO DO CONTRATO N° 220/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2025
MODALIDADE DISPENSA Nº 60/2025

OBJETO: REFEIÇÃO COMPLETA COM LOCAÇÃO DE AMBIENTE E SOM PARA REUNIÃO MENSAL DO CRESEMS.
FORNECEDOR: SERGINHO'S BAR E PETISCARIA LTDA
CNPJ/CPF: 58.130.268/0001-28
REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO SÉRGIO MAZETO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 3.400,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:C3B0E8CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2025
INEXIGIBILIDADE º 018/2025

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2025
INEXIGIBILIDADE º 018/2025

OBJETO: Contratação de show artístico do cantor regional Mandiuca para apresentação em Comemoração as Festividades de Emancipação Política do Município de Califórnia/PR.

RAZÃO DA INEXIGIBILIDADE: Contratação de profissional do setor artístico, por meio de empresário exclusivo, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, nos termos do art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

EMPRESA: FERNANDO LOPES CAMARGO
CNPJ sob n° 49.005.658/0001-85.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74 inciso II, da Lei nº 14.133/2021
DATA: 18/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:8AB4660C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2025 DISPENSA Nº 060/2025

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2025
DISPENSA Nº 060/2025

OBJETO: Refeição completa com locação de ambiente e som para reunião mensal do CRESEMS.

RAZÃO DA DISPENSA: A Secretaria Municipal de Saúde será a anfitriã da Reunião Mensal do CRESEMS (Conselho Regional de Secretários Municipais de Saúde), que contará com a presença dos Secretários de Saúde da 16ª Regional.
O evento será realizado no dia 28 de novembro de 2025, e exige a contratação dos seguintes serviços e ambientes:
1. Da Contratação de Ambiente e Estrutura
Para a realização do evento, são necessários dois ambientes distintos no mesmo local, conforme detalhado:

•
Ambiente 1 (Reunião): Espaço adequado para acomodar os participantes da reunião, com estrutura de suporte sonorização básica e cadeiras confortáveis.

•
Ambiente 2 (Refeição): Espaço adjacente ou separado, dedicado exclusivamente para o serviço de alimentação (refeitório/salão).

2. Da Contratação de Serviço de Alimentação (Buffet)
Faz-se necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento e serviço de refeições (almoço/café) para todos os participantes do evento.
Considerando que, na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado em obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica a ocasião em que é cabível a dispensa de licitação, conforme segue:

[...]
Da Dispensa de Licitação
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

No caso em questão se verifica o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, 11 da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta na modalidade DISPENSA como critério MENOR PREÇO.
VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).
Instituição: SERGINHO'S BAR E PETISCARIA LTDA
CNPJ: 58.130.268/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021
DATA: 30/10/2025
Califórnia, 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:7AE8AA65

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI 2177/2025

LEI N° 2177/2025

SÚMULA: AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ORGANIZAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL DE CALIFÓRNIA – AQP PROTEÇÃO ANIMAL, NOME FANTASIA ONG – ANJOS DE QUATRO PATAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder a Organização de Proteção Animal de Califórnia – AQP Proteção Animal, nome fantasia ONG – ANJOS DE QUATRO PATAS, entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, cadastrado no CNPJ sob o nº 60.527.659/0001-22, com sua sede na Rua Petrópolis, nº 261, Bairro Guiomar Rosária de Matos, Califórnia/PR, CEP 86.820-000, organização não governamental fundada em 22/01/2025, voltada para o cuidado e proteção dos animais, reconhecida como de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2.143/2025, subvenção social nos termos do artigo 48, inciso XLIV da Lei Orgânica, tendo como parâmetro ½ (meio) salário mínimo vigente no País, correspondente hoje à R$ R$ 759,00 (Setecentos e Cinquenta e Nove Reais), que se dará até o dia 05 de cada mês.

Parágrafo único. O pagamento mensal se dará mediante comprovação do cumprimento do cronograma do plano de trabalho, obrigações presentes no Termo de Concessão e apresentação das certidões de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública.

Art. 2º.O termo de concessão será firmado conforme minuta em anexo da presente lei e será pelo prazo de 12 (doze) meses, em caráter unilateral e precário, podendo ser prorrogado, alterado ou revogado unilateralmente e a qualquer tempo pelo poder executivo municipal.

Art. 3º. A subvenção social referenciada no artigo anterior deverá ser destinada à execução das obrigações contidas no Item 5.1.1 e 5.1.2 do Termo de Concessão anexo à esta Lei.

§1º Serão beneficiados com o Termo de subvenção, os animais pertencentes e não pertencentes à Organização de Proteção Animal de Califórnia – AQP Proteção Animal, nome fantasia ONG – ANJOS DE QUATRO PATAS, que se encontrem em situação de rua ou desamparo tutorial de nosso Município.

§2º Em caso de rescisão do Termo de Concessão de Uso anexo à esta Lei, a subvenção deverá ser rescindida por motivos de ausência de aplicabilidade.

Art. 4º.A entidade deverá dispor de conta bancária no Banco do Brasil, única e exclusiva para o recebimento dos referidos recursos, contendo a nomenclatura: ONG – ANJOS DE QUATRO PATAS/Subvenção Social.

Art. 5º.A entidade beneficiada com a aplicação dos recursos a que se refere o artigo 3º desta Lei deverá realizar o fechamento bimestral do Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Paraná até 30 (trinta) dias após o último dia do bimestre e prestar contas à concedente no mesmo prazo, sob pena de suspensão e devolução dos recursos não aplicados na destinação, conforme dispõe sobre transferências voluntárias municipais às entidades.

Art. 6º. O prazo de vigência do Termo de Subvenção Social terá início na data da publicação desta Lei e término idêntico ao Termo de Concessão de Subvenção Social.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Red: 421
Despesa: 3.3.50.43.00.00
Descrição: Subvenções Sociais
Fonte: 01000.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia,
Aos 18 de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL

CEDENTE: Município de Califórnia, inscrito no CNPJ/MF Nº 75.771.279/0001-06, com sede na Rua 17 de Dezembro, 149, Centro, Califórnia – Paraná, neste ato devidamente representado pelo Prefeito,

Sr. Paulo Sérgio Chileide, portador do CPF/MF nº 049.302.529-46, doravante denominado simplesmente CEDENTE.

CESSIONÁRIO: Organização de Proteção Animal de Califórnia – AQP Proteção Animal, nome fantasia ONG – ANJOS DE QUATRO PATAS, entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, cadastrado no CNPJ sob o nº 60.527.659/0001-22, com sua sede na Rua Petrópolis, nº 261, Bairro Guiomar Rosária de Matos, Califórnia/PR, CEP 86.820-000, organização não governamental fundada em 22/01/2025, voltada para o cuidado e proteção dos animais, reconhecida como de utilidade pública pela Lei Municipal 2143/2025, neste ato devidamente representado pelo seu Presidente, Sr. Renan Guilherme Coelho da Silva, portador do CPF/MF nº 097.852.389-03.

Esta Concessão de subvenção social é deferida nas condições do presente instrumento e na melhor forma de direito, que as partes anteriormente e devidamente qualificadas celebram, observados os preceitos de direito, processar-se-á pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1- Constitui objeto do presente Termo de Concessão de subvenção social na ordem monetária de ½ (meio) salário mínimo vigente no País, correspondente hoje à importância R$ R$ 759,00 (Setecentos e Cinquenta e Nove Reais)
1.2- A utilização dos recursos monetários far-se-á mediante Concessão, tendo a finalidade exclusiva de atender as demandas do serviço do CESSIONÁRIO e do CEDENTE

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1- A Concessão do subsidio social deste termo terá prazo de 12 (doze) meses e caráter unilateral e precário, podendo ser alterada ou revogada unilateralmente e a qualquer tempo, preservando-se, portando, o direito do CEDENTE de alterar as condições inicialmente permitidas ou mesmo revogar a Concessão mediante notificação prévia, de no mínimo, 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES
3.1- Integra este Termo de Cessão de Uso o ato autorizativo de concessão publicado no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVOGAÇÃO
4.1- O presente Termo de Concessão de subsídio social, não gera ao CESSIONÁRIO direito subjetivo de continuidade, cabendo ao CEDENTE, em qualquer tempo e a qualquer título, seja por descumprimento das obrigações ou quando o interesse público exigir, revogá-lo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO
5.1- Realizar a prestação de contas dos valores subvencionados pelo CEDENTE.
5.2- Promover feiras de adoção de animais periódicas durante o período de vigência deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
6.1- Este Termo de Concessão de Subvenção Social será publicado um extrato no Diário Oficial do Município de Califórnia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO
7.1- As partes elegem o foro da Comarca de Marilândia do Sul – PR, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões não resolvidas administrativamente.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Califórnia (PR), aos de novembro de 2025

MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA
CNPJ/MF Nº 75.771.279/0001-06
Cedente

ORGANIZAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL DE CALIFÓRNIA – AQP PROTEÇÃO ANIMAL
ONG – ANJOS DE QUATRO PATAS
CNPJ/MF Nº 60.527.659/0001-22
Cessionário

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:AECF9F17

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI 2179/2025

LEI 2179/2025

Súmula: Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2025 e dá outras providências.

A câmara Municipal de Califórnia, Estado do Paraná, aprova e eu, Paulo Sérgio Chileide, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte
LEI
Artigo 1° - Esta Lei autoriza o Executivo Municipal a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2025, Lei nº 2110 de 17 de dezembro de 2024, do Município de Califórnia – PR.
Artigo 2° - Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Califórnia-PR, para o exercício de 2025, um crédito especial no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.
Suplementação:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO - SEAFIPLAN
03.009 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.009.04.122.0004.2.015 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.50.43.00.00 000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 8.000,00

Total Suplementação: 8.000,00

Artigo 3º - Para atender o disposto no Artigo 2º desta Lei, serão utilizados recursos no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), correspondente a Anulação Parcial ou Total de dotação constante no orçamento, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução:
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO- SEAFIPLAN
03.004 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
03.004.04.122.0004.2.005 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 8.000,00

Total Redução: 8.000,00
Artigo 4°- O crédito previsto no artigo 2° desta Lei, não será computado para fins do limite fixado no artigo 5°, inciso I, da Lei Orçamentária Anual – Lei 2110/2024.

Artigo 5°- Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 - Lei n° 1890/2021 a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei n°2073/2024, nos moldes e naquilo que for pertinente.

Artigo 6°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia, em 18 de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:0111E6DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI 2180/2025

LEI Nº 2180/2025

SÚMULA: REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO, SANCIONO A SEGUINTE
LEI:

CAPÍTULO I
DA REESTRUTURAÇÃO
Art. 1° em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90, fica instituído o Conselho Municipal de Saúde de Califórnia, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, que tem por sua competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.
CAPÍTULO II
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIAS
Art. 2° O Conselho Municipal de Saúde terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, a saber:
I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;
II - elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal e outras normas de funcionamento;
III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde:
IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;
V - definir diretrizes para elaboração do plano municipal de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;
VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;
VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos do meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;
VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;
IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;
X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;
XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais e Municipais;
XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;
XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;
XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;
XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado e da União, com base no que a lei disciplina;
XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;
XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;
XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;
XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;
XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;
XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);
XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do município;
XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;
XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;
XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;
XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;
XXVII – cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;
XXVIII - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no portal da transparência do município.
CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO
Art. 3º A constituição do Conselho Municipal de Saúde terá paridade conforme o Artigo 1°, $4° da Lei Federal n°8.142/90 e n°453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo:
I - 50% de entidades representativas do segmento de usuários;
II - 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área da saúde e;
III - 25% de representação da secretaria municipal de saúde e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.
Art. 4° O Conselho Municipal de Saúde de Califórnia será composto por 12 membros, obedecendo-se à paridade instituída pelo artigo 3°.
a) 6 (seis) representantes de entidades, órgãos ou instituições representativas de usuários do Sistema Único de Saúde:
b) 3 (três) representantes dos trabalhadores da área da saúde;
c) 1 (um) representante de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos;
d) 2 (dois) representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;
II - A cada titular corresponderá um suplente, eleito na Conferência Municipal de Saúde e Plenária de saúde convocada para esse fim.
III - Não havendo entidades, instituições e movimentos organizados em número suficiente para compor o Conselho Municipal de Saúde, a eleição da representação será realizada em plenária no Município, promovida pelo Conselho Municipal de maneira ampla e democrática.
§1° É vedado a qualquer entidade, órgão ou instituição ocupar mais de uma vaga de titularidade e a sua respectiva suplência, exceto quando houver maior número de vagas do que entidades, instituições ou órgãos representativos do segmento.
CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte organização:
I - Plenária;
II - Mesa Diretora;
III - Comissões internas;
IV - Secretaria Executiva.
Parágrafo Único. As Instâncias a que se refere o caput deste artigo serão regulamentadas Regimento Interno.
Art. 6° A Plenária do Conselho Municipal de Saúde é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.
Art. 7º O Conselho Municipal de Saúde constituirá uma mesa diretora, eleita diretamente pela Plenária do Conselho e será composta de maneira paritária.
Art. 8° O Conselho Municipal de Saúde, reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:
I - As entidades, movimentos e instituições eleitas no Conselho Municipal de Saúde terão os conselheiros indicados, por escrito, conforme processos estabelecidos pelas respectivas entidades, movimentos e instituições e de acordo com a sua organização, podendo realizar substituições mediante encaminhamento ao Presidente do Conselho de Saúde;
III - terão mandato de 2 (dois) anos, cabendo prorrogação ou recondução;
Parágrafo único. O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de alta relevância pública.
Art. 9° O Conselho Municipal de Saúde funcionará segundo o que disciplina o seu regimento interno e terá as seguintes normas gerais:
I - o órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;
II a Plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros;
III - o Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver:
a) Convocação formal da Mesa Diretora;
b) Convocação formal de metade, mais um de seus membros titulares.
IV - cada membro do Conselho terá direito a um único voto na Plenária do Conselho;
V - as Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença de 50% + 1 dos membros presentes;
VI - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção ou recomendação;
VII - a Mesa Diretora do Conselho poderá deliberar "ad referendum" da Plenária do Conselho. Parágrafo Único. As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.
Art. 10. O Conselho Municipal de Saúde convocará a cada quatro anos a Conferência Municipal Saúde a partir da Conferência Municipal de Saúde de 2027 para avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e efetuar a eleição das entidades, organizações não governamentais e instituições que serão representantes do conselho.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O Conselho Municipal de Saúde de Califórnia observará no exercício de suas atribuições, diretrizes básicas e prioritárias, estabelecidas nas Leis federais 8.080/90, 8.142/90, Lei Complementar 141/2012 e Resolução 453/2013 do CNS.
Art. 12. A Secretaria Municipal de Saúde através de sua dotação orçamentária, destinará os recursos humanos, financeiros, espaço físico e materiais necessários ao pleno e regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, e lhe dará o suporte técnico-administrativo necessário sem prejuízo de outros meios de colaboração da comunidade e instituições.
Art. 13. O Conselho Municipal de Saúde, como órgão deliberativo e representativo, promoverá debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente a melhoria dos serviços de saúde no município de Califórnia.
Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal 1632/2016.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia,
Aos 18 de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:A4B2DF26

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI 2181/2025

LEI N° 2181/2025

SÚMULA: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1687/2017 - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, EXCETO DO MAGISTÉRIO E CELETISTAS, CRIANDO NOVAS VAGAS E PARA O CARGO DE MOTORISTA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º Fica criado no âmbito da Administração Direta do Município de Califórnia mais 06(seis) novas vagas, ao cargo de Motorista de 40 horas.

Art. 2º Altera o Anexo I da Lei Municipal nº 1.687/2017, o cargo apresentado no artigo anterior, passando a ter a seguinte redação:

DENOMINAÇÃO DO CARGO	**DESCRIÇÃO DO CARGO**	CARGA HORÁRIA (semanal)	VAGA	SALÁRIO	ESCOLARIDADE
MOTORISTA	Dirigir veículos automotores, com habilitação profissional, devendo ser conhecedor das leis de trânsito; efetuar troca de pneus; fazer pequenos consertos; conservar o veículo; fazer carga e descarga; auxiliar no conserto do veículo cuidando da limpeza e conservação; promover abastecimento e lubrificação; registrar o hodômetro e a quantidade de litros do abastecimento; outras atividades afins.	40H	36	R$2.166,33	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria “D”

Art. 3º As alterações contidas nos artigos anteriores estão sujeitas à aplicação, no que couber, do disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.687/2017.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia,
Aos 18 de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:A192F66C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI 2182/2025

LEI N° 2182/2025

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR PERMUTA DE BENS IMÓVEIS COM PARTICULARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar permuta de parte bem imóvel em que o Município de Califórnia/PR é coproprietário, por parte de bem imóvel em que o Sr. Ângelo Martim é coproprietário.

Art. 2º O imóvel de propriedade do Município de Califórnia a ser permutado, de Matrícula nº 3.626, compreende "uma área ideal de terras equivalente à 118,00 (cento e dezoito metros quadrados), EM COMUM, na Data de Terras sob o nº 28 (vinte e oito), da Quadra nº 27 (vinte e sete), com a área de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), situada no perímetro urbano da cidade de Califórnia, Distrito e Município do mesmo nome, Comarca de Marilândia do Sul/PR, sem benfeitorias, dentro das seguintes dividas, confrontações e metragens: Frente para o prolongamento da Rua Taquara, numa extensão de 45,00 metros, confrontando de um lado com a data nº 27, numa extensão de 50,00 metros; confrontando por outro lado com a data nº 16, numa extensão de 10,00 metros, e finalmente confrontando nos fundos, com a data nº 17, numa extensão de 13,00 metros."

Art. 3º O imóvel de propriedade do Sr. Ângelo Martim, a ser permutado, de Matrícula nº 6.784, compreende "uma área ideal de terras equivalente à 350,00 (trezentos e cinquenta metros quadrados), EM COMUM, no Lote de Terras nº 27 (vinte e sete), da Quadra nº 27 (vinte e sete), com área de 750 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), situado no quadro urbano da Cidade de Califórnia, Distrito e Município do mesmo nome, Comarca de Marilândia do Sul, com as seguintes divisas confrontações e metragens: Frente para a Rua João Voltarelli, numa extensão de 15,00 metros; dividindo para um dos lados com os Lotes 26 e 23, numa extensão de 50,00 metros; dividindo nos fundos, com o Lote 18, numa extensão de 15,00 metros; e finalmente, dividindo para outro lado, com o Lote 28, numa extensão de 50,00 metros."

Art. 4º A permuta entre os imóveis se dará sob a respectiva área de 1,00m² (um metro quadrado), pertencendo ao Município de Califórnia, a área de 1,00m² (um metro quadrado) no imóvel registrado sob a Matrícula nº 6.784 e, pertencendo ao Sr. Ângelo Martim, a área de 1,00m² (um metro quadrado) no imóvel registrado sob a Matrícula nº 3.626.

Art. 5º Da permuta restará como medida intermediária a unificação dos lotes 27 e 28, restando uma unidade de 1.368 m².

Art 6º O Imóvel resultante da unificação será subdividido na medida a atender os interesses dos proprietários já estabelecidos, na seguinte forma:
Lote nº 27 e 28-REM, com área de 449,00m² passa a pertencer a pessoa de DEBORA THAIS GLOOR, conforme memorial descritivo anexo;
Lote nº 27 e 28-A, com área de 350,00m² passa a pertencer a pessoa de ANGELO MARTIM, conforme memorial descritivo anexo;
Lote nº 27 e 28-B, com área de 451,00m² passa a pertencer a MITRA DIOCESANA DE APUCARANA, conforme memorial descritivo anexo;
Quadra nº 27, com 118,00m² da subdivisão do Lote 27 e 28, regularizando o prolongamento da Rua Taquara de propriedade do Município de Califórnia.

Art. 7º A permuta de que trata esta Lei, se processará de igual pra igual, com base na avaliação dos imóveis, sendo que não caberá ao Município o pagamento de qualquer diferença ou ônus.

Art. 8º Fica desafetado, para categoria de fins dominicais, o bem imóvel descrito no artigo 2º desta Lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia, Aos 18 de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:5FF893B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI N° 2176/2025

LEI Nº 2176/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA).

A CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI:

Art. 1º Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA), no âmbito do município de Califórnia.

Art. 2º Torna-se obrigatória a fiscalização e a inspeção prévia industrial e sanitária de todos os produtos de origem animal, quais sejam:

I - comestíveis;

II - preparados;

III - transformados;

IV - manipulados;

V - recebidos;

VI - acondicionados;

VII - depositados; e

VIII - em trânsito.

Art. 3º A fiscalização e a inspeção tratadas nesta Lei abrangem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I - realizar inspeção**ante mortem**e**post mortem**das diferentes espécies animais;

II - verificar as condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos;

III - verificar a prática de higiene e dos hábitos higiênicos pelos manipuladores de alimentos;

IV – verificar os programas de autocontrole dos estabelecimentos;

V –verificar a rotulagem e os processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto ao atendimento da legislação específica;

VI - coletar amostras para análises fiscais e avaliação dos resultados de análises:

a) físicas;

b) microbiológicas;

c) físico-químicas;

d) de biologia celular e molecular;

e) histológicas; e

f) demais análises que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo.

VII - avaliar as informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública ou das informações que façam parte de acordos internacionais com os países importadores;

VIII - avaliar o bem-estar dos animais destinados ao abate;

IX - verificar a água de abastecimento;

X - verificar as fases de:

a) obtenção;

b) recebimento;

c) manipulação;

d) beneficiamento;

e) industrialização;

f) fracionamento;

g) conservação;

h) armazenagem;

i) acondicionamento;

j) embalagem;

k) rotulagem;

l) expedição; e

m) transporte de todos os produtos comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais;

XI - verificar a classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação específica ou em fórmulas registradas;

XII - examinar as matérias-primas e os produtos em trânsito no município.

XIII - averiguar os meios de transporte de animais vivos e produtos derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana;

XIV - promover o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal;

XV - verificar os controles de rastreabilidade dos animais, das matérias-primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva, a partir de seu recebimento nos estabelecimentos;

XVI - averiguar a certificação sanitária dos produtos de origem animal; e

XVII - outros procedimentos de inspeção considerados pertinentes à prática e ao desenvolvimento da indústria de produtos de origem animal.

Art. 4º Estão sujeitos à fiscalização prevista nesta Lei:

I - os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados;

II - o pescado e seus derivados;

III - o leite e seus derivados;

IV - o ovo e seus derivados; e

V - os produtos de abelhas e seus derivados.

Art. 5º A fiscalização de que trata esta Lei, far-se-á:

I - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal;

II - nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais previstas nesta Lei para abate ou industrialização;

III - nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;

IV - nos estabelecimentos que produzam e recebam ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;

V - nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

VI - nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

VII - nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expeçam matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados ou relacionados; e

VIII - nos portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais e recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação.

Art. 6º O trabalho de fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal será realizado:

I - nos estabelecimentos e localizações descritas no art. 5°;

II – por fiscal com formação em Medicina Veterinária, e cargos para auxiliar as atividades técnicas de fiscalização agropecuária, lotados na Secretaria de Agricultura do município de Califórnia;

Art. 7º Fica expressamente proibido, em todo o território do município de Califórnia, a duplicidade de fiscalização e inspeção industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal.

Parágrafo único. A fiscalização prevista no *caput* será exercida por um único órgão, na esfera federal, estadual ou municipal.

Art. 8º Nos estabelecimentos de abate de animais torna-se obrigatória a inspeção industrial e sanitária em caráter permanente, para realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização **ante mortem** e **post mortem**, durante as operações de abate das diferentes espécies de açougue, de caça, de anfíbios e répteis nos estabelecimentos.

Art. 9º. Nos demais estabelecimentos registrados e nas outras instalações industriais dos estabelecimentos de que trata o art. 5°, excetuado o abate, a inspeção industrial e sanitária será em caráter periódico para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização.

Art. 10. Nenhum estabelecimento industrial de produtos de origem animal poderá funcionar no município sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fiscalização da sua atividade.

Art. 11. Consideram-se infrações a esta Lei:

I - atos que procurem embaraçar a ação dos servidores do SIM/POA no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II - desacato, suborno, ou simples tentativa;

III - informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, à qualidade e à procedência dos produtos; e

IV - qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao SIM/POA.

Art. 12. O infrator que descumprir as disposições previstas nesta Lei será punido em caráter administrativo.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções ao infrator:

I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - multa, que varia entre 1,27 UFM e 2,55 UFM (Unidade Fiscal do Município), nos casos não compreendidos no inciso I;

III - apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV - suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora; e

V - interdição, total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 2º As multas previstas no inciso I serão agravadas até o grau máximo, nos casos de:
I - artifício;

II - ardil;

III - simulação;

IV - desacato;

V - embaraço; ou

VI - resistência à ação fiscal.

§ 3º O valor da multa será definido levando-se em conta:

I - as circunstâncias atenuantes ou agravantes; e

II - a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 4º A interdição de que trata o inciso V do § 1º poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 5º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro.

§ 6º Quando for o caso, o infrator será punido mediante responsabilidade civil e criminal.

§ 7º As sanções previstas no *caput* serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo, conforme descrito no Código de Defesa do Consumidor.

§ 8º Caso o infrator venha a transgredir outras normas existentes que versam sobre os produtos de origem animal, será punido conforme o disposto nessas normas.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente é a autoridade máxima no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, cabendo-lhe, por ato próprio, indicar os locais, estabelecimentos, produtos e serviços sujeitos à inspeção e fiscalização sanitária, conforme os critérios de interesse público, proteção à saúde e segurança alimentar.

Art. 14. Ficará a cargo do Serviço de Inspeção Municipal, fazer cumprir esta lei e as normas e regulamentos que vierem a ser implantados, por meios de dispositivos legais que dizem respeito à fiscalização e à inspeção sanitária e industrial dos estabelecimentos.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, após a data de sua publicação oficial.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar os aspectos inerentes ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta lei, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, e suplementadas se necessário.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Nº 2052/2024 de 26/março/2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - Edição Nº 2990 de 27/03/2024.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia,
aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:A96E59F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI N° 2178/2025

LEI N° 2178/2025

SÚMULA: AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL À CONCEDER AO CONSEG - CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE CALIFÓRNIA, FOMENTO FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar com O CONSEG - CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE CALIFÓRNIA, CNPJ nº 09.319.390/0001-31, com sua sede na Rua Menoti Bolinelli, 576, organização não governamental, voltado para o desenvolvimento de defesa de direitos sociais, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Municipal 1.918/2022, TERMO DE FOMENTO FINANCEIRO, com recursos oriundos de recursos próprios dos cofres públicos municipais, na importância de R$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais).

Parágrafo único. O repasse será em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), mediante apresentação de plano de trabalho e apresentação das certidões de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública.

Art. 2º. Serão beneficiados com o Termo de Fomento Financeiro, toda a população da sede do Município de Califórnia, atendendo-os, independentemente da situação financeira dos mesmos, além de, continuar garantindo a execução dos serviços em prol do Município.

Art. 3º.O CONSEG deverá dispor de conta bancária no Banco do Brasil, única e exclusiva para o recebimento do referido recurso, contendo a nomenclatura: CONSEG/Fomento Financeiro.

Art. 4º. O Conselho beneficiado com a aplicação dos recursos a que se refere o artigo 1º desta Lei deverá prestar contas à concedente até 30 dias após o termino do Termo de Fomento, sob pena de devolução dos recursos não aplicados na destinação.

Art. 5º.O prazo de vigência do Termo terá início em 01/11/2025 e término em 31/10/2026.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO - SEAFIPLAN
03.009 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.009.04.122.0004.2.015 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.50.43.00.00 000 SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia,
Aos 18 de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:641919F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 166/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2025

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 166/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2025

DO OBJETO: Refeição completa com locação de ambiente e som para reunião mensal do CRESEMS.
FORNECEDOR: SERGINHO'S BAR E PETISCARIA LTDA
CNPJ: 58.130.268/0001-28
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, Artigo 75, inc., II.
VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

Califórnia, 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:095C67E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2025

DO OBJETO: Contratação de show artístico do cantor regional Mandiuca para apresentação em Comemoração as Festividades de Emancipação Política do Município de Califórnia/PR.

EMPRESA: FERNANDO LOPES CAMARGO
CNPJ sob n° 49.005.658/0001-85
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, Artigo 74, inciso II.

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Ratifico a Contratação de show artístico do cantor regional Mandiuca para apresentação em Comemoração as Festividades de Emancipação Política do Município de Califórnia/PR.

Califórnia, 17 de novembro de 2025.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:2700B561

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA INGA INFORMATICA E COMUNICAÇAO LTDA

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. PAULO WILSON MENDES,** portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 761.650-3 SSP-PR e do CPF/MF Nº 045.433.009-04 e a Empresa INGA INFORMATICA E COMUNICAÇAO LTDA pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.565.202/0001-20 com sede na Rua RUA AVENIDA CERRO AZUL, 864-A, Município de MARINGÁ, - PR, CEP 87010000, neste ato representada pelo(a) Sr.(a**)** PAULO CEZAR CARDOSO inscrito no CPF n.º 847.146.119-68, residente e domiciliado na cidade de MARINGÁ, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. Igor Guadalupe Coelho, inscrito no CPF/MF Nº 058.131.116-70, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2023, referente à Dispensa **nº 036/2023**, de acordo com as normas contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
O prazo de vigência do contrato, bem como o prazo de execução, será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de dezembro de 2025 até 01 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS VALORES
Em razão da prorrogação da vigência e execução do contrato, o valor contratual será recomposto, gerando acréscimo na monta de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), conforme tabela abaixo:

Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Hospedagem, suporte e manutenção técnica do site e contas de e-mail.	Mês	12	R$ 400,00	R$ 4.800,00
Manutenção e hospedagem do sistema de protocolo online.	Mês	12	R$ 400,00	R$ 4.800,00

PARÁGRAFO ÚNICO
O valor total do contrato passa a ser de R$ 34.610,00 (trinta e quatro mil seiscentos e dez reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INATERABILIDADE

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

Califórnia/PR, 18 de novembro de 2025.

Prefeitura Municipal De Califórnia	Inga Informatica E Comunicaçao LTDA
Contratante	Contratada
PAULO WILSON MENDES	***PAULO CEZAR CARDOSO***
Prefeito	Representante Legal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:A8E6F827

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 335/ 2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 335/ 2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/ 2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/ 2025

OBJETO: Aquisição de Fosfato, com o objetivo de atender os produtores rurais do município de Califórnia/Pr, utilizando-o como fertilizante para promover o crescimento saudável das plantas.
FORNECEDOR: PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ/CPF: 09.590.203/0001-50
REPRESENTANTE LEGAL: LORIVAL APARECIDO GAVIOLI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 96.126,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/11/2025

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:3C5501C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1288, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 1288, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2025, no valor de R$ 1.148.180,36 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, cento e oitenta reais e trinta e seis centavos) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na conformidade com o art.7 da Lei nº 875 de 10 de dezembro de 2024 - Lei Orçamentária Anual 2025.

DECRETA:

Art. 01º - Fica aberto Crédito Adicional Especial suplementar, no Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, no Exercício de 2025, no valor de R$ 1.148.180,36 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, cento e oitenta reais e trinta e seis centavos) na seguinte dotação orçamentária:

02 – GOVERNO MUNICIPAL
001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0003.2001 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 34.680,36
Conta Despesa: 10
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

02 – GOVERNO MUNICIPAL
002 – ASSESSORIA JURÍDICA
03.092.0002.2002 – Manutenção da assessoria jurídica municipal
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 36.000,00
Conta Despesa: 100
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
04.122.0003.2003 – Atividades do departamento de administração
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 100.000,00
Conta Despesa: 150
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
003 – CONTROLE INTERNO
04.124.0004.2006 – Manutenção do controle interno
3.1.91.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 3.500,00
Conta Despesa: 530
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2009 – Manutenção das atividades de educação com recursos livres 5% e 25%
3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Valor: R$ 3.000,00
Conta Despesa: 610
Fonte: 103 (5% sobre transferências constitucionais Fundeb)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2009 – Manutenção das atividades de educação com recursos livres 5% e 25%
3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
Valor: R$ 180.000,00
Conta Despesa: 710
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2022 – Manutenção das atividades da saúde com recursos próprios – saúde 15%
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 200.000,00
Conta Despesa: 1450
Fonte: 303 (Saúde – receitas vinculadas E.C 29/00 – Saúde 15%)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2022 – Manutenção das atividades da saúde com recursos próprios – saúde 15%
3.1.90.16.00.00 – Outras despesas variáveis – pessoal civil
Valor: R$ 81.000,00
Conta Despesa: 1470
Fonte: 303 (Saúde – receitas vinculadas E.C 29/00 – Saúde 15%)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2022 – Manutenção das atividades da saúde com recursos próprios – saúde 15%
3.1.91.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 33.000,00
Conta Despesa: 1480
Fonte: 303 (Saúde – receitas vinculadas E.C 29/00 – Saúde 15%)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2031 – Programas Agentes Comunitários de Saúde e agente de combate a endemias
3.1.91.13.00.00 – Contribuições Patronais
Valor: R$ 7.000,00
Conta Despesa: 2000

Fonte: 1051 (Transferências provenientes do governo federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2032 – Bloco de custeio saúde – Federal – Atenção Básica
3.1.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado
Valor: R$ 10.000,00
Conta Despesa: 2010
Fonte: 494 (Bloco de custeio das ações e serviços públicos em saúde)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2032 – Bloco de custeio saúde – Federal – Atenção Básica
3.1.90.16.00.00 – Outras despesas variáveis – pessoal civil
Valor: R$ 17.000,00
Conta Despesa: 2050
Fonte: 494 (Bloco de custeio das ações e serviços públicos em saúde)

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2047 – Manutenção das atividades do Cras
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 112.000,00
Conta Despesa: 2680
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2047 – Manutenção das atividades do Cras
3.1.90.16.00.00 – Outras despesas variáveis – pessoal civil
Valor: R$ 7.000,00
Conta Despesa: 2700
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2047 – Manutenção das atividades do Cras
3.1.91.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 23.000,00
Conta Despesa: 2710
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
001 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.6008.2058 – Manutenção das atividades da agricultura
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 68.000,00
Conta Despesa: 3280
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
15.451.0009.2059 – Atividades do departamento de obras, viação e urbanismo
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 135.000,00
Conta Despesa: 3540
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
001 – DEPARTAMENTO DE DO MEIO AMBIENTE
18.512.0010.2062 – Gestão de resíduos sólidos
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 1.000,00
Conta Despesa: 3890
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
001 – DEPARTAMENTO DE DO MEIO AMBIENTE
18.541.0010.2063 – Manutenção das atividades da Secretaria de Meio ambiente
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 17.000,00
Conta Despesa: 3970
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
001 – DEPARTAMENTO DE DO MEIO AMBIENTE
28.846.0011.0068 – Contribuição para formação do 1 do Pasep
3.3.90.47.00.00 – Obrigações tributárias e contributivas
Valor: R$ 80.000,00
Conta Despesa: 4200
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

Art. 02º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo primeiro, será utilizado como recursos o cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

02 – GOVERNO MUNICIPAL
001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0003.2001 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.1.90.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 14.680,36
Conta Despesa: 20
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

02 – GOVERNO MUNICIPAL
001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0003.2001 – Manutenção do gabinete do prefeito
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: R$ 20.000,00
Conta Despesa: 50
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

02 – GOVERNO MUNICIPAL
002 – ASSESSORIA JURÍDICA
03.092.0002.2002 – Manutenção da assessoria jurídica municipal
3.1.90.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 7.000,00
Conta Despesa: 110
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
04.122.0003.2003 – Atividades do departamento de administração
3.1.91.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 12.000,00
Conta Despesa: 180
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
04.122.0003.2003 – Atividades do departamento de administração
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: R$ 200.000,00
Conta Despesa: 210
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
04.122.0003.2004 – Atividades do departamento de licitações e compras
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 55.000,00
Conta Despesa: 340
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
002 – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
04.122.0003.2004 – Atividades do departamento de licitações e compras

3.1.90.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 14.000,00
Conta Despesa: 350
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
001 – DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE/TESOURARIA/TRIBUTAÇÃO
04.123.0004.2005 – Atividades do departamento de licitações e compras
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 30.000,00
Conta Despesa: 390
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
001 – DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE/TESOURARIA/TRIBUTAÇÃO
04.123.0004.2005 – Atividades do departamento de licitações e compras
3.1.90.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 20.000,00
Conta Despesa: 400
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
003 – CONTROLE INTERNO
04.124.0004.2006 – Manutenção do controle interno
3.1.90.16.00.00 – Outras despesas variáveis – pessoal civil
Valor: R$ 3.500,00
Conta Despesa: 520
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2009 – Manutenção das atividades de educação com recursos livres 5% e 25%
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: R$ 137.000,00
Conta Despesa: 650
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2009 – Manutenção das atividades de educação com recursos livres 5% e 25%
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Valor: R$ 3.000,00
Conta Despesa: 600
Fonte: 103 (5% sobre transferências constitucionais Fundeb)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2022 – Manutenção das atividades da saúde com recursos próprios – saúde 15%
3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
Valor: R$ 20.000,00
Conta Despesa: 1460
Fonte: 303 (Saúde – receitas vinculadas E.C 29/00 – Saúde 15%)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2022 – Manutenção das atividades da saúde com recursos próprios – saúde 15%
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: R$ 120.000,00
Conta Despesa: 1520
Fonte: 303 (Saúde – receitas vinculadas E.C 29/00 – Saúde 15%)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2022 – Manutenção das atividades da saúde com recursos próprios – saúde 15%
3.3.90.34.00.00 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de tercerização
Valor: R$ 60.000,00
Conta Despesa: 1560
Fonte: 303 (Saúde – receitas vinculadas E.C 29/00 – Saúde 15%)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2031 – Programas Agentes Comunitários de Saúde e agente de combate a endemias
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 7.000,00
Conta Despesa: 1980
Fonte: 1051 (Transferências provenientes do governo federal destinadas aos vencimentos dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias)

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2032 – Bloco de custeio saúde – Federal – Atenção Básica
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 27.000,00
Conta Despesa: 2030
Fonte: 494 (Bloco de custeio das ações e serviços públicos em saúde)

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0007.2046 – Manutenção das atividades da secretaria de assistência social
3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Valor: R$ 60.000,00
Conta Despesa: 2540
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
15.451.0009.2059 – Atividades do departamento de obras, viação e urbanismo
3.1.90.13.00.00 – Contribuições patronais
Valor: R$ 20.000,00
Conta Despesa: 3550
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
15.451.0009.2059 – Atividades do departamento de obras, viação e urbanismo
4.4.51.13.00.00 – Obras e instalações
Valor: R$ 230.000,00
Conta Despesa: 3740
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

90 – RESERVA DE CONTIGÊNCIA
001 – RESERVA DE CONTIGÊNCIA
99.999.0012.9071 – Reserva de contingência
9.9.99.99.00.00 – Reserva de contingência
Valor: R$ 88.000,00
Conta Despesa: 4260
Fonte: 999 (Reservas de contingências)

Art. 03º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:DF14385D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1289, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 1289, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro do exercício anterior no Orçamento do Exercício Financeiro de 2025, no valor de R$ 40.407,27 (quarenta mil, quatrocentos e sete reais e vinte e sete centavos) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na conformidade com o art.7 da Lei nº 875 de 10 de dezembro de 2024 - Lei Orçamentária Anual 2025.

DECRETA:

Art. 01º - Fica aberto Crédito Adicional Especial suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, no Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, no Exercício de 2025, no valor de R$ 40.407,27 (quarenta mil, quatrocentos e sete reais e vinte e sete centavos) na seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMNISTRAÇÃO
001 – DEPARTAMENTO DE ADMNISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
04.122.0003.2003 – Atividades do departamento de administração
3.3.90.40.00.00 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica
Valor: 40.407,27
Conta Despesa: 270EA
Fonte: 000 (recursos ordinários livres)

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2009 – Manutenção das atividades com recursos livres 5% e 25%
3.3.90.93.00.00 – Indenizações e restituições
Valor: 70.000,00
Conta Despesa: 740EA
Fonte: 000 (recursos ordinários livres)

Art. 02º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recurso o superávit financeiro das fontes conforme abaixo demonstrado:

FONTE	VALOR SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR
000	R$ 40.407,27
TOTAL	**R$ 40.407,27**

Art. 03º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:140A1108

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1290, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 1290, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício Financeiro de 2025, no valor de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, na conformidade com o art.7 da Lei nº 875 de 10 de dezembro de 2024 - Lei Orçamentária Anual 2025, Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 864 de 05 de julho de 2024 - LDO 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto abrir Crédito Adicional Especial suplementar por excesso de arrecadação, no Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, do Exercício de 2025, até o valor de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.782.0005.2017 – Transporte Escolar
3.3.90.33.00.00 – Passagens e despesas com locomoção
Valor: R$ 470.000,00
Conta Despesa: 1150
Fonte: 104 (Demais impostos vinculados à educação básica)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.782.0005.2017 – Transporte Escolar
3.3.90.33.00.00 – Passagens e despesas com locomoção
Valor: R$ 35.000,00
Conta Despesa: 1160
Fonte: 1013 (Programa Estadual de Transporte Escolar – Pnate Estadual)

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recurso o excesso de arrecadação conforme abaixo demonstrado no cálculo de tendência de excesso de arrecadação - Fonte: 104 – Demais imposto vinculados a educação básica, 1013 – Programa Estadual de Transporte Escolar Pnate Estadual, em anexo, observado o limite devidamente autorizado de 28% de abertura de créditos suplementares, conforme art.7, da Lei nº 875 de 10 de dezembro de 2024 – Lei Orçamentária Anual 2025.

Tendência Excesso de arrecadação

FONTE	CONTA RECEITA	ORIGEM RECURSO	VALOR
104	1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	Cota – Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas extraordinárias - Principal	R$ 470.000,00
1013	1.7.2.9.52.0.1.01.00.00.00.00	Pnate Repasse Estadual	R$ 35.000,00
TOTAL			**R$ 505.000,00**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Receita	COTAS EXTRAORDINÁRIAS
1 - Código de classificação receita	1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00
2 - Total orçado	R$ 1.700.000,00
3 - Receita arrecadada até outubro de 2025	R$ 1.500.517,56
4 - Média de arrecadação nos 10 meses	R$ 150.051,75
5 - Tendência de arrecadação nos próximos 3 meses	700.000,00
6 - Valor arrecadado + tendência de arrecadação (1.500.517,56 + 700.000,00)	R$ 2.200.517,56
7- Total que pode ser considerado no excesso (2.200.517,56 - 1.700.000,00)	R$ 500.517,56
8 - Valor que será utilizado no decreto 1290/2025	**R$ 470.000,00**

Receita	PNATE ESTADUAL

1 - Código de classificação receita	1.7.2.9.52.0.1.01.00.00.00.00
2 - Total orçado	R$ 216.000,00
3 - Receita arrecadada até outubro de 2025	R$ 225.034,06
4 - Média de arrecadação nos 10 meses	R$ 22.503,40
5 - Tendência de arrecadação nos próximos 3 meses	67.510,22
6 - Valor arrecadado + tendência de arrecadação (225.034,06 + 67.510,22)	R$ 292.544,28
7- Total que pode ser considerado no excesso (292.544,28 – 216.000,00)	R$ 76.544,28
8 - Valor que será utilizado no decreto 1290/2025	**R$ 35.000,00**

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:0A969A18

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 03, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

RESOLUÇÃO CMDPI N° 03, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Aplicação do Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. Del. 049/2025no Município de Campina do Simão-PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) de Campina do Simão-PR, no uso de suas atribuições legais, e Deliberação em plenária registrado sob a ATA CMDPI Nº 06/2025, Resolve:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Aplicação do Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Del. 049/2025, que prevê o repasse de recursos financeiros por meio do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - FIPAR/PR no âmbito da garantia de direitos da Pessoa Idosa.

Art. 2º O referido recurso deverá ser utilizado na modalidade de Investimento, conforme as linhas de ações indicadas: Equipamentos para atividades físicas e outros materiais permanentes para esportes, atividades cognitivas, motoras e de interação social; Dispositivos eletrônicos; Softwares e dispositivos de acessibilidade e tecnologia assistiva; entre outros, desde que respeitado o objeto da Deliberação e observadas as vedações.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Campina do Simão-PR, 18 de novembro de 2025.

REGIANE GRIGOLETTO
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI)

Publicado por:
Rodrigo Mayer Colaço
Código Identificador:917D7691

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 09/2025

Objeto: Realização de Inscrição para o Curso Emendas Impositivas no Legislativo Municipal, para as Servidoras Michely Penkal Machado Viana e Odila Teresinha Oliveira Kirchner, entre os dias 11 a 14 de novembro de 2025, na cidade de Florianópolis - Sc.
Justificativa: O curso irá tratar do tema Emendas Impositivas que exige conhecimento técnico aprofundado, abrangendo: - Fundamentação Legal: Compreensão da legislação federal e municipal (Lei Orgânica, LDO e LOA) que rege a matéria. - Procedimentos de Elaboração: Domínio dos requisitos formais, prazos e vedações para a apresentação das emendas (como a obrigatoriedade de destinação para a Saúde e a proibição de despesas de custeio continuado). Apoio Qualificado: Capacidade de orientar os Vereadores, de forma precisa e técnica, na elaboração das proposições, evitando erros que levem a impedimentos de ordem técnica e garantindo a legalidade e exequibilidade dos projetos. Acompanhamento Processual: Conhecimento sobre a tramitação das emendas nas Comissões (especialmente Finanças e Orçamento), a interação com o Poder Executivo para a execução e o acompanhamento das prestações de contas. Portanto, o curso proporcionará o aprimoramento das servidoras para que possam prestar apoio/assessoria aos Vereadores, bem como às Comissões desta Câmara Municipal, de forma eficiente.

Fornecedor: Ceap Brasil Centro de Estudos da Administração Pública.
CNPJ: 46.415.417/0001-16
Valor: R$ 3.580,00 (três mil, quinhentos e oitenta reais).
Data da homologação: 07/11/2025
Fundamento Legal: Art.74, III, da Lei 14.133/21

Autorização:
PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Adriano Junior Frason Ribeiro
Código Identificador:81C40993

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA Nº 75, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Nomeia DIOGO FERNANDO TONET PINHEIRO, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar, da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 454, de 25 de abril de 2017,e considerando o contido no protocolo administrativo nº 1231/2025, **RESOLVE**:
Art. 1º Fica nomeado, **DIOGO FERNANDO TONET PINHEIRO**, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo CC-IV, da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, sob direção, coordenação e controle do Senhor Vereador Helton Lucian Colere Tanajura.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir do dia 18 de novembro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

Campina Grande do Sul, 18 de novembro de 2025.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Elizete Machowski
Código Identificador:AA0191BF

GABINETE
DECRETO N° 2570/2025 DE 17/11/2025

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 2570/2025 de 17/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1041/2024 de 24/12/2024.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$23.000,00 (vinte e três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.003		FUNDEB	
05.003.12.365.0006.2.013		FUNDEB - 70% Remuneração dos Profissionais da Educação Basica - Educação Infantil	
141 - 3.1.90.04.00.00	1101	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.004		SECRETARIA MUNICIPAL - DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	
08.004.08.244.0025.2.032		Ações a cargo da Secretaria de Assistencia Social	
326 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	
12.001		DEPARTAMENTE DE MEIO AMBIENTE - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	
12.001.18.542.0014.2.039		Ações a Cargo do Departamento do Meio Ambiente	
472 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	2.000,00
15		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	
15.001		DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO , DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	
15.001.04.121.0019.2.027		Manutenção de Ações do Urbanismo e Assessoria de Projetos	
534 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	6.000,00
16		SECRETARIA MUNICIPAL DA TECNOLOGIA E PROTEÇÃO DE DADOS	
16.001		DEPARTAMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS	
16.001.04.122.0004.2.045		Manutenção de Departamento da Tecnologia da Informação e Proteção de Dados	
546 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
		Total Suplementação:	23.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.003		FUNDEB	
05.003.12.367.0005.2.042		FUNDEB - 70% Remuneração dos Profissionais da Educação Basica - Ensino	
162 - 3.1.90.11.00.00	1101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.004		SECRETARIA MUNICIPAL - DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MUNICIPIO DE	
08.004.08.244.0025.2.032		Ações a cargo da Secretaria de Assistencia Social	
328 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	
12.001		DEPARTAMENTE DE MEIO AMBIENTE - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE	
12.001.18.542.0014.2.039		Ações a Cargo do Departamento do Meio Ambiente	
471 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
Redução			
15		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	
15.001		DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO , DESENVOLVIMENTO URBANO E	
15.001.04.121.0019.2.027		Manutenção de Ações do Urbanismo e Assessoria de Projetos	
533 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
16		SECRETARIA MUNICIPAL DA TECNOLOGIA E PROTEÇÃO DE DADOS	
16.001		DEPARTAMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE	
16.001.04.122.0004.2.045		Manutenção de Departamento da Tecnologia da Informação e Proteção de	
545 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	2.000,00
		Total Redução:	23.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 17 de Novembro de 2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Bianca Eduarda Rocha Antunes de Souza
Código Identificador:3423BB72

GABINETE
RESOLUÇÃO 017/2025 – CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Campina Grande do Sul - CMDPI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº. 34 de 25 de março de 2010, em conformidade com a Resolução nº 06/2017-CMDPI e conforme deliberado em Reunião Ordinária nº 007 realizada em 18 de novembro de 2025;

RESOLVE:
Art.1º.: Aprovar o Termo de Adesão referente à Deliberação nº 048/2025 "Incentivo UNAPI – Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa – CEDIPI/ FIPAR/PR";
Art.2º.: Aprovar o Termo de Ação referente à Deliberação nº 048/2025 "Incentivo UNAPI – Programa Universidade Aberta para a Pessoa Idosa – CEDIPI/ FIPAR/PR";

Art. 3º.: Para cumprir o objeto será autorizado o uso com despesas de investimento conforme os critérios da Deliberação nº 048/2025 CEDIPI/ FIPAR/PR;

Art. 4º.: Recurso Previsto: R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Art. 5º.: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 18 de Novembro de 2025.

CAROLINA RIBAS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul / PR

Publicado por:
Bianca Eduarda Rocha Antunes de Souza
Código Identificador:38F0E09B

GABINETE
RESOLUÇÃO 018/2025 – CMDPI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Campina Grande do Sul - CMDPI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº. 34 de 25 de março de 2010, em conformidade com a Resolução nº 06/2017-CMDPI e conforme deliberado em Reunião Ordinária nº 007 realizada em 18 de novembro de 2025;

RESOLVE:
Art.1º.: Aprovar o Termo de Adesão referente à Deliberação nº 049/2025 "Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo" – CEDIPI/ FIPAR/PR";
Art.2º.: Aprovar o Termo de Ação referente à Deliberação nº 049/2025 "Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo" – CEDIPI/ FIPAR/PR";

Art. 3º.: Para cumprir o objeto será autorizado o uso com despesas de investimento conforme os critérios da Deliberação nº 049/2025 CEDIPI/ FIPAR/PR;

Art. 4º.: Recurso Previsto: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

Art. 5º.: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 18 de Novembro de 2025.

CAROLINA RIBAS
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul / PR

Publicado por:
Bianca Eduarda Rocha Antunes de Souza
Código Identificador:118356C4

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº. 79/2025
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT MATERIAL ESCOLAR PARA TODOS OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
COMUNICO que, em razão de pedido de esclarecimento e impugnação apresentados, foram realizadas alterações no edital com relação as especificações dos itens e quanto ao prazo de entrega da amostra.
Nova data de abertura: 04/12/2025.
Horário de abertura: 09:00 horas.
Local da realização: Sistema Eletrônico ComprasBR - www.comprasbr.com.br.
Valor Máximo: R$ 3.611.373,46 (Três milhões, seiscentos e onze mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos)
Critério de julgamento: Menor Preço Global por Lote
Dúvidas enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br ou entrar em contato pelo número: (41) 3162-7000.
Campina Grande do Sul, 18 de novembro de 2025.

RONY ZOTTO CARTAXO
Agente de Contratação (Pregoeiro)

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:9ED653D1

SETOR DE COMPRAS
ERRATA DOS TERMOS DE ADITIVOS

ERRATA DOS TERMOS DE ADITIVOS
ERRATA AO EXTRATO 1º e 2º TERMO ADITIVO A ATA SRP Nº 175/2024 do Pregão nº44/2024, CELEBRADO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL E A EMPRESA CAMPINA DISTRIBUIDORA LTDA, **1º termo aditivo**: Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 23/09/2024. Edição 3116, e **2º termo aditivo**: Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 15/07/2025. Edição 3319.
Termo Aditivo nº 01
Cláusula Primeira:
Item 1.3.1:
Onde se lê: *"preço médio máximo de revenda do município de Curitiba-Pr, ..."*

Leia-se: *"preço máximo de revenda do município de Curitiba-Pr, ..."*

Termo Aditivo nº 02
Cláusula Segunda:
Item 2.1:
Onde se lê: *"preço médio praticado pelo município de Curitiba-Pr, ..."*

Leia-se: *"preço máximo de revenda do município de Curitiba-Pr, ..."*

Campina Grande do Sul, 18 de novembro de 2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:3B9BFC79

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 172/2025
ID nº: 2025268
Pregão nº: 69/2025. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE BERÇOS, COLCHÕES E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA ATENDER DEMANDA DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA, **CNPJ:** 30.759.356/0001-74. **Valor total:** R$ 21.935,00. **Vigência:** 12 meses.Campina Grande do Sul, 29 de Outubro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:F4576D5E

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 173/2025
ID nº: 2025269
Pregão nº: 69/2025. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE BERÇOS, COLCHÕES E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA ATENDER DEMANDA DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** CAROL COMERCIAL EIRELI ME, **CNPJ:** 10.867.300/0001-26. **Valor total:** R$ 11.653,50. **Vigência:** 12 meses.Campina Grande do Sul, 29 de Outubro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:7D6E4C74

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 174/2025
ID nº: 2025270
Pregão nº: 69/2025. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE BERÇOS, COLCHÕES E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA ATENDER DEMANDA DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** D S J CONFECCOES LTDA, **CNPJ:** 48.911.914/0001-30. **Valor total:** R$ 13.090,00. **Vigência:** 12 meses.

Campina Grande do Sul, 29 de Outubro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:CEBA6840

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 175/2025
ID nº: 2025271

Pregão nº: 69/2025. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE BERÇOS, COLCHÕES E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA ATENDER DEMANDA DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** HEAVEN COMERCIAL LTDA, **CNPJ:** 50.715.884/0001-39. **Valor total:** R$ 31.450,00. **Vigência:** 12 meses. Campina Grande do Sul, 29 de Outubro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1061D241

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 176/2025
ID nº: 2025272
Pregão nº: 69/2025. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE BERÇOS, COLCHÕES E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA ATENDER DEMANDA DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** JOAO CARLOS LOPES OKUYAMA - ME, **CNPJ:** 14.037.880/0001-85. **Valor total:** R$ 42.695,00. **Vigência:** 12 meses. Campina Grande do Sul, 29 de Outubro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:ADAA6F16

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 177/2025
ID nº: 2025273
Pregão nº: 69/2025. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE BERÇOS, COLCHÕES E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA ATENDER DEMANDA DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** MHF MÓVEIS LTDA, **CNPJ:** 57.109.731/0001-97. **Valor total:** R$ 24.900,00. **Vigência:** 12 meses. Campina Grande do Sul, 29 de Outubro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:C96310B5

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 205/2025

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 205/2025
ID nº: 2025308
Pregão nº: 75/2025. Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E PEÇAS DE INFORMATICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. Empresa: INTERNAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ: 05.468.894/0001-62. Valor total: R$ 2.540,00. Vigência: 12 meses. Campina Grande do Sul, 11 de Novembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:39734B47

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 206/2025

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 206/2025
ID nº: 2025309
Pregão nº: 75/2025. Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E PEÇAS DE INFORMATICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. Empresa: B. K. TATEISHI LTDA, CNPJ: 58.776.870/0001-37. Valor total: R$ 76.016,43. Vigência: 12 meses.
Campina Grande do Sul, 11 de Novembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:3036D123

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 207/2025

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 207/2025
ID nº: 2025310
Pregão nº: 75/2025. **Objeto:** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E PEÇAS DE INFORMATICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI, **CNPJ:** 40.708.647/0001-97. **Valor total:** R$ 3.893,10. **Vigência:** 12 meses.
Campina Grande do Sul, 11 de Novembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:D1D4E9F4

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 208/2025

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 208/2025
ID nº: 2025311
Pregão nº: 75/2025. Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E PEÇAS DE INFORMATICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. Empresa:

HEAVEN COMERCIAL LTDA, CNPJ: 50.715.884/0001-39. Valor total: R$ 21.167,79. Vigência: 12 meses.
Campina Grande do Sul, 11 de Novembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1EF3DDAA

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 209/2025

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 209/2025
ID nº: 2025312
Pregão nº: 75/2025. Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E PEÇAS DE INFORMATICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. Empresa: IVANETE APARECIDA MIRANDA, CNPJ: 31.722.206/0001-59. Valor total: R$ 7.050,00. Vigência: 12 meses.
Campina Grande do Sul, 11 de Novembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1A5271CE

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 210/2025

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 210/2025
ID nº: 2025313
Pregão nº: 75/2025. **Objeto:** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E PEÇAS DE INFORMATICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** LICITASHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA, **CNPJ:** 50.958.011/0001-57. **Valor total:** R$ 490,00. **Vigência:** 12 meses.
Campina Grande do Sul, 11 de Novembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:CE38EAD7

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 211/2025

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 211/2025
ID nº: 2025314

Pregão nº: 75/2025. **Objeto:** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E PEÇAS DE INFORMATICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** RESOLUTION BUSINESS LTDA, **CNPJ:** 50.998.809/0001-22. **Valor total:** R$ 4.797,00. **Vigência:** 12 meses.
Campina Grande do Sul, 11 de Novembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:0F475F8E

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 103/2025

Extrato de Contrato
Contrato nº: 103/2025
ID nº: 2025303
Dispensa nº: 36/2025. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PSICOLOGO CREDENCIADO NO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL, A FIM DE APLICAR EXAMES PSICOLÓGICOS NOS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS, EM ATENDIMENTO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA **Contratante:** Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. **Empresa:** KJ SERVICOS DE PSICOLOGIA LTDA, **CNPJ:** 49.270.124/0001-86. **Valor total:** R$ 3.900,00. **Vigência:** 12 meses. Campina Grande do Sul, 07 de novembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:2C60F61B

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 105/2025

Extrato de Contrato
Contrato nº: 105/2025
ID nº: 2025317
Dispensa nº: 35/2025. **Objeto:** AQUISIÇÃO DE BIODIGESTOR ANAERÓBICOS AUTOSUFICIENTE, PARA TRANSFORMAR RESÍDUOS ORGÂNCOS EM BIOGÁS E FERTILIZANTE LÍQUIDO NATURAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. Empresa: GAIATEC COMERCIO E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO BRASIL LTDA, CNPJ: 06.176.620/0001-62. Valor total: R$ 13.900,00. Vigência: 06 meses.Campina Grande do Sul, 17 de Novembro de 2025

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:C5A8852F

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 76/2025
Processo nº 427/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 76/2025, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TIPO BRINDES PERSONALIZADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE , CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E

SEUS ANEXOS., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ALEX POSSAMAI	27.694.614/0001-77	R$ 1.155,00
HEAVEN COMERCIAL LTDA	50.715.884/0001-39	R$ 9.578,00
J10 COMERCIAL DO BRASIL LTDA -ME	11.300.287/0001-91	R$ 42.018,30
SIMONI INDUSTRIA GRAFICA LTDA	37.652.289/0001-33	R$ 2.717,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 18/11/2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:F43C4D7E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2253/2025

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária ao Servidor **WILLIAN DE SOUZA FERREIRA - Matrícula nº. 325373,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Central de Remoções, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
		(Conforme § 3º do Art. 4º do Decreto Municipal nº. 1897/2022);
II	Valor da diária;	R$ 373,45 (Trezentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 373,45 (Trezentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos)
IV	Destino;	Ponta Grossa – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Ponta Grossa, para realizar o transporte da paciente I.V.M.M., para internamento no Hospital Psiquiátrico São Camilo.
VI	Período da viagem;	Dia 18 de novembro de 2025.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 18 de novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:817995EB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2254/2025

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária ao Servidor **RAFAEL DE ARAÚJO FLORENTINO - Matrícula nº. 328946,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador II, lotado na Central de Remoções, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
		(Conforme § 3º do Art. 4º do Decreto Municipal nº. 1897/2022);
II	Valor da diária;	R$ 373,45 (Trezentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 373,45 (Trezentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos)
IV	Destino;	Ponta Grossa – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Ponta Grossa, para acompanhar o transporte da paciente I.V.M.M., para internamento no Hospital Psiquiátrico São Camilo.
VI	Período da viagem;	Dia 18 de novembro de 2025.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 18 de novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:62123C33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA 022/2025

Estabelece ponto facultativo e data de sessão ordinária

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE-PR, **RAFAEL DE JESUS VENTURA**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Câmara e pela Lei Orgânica Municipal, visando a transparência e publicidade ao que se refere a Câmara Municipal de Vereadores de Campo do Tenente.

DETERMINA:

Art. 1º – Fica estabelecido ponto facultativo no dia 21 de novembro e 2025;
Art. 2º - O feriado municipal de 25 de novembro será transferido para a segunda-feira dia 24 de novembro de 2025;
Art. 3º - A data da Sessão Ordinária se dará no dia 26 de novembro de 2025 às 19h;
Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente, (PR), 18 de novembro de 2025.

RAFAEL DE JESUS VENTURA
Presidente

Dê-se ciência, registre-se e publique-se

Publicado por:
Mariane de Souza
Código Identificador:9617F506

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 049/2025.

EMENTA Aprova o Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) do Município de Campo do Tenente - PR e estabelece outras providências correlatas para a gestão de riscos e desastres.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), e demais legislações pertinentes,

CONSIDERANDOS

•
Considerando a imperiosa necessidade de estabelecer e formalizar procedimentos e diretrizes para a atuação coordenada dos órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, bem como da comunidade, em ações de resposta a situações de emergência e estados de calamidade pública decorrentes de desastres naturais;

•
Considerando que a prevenção e o preparo são pilares fundamentais da gestão de riscos e desastres, visando à proteção da vida, à minimização de danos e prejuízos e à rápida reabilitação dos cenários afetados;

•
Considerando que o "Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil", versão 35, gerado em 29/06/2021, foi elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil de Campo do Tenente - PR, conforme explicitado na *Página de Assinaturas* do referido documento, demonstrando o compromisso de diversos setores da administração;

•
Considerando que o referido Plano estabelece diretrizes claras e operacionais para ações de resposta a desastres envolvendo Deslizamentos, Alagamentos, Inundações, Enxurradas, Granizos, Vendavais e Tempestades, eventos que podem impactar significativamente a segurança e o bem-estar da população de Campo do Tenente, como detalhado na *Introdução* e na *Finalidade* do Plano;

•
Considerando a importância de oficializar e conferir força executória a este instrumento de planejamento, garantindo que as ações de monitoramento, alerta, alarme, resposta, socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários sejam executadas de forma padronizada e eficiente, conforme os *Pressupostos do Planejamento* e as *Ações Operacionais* descritas no Plano;

•
Considerando, ainda, a necessidade de atualização e manutenção contínuas do Plano, por meio de simulados e revisões periódicas, para assegurar sua relevância e eficácia diante de novos desafios e informações, conforme previsto nas *Instruções para a manutenção do plano*;

DECRETA:
Art. 1º. Fica aprovado, na íntegra, o **Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil (PLANCON)** do Município de Campo do Tenente - PR, versão 35, elaborado e publicado em 29 de junho de 2021, que passa a ser o instrumento norteador das ações de gestão de riscos e desastres no âmbito municipal.
Parágrafo único. O Plano de Contingência referido no *caput* deste artigo e seus anexos complementares, que versam sobre a caracterização do cenário, cadastro de abrigos e recursos, e os procedimentos de ativação e desmobilização, constituem parte integrante deste Decreto e deverão ser consultados para sua plena aplicação.
Art. 2º. Os procedimentos, atribuições e responsabilidades estabelecidos no PLANCON são de caráter **obrigatório** para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, direta e indireta, bem como para as instituições signatárias que o compõem, devendo ser rigorosamente observados em emergências e desastres.
§ 1º. A adesão aos protocolos e às ações de resposta, conforme detalhado nas *Ações Operacionais* e *Ações de Resposta* do Plano, deve ser prioritária para todas as pastas envolvidas, em consonância com as suas respectivas competências.
§ 2º. Fica ressaltado, conforme a *Finalidade* do Plano, que as funções desenvolvidas pelas instituições na ocorrência de um desastre não ensejam qualquer tipo de remuneração, sendo consideradas serviço de relevante interesse público, reforçando o compromisso cívico e a solidariedade na resposta a emergências.
Art. 3º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), ou órgão que a suceder, é a instância responsável pela coordenação geral, operacionalização, monitoramento, avaliação e atualização periódica do PLANCON, garantindo a sua efetividade e adequação às realidades do Município.
§ 1º. O Coordenador Operacional, juntamente com os Coordenadores Substitutos, terá a autoridade para a *Ativação do Plano*, conforme os critérios e procedimentos definidos na Seção 6 do PLANCON, incluindo a instalação do Sistema de Comando de Incidentes (SCI) e o Posto de Comando.
§ 2º. A desmobilização do Plano deverá seguir os critérios e a autoridade definidos na Seção 7 do PLANCON, assegurando uma transição organizada da reabilitação de cenários para a reconstrução.
Art. 4º. Todos os órgãos e instituições que integram o Sistema Municipal de Defesa Civil de Campo do Tenente deverão manter seus planos de chamada atualizados, desenvolver e implementar procedimentos operacionais padronizados (POPs) e participar ativamente dos simulados e exercícios conjuntos, no mínimo duas vezes ao ano, sob a coordenação do Coordenador Operacional, conforme as *Instruções para a manutenção do plano* e as *Atribuições Gerais* do documento.
Art. 5º. O Sistema de Comando de Incidentes (SCI) deverá ser instalado e operado conforme as diretrizes da Seção 10 do PLANCON, com o organograma e as atribuições funcionais definidas para cada membro do comando, assegurando a segurança dos respondedores, o cumprimento dos objetivos táticos e o uso eficiente dos recursos.
Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 18 de Novembro de 2025.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INES MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:0BED3674

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 385/2025

EXONERA TÉCNICO EM ENFERMAGEM DE CARGO PÚBLICO MUNICIPAL.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica exonerada a pedido realizado no dia 10 de Novembro de 2025, no respectivo Cargo de Técnica em Enfermagem, com vínculo em Cargo Público, Simone Maria Pedroso De Oliveira Valério, inscrita no CPF sob nº 009.XXX.609-XX, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

•

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 18 de Novembro de 2025.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INES MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:E87BAFDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 386/2025

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Iracema de Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 8141, no período de 03 de Outubro de 2025 a 01 de Novembro de 2025, referente ao período aquisitivo de 01 de Setembro de 2021 a 31 de Agosto de 2022.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 18 de Novembro de 2025.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INES MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:AB5067CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 940/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.388/2024.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.388/2024 de 19 de dezembro de 2024.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
26.782.1019.2.053 – Manutenção de Veiculos Pesados			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	0000	39.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	111.000,00
TOTAL			**150.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de anulação parcial de dotação no valor R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), provenientes das fontes: 0000 e 0504. Como segue:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
26.782.1019.2.053 – Manutenção de Veiculos Pesados			
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa física	0504	9.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0504	49.000,00
TOTAL			**58.000,00**

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
15.452.1019.2.051 – Manutenção da Secretaria de Obras			
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0000	75.869,65
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	16.130,35
TOTAL			**92.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Campo Magro, 18 de novembro de 2025.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:EF4D0940

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 941/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.388/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.388/2024 de 19 de dezembro de 2024.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
15.452.1019.2.050 – Manutenção das Estradas Vicinais			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0504	79.000,00
TOTAL			**79.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de anulação parcial de dotação no valor R$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), proveniente da fonte: 0504. Como segue:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
15.452.1019.2.050 – Manutenção das Estradas Vicinais			
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa física	0504	29.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	0504	50.000,00
TOTAL			**79.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Campo Magro, 18 de novembro de 2025.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:D2E2BBE7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 942/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.388/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.388/2024 de 19 de dezembro de 2024.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2025, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 9.000,00 (nove mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA			
26.782.1019.2.052 – Manutenção da Frota municipal			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0504	9.000,00
TOTAL			**9.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de anulação parcial de dotação no valor R$ 9.000,00 (nove mil reais), proveniente da fonte: 0504. Como segue:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA			
26.782.1019.2.052 – Manutenção da Frota municipal			
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa física	0504	9.000,00
TOTAL			**9.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Campo Magro, 18 de novembro de 2025.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:B8DBDF7C

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.441/2025

Dispõe Sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026 e dá Outras Providências.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO ORÇAMENTO
Art. 1º - O Orçamento do Município de Campo Magro, relativo ao exercício de 2026, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no artigo 165 § 22 da Constituição Federal, no Artigo 101, inciso II da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000.
§ 1º - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Demonstrativos e Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata a Lei Complementar n° 101, de 2000 e a Lei 4.320 de 1964, respectivamente:
I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo Categoria Econômicas;
II - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;
III - Receita por Categoria Econômica;
IV - Funções e Subfunções de Governo;
V - Programa de Trabalho do Governo;
VI - Programa de Trabalho do Governo (Consolidação);
VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos;
VIII- Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
IX - Demonstrativo da Evolução da Receita (Art. 22, III);
X - Demonstrativo da Evolução da Despesa (Art. 22, III);
XI - Planejamento das Despesas
§ 2º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2026 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2026 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, assegurando o equilíbrio entre receita e despesa.
§ 4° As metas e prioridades da Administração Pública Municipal estarão em conformidade com os princípios estabelecidos nos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme disposto no artigo 227 da Constituição Federal, no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, e na Instrução Normativa nº 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo sua regulamentação tratada em lei municipal específica, instituindo o Orçamento da Criança e Adolescente - OCA.

Art. 2º - As despesas que visam à manutenção de atividades, bem como a conservação e recuperação de bens públicos, terão prioridade sobre ações de expansão e novos investimentos.

Art. 3º - Os Projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos, especialmente àqueles que exijam contrapartida financeira do Município.

Art. 4º - A proposta orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal e atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização e a participação comunitária.

Art. 5º - A Lei Orçamentária, na fixação da despesa e na estimativa da receita, dará especial atenção aos princípios de:
I - prioridade de investimentos nas áreas sociais;
II - austeridade na gestão dos recursos públicos;
III - modernização na ação governamental.

Art. 6º - Atendidas as despesas com pessoal e seus respectivos encargos sociais e de outras despesas de custeio administrativo e operacional, é que poderão ser programados recursos ordinários do Tesouro Municipal para atender despesas de capital, observadas, quanto às despesas de pessoal, os limites da Lei Complementar nº 101/00 de 04 de maio de 2000, e a realização de concurso público na forma da lei.

CAPÍTULO II
DAS METAS FISCAIS
Art. 7º - A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo, o montante das despesas fixadas, exceder à previsão da receita para o exercício.

Art. 8º - As receitas e as despesas serão estimadas tomando-se por base a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo como parâmetro 2025.
§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:
I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias e da planta genérica de valores;
II a expansão do número de contribuintes;
III - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.
§ 2º - As taxas de políticas administrativas e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.
§ 3º - Os recolhimentos de tributos poderão ser efetuados em parcelas, cuja regulamentação será efetuada por Decreto.
§ 4º - Fica o Município autorizado a conceder descontos para pagamento de tributos à vista e em prazo estipulado, como o desconto de 10% relativamente a IPTU e Contribuição de Melhoria.
§ 5º - Para contribuição de melhorias com vencimento em 2026 terá um desconto de até 10% (dez por cento) do valor lançado, para pagamento à vista no prazo estipulado.

Art 9º - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.
§ 10 - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de aliquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
§ 2º- A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Art 10 - Aos Poderes Executivo e Legislativo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, e legislação complementar, a:
I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (Vinte Cinco por cento) do orçamento das despesas, Direta e Fundos, nos termos previstos no §1, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964".
II - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legisla-ção em vigor;
Abrir créditos adicionais suplementares do orçamento das despe-sas, nos termos da legislação vigente;
V - Transpor, remanejar ou transferir recursos e dotações orçamentá-rias *até* o máximo de cinco por cento do orçamento, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal;
VI - Utilizar a Reserva de Contingência, também como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais;

Art. 11 - Não sendo devolvido o projeto aprovado de lei orçamentária até o día 31 de dezembro de 2025 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos] em cada mês.
Parágrafo Único - Para atender o dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:
I - publicar até 30 dias após o encerramento do semestre, relatório de gestão fiscal;
II - realizar semestralmente o acompanhamento do relatório resumido da execução orçamentária;
III - verificar semestralmente o cumprimento dos limites da despesa total de pessoal e de sua repartição (Art. 22, da LC 101/2000) e do montante da dívida consolidada (Art. 30, § 4°, LC 101/2000);
IV - dar ampla divulgação, inclusive na Internet, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento, aos Planos e Prestação de Contas e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 12 - O Poder Executivo poderá firmar acordos e convênios com outras esferas de governo, para desenvolver programas nas áreas de saúde, educação, infra-estrutura urbana e rural, saneamento básico, assistência social, cultural, meio ambiente e outras áreas de sua competência.

Art. 13 - A Lei Orçamentária Anual poderá consignar recursos financeiros, para entidades de direito privado sem fins lucrativos, com finalidades *de* promoção de assistência social, saúde, educação, trabalho, cultura, meio ambiente, esporte, observando em qualquer caso, o principio de universalização dos serviços, desde que sejam da conveniência do Município e que demonstrem padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.
§ 1º - Os recursos financeiros de que trata o "caput" deste artigo serão efetivados através de convênios, acordos, ajustes, termos de parcerias e outros instrumentos congêneres, conforme estabelece os artigos 184 e 186, da Lei Federal N. 1.4133/21 Lei Federal nº 9.790/99 artigo 99 e subseqüentes e a Lei Orgânica Municipal.
§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
§ 3º - As proposições de isenções, anistias, remissões, subsídios *e* benefícios de naturezas financeiras, tributárias e crediticias deverão apresentar medidas de compensação à renúncia de receita, ou seja, demonstrai- os seus efeitos sobre as receitas e as despesas em documento que acompanhará a Lei Orçamentária.

CAPÍTULO III
DO ORÇAMENTO FISCAL
Art. 14 - O orçamento fiscal abrangerá os Poderes Executivo Legislativo as entidades das Administrações direta e indireta.
§1º - É vedado ao Poder Executivo Municipal, quando do repasse ao Poder Legislativo, ultrapassar o percentual de 7% relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §59 do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme determina o inciso I, do Artigo 29-A da Constituição Federal;
§2º - É vedado a Câmara Municipal realizar gastos superiores a 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo-se os gastos com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do do artigo 29-A da Constituição Federal;
§ 3º O Poder Legislativo é autorizado, nos termos da Constituição Federal e legislação complementar, a realizar créditos suplementares, com indicação de recursos do Poder Legislativo de Campo Magro, nos termos do art. 43, § 12, inciso III, da Lei n0 4.320, de 17 de março de 1964, poderão ser abertos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento] do total da despesa fixada, no âmbito do Poder Legislativo por Ato do Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro.

Art 15 - As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, e às disposições legais vigentes, não podendo exceder o limite de 60% da Receita Corrente Líquida Municipal.
Parágrafo Único: A repartição do limite global do art. 19, assim como, o fixado no art. 20 da Lei Complementar n. 101/2000, não poderá exceder em 54% (cinqüenta e quatro por cento] para o Executivo e 6% (seis por cento) para o Legislativo.

Art. 16 - O Art. 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

Art 17 - Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os projetos e atividades constantes do Anexo desta Lei, podendo, na medida das necessidades, serem elencados novos

programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.

Art. 18 - O Município aplicará, no mínimo, 25% [vinte cinco por cento] das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

Art 19 - As despesas com a função de assistência social, observarão o limite mínimo de 5,0% (cinco por cento) da mesma base de cálculo do limite estabelecido para as despesas com ações e serviços públicos de saúde, conforme Emenda Constitucional n2. 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IV
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 20 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029 compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.
§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.
§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 21 - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até o dia 30/08/25, compor-se-á de:
I - Mensagem;
II - Projeto de lei orçamentária;
III- Anexo II da receita e despesa na forma Lei 4320/64;
IV - Anexo VI e IX na forma Lei 4320/64;
V - Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.
VI - Quadro da receita e despesa por fontes;
VII - Evolução da receita e despesa dos dois últimos exercícios e projeção.

Art 22 - A Câmara Municipal deverá entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao Órgão responsável pela consolidação do projeto de lei orçamentária, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta lei.

Art 23 - A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, 0,5% (meio por cento] da receita corrente liquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Art. 24 - Constituem os gastos municipais, todos os dispêndios que visam à manutenção, aquisição de bens, serviços e investimentos, destinados ao cumprimento das metas estabelecidos e objetivos assumidos pela Administração Pública Municipal, para atender compromissos de natureza social e financeira.

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo [art. 912 da LRF):
I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.
Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 26 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 27 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF]:
I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II - eliminação das despesas com horas-extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 28 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independente da legalidade ou validade dos contratos
§ 1º - Não se considera como substituição de servidores *e* empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização, relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:
I- sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo e ou categoria extinto, total ou parcialmente;
III - não caracterizem relação direta de emprego.
§ 2º- Quando a contratação de mão-de-obra envolvei-tambémfornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 29 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar beneficio fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 30 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).
Parágrafo Único - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou beneficio de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, que se caracterize como renúncia de receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2 da LRF].

Art 31 - O Município poderá encaminhar projetos de lei, no corrente exercício, no sentido de criar, rever e atualizar a legislação tributária para 2026, objetivando modernizar a ação fazendária e aumentar a produtividade.
Parágrafo Único — O projeto de lei orçamentária poderá considerar na previsão da receita, o incremento da arrecadação decorrente das alterações tributáveis propostas, desde que as despesas sejam detalhadas por projetos e atividades.

Art. 32 - As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Complementar 008 de 27 de setembro de 2013, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Art. 34 - A - É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual, conforme dispõe o artigo 105 - A e disposições correlatas da Lei Orgânica Municipal que disciplinam a matéria.
§ 1º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o inicio do exercício financeiro de 2026, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentaria anual.

Art. 35 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 36 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 37 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênio com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indereta para realização de obras e serviços de competência ou não do Município.

Art. 38 – O projeto de Lei Orçamentário contará os quadros de detalhamentos da despesa, específicando, por projetos e atividades, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos.

Art. 39 – O Orçamento Municipal para 2026 deverá comtemplar às ações previstas no programa Campo Magro 2030, Lei Municipal 1126 de 2020.

Art. 40 - O projeto de lei do orçamento anual será encaminhado a Câmara Municipal em volumes com páginas numeradas e com índice das matérias expostas.

Art. 41 - Os vencimentos e salários dos servidores públicos municipais poderão ser revistos, em março de 2026, com a recomposição, pelo menos, das perdas ocasionadas com o processo inflacionário, segundo índices oficiais, ou a critério do Executivo, sempre que permitir a evolução da receita municipal.

Art. 42 - A criação de cargos e a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos da administração municipal somente poderá dar-se em face da ampliação dos serviços, obedecendo aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
Parágrafo Único - Poderá ser alterada a estrutura das carreiras • os Quadros de Pessoal, para adequação a injunções do mercado de trabalho.

Art. 43 - Cabe à Secretaria de Planejamento do Município, a responsabilidade pela coordenação e elaboração das peças orçamentárias (PPA - LDO - LOA de que trata esta Lei:
1- calendário de Atividades para elaboração dos orçamentos;
II - coordenação e elaboração dos procedimentos para colher as propostas de todos os setores e sistematizá-las.

Art. 44 - Fica autorizada a compatibilização dos valores, programas e ações com o Plano Plurianual.

Art. 45 - No decorrer da execução orçamentária para o exercício financeiro de 2026, o Município de Campo Magro fica autorizado a contratar operações de crédito por antecipação da receita, conforme o inc. II do art. 79- da Lei Federal ng 4.320, de 17 de março de 1964, nos limites e termos fixados pela legislação pertinente.

Art. 46 - Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2026 serão reabertos nos limites de seus saldos, conforme dispõe o § 2 do art. 167 da Constituição Federal, obedecendo à codificação constante dos anexos a esta Lei.

Art. 47 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, em 11 de novembro de 2025.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:63F89C8F

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 073/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Nomear**, DAYANE MARQUES MENDES DA SILVA** inscrito no CPF: *6*.***.***-86 ao cargo em comissão de assessor de parlamentar da mesa diretora, simbologia AP-1.

REGISTRA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete Presidência da Câmara Municipal de Campo Magro, 18 de novembro de 2025.

RONES RIBAS
Presidente

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:BE6D63AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 49/2025 ORIGINÁRIAS DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 02/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: GIGOSKI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 43.459.615/0001-93
OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada para a execução da obra de construção do Núcleo Básico do CEU da Cultura no Município de Campo Magro/PR, conforme especificações técnicas, projetos e demais condições estabelecidas em Edital e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$1.950.000,00 (Um milhão, novecentos e cinquenta mil reais)**.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato.
DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2025.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:3785A01C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

CÂMARA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2025

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA

AUTORIZO a presente Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, bem como da resolução da mesa diretora nº 05/2023 (Art. 2º), e com base nos Pareceres do Departamento Contábil, Jurídico e do Agente de Contratação e demais elementos que instruem o processo para:

"Contratação de empresa especializada para o fornecimento de recarga de extintores de incêndio, com garantia, visando assegurar a proteção e a segurança das dependências da Câmara Municipal de Candói."

ADRIGIL EXTINTORES LTDA – inscrita no CNPJ sob o nº. 01.461.959/0001-97, com sede na Rua Saldanha Marinho 2230, Guarapuava, PR, Brasil, CEP 85010-290, sendo o valor total de R$ 500,00 (Quinhentos reais), uma vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Gabinete da Presidência 17 de novembro de 2025.

JOSÉ EDENILSON VOLENITIS
Presidente

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:6A0E168E

CÂMARA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 18/2025

AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 18/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 42/2025

AUTORIZO a presente Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea 'f', da Lei 14.133/21, com base nos Pareceres do Departamento Contábil, Jurídico e do Agente de Contratação e demais elementos que instruem ao processo para:
INSCRIÇÃO DA VEREADORA SANDRA MARA KRUK NO CURSO TEMA;
EXECUÇÃO, FORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL –LEI 13.019.

REALIZAÇÃO: **CGP - CENTRO DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, pessoa jurídica de direito privado,** inscrita no CNPJ sob o nº. **36.282.191/0001-79**, com sede na **RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, N°1475,** complemento **SALA 309, ESTREITO, FLORIANÓPOLIS –SC CEP 88.070-800 sendo o valor total de R$2.197,00 (dois mil cento e noventa e sete reais), uma vez que o processo se encontra devidamente instruído.**

Gabinete da Presidência 18 de novembro de 2025.

JOSÉ EDENILSON VOLENITIS
Presidente

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:07296D65

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2025

Contratante:CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI, órgão do Poder Legislativo, inscrita no CNPJ sob o nº.95.684.486/0001-30. CONTRATADA: – CGP - CENTRO DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 36.282.191/0001-79, com sede na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, N°1475, complemento SALA 309, ESTREITO, FLORIANÓPOLIS –SC CEP 88.070-800.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA A VEREADORA SANDRA MARA KRUK NO CURSO:
COMO ELABORAR, REVISAR E APROVAR PROJETOS LEGISLATIVOS DE IMPACTO MUNICIPAL
QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 25 A 28 DE NOVEMBRO DE 2025 EM CURITIBA-PR.

VALOR TOTALR$ 2.197,00 (dois mil cento e noventa e sete reais).
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação n° 18/2025. FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso III, alínea 'f', da Lei 14.133/21. ELEMENTO DE DESPESA: 0100101.031.0001.2-002.33.90.39.00.00.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 18/11/2025.

ASSINAM: José Edenilson Volenitis, pela Câmara e Patrik Felipe Nazário pela empresa.

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:D7018574

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI, órgão do Poder Legislativo, inscrita no CNPJ sob o nº. **95.684.486/0001-30**.

CONTRATADA: ADRIGIL EXTINTORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 01.461.959/0001-97, sediado(a) Rua Saldanha Marinho, nº 2230, Centro, Guarapuava /PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por sócio administrador Sra. TANEA DOS SANTOS MARCONDES, inscrito no CPF sob o n° 647.715.479-04, que para os efeitos deste instrumento denomina-se simplesmente **CONTRATADA**.

OBJETO:
Recarga de Extintores de Incêndio de Água Pressurizada (AP), Recarga de Extintores de Incêndio de Pó Químico Seco (BC ou ABC) 4KG, Recarga de Extintores de Incêndio de Pó Químico Seco (BC ou ABC) 6KG.

VALOR TOTAL: R$ 500,00 (Quinhentos reais).

ORIGEM: Dispensa de Licitação n° **20/2025**. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. ELEMENTO DE DESPESA: 01.001.01.031.0001.2-002-0120-33.90.39.00.00.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (Doze) Meses.

DATA DA ASSINATURA: 18/11/2025

ASSINAM: **José Edenilson Volenitis**, pela Câmara e Tanea dos Santos Marcondes pela empresa.

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:B3921494

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 757/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **IRENE KELNIAR LOPES,** brasileira, portadora do RG nº 6.362.135-8/PR e inscrita no CPF nº 844.196.019-49, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM –** Nível 15, nomeada pela Portaria nº 185/2003, matrícula nº 1684-1, lotada na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **27/06/2024 a 27/06/2025**, como segue:

- 03/11/2025 a 12/11/2025
- 06/01/2026 a 25/01/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 12 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:B6330016

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 758/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **SANDRA ROSA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 8.311.522-0/PR e inscrita no CPF nº 012.698.541-35, ocupante do cargo efetivo de **PSICOLOGO –** Nível 11, nomeada pela Portaria nº 245/2023, matrícula: 3708-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **17/04/2024 a 17/04/2025**, como segue:

- 08/12/2025 a 19/12/2025
- 07/07/2026 a 24/07/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 12 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:BCDB3783

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 759/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **ALAIRTON JOSE GOMES FILHO,** brasileiro, casado, portador do RG nº 3.279.239-1/PR e inscrito no CPF nº 583.659.749-91, ocupante do cargo efetivo de **CIRURGIAO DENTISTA –** Nível 36, matrícula: 2342-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **02/04/2024 a 02/04/2025**, como segue:

- 26/11/2025 a 05/12/2025
- 05/01/2026 a 24/01/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 14 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:1D9B67C6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 760/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **NOELI MARIA DE OLIVEIRA SOARES**, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.052.725-7/PR e inscrita no CPF nº 487.171.509-49, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE –** Nível 33, matrícula: 1578-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **04/06/2024 a 04/06/2025**, como segue:

- 22/09/2025 a 11/10/2025
- 05/01/2026 a 14/01/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do prefeito, 14 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:1FE822FA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 761/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **ELIOMAR RAMOS BUENO**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 8.619.550-0/PR e inscrito no CPF nº 042.484.359-50, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA II**, nomeado pela Portaria nº 339/2012, matrícula: 2420-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **28/05/2023 a 28/05/2024**, como segue:

- 17/11/2025 a 06/12/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 14 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:7BEDF8BC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 762/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **PAULO ROBERTO SOARES,** brasileiro, casado, portador do RG nº 4.961.720-8/PR e inscrito no CPF nº 713.963.579-04, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA I –** Nível 09, nomeado pela Portaria n° 279/2001, matrícula: 1548-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar

nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **31/08/2023 a 31/08/2024**, como segue:

- 17/11/2025 a 06/12/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 14 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:D2F2733C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 763/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **JANETE PEREIRA PINHEIRO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 8.226.401-9/PR e inscrita no CPF nº 039.534.939-73, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO –** Nível 10, matrícula: 3844-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **04/03/2024 a 04/03/2025**, como segue:

- 01/12/2025 a 20/12/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 14 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:144CA0CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 764/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **KARINA MARIA ORZECHOWSKI**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 12.671.629-0/PR e inscrita no CPF nº 101.798.139-60, ocupante do cargo eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR –** Nível 005, matrícula: 3932-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, conforme o prevê Art. 112 da Lei Complementar nº 32/2017, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo de **03/06/2024 a 03/06/2025**, como segue:

- 01/12/2025 a 20/12/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do prefeito, 14 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:A4AFFB11

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 765/2025

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando que de acordo com a Política Nacional de Medicamentos oficializada pela Portaria 3.916, de 30/10/98, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) deve ser a base para a organização de listas estaduais e municipais, visando o processo de descentralização da gestão, tornando-se, portanto, meio fundamental para orientar a prescrição, a dispensação e o abastecimento de medicamentos, particularmente no âmbito do Sistema Único de Saúde.

RESOLVE

Art. 1º Nomear os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica - CFT da Secretaria Municipal de Saúde de Candói.
Art. 2º São as atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica-CFT, dentro de um processo dinâmico, contínuo, multidisciplinar e participativo:
I.Elaborar normas e procedimentos relacionados a medicamentos;
II. Elaborar a REMUME (Relação Municipal de Medicamentos) com discriminação dos medicamentos utilizados nos diferentes níveis de atenção;
III. Estabelecer os critérios de prioridade para orientar a área de aquisição de medicamentos;
IV. Participar da elaboração de normas para prescrição e uso dos medicamentos da REMUME;
V. Atualizar as informações relacionadas a indicações, contraindicações, duração do tratamento e doses dos medicamentos da REMUME;
VI. Promover a capacitação dos profissionais da Rede de Atenção a Saúde para a utilização da REMUME e dos protocolos de tratamento;
VII. Elaborar procedimentos que precedem à aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos não constantes da REMUME no sentido de garantir a eficácia e segurança desses produtos;
VIII. Assessorar a gestão da Secretaria Municipal de Saúde nas questões de sua competência.
Art. 3º A REMUME seguirá os parâmetros definidos no regimento interno da Comissão de Farmácia e Terapêutica-CFT.

Art. 4º A Comissão de Farmácia Terapêutica Municipal será composta por 07 membros, de forma multidisciplinar, com a seguinte distribuição:
I. Médico da Atenção Básica Antonio Arino Kirschibaner Junior
II. Cirurgião Dentista Alairton Jose Gomes Filho
III. Coordenação da Atenção Básica Paolla Maia Mandu
IV. Assistência Farmacêutica Osnei Madruga
V. Coordenação da Epidemiologia Maria Fernanda Copacheski
VI. Coordenação da Equipe Multi Danielli Smuzeck Teixeira da Rosa
VII. Assistente Social da Atenção Básica; Melissa de Souza
VIII. Um Técnico de enfermagem da Atenção Básica; Josiane da Costa
Art. 5º A referida Comissão ficará sobre a presidência do Sr. **OSNEI MADRUGA.**
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 7º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:0465BBB7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 766/2025

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
Considerando as exigências contidas nas Instruções Normativas emitidas pelo Tribunal de Contas do estado do Paraná — TCE/PR, relativas ao Sistema de Informações Municipais — SIM-AM;

RESOLVE

Art. 1° Designar servidores responsáveis para procederem a correta alimentação de dados junto aos módulos do Sistema de Informações Municipais SIM/AM, com forme relação a seguir:

MÓDULO	RESPONSÁVEL	CARGO
CONTÁBIL	GILIARD RESMINI	CONTADOR
CONTRATOS, LICITAÇÕES E MURAL DE LICITAÇÕES	RODRIGO MIS	AGENTE ADMINISTRATIVO
CONTROLE INTERNO	VALDEMIR GONÇALVES DA CRUZ	CONTROLADOR INTERNO
OBRAS PÚBLICAS	ADRIANO APARECIDO DE OLIVEIRA	ENGENHEIRO CIVIL
PATRIMÓNIO	TAWANE DE MORAES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS
TABELAS CADASTRAIS E ATOTECA	INDIANARA SIMEONI VASSELECHEN	AGENTE ADMINISTRATIVO
TESOURARIA	EDNILCE DA ROCHA BOENO	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
TRIBUTÁRIO	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA	FISCAL FAZENDÁRIO
SIAP	KAUANE CRISTINA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	LUIZ ANDRE AMARAL	CONTADOR

Art. 2º Os servidores designados terão até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao mês de referência para efetuarem o registro das informações cabíveis, e procederem com a atualização dos dados junto ao módulo de sua responsabilidade, observando-se que a não atualização em um dos módulos impedirá a transmissão dos demais dados no SIM/AM.
Parágrafo único: Será de responsabilidade de cada servidor, eventuais multas ocorridas pelo atraso na transmissão dos dados via SIM/AM, exceto em situações adversas devidamente justificadas.

Art.3º A atualização de dados relativos a obras públicas que necessitarem de cadastro de informações junto ao módulo "ATOTECA", serão prestados pelo servidor responsável pelo módulo "OBRAS PÚBLICAS"

Art.4º A Administração Municipal proporcionará condições para que o servidor possa se aperfeiçoar em matérias relativas ao módulo de sua responsabilidade.

Parágrafo único: Cada servidor deverá buscar atualizar-se das normas relacionadas ao módulo de sua responsabilidade, utilizando para isso, as Resoluções, Instruções Normativas e de Serviço, emitidas pelo Tribunal de Contas do estado do Paraná — TCE/PR, e outros materiais que julgar necessário para sua capacitação.

Art.5º A não observação à designação descrita nesta portaria, ensejará em abertura de Processo Disciplinar, nos termos da Lei Complementar no 032/2017.

Art.6º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos legais em 03/11/2025, revogando-se a Portaria nº570/2024.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:73C9B69F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 767/2025

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar e manter atualizada a representação municipal junto à órgãos estaduais e federais, bem como cumprir as diretrizes e exigências estabelecidas para interlocução, gestão e execução das políticas públicas de cultura;
CONSIDERANDO a importância de nomear Gestor Municipal de Cultura para fins de articulação institucional, gestão de programas, alimentação de sistemas oficiais e acompanhamento das ações culturais no âmbito do Município;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa e o interesse público;
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **RONALDO ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG n° 7.864.898-8/PR e inscrito no CPF nº 041.628.859-66, ocupante do cargo em comissão de **ASSESSOR ESPECIAL I**, matrícula: 4062-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete, para exercer a função de **Gestor Municipal de Cultura do Município de Candói/PR**, junto ao Departamento de Cultura Municipal.

Art. 2º O Gestor Municipal de Cultura designado por esta Portaria terá as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que lhe sejam conferidas:
representar oficialmente o Município de Candói perante a órgãos Estaduais e Federais e demais instituições relacionadas ao Sistema Estadual e Nacional de Cultura;
acompanhar, propor, executar e monitorar políticas, programas, ações, convênios e instrumentos de fomento da área cultural;
manter atualizados os cadastros, sistemas e plataformas exigidos pela Secretaria de Estado da Cultura;
atuar como interlocutor técnico e administrativo para demandas culturais locais e estaduais;
emitir pareceres, relatórios e demais documentos necessários à gestão das políticas públicas de cultura.

Art. 3º Esta designação não implica qualquer alteração na estrutura administrativa ou na remuneração do servidor, obedecendo ao disposto na legislação municipal vigente.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2025.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:F10C7E58

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PAVIMENTAÇÃO
COMUNIDADE TIRIVAS

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI TORNA PÚBLICO E CONVIDA
as autoridades, os representantes de classes e toda a sociedade para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada a Projeto de Pavimentação de Trecho da Estrada do Tirivas com recursos da SEAB, no âmbito do Programa Estradas da Integração, segundo E-PROTOCOLO 24.433.332-0, do Governo do Estado do Paraná, na comunidade de Tirivas, que será realizada no dia 26 de novembro de 2025, com início às 19:00h no centro comunitário.
Pedimos gentilmente, que tenham em posse a documentação pessoal, documentos relacionados ao terreno (número do INCRA).

Contamos com a participação de todos!

Candói, 18 de novembro de 2025

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zenilda de Fátima Pereira
Código Identificador:14E00363

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 368/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 368/2025
PROCESSO Nº 2.780/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2025 (90.093/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para futuras e eventuais aquisição de uniformes completos (blazer, calça, cinto, meia, sapato, capa e camisa) para Banda Municipal Talentos da Terra, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 093/2025 (90.093/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 1.035,20** (um mil, trinta e cinco reais e vinte centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: FERNANDA MARIA DA SILVA DEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 55.948.661/0001-35, com sede social na Rua 104, nº s/n, Quadra 10, Lote 13, Bairro Jd Ana Amélia, CEP 75.195-000, Bonfinópolis-GO, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. FERNANDA MARIA DA SILVA DEUS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 799.417.881-20, com residência e domicílio na Rua 104, n° s/n, Quadra 10, Lote 13, Bairro Jd Ana Amélia, CEP 75.195-000, Bonfinópolis-GO, endereço eletrônico: misturafinab@hotmail.com.

Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
4	Capa plástica para uniformes, com ziper.	UN	40,00	25,88	1.035,20

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;
II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.
7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.
7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	1520	07.001.04.122.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1680	07.003.13.392.0006.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1685	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1685	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.
12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DD856DA6

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025
(Processo Administrativo 3.723/2025)

Objeto: " Seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar Termo De Colaboração para desenvolvimento de atividades relacionadas a atendimento educacionais de reforço escolar para os estudantes da rede Municipal de Educação, respeitadas as diretrizes pedagógicas da Secretaria de Educação do Município de Candói."

Data de recebimentos das propostas: de 19/11/2025 à 18/12/2025

Data de julgamento das propostas: 19 de Dezembro de 2025.

Horario: 08h30min

Local: Avenida XV de Novembro, nº1761, bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, Candói/PR, Paço Municipal

Informações: Telefone (42) 3638-8017 ou e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br.

O edital e seus anexos poderão ser consultados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço supracitado ou no site https://www.candoi.pr.gov.br/chamamento/

Candói, 18 de novembro de 2025.

RAFAEL MORGENTALE DISCONZI
Secretário de Educação

Publicado por:
Indianara Simeoni Vasselechen
Código Identificador:0693E69C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO N° 435, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

REVOGA A CONCORRÊNCIA Nº 014/2025, DESTINADA À CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maxwell Scapini, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
CONSIDERANDO que o Município instaurou o procedimento de **Concorrência nº 014/2025**, destinada à contratação de agência de publicidade, com fundamento na Lei Federal nº 12.232/2010 e na Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que, após análise técnica, foram identificadas **necessidades de ajustes no edital**, especialmente quanto à conformidade integral com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que a adequação prévia do instrumento convocatório é medida necessária para **assegurar a legalidade, a isonomia, a eficiência administrativa e a competitividade do certame**;
CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 71, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a revogação da licitação por razões de interesse público devidamente justificadas;
DECRETA
Art. 1º Fica REVOGADA a Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 014/2025, tendo por objeto contratação de agência de publicidade para a execução de serviços de comunicação institucional do Município de Capitão Leônidas Marques.
Parágrafo único: A revogação toma por fundamento o art. 71, inciso II, da Lei 14.133/21, justificando-se pela necessidade de adequação do edital, com vistas ao melhor atendimento da finalidade da contratação.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:231836CB

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 768/2025

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Érico Matiasso	Motorista	01 (uma)	Cascavel e Boa Vista da Aparecida – PR	13 de novembro de 2025.	Levar alunos no shopping em Cascavel.
Luiz Marcos de Souza		02 (duas)	Cascavel e Toledo – PR	14 e 17 de novembro de 2025.	Buscar ou Levar Alunos do colégio agrícola.
Luiz Carlos Ledur	Secretário de Educação	05 (cinco)	Curitiba – PR	23 ,24, 25, 26 e 27 de novembro de 2025.	Reunião na SEED e participação no V congresso Estadual de Educação.
Janice Bazaretti Bortiolini	Assessora Pedagógica				
Iara Pessatto					

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:EE462C32

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 770/2025

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Maxwell Scapini	Prefeito Municipal	06 (seis)	Curitiba e Brasília – PR e DF	23, 24, 25, 26, 27 e 28 de novembro de 2025.	Entrega do Ônibus dos Idosos e também Casa Civil e BID, BNDS, EURECA e Câmara dos Deputados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:767A0FE4

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 176/2025.
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025.
Fundamentação: Conforme previsão contratual (cláusulas nona e décima)
Pelo presente Termo de Rescisão Unilateral do Contrato que tem como objeto a aquisição dos produtos especificados no Termo de Referência/Anexo I, para compor o Benefício Eventual de Auxílio Natalidade (enxoval de bebe), destinado de forma temporária e não contributiva, às famílias em situação de vulnerabilidade, que são atendidas pelo CRAS, de acordo com a Lei 8.742/93 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e a Lei 2.259/2017 que regulamenta o SUAS no âmbito municipal e Resolução do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social que trata dos benefícios eventuais, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social, Cultura e Cidadania, firmado entre o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor *ELISANDRO DOS REIS*, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa ***D S J CONFECÇÕES LTDA,*** com sede na Rua Capitão Heitor Mendes Gonçalves, 325, Centro, em Guaíra, Estado do Paraná, CEP: 85.980-000, inscrita no CNPJ sob n. º 48.911.914/0001-30.
1º - O Prefeito Municipal em Exercício no uso de suas atribuições e considerando o Termo de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador nº 001/2025 (Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania), instaurado por meio da portaria n. º 616/2025, resolve rescindir o referido Contrato, formalizado em 10 de junho de 2025.
2º - A presente rescisão se dá por ato Unilateral, por razões do descumprimento do contrato.
3º - Nestes termos, fica rescindido o contrato nº 176/2025 no valor de R$ 26.983,00 (vinte e seis mil novecentos e oitenta e três reais).
Ficam aplicadas as seguintes penalidades conforme Lei 14.133/2021.
1º - Suspensão temporário de participação em licitação e impedimento de contratar com o município de Capitão Leônidas Marques, pelo prazo de 02 (dois) anos.
2º - Rescisão do Contrato.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 14 de novembro de 2025.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:70B5E7D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2025.

Referências:
CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA N. º 020/2025 de 31.01.2025.
CONCORRÊNCIA N. º 017/2024 de 29.10.2024.
Fundamentação: Lei 14.133/2021, e disposições do edital em consideração.
OBJETO: Contratação de empresa para a execução de construção de sala de aula na Escola Municipal Terezinha Machado, em atendimento a Emenda Impositiva nº15/2023, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais equipamentos que atendem a completa execução da obra com qualidade, de acordo com as condições e especificações estabelecidas na documentação técnica, na solicitação nº 273/2024 da Secretaria Municipal de Educação e no Termo de Referência/Anexo I.
Que entre si celebram:
MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor *ELISANDRO DOS REIS*; *e,*
SM SCARAVONATTI CONSTRUÇÃO E MATERIAIS EIRELI ME, com sede na Av. Iguaçu, 158, Centro, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 04.395.614/0001-70, neste ato devidamente representada por sua Titular, Senhora *SILVANA MARIA SCARAVONATTI,* portadora do CPF sob n. º 793.821.699-20.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a alteração quantitativa, para melhor execução e adequação ao objeto licitado, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Parecer Técnico do Departamento de Engenharia com planilha orçamentária e Parecer do Departamento Jurídico do município.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Soma-se ao valor inicialmente contratado R$ 8.013,05 (oito mil treze reais e cinco centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 14 de novembro de 2025.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

SM SCARAVONATTI CONSTRUÇÃO E MATERIAIS EIRELI ME
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:3B6BF116

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE DE DISPENSA: Nº. 11/2.025
PROCESSO Nº. 22/2.025
OBJETO: Computador - processador Intel Core i5 (12ª geração) RAM 8GB DDR , SSD 256GB Sistema Operacional Windows 11 Pro Licenciado - Monitor LED 21,5" FULL HD (1920X1080) Teclado USB padrão ABNT Mouse óptico USB - Impressora Multifuncional , Tecnologia ecotank.
TIPO DE PAGAMENTO: À vista, após conclusão do objeto.
EMPRESA AUTORIZADA: BLUTECH RELAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA
CNPJ Nº. 53.600.234/0001-36
VALOR: R$ 7.060,00 sete mil e sessenta reais
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75 Inciso II da Lei 14.133/2021 Dispensa de Licitação.

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:FE7C1F8C

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO N° 015/2025 – CMDCA

SÚMULA – Dispõe sobre a substituição de entidade integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e define a realização das reuniões ordinárias por meio de plataforma digital – Carlópolis/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Carlópolis – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, fundamentadas na Lei Federal n° 8.069 de 13 de julho de 1990 e Lei Municipal n°975/2010 alterada pela Lei n° 1.153/2013.

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição do Conselho, em razão da substituição da entidade anteriormente representada;

Considerando a deliberação dos conselheiros em reunião realizada no dia 14/11/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a substituição da entidade Paróquia Senhor Bom Jesus de Carlópolis pela entidade OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, conforme indicação apresentada e devidamente registrada em ata.

Art. 2º - Fica definido que, a partir desta data, as reuniões ordinárias do CMDCA serão realizadas por meio do aplicativo Google Meet, em dia e horário previamente convocados pela presidência do Conselho.

Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis-PR, 18 de novembro de 2025

GLÁUCIA KEILA CABRAL DOS SANTOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:10689EBB

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: CONCORRÊNCIA NORMAL Nº 010/2025 PROCESSO: Nº 204/2025 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Concorrência Normal, Menor Preço Global, que tem por objeto a Obra de construção de quadra na Escola José Salles, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Disponibilidade do edital: 19 de novembro de 2025

Início da sessão de disputa de preços: às **09:00min do dia 05 de dezembro de 2025**

Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município– link: www.carlopolis.pr.gov.br -Processos Licitatórios, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, pelos

telefones: (43) 3566.1291 – Ramal 201 e 43- 99825-0137 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr,gov.br .

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: 34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br/ financeiro@licitanet.com.br

Carlópolis, 18 de novembro de 2025.

Publique-se.

LAYRANE TEMISTOCLE BERGAMO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:F324A966

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 144/2025-DP

Súmula: Designar servidor para função gratificada e dar outras providências.

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Designar a partir do dia 17/11/2025 o servidor Elieder Aparecido Borges, portador do RG x.xxx.xxx-0, matrícula n° 10601, para a função gratificada de responsável por vistorias maquinários e veículos, prevista no Art. 16, inciso XVI, da Lei Municipal nº 1.711/2025.

Art. 2º Que o departamento de pessoal tome as medidas necessárias para o cumprimento do presente ato.

Art. 3º Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Carlópolis, 17 de novembro de 2025.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:09407621

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 145/2025-DP

Súmula: Convocação de classificados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, conforme Edital de Concurso nº 01/2024 e derrogação das Portarias: 136/2025-DP, 137/2025-DP, 138/2025-DP, 139/2025-DP, 140/2025-DP, 141/2025-DP.

CONSIDERANDO a falta de clareza em informações contidas nas Portarias: 136/2025-DP, 137/2025-DP, 138/2025-DP, 139/2025-DP, 140/2025-DP, 141/2025-DP;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de transparência nos atos de convocação do Concurso nº 01/2024, para que nenhum candidato se sinta prejudicado;

CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa, em que o Município deve corrigir os atos eivados de erros.

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais:

Art. 1º Convoca, para assumir vaga efetiva, em virtude de aprovação em concurso público realizado e regulamentado na forma do Edital de Concurso nº 01/2024, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** os seguintes candidatos, conforme ordem de classificação:

Ampla concorrência:

Candidato	Classificação final
Talita de Paulo Yamamoto Zorek	4
Ana Paula Aparecida Moreira	5
Silvia Rafael da Silva	6
Maria Carolina Souza Mendes	7

Cotas Raciais:

Candidato	Classificação final
Ana Paula Aparecida Moreira	1
Giovana Farias Pereira	2

PCD

Candidato	Classificação final
Márcio David Fogaça da Costa	1

Art. 2º As lotações se farão conforme ordem de classificação e determinação da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º Ficam reaproveitados todos os documentos apresentados no Departamento de Recursos Humanos, pelos candidatos aqui reconvocados.

Art. 4º Os candidatos deverão apresentar ou reapresentar a documentação no prazo máximo de 15 dias corridos, a partir da data da publicação do presente ato.
Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas nas Portarias: 136/2025-DP, 137/2025-DP, 138/2025-DP, 139/2025-DP, 140/2025-DP, 141/2025-DP.

Carlópolis, 18 de novembro de 2025.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:67D7F48A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS – PR

RESOLUÇÃO N.º 14/2025

Súmula: Aprova o Relatório de Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 5º bimestre de 2025.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal n.º 96/2019 de 26/02/2019 e considerando a deliberação da Plenária realizada em 18/11/2025.

RESOLVE,

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 5º bimestre de 2025.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/PR, 18 de novembro de 2025.

PATRICIA PAVAN ZARDO
Vice-Presidente do CMDCA

Publicado por:
Eliziane Blem da Silva Pavan
Código Identificador:7B92F34E

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CMDPI - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO Nº 08/2025

Súmula**:** Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação do recurso destinado ao "Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo" cofinanciado pelo Governo Estadual através do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - FIPAR/PR, ao Município de Catanduvas – Paraná.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal n° 339/2024 de 13/08/2024 e considerando deliberação da plenária realizada em 18/11/2025;
Considerando a Deliberação nº 049/2025, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR, a qual delibera sobre o cofinanciamento ao "Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo"

RESOLVE,

Artigo 1º - Aprovar o Termo de Adesão do recurso destinado ao "Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo" cofinanciado pelo Governo Estadual através do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - FIPAR/PR.

Artigo 2º - Aprovar o Plano de Ação do recurso destinado ao "Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo" cofinanciado pelo Governo Estadual através do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - FIPAR/PR.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/PR, 18 de novembro de 2025.

ELIZIANE BLEM DA SILVA PAVAN
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Eliziane Blem da Silva Pavan
Código Identificador:BE68D464

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CMDPI - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO Nº 07/2025

Súmula: Aprova o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Catanduvas/Paraná, para o quadriênio 2026 - 2029.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal n° 339/2024 de 13/08/2024 e considerando deliberação da plenária realizada em 18/11/2025.

RESOLVE,

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Catanduvas/Paraná, para o quadriênio 2026 - 2029.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/PR, 18 de novembro de 2025.

ELIZIANE BLEM DA SILVA PAVAN
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Eliziane Blem da Silva Pavan
Código Identificador:252897A9

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 334/2025 - CONCEDE APOSENTADORIA

DECRETO Nº 334/2025

SÚMULA: Concede aposentadoria a Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo nº 28 concomitante com o artigo 30 da Lei Municipal nº 253/2022,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal Benedito Antunes Pereira Junior, CPF nº ***.025.512 -**, matrícula nº33-7, aposentadoria no cargo de motorista, por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, no valor de R$ 3.918,28 (três mil novecentos e dezoito reais e vinte e oito centavos) com garantia de recebimento de um salário mínimo vigente, respeitando o piso mínimo do município de Catanduvas/PR, conforme legislação em vigor.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 17 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:49EAADEC

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 342/2025

Súmula: Dispõe sobre a concessão de uso, a título precário, de parte do imóvel municipal constante da matrícula nº 13.498, para fins educacionais, à Secretaria de Estado da Educação – Núcleo Regional de Educação de Cascavel, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 56, V, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 391/ADM/NRE, expedido pelo Núcleo Regional de Educação de Cascavel, que solicita a renovação da cessão de uso do imóvel onde funciona, em dualidade administrativa, a "Escola Estadual Maria de Lurdes Vieira Andrade" e a "Escola Municipal Rural Frei Henrique Soares de Coimbra";
CONSIDERANDO que o imóvel pertence ao Município de Catanduvas/PR, estando devidamente registrado sob a matrícula nº 13.498 do Cartório de Registro de Imóveis competente;
CONSIDERANDO o interesse público na continuidade da oferta de ensino fundamental e médio na localidade, evitando prejuízos à comunidade escolar;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 148, 149 e 150 da Lei Orgânica Municipal, que autorizam a utilização de bens públicos por terceiros, mediante permissão ou concessão de uso a título precário, por ato do Prefeito;

DECRETA

Art. 1º. Fica concedido, a título precário, à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, por intermédio do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, o direito de uso de parte do imóvel municipal constante da matrícula nº 13.498, destinado ao funcionamento da Escola

Estadual Maria de Lurdes Vieira Andrade, em regime de dualidade administrativa com a Escola Municipal Rural Frei Henrique Soares de Coimbra.

Art. 2º. A presente concessão de uso tem vigência até 31 de dezembro de 2028, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante ato motivado do Município, em razão de interesse público, conforme prevê o art. 150, §3º, III, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. A utilização do imóvel pela rede estadual de ensino deverá ocorrer exclusivamente para fins educacionais, sendo vedada qualquer alteração de finalidade sem a prévia e expressa autorização do Município de Catanduvas/PR.

Art. 4º. As despesas ordinárias de manutenção, limpeza, vigilância, pequenos reparos e conservação decorrentes da utilização do espaço objeto desta concessão correrão às expensas da instituição usuária, sem ônus para o Município.

Art. 5º. A Secretaria de Estado da Educação deverá zelar pela integridade do imóvel e comunicar imediatamente ao Município qualquer dano, risco estrutural ou necessidade de reparos relevantes.

Art. 6º. Encerrado o prazo de vigência ou ocorrendo revogação antecipada, o imóvel deverá ser restituído ao Município livre de pessoas e bens, em condições adequadas de uso.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, 18 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:B1077E74

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025– 5º BIMESTRE (SETEMBRO - OUTUBRO)

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, foi instituído pela Lei Municipal n.º 154/92, com última alteração pela Lei Municipal n.º 96/2019, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 135/2014. De conformidade com as normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através da Instrução Normativa n.º 36/2009, a qual estabelece procedimento para atendimento, em sede de execução orçamentária, do efetivo cumprimento do princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, no âmbito das políticas públicas municipais, apresenta através da Secretaria Municipal de Assistência Social o seguinte relatório:

I – DAS AÇÕES NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2025 – 5º BIMESTRE.

No 5º bimestre de 2025 a Secretaria Municipal de Assistência Social com apoio e colaboração do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA programaram e buscaram concretizar ações de assistência social voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes do Município, através das seguintes ações:

a) Casa de Passagem Bom Jesus – Esta Entidade oferece acolhimento institucional a crianças e adolescentes encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, pelo Ministério Público e pelo Conselho Tutelar que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco social. No decorrer deste bimestre, o serviço iniciou suas atividades com duas crianças e uma adolescente acolhidas, encerrando o período com uma criança e uma adolescente sob acolhimento.

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA e Conselho Tutelar – Estes Conselhos juntamente com o órgão gestor da área da Assistência Social e parcerias realizadas buscaram garantir as necessidades básicas das crianças e adolescentes do Município.
O Conselho Tutelar realizou neste bimestre 377 atendimentos sendo:
Das medidas pertinentes aos Pais ou Responsável, Art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90:
Encaminhamento a cursos e programas de orientação: 02
Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar: 43
Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente em tratamento especializado: 00
Advertência: 12

Das medidas específicas de proteção à Criança e ao Adolescente, Art. 101 da Lei Federal nº 8.069/90:
Encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante ao termo de responsabilidade: 00
Orientação, apoio e acompanhamento temporários: 221
Frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino: 00
Inclusão em programas comunitários ou oficiais de auxílio a família, a criança e ao adolescente: 08
Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial: 05
Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos: 00
Abrigo em entidade: 01

Das atribuições do Conselho, Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90:
Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infrações administrativas ou penal contra os direitos da criança ou adolescente: 06
Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101 de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional: 00
Expedir Notificações: 77
Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário: 00
Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violência dos direitos previstos no art. 220, 3º, inciso II da CF: 00
Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar: 01

Requisição de Escuta Especializada – Lei 13431/2017: 01

II – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Em obediência as normas contidas na Instrução Normativa 36/2009, a execução orçamentária compreendendo o empenhamento, a liquidação e o pagamento das despesas, foi realizada da seguinte forma:

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas, conforme o vínculo com os recursos.
Exercício de 2025 - Anexo 8, da Lei 4.320/64
Valores acumulados até o 5º bimestre
***5º BIMESTRE**

Classificação Orçamentária	Descrição	Valor aplicado
08.000.0000	Assistência Social	**3.045.582,09**
08.122.0000	Administração Geral	1.139.496,70
08.122.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	
08.241.0000	Assistência ao Idoso	203.988,92
08.241.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	
08.242.0000	Assistência ao Portador de Deficiência	108.008,92
08.242.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	
08.243.0000	**Assistência à Criança e ao Adolescente**	
08.243.1201	**Compreende as atribuições institucionais do Município na Política de atendimento da criança e adolescente, em conformidade com a**	**476.977,28**

	Lei Federal no 8069/90.	
08.244.0000	Assistência Comunitária	1.117.110,27
08.244.1052 08.244.1200	Gestão comunitária Municipal Gestão Municipal de Assistência Social	

* valor apurado empenhado no 5º bimestre: R$ 89.135,11 (oitenta e nove mil, cento e trinta e cinco reais e onze centavos).
Fonte: Departamento de Contabilidade Municipal

Pelo demonstrado no presente relatório, observa-se que o Município de Catanduvas, Estado do Paraná, vem buscando cumprir com as obrigações contidas na Constituição Federal, bem como atendendo às normas gerais da Política de Assistência Social.
Assim sendo, este relatório será apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA de Catanduvas/PR, órgão normativo, deliberativo e fiscalizador da política de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social para que o mesmo avalie e emita parecer a fim de aprovar este Relatório de Gestão do 5º bimestre de 2025, tendo em vista que o mesmo atende o estabelecido pela legislação em vigor.

Catanduvas/Paraná, 05 de novembro de 2025.

SUELI ALVES GARCIA DE SOUZA
Secretária M. de Assistência Social
Decreto nº 10/2025

GEFFERSON PAVAN
Contador
CRC PR-058882/O-0

Publicado por:
Eliziane Blem da Silva Pavan
Código Identificador:3D35A688

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
LEI Nº 404/2025

Ementa: Autoriza o Executivo Municipal a firmar "termo de fomento" ou "termo de colaboração" com entidade sem fins lucrativos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná aprovou, e eu, Ademar Luiz Burckhardt, Prefeito, sanciono a seguinte **Lei**:

Art. 1º) Fica o Chefe do Executivo autorizado a firmar "termo de fomento" ou "termo de colaboração" com entidade declarada de Utilidade Pública Municipal, sem fins lucrativos, devidamente constituída e com sede neste Município, para repasse de recursos financeiros dentro do exercício fiscal de 2025, objetivando a aplicação de valor disponibilizado pelo Governo do Estado do Paraná através da deliberação nº 33/2024 do CEDIPI/PR (Cuida Mais Paraná – Acolhimento) no intuito de complementar as ações de investimento e melhorias em "moradia provisória ou de longa permanência" para pessoas idosas, buscando garantir proteção integral para os mesmos.
Parágrafo primeiro: A pessoa jurídica a ser beneficiada é a Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e à Família de Catanduvas, mantenedora do "Lar dos Idosos Vovó Vivina", inscrita no CNPJ nº 78.119.658/0001-04, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública nos termos da Lei Municipal nº 12/1983, gozando assim de benefícios e única a ofertar o que se pretende nos termos do caput deste artigo.
Parágrafo segundo: O valor da transferência voluntária será na íntegra do valor do crédito disponível na conta corrente nº 20.646-6, agência 1759-0, Banco do Brasil, para atender às necessidades da entidade definidas através da celebração de "termo de fomento" ou de "termo de colaboração", mediante a apresentação de Plano de Trabalho detalhando, que justificará dentre outras, as razões do projeto, objeto e a descrição das metas a serem atingidas.
Parágrafo terceiro: A entidade beneficiada prestará contas dos valores recebidos, nos termos em que dispõe o Decreto Municipal nº 46 de 05/05/2017, obrigando-se ainda a fazer o cadastramento junto ao Sistema de Transferências Voluntárias - SIT, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Parágrafo quarto: A aplicação dos recursos em dissonância com o objeto proposto é causa passível de rescisão do "termo de fomento" ou "termo de colaboração", sendo os valores não mais repassados, devendo a entidade ser notificada de fato com 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 2º) Esta Lei entrará em vigência na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 18 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:573A8519

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 111/2025

Súmula: Nomeia membros para compor a comissão do patrimônio público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1°- Nomear os membros que compõe a "Comissão do Patrimônio Público", presidida pelo primeiro membro, secretariada pelo segundo membro, como segue:

1. Oziel de Oliveira, matrícula funcional 1003330, presidente;
2. Claucia Aparecida Colla, matrícula funcional 8397, secretária;
3. Demóstenes Francisco Valentini, matrícula funcional 999156, membro;
4. Edivando Lopes, matrícula funcional 198028, membro;
5. Dyennifer Camila Tochinski Bazzi, matrícula funcional 1003445, membro.

Art. 2°- A "Comissão do Patrimônio Público" nomeada no artigo anterior, fica autorizada a realizar os seguintes atos:

I – Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio do Município;
II – Promover a avaliação e controle dos bens integrantes do acervo do Município, através de seu cadastro central e de relatórios de situação sobre quais alterações que possam ter ocorrido;
III - Realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;
IV - Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;
V - Manter o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio;
VI - Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo e reposição;
VII - Notificar o Secretário ou o Diretor ou o Responsável em cada setor da Administração Pública para que comunique o Setor de Patrimônio, através da Comissão, todas as alterações que vierem a ocorrer com os bens que estavam sob a sua tutela;
VIII - Realizar outras atividades correlatas.

Art. 3º- Fica determinado que todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal devem prestar à Comissão Especial todo o apoio necessário ao pleno exercício de suas atribuições, assegurando-lhe, sempre que solicitado, meios, informações, recursos e colaboração indispensável.

Art. 4º- Os trabalhos da Comissão são considerados de grande importância para a municipalidade, e não terão qualquer remuneração adicional.

Parágrafo único. A Comissão será convocada sempre que houver necessidade de decidir o futuro de qualquer bem patrimonial.

Art. 5º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 18 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:0FBF0B20

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 112/2025

Súmula: Nomeia servidor para a coordenação e gestão do PCA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1°- Nomear a servidora Natielly Santos de Oliveira, matricula funcional 1003488, como responsável pela coordenação, gestão, elaboração e revisão do PCA – Plano de Contratações Anual.

Art. 2°- Compete a servidora designada, dentre outras atribuições:

I – Orientar os requisitantes sobre o preenchimento dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD);
II – Consolidar as demandas de contratação no PCA;
III - Submeter o PCA consolidado à aprovação da autoridade competente;
IV - Acompanhar e monitorar a execução do PCA, propondo eventuais revisões e justificativas quando necessário;
V - Assegurar a publicidade do PCA e suas atualizações no PNCP e no sítio eletrônico oficial;
VI - Realizar outras atividades correlatas.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 18 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:C095082B

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE AJUSTE DE PREÇO REGISTRADO/FIXADO

INEXIGIBILIDADE N° 14/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2024

Conforme itens 1, 2, 3, 4 e 5 do edital supracitado, ficam reajustados os preços dos combustíveis, passando a vigorar os seguintes valores:

ITEM	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO VÁLIDO DA SEMANA DE 19/11/2025 À 25/11/2025
1	Litro	ARLA	R$ 3,09
2	Litros	Diesel comum – S500	R$ 5,59
3	Litros	Diesel S10	R$ 5,79
4	Litros	Etanol	R$ 4,09
5	Litros	Gasolina comum	R$ 5,89

Catanduvas - PR, 18 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:11D5A5C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 210/2024

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 210/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADA: RUBENS GROTTO & CIA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL.
PRAZO E VALOR ADITIVADO: O presente aditivo tem por objeto A prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12(doze) meses, a contar de 12/11/2025, e em decorrência do aditivo de vigência de prazo o acréscimo ao valor do contrato original em R$ 2.804.150,00 (dois milhões, oitoscentos e quatro mil e cento e cinquenta reais), de acordo com a Planilha Orçamentária e justificativa da Secretaria solicitante, baseado no Art. 65 da Lei 8666/93.
DATA DE ASSINATURA: 12/11/2026.

Publicado por:
Antonio Dos Santos Filho
Código Identificador:DE622F03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 097/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA AO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

Art. 1º Fica concedida ao Vereador deste Poder Legislativo Municipal, Sr. Josenei Raab, a quantia correspondente a meia (½) diária, destinada ao custeio de despesas relacionadas à agenda programada para o dia 18 de novembro de 2025, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde participará de encontro com o Deputado Estadual Anibelli Neto, com o objetivo de tratar da destinação de recursos para o Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 17 de novembro de 2025.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:472EFAAF

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 098/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

Art. 1º Fica concedida ao servidor deste Poder Legislativo Municipal, Everton Von Der Osten de Andrade, a quantia correspondente a meia (½) diária, destinada ao custeio de despesas relacionadas à agenda programada para o dia 18 de novembro de 2025, ocasião em que acompanhará o vereador Josenei Raab em compromisso na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde participará de encontro com o Deputado Estadual Anibelli Neto, com o objetivo de tratar da destinação de recursos para o Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 17 de novembro de 2025.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:072219C7

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 099/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

Art. 1º Fica concedida ao Presidente deste Poder Legislativo Municipal, Sr. Rogério da Silva Godoi, a quantia correspondente a meia (½) diária, destinada ao custeio de despesas relacionadas à agenda programada para o dia 19 de novembro de 2025, ocasião em que participará da CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO QUINTO CICLO DO CASTRAPET PARANÁ, NO PARQUE BARIGUI, EM CURITIBA-PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 18 de novembro de 2025.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:775C0198

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
DECRETO Nº 461/2025 - APOSENTARIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS E PARIDADE COM OS SERVIDORES EM ATIVIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 40 da Constituição Federal, art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, considerando ainda o Parecer Jurídico nº 027/2025, expedido pelo Advogado do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul-PR:

D E C R E T A

Art. 1° - Conceder **APOSENTARIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS E PARIDADE COM OS SERVIDORES EM ATIVIDADE**, ao servidor **JOÃO LOURENÇO**, portador da carteira de identidade RG sob n.º 4.882.053-0 e do CPF/MF sob n.º 572.005.489-87, ocupante do cargo efetivo de Operário**,** matrícula nº 177/01, Nível 11B, Classe M - 012, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Viação, por ter o(a) referido(a) servidor(a) completado 38 anos, 02 meses e 01 dia de Tempo de Contribuição e 59 anos de idade.

Art. 2° - Os cálculos dos proventos de inatividade do(a) servidor(a) atendem ao disposto na Lei Municipal nº 032/2007 e ao Art. 40 da Constituição Federal.

Art. 3° - O valor dos proventos da aposentadoria voluntária com proventos integrais corresponderá a última remuneração do servidor no cargo efetivo, nos termos da Lei Municipal nº 032/2007, ficando assegurado como proventos mensais a serem efetivamente pagos ao servidor o valor de **R$ 3.545,19 (três mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos)**, sendo o valor de R$ 2.727,07 referente há horas normas (salário base) e o valor de R$ 818,12 correspondente ao adicional de tempo de serviço (quinquênios) na proporção de 30% (trinta por cento).

Art. 4º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão suportadas à conta do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cerro Azul por meio do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL-PREV.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em **17 de novembro de 2025**.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:17841AEC

SECRETARIA GOVERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2025

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 032/2007 E DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º003/2022, DISPONDO SOBRE O QUADRO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – CERRO AZUL PREV, PARA AUMENTO DA CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO DO CARGO DE ADVOGADO E ADEQUAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO
NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos da Lei Municipal n.º 032/2007 e da Lei Complementar Municipal n.º 003/2022, a fim de aumentar a carga horária e remuneração do cargo de advogado e adequar os cargos de provimento em comissão do quadro de pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV.

Art. 2º A carga horária do cargo de advogado do quadro de pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV, de 20(vinte) horas semanais, passa a ser de 40 (quarenta) horas semanais, aumentando-se proporcionalmente os respectivos vencimentos, que passam a ser iguais aos vencimentos do cargo de advogado do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O § 4º do artigo 2º da Lei Complementar Municipal n.º 003/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º [...]
§ 4º Os vencimentos dos servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV corresponderão respectivamente aos mesmos vencimentos do advogado, do contador e do agente administrativo do Poder Executivo Municipal, devendo ser reajustados automaticamente em caso de alteração dos vencimentos e níveis dos servidores municipais paradigmas."

Art. 4º O Anexo I da Lei Complementar Municipal n.º 003/2022 passa a vigorar de acordo com a redação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 5º O artigo 3º da Lei Complementar Municipal n.º 003/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os cargos de provimento em comissão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV consistem nos cargos de Superintendente e Diretor Administrativo-Financeiro, cujos requisitos de provimento e atribuições estão previstos no Anexo III da presente Lei.
§ 1º Os cargos previstos no *caput* deste artigo são de livre nomeação do chefe do Poder Executivo Municipal.
§ 2º Os cargos previstos neste artigo correspondem aos cargos previstos no quadro de servidores comissionados do Poder Executivo Municipal, com equivalente remuneração e simbologia previstas na Lei Municipal n.º 001/2025 e suas alterações, devendo ser reajustados automaticamente em caso de alteração dos subsídios dos cargos comissionados paradigmas.
§ 3º O subsídio do cargo de Superintendente corresponde ao símbolo CC1 e o do cargo de Diretor Administrativo-Financeiro corresponde ao símbolo CC1A.
§ 4º O ocupante de um dos cargos previstos neste artigo, sendo servidor efetivo de órgão ou entidade da administração direta ou indireta do Município de Cerro Azul, perceberá a título de gratificação, além do respectivo vencimento do cargo de carreira, o equivalente ao acréscimo do valor correspondente à diferença entre o vencimento no cargo de carreira e o cargo comissionado.
§ 5º Ao servidor cujo vencimento do cargo efetivo for superior ao cargo em comissão para o qual tenha sido nomeado, será concedida gratificação opcional pelo exercício de cargo em comissão, nos termos do art. 101 da Lei Municipal nº 003/2002."
Art. 6º A Lei Complementar Municipal n.º 003/2022 passa a vigorar acrescida do Anexo III com a redação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 7º Os artigos 12 e 13 da Lei Municipal n.º 032/2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. A estrutura administrativa-organizacional do CERRO AZUL PREV é composta pelo seu corpo técnico próprio, formado por servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo, e por órgãos que asseguram a gestão eficiente e participativa, incluindo:
I – Diretoria Executiva;
II – Conselho Deliberativo;
III – Conselho Fiscal; e
IV – Comitê de Investimentos.
Art. 13. A Diretoria Executiva do CERRO AZUL PREV é composta pelos cargos de provimento em comissão de Superintendente e Diretor Administrativo-Financeiro, cujos requisitos de provimento, atribuições e remuneração são regulamentados pela Lei Complementar Municipal n.º 003/2022 e suas alterações.
Parágrafo único. Os atos de movimentação bancária e os pagamentos emitidos à conta do Fundo de Previdência Municipal serão ordenados pelo Superintendente e pelo Diretor Administrativo-Financeiro."
Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV.

Art. 9º Ficam expressamente revogados os §§ 1º a 6º do art. 12 da Lei Municipal n.º 032/2007.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor:
I – em 1º de janeiro de 2026, quanto aos arts. 2º, 3º e 4º;
II - na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2025, quanto aos demais artigos.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 18 de novembro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:7E452FB6

SECRETARIA GOVERNO
LEI Nº 060/2025 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO POR ESCUTA ESPECIALIZADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criada a Gratificação por Escuta Especializada no âmbito do Município de Cerro Azul, destinada aos servidores municipais que forem designados para a realização de escuta especializada, nos termos da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

Art. 2º A gratificação de que trata esta Lei será paga por evento de escuta especializada realizada, no valor de R$ 100,00 (cem reais) por cada escuta.

§ 1º Para fins de pagamento da gratificação, considera-se evento de escuta especializada cada sessão individual de atendimento realizada com a criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, conforme os procedimentos estabelecidos na Lei n.º 13.431/2017.

§ 2º O valor da gratificação será reajustado anualmente, com data-base em 1º de janeiro, mediante decreto do Prefeito Municipal, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no exercício anterior, visando exclusivamente à recomposição do seu valor real.

Art. 3º Farão jus à Gratificação por Escuta Especializada os servidores públicos municipais de qualquer cargo ou função que forem formalmente designados para a tarefa de escuta especializada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após comprovação de capacitação específica para a função.

§ 1º A capacitação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser comprovada mediante certificado de curso específico sobre escuta especializada, com carga horária e conteúdo programático compatíveis com as diretrizes da Lei nº 13.431/2017, ou em caso de formação acadêmica que habilite o servidor a realizar as escutas especializadas, o que deve ser comprovado mediante apresentação de diploma do curso superior.

§ 2º A Gratificação por Escuta Especializada possui caráter eventual e transitório, sendo vedada a sua acumulação com outras gratificações de natureza temporária, inclusive aquelas decorrentes do exercício de

função gratificada, cargo em comissão ou encargos especiais, ressalvadas apenas as vantagens de caráter permanente, tais como adicional por tempo de serviço, progressões funcionais e vantagens pessoais incorporadas.

§ 3º A Gratificação por Escuta Especializada não se incorporará, em qualquer hipótese, aos vencimentos ou à remuneração do servidor, nem aos proventos de aposentadoria ou pensão, e sobre o seu valor não incidirá contribuição previdenciária, em razão de seu caráter eventual e transitório.

Art. 4º O pagamento da gratificação ocorrerá no mês subsequente à comprovação da realização da escuta especializada, mediante a apresentação de relatório circunstanciado atestando a sua efetivação, pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O relatório deverá conter, no mínimo, a data da escuta, o nome do servidor responsável, o número do processo ou procedimento e a confirmação de que a escuta foi realizada em conformidade com as disposições da Lei nº 13.431/2017.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, a ser suplementada se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei caso necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 18 de novembro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:E4C50FD7

SECRETARIA GOVERNO
LEI Nº 061/2025 SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:
LEI

Art. 1º Esta Lei estima a receita do Município de Cerro Azul para o exercício financeiro de 2026, no montante R$ 105.742.838,92 (Cento e cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição e do art. 110, § 5º, da Lei Orgânica do Município de Cerro Azul:
I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus órgãos e fundos;
II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – Cerro Azul Prev.
Art. 2º A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é R$ 105.742.838,92 (Cento e cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), discriminada na forma do Anexo I, sendo a receita de cada Orçamento, correspondente a:
I – Orçamento Fiscal: R$ 88.353.641,94 (oitenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos); e
II – Orçamento da Seguridade Social: R$ 17.389.196,98 (Dezessete milhões, trezentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e seis reais e noventa e oito centavos).

Anexo I – Das Receitas
a) Receitas do Orçamento Fiscal

RECEITAS CORRENTES	R$	87.353.641,94
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R$	5.793.877,40
Receita de Contribuições	R$	539.238,40
Receita Patrimonial	R$	2.523.899,46
Receita de Serviços	R$	344.653,51
Transferências Correntes	R$	77.854.507,97
Outras Receitas Correntes	R$	297.465,20
RECEITAS DE CAPITAL	R$	1.000.000,00
TOTAL DA RECEITA DO ORÇAMENTO FISCAL	R$	88.353.641,94

b) – Receitas do Orçamento da Seguridade Social
Art. 3º A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R$ 105.742.838,92 (Cento e cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), distribuída entre os órgãos orçamentários conforme o Anexo II, sendo a despesa de cada Orçamento, correspondente a:
I – Orçamento Fiscal: R$ 88.353.641,94 (oitenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos); e
II – Orçamento da Seguridade Social: R$ R$ 17.389.196,98 (Dezessete milhões, trezentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e seis reais e noventa e oito centavos).
Despesas do Orçamento Fiscal

b) – Despesas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 4º Durante a execução orçamentária do exercício financeiro de 2026, o Executivo Municipal tomará medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da Receita, nos termos do contido no art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 5º O Anexo que trata do Programa de Trabalho, parte integrante desta Lei, demonstra a compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, visando o atendimento do contido no inciso I, do art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.
Art. 6º A execução orçamentária do exercício financeiro de 2026, seguirá o disposto do Plano Plurianual Lei Municipal Nº 40/25 relativos ao período 2026/2029 e suas alterações e na Lei Municipal nº 39/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026, e em suas alterações.
Art. 7º Conforme definido no Anexo de Metas Fiscais, no quadro que trata da estimativa e compensação da renúncia de receita, constante da Lei Municipal nº 39/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026, poderão ocorrer no exercício financeiro de 2026, situações previstas no inciso II, do art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.
Art. 8º Os Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2025, poderão ser reabertos nos limites de seus saldos, conforme disposto no § 2º, do art. 167 da Constituição Federal, de 1988, obedecendo à codificação orçamentária constante dos anexos da presente Lei.
Parágrafo único. Para a reabertura dos créditos adicionais de que trata o "*caput"* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a proceder a adequação da codificação dos elementos de despesas com as respectivas fontes de receita, conforme estabelece o Plano de Contas da Receita e da Despesa, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, nos termos previstos inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 10. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares pelo excesso de arrecadação no exercício financeiro de 2026, de fontes livres ou vinculadas, verificando na respectiva fonte de recursos de cada unidade orçamentária, sobre o valor aprovado pela lei, nos termos previstos no inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares pelo excesso de arrecadação ou tendência, no exercício financeiro de 2026, de fontes livres ou vinculadas, e criar de fontes de recursos, nos termos previstos no inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
Art. 12. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar, nas respectivas categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa correspondente a outras despesas correntes e investimentos em cada órgão orçamentário, referente à Lei Orçamentária de 2026, nos termos

previstos no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
Art. 13. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redistribuição das dotações do grupo de natureza de despesa correspondente a pessoal e encargos sociais, em cada unidade orçamentária ou de uma para outra unidade, referente à Lei Orçamentária de 2026, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 1964, combinado com o disposto no parágrafo único, do artigo 66, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
Art. 14. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à suplementação das dotações destinadas aos programas com encargos especiais, correspondentes a encargos com ressarcimento de convênios, referente à Lei Orçamentária de 2026, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 1964.
Art. 15. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por Decreto, à inclusão do grupo de fontes de recurso de Exercícios Anteriores, nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026, o superávit financeiro de recursos livres ou vinculados, apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, de acordo com os saldos verificados em cada fonte de recurso, nos termos do Inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 1964.
Art. 16. As suplementações, os remanejamentos e a redistribuição de dotações, conforme autorizações contidas nos arts. 10, 11, 12, 13, 14 e 15 não serão computados para os efeitos do limite estabelecido no art. 9º, desta Lei.
Art. 17. Fica o Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária correspondente ao orçamento da seguridade social, para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – Cerro Azul Prev, no exercício financeiro de 2026, nos termos previstos no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
Art. 18. Os Créditos Adicionais Suplementares com indicação de recursos no exercício financeiro de 2026, do Poder Legislativo do Município de Cerro Azul, nos termos do inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, poderão ser abertos até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa autorizada, no âmbito do Poder Legislativo por Ato do Presidente da Câmara do Município de Cerro Azul.
Parágrafo único. O Poder Legislativo enviará, ao Poder Executivo, cópia do Ato a que se refere o "*caput"* deste artigo, no prazo máximo de quinze dias, para que este proceda às devidas anotações em seus registros orçamentários e contábeis.
Art. 19. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a utilizar a reserva de contingência, conforme estabelecido no anexo de riscos fiscais, Lei Municipal nº 39/25 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026, como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.
Art. 20. O Poder Executivo fica autorizado a proceder por Decreto, à inclusão dos elementos de despesas com as respectivas fontes, conforme estabelece o Plano de do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente às restituições de saldos de convênios e programas oriundos de transferências da União e/ou do Governo do Estado do Paraná.
Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou jurídicas, a título de auxílios, contribuições e subvenção social, obedecidas às disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 22. O Executivo Municipal, respeitado o limite da dotação autorizada nesta lei, poderá proceder por decreto à compensação, conversão, criação de fontes de recursos, vinculados e próprios dos Projetos, Atividades ou Operações Especiais e das Obras, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei, que forem objeto de convênio, acordo ou ajustes com outros entes da federação.
Art. 23. A inclusão, exclusão ou alteração de ações no Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.
Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a adequar as ações orçamentárias, para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.
Art. 24. O Poder Executivo poderá incluir, alterar, vincular ou correlacionar as fontes de recursos para adaptar ou obedecer a instrução, norma técnica ou qualquer outro instrumento do Tribunal de Contas, Secretária do Tesouro Nacional ou qualquer outro órgão.
Art. 25. Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar os valores da Lei referente ao Plano Plurianual Lei Municipal n.40/25 relativos ao período 2026/2029 e da Lei Municipal nº 39/25 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026, para a apropriação do Orçamento para o exercício de 2026.
Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar por Decreto, nos anexos constantes da Lei Municipal 40/25 Plano Plurianual relativo ao período 2026/2029 e na Lei Municipal nº 40/25 Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026, as alterações processadas e constantes da Proposta da Lei Orçamentária Anual para 2026, além das alterações decorrentes das emendas parlamentares aprovadas e inseridas na Lei Orçamentária Anual para 2026.
Art. 27. Integram esta Lei, todas as exigências da Lei Municipal nº 40/25 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026, no tocante a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 18 de novembro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:0CCA8D16

SECRETARIA GOVERNO
LEI Nº 062/2025 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E ALTERA A NOMENCLATURA E SUBSÍDIO DOS CARGOS EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO VIÁRIA 01 E DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO VIÁRIA 02, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criado, na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Governo, o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial de Governo, Símbolo CC2, com as atribuições e responsabilidades descritas no Anexo I da Lei Municipal nº 001/2025.

Art. 2º O cargo de Assessor Especial de Governo, será provido por livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, e sua remuneração corresponderá ao disposto no art. 8º, II, da Lei Municipal nº 001/2025.

Art. 3º Fica incluído no Anexo I da Lei Municipal nº 001/2025, o qual dispõe sobre as Atribuições e Requisitos dos Cargos, as atribuições e requisitos do cargo de Assessor Especial de Governo, com a seguinte redação:

1.4. Ao ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO, cargo de provimento em comissão, símbolo CC2, compete gerenciar e supervisionar as atividades relacionadas ao atendimento direto e humanizado dos cidadãos no âmbito da Secretaria Municipal de Governo, identificar gargalos e propor soluções para aprimorar a qualidade e a agilidade do atendimento, ainda, atuar como mediador e facilitador na resolução de conflitos, divergências e pendências que surjam entre as diferentes Secretarias Municipais, zelar pela harmonia e pela eficiência na colaboração entre os órgãos da administração pública municipal, prestar suporte técnico e administrativo direto ao

Secretário de Governo em todas as questões atinentes à gestão do município, auxiliar na elaboração de pareceres, relatórios e documentos de interesse da Secretaria e do Gabinete do Prefeito, realizar o acompanhamento e a articulação de assuntos estratégicos para a tomada de decisão do Prefeito e do Secretário de Governo, atuar como ponto focal para o recebimento e o encaminhamento de informações e solicitações urgentes, participar da análise e do acompanhamento de projetos e iniciativas estratégicas do município, colaborar na articulação política e institucional, buscando o alinhamento com outros entes federativos e a sociedade civil, contribuir para a formulação e o monitoramento de políticas públicas e demais atividades correlatas.

1.4.1. São requisitos para nomeação no cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO possuir idoneidade moral e conduta ilibada, ter perfil profissional e escolaridade compatível com o cargo, ter formação acadêmica em gestão pública, ou administração, ou administração pública ou curso correlato e, razoável conhecimento em informática

Art. 4º Fica criado, na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração, o cargo de provimento em comissão Chefe da Divisão de Processos Gerenciais e de Pessoal, Símbolo CC3, subordinado ao Departamento de Recursos Humanos com as atribuições e responsabilidades descritas no Anexo I da Lei Municipal nº 001/2025.

Art. 5º O cargo de Chefe da Divisão de Processos Gerenciais e de Pessoal será provido por livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, e sua remuneração corresponderá ao disposto no art. 8º, III, da Lei Municipal nº 001/2025.

Art. 6º Fica incluído no Anexo I da Lei Municipal nº 001/2025, o qual dispõe sobre as Atribuições e Requisitos dos Cargos, as atribuições e requisitos do cargo de Chefe da Divisão de Processos Gerenciais e de Pessoal, com a seguinte redação:

4.4.2. Ao CHEFE DA DIVISÃO DE PROCESSOS GERENCIAIS E DE PESSOAL, cargo de provimento em comissão, símbolo CC3, compete coordenar todo o processo de folha de pagamento, concessão de licenças e férias, ainda, gerir os afastamentos e controlar frequências e demais funções administrativas correlatas.

4.4.2.1. São requisitos para nomeação no cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE PROCESSOS GERENCIAIS E DE PESSOAL possuir idoneidade moral e conduta ilibada, ter perfil profissional e escolaridade compatível com o cargo e, razoável conhecimento em informática.

Art. 7º Fica criado, na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico, o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Planejamento e Captação de Recursos, Símbolo CC2, com as atribuições e responsabilidades descritas no Anexo I da Lei Municipal nº 001/2025.

Art. 8º O cargo de Diretor do Departamento de Planejamento e Captação de Recursos, será provido por livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, e sua remuneração corresponderá ao disposto no art. 8º, II, da Lei Municipal nº 001/2025.

Art. 9º Fica incluído no Anexo I da Lei Municipal nº 001/2025, o qual dispõe sobre as Atribuições e Requisitos dos Cargos, as atribuições e requisitos do cargo de Diretor do Departamento de Planejamento e Captação de Recursos, com a seguinte redação:

6.5. Ao DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS, cargo de provimento em comissão, símbolo CC2, compete liderar e coordenar as estratégias de planejamento institucional e os esforços para a obtenção de recursos financeiros e não financeiros, essenciais para o desenvolvimento e a sustentabilidade das atividades e projetos.

6.5.1. São requisitos para nomeação no cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS: Possuir idoneidade moral e conduta ilibada, ter perfil profissional e escolaridade compatível com o cargo e, razoável conhecimento em informática.

Art. 10. Fica alterado o art. 3º, da Lei Municipal nº 001/2025, para inclusão do inciso I-B, o qual terá a seguinte redação:

I-B - Nível Tático, de Diretoria Executiva, com funções de maior complexidade, responsabilidade e exigência de conhecimentos técnicos especializados, que demandam liderança estratégica, gestão de equipes, planejamento e execução de projetos de maior vulto e impacto, e tomada de decisões críticas com repercussão direta na operacionalidade e eficiência dos serviços públicos de manutenção viária, cargos de provimento em comissão, com símbolo CC1B, com funções relativas à liderança, articulação, assessoramento e, controle de resultados da respectiva área de atividade;

Art. 11. Fica alterado o art. 8º, da Lei Municipal nº 001/2025, para inclusão do inciso I-B, o qual terá a seguinte redação:

I-B - CC1B, ao Diretor Executivo, cujo cargo seja de provimento por comissão, no valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por mês;

Art. 12. Fica alterada a nomenclatura dos cargos em comissão, atualmente designados como Departamento de Manutenção Viária 01 e Departamento de Manutenção de Viária 02, dispostos nas alíneas “a” e “b”, do inciso VII, do art. 5º, da Lei Municipal nº 001/2025, para Diretoria Executiva de Manutenção Viária Setor 1, Símbolo CC1B e Diretoria Executiva de Manutenção Viária Setor 2, Símbolo CC1B, respectivamente.

Art. 13. A remuneração mensal dos cargos em comissão de Diretoria Executiva de Manutenção Viária Setor 1, Símbolo CC1B e Diretoria Executiva de Manutenção Viária Setor 2, Símbolo CC1B, de que trata o Art. 12 desta Lei, passa a ser de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Art. 14. Os incisos I, IV, VI e VII, do art. 5º, da Lei Municipal nº 001/2025, passam a ter a seguinte redação:

Art. 5º [...]

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (CC1):

a) Departamento de Governo, Segurança Pública e Relações Públicas (CC2);

1. Divisão de Segurança Pública (FG3);

2. Divisão de Ouvidoria (CC3);

3. Assessoria Administrativa do Gabinete (CC1A);

4. Divisão de Defesa Civil (FG3);

b) Assessoria Jurídica do Gabinete (CC1A);

c) Assessoria Especial de Governo (CC2).

[...]

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (CC1):

a) Departamento de Administração (FG2);

1. Divisão de Administração (CC3);

2. Divisão de Processos Administrativos (CC3);

3. Divisão do Detran (FG3);

4. Divisão de Identificação (FG3);

b) Departamento de Licitação e Compras (CC2);

1. Chefe de Licitação e Compras (CC3);

2. Agente de Contratação e Pregoeiro (FG2);

3. Agente Divisão Compras (FG3);

c) Departamento de Recursos Humanos (FG2);

c.1) Divisão de Processos Gerenciais e de Pessoal (CC3);

d) Departamento de Tributação (FG2);

1. Divisão de Tributos (CC3).

[...]

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CC1):

a) Departamento de Projetos (CC2);

1. Assessoria de Obras (FG3);
b) Departamento de Desenvolvimento Econômico (CC2);

c) Departamento de Convênios (FG2);

1. Divisão de Assessoria de Obras (FG3);

d) Departamento de Planejamento e Captação de Recursos (CC2).

VII - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO (CC1):

a) Diretoria Executiva de Manutenção de Viária Setor 1 (CC1B);

b) Diretoria Executiva de Manutenção de Viária Setor 2 (CC1B);

c) Departamento de Obras (CC2);

d) Departamento de Manutenção de Frota (CC2);

1. Divisão de Mecânica (FG3);

e) Departamento de Viação (CC2).

[...]

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 18 de novembro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:098B35AF

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1.503/2025 SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO ESPECIAL SINDICANTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento disposto na Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 1.344/2025, que constitui a Comissão de Sindicância Administrativa;
CONSIDERANDO a necessidade de substituição de 01 (um) servidor nomeado como membro na Portaria nº. 1.344/2025;
CONSIDERANDO que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do estatuto disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;
RESOLVE:

Art. 1º. Substituir o membro da Comissão Especial Sindicante pelo servidor efetivo, **Hugo Assis de Oliveira, CPF n° 044.***.***-69**, mantendo-se as demais disposições constantes na Portaria n.º 1.344/2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Cerro Azul, 17 de novembro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:B12C2486

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1511, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR, FISCAL E COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO DO CONTRATO Nº 279/2022 – REFORMA DO ESTÁDIO ARLINDO VERGÍLIO PEREIRA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.133/2021 acerca da fiscalização e gestão de contratos administrativos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, quanto ao recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para atuar como Gestor do Contrato n° 279/2022 - Reforma do Estádio Arlindo Vergílio Pereira o servidor JOÃO ROBERTO LINS, Diretor de Projetos.

Art. 2º Designar, para atuar como Fiscal Técnico do Contrato n° 279/2022 - Reforma do Estádio Arlindo Vergílio Pereira a servidora a DINAELIN KETLYN SOUZA JAQUETTI, Engenheira Civil.

Art. 3º Fica instituída a Comissão para recebimento definitivo da obra objeto do Contrato nº 279/2022, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - LAURA LEONARDO RANGEL, Diretora de Desenvolvimento Econômico;

II - MARIA CECILIA FERNANDES, Diretora de Administrativo;

III - ICARO ALLISSON MANGGER, Diretor de Esportes;

Art. 4º A Comissão receberá definitivamente a obra objeto do Contrato nº 279/2022, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor após a sua publicação.

Cerro Azul, 18 de novembro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:0690946F

SECRETARIA GOVERNO
RESULTADO FINAL – CHAMADA PÚBLICA 001/2025:
PROJETO ESTUFAS – ROTA DO PROGRESSO

ORDEM	NOME	PONTUAÇÃO
01	Junior Leal Braine	28
02	Lucas Eduardo Marche	25
03	Claudinei Obladen	09
04	Joaquim Vale do Nascimento	09
05	Agilson França	07
06	Jureni Antonio Jaquetti	06
07	Izaltino de Castro	06

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:3D3DFC36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1512, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 1512, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 93, II, da Lei Orgânica Municipal e considerando os autos do processo n° 0001285-29.2025.8.16.0067;

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER conforme autos do processo n° 0001285-29.2025.8.16.0067, o indeferimento administrativo do reconhecimento do estágio probatório da funcionária pública IZANDRA NICOLAU DA SILVA LOBO, no qual não foi reconhecido o tempo em que a funcionária exerceu funções de direção e coordenação pedagógica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data revogando-se, as disposições em contrário.

Art. 3°- A análise de Progressão Funcional e Elevação de Nível será realizada em procedimento específico;

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de novembro de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:1D52EDB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1494, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 02(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 1494, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 02(duas) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°418/2025-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento nos dias 11 e 12 de novembro do ano de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:379F9E50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1499, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025
CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AMANDA AMELIA LOPES, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1499, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder a Servidora Pública Municipal Amanda Amelia Lopes, ocupante do cargo de educador social 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Amanda Amelia Lopes, ocupante do cargo de Educador Social vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº421/2025, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Campo Largo - PR no dia 18 de novembro, para acompanhar a menor Demili Venancio de Carvalho a uma cirurgia no Hospital do Centro. Saída 04h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:4332496F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1500, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1500, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Chefe de Divisão 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Chefe de Divisão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº420/2025, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Campo Largo - PR no dia 18 de novembro, para acompanhar a menor Demili Venancio de Carvalho a uma cirurgia no Hospital do Centro. Saída 04h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:FFF8B324

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1501, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 15(QUINZE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILMARA DE MARIA FRANÇA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

PORTARIA Nº 1501, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre Conceder 15(quinze) dias de férias regulares a servidora pública municipal Silmara de Maria França, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 15(quinze) dias de férias regulares a servidora Pública Municipal Senhora Silmara de Maria França, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 28/12/2023 a 27/12/2024 Para usufruir a partir de 14 de dezembro do ano de 2025.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de novembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:8DB1FE4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1502, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADILSON DA SILVA BRIATORI, OCUPANTE DO CARGO DE GUARDIÃO.

PORTARIA Nº 1502, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados do servidor público municipal Adilson da Silva Briatori, ocupante do cargo de Guardião.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados ao servidor Público Municipal Adilson da Silva Briatori ocupante do cargo de guardião lotado na Secretaria Municipal de Administração referente ao período aquisitivo de férias de 05/10/2024 a 04/10/2025. Para usufruir a partir de 01 de dezembro do ano de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de novembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:782A4F0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1505, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSE ELSON DE MATOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1505, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre conceder 30(trinta) dias de férias regulares ao servidor público municipal Jose Elson de Matos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulares ao servidor público municipal Jose Elson de Matos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotado na Secretaria Municipal de Obras e Viação referente ao período aquisitivo de férias de 19/03/2023 a 18/03/2024. Para usufruir a partir de 05 de dezembro do ano de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de novembro do ano 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:AA20AE33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1506, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROZIANE APARECIDA DE PAULA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1506, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder ao Servidora Pública Municipal Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Administração;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) com base no art.6º,III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com alimentação estará em viagem, no dia 06 de novembro do ano de 2025, em Curitiba PR, para retirada de documento no Instituto de Identificação. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:02362CEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1507, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELAINE CRISTINA DE SOUZA DE MATOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1507, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder a servidora pública Municipal Elaine Cristina de Souza de Matos, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Elaine Cristina de Souza de Matos, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°422/2025-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens de emergência até Curitiba - PR no dia 11 de novembro do ano de 2025, acompanhando paciente até os Hospitais Luisa Marilac e Evangélico. Com horário de saída 17h15 min e retorno ás 21h50 min.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:CF811393

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1508, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIAS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 4(QUATRO) DIÁRIAS

PORTARIA Nº 1508, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder ao servidor público Municipal Claudeci Farias, ocupante do cargo de Motorista 4(quatro) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Claudeci Farias, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°420/2025-SMS, advindo da Secretaria Municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de R$278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 11,12,13 e 14 de novembro do ano de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de novembro do ano de 2025.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:28ACD533

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO: 484/2025

DECRETO: 484/2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2025, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 2.162.927,98 (dois milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2878 de 12 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2025, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 2.162.927,98 (dois milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

07 - Secr. Munic. Educ. Cult. e Esportes

07.001 - Administração S.M.E.C.E.

07.001.0012.0361.0020.2019 - Manutenção do Ensino Fundamental - Receita Educação 5% e 25%

4490520000 - Equipamentos e material permanente
R$ 12.937,98
08 - Secr. Municipal de Obras e Viação

08.001 - Administração S.M.O.V.

08.001.0026.0782.0031.1005 - Pavimentação Asfáltica

4490510000 - Obras e instalações
R$ 2.149.990,00
Total: R$ 2.162.927,98

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Excesso de Arrecadação

148 - PAR - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/INFÂNCIA
R$ 12.937,98
925 - SIT 72158 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS.
R$ 2.149.990,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 18 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:FE64D1D5

GABINETE
DECRETO N°473/2025

DECRETO N°473/2025

Nomeia, Millena Marassi Binotto, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Administração e Finanças.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeada a senhora, **Millena Marassi Binotto,** CPF sob n°343.467.358-00, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Administração e Finanças.
Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:92E2EA8F

GABINETE
DECRETO N°474/2025

DECRETO N°474/2025

Nomeia, Rafael Barboza dos Santos, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **Rafael Barboza dos Santos**, CPF sob n°048.734.909-10, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:77CB5CC5

GABINETE
DECRETO N°475/2025

DECRETO N°475/2025

Nomeia, André Henrique Ribeiro Bueno, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **André Henrique Ribeiro Bueno**, CPF sob n°028.794.469-70, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:F0FF644E

GABINETE
DECRETO N°476/2025

DECRETO N°476/2025

Nomeia, Marcos Pinto Carneiro, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Viação e Obras.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **Marcos Pinto Carneiro**, CPF sob n°718.384.069-72, para exercer o cargo de Secretário de Viação e Obras.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:5C42AA53

GABINETE
DECRETO N°477/2025

DECRETO N°477/2025

Nomeia, Zeidevandro Rizzo, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **Zeidevandro Rizzo**, CPF sob n°966.811.799-91, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal Decreto N°477/2025

Nomeia, Zeidevandro Rizzo, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **Zeidevandro Rizzo**, CPF sob n°966.811.799-91, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:8FA9AE4E

GABINETE
DECRETO N°478/2025

DECRETO N°478/2025

Nomeia, Mauricio Augusto Schreiner, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **Mauricio Augusto Schreiner,** CPF sob n°080.108.929-80, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:8836931F

GABINETE
DECRETO N°479/2025

DECRETO N°479/2025

Nomeia, Keli Roberta Aparecida Anhaia Ruaro, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeada a senhora, **Keli Roberta Aparecida Anhaia Ruaro,** CPF sob n°050.423.469-29, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:E356EC39

GABINETE
DECRETO N°481/2025

DECRETO N°481/2025

Nomeia, Wellinton Oliveira Dlugoss, para exercer o cargo de Departamento de Manutenção de Frotas.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **Wellinton Oliveira Dlugoss**, CPF sob n°081.795.729-43, para exercer o cargo de Departamento de Manutenção de Frotas.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:EB2F5B86

GABINETE
DECRETO N°482/2025

DECRETO N°482/2025

Nomeia, Luiz Ribeiro dos Santos, para exercer o cargo de Divisão de Gestão de Cemitérios Municipais.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **Luiz Ribeiro dos Santos**, CPF sob n°579.776.079-72, para exercer o cargo de Divisão de Gestão de Cemitérios Municipais.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11/11/2025, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:38C2D916

GABINETE
DECRETO N°483/2025

DECRETO N°483/2025

Nomeia, Alex Fernando da Silva, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeado o senhor, **Alex Fernando da Silva**, CPF sob n°060.112.579-76, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.
Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:00F5BA0E

GABINETE
DECRETO Nº 480/2025

DECRETO Nº 480/2025

Concede licença especial, a ARLEI ADALBERTO CORDEIRO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica concedida licença especial de 03 (três) meses, ao Servidor **ARLEI ADALBERTO CORDEIRO,** portador da matrícula n° 15113-3.
Art. 2º - A licença de que trata o artigo antecedente teve seu início em **10/11/2025** findando em **07/02/2026**, sendo que no dia útil seguinte deverá o servidor, impreterivelmente, apresentar-se para o exercício regular de suas funções, independentemente, de qualquer modalidade de notificação.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/11/2025, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:25E02953

GABINETE
EDITAL Nº 02/2025/CMDCA

EDITAL DE LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS PARA PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR
CONSELHO TUTELAR GESTÃO 2024/2028 SUPLENTE DO MUNICIPIO DE CLEVELANDIA - PR

Edital nº 02/2025/CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Clevelândia – PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 231/2022 e na Lei Municipal nº 2.683/2019 e da alteração Lei nº 2.815/2023. Faz saber que a Comissão Especial do Processo de escolha divulga a lista dos candidatos inscritos:

Nº	NOME
001	LUCAS MORAIS

Art. 2º - De 19 a 20.11.2025 - Abre o prazo de 02 (dois) dias para impugnação da candidatura perante a comissão Especial, pela população em geral, conforme o Item 14 e datas, prazos e demais etapas do processo conforme o item 10 e o Anexo I do Edital 01/2025.

Clevelândia, 18 de novembro de 2025.

CAMILA SERPA BALENA
Presidente do CMDCA

ALEX FERNANDO DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:23F2701B

GABINETE
LEI Nº2.918/2025

LEI Nº2.918/2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa "Presente na Escola".

O Poder Legislativo de Clevelândia, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o "Programa Presente na Escola", com o objetivo de distribuir item comemorativo referente as festividades de Páscoa, Dia das Crianças e Natal às crianças regularmente matriculadas na Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. A distribuição dos itens comemorativos poderá ocorrer em uma ou mais das festividades mencionadas, conforme planejamento do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º O Programa Presente na Escola consiste no fornecimento gratuito de brinquedo ou doces para todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino, por meio da entrega de itens comemorativos de caráter simbólico e inclusivo.
Art. 3º O Programa Presente na Escola contará, anualmente, com recursos equivalentes a cem salários mínimos vigentes no território nacional, destinados exclusivamente à aquisição dos itens a serem distribuídos, cuja compra se dará mediante procedimento licitatório.
Parágrafo único. Os recursos destinados à execução do Programa Presente na Escola deverão estar previstos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município, correndo à conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 4º Fica designado como órgão gestor do programa criado por esta Lei, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei, no que couber, por meio de Decreto.
Art. 6° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício financeiro de 2026.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:B0B7B382

GABINETE
LEI Nº2.919/2025

LEI Nº2.919/2025

Altera o §1º do Art. 68 da Lei Municipal nº 2.683 de 16 de abril de 2019, que define a estrutura e o funcionamento do conselho tutelar de Clevelândia e dá outras providências.

O Poder Legislativo de Clevelândia, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera o §1º do Art. 68 da Lei Municipal nº 2.683/2019, de 16 de abril de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente a R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal."

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:AA7D3DC9

GABINETE
PORTARIA Nº492/2025

PORTARIA Nº492/2025

Nomeia, Janaina Nayara da Silva, no cargo de Chefe de Departamento de Proteção Social Básica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições legais previstas no art.46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Municipal, Janaina Nayara da Silva, CPF n°071.310.859-28, para exercer a função do cargo de Chefe de Departamento de Proteção Social Básica.
Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESRADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:F28718E9

GABINETE
SÚMULA - SEMA

SÚMULA. O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 76.161.199/0001-00. Torna Público, que está requerendo junto ao Instituto Água e Terra – IAT, a Licença Ambiental Simplificada, objeto da matrícula n.º14.747 do Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia/PR, com área de 12.988,00m² (doze mil, novecentos e oitenta e oito metros quadrados), para fins de construção de Parque Urbano Fundo de Vale – Bairro Bela Vista, Rua Alfredo Luiz Pacheco, s/n, Clevelândia-Pr.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:1AB24D16

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 80/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 149/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 80/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 149/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E ESPACO PLANTAS SERVICOS LTDA.

Registro de preços visando Registro de Preços para eventual aquisição de mudas e plantas de flores para revitalização das áreas verdes, das vias e das áreas públicas do municipio de Clevelândia, para os proximos 12(doze) meses.

Os pagamentos ocorrerão conforme decreto municipal 28/2024 artigo 6º e atendendo a lei 14133/2021 o prazo será: i- em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração;

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **R$ 5.950,50 (cinco mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).**.

O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de até doze meses.

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, é de 12/11/2025 até 11/11/2026. FORO: Clevelândia - PR
DATA DE ASSINATURA: 11/11/2025.

Clevelândia, 18 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:66CEF2C1

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 7º (SÉTIMO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 047/23, DE 02/02/2023, PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 094/22, DE 26/01/2023, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

EXTRATO DO 7º (SÉTIMO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 047/23, DE 02/02/2023, PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 094/22, DE 26/01/2023, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

PARTES: Município de Clevelândia e Arrias & França Ltda-ME.

OBJETO: "Contratação suplementar".

VALOR ADICIONAL: 33.303,44 (trinta e três mil, trezentos e três reais e quarenta e quatro centavos).

PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 06/08/2025 a 05/08/2026

VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 06/02/2023 a 05/09/2026.

FORO: CLEVELÂNDIA – PR.

Clevelândia, 18 de novembro de 2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joao Vinicius Viana
Código Identificador:C7071871

LICITAÇÃO
EXTRATO RETIFICADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 83/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 153/2025

EXTRATO RETIFICADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 83/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 153/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E BORNHIATI E OGLIARI LTDA.

Registro de preços visando Abertura de processo licitatório visando a aquisição de gêneros alimentícios e itens de higiene pessoal, a fim de atender às demandas dos departamentos desta Secretaria, incluindo os Conselhos Municipais de Direitos os quais são geridos por esta Secretaria e demais equipamentos do SUAS - Sistema Único de Assistência Social existe neste município, além do Conselho Tutelar. FONTE: 934 CONTA CORRENTE 20.125-1 FONTE: 940 CONTA CORRENTE 20.119-7 e FONTE: 934 CONTA CORRENTE 22.330-1 RECURSOS LIVRES.

Os pagamentos ocorrerão conforme decreto municipal 28/2024 artigo 6º e atendendo a lei 14133/2021 o prazo será: i- em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração;

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **R$ 363.910,70 (trezentos e sessenta e três mil, noceventos e dez reais e setenta centavos)**.

O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de até doze meses.

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, é de 18/11/2025 até 19/11/2026. FORO: Clevelândia - PR
DATA DE ASSINATURA: 18/11/2025.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Clevelândia, 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:8274B1CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

COLOMBO PREVIDÊNCIA
TERMO ADITIVO

Termo Aditivo:	04/2025 do Contrato Nº 09/2021.
Processo:	Dispensa de Licitação 10/2021.
Partes:	Colombo Previdência e Solofino - Indústria e Comércio de Cal e Calcário Ltda representada por Lazarotto Imóveis Ltda ME.
Objeto:	Locação de imóvel localizado na Rua XV de Novembro, nº 321, salas 02, 03 e 06 - Centro - Colombo/PR, com área total de 345,47m², a ser utilizado para sede da Autarquia Colombo Previdência.
Do Valor:	Valor do aluguel R$ 9.836,20 (nove mil,oitocentos e trinta e seis reais e vinte centavos). Taxas adicionais (seguro incêndio, IPTU e condomínio) com valor de R$ 1.185,00 (um mil cento e oitenta e cinco reais). Totalizando o valor mensal de R$ 11.021,20 (onze mil vinte e um reais e vinte centavos).
Do Prazo:	O presente termo aditivo prorroga o prazo em 12 (doze) meses, tendo seu início em 22 de novembro de 2025 e término em 21 de novembro de 2026.
Da Dotação:	As despesas resultantes do presente termo ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária 28.003.2.025.3.3.90.39.10.00.00.00.
Data:	18 de novembro de 2024.
Assinatura:	Wilton Luiz Carrão - Superintendente

Publicado por:
Luiz Vanderley Dallasuana
Código Identificador:AF84A3D2

COLOMBO PREVIDÊNCIA
TERMO ADITIVO

Termo Aditivo:	05/2025ao Contrato Nº 11/2023.
Processo:	Dispensa 13/2023.
Partes:	Colombo Previdência e Coppini & Cia Ltda.
Objeto:	Contratação de serviços de fonecimento de software de cálculos para obtenção de benefícios previdenciários, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, que integra o Processo Administrativo 34896/2023 da Dispensa de Licitação 13/2023.
Do Valor:	Os valores sofrerão reajustes de acordo com a variação da tabela IPCA do acumulado nos últimos 12 meses, o qual gerou um percentual de 4,68%. Com o reajusteo valor mensal ficou em R$ 913,49 (novecentos e treze reais e quarenta e nove centavos), totalizando um valor de R$ 10.961,88 (dez mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos) nos doze meses.
Do Prazo:	O presente termo aditivo prorroga o prazo em 12 (doze) meses, com início em 24 de novembrode 2025 e término em 23 de novembrode 2026.
Da Dotação:	As despesas resultantes deste ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária 28.003.2.025.3.3.90.40.06.00.00.00- Locação de Software.
Data:	18 de novembro de 2025.
Assinatura:	Wilton Luiz Carrão - Superintendente.

Publicado por:
Luiz Vanderley Dallasuana
Código Identificador:67224182

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 087/2025

DECRETO N.º 087 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Regulamenta, no âmbito do Município de Colombo/PR, a Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e dispõe sobre os procedimentos de transparência e acesso à informação no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Colombo, Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerandoo disposto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal;

Considerando as normas gerais da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI);

Considerandoa necessidade de regulamentar, em âmbito municipal, os procedimentos para garantir o direito fundamental de acesso à informação, nos termos do artigo 45 da Lei Federal nº 12.527/2011;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Colombo, Estado do Paraná, os procedimentos para assegurar o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal e disciplinado pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Submetem-se ao disposto neste Decreto:
I – Os órgãos da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal de Colombo;
II – As autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Município de Colombo detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante;
III – Demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Colombo.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, aplicam-se as definições constantes da Lei Federal nº 12.527/2011, em especial:
I – Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
II – Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado;
III – Informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

Art. 4º A publicidade é a regra geral, sendo o sigilo a exceção, observado o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011, na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e na legislação municipal pertinente.

CAPÍTULO II
DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Art. 5º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, com a finalidade de:
I – Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
II – Receber e registrar pedidos de acesso à informação;
III – Auxiliar os requerentes na formulação de pedidos, quando necessário;
IV – Informar sobre a tramitação dos pedidos de acesso;
V – Entregar respostas e disponibilizar as informações solicitadas.

Art. 6º O SIC funcionará:
I – Em unidade física, por meio dos setores de Protocolo Geral da sede da Prefeitura Municipal de Colombo e dos Protocolos das Administrações Regionais, em locais de fácil acesso ao público;
II – Em meio eletrônico, por meio de ferramenta disponibilizada no sítio oficialdo Município de Colombo na internet, inclusive no Portal da Transparência, permitindo o envio de pedidos de acesso à informação por via eletrônica.

§ 1º O endereço, o horário de funcionamento e os canais de atendimento do SIC deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial do Município e em local visível ao público nas dependências da Prefeitura e das Regionais.

§ 2º Poderão ser instituídas unidades setoriais do SIC em Secretarias Municipais e entidades da Administração Indireta, mantida a coordenação central em órgão a ser definido em ato próprio do Chefe do Poder Executivo.
§ 3º O órgão de coordenação central do SIC será a Secretaria Municipal de Administração, ou outra que vier a substituí-la nas atribuições correlatas.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de órgão central do SIC:
I – Definir e formalizar o fluxo de atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão, desde o recebimento do pedido até a resposta ao cidadão, mediante ato próprio, com mapeamento das etapas, prazos internos e responsabilidades;
II – Padronizar formulários e procedimentos relativos aos pedidos de acesso à informação;
III – Elaborar, manter e atualizar formulário padronizado, simples e de fácil preenchimento para a apresentação de pedidos de acesso à informação, tanto em meio físico quanto eletrônico;
IV – Consolidar estatísticas de pedidos, respostas e recursos;
V – Orientar os órgãos e entidades quanto ao cumprimento deste Decreto;
VI – Propor e coordenar ações de capacitação de servidores e melhoria contínua do atendimento;
VII – Manter, no sítio oficial do Município e no Portal da Transparência, instruções claras e acessíveis sobre como o cidadão deve proceder para realizar pedidos de acesso à informação, tanto por meio eletrônico quanto presencial, bem como para apresentar recursos;
VIII – Promover a integração entre o SIC, o Portal da Transparência e os sistemas de protocolo, de modo a possibilitar o acompanhamento em tempo real dos pedidos e recursos pelo cidadão.

CAPÍTULO III
DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 8º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar pedido de acesso à informação aos órgãos e entidades referidos no art. 2º, independentemente de motivação.

Art. 9º O pedido de acesso à informação será apresentado:
I – Presencialmente, por meio do setor de protocolo da sede da Prefeitura Municipal de Colombo, mediante preenchimento de formulário próprio; ou
II – Por meio eletrônico, mediante formulário disponibilizado no sítio oficial do Município de Colombo na internet, inclusive no Portal da Transparência.

§ 1º O pedido deverá conter, no mínimo:
I – Identificação do requerente;
II – Especificação da informação requerida, de forma clara e precisa;
III – Indicação de meio para recebimento da resposta (endereço físico ou eletrônico, ou retirada direta no SIC).
§ 2º Não será exigida justificativa para o pedido de acesso, sendo vedadas exigências que dificultem ou inviabilizem o exercício do direito.

Art. 10. Recebido o pedido, o SIC:
I – Registrará a demanda em sistema de protocolo ou livro próprio, gerando número de protocolo único, independentemente de o pedido ter sido realizado por meio físico ou eletrônico;
II – Fornecerá ao requerente número de protocolo ou comprovante equivalente, que permita o acompanhamento em tempo real do andamento da solicitação, por meio de consulta eletrônica ou pelos canais de atendimento do Município;
III – Encaminhará o pedido ao órgão ou entidade responsável pela produção ou guarda da informação.

Art. 11. O atendimento aos pedidos de acesso à informação será, em regra, gratuito, vedada a cobrança de quaisquer taxas pela simples apresentação do pedido e pela pesquisa de informações, sem prejuízo da possibilidade de cobrança de custos de reprodução de documentos, quando houver, nos termos da legislação aplicável.

Art. 12. O prazo de resposta ao pedido de acesso à informação será de 20 (vinte) dias, contado do registro no SIC, prorrogável uma única vez por 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, na forma do art. 11, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

§ 1º A resposta deverá:
I – Conceder o acesso à informação requerida, por meio de entrega de cópia, acesso eletrônico ou consulta direta; ou
II – Indicar as razões de fato e de direito da negativa total ou parcial; ou
III – Informar que o órgão ou entidade não possui a informação e, se for o caso, indicar outro que a detenha, se tiver conhecimento; ou
IV – Informar que o pedido é genérico, desproporcional ou desarrazoado, oportunizando ao requerente sua complementação ou reformulação.

§ 2º No caso de omissão de resposta no prazo, o requerente poderá apresentar recurso na forma deste Decreto.

Art. 13. A resposta aos pedidos de acesso à informação será enviada preferencialmente por meio eletrônico, ao endereço indicado pelo requerente, salvo se este solicitar ou exigir outro meio de resposta, hipótese em que o Município poderá disponibilizar a informação por meio físico ou consulta presencial.

CAPÍTULO IV

DO INDEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 14. O acesso à informação somente poderá ser negado quando:
I – A informação for classificada como sigilosa, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011;
II – Se tratar de informação pessoal cujo acesso viole a intimidade, vida privada, honra e imagem, nos termos da LGPD, salvo hipóteses legais de acesso;
III – O pedido for manifestamente genérico, desproporcional ou desarrazoado, impossibilitando sua adequada apreciação;
IV – A informação não existir ou não se encontrar sob a guarda do órgão ou entidade consultada, hipótese em que isso deverá ser expressamente informado ao requerente.

§ 1º A negativa total ou parcial de acesso deverá ser comunicada por escrito ou por meio eletrônico, sempre com:
I – Fundamentação legal expressa, indicando os dispositivos normativos em que se apoia a decisão;
II – Exposição clara dos motivos de fato que justificam o indeferimento;
III – Identificação da autoridade que tomou a decisão;
IV – Informação sobre a possibilidade de recurso, com prazo e instância competente, bem como orientação sobre a forma de interposição.

Art. 15. Da negativa de acesso à informação, da resposta incompleta ou do não atendimento no prazo legal caberá recurso administrativo.

Art. 16. O recurso será apresentado, por meios físicos ou eletrônicos, ao SIC, no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão ou do término do prazo de resposta, dirigido à autoridade hierarquicamente superior àquela que proferiu a decisão impugnada.

§ 1º A autoridade recursal decidirá o recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, fundamentando sua decisão.

§ 2º Mantida a negativa, poderá o requerente apresentar recurso em últimainstância à autoridade máxima do órgão ou entidade, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão de que trata o § 1º, também por meios físicos ou eletrônicos.

§ 3º O sistema ou ferramenta eletrônica utilizada para o registro dos pedidos deverá possibilitar, sempre que possível, o acompanhamento em tempo real da tramitação dos recursos interpostos contra respostas negativas ou atendimentos parciais.

§ 4º Nos casos em que a matéria envolver mais de um órgão ou entidade, o órgão central do SIC poderá ser chamado a se manifestar, em caráter opinativo.

Art. 17. Na análise dos recursos, as autoridades deverão observar:
I – O princípio da publicidade como regra geral e do sigilo como exceção;
II – A primazia da transparência e da máxima divulgação;
III – A ponderação entre o direito de acesso à informação e a proteção de informações pessoais ou sigilosas.

CAPÍTULO V
DA INFORMAÇÃO SIGILOSA E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Art. 18. A classificação de informações quanto ao grau e prazo de sigilo observará as normas gerais da Lei Federal nº 12.527/2011 e, no que couber, da LGPD, bem como regulamentação específica que vier a ser editada pelo Município de Colombo.

§ 1º A classificação será sempre excepcional, formalizada por ato de autoridade competente, devidamente motivado.

§ 2º A autoridade que classificar a informação deverá indicar o prazo de sigilo ou o evento que ensejará sua desclassificação.

Art. 19. A desclassificação e a reavaliação de informações sigilosas poderão ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa da Administração ou mediante provocação, observado o procedimento próprio a ser estabelecido em norma específica.

Art. 20. O tratamento de informações pessoais no âmbito da Administração Pública Municipal de Colombo observará:
I – Os princípios e regras da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD);
II – A finalidade específica do tratamento, com base jurídica adequada;
III – A limitação do acesso às pessoas estritamente autorizadas;
IV – A adoção de medidas de segurança da informação, físicas e lógicas.
Parágrafo único.Nas respostas aos pedidos de acesso, deverão ser anonimizados, restringidos ou ocultados os dados pessoais protegidos, quando não houver base legal que autorize sua divulgação.

CAPÍTULO VI
DOS REGISTROS, MONITORAMENTO E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 21. Os órgãos e entidades deverão manter, em meio físico ou eletrônico, registro dos pedidos de acesso à informação, contendo, no mínimo:
I – Data do pedido;
II – Identificação do requerente;
III – Síntese da informação solicitada;
IV – Data e forma da resposta;
V – Indicação de eventual negativa ou restrição e respectiva fundamentação;
VI – Existência de recursos e decisões proferidas.

Art. 22. O órgão central do SIC elaborará, periodicamente, relatórios estatísticos de:
I – Número de pedidos recebidos;
II – Número de pedidos atendidos, indeferidos ou parcialmente atendidos;
III – Prazos médios de resposta;
IV – Número de recursos apresentados, com síntese das decisões proferidas.
Parágrafo único.Sempre que possível, tais estatísticas serão disponibilizadas em formato aberto no sítio oficial do Município de Colombo, respeitados os limites da LGPD.

Art. 23. Os agentes públicos municipais responderão, nas esferas administrativa, civil e penal, pelo descumprimento deste Decreto e da Lei Federal nº 12.527/2011, especialmente quando:
I – Se recusarem a fornecer informação, retardarem deliberadamente o atendimento ou o prestarem de forma intencionalmente incorreta, incompleta ou imprecisa;
II – Utilizarem indevidamente informações sigilosas ou pessoais;
III – Destruírem ou subtraírem documentos em desacordo com a legislação aplicável.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os órgãos e entidades abrangidos por este Decreto deverão:
I – Designar, por ato próprio, servidor ou unidade responsável pelo cumprimento da Lei de Acesso à Informação em seu âmbito;
II – adotar medidas de organização, gestão documental e tecnologia da informação que facilitem a localização e o fornecimento de informações;
III – promover ações de capacitação de seus servidores sobre o direito de acesso à informação, transparência, sigilo e proteção de dados pessoais.

Art. 25. O Poder Executivo Municipal poderá expedir normas complementares para a fiel execução deste Decreto, inclusive para disciplinar com maior detalhamento:
I – O fluxo interno de tramitação dos pedidos;
II – A classificação, desclassificação e reavaliação de informações sigilosas;
III – os procedimentos específicos de tratamento de dados pessoais, em articulação com a LGPD.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colombo, 17 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:39F5F9BB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 966/2025

PORTARIA N.º 966/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 430/2024, Processo Licitatório: Dispensa n.º 097/2025,com objeto de Contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia para a readequação do anteprojeto da Ponte do Jardim das Graças – Jardim Aurora, neste município,conforme segue:

Gestor de Contrato:
Felipe Luiz Dal Ponte, RG 8.***.***-0; CPF 088.***.***-69,Matrícula nº.15.427; Telefone para contato: (41) 3656-8122 - e-mail: felipeluiz.engenharia@gmail.com

Fiscal de Contrato:
Robério Marcolino Filho, RG: 9.***.***-8,CPF: 054.***.***-94, Matrícula n° 12.252,Telefone para contato: (41) 3656-4849 – e-mail: roberio@colombo.pr.gov.br

Fiscal Técnico:
Luiz Gonzaga Gouveia Junior, RG: 9.***.***-7, CPF: 082.***.***-83, Matrícula n° 17.187, Telefone para contato: (41) 3656-1209 – e-mail: luizgouveiajr@outlook.com.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 17 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:CC68F961

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 967/2025

PORTARIA N.º 967/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para exercício de Mandato Eletivo a servidora pública municipal **VANUZA JULIANA LIMA,** inscrita no CPF n.º 034.XXX.XXX-XX, matrícula n.º 14294, do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, pelo período de 05/11/2025 a 14/11/2025, ao mandato de conselheiro tutelar suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 17 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:219204B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 968/2025

PORTARIA N.º 968/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para exercício de Mandato Eletivo a servidora pública municipal **MORGANA MARJORI DOS SANTOS DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF n.º 050.XXX.XXX-37, RG n.º 9XXX.XXX-1, matrícula n.º 14.277, do cargo de Assistente de Alunos/Inspetor, pelo período de 10/11/2025 á 14/11/2025, ao mandato de conselheiro tutelar suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 17 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:5106E314

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 969/2025

PORTARIA N.º 969/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º -Exonerar a pedido a senhora **CAROLINE CRISTINA DA SILVA MOCELIN**, portadora do CPF n.º 086..XXX.XXX-XX, do cargo de Coordenador da Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do Departamento de Proteção Social Especial, da Secretaria Municipal de Assistência Social, apartirde 07 de novembro de 2025.

Art. 2º - Nomear interinamente o senhor **DANIEL BISCAIA DE LIMA**, portador do CPF n.º 066.XXX.XXX-76, Matrícula n.º 17830, para o cargo da Coordenação deProteção Social Especial de Alta Complexidade, no Departamento deProteção Social Especial, vinculado áSecretaria Municipal de Assistência Social, a partirde 18de novembro de 2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 18 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:3E3B8796

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 14/2025 - REFORMA CMEI ANTÔNIO BREJESKI

Aviso de Licitação
Edital – Concorrência Eletrônica Nº 014/2025
Objeto: contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Reforma do CMEI Antônio Brejeski - Arapongas, localizado na Travessa Luiz Rissardi, 24, Jardim Arapongas, Colombo-PR, compreendendo serviços preliminares, drenagem e esgoto, elétrica, hidráulica, estruturas, alvenaria, revestimentos, pinturas, esquadrias, coberturas e demais serviços complementares contemplados e incluídos na planilha orçamentária e nos projetos constantes em anexo ao edital.
Recebimento das Propostas: das 08:00 horas do dia 25 de novembro de 2025 até às 08:00 horas do dia 09 de dezembro de 2025.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 09 de dezembro de 2025 (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link: bllcompras.org.br.
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor Preço “empreitada por Preço Global”
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de novembro nº 105, Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (41) 3656–8085 ou 3656–8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br
Colombo, 17 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:DDEA0525

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025

Objeto: Contratação de empresa para Cessão Parcial Onerosa de uso de área delimitada do parque municipal da uva, com direito de exploração comercial e responsabilidade exclusiva da contratada sobre as áreas cedidas, para a realização da 59ª Festa da Uva de Colombo, incluindo a produção, a montagem e manutenção da infraestrutura, a contratação das atrações artísticas e culturais e a gestão operacional do evento a ser realizado nos dias 05, 06, 07 e 08 de fevereiro de 2026.
Recebimento das Propostas: das 09:00 horas do dia 25 de NOVEMBRO de 2025 até às 08:00 horas do dia 15 de DEZEMBRO de 2025.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 15 de DEZEMBRO de 2025. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: "Maior Lance".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656–8080 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 18 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janile de Freitas Milistete Chemin
Código Identificador:CA6252AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 399/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: MARCELO JACOB ME, CNPJ n.º 11.774.132/0001-97
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 21.501,00 (vinte e um mil, quinhentos e um reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:BD50FD10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 412/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: GLOBAL BRANDS COMÉRCIO LTDA, CNPJ n.º 07.308.817/0001-70
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 117.615,60 (cento e dezessete mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:8DB9E7FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 098/2025

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 098/2025

Processo:	Nº 26822/2025 - Dispensa Nº 098/2025.
Partes:	Município de Colombo/PR,**MULTFLUXO COMÉRCIO DE MATERIAIS ISOLAMENTOS LTDA.** **CNPJ: 15.181.901/0001-02.**
Objeto:	Aquisição de pedestais com fita retrátil e gradede isolamento para atender a demanda recorrente por organização e controle de fluxo de pessoas em eventos e atividades institucionais promovidos e/ouapoiados pelo Município de Colombo.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 36.118,95 (trinta e seis mil, cento e dezoito reais e noventa e cinco centavos)
Embasamento Legal:	Artigo 75 -II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	18/11/2025.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:F042BC19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPENHO 21270/2025

N° do Empenho:	**21270/2025.**
Data:	**18/11/2025**
Valor Total do Empenho:	**R$36.118,95(trinta e seis mil, cento e dezoito reais e noventa e cinco centavos)**
Nº da Dispensa de Licitação	**098/2025**
Contratado:	Município de Colombo/PR,**MULTFLUXO COMÉRCIO DE MATERIAIS ISOLAMENTOS LTDA.** **CNPJ: 15.181.901/0001-02.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de pedestais com fita retrátil e gradede isolamento para atender a demanda recorrente por organização e controle de fluxo de pessoas em eventos e atividades institucionais promovidos e/ouapoiados pelo Município de Colombo.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal deAdministração.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:CE1087C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1881-2025 PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029

LEI N° 1.881 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre o Plano Plurianual do período 2026 a 2029, expresso em normas, objetivos e principais metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos do Poder Executivo, Autarquia Colombo Previdência e pelo Poder Legislativo do Município de Colombo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, Helder Luiz Lazarotto, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido para o período de 2026 a 2029 o Plano Plurianual expresso em normas, objetivos e principais metas a serem observados pelas Unidades da Administração Direta, Fundos do Poder Executivo, Autarquia Colombo Previdência e pelo Poder Legislativo, em conformidade com Constituição Federal, Lei Orgânica Mu-nicipal, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Programas anuais serão elaborados segundo esta Lei, observadas as normas estabelecidas na Constituição Federal, Lei Orgânica Mu-nicipal, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 3º Em decorrência da execução programática, o plano de trabalho e demais normas estabelecidas nesta Lei poderão ser revistos anualmente por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e ou através de leis especiais, quando do surgimento de motivos que assim o exigirem.

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro estabelecerá:
I - ações prioritárias, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;
II - metas e riscos fiscais;
III - alterações na legislação tributária;
IV - estrutura e organização da lei orçamentária;
V - diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos;
VI - diretrizes para execução financeira e orçamentária;
VII - disposições sobre a dívida pública municipal;
VIII - disposições sobre despesas com pessoal;
IX - da seguridade social;
X - disposições gerais.
Art. 5º Serão considerados na Lei de Diretrizes Orçamentárias os efeitos de alterações na legislação tributária, atos decorrentes de concessões e ou reduções de isenções fiscais, revisões de alíquotas dos tributos de competência do Município e resultados decorrentes do aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da dívida ativa.
Art. 6º A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá a estrutura, organização e normas para a elaboração e execução do orçamento programa, estabelecerá as políticas de pessoal relacionadas a implantação de planos de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, reajuste salarial e concernente ao aumento do número de vagas no quadro funcional das administrações direta e indireta, identificará as ações, programas e projetos novos e considerará os efeitos das expansões e ou aperfeiçoamento dos serviços municipais.
Art. 7º As projeções de receitas para o período de 2026 a 2029, destinados à consecução dos programas de trabalho estabelecidos no artigo 8º desta Lei, estão definidas no Anexo I.
Art. 8º As ações prioritárias, objetivos, principais metas e despesas para o período de 2026 a 2029, a serem observados e executados pelas unidades da administração direta, fundos e autarquia estão consolidados no Anexo II.
Art. 9º Os indicadores criados com a finalidade de avaliar o desempenho dos programas de trabalho estabelecidos para o período 2026 a 2029 estão listados no Anexo III.
Art. 10. Os desdobramentos das receitas previstas e das despesas programadas para o período de 2026 a 2029, serão efetuados por ocasião da edição das leis orçamentárias anuais.
Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Colombo, 14 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:40D52D21

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882-2025 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026

LEI N° 1.882 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício de 2026.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, Helder Luiz Lazarotto, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Colombo para o exercício financeiro de 2026, discriminado nos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 1.073.211.823,94 (um bilhão, setenta e três milhões, duzentos e onze mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos).

Capítulo II
DOS ORÇAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento para o exercício de 2026 fixa a despesa do Poder Executivo em R$ 920.339.900,00 (novecentos e vinte milhões, trezentos e trinta e nove mil e novecentos reais), e do Poder Legislativo em R$ 30.704.000,00 (trinta milhões, setecentos e quatro mil reais).

Parágrafo único. Os repasses de duodécimos ao Poder Legislativo poderão ser ajustados mediante a efetiva arrecadação anual durante o exercício de 2026, de conformidade com a disposição contida no Artigo 29-A, II da Constituição Federal.

Art. 3º A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas, Transferências e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS 920.339.900,00
1.1. RECEITAS CORRENTES 972.340.700,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 235.028.700,00
Contribuições 14.359.000,00
Receita Patrimonial 16.286.500,00
Receita de Serviços 4.113.000,00
Transferências Correntes 699.571.000,00
Outras Receitas Correntes 2.982.500,00
Receita Orçamentária (73.965.800,00)
1.2. RECEITAS DE CAPITAL 21.965.000,00
Operações de Crédito 20.000.000,00
Transferências de Capital 1.965.000,00

Art. 4º A Despesa será realizada segundo as discriminações constantes nos quadros que integram esta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza econômica, e terá a seguinte distribuição:

2 – DESPESAS POR ÓRGÃOS 920.339.900,00
2.1. ORGÃO LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Colombo 30.704.000,00
2.2. ORGÃO EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito Municipal 1.770.000,00
Gabinete do Vice-Prefeito Municipal 600.000,00
Procuradoria Geral do Município 4.200.000,00
Controladoria Geral do Município 1.144.000,00
Ouvidoria Geral do Município 500.000,00
Consultoria Jurídica do Município 200.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional 4.849.000,00
Secretaria Municipal de Administração 37.355.500,00
Secretaria Municipal de Governo 1.666.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento Inovação 8.375.000,00

Secretaria Municipal da Fazenda 69.775.350,00
Secretaria Municipal de Urbanismo 5.426.000,00
Secretaria Municipal de Educação 322.562.700,00
Secretaria Municipal de Saúde 193.989.150,00
Secretaria Municipal de Assistência Social 38.058.000,00
Secretaria Municipal de Obras e Viação 101.135.000,00
Secretaria Municipal Agricultura, Abastecimento e Agronegócio 8.831.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente 48.789.700,00
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho 4.471.000,00
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer 5.356.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial 3.780.000,00
Secretaria Municipal da Juventude 1.154.000,00
Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos 2.191.000,00
Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública 17.757.500,00
Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária 1.650.000,00
Secretaria Municipal de Turismo 4.050.000,00

Capítulo III
DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA COLOMBO PREVIDÊNCIA

Art. 5º O Orçamento da Autarquia Colombo Previdência para o exercício financeiro de 2026, discriminado nos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em R$ 152.871.923,94 (cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, novecentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos) e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 6º A Receita será realizada mediante a arrecadação de rendas e contribuições estimadas para 2026, com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS 152.871.923,94
1.1. RECEITAS CORRENTES 116.942.816,94
Contribuições 33.387.730,00
Receita Patrimonial 40.215.348,30
Receita de Serviços 5.542.245,92
Outras Receitas Correntes 37.797.492,72

1.2. RECEITAS CORRENTES INTRA 35.929.107,00
Contribuições 35.929.107,00

Art. 7º A Despesa da Autarquia será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

2 – DESPESAS 152.871.923,94
Previdência Plano Financeiro 41.527.660,00
Previdência Plano Previdenciário 106.564.913,00
Administração 4.779.350,94
Art. 8º Os Orçamentos dos demais Fundos instituídos estão incluídos neste Orçamento Geral, com atividades e projetos próprios.

Art. 9º Fica o Poder Executivo e a Autarquia Colombo Previdência, autorizados a abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, de conformidade com o artigo 43, § 1º, incisos I, II, III e IV da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 10. Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada para a Câmara Municipal.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Colombo, 14 de novembro de 2025.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:9934B17C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO – CMS/COLOMBO Nº 04/2024

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Colombo, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Lei Municipal nº 971 de 28 de novembro de 2006, bem como prerrogativas regimentais.
Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal 8.142, de 28/12/1990, qual determina que, para receber recursos de que trata o art. 3º da mesma Lei, os municípios deverão elaborar o Plano de saúde.
Considerando a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, em seu parágrafo 2º do art. 36, os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, promoverão a aprovação da Programação Anual do Plano de Saúde, antes da data de encaminhamento da lei de diretrizes orçamentárias do exercício correspondente.
Considerando a análise da Programação Anual de Saúde do ano de 2025.

Resolve:
Art. 1°. – Aprovar a **Programação Anual de Saúde do ano de 2025**, apreciado e aprovado em plenária da 2ª Reunião Ordinária de 2024, realizada em 27/03/2024.
Art. 2°. – Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3°. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 31 de março de 2024.

DIOGO DO ARAGUAIA VASCONCELOS
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de Colombo

Publicado por:
Claudia Arcie
Código Identificador:9A299B78

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE LOTE

O(a) senhor(a) CELSO CORTES CORDEIRO proprietário(a) do imóvel inscrição imobiliária 02.02.005.0392 situado a RUA DO ANGICO Colombo/PR, para que providencie a limpeza, a roçada e o cercamento, do(s) terreno(s) mencionado (s), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital. bem como, dar destinação adequada aos resíduos provenientes de tais operações. o não cumprimento dentro do prazo determinado acarretará ao(s) proprietário(s) a pena de multa, nos termos da lei 1377/2015 artigos. 7° e 9°. (ndo-061)

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:2C36836A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMUNICADO DE ABERTURA DE ENVELOPE CHAMADA PUBLICA Nº 003/2025

COMUNICADO DE ABERTURA DE ENVELOPE CHAMADA PUBLICA Nº 003/2025

OBJETO:

Credenciamento depessoas jurídicas preferencialmente MEI (Microempreendedor individual) para a futura prestação dos seguintes serviços: merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente, para atender as demandas dos órgãos vinculados ao Poder Executivo do Município de Contenda/PR
A Presidente da Comissão Permanente de Licitação que abaixo assina, comunica aos interessados na prestação dos serviços relativos ao processo licitatório em epígrafe, comunica que no dia 25/11/2025 as 9:00hs se dará a abertura dos envelopes, no departamento de

Licitações, da prefeitura do Município de Contenda, localizado na Avenida João Franco, 400- Centro.

Contenda/PR, 18 de novembro de 2025

NAYARA BAUMEL BELLO MALINOVSKI
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 128/2025

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:CACA1523

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 404/2025

SÚMULA: Prorroga contratos temporários de servidores contratados por prazo determinado.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no inciso IX do art. 37 da CF, e o inciso XI do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Contenda, conforme a Lei Municipal nº 1812/2019 de 09 de outubro de 2019;

D E C R E T A

Art.1º Ficam prorrogados os contratos por prazo determinado dos servidores abaixo relacionados:

NOME	CPF	CARGO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
MARILIZ DE FÁTIMA TOM PADILHA	057.129.389-10	Agente Comunitário De Saúde - Pss - Catanduvas	03/06/2026
KEMELLY KAROLINE VIEIRA DA SILVEIRA	101.552.349-86	Atendente Infantil - Pss	21/06/2026
JOSIANI DURAO MANNES	124.067.719-70	Atendente Infantil - Pss	30/07/2026
RENATA GABRIELI RUCHINSKI	124.853.799-80	Atendente Infantil - Pss	29/07/2026
JULIANE DE BRITO TEIXEIRA DA SILVA	087.608.159-65	Atendente Infantil - Pss	03/06/2026
LUCIANA DE LIMA SILVA	021.948.299-38	Atendente Infantil - Pss	20/06/2026
PATRICIA DE PAULA ANTOCHEVSKI	061.804.529-54	Atendente Infantil - Pss	20/06/2026
SELMA REGINA COSTA	015.972.899-14	Atendente Infantil - Pss	24/06/2026
SOLANGE DE CARVALHO	058.120.909-55	Atendente Infantil - Pss	20/06/2026
KELIN KAROLINE BORBA NIZA	067.789.439-20	Auxiliar De Farmacia – Pss	01/06/2026
KETLENS GONCALVES	073.273.099-69	Auxiliar De Farmacia – Pss	14/06/2026
JOCELEI PADILHA	090.780.349-04	Auxiliar De Farmacia – Pss	08/06/2026
DIOGO CABRINI DUDEK	091.875.119-59	Motorista - Pss	20/06/2025
JESSICA DE SOUZA SANTOS	079.315.049-33	Motorista - Pss	20/06/2026
MARCOS ALESSANDRO DA SILVA DOS SANTOS	262.076.798-90	Motorista Escolar - Pss	20/06/2026
ORLEI LIMA DE MORAES	450.417.929-68	Motorista Escolar - Pss	20/06/2025
ELIZETE APARECIDA UKAN	745.009.709-59	Motorista Saude – Pss	21/06/2026
MARCIO LECH	045.289.639-81	Operador De Maquinas – Pss	20/06/2026
MARIO DEDA	027.023.329-60	Operador De Maquinas - Pss	21/06/2026

Art.2º As despesas das presentes prorrogações correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 18 de novembro de 2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:72AEDDB9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 074/2025

O Município de Contenda, por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Concurso Público Edital nº 001/2024, de 17 de junho de 2024 e obedecida à classificação homologada pelo Edital nº 017/2024 de 10 de outubro de 2024, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir o cargo e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados desistentes os candidatos que não atenderem a presente convocação.

CARGO: EDUCADOR SOCIAL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
23°	BIERTE BRELAZ DE LIMA

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
83° AC- 3° PCD (*)	ANDRESSA DA SILVA MORAIS

(*) Final de lista.

Contenda, 18 de novembro de 2025.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO EFETIVO OU EMPREGO PÚBLICO.

O candidato deverá comprovar todos os requisitos elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso ou processo seletivo público.

• Apresentar fotocópia dos documentos abaixo autenticados em cartório, ou apresentar os originais para conferência da autenticidade:

a) Hemograma completo, glicemia de jejum, creatinina sérica, ureia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina; anti HBS, ácido úrico - com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames
laboratoriais e a data da avaliação médica;
b) Carteira de identidade;
c) CPF;
d) Título de Eleitor;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento ou RG e CPF de dependentes;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social com cópias do número do PIS/PASEP, qualificação e das páginas dos contratos anteriores. No caso de Carteira de Trabalho Digital, impressão da carteira onde constem os dados pessoais e os contratos de trabalho.
i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Diploma ou Certificado, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade exigida para o cargo ao qual foi convocado;
k) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo assim exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
l) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (apenas para candidatos do sexo masculino);
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça Federal emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tjpr.jus.br/certidao-de-2-grau-para-pessoa-fisica ;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05(cinco) anos emitida no seguinte endereço eletrônico:

https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor ;
p) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, emitido no seguinte endereço eletrônico: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral ;
q) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
r) Declaração de bens (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos), ou apresentar a declaração completa do imposto de renda do ano anterior à nomeação;
s) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos);
t) Ficha de Cadastro funcional. (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos).
u) O (a) candidato (a) convocado (a) para vagas reservadas a candidatos Afrodescendentes, deverá apresentar, fotografias coloridas, datadas e tiradas há menos de um mês. Conforme Art.2º. da Instrução Normativa Nº 001/2025 – Comissão de Heteroidentificação.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

• Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do edital de convocação, para apresentar-se e entregar a documentação comprobatória da qualificação para posse do cargo. O candidato que não obedecer a este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município de Contenda o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.
• Caso o candidato não deseje ou esteja impedido de assumir a vaga, poderá, mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua inclusão para o final da lista dos aprovados, e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do concurso ou processo seletivo público, a novo chamamento uma só vez.

AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

• O candidato deve obter atestado que comprove boa saúde física e mental, a ser fornecido por Médico ou Junta Médica do Município de Contenda, ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
• Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
• Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

• Para a realização da avaliação médica, o candidato deve apresentar o laudo/resultado dos seguintes exames:

- Hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina sérica, uréia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina, anti HBS, e ácido úrico, todos com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica.

• A avaliação médica e psicológica será agendada conforme orientação do Departamento de Recursos Humanos.

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:A1AAE2BC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.284/2025

Súmula: "Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 347.225,60 (Trezentos e quarenta e sete mil e duzentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) no Orçamento do Município de Contenda para o exercício 2025".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Exercício na rubrica orçamentária de despesa abaixo discriminada o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 347.225,60 (Trezentos e quarenta e sete mil e duzentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos):

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID/USO/FONTE	VALOR
06.000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO		
06.004	DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO		
13.392.0017.2038	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica	1.00.903	347.225,60
TOTAL			**347.225,60**

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados recursos no valor de R$ 347.225,60 (Trezentos e quarenta e sete mil e duzentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) de Provável Excesso de Arrecadação da seguinte Rubrica de Receita:

Rubrica de Receita	ID/USO/FONTE	Descrição Receita	VALOR
1.7.2.9.99.0.1.08.00.00.00.00	1.00.903	TRANSFERENCIA CONVENIO Nº 0567/2025 - NATAL LUZ	347.225,60
TOTAL			**347.225,60**

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 18 de novembro de 2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:BEA2D302

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.285/2025

Súmula: "Altera disposições da Lei nº 1508, de 22 de abril e 2014 que em súmula cria o Conselho Municipal Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência no município de Contenda e institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Contenda, conforme especifica".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI
Art. 1º Fica alterado o Art. 6º da Lei Municipal 1508/2014 que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Contenda será composto por 12 (doze) membros titulares e suplentes, respectivamente, representantes dos seguintes órgãos ou entidades:

***I** - 03 (três) membros, representando a estrutura de governo designados prioritariamente os setores responsáveis pelas Políticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, direitos humanos, saúde, educação, finanças e planejamento, indicados pelos órgãos governamentais;*
II - 03 (três) membros representantes da sociedade civil organizada, e eleitos em assembleia própria, das organizações que atuam junto à

política da Pessoa com Deficiência com domicílio e atuação no município de Contenda.
§ 1º Cada representante terá um suplente com plenos poderes para o substituir provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.
§ 2º A eleição das entidades representantes de cada segmento, titulares e suplentes dar-se-á durante a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
§ 3º O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será eleito entre seus pares."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Contenda, 18 de novembro de 2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:03957838

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
DECRETO 403/2025 (RETIFICADO)

SÚMULA: Retificação de informação de Decreto:
A republicação do Decreto nº 403/2025 de 17 de novembro de 2025, publicado no Diário em se faz necessária em decorrência de informação errônea correta no seu conteúdo.
A correção ora realizada visa garantir a legalidade, transparência e efetividade do ato administrativo, conforme previsto na legislação vigente, assegurando que os dispositivos do decreto sejam compreendidos e aplicados de maneira adequada.
Dispõe sobre Nomeação dos Membros do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA
Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Plano Municipal de Educação os cidadãos abaixo relacionados:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
Titular- Cleide Francisco Sobota
Suplente- Aline dos Santos Drobnieski
Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Titular- Alessandra Mari Raksa
Suplente- Alexsandra Damborovski da Silveira

Representantes do Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
(FUNDEB)
Titular - Adriana Mendes Rauth – Educação (FUNDEB)
Suplente – Renata Cristina Faria dos Santos (FUNDEB)

Representantes da Comissão de Educação, Cultura e Lazer, Turismo e Esporte da
Câmara Municipal de Vereadores:
Agostinho Wojcik – Legislativo
Vanessa Cristina Patla da Silveira – Legislativo

EQUIPE TÉCNICA DO PME: DECRETO Nº. 176/2021
Genoveva Mordaski Hornung – Secretaria M. de Educação, Cultura e Esporte.
Alessandra Mari Raksa – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Cleide Francisco Sobota – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Thais Feitosa Verastegui– Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Suzana de Fátima Correia - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Silvana Cavalim de Souza– Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (Secretária Municipal de Educação).
Juliana Vieira da Silveira dos Anjos - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e
Esporte.
Rosane Gregovsky Gomes - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Aline dos Santos Drobnieski - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
(Documentação Escolar)

Representantes da Administração Pública:
Fábio Luis Malinovski Padilha - Administração Pública.
Patrícia Romão - Administração Pública.
Márcia de Carvalho– Secretaria Municipal de Finanças

Contenda, 18 de Novembro de 2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Gregovsky Gomes
Código Identificador:FEBD6C56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 171 DE 18/11/2025 - CONCURSO 001/2022

EDITAL Nº. 171/2025, de 18 de novembro de 2025.

CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025, Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e **Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 001/2022 de 30/05/2022** (abertura do certame) combinado com Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022(aprovados/homologação)
RESOLVE TORNAR PÚBLICO
I. A ***convocação*** de candidato(a)s aprovado(a)s no Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2022 de 30/05/2022, para o provimento de vaga(s) no cargo de **Engenheiro Civil** conforme Anexo I, parte integrante do presente Edital.
II. Que o(a)s Candidato(a)s convocado(a) tem prazo de 24h00min(vinte e quatro horas), a contar de **19 (dezenove) de novembro de 2025,** para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas, sita a Praça Ângelo Mezzomo SN, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não o cargo público que se habilitou em concurso.
2.1. Que o Candidato não comparecendo ou não se pronunciando no prazo estabelecido neste item será automaticamente eliminado do Concurso Público, aberto através do Edital nº. 01/2022 de 30/05/2022.
III. Que a posse em cargo público dar-se-á no prazo de 15(quinze) dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período (art.26 da Lei Complementar nº. 071/2025), e dependerá do resultado da inspeção e no atendimento aos requisitos estabelecidos no item 2 do Edital de Abertura do Concurso Público sob nº. 01/2022 de 30/05/2022, Anexo II deste.
3.1. Será considerado apto se não apresentar restrições médicas que o contraindique ao exercício do cargo.
3.2. O não atendimento de algum dos requisitos para investidura estabelecida no Edital de Concurso Público nº. 01/2022 eliminará o candidato do concurso.
3.3. É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
IV. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos na Lei nº. 3.514 de 19/09/2025, Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes

Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025, Lei Complementar 073 de 19/09/2025, e no Edital de Concurso Público Nº 01/2022 de 30/05/2022 e demais disposições legais vigentes.
V. Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul – PR, no endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de 2025, 135º da República e 69º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

ANEXO I
EDITAL Nº 171/2025 de 18/11/2025
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Candidatos CONVOCADOS para assumir Cargo de Provimento Efetivo
Decorrente de habilitação no Concurso Público, aberto através do Edital Nº 001/2022, de 30/05/2022:
Cargo Público: **Engenheiro Civil**

Ordem Nº.	Classifi-cação	Nome do Candidato	N. Inscrição	Lotação Funcional
1	7º	CAMILA POLTRONIERE	176993	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

ANEXO II
EDITAL Nº 171/2025 de 18/11/2025
CONCURSO PÚBLICO 001/2022 - Convocação
Requisitos para Nomeação
Documentos Iniciais

cópia da Carteira de Identidade;
cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
certidão negativa de antecedentes criminais do Cartório Criminal do lugar onde tenha residido nos últimos 05 anos, expedida no máximo há 03 (três) meses;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
comprovante de endereço;
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital 001/2022;
Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo.
Para a cargo de Agente Comunitário de Saúde, 1º comprovante de residência, ou ainda através de declaração de residência, assinada por duas testemunhas, cabendo à administração municipal, nos termos do Parágrafo Único do art. 10 da Lei nº 11.350 de 05/10/2006, exonerar unilateralmente o ACS na hipótese de não atendimento ao disposto no Inciso I do art. 6º da referida Lei, ou em função da apresentação de declaração falsa de residência. 2º comprovante de residência deverá ser apresentado, por ocasião da nomeação, pelo candidato habilitado no concurso
demais documentos que a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.

ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da POSSE, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos documentos, implicará na eliminação do candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Publicado por:
Bruno Cesar Müller Amaral
Código Identificador:428D0E02

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO EXTRATO DAS ATAS Nº 204 A 209/2025 PE Nº 64/2025.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Referente ao Edital: Pregão Eletrônico nº 64/2025. Objeto: Registro de Preços para eventuais locações de estruturas e equipamentos para eventos realizados ou apoiados pelo município Prazo: 01 ano, de 17 de novembro de 2025 a 16 de novembro de 2026. Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°	DETENTORA	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
204/2025	LEDER E MAFRA LTDA ME	10.355.221/0001-36	174.039,85
205/2025	IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA	11.327.461/0001-90	483.399,65
206/2025	RODRIGO FRACARO 05731691959	21.966.612/0001-03	219.420,00
207/2025	S G LABERTON LTDA	17.822.678/0001-52	35.800,00
208/2025	4SETE SOM E EVENTOS LTDA	59.085.098/0001-70	794.500,00
209/2025	WV SERVIÇOS LTDA	42.129.716/0001-33	385.911,00

Coronel Vivida, 14 de novembro de 2025.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Cristina Alves
Código Identificador:81F62760

GABINETE DO PREFEITO
DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS DA PROCURADORIA JURÍDICA PARA A GESTÃO DE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS

DECRETO Nº 8.880, de 18 de novembro de 2025

Súmula: Dispõe sobre a consolidação e regulamentação dos procedimentos internos da Procuradoria Jurídica para a gestão de riscos fiscais judiciais, o processo de cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa, e o assessoramento jurídico nos processos de contratações públicas, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o disposto no art. 78, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que as competências de consultoria e representação judicial do Município são exercidas pela Procuradoria Jurídica, vinculada ao Gabinete do Prefeito;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que impõem a transparência, a gestão de riscos e a observância rigorosa das normas de direito financeiro e orçamentário;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, notadamente no que concerne às fases da despesa pública e à apuração de responsabilidades;
CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que reforça a importância da fase de planejamento, da gestão contratual eficaz e da fiscalização contínua;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o fluxo, os prazos, os responsáveis e os critérios técnicos para a atuação da Procuradoria Jurídica em matéria orçamentária, fiscal e contratual;

CONSIDERANDO que a formalização de critérios e procedimentos otimiza o uso dos recursos públicos, confere maior segurança jurídica aos agentes públicos e contribui decisivamente para a recomendação de regularidade das contas anuais de governo;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Seção I

Do objeto e da abrangência

Art. 1º. Este Decreto tem por finalidade estabelecer as diretrizes, os fluxos, os critérios e as responsabilidades dos agentes públicos lotados na Procuradoria Jurídica acerca da conformidade legal e técnica nos seguintes eixos de gestão:

I - Gestão de riscos fiscais judiciais e comunicação intersetorial;

II - Processo de cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa, incluindo a transação tributária e o protesto da certidão de dívida ativa;

III - Assessoramento jurídico nos processos de contratações públicas, desde a fase de planejamento até a gestão da execução contratual.

Art. 2º. A observância das disposições contidas neste Decreto é obrigatória para todos os agentes públicos que, por força de suas atribuições, atuam direta ou indiretamente nos processos e procedimentos aqui regulamentados, independentemente de estarem formalmente vinculados à Procuradoria Jurídica, mas que trabalham em articulação funcional com esta.

Seção II

Dos princípios e diretrizes aplicáveis

Art. 3º. A atuação da Procuradoria Jurídica e das unidades interativas será pautada pelos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, com especial atenção à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público, economicidade e segurança jurídica inarredáveis, conforme as disposições contidas na Constituição Federal.

Parágrafo único. O princípio da eficiência será interpretado, para os fins deste Decreto, como a busca constante pela otimização da arrecadação de créditos públicos, pela minimização dos riscos de responsabilização e pela celeridade na tramitação dos processos essenciais à manutenção da gestão orçamentária e da execução das políticas públicas.

Art. 4º. A gestão fiscal, a cobrança do crédito público e o ciclo das contratações deverão ser conduzidos de forma transparente e articulada, pressupondo a colaboração obrigatória e tempestiva entre a Procuradoria Jurídica e os demais órgãos envolvidos.

CAPÍTULO II

DA REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS

Seção I

Da classificação e mensuração dos riscos judiciais

Art. 5º. Fica instituído o Protocolo de Classificação de Riscos Fiscais Judiciais para fins de subsidiar a contabilidade municipal no registro das provisões e passivos contingentes, garantindo o alinhamento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 03) e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Art. 6º. A classificação da probabilidade de ocorrência dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais será realizada exclusivamente pela Procuradoria Jurídica, com base em critérios técnicos e jurídicos objetivos, assegurando que a análise se estabeleça por instância especializada e com conhecimento aprofundado sobre o estágio processual e o mérito das ações.

§ 1º. A classificação de risco será atribuída às demandas judiciais contra o Município com potencial impacto financeiro, observando as seguintes categorias de probabilidade de perda, em relação ao êxito das pretensões do autor:

I - Probabilidade Remota: configura-se quando a chance de o Município ser condenado é considerada mínima, seja em virtude de forte amparo legal, sólida defesa processual ou jurisprudência consolidada que milita favoravelmente ao ente municipal, e nesse caso o risco não demandará provisionamento contábil.

II - Probabilidade Possível: configura-se quando a chance de o Município ser condenado não é remota, mas também não é provável, existindo incertezas sobre o desfecho processual, o que exigirá a divulgação da informação em notas explicativas das demonstrações contábeis.

III - Probabilidade Provável: configura-se quando a chance de o Município ser condenado é maior do que a de não ser, seja pela fragilidade da defesa, pela existência de precedentes desfavoráveis ou por um estágio processual avançado que indica forte probabilidade de perda, o que demandará o reconhecimento contábil das provisões correspondentes.

§ 2º. A mensuração do risco provável deverá basear-se na estimativa do valor da causa, atualizado com correção monetária e juros até a data do cálculo de provisão, devendo a Procuradoria Jurídica fornecer, também, a estimativa do valor dos riscos classificados como "Possível", para fins de registro em Notas Explicativas.

§ 3º. A revisão da classificação do risco deverá ser reavaliada, no mínimo, a cada alteração de fase processual relevante (ex. sentença, acórdão, ou decisão de provimento de recurso), ou anualmente.

Seção II

Do fluxo de informação e da comunicação intersetorial

Art. 7º. Fica estabelecido o fluxo periódico e obrigatório de informações entre a Procuradoria Jurídica e os órgãos interessados, com o objetivo de subsidiar a gestão fiscal e o adequado registro contábil e orçamentário dos riscos envolvidos.

Art. 8º. A Procuradoria Jurídica encaminhará aos setores interessados, ao menos uma vez ao ano e, preferencialmente, até o final do primeiro quadrimestre do exercício, um Relatório de Riscos Fiscais Judiciais, contendo as seguintes informações consolidadas:

I - Relação das principais demandas judiciais classificadas como risco Provável e Possível, com identificação do número do processo, objeto, valor estimado da potencial perda e a autoridade judicial em que tramita;

II - Apresentação da metodologia de classificação adotada (Provável, Possível, Remoto) e a justificativa para a mensuração de maior impacto;

III - Relato sobre as providências adotadas pelo Município para mitigar os riscos (ex. recursos interpostos, conciliações, propostas de acordos ou alternativas jurídicas).

Art. 9º. O órgão competente, por sua vez, deverá utilizar as informações fornecidas pela Procuradoria Jurídica para os seguintes fins:

I - Contabilidade: Para o devido registro das provisões (risco Provável) e a inclusão das contingências (risco Possível) nas Notas Explicativas das demonstrações contábeis;

II - Planejamento e Finanças: Para a análise e previsão dos impactos orçamentários e financeiros decorrentes dos passivos contingentes, devendo considerar esses valores na elaboração do Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPÍTULO III

DA REGULAMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

Seção I

Do processo de cobrança extrajudicial e da transação

Art. 10. O órgão competente promoverá todos os mecanismos de cobrança administrativa antes do ajuizamento da ação de execução fiscal, visando à máxima eficiência na recuperação do crédito público e à racionalização da cobrança judicial.

Art. 11. Fica estabelecido o prazo máximo de 12 (doze) meses para que o órgão competente efetue a apuração final, constituição definitiva e inscrição em dívida ativa do crédito fiscal não quitado, contado a partir do vencimento do prazo para pagamento, objetivando evitar a preclusão administrativa e a perda do crédito por decurso de prazo.

Art. 12. A cobrança extrajudicial será realizada mediante os seguintes instrumentos, cuja implementação e manutenção de fluxos operacionais são de responsabilidade concorrente com a Procuradoria Jurídica:

I - Notificação Extrajudicial: O contribuinte inscrito em dívida ativa deverá ser formalmente notificado extrajudicialmente, em momento prévio ao ajuizamento ou protesto, assegurando a ciência inequívoca sobre o débito e as opções de regularização;

II - Protesto da Certidão de Dívida Ativa: Fica prevista a utilização do protesto extrajudicial das CDA's como medida de cobrança administrativa, observadas as regras e procedimentos estabelecidos na Lei Municipal nº 3.352, de 03 de junho de 2024;

III - Inscrição do nome do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN): Fica autorizada a inscrição dos devedores em Dívida Ativa no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), mediante convênio formal firmado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 13. O Município adotará o valor mínimo de 02 (duas) Unidades Fiscais do Município – UFM para os créditos fiscais a serem encaminhados a protesto, ponderando a eficiência, os custos operacionais da medida e a legislação que permite a dispensa do protesto quando a medida for comprovadamente ineficiente para a recuperação do crédito.

Art. 14. Nos termos do art. 342, § 1º, da Lei Complementar nº 028 de 23 de dezembro de 2009 (Código Tributário Municipal), o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa poderá ser solicitado na fase inicial de cobrança administrativa, desde que o contribuinte cumpra os requisitos estabelecidos na lei, notadamente a entrada mínima sobre o valor do débito, o valor mínimo de cada parcela e o número máximo de parcelas.

Art. 15. A Procuradoria Jurídica poderá, nos termos de lei municipal específica, propor e celebrar transação tributária para créditos inscritos em Dívida Ativa, especialmente aqueles classificados como de difícil recuperação, irrecuperáveis ou de pequeno valor, como forma de solução de litígios e racionalização da cobrança judicial.

Seção II

Do processo de cobrança judicial

Art. 16. O processo de cobrança judicial será conduzido pela Procuradoria Jurídica, observando o fluxo a seguir detalhado, visando a institucionalização de rotinas eficazes e o aumento da recuperabilidade do crédito público.

Art. 17. Fica estabelecido o prazo máximo de 30 (trinta) dias para que a Procuradoria Jurídica promova o ajuizamento da ação de execução fiscal, contado a partir do recebimento da Certidão de Dívida Ativa e dos documentos necessários para a instrução da ação.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no *caput* poderá ser excepcionalmente excedido nos casos de comprovado acúmulo de serviço da Procuradoria Jurídica.

Art. 18. Todos os ajuizamentos serão precedidos de análise prévia de viabilidade técnica e jurídica do crédito pela Procuradoria Jurídica, com o objetivo de racionalizar o uso do Poder Judiciário e evitar a litigância ineficaz, em especial nos créditos de pequeno valor.

§ 1º. Conforme disposição constante no art. 1º da Lei Municipal nº 3.352, de 03 de junho de 2024, fica fixado em 10 (dez) Unidades Fiscais do Município – UFM o valor mínimo para fins de ajuizamento de execuções fiscais, devendo a Procuradoria Jurídica concentrar esforços nos créditos de maior valor e maior potencial de recuperação, sem prejuízo de adoção das medidas extrajudiciais adequadas para os débitos inferiores.

§ 2º. A análise de viabilidade dos créditos de pequeno valor considerará a existência de bens penhoráveis, a tentativa prévia de notificação extrajudicial e a capacidade econômica do devedor, podendo o Procurador Jurídico responsável, mediante despacho fundamentado, optar por não ajuizar a execução, adotando apenas medidas extrajudiciais mais eficientes, alinhadas à Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 19. A Procuradoria Jurídica responderá pela coordenação da gestão da prescrição intercorrente, instituindo rotinas internas informatizadas de controle e monitoramento dos prazos processuais e ajuizando as medidas necessárias para impulsionar os processos e evitar a extinção das execuções fiscais por inércia.

CAPÍTULO IV

DA REGULAMENTAÇÃO DO ASSESSORAMENTO JURÍDICO EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Seção I

Da atuação jurídica na fase de planejamento e elaboração do edital

Art. 20. A Procuradoria Jurídica atuará de forma consultiva e fiscalizadora em todas as fases da contratação pública, desde o planejamento até a gestão contratual, visando a observância da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, em correlação com os requisitos de controle externo.

Art. 21. Os Estudos Técnicos Preliminares, os Termos de Referência e os Projetos Básicos, deverão ser elaborados pelas unidades técnicas e requisitantes de forma completa e aderente às necessidades da administração, contendo, minimamente, a estimativa detalhada do valor da contratação (com pesquisa de preços de múltiplas fontes), a justificativa quanto ao parcelamento e a análise do ciclo de vida do objeto, antes de serem encaminhados à Procuradoria Jurídica.

Art. 22. A Procuradoria Jurídica realizará a validação integral da minuta de edital e do contrato antes de sua publicação, mediante emissão de parecer jurídico conclusivo.

Parágrafo único. O parecer jurídico terá como foco precípuo:

I - A observância da legalidade do procedimento e a compatibilidade do edital com a legislação de licitações;

II - A coerência do objeto e das especificações técnicas com as exigências contidas nos documentos de planejamento (DFD, ETP e TR) e com as políticas públicas municipais;

III - A adequação das cláusulas de habilitação (técnica e econômico-financeira), devendo ser formalmente justificada a proporcionalidade e a pertinência dos requisitos exigidos em relação ao objeto e ao risco da contratação;

IV - A clareza e a objetividade dos critérios de julgamento e de seleção do fornecedor, incluindo a matriz de pontuação, quando cabível;

V - A regularidade da minuta contratual em face do disposto na Lei nº 14.133/2021, verificando notadamente as cláusulas de preço, reajuste, repactuação, critérios objetivos de medição e de aceitação do objeto, garantias e penalidades.

Seção II

Da atuação jurídica na gestão e fiscalização contratual

Art. 23. A Procuradoria Jurídica prestará o devido assessoramento jurídico aos gestores e fiscais de contrato em todas as questões relativas à execução contratual, especialmente nos temas que envolvam desequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo, aplicação de sanções e rescisão contratual.

Art. 24. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelas contratadas deverão ser instruídos com parecer técnico e econômico da unidade requisitante ou do setor de engenharia/planejamento, antes de serem submetidos à Procuradoria Jurídica.

§ 1º. A Procuradoria Jurídica emitirá análise formal de todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, verificando:

I - O nexo de causalidade entre o evento invocado e o efetivo desequilíbrio contratual;

II - A suficiência e a legalidade da documentação técnica e econômica apresentada;

III - O cálculo do valor a ser reequilibrado, devendo a decisão final da autoridade competente se limitar ao que for comprovadamente devido.

§ 2º. Os pareceres jurídicos e técnicos sobre os pedidos de reequilíbrio deverão ser concluídos e devidamente documentados no processo em prazo compatível com o previsto no contrato para resposta, assegurando a tempestividade da análise.

Art. 25. Todo processo de aplicação de sanção por descumprimento contratual, observado o constante no art. 210, § 4º, do Decreto Municipal nº 8.266, de 10 de novembro de 2024, deverá ser precedido de parecer jurídico da Procuradoria Jurídica, que atestará o devido processo administrativo, a garantia do contraditório e da ampla defesa, a proporcionalidade da sanção.

Art. 26. Toda decisão sobre prorrogação da vigência contratual deverá ser precedida de parecer jurídico da Procuradoria Jurídica, que atestará a vantajosidade da prorrogação em comparação com uma nova contratação.

CAPÍTULO V

DA PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA

Art. 27. A Secretaria Municipal de Administração promoverá a divulgação deste Decreto nos canais internos de comunicação, em atenção ao princípio da publicidade e em cumprimento aos requisitos de transparência estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 28. Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na aplicação deste Decreto a serão dirimidos por meio de decisão fundamentada do Prefeito Municipal.

Art. 29. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo seus dispositivos serem adotados imediatamente por todas as unidades responsáveis.
Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025 (dois e vinte e cinco).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:FA7B38BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2025

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃON°18/2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

A Câmara Municipal de Diamante D'Oeste (PR), em conformidade com Artigo nº. 75, Inciso II – da Lei Federal nº. 14.133/2021, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados no processo que pretende realizar Contratação de empresar parafornecimento de 15 kit natalina para os servidores, comissionados e agentes políticos da Câmara Municipal de Diamante D`Oeste**,**em consonância com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência. Nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2025, as empresas interessadas podem apresentar Proposta de Preços, conforme prevista em Edital, oportunidade em que a Câmara Municipal escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 26/11/2025 às 16 horas (horário de Brasília-DF). O valor global estimado para contratação é de R$ 8.255,00 (oito mil e duzentos e cinquenta e cinco reais).A Proposta de Preços, de acordo com o modelo anexo ao Edital, poderá ser entregue no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste/Pr., Rua Belém, nº 289, no horário das 8h às 11:30h e das 13:30h às 16 horas, nos dias especificados neste Aviso ou pelo e-mail: camaradiamante@gmail.com, em qualquer horário, até a data e horário de limite, fazendo referência, no assunto do e-mail, à DISPENSA DE VALOR Nº. 18/2025. O Edital/Termo de Referência da Dispensa está disponível no Site Oficial da Câmara https://diamantedoeste.eloweb.net/portaltransparencia/2/ na aba "Licitações em Andamento". Outras informações podem ser obtidas com membros da Comissão Permanente de Compras e Licitações, no mesmo endereço e horários acima, de segunda a sexta feira.

Diamante D'Oeste/PR - PR, 18 de novembro de 2025

NILSON SEVERINO DO NASCIMENTO
Presidente Comissão de Licitação

ORESTES CLAUDIO BATISTA
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:3EDAAFD7

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 17/2025

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°17/2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

A Câmara Municipal de Diamante D'Oeste (PR), em conformidade com Artigo nº. 75, Inciso II – da Lei Federal nº. 14.133/2021, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados no processo que pretende realizar Contratação de empresar para fazer o Buffet completo para o encerramento das atividades da Câmara Municipal de Diamante D`Oeste**,**em consonância com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência. Nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2025, as empresas interessadas podem apresentar Proposta de Preços, conforme prevista em Edital, oportunidade em que a Câmara Municipal escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 26/11/2025 às 16 horas (horário de Brasília-DF). O valor global estimado para contratação é de R$ 8.133,33(oito mil cento e trinte e três reais e trinta e três centavos). A Proposta de Preços, de acordo com o modelo anexo ao Edital, poderá ser entregue no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste/Pr., Rua Belém, nº 289, no horário das 8h às 11:30h e das 13:30h às 16 horas, nos dias especificados neste Aviso ou pelo e-mail: camaradiamante@gmail.com, em qualquer horário, até a data e horário de limite, fazendo referência, no assunto do e-mail, à DISPENSA DE VALOR Nº. 17/2025. O Edital/Termo de Referência da Dispensa está disponível no Site Oficial da Câmara https://diamantedoeste.eloweb.net/portaltransparencia/2/ na aba "Licitações em Andamento". Outras informações podem ser obtidas com membros da Comissão Permanente de Compras e Licitações, no mesmo endereço e horários acima, de segunda a sexta feira.

Diamante D'Oeste/PR - PR, 18 de novembro de 2025

NILSON SEVERINO DO NASCIMENTO
Presidente Comissão de Licitação

ORESTES CLAUDIO BATISTA
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:7D7D1EED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2701/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 481/2024 de 06/11/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 9.000,00 (nove mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0006.2.013.	Fortalecimento da Atenção Primária	
445 - 3.3.90.40.00.00 406	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	6.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.244.0014.2.041.	Manutenção da Política de Assistência Social	
446 - 3.3.90.30.00.00 401	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00

Total Suplementação: 9.000,00
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.3.2.1.01.01.03.2000 Fonte 401..... R$ 3.000,00.
Receita 1.7.1.3.50.11.12.0000 Fonte 406..... R$ 6.000,00.
Total da Receita..... R$ 9.000,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:762F9B1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2702/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 481/2024 de 06/11/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.200,00 (um mil duzentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.244.0014.2.041.	Manutenção da Política de Assistência Social	
404 - 3.3.90.14.00.00 3402	DIÁRIAS - CIVIL	1.200,00

Total Suplementação: 1.200,00
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:91F12E7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 531/2025

LEI MUNICIPAL N° 531/2025

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E O USO DE UNIFORMES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, DEFINE PADRÕES PARA AS SECRETARIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir uniformes para os servidores públicos municipais lotados nas Secretarias, conforme os padrões definidos no Anexo I desta Lei.

§ 1º. Os padrões de uniformes para cada secretaria serão detalhados em um anexo específico (Anexo I), que deverá conter a descrição do modelo e identificação visual do município.

§ 2º. A aquisição dos uniformes deverá observar os procedimentos licitatórios previstos na legislação vigente, garantindo a economicidade e a transparência na aplicação dos recursos públicos.

§ 3º. O uniforme padrão será que uso obrigatório das secretárias.

Art. 2º. A aquisição das vestimentas executivas deverá seguir os critérios de qualidade, adequação e representatividade, buscando a melhor imagem institucional do município.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Os uniformes dispostos nesta Lei serão renovados a cada 2 anos, em caso de necessidade de cada secretaria.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE
Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I – PADRÕES DE UNIFORMES POR SECRETARIA
Secretaria de Saúde:
Modelo: Camiseta com mangas curtas, gola em V, oval ou polo.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.

ACS e ACE:
Modelo: Camiseta com mangas longa com proteção UV, gola em V ou oval.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:
Modelo: Camiseta com mangas curtas, gola em V, oval ou polo.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.
E,

Professores:
Modelo: Jaleco regata com botões.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.

Secretaria de Administração:
Modelo: Camiseta com mangas curtas, gola em V, oval ou polo.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.

Secretaria de Agricultura:
Modelo: Camiseta com mangas curtas, gola em V, oval ou polo.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.
OU
Modelo: Camiseta com mangas longa com proteção UV, gola em V ou oval.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.

Secretaria de Viação e Obras:
Modelo: Camiseta com mangas curtas, gola em V, oval ou polo.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.
OU
Modelo: Camiseta com mangas longa com proteção UV, gola em V ou oval.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.

Secretaria de Assistência Social:
Modelo: Camiseta com mangas curtas, gola em V, oval ou polo.
Identificação: Brasão do município e nome da secretaria.

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:27F5C4F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 532/2025

LEI MUNICIPAL N° 532/2025

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ SUBSCRITORES, COM A FINALIDADE DE FORMALIZAR A CONSTITUIÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS AOS TERMOS DO REGIME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº. 11.107/2005 E SUA REGULAMENTAÇÃO, VOLTADO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º. Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º. Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3º. O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º. Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE DIAMANTE D´OESTE
Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:7D2B58B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº002/2025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

SUMULA: O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI - Aprova o Termo de Adesão e Plano de Ação do Incentivo "Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo", modalidade Fundo a Fundo, conforme a Deliberação do CEDIPI/PR nº049/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - (CMDPI), de Diamante D'Oeste – Pr., de acordo com suas competências conferidas pelas leis nº 8.842/94, (Politica Nacional do Idoso), Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), Lei Estadual nº 11.863/97 (Politica Estadual do Idoso) e Lei Municipal nº 122/2017, considerando a deliberação da plenária do dia **17 de Novembro de 2025**

RESOLVE:
Art.1º - Aprovar o Termo de Adesão do Incentivo "Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo", modalidade Fundo a Fundo, conforme a Deliberação do CEDIPI/PR nº049/25.
Art.2º - Aprovar o Plano de Ação para execução do Incentivo "Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo", modalidade Fundo a Fundo, conforme a Deliberação do CEDIPI/PR nº049/25.
Art.3º - Essa resolução entra em vigor na data de publicação.

Sala de Reuniões compartilhada do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
Aos Dezessete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte cinco.

MARIA CÉLIA SANTANA

Presidente do CMDPI

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:BFD24730

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO CONTRATUAL DISPENSA 90

E X T R A T O C O N T R A T U A L D E P R E S T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O
Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado à empresa abaixo qualificada; Processo Licitatório sob nº 245/2025, Dispensa de Licitação sob nº 90/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada nos serviços de manutenção de porta de vidro automática, com fornecimento de peças, mão de obra e deslocamento, atendendo a necessidade da Secretaria; Secretaria Municipal de Saúde do Município de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO SOB Nº 385/2025, datado de 18-11-2025, com Vigência de 06 (seis) meses, ou seja, até 18-05-2026.

EMPRESA CONTRATADA	Valor Global R$
"**PECSYSTEM SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA - ME**", Inscrita no CNPJ/MF. Sob nº 52.156.722/0001-33.	R$ 1.800,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:ADE20A98

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
RETIFICAÇÃO CP 05/2025

R E T I F I C A Ç Ã O
No Aviso de Licitação, Edital e Anexos; PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº 221/2025; CONCORRÊNCIA PÚBLICA SOB Nº 05/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Jornal Tribuna e Diário Oficial Paraná, no dia 15-10-2025.
CONSTA: DATA DE ABERTURA DIA 17-11-2025 às 09:00 horas;
CORRIGIR: DATA DE ABERTURA DIA 22-12-2025 às 09:00 horas;
Obs: Houve também mudanças no Edital, Anexos e Cronograma Físico Financeiro.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:8E1DBE26

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER-CMDM- DOIS VIZINHOS (RESOLUÇÃO Nº 006/2025)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER-CMDM- DOIS VIZINHOS
(RESOLUÇÃO Nº 006/2025)

O Conselho Municipal Dos Direitos da Mulher do Município de Dois Vizinhos Paraná, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2025, registrada na Ata 07/2025, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 2.526/2021, e em conformidade com as legislações e normativas vigentes sobre a gestão e controle social dos Fundos Municipais, considerando a necessidade

de assegurar transparência, publicidade, comprovação e regularidade na análise das prestações de contas referentes aos recursos repassados.
Resolve:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas referente ao período de dezembro de 2023 a dezembro de 2024, da Deliberação 08/2023, cujo repasse objetiva o **Apoio e Fortalecimento da Politica Publica dos Direitos da Mulher.**
Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dois Vizinhos, 13 de Novembro de 2025.

ALINE MARCH
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Dois Vizinhos

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:369F45F4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22768/2025

DECRETO Nº 22768/2025

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R$ 23.826,70 e dá outras providências.

Luiz Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos-Pr, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 23.826,70 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta centavos) proveniente do superavit financeiro do exercício de 2024 abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0010.2064	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5661	01247-FNAS/Liberdade Assistida-Prot Serv á Comunidade	23.826,70
	SUBTOTAL	23.826,70
	TOTAL	23.826,70

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 28 de outubro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, 64° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B6F79E67

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22782/2025

DECRETO Nº 22782/2025

Regulamenta a concessão da Licença-Prêmio aos profissionais do Magistério Público Municipal de Dois Vizinhos – PR, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.902/2025**.**

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 96 a 99 da **Lei Municipal nº 2.902/2025**, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A concessão da **Licença-Prêmio** aos profissionais do Magistério Público Municipal de Dois Vizinhos – PR será regulamentada por este Decreto, observando o disposto na Lei Municipal nº 2.902/2025 e demais normas correlatas.

Art. 2º A Licença-Prêmio constitui direito do servidor efetivo que, a cada período de **cinco anos de efetivo exercício ininterrupto**, fizer jus a **três meses de licença com vencimentos integrais**, desde que atenda aos critérios de assiduidade e regularidade funcional estabelecidos neste Decreto.

CAPÍTULO II – DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO

Art. 3º O principal critério de concessão da Licença-Prêmio será a **ordem cronológica de protocolo** do requerimento, a ser formalizado pelo servidor no **Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos**, no mês anterior da data do vencimento do **respectivo quinquênio**.

§ 1º O protocolo fora do prazo previsto no caput implicará **perda do direito à concessão da licença prêmio referente àquele quinquênio e o profissional receberá automaticamente a gratificação de assiduidade em folha de pagamento.**

Art. 4º Farão jus à licença apenas os profissionais que, durante o quinquênio avaliado:

§ 1º – não tenham ultrapassado o limite de **90 (noventa) dias de afastamentos legais. Para fins da licença prêmio ou gratificação de assiduidade, não se considera interrupção de exercício os afastamentos a seguir relacionados:**

I - Férias;
II - Licença casamento até oito dias;
III - Luto por falecimento de cônjuge, filho, pai, mãe, irmão, até oito dias;
IV - Convocação para serviço militar;
V - Júri e outros serviços obrigatórios por lei;
VI - Licença ou atestado para tratamento de saúde até o máximo de três meses por quinquênio consecutivos ou alternados;
VII - Licença a funcionária gestante;

§ 2º – não tenham apresentado mais de **5 (cinco) faltas injustificadas**;

§ 3º – não tenham sofrido **penalidade disciplinar** no período;
§4º – não estejam respondendo a processo administrativo disciplinar.

Art. 5º O usufruto da Licença-Prêmio deverá ser previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada a conveniência do serviço público e o calendário escolar.

Art. 6º O servidor que estiver no exercício de **cargo ou função de confiança**, tais como **Direção Escolar, Coordenação Pedagógica ou Assessoramento Pedagógico**, **não poderá usufruir a Licença-Prêmio durante o período de designação**, ficando o direito **automaticamente acumulado** para usufruto posterior, ao término da respectiva função.

CAPÍTULO III – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 7º O processo de concessão da Licença-Prêmio compreenderá as seguintes etapas:
I – requerimento do servidor junto ao Departamento de Gestão de Pessoas;
II – verificação dos requisitos legais e da situação funcional;
III – manifestação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
IV – emissão de parecer conclusivo;
V – publicação do ato de concessão em Diário Oficial ou meio equivalente.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em conjunto com o Departamento de Gestão de Pessoas, expedirá anualmente **Instrução Normativa** estabelecendo o cronograma, os prazos e as orientações operacionais para o protocolo e concessão da Licença-Prêmio.

Art. 9º Fica estabelecido que, em caso de empate na ordem cronológica de protocolo para concessão da Licença-Prêmio, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – maior tempo de efetivo exercício no cargo;
II – menor número de atestados médicos apresentados no quinquênio;
III – menor número de licenças usufruídas;
IV – maior idade;
V – maior titulação;
VI – maior número de dependentes diretos.

Parágrafo único. Esses critérios complementam o disposto nos arts. 96 a 99 da Lei Municipal nº 2.902/2025, que revogou as Leis nº 1.689/2012 e nº 1.804/2013, mantendo a continuidade normativa quanto às regras de assiduidade, substituição e concessão proporcional da Licença-Prêmio.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela **Comissão de Gestão do Magistério**, em conjunto com a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, observando-se os princípios e critérios estabelecidos neste Decreto e na Lei nº 2.902/2025.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 64º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:69BF8751

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22816/2025

DECRETO Nº 22816/2025

Revoga o recesso do dia 21 de novembro de 2025.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o dia 20 de novembro (quinta-feira) é feriado nacional, motivo pelo qual foi inicialmente previsto recesso administrativo no dia 21 de novembro (sexta-feira);
CONSIDERANDO que o Município se encontra na fase final de organização da Expovizinhos 2025, evento que demanda atuação contínua das equipes de campo e administrativas, especialmente para conclusão de ajustes operacionais, finalização de estruturas, definição de cronogramas e atendimento das solicitações dos expositores;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de preservação da rotina administrativa, evitando a paralização da máquina pública por quatro dias consecutivos;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica revogado o recesso administrativo anteriormente estabelecido para o dia 21 de novembro de 2025, constante do Decreto nº 21.592/2025, devendo haver expediente em todas as repartições municipais.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 64º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7F66574E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22819/2025

DECRETO Nº 22819/2025

Prorroga o prazo de adesão ao "REFIS-DV".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de adesão ao "REFIS-DV", por mais 90 (noventa) dias, conforme art. 11 da Lei Municipal nº 2845/2025.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de novembro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 64º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:382211F6

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DELIBERAÇÃO 10/2025

DELIBERAÇÃO 10/2025

Dispõe sobre a Aprovação do Regimento Interno do Conselho Tutelar de Dois Vizinhos – PR;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dois Vizinhos PR, em Reunião Ordinária realizada no dia 18 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições legais:

DELIBEROU

Art. 1º Pela aprovação do Regimento Interno do Conselho Tutelar de Dois Vizinhos – PR;

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação;

PUBLIQUE-SE

Dois Vizinhos PR, 18 de Novembro de 2025.

Atenciosamente,

CÁTIA BONIN
Presidente do CMDCA
Dois Vizinhos-PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9C29C412

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

DOCUMENTOS REFERENCIAIS
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR PORTARIA nº 117/2025
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA
Dispensa de Licitação nº 90003/2025 – Contrato nº 278/2025

À Empresa **EXITUS COMERCIAL PRODUTOS E SERVICOS LTDA**
CNPJ: 14.163.479/0001-91
Rua das Orquideas, nº 587 – Chácara Primavera, Campinas – SP.

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal,

Versa o presente expediente sobre a instauração de processo administrativo para apurar possíveis infrações às obrigações contratuais praticadas contra o Município de Dois Vizinhos/PR, considerando o descumprimento das obrigações contratuais previstas no Contrato nº 278, firmado entre esta Administração Pública Municipal e a empresa acima identificada, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 22.134/2025, fica V.Sa. NOTIFICADA do rompimento unilateral do referido contrato, por motivo de inadimplemento contratual.
Em decorrência do rompimento e conforme a legislação vigente, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, correspondente a R$ 2.379,68 (dois mil, trezentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos), com fundamento no art. 5º, inciso V, alínea "h" do Decreto Municipal nº 22.134/2025;

b) Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Dois Vizinhos pelo prazo de 12 (doze) meses, equivalente a um terço do prazo máximo previsto no art. 7º, inciso II, do Decreto Municipal nº 22.134/2025, considerando a primariedade da contratada como atenuante relevante.

A empresa poderá, no prazo de 15 (Quinze) dias contados do recebimento desta notificação, apresentar defesa ou manifestação, conforme prevê o nos termos do art. 23

do Decreto Municipal nº 22.134/2025.

Ressalta-se que a ausência de manifestação no prazo concedido implicará na continuidade do processo à revelia, sem prejuízo do exercício posterior do direito de defesa, nos termos do Decreto nº 22.134/2025.

Atenciosamente,

Dois Vizinhos-PR, 30 de outubro de 2025.

CAETANO BESSON FERNANDES
Matrícula 20286-1 Portaria nº 072/2025

MARCELO STEIN
Matrícula 18853-1 Portaria nº 072/2025

CESAR ANTÔNIO TUMELERO
Matrícula 20444-1 Fiscal do Contrato
Portaria nº 072/2025

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:94380EC3

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
(RESOLUÇÃO Nº 004/2025)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA– CMDPI- DOIS VIZINHOS – PR

(RESOLUÇÃO Nº 004/2025)

O Conselho Municipal Dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Dois Vizinhos Paraná, em reunião ordinária realizada no dia 14 de novembro de 2025, registrada na Ata 08/2025, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 2354/ 2019.

DELIBERA:

Art. 1º – pela aprovação e adesão ao Plano de Ação do repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa da Deliberação nº 049/2025/CEDIPI/PR Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.
Dois Vizinhos , 14 de novembro de 2025.

CRISTIANE REGINA MAZURANA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:ADF080DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº0007/2025.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Nº0007/2025.

CONTRATANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO – MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, QUE SERÁ REALIZADO DE 05 A 07 DE DEZEMBRO DE 2025, NA QUADRA DE ESPORTES MUNICIPAL, SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 11.566,68 (ONZE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SETENTA E SESSENTA E OITO CENTAVOS).

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até o dia 27/11/2025 às 09h:00min.
DATA DE ABERTURA DA FASE DE DISPUTA: 27/11/2025
HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA: 09h: 05min
DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (SEIS) HORAS
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS: NÃO

DISPOSIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito http://www.doutorulysses.pr.gov.br/licitacao/; e no Site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, sito o Site: http://www.bll.org.br.

VALIDADE DA CONTRATAÇÃO: 12 MESES

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderá ser obtido junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 16h00minh. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 19 de Novembro de 2025.

HELISSON PATRICK BESTEL
Agente de Contratação

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:00B42A49

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 111/2025 DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO.

PORTARIA Nº. 0111/2025

SÚMULA: Dispõe sobre designação de gestor e fiscal de contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público 001/2025 destinado à seleção de produtores rurais que se habilitarem para participar do Programa Rota do Progresso, que visa à aquisição e instalação de estufas agrícolas nas propriedades beneficiadas;
CONSIDERANDO a necessidade de designar servidores como Gestor e Fiscal de Contrato, respectivamente, na condição de titulares e suplentes, para gerir e fiscalizar a execução de convênio a ser celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, vinculado ao Programa Rota do Progresso e o Município de Doutor Ulysses referente ao processo seletivo;
RESOLVE:
Art. 1º - DESIGNAR os seguintes servidores como Gestor e Fiscal de contrato do Edital de Chamamento Público do Programa Rota do Progresso:

•
MARLON DA APARECIDA DE JESUS CHAMBERLAIN – Secretário Municipal de Agricultura – Gestor Titular;

•
FLÁVIO DALLA VECCHIA – Subsecretário Municipal de Agricultura – Gestor Suplente;

•
FERNANDA ALVES DA SILVA – Chefe da Divisão – Fiscal Suplente;

•
ROBERT PLATNER ILHA – Técnico Agrícola – Fiscal Titular;

Art. 2º - Compete à Comissão:
I – acompanhar e coordenar a execução do convênio a ser celebrado entre o Município de Doutor Ulysses e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), vinculado ao Programa Rota do Progresso;
II – Validar e aprovar os relatórios e pareceres da fiscalização, garantindo que as atividades sejam executadas dentro dos parâmetros estabelecidos no convênio e no edital;

III – Realizar o acompanhamento da execução do contrato e do convênio, verificando se os termos acordados estão sendo cumpridos de acordo com as cláusulas estabelecidas no edital e no contrato de adesão;

IV – Avaliar e fiscalizar o cumprimento das obrigações dos produtores rurais beneficiados pelo programa, garantindo que as estufas agrícolas sejam adquiridas e instaladas conforme as especificações estabelecidas;

Art. 3º - O Gestor e o Fiscal de Contrato exercerão suas funções até a conclusão de todas as etapas previstas no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e até a formalização do cumprimento de todas as obrigações contratuais.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, 18 de Novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0EE704A4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 112/2025 NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES PARA O BIÊNIO 2025–2027

PORTARIA Nº 112/2025

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES PARA O BIÊNIO 2025–2027

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 013/2024, que institui o Sistema Municipal de Cultura e cria o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para o biênio 2025–2027, conforme composição abaixo:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
1. Órgão Gestor da Cultura – Presidência do CMPC
Presidente: Mauri Pereira Lins
2. Secretaria Municipal de Educação
Titular: Andiaro Cunha Bacelar
Suplente: Luciane da Silva Fitz
3. Secretaria Municipal de Finanças
Titular: Marcia Lais Crissi de Paula
Suplente: Welitom Souza Neckel
4. Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Daniele Gabriel de Oliveira
Suplente: Mario dos Santos Padilha
5. Secretaria Municipal de Administração
Titular: Israel Lincoln Bombonate Feitosa de Lima

Suplente: Helisson Patrick Bestel
6. Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Anderson Leme da Silva
Suplente: Joceli Ferreira da Rosa Cruz
II – REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS
1. Setorial de Artesanato, Artes Visuais e Design
Titular: Rozana Alves David
Suplente: Alzira Teófila Braine Crissi
2. Setorial de Música
Titular: Vanderlei Leme da Silva
Suplente: Guilherme Vomok
3. Setorial de Artes Cênicas (Teatro, Circo e Dança)
Titular: Gilmar Primitivo
Suplente: —
4. Patrimônio Cultural, Povos Originários, Povos Tradicionais, Manifestações Populares
Titular: Daiane Rosa Paranho
Suplente: Sueli Rosa
5. Setorial de Audiovisual, Game e Arte Digital
Titular: Alan Ariel de Souza Cordeiro
Suplente: Marcos Adivael Braine
6. Setorial de Literatura
Titular: Alessandra Aparecida Geliet
Suplente: Valdineia da Aparecida Silva Debastiani

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Doutor Ulysses, 17 de novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D763C1FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
1 º AVISO RETIFICADOR PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2025

(Alteração no termo de referência, data e horário de abertura da sessão)

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, COMPRIMIDOS E SOLUÇÕES, INJETÁVEIS E PSICOTRÓPICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**
Informamos que em razão de alterações no termo de referência, serão efetuadas as retificações necessárias, ficando assim informada a nova data e horário de abertura.
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 19/11/2025 às 08:30h do dia 08/12/2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:30h às 09:00h do 08/12/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 08/12/2025**, acrescido do período aleatório.**
LOCAL: www.bll.org.br**_**"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 18 de novembro de 2025.

CARMEN LUCIANE ANDREOLA CABRAL
Agente de Contratação
Portaria 118/2025

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:76E27FA7

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 035/2025 CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2025
CONTRATO Nº 084/2025

OBJETO: Credenciamento de "pessoas jurídicas" especializadas na prestação de serviços na área de ginecologia e obstetrícia, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Fernandes Pinheiro.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

EMPRESA CREDENCIADA E CONTRATADA:

Lote 01 – PROFISSIONAIS NA ÁREA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

Empresa	CNPJ	Profissional credenciado
IRATI ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S LTDA	07.699.577/0001-82	Danielle Evangelista Albino de Oliveira

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, Caput, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de novembro de 2025.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:468998B4

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 262/2025 SÚMULA: DESLIGAMENTO DE EMPREGADA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e considerando solicitação de desligamento,

DECRETA:

Art. 1º - Fica desligada, a pedido, Janete dos Santos, matrícula 1378-1, do cargo temporário de Técnico em Enfermagem PSS, a partir de 17/11/2025.
Art. 2º - Nomeada pelo Decreto n° 254/2025, exerceu o cargo no período de 11/11/2025 a 16/11/2025.
. Art. 3°- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 17 de novembro de 2025

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:CCC94790

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS DA MULHER
RESOLUÇÃO Nº 13/2025 – CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Política Municipal de Assistência Social, conforme Lei Municipal nº 853/2024.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Fernandes Pinheiro – PR, em reunião extraordinária realizada no dia 10 de novembro de 2025, registrada na Ata nº 197/2025, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 11/97, de 27 de agosto de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Política Municipal de Assistência Social, instituída pela Lei Municipal nº 853/2024, que organiza, regulamenta e orienta a execução dos serviços, programas, projetos, benefícios e demais ações socioassistenciais no âmbito do Município de Fernandes Pinheiro.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fernandes Pinheiro – PR, 18 de novembro de 2025.

ADRIANA KENDZIERSKI IAREK
Presidente do CMAS

Publicado por:
Jacson Ricardo Ribeiro
Código Identificador:FACC5DF9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
EXTRATO

Contrato N°	115/2025			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	TECELAGEM MADRYTEX LTDA			
Valor:	16.972,90			
Vigência:	Início:	18/11/2025	Término:	18/11/2026
Licitação:	56/2025			
Objeto da Contratação: Aquisição de materiais e insumos diversos para custear as oficinas do SCFV, ofertadas pela Secretaria de Assistência Social e CRAS.				
Flor da Serra do Sul, 18 de Novembro de 2025				

Contrato N°	116/2025			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	HERNANDES & CIA LTDA			
Valor:	3.814,90			
Vigência:	Início:	18/11/2025	Término:	18/11/2026
Licitação:	56/2025			
Objeto da Contratação: Aquisição de materiais e insumos diversos para custear as oficinas do SCFV, ofertadas pela Secretaria de Assistência Social e CRAS.				
Flor da Serra do Sul, 18 de Novembro de 2025				

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:872491A2

LICITAÇÕES
EXTRATOS NATAL

Contrato N°	113/2025			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	LUZ & FORMA COMERCIO E DECORACOES LTDAMIGUEL			
Valor:	250.000,00			
Vigência:	Início:	18/11/2025	Término:	18/11/2026
Licitação:	60/2025			
Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada para locação, transporte, montagem, instalação elétrica, manutenção e retirada da decoração natalina no município de Flor da Serra do Sul - PR				
Flor da Serra do Sul, 18 de Novembro de 2025				

Contrato N°	114/2025			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	50.977.678 CLAUDINEI LANGNER			
Valor:	49.000,00			
Vigência:	Início:	18/11/2025	Término:	18/11/2026
Licitação:	60/2025			
Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada para locação, transporte, montagem, instalação elétrica, manutenção e retirada da decoração natalina no município de Flor da Serra do Sul - PR				
Flor da Serra do Sul, 18 de Novembro de 2025				

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:FBA3CE3E

LICITAÇÕES
FRACASADA

Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul
O Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, Sr. Valmor Felipe Junior, no uso de suas atribuições legais, torna público e para o conhecimento dos interessados o Resultado de Licitação:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 61/2025.
OBJETO: **Registro de Preços visando a Aquisição futura e eventual de concreto usinado convencional FCK, para atender as demandas de manutenção e reparos em vias públicas, praças, pontes e bueiros do Município de Flor da Serra do Sul-PR.**
RESULTADO**: Item 01: Concreto FCK 20 MPA - "DESERTO"**
Item 02: Concreto FCK 25 MPA- "DESERTO"
Item 03: Concreto FCK 35 MPA - "DESERTO"
Flor da Serra do Sul, 18 de Novembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:2D1707B6

LICITAÇÕES
PE 68

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL – UASG 985475
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2025.
PROCESSO DE COMPRA: 111/2025.
ITENS EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI, E AMPLA CONCORRÊNCIA
O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 95.589.271/0001-30, com sede a Rua Herminio Perondi, 176, em Flor da Serra do Sul, Paraná, torna público e para o conhecimento dos interessados que realizará às **09:00(nove horas), do dia 08 de Dezembro de 2025**, no sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e tem por objeto: **Registro de Preços para aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos, pintura e ferramentas para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Flor da Serra do Sul – PR.** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet pelos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br, https://pncp.gov.br/app/editais e https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsNPfVtIntlwt-A== .
Demais informações pelo e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br.
Flor da Serra do Sul, 18 de Novembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:A29FF5CD

RH
PORTARIA 469/2025

PORTARIA Nº 469/2025

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025, Processo Nº 97/2025**:

Objeto / EXECUÇÃO	Gestor
Aquisição de materiais e insumos diversos para custear as Oficinas do SCFV, ofertadas pela Secretaria de Assistência Social e CRAS.	Thaisline Maso Felipe
	Fiscal Titular
	Deisy Cristina Reina
	Fiscal Suplente
	Maiara Fatima Peron Ortiz

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II – Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 18 de novembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:4C2CF863

RH
PORTARIA 470/2025

PORTARIA Nº 470/2025

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025, Processo Nº 106/2025**:

Objeto / EXECUÇÃO	Gestor
Contratação de empresa especializada para a locação, transporte, montagem, instalação elétrica, manutenção e retirada da decoração natalina no Município de Flor da Serra do Sul-PR.	Flavio Xavier
	Fiscal Titular
	Silmar Pedro Magro
	Fiscal Suplente
	Deisy Cristina Reina

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II – Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 18 de novembro de 2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:A4FABB4A

RH
RESOLUÇÃO 07/2025 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
Rua João Arisi, n° 56- Centro, Flor da Serra do Sul/PR CEP 85.618-000
Fone: (46)3565-1381

RESOLUÇÃO N° 007/2025

SUMULA: Aprovação do Plano de Ação e Termo de Adesão ao Piso Único de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 656/2017, de 29 de novembro de 2017.
CONSIDERANDO a necessidade de análise e aprovação das matérias de competência deste Conselho;
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária realizada em 17 de novembro de 2025, Ata N° 359/2025.

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação e o Termo de adesão ao Piso Único de Assistência Social no valor de R$ 75.000,00.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, 17 de novembro de 2025.

MARINA PARISE REINA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:ED4053D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2025, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2025, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art.1º Convocar, o candidato abaixo relacionado, aprovado no concurso público aberto pelo Edital de Concurso Público nº 001/2024 cujo resultado final divulgado pelo Edital de Divulgação do Resultado Final, homologado em 5 de junho de 2024 pelo Decreto nº 4.502/2024, a comparecer na Prefeitura Municipal de Flórida - Divisão de Recursos Humanos/Setor de Pessoal, **no período de 24/11/2025 a 28/11/2025** no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h:

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO		
NOME	**INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
Douglas Kenji Sakakibara	10001	**7°**

Art.2º O convocado deverá comparecer munido dos documentos originais relacionados abaixo, sendo que o não comparecimento no prazo estipulado, implicará na desclassificação do candidato:

1) CPF;
2) Documento oficial com foto;
3) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral ou último comprovante de votação;
4) Certidão de Estado Civil;
5 Documentos que comprove os requisitos exigidos para o cargo;
6) Certidão negativa de antecedentes criminais;
7) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa e Incorporação.
8) Certidão de Nascimento e CPF de filhos menores de 21 anos não emancipados;
9) Número de inscrição do PIS/PASEP, se possuir;
10) Comprovante de residência;
11) Declaração de Bens, ou última Declaração de Imposto de Renda;
12) Declaração de que não infringe o art. 37, XVI da CF (Acumulação de Cargos e Funções), e ainda quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37, §10, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20/98;
13) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse da administração;

Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida-PR, 18 de novembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:7829FADE

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2025 - CMDPI

RESOLUÇÃO Nº 004/2025 - CMDPI

Dispõe sobre a aprovação do termo de adesão e plano de ação da DELIBERAÇÃO Nº 049/2025/CEDIPI/PR - Incentivo Cuida Mais Paraná: envelhecimento ativo.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto pela Lei Municipal N° 746 de 13 de março de 2024 e a deliberação ocorrida em 29 de outubro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **termo de adesão** da DELIBERAÇÃO Nº 049/2025/CEDIPI/PR - Incentivo Cuida Mais Paraná: envelhecimento ativo.

Art. 2º - Aprovar o **plano de ação** da DELIBERAÇÃO Nº 049/2025/CEDIPI/PR - Incentivo Cuida Mais Paraná: envelhecimento ativo.

Art. 3º - Informar que o **Incentivo Cuida Mais Paraná: envelhecimento ativo**, consiste no cofinanciamento estadual, na categoria de investimento, assegurando sua consolidação como política pública estadual, tendo como linha de ação a promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas.
Parágrafo único. O recurso é destinado exclusivamente para a execução do **Programa Cuida Mais Paraná** conforme a metodologia descrita na DELIBERAÇÃO Nº 049/2025/CEDIPI/PR. O recurso deverá ser aplicado na aquisição de bens permanentes, equipamentos e materiais que subsidiem a implantação e consolidação de espaços de convivência e práticas de atividade física e estimulação cognitiva.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 18 de novembro de 2025.

DULCINÉIA TURRA BULGARELLI
Presidente CMDPI

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:B39E53E9

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 008/2025 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 008/2025 - CMDCA

Dispõe sobre período de férias dos conselheiros tutelares titulares e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 722 de 29 de março de 2023, Decreto Nº 4.395 de 18 de dezembro de 2023 e a deliberação ocorrida em 29 de outubro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a conselheira tutelar **Tatiana Cristina Barbosa**, 30 dias de férias regulamentares para ser usufruída no período de 05/01/2026 a 03/02/2026.

Art. 2º - Conceder, a conselheira tutelar **Marilza Martins dos Santos**, 15 dias de férias regulamentares para ser usufruída no período de 04/02/2026 a 18/02/2026.

Art. 3º - Conceder, a conselheira tutelar **Clevenice Aparecida Benhozzi**, 15 dias de férias regulamentares para ser usufruída no período de 19/02/2026 a 05/03/2026.

Art. 4º - Conceder, ao conselheiro tutelar **Regis Douglas Pereira de Souza**, 30 dias de férias regulamentares para ser usufruída no período de 09/03/2026 a 07/04/2026.

Art. 5º - Conceder, a conselheira tutelar **Amanda Leinieri dos Santos Cambiaghi Fernandes**, 30 dias de férias regulamentares para ser usufruída no período de 08/04/2026 a 07/05/2026.

Art. 6º - Conceder, a conselheira tutelar **Clevenice Aparecida Benhozzi**, 15 dias de férias regulamentares para ser usufruída no período de 11/05/2026 a 25/05/2026.

Art. 7º - Conceder, a conselheira tutelar **Marilza Martins dos Santos**, 15 dias de férias regulamentares para ser usufruída no período de 26/05/2026 a 09/06/2026.

Art. 8º - A convocação de conselheiro tutelar suplente, a ocupar o cargo provisoriamente, substituindo os conselheiros tutelares titulares em período de férias, como descrito do 1º a 7º artigo, será realizada a partir da próxima reunião ordinária do CMDCA.

Art. 9º - Esta resolução entra em vigor na data sua publicação.

Flórida, 18 de novembro de 2025.

LUNARA SCANDELAE LEONI
Presidente CMDCA

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:321EE264

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 009/2025 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 009/2025 - CMAS

Dispõe sobre a aprovação do termo de adesão e plano de ação do repasse PAS - Piso Único de Assistência Social referente ao ano de 2026.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto pela Lei Municipal N° 562 de 12 de dezembro de 2017, sua alteração Lei Municipal N° 645 de 27 de novembro de 2020 e a deliberação ocorrida em 29 de outubro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **termo de adesão** do repasse PAS - Piso Único de Assistência Social referente ao ano de 2026.

Art. 2º - Aprovar o **plano de ação** do repasse PAS - Piso Único de Assistência Social referente ao ano de 2026.

Art. 3º - Informar que o **PAS - Piso Único de Assistência Social** consiste em transferências de recursos financeiros continuados do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e serão destinadas para a execução dos serviços de assistência social, tipificados na Resolução N° 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, bem como na oferta de benefícios eventuais e ações de aprimoramento da gestão municipal de assistência social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Parágrafo único. O plano de ação do PAS - Piso Único de Assistência Social referente ao ano de 2026 do município de Flórida terá como atendimento físico ações destinadas a Proteção Social Básica e o Aprimoramento da Gestão, conforme descrito no SIFF - Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 18 de novembro de 2025.

GRAZIELLY FERNANDES RODRIGUES
Presidente CMAS

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:78DC8420

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
EXTRATO DO CONTRATO 39-2025

EXTRATO DO CONTRATO 39/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, CNPJ/MF 01.615.560/0001-13, CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **IDEAL ENERGIA LTDA.** CNPJ/MF sob Nº **46.021.714/0001-87**, **CONTRATADA**, nos termos do processo de Dispensa de Licitação 25/2025, homologado em 17/11/2025.

DO OBJETO
Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de instalação e fornecimento de enfeites decorativos, manutenção e retirada de objetos natalinos diversos, por sua própria responsabilidade técnica e operacional, a ser executado no Jardim, na fachada e na parte externa da Câmara Municipal de Foz do Jordão - Pr.

DO PRAZO E GARANTIA
O contrato terá vigência e garantia pelo prazo de 90 (dias), a contar de 18 de Novembro de 2025.

DO VALOR
O Valor total acertado e ajustado é pelo valor de R$ 5.289,30 (Cinco Mil Duzentos e Oitenta e Nove Reais e Trinta Centavos), Que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, Conforme proposta apresentada e adjudicada.

Foz do Jordão/PR, 18 de Novembro de 2025.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:4DDDF5B5

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
RESOLUÇÃO Nº. 016/2025

RESOLUÇÃO Nº. 016/2025

Súmula: Estabelece Ponto Facultativo aos servidores da Câmara Municipal de Foz do Jordão do Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido nas atividades administrativas da Câmara Municipal de Foz do Jordão - PR, Ponto Facultativo no dia 21 de Novembro de 2025, aos servidores da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Art. 2º - Em virtude dos efeitos do Art. 1º, não haverá expediente na Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, dentro das condições fixadas.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, em 17 de Novembro de 2025.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara

Publicado por:
Gilvan Pinheiro da Silva
Código Identificador:FEE5D3FB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO LAVAGENS

AVISO DE DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA
CREDENCIAMENTO 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 188/2025

Processo inexigibilidade Nº 008/2025

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná torna publico o CREDENCIAMENTO cujo objeto é, **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LAVAGENS DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAL".**

Os interessados deverão encaminhar seus envelopes de documentos de Credenciamento e suas propostas para a**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, a partir de sua publicação até28 de Novembro de 2025, de segunda a sexta-feira, nos horários de 08h00 às 12h e de 13h00 as 17h00.

O Referido EDITAL poderá ser adquirido no site do município em https://www.fozdojordao.pr.gov.br/ ou na Sala do Departamento de Licitação na Prefeitura Municipal na Rua Padre Emilio Barbieri n° 339, Bairro Centro – CEP: 85.145000, Foz do Jordao Paraná e noPortal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Contato para esclarecimento: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br ou licitacaofozdojordao@gmail.com. Telefone 42 3639-8107

Inicio do Recebimento dos Envelopes de Credenciamento: 19/11/2025 – 08h00
Fim do Recebimento: 28/11/2025 as 15h00.
Abertura dos envelopes: 28 de Novembro de 2025 as 15 horas

Conforme ordem de credenciamento das empresas, a Comissão fara analise da documentação e será realizado o Termo de Credenciamento entre Contratante e Contratada.

Foz do Jordão, 18 de Novembro de 2025.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decretos nº 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:196F6F25

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO INEIGIBILIDADE

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 047/2025
Processo Administrativo: Nº 317/2025

Objeto:"CONTRATAÇÃO DA EMPRESA L'ART EVENTOS ARTISTICO LTDA PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO MUSICAL NO EVENTO ALUSIVO A COMEMORAÇÃO DE ABERTURA DO "NATAL NA PRAÇA 2025" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2025 NA PRAÇA DA BÍBLIA - MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR".
Empresa vencedora:

L'ART EENTOS ARTISTICO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 45.662.007/0001-07, vencedora com valor de **R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais),** para apresentação de espetáculo musical em comemoração de abertura do natal na praça.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 inciso VIII e Artigo 74 Inciso III alínea "a", e suas alterações, resolve Autorizar a contratação por Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Quarta-feira, 18 de Novembro de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:952A2D7C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO INEIGIBILIDADE

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 048/2025
Processo Administrativo: Nº 318/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TROCA E REALOCAÇÃO DE TRANSFORMADOR 3-45 KVA P/ 75KVA EM 34 KV. TENSÃO DE FORNECIMENTO 127/220V PARA ATENDER A PRAÇA DA BÍBLIA, CONFORME ORÇAMENTO E PROTOCOLO Nº 01.20251741493660"
Empresa vencedora:

COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, inscrita no CNPJ Nº 04.368.898/0001-06, vencedora com valor de **R$ 15.792,73 (Quinze mil setecentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos),** para serviços de troca e realocação de transformador na Praça da Bíblia.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 inciso VIII e Artigo 74 Inciso III alínea "a", e suas alterações, resolve Autorizar a contratação por Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Quarta-feira, 18 de novembro de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:DB3B2D23

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 046/2025
Processo Administrativo: Nº 314/2025

Objeto:"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES REFERENTE AO SIPIA- SISTEMA NACIONAL DE REGISTRO SOBRE A GARANTIA DE DIREITOS E SOBRE A ATUAÇÃO ÉTICA DO CONSELHEIRO TUTELAR NOS TERMOS DO ART. 74, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021, APLICÁVEL SUBSIDIARIAMENTE, POR SE TRATAR DE PROFISSIONAL DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO".
Empresa vencedora:

JOEL DOMINGUES DO AMARAL, inscrita no CNPJ Nº 24.062.717/0001-28, vencedora com valor de **R$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais),** para prestação de serviços de capacitação de servidores.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 inciso VIII e Artigo 74 Inciso III alínea "a", e suas alterações, resolve Autorizar a contratação por Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Quarta-feira, 18 de Novembro de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:A8FE4FEA

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO PREVFOZ

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO RPPS DE FOZ DO JORDÃO EXERCÍCIO 2026

1. Introdução
O presente Plano Anual de Capacitação (PAC) tem por objetivo estruturar as ações de desenvolvimento e aprimoramento técnico dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social de Foz do Jordão (Prevfoz) para 2026. O plano está alinhado às diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão), conforme previsto na Portaria MTP nº 1.467/2022, e busca fortalecer a governança, a eficiência administrativa e a sustentabilidade previdenciária.

2. Justificativa
A gestão previdenciária municipal enfrenta desafios crescentes em relação à complexidade normativa, à gestão atuarial, aos investimentos e à base cadastral. Nesse contexto, a capacitação continuada dos servidores é essencial para garantir o cumprimento das normas legais, a transparência das informações e a qualidade dos serviços prestados aos segurados e pensionistas.
Além disso, a qualificação contribui para:
O fortalecimento da governança e controle interno do RPPS;
A melhoria dos processos de planejamento e avaliação atuarial;
A adequada aplicação dos recursos financeiros conforme as regras da política de investimentos;
A prevenção de irregularidades e a manutenção da Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP);

3. Objetivos
Geral:
Promover o aprimoramento técnico e comportamental dos servidores do RPPS, visando maior eficiência, transparência e sustentabilidade do sistema previdenciário municipal.

Específicos:
Atualizar os conhecimentos sobre legislação previdenciária e portarias do MTP e da Secretaria de Previdência;
Capacitar os servidores nas áreas de gestão atuarial, contábil, compensação previdenciária, financeira e de investimentos;
Desenvolver habilidades de uso de sistemas informatizados e controle cadastral;
Incentivar a cultura de governança e ética na administração pública;
Viabilizar cursos para obtenção/manutenção da certificação profissional RPPS;
Treinamentos específicos para atuação em todas as áreas do RPPS.

4. Público-alvo
Servidores efetivos que atuam direta ou indiretamente na gestão do RPPS, incluindo:
Diretor e gestores previdenciários;
Servidores da área contábil, financeira, licitação, de benefícios e cadastro;
Conselheiros do Conselho Deliberativo e Fiscal;
Integrantes do Comitê de Investimentos;
Controle interno.

5. Metodologia
As ações de capacitação ocorrerão por meio de:
Cursos presenciais e online oferecidos pela Secretaria de Previdência, CNM, ABRAPP, ICQ Brasil, APEPREV, ABIPEM, AGIP, ASSIMPASC, TCE/PR e outras instituições reconhecidas;
Seminários, Congressos, Workshops e encontros regionais de RPPS;
Treinamentos internos, realizados por servidores capacitados ou consultorias especializadas;
Avaliação periódica de desempenho e aprendizado após cada ação formativa.
Capacitações referente à Certificação exigida para o cargo/função presencial ou online.

6. Cronograma e Temas Prioritários (2026)
RPPS 2026 – O que Fazer? Apeprev (Fevereiro/2026)
8º Congresso Brasileiro de Investimentos ABIPEM (Março/2026)
XXXIV Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública (Maio/2026)
24º Congresso Previdenciário da APEPREV (Setembro/2026)
Demais capacitações oferecidas pelas principais Associações de Previdência e/ou em parceria com o TCE/PR a serem definidas ao longo do ano de 2026.

7. Recursos e Avaliação
Os recursos necessários serão previstos no orçamento anual do RPPS, na rubrica de capacitação e desenvolvimento de pessoal.
A efetividade do plano será avaliada por meio de:
Relatórios de participação e frequência;
Questionários de satisfação e aprendizado;
Indicadores de melhoria na execução dos processos internos.

8. Considerações Finais
O Plano Anual de Capacitação deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo. Para realização dos cursos o RPPS contará com a parceria do Executivo no fornecimento de transporte para os cursos, e na impossibilidade deste, poderá viabilizar transporte que possibilite a realização das capacitações.
Cabe à Diretoria Executiva indicar cursos e eventos que buscam aprimoramento dos conhecimentos necessários à boa execução das rotinas.
A execução deste Plano Anual de Capacitação 2026 reafirma o compromisso do RPPS com a profissionalização da gestão previdenciária, o fortalecimento institucional e o cumprimento das boas práticas de governança, conforme os parâmetros da Secretaria de Previdência.
Investir na formação dos servidores é investir na sustentabilidade e credibilidade do regime próprio.

Foz do Jordão, 13 de novembro de 2025.

JOSELAINE PRESA
Presidente PREVFOZ

Publicado por:
Rosangela Nascimento
Código Identificador:A5607464

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 97/2025

DECRETO Nº 97/2025

Fixa o reajuste da Contribuição para Custeío do Serviço de llumìnação Públìca - COSIP, para o ano de 2026, no Município de Foz do Jordão - Paraná.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e nas disposições contidas no art. 310, § 2º, e demais contidos na Lei Municipal 522/2012,
DECRETA:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Foz do Jordão, autorizado a atualizar o valor da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, para o ano de 2026, em conformidade com o índice de reajuste da tarifa de energia elétrica incidente sobre a iluminação pública que este ano foi de 1,97%, segundo Resolução Aneel 3.472 de 24/06/2025.
Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão, 14 de novembro de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:18BE0C6F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 332/2025

PORTARIA Nº 332/2025

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997:

RESOLVE:

Artigo 1º – Nomear o Senhor **GUILHERME BENINI** portador do RG nº 10.817.816-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 104.617.579-31 para a Coordenação da Saúde Bucal da Atenção Básica no Âmbito Municipal, na **"SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"** do município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 17 de Novembro de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:43E5BEBC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2025

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão convoca a candidata abaixo relacionado, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2025, conforme Homologação na data de 07 de Agosto de 2025, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão, para regularização de seu registro funcional, em um prazo de 05 (cinco) dias desta convocação, obedecendo rigorosamente ao contido no Edital de Abertura nº 02/2025, deste Município.

FISIOTERAPEUTA

02º SENE GOMES MACIEL

Os candidatos quando convocados deverão comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão, munidos dos seguintes documentos originais para analise com os entregue no ato de inscrição do Processo Seletivo Simplificado.
Carteira de identidade – RG;
Cartão do cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF/MF;
Comprovante de Alistamento ou Dispensa Militar, se o candidato for do sexo masculino;
Titulo eleitoral acompanhado do comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
Diploma de conclusão do curso exigido para o cargo e eventuais certificados de aperfeiçoamento;
Documento que comprove o registro no respectivo Conselho Profissional da Classe;
Atestado médico, conforme modelo no **Anexo III**.
Número de conta bancaria;
Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgão e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de providência social ou do Regime Geral de Previdência relativo a emprego público (art. 37, §10, da CF), salvo se trata das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, casos em que deve ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF, conforme **Anexo I**.
Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo ou emprego público, nos últimos 5 (cinco) anos**;**
Declaração de bens Lei nº 8730 de 10 de novembro de 1993, conforme no **Anexo II**.
Declaração de não Parentesco com a Comissão Organizadora do Processo seletivo, conforme **Anexo IV.**
Comprovante de Declaração de Imposto de Renda ano vigente;

O não comparecimento no prazo estabelecido implica na tácita aceitação da desistência da vaga, bem como de todos os direitos decorrentes de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado, sem posterior recurso.
Foz do Jordão, 18 de novembro de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATICIO

Eu, _____, portador do RG nº: _____, e do CPF nº: _____, profissão_____, residente e domiciliada na Rua: _____, nº: _____, No bairro: _____. Declaro para os devidos fins e sob as penas de lei que atualmente possuo ou não possuo vinculo empregatício ou benefício proveniente de regime próprio de providência social ou do Regime Geral de Previdência nas esferas Federal, Estadual ou Municipal.

( ) possuo vinculo empregatício, qual:_____
_____

( ) não possuo vinculo empregatício

( ) possuo beneficio proveniente de Regime Próprio social ou Regime Geral
Onde:----------_____

( ) não possuo beneficio proveniente de Regime Próprio social ou Regime Geral

Por ser verdade, dato e assino abaixo.

Foz do Jordão, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Eu, _____, _____, (nome completo) (nacionalidade) portador da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, residente e domiciliado à _____,
(endereço completo)
Declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens abaixo relacionados:___ _____.
Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Foz do jordão, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

ATESTADO

Atesto que o(a) Sr.(a) , sexo feminino ( ), sexo masculino ( ), portador(a) do R.G. n.º , **encontra-se, no momento do presente Exame Médico, em perfeitas condições de saúde física e mental para exercer as funções públicas**, citada no Edital do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2025, para a função de
, do Município de Foz do Jordão.

, de de .
Datado de no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de admissão.

Assinatura e Carimbo do Médico com o CRM

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO COM A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Eu_____ , inscrita no RG nº _____ e CPF nº _____, declaro não ter parentesco de 1º e nem 2º grau ascendente ou descendente com qualquer membro da Comissão Organizadora do Processo seletivo simplificado, Edital 01/2025.

----------_____

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:E3466B80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 029/2025

PORTARIA N.° 029/2025, de 18 de novembro de 2025.

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS REGULARES DO SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO DE GENERAL CARNEIRO/PR.

Melchisedeque de Oliveira Machado Filho, Vereador Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

Considerando as Portarias de n.º 001/2025 e n.º 003/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Define o segundo período de férias do servidor Alexsander Martendal.

Art. 2º As férias referente ao segundo período deverão ser gozadas na data de 26/11/2025 a 30/11/2025.

Art. 3º As férias referente ao terceiro período serão gozadas em período a ser definido.

Art. 4º Esta **PORTARIA** entra em vigor no dia 26/11/2025, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Sebastião Branco Costa, Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

Registre-se e Publique-se.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro/PR.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:297500E1

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 471 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe: Sobre a Exoneração do cargo de DIRETOR DE SAÚDE MENTAL

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

EXONERAR, a pedido o Sr.º .**GILMAR FRANCISCO RIBEIRO, matrícula n.º 3308** do cargo de **DIRETOR DE SAÚDE MENTAL** do Município de General Carneiro.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:59C840CB

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 472 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **06** dias de férias regulamentares, ao Sr. **GUILHERME HENRIQUE DUTSOL,** Lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a partir de **29/10/2025 a 04/11/2025** com retorno em **05/11/2025.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo em 29/10/2025.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de Novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:6C146A00

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.133 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do

Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 092/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências administrativas e legais necessárias à efetivação da participação do Município de General Carneiro no Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS, inclusive a assinatura eletrônica qualificada do Protocolo de Intenções, nos termos definidos pelo Consórcio e pela legislação vigente.

Art. 5º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:457DCE02

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.134 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Altera a Lei Municipal nº 2.121, de 23 de setembro de 2025.

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei Nº**. 082/2025** do Executivo Municipal, e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 6º da Lei Municipal nº 2.121, de 23 de setembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Quando o interessado solicitar exclusivamente a cessão de materiais de construção, caberá ao Setor de Assistência Social do Município instruir o pedido, mediante avaliação socioeconômica e justificativa da necessidade. Após o encaminhamento do pedido, a Engenharia do Município, como órgão técnico competente, realizará avaliação e parecer técnico sobre a viabilidade e adequação da solicitação, definindo a quantidade e o tipo de material necessário. Aprovado o pedido, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos providenciará o repasse do material ao beneficiário, devendo ser realizada vistoria técnica posterior para atestar a efetiva utilização e a execução das obras pretendidas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:40AFCA13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 208/2025
Pregão Eletrônico N° 077/2025

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **08 de dezembro de 2025, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **077/2025** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços para reformas (recapagem); Consertos (vulcanização) de pneus em veículos leves e pesados da frota Municipal

General Carneiro - PR, 18 de novembro de 2025.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0F99DDDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 210/2025
Pregão Eletrônico N° 078/2025

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **09 de dezembro de 2025, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **078/2025** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de uso médico-hospitalar que destinados ao atendimento das necessidades do Pronto Atendimento Municipal e das demais Unidades de Saúde deste Município, contribuindo para o fortalecimento e a continuidade das ações do Sistema Único de Saúde – SUS

General Carneiro - PR, 18 de novembro de 2025.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:CD4AB003

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 076/2025
Processo Licitatório nº 206/2025
Adjudicação: 18/11/2025
Contratada: **GABRIEL FARY**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: **Contratação de empresa especializada para a locação de veículo tipo "Trenzinho da Alegria", com motorista e demais serviços necessários à sua operação, destinado à realização de atividades recreativas e de lazer durante as festividades em comemoração ao aniversário do Município de General Carneiro/PR.**

Valor da Despesa: **R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:00F36762

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 005
Contrato n° 307/2021
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: SIF – SOLUCOES INTEGRADAS EM TECNOLOGIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula Décima do Contrato nº 307/2021, que teve vigência inicial de 12 (doze) meses respeitados os limites temporais fixados pela Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.
Base Legal Lei n° 14.133/21;

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pregão Eletrônico nº. 058/2021;
Processo nº. 145/2021.
Objeto: "**Contratação de empresa especializada para locação e instalação de sistema de vídeo monitoramento 24 horas, através de câmeras de vigilância em prédios públicos do Município, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais, serviços, mão de obra, com gravação online e replicação de imagens para acesso e controle das câmeras em prédios públicos do município General Carneiro - PR.**"
General Carneiro – Estado do Paraná, 18 novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:167324E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 040/2025
Processo Licitatório nº 191/2025
Contrato n° 416/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **GIROTTO AUTOCENTER LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
25	02.002	2.042	000/510/511	3.3.90.30
89	02.004	2.044	000/104	3.3.90.30
119	02.005	2.045	000	3.3.90.30
162	02.007	2.047	000	3.3.90.30
323	02.008	2.305	000	3.3.90.30
331	02.009	2.303	000	3.3.90.30
193	03.001	2.033	000/303	3.3.90.30
214	03.002	2.035	000/303	3.3.90.30
244	04.001	2.067	000	3.3.90.30
254	04.002	2.068	000	3.3.90.30

Objeto: "Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de peças automotivas originais e paralelas, com base nas tabelas oficiais AUDATEX, CILIA ou ORION, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios e pesados pertencentes às diversas Secretarias Municipais de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:066DF020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 405/2025

Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **07.936.025 JOSE INEIAS DA ROCHA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:1D57B772

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 411/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **CAMILA ARIADNE CARNEIRO HERMES 08839503919**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 13/11/2025 à 13/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:D4035254

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 407/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **RETOCAR AUTOCENTER EIRELI**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0C6E8BC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025
Processo Licitatório nº 192/2025
Contrato n° 403/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **53.404.896 STEFFANY ADRIELI BRASIL CAMARGO**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
29	02.002	2.042	000	3.3.90.39
92	02.004	2.044	104/000	3.3.90.39
121	02.005	2.045	000	3.3.90.39
164	02.007	2.047	000	3.3.90.39
334	02.009	2.303	000	3.3.90.39
195	03.001	2.033	000/303	3.3.90.39
217	03.002	2.035	000/303	3.3.90.39
246	04.001	2.067	000	3.3.90.39
259	04.002	2.068	000	3.3.90.39

Objeto: "Chamamento Público visando ao credenciamento de empresas especializadas na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios, pesados e máquinas do Município de General Carneiro/PR, abrangendo serviços de mecânica em geral, elétrica, funilaria, pintura, guincho e transporte, pneus, lubrificação, torno, solda, fresa e retífica de motores, cabeçotes, entre outros."

General Carneiro – Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:828590C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 040/2025
Processo Licitatório nº 191/2025
Contrato n° 415/2025
Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025
Contratada: **AUTO PEÇAS, OFICINA E TRANSPORTES JANGADA LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
25	02.002	2.042	000/510/511	3.3.90.30
89	02.004	2.044	000/104	3.3.90.30
119	02.005	2.045	000	3.3.90.30
162	02.007	2.047	000	3.3.90.30
323	02.008	2.305	000	3.3.90.30
331	02.009	2.303	000	3.3.90.30
193	03.001	2.033	000/303	3.3.90.30
214	03.002	2.035	000/303	3.3.90.30
244	04.001	2.067	000	3.3.90.30
254	04.002	2.068	000	3.3.90.30

Objeto: "Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de peças automotivas originais e paralelas, com base nas tabelas oficiais AUDATEX, CILIA ou ORION, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios e pesados pertencentes às diversas Secretarias Municipais de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:121691FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Dispensa de Licitação nº 076/2025
Processo Licitatório nº 206/2025
Homologação: 18/11/2025
Contratada: **GABRIEL FARY**
Contrato: 438/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR.

Objeto: **Contratação de empresa especializada para a locação de veículo tipo "Trenzinho da Alegria", com motorista e demais serviços necessários à sua operação, destinado à realização de atividades recreativas e de lazer durante as festividades em comemoração ao aniversário do Município de General Carneiro/PR.**

Valor da Despesa: **R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:C8210731

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 003
Contrato n° 363/2022
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: CASA NONA CECILIA ALOJAMENTO LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula sétima do Contrato nº 363/2022, que teve vigência inicial de 12 (doze) meses respeitados os limites temporais fixados pela Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.
Base Legal Lei n° 14.133/21;

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pregão Eletrônico nº. 095/2022;
Processo nº. 193/2022.
Objeto: "**Contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem (incluindo alimentação diária e transporte, atendimento 24 horas) de pacientes em tratamento de saúde, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde para tratamento em Hospitais da cidade de Curitiba e Campo Largo - PR.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 17 novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:1F4C2329

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 61/2025

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 61/2025
ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.687.681/0001-07, com sede Av. Presidente Getúlio Vargas, 601, centro, General Carneiro – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOS EMOLDURADAS, CONFORME PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA."**Considerando o exposto e a intenção de realização de dispensa de licitação para a contratação direta do objeto acima especificado, a Prefeitura TORNA PÚBLICO o interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados pelo prazo de 03 (três) dias úteis a contar dessa publicação. A manifestação de interesse e orçamentos deve ser enviada para o e-mail:licitacao@generalcarneiro.pr.gov.br, das 8h00min às 17h00min.

General Carneiro, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:A6CF6366

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 139/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 2,00 diárias ao senhor **PATRIK PELOI FLÁVIO, MATRÍCULA Nº.** 209; **CARGO:** Vereador, correspondente a R$1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 18 a 20 de novembro de 2025, para tratar de assuntos de interesse público junto a Sanepar, Copel, Secretaria de Saúde Estadual, conforme termo de solicitação de diária nº. 139/2025.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 17 de novembro de 2025.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:93E5EC59

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 140/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 1,25 diárias ao senhor **PAULO FERNANDO SIENA, MATRÍCULA Nº.** 214; **CARGO:** Assessor Legislativo, correspondente a R$906,25 (novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 18 a 20 de novembro de 2025, para acompanhar o Vereador Patrik Peloi Flávio, para tratar de assuntos de interesse público junto a Sanepar, Copel, Secretaria de Saúde Estadual, conforme termo de solicitação de diária nº. 140/2025.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 17 de novembro de 2025.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:6B26FAD9

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.576/2025

Dispõe sobre a aprovação e regulamentação dos Procedimentos Operacionais Padrão – POP no âmbito da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde de Goioerê e nomeia Comissão para Elaboração, Revisão e Atualização dos respectivos Protocolos.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar, organizar e regulamentar os Procedimentos Operacionais Padrão – POP no âmbito da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO que o POP constitui instrumento que expressa o planejamento do trabalho de enfermagem e demais profissionais de saúde a ser executado de forma correta, segura e uniforme;
CONSIDERANDO que a padronização das ações visa minimizar a ocorrência de desvios na execução das atividades, garantindo maior qualidade, segurança e eficiência na assistência prestada à população;
CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de que os POP´s sejam periodicamente revisados e atualizados, a cada 2 (dois) anos, ou conforme necessidade, com aprovação institucional da Secretaria Municipal de Saúde;
DECRETA:
Art. 1º Ficam aprovados e regulamentados, no âmbito da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde de Goioerê, os Procedimentos Operacionais Padrão – POP, como instrumentos oficiais de orientação e padronização das rotinas a serem observadas em todas as Unidades de Saúde do Município.
Art. 2º Os POP deverão ser obrigatoriamente observados por todos os profissionais de saúde, servidores e colaboradores que atuem na Secretaria Municipal de Saúde de Goioerê, sejam efetivos, comissionados, contratados ou estagiários.
Art. 3º Fica instituída e nomeada a Comissão de Elaboração, Revisão e Atualização dos Procedimentos Operacionais Padrão – POP da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 4º A Comissão mencionada no artigo 3º deste Decreto será composta pelos seguintes membros:

Servidor	*Cargo*
Renata Zamproni Dias	Diretora de Departamento de Atenção à Saúde
Ana Luiza de Carvalho	Enfermeira
Fernanda Macedo	Técnica Enfermagem
Léia Rodrigues Merino	Auxiliar Administrativo

Art. 5º Compete à Comissão de Elaboração, Revisão e Atualização dos Procedimentos Operacionais Padrão – POP:
I – Elaborar, revisar, atualizar e propor novos POP necessários ao adequado funcionamento da rede de serviços da Secretaria Municipal de Saúde;
II – Propor ajustes e atualizações sempre que houver alterações técnicas, normativas ou organizacionais;
III – Submeter as versões elaboradas e/ou revisadas à apreciação e aprovação institucional da Secretaria Municipal de Saúde;
IV – Garantir que as versões atualizadas dos POP sejam divulgadas e disponibilizadas em meio físico e/ou digital em todas as Unidades de Saúde.
Art. 6º Os Procedimentos Operacionais Padrão – POP serão revisados e atualizados periodicamente a cada 2 (dois) anos, ou sempre que houver necessidade, por iniciativa da Comissão, da Secretaria Municipal de Saúde ou por demanda técnica das Unidades de Saúde.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para fins de validação dos trabalhos já iniciados pela Comissão ora nomeada.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:4CE9555E

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº. 001/2025 - ITR

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003
MUNICÍPIO – GOIOERÊ - PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 00001, de 18 de novembro de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA** o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].
Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo/ Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
M J P MACHADO	07.167.301/0001-53	7569/00009/2025
M J P MACHADO	07.167.301/0001-53	7569/00010/2025
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Isabela Zabot Rocha Matrícula: 00406390 Cargo: Secretária de Fazenda / 22025 Assinatura:		

Data de afixação: 18/11/2025
Data de desafixação: 03/12/2025

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:B23B6EFA

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 103/2025

CRIA CARGO DE PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N.º 98, DE 01 DE JULHO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica criado o cargo de professor de língua inglesa e alterada a Lei Complementar n.º 98, de 01 de julho de 2024, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração do magistério público municipal de Goioerê para a criação de novos cargos efetivos.
I) O número de vagas para o cargo descrito no *"caput"* é de 01 (um) e a jornada de trabalho semanal é de 20 (vinte) horas, CBO sob o n.º 2313-30.
II) O cargo criado passa a integrar o anexo I, II e IV da lei Complementar n.º 98, de 01 de julho de 2024, da seguinte forma:
a) Escolaridade e habilitação técnica: formação superior em letras com habilitação em Inglês, habilidades pedagógicas para lecionar e Carteira Nacinal de Habilitação, mínimo categoria "B".
b) Atribuições e competências: Planejar, ministrar aulas nos dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. Avaliar o rendimento dos alunos de acordo com o regimento escolar. Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua Proposta Pedagógica. Participar de atividades cÍvicas, sociais, culturais e esportivas. Participar de reuniões pedagógicas e técnico administrativas. Participar do planejamento geral da escola. Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Participar da escolha do livro didático. Participar de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos. Acompanhar e orientar estagiários. Zelar pela integridade fisica e moral do aluno. Participar da elaboração e avaliação de Propostas Curriculares. Elaborar Projetos Pedagógicos. Participar de reuniões interdisciplinares. Confeccionar material didático. Realizar atividades extraclasses em bibliotecas, museus, laboratórios e outros. Avaliar e participar do encaminhamento dos alunos portadores de necessidades especiais, para os setores específicos de atendimento. Selecionar, apresentar e revisar conteúdos. Participar do processo de inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular. Propiciar aos educandos, portadores de necessidades especiais, a sua preparação profissional, orientação e encaminhamento para o mercado de trabalho. Incentivar os alunos a participarem de concursos, feiras de cultura, grêmios estudantis e similares. Realizar atividades de articulação da Escola com a família do aluno e a comunidade. Orientar e incentivar o aluno para a pesquisa. Participar do conselho de classe. Preparar o aluno para o exercício da cidadania. Incentivar o gosto pela leitura. Desenvolver a autoestima do aluno. Participar da elaboração e aplicação do Regimento da Escola. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Pedagógico da Escola. Orientar o aluno quanto à conservação da Escola e dos seus equipamentos. Contribuir para a aplicação da Política Pedagógica do Município e o cumprimento da Legislação de Ensino. Propor a aquisição de equipamentos que venham favorecer as atividades de ensino aprendizagem. Planejar e realizar atividades de recuperação para os alunos de menor rendimento. Analisar dados referentes à recuperação, aprovação, reprovação e evasão escolar. Participar de estudos e pesquisas em sua área de atuação. Manter atualizados os registros de aula, frequência e de aproveitamento escolar do aluno. Zelar pelo cumprimento da legislação escolar e educacional. Zelar pela manutenção e conservação do patrimônio escolar. Apresentar propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino. Participar da gestão democrática da unidade escolar. Executar outras atividades correlatas. Efetuar registro no LRCO nos prazos estipulados. Desenvolver outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato.
Parágrafo único. Fica estabelecido a remuneração do cargo de professor de língua inglesa, no valor de R$ 2.462,00 (dois mil quatrocentos e sessenta e dois reais).

Art. 2º. Faz parte integrante desta Lei o Impacto Orçamentário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:FC1F166D

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.162/2025

CRIA A POLÍTICA, O SISTEMA, O PLANO E O FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estabelece medidas de incentivo à pesquisa científica e tecnológica e à inovação, cria mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas visando alcançar autonomia, capacitação e desenvolvimento empresarial e tecnológico do Município de Goioerê/PR, de que tratam os artigos constantes do Capítulo IV do Título VIII da Constituição Federal e da Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se:
I – Agência de Fomento: órgão ou entidade de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o fomento de ações que visem estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;
II – Ambientes de inovação: espaços favoráveis ao desenvolvimento contínuo de inovações tecnológicas e ao empreendedorismo, servindo como espaços de aprendizagem coletiva, intercâmbio de conhecimentos e práticas produtivas e interação entre os diversos agentes de inovação, tais como: oficinas de empreendedores, incubadoras de empresas, condomínios empresariais tecnológicos, parques tecnológicos, Arranjos Produtivos Locais – APL, *clusters* industriais e empresariais, Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, laboratórios tecnológicos, dentre outros a serem definidas como participantes pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
III – Arranjo Produtivo Local (APL): aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, localizados em um mesmo território e que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem;
IV – *Cluster*: uma concentração de empresas que se comunicam por apresentarem características semelhantes e coabitarem no mesmo local, elas colaboram entre si e, assim, tornam-se mais eficientes;
V – Condomínios empresariais tecnológicos: Área construída ou adaptada para abrigar mais do que uma empresa, onde os serviços gerais, tais como estacionamento, telefonia, segurança, combate contra incêndio, manutenção geral, limpeza, tratamento de resíduos, entre outros, possam ser compartilhados pelas empresas abrigadas na área referida, além de favorecer a troca de informações, tecnologias e conhecimentos em suas áreas de pesquisa;
VI – Criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;
VII – Criador: pessoa física ou jurídica que seja inventor, obtentor ou autor de criação;
VIII – Empresa de Base Tecnológica (EBT): empresa cuja estratégia empresarial e de negócios é sustentada pela inovação e cuja base técnica de produção está centrada em esforços contínuos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, possuindo as seguintes características: inseridas ou não em incubadoras; e que buscam oportunidades em nichos de mercado com produtos, processos ou serviços inovadores e de alto valor agregado;
IX – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;
X – Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços, processos ou modelo de negócio, que compreendam a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente, que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;
XI – Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTI): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado com ou sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário, dentre outras:
a) Pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.
b) Desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.
c) Capacitação de recursos humanos.
XII – Laboratórios tecnológicos: São laboratórios que atuam no desenvolvimento de técnicas e tecnologias para a pesquisa científica, contando com equipamentos especializados, podendo estar disponíveis tanto a usuários internos como externos à instituição;
XIII – Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTIs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas em lei, constituída para apoiar sua relação com a sociedade e com o mercado promovendo o direito ao conhecimento e propriedade intelectual gerado internamente, gerenciando o processo de transferências de tecnologia;
XIV – Oficina de empreendedores: Curso ou capacitação que auxilia empreendedores na realização de uma ideia de negócio ou quem já têm experiência em trabalhar por conta própria;
XV – Parque Tecnológico: complexo de entidades empresariais, científicas e tecnológicas organizadas para promover a cultura e a prática da cooperação visando à inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras;
XVI – Produto, Processo ou Serviço Inovador: resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social;
XVII – Polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas, com áreas de atividade econômica correlatas e com atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICTIs, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias;
XVIII – Risco Tecnológico: possibilidade de insucesso no desenvolvimento de solução, decorrente de processo em que o resultado é incerto em função do conhecimento técnico-científico insuficiente à época em que se decide pela realização da ação;
XIX – Evento: acontecimento relevantes para ICTIs, e EBTs, tais como, feiras, congressos, simpósios, conferências, maratonas tecnológicas, competições e cursos e seminários.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

Art. 3º. Fica instituída a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação como instrumento de governança destinado a orientar as atividades dos diversos agentes que compõem o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação para os objetivos comuns que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Município de Goioerê/PR.
Parágrafo único. Os principais objetivos específicos da Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação são:
I – melhorar condições de vida de sua população, notadamente no que se refere aos índices de saúde, educação, habitação, transporte e meio ambiente;
II – apoiar a criação, fixação e desenvolvimento de EBTs e ICTIs no município;
III – fortalecer e ampliar a base técnico–científica e inovadora existente no município, constituída por entidades de ensino, pesquisa e prestação de serviços técnicos especializados e por unidades de produção de bens e serviços de elevado conteúdo tecnológico;
IV – fomentar a criação de emprego e renda no âmbito do município, mediante o aumento e a diversificação das atividades econômicas que

tenham por base a geração de inovação e aplicação de conhecimento técnico e científico;
V – aprimorar as condições de atuação do Poder Público municipal, notadamente no que se refere ao aproveitamento das potencialidades do município;
VI – estimular e apoiar a constituição e consolidação de ambientes de inovação, e a participação em redes e sistemas de inovação nacionais e internacionais;
VII – incentivar e apoiar atividades orientadas à geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos para sua população;
VIII – estruturar mecanismos de coleta, processamento, análise e divulgação de informações estatísticas do município;
IX – incentivar a constituição de arranjos promotores de inovação visando a conformação de vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem, voltados para a geração e difusão de inovações entre agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades econômicas correlatas;
X – simplificar e desburocratizar procedimentos para gestão por indicadores de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;
XI – propiciar condições para que se obtenha resultados efetivos para o desenvolvimento socioeconômico do município.

CAPÍTULO III

SISTEMA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SMCTI

Art. 4º. Fica instituído o Sistema Municipal de Inovação de Goioerê, PR, com a finalidade de:
I – viabilizar a articulação estratégica das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente no desenvolvimento de inovação em prol da Municipalidade;
II – realizar ações que promovam o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município;
III – estimular as interações entre seus membros, com o fim de ampliar e acelerar as atividades de desenvolvimento da inovação.

Art. 5º. O Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goioerê, PR, é composto por:
I – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
II – Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – CMCTI instituído por Decreto municipal;
III – Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - FMCTI, que proverá recursos para a execução do Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
IV – Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – PMCTI, que estabelecerá ações, responsáveis e cronogramas alinhados com a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

CAPÍTULO IV
DO PLANO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

Art. 6º. Fica instituído o Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (PMCTI), com o objetivo geral de estimular a instalação, o desenvolvimento, a competitividade, produtividade, sinergia e a parceria das empresas, entidades e organizações que compõem seu ambiente produtivo.
Parágrafo único. O Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação será elaborado a cada quatro anos, em consonância com o Plano Plurianual Municipal, pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e referendada pelo Poder Executivo do Município.

Art. 7º. O PMCTI será construído por meio de projetos e programas específicos voltados à sistematização, geração, absorção e transferência de conhecimentos de inovação, inclusive tecnológicos, podendo ter ações relacionadas com:
I – capacitação de recursos humanos;
II – realização de estudos técnicos;
III – criação e adequação de infraestrutura de apoio as EBTs e ICTIs;
IV – realização de pesquisas científicas;
V – divulgação de informações técnico–científicas;
VI – realização de projetos de desenvolvimento tecnológico;
VII – criação e adequação de infraestrutura de apoio as EBTs e ICTIs;
VIII – apoio e participação em eventos que possam ampliar as oportunidades dos pesquisadores e das EBTs e ICTIs do município;
IX – criação e operação de unidades técnico-científicas;
X – fomento e apoio às EBTs e ICTIs do município;
XI – organização e sistematização de dados do município;
XII – fomento e apoio às EBTs e ICTIs do município;
XIII – criação, desenvolvimento e atração de investimentos de empresas de base tecnológica.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo , deverá buscar e implementar mecanismos de avaliação e monitoramento com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade local com cadastros e indicadores construídos a partir de dados coletados pelo Município.

CAPÍTULO V
DO FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.
SEÇÃO I
DA CONSTITUIÇÃO E DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 9º. Fica criado o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (FMCTI), de natureza contábil, constituído por recursos provenientes do orçamento anual do município e de outras fontes, com a finalidade de propiciar o financiamento de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, extensão, eventos e atividades afins do Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Parágrafo único. O FMCTI está vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Administração responsável pela área de ciência, tecnologia e inovação.

Art. 10. Constituem receitas do FMCTI:
I – Dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento do Município, respeitados os limites e diretrizes da Lei Orçamentária e de Responsabilidade Fiscal, para execução de seus objetivos;
II – Valores transferidos por instituições governamentais e não–governamentais, nacionais e internacionais;
III – Dotações orçamentárias dos recursos repassados ao município que sejam vinculados aos objetivos do Fundo por força da legislação federal, estadual e/ou municipal;
IV – Repasses de instituições financeiras, de fomento e de desenvolvimento;
V – Contribuições, doações, aportes de pessoas físicas e jurídicas, instituições, e auxílios de qualquer ordem;
VI – Aporte de capital por meio da realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas por lei específica;
VII – Resultados ou ganhos financeiros decorrentes da comercialização dos direitos sobre conhecimentos, produtos e processos que porventura venham a ser gerados em função da execução de projetos e atividades realizadas com recursos municipais;
VIII – Valores oriundos de outros fundos administrados pelo município, constituídos ou que vierem a ser constituídos;
IX – Montantes decorrentes do pagamento, pelo beneficiário devedor, dos financiamentos concedidos pelo agente financeiro;
X – Saldos de exercícios anteriores;
XI – Receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo;
XII – Recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados sem utilidade;
XIII – Devolução de recursos e pagamento de multas decorrentes de projetos beneficiados por esta Lei, não iniciados, interrompidos ou saldos de projetos concluídos;
XIV – Quaisquer outros rendimentos eventuais dos recursos do FMCTI;
XV – Receitas decorrentes de outorga de concessão de uso de espaços do Parque Tecnológico e outros ambientes de inovação de propriedade do município correlacionados.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para o aporte de recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo.

SEÇÃO II

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 11. Os recursos do FMCTI serão aplicados exclusivamente na execução de projetos relacionados com as ações de apoio à inovação e tecnologia, no âmbito do PMCTI, não sendo permitida a sua utilização para custear despesas correntes de responsabilidade municipal ou de qualquer outra instituição, exceto quando previstas em projetos ou programas de trabalho de duração previamente estabelecidos, observando os seguintes:
I – percentual de no mínimo 10% (dez por cento) deverá ser utilizado para projetos de formação e capacitação de mão de obra especializada;
II – percentual de no mínimo 20% (vinte por cento) deverá ser utilizado obrigatoriamente para fomento à inovação nas EBTs;
§ 1º. Somente poderão ser apoiadas com recursos do Fundo as proposições que apresentem mérito técnico-científico compatível com a sua finalidade, natureza e expressão econômica.
§ 2º. Todos os projetos passarão por avaliação de mérito técnico–científico, bem como, da capacitação profissional dos proponentes, será procedida por pessoas de comprovada experiência no respectivo campo de atuação, selecionadas, de preferência, dentre aquelas residentes no município de Goioerê, PR.

Art. 12. A concessão de recursos do Fundo poderá se dar nas seguintes formas:
I – fundo perdido;
II – apoio financeiro reembolsável;
III – financiamento de risco; e
IV – participação societária.
§ 1º. Os recursos poderão ser concedidos sob a forma de apoio integrado, compreendendo uma ou mais modalidades, desde que necessárias à consecução de um programa ou projeto de desenvolvimento científico e tecnológico.
§ 2º. A concessão dos recursos de que trata o inciso I, deverão ser no máximo de 35% (trinta e cinco por cento) das receitas do FMCTI.

Art. 13. O Fundo também poderá conceder recursos financeiros por meio das seguintes modalidades de apoio:
I – bolsas de estudo, para graduados;
II – bolsas de iniciação técnico-científica, para alunos do Ensino Médio e universitários;
III – auxílios para elaboração de teses, monografias e dissertações, para graduandos e pós-graduandos;
IV – auxílio à pesquisa e estudos, para pessoas físicas e jurídicas;
V – auxílio à realização ou participação em eventos;
VI – auxílio para projetos, obras, instalações e aparelhamento de laboratórios e de infraestrutura técnico-científica.

SEÇÃO III

DA ADMINISTRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO

SUBSEÇÃO I

DO COMITÊ GESTOR

Art. 14. O FMCTI será administrado por um Comitê Gestor, composto por:
a) Um(a) representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, como membro(a) nato(a);
b) Um(a) representante da Secretaria Municipal de Compras e Licitações, como membro(a) nato(a);
c) Um(a) representante do Instituto Federal do Paraná- Campus Goioerê, como membro(a) nato(a);
d) Um(a) representante da Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional de Goioerê, como membro(a) nato(a);
e) Um(a) representante da Associação Comercial e Empresarial de Goioerê, como membro(a) nato(a);
f) Um(a) representante de Instituições Financeiras com atuação em Goioerê, PR;
g) Um(a) representante do setor produtivo do Agronegócio com atuação em Goioerê, PR;
h) Um(a) representante da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Vale do Piquiri, com atuação em Goioerê, como membro(a) nato(a);
i) Três membros(as) da sociedade civil de Goioerê, PR.
§1º. A escolha dos membros natos não governamentais caberá a(o) secretário(a) da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, de acordo com os critérios estabelecidos nas *alíneas "e", "f", "g", "h".*
§ 2º. Os membros não natos serão escolhidos, através de chamamento público, pelos(as) membros(as) natos(as) para mandatos de dois anos, podendo os(as) mesmos(as) serem reconduzidos por um período de mais dois anos.
§ 3º. Caberá ao(a) secretário(a) da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo a administração do FMCTI juntamente com os demais membros citados.
§ 4º. Caberá ao(a) secretário(a) da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo responsável pela política de inovação e tecnologia, presidir o Comitê Gestor do FMCTI.
§ 5º. A secretaria executiva do Comitê Gestor será definida pelo CMCTI.
§ 6º. Pela atividade exercida no Comitê Gestor seus membros não serão remunerados, sendo considerada atividade pública relevante.

Art. 15. Compete ao Comitê Gestor do FMCTI:
I – praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, de acordo com as diretrizes relativas à Seção II – Aplicação dos Recursos;
II – determinar as normas, procedimentos e condições operacionais do Fundo a serem cumpridas pelos Agentes Financeiros;
III – apreciar e aprovar a concessão de garantia de financiamentos de projetos recomendados pelo agente ou instituição financeira, cujos valores não excedam os limites fixados;
IV – juntamente com o CMCTI, analisar e emitir parecer a respeito dos projetos a serem financiados;
V – acompanhar e controlar as garantias dadas nos financiamentos;
VI – manter o CMCTI informado sobre os projetos financiados;
VII – publicar os balanços, na forma da lei;
VIII – elaborar o Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo e publicar o respectivo relatório anual de atividades;
IX – fiscalizar a aplicação dos recursos concedidos pelo Fundo;
X – deliberar sobre a concessão de recursos aos projetos apresentados;
XI – deliberar sobre outros assuntos de interesse do Fundo.
§ 1º. O Comitê Gestor reunir-se-á conforme calendário anual definido pelos seus pares, ou sempre que houver convocação pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.
§ 2º. O Conselho deliberará com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, deliberações essas que serão sempre registradas em Ata.

SUBSEÇÃO II
DO AGENTE FINANCEIRO

Art. 16. Os recursos do FMCTI poderão ser operacionalizados por agente financeiro conveniado.
§ 1º. Compete ao Agente Financeiro:
I – providenciar, para o Fundo, contabilidade própria, fazendo publicar anualmente o balanço devidamente auditado;
II – efetuar a contabilidade do Fundo em registros próprios, distintos de sua contabilidade geral, com discriminação das linhas de financiamentos, criando–se subcontas específicas por participante, com vistas à gerência dos respectivos recursos, e publicar anualmente o balanço do Fundo, devidamente auditado;
III – providenciar a emissão de cada contrato de financiamento de acordo com as normas e procedimentos emanados do Comitê Gestor do Fundo;
IV – controlar a situação do mutuário ou beneficiário e dar quitação quando do encerramento dos contratos;
V – colocar à disposição do Comitê Gestor demonstrativos com posições mensais dos recursos, aplicações e resultados do Fundo.
§ 2º. O convênio com o Agente Financeiro estabelecerá a forma, abrangência e demais condições necessárias à administração dos

recursos do Fundo, observados os termos desta lei e normas regulamentares, e, ainda, definirá como responsabilidade do Agente Financeiro:
I – cumprir os procedimentos definidos para o Fundo para enquadramento e acesso ao financiamento;
II – analisar, aprovar, contratar e administrar as operações de financiamento previstas em regulamento e demais disposições, respeitados os limites definidos pelo Comitê Gestor;
III – emitir mensalmente relatório analítico, refletindo a posição de carteira global, com detalhamento dos processos em fase de execução judicial, sempre considerando como data-base o dia de encerramento do mês imediatamente anterior.

SUBSEÇÃO III

DA SUPERVISÃO DO FUNDO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE APOIO À INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Art. 17. A supervisão do FMCTI será exercida pelo CMCTI, com as seguintes competências:
I – auxiliar no estabelecimento de critérios e fixação de limites globais e individuais para a concessão dos financiamentos, respeitando as vocações regionais tradicionais ou novas, observadas as disponibilidades do Fundo;
II – sugerir prazos de amortização e carência, bem como os encargos dos mutuários e multas por eventual inadimplemento contratual;
III – examinar e aprovar trimestralmente as contas operacionais do Fundo, por meio de balancetes, além de avaliar os resultados e propor medidas de aprimoramento de suas atividades;
IV – manifestar-se previamente sobre convênios e/ou contratos a serem celebrados com terceiros, tendo por objeto recursos do Fundo;
V – eleger as Instituições Financeiras repassadoras de recursos bem como as modalidades de financiamento que terão acesso ao Fundo.

SUBSEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. O Poder Executivo municipal regulamentará e criará condições legais necessárias para que os recursos municipais previstos sejam assegurados com vistas à capitalização e operacionalização do Fundo.
Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo municipal autorizar despesas referentes ao custeio da administração do Fundo.

Art. 19. O disposto no inciso I do art. 10 incidirá a favor do Fundo somente a partir do 1º dia do ano subsequente à edição da presente lei.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ou suplementar, em percentual não inferior a 0,1% (um décimo por cento) do orçamento do corrente ano, cuja dotação realizar-se-á por meio de ato do Poder Executivo, desde que atendidas as disposições legais e constitucionais.
§ 1º. O crédito de que trata o *caput* será coberto nos termos do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.]
§ 2º. O aporte, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação orçamentária do município para outra, poderão ser admitidos, nos termos do § 5º do art.167 da Constituição Federal, desde que atendidas às vedações constitucionais contidas neste referido artigo.

Art. 21. O FMCTI poderá ser extinto por lei e os recursos revertidos aos cofres municipais.

Art. 22. O FMCTI será fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Poder Executivo adotar.

CAPÍTULO VI

DO PROGRAMA DE INCENTIVOS FÍSICOS E FINANCEIROS

Art. 23. Para as empresas que tiverem projetos e programas voltados à sistematização, geração, absorção e transferência de conhecimentos de inovação, inclusive tecnológicos, assim como as EBTs e as ICTIs, instaladas ou que venham se instalar no município, poderão ser concedidos estímulos e benefícios mediante incentivos físicos e financeiros, após regulamentação.

Art. 24. Os recursos do FMCTI serão concedidos às pessoas físicas e jurídicas que se submetam às diretrizes do PMCTI e possuam projetos portadores de mérito técnico ou científico, mediante convênios, termos de cooperação, termos de parceria, contratos de gestão, acordos de cooperação, subvenção, termo de outorga de auxílio financeiro e outros instrumentos legais de contratação que vierem a ser celebrados pelo Município, obedecidas as prioridades que vierem a ser estabelecidas pelo PMCTI.
§ 1º. A seleção dos projetos referidos no caput será realizada através de chamamento público, cujo edital deverá especificar as diretrizes do PMCTI, bem como, o seguinte:
I – descrição e objetivos do projeto;
II – o cronograma físico-financeiro;
III – as condições de prestação de contas;
IV – as responsabilidades das partes; e
V – as penalidades contratuais.
§ 2º. O edital deverá prever que os recursos ou apoio do Fundo serão repassados ao proponente que atenda, cumulativamente, às seguintes condições:
I – estar em situação de regularidade fiscal perante o município, o Estado e a União, incluindo pagamento de impostos, taxas e as demais obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias;
II – não ter pendências relativas a prestações de contas referentes a auxílios ou financiamentos concedidos pelo Fundo ou por outros editais de apoio público;
III – ter seus atos constitutivos arquivados nos órgãos competentes há pelo menos dois anos antes da abertura do edital, exceto, quando as empresas estão em processo de incubação ou aceleração;
IV – ter sede ou domicílio no município de Goioerê, há pelo menos 2 (dois) anos, exceto, quando as empresas estão em processo de incubação ou aceleração.
§ 3º. Para conceder apoio financeiro, o FMCTI, por meio do Comitê Gestor, deverá:
I – exigir um mínimo de 10% (dez por cento) de contrapartida financeira e 20% (vinte por cento) de contrapartida econômica;
II – em caso de aporte a fundo perdido (inciso I do art. 12) prever obrigatoriamente em contrato, que parte dos lucros obtidos da comercialização dos produtos ou serviços cuja criação foi apoiada pelo PMCTI retornará ao Fundo por prazo determinado.
§ 4º. A realização do chamamento público será requerida pelo Comitê Gestor, que deverá elaborar termo de referência contendo todas as especificações mínimas do projeto, bem como, as informações relacionadas no § 1º deste artigo.

Art. 25. Os beneficiários de recursos previstos nesta lei farão constar o apoio recebido do Fundo quando da divulgação dos projetos e atividades e de seus respectivos resultados.
Seção Única
Do estímulo à Construção de Ambientes Especializados e Cooperativos de Inovação

Art. 26. Ficam o município e suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, autorizadas a participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto, processo ou serviços inovadores, conforme regulamentação a ser promulgada pelo Poder Executivo.
Parágrafo único. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação.

Art. 27. O município, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, em matéria de interesse público, poderão contratar empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, de reconhecida capacitação

tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, processo ou serviço inovador, observado o disposto na legislação licitatória municipal.
§ 1º. O risco tecnológico de que trata o *caput* poderá ser compartilhado na proporção definida contratualmente.
§ 2º. A contratação fica condicionada à aprovação prévia de projeto específico, com etapas de execução do contrato estabelecidas em cronograma físico-financeiro, a ser elaborado pela empresa, consórcio ou entidade a que se refere o *caput*, o qual deverá contemplar, além das etapas de execução, a equipe de trabalho e os recursos necessários à sua realização, com observância dos objetivos a serem atingidos e dos requisitos que permitam a aplicação dos métodos e meios indispensáveis à verificação do andamento do projeto em cada etapa, bem como de outros elementos estabelecidos pelo contratante.
§ 3º. O acompanhamento técnico e financeiro a que se refere o §2º será realizado em cada etapa do projeto, ao longo de sua execução, inclusive com a mensuração dos resultados alcançados em relação aos previstos, de modo a permitir a avaliação da sua perspectiva de êxito, indicando eventuais ajustes que preservem o interesse das partes no cumprimento dos objetivos pactuados.
§ 4º. O projeto contratado nos termos deste artigo poderá ser descontinuado, sempre que verificada inviabilidade técnica ou econômica no seu desenvolvimento.
§ 5º. A inviabilidade técnica ou econômica referida no § 4º deverá ser comprovada mediante auditoria técnica e financeira independente.
§ 6º. Nas hipóteses de descontinuidade do projeto contratado prevista no § 4º, o pagamento ao contratado cobrirá as despesas já incorridas na efetiva execução do projeto, consoante ao cronograma físico-financeiro aprovado.
§ 7º. Caso o projeto seja conduzido nos moldes contratados e os resultados obtidos sejam diversos dos almejados, em função do risco tecnológico, comprovado mediante auditoria técnica e financeira, o pagamento poderá ser efetuado nos termos do contrato.
§ 8º. Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, elaborar relatório final dando-o por encerrado, ou prorrogar seu prazo de duração.
§ 9º. Os resultados do projeto, a respectiva documentação e os direitos de propriedade intelectual pertencerão ao contratante.
§ 10. A contratação prevista no *caput* poderá englobar a transferência de tecnologia para viabilizar a produção e o domínio de tecnologias essenciais para o País.
§ 11. Considerar-se-á desenvolvida na vigência do contrato a criação intelectual pertinente ao seu objeto e cuja proteção seja requerida pela empresa contratada até dois anos após o término do contrato.

Art. 28. Fica o Município autorizado a firmar convênios de cooperação, alianças estratégicas e assessoria técnica com outros órgãos de apoio à inovação tecnológica para assistência às EBTs e às ICTIs do Município.
Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, por tempo determinado e condições previamente estabelecidas, a cessão de servidores e a concessão de bolsas de estágio para a finalidade contida no *caput* deste artigo.

Art. 29. A manutenção da concessão de benefícios previstos nesta Lei dependerá de comprovação anual da empresa permanecer enquadrada nas hipóteses do art. 28.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. O Município consignará no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual dotações orçamentárias específicas para o apoio e consolidação das atividades de inovação de que trata esta Lei.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
.
PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”
Goioerê-PR, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:65103A1C

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.163/2025

ESTABELECE MECANISMOS PARA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Lei estabelece mecanismos para a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município de Goioerê/PR, protesto extrajudicial de créditos tributários e não tributários, vencidos e inscritos em dívida ativa, executados ou não, através da fixação de requisitos legais.

Art. 2º Não estão sujeitos a protesto e a execução fiscal, os créditos tributários e não tributários, ainda que inscritos em Dívida Ativa do Município de Goioerê/PR, cujos valores consolidados sejam iguais ou inferiores aos seguintes parâmetros:
I – R$300,00 (trezentos reais), considerado para fins de protesto;
II – R$1.000,00 (mil reais), considerado para fins de ajuizamento da competente Ação de Execução Fiscal;
§1.º - Consideram-se como valores consolidados, para os fins do *caput* deste artigo, aqueles resultantes do somatório das dívidas pendentes de recolhimento, atualizadas na forma da legislação tributária municipal, relativas ao mesmo contribuinte.
§2.º - O Município de Goioerê/PR, realizará a cobrança administrativa das dívidas não sujeitas a protesto e a execução fiscal, obstando a emissão de certidões negativas, sem prejuízo de outras providências cabíveis.
§3.º - Submetem-se ao regramento instituído pelo *caput* deste artigo, os saldos de créditos, tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamento rescindidos, pagamentos parciais ou outras situações que gerem extinção parcial do crédito, ocorridos no curso do protesto ou da ação de execução fiscal.
§4.º - Previamente à realização do protesto, deve o Município de Goioerê/PR, através da Secretaria Municipal de Fazenda, notificar o contribuinte acerca de seu débito, através de meio digital idôneo e/ou correspondência com aviso de recebimento, concedendo-lhe prazo mínimo de 10 (dez) dias para pagamento da dívida.
§5.º - Não sendo encontrado o contribuinte, o Município poderá proceder a sua notificação através de edital a ser publicado no Diário Oficial Eletrônico, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias para a regularização da situação tributária.
§6.º - O procedimento de cobrança extrajudicial da dívida tributária e não tributária junto aos Cartórios de Protestos, Títulos e Documentos, será realizado sem qualquer ônus ao Município de Goioerê/PR.
§7.º - O devedor ou responsável deverá suportar o pagamento dos valores correspondentes aos emolumentos devidos às Serventias Extrajudiciais.

Art. 3º É obrigatória a emissão da Competente Certidão de Dívida Ativa para realização do Protesto e ajuizamento da respectiva Ação de Execução Fiscal.
§1.º - No ato de expedição da Certidão de Dívida Ativa, deve a Administração Pública observar o disposto no art. 2º, §5º, da Lei Federal 6.830/1980 – Lei de Execuções Fiscais.
§2.º - As Certidões de Dívida Ativa, somente serão levadas a protesto e executadas em ação adequada após a confirmação pela Secretaria da Fazenda do Município de Goioerê/PR, da higidez dos dados cadastrais dos contribuintes e do crédito.

Art. 4º As Certidões de Dívida Ativa, cuja expedição é de responsabilidade da Secretaria de Fazenda do Município de

Goioerê/PR, somente serão encaminhadas à Procuradoria Geral do Município, visando o ajuizamento da respectiva Ação de Execução Fiscal, após finalização do procedimento extrajudicial da cobrança.
§1.º - Considera-se, para fins do *caput* deste artigo, procedimento extrajudicial da cobrança as diligências necessárias à notificação prévia do contribuinte e realização do respectivo protesto extrajudicial, que correrá exclusivamente perante à Secretaria de Fazenda do Município de Goioerê/PR.
§2.º - O encaminhamento da Certidão de Dívida Ativa à Procuradoria Geral do Município ocorrerá através de meio eletrônico.

CAPÍTULO II – DO PROTESTO
SEÇÃO I – DO PROCEDIMENTO
Art. 5º Decorridos os prazos estabelecidos nos §§4º e 5º, do artigo 2º desta Lei, sem que o contribuinte tenha regularizado a situação tributária perante o Município de Goioerê/PR, a Certidão de Dívida Ativa será emitida e encaminhada para protesto.

Art. 6º A CDA será protocolada através do sistema "Central de Remessa de Arquivos – CRA 21" – vinculado diretamente aos Cartórios de Protesto, Títulos e Documentos, acompanhada do respectivo boleto de cobrança no valor da Certidão de Dívida Ativa, com prazo de vencimento de 10 (dez) dias, sob pena de protesto.
§1.º - Da remessa da Certidão de Dívida Ativa até a lavratura do protesto extrajudicial, o pagamento ocorrerá exclusivamente junto ao respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos, na forma da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.
§2.º - Cumpre à Secretaria de Fazenda do Município de Goioerê/PR, remeter a CDA a protesto extrajudicial, ajuizadas ou não, que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Lei.
§3.º - No protesto extrajudicial da dívida ativa não serão devidos honorários advocatícios.
§4.º - O protesto não será efetivado quando a ausência ou a inconsistência de dados cadastrais do devedor inviabilizar a sua regular notificação, nos termos da legislação aplicável.

Art. 7º Fica o Município autorizado a realizar o respectivo protesto no local de domicílio do devedor, através do sistema mencionado no art. 6º, desta Lei.

Art. 8º O Cadastro da Dívida Ativa, a cargo da Secretaria de Fazenda do Município de Goioerê/PR, manterá relatório indicando a situação de cada Certidão de Dívida Ativa, em que constará se esta fora protestada e/ou ajuizada e o respectivo motivo.

SEÇÃO II – DO CANCELAMENTO DO PROTESTO
Art. 9º O cancelamento do protesto extrajudicial ocorrerá com a quitação integral do débito descrito na Certidão de Dívida Ativa ou com o respectivo parcelamento perante à Administração Tributária do Município de Goioerê/PR, pagas, em qualquer caso, as custas e emolumentos devidos à Serventia Extrajudicial.
§1.º - O pagamento da Certidão de Dívida Ativa dar-se-á através de guia de recolhimento própria.
§2.º - Rescindido o parcelamento ou o reparcelamento, a Certidão de Dívida Ativa será remetida a protesto pelo saldo remanescente, observado o disposto nesta Lei.

Art. 10 As Certidões de Dívida Ativa protestadas permanecerão aguardando o respectivo pagamento, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados na forma dos artigos 14 e 15, da Lei Federal 9.492/1997.
§1.º - Não efetuado o pagamento no prazo previsto no *caput* deste artigo, a Procuradoria do Município de Goioerê/PR poderá promover o ajuizamento das execuções fiscais observado o limite legal estabelecido no art. 2º, II, desta Lei.
§2.º - Cumpre à Secretaria da Fazenda do Município de Goioerê/PR, cientificar a Procuradoria Municipal quanto ao inadimplemento da dívida protestada, para a tomada das providências cabíveis.

SEÇÃO III – DA BAIXA DO PROTESTO
Art. 11 O procedimento de baixa do protesto se inicia por requerimento formal do contribuinte dirigido à Secretaria da Fazenda do Município de Goioerê/PR, instruído com os seguintes documentos:
I – Cópia da Notificação do Protesto;
II – Cópia da CI/RG e do CPF;
III – Comprovante de endereço atualizado com validade de 3 meses;

Art. 12 No requerimento a que se refere o artigo anterior o contribuinte poderá realizar o pagamento à vista ou mediante parcelamento, cabendo ao setor de Cadastro de Tributação emitir as respectivas guias.
§1.º - Realizado o pagamento à vista, deve a Secretaria de Fazenda do Município de Goioerê/PR certificá-lo, encaminhando ao Cartório de Protesto, Títulos e Documentos a carta de anuência, para fins de baixa do protesto.
§2.º - No caso de parcelamento, o protesto realizado somente será baixado após a quitação integral das parcelas.

Art. 13 Em havendo inadimplência, a Secretaria da Fazenda do Município de Goioerê/PR encaminhará a dívida para ajuizamento da respectiva Ação de Execução Fiscal, respeitados os limites estabelecidos no art. 2º, II, desta Lei.

CAPÍTULO III
DA DESISTÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAS E DO RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO
Art. 14 A Procuradoria do Município de Goioerê/PR fica autorizada a desistir das execuções fiscais, cujo valor atualizado, na forma da legislação tributária municipal, seja de até R$1.000,00 (mil reais), nos moldes do art. 2º, II, desta Lei, desde que não haja incidência de causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário ou constrição judicial sobre bens do executado.
§1.º - As Certidões de Dívida relativas às execuções fiscais indicadas no *caput* desse artigo poderão ser encaminhadas ao protesto extrajudicial pela Secretaria da Fazenda do Município de Goioerê/PR, após análise de sua viabilidade.
§2.º - Extinta a ação e encaminhado crédito ajuizado a protesto, ou no caso do protesto não surtir qualquer efeito prático, uma vez verificados os requisitos legais da prescrição, proceder-se-á a extinção do crédito.

Art. 15 A Procuradoria do Município de Goioerê/PR fica autorizada, ainda, a desistir das Execuções Fiscais nos seguintes casos:
I – Quando a ação estiver sobrestada, na forma do art. 40, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), há mais de 05 (cinco) anos;
II – Quando se tratar de crédito ajuizado em face de devedor não identificado através do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou Jurídicas;
III – Quando se tratar de execução fiscal ajuizada em face de devedor já falecido e não ter sido proposta em face do seu espólio, representado pelo inventariante e/ou, se for o caso, por todos os seus herdeiros.
§1.º - No caso indicado pelo inciso II, a Secretaria da Fazenda do Município de Goioerê/PR, deverá apurar os dados corretos para identificação do contribuinte, no prazo de 15 (quinze) dias;
§2.º - Após o arquivamento do Processo, através de Sentença Judicial transitada em julgado, se procederá a extinção do crédito.

Art. 16 O limite descrito no art. 2º, II, desta Lei, não se aplica, para fins de ajuizamento da respectiva Ação de Execução Fiscal:
I – nos casos tipificados como crime contra a ordem tributária, na forma da Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990;
II – aos casos de substituição e retenção tributária;
III – demais casos em que a Procuradoria Municipal entender necessário o ajuizamento.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 17 Depois de efetuado o protesto, não será possível o seu cancelamento pela Administração Pública Municipal, fora das hipóteses previstas nesta Lei, sob pena de responsabilização do Servidor Público que lhe der causa.

Art. 18 Compete à Secretaria da Fazenda do Município de Goioerê/PR efetuar os procedimentos necessários ao cumprimento desta Lei, ouvida, sempre que necessário, a Procuradoria Geral do Município.

Art. 19 Aplicar-se-á aos casos omissos desta Lei, em caráter subsidiário e complementar, as disposições e demais atos normativos federais, estaduais inerentes ao tema, bem como da Lei Federal 13.015, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil e da Lei Complementar Municipal 12/2009 – Código Tributário do Município de Goioerê/PR.

Art. 20 O Poder Executivo poderá editar normas regulamentares para a plena execução desta Lei.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:568ED902

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.164/2025

AUTORIZA O AUMENTO DO NÚMERO DE VAGAS DOS CARGOS DE NUTRICIONISTA, TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL E PSICÓLOGO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criada mais 01 (uma) vaga para o cargo de Nutricionista, código do cargo "GOP2 - 3107", constante da Lei Municipal nº 1.884/2009.

Art. 2º Ficam criadas mais 02 (duas) vagas para o cargo de Psicólogo, código do cargo "GOP2 - 3110", constante da Lei Municipal nº 1.884/2009.

Art. 3º Fica criada mais 01 (uma) vaga para o cargo de Técnico em Saúde Bucal código do cargo "GOM3 - 2208", constante da Lei Municipal nº 2.316/2014.

Art. 4º Em decorrência do disposto nos artigos antecedentes o anexo I do Plano de Cargos e Salários - Servidor Público Municipal de Goioerê, da Lei Municipal nº 1.884, de 15 de novembro de 2009, bem como a lei 2.316/2014 passa a vigorar com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:7970E3C4

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.165/2025

CRIA CARGOS DE CIRURGIÃO DENTISTA ENDODONTISTA, MÉDICO DO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR (SAD), INSTRUTOR DE ARTESANATO, EDUCADOR SOCIAL, TÉCNICO DE TRIBUTOS MUNICIPAL, PEDAGOGO SOCIAL DE PROVIMENTO EFETIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ALTERANDO A LEI N.º 1.884, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1.º Fica criado o cargo de cirurgião dentista endodontista e alterada a Lei Municipal n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2.009, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos de carreira da administração direta e indireta do Município de Goioerê para a criação de novos cargos efetivos.
§ 1.º O número de vagas para o cargo descrito no *"caput"* é de 01 e a jornada de trabalho semanal é de 20 horas.
§ 2.º O cargo criado passa a integrar o anexo I da lei n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, como Grupo Ocupacional Profissional – GOP, subgrupo ocupacional profissional 1 – GOP da seguinte forma:

CBO	Código do Cargo	Cargo	Jornada de trabalho	Número de cargos
2232-12	GOP	cirurgião dentista endodontista	20 hrs. semanais	01

§ 3.º Fica estabelecido a remuneração do cargo de cirurgião dentista endodontista, código do cargo GOP no valor de R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).
Art. 2º Para ocupar um cargo de cirurgião dentista endodontista é imprescindível:
I - Escolaridade e habilitação técnica: ensino superior completo, registro no CRO mais especialização em endodontia reconhecida pelo Ministério da Educação e registro da especialidade em endodontia junto ao CRO, e Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "B".
II - Atribuições e competências: efetuar exames, emitir diagnósticos e tratar afecções da boca, dentes e regiões maxilo facial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos, para promover e recuperar a saúde bucal em geral, realizar extrações e pequenas cirurgias, aplicar anestesia para realização de tratamentos, restaurar dentes, utilizando materiais e equipamentos necessários, interpretar radiografias dentárias, diagnosticando os tratamentos necessários e encaminhando para outros especialistas, quando for o caso, efetuar profilaxia e aplicar substâncias preventivas às cáries de forma a minimizar a incidência de problemas dentários, identificar e tratar inflamações, infecções e outras doenças que afetam a polpa e canais radiculares, realizar tratamento e retratamento de canal, realizar tratamento de traumas dentários (fraturas/deslocamentos), utilizar técnicas para recuperação e promoção da saúde bucal geral, realizando ações previstas na programação do serviço, orientar pacientes, individualmente ou em grupo, em assuntos de odontologia preventiva e sanitária; manter registro dos pacientes examinados, anotando hipótese diagnóstica, tratamento, evolução e efetuando orientação terapêutica, mantendo sigilo das informações contidas em prontuário, prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração assim como cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do paciente, realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea, coordenar e participar de eventos coletivos voltados à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais, de acordo com a área de atuação da especialidade, atuar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares, buscando aproximar e integrar ações de saúde bucal, zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho, executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, e executar matérias correlatas determinadas pelo superior imediato.
Art. 3º Fica criado o cargo de médico do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e alterada a lei Municipal n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos de carreira da administração direta e indireta do Município de Goioerê para a criação de novos cargos efetivos.

§ 1.º O número de vagas para o cargo descrito no *"caput"* é de 01 e a jornada de trabalho semanal de 20 horas.
§ 2.º O cargo criado passa a integrar o anexo I da lei n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, como Grupo Ocupacional Profissional – GOP, subgrupo ocupacional profissional 1 – GOP da seguinte forma:

CBO	Código do Cargo	Cargo	Jornada de trabalho	Número de cargos
2251-70	GOP	Médico do SAD	20 hrs. semanais	01

§ 3.º Fica estabelecido a remuneração do cargo de médico do SAD, código do cargo GOP no valor de R$ 8.426,41 (oito mil quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos).

Art. 4.º Para ocupar um cargo de médico SAD é imprescindível:

I - Escolaridade e habilitação técnica: Curso Superior em Medicina, com diploma fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e devido registro no CRM, e Carteira Nacional de Habilitação mínimo categoria "B".

II - Atribuições e competências**:** médico generalista que integra equipe multiprofissional de atenção domiciliar que realiza avaliações, diagnósticos, planos terapêuticos e acompanhamento médico diretamente na casa do paciente, auxiliando na desospitalização, reabilitação e cuidados paliativos, sempre com foco no tratamento humanizado e na qualidade de vida do paciente. Identificar e avaliar as condições de saúde dos pacientes elegíveis para o atendimento domiciliar, adaptando o plano de tratamento às particularidades de cada caso e acompanhando a evolução, encaminhar e solicitar exames complementares, medicamentos, equipamentos e outros procedimentos necessários, articulando-se com a rede de saúde e outros serviços de apoio, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento, encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos, locais, mantendo sob sua responsabilidade o acompanhamento do plano terapêutico prescrito, indicar a necessidade de internação hospitalar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento da pessoa, prestar assistência a pacientes em cuidados paliativos, com doenças crônico degenerativas, ou com necessidades de medicação parenteral, assegurando o conforto e a continuidade do cuidado. Em situações de óbito no domicílio, o médico pode avaliar o quadro e fornecer o atestado de óbito, se as circunstâncias forem adequadas para tal avaliação, oferecer um cuidado humanizado e de qualidade na residência dos pacientes, reintegrar o paciente ao contexto familiar, promovendo a continuidade dos cuidados, garantir a continuidade da assistência, especialmente para usuários com necessidade de cuidados mais intensivos, manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica tratamento prescrito e evolução da doença, participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação, e executar matérias correlatas determinadas pelo superior imediato.

Art. 5.º Fica criado o cargo de instrutor de artesanato e alterada a Lei Municipal n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2.009, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos de carreira da administração direta e indireta do Município de Goioerê para a criação de novos cargos efetivos.

§ 1.º O número de vagas para o cargo descrito no *"caput"* é de 01 e a jornada de trabalho semanal é de 40 horas.

§ 2.º O cargo criado passa a integrar o anexo I da lei n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, como Grupo Ocupacional Profissional – GOP, subgrupo ocupacional profissional – GOM da seguinte forma:

CBO	Código do Cargo	Cargo	Jornada de trabalho	Número de cargos
3331-10	GOM	Instrutor de artesanato	40 hrs. semanais	01

§ 3.º Fica estabelecido a remuneração do cargo de Instrutor de artesanato, código do cargo GOM no valor de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Art. 6º Para ocupar um cargo de instrutor de artesanato é imprescindível:

I - Escolaridade e habilitação técnica: Ensino Médio completo, com conhecimento prático mais certificação na área, e Carteira Nacional de Habilitação, mínimo categoria "B".

II - Atribuições e competências: Ministrar aulas de oficinas alternativas, como (construção com sucatas, reciclagem de papel, pintura de cartazes, murais e outros), utilizando meios e técnicas do artesanato, para aplicação nos acabamentos finais dos ambientes e outros, para caracterização dos mesmos, que promovam a reabilitação psicossocial, a autonomia e o bem-estar dos pacientes, utilizando diversas técnicas manuais para estimular a criatividade, coordenação motora, concentração e a expressão de emoções. Repassar técnicas, orientando os alunos a adquirir habilidades de trabalhar com vários tipos de artesanato, desenvolvendo sua coordenação motora e a sua criatividade. Organizar exposições itinerantes ou não, dos trabalhos realizados pelos alunos com o objetivo de divulgar o artesanato como arte. Colaborar na elaboração de projetos e planos de ação das atividades socioeducativas. Participar de ações complementares de caráter cívico, cultural e recreativo, visando desenvolver habilidades, iniciativas, cooperação, criatividade e relacionamento social, mesmo que sejam executadas em horários que excedam a jornada normal de trabalho. Preparar o plano de aula, determinando a metodologia a ser seguida, de acordo com objetivos a serem alcançados. Participar do planejamento das atividades terapêuticas e discutir os casos dos usuários para definir o melhor tratamento e a construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS). Atender a projetos que visem o despertar da comunidade para a área das artes. Participar de reuniões técnicas e administrativas com a equipe de trabalho. Manter registro de frequência diário. Preencher relatórios mensais. Manter-se atualizado, participando de curso de qualificação e capacitações afins, visando o acompanhamento e evoluções de novas técnicas e metodologias. Desenvolver outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato.

Art. 7º. Fica criado o cargo de educador social e alterada a lei Municipal n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos de carreira da administração direta e indireta do Município de Goioerê para a criação de novos cargos efetivos.

§ 1.º O número de vagas para o cargo descrito no *"caput"* é de 01 e a jornada de trabalho semanal é de 20 horas.

§ 2.º O cargo criado passa a integrar o anexo I da lei n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, como Grupo Ocupacional Profissional – GOP, subgrupo ocupacional profissional 1 – GOP 1 da seguinte forma:

CBO	Código do Cargo	Cargo	Jornada de trabalho	Número de cargos
5153-05	GOM	Educador social	40 hrs. semanais	01

§ 3.º Fica estabelecido a remuneração de educador social, código do cargo GOM no valor de R$ 2.177,00 (dois mil cento e setenta e sete reais).

Art. 8º Para ocupar um cargo de educador social é imprescindível:

I - Escolaridade e habilitação técnica: Curso Nível médio com Magistério ou curso nível médio mais certificado de conclusão de formação continuada ou especialização (mínimo de 120 horas), com conteúdo programático compatível com a função de educador social nas seguintes áreas: educação social, ou pedagogia social, ou, educação popular, ou, direitos humanos, ou gestão de projetos sociais, ou, mediação de conflitos, ou, assistência social, ou, políticas públicas para as crianças, adolescentes idosos ou população em situação de vulnerabilidade e Carteira Nacional de Habilitação, mínimo categoria "B".

II - Atribuições: Organizar, facilitar e desenvolver oficinas e atividades coletivas nas unidades de referência e/ou na comunidade, nos territórios e micro territórios referenciados no CRAS, ou CREAS de acordo com o ciclo de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) e atividade intergeracional. Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades, desenvolver atividades, instrumentais e registro para assegurar direitos, construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social das famílias: crianças, adolescentes, adultos e idosos, a partir de diferentes formas e metodologias ativas, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais. Assegurar a participação social em todas as etapas do trabalho social com famílias. Atuar na sensibilização, acolhida e busca ativa das famílias: crianças, adolescentes, adultos e idosos, nos diferentes territórios de abrangência dos CRAS e CREAS, com desenvolvimento de atividades coletivas que estabeleçam vínculos com as famílias. Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas das famílias: crianças, adolescentes, adultos, jovens e idosos, assegurando o sigilo das informações. Apoiar, registrar e participar no planejamento das ações junto aos técnicos de referência de cada território. Organizar e facilitar oficinas, grupos e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivencia nos diferentes espaços

da comunidade, território e micro território. Planejar, sistematizar e participar de atividades e eventos de cunho artístico, lúdico e cultural nos diferentes territórios de abrangência do CRAS, CREAS e espaços institucionais, juntamente com a equipe técnica de referência do CRAS, CREAS e pedagogos do programa conforme demandas internas e externas. Apoiar no processo de mobilização e divulgação das ações e campanhas intersetoriais nos territórios de vivencia para a prevenção e enfrentamento de situações de risco social e/ou violação de direitos. Realizar os registros das atividades desenvolvidas e situações vivenciadas em instrumental próprio, sistemas de informação subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e eventuais atendimentos e/ou acompanhamentos das equipes do PAIF e PAEFI. Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferências de renda, ao mundo do trabalho, entre outros, contribuindo para o usufruto de direitos socias. Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado conforme calendário. Participar de capacitações visando a qualificação do programa. Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas. Deverá ser referência para os grupos de convívio, orientando, acompanhando, organizando e zelando sobre os espaços coletivos e individuais, matérias didáticos, móveis e equipamentos eletrônicos, durante as intervenções e ações desenvolvidas, mantendo os espaços limpos e organizados antes, durante e após as atividades coletivas. Desenvolver oficinas/atividades de forma descentralizada. Registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos e informar referência técnica/coordenação sobre usuários faltosos. Encaminhar os usuários para o local das oficinas de acordo com o horário e cronograma. Acompanhar, orientar e servir os usuários durante o lanche em parceria com a referência técnica. Cumprir metas e indicadores. Apoio na mediação de conflitos entre usuários. Elaborar e planejar as atividades/oficinas e grupos em instrumental específico. Auxiliar nas inscrições e acompanhar os usuários nos períodos estabelecidos. Observar e cumprir cronograma institucional e cronograma das atividades no CRAS e CREAS, bem como Escalas, Prazos, Metas e Diretrizes. Produção de material socioeducativo, como flyers informativos, matérias de divulgação, planejamento de atividades prévio, entre outros. Elaborar, preencher e alimentar planilhas, instrumentais via google drive, documentos google, google planilhas, google hangouts, google docs, entre outros sistemas, sistemas de informações (IRSAS, TOTVS ou similares de acompanhamento/registros). Desenvolver atividades de integração com o CRAS e CREAS. Desenvolver atividades com base nos temas transversais; realizar procedimentos e atividades complementares ao PAIF/PAEFI.s. Desenvolver outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato.

Art. 9º Fica criado o cargo de técnico de tributos municipal, e alterada a lei Municipal n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos de carreira da administração direta e indireta do Município de Goioerê para a criação de novos cargos efetivos.
§ 1.º O número de vagas para o cargo descrito no *"caput"* é de 03 e a jornada de trabalho semanal é de 40 horas.
§ 2.º O cargo criado passa a integrar o anexo I da lei n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, como Grupo Ocupacional Profissional – GOP, subgrupo ocupacional médio 4 - GOM 4, da seguinte forma:

CBO	Código do Cargo	Cargo	Jornada de trabalho	Número de vagas
2544-20	GOM	Técnico de Tributos Municipal	40 hrs. semanais	03

§ 3.º Fica estabelecido a remuneração do cargo de Técnico de Tributos Municipal, código do cargo GOM no valor de R$ R$ 3.350,83 (três mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos)
Art. 10. Para ocupar um cargo de técnico de tributos municipal, é imprescindível:
I - Ensino Médio Completo mais Curso Técnico na área de Contabilidade, Finanças, Administração ou Serviços Jurídicos e Carteira Nacional de Habilitação e categoria mínima "B.

II - Atribuições e competências: o técnico fazendário, munido do poder de polícia administrativa, tem como principal função desenvolver atividades para garantir o cumprimento das normas contidas na legislação sobre tributos municipais, realizar atividades administrativas no setor, atuar buscando a regularidade e manutenção permanente do cadastro fiscal, imobiliário, mobiliário e econômico, executar atividades preparatórias ao exercício das funções que são exclusivas dos auditores fiscais da receita municipal, bem como atuar para o cumprimento do Código de Tributos do Município. Executar outros serviços pertinentes à função. - Prestar atendimento e orientação ao público, contribuintes e cidadãos, sobre cadastro fiscal, imobiliário, mobiliário e econômico, tributos do município, aplicação da legislação tributária e a utilização de ferramentas de controle fiscal e tributário disponibilizadas pela Secretaria Municipal da Fazenda. Atender, verificar, responder e/ou direcionar as demandas encaminhadas ao setor via processo digital e/ou físico. Zelar pelo cumprimento das legislações vigentes sobre matéria tributária de competência municipal, pela observação de procedimentos fiscais. Elaborar informações em processos e outros expedientes. Auxiliar, quando solicitado e sob supervisão, nos pareceres de caráter tributário, réplica ou tréplica fiscal em processos de recursos oriundos de decisões ou penalidades impostas pela autoridade tributária. Operar microcomputadores, impressoras, scaners e afins. Realizar o exame de matérias em processos administrativos. Emitir guias de recolhimento e efetuar parcelamentos de tributos. Emitir certidão negativa de débitos, de propriedade, valor venal, entre outras. Auxiliar no fornecimento do valor venal de imóveis urbanos e rurais. Efetuar o cadastramento de contribuintes, imóveis, estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviço. Atender telefone ou entrar em contato telefônico, realizar outros serviços relativos à rotina administrativa. Zelar pelo uso adequado de equipamentos diversos, como máquinas calculadoras, microcomputadores, impressoras, scaners, entre outros. Lavrar notificações, intimações e realizar quaisquer diligências solicitadas pelo auditor ou chefia imediata, com a correspondente confecção de relatório das atividades para apreciação. Auxiliar mediante supervisão, no controle da dívida ativa, desde a inscrição dos débitos, emissão de CDA, protestos, notificações, somas, certidões, controle da cobrança administrativa e executiva, elaboração de cálculos, até a execução final. Responsabilizar-se pelas diligências extrajudiciais indispensáveis à cobrança da dívida, organizando-a para futura execução fiscal, inclusive no que se refere ao prévio protesto extrajudicial. Subsidiar o departamento jurídico responsável pelas execuções fiscais, fornecendo informações indispensáveis ao exercício do direito de ação, tais com parcelamentos, inadimplências, atualização cadastral, intimações e demais diligências necessárias em favor da eficiência da arrecadação. Receber, triar, controlar, registrar, protocolar e arquivar documentos, tanto físicos quanto eletrônicos. Preencher, redigir ou revisar documentos, como ofícios, cartas entre outros, bem como realizar todas etapas necessárias para o envio de correspondência, inclusive a sua expedição perante a unidade local. Manusear, sob supervisão, programas de fiscalização estabelecidos de forma que todos os contribuintes sejam fiscalizados sistematicamente. Manter, operacionalizar e atualizar o sistema de cadastro fiscal, imobiliário, mobiliário e econômico utilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda, bem como de outros sistemas que o município seja conveniado. Efetuar vistorias, com apoio ou não de outras Secretarias, em imóveis, estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviço, para fins de apuração da base de cálculo do tributo. Executar atividades de natureza administrativa/técnica e preparatória ao exercício das funções que são exclusivas dos Auditores Tributários Participar de comissões, grupos de trabalho e compor delegações em áreas estratégicas de interesse da Administração Tributária. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo. Executar outros serviços pertinentes à função.

Art. 11 Fica criado o cargo de pedagogo social e alterada a lei Municipal n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores públicos de carreira da administração direta e indireta do Município de Goioerê para a criação de novos cargos efetivos.

§ 1.º O número de vagas para o cargo descrito no *"caput"* é de 01 e a jornada de trabalho semanal é de 20 horas.

§ 2.º O cargo criado passa a integrar o anexo I da lei n.º 1.884, de 15 de dezembro de 2009, como Grupo Ocupacional Profissional – GOP, subgrupo ocupacional profissional 1 – GOP 1 da seguinte forma:

CBO	Código do Cargo	Cargo	Jornada de trabalho	Número de cargos
5153-05	GOP	Pedagogo social	40 hrs. semanais	01

§ 3.º Fica estabelecido a remuneração do cargo de pedagogo social, no valor de R$ 2.462,00 (dois mil quatrocentos e sessenta e dois reais).

Art. 12. Para ocupar um cargo de pedagogo social é imprescindível:
I - Escolaridade e habilitação técnica: graduação em Pedagogia devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação, e Carteira Nacional de Habilitação, mínimo, categoria "B".
II - Atribuições: Atuar no atendimento voltado a pessoas que vivenciam situação de violação de direitos. Realizar acompanhamento socioeducativo. Desenvolver atividades pedagógicas. Realizar atuações interdisciplinares. Orientar e apoiar as famílias mediando conflitos familiares e oferecendo orientações sobre práticas educativas, fortalecimentos de vínculos e desenvolvimento de habilidades parentais. Planejar e avaliar ações socioeducativas. Realizar ações externas voltadas a formação e sensibilização comunitária. Assessorar a instituição educacional quanto a proposta curricular adotada pela rede pública municipal de ensino. Atuar em consonância com as normas e regulamentos dos órgãos que a compõem. Participar da elaboração do regimento escolar e do calendário escolar anual. Mediar conflitos que possam surgir no âmbito das instituições educacionais ou entre elas, no intuito de garantir a qualidade do trabalho, principalmente em seus aspetos pedagógicos. Propor e desenvolver trabalho a partir da análise de dados coletados no cotidiano escolar em conjunto com a equipe administrativo pedagógica das instituições educacionais visando a melhoria do ensino aprendizagem da rede pública municipal de ensino. Elaborar e desenvolver projetos de formação continuada voltada aos profissionais da rede pública municipal de ensino. Assessorar na elaboração de projetos de formação continuada dos demais profissionais de educação. Propor, planejar e atuar em eventos a serem desenvolvidos no decorrer do ano letivo.
Participar do processo de avaliação e execução de projetos desenvolvidos em parceria com outras instituições que estejam em consonância com a proposta curricular da rede pública municipal de ensino. Orientar e conduzir as discussões referentes ao processo de seleção dos livros didáticos a serem adotados pela instituição educacional e/ou pela rede pública municipal de ensino, opinar e emitir parecer sobre projetos propostos por outras entidades e instituições. Participar ativamente do planejamento das ações. Participar de reuniões, cursos e eventos programados pela instituição educacional. Coordenar as áreas do conhecimento ou as áreas específicas de atuação, de acordo com o nível e modalidade de ensino, e em conformidade com o currículo programado. Executar outras atividades inerentes à função. Incumbir-se de outras tarefas específicas que lhe forem atribuídas, de acordo com as normas emanadas. Desenvolver outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato.

Art. 13. Faz parte integrante desta Lei o Impacto Orçamentário.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:3F001702

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.166/2025

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 10.751,46 (dez mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
13.002.12.365.0007.2.245 - FUNDEB OUTRAS DESPESAS - INSTITUTO SANTA CLARA
4.4.50.42.00.00.00.00 – AUXÍLIOS R$ 10.751,46
00102.00102.02.01.00.00.1.540.0000 - FUNDEB 30% R$ 10.751,46

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o excesso de arrecadação da fonte de recurso: 00102.00102.02.01.00.00.1.540.0000 - FUNDEB 30%, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo alterar os elementos de despesas desse Crédito Adicional Especial no decorrer do exercício de 2.025, com o único intuito de cumprir o objeto do projeto, podendo criar novas despesas ou suplementá-las, sem lhe alterar o valor global, usando como cobertura a anulação total ou parcial de outro elemento desse mesmo projeto.

Art. 4º Autoriza a inclusão no PPA - Plano Plurianual de Investimentos - Lei nº 2.858/2.021, datada de 30/11/2.021; Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 3.071/2.024, datada de 18/07/2.024 e Lei Orçamentária Anual - Lei nº 3.104/2024, datada de 10/12/2024

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:B9450A45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº. 809/2025

Na Edição nº. 3409 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, veiculada na data de 18 de novembro de 2025, foi publicada a portaria nº. 809/2025, onde foi escrito indevidamente:

Onde se lê:
"ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação... "

Leia-se:

" ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social. "

C U M P R A - S E

PAÇO MUNICIPAL, "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê- Paraná, 18 de novembro de 2025

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:D237F292

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 813/2025

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, EMERSON FRANCISCO MARANGONI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, férias regulamentares por 20 (vinte) dias, para gozá-las de 15/01/2026 a 03/02/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 17 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:F9BF5CB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 817/2025

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Cultura, férias regulamentares por 10 (dez) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Alexandro Pastorello	Aux. Administrativo	2023/2024	12/12/2025 a 21/12/2025
Alice Rosa Ferraz da Silva	Aux. Serv. Gerais	2023/2024	05/01/2026 a 14/01/2026
Alice Rosa Ferraz da Silva	Aux. Serv. Gerais	2024/2025	15/01/2026 a 24/01/2026
Marina de Souza Tardelli	Aux. Administrativo	2022/2023	05/01/2026 a 14/01/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:7BC78F74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 819/2025

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, MARINA DE SOUZA TARDELLI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, férias regulamentares por 20 (vinte) dias, para gozá-las de 15/01/2026 a 03/02/2026, referente ao período aquisitivo 2023/2024, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:164F9539

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 820/2025

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Eduardo Baltazar da Silva	Técnico Desportivo	2024/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
Adriano da Cruz Ortega	Auxiliar de Serviços Gerais	2025/2026	05/01/2026 a 03/02/2026
Edivaldo Cruzeiro da Silva	Motorista	2019/2025	05/01/2026 a 03/02/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:5045552C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 821/2025

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, férias regulamentares por 20 (vinte) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Alex Correia Costa	Técnico Desportivo	2023/2024	05/01/2026 a 24/02/2026

Ana Paula Barreto Rodrigues	Técnico Desportivo	2025/2026	05/01/2026 a 24/02/2026
Ederson Estefeneti de Oliveira	Técnico Desportivo	2024/2025	05/01/2026 a 24/02/2026
Edinaldo Rodrigues da Silva	Técnico Desportivo	2024/2025	05/01/2026 a 24/02/2026
Edson Roberto Martins	Técnico Desportivo	2024/2025	05/01/2026 a 24/02/2026
Erivalto Santos de Oliveira Junior	Técnico Desportivo	2024/2025	05/01/2026 a 24/02/2026
Franciele Pimentel Olimpio	Técnico Desportivo	2024/2025	05/01/2026 a 24/02/2026
Matheus Camargo Aguilera	Motorista	2024/2025	05/01/20256 a 24/02/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:50D5AA32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 822/2025

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, férias regulamentares por 15 (quinze) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Antonio Mozena Cavalcante	Técnico Desportivo	2024/2025	05/01/2026 a 19/01/2026
Carlos Magno Lettrari dos Santos	Técnico Desportivo	2024/2025	05/01/2026 a 19/01/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:1638C72A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 823/2025

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, férias regulamentares por 10 (dez) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Tamara Aparecida Gonçales	Aux. Serv.Gerais	2022/2023	05/01/2026 a 14/01/2026
Tamara Aparecida Gonçales	Aux. Serv.Gerais	2023/2024	15/01/2026 a 24/01/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:D0FA2313

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 824/2025

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, férias regulamentares por 15 (quinze) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Luana Soares Garcia Cardim	Aux. Administrativo	2023/2024	05/01/2026 a 19/01/2026
Luana Soares Garcia Cardim	Aux. Administrativo	2024/2025	20/01/2026 a 03/02/2026
Sandra Satsuki Takamine	Aux. serv. Gerais	2023/2024	05/01/2026 a 19/01/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:EE80B923

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PRIMEIRA CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO AO FOMENTO Nº 013/2025

PRIMEIRA CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 013/2025 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL VIVA A VILA

O **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 78.198.975/0001-63, estabelecido à Avenida Amazonas, n° 280, Jardim Lindóia, nesta cidade e comarca de Goioerê – Pr, doravante denominado, simplesmente, **CONCEDENTE,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO,** brasileiro, casado, portador do RG n.º 2.167.875-9 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade de Goioerê-Pr, e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), **ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL VIVA A VILA,** instituição sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 2.493/2.015, inscrita no CNPJ sob o n° 20.189.960/0001-59, situada na Rua Lins, n° 25, Bairro Vila Guaíra no município de Goioerê/Pr., doravante é denominada, simplesmente **TOMADOR,** neste ato representado por sua representante Senhora **LEATRIZ CRISTINA DE SOUZA,** portadora da Cédula de Identidade/RG sob o nº4.361.191-7 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 836.951.929-68, residente e domiciliado na Rua Érico Veríssimo, 611, Conjunto Colina Verde, nesta Cidade de Goioerê-Paraná, **resolvem entre si e na melhor forma de direito, apostilar o Termo de Fomento nº. 013/2025, para constar a seguinte alteração**:

Cláusula Primeira – DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
A presente certidão de Apostilamento tem por objeto a alteração do Plano de Trabalho do Termo de Fomento n. 013/2025, quanto a tabela orçamentária e os recursos humanos, passando a constar nos seguintes termos:

Tabela Orçamentária

Descrição	**Valor Total mensal**	
Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica (coordenação) Aproximadamente 35h semanais	**Valor unitário** R$ 35,72	**Valor total** R$ 5.008,00
Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica (professor de educação física) Aproximadamente 35h	**Valor unitário** R$ 28,60	**Valor total** R$ 4.004,00
Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica (Profissional auxiliar) Aproximadamente 30h	**Valor unitário** R$20,85	**Valor total** R$ 2.502,00
Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica (Profissional auxiliar) aproximadamente 10h	**Valor unitário** R$ 25,00	**Valor total** R$1.000,00
Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica (Coreografa montagem de coreografia)	**Valor unitário** R$ 3.000,00	**Valor total** R$ 3.000,00

Recursos Humanos

Recursos Humanos: 01 Coordenador - Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica
01 profissional de Serviço social - CLT
01 profissional de Música- Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica
02 profissionais de auxiliar - Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica
01 profissional de técnico esportivo - Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica
01 profissional de professora de Ballet- Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica.
01 Profissional auxiliar (auxiliar administrativo) - Outros serviços de terceiros/ pessoa jurídica.

Cláusula Segunda
A presente apostila foi realizada nos termos do artigo 45, inciso II, alínea "a" do Decreto Municipal nº 7.843/2022.

Cláusula terceira
Todos os demais itens que compõe o plano de trabalho e o Termo de Fomento, inclusive o plano de aplicação e o valor global permanecem inalterados.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor.

Goioerê, 12 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Concedente

LEATRIZ CRISTINA DE SOUZA
Presidente Associação Esportiva e Cultural Viva Vila

Publicado por:
Claudia Adriana Cacela Ilto de Moura
Código Identificador:9B2705AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADVERTÊNCIA

A
A.M. GRAFICA PAPELARIA E EDITORA LTDA
Processo Licitatório nº 190/2023
Pregão Eletrônico nº 86/2023

Ata de Registro de Preços nº 338/2023

O **MUNICÍPIO DE GOIOERE-PR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindoia, na cidade de Goioerê, estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, vem por meio do presente **ADVERTIR** a empresa **A.M. GRAFICA PAPELARIA E EDITORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.304.261/0001-36, com sede no município de Ponta Porã, estado do Mato Grosso do Sul, na Avenida Presidente Vargas nº 541, Centro, CEP 79.904-616, **prevista no item 23.4.1 do Edital de Licitação nº 86/2023**, pela inadimplência contratual.

Nestes termos, tendo concedido o prazo de contraditório e ampla defesa à empresa advertida e este transcorrido *in albis*, promovo, portanto, **ADVERTÊNCIA** a empresa acima descrita nos termos aventados no presente expediente, bem como nos demais atos anexados ao Processo Administrativo nº 005/2025.

Goioerê-Pr., 17 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:608D9972

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E REPARO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, DESTINADAS AO PROGRAMA DE ATENDIMENTO E FORNECIMENTO GRATUITO DE PRÓTESES DENTÁRIAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOIOERÊ-PR.

O Município de Goioerê-Pr, por meio dos servidores abaixo descritos, nomeados através da **Portaria nº 037/2025**, comunica aos interessados no objeto do Edital de Chamamento Público nº 012/2025, que após analisar a documentação de habilitação, e em conformidade com o item nº 4.3 do edital, credencia o interessado abaixo:

CREDENCIADA
EDLS – CLÍNICA DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA

Comunica outrossim, que a partir da publicação deste, passa a fluir o prazo de 3 (três) dias úteis, para qualquer interessado que se sinta prejudicado, interpor recurso, nos termos do item 6, do Edital.
Goioerê-Pr, 18 de novembro de 2025.

Assinado Digitalmente
TIAGO FAQUINETI DE ARAGÃO
Agente de Contratação

Assinado Digitalmente
LUCIANA SCUDELER BARRADAS
Equipe de Apoio

Assinado Digitalmente
TIAGO QUEIROZ DE LOYOLA DA SILVA
Equipe de Apoio

Assinado Digitalmente
KESIA LOPES DA SILVA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:77AAD282

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 174/2.025

Pregão nº.29/2025

O **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 41.227.145/0001-07, situada na Rua Jacob Porsak nº 437, Chácaras Aeroporto, no Município de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.053-360, neste ato representado pelo Srº **BRUNO BERTOLASCE**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr Unitário R$
10	UN	12	TROFÉU COM 35 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 13,40CM DE LARGURA - Em polímero na cor preta. cone em polímero metalizado na cor dourada, sobre este cone outro cone em polímero com friso metalizado na cor dourada e pintura interna na cor dourada. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, cone com pintura interna. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: dourado e preto Cores alternativas: cone nas cores prata, bronze, azul, vermelha, verde ou preto. Medidas: altura 35 cm, largura superior 13,40 cm, largura inferior 12,10 cm, altura da base 9,10 cm.	VITORIA	86,86

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será até o dia 22 de julho de 2026**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 14 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

BRUNO BERTOLASCE
Fênix do Brasil Sports LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:C42B5AAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 175/2.025

Pregão nº.29/2025

O **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MERITO BRINDES E PREMIAÇÕES - LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 21.883.166/0001-73, situada na Avenida Fernando Ferrari nº 185, Ferrazopolis, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09.790-110, neste ato representado pelo Srº **DOUGLAS SOUZA DE ALMEIDA**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr Unitário R$
39	UN	1.000	MEDALHA PERSONALIZADA - Utilização poderá ocorrer para eventos de cunho cultural ou esportivo. As faces da medalha possuem detalhes em alto e baixo relevo formando um único corpo, nas dimensões, forma, conteúdo e detalhamento rigorosamente de acordo com o modelo solicitado. A medalha é fundida por centrifugação, com o emprego de liga metálica mista de baixo ponto de fusão. Com altura mínimas de 80mm e largura mínimas de 70 mm, ou mesma proporção de área, e espessura de 30mm. O inverso recebe o cunho das logo marcas e demais caracteres relativos a cada evento específico, com detalhes contornados para a aplicação de resina epóxi em até 3 cores, e o verso cavidade contornada para a inclusão de um adesivo autocolante de alta definição com detalhes da premiação. A superfície da medalha recebe tratamento galvânico para banho nas colocações dourada, prateada e bronzeada, e revestimento final com verniz incolor para metal. A fita tipo sublimada acetinada dupla face com a personalização medindo 2,5 larguras por 80cm comprimento, com a logo da copa Goioerê de futsal, município de Goioerê e como ano respetivo da competição.	MBP	13,69
40	UN	1.000	MEDALHA PERSONALIZADA- Utilização poderá ocorrer para eventos de cunho cultural ou esportivo. As faces da medalha possuem detalhes em alto e baixo relevo formando um único corpo, nas dimensões, forma, conteúdo e detalhamento rigorosamente de acordo com o modelo solicitado. A medalha é fundida por centrifugação, com o emprego de liga metálica mista de baixo ponto de fusão. Com altura mínima de 80 mm e largura mínima de 80 mm, ou mesma proporção de área, e espessura de 30mm. O inverso recebe o cunho das logo marcas e demais caracteres relativos a cada evento específico, com detalhes contornados para a aplicação de resina epóxi em até 3 cores, e o verso cavidade contornada para a inclusão de um adesivo autocolante de alta definição com detalhes da premiação. A superfície da medalha recebe tratamento galvânico para banho nas colocações dourada, prateada e bronzeada, e revestimento final com verniz incolor para metal. A fita tipo sublimada acetinada dupla face com a personalização medindo 2,5 larguras por 80cm comprimento, com a logo da vida verão, município de Goioerê e como ano respetivo da competição.	MBP	17,75

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será até o dia 22 de julho de 2026**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 14 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

DOUGLAS SOUZA DE ALMEIDA
Mérito Brindes e Premiações - LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:A1915E78

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 176/2.025

Pregão nº.29/2025

O **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **WPPT CONFECÇÕES LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 45.438.114/0001-56, situada na Rua Osorio de Almeida nº 999, Poco Rico, no Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, CEP 36.020-020, neste ato representado pelo Srº **ALONSO PEREIRA TAVARES**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr Unitário R$
37	UN	3.000	MEDALHA PERSONALIZADA TAMANHO APROXIMADO DE 7,5 CM - Fundida no metal alto relevo. Centro da medalha com personalização em resina com tamanho aprox.7,5 cm, com fita personalizada com a logo do município de 2cm na cor azul e no verso da medalha aplicação de adesivo com resina, conforme arte solicitada.	HSPORTS	7,90

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será até o dia 22 de julho de 2026**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 14 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

ALONSO PEREIRA TAVARES
WPPT Confecções LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:E5439FCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 115/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
Contratada: EXPANSAO E-COMMERCE LTDA
Valor: R$ 1.840,00
Vigência: Início: 19/11/2025 **Término:** 19/11/2026
Pregão Eletrônico nº 39/2025
Objeto da Contratação: O objeto deste instrumento é o fornecimento de bebedouro industrial através do recurso destinado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).
Goioerê/PR, 18 de Novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:F51D9680

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 117/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
Contratada: MAYCON RIZZI COMERCIO E CONSULTORIA LTDA
Valor: R$ 1.684,00
Vigência: Início: 19/11/2025 **Término:** 19/11/2026
Pregão Eletrônico nº 39/2025
Objeto da Contratação: O objeto deste instrumento é o fornecimento de caixa de som processada e furadeira profissional através do recurso destinado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).
Goioerê/PR, 18 de Novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:DD8AE421

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 118/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
Contratada: R.A SOLUÇÕES LTDA
Valor: R$ 3.280,00
Vigência: Início: 19/11/2025 **Término:** 19/11/2026
Pregão Eletrônico nº 39/2025
Objeto da Contratação: O objeto deste instrumento é o fornecimento de projetor multimídia através do recurso destinado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).
Goioerê/PR, 18 de Novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:09968B61

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 119/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
Contratada: S DO LAGO SILVA-EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
Valor: R$ 2.296,00
Vigência: Início: 19/11/2025 **Término:** 19/11/2026
Pregão Eletrônico nº 39/2025
Objeto da Contratação: O objeto deste instrumento é o fornecimento de andador adulto, poltrona de escritório, refletor LED mínimo 400w e sofá 3 lugares em courino através do recurso destinado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Goioerê/PR, 18 de Novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:F0EA4AF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2026 – EDUCAÇÃO

17 de novembro de 2025, foi publicada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2026 – EDUCAÇÃO onde foi escrito indevidamente:

Onde se lê:

“ 1 Relatório de Aprendizagem e Desenvolvimento para o SERE Pedagógico (obrigatório para todas as crianças, exceto aquelas que possuem laudo). “

Leia-se:

“ 1 Relatório de Aprendizagem e Desenvolvimento para o SERE Pedagógico (obrigatório para todas as crianças que apresentam dificuldades). “

Goioerê- Paraná, 18 de novembro de 2025

ÂNGELA MARIA SOUZA ZABOT
Secretária Municipal de Educação
Portaria 617/2025 de 01/08/2025

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:C58627C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA 005/2025

CONCURSO DE REMOÇÃO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOIOERÊ.
A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital de Concurso de Remoção, destinado aos Professores do Ensino Fundamental e Professores da Educação Infantil (CMEIs e Escolas Municipais), em conformidade com a Lei Complementar nº 98/2024, Seção II – Da Remoção e da Permuta, e demais normativas vigentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. A remoção constitui-se em deslocamento do profissional do magistério de uma instituição escolar para outra, atendendo prioritariamente aos interesses do ensino e da educação municipal, conforme Art. 87 da Lei Complementar nº 98/2024.
1.2. O processo de remoção será realizado anualmente, mediante publicação deste Edital, que estabelece critérios, prioridades e condições para sua efetivação, conforme Art. 88 da referida Lei.

2. DAS VAGAS
2.1. A remoção somente poderá ocorrer para unidades escolares onde haja vagas disponíveis, conforme estabelece o §1º do Art. 88.
2.2. Vagas existentes para remoção conforme quadro abaixo:

	Local	Professor Substituto	Turno
1	Escola Municipal Cívico Militar Monteiro Lobato	Marilene Cavalcante	manhã
2	Escola Municipal José Jesus Cavalcante	Marilene Cavalcante	tarde
3	Escola Municipal José Jesus Cavalcante	Roseli Gomes	tarde
4	Escola Municipal José Jesus Cavalcante	Sala nova DI	manhã
5	CMEI Maria Zilda Ferreira Barbosa	Jhenifer Bezerra de Jesus Gomes	tarde
6	Escola Municipal Liduina Alves Godim Primo	Neusa das Neves Franco de Almeida	tarde
7	Escola Municipal Liduina Alves Godim Primo	Valquiria Suelen S. da Cruz Buso	tarde
8	Escola Municipal Dr Daniel Portela	Valéria de Fátima Borges Marinho	tarde
9	Escola Municipal Dr Daniel Portela	Lucas Araújo	tarde
10	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorki	Luzinete Franciscato	tarde
11	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorki	Alessandra Sanches	tarde
12	Escola Municipal Cívico Militar Ladislau Schicorki	Eliane Bedelegue	tarde
13	Escola Municipal Cecília Meireles	Maria de Fátima Selegim	tarde
14	CMEI Santa Bárbara	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
15	CMEI Santa Bárbara	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
16	CMEI Mundo Encantado	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
17	CMEI Mundo Encantado	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
18	CMEI Mundo Encantado	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
19	CMEI Rotary	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
20	CMEI Rotary	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
21	CMEI Rotary	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
22	CMEI Recanto Feliz	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
23	CMEI Recanto Feliz	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
24	CMEI Candeias	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
25	CMEI Candeias	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral
26	CMEI Bonifácio Cionek	Regularização da hora atividade Lei nº 11.738/2008	Integral

3. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO
3.1. Para fins de classificação, será considerado:
I – O efetivo tempo de exercício de magistério no estabelecimento de ensino, conforme §2º do Art. 88 da Lei Complementar nº 98/2024;

II – A ordem de classificação no concurso público no qual o profissional está em exercício.
3.2. Terão sua inscrição recebida, porém serão automaticamente posicionados no final da fila de classificação no processo de remoção e/ou distribuição de aulas, nos termos do §4º do Art. 88, os profissionais que, no ano vigente:
a) tiverem mais de 3 (três) faltas injustificadas;
b) estiverem respondendo a sindicância ou a processo administrativo disciplinar;

4. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
4.1. Os Professores da Educação Infantil que desejarem permuta para turmas de Infantil 4 e 5 deverão obrigatoriamente participar da Distribuição de Aulas de 2026.
4.2. Caso o professor não consiga turma de Infantil 4 ou 5 durante a distribuição de aulas, ficará sem fixação, permanecendo à disposição da Secretaria Municipal de Educação para alocação nas vagas restantes em outras instituições.

5. DAS INSCRIÇÕES
5.1. As inscrições estarão abertas de 18 a 25 de novembro de 2025.
5.2. As inscrições deverão ser realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Educação, mediante preenchimento de formulário próprio.
5.3. Todas as inscrições serão protocoladas por membro da Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, garantindo registro formal e autenticidade.
5.4. A Secretaria Municipal de Educação divulgará, no dia 28 de novembro de 2025, uma nova lista de vagas atualizada, considerando as possíveis alterações decorrentes das remoções já efetivadas até essa data. Com data final para inscrições 01 de dezembro de 2025.

6. DA PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CLASSIFICAÇÕES
6.1. Após o encerramento das inscrições, será divulgada a lista de inscritos e suas classificações, conforme critérios deste Edital.

7. DA EFETIVAÇÃO DA REMOÇÃO
7.1. Os professores que obtiverem deferimento na remoção passarão a participar do processo de Distribuição de Aulas para o ano de 2026 já em suas novas unidades escolares escolhidas.
7.2. Todos os professores que assumiram concurso no ano de 2025, devem participar do concurso de remoção, para serem alocados conforme o quadro de vagas acima
7.3. A remoção terá validade a partir do início do ano letivo de 2026.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A inscrição do candidato implica a plena aceitação de todas as condições deste Edital.
8.2. Casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, respeitando a legislação vigente.
8.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELA MARIA SOUZA ZABOT
Secretária Mun. da Educação
Port. 0617/25 de 01/08/2025

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:90857B4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
Secretaria Tesouro Nacional	ICM	18/11/2025	1.615.639,39
Secretaria Tesouro Nacional	Fundeb	18/11/2025	202.002,47
FNS – Fundo Nacional Saúde	Emulti	18/11/2025	31.000,00
FNS – Fundo Nacional Saúde	Per Capta	18/11/2025	14.364,29
FNS – Fundo Nacional Saúde	ESF	18/11/2025	216.000,00
FNS – Fundo Nacional Saúde	Saúde Bucal	18/11/2025	46.354,50
FNS – Fundo Nacional Saúde	ADPF 347	18/11/2025	4.000,00
FNDE	Transporte Escolar	18/11/2025	123.833,51

Goioerê, 18 de Novembro de 2.025.

ISABELA ZABOT ROCHA

Publicado por:
Graciele Giopato Lima Rosa
Código Identificador:860E1649

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
RESOLUÇÃO N. 029/2025

Declara ponto facultativo o dia 21 de novembro de 2025, em razão do feriado nacional do dia da Consciência Negra.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica e Regimento Interno

CONSIDERANDO, a Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, que instituiu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra como feriado Nacional em 20 de novembro;

CONSIDERANDO, que o dia 20 de novembro de 2025 recairá em uma quinta-feira;

CONSIDERANDO, a necessidade de conciliar o funcionamento dos serviços públicos com o calendário de feriados, otimizando a jornada de trabalho e o planejamento administrativo da Câmara Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° Declarar ponto facultativo no dia 21 de novembro (sexta-feira) do corrente ano, na Câmara Municipal de Goioxim, em razão do feriado nacional do Dia da Consciência Negra;

Art. 2° Determinar que os trabalhos retornarão à normalidade no dia 24 de novembro de 2025 (segunda-feira).

Art. 3º A critério da Presidência desta Casa de Leis, a qualquer momento vereadores e servidores poderão ser convocados.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 18 de novembro de 2025.

MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:FFBFBAD5

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 69/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 69/2025
PROCESSO Nº 148

LICITAÇÃO: Dispensa Eletrônica nº 69/2025(Lei nº 14.133, de 2021, Art. 75, inciso II).

OBJETO: Aquisição de itens natalinos destinados à decoração e ambientação dos espaços públicos do Município durante as festividades de Natal, visando à composição da decoração oficial do período comemorativo.

VALOR ESTIMADO: 59.441,43

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78.

LOCAL: Sistema LICITANET (https://licitanet.com.br/).

DATA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 19/11/2025.

DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: 26/11/2025 - das 8:00h às 14:00h.

INFORMAÇÕES: através do protocolo digital acessível no site oficial do Município ou através do e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.goioxim.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Goioxim, 18/11/2025.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:3717EAA6

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 55 2025 -DECLARA INTERESSE SOCIAL

SÚMULA: DECLARA INTERESSE SOCIAL O IMÓVEL QUE MENCIONA E ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica do Município.
DECRETA
Art. 1° - Fica declarada de Interesse Social a área com 1.800m (um mil e oitocentos), referente a estrada rural denominada São Pedro sentido Assentamento Estrela, conforme Relatório de Vistoria Técnica – RTV: A estrada descrita COORDENADAS DO TRECHO (PROJEÇÃO UTM – DATUM SIRGAS 2000 OU WGS84) FUSO 22

J INICIAL 394723,00 / 7212733,00 FUSO 22 J FINAL 393892,00 / 7214109,00.
Art. 2º - A área mencionada no artigo anterior trata – se de uma estrada rural a qual será pavimentada em Paver.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito municipal de Goioxim-PR em 17 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:4D3FBB14

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 56 2025 - FERIADO DIA NACIONAL DE ZUMBI E DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Súmula: Declara recesso do feriado nacional nas repartições públicas do Município de Goioxim, em razão do Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO a importância da luta da população negra contra a escravização e o racismo.
DECRETA
Art. 1º Fica determinado o fechamento das repartições públicas municipais, decretado feriado nacional no dia 20 de novembro de 2025 (quinta-feira), em razão do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.
Art. 2º Fica estabelecido recesso administrativo nas repartições públicas municipais no dia, 21 de novembro de 2025 (sexta-feira).
§ 1º Durante o período mencionado, não haverá interrupção dos serviços públicos considerados essenciais, conforme organização e planejamento definidos pelo secretário da respectiva pasta.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito municipal de Goioxim-PR em 18 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:50DCCB53

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 393 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025, JOÃO VITOR SIMÃO.

PORTARIA Nº 393 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Exonera a pedido do servidor, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido do servidor, JOÃO VITOR SIMÃO, matricula funcional nº 137956, ocupante do cargo de Gari de Rua, a partir da data de 14 de novembro de 2025.

Artigo 2. - Esta portaria tem efeitos retroativos a contar do dia 14 de novembro de 2025, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, 18 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:617D5120

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 394 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025, DANIEL CORLATTI BRITES.

PORTARIA Nº 394 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Resolve Conceder férias ao servidor DANIEL CORLATTI BRITES, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.
R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30(trinta) dias, a contar a partir da data de 19 de novembro de 2025, ao servidor DANIEL CORLATTI BRITES, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 85731.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 18 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:663C0313

MUNICIPIO DE GOIOXIM
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2024

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIOXIM – PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Goioxim/PR, neste ato representado pelo Senhor Eder dos Santos, Prefeito Municipal.
CONTRATADA: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.750.290/0001-87, Inscrição Estadual nº 90808337-73, Inscrição Municipal nº 34972-6, com sede na Avenida Ivo Carli, nº 2655, Bairro Conradinho, Guarapuava/PR, CEP 85055-520, telefone (41) 99938-8040, e e-mail: progresso@progressoeng.com.br.
As partes acima identificadas, considerando o Contrato nº 109/2024, oriundo da Concorrência Eletrônica nº 03/2024, que tem por objeto a "Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, totalizando 14.883,71 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos", resolvem, com fundamento no art.

124 da Lei Federal nº 14.133/2021, firmar o presente Terceiro Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Fica aditivado o Contrato Administrativo nº 109/2024 para promover a glosa de itens de serviços no percentual de 0,92% em relação ao valor original, correspondente ao valor de R$ 43.891,98, conforme planilha e itens constantes dos pareceres técnicos anexos.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL: Em razão da modificação introduzida pela cláusula anterior, fica ajustado que o valor contratual anteriormente vigente era de R$ 4.857.671,95 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos). Com a glosa aplicada, o valor final do contrato passa a ser de R$ 4.813.779,98 (quatro milhões, oitocentos e treze mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES: Permanecem inalteradas e plenamente válidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Original e seus aditivos anteriores.
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA: A vigência contratual permanece inalterada, com término previsto para 29 de dezembro de 2025.
Goioxim/PR, 18 de novembro de 2025.

EDER DOS SANTOS –
Prefeito Municipal – Contratante

PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA –
Contratada

Documento assinado digitalmente. Dispensa-se a assinatura de testemunhas, nos termos do art. 784, §4º, do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:F883485A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N°. 06 /2025

DECRETO LEGISLATIVO N°. 06 /2025
D a t a : 13 de novembro de 2025.

Súmula: DECRETA Ponto Facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no dia 21 (vinte e um) de novembro de 2025, e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 150-A, do Regimento Interno, **DECRETA** o seguinte

Art. 1° Fixa Ponto Facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Guaíra no **dia 21 (vinte e um) de novembro de 2025**, dispensando os servidores do ponto biométrico, sem necessidade de posterior reposição e sem desconto na remuneração.

Art. 2° Nesse período, fica criado o regime de sobreaviso, com supervisão da Direção Administrativa, devendo os servidores comparecerem no âmbito da Câmara se convocados por qualquer meio idôneo.

Art. 3° Em razão do ponto facultativo, os atos administrativos serão, prioritariamente, praticados por meio eletrônico e remoto, salvo se houver impossibilidade ou prejuízo ao serviço.

Art. 4° O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Edifício da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 13 de novembro de 2025.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente – Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:686C37CC

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO ID 55/2025 DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 038/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO ID 55/2025 DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 038/2024
Processo Administrativo: nº 16/2024 – PE nº 05/2024

Contratante:**CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA**, CNPJ 77.849.289/0001-42
Contratada: **RIOLE ELETRÔNICA LTDA,** CNPJ 76.617.927/0001-37
Objeto do Contrato:O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação, por mais 12 (doze) meses, do prazo de execução e vigência do Contrato nº 038/2024, que trata da contratação de empresa especializada para aquisição e instalação do Sistema Automatizado de Comunicação e Transmissão das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Guaíra, com fundamento no art. 105 da Lei nº 14.133/2021 e na Cláusula Oitava do contrato original, conforme autorização da Presidência da Contratante (Despacho às fls. 805).
Objetivo do Aditivo: A prorrogação tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços específicos previstos no item 19 do contrato original, referentes às "Horas Técnicas pós-implantação", abrangendo o atendimento técnico sob demanda, suporte técnico continuado, treinamento e customização dos softwares contratados.
Vigência e Execução: A prorrogação ora pactuada passará a vigorar no período de **19 de novembro de 2025 a 19 de novembro de 2026,** permanecendo inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato original não modificadas por este Termo Aditivo.
Valor: Em decorrência da prorrogação ora ajustada, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de **R$ 359,00 (trezentos e cinquenta e nove reais)** por hora técnica, totalizando **36 (trinta e seis) horas**, o que perfaz o valor global de **R$ 12.924,00 (doze mil, novecentos e vinte e quatro reais)**.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da execução deste aditivo correrão à conta dos **Recursos Próprios**, sob a seguinte classificação orçamentária:
Funcional Programática: 01.001.01.031.0001.2001
Elemento da Despesa: 3.3.90.40.0000 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – Pessoa Jurídica

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do **Contrato nº 038/2024**, que não tenham sido modificadas por este instrumento.

Guaíra, 18 de novembro de 2025.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:B4F338B2

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 305/2025

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 868/2024, do Edital de Concorrência Pública nº 033/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **RM ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - ME, CNPJ nº 43.122.544/0001-39**

Objeto do Contrato: construção da UBS (Unidade Básica de Saúde) Modelo SESA - Porte 2, com área construída total de 378,66 m2, sobre o imóvel Lote Quadra (34-A-1, 34-A-2, 34-A-3), do Novo Loteamento da Prefeitura Municipal de Guaíra, situada na Rua Santos Dumont esquina com a Rua Coelho Junior, no Bairro Vila Velha, nesta Cidade de Guaíra, Estado do Paraná.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de VIGÊNCIA do Contrato Administrativo nº 868/2024.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA do Contrato acima citado por mais 12 (doze) meses, até **09 de dezembro de 2026**.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços original.

Guaíra, Paraná, 18 de novembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:C9CD9174

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 306/2025

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 839/2025, do Edital de Concorrência nº 018/2025, Processo Administrativo nº 269/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SAMP CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, CNPJ nº 02.810.894/0001-00**

Objeto do Contrato: Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 4.090,15 m², incluindo serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA nº 018/2025.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a **suspensão do início da execução contratual**, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, ou até a conclusão das obras preparatórias, conforme Processo Administrativo no 269/2025.
Da Suspensão: Pelo presente termo aditivo e com fundamento no Art. 124 da Lei no 14.133/21, fica suspenso o início da execução contratual, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, ou até a conclusão das obras preparatórias, conforme Memorando interno nº 3.130/2025 e Parecer Técnico nº 1672/2025 - PARANACIDADE. Em consonância ao exposto ficam os prazos de execução e de vigência prorrogados automaticamente por igual período:

Data prevista no Contrato para início de obra: 14/11/2025 (21 dias após a assinatura do contrato)
Data prevista para início de obra (aditado): 22/01/2026
Prazo de execução: 22/04/2026
Prazo de vigência do Contrato: 19/10/2026
Período de suspensão: 24/10/2025 até 21/01/2026 (90 dias)
Prazo de execução (aditado): 26/07/2026.

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Guaíra, Paraná, 18 de novembro de 2025.

GIELADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:2A3275CC

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINSITRATIVO Nº 880/2025

Processo Administrativo nº 345/2025
Dispensa de Licitação nº 059/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 77.396.810/0007-29**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças, materiais e prestação de serviços, que serão utilizadosna **Revisão**da**Frota 629**(Utilitário modelo sedan – Placa: TAM4J17, Patrimônio 50081) que pertence a Diretoria de Obras e**Frota641**(Fiat Cronos 1.3 Flex placa: TAQ7A12, Renavam 01405967541) que pertence a Diretoria de Educação.

Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 1.918,00 (mil, novecentos e dezoito reais).

Recursos Orçamentários:

1839.11.02.2071. 33390303999000.505
1845.11.02.2071. 33390390000000.505
565.08.02.2071. 333903039990000.103
582.08.02.2071. 333903919990000.103

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de **180 (cento e oitenta) dias**, com início na data de assinatura e término em **17 de maio de 2026**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 18 de novembro de 2025.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 18 de novembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:0EDD337B

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINSITRATIVO Nº 881/2025

Processo Administrativo nº 347/2025
Dispensa de Licitação nº 060/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **RIEDI COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 77.310.928/0001-05**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada a qual será responsável pelo fornecimento de peças, materiais e prestação de serviços para a**5ª revisão (50.000km)**do Veículo ONIX 10TMT LT1 - Placa SEE4F20 - Patrimônio 45208 -**Frota 574**pertencente a frota de veículos da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, deste município de Guaíra, Paraná.

Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 762,66 (setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e seis centavos).

Recursos Orçamentários:

145.03.01.2011. 3339030399900000000.505
165.03.02.2011. 3339030010600000000.505

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de **90 (noventa) dias**, com início na data de assinatura e término em **16 de fevereiro de 2026**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 18 de novembro de 2025.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 18 de novembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:92904A2B

CONSAMU
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 17.420.047/0001-07, torna público, que realizará no dia **03/12/2025** às **08h31min** a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico do **tipo MENOR PREÇO POR ITEM,** que tem por objeto **"**Fornecimento de materiais de limpeza, copa e cozinha e embalagens para acondicionamento por meio do Sistema de Registro de Preços**".** Início da sessão de disputa de preços às **09h00min** do dia **03/12/2025.** A retirada do edital poderá ser realizada através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@consamu.com.br, pelo site www.novobbmnet.com.br ou na Sede Administrativa do CONSAMU, situado à Rua Uruguai, nº 283, Setor de Compras/Licitação, Bairro Alto Alegre, Cascavel – PR. Telefone: (045) 3036-7117 – Site: https://www.consamu.com.br/

Cascavel – PR, 18 de novembro de 2025.

JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:04E58952

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 55/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: DIGITAL DESIGN SERVIÇOS DIGITAIS EIRELI
OBJETO: Pelo presente termo renova-se o prazo de execução e vigência do contrato pelo período de 3 (três) meses a partir de 22 de novembro de 2025. O valor total da renovação será de R$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais). Cláusula Resolutiva: no momento em que o certame licitatório estiver apto para gerar efeitos, independentemente da data de término de vigência deste contrato firmado, esse será rescindido, de acordo com orientação da Assessoria Jurídica do CONSAMU.
FIRMADO EM: 11 de novembro de 2025.
PROC. ADMINISTRATIVO: 896/2025.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Rodrigo Sonda

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:06C2E85A

CONSAMU
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 18/2025

O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, **RATIFICA A DISPENSA Nº 18/2025,** fundamentado no inciso VIII do Art. 75, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e alterações, conforme documentos constantes do Proc. Administrativo 880/2025, cujo objeto é o **"**Fornecimento de materiais hospitalares para atender as necessidades do SAMU". Empresa CONTRATADA**: FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 10.633.441/0001-84**. Valor estimado de R$ 6.120,00 (Seis mil, cento e vinte reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.001.10.302.0001.2.002 – Manutenção dos Serviços de Urgência e Emergência -3.3.90.30.36.00 - Material Hospitalar.

Cascavel – PR, 13 de novembro de 2025.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:99B4A8FC

PROJUR
DECRETO Nº 601/2025 DATA: 18.11.2025 EMENTA: INSTITUI O MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,
Considerando a necessidade de padronizar e regulamentar os procedimentos de alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA) no âmbito do Poder Executivo Municipal;
Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e nas orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR);
Considerando a importância de garantir a transparência, o controle e a conformidade das alterações orçamentárias com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO),
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Municipal de Guaíra, o Manual de Procedimentos para Alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme o conteúdo constante no Anexo Único deste Decreto.
Art. 2º O Manual tem por objetivo estabelecer, de forma clara e padronizada, os procedimentos a serem observados pelas Secretarias, Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal para a realização de alterações na Lei Orçamentária Anual, garantindo a observância dos dispositivos legais e normativos aplicáveis.
Art. 3º As alterações orçamentárias deverão respeitar os critérios legais, técnicos e fiscais estabelecidos no Manual, especialmente quanto:
I – à existência de autorização legal na LDO e na LOA;
II – à obrigatoriedade de identificação da fonte de recursos;
III – à compatibilidade com o PPA e com as metas fiscais estabelecidas;
IV – à necessidade de justificativa técnica e de mérito;
V – à observância do equilíbrio orçamentário e dos princípios da responsabilidade fiscal.

Art. 4º Ficam instituídos, como reforço às dotações existentes os seguintes instrumentos de alteração orçamentária:
I – Créditos Suplementares;
II – Créditos Especiais;
III – Créditos Extraordinários;

IV – Remanejamento, Transposição e Transferência de Dotações;
conforme as definições e procedimentos estabelecidos no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Os fluxos e trâmites processuais relativos às solicitações de alteração orçamentária deverão seguir as etapas, prazos e responsabilidades constantes no Manual, observando-se, quando necessário, a tramitação legislativa para aprovação de Projetos de Lei.
Art. 6º A Secretaria Municipal de Fazenda será o órgão responsável por orientar, coordenar e acompanhar a aplicação do Manual, bem como propor suas atualizações periódicas.
Art. 7º As Secretarias, Órgãos e Entidades da Administração Municipal deverão observar integralmente as diretrizes deste Manual em todos os processos de solicitação e tramitação de alterações da LOA.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Ref. Decreto n° 601/2025 de 18.11.2025
Registrado no memorando online sob o n° 390/2025

Manual de Procedimentos para Alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA)

Segue integralmente o texto do Manual apresentado pelo Município de Guaíra, Estado do Paraná, parte integrante deste Decreto.

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:63E6EF1C

PROJUR
DECRETO Nº 602/2025 DATA: 18.11.2025 EMENTA: EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONCURSADA PARA O CARGO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA EM RAZÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no artigo 84, da Lei Orgânica do Município de Guaíra, e atendendo ao que dispõe o artigo 37, § 14 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 103/2019;

Considerando a concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pela previdência social, nos termos da carta de concessão do benefício nº 2384461332, e ainda, considerando o memorando online sob o nº 1.943/2025,

DECRETA:

Art. 1o Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, **CLAUDIA VAIN,** admitida em 01/07/1997, matrícula/contrato nº 13269-01, para o cargo de Secretário de Escola, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, concedida pelo INSS, com desligamento no dia 17 de novembro de 2025, sendo este o seu último dia de trabalho, sem vacância do cargo até então ocupado por se tratar de cargo extinto.

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 17 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:0AA4DBB9

PROJUR
PORTARIA Nº 637/2025 DATA: 18.11.2025

Ementa: dispõe sobre os critérios e procedimentos para solicitação, análise e disponibilização de profissionais de apoio escolar aos alunos público-alvo da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Guaíra, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, ainda,
Considerando a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

Considerando a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência);
Considerando o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;

Considerando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008);
Considerando a necessidade de estabelecer critérios técnicos e procedimentos padronizados para a solicitação, análise e disponibilização de profissionais de apoio escolar na rede municipal;

Considerando o memorando online sob o n° 212/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Regulamentar os critérios e procedimentos para solicitação, análise, designação e acompanhamento de profissionais de apoio escolar destinados ao atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º Para os fins de aplicação deste Decreto, consideram-se as seguintes definições relativas à inclusão e ao suporte no contexto educacional:

I – Profissional de apoio escolar: pessoa que atua no contexto da escola prestando suporte às atividades de alimentação, locomoção, higiene, comunicação e participação do estudante com deficiência, TEA, TGD ou AH/SD, sem substituir a ação docente.

II – Estudante público-alvo da Educação Especial (PAEE): aquele com deficiência, transtornos do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

III – Atendimento Educacional Especializado (AEE): serviço complementar e/ou suplementar à escolarização, não substitutivo à sala de aula comum.
Art. 3º A solicitação de profissional de apoio escolar deverá observar os seguintes critérios:
I – Existência de laudo médico e/ou relatório multiprofissional que comprove a necessidade de apoio;
II – Avaliação pedagógica detalhada da equipe docente e da Diretoria de Educação Especial;
III – Indicação das funções que o profissional deverá desempenhar;

IV – Existência de matrícula ativa e acompanhamento no Plano Educacional Individualizado(PEI);
V – Parecer técnico favorável da Comissão Municipal de Educação Especial.
Art. 4º O processo de solicitação, análise e designação do estudante para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou para o suporte do Profissional de Apoio Escolar observará as seguintes etapas:
I – A direção da escola deverá preencher o Protocolo de Observação e Encaminhamento, contendo identificação, justificativa e documentos em anexo;
II – O Protocolo será encaminhado à Diretoria de Educação Especial para análise técnica;

III – Poderão ser solicitadas informações complementares à escola ou à família;
IV – Após análise, o processo será submetido à Secretaria Municipal de Educação para decisão e designação.
Art. 5º A Diretoria de Educação Especial emitirá parecer técnico fundamentado sobre a necessidade e o tipo de apoio indicado. Podendo indicar ainda a transferência do aluno para outra unidade escolar analisando o perfil do profissional regente e salas que já possuem profissional de apoio.

Paragráfo Único. O parecer considerará grau de autonomia, estrutura escolar e viabilidade pedagógica.
Art. 6º Compete ao profissional de apoio escolar:
I – Apoiar o estudante nas atividades de locomoção, higiene, alimentação e comunicação;
II – Auxiliar na organização dos materiais e deslocamento pelos espaços escolares;
III – Favorecer a autonomia, socialização e participação do estudante;
IV – Colaborar com o professor na promoção da acessibilidade;
V – Não substituir o trabalho pedagógico do docente.
Art. 7º A lotação e acompanhamento dos profissionais serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da Diretoria de Educação Especial:
II – O desempenho será monitorado periodicamente com relatórios da equipe gestora;
III – O apoio poderá ser revisto, suspenso ou redistribuído conforme evolução do estudante.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação promoverá formação inicial e continuada aos profissionais de apoio escolar, abordando inclusão, acessibilidade e práticas pedagógicas colaborativas.

Art. 9º Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Comissão Municipal de Educação Especial.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:3CB2E502

PROJUR
PORTARIA Nº 638/2025 DATA: 18.11.2025 EMENTA: DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA E DE SERVIÇO SOCIAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a Lei Federal nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica;

Considerando os princípios constitucionais da proteção integral e prioridade absoluta à criança e ao adolescente (art. 227 da Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente);

Considerando a necessidade de regulamentar e dar transparência às atribuições da Psicologia e do Serviço Social no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, especialmente nas ações voltadas ao atendimento educacional especializado, prevenção de violações de direitos e acompanhamento das unidades escolares,

RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer e regulamentar as atribuições e a forma de atuação das profissionais Psicólogas e da Assistente Social Educacional junto à Secretaria Municipal de Educação do município de Guaíra/PR, na área educacional
Art. 2º Compete à profissional de Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação de Guaíra/PR na área educacional:
I – Identificar e analisar situações sociais que interfiram na aprendizagem e na frequência escolar dos estudantes, propondo intervenções e acompanhamentos necessários;
II – Realizar atendimentos individuais e/ou com familiares, entrevistas sociais, visitas domiciliares e acompanhamento de casos quando necessário;
III – Articular a rede de proteção social (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Ministério Público, Saúde, Defensoria etc.), visando a garantia de direitos e a proteção integral do estudante;
IV – Desenvolver ações socioeducativas com estudantes, professores e famílias, envolvendo temáticas como convivência escolar, orientação familiar e prevenção às violações de direitos e prevenção e combate ao Bullying nas escolas.
V – Registrar informações e elaborar documentos técnicos (relatórios sociais, pareceres, relatórios circunstanciados etc.);
VI – Participar de reuniões escolares, encaminhamentos e construção de estratégias intersetoriais que minimizem desigualdades sociais que impactem o processo educativo.
Art. 3º Compete às psicólogas da rede municipal de educação de Guaíra, Estado do Paraná:
I – Realizar estudos e avaliação de necessidades educacionais e emocionais dos estudantes, utilizando técnicas e instrumentos psicológicos adequados ao contexto educacional por meio da Avalição Psicoeducacional;
II – Desenvolver ações preventivas e interventivas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, comportamento, vínculos e convivência escolar;
III – Orientar a equipe pedagógica sobre estratégias pedagógicas e comportamentais, com foco na aprendizagem e no desenvolvimento integral do estudante;
IV – Realizar atendimentos e orientações pontuais aos estudantes e responsáveis, quando vinculados ao contexto escolar, sem caráter de psicoterapia clínica;
V – Elaborar pareceres técnicos psicológicos, relatórios e avaliações para fins de acompanhamento educacional e encaminhamentos quando necessário;
VI – Participar de projetos institucionais, formações, ações de promoção da saúde mental e prevenção à violência escolar.
Art. 4º Todos os serviços prestados deverão observar os respectivos códigos de ética profissional.
Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandro Alves de Andrade
Código Identificador:2132003D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE PRONTO PAGAMENTO

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DE PRONTO PAGAMENTO

À Secretaria da Assistência Social.
Ementa: Autorização de Compra de Pronto Pagamento
OBJETO: Passeio com almoço para atender idosos no Programa Viaja Mais 60 – Deliberação 24/2023- CEDIPI- PR.
DESPACHO
Considerando os argumentos suscitados no presente Processo de Contratação de Pronto Pagamento com a devida Justificativa para Ordem de Serviço, considerando que foi feita a pesquisa de preços para se encontrar o menor valor, cuja a empresa vencedora foi

RESTAURANTE E PESQUEIRO BOM PEIXE inscrita no CNPJ sob o nº **00.337.427/0001-80** considerando a necessidade da Secretaria e atendendo todas as normas em relação ao recursos, optamos pela compra de pronto pagamento levando em conta o melhor preço e qualidade do serviço, considerando o decreto municipal n° 100/2024 que regulamenta as compras de pequeno valor, justificado com base no seu Art. 2° e Inciso 2, considerando os documentos que instruem o mesmo, **AUTORIZO** a **emissão de empenhos** dos itens que compõe esse processo de **Compra de Pronto Pagamento Nº 06/2025** no valor **R$ 8.190,00 (Oito mil e cento e noventa reais)** para aquisição do objeto, e arquivo ficando à disposição dos interessados, especialmente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Guaraci - PR,18 de Novembro 2025

MISMONIA FERREIRA GOMES	*MARCOS ANTONIO DE SOUZA*
Secretária Municipal De Assistência Social	Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:6D285EF6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 170/2025

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 31.175,00 (trinta e um mil e cento e setenta e cinco reais), autorizado pela Lei Municipal n.º 1798/2024 – Lei Orçamentária Anual e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar para o Orçamento de 2025 no valor de R$ 31.175,00 (trinta e um mil e cento e setenta e cinco reais), conforme abaixo:

25 – SECRETARIA DE SAÚDE 001.10.301.0012.2.045 – Manutenção Serviços de Saúde	
3.3.90.30 – Material de Consumo fonte 1000 cód. 293	30.000,00

001.10.303.0012.2.120 – Manut. Consórcio Intergestores Paraná Saúde	
3.3.71.70 – Rateio Participação Consórcio Público fonte 1000 cód. 373	1.175,00

Art. 2º - Para atender o disposto no art. 1º deste Decreto, servirá como recurso o excesso de arrecadação da seguinte fonte de recurso:

1000 – Recursos Livres	
TOTAL	31.175,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:E80A2CC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 171/2025

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 510.127,54 (quinhentos e dez mil, cento e vinte sete reais e cinquenta quatro centavos), autorizado pela Lei nº 1798 de 19 de Setembro de 2024 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 510.127,54 (quinhentos e dez mil, cento e vinte sete reais e cinquenta quatro centavos), conforme abaixo:

22 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
003 – Departamento de Indústria e Comércio
22 – Indústria
0661 – Promoção Industrial
0019 – Geração de Emprego e Renda
0.019 – Implantação de Parque Industrial
4.4.90.51 – Obras e Instalações – Cód. 729.... R$ 485.000,00

25 – SECRETARIA DE SAÚDE
001 – Fundo Municipal de Saúde
10 – Saúde
0301 – Atenção Básica
0012 – Mais Saúde
2.045 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros – PJ – Cód. 732..... R$ 7.950,00
3.3.90.30 – Material de Consumo – Cód. 733..... R$ 7.363,96
3.3.90.30 – Material de Consumo – Cód. 734..... R$ 1.400,00

27 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
004 – Fundo Municipal do Idoso
08 – Assistência Social
0241 – Assistência ao Idoso
0010 – Assistência Social Geral
2.036 – Atendimentos Integral ao Idoso
3.3.90.30 – Material de Consumo – Cód. 646.... R$ 5.988,20
3.3.90.30 – Material de Consumo – Cód. 730..... R$ 925,38
3.3.90.30 – Material de Consumo – Cód. 731.... R$ 1.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 510.127,54

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do excesso de arrecadação e do superávit financeiro como segue:

Fonte de Recurso – 1019 – Enfrentamento COVID-19..... R$ 15.313,96
Fonte de Recurso – 1092 – Incentivo do Projeto Paraná Viaja Mais 60..... R$ 5.988,20
Fonte de Recurso – 946 –Viaja Mais 60 – Segunda Fase..... R$ 1.500,00

1.3.2.1.01.0.1.41.00 – Rend. Aplicação Financeira..... R$ 1.400,00
1.3.2.1.01.0.1.91.00 – Rend. Aplicação Financeira..... R$ 925,38
2.4.2.2.99.0.1.13.00 – Repasse – SECID Barracão Industrial..... R$ 485.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 510.127,54

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:8280344F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 254/2025

PORTARIA Nº 254/2025

SÚMULA: Designa o Gestor do Fundo Municipal de Cultura do Município de Guaraci e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal que criou **o Fundo Municipal de Cultura,**
R E S O L V E

Art. 1º - Fica designado o servidor LUCAS VINICIUS GOMES, Diretor de Cultura do Município de Guaraci, para exercer a função de Gestor do Fundo Municipal de Cultura, cabendo-lhe a administração, movimentação e controle dos recursos financeiros do referido Fundo, bem como o cumprimento das finalidades estabelecidas na legislação vigente.

Art. 2º - O Gestor ora designado será o responsável pelas informações perante os órgãos de controle, inclusive Receita Federal do Brasil, para fins de abertura, atualização e manutenção do CNPJ do Fundo Municipal de Cultura.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaraci/PR, em 18 de novembro de 2025.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:FB638BD4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO Nº 03/2025

RESOLUÇÃO Nº 03/2025
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Guaraci – PR

Súmula: Aprova o Termo de Adesão e Plano de Ação referente ao Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, do recurso proveniente da Deliberação nº 049/2025 / CEDIPI-PR (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Guaraci – CMDPI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.182 de 21 de setembro de 2010, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, após Plenária da Reunião Ordinária ocorrida em 18/11/2025, e:
Considerando a Lei Municipal nº 1.182 de 21 de setembro de 2010, que dispõe sobre Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa**;**
Considerando a Deliberação nº 049/2025 – CEDIPI-PR, que trata do repasse de recursos, na modalidade Fundo a Fundo;

R E S O L V E:
Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação referente ao Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, do recurso proveniente da Deliberação nº 049/2025 / CEDIPI-PR (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa).

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaraci, 18 de novembro de 2025.

ANGELITA TREVISAN
Presidente do CMDI

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:00466AC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE CANCELAMENTO DE ADITIVO
CONTRATUALCANCELAMENTO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 006/2025 DA DISPENSA 005/2025

2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2025

Pelo presente instrumento de 2° Termo Aditivo ao Contrato Adminitrativo n° 006/2005 de Contratação de Empresa especializada em Marketing e Mídia Social, referente ao Processo de Dispensa n° 005/2025. Em atendimento à Câmara Municipal de Guaraqueçaba.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA E A EMPRESA FRGS SOLUÇÕES.

Trate-se de pedido aditivo ao Contrato Administrativo 006/2025 celebrado entre a Câmara Municipal de Guaraqueçaba, com registro no CNPJ n° 01.004,459/0001-26 com sede na Rua Major Domingos Nascimento n° 35, Bairro: Centro, cidade de Guaraqueçaba-PR, neste ato representado pelo Presidente, senhor **Julhardy Costa de Arruda**, já qualificado no contrato originário ora CONTRATANTE e **Geicieli Alceni de Oliveira França**, igualmente qualificada no processo originário, com registro no CNPJ sob o n° 51.501.076/0001-31, com sede na Rua Avenida Ararapira, nº 527,centro de Guaraqueçaba-PR, CEP 83390-000, neste ato representado pela mesma Senhoria supra, portador da cédula de RG sob n° 8.652.460-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n° 035.872.739-10, ora **CONTRATADA**:

A celebração do contrato originário acima mencionado, fora celebrado em 10/04/2025, com sua respectiva homologação em 09/04/2025 e publicação em diário oficial em 10/04/2025**.** Com celebreção do 1° Termo Aditivo em 09/10/2025. As partes acima qualificadas, celebraram o presente contrato administrativo nº006/2025, nos termos do Processo de Compra Direta, com fundamento no art.74, Inciso I e demais artigos da Lei Federal nº14.133 de 01 de abril de 2021.

DA JUSTIFICATIVA DO CANCELAMENTO

Considerando que foi atingido o limite pela Lei Federal nº 14.133/21, optamos pelo cancelamento do 2º termo de aditivo com a empresa acima citado.

CLÁUSULA PRIMEIRA (OBJETO): O presente 2° Termo Aditivo de Contrato tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada em Marketing e Mídia Social, em atendimento à Câmara Municipal, conforme termo de referência acostado no contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA (DO ADITIVO E ALTERAÇÕES): O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração das cláusulas SEGUNDA e QUINTA do contrato originário de prestação de serviços as demais cláusulas permanecerão inalteradas e vinculantes a e este, para seu devido cumprimento e execução contratual com previsão contratual da Cláusula SEXTA do processo originário 006/2025.

CLAÚSULA TERCEIRA (DO VALOR CONTRATUAL): A claúsula SEGUNDA do contrato originário estipula o valor inicial da contratação no importe de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) O presente Termo Aditivo vem estabelecer novo valor contratual nos termos do art. 125 da Lei n° 14.133/2021, no qual com sua alteração passa a estipular o valor de R$ 4.557,90 (quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais e novanta centavos), conforme demostrativo de cálculo anexo.

CLÁUSULA QUARTA (DA VIGÊNCIA): A Cláusula QUINTA do contrato originário determina sua vigência pelo período de 6 (seis) meses a partir de 10 de abril de 2025. O presente Termo Aditivo, dando-lhe a devida alteração, passa a estipular nova vigência pelo período de 1 (um) mês e 15 (quinze) dias, nos termos do art. 107 da Nova Lei de Licitações.

PARÁGRAFO ÚNICO O presente contrato terá vigência de 1 (um) mês e 15 (quinze) dias, contados a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA QUINTA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº14.133 de 01 de Abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEXTA (DA PUBLICAÇÃO): O contratante providenciará a publicação no órgão oficial do município um resumo do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA (FORO) - O foro do presente contrato será a comarca de Antonina, Estado do Paraná, excluído qualquer outro expressamente por mais privilegiado que seja. E, por estarem justas e contratadas assinam o presente instrumento de contrato, por seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor, forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo assinam.

Guaraqueçaba, 17 de novembro de 2025.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Contratante
CNPJ n° 01.004.459/0001-26

GEICIELI ALCENI DE OLIVEIRA FRANÇA
Contratada
CNPJ sob o n° 51.501.076/0001-31

Testemunha

Testemunha

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:85395DE3

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 054/2025

O Vereador Julhardy Costa de Arruda, Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e legais conferidas pelo Regimento Interno e demais diplomas normativos aplicáveis, e:

Considerando,

• A necessidade de constante aprimoramento da gestão administrativa e legislativa, visando maior eficiência, transparência e impessoalidade na condução dos atos da Câmara Municipal;
• Que a Portaria nº 004/2025, publicada em 14 de janeiro de 2025, estabeleceu normas para concessão e gozo de férias dos servidores, mas, após análise técnica e administrativa, verificou-se a necessidade de revisão e adequação das disposições nela contidas;
• Que compete ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 18 do Regimento Interno, disciplinar e executar os trabalhos legislativos e administrativos, zelando pelo bom funcionamento da Casa;
• Que a manutenção de atos normativos que não atendam plenamente às exigências de segurança administrativa e de planejamento pode comprometer a regularidade da gestão pública;

Resolve:

Art. 1º Fica revogada integralmente a Portaria nº 004/2025, de 14 de janeiro de 2025, que regulamentava a concessão e o gozo das férias dos servidores da Câmara Municipal de Guaraqueçaba.

Art. 2º A revogação ora determinada fundamenta-se na necessidade de readequação normativa e administrativa, de modo a assegurar maior clareza, segurança jurídica e eficiência na organização das férias dos servidores.

Art. 3º Determina-se que nova regulamentação sobre férias seja elaborada e publicada oportunamente, observando-se os princípios da legalidade, eficiência e transparência, bem como as normas aplicáveis da legislação federal e municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Guaraqueçaba, em 18 de novembro de 2025.

JULHARDY COSTA DE ARRUDA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:FAA7D300

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 570/2025 DE 13/11/2025 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Decreto nº 570/2025 de 13/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1006/2024 de 16/12/2024.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
13.000.00.000.0000.0.000. SEC. MUNIC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL
13.001.00.000.0000.0.000. SEC. MUNIC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL
13.001.04.122.0002.2.375. FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

309 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00

TotalSuplementação: 5.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
13.000.00.000.0000.0.000. SEC. MUNIC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL
13.001.00.000.0000.0.000. SEC. MUNIC. DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL
13.001.20.608.0030.2.380. AÇÕES QUE CONTEMPLEM A ASSISTENCIA DO PESCADOR E
PRODUTOR RURAL

335 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA 5.000,00

Total Redução: 5.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba , Estado do Paraná, em 13 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Fernanda Kelly Araujo Rego Pereira
Código Identificador:E6EB7E96

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº0005/2025-CMDI

RESOLUÇÃO Nº0005/2025-CMDI

SÚMULA: O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Programa Cuida Mais Paraná- Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. (Deliberação 049/2025) do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Guaraqueçaba, em reunião ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2025, no uso de suas atribuições, estabelecidas Lei de Criação nº: 147/2007 e revogada pela Lei Municipal nº 904/2022, e,

CONSIDERANDO a abertura a Adesão e Plano de Ação no Sistema Fundo a Fundo – SIFF;

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, realizada em 17 de novembro de 2025, com registro na ATA 04.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Adesão e Plano de Ação para o Programa Cuida Mais Paraná Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. Del. 049/2025.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaraqueçaba, 17 de novembro de 2025.

SELMA APARECIDA MATIAS DOELLE
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Publicado por:
Joel Dos Santos Agostinho
Código Identificador:2037C1F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 026.2025

AVISO DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº. 026/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de **Transporte Marítimo Escolar**, incluindo embarcações, tripulação qualificada (marinheiros) e monitores, para o deslocamento seguro e contínuo de alunos, profissionais da educação e materiais escolares, a fim de atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino de Guaraqueçaba/PR, Abertura: 04 de Dezembro de 2025, ás 09:30hrs, no Portal compras br, https://comprasbr.com.br/. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Edital: Estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Municipal de Guarqueçaba, https://www.guaraquecaba.pr.gov.br/portal-da-transparencia E Portal Nacional de Contratações Publicas PNCP, Guaraqueçaba, 18 de Novembro de 2025.

MIGUEL RUBENS PERIM NETO,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:C3C3BBDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 208/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 208/2025

Origem: Credenciamento n.º**02/2025, Inexigibilidade nº 16/2025**
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado: Elton Pontes Mendes
CPF: 127.264.389-11
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços temporários à Secretaria Municipal de Obras e Transportes

Vigência:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
(350) 3.3.90.36.00.0 - outros serviços de terceiros - pessoa física

Guaraqueçaba, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:61C32A09

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 264/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 264/2024 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 20/2024 CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA E A EMPRESA A. P. PINTO FUNERÁRIA.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESA A.P. PINTO FUNERÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 25.368.109/0001-07, com sede à José de Moraes n.º 48 – Bairro Centro – Morretes/PR representada pelo senhor **ADÃO PEREIRA PINTO**, portador do RG sob n.º 8.601.597-8 e CPF sob n.º 007.474.179-97.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA A. P. PINTO FUNERÁRIA, doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 66/2024, no disposto no art. 57, § 1º da Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.1993, CELEBRAM O PRESENTE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DA **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 264/2024, do pregão presencial n.º 20/2024, celebrado em 11/10/2024, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE URNA FUNERÁRIA E SERVIÇOS DE TRANSLADO, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, CRIANÇA, ADOLESCENTE E ASSUNTOS DA FAMÍLIA,** em consonância às seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RENOVAÇÃO.
As partes de comum acordo procedem à renovação - prazo e valor – da ata de Registro de preços n.º 264/2024 pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se em 12 de outubro de 2025 e findando-se em 12 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
(259) 3.3.90.30.00.00.00.00 1000- Material de consumo
(261)3.3.90.39.00.00.00.00 1000 – Outros serviços de terceiros

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços n.º 264/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 09 de outubro de 2025.

Municipio de Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

A.p. Pinto Funerária
CNPJ n.º 25.368.109/0001-07
ADÃO PEREIRA PINTO
CPF n. º 007.474.179-97

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:538558CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 265/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 265/2024 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 20/2024 CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA E A EMPRESA FUNERÁRIA DORINHO LTDA.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESA FUNERÁRIA DORINHO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 79.610.994/0001-18, com sede à Rua Manoel Correa n.º 1146 – Bairro Centro – Morretes/PR representada pelo senhor **THAMY LOPES DOS SANTOS DE SOUZA CARVALHO**, portadora do RG sob n.º 9.354.148-8 SESPPR e CPF sob n.º 049.184.179-57.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA A. P. PINTO FUNERÁRIA, doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 66/2024, no disposto no art. 57, § 1º da Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.1993, CELEBRAM O PRESENTE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DA **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 265/2024, do pregão presencial n.º 20/2024, celebrado em 11/10/2024, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE URNA FUNERÁRIA E SERVIÇOS DE TRANSLADO, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, CRIANÇA, ADOLESCENTE E ASSUNTOS DA FAMÍLIA,** em consonância às seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RENOVAÇÃO.
As partes de comum acordo procedem à renovação - prazo e valor – da ata de Registro de preços n.º 265/2024 pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se em 12 de outubro de 2025 e findando-se em 12 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

(259) 3.3.90.30.00.00.00.00 1000- Material de consumo
(261)3.3.90.39.00.00.00.00 1000 – Outros serviços de terceiros

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços n.º 265/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 09 de outubro de 2025.

Municipio de Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

Empresa Funerária Dorinho LTDA.,
CNPJ n.º 79.610.994/0001-18
THAMY LOPES DOS SANTOS DE SOUZA CARVALHO
CPF sob n.º 049.184.179-57

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:393A8A86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REINTEGRAÇÃO, DO SENHOR EZEQUIAS FRANÇA, PARA O CARGO DE PROFESSOR PSS 2023, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 285/2025

SÚMULA: "REINTEGRAÇÃO, DO SENHOR EZEQUIAS FRANÇA, PARA O CARGO DE PROFESSOR PSS 2023, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba – Estado do Paraná, ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, com fulcro no art. 77, X da Lei Orgânica, **RESOLVE,**

Art. 1º - REINTEGRAR, o Senhor EZEQUIAS FRANÇA, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.175.518-1 SSPPR e inscrito no CPF sob nº 042.216.259-02, para o Cargo de Professor PSS 2023, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para data de 03/11/2025.

Publique-se.
Informe ao Departamento de Recursos Humanos. Anote-se em sua ficha funcional.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 17 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:41BFA5C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2025

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2025

Com base nas justificativas e anexos, **AUTORIZO e RATIFICO** o Processo Licitatório nº 90/2025, modalidade Dispensa de Licitação nº 24/2025 da Prefeitura Municipal de Honório Serpa com o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO, VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA DA REDE CREDENCIADA AUTORIZADA PARA A REVISÃO VEÍCULO YARIS - TOYOTA PLACA TAV9D18.** E **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa**:** Dados do contratado: **TOYOPABRA VEICULOS E PEÇAS LTDA CNPJ: 01.643.145/0001-73** situada a VIA LATERAL DORICO TARTARI Nº BAIRRO VILA ESPERANÇA, PATO BRANCO – PR. **Valor da contratação: de R$ 1.860,32 (um mil oitocentos e sessenta reais, trinta e dois centavos) .**
Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de Novembro de 2025.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patrícia Brizola
Código Identificador:3204036F

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 07-J DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Programa Jovem Aprendiz,

Edital nº 07-A/2025 de 22 de outubro e Edital de Retificação do Resultado Final nº 07-I/2025 de 17 de novembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do **Programa Jovem Aprendiz n° 07-A/2025**, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 48 (quarenta e oito horas).

CARGO: MENOR APRENDIZ:

Classificação	Candidato (a)
1º	LUIZ FELIPE MORESCO BONGIORNO
2º	ICARO MURILO DO AMARAL PIZZI
3º	ANDERSON RUAN ALMEIDA – 1º BF
4º	OLAVO SANTOS SAGEBIN
5º	THIAGO WILLIAN PACHECO DE MOURA- 1º PCD
6º	KAIQUE ANTONIO SANTOS DE BORTOLI
7º	CAMILY LOPES CRESTANI

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 18 de novembro de 2025.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:C4D41DA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO 353/2025

DECRETO 353/2025

Art 1º - Fica aberto na Contabilidade do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu, um crédito adicional suplementar no valor R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), destinados suplementação da nova dotação abaixo.

2000	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001.17.512.0020.2.075	**Manutenção dos Serviços Operacionais de Água e Esgoto**	
3.390.30.00.00 Fonte 0001	Material de Consumo	15.000,00
3.3.90.39.00.00 Fonte 0001	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	79.000,00
Total		**94.000,00**

Art 2º Os recursos necessários para abertura do credito adicional suplementar descrito no art 1º serão provenientes da anulação parcial da dotação abaixo conforme Lei Federal 4.320/64:

20.00	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001.17.512.0020.1.076	**Implementação, Ampliação e Reparo de Redes Ramais**	
4.4.90.51.00.00 Fonte 00001	Obras e Instalações	15.000,00
Total		**15.000,00**

2000	**SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001	**SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001.17.512.0020.1.075	**Cercamento Alambrado /Portões da Mina**	
4.4.90.51.00.00 Fonte 00001	Obras e Instalações	79.000,00
Total		**79.000,00**

Art 3º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Iguaraçu, 18 de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:DB58904F

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 354/2025

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 354/2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe
foram conferidas pela Lei nº 42/2024, de 19 de dezembro de 2024.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 336.720,00 , destinados ao reforço das seguintes
Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
Unidade - 09001 - DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Funcional - 08.243.0011.6002000 - PROJETOS ASSISTENCIAIS DE APOIO AS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENT	
Despesa - 612 - 339030 - 00884 - MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
Unidade - 09001 - DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	

Funcional - 08.243.0011.6002000 - PROJETOS ASSISTENCIAIS DE APOIO AS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENT	
Despesa - 613 - 339039 - 00884 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
Unidade - 09002 - DEPARTAMENTO DA FAMILIA E DO IDOSO	
Funcional - 08.244.0011.2050000 - GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO S	
Despesa - 614 - 449052 - 00884 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	180.000,00
Órgão - 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 12001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
Funcional - 27.812.0014.2064000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICIPIO	
Despesa - 615 - 339030 - 00839 - MATERIAL DE CONSUMO	320,00
Órgão - 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 12001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
Funcional - 27.812.0014.2064000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICIPIO	
Despesa - 616 - 449052 - 00839 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.400,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	336.720,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação
verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receitas:	
172999010200000000 - 308 - PMI Proesporte 05 61097	
172951010400000000 - 315 - GAR Criança e Adolescente	

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 18 de novembro de 2025

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:25CCF88E

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 34/2025

LEI Nº 34/2025

SÚMULA: Autoriza a abertura de um Crédito Especial Suplementar no valor de R$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais) para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Iguaraçu aprovou e eu, Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:.
Art. 1º - Fica aberto um o Crédito Especial Suplementar, no Orçamento Geral desta Câmara Municipal de R$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais) que servirá para reforço de dotação, a saber:

01.	**LEGISLATIVO MUNICIPAL**	
01.001	**CÂMARA MUNICIPAL**	
01.031.0001.2.001	**MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL**	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	260.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00
TOTAL		**265.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Adicional Especial descrito no Art. 1.º desta lei da anulação parcial da dotação abaixo, conforme Art. 43 § 1.º, III da Lei Federal 4.320/64:

01.	**LEGISLATIVO MUNICIPAL**	
01.001	**CÂMARA MUNICIPAL**	
01.031.0001.2.001	**MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL**	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	135.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	130.000,00
TOTAL		**265.000,00**

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições ao contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:E08EFC9D

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 35 /2025

LEI Nº 35 /2025

Súmula: Alteram-se as Lei do PPA – Plano Plurianual de Investimentos nº 69/2021, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 16/2024 e LOA – Lei Orçamentária Anual nº 42/2024, considerando a necessidade de alterar o cumprimento das metas para o restante do exercício

Art 1º - Fica aberto na Contabilidade do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu, um crédito adicional suplementar no valor R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), destinados suplementação da nova dotação abaixo.

2000	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001.17.512.0020.2.075	**Manutenção dos Serviços Operacionais de Água e Esgoto**	
3.390.30.00.00 Fonte 0001	Material de Consumo	15.000,00
3.3.90.39.00.00 Fonte 0001	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	79.000,00
Total		**94.000,00**

Art 2º Os recursos necessários para abertura do credito adicional suplementar descrito no art 1º serão provenientes da anulação parcial da dotação abaixo conforme Lei Federal 4.320/64:

20.00	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001	**SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001.17.512.0020.1.076	**Implementação, Ampliação e Reparo de Redes Ramais**	
4.4.90.51.00.00 Fonte 00001	Obras e Instalações	15.000,00
Total		**15.000,00**

2000	**SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001	**SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU**	
20.001.17.512.0020.1.075	**Cercamento Alambrado /Portões da Mina**	
4.4.90.51.00.00 Fonte 00001	Obras e Instalações	79.000,00
Total		**79.000,00**

Art 3º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.
Iguaraçu, 18 de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:6D3D27ED

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 276/2025

PORTARIA Nº 276/2025

Súmula: designa gestor e fiscal para o convênio com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR referente Programa Casa Fácil PR – Modalidade Municípios.

O Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, com posse de suas atribuições em 01 de janeiro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º. Designar o Sr. Paulo Cezar Parladore dos Santos, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal no cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Logística, portador do CPF/MF sob n.º

548.***.***-72, responsável como **GESTOR** do convênio com a Companhia de Habitação do Paraná, Programa Casa Fácil PR – Modalidade Municípios, do Município de Iguaraçu.

Art. 2º. Designar a Sr. Lui Cesar Iwamoto, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal no cargo de Engenheiro, portadora do CPF/MF sob n.º 086.***.***-56, responsável como **FISCAL** do convênio com a Companhia de Habitação do Paraná, Programa Casa Fácil PR – Modalidade Municípios, do Município de Iguaraçu. Município de Iguaraçu.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, Iguaraçu, Estado do Paraná, aos 17 dias de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:36120A28

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 277/2025

PORTARIA Nº 277/2025

Súmula: Concede Férias a Servidora Pública Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares a Servidora Pública Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da LCM n.° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
16/2	ELIANA MALAQUIAS LOPES	OPERARIO	2021/2022	30	15/12/2025 À 13/01/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:0A353F39

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 278/2025

PORTARIA Nº 278/2025

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder a servidora DAYANE CAROLINE BORGO FERNANDES, matrícula 1157/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2017/2022, para serem gozadas no período de 21/11/2025 à 20/12/2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:A8469DAE

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 279/2025

PORTARIA Nº 279/2025

Súmula: Concede Férias ao Servidor Público Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares a Servidora Pública Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da LCM n.° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
76/2	ALAN CEZAR FRAGA DE OLIVEIRA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2024/2025	30	10/12/2025 À 08/01/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:A20D2CFA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 177/2025

Ref: Contrato n.º 177/2025
Assunto: Dispensa de Licitação nº 050/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR

CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: C R Zago Filho Sacolas Ecológicas, CNPJ nº 37.241.906/0001-08, sito na Rua Dante Pelegrini, 90 – Centro - cidade de Ângulo/PR- CEP: 86.750-000.

OBJETO: Aquisição de sacolas do tipo big bag, com capacidade de 200 litros (650 unidades) e 400 litros (450 unidades), destinadas à coleta de resíduos recicláveis, visando atender ao Projeto de Ação Educativa "Educar para Reciclar", desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, com foco na conscientização da população e das escolas do município de Iguaraçu quanto à correta separação do lixo comum e reciclável.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

VALOR CONTRATUAL: R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 050/2025, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, a partir de 18/11/2025.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:69F1283D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 050/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2025

Ratifico por este termo, a Dispensa para Aquisição de sacolas do tipo big bag, com capacidade de 200 litros (650 unidades) e 400 litros (450 unidades), destinadas à coleta de resíduos recicláveis, visando atender ao Projeto de Ação Educativa "Educar para Reciclar", desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, com foco na conscientização da população e das escolas do município de Iguaraçu quanto à correta separação do lixo comum e reciclável, em favor da empresa C R Zago Filho Sacolas Ecológicas, CNPJ nº 37.241.906/0001-08, sito na Rua Dante Peligrini, 90 – Centro - cidade de Iguaraçu/PR- CEP: 86.750-000, no valor de R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) com base no Art. 75, inciso II, da *Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 050/2025**.

Iguaraçu/PR., 18/11/2025.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F2DC0E2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 335/2025
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada NOSSA AUDIÇÃO APARELHOS AUDITIVOS LTDA
CNPJ: **30.906.964/0002-45**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de FONOAUDIOLOGIA para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo II do edital de Chamamento Público 08/2025. Processo de Inexigibilidade 013/2025.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 12 de novembro a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR

Contratante

NOSSA AUDIÇÃO APARELHOS AUDITIVOS LTDA CONTRATADA

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:BC3685CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 255/2025

DECRETO Nº 255/2025

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e com base no Artigo 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artº 1º - Fica nomeado, **a partir de 18/11/2025**, o senhor **EDILBERTO LUIZ GRUBER – MATRICULA 80000655**, para exercer o cargo em Comissão de **SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Símbolo C1.**

Artº 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Inácio Martins, 18 de novembro de 2025.

EDEMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:DDFC9825

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 470/2025

PORTARIA Nº 470/2025

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 91/93, de 29 de novembro de 1993,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença Médica a servidora **ROSILDA APARECIDA LAUTERIO DOS SANTOS - Matrícula 706-1** ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada no Pronto Atendimento Municipal, pelo **período de 16/10/2025 a 14/11/2025 -** (**30 dias**) conforme **LAUDO PERICIAL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor retroativo a 16/10/2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:BB0B323F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 471/2025

PORTARIA Nº 471/2025

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias referente aos 15 (quinze) dias após o término do 1º semestre a servidora **SUSANNE MARIA DE LIMA – MATRICULA 344-1,** ocupante do cargo de Professor III, no período de **17/11/2025 a 01/12/2025 – (15 dias)**, referente ao período aquisitivo 2025, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:0C5AF0C6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 472/2025

PORTARIA Nº 472/2025

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º Complementar férias a servidora **SILVANE DO CARMO GAVRONSKI – MATRICULA 1044-1,** ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada no Departamento de Serviços Médicos, Odontológico e Enfermagem, no período de **26/11/2025 a 30/11/2025 – (05 dias),** referente ao período de aquisição **2021/2022,** conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:F08E7B29

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 473/2025

PORTARIA Nº 473/2025

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora **SILVANE DO CARMO GAVRONSKI – MATRICULA 1044-1,** ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada no Departamento de Serviços Médicos, Odontológico e Enfermagem, no período de **01/12/2025 a 25/12/2025 – (25 dias),** referente ao período de aquisição **2022/2023,** conforme requerimento e os **05 dias restantes** serão gozados posteriormente conforme determinação**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:6E575227

GOVERNO MUNICIPAL
CONTRATO

CONTRATO Nº 057/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de biomédico, cirurgião dentista, fisioterapeuta e técnico de enfermagem, destinados a Secretaria Municipal de Saúde. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. Contratada: **INÁCIO MARTINS SERVIÇOS EM SÁUDE S/S LTDA** – CNPJ n° 24.042.809/0001-44. Valor Contratual: R$ 425.928,36 (Quatrocentos e Vinte e Cinco Mil, Novecentos e Vinte e Oito Reais e Trinta e Seis Centavos). Prazo de Execução de 12 (doze) meses do dia 17/11/2025 a 16/11/2026 e Vigência de 13 (treze) meses do dia 17/11/2025 a 16/12/2026. Assinatura: 17/11/2025.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:05F0EC6B

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1105 - ANEXO ÚNICO DA LEI 1105 - PARTE 001

PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS

Protocolo de Intenções que entre si firmam o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores do presente, neste ato representados por seus respectivos representantes legais, com o objetivo de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Público aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em prol dos entes consorciados.

CONSIDERANDO que o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE foi fundado em
08 de junho de 1999, previamente à vigência da Lei Federal n. 11.107/2005, a qual disciplinou regras nacionais para a criação e funcionamento de consórcios públicos;

CONSIDERANDO que o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE funciona, desde
sua constituição e até o presente, ininterruptamente, de acordo com as regras dispostas em seu Estatuto, regulamentos internos e documentos firmados com os entes consorciados;

CONSIDERANDO o exposto no artigo 241 da Constituição Federal, na Lei Federal n. 11.107/05 e no Decreto Federal n. 6.017/07;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos Consórcios Públicos preexistentes às regras da legislação federal supracitada, nos termos do art. 41 do Decreto Federal 6.017/07;

CONSIDERANDO a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta entre o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE e o Ministério Público do Estado do Paraná (Inquérito Civil MPPR-0046.23.168300-7);

CONSIDERANDO a importância e essencialidade das ações desenvolvidas pelo CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE em prol dos entes consorciados;

O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS ABAIXO SUBSCRITOS RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE PROTOCOLO DE INTENÇÕES, FORMALIZANDO A CONSTITUÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS NOS TERMOS DO REGIME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº. 11.107/2005 E SUA REGULAMENTAÇÃO, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

TÍTULO I – REGRAS GERAIS DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, REGIME E SEDE

CLÁUSULA 1ª: O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE – CIPS, doravante simplesmente CONSÓRCIO, será constituído sob a forma de Associação Pública, detendo personalidade jurídica de direito público, e se submeterá ao regime da Lei Federal n. 11.107/05 e de sua regulamentação, devendo ainda, em razão de sua área de atuação, observar os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo primeiro. O CONSÓRCIO observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração e execução de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, sendo regido supletivamente pela legislação que rege as associações civis.

Parágrafo segundo. A execução das receitas e despesas do CONSÓRCIO obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, em especial a Lei Federal 4.320/1964, Lei Complementar Federal 101/2000, Portaria 274/2016 da Secretaria do Tesouro Nacional e atos que porventura os substituírem, normas essas que também deverão ser respeitadas pelos entes consorciados relativamente à sua relação com o CONSÓRCIO, no que couber.

Parágrafo Terceiro. A partir da celebração do Contrato de Consórcio Público, o CONSÓRCIO passará a integrar a Administração Indireta de cada ente consorciado, nos termos da lei, e fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma que possam ser contabilizadas em conformidade com os elementos econômicos e atividades e projetos atendidos.

CLÁUSULA 2ª: O CONSÓRCIO será sediado na Rua Emiliano Perneta, 822, 4º andar – conjunto 402, Centro, Município de Curitiba/PR, CEP 80.420-080, podendo a sede ser alterada a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 3ª: O CONSÓRCIO atuará na região correspondente ao território do Estado do Paraná, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

CAPÍTULO II – FINALIDADES E AÇÕES

CLÁUSULA 4ª: São finalidades do CONSÓRCIO:
Buscar maior economicidade e vantajosidade aos Municípios na aquisição de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades ambulatoriais, hospitalares, de controle de doenças entre outras, considerando as esferas de competência comuns dos Consorciados no âmbito do Sistema Único de Saúde;
Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover e proteger a saúde dos habitantes dos entes consorciados, em apoio aos serviços e campanhas do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná e das Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados;
Contribuir com o planejamento e formulação da Política Estadual de Assistência Farmacêutica, e auxiliar os entes consorciados a organizarem sua implementação em nível local, com vistas a potencializar o uso racional de medicamentos e produtos para saúde e evitar seu desperdício;
Buscar maior economicidade e vantajosidade ao Estado do Paraná na aquisição de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades

na área da saúde, em apoio aos Municípios consorciados, considerando-se para tanto os insumos e medicamentos inseridos na esfera de competência estadual no âmbito do Sistema Único de Saúde.

CLÁUSULA 5ª: Para o cumprimento de sua finalidade o CONSÓRCIO poderá desenvolver as seguintes ações:
Planejar e realizar, segundo a legislação vigente, a aquisição de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades ambulatoriais, hospitalares, de controle de doenças entre outras, nas esferas de competência comuns dos consorciados;
Acompanhar a rede de logística de transporte, recebimento, armazenamento e distribuição dos medicamentos e demais insumos adquiridos aos entes consorciados;
Adquirir os bens e contratar os serviços que entender necessários para desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão o seu patrimônio;
IV – Adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão o seu patrimônio;
Otimizar o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição;
Propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
VII - Orientar a viabilização de infraestrutura de assistência farmacêutica aos municípios consorciados;
VIII - Firmar convênios, contratos, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos de governo;
IX– Contratar assessoria ou consultoria técnica especializada para o desenvolvimento de planos, projetos, estudos e demais atividades relacionadas com as finalidades do Consórcio; X - Prestar assistência técnica aos entes consorciados na área de assistência farmacêutica, emitindo orientações relacionadas ao tema;
XI- Ser contratado pela Administração Direta ou Indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação.

CAPÍTULO III – VIGÊNCIA, PRAZO DE DURAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

CLÁUSULA 6ª: O CONSÓRCIO passará a atuar, em seu novo regime, a partir da vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, e terá duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 7ª: O Contrato de Consórcio Público poderá ser alterado mediante deliberação em Assembleia Geral especificamente convocada para essa finalidade, em que haja aprovação da proposta por maioria simples do número total de votos dos entes consorciados, a ser registrada em ata e ratificada legislativamente, no mínimo, pelos consorciados que aprovaram a alteração.

Parágrafo único. A alteração do Contrato de Consórcio Público não produzirá seus efeitos, ainda que aprovada em Assembleia Geral, enquanto não houver sua ratificação legislativa por, no mínimo, maioria simples dos entes consorciados.

CLÁUSULA 8ª: O CONSÓRCIO poderá ser extinto, a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral especificamente convocada para essa finalidade, em que haja aprovação da proposta por maioria absoluta do número total de votos dos entes consorciados, a ser registrada em ata e ratificada legislativamente por todos os entes consorciados.

Parágrafo único. A extinção do Contrato de Consórcio Público não produzirá seus efeitos, ainda que aprovada em Assembleia Geral, enquanto não houver sua ratificação legislativa pela totalidade dos entes consorciados, cabendo indenização em face do ente consorciado

que, deliberadamente, omitir-se ou atrasar a ratificação legislativa da extinção aprovada em Assembleia.

CLÁUSULA 9ª: Por ocasião da extinção do CONSÓRCIO:
Será realizada apuração de haveres relativamente ao montante repassado por cada um dos entes consorciados no bojo dos Contratos de Rateio, e será procedida a devolução de eventual saldo remanescente não utilizado pelo CONSÓRCIO, na proporção do que não foi utilizado para cada consorciado;
O patrimônio remanescente do CONSÓRCIO, notadamente aquele resultante de suas fontes de custeio e renda próprias, será rateado equitativamente entre todos os entes consorciados na data de extinção.

CAPÍTULO IV – ENTES CONSORCIADOS

CLÁUSULA 10ª: Comporão o CONSÓRCIO:
O Estado do Paraná e os Municípios ora signatários, desde que ratifiquem o presente Protocolo de Intenções em suas respectivas Casas Legislativas;
Os demais municípios do Estado do Paraná, legalmente reconhecidos, que aderirem ao presente protocolo de intenções e o ratificarem mediante lei municipal, a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro. O contrato de consórcio público poderá ser celebrado por apenas uma parcela dos signatários, sem prejuízo de que os demais venham a integrá-lo posteriormente, mediante ratificação do presente Protocolo de Intenções.

Parágrafo Segundo. Para fins do disposto no parágrafo anterior, a formalização do Contrato de Consórcio Público dependerá de subscrição e ratificação do presente Protocolo de Intenções por um quantitativo mínimo de signatários, considerando-se, para tanto, aqueles cujo somatório de suas respectivas populações totalize ao menos 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes, de acordo com o censo IBGE previsto na Portaria GM/MS que define o financiamento do componente básico da assistência farmacêutica vigente.

Parágrafo Terceiro. Considerar-se-á celebrado o Contrato de Consórcio Público com a vigência das leis de ratificação do presente Protocolo de Intenções, respeitado o limite mínimo de ratificações previsto no parágrafo anterior, tornando-se suas regras vinculantes para cada ente consorciado, respectivamente, a partir da data de ratificação em âmbito local.

Parágrafo Quarto. Caso a condição prevista no parágrafo anterior seja satisfeita na pendência de ratificação do Protocolo de Intenções pelo Estado do Paraná, o Contrato de Consórcio vigorará com as seguintes adaptações provisórias ao presente instrumento, aplicáveis apenas enquanto o Protocolo de Intenções não for ratificado pelo ente em questão:

Ficam suspensas todas as menções ao Estado do Paraná como ente consorciado;

Fica suspensa a eficácia da Cláusula 4ª, inciso IV; Cláusula 13ª, parágrafo único; e Cláusula 49ª, inciso V;

Fica alterada a composição do Conselho de Administração, prevista na Cláusula 20ª, parágrafo primeiro, de modo que este será composto por 12 (doze) Chefes do Poder Executivo Municipal dos entes consorciados;

Fica alterada a composição do Conselho Fiscal, prevista na Cláusula 33ª, de modo que este será composto por: I- 3 (três) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados; e II- 2 (dois) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados**,** representados por seus Secretários Municipais de Saúde**.**

Parágrafo Quinto. A adesão de Municípios não signatários aos termos do presente instrumento depende de aprovação por parte da Assembleia Geral.

CAPÍTULO V – PODERES DE REPRESENTAÇÃO

CLÁUSULA 11ª: Nos assuntos de interesse comum, assim compreendidos aqueles constantes da Cláusula 4ª deste Protocolo de Intenções e observadas as competências legais dos gestores locais, terá o CONSÓRCIO poderes para representar os entes consorciados, inclusive firmar contratos, convênios e instrumentos congêneres com o Poder Público e a iniciativa privada.

CLÁUSULA 12ª: Os entes consorciados deverão se fazer representar, perante o CONSÓRCIO, por seu representante legal, ou procurador por ele constituído com poderes específicos de representação perante o CONSÓRCIO, mediante instrumento público com firma reconhecida.

CAPÍTULO VI – PATRIMÔNIO E FONTES DE CUSTEIO

CLÁUSULA 13ª: O patrimônio do CONSÓRCIO é composto:
Pelos bens e direitos que vier a adquirir, a qualquer título;
Pelos bens e direitos que lhe forem doados ou transferidos, por entidades públicas ou privadas, inclusive os entes consorciados;

Pelo resultado das rendas de seus bens;
Por outras rendas eventuais;
Pelos bens móveis e imóveis que já forem de sua propriedade, adquiridos no período anterior à conversão do CONSÓRCIO em associação pública, nos termos do presente instrumento.

Parágrafo único. O Estado do Paraná apoiará o recebimento, armazenamento, separação e distribuição dos medicamentos e insumos aos Municípios consorciados que não sejam contemplados com a entrega de forma descentralizada, por meio da estrutura física e de recursos humanos das centrais de abastecimento farmacêutico das 22 Regionais de Saúde.

CLÁUSULA 14ª: As fontes de custeio do CONSÓRCIO são compostas por:
Recursos repassados pelos entes consorciados, conforme estabelecido nos respectivos Contratos de Rateio, no início de cada exercício financeiro;
O pagamento pelos serviços prestados pelo Consórcio aos Entes consorciados;
Auxílios, contribuições, subvenções e demais recursos recebidos de pessoas jurídicas de direito público ou privado por ocasião de convênios, contratos, termos de colaboração e demais ajustes celebrados;
Remuneração de serviços eventualmente prestados, a qualquer título, desde que compatíveis com as finalidades do CONSÓRCIO;
Rendas decorrentes da gestão de seu patrimônio e produto de operações de crédito, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações financeiras e de capitais;
Doações e legados;
Produto da alienação de seus bens livres, bem como rendas eventuais;
Saldo financeiro de multas administrativas aplicadas em decorrência do inadimplemento contratual por parte de fornecedores contratados;
Outros recursos que lhe forem destinados por liberalidade, por força de lei ou decisão judicial, ou resultarem de suas atividades.

Parágrafo primeiro. Os entes consorciados não entregarão recursos de custeio ao CONSÓRCIO por fontes diversas do Contrato de Rateio.

Parágrafo segundo. Rendas excedentes deverão ser aplicadas na consecução das finalidades do CONSÓRCIO, não podendo ser apropriadas individualmente pelos membros de Conselho, da Diretoria ou pelos entes consorciados.

Parágrafo terceiro. O disposto no parágrafo anterior não impede a distribuição de recursos disponíveis e rendas excedentes do CONSÓRCIO, a critério do Conselho Deliberativo, desde que efetuada de maneira equitativa entre todos os entes consorciados, na proporção de suas respectivas participações para o custeio do CONSÓRCIO, conforme disposto nos contratos de rateio.

TÍTULO II – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO CAPÍTULO I – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA 15ª: O CONSÓRCIO será dotado da seguinte estrutura administrativa:
Assembleia Geral dos consorciados;
Conselho Deliberativo;
Diretoria Executiva;
Conselho Fiscal.

Parágrafo primeiro: o CONSÓRCIO editará normas e regimentos internos contendo regras sobre a organização, composição, atribuições e funcionamento de cada um dos órgãos de sua estrutura administrativa, respeitados os parâmetros dispostos no presente Contrato.

Parágrafo segundo. A participação na Assembleia Geral, bem como a ocupação de cargos no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal, não será remunerada a qualquer título.

Parágrafo terceiro: Os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal serão destituídos de seus cargos quando, por qualquer razão, não mais exercerem mandato ou cargo nos seus respectivos entes consorciados.

Parágrafo quarto. Na hipótese do parágrafo anterior, o cargo vago no CONSÓRCIO será assumido temporariamente pelo agente público que suceder o seu antigo ocupante no respectivo

ente consorciado, e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias será convocada reunião extraordinária da Assembleia Geral para nova eleição ao cargo, pelo período remanescente.

Parágrafo quinto. O disposto no parágrafo quarto, parte final, será dispensado nos casos em que a vacância do cargo se der por prazo inferior a 60 (sessenta) dias, hipótese em que não será realizada nova eleição para o cargo vago.

CAPÍTULO II – ASSEMBLEIA GERAL

CLÁUSULA 16ª. A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação do CONSÓRCIO, e será constituída pelos representantes legais de todos os entes consorciados que estiverem no pleno gozo de seus direitos.

CLÁUSULA 17ª. Compete privativamente à Assembleia Geral:
Indicar, eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
Deliberar sobre a alteração do Contrato de Consórcio ou a extinção do presente CONSÓRCIO;
Deliberar sobre admissão de novos membros, bem como a retirada ou exclusão de entes consorciados;
Aprovar a criação, alteração ou extinção de empregos públicos efetivos e em comissão, bem como demais alterações do quadro de pessoal e sua remuneração;
Ratificar a proposta orçamentária aprovada pelo Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA 18ª: A Assembleia Geral será convocada:
Ordinariamente, com periodicidade anual, para ratificação da proposta de orçamento, e bienal, para eleição dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
Extraordinariamente, mediante convocação feita pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo ou pelo Conselho Fiscal, com indicação da respectiva pauta e justificativa hábil a motivar a sua necessidade;
Extraordinariamente, mediante requerimento formulado por pelo menos 1/5 (um quinto) dos representantes dos entes consorciados, com indicação da respectiva pauta específica.

Parágrafo primeiro. A convocação para Assembleia Geral se dará por correio eletrônico e por edital, este último afixado na sede e no sítio eletrônico do CONSÓRCIO, com ao menos 10 (dez) dias de antecedência da data designada para a Assembleia.

Parágrafo segundo. A Assembleia Geral se reunirá, em primeira convocação, com o quórum da maioria simples dos entes consorciados em pleno gozo de seus direitos, ou em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, com qualquer número de presentes.

CLÁUSULA 19ª: As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por no mínimo 2/3 (dois terços) de votos favoráveis.

Parágrafo primeiro. Na Assembleia Geral, cada um dos entes consorciados presentes terá direito a 01 (um) voto, independentemente de seu porte ou população.

Parágrafo segundo. O voto será público, nominal e aberto.

CAPÍTULO III – CONSELHO DELIBERATIVO

CLÁUSULA 20ª: O Conselho Deliberativo será constituído por 12 (doze) membros eleitos dentre os entes consorciados, para mandatos de 2 (dois) anos, cabendo recondução de seus ocupantes, total ou parcial, inclusive por mais de uma vez, sem limitação.

Parágrafo primeiro. Os membros do Conselho Deliberativo serão compostos por 6 (seis) Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados e 6 (seis) membros indicados pelo Estado do Paraná dentre membros da Secretaria de Estado da Saúde, podendo ser substituídos por procuradores devidamente constituídos por instrumento público.

Parágrafo segundo. A eleição do Conselho Deliberativo ocorrerá no mês de janeiro dos anos ímpares, e a posse se dará até 31 de janeiro.

Parágrafo terceiro. Não poderão se candidatar para os cargos mencionados na presente Cláusula membros dos entes consorciados que não estejam no exercício de seus respectivos mandatos ou cargos, conforme Cláusula 15ª, parágrafo terceiro do presente Contrato.

Parágrafo quarto. Em caso de vacância provisória de um ou mais cargos do Conselho Deliberativo por ocasião do resultado das Eleições Municipais, aplica-se o disposto na Cláusula 15º, parágrafo quarto e quinto do presente Contrato, sendo que, em casos urgentes, poderá a Diretoria Executiva desempenhar as funções necessárias à manutenção das atividades do CONSÓRCIO, com posterior ratificação pelo Presidente.

CLÁUSULA 21ª: Compete ao Conselho Deliberativo:
Deliberar sobre os assuntos gerais de gestão do Consórcio, determinando a sua efetiva administração, visando atingir os seus objetivos;
Resolver e dispor sobre os casos omissos ou dúbios na interpretação das regras do presente Contrato;
Aprovar propostas de alteração do presente instrumento, bem como do quadro de pessoal e remuneração do CONSÓRCIO, para encaminhamento à Assembleia Geral;
Aprovar as minutas de regimentos internos, estatutos e demais normas internas enviadas pela Diretoria Executiva;
Deliberar sobre a admissão, promoção, punição e demissão de funcionários, bem como requisição de servidores, propostas pelo Diretor Executivo;
Aprovar a proposta orçamentária anual, bem como o balanço e relatório anual das atividades do consórcio, elaborados pelo Diretor Executivo, para encaminhamento à Assembleia Geral;
Aprovar as planilhas de custos dos contratos de rateio;
Definir a política patrimonial e financeira e os programas de investimentos do Consórcio;
Deliberar sobre a criação, alteração ou extinção de empregos públicos efetivos e em comissão dos quadros do CONSÓRCIO, para encaminhamento à Assembleia Geral;
Indicar o Diretor Executivo e aprovar a indicação dos demais integrantes da Diretoria Executiva, bem como determinar suas exonerações ou substituições;

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:0D7E24E2

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1105 - ANEXO ÚNICO DA LEI 1105 - PARTE 002

Prestar contas aos órgãos públicos concessores dos auxílios e subvenções que o Consórcio venha a receber;
Autorizar a alienação dos bens livres do Consórcio bem como seu oferecimento como garantia de operações de créditos;
Deliberar sobre a admissão ou exclusão de associados, nos casos previstos neste Contrato;
Autorizar a contratação de serviços de auditoria externa;
Prestar, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos.

CLÁUSULA 22ª: O Conselho Deliberativo elegerá 01 (um) membro na condição de Presidente, 01 (um) membro na condição de Vice-Presidente, e 01 (um) membro na condição de 2º Vice- Presidente, que terão mandato de 2 (dois) anos, admitidas sucessivas reconduções.

Parágrafo primeiro. A indicação e eleição dos cargos acima ocorrerá na mesma data da realização da Assembleia Geral em que os membros do Conselho Deliberativo forem eleitos, em sessão posterior, por escrutínio secreto, sendo considerados eleitos aqueles que obtiverem maioria simples dos votos dos presentes.

Parágrafo segundo. Ocorrendo empate na votação e não havendo consenso, será eleito o candidato de maior idade.

Parágrafo terceiro. O Presidente do Conselho Deliberativo, na condição de representante legal do consórcio público, deverá obrigatoriamente ser Chefe do Poder Executivo de algum dos entes consorciados.

Parágrafo quarto. Em caso de vacância do cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente e, sucessivamente, o 2º Vice-Presidente, contanto que respeitada a condição prevista no parágrafo anterior.

CLÁUSULA 23ª: Compete ao Presidente:
Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo;

Representar o CONSÓRCIO, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente podendo firmar contratos ou convênios, bem como constituir procuradores "ad negocia" e "ad judicia", podendo tal competência ser delegada ao Diretor Executivo mediante decisão do Conselho Deliberativo;
Abrir e movimentar, juntamente com o Diretor Executivo, contas bancárias e recursos do CONSÓRCIO, podendo tal competência ser delegada total ou parcialmente;
Autorizar a abertura de concursos públicos para contratação de pessoal, após aprovação do Conselho Deliberativo;
Celebrar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação, outorgar concessões e todos os demais ajustes mantidos entre o CONSÓRCIO e terceiros;
Nomear e exonerar os ocupantes de empregos públicos efetivos e em comissão no CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 24ª: Compete ao 1º e 2º Vice-Presidentes:
Substituir o Presidente nas hipóteses de sua ausência ou licença;
Representar o CONSÓRCIO, sempre que solicitado pelo Presidente, bem como praticar os demais atos institucionais que lhe forem por ele delegados;
Assumir a Presidência do Conselho Deliberativo, em caso de vacância.

Parágrafo único. O 2º Vice-Presidente exercerá as atribuições descritas acima em substituição ao 1º Vice-Presidente, nos casos de impedimento ou impossibilidade de atuação deste.

CLÁUSULA 25ª: O Conselho Deliberativo se reunirá ordinariamente por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação, e extraordinariamente, quando convocado por ao menos 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo primeiro. A convocação para reunião se dará por correio eletrônico, bem como edital afixado na sede do CONSÓRCIO e em seu sítio eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo segundo. O quórum mínimo para deliberação é da maioria simples dos membros do Conselho, e as suas decisões serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes.

CAPÍTULO IV – DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 26ª: A Diretoria Executiva é o órgão destinado a promover a realização dos fins a que se destina o CONSÓRCIO, e será integrada por:

01 (um) Diretor Executivo, indicado pelo Conselho Deliberativo dentre os profissionais do mercado que detenham formação superior e experiência comprovada na área administrativa de Saúde Pública;
01 (um) Diretor Administrativo, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor Técnico e
(01) um Assessor Jurídico, indicados pelo Diretor Executivo e aprovados pelo Conselho Deliberativo, com formação superior na área correspondente (Administração, Contabilidade Economia, Farmácia e Direito);
01 (um) Controlador, indicado pelo Diretor Executivo dentre os empregados efetivos do CONSÓRCIO e aprovado pelo Conselho Deliberativo, com formação superior compatível com a área de atuação, preferencialmente em Administração, Contabilidade, Direito ou Economia.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva serão remunerados pelo exercício de suas funções, conforme Anexo I do presente instrumento, e poderão ser exonerados a qualquer momento, por indicação do Diretor Executivo e aprovação do Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA 27ª: Compete ao Diretor Executivo:

Promover e coordenar a execução das atividades do consórcio;
Gerir a estrutura administrativa de bens, serviços e pessoal do CONSÓRCIO;
Propor e justificar necessidade de reformulação de estatutos, quadro de pessoal e Plano de Cargos e Salários, a serem submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo e, quando necessária alteração do presente instrumento, à Assembleia Geral;
Instruir os processos de admissão, promoção, sanção e demissão dos empregados do CONSÓRCIO, para aprovação pelo Conselho Deliberativo;
Propor ao Conselho Deliberativo a requisição de servidores públicos dos entes consorciados para servirem ao CONSÓRCIO;

Elaborar a proposta orçamentária anual do CONSÓRCIO, a ser submetida ao Conselho Deliberativo;
Autorizar compras e contratações de serviços, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo;
Elaborar os relatórios de atividade anual, a serem submetidos para aprovação do Conselho Deliberativo e, posteriormente, do Conselho Fiscal;
Encaminhar ao Conselho Deliberativo a planilha de custos estabelecida para subsidiar a celebração dos contratos de rateio, a cada ciclo orçamentário;
Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada ao Conselho Deliberativo e ao Órgão Concedente;
Movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho Deliberativo ou com quem este indicar, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;
Designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência, para responder pelo expediente;
Providenciar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal;
– Elaborar minutas de regimentos internos, estatutos, resoluções e demais normas internas, e enviá-las para aprovação pelo Conselho Deliberativo;

– Elaborar e expedir ordens executivas, diretivas e demais normas de direção e organização interna dos serviços, independentemente de aprovação pelo Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA 28ª: Compete ao Diretor Administrativo:

- Planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades administrativas e operacionais do consórcio;
- Gerenciar e controlar o patrimônio do CONSÓRCIO;
- Elaborar e acompanhar contratos, convênios e processos licitatórios;
- Gerenciar recursos humanos, incluindo convocação, contratação e aplicação de penalidades administrativas;
Autenticar livros de atas e de registros do CONSÓRCIO;
Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões do Conselho Deliberativo e Fiscal e Assembleia Geral;

VII - Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.

CLÁUSULA 29ª: Compete ao Diretor Financeiro:

- Planejar, coordenar e acompanhar as atividades da área financeira, garantindo sua integração com os setores administrativos do consórcio;
- Participar da elaboração e execução orçamentária, acompanhando receitas, despesas, contratos de rateio e convênios, inclusive a execução financeira desses instrumentos;
- Gerenciar e controlar o orçamento, registros contábeis e recursos financeiros do consórcio;
- Representar o consórcio, em conjunto com a direção executiva, perante estabelecimentos bancários, autorizando a abertura e encerramento de contas, aplicações financeiras, pagamentos, emissão de boletos, cobrança de consorciados inadimplentes, dentre outras operações correlatas, mediante devida autorização do Presidente;
- Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.

CLÁUSULA 30ª: Compete ao Diretor Técnico:

- Planejar, coordenar e acompanhar as atividades da área técnica, garantindo sua integração com os setores administrativos do consórcio.
- Monitorar a execução das atividades técnicas operacionais e administrativas, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas.
- Manter interlocução ativa com fornecedores, assegurando o cumprimento integral das exigências contratuais relativas ao fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde.
- Acompanhar continuamente a situação do mercado, com vistas a garantir a regularidade e a qualidade no fornecimento dos itens adquiridos pelo consórcio.
- Estabelecer e manter articulação com os locais de recebimento e distribuição de medicamentos e produtos para a saúde — incluindo Regionais de Saúde da SESA, municípios descentralizados e consórcios intermunicipais — acompanhando as etapas de recebimento, armazenamento e distribuição, com foco na eficiência e rastreabilidade.

- Manter interlocução institucional com gestores do SUS nas esferas federal, estadual e municipal, bem como com órgãos de classe, de controle, auditoria e instituições acadêmicas, promovendo o fortalecimento da Política Nacional de Medicamentos, especialmente no tocante ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

CLÁUSULA 31ª: Compete ao Assessor Jurídico:

- Prestar assessoria jurídica ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva do consórcio, para plena eficácia e adequação jurídica dos atos administrativos, por meio de emissão de orientações específicas e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos;
- Apoiar o Conselho Deliberativo na elaboração dos anteprojetos de normas a serem apresentado para aprovação no âmbito de sua competência, bem como nos atos normativos de competência da Diretoria Executiva;
- Elaborar minutas de documentos institucionais do consórcio;
- Exercer a coordenação, gestão e supervisão de equipes, bem como de toda a atividade jurídica, consultiva e contenciosa do Consórcio;
- Prestar assessoria jurídica e orientações quando requisitado pelo Conselho Deliberativo e Diretoria e suas equipes de trabalho nos assuntos que demandam esclarecimento jurídico;
VI-Prestar assessoria jurídica acerca de notificações, recomendações e processos administrativos, bem como documentos públicos produzidos e recebidos pelo consórcio;
- Prestar orientação e assistência jurídica nos processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR e Ministério Público;
- Responder à Diretoria Executiva acerca de suas atividades rotineiras;
- Executar atividades técnicas-jurídicas pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

CLÁUSULA 32ª: Compete ao Controlador:

- Desenvolver e promover ações que consolidem uma cultura de ética, probidade e transparência, estimulando o cumprimento das normas legais, diretrizes administrativas, regulamentos, estatutos e demais atos emanados pelo Poder Público;

- Acompanhar os limites legais e constitucionais relativos à aplicação dos recursos sob responsabilidade do consórcio, realizando inspeções, auditorias e visitas “in loco” aos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais áreas da gestão, assegurando a conformidade e a eficiência dos procedimentos;
- Promover estudos, pesquisas e a sistematização, normatização e padronização de procedimentos operacionais e administrativos, além de participar da elaboração de normas e padronização de rotinas no âmbito do consórcio;
- Monitorar, avaliar e garantir o cumprimento dos princípios e normas que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e moralidade administrativa, acompanhando fatos irregulares, reclamações, denúncias e eventuais lesões ao patrimônio, zelando por sua resolução integral;
- Expedir recomendações no âmbito do controle interno, acompanhar a divulgação das informações no portal da transparência, apoiar o controle externo em sua missão institucional e monitorar a implementação das recomendações, ressalvas e determinações do Tribunal de Contas do Estado;
- Elaborar relatórios gerenciais e pareceres técnicos para a direção do consórcio, apresentando avaliações dos controles internos, com foco na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, corrupção e outras inadequações, além de elaborar o plano anual de controle interno (PACI) para organização das atividades de controle;
- Executar outras atividades correlatas às atribuições do controle interno, conforme o regimento e necessidades institucionais.

Parágrafo primeiro. O Controlador terá o contrato de trabalho com o CONSÓRCIO suspenso durante o período em que exercer o cargo em questão, passando a exercer apenas as funções e perceber a remuneração atrelada às suas atribuições na Diretoria Executiva.

Parágrafo segundo. É facultado ao Controlador optar pela manutenção da remuneração correspondente ao seu emprego efetivo no CONSÓRCIO, sem qualquer acréscimo, nos casos em que esta for superior à remuneração fixada no presente Contrato para o emprego em comissão.

CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA 33ª: O Conselho Fiscal será constituído por 6 (seis) membros, sendo:

2 (dois) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados;
2 (dois) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados, representados por seus Secretários Municipais de Saúde;
2 (dois) membros indicados pelo Estado do Paraná.

Parágrafo primeiro. Os membros terão mandato de 02 (dois) anos, permitidas sucessivas reconduções, contanto que haja renovação de ao menos 1/3 (um terço) de seus membros a cada eleição.

Parágrafo segundo. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente anualmente, ou extraordinariamente sempre que qualquer dos membros o reputar necessário.

CLÁUSULA 34ª: Compete ao Conselho Fiscal:
Fiscalizar permanentemente a contabilidade do CONSÓRCIO;
Acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômicas e financeiras da entidade, sempre que se julgar oportuno e conveniente;
Exercer o controle de gestão e de finalidades do CONSÓRCIO;
Emitir parecer sobre os relatórios submetidos pelo Diretor Executivo, após parecer do Conselho Deliberativo;
Emitir parecer sobre proposta de alterações do presente Contrato, quando solicitado;
Aprovar as contas anuais do CONSÓRCIO;
Convocar o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva para prestar contas, quando verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial ou, ainda quando detectada inobservância de normas legais, estatutárias, contratuais ou regimentais.

TÍTULO III – RECURSOS HUMANOS CAPÍTULO I – REGIME DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA 35ª: O CONSÓRCIO disporá de quadro de pessoal próprio, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com identificação da nomenclatura, descrição das funções, remuneração e carga horária no Anexo I do presente Contrato.

Parágrafo primeiro. À exceção dos empregos em comissão e dos casos de contratação temporária, os empregos públicos efetivos serão providos mediante concurso público de provas e título, conforme dispuser o respectivo Edital, que definirá a forma da posse, validade do concurso, exigências, tipo de prova (escrita, prática e/ ou prático-orais), bem como todos os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, tanto para inscrição como para o eventual exercício do emprego público.

Parágrafo segundo. O CONSÓRCIO editará norma interna para regulamentar o Plano de Carreira, Cargos e Salários de seus colaboradores, respeitando os parâmetros definidos no presente Contrato e no Anexo I.

CLÁUSULA 36ª: O CONSÓRCIO disporá de empregos de provimento em comissão, de natureza precária, destinados a atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento/consultoria.

Parágrafo único. O número de empregos comissionados não poderá superar o quantitativo do quadro de empregos efetivos, vedando-se ainda que a massa salarial paga aos empregados comissionados supere o valor da massa salarial paga aos empregados efetivos, considerando-se para tanto o somatório das verbas remuneratórias e indenizatórias.

CLÁUSULA 37ª: O CONSÓRCIO poderá efetuar contratações temporárias para atender a necessidades transitórias e excepcionais, sujeitas aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos seguintes casos:

Calamidade ou situação de emergência, devidamente decretados pelas autoridades competentes, que impliquem abrupto aumento nas atividades do CONSÓRCIO;
Alteração de perfis assistenciais do sistema de saúde dos entes consorciados, decorrente de sazonalidade;

Para a execução de projetos de cooperação implementados mediante acordos ou parcerias internacionais ou nacionais, cuja execução dar-se-á pelo CONSÓRCIO de forma total ou associada e que não tenham caráter permanente;
Para substituição do empregado indicado para ocupar o cargo de Controlador ou demais cargos na Diretoria, no período de suspensão de seu contrato de trabalho.

CLÁUSULA 38ª: O provimento dos empregos será de iniciativa da Diretoria Executiva, e a vacância decorrerá de pedido do empregado ou por demissão, a juízo da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A aplicação de sanções e a demissão de empregados efetivos se dará mediante devida motivação, apurada em processo interno que respeite a garantia de contraditório.

CAPÍTULO II – CESSÃO DE SERVIDORES

CLÁUSULA 39ª: Os entes consorciados poderão ceder servidores ao CONSÓRCIO, com ou sem ônus para a origem, em razão de necessidade justificada, inclusive para assumir funções gratificadas no CONSÓRCIO, desde que o ato não caracterize acumulação ilícita de cargos públicos.

Parágrafo primeiro. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originário, somente lhes sendo concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores previstos no Anexo I.

Parágrafo segundo. O pagamento de adicionais ou gratificações na forma prevista no parágrafo anterior não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

Parágrafo terceiro. Na hipótese de cessão com ônus para a origem, os pagamentos não serão contabilizados como créditos compensáveis em relação às obrigações previstas no contrato de rateio.

TÍTULO IV – DIREITOS, DEVERES, RETIRADA E EXCLUSÃO DOS CONSORCIADOS

CAPÍTULO I – DIREITOS DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 40ª. São direitos dos consorciados adimplentes com suas obrigações perante o CONSÓRCIO:

Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir, votar e ser votado;
Propor ao CONSÓRCIO medidas que entenda úteis e necessárias ao desenvolvimento de suas finalidades;
Usufruir dos serviços, ações, programas e demais benefícios prestados pelo CONSÓRCIO;
Solicitar apoio e orientações nos temas relativos à atuação do CONSÓRCIO;
Solicitar ao CONSÓRCIO as informações e documentos necessários para prestação de contas e previsão orçamentária dos recursos destinados via contrato de rateio;
Exigir dos demais o cumprimento das cláusulas do Contrato de Consórcio Público;

CAPÍTULO II – DEVERES DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 41ª. São deveres dos consorciados:

Colaborar eficazmente para a consecução das finalidades e objetivos do Consórcio;
Designar seu representante legal ou procurador para atender às reuniões da Assembleia Geral, ou justificar tempestivamente sua ausência;
Acatar as decisões e deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, bem como as determinações técnicas e administrativas da Diretoria Executiva;
Aceitar e desempenhar com diligência os encargos que lhe competirem por eleição ou designação estatutária;
Ratificar legislativamente as deliberações da Assembleia Geral que o demandarem, no tempo e modo adequados, conforme orientação do CONSÓRCIO;
Dar a devida publicidade, em diário oficial e em seus respectivos Portais da Transparência, aos documentos e informações legalmente exigidos e àqueles exigidos pela Cláusula 54ª abaixo, relativos à sua participação no CONSÓRCIO;

Atender a todas as exigências e consectários legais decorrentes da inserção do CONSÓRCIO na Administração Indireta do respectivo ente, ante a natureza de associação pública por ele assumida;
Comunicar ao Conselho Deliberativo e/ou ao Conselho Fiscal qualquer irregularidade de que tiver conhecimento;
Fornecer, quando solicitado, informações sobre assuntos de interesse à organização e ao aperfeiçoamento dos serviços associativos;
Repassar integralmente ao CONSÓRCIO os recursos previstos no Contrato de Rateio, a cada orçamento, bem como consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio e demais ajustes eventualmente firmados com o CONSÓRCIO;
Submeter-se às obrigações e prazos pactuados nos contratos de rateio e demais pactuações com o CONSÓRCIO;
Acatar aos critérios técnicos determinados pelo CONSÓRCIO para cálculo do valor anual dos custos e rateio, após aprovação do Conselho Deliberativo;
Observar a todas as disposições do presente Contrato e demais normas e regulamentos editados pelo CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 42ª. O ente consorciado que atrasar em mais de 30 (trinta) dias sua obrigação de repasse de recursos ao CONSÓRCIO, conforme contrato de rateio, poderá ter os respectivos serviços prestados pelo CONSÓRCIOS suspensos até regularização das pendências.

CAPÍTULO III – RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA 43ª. Os entes consorciados respondem solidariamente pelas obrigações que os representantes legais do CONSÓRCIO, expressa ou tacitamente, assumirem em nome deste.

CLÁUSULA 44ª. Os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não responderão pessoalmente pelos atos praticados e obrigações contraídas em nome do CONSÓRCIO, exceto se houverem atuado de forma contrária à lei ou às regras do presente Contrato.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:2440E4D1

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1105 - ANEXO ÚNICO DA LEI 1105 - PARTE 003

CAPÍTULO IV – RETIRADA E EXCLUSÃO

CLÁUSULA 45ª: O ente consorciado poderá requerer sua retirada do presente CONSÓRCIO a qualquer tempo, mediante requerimento formal de seu representante apresentado em Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro. A retirada produzirá efeitos apenas após decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da realização da Assembleia.

Parágrafo segundo. A retirada do ente consorciado não prejudicará obrigações já constituídas pelo CONSÓRCIO em seu benefício, inclusive contratos ou convênios celebrados e em vigência, exceto em caso de pagamento, pelo retirante, dos custos e eventuais indenizações devidas.

CLÁUSULA 46ª. O ente consorciado poderá ser excluído do CONSÓRCIO por decisão irrecorrível de Assembleia Geral convocada especificamente para tal finalidade, mediante justa causa devidamente caracterizada em procedimento administrativo conduzido pela Diretoria Executiva, em que se resguarde o exercício do contraditório e no qual haja parecer favorável do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. Considera-se justa causa, para fins do disposto na presente Cláusula, o descumprimento pelo ente consorciado de qualquer das Cláusulas do presente Contrato, especialmente as obrigações descritas na CLÁUSULA 41ª, quando não sanado ou justificado pelo ente em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento de notificação formal da infração, expedida pela Direção Executiva do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 47ª. Aplica-se aos casos de retirada e exclusão de consorciados, no que couber, o procedimento e os critérios de apuração de haveres definidos na CLÁUSULA 9ª do presente Contrato.

TÍTULO V – CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES CAPÍTULO I – CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA 48ª. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao CONSÓRCIO, para realização de suas finalidades, mediante contrato de rateio.

Parágrafo primeiro. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Parágrafo segundo. O contrato de rateio deverá observar a legislação orçamentária e financeira do ente consorciado e dependerá da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Parágrafo terceiro. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Parágrafo quarto. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o CONSÓRCIO fornecerá as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA 49ª. O cálculo dos recursos a serem repassados por cada ente consorciado ao CONSÓRCIO por intermédio dos respectivos Contratos de Rateio será realizado proporcionalmente, de acordo com o volume da demanda de cada ente por produtos e serviços fornecidos pelo CONSÓRCIO, e considerará:

Os recursos previstos de acordo com as Portarias GM/MS do Ministério da Saúde que dispõem sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

As Deliberações da Comissão Intergestores Biparite do Paraná – CIB/PR, que aprovam os repasses de recursos, pela SESA/PR, das contrapartidas federal e estadual para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Os recursos próprios dos entes consorciados, disponíveis para o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Os recursos próprios dos entes consorciados, disponíveis para a aquisição de produtos para saúde;

Os recursos referentes ao elenco complementar de medicamentos, financiados pelo Estado e pactuados na Comissão Intergestores Bipartite do Paraná.

Parágrafo único. O repasse dos valores descritos nos respectivos Contratos de Rateio deverá ser realizado pelos entes consorciados em parcela única, no mês de março.

CAPÍTULO II – CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA 50ª. O CONSÓRCIO poderá vir a ser autorizado a realizar a gestão associada de serviços públicos de competência dos entes associados, mediante celebração do respectivo contrato de programa, nos termos da lei.

Parágrafo primeiro. Considerando as finalidades atuais do CONSÓRCIO e a ausência de competências relacionadas à prestação de serviços públicos de titularidade dos entes consorciados, mas apenas a aquisição de medicamentos e produtos para saúde, a celebração de Contrato de Programa dependerá de prévia alteração do presente Contrato, com inclusão das cláusulas necessárias a viabilizar tal competência.

Parágrafo segundo. No exercício das competências descritas no *caput*, ao CONSÓRCIO será conferida autorização para licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços.

CAPÍTULO III – CONVÊNIOS E CONTRATOS COM TERCEIROS

CLÁUSULA 51ª. O CONSÓRCIO poderá celebrar convênios com os gestores do Sistema Único de Saúde, sempre que necessário para viabilizar o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio da aquisição de medicamentos e demais produtos para saúde relacionados à esfera de atuação do CONSÓRCIO.

Parágrafo único. O Convênio a que se refere o *caput* não se confundirá com o objeto e conteúdo dos Contratos de Rateio, relativos às despesas de custeio do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 52ª. Para além do disposto na Cláusula anterior, o CONSÓRCIO poderá celebrar convênios e contratos, com entidades públicas ou empresas privadas, sempre que útil e/ou necessário para o desenvolvimento de suas ações e o atingimento de suas finalidades, pautando-se sempre nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na celebração e execução de contratos e parcerias.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva dará ciência ao Conselho Deliberativo de todos os instrumentos celebrados pelo CONSÓRCIO na forma do *caput*.

CLÁUSULA 53ª. O CONSÓRCIO poderá, mediante prévia aprovação do Conselho Deliberativo, celebrar Contratos de Gestão (Lei Federal n. 9.637/1998), Termos de Parceria (Lei Federal n. 9.790/1999), Termos de Fomento e de Colaborações (Lei Federal n. 13.019/14) e demais parcerias com entidades sem fins lucrativos, para desenvolvimento de projetos e execução de ações relativas às suas áreas de atuação, sempre que tais parcerias se revelarem úteis, necessárias e eficientes para consecução de suas finalidades.

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – PUBLICIDADE

CLÁUSULA 54ª: Extrato do presente Protocolo de Intenções será publicado na imprensa oficial de cada parte signatária, em até 30 (trinta) dias contados da respectiva subscrição.

Parágrafo único. O extrato publicado indicará o local no sítio eletrônico do CONSÓRCIO em que se poderá obter seu texto integral.

CLÁUSULA 55ª: Os atos e decisões do CONSÓRCIO que digam respeito ou afetem terceiros, bem como aqueles de natureza orçamentária, financeira, contratual, de admissão de pessoal e seleção de fornecedores, deverão ser publicados em área específica de fácil localização no sítio eletrônico do CONSÓRCIO, bem como em Diário Oficial próprio, quando exigido por lei, excetuando-se da exigência as informações e documentos considerados sigilosos, por prévia e motivada decisão.

Parágrafo único. Os entes consorciados deverão publicar, em seus respectivos diários oficiais eletrônicos, minutas ou extratos dos contratos de rateio, contratos de programa e demais documentos relativos aos repasses financeiros realizados ao CONSÓRCIO, bem como todas as informações e documentos que lhes forem repassados pelo CONSÓRCIO para tal finalidade.

CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 56ª: O presente instrumento será registrado no Cartório de Registro de Títulos em que está atualmente averbado o Estatuto do CONSÓRCIO, dispensando-se quaisquer atos registrais posteriores, ante a personalidade pública que passará a ser assumida pelo ente.

CLÁUSULA 57ª: O exercício social do CONSÓRCIO encerrar-se-á, anualmente, em 31 de dezembro.

CLÁUSULA 58ª: Os entes signatários se comprometem a submeter o presente Protocolo de Intenções às respectivas Casas Legislativas com a maior brevidade possível, para obtenção de ratificação legislativa.

CLÁUSULA 59ª: A partir da publicação do presente Contrato, todos os atos do CONSÓRCIO deverão ser praticados de acordo com o presente instrumento e o regime legal aplicável, ratificando- se e convalidando-se todos os atos praticados pelo CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE sob o regime anterior.

Parágrafo primeiro. Os contratos, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres, celebrados pelo CONSÓRCIO com terceiros previamente à publicação do presente instrumento vigerão até seus respectivos termos, não podendo ser aditivados nem prorrogados caso conflitarem com as disposições deste Contrato e da legislação aplicável e não puderem ser a eles adequados.

Parágrafo segundo. Os empregados do CONSÓRCIO terão seus respectivos vínculos mantidos, e serão reenquadrados nos termos do Plano de Cargos e Salários a ser aprovado após a publicação do presente Contrato.

Parágrafo terceiro. O patrimônio atual do CONSÓRCIO, composto pelos bens móveis, imóveis e direitos adquiridos e titularizados desde sua criação, será integralmente mantido e revertido à propriedade da associação pública ora constituída.

CLÁUSULA 60ª. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral e pela legislação aplicável aos consórcios públicos.

CAPÍTULO III – FORO

CLÁUSULA 61ª: Os entes consorciados elegem o Foro da Comarca de Curitiba-PR para dirimir eventuais dúvidas ou litígios que porventura surjam em razão de sua participação no CONSÓRCIO.

E assim, por estarem devidamente ajustados, os entes abaixo nominados firmam o presente Protocolo de Intenções.

Curitiba/PR, 24 de junho de 2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – Governador Sr. Carlos Massa Júnior PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ – Prefeita Sra. Sonia Aparecida De Souza Chaves PREFEITURA DO MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS – Prefeito Sr. Vandir de Oliveira Rosa PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL –Prefeito Sr. Genezio Gonçalves da Luz
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – Prefeito Sr. Camilo Daniel
Lovato
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ – Prefeita Sra. Elza Aparecida da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO – Prefeito Sr. Luiz Eliseu dos Santos PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ – Prefeito Sr. Claudemir Joia Pereira PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI – Prefeito Sr. Giovane Mendes de Carvalho PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA – Prefeito Sr. Diego Jardim Pergo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DO SUL – Prefeito Sr. Marcos Antonio Gasparelli PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ – Prefeito Sr. Marcos Marin
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPERÉ – Prefeito Sr. Douglas Diems Morockoski Potrich PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY – Prefeito Sr. Arilson Batista de Souza
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ – Prefeita Sra. Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO – Prefeito Sr. Alexandre de Sousa Profeta
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA – Prefeita Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO OLINTO – Prefeito Sr. Fabio Staniszewski Machiavelli
PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA – Prefeito Sr. Rodolfo Mota da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS – Prefeito Sr. Rafael Felipe Cita PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI – Prefeito Sr. Irani Jose Barros

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÃ – Prefeito Sr. Manoel Salvador PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA – Prefeito Sr. Gustavo França Dos Santos PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA – Prefeito Sr. Luiz Gustavo Botogoski
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIRANHA DO IVAÍ – Prefeito Sr. Thiago Epifanio Da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAÍ – Prefeito Sr. Michel Angelo Bomtempo
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND – Prefeito Sr. Marcel Henrique Micheletto
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA – Prefeita Sra. Suzie Aparecida Pucillo Zanatta PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA – Prefeito Sr. Carlos Eduardo Armelin Mariani
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA – Prefeito Sr. Clever Aparecido Iavolski Poletto PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES – Prefeito Sr. Jaelson Ramalho Matta
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ – Prefeito Sr. Carlos Rosa Alves PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ – Prefeito Sr. Luiz Fabiano Zanatta PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO – Prefeito Sr. Jorge Luiz Santin
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA – Prefeito Sr. Gelson Maffi
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAÍSO – Prefeito Sr. Fabricio Pastore PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA – Prefeito Sr. Rodrigo Rossoni
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – Prefeito Sr. Joel Celso Buscariol
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Givanildo
Trumi
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – Prefeito Sr. Nestor Kenear PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – Prefeito Sr. Eduardo José
Henrichs
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL – Prefeito Sr. João de Lima
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL – Prefeito Sr. Helio Jose Surdi PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO – Prefeita Sra. Rosana Ferreira Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – Prefeito Sr. Maico Diogo Faversani PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS – Prefeito Sr. Adilson Lucchetti PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY – Prefeito Sr. Valdir Zielinski
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL – Prefeito Sr. Alex Antonio
Cavalcante
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA – Prefeito Sr. Elton Fábio Lazaretti PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA – Prefeito Sr. Junior Motter PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL – Prefeito Sr. Pedro Minoru Inoue
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA – Prefeito Sr. Paulo Sérgio Chileide PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ – Prefeito Sr. Walcir Joaquim PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ – Prefeito Sr. Conrado Angelo Scheller PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA – Prefeita Sra. Ana Lúcia de Oliveira
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA – Prefeito Sr. Gianny José Gracioso Bento
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO – Prefeito Sr. André Junior De Paula
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – Prefeito Sr. Luiz Carlos
Assunção
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BONITO – Prefeito Sr. Mario Weber
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE – Prefeito Sr. Weverton Willian Vizentin
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO – Prefeito Sr. Mauricio Roberto Rivabem PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO – Prefeito Sr. Rilton Boza PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO – Prefeito Sr. João Douglas Fabrício
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO DE ABREU – Prefeito Sr. Renan Menck Romanichen PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI – Prefeito Sr. Aldoino Goldoni Filho
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO – Prefeito Sr. João Konjunski

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA – Prefeito Sr. Neivor Kessler
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – Prefeito Sr. Maxwell
Scapini
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ – Prefeita Sra. Elisangela Pedroso De Oliveira Nunes
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – Prefeito Sr. Nilton Douglas de Meira PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – Prefeito Sr. Renato da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO – Prefeito Sr. Reinaldo Cardoso PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS – Prefeito Sr. Ademar Luiz Burckhardt
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL – Prefeito Sr. Melquiades Tavian Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL – Prefeito Sr. Edson Cordeiro do Nascimento
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL – Prefeito Sr. Laurindo Sperotto
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO – Prefeito Sr. Álvaro Dênis Ceni Scolaro PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE – Prefeito Sr. Marco Antonio Franzato PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – Prefeito Sr. Alexandre Lucena PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA – Prefeita Sra. Rafaela Martins Losi PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO – Prefeito Sr. Helder Luiz Lazarotto PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO – Prefeita Sra. Rosimeire Chiquim
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS – Prefeito Sr. José Olegário Ribeiro Lopes
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK – Prefeito Sr. Joselei Aparecido De Carvalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA – Prefeito Sr. Antonio Adamir Digner PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA – Prefeito Sr. Thiago Daross Stefanello PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO – Prefeito Sr. Raphael Dias Sampaio
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES – Prefeita Sra. Maria
Antonieta de Araujo Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA – Prefeito Sr. Anderson Manique Barreto PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL – Prefeito Sr. Alexandre Donato
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO – Prefeito Sr. Carlos Nowak PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUACU – Prefeito Sr. Reni Kovalski
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE – Prefeito Sr. Armando Cerci Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL – Prefeito Sr. Marcos Cesar Sugigan
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA – Prefeito Sr. Maurício Bueno De Camargo PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA – Prefeito Sr. Christiano Giunta Borges PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE – Prefeito Sr. Eliel Dos

Santos Correa PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL – Prefeito Sr. Darci Tirelli
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE – Prefeito Sr. Amarildo Aparecido da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS – Prefeito Sr. Luis Carlos Turatto PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA – Prefeito Sr. Oberdam José De Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR CAMARGO – Prefeito Sr. Douglas Ribeiro Do Prado
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – Prefeito Sr. Esequiel Bestel Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES – Prefeito Sr. Edson Lupatini
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO – Prefeito Sr. Adalmir José Garbim Junior
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE – Prefeito Sr. Jair Bokorni
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANCA NOVA – Prefeito Sr. Everton Barbieri PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUACU – Prefeito Sr. Agenor Bertoncelo PREFEITURA MUNICIPAL DE FAROL – Prefeito Sr. Oclecio de Freitas Meneses
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL – Prefeito Sr. Hermes Antonio Santa Rosa
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE – Prefeito Sr. Marco Antonio
Marcondes Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE FÊNIX – Prefeito Sr. Euripedes Molina Tasca Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO – Prefeito Sr. Oziel Neivert
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA – Prefeito Sr. Valdecir Garcia
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL – Prefeito Sr. Valmor Felipe Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ – Prefeita Sra. Edna de Lourdes Carpine Contin PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA – Prefeito Sr. Rogerio Pereira Mendes PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS – Prefeito Sr. Onicio De Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA – Prefeito Sr. Antonio Emerson Sette
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE – Prefeito Sr. Orivaldo Municelli PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUACU – Prefeito Sr. Joaquim Silva E Luna PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO – Prefeito Sr. Francisco Clei da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES – Prefeito Sr. Alirio José Mistura PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO – Prefeito Sr. Antonio Pedron
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – Prefeito Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira
PREFEITURA MUNICIPAL DE GODOY MOREIRA – Prefeito Sr. Primis de Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOÊRE – Prefeito Sr. Pedro Antônio de Oliveira Coelho PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – Prefeito Sr. Eder dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS – Prefeito Sr. William José Gonçalves PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA – Prefeito Sr. Gileade Gabriel Osti PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRAÇÁ – Prefeito Sr. Marcelo Alves De Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA – Prefeito Sr. Marcelo Leite PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA – Prefeito Sr. Pedro De Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA – Prefeito Sr. Gilberto Castiglioni PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI – Prefeito Sr. Marcos Antônio De Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIAÇÚ – Prefeito Sr. Juraci Ronaldo Cazella

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:55A30114

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1105 - RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSÓRCIO INTEGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS

LEI n.º 1105/2025

SÚMULA: Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal n.º 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, **Paraná**, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica ratificado, nos termos daLei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005e seuDecreto Federal regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal n.º 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2.º - Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do ANEXO ÚNICO desta Lei, composto por 57 páginas, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3.º - O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4.º - Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8.º da Lei Federal n.º 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 13 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:B65D0F60

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1106 - FINISA - CEF - R$ 10.000.000,00

LEI n.º 1106/2025

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e dá outras providências."

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, **Paraná**, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar Operação de Crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no âmbito do FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, destinados à INFRAESTRUTURA URBANA E INFRAESTRUTURA RURAL, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2.º - Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem o artigo 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f", nos termos do art. 167, IV, todos da Constituição Federal, ou outros

recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3.º - Os recursos provenientes da Operação de Crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1.º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4.º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5.º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 13 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:09813B40

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1107 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL - R$ 150.000,00

LEI n.º 1107/2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais).

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, **Paraná**, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Artigo 1.º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a dar cobertura à dotação abaixo relacionada:

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
06	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
06.002	**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS/ODONTOLOGIA/ENFERMAGEM**	
10.301.1001.2054	MANUTENÇÃO DO PAB - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
3485	Emenda Individual Custeio 40660004/2025 - Sargento Fahur - Port. 7.466/25/GM/MS	R$ 150.000,00
TOTAL A ACRESCENTAR:		**R$ 150.000,00**

Artigo 2.º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo anterior, será utilizado como recurso o Excesso de Arrecadação de Receitas a seguir especificada:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				
Natureza da Receita	**Descrição da Natureza da Receita**	**Fonte de Recursos**	**Descrição da Fonte de Recursos**	**Valor do Excesso**
1.7.1.3.50.1.1.15	EMENDA INDIVIDUAL DE CUSTEIO Nº 40660004/2025 - PORTARIA GM/MS 7.466/2025 - DEPUTADO SARGENTO FAHUR - FONTE 595	00595	Emenda Individual Custeio 40660004/2025 - Sargento Fahur - Port. 7.466/25/GM/MS	R$ 150.000,00
TOTAL A ACRESCENTAR				**R$ 150.000,00**

Artigo 3.º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas Leis Municipais n.º 1005/2021 - Plano Plurianual para o período de 2022/2025, 1076/2024 - LDO 2025 e 1085/2024 - LOA 2025.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 13 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:5987CF98

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1108 - DENOMINA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE VALDOMIRO FERREIRA CALDAS

LEI n.º 1108/2025

SÚMULA: Denomina a Unidade Básica de Saúde do Faxinal do Posto de "Unidade Básica de Saúde VALDOMIRO FERREIERA CALDAS".

A **Câmara Municipal de Inácio Martins**, **Paraná**, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica denominada de **"Valdomiro Ferreira Caldas"** a Unidade Básica de Saúde localizada na comunidade de Faxinal do Posto, neste Município de Inácio Martins/PR.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inácio Martins, em 13 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:6219183A

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1109 - INSTITUI O DIA DA MULHER EMPREENDORA

LEI n.º 1109/2025

SÚMULA: Institui o "Dia da Mulher Empreendedora" no Município de Inácio Martins/PR".

A vereadora **Camila Kellin Ferreira Vaz** propôs, a **Câmara Municipal de Inácio Martins**, **Paraná**, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º - Fica instituído no Calendário Oficial do Município de Inácio Martins o Dia da Mulher Empreendedora, a ser comemorado anualmente no dia 17 de agosto.

Art. 2.º - A data tem por objetivo reconhecer, valorizar e incentivar a atuação das mulheres empreendedoras e lideranças femininas no setor empresarial do município.

Art. 3.º - No âmbito das comemorações, poderão ser promovidas palestras, seminários, eventos e ações educativas, em parceria com entidades públicas e privadas, com foco no fortalecimento do empreendedorismo feminino.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Inácio Martins, em 13 de novembro de 2025.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:3AB615A1

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 002
RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO INPCA-E CONCOR CONTRATO Nº 105/2023 - DISPENSA Nº 039/2023
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dosimetria de radiação ionizante, com fornecimento mensal de dosímetros para medição de radiação de funcionários e do ambiente, com taxa de expedição inclusa, destinados ao setor de raio x do pronto atendimento municipal. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. Contratada: PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO S/S LTDA - CNPJ da Contratada nº 87.389.086/0001-74. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,75%, valor total do aditivo R$ 2.873,52 (Dois mil, oitocentos e setenta e três reais, cinquenta e dois centavos). Prazo de Execução: 18/11/2025 a 18/11/2026. Prazo de Vigência: 18/11/2025 a 18/12/2026. Assinatura: 18/11/2025.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:55D1C20A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

Na Edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná e Jornal Ilustrado, veiculado a data de 17 de novembro de 2025, foi publicado o AVISO DE LEILÃO 002/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 179/2025.
Onde se lê:
www.leilalenz.com.br

Leia-se:
www.lbleiloes.com.br

Iporã-PR, 18 de novembro de 2025.

JANAINA BERGAMIM PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:92EF77A5

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

Na Edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná e Jornal Ilustrado, veiculado a data de 13 de novembro de 2025, foi publicado o AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 091/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2025.
Onde se lê:
R$ 1.433.645,69 (um milhão quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

Leia-se:
R$ 2.618.594,50 (dois milhões, seiscentos e dezoito mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Iporã-PR, 18 de novembro de 2025.

JANAINA BERGAMIM PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:172911D6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 220/2025
Processo Administrativo nº 163/2025
Dispensa por E-mail nº 027/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE IPORÃ-PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 75.738.484/0001-70
Contratado: ANDRESSA ZANARDI ARQUITETURA LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 60.550.093/0001-50
Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos arquitetônicos urbanísticos, croquis, memoriais descritivos, emissões de RRT's e aprovações junto ao Município, referentes a uma área de aproximadamente 33.550,00 m², conforme a necessidade da Administração Municipal
Valor Total: R$29.000,00 (vinte e nove mil reais)
Vigência: 12/11/2025 a 12/11/2026
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:87103925

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 090/2025

Contratante: Município de Iporã
Contratada: RECEITA DE AMAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME – CNPJ 44.323.721/0001-08
Objeto: Acréscimo de valor para cobertura de despesas adicionais com deslocamento aéreo, hospedagem e logística da equipe técnica e artística, em virtude do adiamento do show da dupla George Henrique e Rodrigo de 18/10/2025 para 19/10/2025, devido a condições climáticas.
Valor Original: R$ 200.000,00
Acréscimo: R$ 12.350,00
Valor Total Atualizado: R$ 212.350,00
Percentual de Acréscimo: 6,18%
Observação: O valor aditivado poderá não ser utilizado integralmente, sendo aplicado apenas o necessário à execução do objeto.
Fundamentação Legal: Art. 124, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
Data da Assinatura: 17 de outubro de 2025.

Iporã – PR, 17 de outubro de 2025.

ROBERTO DA SILVA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:762446E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 788/2025

DECRETO Nº 788/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 68, IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Leis Municipais nº 1243, nº 4614 que dispõem sobre a contratação de Profissionais para a Assistência Social e Direitos Humanos para a função pública temporária,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Processo Seletivo Simplificado - PSS, destinado a contratação de Profissionais de Assistência Social nos cargos de profissionais de nível médio e nível superior, para a função pública temporária, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

Presidente: Francieli Dwulatka - matrícula 2627220 - Assistente Administrativa;
Membro: Gerson Arnold - matrícula nº 4701200 - Assistente Administrativo;
Membro: Julio Alberto Bacil Rodrigues - matrícula nº 157250 - Assistente Administrativo;

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo Simplificado - PSS deverá proceder as inscrições, a avaliação dos títulos apresentados, bem como a divulgação do resultado do PSS.

Art. 3º - Os trabalhos efetuados pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado - PSS serão considerados de relevância à Prefeitura Municipal de Irati – PR, porém sem ônus ao erário público.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 19 de NOVEMBRO de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:066ECB0E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 789/2025

DECRETO Nº 789/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 68, IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art.37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal nº 4137/2017 e Acórdão nº462/09 do TCE que dispõem, sobre a possibilidade de "*contratação de pessoal temporário*" e,

Considerando os princípios constitucionais que dispõem sobre a contratação temporária em face da peculiaridade da atribuição do cargo necessário para atender a demanda dos serviços tipificados da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos;

Considerando que o Edital nº 001/2024, autorizado pelo decreto nº 301/2024, prorrogado no ano de 2025 está com a lista de aprovados chegando ao seu final, restando poucos candidatos para serem convocados, demandando a necessidade dos cargos para atendimento dos serviços tipificados e programas do município;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 4137/2017, que dispõe sobre a autorização do Poder executivo a realizar a contratação de servidores temporários para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do **Processo Seletivo Simplificado** pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, objetivando a contratação de Pessoal em caráter temporário para atender necessidade de excepcional interesse público, de acordo com o final da lista de candidatos aprovados no edital do PSS nº 001/2024;

Art. 2º - O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Decreto será coordenado, executado, acompanhado e fiscalizado pela Comissão de PSS (Processo Seletivo Simplificado), instituída pelo **Decreto nº 788/2025.**

Art. 3º - As contratações serão efetuadas em consonância com a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos com a devida autorização da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, observando o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante ao cumprimento do limite de despesa de pessoal.

Art. 4º - Fica o Presidente da Comissão de PSS autorizado a baixar os atos normativos necessários ao bom andamento do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 5°- Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 19 de NOVEMBRO de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:92555DE5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 790/2025

DECRETO Nº 790/2025

Súmula: Designa os Coordenadores da Política de Assistência Social e da Política de Direitos Humanos em atenção a lei municipal 5.259/2025

O PREFEITO MUNICIPAL de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

DECRETA:

Art 1º. Fica designado (a) os seguintes servidores como Coordenadores (as) da Política de Assistência Social
a) Fernanda Rocha (matrícula 5067635): Diretora Geral da Política de Assistência Social e da Política de Direitos Humanos;
b) Francieli Dwulatka (matrícula 2627220): Coordenadora da Gestão Financeira do SUAS e da Política de Direitos Humanos
c) Aline Aparecida Muzinoski (matrícula 5067634): Coordenadora da Gestão do RH do SUAS e da Política de Direitos Humanos;
d) Bruna Caroline Pigues (matrícula 5067636): Diretora da Proteção Social Básica
e) Maria Eduarda Hanrejszkow (matrícula 5067639): Coordenadora do CRAS Lagoa
f) Jenifer Andreassa Purfirio (matrícula 5067638): Coordenadora da Praça do CEU e Vila São João
g) Marilda da Luz Pereira Lopes Erdmann (matrícula 5067640): Coordenadora do CRAS Vila Nova
h) Isabela Xavier de Almeida (matrícula 5067637): Coordenadora do CRAS Jardim Planalto
i) Débora Priscila Kaspczak Cauca (matrícula 5063263): Coordenadora do CREAS e do Programa de Medidas Socioeducativas
j) Renan Tullio Squario (matrícula 5066448): Coordenador do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes (Casa Lar e Programa Família Acolhedora)
k) Daniela Alessandra Dias Lazarin (matrícula 5067614): Coordenadora das Residências Inclusivas
l) Alessandra Colesel (matrícula 5067633): Coordenadora da Abordagem Social, Casa de Passagem para Adultos e Famílias, Casa de Passagem Indígena e Casa de Apoio a Mulher em situação de Violência;
m) Luan Felipe Biscaia (matrícula 5067632): Gestor do Cadastro único, Programas Sociais e de Programas de Transferência de Renda

Art 2º. Fica designado (a) os seguintes servidores como Coordenadores (as) da Política de Direitos Humanos
a) Thiago Vinicius Mattoso Gorte (matrícula 4753510): Coordenador da Política da Primeira Infância, Criança e Adolescente;
b) Patrícia Helena Borges (matrícula 5067641): Coordenadora da Política da Juventude;
c) Eliane Bach Ferreira (matrícula 4808190): Coordenadora da Política da Pessoa Idosa.

Art. 3- Em caso de férias, licença e afins será regulamentado por portaria interna a designação de outro (a) profissional a ser expedido pela Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Art. 4º - As funções da coordenadora designada serão regulamentadas por portaria interna a ser expedido pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos;

Art 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 18 de novembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:CD9BE637

PROCURADORIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 40/2025 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

Edital de Convocação nº 40/2025

O Prefeito de Irati, Estado do Paraná, Emiliano Augusto Rocha Gomes, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

I – A convocação do (s) candidato (s) abaixo relacionado (s), aprovados em Concurso Público conforme edital Nº 001/2022 de 20 de outubro de 2022 e homologado pelo Edital de Concurso Público Nº 009/2023 publicado em 27 de janeiro de 2023, em Diário Oficial do Município de Irati.
II – Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Irati – PR, situada na Rua Coronel Emílio Gomes, nº 22, no Salão Nobre, no horário das 9 às 12 horas e das 13 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e livres de eventuais recessos Municipais, contados a partir da data de publicação, ou seja, de 19/11/2025 a 27/11/2025, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme descritos:
a) Cédula de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
c) Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
d) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
e) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral;
f) Certidão de Nascimento (quando for solteiro);
g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;
i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;
k) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido neste Edital;
l) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe (quando for o caso);
m) 1 (uma) foto 3x4 recente;
n) Comprovante de endereço atual;
o) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;
p) Declaração/Termo de conhecimento dos direitos e deveres e o compromisso de fiel cumprimento das atribuições inerentes ao cargo;
q) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deve ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deve o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
r) Quanto aos exame de sanidade física e mental, que comprova aptidão para o exercício do cargo e ou função, esses serão agendados durante o procedimento de juntada dos documentos no prazo do item II, ficando assim a cargo da Prefeitura, todavia reafirmando que o candidato deverá constar como apto após o exame para fins de nomeação.
s) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pela prefeitura municipal no ato da convocação, dos locais onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos.
OBSERVAÇÕES:
a) Os atestados apresentados devem estar dentro do período de validade.
b) Além dos documentos listados acima, a Prefeitura Municipal de Irati/PR pode (à época da nomeação) em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo revogada a nomeação do candidato que não os apresentar.
III – Os candidatos que preencherem os requisitos documentais serão encaminhados para exames médicos pré-admissionais.
IV – O não comparecimento para atender o presente Edital na data estabelecida, será considerado como desistência e o candidato perderá o direito a vaga do Concurso Público, conforme item 26 do Edital Nº 001/2022 de 20 de outubro de 2022.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (A)

42º AGOSTINHO RAMOS GOLON JUNIOR
43º LORENA ZAKCHESKI MOLENDA
44º GIOVANE ANTONIO DE AGUIAR
45º DEYSE SCORPIONI DE OLIVEIRA

MERENDEIRA (O)

31º ADRIANE CARNEIRO

ENGENHEIRO (A)

16º THALES MARTINS DE OLIVEIRA GOMES

TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM

37º NYCOLAS MAXIMOVITZ
38º GISELE CRISTINA FERREIRA DA SILVA

PROFESSOR – CLASSIFICAÇÃO DE FINAL DE FILA / LISTA

16º FRANCIELI PETRANSKEI

NUTRICIONISTA

2º SUELEM JULIETE WROBEL
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

6º KARINA APARECIDA VAZ
7º LIDIANE APARECIDA BOVATTO
8º TAMIRES NEDOPETALSKI CROVADOR
9º SIMONE LOPES GLOWACKI

ENFERMEIRO (A)

9º ANDRE VINICIUS ZANLORENZI GASPARELO

V - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Irati, Estado do Paraná, em 19 de novembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:3B81083A

PROCURADORIA
SEC. EDUC. - EDITAL Nº 01/2025 PSS ENGENHEIRO DE ALIMENTOS

EDITAL Nº 01/2025 PSS ENGENHEIRO DE ALIMENTOS

A presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado no uso de suas atribuições legais, considerando o contido nos decretos 737/25 e 738/2025 de 29 de outubro de 2025

RESOLVE

tornar pública a **Classificação Provisória do Processo Seletivo Simplificado - PSS**, regulamentado pelo **PSS Nº 03/2025-Educação**, de 05 de novembro de 2025, o qual estabelece instruções para contratações temporárias de profissionais para exercer as funções de Engenheiro de Alimentos.
A publicação do Classificação Provisória do Processo Seletivo Simplificado não ocorreu na data inicialmente prevista em razão de ajustes técnicos e administrativos identificados durante a conferência final das informações, os quais se mostraram indispensáveis para assegurar a fidedignidade dos dados, a correção das pontuações e a plena conformidade do procedimento com as normas aplicáveis
Ressalta-se que a alteração da data não trouxe qualquer prejuízo aos candidatos, uma vez que foram preservados a transparência, a publicidade e os prazos subsequentes. A medida foi adotada exclusivamente para garantir a exatidão e a segurança do resultado, em atenção ao interesse público e à lisura do processo seletivo.

Irati, 17 de novembro de 2025.

ARIANE FÁTIMA RODRIGUES PEPE
Presidente da Comissão Decreto 662/2025

ANEXO I DO EDITAL 01/2025 PSS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Classificação Provisória	NOME	Pontuação
1	DANIELE SCHLUMBERGER	72
2	ALEXANDRE FONSECA FARIAS	30
3	MARINA SELHORST MACHADO	24
4	MARIA CAMILA CANESTRARO SANTOS	10

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:056955B8

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão, na forma eletrônica nº 052/2025. Processo Administrativo nº 207/2025- 1º RETIFICADOR
Após apresentação de impugnações, houve suspensão do procedimento para análise das razões acostadas. Da análise, buscando ampliar o acesso à participação de empresas e o caráter concorrencial da licitação, fez-se decisão motivada de retificação nos termos do Edital, conforme novo documento publicado.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo, por demanda, de manutenção corretiva e preventiva em veículos automotores mecânica em geral, elétrica automotiva, eletrônica, funilaria e pintura, estofamento com fornecimento de todo material necessário para a execução dos serviços a serem realizados nos veículos de linha leve, motos, ônibus, caminhões e máquinas pesadas da frota pertencente a Prefeitura Municipal de Irati-PR.
Tipo: Menor Preço Por Lote
Recebimento e abertura das propostas: Até as 09h00min do dia 05 de dezembro de 2025.
Sessão pública/lances: após análise das propostas.
Local de acesso e participação: www.bll.org.br

Editais disponíveis em: https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/

Irati, 18 de novembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:931CC60F

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão, na forma eletrônica nº 056/2025. Processo Administrativo nº 179/2025.
Objeto: Registro de preços para aquisição de pedras diversas
Tipo: Menor Preço Unitário
Recebimento e abertura das propostas: Até as 09h00min do dia 04 de dezembro de 2025.
Sessão pública/lances: após análise das propostas.
Local de acesso e participação: www.comprasgovernamentais.gov.br

Editais disponíveis em: https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/

Irati, 18 de novembro de 2025.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:ABC7F9CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA Nº 013/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA Nº 013/2025 NA FORMA FÍSICA - art. 75 inciso II Lei 14.133/2021
O Município de Itambaracá, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia **26/11/2025**, seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para Contratação de empresa para prestação de serviços de exibição itinerante com planetário móvel digital, com o objetivo de promover ações educativas, culturais e científicas voltadas à divulgação da astronomia, ciências da Terra e exploração espacial para apresentação aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em data de 28 de novembro de 2025, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura de Itambaracá/PR
Valor Total: R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
Os recursos financeiros para custear as despesas objetos desta Dispensa, estão anexados no processo.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30min do dia 19/11/2025 às 08h30min do dia 26/11/2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 26/11/2025 às 08h59min do dia 26/11/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 26/11/2025.
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DA DISPENSA: As empresas terão até a data estabelecida para encaminhar as propostas, por e-mail: licitacao@itambaraca.pr.gov.br,

ou protocolar, no protocolo geral da prefeitura, endereço: Avenida Interventor Manoel Ribas, 05 Centro de Itambaracá- Paraná.
Informações através do e-mail: licitacao@itambaraca.pr.gov.br ou pelo telefone (43) 3543-1224.

Itambaracá/Pr, 18 de Novembro de 2025.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamires Fernanda Teixeira
Código Identificador:76A3199C

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 057/2024
LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRONICO nº– 024/2024**
OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Software de Inteligência Fiscal – Módulo ITR que inter-relaciona dados contidos em múltiplas plataformas de dados públicos e de conteúdo restrito e os transformam em informação útil e assertiva para tomada de decisão que visa o incremento da arrecadação, firmado entre o Município de Itambaracá, Estado do Paraná.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná CNPJ/MF nº 76.235.738/0001-08;
CONTRATADA: AUDITTECH - INTELIGENCIA FISCAL LTDA, com sede na cidade de Cornélio Procópio-Pr, sito na Avenida Paraiso, nº 220, inscrito no CNPJ/MF sob nº 54.899.113/0001-08
OBJETIVO: prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 057/2024, por mais 12 (doze) meses, a partir de 19/12/2025 até 19/12/2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
FORO:COMARCA DE ANDIRÁ-PR.
Itambaraca, 18 de novembro de 2025.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:7C6FA203

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 5.378/2025

AMARILDO TOSTES, Prefeita Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

R E S O L V E :

Art. 1º. Nomear os cidadãos relacionados abaixo para comporem a **COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL** (**COMDEC)** do **MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, a saber:

PRESIDENTE: AMARILDO TOSTES
VICE-PRESIDENTE: ODAIR MARTINS

DIRETORIA DE OPERAÇÕES:
Diretor: AGNALDO JOSÉ XAVIER DE BARROS
Secretário: SÉRGIO GUILHERME ZAMBONI

GRUPO DE ATIVIDADES FUNDAMENTAIS (GRAF):
DR. VALTER GIOVANINI
Legislativo: JOSÉ MARZURA

REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS:
CARLOS CESAR DE CARVALHO
REGIANE DA SILVA MENDES POLIZEL
ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
SIMONE APARECIDA DE MORAIS
NATÁLIA LETÍCIA RODRIGUES
ANDRÉ LUCIANO TOSTES
RICARDO JOSÉ TOSTES

NÚCLEO DE DEFESA CIVIL (NUDEC)
Bairro Raul Marinho: Claudinei Alves Pereira
Bairro Porto Matarazzo: Wladimir Pelegati
Bairro Pedra Branca: Reinaldo Aparecido Alves
Bairro Aguinha: Paulo Cesar Nucitelli
Distrito do São Joaquim do Pontal: Maurício José da Silva
Centro e Vilas: Gabriel Feriato
Sociedade São Vicente Paulo: Maria Leodice Jussiane Dias
Representante dos Evangélicos: Joaquim Rodrigo Solano do Valle
Representante da Igreja Católica: Jeferson da Luz Bonifácio
Representante Hospital Dr. Ubirajara de Condessa – Wander Adriano Maluf Miranda
Representante da EMATER: Delma de Oliveira Vidal
Representante do SAMAE: Paulo Zamboni
Representante da INTEGRADA: Juliano Bianconi
Representante da PM/PR: Paulo Sérgio Alves

Art. 2º. Os Conselheiros ora investidos, terão seus mandatos encerrados por 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais 02 anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.265/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:18DEAF1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 441/2025

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear funcionário concursado **EDSON DA SILVA**, para exercer o cargo de **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**, em virtude de habilitação em **CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ nº 001/2020**, conforme Sentença Judicial - Autos nº. 0002975-17.2024.8.16.0039, a partir de 18 de novembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:2913952F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 442/2025

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pela servidora Jheniffer Milena Aparecida do Vale, Matrícula 200864, no cargo de Agente Administrativo, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 03/11/2025;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1320/2025 do Ofício da servidora ao Secretário Municipal de Administração que autoriza o Retorno de Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** da servidora pública **JHENIFFER MILENA APARECIDA DO VALE,** no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **18/11/2025.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:056A2B7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESTABELECIMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025 - Rerratificado
PROCESSO Nº 039/2025

A Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, por intermédio da Unidade Administrativa de Licitações, representado pelo Ilmo. Pregoeiro Oficial, signatário do presente expediente, tendo em vista o que consta do Processo nº 039/2025 (objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Cartuchos de Tinta e Toners**, destinados aos equipamentos de impressão das Unidades Administrativas do Município), **AVISA aos interessados o restabelecimento do PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 18/2025**, com abertura prevista para o dia **08 de dezembro de 2025**, às 8h30min (horário de Brasília), junto à plataforma BLL, o qual restava adiado em virtude de análise de impugnação ora autuada. Os efeitos do julgamento proferido pela Administração, do qual não alcançam a necessidade de alterações das previsões editalícias e seus anexos, razão pela qual justifica-se o restabelecimento do certame. Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Plataforma BLL, no Portal da Transparência Municipal (aba: Licitações - www.itambe.pr.gov.br: (https://itambe.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes) e na Divisão de Licitações, sita a Praça Rui Barbosa, nº 34, Centro, CEP: 87175-000, Itambé, Estado do Paraná. Fone (44) 98826-9739.

Itambé/PR, 18 de novembro de 2025.

LUÍS CEZAR CONTRERAS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:7FD29AE0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Ref.: Termo de Fomento Nº 129/2024 - ID/TCE Nº 42838
Assunto: Primeiro Aditamento Contratual

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ/PR.
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 06.255.071/0001-11

OBJETO DO ADITAMENTO: Fica alterado o item "8" do Termo de Fomento primitivo, prazo de vigência.

VIGÊNCIA: 31/03/2026.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao processo de Inexigibilidade nº 19/2024.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 18/11/2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:5B8F3438

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Ref.: Termo de Fomento Nº 172/2023 - ID/TCE Nº 42676
Assunto: Segundo Aditamento Contratual

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ/PR.
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 06.255.071/0001-11

OBJETO DO ADITAMENTO: Fica alterado o item "7" do Termo de Fomento primitivo, prazo de vigência.

VIGÊNCIA: 31/03/2026.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao processo de Inexigibilidade nº 13/2023.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 18/11/2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:F892392B

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 215/25 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1442/2024 de 04/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
02.001.00.000.0000.0.000. GABINETE E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
02.001.04.122.0009.2.002. MANUTENÇÃO DO GABINETE E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
5 - 3.3.90.14.00.00 01000 - DIÁRIAS CIVIL 10.000,00
6 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE PESSOAL
04.001.11.124.0010.2.005. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PESSOAL
37 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 15.000,00
38 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 15.000,00
40 - 3.3.90.47.00.00 01000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 50.000,00

04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
04.002.04.122.0010.2.006. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
54 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 15.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
05.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
05.001.04.124.0010.2.007. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
65 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 20.000,00

05.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
05.002.04.124.0010.2.008. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
74 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 30.000,00

05.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE TESOURARIA
05.003.04.123.0010.2.009. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA
85 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 10.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.04.122.0012.2.011. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARAGEM MUNICIPAL
122 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00
125 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 10.000,00

06.002.15.452.0012.2.012. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRAÇAS,PARQUES, JARDINS E ATI`S
135 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 10.000,00

06.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
06.003.15.452.0012.2.013. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
150 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 40.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.029. MANUTENÇÃO DA UBS/24 HORAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
287 - 3.3.90.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00

08.001.10.302.0003.2.030. MANUTENÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE CISAMUSEP
303 - 3.1.71.70.00.00 01303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO
PÚBLICO 20.000,00
304 - 3.3.71.70.00.00 01303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO
PÚBLICO 60.000,00
08.001.10.302.0003.2.048. MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DR. LAFAYETTE GRENIER
348 - 3.3.90.48.00.00 01303 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS
FÍSICAS 10.000,00

08.001.10.304.0003.2.037. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
401 - 3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 10.000,00

09.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
09.001.20.606.0007.2.035. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
428 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00
431 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 30.000,00

12.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CULTURA
12.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE CULTURA
12.002.13.392.0015.2.047. MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA, READEQUAÇÃO E
AMPLIAÇÃO
548 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 40.000,00
Total Suplementação: 515.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000 Fonte: 1000 515.000,00

Total da Receita: 515.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:D8C4D830

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA JANEIRO A OUTUBRO DE 2025 – BIMESTRE: SETEMBRO A OUTUBRO/2025

Instrução Normativa nº. 36/2009, art. 18 – Tribunal de Contas do Estado do Paraná

10 – Assistência Social
10.002 – Assistência à Criança e a Adolescência
Dotação.....R$ 219.582,90
Dotação Atualizada.....R$ 212.582,90
Despesas Empenhadas no Bimestre.....R$ 25.127,75
Despesas Empenhadas até o Bimestre....R$ 136.163,55

Itambé, 18 de OUTUBRO de 2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

LUCIANI MARIA RANIERO ZAMPAR
CRC Nº 062484/O-9

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:E1751EB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 004/2025 - PROCESSO DE INDICAÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – ESTADO DO PARANÁ
EDITAL Nº 004/2025 – COMISSÃO CENTRAL
A Comissão Central do processo de indicação de Diretores Escolares, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando:
A Lei Municipal Nº 2.209/2025 de 29 de julho 2025 que define critérios, mediante Avaliação de Mérito e Desempenho, para indicação de Diretores dos Centros Municipais de Educação Infantil e das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Itapejara D'Oeste e dá outras providências;
FAZ SABER: O resultado final da Avaliação de Mérito e Desempenho dos professores da Rede Municipal de Educação, inscritos no Processo de indicação de Diretores Escolares.
Art. 1° A Comissão Escolar de cada instituição de ensino da Rede Municipal de Educação de Itapejara D'Oeste, juntamente com a Comissão Central do processo de indicação para o cargo de Diretor Escolar, informa os professores APTOS para participação da indicação, após aprovados na Avaliação de Mérito e Desempenho, conforme relação abaixo:
I – Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz – Osmarete Silviane Caragnato Lunardi;
II - Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Cidadão – Rosilene Moretti Dalbosco;
III - Centro Municipal de Educação Infantil Professora Junice Forner Lucini – Ellen Luci Piloneto;
IV – Escola Municipal Irmão Josafat Kmita – Franciele Tercia Gnoatto;
V – Escola Municipal Nereu Ramos – Sirlei Ana Klein;
VI – Escola Municipal Professor Pedro Viriato Parigot de Souza – Jackson Everton Scatolin e Simone Aparecida dos Santos.
Art. 2º. O chefe do Poder Executivo, de posse da lista dos interessados APTOS ao Cargo de Diretor Escolar, irá elaborar Portaria de Nomeação com a indicação dos diretores escolares, para início da Gestão em janeiro de 2026.
Art. 3º. As dúvidas e casos omissos surgidos durante o processo de indicação para o Cargo de Diretor Escolar serão dirimidos pela Comissão Central.
Art. 4º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Itapejara D'Oeste, 18 de novembro de 2025.

ANDRÉIA ANTUNES ALVES,
Presidente da Comissão Central

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:491F7C2E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2238/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
LEI N° 2238/2025
DATA: 18/11/2025
SÚMULA: Ratifica a 3ª alteração contratual do Contrato de Consórcio do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – De Segurança Alimentar, Atenção A Sanidade Agropecuária E Desenvolvimento Local – CONSAD e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:
Art. 1º - Nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 de 06 de abril de 2005 e suas alterações e do Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007, ficam RATIFICADAS, em todos os seus termos, as alterações realizadas na 3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DO CONTRATO do Consórcio Público denominado de CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD, firmado entre este Município e o Consórcio, mediante autorização da Lei Municipal nº 1562/2015 de 17.03.2015 e demais alterações.
Art. 2º - As despesas decorrentes de presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista em cada exercício financeiro.
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Município de Itapejara D´Oeste, PR, 18 de novembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:25FA79C8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Ata da Audiência Pública sobre o Projeto de Lei Orçamentário (LOA) para o Exercício de 2026 da Comissão de Finanças, Orçamento e Julgamento das Contas daCâmara Municipal de Itapejara D' Oeste - PR
Data: 18 de novembro de 2025
Horário: 09:00
Local: Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste
Presidente da Audiência: Vereador João Carlos Venturin (Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Julgamento das Contas)
Presentes: Vereador João Carlos Venturin e Servidores da Casa.

Assunto da Audiência:
Respeitando:
• Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) – Art. 48, parágrafo primeiro, inciso I
• Constituição Federal de 1988 - Art. 165
• Lei Orgânica Municipal – Art. 13, inciso III
• Regimento Interno da Câmara Municipal – Art. 284, inciso I
Discutiu-se o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo n° 55 de 2025 que dispõe sobre: *"Estima a receita e fixa a despesa do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026."*
Desenvolvimento da Audiência
Abertura:
O Sr. João Carlos Venturin, Vereador e Presidente da Comissão de Fianças, Orçamento e Julgamento das Contas, abriu a audiência do Legislativo às 09:00, cumprimentando e agradecendo a todos os presentes e aos que acompanham pelas redes sociais.
Objetivo:
João Carlos explicou que a audiência pública foi convocada para cumprir o disposto no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que exige a transparência na gestão fiscal, mediante a participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de discussão de projetos orçamentários, a Constituição Federal de 1988 - Art. 165, a Lei
Orgânica Municipal – Art. 13, inciso III e Regimento Interno da Câmara Municipal – Art. 284, inciso I.

Dados do Projeto:
O Presidente da CFO apresentou os dados do Projeto de Lei Ordinária de autoria do Poder Executivo n° 55 de 2025, detalhando o Orçamento Anual previsto para o exercício de 2026, que estima a receita e fixa as despesas e principais dados e limites detalhados na matéria.
Foram apresentados os principais indicadores financeiros, como precatórios, despesas por departamentos, limites com folha de pagamento, destacando o a lisura dos gastos estabelecidos para o período de 2026.
Estará em anexo a presente ata o demonstrativo dos números apresentados pela Sr. João Carlos, assim como a lista de presença assinada, além o mesmo colocar-se à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos mais detalhados.
Debates e Contribuições:
Sem indagações ou dúvidas dos presentes.
Encerramento:
Após a apresentação e discussão, O Sr. João Carlos Venturin agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência às 09:20, ressaltando a importância da transparência e da participação popular nos processos orçamentários do Município e mais uma vez se colocando à disposição para qualquer dúvida, lavrada a presente ata, que após lida achada em conforme, será assinada pelo presidente da Audiência Pública, referente ao Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo n° 55 de 2025, a LOA do Município de Itapejara D' Oeste-PR para o exercício de 2026.

JOÃO CARLOS VENTURIN
Vereador e Presidente da CFO

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:86FD8775

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA PREGAO ELETRONICO N° 139/2025

Processo Administrativo nº 245/2025

A Prefeitura Municipal de Itaperuçu torna pública a **ERRATA** referente ao **Edital do Pregão nº 139/2025** cujo objeto é Contratação de empresa especializada para a **prestação integral de serviços de planejamento, organização, promoção e execução do evento 'Natal dos Sonhos',**

1. Onde se lê:
Lote I:
20.1 A contratada deverá concluir integralmente a instalação e montagem da decoração e iluminação natalina até o dia 27 de novembro de 2025, garantindo pleno funcionamento e segurança de todos os elementos decorativos.

Leia-se:
Lote I:
20.1 A contratada deverá concluir integralmente a instalação e montagem da decoração e iluminação natalina tão logo seja formalizado o contrato, garantindo pleno funcionamento e segurança de todos os elementos decorativos.
Itaperuçu/PR, 18 de novembro de 2025.

CRISTINA SUELEN DE OLIVEIRA MACHADO
Pregoeira Oficial
Portaria n° nº 494/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:350EE988

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 305/2025

CONTRATO Nº 305/2025.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2025.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: LUMINARE ÓTICA LTDA.
CNPJ: 51.774.098/0001-75.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÓCULOS DE GRAU COM ARMAÇÃO, LENTES E EXAME OFTALMOLÓGICO.
DO VALOR: R$ 304.500,00 (TREZENTOS E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 14 DE NOVEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:BEDB4123

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 306/2025

CONTRATO Nº 306/2025.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2025.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: BRAILLE INFORMÁTICA LTDA - EPP.
CNPJ: 46.760.974/0001-74
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE LEITOR DE TELA JAWS PRO MONO COM SMA.
DO VALOR: R$ 19.546,00 (DEZENOVE MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 17 DE NOVEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:F4B7ABA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 307/2025

CONTRATO Nº 307/2025.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2025.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: ELM BIDDING LTDA.
CNPJ: 53.732.864/0001-64
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FANFARRA, DESTINADA AO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.

DO VALOR: R$ 21.600,00 (VINTE E UM MIL E SEISCENTOS REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 17 DE NOVEMBRO DE 2025.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:63635871

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2025

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESA E EPP
Data Limite para Abertura de proposta: até: 10/12/2025 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 10/12/2025 às 09h00min.
Objeto: *"Contratação de empresa especializada de Agenciamento Turístico, visando atender aos pacientes participantes do Grupo Terapeuta do Centro de Atenção Psicossocial do Município de Itaperuçu – CAPS I".*
VALOR MÁXIMO: R$ 9.942,77 (nove mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos).
TIPO MENOR PREÇO
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*
Itaperuçu/PR, 18 de novembro de 2025.

CRISTINA SUELEN DE OLIVEIRA MACHADO
Pregoeira Oficial
Portaria n° nº 494/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:CDDD9275

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 103/2025

LICITAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EPP
Data Limite para Abertura de proposta: até: 11/12/2025 à 08H15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 11/12/2025 às 09h00min.
Objeto Aquisição de medicamentos e materiais de uso hospitalar descartável estéril ou não estéril, destinados a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Itaperuçu-Pr, Departamento de Proteção Animal.
VALOR MÁXIMO: R$ 97.861,00 (noventa e sete mil oitocentos e sessenta e um reais).
TIPO MENOR PREÇO
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*
Itaperuçu, 18 de novembro de 2025

CRISTINA SUELEN DE OLIVEIRA MACHADO
Pregoeiro(a) Oficial

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:0252AC5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
EDITAL Nº 01/2025 SELEÇÃO DE AGRICULTORES BENEFICIÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTUFAS AGRICOLAS (CULTIVO PROTEGIDO)

ERRATA N° 01
ONDE SE LÊ:
Disposições preliminares
Finalidade: fortalecer a agricultura familiar por meio da implantação de 06 (seis) estufas agrícolas completas e operacionais, com vistas ao o propósito de fortalecer a economia municipal, elevar a produtividade e ampliar a oferta regular de alimentos saudáveis.

LEIA-SE:
Disposições preliminares
Finalidade: fortalecer a agricultura familiar por meio da implantação de 04 (quatro) estufas agrícolas completas e operacionais, com vistas ao o propósito de fortalecer a economia municipal, elevar a produtividade e ampliar a oferta regular de alimentos saudáveis.

ONDE SE LÊ:
3. Quantitativo, abrangência e benefícios:
3.1 Vagas: Serão 06 (seis) estufas a serem implantadas em propriedades distintas de agricultores familiares selecionados.

LEIA-SE:
3. Quantitativo, abrangência e benefícios:
3.1 Vagas: Serão 04 (quatro) estufas a serem implantadas em propriedades distintas de agricultores familiares selecionados.

JOAQUIM GREGÓRIO RAUSIS
Secretário de Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Larissa Tayna Faria Thibes
Código Identificador:2EF92B2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 419/2025

PORTARIA Nº 419/2025

SÚMULA: Dispõe sobre desclassificação de Candidato Aprovado no PSS nº 003/2025 e da outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Em razão do termo de desistência de vaga apresentado após a convocação, fica desclassificado o candidato Tárek Mendonça Chahla, CPF 028.9**.***-33, aprovado para o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2025, para o cargo de Engenheiro Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:179CC2CD

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 420/2025

PORTARIA Nº 420/2025

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a Servidora Flavia Rejany São Pedro Correia da Silva e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder fracionamento de férias regulamentares à servidora Flavia Rejany São Pedro Correia da Silva, matrícula nº 877, CPF 052.3**.***-04, com o cargo efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria de Educação, Esportes, Cultura e Turismo – Divisão de Ensino, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionado, será usufruído entre os dias 17/11/2025 e 21/11/2025, totalizando 05 (cinco) dias para o período aquisitivo 2024/2025;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/11/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:10D43572

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 421/2025

PORTARIA Nº 421/2025

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares ao servidor Carlos Roberto Demazi Prates e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**
Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares ao servidor Carlos Roberto Demazi Prates, matrícula nº 36, CPF 388.0**.***-00, com o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Finanças, lotado no Paço Municipal – Divisão da Diretoria Executiva de Administração e Planejamento, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 17/11/2025 e 21/11/2025, totalizando 05 (cinco) dias, para o período aquisitivo de 2019/2020;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/11/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:68A4E21E

ADMINISTRAÇÃO RH
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2023
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2023
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

1º ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 001/2025.

Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 005/2023 e Lei Complementar nº 007/2024.
Decreto Municipal n° 001/2023.
Processo Seletivo Simplificado n° 001/2023
Valor Mensal:
R$ 1.776,91 (um mil, setecentos e setenta e seis reais e noventa e um centavo).
Partícipes:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – 75.458.836/0001-33
CONTRATADO: THIAGO SOUZA SANTOS – CPF 094.7**.***-06.
Objeto: prestação de serviços de **OPERADOR DE MÁQUINAS PSS**, com carga horária de 40 horas semanais.

Prazo de Execução e Vigência do aditivo: 19/11/2025 a 18/05/2026.

Prazo total de vigência do contrato: 19/08/2025 a 18/05/2026.

Data da assinatura: 18/11/2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

BRUNO VIANNA DA SILVA
CPF 065.9**.***-71

JULIO FERNANDES ROCHA
CPF 084.9**.***-37

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:171781F7

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

C O N V I T E

A **Câmara Municipal de Itaúna do Sul**, Estado do Paraná, a pedido da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, **CONVIDA** a população em geral para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que irá discutir a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2025, de autoria da Comissão Especial de Estudos para revisão de dispositivos da Lei Orgânica Municipal, composta pelos Adão Luiz Romanelli, Israel dos Santos, Hudson Taylor dos Reis Lima e João Paulo Belem. A audiência pública será realizada no dia **24 de novembro de 2025 (segunda-feira)**, às **18h**, na Sede do Poder Legislativo, na Av. Brasil, 883, neste Município.

Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, 17 de novembro de 2025.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:E405231F

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
RESOLUÇÃO Nº 20/2025

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente.

O Plenário da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovou e o Presidente **VALDEIR APARECIDO LAUREANO**, de acordo o artigo 39, incisos IV e V, do Regimento Interno, promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

01: CÂMARA MUNICIPAL
001: CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2001: Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores
3.0.00.00.00: DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00: PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.90.00.00: APLICAÇÕES DIRETAS
3.1.90.11.00: Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:.....R$ 30.000,00

Art. 2º Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º desta Resolução, fica cancelado o valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), na seguinte dotação:

01: CÂMARA MUNICIPAL
001: CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2001: Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores
3.0.00.00.00: DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00: PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.90.00.00: APLICAÇÕES DIRETAS
3.1.90.13.00: Contribuições Patronais.....R$ 30.000,00

TOTAL DO CANCELAMENTO.....R$ 30.000,00

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, 17 de novembro de 2025.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:3F2BCD89

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO 141/2025

DECRETO MUNICIPAL Nº 0141/2025

Dispõe sobre a implementação das ações de Recuperação, Reforço Escolar e Recomposição de Aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Itaúna do Sul e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a aprendizagem dos estudantes da Educação Básica;

CONSIDERANDO os impactos ocasionados por defasagens acumuladas ao longo do percurso escolar;

CONSIDERANDO a importância de instituir medidas estruturadas para recuperação contínua, reforço e recomposição das aprendizagens essenciais;

DECRETA

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Itaúna do Sul, o **Programa de Recuperação, Reforço Escolar e Recomposição de Aprendizagem**, destinado a promover intervenções pedagógicas sistemáticas para garantir o desenvolvimento pleno das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no currículo da rede.

Art. 2º O programa tem como objetivos:
I – identificar estudantes com defasagens de aprendizagem por meio de avaliações diagnósticas e formativas;
II – oferecer apoio pedagógico contínuo para recuperação imediata de conteúdos;
III – desenvolver ações de reforço escolar para consolidação das aprendizagens essenciais;
IV – promover estratégias de recomposição de aprendizagem, visando superar defasagens acumuladas e garantir a progressão do estudante;
V – assegurar condições de ensino equitativas, evitando reprovações injustificadas.

Art. 3º As ações do programa compreenderão:
I – **Recuperação Contínua:** intervenções dentro da rotina de sala de aula, com ajustes pedagógicos conforme as necessidades do estudante;
II – **Reforço Escolar:** atendimento adicional realizado no contraturno, no horário regular ou em atividades específicas, conforme organização da unidade escolar;
III – **Recomposição de Aprendizagem:** conjunto de práticas, sequências didáticas e percursos formativos voltados à superação de lacunas significativas de anos anteriores.

Art. 4º Caberá às unidades escolares:
I – aplicar avaliações diagnósticas periódicas;
II – elaborar planos de intervenção conforme as necessidades identificadas;
III – organizar turmas, horários e estratégias de reforço e recuperação;
IV – registrar o desenvolvimento dos estudantes em instrumentos próprios;
V – comunicar às famílias sobre o processo e o andamento das intervenções.

Art. 5º A Secretaria de Educação será responsável por:
I – orientar e formar professores e equipes pedagógicas;
II – disponibilizar materiais didáticos complementares;
III – monitorar a execução das ações nas unidades escolares;
IV – avaliar continuamente os resultados do programa.

Art. 6º A participação dos estudantes nas ações de reforço, recuperação e recomposição será obrigatória quando indicada pela equipe pedagógica.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (18/11/2025).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito

Publicado por:
Caio Cesar de Santi Ferreira
Código Identificador:4806000C

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI 1681/2025

LEI MUNICIPAL Nº 1681/2025

SÚMULA: Dispõe sobre instituição de gratificação de responsabilidade aos membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, do Comitê de Investimentos e regulamentação da gratificação prevista no art. 35 da Lei Complementar nº 1440/2021, que trata reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social – R.P.P.S.., dos servidores públicos municipais do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gilson José de Góis, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Observado o disposto no § 4º do art. 26 e artigos 30 e 33, da Lei Complementar nº 1440/2021, bem como o contido no artigo 8º-B da Lei 9.717/98 e disposições nos atos normativos emanados do Ministério da Previdência, aos membros titulares do Conselho Municipal de Previdência, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos, poderá ser pago mensalmente uma gratificação de responsabilidade, sem natureza salarial, e sem prejuízo dos vencimentos relativos ao cargo estatutário, quando servidores ativos com recursos oriundos do Tesouro Municipal, podendo ser compensados no repasse da Taxa de Administração prevista no Art. 25, Lei Complementar nº 1440/2021, quando inativos diretamente da Taxa de Administração, na eventualidade de insuficiência de recursos poderá ser complementado pelo Tesouro Municipal.

§1º Para fazer jus a gratificação prevista no *caput*, os membros dos órgãos previstos no art. 26, deverão preencher os requisitos previstos no artigo 27 desta Lei, do art. 8-B da Lei 9.717/98, art. 76 e seguintes da Portaria MTP 1467/2022 ou novas regulamentações que venham a ser instituídas.

§2º Condições específicas e obrigatórias para o recebimento da contraprestação prevista neste artigo:

I - Participar das reuniões ordinárias previstas nesta Lei, específicos de cada Conselho e do Comitê e das extraordinárias sempre que convocados;

II - Cumprir com as obrigações e atribuições previstas nos artigos específicos previstos nesta Lei, específicas de cada Conselho ou Comitê;

III - Obter e ou manter as exigências e pelo prazo exigido as certificações previstas neste artigo, na Portaria 1.467/2022 e na Lei 9.717/98;

§ 3º A gratificação a que se refere este artigo, será paga enquanto permanecer a condição previstas, além do parágrafo anterior, as seguintes:

I - Para membros do **Conselho Municipal de Previdência** deverá ser observado os seguintes critérios:

Ser servidor efetivo da Prefeitura, Câmara Municipal ou autarquias do Município;

Não estar respondendo a processo administrativo disciplinar, ou caso tenha sido condenado já tenha transcorrido 03 (três) anos do cumprimento da penalidade imposta;

não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

possuir certificação específica aplicável ao dirigente da unidade gestora, por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função;

possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; e

ter formação acadêmica em nível superior.

II - Para o **Conselho Deliberativo** deverá ser observado os seguintes critérios:

Ser servidor efetivo da Prefeitura, Câmara Municipal ou autarquias do Município;

Não estar respondendo a processo administrativo disciplinar, ou caso tenha sido condenado já tenha transcorrido 03 (três) anos do cumprimento da penalidade imposta;

não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

possuir certificação específica aplicável ao membro do Conselho Deliberativo, por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função.

III - Para o **Conselho Fiscal** deverá ser observado os seguintes critérios:

Ser servidor efetivo da Prefeitura, Câmara Municipal ou autarquias do Município;

Não estar respondendo a processo administrativo disciplinar, ou caso tenha sido condenado já tenha transcorrido 03 (três) anos do cumprimento da penalidade imposta;

não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

possuir certificação específica aplicável ao membro do Conselho Fiscal, por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função.

IV - Para os membros do **Comitê de Investimentos** além dos demais requisitos previstos nas normativas expedidas pelo Ministério da Previdência, atender aos seguintes requisitos:

não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

possuir certificação específica aplicável ao membro do Comitê de Investimentos, ou Gestor de Recursos, por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função;

para o gestor de recursos possuir formação acadêmica em nível superior.

Art. 2º Para o recebimento da gratificação de responsabilidade prevista nesta Lei, são condições específicas e obrigatórias:

I - Participar das reuniões ordinárias previstas nesta Lei, específicos de cada Conselho e do Comitê e das extraordinárias sempre que convocados;

II - Cumprir com as obrigações e atribuições previstas nos artigos específicos previstos nesta Lei, específicas de cada Conselho ou Comitê;

III - Obter e ou manter as exigências e pelo prazo exigido as certificações previstas neste artigo, na Portaria 1.467/2022 e na Lei 9.717/98.

§1º A contraprestação pecuniária será equivalente a:

I - Aos membros do **Conselho Municipal de Previdência**, enquanto mantiverem as condições e exigências previstas neste artigo:

Ao Diretor Presidente – gratificação mensal conforme previsto no inciso I, do §3º do Art. 35, da Lei Complementar nº 1440/2021;

Ao Diretor Administrativo e Financeiro – gratificação mensal conforme previsto no inciso II, do §3º do Art. 35, da Lei Complementar nº 1440/2021.

II - Aos membros do **Conselho Fiscal**, enquanto mantiverem as condições e exigências previstas neste artigo, o valor mensal equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da menor referência de vencimento prevista no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município, ou outro instrumento que vier a substituí-lo;

III - Aos membros do **Conselho Deliberativo**, enquanto mantiverem as condições e exigências previstas neste artigo, o valor mensal equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) da menor referência de vencimento prevista no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município, ou outro instrumento que vier a substituí-lo;

IV - Aos membros do **Comitê de Investimentos**, enquanto mantiverem as condições e exigências previstas neste artigo, o valor mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) da menor referência de vencimento prevista no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município, ou outro instrumento que vier a substituí-lo.

§2º Em caso de acúmulo das funções de membro do Conselho Municipal de Previdência e do Comitê de Investimentos, a gratificação prevista nesse artigo é inacumulável, sendo lícito a percepção da mais vantajosa.

§3º Para os efeitos de manter o poder de compra da moeda, os valores acima serão reajustados anualmente pelo mesmo índice que corrigir os vencimentos dos servidores efetivos nos termos do art. 31, inciso X, da Constituição Federal.

§4º Sobre a gratificação de responsabilidade prevista nesta Lei não incidirá contribuição previdenciária, e não será incorporada aos vencimentos, nem integrará o cálculo dos proventos de aposentadoria e pensão por morte.

§5º A gratificação de responsabilidade prevista nesta Lei poderá ser revista ou retirada a qualquer momento do Membro do Conselho ou do Comitê de investimentos que não cumprir com as obrigações e atribuições previstas nesta Lei ou deixar de participar de duas (02) reuniões ordinárias, extraordinárias ou três (03) alternadas.

Art. 3º O disposto nesta Lei aplica-se também na composição dos Conselhos e do Comitê de Investimentos previstos na Lei Complementar nº 1440/2021, artigos 26 e 28.

Parágrafo único: Na eventualidade dos membros dos Conselhos e do Comitê de investimentos não se adequarem as exigências do artigo 8º-B da Lei 9.717/98, Art. 76 da Portaria MTP 1467/2022 e o contido nesta Lei, é facultado a substituição por suplentes ou servidores efetivos que eventualmente venham a enquadrar-se até que os titulares se enquadrem, evitando assim prejuízos a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária previsto no 7º da Lei 9717/98 e inciso XIII do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (18/11/2025).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito

Publicado por:
Caio Cesar de Santi Ferreira
Código Identificador:22F8E51B

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI 1682/2025

LEI MUNICIPAL Nº 1682/2025

EMENTA: Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gilson José de Góis, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Fica ratificado, nos termos daLei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005e seuDecreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (18/11/2025).

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito

Publicado por:
Caio Cesar de Santi Ferreira
Código Identificador:2B58EBF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº04, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO - CMDI

Súmula: Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente ao "Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo" conforme a Deliberação 049/2025/CEDIPI/PR.

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso – CMDI, do Município de Ivaí – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº1142/2015 de 02/09/2015, considerando a decisão da plenária realizada em 18 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Adesão e o Plano de Ação do recurso financeiro referente ao "Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo", em conformidade com a Deliberação nº049/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDIPI/PR.
Art. 2º - O recurso deverá ser aplicado na aquisição de bens permanentes, equipamentos e materiais que subsidiem a implantação e consolidação de espaços de convivência e práticas de atividade física e estimulação cognitiva
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 18 de novembro de 2025.

GILMA DE FARIAS ZIMMER
Presidente do CMDI – Ivaí/PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:5A370D30

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº09, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 -
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Súmula: Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual Piso Único de Assistência Social – PAS, conforme Deliberação 059/2023 - CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Ivaí Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1239/2017; em reunião ordinária do dia 18 de novembro de 2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS do ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº059/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR.
Art.2º - As transferências de recursos financeiros serão destinadas para a execução dos serviços de assistência social tipificados, bem como, na oferta de benefícios eventuais e ações de aprimoramento da gestão municipal de assistência social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 18 de novembro de 2025.

VIVIANE PRSYBYLSKI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS - IVAÍ PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:07C191B6

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 097/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2025 (LEI FEDERAL N° 14.133/2021)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 097/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2025
(Lei Federal n°14.133/2021)
Tipo de licitação:**MENOR PREÇO**
Modo de disputa: "Aberto"
OBJETO: Aquisição de sêmen bovino, botijão de nitrogênio líquido com capacidade de 20,5 litros, bainhas, aplicador de sêmen e luvas destinadas à realização de procedimentos de inseminação artificial em bovinos.
Valor estimado: R$ 361.299,34 (Trezentos e sessenta e um mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos).
Data de início de acolhimento de Propostas: 19/11/2025 a partir das 8h00min.
Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: 04/12/2025 – 08h15min.
Data de início da fase de LANCES: 04/12/2025 – a partir das 08h30min.
Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico:**https://bllcompras.com**
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – PR - Fone – (42) - 3122-4673– site: www.ivai.pr.gov.br
Ivaí, 18 de Novembro de 2025

KEILA STORER BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:1FF3F8A0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO-CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2023 CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL- AMPLA CONCORRÊNCIA- EDITAL Nº 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, tendo em vista o resultado final do Concurso Público nº 003/2023, realizado para admissão no cargo de **ASSISTENTE SOCIAL – AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme Edital nº 001/2024,

C O N V O C A
EDVIGA BOGUT DE OLIVEIRA, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 - Edital nº 001/2024, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rui Barbosa, 632, munido de seus documentos pessoais e dos documentos que comprovem os requisitos constantes no item 10 do Edital nº 001/2024 do Concurso Público, em horário comercial até o próximo dia **03 de dezembro de 2025**.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Concurso Público.

Ivaí-PR 18 de novembro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:5514AD31

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 262/2025

PORTARIA Nº 262/2025

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. **DEOCLICIANO GROCHOSKI DA SILVA**, Operador de Maquinas, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, no período aquisitivo de 05/09/2023 à 04/09/2024 no período concessivo de 18 de novembro à 17 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 18 de novembro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:96E7130C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EPP REGIONAL. COM LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA COM COTA PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EPP. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025 - PMI

O Município de Ivatuba torna público aos interessados a convocação para a participação de licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, de acordo com as seguintes especificações:
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 032/2025 - PMI.
TIPO: Menor preço por lote.

OBJETO: **Registro de preços para Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos, visando atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.
ABERTURA E RECEBIMENTO DOS LANCES: às 09 horas, do dia 04 de dezembro de 2025 no endereço eletrônico: www.bll.org.br.
EDITAL NA ÍNTEGRA: À disposição dos interessados no Setor de Compras, Licitações e Contratos, na Rua Marechal Floriano, nº 797, e junto ao Portal da Transparência no site oficial do Município de Ivatuba, ou através do site: www.bll.org.br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: licita@ivatuba.pr.gov.br ou ivatubalicitacao@gmail.com

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:6DD33156

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025 (90028) - PMI

O Município de Ivatuba, através do Gabinete do Prefeito Municipal, torna público aos interessados a revogação do processo de Pregão Eletrônico nº. 028/2025 (90028) para **Registro de preços para Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Recapagem e Vulcanização de pneus**. Tornam-se sem efeitos os atos praticados pela Administração, em relação ao referido procedimento, após a publicação do presente.

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:6BB785F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI

CONTRATO Nº. 138/2025.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **ISAIAS CANEVAROLLI, inscrito no CPF nº. 570.***.***-00.**
OBJETO: **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.**
FISCAL DESIGNADO: **Maria Thereza Ghelere dos Santos Araujo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
15	**OVO:** Produto com peso mínimo de 50 (cinquenta) gramas, com a casca integra livre de rachaduras e sujidades. A gema deve ser translúcida, homogênea, firme, consistente e sem manchas.	DÚZIA	300	R$ 13,30	R$ 3.990,00
				TOTAL	**3.990,00**

VALOR: **R$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2025.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:09B73BE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI

CONTRATO Nº. 139/2025.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **SAULO MARTIRE, inscrito no CPF nº.101.***.***-49.**
OBJETO: **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.**
FISCAL DESIGNADO: **Maria Thereza Ghelere dos Santos Araujo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
13	**MANDIOCA:** 1ª qualidade, Plantio com menos de 1 ano, frescas de ótima qualidade, compacta, firme, de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão, deverá ser entregue descascadas e acondicionada em embalagem resistente e transparente.	KG	80	R$ 8,22	R$ 657,60

14	**MILHO VERDE:** Espiga de 1ª qualidade, tamanho médio a grande, características adicionais, íntegro e sem fungos, grãos bem desenvolvidos, porém macios e leitosos. Grãos de cor amarela clara brilhante e cristalina, deverá ser entregue limpo.	DÚZIA	120	R$ 19,26	R$ 2.311,20
				TOTAL	**2.968,80**

VALOR: **R$ 2.968,80 (dois mil novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2025.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:71D95BB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI

CONTRATO Nº. 141/2025.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA**: JOSE CARLOS PINHEIRO inscrito no CPF nº. 704.***.***-04.**
OBJETO: **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.**
FISCAL DESIGNADO: **Maria Thereza Ghelere dos Santos Araujo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
11	**LEITE:** pasteurizado integral tipo "A" acondicionado em embalagem plástica específica para esse produto.	Litro	2.300	R$ 6,56	R$ 15.088,00
				TOTAL	**15.088,00**

VALOR: **R$ 15.088,00 (quinze mil e oitenta e oito reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2025.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:E6F5DE5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI

CONTRATO Nº. 142/2025.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA**: COOPERATIVA MARIALVENSE DOS FRUTICULTORES-COMAFRUT, inscrita no CNPJ nº. 05.865.435/0001-12.**
OBJETO: **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.**
FISCAL DESIGNADO: **Maria Thereza Ghelere dos Santos Araujo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
11	**LEITE:** pasteurizado integral tipo "A" acondicionado em embalagem plástica específica para esse produto.	Litro	2.300	R$ 6,56	R$ 15.088,00
				TOTAL	**15.088,00**

VALOR: **R$ 15.088,00 (quinze mil e oitenta e oito reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2025.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:CCF59D27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2025-PMI TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.285.337/0001/54, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 797, na Cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **VARLEI VERCEZI**, portador do CPF nº. 568.***.***-68 e do RG nº 4.***.***-0 – SSP/PR, residente e domiciliado nesta Cidade, RESOLVE credenciar as empresas indicadas neste TERMO, de acordo com a classificação que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNA**, conforme especificações nos autos do procedimento de Inexigibilidade nº 021/2025-PMI.

1.2. Objeto da Contratação:

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
11	**LEITE:** pasteurizado integral tipo "A" acondicionado em embalagem plástica específica para esse produto.	Litro	2.300	R$ 6,56	R$ 15.088,00
				TOTAL	**15.088,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura datado em 18 de novembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CREDENCIADOS

3.1. Conforme descrito em Instrumento convocatório:

Após a análise da documentação, caso não sejam convocados todos os credenciados, ao mesmo tempo, será observado como critério para contratação a convocação dos credenciados por ordem de inscrição, como traz o Decreto Municipal nº 186/2025 que diz:

Art.11. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:
I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;

II – Sorteio;
III – Localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Desse modo os credenciados serão inicialmente classificados pela ordem de inscrição, no caso, ordem de credenciamento.

3.2. Segue como credenciado até o presente momento a empresa:

Nº	NOME DA EMPRESA/CNPJ
01	COOPERATIVA MARIALVENSE DOS FRUTICULTORES-COMAFRUT – CNPJ: 05.865.435/0001-12

4. DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do presente termo de credenciamento, os credenciados ficarão à disposição da administração para convocação e contratação, momento em que os credenciados assinarão o termo contratual para que sejam definidos todos os critérios, de valor, execução, vigência e forma de prestação de serviço do objeto aqui licitado.

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025.

Município de Ivatuba
VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

COOPERATIVA MARIALVENSE DOS FRUTICULTORES-COMAFRUT
Contratado (a)

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:05B79A2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2025-PMI TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.285.337/0001/54, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 797, na Cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **VARLEI VERCEZI**, portador do CPF nº. 568.***.***-68 e do RG nº 4.***.***-0 – SSP/PR, residente e domiciliado nesta Cidade, RESOLVE credenciar as empresas indicadas neste TERMO, de acordo com a classificação que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE**, conforme especificações nos autos do procedimento de Inexigibilidade nº 021/2025-PMI.

1.2. Objeto da Contratação:

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
15	**OVO:** Produto com peso mínimo de 50 (cinquenta) gramas, com a casca integra livre de rachaduras e sujidades. A gema deve ser translúcida, homogênea, firme, consistente e sem manchas.	DÚZIA	300	R$ 13,30	R$ 3.990,00
				TOTAL	**3.990,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura datado em 18 de novembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CREDENCIADOS

3.1. Conforme descrito em Instrumento convocatório:

Após a análise da documentação, caso não sejam convocados todos os credenciados, ao mesmo tempo, será observado como critério para contratação a convocação dos credenciados por ordem de inscrição, como traz o Decreto Municipal nº 186/2025 que diz:

Art.11. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:
I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
II – Sorteio;
III – Localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Desse modo os credenciados serão inicialmente classificados pela ordem de inscrição, no caso, ordem de credenciamento.

3.2. Segue como credenciado até o presente momento a empresa:

Nº	CREDENCIADO
	ISAIAS CANEVAROLLI – CPF : 570.***.***-00

4. DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do presente termo de credenciamento, os credenciados ficarão à disposição da administração para convocação e contratação, momento em que os credenciados assinarão o termo contratual para que sejam definidos todos os critérios, de valor, execução, vigência e forma de prestação de serviço do objeto aqui licitado.

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025.

Município De Ivatuba
VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

ISAIAS CANEVAROLLI
Contratado (A)

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:81DFFFFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2025-PMI TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.285.337/0001/54, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 797, na Cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **VARLEI VERCEZI**, portador do CPF nº. 568.***.***-68 e do RG nº 4.***.***-0 – SSP/PR, residente e domiciliado nesta Cidade, RESOLVE credenciar as empresas indicadas neste TERMO, de acordo com a classificação que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação**, conforme especificações nos autos do procedimento de Inexigibilidade nº 021/2025-PMI.

1.2. Objeto da Contratação:

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
11	**LEITE:** pasteurizado integral tipo "A" acondicionado em embalagem plástica específica para esse produto.	Litro	2.300	R$ 6,56	R$ 15.088,00
				TOTAL	**15.088,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura datado em 18 de novembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CREDENCIADOS

3.1. Conforme descrito em Instrumento convocatório:

Após a análise da documentação, caso não sejam convocados todos os credenciados, ao mesmo tempo, será observado como critério para contratação a convocação dos credenciados por ordem de inscrição, como traz o Decreto Municipal nº 186/2025 que diz:

Art.11. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:
I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
II – Sorteio;
III – Localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Desse modo os credenciados serão inicialmente classificados pela ordem de inscrição, no caso, ordem de credenciamento.

3.2. Segue como credenciado até o presente momento a empresa:

Nº	CREDENCIADO
01	JOSE CARLOS PINHEIRO – CPF: 704.***.***-04

4. DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do presente termo de credenciamento, os credenciados ficarão à disposição da administração para convocação e contratação, momento em que os credenciados assinarão o termo contratual para que sejam definidos todos os critérios, de valor, execução, vigência e forma de prestação de serviço do objeto aqui licitado.

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025.

Município De Ivatuba
VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

JOSE CARLOS PINHEIRO
Contratado (A)

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:F7380B14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2025-PMI TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.285.337/0001/54, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 797, na Cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **VARLEI VERCEZI**, portador do CPF nº. 568.***.***-68 e do RG nº 4.***.***-0 – SSP/PR, residente e domiciliado nesta Cidade, RESOLVE credenciar as empresas indicadas neste TERMO, de acordo com a classificação que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE**, conforme especificações nos autos do procedimento de Inexigibilidade nº 021/2025-PMI.

1.2. Objeto da Contratação:

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
13	**MANDIOCA:** 1ª qualidade, Plantio com menos de 1 ano, frescas de ótima qualidade, compacta, firme, de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típico da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e aparência. Isento de: sujidade, insetos, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações. Peso e tamanho padrão, deverá ser entregue descascadas e acondicionada em embalagem resistente e transparente.	KG	80	R$ 8,22	R$ 657,60
14	**MILHO VERDE:** Espiga de 1ª qualidade, tamanho médio a grande, características adicionais, íntegro e sem fungos, grãos bem desenvolvidos, porém macios e leitosos. Grãos de cor amarela clara brilhante e cristalina, deverá ser entregue limpo.	DÚZIA	120	R$ 19,26	R$ 2.311,20
				TOTAL	**2.968,80**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura datado em 18 de novembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CREDENCIADOS

3.1. Conforme descrito em Instrumento convocatório:

Após a análise da documentação, caso não sejam convocados todos os credenciados, ao mesmo tempo, será observado como critério para contratação a convocação dos credenciados por ordem de inscrição, como traz o Decreto Municipal nº 186/2025 que diz:

Art.11. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:
I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
II – Sorteio;
III – Localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Desse modo os credenciados serão inicialmente classificados pela ordem de inscrição, no caso, ordem de credenciamento.

3.2. Segue como credenciado até o presente momento a empresa:

Nº	CREDENCIADO
01	SAULO MARTIRE – CPF: 101.***.***-49

4. DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do presente termo de credenciamento, os credenciados ficarão à disposição da administração para convocação e contratação, momento em que os credenciados assinarão o termo contratual para que sejam definidos todos os critérios, de valor, execução, vigência e forma de prestação de serviço do objeto aqui licitado.

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025.

Município De Ivatuba
VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

SAULO MARTIRE
Contratado (A)

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:1C212A11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI EDITAL DE CHAMAMENTO 006/2025

Após análise dos documentos de habilitação da Inexigibilidade nº. 021/2025-PMI, que tem por objeto Aquisição de gêneros alimentícios

da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto aos credenciados:

ISAIAS CANEVAROLLI, inscrito no CPF sob nº 570.***.***-00.
SAULO MARTIRE, inscrito no CPF sob nº 101.***.***-49.
VALDELI GAVA SCANDOLARA, inscrita no CPF sob nº 018.***.***-12.
JOSE CARLOS PINHEIRO, inscrito no CPF sob nº 704.***.***-04.
COOPERATIVA MARIALVENSE DOS FRUTICULTORES-COMAFRUT, inscrito no CNPJ sob nº 05.865.435/0001-12.

Comunico ainda, que os credenciados acima têm o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:6D28B83B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)
Nº. 030/2025-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico (SRP) nº. 030/2025-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Gêneros Alimentícios (não perecíveis, hortifrutigranjeiros e açougue e frios) para as Secretarias do Município de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor das empresas: IVATUBA GÁS LTDA, inscrita no CNPJ: 13.709.768/0001-80, no valor total de R$ 74.795,60 (setenta e quatro mil setecentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos) e BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 44.456.361/0001-120, no valor total de R$ 84.884,00 (oitenta e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais)

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 17 de novembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:866E6E07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA DE FRENTE DE TRABALHO MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Ivatuba, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna pública a relação de candidatos do resultado classificatório no **Programa Frente de Trabalho Municipal (PFTM)** de Ivatuba, em conformidade com a Lei Municipal nº 961/2025 de 17 de Julho de 2025.
Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para possível **chamada conforme a necessidade e demanda do Município**. Os classificados deverão **apresentar-se no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contados da data desta publicação, na ***Secretaria Municipal de Obras e Serviços***, situada à Rua Marechal Floriano, 797 - Centro, no horário das 8h às 16:30h.
Relação de Classificados:
Nayra Jeniffer Antunes de Souza
Liraneide Maria Conceição
Ronaldo Alves dos Santos
Erica Azevedo Barroso
Jean dos Santos
Rafaela Ferreira da Silva
Atair Aparecido Candido Martins
Sergio Bonfim
Marcos Antonio Teofilo
Marcelo da Silva Gomes
Genivaldo dos Santos
Joao Vicente Lima
Guilherme Henrique Oliveira da Silva
Jonatas Antunes de Souza
Emilly dos Santos Lima
Jhonatan Lopes de Assis
Cleonice Lopes Dias
Os candidatos deverão comparecer munidos de documento oficial com foto.
O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará **desistência automática da vaga**, conforme regras estabelecidas.

Ivatuba, 18 de Novembro de 2025.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:E00FA40B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 087/2025

PORTARIA Nº. 087/2025

JUVALDI FERREIRA TOMAZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em atenção ao artigo 8º da Lei Complementar nº. 001/2011,
RESOLVE

Constituir Comissão Especial de Avaliação de Progressão por Titulação, formada por servidores efetivos da Câmara Municipal de Jaguapitã, para análise e julgamento dos Certificados apresentados nos termos do artigo 5º, alínea "d" da Lei Complementar n° 001/2011.

COMISSÃO	Titulação apresentado pelo Servidor
Eliana Beatriz Marioto Sandoli - Presidente	Rafael Paladine Vieira
Rosilene Cristina Ferreira - Membro	
Giovana Cecilia Alves da Silva - Membro	

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 18 de novembro de 2025.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivan Takemoto
Código Identificador:0B77B23B

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 088/2025

PORTARIA Nº. 088/2025

JUVALDI FERREIRA TOMAZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em atenção ao artigo 8º da Lei Complementar nº. 001/2011,
RESOLVE

Constituir Comissão Especial de Avaliação de Progressão por Titulação, formada por servidores efetivos da Câmara Municipal de Jaguapitã, para análise e julgamento dos Certificados apresentados nos termos do artigo 5º, alínea "d" da Lei Complementar n° 001/2011.

COMISSÃO	Titulação apresentado pelo Servidor
Eliana Beatriz Marioto Sandoli - Presidente	Fernando Bigotto Ribeiro
Rosilene Cristina Ferreira - Membro	
Giovana Cecilia Alves da Silva - Membro	

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
em 18 de novembro de 2025.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivan Takemoto
Código Identificador:F206FA4A

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 089/2025

PORTARIA Nº. 089/2025

JUVALDI FERREIRA TOMAZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em atenção ao artigo 8º da Lei Complementar nº. 001/2011,
RESOLVE

Constituir Comissão Especial de Avaliação de Progressão por Titulação, formada por servidores efetivos da Câmara Municipal de Jaguapitã, para análise e julgamento dos Certificados apresentados nos termos do artigo 5º, alínea "d" da Lei Complementar n° 001/2011.

COMISSÃO	Titulação apresentado pelo Servidor
Eliana Beatriz Marioto Sandoli - Presidente	Fernando Bigotto Ribeiro
Rosilene Cristina Ferreira - Membro	
Giovana Cecilia Alves da Silva - Membro	

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
em 18 de novembro de 2025.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivan Takemoto
Código Identificador:FA85A848

GOVERNO MUNICIPAL
ANEXO II DO EDITAL N.º 09.01/2025 – PARECERES DOS RECURSOS DEFERIDOS

ANEXO II DO EDITAL N.º 09.01/2025 – PARECERES DOS RECURSOS DEFERIDOS

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO			
CARGO	QUESTÃO	JUSTIFICATIVA	RESULTADO DA ANÁLISE
Analista Fiscal de Tributos	39	Erro de digitação de gabarito, uma vez que a alternativa correta para essa questão é a letra (D).	Gabarito Alterado

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:4FBFAFB9

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 008/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 238/2025.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Concorrência Eletrônica através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO VIÁRIA, SENDO ELES: REVITALIZAÇÃO, DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, EM DIVERSAS VIAS, SÃO ELAS, AVENIDA PARANÁ, RUA MARINGÁ, RUA CUIABÁ, RUA RIO GRANDE DO NORTE, RUA CORNÉLIO CONSALTER, RUA ANA ZACARIAS MARCELINO, RUA PLÁCIDO DE CASTRO, AVENIDA VANDIR MINTO, RUA BAHIA, RUA GOIÁS, RUA AMAZONAS, RUA PERNAMBUCO, AVENIDA SÃO PAULO NO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES INDICADAS NO MEMORIAL DESCRITIVO.

Local e Data do Credenciamento e da Realização Da Concorrência: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **19 de novembro de 2025** até às 08h20m do dia **08 de dezembro de 2025**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **08 de dezembro de 2025**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 18 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:78BB6379

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 239/2025

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Pregão Eletrônico através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TROFÉUS, MEDALHAS E PLACAS PARA PREMIAÇÕES DESTINADAS AOS EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

Local e Data do Credenciamento e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **19 de novembro de 2025** até às 08h20m do dia **04 de dezembro de 2025**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **04 de dezembro de 2025**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 18 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:F24DB5F1

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO Nº 048/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 207/2025.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Pregão Eletrônico através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO FUNERÁRIO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ASSISTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUAPITÃ-PR.

Local e Data do Credenciamento e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **19 de novembro de 2025** até às 09h50m do dia **04 de dezembro de 2025**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 10h00m do dia **04 de dezembro de 2025**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 18 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:881DC315

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL N.º 09.01/2025 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

EDITAL N.º 09.01/2025
RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

O Prefeito do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova objetiva** do Concurso Público n.º 01/2025, nos seguintes termos.

Art. 1° Fica divulgado por intermédio deste edital, o resultado preliminar da prova objetiva aplicada na data pretérita de 02 de novembro de 2025.

I. O **ANEXO I** dispõe do Gabarito Definitivo da prova objetiva.

II. O **ANEXO II** dispõe dos Pareceres dos Recursos Deferidos, interpostos contra os cadernos de questões e o gabarito preliminar da prova objetiva.

III. O **ANEXO III** dispõe do Resultado Preliminar da prova objetiva.

Art. 2° O candidato poderá consultar individualmente sua Folha de Resposta, bem como o seu desempenho na Prova Objetiva, acessando o campo "Área do candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 3° Quanto ao resultado da prova objetiva divulgado caberá interposição de recurso, no período das **0h do dia 19/11/2025 até às 23h59min do dia 21/11/2025**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã (PR), 18 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:D724EA64

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL N.º 10.01/2025 – RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

EDITAL N.º 10.01/2025 – RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova de títulos** do Concurso Público n.º 01/2025, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado mediante o **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da prova de títulos.

Art.2° O candidato poderá consultar individualmente o seu desempenho na prova de títulos, acessando o campo "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3° Em face do resultado divulgado neste expediente, caberá interposição de recurso administrativo no período das **0h do dia 19/11/2025 até às 23h59min do dia 21/11/2025**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã (PR), 18 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:88240AF5

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 842/2025

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

TRANSFERIR a partir de novembro/2025 as servidoras públicas do município, conforme relacionadas abaixo, até ulterior deliberação, revogadas as disposições em contrário.

Nome	Matricula	Cargo	Transferência Para:
EDMARA CRISTINA VIEIRA DA SILVA	786537	ZELADOR	Escola Municipal Paulo Freire - Ensino Fundamental
LUCIANA PINHEIRO DA SILVA	814085	ZELADOR	Escola Municipal Paulo Freire - Ensino Fundamental

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 18 de novembro de 2025.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E9F69710

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

GABINETE MUNICIPAL
DECRETO Nº205/2025

Regulamenta o Fluxo de Atendimento e concessão do Aluguel Social previsto na Lei Municipal nº 983/2025.

O Prefeito Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por meio do Artigo 23 da Lei Municipal 983/2025 e,

Considerando que o Art. 11 Fica autorizado o Poder Executivo a pagar aluguel social, de caráter assistencial e habitacional, consistente na concessão de benefício financeiro temporário destinado a subsidiar o pagamento de aluguel de imóvel para fins de moradia a famílias, em situação habitacional de emergência e de calamidade pública e mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, desde que atendidas às condições desta Lei;

Considerando os três públicos a serem atendidos pela lei, sendo: I - família em situação de emergência; II - estado de calamidade pública; III – mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar;

Considerando a necessidade de regulamentar o fluxo de atendimento, seleção e concessão do benefício.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta o procedimento administrativo para requerimento, análise, concessão, acompanhamento, revisão, prorrogação e cessação do benefício Aluguel Social, previsto nos arts. 11 a 21 da Lei nº 983/2025.

Art. 2º O Aluguel Social constitui benefício assistencial e habitacional, de caráter **temporário**, destinado a famílias:

I – com moradia destruída, interditada ou considerada insalubre (emergência habitacional);
II – atingidas por situações de calamidade pública;
III – mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar;

CAPÍTULO II
DO FLUXO DE ATENDIMENTO E ANÁLISE

Art. 3º O procedimento administrativo seguirá o seguinte fluxograma operacional:
1. Entrada da Demanda
I – A demanda poderá chegar por:
a) atendimento espontâneo do cidadão;
b) encaminhamento da Defesa Civil;
c) encaminhamento de órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
d) encaminhamento judicial/ministerial;
e) rede socioassistencial.
II – O atendimento inicial será realizado pelas técnicas do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) .

2. Abertura do Processo Administrativo
Art. 4º Após o atendimento inicial, será autuado processo administrativo contendo:
I – requerimento padrão;
II – documentos pessoais e comprovação de renda (art. 7º da Lei nº 983/2025);
III – inscrição no CadÚnico;
IV – declaração de não possuir imóvel;
V – documentos específicos conforme o tipo de demanda:
a) laudo preliminar da Defesa Civil (emergência/calamidade);
b) encaminhamento formal para casos de violência doméstica (art. 11, §3º);
c) demais comprovantes.

3. Análise Técnica Social
Art. 5º O Assistente Social da Equipe Técnica do CRAS realizará:
I – visita domiciliar quando necessária;
II – entrevista social;
III – análise documental;
IV – elaboração do **Relatório Social e Parecer Técnico**, conforme §2º do art. 11 da Lei nº 983/2025.

4. Laudos Obrigatórios
Art. 6º Para os casos dos incisos I e II do §1º do art. 11:
I – Defesa Civil emitirá laudo de risco, interdição ou danos estruturais;
II – o Engenheiro Civil do Município emitirá Laudo de Habitabilidade.
Ambos os laudos integrarão o processo administrativo, **sendo condição obrigatória para concessão** nos casos em que se aplicar.

5. Análise dos Requisitos Legais
Art. 7º Verificar-se-á o atendimento cumulativo dos requisitos do art. 7º e art. 12 da Lei nº 983/2025, especialmente:

6. Análise de Prioridade
Art. 8º Os critérios de prioridade serão definidos pela equipe técnica do CRAS com auxílio de demais profissionais quando necessário.

7. Decisão Administrativa Preliminar
Art. 9º Compete ao Coordenador do CRAS emitir Parecer prévio fundamentando o seguinte:

I – concedendo o benefício;
II – indeferindo com motivação;
III – solicitando diligências complementares.

8. Decisão Administrativa final
Art. 10 Compete Diretor do Departamento de Assistência Social ou equivalente acatar o parecer prévio ou indeferi-lo desde que justificadamente.

9. Apresentação do Contrato de Locação
Art. 11 Após a aprovação, o beneficiário deverá apresentar contrato de locação contendo:

I – dados completos das partes;
II – valor do aluguel;
III – cláusula de ciência do locador sobre a natureza do benefício (art. 13);
IV – imóvel localizado no Município (art. 18).

10. Emissão da Portaria de Concessão
Art. 12 Estando regular o contrato, será emitida Portaria Administrativa:
I – autorizando o pagamento mensal, limitado a R$ 500,00 (art. 15);
II – indicando vigência de 6 meses prorrogáveis (art. 17).

11. Pagamento e Acompanhamento
Art. 13 O pagamento será mensal, mediante entrega do recibo do mês anterior (art. 14).

Parágrafo único. A ausência de recibo acarretará **suspensão** automática.

12. Prorrogação
Art. 14 O pedido de prorrogação deverá ser protocolado com antecedência mínima de 30 dias, instruído com:

I – Relatório Social atualizado;
II – novo Laudo da Defesa Civil e do Engenheiro, se for o caso;
III – comprovação da permanência da necessidade.

13. Revisão e Fiscalização
Art. 15 A equipe técnica deverá realizar:

I – visitas técnicas eventuais;
II – conferência documental;
III – comunicação formal ao beneficiário sobre inconsistências.

14. Cessação do Benefício
Art. 16 O benefício será cessado conforme hipóteses do art. 21 da Lei nº 983/2025, especialmente:
I – desocupação;
II – perda dos requisitos;
III – descumprimento de obrigações;
IV – fraude;
V – retorno ao convívio com agressor (violência doméstica).
Parágrafo único. A cessação será formalizada por despacho fundamentado, com ciência ao beneficiário.

CAPÍTULO III
DO ARQUIVAMENTO

Art. 17 Após cessado o benefício, o processo será arquivado, permanecendo disponível para consulta e eventual auditoria.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento Municipal de Assistência Social, observada a legislação vigente.

Art. 19 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim Olinda, 18 de novembro de 2025.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Weverton Jose Dos Santos Lima
Código Identificador:E3583CB1

GABINETE MUNICIPAL
LEI 990-2025

LEI Nº 990/2025

Altera o art. 32 da Lei nº 974/2025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2026, para atualizar a definição de despesa irrelevante nos termos do art. 16, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, aprovou, e ele sanciona e publica a seguinte Lei:
Art. 1º O art. 32 da Lei nº 974/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 32. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, serão obrigatórios nos casos de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa de natureza continuada.
Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, §3º da LRF, consideram-se despesas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento, não exceda o limite estabelecido para dispensa de licitação em compras e serviços de pequeno vulto, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e seus regulamentos federais, especialmente os valores atualizados periodicamente por decreto do Poder Executivo Federal."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, 17 de novembro de 2025.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:DC50B359

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 03/2025/CMDI

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO E PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL AO INCENTIVO "CUIDA MAIS PARANÁ – ENVELHECIMENTO ATIVO", INSTITUÍDO PELA DELIBERAÇÃO Nº 049/2025 DO CEDIPI/PR.

O CMDI (Conselho Municipal dos Direitos do Idoso) de Jundiaí do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 449/2013 e;

CONSIDERANDO a Deliberação da Plenária realizada em 18 de novembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o **Termo de Adesão** quanto ao **Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo** (Deliberação nº 049/2025 – CEDIPI/PR) referente ao município de Jundiaí do Sul, estado do Paraná.

Art. 2º - Aprovar o **Plano de Ação** apresentado pelo órgão gestor da Política Municipal da Pessoa Idosa para execução do referido incentivo, conforme parâmetros estabelecidos pela Deliberação nº 049/2025 – CEDIPI/PR.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA NELCI MARCIANO DE OLIVEIRA
Presidente do CMDI

Publicado por:
Ivanise de Lima Silva
Código Identificador:AD0DC85F

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 04/2025/CMDI

SÚMULA: APROVA O PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE 2026 A 2029 DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ.

O CMDI (Conselho Municipal dos Direitos do Idoso) de Jundiaí do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 449/2013 e;

CONSIDERANDO a Deliberação da Plenária realizada em 18 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do período de execução de 2026 a 2029 do município de Jundiaí do Sul, estado do Paraná;
Art. 2º - O Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Jundiaí do Sul, estado do Paraná, deverá ser avaliado pelo órgão gestor e apreciado por este conselho, conforme previsão no referido plano, para que sejam realizadas as atualizações necessárias.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA NELCI MARCIANO DE OLIVEIRA
Presidente do CMDI

Publicado por:
Ivanise de Lima Silva
Código Identificador:B6E1BCEA

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2025/CMDI

SÚMULA: APROVA O CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE 2026 DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ.

O CMDI (Conselho Municipal dos Direitos do Idoso) de Jundiaí do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 449/2013 e;

CONSIDERANDO a Deliberação da Plenária realizada em 18 de novembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o calendário de reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do ano de 2026 do município de Jundiaí do Sul, estado do Paraná:

Mês	Data	Local	Horário
Janeiro	28/01/2026	Local: Departamento Municipal de Assistência Social Endereço: Rua São Francisco – 465 – Centro Cidade: Jundiaí do Sul/PR	10:00 horas
Fevereiro	25/02/2026		
Março	25/03/2026		
Abril	29/04/2026		
Maio	27/05/2026		
Junho	24/06/2026		
Julho	29/07/2026		
Agosto	26/08/2026		
Setembro	30/09/2026		
Outubro	28/10/2026		
Novembro	25/11/2026		
Dezembro	16/12/2026		

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA NELCI MARCIANO DE OLIVEIRA
Presidente do CMDI

Publicado por:
Ivanise de Lima Silva
Código Identificador:19BE79C6

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 85/2025

Institui e aprova o Manual Municipal de Elaboração, Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual – PPA do Município de Jundiaí do Sul, cria a governança municipal do PPA e estabelece normas, fluxos, prazos, instrumentos e responsabilidades.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO que o Plano Plurianual (PPA) é o instrumento central do planejamento governamental municipal, responsável por orientar os programas, metas e resultados do governo para o período de quatro anos;
CONSIDERANDO que a adequada elaboração, execução, monitoramento, avaliação e revisão do PPA asseguram continuidade administrativa, gestão orientada a resultados, eficiência no gasto público, transparência, responsabilidade fiscal e participação social;
CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar metodologia padronizada para elaboração do PPA, revisão das metas, acompanhamento da execução física e financeira, organização dos indicadores e avaliação dos programas;
CONSIDERANDO as boas práticas nacionais de planejamento público, baseadas em diagnóstico técnico, participação das secretarias, articulação intersetorial, definição de prioridades, identificação de problemas públicos e alinhamento ao cenário fiscal;
CONSIDERANDO a necessidade de definir, de forma clara e objetiva, a estrutura de governança, as responsabilidades institucionais, os prazos, os fluxos e os instrumentos que compõem o ciclo municipal de planejamento plurianual;
CONSIDERANDO o interesse público na consolidação de um modelo permanente, transparente, moderno e auditável de gestão do PPA;
DECRETA:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituído e aprovado o **Manual Municipal de Elaboração, Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual – PPA**, constante como Anexo Único deste Decreto, que passa a regulamentar, para todos os órgãos e entidades da Administração Municipal, os procedimentos obrigatórios relativos ao ciclo do PPA.
Art. 2º O Manual de que trata o art. 1º possui natureza normativa e estabelece:
I – metodologia de elaboração e revisão do PPA;
II – diretrizes e critérios técnicos para construção de programas, ações, indicadores, metas e produtos;
III – fluxos operacionais e prazos;
IV – procedimentos de monitoramento, avaliação e revisões periódicas;
V – responsabilidades institucionais;
VI – instrumentos padronizados, relatórios e formulários oficiais.
Art. 3º Todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal ficam obrigados a seguir integralmente o Manual instituído por este Decreto.

CAPÍTULO II – GOVERNANÇA DO PPA
Seção I – Comitê Gestor do PPA
Art. 4º Fica instituído o **Comitê Gestor do Plano Plurianual**, órgão colegiado de caráter consultivo, técnico e deliberativo no âmbito do planejamento municipal.

Art. 5º Compõem o Comitê Gestor do PPA:
I – Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento ou órgão equivalente (Coordenador Geral);
II – Contador Municipal;
III – Secretários Municipais;
IV – Representante do Sistema de Controle Interno;
V – Representante do Gabinete do Prefeito.
Art. 6º Compete ao Comitê Gestor:
I – orientar, coordenar e supervisionar a elaboração, revisão e execução do PPA;
II – deliberar sobre metodologias, fluxos e instrumentos do planejamento;
III – aprovar os diagnósticos, análises fiscais e matrizes de alinhamento;
IV – validar relatórios de monitoramento e avaliação;
V – propor ajustes e revisões do PPA;
VI – garantir a articulação entre planejamento, orçamento e execução;
VII – promover a transparência e o controle social do Plano.
Art. 7º O Comitê reunir-se-á:
I – ordinariamente a cada quadrimestre;
II – extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador Geral.

Seção II – Núcleo Municipal de Monitoramento do PPA
Art. 8º Fica criado, no âmbito do Departamento de Planejamento e Orçamento, o **Núcleo Municipal de Monitoramento do PPA**.
Art. 9º Compete ao Núcleo:
I – coletar, validar e consolidar dados enviados pelas secretarias;
II – elaborar relatórios mensais, quadrimestrais e anual;
III – manter atualizado o sistema municipal de indicadores;
IV – apoiar tecnicamente secretarias e pontos focais;
V – propor melhorias contínuas no processo de monitoramento;
VI – subsidiar o Comitê Gestor em suas deliberações.

Seção III – Pontos Focais Setoriais
Art. 10 Cada Secretaria deverá designar **um servidor responsável** por acompanhar o PPA, denominado **Ponto Focal Setorial**.
Art. 11 Compete aos Pontos Focais:
I – fornecer dados físicos e financeiros mensalmente;
II – acompanhar a execução dos programas da sua área;
III – validar metas, indicadores e produtos;
IV – identificar gargalos e propor soluções;
V – participar das oficinas de planejamento e das capacitações.

CAPÍTULO III – ELABORAÇÃO DO PPA
Art. 12 A elaboração do Plano Plurianual observará as seguintes etapas obrigatórias:
I – diagnóstico municipal integrado, contendo problemas públicos, demandas sociais e levantamento de necessidades;
II – análise fiscal e financeira, incluindo receitas, despesas, riscos fiscais e capacidade de investimento;
III – definição preliminar dos limites orçamentários por órgão;
IV – levantamento de ações em andamento e propostas novas;
V – construção dos Programas Finalísticos e de Gestão;
VI – definição dos objetivos gerais e resultados esperados de cada programa;
VII – identificação do público-alvo de cada programa;
VIII – definição de indicadores mensuráveis, com linha de base e meta final;
IX – formulação das ações com produtos, unidades de medida e metas físicas anuais;
X – validação técnica e revisão pelo Comitê Gestor;
XI – audiência pública e consulta social;
XII – consolidação do Projeto de Lei do PPA e envio ao Legislativo.
Art. 13 Os Programas Finalísticos devem apresentar obrigatoriamente:
I – problema público identificado;
II – contexto e justificativa;
III – objetivo geral mensurável;
IV – público-alvo claramente delimitado;
V – indicador com unidade de medida;
VI – linha de base e meta final.
Art. 14 Todas as Ações pertencentes aos programas devem conter:
I – descrição do produto (bem ou serviço a ser entregue);
II – unidade de medida;
III – metas físicas distribuídas por ano;
IV – órgão responsável e órgãos participantes.

CAPÍTULO IV – MONITORAMENTO DO PPA
Art. 15 O monitoramento do PPA será realizado de forma contínua e sistemática, com base em dados físicos, financeiros e indicadores.
Art. 16 O monitoramento obedecerá ao seguinte fluxo:
I – envio de informações pelos Pontos Focais até o dia 10 de cada mês;
II – consolidação das informações pelo Núcleo de Monitoramento;
III – análise técnica e crítica dos dados;
IV – elaboração de relatório preliminar;
V – validação pelos Secretários Municipais;
VI – emissão de relatório final;
VII – apresentação ao Comitê Gestor;
VIII – publicação dos relatórios no portal da transparência.
Art. 17 São produtos oficiais do monitoramento:
I – Relatório Mensal de Monitoramento;
II – Relatório Quadrimestral de Avaliação;
III – Relatório Anual de Execução do PPA;
IV – painéis digitais de indicadores;
V – sínteses executivas para gestão.

CAPÍTULO V – AVALIAÇÃO DO PPA
Art. 18 A avaliação do PPA deve medir:
I – eficácia dos programas;
II – eficiência da execução das ações;
III – efetividade e impacto para a população;
IV – aderência ao planejamento estratégico municipal;
V – cumprimento das metas físicas e financeiras;
VI – adequação dos indicadores e produtos.
Art. 19 A avaliação será quadrimestral e anual, e deverá conter recomendações obrigatórias para melhoria da execução.

CAPÍTULO VI – REVISÃO DO PPA
Art. 20 A revisão do PPA poderá ocorrer:
I – anualmente, no processo de compatibilização com a LDO e LOA;
II – por necessidade superveniente devidamente justificada;
III – por determinação do Comitê Gestor.
Art. 21 A revisão deverá conter:
I – justificativa técnica;
II – identificação das ações ou metas alteradas;
III – avaliação do impacto orçamentário;
IV – parecer do Controle Interno;
V – aprovação do Comitê Gestor;
VI – edição de ato próprio ou Projeto de Lei quando necessário.

CAPÍTULO VII – TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL
Art. 22 O Município deverá publicar:
I – PPA vigente e suas atualizações;
II – Manual instituído por este Decreto;
III – relatórios de monitoramento;
IV – relatórios de avaliação;
V – revisões e justificativas;
VI – documentos utilizados no diagnóstico;
VII – indicadores e metas em painel digital.
Art. 23 Serão realizadas audiências públicas quadrimestrais para apresentação dos resultados.
CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 24 As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 25 O Departamento de Planejamento e Orçamento poderá expedir normas complementares para execução plena deste Decreto.
Art. 26 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Jundiaí do Sul, 18 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

ODAIR ROSILDO FARINHA
Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento

MADISON LUÍS DA SILVA GUILHERME
Contador Municipal

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:C5671545

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 86/2025

"Regulamenta a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras no âmbito da Administração Pública municipal, e dá outras providências."

O **Prefeito Municipal de Jundiaí do Sul**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
Considerando o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual "no dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: I-fornecimento de bens; II-locações; III-prestação de serviços; IV-realização de obras";
Considerando que a correta e transparente execução dos pagamentos públicos constitui instrumento essencial de governança, economicidade, eficiência e respeito aos princípios da Administração Pública;
Considerando que cabe ao Município de Jundiaí do Sul dispor sobre a materialização dessa regra no âmbito da sua administração direta e indireta, quando da utilização de fontes de recursos públicas ou vinculadas;
DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta norma regula, no âmbito da Administração Pública municipal direta e indireta de Jundiaí do Sul, a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, aplicável por fonte de recurso municipal ou repassada.
§ 1º Para fins deste Decreto, fonte de recurso significa agrupamento específico de naturezas de receitas ou de recursos vinculados ou provenientes de convênios, contratos de financiamento ou transferência, com destinação legal ou regulamentar própria, cujo emprego deve respeitar a finalidade determinada.
§ 2º A regra ora estabelecida aplica-se a cada fonte diferenciada de recurso separadamente, observando-se as categorias de contrato indicadas no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
§ 3º Ficam abrangidos todos os contratos, ajustes ou instrumentos congêneres celebrados pela Administração Municipal de Jundiaí do Sul ou por suas autarquias, fundações ou demais entidades controladas, cujo objeto seja fornecimento de bens, locação, prestação de serviços ou realização de obras.

CAPÍTULO II
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO POR FONTE DE RECURSO
Art. 2º O pagamento das obrigações contratuais ou extracontratuais de que trata este Decreto deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte de recurso, e ficará subdividido, para efeito organizativo, nas seguintes categorias:
I – fornecimento de bens; II – locações; III – prestação de serviços; IV – realização de obras.
§ 1º Para cada fonte de recurso será mantida lista ordenada de credores, conforme a data de liquidação da despesa (marco inicial para a exigibilidade) e a data de protocolo ou inserção do processo de pagamento, observado o disposto no artigo seguinte.
§ 2º Na hipótese de recursos vinculados ou originários de convênios, fundos especiais ou empréstimos/financiamentos externos com destinação específica, será aberta lista própria para cada instrumento, de modo a evidenciar separadamente a ordem de pagamento para aquela origem.
§ 3º A inobservância imotivada da ordem cronológica de que trata o caput ensejará apuração de responsabilidade da autoridade competente, nos termos da legislação aplicável.
Art. 3º Para fins de inclusão do crédito na sequência de pagamento, considera-se marco inicial a liquidação da despesa, consistente na verificação do direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios, após a efetiva execução do objeto ou da etapa contratual prevista.
§ 1º A liquidação deverá observar as fases previstas na legislação orçamentária e contábil, notadamente a verificação da conformidade do bem ou serviço, o recebimento pelo gestor competente e a conferência dos documentos exigidos.
§ 2º Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, eventual irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou relativas ao FGTS não impede, por si só, a inclusão do crédito na ordem cronológica, podendo a Administração deduzir do valor devido à contratada o montante correspondente à inadimplência, até o limite do valor inadimplido.
§ 3º Caso haja preterição indevida da ordem cronológica de exigibilidade, poderá haver responsabilização do agente nos termos do art. 337-H do Decreto Lei nº 2.848/1940.

CAPÍTULO III
DO PRAZO E DO PROCEDIMENTO DE PAGAMENTO
Art. 4º O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo estabelecido em contrato, aviso ou instrumento de contratação direta, contado da data da liquidação da despesa.
§ 1º Previamente ao pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade da documentação do fornecedor ou contratado, bem como a manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas.
§ 2º A eventual perda dessas condições não implica, por si só, a retenção automática de pagamento, salvo previsão contratual ou normativa específica.
§ 3º Verificada irregularidade que impeça o pagamento, a Administração notificará o fornecedor ou contratado para que regularize sua situação em prazo razoável. A persistência da irregularidade poderá ensejar rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade administrativa, civil ou penal, observado o contraditório e a ampla defesa.
§ 4º Na hipótese de insuficiência de recursos disponíveis em determinada fonte para quitação integral da obrigação, poderá ocorrer pagamento parcial, permanecendo o saldo remanescente na respectiva posição da ordem cronológica, até a disponibilização de recursos suficientes.
§ 5º Em caso de situação de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a sua regularização.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA
Art. 5º A alteração da ordem cronológica de pagamento somente será admitida mediante justificativa prévia da autoridade competente e posterior comunicação formal ao órgão de controle interno da Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul, e somente nas seguintes hipóteses:
I – grave perturbação da ordem ou funcionamento da Administração, situação de emergência ou calamidade pública; II – pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato; III – pagamento de serviços imprescindíveis ao funcionamento de sistemas estruturantes municipais, desde que comprovado o risco de descontinuidade do objeto contratual ou do serviço público; IV – pagamento de direitos oriundos de contrato em hipótese de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada; V – pagamento de contrato cujo objeto seja indispensável para assegurar a integridade do patrimônio público ou manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou da missão institucional.
§ 1º A justificativa deve estar devidamente motivada e registrada, contendo exposição dos fatos, fundamentos legais, impacto esperado e as razões da alteração da ordem cronológica.
§ 2º A comunicação referida no caput deverá ocorrer no prazo máximo de **5 (cinco) dias** contados da alteração da ordem, junto ao

controle interno municipal e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CAPÍTULO V
DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
Art. 6º A Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul, por meio de órgão ou unidade competente, deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de seu sítio eletrônico de acesso à informação, a lista da ordem cronológica de seus pagamentos por fonte de recurso, para cada categoria de contrato (fornecimento de bens, locações, prestação de serviços, obras), bem como as justificativas que fundamentaram eventuais alterações dessa ordem.
§ 1º As listas deverão permitir a consulta de credores, fonte de recurso, data de liquidação, data de inclusão na ordem, valor, e status do pagamento.
§ 2º A unidade de controle interno municipal deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento desta regra, podendo, para tanto, promover auditorias, relatórios e recomendar correções ou responsabilizações quando verificados descumprimentos.

CAPÍTULO VI
DAS SANÇÕES E RESPONSABILIDADES
Art. 7º A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamento ou de suas substâncias configurará infração administrativa, e ficará sujeita à apuração de responsabilidade da autoridade ou agente competente, nos termos da legislação municipal e federal aplicáveis, sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis.
§ 1º A responsabilização poderá alcançar a esfera administrativa disciplinar, civil por dano ao erário e penal, conforme o caso, inclusive nos termos do art. 337-H do Decreto-Lei nº 2.848/1940.
§ 2º A organização da unidade administrativa responsável pela ordem cronológica deverá manter registro e controles de movimentação das listas, fluxos de pagamento, justificativas de alterações e demais evidências arquivadas para fins de auditoria e controle.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas de interpretação serão dirimidos pelo órgão municipal competente, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 10 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul, 18 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

ODAIR ROSILDO FARINHA
Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento

MADISON LUÍS DA SILVA GUILHERME
Contador Municipal

ANEXO I
FLUXOGRAMA OPERACIONAL DO PROCEDIMENTO INTERNO DE PAGAMENTO (POR FONTE DE RECURSO)
Etapas do Processo
Emissão do Empenho

• Secretaria requisitante elabora solicitação de despesa;
• Setor de contabilidade verifica disponibilidade orçamentária e classifica por fonte de recurso.

Execução do Objeto

• Fornecedor executa entrega, serviço ou etapa da obra conforme contrato;
• Unidade gestora emite termo ou atestado de recebimento.

Liquidação da Despesa (Marco de Exigibilidade)

• Fiscal do contrato confirma execução;
• Contabilidade confere documentação (nota fiscal, contrato, relatórios, atestado);
• Data de liquidação define a posição na ordem cronológica.

Registro na Lista Cronológica

• Tesouraria/Contabilidade manterá à partir do sistema informatizado interno, relatório atualizado da lista
• Cada fonte mantém sua lista autônoma.

Verificação de Regularidade do Credor

• Conferência de certidões fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
• Verificação da manutenção das condições de habilitação.

Programação Financeira e Pagamento

• Tesouraria efetua o pagamento conforme disponibilidade de caixa na fonte específica;
• Registra data efetiva e atualiza status ("Pago").

Publicação e Controle Interno

• Divulgação mensal das listas no Portal da Transparência;
• Controle interno verifica aderência à cronologia e apura eventuais desvios;
• Relatórios mensais remetidos à Controladoria e ao TCE-PR.

Responsáveis Principais

Etapa	Unidade Responsável	Ações-Chave
Empenho	Contabilidade / Setor Requisitante	Conferência de dotação e fonte
Liquidação	Fiscal do Contrato / Setor Técnico	Atesto da execução
Registro	Contabilidade / Tesouraria	Inserção em lista cronológica
Pagamento	Tesouraria	Execução do pagamento conforme ordem
Controle	Controladoria / Controle Interno	Auditoria, relatórios e comunicações

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:FFFBF930

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 87/2025

Dispõe sobre a implementação, regulamentação operacional e parâmetros técnicos do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC no âmbito da Administração Pública Municipal de Jundiaí do Sul, revoga o Decreto nº 17/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 10.540/2020;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer parâmetros técnicos detalhados para operacionalização do SIAFIC;
CONSIDERANDO a importância da contabilização por centro de custo para melhoria da gestão pública;
CONSIDERANDO a necessidade de integração obrigatória com o Poder Legislativo;
CONSIDERANDO que a transparência e controle gerencial são princípios fundamentais da administração pública;
D E C R E T A:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica aprovada a implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC, como sistema oficial e obrigatório para todos os Poderes e órgãos do Município de Jundiaí do Sul.
§ 1º O SIAFIC constitui sistema único, integrado e compartilhado entre: I - Poder Executivo Municipal; II - Poder Legislativo Municipal (Câmara Municipal); III - Todos os órgãos da administração direta e indireta.
§ 2º O sistema deve obrigatoriamente integrar-se aos módulos estruturantes de: I - Tributação; II - Folha de pagamento; III -

Patrimônio; IV - Compras e licitações; V - Contabilidade; VI - Planejamento orçamentário.

Art. 2º Para fins deste Decreto, considera-se:

I - **SIAFIC**: Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle; II - **Centro de Custo**: unidade organizacional, projeto, programa ou área previamente definida para segregação contábil; III - **Perfil de Acesso**: conjunto de permissões específicas atribuídas conforme função exercida; IV - **Cadastrador**: servidor autorizado a incluir, alterar ou excluir usuários do sistema; V - **Log de Auditoria**: registro automático e inalterável de todas as operações; VI - **Backup**: cópia integral e íntegra dos dados do sistema.

CAPÍTULO II

DA CONTABILIZAÇÃO POR CENTRO DE CUSTO

Art. 3º O SIAFIC deve estar obrigatoriamente parametrizado para contabilização por centro de custo, permitindo:

I - Criação e manutenção de centros de custo vinculados às unidades administrativas; II - Registro automático das transações já associadas ao centro de custo; III - Geração de relatórios segregados por centro de custo; IV - Eliminação de controles manuais paralelos ou planilhas externas.

Art. 4º Os centros de custo devem ser estruturados hierarquicamente, contemplando no mínimo:

I - **Nível 1**: Secretarias e órgãos equivalentes; II - **Nível 2**: Departamentos e divisões; III - **Nível 3**: Projetos e programas específicos; IV - **Nível 4**: Atividades e ações orçamentárias.

Art. 5º Cada centro de custo deve possuir:

I - Código único de identificação; II - Denominação padronizada; III - Responsável formally designado; IV - Período de vigência; V - Vinculação orçamentária específica.

Parágrafo único. É obrigatória a manutenção de listagem hierarquizada atualizada dos centros de custo ativos, com identificação dos responsáveis.

CAPÍTULO III

DO CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS

Art. 6º O cadastramento de usuários no SIAFIC obedecerá ao seguinte procedimento formal:

I - Solicitação mediante formulário padronizado assinado pelo gestor imediato; II - Justificativa detalhada da necessidade de acesso; III - Definição específica do perfil de acesso requerido; IV - Indicação do centro de custo vinculado; V - Assinatura de termo de responsabilidade pelo usuário.

Art. 7º São cadastradores autorizados:

I - **Cadastrador Geral**: Contador Municipal ou substituto legal; II - **Cadastradores Setoriais**: servidores designados por portaria específica; III - **Cadastrador do Legislativo**: servidor indicado pela Mesa Diretora da Câmara.

§ 1º Os cadastradores respondem formalmente pela veracidade das informações e adequação dos perfis atribuídos.

§ 2º É obrigatório o registro no sistema de: I - Concessão inicial de acesso; II - Todas as alterações de perfil; III - Suspensões temporárias; IV - Revogações definitivas; V - Tentativas de acesso negadas.

Art. 8º O sistema deve gerar automaticamente:

I - Relatório mensal de usuários ativos por órgão; II - Log de todas as alterações de perfil; III - Histórico completo de acessos por usuário; IV - Alertas de inatividade prolongada (superior a 90 dias).

CAPÍTULO IV

DA SEGREGAÇÃO DE PERFIS DE ACESSO

Art. 9º Ficam estabelecidos os seguintes perfis básicos de acesso:

I - PERFIL CONSULTA:

• Visualização de dados sem alteração;
• Geração de relatórios básicos;
• Consulta ao razão e balancetes.

II - PERFIL EXECUÇÃO:

• Lançamentos contábeis dentro do centro de custo;
• Emissão de empenhos e liquidações;
• Registro de receitas;
• Movimentação financeira autorizada.

III - PERFIL CONTROLE:

• Supervisão de lançamentos;
• Aprovação de operações específicas;
• Análise de consistência;
• Bloqueio/desbloqueio de operações.

IV - PERFIL GESTÃO:

• Parametrização do sistema;
• Configuração de centros de custo;
• Supervisão geral;
• Geração de relatórios gerenciais.

V - PERFIL ADMINISTRAÇÃO:

• Cadastramento de usuários;
• Configuração de perfis;
• Administração técnica do sistema;
• Acesso total para manutenção.

§ 1º É vedado o acúmulo de perfis incompatíveis conforme princípio da segregação de funções.

§ 2º Operações críticas devem requerer dupla autorização de perfis diferentes.

CAPÍTULO V

DOS PARÂMETROS DE SEGURANÇA

Art. 10. Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros obrigatórios de segurança:

I - POLÍTICA DE SENHAS:

• Mínimo de 8 caracteres;
• Combinação obrigatória de letras, números e símbolos;
• Alteração obrigatória a cada 90 dias;
• Histórico de 12 senhas anteriores;
• Bloqueio após 5 tentativas incorretas;
• Desbloqueio apenas pelo cadastrador.

II - CONTROLE DE SESSÃO:

• Timeout automático após 30 minutos de inatividade;
• Sessão única por usuário;
• Registro obrigatório de IP e terminal;
• Auditoria de horários de acesso.

III - RESTRIÇÕES DE OPERAÇÃO:

• Impossibilidade de exclusão direta de registros;
• Correções apenas por estorno com novo lançamento;
• Preservação obrigatória do histórico;
• Rastreabilidade completa de alterações.

Art. 11. O sistema deve implementar:

I - Criptografia AES-256 para dados sensíveis; II - Certificação digital ICP-Brasil quando disponível; III - Log detalhado de todas as operações; IV - Backup automatizado diário; V - Monitoramento de integridade em tempo real.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS DE BACKUP E RECUPERAÇÃO

Art. 12. Fica estabelecida rotina diária obrigatória de backup completo dos dados do SIAFIC.

§ 1º Os backups devem ser: I - Executados automaticamente às 02:00h; II - Armazenados em local fisicamente separado; III - Mantidos por período mínimo de 7 anos; IV - Testados mensalmente quanto à integridade; V - Criptografados com chave específica.

§ 2º O sistema deve permitir recuperação integral dos dados em prazo máximo de 4 horas.

Art. 13. É obrigatória a manutenção de:

I - Backup diário incremental; II - Backup semanal diferencial; III - Backup mensal completo; IV - Cópia de segurança externa trimestral.

CAPÍTULO VII

DA GERAÇÃO AUTOMÁTICA DE DEMONSTRATIVOS

Art. 14. O SIAFIC deve gerar automaticamente, sem manipulação externa:

I - Balanço Orçamentário; II - Balanço Financeiro; III - Balanço Patrimonial; IV - Demonstração das Variações Patrimoniais; V -

Demonstração dos Fluxos de Caixa; VI - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; VII - Relatórios do Tribunal de Contas (RGF, RREO); VIII - Demonstrativos por centro de custo.
Parágrafo único. Os demonstrativos devem estar disponíveis em tempo real e ser exportáveis em formato PDF e planilha eletrônica.

CAPÍTULO VIII
DA INTEGRAÇÃO COM O PODER LEGISLATIVO

Art. 15. A Câmara Municipal deve obrigatoriamente utilizar o mesmo SIAFIC do Poder Executivo, mantendo:
I - Base de dados única e compartilhada; II - Plano de contas padronizado; III - Procedimentos contábeis uniformes; IV - Acesso simultâneo e transparente; V - Centro de custo próprio identificado.
Art. 16. Fica assegurado à Câmara Municipal:
I - Autonomia administrativa dentro do sistema; II - Perfis específicos para seus servidores; III - Relatórios segregados de sua execução; IV - Participação nas decisões de parametrização; V - Acesso aos dados do Executivo para fiscalização.

CAPÍTULO IX
DO CONTROLE DE INTEGRIDADE

Art. 17. O sistema deve estar parametrizado para:
I - **IMPEDIR** exclusão direta de qualquer registro contábil; II - **EXIGIR** estorno formal para correção de lançamentos; III - **PRESERVAR** integralmente o histórico de todas as operações; IV - **MANTER** rastreabilidade completa da cadeia de aprovações; V - **REGISTRAR** automaticamente data, hora e responsável por cada operação.
Art. 18. Toda correção ou anulação deve ser realizada mediante:
I - Lançamento de estorno identificando o erro; II - Novo lançamento com os valores corretos; III - Histórico explicativo detalhado; IV - Autorização do superior hierárquico; V - Preservação dos lançamentos originais.

CAPÍTULO X
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 19. Compete ao Departamento de Contabilidade:
I - Administração técnica geral do SIAFIC; II - Parametrização e configuração do sistema; III - Treinamento e capacitação de usuários; IV - Monitoramento de segurança e integridade; V - Elaboração de relatórios de auditoria; VI - Coordenação com fornecedor do sistema.
Art. 20. Compete aos gestores de cada órgão:
I - Indicação formal dos usuários de sua área; II - Definição dos perfis de acesso necessários; III - Supervisão do uso adequado do sistema; IV - Comunicação imediata de irregularidades; V - Responsabilização pelos lançamentos de sua unidade.
Art. 21. Compete aos usuários do SIAFIC:
I - Cumprimento rigoroso das normas estabelecidas; II - Sigilo absoluto sobre credenciais de acesso; III - Comunicação de tentativas de uso indevido; IV - Participação em treinamentos obrigatórios; V - Responsabilidade pelos atos praticados.

CAPÍTULO XI
DAS EVIDÊNCIAS E COMPROVAÇÕES

Art. 22. Para comprovação da adequada implementação da contabilização por centro de custo, devem ser mantidas:
I - EVIDÊNCIAS OBRIGATÓRIAS:

• Listagem hierarquizada atualizada dos centros de custo;
• Identificação clara dos responsáveis por cada unidade;
• Extratos de lançamentos contábeis com centro de custo;
• Relatórios consolidados por centro de custo;
• Balancetes segregados mensalmente.

II - EVIDÊNCIAS NÃO ACEITAS:

• Listagens desatualizadas ou sem responsáveis;
• Relações parciais ou incompletas;
• Extratos sem referência ao centro de custo;
• Relatórios meramente descritivos;
• Informações sem valores numéricos;
• Prints de tela sem verificação de integridade.

CAPÍTULO XII
DAS PENALIDADES

Art. 23. O descumprimento das disposições deste Decreto sujeitará o infrator às seguintes penalidades:
I - **Advertência**: para infrações leves; II - **Suspensão temporária**: para infrações médias; III - **Revogação definitiva**: para infrações graves; IV - **Processo administrativo**: conforme Estatuto dos Servidores.
Art. 24. Considera-se infração grave:
I - Compartilhamento de credenciais; II - Tentativa de burlar controles de segurança; III - Realização de operações fraudulentas; IV - Comprometimento da integridade dos dados; V - Descumprimento dos procedimentos de backup.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Fica revogado o Decreto Municipal nº 17/2021.
Art. 26. O **Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais** deve revisar no prazo de 30 (trinta) dias:
I - Manual operacional detalhado no prazo de 30 dias; II - Cronograma de implementação no prazo de 15 dias; III - Programa de capacitação no prazo de 20 dias; IV - Relatório de conformidade.
Art. 27. Todos os órgãos devem adequar-se às disposições deste Decreto no prazo de 90 dias.
Art. 28. A implementação da contabilização por centro de custo deve estar concluída até 31 de dezembro de 2024.
Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul, 18 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:DACD155E

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
PORTARIA 217/2025

Designa os Pontos Focais Setoriais responsáveis pelo acompanhamento, alimentação das informações, monitoramento e integração do Plano Plurianual – PPA no âmbito da Administração Pública do Município de Jundiaí do Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a instituição do Manual Municipal de Elaboração, Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual – PPA, aprovado por Decreto Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir fluxo contínuo, seguro e padronizado de informações entre os órgãos e o Departamento de Planejamento e Orçamento, responsável pela coordenação técnica do PPA;
CONSIDERANDO que o adequado acompanhamento do PPA requer designação formal de servidores em cada Secretaria, responsáveis pela coleta, organização, conferência e envio de dados relativos às ações, metas, indicadores, execução física e financeira;
CONSIDERANDO que a definição de Pontos Focais Setoriais assegura regularidade, continuidade administrativa, transparência e confiabilidade dos dados reportados ao Núcleo Municipal de Monitoramento do PPA,

RESOLVE:
Art. 1º Ficam reconhecidos, para fins de elaboração, alimentação, monitoramento e acompanhamento do Plano Plurianual – PPA, como **Pontos Focais Setoriais natos**, **todos os Secretários Municipais e Diretores de Departamento previstos na estrutura administrativa estabelecida por lei municipal**, os quais são **responsáveis diretos** pelo fornecimento tempestivo, completo e fidedigno das informações relativas aos programas, ações, metas, indicadores e produtos sob sua área de competência.
§ 1º A condição de Ponto Focal decorre automaticamente do exercício da função de direção, chefia ou secretaria, sendo inerente às atribuições estratégicas do cargo.

§ 2º Os titulares das pastas poderão indicar, por ato interno, servidores auxiliares para apoio operacional no levantamento de dados, sem prejuízo de sua responsabilidade principal e intransferível quanto à qualidade e consistência das informações prestadas.
§ 3º Cada Secretaria e Departamento deverá garantir o fluxo contínuo de informações ao Departamento de Planejamento e Orçamento, observando os prazos e procedimentos estabelecidos no Manual Municipal do PPA.

Art. 2º Os Pontos Focais designados por esta Portaria têm as seguintes atribuições obrigatórias:
I – coletar, organizar e registrar dados referentes à execução física e financeira das ações do PPA sob responsabilidade da respectiva Secretaria ou unidade;
II – alimentar, mensalmente, as planilhas, sistemas ou formulários oficiais fornecidos pelo Departamento de Planejamento e Orçamento e pelo Núcleo Municipal de Monitoramento;
III – conferir a consistência dos dados informados, garantindo precisão, fidedignidade e alinhamento com a execução real das políticas públicas;
IV – indicar eventuais entraves, riscos, insuficiências, atrasos ou necessidades de ajuste na execução das ações do PPA;
V – atuar como interlocutor técnico da sua Secretaria junto ao Departamento de Planejamento e Orçamento;
VI – acompanhar, apoiar e participar das reuniões, oficinas, capacitações e atividades promovidas pelo Núcleo Municipal de Monitoramento ou pelo Comitê Gestor do PPA;
VII – validar informações de metas físicas, indicadores, produtos, objetivos e demais elementos do PPA;
VIII – zelar pela transparência e pela integridade dos dados encaminhados para compor relatórios mensais, quadrimestrais e anual do PPA.

Art. 3º Os Pontos Focais atuarão sob coordenação técnica direta do Departamento de Planejamento e Orçamento, devendo atender às solicitações no prazo estabelecido e colaborar plenamente com o processo de monitoramento, avaliação e revisão do PPA.

Art. 4º Os Secretários Municipais deverão:
I – assegurar às equipes condições para o cumprimento das atividades atribuídas aos Pontos Focais;
II – validar, quando solicitado, os dados setoriais antes do envio final ao Núcleo Municipal de Monitoramento;
III – garantir que a execução das ações sob sua responsabilidade esteja alinhada às metas do PPA.

Art. 5º A substituição de qualquer Ponto Focal deverá ser formalmente comunicada ao Departamento de Planejamento e Orçamento no prazo máximo de 5 (cinco) dias, mediante publicação de nova designação.

Art. 6º Os servidores designados farão jus a certificados de participação nas capacitações oferecidas pelo Município, podendo ser considerados para fins de progressão, avaliação funcional ou registro de capacitação, conforme legislação municipal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul, 18 de Novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

ODAIR ROSILDO FARINHA
Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:DF2123DE

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
PORTARIA 218/2025

Estabelece e documenta as metodologias oficiais de estimativa das receitas do ICMS, do IPTU, do FUNDEB e da fixação das despesas de pessoal, para utilização obrigatória na elaboração do PLDO 2026 e da PLOA 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de que as previsões de receita constantes do PLDO e da PLOA sejam elaboradas com base em metodologias próprias, documentadas, oficiais, auditáveis e fundamentadas tecnicamente;
CONSIDERANDO o princípio da responsabilidade na gestão fiscal e a obrigatoriedade de projeções realistas e consistentes, especialmente no que se refere às receitas de transferências constitucionais, receitas tributárias próprias, receitas educacionais vinculadas e despesas com pessoal;
CONSIDERANDO que o controle externo exige que o Município comprove documentalmente suas metodologias de cálculo, demonstrando a utilização de índices, séries históricas, legislação vigente, dados oficiais e projeções atualizadas;
RESOLVE:

CAPÍTULO I – METODOLOGIA OFICIAL DE ESTIMATIVA DA RECEITA DE ICMS/IPM
Art. 1º Fica instituída a **Metodologia Oficial de Estimativa das Receitas do ICMS** para fins de elaboração do PLDO 2026 e da PLOA 2026, baseada obrigatoriamente nos seguintes elementos:
I – **Índice de Participação dos Municípios (IPM)** divulgado pela **Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA-PR)** para o exercício de 2026;
II – consultas às séries históricas de repasses do ICMS ao Município dos últimos 12, 24 e 36 meses, obtidas em fonte oficial;
III – variação anual prevista da arrecadação estadual;
IV – informações fiscais disponibilizadas pelo Estado;
V – aplicação do IPM atualizado sobre as projeções estaduais.
Art. 2º O Departamento de Planejamento e Orçamento, com apoio do Setor de Contabilidade, deverá elaborar anualmente a **Memória de Cálculo da Receita de ICMS**, contendo:
I – IPM vigente;
II – dados históricos;
III – projeção final;
IV – justificativa técnica.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA OFICIAL DE ESTIMATIVA DO IPTU
Art. 3º Fica instituída a **Metodologia Oficial de Estimativa da Receita do IPTU**, obrigatória para o PLDO 2026 e a PLOA 2026, composta pelos seguintes elementos:
I – **estudos do setor de administração tributária**, contendo:
a) série histórica de arrecadação dos últimos 5 anos;
b) índice de inadimplência dos exercícios anteriores;
c) revisões de base de cálculo realizadas ou programadas;
d) novas inscrições e atualizações cadastrais;
e) estimativa de recuperação de créditos e cobrança ativa;
II – **eventuais alterações legislativas**, incluindo:
a) atualizações de Planta Genérica de Valores (PGV);
b) reajustes legais;
c) mudanças de alíquotas ou faixas;
III – **projeção matemática anual**, observando tendência histórica e variações reais.
Art. 4º A **Memória de Cálculo do IPTU** deverá ser anexada à LDO e à LOA, contendo tabelas, projeções, justificativas e fontes utilizadas.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE ESTIMATIVA DA RECEITA DO FUNDEB (VAAF × MATRÍCULAS)
Art. 5º Fica instituída a **Metodologia Oficial de Estimativa da Receita do FUNDEB**, baseada obrigatoriamente nos seguintes elementos:
I – **número de alunos matriculados** nas escolas públicas e conveniadas do Município, apurado no **Censo Escolar/INEP/MEC**;
II – **valor anual por aluno (VAAF)** divulgado oficialmente para o exercício;
III – cálculos baseados na fórmula:
Receita estimada do FUNDEB = Total de Matrículas × VAAF vigente

IV – eventuais fatores adicionais considerados pelo Município, tais como:
a) crescimento projetado das matrículas;
b) variações do VAAF;
c) complementações da União;
d) particularidades das redes conveniadas.
Art. 6º O Departamento de Planejamento e Orçamento deverá elaborar e anexar ao PLDO e à PLOA a **Memória de Cálculo da Receita do FUNDEB**, com:
I – matrículas certificadas pelo INEP;
II – VAAF vigente;
III – projeção matemática;
IV – justificativa técnica.

CAPÍTULO IV – DOCUMENTO OFICIAL DE FIXAÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL
Art. 7º Fica instituída a **Metodologia Oficial de Fixação das Despesas de Pessoal** do Município para o exercício de 2026, composta por:
I – levantamento da folha efetiva do exercício anterior, incluindo todos os encargos;
II – projeção de reajustes obrigatórios ou decorrentes de leis específicas;
III – reposições de aposentadorias, exonerações e nomeações previstas;
IV – progressões funcionais obrigatórias por lei;
V – encargos previdenciários vinculados (RPPS e RGPS);
VI – cálculos de horas extras, adicionais e demais variáveis com base na média histórica;
VII – impacto orçamentário de concursos públicos, se houver;
VIII – ajustes por índices oficiais (INPC/IPCA), quando previstos em lei.
Art. 8º O Município deverá elaborar anualmente o **Documento de Cálculo da Fixação das Despesas de Pessoal**, contendo:
I – memória de cálculo detalhada;
II – tabelas por categorias e funções;
III – justificativa técnica;
IV – estimativa final a ser inserida no PLDO e na PLOA.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º Os documentos de cálculo previstos nesta Portaria – ICMS, IPTU, FUNDEB e Despesas de Pessoal – são de elaboração obrigatória, devendo ser anexados ao processo administrativo do PLDO 2026 e da PLOA 2026.
Art. 10 O Departamento de Planejamento e Orçamento poderá emitir orientações complementares, modelos e planilhas oficiais para aplicação desta Portaria.
Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Jundiaí do Sul, 18 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

ODAIR ROSILDO FARINHA
Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento

MADISON LUIS DA SILVA GUILHERME
Contador Municipal

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:B2D5C5BD

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
PORTARIA 219/2025

Aprova o Manual Institucional de Procedimentos para Alteração da Lei Orçamentária Anual – LOA, padroniza os fluxos, prazos e responsabilidades e estabelece diretrizes obrigatórias para abertura de créditos adicionais e remanejamento de dotações no âmbito do Município de Jundiaí do Sul.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de instituir procedimentos padronizados, claros e seguros para a elaboração, tramitação e formalização de alterações na Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo seu alinhamento ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à execução administrativa;
CONSIDERANDO que a abertura de créditos adicionais e o remanejamento de dotações orçamentárias devem observar rigor técnico, critérios legais, transparência e rastreabilidade administrativa;
CONSIDERANDO a importância de estabelecer uma metodologia institucional que assegure segurança jurídica, controle interno adequado e cumprimento das normas orçamentárias, especialmente as previstas na Constituição Federal, na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e na legislação municipal vigente;
CONSIDERANDO que a padronização dos procedimentos facilita a gestão, previne falhas formais, qualifica a tomada de decisões e melhora a governança do ciclo orçamentário municipal;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o Manual Institucional de Procedimentos para Alteração da Lei Orçamentária Anual – LOA, o qual estabelece diretrizes, critérios técnicos e jurídicos, fluxos internos, prazos, responsáveis e modelos padronizados para abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) e remanejamento de dotações orçamentárias.
Art. 2º O Manual aprovado por esta Portaria será de observância obrigatória para todos os órgãos, secretarias, departamentos e unidades administrativas do Município de Jundiaí do Sul, devendo ser seguido integralmente em qualquer solicitação ou tramitação relacionada à alteração da LOA.
Art. 3º São objetivos do Manual:
I – padronizar os procedimentos de alteração orçamentária;
II – garantir conformidade com a legislação financeira, fiscal e orçamentária;
III – fortalecer a segurança jurídica e a governança administrativa;
IV – assegurar que todas as modificações orçamentárias sejam devidamente motivadas, justificadas e documentadas;
V – definir atribuições específicas do Planejamento, Contabilidade, Controle Interno, Secretarias e Gabinete;
VI – garantir que cada alteração seja rastreável e auditável;
VII – promover transparência e eficiência na execução orçamentária municipal.
Art. 4º Para fins de execução do Manual, ficam institucionalmente definidos como responsáveis diretos pelas análises, validações e formalizações dos pedidos de alteração da LOA:
I – Secretarias e Departamentos Solicitantes, responsáveis por motivar a necessidade, justificar a demanda e indicar dotações afetadas;
II – Departamento de Planejamento e Orçamento, responsável pela análise técnica e compatibilidade com o PPA, LDO e LOA;
III – Setor de Contabilidade, responsável pela análise contábil, fonte de recursos, codificações e classificação orçamentária;
IV – Unidade de Controle Interno, responsável por verificar legalidade, conformidade e limites fiscais;
V – Gabinete do Prefeito, responsável pela formalização dos atos de abertura de créditos e remanejamentos;
VI – Secretaria de Administração, responsável pela publicação e arquivo dos atos.
Art. 5º As alterações na LOA deverão observar, obrigatoriamente:
I – os critérios legais e técnicos estabelecidos no Manual;
II – os fluxos e etapas previstos, incluindo formulários, pareceres e validações;
III – os prazos definidos para cada unidade envolvida;
IV – o devido processo administrativo;
V – o registro, arquivamento e transparência das informações.

Art. 6º A solicitação de crédito adicional ou remanejamento deverá ser formalizada exclusivamente mediante o Formulário de Solicitação de Alteração Orçamentária, constante no Anexo I do Manual, acompanhado dos documentos obrigatórios.
Art. 7º Caberá ao Departamento de Planejamento e Orçamento:
I – orientar os órgãos na correta utilização do Manual;
II – promover capacitações periódicas;

III – atualizar o Manual anualmente ou sempre que houver alterações legais relevantes;
IV – monitorar o cumprimento dos fluxos e prazos;
V – emitir instruções complementares, quando necessário.
Art. 8º A Secretaria de Administração deverá:
I – publicar os atos normativos relativos às alterações da LOA;
II – garantir sua disponibilização no Portal da Transparência;
III – manter arquivo físico e digital atualizado.
Art. 9º O descumprimento das normas estabelecidas neste Manual poderá ensejar responsabilização administrativa do agente responsável, conforme legislação municipal aplicável.
Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul, 18 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

ODAIR ROSILDO FARINHA
Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento

MADISON LUÍS DA SILVA GUILHERME
Contador Municipal

MANUAL INSTITUCIONAL PARA ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA
Município de Jundiaí do Sul – Paraná

1. OBJETIVO DO MANUAL
Este Manual tem por finalidade **regular, padronizar e orientar** os procedimentos internos do Município de Jundiaí do Sul relacionados à **alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA)**, incluindo:

• abertura de **créditos adicionais** (suplementares, especiais e extraordinários);
• **remanejamento de dotações orçamentárias** dentro e entre unidades;
• **reclassificações necessárias** para execução de programas, ações e projetos;
• **ajustes por necessidade administrativa, legal ou superveniente**.

O documento estabelece critérios, etapas, instrumentos, responsáveis e fluxos obrigatórios, garantindo:

• segurança jurídica;
• conformidade com a legislação federal, estadual e municipal;
• respaldo às deliberações administrativas;
• transparência e rastreabilidade das alterações;
• eficiência no processo de execução orçamentária.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Manual está fundamentado nos seguintes normativos:

• Constituição Federal (arts. 165 a 169)
• Lei nº 4.320/1964 – Normas Gerais de Direito Financeiro
• Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal
• Lei Orgânica do Município
• Lei Orçamentária Anual vigente
• Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente
• Normas e resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
• Demais atos normativos municipais relacionados à matéria

3. CONCEITOS FUNDAMENTAIS
3.1 Crédito Adicional
Autorização de despesa **não computada ou insuficientemente dotada** na LOA.
Tipos:

• **Suplementar** – reforça dotação existente.
• **Especial** – cria dotação inexistente.
• **Extraordinário** – para atender despesas imprevisíveis e urgentes (como calamidade pública).

3.2 Remanejamento
Transferência ou transposição de recursos entre categorias de programação, unidades ou elementos, **desde que permitido por lei autorizatória**.

3.3 Anulação de Dotação
Utilizada como **fonte de recursos** para abertura de créditos suplementares ou especiais, conforme art. 43 da Lei 4.320/64.

4. CRITÉRIOS LEGAIS E TÉCNICOS PARA ALTERAÇÃO DA LOA
Toda solicitação de alteração orçamentária deve observar, no mínimo:

4.1 Critérios Legais
I – Compatibilidade com o PPA, LDO e LOA vigentes.
II – Indicação clara da **fonte de recursos**, conforme art. 43 da Lei nº 4.320/64:

• superávit financeiro do exercício anterior;
• excesso de arrecadação;
• anulação de dotações;
• operações de crédito autorizadas;
• reserva de contingência.

III – Observância aos limites e condições da LRF.
IV – Existência de **prévia autorização legislativa**, quando exigido.
V – Vedação de transposição não autorizada entre órgãos e categorias.
VI – Atendimento às regras do regime jurídico orçamentário municipal.

4.2 Critérios Técnicos
A solicitação deve apresentar:
I – motivação clara da necessidade da alteração;
II – justificativa administrativa e técnica;
III – impacto financeiro e orçamentário;
IV – indicação do programa, ação e elemento afetado;
V – análise de risco para execução;
VI – aderência à execução física e financeira;
VII – conformidade com metas fiscais.

5. TIPOS DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1 Crédito Suplementar
Objetivo: reforçar dotação existente.
Requer: ato do Executivo (decreto) e fonte legal.
5.2 Crédito Especial
Objetivo: criar dotação inexistente.
Requer: **lei específica** + decreto de abertura.
5.3 Crédito Extraordinário
Objetivo: atender urgências (calamidade, comoção, etc.).
Requer: decreto + comunicação imediata ao Legislativo.
5.4 Remanejamento/Transposição
Requer: previsão expressa na LDO e LOA.
Execução por meio de decreto.

6. FLUXO DE TRAMITAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA LOA
A seguir, o fluxo obrigatório de tramitação:

ETAPA 1 – Solicitação Setorial
Responsável: **Secretário ou Diretor de Departamento**
Prazo: contínuo
O pedido deve conter:

• justificativa da necessidade;
• ação afetada;
• valor exato;
• impacto na execução;
• previsão de impacto no cronograma;
• indicação de dotações anuláveis, quando necessário.

Documento utilizado: **Formulário de Solicitação de Alteração Orçamentária** (Anexo I).

ETAPA 2 – Análise Técnica do Planejamento
Responsável: **Departamento de Planejamento e Orçamento**
Prazo: até **5 dias úteis**

Atividades:

• analisar compatibilidade com PPA, LDO e LOA;
• verificar aderência aos critérios técnicos;
• indicar necessidade de informações complementares;
• validar pertinência administrativa.

Produto: **Parecer Técnico de Viabilidade**.

ETAPA 3 – Análise Contábil e Orçamentária
Responsável: **Setor de Contabilidade**
razo: até **3 dias úteis**
Atividades:

• verificar disponibilidade de fonte;
• conferir códigos e classificações;
• validar anulação de dotação (se houver);
• confirmar limites legais.

Produto: **Parecer Contábil e de Classificação Orçamentária**.

ETAPA 4 – Controle Interno
Responsável: **Unidade de Controle Interno**
Prazo: até **3 dias úteis**
Verifica:

• legalidade;
• conformidade com LRF;
• limites constitucionais e setoriais;
• adequação à Portaria Municipal.

Produto: **Despacho de Controle Interno**.

ETAPA 5 – Formalização do Ato Normativo
Responsável: **Departamento Jurídico e Gabinete**
Atividade:

• elaboração de **Decreto**, **Lei** ou **Portaria**, conforme o tipo de crédito.

ETAPA 6 – Publicação e Arquivamento
Responsável: **Secretaria de Administração**
Atividades:

• publicação no diário oficial;
• registro e arquivamento;
• comunicação aos órgãos envolvidos.

7. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Etapa	Responsável	Atribuições
Solicitação	Secretarias/Departamentos	Justificativa e dados
Análise Técnica	Planejamento	Viabilidade e compatibilidade
Análise Contábil	Contabilidade	Classificação e fonte
Controle Interno	CI	Legalidade
Ato Normativo	Jurídico/Gabinete	Decreto/Lei
Publicação	Administração	Divulgação

8. PRAZOS PADRÃO

• Solicitação setorial → **contínuo**
• Análise de Planejamento → **até 5 dias úteis**
• Análise Contábil → **até 3 dias úteis**
• Controle Interno → **até 3 dias úteis**
• Elaboração do ato → **até 2 dias úteis**
• Publicação → **até 24 horas após assinatura**

Total estimado: **até 14 dias úteis** por alteração.

9. ANEXOS DO MANUAL

ANEXO I – Formulário de Solicitação de Alteração da LOA
Órgão solicitante:
Responsável:
Ação/Programa afetado:
Natureza da despesa:
Valor solicitado:
Tipo de alteração:( ) Suplementar ( ) Especial ( ) Extraordinário ( ) Remanejamento
Justificativa técnica:
Impacto na execução:
Dotação a ser anulada (se houver):
Documentos anexos:
Assinatura do responsável: _____

ANEXO II – Parecer Técnico do Planejamento
Inclui:

• análise de mérito;
• aderência ao planejamento;
• compatibilidade com metas e programas.

ANEXO III – Parecer Contábil
Inclui:

• fonte de recursos;
• verificação de saldos;
• conferência da classificação.

ANEXO IV – Despacho do Controle Interno
Inclui:

• análise da legalidade;
• conformidade com normas;
• recomendações.

ANEXO V – Minuta de Decreto/Lei
Modelo padronizado para publicação.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS
Este Manual deverá:

• ser observado por todos os órgãos da Administração Municipal;
• integrar o Sistema Municipal de Planejamento;
• ser revisado anualmente pelo Departamento de Planejamento e Orçamento;
• ser publicado no Portal da Transparência;
• ser utilizado como referência obrigatória nos processos de alteração da LOA.

Município de Jundiaí do Sul – Paraná
Manual Institucional – Alteração da Lei Orçamentária Anual

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:F6F88D56

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 157/2023

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a **NORTE SUL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA**, CNPJ: 19.850.311/0001-78
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inexigibilidade nº **013/2023**, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/2002 e 8.666/93, e suas alterações posteriores.
ESPECIE: Segundo Termo Aditivo de PRAZO para prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original, adequando o Contrato de Prestação de Serviços nº 157/2023, pelo período de até 12 (doze) meses, com autorização legal do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços médicos, especialidade clínica geral, para atender PLANTÕES MEDICOS de 24 horas diárias, no período de segunda a sexta-feira, sábados, domingos e feriado das 07:00hrs ás 07:00 horas, mediante escala/revezamento elaborada pelo Departamento Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir do vencimento do último termo aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR.

Jundiaí do Sul- PR, 17 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:6DA8AACD

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 158/2023

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a **ELO SERVIÇOS DE SAUDE LTDA**, CNPJ: 47.826.214/0001-85.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inexigibilidade nº **013/2023**, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/2002 e 8.666/93, e suas alterações posteriores.
ESPECIE: Segundo Termo Aditivo de PRAZO para prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original, adequando o Contrato de Prestação de Serviços nº 158/2023, pelo período de até 12 (doze) meses, com autorização legal do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços médicos, especialidade clínica geral, para atender PLANTÕES MEDICOS de 24 horas diárias, no período de segunda a sexta-feira, sábados, domingos e feriado das 07:00hrs ás 07:00 horas, mediante escala/revezamento elaborada pelo Departamento Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir do vencimento do último termo aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR.

Jundiaí do Sul- PR, 17 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:871E0885

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 159/2023

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a **A. VIEIRA DOS SANTOS - CLINICA MEDICA**, CNPJ: 31.999.332/0001-55
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inexigibilidade nº **013/2023**, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/2002 e 8.666/93, e suas alterações posteriores.
ESPECIE: Segundo Termo Aditivo de PRAZO para prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original, adequando o Contrato de Prestação de Serviços nº 159/2023, pelo período de até 12 (doze) meses, com autorização legal do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços médicos, especialidade clínica geral, para atender PLANTÕES MEDICOS de 24 horas diárias, no período de segunda a sexta-feira, sábados, domingos e feriado das 07:00hrs ás 07:00 horas, mediante escala/revezamento elaborada pelo Departamento Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir do vencimento do último termo aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR.

Jundiaí do Sul- PR, 17 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:6DFFF26F

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 211/2025

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa **C R GONÇALVES - EPP**, CNPJ: **24.483.178/0001-07**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 023/2025, com fulcro no art. 74, inciso III, e no art. 72, parágrafo único da Lei Federal 14.133/2021.

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos Especializados na área ambiental, a serem realizados no município de Jundiaí do Sul – Estado do Paraná.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária, sendo suplementada se necessário Através de Lei Orçamentária Municipal nº 767/2024, de 19 de dezembro de 2024.

Órgão	Conta – Programática Funcional	Natureza da Despesa	Fonte
Manutenção do Departamento Municipal de Administração Geral	01100- 10.001.13.392.0023.2036	3.3.90.39.00.00	00000

VIGENCIA: 12 (doze) meses após assinatura do contrato e publicação do ato.
VALOR: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 17/11/2025.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul - PR, 17 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:38BCC4AD

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2025

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº. 113/2025, que declarou dispensável a licitação para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem e alimentação completa, em estabelecimento localizado no litoral paranaense, preferencialmente nas cidades de Guaratuba ou Matinhos, destinada à realização de Oficina de Lazer para 60 (sessenta) participantes, a fim de atender as demandas do Departamento Municipal de Assistência Social, com fundamento nos Art. 75, inciso II, Art. 95, inciso I da Art. 176 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Perfazendo o valor total de **R$ 60.720,00** (sessenta mil setecentos e vinte reais);

Sendo:
R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais) em favor da **Empresa HOTEL CABANA SUICA LTDA - CNPJ: 78.039.328/0001-09;**

E sendo:
R$ 17.520,00 (dezessete mil quinhentos e vinte reais) em favor da **Empresa TOP TOUR LTDA – CNPJ: 04.411.691/0001-77.**

Daí, porque, para regularização fica, pois, formalmente reconhecida à Dispensa de Licitação na forma da Lei 14.133/2021.

Verifica-se que o presente procedimento encontra-se devidamente instruído com os requisitos previstos no art.72,§ Único da Lei 14.133/2021.

Publique-se.

Jundiaí do Sul – PR, 17 de novembro 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:25AA1705

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2025

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº. 113/2025, que declarou dispensável a licitação para Aquisição de Livros Literários para o Ensino Fundamental – Coleções de Bibliotecas Escolares, para atender as necessidades da Escola Nova do Município de Jundiaí do Sul, Paraná e para renovar o acervo da Biblioteca, bem como do Cantinho da Leitura das salas de aula da Escola Municipal Professora Vilma Vieira Pereira Marques - Ensino Fundamental, a fim de atender as demandas do Departamento Municipal de Educação, com fundamento nos Art. 75, inciso II, Art. 95, inciso I da Art. 176 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Perfazendo o valor total de Perfazendo o valor total de **R$ 33.062,80** (Trinta e três mil, sessenta e dois reais e oitenta centavos) em favor da **Empresa VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA – CNPJ : 02.593.711/0001-42.**
Verifica-se que o presente procedimento encontra-se devidamente instruído com os requisitos previstos no art.72,§ Único da Lei 14.133/2021.

Publique-se.

Jundiaí do Sul – PR, 17 de novembro 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:271F8867

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2025

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº. 113/2025, que declarou inexigível a licitação para Aquisição de lousas digitais interativas, com instalação e capacitação de uso, destinadas às instituições escolares da Rede Municipal de Ensino de Jundiaí do Sul – PR, visando à modernização das salas de aula e à melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Está em conformidade com o Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços n°02/2024, originária do Pregão Eletrônico n°02/2024, firmado pelo Consorcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná (CIEDEPAR), atendendo ao art. 72, inciso VI, da Lei n° 14.133/2021, conforme solicitação realizada pelo Departamento Municipal de Educação, com fundamento nos Art. com fundamento nos Art. 75, inciso IX, Art. 176 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

O valor total do objeto requisitado é Perfazendo o valor total de **R$ 189.936,04** (cento e oitenta e nove mil novecentos e trinta e seis reais e quatro centavos)**,** em favor da **Empresa RENTAL SAAS SERVICOS E SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, com CNPJ nº 31.766.438/0001-09.**

Verifica-se que o presente procedimento encontra-se devidamente instruído com os requisitos previstos no art.72,§ Único da Lei 14.133/2021.

Publique-se.

Jundiaí do Sul – PR, 17 de novembro 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:6BF2795E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI
RESOLUÇÃO N° 222, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Aprova Termo de Adesão, Plano de Aplicação e Plano de Trabalho referente à Deliberação n.º 049/2025 – CEDIPI/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI/LAPA-PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº 1666, de 26/11/2002;

• Considerando a Lei Municipal Nº 1666, de 26/11/2002 e Inciso I do Artigo 3º da Lei Municipal Nº 2747, de 06/06/2012;

• Considerando a Lei Municipal nº 2747 de 2012 que instituiu o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, com a finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município da Lapa/PR;

• Considerando a deliberação 049/2025 Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoas Idosa – CEDIPI/PR, que prevê repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

• Considerando o Ofício Nº 169, de 14 de Novembro de 2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, pelo qual o Órgão Gestor solicita a aprovação do Termo de Adesão, Plano de Aplicação e Plano de Trabalho referente, a Deliberação Nº 049/2025 – CEDIPI/PR, para o Município da Lapa/PR;

• Considerando deliberação da plenária, por meio de reunião Extraordinária realizada em 17/11/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão ao Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, Deliberação N° 049/2025- CEDIPI/PR.

Art. 2º - Aprovar o Plano de Aplicação ao Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, Deliberação N° 049/2025- CEDIPI/PR, a ser executado por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, como cofinanciamento estadual, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinado a capital.

Art. 3º - Aprovar o Plano de Trabalho referente ao Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, Deliberação N° 049/2025- CEDIPI/PR.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 17 de Novembro de 2025.

ROSELI DE SOUZA PORTES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DBAF5254

GABINETE
DECRETO N° 29235, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Demite, o(a) servidor(a) LUCINEIDE APARECIDA FOQUE.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

• Considerando o PD 28195/2025, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

• Considerando o término de seu contrato de trabalho,

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica DEMITIDO (A), em razão do término de seu contrato de trabalho, a partir de 14/11/2025, como dia trabalhado, o(a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

LUCINEIDE APARECIDA FOQUE
RG: 6796219-2/PR
CPF: 000.523.789-00
COZINHEIRO
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 18 de Novembro de 2025.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F05F0B1F

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Altera a Lei Municipal nº 1682, de 30 de dezembro de 2002.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas SANCIONO a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – Fica alterada a Súmula, da Lei Municipal nº 1682, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Súmula: Institui no Município da Lapa-PR a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos – CIP/SMSPLP, previsto no artigo 149-A da constituição Federal e dá outras providencias. "

Art. 2º – Fica alterado o Art. 1º, da Lei Municipal nº 1682, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída no Município da Lapa-PR a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública e de sistemas de monitoramento para Segurança e preservação dos logradouros públicos – CIP/SMSPLP, previstos no artigo 149-A da Constituição Federal.
Parágrafo único – A constituição prevista no caput se destinada a cobrir despesas com a energia elétrica consumida e com a operação, manutenção, eficientização, ampliação do serviço de Iluminação Pública e sistemas de monitoramento para segurança e preservação dos logradouros públicos do Município.
I - O serviço de iluminação pública custeado pela arrecadação da CIP/SMSPLP compreende a gestão, fiscalização, a modernização, eficientização, expansão, o melhoramento, a operação e manutenção, além de outras atividades correlatas, da rede e demais infraestruturas aplicadas, com o objetivo de iluminar: vias públicas destinadas ao trânsito de pessoas ou veículos, tais como ruas, avenidas, logradouros, caminhos, túneis, passagens, jardins, estradas, passarelas e rodovias;
II - Os Sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros compreendem a implementação de dispositivos e tecnologias, como câmaras de vigilância, sensores ou outros meios eletrônicos, destinados a reforçar a segurança pública, prevenir atos de vandalismo, identificar situações de risco e promover a conservação e bom uso dos espaços públicos, tais como ruas, praças, jardins, parques e demais áreas de uso coletivo. "

Art. 3° - Ficam alterados os §§ 1º e 2º do Art. 3º, da Lei Municipal nº 1682, de 30 de dezembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - (...)
§ 1º – São sujeitos passivos solidários da CIP/SMSPLP os locatários, comodatários ou possuidores a qualquer título de imóvel edificado situado no território do Município e que tenha ligação privada e regular de energia elétrica.
§ 2º – A contribuição para Custeio de Iluminação Pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos – CIP/SMSPLP indicara como obrigados quaisquer dos sujeitos passivos elencados neste artigo. "

Art. 4º - Fica alterado o Art. 4º, da Lei Municipal nº 1682, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º – O valor da CIP/SMSPLP será fixo, em moeda corrente, sendo cobrado anualmente para os imóveis não edificados e mensalmente para os imóveis edificados. "

Art. 5º - Ficam alterados os §§ 2º 3º e 4º e o caput do Art. 6º da Lei Municipal nº 1682, de 30 de dezembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º – Para o exercício de 2003, ficam estabelecidos os seguintes valores da CIP/SMSPLP:
(...)
§ 2º – Caso seja, por norma federal, admitida a correção monetária de débitos fiscais por período inferior a um ano civil, o valor da CIP/SMSPLP devida mensalmente passará a ser utilizada em periodicidade mensal, a partir do mês subsequente ao da previsão normativa federal.
§ 3º – Os valores da CIP/SMSPLP para os exercícios subsequentes a 2003 serão determinados anualmente mediante aplicação, sobre os valores definidos nos incisos I e II, da variação do INPC ocorrida nos 12 meses anteriores ao do reajuste, ou outro índice de preços que vier a ser aplicado para correção dos débitos tributários municipais''.
§ 4º – Havendo diminuição do valor das despesas com iluminação pública, a CIP/SMSPLP sofrera redução no mesmo percentual. "

Art. 6º - Fica alterado o Art. 7º da Lei Municipal nº 1682, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º – A CIP/SMSPLP para contribuintes proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis não edificados ou não ligados a rede de distribuição de energia será paga juntamente com o Imposto Predial e territorial Urbano – IPTU, nas mesmas condições e forma de pagamento. "

Art. 7º - Ficam alterados os §§ 1º, 2º e o caput do Art. 8º da Lei Municipal nº 1682, de 30 de dezembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º – A CIP/SMSPLP para proprietários, titulares do domínio útil, locatários, comodatários ou possuidores a qualquer título de imóvel edificado que tenha ligação regular e privada de energia elétrica, será lançada mensamente para pagamento junto com a nota fiscal/fatura de energia elétrica, na forma e condições estipuladas em contrato de arrecadação a ser firmado entre o município e a empresa titular da concessão para distribuição de energia elétrica no território do município.

§ 1º - O contrato de arrecadação mencionado no caput deste artigo deverá prever o repasse mensal, pela concessionaria ao município, do saldo credor da CIP/SMSPLP arrecadada, admitida, exclusivamente, a

retenção dos montantes necessários ao pagamento da energia elétrica fornecida e outros serviços, referentes a iluminação pública.

§ 2º – O montante devido e não pago da CIP/SMSPLP será inscrito em dívida ativa, por parte da autoridade competente, servindo como título hábil para a inscrição, a comunicação de inadimplência efetuada pela concessionaria acompanhada de duplicata da fatura de energia elétrica não paga. ”

Art. 8º - Fica alterado o Art. 9º, da Lei Municipal nº 1682, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º – Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros público – FUMIP/SMSPLP, de natureza contábil e administrado pela Secretaria de Finanças do Município, para o qual deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP/SMSPLP e que devera custear os serviços de iluminação pública e o custeio do sistema de monitoramento para segurança e preservação de logradouros público previstos nesta lei. ”

Art. 9º - Permanecem inalterados as demais disposições pertencentes a esta lei.

Art. 10 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 18 de Novembro de 2025.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito do Município da Lapa

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A3BADCA7

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 318/2025

DADOS DO SERVIDOR					
Nome Joelisa Lenzi					Matrícula 0682
Cargo Assistente Social		CPF 836.123.789-53			RG 4.540.654-7
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER / CREAS		Conta corrente/poupança 000596128711-0			Banco / Nº Agência Caixa Econômica Federal 0393
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS III, NOS DIAS 24,25,26,27e 28 DE NOVEMBRO DE 2025, EM CURITIBA.					
Destino (Dist. Aprox.) CURITIBA 76 KM		Período **24/11/25**	a	**28/11/2025**	
Hora de Saída 06:00h (aproximado)		Hora de Retorno 19:00h (aproximado)			
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s) (R$) 05 meia diária de R$ 60,00 cada.		Total a Receber (R$) R$ 300,00 (trezentos reais)			
Justificativa: PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS III, NOS DIAS 24,25,26,27 e 28 DE NOVEMBRO DE 2025, EM CURITIBA.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. 13 / 11 / 2025 Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. 13 / 11 / 2025 Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
13/11/2025 ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1FA725C9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 065/2025– UASG 987657-SRP

OBJETO: Aquisição de carnes e frios para atender a demanda da casa de passagem e maternidade municipal Humberto Carrano, pelo período de 12 meses, através do Sistema Registo de Preços.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 16/12/2025 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 16/12/2025 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço Unitário por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO:R$ 556.145,00(quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e quarenta e cinco reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net “acesso Identificado no link – licitações” ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelos telefones (41) 3547-8029 e (41) 3547-8030.
Lapa, 18 de novembro de 2025

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7982CF1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 069/2025– UASG 987657

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Aquisição de máquinas e equipamentos para o Município da Lapa, conforme convênio nº 942.051-23.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 16/12/2025 às 13:59 horas.
DATA DA SESSÃO: 16/12/2025 às 14:00 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO:R$ 242.728,99(duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net “acesso Identificado no link – licitações” ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelos telefones (41) 3547-8029 e (41) 3547-8030.
Lapa, 18 de novembro de 2025

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F3B16FC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 046/2025 – UASG 987657

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025 cujo objeto trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, inclusive com fornecimento de veículos e equipamentos de apoio, bem como materiais essenciais à

prestação dos serviços em vias públicas tudo na área urbana do Município de Lapa-PR.
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 12/12/2025 às 09:29 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO:12/12/2025 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Lote
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 5.656.600,00(cinco milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil e seiscentos reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3370 na data de 14/09/2025 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelos telefones (41) 3547-8029 e (41) 3547-8030.
Lapa, 18 de novembro de 2025.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:933E1A8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 060/2025 – UASG 987657-SRP

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2025 cujo objeto trata-se de contratação de empresa
para administração, gerenciamento, emissão, distribuição e o fornecimento de cartões magnéticos ou eletrônicos, munidos de senha de acesso para aquisição de materiais de construção, em estabelecimentos comerciais do município da Lapa/PR (loja de materiais de construção), com bloqueio para aquisição de produtos de decoração e supérfluos, destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, pelo período de 12 meses, através do Sistema Registo de Preços.
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 15/12/2025 às 13:59 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO:15/12/2025 às 14:00 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Item -Menor Taxa de Administração.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 637.000,00(Seiscentos e trinta e sete mil reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3389 na data de 21/10/2025 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelos telefones (41) 3547-8029 e (41) 3547-8030.
Lapa, 18 de novembro de 2025.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:218FD91F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 010/2022, de 19/05/2022, que homologou o **Concurso Público** 001/2022, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
LETICIA HELENA BACH	ENFERMEIRO

Lapa, 17 de novembro de 2025.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:26B6C1A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 317/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2025 (PD Nº 10137/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: LUIZ MINIOLI NETTO LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 14.221.429/0001-13, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. LUIZ MINIOLI NETTO.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS DE COPA E COZINHA, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I - ITENS 3, 4, 9, 19, 22, 23, 25, 52, 54, 59, 68, 74 E 88.
VALOR GLOBAL: R$ 25.512,36 (VINTE E CINCO MIL, QUINHENTOS E DOZE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO

MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023. DISPONÍVEL EM: HTTPS://LAPA.ATENDE.NET/CIDADAO/PAGINA/DECRETOS-MUNICIPAIS.
DATA: 06/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:27CA635B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 329/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: LIFEGOV LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 58.923.716/0001-40, REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. REINALDO SERGIO ALVES.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITENS 29, 47 E 50.
VALOR GLOBAL: R$ 9.314,44 (NOVE MIL, TREZENTOS E QUATORZE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:6116319F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 330/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 46.368.367/0001-63, REPRESENTADA POR SUA TITULAR, SRA. VERA LUCIA DE OLIVEIRA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITENS 14, 57, 84 E 85.
VALOR GLOBAL: R$ 17.728,33 (DEZESSETE MIL, SETECENTOS E VINTE E OITO REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0E573F6B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 332/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: 4U DIGITAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 21.982.891/0002-80, REPRESENTADA POR SUA TITULAR, SRA. MYLLENA LIRA XAVIER.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITEM 9.
VALOR GLOBAL: R$ 16.390,00 (DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E NOVENTA REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO

PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FF9AF210

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 339/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: CROMA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 35.828.826/0001-28, REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. ALAN ALVES COIMBRA..
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITENS 52 E 107.
VALOR GLOBAL: R$ 65.979,03 (SESSENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E TRÊS CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8353458D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 343/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: FRANCIELE ELETRO LTDA ME, CNPJ SOB Nº 47.646.580/0001-52, REPRESENTADA POR SUA TITULAR SR. FRANCIELE FORMIGARI.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITENS 39, 68, 75 E 109.
VALOR GLOBAL: R$ 143.663,00 (CENTO E QUARENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1A957A1E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: HD COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA ME, CNPJ SOB Nº 36.428.542/0001-07, REPRESENTADA POR SUA SÓCIA SRA. VANESSA NISELI DOROW DALFOVO.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITEM 58.
VALOR GLOBAL: R$ 1.020,00 (UM MIL E VINTE REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:CA457221

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 347/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: IZANETE CRISTINA ALVES BASTOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 31.368.587/0001-10, REPRESENTADA POR SUA TITULAR SRA. IZANETE CRISTINA ALVES BASTOS.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITENS 08, 13 E 22.
VALOR GLOBAL: R$ 234.874,67 (DUZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3ADC5ACD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 348/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: J J PRODUTOS LTDA ME, CNPJ SOB Nº 49.453.745/0001-03, REPRESENTADA POR SUA TITULAR SRA. NAIRIS FERREIRA COSTA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITEM 04.
VALOR GLOBAL: R$ 63.618,00 (SESSENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E DEZOITO REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F32F0FCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 350/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: LEANDRO ANTONIO OZANA LTDA ME, CNPJ SOB Nº 29.199.991/0001-65, REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. LEANDRO ANTONIO OZANA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITEM 30.
VALOR GLOBAL: R$ 49.518,00 (QUARENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E DEZOITO REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:596500C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 353/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: MICROFORT INFORMÁTICA LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 24.675.507/0001-03, REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. DIEGO LUIZ MARTINELLI.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITENS 12, 43, 54, 65, 87, 105, 110 E 113.
VALOR GLOBAL: R$ 298.469,90 (DUZENTOS E NOVENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C472B14B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 362/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 21.613.975/0001-65, REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. GUSTAVO BAGATOLI.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITENS 07, 70 E 86.
VALOR GLOBAL: R$ 39.522,00 (TRINTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E VINTE E DOIS REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1D8D8173

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 364/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: J J VITALLI EPP, CNPJ SOB Nº 08.658.622/0001-13, REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. JAIME JOSE VITALLI.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITENS 10 E 78.
VALOR GLOBAL: R$ 1.918,35 (UM MIL, NOVECENTOS E DEZOITO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0BD5655D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 365/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2025 (PD Nº 3391/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: SUPER FRIO EQUIPAMENTOS COMERCIAIS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 34.411.125/0001-26, REPRESENTADA POR SUA TITULAR SRA. ISABELLE BRUSTOLIN.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS, ELETRÔNICOS E ELETROPORTÁTEIS PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I. ITENS 66, 67 E 97.
VALOR GLOBAL: R$ 20.840,00 (VINTE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023.
DATA: 12/11/2025
DATA ASSINATURA: 17/11/2025
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9EB8CB3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
1º TERMO ADITIVO - APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 39/2024

CONCEDENTE: Município da Lapa, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, neste ato representado pela Secretária Municipal Sr.ª Neuzeli Schmidt Camargo, portadora do registro geral nº 7.083.534-7 Órgão Expedidor SESP/PR e CPF nº 029.561.559-11, residente e domiciliada na cidade de Lapa, na Rua Dr. Joaquim Linhares de Lacerda, nº 1272- Centro, CEP: 83.750-000

TOMADOR: Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Paulo, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada nesta cidade, sito à Rua Barão do Rio Branco, n° 1.229 - Centro, CEP 83750-099, inscrito no CNPJ nº 78.474.509/0001-63.

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 40/2024, tem como objeto a alteração do Fiscal da Transferência no Concedente, Sra. Wilma Will Leal Bandeira, portadora do CPF n° 799.354.439-49, e passa a ser a servidora Camila Barbosa Pinto, portadora do CPF n° 061.762.349-05.
CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem vigentes e inalteradas as demais Cláusulas e condições anteriormente avençadas e não conflitantes com o presente Termo de Apostilamento, o qual passa a fazer parte integrante e complementar do Termo de Colaboração N° 39/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA
O registro deste Apostilamento está respaldado na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal n° 22.763/2017.

Lapa - PR, 18 de março de 2025.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4C836FA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
1º TERMO ADITIVO - APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 40/2024

CONCEDENTE: Município da Lapa, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, neste ato representado pela Secretária Municipal Sr.ª Neuzeli Schmidt Camargo, portadora do registro geral nº 7.083.534-7 Órgão Expedidor SESP/PR e CPF nº 029.561.559-11, residente e domiciliada na cidade de Lapa, na Rua Dr. Joaquim Linhares de Lacerda, nº 1272- Centro, CEP: 83.750-000

TOMADOR: Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Paulo, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada nesta cidade, sito à Rua Barão do Rio Branco, n° 1.229 - Centro, CEP 83750-099, inscrito no CNPJ nº 78.474.509/0001-63.

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 40/2024, tem como objeto a alteração do Fiscal da Transferência no Concedente, Sra. Wilma Will Leal Bandeira, portadora do CPF n° 799.354.439-49, e passa a ser a servidora Camila Barbosa Pinto, portadora do CPF n° 061.762.349-05.
CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem vigentes e inalteradas as demais Cláusulas e condições anteriormente avençadas e não conflitantes com o presente Termo de Apostilamento, o qual passa a fazer parte integrante e complementar do Termo de Colaboração N° 40/2024.
CLÁUSULA TERCEIRA
O registro deste Apostilamento está respaldado na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal n° 22.763/2017.

Lapa - PR, 18 de março de 2025.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8947E5C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
1º TERMO ADITIVO - APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 41/2024

CONCEDENTE: Município da Lapa, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, neste ato representado pela Secretária Municipal Sr.ª Neuzeli Schmidt Camargo, portadora do registro geral nº 7.083.534-7 Órgão Expedidor SESP/PR e CPF nº 029.561.559-11, residente e domiciliada na cidade de Lapa, na Rua Dr. Joaquim Linhares de Lacerda, nº 1272- Centro, CEP 83.750-000.

TOMADOR: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa - APAE, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada nesta cidade, sito à Rua Tenente Henrique dos Santos, n° 717 - Centro, CEP 83750-000, inscrito no CNPJ nº 40.298.143/0001-46.

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 41/2024, tem como objeto a alteração do Fiscal da Transferência no Concedente, Sra. Wilma Will Leal Bandeira, portadora do CPF n° 799.354.439-49, e passa a ser a servidora Camila Barbosa Pinto, portadora do CPF n° 061.762.349-05.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem vigentes e inalteradas as demais Cláusulas e condições anteriormente avençadas e não conflitantes com o presente Termo de Apostilamento, o qual passa a fazer parte integrante e complementar do Termo de Colaboração N° 41/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA
O registro deste Apostilamento está respaldado na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal n° 22.763/2017.

Lapa - PR, 18 de março de 2025.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:861D28C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
1º TERMO ADITIVO - APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 42/2024

CONCEDENTE: Município da Lapa, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, neste ato representado pela Secretária Municipal Sr.ª Neuzeli Schmidt Camargo, portadora do registro geral nº 7.083.534-7 Órgão Expedidor SESP/PR e CPF nº 029.561.559-11, residente e domiciliada na cidade de Lapa, na Rua Dr. Joaquim Linhares de Lacerda, nº 1272- Centro, CEP 83.750-000.

TOMADOR: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa - APAE, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada nesta cidade, sito à Rua Tenente Henrique dos Santos, n° 717 - Centro, CEP 83750-000, inscrito no CNPJ nº 40.298.143/0001-46.

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 42/2024, tem como objeto a alteração do Fiscal da Transferência no Concedente, Sra. Wilma Will Leal Bandeira, portadora do CPF n° 799.354.439-49, e passa a ser a servidora Camila Barbosa Pinto, portadora do CPF n° 061.762.349-05.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem vigentes e inalteradas as demais Cláusulas e condições anteriormente avençadas e não conflitantes com o presente Termo de Apostilamento, o qual passa a fazer parte integrante e complementar do Termo de Colaboração N° 42/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA
O registro deste Apostilamento está respaldado na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal n° 22.763/2017.

Lapa - PR, 18 de março de 2025.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:73B1ED8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 39/2024

O Município da Lapa, doravante denominada Administração Pública, com sede nesta cidade, sito à Praça Mirazinha Braga, n° 87 - Centro, CNPJ nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, neste ato representado pela Secretária Municipal Sr.ª Neuzeli Schmidt Camargo, portadora do registro geral nº 7.083.534-7 Órgão Expedidor SESP/PR e CPF nº 029.561.559-11, residente e domiciliada na cidade de Lapa, na Rua Dr. Joaquim Linhares de Lacerda, nº 1272- Centro, CEP 83.750-055; e de outro o Centro de Educação Infantil São Vicente de Paulo, na modalidade Educação Infantil, por meio de sua entidade Mantenedora - Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Paulo, organização da sociedade civil, doravante denominada de OSC, situada nesta cidade à Rua Barão do Rio Branco, n° 1.229 – Centro, CEP 83.750-099, inscrita no CNPJ n° 78.474.509/0001-63, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. Maria Delourdes Barboza Hoffmann, residente e domiciliada nesta cidade, sito à Avenida Caetano Munhoz da Rocha, n° 466 – Centro – CEP: 83752-084, portadora do registro geral nº 941.190-9 Órgão Expedidor SSP/PR e CPF nº 403.731.009-06, resolvem firmar o 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 39/2024, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto deste Termo Aditivo a autorização de ampliação no valor total da parceria, passando o valor global da parceria para um total de R$ 554.918,77 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e dezoito reais e setenta e sete centavos); a modificação do quadro de despesas do Plano de Aplicação, sem que haja alteração do seu objeto, conforme art. 39 do Decreto Municipal n° 22.763/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 39/2024, estendendo-se pelo período compreendido entre 31/12/2025 a 28/02/2026, para dar continuidade ao Plano de Trabalho/Aplicação, conforme art. 55, parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA
O Plano de Aplicação anexo ao Termo de Colaboração nº 39/2024 fica substituído integralmente pelo Plano de Aplicação Complementar anexo a esse Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA

E por assim se acharem ajustados e acertados, assinam o presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n° 39/2024, em 02 (duas) vias, ambas de igual teor e forma, para os mesmos e jurídicos efeitos, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento das disposições aqui contidas, promessa que formulam na presença das testemunhas que adiante também assinam.

Lapa - PR, 18 de novembro de 2025.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

MARIA DELOURDES BARBOZA HOFFMANN
Presidente da Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Paulo

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
Identidade:
CPF:

_____
Nome:
Identidade:
CPF:

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DF20BF19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
DECRETO LEGISLATIVO 016/2025

DECRETO LEGISLATIVO, Nº 016/2025

Súmula: Não haverá expediente na Câmara municipal de Laranjal no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira) que sucede o feriado do dia20 de novembro de 2025 (quinta-feira), Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhes confere por Lei,

DECRETA:

Art. 1° Decreta recesso no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira) que sucede o feriado do dia20 de novembro de 2025 (quinta-feira) Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, não havendo expediente na Câmara Municipal de Laranjal.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

ADRIANO RODRIGUES BARBOSA
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:1B6FDED1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2025
Procedimento Licitatório nº 139/2025
Inexigibilidade de Licitação nº 20/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: 28.781-480 GUILHERME LOPES, inscrita no CNPJ nº 28.781.480/0001-94, com sede na Rua José de Franca Pereira, nº 403, Bairro Centro, CEP 85230-000, na cidade de Santa Maria do Oeste Estado do Paraná, neste ato representado legalmente por seu administrador, Sr. Guilherme Lopes, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº ***.657.949-**, residente e domiciliada no mesmo endereço da sede da empresa.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO NOS DIAS 09,10,11 DE JANEIRO DE 2026 DO DJ DANIEL TOMEN PARA APRESENTAÇÃO DE 1H45MIN POR DIA NA FESTA DO 33º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL.
DATA DO CONTRATO: 17 de novembro de 2025
VIGÊNCIA: 60 Dias
VALOR TOTAL: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:AECCE536

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2025

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2025

Considerando o que consta no processo administrativo 139/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a

CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO NOS DIAS 09,10,11 DE JANEIRO DE 2026 DO DJ DANIEL TOMEN PARA APRESENTAÇÃO DE 1H45MIN POR DIA NA FESTA DO 33º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL. Reconheço a possibilidade de inexigibilidade de licitação, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa 28.781-480 GUILHERME LOPES, inscrita no CNPJ nº 28.781.480/0001-94, com sede na Rua José de Franca Pereira, nº 403, Bairro Centro, CEP 85230-000, na cidade de Santa Maria do Oeste Estado do Paraná, observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.
Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal 17 de novembro de 2025

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:5706BBDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 55/2025

AVISO
PREGÃO ELETRONICO nº 55/2025
Procedimento Licitatório nº. 149/2025
O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e conforme disposto no Decreto Municipal nº 44/2023, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO LARANJAL-PR.
DATA DE ABERTURA: 02 de dezembro de 2025 as 09:00 horas.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor por Item

VALOR GLOBAL: R$ 439.168,70 (quatrocentos e trinta e nove mil cento e sessenta e oito reais e setenta centavos).

INFORMAÇÕES: Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149, no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – Pr e no sítio do Município www.laranjal.pr.gov.br.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br.

Laranjal, 18 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:C1E914DD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 56/2025

AVISO
PREGÃO ELETRONICO nº 56/2025
Procedimento Licitatório nº. 150/2025
O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e conforme disposto no Decreto Municipal nº 44/2023, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE DECORAÇÃO NATALINA PARA COMPOR A DECORAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR.
DATA DE ABERTURA: 04 de outubro de 2025 as 09:00 horas.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor global
VALOR GLOBAL: **R$ 133.670,00 (cento e trinta e três mil seiscentos e setenta reais).**
INFORMAÇÕES: Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149, no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – Pr e no sítio do Município www.laranjal.pr.gov.br.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br.

Laranjal, 18 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:F63AB3AD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 57/2025

AVISO
PREGÃO ELETRONICO nº57/2025
Procedimento Licitatório nº. 151/2025
O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e conforme disposto no Decreto Municipal nº 44/2023, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO NATALINA, INCLUINDO CASCATAS DE LED, CORTINAS LUMINOSAS, MANGUEIRAS DE LED EM DIVERSAS CORES E PISCAS DECORATIVOS, DESTINADOS À DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR.
DATA DE ABERTURA: 04 de outubro de 2025 as 13:30 horas.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor global
VALOR GLOBAL: **R$ 72.410,00 (setenta e dois mil quatrocentos e dez reais).**
INFORMAÇÕES: Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149, no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – Pr e no sítio do Município www.laranjal.pr.gov.br.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br.

Laranjal, 18 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:F90ECCFD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR
Processo Licitatório nº 141/2025
Pregão Eletrônico nº 51/2025
Vistos.
Considerando o teor da Recomendação do Agente de Contratação constante nos autos, devidamente motivada e fundamentada, que aponta a ocorrência de instabilidades técnicas durante a sessão do Pregão Eletrônico nº 51/2025, fato superveniente e externo à Administração, que comprometeu a competitividade, a isonomia e a plena disputa entre os interessados;

Considerando que, nos termos do art. 71, II, da Lei nº 14.133/2021, a licitação poderá ser revogada por razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, quando o prosseguimento do procedimento deixar de atender ao interesse público;
Considerando que o objetivo central da licitação é garantir a seleção da proposta mais vantajosa, mediante ampla competitividade, sendo certo que o evento ocorrido inviabilizou o atingimento pleno dessa finalidade, notadamente em relação ao princípio da vantajosidade e à busca do menor preço.
DECIDO:
I – ACATAR integralmente a recomendação apresentada pelo Agente de Contratação, pelos motivos ali expostos e devidamente registrados nos autos;
II – REVOGAR, por razões de conveniência e oportunidade da Administração, o Pregão Eletrônico nº 51/2025, tornando sem efeito todos os atos praticados na sessão realizada sob condição de instabilidade técnica;
III – DETERMINAR a republicação futura do certame, em nova data e condições adequadas, assegurando total legalidade, transparência, isonomia e vantajosidade;
IV – COMUNICAR a presente decisão aos interessados, setores competentes e demais envolvidos, adotando-se as providências administrativas necessárias.
Publique-se. Cumpra-se.
Laranjal/PR, 18 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal de Laranjal – PR

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:6C9019FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 118/2025

DECRETO Nº 118 / 2025 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025

EMENTA: DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO, REFORÇO E RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS, DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL,Maycon Lopes Simioni, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDBEN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações;
Considerando o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) vigente; a Lei Municipal n° 6/15 que aprova o Plano Municipal de Educação;
Considerando que a crise pandêmica da COVID-19 interferiu peremptoriamente na vida da população, com reflexos preponderantes no sistema municipal de ensino e no dia a dia da comunidade escolar;
Considerando a necessidade de organizar os processos de recuperação e fortalecimento das aprendizagens,
DECRETA:
Art. 1º. Ficam criadas ações para assegurar que a aprendizagem aconteça de forma eficiente através de diferentes metodologias (apoio escolar, recuperação concomitante) para que a criança adquira o pleno domínio de leitura, escrita, oralidade e do cálculo matemático.
Art. 2º. A avaliação é uma prática pedagógica essencial ao processo de aprendizagem, tendo como atribuição acompanhar, analisar e possibilitar novas oportunidades na evolução da aprendizagem dos estudantes.
Art. 3º. Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelos estudantes e pelos professores, observando os avanços e

as necessidades detectadas para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

Art. 4º. Ao estudante que ao final do período letivo não tiver atingido a nota 6,0 (seis vírgula zero), necessária para sua aprovação, serão oportunizadas atividades de revisão e recuperação para o alcance dos objetivos propostos.
Parágrafo único. Excetua-se da regra do caput os casos de abandono/infrequência não fundamentados e baseados na busca ativa da Unidade Escolar.
Art. 5º. Ficam criadas atividades de Reforço Escolar para Recomposição das Aprendizagens, destinadas a atender aos educandos matriculados no Ensino Fundamental - Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino que necessitam de ações específicas para recomposição das aprendizagens, de forma a garantir percursos de escolarização mais equânimes e garantir o direito à aprendizagem.
Art. 6º. A recuperação de estudos é direito de todos os estudantes da educação básica, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.
Parágrafo Único. Os estudantes com baixo rendimento escolar, devem fazer recuperação de estudos, onde será oportunizado nova apropriação dos conhecimentos básicos, possibilitando a melhoria da aprendizagem e consequentemente o rendimento escolar.
Art. 7º. A recuperação de estudos dar-se-á de forma contínua e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem.
Art. 8º. A recuperação de estudos deverá ser organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados que priorizem a aprendizagem dos conteúdos.
Parágrafo Único - A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina/componente curricular.
Art. 9º. As atividades de recuperação deverão ser planejadas, preferencialmente, durante a hora-atividade dos professores, em conjunto com a Equipe Pedagógica da instituição de ensino, tendo como o objetivo a aprovação do estudante, quando este tiver condições de acompanhar a série/ ano seguinte.
Art. 10. A recuperação de estudos desenvolvida na instituição não poderá interferir no cumprimento do Calendário Escolar, uma vez que ela se efetiva no

ano letivo regular e, consequentemente, os estudantes não poderão ser dispensados das suas atividades escolares.
Art. 11. Para a composição da média do período avaliativo do Ensino Fundamental trimestral será, obrigatoriamente, proporcionado ao estudante, no mínimo, 02 instrumentos de avaliação e 02 instrumentos de recuperação de estudos.
Parágrafo Único. Para a composição da média que dispõe o caput deste artigo podem ser realizadas até 10 instrumentos de avaliação e 10 instrumentos de recuperação por trimestre, não havendo necessariamente a vinculação de um instrumento de recuperação para cada instrumento de avaliação.
Art. 12. As ações de Recuperação, Reforço e Recomposição das Aprendizagens poderão ser realizadas:
- pelos docentes das classes/turmas em todos os componentes curriculares/áreas, no horário regular dos estudantes em atividades presenciais, com uso de estratégias diversificadas que os levem a superar suas dificuldades;
– em aulas do contraturno escolar, organizadas de acordo com as dificuldades de aprendizagem, no qual projetos e atividades extracurriculares serão oferecidos aos alunos, com aulas de reforço para estudantes com dificuldade de aprendizagem, quando houver disponibilidade física e financeira.
Art. 13. Os profissionais diretamente envolvidos com a Recuperação, Reforço e Recomposição de aprendizagem dos alunos deverão participar das formações continuadas, municipais, estaduais e federais, presencial e/ou on-line, oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação /SME.
Art. 14. Para que a família ajude a desenvolver mecanismos para a recuperação das aprendizagens comprometidas, será realizado:
- reuniões trimestrais, com os pais, diretamente na sala de seus filhos, para conversar sobre os assuntos relacionados à aprendizagem;
- reuniões individualizadas com os familiares;
- palestra motivacional, com os técnicos da Secretaria Municipal de Educação/SME, Saúde, Assistência Social, Esporte e programas municipais e estaduais;
- reunião em rede, envolvendo Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 15. Como material de apoio às práticas pedagógicas e visando subsidiar os processos de ensino e de aprendizagem nas escolas municipais envolvidas, serão oferecidos materiais de consumo, contendo materiais para a organização de ambientes alfabetizadores, espaços educadores, subsídios à ação docente, articulados e complementares aos materiais didáticos do professor.
Art. 16. O acompanhamento e a avaliação das aprendizagens resultantes das atividades de reforço e recuperação deverão ser periodicamente registrados pelos docentes e sistematicamente acompanhados pelos gestores e professores que integram os Conselhos de Classe/Ano/Série, realizadas ao final de cada trimestre e ano letivo.
Parágrafo único. Os resultados da recuperação constituem-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe Online - LRCO ou Livro de Registro de Classe - LRC, conforme sistema de avaliação adotado pela instituição de ensino.
Art. 17. Através do Mapeamento e do Monitoramento da aprendizagem dos estudantes, o professor terá subsídios para elaborar o Plano de Ação, individual, para o acompanhamento da progressão das aprendizagens dos estudantes com vistas à criação de novas estratégias e ações a serem implementadas para diminuir as dificuldades de aprendizagem, conforme Decreto nº xxx/2025.
§1º O Mapeamento se dará após o levantamento dos dados das avaliações diagnósticas, identificadas as habilidades não consolidadas;
§2º O Monitoramento se fará com a construção de um Plano de Ação, promovendo a articulação de estratégias pedagógicas e o replanejamento de ações específicas:
I - Portfólio;
II - Visita técnico-pedagógica;
III - Reforço escolar;
IV - Contraturno;
V - Sala de recursos;
VI - Jogos educativos;
VII - Atividades lúdicas;
VIII - Oficinas.

§3º O Plano de Ação a ser elaborado após a análise dos resultados do desempenho do aluno.
Art. 18. Fica criado o Plano de Ação, constante no Anexo Único deste Decreto, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação/SME como modelo fixo, contendo os pontos de Atenção - dificuldades, Ações - atividades a serem implementadas, Estratégias para as ações e Monitoramento/ observações, preenchida de forma sintética e argumentativa pelo professor da turma no decorrer de cada trimestre.
§ 1º O Plano de Ação é o instrumento que constará o registro dos principais pontos de atenção levantados em relação aos resultados, indicando as possíveis estratégias e ações que poderão ser colocadas em prática, bem como as estratégias para monitoramento, de modo a desenvolver habilidades necessárias ao processo de recuperação e recomposição dos conteúdos do estudante.
§ 2º O Plano de Ação deverá ser arquivado na pasta individual, a fim de se obter conhecimento aos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do aluno, durante toda a trajetória escolar.
Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Laranjal - PR, 04 de novembro de 2025.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
PLANO DE AÇÃO - RECUPERAÇÃO, REFORÇO E RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:			**TRIMESTE: ( ) 1º ( ) 2º ( ) 3º ANO:**
NOME DO ALUNO			**SÉRIE/ANO: TURNO:**
PONTOS DE ATENÇÃO - DIFICULDADES	**AÇÕES - ATIVIDADES A SEREM IMPLEMENTADAS**	**ESTRATÉGIAS PARA AS AÇÕES**	**MONITORAMENTO/ OBSERVAÇÕES**

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:61A5B263

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2025

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2025

EMENTA: Revoga a Emenda nº 1/2024 da Lei Orgânica do Município de Loanda, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e a Mesa Executiva nos termos do artigo 29 da Constituição Federal de 1988, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município nº 1/2025.

Art. 1º Fica revogada a Emenda nº 1/2024 da Lei Orgânica do Município de Loanda.
Art. 2º Ficam repristinados, com a redação vigente imediatamente anterior à Emenda nº 1/2024, todos os dispositivos da Lei Orgânica Municipal por ela alterados ou revogados.
Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GABRIEL FEITOZA NORTE
Presidente

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:6237C68F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 016/2025 - PML

AVISO DE ABERTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº. 016/2025-PML
PROCESSO Nº. 196/2025-PML

O Município de Loanda, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.972.074/0001-51, comunica aos interessados que está procedendo a CHAMADA PÚBLICA, para fins de Credenciamento de Pessoas Físicas Jurídicas, interessadas na eventual Prestação de Serviços Complementares em Consultas Médicas com especialidade em NEUROPEDIATRIA, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-Pr, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação, a partir do dia **02/12/2025** até o dia **16/12/2025**, no horário: 08h00min às 11h:30min e das 13h00min às 17h30min, no setor de PROTOCOLOS da Prefeitura Municipal de Loanda, sito na Rua Mato Grosso, 354, Alto da Glória, Loanda - PR – CEP 87.900-000.

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou no site do município http://loanda.pr.gov.br/, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda-Pr, 18 de novembro de 2.025.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:24930691

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2025 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2025-PML
PROCESSO Nº. 192/2025-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de peças e acessórios de montadora/genuínas ou peças e acessórios de reposição original/fabricante dos veículos de linha transporte de passageiros (ônibus e Micro ônibus), destinadas a manutenção corretiva e preventiva da frota desta municipalidade, bem como fornecimento de mão de obra especializada, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Cultura e Esportes Lazer e Turismo, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: às 09:00 do dia 11 de dezembro de 2025, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 18 de novembro de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:BA4B82EC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 189/2025 - PML

EXTRATO DO CONTRATO Nº 189/2025-PML

CONTRATANTE: Município de Loanda, Estado do Paraná, com sede à Rua Mato Grosso, nº354, inscrito no CNPJ/MF nº 76.XXXXX-51, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, José Maria Pereira Fernandes, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.XXXX-8 e do CPF/MF nº 389.XXXXX-15, e

CONTRATADA: Loureiro e Figueiredo Comércio de Veículos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Sena Madureira, nº 136, Letra 146, Vila Clementino, CEP: 04.021-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 40.976.095/0001-06, neste ato representado por sua representante Legal Sra. Maria Eduarda Tenório de Andrade Oliveira, brasileira, solteira, consultora de vendas, residente na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.XXXX3 SDS/PE, e do CPF/MF nº. 074.XXXX-76.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de 04 (quatro) Veículos Tipo Sedan 0 KM, através do Convênio nº 937/2025 SECID, especificações técnicas e demais peças e documentos do Pregão Eletrônico n. º 095/2025-PML.

VALOR: R$ 474.400,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura, citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.

FORO: Comarca de Loanda, Estado do Paraná.
Loanda, 17 de novembro de 2025.

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
MARIA EDUARDA TENÓRIO DE ANDRADE OLIVEIRA
Loureiro e Figueiredo Comércio de Veículos LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:80DA406B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 790/2025

PORTARIA Nº. 790/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob n° 7810/2025 de 10/11/2025,

Resolve:

Conceder ao servidor CHRISTIAN COLA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERÁRIO, matrícula nº. 91991, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de trabalho prestado entre 05/04/2022 a 04/04/2023, nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir de 26/12/2025 a 24/01/2026, devendo retornar em atividade em 25/01/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:BF843EEB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 791/2025

PORTARIA Nº. 791/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob n° 7918/2025 de 13/11/2025,

Resolve:

Conceder a servidora JANETE ANTONIA ZWIRTES, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, matrícula nº. 101381, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de trabalho prestado entre 01/09/2023 a 31/08/2024, nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir de 22/12/2025 a 20/01/2026, devendo retornar em atividade em 21/01/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:37FB4FAC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 792/2025

PORTARIA Nº. 792/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob n° 7904/2025 de 13/11/2025,

Resolve:

Conceder a servidora NATALINA SABINO BISPO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, matrícula nº. 965870, férias pelo período de trabalho prestado entre 25/06/2024 a 24/06/2025, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 01/12/2025 a 15/12/2025;
15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 16/03/2026 a 30/03/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:BB3CC898

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 793/2025

PORTARIA Nº. 793/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob n° 7896/2025 de 13/11/2025,

Resolve:

Conceder a servidora NATALY SOUSA MARQUES DO CARMO, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE IMPRENSA, CC.3 - GPRE, matrícula nº. 967022, férias pelo período de trabalho prestado entre 02/08/2024 a 01/08/2025, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 29/12/2025 a 12/01/2026;
05 (cinco) dias pelo período compreendido entre 09/02/2026 a 13/02/2026.
10 (dez) dias pelo período compreendido entre 25/05/2026 a 03/06/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:85D0D500

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 794/2025

PORTARIA Nº. 794/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 7890/2025 de 13/11/2025;

Resolve:

Conceder ao servidor ERNANE CARDOSO PESSOA, ocupante do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL, CC.4, matrícula nº. 966485, férias pelo período de trabalho prestado entre 01/07/2022 a 30/06/2023, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 15/12/2025 a 03/01/2026;
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 04/01/2026 a 13/01/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:0FCAC156

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 795/2025

PORTARIA Nº. 795/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 17/11/2025;

Resolve:

Conceder a servidora JOSIANE NUNES FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLANTONISTA, matrícula nº. 965816, férias pelo período de trabalho prestado entre 25/03/2024 a 24/03/2025, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 16/12/2025 a 02/01/2026;
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 03/01/2026 a 12/01/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:F7B4DB22

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 796/2025

PORTARIA Nº. 796/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora IRAIDES ALVES FERREIRA DE GOES, ocupante do cargo de provimento efetivo SERVENTE, matrícula n° 966670, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 12/11/2025 a 27/12/2025, devendo retornar ao trabalho em 28/12/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:586AF1AD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 797/2025

PORTARIA Nº. 797/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora MARINEIDE GONÇALVES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo EDUCADOR INFANTIL, matrícula n° 966583, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 14/11/2025 a 19/02/2026, devendo realizar nova pericia em 20/02/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:C2B9D969

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 798/2025

PORTARIA Nº. 798/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder a servidora SANDRA MARA NUNES MORETTO ocupante do cargo de provimento efetivo SERVENTE matrícula n° 966165, auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, de 13/11/2025 até a realização de nova perícia médica.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:2B128188

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 799/2025

PORTARIA Nº. 799/2025

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o requerimento protocolado sob o nº.7951/2025 de 17/11/2025, que solicita a desistência da posse do cargo de Professor;

Resolve:

Artigo 1º. Tornar sem efeito, a nomeação da Senhora DRIENNY FABIO BORGES, CPF/MF nº. 09*.***.***-30, 38ª colocada no cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Nível II, classe 1, constante na Portaria nº 621/2025 de 09/09/2025, publicada no Diário Oficial Eletrônico, Exemplar nº. 3360/2025 de 10/09/2025.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entre em vigora na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2025.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:0C5DA862

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 365/2025 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025
DISPÕE SOBRE AS AÇÕES DE OUVIDORIA NO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.

DISPÕE SOBRE AS AÇÕES DE OUVIDORIA NO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIO CHICAROLI, Prefeito do Município de Lobato, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fundamento no disposto no inciso I do § 3º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta e indiretamente pela administração pública;
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, aplica-se aos Municípios conforme disposto no § 1º do art. 1º;
CONSIDERANDO que o art. 17 da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017 estabelece que cada Poder e esfera de Governo disporá sobre a organização e o funcionamento das suas ouvidorias por atos normativos específicos;

DECRETA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispondo sobre a atuação dos responsáveis por ações de ouvidoria e a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos, bem como institui a Política Municipal de Atendimento ao Cidadão, no âmbito do Município de Lobato.

§ 1º. A garantia dos direitos e a participação do usuário de serviços públicos de que trata a Lei Federal nº 13.460, de 2017, serão asseguradas por meio da atuação dos responsáveis por ações de ouvidoria, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia, e pelos demais meios previstos na legislação específica.

§ 2º. O disposto neste Decreto aplicar-se-á aos órgãos da Administração Municipal Direta, às autarquias e às demais entidades prestadoras de serviços públicos municipais, incluídas as concessionárias e parceiras.

§ 3º. Para os fins deste Decreto, considera-se:

cidadão: usuário, efetivo ou potencial, de público municipal;
agente público: aquele que, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública;
serviço público: qualquer utilidade ou comodidade material destinada à satisfação das necessidades da coletividade em geral e fruível singularmente pelos cidadãos;

atendimento: o conjunto das atividades necessárias para recepcionar e dar consequência às solicitações dos cidadãos, inclusive às manifestações de opinião, percepção e apreciação relacionadas à prestação do serviço público;

canais de atendimento: praças de atendimento presencial, sítios eletrônicos, aplicativos, mídias sociais, centrais telefônicas, terminais de autoatendimento, carta ou qualquer outro meio que permita ao cidadão fazer solicitações e obter informações e serviços públicos;

solicitações: pedidos, reclamações, denúncias, sugestões e demais pronunciamentos dos cidadãos que tenham como objeto a prestação ou a fiscalização dos serviços públicos e da conduta dos agentes a eles relacionados.

§ 4º Para os fins deste Decreto, os representantes também são das pessoas juridicas considerados cidadãos.

CAPÍTULO II
DA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 2º. Sem prejuízo de outras iniciativas de avaliação, os órgãos e entidades prestadores de serviços públicos municipais deverão avaliá-los, no mínimo, conforme os seguintes aspectos:

satisfação do usuário com o serviço prestado;
qualidade do atendimento prestado ao usuário;
cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;
quantidade de manifestações de usuários;
medidas adotadas para a melhoria e o aperfeiçoamento da prestação do serviço.

§ 1º. A avaliação será realizada por pesquisa de satisfação, feita, no mínimo, a cada ano, ou por outro meio adequado que assegure os resultados e garanta a finalidade almejada e a solidez metodológica e estatística.

§ 2º. O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado na respectiva página oficial da internet.

§ 3º. A avaliação realizada por pesquisa de satisfação constituirá subsídio aos indicadores do eixo de controle interno.

CAPÍTULO III
DOS RESPONSÁVEIS POR AÇÕES DE OUVIDORIA

Art. 3º. As ações de ouvidoria serão desenvolvidas no âmbito da Administração Geral e de modo específico na Secretaria Municipal de Saúde, os quais competirão:

promover e atuar diretamente na defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, nos termos da Lei Federal nº 13.460, de 2017;
receber, analisar e responder as manifestações encaminhadas por usuários ou reencaminhadas por outros responsáveis por ações de ouvidoria ou órgãos ou entidades públicos, observados os termos deste Decreto e das normas pertinentes à matéria;
processar informações obtidas por meio das manifestações recebidas e das pesquisas de satisfação, com a finalidade de subsidiar a avaliação dos serviços prestados, em especial para o cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento da Carta de Serviços ao Cidadão, de que trata o artigo 7º da Lei Federal nº 13.460, de 2017;
incentivar a participação, a transparencia, o acesso à informação e o controle social;
produzir e analisar dados e informações sobre as atividades realizadas, bem como propor e monitorar a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos;
coordenar e supervisionar os demais canais de comunicação das ações de ouvidoria postos à disposição dos usuários de serviços públicos.

Art. 4º. Os responsáveis por ações de ouvidoria deverão ter, preferencialmente, experiência em ouvidoria ou atividades relacionadas ao atendimento ao usuário, defesa de direitos ou promoção da cidadania.

Art. 5º. Compete à Unidade de Controle Interno do Município auxiliar as ações de ouvidoria na(o):

formulação e expedição de atos normativos, diretrizes e orientações relativas ao correto exercício das competências e atribuições definidas nos Capítulos IV e VI da Lei Federal nº 13.460, de 2017;

promoção de políticas de capacitação e treinamento relacionadas às atividades dos responsáveis por ações de ouvidoria e defesa do usuário de serviços públicos;

fomento da utilização do sistema informatizado, de uso obrigatório por todos os responsáveis por ações de ouvidoria, que permita o recebimento, o registro, o encaminhamento, a análise e a resposta às manifestações dos usuários;

Art. 6º. As Secretarias deverão enviar regularmente aos responsáveis pelas ações de ouvidoria os relatórios de gestão com indicadores de avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados ao usuário, o relatório de planejamento estratégico participativo e todas as informações solicitadas para o desenvolvimento do serviço de ouvidoria.

Art. 7º. Os servidores públicos designados para as ações de ouvidoria no uso de suas atribuições, poderão requisitar documentos para exame e posterior devolução, cabendo aos servidores do Poder Executivo Municipal, ou aqueles que prestem serviços ao mesmo, prestar-lhes apoio e informações em caráter prioritário.

CAPÍTULO IV
DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Art. 8º. O atendimento realizado pela Ouvidoria será gratuito, e as reivindicações poderão ser formuladas das seguintes formas:

exposição oral, perante os servidores designados;

por escrito, redigida e apresentada pelo interessado diretamente afetado;

por telefone, desde que o usuário informe seu CPF, nome completo, telefone e endereço residencial;

por meio eletrônico, formulário de contato da página da oficial do Município de Lobato ou por e-mail, com as mesmas identificações mencionadas acima;

por carta.

Parágrafo único. No caso de o usuário ser analfabeto, será lavrada ata da manifestação, contendo assinatura de testemunha e aposição da impressão digital do usuário.

Art. 9º. Em todos os casos citados acima, o usuário poderá exigir à Ouvidoria que sua identidade seja mantida em sigilo.

Art. 10. As manifestações dos usuários observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução, especialmente sobre:

recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;

emissão de comprovante de recebimento da manifestação com o número de protocolo;

análise e obtenção de informações, quando necessário;

acompanhamento do pedido pela internet;

decisão administrativa final;

ciência ao usuário;

satisfação do usuário.

Art. 11. As manifestações serão analisadas pelos servidores responsáveis para as ações de ouvidoria que, levando em conta os compromissos de atendimento assumidos pelo ente responsável pela prestação do serviço, deverá:

acolher a manifestação;

encaminhar a manifestação às Secretarias, obedecendo preferencialmente à ordem de protocolo, desde que dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

as demandas encaminhadas para outros órgãos serão acompanhadas pela Ouvidoria, até o término do processo;

avaliar a resposta da Administração Municipal e comunicar ao usuário o resultado de seus estudos, investigações e sugestões no prazo maximo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual periodo, ressalvados os prazos específicos definidos na legislação;

comunicar à Administração Municipal e ao usuário o resultado de suas verificações;

indicar pontos de melhoria a serem encaminhados para a Administração Municipal quando forem detectadas falhas sistemáticas em determinada prestação de serviços.

Art. 12. As manifestações recebidas pelos servidores designados para as ações de ouvidoria serão encaminhadas às unidades envolvidas para que possam:

no caso de reclamações: explicar o fato, retificá-lo ou não reconhece - lo como verdadeiro;
no caso de denúncias: receber, examinar e encaminhar às unidades administrativas competentes do órgão ou entidade;
no caso de sugestões: adotá-las, estudá-las ou justificar a impossibilidade de sua adoção;

no caso de solicitações e/ou pedidos de informações: responder às questões dos solicitantes;

no caso de elogios: conhecer os aspectos positivos e admirados da atividade ou do trabalho.

Parágrafo único. Em se tratando as manifestações de denúncias e reclamações referentes Secretários, Chefes de Divisão, servidores designados para funções de confiança e demais servidores a Ouvidoria dará o devido encaminhamento à Unidade de Controle Interno e à Procuradoria Jurídica para adoção das medidas necessárias.

Art. 13. As manifestações levadas à Ouvidoria não suspendem o andamento de processos administrativos.

Art. 14. Como resultados de suas investigações, a Ouvidoria poderá recomendar a adoção de medidas que alterem os processos de trabalhos considerados inadequados.

Art. 15. O servidor responsável por ações de ouvidoria, mediante despacho fundamentado, remeterá ao arquivo as comunicações não identificadas e aquelas desprovidas de argumento verossímil.

Art. 16. Quando for comprovada má-fé na comunicação prestada, o servidor responsável pela ação de ouvidoria notificará o fato aos órgãos competentes para as providências legais.

CAPÍTULO V
DA RELAÇÃO COM OS USUÁRIOS

Art. 17. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:

presunção de boa-fé;

compartilhamento de informações, nos termos da Lei;

eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

aplicação de soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;

utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos;

articulação com o Governo Federal, com os Estados e com os outros Municípios da Federação, bem como com os outros Poderes, para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.

Parágrafo único. Usuários dos serviços públicos são as pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, diretamente atendidas por serviço público.

CAPÍTULO VI
DA CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Art. 18. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal que prestam atendimento aos usuários dos serviços públicos, direta ou indiretamente, deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Cidadão, no âmbito de sua esfera de competência.

§1º. A carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar aos usuários dos serviços prestados pelo órgão ou pela entidade ao Poder Executivo Municipal, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público.

§ 2º. Na Carta de Serviços ao Cidadão, deverão constar informações claras e precisas sobre cada um dos serviços prestados, especialmente as relativas:

ao serviço oferecido;

aos requisitos e aos documentos necessários para acessar o serviço;

às etapas para processamento do serviço;

ao prazo para a prestação do serviço;

à forma de prestação do serviço;

à forma de comunicação com o solicitante do serviço;

aos locais e às formas de acessar o serviço.

§ 3º. Além das informações referidas no § 2º deste artigo, a Carta de Serviços ao Cidadão deverá, para detalhar o padrão de qualidade do atendimento, estabelecer:

os usuários que farão jus à prioridade no atendimento;

o tempo de espera para o atendimento;

o prazo para a realização dos serviços;

os mecanismos de comunicação com os usuários;

os procedimentos para receber, atender, gerir e responder às sugestões e reclamações;

as etapas, presentes e futuras, esperadas para a realização dos serviços, incluídas a estimativas de prazos;

os mecanismos para a consulta pelos usuários acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para a realização do serviço solicitado;

outras informações julgadas de interesse dos usuários.

Art. 19. A Carta de Serviços ao Usuário, a forma de acesso, as orientações de uso e as informações sobre os serviços prestados ao Cidadão, deverão ser objeto de permanente divulgação e mantidos visíveis e acessíveis ao público no sítio eletrônico do Município de Lobato.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Lobato, 18 de Novembro de 2025.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:D8F6DD9F

GOVERNO MUNICIPAL
LEI Nº 1.600/2025-E, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LOBATO CELEBRAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ PARA MÚTUA COOPERAÇÃO EM ATIVIDADES PROFISSIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÚMULA: Autoriza o Município de Lobato celebrar convênio com o Município de Santa Fé para mútua cooperação em atividades profissionais e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO/PR, APROVOU E EU, FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado celebrar convênio com o Município de Santa Fé – Estado do Paraná, para cessão mútua de servidores pertencentes ao quadro de pessoal dos convenentes, para prestação de serviços nos seus órgãos, mediante requisição do CESSIONÁRIO e disponibilidade do CEDENTE.

Art. 2º - As avenças entre os Convenentes obedecerão ao modelo constante do Anexo I, que para todos os efeitos fica fazendo parte integrante desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos dia 10 de novembro de 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos 10 de novembro de 2025.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE CONVENIO Nº xxx/2020 – COOPERAÇÃO MÚTUA – CESSÃO DE SERVIDORES ENTRE OS MUNICÍPIOS DE LOBATO/PR E O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ – PR.

O MUNICÍPIO DE LOBATO – PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.970.367/0001-08, com sede na Rua Antônio Coletto, nº 1260, CEP 86.790-000, na cidade de Lobato-Pr., neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal Sr.(a) **.....,** portador da cédula de Identidade RG nº ..... inscrita no CPF sob nº ....., residente e domiciliado(a) na ....., nº ....., na cidade de Lobato-Pr., e o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.291.418/0001-67, com sede na Av. Pres. Kennedy, 717, CEP 86770-000 na cidade de Santa Fé – PR, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal Sr.(a) **.....,** portador da cédula de Identidade RG nº ..... inscrita no CPF sob nº ....., residente e domiciliado(a) na

....., nº ....., na cidade, tendo por fundamento a Lei Municipal nº ..... do Município de Lobato, firmam o presente Convênio de Cooperação Mútua, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cessão de servidores pertencentes ao quadro de pessoal dos convenentes, para prestarem serviços nos seus órgãos, mediante requisição do CESSIONÁRIO e disponibilidade do CEDENTE**.**

Parágrafo Único: A cessão do servidor requisitado deverá ser com ônus para o órgão CESSIONÁRIO/REQUISITANTE, cabendo ao CEDENTE autorizar a cessão, devendo o servidor no ato de apresentação junto ao órgão requisitante estar munido do holerite referente ao último mês de trabalho para fins de lançamento na folha de pagamento do conveniado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto deste Convênio, as partes pactuam o seguinte:

I – a designação do servidor cedido será formalizada mediante requisição escrita pelo CESSIONÁRIO e aprovação do CEDENTE, que deverá manifestar por escrito no prazo máximo de 10 (dez) dias;

II – o servidor cedido será com ônus dos vencimentos para o órgão requisitante, sendo que os encargos sociais relativos à contribuição patronal e do servidor serão recolhidos mensalmente à Previdência do órgão cedente em conformidade com o instituído pela norma correspondente;

III – a época de gozo de férias pelo servidor cedido ficará a critério do órgão requisitante, respeitado o período aquisitivo no Município de Origem, observadas as informações funcionais prestadas pelo CEDENTE.

IV – a jornada de trabalho do servidor cedido é a prevista no Plano de Carreira de seu Município de origem;

V – havendo realização de horas extras de trabalho o pagamento correrá por conta do órgão requisitante, mediante as anotações de praxe no registro de ponto;

VI – em caso do servidor cedido desempenhar atividades insalubres ou perigosas, os respectivos adicionais serão pagos pelo órgão requisitante;

VII – é de responsabilidade do órgão requisitante todas as despesas com viagem quando o servidor estiver em serviços, se por ventura forem realizadas;

VIII – é vedada a subcessão do servidor pelo órgão requisitante a quaisquer outros órgãos;

IX – o servidor cedido com base neste convenio, além dos princípios e normas próprias da Administração Pública, das regras constantes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do órgão CEDENTE, fica também sujeito aos regulamentos internos e normas de serviços do CESSIONÁRIO;

X – o servidor cedido para o exercício de cargo de provimento em comissão ou de Secretário Municipal, poderá perceber o valor de remuneração ou subsidio do respectivo cargo a ser ocupado;

XI – o servidor cedido com ônus do vencimento para os órgãos requisitantes, que vier a ocupar os cargos relatados no parágrafo anterior, fará jus ao recebimento dos adicionais calculados na forma da legislação do órgão CEDENTE, devendo ser pagos pelo CESSIONÁRIO;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá sua vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, mediante interesse das partes e celebração de termo aditivo;

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECUSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas do presente Convênio correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes dos respectivos órgãos Convenentes;

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Poderão os Convenentes denunciar o presente ajuste pelo descumprimento das obrigações ou condições nele pactuadas que o torne inexequível ou ainda, por ato unilateral, mediante aviso prévio escrito da parte que se desinteressar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Elegem os Convenentes o foro da Comarca de Santa Fé-PR para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio;

E, por estarem justos e contratados, assinam os Convenentes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Lobato, ..., ... de 2025.

MUNICÍPIO DE LOBATO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
Representante Legal Representante Legal

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:7D8A2679

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 388/2025 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 NOMEIA A ENCARREGADA PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DPO) E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (CAI) PARA FINS DE ADEQUAÇÃO À LGPD, EM CUMPRIMENTO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 081/2024.

Súmula: Nomeia a Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) e designa os membros da Comissão de Acesso à Informação (CAI) para fins de adequação à LGPD, em cumprimento ao Decreto Municipal nº 081/2024.

FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,

I - CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD);
II - CONSIDERANDO os artigos 8º e 13 do Decreto Municipal nº 081/2024, de 29 de abril de 2024, que regulamenta a LGPD no âmbito municipal;
III - CONSIDERANDO a indicação realizada pela Controladoria Geral do Município, conforme exigência do art. 8º, § 3º do Decreto nº 081/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora PATRINY LEOSINA MACIEL SIQUEIRA ROMANIN, detentora do cargo de provimento efetivo de tecnico administrativo (Mat.: 201525), para exercer a função de Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer - DPO) do Município de Lobato.
§ 1º As atribuições da Encarregada são as previstas no art. 9º do Decreto Municipal nº 081/2024 e no art. 41 da Lei Federal nº 13.709/2018.
§ 2º A Encarregada deverá manter atualizadas suas informações de contato no Portal da Transparência, conforme art. 8º do Decreto Municipal nº 081/2024.

Art. 2º Para fins de cumprimento do art. 13 do Decreto Municipal nº 081/2024, ficam designados os seguintes membros para compor a Comissão de Acesso à Informação (CAI), a qual acumulará as competências de deliberação sobre a proteção de dados pessoais:
I – PATRINY LEOSINA MACIEL SIQUEIRA ROMANIN (Encarregada/DPO) – Presidente;
II – ISABEL APARECIDA LUCIO MASSON – Representante da Secretaria de Planejamento e Orçamento;
III – IVAIR SPACINI DOS SANTOS – Representante do Sistema de Controle Interno (Membro Consultivo);
IV – AMANDA DE MORAIS SANCHES – Representante da Procuradoria Jurídica;
V – DANILO ARAUJO PEREIRA – Representante do Setor de Tecnologia da Informação.
Parágrafo Único. Além das atribuições originárias de acesso à informação, compete à CAI, nos termos dos arts. 7º e 13 do Decreto nº 081/2024:
I – Deliberar sobre propostas de diretrizes e planos de adequação à LGPD;
II – Validar o mapeamento de dados e análises de risco encaminhados pelas unidades;
III – Auxiliar a Encarregada na implementação da cultura de proteção de dados.

Art. 3º Os titulares dos órgãos da Administração Direta deverão indicar ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias, os servidores que atuarão como Controladores e Operadores de Unidade, conforme previsto no art. 8º, §§ 1º e 2º do Decreto nº 081/2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Lobato, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:106BB1E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2025-PML REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PLAYGROUND PARA RECREAÇÃO INFANTIL, A SEREM INSTALADO NO PARQUE CENTRAL, PRAÇAS MUNICIPAIS E NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO.

PROCESSO ADMISTRATIVO: 84/2025
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 37/2025.
DATA DA SESSÃO VIRTUAL: 08 de dezembro de 2025 às 09h00min.
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h20min do dia 08 de dezembro de 2025.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
LOCAL: www.bllcompras.org.br, "Acesso Identificado", no qual o edital está disponível para "download".

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, Decreto Municipal Nº 021/2024, de 11 de janeiro de 2024, Decreto Municipal n.º 102/2025 de 16 abril de 2025**,** Decreto Municipal n.º 121/2025 de 06 de maio de 2025, Decreto Estadual nº 10086/2022 de 17 de janeiro de 2022 e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie.
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

***Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).**
O valor máximo estimado para esta licitação é **de R$= 891.200,00 (oitocentos e noventa e um mil e duzentos reais), sendo que o valor de cada item se encontra definido no Termo de Referência (anexo 01).**

O edital encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados no Endereço: Rua Antônio Coletto nº 1260, Centro, Cep. 86790-000, Lobato, Paraná, Brasil, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min ao 12h00 min das 14h00 às 17h00min e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **https://pncp.gov.br/**, no Portal Transparência, através do endereço eletrônico **https://www.lobato.pr.gov.br/** - aba "LICITAÇÕES", e ainda no site **www.bll.org.br.**
Lobato/PR, 18 de dezembro de 2025.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto Municipal Nº. 102/2025 de 16/04/2025.

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:D6791614

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - ERRATA

Ratifico por este termo, a **DISPENSA** de Licitação para a abertura de processo licitatório de dispensa, para, a contratação de empresa especializada em serviço de telefonia móvel pessoal, internet e tráfego de dados para **prestação de serviço de 14(quatorze) linhas de telefonia móvel local, longa distância nacional e internacional, plano ilimitado pós pago, com pacote de dados de 10 GB em dobro em 13 (treze) linhas e 20GB em dobro em 1(uma) linha, com fornecimento em comodato, no primeiro contrato, de 1(um) aparelho celular de 512 GB, e, caso renovado o contrato, com o fornecimento em comodato de aparelho(s) celular(es), com cobertura de sinal em todo território nacional e cobertura própria padrão superior de qualidade de sinal em todo o território do município de Lupionópolis – PR por 24 meses, podendo ser prorrogado por igual período**, com a finalidade de no atendimento das necessidades do legislativo municipal CONFORME CONSTA NO REFERIDO PROCESSO DE LICITAÇÃO, em favor da Empresa CLARO S.A CGC: 40.432.544/0001-47, no valor de R$ 32.966,40, válido POR 24 MESES, com base no Art.24 Inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com a Lei 14.133/21, de acordo com Parecer da Assessoria Jurídica, tendo em vista os elementos que instruem o Processo Licitatório nº 03/2025 - DISPENSA nº 03/2025.

Lupionópolis, 07 de novembro de 2024.

BRUNO NEVES DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Michelle Angelini
Código Identificador:86E298B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 768/2025

DECRETO N.º 768/2025.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Cultura.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

Considerando as disposições insertas na Lei Municipal nº 1.534/2022;
Considerando o contido nas atas n° 08 e 09 do Conselho Municipal de Cultura;

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Cultura para o mandato de dois anos (biênio 2025/2026), os seguintes titulares e suplentes:

I – Representantes do Poder Público:

REPRESENTAÇÃO	Titular	Suplente
Secretaria de Cultura e Turismo	Yuri Pauluk	Kylmer Edison Oliveira Ganzert
Secretaria de Educação	Carla Cassiana Machado Nowacki	Sylvia Dirceia Tychanowicz. Kolodziejwski
Secretaria de Planejamento	Adrielly Santos	Luiz Henrique Szpunar Otto
Secretaria da Família	Jean Lucas Sudatti	Alisson Rafael Loures das Chagas

II – Representantes da Sociedade Civil:

Entidade/Segmento	Titular	Suplente
Cultura Polonesa	Lucas Tomaz Antunes dos Santos	Dirce Maria Foetsch
Cultura Ucraniana	Jonatan Luiz Sandrin Costa	Lucia Parastchuk Oszust
Música/Arte	Darvin Antonio de Lima	Ines Siuta
Cultura Tradicionalista Gaúcha	Lidanir Maria Bergamin Pavani	Maria Regina Miranda

III – Da diretoria:
a) Presidente: Jonatan Luiz Sandrin Costa
b) Vice-presidente: Yuri Pauluk
c) Primeiro Secretário: Kylmer Edison Oliveira Ganzert
d) Segundo secretário: Maria Regina Miranda

Art. 2º - A participação no Conselho Municipal de Cultura é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:180F6A2A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 080/2025

PORTARIA Nº. 080/2025

Substitui membro da Comissão Processante junto ao Processo Administrativo n° 1718/2023 oriundo da Portaria n° 090/2023 e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal do Município de Mallet/PR, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, incisos II e VIII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a servidora Danielli Domaradzki Sudatti, Fiscal, Matrícula nº 3479, encontra-se atualmente de licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição da servidora a fim de que a Comissão Processante dê continuidade aos trabalhos junto ao processo Cloud n° 1718/2023;

R E S O L V E:

Art. 1°. Designar o servidor Gustavo da Costa Markovicz, Agente Administrativo, matrícula n° 60.669, para substituir a servidora Danielli Domaradzki Sudatti, Fiscal, Matrícula nº 3479 junto a Comissão Processante nomeada pela Portaria n° 090/2023, que tem por finalidade a aferição da Alvará de Licença Localização e Funcionamento nº 178/2023, do cadastro econômico nº 1847, CNPJ nº 24.797.396/0001-08, nos termos do ofício nº 119/2023 da Promotoria da Comarca de Mallet, junto ao processo Cloud n° 1718/2023.

Art. 2º. Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:C7A07B08

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 036/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 036/2025** com as seguintes características**:**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em telemedicina para serviço de Eletrocardiograma com equipamento fornecido em sistema de comodato, para atender a demandas das Unidades Básicas de Saúde de Mallet/PR.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço**.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 19 de novembro de 2025 até às 09h00min do dia 08 de dezembro de 2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 08 de dezembro de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 08 de dezembro de 2025.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 18/11/2025.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 18/11/2025.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:9F3286AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA 002 REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 033/2025

ERRATA 002 REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 033/2025

O Pregoeiro Oficial do **MUNICÍPIO DE MALLET/PR** vem, através deste, informar que o edital do processo supracitado foi alterado. O inteiro teor da alteração encontra-se disponível para consulta nos sites: http://mallet.pr.gov.br/Site_mallet/editais.asp e https://bllcompras.com/.

Devido às modificações ocorridas, reabre-se o prazo final para cadastro de propostas no sistema para o dia 04/12/2025 às 09h00min, ocorrendo o pregão às 10h00min do mesmo dia.

Ratifica-se o restante do edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município a partir desde 19/11/2025.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal Mallet, 18 de novembro de 2025.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:56152B46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente apostilamento tem como objeto a inclusão de dotação orçamentária nos contratos a seguir, conforme solicitação encaminhada ao Departamento de Licitações e pareceres dos setores competentes, permanecendo inalteradas as demais cláusulas:

Contrato 173/2025 – MARCELO AMARAL LUCAS LTDA

Dotação orçamentária apostilada:

Desp. 285 – MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 02.009.08.244.0015.2032.3.3.90.30.00.00.00.1940

Desp. 285 – MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 02.009.08.244.0015.2032.3.3.90.30.00.00.00.3940

Prefeitura Municipal de Mallet, 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaely Cristiane Dessoy
Código Identificador:DFDFD602

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 769/2025.

DECRETO Nº 769/2025.

Súmula: Atribui Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 758/2006 de 22.05.2006 e suas alterações;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 000004074/2025;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica atribuída Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, referente a 30% (trinta por cento) de seu vencimento base, a funcionária **SONIA LUCIA DOMARADZKI, matrícula 60692,** ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 10 de novembro de 2025, por ser responsável pelas informações da COMPDEC, junto a Secretaria Municipal da Fazenda**.**
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de novembro de 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:2394CCAA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 770/2025.

DECRETO Nº 770/2025.

Súmula: Atribui Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 758/2006 de 22.05.2006 e suas alterações;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 000003950/2025;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica atribuída Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, referente a 30% (trinta por cento) de seu vencimento base, ao funcionário **DANIEL RENATO TALAR, matrícula 398,** ocupante do cargo de Técnico Florestal, a partir de novembro de 2025, por desempenhar serviços extraordinários relacionados ao monitoramento das áreas de preservação ambiental, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**.**
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de novembro de 2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:3FF3F05C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 771/2025.

DECRETO N.º 771/2025.

Súmula: Dispõe sobre a exclusão de candidato classificado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

D E C R E T A

Art. 1º - Fica excluído o candidato **EDUARDO BASSANI DALBOSCO**, inscrição nº 1682, classificado em 4º lugar para o cargo de ENFERMEIRO, do Concurso Público n° 001/2023, homologado pelo Decreto n° 999 de 04 de abril de 2024, haja vista que convocado pelo Edital n° 050/2025 de 10 de novembro de 2025, para manifestar interesse na vaga ofertada, deixou transcorrer o prazo estipulado sem manifestação oficial.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:5D62A439

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 052/2025 DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 052/2025

DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina o artigo 37, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de suprir vagas existentes de cargos públicos, conforme Processo Cloud nº 000003887/2025;

CONVOCA

A candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 001/2023 – Estatutário, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da publicação deste edital se apresentar ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet/PR (pessoalmente ou por meio de requerimento junto ao Protocolo Online) para **manifestar seu interesse na vaga ofertada**.

Art. 1°. Fica convocada a seguinte candidata referente ao seguinte cargo:

I – Enfermeiro:

INSC	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	NASC
1630	ENFERMEIRO	IZOLETE APARECIDA GARSTKA	5º	27/03/1988

Art. 2°. A manifestação de interesse na vaga poderá ser realizada por meio de protocolo presencial junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet, contendo cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto), no prazo indicado no artigo anterior.
§ 1°. A manifestação de interesse na vaga, no prazo indicado anteriormente, poderá ser realizada também por meio do Protocolo Online, disponível no endereço https://e-gov.betha.com.br/protocolo/01038-245/pesquisa_entidade.faces, devendo ser acompanhado, obrigatoriamente, de cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto).
§ 2°. Ao candidato convocado que por algum motivo não possa tomar posse dentro do prazo legal, é facultada a possibilidade de solicitação de reposicionamento para o "final de fila", ou seja, o candidato solicitante será reposicionado para o final da lista de aprovados, o que não garante uma nova convocação, mas sim uma possibilidade de que seja convocado novamente. Para tal solicitação o candidato deverá comparecer ao Setor de RH da Prefeitura Municipal ou realizar Protocolo Online, nos termos do art. 2° e parágrafo primeiro, no prazo estipulado.
§ 3°. O candidato que não manifestar o interesse na vaga ou final de fila no prazo estipulado, será automaticamente excluído do certame, permitindo assim que a Administração Municipal convoque o próximo da fila.
Art. 3° - Fica ciente o candidato que manifestado seu interesse em assumir a vaga ofertada, terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar de sua manifestação de interesse, para apresentar os documentos abaixo relacionados (cópia simples e original), os quais devem ser **presencialmente** entregues ao Setor de Recursos Humanos, no horário de expediente (das 08h às 12h e das 13h às 17h).
I - Requisitos básicos para a contratação:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, comprovação por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;
b) no caso de nacionalidade portuguesa, o candidato deverá estar amparado pelo Estatuto de Igualdade de direitos e obrigações civis entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 12, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436 de 18/04/72, por meio de documento apto a este fim;
c) ter 18 (dezoito) anos completos na data da contratação, por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;
d) apresentar os documentos comprovando a escolaridade, experiência profissional e demais requisitos exigidos para a função, em conformidade com a lei de criação do respectivo cargo, na data da posse, bem como que estar com seu registro ativo no órgão de classe, quando assim o cargo exigir;
e) estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante apresentação do título de eleitor e certidão emitida pela Justiça Eleitoral ou comprovantes de votação das 02 últimas eleições;
f) estar quite com o serviço militar, quando do sexo masculino, mediante apresentação do certificado de reservista ou dispensa de incorporação;
g) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual, Federal, Militar e Eleitoral, dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;
h) não haver sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores, mediante declaração própria sobre essa condição;
i) inscrição no PIS ou PASEP, ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;
j) comprovante de residência (água, luz ou telefonia) atualizado e em nome próprio ou em nome de seu cônjuge, companheiro ou genitor, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que o candidato reside no respectivo endereço;
k) documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente e cadastro de pessoa física – CPF – regularizado;
l) foto 3x4 recente;
m) outros documentos que a Administração venha a solicitar quando da nomeação.
II - Somente serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo com foto) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

III - Não serão aceitos como documentos de identidade: somente a cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, protocolo de documentos, certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.
IV - A prova da escolaridade deverá ser feita mediante apresentação de histórico, diploma, certificado, declaração ou atestado de conclusão expedido pela Instituição responsável, devidamente reconhecida pelo órgão competente. No caso da apresentação de declarações ou atestados de conclusão, estes deverão conter as informações de finalização de todas as etapas necessárias para a conclusão do curso. Quanto aos demais requisitos, o candidato deverá fazer prova, mediante apresentação do documento legal, expedido por órgão regulamentador/classe (registro, inscrição, CNH, entre outros).
V - Para fins de registro, é imprescindível que o candidato possua número no cadastro de pessoa física – CPF – regularizado (atualizado).
VI - O preenchimento de todos os requisitos necessários quando da posse, é inteira e total responsabilidade do candidato, que deverá comprová-los mediante a apresentação das vias originais dos comprovantes, acompanhadas de fotocópia legível, sujeito ao indeferimento da posse.
Art. 4°. No mesmo prazo do artigo 3°, deverá o candidato comprovar a aptidão física e mental, apresentando os seguintes exames e atestados:
a) Raio X do tórax, somente o laudo.
b) Atestado de médico emitido por **Médico do Trabalho** declarando o candidato apto para o exercício das atribuições do cargo, bem como, se for o caso, confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das respectivas atribuições.
Parágrafo único. Os exames deverão ser realizados e pagos pelo(s) candidato(s) interessado(s), sendo que deverá(ão) submeter à análise do Médico do Trabalho, sendo que a não apresentação dos exames ou o resultado conclusivo for "inapto", o candidato será eliminado do concurso.6

Art. 5º. Na hipótese de não existir nenhum impedimento, haverá edição de Decreto, nomeando o servidor para, mediante Termo de Posse, investir-se no cargo público, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que apresente até o dia da posse os seguintes documentos:
a) declaração do IRRF ou Declaração de Bens;
b) declarar que não percebe proventos de aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal, mediante declaração própria sobre essa condição;
c) não ter sido demitido do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos na forma do inciso VIII do Art. 8º da Lei nº 4.928/92 e alterações, mediante declaração própria sobre essa condição;
d) declaração de Dependentes;
e) conta salário junto ao Sicredi para recebimento do vencimento;
f) certidão de Casamento ou Nascimento, sendo que na hipótese de existir Escritura Pública de União Estável;
g) comprovante de Endereço atualizado;
h) impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral do eSocial, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos".
Art. 6º. Atendido os documentos anteriores, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do Decreto de Nomeação, deverá assinar o termo de posse, ao passo que terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrar em exercício contados da posse.
Parágrafo único. A Administração Pública Municipal reserva-se no direito de designar data e hora para posse dos candidatos nomeados, os quais serão avisados antecipadamente.
Art. 7º. Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata, o candidato será eliminado do Concurso ou, se empossado, terá sua nomeação declarada nula.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:DDDBD201

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005.001 – PSS 001/2025
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005.001 – PSS 001/2025
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS
Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina a Lei Municipal n° 1.330/2017;
Considerando que o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025 restou homologado pelo Decreto n° 634/2025;
Considerando o processo fly **nº 4182/2025;**

TORNA PÚBLICO

I - A convocação das candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, o qual foi homologado pelo Decreto Municipal sob **N.º 634 de 08 de setembro de 2025.**

I – AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2680/2025	CELIA MARIA RUSINSKI DACZKOWSKI	79	11º
2892/2025	SANDI MARA WLODARCZYK	78	12º
2901/2025	CAMILA DE FÁTIMA OLIVEIRA UNIAT	78	13º

II – AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL – 40H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2681/2025	ROSELIA RIBEIRO LEMES	84,50	4º

II – As candidatas deverão comparecer, até o dia **27 de novembro de 2025**, entre às 08:00hrs e 17:00hrs, na Prefeitura Municipal de Mallet – PR, conforme item 10.5. do Edital do PSS 001/2025, obrigatoriamente munidas de todos os documentos originais comprobatórios para o cargo, os quais são os seguintes:
O candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade
portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal, bem como todos os direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no país;
Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Possuir aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
Não estar em situação irregular de acúmulo de cargo público;
10.6. Os candidatos convocados deverão entregar os seguintes documentos:
Comprovante de Inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
Carteira de Identidade – RG (fotocópia frente e verso);
Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia);
PIS ou PASEP (fotocópia);
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (fotocópia) - contendo número, série e dados pessoais;
Título de Eleitor (fotocópia);
Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral no site www.tse.jus.br;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
Certidão de Casamento, quando couber (cópia);

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos, se considerados como dependentes para fins de declaração do Imposto de Renda (cópia);
Averbação de Divórcio, quando couber (fotocópia);
Comprovante de endereço (cópia);
Foto 3x4;
Comprovante impresso CQC (comprovante de qualificação cadastral) – eSocial sem divergências;
Laudo Médico (Anexo V):
Expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS;
Declarar que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para o desempenho da Função Pública objeto deste Edital Normativo;
Conter nome, assinatura e carimbo com o número do CRM ou RMS;
Estar dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição;
Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, modelo anexo a esse Edital (Declaração de Idoneidade Profissional).
Comprovante do Tempo de Experiência Profissional dos últimos 10 (dez) anos, se registrado no formulário de inscrição;
Documentos comprobatórios da escolaridade exigida para o exercício da Função Pública, apresentados na inscrição.
Comprovantes da Prova de Títulos, se registrados no formulário de inscrição.
Atestados e Certidões Negativas de Antecedentes Criminais, conforme descritos a seguir:
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida por distribuidores da circunscrição ou cartórios criminais ou varas de execução penal em fóruns da Justiça Estadual, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal a ser emitida/solicitada por meio do endereço eletrônico https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa/, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Atestado de Negativa de Antecedentes Criminais:
Para o candidato com Carteira de Identidade (Registro Geral) emitida no Estado do Paraná, emitir/solicitar por meio do endereço eletrônico http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/, em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação;
Documento original ou eletrônico com a devida validação;

III – A candidata convocada deve se atentar aos prazos de emissão das certidões, visto que, alguns sistemas levam 24hrs para emitir o documento.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:95E2077D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 515/2025 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 515/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de MUNICIPIO DE MANDAGUARI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4198/2024 de 23/12/2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0015.2.140		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
812 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	4.000,00
Total Suplementação:			4.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

Redução			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0015.2.140		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE	
817 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.000,00
Total Redução:			4.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (18/11/2025).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:15191377

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 516/2025 - EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

DECRETO Nº. 516/2025

Súmula: Exonera servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a servidora pública municipal abaixo relacionada, pelo respectivo motivo, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONERAÇÃO	MOTIVO
98178	ISABELA POLOSCHI DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - TEMPORARIO	20/03/2025	18/11/2025	A PEDIDO DO SERVIDOR

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (18/11/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:DEA78A72

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 119/2025 - CEDE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 119/2025

Súmula: Cede a servidora pública municipal LEONICE CAMARGO PEREIRA para prestar serviços junto a DELEGACIA DA POLICIA CIVIL, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ceder a servidora pública municipal LEONICE CAMARGO PEREIRA, matrícula nº 10655, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, para prestar serviços junto à DELEGACIA DA POLICIA CIVIL, de 18 de agosto de 2025 à 18 de novembro de 2025, de forma temporária.

Art. 2º A cessão de que cuida esta Portaria não desvincula o servidor cedido de sua subordinação ao Departamento de Recursos Humanos do órgão de origem.
Parágrafo único. A cessão do servidor mencionado no art. 1º se dará com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2025.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (18/11/2025).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:6FB5C9D1

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 02/2025 - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 02/2025

SÚMULA – Organização da Lista de Espera e Critérios de Prioridade para Matrículas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Municipal de Mandaguari/PR.

Dispõe sobre a organização da Lista de Espera para vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Municipal de Mandaguari/PR e estabelece critérios de priorização para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos.
A Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari, no uso de suas atribuições legais, e:
Considerando a necessidade de garantir transparência, equidade e prioridade no atendimento das crianças de 0 a 3 anos nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs;
Considerando as competências atribuídas à Secretaria Municipal de Educação;
Considerando a Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito social fundamental;
Considerando a legislação que rege a educação infantil de 0 a 5 anos, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), que define a educação infantil como primeira etapa da educação básica, e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que estabelece os direitos de aprendizagem das crianças;
Considerando que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;
Resolve:
Art. 1º – Da Lista de Espera
A Secretaria Municipal de Educação, por meio da Central de Vagas, manterá e divulgará a Lista de Espera relativa às solicitações de matrícula nos CMEIs integrais destinados a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos.
Art. 2º – Dos Critérios de Priorização das Vagas
O preenchimento das vagas disponíveis observará critérios de prioridade, assegurando a proteção integral da criança e os princípios da equidade e da vulnerabilidade social.
Terão prioridade:
I – Crianças em situação de vulnerabilidade social, incluindo:
a) crianças que estão sob tutela dos avós;
b) crianças encaminhadas pelos serviços da rede de proteção social, filhos(as) de mulheres em situação de dependência química .
II – Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
III – Crianças em situação de risco, mediante encaminhamento formal de:
a) Conselho Tutelar;
b) Promotoria Pública;
incluindo casos de crianças vítimas de violência doméstica ou violência sexual, comprovada por Boletim de Ocorrência registrado em Delegacia.
IV – Crianças provenientes de transferência entre CMEIs do Município de Mandaguari/PR.
V – Ordem cronológica da lista de espera, desde que comprovada mediante:
a) Declaração de Trabalho da mãe, responsável legal ou tutor, indicando turno(s) de trabalho;
b) Documentação adicional exigida pela Central de Vagas.
Art. 3º – Da Documentação
§1º A Central de Vagas poderá solicitar documentos complementares para comprovação dos critérios de prioridade.
§2º A não apresentação da documentação poderá resultar em reposicionamento na lista de espera.
Art. 4º – Da Atualização da Lista
A lista de espera deverá ser atualizada regularmente e disponibilizada para consulta pública, preservando-se as informações pessoais das crianças e responsáveis, conforme a legislação de proteção de dados.
Art. 5º – Das Alterações de Classificação
A classificação na lista poderá ser alterada sempre que surgirem novas solicitações que se enquadrem nos critérios de prioridade estabelecidos nesta Súmula.

Art. 6º – Disposições Finais
Esta Súmula entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandaguari, 14 de novembro de 2025.

Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:6E4C025A

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 360/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra.

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: ESPAÇO TERAPÊUTICO VILLA DOM BOSCO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.491.953/0001-81, com endereço na Avenida Emilio Ribas, 604, Bairro:Jardim Tijuco, CEP:07020-010, CIDADE Guarulhos/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor NELSON LUIZ DA SILVA FILHO, inscrito no CPF sob o nº. 281.595.328-57.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TRATAMENTO E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM REGIME DE MORADIA A PESSOAS PORTADORES DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS E/OU USUÁRIOS DE ÁLCOOL, DE OUTRAS DROGAS E COM LIMITAÇÕES FÍSICAS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: 303.680,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 7 de outubro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

NELSON LUIZ DA SILVA FILHO
Espaço Terapêutico Villa Dom Bosco LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:501326EF

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 398/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: MUNIZ & ROCHA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.919.932/0001-20, com endereço na ANTÔNIO CASAGRANDE, 2850, VILA ROMANA, CEP: 86200-000, na cidade de Ibiporã/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor MICHEL ROCHA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 031.790.889-82.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE KITS ESTESIÔMETRO PARA USO DE PACIENTES COM SUSPEITA DE HANSENÍASE.

VALOR: 9.960,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 12 de Novembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

MICHEL ROCHA DOS SANTOS
Muniz & Rocha LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:D5DEED9E

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 399/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: 18.474.333 LUCIA MENDES ENDOW, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.474.333/0001-18, com endereço na Rua Nelson da Matta, 586 - Residencial Alto das Andorinhas, São Jose do Rio Preto - SP, 15.046-233, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora LUCIA MENDES ENDOW, inscrito no CPF sob o nº. 250.037.848-99.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS PEDAGÓGICOS.

VALOR: 3.882,20.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 12 de Novembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

LUCIA MENDES ENDOW
18.474.333 Lucia Mendes Endow

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:D1B769E7

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 403/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: CAROL COMERCIAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.867.300/0001-26, com endereço na NEY BRAGA, 452, VILA FRANCHELO, CEP: 87160-000, na cidade de Mandaguaçu/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor Jose Aparecido Rota, inscrito no CPF sob o nº. 327.218.209-82, e RG 2.144.734-0 SSP/PR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS PEDAGÓGICOS.

VALOR: 19.645,56.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 12 de Novembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

JOSE APARECIDO ROTA
Carol ComercialLTDA - ME

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:0B8F733A

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 494/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2024
PROCESSO Nº 326/2024

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções o **Sra. IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade, e do outro lado a pessoa jurídica **ALPES DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 45.438.297/0001-00, com endereço na RUA QUINTINO BOCAIUVA, 73, CABRAL, CEP: 80035-090, na cidade de Curitiba/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora LILIAN FERNANDA LONDIQUISTI, inscrito no CPF sob o nº. 111.933.709-73, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo contratual, nos termos do Pregão nº 118/2024, bem como pela legislação vigente em o art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preços nº 494/2024, referente ao Pregão Eletrônico 118/2024, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 28/11/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mandaguari (PR), 07 de novembro de 2025.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

LILIAN FERNANDA LONDIQUISTI
Alpes Distribuidora de Livros LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:91F1B420

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 115 2025

PORTARIA Nº 115/2025
De 18 de novembro de 2025

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 055/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 055/2025, de 13 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sra. FRANCIANY STROPARO, matrícula n° 342, Cargo: Diretora Geral, duas diárias, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.00.00, conforme item III do Anexo I e §1° do art. 3° da Lei 1447/2025, e três diárias, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.00.00, conforme item III do anexo I da Lei 1.447/2025; para participação na oficina Interlegis SAPL e oficina Interlegis Portal Modelo, em Campo Largo/PR, de 24 a 28 de novembro de 2025.

Art. 2º Ao final do referido compromisso, a servidora deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 18 de novembro de 2025

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:0717D257

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 116 2025

PORTARIA Nº 116/2025
De 18 de novembro de 2025

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 056/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 056/2025, de 13 de novembro de 2025,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sra. ALESSANDRA GADONSKI CECHINATTO, matrícula n° 323, Cargo: Procuradora, três diárias, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.00.00, conforme item III do Anexo I e §1° do art. 3° da Lei 1447/2025, e duas diárias, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.00.00, conforme item III do anexo I da Lei 1.447/2025; para participação na oficina Interlegis SAPL e oficina Interlegis Portal Modelo, em Campo Largo/PR, de 24 a 28 de novembro de 2025.

Art. 2º Ao final do referido compromisso, a servidora deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 18 de novembro de 2025

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:34E5C306

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 117 2025

PORTARIA Nº 117/2025
De 18 de novembro de 2025

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 057/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 057/2025, de 13 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. ADALBERTO JULIATTO VOSGERAU, matrícula n° 322, Cargo: Assessor de Comunicação, cinco diárias, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.00.00, conforme item III do Anexo I da Lei 1447/2025; para participação na oficina Interlegis SAPL e oficina Interlegis Portal Modelo, em Campo Largo/PR, de 24 a 28 de novembro de 2025.

Art. 2º Ao final do referido compromisso, o servidor deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 18 de novembro de 2025

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:A588475D

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 118 2025

PORTARIA Nº 118/2025
De 18 de novembro de 2025

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 058/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 058/2025, de 13 de novembro de 2025,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao Sr. DERICK RAFAEL DE LARA, matrícula n° 356, Cargo: Técnico de Informática e Registro Sonoro, cinco diárias, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.00.00, conforme item III do Anexo I e §1° do art. 3° da Lei 1447/2025; para participação na oficina Interlegis SAPL e oficina Interlegis Portal Modelo, em Campo Largo/PR, de 24 a 28 de novembro de 2025.

Art. 2º Ao final do referido compromisso, o servidor deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 18 de novembro de 2025

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:1EEA8090

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 119 2025

PORTARIA Nº 119/2025
De 18 de novembro de 2025

CONCESSÃO DE DIÁRIA, REQUERIMENTO 059/2025.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal. Considerando a solicitação contida no Requerimento de Diária 059/2025, de 13 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. ERIVELTON SOUZA MARQUES, matrícula n° 061, Cargo: Chefe da Divisão de Atas e Anais, quatro diárias, na rubrica orçamentária n.º 3.3.90.14.00.00, conforme item III do Anexo I e §1° do art. 3° da Lei 1447/2025; para participação na oficina Interlegis SAPL e oficina Interlegis Portal Modelo, em Campo Largo/PR, de 24 a 27 de novembro de 2025.

Art. 2º Ao final do referido compromisso, o servidor deverá apresentar a prestação de contas, conforme instrução normativa conjunta 01/2025 – DG – PG – UCI, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena da Lei.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 18 de novembro de 2025

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:047B39E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 107/2025

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de LEILÃO ELETRÔNICO, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.ricardogomesleiloes.com.br, ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: Alienação de bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município de Mandirituba/PR.
Data de encerramento do Leilão: Dia 16 de dezembro de 2025, a partir das 09:00 horas (horário de Brasília).
Link: www.ricardogomesleiloes.com.br
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1
Mandirituba, 18 de novembro de 2025

GEOVANA MARIA CORDEIRO –
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:B7CC9BCB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD – MANDIRITUBA/PR.

RESOLUÇÃO Nº 01/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD – Mandirituba/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.446, de 26 de fevereiro de 2025.

Considerando as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD de Mandirituba/PR em reunião extraordinária realizada em 17 de novembro de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar, nos termos da Ata nº 04/2025, o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD – Mandirituba/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 17 de novembro de 2025.

ELIANE STAREPRAVO CORDEIRO
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Tiago Borges Fantinel
Código Identificador:FB40DFE8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 92/2025 – IN 26/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 92/2025 – IN 26/2025

CONTRATO Nº 92/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM LIMITADA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.657.354/0001-77
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 26/2025**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**
VALOR TOTAL: R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 18/11/2025

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:09B15688

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 503 DE 17 DE JULHO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Complementar n.º 001/2015, que dispõe sobre a Procuradoria Geral do Município de Mandirituba e dá outras providências,

RESOLVE

Art. 1º Fica estabelecido nos termos da Lei Complementar n.º 001/2015, art. 43, o pagamento das vantagens relativas ao adicional por título/aperfeiçoamento, de natureza permanente, ao servidor OSDIMAR OKANOR GONÇALVES, matrícula n.º 3689, Procurador Municipal, na seguinte conformidade:

- Adicional de 5% (cinco por cento) calculados sobre os vencimentos, nos termos do art. 43 da Lei Complementar n.º 001/2015, pela participação em cursos na área do Direito, de Administração Pública ou da Gestão Pública, quando a somatória desses cursos atingirem 360 (trezentas e sessenta) horas.

- Adicional de 5% (cinco por cento) calculados sobre os vencimentos, nos termos do art. 43 da Lei Complementar n.º 001/2015, pela participação em cursos na área do Direito, de Administração Pública ou da Gestão Pública, quando a somatória desses cursos atingirem 360 (trezentas e sessenta) horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de julho de 2025, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 17 de julho de 2025.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:3443234E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 697 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 480/2008 do Quadro de Pessoal do Magistério da Administração Direta.

RESOLVE

Art. 1º Ficam promovidas no Nível Horizontal, de acordo com os Art. 18 e 19 da Lei Municipal n.º 480 de 05 de dezembro de 2008, as servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal Permanente, conforme avaliação da Secretaria Municipal de Educação:

EDUCADOR INFANTIL:

Mat.	Nome	De: Classe	P/: Classe
2298	Cris Viviane Machado	04	05
2239	Pricila do Rocio da Silva	09	10

PROFESSOR 20H:

Mat.	Nome	De: Classe	P/: Classe
3418	Geny da Luz Goncalves Franco	04	05
1786	Vera Lucia da Cruz	08	09
2012	Vera Lucia da Cruz	09	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de novembro de 2025, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:0984C971

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 698 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos da Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Complementar n.º 001/2015, que dispõe sobre a Procuradoria Geral do Município de Mandirituba e dá outras providências,

RESOLVE

Art. 1º Conceder nos termos da Lei Complementar n.º 001/2015, art. 20 inciso II, promoção por merecimento ao servidor **OSDIMAR OKANOR GONCALVES, MATRICULA** n.º 3689, no cargo de Procurador Municipal, passando o mesmo para a Classe E do nível PMN-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de novembro de 2025, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:CDD4A115

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RESULTADO PROVISÓRIO DA ELEIÇÃO PARA DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CMEIS DE MANDIRITUBA/PR- 2025

RESULTADO PROVISÓRIO DA ELEIÇÃO PARA DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CMEIS DE MANDIRITUBA/PR- 2025

INSTITUIÇÃO	CANDIDATO (A) ELEITO (A)
Escola Mun. Alice Machado Ferreira	EDIONE MARIA DE LIMA MACHADO
Escola Mun. Bom Jesus	ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA
Escola Mun. Nossa Senhora do Rocio	KATHIUSCIA CRUZ VOZNHAKI
Escola Mun. Vitor Leal Claudino	VIVIANE APARECIDA DA SILVA NEGOSEKE
CMEI Affonso Braz dos Santos	MARCIA KAORI MATSUMOTO
CMEI Caminhos da Esperança	CRISTINA COSTA DOS SANTOS
CMEI José Buher	LUCIANE BUHER DE ASSIS
CMEI Padre João Palko	SIMONE UKAN HALAMA
CMEI Primeiros Passos	ELAINE MARIA MELO
CMEI Profª Denize Elisabete Quirino	GISELI APARECIDA DA LUZ DE LIMA
CMEI Sarian Jesane Andrade de Assis	ELIZABETE DE ASSIS

Mandirituba, 18 de novembro de 2025.

MAYARA THAINE MORO
Presidente da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Gleicy Kelly de Fatima Monteiro de Medeiro
Código Identificador:851B39F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 132-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 132 de 2025.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Aquisição de equipamento rodoviário, conforme processo de Processo inexigibilidade nº 24/2025.
CONTRATADO: PARANA EQUIPAMENTOS S.A. CNPJ: 76.527.951/0001-85
VALOR CONTRATADO: 1.145.000,00 (Um Milhão, Cento e Quarenta e Cinco Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 18/11/2025.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 18/11/2025
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Até 30 dias após entrega do material e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias após a assinatura do contrato**.**
Manfrinópolis, 18/11/2025.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:F4EA0E09

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 22-2025

TERMO DE RATIFICAÇÂO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Processo inexigibilidade N° 22/2025
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 4149/2025 resolve:
Com fundamentação na Lei Federal 14.133/2021, Art. 79, inciso I e Art 74 inciso IV, RATIFICAR ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente Processo inexigibilidade n° 22/2025 referente à **Credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados em Fonoaudiologia para atendimento de pacientes devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Manfrinópolis**, em favor da empresa CREDENCIADA;

ADRIANE FATIMA PRATI PERALTA				
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Preço unitário
1	1	Prestação de Serviços na especialidade de Fonoaudiologia para atender consultas de aproximadamente 50 minutos cada, em clínica própria, dispondo de profissional e equipamentos para realização dos serviços	Consulta	170,00

O processo de credenciamento 02/2025 permanecerá aberto para novos credenciados por 10 (dez) meses, a contar de 17/11/2025.
A prestação dos serviços objeto da presente licitação será de 10 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 18/11/2025.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:01AAFAEC

URBANISMO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 307/2025

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 307/2025

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 307/2025
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	ILSON DOS SANTOS	**MATR.**	**8091**
CARGO/FUNÇÃO	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		VAN SAÚDE
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** TAU-4392
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
12/11/2025	14/11/2025	RIO BONITO DO IGUAÇU	PR	PARA ; AJUDAR COMO VOLUTÁRIO AOS ATINGIDOS PELO TORNADO EM RIO BONITO DO IGUAÇU .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	X

Manfrinópolis – PR, em 17 de novembro de 2025

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:A943D2C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
DECRETO 354/2025 - SUPLEMENTAR

DECRETO 354/2025

SÚMULA– Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município.

Leandro Dorini, Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e observando os dispositivos constantes do art. 43 – parágrafo 1º - inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e considerando o art. 5° da Lei Municipal nº 2432/2024, de 18 de Dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar, referente ao exercício financeiro de 2025, no valor de**R$ 243.000,00 (Duzentos e Quarenta e Três Mil Reais),**para reforço de dotações orçamentárias, conforme discriminadas no anexo.
Art. 2º -Como recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto, fica indicada como recurso o Superávit Financeiro, Excesso de Arrecadação e Anulação de Dotação, de acordo com o que prevê os incisos I, II e III, parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Art. 4º– Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, em 18 de Novembro de 2025.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
Relação de Alterações Orçamentárias da Despesa
CNPJ: 77.774.867/0001-29
Município: Mangueirinha – Estado do Paraná
Data de Emissão: 18/11/2025

Tipo Crédito	Natureza da Despesa	Ação	Recurso	Origem	Valor (R$)
Crédito suplementar	3.3.90.30.00.00.00.00	2038	02021/01018	Anulação de dotação	100.000,00
Crédito suplementar	3.3.90.30.00.00.00.00	2038	00494/00494	Anulação de dotação	30.000,00
Crédito suplementar	3.3.90.30.00.00.00.00	2038	02494/00494	Superávit financeiro	20.000,00
Crédito suplementar	3.3.90.39.00.00.00.00	2063	00504/00504	Excesso de Arrecadação	70.000,00
Crédito suplementar	3.3.90.30.00.00.00.00	2061	00504/00504	Excesso de Arrecadação	18.000,00
Crédito suplementar	3.3.90.39.00.00.00.00	2061	00504/00504	Excesso de Arrecadação	5.000,00

Total da Entidade: R$ 243.000,00
Total Geral: R$ 243.000,00

Publicado por:
Tatiane Nonnemacher
Código Identificador:D3630539

PROCURADORIA
DECRETO Nº 356, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza a antecipação de parte do salário do mês de novembro de 2025 aos servidores públicos municipais de Mangueirinha/PR.

O Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **LEANDRO DORINI**, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei nº 1905, de 2015, bem como em conformidade com a Lei Orçamentária Anual de 2025 - Lei nº 2.432, de 2024), e:
CONSIDERANDO o interesse público em valorizar os servidores municipais e proporcionar-lhes melhor equilíbrio financeiro no decorrer do mês;
CONSIDERANDO que a antecipação aqui autorizada não acarreta aumento de despesa, tratando-se de mera alteração na data de pagamento de parcela da remuneração já prevista para o mês de novembro de 2025;
CONSIDERANDO que a medida beneficia todos os servidores ativos de forma isonômica, em respeito ao princípio da igualdade e às orientações dos Tribunais de Contas no sentido de vedar privilégios ou favorecimentos no pagamento antecipado de vencimentos;
CONSIDERANDO por fim, o disposto no artigo 37 da Constituição Federal e na legislação financeira (Lei Federal nº 4.320/1964) quanto à legalidade dos atos da Administração e à necessidade de previsão orçamentária para a realização da despesa,
DECRETA:
Art. 1º Este decreto dispõe sobre a antecipação de parte do salário do mês de novembro de 2025 aos servidores públicos municipais de Mangueirinha/PR;
Art. 2º Fica autorizada, em caráter excepcional, a antecipação de parte do salário relativo ao mês de novembro de 2025 aos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo de Mangueirinha.
Parágrafo único. O valor da antecipação de que trata o *caput* será de R$ 600,00 (seiscentos reais) para cada servidor ativo, independentemente do cargo ou regime de contratação, inclusive abrangendo servidores efetivos, comissionados e contratados temporariamente.
Art. 3º A antecipação de que trata este decreto será efetuada no dia 19 de novembro de 2025, mediante crédito do valor estabelecido no parágrafo único do art. 1º em favor de cada servidor beneficiado.
Art. 4º O valor antecipado nos termos deste decreto será compensado integralmente no pagamento da folha salarial do mês de novembro de 2025. Assim, no ato do pagamento regular dos vencimentos de novembro, será deduzida a quantia de R$ 600,00 já adiantada a cada servidor, de modo que não haja pagamento em duplicidade nem

acréscimo remuneratório, mas apenas a alteração da data de parcela do pagamento.
Art. 5º Esta medida aplica-se exclusivamente aos servidores municipais em efetivo exercício na data da antecipação mencionada no art. 3º. Eventuais servidores que ingressarem após essa data, bem como os inativos, pensionistas ou quaisquer pessoas não inseridas na folha de pagamento ativa de novembro de 2025, não farão jus à antecipação.
Art. 6º A Secretaria Municipal de Administração e Secretaria de Finanças adotará as providências necessárias para o registro contábil adequado da operação, observando as normas da Lei Federal nº 4.320/1964 e demais legislações pertinentes, de forma a manter o controle da despesa com pessoal dentro da legalidade. Deve-se assegurar que todas as fases da despesa pública – empenho, liquidação e pagamento – sejam regularmente cumpridas, evitando configurar adiantamento indevido de despesa.
Art. 7º Este decreto tem como fundamentos legais o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei nº 1905/2015), em especial suas disposições sobre remuneração e vantagens dos servidores, e a Lei Orçamentária Anual de 2025 - Lei nº 2432/2024, que prevê dotação orçamentária para despesas de pessoal no exercício de 2025, não sendo necessária lei específica adicional para a realização da presente antecipação, dada sua natureza de gestão interna de pagamento.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:50659747

PROCURADORIA
LEI Nº 2.481, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

Declara *persona non grata* no âmbito do Município de Mangueirinha toda autoridade, agente público e particular formalmente reconhecido como violador das prerrogativas profissionais da advocacia.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, propôs e aprovou e eu **LEANDRO DORINI**, Prefeito, sanciono a seguinte lei:
Art. 1° Fica declarada *persona non grata* no âmbito do Município de Mangueirinha toda autoridade, agente público e particular formal e definitivamente reconhecido como violador das prerrogativas profissionais da advocacia, desde que tal reconhecimento decorra da deliberação final de órgão competente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em procedimento regular com garantia do contraditório e da ampla defesa.
Art. 2º A declaração referida nesta Lei possui natureza exclusivamente simbólica e institucional, como forma de manifestação política de repúdio do Município de Mangueirinha a toda forma de afronta à dignidade da advocacia e ao livre exercício da profissão, nos termos da Constituição Federal e do Estatuto da Advocacia.
Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se violação de prerrogativas da advocacia todo o ato que desrespeitar os direitos dos advogados e advogadas previstos no art. 7º da Lei nº 8.906/94, e aqueles que vierem a ser acrescidos ou modificados por Lei.
Art. 4° Caberá à Câmara Municipal, por meio de resolução, formalizar a declaração prevista nesta Lei, sempre mediante solicitação fundamentada da entidade de classe da advocacia legalmente constituída, desde que acompanhada de prova documental da decisão referida no art. 1º desta Lei.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:0914453E

PROCURADORIA
LEI Nº 2.482, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

LEI Nº 2.482, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu LEANDRO DORINI, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei estabelece as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná.

Art. 2º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no artigo 4º da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, e no artigo 202, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, as diretrizes orçamentárias do Município para 2026, compreendendo:
I - metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II - estrutura e organização dos orçamentos;
III - diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
IV - diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V - disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI - disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
VII - disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
VIII - disposições finais.
Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes Anexos:
I - Prioridades da Administração Pública Municipal;
II - Metas Fiscais;
III - Riscos Fiscais;
IV – Metodologia de Cálculo;
V – Relatório das Obras em Andamento (art. 45, da Lei nº 101 de 2000);

CAPÍTULO I
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal deverão estar em consonância com aquelas especificadas no Plano Plurianual - PPA, definidas no Orçamento para o exercício financeiro de 2026, bem como o Orçamento-Programa do Município de Mangueirinha abrangerá os poderes Executivo, Legislativo e seus respectivos fundos.

Art. 4º Em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, no artigo 4° da Lei Complementar nº 101, de 2000 e no artigo 202, inciso II da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem em limite à programação das despesas.
§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026, será dada maior prioridade:
I - às políticas de desenvolvimento humano, qualidade de vida e cidadania;
II - à austeridade na gestão dos recursos públicos; e
III - à promoção do desenvolvimento econômico sustentável.
§ 2º A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo a que se refere o caput estará condicionada à manutenção do

equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Art. 5º Na elaboração do orçamento da Administração Pública Municipal, em conformidade com o disposto no artigo 44, da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade, num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio do Orçamento Participativo.

Art. 6º O Município de Mangueirinha, viabilizará atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.

CAPÍTULO II
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º A lei orçamentária do Município de Mangueirinha, relativo ao exercício de 2026 deve assegurar os princípios de justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observado o seguinte:
I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do município, bem como combater a exclusão social;
II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento da execução do orçamento; e
III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 8º Para efeito desta lei entende-se por:
I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;
II - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
III - subfunção: uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
V - atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI – projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VII - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e
VIII - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.
§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
§ 2º Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vincula.
§ 3º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária, por programas, atividades, projetos e operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 9º As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos e atividades.

Art. 10. O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2025, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei Orgânica do Município de Mangueirinha, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 11. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.
§ 1º As categorias econômicas estão assim detalhadas:
I - Despesas Correntes; e
II - Despesas de Capital.
§ 2º Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:
I - pessoal e encargos sociais;
II - juros e encargos da dívida;
III - outras despesas correntes;
IV - investimentos;
V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas; e
VI - amortização da dívida.
§ 3º Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
II - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e
III - Aplicações Diretas.
§ 4º A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária.
§ 5º O orçamento fiscal indicará as fontes de recursos que compõem a receita municipal, da seguinte forma:
TABELA ASSOCIATIVA DE FONTES PADRONIZADAS COM AS RESPECTIVAS ORIGENS E APLICAÇÕES Referente a tabela (Plano Padrão Fonte)
cdFontePadrao cdOrigem cdAplicacao cdDesdobramento cdDetalhamento dsFonte cdFontePadraoSTN dsFontePadraoSTN dtDesativacao
cdFontePadrao 01 07 00 00 Recursos Ordinários (Livres) 500 Recursos não Vinculados de Impostos
cdFontePadrao 01 07 00 00 Recursos do Tesouro (Descentralizados) 501 Outros Recursos não Vinculados
cdFontePadrao 08 03 00 00 Regime Próprio de Previdência Social 800 Recursos Vinculados ao RPPS – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)
cdFontePadrao 01 99 00 00 Fundo Especial da Câmara Municipal 759 Recursos Vinculados a Fundos
cdFontePadrao 01 99 00 00 Receitas Intraorçamentárias P869/05STN 501 Outros Recursos não Vinculados
cdFontePadrao 10 01 00 00 Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO 869 Outros Recursos Extraorçamentários
cdFontePadrao 10 02 00 00 Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO 869 Outros Recursos Extraorçamentários
cdFontePadrao 10 99 00 00 Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO 869 Outros Recursos Extraorçamentários
cdFontePadrao 94 99 00 00 Retenções em Caráter Consignatório 869 Outros Recursos Extraorçamentários
cdFontePadrao 08 03 00 00 Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração / Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS 802 Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração
cdFontePadrao 02 01 00 00 Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF 540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
cdFontePadrao 02 01 00 00 Fundeb 40%/Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF 540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
cdFontePadrao 01 01 00 00 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB 500 Recursos não Vinculados de Impostos
cdFontePadrao 01 01 00 00 Demais impostos vinculados à educação básica 500 Recursos não Vinculados de Impostos

cdFontePadrao 04 01 00 00 Alienação de Ativos da Educação/Indenização de Sinistros 755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
cdFontePadrao 99 01 00 00 Salário Educação 550 Transferência do Salário- Educação
cdFontePadrao 01 02 00 00 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) 500 Recursos não Vinculados de Impostos
cdFontePadrao 04 02 00 00 Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros 755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
cdFontePadrao 09 02 05 20 Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIHs 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

cdFontePadrao cdOrigem cdAplicacao cdDesdobramento cdDetalhamento dsFonte cdFontePadraoSTN dsFontePadraoSTN dtDesativacao
369 09 02 06 20 Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIHs 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
495 09 02 05 20 Atenção Básica 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
495 09 02 06 20 Atenção Básica 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
495 09 02 05 20 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
495 09 02 06 20 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
495 09 02 05 20 Vigilância em Saúde 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
495 09 02 06 20 Vigilância em Saúde 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
495 09 02 05 20 Assistência Farmacêutica 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
495 09 02 06 20 Assistência Farmacêutica 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
495 09 02 05 20 Gestão do SUS 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
495 09 02 06 20 Gestão do SUS 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
495 09 02 05 20 Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM, de 2007 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
495 09 02 06 20 Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204- GM, de 2007 601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal-Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
495 04 99 00 00 Receitas de Alienações de Ativos 755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
495 04 99 00 00 Receitas de Alienações de Ativos - COSIP 755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
495 04 04 00 00 Receitas de Alienações de Ativos - ECA/FMDCA 755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
495 99 99 00 00m Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias 704 Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
495 99 99 00 00 Royalties Tratado de Itaipu Binacional/Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos 709 Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos
495 04 99 00 00 Receitas de Alienações de Ativos – FUNREBOM 755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
495 99 99 00 00 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF 751 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP
495 99 99 00 00 Fundo de Reserva Depósitos Judiciais (Lei 10819/03, art. 3º e Lei Complementar nº 151/2015) 757 Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente faz parte
509 99 99 00 00 Gerenciamento do Trânsito 752 Recursos Vinculados ao Trânsito
510 01 07 00 00 Taxas - Exercício Poder de Polícia 753 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
511 01 07 00 00 Taxas - Prestação de Serviços 753 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
512 99 99 00 00 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) 750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE
513 99 04 00 00 Penalidades Administrativas Lei nº 8.069/90 - Art. 214-ECA/FMDCA 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
514 99 99 00 00 Indenizações Recebidas por bens sinistrados de outras áreas 755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
515 99 99 00 00 FUNREBOM 759 Recursos Vinculados a Fundos
516 01 07 00 00 Precatórios - E.C. 062/2009 799 Outras Vinculações Legais
550 08 03 00 00 Receita de Extinção da Entidade Previdenciária 801 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)
551 08 03 00 00 Compensação entre Regimes Previdenciários 800 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)
552 04 99 00 00 Alienação de Ativos para amortização dívida/capitalização do RPPS 755 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
555 99 99 00 00 SANEPAR-Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município 799 Outras Vinculações Legais
556 99 99 00 00 Transferências Lei 9615/98 749 Outras vinculações de transferências
879 09 04 05 04 Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
879 09 04 06 04 Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
880 03 04 02 10 Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
900 03 06 02 11 Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
900 09 06 05 05 Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
900 09 06 06 05 Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
934 09 06 05 06 Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
934 09 06 06 06 Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS
935 09 06 05 07 Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS) 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
935 09 06 06 07 Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS) 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
936 09 06 05 08 Componente para Qualificação da Gestão (SUAS) 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
936 09 06 06 08 Componente para Qualificação da Gestão (SUAS) 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
937 09 06 05 09 Bloco de Investimentos (SUAS) 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
937 09 06 06 09 Bloco de Investimentos (SUAS) 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

999 01 01 00 00 Reservas de Contingências 599 Outros Recursos Vinculados à Educação
999 01 02 00 00 Reservas de Contingências 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
999 01 99 00 00 Reservas de Contingências 799 Outras Vinculações Legais
1000 06 05 00 00 Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Pessoal e Encargos Sociais 880 Recursos Próprios dos Consórcios
1001 06 05 00 00 Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Juros e Encargos da Dívida 880 Recursos Próprios dos Consórcios
1002 06 05 00 00 Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Outras Despesas Correntes 880 Recursos Próprios dos Consórcios
1003 06 05 00 00 Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Investimentos 880 Recursos Próprios dos Consórcios
1004 06 05 00 00 Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Inversões Financeiras 880 Recursos Próprios dos Consórcios
1005 03 01 01 01 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais 571 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
1005 03 02 01 01 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais 632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1005 03 04 01 01 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
1005 03 05 01 01 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais 701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados
1005 03 99 01 01 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais 701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados
1006 03 01 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
1006 03 02 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1006 03 04 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
1006 03 05 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
1006 03 99 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
1007 03 01 01 03 Outras Transferências Voluntárias Públicas 572 Transferências de Municípios referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
1007 03 02 01 03 Outras Transferências Voluntárias Públicas 633 Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1007 03 04 01 03 Outras Transferências Voluntárias Públicas 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
1007 03 05 01 03 Outras Transferências Voluntárias Públicas 702 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios
1007 03 99 01 03 Outras Transferências Voluntárias Públicas 702 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios
1008 03 01 02 12 Transferências Voluntárias Privadas Internas 575 Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
1008 03 02 02 12 Transferências Voluntárias Privadas Internas 636 Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1008 03 04 02 12 Transferências Voluntárias Privadas Internas 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
1008 03 05 02 12 Transferências Voluntárias Privadas Internas 703 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades
1008 03 99 02 12 Transferências Voluntárias Privadas Internas 703 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades
1009 05 01 03 15 Operações de Crédito Internas - Contratos 574 Operações de Crédito Vinculadas à Educação
1009 05 02 03 15 Operações de Crédito Internas - Contratos 634 Operações de Crédito vinculadas à Saúde
1009 05 05 03 15 Operações de Crédito Internas - Contratos 754 Recursos de Operações de Crédito
1009 05 99 03 15 Operações de Crédito Internas - Contratos 754 Recursos de Operações de Crédito
1010 05 01 04 17 Operações de Crédito Externas – Contratos 574 Operações de Crédito Vinculadas à Educação
1010 05 02 04 17 Operações de Crédito Externas – Contratos 634 Operações de Crédito vinculadas à Saúde
1010 05 05 04 17 Operações de Crédito Externas – Contratos 754 Recursos de Operações de Crédito
1010 05 99 04 17 Operações de Crédito Externas – Contratos 754 Recursos de Operações de Crédito
1011 09 01 05 18 Transferências de Outros Programas 576 Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação
1011 09 02 05 18 Transferências de Outros Programas 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
1011 09 05 05 18 Transferências de Outros Programas 749 Outras vinculações de transferências
1011 09 99 05 18 Transferências de Outros Programas 749 Outras vinculações de transferências
1011 09 01 06 18 Transferências de Outros Programas 599 Outros Recursos Vinculados à Educação
1011 09 02 06 18 Transferências de Outros Programas 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
1011 09 04 06 18 Transferências de Outros Programas 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
1011 09 05 06 18 Transferências de Outros Programas 749 Outras vinculações de transferências
1011 09 99 06 18 Transferências de Outros Programas 749 Outras vinculações de transferências
1012 03 01 02 13 Transferências Voluntárias Privadas Externas 575 Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
1012 03 02 02 13 Transferências Voluntárias Privadas Externas 636 Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1012 03 05 02 13 Transferências Voluntárias Privadas Externas 703 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades
1012 03 99 02 13 Transferências Voluntárias Privadas Externas 703 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades
933 09 06 06 19 IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social) 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS
1013 09 01 05 18 Transferências de Outros Programas 576 Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação
1014 11 01 07 21 Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados 599 Outros Recursos Vinculados à Educação
1014 11 02 07 21 Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
1014 11 99 07 21 Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados 749 Outras vinculações de transferências
369 09 02 07 20 Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
495 09 02 07 20 Atenção Básica 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
496 09 02 07 20 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde

497 09 02 07 20 Vigilância em Saúde 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
498 09 02 07 20 Assistência Farmacêutica 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
499 09 02 07 20 Gestão do SUS 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
500 09 02 07 20 Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204- GM, de 2007 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
879 09 04 07 04 Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
900 09 06 07 05 Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
934 09 06 07 06 Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
935 09 06 07 07 Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS) 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
936 09 06 07 08 Componente para Qualificação da Gestão (SUAS) 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
937 09 06 07 09 Bloco de Investimentos (SUAS) 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
1009 05 99 03 22 Operações de Crédito Anteriores a 2013 Reclassificadas 754 Recursos de Operações de Crédito
932 09 06 06 19 IGDMSuas Portaria MDS 754/2010
(3% Conselho de Assistência Social) 660 Transferência de Recursos do Fundo
Nacional de Assistência Social - FNAS
938 09 06 05 23 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS
113/2015 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
938 09 06 06 23 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS
113/2015 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
939 09 06 05 24 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta
Complexidade - Portaria MDS 113/2015 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
939 09 06 06 24 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS
113/2015 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
940 09 06 05 25 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
940 09 06 06 25 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
1011 09 04 05 18 Transferências de Outros Programas 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência
Social
002 01 07 00 00 Desvinculação das Receitas dos Municípios – DRM 501 Outros Recursos não Vinculados
517 99 01 00 00 ROYALTIES/ANP - Produção de Petróleo e Gás Natural 573 Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação
517 99 02 00 00 ROYALTIES/ANP - Produção de Petróleo e Gás Natural 635 Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde
1006 12 01 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
1006 12 02 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1006 12 04 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social
1006 12 05 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
1006 12 99 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
494 09 02 05 20 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde 621 Transferências Fundo a Fundo de
Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
494 09 02 06 20 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços
Públicos de Saúde
518 09 02 05 20 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
518 09 02 06 20 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde 601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
1011 09 06 06 19 Transferências de Outros Programas 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
1011 09 06 05 19 Transferências de Outros Programas 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
1006 12 06 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados
à Assistência Social
1011 12 01 06 18 Transferências de Outros Programas 599 Outros Recursos Vinculados à Educação
1011 12 02 06 18 Transferências de Outros Programas 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
1011 12 04 06 18 Transferências de Outros Programas 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
1011 12 05 06 18 Transferências de Outros Programas 749 Outras vinculações de transferências
1011 12 06 06 18 Transferências de Outros Programas 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
1011 12 99 06 18 Transferências de Outros Programas 749 Outras vinculações de transferências
494 12 02 06 20 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços
Públicos de Saúde
495 12 02 06 20 Atenção Básica – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
496 12 02 06 20 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços
Públicos de Saúde
497 12 02 06 20 Vigilância em Saúde – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços
Públicos de Saúde
498 12 02 06 20 Assistência Farmacêutica – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços
Públicos de Saúde
499 12 02 06 20 Gestão do SUS – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) 600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
500 12 02 06 20 Investimentos na Rede de Serviços de Saúde – Portaria 204-GM, de 2007 – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) 601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
518 12 02 06 20 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) 601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do

Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
003 13 07 00 00 Apoio Financeiro aos Municípios - AFM 501 Outros Recursos não Vinculados
941 09 06 05 26 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e
Alta Complexidade 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
941 09 06 06 26 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e
Alta Complexidade 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
1015 14 99 00 00 Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019 704 Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
1016 12 99 00 00 Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019) 706 Transferência Especial da União
1017 12 99 00 00 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) 749 Outras vinculações de transferências
1018 12 99 00 00 Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019) 749 Outras vinculações de transferências
1019 09 02 06 20 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Coronavírus (COVID-19) 602 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
1020 09 02 06 20 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complex. Amb.e Hosp-Coronavírus(COVID-19)– Port.395/2020–M.S 602 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
1021 09 06 05 19 FEAS - Fundo Estadual de
Assistência Social - Incentivo Benefício Eventual - COVID-19 661 Transferência de Recursos dos
Fundos Estaduais de Assistência Social
1022 09 06 06 19 Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –
(COVID-19) 660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -
FNAS
1023 99 02 05 18 Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado no Fundo
Estadual de Saúde - (COVID-19) 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
1024 09 99 06 18 Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 – L.C nº 173/2020 – Inciso I, art. 5º 707 Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020
1025 99 99 00 00 Depósitos Judiciais (E.C. nº 94/2016) – Lides que o ente é parte 757 Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente faz parte
1026 99 99 00 00 Depósitos Judiciais (E.C. nº 99/2017) – Lides que o ente é parte 757 Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente faz parte
1027 99 99 00 00 Depósitos Judiciais (E.C. nº 94/2016) – Lides de Terceiros 758 Recursos de Depósitos Judiciais- Lides das quais o Ente não faz parte
1028 99 99 00 00 Depósitos Judiciais (E.C. nº 99/2017) – Lides de Terceiros 758 Recursos de Depósitos Judiciais- Lides das quais o Ente não faz parte
1029 99 02 01 03 Outras Transferências Voluntárias Públicas - (COVID-19) 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
1030 99 02 02 12 Outras Transferências Voluntárias Privadas - (COVID-19) 636 Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1031 99 99 06 18 Ações Emergenciais destinadas ao Setor Cultural - Lei Federal nº 14.017/2020 - (COVID-19) 749 Outras vinculações de transferências
1032 99 02 01 01 Recursos de Custeio para Oferta de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva – Resolução SESA nº 864/2020 - (COVID-19) 632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1033 09 02 06 20 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - (COVID-19) no bojo da ação 21C0 603 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
1034 03 02 02 02 Transferências de Convênios ou de
Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19) 636 Outras Transferências de Convênios
e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1035 99 01 00 00 Incentivo Financeiro aos Municípios
- (COVID-19) - Escolas Públicas da Rede Básica de ensino - Portaria nº 1857/2020 do Ministério da Saúde. 599 Outros Recursos Vinculados à Educação
1019 12 02 06 20 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Coronavírus (COVID-19) - Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019) 602 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
1020 12 02 06 20 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Coronavírus (COVID- 19) - Emendas Individuais – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019) 602 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
1033 12 02 06 20 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento(COVID-19) no bojo da ação 21C0 - Emendas Individuais – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019) 603 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.
1034 12 02 02 02 Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19) – transferência especial – (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019). 636 Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1034 12 02 01 02 Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19) – transferência especial – (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019). 631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1034 03 02 01 02 Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19) 631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e
Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
1036 02 01 00 00 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF
– percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF 541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
1037 02 01 00 00 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAF – máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF 541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
1038 02 01 00 00 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF 542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
1039 02 01 00 00 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF 542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
1040 02 01 00 00 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR 543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
1041 09 01 06 00 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) 551 Transferências de

Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
1042 09 01 06 00 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa
Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa
Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
1043 09 01 06 00 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) 553 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
1044 09 01 06 00 Outras Transferências de Recursos do FNDE 569 Outras Transferências de Recursos do FNDE
1045 01 07 00 00 Outros Recursos não Vinculados 501 Outros Recursos não Vinculados
1046 08 03 00 00 Recursos Vinculados ao RPPS -
Fundo em Repartição (Plano Financeiro) 801 Recursos Vinculados ao RPPS -
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)
1047 04 99 00 00 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta 756 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta
1048 94 99 00 00 Recursos de Depósitos de Terceiros 862 Recursos de Depósitos de Terceiros
1017 12 01 01 02 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) 570 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados
à Educação
1017 12 06 01 02 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados
à Assistência Social
1017 12 02 01 02 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) 631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados
à Saúde
1017 12 99 01 02 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) 700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
1017 12 01 00 00 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) 599 Outros Recursos Vinculados à Educação
1017 12 06 00 00 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) 669 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
1017 12 02 00 00 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) 659 Outros Recursos Vinculados à Saúde
1049 08 03 00 00 Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro 801 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano
Financeiro)
1050 99 99 00 00 Recursos Vinculados a Fundos 759 Recursos Vinculados a Fundos
1051 09 02 06 20 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos
agentes de combate às endemias 604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes
de combate às endemias
1052 99 99 00 00 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de
Recursos Minerais 708 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de
Recursos Minerais
1053 09 99 06 18 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º -
Audiovisual 715 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º -
Audiovisual
1054 09 99 06 18 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura 716 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura
1055 09 99 06 18 Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022 717 Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022
1056 01 01 00 00 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V,
EC nº 123/2022 - Recursos Educação 718 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022
1057 01 07 00 00 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito
Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Recursos Livres 718 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito
Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022
1058 04 03 00 00 Receitas de Alienações de Ativos - Recursos Vinculados ao RPPS
(Plano Financeiro) 801 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano
Financeiro)
1059 04 03 00 00 Receitas de Alienações de Ativos - Recursos Vinculados ao RPPS
(Plano Previdenciário) 800 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano
Previdenciário)
1060 01 07 00 00 Recursos não vinculados da compensação de impostos -
Recursos Livres 502 Recursos não vinculados da compensação de impostos
1061 01 01 00 00 Recursos não vinculados da compensação de impostos -
Recursos Educação 502 Recursos não vinculados da compensação de impostos
1062 01 02 00 00 R/ecursos não vinculados da compensação de impostos -
Recursos Saúde 502 Recursos não vinculados da compensação de impostos
1063 09 99 06 18 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura -
Lei nº 14.399/2022 719 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura -
Lei nº 14.399/2022
1064 09 02 06 20 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para
profissionais da enfermagem 605 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem
1065 99 99 00 00 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas
ao FEP - Lei 9.478/1997 720 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
1066 99 99 00 00 Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo - Lei nº 13.885/2019 721 Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo – Lei nº 13.885/2019
1067 09 02 05 20 Complementação Estadual ao
Pagamento dos Pisos Salariais para Profissionais da Enfermagem 605 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem
1068 09 99 05 18 Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas – FECAP – Lei Estadual n°
21.720/2023 759 Recursos Vinculados a Fundos
1069 02 01 00 00 Recursos de Precatórios do FUNDEF 544 Recursos de Precatórios do FUNDEF
1070 99 99 00 00 Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de
Recursos Naturais 705 Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de
Recursos Naturais
1005 03 06 01 01 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados
à Assistência Social
1006 03 06 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais 665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados
à Assistência Social
1071 09 99 06 18 Transferências Federais Destinadas às Situações de Emergência e de
Calamidades Públicas. 759 Recursos Vinculados a Fundos
1072 03 99 01 02 Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE

ENERGIA. 700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União
1073 13 07 00 00 Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas 711 Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de
Receitas
1011 09 06 05 19 Transferências de Outros Programas 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
1074 09 99 06 18 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT 714 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
1074 12 99 06 18 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019) 714 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
1075 09 02 05 20 Apoio Financeiro para ações Emergenciais com ênfase em Dengue no Estado do Paraná - Resolução SESA nº 285/2024 e similares. 621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
1011 09 06 05 27 PAS – Programa Único de Assistência - Deliberação n° 59/2023 do CEAS/PR 661 Transferência de Recursos dos
Fundos Estaduais de Assistência Social
1076 03 99 01 01 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Recursos Oriundos da Alienação de Ações da Copel 701 Outras Transferências de Convênios
ou Instrumentos Congêneres dos Estados
1011 09 01 05 18 Transferências de Outros Programas 661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
1077 02 01 00 00 Recursos de Precatórios do FUNDEB (2007- 2020) 545 Recursos de Precatórios do FUNDEB (2007- 2020)
1078 08 03 00 00 Demais Recursos Previdenciários 804 Demais Recursos Previdenciários
1079 13 07 00 00 Apoio financeiro da União em decorrência de estado de calamidade pública. 503 Apoio financeiro da União em decorrência de estado de calamidade pública.
1011 09 05 05 18 Transferências de Outros Programas 748 Outras vinculações de transferências dos Estados
1011 09 99 05 18 Transferências de Outros Programas 748 Outras vinculações de transferências dos Estados
1011 09 05 06 18 Transferências de Outros Programas 747 Outras vinculações de transferências da União
1011 09 99 06 18 Transferências de Outros Programas 747 Outras vinculações de transferências da União
1011 12 05 06 18 Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019) 747 Outras vinculações de transferências da União
1011 12 99 06 18 Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019) 747 Outras vinculações de transferências da União
1017 12 99 00 00 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) 747 Outras vinculações de transferências da União

§ 6º As fontes de recursos previstas poderão ser alteradas e/ou nelas incluídas novas fontes exclusivamente pela Secretaria de Contabilidade, mediante publicação de ato normativo próprio no Jornal Oficial do Município, com a devida justificativa para atender às necessidades de fontes de execução.
§ 7º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.
§ 8º A Reserva de Contingência prevista no artigo 40 desta lei será identificada pelo dígito 9 no que se refere às categorias econômicas, aos grupos de natureza da despesa, às modalidades de aplicação, aos elementos de despesa e às fontes de recursos.

Art. 12. A lei orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:
I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.
Parágrafo único. Para atender ao disposto no inciso I deve ser observado o plano anual de pagamento do regime especial.

Art. 13. A mensagem que encaminhar a lei orçamentária conterá:
I - o comportamento da arrecadação do exercício anterior;
II - o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
III - a situação observada no exercício de 2023 em relação ao limite de que trata os artigos 18, 19 e 20, todos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do Ensino;
V - o demonstrativo do cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde; e
VI - a discriminação da Dívida Pública total acumulada.

Art. 14. A lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:
I - texto da lei;
II - quadros orçamentários consolidados;
III - anexo do Orçamento Fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
IV - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei;
V – discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao Orçamento Fiscal.
§ 1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no inciso III, do artigo 22, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
§ 2º Integrarão o Orçamento de Investimento, no que lhe couber, os quadros previstos na mesma lei citada no parágrafo anterior.

CAPÍTULO III
DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 15. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.
§ 1º O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 (vinte) de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, conforme disposto no inciso II, § 2º, do artigo 29-A da Constituição Federal.
§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º, do artigo 29-A da Constituição Federal, conforme disposto no art. 10-A § 1° da Lei Orgânica do Município.

Art. 16. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para fins de consolidação, até o dia 01 de agosto do corrente ano.

CAPÍTULO IV
DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I
Diretrizes Gerais

Art. 17. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.
§ 1º Serão divulgados em mural público e no site www.mangueirinha.pr.gov.br:
I - pelo Poder Legislativo:

a) emendas propostas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias/2026, com seus respectivos pareceres; e
b) emendas propostas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual/2026, com seus respectivos pareceres.
II - pelo Poder Executivo:
a) a estimativa das receitas de que trata o § 3º, do artigo 12, da Lei Complementar 101, de 2000;
b) a proposta de Lei Orçamentária e seus anexos;
c) a Lei Orçamentária Anual; e
d) as alterações orçamentárias realizadas através da abertura de Créditos Adicionais até o limite de 5% (cinco por cento).
§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio do Secretaria de Contabilidade, deverá:
I - manter atualizado o endereço eletrônico supracitado, de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações descritas no artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
II – providenciar as medidas previstas no inciso II deste artigo a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2025 nos prazos definidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 18. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão e fonte de recursos, nos termos do art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e instrução do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.
§ 1º A Câmara Municipal de Mangueirinha deverá enviar até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária/2026, ao Poder Executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.
§ 2º O Poder Executivo deverá publicar em Órgão Oficial a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026.

Art. 19. No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo deverá publicar em Órgão Oficial as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 20. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, mecanismo da limitação de empenhos.
§ 1º Caso seja necessário, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no artigo 9° da Lei Complementar nº 101, de 2000, visando a atingir as metas fiscais previstas no Anexo II desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes” e “investimentos” de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, para as seguintes despesas na seguinte ordem:
a) Redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;
b) Redução das despesas com horas extras do quadro de pessoal;
c) Redução das possíveis vantagens/adicionais concedidas a servidores;
d) Redução de investimentos programados (aquisição de equipamentos em geral e obras);
e) Contingenciamento das dotações apropriadas para custeio.
§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 21. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22. As propostas parciais dos Poderes Legislativos e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundações e Fundos Municipais serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de maio de 2025 e apresentadas a Secretaria de Contabilidade até o dia 10 de setembro de 2025, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 23. Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos.
Parágrafo único. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica e financeira. Essa comprovação ocorrerá por estudo da área de Finanças, Planejamento e da área proponente, acrescida de Parecer Jurídico.

Art. 24. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.
Parágrafo único. Somente serão incluídas na proposta orçamentária anual dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal até 30 de maio de 2025.

Art. 25. A Procuradoria do Município encaminhará a Secretaria de Contabilidade, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciários conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, e nos termos do plano de pagamento do regime especial.

Art. 26. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes da Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029 e suas alterações e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias que for aprovada e sancionada para o exercício de 2026.
Parágrafo Único: As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 27. Na programação da despesa não poderão ser:
I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e
II - incluídas despesas a título de investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples; formalmente reconhecidas na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 28. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:
I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações que à Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente; e
II - associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.
Parágrafo único. Para atender ao disposto nos incisos I e II, durante a execução orçamentária do exercício de 2026 o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 29. Somente serão destinados recursos mediante projeto de lei orçamentária, a título de subvenção social, auxílio e/ou cooperação financeira às entidades sem fins lucrativos nas áreas: educacional, saúde, assistência social, cultural, esportiva e outras entidades, sempre exigindo o registro nos respectivos conselhos e juntada de parecer quando dos pleitos junto ao município, conforme legislação municipal específica.

Art. 30. É vedada a destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não coloquem suas contas acessíveis à sociedade civil.

Art. 31. As receitas diretamente arrecadadas por Autarquias, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pelo Poder Público

Municipal, respeitadas suas peculiaridades legais, serão programadas de acordo com as seguintes prioridades:
I - custeio administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;
II - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;
III - contrapartida das operações de crédito; e
IV - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental, pré-escolar e infantil, à saúde e ao disposto no artigo 38, desta lei.
V – Fomento à geração de empregos Urbanos e Rurais.
VI – garantia do cumprimento do artigo 227 da Constituição Federal, e ainda o art. 4°, parágrafo único, alínea "c" e "d" do Estatuto da Criança e Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata da proteção da Infância e Juventude.
Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

Art. 32. As metas remanescentes do Plano Plurianual do PPA 2026/2029 somente serão consideradas àquelas que constam no anexo de projetos em andamento, informado nos moldes do artigo 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 33. Na execução orçamentária de 2026 a apuração dos custos dar-se-á através de sistema orçamentário e contábil-financeiro, o qual possibilitará o acompanhamento e a avaliação dos custos, através de cada unidade, conforme determina a alínea e, do inciso I, do art. 4º e o § 3º, do art. 50, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

SEÇÃO II
Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 34. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes: Legislativo e Executivo, bem como, as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 35. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, art. 167, inciso III CF.

Art. 36. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:
I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade, tais como taxas de juros, volatilidade cambial, indicadores financeiros e outros.
II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
III - as alterações tributárias.

Art. 37. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

Art. 38. O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7° da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 39. A proposta orçamentária assegurará no orçamento a aplicação para a Função Assistência Social.

Art. 40. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, destinado a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 41. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no § 2º, do art. 167, da Constituição Federal será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 42. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas aplicáveis, especialmente a Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e legislação municipal em vigor.

Art. 43. A revisão salarial dos servidores públicos municipal deverá observar a previsão de recurso orçamentário e financeiro previstos na Lei Orçamentária de 2026, em categoria de programação específica observado, o controle de despesa com pessoal de que trata o art. 21, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 44. O Poder Executivo, por intermédio do órgão central de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará, até 30 de julho de 2025, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.
§ 1º O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.
§ 2º Os cargos vacantes em decorrência de processo de racionalização e reengenharia administrativa de Planos de Carreiras dos Servidores Municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 45. Os Poderes, Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento de maio de 2025 projetadas para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000, observado o contido no inciso II, do art. 37 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Para atender o disposto no caput deste artigo serão observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 e na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 46. No exercício financeiro de 2026, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:
I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o artigo 44 desta lei;
II - houver vacância, após 31 de julho de 2025, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;
III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e
IV - forem observados os limites previstos no artigo 45 desta lei, ressalvado o disposto no artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000.
Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções, somente poderão ocorrer depois de se atender o disposto neste artigo e no artigo 169, § 1°, incisos, I e II da Constituição Federal e artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 47. No exercício de 2026, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no artigo 49 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.
Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 48. A proposta orçamentária assegurará no orçamento anual a capacitação e desenvolvimento dos servidores municipais com prioridade aos efetivos, em atendimento ao disposto constitucional.

Art. 49. O disposto no § 1° do artigo 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.
Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:
I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; e
III – não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 50. Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrente de lei aprovada até o término deste exercício e que implique acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 51. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCA-IBGE ou outro indexador que venha a substituí-lo.

Art. 52. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU de 2026 e a Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos para o exercício de 2026, terão desconto de 10% (dez por cento) do valor lançado para pagamento em cota única, conforme previsão na Lei Complementar nº 19, de 2022.

Art. 53. Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2026 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pelas Leis Municipais de Isenções e de Incentivo à Industrialização.

Art. 54. Os valores apurados nos artigos 52 e 53 desta lei não serão considerados na previsão da receita de 2026, nas respectivas rubricas Orçamentárias.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 55. Os Orçamentos da Administração Direta, da Administração Indireta, Autarquias, Fundações e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal.
Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de maio de 2025.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56. Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio da lei orçamentária de 2026 ao Legislativo Municipal.
Parágrafo único. Ficam automaticamente revistas as previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária 2026.

Art. 57. Para os efeitos do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:
I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do artigo 182 da Constituição; e
II - entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estabelecidos na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 58. Para efeito do disposto no artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:
I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e
II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado em plano de aplicação específico.

Art. 59. Cabe a Secretaria de Contabilidade a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.
Parágrafo único. A Comissão Municipal de Planejamento determinará:
I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundações e Fundos.
III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos, de que trata esta lei.

Art. 60. Todas as receitas realizadas e despesas efetuadas pela Administração Direta, pelas Autarquias, Fundações e pelos Fundos Municipais integrantes do Orçamento Fiscal, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no sistema orçamentário e contábil-financeiro no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 61. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
§ 1º Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.
§ 2º Os responsáveis pelos setores de contabilidade, Recursos Humanos e Tributação, são os responsáveis, pela guarda dos bancos de dados do exercício financeiro de 2026, devendo ser gravado em meios magnéticos que garanta a consulta sempre que for necessário, além dos Livros Diários da Contabilidade, Dívida Ativa entre outros conforme legislação vigente e instruções do órgão de fiscalização externa (Tribunal de Constas do Estado – TCE).

Art. 62. Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas ao CGM – Conselho Gestor Municipal e parecer da Unidade de Controle Interno.

Art. 63. A Secretaria de Contabilidade divulgará, no prazo de 20 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais em cada unidade orçamentária contidos no Orçamento Fiscal e demais normas para a execução orçamentária.

Art. 64. Os recursos decorrentes das Políticas Públicas do Governo Federal e Estadual, que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º, do art. 166, da Constituição Federal.

Art. 65. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 66. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício

subsequente, mediante Decreto do Poder Executivo Municipal, e não serão computados no percentual autorizado na LOA – Lei Orçamentária Anual.

Art. 67. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, com os Governos Federal e Estadual, através de seus órgãos da Administração Direta e Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município, ou não, inclusive com a participação de contrapartida municipal.

Art. 68. Para a execução de obras de interesse municipal previstas em anexo desta Lei Municipal fica autorizado o Poder Executivo adquirir imóveis por desapropriação direta ou indireta.

Art. 69. Sistematizar dentro das ações orçamentárias para o Exercício de 2026, dar cumprimento aos desafios propostos e acordados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030), que contem 17 objetivos globais e 169 metas para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a governança democrática em todo o mundo entre 2016 e 2030.

Art. 70. Ficam incluídos e alterados aos anexos I, II e III relativo às receitas e as metas e programas governamentais do PPA - Plano Plurianual para os exercícios 2026/2029.

Art. 71. Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Os anexos que integram a presente Lei, referentes às Metas e Prioridades da Administração, às Metas Fiscais, aos Riscos Fiscais e demais demonstrativos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, devido à sua extensão, foram disponibilizados integralmente em meio digital, no site oficial do Município de Mangueirinha, no endereço eletrônico:link LDO: https://mangueirinha.pr.gov.br/pagina/19_LDO-LEI-DE-DIRETRIZES-ORCAMENTARIAS-.html.
Os documentos publicados digitalmente constituem parte integrante e indissociável desta Lei, para todos os fins legais.

A versão digital dos anexos deverá permanecer disponível ao público durante todo o exercício financeiro de 2026 e enquanto perdurarem seus efeitos legais.

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:84439C38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO CMDI Nº 005/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Termo de Adesão, do recurso da Resolução 049/2025 – Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo do município de Marilena-PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1284/2014.

RESOLVE:

Art.1° - Fica aprovado o Plano de Ação e Termo de Adesão, do recurso da Resolução 049/2025 – Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, **CEDI/PR.**
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marilena, 18 de novembro de 2025.

FÁTIMA IZUMI MATSUMOTO BELIERI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Marilena-PR

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:DCCD5209

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR FINANCEIRO AO CONTRATO Nº. 089/2025.

ESPÉCIE: CONTRATO DE COMPRA;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: AGROPOLPA INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPA DE FRUTAS LTDA, CNPJ Nº. 30.750.469-0001-09;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E PICOLÉS DE FRUTA NATURAL PARA SEREM UTILIZADOS EM DATAS COMEMORATIVAS PELAS ESCOLAS, CMEI'S E ESCOLA SANTA HELENA DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 4.400,00 (QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS);
FONTES DE RECURSOS:
272 - 01103 – 5% SOBRE TRANFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
273 - 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
306 - 01103 – 5% SOBRE TRANFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
311 - 01103 – 5% SOBRE TRANFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB

ALTERA-SE EM QUANTIDADE E VALOR: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO MEDIANTE DISPOSTO NO ART. 124 LETRA "B" DA LEI Nº 14.133/2021, ALTERA-SE EM ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE E VALOR NO REFERIDO CONTRATO. SENDO ASSIM ACRESCENTA-SE A QUANTIDADE DE APROXIMADAMENTE 9,09% (NOVE VIRGULA NOVE POR CENTO), CONFORME TABELA ACIMA, E CONSEQUENTEMENTE O VALOR DE **R$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS)**.

O VALOR TOTAL DO CONTRATO PASSARÁ DE **R$ 4.400,00 (QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS);** PARA R**$ 4.800,00 (QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS)**.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO PERMANECENDO INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:6EF00413

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2025. UASG Nº 987693. PROCESSO Nº 914/2025.Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da realização: **08 de DEZEMBRO de 2025. Abertura da Sessão: 08h00 horas**. Local: www.gov.br/compras/pt-br. O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek que o presente instrumento subscreve e pelo Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial da municipalidade Fernando Romeiro, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 61/2025, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM – Processo n.º 914/2025, objetivando a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual a aquisição de peças linha elétrica, que serão utilizadas nos diversos veículos da frota municipal, conforme condições, quantidades, exigências e demais especificações estabelecidas no Anexo II – Termo de Referência, que faz parte do edital, que será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 110/2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP,AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.). As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site www.gov.br/compras/pt-br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia 08/12/2025 às 08h00 horas e será conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial com o auxílio da Comissão de Contratação, designados nos autos do processo em epígrafe. INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 61/2025 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal – Rua Seis, nº 1030 - Centro – CEP: 85.525-000 – Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 ás 11h30min e das 13h00 às 17h00, E-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br Portal Transparência do Município ou pelos sites www.mariopolis.pr.gov.br, na aba licitações – Pregão Eletrônico e www.gov.br/compras/pt-br - UASG Nº 987693. Mariópolis/PR, 18 de Novembro de 2025.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:1E9B490B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3° AVISO RETIFICADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 044/2025

3º AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLETE BALÍSTICO, NÍVEL DE PROTEÇÃO III-A, COMPOSTO POR DUAS PLACAS BALÍSTICAS (FRONTAL E DORSAL), CONFORME PORTARIA Nº 018/2006 DO MINISTÉRIO DA DEFESA - EXÉRCITO BRASILEIRO
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: RR181.340,80 (cento e oitenta e um mil, trezentos quarenta reais e oitenta centavos)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 05/12/2025 às 09h00min
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: AMPLA CONCORRÊNCIA COM APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR n°123/2006
DÚVIDAS: licitacao@matinhos.pr.gov.br / 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Rafael Ramthun
Código Identificador:855CBCB8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 181/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS, DESTINADOS À PREMIAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DOS CAMPEONATOS ESCOLARES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DE MATINHOS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
VALOR MÁXIMO GLOBAL: R$196.749,92 (cento e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos)
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 05/12/2025 às 09h00min
MODO DE DISPUTA: ABERTO
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Rafael Ramthun
Código Identificador:7F2C09FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N° 53/2025

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA Nº 53/2025

Ficam concedidas Diárias para ressarcimento de despesas com alimentação e hospedagem, conforme disposto na Lei Municipal nº 562/2018 e Resolução Legislativa n°01/2025 na forma abaixo:

NOME: MARCELO RACK
CARGO: Vereador
DESTINO: FOZ DO IGUAÇU – PR
OBJETIVO: EVENTO: Orçamento municipal em ação: eficiência, participação e resultados na gestão pública. Abordagem estratégica sobre elaboração, execução e controle do orçamento municipal, conforme a EC 126/2022. O protagonismo de vereadores, assessores e servidores na formulação de emendas parlamentares.

DATA: SAIDA: 19/11/2025 RETORNO: 21/11/2025

TOTAL DE DIÁRIAS: 2,5 VALOR: R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

AUTORIZADO
MESA DIRETORA

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:23E7697D

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N° 54/2025

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA Nº 53/2025

Ficam concedidas Diárias para ressarcimento de despesas com alimentação e hospedagem, conforme disposto na Lei Municipal nº 562/2018 e Resolução Legislativa n°01/2025 na forma abaixo:

NOME: WALTER NUNES DIAS
CARGO: Vereador
DESTINO: FOZ DO IGUAÇU – PR
OBJETIVO: EVENTO: Orçamento municipal em ação: eficiência, participação e resultados na gestão pública. Abordagem estratégica sobre elaboração, execução e controle do orçamento municipal, conforme a EC 126/2022. O protagonismo de vereadores, assessores e servidores na formulação de emendas parlamentares.

DATA: SAIDA: 19/11/2025 RETORNO: 21/11/2025

TOTAL DE DIÁRIAS: 2,5 VALOR: R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Autorizado
MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:CF5BBBCC

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N° 55/2025

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA Nº 55/2025

Ficam concedidas Diárias para ressarcimento de despesas com alimentação e hospedagem, conforme disposto na Lei Municipal nº 562/2018 e Resolução Legislativa n°01/2025 na forma abaixo:

NOME: ELTON JACUBIK
CARGO: Vereador
DESTINO: FOZ DO IGUAÇU – PR
OBJETIVO: EVENTO: Orçamento municipal em ação: eficiência, participação e resultados na gestão pública. Abordagem estratégica sobre elaboração, execução e controle do orçamento municipal, conforme a EC 126/2022. O protagonismo de vereadores, assessores e servidores na formulação de emendas parlamentares.

DATA: SAIDA: 19/11/2025 RETORNO: 21/11/2025

TOTAL DE DIÁRIAS: 2,5 VALOR: R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Autorizado
MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:5C236D8C

LEGISLATIVO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 10/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 10/2025

Fundamentado no amparo legal, o Art. 74, III, f, da Lei n° 14.133/21, RATIFICO e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2025 para a contratação de 03 (três) inscrições para capacitação técnica com tema: Orçamento municipal em ação: eficiência, participação e resultados na gestão pública. Abordagem estratégica sobre elaboração, execução e controle do orçamento municipal, conforme a EC 126/2022. O protagonismo de vereadores, assessores e servidores na formulação de emendas parlamentares. Na cidade de Foz do Iguaçu/Pr., nos dias 19 a 21 de novembro de 2025 em formato presencial.

Empresa: CNPJ n° 22.094.483/0001-73 RAS CONSULTORIA E TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.

Valor Global: R$ 7.470,00 (sete mil quatrocentos e setenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00.48.00 – SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

Mato Rico/Pr., 18 de novembro de 2025

MARCELO RAK
Presidente

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:393B4999

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO 025/2025 - DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2025, EM RAZÃO DO FERIADO NACIONAL DO DIA 20 DE NOVEMBRO (DIA NACIONAL DE ZUMBI E DA CONSCIÊNCIA NEGRA).

DECRETO Nº 025/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 21 de novembro de 2025, em razão do feriado nacional do dia 20 de novembro (Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATO RICO, Estado do Paraná, Edelir de Jesus Ribeiro da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA:

Art. 1º Nas repartições públicas do Poder Executivo municipal o ponto será facultativo no dia 21 de novembro de 2025, sexta-feira, em razão do feriado nacional do dia 20 de novembro (Dia Nacional de Zumbi dos palmares e da Consciência Negra).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos órgãos e às entidades que desenvolvam atividades que, por sua natureza ou em razão do interesse público, tornem indispensável a continuidade do serviço, tais como os das áreas de saúde, coleta de resíduos e demais atividades as quais deverão funcionar em regime de plantão ou conforme escalas previamente estabelecidas pelos respectivos setores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Luiz Bini, Mato Rico – PR, 18 de novembro de 2025.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:7BE2F008

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº157/2025

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 157/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 19/2025 - ADESÃO nº03/2025–
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Pregão Eletrônico n° 005/2024 - Consórcio de Desenvolvimento do Norte do Rio Grande do Sul - COMUNORS

DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 18/11/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO, CNPJ nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA: MULLER INDUSTRIA DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 11.938.604/0001-08

OBJETO: O presente contrato tem por objeto aquisição retroescavadeira 4x4 conforme convenio SEAB nº327/2025 - Município de Mato Rico – PR.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 18/11/2025 e terá vigência até 18/11/2026.

VALOR TOTAL: R$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto juntamente com a apresentação da nota fiscal referente à entrega do produto e o recebimento.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:
1O - SECRETARIA DE AGROPECUÁRA, INDUSTRIA E COMERCIO
1O.OO1. DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRA
10.001.20.608.2001.1.053 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos p/a Patrulha
Agrícola
4.4.90.52.00.00 - Equinamentos e Material Permanente

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:78783C33

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 432/2025 - FERIAS - LUAN R MENDES

PORTARIA Nº 432/2025

SÚMULA – Férias a servidores efetivos e ou comissionados / agente políticos.

INEZ GONÇALVES DE ABREU, Prefeita Municipal em Exercício de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:
Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, férias por um período de 30 dias consecutivos e ou fracionados conforme tabela demonstrativa:

Mat.	Funcionário	Período	Inicio	Dias fruição	Dias pecúnia
200830	Luan Ricardo Mendes	2023 2024	01112025	20	-x-
-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 18 de novembro de 2025

INEZ GONÇALVES DE ABREU
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:4A8A3274

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA Nº 433/2025- CONVOCA CANDIDATOS PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS E COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, CLASSIFICADOS CONCURSO PSS 001/2025.

PORTARIA Nº 433/2025

SÚMULA – Convoca candidatos para apresentação de títulos e comprovação de tempo de serviço, classificados Concurso PSS 001/2025.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

CONVOCAR:

Artigo 1º - Em conformidade com o Edital de Classificação – Processo Seletivo Simplificado – PSS 001/2025 de 02/10/2025 - PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIOS DO PARANÁ – 02/10/2025 – Edição 3376, **CONVOCAR** os (as) candidatos (as), abaixo relacionados (as), a comparecerem no Paço Municipal Luiz Bini, no Depto de Recursos Humanos, para apresentação de documentos e títulos declarados no ato de inscrição do referido processo de seleção, tem o prazo de 05 (cinco) dias utéis a contar da publicação desta.

PSS 001/2025. Processo Seletivo Simplificado, Mato Rico PR. Cargo: "Farmacêutico"

Candidato	Classificação
Marceli Maria Brustolin	3º
-x-	-x-

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
19 de novembro de 2025

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Henrique de Melo
Código Identificador:917FBBED

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RESOLUÇÃO – 007/2025.-CMDI – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE MATO RICO/PR LEI Nº 282/2008

CMDI – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE MATO RICO/PR LEI Nº 282/2008

RESOLUÇÃO – 007/2025.

SUMULA: Dispõe sobre a aprovação da adesão do Município de Mato Rico ao Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo – Investimento, conforme Deliberação nº 049/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná.

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa do município de Mato Rico/PR, no uso de suas atribuições conferidas pela legislação em reunião ordinária no dia 18 de novembro de 2025.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a adesão do Município de Mato Rico ao Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo – Investimento, conforme regras, requisitos e finalidades estabelecidas na Deliberação nº 049/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná.

Art. 2º - Está resolução entrará em vigor nesta data, revogando as disposições contrarias.

Mato Rico, 18 de novembro de 2025.

ANA PAULA DOS SANTOS
Presidente do CMDI

Publicado por:
Beatriz Henrique de Melo
Código Identificador:AAC02B4B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RESOLUÇÃO 011/2025-CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MATO RICO/PR LEI Nº 299/2009

CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MATO RICO/PR LEI Nº 299/2009

RESOLUÇÃO – 011/2025.

SÚMULA: Aprova o termo de **adesão,** o presente Termo tem como objeto a adesão ao Piso Único de Assistência Social - PAS, em que as transferências de recursos financeiros continuados do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social - FMAS, serão destinadas para a execução dos serviços de assistência social, tipificados na Resolução n° 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, bem como na oferta de benefícios eventuais e ações de aprimoramento da gestão municipal de assistência social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O CMAS Conselho Municipal de Assistência Social de Município de Mato Rico/PR, no uso de suas atribuições conferidas pela legislação em reunião ordinária no dia 18 de novembro de 2025.
RESOLVE:
Art. 1º - Fica aprovado o termo de adesão referente ao recurso Piso Único de Assistência Social-PAS**,** para o Município de MATO RICO PR.
Art. 2º - Está resolução entrará em vigor nesta data, revogando as disposições contrarias.

Mato Rico, 18 de novembro de 2025.

MARIA VERONICA DA SILVA HUMENIUK
Presidente DoCMAS

Publicado por:
Beatriz Henrique de Melo
Código Identificador:FFC4E2C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
ATA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) SESSÃO DO PERÍODO LEGISLATIVO EXTRAORDINÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA NO DIA 10 (DEZ) DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 21h15, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Miraselva, sita à avenida Dona Madalena, nº 41, na cidade de Miraselva, Estado do Paraná, sob a presidência do vereador Valdair Aparecido Palla e com a presença dos vereadores Darci Paulo Tonin, Edgar Francisco da Silva, Luiz Carlos Maetiasi, Paulo Henrique Scaloni, Pedro Tolovi, Reinaldo Ferreira e Roberto Ferreira, realizou-se a 17ª Sessão do Período Legislativo Extraordinário da Câmara Municipal de Miraselva. Iniciando-se os trabalhos, o sr. Presidente determinou que se fizesse a leitura do ponto e tornou pública a íntegra do Edital nº 22/2025 – convoca os parlamentares a comparecerem à presente reunião. A posteriori, citou o Art. 177, do Regimento Interno, para lembrar aos nobres pares desta Casa de Leis que a "Sessão Extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto de convocação", reforçando que os demais expedientes, a exemplo das explicações pessoais, reservam-se às Sessões do Período Legislativo Ordinário. Na sequência, comunicou que a finalidade da presente reunião é a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2025 - "Dispõe sobre as Contas do Poder Executivo Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, relativas ao Exercício Financeiro de 2024, e dá Outras Providências", assinado pelos membros da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, vereadores Pedro Tolovi – Presidente; Rodolfo Schiavon – Vice-Presidente; e Luiz Maetiasi - Membro. Em prosseguimento, solicitou a leitura da súmula da proposição, seguido pela do Parecer Jurídico à respectiva matéria. O relatório foi elaborado pelo colegiado supracitado, manifestando-se favorável à aprovação das contas. Na sequência, o sr. Presidente explicou aos nobres pares desta Casa de Leis que, consoante ao disposto no Art. 230, do Regimento Interno, nas Sessões em que se devam discutir as Contas do Município, a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria. Outrossim, elucidou que, conforme determina o Art. 228, a apreciação desta espécie de proposição ocorre em turno único de votação. Ato contínuo, o sr. Presidente o colocou em discussão, mas não houveram interessados em debatê-lo. Na sequência, invocando o Art. 202, Inciso III, do Regimento Interno ("Art. 202 – A votação será nominal nos seguintes casos: ... III – julgamento das contas do Município), determinou ao Técnico Legislativo desta Casa de Leis que procedesse à chamada nominal dos vereadores, que transcorreu da seguinte forma: Darci Paulo Tonin – votou pela aprovação; Edgar Francisco da Silva – votou pela aprovação; Luiz Carlos Maetiasi - votou pela aprovação; Paulo Henrique Scaloni - votou pela aprovação; Pedro Tolovi - votou pela aprovação; Reinaldo Ferreira - votou pela aprovação; Roberto Ferreira - votou pela aprovação; e Valdair Aparecido Palla - votou pela aprovação. Registra-se que o vereador Rodolfo do Nascimento Schiavon não compareceu à sessão, circunstância que o impediu de participar da deliberação. Encerrado o escrutínio nominal, o sr. Presidente proclamou o resultado da votação, consignando em ata o posicionamento de cada parlamentar. Procedida à apuração, constatou-se a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2025 por unanimidade dos presentes. Finalizada a apreciação da proposição constante na Ordem do Dia, o sr. Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão, do que eu, Luiz Carlos Maetiasi, 1º Secretário, lavrei a presente ata, que, após ser lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente e por mim. Miraselva, 10 de novembro de 2025.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente – Câmara Municipal de Miraselva

LUIZ CARLOS MAETIASI
1º Secretário - Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:4781B293

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL N.º 09.001/2025 RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

O Presidente da Comissão Organizadora, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado definitivo da prova objetiva** do Concurso para Emprego Público n.º 001/2025, nos seguintes termos.

Art. 1° - Diante da ausência de recursos administrativos interpostos contra o resultado provisório da prova objetiva, fica **MANTIDO** a listagem preliminar divulgada na data pregressa de 11 de novembro de 2025.

Art. 2º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva (PR), 18 de novembro de 2025.

YORRAN ALEIXO BARONE ESQUIÇATI
Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:C693FE50

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL N.º 10.001/2025 RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O Presidente da Comissão Organizadora, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado final e classificação** do Concurso para Emprego Público n.º 001/2025, nos seguintes termos.

Art. 1° - Fica divulgado por intermédio do presente edital, o Resultado Final e Classificação do Concurso para Emprego Público da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, na seguinte ordem:

I - O **ANEXO I** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas a Pessoa com Deficiência (PcD), conforme os critérios estabelecidos no item 13.

II - O **ANEXO II** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas aos Afrodescendentes (AFRO), conforme os critérios estabelecidos no item 13.

III - O **ANEXO III** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas a Ampla Concorrência (AC), conforme os critérios estabelecidos no item 13.

Art. 2º - Comunicamos que a partir das **0h do dia 19/11/2025 às 23h59min do dia 21/11/2025**, observado o horário oficial de Brasília - DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o Resultado Final e Classificação, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art. 3° - O candidato poderá consultar individualmente seu desempenho na "Área do Candidato", a partir do dia **18/11/2025**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Miraselva (PR), 18 de novembro de 2025.

YORRAN ALEIXO BARONE ESQUIÇATI
Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:6A3C503E

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 90/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 03/2025

Homologo o procedimento licitatório nº. 090/2025, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA sob o Nº. 003/2025, que tem como finalidade a Revitalização de calçadas contemplando: execução de guia em concreto; calçadas em paver e em concreto; piso tátil; rampas para acessibilidade; plantio de mudas de arvores; serviços complementares e placa de obra, realizado em data 30 de outubro de 2025. Adjudicando via de consequência, o objeto do mesmo à empresa A BARTOLI DE SOUZA LTDA no valor de R$ 256.999,99 (duzentos e cinquenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), como vencedora do certame, uma vez que cumprido todas as exigências contidas no edital próprio.
Miraselva, 18 de outubro de 2025

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:AA81F195

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
PORTARIA Nº 095/2025

"Concede Recesso Funcional aos funcionários da Câmara Municipal de Morretes."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, VEREADOR JOÃO PELUSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1°- Fica concedido Recesso Funcional aos funcionários da Câmara Municipal de Morretes no dia 21 de novembro de 2025, em razão da comemoração do Dia da Consciência Negra, em consonância com o Decreto Municipal nº 1.867, de 21 de novembro de 2024.

Art. 2º– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Marumbi, Morretes, 18 de novembro de 2025.

JOÃO PELUSO
Presidente

Publicado por:
Fabricio Alexandre de Miranda Valerio
Código Identificador:99F88F0E

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EDITAL Nº 32, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 02/2024

EDITAL Nº 32, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PSS 02/2024

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022 e, considerando Edital nº 08 do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2024, bem como o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos: www.morretes.pr.gov.br e Diário Oficial dos Municípios do Paraná www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar, CONVOCA o candidato abaixo relacionado a comparecer, conforme prazo e documentações exigidos no item 1º e 2º deste edital:

1º Os **CANDIDATOS CONVOCADOS** deverão comparecer entre os dias 19 de novembro a 24 de novembro de 2025, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000.

MÉDICO GENERALISTA:

CLASSIFICAÇÃO	NOME
47	MARISSA EMANUELLY MOURÃO NERI
48	GABRIELLA CALLEGARIS
49	DOUGLAS DA SILVA RODRIGUES
50	NAYRA ADRIELY CLARO DA ROCHA
51	ALEXANDRE ROBERTO VOLPI RODRIGUES DOS SANTO

2º o candidato deverá apresentar, **sob pena de eliminação**, os seguintes documentos:

• Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
• Número do PIS ou NIS;

• Cartão SUS;
• Comprovante de residência;
• Comprovante de escolaridade;
• Original e cópia do CPF;
• Original e cópia do RG;
• Foto 3×4;
• Original e cópia do Título de eleitor;
• Original e cópia da certidão de casamento (se houver);
• Original e cópia da certidão de nascimento que contenha o CPF ou RG e CPF de filhos de até 21 anos (se houver);
• Atestado de Saúde Ocupacional;
• Dados bancários (de preferência Banco do Brasil, caso não possua, pode ser outro banco).
• Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo de direitos políticos – site: www.tse.jus.br;
• Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal Regional Federal da região do último domicílio do candidato;
• Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal de Justiça da região do último domicílio do candidato;
• Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Federal – site: www.dpf.gov.br;
• Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Civil do último domicílio do candidato;
• Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
• Quitação com as obrigações eleitorais;

Dê-se ciência e cumpra-se.

EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER
Diretora Geral da FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:088B969D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2472 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES
Estado do Paraná
Decreto Nº 2472/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito especial no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 936/2025 de 03 de novembro de 2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 21.396,23 (vinte e um mil trezentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
07	Secretaria Municipal de Saúde	
07.001.10.122.0160.2.033	Manutenção de Administração da Saúde Pública	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
3500	Bloco de Investimentos na Rede de Serv de Saúde	R$ 21.396,23
	Total Suplementação:	**R$ 21.396,23**
Total Vinculado:		21.396,23
Total Ordinário:		0,00
Resumo por Fonte		
Fonte	Descrição	Valor Suplementado
3500	Bloco de Investimentos na Rede de Serv de Saúde	21.396,23
	Total	**21.396,23**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 11 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C7E76759

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2473 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 2473/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito especial no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 936/2025 de 03 de novembro de 2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
07	Secretaria Municipal de Saúde	
07.001.10.122.0160.2.033	Manutenção de Administração da Saúde Pública	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
00500	Bloco de Investimentos na Rede de Serv de Saúde	R$ 5.000,00
	Total Suplementação:	**R$ 5.000,00**
Receita:1.3.2.1.01.01.02.630000	Fonte: 1000	5.000,00
Total da Receita:		**R$ 5.000,00**
Total Vinculado:		5.000,00
Total Ordinário:		0,00
Resumo por Fonte		
Fonte	Descrição	Valor Suplementado
500	Bloco de Investimentos na Rede de Serv de Saúde	5.000,00
Total		**5.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 11 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0ECD88BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2488 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 2488 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: "Dispõe sobre a Nomeação e Convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos de 2023 do Município de Morretes, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, em especial no art. 87, inciso I, alínea "o" combinado com a Lei Municipal nº 02/1997, e suas alterações, em especial a Lei Municipal nº 038/2004, Lei Municipal nº 191/2012, Lei Municipal nº 362/2014, Lei Municipal nº 730/2022, e no referido Edital de Homologação Resultado Final, publicado no dia 21 de agosto de 2023, referente ao Concurso Público nº 001/2023.

DECRETA:

Art. 1º - FICAM NOMEADOS para o cargo público e devidamente **CONVOCADOS** para a apresentação de documentos, os candidatos aprovados no Concurso Público realizado de acordo com o Edital nº 001/2023.

CARGO: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**
CANDIDATO: **MARJORI APARECIDA DUARTE**
CLASSIFICAÇÃO: **25º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0006507**

CARGO: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

CANDIDATO: **JOSE APARECIDO MENDES JUNIOR**
CLASSIFICAÇÃO: **26º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0001748**

CARGO: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**
CANDIDATO: **IVAN PEREIRA DE ANDRADE**
CLASSIFICAÇÃO: **27º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0001205**

CARGO: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**
CANDIDATO: **LUCIANO ALVES DA ROCHA**
CLASSIFICAÇÃO: **28º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0005684**

CARGO: **ASSISTENTE SOCIAL**
CANDIDATO: **GABRIELLY MARTINS DA CUNHA**
CLASSIFICAÇÃO: **12º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0006186**

CARGO: **PROFESSOR I**
CANDIDATO: **MÔNICA ASSUNÇÃO DOS SANTOS**
CLASSIFICAÇÃO: **85º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0001445**

CARGO: **PROFESSOR I**
CANDIDATO: **MAIRA FERREIRA DE SOUZA**
CLASSIFICAÇÃO: **86º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0005331**

Art. 2º – Os candidatos relacionados terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para se apresentarem ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Morretes, para a nomeação em seu cargo, perdendo o direito à vaga se não obedecido rigorosamente o prazo estabelecido no item 12.5 do Edital nº 001/2023. No ato de sua apresentação, os candidatos deverão estar munidos dos documentos que **COMPROVEM:**

I – Ser brasileiro(a) nato ou naturalizado;

II – Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;

III – Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos políticos – site: www.tse.jus.br;

IV – Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal Regional Federal da região do último domicílio do candidato;

V – Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal de Justiça da região do último domicílio do candidato;

VI – Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Federal – site: www.dpf.gov.br;

VII – Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Civil do último domicílio do candidato;

VIII – Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;

IX – Quitação com as obrigações eleitorais;

X – Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XI – Declaração de bens e fonte de renda;

XII – Declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;

XIII – Declaração de ter sofrido ou não, no exercício do cargo público, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;

XIV – Documentos pessoais: Carteira de Identidade; CPF próprio; PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão; Título de Eleitor; Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge; Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos; Comprovante de Residência;

XV – Termo de declaração de interesse na nomeação, conforme modelo do Anexo I deste Decreto;

XVI – Termo de desistência do cargo, conforme modelo ao Anexo II deste Decreto.

Parágrafo Único. Os documentos deverão ser entregues em cópias reprográficas e acompanhadas dos originais, para serem vistadas no ato de nomeação, não sendo aceitos protocolos.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 17 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I
TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente a aprovação no Concurso Público nº 001/2023, da Prefeitura Municipal de Morretes, **CONFIRMO O INTERESSE** na nomeação e posterior posse no cargo de _____, nos termos da legislação vigente.

Local_____
Data ___/___/_____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO II
TERMO DE DESISTÊNCIA DO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente a aprovação no Concurso Público nº 001/2023, da Prefeitura Municipal de Morretes, **DECLARO RENUNCIAR**, em caráter definitivo, a nomeação e posse para o cargo de _____.

Local_____
Data ___/___/_____.

_____
Assinatura do Candidato

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:09F5EF44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2489 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES
Estado do Paraná
Decreto Nº 2489/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 858/2024 de 10 de dezembro de 2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
09	Secretaria Municipal de Infraestrutura	
09.001.15.451.0240.2.058	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
33512	CIDE (10866/04, art. 1ºB)	R$ 34.000,00
	Total Suplementação:	**R$ 34.000,00**
Total Vinculado:		34.000,00
Total Ordinário:		0,00
Resumo por Fonte		
Fonte	Descrição	Valor Suplementado
33512	CIDE (10866/04, art. 1ºB)	34.000,00
	Total	**34.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:DDBC384B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2490 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES
Estado do Paraná
Decreto Nº 2490/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 858/2024 de 10 de dezembro de 2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
09	Secretaria Municipal de Infraestrutura	
09.001.15.451.0240.2.058	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
01512	CIDE (10866/04, art. 1ºB)	R$ 10.000,00
	Total Suplementação:	**R$ 10.000,00**
Receita:1.3.2.1.01.01.04.010000	Fonte: 1000	4.421,27
Receita:1.7.2.1.53.01.00.000000	Fonte: 1000	5.578,73
	Total da Receita:	**R$ 10.000,00**
Total Vinculado:		10.000,00
Total Ordinário:		0,00
Resumo por Fonte		
Fonte	Descrição	Valor Suplementado
1512	CIDE (10866/04, art. 1ºB)	10.000,00
	Total	**10.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:AA68C544

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2491 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES
Estado do Paraná
Decreto Nº 2491/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 858/2024 de 10 de dezembro de 2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
09	Secretaria Municipal de Infraestrutura	
09.001.15.451.0240.2.059	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149/A, CF	R$ 100.000,00
	Total Suplementação:	**R$ 100.000,00**

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
09	Secretaria Municipal de Infraestrutura	
09.001.15.451.0240.2.059	Manutenção da Rede de Iluminação Pública	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149/A, CF	R$ 100.000,00
	Total Redução:	**R$ 100.000,00**

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149/A, CF	100.000,00	100.000,00
	Total	100.000,00	**100.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:ED5C98D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2492 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES
Estado do Paraná
Decreto Nº 2492/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 858/2024 de 10 de dezembro de 2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 178.469,67 (cento e setenta e oito mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
04	Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento	
04.001.04.123.0040.2.007	Manutenção da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 156.416,49
04.002.28.843.0000.2.010	Amortização - Encargos Divida Contratada	
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	

01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 22.053,18
	Total Suplementação:	R$ 178.469,67

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
04	Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento	
04.002.04.843.0040.2.008	Manutenção de Encargos Gerais do Município	
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 22.053,18
10	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	
10.001.04.122.0013.2.062	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 156.416,49
	Total Redução:	R$ 178.469,67

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1000	Recursos Ordinários (Livres)	178.469,67	178.469,67
	Total	178.469,67	178.469,67

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FD60FF61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2495 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 2495 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

"Altera o Decreto Municipal n° 1.924, de 16 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMA, do Município de Morretes."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Decreto de nº 1.924, de 16 de dezembro de 2024, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA;

CONSIDERANDO as pautas discutidas e aprovadas em reunião do CONSEMA para alteração do Regimento Interno, DECRETA:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA.

Art. 2º. Alteram-se os dispositivos do Regimento Interno do CONSEMA, aprovado por meio do Decreto Municipal nº 1.924/2024, para que passe a constar a seguinte redação:

"Art. 44. .....

§ 3º – Não havendo quórum, após os quinze minutos iniciais, a reunião será considerada caráter especial e todos os conselheiros presentes, indiferente de titular ou suplente, passarão a possuir poder de voto e poderão deliberar sobre as pautas."

"Art. 51. A ata de cada reunião, a cargo do secretário, em exercício, será digitada e colada no livro de atas próprio, devendo ser distribuída aos membros, mediante correspondência eletrônica, e poderá se aprovada via formulário digital e/ou assinatura eletrônica."

Art. 3º. Acrescentam-se dispositivos ao art. 44 do Regimento Interno do CONSEMA, aprovado por meio do Decreto Municipal nº 1.924/2024, para que passe a constar a seguinte redação:

"Art. 44. .....

§ 4° - A reunião de caráter especial poderá ser contestada por outros conselheiros mediante apresentação de justificativa formal.

§ 5° - Dado caráter especial na reunião, as entidades que não estiverem presentes serão consideradas faltosas."

Art. 4º. As demais disposições do Regimento Interno do CONSEMA, aprovado por meio do Decreto Municipal n° 1.924/2024, permanecem inalteradas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 18 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FEEB01A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 63/2025
Concorrência Eletrônica nº 06/2025

Objeto: Elaboração dos projetos básico e executivo, e a execução integral da obra de implantação de um sistema de abastecimento de água potável para atender a Aldeia Indígena Tupã Nhe'é Kretã, localizada dentro do Parque do Guaricana, no Município de Morretes.
Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 63/2025 e Concorrência Eletrônica N.º 06/2025, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a autoridade competente resolve **ADJUDICAR** o processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances e habilitação realizada pelo agente de contratação à seguinte empresa:

R G CORDEIRO LTDA., inscrita no CNPJ n.º46.791.917/0001-52, vencedora do lote único no valor total de R$ 192.999,00 (cento e noventa e dois mil e novecentos e noventa e nove reais).

Em sequência, resolve de igual modo, **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.
[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]
Por fim, convoca-se a proponente supramencionada para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.
Morretes, 18 de novembro de 2025.

MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:61FD680A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 01/2025

PORTARIA N.º 01/2025
Relativo ao PAD 01/2025

Súmula: Enquadramento de servidor para fins de processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 227 da Lei Municipal n.º 68/2025.

A comissão de processo administrativo disciplinar, designada através da Portaria n.º 7116 de 01 de outubro de 2025, devidamente publicada junto ao Diário Oficial do Município de Morretes, em data de 01/10/2025, edição n.º 3376, em atenção ao contido no art. 227 da Lei Municipal n.º 68/2025, emite a presente portaria, nos seguintes termos:

Art. 1º Em atendimento ao contigo no art. 227 da Lei Municipal n.º 68/2025, a Presidente da Comissão designada, emite a presente Portaria, a qual prevê o enquadramento de servidor em relação ao dispositivo legal infringido, em abstrato, infrações detalhadas no art. 2º desta, para fins de processo administrativo disciplinar n.º 01/2025

Art. 2º Consoante fatos e documentos constante dos Autos, os fatos até então conhecidos aponta para o fundamento legal contido no art. 190, IV, 195, VIII e XIV da Lei n.º 68/2025 abaixo transcrito:

Art. 190, IV – Demissão- A utilização indevida do cartão benefício Bolsa Família para fins pessoais configura uma infração grave que pode levar à demissão.
Art. 195, VIII - Aplicação irregular de dinheiro público: O servidor usou o cartão de um beneficiário para transferir valores para si, o que caracteriza a aplicação irregular de recursos públicos.
Art. 195, XIV - Improbidade administrativa: A conduta do servidor, ao não repassar os valores ao beneficiário e realizar transferências indevidas, também se enquadra como ato de improbidade administrativa.

Art. 3º Para fins de instrução do processo citado, a comissão entende pertinente a produção das seguintes provas:
I – Documentais: as já constantes do processo, bem como demais relatório de atendimento do servidor tendo em vista que o mesmo era nomeado em outra função de grande relevância.
II – Testemunhal, caso a instrução do processo assim o exigir, cujas testemunhas serão oportunamente intimadas;
III – outras provas em direito admitidas, as quais poderão ser objeto de diligência ou requisição por parte desta comissão para o esclarecimento dos fatos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morretes, 17 de novembro de 2025

DANIELE DO ROCIO MEDUNA
Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
Portaria n.º 7116/2025

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7C81F83E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7480 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7480 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, motorista, no dia 02/10/2025, Campina Grande Do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande Do Sul/PR no dia 02/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 7424 de 06/11/2025, no diário oficial dia 12/11/2025.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1B7DF1EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7481 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7481 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, motorista, no dia 21/10/2025, Campina Grande Do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande Do Sul/PR no dia 21/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 7425 de 06/11/2025, no diário oficial dia 12/11/2025.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0EC91917

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7482 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7482 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, motorista, no dia 29/10/2025, Campina Grande Do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande Do Sul/PR no dia 29/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 7426 de 06/11/2025, no diário oficial dia 12/11/2025.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8ED60C49

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7483 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7483 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, motorista, no dia 01/10/2025, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 01/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 7427 de 06/11/2025, no diário oficial dia 12/11/2025.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E53C5E01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7484 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7484 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, motorista, no dia 22/10/2025, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 22/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 7428 de 06/11/2025, no diário oficial dia 12/11/2025.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9EF506E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7485 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7485 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, motorista, no dia 23/10/2025, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 23/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 7429 de 06/11/2025, no diário oficial dia 12/11/2025.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:DB92ABEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7486 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7486 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, motorista, no dia 31/10/2025, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 31/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 7430 de 06/11/2025, no diário oficial dia 12/11/2025.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1421AA18

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7488 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7488 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 07/10/2025, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 07/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C3C4F1D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7489 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7489 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 09/10/2025, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 09/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:90474F7D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7490 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7490 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 10/10/2025, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 10/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9FBD0FF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7491 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7491 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 21/10/2025, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 21/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:2D4BF7D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7492 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7492 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 23/10/2025, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 23/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:DB74904F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7493 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7493 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 27/10/2025, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 27/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:771F3A8D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7494 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7494 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 28/10/2025, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº

780/2023, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 28/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1774D4CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7495 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 7495 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, motorista, no dia 29/10/2025, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 138,58 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 780/2023, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 29/10/2025, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 18 de novembro de 2025.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0965D869

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025 – ID Nº 31/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA TRENGE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025 – ID Nº 31/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA TRENGE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, o Sr. **GILTON DIAS JUNIOR,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 069.XXX.XXX-79 e RG nº 10.XXX.XXX-1 SSP/PR, residente e domiciliado no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA TRENGE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.663.785/0001-79, estabelecida na Rua Maria Brunatto Cantador, nº 393, bairro Fazenda Velha, Araucária-PR, CEP: 83.704-540, neste ato representada pelo Sr. **TIAGO APARECIDO FERREIRA,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 056.XXX.XXX-70, portador do RG nº XXXXXX-0 SSP/PR.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA TRENGE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA** doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no Contrato Administrativo nº 013/2025 – ID nº 31/2025, cujo objeto é a "*reforma e reparo do Cine Teatro Morretes, inclusive com o fornecimento de materiais e mão de obra*" oriundo da Concorrência Pública nº 03/2024, firmam o presente **TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO QUALITATIVO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO QUALITATIVO
Será acrescido ao Contrato Administrativo nº 013/2025, o que segue na planilha anexada ao aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025 – ID Nº 31/2025 – COM O ACRÉSCIMO QUALITATIVO
O valor do acréscimo qualitativo corresponde a R$ 98.383,20 (noventa e oito mil, trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos), passando o valor total do contrato administrativo para R$ 308.433,20 (trezentos e oito mil, quatrocentos e trinta e três reais e vinte centavos).

Parágrafo único. Embora o valor previsto acima tenha sido computado com o valor original do contrato administrativo, as quantidades não correspondem ao montante original, devido a utilização de saldo ocorridas até a presente data.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo do aditivo de acréscimo qualitativo, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Reforma e Ampliação do Patrimônio Histórico

Red.	Cód. Despesa	fonte	descrição
951	12.001.04.122.0014.1.024.4.4.90.51.00.00	1000	Obras e instalações
1017	12.001.04.122.0014.1.024.4.4.90.51.00.00	31000	Obras e instalações
1018	12.001.04.122.0014.1.024.4.4.90.51.00.00	31501	Obras e instalações

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 013/2025 – ID nº 31/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 17 de novembro de 2025.

GILTON DIAS JUNIOR	***TIAGO APARECIDO FERREIRA***
Secretário Municipal De Turismo E Cultura	Representante Da Trenge Construtora De Obras LTDA
	Contratada

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:2ED28769

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 33/2025

AVISO DE CREDENCIAMENTO
EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 33/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2025
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA**, inscrita no CNPJ sob o nº 75.827.204-0001/08, por meio da Prefeita **Tania Cristina da Silva Basso**, torna público que se encontra aberto o **CREDENCIAMENTO Nº 33/2025**, caracterizado como Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
• **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica especializada, por meio de Credenciamento, para a prestação de serviços de **Dedetização (controle de pragas e vetores), Descupinização e Limpeza de Caixas D'água**, conforme as especificações e condições constantes no Termo de Referência (Anexo II).
• **MODALIDADE:** Credenciamento (Inexigibilidade de Licitação, Art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021).
• **CRITÉRIO DE SELEÇÃO:** Habilitação, com aceitação dos Preços Fixos Tabelados.
• **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA:** Em atenção ao Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, o Credenciamento é de **participação exclusiva** para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), devido ao valor total máximo estimado ser inferior a R$ 80.000,00 (R$ 78.779,30).
• **PRAZO DE CREDENCIAMENTO:** O procedimento estará aberto a partir da data de publicação deste Aviso, com prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses.
• **OBTENÇÃO DO EDITAL:** O Edital completo e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra e exclusivamente, no site da **Bolsa Nacional de Compras (BNC)**, no endereço eletrônico **www.bnc.org.br**.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:F433F126

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N º 03/2024 - 4º TA = PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

PROCESSO Nº	156/2023
CONTRATANTE	MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA/PR
CONTRATADO(A)	IMPLERE INFRAESTRUTURA URBANA, CNPJ 34.925.649/0001-35, RUA DOUTOR DJALMA FERREIRA LOPES, 207, GUABIROTUBA, CEP 81510-500, CURITIBA/PR
OBJETO	CONTRATO PRINCIPAL VIGORARÁ POR MAIS 45 (quarenta e cinco) DIAS, PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 28/11/2025 A 12/01/2025 - PRAZO DE EXECUÇÃO e 28/11/2025 A 27/01/2026 PRAZO DE VIGÊNCIA
ASSINATURAS	TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO – PELO **CONTRATANTE** DOUGLAS FRÓES RIBAS – PELO **CONTRATADO**

Nova América da Colina, 18 de novembro de 2025

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:32A69ACC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 107/2025

DECRETO Nº 107/2025

Súmula: Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas municipais em razão do feriado do dia 20 de novembro de 2025 da Consciência Negra, conforme legislação municipal e federal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina-Pr, Tania Cristina da Silva Basso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 337/2015, do calendário oficial de eventos e datas comemorativas do Município;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.759/2023, que estabelece o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra como feriado nacional em 20 de novembro;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar o funcionamento da Administração Pública Municipal diante do feriado mencionado;
DECRETA:
Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no dia 21 de novembro de 2025 (sexta-feira), em razão do feriado do dia da Consciência Negra celebrado no dia 20 de novembro.
Art. 2º - O disposto no artigo anterior não se aplica aos Departamentos cujas atividades são consideradas essenciais e indispensáveis ao serviço público municipal, tais como: finanças, compras e licitações, saúde, coleta de lixo, limpeza pública, abastecimento de água e cemitério, ficando sob a responsabilidade de cada Secretário (a) a adoção de escala de trabalho, de modo a evitar prejuízos à população.
Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova América da Colina, 17 de novembro de 2025.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:A93B39E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 203/2025

PORTARIA nº 203/2025

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR O sr. Kassio Alexandre da Silva Basso, Brasileiro, Secretário de Administração e Planejamento para ser Gestor e, a servidora Josiane Luiz, Brasileira, Servidora Pública efetiva, para ser Fiscal do Convênio de repasse para produção de até 10 moradias para família baixa renda, no âmbito do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, totalizando investimento de R$1.300.000,00

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor imediatamente, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova América da Colina,12 de novembro de 2025

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:56D98A2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 204/2025

PORTARIA nº 204/2025

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 046/2005, de 30 de setembro de 2005, RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido, a **Sra. ELZA CRISTIANO DE MELO**, CPF nº**.** 953.***.***-34, do cargo de **Secretária Municipal de Assistência Social,** símbolo "subsídio", demissível "ad nutum", a contar de 10 de novembro de 2025.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor imediatamente, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova América da Colina, 13 de novembro de 2025.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:2E190D07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA 24/2025

PORTARIA N.º 024/2025

SÚMULA: Prorroga licença para Servidor Público do Legislativo Municipal de Nova Prata do Iguaçu e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 891/2008 Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até dia 31/12/2025 a licença para tratamento de saúde, para o Servidor Público do Legislativo Municipal abaixo relacionado:

José Thomazi, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, sob a matricula nº 891, a partir de 29/10/2025 a 31/12/2025, conforme pericia nº 724.464.288-2.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Legislativo Municipal, aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco.

MARCIO RUHNKE
Presidente

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:6B367419

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025 (90064/2025 – COMPRAS.GOV.BR)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MAIOR DESCONTO POR LOTE.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Nova Prata do Iguaçu – PR, abrangendo o fornecimento de materiais, operacionalização da plataforma digital (app IPM) municipal, mão de obra qualificada, equipamentos e demais insumos indispensáveis à perfeita execução dos serviços, conforme especificações técnicas e valores de referência estabelecidos na Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).
DATA DA REALIZAÇÃO: 16/12/2025.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 18 de novembro de 2025.

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:86754B9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4025/2025

DECRETO Nº 4025/2025
DATA: 18/11/2025

SÚMULA: Designa Comissão para proceder avaliação para aquisição de imóveis, destinados à implantação de Programa Municipal de Construção de Habitação de Interesse Social - PMCHIS no Município de Nova Prata do Iguaçu.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Designar Comissão para proceder avaliação para aquisição de imóveis, destinados à implantação de Programa Municipal de Construção de Habitação de Interesse Social - PMCHIS no Município de Nova Prata do Iguaçu, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	REPRESENTA
Cleuza Castro de Jesus	15211-1	Engenheira Civil – Crea SC 45.442/D – Departamento de Projetos
Denival da Silva Oliboni	12751-3	Técnico em Administração Pública
Sone Scheuerlein	10301-3	Fiscal de Tributos
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana	2341-1	Auxiliar Técnico Administrativo

Art. 2º - À Comissão deverá providenciar um parecer técnico, a ser elaborado a partir dos laudos apresentados pelas empresas contratadas para realizar a avaliação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:9D0675A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 5991/2025

PORTARIA N.º 5991/2025
DATA: 17/11/2025

SÚMULA: Prorroga licença para tratamento de saúde para Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu e, dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 891/2008 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar licença para tratamento de saúde para Servidora Pública, abaixo descrita:

IREONICE BITTENCORT DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora da matricula nº 8961-2, conforme Perícia Médica (Requerimento nº 037/2025) até 06/01/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 08 de outubro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 17 dias do mês de novembro de 2025.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:E70B53D5

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ESCOLAR NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Dispõe sobre o Protocolo Municipal de Segurança Escolar no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Nova Prata do Iguaçu e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e:

• **CONSIDERANDO**, o disposto no **Art. 227, da Constituição Federal**, que assegura à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito e à proteção contra qualquer forma de violência, com absoluta prioridade;
• **CONSIDERANDO,** os **arts. 4º, 5º, 53 e 56 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA)**, que determinam a proteção integral e a obrigação do poder público de assegurar a educação e a integridade dos estudantes;
• **CONSIDERANDO,** o **art. 12, IX, da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB)**, que impõe às instituições de ensino a responsabilidade de zelar pela integridade física, moral e psicológica dos educandos;
• **CONSIDERANDO,** a **Lei Municipal nº 2.902/2025**, que atribui à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a responsabilidade de regulamentar, supervisionar e garantir o funcionamento das instituições de ensino da Rede Municipal;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o **Protocolo Municipal de Segurança Escolar**, de caráter obrigatório em todas as instituições da Rede Municipal de Ensino de Nova Prata do Iguaçu – PR, com a finalidade de prevenir situações de violência e caso de emergência, orientar a comunidade escolar e assegurar a proteção integral dos estudantes, professores e demais profissionais da educação.
Art. 2º. O Protocolo fundamenta-se nos princípios da **cultura de paz, do acolhimento, da convivência respeitosa, da proteção integral da criança e do adolescente e do respeito à diversidade**.

CAPÍTULO II
DO MAPEAMENTO DE RISCOS

Art. 3º. Cada instituição de ensino deverá realizar, anualmente, mapeamento de riscos e vulnerabilidades, identificando:
Situações de bullying, cyberbullying e discriminação;
Ameaças internas ou externas à comunidade escolar;
Entrada e circulação de pessoas não autorizadas;
Consumo ou porte de substâncias ilícitas;
Posse ou suspeita de armas no ambiente escolar;
Comportamento de ameaça – pessoa que fala direta e indiretamente da intenção de matar, cometer crime ou danificar estruturas;
Vigilância prolongada – pessoa interessada em filmar, monitorar ou entender os sistemas de vigilância;
Busca exagerada por conhecimento ligado a armas, vídeos sobre o assunto, táticas, seguranças;
Comportamento hacker – pessoa que passa a invadir ou comprometer sistemas virtuais de segurança;
Comportamento de ódio – irritação, falta de paciência, raiva e que se associem a grupos extremistas;
Crueldade com animais – pessoa que se interessa em matar ou maltratar animais;
Pessoa que idolatra outros agressores, paixão por ataques;
Mudanças agressivas e repentinas no visual – alguém que faça mudanças drásticas e complexas associadas a raspar cabelos, tatuagens sinistras, roupas militares e sem contexto;
Vandalismo - pessoa que danifica ou destrói instalações ou infraestrutura;
Afastamento/isolamento: afastamento repentino, isolamento de amigos, familiares e atividades – solidão crônica;
Comportamento exibicionista – vangloriar-se de maldades. Exibicionismo pela facilidade de acesso a armas ou grupos violentos estruturais de segurança (muros, portões, iluminação, câmeras).

CAPÍTULO III
DOS FLUXOS DE ATUAÇÃO E RESPOSTA

Art. 4º. Em situações de risco, devem ser observados os seguintes fluxos de atuação:
I. **Ameaças verbais, físicas ou virtuais**: registro imediato pela direção, comunicação à SMED e encaminhamento ao Conselho Tutelar, se necessário;
II. **Porte ou suspeita de arma**: acionar imediatamente a Polícia Militar, mantendo os alunos em segurança;
III. **Invasões ou atentados**: acionar os órgãos de segurança, evacuar e proteger a comunidade escolar, e comunicar imediatamente a SMED;
IV. **Agressões entre alunos ou contra servidores**: registro formal, comunicação à SMED, orientação à família e, se necessário, acionamento do Conselho Tutelar e Ministério Público.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º. Compete aos seguintes agentes a execução do Protocolo:

Diretores escolares: coordenar as ações de segurança na escola, manter atualizado o plano de prevenção e acionar imediatamente os órgãos competentes em situações de risco;
Professores e equipe pedagógica: observar e comunicar à direção situações de risco, colaborar na prevenção e no fortalecimento da cultura de paz;
Equipe administrativa e funcionários: controlar acesso de visitantes, zelar pela abertura e fechamento de portões, exigir identificação de responsáveis;

Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMED: orientar, monitorar e acompanhar a implementação do protocolo, garantindo a formação continuada da equipe escolar;
Conselho Tutelar: intervir em casos de negligência familiar e aplicar medidas protetivas previstas no art. 136 do ECA;
Polícia Militar: atuar preventivamente no entorno escolar, atender prontamente chamados de urgência e orientar a comunidade escolar quanto à segurança.

CAPÍTULO V
DO ACESSO ÀS ESCOLAS

Art. 6º. O acesso às instituições da Rede Municipal de Ensino será disciplinado conforme as seguintes regras:
I. Visitantes somente mediante identificação prévia e registro de entrada;
II. Portões escolares deverão permanecer fechados durante o horário de aulas;
III. As portas de acesso das escolas permanecerão fechadas e serão abertas tão somente para entrada e saída dos alunos, pais ou responsáveis e funcionários;
IV. As portas serão abertas pela direção, professor responsável, funcionários ou vigilante da escola;
V. Os funcionários de apoio e serviços (agentes operacionais, zeladores e vigilantes) devem estar atentos ao entorno da unidade escolar e sempre comunicar a Direção ou professor responsável sobre a observação da presença de pessoas ou movimentações suspeitas;
VI. Nenhuma pessoa, seja ela familiar de aluno, visitante ou prestador de serviço, poderá se deslocar pelas dependências da unidade escolar sem a ciência da direção ou professores;
VII. Durante o período de funcionamento da unidade escolar, fica terminantemente proibida a permanência de amigos e parentes de funcionários na unidade escolar;
VIII. Não é permitido divulgar em redes sociais informações de segurança da escola;
IX. Quando acionado o interfone ou na presença de visitantes, a pessoa responsável deverá fazer a identificação do visitante e da finalidade da visita;
X. Não sendo possível atender à solicitação do visitante, informá-lo cordialmente dessa impossibilidade e quando, e de qual forma, ele será futuramente atendido.

CAPÍTULO VII
DAS ORIENTAÇÕES DE PROCEDIMENTOS E CAMPANHAS

Art.7º. Orientações aos professores e funcionários da Unidade Escolar**:**
I - Informar, imediatamente à coordenação pedagógica ou direção, qualquer indisposição e mal-estar entre alunos e entre estes e os professores;
II – Em caso de ataque, procedimentos a serem tomados:
A resposta envolve o agir, coordenar e evacuar para salvar vidas, conter e/ou diminuir o dano mediante algumas ações práticas como:
1. Correr no sentido de fugir;
2. Esconder;
3. Se o ambiente for uma sala de aula, trancar a porta se for possível, coloque mesas cadeiras armários e empilhe todas as carteiras para bloquear a porta, apague todas as luzes, desligue ventiladores, computadores, notebooks, projetores e silencie seu telefone celular. Importante, ainda, fechar as janelas e persianas, se afastar daquelas e se esconder debaixo da mesa permanecendo em silêncio;
4. Havendo outras pessoas na sala, o mais recomendado é espalhar-se nesse espaço, não permitindo que o atirador tenha um alvo fácil;
5. Em caso de terrorismo (usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa) ou outras formas de ataque, indica-se acionar polícia, corpo de bombeiros e SAMU.

Art. 8º. Orientações aos pais ou responsáveis:
I. Verificar diariamente a mochila de seus/suas filhos (as) e crianças sob sua responsabilidade antes de irem para a escola, retirando os objetos que não sejam de uso estritamente escolar;
II. Respeitar as regras estabelecidas para a segurança no ambiente escolar e orientar os(as) filhos(as) e crianças que estão sob sua responsabilidade para que também respeitem, não permitindo objetos que não sejam de uso escolar em suas mochilas, não compartilhando notícias falsas e mensagens de ódio, não aceitando desafios de colegas para acometimento de atos de violência e/ou que coloquem em risco a si mesmo ou a outros, informando os funcionários da escola sobre qualquer situação que possa afetar a segurança no ambiente escolar;
III. Conversar e ouvir, de modo respeitoso e carinhoso com seus filhos e filhas, demonstrando interesse no que dizem, pelo que fazem e sentem;
IV. Verificar possíveis problemas que envolvam seus filhos na escola ou com a escola, procurando a Direção Escolar, professores responsáveis ou a Secretaria Municipal da Educação;
V. Monitorar as informações e conteúdo que os filhos acessam por meio de redes sociais, ambientes virtuais, jogos on-line, etc;
VI. Atentar-se para as mudanças de comportamento dos seus filhos, isolamento social, buscando ajuda junto aos serviços especializados, quando necessário.

Art. 9º Orientações aos alunos:
I. Comunicar suas mães, pais, responsáveis, professores e direção da escola sobre qualquer tipo de violência, preconceito, bullying ou ameaça a sua segurança no ambiente escolar;
II. Levar para a escola somente material de uso escolar, sendo expressamente vedado qualquer outro material ou objeto não utilizado em sala de aula;
III. Participar de atividades diversas, como rodas de conversas, envolvendo temas que considerem importantes e que contribuam para melhorar o clima escolar;
IV. Apresentar sugestões e propostas que colaborem para melhorar o diálogo e a comunicação entre seus pares, com professores, funcionários e direção escolar;
V. Autorreflexão para explorar como suas próprias maneiras de interagir com os outros podem promover reações agressivas;
VI. Evitar comportamentos impulsivos;
VII. Não aceitar carona de estranhos;
VIII. Ao chegar e sair da escola, andar acompanhado de colegas de maneira comportada;
IX. Ao verificar a presença de estranhos na escola informar, imediatamente, a um funcionário e/ou professor;
X. Evitar correrias em corredores e espaços internos da escola;
XI. Respeitar e atender às orientações de diretores, professores e funcionários da escola;
XII. Não levar para a escola objetos capazes de lesionar alguém;
XIII. Prestar bastante atenção nas palestras e orientações proferidas pelos policiais do Sistema de Segurança;
XIV. Não se envolver em brigas, discussões ou rixas;
XVI. Deslocar-se diretamente de sua casa para a escola e vice-versa, salvo quando autorizados pelos pais;
XVII. Quando ameaçados por pessoas estranhas informar, imediatamente aos pais, à direção da escola e Polícia Militar;
XVIII. Comportar-se sempre de maneira segura e cautelosa, evitando discussões, brigas e mal-entendidos;
IXX. Ao fazer trabalhos em grupo na casa de algum amigo, ou na própria escola, informar antecipadamente aos pais.

Art. 10. Orientações para a comunidade escolar:
I. O compartilhamento de informações ou notícias em grupos de WhatsApp ou qualquer plataforma de rede social (Twitter, Tik Tok, Instagram, Facebook) devem ser prescindidas de verificação da veracidade das mesmas.
II. O compartilhamento de notícias falsas (Fake News), mensagens e imagens de violência ou de ódio é crime.
III. Denúncias sobre ameaças, mensagens de ódio e violência no ambiente escolar devem ser feitas: na escola, para a polícia, para o conselho tutelar, no canal do MEC https://www.gov.br/mj/pt-br/canais-de-denuncias/escolasegura .
IV. Conhecer e cumprir o regimento escolar.

Art. 11. Campanhas a serem desenvolvidas anualmente com estudantes e suas famílias:
I. Debate acerca do Bullying em espaços de vivência coletiva das crianças e adolescentes;

II. Mediação permanente de conflitos conforme surgirem no espaço escolar;
III. Campanha de conscientização para acompanhamento da situação psicossocial dos estudantes.

CAPÍTULO VIII
PROTOCOLOS DE AÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA INCÊNDIO

Art. 12. Ao ser detectado um princípio de incêndio, um brigadista e/ou ajudante deve acionar o Corpo de Bombeiros dando as seguintes informações:
I. Nome e número do telefone utilizado;
II. Endereço do Órgão ou Entidade;
III. Pontos de referência;
IV. Característica do incêndio;
V. Quantidade e estado das eventuais vítimas;
VI. Orientar o Corpo de Bombeiros em sua chegada;
VII. Primeiros socorros: Os primeiros socorros serão prestados às eventuais vítimas conforme treinamento específico dado aos brigadistas;
VIII. Eliminar riscos: Se houver necessidade deve ser providenciado o corte da energia elétrica e gás, que será executado pelos brigadistas voluntários;
IX. Abandono de área: Caso seja necessário abandonar a edificação, os brigadistas voluntários devem orientar para que se inicie o abandono da área. Antes do abandono definitivo do Órgão ou Entidade os brigadistas devem verificar se não ficaram ocupantes retardatários e providenciar o fechamento de portas e janelas se possível. Cada pessoa portadora de deficiência, deve ser acompanhada pelos brigadistas voluntários;
X. Isolamento da área: A área sinistrada deve ser isolada fisicamente, de modo a garantir os trabalhos de emergência e evitar que pessoas não autorizadas adentrem ao local;
XI. Confinamento do incêndio: O incêndio, sempre que possível, deve ser confinado de modo a evitar sua propagação e consequências;
XII. Combate ao incêndio: O combate inicial será feito pelos Brigadistas do Órgão ou Entidade que são treinados para este tipo de emergência até que o Corpo de Bombeiros chegue no local;
XIII. Investigação: Após o controle total da emergência e a volta à normalidade, o brigadista deve iniciar o processo de investigação e elaborar um relatório, por escrito, sobre o sinistro e as ações de controle, para as devidas providências. Nunca deve ser subestimada uma suspeita.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O Protocolo Municipal de Segurança Escolar será de amplo conhecimento da comunidade escolar, devendo ser divulgado em reuniões pedagógicas, conselhos escolares e demais instâncias de participação.

Art. 14. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 13 de novembro de 2025.

CLEONICE GENUINO VISSOTO
Secretária Municipal de Educação
Portaria N° 5650/2025 DOPr-AMP 13/01/2025

ANEXO I – FLUXO OPERACIONAL DE SEGURANÇA ESCOLAR
Objetivo
Garantir resposta rápida e coordenada em situações de risco ou ameaça no ambiente escolar, assegurando a integridade física e psicológica de alunos, profissionais da educação e comunidade escolar.
2. Contatos Úteis

• **Polícia Militar – 190**
• **Corpo de Bombeiros – 193**
• **Conselho Tutelar:** (46) 35458072; (46) 92000 4560
• **Secretaria Municipal de Educação (SEMED):** (46) 35458057

3. Fluxo de Atuação em Situações de Risco
a) **Ameaça verbal, indisciplina grave ou agressão física:**

• O professor comunica imediatamente à Direção;
• A Direção registra ocorrência interna e aciona a SMED, se necessário;
• Havendo risco ao aluno, comunicar o Conselho Tutelar.

b) **Suspeita ou porte de arma dentro da escola:**

• Direção aciona imediatamente a Polícia Militar;
• Afasta-se o(s) aluno(s) envolvido(s) e protege-se os demais;
• Registrar ocorrência e comunicar à SMED e Conselho Tutelar.

c) **Invasão ou tentativa de atentado:**

• Direção deve acionar de imediato a Polícia Militar;
• Informar SMED e comunicar pais/responsáveis.

d) **Bullying e violência psicológica:**

• Registro em ata pela equipe pedagógica;
• Acompanhamento pela Direção e SMED;
• Encaminhamento ao Conselho Tutelar quando houver reincidência ou gravidade.

4. Responsabilidades

• **Diretores(as):** garantir cumprimento do protocolo, acionar órgãos competentes e registrar as ocorrências.
• **Professores(as):** zelar pela disciplina em sala e comunicar à Direção qualquer indício de ameaça ou violência.
• **Equipe Administrativa:** controlar acesso e permanência de visitantes.
• **Guarda Municipal/Polícia Militar:** garantir segurança preventiva e atendimento emergencial.
• **Conselho Tutelar:** atuar em casos que envolvam direitos violados ou risco ao desenvolvimento integral da criança e do adolescente.
• **SMED:** supervisionar o cumprimento do protocolo, consolidar registros e articular medidas intersetoriais.

Publicado por:
Janildes Sueli Metz Machado
Código Identificador:E54A75A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 439/2025

de 10 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Educadora Social – PSS, a Senhora Ivete Aparecida da Silva, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral no *.453.042-*– SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.092.919-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.

Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 10 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F3C3B55A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 440/2025

de 10 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Educadora Social – PSS, a Senhora Marli Riguete Fatel, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral no *.922.330-*– SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.822.209-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 10 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0BE2CABF

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 441/2025

De 10 de Novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Educadora Social – PSS, a Senhora Angela Lopes da Silva Luppi, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral no *.568.958-*– SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.979.089-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 10 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:17771514

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 442/2025

de 10 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Psicóloga – PSS, a Senhora Rosileia Alves Barbosa, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral no *.930.627-*– SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.672.409-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 10 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:64188F1B

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 444/2025

de 10 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, a Senhora Matilde Norcia Carabinoski, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral no *.233.344-*– SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.048.419-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 10 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:29712932

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 446/2025

de 11 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, o Senhor Geraldo Squincalha, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral no *.441.920-*– SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.927.109-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FB7E86CB

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 447/2025

de 11 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, o Senhor Donizete Dias Lobato, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral no *.214.211-*– SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.217.869-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:1ACCFF9A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 448/2025

de 11 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, o Senhor Josué Braz de Oliveira, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral no *.152.201-*– SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.229.109-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:866DF237

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 449/2025

de 11 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, o Senhor Helio Bataglia Batista, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral no *.76.449-*– SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.079.099-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EC731E4C

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 451/2025

de 11 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 11 de novembro de 2025, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, o Senhor Roberto Braz de Lima, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.896.839-**, aprovado em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 11 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C5FC1DCD

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 452/2025

de 12 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 12 de novembro de 2025, do Emprego Público de Psicóloga - PSS, a Servidora Pública Municipal MARIA TEREZA MOREIRA PINO CONTRERAS, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.819.771-*-SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.290.709-**, admitida em 13 de maio de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 12 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5968A370

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 462/2025

de 17 de novembro de 2025

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por motivo de falecimento, a partir de 13 de novembro de 2025, do Emprego Público de Motorista (Categoria "D" ou "E"), desde 1 de agosto de 2024, o Servidor Público Municipal APARECIDO ROCHA, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.582.647-*- SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.356.149-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 17 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D176342F

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 559/2025

de 14 de novembro de 2025

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir 14 de novembro de 2025, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal Crystyane Susy Souza, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.458.178-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.838.379-**, admitida em 3 de fevereiro de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 14 de novembro de 2025.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:883F4FF7

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 533

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Wanderleia Barbosa de Oliveira, brasileira, Professora de Educação Infantil (40 horas) – PSS, Carteira de Identidade nº *.764.832-*- SESP/PR, CPF ***.961.639-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 12 de maio de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 11 de novembro de 2025, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 11 de maio de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 24 de outubro de 2025.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F23CF56A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 534

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Cleonice de Araujo da Silva, brasileira, Professora de Educação Infantil (40 horas) – PSS, Carteira de Identidade nº *.770.977-*- SESP/PR, CPF ***.985.029-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 12 de maio de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 11 de novembro de 2025, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 11 de maio de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 24 de outubro de 2025.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:47AB4C2E

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 535

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do

Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Juliana Goes dos Santos Dutra, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, Carteira de Identidade nº *.808.041-*- SESP/PR, CPF ***.965.469-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 12 de maio de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 11 de novembro de 2025, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 11 de maio de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 24 de outubro de 2025.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:69327ED7

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 536

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Lies Vania Machry, brasileira, Professora de Educação Infantil (40 horas) – PSS, Carteira de Identidade nº **.866.177-*- SESP/PR, CPF ***.547.971-**.
O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 12 de maio de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 11 de novembro de 2025, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 11 de maio de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 24 de outubro de 2025.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:315AF8C5

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 537

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Marcia Barbosa, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, Carteira de Identidade nº **.475.771-*- SESP/PR, CPF ***.608.459-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 12 de maio de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 11 de novembro de 2025, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 11 de maio de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 24 de outubro de 2025.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F0834C9E

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 538

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Maria de Lourdes Ferreira da Silva, brasileira, Professora de Educação Infantil (40 horas) – PSS, Carteira de Identidade nº *.855.991-*- SESP/PR, CPF ***.888.728-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 12 de maio de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 11 de novembro de 2025, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 11 de maio de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 24 de outubro de 2025.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:AF31616D

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 539

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Suelen Aparecida Muratori da Silva, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, Carteira de Identidade nº **.023.012-*- SESP/PR, CPF ***.282.779-**.
O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 12 de maio de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 11 de novembro de 2025, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 11 de maio de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 24 de outubro de 2025.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6345112D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2025

EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: *POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 6º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 13/11/2025 as 09:45 hrs),** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 21/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Saúde, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DISEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	5,64

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DISEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**5,59**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 1462/2024 no Pregão nº 21/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
Paiçandu – PR, 13 de novembro de 2025.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:DE79092F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025
PROCESSO Nº 136/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATADO: IVANETE BRAZ DE OLIVEIRA**,** brasileira, portadora do RG nº 4.***.564-6 SSP/PR inscrita no CPF nº 865.***.489-49.

OBJETO: Locação de imóvel para instalação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paiçandu-PR – Localizado na Rua Alberto Santos Dumont, nº 927 – Quadra 44 – Lote 27, no munícipo de Paiçandu, por 12 meses podendo ser prorrogado por igual período.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Locação de imóvel para instalação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paiçandu-PR – Localizado na Rua Alberto Santos Dumont, nº 927 – Quadra 44 – Lote 27, no munícipo de Paiçandu, por 12 meses podendo ser prorrogado	01	**por 12 meses podendo ser prorrogado por igual período**.	R$ 2.752,25	R$33.027,00

	por igual período				
TOTAL					**R$ 33.027,00**

VALOR: R$ 2.752,25 (dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos) ao mês R$ 33.027,00 (trinta e três mil e vinte e sete reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Paiçandu, 18 de novembro de 2025.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:BFC6E2CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 133

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 62/2025, homologado em 14/11/2025, integrante do Processo Administrativo nº 122/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa TOPOLON SERVICOS DE TOPOGRAFIA LTDA, CNPJ nº 54.660.798/0001-27, com endereço RUA SENADOR SOUZA NAVES, CEP 86010160,
representada por HAROLDO BELLI DE SA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 611.747.009-63, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

DO OBJETO:
A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **O presente instrumento visa através de P R E G Ã O E L E T R Ô N I C O □ R E G I S T R O D E P R E Ç O , para contratação de empresa especializada na área de Topografia: levantamento planialtimétrico e processamento de dados, na área urbana e rural do Município de Paiçandu-PR, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu □ PR.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 18 de novembro de 2025 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

TOPOLON SERVICOS DE TOPOGRAFIA LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 369	0,03	**Total: 7.500,00**
Item: 1	Unidade: M²	Marca: Serviço	Modelo:	

Descrição: LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E PROCESSAMENTO DE DADOS, NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU-PR - Levantamento planialtimétrico e processamento de dados, na área urbana e rural do Município de Paiçandu-Pr - Levantamento Planialtimétrico no local com equipamento adequado. Elevações, Elaboração de plantas, curvas de nível, cálculo de volumes, perfis longitudinais e transversais, modelagem 3D, arquivo editável e pdf, informações de cotas e coordenadas. Serviço a ser executado de acordo com a solicitação da contratante.

Quantidade: 250.000 **Valor Unit.: 0,03**

Total Item: 7.500,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 7.500,00

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:A51114CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 65/2025

DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2025 - PROCESSO N° 134/2025

O Município de Paiçandu, Estado do Paraná, por intermédio de sua Pregoeira informa os interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por Item.
Objeto: PREGÃO PRESENCIAL, para LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINAS, para viabilização do evento **NATAL NA PRAÇA 2025 conforme e-PROTOCOLO 24.410.538-6 convênio 623/2025,** para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, referente ao programa Paraná Mais Eventos da Secretaria de Estado de Turismo.
Legislação: Lei 14.133/2021
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será no dia 03 de Dezembro de 2025, às 09h00min, na sala de licitações, sito à Rua Sete de Setembro, 499, Centro, na cidade de Paiçandu-Pr.
Edital: O presente Edital estará à disposição dos interessados através do link Licitações no site www.paicandu.pr.gov.br, e também, poderá ser obtido pessoalmente, no departamento de compras e licitações.

Paiçandu/PR, 18 de Novembro de 2025.

VERÔNICA SIMÃO BENATTI
Pregoeira

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:CB18DD9C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO 130

CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 32/2025
CONTRATO Nº 130

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado da Dispensa Eletrônica nº 32/2025, homologado em 14/11/2025, integrante do Processo Administrativo nº 96/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa GRESCON CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA-EPP., CNPJ nº 00.858.248/0001-98, com endereço RUA: SÃO JOÃO Nº 81, CEP 87030200, representada por CARLOS ROBERTO GRESCHECHEN, Carteira de identidade nº 3.057.377-3, inscrito no CPF nº 482.793.829- 68, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

DO OBJETO:

O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **DISPENSA ELETRÔNICA, para Contratação de empresa especializada em Construção Civil para realização da forração com gesso do teto do Centro de Educação Ambiental, cercamento lateral e fundos do lote 262/Rem-1/A e calçamento externo da sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este

CONTRATO;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

DA ADESÃO DO CONTRATO

Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver

necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO

As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a

distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.

Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado

Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 18 de novembro de 2025 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA
GRESCON CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA-EPP.

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 514	111.350,00	**Total: 111.350,00**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: Obra	Modelo:	

Descrição: MURO E CALÇADA FRONTAL, FORRAÇÃO - Muro e calçada frontal, forração anfiteatro, fechamento lateral e fundos, fechamento canil, grama, toldos e fachada em ACM.

Quantidade: 1 **Valor Unit.: 111.350,00**

Total Item: 111.350,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 111.350,00

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:578CCACC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 588

Fundação de Saúde de Paiçandu
Rua Sete de Setembro, 713 - Centro - Fone: - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.673/0001-33 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 588/2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3354/2024, de 1 de novembro de 2024.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 700.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.2670000 - Bloco Manutenção da Atenção Primária (F)	
Despesa - 1028 - 339030 - 00398 - MATERIAL DE CONSUMO	**250.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.2670000 - Bloco Manutenção da Atenção Primária (F)	
Despesa - 1029 - 339039 - 00398 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**250.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - HOSPITAL	
Despesa - 1030 - 339039 - 00397 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**200.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**700.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receitas:

171957011100000000 - 922 - Emenda Custeio At. Especializada à Saúde-Padovani(f)

171957011200000000 - 926 - Emenda Custeio At. Primária Saúde - Giacobo (f)

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 17 de novembro de 2025

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:09F8DA38

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 589

Fundação de Saúde de Paiçandu
Rua Sete de Setembro, 713 - Centro - Fone: - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.673/0001-33 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 599/2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3354/2024, de 1 de novembro de 2024.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 38.730,29 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.2602000 - MANUTENÇÃO ATENÇAO BASICA - UBS	
Despesa - 1010 - 339039 - 02390 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**38.730,29**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**38.730,29**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:
Fontes:
02390 - Emenda Increm. Temporário Custeio APS 3522(F)
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 17 de novembro de 2025

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:59DBB210

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITO ISMAEL BATISTA ,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	115 /2025
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	17/11/2025
d) Objeto Homologado :	contratações futuras de SERVIÇOS de LIMPEZA MECANIZADA DE BUEIROS E GALERIAS COM TRANSPORTE DE E FLUENTES E SERVIÇOS DE VÍDEO INSPEÇÃO TUBULAR para atender a Secretaria de Serviços Públicos deste Município

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:				
Fornecedor				
RFANT ZAC SERV DE LIMP EIRELI ME				
Lote: 1	LOTE01			
Item	**Descrição**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
1	LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MECANIZADA DE BOCA DE LOBO,	1.800,000	738,8889	1.330.000,0000
2	SERVIÇO DE VÍDEO INSPEÇÃOTUBULAR.	5.000,000	30,0000	150.000,0000
3	TRANSPORTE DE EFLUENTES, CONTROLE E DESCARTE DE DEJETOS	400,000	100,0000	40.000,0000
		Total:		1.520.000,00

Paiçandu, 17/11/2025

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:9373431D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 - 41.594.142 VALDINEI APARECIDO BELOMI

RESULTADO DE JULGAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 - 41.594.142 VALDINEI APARECIDO BELOMI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 450/2025

A agente de contratação e respectivos membros da Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Palmeira tornam público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 01/2025 cujo objeto prevê o Credenciamento de empresa especializada para serviço de agenciamento de passagens aéreas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.

Proponente: 41.594.142 VALDINEI APARECIDO BELOMI
CNPJ: 41.594.142/0001-01
Resultado: O requerente não apresentou o documento Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal e apresentou a Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF) vencida.

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência da Câmara (acesso pelo site www.palmeira.pr.leg.br). Após complementação da documentação de habilitação, caso haja, o proponente será declarado habilitado. O resultado quanto a habilitação será publicado nos mesmos meios citados anteriormente, sendo que a partir desta publicação será aberto o prazo para apresentação de recursos sob o julgamento efetuado, os quais deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis, nos termos do item 5.2.11 do edital.

Publique-se.

PAOLA GADONSKI WROBEL
Agente de Contratação

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:7788E393

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 25.338, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO ELISAMA NOGUEIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30393/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Controladoria-Geral do Município, ocupante do cargo de Controladora-Geral, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 03.001.04.124.0003.2.008.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Elisama Nogueira	*075.xxx.xxx-64*	*R$ 120,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8A3D18F1

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO PORTARIA Nº 25.339, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO FERNANDA CAROLINE ZARPELLON

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30391/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Controladoria-Geral do Município, ocupante do cargo de Ouvidora-Geral do Município, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 03.001.04.124.0003.2.008.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Fernanda Caroline Zarpellon	*080.xxx.xxx-03*	*R$ 120,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:406CAB8D

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO PORTARIA Nº 25.340, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO JANAINA ZACLIS RIBEIRO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30394/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Controladoria-Geral do Município, ocupante do cargo de Diretor de Controle e Auditoria, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 03.001.04.124.0003.2.008.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Janaína Zaclis Ribeiro	*059.xxx.xxx-28*	*R$ 120,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:1A4EEA30

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 119/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 28384/2025

Objeto: Contratação da ADETUR Agência de Desenvolvimento Turístico para Serviços de Terceiros para trabalhos de representação do município de Palmeira.

Fundamentação: Inciso III, do art. 74, da Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

Dotação Orçamentária: 11003136950038212833900390000 **Fonte:** 2561 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Empresa Vencedora: Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros, inscrita no CNPJ nº.08.768.438/0001-26 para todos os itens, com o valor total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

18 de novembro de 2025

FRIEDRICH NORBERT KLIEWER
Autoridade Competente

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:F7945F27

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 121/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 29665/2025

Objeto: Licenças de softwares para elaboração de projetos com metodologia Building Information Modeling (BIM).

Fundamentação: Inciso I, do art. 74, da Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

Dotação Orçamentária: 05001154510005201633904000000 **Fonte:** 21000 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.

Empresa Vencedora: CS CAD CAM SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA, inscrita no CNPJ nº.23.324.543/0001-60 para todos os itens, com o valor total de R$ 300.855,45 (trezentos mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

12 de novembro de 2025

FABIANO BISHOP CASSANTA
Autoridade Competente

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:7D98A010

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 33/2025

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 33/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 26313/2025
Objeto: Aquisição de óleo lubrificante para serem utilizados nos compressores odontológicos, conforme especificações em edital
Fundamentação: inciso II, art. 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Secretaria Municipal de Saúde.
Dotação Orçamentária: 09002103010031609233903000000
Fonte: 1000 – MATERIAL DE CONSUMO
1039 - MATERIAL DE CONSUMO
489 - MATERIAL DE CONSUMO
494 - MATERIAL DE CONSUMO
Contratada: LINCETRACTOR COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ: 11.371.179/0001-00, com o valor de R$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais).
Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.
Publique-se.
18 de novembro de 2025

KAMILA FERNANDA OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:ED2F3059

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 29504/2025

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 34/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 29504/2025

Objeto: Aquisição de medicamento manipulado.
Fundamentação: inciso II, art. 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Secretaria Municipal de Saúde.
Dotação Orçamentária: 09001103010028608833903000000 .
Fonte: 1000.MATERIAL DE CONSUMO
Contratada: DE PAULA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 47.941.967/0001-31, com o valor de R$ 120,00 (Cento e vinte reais).
Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

18 de novembro de 2025

KAMILA FERNANDA OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Daiana Santana
Código Identificador:2DFE387F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°.89.2025

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de locação, instalação, manutenção e retirada de Decoração Natalina em prédios e locais do Município de Palmeira.

Solicitação: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação.

Dotação Orçamentária:

Reduzido	Programática	Fonte
637	11.001.13.392.0038.5.117.3.3.90.39.00.00	1000
865	11.002.13.392.0038.2.132.3.3.90.39.00.00	2562
940	11.003.13.695.0038.2.128.3.3.90.39.00.00	2561

Contratada:
GRANEMANN E IASIAK LTDA, inscrita no CNPJ n°. 27.843.431/0001-76, com valor total de R$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais);

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.
18 de novembro de 2025

FRIEDRICH NORBERT KLIEWER
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:E02D5DDA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 18.696, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 - ALTERA O ANEXO I DO DECRETO Nº 17.821, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelo cargo, considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 28400/2025, 30314/2025 e 30333/2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o anexo I do Decreto nº 17.821, de 02 de Dezembro de 2024, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

" Anexo I – Plano de Contratações Anual – 2025:
https://palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2025/11/Plano-de-Contratacoes-Anual-2025-atualizado-em-18.11.25.pdf
----------" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constates no Decreto nº 17.821, de 02 de Dezembro de 2024.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON

Prefeito do Município de Palmeira

ARIEL ALEXANDRE PASSONI JUNIOR
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:91425ADC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1689/2025 – GRANEMANN & IASIAK LTDA

Contrato n.º: 1689/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada: GRANEMANN & IASIAK LTDA - CNPJ/CPF: 27.843.431/0001-76
Processo Administrativo: 27744/2025
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 89/2025
Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para prestação de serviços de locação, instalação, manutenção e retirada de Decoração Natalina em prédios e locais do Município de Palmeira.
Valor: O valor total da presente contratação é de R$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante acordo entre as partes.
Data da assinatura: 18/11/2025.

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:9CF08108

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 25.350, DE 18/11/2025 - REVOGA AS PORTARIAS DE Nº 25.165 E 25.315.

O **Prefeito do Município de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere e considerando o disposto no P.A de n° 25162/2025 e 29502/2025;

Resolve:

Art. 1º - Revoga a Portaria de nº 25.165, datada em 02/10/2025.

Art. 2º - Revoga a Portaria de nº 25.315, datada em 12/11/2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:91642F58

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 1.242 DE 18/11/2025 - NOMEAÇÃO DE ALLYNE ALVES DE PAULA BARGINSKI PARA O CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Portaria n.º 1.242 de 18/11/2025

O Diretor-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,

Tendo em vista a aprovação no Concurso Público Municipal realizado em 06 de fevereiro de 2022, homologado por meio do Edital nº 17.001/2022;

Resolve:

Art. 1º - Nomear Allyne Alves De Paula Barginski, portadora do R.G. nº 8.5xx.xx4-3 PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 048.xxx.xx9-52, para o cargo de Técnico Administrativo, lotada na Autarquia do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, a partir de 19 de novembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor Presidente do RPPS

Publicado por:
Lana Cristina Silva da Rosa
Código Identificador:731A76DC

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.333, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO JOCELI GOMES CUNHA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30342/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 10.004.08.241.0037.2111.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Joceli Gomes Cunha	*024.xxx.xxx-50*	*R$ 250,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:26D04542

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.334, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO CRISTINA ROCHA MEZZADRI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30344/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Assistente Social, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.004.08.241.0037.2111.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Cristina Rocha Mezzadri	*781.xxx.xxx-15*	*R$ 250,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:32DAD495

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.335, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO
OLAIR DE JESUS FREITAS

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30343/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Diretor de proteção Social, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.004.08.241.0037.2110. 3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Olair de Jesus Freitas	*040.xxx.xxx-96*	*R$ 125,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:88A8B272

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.336, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO
IONE MARIA VIATROSKI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30345/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Professor (a), com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.004.08.241.0037.2111.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Ione Maria Viatroski	*441.xxx.xxx-53*	*R$ 125,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:AFACAA18

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.341, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO
DOUGLAS CAMARGO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30070/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.002.08.244.0032.2.097.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1000

SERVIDORA	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Douglas Camargo	*643.xxx.xxx-20*	*R$ 700,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:451156C3

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.342, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO
EVILYN SHAYHEN PARRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30066/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.001.04.122.0032.6.094.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Evilyn Shayhen Parra	*072.xxx.xxx-75*	*R$ 500,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C4AFCAFD

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.343, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO
CLAITON JOSÉ COSTA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30069/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*
Dotação: 10.001.04.122.0032.6.094.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Claiton José Costa	*374.xxx.xxx-91*	*R$ 500,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:B8371E4D

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.345, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO
JAQUELINE TOCZEK HONÓRIO FERREIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30068/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*
Dotação: 10.001.04.122.0032.6.094.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Jaqueline Toczek Honório Ferreira	*834.xxx.xxx-20*	*R$ 500,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:57B73D39

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 08/2025/CMDPI - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO E PLANO DE AÇÃO - DELIBERAÇÃO Nº 049/2025/CEDIPI/PR

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 3779 DE 28/10/2014 e suas alterações, considerando a deliberação da plenária realizada no dia 18/11/2025.
Resolve:
Art.1º - Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação referente a Deliberação **Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo**, no valor de R$ 40.000,00.
Art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE

Palmeira, 18 de novembro de 2025

IONE MARIA VIATROSKI
Presidente CMDPI

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:E1AAE788

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 25.347, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO
JOSIMAR DE JESUS VITOR DO NASCIMENTO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30132/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Professor, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 08.001.12.122.0023.2.070.3.3.90.39.00.00.
Fonte 1028

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Josimar de Jesus Vitor do Nascimento	*049.xxx.xxx-21*	*R$ 150,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A3AB075E

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER PORTARIA Nº 25.348, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO ISABEL DOS SANTOS RISTOW

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30139/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Professor, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 08.001.12.122.0023.2.070.3.3.90.39.00.00.
Fonte 1028

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Isabel dos Santos Ristow	*065.xxx.xxx-35*	*R$ 150,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F28C7519

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER PORTARIA Nº 25.349, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO VITOR RODRIGUES DE LARA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30144/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 08.001.12.122.0023.2.070.3.3.90.39.00.00
Fonte 1026

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Vitor Rodrigues de Lara	*112.xxx.xxx-89*	*R$ 550,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:1BF932EE

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS COMUNICADO – CHAMADA ENFERMEIRO ESF - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2025

Palmeira, 18 de novembro de 2025.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 24 de novembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Enfermeiro ESF, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 23678/2025.

ENFERMEIRO ESF:
LILIAN DE ARAUJO PRADAL

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:09FBC71A

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS COMUNICADO - CHAMADA SUPLENTE CONSELHEIRO TUTELAR

Palmeira, 18 de novembro de 2025.

A Secretaria Municipal de Assistência Social convoca o suplente **DAMIÃO CARLOS DOS SANTOS PINTO**, no dia 24 de novembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar, conforme Resultado da Eleição para Suplente do Conselho Tutelar, publicado em Diário Oficial no dia 09 de outubro de 2023, para suprir o afastamento de Conselheiro Titular, conforme processo 28268/2025.

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:2C2585A1

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº 18.692 DE 18/11/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$100.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 5.924/2024 – LDO e nº 6.010/2024 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$100.000,00 (cem mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.010/2024 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
07.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária
07.001.20.605.0021.2.059. Manutenção das atividades do Departamento de Agricultura e Pecuária
247 - 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$100.000,00

Total: R$100.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
07.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária
07.001.20.605.0021.2.059. Manutenção das atividades do Departamento de Agricultura e Pecuária
245 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO R$100.000,00

Total: R$100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:90AB82B6

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº 18.693 DE 18/11/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$55.240,68

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 5.924/2024 – LDO e nº 6.010/2024 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$55.240,68 (cinqüenta e cinco mil duzentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.010/2024 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
11.003.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Turismo
11.001.13.392.0038.5.117. Fortalecimento dos eventos culturais, ampliação da atividade turistica e educação patrimonial
799 – 3.3.90.39.00.00 – 960 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA – R$55.240,68

Total Suplementação: R$55.240,68

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.2.4.99.01.02.00000000 Fonte:960 R$55.240,68

Total da Receita: R$55.240,68

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:40FF27ED

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº 18.694 DE 18/11/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$347.404,99

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.194/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$347.404,99 (trezentos e quarenta e sete mil quatrocentos e quatro reais e noventa e nove centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.010/2024 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação:

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
11.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Turismo e Cultura
11.001.13.392.0038.5.116. Ampliação da estrutura cultural, patrimonial e turistica municipal
952 – 4.4.90.52.00.00 – 863 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$347.404,99

Total: R$ 347.404,99

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme

discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:1.7.2.4.99.01.03.00000000 Fonte: 863 R$347.404,99

Total da Receita: R$347.404,99

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:3DA4A1D9

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº 18.695 DE 18/11/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$30.000.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.195/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000.000,00 (trinta milhões reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.010/2024 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
05.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Obras Urbanas
05.002.15.451.0007.1.027. Pavimentação de vias urbanas
942 – 4.4.90.51.00.00 595 OBRAS E INSTALAÇÕES R$30.000.000,00

Total Suplementação: R$30.000.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:2.4.2.2.54.01.00.00000000 Fonte:595 R$30.000.000,00

Total da Receita: R$30.000.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:336EC672

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº 18.697 DE 18/11/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$98.610,53

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 5.924/2024 – LDO e nº 6.010/2024 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$98.610,53 (noventa e oito mil seiscentos e dez reais e cinqüenta e três centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.010/2024 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação e Esporte
08.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Educação
08.001.12.361.0024.6.076. Manutenção da frota de veículos da Secretaria de Educação e pagamento dos serviços terceirizados do
964 - 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO R$31.000,00
359 - 3.3.90.33.00.00 000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO R$67.610,53

Total Suplementação: R$98.610,53

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64.

Redução

08.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação e Esporte
08.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Educação
08.001.12.361.0023.5.075. Ampliação da estrutura de ensino
314 - 4.4.90.51.00.00 000 OBRAS E INSTALAÇÕES R$67.610,53
908 - 4.4.90.51.00.00 000 OBRAS E INSTALAÇÕES R$31.000,00

Total Redução: R$98.610,53

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:7DEB174E

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº 18.698 DE 18/11/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$50.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 5.924 DE 10-06-2024– LDO e nº 6.010-2024 DE 05-12-2024– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$50.000,00 (Cinquenta mil reais) e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.010-2024 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2.001. MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINITRATIVOS
5 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOAS JURIDICA R$50.000,00

Total Suplementação: R$50.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2.001. MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
9 - 4.4.90.51.00.00 1000 OBRAS E INSTALAÇÕES R$50.000,00

Total Suplementação: R$50.00,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:0FA50F0E

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS DECRETO Nº 18.699 DE 18/11/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$650.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.196/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.010/2024 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação:

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
11.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Turismo e Cultura
11.001.13.392.0038.5.116. Ampliação da estrutura cultural, patrimonial e turistica municipal
953 - 4.4.90.51.00.00 596 OBRAS E INSTALAÇÕES R$650.000,00

Total: R$650.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:2.4.2.2.99.01.01.00000000 Fonte: 596 R$650.000,00

Total da Receita: R$650.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:563D2A5B

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 - ENFERMEIRO ESF

Palmeira, 18 de novembro de 2025.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 01/2025 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: ANDREIA DO ROSSIU FOGUES
Inscrição: 1964
Emprego público: ENFERMEIRO ESF

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:287298F3

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 31/2025 - POR PRAZO DETERMINADO – AGENTE EDUCACIONAL – PSS - CAMILA ORNIESKI CONSTANTE.

PROCESSO Nº. 26570/2025
PSS Nº. 002/2025
EXTRATO Nº. 31/2025
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Contratado: CAMILA ORNIESKI CONSTANTE
Matrícula: 600996
Cargo: AGENTE EDUCACIONAL - PSS
Regime: CLT - PSS
Vencimento: R$ 2.124,03 (Dois mil, cento e vinte e quatro reais e três centavos)
Vigência: 19/11/2025 a 10/07/2026

Data: 18/11/2025.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:949ACF68

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 32/2025 - POR PRAZO DETERMINADO – AUXILIAR ADMINISTRATIVO – PSS - DIVONEI VIDAL.

PROCESSO Nº. 24833/2025
PSS Nº. 002/2025
EXTRATO Nº. 32/2025
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Contratado: DIVONEI VIDAL
Matrícula: 600997

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO - PSS
Regime: CLT - PSS
Vencimento: R$ 2.453,73 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos)
Vigência: 19/11/2025 a 10/07/2026

Data: 18/11/2025.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:C2164E25

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
LEI Nº 6.194 DE 18/11/2025 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$347.404,99

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$347.404,99 (trezentos e quarenta e sete mil quatrocentos e quatro reais e noventa e nove centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.010/2024 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação:

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
11.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Turismo e Cultura
11.001.13.392.0038.5.116. Ampliação da estrutura cultural, patrimonial e turistica municipal
952 – 4.4.90.52.00.00 – 863 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$347.404,99

Total: R$ 347.404,99

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:1.7.2.4.99.01.03.00000000 Fonte: 863 R$347.404,99

Total da Receita: R$347.404,99

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:514FEA1F

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
LEI Nº 6.195 DE 18/11/2025 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$30.000.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000.000,00 (trinta milhões reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.010/2024 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
05.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Obras Urbanas
05.002.15.451.0007.1.027. Pavimentação de vias urbanas
942 – 4.4.90.51.00.00 595 OBRAS E INSTALAÇÕES R$30.000.000,00

Total Suplementação: R$30.000.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:2.4.2.2.54.01.00.00000000 Fonte:595 R$30.000.000,00

Total da Receita: R$30.000.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:177A5099

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
LEI Nº 6.196 DE 18/11/2025 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$650.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.010/2024 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação:

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação
11.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Turismo e Cultura
11.001.13.392.0038.5.116. Ampliação da estrutura cultural, patrimonial e turistica municipal
953 - 4.4.90.51.00.00 596 OBRAS E INSTALAÇÕES R$650.000,00

Total: R$650.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:2.4.2.2.99.01.01.00000000 Fonte: 596 R$650.000,00

Total da Receita: R$650.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:796BCF00

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
TERMO DE DESISTÊNCIA - SUPLENTE CONSELHEIRO TUTELAR

Palmeira, 18 de novembro de 2025.

O Conselheiro Tutelar suplente, eleito no pleito suplementar para conselheiros tutelares para gestão de 2024 a 2028, pelo Município de Palmeira, chamado a assumir o cargo de Conselheiro Tutelar, expressamente manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação para essa chamada, liberando nesse momento, o município para que possa admitir o próximo conselheiro tutelar suplente eleito.

Para que fique devidamente registrado sua desistência, publique-se este termo.

ZENILDA DE FÁTIMA DA MATA
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:07F81869

SEC. MUN. DE SAÚDE
PORTARIA Nº 25.332, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO CERES CRISTINA MARQUES

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30113/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 09.002.10.301.0027.6.082.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 2483

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Ceres Cristina Marques	*015.xxx.xxx-01*	*R$ 120,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:142FC504

SEC. MUN. DE SAÚDE
PORTARIA Nº 25.337, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO NATALY VALERIA DE RAMOS BEDIN

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30118/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Assistente Social, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 09.002.10.301.0027.6082.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Nataly Valeria de Ramos Bedin	*018.xxx.xxx-71*	*R$ 120,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:76CD5131

SEC. MUN. DE SAÚDE
PORTARIA Nº 25.344, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO ELAINE APARECIDA MUCHENSKI GUIMARÃES

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30193/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Enfermeiro, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 09.002.10.301.0027.6.082.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Elaine Aparecida Muchenski Guimarães	*057.xxx.xxx-50*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:71E91501

SEC. MUN. DE SAÚDE
PORTARIA Nº 25.346, DE 18/11/2025 - ADIANTAMENTO DAFNE EVELYN ARAUJO SONNTAG

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 30194/2025 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 09.002.10.301.0027.6.082.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Dafne Evelyn Araujo Sonntag	*093.xxx.xxx-33*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:58804E0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO CONCORRECIA 05/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº05/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°143/2025

O Municipio de Palmital, Estado do Paraná, torna público que, às 08:30 horas do dia 15 de Dezembro do ano de 2025, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do tipo MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO, nos termos do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Complementar Federal n. º 123/2006; da Lei Federal n. º 14.133/2021, assim como pelas disposições deste Edital e seus anexos.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRODUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS SENDO 15 UNIDADES NO LOTEAMENTO TIO CHICO E 5 UNIDADES NO LOTEAMENTO MERON MATCHULA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 3.034.693,16 (três milhões, trinta e quatro mil, seiscentos e noventa três reais, dezesseis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 15/12/2025 às 08:30 h (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço
MODO DE DISPUTA: Aberto

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.BNC.org.br**

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:EF846688

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 87/2025 - RECESSO DIA DA CONSCIENCIA NEGRA

DECRETO Nº87 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETA PERÍODO DE RECESSO PARA OS SERVIDORES QUE INTEGRAM O QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL-PR E CONSEQUENTEMENTE, A INTERRUPÇÃO DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmital-PR, no exercício das suas atribuições legais;
D E C R E T A
Art. 1º Fica decretado recesso aos servidores que compõe o quadro de pessoal deste Município no dia 21 do mês de Novembro de 2025 (Sexta-feira), em virtude do feriado nacional em comemoração do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de Novembro.
Art. 2º Em consequência do disposto no artigo anterior fica suspenso o atendimento ao público na Prefeitura Municipal e demais órgãos públicos municipais nas datas supramencionadas.
Art. 3º O recesso não se aplica aos servidores ocupantes de cargos que executam serviços de natureza essencial, como coleta de lixo, limpeza pública urbana e serviço de inspeção municipal, bem como os demais assim considerados.
Art. 4º A Secretaria de Educação seguirá calendário próprio.
Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde atenderá situações de emergência em regime de Plantão, em escala a ser definida pela Secretária.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital-PR aos 18 dias do mês Novembro de 2025.
.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Amorim Schreiner
Código Identificador:5EB242DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 43/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2025
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 144/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOLO ALIMENTÍCIO TIPO PANETONE PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PALMITAL.

VALOR: R$ 17.495,39 (Dezessete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 Meses

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais.
CONTRATADO: EFERSON LUCIANO FERREIRA DE ALMEIDA ME **CNPJ:** 02.649.444/0001-36
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	570	03.005.04.122.0401.2013	0	3.3.90.30.07.99	Do Exercício

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de dispensa tem fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, nos termos do Ofício da Secretaria responsável, bem como parecer jurídico, que embasam esse processo.

Palmital/PR, 18 de novembro de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 144/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOLO ALIMENTÍCIO TIPO PANETONE PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PALMITAL.

Com fundamento nas informações constantes no Ofício da Secretaria Municipal de Administração, ante as justificativas que se embasam no artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a dispensa de licitação para a contratação supra supramencionada, tendo como contratada EFERSON LUCIANO FERREIRA DE ALMEIDA ME CNPJ: 02.649.444/0001-36

Para a efetivação da presente dispensa levou-se em conta a necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, visando o atendimento ao interesse público.

Palmital/PR, 18 de novembro de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2025

REF: AQUISIÇÃO DE BOLO ALIMENTÍCIO TIPO PANETONE PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PALMITAL., artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

A documentação referente ao Procedimento Licitatório nº 144/2025, Dispensa de Licitação n° 43/2025, atende a todos os requisitos do artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e autorizo a Dispensa de Licitação n° 43/2025, para a contratação dos serviços supramencionados, junto a empresa vencedora: EFERSON LUCIANO FERREIRA DE ALMEIDA ME CNPJ: 02.649.444/0001-36

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais

Palmital/PR, 18 de novembro de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:2D2A0DC6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
INEXIGIBILILADE 31/2025

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 146/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2025
AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO FIAT STRADA ENDURANCE CS CABINE PLUS NOVA 0 KM, 2025/2025, MOTOR 1.3, OU SUPERIOR, COMBUSTIVEL FLEX, EM ATENDIMENTO A ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2025. DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025/, DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE/CIS/AVH, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO.
VALOR: R$ 112.466,97 (Cento e doze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas notas fiscais.
CONTRATADO: BRANDÃO VEICULOS LTDA CNPJ-53.641.615/0001-63

ITEM	EQUIPAMENTO	QUANT	PREÇO UN.	VALOR TOTAL
01	IAT STRADA ENDURANCE CS CABINE PLUS NOVA 0 KM, 2025/2025, MOTOR 1.3, OU SUPERIOR, COMBUSTIVEL FLEX. CABINE PLUS.	01	112.466,97	112.466,97

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.002.20.606.2001.1027.4.4.90.52.00.00
JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de Inexigibilidade tem fundamento no Artigo 86 e artigo 74 IV, da Lei n. 14.133/2021, nos termos do Ofício da Secretaria responsável, bem como do parecer jurídico, que embasam este processo.
Palmital-PR, 18 de Novembro de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 146/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2025

AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO FIAT STRADA ENDURANCE CS CABINE PLUS NOVA 0 KM, 2025/2025, MOTOR 1.3, OU SUPERIOR, COMBUSTIVEL FLEX, EM ATENDIMENTO A ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2025. DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025/, DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE/CIS/AVH, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO.
Com fundamento nas informações constantes na solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Transportes, ante as justificativas que se embasam no Artigo 86 e artigo 74 IV, da Lei n. 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a inexigibilidade de licitação para fornecimento da prestação dos serviços supramencionados, perfazendo o valor de R$ 2.366.100,00 (Dois milhões, trezentos e sessenta e seis mil e cem reais), tendo como contratada a Empresa **CONTRATADO: BRANDÃO VEICULOS LTDA CNPJ-53.641.615/0001-63.** VALOR: R$ 112.466,97 (Cento e doze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos).Para a efetivação da presente Inexigibilidade levou-se em conta o atendimento ao interesse público.

Palmital-PR, 18 de Novembro de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 146/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2025

AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO FIAT STRADA ENDURANCE CS CABINE PLUS NOVA 0 KM, 2025/2025, MOTOR 1.3, OU SUPERIOR, COMBUSTIVEL FLEX, EM ATENDIMENTO A ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2025. DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025/, DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE/CIS/AVH, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO.

Tendo em vista que a documentação referente à Inexigibilidade de Licitação n° 31/2025 atende a todos os requisitos do Artigo 86 e artigo 74 IV, da Lei n. 14.133/2021;
Considerando o parecer jurídico, o qual foi favorável a homologação da presente inexigibilidade;
Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e autorizo a **Inexigibilidade de Licitação n. 31/2025**, para a contratação dos serviços supramencionados, com a empresa **CONTRATADO: BRANDÃO VEICULOS LTDA CNPJ-53.641.615/0001-63,** no valor de **VALOR: R$ 112.466,97 (Cento e doze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos).**
Publique-se, Cumpra-se, contrate-se

Palmital-PR, 18 de Novembro de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:8C5EC643

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 726/2025

PORTARIA Nº 726/2025

NOMEIA CUIDADORA SOCIAL DA CASA LAR DO MUNICÍPIO DE PALMITAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO CARLOS ROSSI, Prefeito do Município de Palmital, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,
CONSIDERANDO o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) e a Lei Federal nº Lei nº 7.644/87 (Regulamentação da Atividade de Mãe Social),
RESOLVE:
Art. 1º- Nomear a Sra. **MARIA JOCEMARA BORCATE,** portadora do RG n.º 12.***.***-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF n.º 091.***.***-90, para atuar como **Cuidadora Social da Casa Lar Municipal de Palmital**, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Palmital.

Art. 2º - A servidora nomeada desenvolverá suas atividades conforme a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e das normas específicas do Serviço de Acolhimento Institucional.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 18 de novembro de 2025

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:F586AD93

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 727/2025

PORTARIA Nº 727/2025

SÚMULA: CONCEDE FOLGA COMPENSATÓRIA POR TRABALHAR EM ELEIÇÃO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE
Art. 1º- Conceder 01 (um) dia (19/11/2025) de **FOLGA COMPENSATÓRIA** por trabalhar nas Eleições Municipais Pleito de 2024 ao Servidor **ELTON OTTO BACK,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 19 de novembro de 2025

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:FEA4E88F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2025

ORIGEM: Processo Administrativo nº 69.602/2025.
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 30/2025
CONSULTA PROCESSO DIGITAL: L81XK693
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ.
CONTRATADA: SIGATEL OPERAÇÕES DE TELEFONIA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telecomunicações, por meio de transmissão de voz, visando a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), com instalação de serviço de discagem direta a ramal (DDR), feixe digital E1, sob as modalidades: Local, Longa Distância Nacional/LDN (intrarregional e inter-regional), ligações de fixo para fixo (FF) e de fixo para móvel (FM), conforme tabela serviços e perfil de tráfego estimado, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Paranaguá, pelo período de 12 (doze) meses
VALOR TOTAL: **R$ 3.480,00** (Três mil, quatrocentos e oitenta reais)

Paranaguá, 14 de novembro de 2025.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:4879F902

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO 43.2025 - CRÉDITO SUPLEMENTAR POR OPERAÇÃO DE CRÉDITO - R$ 120.717,12

Resolução n° 43 de 10 de outubro de 2025.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Especial, no valor de **R$ 120.717,12 (cento e vinte mil setecentos e dezessete reais e doze centavos)** destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação		
01.		CISLIPA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ.
01.001.		Diretoria Geral
01.00.10.122.0901.2.004		Gestão Administrativa CISLIPA – Gestão de Bens e Serviços aos Consorciados

20 – 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	120.717,12
		Total de Suplementação: 120.717,12	

Artigo 2° - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, serão utilizados os recursos de **operação de crédito a ser registrado na fonte:**

Receita:1.7.3.9.50.01.38.06.	1000	Transferência de Municípios a Consórcios Públicos – PROG 18/25 – GUARAQUEÇABA – ADITIVO 02	120.717,12
		Total da Receita: 120.717,12	

Artigo 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

PARANAGUÁ, Paraná, em 10 de Outubro de 2025.

ADRIANO RAMOS	***MARCELO JOSE CARDOZO DIAS***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:09FB4985

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO 56.2025 - CRÉDITO ADICIONAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO - R$ 330.550,00

Resolução n° 56 de 03 de novembro de 2025.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 330.500,00 (trezentos e trina e mil e quinhentos reais)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**Diretoria Geral**	
01.001.10.122.0901.2.004.		**Gestão Administrativas CISLIPA – Gestão de Bens e Serviços aos Consorciados**	
20 – 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	330.500,00
		Total da Suplementação:	**330.500,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64

Receita: 1.7.3.9.50.01.38.080.	1000	Transferência de Municípios a Consórcios Públicos – PROG 20/2025 – ANTONINA – ADTIVO 01.	330.500,00
		Total da Redução:	**330.500,00**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Paraná, em 03 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS	***MARCELO JOSE CARDOZO DIAS***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:8BE028C8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO 57.2025 - CRÉDITO ADICIONAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO - R$ 171.331,20

Resolução n° 57 de 03 de novembro de 2025.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 171.331,20 (Cento e Setenta e Um Mil Trezentos e Trina e Um reais e Vinte Centavos)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**Diretoria Geral**	
01.001.10.122.0901.2.004.		**Gestão Administrativas CISLIPA – Gestão de Bens e Serviços aos Consorciados**	
20 – 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	171.331,20
		Total da Suplementação:	**171.331,20**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64

Receita: 1.7.3.9.50.01.38.080.	1000	Transferência de Municípios a Consórcios Públicos – PROG 20/2025 – ANTONINA – ADTIVO 02.	171.331,20
		Total da Redução:	**171.331,20**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Paraná, em 03 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS	***MARCELO JOSE CARDOZO DIAS***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:0965A622

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ - FASP
ATA DA 05ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ORIUNDOS DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ – FASP

Aos 12 dias do mês de novembro de 2025, às 13h, reuniram-se, na sala da enfermagem da FASP, os membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apurar processos administrativos oriundos da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP), nomeados através da Portaria n.º 099 de 01 de setembro de 2025, para a realização da reunião, sob a presidência da Comissão, Rosiane Cristine Gonçalves de Ávila. Estavam presentes os seguintes: Beatriz de Farias, secretária da Comissão e, por videoconferência Laize Ribas Turok, membro da Comissão, designada conforme Portaria nº 115/2025. Aberta a sessão, a Presidente da Comissão submeteu à deliberação desta Comissão apenas o processo administrativo oriundos da FASP, n° **46116/2024** referente à possíveis inobservâncias de normas médicas pelos profissionais responsáveis pelo atendimento da infante M.S.N em julho de 2023. No que diz respeito a este processo, a Comissão decidiu proceder com o envio de uma notificação formal ao Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR) referente aos médicos envolvidos no caso, em decorrência das condutas inadequadas, considerando que os profissionais não integram o quadro de funcionários atual desta fundação. Após poderá prosseguir o

arquivamento do referido processo. A presente ata foi digitada e lavrada por **Beatriz de Farias**, Assistente Administrativo da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP), neste ato Secretário *ad hoc*, que, após leitura e aprovação, será assinada pelos presentes.

ROSIANE CRISTINE GONÇALVES DE ÁVILA
Presidente da Comissão
Responsável Técnica da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

BEATRIZ DE FARIAS
Secretária da Comissão
Assistente Administrativo da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

EDUARDO SCHENOVEBER HADAS
Membro da Comissão
Médico da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:FC9532C1

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ - FASP
PORTARIA Nº 142/2025

"Instaura Processo de Sindicância no âmbito da FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ – FASP e dá outras providências"

O DIRETOR-GERAL DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ – FASP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal n° 230/2019, e considerando o disposto no artigo 19 do Regulamento das Penalidades e do Processo Administrativo da FASP, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 14 do Regulamento de Penalidades Disciplinares a que se sujeitam os empregados da FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ – FASP, que determina que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado de ampla defesa;

CONSIDERANDO os elementos de informação noticiados no âmbito dos autos do Processo Administrativo Ordinário n° 81032/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o Processo de Sindicância, com o objetivo de apurar suposta prática no desempenho das respectivas funções, nos termos do artigo 482, "h", da CLT em face da empregada pública C.F.F, ocupante do emprego público de ENFERMEIRA.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apurar os processos administrativos oriundos da FASP, instaurada por meio da Portaria n° 099 de 29 de agosto de 2025:

ROSIANE CRISTINE GONÇALVES DE ÁVILA, matrícula n° 429-1
BEATRIZ DE FARIAS, matrícula n° 248-1
EDUARDO SCHENOVEBER HADAS, matrícula n° 74-3.

Art. 3º Deverá o Conselho Regional de Enfermagem do Paraná – COREN/PR ser cientificado quanto à instauração do presente processo de sindicância.

Art. 4º Deverá o(a) empregado(a) público(a) ser cientificado(a) quanto à instauração do presente procedimento.

Art. 5º O Processo, nos termos do artigo 16, parágrafo único, do Regulamento das Penalidades e do Processo Administrativo Disciplinar da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá – FASP, deverá ser concluído dentro do prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Paranaguá-PR, em 19 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

WILSON EUGÊNIO GOMES DE MORAES
Diretor Geral da Fundação

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:ECA01D1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2025 PROCESSO Nº 61.015/2025 UASG: 987745 – LICITAÇÃO: 90034

O Município de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Governo, por intermédio de sua Pregoeira oficial, torna público, para conhecimento de todos os interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 034/2025, objetivando a aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP e vasilhames, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Paranaguá, fica pelo presente retificado o item abaixo descrito:
Onde se lê:
DATA DA ABERTURA: 02/11/2025 – HORÁRIO: 09:00 horas
Leia-se:
DATA DA ABERTURA: 02/12/2025 – HORÁRIO: 09:00 horas
A data de abertura do certame permanece inalterada, ou seja, em 02/12/2025.
Informações pelo site da Prefeitura: www.paranagua.pr.gov.br.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3721-1810.
PARANAGUÁ, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

LUCIANE CHIARELLI MAGALHÃES
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:62BE9A40

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.339

DECRETO Nº 1.339

"Recompõe o Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural de Paranaguá - CONDEPH."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 75.359/2025 e de acordo com o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.815, de 24 de janeiro de 1994, alterado pela Lei nº 4.239, de 13 de outubro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados a recompor o Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural de Paranaguá - CONDEPH as seguintes pessoas:

I - JOSÉ REIS DE FREITAS NETO, representante do Prefeito Municipal, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo;

Suplente: IVAN APARECIDO HRESCAK;

II - VANIA PESSOA RODRIGUES FOES, representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLOG;

Suplente: KIM GISELE DE SOUZA TOSINI COSTA;

III - RODRIGO LUÍS SCREMIN SANT ANA, representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

Suplente: JOÃO RICARDO DE CASTILHO PEREIRA FILHO;

IV - JOÃO PAULO DO PRADO DE CASTILHO PEREIRA, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo - SEMUR;

Suplente: ISABELLI ALVES PAULA;

V - MARCO ANTONIO LEINIG WANDERLEY, representante da Coordenação do Patrimônio Cultural do Paraná da Secretaria de Estado da Cultura;

Suplente: ROMULO LOIS ROMERO GUIDOLIN;

VI - VICTOR REIS CHAVES ALVIM, representante da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - Paraná;
Suplente: FABIANA MORO MARTINS;

VII - RHENNE HAMUD HAMUD, representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP;

Suplente: MARCOS EDUARDO TAVERES DE ANDRADE;

VIII - SIMONE PEREIRA DE MELLO, representante do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá - IHGP;

Suplente: LÚCIA HELENA FREITAS DA ROCHA;

IX - SAID KHALED OMAR, representante dos moradores do Centro Histórico;
Suplente: MOHAMED ABDO HAMUD;

X - THAMYRIS MAYARA MIRAS, representante do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

Suplente: JOEMA CARVALHO;

XI - MIRIAN GOMES LEITE DA SILVA BONAFINI, representante do CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo;

Suplente: CLÉCIO VIDAL;

XII - AMAURI DOMINGUES, representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI - PR;

Suplente: LUCIANO MACHADO VEIGA.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 14 de novembro de 2024.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:CFC6B9B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.349

DECRETO Nº 1.349

“Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4511 de 11 de Dezembro de 2024 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Procuradoria Geral do Município		
Unidade Orçamentária:	Procuradoria Geral	
05.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
05.001.0002.0062.0002.2020	Prestar consultoria Jurídica ao Prefeito e aos órgãos da Administração representar o município Judicial e extrajudicialmente. Orientar os órgãos Públicos quanto aos procedimentos legais necessários.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01016 - 1 - Fundo de Sucumbência	R$ 450.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 450.000,00		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2024, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:A5DC429F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.345

DECRETO Nº 1.345

"Prorroga o prazo para adesão ao REFIS MUNICIPAL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no §2º do art. 2º e no art. 13, da Lei Municipal nº 4.608, de 17 de outubro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até a data de 12 de dezembro de 2025, o prazo para adesão ao Programa Especial de Recuperação Fiscal do Município de Paranaguá - REFIS MUNICIPAL, instituído pela Lei nº 4.608, de 17 de outubro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1FDB1F28

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.346

DECRETO Nº 1.346

"Torna sem efeito o Decreto nº 854, de 15 de maio de 2025."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito, para os fins legais, o Decreto nº 854, de 15 de maio de 2025, referente a nomeação de Misael Douglas de Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:98950434

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 1.574

PORTARIA N° 1.574

“Desligar, por motivo de aposentadoria compulsória, o servidor Odair Correia Viana.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n° 203/2017, Decreto n° 897/2018; considerando o que estabelece o Art. 51 da Lei nº 8.213/1991, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 1.837/2025,

RESOLVE:

I - Desligar, compulsoriamente, a partir de 24 de novembro do corrente, o servidor ODAIR CORREIA VIANA, Agente Operacional, matrícula nº 4.266-1, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 18 de novembro de 2025.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2D2F9336

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 1.575

PORTARIA N° 1.575

“Designa servidor como Encarregado pelo tratamento de dados pessoais conforme especifica.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o que estabelece a Lei Federal nº 13709/2018, e o contido no protocolado sob nº 4.428/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor AURELIO CESAR SAVI DOS SANTOS, matrícula nº 98.796-2, para exercer a função de Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais conforme Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e Decreto Municipal nº 2.550 de 28 de abril de 2015.

§ 1º As atividades da pessoa encarregada pelo tratamento de fatos consistem em:

I - Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
II - Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
III - Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
IV - Executar as demais atribuições determinadas pela ANPD, pelo Município ou estabelecidas em normas complementares.

Art. 2º A identidade e as informações referentes ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais devem ficar disponíveis de preferência em meios eletrônicos, conforme:

I - Nome e cargo do encarregado;
II - Localização;
III - Horário de atendimento; e
IV - Correio eletrônico e outras formas de contato caso necessite

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 6.143, de 07 de fevereiro de 2023.

Paranaguá, “Palácio São José”, em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:085480A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.570

PORTARIA Nº 1.570

"Concede estabilidade à servidora Evelym Pereira Severino."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos incisos I a VIII do artigo 21, artigo 22 e incisos I a V do artigo 23 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), tendo em vista o contido no protocolado sob nº 28.983/2023,

CONSIDERANDO o relatório final de avaliação dos componentes da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório,

RESOLVE:

MATRÍC.	NOME	ADMISSÃO	CARGO EFETIVO
97.625-1	EVELYM PEREIRA SEVERINO	18/11/2022	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

I - Conceder estabilidade à servidora abaixo relacionada, aprovada na avaliação de desempenho, onde consta a efetiva aptidão, conforme relatório final da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório:

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:3CC8E4ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.571

PORTARIA Nº 1.571

"Concede estabilidade à servidora Caroline Tangredi."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos incisos I a VIII do artigo 21, artigo 22 e incisos I a V do artigo 23 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), tendo em vista o contido no protocolado sob nº 28.982/2023,

CONSIDERANDO o relatório final de avaliação dos componentes da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório,

RESOLVE:

MATRÍC.	NOME	ADMISSÃO	CARGO EFETIVO
97.623-1	CAROLINE TANGREDI	11/11/2022	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

I - Conceder estabilidade à servidora abaixo relacionada, aprovada na avaliação de desempenho, onde consta a efetiva aptidão, conforme relatório final da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório:

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D179A039

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.572

PORTARIA Nº 1.572

"Concede estabilidade ao servidor Elizandro do Rosário Marques."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos incisos I a VIII do artigo 21, artigo 22 e incisos I a V do artigo 23 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), tendo em vista o contido no protocolado sob nº 28.984/2023,

CONSIDERANDO o relatório final de avaliação dos componentes da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório,

RESOLVE:

MATRÍC.	NOME	ADMISSÃO	CARGO EFETIVO
96.346-1	ELIZANDRO DO ROSÁRIO MARQUES	17/11/2022	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

I - Conceder estabilidade ao servidor abaixo relacionado, aprovado na avaliação de desempenho, onde consta a efetiva aptidão, conforme relatório final da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório:

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F0974F44

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.573

PORTARIA Nº 1.573

"Concede estabilidade à servidora Wania Mara Albino Alves."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos incisos I a VIII do artigo 21, artigo 22 e incisos I a V do artigo 23 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), tendo em vista o contido no protocolado sob nº 28.987/2023,
CONSIDERANDO o relatório final de avaliação dos componentes da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório,

RESOLVE:

MATRÍC.	NOME	ADMISSÃO	CARGO EFETIVO
94.853-3	WANIA MARA ALBINO ALVES	17/11/2022	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

I - Conceder estabilidade à servidora abaixo relacionada, aprovada na avaliação de desempenho, onde consta a efetiva aptidão, conforme relatório final da Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório:

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1348B8D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.576

PORTARIA Nº 1.576

"Instaura Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, quanto aos fatos expostos no processo administrativo."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 50.789/2025,

RESOLVE:

I - Instaurar Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades quanto aos fatos expostos no processo administrativo, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 50.789/2025, tais como suposta inassiduidade habitual de servidor, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII e incidência nas condutas do Art. 152, inciso I, IX e XV, da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160, incisos I, II e III, do mesmo diploma legal.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar os servidores: JOSÉ ROBERTO AFFOLTER, matrícula: 1.577-1, como Presidente; e ANDRIELE MATIAS FREIRE, matrícula: 11.309-1, MICHELLY ZELA ANTONIO CAETANO, matrícula: 9.229-1/2, ADRIANA LEVINSKI HAMANN, matrícula: 97.431-1, MARIA CRISTINA ROSA DA SILVA ROCHA, matrícula: 2.253-1, VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, matrícula: 4.442-1, MARINALVA GRACES BARBOSA, matrícula: 7.208-1, como membros.
III - O prazo de finalização do Processo é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 18 de novembro de 2025.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2BB73CEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.577

PORTARIA Nº 1.577

“Concede Licença Especial remunerada por motivo de falecimento de pessoa da família a servidora Larissa de Paula Meira Ribeiro Pereira Jorge.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 98.618/2025,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora LARISSA DE PAULA MEIRA RIBEIRO PEREIRA JORGE, matrícula nº 98.618-1, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 12 de novembro de 2025 e término em 19 de novembro de 2025.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 18 de novembro de 2025.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2E255AB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.578

PORTARIA Nº 1.578

“Concede Licença Especial remunerada por motivo de falecimento de pessoa da família a servidora Sabrina de Paula Meira Ribeiro Pereira Junior.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 90.341/2025,

RESOLVE:
I - Conceder licença especial remunerada por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora SABRINA DE PAULA MEIRA RIBEIRO PEREIRA JORGE, matrícula nº 9.590-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 12 de novembro de 2025 e término em 19 de novembro de 2025.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 18 de novembro de 2025.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:15F0633A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1579

PORTARIA Nº 1.579

"Concede Licença Especial remunerada por motivo de falecimento de pessoa da família a servidora Daniela de Paula Meira Ribeiro Pereira Jorge."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 90.344/2025,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora DANIELA DE PAULA MEIRA RIBEIRO PEREIRA JORGE, matrícula nº 99.431-1, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 12 de novembro de 2025 e término em 19 de novembro de 2025.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de novembro de 2025.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E36EBC25

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.580

PORTARIA Nº 1.580

"Concede licença maternidade ao servidor Douglas Fagundes da Silva."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n.º 203/2017 e Decreto nº 897/2018, e considerando o que dispõe o Art. 124, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), modificada pela Lei Complementar nº 073/2007, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 70.487/2025,

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do protocolado sob nº 70.487/2025,

RESOLVE:

I - Conceder licença maternidade por Adoção por 120 (cento e vinte) dias, ao servidor DOUGLAS FAGUNDES DA SILVA, matrícula nº 98.340-2, ocupante do cargo em comissão de Supervisor de Equipes IX, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 04 de setembro de 2025 e término em 01 de janeiro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de novembro de 2025.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C2AE221A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 102/2025 RODO SERVICE LTDA CNPJ: 00.688.075/0002-98

EXTRATO DE CONTRATO N° 102/2025
RODO SERVICE LTDA
CNPJ: 00.688.075/0002-98

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
RODO SERVICE LTDA

Data: 19/11/2025

Objeto: Contrato nº **102/2025**. "O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS**, para realização de transporte como forma a atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no presente Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência (Anexo I), nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico n° 026/2025."

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 026/2025
Processo Administrativo n°: 22.017/2025

Valor: R$ 860.000,00 (Oitocentos e sessenta mil reais).
Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
LUIZ FOGAÇA DE SOUZA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:3367575A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
TERMO ADJUDICAÇÃO

Inexigibilidade 7/2025
Processo Administrativo: 18/2025
O Sr. CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA presidente, da CAMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, resolve:
Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:
UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL
CNPJ: 83.594.978/0001-56

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Inscrição para a participação no Congresso UVB - 61 anos de Gestores e Legislativos Municipais, para os vereadores Antônio Marcos Sampaio e Carlos Augusto Pereira de Lima, que ocorrerá em Brasília/DF, na data de 25 a 28 de novembro de 2025..	SERVIÇOS	2	R$897,00	R$1.794,00
Total Geral:					**R$ 1794,00**

Paranavaí, 18 de novembro de 2025

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente
Câmara Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Dheymezângela Inácio Belizário
Código Identificador:C2156BC5

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade 7/2025
Processo Administrativo: 18/2025
Homologo Nesta data a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto da Inexigibilidade nº. 7/2025, o(s) participante(s):

UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL
CNPJ: 83.594.978/0001-56

1	Inscrição para a participação no Congresso UVB - 61 anos de Gestores e Legislativos Municipais, para os vereadores Antônio Marcos Sampaio e Carlos Augusto Pereira de Lima, que ocorrerá em Brasília/DF, na data de 25 a 28 de novembro de 2025..	SERVIÇOS	2	R$897,00	R$1.794,00
Total Geral:					**R$ 1794,00**

Paranavaí, 18 de novembro de 2025

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente
Câmara Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Dheymezângela Inácio Belizário
Código Identificador:5305088E

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
ATO 021/2025

Ato 21/2025

Sumula: Abre Credito suplementares especiais superávit Financeiro de exercícios anteriores e da outras providencias.

Faço saber que o Conselho de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA aprovou em assembleia realizada no dia 21 de Fevereiro de 2025 e eu José Gabriel Gonçalves Fachiano, presidente em exercício do Consórcio, autorizo o seguinte ato:
1º Fica autorizado a Contabilidade do Consórcio a realizar a abertura de Credito suplementar por superávit financeiro de exercícios anteriores de dotação conforme estabelecido no art. 43 § I, I da lei 4.320/64 nas seguintes dotações:
01.001.04.122.0001.0001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
3.3.90.14.00.0 – Diária Pessoal Civil – R$3.550,00
2º Para cobrir as despesas citadas no artigo anterior far-se-á pela utilização de saldo de superávit Financeiro apurado em balanço de anos anteriores conforme artigo 43 § 1 da lei 4.320/64
3º Revogam se as disposições em contrário, esse ato entra em vigor na data de sua publicação.
Paranavaí, 17 de Novembro de 2025

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente

OSVAL CESAR KULEVICZ
Secretário Executivo

Parte superior do formulário

Publicado por:
Thais Barranco Cunha
Código Identificador:34AC3DFC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 236/2025

PORTARIA Nº 236/2025

O DiretorGeral do Consórcio Intermunicipal de Saúdee Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais de Contratos referente ao Processo de dispensa de licitaçãopara **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO, PINTURA E INSTALAÇÃO DE GRADE DE SEGURANÇA NO IMÓVEL DO ABRIGO INSTITUCIONAL REGIONALIZADO - POLO PARAÍSO DO NORTE/PR,**nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
TATIANA RODRIGUES GUIDINI	FISCAL	Nº 307-1
SIDINEIA TRAVAIN	SUPLENTE	Nº 430-2

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí,17 de Novembrode 2025.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:C7A801E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 78/2020 - RETIFICAÇÃO (ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROCESSO DIGITAL Nº 55351/2025)

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 78/2020 - RETIFICAÇÃO
(Alteração de Dotação Orçamentária - Processo Digital nº 55351/2025)

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 08/2020

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais, Secretário Municipal de Administração Sr. **RUI NUNES**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.836.063-3 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.649.549-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.92.255-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Comunicação Interino o Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9.249.672-4 SSP/PR e inscrito no CPF 048.306.029-10; pelo Ilmo. Controlador Geral do Município o Sr. **CARLOS ALBERTO VIEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 5.337.225-2 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 756.344.739-34; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, portador da

Cédula de Identidade RG. nº 9.249.672-4 SSP/PR e inscrito no CPF 048.306.029-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.326.292-26 SSP/PR e inscrito no CPF 101.727.179-81; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.932.340-4 SSP/PR e inscrito no CPF 361.953.089-00; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.397.170-3 e inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **RENATO DULTRA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3.117.393-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 467.626.809-25; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.649.540-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, portador da cédula de identidade Civil RG. 6.544.123-61 e inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Comunicação o Sr. **KLEBER NASCIMENTO DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.338.865-1 SSP/PR e inscrito no CPF 066.983.479-30 e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92,conforme delegação do Decreto Municipal nº 20.867/2020, doravante denominada **contratante** e a empresa pessoa jurídica de direito provado **L. RICARDO MAGALHÃES EIRELI**, estabelecida à Rua Américo Salgado, nº 398, Bairro Lixeira, CEP 78.008-415, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ. sob nº **17.922.286/0001-65**, neste ato devidamente representada pelo Titular Sr. **LUIS RICARDO DE MAGALHÃES,** brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Várzea Grande/MT, portador da Cédula de Identidade RG. nº 20132298 SSP/MT e inscrito no CPF. sob nº 027.181.071-89, doravante denominado **contratado**.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 Constitui objeto do presente contrato a - **CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE PARA ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA DENOMINADA SISTEMA TRAZ VALOR PARA PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES OU QUE IRÃO PERTENCER A FROTA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ-PR, INCLUINDO LOCAÇÃO DO SISTEMA, TREINAMENTO E SUPORTE, através da Controladoria Geral do Município**.

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1 Em conformidade com o disposto no **art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93**, fica registrado que a **dotação orçamentária** vinculada ao **Contrato nº 78/2020**, passa a ser alterada **sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais**, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 1372/2025/SEMAS, somente para a Secretaria Municipal de Assistência Social.
Nova Dotação Orçamentária:
•**Referência:** 975
•**Ação:** 2621
•**Elemento:** 339040000000000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica
•**Subelemento:** 33390400600000000000 - Locação de software.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 78/2020).
3.2. Anula-se o "2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 78/2020" publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 17/11/2025, Edição 3408.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 17 de novembro de 2025.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLO LUCAS
SecretáriA Municipal de Assistência Social , Mulher e Família
Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:1EEAEFA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 128/2023 (ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROCESSO DIGITAL Nº 56228/2025)

3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 128/2023
(Alteração de Dotação Orçamentária - Processo Digital nº 56228/2025)

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2023

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, inscrita no CPF 042.081.609-77, residente e domiciliada neste Município, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa **MAXSOM DIGITAL LASER LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 42.298.803/0001-14, estabelecida à Rua Olavo Bilac, nº 379, Jardim São Jorge, Paranavaí - PR, CEP 87.710-360, e-mail maxsomdigital@gmail.com, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. **ABILIO JOSE BARBOSA**, inscrito no CPF 455.576.329-72.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1. Constitui objeto do presente contrato a Contratação de empresa para locação mensal de banheiros químicos e tendas piramidais para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA24H), por meio da Secretaria Municipal de Saúde, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. Em conformidade com o disposto no art. 124º, da Lei nº 14.133/21, fica registrado que a dotação orçamentária vinculada ao Contrato nº 128/2023, passa a ser alterada sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 176/2025/SESAU.
Nova Dotação Orçamentária:
Referência: 268
Ação: 2250
Elemento: (333903900) – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Subelemento: (333903914) – Locação bens móveis e outras naturezas e intangíveis

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO Nº 128/2023).

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:3FA7651B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 15/2022 (ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS) PROCESSO DIGITAL 49780/2025 REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2021

7° TERMO
7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 15/2022
(ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS)
PROCESSO DIGITAL 49780/2025
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2021
7º (Sétimo) Termo Aditivo ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 15/2022 que entre si celebram **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ** ea Empresa **IPM SISTEMAS LTDA.**na forma abaixo:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado por delegação pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **RUI NUNES**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.836.063-3SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.649.549-10.

CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA., estabelecida à Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 86, 6º andar, Torre Sunden B. A – Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ. sob nº 01.258.027/0001-41, neste ato devidamente representada por **ALDO LUIZ MEES,** brasileiro, casado,residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis - SC, Rua Desembargador Arno Hoeschl, 361, Apto. 1.301, Bairro Centro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 7R/865.793, e inscrito no CPF. sob nº 292.867.519-15.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

O contrato original tem por objeto a Contratação de Empresa especializada para **FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM AMBIENTE WEB**, com acesso multiusuários em banco de dados ÚNICO, incluindo instalação, configuração, implantação, conversão e migração de dados legados, customização, testes, treinamento e serviços de manutenção mensal, documentação, alterações legais, corretivas e evolutivas no sistema, atendimento e suporte técnico, destinado a Prefeitura do Município de Paranavaí, Câmara Municipal de Paranavaí e Paranavaí Previdência, conforme Edital de Licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 137/2021.**

Parágrafo Único: Integram este termo independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta de preços da CONTRATADA e o Pregão Eletrônico nº 137/2021 e seus Anexos, que fazem parte integrante do presente contrato, no valor global firmado entre as partes através do Contrato de Prestação de Serviços nº 15/2022, **1º Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo, Reajuste de Valor, Acréscimo e Supressão de Serviços), 2º Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo, Reajuste de Valor, Acréscimo e Supressão de Serviços), 3º Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo e Reajuste de Valor), 4º Termo Aditivo (Alteração do CNPJ da Contratada), 5º Termo Aditivo (Prestação de Serviço Gratuita - Teste) de: R$ 1.902.313,28 (um milhão, novecentos e dois mil, trezentos e treze reais e vinte e oito centavos) e 6º Termo Aditivo (Ampliação de abrangência).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS

Fica aditado o Contrato nº 15/2022, celebrado entre o Município de Paranavaí e a empresa IPM SISTEMAS LTDA.,para inclusão do módulo e-Licita, integrante da plataforma IPM Sistemas.
O referido módulo permitirá a realização de licitações em formato totalmente eletrônico,
integrando-se de forma nativa com os demais sistemas já utilizados pela Prefeitura (como
contabilidade, compras e protocolo), garantindo maior eficiência, transparência e rastreabilidade
dos processos.
A adoção do e-Licita atende às diretrizes de governança pública, inovação tecnológica e
transformação digital, promovendo a redução de custos operacionais, eliminação de processos em
papel, maior segurança da informação e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de
Licitações e Contratos Administrativos).Além disso, a contratação do módulo junto à mesma fornecedora (IPM Sistemas) se justifica pela necessidade de compatibilidade técnica e integração sistêmica, visto que o sistema principal de gestão já é da IPM, sendo inviável a adoção de plataforma distinta sem comprometer a interoperabilidade dos dados e o funcionamento do sistema como um todo.
Dessa forma, o aditivo visa garantir continuidade, padronização e eficiência nos processos
administrativos, em alinhamento com o planejamento estratégico da administração municipal e as
boas práticas de gestão pública digital.
Através do presente Termo Aditivo as partes resolvem ainda, com anuência da Secretaria Municipal de Administração e com a concordância expressa da CONTRATADA, tendo em vista as justificativas apresentadas pelaSecretaria Municipal de Administração, através do Memorando nº 106/2025- DIT, proceder aoACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO**no**percentual de**1,6%**em relação ao valor global do Contrato de Prestação de Serviços nº 15/2022, o que representa acréscimo monetário no montante de**R$ 21.972,00 (vinte e um mil, novecentos e setenta e dois reais),** perfazendo o valor mensal de R$ 3.662,00 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais) para o período de 06 (seis) meses, acrescido do valor deR$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)de implantação (parcela única). Portanto o valor total do acréscimo é **R$ 21.972,00 (vinte e um mil, novecentos e setenta e dois reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 15/2022**, datado de 08 de Abril de 2022.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 12 de novembro de 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração
Contratante

ALDO LUIZ MEES
IPM Sistemas LTDA
Contratada

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:757B554D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0692025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2025
Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Testes Rápidos

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por ITEM e da seguinte forma:

OBJETO:É objeto da presente licitação: Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Testes Rápidos de SARS- CoV-2, Influenza A/B e Vírus Sincicial Respiratório, Teste de Uroánalise e Teste de Gravidez para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descritos e especificados no Anexo I do instrumento convocatório.
Se houver divergência entre as especificações técnicas do objeto descritas neste edital e aquelas utilizadas para incluir o item no sistema, prevalecerão sempre os presentes neste instrumento convocatório, o qual vinculará a proposta da empresa

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 19/11/2025 às 08:00 horas do dia 03/12/2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 horas do dia 03/12/2025 às 09:00 horas do dia 03/12/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 03/12/2025.

LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 282.728,00 (duzentos e oitenta e dois mil e setecentos e vinte e oito reais)
INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Compras do Município de Paranavaí, situada à Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, pelo telefone: (44) 3421-2323 ou pelos sites www.paranavai.atende.net. compras@paranavai.pr.gov.br compras.pvai@gmail.com

Paranavaí - Paraná, em 18 de novembro de 2025.

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Aline da Silva Ferreira
Código Identificador:9A71FFD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 2225/2025

PORTARIA Nº 2225/2025

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal dos Contratos nº 152, 153, 154 e 155/2025.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:
Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:
Contratos nº: 152, 153, 154 e 155/2025.
Data de assinatura: 31/10/2025
Empresa:
Contrato 152 - SP LIGHT LTDA
Contrato 153 - L F B LOPES NATAL ARTES
Contrato 154 - TOMITA IMPORTAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Contrato 155 - A.A. DISTRIBUICAO E IMPORTACAO DE ARTIGOS DE DECORACAO LTDA
Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE DECORAÇÃO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DECORAÇÃO NATALINA, COM O FORNECIMENTO DE TODOS MATERIAIS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS POR MEIO DE LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATENDIMENTO NA CASA DO PAPAI NOEL, A SER INSTALADA NO PAÇO MUNICIPAL.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Gestor: PATRICIA FALASZ BERTAT Fiscal: LEANDRO RODRIGUES CASTRO Fiscal Suplente: NADIELE ROCHA PEREIRA Responsável Técnico: KENDJE APARECIDO MATSUMOTO

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no Documento de Formalização de Demanda do Pregão Eletrônico nº 50/2025 - processo digital IPM 41505/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 17 de novembro de 2025.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:894519BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 2231/2025

PORTARIA Nº 2231/2025

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 279/2025.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:
Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:
Ata nº: 279/2025.
Data de assinatura: 11/11/2025
Empresa:
Ata 279 - C L DE OLIVEIRA BUFFET LTDA
Objeto:
Registro de Preços para Fornecimento de Lanches para eventos destinados a Fundação Cultural de Paranavaí e Secretarias Municipais de Paranavaí.

Fundação Cultural de Paranavaí	Gestor: JÉFTER SOARES SORTI Fiscal: WILLIAM MOREIRA DA SILVA Fiscal Suplente: ANA PAULA MÁXIMO DA SILVA
Secretaria Municipal de Educação	Gestor: LUCIANO GONÇALVES DE LIMA Fiscal: AURO LIMA CARVALHO Fiscal Suplente: SANDRA MARCIA BARBARELLI MORGADO
Secretaria Municipal de Assistência Social	Gestor: ROSANA MARIA MARQUES DE FREITAS Fiscal: RAFAELA DOS SANTOS SILVA Fiscal Suplente: DENISE MENEGUETTI CHAPARRO
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Gestor: BRUNO GAINO DA SILVA Fiscal: DIEGO FERNANDO RODRIGUES Fiscal Suplente: FERNANDA DOS SANTOS GUIMARÃES ARRABAÇA
Secretaria Municipal de Administração	Gestor: MARIA GABRIELLA RODRIGUES Fiscal: RICARDO DOS SANTOS PADILHA Fiscal Suplente: ROSELI DE ALMEIDA MORAES DA SILVA
Secretaria Municipal de Agricultura	Gestor: ROBERTO DELMANDE SILVA
	Fiscal: JOÃO CEZAR VAROTTO DE OLIVEIRA Fiscal Suplente: CARLOS ROBERTO DIAS GONÇALVES
Secretaria Municipal de Comunicação Social	Gestor: ROSELY NAVARRO RODRIGUES Fiscal: IGOR MATEUS DE ALMEIDA LIMA Fiscal Suplente: CAUÊ HARFUCH BESSE
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Gestor: PATRICIA FALASZ BERTATE Fiscal: NADIELE ROCHA PEREIRA Fiscal Suplente: LEANDRO RODRIGUES CASTRO

Secretaria Municipal de Infraestrutura	Gestor: DANIELA DA SILVA AMARAL BELILIA Fiscal: GILMAR SILVA DE CASTRO Fiscal Suplente: GILBERTO DA SILVA DE CASTRO
Secretaria Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito	Gestor: MATHEUS BUCHNER GARCIA Fiscal: MARCELO GOMES DOS SANTOS Fiscal Suplente: CARLOS HIDEKI DE SOUZA FUJIMORI
Secretaria Municipal de Fazenda	Gestor: FÁBIO TRENTINI MACIEL Fiscal: JESSICA FERNANDES SOARES Fiscal Suplente: BRÁULIO CARDOSO DAHER
Secretaria de Meio Ambiente	Gestor: APARECIDA DE FÁTIMA FERREIRA Fiscal: BIANCA BRUNING NOGUEIRA DA SILVA Fiscal Suplente: BEATRIZ CARRARA DA PURIFICAÇÃO
Procuradoria Geral do Município	Gestor: BÁRBARA EVANGELISTA DAMASCENO SIQUEIRA Fiscal: THAIS ROBERTA TOKUZUMI Fiscal Suplente: ALEXANDRE COSTA SANTOS
Secretaria Municipal de Saúde	Gestor: JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR Fiscal: DAIANE DE OLIVEIRA Fiscal Suplente: DAIANA DOS SANTOS PEREIRA LETRINTA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Gestor: PAULINE MARIA MACHADO DE OLIVEIRA Fiscal: RENATA CARVALHO GRADE Fiscal Suplente: STEFANI DIAS LUGLI

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no Documento de Formalização de Demanda e no Memorando nº 717/2025 do Pregão Eletrônico nº 56/2025 - processo digital IPM 48174/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:B78F93B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 2232/2025

PORTARIA Nº 2232/2025

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal das Atas de Registro de Preços nº 280, 281, 282, 283, 284 e 285/2025.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:
Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:
Ata nº: 280, 281, 282, 283, 284 e 285/2025.
Data de assinatura: 05/11/2025
Empresa:
Ata 280 - CAPEL COMERCIO DE AREIA E PEDRA LTDA
Ata 281 - MORK TELECOM PRODUTOS E SERVICOS PARA TELECOMUNICACOES LTDA
Ata 282 - SIBATECH SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
Ata 283 - CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA
Ata 284 - ELETROMEGA INSTALACOES ELETRICAS LTDA
Ata 285 - GCM COMERCIAL LTDA.
Objeto:
Registro de Preços para Fornecimento de Lanches para eventos destinados a Fundação Cultural de Paranavaí e Secretarias Municipais de Paranavaí.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Gestor: ARON LONGO MICHIELON
	Fiscal: KENDJE APARECIDO MATSUMOTO
	Fiscal Suplente: ARQUIMEDES DO AMARAL

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no Documento de Formalização de Demanda do Pregão Eletrônico nº 52/2025 - processo digital IPM 46705/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:91648425

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 2236/2025

PORTARIA Nº 2236/2025

Designa servidor(es) para exercer a função de Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 299/2025.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:
Art. 1º Designar o(s) servidor(es) para atuar(em) como gestor e fiscal, assim como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:
Ata nº: 299/2025.
Data de assinatura: 13/11/2025
Empresa: Ata 299 - FARMACIA DE MANIPULACAO EOP LTDA
Objeto: Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Fórmulas Manipuladas à base de Papaína (Carica Papaya L.) em Gel para atendimento dos usuários da Rede Municipal de Saúde.

Secretaria Municipal de Saúde	Gestor: JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR
	Fiscal: SALETE DE AGUIAR FERREIRA RICATO
	Fiscal Suplente: MELISSA HERNSDORFF MINGOTI FIRONI

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no Documento de Formalização de Demanda do Pregão Eletrônico nº 58/2025 - processo digital IPM 49524/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:457850F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 2245/2025

PORTARIA Nº 2245/2025

Designa servidores para exercer as funções de Fiscais e Gestores do Contrato nº 129/2025.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2025, celebrado em 01/10/2025, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Urbano e a empresa **PAS - PROJETOS, ASSESSORIA E SISTEMAS LTDA**, cujo objeto é a "Adesão a Ata de Registro de Preços destinada a Contação de empresa especializada em elaboração de projetos básicos e a nível executivos de arquitetura e engenharia para atender às futuras demandas das diversas secretarias municipais no âmbito da construção civil, praças, infraestrutura urbana, equipamentos públicos, iluminação pública e pavimentação.", oriundo da Inexigibilidade nº 40/2025, Processo Administrativo nº 122/2025:

I – **Fiscal:** Michel Eiji Akutsu - Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
II – Gestor: Thiago Lopes Marques - Diretor Especial de Projetos e Obras Públicas, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º A designação formal dos fiscais e gestores do contrato está conforme indicado através do Memorando n.º 927/2025/SEDUR, processo digital IPM n.º 56550/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:2C978A6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 029/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 029/2025
(Reajuste de Valor)
PROCESSO DIGITAL: 53912/2025

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí/Pr, inscrita no CPF nº 042.081.609-77 e portadora da Cédula de Identidade RG. nº 843.459-46 PR, doravante denominada contratante e a empresa **CLÍNICA RADIOLÓGICA DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 77.430.015/0001-14, estabelecida à : RUA LUIZ SPIGOLON, Nº 1830, CENTRO, CEP 87.705-130, PARANAVAÍ – PR, e-mail clinica.radiologicapvai@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **VANDERLI TIVERON,** residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF 058.505.693-68, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente contrato é a Contratação de Empresa especializada para a realização de Tomografia para investigação de Tromboembolismo Pulmonar – TEP (angiotomografia), destinadas aos pacientes atendidos na UPA24H, na urgência e emergência.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 5,127976% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2024 a SETEMBRO/2025, com fundamento na Cláusula Nona do Contrato n° 029/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo realizado pela Divisão de Contabilidade do Município.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado do Contrato nº 029/2025 passa a ser de: **R$ 35.744,40 (trinta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).**

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	Exame por Tomografia computadorizada. Código CATSER 10740. Observações Complementares: Tomografia para Investigação de TEP (Tromboembolismo Pulmonar).	UND	40	R$ 893,61	R$ 35.744,40
R$ 35.744,40 (trinta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).					

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO Nº 029/2025), datado de 03 de abril de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:6C33BECC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2025

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, decide e ratifica, nos termos do Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 44/2025, cujo objeto consiste na Contratação de empresa para fornecimento de stand na FEIRA INTERNACIONAL DA MANDIOCA - FIMAN 2025, que será realizada em Paranavaí, no período de 25 a 27 de novembro de 2025, constante das Dotações Orçamentária: constante das Dotações Orçamentária: 03.001.004.2130.3339039140000(43) - Locação bens móveis e outras natureza e intangíveis, pela seguinte pessoa jurídica: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PARANAVAÍ - ACIAP, inscrita no CNPJ 76.947.613/0001-00, sendo a contratação no valor total de R$ 68.013,00(Sessenta e oito mil e treze reais), diante das justificativas e fundamentações apresentadas; ainda ciente da recomendação constante em ata emitida pela Comissão Permanente de Contratação Direta e do Parecer Jurídico nº 467/2025, que anuiu com o prosseguimento do feito.Nestes termos, ciente das recomendações apontadas, diante da decisão devidamente fundamentada, RATIFICO o presente processo de Inexigibilidade de Licitação nº 44/2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado por:
Catiana Flor Larsen Bandolin
Código Identificador:AE515FEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 255/2025

Dispõe sobre a convocação da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de Cuidador.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, convoca a candidata **JÉSSICA DA**

SILVA, C.P.F XXX.397.479-XX aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2025, no cargo de **CUIDADOR,** a comparecer junto a Diretoria de Recursos Humanos no dia **26 de novembro de 2025,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

A candidata deverá se apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos, munida dos seguintes documentos originais necessários à posse e acompanhados de cópias a serem autenticadas no seu recebimento:

a) Uma foto 3x4 recente (dois anos);

b) Comprovante de escolaridade (conforme requisitos do Edital), (cópia simples e original);

c) Registro no Conselho de Classe (cópia simples e original), aos cargos que exijam;

d) Carteira de Identidade (cópia simples e original);

e) Certidão de nascimento ou casamento (cópia simples e original);

f) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal (cópia simples e original);

g) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal, dos dependentes do candidato (cópia simples e original);

h) Cartão do PIS/PASEP ou CTPS contendo o nº do PIS, se possuir (cópia simples e original);

i) Comprovante de endereço atual (cópia simples e original);

j) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia simples e original);

k) Título de Eleitor (cópia simples e original);

l) Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

m) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis e Criminais (separadamente), da Justiça Estadual (Fórum da Comarca), em que o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos, **expedida a partir da data do Edital de Convocação**. Em caso de Certidão positiva, o candidato deverá apresentar Certidão explicativa expedida para análise da Administração (documento original);

n) Certidões Negativas de Antecedentes Cíveis e Criminais Justiça Federal, 1ª, 2ª e 3ª instâncias, disponíveis no endereço eletrônico: https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa (documento original);

o) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, conforme Anexo III deste Edital;

p) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas, conforme Anexo IV deste Edital;

q) Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, conforme Anexo VI deste Edital;

r) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo ou emprego público, em conjunto com o Anexo V deste Edital, contendo as seguintes informações atualizadas:

r1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário, etc.;

r2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);

r3. Carga horária do outro vínculo;

r4. Horário de trabalho do outro vínculo;

r5. Remuneração do outro vínculo.

s) **Ao cargo de cuidador:** Laudo psiquiátrico atestando a sanidade mental (formulário para preenchimento médico disponível no Portal da Transparência > Pessoal > Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.

DO EXAME MÉDICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Na data a ser estabelecida pela Diretoria Especial de Recursos Humanos, os candidatos supracitados deverão comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada no Paço Municipal Prefeito "Antônio José Messias" - Térreo, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas dos candidatos.

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 07 de janeiro de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:98BD12BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 256/2025

Dispõe sobre a convocação de candidato (a) aprovado (a) no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2023, para o cargo de ocupação temporária de Auxiliar de Farmácia.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca o (a) senhor (a) **TALITA HARUMY FUJIMORI, C.P.F. nº. 106.XXX.XXX-08,** aprovado (a) no Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2023, no cargo de **AUXILIAR DE FARMÁCIA,** a comparecer junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, **no dia 25 de novembro de 2025,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min, munido (a) dos documentos abaixo relacionados:

a) Uma foto 3 x 4 recente;
b) Comprovante de Escolaridade – Ensino Médio Completo e Curso de Auxiliar/Atendente de Farmácia;
c) Carteira de Identidade (cópia simples e original);
d) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal (cópia simples e original);
e) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal, dos dependentes do candidato (cópia simples e original);
f) Certidão de Nascimento ou Casamento (cópia simples e documento original);

g) Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº. do PIS, se possuir (cópia simples e original);
h) Comprovante de endereço atual (cópia simples e original);
i) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia simples e original);
j) Título de Eleitor (cópia simples e original);
k) Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
l) Certidão Negativa cível e criminal, da Justiça Estadual **(Fórum da Comarca**), em que o candidato resida nos últimos 05 (cinco) anos, impressa a partir da data do Edital de Convocação. Em caso de Certidão positiva, poderá ser requerido do candidato a apresentação da Certidão explicativa expedida para análise da Administração (documento original);
m) Certidão Negativa cível e criminal, da Justiça Federal, disponível no endereço eletrônico: https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa (documento original);
n) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;
o) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas;
p) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
p1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário etc;
p2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
p3. Carga horária do outro vínculo;
p4. Horário de trabalho do outro vínculo;
p5. Remuneração do outro vínculo.
q) Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 08 (oito) anos.

DO EXAME MÉDICO E DISPOSIÇÕES FINAIS
Na data a ser estabelecida pela Diretoria de Recursos Humanos, o candidato supracitado deverá comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada no Paço Municipal Prefeito "Antônio José Messias" - Térreo, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas do candidato.
O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 13 de novembro de 2023.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:568B6E7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 257/2025

Dispõe sobre a convocação de candidato(a) nomeado(a) para o cargo de provimento efetivo de Psicólogo.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), aprovado(a) no Concurso Público nº. 001/2025, no cargo de provimento efetivo de **ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**, nomeado(a) nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº. 2.233/2025**, a comparecer junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2025**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
2º	ALYSSON DOS SANTOS FIGUEREDO	XXX.469.279-XX	A.C.

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
O candidato devera se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);

b) Carteira de identidade – cópia e original ou cópia autenticada;

c) CPF – cópia e original ou cópia autenticada;

d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;

e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;

g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

j) Documentos dos dependentes, conforme abaixo – cópia e original ou cópia autenticada:

I – Cônjuge: Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF e Certidão de casamento;

II – Companheiro(a): Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Declaração pública ou particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas) e Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente;

III – Filho (a) não emancipado, menor de 18 anos: CPF (independentemente da idade) e certidão de nascimento;

IV – Filho (a) não emancipado, maior inválido: Documento oficial de Identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de nascimento e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;

V – Enteado (a) não emancipado (a), menor de 18 anos ou menor tutelado: CPF (independente da idade); Certidão de nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Termo de Tutela em vigor;

VI – Enteado (a) não emancipado (a), inválido: Documento Oficial de identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de Nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;

VII – Para o caso de representação por tutela ou curatela do dependente: Além dos documentos pessoais do dependente de acordo com a condição descrita anteriormente, apresentar: Termo de curatela/tutela; Laudo ou atestado médico, com a indicação do CID; Documento Oficial de Identificação do representante legal com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF do representante legal e Comprovante de residência do representante legal.

VIII – São considerados dependentes: O cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de dezoito anos ou inválido de qualquer idade; O enteado e o menor tutelado equiparam-se aos filhos, mediante declaração escrita do servidor e desde que comprovada à dependência econômica; O filho e o enteado não emancipado manterão a condição de dependente até os dezoito anos se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;

IX – Os documentos listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga.

K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;

l) Currículo atualizado;

m) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;

n) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

o) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

p) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

q) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;

r) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

s) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

t) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.

u) Firmar declaração de não ter sido demitido "a bem do serviço público" no âmbito da administração federal, estadual, distrital ou municipal, nos últimos cinco anos anteriores à sua posse, observados os períodos de incompatibilização. Se ex-servidor do Município de Paranavaí (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

v) O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025;

w) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:

I – Certidão cível e criminal da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico: **https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php**

II – Certidão cível e criminal da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
*Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos.

III – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa

*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

IV – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/

*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

V – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:

*Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015.

http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf

VI – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor

VII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);

IX – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.
a) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por profissional médico, devendo obrigatoriamente constar no carimbo a especialidade profissional médica;
b) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
c) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
d) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
e) Hemograma;
f) Glicose de Jejum;
g) Hemoglobina Glicada;
h) Provas de função hepática;
i) Tipagem sanguínea;
j) Creatinina;
k) Sorologia para doença de chagas (detecção de IGG por 2 métodos distintos);
l) VDRL;
m) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
n) PSA (para homens acima de 45 anos);
o) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
q) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);

Além dos exames citados acima, o candidato deverá apresentar os exames de acordo com a especificidade do cargo.
a) Cargos da área da saúde:
• Anti-HBS;
• HBsAG;
• Anti-HCV.
b) Cargo de Cozinheiro:
• Parasitológico de fezes.
c) Cargo de Motorista:
• Audiometria;
• Eletroencefalograma.
d) Cargo de Eletricista III:
• Eletroencefalograma;
• Audiometria.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2025):
• Engenheiro de Segurança do Trabalho: Parecer Psiquiátrico e Oftalmológico;

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:0DFBD82F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 259/2025

Dispõe sobre a convocação de candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo de Médico Pediatra – 10 horas.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº. 002/2025, no cargo de provimento efetivo de **MÉDICO PEDIATRA - 10 HORAS,** nomeados nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº. 2.239/2025**, a comparecerem junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2025,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
2º	LEANDRO HERNANDES CORTES	XXX.719.389-XX	A.C

A ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
Os candidatos deveram se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);
b) Carteira de identidade – cópia e original ou cópia autenticada;
c) CPF – cópia e original ou cópia autenticada;
d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;
e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;
f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;
g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;
h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;
i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;
j) Documentos dos dependentes, conforme abaixo – cópia e original ou cópia autenticada:
I – Cônjuge: Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF e Certidão de casamento;
II – Companheiro(a): Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Declaração pública ou particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas) e Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente;

III – Filho (a) não emancipado, menor de 18 anos: CPF (independentemente da idade) e certidão de nascimento;
IV – Filho (a) não emancipado, maior inválido: Documento oficial de Identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de nascimento e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;
V – Enteado (a) não emancipado (a), menor de 18 anos ou menor tutelado: CPF (independente da idade); Certidão de nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Termo de Tutela em vigor;
VI – Enteado (a) não emancipado (a), inválido: Documento Oficial de identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de Nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;
VII – Para o caso de representação por tutela ou curatela do dependente: Além dos documentos pessoais do dependente de acordo com a condição descrita anteriormente, apresentar: Termo de curatela/tutela; Laudo ou atestado médico, com a indicação do CID; Documento Oficial de Identificação do representante legal com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF do representante legal e Comprovante de residência do representante legal.
VIII – São considerados dependentes: O cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de dezoito anos ou inválido de qualquer idade; O enteado e o menor tutelado equiparam-se aos filhos, mediante declaração escrita do servidor e desde que comprovada à dependência econômica; O filho e o enteado não emancipado manterão a condição de dependente até os dezoito anos se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;
IX – Os documentos listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga.
K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;
l) Currículo atualizado;
m) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;
n) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
o) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
p) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
q) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;
r) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;
s) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
t) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.
u) Firmar declaração de não ter sido demitido "a bem do serviço público" no âmbito da administração federal, estadual, distrital ou municipal, nos últimos cinco anos anteriores à sua posse, observados os períodos de incompatibilização. Se ex-servidor do Município de Paranavaí (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
v) O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 21.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 02/2025;
w) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:
I – Certidão cível e criminal da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
II – Certidão criminal da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
*Requisitado no **Fórum da Comarca** que em que tenha residência nos últimos 5 anos.
III – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa
*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf
IV – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/
*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf
V – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:
*Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015.
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf
VI – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor
VII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);
IX – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.
a) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por profissional médico, devendo obrigatoriamente constar no carimbo a especialidade profissional médica;
b) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
c) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
d) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
e) Hemograma;
f) Glicose de Jejum;
g) Hemoglobina Glicada;
h) Provas de função hepática;
i) Tipagem sanguínea;
j) Creatinina;
k) Sorologia para doença de chagas (detecção de IGG por 2 métodos distintos);
l) VDRL;
m) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
n) PSA (para homens acima de 45 anos);
o) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
q) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);
r) Anti-HBS;
s) HBsAG;
t) Anti-HCV.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.002/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2025):
• Médico Pediatra – 10 horas: Parecer Psiquiátrico e Oftalmológico;

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 002/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:FA62762A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO PARA FINAL DE FILA Nº. 258/2025

Dispõe sobre a reclassificação, a pedido, para final de fila do(a) candidato(a) nomeado(a) para o cargo de Médico Pediatra – 10 horas.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, com fulcro no Capítulo 12 e mais especificamente no sub item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público n°. 002/2025, conforme solicitação via Termo de Renúncia Temporária, autoriza a RECLASSIFICAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A) PARA FINAL DE FILA, conforme descrito abaixo:

NOME	CPF	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	RECLASSIFICAÇÃO
MARJORIE FIGUEIREDO MANFREDO	XXX.540.409-XX	MÉDICO PEDIATRA – 10 HORAS	1º	3º

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

• RUI NUNES
• Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:584C0847

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.208/2025

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente de Apoio Educacional.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) THALITA DE CASSIA SILVEIRA GIROTI, protocolado sob n° 56110/2025, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **THALITA DE CASSIA SILVEIRA GIROTI,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL –** Matrícula n° 8290-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 27/02/2020 A 26/02/2025 (20 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 56110/2025.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 05 dias, com início em 10/11/2025 e término em 14/11/2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:B330D6AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.228/2025

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, do(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº. 001/2025, para o cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança do Trabalho.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1º Desclassificar, a pedido do(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), nomeado(a) nos termos da Portaria Municipal nº. 2.220/2025, no cargo de provimento efetivo de **ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**, tendo em vista a renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação via Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	MODALIDADE
1º	FELIPE LIMA BORGES	XXX.545.151-XX	A.C

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:536BAC71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.233/2025

Dispõe sobre a nomeação do(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2025 no cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança do Trabalho.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a) em virtude da sua aprovação no cargo de provimento efetivo de **ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,** referente ao **CONCURSO PÚBLICO nº. 001/2025,** cujo resultado final foi homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 15 de outubro de 2025.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
2º	ALYSSON DOS SANTOS FIGUEREDO	XXX.469.279-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:EC5FC862

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.234/2025

Dispõe sobre a desclassificação de candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, para o cargo de ocupação temporária de Auxiliar de Farmácia, por não atender à convocação.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar a candidata **JAQUELINE DA SILVA MENDONCA, C.P.F. nº 492.XXX.XXX-27,** do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, para o cargo de ocupação temporária de **AUXILIAR DE FARMÁCIA,** por não atender à convocação, conforme Edital n°. 241/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 11 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:36EF412D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.238/2025

Fica sem efeito a nomeação do(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público e reclassifica, a pedido, para o final de fila.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do(a) candidato(a) abaixo relacionado(a)**,** nomeado(a) pela Portaria Municipal nº. 2.117/2025, no cargo de provimento efetivo de **MÉDICO PEDIATRA – 10 HORAS**, tendo em vista a solicitação de reclassificação para o final de fila, conforme termo de renúncia temporária.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
1º	MARJORIE FIGUEIREDO MANFREDO	XXX.540.409-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:E5164B5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.239/2025

Dispõe sobre a nomeação da candidata aprovada no Concurso Público 002/2025 no cargo de provimento efetivo de Médico Pediatra - 10 horas.

Considerando *o processo digital nº 53926/2025 que dispõe sobre a autorização do impacto orçamentário para a contratação de médicos;*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata abaixo relacionada em virtude da sua aprovação no cargo de provimento efetivo de **MÉDICO PEDIATRA – 10 HORAS,** referente ao **CONCURSO PÚBLICO nº. 002/2025,** cujo resultado final foi homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 21 de agosto de 2025.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
2º	LEANDRO HERNANDES CORTES	XXX.719.389-XX	A.C

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:94E0090E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.240/2025

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde em pessoa da família a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **MARIA APARECIDA FERREIRA MADALENO,** Matrícula n° 1132-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, junto a Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 10 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 10 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:11BAFD07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.241/2025.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **SOLANGE MARIA DE JESUS,** Matrículas n° 4831-2 e nº 4831-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 40 (quarenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 10 de novembro de 2025, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 10 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:FFAC3C8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.242/2025

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **MARIA JOSÉ DOS SANTOS OLIVEIRA**, Matrícula nº 3887-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1°A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **17 de novembro de 2025** pelo período de **90 (noventa) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 10 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DIAS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:45E3937F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.243/2025

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente de Conservação.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) CLEIDE APARECIDA CONSTANTINO, protocolado sob n° 56110/2025, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **CLEIDE APARECIDA CONSTANTINO,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO –** Matrícula n° 6370-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 07/01/2017 A 06/01/2022 (20 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 56110/2025.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 20 dias, com início em 24/11/2025 e término em 13/12/2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:584D6900

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 2.244/2025

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente de Apoio Educacional.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) SARA GARCIA TOMIELLO, protocolado sob n° 56110/2025, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **SARA GARCIA TOMIELLO,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL –** Matrícula n° 9994-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 25/04/2019 A 24/04/2024 (40 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 56110/2025.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 23 dias, com início em 27/11/2025 e término em 19/12/2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:7F30A34F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
REPUBLICAÇÃO – PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.226/2025

Fica sem efeito a nomeação do(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público e reclassifica, a pedido, para o final de fila.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do(a) candidato(a) abaixo relacionado(a)**,** nomeado(a) pela Portaria Municipal nº. 2.186/2025, no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO GERAL**, tendo em vista a solicitação de reclassificação para o final de fila, conforme termo de renúncia temporária.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
1º	PATRICIA AMARA DA SILVA	XXX.219.499-XX	AFRO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 17 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

RUI NUNES
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:847D4679

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
RESOLUÇÃO Nº 025/2025

SÚMULA: Aprovação de repasse de Emenda Parlamentar com repasses GND-3 e GND-4.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Paranavaí - CMAS, estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.784/2011;

Considerando a Deliberação da Plenária Extraordinária realizada em 18/11/2025:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovação de repasse de Emenda Parlamentar com repasses para capital (GND-4) no valor de R$300.000,00;

Art 2º Aprovação de repasse de Emenda Parlamentar para custeio para serviços socioassistenciais governamentais no valor de R$350.000,00 (GND-3).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 18 de novembro de 2025.

RENATA DE SOUSA DOS SANTOS SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:8EC0749B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL VIGILANTES MIRINS DE PARANAVAÍ "FREI RAFAEL MAINKA através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA/FMDCA.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, **neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira**, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF,** representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sra. **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA/FMDCA**, **representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Perin da Costa vassi**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.185-2 e inscrito no CPF sob nº 043.198.039-06, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL-OSC ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL VIGILANTES MIRINS DE PARANAVAÍ "FREI RAFAEL MAINKA, inscrita no CNPJ sob nº 76.954.411/0001-88, com sede na Cidade de Paranavaí, situada à Avenida Tancredo Neves, nº 455, Bairro: Jardim Guanabara, neste ato representada por seu representante legal **Nivaldo Baratella,** portador da cédula de identidade RG 3.939.214-3 SESP PR , inscrita no CPF/MP sob o nº. 504.815.769-91, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, RESOLVEM firmar o presente Termo de Fomento,

com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 004/2025, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcritos fossem, têm entre si justo e avençado as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de Crianças e Adolescentes, tendo como público alvo, Crianças e Adolescentes residentes no Município de Paranavaí conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, por meio do Chamamento Público nº 004/2025 e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.
DO VALOR: R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais),conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:348A2D8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CASA DA CRIANÇA DE PARANAVAÍ, através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA/FMDCA.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, **neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira**, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF,** representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sra. **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA/FMDCA**, **representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Perin da Costa Vassi**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.185-2 e inscrito no CPF sob nº 043.198.039-06, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC **CASA DA CRIANÇA DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ sob nº 79.710.141/0001-58, com sede na Cidade de Paranavaí, situada à Avenida Martin Luther King, nº 3355, Bairro: Vila Operária, neste ato representada por seu representante legal **Nelci Borges**, portador do RG nº 8.840.690-7 inscrito no CPF/MP sob o nº. 319.170.032-34, conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, RESOLVEM firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 004/2025, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcritos fossem, têm entre si justo e avençado as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de Crianças e Adolescentes, tendo como público alvo, Crianças e Adolescentes residentes no Município de Paranavaí conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, por meio do Chamamento Público nº 004/2025 e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.

DO VALOR: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais),conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

NELCI BORGES
Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:534A9D05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL GRUPO IRMÃ SHEILLA através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA/FMDCA.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, **neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira**, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF,** representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sra. **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e**

do Adolescente/CMDCA/FMDCA, **representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Perin da Costa Vassi**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.185-2 e inscrito no CPF sob nº 043.198.039-06, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC **GRUPO IRMÃ SHEILLA,** inscrita no CNPJ sob nº 76.727.825/0001-74, com sede na Cidade de Paranavaí, situada à Avenida Carlos Gomes, nº 740, Bairro: Jardim São Jorge, neste ato representada por seu representante legal **Rosely Edna Consalter Lima**, portadora do Rg nº 724.905-5, e inscrita no CPF nº 236.488.569-87 conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, RESOLVEM firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 004/2025, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcritos fossem, têm entre si justo e avençado as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de Crianças e Adolescentes, tendo como público alvo, Crianças e Adolescentes residentes no Município de Paranavaí conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, por meio do Chamamento Público nº 004/2025 e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.

DO VALOR: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:3CC6E113

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 013/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO AGENTES DA PAZ - AGEPAZ, através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA/FMDCA.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, **neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira**, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF,** representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sra. **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA/FMDCA**, **representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Perin da Costa Vassi**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.185-2 e inscrito no CPF sob nº 043.198.039-06, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL-OSC **ASSOCIAÇÃO AGENTES DA PAZ - AGEPAZ**, inscrita no CNPJ sob nº 05.336.124/0001-66, com sede na Cidade de Paranavaí, situada à Rua Rotary, nº 95, Bairro: Jardim Novo Horizonte, neste ato representada por seu(s) representante legal **Airton de Melo Gonçalves**, portador do RG nº 031.858.563-5, inscrito no CPF/MP sob o nº. 490.043.879-00 conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, RESOLVEM firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 004/2025, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcritos fossem, têm entre si justo e avençado as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de Crianças e Adolescentes, tendo como público alvo, Crianças e Adolescentes residentes no Município de Paranavaí conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, por meio do Chamamento Público nº 004/2025 e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.

DO VALOR: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:27F9A683

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 014/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA DE PARANAVAÍ e a ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025 residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, e **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF**, representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sr.(a) **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA,** representado por seu Presidente **Patrícia Aparecida Furtado Pereira do Nascimento de Oliveira** portador da Cédula de Identidade RG nº 10.117.487-5 e inscrito no CPF sob nº 062.614.729-80, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO,** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 01.949.052/0001-71, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, Avenida Lázaro Figueiredo Vieira, nº 220, Jardim São Vicente CEP: 87.709-330, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) **Ilton Donizeti Bigoto**, portador da cédula de identidade RG 1.932.309-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MP sob o nº. 331.130.339-34, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2025 e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas da pessoa idosa, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal de Apoio à Pessoa Idosa.

DO VALOR: R$ 262.438,22 (duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

PATRÍCIA APARECIDA FURTADO PEREIRA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:235CEA4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 015/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA DE PARANAVAÍ e o INSTITUTO MAURICIO GEHLEN através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025 residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, e **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF**, representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sr.(a) **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA,** representado por seu Presidente **Patrícia Aparecida Furtado Pereira do Nascimento de Oliveira** portador da Cédula de Identidade RG nº 10.117.487-5 e inscrito no CPF sob nº 062.614.729-80, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO,** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **INSTITUTO MAURICIO GEHLEN** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 23.257.992/0001-32, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, Rua Flauzina Dias Viegas, nº 1001, Campo Belo CEP: 87.711-480, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) **Marcos André Garrido Campos**, portador da cédula de identidade RG 5.177.336/5 MP-PR, inscrito no CPF/MP sob o nº. 738.441.799-68, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2025 e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste Termo de Fomento , como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas da pessoa idosa, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal de Apoio à Pessoa Idosa.

DO VALOR: R$ 262.438,22 (duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

PATRÍCIA APARECIDA FURTADO PEREIRA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:13738951

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 016/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA DE PARANAVAÍ e a CASA ANTONIO FREDERICO OZANAM DE PARANAVAÍ através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025 residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, e **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF**, representadapela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sra. **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, representado por seu Presidente **Patrícia Aparecida Furtado Pereira do Nascimento de Oliveira** portador da Cédula de Identidade RG nº 10.117.487-5 e inscrito no CPF sob nº 062.614.729-80, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO,** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **CASA ANTONIO FREDERICO OZANAM DE PARANAVAÍ,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 79.728.895/0001-35, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, no endereço Avenida Martin Luter King, nº 3915, CEP: 87.708.272, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) **ANA LÚCIA DE PAULA CASTILHO**, portadora da cédula de identidade RG 15.581.831-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MP sob o nº 558.199.581-87, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2025 e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas da pessoa idosa, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal de Apoio à Pessoa Idosa.

DO VALOR: R$ 262.438,22 (duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

PATRÍCIA APARECIDA FURTADO PEREIRA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:BBD185BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 017/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – CECAP, através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA/FMDCA.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, **neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira**, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF,** representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sra. **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA/FMDCA**, **representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Perin da Costa Vassi**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.185-2 e inscrito no CPF sob nº 043.198.039-06, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC **CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – CECAP**, inscrita no CNPJ sob nº 97.391.072/0001-49, com sede na Cidade de Paranavaí, situada à Rua Edvino Jaskowiak, nº 95, Bairro: Conjunto Tânia Mara, neste ato representada por seu representante legal Priscila dos Santos Tondelli, portador da cédula de identidade RG 5.343.027-9 SESP PR , inscrita no CPF/MP sob o nº. 005.498.449-10, conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, RESOLVEM firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 004/2025, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcritos fossem, têm entre si justo e avençado as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de Crianças e Adolescentes, tendo como público alvo, Crianças e Adolescentes residentes no Município de Paranavaí conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, por meio do Chamamento Público nº 004/2025 e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.

DO VALOR: R$ R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:CD27851A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 017/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – CECAP, através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA/FMDCA.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, **neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira**, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF,** representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sra. **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA/FMDCA**, **representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Perin da Costa Vassi**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.185-2 e inscrito no CPF sob nº 043.198.039-06, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC **CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – CECAP**, inscrita no CNPJ sob nº 97.391.072/0001-49, com sede na Cidade de Paranavaí, situada à Rua Edvino Jaskowiak, nº 95, Bairro: Conjunto Tânia Mara, neste ato representada por seu representante legal Priscila dos Santos Tondelli, portador da cédula de identidade RG 5.343.027-9 SESP PR , inscrita no CPF/MP sob o nº. 005.498.449-10, conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, RESOLVEM firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 004/2025, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcritos fossem, têm entre si justo e avençado as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de Crianças e Adolescentes, tendo como público alvo, Crianças e Adolescentes residentes no Município de Paranavaí conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, por meio do Chamamento Público nº 004/2025 e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.

DO VALOR: R$ R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:271FCBA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 018/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA SANTA TEREZINHA, através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA/FMDCA.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, **neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira**, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF,** representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sra. **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA/FMDCA**, **representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Perin da Costa Vassi**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.185-2 e inscrito no CPF sob nº 043.198.039-06, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC **ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA SANTA TEREZINHA,** inscrita no CNPJ sob nº 02.374.518/0001-10, com sede na Cidade de Paranavaí, situada à Avenida Humberto Bruning, nº 415, Bairro: Jardim Santos Dumont, neste ato representada por seu representante legal Luiz Claudio Ratti Jabur, conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, RESOLVEM firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 004/2025, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcritos fossem, têm entre si justo e avençado as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de Crianças e Adolescentes, tendo como público alvo, Crianças e Adolescentes residentes no Município de Paranavaí conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, por meio do Chamamento Público nº 004/2025 e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.
DO VALOR: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho integrante deste termo.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 17/11/2025 a 17/11/2026

Paranavaí, 17 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:0D11B5C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE FOMENTO Nº 011/2025 PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA/FMDCA.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, **neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira**, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEMASMF,** representada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sra. **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.537.459-50 e o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente /CMDCA/FMDCA**, **representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Perin da Costa vassi**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.185-2 e inscrito no CPF sob nº 043.198.039-06, este com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE**, inscrita no CNPJ sob nº 76.136.589/0001-11, com sede na Cidade de Paranavaí, situada à Rua Guanabara, 371 Jardim Morumbi, CEP 87.703-020, Bairro: Jardim Morumbi, neste ato representada por seu representante legal **Thiago Alberto Aparecido**, portador da cédula de identidade RG 9.765.118-3 SESP PR , inscrito no CPF/MP sob o nº. 061.792.809-67, conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, RESOLVEM firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 004/2025, todos parte integrante deste Termo de Fomento, como se transcritos fossem, têm entre si justo e avençado as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de execução de projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de Crianças e Adolescentes, tendo como público alvo, Crianças e Adolescentes residentes no Município de Paranavaí conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO V, por meio do Chamamento Público nº 004/2025 e que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.
1.2. Os participes se obrigam a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela **OSC PARCEIRA** e aprovado pela **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA**, parte indissociável deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026, podendo ser prorrogado, nas seguintes hipóteses:
a) por solicitação da **OSC PARCEIRA**, devidamente formalizada e justificada, apresentada à **MUNICÍPIO** em, no mínimo, 30 (trinta) dias úteis antes de seu término, mediante Termo Aditivo;
b) de ofício, quando o **MUNICÍPIO** der causa no atraso da liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso justificado.
2.2. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea "a" do subitem 2.1 são necessários a apresentação dos documentos de habilitação previstos no Edital nº. 003/2025, item 12.2.8, alíneas "a" a "t", do Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA, Anuência do Gestor da Parceria, de aprovação do Secretário da pasta responsável pela parceria, autorização do Controlador Geral do Município e, ao final, parecer da Procuradoria Geral do Município.
2.3. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea "b" do subitem 2.1, é necessário parecer do Gestor atestando que a parceria foi executada a contento ou, em caso contrário, justificando o motivo do atraso na execução das metas. A prorrogação depende ainda de aprovação do Secretário da pasta responsável pela parceria, autorização do Controlador Geral do Município e, ao final, parecer da Procuradoria Geral do Município.
2.4. A prorrogação de vigência de ofício, de que trata a alínea "b" do subitem 2.1, objetiva o ajuste do prazo de execução das ações, a fim de não causar prejuízo na conclusão do objeto, não resultando, neste caso, novo aporte de recursos financeiros.
2.5. Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelas partes antes do término da vigência do Termo de Fomento, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES
3.1. Em não havendo modificação do objeto da parceria, o Termo de Fomento e respectivo Plano de Trabalho poderão ser alterados, por solicitação fundamentada e justificada pela **OSC PARCEIRA** ou pelo **MUNICÍPIO**.
3.1.1. Referidas alterações deverão ser precedidas de manifestação por escrito, fundamentada e devidamente justificada, do Gestor da parceria, parecer da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA, e autorização do Controlador Geral do Município, autorizando total ou parcialmente o pedido de alteração solicitado pela **OSC PARCEIRA**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado do recebimento da solicitação.
3.2. As alterações do Termo de Fomento e/ou do Plano de Trabalho aprovado deverão ser formalizadas mediante **Termo Aditivo.**

3.2.1. Os Termos Aditivos serão precedidos de parecer da Procuradoria Geral do Município, órgão consultivo e autorização do Controlador Geral do Município.
3.2.2. Quando as alterações implicarem em ampliação ou redução do valor global da parceria, o parecer jurídico deverá ser precedido de análise e manifestação do Órgão de Controle Interno.
3.2.3. Extratos de Termos Aditivos deverão ser publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
3.2.3.1. Cópia da publicação das referidas alterações deverá ser anexada ao processo administrativo de acompanhamento da execução da parceria e remetido ao representante legal da **OSC PARCEIRA**.
3.3. A presente parceria poderá ser alterada de ofício quando o **MUNICÍPIO** der causa no atraso da liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso justificado.
3.4. Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
3.5. Toda e qualquer prorrogação/alteração, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelas partes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.
3.6. Havendo prorrogação do Termo de Fomento, a OSC deverá apresentar plano de trabalho da parceria para execução no ano seguinte, observado o prazo no item 2.1.a

CLÁUSULA QUARTA – DOS RESPONSÁVEIS PELA PARCERIA
4.1. da ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: GESTOR DA PARCERIA
4.1.1. A servidora pública nomeada como Gestora deste Termo de Fomento, Sra. **Rosana Maria Marques de Freitas**, representará a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família na interlocução com a **OSC PARCEIRA**, tendo como obrigações:
a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Fomento e respectivo Plano de Trabalho aprovado;
b) informar a Secretária Municipal de Assistência Social e o Presidente do CMDCA pela parceria:
I) quando houver inexecução da parceria,
II) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
III) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das ações e metas pactuadas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da **OSC PARCEIRA** com relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento e
IV) quando a **OSC PARCEIRA** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelo Órgão de Controle Interno ou Externo, os quais são impeditivos do ateste para a liberação da parcela do recurso;
c) formalizar à **OSC PARCEIRA** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal;
c.1.) notificar a **OSC PARCEIRA,** no caso de verificada irregularidades impeditivas de ateste, para sanar ou cumprir obrigação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, prorrogável, no máximo, por igual período, a contar do recebimento da notificação;
d) formalizar à Secretária Municipal de Assistência Social e ao Presidente do CMDCA responsável pela parceria a retenção da parcela do recurso financeiro, decorrido o prazo previsto na alínea c.1, do subitem 4.1.1, na hipótese de não atendimento à notificação;
e) formalizar à Secretária Municipal de Assistência Social e ao Presidente do CMDCA responsável pela parceria a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
f) emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **OSC PARCEIRA**;
g) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas parcial e final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, submetendo-o à manifestação conclusiva do Secretário da pasta sobre a aprovação ou não das contas;
h) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de Monitoramento e avaliação, quando couber.
i) todas as notificações devem ser por meio oficial.
4.1.2. Aplicam-se ao Gestor os impedimentos constantes no § 2º, do art. 62, do Decreto Municipal nº 22.889/2021.
4.2. da OSC PARCEIRA:
4.2.1. A Sra. Angela Carvalho Kotsubo, coordenadora da proposta, portadora do RG nº7.136.396-6, inscrito no CPF nº 005.249.199-41, celular (44) 99903-4278, email: ankotsubo16@gmail.com é o responsável na interlocução com o **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL.**

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES
5.1. do **MUNICÍPIO**:
a) publicar o extrato deste Termo de Fomento no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar de sua assinatura;
b) manter no sítio oficial por meio do Portal de Transparência, o nome da **OSC PARCEIRA** na relação das parcerias celebradas com OSC's, por prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias úteis, contado da data de apresentação da prestação de contas final (art. 10, da Lei Federal nº 13.019/2014);
c) instruir o processo administrativo específico que trata da celebração deste Termo de Fomento, com atos atinentes à alteração, liberação de recursos, monitoramento e avaliação da execução, bem como, prestação de contas;
d) custodiar o processo administrativo que originou o chamamento público;
e) fornecer manuais específicos, informando à **OSC PARCEIRA** eventuais alterações no seu conteúdo;
f) informar à **OSC PARCEIRA** os atos normativos e orientações que interessam à execução e à prestação de contas do presente Termo de Fomento;
g) prestar o apoio necessário e indispensável à **OSC PARCEIRA**, para que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
h) transferir à **OSC PARCEIRA** os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Município e obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas e ações de execução do objeto deste Termo de Fomento;
i) realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos;
j) viabilizar o acompanhamento pela *internet* dos processos de liberação de recursos referente a esta parceria;
k) monitorar e avaliar o cumprimento do objeto e dos objetivos deste Termo de Fomento, por meio de análises das informações e documentos constantes no processo administrativo, bem como, realizações de diligências e fiscalização, visitas *in loco*, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, zelando pelo cumprimento do objeto, alcance das metas e dos resultados previstos e correta aplicação dos recursos repassados.
5.2. da OSC PARCEIRA:
a) executar fielmente o objeto da parceria, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, com as cláusulas pactuadas e legislação pertinente, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento.
a.1.) zelar pela boa qualidade e eficiência das ações, atividades e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e qualidade em suas atividades;
a.2.) executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
a.3.) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequada ao bom desempenho das atividades;
a.4.) manter durante a execução da parceria a regularidade das certidões previstas no art. 40 do Decreto Municipal nº 22.889/2021, as previstas na legislação específica e no edital de chamamento público;

b) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, em instituição financeira pública, inclusive os eventuais resultados de aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho, e exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas (§§ 1º e 2º, do inciso III, do art. 48, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);
c) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014;
d) apresentar o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira, acompanhados de relação de quantitativo e comprovação documentação do número de beneficiários atendidos, ou seja, documentos comprobatórios das pessoas atendidas pela entidade mensalmente, e prestar contas ao CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA e a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA;
e) responsabilizar-se pela contratação e pagamento dos salários, verbas de convenção ou dissídio coletivo, verbas rescisórias, do pessoal que vier a ser necessário à execução do objeto da parceria, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, que incidam sobre o instrumento (inciso XV, do art. 34 c/c incisos I e II, do art. 51, ambos do Decreto Municipal nº 22.889/2021);
f) permitir o livre acesso do Gestor da parceria, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de agentes públicos do **MUNICÍPIO**, responsáveis pelo presente Termo de Fomento, dos servidores do Órgão de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a todos os documentos relativos à execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como ao local de execução da atividade, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas (inciso XIII, do art. 34, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);
g) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento em conformidade com o objeto pactuado;
h) por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública Municipal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias úteis, sob pena de imediata instauração de tomada de constas especial do responsável (art. 52, da Lei Federal nº 13.019/2014);
i) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com recursos da parceria;
i.1.) manter registros, arquivos, controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento e documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;
j) observar nas compras e contratações realizadas, os procedimentos estabelecidos nos artigos 51 e 52 do Decreto Municipal nº 22.889/2021;
k) comunicar ao **MUNICÍPIO** suas alterações estatutárias, devidamente registradas em cartório;
l) divulgar na *internet* e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, informações referentes a esta parceria, conforme art. 96, do Decreto Municipal nº 22.889/2021;
m) submeter previamente ao **MUNICÍPIO e ao CMDCA** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
n) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que se refere às despesas de custeio e de investimento;
o) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, civis e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO**, a inadimplência da **OSC PARCEIRA** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
p) responsabilizar-se pela integridade dos materiais e/ou equipamentos disponibilizados pelo **MUNICÍPIO** que estiverem sobre os seus cuidados;
q) quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos ou atividades emitidos pelos órgãos competentes, nos termos da legislação aplicável;
r) comunicar ao **MUNICÍPIO**, por escrito, a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução da atividade;
s) manter os recursos aplicados nos termos dos § 1º e 2º, do art. 48, do Decreto Municipal nº 22.889/2021, enquanto não utilizados;
t) não realizar qualquer pagamento antecipado com recursos da parceria.
u) Cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados -Lei 13.709/2018, no que for cabíveis em face do objeto deste Termo, em especial a:
u.1) Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto desta parceria;
u.2) Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da parceria, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência , difusão ou extração de dados;
u.3) garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
u.4) Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da parceria;
u.5) Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução dos objeto;
u.6) Adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
u.7) Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Órgão Gestor, no prazo de 48 horas:
u.7.1) A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
u.7.2) As informações sobre os titulares envolvidos;
u.7.3) A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
u.7.4) Os riscos relacionados ao incidente;
u.7.5) Os motivos da demora, no caso de comunicação não ter sido imediata;
u.7.6) As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
u.8) Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção dos dados;
u.9) Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais e o tratamento não autorizado;
u.10) Armazenar os dados somente pelo período necessário para o cumprir as obrigações contratuais legais;
u.11) Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo município ou, não sendo possível , justificar com a base legal a retenção dos dados;
u.12) Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo município, ou, não sendo possível justificar com base legal;
u.13) Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência da parceria;
u.14) Reparar danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas ao esse termo de fomento, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
O monitoramento e a avaliação serão efetuados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação composta por **Alessandra Ferreira da**

Silva Rossini, Denise Menegueti Chaparro e Luciane Cristina Marin nomeados mediante a Portaria nº 024/2025.

6.1. O relatório técnico a que se refere o art. 59, da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

lll - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.2. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias úteis contados a partir do recebimento do recurso, a **OSC PARCEIRA** está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis do encerramento do bimestre.

7.2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

7.3. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

7.4. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

7.5. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

7.6. A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no Termo de Fomento.

7.7. A **OSC PARCEIRA** deverá registrar na plataforma eletrônica indicada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná para a prestação de contas, os dados referentes às despesas executadas durante a vigência da parceria, sendo obrigatória a inserção dos orçamentos, notas e comprovantes fiscais, inclusive nas prestações de contas bimestrais.

7.8. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.9. O **MUNICÍPIO** considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

7.10. As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

lll - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a)omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.11. Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, ou não sendo aprovadas, sob pena de responsabilidade solidária, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família/CMDCA, responsáveis pela parceria, determinarão a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificarão a **OSC PARCEIRA** em até 30 (trinta) dias úteis, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente, e não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado à Controladoria Geral do Município para as devidas providências.

7.12. A Controladoria Geral do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

7.13. Rejeitada a prestação de contas e não efetuada a devolução dos recursos públicos, será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

7.14. Instaurada a Tomada de Contas Especial, a Controladoria Geral do Município informará o fato ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

7.15. Se no transcurso das providências determinadas no item 9.11 deste artigo, a **OSC PARCEIRA** devolver os recursos ou sanar as contas, a Controladoria Geral do Município certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

7.16. Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, a **OSC PARCEIRA** envolvida ficará impedida de receber recurso público municipal, ou ainda, recursos públicos oriundos de fontes do Governo do Estado e do Governo Federal.

7.17. Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora, da Controladoria Geral do Município e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por Decreto, bem como aos locais de execução do objeto**.**

7.18. A **OSC PARCEIRA** deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos.

7.19 Havendo prorrogação do Termo de Fomento, será obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício para fins de

monitoramento do cumprimento das metas do objeto, nos termo dos arts.49 e 67,§, da Lei 13019/14.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR TOTAL DE REPASSE, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

8.1. Para a execução das ações e atividades previstas neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais, conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho aprovado (anexo deste instrumento).

8.2. As despesas com a execução deste Termo de Fomento correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentárias:

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí – FMDCA, disposto no Projeto Atividade - 6.902 - Contribuições e Legados, fonte - 880, rubricas orçamentárias: auxilio - 4.4.50.42.00.00.00.00 e subvenções – 3.3.50.43.00.00.00.00.

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

9.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. A liberação da parcela do recurso será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, valores e datas, após o ateste do gestor da parceria, exceto nos casos estabelecidos nos incisos I a III, do art. 48, da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.3. O número deste Termo de Fomento deverá constar nos documentos fiscais comprobatórios das despesas.

9.4. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, sendo vedado:

a) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria, ainda que em caráter de emergência;

b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

c) pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido antes ou depois da vigência do instrumento da parceria;

d) pagar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

e) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros;

f) realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

g) repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Os recursos financeiros repassados deverão ser mantidos e movimentados em conta bancária específica para execução do referido Termo de Fomento.

10.2. Toda movimentação de recursos deverá ser feita mediante transferência eletrônica. Os pagamentos deverão ser feitos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

10.3. É vedada a utilização dos recursos repassados pelo Termo de Fomento para cobrir quaisquer despesas bancárias resultantes da execução do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ASSUNÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

11.1. Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da **OSC PARCEIRA**, a Administração Pública Municipal poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

a) retomar os bens públicos em poder da **OSC PARCEIRA**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC PARCEIRA** até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

c) no caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a Administração Pública Municipal, deverá convocar a **OSC PARCEIRA** participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

12.1. Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

12.2. Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

12.3. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do **MUNICÍPIO**, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatário, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

12.4. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a **OSC PARCEIRA** formalizar promessa de transferência da propriedade à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

12.5. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

13.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 22.889/2021, e da legislação específica, a Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria da Pasta, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária;

III - declaração de inidoneidade.

13.2.É facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias úteis, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

13.3.A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela **OSC PARCEIRA** no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

13.4.A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública Municipal.

13.5. Sanção de suspensão temporária impede a Organização da Sociedade Civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal por prazo não superior a dois anos.

13.6.A sanção de declaração de inidoneidade impede a Organização da Sociedade Civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública Municipal pelos

prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.
13.7.A aplicação das sanções estabelecidas nos incisos I a III, do *caput* deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal de Assistência Social, responsável pela parceria e Controlador Geral do Município, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
13.8. Prescrevem no prazo de cinco anos as ações punitivas da Administração Pública Municipal destinadas a aplicar as sanções previstas neste Decreto, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de noventa dias úteis a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.
13.9.A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração e com a emissão de Certidão Liberatória Municipal.
13.10. A responsabilidade da **OSC PARCEIRA** será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
14.1. Este Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindindo a qualquer tempo, nos termos do artigo 42, inciso XVI, da Lei Federal nº 13.019/2014, no caso de infração ou descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições aqui estipuladas, bem como para o caso de descumprimento das regras previstas na Lei 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 22.889/2021, Resolução nº 28/2011, Instrução Normativa n° 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, desde que previamente notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE
A eficácia do presente Termo de Fomento e dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública Municipal no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1. Em caso da dissolução da **OSC PARCEIRA**, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.
16.2. Caso haja a falta ou redução da prestação de serviços neste Termo de Fomento, bem como diminuição do número de atendidos estabelecidos, o valor fixado na Cláusula Oitava será reduzido proporcionalmente à redução da execução.
16.3. Os recursos percebidos e não utilizados deverão permanecer aplicados em instituição financeira oficial sendo que, concluído o Termo de Fomento, eventuais sobras deverão ser restituídas à Administração Pública Municipal/FMDCA, bem como os respectivos acréscimos decorrentes da aplicação financeira.
16.4. A **OSC PARCEIRA** estará ainda sujeita à restituição dos valores percebidos através de tomada de contas a ser instaurada contra o Presidente e demais diretores da PARCEIRA:
a) Quando não for executado o objeto do ato de transferência voluntária;
b) Quando não apresentada no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
c) Quando os recursos forem utilizados para finalidade diversa da estabelecida no ato de transferência voluntária, formalizado no Termo de Fomento.
16.5. Configurando qualquer das hipóteses previstas nesta cláusula, não sendo satisfeita a restituição ao erário, o Presidente, Diretores e a pessoa jurídica serão inscritos em dívida ativa e após, executados na forma da legislação vigente
16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de fomento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.
16.7. As omissões do presente Termo de Fomento serão supridas mediante a aplicação das regras da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 22.889/2021, Resolução nº 28/2011 e Instrução Normativa n° 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO
17.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Paranavaí – Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
17.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelas partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Paranavaí, 14 de novembro de 2025.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

THIAGO ALBERTO APARECIDO
Presidente da OSC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:2D5CD483

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EDITAL Nº 002.02/2025 – LISTA FINAL DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA TÉCNICA – (PRT)
O Presidente da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 1.529/2025, de 07 de agosto de 2025, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, **TORNA PÚBLICO** a Lista Final das Inscrições do Programa De Residência Técnica (PRT), Edital nº 002/2025, nos seguintes termos.
Art.1º Considerando que não foram interpostos recursos contra a Lista Preliminar de Inscrições Deferidas, fica **MANTIDA** a listagem divulgada através do Edital nº 002.01/2025, em 12 de novembro de 2025, relacionada no Anexo I.
Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Paranavaí/PR, 18 de novembro de 2025.

THIAGO LOPES MARQUES
Diretor Especial de Projetos e Obras Públicas
Presidente da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 1.529/2025

ANEXO I DO EDITAL nº 002.02/2025 – LISTA FINAL DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

RESIDÊNCIA TÉCNICA EM ENGENHARIA CIVIL		
INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**ANO DE FORMATURA INFORMADO**
2101	George Vinicius Martelosso da Silva	2022
2102	Janaira Camilo Soares	2022
2103	Bruno Pedro Ramos da Silva	2022
2104	Rossane Yoshie Wakimoto	2025
2105	Natã da Silva Vilela	2025
2106	Hugo Francisco Lehmkuhl	2025
2107	Aderaldo Enrique Noel	2025
2108	Gabrielly Beatriz Da Silva Mazutti	2025

2109	Liana de Lima Landim Laercio	2022
2110	Wesley Moacir Coterli	2025
2111	Arthur Herédia Romera	2024
2112	Sabrina Ferreira Amorim	2022
2113	Tatiane de Barros Zanoni	2022
2114	Eder Rocha Melo Masteguin	2022

RESIDÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO		
INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**ANO DE FORMATURA INFORMADO**
2201	Izabela Leticia Sabino de Lima	2022
2202	Adriane Aguetoni	2022
2203	Beatriz de Cássia Moreira Santos	2025
2204	Hudson Bomfim Omito	2023
2205	Gabriela de Oliveira Barbosa	2025
2206	Jaysla Taynara dos Reis Ferreira	2023
2207	Ana Mayra Santos	2023
2208	Camily de Souza da Silva	2025
2209	Gabriely Vitoria Rolin Martins	2025
2210	Gabriel Gustavo Moura Vicente da Silva	2025
2211	Donivan Augusto Padilha Santos	2024
2212	Raiane Berlin	2025

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:06EC2FB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025

LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A CENTRAL DE IMUNIZAÇÃO E PROGRAMA MELHOR EM CASA DE PARANAVAÍ.

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a pretensão de receber manifestação de interessados em alugar imóvel para a instalação da**CENTRAL DE IMUNIZAÇÃO E PROGRAMA MELHOR EM CASA.**O presente chamamento visa demonstrar os requisitos do imóvel necessários para o atendimento de tal finalidade, permitindo que proprietários de prédios disponíveis com tais características possam oferecê-los para conhecimento e análise de sua adequação ao fim proposto, visando dar maior publicidade ao ato. Nada obstante a prescindibilidade deste procedimento, haja vista a possibilidade de locação mediante contratação direta, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tal ação tem o intuito de cumprir os princípios da publicidade, impessoalidade e eficiência e, ainda, de proporcionar subsídios para decisão da escolha do imóvel.

1. Objeto:
O objeto do presente Chamamento Público é a prospecção, no mercado imobiliário, com vistas à locação de imóveladequado à instalação **CENTRAL DE IMUNIZAÇÃO E PROGRAMA MELHOR EM CASA**, mediante coleta de propostas técnicas que atendam aos requisitos mínimos especificados neste edital e seus anexos.
Prazo de Locação:
O prazo inicial de locação será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, conforme o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa da Administração. A prorrogação poderá ocorrer em razão da natureza contínua do serviço e da necessidade de adequação do imóvel próprio previsto para sediar a Central de Imunização e Programa Melhor em Casa, cuja reforma possui previsão de execução superior a dois anos.
3. Valor de Locação:
O valor proposto pelo locador será analisado pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Paranavaí, que verificará sua adequação com preço do mercado imobiliário local.
4. Perímetro de Localização do Imóvel:
Região central de Paranavaí, com a finalidade de proporcionar facilidade de acesso aos servidores do Programa Melhor em Casa em prestar visitas aos pacientes atendidos pelo programa em todo o município de Paranavaí. Assim como facilitar a distribuição de vacinas pela Central de Imunização a todas as salas de vacina do município, além defacilitar a chegada dos usuários ao serviço quando necessário.

5. Justificativa:
O presente Chamamento Público justifica-se em razão da necessidade de locação de imóvel com estrutura física adequada ao funcionamento da Central de Imunizaçãoda Secretaria Municipal de Saúde e sede do Programa Melhor em Casa, que necessita de espaço físico com no mínimo 290m2, uma vez que acondicionará os insumos e materiais para o atendimento domiciliar do Programa Melhor em Casa, necessitando de espaço para guarda dos veículos utilizados no atendimento e ambiente adequado para sede administrativa abrigando os 14 servidores lotados no programa Melhor em Casa e Central de Imunização. Assim como será sede para manutenção da rede de frios da Central de Imunização, sendo necessário espaço adequado para guarda dos materiais e insumos para distribuição e acondicionará as conservadoras com as vacinas.
Destaca-se que não há imóvel público disponível no município que atenda aos requisitos necessários, conforme declaração da Diretoria de Patrimônio Público, razão pela qual se faz necessária a prospecção no mercado imobiliário.O chamamento público permite identificar imóveis que cumpram os requisitos necessários para sediar os dois órgãos públicos listados neste edital, garantindo transparência, publicidade e igualdade de oportunidade para os interessados, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). Ressalta-se que o chamamento público tem caráter preliminar, permitindo a identificação de imóveis adequados, sem configurar modalidade de licitação, servindo apenas para orientar a decisão administrativa.
Fundamentação legal:
Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e demais normas que regem a matéria, notadamente a Lei nº 8.245/1991.
7. Recebimento da proposta:
A proposta deve ser enviada de forma digital através do site da Prefeitura de Paranavaí. Para isso, o proponente deve possuir um cadastro como cidadão e/ou empresa, permitindo o acesso para iniciar um processo digital na opção Abertura de Processo Digital (Protocolo).
No momento do preenchimento e indicação da proposta, o campo "ASSUNTO" deve ser preenchido como SESAU - Secretaria Municipal de Saúde. O campo "SUBASSUNTO" deve ser preenchido com Proposta de Chamamento para Locação de Imóvel. No campo “ DESCRIÇAO DE SOLICITAÇÃO” incluir a proposta e se necessário anexar os documentos no campo “ANEXOS” clicando no botão “BUSCAR”.
Além disso, o processo pode ser realizado também pelo aplicativo Atende.net, compatível com Android e iOS. Basta identificar o município de Paranavaí e seguir o mesmo procedimento descrito anteriormente.
Para mais informações entrar em contato com aSecretaria Municipal de Saúde pelo telefone (44) 3421-1300.
8. Data Limite para recebimento das propostas:
Trinta(30) dias a partirda data de publicação deste edital.
9.Detalhamento do chamamento
Conforme consta no Anexo I.
Das condições para participação:
10.1. Poderão participar do processo de seleção pessoa física ou pessoa jurídica, excetuando-se:
10.1.1Servidor ou dirigente de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
10.1.2. Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
10.1.3. Pessoa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
10.1.4. Pessoa suspensa temporariamente de participação em licitação ou impedida de contratar com a Administração, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
10.1.5. Membros da Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis do Município de Paranavaí;
10.1.6. Empresas que estiverem sob falência;
10.2. Caso o imóvel seja selecionado para locação e celebração do contrato, o proprietário deverá possuir a documentação constante no Anexo II, sob pena de impossibilidade da celebração do contrato de aluguel, conforme fundamentado na Nota Técnica constante do Anexo IV.

11. Da proposta de Aluguel

11.1. Os interessados DEVERÃO FORMULAR PROPOSTA DO VALOR DE LOCAÇÃO, assinada na última página e rubricada nas demais pelo proprietário do imóvel ou por seu procurador, devendo conter minimamente:

11.1.1. Nome do proprietário ou razão social, endereço completo, telefones e e-mails de contato, número do CPF ou CNPJ, conforme o caso;

11.1.2. Especificação detalhada do imóvel, com sua localização e benfeitorias;

11.1.3. Indicação da validade da proposta, que deve ser de, no mínimo, 90 dias, contados a partir da data prevista para abertura das propostas.

11.2. É necessário apresentar, anexada à proposta, declaração de que não há nenhum ônus que recaia sobre o imóvel e de que possui todos os documentos de habilitação indicados no Anexo II, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.

12. Da análise das propostas

12.1. A análise da documentação apresentada e da compatibilidade dos imóveis ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, a quem caberá definir, fundamentadamente, sobre a adequação, a conveniência e a capacidade para funcionamento do serviço.

12.2. Caso o imóvel aparentemente atenda aos requisitos elencados, será necessária sua vistoria pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde com a finalidade de avaliação e verificação da adequação do mesmo às características solicitadas e, posteriormente, pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí para avaliação do valor proposto e de sua compatibilidade com o valor de mercado, o que fica desde já autorizado pelo interessado, devendo apenas ser objeto de prévio agendamento.

12.3. Cada visita resultará na emissão de laudo devidamente motivado.

12.4. Não ocorrerá visita de imóvel objeto de proposta no caso de as características citadas na proposta já demonstrarem não serem condizentes com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

12.5. A decisão final da Secretaria Municipal de Saúde sobre cada uma das propostas será comunicada aos proponentes, sendo divulgada lista final dos proponentes/imóveis avaliados, bem como daquele eventualmente contratado.

13. Das condições para eventual celebração do contrato de locação

13.1. A proposta de locação do imóvel eventualmente escolhido ficará sujeita à comprovação do valor de mercado, feita através de Laudo de Avaliação emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Paranavaí que servirá de parâmetro para demonstrar a compatibilidade do valor apresentado com o valor de mercado.

13.2. O proprietário do imóvel eventualmente selecionado deverá apresentar a documentação mencionada no Anexo II, no prazo de 5 dias após recebimento da solicitação, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada do interessado, sendo que o descumprimento do prazo implica o não atendimento ao requisito, com a desconsideração da proposta.

13.3. O proponente-locador deverá entregar o imóvel em perfeitas condições de uso, pintado e liberado para ocupação no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de aprovação da contratação.

13.3.1Caso o imóvel não atenda integralmente às exigências previstas no Anexo I, porém contenha a dimensão mínima exigida e condições para ser adaptado, poderá apresentar proposta de locação. Nessa hipótese, o proprietário deverá assumir, de forma expressa, o compromisso de realizar todas as adequações necessárias para atendimento integral das especificações constantes neste edital e seus anexos, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da comunicação de possibilidade de contratação, sujeita, além das adequações de estrutura física, os demais requisitos constantes dos anexos deste edital.

13.3.2. Caso as adequações não sejam concluídas no prazo estabelecido, o imóvel será considerado inapto para a locação pretendida.

*1*3.3.3O prazo previsto no item 13.3 poderá ser prorrogado, a critério exclusivo da Administração, mediante justificativa circunstanciada e desde que o proponente demonstre motivo justo, como situações de força maior, intempéries climáticas ou entraves burocráticos alheios à sua vontade. Tal medida visa assegurar maior previsibilidade e flexibilidade à contratação, sem comprometer a legalidade, a economicidade e o interesse público envolvido.

14.Disposições finais

14.1. O proponente é responsável pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desconsideração da intenção de locação do imóvel.

14.2. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.3. Este procedimento não gera direito à contratação, ficando o(a) proponente sujeito(a) a submeter(em)-se às demais condições exigidas pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sobretudo às constantes no Anexo II e, ainda, à discricionaridade da Administração quanto à oportunidade e conveniência da locação e da escolha do imóvel.

14.4. A escolha do imóvel dar-se-á por critérios de adequação do imóvel ao fim a que se destina e aos requisitos dos Anexos I e II, bem como à qualidade, condições do imóvel e preço, estando, ao final, a discricionaridade da Administração, visando resguardar a supremacia do interesse público sobre o privado.

14.5. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Paranavaí – PR.

14.6. O presente edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em conformidade com o art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura de Paranavaí e no mural físico da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando ampla publicidade e transparência.

Paranavaí, 18de Novembrode 2025.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO IMÓVEL

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍtorna pública a pretensão de receber manifestação de interessados em alugar imóvel para a instalação da Central de Imunizaçãoda Secretaria Municipal de Saúde e Sede do Programa Melhor em Casa, devendoapresentar as seguintes características:

1. Localização:

A exigência de imóvel situado em região central do município de Paranavaí justifica-se pela necessidade de otimizar o deslocamento das equipes do Programa Melhor em Casa, que realizam atendimentos domiciliares em toda a área urbana, garantindo maior eficiência operacional e redução de tempo de resposta.

Da mesma forma, a Central de Imunização requer fácil acesso viário para a distribuição periódica de vacinas às salas de imunização municipais, de forma a preservar a integridade da cadeia de frio e o cumprimento das normas de transporte seguro de imunobiológicos, conforme RDC nº 197/2017 – Anexo II, item 3.1.

2. Área construída mínima e características estruturais do imóvel:

Área mínima construída de 290 m² , com pintura clara e nova, piso liso ou antiderrapante e teto de lage ou gesso, para acomodar, de forma segura e funcional, os ambientes administrativos e operacionais exigidos pelos dois serviços, conforme critérios de dimensionamento físico e fluxo funcional estabelecidos pela RDC nº 50/2002. A infraestrutura elétrica deve suportar todos os equipamentos de imunobiológicos, climatização e iluminação, com energia trifásica mínima de 40 amperes, conforme recomendação técnica para funcionamento seguro dos serviços de saúde.

3. Ambientes obrigatórios:

3.1 Mínimo de 07 salas, podendo os espaços serem divididos em divisórias navais do piso ao teto, com ao menos a porta de entrada e de mais uma sala que tenha acesso à entrada com acessibilidade

(portas de no mínimo 90 cm de largura com fechaduras e chaves) para receber os equipamentos da rede de frio.

3.2 Copa/Cozinha com capacidade para armário planejado, pia, fogão, geladeira e refeitório com mesa para no mínimo 6 lugares, a fim de atender as necessidades de alimentação dos servidores durante a jornada ininterrupta de 12horas diárias, inclusive aos finais de semana.

3.3 Um (01) DML (Depósito de Material de Limpeza) contendo tanque com água e esgoto e depósito de materiais de limpeza.

3.4 Banheiro para funcionários, sendo no mínimo 1 masculino e 1 banheiro feminino.

3.5 Garagem para no mínimo 5 veículos com portão eletrônico e cobertura para no mínimo 4 veículos.

3.6 Abrigo de resíduos: Estrutura de alvenaria coberta, com área mínima de 1,5m², com células individualizadas para cada grupo de resíduos, localizada no exterior do imóvel e com acesso fácil à saída para rua. Deve conter piso e paredes revestidos com material lavável, possuir abertura para ventilação e tela de proteção contra vetores. Possuir portas com abertura para fora, provida de proteção interior contra roedores e vetores. Ter pontos de iluminação elétrica, ralo sifonado com tampa ligado à rede de esgoto, e torneira de água fria próxima (RDC 222/2018).

4. Dispor de boas condições de instalaçõeselétricase outras instalações como:
4.1.Padrão de energia Trifásico de no mínimo 40 amperes,suficiente para no mínimo 4 conservadoras de imunobiológicos ligadas ao mesmo tempo;
4.2. Dispor de boas condições e infraestrutura de instalações para aparelhos ar-condicionado 220V, em todos os ambientes listados acima, exceto banheiros, copa e depósito.
Observação Importante - Crítérios de seleção/desempate para escolha do imóvel a ser locado:
1º-Adequação às exigências do edital, em especial acessibilidade, iluminação, ventilação, acabamento e infraestrutura elétrica, com emissão de laudo comparativo pela equipe técnica da Secretaria de Saúde;
2º - Oferta de menor preço de locação, desde que atendidos todos os requisitos técnicos;
A análise será documentada em relatório técnico, visando garantir objetividade e transparência no processo.

ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO
1. O detentor da proposta aprovada deverá apresentar os documentos a seguir:
1.1. Cópia da matrícula do imóvel;
1.2. Certidão negativa de ônus do imóvel emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
1.3. Se pessoa física:
1.3.1.Cópia de documento de identidade e CPF do(s) contratado(s);
1.3.2.Cópia da certidão de casamento se for o caso;
1.3.3.Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67), em nome do(s) proprietário(s) e cônjuge(s);
1.3.4.Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio do(s) proprietário(s) e de seu(s) cônjuge(s);
1.3.5.Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
1.3.5.1. Pela Prefeitura do Município do domicílio do(s) proprietário(s) e cônjuge(s), e também;
1.3.5.2.Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município, nos termos do Decreto Municipal nº 242/01 de 23/05/01. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
1.4. Se pessoa jurídica:
1.4.1.Cópia do Contrato particular de administração de imóveis entre o proprietário do imóvel e a pessoa jurídica ou documento equivalente, se for o caso;
1.4.2.Cópia do contrato social da pessoa jurídica;
1.4.3.Cópia de Procuração se for o caso;
1.4.4.Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67).
1.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da pessoa jurídica;
1.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
1.4.6.1. Pela Prefeitura do Município do domicílio da pessoa jurídica, e também; ‘
1.4.6.2. Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
1.4.7. Comprovante de regularidade com o INSS e FGTS em nome da pessoa jurídica;
1.4.8. Certidão de Falência e Concordata em nome da pessoa jurídica;
1.4.9. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
2. Os documentos necessários à contratação poderão ser apresentados em original, em cópias autenticadas ou publicação em órgão da imprensa oficial.
3. Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.
4. Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.
5. Outros documentos complementares ou esclarecimentos poderão ser solicitados durante o procedimento de contratação de eventual escolhido.

ANEXO III - MODELOS SUGERIDOS
1. DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE ÔNUS.
DECLARAÇÃO(NOME) _____, com domicílio (ou sede) na cidade de_____, estado _____, endereço _____através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica)_____, DECLARA para os fins do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Saúde, que tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto do Chamamento, que o imóvel objeto de sua proposta não possui ônus e que possui todos os documentos necessários indicados no Anexo II.
Por ser verdade, firmo(amos) a presente.
Local e data.
Assinatura
Nome do(a) Representante Legal
2. DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
DECLARAÇÃO
(NOME) _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____ através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, DECLARA, sob as penas lei, e para fins do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Saúde, que a não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes,

a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).
Por ser verdade, firmo(amos) a presente.
Local e data.
Assinatura
Nome do(a) Representante Legal

ANEXO IV - NOTA TÉCNICA
A exigência de apresentação de certidões negativas em nome do proprietário do imóvel e de seu cônjuge decorre da necessidade de prevenir litígios relativos ao regime de bens e à disposição do imóvel, assegurando segurança jurídica na celebração do contrato de locação e evitando questionamentos futuros quanto à legitimidade da contratação.

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:505600F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Município de Pato Branco
EDITAL DE INTIMAÇÃO nº 081 / 2025
Pato Branco, 17 de novembro de 2025.

Ficam os contribuintes abaixo relacionados, com fulcro nos artigos 339 e 340, do Código Tributário Municipal, INTIMADOS, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentem à Divisão de Fiscalização, na rua Caramuru, 271, Centro, Pato Branco/PR, a documentação abaixo descrita, sob pena de multa de cinco unidades fiscais do município e possível arbitramento da receita bruta, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "a", das Outras Infrações e art. 297, ambos da Lei Complementar n° 001/98.

CADASTRO MUNICIPAL	CNPJ	DOCUMENTOS FISCAIS
8224876-0	57.274.308/0001-42	Balanço Patrimonial; DRE; Livro Razão Analítico das Receitas; Balancete de Verificação. Todos devidamente assinados de acordo com as normas contábeis. Exercícios: 2024 / 2025
823710-0	53.899.962/0001-90	Balanço Patrimonial; DRE; Livro Razão Analítico das Receitas; Balancete de Verificação. Todos devidamente assinados de acordo com as normas contábeis. Exercícios: 2024 / 2025

LUIZ CEZAR MENDES DOS SANTOS
Fiscal de Tributos

JULLI REBONATTO
Chefe da Divisão de Fiscalização e Tributação

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:08886BDF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 04/2025. INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO 93/2025

PARTES: Município de Pato Branco, CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, e Associação Dos Amigos De Prevenção Do Câncer (Gama - Grupo De Apoio À Mama), pessoa jurídicade direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.696.045/0001-54. **OBJETO:** O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a mútua colaboração entre os partícipes para a execução de ações relativas aoServiço de Acolhimento Institucional Provisório de pessoas em trânsito durante o tratamento de doenças graves e seus acompanhantes, mediante cessão de uso dos bens móveis abaixo discriminados, adquiridos com recursos daEmenda Parlamentar nº 202271170015, Programação SIGTV nº 411850120220003 (GND 4.):
II - Para o fim especificado no item I supra, o MUNICÍPIO CEDENTE cede à ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL (OSC) CESSIONÁRIA:
a) 04 aparelhos de Ar-Condicionado - Ar-condicionado split quente e frio, 12.000 BTUs, 220V, com controle remoto, baixo nível de ruído e sistema inverter, destinado à climatização dos ambientes de acolhimento, garantindo conforto térmico aos usuários e acompanhantes - Patrimônio 90241 a 90244.
b) 01 carro funcional de limpeza - Carrinho funcional para transporte de roupas e materiais de limpeza, tipo lavanderia 370L, na cor branca, com rodas e sem tampa, confeccionado em plástico polipropileno e cabo em aço carbono SAE 1020 galvanizado. Medidas externas (AxLxP):710mm x 1040mm x 715mm. Finalidade: transporte interno de roupas e materiais de uso nos serviços de acolhimento - Patrimônio 92407.
c) 02 andadores para adultos e idosos - Andador fixo e dobrável para adultos e idosos, sem assento, largura total 56cm, comprimento total 52cm, altura regulável de 74cm (mínima) a 89cm (máxima), peso de 2,5kg, estrutura em alumínio anodizado com ponteiras de borracha antideslizante, suportando até 100kg - Patrimônio 92826 e 92827.
d) 01 poltrona de amamentação - Poltrona de amamentação fixa, com dimensões aproximadas de 96cm (altura) x 71cm (largura) x 71cm (profundidade), estrutura em madeira reflorestada de eucalipto, estofamento com espuma D28 e revestimento em tecido lavável, destinada ao conforto de acompanhantes e usuários - Patrimônio 92603.
e) 06 poltronas - Poltrona reclinável com encosto ajustável, assento fixo e enchimento em fibras e flocos, estrutura em madeira reflorestada, acabamento em tecido courino hospitalar lavável, ergonomicamente adaptada para áreas de convivência e repouso dos acolhidos - Patrimônios 93031 a 93036.
f) 01 freezer - Freezer horizontal com capacidade mínima de 200 litros, temperatura até -18°C, classe de eficiência energética "A", gabinete em aço galvanizado pintado, porta basculante e degelo manual. Finalidade: armazenamento de gêneros alimentícios perecíveis utilizados no serviço de acolhimento - Patrimônio 90619.
g) 30 cadeiras de rodas Cadeiras de rodas manuais dobráveis em aço, estrutura tipo "X", pintura epóxi eletrostática, rodas traseiras de 24" em nylon com pneus maciços, rodas dianteiras de 6" também maciças, apoios de pés rebatíveis, apoios de braço fixos, estofamento em nylon, peso aproximado de 14kg, capacidade de carga de até 100kg. Dimensões aproximadas: 40x41x36cm (assento x encosto x largura total) - Patrimônio 92528 a 92567.
h) 10 cadeiras de banho - Cadeira de banho adulto simples, estrutura em alumínio, acoplável a vaso sanitário, com encosto impermeável, assento removível com abertura central e apoio de pés fixo. Rodas dianteiras e traseiras de 6cm, com pneus maciços e travas tipo parlock, freios bilaterais, assento e encosto anatômicos, capacidade de 85kg. Dimensões aproximadas: altura total 88cm, largura 56cm, profundidade 69cm, altura do assento até o chão 53cm - Patrimônio 103073, 103074, 103075, 103076, 103077, 103078, 103079, 103080, 103081, 103082
i) 04 camas reclináveis com proteção lateral - Cama hospitalar reclinável com leito bipartido, estrutura em aço carbono, pintura epóxi, cabeceiras e peseiras em material termoplástico, com grades laterais rebatíveis, regulagem de altura do dorso e das pernas por manivelas cromadas, rodízios com travas de 3", capacidade de 150kg - Patrimônio 93047 a 93050.
j) 01 computador -Computador desktop, processador Intel i5 de 10ª geração ou superior, 8GB RAM, SSD 240GB, monitor LED 19,5", teclado e mouse USB, gabinete padrão ATX, fonte 500W, sistema operacional Windows 10 ou superior, destinado à gestão administrativa e registros dos serviços - Patrimônio 90006 e 90007.
k) 04 mesas de cabeceira - Mesa para refeição no leito, modelo luxo, tampo em MDF com revestimento BP, pés em tubos de aço com pintura epóxi, rodízios de 2" e regulagem de altura com manivela cromada localizada sobre o tampo, peso aproximado de 12kg. Dimensões externas: 40cm (comprimento) x 75cm (largura) x 84cm (altura) - Patrimônio 92403, 92404, 92405 e 92406.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser**prorrogado por igual** período, mediante termo aditivo, respeitado o limite máximo de10 (dez) anos. Pato Branco, 18 de Novembro de 2025.

LUCINETI AP. ZANATTA DA SILVA CORDEIRO –
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:47D218BD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2025. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 66/2025 - PROCESSO Nº 127/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 66/2025 - PROCESSO Nº 127/2025.OBJETO: Registro de Preços de futura, eventual e fracionada aquisição de materiais, peças e equipamentos, para manutenção da infraestrutura operacional do Aeroporto Regional de Pato Branco (SBPO) – Professor Juvenal Loureiro Cardoso, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. **Ata De Registro De Preços Nº 283/2025. *Hobeco Sudamericana Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 03.548.170/0001-01, com o valor total de R$ 85.000,00. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 18 de Novembro de 2025.

Representante Legal –
JORGE DAVID DE AZEVEDO LIMA.

GERI NATALINO DUTRA.
Prefeito –

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:8D85373C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DAS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262 /263/364/265/266/267/268/269/270/2025. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº60/2025 - PROCESSO Nº 117/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº60/2025 - PROCESSO Nº 117/2025. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ferramentas, ferragens e equipamentos elétricos para reforma, confecção de carros alegóricos e enfeites natalinos visando atender às necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. **Ata De Registro De Preços Nº 262/2025. *56.182.220 Rogerio Bach*,** CNPJ/MF sob o nº 56.182.220/0001- 38, com o valor total de R$ 18.553,80. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 18 de Novembro de 2025. Representante Legal – Rogerio Bach. Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 263/2025. *Aiq Ferramentas e Instrumentos Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 12.134.879/0001-43, com o valor total de R$ 2.543,45. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 18 de Novembro de 2025. Representante Legal – Danilo Caetano Prezzoti. Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 264/2025. *Blusafe Equipamentos De Proteção Individual Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 36.091.140/0001-60, com o valor total de R$ 14.680,00. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 11 de Novembro de 2025. Representante Legal – Tainara Soares. Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 265/2025. *Braxpark Maquinas e Equipamentos Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 33.366.168.0001-74, com o valor total de R$ 17.395,00 Foro e data da assinatura: Pato Branco, 11 de Novembro de 2025. Representante Legal – Felipe Codognotto Pereira. Representante Legal - Rafael Codognotto Pereira. Prefeito – Geri Natalino Dutra. Pato Branco11 de Novembro de 2025. Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 266/2025. *Luiz Chicouski Dos Santos*,** CNPJ/MF sob o nº 80.194.335/0001-27, com o valor total de R$ 11.772,00. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 11 de Novembro de 2025. Representante Legal – Luiz Chicouski dos Santos. Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 267/2025. *Manfe - Comercio de Maquinas e Equipamentos Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 39.349.946-0001/01, com o valor total de R$ 8.656,00. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 11 de Novembro de 2025. Representante Legal – João Paulo Manrich Coelho da Silva**.** Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 268/2025. *RPF Comercial Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 03.217.016/0001-49, com o valor total de R$ 801,86. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 11 de Novembro de 2025. Representante Legal – Elcio Castelhano**.** Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 269/2025. *SDT Assessoria Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 45.254.393/0001-06, com o valor total de R$ 6.248,90. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 11 de Novembro de 2025. Representante Legal – Sheila Dias Till**.** Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 270/2025. *Supera Comércio E Importação Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 26.749.211/0001-15, com o valor total de R$ 31.105,74. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 11 de Novembro de 2025. Representante Legal – Helenson Rodrigo Faria. Prefeito – Geri Natalino Dutra.

Pato Branco, 18 de Novembro de 2025.

GERI NATALINO DUTRA.
Prefeito

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:1EC165E5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DAS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 271/272/273/274/275/2025. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 58/2025 - PROCESSO Nº 115/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº60/2025 - PROCESSO Nº 117/2025. OBJETO:Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ferramentas, ferragens e equipamentos elétricos para reforma, confecção de carros alegóricos e enfeites natalinos visando atender às necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. **Ata de registro de preços Nº 271/2025. *Ecomfire Equipamentos De Segurança Contra Incêndio Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 54.827.418/0001-04, com o valor total de R$ 42.635,30. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 17 de Novembro de 2025. Representante Legal – Raphael Queiroz de Mendonca Caparelli. Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 272/2025. *Fgs Comercial Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 39.988.022/0001-47, com o valor total de R$ 32.830,00. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 18 de Novembro de 2025. Representante Legal – Fernando Guilherme Seiler. Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 273/2025. *Masterfer Comercio De Ferragens Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 11.175.931/0001-47, com o valor total de R$ 40.133,00. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 17 de Novembro de 2025. Representante Legal – Daniel Arcari. Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 274/2025. *Voglio Importadora Exportadora e Representações Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 47.171.447/0001-97, com o valor total de R$ 17.395,00. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 18 de Novembro de 2025. Representante Legal – Leandro Guilhardi Falcão. Prefeito – Geri Natalino Dutra. **Ata De Registro De Preços Nº 275/2025. *W4U Comercio & Solucoes Ltda*,** CNPJ/MF sob o nº 45.532.792/0001-83, com o valor total de R$ 32.720,30. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 18 de Novembro de 2025. Representante Legal – Thamara Medeiros Gonçalves. Prefeito – Geri Natalino Dutra. Pato Branco 18 de Novembro de 2025.

GERI NATALINO DUTRA.
Prefeito –

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:E1428C63

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA DE PARLAMENTAR N° 202271170015 INEXIGIBILIDADE N.º 93/2025 – PROCESSO N.º 95/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei";
Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."
Considerando a Emenda Parlamentar nº 202271170015, que destinou recurso orçamentário ao Ministério da Cidadania, com classificação Funcional Programática: 082445031219G0041, contemplando o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para o fim específico de *"repasse dos itens indicados para unidade socioassistencial beneficiaria"*, a ser repassado através do Município de Pato Branco;
Considerando que, mediante o processo licitatório Pregão Eletrônico nº 55/2023, o Município de Pato Branco adquiriu os itens da referida emenda, para atender a seu objeto;
Justifica-se a INEXIGIBILIDADE de Chamamento Público para celebrar ACORDO DE COOPERAÇÃO, nos termos do art. 2º, VIII-A da Lei 13.019/2014 e arts. 4º e 5º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando à mútua colaboração entre os entes signatários para o investimento em ações relativas à execução do Serviço de Acolhimento Institucional Provisório de pessoas e seus acompanhantes que estejam em trânsito durante período de tratamento de doenças graves, mediante a cessão de uso dos bens móveis identificados no respectivo Termo de Acordo de Cooperação, de conformidade com os artigos 66 e 70 da Lei Orgânica do Município, em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação dos Amigos de Prevenção do Câncer**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.696.045/0001-54, com sede na Rua Theophilo Augusto Loiola, nº 360, CEP 85.502-480 em Pato Branco - PR, telefone (46) 3223-1181, e-mail: gamapatobranco@hotmail.com.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação à presente justificativa, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Paulo Ricardo de Souza Centenaro, através do e-mail secsocial1@patobranco.pr.gov.br. Pato Branco, 17 de novembro de 2025.

PAULO RICARDO DE SOUZA CENTENARO -
Secretário Municipal de Assistência Social.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:6FBE5464

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 03/2025. CONTRATO Nº 363/2022. DISPENSA N° 79/2022. PROCESSO Nº 421/2022.

PARTES: Município de Pato Branco e Balduino Ruaro.OBJETO: A Locação de imóvel urbano, situado na Rua Tocantins nº 1288, bairro Baixada Industrial, no município de Pato Branco, sob matricula de nº 33.566, no 1º Oficio de Registro de Imóveis, com 233,20m² de área construída e terreno com 318,75m², sobre o lote nº 16, da quadra nº 183, e será utilizada para as instalações do CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social.ADITAMENTO: Da Alteração do Locador, Em razão do óbito do Sr. Balduino Ruaro (Locador original), a titularidade do contrato de locação é transferida para o Espólio do de cujus. O Espólio, com fundamento no Art. 1.797, I, do CC/2002, e no Art. 617, I, do CPC/2015, será administrado e legalmente representado pela Inventariante Provisória, sendo a viúva meeira, passando a viger conforme segue: LOCADOR: De: Balduino Ruaro, brasileiro, inscrito no CPF nº 126.165.169–34, RG sob nº 646.511 SESP/PR, residente e domiciliado na cidade de Pato Branco/PR, situado à Rua Tocantins, nº 1270. Para: Espólio de Balduino Ruaro, representado por sua Inventariante Provisória, a Sra. Leonilde Maria Ruaro, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 046.576.309–03, residente e domiciliada na Rua Tocantins, Nº 1296, bairro Baixada Industrial, cidade de Pato Branco/PR, CEP: 85.501–054. Neste ato representada por Ciro Imóveis Ltda, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 27.611.218/0001–39, com sede na Rua Tamoio nº 770, centro, na cidade de Pato Branco/Pr, CEP 85.501–054, e–mail atendimento@ciroimoveispb.com.br, conforme contrato de administração de imóvel e intermediação imobiliária anexo ao processo. Do prazo para Apresentação do Formal de Partilha, As partes acordam que o Espólio de Balduino Ruaro, por meio de sua Inventariante Provisória, deverá iniciar e concluir o processo de inventário e partilha, apresentando o respectivo Formal de Partilha no menor prazo possível, observado o limite de prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do presente Termo Aditivo, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante justificativa devidamente fundamentada e aceita pela Administração. Fica sob responsabilidade da Secretaria Gestora celebrar novo termo aditivo para substituição do Espólio pelos herdeiros devidamente individualizados e habilitados, observadas as condições de habilitação exigidas pela Lei nº 8.666/93 e pelo contrato original. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 12 de Novembro de 2025.Geri Natalino Dutra – Prefeito. Espólio de Balduino Ruaro – Locador. Leonilde Maria Ruaro – Inventariante Provisória do Espólio. Ciro Imóveis Ltda – Representante Legal.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:9312D578

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO II DO EDITAL N.º 10.003/2025– PARECERES DOS RECURSOS DEFERIDOS

CONHECIMENTOS DO CARGO			
CARGO	**QUESTÃO**	**JUSTIFICATIVA**	**RESULTADO DA ANÁLISE**
Professor Tradutor e Intérprete de Libras	18	Erro de formulação, uma vez que a questão não apresenta alternativa correta.	Questão Anulada
	29	Erro de formulação, uma vez que a questão não apresenta alternativa correta.	Questão Anulada

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:EF616A1C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1321, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXXI, na forma do art. 62, II, "f", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Processo Administrativo nº 17.969, de 13 de novembro de 2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Presidente da 1ª Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no uso das atribuições legais, a abertura de sindicância para apuração de possível furto de latas de tintas que estavam armazenadas nas dependências do Parque do Alvorecer, materiais pertencentes ao patrimônio público municipal, nos termos dos Artigos 137 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993.
Art. 2º O prazo para conclusão da sindicância será de 60 dias, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período a critério da autoridade superior, nos termos do art. 139, § 3º, da Lei Municipal nº 1.245, de 1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:089B8FCE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1322, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXXI, na forma do art. 62, II, "f", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Processo Administrativo nº 10.279, de 14 de julho de 2025, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar à nomeação de Comissão Especial de Sindicância afim de apurar as supostas irregularidades na execução e fiscalização dos serviços de lavanderia hospitalar contratados por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CONIMS), composta pelos seguintes servidores:
Alice Prestupa Berto, matrícula 7924-3, Assistente em Gestão;
Angela Erbes, matrícula 6060-7, Procuradora Jurídica;
Elisangela Marcia Caldato Zanella, matrícula 5406-2, Assistente em Gestão;
Liciane Cristina Puttkamer Bertoletti, matrícula 7635-0, Assistente em Gestão;
Mariana Weiss, matrícula 8482-4, Contadora.

Art. 2º Determino que, a servidora Angela Erbes será a Presidente da Comissão Especial de Sindicância.

Art. 3º O prazo para conclusão da sindicância será de 60 dias, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período a critério da autoridade superior, nos termos do art. 139, § 3º, da Lei Municipal nº 1.245, de 1993.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1045 de 28 de agosto de 2025.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente*.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:25ECB2F1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1326, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento nos arts. 82, IV, e 87, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Protocolo RH nº 36.209, de 11 de novembro de 2025;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder licença sem vencimentos, pelo período de até 2 (dois) anos, à servidora pública efetiva **FRANCIELI NUNES DIAS CORREIA** Matrícula nº 6254-5, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Vigia, lotada junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º Durante o período de licença, o servidor ficará **sem direito à remuneração e sem contagem de tempo de serviço** para quaisquer efeitos legais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:7D779E4C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova de títulos** do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2025, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado mediante o **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da prova de títulos.

Art.2° O candidato poderá consultar individualmente o seu desempenho na prova de títulos, acessando o campo "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3° Em face do resultado divulgado neste expediente, caberá interposição de recurso administrativo no período das **0h do dia 19/11/2025 até às 23h59min do dia 24/11/2025**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco (PR), 18 de novembro de 2025.

GERI DUTRA
Prefeito

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:0F6BD844

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova objetiva** do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2025, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado por intermédio deste edital, o resultado preliminar da prova objetiva aplicada na data pretérita de 26 de outubro de 2025.

O **ANEXO I** dispõe do Gabarito Definitivo da prova objetiva.

O **ANEXO II** dispõe dos Pareceres dos Recursos Deferidos, interpostos contra os cadernos de questões e o gabarito preliminar da prova objetiva.

O **ANEXO III** dispõe do Resultado Preliminar da prova objetiva.

Art.2° O candidato poderá consultar individualmente sua Folha de Resposta, bem como o seu desempenho na Prova Objetiva, acessando o campo "Área do candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3° Quanto ao resultado da prova objetiva divulgado caberá interposição de recurso, no período das **0h do dia 19/11/2025 até às 23h59min do dia 24/11/2025**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá

acessar a “Área do Candidato”, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco (PR), 18 de novembro de 2025.

GERI DUTRA
Prefeito

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:E69030E6

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 15/12/2025.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ARM7D41	116100T001623531	18/10/2025	55680
IQH3H43	116100T000695600	19/10/2025	55250
MEE1F01	116100T001623532	18/10/2025	55680

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:E7EE3D46

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 15/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
BEW4D61	277510T000085615	13/08/2025	54600	
MDW9A95	277510T000037737	13/08/2025	73232	
TBD7H98	277510T000028679	13/08/2025	52070	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:3C92FD7D

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 19/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
PAC4A53	277510T000096722	20/08/2025	56731	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:6F7EAE61

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA LIBERAÇÃO PARA COMÉRCIO DE MEDICAMENTO

Conforme a Portaria Nº. 6 de 29 de janeiro de 1999 artigo 124, a empresa SALUTE - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 01.875.428/0012-01, situada na Rua Avenida Tupi 6000 bairro: Morumbi, apresentou seu cadastro junto a Vigilância Sanitária local e fica **LIBERADA** para exercer a venda de medicamentos de uso sistêmico a base de substâncias da Lista “C2” (retinóides) da Portaria nº 344/98 e de suas atualizações.

Em, 06 de novembro de 2025.

LUCIANA V. VENTURIN
Farmacêutica CRF/PR: 21473
Departamento de Vigilância Sanitária

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:8D6237C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O (a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75,§ e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
1) Homologar e Adjudicar a presente Licitação nos termos: a) Processo nº 28/2025; b) Licitação nº 22/2025 IL; c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação; d) Data de Homologação : 18/11/2025; e) Objeto da Licitação: “POLÍTICAS URBANAS E OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES. ESTATUTO DA CIDADE. PLANO DIRETOR. GOVERNANÇA DIGITAL E TRANSPARÊNCIA. POLÍTICAS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO. SMART CITY (MÓDULO 2)” Cidade de Curitiba PR.
Participante IDADI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ N°58.511.090/0001-65
1 Quantidade de itens: 1; Média desconto(%): 0,0000; Total dos itens (em reais $) 1.890,00/1;
2) Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente Manutenção dos Serviços administrativos da Câmara Dotação: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00 Valor Estimado: R$ 1.890,00

Paula Freitas, 18 de outubro 2025.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Marcos Roberto Banhara
Código Identificador:268ACE2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.331/2025, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 3.331/2025, de 18 de novembro de 2025.

Dispõe sobre a identificação dos geradores sujeitos a sistemática de logística reversa de pneus inservíveis no Município de Paula Freitas e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Paula Freitas/Pr, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 73, incisos I, IV, XXVII e XXIX da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, Lei Municipal nº 1524/2021.

DECRETA:

Art. 1º - Os sujeitos abaixo indicados por se tratarem de borracharias, mecânicas e comércios são potenciais geradores sujeitos a sistemática de logística reversa de pneus no município de Pala Freitas:

SILVESTRE KOVALESKI 06282626986, 29.767.327/0001-75, Rua TREVO RODOVIA JOAO MARIA BUENO;

JEAN CARLO WARKEN BORRACHARIA E ACESSORIOS, 32.475.825/0001-59, ROD BR 476 KM 344;

REGINALDO CEZAR LACHOWSKI 01541089952, 40.568.064/0001-08, Rua GUSTAVO SCHWARTZ;

AUTO CENTER QUATRO RODAS LTDA, 45.649 617/0001-70, Rua MARIO ANGELO BALARDINE;

HILDO JOSE PASIN, 82.480.336/0001-63, Rodovia ROD. BR 476;

ODAIR RODRIGUES, 494.188.749.20, Rua ASTOLFO MACEDO DE SOUZA;

MOACIR DA SILVA 81962045900, 14.165.728/0001-88, Rua JOAO MARIA BUENO;

WILSON HENRIQUE OGRODOWSKI 97642991991, 18.547.916/0001-21, Rodovia ROD. BR 476;

LUCIANO VACILKOSKI 02518156925, 28.230.665/0001-00, Rua ESTRADA PRINCIPAL;

IVO URBAN 01829509993, 28.793.464/0001-11, Rua RUA ANCELMO URBAN;

GELSON FABIO CHECHENSKI 07177282939, 20.967.558/0001-58, Rua ROD BR 476;

MARCO AURELIO TORQUATO 02894550901, 26.845.122/0001-72, Rua INT. MANOEL RIBAS;

PAULO FIDUNIV 71954937920, 30.944.431/0001-77, Estrada RON DE CIMA;

CESAR GIACOMET, 03.762.412/0001-57, Rua ROD BR 476;

MASCHEN & MASCHENLTDA – ME, 09.299.619/0001-13, Rodovia BR 476 - KM 344;

JOEL CARLOS MENDES DE ARAUJO – 02151172988, 42.569.171/0001-86, Rua Rod 153;

WOLLINGER & CIA LTDA, 81.647.604/0001-26, Rua GUSTAVO SCHWARTZ;

BIAZUS E CIA LTDA, 82.074.279/0001-12, Rua GUSTAVO SCHWARTZ;

Art. 2° - A fim de dar cumprimento a logística reversa de pneus inservíveis no Município de Paula Freitas os pneus inservíveis poderão ser depositados pelas empresas acima mencionadas no pátio da prefeitura municipal sempre nas sextas-feiras.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas, 18 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:3F9943D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS – PARANÁ
EXTRATO DE TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024
O Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, torna público que, após análise técnica e realização de pesquisas de preços, foi **deferido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro** referente ao **Contrato Administrativo nº 04/2024**, firmado com a empresa **KAOE PIGATTO PASSOS**, inscrita no CNPJ nº 54.633.678/0001-30, cujo objeto consiste na prestação de serviços de mão de obra de eletricista para a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.
O percentual de reequilíbrio concedido é de **20%**, passando o valor mensal contratual de **R$ 3.671,13** para **R$ 4.405,36**, conforme critérios previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
Determina-se a formalização do respectivo **Termo Aditivo**, com seus efeitos legais a partir da data de sua assinatura.
Paula Freitas – PR, 18 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal
Autoridade Competente

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:0F6CF3DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265 / 2024

PRRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265 / 2024
No dia 22 do mês de Novembro do ano de 2024 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 75.687.954/0001-13, com sede administrativa localizada na Avenida Agostinho de Souza, 646, bairro Centro, CEP nº 84630000, nesta cidade de Paula Freitas,PR, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA inscrito no cpf sob o nº 660.883.729-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 63/2024, Processo licitatório nº 81/2024 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de Oficineiros para desenvolver atividades no Ensino Integral, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Paula Freitas/PR. , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Considerando a necessidade da continuidade dos serviços contratados e o interesse recíproco entre os contratantes, resolvem:

1.1. CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS, passando a ter a seguinte redação a partir de 22 de novembro de 2025:
“O presente contrato terá seu prazo de vigência até o dia 22 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado mediante o termo aditivo e nos termos da Lei de Licitações nº 14.133/21 e Contratos Administrativos”.

1.2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO passando a ter a seguinte redação a partir de 22 de novembro de 2025:
Os valores pelo índice INPC/IBGE acumulado nos últimos 12 meses.

ITEM 01 - Prestação de serviços de Oficinas de Língua Inglesa para a Educação Básica. A CONTRATADA deverá apresentar profissional habilitado: o Diploma de graduação reconhecido pelo MEC, nas seguintes áreas: Letras - licenciatura em inglês ou Letras
- licenciatura dupla em português-inglês;
- Comprovação de experiência de no mínimo 06 meses como regente de turma na Educação Básica (1º ao 5º
ano) na disciplina de Língua Inglesa. É de responsabilidade da CONTRATADA o deslocamento dos seus funcionários até o local indicado pela Contratante para a realização das Oficinas, levando em consideração todos os espaços/prédios públicos que abrangem o Município (centro/interior), bem como fica sob sua responsabilidade a alimentação dos mesmos.
VALOR REAJUSTADO : R$ 45,98

2. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente juntamente com as testemunhas abaixo.

Paula Freitas, 18 de novembro de 2025.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

DC COMPANY SERVIÇOS LTDA
54.516.834/0001-83

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:AEDA2E88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE CREDENCIAMENTO ADATRYZ&BAYRO DOCTOR COMPANY LTDA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2025 – FMS
ATA DE CREDENCIAMENTO

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Paulo Frontin/PR, os membros abaixo assinados, com a finalidade de deliberar acerca do **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços relacionados a Saúde,** com objetivo de atender às necessidades e demandas da Fundação Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de horas trabalhadas, para as especialidades/categorias de **Médico ESF, Médico Plantonista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Neurologista e Médico Ginecologista,** conforme estabelecido no Termo de Referência. Foram observadas as condições previstas na legislação pertinente, bem como os critérios constantes no Edital do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2025, vinculado ao Processo Licitatório nº 22/2025. A empresa **ADATRYZ&BAYRO DOCTOR COMPANY LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **50.236.518/0001-05**, representada legalmente pelo Sr. Bayro Caldeira Santos e Adatriz Rosa de Jesus, apresentou a documentação exigida para fins de credenciamento. Diante da análise da documentação apresentada, **constatou-se a ausência** dos seguintes documentos obrigatórios, conforme exigido pelo Edital: Declarações constantes nos Anexos II e IV, Certidão Negativa de Falência e Concordata, bem como Documentos Contábeis. Desta forma, **concede-se o prazo de até 05 (cinco) dias uteis**, a contar da publicação da presente Ata, para que a empresa proceda à reapresentação dos documentos não apresentados, conforme exigência editalícia**.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.
Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO
Presidente da Comissão

IONARA TAYNA DA ROCHA MELNIK
Membro

LORENA APARECIDA SOARES
Membro

EDER RENATO STELMACH
Membro Suplente

MIRNA BLEY BONATTO
Membro Suplente

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:C2EBB25C

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE CREDENCIAMENTO ALLINE A. B. O. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2025 – FMS
ATA DE CREDENCIAMENTO

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Paulo Frontin/PR, os membros abaixo assinados, com a finalidade de deliberar acerca do **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços relacionados a Saúde,** com objetivo de atender às necessidades e demandas da Fundação Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de horas trabalhadas, para as especialidades/categorias de **Médico ESF, Médico Plantonista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Neurologista e Médico Ginecologista,** conforme estabelecido no Termo de Referência. Foram observadas as condições previstas na legislação pertinente, bem como os critérios constantes no Edital do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2025, vinculado ao Processo Licitatório nº 22/2025. A empresa **ALLINE A. B. O. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **54.433.242/0001-06**, representada legalmente pela Sra. Alline Aparecida Batista de Oliveira, apresentou a documentação exigida para fins de credenciamento. Diante da análise da documentação apresentada, **constatou-se a ausência** dos documentos contábeis de cunho obrigatório, conforme exigido pelo Edital. Desta forma, **concede-se o prazo de até 05 (cinco) dias uteis**, a contar da publicação da presente Ata, para que a empresa proceda à reapresentação dos documentos não apresentados, conforme exigência editalícia**.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.
Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO
Presidente da Comissão

IONARA TAYNA DA ROCHA MELNIK
Membro

LORENA APARECIDA SOARES
Membro

EDER RENATO STELMACH
Membro Suplente

MIRNA BLEY BONATTO
Membro Suplente

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:D7F0B6FC

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE CREDENCIAMENTO ANTONIO ZIEMER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2025 – FMS
ATA DE CREDENCIAMENTO

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Paulo Frontin/PR, os membros abaixo assinados, com a finalidade de deliberar acerca do **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços relacionados a Saúde,** com objetivo de atender às necessidades e demandas da Fundação Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de horas trabalhadas, para as especialidades/categorias de **Médico ESF, Médico Plantonista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Neurologista e Médico Ginecologista,** conforme estabelecido no Termo de Referência. Foram observadas as condições previstas na legislação pertinente, bem como os critérios constantes no Edital do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2025, vinculado ao Processo Licitatório nº 22/2025. A empresa **ANTONIO ZIEMER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **48.769.397/0001-07**, representada legalmente pelo Sr. Antonio Claudino Ziemer Filho, apresentou a documentação exigida para fins de credenciamento. Diante da análise da documentação apresentada, **constatou-se a ausência** dos seguintes documentos obrigatórios, conforme exigido pelo Edital: Declarações constantes nos Anexos II e IV, Certidão Negativa de Falência e Concordata, bem como Documentos Contábeis. Desta forma, **concede-se o prazo de até 05 (cinco) dias uteis**, a contar da publicação da presente Ata, para que a empresa proceda à reapresentação dos documentos não apresentados, conforme exigência editalícia**.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.
Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO
Presidente da Comissão

IONARA TAYNA DA ROCHA MELNIK
Membro

LORENA APARECIDA SOARES
Membro

EDER RENATO STELMACH
Membro Suplente

MIRNA BLEY BONATTO
Membro Suplente

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:95B153B7

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE CREDENCIAMENTO CLINICA MÉDICA AUGUSTINHAK LTDA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2025 – FMS
ATA DE CREDENCIAMENTO

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Paulo Frontin/PR, os membros abaixo assinados, com a finalidade de deliberar acerca do **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços relacionados a Saúde,** com objetivo de atender às necessidades e demandas da Fundação Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de horas trabalhadas, para as especialidades/categorias de **Médico ESF, Médico Plantonista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Neurologista e Médico Ginecologista,** conforme estabelecido no Termo de Referência. Foram observadas as condições previstas na legislação pertinente, bem como os critérios constantes no Edital do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2025, vinculado ao Processo Licitatório nº 22/2025. A empresa **CLINICA MÉDICA AUGUSTINHAK LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **17.797.016/0001-70**, representada legalmente pelo Sr. Joslei Antonio Kwiatkowski Augustinhak, apresentou a documentação exigida para fins de credenciamento. Diante da análise da documentação apresentada, **constatou-se a ausência** dos seguintes documentos obrigatórios, conforme exigido pelo Edital: Declarações constantes nos Anexos II, III e IV e Atestado de Capacidade Técnica. Desta forma, **concede-se o prazo de até 05 (cinco) dias uteis**, a contar da publicação da presente ata, para que a empresa proceda à reapresentação dos documentos não apresentados, conforme exigência editalícia**.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.
Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO
Presidente da Comissão

IONARA TAYNA DA ROCHA MELNIK
Membro

LORENA APARECIDA SOARES
Membro

EDER RENATO STELMACH
Membro Suplente

MIRNA BLEY BONATTO
Membro Suplente

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:FB6EEA14

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE CREDENCIAMENTO DOUGLAS PEREIRA CARNIEL EIRELI - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2025 – FMS
ATA DE CREDENCIAMENTO

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Paulo Frontin/PR, os membros abaixo assinados, com a finalidade de deliberar acerca do **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços relacionados a Saúde,** com objetivo de atender às necessidades e demandas da Fundação Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de horas trabalhadas, para as especialidades/categorias de **Médico ESF, Médico Plantonista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Neurologista e Médico Ginecologista,** conforme estabelecido no Termo de Referência. Foram observadas as condições previstas na legislação pertinente, bem como os critérios constantes no Edital do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2025, vinculado ao Processo Licitatório nº 22/2025. A empresa **DOUGLAS PEREIRA CARNIEL EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **26.892.434/0001-37**, representada legalmente pelo Sr. Douglas Pereira Carniel, apresentou a documentação exigida para fins de credenciamento. Diante da análise da documentação apresentada, **constatou-se a ausência** dos seguintes documentos obrigatórios, conforme exigido pelo Edital: Declarações constantes nos Anexos II e IV, Atestado de Capacidade Técnica, Certidão Negativa de Falência e Concordata, Certidão Negativa Federal, bem como Documentos Contábeis. Desta forma, **concede-se o prazo de até 05 (cinco) dias uteis**, a contar da publicação da presente Ata, para que a empresa proceda à reapresentação dos documentos não apresentados, conforme exigência editalícia**.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.

Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO
Presidente da Comissão

IONARA TAYNA DA ROCHA MELNIK
Membro

LORENA APARECIDA SOARES
Membro

EDER RENATO STELMACH
Membro Suplente

MIRNA BLEY BONATTO
Membro Suplente

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:AE903A51

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE CREDENCIAMENTO INÁCIO MARTINS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA ME - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2025 – FMS
ATA DE CREDENCIAMENTO

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Paulo Frontin/PR, os membros abaixo assinados, com a finalidade de deliberar acerca do **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços relacionados a Saúde,** com objetivo de atender às necessidades e demandas da Fundação Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de horas trabalhadas, para as especialidades/categorias de **Médico ESF, Médico Plantonista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Neurologista e Médico Ginecologista,** conforme estabelecido no Termo de Referência. Foram observadas as condições previstas na legislação pertinente, bem como os critérios constantes no Edital do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2025, vinculado ao Processo Licitatório nº 22/2025. Apresentou a documentação exigida a empresa **INÁCIO MARTINS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 24.042.809/0001-44, representada legalmente pelo Sr. Adriano Vitoriano, a qual cumpriu os requisitos editalícios, ficando **habilitada e apta ao credenciamento** no referido processo. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada por mim, Presidente da Comissão, nomeada pelo instrumento editalicio e pelos demais membros.
Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO
Presidente da Comissão

IONARA TAYNA DA ROCHA MELNIK
Membro

LORENA APARECIDA SOARES
Membro

EDER RENATO STELMACH
Membro Suplente

MIRNA BLEY BONATTO
Membro Suplente

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:05438D54

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE CREDENCIAMENTO ITO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN/PR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2025 – FMS
ATA DE CREDENCIAMENTO

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Paulo Frontin/PR, os membros abaixo assinados, com a finalidade de deliberar acerca do **Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços relacionados a Saúde,** com objetivo de atender às necessidades e demandas da Fundação Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de horas trabalhadas, para as especialidades/categorias de **Médico ESF, Médico Plantonista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Neurologista e Médico Ginecologista,** conforme estabelecido no Termo de Referência. Foram observadas as condições previstas na legislação pertinente, bem como os critérios constantes no Edital do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2025, vinculado ao Processo Licitatório nº 22/2025. A empresa **ITO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **42.723.026/0001-08**, representada legalmente pelo Sr. Leonardo Ito Silveira, apresentou a documentação exigida para fins de credenciamento. Diante da análise da documentação apresentada, **constatou-se a ausência** dos seguintes documentos obrigatórios, conforme exigido pelo Edital: Declarações constantes nos Anexos II, III e IV, Atestado de Capacidade Técnica, Certidão Negativa de Falência e Concordata, Certidão Negativa Estadual, bem como Documentos Contábeis. Desta forma, **concede-se o prazo de até 05 (cinco) dias uteis**, a contar da publicação da presente Ata, para que a empresa proceda à reapresentação dos documentos não apresentados, conforme exigência editalícia**.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.
Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO
Presidente da Comissão

IONARA TAYNA DA ROCHA MELNIK
Membro

LORENA APARECIDA SOARES
Membro

EDER RENATO STELMACH
Membro Suplente

MIRNA BLEY BONATTO
Membro Suplente

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:5BD4CDAA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 496/2025

Decreto nº 496/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme a Lei Municipal 1.512/2025;

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir

no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
004	Sec. Munic. de Educação Cultura e Desporto	
1236100122.015	Manutenção dos Serviços de Educação	
3350.43.842	Subvenções Sociais	100.000,00
	TOTAL	**100.000,00**

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, o excesso de arrecadação da própria fonte de recurso.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 18 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:AA4074C0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 498/2025

Decreto nº 498/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme a Lei Municipal 1.514/2025;

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 280.000,00 (duzentos oitenta mil reais), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
0602	Secretaria de Saúde	
1030100172028	Manutenção Consórcio Cisvali	
337170.12494	Rateio pela Participação em Consórcio Publico	280.000,00
	TOTAL	**280.000,00**

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, o excesso de arrecadação das próprias fontes de recurso.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 18 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:FCD39657

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 47/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 47/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: AGROMASS BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 06.274.095/0004-60
Responsável Legal: FLAVIO ROBERTO SCORSI
Valor: R$ 930,00 (novecentos e trinta reais)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:F7CAF94B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 48/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 29/2025

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 48/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 29/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: COMERCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 29.322.621/0001-73
Responsável Legal: SILVIA DEBUS PAIM
Valor: R$ 8.343,00 (oito mil trezentos e quarenta e três reais)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.

Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:C12CB3DD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 50/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 30/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 50/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 30/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares

Contratado: SANEVITTA COMERCIO REP PROD HOSP MEDICOS LTDA
CNPJ: 06.274.095/0004-60
Responsável Legal: SIMONE ALVES
Valor: R$ 751,00 (setecentos e cinquenta e um reais).
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:89038AF8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 51/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 31/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 51/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 31/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS
Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTD
CNPJ: 49.875.336/0001-97
Responsável Legal: PATRIQUE SCHREINER
Valor: R$ 57.187,82 (cinquenta e sete mil centos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:C82377A7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 53/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 33/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 53/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 33/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 60.599.605/0001-72
Responsável Legal: CAMILE BORGES SOCOLOSKI CHERPINSKI
Valor: R$ 11.165,50 (onze mil e cento e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:676AEEE0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 54/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 34/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 54/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 34/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 57.394.275/0001-74
Responsável Legal: GUILBER GONCALVES DIAS
Valor: R$ 1.307,50 (um mil e trezentos e sete reais e cinquenta centavos)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:DF324189

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 56/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 36/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 56/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 36/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: L C Med Materiais Medicos e Hospitalares LTDA
CNPJ: 25.245.772/0001-14

Responsável Legal: LARA CAROLINA REINO BARBOSA
Valor: R$ 900,00 (novecento reais)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:5B1F9C3B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 58/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 38/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 58/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 38/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 51.740.794/0001-60
Responsável Legal: IRENELOPES SALVI
Valor: R$ 685,08 (seiscentos e oitenta e cinco reais e oito centavos)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:74354AF9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 60/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 40/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 60/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 40/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: GEOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 43.144.036/0001-51
Responsável Legal: KELI JOHNER
Valor: R$ 152.426,80 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:504BDE3D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 61/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 41/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 61/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 41/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME
CNPJ: 28.453.476/0001-05
Responsável Legal: INES MIKOSKI DEMBINSKI
Valor: R$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:12D57F00

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 62/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS

EXTRATO CONTRATUAL Nº 62/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: PÉROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
CNPJ: 30.888.187/0001-72
Responsável Legal: SOLIANA VERGINIA BRAGA

Valor: R$ 14.053,50 (quatorze mil e cinquenta e três reais e cinquenta centavos)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:0F364ACE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 63/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 43/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 63/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 43/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: RÁPIDA INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 34.883.104/0001-03
Responsável Legal: RICARDO ALEXANDRO SALOMONI
Valor: R$ 74.380,00 (setenta e quatro mil e trezentos e oitenta reais)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:B1B7430D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 64/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 44/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 64/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 44/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS – EIRELI
CNPJ: 23.228.076/0001-74
Responsável Legal: LEANDRO ROSSONI
Valor: R$ 24.548,52 (vinte e quatro mil e quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:D28C7AE2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 66/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 66/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 00.656.468/0001-39
Responsável Legal: ALENCAR ALMEIDA
Valor: R$ 37.145,75 (trinta e sete mil e cento e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:236ED159

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 67/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 47/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 67/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 47/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: LA DALLAPORTA JUNIOR
CNPJ: 11.145.401/0001-56
Responsável Legal: LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR
Valor: R$ 265.036,60 (duzentos e sessenta e cinco mil e trinta e seis reais e sessenta centavos)
Fonte: Órgão – Poder Executivo

Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:E4F47881

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 68/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 48/2025

ESTADO DO PARANÁ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN – FMS
EXTRATO CONTRATUAL Nº 68/2025 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 48/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2025 – FMS

Contratante: Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin – PR
Responsável: Lorena Aparecida Soares
Contratado: TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 21.831.246/0001-85
Responsável Legal: MIRIAN STUANI DE ALMEIDA
Valor: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Fonte: Órgão – Poder Executivo
Vigência: 12 (doze) meses – de 10/11/2025 a 10/11/2026
Elemento de Despesa: Manutenção dos Serviços Hospitalares
Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES DE SAÚDE EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.
Paulo Frontin – PR, 10 de novembro de 2025.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:40F4FF88

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 94/2025

Prefeitura Municipal de Paulo Frontin -PR
EXTRATO CONTRATUAL Nº 94/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025

Contratante: Município de Paulo Frontin-Paraná;
Responsável: Ireneu Inácio Zacharias;
Contratado: Jungle Consultoria e Soluções Sociais Ltda.;
CNPJ: 08.582.479/0001-23;
Responsável: Igor Guadalupe Coelho;
Valor: R$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais);
Fonte: Órgão 2 – Poder Executivo;
Unidade: Secretaria Municipal de Assistência Social e Família;
Projeto/Atividade: Manutenção Fundo Municipal Assistência Social;
Elemento: Serviços Técnicos Profissionais;
Objeto: Contratação de licença de uso de software de gestão do Sistema Único de Assistência Social.

Paulo Frontin/PR, 11 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:E551930B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 96/2025

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN-PR
EXTRATO CONTRATUAL Nº 96/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 87/2025

Contratante: Município de Paulo Frontin-Paraná;
Responsável: IRENEU INÁCIO ZACHARIAS;
CONTRATADO: **SL SCHNEIDER COMÉRCIO DE MATERIAIS E BRINDES LTDA**;
CNPJ: **57.168.456/0001-82**;
Responsável: SÉRGIO LUIS SCHNEIDER;
Valor: R$ 11.550,00 (onze mil, quinhentos e cinquenta reais).
Vigência: 12 meses.
Fonte: Órgão 02 – Poder Executivo;
Unidade: 1- Secretaria Municipal de Educação;
Projeto/Atividade: 02.001 – Assessoramento Superior;
Elemento: Outros itens e compras;
Objeto: Aquisição de bandeiras oficiais e institucionais, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Paulo Frontin.

Paulo Frontin/PR, 17 de novembro de 2025.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:40A710C7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.510/2025

LEI Nº 1.510/2025

Institui o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), relativo aos débitos fiscais com o fisco municipal de Paulo Frontin, e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) no âmbito do Município de Paulo Frontin, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos tributários e não tributários de pessoas físicas e jurídicas, e outras entidades ou associações, inscritos ou não em dívida ativa.
Parágrafo único. O presente programa fundamenta-se nas autorizações contidas nos Artigos 66, 102, 110 e 113 da Lei Municipal nº 975/2013 (Código Tributário Municipal).
Art. 2º. O REFIS abrange os créditos tributários e não tributários da Fazenda Pública Municipal, constituídos e vencidos até 31 de dezembro de 2024, inscritos ou não em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser consolidados e renegociados nos termos desta Lei.
§ 1º. A adesão ao programa referido nesta Lei, dar-se-á por opção do contribuinte ou seus sucessores, bem como pelo responsável ou terceiros interessados, fazendo jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos a que se refere esta Lei.

§ 2º. A adesão a este programa será condicionada à assinatura do Termo de Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), bem como ao pagamento da primeira parcela constante no Artigo 4º desta Lei, conforme opção do contribuinte, devendo este conter expressamente a discriminação de valores, especialmente quanto ao valor da obrigação principal, valor das obrigações acessórias, valor do desconto, número de parcelas, e respectivo valor de cada parcela.
§ 3º. A consolidação de créditos abrangerá todos os débitos existentes em nome da Pessoa Física ou Jurídica, outras entidades ou associações, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, de mora ou de ofício e a juros moratórios, determinados nos termos do Art. 84 da Lei Municipal nº 975/2013.
§ 4º. O Contribuinte terá até o dia 18 de dezembro de 2025, para aderir ao REFIS, podendo ser prorrogado na forma do Artigo 10, inciso II, desta Lei.
§ 5º. O REFIS não alcança débitos relativos ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), cujas regras de recolhimento permanecem inalteradas, conforme Art. 218 e seguintes da Lei Municipal nº 975/2013.
Art. 3º. Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento.
Art. 4º. O REFIS beneficiará o contribuinte através da dispensa integral ou parcial dos juros e multas (configurando remissão e anistia, nos termos dos Art. 102, 113 e 121 da Lei Municipal nº 975/2013), acrescidos aos débitos tributários e não tributários, cujo percentual variará conforme a forma de parcelamento elegida.
§ 1º. Os débitos não tributários poderão ser pagos, em moeda corrente:
I - em parcela única, com a redução de 80% (oitenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal;
II - em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a redução de 60% (sessenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal;
III - em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com a redução de 40% (quarenta por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal;
§ 2º. A adesão ao REFIS para regularização de créditos tributários está condicionada ao pagamento, na data de adesão, de primeira parcela:
I - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da dívida, deduzidos multas e juros, quando o valor for igual ou inferior a R$ 4.000,00 (quatro mil reais);
II - equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado da dívida, deduzidos multas e juros, quando o valor for superior a R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
§ 3º. Em se tratando de créditos em fase de cobrança administrativa ou judicial, a primeira parcela descrita no § 2º supra deverá abranger também valores relativos às custas judiciais e extrajudiciais havidas pelo Município, assim como os honorários advocatícios de sucumbência devidos aos Advogados Públicos efetivos do Município, suspendendo-se a execução até a quitação do parcelamento.
§ 4º. Efetivado o pagamento do valor mínimo para adesão disposto nos § 2º e 3º supra, o saldo remanescente da dívida tributária poderá ser pago em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, vencíveis no último dia útil de cada mês, da seguinte forma:
I - Para quitação à vista, em parcela única, o contribuinte será beneficiado com desconto de 100% (cem por cento) de multas e juros, desde que abrangidos pelo REFIS;
II - Para quitação em até 06 (seis) parcelas mensais iguais e sucessivas, o contribuinte será beneficiado com desconto de 90% (noventa por cento) das multas e juros;
III - Para quitação em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, o contribuinte será beneficiado com desconto de 80% (oitenta por cento) das multas e juros;
IV - Para quitação em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, o contribuinte será beneficiado com desconto de 70% (setenta por cento) das multas e juros;
V - Para quitação em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, o contribuinte será beneficiado com desconto de 60% (sessenta por cento) das multas e juros;
VI - Para quitação em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, o contribuinte será beneficiado com desconto de 50% (cinquenta por cento) das multas e juros;
§ 5º. O valor mínimo das parcelas será de:
I - R$ 50,00 (cinquenta reais) para Pessoa Física;
II - R$ 100,00 (cem reais) para Pessoa Jurídica, inclusive outras entidades ou associações;
§ 6º. O atraso no pagamento de qualquer parcela provoca o acréscimo de multa no percentual de 0,1% (um centésimo por cento) por dia de atraso no valor da parcela, limitada ao percentual máximo de 3% (três por cento) ao mês, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.
Art. 5º. A opção pelo REFIS, implica ao contribuinte assumir as seguintes obrigações:
I - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos fiscais abrangidos pelo programa;
II - Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;
III - Cumprimento regular das parcelas do débito consolidado;
IV - Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativos aos créditos objeto da confissão, nos termos do Título II, Capítulo VIII, da Lei Municipal nº 975/2013.
§ 1º. Nos casos de crédito com exigibilidade suspensa por força de decisões judiciais, a renegociação dos referidos débitos pelo REFIS implicará na dispensa dos juros de mora até a data da opção, além dos benefícios descritos no art. 4º, desde que o contribuinte promova o encerramento do feito por desistência expressa e irretratável da respectiva ação judicial, bem como renuncie expressamente aos direitos sobre os quais se funda a ação, e promova o pagamento das custas processuais e dos honorários de seu advogado.
§ 2º. A opção pelo REFIS relativa àqueles débitos objetos de execuções fiscais da Fazenda Pública Municipal, implicará automaticamente na suspensão daqueles processos até o pagamento final do débito renegociado, mantidos todos os gravames decorrentes, bem como as garantias prestadas nas respectivas execuções fiscais.
§ 3º. A opção pelo REFIS substitui qualquer outra forma de parcelamento antes efetuado pelo contribuinte, seja administrativo ou judicial, de acordo com o montante faltante para pagamento, ressalvadas as parcelas já pagas.
Art. 6º. Efetuada a negociação de débitos fiscais através do REFIS, o contribuinte beneficiado fica impedido de celebrar novo parcelamento administrativo até a total quitação das parcelas assumidas pelo programa.
Art. 7º. Em caso de débito parcelado pelo REFIS, o atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas sucessivas ou de 03 (três) parcelas alternadas implicará no cancelamento automático do parcelamento, e na perda dos benefícios fiscais dispostos no art. 4º desta Lei, restabelecendo os valores e condições anteriores ao parcelamento, nos termos do Art. 84 da Lei Municipal nº 975/2013, deduzindo-se os valores pagos até a data do cancelamento.
Parágrafo Único. O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado, ainda não pago, restabelecendo-se ao montante não pago os acréscimos legais na forma da Legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, mediante inscrição automática do débito em dívida ativa, e implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas.
Art. 8º. O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.
Art. 9º. Os débitos fiscais consolidados pelo REFIS serão recolhidos ao tesouro municipal através de boleto bancário (DAM) para cobrança, emitido pelo Departamento de Tributação da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, após a assinatura do Termo de Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).
Art. 10. O Poder Executivo, nos termos do Art. 65, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, tomará todas as providências necessárias à execução do Programa REFIS, inclusive:
I - Editar normas regulamentares, através de decreto, quando entender necessário;

II - Prorrogar do prazo limite para adesão ao REFIS, caso o prazo estipulado no Artigo 2º, § 4º, não seja suficiente para atender a demanda dos contribuintes interessados, sendo que tal prorrogação fica limitada a 6 (seis) meses;
III - Fornecer aos órgãos de proteção ao crédito informações a respeito dos créditos da Fazenda Pública Municipal inscritos em Dívida Ativa;
IV - Firmar convênios, ajustes ou contratos com órgãos de proteção ao crédito; e,
V - Determinar o protesto extrajudicial dos débitos fiscais inscritos em dívida ativa.
Art. 11. As despesas decorrentes da execução do Programa REFIS serão suportadas por dotações orçamentárias próprias do Município.
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:412051E1

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.511/2025

LEI Nº 1.511/2025

Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Art. 2º. Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.
Art. 3º. O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município de Paulo Frontin para todos os efeitos legais.
Art. 4º. Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paulo Frontin/PR, 18 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:119D3506

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.512/2025

Lei Nº 1.512/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
004	Sec. Munic. de Educação Cultura e Desporto	
1236100122.015	Manutenção dos Serviços de Educação	
3350.43.842	Subvenções Sociais	100.000,00
	TOTAL	**100.000,00**

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, o excesso de arrecadação da própria fonte de recurso.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 18 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:B71A9F83

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.514/2025

Lei nº 1.514/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 280.000,00 (duzentos oitenta mil reais), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
0602	Secretaria de Saúde	
1030100172028	Manutenção Consórcio Cisvali	
337170.12494	Rateio pela Participação em Consórcio Publico	280.000,00
	TOTAL	**280.000,00**

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, o excesso de arrecadação das próprias fontes de recurso.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 18 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:E642F553

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE PIÊN/PR – PIÊN PREV
ATO DE APOSENTADORIA

ATO DE APOSENTADORIA

PORTARIA Nº. 012/2025

Concede aposentaria a Neide de Fátima Zanqueta

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PIÊN - PIENPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 58/2025, com fundamento no inciso XIII do Decreto nº 176, de 12.12.2011, que aprovou o Regimento Interno do PIENPREV e considerando o processo de aposentadorianº: 2025.04.00183P a servidora Neide de Fátima Zanqueta.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a servidora Neide de Fátima Zanqueta, brasileira, servidora pública municipal de Piên, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Públicos II, nível A11, inscrita na matrícula 22911, **aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos** mensais e integrais, com fundamento no Artigo 29, incisos I a V, §2º e Artigo 32, I da Lei Complementar nº 002/2024.

Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ **R$ 2.717,82 (dois mil, setecentos e dezessete reais, oitenta e dois centavos)**, conforme demonstrativo de cálculo em conformidade com o artigo 29 da Lei Complementar nº 002/2024.

Art. 3º - Reajuste na mesma data em que ocorrer o reajuste dos servidores ativos para manutenção do valor real conforme prevê o inciso I do Art. 32 da lei complementar n° 002/2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Piên, 18 de março de 2025

JACQUELINE NIEZER
Diretora Executiva

Publicado por:
Jacqueline Niezer
Código Identificador:74DEE81E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE PIÊN/PR – PIÊN PREV
ATO DE APOSENTADORIA

ATO DE APOSENTADORIA

PORTARIA Nº. 013/2025

Concede aposentaria a Marlize Schreine

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PIÊN - PIENPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 58/2025, com fundamento no inciso XIII do Decreto nº 176, de 12.12.2011, que aprovou o Regimento Interno do PIENPREV e considerando o processo de aposentadorianº: 2025.04.00182P a servidora Marlize Schreine.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a servidora Marlize Schreine, brasileira, servidora pública municipal de Piên, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível C13, inscrita na matrícula 19881, **aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos** mensais e integrais, com fundamento no Artigo 28, I ao V, § 1º E § 2º e Artigo 32, I da Lei Complementar nº 002/2024.

Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ **R$ 4.903,08 (quatro mil, novecentos e três reais, oito centavos)**, conforme demonstrativo de cálculo em conformidade com o artigo 28 da Lei Complementar nº 002/2024.

Art. 3º - Reajuste na mesma data em que ocorrer o reajuste dos servidores ativos para manutenção do valor real conforme prevê o inciso I do Art. 32 da lei complementar n° 002/2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Piên, 18 de março de 2025

JACQUELINE NIEZER
Diretora Executiva

Publicado por:
Jacqueline Niezer
Código Identificador:71F88578

LEGISLATIVO MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA COM VISTAS À FUTURA EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO, CONTEMPLANDO UMA VISITA PRÉVIA AO INICIO DA ELABORAÇÃO DE CADA PROJETO E TRES VISITAS TÉCNICAS DURANTE A EXECUÇÃO DOS MESMOS. O OBJETO CONTEMPLA O LEVANTAMENTO TÉCNICO, ELABORAÇÃO DE MEMORIAIS DESCRITIVOS, DESENHOS TÉCNICOS, ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E FORNECIMENTO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS COM BASE NA TABELA SINAPI OU COTAÇÕES ATUALIZADAS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA,

O presidente Sr. Almir Pedro Mielke, no uso de suas atribuições, na forma do Art. 75º, II, da Lei Federal 14.133/2021. Resolve:
HOMOLOGAR a presente Dispensa de Licitação, a qual tem como objeto contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos técnicos de engenharia com vistas à futura execução de obras e reformas nas dependências da câmara municipal de Piên e fiscalização da execução, contemplando uma visita prévia ao início da elaboração de cada projeto e três visitas técnicas durante a execução dos mesmos. o objeto contempla o levantamento técnico, elaboração de memoriais descritivos, desenhos técnicos, especificações de materiais e fornecimento de planilhas orçamentárias com base na tabela SINAPI ou cotações atualizadas conforme termo de referência, conforme condições, e exigências estabelecidas neste aviso, no termo de referência e seus anexos e adjudicar seu objeto à empresa:

RAZÃO SOCIAL: WHF ENGENHARIA LTDA, Pessoa jurídica de direito privado com Sede na Estrada Rio da Várzea, S/N, Rio da Várzea, Agudos do Sul, Paraná.

CNPJ Nº: 54.127.957/0001-22

Valor total da contratação (6 itens) : R$ 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais)

Dotação Orçamentaria:
01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
01.031.001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
33.90.39.00.00– Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
33.90.39.05.00 – Serviços Técnicos Profissionais

Piên/PR; 18 de novembro de 2025.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:D54C7C6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 002/2025

1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Pedro Geraldo Cavalheiro da Silva Decreto 385/2025 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 18.115.589/0001-39, estabelecida na Av. Nossa Senhora Aparecida, nº 490, Bairro: Santa Terezinha em Fazenda Rio Grande/PR, telefone: (41) 3060-3177, (41) 99802-0323, e-mail: mamterraplanagem@outlook.com; neste ato representado pela, Sra. Micheli de Araujo Martha, inscrita no CPF sob nº. 000.xxx.831-xx, doravante denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 019/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 4598/2025 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato conforme abaixo:

EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias, de 22/10/2025 a 18/02/2026
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias, de 20/04/2026 a 17/08/2026

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 18 de novembro de 2025

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0D9D0E04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 404, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 404, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 55, inciso IV da Lei Municipal 960/2007, de 14 de setembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a vacância do cargo de professor, em razão de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên a servidora pública Marlize Schreiner, inscrita no CPF sob nº 001.xxx.xxx-86 e matrícula 19881.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Piên/PR, 18 de novembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:86D27C8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 405/2025

DECRETO N.º 405 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Fica aberto o Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2025 no total de R$ 1.103.074,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1558 de 02 de dezembro de 2024 e 1559 de 16 de dezembro de 2024 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar junto ao orçamento do Município para o exercício de 2025, na importância de R$ 1.103.074,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
06	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
06.001	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
23.691.7.2.14	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
1561	0623 Operações de Crédito Internas - Aquisição de Imóvel	1.103.074,00
	SUBTOTAL	1.103.074,00
	TOTAL	1.103.074,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....1.103.074,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

As receitas provenientes de Operações de Crédito autorizadas pela Lei Municipal 1496 de 17 de fevereiro de 2023, conforme demonstrativo a seguir:

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
2.1.1.2.54.0.1.00.00.00.00.00 – Fonte 623	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PRINCIPAL	1.103.074,00
	TOTAL	1.103.074,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....1.103.074,00

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1446/2021 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º

1558/2024 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 18 de novembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:FBF59E23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 065/2025 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 065/2025 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **19 de novembro de 2025,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Auxiliar Administrativo - Afro

Classificação	Nome do Candidato
7º	MARIANA MUZIOL SOARES

Cargo: Assistente Social - Afro

Classificação	Nome do Candidato
1º	FLAVIA PEREIRA CARDOSO

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:52FC9873

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025

O MUNICÍPIO DE PIÊN, torna público que às 09:30 horas do dia 05/12/2025, na plataforma Bolsa Brasil de Licitações – BLL, site www.bll.org.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Trator Agricola 4x4	1	R$ 507.333,33	60 DIAS

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Piên e na plataforma Bolsa Brasil de Licitações – BLL. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados a Pregoeira, por meio da plataforma.

Piên/PR, 18 de novembro de 2025.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:8B4E97D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 068/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 068/2025**, o qual tem como objeto a "Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que pertencem à REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais), para distribuição gratuita", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 4.378,28 (quatro mil e trezentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos).
CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 32.743.242/0001-61, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.657,50 (mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 22.676,41 (vinte e dois mil e seiscentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos).
CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 24.586.988/0001-80, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.068,21 (mil e sessenta e oito reais e vinte e um centavos).
DIMEBRAS - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.472.349/0001-98, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 18.348,74 (dezoito mil e trezentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos).
DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 56.081.482/0001-06, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 92,00 (noventa e dois reais).
ECO FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 85.477.586/0001-32, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 155,03 (cento e cinquenta e cinco reais e três centavos).
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 28.093.678/0001-85, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 2.598,90 (dois mil e quinhentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

FENIX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 33.398.831/0001-12, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 617,64 (seiscentos e dezessete reais e sessenta e quatro centavos).
MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.470.877/0001-05, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 33.824,012 (trinta e três mil e oitocentos e vinte e quatro reais e doze centavos).
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.752.236/0008-08, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 14.132,85 (quatorze mil e cento e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos).
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 05.912.018/0001-83, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 10.645,97 (dez mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos).
METTA FARMACEUTICA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 42.496.258/0001-70, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais).
NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRIÇÃO PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 46.381.269/0001-66, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais).
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.816.696/0001-54, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 12.346,26 (doze mil e trezentos e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos).
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 51.486,48 (cinquenta e um mil e quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos).
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 85.247.385/0001-49, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 11.052,00 (onze mil e cinquenta e dois reais).
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 00.656.468/0001-39, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 21.836,32 (vinte e um mil e oitocentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos).

Piên/PR, 18 de novembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:CE1D2D34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 133/2025

Comissão Permanente de Licitações

CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação N° 133/2025

PROTOCOLO: 4742/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento de temperatura via sistema de gerenciamento Wi-Fi Logger, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: REVIMEDIC EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 27.074.498/0001-93

VALOR: R$ 7.620,00 (Sete mil, seiscentos e vinte reais)

AUTORIZAÇÃO 18/11/2025

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:73AE1573

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 134/2025

Comissão Permanente de Licitações

CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação N° 134/2025

PROTOCOLO: 4738/2025

Objeto: Aquisição de uma licença software Corel Draw de uso indispensável para produção de criativos a serem utilizados nas divulgações da Assessoria de Imprensa.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: SYSTEMSUL INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 05.582.316/0001-52

VALOR: R$ 2.890,00 (Dois mil e oitocentos e noventa reais)

AUTORIZAÇÃO 18/11/2025

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:9A835A2A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1567 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 1567 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Concessão de diária paraagente honorífico

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretáriade Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto146/2025e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art.1ºConcederaDaiana Sueli dos Santos,portadora da cédula de identidade civil com RG/CPFnº077.***.***-10matrícula funcional 4765965, ocupante do cargo de agente honorífico deConselheiro,opagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Audiência em Rio Negro com o Promotor de Justiça	19/11/2025	Rio Negro/PR	1(uma)	58,00	11404/2025

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3ºFicam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em10 de novembrode 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretáriade Administração e Finanças

Publicado por:
Estefany Seidel
Código Identificador:D8DD22A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1582 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº1582 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Concessão de diária paraagente honorífico.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretáriade Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto146/2025e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art.1ºConcedera Rosangela David Dos Santos, portadorada cédula de identidade civil com RG/CPFnº027.***.***-90 matrícula funcional 4765967,ocupante do cargo de agente honorífico de Conselheiro,o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Oitiva da Delegacia dapolíciacivil de Rio Negro/PR	17/11/2025	Rio Negro/PR	1(uma)	58,00	11572/2025

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3ºFicam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em10de novembrode 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretáriade Administração e Finanças

Publicado por:
Estefany Seidel
Código Identificador:CA31A157

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1583 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº1583DE10DENOVEMBRODE 2025

Concessão de diária paraagente honorífico.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretáriade Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto146/2025e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art.1ºConcederaRosangela David Dos Santos, portadorada cédula de identidade civil com RG/CPFnº027.***.***-90matrícula funcional 4765967,ocupante do cargo de agente honorífico deConselheiro,opagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Audiência em Rio Negro com o Promotor de Justiça	19/11/2025	Rio Negro/PR	1(uma)	58,00	11574/2025

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3ºFicam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em10de novembrode 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretáriade Administração e Finanças

Publicado por:
Estefany Seidel
Código Identificador:DF898872

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1584 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº1584 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretáriade Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto146/2025e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art.1ºConcedera servidora pública MIRIAN CARVALHO DA SILVA portadora da cédula de identidade civil com RG/CPFnº044.***.***-80e matrículafuncional4766055, ocupante do cargo público de Professor, o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Viagem a Curitiba com os alunos dos 5º anos	20/11/2025	Curitiba/PR	1(uma)	58,00	11575/2025

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3ºFicam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em10 de novembro de 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Estefany Seidel
Código Identificador:71275218

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1585 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº1585 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto146/2025e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art.1ºConcedera servidora pública IVANIZE DE FATIMA ZAPPE NENEMANN portadora da cédula de identidade civil com RG/CPFnº780.***.***-00e matrícula funcional11042, ocupante do cargo público de Professor,o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho

Viagem a Curitiba com os alunos dos 5º anos	20/11/2025	Curitiba/PR	1(uma)	58,00	11576/2025

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3ºFicam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em10 de novembro de 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Estefany Seidel
Código Identificador:1F66825C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1587 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº1587DE10DENOVEMBRODE2025

Concessão de diária paraservidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretáriade Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto146/2025e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art.1ºConcedera servidora públicaSilmara Aparecida do Pradoportadora da cédula de identidade civil com RG/CPFnº817.***.***-15e matrículafuncional11712, ocupante do cargopúblicodeProfessor,opagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Viagem a Curitiba com os alunos dos 5º anos	20/11/2025	Curitiba/PR	1(uma)	58,00	11578/2025

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3ºFicam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em10 de novembrode2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretáriade Administração e Finanças

Publicado por:
Estefany Seidel
Código Identificador:62BE578F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1588 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº1588 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto146/2025e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art.1ºConcedera servidora pública Marily Penteado Wotrob aHeiden, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPFnº806.***.***-15matrícula funcional 18481/18482,ocupante do cargo público de Professor,o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Viagem a Curitiba com os alunos dos 5º anos	20/11/2025	Curitiba/PR	1(uma)	58,00	11579/2025

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3ºFicam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 10 de novembro de 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Estefany Seidel
Código Identificador:963B031A

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 29, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

A Secretaria Municipal de Educação de Piên, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Artigos 58 a 60 da Lei Municipal n° 1070, de 09 de setembro de 2010, considerando a necessidade de professores da Rede Municipal de Ensino para suprir os profissionais em licença legalmente previstas,

Resolve:

Art. 1° Abrir as inscrições para formação de cadastro de professores com disponibilidade para atuar em Turno Suplementar na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2025.

Art. 2° As inscrições serão realizadas no dia 19 de novembro de 2025, das 08h00 às 12h00, na Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. Podem participar desta seleção os professores ocupantes de cargo de provimento efetivo e os professores contratados na forma da Lei Municipal nº 965/2007.

Art. 3º Para inscrever-se o professor interessado deverá comparecer na Secretaria de Educação e preencher o formulário, no prazo estabelecido no art. 2º, para a vaga abaixo relacionada:

Estabelecimento de Ensino	Manhã	Tarde	Horas semanais
Centro Municipal de Educação Infantil Tia Nena		1	20
Centro Municipal de Educação Infantil Tia Nena		1	20
Escola Municipal do Campo de Gramados		1	20

Art. 4º As inscrições serão analisadas e classificadas pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 59 e 60 da Lei n° 1070/2010.
Art. 5° Os professores classificados comporão uma listagem, sendo que a convocação será conforme a necessidade da Secretaria de Educação, respeitada a ordem de classificação.
Art. 6º Caso o professor convocado não deseje assumir a vaga de Turno Suplementar, poderá requerer final de lista, possibilitando à Secretaria de Educação convocar o próximo candidato por ordem de classificação.
Art. 7º Surgindo novas vagas para turno suplementar, a Secretaria Municipal de Educação poderá convocar o candidato que compõe a lista de classificação, respeitada a ordem decrescente.
Art. 8° Os casos omissos e controversos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 9° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 18 de novembro de 2025.

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO
Secretária de Educação

Publicado por:
Noili Fortescki Gassner
Código Identificador:A35F8E93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2025

ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)

AMPLA CONCORRÊNCIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **04/12/2025, às 09:00 horas**, na plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1.107/2023, para:

OBJETO: "Aquisição de veículo utilitário mediante deliberação 13/2025 CEDCA-PR".

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/12/2025, às 09:00 horas.

LOCAL DA ABERTURA: Plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br.

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O edital encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou via e-mail em licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br.

Pinhal de São Bento/PR, 18/11/2025.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Agente de Contratação/Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:607D6F1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 212/2025

DECRETO 212/2025

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.1029/2024 no exercício de 2025**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de R$ 97.618,59 (Noventa e sete mil seiscentos e dezoito reais cinquenta e nove centavos) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 18 de Novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8E9014E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 213/2025

DECRETO 213/2025

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.1029/2024 no exercício de 2025**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 18 de Novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:50A30D95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 214/2025

DECRETO 214/2025

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.1029/2024 no exercício de 2025**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2025 no valor de R$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 1007/2024 de 07/05/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 18 de Novembro de 2025.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8095FB84

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3235/2025

PORTARIA N.º 3.235/2025

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar a **Vigilância Socioassistencial** deste município como a instância responsável pela realização do monitoramento e avaliação das ações e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2025-2029.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **ficando revogada a Portaria n.º 2.877/2023, de 17 de novembro de 2023.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento – PR, 18 de novembro de 2025.
Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:5000F8E0

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 14/2025 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
Pinhal de São Bento – Paraná

RESOLUÇÃO Nº 14/2025

Sumula: Aprova o PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o período de 2025 – 2029, do município de Pinhal de São Bento – Paraná.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pinhal de São Bento Paraná – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 496 de 07 de dezembro de 2016, e
Considerando a plenária realizada no dia 17 de novembro de 2025, após a leitura, análise e discussão do PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o período de 2025 – 2029 do Município de Pinhal de São Bento – Paraná.

RESOLVE:
Artigo 1º- Aprovar na sua totalidade e por unanimidade sem ressalvas o PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o período de 2025 – 2029 do Município de Pinhal de São Bento – Paraná.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhal de São Bento, 17 de novembro de 2025.

CARMEM LURDES MARQUES
Presidente CMAS

Publicado por:
Bruno Valmor Leal Trindade Pettenon
Código Identificador:BF33A08D

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 15/2025 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 15/2025

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, referente ao ano de 2025, elaborado pela Vigilância Socioassistencial do Município de Pinhal de São Bento/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Pinhal de São Bento/PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS), a NOB/SUAS, bem como a Lei Municipal nº 496/2016, e demais legislações correlatas,
CONSIDERANDO o disposto no Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2022–2025, aprovado pelo CMAS como instrumento de planejamento, execução e controle da Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a competência do CMAS para apreciar e deliberar sobre os instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação da política de assistência social;
CONSIDERANDO o Relatório de Avaliação do PMAS – Ano-base 2025, apresentado pela Vigilância Socioassistencial, sob responsabilidade técnica de Bruno Valmor Trindade Leal Pettenon, contendo análise das ações, metas e resultados alcançados no período;
CONSIDERANDO a apresentação, discussão e aprovação do referido documento em reunião ordinária do dia 17 de novembro de 2025;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar integralmente o Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, ano-base 2025, elaborado pela Vigilância Socioassistencial do Município de Pinhal de São Bento/PR.
Art. 2º Determinar que o referido relatório seja encaminhado ao Órgão Gestor da Assistência Social para ciência, providências cabíveis e arquivamento.
Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de novembro de 2025.

CARMEM LURDES MARQUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bruno Valmor Leal Trindade Pettenon
Código Identificador:41654AC2

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 16/2025 CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 16/2025

Dispõe sobre a apreciação da Política Municipal de Assistência Social e da Lei Municipal nº 496/2016, referente à organização e criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Pinhal de São Bento/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Pinhal de São Bento/PR, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS), pela Lei Municipal nº 496/2016, e pela NOB/SUAS, e demais legislações pertinentes,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 496/2016 dispõe sobre a organização, estruturação e funcionamento da Política Municipal de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município;
CONSIDERANDO que compete ao CMAS apreciar, avaliar e deliberar sobre a Política Municipal de Assistência Social, seus instrumentos normativos e sua compatibilidade com as legislações vigentes;
CONSIDERANDO que a Política Municipal de Assistência Social e a Lei nº 496/2016 foram apresentadas à plenária do CMAS para leitura, análise, discussão e proposição de ajustes necessários;
CONSIDERANDO que, após apreciação técnica e legal, o Conselho constatou que a legislação municipal se encontra atualizada, adequada

às normativas nacionais do SUAS e não apresenta inconsistências que demandem alterações formais no presente momento;
RESOLVE:
Art. 1º Declarar que a Política Municipal de Assistência Social e a Lei Municipal nº 496/2016, que dispõe sobre a estruturação e organização do SUAS no Município de Pinhal de São Bento/PR, foram devidamente apreciadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, conforme suas competências legais.
Art. 2º Registrar que, após análise e discussão, o CMAS deliberou pela manutenção integral da legislação vigente, entendendo que não há necessidade de alterações ou atualizações no presente momento.
Art. 3º Reafirmar que a Lei nº 496/2016 permanece válida como base normativa da Política Municipal de Assistência Social, continuando a orientar a organização, a gestão, o financiamento e o controle social do SUAS no município.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Pinhal de São Bento/PR, 17 de novembro de 2025.

CARMEM LURDES MARQUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bruno Valmor Leal Trindade Pettenon
Código Identificador:9CFE6F63

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 17/2025 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 17/2025

Dispõe sobre a aprovação dos prazos e critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 1.088/2025, que regulamenta a concessão dos Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social no Município de Pinhal de São Bento/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Pinhal de São Bento/PR, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS), na Lei Municipal nº 496/2016, e nas demais normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS,
CONSIDERANDO que compete ao CMAS apreciar e deliberar sobre matérias relativas à regulamentação e normatização da Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a importância de estabelecer critérios uniformes, claros e transparentes para a concessão dos Benefícios Eventuais, conforme previsto na LOAS e na Política Nacional de Assistência Social;
CONSIDERANDO o Projeto de Lei que deu origem à Lei Municipal nº 1.088/2025, que dispõe sobre a regulamentação dos Benefícios Eventuais no Município de Pinhal de São Bento/PR;
CONSIDERANDO que o referido Projeto de Lei apresenta definição de prazos, critérios de concessão, documentação necessária, formas de atendimento e responsabilidades do órgão gestor e do CMAS;
CONSIDERANDO que, na reunião ordinária do dia 24 de julho de 2025 e na extraordinária dia 07 de agosto de 2025, o CMAS procedeu à apreciação técnica e legal dos dispositivos, aprovando integralmente os prazos e critérios estabelecidos;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar integralmente os prazos e critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 1.088/2025, que regulamenta a concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Pinhal de São Bento/PR.
Art. 2º Determinar que esta Resolução seja registrada, publicada e encaminhada ao Órgão Gestor da Assistência Social para fins de arquivamento e execução.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

CARMEM LURDES MARQUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bruno Valmor Leal Trindade Pettenon
Código Identificador:0CDEE9D0

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 18/2025 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 18/2025

Dispõe sobre a aprovação do Relatório elaborado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, referente ao dimensionamento da equipe da Vigilância Socioassistencial do Município de Pinhal de São Bento/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Pinhal de São Bento/PR, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS), na NOB/SUAS, na NOB-RH/SUAS, na Resolução CNAS nº 17/2011, na Lei Municipal nº 496/2016, e no Decreto Municipal que institui a Vigilância Socioassistencial,

CONSIDERANDO que compete ao CMAS acompanhar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Assistência Social, incluindo os serviços, programas, projetos e a equipe mínima necessária aos setores essenciais da gestão;
CONSIDERANDO que o próprio Conselho Municipal de Assistência Social, em cumprimento de suas funções legais de fiscalização e controle social, elaborou Relatório Técnico contendo o dimensionamento da equipe da Vigilância Socioassistencial;
CONSIDERANDO que o município de Pinhal de São Bento possui cerca de 2.800 habitantes, classificando-se como município de pequeno porte I, conforme tipificação do SUAS, o que reduz significativamente a complexidade da rede e o volume de informações a serem sistematizadas pela Vigilância;
CONSIDERANDO que, para municípios deste porte, a NOB-RH/SUAS e a Resolução CNAS nº 17/2011 permitem adequação da equipe da Vigilância Socioassistencial, desde que garantida a capacidade técnica necessária para desempenhar as funções essenciais do setor;
CONSIDERANDO que o Relatório elaborado pelo CMAS concluiu que 1 (um) Assistente Social, podendo também exercer a função de coordenação, é suficiente para atender às atribuições do setor no município, considerando:

• a dimensão territorial;
• a baixa densidade populacional;
• o volume de atendimentos;
• a estrutura existente na rede;
• e a capacidade de monitoramento e análise necessária;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar integralmente o Relatório elaborado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que dimensiona que 1 (um) Assistente Social é suficiente para compor a equipe mínima da Vigilância Socioassistencial do Município de Pinhal de São Bento/PR.
Art. 2º Reconhecer que o dimensionamento apresentado assegura eficiência administrativa, viabilidade técnica e adequação às normativas do SUAS para municípios de pequeno porte.
Art. 3º Encaminhar o Relatório aprovado ao Órgão Gestor da Assistência Social para ciência, registro e providências administrativas.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Pinhal de São Bento, 17 de novembro de 2025.

CARMEM LURDES MARQUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bruno Valmor Leal Trindade Pettenon
Código Identificador:950D5F7C

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 427/2025

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022
LEI MUNICIPAL N° 1.034/2025 – QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 604-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 18/11/2025 (saída as 09:00 horas)
Destino: Céu Azul/PR
Valor de diárias: 232,26 x 0,5 = 116,13
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar paciente Camila Zang Berno para consulta no Hospital Bom Samaritano em Céu Azul/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Bom Samaritano em Céu Azul/PR
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	57974-2	063.731.779-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias, e na Lei Municipal n° 1.034/2025, que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também, para todos os fins, que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária, responsabilizando-me por eventuais equívocos ou omissões, bem como autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não utilizados e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 18 novembro de 2025.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C82CE671

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 428/2025

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022
LEI MUNICIPAL N° 1.034/2025 – QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Camila Cecconi Matrícula: 6501
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Técnica em Segurança no Trabalho
ACOMPANHANTES:
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 18/11/2025 (saída 08:00 horas)
Destino: Ampére/Pr.
Valor de diárias: 136,37 x 0,5 = 68,18
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Participar do III Workshop Regional de Vigilância Sanitária no Decora Eventos em Ampére/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Decora Eventos em Ampére/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 497 Cta: 2331

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	127871-1	074.925.839-07

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias, e na Lei Municipal n° 1.034/2025, que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também, para todos os fins, que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária, responsabilizando-me por eventuais equívocos ou omissões, bem como autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não utilizados e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 18 de novembro de 2025.
Solicitante da viagem: Camila Cecconi
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7A0D700F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO DE ANULAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O Município de Piraquara, com fundamento no Protocolo nº 13.995/2024, no Memorando nº 36.708/2024 e em observância às normas legais vigentes, especialmente nas Leis nº 13.465/2017 e nº 9.784/1999, comunica que, após análise detalhada dos documentos referentes aos processos de Regularização Fundiária (REURB) de parte do lote 13, da quadra 02, da Planta Tarumã –Subdivisão dos Lotes Coloniais 60, 76 e 77, que deu origem ao lote 13-R2 (Matrícula 54.338), foram constatadas irregularidades que comprometem a legalidade do ato administrativo.
Diante do exposto, e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 473), o **Município de Piraquara decidiu pela nulidade da Certidão de Regularização Fundiária expedida em 24 de fevereiro de 2020, em nome de SERGIO ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, aposentado, portador da CI/RG nº 10.xxx.045, inscrito no CPF/MF sob o nº 815.xxx.xxx-00, casado em regime de comunhão parcial de bens com **MARTA APARECIDA DE JESUS SANTOS ALVES,** brasileira, auxiliar de produção, portadora da CI/RG nº 6.xxx.xxxx-3, inscrita no CPF/MF sob o nº 036.xxx.xxxx-32, residentes na Rua Olleotti Mario, 10, Planta Tarumã –Subdivisão dos Lotes Coloniais 60, 76 e 77, Guarituba, Piraquara – PR. Tal nulidade deverá ser averbada na Matrícula nº 54.338, originada pela referida certidão, em virtude de vícios de legalidade que não podem ser sanados.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Piraquara, 18 de novembro de 2025.

SHUÉLEN THEODORO MARTINS DE LIMA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:0C59B51E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.245/2025

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no valor de R$ 708.000,00 (setecentos e oito mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.550 de 18 de dezembro de 2024,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 708.000,00 (setecentos e oito mil reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 – Manutenção do Ensino Fundamental
10.002.12.361.0003.2.016 – Manutenção do Ensino Fundamental

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	227	103	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	358.000,00
Total				**358.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.002 – Fundo Municipal da Infância e da Adolescência
13.002.08.243.0006.6001 – Coordenação das Atividades do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00	411	1000	Subvenções sociais	80.000,00
Total				**80.000,00**

13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2069 – Coordenação das Atividades do Fundo Municipal da Pessoa Idosa

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00	451	1000	Subvenções sociais	270.000,00
Total				**270.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.26.782.0010.2042 - Administração e Coordenação Geral – SMIN

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	520	1000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	708.000,00
Total				**708.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.502 de 20/06/2024, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, e nº 2.240/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 18 de novembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:69B6E414

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.243/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração do conselheiro tutelar suplente abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Gelssi da Silva Dias	1001142	Conselheiro Tutelar	14/11/2025	Nomeação Provisória

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 14/11/2025.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de Novembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:F24C2543

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.244/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração da conselheira tutelar suplente abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Mayara Franco Crisostomo	1001141	Conselheira Tutelar	14/11/2025	Nomeação Provisória

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 14/11/2025.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de Novembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:6F244861

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.246/2025

Concede Progressão por Titulação aos Servidores do Executivo Municipal de Piraquara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o previsto no artigo 10, §3º da Lei Municipal nº 864/2006, regulamentada pelo Decreto nº 12.071/2024, segundo o que estabelece o seu artigo 8º, parágrafo único,
DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão por Titulação aos servidores nominados abaixo, conforme solicitação de seus respectivos protocolos:

CARREIRA NÍVEL ELEMENTAR				
MATRÍCULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
992278	ANDREA CRISTINA DOS SANTOS DE JESUS	Agente De Combate A Endemias	7	01/11/2025
992276	KAREN CAROLINA DENARDI DA SILVA	Agente De Combate A Endemias	7	01/11/2025
CARREIRA NÍVEL MÉDIO				
MATRICULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
992844	JALY RAMOS DOS SANTOS	Auxiliar De Enfermagem	5	01/11/2025
CARREIRA NÍVEL GESTOR PÚBLICO				
784251	LUIZ HENRIQUE GASPARIN BUENO	Analista De Sistemas	11	01/11/2025
992257	MARLECI DE OLIVEIRA PONTES	Enfermeiro	7	01/11/2025
992267	MARYELLE CARVALHO MATOS	Cirurgião Dentista 40 horas	7	01/11/2025
784331	SUNAMITA DA SILVA OLIVEIRA	Assistente Social	11	01/11/2025

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais e pecuniários as respectivas datas acima listadas.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 18 de novembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D18DB427

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 31/2025

Resultado oficial das inscrições do teste de Coordenação Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Piraquara para as escolas e CMEIs.

Art. 1º Em conformidade com a legislação e obedecendo aos princípios da legalidade e, publicidade, divulgamos a lista dos/as candidatos/as com inscrições **HOMOLOGADAS**, conforme o Edital Nº 30/2025 - pós recursos.

ESCOLAS – PROVA 24/11/2025 – 18H
Alessandra Schreiber Antunes
Aline Cristina da Silva Sales
Ana Paula Marafigo
Analine Turazzi
Andréia Aparecida Schneider Sauerbier
Andréia Guimarães Jez
Anna Lucia Barom Roman
Bruna Indianara Serathiuk de Paula
Bruno Henrique Paulino dos Santos
Camila de Oliveira Zanoni
Carin Cristiane Batista dos Santos
Celi Rose Fabro
Cristiane Silmara Kluppell Vieira
Cyone Soares Pereira Liduário
Danielle da Costa
Elidnéia de Souza Rangel
Eliezer Antonio Strack
Eloisa Vieira
Evelyn Marques de Oliveira
Fernanda Italiano
Gisele Cristina Scrobot
Gleicy Miranda Senter
Graciele Luciane de Oliveira
Hipolita Simiao Dias
Ilane Gomes da Fontoura
Isis Satiro dos Santos
Ivete Osinski
Joana Aparecida dos Santos
Jocemara Aline dos Santos Gonçalves Filho
Juliana Ferreira Barbosa De Almeida
Kaique Antonio Munhoz da Costa
Kathya Czarnik Correa Jacobouski
Kátia Cristina Vidal
Lilian Fagundes Treska de Andrade
Lilian Hildebrando da Silva
Lilian Valéria Becker Balbinot
Luciane do Rocio Franco Chrisostomo
Luciano Ribas de Andrade
Margarete Novaes de Godoy Machado
Marianna dos Santos
Micheli Borges de Souza
Nathasha Christina Klapowska
Pâmela de Oliveira Andrade
Paulo Cesar Schueroff
Rivael Giovanni Vieira
Sandra Mara Da Silva de Lima
Sharize Stobbe Amaral
Talita Vanoni de Carvalho Freitas
Tatiane Dos Santos Antunes
Telma Aparecida Kotlevski
Thaís Jenifer Borges Pimentel
Thayane Hipólito
Vanessa Kelly Taques Cruz
Viviane de Paula Cristina Ribeiro Sauer
Zilda Basseti Bech

CMEI'S – PROVA 25/11/2025 – 18H
Ana Caroline Amaro Onaya Correa
Bruna Indianara Serathiuk De Paula
Bruno Henrique Paulino Dos Santos
Camila De Oliveira Zanoni
Cinthia Reblin Da Silva
Claudia Lisboa
Cristiane Silmara Kluppell Vieira
Daniele Batista Salgueiro Vergilio
Eloisa Vieira
Estefani Cristina Bertuzzi
Flaiany Stephanie Evangelista De Mattos
Gisele Cristina Scrobot
Hipolita Simiao Dias
Ilane Gomes Da Fontoura
Isis Satiro Dos Santos
Janicléia Aparecida Dos Santos Pinheiro
Juliana Ferreira Barbosa De Almeida
Kamila Ribeiro
Karina Fontana Dos Santos
Kathya Czarnik Correa Jacobouski
Kátia Cristina Vidal
Lilian Fagundes Treska De Andrade
Luciane Pereira Faria De Souza
Marcia De Araujo Soares Calixto
Marianna Dos Santos
Micheli Borges de Souza
Paulo Cesar Schueroff
Rivael Giovanni Vieira
Sharize Stobbe Amaral
Silvana Perle Dias
Suzana Valeria Gonçalves Dos Santos
Telma Aparecida Kotlevski
Thaís Jenifer Borges Pimentel
Vanessa Andrade De Lima
Vivian Berno Stettler
Vivian Mateus Siqueira
Viviane De Paula Cristina Ribeiro Sauer

Art. 2º INDEFERIMENTO das inscrições do Processo Seletivo Coordenação Pedagógica - Edital nº 30/2025.
Em conformidade com a legislação obedecendo aos princípios da legalidade e, publicidade, divulgamos a lista dos/as candidatos/as com inscrições **INDEFERIDAS**, conforme o Edital Nº 30/2025 pós recursos.
Cabe destacar que o motivo do indeferimento das inscrições ocorre pós recursos. Salienta-se que como não houve uma nova publicação/formalização em Diário Oficial da ampliação de prazo em relação ao edital, será respeitado o Art. 1º, incisos I,II e III do referido edital.

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS PÓS RECURSOS
Adriana Maidel da Luz
Ana Leonor Alves Palma
Andrea Claudia David
Douglas Cosmo Lopes
Gabriele Rodrigues da Silva
Josicler Dziedicz Ferreira
Josimeire Ribeiro Pedroso Silva
Juliana Ribeiro Cruzeta
Priscila Aparecida Marchêtto Guerber
Regina Mansano de Oliveira
Tatiane Soares do Prado

INSCRIÇÃO INDEFERIDA
Vania de Sá Siqueira - Não anexou a declaração expedida pelo Fórum, conforme solicitado em Edital: Art. 2º - III
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 17 de novembro de 2025.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:0F764757

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 609/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 15.836/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/2025

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recepção em equipamentos de saúde e auxiliares de farmácia - **Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - **Contratada:** HIGISOLUÇÕES SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 47.414.338/0001-53, vencedora dos itens 1 e 2 pelo valor total de R$ 3.854.423,88 (três milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e oito centavos) - **Prazo de vigência do contrato:** 12 meses contados da assinatura do contrato. – **Data da assinatura:** 18/11/2025.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:20460990

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2025 - PROCESSO N° 41456/2025

Objeto: contratação de empresa para a elaboração dos projetos de fundação incluindo ensaio simples de reconhecimento de solos com SPT, necessários à execução da obra de construção do CMEI Jardim Tropical, do CMEI da Vila Militar, da UBS Elfride de Oliveira Miguel e da Casa da Mulher Paranaense conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência. **Contratante**: Município de Piraquara.**Contratada:** FELIPE TELOKEN LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.508.209/0001-80, sagrada vencedora dos itens 1, 2, 3 e 4, conforme contratos, valores e prazo de execução e vigência a seguir: **Contrato 579/2025** – item 1 (CMEI Jardim Tropical), pelo valor de R$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais**). Contrato 581/2025** – item 3 (UBS Elfride de Oliveira Miguel), pelo valor de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais). **Contrato 582/2025** – item 4 (Casa de Mulher Paranaense), pelo valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). **Contrato 608/2025** – item 2 (CMEI da Vila Militar), pelo valor de R$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais). **Prazo de Execução e de Vigência dos Contratos**: o prazo de **execução** dos contratos é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço e o prazo de **vigência** da contratação é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de assinatura dos contratos. **Data da Assinatura**: 18 de novembro de 2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:E97C9A48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 21.142/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Capítulo II do Decreto N°12.116 de 22 de Março de 2024, **AUTORIZA** o **Processo nº 21.142/2024 - Inexigibilidade de Licitação nº 11/2024**, cujo objeto é o **Credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidade da Secretaria de Educação,** em relação aos seguintes credenciados Milena Aparecida Barbieri dos Santos; Janaina de Almeida; Dayana dos Santos. Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 14 de novembro de 2025.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:5AA6A7FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 08/2025

Institui a Comissão de monitoramento e avaliação do Termo de Colaboração com a AMENA _ Associação Mantenedora do Ensino Alternativo.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 58, caput, 59, § 2º da Lei nº 13.019/2014, resolve:
Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados para integrarem a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração a ser celebrado entre o Município de Piraquara e a entidade AMENA - Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, através de dispensa de chamamento público para prestar serviço de atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência intelectual e transtorno global do desenvolvimento residentes no município de Piraquara-PR.
I – Tatiana do Rocio Moreira – matrículas 452171 e 537241;
II – Rosimeri Arruda de Souza Oliveira – matrículas 766191 e 808451;
III – Cristina Mara Mansano Cordeiro – matrículas 676521 e 713581;
IV - Beatriz Santos Leite – matrículas 586531 e 632311.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n° 03/2023.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 14 de novembro de 2025.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:D2611ED0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROC. ADM. SANC. Nº 03/2025 - DECISÃO

VISTOS,

Trata-se do Processo Administrativo Sancionatório (PAS) n.º 03/2025, instaurado pela Portaria n.º 03/2025, para apurar a responsabilidade da empresa **LOCATELLI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** no âmbito do Contrato n.º 599/2024.
Analisado o feito, e com fundamento no Relatório Final apresentado pelo Procurador Municipal Jefferson Furlanetto Moises, o qual **ACOLHO** integralmente como razão de decidir, passa-se à fundamentação.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Restou exaustivamente comprovado nos autos que a empresa Contratada, **LOCATELLI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, cometeu infrações graves na execução do Contrato n.º 599/2024, decorrente da Concorrência n.º 08/2024, cujo objeto era a *"execução de obras de pavimentação (TST) na Vila Militar II"*.
A Contratada descumpriu o prazo objetivo para início dos serviços (fixado em 14 de novembro de 2024), violando o item 5.1.1 do Termo de Referência. A despeito das 6 (seis) notificações expedidas pelo órgão fiscalizador, a empresa manteve-se inerte, ignorando as últimas 5 (cinco) comunicações e apresentando promessas protelatórias que não foram cumpridas.
A execução de apenas 0,38% do contrato (instalação da placa de obra) configura, para todos os fins de direito, **inexecução total**, e não mero adimplemento parcial.
Ressalta-se que a Contratada, embora devidamente citada e notificada, não apresentou defesa, transcorrendo o prazo *in albis*, sendo-lhe declarada a revelia, nos termos do art. 9º, § 5º, do Decreto n.º 5.326/2016.
Tal conduta viola frontalmente as cláusulas contratuais 11.1, alínea 'd' (Retardamento da execução) e 11.1, alínea 'c' (Inexecução total), bem como os incisos III e IV do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

DA DECISÃO

ISSO POSTO, no uso das atribuições que me confere o Decreto Municipal nº 5.326/2016, **DECIDO**:

I. **ACOLHER** integralmente o Relatório Final e as recomendações nele contidas.
II. **DECLARAR A RESCISÃO UNILATERAL** do Contrato n.º 599/2024, com base no art. 137, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.
III. **APLICAR**, de forma cumulativa, as seguintes sanções à empresa **LOCATELLI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, inscrita no **CNPJ n.º 10.935.350/0001-01**:

a) MULTA COMPENSATÓRIA, pela inexecução total do contrato , no montante de **R$ 82.600,00** (oitenta e dois mil e seiscentos reais), correspondente a 10% do valor do contrato, com base na Cláusula 11.2, IV, (4) do Contrato nº 599/2024.
b) MULTA MORATÓRIA, pelo atraso injustificado superior a 25 dias , no montante de **R$ 206.500,00** (duzentos e seis mil e quinhentos reais), correspondente a 1% do valor total do contrato por 25 dias, com base na Cláusula 11.2, IV, (2) do Contrato n.º 599/2024.
c) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com o Município de Piraquara pelo prazo de **02 (dois) anos**, com base no art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021 e na Cláusula 11.2, II, do Contrato n.º 599/2024.

DAS PROVIDÊNCIAS FINAIS

DETERMINO:

A intimação da empresa **LOCATELLI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** sobre o teor desta Decisão, nos termos da lei.

A publicação da presente Decisão na imprensa oficial, para fins de publicidade e eficácia.

A remessa dos autos à Secretaria Municipal de Finanças e à Secretaria Municipal de Administração para adoção das medidas de cobrança das multas aplicadas, que totalizam R$ 289.100,00 (duzentos e oitenta e nove mil e cem reais).

A imediata comunicação e inclusão da sanção de impedimento nos cadastros CAFILPI, CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), nos termos do art. 161 da Lei n.º 14.133/2021.

A comunicação à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) acerca da rescisão do Contrato n.º 599/2024.

Cumpra-se e publique-se.

Piraquara, 15 de novembro de 2025.

GIRLEI EDUARDO DE LIMA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:B230E170

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 04/2025 – COMSEA

Súmula: Dispõe sobre a composição da Mesa Diretora do COMSEA Piraquara na Gestão 2025/2027.

O **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Piraquara - COMSEA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.242/2022 e Decreto nº 10.185/2022, conforme deliberado em sessão ordinária aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco
RESOLVE:
Art. 1º Tornar pública a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA Piraquara, para a Gestão 2025/2027, que fica assim estabelecida:
I – Presidenta: Regina Maria Ferreira Lang, representante titular da UFPR
II – Vice-Presidenta: Anna Maria de Camargo Linhares, representante titular da SMED
III – Primeiro Secretária: Telmara Carsten Vieira, representante titular da SMAS
IV – Segunda Secretária: Giseli Vilela da Silveira, representante titular da ACELPAR
Art. 2º Esta publicação entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Piraquara, 17 de setembro de 2025.

REGINA MARIA FERREIRA LANG
Presidente do COMSEA

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:203CB01F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 05/2025 – COMSEA

Súmula: Nomeia a Comissão para Revisão do Regimento Interno do COMSEA – Gestão 2025/2027

O **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Piraquara - COMSEA**, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.242/2022 e Decreto nº 10.185/2022, conforme deliberado em sessão ordinária nº 09 aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco
RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Temporária para Revisão do Regimento Interno do COMSEA para a gestão 2025/2027, composta pelas seguintes integrantes:
a) **Regina Maria Ferreira Lang** – Titular – Universidade Federal do Paraná – Departamento de Nutrição (UFPR);
b) **Ana Lucia Zambão Gutier –** Titular – Conselho de Alimentação Escolar de Piraquara (CAE).
c) **Juliana Braz de Albuquerque –** Suplente – Conselho de Alimentação Escolar de Piraquara (CAE);
d) **Anna Maria de Camargo Linhares** – Titular – Secretaria Municipal de Educação;
e) **Telmara Carsten Vieira** – Titular – Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 2º A presente Comissão tem caráter temporário, atuando exclusivamente na revisão e atualização do Regimento Interno do COMSEA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 17 de setembro de 2025.

REGINA MARIA FERREIRA LANG
Presidente do COMSEA

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:872D2B4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
AGENDA DE INSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

AGENDA DE INSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

De acordo com o art. 227-A do Regimento Interno desta Casa, cabe a Comissão de Finanças e Orçamento, elaborar a agenda de instrução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026.

Data da distribuição da matéria..... 04/11/2025
Realização da Audiência Pública 24/11/2025
Manifestação da intenção de apresentar emendas ..... até dia 26/11/2025
(Informando o beneficiário da emenda, valor a ser repassado, objeto da emenda, justificativa e fonte de cancelamento)
Recebimento de sugestões populares ..... até dia 26/11/2025
Protocolo das emendas ..... até o dia 28/11/2025
Apresentação do voto pelo Relator ..... até dia 01/12/2025
Votação do Relatório pela Comissão (CFO) 02/12/2025
Discussão/Votação Primeira 09/12/2025
Discussão/VotaçãoSegunda(Extraordinária)……12/12/2025

Receita Corrente Liquida (RCL): R$ 171.352.022,64

Valor da Emenda Parlamentar Individual: R$ 263.600,00

Valor da Emenda de Bancada: R$ 285.550,00

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB
Partido Social Democrático – PSD
Partido Progressistas – PP
Republicanos – REPLUBLICANOS
Movimento Democrático Brasileiro - MDB
Partido Dos Trabalhadores- PT

MAURO DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:2BD7F8EF

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
PORTARIA N° 56/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELO ARTIGO 27 DO REGIMENTO INTERNO,

RESOLVE

Art. 1º Determinar ao Departamento Financeiro, a transformação de10 (dez) dias de férias em pecúnia da Sra. Caroline Buchmann Dias, servidora estatutário, no cargo de recepcionista, referente ao período aquisitivo de 13 de fevereiro de 2023 a 12 de fevereiro de 2024, conforme requerimento nº 145/2025, protocolado sob nº 1405/2025 e deferido em 17 de novembro de 2025.

Art. 2º Determinar ao Departamento Financeiro, a transformação de 20 (vinte) dias de férias em pecúnia da Sra. Isabel Cristina Iubel, servidora efetiva no cargo de auxiliar de serviços gerais, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025 ,conforme requerimento nº 144/2025, protocolado sob nº 1406/2025 e deferido em 17 de novembro de 2025.

Art. 3º Determinar ao Departamento Financeiro, a transformação de 30 (trinta) dias de férias em pecúnia da Sra. Angela Cristina Pereira, servidora efetiva no cargo de auxiliar de serviços gerais, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025, conforme requerimento nº 143/2025, protocolado sob nº 1407/2025 e deferido em 17 de novembro de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga, 17 de novembro de 2025.

AMADEUS PENGA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:198380F5

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA (ELETRÔNICA) Nº 9/2025 EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Objeto: escolha da proposta mais vantajosa (registro de preços) para a contratação, por dispensa de licitação, para aquisição parcelada de materiais de expediente, materiais de copa e cozinha, materiais de limpeza e higienização, gêneros alimentícios e materiais elétricos, destinados ao consumo e manutenção das atividades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Pitanga.
Tipo: menor preço.
Data da sessão: 26/11/2025
Horário da fase de lances: 9h às 15h.
Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras - UASG 928160
Íntegra do aviso de contratação direta disponível em: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Pitanga PR - www.pitanga.pr.leg.br
Estimativa do custo: R$ 21.050,30 (vinte e um mil e cinquenta reais e trinta centavos)

Local para informações
Departamento de Administração – Câmara Municipal de Pitanga
Rua Visconde de Guarapuava, 311 – Centro Administrativo 28 de Janeiro
Pitanga – PR - CEP – 85.200-075
Fone : (42) 3646-3443 e-mail: camara@pitanga.pr.leg.br

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:117D9A7D

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE FILA

Eu, **MARCOS HENRIQUE DA SILVA,** portador(a) do CPF nº 064.***.***-70, classificado(a) em 42º lugar para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO do Concurso Público Edital nº 001/2019, Homologado através do Decreto nº 207/2022, **DECLARO** que estou desistindo da vaga no momento e passo para o final de fila.

Pitanga, 18 de novembro de 2025

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Original devidamente assinado.

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:F9793DED

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 331/2025

Retifica o Decreto nº 122, de 24 de fevereiro de 2025, para incluir dispositivos referentes à manutenção e especificação dos serviços essenciais à população, e renumera os artigos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 64, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e
CONSIDERANDO a necessidade de corrigir omissão constatada no Decreto nº 122, de 24 de fevereiro de 2025, sem alteração de mérito, a fim de garantir expressamente a continuidade dos serviços considerados essenciais à população;
CONSIDERANDO a necessidade de dar clareza e segurança jurídica às disposições do Decreto nº 122, de 24 de fevereiro de 2025, especificando quais serviços são considerados essenciais para a população;
CONSIDERANDO que a continuidade dos serviços públicos essenciais é imperativo constitucional e legal;

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 122, de 24 de fevereiro de 2025, passa a vigorar com as modificações previstas neste Decreto.
Art. 2º Fica incluído, após o art. 1º do Decreto nº 122/2025, o seguinte artigo:
"Art. 2º A implementação dos dias de recesso e de ponto facultativo estabelecidos neste Decreto deverá ocorrer sem prejuízo da continuidade e do funcionamento dos serviços considerados essenciais à população."
Art. 3º Ficam especificados, para os fins do disposto no art. 2º, os serviços essenciais cujas atividades não sofrerão interrupção nos dias de ponto facultativo e recesso, devendo funcionar em regime de plantão ou escala, de acordo com as necessidades e regulamentação de cada Secretário:
I – Secretaria Municipal de Saúde:
a) atendimento de urgência e emergência (Pronto Atendimento);
b) unidades de saúde que prestem serviços inadiáveis e essenciais, conforme escala prévia.
II – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente:
serviços de limpeza pública, coleta de lixo e destinação de resíduos;
serviços de manutenção emergencial de vias públicas e iluminação pública;
fiscalização e controle de trânsito em regime de plantão.
III – Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) atendimento em regime de plantão social para situações de acolhimento emergencial.
IV – Demais órgãos:
serviços de fiscalização tributária, de posturas e sanitária, quando necessário;
guarda municipal e defesa civil;
outros serviços cuja paralisação possa comprometer a segurança, a saúde ou o bem-estar da população.
§ 1º O servidor escalado para os serviços essenciais terá direito à compensação de horários, na forma da legislação vigente.
§ 2º Cabe aos Secretários a organização das escalas de plantão e a comunicação aos servidores sob sua gestão.
Art. 4º Em razão das inclusões previstas nos arts. 2º e 3º deste Decreto, o atual art. 2º do Decreto nº 122/2025 fica renumerado para Art. 5º, mantido o seu texto original.
Art. 5º Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Decreto nº 122, de 24 de fevereiro de 2025.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, 17 de novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:DEF202AF

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 103° CHAMADA

O Município de Pitanga, através do Departamento de Recursos Humanos, **CONVOCA** o aprovado no Concurso Público 001/2019, Edital nº. 19/2020, homologado pelo Decreto 207/2022, de 23 de Junho de 2022, conforme listagem abaixo, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Pitanga, localizado no Centro Administrativo 28 de Janeiro, 171 – Centro, Pitanga/Pr, entre os dias **19, 24, 25, 26 e 27 de novembro de 2025 das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00hs,** para apresentar a documentação exigida do Anexo I e realizar exame médico.

Auxiliar Administrativo

Nº da Inscrição	Nome	Classificação
1144	CARLOS EDUARDO FULANETTO GODOY DE LIMA	43

Pitanga, 18 de novembro de 2025.

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1. Documento de Identidade e Registro Geral **(cópia autenticada)** e CPF **(cópia simples);**
2. Título de eleitor **(cópia autenticada)** e comprovante de voto na última eleição, ou a justificativa da ausência, ou certidão de quitação eleitoral **(cópia simples);**
3. Certidão de Casamento ou Nascimento **(cópia simples)**;
4. Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e dependentes para fins previdenciários e imposto de renda, com o CPF **(cópia simples)**;
5. Carteira de Trabalho **(cópia simples)**;
6. Extrato Previdenciário do INSS - CNIS **(cópia simples)**;
7. Certificado registrado acompanhado de histórico escolar ou Certidão de Conclusão do nível Médio reconhecido pelo MEC **(cópia autenticada)**;
8. Diploma ou Certificado registrado, acompanhado de histórico escolar ou certidão de conclusão do curso de graduação reconhecido pelo MEC **(cópia autenticada)**;
9. Diploma ou Certificado registrado acompanhado de histórico escolar ou Certidão de Conclusão da Especialização, Mestrado e/ou Doutorado **(cópia autenticada)**;
10. Diploma ou Certificado de curso básico em informática **(cópia autenticada)**;
11. Uma foto 3x4 recente colorida;
12. Comprovante de residência atualizado **(cópia simples)**;
13. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela **justiça estadual** expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação;
14. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela **justiça federal** expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação;
15. Certificado de reservista **(cópia autenticada).**

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:4C4B837C

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 63/2025 - PMP

CONCEDENTE: O MUNICIPIO DE PITANGA, Estado do Paraná, pessoa de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, 171, de agora em diante denominado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu Moraes, Brasileiro, divorciado, Policial Militar, inscrito no CPF nº 696.116.619-91, RG nº 6.415.530-0 -SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Pitanga-Pr
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PITANGA - APAE, Pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, com sede Rua Manoel Mendes de Camargo, 291. Vila Maria do Carmo, na cidade de Pitanga - Pr, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.282.282/0001-54, de agora em diante denominado **TOMADOR,** neste ato representado pelo seu presidente Albino Pedro Hey Neto

OBJETO: O presente termo de colaboração tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas para manutenção do tomador do referido termo, recursos provenientes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania Para Cumprimento da emenda impositiva. 20228100306 Gabinete Deputado Hugo Leal

VALOR: O valor do presente termo de colaboração é de R$ 194.035,86 (Cem e Noventa e Quatro Mil Trinta e Cinco Reais e Oitenta e Seis Centavos), que o CONCEDENTE repassará ao TOMADOR, em parcela única. Conforme Cronograma de Desembolso Plano de Trabalho
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Unidade	Funcional Programática	Natureza Despesa	Fonte de Recurso	Reduzido
11	004	08.242.1101.2062	3.3.50.43.00.00	71016	375
11	004	08.242.1101.2062	3.3.50.43.00.00	971016	375

VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2025 a 31 de dezembro de 2026
FORO: Comarca de Pitanga
DATA DA ASSINATURA: 07de novembro de 2025

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:6AB975D9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 64/2025 - PMP

CONCEDENTE: O MUNICIPIO DE PITANGA, Estado do Paraná, pessoa de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, 171, de agora em diante denominado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu Moraes, Brasileiro, divorciado, Policial Militar, inscrito no CPF nº 696.116.619-91, RG nº 6.415.530-0 -SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Pitanga-Pr
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PITANGA - APAE, Pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, com sede Rua Manoel Mendes de Camargo, 291. Vila Maria do Carmo, na cidade de Pitanga - Pr, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.282.282/0001-54, de agora em diante denominado **TOMADOR,** neste ato representado pelo seu presidente Albino Pedro Hey Neto

OBJETO: O presente termo de colaboração tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas para manutenção do tomador do referido termo, recursos provenientes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania Para Cumprimento da emenda impositiva. 20520003 Gabinete Senador Álvaro Dias

VALOR: O valor do presente termo de colaboração é de R$ 192.192,26 (Cem e Noventa e Dois Mil Cento e Noventa e Seis Reais e Vinte e Seis Centavos), que o CONCEDENTE repassará ao TOMADOR, em parcela única. Conforme Cronograma de Desembolso Plano de Trabalho

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Unidade	Funcional Programática	Natureza Despesa	Fonte de Recurso	Reduzido
11	004	08.242.1101.2062	3.3.50.43.00.00	81016	375
11	004	08.242.1101.2062	3.3.50.43.00.00	981016	375

VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2025 a 31 de dezembro de 2026
FORO: Comarca de Pitanga
DATA DA ASSINATURA: 07de novembro de 2025

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:68008770

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 65/2025 - PMP

CONCEDENTE: O MUNICIPIO DE PITANGA, Estado do Paraná, pessoa de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, 171, de agora em diante denominado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu Moraes, Brasileiro, divorciado, Policial Militar, inscrito no CPF nº 696.116.619-91, RG nº 6.415.530-0 -SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Pitanga-Pr
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PITANGA - APAE, Pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, com sede Rua Manoel Mendes de Camargo, 291. Vila Maria do Carmo, na cidade de Pitanga - Pr, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.282.282/0001-54, de agora em diante denominado **TOMADOR,** neste ato representado pelo seu presidente Albino Pedro Hey Neto

OBJETO: O presente termo de colaboração tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas para manutenção do tomador do referido termo, recursos provenientes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

VALOR: O valor do presente termo de colaboração é de R$ 21.000,00 (Vinte e Um Mil Reais), que o CONCEDENTE repassará ao TOMADOR, em 02 (Duas) parcelas. Conforme Cronograma de Desembolso Plano de Trabalho

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Unidade	Funcional Programática	Natureza Despesa	Fonte de Recurso	Reduzido
11	004	08.242.1101.2062	3.3.50.43.00.00	1941	375
11	004	08.242.1101.2062	3.3.50.43.00.00	1000	375

VIGÊNCIA: 07 de novembro de 2025 a 06 de março de 2026
FORO: Comarca de Pitanga
DATA DA ASSINATURA: 07de novembro de 2025

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:DBAB94C4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1006, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que o "Art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece: "Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei.(…)"
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 46 DE 14 DE MARÇO DE 2023,
CONSIDERANDO o memorando n° 20.464/2025, da Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística,

RESOLVE

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Agente de Contratação do Pregoeiro, da equipe de apoio e da comissão de contratação para conduzir os atos das Licitações e Contratações derivadas da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º Fica nomeado para atuar como Agente de Contratação , nos termos da Lei nº 14.133/2021 o servidor:
Marcio Sokoloski – Auxiliar Administrativo , matrícula nº 208101.

Art. 3º Ficam nomeados para atuarem como pregoeiros, nos termos da Lei nº 14.133/2021 os servidores:
Edina dos Santos da Luz – Assessora de Assuntos Técnicos, matrícula nº 25011;
Jean Marcel Grande Huber, Auxiliar Administrativo, matrícula n° 52969.

Art. 4º Ficam nomeados para atuarem como Comissão de Contratação e equipe de apoio e servidores:
I - Helcio Luiz Klosowski Ferreira, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 34091;
II- Alex Antonio dos Santos, Engenheiro Civil, matrícula nº 506714;
III– Kelly Karina Euzébio – Auxiliar Administrativo, matrícula nº 54348;
IV - Angelica dos Santos Scandolara Peron, Fiscal Geral, matrícula nº 50322;
V - Jorge Paulo Paulino dos Santos, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 51287;
VI- Vanessa dos Santos Franco, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 50159
VII- Edviges Antonia Iubel trojan, Oficial Administrativo, matrícula nº 55171,

Parágrafo único. Cabe ao primeiro membro, a função de Presidir a presente Comissão.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1, de 06 de janeiro de 2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 17 de novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:E5C8D29E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 947, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder progressão vertical ao servidor abaixo descrito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder progressão vertical ao servidor na classe e nível de vencimentos abaixo evidenciados, a contar de 01 de novembro de 2025.

Matrícula	Nome Completo	Cargo	De	Para
50034	Allan Felipe da Silva Vieira	Técnico Agrícola	A01	B01

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 05 de novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:57CC80C8

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 989, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonerar a pedido do servidor abaixo descrito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o requerimento do servidor.

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a pedido o servidor **ELITON AVELINO KULKAMP,** matrícula N° **50209**, do cargo de **motorista** - 44 **HORAS,** a partir de 06 **de novembro de 2025.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 14 de novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:E3498F3B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 996, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder férias à servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º - Conceder **20 (vinte)** dias de **FÉRIAS**, referente o período aquisitivo de **2024/2025** à servidora **LIDIA DE FATIMA CANDIDO**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais** - 44 horas, matrícula nº 505091, a contar de 02 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 22 de janeiro de 2026.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 17 de novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:3AD06B75

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 999, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Conceder férias à servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º - Conceder **20 (vinte)** dias de **FÉRIAS**, referente o período aquisitivo de **2024/2025** à servidora **ALESSANDRA IOHN ARAUJO**, ocupante do cargo de **psicólogo** - 20 horas, matrícula nº 54266, a contar de 14 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 03 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 17 de novembro de 2025.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:4EA05B36

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
REVOGA A CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 55/2025

Dispõe sobre a revogação de Diária(s) ao(à) Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, ou representante ora designado, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal nº 2437/2022, e regulamentada pelo Decreto nº 85/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada o Requerimento de concessão de Diária(s) para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir, por impossibilidade de pagamento devido à incompatibilidade da despesa com a destinação específica da conta vinculada de custeio de diárias, o que configuraria desvio de finalidade.

Nome do Beneficiário(a): Alexy Anderson Braz

Nº de Matrícula: 21186
Cargo/Função: Diretor de Esportes
Data de Início: 19/11/2025
Data Fim: 23/11/2025
Nº de Diárias: 4 (02 com pernoite e 02 sem pernoite)
Valor Unitário: R$:300,00 (com pernoite) e R$:150,00 (sem pernoite)
Valor Total: 900,00
Município de Destino: São José dos Pinhais/ Pr
Código do IBGE do Município de Destino: 4125506
Objetivo da Viagem: Acompanhar os atletas do Município de Pitanga que participarão da Taça Paraná, competição esportiva que ocorrerá entre os dias mencionados. A solicitação se justifica pela necessidade de acompanhamento técnico, logístico e representativo da equipe municipal durante a competição, assegurando a adequada execução das atividades esportivas e o apoio aos atletas que representarão o Município de Pitanga no evento estadual.
Art. 2º Este Ato de Revogação entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, 18 de novembro de 2025

SIDINEY HEIDEMANN
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:6716CAEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
DECISÃO DE RECURSO CONCORRENCIA 7-2025

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025

Recurso Administrativo interposto pela empresa **A BARTOLI DE SOUZA LTDA**, CNPJ sob o n° 58.733.521/0001-38, com sede na Rua Ilha de Marajó, nº 135 - Conj. Res. Ilha Bela, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 07/2025, passo a proferir a presente decisão.
I – DO CONHECIMENTO
O recurso foi apresentado dentro do prazo legal previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual **deve ser conhecido**.
Ressalta-se que a empresa **ROGERIO TASSI MACIEL & CIA LTDA** foi regularmente intimada para apresentação de contrarrazões no Portal BNCCOMPRAS.COM, porém deixando transcorrer o prazo **sem manifestação**.
II – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE
A empresa **A BARTOLI DE SOUZA LTDA** sustenta, em síntese, as seguintes irregularidades na habilitação da empresa **ROGERIO TASSI MACIEL & CIA LTDA**:
1) Da inobservância ao item editalício 1.4.3 (ANEXO XIV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)
A recorrente alega que a empresa recorrida **não apresentou os índices econômico-financeiros ILC, ILG, GE e VP,** exigidos para aferição da idoneidade econômico-financeira da licitante.
Tais índices são essenciais para demonstrar a adequada capacidade da empresa para assumir e cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.
2) Da inobservância ao item editalício 1.4.3, alínea "B" (ANEXO XIV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)
Argumenta que a empresa recorrida **não apresentou a Declaração de CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA**, documento indispensável para comprovar a compatibilidade entre sua estrutura econômico-financeira e os compromissos contratuais a serem assumidos.
3) Da inobservância ao item editalício 5 (ANEXO XIV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)
A recorrente aponta que a empresa recorrida **não apresentou a documentação referente ao atendimento das práticas ambientalmente responsáveis**, exigência destinada a assegurar que a futura contratada adote medidas sustentáveis durante a execução da obra ou serviço, conforme previsto no edital.
4) Da inobservância ao item editalício 1.6 (ANEXO XIV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)
Por fim, a empresa recorrente afirma que a licitante **não apresentou a Certidão Simplificada**, necessária para comprovar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme previsto no referido item editalício.
Com base nessas irregularidades, a recorrente requer a **inabilitação** da empresa ROGERIO TASSI MACIEL & CIA LTDA.
III – DO MÉRITO
Procedida a reanálise dos documentos anexados pela empresa **ROGERIO TASSI MACIEL & CIA LTDA**, constata-se que as alegações da recorrente **são procedentes**, uma vez que não consta nos documentos apresentados:
Os índices econômico-financeiros ILC, ILG, GE e VP
A Declaração de Capacidade Operacional Financeira;
A declaração relativo às práticas ambientalmente responsáveis;
A Certidão Simplificada para comprovação da condição de ME/EPP.
A ausência dos documentos indicados na totalidade enseja descumprimento não passível de correção por diligência, conforme art. 64, §1º da Lei 14.133/2021, haja vista tratar-se de documentação obrigatória, e quando da oportuna contrarrazão, não houve manifestação pela recorrida para justificar a manutenção de sua habilitação.
Dessa forma, após a revisão dos documentos que, por equívoco, não foram observados na análise inicial, verifica-se a necessidade de proceder à inabilitação da empresa recorrida."
IV – DA DECISÃO
Diante do exposto:

CONHEÇO o Recurso Administrativo interposto pela empresa **A BARTOLI DE SOUZA LTDA**;

DOU PROVIMENTO ao recurso, para **INABILITAR** a empresa **ROGERIO TASSI MACIEL & CIA LTDA**, diante das irregularidades apontadas e da ausência de documentos obrigatórios previstos no ANEXO XIV do edital;

Determino o **prosseguimento da Concorrência Eletrônica nº 07/2025** com as licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação e regras editalícias.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Pitanga/PR, 17/11/2025.

ORIGINALMENTE ASSINADO

MARCIO SOKOLOSKI,
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:580AB355

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
REPUBLICADO POR INCORREÇÕES - AVISO DE LICITAÇÃOCONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2025
O MUNICÍPIO DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ torna público que fará realizar, às 15h30min horas do dia 05 de dezembro do ano de 2025, na plataforma https://bnc.org.br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de contratação semi-integrada, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Francisco Berardi 501, Bairro Vila Planalto	Construção da edificação da Casa da Mulher Paranaense	540,84 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.pitanga.pr.gov.br (Aba Licitações) e na plataforma https://bnc.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de

esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Pitanga/PR, 17 de novembro de 2025.

MARCIO SOKOLOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:E5CAEDB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 632/2025

DATA: 18 de novembro de 2025.

SÚMULA: Institui a Comissão Permanente de Avaliação e Desfazimento de Bens Móveis e Imóveis do Município, nomeia os membros para sua composição e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente o disposto na Lei Federal n° 14.133/2021,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica instituída e nomeada a **Comissão Permanente de Avaliação e Desfazimento de Bens Móveis e Imóveis**, de propriedade do Município de Pitangueiras, Estado do Paraná, composta por 03 (três) servidores, incumbidos de avaliar as condições de servibilidade, inservibilidade e valor dos bens patrimoniais móveis e imóveis de propriedade desta Prefeitura Municipal, a serem doados ou transferidos, ou ainda, descartados pela Administração Municipal.

Art. 2º – Designar os servidores **Paulo Ricardo Rodella**, matrícula nº 51-5/01, **Gisley Calixto dos Santos**, matrícula nº 982-2/01, e **Mateus Henrique de Souza**, matrícula nº 1223-8/01, para, sob a presidência do primeiro, comporem a **Permanente de Avaliação e Desfazimento de Bens Móveis e Imóveis**, por período indeterminado.

Parágrafo Único: Compete à Comissão constituída no *caput* deste artigo vistoriar os bens indicados, elaborar o Termo de Avaliação, onde deverá constar as características, estado de conservação e o valor de cada bem, que deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art. 3º – A comissão terá prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a avaliação de que trata este Decreto sempre que for solicitada, mediante processo devidamente instruído na plataforma 1Doc.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 18 de novembro de 2025.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:9D365A46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 187/2025

DATA: 18 de novembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

1. **CONVOCAR** o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público da Prefeitura do Município de Pitangueiras, aberto através do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025, e homologado através da Edital nº 009/2025 de 25/07/2025, para se apresentar na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Central, nº 408, nesta cidade de Pitangueiras-PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação da presente Portaria, para tratar dos procedimentos de contratação, conforme segue:

MOTORISTA:

Nome do Candidato	Inscrição	Data de Nasc.	Classif.
JORGE HENRIQUE HIRASHIMA	0011418	25/05/1997	17°

2. O candidato convocado deverá comparecer à divisão indicada munido dos documentos relacionados no item 9.3. do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025, em vias originais e cópias.

3. O candidato deverá submeter-se à Avaliação Física e Mental, em caráter eliminatório, a ser efetuada por médico oficial do município, em dia e local previamente designados pelo Setor de Recursos Humanos, conforme item 9.3.1 do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025.

4. O não comparecimento no prazo aqui estabelecido ou a falta de comprovação dos requisitos para o exercício do cargo implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 18 de novembro de 2025.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:B2DF8266

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 91/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 14133/21, no seu Artigo 138, Inciso II.
MODALIDADE: Inexigibilidade n° 26/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ nº 95.543.427/0001-42
CRONTRATADA: JOSÉ CARLOS DE ASSIS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ nº 43.706.788/0001-69
OBJETO: Por força da presente rescisão, a Contratante dá por terminado o Contrato Nº 91/2025.
SIGNATÁRIO: Samuel Teixeira e José Carlos de Assis.

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:C7FD53A5

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124 da Lei 14.133/21
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: MARZELYCONFECCOES LTDA
CNPJ: 41.497.372/0001-52
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, acrescer o valor de R$264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais), conforme aditivo de 25% da quantidade.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Santo Molina Pigaiani
DATA DA ASSINATURA: 18/11/2025

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:265F7FDD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL N.º 5712

DECRETO MUNICIPAL N.º 5712 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE PLENO DOMÍNIO, IMÓVEL SITUADO NO MUNICÍPIO DE PLANALTO-PR.

LUIZ CARLOS BONI, Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 130 §1º, da Lei Orgânica do Município de Planalto, Estado do Paraná, e;
CONSIDERANDO a intenção do Município de Planalto adquirir espaços com boa localização para a construção de uma nova Unidade Básica de Saúde – UBS no distrito de Centro Novo;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal 3.365 de 21 de junho de 1941.
D E C R E T A
Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para os fins de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante acordo ou judicialmente, o imóvel a seguir descrito:
I - Lote n° 18-C (dezoito - C) da subdivisão do lote n° 01 (um), da GLEBA n° 129-CP (cento e vinte e nove – CP), do Povoado de Centro Novo, Núcleo de Capanema, Colônia Missões, Município de Planalto, Estado do Paraná, com área de 2.575,60 m² (dois mil, quinhentos e setenta e cinco metros e sessenta centímetros quadrados), registrado sob Matrícula n° 34.746;
Art. 2º A desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza urgente, com intenção de compra pelo poder público, desde logo autorizado, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941.
Art. 3º O objetivo da desapropriação destina-se a permitir à Municipalidade adquirir espaços com boa localização para a construção de uma nova Unidade Básica de Saúde – UBS no distrito de Centro Novo.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:A4030598

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 5713 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 5713 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Declara Hospede Oficial do Município de Planalto.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

D E C R E T A

Art. 1° Fica Declarada Hospede Oficial do Município de Planalto PR, o Sr. Wilson José Schiavinato Júnior, Governador do Distrito 4640, do Rotary Club.

Art. 2° O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:34B0EA52

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 370/'2025

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 370/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2025

DATA DA ASSINATURA: 12 de novembro de 2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ELIAS RAFAEL FRITZEN ME.
OBJETO: Contratação de empresa visando a aquisição de materiais escolares destinados à composição de kits a serem distribuídos a todos os alunos da rede municipal de ensino de Planalto-PR, conforme demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação.
VALOR TOTAL: R$ 152.916,00 (cento e cinquenta e dois mil e novecentos e dezesseis reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:94B4A4CD

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2024 PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E CENTER NUTRI COM. DE PROD. PARA NUTRI ENTERAL LTDA,

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **CENTER NUTRI COM. DE PROD. PARA NUTRI ENTERAL LTDA,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **Maria de Fátima Serafim Matos**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 329/2024, firmado entre as partes em data de 05 de novembro de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa para a aquisição de forma parcelada, de DIETAS ENTERAL, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E FÓRMULAS INFANTIS, destinados às ações de promoção e recuperação à saúde da Secretaria Municipal de Saúde para dispensação na unidade de saúde central do município de Planalto – PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quarts (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 06/11/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MARIA DE FÁTIMA SERAFIM MATOS
Center Nutri Com. de Prod. pata Nutri Enteral LTDA.

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA FATIMA MOMBACH STURM
RG nº 6.772.151-9 / PR

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:CCA25F29

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 333/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 333/2024 PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E NUTRICLIN SAÚDE COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA,

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **NUTRICLIN SAÚDE COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **João Rogério Padilha**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 333/2024, firmado entre as partes em data de 05 de novembro de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa para a aquisição de forma parcelada, de DIETAS ENTERAL, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E FÓRMULAS INFANTIS, destinados às ações de promoção e recuperação à saúde da Secretaria Municipal de Saúde para dispensação na unidade de saúde central do município de Planalto – PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quarts (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 06/11/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

JOÃO ROGÉRIO PADILHA
Nutriclin Saúde Comércio de Produtos Nutricionais LTDA.

Testemunhas:

_____ ____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA FATIMA MOMBACH STURM
RG nº 6.772.151-9 / PR

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:9FEA01B1

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 260/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 294/2023 INEXIGIBILIDADE Nº 030/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **HORÁCIO ANTUNES BARBOSA JUNIOR,** resolvem em comum acordo prorrogar o prazo do contrato administrativo nº 294/2023, firmado entre as partes em data de 30 de outubro de 2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para o atendimento das gestantes em trabalho de parto com risco habitual, complementar aos serviços oferecidos pelo SUS, com acompanhamento Pediátrico, ultrassonografia, porta aberta para gestantes em caso de urgência e emergência, enfermaria exclusiva para gestantes, referenciados das Unidades de Saúde ou demanda direta, residentes no Município de Planalto/PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Décima Segunda (dos prazos) Paragrafo Primeiro, prorrogando o prazo de vigência por 60 (sessenta) dias, finalizando em 31/12/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

HORÁCIO ANTUNES BARBOSA JUNIOR
Fundação Hospitalar da Fronteira.

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA FATIMA MOMBACH STURM
RG nº 6.772.151-9 / PR

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:B8D918B9

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 332/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 332/2024 PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E NUTRICAO ORIGINAL LTDA,

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **NUTRICAO ORIGINAL LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **MARCO VALERIO CARVALHO**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 332/2024, firmado entre as partes em data de 05 de novembro de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa para a aquisição de forma parcelada, de DIETAS ENTERAL, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E FÓRMULAS INFANTIS, destinados às ações de promoção e recuperação à saúde da Secretaria Municipal de Saúde para dispensação na unidade de saúde central do município de Planalto – PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quarts (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 06/11/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MARCO VALERIO CARVALHO
Nutrição Original LTDA.

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA FATIMA MOMBACH STURM
RG nº 6.772.151-9 / PR

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:0C7245E1

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERLA CONTRATO ADMINISTRATIVO 259/2023

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

À empresa
SONIA APARECIDA KUPKOVSKI LTDA CNPJ: 42.891.511/0001-90
(Att. SONIA APARECIDA KUPKOVSKI)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2023
PREGÃO ELETRONICO Nº 044/2023

O MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, vem, através do presente, com fulcro no art. 78, XII, da Lei Federal nº 8.666/93 e Cláusula Décima Terceira (da Rescisão) do Contrato Administrativo nº 257/2023 , informar e notificar a presente:

I - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Instrumento, a NOTIFICAÇÃO da empresa SONIA APARECIDA KUPKOVSKI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.891.511/0001-90, com sede na cidade de Pinhal de São Bento, PR, neste ato representada pela Sra SONIA APARECIDA KUPKOVSKI, portadora do CPF nº 036.263.839-03, da RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 259/2023, firmado em data de 18 de setembro de 2023, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de auxiliar de limpeza (servente) e conservação, incluindo mão-de-obra, encargos e tributos pertinentes, nos setores abaixo definidos, do Município de Planalto.

II – DOS FUNDAMENTOS DA RESCISÃO

A presente rescisão unilateral decorre da necessidade administrativa de contratação da nova empresa vencedora da Licitação Pregão Eletrônico nº 036/2025, para a execução dos serviços, em se garantir tempo hábil para a formalização do novo contrato e o início dos serviços, evitando assim qualquer interrupção na prestação das atividades essenciais à Administração Pública e à população.

A decisão fundamenta-se no interesse público, princípio basilar da Administração, bem como na prerrogativa legal que assegura à Administração o poder-dever de promover a rescisão unilateral do contrato quando constatada a conveniência administrativa devidamente motivada, conforme previsão no art. 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/1993.

Todavia, considerando o encerramento do período contratual e a necessidade de substituição por nova contratação já concluída via processo licitatório, optou-se pela rescisão unilateral do contrato vigente, de modo a permitir a imediata celebração do novo ajuste e garantir a continuidade dos serviços públicos.

Dessa forma, fica a contratada NOTIFICADA para proceder à finalização das atividades no dia **30 de novembro de 2025**, devendo adotar as providências necessárias para o encerramento das operações, bem como, a entrega de relatórios ou documentos pertinentes à execução contratual, conforme as disposições legais e contratuais aplicáveis.

III – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

A rescisão unilateral encontra amparo nos seguintes dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93:

• Art. 78, inciso XII – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

Ainda conforme disposto na Cláusula Décima Terceira (da Rescisão) do Contrato Administrativo nº 257/2023:

O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação Judicial da CONTRATADA, nas seguintes hipóteses:

a) infringência de qualquer obrigação ajustada.
b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA.
c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.
d) os demais mencionados no Artigo 78 da Lei n° 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: - Caso ocorra a rescisão do Contrato, o CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, apenas os valores dos materiais entregues e aceitos até a data respectiva.

IV – DAS CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO

Em decorrência da rescisão ora formalizada:

• A contratada fica dispensada da continuidade da execução contratual a partir da data de **30 de novembro de 2025**;
• Serão realizados os levantamentos e pagamentos referentes aos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão;
• Fica assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa no âmbito do processo administrativo;
• A Administração promoverá a formalização e início do novo contrato, garantindo a continuidade dos serviços essenciais;
• Esta rescisão não implica, neste momento, aplicação de penalidades, salvo posterior constatação de irregularidades ou prejuízos ao erário.

V - DA QUITAÇÃO

Fica ressalvada, nessa extensão, a responsabilidade da CONTRATADA em razão de eventual dano durante a prestação dos serviços do objeto do Contrato Administrativo nº 257/2023 que venha a ser futuramente conhecido, observado o prazo prescricional pertinente.

Fica assegurado à CONTRATADA o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados ao CONTRATANTE, de acordo com as condições estabelecidas no Contrato.

Há de observar-se e ter a ciência que os atos da Administração Pública buscam a satisfação do interesse público, e os contratos

administrativos possuem e guardam características próprias, sendo-as regidas pelos princípios basilares da Administração Pública, visto no art. 37 da Constituição Federal. Sendo revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão por conveniência do interesse público.

VI – DO FORO

O foro competente é o da Comarca de Capanema/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrava.
Planalto - PR, 14 de novembro de 2025.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

SONIA APARECIDA KUPKOVSKI LTDA
Sonia Aparecida Kupkovski LTDA.

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:5A8DF4E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO Nº 58/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº 344/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 58/2025 – Objeto: **Serviço de arbitragem esportiva para atender a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude nos termos conforme condições e exigências da secretaria.** A contratação será pelo período de 12 meses. ABERTURA: **08/12/2025**, às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Edital: Estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br, link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br.
Pontal do Paraná, 18 de novembro de 2025.

GABRIELA MARIA VIEIRA MARTINS
Pregoeira - Decreto nº 12.894/2025

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:56D84A8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.143/2025 DE 17/11/2025

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 13143/2025 de 17/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$5.080,00 (cinco mil e oitenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.001		DIRETORIA GERAL	
06.001.08.244.0007.2.013		GESTAO EM ASSISTENCIA SOCIAL	
106 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	5.080,00
		Total Suplementação:	5.080,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA EDESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.08.246.0009.2.016		GESTAO DE POLITICAS PUBLICAS DEPROTECAO SOCIAL	
164 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARADISTRIBUICAO GRATUITA	5.080,00
Total Redução:			5.080,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 17 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:E53C6703

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.144/2025 DE 18/11/2025

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2025
Decreto n° 13144/2025 de 18/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.000,00 (um mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUN DE SEGURANCA PUBLICA	
08.001		DIRETORIA GERAL	
08.001.06.181.0016.2.030		GERENCIAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	
266 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
		Total Suplementação:	1.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
08		SECRETARIA MUN DE SEGURANCA PUBLICA	
08.001		DIRETORIA GERAL	
08.001.06.181.0016.2.030		GERENCIAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	
270 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000,00
		Total Redução:	1.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 18 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7E74588E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.145/2025 DE 18/11/2025

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR

Exercício: 2025
Decreto n° 13145/2025 de 18/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2625/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$5.750,00 (cinco mil e setecentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
14		SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	
14.001		DIRETORIA GERAL	
14.001.15.451.0034.1.049		ELABORACAO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	
625 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	5.750,00
		Total Suplementação: 5.750,00	

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
14		SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANOE INFRAESTRUTURA	
14.001		DIRETORIA GERAL	
14.001.15.451.0034.2.063		GERENCIAMENTO DOS PROJETOS DEPLANEJAMENTO URBANO	
639 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	760,00
640 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.990,00
Total Redução:			5.750,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 18 de Novembro de 2025.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EEE7C14B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 936 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme **Leis Municipais n. º 2634 /2024 e 2635/2024** e dá outras providências .

RESOLVE:

Artigo 1º-Designar a servidora estatutária **CLAUBA MACHADO MENDONÇA- MATRICULA 325602,** em seu respectivo cargo de provimento em comissão de **DD – DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CULTURA** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná .

Artigo 2º – A servidora nomeada opta pelos vencimentos correspondentes ao cargo em comissão.

Artigo 3 º- Esta Portaria entra em vigor a partir de **NOVEMBRO/2025.**

Artigo 4º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:558EA003

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 937 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, Estado do Paraná, **RUDISNEY GIMENES FILHO,** em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e conforme solicitado no **Memorando nº 24.939/2025.**

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado(a) o(a) servidor(a) **THAISEPELIZZON ,** para desempenhar a função de fiscal do contrato , designado pela **Secretaria Municipal de Administração , Inovação e Tecnologia ,**conforme segue abaixo :

Nº Contrato:375/2024
Inexigibilidade 56/2024
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Parágrafo Segundo – O(a) servidor(a) designado(a) observará no desempenho das atribuições as disposições contidas nas Leis acima citadas, bem como as instruções pertinentes constantes nos atos normativos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná .

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de **NOVEMBRO/2025,** revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se.
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3CA35D4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 938 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: "Nomeia os membros da Comissão de Contratação – Credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEI), residentes em Pontal do Paraná, para prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e o contido no **Processo Administrativo nº 588/2025 – Desp 44.**

RESOLVE:

Art.1º– Nomear os membros da Comissão para Análise de Habilitação do Credenciamento, composta pelos seguintes servidores:

Jonathan Andre Bortoleto
Célia de Lourdes Sidral de Carvalho Lima
Juliana Silva dos Santos do Carmo

PROCEDIMENTO AUXILIAR 18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025
Edital de Chamamento Público para Credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEI), residentes em Pontal do Paraná, para prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições contrárias.

Art. 3º - Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B3334983

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 126/2025

DECRETO Nº 126/2025

Afeta bem imóvel público à categoria de bem de uso especial, destinando-o à sede do Poder Legislativo Municipal (Câmara Municipal de Porecatu).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 43, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Municipal nº 1.984, de 12 de dezembro de 2023**, com redação alterada pela **Lei Municipal nº 2046/2025**, que autorizou o Poder Executivo a afetar o imóvel descrito no artigo 1º à categoria de bem de uso especial, com destinação específica para a sede do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO o entendimento consolidado pelo **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, consubstanciado no **Acórdão nº 206/17 – Tribunal Pleno**, segundo o qual os bens imóveis utilizados pelo Poder Legislativo devem permanecer registrados em nome do Município, sendo apenas afetados à sua utilização;

CONSIDERANDO a necessidade de **regularizar a situação dominial e registral** do imóvel atualmente ocupado pela Câmara Municipal de Porecatu, conferindo-lhe destinação pública formal e garantindo segurança jurídica à sua utilização;

DECRETA:

Art. 1º - **Fica** afetado à categoria de bem de uso especial **o imóvel público pertencente ao Município de Porecatu, consistente no** lote nº 01 da quadra nº 41**, com área total de** 2.400,00 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados)**, situado à** Rua Sidney Ninno nº 440**, nesta cidade e comarca de** Porecatu – Estado do Paraná**, devidamente matriculado sob o nº** 19.279 **no** Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu**.**

Art. 2º - **O imóvel referido no artigo anterior fica** vinculado à finalidade específica, irrevogável e irretratável, de servir como sede do Poder Legislativo Municipal (Câmara Municipal de Porecatu)**, destinando-se exclusivamente ao uso administrativo e institucional do referido Poder.**

Art. 3º - **O bem afetado integra o** patrimônio público municipal **sob a titularidade do Município de Porecatu, permanecendo sujeito à legislação aplicável aos bens de uso especial, sendo vedada sua alienação, cessão, transferência ou destinação diversa sem prévia e expressa autorização legislativa.**

Art. 4º - **A Secretaria Municipal de Administração e o Departamento de Patrimônio deverão promover os** registros e anotações necessários **junto aos cadastros municipais e ao** Cartório de Registro de Imóveis**, para que conste a afetação e a destinação específica do bem de uso especial.**

Art. 5º - **Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17.11.2025).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:C671F9B3

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 127/2025, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.007/24, de 18 de dezembro de 2024.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

1200	**SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL**	
1203	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.056	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00

Fonte de Recursos – 839 – Repasse Estado Gar. Criança e Adolescente

1200	**SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL**	
1203	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.056	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30	Material de Consumo	180.000,00

Fonte de Recursos – 839 – Repasse Estado Gar. Criança e Adolescente

1200	**SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL**	
1203	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.056	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	100.000,00

Fonte de Recursos – 839 – Repasse Estado Gar. Criança e Adolescente

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superávit Financeiro, o Excesso de Arrecadação e o Cancelamento Total/Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

ARTIGO 3. º - Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal conforme alterações previstas supramencionados.
ARTIGO 4. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (18.11.2025).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:5CFFEAC2

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N°34/2025

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 92/2025.
Dispensa de Licitação nº 34/2025.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL DA FARMÁCIA MUNICIPAL DE PORECATU**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Fundamento Legal: art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, Lei municipal Nº 1.933/2022.
AUTORIZO a Dispensa de Licitação nº 34/2025, materializada nos autos, para contratação da **KAMINSKI F.A. CNPJ: 62.870.916/0001-50** Pagamento: a partir dos 12 (doze) dias do mês subsequente a emissão das notas fiscais, desde que emitida até o dia 30 (trinta) do mês corrente, após conferência, e aceite por parte da fiscalização, condicionada a verificação da regularidade fiscal do contratado, no valor total contratual de **R$ 62.388,00 (sessenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito reais)**. Condicionadas as seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 11 Secretaria de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 103020200 – Modernização da Secretaria de Saúde
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.052 - Manutenção do Hospital Municipal
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros- PJ
Fonte de Recurso: 3401 Saúde – Convênio Estadual C/C 208-6
Desdobramento: 3.3.90.39.16 – 1662 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.99.33 - 1661
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Porecatu - PR, 17 de novembro de 2025.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:3D4F88E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 108/2025

PORTARIA Nº 108, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, inciso IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Enfermeiro **ALYSSON LUIZ BERTON**, para exercer o função de Enfermeiro Responsável Técnico da Instituição, Unidade Básica De Saúde Leonaldo Gomes Da Costa, localizada no endereço Avenida Porto Amazonas nº 98, Vila Reis , Porto Amazonas – PR, cumprindo a carga horária de 40/h semanais, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:6AD46DD4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 109/2025

PORTARIA Nº 109, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, inciso IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Enfermeira **RENATA FERRARI**, para exercer o função de Enfermeira Responsável Técnica da Instituição, Unidade Básica De Saúde Dr. Roberto Saraiva Osorio De Almeida, localizada no endereço Rua Newton Craveiro De Amorin nº 01, Centro, Porto Amazonas – PR, cumprindo a carga horária de 40/h semanais, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:556DC490

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 110/2025

PORTARIA Nº 110, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, inciso IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Médica **ROSA TARCILA ESTACIO SURCO**, para exercer o função de Médica Diretora Técnica desta Instituição, Unidade Básica De Saúde Leonaldo Gomes Da Costa, localizada no endereço Avenida Porto Amazonas nº 98, Vila Reis , Porto Amazonas – PR, cumprindo a carga horária de 40/h semanais, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:29CCA455

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 111/2025

PORTARIA Nº 111, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, inciso IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Médico **HAYDAN DE FREITAS OSAKO**, para exercer o função de Médico Diretor Técnico da Instituição, Unidade Básica De Saúde Dr. Roberto Saraiva Osorio De Almeida, localizada no endereço Rua Newton Craveiro De Amorin nº 01, Centro, Porto Amazonas – PR, cumprindo a carga horária de 20/h semanais, das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:9326BFB6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - PORTARIA N.º 106/2025

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
PORTARIA Nº 106 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas, e de acordo com o *caput* do art. 28, inciso II, § 1°, c/c art. 30, inciso II, da Lei Municipal n° 848, de 09 de julho de 2009, com redação dada pela Lei Municipal n° 1246, de 06 de setembro de 2023.
CONSIDERANDO o Ofício Nº 540/2025 do Departamento Municipal de Educação e Cultura, protocolado nesta Administração sob n.º 1879/2025.

RESOLVE

Art. 1º Designar, a partir de 17 de novembro de 2025, a empregada pública municipal **MARILIANE DUDZIAK**, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor da Rede Municipal de Ensino, matrícula nº 3261 e nº 1000252, para exercer 40 (quarenta) horas semanais na função de Suporte Pedagógico junto ao Departamento Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º Conceder a gratificação com base no art. 30, inciso II, Anexo VI, com valor correspondente ao FGSP 2, da Lei Municipal n° 848, de 09 de julho de 2009, com redação dada pela Lei Municipal nº 1246, de 06 de setembro de 2023.
Art. 3º Fica assegurada a agente pública ao fim da designação, o direito de retorno a instituição educacional e cargo de origem, conforme art. 39 da Lei Municipal n° 848/2009.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 14 de novembro de 2025.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:754CE8CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº 399/2025

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A, da Lei Municipal nº 084/2001 e art. 2º, da Lei Municipal nº 491/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias, no valor total de R$ 1.582,11 (um mil quinhentos e oitenta e dois reais e onze centavos), em favor da Conselheira Tutelar, ***Micheli Peres Soares de Oliveira***, para participar do ***"Seminário Brasileiro do SGDCA – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente"***, no período de 24 a 26 de novembro de 2025, em Curitiba/PR.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 11 de novembro de 2025.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:5C746484

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2025 - DISPENSA Nº 31/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: LAMBERTI E MOREIRA PREPARACAO DE DOCUMENTOS LTDA – CNPJ **50.104.035/0001-49**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS, PARA EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA (LP) JUNTO AO IAT, DESTINADOS A LOTEAMENTO URBANO DE INTERESSE SOCIAL, CONFORME IN 17/2025 E REQUERIMENTO Nº 307.425 (SGA – IAT), COM ÁREA DE 26.325 M²
VALOR GLOBAL: R$ 33.260,00 (Trinta e Três Mil, Duzentos e Sessenta Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 18/11/2025

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:22B878F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2025

O Secretário Executivo da PREVIBARRAS no uso de suas atribuições, conforme previsto no art. 13, inciso VII da Lei Municipal nº 13/99 e conforme Lei Federal nº 14.133/2021, Parecer Contábil, Parecer Jurídico nº 48/2025 e Exame Técnico CCI nº 42/2025, declarou inexigível o seguinte processo de licitação:

PROCESSO: 123/2025/Previ
DATA: 15/10/2025

OBJETO: Inscrições no 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS da ABIPEM.
EMPRESA: Associação Brasileira dos Institutos de Previdência - ABIPEM.
VALOR: R$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20.001.09.122.0009.2051.3.3.90.39.00.
EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso III, "f" c/c o art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Quatro Barras, 18 de novembro de 2025.

OSMAR DOMINGUEZ
Secretário Executivo

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:DA99FF45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CANCELAMENTO DO REQUERIMENTO DE DIÁRIA Nº 8415/2025

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

CANCELAMENTO do Requerimento de Diária n° 8415/2025
BARBARA BOSSARDI DE JESUS – CPF. XXX.001.479-XX
I)Processo Administrativo n° 19181/2025
II) Cargo do servidor: ASSESSOR DO PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO– SMDSF
III)Período de afastamento: 04/11/2025(05h) a 04/11/2025(23h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 882,20 (oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 882,20 (oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para visita a menor em acolhimento institucional, conforme ordem judicial, no município de Bombinhas/SC.

Quatro Barras, 18 de novembro de 2025.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:F11B8DB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 8647/2025
WELLINGTON BERNIERI DE CARVALHO – CPF. XXX.869.719-XX
I)Processo Administrativo n° 20032/2025
II) Cargo do servidor: BIOMEDICO - SMS
III)Período de afastamento: 25/11/2025 (08h) a 27/11/2025(16h:30)
IV) Número de diárias: três diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 78,42 (setenta e oito reais e quarenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 235,26 (duzentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Curso de processo administrativo sanitário, na cidade de Campo Largo/PR.

Requerimento de Diária n° 8648/2025
JULIANA SOUSA DEQUECHE – CPF. XXX.986.179-XX
I)Processo Administrativo n° 20031/2025
II) Cargo do servidor: MEDICO VETERINARIO - SMS
III)Período de afastamento: 25/11/2025 (08h) a 27/11/2025(16h:30)
IV) Número de diárias: três diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 78,42 (setenta e oito reais e quarenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 235,26 (duzentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Curso de processo administrativo sanitário, na cidade de Campo Largo/PR.

Requerimento de Diária n° 8649/2025
ANGELICA LOPES DA CRUZ – CPF. XXX.016.139-XX
I)Processo Administrativo n° 20038/2025
II) Cargo do servidor: ENFERMEIRO - SMS
III)Período de afastamento: 25/11/2025 (08h) a 27/11/2025(16h:30)
IV) Número de diárias: três diária integral.
V) valor unitário da diária integral: R$ 78,42 (setenta e oito reais e quarenta e dois centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 235,26 (duzentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Curso de processo administrativo sanitário, na cidade de Campo Largo/PR.

Requerimento de Diária n° 8650/2025
MARI ELAINE MAGALHAES DOS SANTOS – CPF. XXX.474.719-XX
I)Processo Administrativo n° 17684/2025
II) Cargo do servidor: AUXILIAR DE ENFERMAGEM– SMS
III)Período de afastamento: 23/11/2025(18h:30) a 29/11/2025(19h)
IV) Número de diárias: seis diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 882,20 (oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 5.293,20 (cinco mil duzentos e noventa e três reais e vinte centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para participar do JIIDOS 2025 em Foz do Iguaçu/PR.

Requerimento de Diária n° 8651/2025
IEDA INÊS TOLARDO – CPF. XXX.110.149-XX
I)Processo Administrativo n° 19923/2025
II) Cargo do servidor: SECRETARIA MUNICIPAL - SMMDH
III)Período de afastamento: 26/11/2025(08H) a 28/11/2025(22H)
IV) Número de diárias: três diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 1.078,24 (um mil setenta e oito reais e vinte e quatro centavos).
VI) valor total das diárias concedidas: R$ 3.234,72 (três mil duzentos e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Encontro das Secretarias, na cidade de São Paulo/SP.

Quatro Barras, 18/11/2025

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:C945D003

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°258/2025

DECRETO Nº 258/2025

Súmula: Determina o contingenciamento das despesas, limitação de empenhos das dotações orçamentárias e das movimentações financeiras dos órgãos da administração do Município, fixa horário de atendimento e dá outras providências.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO a necessidade de manter a responsabilidade na gestão fiscal do Município, que se dá, entre outras ações, com o equilíbrio entre a receita e a despesa pública;

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º. da Lei Complementar nº**101**, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal), que determina a limitação de empenho e movimentação financeira sempre que verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas, observando os princípios da responsabilidade fiscal, eficiência e economicidade na gestão dos recursos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as despesas de custeio e de pessoal à realidade financeira e orçamentária do Município;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas preventivas, visam assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e a manutenção da capacidade de investimento da Administração Municipal,

DECRETA:
Art. 1º A movimentação financeira e a limitação de empenho de dotações orçamentárias dos órgãos da Administração do Município de Querência do Norte ficam condicionados pelas diretrizes estabelecidas nesteDecreto,visando a contenção de despesas de custeio e de pessoal da máquina administrativa municipal.

Parágrafo único. Todos os contratos em vigor deverão ser reavaliados e, diante das condições orçamentárias e financeiras, optar, se for o caso, pela suspensão de suas execuções, observado o que dispõe o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº**101**, de 04 de maio de 2000, e os juízos da conveniência e oportunidade administrativa, visando-se salvaguardar o interesse público.

Art. 2º Ficam suspensos até 31 de dezembro de 2025, exceto em casos excepcionais, devidamente justificados e autorizados pelo Prefeito Municipal:

I - novos afastamentos de servidores para estudos ou cursos, com ônus ou não para o Município;

II - a cessão e/ou locação de veículos para atividades não essenciais;

III - realização de cursos, seminários, congressos, simpósios e demais eventos que impliquem despesas com inscrição, diárias ou deslocamento;

IV - despesas com aquisição de veículos, equipamentos, e materiais permanentes, salvo quando oriundas de transferências voluntárias;

V - A concessão de:

a) gratificação por prestação de serviço extraordinário;

b) licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em substituição;

c) horas extras, somente as indispensáveis

d) diárias, adiantamentos e passagens.

art. 3º ressalvada as situações das contratações em curso, oriundas dos Processos Seletivos Simplificados e Concursos, ficam vedadas as nomeações de servidores efetivos e em comissão, contratações ou renovações de contratos temporários, convocações para regime especial e contratações ou renovações de estágios, ressalvadas as situações de necessidade excepcional prévia e devidamente justificada e expressamente autorizada pelo Prefeito Municipal.

§ 1º As férias deverão ser programadas de modo a racionalizar a força de trabalho e contribuir para a redução de despesas.

§ 2º Fica mantida a observância do disposto no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº**101**, de 2000, em caso de atingimento dos limites de despesa com pessoal.

Art. 4º Fica autorizada, em caráter excepcional e temporário, a redução de horário de atendimento ao público nas Secretarias e Departamentos da Administração Direta e Indireta, que passarão a funcionar das 7h30min às 13h30min, sem interrupção, mantido o cumprimento da jornada legal de trabalho pelos servidores e sem prejuízo aos serviços essenciais, no período de 24 de novembro de 2025 ao dia 31 de dezembro de 2025, nos termos do poder regulamentador conferido ao Chefe do Poder Executivo pelaLei OrgânicaMunicipal e observada a legislação de pessoal vigente.

§ 1º Caberá a cada Secretaria apresentar plano de funcionamento e escala interna compatível com cumprimento da jornada legal, podendo estabelecer expediente interno ou regime de revezamento, conforme a natureza das atividades desempenhadas.

§ 2º A medida tem caráter administrativo e temporário, visando à racionalização do uso de recursos públicos, não implicando alteração contratual, redução salarial ou modificação de carga horária prevista em lei ou regulamento interno.

§ 3º Os horários dos serviços essenciais permanecerão inalterados.

§ 4º a Secretaria Municipal de Administração e a Controladoria Interna acompanharão o cumprimento desta medida e comunicarão o Chefe do Poder Executivo eventuais necessidade de ajuste.

Art. 5º - Fica determinada a redução em, no mínimo, 15% (quinze por cento), em relação à média dos gastos efetuados até 31 de dezembro do corrente exercício, no que se refere a:

I - água e energia elétrica;

II - telefonia e internet;

III - combustíveis e lubrificantes;

IV - materiais de consumo;

V - serviços de terceiros prestados por pessoas físicas e jurídicas.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Administração e a Controladoria Interna acompanhar e monitorar o cumprimento das metas de redução fixadas neste artigo.

Art. 6º -Fica determinado que as Secretarias Municipais:

I - procedam a revisão dos contratos de limpeza, vigilância, informática, locação de veículos e demais serviços terceirizados em vigência, visando redução de custos;

II - avaliem a necessidade de manutenção de imóveis locados e promovam revisões quando cabíveis;

III - priorizem o uso de meios digitais em substituição a impressões e papéis;

IV - encaminhem, no prazo de 15 (quinze) dias, relatório das medidas adotadas para o cumprimento desteDecreto, a ser encaminhado à Secretaria de Administração e a Controladoria Interna.
Art. 7º Fica suspensa, até 31 de dezembro de 2025, a realização de eventos, festividades e patrocínios custeados com recursos livres do Tesouro Municipal, exceto a comemoração da emancipação política e administrativa do Município e aqueles de caráter obrigatório e indispensáveis ao funcionamento da administração ou de relevante interesse público, mediante autorização expressa do Prefeito Municipal.

§ 1º A vedação prevista no caput não se aplica às ações e eventos financiados com recursos vinculados a programas, convênios, transferências voluntárias ou outras receitas com destinação específica, cuja aplicação esteja condicionada ao cumprimento de objeto previamente definido.

§ 2º Nos casos de eventos custeados com recursos vinculados que exijam contrapartida do município, esta somente poderá ocorrer mediante autorização prévia do Prefeito, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º A Secretaria Municipal de Administração deverá acompanhar e validar os planos de trabalho e prestações de contas relativos às ações previstas neste artigo.

Art. 8º Os Secretários Municipais responderão pela observância das disposições desteDecretoe pela adoção das providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação;

Querência do Norte, 17 de novembro de 2025

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:C34676C8

LICITAÇÃO
2 TA PE07/2024 ARY DE SOUZA

TERMO ADITIVO
2° Termo aditivo do contrato nº. 133/2024, decorrente de Pregão n°. 07/2024 de Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de manutenção corretiva e preventiva relacionados a bombas injetoras, sistema de Injeção eletrônica, bicos injetores, turbinas e outros de natureza correlata, serviços de funilaria, pintura e reparação, retifica e recuperação de motores, de veículos, maquinas e equipamentos.
A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **ARY DE SOUZA FONSECA JUNIOR 03713271992**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 13.389.652/0001-01, Rua JATAI, 945 - CEP: 87930000 - bairro: Centro, Querência do Norte/PR, neste ato representado por Sr. ARY DE SOUZA FONSECA JUNIOR, brasileiro, portador da RG nº 6XXX297 SSPRP e CPF 037.XXX.719-XX , acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 3 (três) meses, com validade a partir de 13 de novembro de 2025 até 13 de fevereiro de 2025.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 13 de novembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	***ARY DE SOUZA FONSECA JUNIOR***	
Prefeito	Contratada	

Testemunhas:

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:02AFB01F

LICITAÇÃO
2 TA PE07/2024 MAICON DOUGLAS

TERMO ADITIVO
2° Termo aditivo do contrato nº. 137/2024, decorrente de Pregão n°. 07/2024 de Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de manutenção corretiva e preventiva relacionados a bombas injetoras, sistema de Injeção eletrônica, bicos injetores, turbinas e outros de natureza correlata, serviços de funilaria, pintura e reparação, retifica e recuperação de motores, de veículos, maquinas e equipamentos.
A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **MAICON DOUGLAS PARISE 07646028967**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 14.905.014/0001-69, AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 1893 - CEP: 87930000 - bairro: CENTRO, Querência do Norte/PR, neste ato representado por Sr. MAICON DOUGLAS PARISE, brasileiro, portador da RG nº 9XXX95082X e CPF 076.XXX.289-XX , acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 03 (três) meses, com validade a partir de 13 de novembro de 2025 até 13 de fevereiro de 2025.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 13 de novembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	***MAICON DOUGLAS PARISE***
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:74B38C1D

LICITAÇÃO
4 TA PE07/2024 MARIA DAS GRAÇAS CONTRATO 138/2024

TERMO ADITIVO
4° Termo aditivo do contrato nº. 138/2024, decorrente de Pregão n°. 07/2024 de Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de manutenção corretiva e preventiva relacionados a bombas injetoras, sistema de Injeção eletrônica, bicos injetores, turbinas e outros de natureza correlata, serviços de funilaria, pintura e reparação, retifica e recuperação de motores, de veículos, maquinas e equipamentos.
A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA 0327802975**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 17.625.888/0001-50, RUA MARIA DE LOURDES DIONISIO CARDOSO, 993 - CEP: 87930000 - bairro: CENTRO, Querência do Norte/PR, neste ato representado por MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, brasileiro, portador da RG nº 6XXX93XX SSP PR e CPF 032.XXX.219-75 , acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 03 (três) meses, com validade a partir de 13 de novembro de 2025 até 13 de fevereiro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 13 de novembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	*MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA*
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:97C7EA06

LICITAÇÃO
5 TA PE07/2024 MARIA DAS GRAÇAS

TERMO ADITIVO

5° Termo aditivo do contrato nº. 148/2024, decorrente de Pregão n°. 07/2024 de Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de manutenção corretiva e preventiva relacionados a bombas injetoras, sistema de Injeção eletrônica, bicos injetores, turbinas e outros de natureza correlata, serviços de funilaria, pintura e reparação, retifica e recuperação de motores, de veículos, maquinas e equipamentos.

A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA 0327802975**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 17.625.888/0001-50, RUA MARIA DE LOURDES DIONISIO CARDOSO, 993 - CEP: 87930000 - bairro: CENTRO, Querência do Norte/PR, neste ato representado por MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, brasileiro, portador da RG nº 69XXX325 SSP PR e CPF 032.XXX.219-75 , acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 03 (três) meses, com validade a partir de 13 de novembro de 2025 até 13 de fevereiro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 13 de novembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	*MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA*
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:40183F04

LICITAÇÃO
5 TA PE07/2024 VOSS AUTO PEÇAS

TERMO ADITIVO

5° Termo aditivo do contrato nº. 143/2024, decorrente de Pregão n°. 07/2024 de Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de manutenção corretiva e preventiva relacionados a bombas injetoras, sistema de Injeção eletrônica, bicos injetores, turbinas e outros de natureza correlata, serviços de funilaria, pintura e reparação, retifica e recuperação de motores, de veículos, maquinas e equipamentos.

A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **VOSS AUTO PEÇAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 97.532.745/0001-33, Avenida Noram Prochet , 1166, centro, CEP: 87.930-000, neste ato representado por EDER BATISTA VOSS, brasileiro, CPF 077.xxx.469-xx, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 03 (três) meses, com validade a partir de 13 de novembro de 2025 até 13 de fevereiro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 13 de novembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES	*EDER BATISTA VOSS*
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:E45FCCF1

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PE 40

PREGÃO ELETRONICO Nº 40/2025
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:

CENTRAL 376 PECAS E SERVICOS LTDA
CNPJ: 23.422.277/0001-08
AUTOPECAS QUERENCIA LTDA
CNPJ: 01.973.424/0001-03
Querência do Norte PR, 18 de novembro de 2025

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:4DBF68BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo administrativo Nº 021/2025
Dispensa Nº 015/2025
Contratada: **BW SEGURANÇA inscrita sob o CNPJ 12.983.415/0001-01**
Objeto: Contratação de empresa especializada em monitoramento
Fundamento Legal: Lei Nº14.133/2021, Resolução Nº03/2023, Lei Complementar 123/2006 e Decreto Municipal 01/2024.
Vigência: 13/11/2025 a 12/11/2026.
Valor: R$ 2.400 (dois mil e quatrocentos reais)
Data de assinatura: 18/11/2025.

Quitandinha, 18 de novembro de 2025.

CARLOS EDMILSON DE MOURA
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:EA1DF4C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N° 118, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETO N° 118, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

Altera membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Quitandinha, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Quitandinha, Constituições Estadual e Federal e observado na Lei Municipal n° 382/97, Memorando n° 083/2025 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Assistência, Cidadania e Inclusão,
D E C R E T A:

Art. 1o Altera membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:

I – Poder Executivo (governamentais):
Titular – Gislaine Aparecida Do Nascimento Sena – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Assistência, Cidadania e Inclusão;
Suplente – Evandro Cesar Ludwig – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Assistência, Cidadania e Inclusão;
Titular – Luana Maier Coscia De Ferro – Secretaria Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar;
Suplente - Edna Barbosa - Secretaria Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar;
Titular – Lisiane Laskowski De Moura – Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro;
Suplente - Marhyane Dominique Cardoso – Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro.

II – Sociedade Civil (não governamentais):
Titular – Irene Das Graças Piontkievicz – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha;
Suplente – Viviane Aparecida Soares Santos – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha;
Titular – Michelle Kais Wojcikievicz - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual da Lagoa Verde;
Suplente – Sara Monteiro - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual da Lagoa Verde;
Titular – Luciane De Lima Ribas - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Antonio;

Suplente – Eulariane Renata Da Silva Zetychi - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Antonio.

III – Representantes de Adolescentes membros consultivos sem direito a voto:
Titular – Bruna Maira Wojcikievicz - Grêmio Estudantil;
Suplente – Emanuelly L. de Lima – Grêmio Estudantil.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando o Decreto n° 44, de 09 de maio de 2025 e as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, em 14 de novembro 2025.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:1A590908

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 1.350, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

LEI Nº 1.350, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

Autoriza o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha – PR a instituir pagamento de "Jeton de Presença" aos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Comitê de Investimentos; bem como, autoriza o pagamento de gratificação de função para os membros da Diretoria Executiva.

O Prefeito Municipal de Quitandinha faz saber que a Câmara Municipal de Quitandinha aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha - PR (QUITANDINHAPREV) autorizado a efetivar o pagamento de "Jeton de Presença" aos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Comitê de Investimentos.

Art. 2º Os membros Titulares dos Conselhos de Administração, Fiscal e Comitê de Investimentos, ou Suplentes quando convocados pela ausência de seus respectivos titulares de cada representação; farão jus ao "Jeton de Presença" pela participação em reuniões ordinárias mensais, no valor correspondente aos seguintes percentuais:
I – Membros do Conselho de Administração e Fiscal: 50% sobre o menor salário base pago à servidor efetivo do Município;
II - Presidente do Conselho da Administração e Fiscal: 100% sobre o menor salário base pago à servidor efetivo do Município; e
III - Membros do Comitê de Investimentos: 100% sobre o menor salário base pago a servidor efetivo do Município.

Art. 3º Os "Jetons de Presença" serão atualizados na mesma data e percentual dos vencimentos básicos dos servidores do quadro geral do Município de Quitandinha.
Parágrafo único. Os valores correspondentes ao "Jeton", não se incorporarão aos vencimentos, como também, não integrarão a base de cálculo das contribuições ao RPPS.

Art. 4º O pagamento dos "Jetons de Presença", serão efetuados na mesma data em que ocorrer o pagamento da folha de benefícios do QUITANDINHAPREV, sendo que as despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Taxa de Administração.
§ 1º - Os Conselheiros de Administração, Fiscal e membros do Comitê de Investimentos somente receberão o "Jeton de Presença" com a comprovação da efetiva participação nas reuniões ordinárias, previamente designadas no calendário anual.
§ 2º - Em nenhuma hipótese poderá ser pago "Jeton" por participação em reuniões extraordinárias.
§ 3º - É vedada a acumulação de parcelas de "Jeton de Presença" instituído por esta Lei, para membros dos Conselhos e do Comitê de Investimentos, pela participação simultânea em mais de um organismo pertencente à estrutura do QUITANDINHAPREV.

Art. 5º Para fazer jus ao "Jeton de Presença" os membros Titulares dos Conselhos de Administração, Fiscal e Comitê de Investimentos, ou Suplentes, deverão comprovar Certificação Profissional válida emitida por entidade certificadora reconhecida no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - PRÓ-GESTÃO e Certificação Profissional, do Ministério da Previdência Social – MPS.

Art. 6º Dada à complexidade dos cargos, elevado grau de conhecimento exigido dos titulares, e maior responsabilidade funcional, inclusive perante órgãos de fiscalização e controle; fará jus o servidor lotado como Diretor Presidente a gratificação correspondente a 100% (cem por cento) sobre o menor salário base pago a servidor efetivo do Município; enquanto ao Diretor de Previdência e Atuária e Diretor Administrativo-Financeiro, serão

concedidas gratificações corresponde a 100% (cem por cento) sobre o menor salário base pago a servidor efetivo do Município, a ser custeado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha - PR (QUITANDINHAPREV).

Parágrafo Único: Para fazer jus às gratificações de que tratam este artigo, os membros da Diretoria Executiva deverão comprovar Certificação Profissional válida emitida por entidade certificadora reconhecida no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - PRÓ-GESTÃO e Certificação Profissional, do Ministério da Previdência Social – MPS.

Art. 7º Para os atuais membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Investimentos, e da Diretoria Executiva; o prazo para comprovar a Certificação Profissional emitida por entidade certificadora reconhecida no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - PRÓ-GESTÃO e Certificação Profissional, será conforme definição do Ministério da Previdência Social – MPS.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quitandinha, em 14 de novembro de 2025.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal de Quitandinha

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:9A42EB19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº 003/2025

RESOLUÇÃO Nº 003/2025

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso- CMDI, do Município de Quitandinha - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei Municipal nº 859 de 04 de julho de 2011. Conforme Reunião Ordinária realizada no dia 18 de Novembro de 2025, Ata 03/2025.

RESOLVE:
Art. 1° - Aprova o Termo de Adesão Municipal, conforme **Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo – Investimento Del. 049/2025.**
Art. 2º - Aprova o Plano de Ação ao **Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo – Investimento Del. 049/2025.**
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Quitandinha, 18 de novembro de 2025.

ELIZABETE LISBOA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:B826F67A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº 14/2025

RESOLUÇÃO Nº 14/2025

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saúde 2026-2029.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUITANDINHA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 867 de 05 de Setembro de 2011, bem como, O Regimento Interno do Conselho Municipal de Quitandinha.
Em 7ª sessão ordinária do conselho municipal de saúde, apresentação do Plano Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Saúde 2026-2029.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura

Quitandinha, 21 de outubro de 2025.

ANTONIO SEBASTIÃO FAGUNDES
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:6261D62A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2025
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

Licitação conforme disposição da Lei nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Municipal nº 814/08/2021 – Empresas sediadas no Município de Rancho Alegre D'Oeste e no âmbito dos municípios da Região da COMCAM.

O **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR**, torna público aos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para AQUISIÇÃO DE CESTAS NATALINAS para serem distribuídas aos servidores municipais do município de Rancho Alegre D'Oeste, conforme quantidades e descrições constantes neste processo e seus anexos.

Data e Horário do recebimento das Propostas e Documentos de habilitação a partir das 08h30min do dia 19 de novembro de 2025.
Data e horário da Abertura das Propostas: às 08h30min do dia 03 de dezembro de 2025.
Data e Hora da Disputa: às 09h00min dia 03 de dezembro de 2025 (Horário de Brasília).
Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, nos sites www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br e www.bll.org.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 18 de novembro de 2025.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:F545C8DC

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2025

O **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR**, torna público aos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Cessão de uso de Software, com a finalidade de Auxiliar na Formação e Elaboração de Mapa de Preços das Compras Públicas do Município de Rancho Alegre D'Oeste, c**onforme especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante neste processo e demais anexos.**

Data e Horário do recebimento das Propostas e Documentos de habilitação a partir das 13h30min do dia 19 de novembro de 2025 até às 13h30min do dia 03 de dezembro de 2025.
Data e horário da Abertura das Propostas: **às 13h30min do dia 03 de dezembro de 2025.**
Data e Hora da Disputa: às 14h00min dia 03 de dezembro de 2025 (Horário de Brasília).
Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, nos sites www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br e www.bll.org.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 18 de novembro de 2025.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:02592A0F

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 088/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 042/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2025

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: JOSÉ HOMERO FERREIRA GOMES – ME, inscrito no **CNPJ 23.193.265/0001-59.**
OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa especializada para Fornecimento de REFEIÇÕES E MARMITEX em atendimento aos Departamentos da Administração Municipal do Município de Rancho Alegre D'Oeste-PR;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 56.682,00 (Cinquenta seis mil seiscentos e oitenta dois reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:17/11/2025
DATA DA ATA REGISTRO:18/11/2025
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 18/11/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 18 de Novembro de 2025

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:1708BB23

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 089/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 042/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2025

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA MOURAO– ME, inscrito no **CNPJ 36.348.717/0001-76.**
OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa especializada para Fornecimento de REFEIÇÕES E MARMITEX em atendimento aos Departamentos da Administração Municipal do Município de Rancho Alegre D'Oeste-PR;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 42.180,00 (Quarenta e dois mil cento e oitenta reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:17/11/2025
DATA DA ATA REGISTRO:18/11/2025
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 18/11/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 18 de Novembro de 2025

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:C43C18E1

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 090/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 043/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2025

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: EDLS – CLINICA DE PROTESE DENTARIAS LTDA - ME, inscrito no CNPJ 10.139.989/0001-72.
OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, destinado a atender o Departamento Municipal de Saúde de Rancho Alegre D'Oeste-PR;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 147.600,00 (Cento e quarenta e sete mil e seiscentos reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:17/11/2025
DATA DA ATA REGISTRO:18/11/2025
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 18/11/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 18 de Novembro de 2025.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:BDD84B3C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.986, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Regulamenta a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Realeza e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de regulamentar a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino, garantindo a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e considerando:

A Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos 205, 206 e 208, que asseguram educação como direito de todos, com igualdade de condições e atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que define a Educação Especial como modalidade transversal em todos os níveis e etapas;

A Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que reforça o direito à educação inclusiva, banindo práticas segregadoras;

O Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado (AEE) e o apoio técnico-financeiro;

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008);

As Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado (Resolução CNE/CEB nº 4/2009);

A Instrução Normativa nº 001/2016 da Secretaria de Estado da Educação (SEED) do estado do Paraná, que estabelece os critérios para a solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista;

O Decreto Municipal nº 4.829/2025, que regulamenta o Plano Educacional Individualizado (PEI) como documento norteador do processo de adaptação escolar na rede municipal de ensino; e

O trabalho historicamente desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Equipe Interdisciplinar, voltado à oferta de atendimentos equitativos, éticos e diferenciados às crianças com deficiência, transtornos do espectro do desenvolvimento, transtornos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Educação Especial, modalidade transversal da educação escolar, será ofertada na Educação Infantil e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Realeza, garantindo atendimento aos estudantes com:
I – Deficiência;
II – Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtornos Globais do Desenvolvimento;
III – Altas Habilidades/Superdotação;
IV – Transtornos Funcionais Específicos;
IV – Outras condições que impliquem necessidades educacionais específicas.

Art. 2º A Educação Especial no Município de Realeza será organizada na perspectiva da educação inclusiva, assegurando:
I – Matrícula em classe comum do ensino regular;
II – Oferta de recursos de acessibilidade e apoio;
III - Atendimento Educacional Especializado (AEE);
III – Eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas;
IV – Participação plena, efetiva e segura no ambiente escolar.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Art. 3º O atendimento educacional aos estudantes público-alvo da Educação Especial será composto por:
I – Ensino comum;
II – Plano Educacional Individualizado (PEI);
III – Atendimento Educacional Especializado (AEE);
IV – Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE).

Art. 4º O Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui documento norteador das adaptações curriculares e será elaborado pelo professor do ensino comum, em articulação com o professor do AEE e com a Equipe Interdisciplinar.
§1º Fica estabelecida, por este Decreto, a obrigatoriedade da elaboração do PEI para todos os estudantes público-alvo da Educação Especial do município que necessitarem de adaptações no currículo de seu ano escolar.
§2º O PEI é individual e deverá ser elaborado com base nas necessidades educacionais específicas e nas particularidades de cada estudante.
§3º A ausência de necessidade de elaboração do PEI deverá ser registrada em ata específica, assinada pela equipe pedagógica da instituição de ensino e anexada aos arquivos do estudante.

Art. 5º O AEE será ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais, no contraturno escolar, nas instituições de jornada parcial, e, nas instituições de jornada integral, será realizado durante as aulas regulares por professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE-I);
§1º O AEE não substitui a escolarização regular.
§2º O AEE terá caráter complementar ao ensino de alunos com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista e Transtorno Funcionais Específicos, e suplementar a estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação.
§3º O atendimento incluirá planejamento individualizado, recursos pedagógicos específicos, adaptação curricular e estratégias de acessibilidade.
§4º O professor responsável pelo AEE deverá possuir formação específica, em nível de especialização, na área de Educação Especial e Inclusiva.
§5º O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui serviço basilar da Educação Especial. A ausência de necessidade desse atendimento, em razão da superação das dificuldades apresentadas, deverá ser registrada em ata específica, assinada pela equipe pedagógica da instituição de ensino e anexada ao prontuário do estudante. A desistência ou baixa participação familiar no AEE deverá igualmente ser registrada em ata e inserida no sistema de registro institucional, ressalvadas as situações em que tal ausência implicar prejuízo significativo à aprendizagem, caso em que a escola deverá encaminhar a demanda às instâncias socioassistenciais competentes.

Art. 6º O Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE) destinado ao atendimento de estudantes com TEA atuará como profissional de suporte pedagógico, visando promover a participação, a autonomia e o acesso ao currículo no contexto das atividades escolares.
§1º Compete ao PAEE desenvolver ações de mediação, organização e facilitação das atividades escolares, observando as singularidades do estudante com TEA, sem caráter de exclusividade nem substituição do professor regente ou do professor do AEE.
§2º O PAEE deverá atuar em consonância com o Plano Educacional Individualizado (PEI), colaborando com estratégias de engajamento nas propostas pedagógicas.
§3º A atuação do PAEE terá caráter colaborativo e articulado com o professor do ensino comum, professor do AEE, equipe gestora, Equipe Interdisciplinar e família, visando à construção de um ambiente inclusivo, acessível e responsivo às necessidades do estudante.
§4º O PAEE deverá possuir formação específica na área da Educação Especial e/ou cursos de capacitação continuada relacionados ao Transtorno do Espectro Autista e práticas inclusivas.
§5º O fornecimento de PAEE estará sujeito à avaliação da Comissão de Avaliação das Solicitações de Professor de Apoio Educacional Especializado, que analisará as necessidades pedagógicas dos alunos com TEA no município.
§6º O fornecimento de PAEE somente ocorrerá mediante comprovação, pela equipe pedagógica da instituição escolar solicitante, da realização de adaptações curriculares registradas no PEI e da participação efetiva do estudante no atendimento AEE.

CAPÍTULO III
DOS PROFISSIONAIS DE APOIO E SUPORTE

Art. 7º Conforme a Lei Brasileira de Inclusão, o estudante que necessitar de apoio individualizado terá direito a profissional de apoio escolar, respeitadas as seguintes funções:
I – Auxiliar na alimentação, higiene, mobilidade e comunicação;
II – Colaborar na organização e participação do estudante nas atividades pedagógicas;
III – Não substituir docentes, profissionais do AEE ou especialistas técnicos.

Art. 8º O fornecimento de profissional de apoio e suporte estará sujeito a avaliação da Equipe Interdisciplinar.

Art. 9º O Município deverá dispor de Equipe Interdisciplinar que atuará a favor da efetivação da Educação Especial no município, composta por:
I – Psicólogos;
II – Fonoaudiólogas;
III – Psicopedagogas;
IV – Pedagogos;
V – Assistentes Sociais.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 10 A identificação de estudantes elegíveis à Educação Especial ocorrerá por meio de:
I – Avaliação psicoeducacional;
II – Avaliação pedagógica e acompanhamento contínuo da equipe escolar;
III – Avaliação do AEE;
IV – Avaliação neurológica e/ou psiquiátrica, de forma complementar.
§1º A ausência de laudo médico não impede matrícula, atendimento ou inclusão do estudante.
§2º Toda avaliação terá caráter pedagógico e inclusivo, jamais excludente.

CAPÍTULO V
DA ACESSIBILIDADE

Art. 11 O Município garantirá:
I – Acessibilidade arquitetônica em todas as escolas;
II – Materiais didáticos acessíveis;
III – Comunicação alternativa, Libras e braile quando necessários;
IV – Tecnologias assistivas;
V – Recursos multifuncionais diversos, incluindo os tecnológicos;
V – Transporte escolar adaptado sempre que requerido.

CAPÍTULO VI
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 12 A Secretaria Municipal de Educação promoverá, anualmente, formação continuada aos profissionais da rede sobre:
I – Educação inclusiva;
II – Práticas pedagógicas acessíveis;
III – Uso de tecnologias assistivas;
IV – Legislação vigente;
V – Avaliação inclusiva e elaboração do PEI.

Art. 13 A Secretaria Municipal de Educação estimulará a participação dos profissionais em cursos, seminários e demais formações na área da Educação Especial e Inclusiva, fornecendo os recursos necessários, quando pertinente.

CAPÍTULO VII
DAS RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 14 Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – Coordenar e supervisionar a implementação desta regulamentação;
II – Garantir recursos orçamentários para manutenção do AEE e demais serviços;
III – Acompanhar indicadores de inclusão;
IV – Estabelecer fluxos de atendimento entre escola, família, rede intersetorial e equipe multidisciplinar;
V – Assegurar matrícula e permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Art. 15 Compete à Equipe Interdisciplinar da Secretaria Municipal de Educação atuar de forma articulada com as instituições de ensino, garantindo suporte técnico-pedagógico ao atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, observadas as seguintes atribuições:
I – Realizar avaliações psicoeducacionais e análises de demandas encaminhadas pelas unidades educacionais, emitindo pareceres que orientem a tomada de decisões pedagógicas e de acessibilidade;
II – Acompanhar e subsidiar a elaboração, implementação e revisão do PEI, em parceria com o professor regente, o professor do AEE e a equipe gestora;
III – Orientar a equipe escolar quanto às práticas pedagógicas inclusivas, recursos de acessibilidade, estratégias de manejo comportamental, comunicação e interação;
IV – Apoiar o processo de identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes, sem caráter clínico ou diagnóstico, respeitando a legislação vigente;
V – Avaliar a necessidade de profissional de apoio e suporte em casos específicos;
VI – Promover articulação entre escola, família e demais serviços da rede intersetorial, visando ao atendimento integral do estudante;
VII – Colaborar no acompanhamento da atuação do PAEE e do professor do AEE, oferecendo orientações técnicas que qualifiquem a intervenção;
VIII – Registrar e monitorar casos acompanhados, garantindo continuidade, sigilo e ética profissional;
IX – Participar de formações continuadas, estudos e reuniões técnicas, contribuindo para o aprimoramento das práticas inclusivas no sistema municipal de ensino.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Este Decreto poderá ser revisado periodicamente, acompanhando atualizações de normas federais e estaduais.

Art. 17 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 17 de novembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:FAD81F9B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4.987, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Institui a Política Municipal de Atenção à Saúde e Bem-Estar dos Profissionais da Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

Que a saúde e o bem-estar dos profissionais da educação são fatores determinantes para a qualidade do ensino e para o pleno funcionamento do sistema educacional;

Os princípios da dignidade da pessoa humana e da valorização dos profissionais da educação previstos na Constituição Federal;

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconhece a valorização do magistério e das equipes escolares como pilares da educação de qualidade;

A necessidade de estabelecer políticas públicas permanentes que promovam condições adequadas de trabalho, saúde integral e prevenção de adoecimentos físicos e emocionais;

O trabalho dos psicólogos da Secretaria Municipal de Educação, norteados pelos princípios da Psicologia enquanto ciência e profissão;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, a Política Municipal de Atenção à Saúde e Bem-Estar dos Profissionais da Educação, destinada aos servidores efetivos, contratados e colaboradores que atuam nas instituições escolares e na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Política tem por finalidade promover ações voltadas à saúde física, mental, emocional, social e ocupacional, visando à melhoria da qualidade de vida, ao desenvolvimento profissional e à prevenção de adoecimentos relacionados ao trabalho.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 3º São objetivos da Política Municipal:
I – Promover condições adequadas de trabalho, segurança e saúde ocupacional;
II – Prevenir adoecimentos físicos, mentais e psicossociais;
III – Desenvolver programas contínuos de acolhimento, apoio emocional e promoção da saúde;
IV – Fomentar relações de trabalho colaborativas, éticas e respeitosas;
V – Fortalecer a escuta ativa e os canais institucionais de comunicação e suporte;
VI – Promover ações de formação continuada relacionadas ao bem-estar e à saúde laboral;
VII – Articular parcerias com setores da saúde, assistência social e demais políticas públicas;
VIII – Reduzir o afastamento por motivos de saúde associados ao trabalho educacional.

Art. 4º A Política reger-se-á pelas seguintes diretrizes:
I – Abordagem multidimensional de saúde, contemplando aspectos físicos, mentais e sociais;
II – Ações sistemáticas de prevenção, acompanhamento e intervenção;
III – Valorização profissional, reconhecimento e respeito às diversidades;
IV – Gestão humanizada, democrática e participativa;
V – Garantia de sigilo, ética e privacidade em todos os atendimentos;
VI – Promoção de ambientes escolares saudáveis, seguros e acessíveis;
VII – Articulação intersetorial para atendimento integral.

CAPÍTULO III
DAS AÇÕES E SERVIÇOS

Art. 5º A Política compreenderá ações estruturadas em quatro eixos:
I – Eixo de Promoção da Saúde e Bem-Estar
a) atividades físicas, recreativas e culturais;
b) campanhas educativas sobre alimentação, sono, ergonomia e qualidade de vida;
c) eventos formativos sobre saúde mental, manejo de estresse e autocuidado.
II – Eixo de Prevenção e Qualidade do Ambiente de Trabalho
a) avaliação e melhoria das condições ergonômicas e ambientais;
b) identificação de fatores de risco ocupacional;
c) implementação de medidas preventivas de segurança no trabalho.
III – Eixo de Atenção Psicossocial
a) atendimento de escuta inicial por psicólogos da Equipe Interdisciplinar;
b) grupos de apoio, rodas de conversa e escuta individual;
c) encaminhamentos a serviços especializados, quando necessário.
IV – Eixo de Acompanhamento e Monitoramento
a) registro sistemático de ações, indicadores e avaliações;
b) acompanhamento de profissionais afastados ou em readaptação funcional.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art 6 º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – Coordenar e implementar a Política instituída por este Decreto;
II – Disponibilizar equipe técnica para atendimento às demandas de saúde e bem-estar;
III – Elaborar planos anuais de ação;
IV – Garantir recursos materiais, humanos e financeiros para execução das ações;
V – Promover formação continuada aos profissionais da educação sobre saúde e bem-estar;
VI – Estabelecer protocolos de acolhimento e encaminhamento;
VII – Articular ações com Secretarias de Saúde, Assistência Social e demais órgãos.

Art. 7º A Política contará com uma Equipe Interdisciplinar composta por profissionais das áreas de Psicologia, Fonoaudiologia e Serviço Social.

Art. 8º A Política poderá contar, de forma complementar, com a atuação de profissionais de Educação Física (bacharéis) lotados nas instituições de ensino.

Art. 9º Compete à Equipe Interdisciplinar:
I – Realizar atendimentos de escuta, acolhimento e acompanhamento de profissionais;
II – Orientar práticas de autocuidado e saúde mental;
III – Promover ações coletivas e individuais de prevenção e promoção de saúde;
IV – Auxiliar na identificação de fatores de risco no ambiente escolar;
V – Orientar processos de readaptação quando solicitados;
VI – Atuar em conformidade com normas éticas e de confidencialidade;
VII – Desenvolver reuniões formativas sobre aspectos relacionados à saúde.

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 10 A Política será monitorada por meio de indicadores anuais, tais como: participação nas ações, redução de afastamentos, satisfação dos profissionais e efetividade das atividades.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação apresentará, anualmente, relatório de execução das ações às unidades escolares.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. As ações decorrentes deste Decreto não substituem os atendimentos próprios da rede de saúde e assistência social, mas funcionam de forma articulada e complementar.

Art. 13. Este Decreto poderá ser ampliado ou ajustado por normas complementares da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 17 de novembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:397BF795

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4.966/2025 17/10/2025

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

PAULO CEZAR CASARIL, **Prefeito do Município de Realeza**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.189, de 26 de novembro de 2024, **DECRETA**:

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município**, para o **Exercício de 2025,** um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 448.035,67 (quatrocentos e quarenta e oito mil trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos)**, conforme segue:

02	Governo Municipal
02.001	Gabinete do Prefeito
04.122.0401.2013	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.14.00.00	Diárias – Civil
10000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	3.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.1129	Veículos e Equipamentos para a Secretaria
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
77201018	Transferências Voluntárias Públicas Federais – Picador de Resíduos
Valor	25.159,92

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.1129	Veículos e Equipamentos para a Secretaria
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
77201018	Transferências Voluntárias Públicas Federais – Veículos Agricultura
Valor	48.010,47

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.1051	Equipamentos e Veículos para a Saúde Pública
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
182600500	Transferências de Outros Programas
Valor	70.000,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.1051	Equipamentos e Veículos para a Saúde Pública
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
183900518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde
Valor	18.550,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.1051	Equipamentos e Veículos para a Saúde Pública
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
182901096	Transferências de Outros Programas – Resolução SESA 895/2025 – Ambulância
Valor	250.000,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2061	Manutenção do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
229201079	Transferências de Outros Programas – Incentivo Custeio CAPS Resolução
Valor	18.753,40

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2031	Proteção Social a Família/Atendimentos Realizados no CRAS
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
328101064	Transferências de Outros Programas SIGTV CUSTEIO GND3 Portaria 886
Valor	3.555,25

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2031	Proteção Social a Família/Atendimentos Realizados no CRAS
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
333401107	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Deliberação 13/25 – CEDCA/PR
Valor	1.578,03

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
379201087	Recursos Ordinários (Livres) – Ginástica Rítmica
Valor	9.428,60

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante no presente Decreto, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Superávit Financeiro Vinculado: R$ 137.596,60
II- Excesso de Arrecadação das Alíneas:
- 1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00 – Imposto sobre a Renda – Retido na Fonte – Trabalho – Poder Executivo R$ 3.000,00
- 1.3.2.1.01.0.1.09.00.00.00.00 – Rendimentos de Aplicações Financeiras – R$ 1.859,57
- 1.7.4.1.99.0.1.01.00.00.00.00 - Projeto Ginastica Rítmica COPACOL – R$ 9.428,60
- 2.4.1.4.99.0.1.10.00.00.00.00 – Ministério da Agricultura – Veículo – R$ 46.150,90
- 2.4.2.9.99.0.1.10.00.00.00.00 – Transferências de Outros Programas – Resolução SESA 895/2025 – Ambulância – R$ 250.000,00
Valor Total: R$ 310.439,07

Art. 3º - Fica adequado o Cronograma de Desembolso para o exercício, das fontes que sofreram alterações Adicionais através de suplementações orçamentárias utilizando como recurso de crédito o Superávit Vinculado e Excesso de Arrecadação.

Art. 4º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:18A6B2D7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4.969/2025 28/10/2025

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.189, de 26 de novembro de 2024, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município,** para o **Exercício de 2025,** um **Crédito Adicional Suplementar,** na importância de **R$ 1.396.306,82 (um milhão trezentos e noventa e seis mil trezentos e seis reais e oitenta e dois centavos),** conforme segue:

02	Governo Municipal
02.001	Gabinete do Prefeito
04.122.0401.2013	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
9000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	81.443,23

02	Governo Municipal
02.001	Gabinete do Prefeito
04.122.0401.2013	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
11000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.056,13

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
22000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	37,78

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
28.845.0000.0003	Contribuições para Formação do PASEP

3.3.90.47.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
29000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	30.000,00

04	Secretaria de Finanças
04.002	Departamento de Tributação
04.129.0404.2027	Atividades do Departamento de Tributação
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
50000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	26.658,44

04	Secretaria de Finanças
04.002	Departamento de Tributação
04.129.0404.2027	Atividades do Departamento de Tributação
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
53000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	3.212,98

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2120	Manutenção da Coleta de Lixo
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
60000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	58.218,83

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2130	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
78000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	106.906,07

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
120000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	95.589,12

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
126000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	12.887,51

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do Fundeb
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
132200102	Fundeb 40%
Valor	29.776,62

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do Fundeb
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
134200102	Fundeb 40%
Valor	3.870,95

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
13760104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	103.503,90

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
138300104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	20.569,46

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
139500104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	849,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.1051	Equipamentos e Veículos para a Saúde Pública
4.4.90.52.00.00	Equipamentos de Material Permanente
182000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	270,99

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica
209000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	5.436,96

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2058	Atenção Básica Variável
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
212000494	Bloco de Custeio das Ações Sociais e Serviços Públicos de Saúde
Valor	222.267,50

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
185000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	206.777,44

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
186000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	12.812,12

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.305.1001.2059	Vigilância em Saúde
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
218500494	Bloco de Custeio das Ações Sociais e Serviços Públicos de Saúde
Valor	13.961,66

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.2147	Recuperação/Manutenção de Equipamentos Rodoviários
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
246000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	7.741,77

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.2151	Atividades do Departamento Rodoviário
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
255000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	145.447,31

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.452.1501.2097	Manutenção do Departamento de Obras e Viação
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
270000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	72.546,72

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
22.661.2201.2135	Ações de Promoções a Industrialização e Empresa
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
294000510	Taxas – Exercício Poder de Policia
Valor	20.535,75

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.241.0802.2040	Proteção Especial à Pessoa Idosa
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
351000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	10.318,93

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.243.0802.6039	Proteção Especial à Criança e Adolescente
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
348000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	17.055,34

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.243.0802.6039	Proteção Especial à Criança e Adolescente
3.3.90.39.00.00	Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
350000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	45,68

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
316000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	86.908,65

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil
378000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	100,00

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante na presente Lei, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Cancelamento da seguinte dotação orçamentária do orçamento de 2025:

02	Governo Municipal
02.001	Gabinete do Prefeito
04.122.0401.2013	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
14000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	19.227,88

02	Governo Municipal
02.001	Gabinete do Prefeito
04.122.0401.2013	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.46.00.00	Auxilio-Alimentação
9500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	975,00

02	Governo Municipal
02.001	Gabinete do Prefeito
04.122.0401.2013	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições
14500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1,58

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
19000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	47.194,19

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil
21000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.050,30

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
24000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	60,75

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
24500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	7.677,41

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.46.00.00	Auxílio - alimentação
18500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	7.997,50

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2018	Publicação e Divulgação de Atos Oficiais
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
25000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	13.664,81

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2019	Apoio a Entidades Municipalistas
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
26000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	4.634,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
09.272.0901.2046	Encargos Previdenciários
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
33000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	27.247,91

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
28.843.0000.0001	Amortização e Encargos da Dívida Interna
4.6.90.71.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado
49000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	31.749,17

04	Secretaria de Finanças
04.002	Departamento de Tributação
04.129.0404.2027	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
54000510	Taxas – Exercício Poder de Policia
Valor	3.212,98

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2121	Atividades de Preservação Ambiental
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
55000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	10.164,73

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2123	Proteção de Fontes/Saneamento Rural
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
69000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	10.900,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

20.606.2001.2126	Apoio/Fomento Produtor Rural na Cadeia Produtiva
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
72000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	33.782,94

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2130	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil
80000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	440,18

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2130	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
81000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	8.760,87

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2130	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
82000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	5.057,68

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2130	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
83000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	94.269,33

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2071	Manutenção de Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
98000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	63.636,51

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2071	Manutenção de Transporte Escolar
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
104000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	45.589,12

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
113000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	124.173,36

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
132000101	Fundeb 60%
Valor	29.776,62

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
134000101	Fundeb 60%
Valor	3.870,95

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Física
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
201000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	206.277,44

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Física
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
202000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	12.812,12

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
205000494	Bloqueio de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor	172.267,50

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
206000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	5.436,96

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2058	Atenção Básica Variável
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
215000494	Bloqueio de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor	63.961,66

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
189000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	270,99

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.2147	Restauração/Manutenção de Equipamentos Rodoviários
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
248000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	30.261,86

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.2148	Restauração/Manutenção/Revestimento e Readequação
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
249000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	9.867,34

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
26.782.2601.2148	Restauração/Manutenção/Revestimento e Readequação
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
251000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	29.623,05

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
26.782.2601.2151	Atividades do Departamento Rodoviário
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil
257000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	10.147,46

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
26.782.2601.2151	Atividades do Departamento Rodoviário
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
258000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	42,09

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1094	Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
266000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	145.447,31

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1095	Sinalização de Vias Urbanas
3.3.90.39.00.00	Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
268000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	346,69

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.241.0801.2033	Proteção Especial à Pessoa Idosa
3.3.90.39.00.00	Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
341000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	10.318,93

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.241.0802.2040	Proteção Especial à Pessoa Idosa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
352000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	71.518,11

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.241.0802.2040	Proteção Especial à Pessoa Idosa
3.3.90.39.00.00	Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
353000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	28.481,68

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.241.0802.2040	Proteção Especial à Pessoa Idosa
3.3.90.46.00.00	Auxílio-Alimentação
351500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	4.009,86

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
381000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	100,00

Art. 3º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:A65B5142

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.485/2025 18/11/2025

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor JAKSON FELIPE DA SILVA, CPF n° 08197835950, brasileiro, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, para responder como Fiscal dos convênios firmados entre o Município de Realeza, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente e o Estado do Paraná, através da SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º - Os trabalhos não serão remunerados, sendo considerados relevantes para o Município.

Art. 3º- Esta portaria vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte cinco.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:8A4CD763

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.486/2025, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **27/10/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
204511	Nelson Andrade	Motorista	20/04/2023 19/04/2024

Art. 2º- Conceder **05 (cinco)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **10/11/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106371	Vitoria Karolini Betim Fieldkircher Caus	Vigilante Sanitário	15/05/2024 14/05/2025

Art. 3º- Conceder **14 (quatorze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **17/11/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
250111	Fabiana Cigolini	Técnico Administrativo	13/01/2023 12/01/2024

Art. 4º- Conceder **05 (cinco)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **24/11/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3105731	Dirceu Pitz	Motorista	22/10/2023 21/10/2024

Art. 5º- Conceder **09 (nove)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **08/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
282741	Thamila Fatima Gubert Rodrigues	Técnico Administrativo	06/08/2023 05/08/2024

Art. 6º- Conceder **10 (dez)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **15/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106371	Vitoria Karolini Betim Fieldkircher Caus	Vigilante Sanitário	15/05/2024 14/05/2025

Art. 7º- Conceder **19 (dezenove)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
294911	Sonia Loblein Machado	Técnico em Enfermagem	01/05/2021 01/06/2025

Art. 8º- Conceder **20 (vinte)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
297511	Juliana Francescon	Agente Comunitário de Saúde	01/12/2024 30/11/2025

Art. 9º- Conceder **25 (vinte e cinco)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3105702	Solange Da Rosa Chinatto	Agente Comunitário de Saúde	16/04/2023 15/04/2024

Art. 10º- Conceder **30 (trinta)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **22/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106395	Dilceia Cristina Lange	Agente Comunitário de Saúde	03/07/2024 02/07/2025
3106102	Dieize Ferandin Darros	Agente Comunitário de Saúde	01/08/2024 31/07/2025

3105720	Ivonete Mendonca Mattos	Agente Comunitário de Saúde	01/07/2024 30/06/2025
297181	Viviani Gabriela De Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	03/11/2025 02/11/2025

Art. 11º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **29/12/2025**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106125	Andrea Carmen Ferronatto	Auxiliar de Saúde Bucal	01/08/2024 31/07/2025
222501	Marcus Vinicius Moraes Cibulski	Odontólogo	03/06/2024 02/06/2025

Art. 12º- Conceder **10 (dez)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **05/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
326201	Maiara Ines Gambatto	Nutricionista	16/07/2023 15/07/2024

Art. 13º- Conceder **20 (vinte)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **05/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
293011	Rosilene Aparecida Ghizzo Alves Soares	Agente Comunitário de Saúde	17/08/2024 13/09/2025

Art. 14º- Conceder **30 (trinta)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **05/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
161611	Zeneria Aparecida Da Silva De Matos	Auxiliar de Serviços Gerais	06/06/2024 05/06/2025
292461	Deonilse De Fatima Lopes	Agente Comunitário de Saúde	10/08/2024 09/08/2025
251431	Miguelina Potulski Mello	Agente de Endemias	08/01/2025 07/01/2026
297771	Luana De Carvalho	Agente Comunitário de Saúde	07/12/2024 06/12/2025

Art. 15º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **12/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106462	Jordana Avila Da Silva	Auxiliar Administrativo	03/10/2024 02/10/2025

Art. 16º- Conceder **20 (vinte)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **12/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
202901	Elisangela Pivotti	Farmacêutico	16/04/2023 15/04/2024

Art. 17º- Conceder **05 (cinco)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **19/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3105746	Juliana Aparecida Serpa Dandolini	Técnico em Segurança e Saúde do Trabalhador	05/05/2023 04/05/2024

Art. 18º- Conceder **15 (quinze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **21/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
43321	Loireni Dos Santos Agustini	Oficial Administrativo	01/02/2024 31/01/2025

Art. 19º- Conceder **14 (quatorze)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **26/01/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3105746	Juliana Aparecida Serpa Dandolini	Técnico em Segurança e Saúde do Trabalhador	05/05/2024 04/05/2025

Art. 20º- Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de outubro de 2025.

Realeza, 18 de novembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:14A4928D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 EDITAL Nº 51 – CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, conforme Edital de Homologação Nº 05, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à R. Srg. Ramiro da Silva, S/N - Centro Cívico, Realeza - PR, 85770-000, no período da manhã (07h30 às 11h) ou no período da tarde (13h às 16h30min), no prazo improrrogável de cinco (05) dias úteis, contados a partir de sua convocação **(19 a 27 de novembro de 2025)**, munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

CARGO: NUTRICIONISTA				
INSCRIÇÃO	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**TIPO DE INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
692	ÁLINE MAYARA FERREIRA BELLÉ	01/06/1993	AMPLA CONCORRÊNCIA	19°

Realeza, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I - CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:
Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;
Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber) Regularidade Fiscal;
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside;
Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal;
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:
( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.**Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:**
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):

Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura

SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2025.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL

Nome: _____
Função: _____
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe:_____
Sexo: ____ Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Nacionalidade: _____ Tipo Sanguíneo _____
RG.: _____ Órgão Emissor: _____UF: ____ Data Emissão: _____
Título de Eleitor: _____ Zona Eleitoral: _____ Seção: _____
Número CTPS: _____ Série: _____ UF: ____ Data de Exp: _____
PIS/PASEP: _____ CPF: _____
Endereço: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____
Escolaridade: _____
Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____ _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima**.**

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) do CPF nº _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, para o cargo de _____, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao PSS prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, para o cargo de _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito PSS, conforme o Edital de Homologação nº 05/2025 , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:C25C94C7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004/2025

SÚMULA: APROVAR A ADESÃO A DELIBERAÇÃO Nº 049/2025 – CEDIPI – INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ: ENVELHECIMENTO ATIVO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI de Realeza, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.263/2009 de 03/11/2009, em reunião extraordinária realizada no dia 18 de novembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1°- Aprovar a adesão a Deliberação nº 049/2025 – CEDIPI – Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo.
Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Realeza, 18 de novembro de 2025.

NADIR TEREZINHA DE MARCHI
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:46123049

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 453/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: D R C PIVOTTI LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de montagem e desmontagem da parte elétrica da decoração natalina em Realeza-PR, incluindo a mão de obra para o serviço de instalação da decoração de natal e o material elétrico descrito abaixo para instalação, ligação e ajustes elétricos.
REFERENTE LICITAÇÃO Processo dispensa Nº 21/2025
VALOR TOTAL: R$113.000,00 (Cento e Treze Mil Reais)
DATA DA ASSINATURA: 18/11/2025

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:3169081A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DISPENSA N.º 21/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 169/2025

ABERTURA: DIA: 18/11/2025 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de montagem e desmontagem da parte elétrica da decoração natalina em Realeza-PR, incluindo a mão de obra para o serviço de instalação da decoração de natal e o material elétrico descrito abaixo para instalação, ligação e ajustes elétricos.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

-D R C PIVOTTI LTDA LOTE 1, COM VALOR TOTAL DE **R$ 113.000,00** (Cento e Treze Mil Reais)

REALEZA, AOS dezoito dias de novembro de 2025

DIANA BAMBERG
Agente de Contratações

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:8D2309F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo dispensa nº 21/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em serviços de montagem e desmontagem da parte elétrica da decoração natalina em Realeza-PR, incluindo a mão de obra para o serviço de instalação da decoração de natal e o material elétrico descrito abaixo para instalação, ligação e ajustes elétricos, mediante processo de dispensa, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS dezoito dias de novembro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:C3F184AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, através de seu Presidente, em conformidade com o artigo 48, § 1o, inciso I da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, convida a comunidade para participar da audiência pública referente à discussão da LOA 2026, onde poderá a comunidade apresentar propostas que serão posteriormente analisadas pela Comissão.
A audiência realizar-se-á na quinta-feira, no dia 27 de Novembro, às 13:00, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Renascença.
A COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, antecipadamente agradece a participação de todos.

Sala das sessões, em 18 de Novembro de 2025.

MARCOS ANTÔNIO VALANDRO
Presidente da CFO

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:872E024F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 007/2025

Dispõe sobre a Aprovação do Projeto para captação de recursos via EPR Iguaçu

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI do Município de Renascença – Pr., no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.168 de 1º de dezembro de 2010;
Considerando a deliberação da Plenária realizada em 12 de novembro de 2025, Ata nº 80.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o projeto "Chimarrão em Família – Fortalecendo Laços e Tradições", para captação de recursos via mecanismos de incentivo fiscal para EPR Iguaçu,
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Renascença – PR, 12 de novembro de 2025.

CARLA CRISTINA LISE
PresidenteCMDI

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:B342DFF0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 668 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Nomeia Elizer Floriano para o cargo efetivo de Técnica em Enfermagem.

Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal, de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Municipal nº 1098 de 09 de dezembro de 2009 e Lei Municipal nº 1404 de 21 de outubro de 2014 e Lei Municipal nº 1781 de 18 de março de 2022,

R E S O L V E:

Nomear **Elizer Floriano**, para o cargo efetivo de **Técnica em Enfermagem,** Nível 10-Inicial, do Quadro Único de Pessoal do Município, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 152 de 03 de outubro de 2022, a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:D28E720D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 669 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Concede adicional de insalubridade a servidora Elizer Floriano

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 125, § 1º, II, da Lei Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Renascença,

R E S O L V E:

I – Conceder adicional de insalubridade a servidora **Elizer Floriano,** ocupante do cargo de **Técnica em Enfermagem**, matricula 1001027, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de exercer suas atividades em local considerado insalubre.
II – O percentual do adicional obedecerá ao Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT e Artigo 125, § 1º, II, da Lei Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Renascença.
III – O adicional será devido a partir de 18 de novembro de 2025, cessando quando da mudança do local de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:C103904B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 670 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a autorização de participação do servidor Lucas Henrique de Lima Marques em ação da Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social – FORSUAS, no Estado do Paraná.

Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal, de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Ofício nº 146/2025/SNAS/DPSE – FORSUAS, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, que solicita o apoio deste Município com a disponibilização do servidor **Lucas Henrique de Lima Marques** para compor a equipe técnica nacional da FORSUAS;

CONSIDERANDO a situação de emergência ocasionada pelo forte vendaval que atingiu diversos municípios do Estado do Paraná, conforme registrado nos órgãos federais competentes;

CONSIDERANDO a relevância das ações de proteção social às famílias atingidas por desastres,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar a participação do servidor **Lucas Henrique de Lima Marques**, Assistente Social deste Município, para integrar a equipe técnica nacional da **Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social – FORSUAS**, durante o período de **20 a 30 de novembro de 2025**, para realização de atendimentos socioassistenciais e demais ações necessárias no atendimento às famílias atingidas.

Art. 2º Fica autorizado o afastamento do servidor de suas atividades funcionais, exclusivamente para a execução das ações previstas no caput, durante o período mencionado.

Art. 3º As despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem serão providas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:45A8D1B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
04º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
04º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 44/2024
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **RIO AZUL TELECOM LTDA - ME**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Com fundamento no Art. 125, da Lei Federal 14.133/2021, fica aditivado o valor de R$ 869,00 (oitocentos e sessenta e nove reais), contido na Cláusula sétima do Contrato nº 44/2024, para um novo ponto de internet.
ASSINATURA: 18/11/2025.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) ROLANDO THOMAZ -
Representante

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:9CE3FDD6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 08/2025

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, nº. 08/2025, com data de abertura para o dia 15 de dezembro de 2025, às 08 hr 00 min, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das demais legislação aplicável, e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica Bll, cujo o objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ABRIGO DE ÔNIBUS NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL – PR. A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e na plataforma Bolsa de Licitações do Brasil – BLL. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma www.bll.org.br e e-mail: licitacao.rioazul@gmail.com .

Rio Azul, 17 de novembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:500DF06B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 39/2025

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 39/2025
O Município de Rio Azul, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público que **ADJUDICOU e HOMOLOGOU** o Processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 39/2025**, com fundamento no art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021, visando à **aquisição de 02 (duas) pá carregadeiras**, por meio de **adesão (carona)** ao procedimento conduzido pelo **CONDER – Irati/PR**.
Empresa adjudicada:LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA.
Valor total: R$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais). **Objeto:** Aquisição de 02 pá carregadeira sobre rodas, zero hora, conforme especificações constantes no processo administrativo.
Rio Azul, 10 de novembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:297EA4C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2025
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 02 PÁ CARREGADEIRAS ATRAVÉS DE ADESÃO (CARONA) AO CONDER – IRATI/PR**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA
CNPJ.: 11.260.925/0003-50
Embasamento Legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, caput, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 12 de novembro de 2025.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 082/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA
CNPJ.: 11.260.925/0003-50
VALOR: R$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais).

PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **12/11/2025** à **11/11/2026.**
ASSINATURA: 12/11/2025
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A) LINJUN WANG
Representante

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:9B7057EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO PARCIAL REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO PARCIAL REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2025
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e METTA FARMACEUTICA LTDA.

Nos termos do artigo 137, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, e Decreto nº 07/2024, fica determinado o cancelamento parcial da Ata de Registro de Preços nº 148/2025, firmada com a empresa supracitada, que teve por objeto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, referentes aos lotes 28, sem aplicar penalidades, em função da superveniência alteração dos preços da matéria prima. Sendo convocado próximo colocado.

Rio Azul-PR, 17 de novembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:E3696486

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 252/2025

O Sr. Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, Leandro Jasinski, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor Paulo Henrique Clazer de Andrade, designado pela Portaria nº 227/2025, pelo servidor Jaciel Porochniak, matrícula nº 5831, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para atuar na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2025.

Art. 2º - Esta portaria possui efeitos a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio Azul, 18 de novembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:DE25EC10

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS N° 01/2025

EDITAL Nº 31/2025 – PSS Nº 01/2025

CONVOCAÇÃO DE PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, CONFORME DECRETO Nº 142/2025 – HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL.

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, resolve:

CONVOCAR
Art. 1º - O candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, conforme publicação de resultado final homologado através do Decreto nº 142/2025, para comparecer à Prefeitura Municipal de Rio Azul, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação do presente, para contratação imediata de 01 (um) Educador Social com carga horária de 40h/s, munido de cópia da documentação abaixo relacionada, para fins de formalização de contrato:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	EMPREGO
8º	NILSIMARA APARECIDA NIEVOLA	Educador Social

Art. 2º - Os documentos a serem apresentados são os seguintes:
Fotocópia da Carteira de Identidade,
Fotocópia do CPF
Fotocópia Título de Eleitor;
Certidão de Quitação Eleitoral atualizada;
Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação;
Fotocópia do comprovante de quitação com as obrigações militares;
Uma foto colorida 3x4, recente;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, CPF do cônjuge;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e CPF dos filhos;
Fotocópia do comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública, conforme previsto no quadro do item 2.1. do Edital nº 01/2025– Abertura do PSS 01/2025;
01 (uma) cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número, série e qualificação;
Fotocópia do número de inscrição do PIS/PASEP;
Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
Declaração de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge;
Declaração de não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual, distrital ou federal;
Certidões negativas dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares onde tenha residido nos últimos oito anos, expedidas no máximo há seis meses;
Atestado de aptidão física e mental, capacitante ou incapacitante, com o objetivo de aferir se as condições físicas e psíquicas são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo;
Conta salário Banco SICREDI.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 18 de novembro de 2025.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:C231DEA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2025

SUMULA: *Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Rio Branco do e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI, Estado do Paraná, **SR. José dos Santos,** no uso das atribuições legais conferidas por *Lei*, faz saber que:

Art.1º- *Fica autorizado a abertura no orçamento-programa da Câmara Municipal, para o exercício de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no Valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante as seguintes providências:*

- Suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	**LEGISLATIVO**	
01.001	**CÂMARA MUNICIPAL**	
01.001.01.031.1001.2001	**Manutenção do Poder Legislativo**	
3.3.90.39.00.00 - 000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.000,00
T O T A L .....:		**30.000,00**

Art. 2º - Como recurso para a abertura dos Créditos previstos no artigo anterior, é indicado como fonte de recursos o citado no § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo:

- Cancelamento

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	**LEGISLATIVO**	
01.001	**CÂMARA MUNICIPAL**	
01.001.01.031.1001.2001	**Manutenção do Poder Legislativo**	
3.1.90.13.00.00 - 000	Contribuições Patronais	10.000,00
3.1.91.13.00.00 - 000	Contribuições Patronais	20.000,00
T O T A L .....:		**30.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de novembro de 2025.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins
Código Identificador:6DF82713

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N. 014/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o Feriado Nacional do dia 20 de novembro e declara Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí no dia 21 de novembro de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, **SR. JOSÉ DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023,** que declara feriado nacional o dia 20 de novembro para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra;
DECRETA:

Art. 1º - Fica reiterado o cumprimento do **Feriado Nacional** no dia **20 de novembro de 2025 (quinta-feira)**, na Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí.

Art. 2º - Fica declarado **Ponto Facultativo** na Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí no dia **21 de novembro de 2025 (sexta-feira).**

Art. 3º - Este Decreto entra e m vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins
Código Identificador:4BDA370B

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2025

Contratante: Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, **CNPJ nº** 01.734.690/0001-75.
Contratada: ORGANIZAÇÃO CONTABIL E EMPRESARIAL J.C. CAMPOS LTDA - ME
CNPJ sob o nº 05.648.706/0001-88.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnico-administrativos de apoio contábil e orçamentário, destinados à Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí/PR.
Modalidade: Dispensa Eletrônica nº 005/2025.
Valor: R$ 24.999,99 (Vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
Duração: 12 meses a partir de 17/11/2025.
Foro: Comarca de Grandes Rios - PR.
Rio Branco do Ivaí - PR, 18/11/2025.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins
Código Identificador:977E4A2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO Nº 191/2025 - FERIADO E PONTO FACULTATIVO

SÚMULA: Dispõe sobre o Feriado Nacional do dia 20 de novembro e declara Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 21 de novembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, ,Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023**, que declara feriado nacional o dia 20 de novembro para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra;

DECRETA:

Art. 1º Fica reiterado o cumprimento do **Feriado Nacional** no dia **20 de novembro de 2025 (quinta-feira)**, em todo o território do Município de Rio Branco do Ivaí.
Art. 2º Fica declarado **Ponto Facultativo** nas repartições públicas da Administração Municipal no dia **21 de novembro de 2025 (sexta-feira)**.

Art. 3º- As repartições públicas que prestam serviços essenciais e de interesse público, que tenham o funcionamento ininterrupto, irão desempenhar suas atividades obedecendo à escala de plantão nos dias mencionados neste decreto.
Art.4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:74B89D9F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.199/2025

""Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁno uso de suas atribuições legais,com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1451 de 06 de Dezembro de 2024:

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade Orçamentária: 06.001	DEPARTAMENTO FINANCEIRO	
Funcional Programática: 06.001.0004.0122.0001.2003	Atividade:GESTÃO ADMINISTRATIVA E AQUISIÇÕES	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3322930000 - Indenizações e restituições	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 70.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 70.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1114511400 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - dívida ativa - multas e juros, 1321010136 - Remuneraçao de Depósitos Bancários - Fonte 0 Cx, 1721520100 - Cota-parte do IPI - municípios - principal, 1922061100 - Restituição de despesas de exercícios anteriores - principal da fonte 0 - Recursos Ordinários (Livres) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 18de novembro de 2025.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:786D9DE5

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.200/2025

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁno uso de suas atribuições legais,com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1451 de 06 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 09.001.0010.0302.0004.0049	Atividade:Esta ação visa garantir recursos para o custeio das ações de média e alta complexidae.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00369 - Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs	R$ 100.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 100.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 09.001.0010.0302.0004.0049	Atividade: Esta ação visa garantir recursos para o custeio das ações de média e alta complexidae.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	00369 - Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs	R$ 100.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 100.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 18de novembro de 2025.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:55A1A33E

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.201/2025

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁno uso de suas atribuições legais,com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1451 de 06 de Dezembro de 2024:

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 09.001.0010.0301.0004.0048	Atividade:Esta ação visa garantir recursos para fazer face ao custeio das ações da atenção básica.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	04951 - Atenção Básica - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	R$ 340.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 340.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1713501113 - Transferências de recursos do SUS - repasses fundo a fundo - Emenda de Comissão para Incremento Temporário 36000701756202500 da fonte 4951 - Atenção Básica - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) nos termos do

inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 18de novembro de 2025.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:E6BB9DB3

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.202/2025

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 12.813,28 (doze mil, oitocentos e treze reais e vinte e oito centavos)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁno uso de suas atribuições legais,com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1451 de 06 de Dezembro de 2024:

D E C R E T A:
Art. 1°Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 12.813,28 (doze mil, oitocentos e treze reais e vinte e oito centavos), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2027	**Atividade:DIRETRIZES EDUCACIONAIS**	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00101 - Fundeb 60%	R$ 6.973,28
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0005.2031	**Atividade:REFORMAS E MELHORIAS NAS ESTRUTURAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 5.840,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 12.813,28		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
Funcional Programática: 08.001.0012.0368.0005.2027	**Atividade: DIRETRIZES EDUCACIONAIS**	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00101 - Fundeb 60%	R$ 6.973,28
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	
Funcional Programática: 08.002.0012.0368.0001.2004	**Atividade: PREFEITURA DIGITAL**	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 5.840,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 12.813,28		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 18de novembro de 2025.
KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:7495000F

REDE DE PROTEÇÃO
ATA

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, na Câmara Municipal de Vereadores de Rio Branco do Sul, realizou-se uma reunião de Rede de Proteção conduzida pela Sra. Débora Menezes da Silva, coordenadora do CRAS, com a finalidade de apresentar à rede as metas do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e submetê-las à apreciação e aprovação dos presentes. Débora explicou que a avaliação e construção das metas são realizadas pelas coordenações da política de assistência social, especialmente CRAS, CREAS e demais equipamentos, que acompanham o cumprimento e monitoramento do plano. Destacou que a apresentação para a Rede de Proteção é etapa obrigatória, garantindo transparência, participação intersetorial e alinhamento com as demandas do território. A coordenadora justificou a necessidade da reunião extraordinária, devido à falta de outra data disponível, ressaltando que o encontro seria breve e focado exclusivamente na apresentação das metas e no processo de aprovação. Informou ainda que o relatório completo poderá ser disponibilizado posteriormente no grupo da rede. Em seguida, apresentou o conjunto de metas estruturantes e operacionais do PMAS, destacando os objetivos principais, o fortalecimento da rede durante a vigência do plano anterior e os avanços intersetoriais observados. Também explicou as metas relacionadas aos programas Administração Eficiente, Nossa Gente do Campo, Saúde e Qualidade para Todos e Rio Branco do Sul de Nova, destacando pontos alcançados, desafios e metas para o próximo ciclo, que compreenderá o período de 2026 a 2029. Após a apresentação e esclarecimento de dúvidas, as metas propostas para o PMAS foram colocadas em apreciação e aprovadas pela Rede de Proteção, sem manifestações contrárias. Nada mais havendo a tratar, a coordenadora agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, e eu, Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz, secretária executiva dos conselhos da SMASH, lavrei a presente ata.

DEBORA MENEZES

ELIZANGELA M.B DE BARROS

CAUANE GABRIELE DOS SANTOS DA SILVA

AMANDA LETICIA SANTANA ARAUJO

JULIANA SILVA SIMÃO

KARIN APARECIDA FREITAS

VERA LUCIA PEREIRA BAIDO

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:2D376B6F

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
2º ADITAMENTO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 038/2023

Contrato: 255/2023. **Modalidade:** Processo De Inexigibilidade 038/2023. **Objeto:** Locação de Imóvel de funcionamento Unidade de Saúde Itinerante na localidade da Riberinha. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** Antonio Schneider. **Valor do aditamento:** R$ 10.075,92. **Motivo:** Prorrogar o prazo pelo períodode 12 meses e reajuste pelo índice IPCA (5,17%). **Prazo de Execução:** 21/11/2025 a 20/11/2026. **Vigência:** 19/03/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Saúde. **Fiscal de Contrato**: Karyn Friess De Amaral.**Data da ratificação:** 18/11/2025.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:A9A1D5CC

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2025

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, através do Agente de Contratação designado pelo Decreto nº 7802/2025, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 018/2025, que tem por objeto a**"**Contratação de Empresa de Engenharia para Pavimentação da Estrada Antônio Fiorese (Estrada da Mina de Ferro), em Rio Branco do Sul/PR**"**leva ao conhecimento dos interessados os licitantes declarados classificados para o objeto, conforme abaixo relacionados:

Empresa classificada:

GAISSLER MOREIRA ENGENHARIA CIVIL LTDA - R$16.740.147,80

Vistas do processo poderão ser obtidas perante o próprio Agente de Contratação/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Rio Branco do Sul, 18 deNovembro de 2025

RAFAELA LUIZE BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:0E83DDE0

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE HABILITAÇÃO DE LICITANTES
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2025

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, através do Agente de Contratação designado pelo Decreto nº 7802/2025, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 018/2025, que tem por objeto a**"**Contratação de Empresa de Engenharia para Pavimentação da Estrada Antônio Fiorese (Estrada da Mina de Ferro), em Rio Branco do Sul/PR**"**leva ao conhecimento dos interessados o licitante declarados habilitado para o objeto, sendo lhe adjudicado o objeto, conforme abaixo relacionado:

Empresa habilitada:

GAISSLER MOREIRA ENGENHARIA CIVIL LTDA

Valor R$ R$ 16.740.147,80(dezesseis milhões, setecentos e quarenta mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta centavos).

Vistas do processo poderão ser obtidas perante o próprio Agente de Contratação/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Rio Branco do Sul, 18 deNovembro de 2025

RAFAELA LUIZE BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:CB0074A8

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RECURSO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2025

Extrato: Julgamento do Recurso da Requerente: KMS INCORPORADORA LTDA. **Modalidade:** Concorrência Eletrônica nº. 018/2025 – Contratação de Empresa de Engenharia para Pavimentação da Estrada Antônio Fiorese (Estrada da Mina de Ferro), em Rio Branco do Sul/PR. **Julgamento: IMPROCEDENTE**. As razões de julgamento se encontram disponibilizadas no sítio virtual deste município: "https://riobrancodosul.atende.net/", constituindo dever de cada interessado consultá-las. **Licitador:** Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul. **Dispositivo legal**: Lei 14.133/2021.Vistas do processo poderão ser obtidas perante a própria Comissão de Licitação, em dias normais de expediente, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. **Data do Julgamento:** 18/11/2025.

RAFAELA LUIZE BUENO
Departamento de Compras e Licitação

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:A7D9BFC2

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 054/2025 - EXTRATO DE ATAS - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato: Ata de Registro nº 392/2025. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 054/2025. **Objeto:** A Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos manipulados tem como objetivo suprir as necessidades da Secretaria De Saúde do Município de Rio Branco Do Sul/PR **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** BIOIN FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 20.913,25. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 03/11/2025 a 02/11/2026. **Fiscal de ata:** Renato da Silva Lourenço Filho **Data de Assinatura:** 03/11/2025.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:B5DFA84A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 44/2025

"Institui a Política Municipal de Atenção à Saúde e Bem-Estar dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino de Rio Branco do Sul e dá outras providências."

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas normas legais vigentes, e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º e no art. 196 da Constituição Federal de 1988, que asseguram a saúde e a educação como direitos sociais fundamentais e interdependentes;

CONSIDERANDO o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

CONSIDERANDO a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde);

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento de ações preventivas e formativas voltadas à promoção do bem-estar, motivação e equilíbrio socioemocional;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023, que institui, em âmbito nacional, a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

R E S O L V E:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco do Sul a Política Municipal de Atenção à Saúde e Bem-Estar dos Profissionais da Educação, com a finalidade de planejar, desenvolver e consolidar ações permanentes de cuidado, promoção da saúde e valorização humana dos profissionais da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A presente Política Municipal de Atenção à Saúde e Bem-Estar dos Profissionais da Educação está alinhada à Lei Federal nº 14.681, de 18 de setembro de 2023, que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, em âmbito nacional.

§1º Em conformidade com a referida Lei, esta Política adota como princípios norteadores a promoção da saúde,a valorização profissional, a humanização das relações de trabalho, a prevenção de doenças ocupacionais e a melhoria contínua das condições laborais no ambiente escolar.

§2º As ações previstas nesta Portaria têm como diretrizes a intersetorialidade entre educação e saúde, a prevenção e promoção da saúde mental e física, e o fomento de ambientes educativos saudáveis e acolhedores, conforme estabelecido nos objetivos da Lei nº 14.681/2023.

§3ºO Município de Rio Branco do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Educação, adere aos princípios e finalidades da Política Nacional, comprometendo-se a planejar, implementar e monitorar programas locais que assegurem o bem-estar e a qualidade de vida dos profissionais da educação, em consonância com as diretrizes nacionais e com as políticas municipais de valorização do magistério.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º A Política Municipal de Atenção à Saúde e Bem-Estar dos Profissionais da Educação tem como propósito **promover o intenções de cuidado, físico e emocional dos servidores da rede municipal de ensino**, reconhecendo a centralidade do profissional da educação no processo de ensino e aprendizagem. Busca-se, por meio de ações articuladas e contínuas, **garantir condições de trabalho saudáveis, incentivar a valorização humana e fortalecer o vínculo entre o bem-estar do educador e a qualidade da educação pública**.
I – Promover a saúde física, emocional e mental dos profissionais da educação, mediante ações preventivas e formativas;
II – Fomentar espaços de escuta, diálogo e reflexão sobre o bem-estar no trabalho;
III – Desenvolver campanhas educativas e informativas voltadas à saúde vocal, ergonomia, autocuidado e equilíbrio emocional;
IV – Oferecer cursos, palestras e formações presenciais e on-line com foco em motivação, autogestão emocional e qualidade de vida;
V – Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para apoio técnico, científico e operacional das ações previstas;
VI – Valorizar o profissional da educação como sujeito integral, reconhecendo sua importância na construção de uma rede educacional humanizada.

CAPÍTULO III
DAS AÇÕES ESTRUTURANTES

Art. 4° -As ações estruturantes desta Política constituem o **conjunto de estratégias permanentes e integradas**voltadas à promoção da saúde, à valorização profissional e ao bem-estar no ambiente escolar.
Tais ações visam consolidar uma **cultura institucional de cuidado e acolhimento**, na qual o profissional da educação seja reconhecido como sujeito central do processo educativo e agente promotor de transformação social. Essas ações devem ser planejadas de forma **intersetorial**, articulando-se com as políticas de saúde, assistência social e formação continuada, e fundamentando-se em princípios de **prevenção, promoção, participação e valorização humana**. A execução das ações estruturantes ocorrerá por meio de programas, campanhas, formações e parcerias institucionais, conforme descrito nos incisos a seguir.
I – Formação Continuada em Saúde e Bem-Estar: Cursos e palestras sobre saúde emocional, gestão do estresse, qualidade de vida e motivação no contexto escolar;
II – Programa de Saúde Vocal e Postural: Elaboração e distribuição de folders, cartilhas e vídeos educativos sobre cuidados com a voz e orientações ergonômicas;
III – Parcerias Institucionais: Convênios com universidades, secretarias de saúde e conselhos profissionais;
IV – Campanhas Institucionais Temáticas: Semana da Saúde do Professor, Outubro da Voz Educacional, Fevereiro do Cuidado Emocional;
V – Ambientes de Cuidado e Acolhimento: Incentivo à criação de espaços de convivência saudável nas unidades escolares.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

Art. 5º A coordenação geral desta Política ficará a cargo da Diretoria do Departamento de Ensino junto ao Departamento de Administração da SEMED, em parceria com a Divisão de Formação Continuada. Poderá ser instituído em ato próprio da SEMED, um Comitê Municipal de Promoção da Saúde e Bem-Estar Educacional, de caráter consultivo, para planejar, monitorar e avaliar as ações anuais.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser suplementadas por recursos provenientes de parcerias e convênios.

Art. 7° A gestão e o acompanhamento da Política de Atenção à Saúde e Bem-Estar dos Profissionais da Educação têm como finalidade assegurar a implementação efetiva, o monitoramento contínuo e a avaliação das ações desenvolvidas nas unidades escolares e nos setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º– Compete à Secretaria Municipal de Educação, por meio do setor responsável pela Diretoria do Departamento de Ensino junto ao Departamento de Administração da SEMED, em parceria com a Divisão de Formação Continuada, a coordenação geral da Política, garantindo:
I – o planejamento integrado das ações de saúde, bem-estar e valorização;
II – a articulação com demais secretarias municipais, especialmente as de **Saúde**, **Assistência Social**e **Administração**;
III – a definição de metas e indicadores de acompanhamento anual;
IV – o registro e sistematização das práticas exitosas no âmbito escolar;
V – a oferta de apoio técnico e formativo às equipes gestoras das unidades escolares.

Art. 9º As unidades escolares terão papel essencial na execução das ações previstas nesta Política, devendo:
I – constituir **comissões escolares de cuidado e bem-estar**, compostas por representantes da equipe pedagógica, professores e demais servidores;
II – elaborar e atualizar, anualmente, um **Plano Escolar de Cuidado e Valorização**, alinhado às diretrizes desta Portaria (modelo será disponibilizado pela SEMED);
III – promover o registro das ações desenvolvidas e o envio de relatórios à Secretaria Municipal de Educação (modelo será disponibilizado pela SEMED);
IV – participar de formações, campanhas e avaliações relacionadas à saúde e bem-estar.

Art. 10 A SEMED poderá instituir o **Comitê Municipal de Saúde e Bem-Estar Educacional**, com caráter consultivo e propositivo, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, responsável por:
I – acompanhar e avaliar os resultados das ações estruturantes;
II – propor ajustes e novos encaminhamentos conforme diagnóstico das demandas do quadro de profissionais;

III – consolidar relatórios semestrais de acompanhamento e propor melhorias contínuas nas políticas institucionais.

Art. 11– O monitoramento das ações será realizado de forma **participativa e transparente**, considerando:
I – a realização de **reuniões periódicas de acompanhamento**entre a equipe gestora da Secretaria e representantes das escolas;
II – a utilização de **instrumentos avaliativos e indicadores de impacto**relacionados à saúde emocional, satisfação e valorização profissional;
III – a **publicação anual de relatório síntese**, contendo avanços, desafios e resultados alcançados pela Política.

Art. 12– A avaliação e a gestão desta Política deverão observar os princípios da **transversalidade, intersetorialidade, continuidade e corresponsabilidade**, garantindo que o cuidado com o profissional da educação seja entendido como um **compromisso institucional permanente**e indissociável da qualidade do ensino público municipal.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 13- A execução e a efetividade das ações previstas serão avaliadas anualmente, com base em indicadores qualitativos e quantitativos, a partir de registros das formações, participação dos profissionais e resultados em clima organizacional.

Art. 14 -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 17 de novembro de 2025.

ELISANGELA RODRIGUES BAIDO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:1B2FBD73

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL Nº 02/2025

RESULTADO DA AVALIAÇÃO REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2025

A Prefeitura Municipal de Rio Negro/PR, por meio da Secretaria de Indústria e Comércio, TORNA PÚBLICO, o resultado da avaliação das propostas recebidas, pertinentes ao Edital nº 01, de 29 de setembro de 2025, de seleção de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação para ingresso na Incubadora Empresarial da Prefeitura de Rio Negro/PR, na modalidade residente.

I - Após reunião realizada em 11 de novembro de 2025, pela Comissão Especial de Avaliação de Propostas para participar do Novo Programa Incubadora Empresarial, nomeada pela Portaria nº 900, de 20 de agosto de 2024, e encaminhado à esta Secretaria na data de 14 de novembro de 2025, obteve-se o seguinte resultado:

1º - Empresa Christian Erick Lenartowicz - 34 pontos
2º - Empresa: Criatta Móveis Planejados - 31 pontos
3º - Empresa: Atualize Brasil Desenvolvimento Humano Ltda - 26 pontos
4º - Empresa: MecFor - 16 pontos

II - Foi informado pela Comissão que a Empresa Christian Erick Lenartowicz, que atingiu a maior pontuação, apresentou requerimento de desistência datado de 12 de novembro de 2025, encaminhado ao e-mail da Secretaria de Indústria e Comércio.

III - Então a segunda colocada foi declarada vencedora, ou seja, Empresa: Criatta Móveis Planejados - 31 pontos.

IV - Todos os documentos encontram-se anexos ao Processo Digital nº 25396/2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

AUGUSTO CESAR BASSO
Secretário Municipal de Indústria e Comércio

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:DF0E69F8

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 140/2025

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 01, de 13 de dezembro de 2024, convoca as pessoas, através de suas inscrições abaixo relacionadas, para comparecerem a partir do dia 19 (dezenove) de novembro do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumirem as respectivas vagas no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

PROFESSOR PB40 – LAGEADO DOS VIEIRAS (Ampla Concorrência)

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 67, de 14/7/2025, Edital nº 83, de 11/8/2025, Edital nº 93, de 28/8/2025 e Edital nº 117, de 13/10/2025.	1º e 11º
0010268	Dorilda Vicente de Lima Forteski	12º
0011305	Fernanda Rodrigues de França	13º

O não comparecimento dos acimas convocados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência da vaga, autorizando o Município a proceder chamada dos próximos classificados.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C0E56C04

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 141/2025

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATOS

Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 109, de 23 de setembro de 2025
O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 109, de 2025, convoca a pessoa, através de sua inscrição abaixo relacionada, para comparecer a partir do dia 19 (dezenove) de novembro do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumir a respectiva vaga temporária no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

MÉDICO VETERINÁRIO

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocado pelo Edital nº 134, de 7/11/2025. A classificada em 1º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista.	1º
22713	Djeniffer Beckert	2º

O não comparecimento do acima convocado no prazo de **6 (seis) dias úteis**, conforme estabelecido no item 12.6 do Edital nº 109, de 2025, contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência das vagas temporárias.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1954B2A5

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1736/2025

Anulação de portaria, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Anular, a Portaria nº 1731, de 13 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2025.

Rio Negro, 17 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:71BF5A5D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1737/2025

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 10 de novembro à 19 de novembro de 2025 e de 2 de março à 21 de março de 2026, referente ao seu 2º (segundo) quinquênio de função pública, para a servidora ***Marise Aparecida Grein Plácido,*** com matrícula de nº 2203-9/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de novembro de 2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:22A90D28

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1738/2025

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído no período de 5 de janeiro à 3 de fevereiro de 2026, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para a servidora ***Elis Cristiane Olenik Seidel dos Santos,*** com matrícula de nº 1030-8/4, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de janeiro de 2026.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:83A8EE55

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1739/2025

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Assistente Administrativo B, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 14 de novembro do corrente, ***Anderson França Elias,*** matrícula nº 110163-4/2, para o cargo de "Assistente Administrativo B", por 40 (quarenta) horas semanais, nível 8, recebendo mensalmente R$ 1.348,48 (mil trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:811372C8

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1740/2025

PORTARIA N.º 1740/2025

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Operador de Máquinas, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 17 de novembro do corrente, ***Altamir José Ruthes,*** matrícula nº 1132-0/5, para o cargo de "Operador de Máquinas", por 40 (quarenta) horas semanais, nível 11, recebendo mensalmente R$ 2.539,56 (dois mil quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos), lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de novembro de 2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:70C4E5E3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1741/2025

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Professor PB20, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 17 de novembro do corrente, ***Carla Peters Peschel,*** matrícula nº 110164-0/2, para o cargo de Professor PB20, por 20 (vinte) horas semanais, recebendo mensalmente R$ 2.433,89 (dois mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos), lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de novembro de 2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:924DF17D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1742/2025

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Assistente Administrativo B, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 17 de novembro do corrente, ***Tatieli de Fátima Ruthes Souza,*** matrícula nº 106977-9/13, para o cargo de "Assistente Administrativo B", por 40 (quarenta) horas semanais, nível 8, recebendo mensalmente R$ 1.348,48 (mil trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de novembro de 2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:543C7BFE

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1743/2025

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Professor PB20, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 18 de novembro do corrente, ***Alessandra Patricia Loth Wazny,*** matrícula nº 110212-7/1, para o cargo de Professor PB20, por 20 (vinte) horas semanais, recebendo mensalmente R$ 2.433,89 (dois mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos), lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D33D676C

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1744/2025

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Enfermeiro B, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 18 de novembro do corrente, ***Camila Hebe Zanluca Jungles,*** matrícula nº 110212-6/1, para o cargo de "Enfermeiro B", por 40 (quarenta) horas semanais, nível 12, recebendo mensalmente R$ 3.089,26 (três mil oitenta e nove reais e vinte e seis centavos), lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:392C98A1

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1745/2025

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Professor PB20, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 19 de novembro do corrente, ***Daniele Alves de Miranda Schelbauer,*** matrícula nº 106038-0/3, para o cargo de Professor PB20, por 20 (vinte) horas semanais, recebendo mensalmente R$ 2.433,89 (dois mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos), lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de novembro de 2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3F2F6DE6

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1746/2025

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Farmacêutico, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 24 de novembro do corrente, ***Camila Moreira Carvalho,*** matrícula nº 1114-2/4, para o cargo de "Farmacêutico", área de atuação: Lageado dos Vieiras por 40 (quarenta) horas semanais, nível 13, recebendo mensalmente R$ 3.757,72 (três mil setecentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de novembro de 2025.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C7454A68

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1747/2025

Dispõe sobre a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº3350, de 8 de abril de 2024, que institui a Comissão Permanente de Sindicância e ProcessoAdministrativoDisciplinar; em conformidade com o inciso III do art. 210 e art. 214 da Lei Municipal nº1.318, de 05 de dezembro de 2002, e ainda, considerando a decisão do Processo de Sindicância nº 010/2025;

RESOLVE:

Art.1º Determinar a abertura de ProcessoAdministrativoem face ao servidor público municipal, matrícula nº 0900-8/2, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com base no art. 210, inciso III da Lei Municipal nº1.318, de 05 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro PR, sendo que as condutas a serem investigadas estão previstas nos artigos 181, inciso V e 182, inciso XV da mesma Lei Municipal.

Art.2º Para conduzir o referido ProcessoAdministrativoDisciplinar, fica designada a comissão processante permanente, em conformidade com a Lei nº3350, de 2024 e com a com a Portaria nº 624, de 28 de março de 2025, conforme segue:

I - Presidente: Patrícia Finamori de Souza;
II – Membro/Secretária: Karina Künel Spagnol;
III - Membro: Ana Cristina Schütz.

Art.3º Encerrar o Processo de Sindicância nº 010, aberto pela Portaria nº 625, de 28 de março de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F76451B4

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 026/2025

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, consolidada com a Lei nº 12.435/2011 de 06 de julho de 2011; Lei Municipal Nº 2627/2016 e Lei Municipal 2822 de 07 de dezembro de 2017, Art. 7º, §2º, em reunião extraordinária realizada de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à rua Dr. Vicente Machado nº 148 - Centro, Rio Negro PR, no dia 17 de novembro de 2025:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão do Município de Rio Negro ao Piso Único de Assistência Social - PAS, com transferência de recursos financeiros continuados do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) os quais serão destinados para a execução dos serviços de assistência social, bem como na oferta de benefícios eventuais e ações de aprimoramento da gestão municipal de assistência social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º - Aprovar o Plano de Ação relativo ao Piso Único de Assistência Social - PAS, com transferência de recursos financeiros continuados do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de repasse de R$ 100.000,00 (cem mil reais), os quais serão destinados para a execução dos serviços de assistência social, bem como na oferta de benefícios eventuais e ações de aprimoramento da gestão municipal de assistência social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMAS de Rio Negro-PR, em 17 de novembro de 2025.

JESSICA APARECIDA CACHOROSKI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2BB70E62

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 027/2025

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, consolidada com a Lei nº 12.435/2011 de 06 de julho de 2011; Lei Municipal Nº 2627/2016 e Lei Municipal 2822 de 07 de dezembro de 2017, Art. 7º, §2º, em reunião extraordinária realizada de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à rua Dr. Vicente Machado nº 148 - Centro, Rio Negro PR, no dia 17 de novembro de 2025:
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão do Município de Rio Negro à Expansão do Cofinanciamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência. Os recursos na ordem de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão repassados mensalmente e tem como objetivo a execução do Serviço de Alta Complexidade de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência por meio da oferta de 01 vaga regionalizada. O público alvo serão mulheres acompanhadas ou não de seus conviventes (filhos, mãe, etc) em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral.

Art. 2º - Aprovar o Plano de Ação relativo à Expansão do Cofinanciamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência. Os recursos na ordem de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão repassados mensalmente e tem como objetivo a execução do Serviço de Alta Complexidade de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência por meio da oferta de 01 vaga regionalizada. O público alvo serão mulheres acompanhadas ou não de seus conviventes (filhos, mãe, etc) em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sessão Plenária do CMAS de Rio Negro-PR, em 17 de novembro de 2025.

JESSICA APARECIDA CACHOROSKI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E654FE01

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CANDIDATOS ELIMINADOS - PUBLICAÇÃO Nº 154/2025

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CANDIDATOS ELIMINADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a **ELIMINAÇÃO** dos candidatos abaixo relacionados, do Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
014.703.253-37	EVERTON HENRIQUE SANTANA DA SILVA	TGM-C AGENTE DE TRÂNSITO	NÃO SE APRESENTOU NA DATA DE CONVOCAÇÃO
014.703.243-01	RAFAEL MACHADO DA SILVA GOMES	TGM-C AGENTE DE TRÂNSITO	DESISTÊNCIA DA VAGA ATRAVÉS DO PROTOCOLO Nº 30.499/2025
014.703.343-25	FELIPE AUGUSTO ROSA	TGM-C AGENTE DE TRÂNSITO	DESISTENCIA DA VAGA ATRAVÉS DO PROTOCOLO Nº 30.630/2025

Rolândia, 17 de Novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:D834CEB9

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 55/2025 – RP (RETIFICAÇÃO)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 024/2025 de Aposentadoria e o Processo nº 393/2025 de Revisão de Aposentadoria do (a) servidor (a) GISELE APARECIDA TOZZI NEGRÃO,

RESOLVE:

Art.1º - Fica retificado o Decreto nº 21/2025 – RP que concede a servidora GISELE APARECIDA TOZZI NEGRÃO, brasileira, servidora Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Professor PROF-C2, referência 006, conforme quadro de cargos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria por Invalidez Permanente, Média das 80% maiores remunerações, com Provento Proporcional, Sem Paridade, com fundamento no Art.40, §1º, I, da CF, a partir de 22 de Abril de 2025.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 1.756,05 (Mil setecentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar da data de 22 de Abril de 2025, revogando o Decreto nº 21/2025 – RP e as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 18 de Novembro de 2025.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:48D2B667

SECRETARIA GERAL
DECRETO 571, 18 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

CONSIDERANDO o constante no Ofício nº 014/2025 – Comissão de Processo Administrativo Decreto nº 465/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pelo Decreto nº 465, de 22 de setembro de 2025, a contar de 22/11/2025.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ em 18 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:EE72F45F

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 562, 14 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Convoca a 6ª Conferência Municipal de Cultura de Rolândia e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento na Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), art. 1º, inciso XII,

DECRETA:

Art. 1º – Fica convocada a 6ª Conferência Municipal de Cultura de Rolândia a ser realizada no dia 11 de dezembro, às 09h00, no Centro Cultural Nanuk, sito a Rua Duque de Caxias, 1679, Centro, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos:
I – avaliar e atualizar as metas e estratégias do Plano Municipal de Cultura, alinhando-as às diretrizes da Conferência Estadual e Nacional;
II – promover o diálogo intersetorial e participativo, estimulando a inclusão de novas linguagens artísticas, expressões populares e práticas culturais contemporâneas;
III – ampliar a participação social, estimulando a presença de representantes da juventude, comunidades tradicionais, cultura urbana, cultura digital, grupos independentes e coletivos culturais;
IV – fortalecer o Sistema Municipal de Cultura, revisando seus instrumentos de gestão, financiamento, informação, formação e participação social;
V – debater políticas culturais transversais, que articulem cultura, turismo, educação, meio ambiente, economia criativa e cidadania;
VI – estimular a inovação cultural, o uso de tecnologias e a valorização da memória e identidade local;
VII – consolidar a integração de Rolândia com as políticas públicas estaduais e nacionais de cultura.

Art. 3º – A 6ª Conferência Municipal de Cultura de Rolândia terá como tema geral: Democracia e Direito à Cultura.
Parágrafo Único A 6ª Conferência Municipal de Cultura de Rolândia terá como temas específicos:
I– Consolidação e fortalecimento do Sistema Municipal de Cultura;
II– Cultura, diversidade e direitos culturais;
III– Cultura digital, economia criativa e sustentabilidade;
VI– Formação, capacitação e inovação nas cadeias produtivas da cultura;
V– Planejamento, financiamento e participação social nas políticas culturais.

Art. 4º – A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo expedirá as normas complementares para a execução deste Decreto, podendo adotar formatos híbridos (presenciais e virtuais), definir grupos de trabalho e metodologias participativas.

Art. 5º – Fica a Secretária Municipal de Cultura e Turismo autorizada a:
I – Aprovar e promover a publicação do Regulamento da 6ª Conferência Municipal de Cultura de Rolândia
II – Sanar dúvidas, e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 14 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

WILSON SOCIO JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura Interino

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:BF1D0F86

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 563, 14 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Nomeia a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Cultura, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 69,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Cultura de Rolândia a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2025 de acordo com o conteúdo do Decreto 563/2025, os seguintes membros:
I - Poder Executivo:
SIMONE WEGNER;
II - Sociedade civil:
VÂNIA MARIA FERREIRA;
III – Conselho Municipal de Cultura:
WAGNER DE CAMPOS.

Art. 2º A Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Cultura será responsável por:
Coordenar, supervisionar e promover a sua realização;
Aprovar a proposta de programação;
Assegurar a lisura e a veracidade de todos os atos e procedimentos relacionados à Conferência;
Mobilizar os segmentos da cultura e da sociedade em geral para a realização da Conferência;
Acompanhar o processo de sistematização das diretrizes e proposições da Conferência;
Elaborar o relatório final da Conferência;

Art. 3º Os representantes da sociedade civil e do Conselho Municipal de Cultura na Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Cultura desempenharão suas funções de forma voluntária, não havendo remuneração para a referida representação.

Art. 4º Os casos omissos serão sanados por meios de Portarias publicadas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Rolândia/PR.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 14 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

WILSON SOCIO JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura Interino

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:1B9B232B

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 565, 14 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Altera o Decreto nº 445, de 10 de setembro de 2025, que nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,*

CONSIDERANDO as novas informações inseridas no Memorando nº 15.117/2025, bem como manifestação jurídica constante no Memorando 19.275/2025,

DECRETA

Art. 1º – Fica alterado o caput do art. 1º do Decreto nº 445, de 10 de setembro de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de averiguar eventual conduta tipificada no inciso V do art. 54, da Lei Complementar nº 055/2011, praticada pela servidora **MURIEL MATIAS MELO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde."

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 14 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:58F25182

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 567 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10º e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024– Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Reestimadas as Transferências Correntes na Fonte de Recursos – 839 Emenda Parlamentar Impositiva – Estrutura SUAS – GND 03 Custeio – Apae, conforme a seguir demonstrado:

RED	Código	Descrição	*Valor Orçado	**Valor Arrecadado até 12/2025	*** Excesso de Arrecadação no Exercício
491	1.7.1..9.57.0.1.23.00.00.00.00	Emenda Parlamentar Impositiva - Estrutura SUAS - GND 03 Cust	0,00	100.000,00	100.000,00
TOTAL			**0,00**	**100.000,00**	**100.000,00**
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº 4.252 de 12 de dezembro 2024;					
** Valor de Arrecadação;					
*** Excesso de Arrecadação no Exercício.					

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 100.000,00 (Cem mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252 de 12/12/2024, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
10.02.08.242.0010.2.056	3.3.50.43.00.00.00	839	R$ 100.000,00
TOTAL			**R$ 100.000,00**

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 100.000,00 (Cem mil reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 839 Emenda Parlamentar Impositiva – Estrutura SUAS – GND 03 Custeio – Apae.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 100.000,00 (Cem mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
10.02	3.3	839	Novembro	R$ 100.000,00
TOTAL				**R$ 100.000,00**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de Novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:387CE36C

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 572, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 1.291.000,00, para reforço de dotações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº, 523 de 23 de dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 8º da Lei 4.252/2024 de 12/12/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 1.291.000,00 (Um milhão, duzentos e noventa e um mil reais),** para reforço de dotações

constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252/2024 de 12/12/2024 conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
14.01.13.392.0014.2.072	3.3.90.39.00.00.00	000	R$ 1.291.000,00
TOTAL			**R$ 1.291.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252/2024 de 12/12/2024, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
05.01.04.123.0005.2.018	3.3.90.35.00.00.00	000	R$ 17.000,00
05.01.04.125.0005.2.131	3.3.90.39.00.00.00	000	R$ 20.000,00
14.01.13.391.0014.2.071	3.3.90.30.00.00.00	000	R$ 27.000,00
14.01.13.391.0014.2.071	3.3.90.39.00.00.00	000	R$ 17.000,00
14.01.13.391.0014.2.071	4.4.90.52.00.00.00	000	R$ 18.000,00
14.01.13.392.0014.1.022	4.4.90.51.00.00.00	000	R$ 370.000,00
14.01.13.392.0014.1.022	4.4.90.52.00.00.00	000	R$ 134.000,00
14.01.13.392.0014.2.042	3.3.90.39.00.00.00	000	R$ 30.000,00
14.01.13.392.0014.2.042	4.4.90.52.00.00.00	000	R$ 48.000,00
14.01.13.392.0014.2.072	3.3.90.30.00.00.00	000	R$ 150.000,00
14.01.23.695.0014.1.019	4.4.90.51.00.00.00	000	R$ 410.000,00
14.01.23.695.0014.2.065	3.3.90.39.00.00.00	000	R$ 50.000,00
TOTAL			**R$ 1.291.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de dezembro de 2024, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 1.291.000,00 (Um milhão, duzentos e noventa e um mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Acréscimo
14.01	3.3	000	Novembro	R$ 1.291.000,00
TOTAL				**R$ 1.291.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
				Redução
05.01	3.3	000	Novembro	R$ 37.000,00
14.01	3.3	000	Novembro	R$ 274.000,00
14.01	4.4	000	Novembro	R$ 980.000,00
TOTAL				**R$ 1.291.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 de Novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:BFF97092

SECRETARIA GERAL
NOTIFICAÇÃO CEMITÉRIO

A ACMR - Administração de Cemitérios do Município de Rolândia nos termos da Lei que dispõe sobre cemitério e das outras providências de nº 2.399/94 artigos 10, 12, 14, 28, 29.
Notifica os familiares ou responsáveis por estes falecidos abaixo relacionados, que estão sepultados nas gavetas colmeias que após 30 dias desta publicação, os restos mortais serão exumados.
Fica este prazo também para que os familiares registrem na ACMR a vontade de assistir à exumação e na falta, será realizada sem a sua presença.

Sepultura	Nome
29683	Tereza de Souza Pereira

JOÃO ALEXANDRE BRUNOZI
Gestor de Cemitérios

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:C745FF0B

SECRETARIA GERAL
PROTOCOLO Nº 14.029/2024 RESOLUÇÃO 19/2025 – SME.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROLÂNDIA, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pela Lei Municipal nº 4.180 de 16 de novembro de 2023, considerando a Lei 9394/1996 e,em atendimento às Deliberações nº 01/2024 e 02/2024, ambasdo Conselho Pleno Municipal de Educação e o Parecer nº 21/2025 do Conselho Municipal de Educação de Rolândia.
RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos no período de 01/01/2026 até 31/12/2030, a autorização de funcionamento da Educação Infantil, para atendimento a crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, da **Escola Menino Deus – Educação Infantil e Ensino Fundamental**, situado na Rua José Constantino Torres, 277 - Jardim Novo Horizonte do Município de Rolândia, Paraná.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Menino Deus Ltda - ME e obteve a última Renovação do Credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 6123/2023 de 04/09/23, Parecer nº 2650/23 CEF com vigência de 10 (dez) anos até 23/01/2033.
§ 2º A Resolução nº 5042/2002 autorizou o funcionamento do referido ensino. O último prazo da Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil foi concedido pela Resolução nº 4058/2021 de 09/09/21, Parecer nº 2525/21 CEF com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização de funcionamento do ensino à SME/SEF, 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o prazo concedido no art.1º.
Quando ocorrer à cessação da oferta ou da instituição de ensino a direção deverá oficializar à SME/SEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rolândia, 18 de novembro de 2025.

LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:AA4C0E64

SECRETARIA GERAL
PROTOCOLO Nº 17.104/2024 RESOLUÇÃO 20/2025 – SME.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROLÂNDIA, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pela Lei Municipal nº 4.180 de 16 de novembro de 2023, considerando a Lei 9394/1996 e, em atendimento às Deliberações nº 01/2024 e 02/2024, ambas do Conselho Pleno Municipal de Educação e o Parecer nº 23/2025 do Conselho Municipal de Educação de Rolândia.
RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da educação básica, da **Escola Municipal Geralda Chaves Tiradentes – Educação Infantil e Ensino Fundamental**, situado na Rua Dr. Ferreira Braga, 293 - Jardim Teresópolis do Município de Rolândia, Paraná.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última Renovação do Credenciamento para a oferta da

Educação Básica pela Resolução nº 4531/2020 de 26/11/20 e Parecer nº 364/2020 - CEIF com vigência de 05 (cinco) anos até 31/12/2024.
§ 2º A Resolução nº 5065/1992, autorizou o funcionamento da Educação Infantil e a Resolução 4748/2010 autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. O último prazo da Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais foi concedido pela Resolução 8459/2023 de 28/11/23 e Parecer 3517/2023 ambos com vigência até 31/12/2027.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização de funcionamento do ensino à SME/SEF, 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o prazo concedido no art.1º.
Quando ocorrer à cessação da oferta ou da instituição de ensino a direção deverá oficializar à SME/SEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rolândia, 18 de novembro de 2025.

LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:1A2B6BB0

SECRETARIA GERAL
PROTOCOLO Nº 19.672/2025 RESOLUÇÃO 21/2025 – SME.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROLÂNDIA, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pela Lei Municipal nº 4.180 de 16 de novembro de 2023, considerando a Lei 9394/1996 e,em atendimento às Deliberações nº 01/2024 e 02/2024, ambasdo Conselho Pleno Municipal de Educação e o Parecer nº 22/2025 do Conselho Municipal de Educação de Rolândia.
RESOLVE:

Art. 1º Renovar, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030, a autorização de funcionamento da Educação Infantil, para atendimento a crianças de 01 (um) a 05 (cinco) anos, do **Colégio Alfa e Ômega Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio**, situado na Rua Duque de Caxias, 1001 – Centro do Município de Rolândia, Paraná.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Alfa e Ômega S/S Ltda e obteve a última Renovação do Credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2662/2018 de 07/06/18, Parecer nº 1850/18 CEF com vigência de 10 (dez) anos até 29/12/2026.
§ 2º A Resolução nº 4141/1986 autorizou o funcionamento do referido ensino. O último prazo da Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil foi concedido pela Resolução nº 1209/2022 de 21/03/22, Parecer nº 863/2022 CEF com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização de funcionamento do ensino à SME/SEF, 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o prazo concedido no art.1º.
Quando ocorrer à cessação da oferta ou da instituição de ensino a direção deverá oficializar à SME/SEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rolândia, 18 de novembro de 2025.

LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:F8E77BC2

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2.025

Súmula: Estabelece a adesão da deliberação 049/2025 do Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo – Investimento.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe confere a Lei Municipal nº 3.980, de 08 de outubro de 2.020, em reunião ordinária, realizada em 18 de Novembro de 2.025.
Resolve:

Art. 1º- Aprovar a adesão do **Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo – Investimento Del. 049/2025**

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação.

Rolândia, 18 de novembro de 2025

MEIRE APARECIDA SILVA
Presidente do CMDI

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:C7394C52

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 031/2025 – PMR. PROCESSO Nº 260/2025.

Objeto: Contratação de serviços de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agência de propaganda, visando o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de difundir idéias ou informar o público em geral.
Tipo: Técnica e Preço.
Valor máximo estimado R$: 550.000,00.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Os envelopes **deverão ser protocolados e entregues até às 13:00 HORAS DO DIA 20 DE JANEIRO DE 2026,** endereçados a Comissão Especial de Licitação, no setor de **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES,** no endereço Avenida Presidente Bernardes, 809, Centro, Rolândia-PR. – (**PRÉDIO ANEXO A PREFEITURA, ESQUINA COM A RUA DUQUE DE CAXIAS)**
O invólucro destinado à apresentação da via não identificada do plano de Comunicação Publicitária será padronizado e fornecido previamente pelo Departamento de Licitações, da Secretaria de Compras, Licitação e Patrimônio, da Prefeitura Municipal de Rolândia, a partir do **DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2025 ATÉ O DIA 20 DE JANEIRO DE 2026.**
ABERTURA DOS ENVELOPES
A Comissão de Contratação procederá à abertura dos envelopes às **13:30 HORAS DO DIA 20/01/2026,** na Sala de licitações da Prefeitura Municipal, Sala 03, situada à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, Centro, em Rolândia, Estado do Paraná, na presença dos representantes e outros que comparecerem ao ato.
Disponibilidade do Edital e Informações: **Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: www.rolandia.pr.gov.br e e-mail:** licitacao@rolandia.pr.gov.br**.**
Rolândia, 18 de Novembro de 2025.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:5FD7213B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
COMUNICADO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2025 – PMR. PROCESSO Nº 216/2025.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Equipamento e Eletrodomésticos**.**
Comunicamos que foi emitido parecer técnico referente à última análise dos catálogos e amostras apresentados na segunda sessão, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos do edital.

Ficando agendada a continuidade da sessão pública para o dia 19 de novembro de 2025, às 14h00, ocasião em que será dada sequência aos atos do certame e abertura da fase recursal, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 18 de novembro de 2025.

JOSÉ AUGUSTO LIASCH DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:85F450DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
CONTRATO Nº 145/2025

CONTRATO Nº 145/2025

REF.: INEXIGIBILIDADE 045/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86600-218, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA – APC** no CNJPJ sob o nº 76.659.820/0046-53, inscrita situado à Rua Imaculada Conceição, nº 1.155, Prado Velho, na cidade de **CURITIBA - PR**, CEP: 80.215-901, telefone (041) 3271.1736, e-mail: **pergamum@pucpr.br**, neste ato, legalmente representada pelo Sr. **VANDERLEI SIQUEIRA DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 5.XXX.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 014.XXX.XXX-XX residente e domiciliado na cidade de CU**RITIBA - PR** doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **CONTRATO**, fundamentado no artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições: 76.659.820/0001-51,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente instrumento tem como objeto, "a contratação de empresa para prestação de serviço Suporte Técnico e uso do Sistema PERGAMUM – Sistema Integrado de Bibliotecas, para a Biblioteca Pública do Município de Rolândia/PR", conforme documentação levada a efeito pela Inexigibilidade n° 045/2025, devidamente ratificada em 20/10/2025
1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
a) o Termo de Referência que embasou a contratação;
b) o Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
c) a Proposta do Contratado; e
d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL/ANUAL
Mês	12	Suporte Técnico e uso do Sistema PERGAMUM.	R$ 732,92	R$ 8.795,04

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
2.1. O objeto contratado pela administração municipal e ora processado através de inexigibilidade, nos termos artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS
3.1. A execução do objeto contratado será no máximo em 10 (dez) dias após o recebimento da Nota de Empenho, conforme a solicitação do departamento responsável, nos seguintes locais:
- Biblioteca Rui Barbosa, Avenida Castro Alves, nº 1.574, Centro;
- Biblioteca Cidadã, Michael Traumann, Rua Antônio Campaner, nº 1.000, Jardim Monte - Biblioteca Indústria do conhecimento, Rua Eduardo Grezlak, nº 400
3.2. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, na forma da Lei n° 14.133/2021, contados a partir da data de publicado no Diário Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO
4.1. Fica ajustado o valor de **R$ 8.795,04** (oito mil setecentos e noventa e cinco reais e quatro centavos), divididos em 12 (doze) meses.
4.2. A Prefeitura Municipal de Rolândia, após o departamento contratante atestar o recebimento e a execução do objeto do contrato, realizará o pagamento conforme discriminado a seguir:
O item será pago de forma parcelada, mensalmente, conforme a prestação de serviços mensais, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
4.3. A contratada deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município. A ausência da manutenção das certidões quando do processo licitatório, ensejará em notificação ao fornecedor, podendo ocorrer a rescisão entre as partes.
4.4. A contratada deverá entregar todo o item/serviço solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
4.5. Na ocorrência de suspensão de pagamento devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nesta licitação e/ou neste contrato.
4.6. A contratada deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, podendo não ocorrer o pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
4.7. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
4.8. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.
4.9. O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de

informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial, comunicado para ciência e posteriormente aplicadas as sanções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entregar os itens/serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a contratada ficará sujeita à multa estabelecida em edital.
5.2. Após a o recebimento, pela contratada, da Nota de Empenho, os itens/serviços deverão entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
5.3. O Suporte técnico do sistema PERGAMUM deverá atender nas três bibliotecas do Município, sendo elas:
Biblioteca Rui Barbosa, Avenida Castro Alves, nº 1.574, Centro;
Biblioteca Cidadã, Michael Traumann, Rua Antônio Campaner, nº 1.000;
Biblioteca Indústria do conhecimento, Rua Eduardo Grezlak, nº 400,
5.4. A contratada deverá fornecer suporte técnico por telefone ou on-line para questões relacionadas ao uso operacional do Software licenciado; ao apoio para identificar e verificar as causas de possíveis erros ou mau funcionamento do Software licenciado; às orientações sobre soluções para tais erros ou mau funcionamento, se possíveis; e, às informações sobre erros previamente identificados pela contratante devidamente comunicado, por escrito, à contratada, para eventual solução dos mesmos, se possível.
5.5. O atendimento ficará à disposição da contratante durante o expediente normal da contratada, das 8:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados nacionais e os feriados municipais da cidade de Curitiba, Paraná. Demandas por suporte que ocorrerem fora deste período poderá ser formalizada por e-mail.
5.6. A contratante assegura que somente pessoal capacitado, devidamente treinado na operação e utilização dos programas, será encarregado e responsável pela solicitação e atendimento dos serviços através do telefone.
5.7. A contratante fornecerá à contratada material técnico e documentação necessária ao diagnóstico e reparo de falhas identificadas no programa.
5.8. A contratada definirá formulários específicos para o envio de solicitações por e-mail, nos quais deverão ser informados a descrição do problema observado, a relação de módulos do Software envolvidos, o dia e horário de ocorrência do problema e o nome do responsável pela requisição do serviço.
5.9. A contratada deverá fornecer à contratante, sem ônus adicionais, excluindo-se daqui as mídias magnéticas, quaisquer novas versões, melhorias e aperfeiçoamentos técnicos feitos no Software, exceto aqueles que venham a ser comercializados separadamente.
5.10. A contratada deverá manter a contratante sempre informada sobre a liberação de novas versões, além de detalhar possíveis impactos que esta nova versão terá quanto as melhorias técnicas e novas funcionalidades implantadas; as necessidades de customização com relação aos procedimentos internos da contratante; as correções de falhas reportadas sobre a versão em uso; as necessidades de treinamento para reciclagem; o planejamento de ações técnicas necessárias para sua correta implantação.
5.11. A contratada obriga-se a manter o software tecnicamente atualizado, fornecendo as novas versões que venham a ser liberada, desde que contenham alterações substanciais, acréscimos de rotinas ou módulos, ou partes de módulos ou melhoria substancial de desempenho, o que não inclui a passagem de um para outro sistema operacional.
5.12. Substituir os itens/serviços em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
5.13. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia/PR.
5.14. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia/PR ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
5.15. A contratada, assim como a contratante, deverá atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
5.16. A contratada deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
5.17. Os itens/serviços deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referentes ao ramo de atividades.
5.18. O item/serviço deverá atender integralmente as especificações do edital.
5.19. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
5.20. Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
5.21. Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
5.22. Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente contrato, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
5.23. A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
5.24. A contratada deverá manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (artigos 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade, a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal do Instrumento hábil de formalização da contratação, realizando a notificação com prazo determinado, e razoável ao processo, ao fornecedor, para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNÍCIPIO

6.1. Promover o pagamento de acordo com o instrumento contratual pré-estabelecido;
6.2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou da entrega do produto;
6.3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos serviços e demais informações necessárias para a correta execução do fornecimento.
6.4. Fazer o devido acompanhamento e fiscalização do objeto licitado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA

7.1. O fornecimento dos itens/serviços deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias, contando o prazo a partir da autorização da AF (Autorização de Fornecimento); no local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
7.2. Os itens/serviços deverão ser entregues nos locais indicados na Autorização de Fornecimento.
7.3. Quando da entrega dos itens/serviços, o fornecedor deverá observar o horário de funcionamento dos locais solicitados, sendo em sua maioria das 12h às 17h.

7.4. A contratada deverá entregar todo o item/serviço solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo recebimento das mercadorias bem como pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
7.5. Se a nota fiscal não estiver de acordo com o entregue, será estabelecido prazo de 01 a 03 dias úteis para a substituição da mesma por outra contendo apenas os itens recebidos.
7.6. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo de 01 a 03 dias úteis para a contratada fazer a substituição.
7.7. Os itens entregues ou serviços prestados em desacordo com o especificado neste contrato e na proposta da contratada serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 (quarenta e oito horas), sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
7.8. Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade dos itens/serviços entregues pelo prazo estabelecido na garantia do produto, obrigando-se a substituir aquele que apresentar irregularidade no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
7.9. As solicitações de itens/serviços obedecerão à conveniência e às necessidades conforme o edital. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o item pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
7.10. Na eventualidade de um item/serviço não ser entregue em conformidade com os termos do edital, a contratada fica responsável por sanar o problema, não acarretando em nenhum ônus adicional ao Município.
7.11. Caso a proponente entregue um item/serviço que não se ajusta nos padrões utilizados no município (padrões de energia, modelos específicos, padrões estaduais regulamentados etc.) o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
7.12. Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
7.13. Os itens/serviços serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste contrato.
7.14. A verificação da conformidade das especificações dos itens/serviços ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, os itens serão recebidos definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do objeto.
7.15. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada dos itens/serviços, estes serão rejeitados, em todo ou em parte, conforme dispõe o artigo 17, § 1º da Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
7.16. Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
7.17. Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega dos itens a serem substituídos.
7.18. Os itens/serviços deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada material.
7.19. A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o item/serviço entregue, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas deste contrato.

Cláusula OITAVA- Das PENALIDADES
8.1. O licitante e o Contratado que incorra em infrações, conforme artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo mínimo de 03 (três) anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo mínimo de 03 (três) anos e não superiora 06 (seis) anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços–GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos.
V.a) as sanções previstas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior poderão ser aplicadas ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado, cumulativamente com a multa.
V.b) advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.
V.c) a multa, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato/ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, será aplicada a quem:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
8.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 06 (seis) anos, será aplicada a quem:
I) recursar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;
II) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
III) apresentar documentação falsa;
IV) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
V) não mantiver a proposta;
VI) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
VII) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses previstas no item 12.9;
VIII) cometer fraude fiscal.
8.3. O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços–GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos, será aplicado a quem:
I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - No tocante a licitações e contratos:
IV.a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

IV.b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
IV.c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
IV.d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
IV.e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
IV.f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
IV.g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
8.4. Cabe ao órgão e/ou entidade contratante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
8.5. Na hipótese do ocorrido nesta clausula, autoridade máxima do órgão e/ou entidade contratante é a autoridade competente para impor as penalidades previstas anteriormente.
8.6. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:
I) Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
II) Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior na alínea "I".
8.7. Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:
I) Proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
II) Os danos resultantes da infração;
III) Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
IV) Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
V) Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.
8.8. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
8.9. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos Contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.
8.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES
9.1. Quando forem verificadas situações, que ensejarem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior, o contratante dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções, se necessárias, mediante prévia notificação ao contratado dos atos a serem realizados.
Parágrafo Primeiro
Compete à Administração, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.
Parágrafo Segundo
É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DEZ – DA FISCALIZAÇÃO
10.1. Os Fiscais e Gestora do Contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, sendo eles capacitados para exercerem essas funções;
10.2. Caberá à gestão do contrato a servidora Creonice Maria Tozini, Gestora de Contratos, lotada na Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:
a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
d) propor medidas que melhore a execução.
10.3. Caberá para a fiscal do contrato, a Sra. **LUCIANA DOS SANTOS SILVA SOLTO**; e a fiscal suplente, a Sra. **EMILLI ZULIANI DE ASSIS,** lotadas na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, responsabilizando-se pela fiscalização dos serviços que este termo contratual compreende, sendo, ambos, responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, cobranças, notificações, elaboração de relatórios e solicitação de sanções que possam a ocorrer no decorrer da vigência do contrato.
10.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
10.5. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.
10.13. A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. A finalidade será revisar os resultados e andamento dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.
10.14. Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento.

Cláusula ONZE – Da Alteração Contratual
11.1. O contratado obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
11.2. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Cláusula DOZE – Da Rescisão Contratual
12.1. O contrato poderá ser rescindido, no todo ou em parte, de pleno direito:
I. Pelo Município de Rolândia em despacho fundamentado:
a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
b) quando o fornecedor não assinar o contrato no prazo estabelecido;
c) se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa;
d) quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste contrato, nas hipóteses previstas na legislação vigente;
e) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste contrato;
f) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado
g) por razão de interesse público, devidamente justificada pelo Município de Rolândia.
II. Pelo fornecedor:
a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;

b) quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no artigo 111, da lei 14.133/21.

CLÁUSULA TREZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
14 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
14.01 – Coordenação Geral;
133920014.2.042.3390.40.00.00.0012464 - Serviço de Tecnologia da Informação.

CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO
14.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
14.2. E por estarem justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 28 de outubro de 2025.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA – APC***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**WILSON SÓCIO JUNIOR**
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Cultura e Turismo (Interino)
LUCIANA DOS SANTOS SILVA SOLTO	**EMILLI ZULIANI DE ASSIS**
Fiscal do Contrato	Fiscal Suplente do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:4728920A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
DECISÃO

Rolândia, 18 de novembro de 2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO - EMPRESA SANEAST ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nª 26.195.815/0001-67
Com base no Memorando nº13.342/2025 e Decreto nº 360/2025, instaurado para apuração de eventuais irregularidades na recusa de assinatura do contrato resultante da Concorrência Eletrônica 012/2025.
Considerando os trabalhos da comissão para o processo administrativo sancionatório, designada através do decreto nº 360/2025, demonstrados através do relatório final conforme o despacho nº 26 do memorando supra, e suas considerações finais transcritas:
"Ressalte-se que a situação imprevista, referente à pavimentação na localidade das obras, não estava prevista no escopo contratado e não competia à empresa. Mesmo assim, o ente público assumiu o compromisso para garantir a viabilidade na execução dos serviços conforme previsto no edital. Todavia, diante deste compromisso, houve recusa por parte da licitante em firmar o contrato injustificadamente, resultando na inexecução da obra."

Considerando a manifestação da comissão pela aplicação das sanções previstas pelo descumprimento das condições editalícias entre a licitante e o ente público;
Profiro a seguinte decisão conforme exposto:

• A multa aplicada a empresa através do Processo Administrativo nº 2389/2025 não seja cancelada, ficando a empresa obrigada a efetuar o pagamento;
• Seja aplicada a penalidade de impedimento de licitar no âmbito do município de Rolândia com base no Art. 156, III, da Lei 14.133/2021 e de acordo com o decreto municipal 505/2024, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados da publicação desta decisão.

É a decisão, cuja qual encaminho para devida publicação.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Ana Paula Moreira da Silva
Código Identificador:B524B73E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EDITAL Nº 03, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº 03, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Prefeito do Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Lei Municipal Nº 46, de 19 de setembro de 2025, torna público aos interessados o presente Edital que através da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado de Estagiários 2025, as inscrições Deferidas e Indeferidas. Após análise das inscrições, segue o resultado:

Nº da Inscrição	**Nome Completo**	**Registro Geral**	**Situação**
01	Silvana Fagundes Henrique	61.143.738-29	Indeferida
02	Daiane Istela Matana Klein	9.784.156-0	Deferida
03	Debora wandscheer	121.249.859-30	Deferida
04	Marli da Silva	14.136.161-9	Indeferida
05	Mariza Nicelda Maciel	8.663.304-3	Deferida
06	Rubia Mara da Silva da Rocha	113.159.609-90	Deferida
07	Elivandra da Costa	14.857.515-0	Deferida
08	Claudete Costa	9.591.074-2	Deferida
09	Raquel Carneiro	10.584.911-7	Deferida
10	Marizete Elsa Ruch Haselbauer	022.232.940-81	Indeferida
11	Marizete Elsa Ruch Haselbauer	022.232.940-81	Deferida
12	Rosane Siqueira Bauer	10.501.391-4	Deferida
13	Daiane Utzig	12.856.571-0	Deferida
14	Marli da Silva	14.136.161-9	Deferida
15	Marilise Dias Klein	10.185.562-7	Deferida
16	Thalia Cristina Pereira	13.958.205-5	Deferida
17	Romana Camila da Silva	10.769.576-1	Deferida

O indeferimento das inscrições acima deve-se pelos seguintes fatos: inscrição número 01 (um) Silvana Fagundes Henrique, não possui Declaração de matrícula conforme o item 2.1 do Edital 02/2025. Inscrição número 04 (quatro), Marli da Silva, o documento de histórico escolar não possui assinatura e carimbo, conforme item 3.1.6 do Edital 02/2025. Inscrição número 10 (dez), Marizete Elsa Ruch Haselbauer, o documento de histórico escolar não possui assinatura e carimbo, conforme item 3.1.6 do Edital 02/2025.

Salgado Filho, 18 de novembro de 2025.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:4EF84FAC

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA CMAS 15/2025

15/2025
Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, as dezesseis horas, reuniu-se de forma presencial, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião extraordinária, sendo presidida na sala de reuniões do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), localizada na Rua Rui Barbosa, número 52, Centro de Salgado Filho. Pra dar início Silvana deu as boas-vindas e iniciou apresentando o plano de aprimoramento municipal do SUAS, elaborado pela secretaria municipal de assistência social, e que dispõe

sobre aprovação do plano de aprimoramento referente ao relatório de visita técnica e feedback do Núcleo Regional da SEDEF de Francisco Beltrão, após explanado e sanados dúvidas, foi aprovado por unanimidade por este conselho o preenchimento apresentado. Sem mais a tratar, segue assinado por mim secretária executiva que lavro a ata Alexandra Alves, e pelos demais presentes

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:817E0F86

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 005/2025

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 005/2025

Súmula: Fica Decretado Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra - PR no dia 21 de novembro de 2025.

MARCOS RAVANELI, Presidente da Câmara Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra – PR no dia 21 de novembro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná em 18 de novembro de 2025.

MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:B77ECEF1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2025 COMPRASNET 90.011 PROCESSO 165/2025

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **9:00 horas do dia 09 de dezembro de 2025**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** para Contratação de empresa para execução de obra de 20 unidades habitacionais unifamiliares em Salto Do Lontra – Pr. conforme projeto e com recursos do termo de compromisso nº 983404/2025/MCIDADES/CAIXA, no valor máximo de R$ 3.253.198,50 (três milhões duzentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e oito reais com cinquenta centavos). Critério de Julgamento: Menor Preço global. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 09 de dezembro de 2025, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 18 de novembro de 2025. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 18 de novembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:3F0889C2

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 1110/2025

PORTARIA Nº 1110, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Interrompe Férias Prêmio da Servidora Municipal CELONA BOSCO SILVEIRA e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Interrompe a partir de 21 de novembro de 2025, as Férias Prêmio da servidora municipal **CELONA BOSCO SILVEIRA,** brasileira, portadora da Matrícula 5061/2 admitida em 03/04/2007 período aquisitivo 2012 a 2017, ocupante do Cargo de Zeladora 40h, do quadro de pessoal efetivo, restando 32 dias para usufruir oportunamente.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 18 de novembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:68B8E7C7

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 1111/2025

PORTARIA N° 1111, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: - Revoga em Parte a Portaria 940/2025 que concedia Função Gratificada e Dedicação Exclusiva na Secretaria de Saúde ao Servidor Municipal VANDERLEI BALDESSAR**,** e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica revogada a Função Gratificada com Dedicação Exclusiva na Secretaria de Saúde da Portaria 940/2025 de 07 de março de 2025, concedida ao Servidor Municipal Vanderlei Baldessar, brasileiro, portador do CPF 555.362.809-10, ocupante do Cargo de Motorista, admitida em 01/11/1994.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 18 de novembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:E358659B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 27/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o feriado do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra,

RESOLVE:

Art.1º. Decretar ponto facultativo no expediente da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR nos dias 20 e 21 de novembro de 2025.

Art. 2º. Os servidores do Poder Legislativo ficarão neste período em regime de sobreaviso, devendo atender imediatamente eventual convocação oriunda da Presidência.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, 18 de novembro de 2025.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente -CMSA/PR

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:F73FF1D8

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Tendo em vista as considerações acostadas no procedimento, em especial, a manifestação do agente de contratação e do procurador jurídico quanto a legalidade da contratação, **HOMOLOGO** o presente processo administrativo licitatório nº 13/2025, Dispensa de Licitação nº 08/2025 e **RATIFICO** o objeto do presente certame à empresa: JIAN FRANCO MIRANDA - ME, CNPJ: 10.608.937/0001-06.

Santa Amélia, 18 de Novembro de 2025.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente - CMSA

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:9BE61D01

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 881/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	João Paulo Monteiro	Motorista	13 e 17/11/2025	R$ 90,00

Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 18 de Novembro de 2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:5CF50CBE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 882/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, /Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dispensa do serviço nos termos abaixo relacionados:

Alínea	Nome	Cargo	Motivo	Período
A	ROSIANE CRISTINA DA SILVA	Servente	Compensação por trabalho extra realizado.	24 e 25/11/2025
B	MATILDE APARECIDA DA COSTA	Professor Regente	Compensação por trabalho extra realizado.	28/11/2025
C	DERCILHA BARBOSA DE FARIAS	Auxiliar de Serviços Gerais	Compensação por trabalho extra realizado.	24/11/2025
D	NEUSA AURIGLIETTI POLLONIO	Monitor	Compensação por trabalho extra realizado.	24/11/2025
E	ANGELICA APARECIDA DE OLIVEIRA	Servente	Compensação por trabalho extra realizado.	27 e 28/11/2025
F	MILLER HENRIQUE DE OLIVEIRA	Professor de Educação Física	Compensação por trabalho eleitoral realizado.	24/11/2025
G	MARIA DE FATIMA RAGAZZI MORAES	Professor de Educação Física	Compensação por trabalho eleitoral realizado.	26/11/2025

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 18 de Novembro de 2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:C1D2FEDB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 883/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder 12 (doze) dias de férias (a) servidor (a) público (a) municipal **ADENILTON DOS SANTOS**, matrícula n° 36221, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS**, Dia 24/11 a 05/12 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 06 de Dezembro de 2025.

Art. 2° Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 110 8/2005.

Art. 3° Conceder 17 (dezessete) dias de férias (a) servidor (a) público (a) municipal **MARCELO BATISTA AJO**, matrícula n° 34061, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA DE VEICULOS LEVES**, Dia 05/01/2026 a 21/01/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2023/2024, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 22 de Janeiro de 2026.

Art. 4° Conceder 03 (três) dias de férias (a) servidor (a) público (a) municipal **MARCELO BATISTA AJO**, matrícula n° 34061, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA DE**

VEICULOS LEVES, Dia 22/01/2026 a 24/01/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 25 de Janeiro de 2026.

Art. 5° Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 110 8/2005.

Art. 6º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 18 de Novembro de 2025.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:A1C23187

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 884/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Sidnei Pereira	Motorista	14/11/2025	R$ 45,00

Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 18 de Novembro de 2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:3597EAE7

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 04/2025

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no
uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei
Municipal nº 1192 de 2007, alterada pela lei nº 1192/2017, e conforme reunião realizada no dia 18 de novembro de 2025, de acordo com a ata nº 03/2025, resolve:
Art. 1º Aprovar por unanimidade entre os conselheiros, o Termo de Adesão e o Plano de Ação do recurso Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo - Investimento. Del. 049/2025;
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia, 18 de novembro de 2025.

ELIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:3B06B2DE

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATA Nº3 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE SANTA AMÉLIA

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Santa Amélia, reuniu-se o Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMPI). A secretaria declarou aberta a reunião, agradecendo a presença de todos e apresentando a pauta do dia, que incluiu a análise e deliberação sobre o repasse de recursos financeiros na modalidade fundo a fundo, referente ao cofinanciamento Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, na categoria de investimento, destinado à promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio de atividades físicas e de estimulação cognitiva para pessoas idosas. O valor de repasse para o munícipio é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). A linha de ação definida é promoção do envelhecimento ativo e saudável mediante práticas corporais, esportivas e atividades de estimulação cognitiva para pessoas idosas. Foi ressaltado que o incentivo visa assegurar a consolidação do programa como política pública estadual, fortalecendo a rede municipal de proteção e promoção do envelhecimento ativo. Os(as) conselheiros(as) manifestaram-se favoráveis à proposta, destacando a importância do fortalecimento de ações voltadas à qualidade de vida da população idosa e ao desenvolvimento de espaços adequados para práticas físicas, culturais e cognitivas. Não houve manifestações contrárias. Após discussão, o Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Santa Amélia aprovou por unanimidade o repasse de recursos financeiros fundo a fundo destinado ao cofinanciamento Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, autorizando a aplicação dos valores conforme as diretrizes estaduais e o plano apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
Nada mais havendo a tratar, a secretaria agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 10h e 30min. Para constar, eu, Maria Aparecida Ipólito Coneglian, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:CAC0C4DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/ 2025

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/ 2025

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com aplicação do Sistema Registro de Preços.

Objeto:	Registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BANCOS E LIXEIRAS EM PLÁSTICO MADEIRA.	
Recebimento de propostas:	ATÉ DATA: 04/12/2025	Horário: 08h
Abertura e análise das propostas:	Data: 04/12/2025	Horário: 09h
Início da sessão:	Data: 04/12/2025	Horário: 09h
Local:	Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://www.bnc.org.br)	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	**R$ 85.542,50 (oitenta e cinco mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.

Santa Cecília do Pavão, 18 de novembro de 2025.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Pregoeiro

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:836380B4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2024

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2024 PREGÃO ELETRÔNICO 34/2024
CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº **76.290.691/0001-77**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **CLAUDIO COVRE**, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º848.208.539-53, residente e domiciliado nesta cidade **CONTRATADO: DIGITALPAR INFORMATICA LTDA** CPF/CNPJ: 18.861.730/0001-42 estabelecido(a) à Avenida 25 DE JANEIRO 2460 CASA 05 BLOCO 05 JARDIM MENINO DEUS - QUATRO BARRAS-PR representado(a) neste ato por MARCIO LUIS FINK, portador(a) do CPF nº 638.042.639-68, **DISTRISUPRI DIST E COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFO** CPF/CNPJ: 10.210.196/0001-00 estabelecido(a) à Rua MAJOR EMIDIO DE CASTRO 431 VILA SANTO ANTONIO - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP representado(a) neste ato por ANDRE CORREA DA ROCHA, portador(a) do CPF nº 220.578.458-77, **J & K COMERCIAL LTDA** CPF/CNPJ: 04.338.231/0001-60 estabelecido(a) à Rua SERRA DE JAIRE 512 QUARTA PARADA - SÃO PAULO-SP representado(a) neste ato por ALESSANDRACRISTINA DE SOUZA FRANCO, portador(a) do CPF nº 276.814.568-80, **J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA** CPF/CNPJ: 20.058.175/0001-67 estabelecido(a) à Rua VIA ROMA 172 SALA 01 CENTRO - SERAFINA CORRÊA-RS representado(a) neste ato por JESSICA MARTINS DA SILVA, portador(a) do CPF nº 024.864.810-10, **KRJ SUPRIMENTOS LTDA** CPF/CNPJ: 49.043.592/0001-18 estabelecido(a) à Avenida PALMARES,DOS 1143 JARDIM AMERICA - MARINGÁ-PR representado(a) neste ato por KATIA DAIANI DA SILVA , portador(a) do CPF nº 076.114.959-76, **M M J INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA** CPF/CNPJ: 35.137.952/0001-36 estabelecido(a) à Rua RENE TACOLA 357 QUADRA40 LOTE 12/8-A CENTRO - MANDAGUARI-PR representado(a) neste ato por ADEMIR FERREIRA ALVES, portador(a) do CPF nº 025.599.539-35, **THE SUPPLY COMPANY LTDA** CPF/CNPJ: 49.256.132/0001-78 estabelecido(a) à Rua ALAMBARI 341 VILA BARUEL - SÃO PAULO-SP representado(a) neste ato por GABRIELANDREOLI MANTUAN, portador(a) do CPF nº 486.111.958-84, **WP DO BRASIL LTDA.EPP** CPF/CNPJ: 04.483.808/0001-28 estabelecido(a) à Rua AMAZONAS 2270 CENTRO - MANDAGUARI-PR representado(a) neste ato por CARLA CRISTINA PEDRONE FACHINI, portador(a) do CPF nº 024.538.179-14, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA"
OBJETO: Este instrumento tem por objeto registrar preços para aquisição de TONERS E SUPRIMENTOS.

Fica Alterado aditivado o prazo por 12 meses contados a partir de 19/11/2025 até 19/11/2026
DATA:18/11/2025

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2E783323

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 147/2025

PORTARIA N.º 147/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, FÉRIAS, aos Servidores Municipais no período de 01 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, conforme descritos abaixo:

- ANA MARIA SANTANA ASSIS, CPF n.º 026.378.949-70;
- ELLEN CRISTINA DE OLIVEIRA, CPF n.º 100.929.249-80;
- GENILSON SANTOS DE SOUZA, CPF n.º 031.249.259-63;
- MARIA LENILDE DE OLIVEIRA, CPF n.º 042.197.539-31;
- VILMAR APARECIDA SANTANA SANTOS, CPF n.º 024.176.199-97;
- MARIA EDUARDA SILVA DOS SANTOS, CPF n.º 136.955.609-83;
- MARCOS VINICIUS DUARTE, CPF n.º 046.496.029-04.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 18 de novembro de 2025.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:950CC20D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2025

PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Segurança e Medicina do Trabalho, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, compreendendo a elaboração, execução e acompanhamento do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, Laudos de Insalubridade e de Periculosidade, LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e O.S – Ordens de Serviço de Segurança do Trabalho.

Em conformidade com o art. 7º, parágrafo único do Decreto Legislativo n. 03/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos os interessados, que foi apresentado proposta para obtenção do *menor preço* da Dispensa de Licitação n° 04/2025, do participante abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNTÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	CONFIA CLÍNICA E GESTAO EM SAUDE LTDA	46.724.229/0001-70	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 18 de novembro de 2025.

DEUSDETE LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:FF03B6E8

CÂMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2025

PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Segurança e Medicina do Trabalho, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, compreendendo a elaboração, execução e acompanhamento do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, Laudos de Insalubridade e de Periculosidade, LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e O.S – Ordens de Serviço de Segurança do Trabalho.

Em conformidade com o art. 7º, parágrafo único do Decreto Legislativo n. 03/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos os interessados, que foi apresentado proposta para obtenção do *menor preço* da Dispensa de Licitação n° 04/2025, do participante abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNTÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	M.G.M - ENG. DE PROD. E SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA	02.152.507 / 0001 - 96	R$ 4.480,00	R$ 4.480,00

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 18 de novembro de 2025.

DEUSDETE LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:DEC4791C

CÂMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2025

PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Segurança e Medicina do Trabalho, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, compreendendo a elaboração, execução e acompanhamento do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, Laudos de Insalubridade e de Periculosidade, LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e O.S – Ordens de Serviço de Segurança do Trabalho.

Em conformidade com o art. 7º, parágrafo único do Decreto Legislativo n. 03/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos os interessados, que foi apresentado proposta para obtenção do *menor preço* da Dispensa de Licitação n° 04/2025, do participante abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNTÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	TIGRE & RIBEIRO SOCIEDADE LTDA	58.900.620-0001-67	R$ 3.900,00	R$ 3.900,00

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 18 de novembro de 2025.

DEUSDETE LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:E07F3236

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES
CREDENCIAMENTO Nº 018/2025

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES

CREDENCIAMENTO Nº 018/2025
REFERENTE À INEXIGIBILIDADE Nº 037/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROSSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (PESSOA FÍSICA) PARA IMPLEMENTAÇÃO DO "PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ, PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL POR MEIO DA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E DE ESTIMULAÇÃO COGNITIVA COM PESSOAS IDOSAS".

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo, por meio da Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 2.446/2025, torna público aos interessados que realizará a abertura dos primeiros envelopes protocolados, referente ao CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROSSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (PESSOA FÍSICA) PARA IMPLEMENTAÇÃO DO "PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ, PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL POR MEIO DA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E DE ESTIMULAÇÃO COGNITIVA COM PESSOAS IDOSAS", destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social.
A sessão de abertura ocorrerá no dia 19 de novembro de 2025, às 16h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, localizada na Avenida Paulo Libânio, nº 700, Centro, Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

Os interessados poderão acompanhar a sessão pública de abertura, sendo assegurada a transparência e a publicidade dos atos administrativos.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 18 de novembro de 2025.

DAIANE DO SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:B9BAE94D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 174/2025 EXTRATO DO CONTRATO N.º 175/2025 EXTRATO DO CONTRATO N.º 176/2025

Extrato do Contrato N.º 174/2025
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **VALDECI ELIAS**, inscrito(a) no CPF nº 642.460.439-15, e do RG de n.º 4.638.859-3, portador do PIS/PASEP n.º127.18661.53-6, residente e domiciliado na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, na Rua Peru, 648, CEP: 87.920-000;
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PEDREIRO E PINTOR EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO DESTA MUNICIPALIDADE**.
VALOR ESTIMADO: valor estimado em R$ 31.332,52 (trinta e um mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º126/2025, Inexigibilidade nº 033/2025.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 17 de novembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 175/2025
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **JOÃO DE DEUS GIRALDI,** inscrito(a) no CPF de n.º330.176.469-04, e do RG de n.º 1.751.735-0, portador do PIS/PASEP n.º190.11804.75-1, residente e domiciliado na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, na Rua Portugal, 1306, CEP: 87.920-000;
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PEDREIRO E PINTOR EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO DESTA MUNICIPALIDADE**.
VALOR ESTIMADO: valor estimado em R$ 25.160,00 (vinte e cinco mil cento e sessenta reais).
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º126/2025, Inexigibilidade nº 033/2025.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 17 de novembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 176/2025
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **JOÃO EVANGELISTA DA SILVA,** inscrito(a) no CPF de n.º330.176.469-04, e do RG de n.º 1.751.735-0, portador do PIS/PASEP n.º190.11804.75-1, residente e domiciliado na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, na Rua Portugal, 1306, CEP: 87.920-000;
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PEDREIRO E PINTOR EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO DESTA MUNICIPALIDADE**.
VALOR ESTIMADO: valor estimado em R$ 25.160,00 (vinte e cinco mil cento e sessenta reais).
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º126/2025, Inexigibilidade nº 033/2025.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 17 de novembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:B19581A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 003/2025

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Santa Cruz de Monte Castelo- PR
Lei Federal nº 8.842/94
Lei Municipal 100/2010

RESOLUÇÃO Nº 003/2025

SÚMULA: Aprova o Termo De Adesão e o Plano Municipal De Ação Incentivo

"Programa Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo", conforme a deliberação. 049/2025 do CEDIPI-PR com repasse financeiro na modalidade fundo a fundo com recursos oriundos do Fundo Estadual Dos Direitos Do Idoso – FIPAR/PR,

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, do município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, embasado pela Lei Municipal nº 100/2010, de 25 de junho de 2010 no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação do CMDI realizada em reunião ordinária 14 de novembro de 2025,
RESOLVE:
Aprovar o Termo De Adesão e o Plano Municipal De Ação Incentivo "Programa Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo", conforme a deliberação. 049/2025 do CEDIPI-PR com repasse financeiro na modalidade fundo a fundo com recursos oriundos do Fundo Estadual Dos Direitos Do Idoso – FIPAR/PR**.**

Sala de Sessões, 15/11/2025

ANDREIA APARECIDA PERES LINARDI
Presidente do CMDI

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:8E3BF1BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2025

Aprova com ressalvas as contas do Poder Executivo, relativo ao exercício financeiro de 2023.

A Câmara Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso V do art. 15 da Lei Orgânica, decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Poder Executivo Municipal, relativo ao exercício financeiro de 2023 com ressalvas devido a variação negativa de 19,15% em relação ao exercício anterior no tocante à Previdência Social, conforme registrado no referido acórdão, acolhendo as conclusões do parecer do Tribunal de Contas do Paraná, processo 191337/24.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Antonio Firmino de Souza, 18 dias do mês de novembro de 2025.

JOÃO MAURO SIMARDE
Presidente da Câmara

Publicado por:
Marcos da Silva Santos
Código Identificador:A504E2E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2024 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: D. MOREIRA JUNIOR GRÁFICA - ME.
RESUMO DO OBJETO: prestação de serviços com desenvolvimento de materiais gráfico e de comunicação visual.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do contrato até 22 de fevereiro de 2026, bem como o acréscimo de 25% sobre a quantidade dos itens 8; 14; 17; 23; 24; 25; 27; 29; 37; 39; 40; 42; 43; 45; 47; 48; 49; 50; 52; 54; 59; 60; 61; 63; 64; 69; 70; 71; 79; 81; 82 e 84 do referido contrato.
VALOR DO ADITIVO: R$ 38.638,45 (trinta e oito mil, seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos).
DATA DA ASSINATURA: 17 de novembro de 2025.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:D4A92B76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.430, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

SUMULA: AUTORIZA A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná aprova e eu, **Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Santa Fé autorizado a formalizar parceria com o **CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CPHSF – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO – CCISF**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.911.035/0001-11, **no exercício de 2026**, com a finalidade de promover repasse de recurso proveniente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de **R$ 18.045,60 (dezoito mil e quarenta e cinco reais e sessenta centavos)**.

Art. 2º - Fica o Município de Santa Fé autorizado a formalizar parceria com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA FÉ – APAE**, pessoa jurídica do direito privado inscrita no CNPJ nº 80.890.825/0001-68, **no exercício de 2026**, com a finalidade de promover o repasse de recurso proveniente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de **R$ 16.205,64 (dezesseis mil e duzentos e cinco mil reais e sessenta e quatro centavos)**.

Art. 3º - Fica o Município de Santa Fé autorizado a formalizar parceria com a **ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.649.638/0001-71, **no exercício de 2026**, com a finalidade de promover repasse de recurso visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)**.

Art. 4º - Fica o Município de Santa Fé autorizado a formalizar parceria com o **CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CPHSF – ESCOLA OFICINA DO CIDADÃO DO AMANHÃ – EOCA**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.911.035/0001-11, **no exercício de 2026**, com a finalidade de promover repasse de recursos visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**.

Art. 5º - Fica o Município de Santa Fé autorizado a formalizar parceria com o **CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CPHSF – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO – CCISF**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.911.035/0001-11, **no exercício de 2026**, com a finalidade de promover repasse de recurso, conforme o artigo 193 da Lei Orgânica Municipal, visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)**.

Art. 6º - Fica o Município de Santa Fé autorizado a formalizar parceria com a **ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica do direito privado inscrita no CNPJ nº 30.914.155.0001/02, **no exercício de 2026,** com a finalidade de promover o repasse de recurso visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de **R$ 665.500,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais).**

Art. 7º - Fica o Município de Santa Fé autorizado a formalizar parceria com a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ n° 02.514.559/0001-65, **no exercício de 2026**, com a finalidade de promover o repasse de recurso visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de **R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)**.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 18 de novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:E95C44E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.431, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Altera o art. 1º da Lei nº 2.392, de 12 de março de 2025, bem como o inciso III do art. 2º e o título do Capítulo IV da Lei nº 2.182, de 28 de outubro de 2021, para substituir a modalidade de incentivo financeiro referente ao pagamento de locação por subsídio financeiro, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O art. 7º da Lei nº 2.182, de 28 de outubro de 2021, com redação dada pela Lei nº 2.392, de 12 de março de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os imóveis locados por pessoas físicas ou jurídicas situados no Município de Santa Fé poderão ser destinados ao Programa de Incentivo Financeiro às Empresas, mediante a concessão de subsídio financeiro para pagamento de aluguel, com a finalidade de fomentar a geração de emprego e renda, para instalação, manutenção e funcionamento de indústrias, comércios atacadistas, varejistas e prestadores de serviços, exclusivamente para fins comerciais e industriais, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) meses, observando-se o critério mínimo de geração de 6 (seis) empregos diretos."
§ 1º O valor do subsídio concedido será fixado de acordo com a contrapartida de empregos diretos gerados pela empresa beneficiária, conforme as seguintes faixas:

I – R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para geração de, no mínimo, 6 (seis) empregos;
II – R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para geração de 7 (sete) a 12 (doze) empregos;
III – R$ 1.900,00 (mil e novecentos reais) para geração de 13 (treze) a 26 (vinte e seis) empregos;
IV – R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para geração de 27 (vinte e sete) a 45 (quarenta e cinco) empregos;
V – R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) para geração de 46 (quarenta e seis) a 100 (cem) empregos.

§ 2º Limita-se o valor total do subsídio previsto neste artigo ao montante global de até R$ 100.000,00 (cem mil reais)."

Art. 2º O inciso III do art. 2º da Lei nº 2.182, de 28 de outubro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III – imóveis locados."

Art. 3º O título do Capítulo IV da Lei nº 2.182, de 28 de outubro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO IV – DA CONCESSÃO DO INCENTIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DE TERCEIROS"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 18 de novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:A837E421

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.434, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um crédito especial, no exercício de 2025, na importância de até 149.411,54 (cento e quarenta e nove mil e quatrocentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos)

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do exercício de 2025, um crédito Suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 149.411,54 (cento e quarenta e nove mil e quatrocentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos)

Suplementação			
19		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (SECE)	
19.002		DIRETORIA PEDAGÓGICA (DPED)	
19.002.12.361.0010.1.191		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
364 - 4.4.90.52.00.00	1035	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	149.411,54
		Total Suplementação:	149.411,54

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Superávit financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art 3º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FÉ, PR, em 18 de Novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:90ECCE95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.435, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

SÚMULA: Institui atendimento prioritário e Carteira Municipal de Identificação para pessoas com fibromialgia no Município de Santa Fé e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal, Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º.- Ficam as pessoas com diagnóstico de fibromialgia, por laudo médico reconhecido por profissional habilitado (reumatologista, neurologista ou clínico geral), equiparadas às pessoas com deficiência (PcD) no âmbito municipal, para fins de acesso a direitos e serviços prioritários, conforme a Lei Estadual nº 22.278, de 17 de dezembro de 2024.

Art. 2º.- Fica instituída, no âmbito do Município de Santa Fé, a Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Fibromialgia (CMIPF), para uso exclusivo dos portadores da síndrome, com os seguintes dados obrigatórios:

I. Foto 3×4;
II. Nome completo, número de documento (RG ou CPF), data de nascimento;
III. Endereço, telefone e e-mail de contato;
IV. Número de registro da carteira, órgão expedidor, data de emissão e validade;
V. Assinatura ou impressão digital do titular.

Art. 3º. A CMIPF será emitida gratuitamente pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante requerimento e apresentação de laudo médico atualizado (com até 90 dias de emissão). A validade será de 1 (um) ano, renovável mediante novo laudo. Em caso de perda ou extravio, o requerente poderá solicitar segunda via, mediante formalização de declaração ou boletim de ocorrência, conforme o caso.

Art. 4º.- Portadores da CMIPF terão direito ao atendimento prioritário nos seguintes serviços, públicos ou privados, no âmbito municipal:
I. Unidades de saúde e serviços assistenciais;
II. Órgãos públicos e serviços administrativos;
Art. 5º. - Os estabelecimentos mencionados no art. 4º deverão sinalizar, em locais visíveis, que pessoas com fibromialgia possuem atendimento prioritário, preferencialmente utilizando o símbolo internacional da fibromialgia.

Art. 6º.- Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei no que couber, estabelecendo procedimentos operacionais para:

I. Emissão e renovação da CMIPF;
II. Fiscalização e penalidades em caso de descumprimento do atendimento prioritário;
III. Campanhas de conscientização e capacitação de servidores públicos sobre os impactos da fibromialgia e a necessidade de acolhimento, ficando definido que as campanhas devem ocorrer durante o mês de maio de cada ano que é o mês dedicado a fibromialgia.

Art. 7º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Vereadores Autores:

THIAGO WILLIAN DOS SANTOS,

ALEXANDRE MINANTI,

CÉLIA MARCHINI BITIATI,

JOÃO MAURO SIMARDE,

NUHAD KASSEM ABOUGHATAS E

VIVIANE PALOTTA.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:9F4F7899

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.436, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2025, um no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

01.000	**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ**			
01.001	**CÂMARA DE VEREADORES**			
01.001.010310001.2.002	SERVIÇOS DE CONTABILIDADE DA CAMARA			
31.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal	01005	R$	18.000,00

	Civil			
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			**R$**	**18.000,00**

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Município cancelará os valores das seguintes dotações orçamentárias:

01.000	**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ**			
01.001	**CÂMARA DE VEREADORES**			
01.001.010310001.2.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO LEGISLATIVO			
31.90.13.00.00	Contribuições Patronais	01005	R$	18.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO			**R$**	**18.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos dezoito dias do mês de Novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:399290B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme solicitação, justificativas, cotações de preços, termo de referência, parecer jurídico, documentação de habilitação e requerimento de credenciamento, tendo como critério de escolha do fornecedor as condições estabelecidas no processo administrativo nº 097/2025 – Edital de Chamamento Público nº 05/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, VOLTADOS À EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM ALVENARIA E MANUTENÇÃO EM ESPAÇOS E PRÉDIOS PÚBLICOS, DE FORMA CONTÍNUA E CONFORME DEMANDA, NO PERÍODO DE 12 MESES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR**, conforme especificações e condições estabelecidas no referido edital e seus anexos:
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2025 - PMSF
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 102/2025-PMSF
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: 29.606.135 – RAFAEL DOS SANTOS ALVES - MEI. - CNPJ/MF: 29.606.135/0001-87
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, voltados à execução de pequenos reparos em alvenaria e manutenção em espaços e prédios públicos, de forma contínua e conforme demanda, no período de 12 meses, visando atender às necessidades das secretarias municipais do município de Santa Fé/PR, conforme especificações e condições estabelecidas no referido edital e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 50.661,00 (cinquenta mil e seiscentos e sessenta e um reais).
DATA DA ASSINATURA: 14 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura.
RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 14 de novembro de 2025.

IGOR LORAN REBUCI
Secretário Municipal de Obras, Viação e Urbanismo

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:9B5A36EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 004/2025

SÚMULA - Dispõe sobre a Adesão ao Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo-Investimento do Município de Santa Fé.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei municipal n° 1.976/2017, CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada no dia dezoito de novembro de 2025;
RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar o Termo de Adesão aoIncentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo-Investimento, no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais), para execução de atividades com mínimo de 300 pessoas idosas do Município de Santa Fé;

Art. 2°. Aprovar o Plano de Ação do Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo-Investimento, com a execução de despesas para CAPITAL: - Promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas - Metas e Atividades / Equipamentos e Material Permanente.

Art. 3°. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Fé, 18 de novembro de 2025.

SANDRA PAVAN
Presidente do CMDI

Publicado por:
Marina do Nascimento Gonçalves
Código Identificador:259C2BC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.872 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.
DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2026, EM HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 3.872 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2026, EM HOMENAGEM AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que o dia **28 de outubro** é consagrado nacionalmente ao **Servidor Público**, em homenagem aos profissionais que atuam na prestação dos serviços públicos essenciais à sociedade;
CONSIDERANDO a necessidade de valorizar e reconhecer a importância dos servidores municipais para a efetivação das políticas públicas e o bom funcionamento da Administração Pública;
CONSIDERANDO que a instituição do ponto facultativo nesta data constitui medida tradicional na Administração Pública brasileira, favorecendo a valorização dos servidores e o fortalecimento do vínculo institucional;
CONSIDERANDO que o ponto facultativo não prejudica a continuidade dos serviços essenciais prestados à população, os quais deverão manter escalas de atendimento regular;
CONSIDERANDO o interesse público na adoção de medidas que promovam a valorização do funcionalismo, reforçando o compromisso da Administração Municipal com a eficiência e a motivação do quadro de pessoal;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa e o interesse público na adequação do calendário de funcionamento das repartições municipais, visando também à economicidade dos recursos públicos, à

otimização da prestação dos serviços e à melhor organização interna, razão pela qual se amplia o período de ponto facultativo;
DECRETA:
Art. 1º Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Município de **Santa Izabel do Oeste**, no dia **28 de outubro de 2026 (Quarta-feira)**, em comemoração ao **Dia do Servidor Público**.
Art. 2º Os serviços essenciais e indispensáveis ao interesse público deverão manter escalas especiais de funcionamento, a critério dos respectivos secretários municipais, a fim de não prejudicar o atendimento à população.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, aos 18 de novembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:1060F202

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO CONCEDE, A SERVIDORA ANDREA KOWALSKI, A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

PORTARIA Nº 15.643
Data: 19/11/2025

Concede, a servidora ANDREA KOWALSKI, a prorrogação de Licença à Gestante.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob o nº 0343/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Prorrogação da Licença à Gestante, nos termos da Lei nº 1.561, de 17 de março de 2014 e art. 146 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, a servidora pública municipal relacionada a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO		
NOME	**Nº CPF**	**PERÍODO**
ANDREA KOWALSKI	093.***.***-27	19/11/2025 a 17/01/2026

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 19 de novembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:0F052587

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO AO SERVIDOR MARCIO DE MATOS.

PORTARIA Nº. 15.645
Data: 19.11.2025

Concede LICENÇA PARA CASAMENTO ao servidor Marcio de Matos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob nº 0353/2025.

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER, de acordo com o artigo 473 da Consolidação das Leis de Trabalho, **licença para casamento,** ao servidor público municipal a seguir relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE		
NOME	**CPF Nº**	**PERIODO**
MARCIO DE MATOS	066.***.***-39	**17.11.2025 à 19.11.2025**

Art.2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 17 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 19 de novembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:E17F88D0

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO À SERVIDORA JULIANA WOJCIK.

PORTARIA Nº. 15.644
Data: 19.11.2025

Concede LICENÇA PARA CASAMENTO à servidora Juliana Wojcik.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob nº 0354/2025.

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER, na forma do inciso II, art. 172 da Lei Complementar nº. 24 de 19.12.2022, **licença para casamento,** a servidora pública a seguir relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO		
NOME	**CPF Nº**	**PERIODO**
JULIANA WOJCIK	094.***.***-64	**15.11.2025 à 22.11.2025**

Art.2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 19 de novembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:BCD139CE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO N° 496/2025
CONCORRENCIA ELETRONICA N° 07/2025
PRECESSO LICITATORIO N° 106/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e **B & B CONSTRUTORA LTDA**
OBJETO: Ampliação e reforma de Creche contendo: 02 salas de berçário com fraldário, 02 salas de maternal com sanitários, sala de espera, sala de apoio pedagógico, direção, lactário, 04 solários, brinquedoteca, circulação, sanitário e sanitário PCD e hall externo. Com execução dos serviços de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias,

acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás - glp, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto
VIGENCIA: 480 (quatrocentos e oitenta dias) 12/03/2027
VALOR TOTAL: R$ 938.998,00 novecentos e trinta e oito mil e novecentos e noventa e oito reais
DATA: 17/10/2025

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:340CCBE6

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO 152/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO 152/2025

O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08:00 horas do dia 08 de dezembro de 2025**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Acácia, 1317, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de elementos decorativos para o Natal, bem como de manutenção, iluminação, montagem, desmontagem e logística de transporte para instalação e desinstalação, com assistência técnica durante a programação de Natal de Santa Izabel do Oeste-PR, buscando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos do Convenio SETU nº 24.773.554-2. Critério de Julgamento: Menor Global. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h00min horas do dia 08 de dezembro de 2025, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço https://santaizabeldooeste.atende.net/cidadao ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.

Santa Izabel do Oeste - PR, 18 de novembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:D686F53D

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 04/2025 APROVA O TERMO DE ADESÃO E O PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE – PR À DELIBERAÇÃO Nº 049/2025 – INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ: ENVELHECIMENTO ATIVO.

Resolução Nº 04/2025

Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Município de Santa Izabel do Oeste – PR à Deliberação nº 049/2025 – Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Izabel do Oeste – CMDPI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 2.020/2017, e
Considerando a Deliberação nº 049/2025 – CEDIPI/PR, que institui o Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo, por meio de repasse de recursos na modalidade fundo a fundo para a promoção do envelhecimento ativo e saudável;
Considerando a necessidade de aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, conforme o Artigo 7º da referida Deliberação;
Considerando a plenária ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2025, na qual foi apresentada, discutida e aprovada a proposta de adesão do Município de Santa Izabel do Oeste ao Incentivo Cuida Mais Paraná, bem como o respectivo Plano de Ação elaborado pelo órgão gestor da política da pessoa idosa;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar integralmente o Termo de Adesão do Município de Santa Izabel do Oeste – PR à Deliberação nº 049/2025 – Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo.
Art. 2º Aprovar integralmente o Plano de Ação elaborado pelo órgão gestor municipal, contendo metas, cronograma e estratégia de execução do incentivo para promoção das atividades físicas, cognitivas e de convivência com pessoas idosas, conforme parâmetros estabelecidos na Deliberação nº 049/2025.
Art. 3º Determinar o envio desta Resolução ao Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF, juntamente com o Termo de Adesão e o Plano de Ação aprovados.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Santa Izabel do Oeste – PR, 18 de novembro de 2025.

MARLENE CICHOSKI DA SILVA
Presidente DoCMDPI

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:6D9B0243

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55.2025

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico
Nº 55.2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Fornecimento de Link de Internet via fibra Optica, com velocidade mínima de 20Mpbs (Dowloand/Upload) por ponto com IPV4 fixo – Fibra optica e ip profissional link dedicado 100% para 06 (seis) pontos de câmera de monitoramento no perímetro urbano de Santa Lúcia -PR.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 9.509,88 (nove mil quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/12/2025, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site **https://bnc.org.br/**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item;

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado;

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:FBD679FA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIREITO MUNICIPAL Nº 01/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIREITO MUNICIPAL Nº 01/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede e foro nesta cidade de Santa Lúcia, Estado do Paraná, juntamente com a **GRUPO TÉCNICO PERMANENTE e CONSLEHO DA CIDADE**, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **apresentação dos indicadores de monitoramento das leis do Plano Diretor Municipal e de resultados do Plano de Ação e Investimento, bem como, alterações no Anexo III, da Lei Complementar 29/2024 e no Anexo VII e VIII da Lei Complementar nº 27/2024. A presente audiência será no** dia **09 de dezembro de 2025, terça-feira, às 09 horas**, no **Centro Cultural Ailton Garcia da Silva**, sito à Av. do Américo Mantovani, s/n, Centro, Santa Lúcia, Paraná, oportunidade que CONVOCA A POPULAÇÃO EM GERAL, REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS, CLASSISTAS, SINDICAIS, SETORIAIS, COMUNITÁRIAS E OUTRAS DEVIDAMENTE INSTITUÍDAS, com objetivo de participar ativamente do desenvolvimento do presente PDM.

Santa Lúcia, 19 de novembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal de Santa Lúcia

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:E551BB26

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LISTA DE CREDENCIADOS LICITAÇÃO MODALIDADE PROCESSO INEXIGIBILIDADE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO Nº 8/2025

LISTA DE CREDENCIADOS

LICITAÇÃO MODALIDADE
Processo inexigibilidade Credenciamento/Chamamento Nº 8/2025

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Divulgara lista de Credenciados do Credenciamento nº 01/2025, que teve como objeto ***Contratação de serviços Credenciamento de Empresas para Prestação de Serviços de Tornearia, Serralheria e Solda em veículos, máquinas e outros Equipamentos da Frota Municipal.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, comporão a lista pela ordem de protocolo do envelope as empresas da seguinte maneira:
A. REFATI VIDRAÇARIA
05.765.002/0001-95
PRL RUA GUILHERME LAITHER, S/N LOTE 240 A-1 -A GLEB - CEP: 85795000 - BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL CIDADE/UF: Santa Lúcia/PR
ADRIANO REFATI
024.975.239-59

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em dezoito dias de novembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:343E2146

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N° 176/2025 DATA:17/11/2025 DESIGNA SERVIDOR COMO FISCAL DO CONVÊNIO Nº CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA E A SECRETARIA DE DO ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SEAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N° 176/2025

DATA:17/11/2025

Designa Servidor como Fiscal do Convênio nº Celebrado pelo Município de Santa Lúcia e a Secretaria de do Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, e dá outras providências.

SILVANO TORTELLI, Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado Servidor MATEUS DALABRIDA DAS DORES, portador da Cédula de Identidade nº 13.602.580-5 e inscrito no CPF nº 104.036.999-59 como fiscal do convênio nº 408/2022 celebrado pelo Município de Santa Lúcia e a Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia/PR, 17 de novembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:BD911D6B

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1262/2025 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2.025

SÚMULA: Altera o artigo 1º da Lei nº 1152/2023 que dispõe sobre a criação do Dia Municipal do Agricultor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Altera o artigo 1º da Lei nº 1152 de 29 de agosto de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1°. Fica instituído no âmbito do Município de Santa Lúcia, no primeiro domingo do mês de dezembro de cada ano, como o dia dedicado aos agricultores**".

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, aos 18 de novembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:FCFF1BE3

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1263/2025 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2.025.

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a receber patrocínio de empresas privadas, empresas públicas, sociedades de economia mista, pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos para a realização de eventos de interesse público

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a receber patrocínio de empresas privadas, empresas públicas, sociedades de economia mista, pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos, objetivando a realização de eventos promovidos pelo Poder Público Municipal, de natureza cultural, educacional, esportiva ou de lazer.

Art. 2º. O patrocínio de que trata esta Lei consistirá em doações em espécie ou in natura, disponibilização de materiais, mão de obra, bem como outras modalidades de auxílio, como doações congêneres, com a finalidade específica de auxiliar no desenvolvimento de eventos de interesse público implementados pelo Poder Executivo.

Art. 3º. A contribuição por meio de patrocínio, elencada nesta Lei, permitirá a veiculação de propaganda institucional por parte das empresas privadas, empresas públicas, sociedades de economia mista, pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos, junto aos eventos.

Art. 4º. O Município de Santa Lúcia/PR publicará edital prévio, nos termos das Leis Federais sob nº. Lei n.º 11.079/04 – Lei de Parceria Público-Privada e 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos, com todas as informações do evento a serem patrocinados, convocando os interessados a se cadastrarem, apresentando todos os documentos necessários, bem como proposta pormenorizada de patrocínio. Para tanto, será realizado processo de chamamento público, de acordo com o planejamento orçamentário e financeiro dos órgãos da Administração Pública ou das entidades de Administração Indireta do Município e observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 5º. O patrocínio será formalizado por meio de termo de patrocínio, em conformidade com a legislação de licitações e contratos administrativos.
Parágrafo único. Cumpridas todas as exigências legais e regulamentares, o interessado assinará Termo de Patrocínio emitido pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º. A fim de possibilitar a efetivação do patrocínio, o Poder Executivo receberá propostas de pessoas físicas, empresas privadas, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades sem fins lucrativos que apresentarem disposições a patrocinar os eventos do Município de Santa Lúcia/PR, o qual analisará a conveniência e oportunidade no recebimento de patrocínio

Art. 7º. A propaganda institucional de que trata o art.3º. desta Lei consistirá na divulgação de patrocinadores, por áudio, mídia impressa ou outros similares, nos eventos realizados pelo Poder Público.

Art. 8º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementadas se necessário, e por conta de Crédito Adicional Especial.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, aos 18 de novembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:A7ED2175

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 176/2025 DATA: 18/11/2025

DETERMINA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A COMISSÃO INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 159/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVANO TORTELLI, Prefeito do Município de Santa Lúcia – PR, no uso de suas atribuições legais, em especial ao artigo 198 da Lei Municipal nº 314, de 26 de maio de 2009,

R E S O L V E

Art. 1º. Prorrogar o prazo, por trinta dias, contados do término do período final para conclusão dos trabalhos, da Comissão instaurada pela Portaria Municipal n.º 159/2025, em face das razões apresentada pela Presidente da Comissão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Santa Lúcia, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:44E03870

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
RESOLUÇÃO 03/2025 CMDPI

RESOLUÇÃO CMDPI Nº.03/2025

Apreciação e aprovação do Termo de Adesão e o Plano de Ação referente a Deliberação 049/2025 - Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo para o município de Santa Lucia - PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI do município de Santa Lúcia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n° 241/2006 e,
Considerando a deliberação deste Conselho, em 18/11/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Aprova o Termo de Adesão da Deliberação nº 049/2025 - Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo para município de Santa Lucia - PR
Art. 2º **- Aprova o Plano de Ação da Deliberação 049/2025** – Incentivo Cuida Mais Paraná – Envelhecimento Ativo para município de Santa Lucia - PR
Parágrafo único - Está resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Santa Lucia – PR,18 de novembro de 2025.

CELSO ANTÔNIO GRASSI
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:0C11E899

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
PORTARIA Nº 076/2025

SÚMULA: Concede Diárias a Vereadora da Câmara Municipal e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal nº 692/2024 de 20 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º - Fica concedida diária a Vereadora desta Casa de Leis conforme especificado abaixo:

Nome do Vereadora: Daniela Kunrath de Luz
Data início: 14/11/2025
Data fim: 14/11/2025
Nº de Diárias: 1 sem Pernoite
Valor Total: R$ 300,00 (Trezentos reais)
Município de destino: Curitiba - PR
Código do IBGE do Município destino: 06902
Tipos padrão de objetivos: 99
Objetivo da viagem: Reunião com o Diretor da Tim (Operadora de Telefonia).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste, 14 de novembro de 2025.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:D3319D15

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
PORTARIA Nº 077/2025

SÚMULA: Concede Diária ao Servidor da Câmara Municipal e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal nº 692/2024 de 20 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º - Fica concedida diária ao Servidor desta Casa de Leis conforme especificado abaixo:
Nome do Servidor: Reginaldo Vieira
Data início: 14/11/2025
Data fim: 14/11/2025
Nº de Diárias: 1 sem Pernoite
Valor Total: R$ 300,00 (Trezentos reais)
Município de destino: Curitiba
Código do IBGE do Município destino: 06902
Tipos padrão de objetivos: 99
Objetivo da viagem: Levar Vereadores ao Município de Curitiba participar de reunião com o Diretor da Tim (Operadora de Telefonia).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste, 14 de novembro de 2025.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:2710F387

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
PORTARIA Nº 078/2025

SÚMULA: Concede Diárias ao Vereador da Câmara Municipal e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal nº 692/2024 de 20 de dezembro de 2024, resolve:
Art. 1º - Fica concedida diária ao Vereador desta Casa de Leis conforme especificado abaixo:
Nome do Vereador: Ozeias Boiko da Rosa
Data início: 18/11/2025
Data fim: 19/11/2025
Nº de Diárias: uma e meia com Pernoite
Valor Total: R$ 900,00 (novecentos reais)
Municípios de destino: Curitiba - PR
Códigos do IBGE do Municípios destino: 06902
Tipos padrão de objetivos: 99
Objetivo da viagem: Agenda na Casa Civil e SESA.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste, 18 de novembro de 2025.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:6F4BBCDA

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
PORTARIA Nº 079/2025

SÚMULA: Concede Diária ao Servidor da Câmara Municipal e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal nº 692/2024 de 20 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º - Fica concedida diária ao Servidor desta Casa de Leis conforme especificado abaixo:
Nome do Servidor: Rodrigo Cordeiro Teixeira
Data início: 18/11/2025
Data fim: 19/11/2025
Nº de Diárias: Uma e meia com Pernoite
Valor Total: 900,00 (Novecentos Reais)
Município de destino: Curitiba - PR
Código do IBGE do Município destino: 06902
Tipos padrão de objetivos: 99
Objetivo da viagem: Acompanhar vereador na Casa Civil e SESA.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste, 18 de novembro de 2025.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:E87EBBD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 4.305/2025

DECRETO Nº 4.305/2025

Regulamenta os procedimentos para a solicitação de Alvarás de Construção, Habite-se, Alvará de Demolição e Baixa de Alvará de Construção, estabelece a utilização das informações para atualização cadastral no âmbito do Município de Santo Antônio do Sudoeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições e conformidade com as disposições da Lei nº 3.367/2025 (Código de Obras) e da Lei Complementar nº 3.262/2024 (Código Tributário Municipal),
DECRETA:
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E OBJETO
Art. 1º Este Decreto tem por finalidade regulamentar os procedimentos administrativos para a formalização e análise de requerimentos de:
I – Alvará de Construção (para obras novas, reformas, ampliações e regularizações);
II – Alvará de Demolição;
III – Habite-se e Visto de Conclusão de Obra;

IV – Baixa de Alvará de Construção.

§ 1º Os modelos e a lista detalhada de informações e documentos necessários para cada tipo de requerimento encontram-se dispostos nos **Anexos I, II, III e IV** deste Decreto.

§ 2º A presente norma visa assegurar que todos os processos de licenciamento de obras e edificações no Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR ocorram em conformidade com as exigências legais e técnicas, promovendo a celeridade e a transparência na prestação dos serviços públicos.

§ 3º É obrigação de todos os munícipes e profissionais envolvidos na área de construção civil o integral cumprimento das disposições deste Decreto, do Código de Obras Municipal (Lei nº 3.367/2025) e do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 3.262/2024), bem como de outras normas federais, estaduais e municipais pertinentes.

CAPÍTULO II – DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

Art. 2º O requerimento para a concessão de Alvará de Construção, indispensável para o início de qualquer edificação, reforma, ampliação ou regularização, deverá ser protocolado na Divisão de Fiscalização do Município, preenchido conforme o modelo constante do **Anexo I – Requerimento para concessão de Alvará de Construção**, e acompanhado de toda a documentação e informações ali especificadas.

§ 1º A não apresentação dos documentos e informações exigidos no **Anexo I** implicará na recusa do protocolo ou na notificação para complementação, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 2º A declaração de ciência e compromisso, conforme modelo do **Anexo I**, é parte integrante e obrigatória do processo.

§ 3º O requerente deverá declarar ciência de que a construção somente poderá ser iniciada após a emissão do Alvará e que atenderá às normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes, bem como à destinação adequada dos resíduos, conforme modelo do **Anexo I**.

CAPÍTULO III – DO ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO

Art. 3º Para a obtenção do Alvará de Demolição, obrigatório antes do início de qualquer serviço de demolição total ou parcial de edificações, o interessado deverá protocolar requerimento específico junto à Divisão de Fiscalização do Município. O requerimento deverá ser preenchido conforme o modelo constante do **Anexo II – Requerimento de Alvará de Demolição**, e instruído com todos os documentos e informações ali detalhados.

Parágrafo único. O requerente deverá declarar ciência de que a demolição somente poderá ser iniciada após a emissão do Alvará e que atenderá às normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes, bem como à destinação adequada dos resíduos, conforme modelo do **Anexo II**.

CAPÍTULO IV – DO HABITE-SE E VISTO DE CONCLUSÃO DE OBRA

Art. 4º O Habite-se e o Visto de Conclusão de Obra, documentos comprobatórios da conformidade da edificação com o projeto aprovado e as normas legais, e de suas condições de habitabilidade e uso, serão solicitados mediante requerimento endereçado aos cuidados da Divisão de Fiscalização. O requerimento deverá ser preenchido conforme o modelo constante do **Anexo III – Requerimento de Habite-se e Visto de Conclusão de Obra**, e instruído com todos os documentos e informações ali especificados.

Parágrafo único. A declaração de que a obra encontra-se concluída e em condições de habitabilidade com todas as instalações em funcionamento, bem como a solicitação de vistoria técnica municipal, devem seguir o modelo do **Anexo III**.

CAPÍTULO V – DA BAIXA DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

Art. 5º Em situações de descontinuidade ou cancelamento de um empreendimento para o qual já foi emitido um Alvará de Construção, o requerente deverá solicitar a baixa do referido alvará junto à Divisão de Fiscalização da Prefeitura Municipal. O requerimento deverá ser preenchido conforme o modelo constante do **Anexo IV – Requerimento de Baixa de Alvará de Construção**, e instruído com as informações e documentos ali solicitados.

§ 1º Sugere-se, adicionalmente aos documentos do **Anexo IV**, a apresentação de cópia do Alvará de Construção original, relatório fotográfico da situação atual do local (se a obra foi iniciada e paralisada) e, se aplicável, ART/RRT de serviços de descaracterização ou segurança.

§ 2º O requerente deverá declarar ciência das obrigações legais decorrentes de obras paralisadas ou canceladas e o compromisso de atender às determinações da legislação vigente aplicável, conforme modelo do **Anexo IV**.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º Todas as informações e dados fornecidos nos requerimentos de que trata este Decreto serão utilizados para a devida atualização da base cadastral dos imóveis do Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR, incluindo, mas não se limitando a, dados do proprietário, características da edificação, área construída e situação do imóvel, visando à manutenção de um cadastro imobiliário preciso e atualizado.

Art. 7º Todos os requerimentos mencionados neste Decreto deverão ser devidamente preenchidos, datados e assinados pelo requerente ou por seu representante legal, devendo ser acompanhados de cópia de documento de identificação com foto e procuração pública ou particular com firma reconhecida, quando a solicitação for realizada por procurador.

Art. 8º A Divisão de Fiscalização do Município, ou o setor competente, poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos e informações complementares que entenderem necessários para a análise e deferimento dos pedidos, considerando a complexidade e as particularidades de cada caso.

Art. 9º O não cumprimento das normas e requisitos estabelecidos neste Decreto, no Código de Obras Municipal (Lei nº 3.367/2025) e na demais legislação pertinente sujeitará o infrator às sanções administrativas, fiscais e legais cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

Art. 10º As taxas e emolumentos devidos pela análise e expedição dos alvarás e certificados previstos neste Decreto serão cobrados conforme o disposto na Lei Complementar nº 3.262/2024 (Código Tributário Municipal) ou legislação específica que venha a substituí-la.

Art. 11º Os casos omissos ou as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Divisão de Fiscalização e Engenharia do Município, com o auxílio da Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 12º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio do Sudoeste, em xx de xx de 2025.

RICARDO ANTONIO ORTIÑA
Prefeito Municipal

Anexo I

À
Divisão de Fiscalização
Requerimento para concessão de alvará de construção

1ª Análise 2ª Análise 3ª análise

Requerente:_____ **Contato**: _____
Endereço da obra: _____ **nº** _____
Bairro: _____**Quadra:** _____ **Lote:** _____
Área total construída: _____ **Número de pavimentos:** _____
Responsável técnico pela obra (CAU/CREA):_____

Tipo de construção: Residencial Comercial
Industrial Mista / Outros

Finalidade da construção: Moradia Comercial Industrial

Especifique:_____

Tipo da licença: Obra nova Reforma Ampliação

Demolição Regularização de Obra
Ano de construção:
Área existente:

Documento obrigatório a serem anexados:
Projeto arquitetônico (mínimo 4 cópias)
Anotação de Resp. Técnica (ART) ou Registro de Resp. Técnica (RRT)
Matrícula atualizada do imóvel/contrato de compra e venda

Croqui da construção
Declaração
Declaro estar ciente de todas as normas municipais pertinentes à construção civil, comprometendo-me a seguir as legislações urbanísticas, ambientais e de segurança vigentes, bem como prazos, especificamente ao que diz respeito à **Lei Nº 3.367/2025 - Código de Obras e a Lei Complementar 3.262/2024 – Código Tributário Municipal.**
Nestes termos,
Pede deferimento.
Santo Antonio do Sudoeste – PR, ____,_____, de 20___.
Assinatura: _____
CPF:
Anexo II

À
Divisão de Fiscalização
Requerimento para concessão de alvará de construção
Eu, _____, portador (a) do **CPF nº _____** e **RG nº _____,** residente e domiciliado (a) à **_____**, na qualidade de **( ) proprietário ( ) responsável técnico ( ) procurador** do imóvel situado à _____, inscrito na Matrícula **sob o nº _____**, venho, respeitosamente, requerer a **expedição de Alvará de Demolição** do referido imóvel:
Informações do Imóvel a Ser Demolido:
Endereço:_____
Inscrição imobiliária: _____
Área construída a ser demolida: _____ m²
Tipo de construção: _____ [alvenaria, madeira, mista, etc.]
Ano aproximado da construção: _____
Declaração
Declaro estar ciente de que a demolição somente poderá ser iniciada após a emissão do competente **Alvará de Demolição**, atendendo às normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes, bem como à destinação adequada dos resíduos resultantes da obra.
Documento obrigatório a serem anexados:
Cópia do documento de propriedade do imóvel (matrícula ou escritura);
ART/RRT do responsável técnico pela demolição, quando aplicável;

Nestes termos,
Pede deferimento.
Santo Antonio do Sudoeste – PR, ____,_____, de 20___.
Assinatura: _____
CPF:

Anexo III

À
Divisão de Fiscalização
Requerimento para Termo de Habite-se e Visto de Conclusão de Obras

Eu, _____, portador (a) do **CPF nº _____** e **RG nº _____,** residente e domiciliado (a) à _____, na qualidade de **( ) proprietário ( ) responsável técnico ( ) procurador** do imóvel situado à _____, inscrito na Matrícula **sob o nº _____**, venho, respeitosamente, requerer o **Termo de Habite-se e Visto de Conclusão de Obras** do referido imóvel:
Endereço:_____
Inscrição imobiliária: _____
Área construída: _____ m²
Finalidade da edificação: ( ) Residencial ( ) Comercial ( ) Industrial
( ) Outra: _____
Alvará de Construção nº: _____
Responsável Técnico: _____
Declaração
Declaro, para os devidos fins, que a obra encontra-se concluída e em condições de habitabilidade, com todas as instalações hidrossanitárias, elétricas e de prevenção a incêndios e desastres em funcionamento (quando aplicável), conforme determina o §2º do Art. 22 da referida Lei.
Documento obrigatório a serem anexados:
Certidão de Vistoria do Corpo de Bombeiros (quando aplicável);
Comprovante de execução do passeio público conforme normas de acessibilidade ou termo de compromisso de execução (quando aplicável, §3º do Art. 22);
Comprovante de recolhimento de taxas municipais;
Fotos da edificação concluída e calçadas (fachada e áreas principais).

Diante do exposto, requer a realização de vistoria técnica municipal, conforme §4º do Art. 22 do Código de Obras, e, constatada a regularidade, a **Termo de Habite-se e Visto de Conclusão de Obras.**
Nestes termos,
Pede deferimento.
Santo Antonio do Sudoeste – PR, ____,_____, de 20___.
Assinatura: _____
CPF:

Anexo VI

À
Divisão de Fiscalização
Requerimento para Baixa de Alvará de Construção
Eu, _____, portador (a) do **CPF nº _____** e **RG nº _____,** residente e domiciliado (a) à **_____**, na qualidade de **( ) proprietário ( ) responsável técnico ( ) procurador** do imóvel situado à _____, inscrito na Matrícula **sob o nº _____**, venho, respeitosamente, requerer a baixa do alvará de construção nº _____ referente ao imóvel localizado à _____, concedido em na data de _____.
O motivo do presente requerimento é a descontinuidade do negócio inicialmente planejado, por razões de ordem estratégica e econômica que inviabilizaram a continuidade do empreendimento.
Declaro que estou ciente das obrigações legais decorrentes da construção e me comprometo a atender às determinações da legislação vigente sobre obras paralisadas ou canceladas.
Solicito, portanto, que seja realizada a baixa do referido alvará e quaisquer registros vinculados à construção em questão.
Nestes termos,
Pede deferimento.
Santo Antonio do Sudoeste – PR, ____,_____, de 20___.
Assinatura: _____
CPF:

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:6DE3CF88

CONTABILIDADE
LEI Nº 3.427/2025 - PPA 2026 A 2029

LEI 3.427/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Santo Antônio do Sudoeste para os exercícios de 2026 a 2029.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - O Plano Plurianual do Município de Santo Antônio do Sudoeste para o período de 2026 à 2029, constituído pelo anexo constante desta lei, será executado nos termos da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO de cada exercício e da Lei do Orçamento Anual –LOA de cada exercício.

ARTIGO 2º - As metas físicas e os valores estimados para execução das despesas previstas neste Plano Plurianual estão condicionados a efetiva arrecadação das receitas nele previstas.

ARTIGO 3º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de lei orçamentária.

§1º- As leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais poderão incluir, alterar ou excluir ações orçamentárias para o ano de sua vigência, ficando estas ações automaticamente revisadas no Plano Plurianual.

ARTIGO 4º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa com a receita estimada em cada exercício.

ARTIGO 5º - As despesas de manutenção serão determinadas por ocasião da elaboração do orçamento anual.

ARTIGO 6º - Revogada as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RICARDO ANTÔNIO ORTIÑA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:10ADFA0C

CONTABILIDADE
LEI Nº 3.428/2025 - LOA 2026

LEI Nº 3.428/2025

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santo Antonio do Sudoeste para o exercício de 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - O Orçamento do Município de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026, referente os Órgãos de Administração Direta, estima à receita e fixa a despesa em R$ 190.500.000,00 (Cento e noventa milhões e quinhentos mil reais).

Artigo 2º - A receita estimada no Orçamento Fiscal de 2026 será realizada de acordo com a Legislação específica em vigor, conforme o *Anexo 01 – Receita por Categoria* desta Lei, segundo as seguintes estimativas:

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.885.000,00
CONTRIBUIÇÕES	3.020.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.581.192,39
RECEITA DE SERVIÇOS	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	126.156.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	275.000,00
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	**148.987.192,39**
RECEITAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.950.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.462.807,61
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	**41.512.807,61**
TOTAL GERAL	**190.500.000,00**

Artigo 3º - A despesa do Orçamento Fiscal 2026 será realizada segundo a discriminação prevista na legislação em vigor, conforme o seguinte desdobramento por órgãos:

PODER LEGISLATIVO	**4.155.000,00**
GABINETE DO PREFEITO	1.600.000,00
SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.145.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	9.640.192,39
SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO	22.125.525,57
SEC. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	51.003.000,000
SEC. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	16.644.279,04
SECRETARIA DE SAUDE	58.411.000,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	7.437.000,00
SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	5.715.100,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	4.273.903,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	350.000,00
PODER EXECUTIVO	**186.345.000,00**
TOTAL GERAL	**190.500.000,00**

Artigo 4º - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo em conformidade com *Anexo 02 - Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária QDD*, desta Lei.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais e especiais suplementares no Orçamento, por Decreto, até o percentual de 20% (vinte por cento) do somatório da receita estimada para cada órgão, conforme estabelece o artigo 30º da Lei Municipal nº 3.361/2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO 2026, servindo como recursos para tais suplementações quaisquer das formas definidas no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964.

Paragrafo Único: O limite autorizado no artigo 5º desta lei, não será onerado quando a abertura do crédito adicional ou especial suplementar se destinar a atender:
- O excesso de arrecadação de receitas vinculadas e livres, desde que acompanhados do cálculo de excesso ou provável excesso e o mesmo acusar tal tendência.
- O Superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, de acordo com as fontes de vinculações originais.

Artigo 6º - Fica também autorizado o Poder Executivo Municipal, quando proceder à abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo anterior ou decorrentes de autorizações específicas, efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações e criação de fontes de recursos ordinários e/ou vinculadas dentro das dotações atribuídas a cada elemento de despesa e de uma para outra categoria de programação.

Artigo 7º - Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no "caput" do artigo 18 da lei Complementar 101 de 04/05/2000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária, ou programa de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 8º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no Orçamento do Poder Legislativo Municipal, até o limite fixado no artigo 5º desta lei, mediante Resolução ou Decreto, servindo como recursos para tais suplementações o cancelamento de dotações do orçamento do Poder Legislativo.

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente.

Artigo 10º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar n º 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

Artigo 11º - Fica autorizado a criar e readequar a codificação de órgãos, unidades e classificação funcional constantes nesta Lei, vidando a compatibilização do Plano Plurianual 2026 a 2029 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 com o layout do SIM AM definido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Artigo 12º - Ficam automaticamente incluídas e atualizadas, com base nos valores desta Lei, as ações e receitas estabelecidas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual.

Artigo 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RICARDO ANTONIO ORTIÑA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:4070E116

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 01/2025

EDITAL DE ELEIÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA SANTA IZABEL
A Associação de Moradores da Linha Santa Izabel, de Santo Antonio do Sudoeste- PR, no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** os associados para Assembléia, onde se dará a realização de Eleição da Nova Diretoria da Associação da Comunidade, no dia 27 de novembro, às 19 horas no Pavilhão de Festas da Comunidade.

AURI GILBERTO HOFF
Presidente da Associação

SANTO ANTONIO DO SUDOESTE-PR, 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:BFA32980

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3429/2025

LEI Nº 3429/2025.

Altera o § 1º do Art 1º da Lei Municipal nº 3093/2022, que "Autoriza Celebração de Termo de Colaboração para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco que necessitam ser afastadas do meio em que vivem, conforme disposto no Estatuto da Criança e Adolescente com o Município de Pranchita, Estado do Paraná, e, dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, **APROVOU** E EU, RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ, PREFEITO MUNICIPAL, **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o § 1º do Art 1º da Lei Municipal nº 3093/2022, que "Autoriza Celebração de Termo de Colaboração para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco que necessitam ser afastadas do meio em que vivem, conforme disposto no Estatuto da Criança e Adolescente com o Município de Pranchita, Estado do Paraná, e, dá outras providências", o qual passará a vigorar com a seguinte redação:
§ 1º Em contrapartida ao repasse financeiro, o Município de Pranchita, Estado do Paraná reservará até 03(três) vagas para acolhimento institucional de crianças e adolescentes encaminhadas por este Município.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:44115546

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3430/2025

LEI N º 3430/2025

Aprova a subdivisão do Lote Urbano nº 01 da Quadra nº 215, criando os Lotes 3, 4. 5, 7. 8. 9 e prolongamento da Rua Santos Dumont E da ourras providências.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais. FAZ SABER, que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado a subdivisão do Lote nº 01 com área total de 3.661,67m², constante da Matricula nº 21751, livro 2, do Registro Geral de Imóveis desta cidade de propriedade da **IMOBILIARIA SCHREINER LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brasil nº 789, centro desta cidade, inscrito no CNP nº 84.847.706/0001-83, Município de Santo Antonio do Sudoeste – Pr, formando na Quadra nº 215, mais 06 (seis) lotes e o Prolongamento da Rua Santos Dumont, assim distribuídos:
PARCELAMENTO DA ÁREA:
I – Área Subdividida: 3.661,67m²;
II – Área de Lotes: 2.537,63m²;
III – Área de Rua: 1.124,04m².

Art. 2º - Com a referida subdivisão fica criado na Quadra nº 215, com os seguintes Lotes:
I – Lote Urbano nº 1 (remanescente) da Quadra nº 215, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), conforme mapas em anexo:

II – Lote Urbano nº 3, da Quadra nº 215, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), conforme mapas em anexo;
III – Lote Urbano nº 4 da Quadra nº 215, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), conforme mapas em anexo;
IV – Lote Urbano nº 5, da Quadra nº 215, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), conforme mapas em anexo;
V – Lote Urbano nº 7 da Quadra nº 215, com área de 373,05m° (trezentos e setenta e três metros quadrados e cinco centímetros quadrados), conforme mapas em anexo;
VI – Lote Urbano nº 8, da Quadra nº 215, com área de 438,00m² (quatrocentos e trinta e oito metros quadrados), conforme mapas e anexo;
VII – Lote Urbano nº 9 da Quadra nº 9 da Quadra nº 215, com área de 286,58m² (duzentos e oitenta e seis metros quadrados e cinquenta e oito centímetros quadrados), conforme mapas em anexo;
VIII – Prolongamento da Rua Santo Dumont, com área de 1.124,04m² (um mil cento e vinte e quatro metros quadrados e quatro centímetros quadrados).

Art. 3º A área objeto da subdivisão aprovada pela presente lei, tem por objeto a regularização de situação preexistente, e faz parte do perímetro urbano do Município de Santo Antonio do Sudoeste –Pr.
Art. 4º A aprovação da subdivisão está de acordo com a legislação vigente e satisfazem, especificamente, as exigências contidas na Lei Municipal nº 3365/2025.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar perante o Cartório de Registro de imóveis desta Comarca, todos os documentos e necessários e fiel cumprimento do objeto da presente lei.

Art. 6º Os mapas e memorial descritivos de que tratam os lotes descritos nos artigos 2º, ficam fazendo parte integrante e inseparável da presente lei.

Art. 7º As despesas de escrituras, registros e demais atos necessários para regularização dos imóveis de que trata a presente lei, correrão por conta da proprietária.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:6C954387

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3431/2025

Lei nº 3431/2025

Autoria: Vereador Valdir Antônio Carvalho

Denomina de "Francisco Pereira de Sá" a estrada rural, no trecho que especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, **APROVOU** E EU, PREFEITO MUNICIPAL, **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica denominado **Francisco Pereira de Sá** o a estrada rural, compreendido a partir do pontilhão do riacho "Água Isa", onde se inicia o perímetro rural da Linha Tarumã, neste Município.
Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – PR, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

PUBLIQUE-SE.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:629E0E3F

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 587/2025 PROCESSO DISPENSA Nº 110/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 587/2025
Processo dispensa Nº 110/2025

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais assistivos, destinados a atender as necessidades de pessoas idosas e com deficiência, atendidas pelo CRAS, através de ações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA;
VALOR: R$ 2.998,00 (Dois Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais).
DATA DA ASSINATURA: 18/11/2025
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: TIAGO CRISTIANO CZARNECKI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:7CAD6E92

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 476/2024
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 476/2024
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR
CNPJ/MF sob nº 75.927.582/0001-55
RICARDO ANTONIO ORTINA
C.P.F. nº 213.037.039-04
CONTRATADO: MARSANGO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ sob nº 04.048.349/0001-54
MARIZETE APARECIDA COELHO MARSANGO
CPF Nº 007.197.389-38

FUNDAMENTO - Lei 14.133/21.
DO OBJETO DA RESCISÃO - Cláusula 1ª. A presente rescisão tem como objeto, o contrato administrativo celebrado entre as partes supra mencionadas, com o seguinte objeto: Aquisição de equipamento de proteção individual, materiais ergonômicos e materiais de segurança para utilização dos servidores das Secretarias Municipais do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR, Pregão Nº 62/2024.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 18/11/2025.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A53A3F18

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
PORTARIA Nº 315/2025

PORTARIA Nº 315/2025

O Prefeito Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o funcionário Cesar Augusto Ortega, portador do RG. Nº 5.201.416-6, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Tecnólogo em Construção Civil para responder como Gestor de Convênio e como Fiscal fica designado Felipe Andrade Blick, RG. Nº 8.402.854-1, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, Engenheiro Civil, para atuar e auxiliar na gestão e fiscalização do Convênio a ser firmado com a SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 10 de novembro de 2025.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B7F3A808

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
PORTARIA N.º 41/2025

Portaria N.º 41/2025

Dispõe sobre a nomeação de estagiário para a Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR e dá outras providências.

O **Presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR**, no uso de suas atribuições legais e considerando a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio celebrado entre esta Casa Legislativa, a Instituição de Ensino **UNINA** e o estudante **João Pedro Lara Brotto**, bem como a necessidade de complementação educacional prática do referido aluno,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o estudante **JOÃO PEDRO LARA BROTTO**, regularmente matriculado no curso de **Administração** da **UNINA**, para exercer atividades de **Estágio Curricular** no **Departamento Administrativo** da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR.

Art. 2º O estágio terá carga horária de **06 (seis) horas semanais**, devendo o estagiário cumprir as atividades de acordo com o plano de estágio aprovado.

Art. 3º A duração do estágio será de **02 (dois) anos**, contados a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado ou rescindido conforme legislação aplicável e interesse da Administração.

Art. 4º Fica designado como **Supervisor de Estágio** o servidor **Elvis Augusto Silva de Brito**, responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

CIRO FRANCISCO BISPO (PSB)

JUSTIFICATIVA

A presente nomeação de estagiário decorre da necessidade de apoio às atividades administrativas desenvolvidas pela Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, especialmente no âmbito do **Departamento Administrativo**, cuja demanda de serviços exige reforço operacional contínuo para assegurar eficiência, organização e regularidade dos trabalhos internos.
A contratação de estagiário, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008, possibilita a complementação educacional prática do estudante, promovendo a formação profissional e contribuindo para a qualificação de futuros trabalhadores, ao mesmo tempo em que atende ao interesse público, permitindo que a Administração Pública execute suas funções com maior agilidade e economicidade.
Considerando a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio entre esta Casa Legislativa, a Instituição de Ensino e o estudante **João Pedro Lara Brotto**, bem como a compatibilidade entre suas atividades acadêmicas e as atribuições oferecidas, justifica-se plenamente a formalização da nomeação, visando ao aprendizado supervisionado e ao atendimento das necessidades administrativas da Câmara.

Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

CIRO FRANCISCO BISPO (PSB)

Publicado por:
Amanda Machado Gonçalves
Código Identificador:C2A5C916

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
PORTARIA N.º 42/2025

Portaria N.º 42/2025

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA,** no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 117-A da Seção XIV do Regimento Interno (Resolução nº 26/2024),
CONSIDERANDO o falecimento do **Pe. HARUO SASAKI**, sacerdote cuja vida foi marcada pelo serviço aos mais vulneráveis, pela dedicação à promoção da dignidade humana e pela construção de um dos mais significativos legados humanitários da história do município;
CONSIDERANDO que sua atuação transformou a realidade social de São Jerônimo da Serra, especialmente no acolhimento e cuidado de pessoas acometidas pela hanseníase;
CONSIDERANDO o reconhecimento comunitário, religioso e institucional acerca de sua contribuição, bem como o dever desta Casa Legislativa de prestar a devida homenagem;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117-A, § 1º, incisos IV e V, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º Fica decretado **LUTO OFICIAL**, no âmbito da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, pelo período de **TRÊS DIAS**, a contar da data da publicação desta Portaria.
Parágrafo único. Os serviços administrativos da Casa manterão seu funcionamento interno, ainda que com as portas fechadas ao público externo durante o período de luto.

Art. 2º Fica mantida a realização da Sessão Ordinária subsequente, na qual será realizado **UM MINUTO DE SILÊNCIO** em homenagem à memória do Pe. HARUO SASAKI.

Art. 3º As bandeiras no Paço Legislativo permanecerão hasteadas a **meio-mastro** durante o período de luto.

Art. 4º Transmita-se aos familiares, à comunidade religiosa local, à Humanitas e à Associação e Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus o profundo pesar desta Casa Legislativa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Jerônimo da Serra, 18 de novembro de 2025.

CIRO FRANCISCO BISPO (PSB)

JUSTIFICATIVA
O presente ato administrativo tem fundamento no artigo 117-A da Seção XIV do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra (Resolução nº 26/2024), que confere ao Presidente competência para decretar luto oficial. A relevância da vida e obra do Pe. Haruo Sasaki justifica plenamente a adoção da medida, diante da incontestável contribuição histórica, social e humanitária que deixou ao município e à população mais vulnerável.
A atuação do Pe. Haruo Sasaki em São Jerônimo da Serra teve início em abril de 1972, quando, ao caminhar pela cidade acompanhado de um amigo, encontrou um hanseniano que se escondia, com faixas enroladas nos braços, para ocultar sua condição. Ao buscar compreender aquela realidade, descobriu a existência de muitos outros doentes em situação semelhante, vivendo isolados nos montes e vales da região, em pobreza extrema e sem qualquer atenção pública. Profundamente comovido, procurou o prefeito municipal em busca de apoio, mas encontrou a inexistência de recursos que pudessem atender aquelas pessoas. Ainda assim, movido por forte compromisso humano e pela angústia de querer ajudar, iniciou voluntariamente um trabalho social de cuidado, acolhimento e auxílio aos doentes hansenianos.
Esse esforço inicial ganhou forma institucional em 09 de julho de 1978, com o lançamento da Pedra Fundamental da entidade destinada ao atendimento dos doentes, em cerimônia que contou com a presença de D. Estevão Hamao, Bispo da Diocese de Yokohama, Japão. A

partir dali, a construção do prédio principal foi acompanhada de intensa mobilização comunitária e da continuidade dos atendimentos já iniciados. Em agosto do mesmo ano, com apoio do professor Tonetaro Ito, da Universidade de Osaka – Japão, foi inaugurado o centro médico e o serviço social, que já no primeiro ano levou o número de atendidos de 120 para 325 pessoas, demonstrando o impacto e a necessidade do trabalho desenvolvido.
Décadas depois, em 2016, reconhecendo a necessidade de garantir a continuidade e expansão da obra, Pe. Sasaki buscou diálogo com a Associação e Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus. Em visita ao Hospital São Francisco de Assis, no Rio de Janeiro, apresentou ao Frei Francisco seu pedido para que os Franciscanos assumissem a gestão da Humanitas em São Jerônimo da Serra. O processo evoluiu com o apoio de Dom Manoel, Bispo de Cornélio Procópio, culminando, em reunião na cidade de Jaci, sede da instituição franciscana, na resposta positiva e aprovação pelos conselhos da Associação e da Fraternidade. Assim, após os trâmites legais, a Humanitas passou a integrar o conjunto das mais de 74 obras da Associação e Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus, assegurando a continuidade do trabalho iniciado pelo sacerdote.
Toda essa trajetória demonstra a dimensão do legado do Pe. Haruo Sasaki: um legado construído com espiritualidade, compromisso social, defesa dos vulneráveis, coragem diante da ausência de recursos públicos e dedicação integral ao bem-estar humano. Sua atuação transformou vidas, estruturou políticas sociais locais e marcou de forma indelével a história de São Jerônimo da Serra.
A decretação de luto oficial, portanto, é medida justa, necessária e coerente com o reconhecimento institucional devido a alguém que dedicou sua vida à dignidade humana e ao serviço comunitário.

São Jerônimo da Serra, 18 de novembro de 2025.

CIRO FRANCISCO BISPO (PSB)

Publicado por:
Amanda Machado Gonçalves
Código Identificador:857FC0AA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR, A INSTITUIÇÃO DE ENSINO E O(A) ESTUDANTE ABAIXO IDENTIFICADOS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.788/2008, DA LEI MUNICIPAL Nº 82/2021 E DA LEI MUNICIPAL Nº 387/2025.

Aos 17 dias do mês de novembro do ano de 2025, na cidade de São Jerônimo da Serra/PR, as partes abaixo nomeadas celebram o presenteTERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.616.421/0001-04, com sede à Rua Prefeito Raul Proença, 375 / Rua Luiz Lemos, 120, Centro, CEP 86270-000, São Jerônimo da Serra/PR, telefone (43) 3142-3501, e-mail: atendimento@saojeronimodaserra.pr.leg.br, neste ato representada por seu Presidente, Sr. CIRO FRANCISCO BISPO, doravante denominada CONCEDENTE,

E o(a)ESTUDANTEJOÃO PEDRO LARA BROTTO, matrícula nº _____, RG nº xxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxx, residente à xxxxxxxxxx, xxxxxx, CENTRO, SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, telefone +55 (43) xxxxxxxx, e-mail xxxxxxxxxx, regularmente matriculado(a) no curso de ADMINISTRAÇÃO da

INSTITUIÇAO DE ENSINO UNININA EDUCACIONAL LTDA, CNPJ nº 14.683.991/0001-69, representada por _____, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO,
têm entre si ajustado o presenteTERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, que se regerá pelas cláusulas abaixo e pela legislação vigente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto deste termo a realização de estágio remunerado, de caráter educativo, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à complementação do ensino e da aprendizagem, conforme o projeto pedagógico do curso e as normas da Lei Municipal nº 387/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO
O estágio terá duração de 1 (um) ano prorrogável pelo mesmo prazo até o máximo de 2 (dois) anos, ressalvada a hipótese de estagiário com deficiência, conforme previsto no art. 9º da Lei Municipal nº 387/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JORNADA DE ATIVIDADE
A jornada de estágio será de:
I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, para estudantes de ensino médio;
II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, para estudantes de ensino superior ou pós-graduação.
Parágrafo único. Excepcionalmente, a jornada poderá ser ampliada até 40 (quarenta) horas semanais, desde que prevista no projeto pedagógico do curso e com anuência da instituição de ensino.

CLÁUSULA QUARTA – DA BOLSA-AUXÍLIO
O estagiário fará jus à bolsa-auxílio mensal, conforme o nível de escolaridade:
I – R$ 1.100,00 (mil e cem reais) para estudantes de ensino médio;
II – R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para estudantes de ensino superior;
III – R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) para estudantes de pós-graduação.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECESSO
Será concedido ao estagiário recesso remunerado de 30 (trinta) dias, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, preferencialmente durante as férias escolares. Para estágios de duração inferior, o recesso será proporcional ao período estagiado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE
São obrigações da CÂMARA MUNICIPAL:
I – Celebrar termo de compromisso com o estagiário e a instituição de ensino, zelando por seu fiel cumprimento;
II – Proporcionar instalações adequadas ao desenvolvimento das atividades de aprendizagem;
III – Indicar servidor do quadro efetivo, com formação ou experiência compatível, para supervisionar o estagiário;
IV – Conceder o recesso remunerado previsto neste termo;
V – Fornecer ao término do estágio termo de realização, contendo período, atividades desenvolvidas e avaliação de desempenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO
Constituem obrigações do estagiário:
I – Cumprir fielmente o plano de atividades acordado e a carga horária estabelecida;
II – Manter comportamento compatível com as normas internas da Câmara Municipal;
III – Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso durante o estágio;
IV – Apresentar relatórios periódicos das atividades realizadas, devidamente assinados pelo supervisor e pelo professor orientador;
V – Comunicar imediatamente à instituição de ensino e à concedente qualquer irregularidade verificada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Compete à instituição de ensino:

I – Celebrar o termo de compromisso com a Câmara e o estagiário, indicando o professor orientador responsável pelo acompanhamento;
II – Avaliar periodicamente as condições de realização do estágio;
III – Exigir e analisar relatórios das atividades desenvolvidas;
IV – Comunicar à concedente qualquer irregularidade acadêmica ou comportamental.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO
O presente termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, ou de forma imediata, em caso de descumprimento de suas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de São Jerônimo da Serra/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Termo.

E por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

São Jerônimo da Serra/PR, 17 de novembro de 2025.

CIRO FRANCISCO BISPO
Presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra - Concedente

_____
Instituição de Ensino
(Carimbo e Assinatura)

_____
Estagiário(a)

_____
Professor Orientador
(Carimbo e Assinatura)

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____
CPF: _____

2. Nome: _____
CPF: _____

Publicado por:
Andre Gobbo Capelassi
Código Identificador:E90216D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
55º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE APROVADOS

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023

55º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE APROVADOS

A Prefeitura do Município de São Jerônimo da Serra convoca para nomeação o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2022, abaixo relacionados (as), para apresentar-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis a publicação (Item 15.2), das 08h às 11h30m e das 13h às 17h, portando todos os documentos constantes no Anexo, no Edifício Sede da Prefeitura, sito à Praça Coronel Deolindo nº S/N, Centro. A não apresentação dos documentos em conformidade com o Edital impedirá o efetivo ato de provimento, desclassificando o candidato do Concurso Público, podendo ser chamado o candidato subsequente na ordem de classificação geral.

Para fins de atendimento dos requisitos para posse constante do item 4 do Edital Concurso Público, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, no ESTADO DO PARANÁ**, faculta aos ora Convocados o uso dos modelos de declarações de bens e valores (Anexo I), e de desincompatibilização/desvinculação (Anexo II), nada impedindo, por outro lado, que o convocado adote o modelo que melhor lhe aprouver, desde que atenda ao disposto no art. 13 da Lei Federal 8.429/92 (LIA) para a declaração de bens de valores, bem como cumpra com as disposições editalícias para as demais declarações.

Os anexos estarão disponíveis do Diário Oficial Eletrônico e no site do Município de São Jeronimo da Serra.

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
260703	Gari Bairro Taquara	Werick Vinicius Steil Rodrigues	2º

São Jerônimo da Serra, aos 18 de novembro de 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivan Igor de Oliveira Perusso
Código Identificador:165CC929

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 101/2025

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 101/2025

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia **26/11/2025 às 08:30**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** QUE TEM POR OBJETO a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA GRAMA SINTETICA DO PROJETO MEU CAMPINHO, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20. VALOR ESTIMADO: R$ 99.444,91 (noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e um centavos).** A retirada do edital e anexos poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura **a partir do dia 19 de novembro de 2025 as 08:00 hrs até 26 de novembro de 2025 às 08:30, as propostas deverão ser apresentadas exclusivamente no Portal compras.gov.br.**

São Jerônimo da Serra, 18 de novembro de 2025.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:D6562C33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 102/2025

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 102/2025

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia **26/11/2025 às 08:30**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** QUE TEM POR OBJETO a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE INFORMÁTICA, COMPREENDENDO: HD SSD 240GB, NOTEBOOK DE ALTO DESEMPENHO, SWITCH COM 8 PORTAS E FONTE ATX 500W. A DEMANDA JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE GARANTIR CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O PLENO**

FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, BEM COMO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) - DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PARANÁ - CNPJ 76.290.683/0001-20. VALOR ESTIMADO: R$ 28.977,00 (vinte e oito mil, novecentos e setenta e sete reais). A retirada do edital e anexos poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura **a partir do dia 19 de novembro de 2025 as 08:00 hrs até 26 de novembro de 2025 às 08:30, as propostas deverão ser apresentadas exclusivamente no Portal compras.gov.br.**

São Jerônimo da Serra, 18 de novembro de 2025.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:F282FCC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 231/2025 – DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: DECRETA LUTO OFICIAL POR 03 (TRÊS) DIAS, EM FACE DO FALECIMENTO DO PADRE HARUO SASAKI.

O SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, VENICIUS DJALMA ROSA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES LEGAIS ESPECIFICADAMENTE, NO ÂMBITO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO,

Considerando o falecimento do **Padre Haruo Sasaki**.
Considerando os trabalhos dedicados em prol da população do Município de São Jerônimo da Serra;
Considerando toda a obra e vida do **Padre Haruo Sassaki**, que entre inúmeros atos civis honrosos realizados, em 1977 fundou a Associação Filantrópica Humanitas, em São Jerônimo da Serra, obra que se transformou em referência nacional no tratamento de doenças dermatológicas e que oferece assistência especializada e totalmente gratuita a pessoas de todas as partes do Brasil, sendo um gesto de amor que atravessa gerações;
Considerando que é dever do Poder Público Executivo render justas homenagens aquele que com seu trabalho, exemplo e dedicação, contribuíram para o bem-estar da coletividade;
Considerando que a municipalidade deverá prestar sua homenagem, em reconhecimento a relevância aos serviços prestados a comunidade.

DECRETA:

Art. 1º. **LUTO OFICIAL** no Município de São Jerônimo da Serra, por 03 (três) dias, pelo falecimento do **PADRE HARUO SASAKI**, pelos inestimáveis serviços prestados a população.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:3FADBA3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE ATIVIDADE PMAS

Em reunião com a comissão de averiguação das ações e metas do Plano Municipal de Assistência Social para o monitoramento do período de 2022 a 2025, foi verificado que:
As metas de implementação das ações dos Serviços de Proteção Básica, planejadas para o ano de 2025, foram alcançadas no que se refere:
A continuidade da execução dos serviços e programas Socioassistenciais, com a população rural, nas comunidades dos distritos e comunidades indígenas;
Melhorias no atendimento a demanda no CRAS pela contratação de Técnico: Coordenadora e 02 Funcionários de nível médio para os serviços de Entrevistador do Programa Bolsa Família e para a
Área administrativa;
Realização de capacitação para os trabalhadores da Rede Socioassistencial;
Desenvolvimento de projetos com facilitadores de oficinas para atividades com os grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com crianças e com pessoas idosas;
Continuidade de equipe volante para o atendimento nos territórios que abrange o CRAS;
Integração intersetorial entre as políticas, com diálogos frequentes, reuniões e capacitação com trabalhadores para a qualidade do atendimento à população usuária;
Organização de espaço físico para a Brinquedoteca, atendendo o Programa do SCFV com crianças de 0 a 06 anos de idade;
Reuniões sistemáticas, para o planejamento das ações, com os facilitadores de oficinas e Educadores para a qualidade dos serviços;
Continuidade dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com oficinas lúdicas, culturais, esportivas e outras nas
Faixas etárias de 07-15 anos; 15-17 anos;18 — 59 anos; idosos
Serviço no domicilio para pessoas com deficiência;
I0. Ampliação do número de pessoas idosas nos grupos de convivência e participação dos mesmos;
11. Aquisição de materiais necessários para o desenvolvimento das Atividades nos grupos;
12- Melhorias e maior agilidade no atendimento do cadastro Único, após participação em capacitação para habilitar entrevistador no atendimento aos usuários (as);
13- As reuniões e visitas domiciliares realizadas pela equipe de profissionais aos usuários e beneficiários, são permanentes para dar continuidade a qualidade dos serviços;
14- Há articulação para o trabalho intersetorial, melhorando assim a qualidade dos programas;
15- A continuidade do trabalho de Busca ativa é realizada constantemente cumprindo o planejamento das ações e dando qualidade ao trabalho;
16- Os Benefícios Eventuais estão sendo atendidos conforme as necessidades dos usuários e conforme a demanda, utilizando a Lei do SUAS (Lei N Q . 43/2017) e suas alterações;
17- Os Serviços desenvolvidos pelo CRAS, como: O PAIF, SCFV, obteve ampliação do atendimento, devido aumento da demanda;
18- Quanto ao Programa de Distribuição da alimentação familiar é realizado junto com apoio da Cooperativa de Agricultura Familiar de
São Jerônimo da Serra — COOAF
19- Parcerias com o Centro de Distribuição de Alimentos, no atendimento as famílias dos Programas Sociais;
20 - O Programa Nossa Gente Paraná encontra-se ativo, garantido o índice de aderência de 100%.
21- As ações da Proteção Social Especial, vem atendendo casos trazidos pelo Ministério Público e Judiciário, onde se realiza os atendimentos em parcerias
22- A Equipe da Proteção Social Especial, atende crianças e adolescentes acolhidos na Casa Lar, no caso de 2025 atendeu a 03 crianças e 05 adolescentes e suas famílias.
23- Atendimento a pessoa idosa em situação de maus tratos, violência doméstica, psicológica e patrimonial com acompanhamento sistemático.
24- Reuniões com famílias de pessoa idosa, as quais estão sendo atendidas no Programa.
25- Atendimento ao Programa Frente de Trabalho, com reuniões e atendimento a cadastros de beneficiários.
25- Atendimento ao Programa de Medidas Socioeducativas, com supervisão a 03 adolescentes.

26- Realização das Conferencias da: Assistência Social, Direitos da Mulher, Direitos da Pessoa Idosa, garantindo uma boa participação, das Instituições e Usuários.
27- Implementação da Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente na Garantia da intersetorialidade como estratégia de gestão, visando a garantia de direitos e o planejamento de ações conjuntas.
São Jerônimo da Serra, 17 de novembro de 2025.

Comissão de Monitoramento

_____ *SERGIO GALDINO DA SILVA NETO*	_____ *MARIA ADRIANA PARISSENTI*
_____ *JULIANA APARECIDA DE BRITO*	_____ *MAURICEIA BORBA CARMO SUTIL*

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:3CD04EC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 04/2025 – CMDIPI/SJS

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Incentivo Cuida Mais Paraná, conforme Deliberação nº 049/2025 do CEDIPI/PR.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de São Jerônimo da Serra – CMDIPI/SJS**, no uso de suas atribuições legais e considerando a Deliberação nº 049/2025 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR,
RESOLVE:
Art. 1º Fica **aprovado** o **Termo de Adesão ao Programa "Cuida Mais Paraná"**, da mesma deliberação visando ampliar e qualificar as ações de cuidado, atenção e proteção à população idosa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Deliberação nº 049/2025 do CEDIPI/PR.
Art. 2º Fica **aprovado** o **Plano de Ação da Deliberação 049/2025**, apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que contempla iniciativas voltadas à promoção da qualidade de vida, prevenção de agravos, fortalecimento de vínculos e incentivo à participação ativa da pessoa idosa nas políticas públicas do município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo da Serra – PR, 18 de novembro de 2025.

HELOISY VIEIRA BUENO
Presidente do Conselho

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:CB1A392C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 149/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2025

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL
CONTRATO Nº 149/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2025
Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, na sede da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, O CONTRATANTE **MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob o no 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. VENICIUS DJALMA ROSA,** brasileiro, portador do RG nº 8.241.196-8 SSP-PR, residente e domiciliado no município de São Jerônimo da Serra/PR, e de outro lado a Empresa **CONSTRUTORA DEKA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dr. Nagib Daher, nº 331, Centro, cidade de Apucarana, Estado do Paraná, E-mail:**ra_paulino@hotmail.com.**Telefone(s):**(43) 3033-4031 – (43) 3033-7191**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.956.403/0001-49, neste ato Representada pela Senhora **DEBORAH ELAINE WOLFF PRETO RAVANEDA**, portadora do RG nº 3.228.396-9 e do CPF nº 528.016.409-72, com o objetivo de formalizar a **RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL** do Contrato n.º 149/2025 datado de 11 de agosto de 2025, para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONCLUSÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ESCOLA 06 SALAS PADRÃO FNDE, ESTE TERMO DE REFERÊNCIA TEM COMO OBJETIVO JUSTIFICAR E DETALHAR A REPACTUAÇÃO DO CONTRATO/PROJETO REFERENTE À OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA 6 SALAS – PROJETO FNDE, COM AREA CONSTITUIDA DE 867,79m² NO DISTRITO DE TERRA NOVA, MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, INICIALMENTE FORMALIZADO SOB O CONTRATO N.º 037/2015,** haja vista o descumprimento das cláusulas contratuais e não cumprimento do cronograma , justificando a presente rescisão contratual. Sendo assim resolve rescindir unilateralmente o contrato em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

São Jerônimo da Serra, 18 de novembro de 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal-----

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:6C0095B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 151/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL
CONTRATO Nº 151/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025
Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, na sede da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, O CONTRATANTE **MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob o no 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. VENICIUS DJALMA ROSA,** brasileiro, portador do RG nº 8.241.196-8 SSP-PR, residente e domiciliado no município de São Jerônimo da Serra/PR, e de outro lado a Empresa **MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA** com sede na **Rua Pombal, 175 - Sala 01 - Zona 03**, Telefone (11) 2478-2818 e-mail:operacional@manupa.com.br C.N.P.J. nº **03.093.776/0008-68**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MANUELLA JACOB**, portador da Carteira de Identidade n° 40.132.722-7 e do CPF n° **372.532.828-50**, com o objetivo de formalizar a **RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL** do Contrato n.º 151/2025 datado de 14 de agosto de 2025, para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS – TIPO CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6X4, PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E MOTONIVELADORA, NOVOS, ZERO HORA, PARA ATENDER O CONVÊNIO Nº 123/2025-SEAB, DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**, haja vista a inexecução contratual e o seu descumprimento, mediante a ausência de entrega dos bens solicitados através da autorização de fornecimento de n° 2095, decorrente do empenho 4324/2025, emitida no dia 15/08/2025 pela Secretaria de Transportes e Serviços Rodoviários e enviada para a empresa **MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA**, do qual não cumpriu com a entrega, infringindo a cláusula terceira do contrato que previa que: "**A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a**

solicitação feita pelo Gestor, cumpridas as formalidades cabíveis". Assim, considerando que tratava-se de prazo máximo os 90 (noventa) dias e que não houve seu cumprimento integral, tendo apenas requerido a parte o aceite de apenas um, dos dois veículos contratualizados, e a concessão de novo prazo de 60 (sessenta) dias para a entrega do segundo caminhão, o que é inviável para a administração. Diante do explicitado e motivado pela inexecução contratual pela contratada, a rescisão contratual é a medida que se impõe.

São Jerônimo da Serra, 18 de novembro de 2025.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal--

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:0AC3A35B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

REF.: Pregão Eletrônico nº 44/2025
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de Empresa para fornecimento de Materiais e Serviços de instalação de padrão de energia elétrica nos poços artesianos.
Face ao contido no Resultado do Processo, homologo o presente procedimento licitatório à proponente.

Nº	Proponente	Itens	Valor Total
01	CLEBER CONSTANTINO BEGA ME	01,02,03	R$ 31.190,00

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site: www.saojosedaboavista.pr.gov.br.

São José da Boa Vista-Pr, em 18 de novembro de 2025.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:C6FBFB5E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

REF: Pregão Eletrônico nº 44/2025
O pregoeiro oficial, Willys Manoel Barbosa, comunica aos interessados no fornecimento do objeto do Pregão Eletrônico nº 44/2025, que após a homologação do objeto à proponente formalizada a seguinte Ata de Registro de Preços:

Nº atas	Proponente	Itens	Valor Total
98/2025	CLEBER CONSTANTINO BEGA ME	01,02,03	R$ 31.190,00

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site: www.comprasgovernamentais.gov.br
As Atas na íntegra encontram-se disponíveis no site: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br
São José da Boa Vista-Pr, em 18 de novembro de 2025

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:2BC4B994

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 392/2025

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal da ata no âmbito do Processo Administrativo nº 114/2025 – Pregão Eletrônico nº 44/2025, Registro de preço para futura e eventual contratação de Empresa para fornecimento de Materiais e Serviços de instalação de padrão de energia elétrica nos poços artesianos*;*
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestor e fiscal da ata de registro de preços de nº 98/2025 o sr. Elio Roberto Vaciloto –Secretário do Meio Ambiente.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025; 65º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:64F7B3C1

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Resolução Nº 05/2025

SUMULA – Aprovar Termo de Adesão e Plano de Ação referente à Deliberação nº 049/2025 do Município de São José da Boa Vista - Pr.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI** de São José da Boa Vista - PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal n.º 561/2003,

Considerando a Deliberação da Plenária realizada em 18/11/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar Termo de Adesão e Plano de Ação da **Deliberação nº 049/2025 "Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo"** do Município de São José da Boa Vista - PR.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

São José da Boa Vista, 18 de novembro de 2025.

LEILIANE DA SILVA RODRIGUES
Presidente do CMDI

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:47AA5AD0

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
DECRETO 681/2025

DECRETO Nº 681/2025

Súmula: Dispõe sobre a composição dos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de São José da Boa Vista, estado do Paraná e da outras providências.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em Vigor, e;

Considerando, o disposto na Lei Municipal nº 794/2013;
Considerando, deliberação plenária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 04/11/2025.
Considerando, os princípios da necessidade da observância dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e publicidade;

DECRETA

Art.1º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, tem a seguinte composição:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Ação Social-Divisão de Educação
Titular: Eliane Aparecida Lopes Ferraz; Suplente: Diana Maria Picon Campos;
Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Sandra Regina Pereira; Suplente: Kelly da Silva Scarton;
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio
Titular: Gabriel Henrique Barbosa de Paiva; Suplente: Leila das Graças Silva

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
AGEPAGRO - Associação Geral dos Produtores Agropecuários
Titular: Antônio Bento Dinis; Suplente: Gisele Muller Moreira
Lar Comunitário dos Velhinhos – LCV
Titular: Alexandre Correa; Suplente: Silvana de Carvalho

Organização Religiosa
Titular: Luan Assis de Oliveira; Suplente: Wagner Ribeiro
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Titular: Andréia de Fátima Andrade e Silva; Suplente: Aline Furquim de Oliveira.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 499/2023.

Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, aos catorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco. 65º da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:6040F981

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLASTIVO N.º 019/2025
DATA: 18 de novembro de 2025

SUMULA: Dispõe sobre Abertura de Credito ADICIONAL SUPLEMENTAR, e dá outras Providencias.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, no uso de suas atribuições legais:
DECRETA
Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais),** incorporando ao orçamento geral do legislativo para o Exercício Financeiro de 2025 as seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL
001- CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2012 – Câmara Municipal
3.3.90.39.00.00 – 100 – 001 – Outras serviços de terceiros – pessoa jurídica ..... R$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R$ 30.000,00

Art. 2º - Como recursos para cobertura ao crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos de acordo com o artigo 6º da Lei nº 20/2017 combinado com o artigo 43, Parágrafo 1.º, Inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de março de 1964, provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL
001- CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2012 – Câmara Municipal
3.1.90.11.00.00 – 30 – 001 – Serviços de Tecnologia da informação..... R$ 30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO..... R$ 30.000,00

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de São José das Palmeiras, aos dezoito dias do mês de novembro de 2025

JONES SILAS GONÇALVES LOURENÇO
Presidente

Publicado por:
Ademir Junkes
Código Identificador:BB647328

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 109/2022 - SJP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2022

3º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 109/2022- SJP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2022

Objeto:Contratação de empresa especializada para disponibilizar no mínimo 02 (dois) contêineres estacionários de 30m³ (trinta metros cúbicos) cada, para ficar sob demanda do Município, bem como prestar serviços de transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado e dentro das legislações ambientais, provenientes da coleta domiciliar do Município de São José das Palmeiras – PR.
Contratada: **PARANÁ AMBIENTAL LOGÍSTICA E COLETA DE RESÍDUOS LTDA**
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS/PR
Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.
Altera a Cláusula Terceira do preço e condições de pagamentos: passa o valor por tonelada de R$ 360,17 (trezentos e sessenta reais e dezessete centavos), para R$ 378,80 (trezentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) por mês da tonelada, o valor foi reajustado com base no IPCA (Índice de Preço ao Consumidor) dos últimos 12 (Doze) meses de 5,17% (Cinco virgula dezessete por cento). Passa o valor máximo do Contrato de R$ 495.345,60 (Quatrocentos e noventa e cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais sessenta centavos), para R$ 677.169,60 (Seiscentos e setenta e sete mil cento e sessenta e nove reais sessenta centavos).até término do contrato.
Altera a vigência do contrato constante na Cláusula Quarta: que passa a vigência de 31 de dezembro de 2025, para 31 de dezembro de 2026.
Fica alterada a Cláusula Oitava da execução dos serviços que passa de 36 (trinta e seis) meses, para 48 (Quarenta e oito) meses.

São José das Palmeiras/PR, 12 de Novembro de 2025

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:BBD7ECEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS PARA O MANDATO DE 2025 A 2027

ATA DA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS PARA O MANDATO DE 2025 A 2027

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, terça-feira, às 9 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, no município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, foi realizada a Audiência Pública, com o objetivo de eleger o Conselho Municipal de Esporte do município de São José das Palmeiras para o mandato de 2025 a 2027, atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei N° 316/2005, de 01 de setembro de 2005, conforme publicado no Edital de Convocação 001/2025, na Edição Nº: 3406, no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 11 de novembro de 2025. Os representantes da Sociedade Civil eleitos são 04 representantes titulares e 04 suplentes, sendo: Titulares - Agnaldo Alves Couto; Cathiuscia Nathieli Hoffmann; Dionatã José de Souza; Thiago Gabriel Nery da Silva; Suplentes - Roberto Carlos Rosa; Shaiana Andressa Borba de Oliveira Couto; Silvanir Pinto Maciel, Solange Pádua de Araújo Colombelli. Os representantes do Poder Público nomeados, são 03 representantes titulares e 03 representantes suplentes sendo: Titulares - Maria Aparecida das Chagas; Júlio Cesar Xavier; Regina Helena Dapper Fagundes; Suplentes - Fernando João Selatcheck; Gedielson Tavares Pinto; Valéria Ziem. Os Cargos dos integrantes do Conselho Municipal de Esporte - CME assim foram estabelecidos: Presidente: Maria Aparecida das Chagas; Vice-presidente: Júlio Cesar Xavier; 1ª Secretário: Cathiuscia Nathieli Hoffmann; Secretário executivo: Regina Helena Dapper Fagundes. Nada mais havendo a tratar, a Audiência Pública foi encerrada, e eu, Maria Aparecida das Chagas, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os presentes, que segue em anexo.

MARIA APARECIDA DAS CHAGAS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:C575F50A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 155/2025 - ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA O RECEBIMENTO, SEM ÔNUS OU ENCARGOS, DE DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS, MATERIAIS E DE SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

DECRETO Nº 155, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Estabelece procedimentos para o recebimento, sem ônus ou encargos, de doações de bens móveis, materiais e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas pela administração direta do Município de São José das Palmeiras.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, **CONSIDERANDO** que a União Federal e o Estado do Paraná também editaram regulamentos dispondo sobre o recebimento, sem ônus ou encargos, de doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas, consoante Decreto Federal nº 9.764, de 11 de abril de 2019, e Decreto Estadual nº 12.573, de 7 de novembro de 2022;

D E C R E T A

Art. 1º A administração direta do Município de São José das Palmeiras poderá receber, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas, a doação de:

I - bens móveis;
II - serviços;
III - materiais e estruturas de apoio para eventos; e
IV - materiais e bens de consumo.

§1º Não caracteriza onerosidade na doação:
I - a utilização de marcas institucionais de entidades sem fins lucrativos;
II - a existência de placa de inauguração ou similar indicando a ocorrência da doação, ainda que nela conste a marca ou nome da pessoa doadora;
III - a exposição de identificação de marca que conste originariamente gravada ou impressa no bem ou produtos objeto da doação;
IV - o pagamento de taxas ou emolumentos de transferência de titularidade do bem.

§2º Os bens móveis ou os serviços relacionados com estudos, consultorias e tecnologias que intentem prover soluções e inovações ao governo e à sociedade, ainda que não disponíveis no mercado ou

em fase de testes, e que promovam a melhoria da gestão pública poderão ser objeto da doação de que trata este Decreto.

§3º A doação de bens móveis ou de serviços que envolvam a utilização de sistemas ou de soluções de tecnologia da informação e comunicação observará as diretrizes estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, visando a assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação.

Art. 2º Toda pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, que atenda os requisitos estabelecidos neste Decreto, poderá apresentar, a qualquer tempo, proposta contendo a manifestação de interesse em doar bens móveis, materiais ou serviços, sem ônus ou encargos, ao Poder Público Municipal de São José das Palmeiras.

Parágrafo único - A proposta de doação a que se refere o caput deste artigo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações/documentos:
I - identificação e qualificação do proponente;
II - descrição do bem, material ou serviço, com suas especificações, localização, quantitativos e outras características necessárias à definição e delimitação do objeto da doação;
III - valor estimado do bem, material ou serviço ofertado;
IV - comprovação da regularidade do bem que pretende doar perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;
V - declaração do proponente de que:
a) inexistem demandas administrativas ou judiciais, de qualquer esfera, com relação ao bem, material ou serviço a ser doado; e
b) a doação será em caráter irrevogável e irretratável e sem qualquer ônus ou encargo à administração municipal.

Art. 3º O Executivo municipal, através da Secretaria de Administração, efetuará a avaliação e manifestar-se-á, de forma motivada, quanto à necessidade, mérito administrativo e interesse no recebimento do bem, material ou serviço objeto da proposta.

§1º Sendo indispensável a modificação das características ou especificações da proposta apresentada, com o objetivo de adequá-la às necessidades e interesses da Administração, o órgão municipal poderá apresentar os ajustes que se fizerem necessários para apreciação do proponente.

§2º Não sendo realizados, no prazo de 30 (trinta) dias, os ajustes solicitados e ausente a manifestação expressa do proponente, o procedimento de manifestação de interesse poderá ser arquivado.

§3º Na hipótese de aceitação da proposta de doação do bem, material ou serviço pela Administração, lavrar-se-á o competente Termo de Doação, a ser assinado pelo doador, pelo titular do órgão municipal pertinente e pelo Chefe do Executivo.

§4º O extrato do Termo a que se refere o §3º será publicado, no prazo de até 10 (dez) dias após a sua assinatura, no Órgão Oficial Eletrônico do Município.

Art. 4º Fica vedado o recebimento de doações nas seguintes hipóteses:
I - quando o doador for pessoa natural condenada por ato de improbidade administrativa ou por crime contra a Administração Pública;
II - quando o doador for pessoa jurídica:

a) declarada inidônea;
b) suspensa ou impedida de contratar com a Administração Pública; ou
c) que tenha, alternativamente, condenação por ato de improbidade administrativa, pela prática de crimes contra a Administração Pública ou cujo sócio tenha sido condenado por ato de improbidade administrativa;
III - quando o doador possua débitos inscritos em Dívida Ativa no Município de São José das Palmeiras;

IV - quando a doação caracterizar conflito de interesses; e

V - quando a doação puder comprometer ou colocar em risco a gestão e o resultado das atividades finalísticas da Administração municipal.

Art. 5º Não será admitida doação verbal ou sem atendimento ao disposto neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:4F753731

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 02/2023

OBJETO: Fornecimento de refeições e lanches aos servidores municipais em trânsito, conforme os termos do Edital de Chamamento Público nº 01/2023. A CREDENCIADA deverá atender os contribuintes em estabelecimento próprio e estarem estabelecidos em alguns dos seguintes municípios: Toledo, Cascavel e Santa Helena/PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADO: P A LANCHERIA LTDA
Valor: Valores estabelecidos conforme Anexo I do edital de chamamento público nº 01/2023.
VIGÊNCIA: Expira – se em 28 de fevereiro de 2026.

São José das Palmeiras, 18 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:D02C4436

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 274/2025 - NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE - CME

PORTARIA N° 274/2025, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE - CME.

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Nomear os integrantes e respectivos cargos do **Conselho Municipal de Esporte - CME**, órgão de caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, no âmbito de sua competência, conforme segue:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:
Representantes:
TITULAR: Maria Aparecida das Chagas
TITULAR: Júlio Cesar Xavier
TITULAR: Regina Helena Dapper Fagundes
SUPLENTE: Fernando João Selatcheck
SUPLENTE: Gedielson Tavares Pinto
SUPLENTE: Valéria Ziem

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
Representantes:
TITULAR: Agnaldo Alves Couto
TITULAR: Roberto Carlos Rosa
TITULAR: Dionatã José de Souza
TITULAR: Thiago Gabriel Nery da Silva
SUPLENTE: Cathiuscia Nathieli Hoffmann
SUPLENTE: Shaiana Andressa Borba de Oliveira Couto

SUPLENTE: Silvanir Pinto Maciel
SUPLENTE: Solange Pádua de Araújo Colombelli

Cargos dos integrantes do Conselho Municipal de Esporte e Lazer - CME:
Presidente: Maria Aparecida das Chagas
Vice-presidente: Júlio Cesar Xavier
1ª Secretário: Cathiuscia Nathieli Hoffmann
Secretário executivo: Regina Helena Dapper Fagundes

São José das Palmeiras, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:28C20AC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 087/2025 - AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 022/2025

PROCESSO LICITATORIO Nº 087/2025
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 022/2025

O município de São José das Palmeiras/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo de dispensa de licitação, conforme indicado abaixo:

Resumo do Certame:

Processo n.º:	087/2025
Dispensa de Licitação n.º:	022/2025
OBJETO	Contratação de empresa especializada para a locação, montagem/instalação elétrica e posterior desmontagem/retirada de estruturas e elementos decorativos natalinos luminotécnicos, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramental, transporte, carga/descarga e demais insumos necessários, para ambientação de logradouros públicos do Município de São José das Palmeiras/PR

Tipo de Licitação: Menor Preço por LOTE;
Período de recebimento das propostas: das 08h30min do dia 19/11/2025 até as 08h30min do dia **26/11/2025**.
Abertura e Julgamento das Propostas: as 08h30min do dia 26/11/2025
Início/Termino Da Sessão De Disputa De Preços: Às 08h40min até 11h:40min. do Dia 26/11/2025
Referência de tempo: Horário De Brasília (DF).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil– BLL – www.bll.org.br"Acesso Identificado no link–licitações"
Edital: O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município:www.sjpalmeiras.pr.gov.br/-Na Aba "Licitações".

São José das Palmeiras, 18 de novembro de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:27A4F5FC

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI

RESOLUÇÃO Nº 003/2025

SÚMULA: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação ao Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo-Investimento. Del.049/2025.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI no uso das suas atribuições, legais que lhe confere a Lei municipal Nº 594/2017 de 14 de junho de 2017 e considerando a deliberação da plenária realizada em 18 de novembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão ao Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo-Investimento.Del.049/2025

Art. 2º Aprovar o Plano de Ação ao Incentivo Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo-Investimento.Del.049/2025

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José das Palmeiras, 18 de novembro de 2025

TATIANE MARIA DE FRANÇA
Presidente do CMDI

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:9F8CA22C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 65/2025 PMSPPR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 87/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2025

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que se encontra aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 65/2025, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. MODO DE DISPUTA: ABERTO. A presente licitação tem por objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA PARA SER UTILIZADO EM OBRAS REPAROS REALIZADOS ATRAVÉS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, DE FORMA PARCELADA, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia 03 DE DEZEMBRO DE 2025, ÀS 09:00 HORAS. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ REALIZADO ATÉ AS 08:00 HORAS DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2025. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30h às 17:00h, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 18 de novembro de 2025.

ROSIELI CRISTINA DA SILVA
Pregoeira

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:F1E91CB9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 569/2025

DECRETO Nº 569/2025

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 59/2025-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico

D E C R E T A

Art. 1º. Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pela Pregoeira, extraído da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 59/2025-PMSPPR de 21 de outubro de 2025, que tomou por objeto Contratação de empresa para locação, montagem e fornecimento de materiais e enfeites natalinos, conforme descrito e especificado no anexo I do instrumento convocatório, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 59/2025-PMSPPR de 21 de outubro de 2025.
Processo Administrativo: nº 256/2025
OBJETO: locação enfeites natalinos
03.001.04122.0004.2.008 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
04.001.15.452.0010.2022 - SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

No Valor Máximo de R$ 188.468,56 (cento e oitenta e oito mil quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), em favor do proponente:

F.A.L. EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 16.993.356/0001-03, no valor total de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para o lote 01.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 18 de novembro de 2025.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:D035D7CD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 570/2025

DECRETO Nº 570/2025

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 62/2025-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pela Pregoeira, extraído da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 62/2025-PMSPPR de 23 de outubro de 2025, que tomou por objeto aquisição de veículos automotores destinados a Secretaria Municipal de Saúde, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 62/2025-PMSPPR de 23 de outubro de 2025.

Processo Adm: nº 261/2025

07.001.10.301.0022.1092 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA A SAÚDE - AMBULÂNCIAS E DEMAIS VEÍCULOS

4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

No Valor Máximo de R$ 343.960,00, em favor do proponente:

MAGI COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.622.272/0001-84 para o Lote 01, no valor total de R$ 339.960,00 (trezentos e trinta e nove mil e novecentos e sessenta reais).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 18 de novembro de 2025.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:6E2621E0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 571/2025

DECRETO Nº 571/2025

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para contratação de empresa na forma de adesão à Ata de Registro de Preços e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município,

D E C R E T A:

Art. 1º. Nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para aquisição de de 01 (um) veículo tipo hatch, Marca Fiat, Modelo ARGO DRIVE 1.3 FLEX – Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo zero km), conforme especificações e condições descritas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 87/2025, LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025, realizada pela SECID/PR – SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º. A empresa a ser contratada é a **PINHEIRO S VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.692.763/0001-03, no valor de **R$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais)**.

Art. 3º. Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 97/2025 – 18 de novembro de 2025.
Processo administrativo n°274/2025
04.001.26.782.0015.1456 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 18 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:D8D61D0D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 105/2025

LEI MUNICIPAL Nº 105 DE 2025.

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:
Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Suplementar, na importância total de R$ 8.855.281,04 (oito milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e um reais e quatro centavos), destinado a execução do Convênio SEAB - Programa Estradas Integração - Estrada das Pousadas a ligando a PR 691 a sede do Município de São Pedro do PR, e reforçando dotações vigentes na COSIP, cuja consignação far-se-á nas seguintes dotações do orçamento vigente:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.15.	URBANISMO	
04.001.15.451.	INFRA-ESTRUTURA URBANA	
04.001.15.451.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
04.001.15.451.0015.1.215.	Calçamento e Pavimentação de Vias Públicas - DISTRITO, PORTO EUCALIPTO E ZONA RURAL	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 32017 Código Local 32017 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	SEAB Programa Estradas Integração - Estrada das Pousadas a São Pedro do PR.	8.585.281,04
04.001.15.452.	SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0010.	ILUMINAÇÃO PUBLICA	
04.001.15.452.0010.2.022.	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30.	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte TCE 507 Código Local 1507 Fonte Padrão 507.99.99.00.00	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública	50.000,00
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte TCE 507 Código Local 1507 Fonte Padrão 507.99.99.00.00	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública	220.000,00
		8.855.281,04

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização cancelamento parcial de dotações do orçamento vigente, e do excesso de arrecadação de fonte de receita, a seguir discriminado:

CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE		
CODIFICAÇÃO	**DETALHAMENTO**	**VALOR**
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.15.	URBANISMO	
04.001.15.452.	SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0010.	ILUMINAÇÃO PUBLICA	
04.001.15.452.0010.1.021.	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 507 Código Local 1507 Fonte Padrão 507.99.99.00.00	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública	180.000,00
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 507 Código Local 1507 Fonte Padrão 507.99.99.00.00	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública	90.000,00
	Total Dos Cancelamentos	270.000,00

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALINEA DE RECEITA		
FONTE	DENOMINAÇÃODA FONTE	VALOR
Fonte TCE 32017 Código Local 32017 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 2.4.2.2.54.0.1.31.00.00.00.00. SEAB Programa Estradas Integração - Estrada das Pousadas a São Pedro do PR.	8.585.281,04
	Total Do Excesso De Arrecadação	8.585.281,04
TOTAL GERAL DESTA LEI		**8.855.281,04**

Artigo 3º Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional Suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:B138FA07

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 119/2025

PORTARIA Nº 119/2025

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO PÚBLICA DOS REGISTROS DE FREQUÊNCIA DOS PROFISSIONAIS MÉDICOS VINCULADOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E AO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), NAS UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES, E CONSIDERANDO O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE, À INFORMAÇÃO E À TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que assegura a qualquer cidadão o direito de acesso a informações de interesse coletivo ou geral;

CONSIDERANDO a necessidade de promover maior controle social e transparência na prestação dos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO que os profissionais médicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) desempenham funções de relevante interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar obrigatório o fornecimento da **Certidão de Negativa de Atendimento** a todo e qualquer usuário dos serviços de saúde da rede pública municipal que tiver seu atendimento recusado ou não realizado por indisponibilidade de vaga, insumos, equipamentos, profissionais ou qualquer outro motivo, no âmbito das unidades de saúde sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A Certidão Negativa de Atendimento deverá ser emitida imediatamente ao usuário ou seu responsável legal, no local e momento da recusa ou impossibilidade do atendimento.

Art. 3º O documento de que trata esta Portaria deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Nome completo do usuário;
II - Data e horário da tentativa de atendimento;
III - Nome e local da unidade de saúde;
IV - Motivo detalhado da negativa ou impossibilidade do atendimento;
V - Nome, cargo, matrícula e assinatura do(a) profissional responsável pela emissão do documento;
VI - Encaminhamento, se houver, para outra unidade de saúde ou serviço.

Art. 4º A emissão da Certidão de Negativa de Atendimento não exclui a responsabilidade da gestão em garantir o acesso do usuário ao serviço de saúde necessário, conforme as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Portaria sujeitará os responsáveis às penalidades administrativas cabíveis, sem prejuízo de outras sanções legais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná-PR, 18 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:9DCA8A99

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 120/2025

PORTARIA Nº 120/2025

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO PÚBLICA DOS REGISTROS DE FREQUÊNCIA DOS PROFISSIONAIS MÉDICOS VINCULADOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E AO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), NAS UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES, E CONSIDERANDO O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE, À INFORMAÇÃO E À TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que assegura a qualquer cidadão o direito de acesso a informações de interesse coletivo ou geral;

CONSIDERANDO a necessidade de promover maior controle social e transparência na prestação dos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO que os profissionais médicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) desempenham funções de relevante interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que todas as **Unidades Públicas de Saúde** do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, disponibilizem, para consulta pública, os **registros de frequência** dos profissionais médicos que ocupem cargos, funções ou contratos vinculados, de qualquer forma, ao **Sistema Único de Saúde (SUS)** e/ou à **Estratégia Saúde da Família (ESF)**.
Art. 2º A disponibilização referida no artigo anterior deverá ocorrer **em local visível e de fácil acesso ao público**, no âmbito da própria unidade, bem como, sempre que possível, por meio eletrônico, no portal oficial da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º Os registros de frequência deverão conter, no mínimo:
I – o nome do profissional;
II – o cargo ou função exercida;
III – o horário de trabalho previsto;
IV – os dias e horários efetivamente cumpridos.
Art. 4º As informações deverão ser atualizadas **mensalmente** e permanecer disponíveis para consulta por, no mínimo, **12 (doze) meses**.
Art. 5º O gestor responsável por cada unidade de saúde deverá garantir a veracidade e a integridade dos registros, respondendo administrativamente em caso de omissão ou falsidade das informações.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Pedro do Paraná-PR, 18 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:7708079F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - SUMULAS

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
Município de São Pedro do Paraná, torna público que recebeu **LICENÇA PRÉVIA** do IAT, para **Empreendimento Habitacional de Interesse Social em Área Urbana,** a ser implantado no Lote Urbano Remanescente 1, Matrícula n.°52.165, no Distrito de Porto São José, **Município de São Pedro do Paraná- PR**.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
Município de São Pedro do Paraná, torna público que requereu **LICENÇA DE INSTALAÇÃO** do IAT, para **Empreendimento Habitacional de Interesse Social em Área Urbana,** a ser implantado no Lote Urbano Remanescente 1, Matrícula n.°52.165, no Distrito de Porto São José, **Município de São Pedro do Paraná- PR**.

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:856BBCCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA DE ELETRÔNICA Nº 004/2025.

O MUNICÍPIO de SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Paraná, torna público que fará realizar, **as 09:00 horas do dia 27 de novembro do ano de 2025**, na Rua Papa João XXIII, nº 1086, Centro – Setor de Licitação em São Sebastião da Amoreira, Paraná, Brasil, **DISPENSA ELETRÔNICA**, **do tipo menor preço POR ITEM, por meio de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, Plataforma https://bnc.org.br de acordo com as especificações do Edital.**

Objeto: Aquisição de poltronas giratórias para uso dos vereadores no plenário da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.
Os interessados deverão encaminhar os documentos de habilitação e propostas adicionais, e especificações dos produtos, valor unitário e total, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Endereço, contato, e-mail, nome e assinatura (em forma física ou digital) do responsável pelo fornecimento da proposta.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitação através do e-mail **licitação@amoreira.pr.gov.br**, pelo telefone (43) 3265-8300, com o Agente de Contratação/Pregoeiro Rômulo Janoni Soares.

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço eletrônico citado.

São Sebastião da Amoreira, 19 de novembro de 2025.

JOSÉ APARECIDO BRAGA –
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edilaine Ferreira Dos Santos Silva
Código Identificador:656BFBBF

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 398 - ESPECIAL - REVITALIZAÇÃO PRAÇA - SECID - R$ 1.009.230,36

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91
DECRETO Nº 398, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: Abre crédito adicional especial do valor de R$ 1.009.230,36 (um milhão, nove mil, duzentos e trinta reais e trinta e seis centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.211/2025, DECRETA:
Art. 1º - Abre crédito adicional especial no valor de R$ 1.009.230,36 (um milhão, nove mil, duzentos e trinta reais e trinta e seis centavos), para criação de dotações específicas ao atendimento das despesas do Convênio 1402/2025 -SECID – Secretaria de Estado das Cidades - PARANACIDADE, Revitalização da Praça Central, não constantes do orçamento em vigor, a saber:

05 – SECRETARIA DE URBANISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
05.001 – DIVISÃO DE URBANISMO	
15 452 0016 1093 Revitalização da Praça Central - Convênio 1402/2025 - SECID	
4.4.90.51.00.00.00.00 1005 Obras e instalações.....	R$ 958.768,84
4.4.90.51.00.00.00.00 1000 Obras e instalações.....	R$ 50.461,52

Art. 2º - Os recursos para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, são oferecidos como segue:

Excesso de Arrecadação por recurso vinculado	
- Convênio 1402/2025 SECID – Revitalização da Praça Central	R$ 958.768,84
- Anulação parcial de dotação orçamentária constante do orçamento programa em vigor	
05 – SECRETARIA DE URBANISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
05.001 – DIVISÃO DE URBANISMO	
22 661 0004 1073 Construção de Barracão Idustrial	
264 - 4.4.90.51.00.00.00.00 31000 Obras e instalações.....	R$ 50.461,52

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 18 de novembro de 2.025.

EXILAINE GASPAR	***GENITO SEVERINO DOS SANTOS***	***UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR***
Prefeita Municipal	Secretário Municipal de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente	Contador

Publicado por:
Wagner Minoru Tamehiro
Código Identificador:9B3DFC6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 399 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Torna pública a utilização da Tabela do DERAL – Valor da Terra Nua (VTN), como referencial de avaliação para fins de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na área rural do Município de São Sebastião da Amoreira.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO *os valores divulgados pelo Departamento de Economia Rural – DERAL/SEAB – relativos ao Valor da Terra Nua (VTN);*

D E C R E T A:

Art.1º - Fica adotada, como referencial mínimo para avaliação do Valor da Terra Nua (VTN) para fins de embasamento do cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na área rural deste Município, a Tabela do DERAL, conforme valores abaixo discriminados por aptidão agrícola, por hectare e por alqueire paulista:

Aptidão	Classificação	R$/ha	R$/al
Lavoura aptidão Muito boa	A-I	R$ 154.800,00	R$ 374.616,00
Lavoura aptidão boa	A-II	R$ 117.300,00	R$ 283.866,00
Lavoura aptidão regular	A-III	R$ 86.600,00	R$ 209.572,00
Lavoura aptidão restrita	A-IV	R$ 71.700,00	R$ 173.514,00
Pastagem Plantada	B-VI	R$ 58.100,00	R$ 140.602,00
Sivicultura ou pastagem natural	B-VII	R$ 45.300,00	R$ 109.626,00
Preservação da fauna ou flora	C-VIII	R$ 15.800,00	R$ 38.236,00

§ 1º - *Para* fins deste Decreto, considera-se terra nua o imóvel rural composto *pelo solo e sua superfície, incluindo mata, floresta, pastagem nativa e demais formas de vegetação natural, excluídas as benfeitorias, construções e culturas cultivadas.*

§ 2 – *A administração pública, por meio do setor responsável, poderá utilizar os valores da tabela como referencial mínimo para cálculo do ITBI rural, podendo adotar também:*
I – Valores de mercado apurados;
II – Laudo técnico de avaliação;
III – outros instrumentos legais disponíveis.

§ 3 – *O contribuinte poderá apresentar contestação fundamentada quanto ao valor utilizado na avaliação, mediante requerimento e documentação comprobatória, que será analisada pelo setor competente.*

Art. 2º - Os valores constantes da tabela anexa têm caráter de referência mínima, podendo a administração considerar, para efeito de avaliação, o valor praticado no mercado ou aquele apurado por critérios técnicos.

Art. 3º - Os valores definidos neste Decreto não obrigam as partes para fins de negociação privada de compra e venda de imóveis rurais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

São Sebastião da Amoreira, em 18 de novembro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:A551086A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 400 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Altera, em caráter excepcional, o horário de funcionamento das repartições públicas da Administração Municipal de São Sebastião da Amoreira, a partir de 1º de dezembro de 2025, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em especial o art. 66, inc. VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, que confere competência ao Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a adequada gestão dos serviços públicos, compatibilizando a jornada dos servidores com o interesse público e com as condições administrativas existentes;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Executivo estabelecer, mediante decreto, a fixação e a alteração de horários de expediente e atendimento ao público nas repartições públicas municipais;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e razoabilidade, que orientam a Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do Município, especialmente no encerramento do exercício financeiro, bem como de realizar ajustes no fluxo de gastos administrativos, assegurando a boa gestão fiscal;

CONSIDERANDO que a alteração excepcional dos horários não poderá prejudicar a continuidade dos serviços essenciais e deve respeitar a legislação municipal vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado, em caráter excepcional, o horário de atendimento ao público das repartições públicas municipais, a partir de 1º de dezembro de 2025, passando a funcionar das 07h00 às 13h00, conforme disposto neste Decreto.

§ 1º. *Não serão afetados os horários dos transportes da Secretaria Municipal de Educação e demais departamentos municipais que já atendem às escalas de trabalho e de essencial interesse da administração.*

§ 2º. *Exceção se faz aos órgãos de colaboração e outras Esferas de Governo; às Secretarias e Departamentos que prestam serviços essenciais e diretos ao público, tais como Unidade Básica de Saúde, Unidade Mista de Saúde, CRAS, escolas, creches, setores responsáveis pela segurança dos prédios públicos, fiscais sanitários, plantonistas em geral e demais servidores que cumprem jornada diferenciada, os quais manterão seus horários normais de funcionamento, observando-se a escala definida pela chefia imediata.*

§ 3º. *As unidades administrativas deverão manter, durante todo o período de funcionamento estabelecido, servidores suficientes para garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados ao público, evitando qualquer prejuízo ao atendimento*.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de dezembro de 2025.

São Sebastião da Amoreira, 18 de novembro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:B98F9CF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 401 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME do Município de São Sebastião da Amoreira, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em especial o art. 66, inc. VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.321, de 23 de junho de 2015, que instituiu o Plano Municipal de Educação – PME;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acompanhamento, monitoramento e avaliação das metas e estratégias estabelecidas no PME 2025;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 807/2025, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que solicita a formalização da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a importância de garantir transparência, participação social e controle público na implementação das políticas educacionais municipais;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica instituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME do Município de São Sebastião da Amoreira, responsável por acompanhar, avaliar e produzir relatórios periódicos sobre o cumprimento das metas previstas na Lei Municipal nº 1.321/2015.

Art. 2º — A Comissão será composta pelos seguintes membros:
I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Francisca Barbosa da Silva Bueno – Secretária Municipal de Educação e Cultura
Silmara Ferreira Braga Mashima – Coordenadora Pedagógica
Ivone Santina Alves Soares – Coordenadora Pedagógica

II – Conselho Municipal de Educação – CME
Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Silmara Farias Ferreira Braga
Representantes do Poder Executivo Municipal
Wanderley Ferreira Figueiredo
Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais
Josielli Poliani Ramalho da Silva
Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais
Andréia Cristina Furlan Peres Barbosa
Representantes dos Demais Servidores das Escolas Públicas Municipais
Elena Pinto Canile de Cristo
Representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais
Ana Paula Lourenço Lopes
Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública
Jhenifer Beatriz da Silva
Representante do Conselho Tutelar
Lindomar Cardoso Gaspar
Representantes de Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos ligadas à Educação
Bruna Cristina Alves dos Santos
Representante da Sociedade Civil Organizada
Érick Lepold Maria Verdegem

III – Equipe Técnica
Representante da Educação Infantil:
Sabrina Felipe Costa de Mattos
Representante do Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Bruna Siqueira da Silva
Representante do Ensino Fundamental I:
Rosana Marto Hugo
Representante do Ensino Fundamental – Anos Finais:
Elza Barbosa de Oliveira Gaspar
Representante do Ensino Médio:
Eliana Eliza Fernandes
Representante da Educação de Jovens e Adultos – EJA:
Lucimar de Fátima Carvalho Reginato

IV – Câmara Municipal de Vereadores
Wanderley Nobrega Monteiro Filho

Art. 3º - A Comissão terá caráter técnico-consultivo e deverá reunir-se periodicamente, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 4º- As atividades da Comissão não ensejarão qualquer tipo de remuneração, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 18 de novembro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:980AC43B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 06/2025 3ª
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 018/2025

O Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, torna pública a **2ª Retificação do Edital de Abertura nº 018/2025**, referente ao **Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 06/2025**, destinado à contratação por prazo determinado, para atender necessidade de excepcional interesse público.

Foram realizados ajustes em diversos campos do edital, com as alterações devidamente destacadas em azul no texto retificado, permanecendo inalteradas as demais disposições do edital original.

O texto completo desta retificação encontra-se disponível no site oficial do Município: **www.amoreira.pr.gov.br**.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 18 de novembro de 2025.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:0AD107AC

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 51/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICAS Nº 01/2025

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ nº 09.000.336/0001-29, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
CONSTRUTORA LF MORAIS LTDA, CNPJ 34.377.314/0001-20, localizada na Rua Conselheiro Zacarias, 331, Vila Municipal - Pitanga-PR CEP: 85200-000, representada por Lucas Fernandes Morais, portador da cédula de identidade R.G. n. º 10772278-5 SESP/PR, inscrito no CPF sob n. º 094.119.609-79, residente na Rua Caetano Munhoz da Rocha, 1190, centro, CEP 85.200-000, Pitanga/Pr.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato nº 51/2025, referente à Concorrência Eletrônica nº 01/2025, por mais 30 (trinta) dias, com nova vigência até 29/06/2026, nos termos do art. 107, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

- Cláusula Segunda: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais explicitadas no contrato original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO

Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:7E28C141

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

NONO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 75/2021 - PREGÃO N° 20/2021

CONTRATANTE
O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrita no CNPJ nº 14.926.555/0001-73, neste ato representado pela PREFEITA MUNICIPAL, Senhora Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
Paulo Roberto Moreira – EPP, inscrito no CNPJ nº 11.214.840/0001-73, com sede na Rua João Henrique Jaqueta, nº 10, Jardim dos Pioneiros, Cornélio Procópio – PR, representado por seu titular Sr. Paulo Roberto Moreira, CPF nº 038.364.399-64.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 6 (seis) meses, a vigência e a execução do contrato 75/2021, oriunda do Pregão Eletrônico nº 20/2021, com nova data de vigência até 08 de maio de 2026, nos termos da Cláusula Terceira do contrato original e do art. 57, II, parágrafo 2°, da Lei 8666/93.

- Cláusula Segunda: Conforme previsão contratual e legal, o valor total do contrato nº 75/2021, passa a ser de R$ 88.189,70 (oitenta e oito mil cento e oitenta e nove reais e setenta centavos). O pagamento será efetuado de forma parcelada, segundo as solicitações da Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada das certidões negativas exigidas (FGTS, INSS, Municipal e Trabalhista), observada a ordem cronológica de exigibilidade prevista na Lei nº 8666/2021, e em até 10 (dez) dias úteis após o atesto pela Secretaria requisitante.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais explicitadas no contrato original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO

Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:A11B7DCB

SETOR DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2025

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2025

OBJETO: Registro de Preços para a Contratação de Empresa para futuras e eventuais aquisições de peças e prestação de serviços mecânicos para manutenção da Frota Municipal, utilizando as Tabelas ou SOFTWARE AUDATEX, MOLICAR, CILIA,ORION, SINDIREPA ou outro similar de mesma confiabilidade para a realização da manutenção preventiva e corretiva dos veículos da linha leve, média e pesada que fazem parte da Frota Oficial ou que venham a ser incorporados ao Patrimônio do Município de São Sebastião da Amoreira – Paraná.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
VALOR MÁXIMO: CONFORME EDITAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00 do dia 05/12/2025.

O Edital completo está disponibilizado no endereço eletrônico www.amoreira.pr.gov.br Informações através do telefone (43) 3265-8300.

São Sebastião da Amoreira, 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:04A2AB30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 354/2025

DECRETO Nº 354/2025

O CIDADÃO, Senhor **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** Prefeito Municipal de Sapopema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade que determina a lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Decretar Luto Oficial Municipal em respeito ao falecimento do Cidadão Honorário Sapopemense, **PADRE HARUO SASAKI,** falecido no dia **18/11/2025**.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapopema, em: 18 de novembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:69538FBA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 176/2025 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 176/2025 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 03/2024)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2024,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **03/2024**, homologado pelo Decreto nº. 12/2025 de 06 de janeiro de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
Diploma

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFI CAÇÃO	NOME COMPLETO	CPF	NOTA FINAL
55	**Cleunice Aparecida da Rosa**	055.866.459-80	49
56	Beatriz dos Santos Brazil	069.385.089-25	49

Sapopema 18 de Novembro de 2025

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:18EE2D08

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 177/2025 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 177/2025 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 03/2024)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2024,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **03/2024**, homologado pelo Decreto nº. 12/2025 de 06 de janeiro de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
Diploma

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	CPF	NOTA FINAL
57	JOSIANE GOMES DE LIMA	045.130.289-39	47

Sapopema 18 de Novembro de 2025

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:F5601F55

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 272/2022-PREGÃO Nº 83/2022

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 272/2022-Pregão Nº 83/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Sapopema-Pr, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Sr Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, ***SRº.* PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. 4.985.239-8, CPF sob o nº. 769.681.549-00, residente e domiciliado nesta cidade, Rua: Santana, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666 de 21/03/93. decorrente da Licitação sob a modalidade **Pregão N.º 83/2022.**
CONTRATADA: A. DE OLIVEIRA PONCE FISIOTERAPEUTA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de São Jerônimo da Serra-Pr, 209, Rua: Claudio Ferreira da Costa - CEP: 86.270-000 - Centro, telefone (43) 3258-0029, E-mail: alexponce456@hotmail.com devidamente inscrita no CNPJ sob nº 22.025.842/0001-30, neste ato representada pelo Sr.Alex de Oliveira Ponce, maior, portador do C.P.F. nº 041.558.579-10, residente e domiciliado na cidade de:são Jerônimo da Serra Paraná.
CLÁUSULA 1ª: Na forma do art. 57 Inciso II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, fica prorrogado o contrato nº 272/2022, a findar-se em 01/11/2026. Conforme Acórdão nº 1912/2023 TCE PR.
CLÁUSULA 2ª : Na forma do art. 65 §1º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, fica acrescido o valor de R$: 48.000,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais). Referente aos próximos 12 (doze) meses de prestação de Serviço.
CLÁUSULA 3ª - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Sapopema, 31 de outubro de 2025.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:119F52AF

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº 1650/2025

LEINº 1650/2025

EMENTA: *Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).*

Art. 1º Fica ratificado, nos termos daLei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005e seuDecreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sapopem, 18 de novembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:5F460D81

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI N.º 1651/2025

LEI N.º 1651/2025

Súmula: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR BENS MÓVEIS EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECIONAIS DO MUNICIPIO DE SAPOPEMA-APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Em razão do desinteresse na manutenção do Comodato pela **Associação Casa Familiar Padre Sasaki de Sapopema/PR** fica o Poder Executivo Municipal autorizado doar para a **ASSOCIAÇÃO**

DE PÁIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, pessoa jurídica regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 84.788.256/0001-03, os seguintes bens móveis:
Computadores de mesa com gabinete vertical objeto de comodato com a Associação Casa Familiar Padre Sasaki de Sapopema/PR através da Lei Municipal 995/2015. .

Art. 2º A doação é feita em carater definitivo.
Art. 7º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal 995/2015.
Sapopema, 18 de novembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:F4C7374B

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI N.º 1652/2025

LEI N.º 1652/2025

Súmula: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER EM REGIME DE COMODATO BEM MÓVEIS EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECIONAIS DO MUNICIPIO DE SAPOPEMA-APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em regime de comodato para a **ASSOCIAÇÃO DE PÁIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS,** pessoa jurídica regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 84.788.256/0001-03, os bens constantes do anexo I da presente Lei.
Parágrafo único. O prazo de vigência do comodato é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, no interesse da Administração, por expresso, mediante aditivo.
Art. 2º: O Comodatário fica obrigado pelo zelo dos bens, e as despesas com manutenção.
Art. 3º: A destinação do objeto descrito no art. 1º será única e exclusivamente para fins de utilização pela Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais Do Município de Sapopema-APAE.
Art. 4º: Fica vedado ao comodatário locar, ceder ou transferir o bem imóvel a terceiros em qualquer hipótese.
Art. 5º: Fica o Comodante autorizado a vistoriar os bens, visando sua destinação, estado de uso e conservação, sempre que lhe aprouver, podendo, em caso de descumprimento de qualquer artigo desta lei retomar o bem imóvel de imediato.
Art. 6º: Todas as responsabilidades e obrigações serão de ajustadas em termo de comodato apartado
Art. 7º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sapopema, 18 de novembro de 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:F5A33DB9

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº 1653 /2025

LEI Nº 1653 /2025.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR BENS IMÓVEIS ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JR., Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona e promulga a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Município de Sapopema/PR, autorizado a adquirir, através de desapropriação amigável ou judicial o imóvel constante de parte das matriculas nº 3984, 3988 e 4710 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva-PR, de propriedade de Lazaro Paulino da Rosa.

Parágrafo Único: Com relação aos imóveis constante no caput será desapropriada as seguintes áreas, conforme memorial descritivo e mapa anexo:
- Matriculas 3984, 3988 e 4710, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva – Pr. Descrição: *"um lote de terreno rural com 45.707,00 m2 (quarenta e cinco mil setecentos e sete metros quadrados), com as divisas e confrontações constantes na matricula e n memorial descritivo".*
Valor avaliado .....R$ 661.051,65 (seiscentos e sessenta e um mil cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos)

- Matriculas 3984, 3988 e 4710, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva – Pr. Descrição: *"um lote de terreno rural com 8.026,00 m2 (oito mil e vinte e seis mil metros quadrados), com as divisas e confrontações constantes na matricula e n memorial descritivo".*
Valor avaliado .....R$ 116.078,51 (cento e dezesseis mil setenta e oito reais e cinquenta e um centavos)

Art. 2º - A aquisição dos imóveis de que trata o artigo anterior, destina-se para construção de casas populares e ampliação do cemitério municipal, sendo desde já declarada a área de utilidade pública.

Art. 3º - O valor total a ser pago pelos imóveis de que trata o artigo 1º desta Lei é de R$ 777.130,16 (setecentos e setenta e sete mil cento e trinta reais e dezesseis centavos).

Paragrafo Único: O valor referido no caput deste artigo, está dentro do valor de marcado e em consonância com a avaliação do imóvel realizada por comissão designada para este fim.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão parte com recursos próprios do Município e parte referente a transferência especial para investimento.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAPOPEMA, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JR.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A9403395

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
PORTARIA Nº. 17/2025- REFERENTE FERIADO CONSCIÊNCIA NEGRA.

PORTARIA Nº. 17/2025.
O Senhor **EDMAR VIEIRA RODRIGUES,** Presidente da Câmara Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa de Leis, tendo em vista o Feriado Dia da Consciência Negra no dia 20/11/2025.

DETERMINA:
Que nos dias 20/11/2025 e 21/11/2025, o Legislativo Municipal não prestará expediente retornando apenas no dia 24/11/2025.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se e publique-se

Sapopema, 17 de novembro de 2025.

EDMAR VIEIRA RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Sapopema.

Publicado por:
Alessandra Oliveira Isidoro
Código Identificador:6FDEAE96

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
RESOLUÇÃO Nº 06/2025 SÚMULA: AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A CONCEDER CESTAS NATALINAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLUÇÃO Nº 06/2025

Súmula: Autoriza o Poder Legislativo a conceder Cestas Natalinas aos servidores públicos efetivos da Câmara Municipal de Sapopema/PR, e dá outras providências.

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA, ESTADO DO PARANÁ, juntamente com a MESA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Sapopema APROVOU e ele promulga a seguinte:
RESOLUÇÃO:
Art. 1º. Fica autorizado o Poder Legislativo a conceder cestas natalinas para os servidores públicos efetivos da Câmara Municipal de Sapopema.
Art. 2º. A cesta natalina será constituída de itens alimentares diversos cujo preço total não exceda a importância de R$ 300,00 (trezentos reais).
Parágrafo único. Os itens da cesta natalina serão escolhidos pelo Presidente da Câmara.
Art. 3º. As despesas decorrentes do cumprimento dessa Resolução correão por conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Sapopema para o corrente ano.
Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA, ESTADO DO PARANÁ, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/11/2025).

EDMAR VIEIRA RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Alessandra Oliveira Isidoro
Código Identificador:0BC4099A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 420/2025/SMSA

Concede Progressão Funcional à servidora pertencente ao quadro efetivo da Autarquia Águas de Sarandi-SMSA e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os artigos 32 a 35 da Lei Complementar nº 397/2022, de 12 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** Progressão Funcional à servidora **CRISTIANE VAZ DE ALMEIDA VIEIRA**, matrícula nº **1211**, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** do nível **GOAP-01-R-16** para o nível **GOAP-01-R-18**.

Art. 2º - Ficarão anexos na ficha funcional da servidora os documentos comprobatórios do enquadramento estabelecido neste ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 18 de novembro de 2025.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Robson Alessandro Nunes Simas
Código Identificador:5D9BDDF1

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 421/2025/SMSA

Concede Progressão Funcional à servidora pertencente ao quadro efetivo da Autarquia Águas de Sarandi-SMSA e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os artigos 32 a 35 da Lei Complementar nº 397/2022, de 12 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** Progressão Funcional à servidora **MARIA CRISTIANE DA SILVA SOARES**, matrícula nº **2211**, ocupante do cargo de **TELEFONISTA** do nível **GOAP-05-R-10** para o nível **GOAP-05-R-12**.

Art. 2º - Ficarão anexos na ficha funcional da servidora os documentos comprobatórios do enquadramento estabelecido neste ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 18 de novembro de 2025.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Robson Alessandro Nunes Simas
Código Identificador:8F25214A

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 422/2025/SMSA

Concede Progressão Funcional à servidora pertencente ao quadro efetivo da Autarquia Águas de Sarandi-SMSA e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os artigos 32 a 35 da Lei Complementar nº 397/2022, de 12 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão Funcional à servidora **MARIA ISABELE DA SILVA**, matrícula nº **2221**, ocupante do cargo de **TELEFONISTA** do nível **GOAP-05-R-10** para o nível **GOAP-05-R-12**.

Art. 2º - Ficarão anexos na ficha funcional da servidora os documentos comprobatórios do enquadramento estabelecido neste ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 18 de novembro de 2025.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Robson Alessandro Nunes Simas
Código Identificador:6A7B3885

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 423/2025/SMSA

Concede Progressão Funcional a servidor pertencente ao quadro efetivo da Autarquia Águas de Sarandi-SMSA e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os artigos 32 a 35 da Lei Complementar nº 397/2022, de 12 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Progressão Funcional ao servidor **RODRIGO FIGUEIREDO DA SILVA**, matrícula nº **1871**, ocupante do cargo de **VIGIA** do nível **GOAM-06-R-12** para o nível **GOAM-06-R-14**.

Art. 2º - Ficarão anexos na ficha funcional do servidor os documentos comprobatórios do enquadramento estabelecido neste ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 18 de novembro de 2025.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Robson Alessandro Nunes Simas
Código Identificador:5DA0D82C

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2024

ORIGEM:	INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024 - PRESERV
CONTRATANTE	Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV.
CONTRATADA	HF GESTÃO PÚBLICA LTDA; CNPJ 12.402.787/00001-05
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo aditar a avença original, com alteração das Cláusulas do contrato, com fim de promover a prorrogação do prazo de vigência original em mais 12 (doze) meses, passando para o dia 18 de novembro de 2026 a nova vigência do contrato, além de promover o reajuste do seu valor mensal, sendo o reajuste de 3,78%, perfazendo o valor mensal de R$ 8.037,77 (oito mil e trinta e sete reais e setenta e sete centavos) e um valor total de R$ 96.453,24 (noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e quatro centavos), esses valores são referentes aos módulos utilizados pelo PRESERV, porém o contrato com todos os módulos disponíveis para utilização terá um valor de R$ 1.042.317,08 (Um milhão, quarenta e dois mil, trezentos e dezessete reais e oito centavos).. Acerca da contratação de empresa especializada na área da Tecnologia da Informação para uso de Licença para SISTEMA INTEGRADO PARA GESTÃO PÚBLICA, com acesso ilimitado de usuários, destinado a utilização pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo do Município de Sarandi, Estado do Paraná.
VIGÊNCIA:	De 19/11/2025 a 18/11/2026
ASSINATURA:	17 de novembro de 2025

MARCIO CESAR FALASCHI
Superintendente do PRESERV

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:2A5DD751

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/2025

Aprova as Contas do Município de Sarandi, relativas ao Exercício Financeiro de 2024.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e o senhor Presidente, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, em especial pelos incisos IV e V do art. 18, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte:

Decreto Legislativo

Art. 1º Ficam, por força deste Decreto Legislativo, aprovadas as Contas do Poder Executivo do Município de Sarandi, relativas ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do ex-prefeito Walter Volpato em conformidade com o Parecer Prévio nº 269/2025 da Segunda Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que recomendou a Regularidade das contas.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 18 dias do mês de novembro de 2025.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:FB35B40B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1440/2025

SÚMULA: Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legaise na forma da Lei Municipal nº 3091, de 04/09/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no Município de Sarandi, Paraná, na forma da Lei Municipal nº 3091, de 04 de setembro de 2025**.**

Nome	Seguimento
Titular: Isabella de Souza Campanholi CPF: 106.xxx.xxx-01	**ACIS – Associação Comercial e Industrial de Sarandi**
Suplente: Adriana Maria de Jesus CPF: 050.xxx.xxx-80	
Titular-Alzira Cristina Bertelli Costa CPF:005.xxx.xxx-54	**Secretaria Municipal de Saúde**
Suplente-Alessandra Prudencio Domingues	

CPF:052.xxx.xxx-83	
Titular-Ana Carla Nunes Volpato Nigro CPF: 054.xxx.xxx-46	**1ª e 2ª Vara Criminal TJPR**
Suplente-Jane Isabelle dos Anjos Ling Lima CPF: 005.xxx.xxx-60	
Titular-Vanessa Souza Ortiz CPF:000.xxx.xxxx-28 **Cargo:**Vice-Presidente	**Usuárias da Política para Mulheres**
Suplente-Camila Martins CPF:064.xxx.xxx-76	
Titular-Caroline Fama Saito Martins CPF:075.xxx.xxx-47 **Cargo:** Tesoureira	**Secretaria Municipal de Politicas para as Mulheres**
Suplente-Márcia Regina Franzoi Martins CPF:958.xxx.xxx-20	
Titular-Maiara Cristina Pereira Ventura Blonski CPF:088.xxx.xxx-05	**CRAM Centro de Referência e Atendimento a Mulher**
Suplente-Josemery Blasques Morales CPF:031.xxx.xxx-30 **Cargo:**Secretária	
Titular-Daniela Marques da Silva Daneis CPF:007.xxx.xxx-46	**Secretaria Municipal de Assistência Social**
Suplente-Kelly Viviane Oliveira de Jesus CPF:977.xxx.xxx-04	
Titular-Mariuza Bueno Ferreira Sandano CPF:234.xxx.xxx-91	**PROMEC – Proteção do Menor Carente de Sarandi**
Suplente-Daiane Lemes CPF:048.xxx.xxx-44	
Titular-Roberta de Mendonça Ramires Cassin CPF:929.xxx.xxx-68	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**
Suplente-Elizangela Pereira Munhoz CPF:020.xxx.xxx-06	
Titular-Lígia Maria Mossambani CPF:052.xxx.xxx-50 **Cargo:**Presidente	**AMPEC – Associação da Micro e Pequenas Empresas de Sarandi**
Suplente-Marliceia de Souza Candioto CPF:763.xxx.xxx-68	

Art. 2º O período de mandato das conselheiras nomeadas será de 02 (dois) anos, iniciando-se em 22 de outubro de 2025 a 22 de outubro de 2027.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 12 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego William Sanches
Código Identificador:01C8A4C1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 9-0061/2025 - PMS - UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0061/2025 – PMS
UASG 988461
OBJETO: Registro de preços para serviços de locação de máquinas (retroescavadeira, rolo pneumático, caminhão basculante trucado, vibro acabadora, cavalo mecânico e caminhão basculante com munk garra), para atender a demanda da Secretaria de Urbanismo do Município de Sarandi/PR.

Data e horário de abertura da Sessão: **dia 12 de dezembro de 2025 às 09:00h.**
LOCAL: http://www.compras.gov.br/
AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O EDITAL COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (0xx44) 3264-8623.
E-MAIL: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro3@sarandi.pr.gov.br
O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NOS SITE: http://www.sarandi.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br e Portal Transparência

Sarandi, 18 de novembro de 2025.

DANIEL DE OLIVEIRA LEITE
Agente de Contratações

Publicado por:
Daniel de Oliveira Leite
Código Identificador:7E8F154D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0060/2025-PMS-UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0060/2025 – PMS
UASG 988461
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas (marmitex), com logística de entrega, para atender às necessidades das Secretarias do Município de Sarandi/PR.

Data e horário de abertura da Sessão: **10 de dezembro de 2025 às 09:00hrs.**

LOCAL: http://www.compras.gov.br/

AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O EDITAL COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (44) 3264-8600 (Ramal 2089).
E-MAIL: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro4@sarandi.pr.gov.br
O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NOS SITE: http://www.sarandi.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br e Portal Transparência

Sarandi, 18 de novembro de 2025.

MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS
Agente de Contratações

Publicado por:
Maria Luiza Souza Carvalho Mattos
Código Identificador:8E4C49FB

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
DESPACHO DE REVOGAÇÃO PE 9-0023/2025 - UASG 988461

DESPACHO DE REVOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021, resolvo dar publicidade na revogação do seguinte processo:

Processo	Pregão Eletrônico
nº	9-0023/2025
Objeto	**Aquisição de três CAMIONETAS para uso do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Educação e Corpo de Bombeiros de Sarandi/PR**

Pelo presente instrumento, comunicamos aos interessados que, conforme despacho fundamentado circunstanciadamente, constante no processo de Pregão Eletrônicoº 9-0023/2025, referente ao objeto supracitado, fica o referido processo revogado, com fulcro no Art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

Sarandi, 18 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:0EC10884

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9-0020/2025-PMS-UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pela(o) Agente de Contratações, resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Dispensa, na forma Eletrônica
Edital nº	9-0020/2025
Processo Administrativo nº	126/2025
Objeto	Aquisição e locação de itens destinados ao Concurso "Mais Bela Idosa e Boneca Viva 2025", realizado pelo Município de Sarandi/PR.

Em favor da(o):
1) JP COMERCIAL E SERVCOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 39.874.744/0001-70 no valor total dos itens vencidos de R$ 5.740,00 (cinco mil, setecentos e quarenta reais).

2) CAROL DISTRIBUIDORA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 07.654.231/0001-68 no valor total dos itens vencidos de R$ 2.938,65 (dois mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Sarandi, 13 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luiza Souza Carvalho Mattos
Código Identificador:1554BD49

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DO PE 9-0042/2025 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar**o seguinte processo:

Modalidade	Pregão, na forma Eletrônica.
Edital nº	9-0042/2025
Processo Administrativo nº	97/2025
Objeto	Registro de preços para aquisição de toners e demais suprimentos para impressoras, conforme demanda das Secretarias do Município de Sarandi/PR

Em favor da(o):
1) W P DO BRASIL inscrito no CNPJ/CPF Nº 04.483.808/0001-28 no valor total dos itens vencidos de R$ 2.423.461,27 (dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos).

2) DISTRISUPRI DSITRIBUIDORA E COMERCIO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 10.210.196/0001-00 no valor total dos itens vencidos de R$ 12.880,00 (doze mil, oitocentos e oitenta reais).

3) R TREVIZAN SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 40.146.736/0001-97 no valor total dos itens vencidos de R$ 170,00 (cento e setenta reais).

Sarandi, 17 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:1E1D1899

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DO PE 9-0055/2025 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pela(o) Pregoeiro(a), resolvo **homologar**o seguinte processo:

Modalidade	Pregão, na forma Eletrônica.
Edital nº	9-0055/2025
Processo Administrativo nº	122/2025
Objeto	Aquisição de Pistola de Semiautomatica no Calibre 9x19 mm, marca Glock modelo G45 MOS, Coldre Ostensivo compatível com a Pistola Glock G45 e Porta carrgador duplo compatível com a Pistola Glock G45, a fim de atender a necessidade da Guarda Municipal de Sarandi - PR.

Em favor da(o):
1) BELICOS, ARMAS E MUNICOES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 47.767.783/0001-05 no valor total dos itens vencidos de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).
2) CJ&M SOLUCOES COMERCIAIS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 53.463.762/0001-90 no valor total dos itens vencidos de R$ 9.299,40 (nove mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).
3) BELICA MILITAR LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 40.807.222/0001-35 no valor total dos itens vencidos de R$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais).

Sarandi, 17 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:96DF3BA9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 1456/2025

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixorelacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para "Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para executar obra de reforma no Centro Cultural Irmã Antona - Casa da Cultura do Municipio de Sarandi/PR", em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
SÔNIA REGINA NEVES ZOBOLI	FISCAL	SECULT

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:DA3AC0CF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 1471/2025

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR,Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para "Contratação de empresa especializada

para execução de obra para Construção do CÉU DA CULTURA no município de Sarandi/PR", em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
SÔNIA REGINA NEVES ZOBOLI	FISCAL	SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E JUVENTUDE

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de Novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:C53200CC

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO - PROCESSOS ADM. INEXIGIBILIDADE 80/2025 - RETIFICAÇÃO EXTRATO PUBLICACAO

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 80/2025 – EDIÇÃO Nº 3403 de 10/11/2025

ONDE SE LÊ:
CONTRATADA: 48.544.883 SUMMA EDUCATIONE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
LEIA-SE:
CONTRATADA: 48.544.883 SUMMA EDUCAÇÃO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
Sarandi, 11 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Aleixo da Silva Garcia
Código Identificador:A0E1FDFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMDPI

RESOLUÇÃO n.º 03/2025

Dispõe sobre a divulgação do resultado da eleição da nova mesa diretiva do CMDPI e o resultado da eleição do sociedade civil organizada para o mandato Não Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para a gestão de 2025 a 2027.

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa , no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2367/2017 e suas alterações, conforme a deliberação em plenário ordinário no dia 05 de novembro de 2025:

- CONSIDERANDO o Estatuto do Idosos e a Lei Municipal n.º 2367/2017 e sua alteração 2832/2022 no Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI é composta de 08 (oito) conselheiros titular e seus respectivos suplentes os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não Governamentais, sendo: I – Das instituições governamentais: a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude; b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; d) 01(um) representantes da Secretaria Municipal de Assistência; II - 04 (quatro) representantes de organizações não governamentais de âmbito municipal diretamente ligados defesa ou ao atendimento ao idoso, legalmente constituídas e em funcionamento no mínimo 01 ano;

- CONSIDERANDO o Regimento do CMDPI;

- CONSIDERANDO a deliberação da pauta 01: Apresentação dos novos conselheiros para o mandato Não Governamental (2025 a 2027) e eleição da nova mesa diretiva do CMDPI;

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar divulgação do resultado da eleição da nova mesa diretiva do CMDPI o mandato Não Governamental para a Gestão de 2025 a 2027: **Presidente: Lucélia Mendes dos Santos - representante da Pastoral do Idoso de Sarandi, Vice Presidente: Gisele Silvestre da Silva - representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretária: Marlene Inácia da Silva - representante do Acesa.**

Artigo 2º – Divulgar o resultado da eleição do sociedade civil organizada para o mandato Não Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para a gestão de 2025 a 2027:

NOME	REPRESENTANTE/ÁREA
Titular: Deisela Regina Camargo Bueno Suplente: Maria Margarete Locatelli	APAE - Associação de Amigos e Pais de Excepcionais
Titular: Marlene inácio de Souza Suplente:Vilma Aparecida de Olivera	ACESA - Associação de Cegos de Sarandi/PR
Titular: Lucélia Mendes dos Santos Suplente: Benice Amorim Favato	Pastoral do Idoso - (Paróquia N. Sra. das Graças e Santa Terezinha do Menino Jesus)
Titular: Heza Regina Hidalgo Suplente: Pedro Cavalli Ferreira Machado	Núcleo Social Prof.ª Hanako Kinoshita Pasquali

Artigo 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-Pr, 18 de novembro de 2025.

MARISA DE ALMEIDA
Presidente Interina do CMDPI

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:7E9B1C33

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA EDITAL_NA_20251113_170753

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 19/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
KNZ7E45	116100T000957151	05/11/2025	55411

Publicado por:
Gabriel Saraiva de Gouveia
Código Identificador:BC1C9A78

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA EDITAL_NADV_20251112_170717

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 16/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ADR9195	284610M000339226	24/08/2025	56732	
AGW2B66	284610M000339104	23/08/2025	56732	
ELW2513	284610M000339027	22/08/2025	56732	
ETY8G49	284610M000339264	25/08/2025	56732	
QZA7H37	284610M000338782	18/08/2025	56732	
SSW2B08	284610M000338897	20/08/2025	56732	06067920293

Publicado por:
Gabriel Saraiva de Gouveia
Código Identificador:900245DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 4848/2025

SÚMULA: INSTITUI A COMISSÃO TEMPORÁRIA, EQUIPE TÉCNICA DO PLANO MUNICPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ATUAR NA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Interesse Público na Regulamentação da Comissão Temporária de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação, da Educação Escolar Básica No Município;
CONSIDERANDO a necessidade de se proceder à nomeação e constituição da nova Comissão Temporária do Plano Municipal de Educação do Município;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 45 da Lei Municipal n.º 596/2022, de 16 de dezembro de 2.022 – Plano de Carreira dos Profissionais de Educação Escolar Publica do Município de Sengés, sobre a Gratificação pelo exercício de cargo a serviço da Administração;
CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n.º 3577, de 13 de janeiro de 2.023 regulamenta o valor da gratificação de que tratam os artigos 111, I e 112 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sengés;
O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, Gerson Nunes, no uso das atribuições de seu cargo,
D E C R E T A
Art. 1º. – Institui a Comissão Temporária, EQUIPE TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO, do Plano Municipal de Educação; dentro do âmbito do Poder Executivo Municipal, com a finalidade monitor e avaliar o avanço das metas contidas no Plano de Municipal de Educação, principalmente para:
Acompanhar os avanços ou não das metas e estratégias propostas no Plano Municipal de Educação – Ano 2015 a 2025, da Rede Municipal de Ensino do Município de Sengés;
Propor Notas Técnicas adequando às necessidades e realidade das Instituições escolares Municipais.
Preencher em números e porcentagens, através de indicadores Senso Escolar, Censo Demográfico, Ipardes e demais instituições reconhecidas, os avanços das metas destinadas a Rede Municipal
Art. 2º. – A Comissão Temporária do Plano Municipal de Educação; será constituída pelos membros abaixo relacionados, ficando a Presidência sob a responsabilidade da Coordenadora do Plano Municipal de Educação Susiane Aparecida Ferreira Santos:

Susiane Aparecida Ferreira dos Santos	Coordenadora do Plano Municipal de Educação - PME, Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE, Plano de Ações Articuladas-PAR.
Alessandra Rodrigues	Coordenadora Geral do Ensino Fundamental.
Rosane da Silva Ferraz	Diretora de Departamento da Administração da Educação.
Minéia Barboza Jorge	Psicopedagoga Institucional e Coordenadora do programa Sala de Apoio à Aprendizagem.
Nelson Antonio Ciola Junior.	Coordenador do Ensino Fundamental.

Art. 3º. – O mandato da Comissão Designada por este Decreto será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado.
Art. 4º. – Todas as reuniões da Comissão deverão ser realizadas com a presença de todos os membros da pertencente a Equipe Técnica, entres eles, seu Presidente.
Art. 5º. – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria n.º 4315/2024.
Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025.

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:D69F9BE4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4849/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA COMISSÃO COORDENADORA NO PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INSTITUIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 154, DE 23 DE JUNHO DE 2.015 E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

Gerson Nunes, Prefeito do Município de Sengés, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo exercício do cargo,
Resolve:
Art. 1º Nomear, nos termos da Lei Municipal nº 154/2015, os seguintes integrantes que constituirão a Comissão Coordenadora para o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

Nome	Segmento Representado
Valdirene Aparecida Bulka	Secretaria de Educação
Adriana Vivian Perin Koteski	Secretaria de Educação
Carlos Eduardo Fuzeto	Secretaria de Finanças
Katia Alves Rodrigues	Professor
Adriele Aparecida dos Santos	Professor
Jessica Caroline Otto Santos Paulino	Pai de aluno
Irene de Jesus dos Santos Simão de Deus	Pai de aluno
Maria Clara Godoi Jorge	Grêmio Estudantil
Tawany Aparecida Roberto Pereira	Grêmio Estudantil
Fabiele Savagin Sutil de Oliveira	Escola Particular
Delma Lucia Alves Rosa	Escola Especial
Rosirene Freitas Campos	Escola Estadual
Odirlei Alves dos Santos	Escola Estadual
Mariane Lupinacci	Câmara de Vereadores
Luciano Ribeiro da Cruz Júnior	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e Conselho Municipal.
Milena Camargo	Secretaria de Saúde – Milena 0,0
Caroline Leonor Nogueira Schaitel Fernandes	Secretaria de Assitência Social
Sinara Aparecida Ferreira Ramos Bortoluzze	Secretaria de Asssitencia Social
Leda Renata Ferreira Oliveira	Conselho Municipal de Educação e Fundeb
Jane Scheffer de Almeida	Conselho Tutelar
Cristina Félix da Costa	Associação Comercial
Luiz Magno de Queiroz Vieira	Presidente da Acais

Art. 2º Os integrantes acima nomeados, além das atividades previstas na Lei Municipal nº 154/2015, deverão:
I – Receber os relatórios de monitoramento do Plano Municipal de Educação para análise e aprovação;
II – Dar publicidade aos relatórios finais de monitoramento;
III – Receber a versão preliminar do Relatório de Avaliação, e planejar audiência pública para receber contribuições;
IV – Formular a Versão Final do relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação, e encaminhá-lo para o Secretário Municipal de Educação.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria n.º 4316/2024.

Município de Sengés, 17 de novembro de 2025.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:CCCF6D23

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01/2025.

SÚMULA. Dispõe sobre os critérios e procedimentos para que a Procuradoria-Geral do Município encaminhe informações relativas às ações judiciais que envolvam o Município e que constituam passivos contingentes com potencial risco fiscal.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SENGÉS, no uso de suas atribuições legais, especialmente no artigo 5º, I, da Lei Municipal n.º 618, de 15 de março de 2.023.

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Instrução Normativa estabelece os critérios e procedimentos a serem observados pela Procuradoria-Geral do Município na prestação de informações sobre ações judiciais nas quais o Município de Sengés figure como parte e que representem **risco fiscal**.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta norma, são adotadas as seguintes definições:

I - **Provisões:** passivo de prazo ou de valor incertos;

II - **Passivo:** obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera resultar em saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;

III - **Passivos Contingentes:**

a) obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade;

b) obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável que uma saída de recursos para liquidar a obrigação seja exigida ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

IV - **Ativos Contingentes:** ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

CAPÍTULO II - DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Art. 2º. Para fins de classificação de risco, serão consideradas todas as ações judiciais em tramitação ou já transitadas em julgado, cujo impacto financeiro estimado seja igual ou superior ao **piso** a ser estabelecido anualmente pela Procuradoria-Geral em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

§ 1º. Inicialmente, o valor piso fica estabelecido em R$ 300.

§ 2º. Havendo multiplicidade de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito, será considerado o impacto financeiro estimado resultante da soma das ações judiciais que supere o patamar fixado no caput.

Art. 3º As ações judiciais, quanto à probabilidade de perda, serão classificadas em:

I - Risco Provável;

II - Risco Possível;

III - Risco Remoto.

Art. 4º Serão classificadas como Risco Provável a ação judicial ou o conjunto de ações judiciais, com fundamento em idêntica questão de direito, quando, em contrariedade à tese defendida pela Fazenda Pública, houver:

I - Autorização da Procuradoria-Geral do Município, em caráter geral, para reconhecer a procedência de pedidos, transigir, deixar de interpor recursos ou desistir dos já interpostos;

II - Decisão colegiada do Supremo Tribunal Federal em Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade, transitada em julgado;

III - Decisão colegiada proferida em Recurso Extraordinário com Repercussão Geral reconhecida, com trânsito em julgado;

IV - Súmula, enunciado ou orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior do Trabalho, desde que a matéria não seja passível de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal;

V - Decisão colegiada em Incidente de Assunção de Competência (IAC), Incidente de Instrução Normativa de Demandas Repetitivas (IRDR) ou Recurso Representativo de Controvérsia (RRC) do Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior do Trabalho, desde que a matéria não seja passível de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal;

VI - Decisão colegiada em IAC, Uniformização de Jurisprudência ou IRDR por Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional do Trabalho, desde que a matéria não seja passível de apreciação em Tribunais Superiores;

VII - Decisão colegiada proferida pelo Tribunal de Justiça em Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade, desde que a matéria não seja passível de apreciação em Tribunais Superiores;

VIII - Decisão desfavorável à Fazenda Pública proferida por órgão colegiado de Tribunais Superiores em ações individualmente consideradas, desde que não haja matéria passível de apreciação em Tribunais Superiores e não se enquadre nos incisos anteriores.

Art. 5º Serão classificadas como Risco Possível a ação judicial ou o conjunto de ações judiciais, com fundamento em idêntica questão de direito, quando, em contrariedade à tese defendida pela Fazenda Pública, houver:

I - Súmula, enunciado ou orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior do Trabalho, sendo a matéria passível de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal;

II - Decisão colegiada em IAC, IRDR ou RRC do Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior do Trabalho, sendo a matéria passível de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal;

III - Decisão colegiada em IAC, Uniformização de Jurisprudência ou IRDR por Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional do Trabalho, sendo a matéria passível de apreciação em Tribunais Superiores;

IV - Decisão colegiada proferida pelo Tribunal de Justiça em Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade, sendo a matéria passível de apreciação em Tribunais Superiores;

V - Decisão desfavorável à Fazenda Pública proferida por Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional do Trabalho, na pendência de recurso especial ou extraordinário.

Art. 6º Serão classificadas como Risco Remoto as ações judiciais que não se enquadrem nos critérios previstos nos arts. 4º e 5º desta Instrução Normativa.

Art. 7º Excepcionalmente, desde que devidamente justificado e observado o parâmetro financeiro estabelecido no art. 2º, o Procurador-Geral poderá incluir ou excluir ações na classificação de riscos dos arts. 4º, 5º e 6º, ou alterar a sua classificação.

§ 1º. A classificação de risco deverá ser revisada sempre que houver alteração na situação processual da ação judicial.

§ 2º. Quando a ação judicial possuir mais de um pedido, será feita a avaliação de risco de cada um ou, não sendo possível, a classificação será relativa ao pedido de maior relevância econômica.

Art. 8º. Para fins de estimativa de riscos, devem ser excluídas as ações judiciais:

I - Em fase de execução, cujo título judicial exequendo tenha sido declarado inválido ou suspenso por decisão judicial;

II - Cuja obrigação de pagar já tenha sido cumprida ou cujo pagamento já tenha sido judicialmente requisitado.

CAPÍTULO III - DOS ATIVOS CONTINGENTES

Art. 9º. A avaliação das ações judiciais quanto à probabilidade de êxito, nas quais o Município de Sengés seja parte autora, seguirá os mesmos critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa para classificação de risco quanto à probabilidade de perda.

§ 1º. A classificação poderá ser realizada apenas na fase de execução, conforme critérios a serem estabelecidos em Instrução Normativa específica.

§ 2º. Adicionalmente à avaliação relativa à tese jurídica discutida, sempre que possível, será feita avaliação do conjunto probatório e da capacidade econômico-financeira da parte Ré.

CAPÍTULO IV - DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES

Art. 10. A estimativa de impacto financeiro será aferida pelos órgãos ou entidades envolvidos no processo judicial.

§ 1º. A Procuradoria-Geral do Município deverá solicitar aos órgãos ou entidades a elaboração ou atualização da estimativa de impacto.

§ 2º. Nos processos judiciais em fase de execução, a estimativa de impacto poderá basear-se em laudo de contador da Secretaria de Finanças e Planejamento, quando for necessária apenas a atualização conforme os critérios fixados na decisão exequenda.

§ 3º. Quando não for possível estimar o impacto financeiro com razoável segurança, os órgãos e entidades devem indicar e justificar as razões dessa impossibilidade.

§ 4º. A solicitação de estimativa da PGM não afasta a obrigação dos órgãos e entidades da Administração para, de ofício, elaborarem demonstrativo de impacto financeiro sempre que constatarem

potencial relevante impacto às finanças públicas ou probabilidade de multiplicação de ações similares.

Art. 11. Poderá ser instituído formulário, eletrônico ou não, para preenchimento das informações pelo Procurador oficiante, que deverá solicitar a obtenção ou atualização do valor de impacto financeiro, nos termos do art. 10.
§ 1º. Compete ao Procurador-Geral, ou a quem ele indicar, revisar e compilar os dados fornecidos pelos Procuradores oficiantes.
§ 2º. Para fins de evidenciar os passivos contingentes, deverá ser indicado:
I - breve descrição do objeto da ação judicial e o prazo previsto para o pagamento;
II - eventual incerteza sobre o prazo previsto para o pagamento, fornecendo informação sobre a premissa utilizada a respeito dos eventos futuros.

Art. 12. Havendo multiplicidade de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito, o Procurador que nelas atuar deverá realizar as providências necessárias para a classificação e identificação dos processos enquadrados nos respectivos temas.
Parágrafo único. As informações de que trata o caput poderão ser obtidas através de formulário eletrônico, conforme o disposto no art. 11.

Art. 13. Para a finalidade prevista nos artigos 11 e 12, poderá ser instituída Comissão de Análise de Riscos Fiscais para auxiliar no levantamento de dados de processos.
§ 1º. Competirá à Comissão o levantamento de dados e a interlocução direta com órgãos e entidades envolvidos nos temas para fornecer subsídios para elaboração de estimativa de impacto financeiro.
§ 2º. A participação na Comissão, que se dará sem prejuízo das atribuições normais do cargo, constituirá serviço público relevante.

Art. 14. Poderão ser editadas Instruções Normativas complementares para disciplinar a forma de classificação de ações por temas.

CAPÍTULO V – DOS PRAZOS
Art. 15. Os órgãos da Procuradoria-Geral do Município deverão encaminhar as informações de que trata esta Instrução Normativa, observados os seguintes prazos:
I – Anualmente, observado o prazo para envio da LDO e LOA;
II – Sempre que em razão do valor individual ou somado das ações, o valor total das condenações seja superior aquele previsto no art. 2º, § 1º, desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 15. O município deverá disponibilizar sítio eletrônico informações atualizadas sobre os riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais em que figure no polo passivo.

Art. 16. Para fins de aplicação desta Instrução Normativa, em regime de transição, as classificações deverão observar:
I - Para ações já ajuizadas até a data de publicação desta Instrução Normativa, a classificação deverá ser realizada quando da interposição de recursos ou ciência do trânsito em julgado;
II - Para ações ajuizadas após a data de publicação desta Instrução Normativa, a classificação deverá ser realizada quando do protocolo da contestação ou peça de defesa.

Art. 17. Adicionalmente ao contido no art. 16, a classificação total de todas as ações do Município deverão ser realizadas no prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

EVANDRO RODRIGO DE SOUZA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:735B348F

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 010/2025

A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDOo feriado do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro;
CONSIDERANDOque neste ano, 20 de novembro recai sobre quinta feira;
CONSIDERANDOo Decreto nº 4.838/2025 de 10 de novembro de 2025 do Executivo Municipal;
DETERMINA,
Ponto facultativo no Legislativo Municipal de Sengés, no dia 21 de Novembro de 2.025 (sexta-feira), assim não havendo expediente na Câmara Municipal de Sengés nesse dia.

Gabinete da Presidência em, 18 de Novembro de 2025.

ANÁRIO ALVES FILHO
Presidente

JESSÉ BRIZOLA
Vice-Presidente

MARIANE LUPINACCI
1ª Secretária

WAGNER RIBEIRO KUK
2º Secretário

Publicado por:
Luciane Aparecida Vieira
Código Identificador:6BC8C345

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2025
(Processo Licitatório nº 252/2025)

OBJETO: Compra de dois veículos novos, zero quilômetro, um do tipo SUV, e outro do tipo caminhonete/pick-up, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 303.158,15 (trezentos e três mil, cento e cinquenta e oito reais e quinze centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço unitário por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 8h00min do dia 4 de dezembro de 2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h00min do dia 4 de dezembro de 2025.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 4 de dezembro de 2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

18/11/2025

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:2C9558AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2025
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 256/2025)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando à contratação de empresa, sob regime de empreitada global, tipo menor preço, para construção do Ginásio de Esportes, com área a construir de 1.219,79 m², localizado na Rua Princesa Isabel, s/n, Grêmio, zona urbana do município de Sengés, PR, conforme projeto básico, orçamento, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo anexos ao Edital.

VALOR TOTAL: R$ 2.160.642,60 (dois milhões, cento e sessenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 5/12/2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h00min do dia 5/12/2025.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h30min do dia 5/12/2025.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

A participação na presente Concorrência se dará mediante realização sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Concorrência da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, disponível no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login.
Os interessados deverão se inscrever previamente, realizando o devido credenciamento junto à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**; telefone: **(041) 3097-4600**; e-mail: contato@bll.org.br;
Informações Gerais: O Edital encontra-se à disposição dos interessados através do site **www.senges.pr.gov.br**. Mais informações poderão ser obtidas através do telefone 43 - 3567-1400, no endereço eletrônico: **deptolicitacao@senges.pr.gov.br**

Sengés, 18 de novembro de 2025.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:5E655A01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

Na edição nº ANO XIV Nº 3409 de 18 de novembro de 2025 deste Diário Oficial, foi publicado o **PREGÃO ELETRÔNICO nº 108/2025**, cujo objeto é a Aquisição de Veículos do Tipo Van, em que por um lapso foi digitado errado os valores previstos no Edital, portanto **ONDE SE LÊ "R$ 1.092.628,00"**, **LEIA-SE "R$ 1.092.627,99"**. Ressalta-se que **a data e o horário de realização do certame permanecem inalterados**, sendo mantida para o dia **3 de dezembro de 2025, às 13h30min.**

Informações poderão ser obtidas pelo Telefone (43) 3567-1400, pelo site www.senges.pr.gov.br ou pelo E-MAIL deptolicitacao@senges.pr.gov.br e no PNCP.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Sengés, 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:2176063E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2025
(Processo Licitatório nº 201/2025)

OBJETO: Formação de REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual compra de produtos de limpeza em geral e de produtos de higiene, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VENCEDORES:

RPG – COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA inscrito pelo **CNPJ n° 54.205.260/0001-22** nos lotes 001, 004, 006, 008, 010, 012, 016, 017, 018, 030, 033, 034, 037, 042, 043, 048, 050, 055, 057, 058, 059, 060, 061, 063, 074, 078, 079, 087, 088 e 090 do objeto desta licitação com o valor total de **R$ 147.429,26 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos).**

MEDINGA COMERCIAL LTDA inscrito pelo **CNPJ n° 57.742.953/0001-42** nos lotes 020, 021, 023, 025 e 052 do objeto desta licitação com o valor total de **R$ 5.403,19 (cinco mil, quatrocentos e três reais e dezenove centavos).**

CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA inscrito pelo **CNPJ n° 60.915.736/0001-11** no lote 026 do objeto desta licitação com o valor total de **R$ 5.384,80 (cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).**

LUIZ MINIOLI NETTO LTDA inscrito pelo **CNPJ n° 14.221.429/0001-13** nos lotes 031, 035, 036, 038, 045, 062, 066, 075 e 093 do objeto desta licitação com o valor total de **R$ 43.340,55 (quarenta e três mil, trezentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos).**

HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA inscrito pelo **CNPJ n° 17.676.642/0001-08** no lote 040 do objeto desta licitação com o valor total de **R$ 2.888,80 (dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).**

RGK PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA inscrito pelo **CNPJ n° 52.815.475/0001-30** no lote 044 do objeto desta licitação com o valor total de **R$ 1.902,36 (mil novecentos e dois reais e trinta e seis centavos).**

MATHAN DISTRIBUIDORA LTDA inscrito pelo **CNPJ n° 55.835.715/0001-56** no lote 071 do objeto desta licitação com o valor total de **R$ 7.608,93 (sete mil, seiscentos e oito reais e noventa e três centavos).**

SOLO G9 LTDA inscrito pelo **CNPJ n° 11.102.277/0001-41** no lote 076 do objeto desta licitação com o valor total de **R$ 917,50 (novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos).**

DESERTOS: 085, 086 e **092.**

DATA DA HOMOLOGAÇÃO PARCIAL: 17/11/2025.

Sengés, 18 de novembro de 2025.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F385EAFA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 230, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3341/2024 de 17/12/2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), destinado a reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

33.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO
33.010.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE CAPTAÇÃO
33.010.17.000.0000.0.000. Saneamento
33.010.17.512.0000.0.000. Saneamento Básico Urbano
33.010.17.512.0020.0.000. Agua tratada e saneamento básico.
33.010.17.512.0020.2.311. Manutenção dos serviços de captação
- 3.0.00.00.00.00 01076 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01076 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01076 APLICAÇÕES DIRETAS
72 - 3.3.90.39.00.00 01076 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 600.000,00
Total Suplementação: 600.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

31.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORAMENTO
31.030.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
31.030.17.000.0000.0.000. Saneamento
31.030.17.122.0000.0.000. Administração Geral
31.030.17.122.0002.0.000. Apoio Administrativo
31.030.17.122.0002.1.316. Reforma de Proprios
- 4.0.00.00.00.00 01076 DESPESAS DE CAPITAL
- 4.4.00.00.00.00 01076 INVESTIMENTOS
- 4.4.90.00.00.00 01076 APLICAÇÕES DIRETAS
24 - 4.4.90.51.00.00 01076 OBRAS E INSTALAÇÕES 600.000,00
Total Redução: 600.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 17 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

FLAVIO MARCELINO FANTIN
Diretor- Superintendente

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:E9842B1B

ASSESSORIA GERAL
DECRETO N.º 231, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

:

- Representantes de Adolescentes maiores de 16 anos de idade:

1. Titular 2. Suplente	Ketheleen Bianca Barbosa Galdino Felipe Dias Babugia
1. Titular 2. Suplente	Karol Corrêa Pulici João Paulo Oliveira Totti

- Representantes do Conselho Tutelar:

1. Titular 2. Suplente	Naudinei Ferreira Moreira Rosângela Páscoa da Silva

Art. 3º - Fica homologada a escolha dos seguintes membros para comporem a Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - C.M.D.C.A deste Município de Sertanópolis, Estado do Paraná, Gestão 2025/2027:

Presidente	Graziela Fernanda Alves Fávero
Vice - Presidente	Antonio Roberto Marques de Souza
1ª Secretária	Elizandra Emília Cardoso Dias

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:9E0C0D15

ASSESSORIA GERAL
DECRETO N.º 232, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Designa o Senhor VALTERNEY LUIZ BERSANETI, para responder pelas funções de Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município.

ANA RUTH SECCO, Prefeita do Município de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das prerrogativas legais, de conformidade com os incisos II e V do Artigo 78 e Artigos 71, 72 e 73 da Lei Orgânica do Município de Sertanópolis e Lei Municipal n.º 2.229/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, para responder pelas funções de **Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos** do Município, o Senhor **VALTERNEY LUIZ BERSANETI,** portador da Cédula de Identidade Registro Geral **4.363.738-0/SESP-PR.**, inscrito no CPF(MF) sob n.º **614.450.709-44**, passando a perceber os vencimentos constantes da simbologia **CC DS**, da Tabela em vigor.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 008/2021 e produzindo seus efeitos retroativos a partir de 15.09.2025.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:209E2E7C

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 154/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:

Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30(trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 30/08/2024 a 29/08/2025 ao senhor **ANDRÉ SOLANO SOUTO,** ocupante do cargo de Assistente Administrativo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 033.039.889-00
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

BRUNO BROCOLI
Secretário de Administração Geral

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:2F91BE17

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 155/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 19/08/2024 a 18/08/2025 ao senhor **EMILIO AUGUSTO FERRO,** ocupante do cargo de Engenheiro Civil, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 045.161.599-96.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

BRUNO BROCOLI
Secretário de Administração Geral

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:1A3CE9D2

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 156/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2024 a 31/07/2025 a senhora **CASSIA SALETE PEREIRA DA SILVA,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 740.898.629-49.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

BRUNO BROCOLI
Secretário de Administração Geral

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:BE2932CF

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 157/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 18/01/2023 a 17/01/2024 a senhora **CRISTIANA ALBINO LOURETO,** ocupante do cargo de Assistente Administrativo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 044.282.299-50.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

OLGA JOSIANI ROSA
Chefe da Divisão de Compras

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:B09BE1B7

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 158/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 24/04/2024 a 23/04/2025 ao senhor **ADEMILSON ROBERTO GOUVEA,** ocupante do cargo de Agente de Construção e Manutenção, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 437.785.859-91.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

VALTERNEY LUIZ BERSANETI
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:70AC7037

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 159/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/01/2023 ao senhor

JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Serviços Rodoviários, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 276.665.909-97.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

VALTERNEY LUIZ BERSANETI
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:F8005785

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 160/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 05/02/2024 a 04/02/2025 ao senhor **LUCIANO APARECIDO BIANCHI,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 973.741.219-20
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

VALTERNEY LUIZ BERSANETI
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:A4067699

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 161/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2023 a 31/01/2024 ao senhor **VALDELEI DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 032.708.479-04.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

VALTERNEY LUIZ BERSANETI
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:CE1EE52E

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 162/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 05/08/2024 a 04/08/2025 a senhora **JOSIMARA MUSSATO PEREIRA,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 028.545.579-64.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

HELOISA BUZO MAXIMO DIAS
Diretora do Departamento de Assistência Social

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:ECECC96B

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 163/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 25/01/2024 a 24/01/2025 a senhora **LEONILDA APARECIDA DA SILVA,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 971.311.219-91.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

HELOISA BUZO MAXIMO DIAS
Diretora do Departamento de Assistência Social

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:96A33DD4

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 164/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/05/2024 a 30/04/2025 ao Senhor **DENILSON BONFAIN**, ocupante do cargo de Agente de

Fiscalização, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 714.674.599-68.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

BRUNO BROCOLI
Secretário de Administração Geral

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:EF49CA98

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 165/2025

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Art. 1º - Conceder Licença Remunerada de 10 (dez) dias, a partir de 05/10/2025, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.029/2012, Artigo 202 a Servidora Pública Municipal **MARIA APARECIDA SILVA,** ocupante do cargo de Professora, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF 756.634.149-91.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/10/2025.

Paço Municipal "Santo Soriani", 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

GRAZIELA FERNANDA ALVES FÁVERO
Diretora do Departamento de Educação

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:BDECE0D5

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PAUTA DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 21/11/2025

Pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária de 21/11/2025 - Sala das Sessões, às 11h00
Assunto: Comunicação da Ordem do Dia

Senhor(a) Vereador(a),

Comunicamos a Vossa Senhoria a Ordem do Dia da Sessão Plenária que será realizada em 21 de novembro de 2025, às 11h, para apreciação e votação das seguintes proposições:

Projeto de Lei do Executivo nº 006/2025 (2º Turno) - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 e dá outras providências.
Autoria: Executivo Municipal
Projeto de Lei do Executivo nº 024/2025 (1º Turno) - Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026/2029.
Autoria: Executivo Municipal
Projeto de Lei do Executivo nº 030/2025 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio de Cooperação com a entidade Obras Sociais Santa Terezinha (Asilo São Vicente), para a cessão, sem ônus financeiro para a entidade, de servidor público municipal da área de Técnico de Enfermagem.
Autoria: Executivo Municipal
Projeto de Lei do Executivo nº 034/2025 - Altera Lei Municipal 2.621/2017 que "Dispõe sobre a política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências".
Autoria: Executivo Municipal

Sertanópolis-Pr, 18 de novembro de 2025

Atenciosamente,

PAULO DA SILVA PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal em Exercício

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:DC93691D

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.145/2023

2° Termo aditivo do contrato nº.145/2023, decorrente de Pregão n° 53/2023 de Contratação de empresa especializada para execução e prestação de Serviços de Sistema RAV (Rede de Alta Velocidade), afim de fornecer conexão do vídeo monitoramento urbano de Sertanópolis, para transmissão de dados, voz e imagem, por meio de rede com tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), fazendo uso de tecnologias comportadas por fibra óptica (Gpon e/ou Metro Ethernet), sendo utilizado a rede MPLS de camada 3, com todos os elementos que atendem a sua completa execução e operação.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170-000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e a empresa **LIGGA TELECOMUNICACOES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº. 04.368.865/0001-66, com sede no endereço JOSE IZIDORO BIAZETTO, 158, CENTRO, CURITIBA-PR neste ato representada por **Camilo José Gasparetto,** portador do RG n° 98981446, portador do CPF sob n° 007.474.119-56, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 13 de novembro de 2026, com finalidade de Atender ao pedido do Departamento de Planejamento Urbano, que comprovou a vantajosidade da manutenção do contrato, com fundamento art. 105 e 106, da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

SERTANÓPOLIS, 13 de novembro de 2025.

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:BC91D06E

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
3° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.145/2023

3° Termo aditivo do contrato nº.145/2023, decorrente de Pregão n° 53/2023 de Contratação de empresa especializada para execução e prestação de Serviços de Sistema RAV (Rede de Alta Velocidade), afim de fornecer conexão do vídeo monitoramento urbano de Sertanópolis, para transmissão de dados, voz e imagem, por meio de rede com tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), fazendo uso de tecnologias comportadas por fibra óptica (Gpon e/ou Metro Ethernet), sendo utilizado a rede MPLS de camada 3, com todos os elementos que atendem a sua completa execução e operação.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR., 86170-000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e a empresa **LIGGA TELECOMUNICACOES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº. 04.368.865/0001-66, com sede no endereço JOSE IZIDORO BIAZETTO, 158, CENTRO, CURITIBA-PR neste ato representada por **Camilo José Gasparetto,** portador do RG n° 98981446, portador do CPF sob n° 007.474.119-56, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 85.536,12 (oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais e doze centavos), correspondendo ao acréscimo contratual de 9,66163% o acumulado do INPC do período, com finalidade de Atender ao pedido do Departamento de Planejamento Urbano, que comprovou a vantajosidade da manutenção do contrato, com fundamento art. 105 e 106, da Lei nº. 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVIÇOS DE SISTEMA RAV (REDE DE ALTA VELOCIDADE) - Conforme Termo de Referência.	Mês	12	R$ 7.128,01	R$ 85.536,12

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
SERTANÓPOLIS, 13 de novembro de 2025

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:E6B90376

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
4° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 194/2021

4° Termo aditivo do contrato nº. 194/2021, decorrente de Inexigibilidade n° 4/2021 de Credenciamento de LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS matriculados na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR, visando a prestação de eventuais e futuros serviços de alienação de BENS MÓVEIS E IMÓVEIS pertencentes ao patrimônio da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Sertanópolis/PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em DR. VACYR GONÇALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e o **Sr. FÁBIO GONÇALVES BARBOSA**, portador do CPF sob nº. 036.503.789-30, com sede no endereço AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 181, CENTRO, ARARUNA - PR acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 25 de novembro de 2026 com finalidade de prorrogação de contrato, com fundamento art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
SERTANÓPOLIS, 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:0744F106

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
8° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 169/2021

8° Termo aditivo do contrato nº. 169/2021, decorrente de Pregão n° 51/2021 de Contratação de empresa especializada para atuação de psicólogos nas Escolas Públicas Municipais de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em DR. VACYR GONÇALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. **ANA RUTH SECCO** e a empresa **M RASABONI LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 37.332.817/0001-77, com sede na Av. Dr. Vacyr Gonçalves Pereira, 572, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR neste ato representada por **MICHEL RASABONI,** portador do RG n° 8.273.251-9, portador do CPF sob n° 037.122.459-47, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 11 de novembro de 2026, com finalidade em dar continuidade aos atendimentos e avaliações aos alunos das escolas municipais, serviço este de grande relevância nesse momento pós – pandemia, com fundamento art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

SERTANÓPOLIS, 11 de novembro de 2025

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:E952D2BD

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
9° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 169/2021

9° Termo aditivo do contrato nº. 169/2021, decorrente de Pregão n° 51/2021 de Contratação de empresa especializada para atuação de psicólogos nas Escolas Públicas Municipais de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em DR. VACYR GONÇALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. **ANA RUTH SECCO** e a empresa **M RASABONI LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 37.332.817/0001-77, com sede na Av. Dr. Vacyr Gonçalves Pereira, 572, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR neste ato representada por **MICHEL RASABONI,** portador do RG n° 8.273.251-9, portador do CPF sob n° 037.122.459-47, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 293.264,40 (duzentos e noventa e três mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos), corresponde à prorrogação do contrato inicial, com finalidade em dar continuidade aos atendimentos e avaliações aos alunos das escolas municipais, com fundamento art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada para atuação de psicólogos (as) nas escolas públicas municipais de Sertanópolis.	Meses 5 Escolas 12 Meses	60,00 (5x12)	R$ 4.887,74	R$ 293.264,40

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
SERTANÓPOLIS, 11 de novembro de 2025

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:7FF60E1B

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DESPACHO RESCISÃO DE CONTRATO 99/2024

DESPACHO
RESCISÃO DE CONTRATP E IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE
PREGÃO 56/2024
CONTRATO 99/2024

Considerando as razões expostas no memorando encaminhado pelo Dpartamento de Palnejamento Urbano, assim como parecer jurídico, que acolho integralmente, PROCEDO A RESCISÃO DO CONTRATO 99/2024 celebrado com PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Ainda, IMPONHO A CONTRATADA a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de 3 (três) anos.

Encaminhe-se a Divisão de Compras para as providências necessárias.

Na seuência, dê-se ciência ao contratado por publicação deste despacho no diário oficial

Sertanópolis, 18 de novembro de 2025

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:BE7214AA

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 325/2025

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 325/2025
LEI FEDERAL N.º 14.133/20212
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: PORTO COMPANHIA DE SEGURO GERAIS.
OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR PARA A VAN DO CRAS.**
VALOR: 7.642,58(SETE MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:78905DEB

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
ERRATA INEXIGIBILIDDE 24-2025

ERRATA
Inexigibilidade nº24/2025
Na Inexigibilidade de Licitação n.º 24/2025, visando à locação de imóvel para acomodar o Conselho Tutelar, ONDE LÊ-SE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ACOMODAR O DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO **O CORRETO É LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ACOMODAR O CONSELHO TUTELAR.**

Sertanópolis, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:A139292D

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA - PREGÃO EETRÔNICO Nº26/2025.

EXTRATO DE ATA - PREGÃO EETRÔNICO Nº26/2025.

- CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE-SERMUSA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE NESTA CIDADE DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, SITO A RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, CENTRO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 78.318.359/0001-07, NESTE ATO REPRESENTADO PELA DIRETORA SUPERINTENDENTE, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA** RESULTANTE DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO, SOB Nº26/2025**, AQUI DENOMINADA CONTRATADA. FICANDO CONTRATADA AS EMPRESAS.
- ATA Nº 61/2025- FORNECEDOR: **ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, CNPJ N.º **18.362.195/0001-85** , COM SEDE NA RUA DOM LUIZ Nº. 171 VILA REAL, CEP: 88.337-100 BALNEÁRIO CAMBORIÚ /SC TELEFONE: (47)3170-2032, E-MAIL: ARLIMEDHOSPITALAR@GMAIL.COM REPRESENTADA POR SUA REPRESENTANTE SRA. **ANA ADILES FANTICELLI BRAGA**, BRASILEIRA, CASADA, RESIDENTE E DOMICILIADO (A) EM ERVAL GRANDE /RS, RG N.º 308.090.370-68 SSP/RS, CPF N.º 308.090.370-68 –VALOR TOTAL - R$ 69.398,08 (SESSENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E OITO CENTAVOS) DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA.
- ATA Nº62/2025- FORNECEDOR**: KMÉDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA**, CNPJ N.º10.675.016/0001-58 , COM SEDE NA RUA SENADOR SOUZA NAVES, 1145 CEP: 87702-220, TELEFONE: (44) 3422-1500 E-MAIL: KMEDICA@HOTMAIL.COM, REPRESENTADA POR SUA RESPONSÁVEL, SRA. **ROSA FERREIRA BRAGA** BRASILEIRA, CASADA , RESIDENTE E DOMICILIADA EM PLANALTINA DO PARANÁ /PR , RG N.º. 3.888.709-2 SSP/PR, CPF N.º 016.892.629-66. VALOR TOTAL – - R$ 4.176,00 (QUATRO MIL, CENTO E SETENTA E SEIS REAIS).DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA,
ATA Nº63/2025 – FORNECEDOR: **PÁDUA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA**, CNPJ N.º 38.013.510/0001-76, COM SEDE NA RUA PEDRO FAVORETO, 166, BAIRRO: RESIDENCIAL HOFFMANN, CEP: 86170000, CIDADE: SERTANÓPOLIS – PR, TELEFONE: (43) 99900-6778, E-MAIL: RAFAELBEUGNIO@ICLOUD.COM, REPRESENTADA POR **GABRIEL BARBIERI EUGENIO**, PORTADOR DO RG Nº 12.625.181-5 SESP-PR E INSCRITO NO CPF SOB Nº 083.697.529-42, RESIDENTE E DOMICILIADO NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS/PR. VALOR TOTAL R$ 21.824,00 (VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS).DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA
***OBJETO:* Registro de Preços para a aquisição de fraldas e absorventes descartáveis geriátricos, destinados a pacientes do SUS em acompanhamento nas Unidades Básicas de Saúde do**

município, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência.

- **FORO:** AS PARTES EM COMUM ACORDO, ELEGEM COMO FORO PRIVILEGIADO PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS E QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO RELATIVAS AO PRESENTE CONTRATO, O FORO DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.
E, POR ESTAREM JUSTOS, CERTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.
SERTANÓPOLIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Gestora do Contrato:
ROSIMEIRE DAS DORES DA SILVA FIDELIS-
CPF.984.660.709-15
Diretora do Departamento de Atenção Básica do SERMUSA

Fiscais do Contrato:
FERNANDA MARIA ARAÚJO TERRA
Assistente Social do Serviço Municipal de Saúde

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde - SERMUSA

Contratante

Publicado por:
Lindinalva de Andrade Moura
Código Identificador:310CDA63

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº27/2025.

- **CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE-SERMUSA**, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE NESTA CIDADE DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, SITO A RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, CENTRO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 78.318.359/0001-07, NESTE ATO REPRESENTADO PELA DIRETORA SUPERINTENDENTE, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA** RESULTANTE DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO, SOB Nº27/2025.** AQUI DENOMINADA CONTRATADA. FICANDO CONTRATADA AS EMPRESAS.

-CONTRATO Nº46/2025: EMPRESA LUCAS RICARDO MANIERI DE ALMEIDA LTDA, CNPJ 54.860.605/0001-81, SEDE NA RUA LÁZARO ZAMENHOF, 566, APT 502, CEP 86040-350, LONDRINA-PR**,** TELEFONE: 99163- E-MAIL LUCASRICARDOMANIERI@GMAIL.COM, NESTE ATO REPRESENTADO POR **LUCAS RICARDO MANIERI DE ALMEIDA**, SÓCIO ADMINISTRADOR Nº DA IDENTIDADE: 132040052 SESP/PR E CPF: 087.196.909-24 ENDEREÇO: AV. CUSTODIO VENÂNCIO RIBEIRO, 250, APT 9, BLOCO 803, GLEBA RIBEIRÃO LIMEIRO, LONDRINA - PR, CEP 86.037-890.VALOR TOTAL - R$15.260,00 (QUINZE MIL, DUZENTOS E SESSENTA REAIS).DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA.

-OBJETO- O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É *AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA O SETOR DE EPIDEMIOLOGIA DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERTANÓPOLIS, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 605/2024 – SESA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.*A VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO É ATÉ 12 (DOZE) MESES.

-**FORO:** - AS PARTES EM COMUM ACORDO, ELEGEM COMO FORO PRIVILEGIADO PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS E QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO RELATIVAS AO PRESENTE CONTRATO, O FORO DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.
E, POR ESTAREM JUSTOS, CERTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.

SERTANÓPOLIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Gestor Contrato:
Gestor do Contrato:
ELIEZER DE JESUS DE ANDRADE
CPF: 063.512.709-10

Fiscal do Contrato:
Fiscal do Contrato:
NOELI APARECIDA MEASSI PALACE
CPF: 017.689.709-71

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde - SERMUSA
Contratante

Publicado por:
Lucilene de Fátima Morilho da Silva
Código Identificador:4D3BD665

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 118/2025

Torna-se público que o Serviço Municipal de Saúde, por meio da Divisão de Compras e Licitações, sediada na Rua Senador Souza Naves, nº 487, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **menor preço,** na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º055/2023, e demais legislação aplicável.
Objeto: Aquisição de FÓRMULAS ALIMENTARES INFANTIS PARA APLV e/OU INTOLERÂNCIA À LACTOSE para atendimento da demanda de pacientes de 0 a 3 anos, portadores de necessidades alimentares especiais atendidos no Serviço de Saúde do Município de Sertanópolis/PR.
Data da sessão: **26 de Novembro de 2025.**
Horário da Apresentação de Propostas: 09h00min.
Email: compradireta.sermusa@gmail.com
Endereço: Rua Senador Souza Naves, 487, Centro, Sertanópolis – Pr, CEP: 86.170-000, Sala de Compras e Licitações.
Para fins de elaboração de propostas os interessados poderão obter informações sobre a contratação no site https://sertanopolis.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes, através da íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação e Termo de Referência. As propostas poderão ser protocoladas de segunda a sexta de 08h30 as 11h30 e 13h30 as 17h00 ou pelo e-mail: compradireta.sermusa@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:9149E4FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 092/2025

SÚMULA: Aprova o Documento Técnico Institucional da "Metodologia de Identificação, Seleção e Tratamento de Riscos Fiscais" do Município de Sulina - Paraná.

GILBERTO JOÃO ROSSI, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), que exige que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) contenha um Anexo de Riscos Fiscais;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer uma metodologia padronizada e institucionalizada para identificar, mensurar e tratar os riscos capazes de afetar as contas públicas municipais;
CONSIDERANDO os critérios de avaliação do Programa de Transparência e Governança Pública (Progov) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR),
DECRETA:
Art. 1º Fica aprovada a Metodologia de Identificação, Seleção e Tratamento de Riscos Fiscais do Município de Sulina – Paraná, na forma do Anexo Único deste Decreto.
Art. 2º Esta metodologia é de observância obrigatória por todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal no processo de elaboração do Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se Em 18/11/2025.

PUBLICADO EM 19/11/2025, EDIÇÃO , PÁGINA, DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ
PUBLICADO EM 19/11/2025, EDIÇÃO , PÁGINA , DO JORNAL DIÁRIO DO SUDOESTE

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 092/2025
METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO E TRATAMENTO DE RISCOS FISCAIS
MUNICÍPIO DE SULINA -PR
1. OBJETIVO
Esta Metodologia estabelece as etapas, critérios e responsabilidades para o processo anual de identificação, classificação, mensuração e tratamento dos Riscos Fiscais e Passivos Contingentes que possam impactar o equilíbrio das contas públicas do Município, subsidiando a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais (ARF) da LDO.
2. DEFINIÇÕES
I - Risco Fiscal: Possibilidade de ocorrência de eventos que impactem negativamente o resultado primário ou nominal das contas públicas (aumento de despesas ou frustração de receitas) em relação ao cenário-base projetado no orçamento.
II - Passivos Contingentes: Obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja confirmação depende de eventos futuros incertos (ex: demandas judiciais não provisionadas).
III - Risco de Receita: Risco de que a arrecadação efetiva seja inferior à prevista no orçamento.
IV - Risco de Despesa: Risco de que a despesa executada seja superior à fixada no orçamento.
3. ETAPAS DA METODOLOGIA
O processo de gestão de riscos fiscais será dividido em quatro etapas: Identificação, Classificação e Mensuração, Tratamento, e Consolidação.
3.1. ETAPA 1: IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS
Consiste no levantamento, junto às unidades setoriais, dos potenciais riscos que podem afetar o orçamento.

• Riscos de Receita:

Variações macroeconômicas (ex: queda do PIB, inflação).
Mudanças na legislação tributária (ex: renúncias fiscais).
Queda nas transferências (ex: FPM, ICMS, FUNDEB).

• Riscos de Despesa (Primários):

Pressão por reajustes de servidores acima do previsto.
Aumento de despesas obrigatórias (ex: judicialização da saúde).
Desastres naturais (ex: enchentes) que exijam créditos extraordinários**.**

• Riscos de Passivos Contingentes (Dívida):

Demandas judiciais (ex: precatórios não orçados, ações trabalhistas).
Dívidas não reconhecidas (ex: passivos previdenciários do RPPS).
3.2. ETAPA 2: CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO
Consiste em avaliar os riscos identificados, utilizando critérios objetivos para estimar seu impacto.
Classificação (Critério Objetivo): Os riscos serão classificados quanto à probabilidade de ocorrência:
Remoto: Baixa probabilidade.
Possível: Probabilidade média de ocorrência.
Provável: Alta probabilidade de ocorrência.
Mensuração (Critério Objetivo): Os riscos classificados como "Possíveis" ou "Prováveis" serão mensurados (quantificados) em seu impacto financeiro estimado (em R$).
Fonte para mensuração de demandas judiciais: Procuradoria Geral do Município (PGM).
Fonte para mensuração de receitas/despesas: Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
3.3. ETAPA 3: TRATAMENTO E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Para cada risco "Possível" ou "Provável" mensurado, será definida uma medida de mitigação (tratamento).
I - Medida de Mitigação: Ação preventiva ou corretiva para reduzir o impacto (ex: criação de provisão, contingenciamento de dotações, plano de economia).
II - Reserva de Contingência: O Anexo de Riscos Fiscais utilizará a Reserva de Contingência (definida na LDO) como principal medida de tratamento para os riscos fiscais primários.
3.4. ETAPA 4: CONSOLIDAÇÃO NO ANEXO DE RISCOS FISCAIS (ARF)
A UCCI e a Secretaria de Administração e Finanças consolidarão todos os dados das etapas anteriores no documento oficial "Anexo de Riscos Fiscais", que integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).
4. RESPONSABILIDADES
I - Secretaria de Administração e Finanças e UCCI:
* Coordenar a aplicação desta Metodologia.
* Consolidar as informações no ARF.
* Mensurar os riscos de receita e despesa primária.
II - Procuradoria Geral do Município (PGM):
* Identificar e mensurar os passivos contingentes (riscos judiciais).
IV - Demais Secretarias:
* Informar ao Órgão Central sobre quaisquer riscos setoriais relevantes (ex: risco de epidemia na Saúde; risco de paralisação de transporte na Educação).
5. CRONOGRAMA ANUAL
O processo de gestão de riscos fiscais seguirá o cronograma de elaboração da LDO:

Prazo	Etapa	Responsável
Até 30 de Março	Solicitação de informações de riscos (Judiciais, Setoriais).	UCCI / Finanças
Até 20 de Abril	Envio das informações de risco (Etapa 1) para a UCCI/Finanças.	PGM / Secretarias
Até 10 e maio	Classificação, Mensuração e Tratamento (Etapas 2 e 3).	UCCI / Finanças
Até 30 de Maio	Elaboração da Minuta do Anexo de Riscos Fiscais (Etapa 4).	UCCI / Finanças
Até 30 de junho	Envio do PLDO (contendo o Anexo) à Câmara Municipal.	Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:AEC5D994

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
NOTIFICAÇÕES LEI 9.452/97

NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Estadual - SECID, no valor de R$ 344.465,19 (trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco

reais e dezenove centavos), referente Termo de Convênio 027/2025 - SECID, Tipo Parcial, em 10 de novembro de 2025.

NOTIFICAÇÃO

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 4.206,00 (quatro mil e duizentos e seis reais), destinados ao Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - BL PSB, em 10 de novembro de 2025

NOTIFICAÇÃO

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 3.459,51 (três mil, quatrocentos e cinquentae nove reais e cinquenta e um centavos), destinados ao Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - BL PSB, em 10 de novembro de 2025

NOTIFICAÇÃO

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 425,67 (quatrocentos e vinte e cino reais e sessenta e sete centavos), destinação ao Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade - BL PSE, em 10 de novembro de 2025.

NOTIFICAÇÃO

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Estadual - SEED no valor de R$ 12.612,62 (doze mil, seiscentos e doze reais e sessenta e dois centavos), destinado ao Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE, em 13 de novembro de 2025.

NOTIFICAÇÕES

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNAS no valor de R$ 3.760,00 (três mil e setecentos e sessenta reais), destinação ao Bloco de Financiamento de Gestão do Bolsa Família IGDBF, em 17 de novembro de 2025.

NOTIFICAÇÃO

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNDE no valor de R$ 14.849,12 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e nove reais e doe centavos), destinação ao Salário Educação, em 18 de novembro de 2025.

NOTIFICAÇÃO

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 200,01 (duzentos reais e um centavo), destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção a Saúde da População no MAC, em 06 de novemnro de 2025.

NOTIFICAÇÃO

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 1.727,11 (um mil, setecentos e vinte e setew reais e onze centavos), destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Incentivo Financeiro de APS Componente Per Capita, em 10 de novembro de 2025.

NOTIFICAÇÃO

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Incentivo Financeiro aos Estados, DF e Muncípios, em 11 de novembro de 2025.

NOTIFICAÇÃO

O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 1.320,38 (hum mil, trezentos e vinte reais e trinta e oito centavos), destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Piso da Enfermagem, em 05 de novembro de 2025.

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:EC744E2F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº 093/2025

Súmula: Regulamenta os procedimentos de controle de acesso, integridade dos dados e segurança de uso do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira no âmbito da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SULINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de garantir a segurança da informação, a integridade dos dados e o adequado controle de acesso ao Sistema de Execução Orçamentária e Financeira do Município,

DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos de acesso, uso, segurança, integridade e confidencialidade das informações registradas no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF, utilizado pelos órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 2º O SEOF constitui ferramenta oficial de registro, controle e execução orçamentária e financeira do Município, devendo todos os dados nele inseridos refletir com precisão os atos administrativos e contábeis realizados.

Art. 3º É responsabilidade dos servidores, gestores e demais usuários assegurar o uso correto do Sistema, observando as normas previstas neste Decreto.

CAPÍTULO II – DO CONTROLE DE ACESSO

Art. 4º O acesso ao SEOF será individualizado e realizado exclusivamente por meio de identificação pessoal do usuário (login) e senha.

Art. 5º A criação, alteração, suspensão ou exclusão de usuários será realizada somente mediante solicitação formal do Secretário de cada órgão ou unidade administrativa.

Art. 6º Cada usuário possuirá perfis e permissões compatíveis com suas atribuições funcionais, sendo vedado:

I – compartilhar senhas, logins ou dispositivos de autenticação;
II – acessar módulos ou informações para as quais não tenha autorização;
III – permitir o uso de seu acesso por terceiros, servidores ou não.

Art. 7º A Controladoria Interna e o Setor de Tecnologia da Informação – TI manterão registro atualizado dos usuários ativos, perfis concedidos e histórico de acessos.

CAPÍTULO III – DA INTEGRIDADE E SEGURANÇA DOS DADOS

Art. 8º Toda informação registrada no SEOF deverá ser verdadeira, completa e coerente com os documentos oficiais que a fundamentam.

Art. 9º Os dados inseridos no sistema somente poderão ser alterados mediante justificativa formal e registro eletrônico que permita a rastreabilidade das modificações.

Art. 10. Caberá ao Setor de TI adotar as seguintes medidas de segurança:

I – backup diário dos dados;
II – armazenamento seguro das cópias de segurança;
III – proteção contra acessos externos não autorizados;
IV – manutenção e atualização periódica do sistema e dos mecanismos de segurança.
Art. 11. O sistema deverá registrar automaticamente:
I – data e hora das operações realizadas;
II – identificação do usuário responsável;
III – tipo de operação executada;
IV – alterações realizadas em documentos, empenhos, liquidações, ordens de pagamento e demais atos.
CAPÍTULO IV – DAS RESPONSABILIDADES DOS USUÁRIOS
Art. 12. São deveres dos usuários do SEOF:
I – utilizar o sistema exclusivamente para fins institucionais;
II – manter sigilo sobre informações classificadas ou estratégicas;
III – comunicar imediatamente ao Setor de TI qualquer anomalia, erro, inconsistência ou tentativa de acesso não autorizado;
IV – zelar pela veracidade e integridade dos dados lançados.
Art. 13. O descumprimento das normas deste Decreto sujeitará o infrator às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
CAPÍTULO V – DA AUDITORIA E DO MONITORAMENTO
Art. 14. A Controladoria Interna realizará auditorias periódicas no SEOF, com o objetivo de verificar:
I – conformidade dos dados;
II – adequação dos perfis de acesso;
III – rastreamento de operações sensíveis;
IV – segurança das informações e das rotinas do sistema.
Art. 15. Os relatórios de auditoria deverão ser encaminhados ao Prefeito Municipal e às Secretarias responsáveis, podendo recomendar ajustes, correções e medidas preventivas.
CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela Controladoria Interna em conjunto com o Setor de Tecnologia da Informação.
Art. 17 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 18 de novembro de 2025, 39º da Emancipação e 37º de Administração.

GILBERTO JOAO ROSSI
Prefeito

Registre-se e publique-se
Em 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:BF2B48C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº 094/2025

Súmula: Institui o Sistema de Execução Orçamentária e Financeira no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Sulina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SULINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, o Sistema de Execução Orçamentária e Financeira, doravante denominado SEOF, com a finalidade de padronizar, integrar e aprimorar os procedimentos de programação, execução, controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Município.

Art. 2º O SEOF tem como objetivos:
I – garantir a observância das normas da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e demais legislações aplicáveis;
II – assegurar maior eficiência, transparência e segurança à execução orçamentária e financeira;
III – padronizar rotinas e procedimentos de empenho, liquidação, pagamento e registro contábil;
IV – consolidar informações para subsidiar a tomada de decisões, o planejamento, o controle interno e a prestação de contas.

Art. 3º O SEOF será composto pelos seguintes módulos e processos:
I – **Execução Orçamentária**, abrangendo:
a) solicitação e emissão de empenhos;
b) anulação e reforço de empenhos;
c) controle de dotações orçamentárias;
d) operações intragovernamentais relacionadas à execução.

II – **Execução Financeira**, abrangendo:
a) programação financeira;
b) liquidação de despesas;
c) pagamentos;
d) conciliação bancária;
e) registro contábil das operações.

III – **Controles e Relatórios**, abrangendo:
a) demonstrativos exigidos pela LRF;
b) acompanhamento de metas fiscais;
c) extratos, balancetes, relatórios e demais instrumentos de transparência.
Art. 4º A gestão, coordenação e manutenção do SEOF caberá à Secretaria Municipal de Finanças (ou equivalente), que poderá editar normas complementares destinadas a regulamentar rotinas, responsabilidades e fluxos de trabalho.

Art. 5º Todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta ficam obrigados a utilizar o SEOF para todas as ações relacionadas à execução orçamentária e financeira, observando rigorosamente os fluxos e procedimentos previstos.

Art. 6º A execução orçamentária e financeira deverá ser realizada por servidores formalmente designados como ordenadores de despesa, responsáveis pelo controle interno, responsáveis pela contabilidade, e responsáveis pela tesouraria, conforme atos normativos específicos.

Art. 7º A implantação do SEOF poderá ocorrer de forma gradual, mediante cronograma definido pela Secretaria Municipal de Finanças, devendo todos os setores ser formalmente capacitados quanto ao uso do sistema e das novas rotinas.

Art. 8º Os sistemas eletrônicos atualmente utilizados poderão ser integrados ou substituídos, de acordo com critérios técnicos estabelecidos pela área de finanças e tecnologia da informação.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Finanças, podendo ser editadas instruções normativas complementares.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 18 de novembro de 2025, 39º da Emancipação e 37º de Administração.

GILBERTO JOAO ROSSI
Prefeito

Registre-se e publique-se
Em 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:E7E85B22

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº 89/2025

Dispõe sobre critérios objetivos para a classificação dos riscos fiscais relacionados a ações judiciais no âmbito do Município de Sulina e dá outras providências.

GILBERTO JOÃO ROSSI, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos e uniformes para avaliação e classificação dos riscos fiscais decorrentes de ações judiciais, de forma a garantir maior transparência, precisão contábil e responsabilidade fiscal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exige a demonstração dos passivos contingentes e riscos capazes de afetar as contas públicas;

CONSIDERANDO as normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, que orientam a classificação de contingências conforme probabilidade de perda;

DECRETA:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto estabelece critérios objetivos para a avaliação, classificação e registro dos riscos fiscais relacionados a ações judiciais em que o Município de Sulina seja parte.

Art. 2º A classificação dos riscos fiscais observará três categorias:
I – Risco Remoto;
– Risco Possível;
– Risco Provável.

Art. 3º A avaliação e classificação das ações judiciais serão realizadas pela Procuradoria Jurídica do Município, podendo ser complementadas por informações das áreas técnicas envolvidas.

CAPÍTULO II – DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS DE CLASSIFICAÇÃO
Seção I – Risco Remoto
Art. 4º Será classificado como Risco Remoto o processo judicial que apresentar baixa probabilidade de perda, caracterizado por pelo menos um dos seguintes critérios:
– existência de jurisprudência pacífica ou majoritária favorável ao Município nos Tribunais Superiores ou no Tribunal de Justiça do Estado;
– precedentes vinculantes (Tema de Repercussão Geral ou Recurso Repetitivo) favoráveis ao Município;
– decisões judiciais reiteradas em instâncias inferiores favoráveis ao ente público no mesmo objeto;
– prova documental robusta favorável ao Município;
– ausência de elementos probatórios que demonstrem verossimilhança das alegações da parte contrária.

Seção II – Risco Possível
Art. 5º Será classificado como Risco Possível o processo judicial que apresentar probabilidade intermediária de perda, caracterizado por um ou mais dos seguintes critérios:
– existência de decisões judiciais divergentes sobre a matéria, sem consolidação jurisprudencial;
– ausência de precedentes vinculantes definitivos sobre o tema;
– controvérsia jurídica relevante, com aspectos interpretativos que possam favorecer a parte contrária;
– produção de provas pendentes que podem influenciar significativamente o resultado;
– precedentes favoráveis e desfavoráveis coexistindo em proporção semelhante.

Seção III – Risco Provável
Art. 6º Será classificado como Risco Provável o processo judicial que apresentar alta probabilidade de perda, configurada por um ou mais dos seguintes critérios:
– existência de decisões reiteradas desfavoráveis ao Município em instâncias superiores ou no TJ/PR;
– existência de precedentes vinculantes desfavoráveis ao Município;
– conjunto probatório robusto favorável à parte contrária;
– reconhecimento explícito, pela Procuradoria Jurídica, de que os argumentos defensivos são insuficientes para reversão da demanda;
– jurisprudência consolidada contrária à tese defendida pelo Município.

CAPÍTULO III – DA ATUALIZAÇÃO DOS RISCOS
Art. 7º A classificação de risco de cada processo deverá ser revisada periodicamente, especialmente quando ocorrer:
– decisão relevante no processo;
– mudança jurisprudencial que afete o desfecho da demanda;
– instrução probatória significativa;
– alteração legislativa aplicável ao caso.

Art. 8º A Procuradoria Jurídica manterá sistema ou relatório atualizado contendo:
– número do processo;
– valor atualizado da causa;
– classificação do risco;
– data da última revisão;
– fundamentos utilizados na classificação.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º Os critérios definidos neste Decreto serão observados para fins de elaboração do Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e para atendimento das normas de transparência fiscal.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 18 de novembro de 2025, 39º da Emancipação e 37º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e publique-se
Em 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:BB1FE32E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº 90/2025

Estabelece prazo máximo para o ajuizamento de ações de execução fiscal pela Procuradoria Municipal de Sulina e dá outras providências.

GILBERTO JOÃO ROSSI, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO que a cobrança judicial eficiente constitui instrumento essencial para a recuperação de créditos públicos e para o incremento da arrecadação;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar fluxo temporal adequado entre o Departamento Tributário e a Procuradoria Municipal, de modo a evitar prescrição e assegurar maior eficiência administrativa;

CONSIDERANDO o disposto no Código Tributário Municipal e demais normas correlatas;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que a Procuradoria Municipal deverá promover o ajuizamento da ação de execução fiscal no prazo máximo

de 90 (noventa) dias, contado a partir do efetivo recebimento da Certidão de Dívida Ativa – CDA, devidamente instruída com:

– informações cadastrais atualizadas do devedor;
– cálculo atualizado do crédito;
– documentos complementares necessários à propositura da ação;
– demais elementos exigidos pela legislação pertinente.

Art. 2º O Departamento Tributário deverá encaminhar à Procuradoria Municipal a CDA acompanhada de todos os documentos indispensáveis, certificando-se da completude e regularidade das informações.
Parágrafo único. O prazo de que trata o art. 1º somente terá início quando a CDA estiver regular e completa, devidamente protocolada e recebida pela Procuradoria Municipal.

Art. 3º Compete à Procuradoria Municipal:
– conferir a documentação recebida e, se necessário, solicitar complementações ao Departamento Tributário, de forma motivada;
– ajuizar a execução fiscal dentro do prazo definido neste Decreto;
– adotar medidas administrativas e judiciais necessárias à preservação da exigibilidade e à prevenção da prescrição do crédito tributário;
– manter registro atualizado dos prazos e das execuções fiscais ajuizadas.

Art. 4º A Procuradoria Municipal será responsável pela observância do prazo de 90 dias, respondendo administrativamente, na forma da legislação aplicável, em caso de descumprimento injustificado.

§ 1º O Procurador-Chefe deverá comunicar ao Prefeito Municipal, trimestralmente, relatório contendo:
– número de CDAs recebidas no período;
– data do recebimento;
– prazo final para ajuizamento;
– número de execuções fiscais ajuizadas;
– justificativas, quando houver atraso.

§ 2º O descumprimento do prazo por motivo atribuível ao Departamento Tributário deverá ser formalmente registrado pela Procuradoria, com devolução do processo para regularização.

Art. 5º Os órgãos envolvidos deverão manter comunicação permanente, inclusive por meio eletrônico, assegurando celeridade e rastreabilidade do fluxo.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 18 de novembro de 2025, 39º da Emancipação e 37º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e publique-se
Em 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:95E605B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº 91/2025

Estabelece critérios e procedimentos para a análise de viabilidade técnica e jurídica dos créditos inscritos em Dívida Ativa do Município de Sulina antes do ajuizamento da execução fiscal, especialmente os de baixo valor, e dá outras providências

GILBERTO JOÃO ROSSI, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.830/1980 – Lei de Execução Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de maior racionalização, eficiência e economicidade na cobrança judicial da Dívida Ativa municipal;

CONSIDERANDO as diretrizes da Resolução CNJ nº 547/2024, que estimulam a extinção de execuções fiscais de baixo valor quando ausente interesse de agir ou demonstrada a ineficácia da medida judicial;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência administrativa (art. 37 da Constituição Federal), bem como a necessidade de evitar ajuizamento de ações com baixa probabilidade de recuperação, evitando a prescrição, a ineficácia e o uso inadequado de recursos públicos;

DECRETA:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece critérios objetivos e procedimentos obrigatórios que deverão ser observados pela Procuradoria Jurídica do Município de Sulina antes do ajuizamento de execuções fiscais relativas aos créditos inscritos em Dívida Ativa.
Art. 2º A análise prévia da viabilidade técnica e jurídica é condição indispensável para o ajuizamento de execução fiscal, com vistas a:
– verificar a recuperabilidade do crédito;
– reduzir a litigiosidade e o acúmulo de ações ineficazes;
– priorizar a cobrança judicial de créditos com adequada perspectiva de recuperação;
– assegurar observância às normas de responsabilidade fiscal, economicidade e eficiência administrativa.

CAPÍTULO II - DOS CRITÉRIOS MÍNIMOS DE VIABILIDADE
Art. 3º Para fins de ajuizamento da execução fiscal, a Procuradoria Jurídica deverá verificar obrigatoriamente os seguintes critérios:
– Identificação completa e válida do devedor, incluindo:
CPF ou CNPJ regular;
endereço atualizado e meios de contato;
histórico de alteração contratual, quando pessoa jurídica.
– Existência de bens penhoráveis, comprovada por:
pesquisa prévia em sistemas eletrônicos disponíveis (Sisbajud, Renajud, Infojud ou equivalentes);
informações fiscais ou patrimoniais compartilhadas pelo setor tributário;
dados de imóveis, veículos, faturamento ou outros ativos relevantes.

– Valor atualizado do crédito, considerando:
correção monetária, juros e multa;
economicidade da cobrança em relação ao custo estimado do processo.

– Tentativa prévia de solução administrativa, comprovada por:
envio de notificação amigável;
oferta de parcelamento;
tentativa de conciliação ou cobrança administrativa;
negativa ou ausência de resposta do devedor.

– Análise da prescrição e decadência, incluindo:
prazos previstos no Código Tributário Nacional;
interrupção e suspensão da prescrição;
risco de prescrição iminente.

CAPÍTULO III - DOS CRÉDITOS DE BAIXO VALOR
Art. 4º Nos termos da Resolução CNJ nº 547/2024, os créditos inscritos em Dívida Ativa com valor inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) deverão passar por análise especial de viabilidade, observando, além dos critérios gerais, os seguintes elementos:
– expectativa real de recuperação, considerando custo processual e probabilidade de êxito;
– histórico de localização do devedor e tentativas administrativas prévias;
– probabilidade de encontrar bens penhoráveis de valor suficiente para satisfação do crédito;

– indicadores de baixa efetividade da execução fiscal, como devedores insolventes, empresas inativas ou sem patrimônio conhecido;
– racionalização da cobrança, priorizando a cobrança administrativa e meios alternativos.

Art. 5º A Procuradoria Jurídica deverá deixar de ajuizar execuções fiscais de baixo valor quando:

– demonstrada a ausência de interesse de agir, por inexistência de bens penhoráveis ou devedores não localizados;
– verificada a ineficácia da medida judicial, com base em dados históricos ou indicadores técnicos;
– comprovado que o ajuizamento acarretará desproporcionalidade ou antieconomicidade em relação ao valor devido.
Parágrafo único. Nesses casos, o crédito permanecerá em cobrança administrativa ou aguardará revisão pelo setor competente, sem prejuízo de protesto extrajudicial ou outros meios alternativos de cobrança.

CAPÍTULO IV - DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS DA PROCURADORIA
Art. 6º Antes do ajuizamento, a Procuradoria deverá elaborar Relatório de Viabilidade da Execução Fiscal, contendo:
– identificação do crédito e do devedor;
– comprovantes de tentativas administrativas;
– pesquisas patrimoniais prévias;
– análise de prescrição;
– conclusão fundamentada sobre a viabilidade ou não do ajuizamento.

Art. 7º Os relatórios serão arquivados no sistema de Dívida Ativa para fins de auditoria, controle interno e prestação de contas.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 8º A Procuradoria Jurídica será responsável pelo cumprimento deste Decreto e pelas justificativas em caso de inobservância dos critérios aqui estabelecidos.

Art. 9º Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 18 de novembro de 2025, 39º da Emancipação e 37º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e publique-se
Em 18 de novembro de 2025.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:B9AB2AA3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
LEI Nº. 1233/2025

SÚMULA: Institui o programa de serviço de transporte público coletivo de passageiros do Município de Sulina sem cobrança de tarifa pública, denominado "tarifa zero" e dá outras providências**.**

Eu, **GILBERTO JOÃO ROSSI**, Prefeito Municipal de Sulina – Estado do Paraná, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

L E I

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o direito da gratuidade no uso do Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município de Sulina, a todos os usuários, inclusive da zona rural.

Art. 2ºO sistema de transporte coletivo público urbano observará diretrizes técnicas que, levando em conta as peculiaridades locais, visará ao melhor aproveitamento da frota, obtenção de diminuição dos tempos de intervalos entre ônibus, a criação de mais rotas e a obtenção do menor custo possível à operação, garantindo a eficiência e eficácia do transporte público, tendo como finalidade principal assegurar os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587de 3 de janeiro de 2012).
.
Art. 3º A presente lei tem as seguintes diretrizes:

I - acessibilidade universal;

II - desenvolvimento sustentável da cidade nas dimensões socioeconômicas e ambientais;

III - desestímulo à utilização do transporte individual motorizado nas áreas centrais e zona rural;

IV - priorização da estruturação e reestruturação do sistema de transporte coletivo público;

V - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;

VI - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;

VII - receber adequado serviço de transporte no âmbito municipal.
Art. 4º -O custeio do sistema de transporte público coletivo urbano municipal gratuito será obtido das seguintes fontes de financiamento:

I - dotação orçamentária própria.
Art. 5º -Ficam isentos do pagamento da tarifa do transporte coletivo por ônibus do Município de Sulina todos os usuários do transporte público coletivo urbano municipal e rural, residentes ou não no Município de Sulina.
Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, em 18 de novembro de 2025, 39º da Emancipação e 37º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 18/11/2025

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:D2718407

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
LEI Nº 1234/2025

SÚMULA: Altera a Lei Municipal nº 1.013/2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder "cartão vale alimentação" aos servidores públicos do Município de Sulina e dá outras providências.

Eu, **Gilberto João Rossi**, Prefeito Municipal de Sulina – Estado do Paraná, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, eu promulgo e sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº 1.013/2019, para inclusão do inciso IV no § 1º e alteração do Inciso II no § 2º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º(...)

§ 1º (...)
I – (...)

II – (...)
III- (...)
IV – que esteja afastado por acidente de trabalho.

§ 2º (...)
I – (...)
II – estejam em licença de qualquer natureza, exceto por acidente de trabalho ocorrido durante o exercício das funções do seu cargo;
III- (...)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/10/2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, em 18 de novembro de 2025, 39º da Emancipação e 37º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 18/11/2025

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:96DD3E57

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
LEI Nº 1235/2025

SÚMULA: Altera a Lei Municipal nº 1.142/2023, que organiza e estrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Sulina e dá outras providências.

Eu, **Gilberto João Rossi**, Prefeito Municipal de Sulina – Estado do Paraná, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, eu promulgo e sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica extinto o Cargo de Eletricista previsto no item II, do §3º, do Artigo 11º da Lei Municipal nº 1.142/2023.

Art. 2º. Fica criada uma vaga para o cargo efetivo de Pedreiro, com 44 horas semanais, passando a dispor um total de 03 vagas no quadro de cargos.

Art. 3º. Ficam alterados os Anexos I, II, III e IV da Lei Municipal nº 1142/2023, passando a vigorar conforme os anexos integrantes desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, em 18 de novembro de 2025, 39º da Emancipação e 37º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 18/11/2025

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:361AF452

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2025

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2025

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de acondicionamento e embalagens destinados a distribuição gratuita para a população durante a Festa das Crianças do Município de Teixeira Soares, visando às festividades de final de ano.
Fundamento: Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 75.963.850/0001-94, através da Secretaria de Administração, sediado à Rua XV de Novembro, nº 135 – centro – TEIXEIRA SOARES Paraná, torna público que realizará **Dispensa de Licitação**, com critério de julgamento **menor preço**, forma de aquisição imediata, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do DECRETO Nº 1.945 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024, demais normas aplicáveis e também das exigências estabelecidas neste edital e seus eventuais anexos, consoante os critérios e exigências estabelecidas a seguir, nos seguintes termos:

Data e horário limite para apresentação da proposta de preços e documentos de habilitação	25/11/2025.
Realização de sessão pública para análise das propostas e documentos de habilitação	26/11/2025, a partir das 09h30min, na sala de Licitações e Compras Rua XV de Novembro, 135 – Centro- Teixeira Soares - Pr
Endereço eletrônico para envio da proposta e documentação	**licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br**
Link para acesso à integra desse edital	https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=3ea1c1d33f3k3e&nc=12083

Teixeira Soares, 19 de novembro de 2025

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:DA5EF9AC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 67/2025

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 67/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2025

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, Estado do Paraná, torna público o aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 67/2025 que tem como objeto a Contratação do SEBRAE/PR para apoio na organização e execução da "1ª Feira da Criatividade & Negócios de Teixeira Soares", a ser realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2025, no estacionamento da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.
CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ – SEBRAE/PR, inscrita no CNPJ n°75.110.585/0001-00, com sede à Rua Caeté, nº 150, Prado Velho, CEP: 80.220-300, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Valor Total do MUnicípio: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fundamento: art. 741 , III, da Lei Federal nº 14.133/202, de 01 de abril de 2021.

Teixeira Soares, 18 de novembro de 2025.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:ABDB51A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 198/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 198/2025
INEXIGIBILIDADE 67/2025

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Contratação do SEBRAE/PR para apoio na organização e execução da "1ª Feira da Criatividade & Negócios de Teixeira Soares", a ser realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2025, no estacionamento da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ – SEBRAE/PR, inscrita no CNPJ n°75.110.585/0001-00, com sede à Rua Caeté, nº 150, Prado Velho, CEP: 80.220-300, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Valor Total do Município: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/11/2025

Fiscal do contrato: SERGIO VALDINEZ DE OLIVEIRA

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:78489BC6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 196/2025

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 196/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 90035/2025

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM COLETOR DE GRAMA E UMA CARRETA PARA TRATOR CORTADOR DE GRAMA, ATRAVÉS DE RECURSOS ORIUNDOS DA EMENDA PARLAMENTAR NA MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS E COM CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

CONTRATADA: TOMAZELI COMERCIO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.580.108/0001-99, com sede em RUA JOSE CALDART, 187, CEP: 85.819-570, MARIA LUIZA, CASCAVEL – PR.

Valor total: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

FISCAL DE CONTRATO: Fernando Kuhn

DATA DE ASSINATURA: 14/11/2025

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:266C1692

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2025

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 90035/2025

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM COLETOR DE GRAMA E UMA CARRETA PARA TRATOR CORTADOR DE GRAMA, ATRAVÉS DE RECURSOS ORIUNDOS DA EMENDA PARLAMENTAR NA MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS E COM CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

CONTRATADA: ZANLOURENSE E CIA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 11.532.511/0001-70, com sede em RUA CONSELHEIRO ZACARIAS, 252 – CANISIANAS – CEP 84.500-245, Cidade/Estado: IRATI-PR.

Valor total: R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

FISCAL DE CONTRATO: Fernando Kuhn

DATA DE ASSINATURA: 14/11/2025

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:3A355659

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 176/2024.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 176/2024.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: PREGÃO N° 90028/2024.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de material de consumo produtos alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação de Teixeira Soares - Pr.
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: CLAIR JOSE SKLARSKI JUNIOR MINI MERCADO ME, inscrita no CNPJ Nº 09.199.742/0001-62 com sede em Rio D'Areia de Cima, s/nº, CEP: 84.530-000, na Cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná.
Cláusula Editada: O Presente Termo ADITIVO, de acordo com o Artigo Nº 107, da Lei Nº 14.133/21,tem por objeto, PRORROGAR o Contrato Inicial de Compra e Venda que tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de material de consumo produtos alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação de Teixeira Soares – Pr, conforme Termo de Referência 1.3.1, conforme edital de Pregão nº 90028/2024 e anexos, até dia 27 de setembro de 2026, a contar a partir da assinatura desde, obedecendo a destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 27 de setembro de 2025.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:DDD0F87A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 177/2024.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 177/2024.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: PREGÃO N° 90028/2024.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Equipamentos e Utensílios de Copa e Cozinha, Destinado as Escolas e CMEI's da Rede Municipal de Ensino,
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: OSMAIR RODRIGUES - EPP, inscrita no CNPJ Nº 03.517.560/0001-06, com sede a Rua Pacifico Borges, nº 242, Rio Bonito - CEP: 84.500-000, na Cidade de Irati, Estado do Paraná.
Cláusula Editada: O Presente Termo ADITIVO, de acordo com o Artigo Nº 107, da Lei Nº 14.133/21,tem por objeto, PRORROGAR o Contrato Inicial de Compra e Venda que tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de material de consumo produtos alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação de Teixeira Soares – Pr, conforme Termo de Referência 1.3.1, conforme edital de Pregão nº 90028/2024 e anexos, até dia 27 de setembro de 2026, a contar a partir da assinatura desde, obedecendo a destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 27 de setembro de 2025.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:4C2E813B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO 90035/2025

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 90035/2025

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada pela Portaria Nº **34/2025** de **13/01/2025**, após analisar as propostas apresentadas pelas proponentes:

CONTRATADA: TOMAZELI COMERCIO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.580.108/0001-99, com sede em RUA JOSE CALDART, 187, CEP: 85.819-570, MARIA LUIZA, CASCAVEL – PR.
Valor total: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

ZANLOURENSE E CIA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 11.532.511/0001-70, com sede em RUA CONSELHEIRO ZACARIAS, 252 – CANISIANAS – CEP 84.500-245, Cidade/Estado: IRATI-PR.
Valor total: R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 13 de novembro de 2025.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:B3F1EB91

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2025

O Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, comunica que fará realizar a licitação em epígrafe, conforme abaixo:

OBJETO: Aquisição de móveis de escritório para as secretarias municipais, nos termos estabelecidos no edital e seus anexos.

DATA: 09/12/2025. **HORA:** 09:00 Horas.

LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br "**Acesso Identificado**".

OBS: O EDITAL encontra-se disponível no site **www.gov.br/compras/pt-br** também no www.teixeirasoares.pr.gov.br. Portal de transparência através de link de acesso e no PNCP. Na impossibilidade de obtenção por esse meio, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (0**42) 3460 -1155, no horário das 9:00 ás 11:30 horas, 13:30 às 17:00 horas, ou pelo e-mail: licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br.

Teixeira Soares, 19 de novembro de 2025.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

JACIEL VIEGANDT
Pregoeiro

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:306E6B23

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 31 DO CONTRATO Nº 01/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 31 DO CONTRATO Nº 01/2025 DE 14/01/2025 ENTRE O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES E A SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, PREGÃO 90036/2024. TRIGÉSSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO.

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, inscrita no CNPJ/MF sob N° 75.963.850/0001-94 pessoa jurídica de direito público, sito a Rua XV de Novembro, 135, CEP – 84.530-000 Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor **IVANOR LUIZ MÜLLER**, residente e domiciliado na Localidade do Rio D'Areia de Cima, Centro, Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CEP – 84530-000, portador do RG n°101.221.047-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, inscrito no CPF/MF n° 281.427.480-53, a seguir denominado **CONTRATANTE**, resolve modificar unilateralmente o **Contrato nº 01/2024**, conforme cláusulas sétima do contrato, com fundamento no art. 92, V da Lei Federal nº 14.133/2021, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 01 de 14/01/2025, por parte da Administração, visando **REAJUSTE DOS ITENS 01 E 02 DO OBJETO CONTRATUAL *CONTRATAÇÃO DE EMPRESAPARA FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEIS: ÓLEO DIESEL S500, DIESEL S10 (em conformidade com as normas técnicas da Agência Nacional de Petróleo - ANP), com instalação e manutenção de equipamentos necessários para o funcionamento de abastecimento interno em regime de comodato, para abastecimento de veículos e máquinas da frota municipal,*** o

acréscimo do diesel (Óleo Diesel S-500) do item 02 é no valor unitário de R$ 0,03 (três centavos), passando assim de R$ 5,36 (cinco reais e trinta e seis centavos) por litro para R$ 5,39 (cinco reais e trinta e nove centavos) por litro. Impactando em um reajuste contratual geral para maior de R$ 6.630,00 (seis mil seiscentos e trinta reais) para o saldo restante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 01 de 14/01/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FATOS
O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES recebeu as informações de alteração de preços por parte da empresa juntamente com a média de preços da ANP para o Estado do Paraná, conforme previsto em edital de licitação e contrato, mantendo o mesmo percentual de desconto proposto no certame.

CLÁUSULA QUARTA – DA DISPENSA DA PUBLICAÇÃO
Tendo em vista não se tratar de instrumento contratual ou seus aditamentos, conforme art. 136, I da Lei 14.133/2021, dispensa-se a publicação resumida deste Termo na Imprensa Oficial.

Teixeira Soares, 17 de novembro de 2025.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:1572A020

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO 67

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico o processo de INEXIGIBILIDADE de Licitação, autuado com o número de processo 67/2025 fundamentado no PARECER JURÍDICO, exarado pela Procuradoria Geral do Município, cujo objeto refere-se à **Contratação do SEBRAE/PR para apoio na organização e execução da "1ª Feira da Criatividade & Negócios de Teixeira Soares", a ser realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2025, no estacionamento da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo em parceria com a Secretaria Municipal de Educação**, conforme especificações, quantidades e condições do edital e seus anexos, em atendimento às demandas da Secretaria de Educação, do Município de Teixeira Soares, Paraná.

Em favor de: **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ – SEBRAE/PR, inscrita no CNPJ n°75.110.585/0001-00.**

Valor Total do Município: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Teixeira Soares,18 de novembro de 2025.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal, de Teixeira Soares

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:5698C771

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA
PORTARIA Nº 021/2025

Dispõe sobre o feriado do Dia da Consciência Negra no âmbito da Câmara Municipal de Terra Boa e institui recesso administrativo excepcional no dia 21 de novembro de 2025.

ADEMIR GALHARDO ROMERO, Presidente da Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.519/2011, que instituiu o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro;

CONSIDERANDO a relevância histórica, social e cultural da data, bem como a necessidade de valorização da diversidade étnico-racial e do enfrentamento ao racismo;

CONSIDERANDO a necessidade de organização administrativa e de estabilidade das rotinas internas desta Casa Legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido, no âmbito da Câmara Municipal de Terra Boa, o feriado do Dia da Consciência Negra no dia **20 de novembro de 2025**, ocasião em que não haverá expediente administrativo nem sessão ordinária ou extraordinária, salvo hipóteses emergenciais previamente convocadas.

Art. 2º - Fica instituído recesso administrativo excepcional no dia **21 de novembro de 2025**, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais e dos atos urgentes que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção.

Art. 3º - As chefias de unidades administrativas deverão adotar as providências necessárias para a adequada organização dos serviços, garantindo a observância desta Portaria e a continuidade mínima das atividades indispensáveis.

Art. 4º - Esta Portaria não gera impacto financeiro adicional, sendo implementada no âmbito das rotinas administrativas já existentes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, observadas as formalidades legais.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Terra Boa, em 18 de novembro de 2025.

ADEMIR GALHARDO ROMERO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:915489D8

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGAO ELETRONICO 129-2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 129/2025

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de Pães, para munícipes que utilizam dos serviços municipais no C.C. Antonio E Jaime Mantovan, Abrigo De Menores, Cecon, Cras, Hospital Municipal, Caps Mais Vida, Creas, C.M.E.I.S E Escolas Da Rede Municipal De Ensino, para atendendo a práticas dos serviços públicos e programas para atender às necessidades alimentares da comunidade local.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 18.11.2025 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 05.12.2025, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 18 de novembro 2025.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:201C7C4D

LICITAÇÕES
DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

A Sr.ª Pregoeira, desta Prefeitura Municipal de Terra Boa informa, que ao analisar os documentos de habilitação, das empresas participantes, verificou-se que apresentaram documentos em desacordo com o solicitado no edital de Concorrência Eletrônica nº 06/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REALIZAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS TERRA BRASIL, VISANDO A COBERTURA DA ARENA EXISTENTE E ÁREAS ANEXAS LOCALIZADA NO CENTRO DE EVENTOS TERRA BRASIL.
Diante disso declaramos o processo licitação Concorrência Eletrônica nº 06/2025, FRACASSADO.

Terra Boa – Pr., 18 de novembro de 2025.

VALERIA APARECIDA ZANCAN SOTOCORNO
Pregoeira

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:D0462A25

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 414/2025 REF: DISPENSA N° 36/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: S DO LAGO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI - EPP, CNPJ nº 03.269.422/0001-55, com sede RUA MANOEL MENDES DE CAMARGO, 1071, CENTRO, CEP 87302080, Campo Mourão - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). SOLANGE DO LAGO SILVA, CPF: 048.736.468-63, carteira de Identidade nº 14366376.

OBJETO: Contratação de empresa para Aquisição Storage NAS - equipamento dedicado para guardar grandes volumes de dados, com recursos avançados de segurança, redundância e compartilhamento em rede e Instalação física..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) , valor esse que será pago em conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 17 de novembro de 2025, com vencimento até 17 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 17 de novembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:19F0B27B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 1065/2025

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais especificamente as conferidas na Lei Complementar 04/2022 que dispõe sobre o Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo e considerando a nomeação do servidor(a) MICHELI CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA através da Portaria nº 815/2025, publicada no Diário Oficial do Município.

R E S O L V E

Art. 1º Fica declarado o ingresso em **efetivo exercício** do(a) servidor(a) **MICHELI CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA** , portador(a) do CPF nº **085.488.609-52** no cargo de **AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL** lotado na **Secretaria de Educação e Cultura** a partir de **24/11/2025.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 18 de novembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:131F84E0

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.193/2025

Exercício: 2025
Decreto nº 4193/2025 de 18/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1803/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 85.642,45 (oitenta e cinco mil seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0042.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
603 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
09.001.12.365.0041.2.056.		MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES	
641 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	45.642,45
		Total Suplementação:	**85.642,45**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Provável Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.3.03.11.01.00000000	Fonte: 104	65.000,00
Receita:1.1.1.4.51.11.00.00000000	Fonte: 104	20.642,45
	Total da Receita:	**85.642,45**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:B2C5CEF2

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.194/2025

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Decreto nº 4194/2025 de 18/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1803/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 166.966,05 (cento e sessenta e seis mil novecentos e sessenta e seis reais e cinco centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.002.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Assessor	
02.002.04.122.0002.2.006.		ASSESSORIA DE GABINETE	
25 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	1.500,00
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.007.00.000.0000.0.000.		Divisão de Almoxarifado	
03.007.04.122.0002.2.100.		MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO	
182 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	
04.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade	
04.003.28.843.0010.9.003.		ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	
260 - 3.2.90.21.00.00	1000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	10.700,00
05.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	
05.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Turismo	
05.002.15.695.0058.2.036.		MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES	
293 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0042.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
602 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.001.12.365.0041.2.056.		MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES	
640 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00
09.001.12.365.0041.2.099.		MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA	
723 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	32.619,60
732 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	34.146,45
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Esportes	
14.002.27.813.0022.2.062.		MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL	
1382 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
		Total Suplementação:	**166.966,05**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
02.001.04.122.0002.2.005.		ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
10 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.500,00
02.002.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Assessor	
02.002.04.122.0002.2.009.		INDENIZAÇÕES, CUSTAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS	
49 - 3.3.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	15.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.008.00.000.0000.0.000.		Divisão de Apoio Social	
03.008.08.244.0003.2.093.		MANUTENÇÃO DAS CAPELAS MORTUÁRIAS	
199 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.365.0089.2.055.		MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS ESCOLARES	
737 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	101.766,05
742 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Obras e Edificações	
12.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras e Edificações	
12.002.15.451.0058.1.021.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS	PLUVIAIS
1322 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.990,00
12.002.15.451.0058.1.022.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CICLOVIAS	
1326 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	8.710,00
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Esportes	
14.002.27.813.0022.1.046.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, E CAMPOS DE FUTEBOL	ESTÁDIOS
1369 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
		Total Redução:	**166.966,05**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:38A5287F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA 016-2025

PORTARIA Nº. 016/2025.

SÚMULA: Estabelece Ponto Facultativo no Poder Legislativo de Terra Rica, Estado do Paraná e dá outras providências.

Alessandra Aparecida da Cruz, Presidente Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Face ao feriado Nacional do **"Dia da Consciência Negra"**no dia 20/11/2025, fica estabelecido **Ponto Facultativo**no Legislativo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no dia**21/11/2025.**

Art. 2º. O atendimento ao público retornará normalmente no dia 24/11/2025, às 8h00min.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando se a disposição em contrário.

Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte dezoito dias do mês novembro de dois mil e vinte cinco (18/11/2025).

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente Câmara Municipal.

Publicado por:
Alenice Evangelista Santana Frauches
Código Identificador:F9B38636

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 106/2025

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **ROBERTA PALOMO 13021201822, CNPJ 31.607.437/0001-11** com endereço na RUA MARANHÃ£O, 335 - CEP: 87709190 - BAIRRO: JARDIM PROGRESSO, neste ato representada por ROBERTA PALOMO ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 130.212.018-22, com domicilio na RUA MARANHÃO, 335 - CEP: 87709190 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 27/2025, objetivando a **Contratação de instrutores para as oficinas de Fanfarra e Capoeira a serem executadas nas escolas de ensino fundamental de Terra Rica.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, fica o contrato aditivado em mais 25% referente ao saldo inicial de horas do contrato, conforme segue na tabela abaixo

Lote	Item	Produto	Quantidade	Preço unitário	Valor total
01	1	CONTATAÇÃO DE INSTRUTOR PARA OFICINA DE FANFARRA	75 horas	R$ 58,00	R$ 4.350,00
02	1	CONTRATAÇAO DE INSTRUTOR PARA OFICINA DE CAPOEIRA	75 horas	R$ 64,00	R$ 4.800,00

CLAUSULA TERCEIRA: Considerando os valores aditivados, será necessário acrescer ao contrato R$ 9.150,00 (Nove mil, cento e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 106/2025 de 27/03/2025.

Terra Rica-Pr, 18/11/2025.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***ROBERTA PALOMO***
Prefeito Municipal	Contratada

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:92C8EA76

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA.

Aviso De Licitação

Destinada exclusivamente para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão Nº. 145/2025.
Processo nº 234/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em agenciamento turístico para a realização de viagem de lazer ao Hotel Fazenda Salto Bandeirantes, com previsão de ocorrência entre os dias 24 e 28 de novembro de 2025, podendo ser alterada, por meio do projeto "Viaja Mais 60 Paraná"., destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 05/12/2025.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 18/11/2025.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:F1D45350

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 437/2025

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: PERES & DANDOLINI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **33.113.303/0001-70**.

DOMICÍLIO: RUA WALDEMAR PERES RODEIGUES, 1380 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, Terra Rica/PR.

OBJETO: Registro de preço para contratação de serviços de hotelaria (hospedagem) no município de Terra Rica, Pregão N° 129/2025, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 13/11/2025.

VALOR TOTAL: R$ **38.944,50 (Trinta e Oito Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, dezessete dias de novembro de 2025

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Município de Terra Rica

MARLI NEIDE GALLI PERES
Peres & Dandolini LTDA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:4C56DCAB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 438/2025

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: MMS PINOVA EQUIPAMENTOS E INSTALACOES ESPORTIVAS S.A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **17.992.979/0001-24**.

DOMICÍLIO: AVENIDA PAULISTA, 1471 CONJ 511 SALA 02 - CEP: 01311927 - BAIRRO: BELA VISTA, São Paulo/SP.

OBJETO: Aquisição de piso modular outdoor, do Pregão 128/2025, ratificado pelo CONTRATANTE em 17/11/2025.

VALOR TOTAL: R$ **151.610,25 (Cento e Cinquenta e Um Mil, Seiscentos e Dez Reais e Vinte e Cinco Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 17/11/2025(dezessete dias de novembro de 2025).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

MMS Pinova Equipamentos e Instalacoes Esportivas S.A
LAERCIO ALMADA FILHO
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:3E8E31F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 707/2025

DECRETO Nº 707/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Equipe de Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.”

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso as atribuições legais, e ...

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;
CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;
CONSIDERANDO a necessidade de organização, estruturação e funcionamento da Vigilância Socioassistencial, conforme regulamentações federais e estaduais;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir o monitoramento, análise territorial, produção de informações, indicadores e estudos voltados à gestão do SUAS;
DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para compor a **Equipe de Vigilância Socioassistencial** da Secretaria Municipal de Assistência Social:

• **Nome:** Daiane Aparecida Machado dos Santos
Cargo: Assistente Social
Função na Equipe: Coordenadora

• **Nome:** Rodrigo dos Santos Souza
Cargo: Auxiliar de Contabilidade
Função na Equipe: Apoio Administrativo

Art. 2º. À Equipe de Vigilância Socioassistencial compete:
I – produzir, sistematizar e analisar informações, indicadores e estudos sobre a realidade socioassistencial do município;
II – realizar diagnósticos socioterritoriais e monitorar a oferta e demandas dos serviços do SUAS;
III – apoiar a gestão municipal na tomada de decisões e no planejamento das ações da rede socioassistencial;
IV – manter atualizadas as bases de dados, sistemas e registros pertinentes;
V – elaborar relatórios e análises periódicas.
Art. 3º. A equipe ora designada atuará sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social, observando as normas do SUAS e os regulamentos internos do município.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (17/11/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:902CADFD

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 709/2025

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeado o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 002/2025**, para o cargo temporário de **MOTORISTA - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 010/2025**, **publicado em 02/05/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 026/2025, de 10/04/2025, para assumir seu cargo a partir de **18 de Novembro de 2025**, como segue:

NOME	CLASSIF.
LENIVALDO ANTONIO DUARTE	18º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. (18/11/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D14B2A8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 711/2025

SÚMULA: DESIGNA A SERVIDORA ADRIELE DE BRITO COSTA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **DESIGNADA** a Servidora Pública Municipal Sra. **ADRIELE DE BRITO COSTA DA SILVA**, matrícula nº 12566, ocupante do cargo efetivo de **AUX. DE SERVIÇOS GERAIS (FEM)**, para **RESPONDER como Auxiliar de Cozinha,** do Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

Artigo 2º. Pelo exercício da função acima mencionada, fica concedido a servidora **GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO**, **Nível 2 (GE - 2)**, nos termos do anexo V da Lei Municipal nº 073/2022.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/11/2025, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (18/11/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D6E4F9DF

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DECRETO Nº 708/2025

SÚMULA:- ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO_SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N° 078/2024 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2024.

DECRETA:

(Artigo 1º -) Fica o Serviço Autônomo Municipal de Terra Rica Estado do Paraná, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.122.0003.2002 – Manutenção dos Serviços Administrativos
30000000_Despesas Correntes
33000000_Outras Despesas
33710000_Aplicações Diretas
33717000_(16)_Rateio pela Participação em Consórcio_3.640,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.122.0003.2002 – Manutenção dos Serviços Administrativos
30000000_Despesas Correntes
33000000_Outras Despesas
33900000_Aplicações Diretas
33903900_(25)_Outros Serviços de Terceiros - PJ_ 9.860,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.122.0003.2002 – Manutenção dos Serviços Administrativos
30000000_Despesas Correntes
33000000_Outras Despesas
33900000_Aplicações Diretas
33904000_(26)_Serviço de Tecnol. Da Inform. E Comunicação-PJ_ 14.500,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.512.0003.2004 – Operação e Manutenção dos Serviços de Água
30000000_Despesas Correntes
33000000_Outras Despesas
33720000_Aplicações Diretas
33723900_(40)_Outros Serviços de Terceiros - PJ_ 8.000,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.512.0003.2004 – Operação e Manutenção dos Serviços de Água
30000000_Despesas Correntes
33000000_Outras Despesas
33900000_Aplicações Diretas
33903900_(45)_Outros Serviços de Terceiros - PJ_ 42.000,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.512.0003.2005 – Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto
30000000_Despesas Correntes
33000000_Outras Despesas
33900000_Aplicações Diretas
33903900_(56)_Outros Serviços de Terceiros - PJ_ 68.000,00

Total de Crédito Suplementar _ 146.000,00

(Artigo 2º -) Para fazer face ao crédito adicional suplementar aberto no artigo 1° desta Lei, será cancelado o valor de **R$ 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais)**, nas seguintes dotações:

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.122.0003.2002 – Manutenção dos Serviços Administrativos
30000000_Despesas Correntes
33000000_Outras Despesas
33900000_Aplicações Diretas
33903000_(21)_Material de Consumo_20.000,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.122.0003.2002 – Manutenção dos Serviços Administrativos
30000000_Despesas Correntes
33000000_Outras Despesas
33900000_Aplicações Diretas
33904600_(27)_Auxilio Alimentação_8.000,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.512.0003.2004 – Operação e Manutenção dos Serviços de Água
30000000_Despesas Correntes
31000000_Outras Despesas
31900000_Aplicações Diretas
31901100_(32)_Vencimentos e Vantagens fixas -Pessoal Civil_ 50.000,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.512.0003.2004 – Operação e Manutenção dos Serviços de Água

30000000_Despesas Correntes
31000000_Outras Despesas
31910000_Aplicações Diretas
31911100_(36)_Contribuições Patronais_ 20.000,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.512.0003.2005 – Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto
30000000_Despesas Correntes
31000000_Outras Despesas
31900000_Aplicações Diretas
31901100_(50)_Vencimentos e Vantagens Fixa-Pessoal Civil_ 10.000,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.512.0003.2005 – Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto
30000000_Despesas Correntes
31000000_Outras Despesas
31900000_Aplicações Diretas
31909400_(52)_Indenizações e Restituições Trabalhistas_ 8.000,00

11001 – SAMAE
0076 – FONTE
17.512.0003.2005 – Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto
30000000_Despesas Correntes
33000000_Outras Despesas
33900000_Aplicações Diretas
33903000_(54)_Material de Consumo_50.000,00

Total de Crédito Suplementar _146.000,00

(Artigo 3º -) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos para o dia 13/11/2025.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, AOS DEZOITO DIAS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE CINCO. (18/11/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Bassil da Silva
Código Identificador:ECB45CC3

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 18/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2025

DE UM LADO: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 73.897.589/0001-46, com sede na Av. James Patrick Clark, 233, no Município de Terra Rica, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Diretor Adriano Sergio Nunes, brasileiro, casado, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa, nº1087, no Município de Terra Rica – Estado

DE OUTRO LADO: ESSENCIALSOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **14.052.239/0001-10**.

DOMICÍLIO: RUA INÁCIO FRANCISCO DOS SANTOS, CENTRO - CEP: 86780000 - BAIRRO: Centro, Flórida/PR.

OBJETO: Registro de preço para Aquisição de Biocomposto para Otimização do Tratamento de Efluentes, Pregão N° 13/2025, ratificado pelo samae de Terra Rica - Pr em 12/11/2025.

VALOR TOTAL: R$ **202.500,00 (Duzentos e Dois Mil e Quinhentos Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 18/11/2025

SAMAE de Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES

Essencialsoluções Ambientais LTDA
CLAUDIANA FERREIRA BEDIN ROGANTI

Publicado por:
Cibele Aparecida da Silva
Código Identificador:C3FEB94F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 0078/2025

Dispõe sobre nomeação para as funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Financeira, Símbolo CC-03 do Poder Legislativo do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe o Art. 32, inciso III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Terra Roxa,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Senhora LAIZE APARECIDA KALATAY VIACELLI, brasileira, portadora do RG. 9.***.***-2, devidamente inscrito no CPF/MF sob n.º 059.***.***.85 residente e domiciliada na rua Claudinei Soares de Paulo n.º 52, nesta cidade de Terra Roxa –Pr., para exercer as funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Financeira, Símbolo CC-03 do Poder Legislativo Municipal do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, a partir de 18 de novembro de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2025.

HELINTON ROGÉRIO MARQUES
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:BF2854C2

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
RESPONSÁVEIS POR MÓDULOS SIM-AM

PORTARIA Nº 0079/2025

EMENTA: Designa servidores da Câmara Municipal como responsáveis por módulos de Prestação de Contas junto ao TCE-PR.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe o Art. 32, inciso III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Terra Roxa,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo para responder pelos módulos de Prestação de Contas do SIM-AM, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme abaixo:

IGOR SOARES DE SOUZA, portador do CPF nº. 082.***.***-45, ocupante do cargo de Contador:
1. Tabelas Cadastrais:
2. Planejamento e Orçamento
3. Contábil
4. Folha de Pagamento
5. Obras Públicas
6. Tributação

LAIZE AP. KALATAY VIACELLI, portadora do CPF nº. 059.***.***-85, ocupante do cargo de Diretora Financeira:
1. Tesouraria
2. Patrimônio
3. Controle Interno

ULISSES GENGUINI, portador do CPF nº. 085.***.***-36, ocupante do cargo de Analista de T. I.:
1. Licitação
2. Contratos

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as portarias nº 008/2025 e nº 013/2025.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2025.

HELINTON ROGÉRIO MARQUES
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:8AA92E80

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 17040/2025

PORTARIA N.º 17040/2025
IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 54 da Lei Municipal nº 092/91 e considerando o requerimento protocolado sob o n.º 18957/2025 em 13/11/2025

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora **Fernanda Aparecida Homem**, ocupante do cargo de **Professora**, matrícula n.º **134112-02**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura, licença para tratar de interesses particulares**, pelo período de **02 de janeiro de 2026 a 01 de janeiro de 2028**, nos termos do artigo 54 da Lei Municipal nº 092/91.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:E5B66E67

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECISÃO PAAR N° 12/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES PAAR 12/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 001/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2025.
CONTRATO ADMINISTRATIVO 176/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA
CONTRATADA: CONSTRUTECH OBRAS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PAFRA CONSTRUÇÃO DE PISTA DE CAMINHADA NO DISTRITO DE SANTA RITA D´OESTE, MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, COM EXTENSÃO DE 1,7KM, CONFORME PROJETOS DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
ÓRGÃO PROCESSANTE: COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES - PORTARIA Nº 16616/2025.

DECISÃO
Trata o presente processo administrativo da apuração de responsabilidade da empresa **CONSTRUTECH OBRAS LTDA**, contratada para a execução da obra de construção de pista de caminhada no Distrito de Santa Rita D´Oeste, com extensão de 1,7 km.
Após a assinatura do contrato, a empresa solicitou e obteve deferimento para a paralisação do prazo de execução, alegando a necessidade de liberação da área. Contudo, em 04 de agosto de 2025, antes de assinar o termo aditivo correspondente, a contratada protocolou pedido de rescisão unilateral, invocando a persistência de cercas no local, inércia do Município, aumento de custos, desequilíbrio econômico-financeiro e dificuldades operacionais.
O Departamento de Engenharia deste Município emitiu parecer técnico rebatendo as alegações, afirmando que as cercas e as lavouras não representavam impedimento técnico ao início da obra e que a variação de custos do concreto estava dentro dos limites aceitáveis.
A Comissão de Processo Administrativo, após regular instrução, concluiu pela responsabilização da empresa, recomendando a aplicação de multa por inexecução contratual, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.
Intimada, a empresa Construtech apresentou manifestação, na qual arguiu, em síntese: a) Nulidade do processo por cerceamento de defesa, pois o parecer de engenharia foi elaborado sem sua participação; b) Culpa do Município pela rescisão, devido à não retirada das cercas em tempo hábil; c) Requereu a juntada de documentos da plataforma "portal dos municípios" e dados de geolocalização de suas máquinas para comprovar suas alegações.
A análise do presente processo cinge-se a duas questões centrais: a regularidade do procedimento administrativo e a responsabilidade pela inexecução do contrato.
DA ALEGADA NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA
A contratada alega que o parecer do Departamento de Engenharia foi produzido unilateralmente, ferindo o contraditório e a ampla defesa.
Sem razão, contudo. O direito ao contraditório e à ampla defesa, em processos administrativos, é garantido pela oportunidade de a parte se manifestar sobre os fatos e documentos constantes nos autos, e não necessariamente pela participação em cada ato da instrução. No caso em tela, a empresa teve pleno acesso ao parecer técnico e pôde impugná-lo detalhadamente em sua manifestação, exercendo, assim, seu direito de defesa.
Não há nulidade sem a demonstração de prejuízo concreto à defesa (*pas de nullité sans grief*). A simples elaboração de um parecer técnico pela Administração, sobre o qual o particular pôde se manifestar posteriormente, não configura, por si só, cerceamento de defesa.
Portanto, não há que se falar em nulidade do processo administrativo.
DA RESPONSABILIDADE PELA INEXECUÇÃO DO CONTRATO
A contratada busca atribuir ao Município a culpa pela rescisão, aplicando a teoria da "exceção do contrato não cumprido" (*exceptio non adimpleti contractus*). Alega que a permanência de cercas e a suposta inércia da Administração inviabilizaram o início dos trabalhos.
Contudo, o parecer técnico do Departamento de Engenharia, que goza de presunção de legitimidade e veracidade, foi categórico ao afirmar

que os obstáculos eram mínimos e foram removidos em tempo adequado, não configurando impedimento real ao início da obra.
Nos contratos administrativos, a aplicação da *exceptio non adimpleti contractus* é vista com reservas. O particular não pode, de forma unilateral, paralisar a execução do contrato diante de qualquer suposta falha da Administração. Exige-se que o inadimplemento do Poder Público seja grave e substancial, o que não se verifica no presente caso, conforme apontado pela análise técnica.
Quanto ao alegado desequilíbrio econômico-financeiro, a contratada não apresentou qualquer planilha de custos, laudo ou documento técnico que comprovasse a extraordinária elevação de preços a ponto de inviabilizar a execução do ajuste. O ônus de provar o desequilíbrio é da contratada, e meras alegações genéricas sobre o aumento do custo do concreto, refutadas pelo parecer técnico, são insuficientes para tal.
Os pedidos de produção de prova, como a juntada de movimentações do "portal dos municípios" e dados de geolocalização, mostram-se protelatórios e desnecessários ao deslinde da questão. A controvérsia central – a existência de impedimento técnico para o início da obra – já foi suficientemente esclarecida pelo parecer de engenharia, sobre o qual a empresa teve oportunidade de se manifestar.
Dessa forma, resta caracterizada a inexecução total do contrato por culpa exclusiva da contratada, que, sob pretextos infundados, abandonou a obra e formalizou uma rescisão unilateral ilegal.
ISTO POSTO, com fundamento no parecer da Comissão de Processo Administrativo e na análise dos fatos e do direito aplicável,
DECIDO:
Rejeitar a preliminar de nulidade do processo administrativo por cerceamento de defesa.
Indeferir os pedidos de produção de prova formulados pela empresa Construtech Obras Ltda., por serem considerados protelatórios e desnecessários.
Declarar a rescisão do contrato administrativo por culpa exclusiva da contratada, em razão da inexecução total do objeto, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.
Acolher a recomendação da Comissão de Processo Administrativo e aplicar à empresa **CONSTRUTECH OBRAS LTDA.**, CNPJ nº 19.128.521/0001-57, localizada na Rua José Pereira Vasconcelos – 171, Jardim Ecoville, Terra Roxa, Paraná, , a penalidade de **multa**, com base no art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021 e nas cláusulas contratuais, em percentual a ser calculado pelo setor competente sobre o valor do contrato, em razão da inexecução contratual que resultou na não realização da obra pública.
Determinar a notificação da empresa para o pagamento da multa no prazo legal, sob pena de inscrição em dívida ativa e demais medidas cabíveis.
Autorizar a adoção das providências necessárias para a realização de nova licitação, a fim de garantir a continuidade e a conclusão da obra, resguardando o interesse público.
Promovam-se as intimações necessárias e as providências para os registros das penalidades e inscrição em dívida ativa do valor da multa.
Terra Roxa, 17 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:C7273679

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ERRATA DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ERRATA DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
No Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2025, Edital N° 71 de 30 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 31/10/2025, Edição 3397, corrige-se as informações, conforme segue:

ONDE SE LE:

6.1.3. O prazo para interposição de recurso é de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação até as **14h do dia 25 de novembro de 2025**, por meio de requerimento, enviado para o e-mail concurso@terraroxa.pr.gov.br, indicando no campo assunto (citar fase recursal), utilizando o requerimento conforme **ANEXO III**, disposto neste Edital.

LEIA -SE:
6.1.3. O prazo para interposição de recurso é de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação até as **14h do dia 18 de novembro de 2025**, por meio de requerimento, enviado para o e-mail concurso@terraroxa.pr.gov.br, indicando no campo assunto (citar fase recursal), utilizando o requerimento conforme **ANEXO III**, disposto neste Edital.

Terra Roxa PR, 18 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:74164E3F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N° 36/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 36/2025, de 18 de novembro de 2025 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa – PR.

Dispõe sobre a aprovação, em caráter Ad Referendum, da Delimitação dos Territórios de Atuação das Equipes da Atenção Primária à Saúde (APS), incluindo os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e Agentes de Combate a Endemias (ACEs), e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelo Regimento Interno do CMS e garantidas pela Lei Federal no 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei Federal no 8.142, de 28 de dezembro de 1990; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e
Considerando a Lei Federal nº 8.080/90 e a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que estabelecem a territorialização como princípio organizativo do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Atenção Primária;
Considerando a necessidade de organização, planejamento e atualização contínua da delimitação dos territórios de atuação das Equipes da Atenção Primária à Saúde, visando garantir maior efetividade na cobertura e na assistência prestada à população;
Considerando as diretrizes da Atenção Primária à Saúde que orientam a definição territorial como instrumento essencial para o adequado acompanhamento das famílias, o planejamento das ações e a organização da rede de serviços;
Considerando o teor da Portaria Municipal nº 17038/2025 , de 14 de Novembro de 2025 , que designa formalmente os responsáveis pela elaboração, avaliação e atualização da delimitação dos territórios de atuação das equipes da Atenção Primária;
Considerando que é atribuição do Presidente do Conselho Municipal de Saúde decidir, ad referendum, acerca de assuntos emergenciais, quando houver impossibilidade de consulta ao Plenário, submetendo o seu ato à deliberação do Plenário em reunião subsequente.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, em caráter Ad Referendum, a Delimitação dos Territórios de Atuação das Equipes da Atenção Primária à Saúde (APS), abrangendo as áreas e microáreas dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e a setorização dos Agentes de Combate a Endemias (ACEs), conforme consta nos anexos desta Resolução.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa – Paraná, 18 de novembro de 2025.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:6BE8E313

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 019/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DELIBERAÇÃO Nº 072/2025/CEAS/PR

RESOLUÇÃO N° 019/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação referente a repasse da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família, Deliberação nº 072/2025 | CEAS/PR.

CONSIDERANDO o Plano Paraná Mais Cidades (PPMC) foi instituído pelo
Governo do Estado com objetivo de contribuir no desenvolvimento dos municípios paranaenses, sendo implementado pelas secretarias e autarquias em suas respectivas áreas de atuação;

CONSIDERANDO a Lei 13.019/14 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em seu art. 29, dispõe sobre os Termos de Colaboração ou de Fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 27/2025 – CEAS/PR, que dispõe sobre o prazo de utilização dos recursos do Programa Paraná Mais Cidades.
DELIBERA

Art. 1º – Aprovar a adesão e o Plano de Ação do repasse de recursos da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família, **Deliberação nº 072/2025 | CEAS/PR**, para a aquisição de equipamentos para as unidades que ofertam serviços socioassistenciais com o intuito de fortalecer os serviços socioassistenciais.
Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa – PR, 18 de Novembro de 2025.

FABRÍCIO DUIM RUFATO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:798B125F

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 07/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

DELIBERAÇÃO Nº 049/2025/CEDIPI/PR

RESOLUÇÃO N° 07/2025 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
PESSOA IDOSA

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação referente a repasse do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ: ENVELHECIMENTO ATIVO.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 230: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida”;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010, que instituiu o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 5.612, de 29 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO que a prática de atividades físicas e de estimulação cognitiva,
acompanhada de integração social e convivência comunitária, é reconhecidamente eficaz para a promoção do bem-estar e do envelhecimento ativo;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 035/2024 – CEDIPI/PR, que instituiu o Programa Cuida Mais Paraná, que pressupõe resultados significativos na melhoria da qualidade de vida e da saúde das pessoas idosas participantes.
CONSIDERANDO a importância em dar continuidade e ampliar o alcance territorial do Programa, assegurando sua consolidação como política pública estadual de promoção do envelhecimento ativo e saudável;

DELIBERA

Art. 1º – Aprovar a adesão e o Plano de Ação do repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, **Incentivo Cuida Mais Paraná: Envelhecimento Ativo**, para a aquisição de bens permanentes, equipamentos e materiais que subsidiem a implantação e consolidação de espaços de convivência e práticas de atividade física e estimulação cognitiva.
Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa – PR, 18 de Novembro de 2025.

VERA LÚCIA ZANATTA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:679D144A

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4555

DECRETO Nº.4555/2025

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2249 de 17 de Novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 497.519,52 (quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	165	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2022 - Manutenção das Atividades de Benefícios Eventuais** 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00
Suplementar	425	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	21.464,39
Suplementar	492	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	104.484,13
Suplementar	657	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Rodoviários	**11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa	50.000,00

			jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	96	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.28.843.28.3 - Dívida Pública Interna Contratada** 329021 - Juros sobre a dívida por contrato **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	221.571,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	119	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	14.581,00
Anulação Dotação	129	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.244.4.2018 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	14.990,00
Anulação Dotação	150	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.5.2030 - Manutenção das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar** 339030 - Material de consumo **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	154	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.5.2030 - Manutenção das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	170	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2024 - Manutenção das Atividades do CRAS** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	196	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2026 - Manutenção das Atividades de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	209	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2027 - Manutenção do Centro de Convivência dos Idosos** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	51	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 339030 - Material de consumo **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Anulação Dotação	53	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	12.000,00
Anulação Dotação	66	Secretaria Municipal de Administração	**3.1.4.122.2.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	175.948,52

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 17 de Novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:673BC80B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 204/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2025

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 16/12/2025, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de Pregão Eletrônico nº 132/2025, que tem como objeto a **Aquisição Eventual e Futura de Concreto Betuminoso Usinado a Quente, do tipo CBUQ - Faixa "C/F", conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, desta Municipalidade,** no valor máximo de R$ 640.700,00 (seiscentos e quarenta mil e setecentos reais), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 18 de novembro de 2025.

EDER SIMÕES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:F09B1EB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2025

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 17/12/2025, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de Pregão Eletrônico nº 133/2025, que tem como objeto a **Aquisição de Roçadeira Agrícola, visando atender às necessidades Operacionais da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Terra Roxa-PR,** no valor máximo de R$ 10.722,50 (dez mil setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.
Terra Roxa - PR, 18 de novembro de 2025.

JULIANA DA SILVA
Secretária Municipal do Meio Ambiente

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:FE785698

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 548/2025

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 548/2025

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 40/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2025

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de novembro de 2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: TATIANA HONORIO GARCIA - SERVIÇOS MEDICOS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF

nº 36.100.795/0001-57, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. TATIANA HONORIO GARCIA, Administrador, portador do RG/CI nº 3.058.992-0 e no CPF/MF nº 492.820.779-34, com endereço à Rua GENERAL HENRIQUE GEISEL, 493, Centro - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: SERVIÇOS DE CLINICA MEDICA REALIZADAS NO MÊS :.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 111.585,60 (cento e onze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº .

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 6 (seis) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:2F3F7E73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 549/2025

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 549/2025
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 40/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2025

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 18 de novembro de 2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: L. R. CARVALHO - CLÍNICA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 17.599.363/0001-98, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. LUIS ROGERIO CARVALHO, Administrador, portador do RG/CI nº 3.058.992-0 e no CPF/MF nº 492.820.779-34, com endereço à Rua VERIANO DOS SANTOS DIAS, 260, JARDIM PRIMAVERA - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: SERVIÇOS DE CLINICA MEDICA REALIZADAS NO MÊS :.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 111.585,60 (cento e onze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº .

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 6 (seis) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:3D6B33A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
RESOLUÇÃO Nº 09, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, Paraná.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 24, I do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e o Presidente promulgou a seguinte Resolução:

TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Câmara Municipal é a sede do Poder Legislativo do Município de Tijucas do Sul e compõe-se de nove Vereadores.

Art. 2º Ao Poder Legislativo Municipal compete o exercício das seguintes funções:
I – legislar sobre leis de interesse local ou que suplementem a legislação federal ou estadual, no que couber;
II – exercer a fiscalização e o controle externo da administração pública municipal;
III – julgar as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, após manifestação do Tribunal de Contas do Estado;
IV – definir prioridades para as políticas públicas municipais, deliberando sobre os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;
V – administrar-se institucionalmente, exercendo a gestão de seus serviços internos.
§1º A Câmara Municipal exercerá as funções referidas neste artigo com independência e harmonia, em relação ao Poder Executivo, deliberando sobre as matérias de sua competência, na forma prevista neste Regimento.
§2º Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolva:
I - ofensas às instituições nacionais;
II - propaganda de guerra;
III - subversão da ordem política ou social;
IV – preconceito de raça, religião ou classe;
V - crimes contra a honra;
VI – incentivo à prática de crimes de qualquer natureza.

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede localizada na rua Jorge Leprevost, 417, Centro, onde serão realizadas as suas atividades institucionais.
§ 1º As atividades da Câmara Municipal fora da sua sede serão nulas, exceto nos seguintes casos:
I - sessão solene;
II - sessão itinerante;
III – reunião de trabalho e audiência pública de Comissão.
§ 2o Nos casos dos incisos I e II do § 1o, a realização das atividades dependerá da aprovação de requerimento de Vereador aprovado por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
§ 3o A realização de reunião de trabalho e de audiência pública, nos termos do inciso III do § 1o, depende de deliberação da maioria dos membros de Comissão Permanente.
§ 4o Impedido o acesso ao recinto da Câmara Municipal, a Mesa Diretora designará outro local para a realização de suas atividades, enquanto perdurar a situação.
§ 5º Na hipótese do § 4º, as autoridades locais serão notificadas da mudança da sede da Câmara Municipal, com divulgação nos meios de comunicação e por meios eletrônicos.
§ 6º Na sede da Câmara Municipal não poderão ser realizados atos estranhos às suas atividades institucionais, salvo se houver cedência

de suas dependências para reuniões cívicas, culturais, desde que não tenham interesse econômico.
§ 7º Havendo autorização, pela Mesa Diretora, para uso das dependências e dos equipamentos da Câmara Municipal, a entidade cessionária deverá formalizar solicitação com 05 (cinco) dias de antecedência, exceto se comprovada a urgência e relevância do assunto, e assinará termo de responsabilidade comprometendo-se a:
I - realizar a devolução no horário acertado;
II - entregar as dependências em condição de uso, inclusive com a limpeza dos ambientes utilizados;
III - ressarcir os equipamentos, móveis ou a própria sede, caso haja algum dano material;
IV – não realizar atividade remunerada.
§ 8º Admite-se o uso da sede da Câmara Municipal para velório de Vereador, ex-Vereador, Prefeito ou ex-Prefeito, Vice-Prefeito ou ex-Vice-Prefeito, desde que solicitado pela família e firmado termo de responsabilidade conforme disposto no §7° deste artigo.
§ 9º A Câmara Municipal instituirá o Cadastro Legislativo de Participação Popular com o objetivo de formar um banco de dados para a sua comunicação institucional junto à comunidade, aos cidadãos e às organizações da sociedade civil.

Art. 4º Qualquer cidadão poderá assistir às atividades institucionais da Câmara Municipal, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:
I - esteja adequadamente trajado;
II - não porte armas, salvo nos casos permitidos por lei;
III - conserve-se em atitude respeitosa durante os trabalhos;
IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no Plenário;
V - não interpele qualquer Vereador, salvo em audiências e consultas públicas.
Parágrafo único. O Presidente da Câmara é responsável pela manutenção da ordem interna, cabendo-lhe, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, determinar a retirada do cidadão que não atender ao disposto neste artigo.

Art. 5º A responsabilidade por garantir a segurança da Câmara Municipal compete à Presidência.
§ 1o O Presidente poderá requisitar força policial para manter a ordem interna.
§ 2o Se for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante do responsável, apresentando-o à autoridade policial competente, para a lavratura do auto de prisão e instauração de inquérito.
§ 3o Na hipótese de não haver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente, de forma imediata.

Art. 6º As bandeiras do Brasil, do Mercosul, do Estado do Paraná e do Município de Tijucas do Sul deverão estar hasteadas de forma visível e protocolar durante as Sessões Plenárias da Câmara Municipal.

CAPÍTULO II
DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA E DAS SESSÕES LEGISLATIVAS
Seção I
Da Sessão Preparatória

Art. 7o A Câmara Municipal realizará no mês de dezembro do último ano que antecede o início da cada Legislatura, Sessão Preparatória para a posse dos novos Vereadores.
§ 1o A convocação para a Sessão Preparatória será feita pelo Presidente da Câmara, que a presidirá.
§ 2o Na Sessão Preparatória serão observados os seguintes procedimentos:
I - entrega do diploma eleitoral e da declaração de bens dos Vereadores eleitos;
II – explicação sobre:
a) o funcionamento da Câmara Municipal e de seus serviços internos;
b) o ambiente de trabalho parlamentar;
c) os cargos e funções da Câmara Municipal, com a apresentação de seus respectivos servidores titulares;
d) a Sessão de Posse;
III – entrega em forma digital, mediante protocolo, de exemplares da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Orgânica do Município de Tijucas do Sul e do Regimento Interno da Câmara Municipal.
§ 3º A declaração de bens referida no inciso I do § 2º deve ser renovada no final do mandato, mesmo havendo reeleição, podendo ser substituída por cópia da declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física.
§ 4o No caso do inciso II do § 2o deste artigo, as orientações relacionadas às atividades institucionais da Câmara e dos Vereadores poderão ser disponibilizadas sob o formato de capacitação contratada para esta finalidade.
§ 5º A legislação referida no inciso III do § 2º poderá ser disponibilizada em formato eletrônico.
§ 6º O Vereador eleito que não comparecer na Sessão Preparatória deverá protocolar os documentos referidos no inciso I do § 2o deste artigo até a Sessão de Posse.

Seção II
Da Sessão de Instalação da Legislatura e Posse

Art. 8º A instalação da Legislatura e a posse dos Vereadores ocorrerão em Sessão Solene no período da tarde do dia 1º de janeiro do primeiro ano do mandato, preferencialmente na sede da Câmara Municipal ou em outro local adequado e previamente aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores eleitos, com qualquer número de Vereadores, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.
Parágrafo único. Aberta a Sessão Solene, o Presidente adotará as seguintes providências:
I – constituirá, com autoridades convidadas, a Mesa da solenidade;
II – convidará os presentes para a execução do Hino Nacional Brasileiro;
III - convidará um dos Vereadores para atuar como Secretário da Sessão;
IV – proclamará os nomes dos Vereadores diplomados;
V – examinará e decidirá sobre as reclamações atinentes à relação nominal de Vereadores e ao objeto da Sessão, se for o caso;
VI – tomará o compromisso solene dos Vereadores e declarará a respectiva posse, a partir das seguintes formalidades:
a) em pé, juntamente com o Vereador chamado para prestar juramento, proclamará: "*Prometo cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná e a Lei Orgânica Municipal, observar as demais leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e bem-estar do seu povo*".
b) após o chamado, o Vereador, sob juramento, declarará: "Assim o Prometo";
c) concluído o juramento, o Vereador assinará o termo de posse, que será lavrado em ata própria;
VII – instalará a Legislatura, abrindo os trabalhos parlamentares;
VIII – os vereadores poderão utilizar a palavra por até três minutos, em ordem alfabética;
IX – encerrada a manifestação dos Vereadores, o Presidente suspenderá a Sessão por quinze minutos;
X – retomada a Sessão de Posse, independentemente de número de parlamentares presentes, o Presidente dará início ao processo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso, nos seguintes termos: "*Prometo defender e cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado do Paraná e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, promover o bem geral do Município de Tijucas do Sul e desempenhar, com lealdade e patriotismo, as funções do meu cargo*".
XI - o Presidente concederá a palavra ao Prefeito pelo tempo de dez minutos para o discurso de posse e ao Vice-Prefeito, pelo tempo de cinco minutos;
XII – em seguida, convidará os presentes para a execução do Hino do Município de Tijucas do Sul, com a consequente declaração de encerramento da Sessão Solene, convocando os parlamentares presentes para a Sessão de eleição da Mesa Diretora, a ser iniciada em quinze minutos.

Art. 9º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo em até quinze (15) dias depois da primeira sessão ordinária da legislatura, sob pena de ser considerado renunciante, salvo motivo de doença comprovada.

§ 1o No caso deste artigo, o Vereador que vier a ser empossado posteriormente prestará o compromisso perante a Mesa Diretora.
§ 2º Não será considerado investido no mandato de Vereador quem deixar de prestar o compromisso.
§ 3º O suplente de Vereador convocado para o exercício de mandato na Câmara Municipal prestará, na primeira vez que assumir o mandato, o juramento previsto no art. 8º deste Regimento, perante a Mesa Diretora, ficando dispensado de repeti-lo nas convocações subsequentes.

Seção III
Da Eleição da Mesa Diretora no início da Legislatura

Art. 10. Quinze minutos após o encerramento da sessão de instalação e posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado dentre os eleitos e, presente a maioria absoluta dos seus membros, elegerão os componentes da Mesa, por escrutínio aberto, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.
§1°. A eleição da Mesa Diretora será feita em primeiro escrutínio por maioria simples, cargo por cargo, obedecendo-se a ordem constante no art. 28, *caput* deste Regimento, e será considerado eleito para o cargo da Mesa a que estiver concorrendo o candidato que alcançar a maioria simples em votação aberta.
§2° Para a eleição da Mesa, a votação será feita mediante voto aberto, para cada cargo, com a indicação deste e os nomes dos concorrentes.
§3° O prazo para a inscrição dos candidatos aos cargos da Mesa encerra-se às 17:00 horas do último dia útil que anteceder a eleição.
§4° Se ocorrer empate, será realizada nova votação entre os candidatos mais votados dentre os concorrentes, e se persistir o empate, será considerado eleito o vereador mais idoso, persistindo ainda o empate disputarão o cargo por sorteio.
§5° Não sendo possível, por qualquer motivo, efetivar-se ou completar-se a eleição da Mesa na primeira sessão para este fim convocada, o Presidente convocará a sessão para o dia seguinte, e se necessário, para os dias subsequentes, até plena consecução desse objetivo.
§ 6º Na ausência de *quorum* para eleger o Presidente, a Presidência da Casa ficará com o Vereador mais votado entre os eleitos, que convocará tantas sessões quantas forem necessárias à escolha definitiva. No caso de empate de Vereadores mais votados, presidirá o mais idoso.
§ 7º A eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio da Legislatura ocorrerá na última Sessão Ordinária, observadas as regras dispostas neste artigo e no Regimento Interno, considerando-se os eleitos automaticamente empossados, com início do exercício do mandato em 1º de janeiro do ano subsequente.
§8° Na composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tijucas do Sul será observada a representatividade feminina sempre que possível.
§ 9º O mandato dos membros da Mesa Diretora é de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
§ 10 A eleição para a Mesa Diretora para os demais anos da Legislatura será realizada de acordo com os arts. 29 a 33 deste Regimento Interno.
§ 11 O suplente de Vereador, no exercício temporário do cargo, não poderá concorrer a cargos da Mesa Diretora.

Seção IV
Da Legislatura

Art. 11**.** Legislatura é o período de quatro anos, iniciando-se em 1o de janeiro do primeiro ano e terminando em 31 de dezembro do quarto ano de mandato parlamentar.
Parágrafo único. A Legislatura divide-se em quatro Sessões Legislativas.

Seção V
Da Sessão Legislativa

Art. 12**.** A Sessão Legislativa Ordinária da Câmara Municipal ocorre nos períodos de 20 de janeiro a 30 de junho e de 15 de julho a 15 de dezembro de cada ano da Legislatura.

Art. 13. No período em que a Câmara Municipal não estiver em Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária, entrará em Recesso Parlamentar.
Parágrafo único. Durante o Recesso Parlamentar a Câmara Municipal não realizará Sessões Plenárias e reuniões de Comissão, exceto para votar projetos de lei em regime de urgência, porém manterá o atendimento ao público e os Gabinetes dos Vereadores permanecerão em funcionamento.

Art. 14**.** Sessão Legislativa Plenária Extraordinária é o período de trabalho legislativo da Câmara Municipal, realizado durante o Recesso, mediante convocação e com matéria específica a ser deliberada, observado o que dispõe o art. 48 da Lei Orgânica do Município.
§ 1º A convocação de Sessão Legislativa Plenária Extraordinária far-se-á:
I - pelo Prefeito;
II - pelo Presidente da Câmara;
III - por um terço de Vereadores.
§ 2º A convocação de Sessão Legislativa Plenária Extraordinária justifica-se nos casos de urgência ou de relevante interesse público.
§ 3º Na Sessão Legislativa Plenária Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória ou de remuneração adicional, em razão da convocação.
§ 4º Na hipótese do inciso I do § 1º o Prefeito indicará o prazo para a convocação, que não poderá ser inferior a cinco dias úteis, cabendo à Câmara, pela Mesa Diretora, organizar o cronograma de Sessões Plenárias, de reuniões de Comissão e de audiências públicas necessárias para instrução e deliberação das matérias.
§ 5º Independentemente de sua origem, a Sessão Legislativa Extraordinária será convocada com antecedência mínima de quarenta e oito horas.
§ 6º Formalizada a convocação de Sessão Legislativa Extraordinária, o Presidente da Câmara dará ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos, do período da convocação, do cronograma referido no § 4º deste artigo e dos projetos a serem deliberados, inclusive com as respectivas justificativas.
§ 7º A convocação de sessão extraordinária será pessoal e escrita, podendo se dar por meio impresso ou eletrônico, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, quando a hipótese não exigir prazo inferior.
§ 8º Por motivo justificado e havendo aprovação por unanimidade de votos em sessão, presentes todos os Vereadores, poderá ser dispensado o prazo de antecedência descrito no parágrafo anterior, permitindo-se a realização de sessão extraordinária a qualquer tempo.

CAPÍTULO III
DOS VEREADORES
Seção I
Do Exercício do Mandato

Art. 15. Os Vereadores são agentes políticos investidos em mandato parlamentar, no âmbito do Município, para uma Legislatura.

Art. 16. Os direitos do Vereador estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos previstos na Constituição Federal, as normas estabelecidas na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.
Parágrafo único. A Câmara Municipal tomará as providências necessárias à defesa de direitos do Vereador, decorrente do exercício do mandato, e da instituição, inclusive, se for o caso, na esfera judicial.

Art. 17. Compete ao Vereador:
I - participar das discussões e deliberações nas Sessões Plenárias;
II - votar na eleição da Mesa Diretora;
III - concorrer aos cargos da Mesa Diretora;
IV - usar da palavra em Sessão Plenária, nas reuniões de Comissão e nas audiências públicas;
V - apresentar proposições;
VI- cooperar com a Mesa para a ordem e eficiência dos trabalhos;
VII – compor as Comissões;

VIII – exigir o cumprimento deste Regimento Interno e usar os recursos nele previstos.
§ 1º O Vereador não é obrigado a testemunhar perante a Câmara Municipal sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato e sobre as pessoas que lhe confiarem ou delas receberem informações.
§ 2º O suplente de Vereador, quando no exercício temporário do cargo, disporá das competências previstas neste artigo, exceto a prevista no inciso III.

Art. 18. São deveres do Vereador:
I – comparecer, na hora e no dia designado às Sessões Plenárias e participar da Ordem do Dia, discutindo e votando a matéria em deliberação;
II – não se eximir de trabalho relativo ao desempenho do mandato;
III – comparecer na hora e no dia designado às reuniões de Comissão em que for membro titular ou, na condição de suplente da Comissão, for convocado, participando das discussões e, quando nomeado Relator, elaborando o voto condutor do parecer;
IV – propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e da população;
V – impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público;
VI – apresentar-se devidamente trajado, com vestimenta compatível com o decoro parlamentar, sendo exigido o traje esporte fino para homens e traje equivalente para mulheres, e portar-se com respeito e urbanidade nas dependências da Câmara Municipal, especialmente no plenário e durante as sessões e eventos oficiais.
VII – desincompatibilizar-se, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, e fazer, quando da posse, anualmente e no final do mandato, a declaração pública e escrita de bens;
VIII - conhecer e cumprir as disposições da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Orgânica do Município de Tijucas do Sul, do Código de Ética Parlamentar, bem como deste Regimento Interno.
§ 1º O Vereador que não puder comparecer nas Sessões Plenárias ou nas reuniões de Comissão em que atua como titular deverá justificar, à Mesa Diretora e ao Presidente da Comissão, respectivamente, sua ausência, conforme as condições previstas na Lei Orgânica.
§ 2º O Vereador faltoso, cuja justificativa não se enquadre nas condições previstas na Lei Orgânica, terá descontado dos seus subsídios o valor equivalente a um trinta avos do subsídio mensal por sessão que deixar de comparecer.
§ 3º Desde a expedição do diploma, o Vereador não poderá firmar ou manter contrato com a administração pública direta ou indireta do Município ou empresas concessionárias de serviços públicos locais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Art. 19. A Câmara Municipal instituirá Código de Ética Parlamentar para, respeitado o devido processo e o direito à ampla defesa e ao contraditório, processar e julgar a prática de ato de Vereador que configure quebra de decoro parlamentar.
Paragrafo único. Considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar, além de outros previstos na legislação federal:
I – o abuso das prerrogativas parlamentares ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;
II – a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno;
III – a perturbação da ordem nas Sessões Plenárias, nas audiências públicas ou nas reuniões das Comissões;
IV – o uso, em discursos ou em votos, nas Comissões, de expressões ofensivas aos demais Vereadores ou a outra autoridade constituída;
V – o desrespeito ao Presidente e à Mesa Diretora e prática de atos atentatórios à dignidade de seus membros;
VI – o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade da Câmara, na condição de Poder Legislativo do Município.

Seção II
Da Licença e da Substituição

Art. 20. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Mesa Diretora, nos seguintes casos:
I - sem direito à remuneração, para tratar de assunto de interesse particular, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, nem superior a cento e vinte dias, em cada Sessão Legislativa;
II – quando investido no cargo de Secretário Municipal ou Prefeito, sendo automaticamente licenciado;
III - com direito à remuneração:
a) para tratamento de saúde;
b) para usufruir licença-maternidade, na forma da Lei Orgânica Municipal ou paternidade.
§ 1º A Mesa Diretora instruirá e emitirá parecer sobre os requerimentos de licença.
§ 2º O requerimento de licença será incluído na Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente, se for o caso, para leitura.
§ 3º O Vereador licenciado que se afastar do território nacional deverá dar ciência à Mesa Diretora da Câmara sobre seu destino, independentemente de prazo.

Art. 21. Se a licença sem remuneração for superior a 30 dias, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente, que substituirá o titular durante o prazo estabelecido. No caso, de licença remunerada superior a 120 dias, o Presidente da Câmara também convocará o respectivo Suplente, que substituirá o titular durante o prazo estabelecido.
§ 1º No Recesso, o Suplente será convocado a partir da Sessão Legislativa Plenária Extraordinária.
§ 2º Durante o período em que exercer o mandato, o Suplente atuará nas Comissões, de acordo com o consenso dos demais Vereadores.
§ 3º As proposições e requerimentos apresentados pelo Suplente, após o retorno do Vereador titular, serão processadas de acordo com este Regimento.
§ 4º O Suplente de Vereador, para licenciar-se, precisa estar no exercício do mandato.
§ 5º Será convocado Suplente, por qualquer prazo, quando o Presidente da Câmara assumir o cargo de Prefeito, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município.

Seção III
Da Vaga de Vereador

Art. 22. As vagas, na Câmara Municipal, verificar-se-ão em virtude de:
I – perda do mandato;
II – cassação do mandato;
III – renúncia;
IV – falecimento.
§ 1º A perda do mandato de Vereador dar-se-á em decorrência de decisão judicial, observada a legislação federal, mediante declaração da Mesa Diretora.
§ 2º A cassação do mandato de Vereador dar-se-á mediante o devido processo, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos casos e de acordo com o processo disciplinado em lei federal.
§ 3º O termo de renúncia do Vereador ao mandato será dirigido à Mesa Diretora, por escrito, com firma reconhecida, independerá de aprovação do Plenário e produzirá seus efeitos a partir da leitura em Plenário.
§ 4º Considera-se, ainda, como renúncia tácita de Vereador:
I – não prestar compromisso no prazo estabelecido neste Regimento;
II – deixar de comparecer em cada Sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por doença comprovada mediante atestado médico ou documento idôneo, licença concedida nos termos da Lei Orgânica ou do Regimento Interno, incluindo licença para tratamento de saúde, maternidade, paternidade ou por interesse particular, missão autorizada pela edilidade, como participação em cursos, congressos, seminários ou outros eventos oficiais em nome da Câmara Municipal, com autorização do Plenário, ou ainda, deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas por escrito pelo Presidente para apreciação de matéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos os casos, assegurada ampla defesa**.**
III – o Vereador que deixar de comparecer a oito reuniões de Comissão, quando titular, em cada biênio da Sessão Legislativa, salvo nos casos de licença ou de falta justificada prevista no inciso anterior.
§ 5º O Suplente que, convocado, não se apresentar para assumir o cargo no prazo de cinco dias, salvo mediante motivo justo aceito pela Mesa Diretora, renunciará ao mandato.
§ 6º A vacância, nos casos previstos nos incisos do § 4º, será declarada em Sessão Plenária pelo Presidente da Câmara.

§7°. Extingue-se o mandato do vereador, dentre outras hipóteses, quando incidir nos impedimentos para o seu exercício, não se desincompatibilizando até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou em resolução. Este texto tem no art. 70, IV do RI atual

Art. 23. A extinção do mandato se efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo, pelo Presidente da Câmara, inserida em ata.
Parágrafo único. O Presidente da Câmara que deixar de declarar a extinção do mandato de Vereador, nos casos previstos neste Regimento Interno, ficará sujeito às sanções previstas em lei.

Seção IV
Da Remuneração e das Indenizações

Art. 24. O Vereador será remunerado por subsídio mensal, fixado por lei de iniciativa da Mesa Diretora, observados os critérios, impactos e limites estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e nas demais leis que se relacionem com a matéria.
§ 1º Durante o Recesso, o Vereador perceberá subsídio mensal independentemente de convocação para Sessão Legislativa Extraordinária.
§ 2º O Suplente convocado para assumir o mandato, a partir da posse, perceberá remuneração proporcional ao tempo em que permanecer na titularidade do cargo, contado em dias.

Art. 25. O Vereador que deixar de comparecer injustificadamente à Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária, ou dela se afastar antes ou durante a Ordem do Dia, ou à reunião de Comissão, terá descontado, de seu subsídio mensal, o valor monetário estabelecido na lei que dispor sobre a sua remuneração e descontos.

Art. 26. A Mesa Diretora proporá projeto de lei dispondo sobre a fixação do subsídio mensal de Vereador, para a Legislatura seguinte, acompanhado de justificativa e dos impactos financeiro e orçamentário.
§ 1º Assegura-se, ao Vereador, o direito à gratificação natalina nos termos da Lei Orgânica.
§2º A lei de que trata este artigo deverá estar promulgada e publicada antes das eleições.

Art. 27. O Vereador que se afastar do Município a serviço ou em representação da Câmara terá o ressarcimento das despesas que fizer em razão desta incumbência, observadas as regras estabelecidas em norma editada para esta finalidade.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA MESA DIRETORA

Seção I
Da Composição

Art. 28. A Mesa Diretora é o órgão responsável pela definição das diretrizes e do planejamento da Câmara e compõe-se do Presidente, do Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e do Segundo Secretário.
§ 1º O Presidente será substituído, em suas ausências, pelo Vice-Presidente e pelos Secretários, segundo a ordem de hierarquia.
§ 2º Ausentes os membros da Mesa, presidirá a Sessão Plenária o Vereador mais votado, que escolherá, entre seus pares, um Vereador para ser Secretário.
§ 3º Ausentes os Secretários, o Presidente convidará um Vereador para assumir os encargos da Secretaria da Mesa Diretora.
§ 4º A Mesa Diretora reunir-se-á por convocação de seu Presidente ou a requerimento de dois de seus membros para discutir os assuntos de sua competência, conforme prevê o art. 38 deste Regimento Interno, e deliberar as matérias que estão sob sua gestão.
§ 5º Presentes na reunião da Mesa Diretora a maioria absoluta de seus membros, as decisões serão tomadas pela maioria de votos, e havendo empate, o Presidente terá o voto de desempate.
§ 6º As decisões da Mesa Diretora que tenham caráter geral e impessoal serão formalizadas por resolução da Mesa, com ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos.
§ 7º As resoluções da Mesa terão série numérica sequencial própria, observada a ordem cronológica de sua publicação, sem renovação anual.
§ 8º Qualquer Vereador terá direito à participação e manifestação nas reuniões da Mesa Diretora.

Seção II
Da Eleição, Formação e Modificação

Art. 29. A eleição dos membros da Mesa Diretora, presentes a maioria absoluta dos Vereadores, far-se-á por voto aberto e nominal, realizando-se a escolha cargo a cargo.
Art. 30. A eleição da Mesa Diretora, para o primeiro ano da Legislatura, far-se-á na mesma data em que se realizar a Sessão de Instalação da Legislatura e Posse, observadas as formalidades previstas neste artigo e no art. 10 deste Regimento Interno.
Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de número legal ou de ausência de quórum para eleger o Presidente, o Vereador mais votado entre os eleitos, permanecerá na presidência e convocará Sessões Plenárias diárias, até que a eleição seja concluída.

Art. 31. A eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio da Legislatura ocorrerá na última Sessão Plenária Ordinária do último ano do primeiro biênio, considerando-se, os eleitos, automaticamente empossados, com início do exercício do mandato em 1º de janeiro do ano subsequente.
Parágrafo único. Enquanto não for definida a eleição, o Presidente convocará Sessões Plenárias diárias, até que seja eleita a nova Mesa Diretora.

Art. 32. A inscrição dos candidatos aos cargos da Mesa Diretora deverá ser realizada na forma prevista no artigo 10 deste Regimento Interno.

Art. 33. A eleição dos membros da Mesa Diretora obedecerá aos seguintes procedimentos:
I - os Vereadores receberão, em via impressa, a listagem dos candidatos inscritos e quais cargos concorrem;
II - a votação será nominal e aberta, cargo a cargo, devendo o Vereador pronunciar o nome do candidato no qual está votando;
III – encerrada a votação, o Presidente determinará a inclusão do resultado em ata e proclamará os vencedores que tiverem maioria simples de votos. Havendo empate, proceder-se-á conforme disposto na Lei Orgânica.
IV – além da publicação oficial, a nominata dos Vereadores eleitos para a Mesa Diretora será divulgada para a comunidade nos canais de divulgação eletrônica da Câmara Municipal.

Art. 34. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa Diretora ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.
§ 1º Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa Diretora quando:
I - extinguir-se o mandato do respectivo ocupante ou se este o perder;
II - for o Vereador destituído da Mesa Diretora, por decisão do Plenário;
III – falecer um dos ocupantes da Mesa;
IV – estiver em licença do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou para assumir cargo de Secretário Municipal;
V - houver renúncia do cargo da Mesa Diretora pelo titular.
§ 2º Em caso de renúncia total da Mesa Diretora, proceder-se-á nova eleição para completar o mandato pelo tempo restante, na Sessão Plenária imediata, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, observadas as formalidades previstas no art. 33 deste Regimento.
§ 3º A renúncia de Vereador ao cargo que ocupa na Mesa Diretora será escrita e assinada, sendo imediatamente aceita, independente de leitura em Plenário.
§ 4º A vacância de um dos cargos da Mesa Diretora determinará, na Sessão Plenária subsequente, a eleição para o cargo vago, observadas as formalidades previstas no art. 33 deste Regimento.

§ 5º No caso do § 4º, se o Vereador eleito for titular de outro cargo da Mesa Diretora, seu cargo de origem será declarado vago, com a consequente eleição para o seu preenchimento.

Art. 35. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante resolução aprovada em votação aberta e nominal, por maioria simples dos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.
§ 1º O membro da Mesa Diretora é passível de destituição quando:
I – faltoso;
II – omisso;
III - ineficiente no desempenho das atribuições de seu cargo;
IV –exorbitar das atribuições a ele conferidas por este Regimento.
§ 2º A destituição de membro efetivo da Mesa ocorrerá apenas mediante comprovação de desídia, ineficiência ou uso do cargo para fins ilícitos, devendo ser aprovada por dois terços dos vereadores presentes, assegurado o direito à ampla defesa.
§ 3º A deliberação sobre o projeto de resolução que propõe destituição da Mesa ou de um de seus cargos será realizada em Sessão Plenária Extraordinária, especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 36. O processo de destituição terá início com a apresentação de representação subscrita por Vereador, lida, pelo seu autor, em qualquer fase da Sessão Plenária, com a exposição dos fatos e fundamentos que embasam o pedido.
§ 1º Oferecida a representação e recebida pelo Plenário, pelo voto da maioria simples dos Vereadores, a mesma será instruída e analisada por Comissão Processante.
§ 2º A Comissão Processante de que trata o § 1º será composta por três Vereadores sorteados, dentre os desimpedidos, de acordo com o critério da proporcionalidade partidária, não podendo nela constar o autor da representação e o Vereador contra quem ela se dirige.
§ 3º Instalada a Comissão, o acusado será notificado dentro de quarenta e oito horas e terá o prazo de cinco dias para apresentar defesa, por escrito.
§ 4º Findo o prazo de defesa estabelecido no § 3º, a Comissão Processante procederá às diligências necessárias, emitindo seu Parecer no prazo de quinze dias.
§ 5º O acusado, por seu advogado constituído, poderá acompanhar todos os atos e diligências da Comissão Processante.
§ 6º A Comissão Processante, no prazo definido no § 4º, deverá concluir:
I - pela improcedência da representação, se julgá-la infundada;
II - pela procedência, se entender ser o caso de destituição.
§ 7º Se a Comissão Processante concluir pela procedência da representação e consequente destituição, o Parecer deverá conter, em anexo, projeto de resolução com a articulação do seu posicionamento.
§ 8º A representação de que trata este artigo, após publicação e divulgação do Parecer da Comissão Processante, será colocada em discussão e votação em Sessão Plenária Extraordinária, com pauta única, convocada em até cinco dias após o encerramento do prazo de que trata o § 4º.
§ 9º Para a discussão da representação, observar-se-á:
I - o autor e o acusado farão os pronunciamentos iniciais, pelo prazo de dez minutos cada um;
II – cada Vereador, querendo, por uma vez, poderá pronunciar-se sobre as manifestações do autor e do acusado, bem como sobre o processo de destituição, pelo prazo de cinco minutos;
III - após a manifestação dos Vereadores, o autor e o acusado terão três minutos para os pronunciamentos finais;
IV – durante as manifestações de que trata este parágrafo não serão admitidos apartes.
§ 10. Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, que será nominal e aberta.
§ 11. Encerrada a votação, será proclamado o resultado ou com o arquivamento do processo ou com a declaração de destituição do cargo contra quem a representação foi formulada.
§ 12. Decidida pela destituição de membro de cargo da Mesa Diretora, a resolução será publicada e o cargo será declarado vago.
§ 13. O processo previsto neste artigo, inclusive a Sessão Plenária Extraordinária de que trata os §§ 8º a 11, não poderá ser conduzido pelo autor da representação ou pelo Vereador contra quem ela se dirige.

Art. 37. Para o preenchimento dos cargos vagos na Mesa Diretora haverá eleições suplementares na primeira Sessão Plenária Ordinária seguinte àquela na qual se verificarem as vagas, observadas as formalidades do art. 33 deste Regimento Interno.

Seção III
Da Competência

Art. 38. Compete à Mesa Diretora:
I - administrar a Câmara com o objetivo de assegurar o exercício pleno das prerrogativas do Poder Legislativo Municipal;
II – apresentar, relativamente à Câmara Municipal por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou de Comissão, proposição dispondo sobre:
a) organização e funcionamento institucional;
b) criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas;
c) sistema de remuneração dos seus servidores;
III – elaborar e encaminhar ao Poder Executivo proposta orçamentária da Câmara Municipal, observados os limites constitucionais, com o objetivo de integrar os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual do Município;
IV – providenciar a suplementação de dotações do orçamento da Câmara Municipal, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes do seu próprio orçamento;
V - elaborar o regulamento dos serviços internos;
VI – apresentar, na última Sessão Plenária Ordinária da Sessão Legislativa, relatório dos trabalhos realizados, com as sugestões que entender convenientes;
VII - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara Municipal, inclusive com o uso de seus canais eletrônicos de comunicação;
VIII - decidir sobre os serviços da Câmara Municipal, durante as Sessões Legislativas e nos seus Recessos, e determinar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
IX – propor ação direta de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou de Comissão;
X – decidir sobre as providências e estruturação para o funcionamento da Câmara Municipal, quando suas atividades forem realizadas fora da sede;
XI - elaborar e divulgar a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal e o seu cronograma de desembolso, bem como alterá-los, quando necessário, comunicando ao Prefeito;
XII – adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra a ameaça ou a prática do ato atentatório ao livre exercício das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar;
XIII - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador ou a perda temporária do exercício do mandato, observada a forma prevista no Código de Ética Parlamentar;
XIV – declarar a perda definitiva de mandato de Vereador, na forma deste Regimento e da Lei Orgânica do Município;
XV - propor projeto de decreto legislativo que suspenda a execução de norma julgada inconstitucional ou que exorbite o poder regulamentador do Prefeito;
XVI - elaborar relatórios de gestão fiscal e decidir sobre a transparência dos dados e das informações exigíveis pela legislação federal, providenciando as respectivas publicações, inclusive em meios eletrônicos;
XVII – promulgar emenda à Lei Orgânica do Município e determinar a respectiva publicação;
XVIII – dar posse ao Suplente de Vereador, quando convocado para o exercício do mandato, nos termos previstos neste Regimento;
XIX – propor:
a) projeto de lei fixando o valor dos subsídios mensais do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para o mandato subsequente;
b) projeto de lei fixando o valor do subsídio mensal dos Vereadores para a Legislatura subsequente;
XX – discutir, deliberar e atender às diligências da Ouvidoria Parlamentar e da área legislativa;

XXI – regulamentar e fiscalizar pelo uso legal do Cadastro Legislativo de Participação Popular, previsto no § 10 do art. 3º deste Regimento Interno.
Parágrafo único. Os projetos de lei referidos no inciso XIX observarão os limites constitucionais aplicáveis para a fixação do valor do subsídio mensal, em cada caso, e serão acompanhados dos impactos orçamentário e financeiro.

Subseção I
Do Presidente e do Vice-Presidente

Art. 39. O Presidente dirigirá, ordenará a despesa e representará a Câmara Municipal, nos termos da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno.
§ 1º Compete ao Presidente:
I – quanto às atividades do Plenário:
a) convocar, abrir, presidir, suspender e encerrar as Sessões Plenárias;
b) conceder ou negar a palavra ao Vereador;
c) determinar ao Primeiro-Secretário, a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;
d) advertir o orador e, no caso de insistência, cassar a palavra, quando:
1. se desviar da matéria em discussão;
2. falar sobre o assunto vencido;
3. faltar com a consideração ou respeito à Câmara, a qualquer de seus membros ou aos poderes constituídos ou a seus titulares;
e) abrir e encerrar as fases da Sessão Plenária e os prazos concedidos aos oradores;
f) definir e organizar as matérias da Ordem do Dia, observado o que dispõe este Regimento, bem como a requerimento de 1/3 dos Vereadores, ou requerimento de Comissão para inclusão da matéria na Ordem do Dia;
g) anunciar a matéria a ser discutida e votada, bem como o resultado das deliberações;
h) determinar a verificação de quórum, a qualquer momento da Sessão Plenária;
i) resolver sobre qualquer questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando este Regimento for omisso quanto ao seu encaminhamento;
j) votar, na eleição da Mesa; quando a matéria exigir, para a sua aprovação, quórum qualificado de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara; quando houver empate em votação de matérias que exijam a maioria de votos dos Vereadores presentes na Sessão Plenária;
k) zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos em lei;
II – quanto às proposições:
a) determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição que não tenha recebido Parecer de Comissão ou que tenha recebido Parecer contrário;
b) autorizar o arquivamento e o desarquivamento de proposições;
c) declarar a proposição prejudicada, em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo;
d) conceder vista de processo e da proposição, observado o disposto neste Regimento;
e) encaminhar e acompanhar, inclusive quanto aos prazos e diligências, a instrução de proposição, de acordo com o critério de identidade temática, junto às Comissões;
f) não aceitar emenda ou substitutivo que não tenha pertinência temática com a proposição principal;
g) devolver ao autor proposição em desacordo com o exigido neste Regimento;
h) encaminhar ao Prefeito, em três dias úteis, ofício comunicando projeto que tenha sido aprovado em Plenário, com emenda, se for o caso, para sanção ou veto, ressalvado que a redação final do texto aprovado constitui documento interno da Câmara Municipal e não será objeto de remessa ao Poder Executivo;
i) dar ciência ao Prefeito, no prazo referido na alínea “h”, sobre a rejeição de projeto de sua autoria;
j) promulgar decreto legislativo e resolução, bem como lei com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não promulgada pelo Prefeito;
k) publicar no diário oficial da Câmara e em seus canais eletrônicos de divulgação, dentro do prazo de cinco dias úteis, os seguintes documentos do processo legislativo:
1. a proposição com a respectiva justificativa;
2. as Emendas, os Pareceres de Comissão e, se houver, o voto em separado;
3. a pauta das matérias que serão deliberadas na Ordem do Dia da Sessão Plenária;
4. a redação final da proposição aprovada em Plenário;
III – quanto à administração da Câmara Municipal:
a) superintender os serviços internos, praticando os atos administrativos e legais necessários ao seu bom funcionamento;
b) administrar e realizar a gestão de pessoas e de cargos da Câmara Municipal, podendo, para tanto, assinar portarias relacionadas ao histórico funcional dos servidores e Vereadores;
c) executar, de acordo com as diretrizes definidas pela Mesa Diretora, a política remuneratória dos servidores da Câmara Municipal;
d) autorizar, nos limites orçamentários, as despesas da Câmara e requisitar o numerário ao Prefeito, nos prazos e percentuais definidos para o duodécimo;
e) proceder as licitações para compras, obras e serviços, formalizar os respectivos contratos e determinar a fiscalização de sua execução;
f) determinar a abertura de sindicância e de processo administrativo disciplinar;
g) providenciar a expedição de certidões que forem requeridas à Câmara, relativas a despachos, atos ou informações expressamente mencionadas, conforme estabelece a Constituição Federal e a nas hipóteses definidas em lei;
h) dar transparência proativa e assegurar o pleno acesso ao cidadão, inclusive nos canais eletrônicos de divulgação da Câmara Municipal, dos atos, dos dados e das ações da Presidência, da Mesa Diretora, de Comissões e de Vereadores, observado o que dispõem os §§ 11 e 12 do art. 3º deste Regimento Interno;
i) encaminhar ao Prefeito e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma e nos prazos definidos em lei, os relatórios e informações necessários para a prestação de contas e para a consolidação dos dados fiscais, financeiros, contábeis e patrimoniais do Município.
§ 2º Compete ainda ao Presidente:
I –nomear os membros eleitos pelo Plenário para as Comissão;
II – designar e nomear os membros de Comissão de Representação Externa;
III – presidir e participar das reuniões ordinárias da Mesa Diretora ou convocá-las extraordinariamente;
IV - representar externamente a Câmara Municipal, em juízo ou fora dele;
V - convocar Suplente de Vereador, nos casos previstos neste Regimento;
VI - promover a apuração de responsabilidades de delitos praticados no recinto da Câmara;
VII – atender às diligências externas solicitadas ao Departamento Legislativo, pelas Comissões e Vereadores;
VIII – encaminhar, monitorar e cobrar o atendimento, pelo Prefeito, de pedido de informação por escrito e de convocação de Secretário Municipal;
IX - dar andamento legal aos recursos interpostos contra suas decisões, sujeitando-as ao Plenário;
X - dar posse, em reunião com a Mesa Diretora, ao Vereador que não for empossado na Sessão de Instalação da Legislatura e Posse e ao Suplente, quando convocado;
XI - licenciar-se da Presidência, quando precisar ausentar-se do Município, por mais de quinze dias, exceto se a ausência for para atender a interesse da Câmara;
XII - declarar extinto o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, nos casos previstos na Constituição Federal;
XIII - substituir o Prefeito, no impedimento deste e do Vice-Prefeito, ou sucedê-lo, completando o mandato, ou até que se realizem novas eleições, nos casos definidos na legislação pertinente;
XIV - assinar as atas de Sessão Plenária, os editais, as portarias e a correspondência da Câmara;
XV – gerenciar o uso institucional do Cadastro Legislativo de Participação Popular, nos termos da resolução de mesa editada para sua regulamentação.

Art. 40. Autoriza o Presidente da Câmara:
I - a delegar as atribuições administrativas e de relações externas a outro membro da Mesa Diretora;
II - a falar sobre os assuntos da Mesa Diretora e sobre as proposições de interesse institucional da Câmara, sem ser aparteado.

Art. 41. Na condição de Presidente, é vedado ao Vereador:
I – integrar comissões;
II – manifestar-se em Sessão Plenária ou em reunião de Comissão a favor ou contra matéria em tramitação, exceto nos casos do inciso II do art. 40 deste Regimento.

Art. 42. O Presidente da Câmara disporá da prerrogativa de voto nos seguintes casos:
I – deliberação de proposição em que é exigido o quórum da maioria qualificada de dois terços dos Vereadores;
II – desempatar, quando a matéria exigir maioria simples de votos para ser aprovada;
III - eleição da Mesa;
IV - destituição de membro da Mesa;
V – cassação de mandato de Vereador ou de Prefeito;
VI – outras hipóteses previstas na Lei Orgânica.
Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, o Presidente da Câmara, querendo, após a proclamação do resultado da votação, poderá justificar seu voto, pelo prazo de três minutos, sem aparte dos demais Vereadores.

Art. 43. Cabe ao Vice-Presidente da Câmara substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências ou por delegação, na hipótese do inciso I do art. 40 deste Regimento Interno.
§ 1º No caso de impedimento ou ausência do Presidente, o Vice-Presidente assumirá integralmente o exercício da Presidência, registrando-se em ata da Mesa Diretora a transmissão do cargo.
§ 2º No caso do inciso I do art. 40 deste Regimento Interno, a atuação do Vice-Presidente ficará restrita ao limite formalizado na respectiva delegação.

Subseção II
Dos Secretários

Art. 44. Ao Primeiro Secretário, além de substituir o Vice-Presidente, em suas ausências ou impedimentos, compete:
I – fazer a chamada nominal de Vereadores na abertura da Sessão Plenária, registrando as ausências e outras ocorrências sobre o assunto;
II – encerrar o Registro de Presença no final da Sessão Plenária;
III – fazer a chamada de Vereadores em outras ocasiões da Sessão Plenária, por solicitação do Presidente;
IV – registrar impugnações à ata da Sessão Plenária anterior e providenciar a correção, se assim for determinado pelo Plenário;
V – comunicar o expediente da Sessão Plenária, referindo as comunicações do Prefeito e de outras origens, bem como as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento do Plenário;
VI – fazer a inscrição dos oradores;
VII – anotar, em cada proposição, a decisão do Plenário;
VIII – superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da Sessão Plenária, e assiná-la juntamente com o Presidente;
IX – assinar, com o Presidente, as resoluções de Mesa;
X – determinar o registro e a publicação:
de emendas à Lei Orgânica do Município;
de decretos legislativos, resoluções e leis promulgadas pelo Presidente da Câmara;
de portarias e resoluções da Mesa.
XI – acompanhar a execução dos serviços internos da Câmara Municipal e fazer observar o regulamento;
XII – realizar, em Plenário, a leitura das correspondências dirigidas ao Poder Legislativo, indicações e requerimentos devidamente apresentados, bem como outros documentos relacionados às Sessões Ordinárias e Extraordinárias.
XIII – realizar outras atribuições relacionadas à Mesa Diretora, por solicitação do Presidente da Câmara.

Art. 45. Cabe ao Segundo Secretário:
I – substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos ou ausências;
II – atender à delegação do Presidente da Câmara, na hipótese prevista no inciso I do art. 40 deste Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DOS LÍDERES

Art. 46. No início de cada Sessão Legislativa cada Bancada indicará à Mesa Diretora um Líder que falará oficialmente por ela.
§ 1º Considera-se como Bancada a representação partidária com assento na Câmara Municipal.
§ 2º As Bancadas poderão atuar mediante formação de Bloco Parlamentar, desde que haja a comunicação formal e escrita à Mesa Diretora, com a indicação do respectivo Líder.
§ 3º O Líder do Bloco Partidário responderá pelas Bancadas que o integram.
§ 4º O Prefeito poderá indicar um Vereador (, que não esteja ocupando a função de Presidente,) para representá-lo na Câmara atuando como Líder de Governo.

Art. 47. O Líder, exceto durante a discussão de matéria na Ordem do Dia, poderá usar a palavra na Sessão Plenária para comunicação urgente e inadiável, requerendo o espaço para Comunicação Importante de Líder.
Parágrafo único. Quando solicitada a Comunicação Importante de Líder, a palavra será concedida ao Líder pelo prazo de cinco minutos, que poderá delegá-la a outro Vereador integrante da Bancada ou do Bloco Partidário, conforme o caso.

Art. 48. Compete ao Líder:
I – Representar a Bancada ou Bloco Partidário na reunião da Mesa Diretora, quando houver convocação;
II – Indicar Vereadores de sua Bancada ou Bloco Partidário para compor as Comissões temporárias;
III – acompanhar, manifestar-se regimentalmente e providenciar o andamento das proposições de Vereador ou de Suplente de Vereador quando estiverem ausentes, impedidos ou tiverem deixado o exercício do cargo;
IV – Solicitar a palavra durante a Sessão Plenária, nos termos do parágrafo único do art. 47 deste Regimento, para Comunicação Importante de Líder;
V – Observadas as disposições deste Regimento Interno, impugnar decisões do Presidente e recorrer ao Plenário quando as prerrogativas da Bancada ou do Bloco Partidário não forem atendidas.

Art. 49. Compete ao Líder de Governo:
I – Dispor da Comunicação Importante de Líder, conforme prevê o parágrafo único do art. 47 deste Regimento Interno, apenas para a defesa de interesse do Governo;
II – Manifestar-se nas Comissões para esclarecer matérias de iniciativa de Governo, quando solicitado ou por iniciativa própria;
III – fazer a interlocução com o Governo para esclarecimentos, atendimento de diligências e, se for o caso, modificação de matérias que estejam em tramitação na Câmara e que sejam de iniciativa do Prefeito;
IV – Requerer o desarquivamento de matérias de iniciativa do Governo;
V – Participar de reunião da Mesa Diretora, quando houver convocação.

CAPÍTULO III
DAS COMISSÕES

Art. 50. As Comissões são órgãos técnicos constituídos de Vereadores para, em caráter permanente ou transitório, assessorar, mediante instrução de matérias em tramitação, investigar ou representar a Câmara.
Parágrafo único. As Comissões deliberarão pela maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 51. As Comissões classificam-se, conforme sua natureza, objeto e forma de atuação, em permanentes e temporárias.

Art. 52. A composição dos membros titulares e suplentes das Comissões será feita mediante sorteio, no caso de Comissões temporárias, e por votação, no caso de comissões permanentes, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

§ 1º A inscrição das candidaturas aos cargos de Presidente, Secretário e Relator para cada Comissão será realizada cargo a cargo, observando-se que o requerimento de inscrição deverá indicar o nome completo dos candidatos e cargo a que concorrem, cujo prazo encerrar-se-á às 17 (dezessete) horas do último dia útil que anteceder a eleição.
§ 2º O Presidente da Câmara somente poderá compor Comissão, no caso dos incisos III e IV do art. 66 deste Regimento Interno.
§ 3º A renúncia de Vereador ao cargo que ocupa nas Comissões será escrita e assinada, sendo imediatamente aceita, independente de leitura em Plenário.
§ 4º Os membros das Comissões, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante resolução aprovada em votação aberta e nominal, por maioria simples dos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.
§ 5º O membro da Comissão é passível de destituição quando:
I – Faltoso;
II – Omisso;
III - Ineficiente no desempenho das atribuições de seu cargo;
IV –Exorbitar das atribuições a ele conferidas por este Regimento.

Seção I
Das Comissões Permanentes

Art. 53. As Comissões Permanentes têm por objetivo prestar assessoramento à Câmara, instruindo matérias que lhe forem submetidas, emitindo pareceres ou elaborando projetos relacionados com sua especialidade.
§ 1º As Comissões Permanentes serão integradas por três membros e formadas para mandato de dois anos, observada, para sua composição, o que dispõe o art. 52 deste Regimento Interno.
§2°. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos para todo o período de mandato da Mesa, mediante votação aberta, indicando seus respectivos cargos na Comissão.
§3°. Para o primeiro biênio de cada legislatura, os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à da eleição da Mesa, e para o segundo biênio, a eleição ocorrerá na última sessão ordinária do ano que o antecede.
§ 4º Formadas as Comissões Permanentes, elas serão instaladas pelo Presidente da Câmara, que divulgará sua composição, inclusive por meios eletrônicos.

Art. 54. São criadas as seguintes Comissões Permanentes na Câmara Municipal:
I - Comissão de Constituição e Justiça (CCJ);
II – Comissão de Finanças e Orçamento;
III - Comissão de Administração e Serviços Públicos.

Art. 55. Compete à Comissão de Constituição e Justiça:
I – Quanto à área de Legislação:
a) examinar e emitir parecer sobre a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade de matérias em tramitação;
b) examinar se o autor da proposição tem competência para apresentá-la;
c) responder questionamento formulado pelo Presidente, pela Mesa Diretora ou por Comissão sobre questões que dependam, para sua solução, de interpretação de normas da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, do Regimento Interno ou de demais leis em vigor;
II – Quanto à área de Justiça:
a) examinar e manifestar-se, sobre a forma de parecer, sobre matérias que se relacionem com:
1. direitos humanos;
2. cidadania;
3. violência doméstica;
4. discriminação de raça, de idade ou de gênero;
5. abuso de poder e desrespeito a direito líquido e certo;
III – quanto à área de Redação Final:
a) propor emendas redacionais nas proposições em tramitação, com o objetivo de corrigir as imperfeições gramaticais ou ortográficas, para eliminar contradições, erros de técnica legislativa, para melhorar a precisão e a clareza ou para dar mais simplicidade ao texto;
b) examinar e corrigir a redação final das proposições aprovadas em Plenário, de acordo com as normas da técnica legislativa.
§ 1º A Comissão de Constituição e Justiça reunir-se-á ordinariamente em reuniões semanais, quando houver matéria a ela submetida, cujo horário será definido pela própria Comissão, publicando-se a respectiva Portaria, podendo haver reagendadamento desde que seja dada ciência a todos os membros com 48 horas de antecedência.
§ 2º Quando a Comissão de Constituição e Justiça emitir Parecer pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, por unanimidade, será esta rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente da Câmara Municipal.
§3º Tratando de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

Art. 56. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento:
I – Quanto à área de Orçamento:
a) examinar a admissibilidade, os aspectos formais e os aspectos materiais:
1. dos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e dos que preveem suas alterações;
2. de emenda e de sugestões populares propostas aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e dos que preveem suas alterações;
3. verificar a compatibilidade de nova despesa pública com as leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como seu respectivo impacto orçamentário, quando exigido em lei;
b) acompanhar a execução do orçamento e verificar a sua regularidade;
II – Quanto à área de Finanças:
a) manifestar-se sobre:
1. tributos, bem como incentivos, benefícios e isenções de natureza tributária;
2. renúncia de receita;
3. impacto financeiro das matérias que geram despesa pública;
4. dívida ativa;
5. formação e evolução da dívida pública;
6. despesas e contribuição previdenciária do Regime Próprio de Previdência;
III – quanto à área de Contas Públicas:
a) sobre o Parecer Prévio do Tribunal de Contas:
1. disponibilizar prazo de trinta dias para defesa do responsável pelas contas em julgamento;
2. abrir consulta pública, pelo prazo de trinta dias, sobre as contas do exercício financeiro em julgamento, para que qualquer contribuinte possa examiná-las e, se for o caso, questionar a legitimidade;
3. apreciar o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas em julgamento, posicionando-se a favor ou contra;
4. elaborar projeto de decreto legislativo com o posicionamento favorável ou contrário ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado;
5. retificar, após a votação em Sessão Plenária, se for o caso, o projeto de decreto legislativo de que trata o item 4 desta alínea, em redação final;
b) realizar, sobre a gestão fiscal, as audiências públicas de verificação e atendimento às metas fiscais e examinar o atendimento dos respectivos limites.
Parágrafo único. A Comissão de Finanças e Orçamento reunir-se-á ordinariamente em reuniões semanais, quando houver matéria a ela submetida, cujo horário será definido pela própria Comissão, publicando-se a respectiva Portaria, podendo haver reagendadamento desde que seja dada ciência a todos os membros com 48 horas de antecedência.

Art. 57. - Compete à Comissão de Administração e Serviços Públicos, quanto ao mérito sobre as seguintes matérias:
I – Código de obras e código de posturas;
II – Plano diretor e de desenvolvimento integrado;
III – Aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do Município;
IV – Quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;
V – Atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores: primário, secundário e terciário da economia do Município;
VI – implantação de centros industriais e habitação;
VII – Turismo;
VIII - Assuntos educacionais, artísticos e desportivos;

IX – Concessão de bolsas de estudo;
X – Patrimônio histórico;
XI – saúde pública e saneamento básico;
XII – assistência social e previdenciária em geral;
XIII – reorganização administrativa da prefeitura em todas as suas áreas de atuação;
XIV – implantação de centros comunitários sob auspício oficial;
XV – Declaração de utilidade pública municipal a entidades que possuam fins filantrópicos;
XVI – agricultura e meio ambiente;
XVII – cultura e esporte;
XVIII – urbanismo, segurança e trânsito e desenvolvimento econômico.

§ 1º Cabe à Comissão de que trata este artigo instruir, inclusive com audiência pública, e exarar parecer sobre programas federais e estaduais, com repercussão no Município, que se relacionem com as suas competências.
§ 2º A Comissão de Administração e Serviços Públicos reunir-se-á ordinariamente em reuniões semanais, quando houver matéria a ela submetida, cujo horário será definido pela própria Comissão, publicando-se a respectiva Portaria, podendo haver reagendadamento desde que seja dada ciência a todos os membros com 48 horas de antecedência.

Art. 58. Quando o Prefeito vetar projeto de lei, a apreciação, instrução e produção de parecer será de responsabilidade:
I – Da Comissão de Constituição e Justiça se o argumento das razões de Veto for a inconstitucionalidade material ou formal;
II – Da Comissão identificada com a área temática da matéria vetada, se o argumento das razões de Veto for políticas, com a indicação de contrariedade ao interesse público.
§ 1º O prazo para instrução do Veto, pelas Comissões, é de até trinta dias.
§ 2º No caso do inciso II do *caput* deste artigo, no prazo referido no § 1º, a Comissão responsável pela instrução do Veto poderá realizar audiência pública para debater com a comunidade o argumento das razões de Veto.

Subseção I
Do Presidente

Art. 59. Compete ao Presidente de Comissão Permanente:
I – Cuidar para que a proposição que tenha identidade temática com a área de atuação de sua Comissão seja encaminhada para instrução e emissão de Parecer, avocando-a no caso de omissão do Presidente da Câmara;
II – Providenciar, junto à Presidência da Câmara, o atendimento de diligências decididas pela Comissão, a fim de instruir a proposição, inclusive quanto à realização de audiência pública, convocação de autoridade governamental ou solicitação de documentação complementar;
III – zelar pelo cumprimento dos prazos regimentais aplicados à atuação da Comissão;
IV – Colocar em deliberação, na Comissão, o voto do Relator, para análise e voto dos demais membros;
V – Elaborar ata de reunião e determinar o registro em ata da matéria instruída na Comissão, com o voto do Relator e dos demais membros e com a conclusão dos pareceres;
VI – Conceder vista aos demais Vereadores da Comissão do processo e da proposição,
observado o disposto neste Regimento;
VII – solicitar ao Presidente da Câmara a convocação de Vereador Suplente da Comissão quando da ausência ou impedimento de um dos membros titulares;
VIII – convocar a Comissão para reunir-se extraordinariamente no caso de urgência;
IX – Organizar com o Relator o cronograma de ações para a instrução de matéria sujeita a rito especial ou que tenha grande repercussão junto à comunidade;
X – Representar a Comissão em Plenário e nas reuniões da Mesa Diretora, quando houver convocação.
§ 1º O Presidente da Comissão pode exercer a Relatoria de proposição.
§ 2º Cabe recurso da decisão do Presidente de Comissão sobre pedidos de audiência pública, consulta pública, diligência e convocação de autoridade governamental para prestar esclarecimento sobre matéria em tramitação, desde que interposto na própria reunião, com decisão na primeira Sessão Plenária subsequente.
§ 3º Cabe ao Secretário de Comissão substituir o Presidente de Comissão em seus impedimentos e ausências.

Subseção II
Do Funcionamento

Art. 60. A Comissão Permanente funcionará por meio de reuniões ordinárias ou extraordinárias, observada a seguinte ordem de trabalho:
I – abertura e verificação de presença;
II – discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
III – comunicação das matérias encaminhadas pela Mesa Diretora;
IV – Discussão sobre realização de audiência pública, consulta pública, diligência ou convocação de autoridade governamental para prestar esclarecimento e as respectivas providências;
V – Apresentação de voto de Relatoria;
VI – discussão e deliberação do voto de Relatoria;
VII – concessão de vista do processo, da proposição e do voto de Relatoria, se houver solicitação.
§ 1º O Vereador responsável pela Relatoria de proposição terá o prazo de até vinte e um dias para apresentar seu voto.
§ 2º O prazo de que trata o § 2º ficará suspenso:
I – Enquanto a diligência solicitada para a instrução da proposição não for atendida;
II – Durante o prazo em que a proposição permanecer em audiência pública;
III – do dia do requerimento de audiência pública até a sua realização;
IV – Do dia do requerimento para convocação de autoridade governamental até o comparecimento em reunião de Comissão;
V – Durante o prazo em que o profissional da área jurídica da Câmara apresentar a Orientação Técnica sobre a proposição.
§ 4º O prazo para a elaboração da Orientação Jurídica de que trata o inciso V do § 3º é de setenta e duas horas, admitindo prorrogação, por igual prazo, quando se tratar de matéria complexa, sujeita a rito especial ou códigos.
§ 5º Se o Vereador designado para a Relatoria de uma proposição não apresentar seu voto no prazo referido no § 2º deste artigo, o Presidente da Comissão designará novo Relator.
§ 6º No caso de a proposição tramitar pelo Rito de Urgência, o prazo para o exercício da Relatoria, previsto no § 2º deste artigo, será de sete dias.
§ 7º O Parecer da Comissão deverá conter:
I – Cabeçalho, indicando:
a) número do processo;
b) tipo de matéria;
c) número de matéria;
d) nome do Vereador Relator;
e) data do protocolo da matéria;
f) indicação do autor;
g) ementa;
h) conclusão do posicionamento da Comissão que poderá ser:
1. favorável à tramitação da matéria;
2. favorável à tramitação da matéria, com emenda;
3. contrário à tramitação da matéria;
II – Relato com o histórico processual da matéria;
III – posicionamento pessoal, com os fundamentos de seu voto;
IV – Manifestação dos demais Vereadores da Comissão que poderá ser com indicação expressa de discordância do voto do Relator.
§ 8º Se o voto do Relator obtiver:
I - O acompanhamento da maioria dos membros da Comissão, transformar-se-á em Parecer;
II – No caso de haver discordância da maioria dos membros, se procederá ao seguinte:
§ 9º O voto do Vereador que originalmente exerceu a Relatoria permanecerá no Processo como voto vencido.
§ 10. O Presidente de Comissão é o último a manifestar-se sobre o voto do Relator.
§ 11. É facultado ao membro de Comissão apresentar seu voto em separado.

Art. 61. Para a proposição que trata de matéria de grande repercussão a Comissão responsável pela análise de seu impacto social poderá realizar audiência pública para debatê-la com a comunidade.
§ 1º O Presidente de Comissão definirá com o Presidente da Câmara a logística, o local, a data e a ampla divulgação da audiência pública de que trata este artigo.
§ 2º Após a publicação e divulgação do edital, a proposição objeto da audiência pública, com sua justificativa, permanecerá à disposição para acesso público, nos canais oficiais da Câmara Municipal, pelo prazo de setenta e duas horas.
§ 3º Na audiência pública será observado:
I – Abertura, pelo Presidente de Comissão, com:
a) indicação de autoridades e Vereadores presentes;
b) apresentação da matéria da proposição a ser discutida; e
c) explicação de metodologia a ser observada;
II – Após, de acordo com a ordem de inscrição, até oito oradores se manifestarão pelo prazo de cinco minutos, sem apartes;
III – encerrada a manifestação dos oradores inscritos, o Presidente de Comissão passará a palavra aos Vereadores pelo prazo de cinco minutos, sem apartes, na seguinte ordem:
a) Vereadores titulares da Comissão;
b) Vereadores não titulares da Comissão;
c) Vereador Relator da proposição.
§ 4º O Vereador Relator da proposição objeto da audiência pública poderá, a qualquer momento, solicitar a palavra para prestar esclarecimento.
§ 5º Encerrada a audiência pública, a Câmara, permanecerá disponível para recebimento de sugestões, pela sociedade, à proposição, pelo prazo de setenta e duas horas.
§ 6º As sugestões populares serão examinadas, quanto à respectiva viabilidade técnica, pelo Vereador-Relator, em seu voto.
§ 7º A ata da audiência pública, com as manifestações, encaminhamentos e sugestões apresentadas, será publicada e divulgada, inclusive por meios eletrônicos, no prazo de quarenta e oito horas, contado do encerramento do prazo referido no § 5º.
§ 8º Para os fins deste artigo, poderá ser matéria de grande repercussão:
I – Projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;
II – Projetos de lei que modifiquem as leis referidas no inciso I, quando a alteração se relacionar com programas sociais;
III – proposições que se relacionem com:
a) plano diretor de desenvolvimento integrado;
b) paisagismo urbano;
c) trânsito e transporte;
d) mobilidade urbana e acessibilidade;
e) transporte coletivo;
f) meio ambiente e preservação ambiental;
g) obras e posturas públicas;
h) tributos e benefícios fiscais;
i) turismo e desenvolvimento regional;
j) demais matérias que a Comissão julgar de amplo interesse público.
§ 9º A audiência pública de que trata este artigo poderá ser realizada mesmo que a proposição tramite pelo Rito de Urgência, ou seja, pautada para deliberação em Sessão Legislativa Extraordinária, cabendo, ao Presidente da Câmara, em conjunto com o Presidente de Comissão, organizar o calendário legislativo para a sua realização.

Art. 62. A proposição que tratar sobre código ou de suas respectivas alterações ficará disponível para consulta pública, nos canais oficiais da Câmara, e para recebimento de sugestão, pela comunidade, sem prejuízo do que dispõe o art. 61 deste Regimento, pelo prazo de quinze dias.
Parágrafo único. Não se aplica ao projeto de que trata este artigo o Rito de Urgência.

Art. 63. Nenhuma proposição será incluída para votação na ordem do Dia sem parecer de Comissão e sua respectiva divulgação, inclusive por meios eletrônicos, exceto os casos de:
I – Veto, após decorrido o prazo de trinta dias de sua distribuição para instrução nas Comissões;
II – Projeto de lei com tramitação pelo Rito de Urgência, após decorrido o prazo de sete dias de sua distribuição para instrução nas Comissões.

Art. 64. As reuniões de Comissão serão públicas.

Seção II
Das Comissões Temporárias

Art. 65. A Comissão Temporária destina-se a apreciar assunto relevante ou excepcional ou a representar a Câmara, sendo constituída de três membros, exceto quando se tratar de representação externa.

Art. 66. As Comissões Temporárias poderão ser:
I – Especial;
II – Parlamentar de Inquérito;
III – de Representação Externa;
IV – Representativa;
V – Processante.
§ 1º A resolução que instituir Comissão Temporária fixará seu prazo, que poderá ser prorrogado, por solicitação de seus membros, mediante aprovação em Sessão Plenária.
§ 2º As Comissões Temporárias serão extintas:
I – com o atendimento de seu objeto;
II – com o término do prazo definido para o seu funcionamento.
§ 3º Adotar-se-á, na composição das Comissões Temporárias, o critério da proporcionalidade partidária, exceto para a prevista no inciso IV.

Art. 67. As Comissões Temporárias serão constituídas com objeto e prazo de funcionamento definidos:
I – mediante requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, quando se tratar de Comissão Especial ou de Representação Externa;
II – mediante requerimento subscrito por, no mínimo um terço de Vereadores, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito.
III – de ofício, pelo Presidente da Câmara, quando se tratar de Comissão Representativa.
§1º A Comissão Temporária, uma vez constituída, será instalada pelo Presidente da Câmara no prazo de sete dias úteis.
§ 2º Não é admitida a criação de Comissão Temporária para tratar matéria já definida neste Regimento Interno como sendo de competência das Comissões Permanentes.

Subseção I
Da Comissão Especial

Art. 68. A Comissão Especial será formada para:
I – apresentar proposta de alteração à Lei Orgânica do Município;
II – apresentar proposta de alteração do Regimento Interno ou sua nova versão;
III – tratar de matéria que exija estudo específico de alta complexidade ou impacto social.
IV – realizar ação conjunta com outros parlamentos, desde que trate de tema de interesse público relativo ao Município e ao desenvolvimento local.
§ 1º O requerimento para a formação de Comissão Especial deverá ser subscrito por, no mínimo, um terço de Vereadores e indicar objeto a ser atendido, com a devida fundamentação.
§ 2º A atuação da Comissão Especial, a sua composição, a escolha do Presidente, a designação de Relatoria e o seu funcionamento, observarão, no que couber, as disposições deste Regimento Interno, quanto às Comissões Permanentes.
§ 3º O Parecer de Comissão Especial será publicado, comunicado aos Vereadores em Sessão Plenária e divulgado, inclusive por meios eletrônicos.
§ 4º No caso de o Parecer de Comissão concluir pela realização de diligências institucionais, pela Câmara Municipal, o mesmo será deliberado na primeira Sessão Plenária subsequente a sua publicação e divulgação.
§ 5º Aplica-se ao Presidente de Comissão Especial, no que couber, as atribuições previstas no art. 59 deste Regimento Interno.

Subseção II
Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 69. A Câmara Municipal, a requerimento de um terço dos membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de fato determinado e por prazo certo, com poder de

investigação próprio de autoridade judicial, além de outros previstos em lei e neste Regimento Interno.
§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional e legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.
§ 2º A Comissão Parlamentar de Inquérito, por decisão de seus membros, poderá atuar também durante o Recesso, e terá prazo de cento e vinte dias, prorrogável por mais sessenta dias, mediante deliberação em Sessão Plenária, para conclusão de seus trabalhos.
§ 3º A composição da Comissão Parlamentar de Inquérito será de três Vereadores titulares e contará com um Vereador que permanecerá na suplência e atuará nos impedimentos e ausências dos titulares.
§ 4º O Vereador que primeiro subscrever o pedido de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito a integrará de forma automática, computando sua indicação na proporcionalidade partidária.
§ 5º Obtido o número de assinaturas referido no *caput* deste artigo, caberá ao Presidente da Câmara:
I – confirmar que o fato indicado para a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito caracteriza-se como determinado, nos termos indicados no § 1º;
II – no prazo de cinco dias úteis, instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito;
III – designar os apoios técnico, operacional, logístico e funcional para o funcionamento e o atendimento do objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito.
§ 6º Instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, em sua primeira reunião, será:
I – realizada, dentre seus membros titulares, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente;
II – designado, pelo Presidente da Comissão, um membro titular para o exercício da Relatoria;
III – definida, por seus membros, cronograma de trabalho com as ações de investigação a serem desenvolvidas, com aplicação subsidiária, para a respectiva formalização, do Código de Processo Penal.
§ 7º Cabe ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito:
I - convocar e dirigir as reuniões;
II - qualificar e compromissar os depoentes;
III - requisitar servidores e diligências;
IV - convocar indiciados e testemunhas para depor;
V - superintender os trabalhos e assinar as correspondências expedidas;
VI - proferir voto de desempate;
VII - representar a Comissão;
VIII - requisitar documentos e informações e determinar quaisquer providências necessárias ao trabalho da Comissão;
IX – requerer ao Plenário a prorrogação de prazo de que trata o § 2º.
§ 8º Quaisquer despesas necessárias para as providências de que trata o inc. VIII, tais como auditorias e perícias, entre outras, deverão ser custeadas com recursos do Poder Legislativo, dentro do prazo de no máximo 15 dias, para providenciar a contratação e liberar o recurso dentro do prazo da CPI.
§ 9º Ao término dos trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará relatório circunstanciado contendo a descrição resumida de todo o processo, com suas conclusões, que será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos, e encaminhado:
I – à Mesa, quando forem indicadas providências de sua alçada;
II – às Comissões Permanentes, conforme o caso, para elaboração de proposição, conforme área de atuação e objeto da providência indicada;
III – ao Ministério Público, com cópia devidamente assinada da documentação, para que adote as medidas decorrentes de suas funções institucionais, no caso de conclusão por prática de crime ou de improbidade administrativa;
IV – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar, funcional, patrimonial, operacional ou administrativo;
V – à Comissão Permanente que tenha a maior pertinência com a matéria, à qual caberá acompanhar o que foi indicado no inciso III deste parágrafo.
§ 10 Nos casos dos incisos II e III do § 8ª, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo de cinco dias úteis.
§ 11 No relatório de que trata o § 8º deverão constar depoimentos arrolados, mas não efetivados.
§ 12 Esgotado o prazo previsto no § 2º deste artigo, sem que a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha concluído seu Relatório/Parecer, a sua extinção será automática.

Subseção III
Da Comissão de Representação Externa

Art. 70. A Comissão de Representação Externa será constituída, a requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, com a incumbência de representar a Câmara em ato para o qual tenha sido convidada ou a que haja de assistir, em razão de interesses institucionais de caráter cívico ou cultural, ou que se relacionem ao desenvolvimento do Município.
§ 1º Os integrantes da Comissão de Representação Externa serão designados de ofício pelo Presidente da Câmara, assegurando-se a participação do autor do requerimento de sua criação.
§ 2º O Presidente, se o desejar, integrará automaticamente a Comissão de Representação Externa.
§ 3º A Comissão de Representação Externa apresentará ao Plenário relatório de sua missão, com as conclusões respectivas, que será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos.
§ 4º Na primeira Sessão Plenária subsequente ao atendimento da representação que justificou a Comissão, o autor do seu requerimento constitutivo usará a palavra para, em cinco minutos, expor as conclusões de que trata o § 3º deste artigo, com possibilidade de apartes.

Subseção IV
Da Comissão Representativa

Art. 71. A Comissão Representativa é o órgão de representação e atuação da Câmara Municipal, durante o Recesso.
§ 1º A Presidência da Comissão Representativa será exercida pelo Presidente da Câmara Municipal, que será substituído, em seus impedimentos, pelos demais membros da Mesa, na ordem regimental, que farão parte da Comissão.

Art. 72. Compete à Comissão Representativa:
I – zelar pelas prerrogativas da Câmara Municipal, na condição de Poder Legislativo, pela observância da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, do Regimento Interno da Câmara e das garantias neles consignadas;
II – convocar, com o voto da maioria de seus membros, Secretário Municipal para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos compreendidos na área da respectiva Pasta, previamente determinados;
III – autorizar o Prefeito a se afastar do Município, na hipótese prevista na Lei Orgânica do Município;
IV – resolver sobre licença de Vereador;
V – dar posse a suplente de Vereador;
VI – exercer a competência administrativa da Mesa da Câmara, em caso de urgência, quando ausentes ou impedidos os respectivos membros;
VII – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo;
VIII – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
IX – designar membro para representar a Câmara em eventos de interesse municipal, estadual, nacional e internacional;
X – convocar Sessão Legislativa Extraordinária, nos casos admitidos neste Regimento Interno.
Parágrafo único. Durante a realização de Sessão Legislativa Extraordinária, considerando que o Recesso é suspenso, cessa a atuação da Comissão Representativa, com o retorno da atuação da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes.

Subseção V
Da Comissão Processante

Art. 73. A Comissão Processante será formada para instruir as seguintes matérias:
I – julgamento por infração político-administrativa praticada por:

a) Prefeito;
b) Vereador;
II – destituição de membro da Mesa Diretora.
§ 1º No caso do inciso I, a formação, o funcionamento, as atribuições e os prazos de atuação da Comissão Processante observarão o que o § 4º deste artigo.
§ 2º No caso do inciso II, a formação, o funcionamento, as atribuições e os prazos de atuação da Comissão Processante observarão o que dispõem os arts. 35 e 36 deste Regimento Interno.
§ 3º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:
I - Impedir o funcionamento regular da Câmara;
II - Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;
III - Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;
IV - Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;
V - Deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;
VI - Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro,
VII - Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;
VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura;
IX - Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores;
X - Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.
§ 4º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito:
I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o*quorum*de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.
II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.
III - Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.
IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.
V - Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara, a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral.
V – concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;
VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.
VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.
§ 5º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:
I - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
II - Fixar residência fora do Município;
III - Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.
§ 6º O processo de cassação de mandato de Vereador é, no que couber, o estabelecido no art. 5º deste decreto-lei.

CAPÍTULO IV
DO PLENÁRIO

Art. 74. O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião de Vereadores em pleno exercício do mandato, na forma e número legal para deliberar.
Parágrafo único. A reunião dos Vereadores, na forma prevista neste artigo, denomina-se Sessão Plenária.

Art. 75. Cumpre ao Plenário deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal, nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Art. 76. As deliberações de Plenário, desde que estejam presentes, no mínimo, a maioria absoluta de Vereadores, serão tomadas:
I – por maioria simples, sempre que a matéria necessitar o voto de mais da metade dos Vereadores presentes na Sessão Plenária para sua aprovação;
II – por maioria absoluta, sempre que a matéria necessitar dos votos da maioria dos membros da Câmara Municipal para sua aprovação, independentemente do número de Vereadores presentes em Sessão Plenária;
III – por maioria qualificada, sempre que a matéria necessitar dos votos de dois terços dos membros da Câmara Municipal para sua aprovação, independentemente do número de Vereadores presentes em Sessão Plenária.
§ 1º Não havendo indicação de deliberação por maioria absoluta ou por maioria qualificada na Lei Orgânica do Município ou neste Regimento Interno, as deliberações de Plenário serão tomadas por maioria simples.
§ 2º O desempate para aprovação de matéria, pelo voto do Presidente da Câmara, só é necessário no caso do inciso I.

CAPÍTULO V
DA OUVIDORIA PARLAMENTAR

Art. 77. A Ouvidoria Parlamentar é o órgão da Câmara Municipal responsável por:
I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:
a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
b) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa.
II - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;
III - propor à Mesa Diretora, a partir de reclamações e representações que chegam na Câmara:
a) medidas necessárias à regularidade dos serviços internos;
b) indicar inovações e melhorias que possam agregar qualidade aos processos internos;
c) propor a abertura de sindicância ou de processo disciplinar administrativo destinado a apurar irregularidades funcionais ou operacionais;
IV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem de investigação;
V - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara Municipal sobre os assuntos institucionais de seu interesse;
VI - realizar audiências públicas com segmentos da comunidade, a fim de discutir a ampliação da qualidade do serviço prestado pela Câmara Municipal, bem como sua atuação como Poder Legislativo.
Parágrafo único. A Ouvidoria Parlamentar reunir-se-á ordinariamente com a Mesa Diretora, quando for provocada, para expor, deliberar e diligenciar os assuntos de sua competência.

Art. 78. A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral designado, dentre os Vereadores, pelo Presidente da Câmara, a cada dois anos, no início da primeira e da terceira Sessão Legislativa, permitida a recondução para o período subsequente.
Parágrafo único. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos.

TÍTULO III
DAS SESSÕES PLENÁRIAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 79. As Sessões da Câmara Municipal serão:
I - Ordinárias;
II - Extraordinárias;
III – Solenes;
IV – Especiais.

Art. 80. O recinto do Plenário é, em Sessão, privativo de:
I - Vereador;
II - convidados em visitas oficiais;
III - servidores da Câmara Municipal, quando em serviço, em auxilio à Mesa Diretora, podendo, inclusive, manifestar-se para prestar quaisquer esclarecimentos que o Presidente solicitar;
IV - cidadãos autorizados pela Mesa Diretora.
Parágrafo único. A Câmara poderá determinar que parte da Sessão Plenária seja destinada à comemoração, homenagem ou recepção de personalidade visitante.

Art. 81. Durante a Sessão, além dos Vereadores, poderão excepcionalmente, mediante autorização da Mesa Diretora, usar da palavra:
I – visitantes recepcionados ou homenageados;
II – Prefeito ou Vice-Prefeito, quando espontaneamente manifestarem interesse;
III – Secretários Municipais, quando convocados ou espontaneamente manifestar interesse.
§ 1º O orador submeter-se-á às seguintes normas:
I – falará em pé, exceto o Presidente, e só por enfermidade poderá obter permissão para falar sentado;
II – dirigir-se-á ao Presidente ou ao Plenário;
III – dará aos Vereadores o tratamento cordial.
§ 2º O orador não poderá ser interrompido, a não ser para:
I – formulação de questões de ordem;
II – apartes, nas hipóteses admitidas neste Regimento;
III – requerimento de prorrogação da Sessão Plenária.

Art. 82. A sessão poderá ser suspensa:
I - pelo Presidente:
a) no caso de visita de convidados oficiais, bem como de pessoas ilustres, exceto durante a Ordem do Dia;
b) em cumprimento de ordem judicial.
§ 1º A suspensão, no caso da alínea "a" do inciso I, será levada a efeito pelo Presidente da Câmara, por tempo indeterminado, sem dedução de tempo reservado à Sessão Plenária, que terá a sua duração regular.
§ 2º A suspensão decidida pelo Plenário, no caso previsto no inciso II, terá duração máxima de trinta minutos, deduzindo-se o tempo que durar a suspensão daquele reservado à Sessão Plenária.

Art. 83. Qualquer cidadão poderá assistir à Sessão Plenária, desde que não atrapalhe o bom andamento dos trabalhos, sendo proibida qualquer interpelação aos Vereadores.
§ 1º O Presidente, se necessário, fará retirar o cidadão impertinente ou determinará a evacuação do recinto reservado à comunidade.
§ 2º Não haverá Sessão Plenária em caráter secreto.
§ 3º Será dada ampla publicidade à Sessão Plenária, inclusive por meios eletrônicos, facilitando-se o trabalho da imprensa, divulgando-se a pauta e o resumo dos trabalhos.

Art. 84. Para os efeitos legais, considerar-se-á presente à Sessão Plenária o Vereador que registrar a presença até o início da Ordem do Dia, participando dos trabalhos do Plenário e das votações.
§ 1º A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.
§ 2º O registro de presença será fechado, pelo Presidente, quando do início da Ordem do Dia, devendo o Primeiro-Secretário assinalar o nome dos Vereadores ausentes, com registro em ata.
§ 3º Ao final da Sessão Plenária, o Primeiro-Secretário registrará o nome dos Vereadores que, embora tenham participado até a hora legal, deixaram de deliberar os trabalhos da Ordem do Dia.
§ 4º A presença de Vereador em Sessão Solene ou em Sessão Especial será confirmada pela sua assinatura no início dos trabalhos.

CAPÍTULO II
DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 85. A Câmara Municipal realizará Sessão Plenária Ordinária, independentemente de convocação, nas quintas-feiras, às dezoito horas.
Parágrafo único. Se no dia da Sessão Plenária Ordinária for feriado ou ponto facultativo, a Sessão Plenária Ordinária poderá ser realizada no primeiro dia útil imediato, no mesmo horário.

Art. 86. A Sessão Plenária Ordinária iniciará com a presença de, no mínimo, um terço de Vereadores, assim verificada em chamada nominal.
§ 1º Não havendo número legal, o Presidente aguardará até quinze minutos, persistindo a ausência de Vereadores, será declarada encerrada a Sessão Plenária, lavrando-se ata negativa em que será registrado o nome dos presentes, despachando-se os documentos constantes do Expediente.
§ 2º À hora regimental o Presidente declarará aberta a Sessão Plenária.

Seção II
Do Quórum

Art. 87. Quórum é o número de Vereadores presentes para a realização de Sessão Plenária, reunião de Comissão ou deliberação na Ordem do Dia.

Art. 88. As deliberações serão tomadas de acordo com o que prevê o art. 76 deste Regimento Interno.
§ 1º São exigidos os votos favoráveis da maioria absoluta de Vereadores para:
I – rejeição de veto;
II – aprovação de projeto de lei complementar;
III – abertura de processo e cassação de mandato de Vereador.
§ 2º São exigidos os votos favoráveis da maioria qualificada, ou seja, de dois terços de Vereadores para:
I – aprovação de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;
II – rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar;
III – abertura de processo e cassação de mandato de Prefeito;
IV – concessão de título honorífico;
V – as demais matérias arroladas no § 2º do art. 50 da Lei Orgânica Municipal.
§3°. Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

Art. 89. A declaração de quórum, questionada ou não, será feita pelo Presidente logo após a conferência de quórum dos Vereadores.
Parágrafo único. Verificada a falta de quórum para a deliberação de matéria da Ordem do Dia, a Sessão Plenária será encerrada.

Seção III
Das Partes da Sessão Plenária Ordinária

Art. 90. A Sessão Plenária Ordinária terá duração máxima de três horas e se realizará pela composição das seguintes partes:
I – Expediente do Dia, com até vinte minutos, o qual se destinará:
a) à aprovação da ata da Sessão Plenária anterior, ficando dispensada a leitura, salvo se houver requerimento verbal de um terço de Vereadores presentes;
b) à leitura dos documentos oficiais endereçados à Câmara Municipal, para os quais seja necessário dar a devida publicidade, que serão lidos de forma resumida;
c) à apresentação de recurso de Vereador contra ato do Presidente;
d) outros comunicados, a juízo do Presidente da Câmara Municipal.
II – Tribuna Popular, na forma regimental, com prazo total de vinte minutos, limitado ao máximo de 5 minutos, e de 4 pessoas por sessão;
III – Grande Expediente;
IV – Intervalo, não superior a dez minutos, podendo ser suprimido por deliberação do Plenário;
V – Ordem do Dia, para discussão e votação dos projetos da pauta,;
VI – Explicações Pessoais, para que o Vereador inscrito até o início da Sessão Plenária, fale sobre as ações de seu Gabinete, limitado em 5 minutos para o uso da palavra, a cargo do Segundo-Secretário, que fará o controle das inscrições e da ordem das manifestações, proferindo as seguintes palavras “com a palavra o Vereador ..., pelo prazo de .....”.
VII - encerramento da Sessão, podendo o Presidente fazer uso da palavra para informações institucionais da Câmara Municipal.
§ 1º Qualquer Vereador, quando da votação da ata, no Expediente, poderá solicitar retificação.
§ 2º No Grande Expediente, um Vereador, por Sessão Plenária, poderá usar a palavra por até cinco minutos, com aparte dos demais, para tratar de tema de interesse público, com repercussão no Município ou para falar sobre proposições que estejam em tramitação na Câmara Municipal.
§ 3º O Presidente da Câmara será incluído na lista de Oradores do Grande Expediente, devendo, durante o uso da palavra, passar a Presidência da Sessão Plenária para o Vice-Presidente.
§ 4º Na Ordem do Dia, durante a Discussão das matérias pautadas para deliberação, o Presidente observará a seguinte ordem e tempo de uso da tribuna:
I – cinco minutos para o Vereador autor, quando a matéria for de iniciativa do Prefeito, para explanação inicial da proposição, com descrição de seu objetivo e de sua justificativa;
II – três minutos para cada Vereador que relatou a proposição explanar sobre o Parecer da Comissão que integra;
III – três minutos para o Vereador autor de emenda à proposição explanar o seu objetivo e a sua justificativa;
IV – cinco minutos para o Vereador que desejar manifestar-se sobre a proposição e sobre o seu voto;
V – três minutos para cada Líder encaminhar a votação.
§ 5º Exceto no caso do inciso V do § 5º, o pronunciamento na Ordem do Dia poderá receber aparte, desde que permitido pelo orador, sem acréscimo no tempo de cada manifestação.
§ 6º Cada Líder inscrito usará a palavra por cinco minutos para Comunicação de Bancada, podendo delegar a palavra para outro Vereador de sua Bancada.
§ 7º Exceto durante a Ordem do Dia, o Líder de Bancada poderá, por uma vez, requerer a palavra ao Presidente da Câmara para Comunicação Urgente de Líder, pelo prazo de cinco minutos.
§ 8º A Comunicação Urgente de Líder só poderá ser requerida para:
I - manifestação sobre situações de urgência que se relacionem à Bancada: e
II - para permitir que algum Vereador da Bancada, se mencionado durante a fala dos demais Vereadores, possa se manifestar.
§ 9º O Segundo-Secretário da Mesa fará o controle das inscrições e da ordem das manifestações, proferindo as seguintes palavras “com a palavra o Vereador ..., pelo prazo de .....”.
§ 10. As partes da Explicação Pessoal e da Comunicação de Bancada poderão ser suprimidas, por acordo de Líderes.
§ 11. O Plenário não poderá ser cedido ou utilizado para quaisquer eventos, solenidades ou atividades estranhas às funções legislativas no dia da Sessão Plenária Ordinária e no dia imediatamente anterior à sua realização, garantindo-se a preparação e a regularidade dos trabalhos.

Subseção I
Da Tribuna Cidadã

Art. 91. Qualquer cidadão ou representante de organização da sociedade civil, com sede no Município ou cuja matéria tenha relevância municipal, poderá fazer uso da tribuna, pelo espaço de cinco minutos, para falar sobre demandas locais ou com repercussão no Município, desde que respeite as normas deste Regimento e se inscreva até vinte e quatro horas antes da Sessão Plenária Ordinária, junto ao Departamento Legislativo da Câmara.
§ 1º O requerimento para uso da Tribuna Cidadã deverá indicar expressamente o tema a ser abordado, sendo proibida a explanação de assuntos que se relacionem:
I – à matéria político-partidária;
II – a assunto relacionado à eleição de cargos públicos, de sindicatos ou de associações;
III – a temas que agridam ou desrespeitem:
a) a integridade de membros e de instituições públicas;
b) os direitos humanos;
c) promovendo qualquer forma de discriminação.
§ 2º Finda a leitura do Expediente na Sessão Plenária Ordinária, será dada a palavra ao orador inscrito, de acordo com o disposto neste artigo.
§ 3º O tempo que será ocupado pelo orador denomina-se “Tribuna Cidadã” e somente poderá ser usado uma vez por Sessão Plenária Ordinária.
§ 4º Durante a manifestação do orador na Tribuna Cidadã, não haverá aparte.
§ 5º Os cinco primeiros Vereadores que se inscreverem até o início da Sessão Plenária Ordinária poderão usar a palavra, por dois minutos, para se manifestar sobre o tema abordado pelo orador da Tribuna Cidadã.
§ 6º O Presidente da Câmara:
I – indeferirá o requerimento de uso da Tribuna Cidadã que não atender às condições descritas neste artigo;
II - cortará a palavra e encerrará o pronunciamento do orador na Tribuna Cidadã, diante de manifestação que contrarie o disposto no § 1º deste artigo.

Subseção II
Da Ordem do Dia

Art. 92. A Ordem do Dia destina-se à discussão e votação de:
I - requerimentos, moções, recursos, cuja deliberação seja de alçada do Plenário;

II – proposições, desde que devidamente instruídas pelas Comissões, com os respectivos Pareceres.
Parágrafo único. A pauta da Ordem do Dia, com as proposições e respectivas justificativas, juntamente com os pareceres, deverá estar à disposição dos Vereadores e da comunidade, por meios eletrônicos, com antecedência mínima de vinte e quatro horas antes do início da Sessão Plenária.

Art. 93. A realização da Ordem do Dia será condicionada à presença da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 94. As matérias incluídas na pauta da Ordem do Dia deverão ser agrupadas segundo o seguinte critério de prioridade:
I - proposições com prazo legal:
a) vetos e emendas;
b) projetos do Executivo com pedido de urgência;
c) projetos do plano plurianual, das diretrizes orçamentária e do orçamento anual;
d) projetos do Legislativo.
II - parecer de redação final;
III - demais matérias, ordenadas segundo a cronologia de suas proposições.
§ 1º Se necessário, a Ordem do Dia poderá ter item único no caso de discussão e votação de proposição que se sujeite a rito especial.
§ 2º Quando a Comissão de Constituição e Justiça se manifestar pela inconstitucionalidade de projeto de lei, o Parecer será discutido e votado com preferência às matérias indicadas nos incisos do *caput* deste artigo.
§ 3º O projeto de lei em Rito de Urgência e o veto, quando vencidos seus prazos de tramitação, sobrepor-se-ão às demais matérias da Ordem do Dia e impedirão a respectiva deliberação, até que suas votações sejam finalizadas.

Art. 95. A Ordem do Dia só será modificada no caso de:
I - adiamento de votação de proposição, desde que solicitada pelo autor da matéria ou pelo Líder do Governo, no caso dos projetos de autoria do Poder Executivo;
II - inserção de projetos que estejam tramitando pelo Rito de Urgência;
III - inversão de pauta, por acordo de Líderes;
IV - determinação judicial.

Subseção III
Do Aparte

Art. 96. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador de tribuna para indagação, esclarecimento ou contestação.
§ 1º É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador de tribuna.
§ 2º Durante o Aparte, não ocorrerá suspensão da contagem do prazo de manifestação do orador.
§ 3º O prazo de duração do Aparte não poderá ser superior a um minuto.

Art. 97. Não serão permitidos Apartes:
I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
II - paralelos e cruzados;
III - quando o Líder esteja encaminhando a votação;
IV – na declaração de voto;
V – quando a palavra estiver sendo usada para tratar de ata ou de questão de ordem;
VI - quando o Vereador já tiver aparteado o orador.
§ 1º O Aparte se subordinará às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.
§ 2º É facultado ao Orador de Tribuna não conceder o Aparte.

Subseção IV
Da Suspensão da Sessão

Art. 98. A Sessão Plenária poderá ser suspensa para:
I – manter a ordem;
II – recepcionar visitante ilustre;
III – prestar excepcional homenagem de pesar;
IV – compor acordo de Líderes.
§ 1º O requerimento de suspensão da Sessão Plenária será decidido pelo Presidente, cabendo recurso, dessa decisão, ao Plenário.
§ 2º O recurso de que trata o § 1º deverá ser interposto por Vereador, que exporá as suas razões pelo prazo de dois minutos, com deliberação imediata do Plenário.
§ 3º Não será admitida suspensão de Sessão Plenária durante a fase de votação, na Ordem do Dia, a não ser para manter a ordem.

Subseção V
Da Prorrogação da Sessão Plenária

Art. 99. A Sessão Plenária poderá ser prorrogada para finalizar a discussão e votação de matéria constante da Ordem do Dia, desde que requerida verbalmente por Líder ou proposta pelo Presidente, aprovada pela maioria dos presentes, independentemente de discussão e encaminhamento, ficando limitada à duração máxima de três horas.

CAPÍTULO III
DA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Art. 100. A Sessão Plenária Extraordinária será convocada de ofício pelo Presidente ou a requerimento de Líder, aprovado pelo Plenário, e se destinará à apreciação de matéria relevante ou acumulada, devidamente especificada no ato de convocação.
§ 1º A Sessão Plenária Extraordinária será convocada com antecedência mínima de vinte e quatro horas, podendo a convocação, a deliberação e a aprovação pelo Plenário serem realizadas por meio eletrônico.
§ 2º Consideram-se situações excepcionais, para fins deste artigo:
I – calamidade pública ou situação de emergência reconhecida por autoridade competente;
II – fatos supervenientes que demandem manifestação imediata do Poder Legislativo para evitar prejuízo ao interesse público;
III – necessidade de deliberação urgente sobre matéria orçamentária, financeira ou de prorrogação de prazos legais;
IV – convocação para sustar atos normativos ou administrativos do Poder Executivo cuja eficácia possa gerar dano irreparável ou de difícil reparação;
V – convocação para deliberar sobre perda de mandato ou cassação de Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador, quando os prazos legais estejam em curso;
VI – outras hipóteses de urgência reconhecidas por decisão fundamentada da Mesa Diretora ou pelo Plenário.

Art. 101. A Sessão Plenária Extraordinária, observado o quórum referido nos arts. 86 e 93 deste Regimento Interno, terá a duração máxima da Sessão Plenária Ordinária e a leitura da Ata e do Expediente será dedicada exclusivamente à discussão e votação da matéria que motivou a convocação.
§ 1º Somente serão aceitas pela Mesa Diretora proposições diretamente relacionadas com a matéria constante da convocação.
§ 2º O Presidente da Câmara, no prazo referido no parágrafo único do art. 100 deste Regimento Interno, divulgará, inclusive por meios eletrônicos, a pauta da Sessão Plenária Extraordinária, com os projetos e as respectivas justificativas.

Art. 102. O Presidente convocará Sessão Plenária Extraordinária toda vez que a prorrogação da Sessão Plenária Ordinária não for suficiente para deliberação de matéria considerada urgente, dando ciência aos Vereadores, com registro em ata.
§ 1º No caso de Sessão Plenária Extraordinária determinada de ofício pelo Presidente e não anunciada em Sessão Plenária Ordinária, os Vereadores serão convocados por meio eletrônico.
§ 2º A Sessão Plenária Extraordinária não será remunerada ou indenizada.

Art. 103. O Presidente poderá convocar Sessão Plenária Extraordinária, atendendo solicitação expressa do Prefeito, com indicação da matéria a ser examinada e dos motivos que justifiquem a medida.

CAPÍTULO IV
DA SESSÃO PLENÁRIA SOLENE

Art. 104. A Sessão Plenária Solene destina-se à comemoração ou à homenagem relacionadas ao Município, suas instituições ou pessoas que se destaquem por ações que sejam de interesse público.
§ 1º Fará uso da palavra:
I – o Vereador que requereu a Sessão Solene, pelo prazo de cinco minutos;
II – o Vereador inscrito com vinte e quatro horas de antecedência da Sessão Solene, pelo prazo de cinco minutos, limitado a três inscrições;
III – o Prefeito, pelo prazo de cinco minutos;
IV – o homenageado ou quem represente a causa da comemoração, pelo prazo de cinco minutos.
§ 2º A Sessão Plenária Solene não será remunerada ou indenizada.
§ 3º Na Sessão Plenária Solene será dispensada a leitura da Ata, a verificação da presença, não haverá Expediente e nem tempo pré-fixado de duração.

CAPÍTULO V
DA SESSÃO PLENÁRIA ESPECIAL

Art. 105. A Sessão Plenária Especial destina-se:
I – a abertura da Sessão Legislativa;
II – a ouvir Secretário Municipal ou autoridade vinculada ao Prefeito;
III – a realização de palestra relacionada ao interesse público, que tenha fim educativo, cultural, de orientação técnica sobre matéria em tramitação ou que se relacione ao funcionamento da Câmara Municipal.
§ 1º A Mesa Diretora organizará a metodologia da Sessão Plenária Especial, com ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.
§ 2º A Sessão Plenária Especial não será remunerada ou indenizada.

CAPÍTULO VI
DA ATA

Art. 106. A Ata é o resumo final da Sessão Plenária e será redigida sob a orientação do Primeiro-Secretário, que a assinará juntamente com o Presidente da Câmara e com os Vereadores presentes, depois de aprovada.
§ 1º As proposições e os documentos apresentados em Sessão Plenária serão indicados em ata sucintamente, salvo requerimento de transcrição integral, realizado por Vereador, aprovado pelo Plenário.
§ 2º A transcrição de discurso ou de manifestação na Tribuna, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deverá ser requerida, pelo autor, ao Presidente, que não a negará.
§ 3º Cada Vereador poderá impugnar ou pedir retificação, por requerimento escrito, apresentado até setenta e duas horas da publicação da Ata, que será submetido ao Plenário, sem discussão ou encaminhamento de votação, sendo votado na Sessão Plenária Ordinária seguinte.
§ 4º Sobre a Ata:
I - aprovada a impugnação, será lavrada nova Ata;
II - aceita a retificação, a Ata será alterada;
III – aprovada a ata, será publicada, divulgada e arquivada.
§ 5º Ao encerrar-se a Sessão Legislativa, a Ata da última Sessão Plenária Ordinária será aprovada antes do início desta e assinada pelos Vereadores presentes.

TÍTULO IV
DO PROCESSO LEGISLATIVO
CAPÍTULO I
DOS PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES
Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 107. Proposição é toda matéria sujeita à apreciação do Plenário, com exceção da indicação, a qual será lida em Plenário e encaminhada independentemente de votação.
§ 1º São espécies de proposição:
I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;
II - projeto de lei complementar;
III - projeto de lei ordinária;
IV - projeto de decreto legislativo;
V - projeto de resolução;
VI - moção;
VII - requerimento;
VIII - recurso;
IX – emenda;
X – substitutivo;
XI – indicação.
§ 2º A proposição terá sua tramitação iniciada após protocolo e encaminhamento por meio eletrônico.

Art. 108. A autoria de proposição, nos limites e prerrogativas admitidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, poderá ser exercida:
I – pelo Prefeito;
II - pela Mesa Diretora da Câmara Municipal;
III - por Vereador, individualmente ou em conjunto;
IV – por eleitores do Município.
§ 1º A iniciativa de proposição da Mesa Diretora será assinada pelo Presidente e pelo Primeiro-Secretário, após deliberação em reunião.
§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular:
I – será apresentado e defendido nas Comissões e em Sessão Plenária por seu autor popular, assim considerado o primeiro signatário;
II – o autor popular, em Sessão Plenária, usará a palavra na abertura da discussão, na Ordem do Dia, pelo prazo de dez minutos, sem aparte;
III – após manifestação do autor popular, cada Vereador disporá de três minutos para pronunciamento, conforme ordem de inscrição, que deverá ser feita até trinta minutos antes do início da Sessão Plenária.
§ 3º A proposição deverá ser protocolada na Secretaria da Câmara Municipal, devendo ser incluída na pauta da Sessão Plenária Ordinária.
§ 4º A proposição, com sua justificativa, será publicada e divulgada, pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, com encaminhamento posterior à Sessão Plenária Ordinária subsequente, para comunicação aos Vereadores.
§ 5º A proposição, cuja redação estiver em desacordo com a técnica legislativa, exceto a de iniciativa popular, será devolvida ao autor para as correções cabíveis.
§ 6º O projeto de lei de iniciativa popular, se for necessário, terá sua redação revisada e ajustada à técnica legislativa pela Comissão de Constituição e Justiça.
§ 7º A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente e deverá ser acompanhada de justificativa.
§ 8º É considerado autor da proposição, para efeitos regimentais, seu primeiro signatário.
§ 9º Constituem apoiamento legislativo às assinaturas que se seguirem à primeira, exceto quando se tratar de proposição para a qual a Lei Orgânica Municipal ou este Regimento exigir determinado número de subscritores.
§ 10. A proposição deverá apresentar mensagem escrita de encaminhamento devidamente fundamentada pelo autor.
§ 11. Ao autor caberá o direito de retirada de proposição, mediante indicação escrita, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, até o encerramento da discussão, na Ordem do Dia de Sessão Plenária.
§ 12. Finda a Legislatura, serão arquivadas todas as proposições que estiverem em tramitação na Câmara Municipal, independentemente da fase em que se encontram.
§ 13. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa Diretora fará reconstituir o respectivo processo.

Seção II
Das Propostas em Espécie
Subseção II
Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município

Art. 109. Proposta de emenda à Lei Orgânica do Município é a proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 110. A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal poderá ser apresentada:
I – por um terço dos Vereadores;
II - pelo Prefeito Municipal;

III - de iniciativa popular, subscrita por, pelo menos, cinco por cento do eleitorado do Município.
§ 1º A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será deliberada em dois turnos de votação, com interstício de dez dias, sujeitando-se à tramitação por Rito Especial, nos termos do art. 145 deste Regimento Interno.
§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem, no prazo de dez dias, com ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos.
§ 3º A matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.
§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal que:
I – tratar de assunto:
a) que não seja de interesse do Município;
b) que discipline matéria administrativa, financeira ou operacional;
c) que seja própria de lei complementar.
II - atentar contra a separação dos Poderes.
§ 5º A emenda à Lei Orgânica Municipal não poderá ser proposta no caso de intervenção no Município.

Subseção II
Dos Projetos de Lei

Art. 111. Projeto de lei é a proposição que tem o objetivo articular matéria legislativa definida na Lei Orgânica do Município como sendo de competência da Câmara Municipal, sujeita à sanção do Prefeito.
§ 1º As matérias referidas na Lei Orgânica do Município objeto de lei complementar serão processadas como projeto de lei complementar, com aprovação condicionada à maioria absoluta de votos de Vereadores, não admitindo tramitação em Regime de Urgência.
§ 2º A matéria de que trata este artigo, não indicada na Lei Orgânica do Município como lei complementar, será processada como projeto de lei ordinária, com aprovação condicionada à maioria simples de votos dos Vereadores presentes na Sessão Plenária.

Subseção III
Do Projeto de Decreto Legislativo

Art. 112. Projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara Municipal, não sujeitas à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:
I - decisão das contas que o Prefeito deve anualmente prestar, nos termos do art. 31 da Constituição Federal;
II - suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;
III - suspensão de ato normativo do Poder Executivo que extrapole o poder regulamentar ou o limite da delegação legislativa;
IV - cassação de mandato de Prefeito ou Vereador;
V - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica do Município;
VI - demais assuntos de efeitos externos.
Parágrafo único. Para aprovação do projeto de decreto legislativo será exigido, em votação única, o voto favorável da maioria simples de Vereadores presentes na Sessão Plenária, salvo disposição em contrário na Constituição Federal ou na Lei Orgânica Municipal.

Subseção IV
Do Projeto de Resolução

Art. 113. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria de economia interna e de natureza político-administrativa da Câmara Municipal, não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:
I - decisão de recurso;
II - destituição de membro da Mesa Diretora;
III - normas regimentais;
IV - concessão de licença a Vereador;
V - conclusão de Comissões Temporárias;
VI - todo e qualquer assunto institucional, de caráter geral ou impessoal;
VII - organização dos serviços internos da Câmara Municipal.
§1º Para aprovação do projeto de resolução será exigido, em votação única, o voto favorável da maioria simples de votos dos Vereadores presentes na Sessão Plenária.
§2º Na hipótese do inciso IV do *caput* deste artigo, excetua-se a licença para tratamento de saúde.

Subseção V
Da Moção
Art. 114. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto.
Parágrafo único. São espécies de Moção:
I - de Aplauso;
II – de Apoio;
III – de Repúdio;
IV – de Pesar.
§ 1º A Moção deverá ser formulada por escrito e subscrita por Vereador ou Líder, quando a autoria for de Bancada.
§ 2º O autor deve protocolar a Moção até vinte e quatro horas antes da hora de início da Sessão Plenária, para ser divulgada, lida no Expediente e, independente de parecer da Comissão, ser deliberada em discussão e votação única, considerando-se aprovada, caso obtenha o voto favorável da maioria simples de Vereadores.

Subseção VI
Do Pedido Parlamentar

Art. 115. Pedido Parlamentar é todo pedido verbal ou escrito, feito por Vereador, Líder ou Presidente de Comissão, ao Presidente da Câmara Municipal, sobre assunto relacionado às matérias disciplinadas neste Regimento.
§ 1º O Pedido Parlamentar por escrito, independentemente de parecer da Comissão, será deliberado em discussão e votação única, considerando-se aprovado, caso obtenha o voto favorável da maioria simples de Vereadores.
§ 2º Quanto à competência para decidi-lo, o Pedido Parlamentar deve ser dirigido ao Presidente ou ao Plenário, conforme dispõem os arts. 116 a 119 deste Regimento Interno.

Art. 116. Será da alçada do Presidente da Câmara Municipal e verbais os pedidos parlamentares que solicitarem:
I - a palavra ou desistência dela;
II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
III - envio de votos de pesar;
IV - retirada, pelo autor, de requerimento escrito ainda não submetido à deliberação do Plenário;
V - verificação de quórum para discussão ou votação;
VI - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;
VII - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, relacionados com a proposição em discussão no Plenário.

Art. 117. Será da alçada do Presidente da Câmara Municipal e escrito o pedido parlamentar que solicitar:
I - renúncia de membro da Mesa da Câmara Municipal;
II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;
III - juntada ou desentranhamento de documentos;
IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara Municipal;
V - informações ao Prefeito, disciplinado pelo art. 160 deste Regimento Interno;
VI - arquivamento ou desarquivamento de proposição.

Art. 118. O requerimento verbal será da alçada do Plenário e será votado, sem discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, quando tratar de:
I - destaque de matéria para votação;
II - alteração no processo de votação, nos casos em que não for vedada a sua realização de forma nominal ou simbólica;
III - adiamento de votação;
IV - audiência de Comissão para assuntos em pauta;

V - prorrogação da Sessão Plenária para concluir a discussão ou votação das matérias da Ordem do Dia;
VI – alteração da pauta da Ordem do Dia.
Parágrafo único. O requerimento de que trata este artigo será aprovado pelo voto da maioria simples dos Vereadores presentes na Sessão Plenária.

Art. 119. O requerimento escrito será de alçada do Plenário, discutido e votado quando tratar de:
I - voto de louvor e congratulações;
II - manifestação de protesto;
III - inserção de documentos em Ata;
IV - informação sobre atos da Mesa Diretora, da Presidência ou da Câmara Municipal;
V - constituição de Comissão.
Parágrafo único. O requerimento de que trata este artigo será aprovado pelo voto da maioria simples de Vereadores presentes na Sessão Plenária.

Art. 120. O requerimento ou petição de organização da sociedade civil ou de cidadão será lido no Expediente da Sessão Plenária e encaminhado:
I - à Ouvidoria Parlamentar, caso trate de matéria referida no art. 77 deste Regimento Interno;
II – à área legislativa, caso se relacione à matéria em tramitação.

Subseção VII
Do Recurso

Art. 121. Da decisão ou omissão do Presidente, caberá recurso ao Plenário nas seguintes matérias:
I - Questão de Ordem;
II - Representação ou proposição de qualquer Vereador, de Líder, de Comissão ou da Mesa Diretora;
III – das matérias de sua alçada referidas nos arts. 116 e 117 deste Regimento Interno;
IV – rejeição de proposição.
Parágrafo único. Não se concederá efeito suspensivo a recurso, prevalecendo à decisão impugnada até ser proferida nova decisão pelo Plenário.

Art. 122. O recurso deve ser formulado por escrito, devendo ser proposto dentro do prazo de dois dias úteis, contados da ciência da decisão.
§ 1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de dois dias úteis, acatá-lo, reconsiderando a decisão inicialmente tomada, ou encaminhá-lo, no mesmo prazo, à Comissão de Constituição e Justiça, que terá o prazo de dois dias úteis para emitir Parecer.
§ 2º Emitido o Parecer, o recurso será incluído na pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária seguinte, para deliberação do Plenário.
§ 3º Provido o recurso, o Presidente deverá observar a decisão do Plenário, devendo cumpri-la, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

Subseção VIII
Da Emenda e da Mensagem Retificativa

Art. 123. Emenda é proposição apresentada por Vereador, por Comissão, pela Bancada ou pela Mesa, que visa a alterar projeto em tramitação.
§ 1º A emenda pode ser:
I – supressiva, quando seu objetivo é retirar artigo ou unidade superior ao artigo;
II - substitutiva, quando o seu objetivo é alterar a redação de artigo;
III – aditiva, quando seu objetivo é acrescentar dispositivo;
IV – redacional, quando seu objetivo é corrigir erros redacionais relacionados à técnica legislativa.
§ 2º A emenda será admitida:
I – por maioria dos membros de Comissão, quando inserida no respectivo Parecer;
II – por Vereador ou Líder, quando a matéria estiver em tramitação nas Comissões, exceto no caso de Rito Especial;
III – por Líder, quando a matéria estiver em discussão, na Ordem do Dia, exceto no caso de Rito Especial.
§ 3º O Presidente não admitirá emenda que não guarde pertinência com a matéria da proposição original.
§ 4º A emenda à Redação Final somente será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto no projeto já aprovado.

Art. 124. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereador, por Líder, por Comissão ou pela Mesa para substituir outra proposição sobre o mesmo assunto.
§ 1º Não será permitido mais de um Substitutivo à mesma proposição, sem prévia retirada do anteriormente apresentado.
§ 2º A apresentação de substitutivo segue o que determina o § 2º do art. 123 deste Regimento Interno.

Art. 125. O Prefeito poderá encaminhar, até o início da votação da matéria de sua iniciativa, na Ordem do Dia de Sessão Plenária, Mensagem Retificativa para substituir o texto normativo original.
§ 1º No caso dos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, a Mensagem Retificativa poderá ser encaminhada pelo Prefeito, à Câmara, com antecedência mínima de 24 horas do início da votação do parecer na Comissão de Finanças e Orçamento.
§ 2º A Mensagem Retificativa substituirá o projeto em tramitação, reiniciando os prazos processuais legislativos, inclusive quando se tratar de matéria em Regime de Urgência.

CAPÍTULO II
DA TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 126. A Proposição apresentada até as dezessete horas do dia que anteceder a Sessão Plenária será divulgada e comunicada no Expediente e despachada de plano, pelo Presidente, que a encaminhará às Comissões Permanentes competentes para a análise e instrução da matéria.
§1º São as Comissões Permanentes competentes para analisar e instruir aquelas que tiverem sua área de atuação identificada com o tema da proposição.
§2º A critério da Comissão de Constituição e Justiça, a proposição poderá ser encaminhada para a área jurídica da Câmara para emissão de orientação técnica.

Art. 127. Conforme o seu tipo, a proposição se sujeitará aos seguintes ritos:
I – Rito Ordinário;
II – Rito de Urgência;
III – Rito Especial.

Art. 128. A proposição será apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal e constitucional, que concluirá pelo arquivamento quando:
I - versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara Municipal;
II - delegar a outro poder atribuições privativas da Câmara Municipal;
III - fizer referência à lei, decreto, regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição;
IV - faça menção a contratos, convênios ou a cláusulas de contratos ou de concessões, sem estar acompanhado de cópias dos respectivos documentos;
V - contiver expressões ofensivas;
VI – for inconcludente;
VII - tiver sido rejeitada e novamente apresentada fora dos preceitos da Lei Orgânica Municipal.
VIII – não estiver acompanhada da documentação necessária para análise e votação da matéria.
§ 1º O arquivamento de que trata o *caput* deste artigo se dará até que seja sanada a causa de ilegalidadade ou inconstitucionalidade;
§ 2º Na Discussão Especial, o Vereador somente poderá manifestar-se sobre o parecer de inconstitucionalidade emitido pela Comissão de Constituição e Justiça.
§ 3º Após haver tramitado na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido emenda ou substitutivo, a ela retornará a proposição

para análise quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade, sendo, posteriormente, encaminhado diretamente à Mesa Diretora para sua inclusão na Ordem do Dia.
§ 4º Os pareceres de Comissão serão disponibilizados, inclusive por meios eletrônicos, aos Vereadores e à comunidade, até vinte e quatro horas antes da hora de início da Sessão Plenária, em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, sendo lidos e discutidos em Plenário.

Art. 129. Se houver uma ou mais proposição constituindo processos distintos que tratem da mesma matéria, deverão ser apensados para a tramitação.
Parágrafo único. Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Seção II
Da Discussão e da Votação
Subseção I
Das Disposições Preliminares

Art. 130. A Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Sessão Plenária, na Ordem do Dia, acerca das proposições a serem votadas.
Parágrafo único. Para a Discussão das matérias observar-se-ão a forma, a ordem e os tempos definidos no art. 90 deste Regimento Interno.

Art. 131. Todas as proposições terão 02 (duas) discussões e01(uma) única votação, excetuada a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 132. A Votação será imediata à Discussão e definirá politicamente a aprovação ou rejeição da matéria.

Subseção II
Do Pedido de Vista

Art. 133. Pedido de vista é um instrumento regimental concedido ao Vereador para acessar o processo e a proposição, antes de manifestar-se, na comissão e em Plenário.
§1º O pedido de vista de processo em tramitação na Câmara será deferido ao Vereador nas seguintes condições:
I – na comissão em que for membro ou que esteja atuando em substituição de vereador titular, após o voto do relator, pelo prazo de sete dias;
II – em sessão plenária, durante a fase de discussão, na ordem do dia, pelo prazo de sete dias.
§2º O pedido de que trata este artigo será deferido pelo Presidente da Comissão ou da Câmara, conforme preveem os incisos I e II deste artigo, independentemente de deliberação, e será aproveitado por todos os demais vereadores, sendo vedado um segundo pedido de vista.
§3º No caso de o projeto de lei tramitar pelos ritos de urgência e especial, o prazo para vista do processo será de dois dias.

Subseção III
Da Votação

Art. 134. São dois os processos de votação:
I - simbólico;
II – nominal.
Parágrafo único. A Mesa Diretora poderá adotar sistema eletrônico de votação na Sessão Plenária para viabilizar o acompanhamento do cidadão sobre o voto do Vereador pelo *site* da Câmara.

Art. 135. O processo simbólico poderá ser adotado para a votação.
§ 1º No processo simbólico de votação, mediante consulta do Presidente da Câmara, o Vereador contrário à proposição se manifestará e o favorável permanecerá sentado.
§ 2º Ao anunciar o resultado da Votação, o Presidente declarará o número de votos favoráveis e o número de votos contrários à proposição, proclamando o respectivo resultado.
§ 3º Havendo dúvida sobre o resultado, a verificação será feita por meio de chamada nominal.
§ 4º Salvo deliberação contrária do Plenário, na votação simbólica serão registrados, em Ata, o número de votos favoráveis e o número de votos contrários à aprovação da proposição.

Art. 136. A votação nominal será procedida pela chamada dos Vereadores presentes, que responderão, um a um, “aprovo” ou “reprovo”, conforme sua disposição em votar favorável ou contrário à proposição.
Parágrafo único. O resultado da votação nominal será consignado em Ata com o registro de voto de cada Vereador.

Subseção IV
Do Destaque

Art. 137. Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.
§ 1º O requerimento de Destaque será dirigido ao Presidente, na forma verbal, apresentado por Líder, antes de iniciada a votação da matéria na Ordem do Dia.
§ 2º Da decisão do Presidente cabe recurso ao Plenário que será, sem discussão, imediatamente deliberado.

Subseção V
Da Votação de Emenda e da Redação Final

Art. 138. Havendo emenda, esta será votada preferencialmente ao respectivo substitutivo, bem como ao projeto original.
§ 1º As emendas serão lidas e votadas uma a uma, respeitada a preferência para as emendas de Comissão, na ordem direta de apresentação.
§ 2º Admitir-se-á pedido de preferência para a votação de emenda, respeitado o que dispõe o § 1º deste artigo.
§ 3º A requerimento de Líder ou mediante proposta do Presidente as emendas poderão ser votadas de forma global ou em grupos devidamente especificados.
§ 4º Rejeitado o projeto original, a emenda ou o substitutivo aprovado restarão prejudicados.
§ 5º O substitutivo será votado preferencialmente em relação ao projeto original.

Art. 139. Concluída a votação com a aprovação da matéria, a proposição será encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça para parecer de Redação Final.
§ 1º No parecer de Redação Final constará:
I - o texto definitivo da proposição com as emendas aprovadas integradas em seus artigos, parágrafos, incisos ou alíneas; ou
II – o texto da proposição com a absorção da redação integral do substitutivo.
§ 2º A elaboração do parecer de Redação Final deve ocorrer antes da sessão em que será votada a proposição.
§ 3º A Redação Final da proposição será publicada e divulgada, inclusive por meios eletrônicos, dentro do prazo de vinte e quatro horas.
§ 4º Quando, após a divulgação da Redação Final, verificar-se inexatidão de texto:
I - a Comissão de Constituição e Justiça procederá à respectiva correção;
II - a Mesa dará conhecimento ao Plenário;
III - não havendo impugnação, considerará aceita a correção;
IV – aprovada a correção, o Presidente da Câmara fará a devida comunicação ao Prefeito, se o projeto já tiver sido encaminhado à sanção.
§ 5º Definida a Redação Final, o Presidente da Câmara terá o prazo de cinco dias para encaminhar o autógrafo legislativo ao Prefeito.
§ 6º Considera-se autógrafo legislativo a assinatura do Presidente da Câmara na Redação Final da proposição, que servirá de referência para o Prefeito vetar ou sancionar.
§ 7º A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente no prazo de quarenta e oito horas, após a divulgação da sua Redação Final.

Subseção VI
Da Verificação de Votação

Art. 140. É permitido ao Líder solicitar a verificação do resultado da votação, se não concordar com aquele proclamado pelo Presidente.
§ 1º Requerida a verificação de votação, será realizada a contagem, sempre pelo processo nominal.
§ 2º Não será admitida mais de uma verificação de votação.
§ 3º Requerida a verificação, nenhum Vereador poderá ingressar ou ausentar-se do Plenário até ser proferido o resultado.

Subseção VII
Do Adiamento de Votação

Art. 141. O adiamento da votação de proposição poderá ser formulado até o momento da votação da matéria em Plenário, por meio de requerimento verbal, apresentado por Líder, devendo ser especificado o número de Sessões Plenárias Ordinárias do adiamento proposto, não podendo superior a três.
§ 1º Apresentado o requerimento de adiamento de votação, o Presidente:
I - dará a palavra ao autor para que justifique, sem aparte, pelo prazo de três minutos;
II – colocará o requerimento em deliberação plenária, com aprovação condicionada à maioria de votos dos Vereadores presentes na Sessão.
§ 2º Não será admitida a apresentação de requerimento de adiamento de votação para a projeto de lei em rito de urgência.

Subseção VIII
Do Arquivamento

Art. 142. O arquivamento de proposição ocorrerá até o encerramento da sua discussão:
I - a requerimento escrito proposto pelo autor, despachado de plano pelo Presidente, desde que não tenha recebido emenda ou substitutivo;
II - pelo Líder da Bancada, no caso de o autor não estar no exercício do cargo de Vereador;
III - por requerimento escrito do autor ou do Líder da Bancada, sujeito à deliberação do Plenário, quando a proposição tenha recebido emenda ou substitutivo.
§ 1º A proposição de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderá ser arquivada mediante requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.
§ 2º A proposição arquivada na forma deste artigo somente poderá ser reapresentada, pelo mesmo autor, na Sessão Legislativa subsequente, que terá a preferência para a nova proposição.
§ 3º Não poderá ser desarquivada a proposição considerada inconstitucional ou que tenha recebido parecer contrário de todas as Comissões.

Art. 143. No final de cada Legislatura serão arquivados os processos relativos às proposições que, na data de encerramento, não tenham sido submetidas à discussão.

CAPÍTULO III
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PELO RITO ESPECIAL
Seção I
Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes e do Orçamento Anual

Art. 144. Recebido e protocolado o projeto de lei do orçamento anual, o Presidente da Câmara determinará a sua publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, dentro do prazo de vinte e quatro horas, contado exclusivamente em dias úteis.
§ 1º A tramitação do projeto de lei do orçamento anual será formalizada pelo seguinte rito especial:
I – realizada a divulgação de que trata o *caput* deste artigo, o projeto de lei do orçamento anual, seus anexos e a exposição de motivos que o acompanha, serão comunicados e disponibilizados aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Plenária Ordinária subsequente;
II – comunicado em Sessão Plenária, o projeto de lei do orçamento anual será encaminhado para a Comissão de Finanças e Orçamento, que adotará os seguintes procedimentos:
a) não havendo a documentação e os anexos exigidos em lei, a Comissão solicitará ao Presidente da Câmara que seja requerido ao Prefeito a complementação;
b) confirmados os documentos e anexos necessários para a tramitação da matéria, o Relator proporá à Comissão um cronograma de ações para a instrução do projeto de lei do orçamento anual, com a definição de datas para a realização de audiências públicas, recebimento de propostas pela comunidade e apresentação de emendas parlamentares;
c) aprovado o cronograma, o Presidente da Comissão o disponibilizará para a Mesa Diretora, para fins de divulgação, inclusive por meios eletrônicos, e comunicação aos Vereadores;
d) realizadas as audiências públicas, a Comissão aguardará quarenta e oito horas para recebimento de propostas pela comunidade, que deverão ser protocoladas na Câmara, com a identificação de seu signatário;
e) esgotado o prazo de recebimento de propostas pela comunidade, as mesmas serão disponibilizadas aos Vereadores, por meio eletrônico, para análise e conversão em emenda parlamentar;
f) além das emendas decorrentes de propostas da comunidade, os Vereadores poderão propor outras emendas parlamentares, observadas as restrições do art. 167 da Constituição Federal, no prazo de setenta e duas horas, após o término do prazo previsto na alínea “f” deste inciso;
g) o Relator, em seu voto, examinará o conteúdo e a forma do projeto de lei e de seus Anexos, além das emendas parlamentares;
h) não serão admitidas emendas parlamentares ao projeto de lei do orçamento anual após o início da votação do parecer na Comissão de Finanças e Orçamento;
i) O parecer será encaminhado ao Presidente da Câmara para publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas;
III – finalizada a instrução na Comissão de Finanças e Orçamento, o Presidente da Câmara, depois de divulgado o parecer, incluirá a matéria para Discussão e Votação na Ordem do Dia de Sessão Plenária.
§ 1º Aplica-se aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos que o modificam, o rito especial descrito neste artigo.
§ 2º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

Seção II
Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal

Art. 145. Recebida e protocolada a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, nos termos do art. 110 deste Regimento Interno, o Presidente da Câmara determinará a sua publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, dentro do prazo de vinte e quatro horas, contado exclusivamente em dias úteis.
§ 1º A tramitação da proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal será formalizada de acordo com o seguinte rito especial:
I – realizada a divulgação de que trata o *caput* deste artigo, a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, com sua justificativa, será comunicada e disponibilizada aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Plenária Ordinária subsequente;
II – comunicada em Sessão Plenária, a proposta será examinada e instruída por Comissão Especial constituída exclusivamente para esta finalidade, mediante a observação dos seguintes procedimentos:
a) se a Proposta propuser alteração de conteúdo da Lei Orgânica do Município que não decorra de Emenda à Constituição Federal ou decisão judicial, a Comissão deverá fazer audiência pública para debater a matéria com a comunidade;
c) os Vereadores poderão apresentar emenda à proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, na Comissão Especial, antes da votação do voto do Relator, desde que subscrita por um terço dos membros da Câmara;
d) o Relator, no seu voto, analisará a forma e o conteúdo da proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, bem como das emendas apresentadas;
e) O parecer será encaminhado ao Presidente da Câmara para publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas, contado exclusivamente em dias uteis ver;
III – finalizada a instrução na Comissão Especial, o Presidente da Câmara, depois de divulgado o parecer, incluirá a matéria na Ordem do Dia de Sessão Plenária.
§ 1º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas, naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

§ 2º A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos, em Sessões Plenárias com intervalo mínimo de dez dias, e a sua aprovação dependerá do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
§ 3º A Emenda à Lei Orgânica Municipal, depois de aprovada, definida sua Redação Final e divulgada, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas, será numerada, promulgada e publicada pela Mesa Diretora.

Seção III
Do Alteração do Regimento Interno

Art. 146. Recebido e protocolado projeto de resolução com o objetivo de alterar o Regimento Interno, o Presidente da Câmara determinará a sua publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, dentro do prazo de vinte e quatro horas, contado exclusivamente em dias úteis.
§ 1º A tramitação do projeto de resolução de alteração do Regimento Interno será formalizada de acordo com o seguinte rito especial:
I – realizada a divulgação de que trata o *caput* deste artigo, o projeto de resolução de alteração do Regimento Interno, com sua justificativa, será comunicado e disponibilizado aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Plenária Ordinária subsequente;
II – comunicado em Sessão Plenária, o projeto de resolução será examinado e instruído por Comissão Especial constituída exclusivamente para esta finalidade, mediante a observação dos seguintes procedimentos:
a) designação, pelo Presidente da Comissão Especial, de um dos Vereadores titulares para exercer a Relatoria;
b) os Vereadores poderão apresentar emenda ao projeto de resolução que altera o Regimento Interno, na Comissão Especial, antes da votação do voto do Relator;
c) o Relator, no seu voto, analisará a forma e o conteúdo do projeto de resolução que altera o Regimento Interno, bem como das emendas apresentadas;
d) O parecer será encaminhado ao Presidente da Câmara para publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, dentro do prazo de vinte e quatro horas, contado exclusivamente em dias úteis;
III – finalizada a instrução na Comissão Especial, o Presidente da Câmara, depois de divulgado o parecer, incluirá a matéria na Ordem do Dia de Sessão Plenária.
§ 1º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas, naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.
§ 2º O projeto de resolução de alteração do Regimento Interno será discutido e votado na Sessão Plenária subsequente e a sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria simples de votos dos Vereadores presentes na Sessão.
§ 3º A resolução que altera o Regimento Interno será numerada e promulgada pelo Presidente da Câmara.
§ 4º Aplica-se o rito especial previsto neste artigo para proposta de novo Regimento Interno.

Seção IV
Do Veto

Art. 147. Comunicado o Veto, pelo Prefeito, a Câmara deverá apreciá-lo no prazo de trinta dias, contados da data de recebimento das razões do veto, observando o seguinte rito especial para a sua deliberação:
I – recebido e protocolado, o veto e suas razões serão publicadas e divulgadas, inclusive por meios eletrônicos, dentro do prazo de vinte e quatro horas;
II - realizada a divulgação de que trata o inciso I, o veto, com suas razões, será comunicado e disponibilizado aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Plenária Ordinária subsequente;
III – comunicado em Sessão Plenária, o veto seguirá para:
a) Comissão de Constituição e Justiça, se sua argumentação for de inconstitucionalidade de projeto de lei ou de parte dele;
b) Comissão Permanente, cuja competência se identifique com o projeto de lei vetado, se a argumentação for de contrariedade ao interesse público;
IV – no caso da alínea "b" do inciso III deste artigo, a Comissão poderá realizar audiência pública para debater com a comunidade as razões de contrariedade do interesse público apresentadas pelo Prefeito;
V – apresentado o voto do Relator, o mesmo será deliberado na Comissão e, se aprovado, converter-se-á em parecer, que será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos, dentro do prazo de vinte e quatro horas;
VI – com a divulgação do parecer de Comissão, o veto será incluído na Sessão Plenária subsequente, para discussão e votação;
VII – o veto deixará de prevalecer pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
Parágrafo único. Nos termos do inciso VII do *caput* deste artigo, havendo empate na votação plenária, o veto será acatado.

Seção V
Do Julgamento de Contas do Prefeito

Art. 148. Recebido e protocolado o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, a Câmara Municipal procederá ao julgamento, observado o rito especial que segue:
I – o presidente da Câmara Municipal determinará a divulgação da conclusão do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, dentro do prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, e providenciará a sua inclusão no Expediente da primeira Sessão Plenária subsequente;
II – após constar do Expediente, o Parecer Prévio será encaminhado para a Comissão de Finanças e Orçamento, para a devida instrução;
III – a Comissão disponibilizará as contas do exercício em julgamento para consulta pública, pelo prazo de trinta dias, para que qualquer contribuinte possa examiná-las e apresentar impugnação questionando a respectiva legitimidade;
IV – a Comissão solicitará ao Presidente da Câmara Municipal que providencie a notificação do ordenador de despesas que está sendo julgado para apresentar:
a) defesa escrita no prazo de trinta dias;
b) manifestação sobre as impugnações apresentadas na forma prevista no inciso III deste artigo, se houverem;
V – esgotado o prazo da consulta pública e recebida a defesa ou encerrado o prazo, sem o exercício do direito de defesa, a Comissão elaborará parecer no prazo de quinze dias, que poderá concluir:
a) pela concordância com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;
b) pela discordância do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;
VI – após a divulgação do Parecer dentro do prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, o processo será encaminhado para a Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente para julgamento;
VII – o Presidente da Câmara Municipal notificará o ordenador de despesa em julgamento para que, por seu advogado constituído, realize, na Sessão Plenária, defesa oral pelo prazo de quinze minutos;
VIII – durante a defesa oral não será admitida qualquer interrupção ou aparte;
IX – concluída a defesa oral, cada Vereador disporá de três minutos para se manifestar sobre o julgamento, sem interrupções ou apartes;
X – encerrada a manifestação dos Vereadores, o Presidente procederá ao processo de votação, que será nominal;
XI – o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado somente deixará de prevalecer mediante voto contrário de dois terços dos membros da Câmara;
XII – o resultado do julgamento das contas, com o respectivo decreto legislativo, será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado.
§ 1º O parecer referido no inciso V do *caput* deste artigo, deverá, em anexo, conter projeto de decreto legislativo com o registro do resultado concluído em seu voto.
§ 2º A Comissão de Constituição e Justiça, quando do parecer de Redação Final, corrigirá o texto do decreto legislativo, se o resultado da votação em Plenário contrariar o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento.
§ 3º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

Seção VI
Do Projeto de Consolidação e do Projeto de Estatuto

Art. 149. As leis municipais serão reunidas em Consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Municipal.
§ 1º A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.
§ 2º Os projetos de consolidação de leis poderão ser propostos pelo Prefeito, por Vereador, por Comissão ou por Bancada.

Art. 150. A tramitação dos projetos de consolidação e dos projetos de estatuto observará o seguinte rito especial:
I – protocolado, o projeto de consolidação, com sua justificativa, será divulgado, pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, comunicado aos Vereadores no Expediente da Sessão Plenária subsequente e disponibilizado aos Vereadores;
II – comunicado em Sessão Plenária, o projeto de consolidação será examinado e instruído pela Comissão Permanente, cuja competência se identifica com a temática tratada, mediante a observação dos seguintes procedimentos:
a) os Vereadores poderão apresentar emenda ao projeto de consolidação, na Comissão, antes da votação do voto do Relator;
b) o Relator, no seu voto, analisará a forma do projeto de consolidação, bem como das emendas apresentadas;
c) O parecer será encaminhado ao Presidente da Câmara para publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, dentro do prazo de vinte e quatro horas;
III – finalizada a instrução na Comissão, o Presidente da Câmara, depois de divulgado o parecer, incluirá a matéria na Ordem do Dia de Sessão Plenária;
IV – a primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência, ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aos autores das emendas.
V – Após a primeira discussão, a matéria voltará à Comissão por mais 05 (cinco) dias, para incorporação das emendas aprovadas, sendo incluída na Ordem do Dia da sessão seguinte, para a deliberação final.
VI – depois de aprovado o projeto, a Comissão de Constituição e Justiça revisará a forma e examinará o texto articulado da consolidação, observada o art. 13 da Lei Federal nº 95, de 1998, e sua subsequente alteração, no parecer de Redação Final.
§ 1º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.
§ 2º O projeto de consolidação será discutido e votado na Sessão Plenária subsequente e a sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria simples de votos dos Vereadores presentes na Sessão.
§ 3º Se uma das leis absorvidas pela consolidação for lei complementar, a aprovação do projeto dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
§ 4º Na primeira Sessão Legislativa de cada Legislatura, a Mesa da Câmara Municipal promoverá a atualização da Consolidação das Leis Municipais, incorporando às coletâneas que a integram as emendas à Lei Orgânica do Município, leis, decretos legislativos e resoluções promulgadas durante a Legislatura imediatamente anterior, ordenados e indexados sistematicamente.

Seção VII
Do Projeto de Lei Complementar

Art. 151. A lei complementar dispõe sobre matéria de maior complexidade e amplitude social, com indicação no § 3º incisos I, IV, V, VI, VII e X do art. 50 da Lei Orgânica Municipal.
§ 1º Lei complementar somente pode ser alterada pela aprovação de projeto de lei complementar.
§ 2º O projeto de lei complementar não admite rito de urgência.
§ 3º A lei complementar será aprovada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.
§ 4º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

Seção VIII
Da Sustação de Ato do Poder Executivo

Art. 152. Qualquer Vereador ou Líder de Bancada poderá propor projeto de decreto legislativo para sustar ato normativo do Prefeito que exorbite o poder regulamentar ou extrapole os limites da delegação legislativa.
§ 1º O autor do projeto de decreto legislativo de que trata este artigo deverá, na justificativa, indicar, com o respectivo fundamento, o ato normativo objeto da sustação pretendida.
§ 2º Protocolado o projeto de decreto legislativo, o mesmo se sujeitará ao seguinte rito especial:
I – será publicado e divulgado pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos;
II - após a divulgação, será incluído na Sessão Plenária subsequente para comunicação aos Vereadores;
III – realizada a comunicação plenária, o projeto de decreto legislativo, com a sua justificativa, será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça para instrução;
IV – recebido o projeto de decreto legislativo, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça:
a) solicitará ao Presidente da Câmara Municipal a notificação do Prefeito para que, no prazo de quinze dias, apresente defesa técnica, por escrito, sobre a argumentação do autor para a sustação do ato normativo;
b) delibere o parecer;
V – recebido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente da Câmara determinará sua divulgação, pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, e incluirá a matéria para deliberação na Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente;
VI – a aprovação do projeto de decreto legislativo dependerá do voto da maioria dos Vereadores presentes na Sessão Plenária;
VII – rejeitado o projeto de decreto legislativo, a matéria será arquivada;
VIII – aprovado o projeto de decreto legislativo, o texto receberá Redação Final, será promulgado e publicado pelo Presidente da Câmara, com notificação ao Prefeito;
IX – com a publicação do decreto legislativo, na forma prevista neste artigo, o ato normativo impugnado é sustado, cessando seus efeitos a partir dessa data.
§ 3º O prazo para a Comissão de Constituição e Justiça instruir o projeto de decreto legislativo é de trinta dias, incluído o prazo de defesa de que trata a alínea “b” do inciso IV do § 2º deste artigo.
§ 4º O prazo entre a solicitação de notificação do Prefeito, pelo Presidente da Comissão ao Presidente da Câmara, e o recebimento da notificação pelo Prefeito não contará no prazo indicado no § 3º deste artigo.

CAPÍTULO IV
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PELO RITO DE URGÊNCIA
Seção I
Do Rito de Urgência

Art. 153. O Prefeito poderá indicar, mediante justificativa que explique o prejuízo que a comunidade terá, diante de uma eventual demora na deliberação de projeto de lei de sua iniciativa, a tramitação pelo Rito de Urgência.
§ 1º Não é admitido o Rito de Urgência para as proposições que se sujeitam a Rito Especial.
§ 2º A ausência da justificativa referida no *caput* deste artigo determinará a tramitação da matéria pelo Rito Ordinário.

Art. 154. O Presidente da Câmara, atendido o que dispõe o art. 153 deste Regimento Interno, determinará a tramitação do projeto de lei de iniciativa do Prefeito pelo Rito de Urgência, que imporá às Comissões o prazo de até sete dias para a instrução e elaboração de pareceres.
§ 1º A tramitação pelo Rito de Urgência não dispensará, quando for o caso, a realização de audiência pública e a participação popular.
§ 2º Esgotado o prazo referido no *caput* deste artigo, o Presidente da Câmara determinará a inclusão do projeto de lei, com ou sem Parecer, na Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente, sobrestando-se às demais matérias até que seja finalizada a sua votação.
§ 3º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas, naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

TÍTULO V
DA CONCESSÃO DE TÍTULO HONORÍFICO

Art. 155. A entrega de Título Honorífico será feita em Sessão Solene, especialmente convocada para esse fim.
Parágrafo único. Poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores e os convidados e autoridades designadas pelo cerimonial.

Art. 156. Para discutir o projeto de decreto legislativo para concessão de título honorífico, cada Vereador poderá dispor de até cincos minutos.

Art. 157. O Vereador que propõe a concessão de Título Honorífico, deverá expor, na justificativa, as qualidades excepcionais da pessoa que se desejar homenagear e da relevância dos serviços que tenha prestado para o Município.

Art. 158. A Câmara Municipal elaborará norma específica dispondo sobre os tipos de Título Honorífico e as condições para a sua concessão.

TÍTULO VI
DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR

Art. 159. A atividade de fiscalização parlamentar, junto à administração pública, será realizada, de acordo com o art. 50 da Constituição Federal, mediante:
I – pedido de informação;
II – convocação de Secretário Municipal ou de autoridade equivalente;
III – Comissão Parlamentar de Inquérito.
Parágrafo único. O funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito está previsto no art. 69 deste Regimento Interno.

CAPÍTULO I
DO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO PARLAMENTAR

Art. 160. Qualquer Vereador poderá encaminhar, por intermédio da Mesa, requerimento de informação sobre fato determinado relacionado à atuação da administração pública municipal, cuja fiscalização seja de interesse ao Poder Legislativo, no exercício de suas atribuições constitucionais.
§ 1º Recebido o requerimento de informação, será publicado, divulgado, inclusive por meios eletrônicos e comunicado no Expediente da Sessão Plenária subsequente e encaminhado, após deliberação do Plenário, ao Prefeito.
§ 2º Encaminhado o pedido de informação, se este não for atendido no prazo de trinta dias, o Presidente da Câmara, sem prejuízo da apuração de responsabilidade do Prefeito, por omissão, quando solicitado pelo Autor, reiterá-lo-á.
§ 3º Não cabem em requerimento de informação providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige.
§ 4º A Mesa tem a faculdade de não receber requerimento de informação formulado de modo inconveniente, genérico ou que contrarie o disposto neste artigo, cabendo recurso ao Plenário.
§ 5º O pedido de informação será por escrito e deverá ser protocolado na Secretaria da Câmara Municipal.

CAPÍTULO II
DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL OU AUTORIDADE VINCULADA AO PREFEITO

Art. 161. O Secretário Municipal ou autoridade vinculada ao Prefeito poderá ser convocado pela Câmara Municipal, para prestar informações sobre assunto administrativo de sua responsabilidade, em Comissão ou em Sessão Especial ou Ordinária.
§ 1º A convocação será encaminhada ao Prefeito, pelo Presidente, mediante ofício.
§ 2º A convocação deverá ser atendida no prazo de dez dias, cabendo ao Presidente da Câmara definir, com o Prefeito, a data do comparecimento da autoridade convocada.
§ 3º O convocado terá o prazo de trinta minutos para fazer sua exposição, atendo-se exclusivamente ao assunto da convocação, sem aparte ou interrupção.
§ 4º Concluída a exposição, terá início a interpelação pelos Vereadores, observada a ordem dos itens formulados, e para cada item a ordem de inscrição do Vereador, assegurada a preferência ao Vereador autor do item em debate.
§ 5º O Vereador terá três minutos para formular perguntas sobre o temário, excluído o tempo das respostas que poderão ser dadas uma a uma ou, no final, a todas.
§ 6º As perguntas deverão ser objetivas e sucintas, sendo vedado qualquer comentário posterior, na mesma Sessão Plenária.
§ 7º A reunião ou Sessão de exposição poderá ser gravada e divulgada em meios eletrônicos.

Art. 162. O Prefeito, Secretário Municipal ou Diretor de Autarquia ou de Órgão equivalente poderão comparecer espontaneamente à Câmara ou à Comissão para prestarem esclarecimentos, após entendimentos com o Presidente, que marcará dia e hora para recebê-lo, aplicando-se, no que couber, as normas do art. 161.

TÍTULO VII
DA INDICAÇÃO E DO PEDIDO DE PROVIDÊNCIA

Art. 163. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público ao Poder Executivo Municipal, relacionadas a políticas públicas, programas de governo ou proposição de matérias legislativas que sejam privativas do Prefeito.
§ 1º A Indicação será publicada, divulgada, inclusive por meios eletrônicos, e comunicada, aos demais Vereadores, no Expediente da Sessão Plenária subsequente sem passar por votação, com consequente envio, pelo Presidente, ao Prefeito.
§ 2º O autor da Indicação, quando se tratar de matéria de grande impacto social, poderá requerer, antes de seu envio ao Prefeito, que a Comissão Permanente responsável pela análise de seu conteúdo realize audiência pública para debater sua proposta com a comunidade.

Art. 164. Pedido de Providência é o requerimento proposto por Vereador para reparos urbanos, consertos de equipamentos públicos ou melhorias sociais na cidade e no interior do Município.
§ 1º O Pedido de Providência poderá ser dirigido ao Prefeito ou a outros órgãos estaduais, federais ou concessionárias de serviço público com atuação no Município.
§ 2º Recebido e protocolado o Pedido de Providência, o mesmo será publicado, divulgado, inclusive por meios eletrônicos, e comunicado, aos demais Vereadores, no Expediente da Sessão Plenária subsequente, com consequente envio, pelo Presidente, ao seu destino.

TÍTULO VIII
DO BLOCO PARLAMENTAR

Art. 165. As representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Bloco Parlamentar, sob Liderança comum.
§ 1º O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Câmara.
§ 2º As Lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.
§ 3º O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentados à Mesa para registro e publicação.
§ 4º A agremiação que integrava Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que dele se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro Bloco na mesma Sessão Legislativa.
§ 5º A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.
§ 6º Para efeito do que dispõe este artigo, a formação do Bloco Parlamentar deverá ser comunicada à Mesa até o dia 20 de janeiro de cada Sessão Legislativa.

TÍTULO IX
DA FRENTE PARLAMENTAR

Art. 166. Considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros da Câmara Municipal, com o fim de:
I - promover o aprimoramento da legislação municipal;

II – realizar ações de mediação visando a obtenção de resultados de interesse público para o Município e para a sociedade, com ações integradas a outros parlamentos;
III – realizar ações de defesa de direitos humanos e sociais, com ações integradas a outros parlamentos.
§ 1º O requerimento de registro de Frente Parlamentar será instruído com a ata de fundação e constituição da Frente Parlamentar, juntamente com o seu estatuto.
§ 2º O requerimento de registro deverá indicar o nome com o qual funcionará a Frente Parlamentar e um representante, que será responsável, perante a Câmara Municipal, por todas as informações que prestar à Mesa.
§ 3º A Frente Parlamentar após seu devido registro, poderá requerer a utilização de espaço físico da Câmara Municipal para a realização de reunião, o que poderá ser deferido, a critério da Mesa, desde que não interfira no andamento dos trabalhos da Casa, não implique contratação de pessoal ou custos financeiros.
§ 4º As atividades da Frente Parlamentar devidamente registrada serão amplamente divulgadas, inclusive por meios eletrônicos.

TÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 167. A Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com sua consequente atualização, será aplicada subsidiariamente a este Regimento Interno, quanto à elaboração, alteração, redação e consolidação das leis municipais.

Art. 168. Salvo disposição regimental em contrário, os prazos assinalados em dias serão contados como dias corridos.
§ 1º Exclui-se do cômputo o dia inicial e inclui-se o do dia final.
§ 2º Os prazos, salvo disposição em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de Recesso da Câmara Municipal.

Art. 169. O Código de Ética Parlamentar, de que trata o § 2º do art. 19 deste Regimento Interno, será elaborado e promulgado em resolução própria, no prazo de cento e oitenta dias, contado da vigência deste Regimento Interno.

Art. 170. A Secretaria da Câmara Municipal reproduzirá periodicamente este Regimento Interno, enviando cópias à Biblioteca Pública Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às entidades interessadas.
Parágrafo único. Além do que dispõe o *caput* deste artigo, a Câmara manterá em seu *site* versão eletrônica do Regimento Interno.

Art. 171. Os casos não previstos neste Regimento serão encaminhados pela Mesa Diretora para deliberação do Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais, que deverão ser registrados em livro próprio.
§ 1º Os precedentes regimentais servirão de jurisprudência administrativa para casos futuros com iguais características.
§ 2º O processo de revisão deste Regimento Interno considerará os precedentes regimentais utilizados, nos termos deste artigo, para a supressão de omissões.

Art. 172. Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.
Art. 173. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir da data de sua publicação.

Art.174. Revoga a Resolução nº 1, de 14 de março 2005

Câmara Municipal de Tijucas do Sul, em 25 de setembro de 2025

MESA DIRETORA

JULIANO DOS SANTOS ADILSON LUIS DE OLIVEIRA
Presidente Vice-Presidente

SANDRA DE FATIMA ANDRADE PEDRO LUIZ DA ROCHA
1° Secretária 2º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025.

MENSAGEM

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Encaminhamos para apreciação deste Egrégio Plenário o Projeto de Resolução nº 09, de 25 de setembro de 2025, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, Paraná.
O Regimento Interno constitui o principal instrumento normativo de organização e funcionamento do Poder Legislativo Municipal, disciplinando a estrutura administrativa, o processo legislativo, as atribuições da Mesa Diretora, das Comissões Permanentes e Temporárias, bem como os direitos e deveres dos vereadores.
A presente proposta visa atualizar e consolidar o texto regimental, adequando-o às diretrizes da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, bem como a boas práticas de gestão legislativa, garantindo maior eficiência, transparência e segurança jurídica aos atos da Câmara Municipal.
A modernização do Regimento Interno é necessária para contemplar a evolução dos mecanismos de participação popular, incorporar novas tecnologias no processo legislativo, padronizar procedimentos de tramitação de proposições e assegurar maior clareza e objetividade nas normas de deliberação.
Dessa forma, o projeto representa um avanço institucional relevante, proporcionando condições para que o Legislativo Municipal exerça suas funções constitucionais de legislar, fiscalizar e representar a sociedade com maior qualidade e efetividade.
Diante da relevância da matéria, solicito o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Resolução.

Sala de Sessões, 25 de setembro de 2025.

Mesa Diretora

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

ADILSON LUIS DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

SANDRA DE FATIMA ANDRADE
1° Secretária

PEDRO LUIZ DA ROCHA
2º Secretário

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:B978C826

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5925, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Nomeia LUAN HENRIQUE DE SOUZA SILVA para o cargo em comissão de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei Municipal nº 973, de 02 de setembro de 2024,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado **LUAN HENRIQUE DE SOUZA SILVA**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 9.567.692-8/SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, símbolo ACI, desenvolvendo as funções descritas na Lei Municipal nº 973/2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, **em especial o Decreto Municipal nº 5543/2025**.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **17 de novembro de 2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:3D5D402B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 492, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Designa Gestor e Fiscal para o Convênio do Programa de Esterilização Permanente de Cães e Gatos – CASTRAPET/PR (Quinto Ciclo).

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,
RESOLVE
Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal **Giana Bassi Silva Mezzomo**, ocupante do cargo de Médico Veterinário, portadora do RG n°. 505.599.222-5 e CPF n° 723.673.850-68, como gestora do Convênio do Programa de Esterilização Permanente de Cães e Gatos – CASTRAPET/PR (Quinto Ciclo).
Art. 2° Designar a Servidora Pública Municipal **Samara Gislaine pereira**, ocupante do cargo de Coordenador II, portadora do RG n°10.773.501-1 e CPF n° 080.655.739-75, como fiscal do Convênio do Programa de Esterilização Permanente de Cães e Gatos – CASTRAPET/PR (Quinto Ciclo).
Art. 3° Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário, **em especial a Portaria Municipal nº 195/2025**.
Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:121D8749

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 494, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Encerra Processo de Sindicância e Inquérito Administrativo n° 32/2025.

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os fatos apurados no Processo de Sindicância e Inquérito Administrativo n° 32/2025,

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da Comissão Permanente de Processo de Sindicância e Inquérito Administrativo,

R E S O L V E:

Art. 1° Encerrar o Processo de Sindicância e Inquérito Administrativo n° 32/2025, instaurado para investigação dos fatos narrados no Memorando nº 116/2023 – Procuradoria Jurídica com o devido encaminhamento do Relatório Final ao Prefeito Municipal para providências.

Art. 2º Acolher o relatório final apresentado pela comissão e determinar o **ARQUIVAMENTO** do processo com base nos art.º 134 e 135 da Lei municipal 50/2005.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andréa Zeglin
Código Identificador:973C7D3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2025 - FEMUSPOP

ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
Nr.:55/2025- PR
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2025
A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere ao Decreto nº. 5831 de 27 de agosto de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 05/12/2025 às 09:00 horas, na plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações", o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 55/2025-PR na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - DO TIPO MENOR PREÇO. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico:http://tijucasdosul.pr.gov.br
Objeto da Licitação:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA 33° EDIÇÃO DO FESTIVAL DE MÚSICA SERTANEJA E POPULAR - FEMUSPOP, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 12, 13 E 14 DE DEZEMBRO DE 2025 NO GINÁSIO DE ESPORTES VALÊNCIO SIMÕES, CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.
Tijucas do Sul, 18 de novembro de 2025.

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Maria Vitoria Laska
Código Identificador:C3FBC01E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 83/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 83/2025

O (a) Prefeito, JOSÉ ALTAIR MOREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:
HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Modalidade/ N°: **INEXIGIBILIDADE Nº 83/2025**
Data de Homologação: **02/10/2025**
OBJETO: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, REALIZADO PELO FNDE PARA AQUISIÇÃO DE SEIS ONIBUS RURAL ESCOLAR, PELA ATA Nº 08/2023 DO FNDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**
Fornecedores e itens declarados vencedores:
Fornecedor: IVG BRASIL LTDA CNPJ: 36.519.422/0001-15

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT	PREÇO UNITARIO R$
1	ONIBUS RURAL ESCOLAR (ORE3) – TRANSMISSÃO Mecânica	UNID	06	R$497.152,49

Total do Fornecedor: R$ 2.982.914,94 (dois milhões novecentos e oitenta e dois mil novecentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos)
Data 02/10/2025

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal
Municipio de Tijucas do Sul/PR

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:0829337A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 92/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 92/2025
O (a) Prefeito, JOSÉ ALTAIR MOREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:
HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Modalidade/ N°: **INEXIGIBILIDADE Nº 92/2025**
Data de Homologação: **18/11/2025**
OBJETO: **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, REALIZADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMINHOS DO TIBAGI PARA AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR NOVO, COM ADESÃO NA ATA 007/2025, NOS TERMOS DO PREGÃO Nº 02/2025, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.**
Fornecedores e itens declarados vencedores:
Fornecedor: LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA CNPJ: 11.260.925/0003-50

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT	PREÇO TOTAL R$
1	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, REALIZADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMINHOS DO TIBAGI PARA AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR NOVO, COM ADESÃO NA ATA 007/2025, NOS TERMOS DO PREGÃO Nº 02/2025, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.	UNID.	01	R$ 470.000,00

Total do Fornecedor: R$ 470.000,00 (Quatrocentos e setenta mil reais)
Data 18/11/2025

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal
Municipio de Tijucas do Sul/PR

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:7D836207

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº 418/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA MUNICIPAL DE TOMAZINA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 105/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOMAZINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Decreto nº 105/2025,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 105/2025, que regulamenta a Ouvidoria Municipal como canal oficial de comunicação entre o cidadão e a Administração Pública;
CONSIDERANDO a necessidade de designar formalmente o servidor responsável pela coordenação e execução das atividades da Ouvidoria Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **LUIZ CARLOS DOS SANTOS**, atual Controlador Interno do Município de Tomazina, para exercer a função de **Responsável pela Ouvidoria Pública Municipal**, nos termos do Decreto nº 105/2025.
Art. 2º Compete ao servidor designado:
I – Coordenar o recebimento, registro, triagem e encaminhamento das manifestações dos usuários dos serviços públicos;
II – Assegurar o cumprimento dos prazos e etapas do fluxo de atendimento previsto no Decreto nº 105/2025;
III – Promover a transparência e o controle social, conforme previsto na Lei Federal nº 13.460/2017;
IV – Elaborar relatórios estatísticos periódicos sobre as manifestações recebidas;
V – Atuar como interlocutor entre o cidadão e as unidades administrativas competentes.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
18 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:3E307779

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2025

Objeto: Registro de preço de serviços especializados de engenharia para a execução de ensaios tecnológicos, dos seguintes itens: Ensaios de CBR (Índice de Suporte Califórnia); Levantamento Planialtimétrico Completo; Ensaio de Viga Benkelman; Ensaios de Sondagem SPT e Ensaios Laboratoriais de Controle de Qualidade de Pavimentação Asfáltica, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação. O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório, realizado em sessão de 17/11/2025, relativo à Licitação – Modalidade Pregão Eletrônico nº 36/2025, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor dos licitantes, as empresas:

SIBERT CONSULTORIA FLORESTAL E AGRIMENSURA LTDA, lote:1 – valor total de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais).

Valor total do processo valor total de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais).

Vigência: 18/11/2026.

Junte-se ao procedimento;
Publique-se;
Tomazina, 18 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2025
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2025

Objeto: Registro de preço de serviços especializados de engenharia para a execução de ensaios tecnológicos, dos seguintes itens: Ensaios de CBR (Índice de Suporte Califórnia); Levantamento Planialtimétrico Completo; Ensaio de Viga Benkelman; Ensaios de Sondagem SPT e Ensaios Laboratoriais de Controle de Qualidade de Pavimentação Asfáltica, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
Contratado: SIBERT CONSULTORIA FLORESTAL E AGRIMENSURA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.177.147/0001-92
Valor: R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais).
Vigência: 18/11/2026

Tomazina, 18 de novembro de 2025.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:7B53E689

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 15/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2025

Objeto: Aquisição de materiais esportivos para a Prefeitura Municipal de Tomazina/PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao DISPENSA ELETRÔNICA n° 15/2025, no portal: (www.bll.org.br).
Valor Total de Referência: 12.682,10 (doze mil seiscentos e oitenta e dois reais e dez centavos).
Abertura da Licitação: 08:30 horas do dia **26/11/2025**.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, no PNCP no site https://pncp.gov.br/ e no portal: www.bll.org.br. Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo WhatsApp (43) 99615-7043 e pelo e-mail: licitacaotmz@outlook.com.

Tomazina, 18 de novembro de 2025.

ANDRÉ CIPRIANO DA SILVA DE CAMPOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:6EE40993

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6782/2025

DECRETO Nº 6782/2025
Data 14.11.2025

Súmula. Exonera a pedido, servidora efetiva Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o requerimento da servidora,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a servidora efetiva, Senhora **Derli Gonçalves da Silva Theisen**, ocupante do cargo de Professora, sob a matrícula funcional nº 388-3/1, aprovada através do Concurso Público n° 001/2012 e nomeada pelo Decreto nº 1091/2012.

Parágrafo único. Fica declarada a vacância do cargo de Professor.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 14 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:D463AB4E

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6784/2025

DATA 17/11/2025

Súmula. Abre um crédito suplementar no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NAS LEIS Nº 2784/2024 DE 18/12/2024, 2785/2024 DE 26/12/2024, E 2786/2024 DE 26/12/2024.
D E C R E T A
Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento	
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.006000	Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
3.3.90.30 (52) (000)	Material de consumo	30.000,00

08	Secretaria Munic. de Esportes	
08.01	Departamento de Esportes	
278120014.2.004000	Manutenção do Desporto Amador	
3.3.90.31 (397) (000)	Premiações culturais, artísticas, cient., desport. e outras	3.500,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.011000	Manutenção Progr. de Atenç. Bás./Primária em Saúde Rec. Gov. Estadual	
3.3.90.39 (315) (495)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	50.000,00

Total.....R$ 83.500,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será à anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02	Poder Executivo Municipal	
02.01	Gabinete do Prefeito	
041220002.2.002000	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.13 (16) (000)	Contribuições patronais	4.000,00
3.3.90.35 (20) (000)	Serviços de consultoria	1.500,00
3.3.90.36 (21) (000)	Outros serviços de terceiros – pessoa física	2.000,00
02	Poder Executivo Municipal	
02.02	Gabinete do Vice-Prefeito	
041220002.2.003000	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	
3.3.90.30 (27) (000)	Material de consumo	3.500,00
3.3.90.36 (29) (000)	Outros serviços de terceiros – pessoa física	500,00
3.3.90.39 (30) (000)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	500,00

02	Poder Executivo Municipal	
02.03	Dpto de Assessoria e Controlad. Interna	
041220002.2.005000	Manutenção do Dpto de Assessoria e Controlad. Interna	
3.3.90.30 (36) (000)	Material de consumo	3.500,00
3.3.90.34 (38) (000)	Outras despesas de pessoal dec. de cont. de terceirização	500,00
3.3.90.35 (39) (000)	Serviços de consultoria	1.000,00
3.3.90.39 (40) (000)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.000,00

03	Secret. Munic. da Adm. e Planejamento	
03.01	Dpto Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
041220003.2.006000	Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras	
3.3.90.34 (59) (000)	Outras despesas de pessoal dec. de cont. de terceirização	1.000,00
3.3.90.35 (60) (000)	Serviços de consultoria	1.000,00

04	Secretaria Munic. da Fazenda	
04.01	Dpto de Faz. Tesouraria e Contabilidade	
288460000.0.002000	Amortização e Encargos das Dívidas	
3.3.90.14 (79) (000)	Diárias – pessoal civil	4.000,00
3.3.90.33 (81) (000)	Passagens e despesas com locomoção	2.000,00
3.3.90.34 (82) (000)	Outras despesas de pessoal dec. de cont. de terceirização	500,00
3.3.90.40 (85) (000)	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	500,00
4.4.90.52 (87) (000)	Equipamentos e material permanente	1.000,00

05	Sec. Mun de Obras, Viação e Serv. Urbanos	
05.01	Departamento de Serviços Rodoviário	
267820006.1.001000	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	
4.4.90.52 (106) (000)	Equipamentos e material permanente	5.500,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.011000	Manutenção Progr. de Atenç. Bás./Primária em Saúde Rec. Gov. Estadual	
3.3.90.30 (313) (495)	Material de consumo	50.000,00

Total.....R$ 83.500,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA), Lei nº 2165/21; Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei nº 2784/2024, e Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei n° 2786/2024.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 17 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:AD6CD2D3

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6785/2025

Data 18/11/2025

Súmula: Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3010/2025 DE 18/11/2025.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 154.194,04 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e noventa e quatro reais e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

05	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	
05.03	Departamento de Obras	
154510007.1.003000	Execução de obras de infraestrutura urbana	
4.4.90.51 (3101) (2507)	Obras e Instalações	154.194,04

Total.....R$ 154.194,04

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

05	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	
05.02	Depto de Serviços Urbanos	
154520007.2.015000	Manutenção do Depto de Serviços Urbanos e Obras	
3.3.90.30 (3098) (2507)	Material de Consumo	154.194,04

Total.....R$ 154.194,04

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n°2165/21: Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2784/2024 de 18/12/2024, 2785/2024 de 26/12/2024, e Lei Orçamentária Anual 2786/2024.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:51F40D2B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6786/2025

Data 18/11/2025

Súmula: Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3011/2025 DE 18/11/2025.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Sec. Mun de Obras, Viação e Serv. Urbanos	
05.03	Departamento de Obras	
154510007.1.003000	Execução de obras de infraestrutura urbana	
4.4.90.51 (3967) (501)	Obras e instalações	74.000,00

Total.....R$ 74.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
501	Receita de alienação de ativos	74.000,00

Total.....R$ 74.000,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n°2165/21: Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2784/2024 de 18/12/2024, 2785/2024 de 26/12/2024, e Lei Orçamentária Anual 2786/2024.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:86C69773

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº6787/2025

DECRETO Nº6787/2025
Data 18.11.2025

Súmula. Concede Licença Maternidade a Servidora Efetiva Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido no art. 61, da Lei Municipal 2626/2024,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento vinte) dias, a servidora conforme abaixo descrita:

Matriculas	Nome	Cargo	Período da Licença
971-7/1 e 619-0/1	Camila Cassia Scopel Chetco	Professora	13/11/2025 a 12/03/2026

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 13 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:13E06F99

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 114/2024

DESCRIÇÃO DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

FUNDAMENTO LEGAL
Artigo 75, Inciso XV da Lei N° 14.133/2021

CONTRATADA
INSTITUTO UNICAMPO DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO, CIENTÍFICO E SOCIAL - CNPJ N° 23.805.015/00001-22

PREÇO
O valor da contratação totaliza R$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência será de 12 (doze) meses.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:1ED50117

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS N° 283/2025

OBJETO: CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO DE NATAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DA DECORAÇÃO NATALINA, POR LOTES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E ESTRUTURA NECESSÁRIOS, PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.
PARTES: Município de Três Barras do Paraná e ROCCO BARROCO COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME
FUNDAMENTO: Lei Federal N° 14.133/21 e Pregão Eletrônico N° 57/2025
VALOR: R$ 41.725,00 (quarenta e um mil setecentos e vinte e cinco reais)
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 180 (Cento e oitenta) dias.
DATA DE ASSINATURA: 17 de novembro de 2025

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:36B9A3F6

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 118/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 114/2025

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 02/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – CNPJ N° 78.121.936/0001-68

CONTRATADA: INSTITUTO UNICAMPO DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO, CIENTÍFICO E SOCIAL - CNPJ N° 23.805.015/0001-22

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

VALOR TOTAL: R$ 32.200,00 (TRINTA E DOIS MIL E DUZENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

DATA DA ASSINATURA: 18 DE NOVEMBRO DE 2025

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 75, INCISO XV DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:8BC87D38

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 284/2025

OBJETO: CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO DE NATAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DA DECORAÇÃO NATALINA, POR LOTES, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E ESTRUTURA NECESSÁRIOS, PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.
PARTES: Município de Três Barras do Paraná e R. MATOS LTDA
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021, demais alterações e Pregão Eletrônico nº 57/2025
VALOR: R$ 27.986,00 (vinte e sete mil novecentos e oitenta e seis reais)
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 180 (Cento e oitenta) dias.
DATA DE ASSINATURA: 17 de novembro de 2025.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:36B1BA43

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3007/2025

Data 18/11/2025

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a rescindir o Termo de Permissão de Uso, celebrado com a empresa Tiago Alexandre Fonseca de Almeida Winter, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Três Barras do Paraná, autorizado a rescindir o Termo de Permissão de Uso, celebrado com a empresa **Tiago Alexandre Fonseca de Almeida Winter 08956036918**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.239.850/0001-97, com sede no Distrito de Barra Bonita, município de Três Barras do Paraná, conforme Lei n° 2581/2023, que cedeu:
I – as benfeitorias, em especial a Edificação de uma lanchonete pertencente ao Município, localizada na comunidade de Barra Bonita, nos lotes nºs 228 e 229, Gleba nº 05, Imóvel Andrada;
II – 01 (um) trator agrícola de pneus, marca/modelo Valmet 685, 4x2, ano 1999, cor azul, série 06852X50554, patrimônio 7871;

III – 01 (uma) Carreta Agrícola marca IAC, 02 eixos, hidráulica, basculante, carroceria de madeira, cor vermelha, série 134083, patrimônio 7872.
Art. 2º A rescisão é amigável entre as partes, as quais dão total quitação das obrigações assumidas.
Art. 3º A rescisão é feita sem pagamento de valor algum de ambas as partes.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Três Barras do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:564801C7

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3008/2025

Data 18/11/2025

Atualiza o Valor de Referência – VR do Município de Três Barras do Paraná, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período de outubro de 2024 a setembro de 2025, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica atualizado o Valor de Referência – VR do Município de Três Barras do Paraná, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período de outubro de 2024 a setembro de 2025, num percentual de **5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento).**
Parágrafo único. O Valor de Referência – VR passará a ser de R$ 457,62 (quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos).
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:1F17BF41

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3009/2025

Data 18/11/2025

Altera os valores definidos na Lei nº 153/09 e suas alterações, para fins de cobrança do Imposto Sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direito Real sobre Imóveis, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Ficam alterados os valores em reais, definidos na Lei nº 153/09, para fins de cobrança do Imposto Sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direito Real sobre Imóveis, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período de outubro de 2024 a setembro de 2025, num percentual de 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento), assim constituído:

1º – Valor venal das edificações por m2 (metro quadrado)

Especificação	Valor em R$ por m2
Casa em Alvenaria	539,05
Casa Mista	429,68
Casa em Madeira	328,10
Construção Popular	210,91
Apartamento em alvenaria	640,64
Estabelecimento comercial	429,68
Galpão	182,79
Telheiro	109,34

2º – Valor venal dos lotes urbanos por m2 (metro quadrado)

Especificação	Valor em R$ por m2
No setor 01	251,54
No setor 02	192,15
No setor 03	148,41
No setor 04	118,71
No setor 05	103,09
No setor 06	89,03
No setor 07	73,38
No setor 08	59,32

3º – Valor venal das terras rurais por alqueire paulista

Especificação	Valor em R$ por alqueire
Terra mecanizada nobre	78.130,44
Terra mecanizada semi-nobre	54.691,15
Terra de pastagem	31.252,15
Terra em mata	23.439,10
Terra acidentada	15.626,13

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:785C79B4

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3010/2025

Data 18/11/2025

Súmula: Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 154.194,04 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e noventa e quatro reais e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

05	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	
05.03	Departamento de Obras	
154510007.1.003000	Execução de obras de infraestrutura urbana	
4.4.90.51 (3101) (2507)	Obras e Instalações	154.194,04

Total.....R$ 154.194,04
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

05	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	
05.02	Depto de Serviços Urbanos	
154520007.2.015000	Manutenção do Depto de Serviços Urbanos e Obras	
3.3.90.30 (3098) (2507)	Material de Consumo	154.194,04

Total.....R$ 154.194,04
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n°2165/21: Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2784/2024 de 18/12/2024, 2785/2024 de 26/12/2024, e Lei Orçamentária Anual 2786/2024.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:FCE9237F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3011/2025

Data 18/11/2025

Súmula: Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Sec. Mun de Obras, Viação e Serv. Urbanos	
05.03	Departamento de Obras	
154510007.1.003000	Execução de obras de infraestrutura urbana	
4.4.90.51 (3967) (501)	Obras e instalações	74.000,00

Total.....R$ 74.000,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
501	Receita de alienação de ativos	74.000,00

Total.....R$ 74.000,00
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n°2165/21: Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2784/2024 de 18/12/2024, 2785/2024 de 26/12/2024, e Lei Orçamentária Anual 2786/2024.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:F585ACE5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA Nº1233/2025

PORTARIA Nº1233/2025
Data 18.11.2025

Súmula. Concede adicional de insalubridade aos servidores em estágio probatório municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o art. 47 da Lei Municipal nº 2626/2024 e o Decreto nº 6271/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido adicional de insalubridade aos servidores em estágio probatório, conforme abaixo relacionados, já na lotação em que se encontram:

Secretaria Municipal de Saúde – Centro de Saúde

Mat.	Nome	Cargo	Percentual	Data inicio
1800-7/1	Fabia Kestring	Enfermeira	Grau Médio 11%	10/11/2025
1802-3/1	Silvano Pizzolitto de Azevedo	Assistente Administrativo	Grau Médio 11%	11/11/2025

Art. 2º. Fica concedido adicional de insalubridade, com base em Estudo de Caso realizado no quadro de servidores deste Município, definido no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT/2022 e de acordo com a Lei Municipal 2433/2023, de 07/02/2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:E3E5BCFA

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 1232/2025

Data 17/11/2025

Súmula. Nomeia representante do Município, para a 11ª Assembleia Geral Ordinária das Microrregiões de Água e Esgoto Sanitário do Paraná, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1º. Fica nomeada a servidora senhora **Marlete Dal Magro**, ocupante do cargo efetivo de Engenheira Agrônoma, matricula nº 1268-8/1 como representante do Município, para a 11ª Assembleia Geral Ordinária das Microrregiões de Água e Esgoto Sanitário do Paraná.
Parágrafo único. A servidora nomeada acima poderá, em nome do Município, participar das deliberações da assembleia.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 17 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:A3D3B68D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2025
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 02/2025

O Município de Três Barras do Paraná, inscrito no CNPJ nº 68.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Gerso Francisco Gusso, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do artigo 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação mediante Dispensa por Justificativa, embasado no Artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, concorda com o Parecer Jurídico e Parecer favorável da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio de DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 02/2025, embasado no Artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO

PARANÁ, com o valor total de R$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais).

Três Barras do Paraná/PR, 18 de novembro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:FEF78035

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO
3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 07-2022

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07-2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2022

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 07-2022, CELEBRADO ENTRE O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO E A EMPRESA EQUIPLANO SISTEMAS LTDA.

O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 04.942.517/0001-50, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Diretor Presidente, DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA, portador do CPF n.º 030.109.089-03, residente e domiciliado neste Município e a empresa EQUIPLANO SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.030.717/0001-78, sita na Rua Santo Campagnolo,1200, Vila Industrial, 85905-030, Toledo-PR, representado neste ato pelo Sr. JOÃO LUIZ DE MACEDO JUNIOR, portador do CPF nº 857.230.619-68, domiciliado na Rua Santo Campagnolo, 1200, Vila Industrial, 85905-030, Toledo-PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR
2.1. Fica aditivado no de valor de R$ 27.626,82 (vinte e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos) ao contrato original, em conformidade com a Administração, parecer orçamentário, parecer jurídico e autorização do Diretor Presidente.
CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGENCIA
3.1. Considerando o disposto na clausula terceira do instrumento contratual originário, bem como pelo art. 57, §1º inciso II e § 4º da lei Federal 8.666/93, fica prorrogado o período de vigência do Contrato Administrativo 07/2022 por mais 12 (doze meses, de forma que a data para o seu termo final passa a ser 17/11/2026.
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
Foro: Guarapuava (PR) – Assinam, de um lado, o Diretor Presidente e, de outro, o representante da empresa contratada.

Turvo-PR, 10 de novembro de 2025.

Publicado por:
Diogo Augusto de Oliveira
Código Identificador:CB097FC4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 177/2025

Altera o Decreto Municipal N° 100/2022 que estabelece regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, nas áreas de que trata a Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Turvo/PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Altera as seções bem como os artigos 10 a 21, acrescentando também o artigo 16 A no Decreto Municipal N° 100/2022 que passa vigorar com a seguinte redação:
Seção IV
Dos Gestores e Fiscais de Contratos
Art. 10. Os gestores e fiscais de contratos, ou seus substitutos formais, são representantes da Administração designados por quem as normas internas determinarem, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização, comunicação e controle da execução contratual.
§1º A designação deverá observar a capacidade técnica e operacional do servidor, bem como a compatibilidade com sua carga de trabalho.
§2º A designação será registrada obrigatoriamente no sistema eletrônico oficial (1DOC).
§3º O gestor e o fiscal terão ciência expressa de suas atribuições mediante assinatura do instrumento contratual ou confirmação eletrônica no sistema.
Seção V
Da Atuação e Responsabilidades
Art. 11. O gestor e os fiscais atuarão conforme as competências previstas neste Decreto, devendo cumprir as diretrizes administrativas estabelecidas pelo Município, especialmente:
I – acompanhar e registrar a execução contratual, utilizando relatórios de fiscalização, diário de obra, histórico de ocorrências, ordens de serviço e demais instrumentos oficiais;
II – manter comunicação contínua e formal com a contratada, inclusive por meio de notificações, e-mail institucional ou sistema eletrônico;
III – adotar providências imediatas para prevenir, corrigir ou comunicar desvios, falhas, descumprimentos e irregularidades;
IV – garantir que todos os registros, atestes, verificações e manifestações sejam devidamente inseridos no processo administrativo;
V – assegurar que eventuais solicitações da contratada sejam encaminhadas tempestivamente para decisão da autoridade competente.
Seção VI
Da Segregação de Funções
Art. 12. É vedada a designação do mesmo agente público para funções suscetíveis a riscos que comprometam a segregação de funções, especialmente quando puder ocorrer conflito de interesses ou risco de ocultação de falhas.
Art. 13. Na designação de gestores, fiscais ou terceiros auxiliares deverão ser observados os impedimentos previstos no art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
Seção VII
Das Atividades de Gestão e Fiscalização
Art. 14. Compete ao gestor do contrato coordenar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, acompanhar o cronograma contratual e adotar providências necessárias para garantir que o objeto seja executado conforme pactuado.
§1º A fiscalização técnica e a administrativa deverão atuar de forma integrada, cabendo:
I – à fiscalização técnica: acompanhar a execução do objeto, aferir conformidades, prazos, quantidades e qualidade;
II – à fiscalização administrativa: verificar aspectos documentais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e exigências acessórios ao contrato;
III – ao gestor: consolidar as informações, realizar análises, emitir pareceres e adotar as medidas de comunicação e encaminhamento.
§2º Compete ao gestor e aos fiscais conhecer este Decreto, demais normas complementares, o edital, o contrato e suas alterações.
Subseção I
Do Gestor do Contrato
Art. 15. Compete ao gestor, especialmente:
I – coordenar e consolidar os registros da fiscalização;
II – decidir sobre solicitações administrativas referentes à execução contratual;
III – manter atualizado o histórico de gerenciamento do contrato;

IV – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
V – instruir processos de prorrogação, reajuste, reequilíbrio, alteração e rescisão;
VI – encaminhar à autoridade competente situações que ultrapassem sua competência;
VII – comunicar o término contratual com antecedência mínima adequada;
VIII – observar e fazer cumprir os critérios do edital e do contrato ou ata de registro de preço que culminou no vínculo com a empresa contratada.

Subseção II
Do Fiscal Técnico

Art. 16. Compete ao fiscal técnico:
I – acompanhar diretamente a execução física do objeto;
II – registrar todas as ocorrências no Histórico de Gerenciamento do Contrato;
III – emitir notificações para correções e ajustes, indicando prazos;
IV – informar ao gestor irregularidades, atrasos ou riscos iminentes;
V – conferir medições, atestar documentos e atestar a execução para fins de pagamento;
VI – comunicar sobre o término do contrato quando aplicável;
VII – observar e fazer cumprir os critérios do edital e do contrato ou ata de registro de preço que culminou no vínculo com a empresa contratada.

Subseção III
Do Fiscal Administrativo

Art. 16-A. Compete ao fiscal administrativo, sem prejuízo de outras atribuições previstas em legislação ou regulamentos específicos:
I – acompanhar e verificar o cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais, trabalhistas e acessórias da contratada, conforme exigências do edital, contrato e legislação aplicável;
II – conferir periodicamente a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, analisando certidões, comprovantes, guias de recolhimento e demais documentos obrigatórios;
III – monitorar os prazos de entrega da documentação e comunicar imediatamente o gestor do contrato sobre eventuais inadimplementos, inconsistências ou riscos identificados;
IV – realizar a conferência prévia dos documentos necessários à liquidação da despesa, garantindo que todas as condições contratuais e legais foram atendidas antes da autorização de pagamento;
V – registrar no sistema eletrônico (1DOC) todos os atos de verificação, conferência, documentação analisada e situações de irregularidade constatadas;
VI – apoiar o gestor na análise de conformidade administrativa para prorrogações, reequilíbrios, reajustes, repactuações ou rescisões.

Seção VIII
Do Recebimento Provisório e Definitivo

Art. 17. O recebimento provisório e o definitivo do objeto contratado seguirão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes diretrizes:
I – o **recebimento provisório** será realizado, mediante verificação inicial da entrega ou conclusão do objeto, emitindo o respectivo termo, relatório ou atestado, conforme a natureza do contrato;
II – o **recebimento definitivo** será realizado, mediante análise final da conformidade, funcionalidade, qualidade, regularidade documental e atendimento integral das exigências contratuais;
III – quando a natureza ou complexidade do objeto exigir, o gestor ou fiscal poderão solicitar apoio técnico especializado para auxiliar na verificação das condições de recebimento;
IV – eventuais pendências registradas no recebimento provisório deverão ser sanadas pela contratada antes da emissão do recebimento definitivo, salvo hipóteses legais de execução parcial ou entrega condicionada;
V – os atos de recebimento provisório e definitivo deverão ser formalizados no sistema eletrônico oficial (1DOC), compondo o histórico completo de execução do contrato.

Seção IX
Do Apoio Técnico de Terceiros

Art. 18. A Administração poderá contratar terceiros para prestar apoio técnico, operacional ou especializado à fiscalização, observados os limites legais, ficando estabelecido que:
I – o apoio técnico não substitui nem elimina a responsabilidade funcional do gestor ou dos fiscais do contrato;
II – o terceiro deverá firmar termo de responsabilidade técnica e de confidencialidade, declarando ciência de suas atribuições e limites de atuação;
III – o apoio prestado por terceiros terá caráter subsidiário, servindo de suporte para análises, medições, avaliações técnicas, pareceres ou verificações específicas;
IV – é vedado ao terceiro emitir decisões administrativas, substituir o fiscal ou alterar cláusulas contratuais;
V – as informações produzidas por terceiros deverão ser anexadas ao processo eletrônico e avaliadas criticamente pelo fiscal e pelo gestor do contrato.

Seção X
Do Apoio Jurídico e da Controladoria

Art. 19. Os gestores e fiscais serão apoiados pelos órgãos de assessoramento jurídico da Administração e pela Unidade de Controle Interno, cabendo-lhes:
I – prestar orientação técnica sempre que solicitado, inclusive sobre interpretação contratual, riscos e medidas corretivas;
II – auxiliar na identificação, prevenção e mitigação de riscos que possam comprometer a regularidade contratual;
III – analisar, revisar e validar procedimentos de fiscalização quando envolverem atos complexos, alterações contratuais, reequilíbrios, rescisões ou sanções;
IV – apoiar a atuação dos fiscais, assegurando segurança jurídica às medidas adotadas;
V – emitir manifestações formais quando houver dúvidas ou conflitos de interpretação;
VI – acompanhar situações críticas que possam impactar a economicidade, legalidade ou continuidade da execução contratual.

Seção XI
Dos Limites de Responsabilidade

Art. 20. O gestor e os fiscais exercerão suas atribuições dentro dos limites fixados em lei, no edital, no contrato e neste Decreto, sendo-lhes vedado:
I – alterar, ampliar, reduzir ou flexibilizar obrigações contratuais sem prévia autorização da autoridade competente;
II – assumir obrigações em nome do Município ou da contratada;
III – dispensar exigências legais ou contratuais sem decisão formal da autoridade responsável.

Seção XII
Das Rotinas em Caso de Irregularidades

Art. 21. Constatadas irregularidades, falhas, descumprimentos ou situações de risco na execução contratual, o gestor ou fiscal deverá obrigatoriamente:
I – registrar formalmente a ocorrência no sistema eletrônico (1DOC), descrevendo fatos, evidências e anexando documentos, fotos ou relatórios;
II – notificar a contratada para corrigir a irregularidade no prazo fixado, indicando medidas necessárias e consequências em caso de não atendimento;
III – comunicar imediatamente a autoridade superior e o setor de contratos, especialmente quando a irregularidade representar risco de prejuízo, paralisação, continuidade do serviço ou impacto financeiro;
IV – sugerir a adoção das medidas cabíveis, incluindo glosa de pagamentos, suspensão, multa, rescisão ou instauração de processo sancionatório;
V – acompanhar o cumprimento das determinações e registrar todos os desdobramentos até a solução definitiva da ocorrência.

Art. 2º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo - PR, em 14 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:B5E4BE0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 176/2025

Estabelece critérios formais para limitação do número de contratos atribuídos aos fiscais e gestores, dispõe

sobre a designação prévia no pedido de contratação e determina a assinatura do instrumento contratual pelos responsáveis, no âmbito da Administração Municipal de Turvo/PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO as diretrizes de governança e integridade estabelecidas pelo Programa PROGOV do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO que, embora o Município de Turvo possua um volume significativo de contratações, sua estrutura administrativa é amplamente distribuída entre diversas Secretarias e Departamentos, o que permite a alocação equilibrada das atividades de gestão e fiscalização de contratos, evitando sobrecarga dos servidores designados;
CONSIDERANDO que o sistema eletrônico 1DOC exige a indicação prévia de gestor e fiscal no momento da abertura do processo de contratação, DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece critérios formais e objetivos para a designação e limitação do número de contratos atribuídos a fiscais e gestores, bem como disciplina a obrigatoriedade de indicação prévia no pedido de contratação e a ciência formal mediante assinatura no instrumento contratual.
Art. 2º A gestão e fiscalização de contratos será realizada por servidores designados formalmente, respeitando-se os princípios da eficiência, segregação de funções, responsabilidade, capacidade operacional e prevenção de riscos.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS DE LIMITAÇÃO

Art. 3º Cada fiscal poderá ser designado para fiscalizar um número de contratos compatível com a sua capacidade operacional, observados os seguintes parâmetros orientativos:
I – até 10 contratos de baixa complexidade;
II – até 5 contratos de média complexidade;
III – até 2 contratos de alta complexidade.
§1º A classificação da complexidade será definida pela Secretaria requisitante, com apoio da Unidade de Controle Interno, considerando:
a) natureza do objeto;
b) valor contratado;
c) necessidade de visitas técnicas;
d) frequência de prestação do serviço;
e) riscos identificados na matriz de riscos;
f) grau de especialização técnica exigido.
§2º Os limites poderão ser ajustados para mais ou para menos, mediante justificativa formal e validação da Controladoria Interna.
§3º Nas Secretarias com poucos contratos, é admissível que o mesmo servidor seja responsável por toda a fiscalização da pasta, desde que não haja sobrecarga.

CAPÍTULO III
DA DESIGNAÇÃO PRÉVIA

Art. 4º A indicação do gestor e do fiscal do contrato é obrigatória no momento da abertura do processo de contratação, devendo constar no sistema 1DOC:
I – no pedido inicial da Secretaria requisitante;
II – no Termo de Referência ou Projeto Básico;
III – no Plano de Riscos da contratação, quando houver;
IV – na Matriz de Responsabilidades, quando houver;
V – na ata de registro de preço ou no contrato administrativo.
§1º É vedado dar prosseguimento à fase licitatória sem a indicação prévia do gestor e do fiscal.
§2º O Departamento de Licitações e Contratos deverá conferir a indicação antes de autorizar a continuidade do processo.

CAPÍTULO IV
DA CIÊNCIA FORMAL DO GESTOR E DO FISCAL

Art. 5º O gestor e o fiscal designados deverão assinar o instrumento contratual, juntamente com o Prefeito Municipal e o representante legal da contratada, exclusivamente para fins de registro de ciência.
§1º A assinatura de que trata o caput:
I – constitui termo formal de ciência e responsabilidade funcional;
II – reforça a rastreabilidade da governança contratual;
III –impõe responsabilidade solidária civil, penal ou patrimonial, nos limites de sua ação ou omissão.
§2º Quando utilizado o meio eletrônico, a ciência poderá ocorrer por assinatura digital no sistema 1DOC.
§3º O fiscal e o gestor também deverão assinar eventual termo aditivo, preservando a rastreabilidade desde o início até o encerramento contratual.

CAPÍTULO V
DO ACOMPANHAMENTO PELA CONTROLADORIA

Art. 6º Compete à Unidade de Controle Interno – UCI:
I – verificar a compatibilidade entre carga de trabalho e quantidade de contratos atribuídos;
II – sugerir adequações quando houver risco de sobrecarga;
III – monitorar a correta designação e assinatura dos instrumentos contratuais;
IV – orientar as Secretarias quanto ao cumprimento deste Decreto.

CAPÍTULO VI
REVISÕES E AJUSTES

Art. 7º Os Secretários Municipais poderão solicitar redistribuição de contratos ou redesignação de fiscais sempre que houver alteração do volume de serviços, afastamentos ou reestruturações internas.
Parágrafo único. Sempre que alterado o fiscal ou o gestor, o Departamento de Licitações e Contratos, deverá ser informado para apostilar a nova informação no contrato.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A designação de fiscais e gestores será sempre formalizada dentro do próprio sistema eletrônico 1DOC em prestígio da eficiência administrativa.
Art. 9º Os critérios deste Decreto aplicam-se a todos os órgãos e entidades da Administração direta do Município.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 14 de novembro de 2025.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:64CA91A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 03/2025

Resultado da Análise de Recurso Administrativo – Processo de Escolha de Diretores Escolares

A Comissão Eleitoral Central da Rede Municipal de Ensino de Turvo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura nº 01/2025, torna público o resultado da análise do recurso administrativo interposto no âmbito do Processo de Escolha dos Diretores das Unidades Escolares do Município de Turvo, conforme cláusula 5.2 do Edital 01/2025 do Processo Eleitoral para Escolha dos Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Turvo – PR
Após análise da documentação apresentada dentro do prazo regulamentar, a Comissão Eleitoral Central deliberou pelo DEFERIMENTO da inscrição da candidata Sonia Mara da Aparecida Pereira, vinculada ao CMEI Irmã Ancila. A candidata havia sido inicialmente indeferida por ausência de comprovação da prestação de contas referentes aos anos anteriores em que exerceu a função de direção.
A candidata informou que não conseguiu acessar os documentos bancários necessários devido a falhas técnicas no aplicativo do Banco do Brasil, impedindo a extração dos extratos e comprovantes. Relatou que os próprios atendentes da instituição financeira não conseguiram acesso à plataforma, sendo necessário o suporte direto do Gerente da Agência, o que está comprovado por mensagens anexadas ao recurso.
Após a resolução dos problemas técnicos pela equipe do Banco do Brasil, a candidata apresentou:

• Mensagens de WhatsApp com o Gerente da Agência relatando as dificuldades e procedimentos adotados;
• Extratos bancários referentes ao período solicitado;
• Notas fiscais comprobatórias;
• Declaração de Regularidade emitida pela instituição.

Após avaliação da documentação apresentada, a Comissão Eleitoral Central constatou que:
• A candidata sanou integralmente a pendência apontada;
• A documentação comprova a regular movimentação financeira durante sua gestão.

Contudo, após a solicitação do recurso, foram apresentados os documentos comprobatórios necessários, atendendo integralmente às exigências previstas no Edital nº 01/2025.
Dessa forma, nos termos da cláusula 5.4 do Edital 01/2025, fica homologada a inscrição da candidata acima mencionada, a qual encontra-se apta a prosseguir para as etapas subsequentes do Processo de Escolha de Diretores Escolares, conforme estabelecido no cronograma oficial.

Turvo, 18 de novembro de 2025.

COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL
Portaria Nº 158/2025

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:F7A44D49

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 137/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 137/2025

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista D – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Adir Madureira	3°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:825693DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 166/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 181/2022

Segundo Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 166/2023 – Pregão Eletrônico N° 181/2022 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: FAMADER FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.145.933/0001-89, com sede localizada na Rua Doutor Marcelino Nogueira, Nº 700, no Município de Sao Jose dos Pinhais/PR, CEP 83.005-370, neste ato representada por Eduardo Emich Batista de Almeida, portador da cédula de identidade Nº 7.225.774-0 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 043.866.599-60 - **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos manipulados – **Vigência:** fica prorrogado o período de vigência do Contrato Administrativo nº 166/2023 de forma que a data para o seu termo final passa a ser 17 de maio de 2026 - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, a instituição contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:91E2F498

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 31/2025

Segundo Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 120/2025 – Pregão Eletronico Nº 31/2025 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: LOBO CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 30.563.577/0001-72, com sede localizada na Av Antonio Losso Nº 769, no Município de Guarapuava Pr, CEP 85.060-260, neste ato representada por Adriana Terezinha Portela, portador da cédula de identidade Nº 7.807.224-5 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 034.472.969-92 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE HIGIENE PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS - **Valor global:** R$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais) - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:4EA9D207

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 887/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 15 (quinze) dias de férias para a servidora efetiva **Fernanda da Silva Borges,** Cirurgiã Dentista, lotada na Secretaria de Saúde, no período de 24 de novembro de 2025 a 08 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 17 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:48A08164

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 888/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido o servidor **Joel Pilati Junior**, inscrito no CPF nº 590.898.659-34, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Geral, com carga horaria de 40 horas semanais nesta municipalidade, para prestar serviços no Escritório Regional de Guarapuava do Instituto Água e Terra – IAT, com o ônus da remuneração para o órgão de origem, a partir de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026. Conforme termo de cessão nº 01/2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 17 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:BC9CABCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 889/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas,
CONSIDERANDO, o artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 02/2023– Estatuto dos Servidores, que trata do processo de estabilidade;
CONSIDERANDO a avaliação de desempenho satisfatória da servidora;
CONSIDERANDO o relatório apresentado pela chefia imediata;
CONSIDERANDO o conteúdo do Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município, da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar no estágio probatório e, portanto, tornar ESTÁVEL, a servidora abaixo identificada:

Matrícula	Servidora	Cargo	Posse	Estável a partir do dia
100976	Daniela Bottega	Psicóloga	25/07/2022	25/07/2025

Art. 2° Concede avanços funcionais para a servidora **Daniela Bottega** lotada na Secretaria Municipal da Familia e Desenvolvimento Social, sendo promovida para a Classe B com progressão ao Nível 01: apresentação de 2 (dois) certificados, os quais serão válidos para promoção.

Art. 3° A promoção de carreira, se dá em virtude de conclusão do curso de pós graduação *"lato sensu",* conforme certificados apresentados abaixo:
I – Pós Graduação em Psicologia Analítica Junguiana – Perspectiva Multidisciplinar – 360 horas – pela Faculdade UNYLEYA.
II – Pós Graduação em Gestão Contábil, Auditoria e Pericia – 360 horas – pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:0F7F01AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 890/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Promove a servidora efetiva **Daniela Bottega**, Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal da Familia e Desenvolvimento Social, sendo promovida para a Classe B com progressão ao Nível 01, Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Turvo – PR, se dá em virtude de conclusão do curso de pós graduação *"lato sensu",* conforme certificados apresentados abaixo:
I – Pós Graduação em Psicologia Analítica Junguiana – Perspectiva Multidisciplinar – 360 horas – pela Faculdade UNYLEYA.
II – Pós Graduação em Gestão Contábil, Auditoria e Pericia – 360 horas – pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 18 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:BE297151

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 891/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º – Definir a jornada de trabalho da servidora **Tatiane Dassoglio** inscrita no CPF nº 080.459.119-99, ocupante do cargo temporário de Psicóloga, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Familia e Desenvolvimento Social, a qual deverá ser cumprida conforme segue:

DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Segunda-feira	13:00 horas às 17:00 horas
Terça-feira	13:00 horas às 17:00 horas
Quarta-feira	08:00 horas às 12:00 horas
Quinta-feira	13:00 horas às 17:00 horas
Sexta-feira	13:00 horas às 17:00 horas

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 636/2025.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:E5E16AE6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 892/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a servidora comissionada **Lorene Aparecida da Silva de Campos**, Assessora II, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obas, permanecendo no mesmo cargo.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:4EE639B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 893/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 18 de novembro de 2025, o contrato de trabalho nº 46/2025, da senhora **Amanda Janine Nolli**, inscrita no CPF nº 106.645.539-23, de prestação de serviços no cargo de Auxiliar Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, admitida através de aprovação no PSS nº 03/2023. Em atenção à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através do memorando nº 4.725/2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:05F66A95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 894/2025

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 130, § 2°, inciso I da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar até 30 de novembro de 2025 a Licença por motivos de Doença em Pessoa da Família da servidora efetiva **Graciele Tluscik**, concedida através da Portaria nº 860/2025, ocupante do cargo de Professora, lotada no Cmei Vó Luiza, na Secretaria Municipal de Educação, considerando o atestado médico apresentado através do protocolo nº 4.901/2025 e o parecer emitido pela Comissão Especial conforme despacho 2-4.901/2025.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 12 de novembro de 2025.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de novembro de 2025.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:8E12228B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: Câmara Municipal de União da Vitória - PR– CNPJ: 75.689.380/0001-12

CONTRATADA: 63.543.863 FRANCIELE COLACO SILVEIRA - CNPJ: 63.543.863/0001-25

ORIGEM: Processo Administrativo nº 10/2025 – Dispensa de Licitação Eletrônica nº 09/2025.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte para encadernação da Legislação e Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias no tamanho A4, com lombada quadrada em capa dura, na cor preta, com inscrições laterais (lombada) com gravação em dourado para a Câmara Municipal de União da Vitória – PR, conforme recursos e características contidas neste Termo de Referência (Anexo 1) do Edital.

LOTES/ITENS:

Item	Fornecedor (63.543.863 FRANCIELE COLACO SILVEIRA, 63.543.863/0001-25, R BASILIO HORBATIUK, 47, União da Vitória, PR, (42) 98403 5900, Franciele Colaço Silveira				
	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
01	Encadernação da Legislação e Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias no tamanho A4, com lombada quadrada, em capa dura, na cor preta, com inscrições laterais (lombada) com gravação em dourado.	Un	200	61,90	12.380,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 3.3.90.39.63.01.00 – complemento de elemento.

DATA DE ASSINATURA: 18/11/2025.

FORO: Comarca de União da Vitória/PR.

União da Vitória, 18 de novembro de 2025.

ASSINANTE: Anderson Cripa Luis Cardoso – Presidente da Mesa Diretora.

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:CDFB94F8

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 26/25

Estabelece Recesso Administrativo no Poder Legislativo.

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas

atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:

P O R T A R I A

Art. 1º Em função do Dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro de 2025, Feriado Nacional, fica instituído RECESSO no dia 21 de novembro de 2025 junto ao setor administrativo da Câmara Municipal de União da Vitória.
Art. 2º Fica determinado que as horas normais do dia 21 (sexta feira), serão repostas pelos funcionários desta Casa de Leis no decorrer do ano quando se fizer necessária à permanência dos mesmos além do expediente normal.
Art. 3º Entra em vigor esta Portaria na data de sua publicação.

União da Vitória, 18 de novembro de 2025.

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO (PR)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:A9BF9D93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2025

UASG: 987937

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a legislação vigente, dos resíduos sólidos oriundos da limpeza das vias públicas após as enchentes do Rio Iguaçu, doravante denominados de Resíduos Sólidos de Desastre Natural (RSDN), com fornecimento de todos os veículos, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos. *Volume remanescente em outubro/2025*

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

MODO DE DISPUTA: "Aberto"

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 10/12/2025 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

VALOR TOTAL ESTIMADO NA LICITAÇÃO: R$ 469.216,75 (Quatrocentos e sessenta e nove mil duzentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos).
Outras informações podem ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, 4º Andar, Bairro Centro – União da Vitória/PR, Telefone (42) 3521-1237.
E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br – *Link*: "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA".
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória/PR, 18 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:41F11D3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 599/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Extingue do **QUADRO DE SERVIDORES** desta Prefeitura Municipal, o Senhor **JOSÉ LUIZ RODRIGUES LÍRIO, Instrutor de Música**, por motivo de seu **FALECIMENTO**, em 08 de novembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto tem seus efeitos retroagidos a 08 de novembro de 2025.

Art. 3º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 18 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ODELIR DILETO CACHOEIRA*
Prefeito Municipal	Secretário Interino de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:0614FFC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 600/2025

Retifica a Atividade Econômica do CNPJ: 06.076.172/0001-25 da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a Portaria FNDE Nº 807/2022.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em atendimento à **Portaria FNDE Nº 807, de 29 de dezembro de 2022, no seu artigo 2º, § 1º, I, II e III**.

Considerando que, nos termos do artigo 69, § 5º da Lei nº 9.394/1996, a gestão dos recursos destinados à educação compete às Secretarias de Educação (ou órgão equivalente), no âmbito dos respectivos entes governamentais, razão pela qual as contas específicas do FUNDEB deverão ser abertas e mantidas no CNPJ do órgão responsável pela Educação, na forma do disposto no art. 2º, § 1º, da **Portaria Conjunta FNDE/STN Nº 2, de 15 de janeiro de 2018**.

Considerando que a **Portaria FNDE Nº 807, de 29 de dezembro de 2022**, que trata das contas correntes, migração de domicílio bancário, publicidade da movimentação financeira dos recursos e obrigações das instituições financeiras e entes subnacionais no âmbito do FUNDEB, estabelece que o órgão titular das contas únicas e específicas do FUNDEB deverá possuir "***atividade econômica destinada a regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais***", nos termos do artigo 2º, § 1º, III.

DECRETA:

Art. 1º Retifica a Atividade Econômica Principal do CNPJ: 06.076.172/0001-25 da Secretaria Municipal de Educação, de Administração Pública em geral - código: 84.11-6-00, para a Atividade Econômica: Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais, sob código: 84.12-4-00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

União da Vitória, 18 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:34A972BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1330/2025

ODELIR DILETO CACHOEIRA, Secretário Municipal Interino de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
DANIELE CRISTINA BARBOSA CAVALHEIRO	**991504009**	**2024/2025**	**TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**16/01/2026 A 25/01/2026**
DANIELE CRISTINA BARBOSA CAVALHEIRO	**991504009**	**2025/2026**	**TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**26/01/2026 A 14/02/2026**
DANIELE CRISTINA BARBOSA CAVALHEIRO	**991504009**	**2025/2026**	**TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**15/02/2026 A 24/02/2026**

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 18 de novembro de 2025.

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Municipal Interino de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:17624784

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1331/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE ESCOLARIDADE, aos seguintes Servidores Públicos Municipais, conforme datas especificadas abaixo:

MATRICULA	SERVIDOR	ESCOLARIDADE	CARGO	A PARTIR DE
1477201	ANDREIA CRISTINA SOUZA	MESTRADO 25%	PROFESSORA	21/10/2025
1497601	ANDREIA CRISTINA SOUZA	MESTRADO 25%	PROFESSORA	21/10/2025
1478401	FABIANA SOARES FERREIRA	PÓS-GRADUAÇÃO 15,5%	PROFESSORA	21/10/2025
1496501	BEATRIZ APARECIDA VANIN PARABOCZ	PÓS-GRADUAÇÃO 15,5%	MERENDEIRA	06/11/2025
1314501	KACIO FERNANDO COLAÇO DE MOURA	GRADUAÇÃO 20%	OPERADOR DE MÁQUINAS	03/11/2025
503	PAULO CESAR DE SOUZA	GRADUAÇÃO 40%	MOTORISTA	17/10/2025
991505005	VITOR ANDRE BRANDÃO MULLER	PÓS-GRADUAÇÃO 15,5%	ADVOGADO	06/11/2025
991504999	FELIPE DE CAIRES SCHLUGA	PÓS-GRADUAÇÃO 15,5%	ADVOGADO	20/10/2025

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 18 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ODELIR DILETO CACHOEIRA*
Prefeito Municipal	Secretário Interino de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:8460DFB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1332/2025

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao (aos) seguinte (s) Servidor (es) Municipal (is):

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO EM DIAS	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA
REGINA APARECIDA PORTELLA DA LUZ	1449401	15	PROFESSORA	15/10/2025 A 29/10/2025
DAYANA DAMBROSKI DE LIMA	991505795	12	PROFESSORA	20/10/2025 A 31/10/2025

Art. 2º. Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 18 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ODELIR DILETO CACHOEIRA*
Prefeito Municipal	Secretário Interino de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:2D6A703C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 1/2025 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 36/2024 – PROCESSO 96/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Prorrogação do Prazo de Vigência e do Quantitativo.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR.
CONTRATADO: CASA NONA CECÍLIA ALOJAMENTO LTDA – CNPJ nº 35.589.204/0001-94.
OBJETO DO CONTRATO: *Registro, para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de hospedagem, alimentação e transporte, de pacientes e acompanhantes encaminhados para tratamento de saúde no Município de Curitiba – Paraná e região metropolitana, via TFD (Tratamento Fora de Domicílio), conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.*
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, o Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços n° 155/2024 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 22/11/2025 e a terminar em 21/11/2026.
DO QUANTITATIVO: Fica aditado à Ata de Registro de Preços n.º 155/2024, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 820.560,00 (Oitocentos e vinte mil quinhentos e sessenta reais), referente ao valor do quantitativo inicialmente contratado.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 84º da Lei Federal n.º 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 17 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:83BD4BA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 4/2025 AO CONTRATO Nº 135/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 70/2023 – PROCESSO N.º 157/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Do prazo de vigência e do quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO, COM O EMPREGO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EPIS E DEMAIS EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS INSTALAÇÕES RELACIONADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.*
CONTRATADO: DINÂMICA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – CNPJ nº 19.099.437/0001-52.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorrogação excepcional do prazo de vigência do Contrato nº 135/2023 por 06 (seis) meses, a contar de 15/11/2025, com o único e exclusivo fim de garantir a continuidade dos serviços essenciais de limpeza, conservação e higienização nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, ou até o lançamento de novo edital de licitação.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato n.º 135/2023, para a prorrogação de 06 (seis) meses, o valor total de R$ 588.098,58 (Quinhentos e oitenta e oito mil noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos), sendo R$ 98.016,43 (noventa e oito mil dezesseis reais e quarenta e três centavos) mensais.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57º, Inciso II da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 14 de novembro de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:76DA9010

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.º 80/2025

O Reitor da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12, de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso VIII, do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto Municipal n.º 220/2006,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Progressão Funcional, alterando o nível da mesma classe, aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Servidor	N.° Matricula	Classe	Nível
Daiana Iwanko	445	Assistente	IV
Laura Grein Cavalcanti Vensão	443	Assistente	IV

Art. 2º - A presente Portaria tem efeitos retroativos à 1º de novembro de 2025.

União da Vitória, 17 de novembro de 2025.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Andréia Aparecida Soares Meyer
Código Identificador:BBD67FBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO DE REABERTURA PE52/2025

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a remarcação das 08:00 horas do dia 29/10/2025, para as 08:00 horas do dia 03/12/2025, para realização pela BLL, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRONICO, tipo de Licitação MENOR PREÇO POR LOTE sob o n.º 052/2025, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, ABRANGENDO RESÍDUOS DOS GRUPOS A/E E B..

O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 18/11/2025 e informações pelo telefone (46) 3227-1222, também pelos e_mail: licita@vitorino.pr.gov.br e compras@vitorino.pr.gov.br , site do município, www.vitorino.pr.gov.br, bllcompras.com .

Vitorino, 18/11/2025

Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:A72B6319

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO ATAS 83-84/2025

Extrato da ata de registro de preços nº 83-84/2025, pregão regsitro de preços nº 48/2025- Por lotes- partes Prefeitura Municpal de Vitorino e as empresas Participantes: IAGNECZ & IAGNECZ EVENTOS LTDA (11.327.461/0001-90), MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS (16.651.256/0001-07), *nas propostas de preços, referente ao edital de pregão ELETRONICO registro de preços nº. 048/2025*: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PERIFÉRICOS E ESTRUTURAS NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, DO MUNICÍPIO, *Conforme mapa comparativo de preços que faz parte das atas de registro preços do prazo de vigência: o prazo de vigência do registro de preços será pelo período de 12 (doze) meses. assinaturas MARCIANO VOTTRI Prefeito Municipal de Vitorino* – Pr

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:5EC3E3D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.048, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Decreto 6.048, de 18 de novembro de 2025

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Jessica Saimara Pagnoncelli, portadora do CPF/MF n.° 086.140.xxx-xx, aprovada no Concurso Público 01/2024, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social I, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;
Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 18 de novembro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Gustavo Santos
Código Identificador:9F9E6F9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 376, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Portaria 376, de 18 de novembro de 2025

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Lindones Miranda Machado – Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, conforme requerimento de diária n. º 244/2025, protocolo n. º 7983/2025, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 15 de novembro de 2025.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 18 de novembro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Gustavo Santos
Código Identificador:3F6B6047

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 377, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Portaria 377, de 18 de novembro de 2025

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Claudinei Maceno Pereira – Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, conforme requerimento de diária n. º 243/2025, protocolo n. º 7982/2025, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 17 de novembro de 2025.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 18 de novembro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Gustavo Santos
Código Identificador:51324A06

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2025

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE VITORINO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais convoca os membros do Conselho Municipal de Assistência Social para reunião extraordinária a ser realizada no dia 12 de novembro, às 9h00 horas, na Sala de Reuniões do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, situado à Rua Lethmann, n° 217, Centro, Vitorino – Paraná, com a seguinte pauta:

• Apreciação do Plano Plurianual 2026/2029 de Assistência Social.
• Assuntos pertinentes a este Conselho.

RAIMUNDO DOS SANTOS FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cristiane Rafaela Stasiak
Código Identificador:C280DBF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 007/2025

RESOLUÇÃO Nº 007/2025

SÚMULA: Dispõe sobre aprovação do Plano Municipal da Assistência Social Plurianual 2026 – 2029.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS** do Município de Vitorino, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal n° 521/95 de 16/12/1995, com alteração na Lei Municipal nº 1309/2013, Decreto Municipal n° 1554/2005, e Decreto Municipal nº 4471/2020.
CONSIDERANDO, reunião extraordinária realizada na data de 13 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal da Assistência Social Plurianual 2026 à 2029, que contempla todos os serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social no âmbito do SUAS no município de Vitorino – PR**;**
Art. 2º Esta resolução entre em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cristiane Rafaela Stasiak
Código Identificador:E57BE28E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 008/2025

RESOLUÇÃO Nº 008/2025

SÚMULA: Dispõe sobre aprovação da prestação de contas do ano de 2024 – Agiliza SUAS, Plano de Trabalho do PAIF e SCFV, o PAF – Plano de Acompanhamento Familiar, o Planejamento Anual das oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS** do Município de Vitorino, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal n° 521/95 de 16/12/1995, com alteração na Lei Municipal nº 1309/2013, Decreto Municipal n° 1554/2005, e Decreto Municipal nº 4471/2020.
CONSIDERANDO, reunião extraordinária realizada na data de 13 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as contas do exercício de 2024, do coofinanciamento Federal pelo Agiliza SUAS, referente à execução dos recursos da Política Municipal de Assistência Social, conforme relatórios financeiros apresentados à plenária.
Art. 2º Aprovar o Plano de Trabalho do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e do SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme apresentado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Art. 3º Aprovar o PAF – Plano de Acompanhamento Familiar, instrumento técnico que orienta o acompanhamento das famílias atendidas pelo PAIF.
Art. 4º Aprovar o Planejamento Anual das oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, referente ao ano de 2026.
Art. 5º Esta resolução entre em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cristiane Rafaela Stasiak
Código Identificador:08013BA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
PORTARIA Nº 15/2025

(Republicação por Retificação)

Dispõe sobre a retificação do número de vagas disponíveis para remoção no Anexo I da Portaria nº 15/2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VITORINO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de correção de informação referente ao número de vagas disponíveis para remoção na Escola Municipal Menino Jesus, constantes no Anexo I da Portaria nº 15/2025;
RESOLVE:
Art. 1º Fica **retificado** o Anexo I da Portaria nº 15/2025, exclusivamente quanto ao número de vagas para remoção na **Escola Municipal José Bonifácio**, onde se lê:
"01 vagas –20 horas Professor de Educação Física"
passe a constar:
"vaga inexistente"
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 15/2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Vitorino, 18 de novembro de 2025.

VALMIR MARTINELLO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Decreto 5.725 de 22/01/2025

Publicado por:
Daniele Giacomet
Código Identificador:5DC91372

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
PORTARIA Nº 16/2025

Designa os membros do Conselho Municipal do Esporte do Município de Vitorino e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto na **Lei Municipal nº 2.155/2025**, especialmente o seu **artigo 3º**,

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam designados os seguintes membros para comporem o **Conselho Municipal do Esporte do Município de Vitorino**, órgão de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador das políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer no âmbito municipal:
I – Representantes do Poder Público Municipal:
Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Titular: Deividy Jorge Lorena, CPF: 098.XXX.XXX-28
Suplente: Rafael Sales, CPF: 069. XXX.XXX-86
Representante da Secretaria Municipal de Saúde.
Titular: Letícia da Corregio, CPF: 127.XXX.XXX-02
Suplente: Sandra Lina Bittarello, CPF: 093.XXX.XXX-51
Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Titular: Daniel Bergamaschi Rancati, CPF: 075.XXX.XXX-56
Suplente: Gilse Soletti Mafioletti, CPF: 981.XXX.XXX - 04
Secretaria de Administração:
Titular: João Henrique Madruga, CPF: 087.XXX.XXX-64
Suplente: Rui Sergio Todescatto, CPF: 938.XXX.XXX-87
II – Representantes das Entidades e Segmentos da Sociedade Civil:
Representante das Associações Esportivas do Município.
Titular: Jedson Gaio, CPF: 086.XXX.XXX-58
Suplente: Ana Paula Sales, CPF: 106.XXX.XXX-25
Titular: Cristiano Pertile, CPF: 054.XXX.XXX-95
Suplente: Itamar Roberto Tomasi, CPF: 043.XXX.XXX-06
Representante das Instituições de Ensino
Titular: Silvana Ghedin Giacobbo, CPF: 057.XXX.XXX-29
Suplente: Cleide Terezinha Bortolatto, CPF: 680.XXX.XXX-00
Representante da Associação Comercial e Empresarial de Vitorino.
Titular: Eduardo Martarello, CPF: 065.XXX.XXX-60
Suplente: Jacira Balardin Mussato, CPF: 474.XXX.XXX-87

Art. 2º – O Conselho Municipal do Esporte terá mandato de **02 (dois) anos**, permitida a recondução, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º – Compete ao Conselho Municipal do Esporte exercer as atribuições previstas na Lei Municipal nº 2.155/2025 e em seu regimento interno, contribuindo para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte e lazer no município.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Vitorino – PR, 18 de Novembro de 2025.

VALMIR MARTINELLO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Decreto 5.725 de 22/01/2025

Publicado por:
Daniele Giacomet
Código Identificador:1EF2F411

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DIÁRIAS

Relatório Sintético de Concessão e Pagamento de Diárias Período de 01/11/2025 a 15/11/2025									
Nome do Beneficiario	N° Matricula	Meio de Transporte	Cargo/Função	Destino	Periodo de Afastamento	Atividade a ser Desenvolvida	N° de Diarias	Valor	Nº Proc. Adm
Juliane Batista Legramanti	149861	Veiculo Oficial RHR-6H15	Professor	Foz do Iguaçu	05/11/25 a 07/11/25	Seminario da Undime - temas como o Transtorno do Espectro Autista, Regime de Colaboração para o Fortalecimento da	2	R$ 1.698,54	1230

						educação municipal, Sistemas de Avaliação da Educação Basica.			
Wagno Antonio da Silva	4444	Veiculo Oficial RHR-6H15	Secretario Municipal de Educação Cultura e Esportes	Foz do Iguaçu	05/11/25 a 07/11/25	Seminario da Undime - temas como o Transtorno do Espectro Autista, Regime de Colaboração para o Fortalecimento da educação municipal, Sistemas de Avaliação da Educação Basica.	2	R$ 1.698,54	1231
Joacir Ferreira de Mello	373362	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Curitiba	02/11/25 a 03/11/25	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	1236
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial TBY-5G64	Motorista	Curitiba	30/10/25 a 31/10/25	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	1237
Valdair Antonio de Souza Costa	1201	Veiculo Oficial SEY-8I52	Agente Escriturario	Curitiba	04/11/25 a 05/11/25	Deslocamento de Servidores para designado para efetuar a retirada de veiculos adiquiridos pelo municipio	1	R$ 396,33	1238
Leandro Rohling	106992	Veiculo Oficial SEY-8I52	Chefe de Divisao de Espotes	Curitiba	04/11/25 a 05/11/25	Deslocamento de Servidores para designado para efetuar a retirada de veiculos adiquiridos pelo municipio	1	R$ 396,33	1239
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	03/11/25 a 04/11/25	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	1243
Joacir Ferreira de Mello	373362	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	04/11/25 a 05/11/25	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	1244
Joacir Ferreira de Mello	373362	Veiculo Oficial AIU-2C29	Motorista	Curitiba	09/11/25 a 10/11/25	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	1252
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	11/11/25 a 12/11/25	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	1253
Joacir Ferreira de Mello	373362	Veiculo Oficial SEM-4B02	Motorista	Curitiba	12/11/25 a 13/11/25	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	1258
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	13/11/25 a 14/11/25	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	1259

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:C442BA7C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO FERREIRA & SOUZA ARTS METALUGICA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2025
b) Licitação nº:	45/2025
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	18/11/2025
e) Objeto da Homologação:	contratação de empresa(as) especializada(as) para a confecção e instalação de toldos e de módulo pré-fabricado tipo contêiner, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, por meio de licitação compartilhada, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023. O certame será realizado em caráter exclusivo para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, desde que devidamente sediadas no âmbito local, em conformidade com o art. 1º da Lei Municipal nº 945/2022, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.140/2025, devendo ser observadas, ainda, todas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie

12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental

12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental

08.245.0008.2.131. - Manter a Assistência Social.

10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: FERREIRA E SOUZA ARTS METALURGICA LTDA

CNPJ/CPF: 14.218.294/0001-37

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
01	confecção e instalação de toldo, estrutura em treliça viga u de 3 polegadas de 2,00mm e cobertura telhas em zinco. Local: cmei luiza cuba. Medidas: 22,70 x 5,90 m.	134	R$ 374,6800	R$ 50.180,8924
02	Confecção e instalação de toldo, estrutura em treliça, tubo 40x60x 1,50mm e cobertura telhas em zinco. Local: extensão do cmei luiza cuba. Medidas: 14,00 x 2,20 m	31	R$ 374,6800	R$ 11.540,1440
03	Confecção e instalação de toldo, estrutura em treliça, tubo 40x60x 1,50mm e cobertura .telhas em zinco. Local: extensão do cmei luiza cuba. Medidas: 4,15 x 5,90 m	25	R$ 374,6800	R$ 9.179,6600
04	Confecção e instalação de toldo, estrutura em treliça, tubo 40x60x 1,50mm e cobertura telhas em zinco. Local: extensão do cmei luiza cuba. Medidas: 14,83 x 4,40 m.	62	R$ 374,6800	R$ 23.323,8300
05	Confecção e instalação de toldo, estrutura em treliça viga u de 3 polegadas de chapa 14 e cobertura telhas em zinco. Local: secretária de assitência social. Medidas: 15,00 x 10,00 m.	150	R$ 374,6800	R$ 56.202,0000
06	Confecção e instalação de módulo pré-fabricado tipo contêiner (não marítimo), na cor azul, medidas: 3,00 x 3,00 x 3,00 m com estrutura pré moldada cobertura e lateral em telha termoacustica (tipo sanduíche) com pintura interna, gaiola com tubo metalão 50x50x 150 mm, com beiral de 60cm.; contendo 1 (uma) porta de aproximadamente 0,90 × 2,10 m metálica reforçada, fechadura de embutir, dobradiças reforçadas; 1 (uma) janela de 1,20 x 1,00 m e vidro temperado 4 mm; base da estrutura de concreto e instalação de pisos fica por parte da contratante; deve conter aberturas para futura; instalações de ar condicionado, iluminação, tomadas e demais fiações. Local: ubs modelo: telha termoacustica com pintura interna.	3	R$ 22.201,1100	R$ 66.603,3300
07	Confecção e instalação de toldo, cobertura de policarbonato fume 6 mm tubo 30x30 cm local: câmara municipal sendo sala financeiro colocar medidas 0,40 altura x 2,00 largura x 1,80 comprimento	1	R$ 1.500,4800	R$ 1.500,4800
08	Confecção e instalação de toldo, cobertura de policarbonato fume 6 mm tubo 30x30 cm local: câmara municipal sendo a porta de entrada colocar medidas 0,40 altura x 4,00 largura x 1,80 comprimento	1	R$ 3.000,9600	R$ 3.000,9600
09	Confecção e instalação de toldo, cobertura de policarbonato fume 6 mm tubo 30x30 cm local: câmara municipal sendo o portão frontal colocar medidas 0,40 altura x 2,85 largura x 1,80 comprimento	1	R$ 2.148,6900	R$ 2.148,6900

Valor Total Homologado - R$ 223.679,99

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 18 de novembro de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:7280B9F1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2024 - PMSI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO DE VIGÊNCIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2024

ID N° 217/2024

PROCESSO 090/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2024

Primeiro termo aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 146/2024, firmada em 22/11/2024, a qual tem como objeto o registro de preços para contratação futura de empresa para fornecer equipe de arbitragem em campeonatos e jogos amistosos, organizados pela Secretaria Municipal de Esporte do Município em várias modalidades (modalidades: Society, futebol sete, futsal, vôlei, handebol, basquete, futebol campo, diárias de arbitragem de taekwondo), conforme Pregão Eletrônico n° 070/2024, firmado entre o MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, pessoa jurídica de

direito público, inscrito no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, estabelecida na Rua Frei Vito Berscheid, 708, nesta cidade, representada por seu Prefeito Municipal, senhor ROGERIO GALLINA, ora denominado CONTRATANTE, e a proponente ROSICLEIA V. CHRIST DIRINGS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua VEREADOR ROMARIO RODRIGUES DE LIMA, Nº 923, CENTRO - Marmeleiro/PR - CEP 85615-000, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 34.443.053/0001-07, Inscrição municipal N° 3131-0, Inscrição Estadual Nº 90822602-07, E-mail: rogerioadrianodirings@gmail.com, Telefone: (46) 9 8401-5246, neste ato representada pela Sra. ROSICLEIA V. CHRIST DIRINGS, brasileira, empresária, casada nascida em 29/10/1982, portadora do RG nº 8.1**.**8-2 SESP/PR e CPF nº 038.***.***-27, residente e domiciliada na Rua Vereador Romário Rodrigues de Lima, nº 923, Centro, na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, CEP 86.150-000, ora denominada de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato acima citado, ficando assim:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS supracitada, passando seu vencimento para 21/11/2026, com fundamento no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável, por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA: Para este período estima-se um total de **R$ 215.234,00 (duzentos e quinze mil duzentos e trinta e quatro reais).**

Item	Descrição	Uni	Marca	Quan.	Vl. Unit.	Vl. Total
1	Serviço de arbitragem para Campeonatos, Jogos e amistosos, organizados pela Secretaria de Esporte, com equipes de arbitragem composta de 2 (dois) árbitros e 1 (um) mesário com tempo de duração por jogo de 50 minutos, divididos em 2 períodos de 20 minutos cronometrados e intervalo de 10 minutos. Modalidades: Futebol Society, Futebol Sete, Futsal, Handebol, Handebol, de Areia e Futebol de Areia. Obs: valor incluso transporte para equipe de arbitragem da cidade de origem.	JOG	Serviço	300	424,90	127.470,00
2	Serviço de arbitragem para campeonatos de Taekwondo organizado pela secretaria, sendo preço da diária por arbitro.	DI	Serviço	100	300,29	30.029,00
3	Serviço de arbitragem para Campeonatos, Jogos e amistosos, organizados pela Secretaria de Esporte, com equipes de arbitragem composta de 2 (dois) árbitros e 1 (um) mesário. Modalidades: Voleibol, Voleibol de Areia, Futevôlei e Bocha. Obs: valor incluso transporte para equipe de arbitragem da cidade de origem.	JOG	Serviço	150	384,90	57.735,00
					TOTAL	215.234,00

Portanto o valor total da ata de registro de preços será de **R$ 430.468,00** (quatrocentos e trinta mil quatrocentos e sessenta e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Esporte e Cultura

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Esporte e Cultura

Ação: 27.812.0010.2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer

Despesa: 3.3.90.39.99.99 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Principal: 1013 Despesa: 3250

Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas permanecem inalteradas e de acordo com a Ata de Registro de Preço original.

E por estarem assim justos e acordados, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Saudade do Iguaçu, 18 de novembro de 2025.

ROGERIO GALLINA

Prefeito Do Município De Saudade Do Iguaçu/Contratante

ROSICLEIA V. CHRIST DIRINGS LTDA

CNPJ: 34.443.053/0001-07

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:B071CC44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2025

PROCESSO Nº 260/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: AM MOREIRA GONÇALVES E CIA LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.679.382/0001-88.

OBJETO: Aquisição de tendas sanfonadas, tendas pirâmides e jogos de mesas e cadeiras plásticas para composição da infraestrutura física da Feira Livre do Município de Abatiá – PR.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	TENDA PIRAMIDAL 10x10 EM AÇO FECHAMENTO LATERAL Especificações: Estrutura da Tenda: Em aço galvanizado antiferrugem de alta resistência do tipo Calhada. Chapa entre 14 e 18, Soldas em sistema MIG. Pés com base em chapa metálica perfurada (estacas/parafusos inclusos). Cobertura da Tenda: Em lona reforçada entre 400 e 500 micras, PVC TD10O0-ANTI-CHAMA (autoextinguivel) calandrado e anti-mofo, reforçada com material de maior espessura nos pontos de tensionamento e ruptura proporcionando maior durabilidade ao produto. Vulcanizada eletronicamente em alta temperatura e rádio-frequência, com blackout solar protegida contra raios ultravioletas. Montagem da Tenda: Feita de forma prática em moderno sistema de encaixes, unida com parafusos e conexões em aço inoxidável que já acompasnham a tenda. Ancoragem através de estacas, cordas ou cabos de aço. Kit de Fixação inclusos. Garantia mínima de 12 meses.	UNID	2,00	R$ 7.015,00	R$ 14.030,00
3	TENDA SANFONADA 3,00 x 4,50 CAMADA PVC COM FECHAMENTO LATERAL E FRENTE Estrutura da Tenda: Em aço galvanizado antiferrugem de alta resistência do tipo Calhada. Chapa entre 14 e 18, Soldas em sistema MIG. Pés com base em chapa metálica perfurada (estacas/parafusos inclusos). Cobertura	UNID	15,00	R$ 1.399,90	R$ 20.988,50

	da Tenda: Em lona reforçada entre 400 e 500 micras, PVC TD1000-ANTI-CHAMA (autoextinguivel) calandrado e anti-mofo, reforçada com material de maior espessura nos pontos de tensionamento e ruptura proporcionando maior durabilidade ao produto. Vulcanizada eletronicamente em alta temperatura e rádio-frequência, com blackout solar protegida contra raios ultravioletas. Montagem da Tenda: Feita de forma prática em moderno sistema de encaixes, unida com parafusos e conexões em aço inoxidável que já acompanham a tenda. Ancoragem através de estacas, cordas ou cabos de aço. Kit de Fixação inclusos. Garantia mínima de 12 meses.				

VALOR TOTAL: R$ 35.028,50 (trinta e cinco mil, vinte e oito reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 17/11/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:4BC86102

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2025

PROCESSO Nº 260/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: ACV PLÁSTICOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.047.365/0001-01.

OBJETO: Aquisição de tendas sanfonadas, tendas pirâmides e jogos de mesas e cadeiras plásticas para composição da infraestrutura física da Feira Livre do Município de Abatiá – PR.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	JOGO DE MESA COM 4 CADEIRAS PLÁSTICAS Especificações: Cadeiras: Material em Polipropileno virgem com aditivo anti-UV, tipo Monobloco (inteiriça, sem encaixe), suporta até 150kg, pés reforçados com estrutura interna em "X", Certificação Inmetro ou ABNT NBR 14776, empilhável. Mesas: Material em Polipropileno com pés reforçados, estrutura com nervuras de reforço na parte inferior, suporta de 60 a 80 kg distribuídos, empilhável, Certificação Inmetro ou ABNT NBR 14776. Garantia mínima de 12 meses.	UNID	65,00	R$ 218,99	R$ 14.234,35

VALOR TOTAL: R$ 14.234,35 (quatorze mil, duzentos e trinta e quatro reais, trinta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 17/11/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:3E7027E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2025 ID 3551 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2025

DAS PARTES:

Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

Contratado: EVOLUE SERVICOS LTDA -EPP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **26.699.784/0001-81.**

DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PCMSO, PERÍCIAS MÉDICAS, ELABORAÇÃO DO LTCAT, LIP, PGR, em conformidade com a legislação federal em vigente, contemplando até 306 servidores, além dos envios ao E-SOCIAL., em atendimento a **Secretaria Municipal de Administração** e a **Divisão de Recursos Humanos** do município de **Amaporã/PR**.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos - Identificação, avaliação e controle dos riscos ocupacionais presentes no ambiente de trabalho. O documento deve ser apresentado de forma impressa e digital, separado por Secretaria, devendo ser revisado sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano.	Unid.	1	5.300,00	5.300,00
2	PCMSO - Programa de Controle Medico Saúde Ocupacional - ferramenta de controle da saúde ocupacional e mesmo física dos servidores, de acordo com os riscos a que estiverem expostos no ambiente de trabalho	Unid.	1	5.021,59	5.021,59
3	LIP - Laudo de Insalubridade e Periculosidade - Análise das atividades e dos ambientes de trabalho para verificar se há exposição a condições insalubres ou perigosas.	Unid.	1	4.700,00	4.700,00
4	LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - Avaliação das condições ambientais de trabalho para identificar a exposição dos trabalhadores a agentes nocivos.	Unid.	1	4.919,48	4.919,48
5	Analise Ergonômico - Saúde	Unid.	1	2.072,50	2.072,50
6	PGRSS – Programa de Gerenciamento de Resíduos da Saúde	Unid.	1	1.133,33	1.133,33
7	PPP – Perfil Profissiografico Previdenciario - Documento individual do trabalhador que detalha o histórico laboral, incluindo exposição a agentes nocivos e condições do ambiente de trabalho.	Unid.	20	1,00	20,00
8	Ficha de EPI,s	Unid.	500	2,00	1.000,00
9	Ordem de Serviço	Unid.	500	2,00	1.000,00
10	Gestão do e-social Grupo SST S2210, S-2220 e S-2240.	Mes.	12	500,00	6.000,00
11	Acompanhamento de Pericias Técnicas por Engenheiro em Segurança do Trabalho	Unid.	6	260,00	1.560,00
12	Pericias Medicas - incluiu laudos, readaptação temporária ou permanente de função	Unid.	50	379,17	18.958,50

DO VALOR:

O valor máximo para contratação do objeto desta licitação é de R$ **51.685,40 (cinquenta e um mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos)**.

Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais do exercício de 2025, através das dotações abaixo:

0500104122000320113390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

0400104122000320103390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O Município de Amaporã efetuará o **pagamento** em **até 30 (trinta) dias** após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma.

DA VALIDADE:

O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) ano, contados do(a) publicação do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Amaporã/PR, 18 novembro de 2025.

Município de Amaporã

MARCOS MARIN

Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:1AF87B31

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 215/2023 - ID 2990

Processo administrativo nº 088/2023

Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023

DAS PARTES:

Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob o nº 75.475.038/0001-10.

Contratado: M T SPIGOLON CLÍNICA MÉDICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 22.247.956/0001-25.

DO OBJETO TERMO ADITIVO CONTRATADO:

O presente instrumento tem por objeto o **Credenciamento** de pessoas jurídicas de direito privado especializadas da área da saúde **para prestação de serviços de plantões médicos e atendimento nas unidades de saúde no município de Amaporã,** através da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade do **Edital da Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023, Chamamento Público n° 003/2023** e seus **Anexos**, **homologado em 31/10/2023**. "CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA - A vigência do presente Contrato será de **12** (doze) meses contados a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes, conforme inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, mediante manifestação formal da contratante.

Justificativa: A referida Prorrogação contratual de 12 (doze) meses se justifica pois se faz necessária, o presente **Credenciamento** de pessoas jurídicas de direito privado especializadas da área da saúde **para prestação de serviços de plantões médicos e atendimento nas unidades de saúde no município de Amaporã**.

A contratação de médicos para atendimento 24 horas: O hospital municipal deve prestar atendimento ininterrupto aos pacientes, independentemente do horário do dia ou da noite.

A contratação de médicos plantonistas garante a disponibilidade de profissionais de saúde em regime de plantão, o que é essencial para a prestação de serviços médicos 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Atendimento de emergência: Emergências médicas podem ocorrer a qualquer momento e desligar intervenção médica imediata. Médicos plantonistas são fundamentais para lidar com essas situações de maneira rápida e eficaz, o que pode salvar vidas.

Suporte a especialidades médicas: Médicos plantonistas em hospitais municipais podem atender diversas especialidades médicas, ou que garantem que uma variedade de condições médicas possa ser tratada e atendida de forma eficaz.

O credenciamento de médicos para plantões em feriados do calendário e feriados municipais é uma medida que pode ser justificada por várias razões importantes para a manutenção de serviços de saúde eficientes e contínuos, mesmo em dados especiais. Abaixo algumas justificativas para esse tipo de credenciamento:

Atendimento ininterrupto: Feriados são dados em que as necessidades de atendimento médico não diminuem. Acidentes, doenças agudas e emergências médicas podem ocorrer a qualquer momento. Ter médicos disponíveis durante os feriados garantem que a população continue recebendo atendimento de qualidade quando necessário.

Prevenção de atrasos no tratamento: Atrasos no tratamento médico podem levar a complicações de saúde. Garantir que os médicos tenham disponibilidade durante os feriados ajuda a prevenir atrasos no atendimento, garantindo que os pacientes recebam tratamento oportuno.

Gestão de surtos de doenças: Em caso de surtos de doenças infecciosas, como gripe, a disponibilidade de médicos durante os feriados pode ser crucial para controlar a infecção da doença e fornecer tratamento adequado a pacientes infectados.

Serviços de urgência e emergência: Durante os feriados, muitos serviços de saúde ambulatoriais podem ficar fechados. Portanto, é importante que unidades de saúde de emergência, pronto-socorro e hospitais tenham médicos de plantão para atender pacientes em situações risco.

Em relação aos plantões no posto de saúde é para garantia de cobertura médica durante férias, dos médicos efetivos do município. A contratação de médicos plantonistas permite que as unidades básicas mantenham uma cobertura durante esses períodos de férias.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

A vigência do presente termo aditivo do Contrato de prestação dos serviços, prorrogando-se a vigência por mais 12 (Doze) meses, sendo de **09/11/2025 a 08/11/2026**.

DO VALOR DO TERMO ADITIVO:

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total Estimado
01	Meses	12	Serviços de Responsável Técnico (RT) para o Hospital Municipal de Amaporã, sendo este encarregado de organizar o serviço, implantar protocolos e dar treinamentos de forma a melhorar o atendimento (12 Meses).	R$ 3.986,27	R$ 47.835,24
02	Plantão	306	Serviço de Plantão Médico e de pronto socorro de 12 (doze) horas, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, para atendimento no Hospital Municipal de Amaporã.		R$ 495.539,46

				R$ 1.619,41	
03	Plantão	90	Serviço de Plantão Médico e de pronto socorro de 12 (doze) horas, nos sábados, domingos, feriados, e recesso municipal, para atendimento no Hospital Municipal de Amaporã.	R$ 1.770,56	R$ 159.350,40
04	Plantão	4	Serviço de Plantão Médico e de pronto socorro de 12 (doze) horas, nos feriados de Natal e Ano Novo, para atendimento no Hospital Municipal de Amaporã.	R$ 2.655,83	R$ 10.623,32
05	Plantão	100	Serviços Médicos em Posto de Saúde de 08 (oito) horas.	R$ 1.079,61	R$ 107.961,00

O valor do presente Termo Aditivo é de R$ 821.309,42 (Oitocentos e vinte e um mil e trezentos e nove reais e quarenta e dois centavos).

DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2025, através das dotações abaixo:

09001103010010206033903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

09001103010010206033903400000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização

09001103020010206133903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

09001103020010206133903400000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização

DA LICITAÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente termo aditivo encontra-se amparado e fundamentado no artigo 57, § 2º, da Lei nº 8.6666/93.

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Amaporã/PR, em 08 de novembro de 2025.

Município De Amaporã

MARCOS MARIN –

Prefeito Municipal

Contratante

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:3E10DF35

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 108/2025 PREGÃO ELETRÔNICO 003/2025 - REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2025

O MUNICÍPIO DE ANAHY, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.594.800/0001-94, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, nº 591, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARILSON BATISTA DE SOUZA,** brasileiro, residente domiciliado na cidade de Anahy Paraná, Rua Duque de Caxias, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº. 764.217.169-20 e Portador da Cédula de Identidade nº. 5.341.856-2. **DETENTOR DA ATA**: A empresa **E. A. MELO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA** inscrita no **CNPJ nº 5 7.050.993/0001-23**, sediada na Avenida Bento Munhoz Da Rocha Neto,1266, Bairro Cidade Alta em Goioerê Paraná, CEP: 87.360-000, por intermédio de seu sócio administrador, o Sr. Emerson Amancio de Melo portador do RG nº 5.532.598-7 e CPF nº 869.947.279-04, tel: (44) 3528 - 0344 whatsapp e-mail: e.amelo@outlook.com.**DO OBJETO:** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes atendidos pelo Sistema Único de Saúde e para manutenção da farmácia básica do município de Anahy-PR, conforme especificações contidas no Anexo I. 1. Exclui-se o item a seguir na Ata de Registro de Preços n**o.** 108/2025, tendo em vista que a empresa vencedora desse item no Pregão 003/2025, Registro de Preços 003/2025, teve sua Ata de Registro de Preços SUPRIMIDA, conforme despacho em anexo.

Item	Descrição	UND	Marca	Modelo	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
82	FENOBARBITAL 200MG/ML AMP 1ML	AM	CRISTALIA	Ampola	200	R$ 3,00	R$ 600,00
VALOR TOTAL						**R$ 600,00**	

2. Permanecem inalteradas, todas as demais disposições da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 108/2025. Anahy, 18 de novembro de 2025.

ARILSON BATISTA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:2D399735

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 3.984 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

PROJETO DE LEI Nº 85/2025-PMA)

LEI Nº. 3.984 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre autorização para Abertura e suplementação de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 270.835,17 (duzentos e setenta mil oitocentos e trinta e cinco reais e dezessete centavos)

A Câmara Municipal de Andirá aprovou e eu **EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir e suplementar "**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

05. SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
002. DEPARTAMENTO DE ENSINO	
2.022. Manter as Escolas Municipais - Fundeb	
3.3.90.30.00.00.1150 MATERIAL DE CONSUMO	85.000,00
3.3.90.39.00.00.1150 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.000,00
4.4.90.52.00.00.1150 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	24.787,03
2.027. Manter os Centros de Educação Infantil - Fundeb	
3.3.90.30.00.00.1150 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
3.3.90.39.00.00.1150 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.148,14
4.4.90.52.00.00.1150 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
06. SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
2.039. Manter os Serviços de Atendimento Especializados	
3.3.72.39.00.00.1485 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
2.045. Manter o NASF Núcleo de Apoio Saúde da Família	
3.3.90.37.00.00.1493 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.900,00

Art. 2° - Os recursos para abertura e suplementação de Crédito Adicional Especial de que trata esta lei serão resultantes do **Excesso de Arrecadação** da Fonte 1150 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI, no valor de R$ 248.935,17 (duzentos e quarenta e oito mil novecentos e trinta e cinco reais e dezessete centavos); Fonte 1485 – Bloco de Custeio das ações e serviços Públicos de Saúde- Emendas Individuais MAC, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

06. SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
2.034. Manter os Postos de Saúde do Município	
3.3.90.37.00.00.1493 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.900,00

Art. 3° - Fica acrescentada no Anexo – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.514 de 21 de dezembro de 2021, e suas alterações, nos Programas descritos abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

PROGRAMA	Acrescentar	Reduzir
0004 – ENSINO FUNDAMENTAL	148.787,03	
0005 – EDUCAÇÃO INFANTIL	100.148,14	
0012 – ASSISTENCIA MEDICA HOSPITALAR	21.900,00	1.900,00

Art. 4° - Fica acrescentada no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no 5º da Lei Municipal nº. 3.827 de 03 de julho de 2024, e suas alterações, nas ações descritas abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

AÇÃO	Acrescentar	Reduzir
2.022. Manter as Escolas Municipais - Fundeb	148.787,03	
2.027. Manter os Centros de Educação Infantil - Fundeb	100.148,14	
2.034. Manter os Postos de Saúde do Município		1.900,00
2.039. Manter os Serviços de Atendimento Especializados	20.000,00	
2.045. Manter o NASF Núcleo de Apoio Saúde da Família	1.900,00	

Art. 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Bráulio Barbosa Ferraz”, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:62C4A65B

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.629 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDOo Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO

	FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**A C FERREIRA SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 28.175,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO

	JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**CARVALHO, FAVORETTO & CIA . LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 6.410,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO

	RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 5.184,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS

	FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**FEEL MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCOES LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 3.380,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX

	LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**FERREIRA & KOHLER ILUMINAÇÃO LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 17.770,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI

	TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**FSM CONSTRUCAO E ACABAMENTO LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 8.326,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI

	LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO		
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		

Nº licitação	052/2025
Contratado:	**GCM COMERCIAL LTDA**
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
Valor:	**R$ 97.354,00**

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR

	PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**INSTALART MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 17.194,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI

	JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**J FERREIRA ENGENHARIA LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 31.548,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO

	FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**JOSE ODECIO FURLAN**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 3.920,00**		

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI TACIANA DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA JULIANA CASAGRANDE FELIX LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI TIAGO SILVIO DEDONÉ RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO

	JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO FRANCIELI MUNHAO MARTINS SILVANE MARCELA MAZUR SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA MARIA CLÁUDIA SILVA JARDIM SELLETI JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS		
Gestor Titular:	ANDRÉ LUIZ MALUZ		
Gestor Substituto:	EDEVALDO BARBOSA		
Ata nº	076/2025	**VIGÊNCIA:**	18.11.2025 A 17.11.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2025		
Contratado:	**MORK TELECOM PRODUTOS E SERVIÇOS PARA TELECOMUNICAÇÃO LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (CABOS E FIOS), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 12.808,00**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025, 82º da Emancipação Política;

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E6FF3594

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N. º 061/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N. º 035/2025

OBJETO: Registro de Preços visando a Contratação de empresa (s) especializada (s) prestação de serviços de fornecimento e instalação de divisórias naval e em gesso acantonado com isolamento acústico, em atendimento as secretarias municipais. Com base nas informações constantes do Processo Licitatório nº 061/2025 – Pregão Eletrônico nº 035/2025, e considerando o resultado da fase de julgamento das propostas, lances e habilitação, conforme ata da sessão pública conduzida pelo pregoeiro e equipe de apoio, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ADJUDICO o objeto do referido processo licitatório à empresa vencedora, nos termos da classificação final apresentada e HOMOLOGO o procedimento licitatório em sua integralidade no valor total de R$ 660.879,90 (seiscentos e sessenta mil, oitocentos e setenta e nove reais e noventa centavos), como segue:

LICITANTES:

EMPRESA: **SHOPPING DA CONSTRUÇÃO ELETRICA LTDA**

CNPJ N.º 57.317.107/0001-85

LOTE: 1

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	Remanejamento, somente mão-de-obra, de divisória naval com perfis metálicos.	Metros Quadrados	1.880	R$ 32,94	R$ 61.927,20
2	Remoção, somente mão de-obra, de divisória naval com perfis metálicos.	Metros Quadrados	1.880	R$ 27,33	R$ 51.380,40
3	Fornecimento e instalação de divisória naval com perfis metálicos.	Metros Quadrados	2.130	R$ 82,86	R$ 176.491,80
4	Fornecimento e instalação de porta para divisória tipo naval? (0,80x2,10) m, completa, com dobradiças, fechaduras, requadros, batentes etc.	UNID	94	R$ 303,15	R$ 28.496,10
5	Fornecimento e instalação de porta para divisória tipo naval? (0,90x2,10) m, completa, com dobradiças, fechaduras, requadros, batentes etc.	UNID	92	R$ 284,96	R$ 26.216,32
6	Aquisição de fechadura cilíndrica ou tubular, (referência: Marca SOPRANO, ou similar), tipo tulipa, broca 90mm, acabamento cromado, com três chaves	UNID	176	R$ 74,78	R$ 13.161,28
7	Aquisição de trava quádrupla com roseta em alumínio, com chaves e cilindro embutido em latão maciço, acabamento cromado, para portas com espessura de 30 a 40mm, com duas chaves, referência PADO TRAVA 1000ou similar.	UNID	120	R$ 144,39	R$ 17.326,80
VALOR TOTAL R$ 374.999,90					

LOTE: 2

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	Fornecimento completo de paredes em gesso acartonado, montadas e completamente acabadas, emassadas (2 demãos), lixadas e pintadas com duas demãos de tinta acrílica semi - brilho, estruturadas em perfis com aço zincado, com 10cm de espessura, compropriedades de isolamento acústico, contendo internamente com manta de lã de rocha de 50mm de espessura e 32kgf/m², inclusive eletrodutos e interruptores embutidos e rodapés metálicos pintados no Mesmo padrão dos existentes.	Metros Quadrados	2.100	R$ 114,00	R$ 239.400,00
VALOR TOTAL R$ 239.400,00					

LOTE:3

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)

1	Fornecimento e instalação de vidro comum, incolor, e= 4mm, para instalação em divisórias, inclusive jogo de batentes, leitos e baguetes.	Metros Quadrados	415	R$ 112,00	R$ 46.480,00
VALOR TOTAL R$ 46.480,00					

Por fim, fica expressamente convocada a proponente acima classificada para assinatura do Contrato, nos termos do art. 90. caputs do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

Antonina, 18 de novembro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI

Prefeita Municipal

Publicado por:
Josiane Pereira Maier Shtorache
Código Identificador:00754410

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO PE 029/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/11/2025. Edição 3409

Onde se lê:

EMPRESA: **PAZ COMERCIO E SERVIÇO LTDA**

CNPJ N.º 20.509.544/0001-90

LOTE: 1, 14, 33, 34, 107 e 108.

NO VALOR TOTAL DE R$ 84.848,19 (oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais e dezenove centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA À BASE DE HIPOCLORITO DESÓDIO MÍNIMO 2%. Água sanitária, à base hipoclorito de sódio, mínimo 2% cloro ativo. Embalagem / frasco em polietileno, informações descritas na embalagem do produto. 5 LITROS. REFERÊNCIA: QBOA.	UNID	1.533	R$ 7,44	R$ 11.405,52
14	BALDE CENTRIFUGA MOP COMPLETO COM REFIL 16LITROS, MATERIAL DO CABO INOX, BALDE COM CENTRIFUGADOR, CAPACIDADE 16 LITROS, MATERIAL: BALDE PLASTICO E CESTO E CABO INOX. MEDIDAS DO BALDE: ALTURA 22CM, LARGURA 25,5CM, COMPRIMENTO 45,5M. MEDIDAS DO CABO ALTURA 113CM.	UNID	178	R$ 92,99	R$ 16.552,22
33	DETERGENTE E DESENGRAXANTE SEMI-PASTOSO. Limpeza geral de superfícies lavável: pisos,	UNID	292	R$ 118,99	R$ 34.745,08

	paredes e etc. Concentrado e com alta formação de espuma. Utilizado para limpeza manual ou com equipamentos. 05 LITROS.				
34	DETERGENTE LÍQUIDO. Remoção De Gorduras De Louças, Talheres e Panelas, PH Neutro Tensoativo Biodegradável. 500 ml. REF.: YPÊ.	UNID	6.864	R$ 1,98	R$ 13.590,72
107	SAPÓLIO CREMOSO - 300GR. CAIXA COM 12 UNIDADES. REF. BOMBRIL.	UNID	80	R$ 37,20	R$ 2.976,00
108	SAPONÁCEO EM PÓ 300GR. CAIXA COM 12 UNIDADES. REF. BOMBRIL	UNID	165	R$ 33,81	R$ 5.578,65
VALOR TOTAL R$ 84.848,19					

EMPRESA: **G M DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 21.604.118/0001-07

LOTE: 2, 3, 6, 41, 56, 57, 81, 87 e 102.

NO VALOR TOTAL DE R$ 35.585,45 (trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL 65° INPM 500GR. ÁlcoolEtílico Hidratado Em Gel, Com Teor Alcoólico E Peso De No Mínimo 65° INPM, Translúcido E Isento De Material Em Suspensão, Viscosidade De 5000 CP (+/- 1000cp), Com Ação Antimicrobiana. Embalagem plástica totalmente transparente cristal, contendo nome do responsável técnico, nome do fabricante, data de fabricação e validade. 500ml. REFERÊNCIA: GERMIDERME.	UNID	1.656	R$ 4,31	R$ 7.137,36
3	ÁLCOOL ETÍLICO EM LÍQUIDO 46% INPM. Embalagem em pvc cor leitosa. O produto deve seguir norma nbr 5992. 1 LITRO. REFERÊNCIA: DA ILHA	UNID	2.654	R$ 4,90	R$ 13.004,60
6	AMACIANTE DE TECIDOS DE USO HOSPITALAR, QUE FORNEÇA UM AGRADÁVEL PERFUME, ALÉM DE AMACIAR AS FIBRAS FACILITANDO O PASSAR E POSSIBILITANDO UM TOQUE SUAVE AO TECIDO. APRESENTAÇÃO: BOMBONAS DE 5 LITROS. O PRODUTO DEVE SER REGISTRADO NA ANVISA.	UNID	150	R$ 16,78	R$ 2.517,00
41	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE. Composição: material sintético, pigmento e metal.	UNID	303	R$ 4,67	R$ 1.415,01
56	NSETICIDA ISCA PARA BARATAS. Mata Baratas E Seus Ovos. CAIXA COM 6 UNIDADES. REF.: BAYGON	UNID	154	R$ 21,57	R$ 3.321,78
57	NSETICIDA PASTILHA. Refil com no mínimo 10 UNIDADES. REF. RAID	UNID	200	R$ 9,13	R$ 1.826,00
81	PORTA SABONETE LÍQUIDO/ÁLCOOL EM GEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 350ML	UNID	270	R$:4,31	R$ 1.163,70
87	REMOVEDOR DE CERA. Composição: tensoativo não iônico, álcool etílico, monoetanolamina, essência e água. - Para uso em pisos de madeira com sinteco ou cascolac, cerâmica, Paviflex e pisos frio. 01 LITRO REF. K&M	UNID	114	R$ 30,00	R$ 3.420,00
102	SACO PARA ARMAZENAR LIXO REFORÇADO 15Litros pacote com no mínimo 20 unidades azul ou preto - dimensões m	UNID	1.000	R$ 1,78	R$ 1.780,00
VALOR TOTAL R$ 35.585,45					

EMPRESA: **CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP**

CNPJ N.º 32.743.242/0001-61

LOTE: 4, 47, 48, 49,50, 51 e 83.

NO VALOR TOTAL DE R$ 33.979,45 (trinta e três mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR

					TOTAL
4	ÁLCOOL ETÍLICO EM LÍQUIDO 70% INPM. Embalagem em pvc cor leitosa. O produto deve seguir norma nbr 5992. 1 LITRO. REFERÊNCIA: DA ILHA.	UNID	1.010	R$ 4,50	R$ 4.545,00
47	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico - fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. EG pct com 24 unid	UNID	255	R$ 17,90	R$ 4.564,50
48	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico - fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. G pct com 24 unid	UNID	255	R$ 18,00	R$ 4.590,00
49	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico - fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. GG pct com 24 unid	UNID	255	R$ 17,00	R$ 4.335,00
50	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico - fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. M pct com 24 unid	UNID	255	R$ 17,99	R$ 4.587,45
51	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico -fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. P - pct com 24 unid	UNID	255	R$ 18,50	R$ 4.717,50
83	Protetor solar adulto hipoalérgico uso profissional com 120g/120ml FPS60 ativo a água, toque seco	UNID	415	R$ 16,00	R$ 6.640,00
VALOR TOTAL R$ 33.979,45					

EMPRESA: **BRUNO VIDAL WOICIEKOWSKI**

CNPJ N.º 18.480.712/0001-10

LOTE: 5.

NO VALOR TOTAL DE R$ 20.535,00 (vinte mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	ALVEJANTE EM PÓ DE USO HOSPITALAR. Indicado para o alvejamento e desinfecção de roupas em lavanderias. Liberação controlada de cloro orgânico, eficaz em tecidos brancos e cores firmes, com alto poder desinfetante e ampla ação contra bactérias. 05 Kg.	UNID	300	R$ 68,45	R$ 20.535,00
VALOR TOTAL R$ 20.535,00					

EMPRESA: **KF COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**

CNPJ N.º 29.755.673/0001-33

LOTE: 7, 28, 29, 70, 76, 82 e 112.

NO VALOR TOTAL DE R$ 32.269,44 (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	AMACIANTE DE ROUPAS. Com Fragrância. 2 LITROS REFERÊNCIA: YPÊ	UNID	360	R$ 4,00	R$ 1.440,00
28	DESINFETANTE LÍQUIDO. Fragrância de eucalipto. 02 LITROS. REF.: PINHO SOL	UNID	1.358	R$ 3,87	R$ 5.255,46
29	DESINFETANTE LÍQUIDO. Fragrância De Lavanda. 02 LITROS. REF.: PINHO SOL	UNID	1.314	R$ 3,87	R$ 5.085,18
70	PALHA DE AÇO. Média Nº1. Composição: Aço Carbono. 25g.	UNID	384	R$ 1,30	R$ 499,20
76	PANO MULTIUSO, APRESENTAÇÃO ROLO 28X 300M, UNIDADE 28X50CM, COR AZUL, QUANTIDADE 600 PANOS. Para uso hospitalar	UNID	242	R$ 69,40	R$ 16.794,80

82	PRENDEDOR PARA ROUPAS. Material Plástico, resistente. 12 UNIDADES	UNID	150	R$ 2,12	R$ 318,00
112	VASSOURA DE PALHA COM CABO.	UNID	116	R$ 24,80	R$ 2.876,80
VALOR TOTAL R$ 32.269,44					

EMPRESA: **J.C ASSEF COMERCIO LTDA**

CNPJ N.º 62.269.531/0001-31

LOTE: 8, 9, e 26.

NO VALOR TOTAL DE R$ 6.854,72 (seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
8	Aparelho de barbear cabo longo com 2 lâminas - pacote com 5 unidades.	UNID	160	R$ 4,25	R$ 680,00
9	APARELHO ELÉTRICO CONTRA INSETOS, EPASTILHAS. Mínimo 04 Refis, Sem Fragrância, Duração Mínima De 12hrs. Embalagem Lacrada. 01APARELHO e 04 PASTILHAS. REFERÊNCIA: RAID.	UNID	152	R$ 32,49	R$ 4.938,48
26	Desentupidor de vaso sanitário. Composto por polipropileno e borracha termoplástica, cabo longo, com alto poder de sucção, sanfonado.	UNID	136	R$ 9,09	R$ 1.236,24
VALOR TOTAL R$ 6.854,72					

EMPRESA: **61650030 ALINE CERQUEIRA DE OLIVEIRA**

CNPJ N.º 61.650.030/0001-38

LOTE: 10 e 110.

NO VALOR TOTAL DE R$ 6.854,72 (seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
10	AVENTAL DE TECIDO ALGODÃO.02 pontas Para amarração e gola, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	UNID	120	R$ 28,50	R$ 3.420,00
110	TOALHA DE ROSTO 100% algodão, medidas mínimas 80x50cm	UNID	282	R$ 11,15	R$ 3.144,30
VALOR TOTAL R$ $ 6.854,72					

EMPRESA: **ALS UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA**

CNPJ N.º 43.496.899/0001-98

LOTE: 11.

NO VALOR TOTAL DE R$ 2.860,00 (dois mil e oitocentos e sessenta reais).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
11	AVENTAL IMPERMEÁVEL (TIPO NAPA). 02 pontas para amarração e gola. EMBALADO INDIVIDUALMENTE	UNID	130	R$ 22,00	R$ 2.860,00
VALOR TOTAL R$ 2.860,00					

EMPRESA: **FASULL COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA**

CNPJ N.º 42.334.856/0001-43

LOTE: 12, 35, 37 E 114.

NO VALOR TOTAL DE R$ 21.370,82 (vinte e um mil, trezentos e setenta reais e oitenta e dois centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	BALDE PLÁSTICO RESISTENTE. Com Alça, Capacidade Para 20 LITROS.	UNID	187	R$ 12,79	R$ 2.391,73
35	: DISPENSER PARA PAPEL TOALHAINTERFOLHADO. Características: papeleira para papel toalha Inter folha: 2 ou 3 dobras, tipo de material: plástico.	UNID	193	R$ 21,49	R$ 4.147,57
37	ESCADA DE ALUMINIO 5 DEGRAUS, DOBRAVEL, ALTURA: 161CM, LARGURA: 10,5CM	UNID	51	R$ 157,60	R$ 8.037,60
114	Embalagens plásticas para freezer 10 kg bobina c/ 1000 unidades - ME/EPP	UNID	84	R$ 80,88	R$ 6.793,92
VALOR TOTAL R$ 21.370,82					

EMPRESA: **COMERCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 29.322.621/0001-73

LOTE: 13 e 59.

NO VALOR TOTAL DE R$ 5.613,27 (cinco mil, seiscentos e treze reais e vinte e sete centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	BALDE PLÁSTICO RESISTENTE. Com Alça, Capacidade Para 30 LITROS	UNID	185	R$ 22,89	R$ 4.234,65
59	Lenço umedecido pacote com 50 unidades sem álcoo	UNID	414	R$ 3,33	R$ 1.378,62
VALOR TOTAL R$ 5.613,27					

EMPRESA: **ARC DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 24.972.018/0001-13

LOTE: 15, 18, 20, 27, 38, 52, 58, 61, 63, 65, 90, 93, 96 e 98.

NO VALOR TOTAL DE R$ 49.629,45 (quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	BALDE PLÁSTICO RESISTENTE. Com alça, capacidade para 05 LITROS.	UNID	70	R$ 4,50	R$ 315,00
18	CERA EM PASTA, INCOLOR, BOA QUALIDADE. Especial para pisos Paviflex e Cerâmicos. Mínimo 400 ml. Ref.:POLIFLOR	UNID	84	R$ 16,70	R$ 1.402,80
20	CESTO DE LIXO VAZADO. Cor Preto, Material Em Polipropileno De Media Densidade, FormatoAproximado 24,2 x 24,2 x 33,2. 10 LITROS REF.: PLASVALE	UNID	318	R$ 5,00	R$ 1.590,00
27	DESINFETANTE CLORADO ? DESINFETANTE HOSPITALAR À BASE DE HIPOCLORITO P/ DESINFECÇÃO DE DE SUPERFICIES ? 05 Litros	UNID	272	R$ 13,90	R$ 3.780,80
38	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA COM CABO.Composição: pigmento, matéria sintética e metal. REF. CONDOR	UNID	210	R$ 11,70	R$ 2.457,00
52	GUARDANAPO DE PAPEL. Folha Simples 33cm X 30cm. 50 UNIDADES. REF. SNOB CLASS	UNID	442	R$ 2,10	R$ 928,20
58	LÃ DE AÇO. Composição: Aço Carbono. PACOTE 60g COM 8 UNIDADES. REF. BOMBRIL.	UNID	392	R$ 2,10	R$ 823,20
61	LIMPADOR MULTI-USO. Com álcool. Composição: lauril éter sulfato de sódio, tensoativo não iônico, solvente, coadjulvante, fragrância; para uso em pias de cozinha, fogões,	UNID	2.887	R$ 3,60	R$ 10.393,20

	geladeiras, pias de banheiro 500 ml. REF.: VEJA.				
63	LIXEIRA ESCRITÓRIO TELADA 12 LITROS, COR CINZA.	UNID	167	R$ 5,00	R$ 835,00
65	LUSTRA MÓVEIS LAVANDA. Composição: Agente Formador De Filme, Cera De Carnaúba, Parafina, Silicone, Emulsificante, Solvente De Petróleo, Alcalinizante, Espessante, 3(Cmit): 1(Mit), Fragrância E Veículo. 200ml. REF.: PEROBA.	UNID	1.253	R$ 2,75	R$ 3.445,75
90	RODO ? Base de Metal, Borracha Tamanho mínimo de 45cm	UNID	315	R$ 12,00	R$ 3.780,00
93	SABÃO GLICERINADO EM BARRA. Ácidos graxos,Glicerina e água coadjuvante. Produto saneante notificado na anvisa. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO CINCO UNIDADES DE 200g CADA E DEMAIS COMPONENTES ACEITOS. REF. YPÊ.	UNID	725	R$ 8,20	R$ 5.945,00
96	SABONETE LÍQUIDO. Suave PH 7,0 a 8,0,Concentrado, fragrâncias diversas, Biodegradável, para lavagem de mãos. GALÃO DE 05 LITROS	UNID	417	R$ 15,50	R$ 6.463,50
98	SACO PARA ARMAZENAR LIXO HOSPITALAR.100 litros / 30kg. Tamanho aproximado: 75x105x0.02cm. Embalagem: 100 unidades. Descrição produzido em polietileno de alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Detalhes produto de acordo com a norma técnica 9191, nbr 7500/2009, padrões da abnt, e doIpt(instituto de pesquisas tecnológicas).	UNID	300	R$ 24,90	R$ 7.470,00
VALOR TOTAL R$ 49.629,45					

EMPRESA: **MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 39.840.107/0001-83

LOTE: 16, 17, 19, 24, 44, 53, 54, 69, 86, 99, 100 e 111.

NO VALOR TOTAL DE R$ 63.903,87 (sessenta e três mil, novecentos e três reais e oitenta e sete centavos).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
16	CERA LÍQUIDA, INCOLOR, BOA QUALIDADE.Especial Para Pisos Paviflex E Cerâmicos. Embalagem Anatômica E Com Alça. MÍNIMO 750ml. REF.: POLIFLOR	UNID	2.718	R$: 6,21	R$ 16.878,78
17	CERA LÍQUIDA, VERMELHA, BOA QUALIDADE.Especial Para Pisos Paviflex E Cerâmicos. Embalagem Anatômica E Com Alça. MÍNIMO 750ml. REF.: POLIFLOR	UNID	60	R$ 6,21	R$ 372,60
19	CERA EM PASTA, VERMELHA, BOAQUALIDADE. Especial para pisos Paviflex e Ceramicos.Mínimo 400 ml. Ref.:POLIFLOR	UNID	60	R$ 45,00	R$ 2.700,00
24	CURATIVO COM ADESIVO. EmbaladoIndividualmente E Acondicionado Em Caixinha De Papelão. CAIXA COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES.REF.: BAND AID	UNID	100	R$ 7,48	R$ 748,00
44	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇA. Sintética - Dupla Face. Composta de manta verde não-tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, colada em espuma amarela de poliuretano. As informações na embalagem do produto. PACOTE COM 03 UNIDADES. REF. SCOTCH BRITE.	UNID	3.134	R$ 1,77	R$ 5.547,18
53	HASTES FLEXÍVEIS/ COTONETES. Composição: Hastes De	UNID	183	R$ 1,39	R$ 254,37

	Polipropileno, Algodão, Hidroxietil, Celulose E Triclosan. CAIXA COM NO MÍNIMO 75 UNIDADES. REF.: JOHNSONS				
54	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%. Com Registro Na Anvisa. 01 LITRO REF.: NASCENTE	UNID	345	R$ 9,90	R$ 3.415,50
69	PÁ PARA LIXO COM CABO LONGO EM MADEIRA. REF. CONDOR.	UNID	174	R$ 2,6566	R$ 462,2484
86	REFIL ESFREGÃO BALDE MOP	UNID	255	R$ 11,64	R$ 2.968,20
99	SACO PARA ARMAZENAR LIXO HOSPITALAR. 30Litros /9kg. Tamanho aproximado: 59x62x0.02 cm. Embalagem:100 unidades. Descrição produzido em polietileno de alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistência e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Detalhes produto de acordo com a norma técnica 9191, nbr 7500/2009, padrões da abnt e do ipt (instituto de Pesquisa tecnológicas).	UNID	500	R$ 20,00	R$ 10.000,00
100	SACO PARA ARMAZENAR LIXO HOSPITALAR. 50LITROS / 15 kg com 100 unid. Saco lixo hospitalar 50 litros / 15 kg. Tamanho aproximado: 63x80x0.02 cm. Embalagem:100 unidades; descrição: produzido em polietileno de alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistência e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Detalhes produto de acordo com a norma técnica 9191, nbr 7500/2009, padrões da abnt e do ipt (instituto dePesquisa tecnológicas)	UNID	500	R$ 18,98	R$ 9.490,00
111	VASSOURA DE CERDA SINTÉTICA (NYLON), 1ª qualidade, cabo de madeira, comprimento cepa 70cm. Aplicação limpeza de ruas.	UNID	527	R$ 21,00	R$ 11.067,00
VALOR TOTAL R$ 63.903,87					

EMPRESA: **PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 57.707.826/0001-02

LOTE: 21, 40, 94 e 106.

NO VALOR TOTAL DE R$ 29.435,22 (vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
21	CORDA DE VARAL EXTRA FORTE. Resistente eQue não manche roupas. Embalagem individual, com informações descritas na embalagem do produto. Nº 5 COM NO MÍNIMO 10 METROS.	UNID	120	R$ 5,39	R$ 646,80
40	ESCOVA DENTAL INFANTIL. Cerdas Macias, embalagem apropriada.	UNID	130	R$ 1,18	R$ 153,40
94	SABONETE ANTISSÉPTICO PARA LAVAGEM DE MÃOS DE USO HOSPITALAR À BASE DE TRICLOSAN 0,5% A 1%. LAURIL ÉTER SULFATO SÓDICO, PEROLADO, SEM PERFUME. GALÃO DE 05 LITROS.	UNID	224	R$ 29,99	R$ 6.717,76
106	Sacola Plástica Reforçada 30x40,40x50, 50x60 fardo com 1000 unidades.	UNID	274	R$ 79,99	R$ 21.917,26
VALOR TOTAL R$ 29.435,22					

EMPRESA: **CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA**

CNPJ N.º 60.915.736/0001-11

LOTE: 22 e 92.

NO VALOR TOTAL DE R$ 13.470,40 (treze mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	CREME DENTAL. 90GR SIMILAR OU SUPERIOR Á SORRISO	UNID	340	R$ 2,49	R$ 846,60
92	SABÃO EM PÓ. Lavagem De Roupas Com Sujidade Leve Ou Pesada Como Fluídos Corporais, Medicamentos, Etc. Eficaz na remoção com tecidos de poliéster/algodão com sujidade como óleos e gorduras de origem animal ou vegetal. 5 Kg.	UNID	710	R$ 17,78	R$ 12.623,80
VALOR TOTAL R$ 13.470,40					

EMPRESA: **MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - EPP**

CNPJ N.º 12.811.487/0001-71

LOTE: 23, 25, 39, 43, 45, 46, 71, 85 e 89.

NO VALOR TOTAL DE R$ 34.125,41 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	CREME PARA CABELO TIPO CONDICIONADOR ? 250 ml	UNID	340	R$ 15,08	R$ 5.127,20
25	Desentupidor de pia. Composto por polipropileno e borracha termoplástica, cabo curto em polietileno, com alto poder de sucção, sanfonado.	UNID	175	R$ 11,38	R$ 1.991,50
39	ESCOVA PARA LIMPEZA DE UNHAS/MÃOS.Composição: matéria sintética, metal e pigmento. Ref. Condor.	UNID	75	R$ 2,79	R$ 209,25
43	ESFREGÃO PLANO. Esponja Com Cabo. REF. CONDOR	UNID	220	R$ 72,58	R$ 15.967,60
45	ESPONJA PARA BANHO. Composição: Poliuretano. Embalada individualmente	UNID	60	R$ 5,98	R$ 358,80
46	FÓSFOROS. Composição: fósforo, clorato de potássio e aglutinantes. PACOTE COM 10 CAIXAS, EM CADA CAIXA 40. REF.: PINHEIRO.	UNID	156	R$ 4,98	R$ 776,88
71	PALITO PARA DENTES. Composição: Produzido Com Madeira 100% Reflorestada. CAIXA COM 100 UNIDADES REF. GINA	UNID	90	R$ 2,03	R$ 182,70
85	RATICIDA 25 gr	UNID	184	R$ 16,28	R$ 2.995,52
89	REPELENTE DE INSETOS. Aerossol, odor inodoro, aplicação mosca/pernilongo e barata. Tampa com trava de segurança. 300 ml. REF. DETEFON.	UNID	502	R$ 12,98	R$ 6.515,96
VALOR TOTAL R$ 34.125,41					

EMPRESA: **51.627.661 DOUGLAS BORSUK**

CNPJ N.º 51.627.661/0001-82

LOTE: 30, 31, 55, 66 e 67.

NO VALOR TOTAL DE R$ 11.914,90 (onze mil, novecentos e quatorze reais e noventa centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
30	DESODORIZADOR SANITÁRIO EM PEDRA.Composição: Dobencilbenzeno Sulfato De Sódio, Coadjuvantes, Emoliente, Perfume, Corante, Higienizante, Bactericida E Germicida, Com Fragrância. EMBALAGEM CONTENDO UM SUPORTE E UMA PEDRA COM NO MÍNIMO 20GR.	UNID	1.036	R$ 1,00	R$ 1.036,00

31	DESODORIZADOR / AROMATIZADOR DEAR. Aerossol, Com Fragrância. 360ml. REF.: GLADE.	UNID	740	R$ 7,00	R$ 5.180,00
55	INSETICIDA AEROSOL, múltipla ação, 300ml. REF.: SBP FRASCO	UNID	433	R$ 7,30	R$ 3.160,90
66	LUVA MULTI USO FORRADA MÉDIA - Látex 100% natural EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	UNID	924	R$ 2,00	R$ 1.848,00
67	NAFTALINA? 50 g	UNID	300	R$ 2,30	R$ 690,00
VALOR TOTAL R$ 11.914,90					

EMPRESA: **NEW REGLY LTDA**

CNPJ N.º 03.448.836/0001-41

LOTE: 32.

NO VALOR TOTAL DE R$ 7.912,00 (sete mil e novecentos e doze reais).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
32	DETERGENTE? DESINGRAXANTE, SEMI PASTOSO, P/ LIMPEZA GERAL, 5 LITROS	UNID	172	R$ 46,00	R$ 7.912,00
VALOR TOTAL R$ 7.912,00					

EMPRESA: **MG PLAST LTDA**

CNPJ N.º 47.134.781/0001-70

LOTE: 36.

NO VALOR TOTAL DE R$ 20.331,00 (vinte mil e trezentos e trinta e um reais).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
36	Embalagens plásticas para freezer 10 kg bobina c/ 1000 unidades	UNID	251	R$ 81,00	R$ 20.331,00
VALOR TOTAL R$ 20.331,00					

EMPRESA: **ELLOLIMP COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E**

LIMPEZA LTDA

CNPJ N.º 49.547.438/0001-83

LOTE: 42, 60, 62, 68 e 72.

NO VALOR TOTAL DE R$ 28.648,86 (vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
42	ESFREGÃO PLANO. De microfibra ou algodão com cabo.	UNID	227	R$ 28,9666	R$ 6.575,4182
60	LIMPADOR DESENGORDURANTE. Composição Lauril Eter Sulfato De Sódio, Ácido Cítrico, Álcool Graxo E Toxilado, Éter Glicólico, Água E Perfume. 500 ml. REF.: VEJA.	UNID	2.223	R$ 3,44	R$ 7.647,12
62	LIMPADOR PARA VIDROS. Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio, Coadjuvantes, Corante, Solvente, Água E Álcool. 500 ml. REF. VEJA VIDREX BIO ÁLCOOL.	UNID	1.491	R$ 3,49	R$ 5.203,59
68	ÓLEO DE PERÓBA. Composição: Óleo Mineral E Vegetal, Solvente Mineral E Vegetal, Aromatizante. 200ml.	UNID	274	R$ 15,06	R$ 4.126,44
72	PANO DE CHÃO. Atoalhado, Medidas Mínimas 50 X 70cm.	UNID	1.130	R$ 4,51	R$ 4,51
VALOR TOTAL R$ 28.648,86					

EMPRESA: **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**

CNPJ N.º 51.740.794/0001-60

LOTE: 64 e 84.

NO VALOR TOTAL DE R$ 92.952,00 (noventa e dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
64	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 50 LTS	UNID	260	R$ 294,24	R$ 76.502,40
84	QUEROSENE. Composição: 100% hidrocarboneto alifático. Para ser usado na remoção de manchas, no piso, na limpeza de fogões, auxilia na limpeza de tapetes e carpetes, na lavagem de automóveis e em uso doméstico em geral. 01 LITRO	UNID	447	R$ 36,80	R$ 16.449,60
VALOR TOTAL R$ 92.952,00					

EMPRESA: **HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME**

CNPJ N.º 22.094.574/0001-09

LOTE: 73, 74, 75, 97, 101, 103, 104, 105 e 113.

NO VALOR TOTAL DE R$ 94.738,18 (noventa e quatro mil, setecentos e trinta e oito reais e dezoito centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
73	PANO DE CHÃO. Cru, 100% Algodão, Tipo Saco, Medidas Mínimas 83 Cm X 60 Cm.	UNID	1.652	R$ 4,97	R$ 8.210,44
74	PANO DE LIMPEZA. Tipo Flanela, Para Móvel, 100% Algodão, Para Uso Geral, Bainha Padronizada, 400x600mm - Cor Amarela	UNID	1.502	R$ 1,80	R$ 2.703,60
75	PANO DE PRATO. Composição: 50% viscose, 50% poliéster, látex e agente fungicida, Medida mínima 45x70cm. Embalado individualmente.	UNID	1.172	R$ 3,03	R$ 3.551,16
97	SACO PARA ARMAZENAR LIXO.100lt Reforçado, cor vermelha. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	UNID	1.025	R$ 32,07	R$ 32.871,75
101	SACO PARA ARMAZENAR LIXO REFORÇADO100 litros pacote com no mínimo 05 unidades azul ou preto -	UNID	1.350	R$ 1,84	R$ 2.484,00
103	SACO PARA ARMAZENAR LIXO REFORÇADO 30Litros pacote com no mínimo 10 unidades azul ou preto - dimensões mínimas 59cmx62cm, suportando até 6kg, com no mínimo 8 micras. Essas informações devem constar na embalagem.	UNID	874	R$ 1,65	R$ 1.442,10
104	SACO PARA ARMAZENAR LIXO. 100ltReforçado, cor azul. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	UNID	1.080	R$ 24,80	R$ 26.784,00
105	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE - 100litros, Reforçado. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	UNID	400	R$ 37,99	R$ 15.196,00
113	VASSOURA MACIA DE MATERIAL CERDA SINTÉTICA (NYLON COLORIDO), 1ª qualidade, cabo metal, comprimento cepa 30cm. Aplicação limpeza de piso	UNID	217	R$ 6,89	R$ 1.495,13
VALOR TOTAL R$ 94.738,18					

EMPRESA: **DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA**

CNPJ N.º 40.223.106/0001-79

LOTE: 77.

NO VALOR TOTAL DE R$ 1.242,30 (um mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
77	PANO PARA LIMPEZA. Multi Uso. PACOTE COM 5 UNIDADES.	UNID	606	R$ 2,05	R$ 1.242,30

	REF. PERFEX				
VALOR TOTAL R$ 1.242,30					

EMPRESA: **CALL EMPREENDIMENTOS LTDA**

CNPJ N.º 44.570.780/0001-80

LOTE: 78, 79 e 115.

NO VALOR TOTAL DE R$ 101.882,00 (cento e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
78	PAPEL HIGIÊNICO. 30mx10cm, alta absorção, folha simples, picotado, gofrado(texturizado). Não reciclado, biodegradável, com 100% de fibras de celulose virgem, na cor branca, alvura mínima de 80%, fragrância neutra. 01ª LINHA E MACIO. FARDO COM 16 PACOTES CONTENDO 04 ROLOS CADA. REF.: PERSONAL.	UNID	1.480	R$ 43,00	R$ 63.640,00
79	PAPEL TOALHA. 1ª Qualidade, Padrão Luxo, Interfolhados, Formato 2 Dobras, Cor Branca, Com 100% De Fibras Celulósicas, Macia, Com Alta Absorção, Papel Não Reciclado, Medidas Mínimas 20,5cm X 23cm. PACOTE C/ 1000	UNID	1.908	R$ 9,00	R$ 17.172,00
115	PAPEL HIGIÊNICO. 30mx10cm, alta absorção, folha simples, picotado, gofrado(texturizado). Não reciclado, biodegradável, com 100% de fibras de celulose virgem, na cor branca, alvura mínima de 80%, fragrância neutra. 01ª LINHA E MACIO. FARDO COM 16 PACOTES CONTENDO 04 ROLOS CADA. REF.:PERSONAL? ME/EPP	UNID	490	R$ 43,00	R$ 21.070,00
VALOR TOTAL R$ 101.882,00					

EMPRESA: **JUVEVE EMPREENDIMENTOS LTDA**

CNPJ N.º 33.281.727/0001-43

LOTE: 109.

NO VALOR TOTAL DE R$ 12.455,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
109	TALCO INFANTIL. Aspecto Físico: Pó Branco Com Perfume Suave. 200gr. REF.: JOHNSON	UNID	470	R$ 26,50	R$ 12.455,00
VALOR TOTAL R$ 12.455,00					

Leia-se:

EMPRESA: **PAZ COMERCIO E SERVIÇO LTDA**

CNPJ N.º 20.509.544/0001-90

LOTE: 1, 14, 33, 34, 107 e 108.

NO VALOR TOTAL DE R$ 84.848,19 (oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais e dezenove centavos).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**

1	ÁGUA SANITÁRIA À BASE DE HIPOCLORITO DESÓDIO MÍNIMO 2%. Água sanitária, à base hipoclorito de sódio, mínimo 2% cloro ativo. Embalagem / frasco em polietileno, informações descritas na embalagem do produto. 5 LITROS. REFERÊNCIA: QBOA.	UNID	1.533	R$ 7,44	R$ 11.405,52
14	BALDE CENTRIFUGA MOP COMPLETO COM REFIL 16LITROS, MATERIAL DO CABO INOX, BALDE COM CENTRIFUGADOR, CAPACIDADE 16 LITROS, MATERIAL: BALDE PLASTICO E CESTO E CABO INOX. MEDIDAS DO BALDE: ALTURA 22CM, LARGURA 25,5CM, COMPRIMENTO 45,5M. MEDIDAS DO CABO ALTURA 113CM.	UNID	178	R$ 92,99	R$ 16.552,22
33	DETERGENTE E DESENGRAXANTE SEMI-PASTOSO. Limpeza geral de superfícies lavável: pisos, paredes e etc. Concentrado e com alta formação de espuma. Utilizado para limpeza manual ou com equipamentos. 05 LITROS.	UNID	292	R$ 118,99	R$ 34.745,08
34	DETERGENTE LÍQUIDO. Remoção De Gorduras De Louças, Talheres e Panelas, PH Neutro Tensoativo Biodegradável. 500 ml. REF.: YPÊ.	UNID	6.864	R$ 1,98	R$ 13.590,72
107	SAPÓLIO CREMOSO - 300GR. CAIXA COM 12 UNIDADES. REF. BOMBRIL.	UNID	80	R$ 37,20	R$ 2.976,00
108	SAPONÁCEO EM PÓ 300GR. CAIXA COM 12 UNIDADES. REF. BOMBRIL	UNID	165	R$ 33,81	R$ 5.578,65
VALOR TOTAL R$ 84.848,19					

EMPRESA: **G M DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 21.604.118/0001-07

LOTE: 2, 3, 6, 41, 56, 57, 81, 87 e 102.

NO VALOR TOTAL DE R$ 35.585,45 (trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

LOTE	**DESCRITIVO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
2	ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL 65° INPM 500GR. ÁlcoolEtílico Hidratado Em Gel, Com Teor Alcoólico E Peso De No Mínimo 65° INPM, Translúcido E Isento De Material Em Suspensão, Viscosidade De 5000 CP (+/- 1000cp), Com Ação Antimicrobiana. Embalagem plástica totalmente transparente cristal, contendo nome do responsável técnico, nome do fabricante, data de fabricação e validade. 500ml. REFERÊNCIA: GERMIDERME.	UNID	1.656	R$ 4,31	R$ 7.137,36
3	ÁLCOOL ETÍLICO EM LÍQUIDO 46% INPM. Embalagem em pvc cor leitosa. O produto deve seguir norma nbr 5992. 1 LITRO. REFERÊNCIA: DA ILHA	UNID	2.654	R$ 4,90	R$ 13.004,60
6	AMACIANTE DE TECIDOS DE USO HOSPITALAR, QUE FORNEÇA UM AGRADÁVEL PERFUME, ALÉM DE AMACIAR AS FIBRAS FACILITANDO O PASSAR E POSSIBILITANDO UM TOQUE SUAVE AO TECIDO. APRESENTAÇÃO: BOMBONAS DE 5 LITROS. O PRODUTO DEVE SER REGISTRADO NA ANVISA.	UNID	150	R$ 16,78	R$ 2.517,00
41	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE. Composição: material sintético, pigmento e metal.	UNID	303	R$ 4,67	R$ 1.415,01
56	NSETICIDA ISCA PARA BARATAS. Mata Baratas E Seus Ovos. CAIXA COM 6 UNIDADES. REF.: BAYGON	UNID	154	R$ 21,57	R$ 3.321,78
57	NSETICIDA PASTILHA. Refil com no mínimo 10 UNIDADES. REF. RAID	UNID	200	R$ 9,13	R$ 1.826,00
81	PORTA SABONETE LÍQUIDO/ÁLCOOL EM GEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 350ML	UNID	270	R$:4,31	R$ 1.163,70
87	REMOVEDOR DE CERA. Composição: tensoativo não iônico, álcool etílico, monoetanolamina, essência e	UNID	114	R$ 30,00	R$ 3.420,00

	água. - Para uso em pisos de madeira com sinteco ou cascolac, cerâmica, Paviflex e pisos frio. 01 LITRO REF. K&M				
102	SACO PARA ARMAZENAR LIXO REFORÇADO 15Litros pacote com no mínimo 20 unidades azul ou preto - dimensões m	UNID	1.000	R$ 1,78	R$ 1.780,00
VALOR TOTAL R$ 35.585,45					

EMPRESA: **CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP**

CNPJ N.º 32.743.242/0001-61

LOTE: 4, 47, 48, 49,50, 51 e 83.

NO VALOR TOTAL DE R$ 0 (trinta e três mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	ÁLCOOL ETÍLICO EM LÍQUIDO 70% INPM. Embalagem em pvc cor leitosa. O produto deve seguir norma nbr 5992. 1 LITRO. REFERÊNCIA: DA ILHA.	UNID	1.010	R$ 4,50	R$ 4.545,00
47	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico - fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. EG pct com 24 unid	UNID	255	R$ 17,90	R$ 4.564,50
48	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico - fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. G pct com 24 unid	UNID	255	R$ 18,00	R$ 4.590,00
49	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico - fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. GG pct com 24 unid	UNID	255	R$ 17,00	R$ 4.335,00
50	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico - fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. M pct com 24 unid	UNID	255	R$ 17,99	R$ 4.587,45
51	Fralda descartável infantil - barreira antivazamento - antialérgico -fitas adesivas - elástico nas laterais Tam. P - pct com 24 unid	UNID	255	R$ 18,50	R$ 4.717,50
83	Protetor solar adulto hipoalérgico uso profissional com 120g/120ml FPS60 ativo a água, toque seco	UNID	415	R$ 16,00	R$ 6.640,00
VALOR TOTAL R$ 33.979,45					

EMPRESA: **BRUNO VIDAL WOICIEKOWSKI**

CNPJ N.º 18.480.712/0001-10

LOTE: 5.

NO VALOR TOTAL DE R$ 20.535,00 (vinte mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	ALVEJANTE EM PÓ DE USO HOSPITALAR. Indicado para o alvejamento e desinfecção de roupas em lavanderias. Liberação controlada de cloro orgânico, eficaz em tecidos brancos e cores firmes, com alto poder desinfetante e ampla ação contra bactérias. 05 Kg.	UNID	300	R$ 68,45	R$ 20.535,00
VALOR TOTAL R$ 20.535,00					

EMPRESA: **KF COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**

CNPJ N.º 29.755.673/0001-33

LOTE: 7, 28, 29, 70, 76, 82 e 112.

NO VALOR TOTAL DE R$ 32.269,44 (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	AMACIANTE DE ROUPAS. Com Fragrância. 2 LITROS REFERÊNCIA: YPÊ	UNID	360	R$ 4,00	R$ 1.440,00
28	DESINFETANTE LÍQUIDO. Fragrância de eucalipto. 02 LITROS. REF.: PINHO SOL	UNID	1.358	R$ 3,87	R$ 5.255,46
29	DESINFETANTE LÍQUIDO. Fragrância De Lavanda. 02 LITROS. REF.: PINHO SOL	UNID	1.314	R$ 3,87	R$ 5.085,18
70	PALHA DE AÇO. Média Nº1. Composição: Aço Carbono. 25g.	UNID	384	R$ 1,30	R$ 499,20
76	PANO MULTIUSO, APRESENTAÇÃO ROLO 28X 300M, UNIDADE 28X50CM, COR AZUL, QUANTIDADE 600 PANOS. Para uso hospitalar	UNID	242	R$ 69,40	R$ 16.794,80
82	PRENDEDOR PARA ROUPAS. Material Plástico, resistente. 12 UNIDADES	UNID	150	R$ 2,12	R$ 318,00
112	VASSOURA DE PALHA COM CABO.	UNID	116	R$ 24,80	R$ 2.876,80
VALOR TOTAL R$ 32.269,44					

EMPRESA: **J.C ASSEF COMERCIO LTDA**

CNPJ N.º 62.269.531/0001-31

LOTE: 8, 9, e 26.

NO VALOR TOTAL DE R$ 6.854,72 (seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Aparelho de barbear cabo longo com 2 lâminas - pacote com 5 unidades.	UNID	160	R$ 4,25	R$ 680,00
9	APARELHO ELÉTRICO CONTRA INSETOS, EPASTILHAS. Mínimo 04 Refis, Sem Fragrância, Duração Mínima De 12hrs. Embalagem Lacrada. 01APARELHO e 04 PASTILHAS. REFERÊNCIA: RAID.	UNID	152	R$ 32,49	R$ 4.938,48
26	Desentupidor de vaso sanitário. Composto por polipropileno e borracha termoplástica, cabo longo, com alto poder de sucção, sanfonado.	UNID	136	R$ 9,09	R$ 1.236,24
VALOR TOTAL R$ 6.854,72					

EMPRESA: **61650030 ALINE CERQUEIRA DE OLIVEIRA**

CNPJ N.º 61.650.030/0001-38

LOTE: 10 e 110.

NO VALOR TOTAL DE R$ 6.564,30 (seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	AVENTAL DE TECIDO ALGODÃO.02 pontas Para amarração e gola, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	UNID	120	R$ 28,50	R$ 3.420,00
110	TOALHA DE ROSTO 100% algodão, medidas mínimas 80x50cm	UNID	282	R$ 11,15	R$ 3.144,30
VALOR TOTAL R$ $ 6.564,30					

EMPRESA: **FASULL COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA**

CNPJ N.º 42.334.856/0001-43

LOTE: 12, 35, 37 E 114.

NO VALOR TOTAL DE R$ 21.370,82 (vinte e um mil, trezentos e setenta reais e oitenta e dois centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	BALDE PLÁSTICO RESISTENTE. Com Alça, Capacidade Para 20 LITROS.	UNID	187	R$ 12,79	R$ 2.391,73
35	: DISPENSER PARA PAPEL TOALHAINTERFOLHADO. Características: papeleira para papel toalha Inter folha: 2 ou 3 dobras, tipo de material: plástico.	UNID	193	R$ 21,49	R$ 4.147,57
37	ESCADA DE ALUMINIO 5 DEGRAUS, DOBRAVEL, ALTURA: 161CM, LARGURA: 10,5CM	UNID	51	R$ 157,60	R$ 8.037,60
114	Embalagens plásticas para freezer 10 kg bobina c/ 1000 unidades - ME/EPP	UNID	84	R$ 80,88	R$ 6.793,92
VALOR TOTAL R$ 21.370,82					

EMPRESA: **COMERCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 29.322.621/0001-73

LOTE: 13 e 59.

NO VALOR TOTAL DE R$ 5.613,27 (cinco mil, seiscentos e treze reais e vinte e sete centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	BALDE PLÁSTICO RESISTENTE. Com Alça, Capacidade Para 30 LITROS	UNID	185	R$ 22,89	R$ 4.234,65
59	Lenço umedecido pacote com 50 unidades sem álcoo	UNID	414	R$ 3,33	R$ 1.378,62
VALOR TOTAL R$ 5.613,27					

EMPRESA: **ARC DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 24.972.018/0001-13

LOTE: 15, 18, 20, 27, 38, 52, 58, 61, 63, 90, 93, 96 e 111.

NO VALOR TOTAL DE R$ 50.307,70 (cinquenta mil, trezentos e sete reais e setenta centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	BALDE PLÁSTICO RESISTENTE. Com alça, capacidade para 05 LITROS.	UNID	70	R$ 4,50	R$ 315,00
18	CERA EM PASTA, INCOLOR, BOA QUALIDADE. Especial para pisos Paviflex e Cerâmicos. Mínimo 400 ml. Ref.:POLIFLOR	UNID	84	R$ 16,70	R$ 1.402,80
20	CESTO DE LIXO VAZADO. Cor Preto, Material Em Polipropileno De Media Densidade, FormatoAproximado 24,2 x 24,2 x 33,2. 10 LITROS REF.: PLASVALE	UNID	318	R$ 5,00	R$ 1.590,00
27	DESINFETANTE CLORADO ? DESINFETANTE HOSPITALAR À BASE DE HIPOCLORITO P/ DESINFECÇÃO DE DE SUPERFICIES ? 05 Litros	UNID	272	R$ 13,90	R$ 3.780,80
38	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA COM CABO.Composição: pigmento, matéria sintética e metal. REF. CONDOR	UNID	210	R$ 11,70	R$ 2.457,00
52	GUARDANAPO DE PAPEL. Folha Simples 33cm X 30cm. 50 UNIDADES. REF. SNOB CLASS	UNID	442	R$ 2,10	R$ 928,20
58	LÃ DE AÇO. Composição: Aço Carbono. PACOTE 60g COM 8 UNIDADES. REF. BOMBRIL.	UNID	392	R$ 2,10	R$ 823,20
61	LIMPADOR MULTI-USO. Com álcool. Composição: lauril éter sulfato de sódio, tensoativo não iônico, solvente, coadjulvante, fragrância; para uso em pias de cozinha, fogões, geladeiras, pias de banheiro 500 ml. REF.: VEJA.	UNID	2.887	R$ 3,60	R$ 10.393,20
63	LIXEIRA ESCRITÓRIO TELADA 12 LITROS, COR CINZA.	UNID	167	R$ 5,00	R$ 835,00
90	RODO ? Base de Metal, Borracha Tamanho mínimo de 45cm	UNID	315	R$ 12,00	R$ 3.780,00
93	SABÃO GLICERINADO EM BARRA. Ácidos graxos,Glicerina e	UNID	725	R$ 8,20	R$ 5.945,00

	água coadjuvante. Produto saneante notificado na anvisa. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO CINCO UNIDADES DE 200g CADA E DEMAIS COMPONENTES ACEITOS. REF. YPÊ.				
96	SABONETE LÍQUIDO. Suave PH 7,0 a 8,0,Concentrado, fragrâncias diversas, Biodegradável, para lavagem de mãos. GALÃO DE 05 LITROS	UNID	417	R$ 15,50	R$ 6.463,50
111	VASSOURA DE CERDA SINTÉTICA (NYLON), 1ª qualidade, cabo de madeira, comprimento cepa 70cm. Aplicação limpeza de ruas.	UNID	527	R$ 22,00	R$ 11.594,00
VALOR TOTAL R$ 50.307,70					

EMPRESA: **MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 39.840.107/0001-83

LOTE: 16, 17, 19, 24, 44, 53, 54, 69, 75, 86, 99 e 100.

NO VALOR TOTAL DE R$ 56.399,75 (cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	CERA LÍQUIDA, INCOLOR, BOA QUALIDADE.Especial Para Pisos Paviflex E Cerâmicos. Embalagem Anatômica E Com Alça. MÍNIMO 750ml. REF.: POLIFLOR	UNID	2.718	R$: 6,21	R$ 16.878,78
17	CERA LÍQUIDA, VERMELHA, BOA QUALIDADE.Especial Para Pisos Paviflex E Cerâmicos. Embalagem Anatômica E Com Alça. MÍNIMO 750ml. REF.: POLIFLOR	UNID	60	R$ 6,21	R$ 372,60
19	CERA EM PASTA, VERMELHA, BOAQUALIDADE. Especial para pisos Paviflex e Ceramicos.Mínimo 400 ml. Ref.:POLIFLOR	UNID	60	R$ 45,00	R$ 2.700,00
24	CURATIVO COM ADESIVO. EmbaladoIndividualmente E Acondicionado Em Caixinha De Papelão. CAIXA COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES.REF.: BAND AID	UNID	100	R$ 7,48	R$ 748,00
44	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇA. Sintética - Dupla Face. Composta de manta verde não-tecida de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, através de resina de alta resistência, colada em espuma amarela de poliuretano. As informações na embalagem do produto. PACOTE COM 03 UNIDADES. REF. SCOTCH BRITE.	UNID	3.134	R$ 1,77	R$ 5.547,18
53	HASTES FLEXÍVEIS/ COTONETES. Composição: Hastes De Polipropileno, Algodão, Hidroxietil, Celulose E Triclosan. CAIXA COM NO MÍNIMO 75 UNIDADES. REF.: JOHNSONS	UNID	183	R$ 1,39	R$ 254,37
54	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%. Com Registro Na Anvisa. 01 LITRO REF.: NASCENTE	UNID	345	R$ 9,90	R$ 3.415,50
69	PÁ PARA LIXO COM CABO LONGO EM MADEIRA. REF. CONDOR.	UNID	174	R$ 2,6566	R$ 462,2484
75	PANO DE PRATO. Composição: 50% viscose, 50% poliéster, látex e agente fungicida, Medida mínima 45x70cm. Embalado individualmente.	UNID	1.172	R$ 3,04	R$ 3.562,88
86	REFIL ESFREGÃO BALDE MOP	UNID	255	R$ 11,64	R$ 2.968,20
99	SACO PARA ARMAZENAR LIXO HOSPITALAR. 30Litros /9kg. Tamanho aproximado: 59x62x0.02 cm. Embalagem:100 unidades. Descrição produzido em polietileno de alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistência e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Detalhes produto de acordo com a norma técnica 9191, nbr 7500/2009, padrões	UNID	500	R$ 20,00	R$ 10.000,00

	da abnt e do ipt (instituto de Pesquisa tecnológicas).				
100	SACO PARA ARMAZENAR LIXO HOSPITALAR. 50LITROS / 15 kg com 100 unid. Saco lixo hospitalar 50 litros / 15 kg. Tamanho aproximado: 63x80x0.02 cm. Embalagem:100 unidades; descrição: produzido em polietileno de alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistência e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Detalhes produto de acordo com a norma técnica 9191, nbr 7500/2009, padrões da abnt e do ipt (instituto dePesquisa tecnológicas)	UNID	500	R$ 18,98	R$ 9.490,00
VALOR TOTAL R$ 56.399,75					

EMPRESA: **PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA**

CNPJ N.º 57.707.826/0001-02

LOTE: 11. 21, 40, 94 E 106

NO VALOR TOTAL DE R$ 32.309,52 (trinta e dois mil, trezentos e nove reais e cinquenta e dois centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	AVENTAL IMPERMEÁVEL (TIPO NAPA). 02 pontas para amarração e gola. EMBALADO INDIVIDUALMENTE	UNID	130	R$ 22,11	R$ 2.874,20
21	CORDA DE VARAL EXTRA FORTE. Resistente eQue não manche roupas. Embalagem individual, com informações descritas na embalagem do produto. Nº 5 COM NO MÍNIMO 10 METROS.	UNID	120	R$ 5,39	R$ 646,80
40	ESCOVA DENTAL INFANTIL. Cerdas Macias, embalagem apropriada.	UNID	130	R$ 1,18	R$ 153,40
94	SABONETE ANTISSÉPTICO PARA LAVAGEM DE MÃOS DE USO HOSPITALAR À BASE DE TRICLOSAN 0,5% A 1%. LAURIL ÉTER SULFATO SÓDICO, PEROLADO, SEM PERFUME. GALÃO DE 05 LITROS.	UNID	224	R$ 29,99	R$ 6.717,76
106	Sacola Plástica Reforçada 30x40,40x50, 50x60 fardo com 1000 unidades.	UNID	274	R$ 79,99	R$ 21.917,26
VALOR TOTAL R$ 32.309,52					

EMPRESA: **CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA**

CNPJ N.º 60.915.736/0001-11

LOTE: 22 e 92.

NO VALOR TOTAL DE R$ 13.470,40 (treze mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	CREME DENTAL. 90GR SIMILAR OU SUPERIOR Á SORRISO	UNID	340	R$ 2,49	R$ 846,60
92	SABÃO EM PÓ. Lavagem De Roupas Com Sujidade Leve Ou Pesada Como Fluídos Corporais, Medicamentos, Etc. Eficaz na remoção com tecidos de poliéster/algodão com sujidade como óleos e gorduras de origem animal ou vegetal. 5 Kg.	UNID	710	R$ 17,78	R$ 12.623,80
VALOR TOTAL R$ 13.470,40					

EMPRESA: **MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - EPP**

CNPJ N.º 12.811.487/0001-71

LOTE: 23, 25, 39, 43, 45, 46, 71, 85 e 89.

NO VALOR TOTAL DE R$ 34.125,41 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	CREME PARA CABELO TIPO CONDICIONADOR ? 250 ml	UNID	340	R$ 15,08	R$ 5.127,20
25	Desentupidor de pia. Composto por polipropileno e borracha termoplástica, cabo curto em polietileno, com alto poder de sucção, sanfonado.	UNID	175	R$ 11,38	R$ 1.991,50
39	ESCOVA PARA LIMPEZA DE UNHAS/MÃOS.Composição: matéria sintética, metal e pigmento. Ref. Condor.	UNID	75	R$ 2,79	R$ 209,25
43	ESFREGÃO PLANO. Esponja Com Cabo. REF. CONDOR	UNID	220	R$ 72,58	R$ 15.967,60
45	ESPONJA PARA BANHO. Composição: Poliuretano. Embalada individualmente	UNID	60	R$ 5,98	R$ 358,80
46	FÓSFOROS. Composição: fósforo, clorato de potássio e aglutinantes. PACOTE COM 10 CAIXAS, EM CADA CAIXA 40. REF.: PINHEIRO.	UNID	156	R$ 4,98	R$ 776,88
71	PALITO PARA DENTES. Composição: Produzido Com Madeira 100% Reflorestada. CAIXA COM 100 UNIDADES REF. GINA	UNID	90	R$ 2,03	R$ 182,70
85	RATICIDA 25 gr	UNID	184	R$ 16,28	R$ 2.995,52
89	REPELENTE DE INSETOS. Aerossol, odor inodoro, aplicação mosca/pernilongo e barata. Tampa com trava de segurança. 300 ml. REF. DETEFON.	UNID	502	R$ 12,98	R$ 6.515,96
VALOR TOTAL R$ 34.125,41					

EMPRESA: **51.627.661 DOUGLAS BORSUK**

CNPJ N.º 51.627.661/0001-82

LOTE: 30, 31, 55, 66 e 67.

NO VALOR TOTAL DE R$ 11.914,90 (onze mil, novecentos e quatorze reais e noventa centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
30	DESODORIZADOR SANITÁRIO EM PEDRA.Composição: Dobencilbenzeno Sulfato De Sódio, Coadjuvantes, Emoliente, Perfume, Corante, Higienizante, Bactericida E Germicida, Com Fragrância. EMBALAGEM CONTENDO UM SUPORTE E UMA PEDRA COM NO MÍNIMO 20GR.	UNID	1.036	R$ 1,00	R$ 1.036,00
31	DESODORIZADOR / AROMATIZADOR DEAR. Aerossol, Com Fragrância. 360ml. REF.: GLADE.	UNID	740	R$ 7,00	R$ 5.180,00
55	INSETICIDA AEROSOL, múltipla ação, 300ml. REF.: SBP FRASCO	UNID	433	R$ 7,30	R$ 3.160,90
66	LUVA MULTI USO FORRADA MÉDIA - Látex 100% natural EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	UNID	924	R$ 2,00	R$ 1.848,00
67	NAFTALINA? 50 g	UNID	300	R$ 2,30	R$ 690,00
VALOR TOTAL R$ 11.914,90					

EMPRESA: **NEW REGLY LTDA**

CNPJ N.º 03.448.836/0001-41

LOTE: 32.

NO VALOR TOTAL DE R$ 15.388,00 (quinze mil, trezentos oitenta e oito reais).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
32	DETERGENTE? DESINGRAXANTE, SEMI PASTOSO, P/ LIMPEZA GERAL, 5 LITROS	UNID	172	R$ 46,00	R$ 7.912,00
98	SACO PARA ARMAZENAR LIXO HOSPITALAR.100 litros / 30kg. Tamanho aproximado: 75x105x0.02cm. Embalagem: 100 unidades. Descrição produzido em polietileno de alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação, a solda de fundo é tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Detalhes produto de acordo com a norma técnica 9191, nbr 7500/2009, padrões da abnt, e doIpt(instituto de pesquisas tecnológicas).	UNID	300	R$ 24,92	R$ 7.476,00
VALOR TOTAL R$ 15.388,00					

EMPRESA: **MG PLAST LTDA**

CNPJ N.º 47.134.781/0001-70

LOTE: 36.

NO VALOR TOTAL DE R$ 20.331,00 (vinte mil e trezentos e trinta e um reais).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
36	Embalagens plásticas para freezer 10 kg bobina c/ 1000 unidades	UNID	251	R$ 81,00	R$ 20.331,00
VALOR TOTAL R$ 20.331,00					

EMPRESA: **ELLOLIMP COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA**

CNPJ N.º 49.547.438/0001-83

LOTE: 60, 62, 68 e 72.

NO VALOR TOTAL DE R$ 22.073,45 (vinte e dois mil, setenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
60	LIMPADOR DESENGORDURANTE. Composição Lauril Eter Sulfato De Sódio, Ácido Cítrico, Álcool Graxo E Toxilado, Éter Glicólico, Água E Perfume. 500 ml. REF.: VEJA.	UNID	2.223	R$ 3,44	R$ 7.647,12
62	LIMPADOR PARA VIDROS. Composição: Lauril Éter Sulfato De Sódio, Coadjuvantes, Corante, Solvente, Água E Álcool. 500 ml. REF. VEJA VIDREX BIO ÁLCOOL.	UNID	1.491	R$ 3,49	R$ 5.203,59
68	ÓLEO DE PERÓBA. Composição: Óleo Mineral E Vegetal, Solvente Mineral E Vegetal, Aromatizante. 200ml.	UNID	274	R$ 15,06	R$ 4.126,44
72	PANO DE CHÃO. Atoalhado, Medidas Mínimas 50 X 70cm.	UNID	1.130	R$ 4,51	R$ 5.096,30
VALOR TOTAL R$ 22.073,45					

EMPRESA: **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**

CNPJ N.º 51.740.794/0001-60

LOTE: 64 e 84.

NO VALOR TOTAL DE R$ 92.952,00 (noventa e dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
64	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 50 LTS	UNID	260	R$ 294,24	R$ 76.502,40
84	QUEROSENE. Composição: 100% hidrocarboneto alifático. Para ser usado na remoção de manchas, no piso, na limpeza de fogões, auxilia na limpeza de tapetes e carpetes, na lavagem de automóveis e em uso doméstico em geral. 01 LITRO	UNID	447	R$ 36,80	R$ 16.449,60
VALOR TOTAL R$ 92.952,00					

EMPRESA: **HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME**

CNPJ N.º 22.094.574/0001-09

LOTE: 73, 74, 75, 97, 101, 103, 104, 105 e 113.

NO VALOR TOTAL DE R$ 91.187,02 (noventa e um mil, cento e oitenta e sete reais e dois centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
73	PANO DE CHÃO. Cru, 100% Algodão, Tipo Saco, Medidas Mínimas 83 Cm X 60 Cm.	UNID	1.652	R$ 4,97	R$ 8.210,44
74	PANO DE LIMPEZA. Tipo Flanela, Para Móvel, 100% Algodão, Para Uso Geral, Bainha Padronizada, 400x600mm - Cor Amarela	UNID	1.502	R$ 1,80	R$ 2.703,60
97	SACO PARA ARMAZENAR LIXO.100lt Reforçado, cor vermelha. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	UNID	1.025	R$ 32,07	R$ 32.871,75
101	SACO PARA ARMAZENAR LIXO REFORÇADO100 litros pacote com no mínimo 05 unidades azul ou preto -	UNID	1.350	R$ 1,84	R$ 2.484,00
103	SACO PARA ARMAZENAR LIXO REFORÇADO 30Litros pacote com no mínimo 10 unidades azul ou preto - dimensões mínimas 59cmx62cm, suportando até 6kg, com no mínimo 8 micras. Essas informações devem constar na embalagem.	UNID	874	R$ 1,65	R$ 1.442,10
104	SACO PARA ARMAZENAR LIXO. 100ltReforçado, cor azul. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	UNID	1.080	R$ 24,80	R$ 26.784,00
105	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE - 100litros, Reforçado. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	UNID	400	R$ 37,99	R$ 15.196,00
113	VASSOURA MACIA DE MATERIAL CERDA SINTÉTICA (NYLON COLORIDO), 1ª qualidade, cabo metal, comprimento cepa 30cm. Aplicação limpeza de piso	UNID	217	R$ 6,89	R$ 1.495,13
VALOR TOTAL R$ 94.738,18					

EMPRESA: **DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA**

CNPJ N.º 40.223.106/0001-79

LOTE: 77.

NO VALOR TOTAL DE R$ 1.242,30 (um mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta centavos).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
77	PANO PARA LIMPEZA. Multi Uso. PACOTE COM 5 UNIDADES. REF. PERFEX	UNID	606	R$ 2,05	R$ 1.242,30
VALOR TOTAL R$ 1.242,30					

EMPRESA: **CALL EMPREENDIMENTOS LTDA**

CNPJ N.º 44.570.780/0001-80

LOTE: 78, 79 e 115.

NO VALOR TOTAL DE R$ 101.882,00 (cento e um mil, oitocentos e oitenta e dois reais).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
78	PAPEL HIGIÊNICO. 30mx10cm, alta absorção, folha simples, picotado, gofrado(texturizado). Não reciclado, biodegradável, com 100% de fibras de celulose virgem, na cor branca, alvura mínima de 80%, fragrância neutra. 01ª LINHA E MACIO. FARDO COM 16 PACOTES CONTENDO 04 ROLOS CADA. REF.: PERSONAL.	UNID	1.480	R$ 43,00	R$ 63.640,00
79	PAPEL TOALHA. 1ª Qualidade, Padrão Luxo, Interfolhados, Formato 2 Dobras, Cor Branca, Com 100% De Fibras Celulósicas, Macia, Com Alta Absorção, Papel Não Reciclado, Medidas Mínimas 20,5cm X 23cm. PACOTE C/ 1000	UNID	1.908	R$ 9,00	R$ 17.172,00
115	PAPEL HIGIÊNICO. 30mx10cm, alta absorção, folha simples, picotado, gofrado(texturizado). Não reciclado, biodegradável, com 100% de fibras de celulose virgem, na cor branca, alvura mínima de 80%, fragrância neutra. 01ª LINHA E MACIO. FARDO COM 16 PACOTES CONTENDO 04 ROLOS CADA. REF.:PERSONAL? ME/EPP	UNID	490	R$ 43,00	R$ 21.070,00
VALOR TOTAL R$ 101.882,00					

EMPRESA: **JUVEVE EMPREENDIMENTOS LTDA**

CNPJ N.º 33.281.727/0001-43

LOTE: 109.

NO VALOR TOTAL DE R$ 12.455,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

LOTE	DESCRITIVO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
109	TALCO INFANTIL. Aspecto Físico: Pó Branco Com Perfume Suave. 200gr. REF.: JOHNSON	UNID	470	R$ 26,50	R$ 12.455,00
VALOR TOTAL R$ 12.455,00					

As demais informações permanecem inalteradas.

Antonina/PR, 18 de novembro de 2025.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI

Prefeita Municipal

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:F4D83968

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

7° Termo aditivo do contrato nº147 / 2021, decorrente de DispensaN°45/ 2021 que tem por objeto LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL (AV. SÃO PAULO,422, VILA MINEIRA MATRICULA 4954) EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **MAURICIO PETERNELLI,** portador do CPF/CNPJ sob nº84714816934, neste ato representada por portador do CPF sob n°, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 18/11/2026 e, reajuste de Valores na importância de R$ 24,000.00, com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir a prestação de serviços em questão, com fundamento da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	51114	LOCAÇÃO DE IMOVEL NA AV. SÃOPAULO, 422 - MATRICULA 4954	UNID	12	2.000,00	24.000,00

BARBOSA FERRAZ, 18 de novembro de 2025.

Contratante

Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz

CNPJ:76.950.062/0001-26

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Contratada

Mauricio Peternelli

847.148.169-34

MAURICIO PETERNELLI

Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:A0EE9360

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

2° Termo aditivo do contrato nº126 / 2023, decorrente de PregãoN°38/ 2022 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COFFEE BREAK E BUFFET PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS NOS DIAS DE EVENTOS, CURSOS, CAPACITAÇÕES, TREINAMENTO, INAUGURAÇÕES E RECEPÇÃO DE AUTORIDADES, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **MARILDA VIEIRA MARTIN 99889170903,** portador do CPF/CNPJ sob nº33.849.832/0001-36, neste ato representada por MARILDA VIEIRA MARTIN, portador do CPF sob n° 99889170906, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 18/11/2026 e, reajuste de Valores na importância de R$ 118,000.00, com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir a prestação de serviços em questão, com fundamento da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	53113	SERVIÇO DE COFFEE BREAK, CONTEMPLANDO, NO MÍNIMO: 05 TIPOS DE SALGADOS COM 03 UNIDADES CADA, 03 TIPOS DE DOCES COM 03 UNIDADES CADA, 200 ML DE LEITE, 200 ML DE CAFÉ, 300 ML DE SUCO NATURAL DE LARANJA. TOALHAS DE MESA E COPOS DESCARTÁVEIS DE 180 ML.	UNID	1000	25,00	25.000,00
1	2	53114	ALMOÇO/JANTAR, TIPO 1 BUFFET COMPLETO: ENTRADA 1 TIPO; SALADA, 2 TIPOS; MOLHO PARA SALADA, 2 TIPOS; CARNE ,1 TIPO DE CARNE VERMELHA/1 TIPO DE CARNE BRANCA; GUARNIÇÕES, PRATOS QUENTES, 1 TIPOS; SOBREMESA, 1 TIPOS; SUCO -JARRA ,2 TIPOS; REFRIGERANTE – GARRAFA 2L: 1 LIGHT/ 2 NORMAL; ÁGUA MINERAL COM OU SEM GÁS;	UNID	1500	62,00	93.000,00

BARBOSA FERRAZ, 18 de novembro de 2025.

Contratante

Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz

CNPJ:76.950.062/0001-26

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Contratada

Marilda Vieira Martin 99889170903

33.849.832/0001-36

MARILDA VIEIRA MARTIN

Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:4AE76DA1

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Dispensa 35/ 2025
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR EVAPORATIVO E STAND PARA O EVENTO COMEMORATIVO DA "EXPO CROCHÊ 2025", CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
LOCACOES RTJ LTDA	50.449.190/0001-05	R$ 10.000,00
PRODUSHOWS ENTRETENIMENTO LTDA	49.533.988/0001-43	R$ 35.788,00

NOME	LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOCACOES RTJ LTDA, 50.449.190/0001-05	1	LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR EVAPORATIVO 21 000 M²/H POR 4 DIAS	UNID	1	10.000,00	10.000,00
PRODUSHOWS ENTRETENIMENTO LTDA, 49.533.988/0001-43	2	STAND COMPOSTO POR ESTRUTURA DE OCTANORME E CHAPAS EM TS BRANCA, COM A FRENTE ABERTA E SEM FORRO. TOTALIZANDO 383 M²10	UNID	1	35.788,00	35.788,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$: 45.788,00

Barbosa Ferraz, 17 de Novembro de 2025.

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:8291E1BA

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Dispensa 34/ 2025
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "EXPO CROCHÊ 2025", FORNECENDO ESTRUTURA COM SOM COMPLETO, GRIDE TRELIÇA, PASSARELA, DJ E SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE SHOWS COM ARTISTAS LOCAIS PARA O

	EVENTO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
PRODUSHOWS ENTRETENIMENTO LTDA	49.533.988/0001-43	R$ 10.000,00
TONY SOM E LUZ LTDA	43.668.108/0001-60	R$ 40.000,00

NOME	LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PRODUSHOWS ENTRETENIMENTO LTDA, 49.533.988/0001-43	2	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE 04 SHOWS COM ARTISTAS LOCAIS	UNID	1	10.000,00	10.000,00
TONY SOM E LUZ LTDA, 43.668.108/0001-60	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "EXPO CROCHÊ 2025", FORNECENDO A SEGUINTE ESTRUTURA PARA EVENTO: SOM COMPLETO PARA AMBIENTE CONTENDO 1 MESA DE SOM PROFISSIONAL; 2 MICROFONES SEM FIO;	UNID	1	40.000,00	40.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$: 50.000,00

Barbosa Ferraz, 17 de Novembro de 2025.

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:729B612A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GLIFOSATO, ESPALHANTES ADESIVOS, HERBICIDA E FORMICIDA.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, julgada pelo critério Menor Preço; declarando-se como vencedoras as empresas: AGRO ZAIDAN COMERCIAL LTDA, CNPJ 50.630.988/0001-40, RUA REINALDO PAZELLO, 2657, Curitiba-PR, CEP 80310-110; PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA EPP, CNPJ 09.590.203/0001-50, RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 547, Santo Antônio da Platina-PR, CEP 86430-000; AGROBÉLIA INSUMOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ 03.649.963/0001-09, RUA HORTENCIA, 124, Corbélia-PR, CEP 85420-000; GRÃO SUL COMÉRCIO LTDA, CNPJ 43.979.792/0001-09, ESTRADA LINHA RIO BONITO, Cascavel-PR, CEP 85823-000, por apresentarem propostas de menor valor por Lotes, perfazendo um valor total de R$ 29.563,30 (Vinte e Nove Mil, Quinhentos e Sessenta e Três Reais e Trinta Centavos), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

AGRO ZAIDAN COMERCIAL LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Herbicida (Galão 20 litros roundup) nome comum: glifosato nome químico n-(phosphonometil) glycine concentração: sal de di-amônio de glifosato 577,0 gl (480 g/l ewuivalente ácido) tipo de formulação: concentrado solúvel classe: herbicida seletivo condicional de ação sistêmica grupo quimico: glicina substitida de ação: inibidorda epsps classe toxicologica. Il altamente toxico potencial de periculosidade ambiental; III perigoso ao meio ambiente número de registro no ministério da agricultura, pecuária e abastecimento: 01119 embalagens: 20 L composição: sal de isopropilamina de n- (phosphonomethy) glycine (glifosato) 480 /g/ (48,0% m/v) equivalente ácido de n- (phosphonometyl) glycine (glifosato) 356 g/l (35,6% m/v) outros ingredientes ..684 g/| (68,4% m/v) valor referência). - Espalhante adesivo liquido, aspecto fisíco liquido. Composição: misturas estéres metilicos, hidrocarboneto, aromatc I, concentração 933 G/L, aplicação herbicida pós emergentes, Caracteristicas adicicionais Adjuvantes.: HERBICIDA Composição: HALOXIFOPE-METÍLICO Concentração 12,47% P/V Classe: Herbicida Seletivo de Ação Sistêmic? Grupo Químico: Acido a riloxifenoxipropiônico Formulação: Concentrado Emulsionável (EC) N° de Referência Química: CAS 95977-29-0 Código CATMA?: 399050 VERDICT® R ou similar. Validade: 2 anos. Registro MAPA sob n° 29417	Glifosato Roundap Original Mais / Monsanto GALÃO DE 20 lITROS		GL	40,00	460,00	18.400,00
TOTAL								18.400,00
AGROBÉLIA INSUMOS AGRICOLAS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	Herbicida composição: haloxifope-p-metílica concentração 12,47% P/V Classe herbicida seletivo de ação sistêmica, Grupo químico: ácido a riloxinoxipropionico formulação concentrada Emulsionável (EC) nº de referência química: CAS95977-29-0 código carmat: 399050 Verdict R ou similar R. validade: 02 anos Registro no	TECNOMYL DAGA		GL	35,00	189,00	6.615,00

		M LITRO 75 sob n° 29417 Galão 05 litros						
TOTAL								6.615,00
GRÃO SUL COMÉRCIO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	Formicida, Isca Granulada, Para Controle De Formigas Cortadeiras, Isca Granulada, Fipronil, Grãos Finos Politizados, Cor Marrom Medio A Escuro, Ph 5,0 A 7,0, Sol Vel Em Agua, Fipronil 0,01%, Veiculo E Atrativos 99,99%, Grupo quimico Fenil Pirazol, Embalagem: Pacote Com 500G, Contendo 10 Saches De 50G, Unid. De Medida: Unitário Registro No Ministério Da Saúde.	GRÃO VERDE DIPIL		PCT	150,00	4,99	748,50
TOTAL								748,50
PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA EPP								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	Espalhante adesivo, aspecto físico liquido,composição misturas esteres metílicos, hidrocarboneto aromati, concentração 933 G/L, aplicação herbicidas pós emergentes, características adjuvantes. GALÃO 20 LITROS	FERTILIZA ÓLEO MINERAL FERTILIZA		GL	20,00	189,99	3.799,80
TOTAL								3.799,80

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 18 de novembro de 2025.

LUIZ FABIANO ZANATTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:1D935D52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 331/2025

Decreto nº 331/2025 Data 01/10/2025

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

EDUARDO JOSE HENRICHS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº **870/2024** de **18/12/2024**.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 4.218.136,57 (quatro milhões duzentos e dezoito mil cento e trinta e seis reais e cinqüenta e sete centavos)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.001		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA, LICITAÇÃO, PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ARQUIVO E PROTOCOLO**	
05.001.04.122.0003.2.008		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	
79 - 3.3.90.39.00.00	511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
79 - 3.3.90.39.00.00	511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.000,00
06		**SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, URBANISMO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TRANSPORTE**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	

06.001.26.782.0004.1.001		**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTO, CONSTRUÇÃO, REFORMA**	
501 - 4.4.90.52.00.00	922	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	750.000,00
06.001.26.782.0004.1.002		**PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E POLIÉDRICA, REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**	
507 - 4.4.90.51.00.00	501	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.528,35
06.001.26.782.0004.2.018		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIPAIS**	
105 - 3.3.90.30.00.00	512	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
104 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
529 - 3.3.90.30.00.00	889	MATERIAL DE CONSUMO	8,77
06.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**	
06.002.15.452.0005.2.021		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS URBANOS**	
127 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06.003		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DA AGRICULTURA**	
06.003.20.541.0006.2.057		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE**	
515 - 3.3.90.39.00.00	914	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	333,17
06.003.20.606.0006.1.003		**AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA**	
489 - 4.4.90.52.00.00	921	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	730.098,00
06.003.20.608.0006.2.022		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO SETOR AGROPECUARIO**	
146 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
152 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.000,00

152 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
07.001		**DIVISÃO DE SAÚDE PREVENTIVA E CURATIVA**	
07.001.10.302.0016.2.033		**MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE - CISOP/SAMU**	
166 - 3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	18.000,00
461 - 3.3.71.70.00.00	99494	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	200.000,00
07.002		**DIVISÃO DE POSTOS DE SAÚDE E TRANSPORTE**	
07.002.10.301.0007.1.008		**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS, MICROONIBUS**	
500 - 4.4.90.52.00.00	350	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	132.737,16
07.002.10.301.0007.2.024		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DO FUNDO**	**MUNICIPAL**
356 - 3.3.90.93.00.00	303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.000,00
177 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	524.949,95
460 - 3.3.90.30.00.00	99494	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
465 - 3.3.90.39.00.00	99494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.000,00
465 - 3.3.90.39.00.00	99494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.557,24
08		**SECRETARIA DA FAMÍLIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**	
08.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CREAS, HABITAÇÃO E IDOSO**	
08.001.08.244.0008.2.054		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
445 - 3.3.90.39.00.00	815	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
502 - 4.4.90.52.00.00	959	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	95.000,00
08.001.08.244.0008.2.063		**MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**	
527 - 4.4.90.52.00.00	883	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.900,00
09		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
09.002		**DIVISÃO PEDAGÓGICA**	
09.002.12.361.0009.1.012		**AMPLIAÇÃO DA FROTA**	
503 - 4.4.90.52.00.00	161	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	95.000,00
09.002.12.361.0009.2.066		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70%**	
260 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	489.743,93
09.002.12.361.0009.2.067		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30%**	
265 - 3.1.90.94.00.00	102	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00
09.002.12.361.0009.2.068		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
270 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	280.000,00
536 - 3.3.90.39.00.00	159	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	49.374,00
09.002.12.361.0009.2.069		**TRANSJPUORRÍDTIECAESCOLAR PARA ENSINO FUNDAMENTAL**	
292 - 3.3.90.33.00.00	149	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.000,00
09.002.12.365.0010.2.074		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ENSINO INFANTIL**	
511 - 4.4.90.52.00.00	8101	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	561,00
513 - 3.3.90.30.00.00	8101	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
511 - 4.4.90.52.00.00	8101	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.280,00
520 - 3.3.90.30.00.00	7101	MATERIAL DE CONSUMO	6.300,00
09.002.12.365.0010.2.076		**TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**	
312 - 3.3.90.33.00.00	149	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	18.000,00
10		**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ESPORTE, TURISMO, INDÚSTRIA E COMERCIO**	
10.003		**DIVISÃO DE TURISMO**	

10.003.23.695.0014.2.086		**MANUTENÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO**	
499 - 4.4.90.51.00.00	916	OBRAS E INSTALAÇÕES	450.000,00
505 - 3.3.90.39.00.00	924	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	45.765,00
		Total.....:	**4.218.136,57**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura o **Excesso de Arrecadação**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:	
Receita: 1.7.1.6.50.01.03.00 - BLCO DE FIN. GESTÃO PROG.BF E CAD.UNICO	5.000,00
Receita: 2.4.2.2.99.01.05.00 - CONSTRUÇÃO DE CALÇADA E PORTAL DE ACESSO AO MONUMENTO MUNICIPAL SIT 71481	450.000,00
Receita: 2.4.2.2.99.01.10.00 - VEÍCULO MINIVAN SAÚDE SIT 73122	132.737,16
Receita: 2.4.2.2.99.01.11.00 - EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS SIT 73555	730.098,00
Receita: 2.4.2.2.99.01.13.00 - AQUISIÇÃO CAMINHÃO PLATAFORMA FIXA SIT 74313	750.000,00

Receita: 2.4.2.2.99.01.14.00 - VEÍCULO HATCH SIT 74722	95.000,00
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	50.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.01.01.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - FONTE 1000	15.000,00
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	5.000,00
Receita: 1.7.2.1.53.01.00.00 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	10.000,00
Receita: 2.4.2.2.99.01.15.00 - VEÍCULO SEDAN SIT 75074	95.000,00
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	12.000,00
Receita: 1.7.5.1.50.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO	E 3.000,00
Receita: 1.7.2.4.99.01.04.00 - PARANÁ MAIS EVENTOS FESTA 12 OUTUBRO SIT 75342	45.765,00
Receita: 1.7.1.1.51.11.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	280.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.11.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	524.949,95
Receita: 1.7.5.1.50.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO	489.743,93
Receita: 1.1.1.3.03.11.01.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo	27.000,00
Receita: 2.2.1.3.01.01.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	12.528,35
Receita: 1.7.1.3.50.11.21.00 - INCREMENTO DO PISO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA PAP DEPUTADO DILCEU SPERAFICO	200.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.01.01.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - FONTE 1000	333,17
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	30.000,00
Receita: 1.7.1.5.52.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	10.000,00
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	10.000,00
Receita: 1.7.1.5.52.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	561,00
Receita: 1.7.1.5.52.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	4.280,00

Receita: 1.7.2.9.99.01.01.00 - PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICÍPIOS - PETE/PR	30.000,00
Receita: 1.7.1.5.50.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT - PRINCIPAL	6.300,00
Receita: 1.7.1.3.50.11.21.00 - INCREMENTO DO PISO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA PAP DEPUTADO DILCEU SPERAFICO	50.000,00
Receita: 1.1.2.2.01.01.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL	23.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.11.17.00 - INCREMENTO DO PISO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA PAP DEPUTADO FEDERAL WELTER	25.557,24
Receita: 1.7.1.3.50.11.17.00 - INCREMENTO DO PISO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA PAP DEPUTADO FEDERAL WELTER	42.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.01.01.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - FONTE 1000	8,77
Receita: 1.7.1.6.50.01.04.00 - PROCAD SUAS	3.900,00
Receita: 1.7.2.4.99.01.03.00 - VIAGEM SETU SIT 74296	49.374,00
Total.....:	**4.218.136,57**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 01 Outubro 2025.

EDUARDO JOSE HENRICHS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:2B2FE427

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 340 2025

Decreto nº 340/2025 Data 23/10/2025

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

EDUARDO JOSE HENRICHS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº **870/2024** de **18/12/2024**.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.001.784,38 (um milhão e um mil setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
03		**SECRETARIA DA FAZENDA**	
03.003		**DIVISÃO DE SERVIÇOS FAZENDÁRIOS**	
03.003.28.846.0023.0.016		**ENCARGOS ESPECIAIS**	
518 - 3.3.90.47.00.00	000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.000,00
524 - 3.2.90.21.00.00	000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	300.000,00
525 - 4.6.90.71.00.00	000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	120.000,00
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.001		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA, LICITAÇÃO, PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ARQUIVO E PROTOCOLO**	
05.001.04.122.0003.2.008		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	
509 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
509 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
509 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
06		**SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, URBANISMO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TRANSPORTE**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.1.002		**PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E POLIÉDRICA, REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**	
510 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.815,92
510 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.077,67
510 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	27,62
510 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.638,51
534 - 4.4.90.51.00.00	501	OBRAS E INSTALAÇÕES	18.484,56
06.001.26.782.0004.2.018		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIPAIS**	
508 - 3.3.90.30.00.00	889	MATERIAL DE CONSUMO	3.077,67
521 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
06.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**	
06.002.15.452.0005.2.021		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS URBANOS**	
516 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
06.003		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DA AGRICULTURA**	
06.003.20.541.0006.2.057		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE**	
514 - 3.3.90.39.00.00	914	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.639,18
522 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
08		**SECRETARIA DA FAMÍLIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**	
08.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CREAS, HABITAÇÃO E IDOSO**	
08.001.08.244.0008.2.054		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO**	
517 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
517 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
402 - 4.4.90.52.00.00	952	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.710,00
08.001.08.244.0008.2.063		**MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**	
526 - 4.4.90.52.00.00	883	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.524,60
08.002		**DIVISÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)**	
08.002.08.244.0021.2.055		**DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA**	
523 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.000,00
447 - 3.3.90.39.00.00	948	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
528 - 3.3.90.30.00.00	942	MATERIAL DE CONSUMO	8.904,57
523 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.210,00
09		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
09.002		**DIVISÃO PEDAGÓGICA**	
09.002.12.361.0009.2.068		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
506 - 3.3.90.30.00.00	154	MATERIAL DE CONSUMO	810,49
421 - 3.3.90.39.00.00	154	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.863,59
10		**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ESPORTE, TURISMO, INDÚSTRIA E COMERCIO**	
10.002		**DIVISAO DE ESPORTE**	
10.002.27.812.0013.2.085		**MANUTENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR**	
512 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.003		**DIVISÃO DE TURISMO**	
10.003.23.695.0014.2.086		**MANUTENÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO**	
519 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	16.000,00
535 - 4.4.90.51.00.00	910	OBRAS E INSTALAÇÕES	90.000,00
Total.....:			**1.001.784,38**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura o **Superávit Financeiro**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

SUPERÁVIT FINANCEIRO NA(s) FONTE(s):		
2154 ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL LEI 14.640/2023 FOMENTO	154	2.674,08
2501 Alienação de Ativos /Bens Móveis	501	18.484,56
2883 PROCAD SUAS	883	1.524,60
2889 TRANSFÊRENCIA ESPECIAL CUSTEIO DEPUTADO VERMELHO	889	3.077,67
2910 EMENDA INDIVIDUAL CENTRO DE EVENTOS INVESTIMENTO	910	90.000,00
2914 TRANSFERÊNCIA EMENDA INDIVIDUAL CUSTEIO DEPUTADO	914	2.639,18
2942 INCREMENTO HIGIENE ÍNTIMA	942	8.904,57
2948 INCENTIVO ATENDIMENTO DE ADOLESCENTE LIBERDADE	948	5.000,00
2952 INCREMENTO QUALIFICAÇÃO ESTRUTURA CRAS	952	2.710,00
21000 Recursos Ordinários (Livres)	000	866.769,72
Total.....:		**1.001.784,38**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 23 Outubro 2025.

EDUARDO JOSE HENRICHS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:31512A7D

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 330/2025

Decreto nº 330/2025 Data 01/10/2025

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

EDUARDO JOSE HENRICHS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº **870/2024** de **18/12/2024**.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 787.423,87 (setecentos e oitenta e sete mil quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
02		**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.001		**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001.04.122.0002.2.003		**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO**	
6 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200,00
03		**SECRETARIA DA FAZENDA**	
03.003		**DIVISÃO DE SERVIÇOS FAZENDÁRIOS**	
03.003.28.846.0023.0.016		**ENCARGOS ESPECIAIS**	
59 - 4.6.90.71.00.00	000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	60.000,00
57 - 3.3.90.47.00.00	000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.192,00
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.001		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA, LICITAÇÃO, PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ARQUIVO E PROTOCOLO**	
05.001.04.122.0003.2.008		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	
81 - 3.3.90.40.00.00	504	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	5.000,00
		COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
80 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
80 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
06		**SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, URBANISMO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TRANSPORTE**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.1.002		**PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E POLIÉDRICA, REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**	
100 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	64.800,00
96 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	48.289,50
06.001.26.782.0004.2.018		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIPAIS**	
103 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	922,65
06.003		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DA AGRICULTURA**	
06.003.20.541.0006.2.057		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE**	
136 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
06.003.20.608.0006.2.022		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO SETOR AGROPECUARIO**	
153 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
152 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
07		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
07.001		**DIVISÃO DE SAÚDE PREVENTIVA E CURATIVA**	
07.001.10.302.0016.2.033		**MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE - CISOP/SAMU**	
166 - 3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	21.000,00
166 - 3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	23.821,00
166 - 3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	20.000,00
07.002		**DIVISÃO DE POSTOS DE SAÚDE E TRANSPORTE**	
07.002.10.301.0007.2.024		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	

356 - 3.3.90.93.00.00	303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
182 - 3.3.90.14.00.00	303	DIÁRIAS - CIVIL	865,70
183 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
183 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	16.439,00
182 - 3.3.90.14.00.00	303	DIÁRIAS - CIVIL	1.192,00
356 - 3.3.90.93.00.00	303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00
183 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
08		**SECRETARIA DA FAMÍLIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**	
08.002		**DIVISÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)**	
08.002.08.244.0021.2.055		**DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA**	
230 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	2.000,00
		JVUERNÍCDIIMCEANTOS	
372 - 3.1.90.11.00.00	000	E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.735,39
373 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.651,93
09		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
09.001		**DIVISÃO DE CULTURA**	
09.001.13.392.0012.2.083		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DA CULTURA**	
251 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.796,27
09.002		**DIVISÃO PEDAGÓGICA**	
09.002.12.361.0009.2.068		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
283 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
284 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
276 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
276 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
277 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
272 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	37.508,96
276 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
09.002.12.361.0009.2.070		**MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**	
294 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.294,00
294 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.000,00
294 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.956,00
09.002.12.365.0010.2.074		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ENSINO INFANTIL**	
305 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
302 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
301 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
302 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
297 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.207,62
299 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	114,78
302 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
09.002.12.365.0010.2.075		**MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL**	
307 - 3.3.90.32.00.00	104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.294,00
307 - 3.3.90.32.00.00	104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
307 - 3.3.90.32.00.00	104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
09.002.12.367.0011.2.081		**MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO ESPECIAL**	
320 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.294,00
320 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
321 - 3.3.90.32.00.00	104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
10 SECRETARIA DE		**COMUNICAÇÃO, ESPORTE, TURISMO, INDÚSTRIA E COMERCIO**	
10.002		**DIVISAO DE ESPORTE**	
10.002.27.812.0013.2.085		**MANUTENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR**	
359 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00
10.003		**DIVISÃO DE TURISMO**	
10.003.23.695.0014.2.086		**MANUTENÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO**	
342 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.817,11
343 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.531,96
		Total.....:	**787.423,87**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura a **Anulação de Dotação**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

REDUÇÃO:			
02		**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.001		**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001.04.122.0002.2.003		**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO**	
5 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	200,00
02.002		**GABINETE DO VICE-PREFEITO**	
02.002.04.122.0002.2.004		**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO**	
13 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.192,00
12 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.192,00
02.003		**ASSESSORIA JURIDICA**	
02.003.04.122.0002.2.005		**AÇÕES DE NATUREZA JURIDICA**	
17 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.192,00
16 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.192,00
02.004		**CONTRALADORIA INTERNA**	
02.004.04.122.0002.2.006		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CONTROLE INTERNO**	
21 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.574,00
02.005		**CHEFIA DE GABINETE**	
02.005.04.122.0002.2.007		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CHEFE DE GABINETE**	
25 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.574,00
24 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	596,00
03		**SECRETARIA DA FAZENDA**	

03.002		**DIVISÃO DA CONTABILIDADE**	
03.002.04.123.0023.2.012		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DE CONTABILIDADE**	
34 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	17.526,70
03.003		**DIVISÃO DE SERVIÇOS FAZENDÁRIOS**	
03.003.04.123.0023.2.014		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇAO E ARRECADAÇÃO**	
49 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.192,00
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.001		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA, LICITAÇÃO, PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, ARQUIVO E PROTOCOLO**	
05.001.04.122.0003.2.008		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	
76 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	76.000,00
76 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
83 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.686,23
76 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12.688,10
05.001.04.122.0003.2.009		**DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICAIS**	
85 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.289,50
05.002		**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**	
05.002.04.122.0003.2.015		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DE RECURSOS HUMANOS**	
91 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.574,00
06		**SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, URBANISMO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TRANSPORTE**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.1.001		**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTO, CONSTRUÇÃO, REFORMA**	
93 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.383,00
94 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.192,00
95 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.439,00
06.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**	
06.002.15.451.0005.1.006		**EXTENÇÃO DA REDE ELETRICA, ILUMINAÇÃO PUBLICA E ESGOTO**	
116 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	6.958,35
119 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.192,00
06.003		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DA AGRICULTURA**	
06.003.20.541.0006.1.004		**CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO**	
132 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.213,18
06.003.20.541.0006.2.057		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE**	
138 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.656,00
139 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	921,30
06.003.20.606.0006.1.003		**AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA**	
140 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	596,00
141 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.963,23
06.003.20.608.0006.1.030		**CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO**	
143 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	14.294,00
142 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	596,00
06.003.20.608.0006.2.022		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO SETOR AGROPECUARIO**	
149 - 3.3.90.33.00.00	000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.765,00
151 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.147,00
150 - 3.3.90.36.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
154 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.147,00
148 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.956,00
06.004		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA**	
06.004.15.452.0005.2.023		**ATIVIDADE OPERACIONAL DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA**	
157 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	7.147,00
06.005		**DIVISÃO DE CONTROLE DA FROTA E ALMOXARIFADO**	
06.005.04.124.0022.2.095		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE DO FROTAS E ALMOXARIFADO**	
162 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	7.147,00
07		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
07.001		**DIVISÃO DE SAÚDE PREVENTIVA E CURATIVA**	
07.001.10.302.0016.2.033		**MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE - CISOP/SAMU**	
167 - 4.4.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.192,00
168 - 4.6.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	808,00
164 - 3.1.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	23.821,00
07.002		**DIVISÃO DE POSTOS DE SAÚDE E TRANSPORTE**	
07.002.10.301.0007.1.009		**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA EM PRÉDIOS PÚBLICOS DA SAÚDE**	
174 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.192,00
07.002.10.301.0007.2.024		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DO FUNDO MUNICIPAL**	
185 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	27.903,08
195 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	29.250,32
190 - 3.3.90.36.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
398 - 3.3.90.40.00.00	303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
08		**SECRETARIA DA FAMÍLIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**	
08.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CREAS, HABITAÇÃO E IDOSO**	
08.001.08.244.0008.1.010		**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIA DE PRÉDIOS PÚBLICOS SOCIAIS**	
202 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	14.294,00
08.001.08.244.0008.2.054		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO, IDOSO**	
208 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
210 - 3.3.90.33.00.00	000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
214 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.002		**DIVISÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)**	
08.002.08.244.0021.2.055		**DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA**	
224 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
225 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00

227 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	7.147,00
08.003		**DIVISÃO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO DO ADOLESCENTE E DA CRIANÇA (CIAAC)**	
08.003.08.243.0018.2.056		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CONSELHO TUTELAR**	
237 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.147,00
08.003.08.243.0018.6.057		**DESENVOLVIMENTO DE AÇOES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA**	
240 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.185,47
242 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.294,00
238 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00
239 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.019,77
09		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
09.001		**DIVISÃO DE CULTURA**	
09.001.13.392.0012.1.029		**AQUISIÇÃO DE TERRENO, VEÍCULO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO**	
249 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	29.078,00
248 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	14.294,00
09.001.13.392.0012.2.083		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DA CULTURA**	
254 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.761,00
09.002		**DIVISÃO PEDAGÓGICA**	
09.002.12.361.0009.1.011		**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MELHORIAS DE PRÉDIOS**	**PÚBLICOS DA**
258 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
258 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.294,00
09.002.12.361.0009.2.068		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
278 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	20.723,90
287 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.147,00
09.002.12.365.0010.2.075		**MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL**	
309 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.294,00
09.002.12.367.0011.2.081		**MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO ESPECIAL**	
322 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.294,00
10		**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ESPORTE, TURISMO, INDÚSTRIA E COMERCIO**	
10.001		**DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO**	
10.001.04.122.0020.2.084		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DA COMUNICAÇÃO**	
330 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.294,00
328 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	6.698,67
329 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.147,00
10.002		**DIVISAO DE ESPORTE**	
10.002.27.812.0013.2.085		**MANUTENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR**	
338 - 3.3.90.31.00.00	000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	25.000,00
10.004		**DIVISÃO DE INDUSTRIA E COMERCIO**	
10.004.22.661.0015.2.087		**APOIO A INDUSTRIA, AO COMERCIO E SERVIÇOS**	
350 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.763,07
		Total.....:	**787.423,87**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 01 Outubro 2025.

EDUARDO JOSE HENRICHS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:DA99A2D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 263 /2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE SOLDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOCAIÚVA DO SUL

FORNECEDOR: TORNEARIA CF LTDA - CNPJ: 53.720.825/0001-4

Valor Total do Fornecedor: 17.872,00 (dezessete mil, oitocentos e setenta e dois reais).

Ordem	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVIÇO DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS, A FIM DE REALIZAR A INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM NOS VARIADOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, INCLUINDO CAMINHÕES, MAQUINAS, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, VEÍCULOS LEVES E VANS.	HRS	625	R$ 45,00	R$ 28.125,00
2	SERVIÇO DE TORNO AFIM DE ELABORAR DIVERSAS NOVAS PEÇAS, ENTRE EIXOS, POLIAS, PINOS, ROSCAS, PEÇAS CILÍNDRICAS INTERNAS E EXTERNAS, POR MEIO DE OPERAÇÃO DE RASPAGEM, LIXAMENTOS, PERFURAÇÕES, DEFORMAÇÕES E CORTES.	HRS	513	R$ 88,00	R$ 45.144,00
3	FERRO E CHAPA PARA CONSERTO E REFORMAS DE EQUIPAMENTOS, SE FAZ NECESSÁRIO A FIM DE FAZER A SUBSTITUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PEÇAS OU EQUIPAMENTOS COMPLETOS QUE SOFRERAM DESGASTES PELO USO.	KG	900	R$ 20,00	R$ 18.000,00
4	SOLDA EM GERAL, INCLUINDO LUBRIFICAÇÃO, LIMPEZA, REVISÃO, CARGA E DESCARGA, CONSERTO, RESTAURAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS, VEÍCULOS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS, MOTORES.	HRS	1.760	R$ 83,00	R$ 146.080,00

Valor Total do Fornecedor: 237.349,00 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais).

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 18/11/2025 a 18/11/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

CLAUDINEI RODRIGUES DE CASTRO

Secretário Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:27AC15AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 20-2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL20/2025

b) Modalidade: Credenciamento

c) Data de homologação: 18/11/2025

d) Objeto da licitação: Credenciamento para prestação de serviços de engenharia.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Credenciados
1	32624 - - Projeto arquitetônico, planta baixa, plantas de situação, locação e cobertura, cortes (mínimo 02), fachadas, esquadrias e detalhamentos, incluso memorial de cálculo com dimensionamento e relação de quantidades de materiais necessários, Memorial descritivo, Planilha Orçamentaria e demais documentos nescessarios para aprovação junto a orgão estaduais e/ou federais.	M²	2.000	30,00	PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA

					LEONARDI ENGENHARIA LTDA
2	32625 - - Orçamento de obra para construção de edifícios, incluso Planilha Orçamentária, (BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento Global, resumo, descrição das etapas, etc.) e demais documentos necessários para aprovação junto a órgão estaduais e/ou federais.	M²	2.000	7,75	PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA LEONARDI ENGENHARIA LTDA
3	32626 - - Projeto estrutural em concreto inclusive fundações,memorial de cálculo com dimensionamento e relação de quantidades de materiais necessários.	M²	3.000	8,57	PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA LEONARDI ENGENHARIA LTDA
4	32627 - Projeto de estrutura metálica, memorial de cálculo com dimensionamento e relação de quantidades de materiais necessários.	M²	3.000	6,22	PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA LEONARDI ENGENHARIA LTDA
5	32628 - - Projeto elétrico completo – planta de locação de pontos elétricos, aterramento e SPDA, determinação de circuitos, dimensionamento de corrente elétrica e disjuntores, representação dos quadro e diagramas, memorial de cálculo e relação de quantidades de materiais necessários.	M²	3.000	5,18	PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA LEONARDI ENGENHARIA LTDA
6	32629 - - Projeto hidrossanitário completo - - planta de locação de pontos de água fria e quente, de sanitários e rede de esgoto, captação de água da chuva, dimensionamento de tubulações, memorial de cálculo e relação de quantidades de materiais necessários.	M²	3.000	5,55	PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA LEONARDI ENGENHARIA LTDA
7	32630 - - Projeto de sistemas de prevenção e combate à incêndio por extintores e hidrante, incluso dimensionamentos com planilha de cálculo e memoriais necessários para aprovação no corpo de bombeiros, relação de quantidades de materiais necessários.	M²	5.000	5,50	PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA LEONARDI ENGENHARIA LTDA
8	32631 - - Projeto de Pavimentação Poliédrica com pedras irregulares em estradas rurais, levantamentos topográficos, caracterização do solo, memorial de cálculo com dimensionamento e relação de quantidades de materiais necessários, Memorial descritivo, Planilha Orçamentaria e demais documentos nescessarios para aprovação junto a orgão estaduais e/ou federais.	M²	50.000	2,17	PIER ENGENHARIA E OBRAS LTDA

					PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA LEONARDI ENGENHARIA LTDA
9	32632 - - Projeto de Pavimentação Asfáltica e/ou recapeamento Asfáltico em estradas rurais, levantamentos topográficos, caracterização do solo, memorial de cálculo com dimensionamento e relação de quantidades de materiais necessários, Memorial descritivo, Planilha Orçamentaria e demais documentos nescessarios para aprovação junto a orgão estaduais e/ou federais.	M²	50.000	2,50	PIER ENGENHARIA E OBRAS LTDA PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA LEONARDI ENGENHARIA LTDA
10	32633 - - Projeto de Recapeamento Asfáltico em vias urbanas, incluso levantamentos topográficos, memorial de cálculo com dimensionamento e relação de quantidades de materiais necessários, Memorial descritivo, Planilha Orçamentaria e demais documentos necessários para aprovação junto a órgão estaduais e/ou federais.	M²	100.000	2,50	PIER ENGENHARIA E OBRAS LTDA PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS LTDA FAGUNDZ ENGENHARIA LTDA LEONARDI ENGENHARIA LTDA
12	32635 - – Sondagem de Solo (Sondagem a percussão para reconhecimento de subsolo tipo SPT). Cada unidade será considerado um conjunto de 02 furos de sondagem, independente da profundidade.	M²	100	1.633,33	LEONARDI ENGENHARIA LTDA

Bom Jesus do Sul-PR, 18/11/2025.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:907F69BA

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 65-2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR65/2025

b) Modalidade: Pregão

c) Data de homologação: 18/11/2025

d) Objeto da licitação: Aquisição de mobiliário, materiais e eletrodomésticos.

e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

5104 - BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI (30.759.356/0001-74)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
6	32543 - LENÇOL PARA BERÇO COM ELÁSTICO, TAMANHO PADRÃO AMERICANO, PERCAL 200 FIOS 100% ALGODÃO. Lençol para berço com elástico, tamanho padrão americano, percal 200 fios 100% algodão. Cores lisas e com motivos infantis nos tons pasteis de rosa bebe, amarelo claro, verde água e azul bebe. Cores e medidas a serem conferidas através das amostras. Medidas aproximadas 1,30M X 70Cm X 12Cm.	UN	proprio	100	21,00	2.100,00
7	32544 - TRAVESSEIRO DE ALTA QUALIDADE. Travesseiro antialérgico, firme, de fibra siliconada em poliéster. 100% algodão. Travesseiro para fronha 50cm x 70cm. Antiacaro, Antialergico, Suporte Firme, Resistente A Liquidos. Cor: Branco. Medidas Aproximadas: 50 X 70 Cm. Enchimento: Fibra Siliconada 100% Poliester.	UN	ALTENBURG	40	30,00	1.200,00
Total (R$):						3.300,00

6400 - P H NOTARIZE LTDA (27.982.147/0001-80)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
4	32541 - LAVADORA EXTRATORA DE ROUPA PROFISSIONAL. MAQUINA DE LAVAR ROUPAS PROFISSIONAL - Lavadora Extratora Fixa Automática 21 kg - LINHA PREMIUM Medium Spin - FG200 - Painel CLP com tela 7" colorida, Touch Screen, intuitivo e totalmente programável (50 programas). Cesto especial com furação tipo colméia para lavagem de roupas delicadas e também lavagem mais severas. Duas entradas de água. Iluminação interna para melhor visualização do banho. Bifásico 220v (pode ser ligado também em qualquer rede trifásica 220 ou 380v). XL-21 - NCM 8450.20.90.	UN	linha premuim spin	1	65.539,00	65.539,00
Total (R$):						65.539,00

Bom Jesus do Sul-PR, 18/11/2025.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FE4B07AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 092.2025 - MÁQUINAS E CAMINHÕES - CONVÊNIO SEAB

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na, Lei de Licitações nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes em ata nº 111/2025, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, designado pelo Decreto Municipal n° 098/2024, concernente ao procedimento licitatório n° 163/2025, na modalidade Pregão Eletrônico n° 092/2025, que tem por objeto a aquisição de maquinários novos, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses, compreendendo: 01 (uma) pá carregadeira; 01 (uma) retroescavadeira 4x4; 01 (uma) motoniveladora; 02 (dois) caminhões 6x4 com caçamba basculante, em atendimento ao Termo de Convênio nº 274/2025, firmado entre o Município de Cafelândia/PR e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, no âmbito do Programa Estradas da Integração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, verificando-se como vencedoras do certame, as empresas:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote

NORDICA VEICULOS S/A CNPJ 77.997.187/0001-74	1.240.000,00	um milhão e duzentos e quarenta mil reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	004
SARANDI TRATORES LTDA CNPJ 77.266.575/0001-85	645.000,00	seiscentos e quarenta e cinco mil reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001
VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA CNPJ 29.644.666/0001-64	1.689.900,00	um milhão e seiscentos e oitenta e nove mil e novecentos reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	002 e 003

O valor total da licitação R$3.574.900,00 (três milhões e quinhentos e setenta e quatro mil e novecentos reais), contemplando com o princípio da economicidade. Portanto, pelas empresas proponentes terem atendido aos princípios legais, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o processo licitatório e modalidade acima, que estará arquivado no Departamento de Compras e Licitações, no qual este termo passa a ser parte integrante.

Cafelândia/PR, 18 de novembro de 2025.

JUNIOR MOTTER

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3E452165

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 108/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 061/2025

ATA Nº 108/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 061/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2025

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, (04/08/2025), às 09:00 horas, no endereço **www.gov.br/compras** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, a Pregoeira, Juliana Gomes, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, conduziu o **Processo de Licitação nº 101/2025**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 061/2025**, que tem por objeto o Registro de Preços de empresa especializada no fornecimento de produtos de higiene pessoal, destinados a atender, de forma contínua e eficiente, às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Educação de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Realizou-se sessão pública para realizar os procedimentos relativos ao pregão acima citado com modo de disputa “ABERTO” e sob o critério de julgamento “Menor Preço por ITEM”. Ao declarar aberta a sessão a pregoeira saudou os participantes e informou sobre os procedimentos do certame. Em ato contínuo, abriu-se a fase de lances. Encerrada essa etapa, a Pregoeira solicitou o envio dos documentos de habilitação e das propostas ajustadas, e para os itens 1, 2, 3, 4, 32 e 33, foram também requisitadas amostras das licitantes melhor classificadas, conforme previsto no Termo de Referência – Anexo II. As amostras foram encaminhadas diretamente à Secretaria de Educação e Cultura, onde passaram por análise técnica. Após a avaliação, foram elaborados relatórios indicando se cada item atendia ou não às especificações exigidas. Algumas licitantes deixaram de encaminhar as amostras e outras encaminharam, porém não obtiveram aprovação. Por essa razão, as licitantes subsequentes, seguindo a ordem de classificação, foram convocadas para apresentar novas amostras. Essas amostras foram analisadas e, conforme novo relatório técnico, todas foram consideradas em conformidade. Os relatórios podem ser acessados pelo seguinte link: [https://cafelandiapr.equiplano.com.br:7057/transparencia/licitacoes/verLicitacao?formulario.codEntidade=57&formulario.exercicio=2025&formulario.codLicitacao=61&formulario.codTipoLicitacao=6].

Na sequência, comunicou-se no chat oficial para que fossem encaminhas as propostas ajustadas relativas a esses itens. Iniciou-se, então, a fase de julgamento, na qual se verificou que toda a documentação apresentada estava de acordo com as exigências do edital. Concluída essa etapa, foi concedido prazo para manifestação de intenção de interposição de recursos, porém não houve manifestação. Diante disso, ficaram consolidadas como vencedoras as seguintes empresas:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote

ARMAZEM E MERCEARIA SANTO ANTONIO LTDA - ME CNPJ 76.064.450/0001-00 AV. PRESIDENTE JUCELINO Cafelândia-PR CEP 85415-000	204.578,50	Duzentos e Quatro Mil, Quinhentos e Setenta e Oito Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001, 002, 003, 004, 007, 010, 011, 013, 017, 022, 023, 025, 031, 032, 033
ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ 18.362.195/0001-85 RUA DOM LUIZ Balneário Camboriú-SC CEP 88337-100	7.684,00	Sete Mil, Seiscentos e Oitenta e Quatro Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	005
VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 13.229.567/0001-86 AVENIDA VINTE E UM DE ABRIL Barão de Cotegipe-RS CEP 99740-000	39.960,00	Trinta e Nove Mil, Novecentos e Sessenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	006
D. CAMP ALIMENTOS LTDA CNPJ 60.496.699/0001-54 RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO Paiçandu-PR CEP 87140-000	11.544,00	Onze Mil, Quinhentos e Quarenta e Quatro Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	008, 024, 027, 029
59.350.315 PEDRO GUEDES BRAGA CNPJ 59.350.315/0001-01 RUA VEREADOR SEBASTIAO COSTA Porciúncula-RJ CEP 28390-000	232,50	Duzentos e Trinta e Dois Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	009
KARLA KAROLINE FONTES MENESES CNPJ 37.937.325/0001-05 AVENIDA CORRETOR PAULO ROMÃO Nossa Senhora do Socorro-SE CEP 49157-027	9.495,00	Nove Mil, Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	012, 016, 018, 019, 020, 021, 026
NB CONSULTORIA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA CNPJ 38.259.243/0001-11 RUA DURVAL LEOPOLDO LANDAL Curitiba-PR CEP 81260-270	1.230,00	Um Mil, Duzentos e Trinta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	014, 015
OLLI - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ 40.948.749/0001-80 AVENIDA MARECHAL LOTT Cafelândia-PR CEP 85415-000	7.014,00	Sete Mil e Quatorze Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	028, 030

o valor total da licitação e de R$ 281.738,00 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Setecentos e Trinta e Oito Reais), contemplando com o princípio da economicidade. A Pregoeira informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato

será encaminhado para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 17/11/2025, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira.

JULIANA GOMES

Pregoeira

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F6D32240

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 061/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na, Lei de Licitações nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes em ata nº 108/2025, confeccionada pela pregoeira do Município de Cafelândia/PR, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, concernente ao procedimento licitatório n° 101/2025, na modalidade Pregão Eletrônico n° 061/2025, que tem por objeto o Registro de Preços de empresa especializada no fornecimento de produtos de higiene pessoal, destinados a atender, de forma contínua e eficiente, às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Educação de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, verificando-se como vencedora do certame, as seguintes empresas:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
ARMAZEM E MERCEARIA SANTO ANTONIO LTDA - ME CNPJ 76.064.450/0001-00 AV. PRESIDENTE JUCELINO Cafelândia-PR CEP 85415-000	204.578,50	Duzentos e Quatro Mil, Quinhentos e Setenta e Oito Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001, 002, 003, 004, 007, 010, 011, 013, 017, 022, 023, 025, 031, 032, 033
ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ 18.362.195/0001-85 RUA DOM LUIZ Balneário Camboriú-SC CEP 88337-100	7.684,00	Sete Mil, Seiscentos e Oitenta e Quatro Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	005
VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 13.229.567/0001-86 AVENIDA VINTE E UM DE ABRIL Barão de Cotegipe-RS CEP 99740-000	39.960,00	Trinta e Nove Mil, Novecentos e Sessenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	006
D. CAMP ALIMENTOS LTDA CNPJ 60.496.699/0001-54 RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO Paiçandu-PR CEP 87140-000	11.544,00	Onze Mil, Quinhentos e Quarenta e Quatro Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	008, 024, 027, 029
59.350.315 PEDRO GUEDES BRAGA CNPJ 59.350.315/0001-01 RUA VEREADOR SEBASTIAO COSTA Porciúncula-RJ CEP 28390-000	232,50	Duzentos e Trinta e Dois Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	009
KARLA KAROLINE FONTES MENESES CNPJ 37.937.325/0001-05 AVENIDA CORRETOR PAULO ROMÃO Nossa Senhora do Socorro-SE CEP 49157-027	9.495,00	Nove Mil, Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	012, 016, 018, 019, 020, 021, 026
NB CONSULTORIA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA CNPJ 38.259.243/0001-11 RUA DURVAL LEOPOLDO LANDAL Curitiba-PR CEP 81260-270	1.230,00	Um Mil, Duzentos e Trinta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	014, 015
OLLI - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	7.014,00	Sete Mil e Quatorze Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	028, 030

CNPJ 40.948.749/0001-80 AVENIDA MARECHAL LOTT Cafelândia-PR CEP 85415-000				

o valor total da licitação e de R$ 281.738,00 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Setecentos e Trinta e Oito Reais), contemplando com o princípio da economicidade. Portanto, pelas empresas proponentes terem atendido aos princípios legais, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o processo Licitatório e modalidade acima, que estará arquivado no Departamento de Compras e Licitações, no qual este termo passa a ser parte integrante.

Cafelândia/PR, 17 de novembro de 2025.

JUNIOR MOTTER

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F6C6DACB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025 PREGÃO Nº 068/2025

RESULTADO DO JULGAMENTO

DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 133/2025

Pregão nº 068/2025

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 048/2025, TORNA PÚBLICO o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto Registro de preço para aquisição de Fosfato, com o objetivo de atender os produtores rurais do município de Califórnia/Pr, utilizando-o como fertilizante para promover o crescimento saudável das plantas.

Fornecedor : PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 09.590.203/0001-50

Lote	Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Fosfato com no mínimo 18% de concentração (sendo a saca no mínimo de 50 KG) COTA ESERVADA AMPLA CONCORRENCIA 75%	FERTILIZE	SACA	555	129,90	72.094,50
2	1	Fosfato com no mínimo 18% de concentração (sendo a saca no mínimo de 50 KG) COTA RESERVADA ME/EPP 25%	FERTILIZE	SACA	185	129,90	24.031,50
TOTAL:							96.126,00

Valor Total do Pregão: R$ 96.126,00 (noventa e seis mil, cento e vinte e seis reais).

Califórnia, 11/11/2025

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS

Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:A4723384

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. PAULO WILSON MENDES,** portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 761.650-3 SSP-PR e do CPF/MF Nº 045.433.009-04 e a Empresa **JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA**, com sede à Avenida P H Rolfs, 305, Sala 22, Centro, Município de Viçosa – MG, CEP: 36570-087, inscrita no CNPJ n° 08.582.479/0001-23, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Igor Guadalupe Coelho, inscrito no CPF/MF Nº 058.131.116-70, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 077/2023, referente ao resultado do **Pregão Eletrônico nº 042/2023**, de acordo com as normas contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato, bem como o prazo de execução, será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 03 de dezembro de 2025 até 02 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

O valor contratual atualmente pactuado sofrerá reajuste para recomposição da inflação acumulada nos últimos doze meses, conforme tabela abaixo:

Descrição dos serviços	Forma de pagamento	Valor Mensal Atual	Valor Mensal após reajuste	IPCA acumulado (10/2023 a 09/2024)
Serviço de software para gestão integrada do Sistema Único da Assistência Social, que contemple todos os equipamentos dos serviços socioassistenciais, utilizando como base os referenciais técnicos operacionais do SUAS, incluindo: Implantação do sistema, customização, integração com outros sistemas, conversão de dados, importação do banco de dados, treinamentos para equipe, capacitação contínuas, suporte técnico que garantam alterações legais, testes, manutenção e atualizações.	mensal/período de 12 meses	R$ 913,72	R$ 960,98	5,172370%[1]

PARÁGRAFO ÚNICO

O valor total do contrato passa a ser de **R$ 32.996,40 (trinta e dois mil novecentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INATERABILIDADE

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

Califórnia/PR, 18 de novembro de 2025.

Prefeitura Municipal De Califórnia	Jungle Consultoria E Soluções Sociais LTDA
Contratante	Contratada
PAULO WILSON MENDES	***IGOR GUADALUPE COELHO***
Prefeito	Representante Legal

Testemunhas:

[1]Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice.

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:FAC2B870

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 060/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 166/2025

Nº Licitação: 060/2025

Modalidade: Dispensa

Objeto: Refeição completa com locação de ambiente e som para reunião mensal do CRESEMS.

FORNECEDOR: SERGINHO'S BAR E PETISCARIA LTDA

CNPJ: 58.130.268/0001-28

Valor Total: R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

LOTE	ITEM	DESCRICAO	UN	QTD	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	Almoço self-service: • Arroz branco • Feijão • Sobrecoxa recheada • Carne ao molho madeira • Farofa simples • Salada cozida • Salada crua	UNI	50	48,0000	2.400,00
1	2	Bebida sefl-service: • Água com gás e sem gás • refrigerante	UNI	50	8,0000	400,00
1	3	Locação do ambiente por 6h para refeições com: mesas, cadeiras e limpeza e para ambiente para reunião. Incluindo som ambiente e microfone.	UNI	1	600,0000	600,00

Total Homologado do Processo: R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Manutenção do Centro de Saúde

05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.30 Fonte 303 – Red. 191

Valor Total: R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

Califórnia, 18 de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:762FBB28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 165/2025

Nº Licitação: 018/2025

Modalidade: Inexigibilidade

Objeto: Contratação de show artístico do cantor regional Mandiuca para apresentação em Comemoração as Festividades de Emancipação Política do Município de Califórnia/PR.

EMPRESA: FERNANDO LOPES CAMARGO

CNPJ sob n° 49.005.658/0001-85

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	Contratação de show artístico do cantor regional Mandiuca para apresentação em Comemoração as Festividades de Emancipação Política do Município de Califórnia/PR. Com a duração de 1h30min.	SERVIÇO	SERV	1	10.000,00	10.000,00

Total Homologado do Processo: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Dotação Orçamentária:

MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

12.025.23.695.0042.2087 - 3.3.90.39.00.00 - Fonte 1000 – Red. 483

Califórnia, 18 de novembro de 2025.

PAULO SERGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:842C7B7A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 133/2025

Nº Licitação: 068/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preço para aquisição de Fosfato, com o objetivo de atender os produtores rurais do município de Califórnia/Pr, utilizando-o como fertilizante para promover o crescimento saudável das plantas.

Fornecedor : PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 09.590.203/0001-50

Lote	Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Fosfato com no mínimo 18% de concentração (sendo a saca no mínimo de 50 KG) COTA ESERVADA AMPLA CONCORRENCIA 75%	FERTILIZE	SACA	555	129,90	72.094,50
2	1	Fosfato com no mínimo 18% de concentração (sendo a saca no mínimo de 50 KG) COTA RESERVADA ME/EPP 25%	FERTILIZE	SACA	185	129,90	24.031,50
TOTAL:							96.126,00

Valor Total do Pregão: R$ 113.738,00 (cento e treze mil, setecentos e trinta e oito reais).

Total Homologado do Processo: R$ 96.126,00 (noventa e seis mil, cento e vinte e seis reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Manutenção do Departamento de Agricultura

09.021.20.608.0031.2049 – 3.3.90.30 Fonte 1000 – Red. 429

09.021.20.608.0031.2049 – 3.3.90.30 Fonte 891 – Red. 429

Valor total: R$ 113.738,00 (cento e treze mil, setecentos e trinta e oito reais).

Califórnia, 18 de novembro de 2025.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:B81C6F46

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
DECRETO N° 2571/2025 DE 17/11/2025

Exercício: 2025

Decreto n° 2571/2025 de 17/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições

legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1041/2024 de 24/12/2024.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no

valor de R$175.000,00 (cento

e setenta e cinco

mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	
12.001		DEPARTAMENTE DE MEIO AMBIENTE - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	
12.001.18.542.0014.2.022		Manutenção dos Serviços de Coleta e Remoção do Lixo	
447 - 3.3.90.32.00.00	1010	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	45.000,00

448 - 3.3.90.34.00.00	1010	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	130.000,00
		Total Suplementação:	175.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo

43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita		
Receita: 1.3.4.9.99.0.1.01	OUTRAS DELEGAÇÕES PARA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - PRINCIPAL - Fonte:	165.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.0.1.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL - Fonte: 1010	10.000,00
Total da Receita:		175.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 17 de Novembro de 2025.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO

Prefeito

Publicado por:
Bianca Eduarda Rocha Antunes de Souza
Código Identificador:AAD475E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002 – DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE REGRAS GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PREELIMINAR PARA CONTRATAÇÕES PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE-PR.

***Considerando** a Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);*

***Considerando** a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);*

***Considerando** que a União editou o Decreto nº 10.947, de 25 de Janeiro de 2022, que Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, onde também trata do Estudo técnico Preliminar - ETP para elaboração do plano de contratações anual;*

A Secretaria de Administração e Finanças, do município de Campo do Tenente Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conforme legislação em vigor, e ainda

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP e Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública municipal, com base na Lei Federal nº 14.133/21.

Definições

Art. 3º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

II - Termo de Referência - TR: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os parâmetros e elementos descritivos estabelecidos no art. 14º, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação; e

III - Contratações correlatas: aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si;

IV - Contratações interdependentes: aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração;

V - requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

VI - área técnica: agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza; e

VII - equipe de planejamento da contratação: conjunto de agentes que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e/ou de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

§ 1º Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso V do caput.

§ 2º A definição dos requisitantes, das áreas técnicas e da equipe de planejamento da contratação não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais dos órgãos e das entidades.

CAPÍTULO II

ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Diretrizes Gerais

Art. 4º O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação**.**

Art. 5º O ETP deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração**.**

Art. 6º O ETP será elaborado por equipe a ser designado por cada Secretaria Municipal, sempre que o objeto for específico e de uso exclusivo da própria secretaria, com informações da necessidade de contratação, encaminhadas pela área requisitante, observado o § 1º do art. 3º.

Conteúdo

Art. 7º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

b) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular;

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução;

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumento de planejamento do órgão ou entidade;

X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

XI - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; e

XII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º O ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos, apresentar as devidas justificativas**.**

§ 2º Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 3º Em todos os casos, o estudo técnico preliminar deve privilegiar a consecução dos objetivos de uma contratação, nos termos no art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, em detrimento de modelagem de contratação centrada em exigências meramente formais.

Art. 8. Durante a elaboração do ETP deverão ser avaliadas:

I - a possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não haja prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, nos termos do § 2º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - a necessidade de ser exigido, em edital ou em aviso de contratação direta, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o § 4º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - as contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, como forma de melhorar a performance contratual, em especial nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, com base, inclusive, no relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 9. Quando o ETP demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, deverá ser escolhido o critério de julgamento de técnica e preço, conforme o disposto no § 1º do art. 36 da Lei nº 14.133, de 2021.

Exceções à elaboração do ETP

Art. 10. A elaboração do ETP:

I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e

II - é dispensada na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

CAPÍTULO III

ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIAS

Diretrizes Gerais

Art. 11º O TR, a partir dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, se elaborados, definirá o objeto para atendimento da necessidade, a ser enviado para o setor de contratações.

§ 1 º Os processos de contratação direta de que trata o art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão instruídos com o TR.

§ 2º O órgão ou entidade usará o TR como base para analisar se a proposta do licitante provisoriamente vencedor está em conformidade.

Art. 12º O TR deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

Art. 13º O TR será elaborado pela equipe de planejamento da contratação, com base nas informações fornecidas pelas áreas requisitantes.

Conteúdo

Art. 14º Deverão ser descritos no TR os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

I - definição do objeto, incluídos:

a) sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) a especificação do bem ou do serviço, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

c) a indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

d) a especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

II - fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes, quando elaborados, ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

III - descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto, com preferência a arranjos inovadores em sede de economia circular;

IV - requisitos da contratação;

V - modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

VI - modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

VII - critérios de medição e de pagamento;

VIII - forma e critérios de seleção do fornecedor, optando-se pelo critério de julgamento de técnica e preço, conforme o disposto no § 1º do art. 36 da Lei nº 14.133, de 2021, sempre que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração;

IX - estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; e

X - adequação orçamentária, quando não se tratar de sistema de registro de preços.

§ 1º Na hipótese de o processo de contratação não dispor de estudo técnico preliminar,

I – a fundamentação da contratação, conforme disposto no inciso II do caput, consistirá em justificativa de mérito para a contratação e do quantitativo pleiteado;

II – o TR deverá apresentar demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade.

Exceções à elaboração do TR

Art. 15. A elaboração do TR é dispensada na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nas adesões a atas de registro de preços e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

Parágrafo único. Nas adesões a atas de registro de preços de que trata o caput, o estudo técnico preliminar deverá conter as informações que bem caracterizam a contratação, tais como o quantitativo demandado e o local de entrega do bem ou de prestação do serviço.

Campo do Tenente, 14 de novembro de 2025.

INES MARIA WERNER

Secretária de Administração e Finanças

De acordo:

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN

Prefeito Municipal

ANEXO I - MODELO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Breve descrição das necessidades que levaram ao estudo técnico

Comentários: Descrever os requisitos necessários à contratação com vistas ao atendimento da necessidade especificada. Importante listar todos os requisitos que sejam essenciais, abstendo-se de relacionar requisitos desnecessários e especificações demasiadas, para não frustrar o caráter competitivo da futura licitação.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

Comentários: Detalhar aqui a necessidade que foi identificada e que originou a demanda de contratação.

Quanto mais detalhes acerca da necessidade, melhor para a identificação dos requisitos da futura contratação.

2 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições;

c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e

d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

Comentários: Pesquisar e indicar as diferentes soluções existentes no mercado e que podem atender à necessidade levantada.

Solução 1 - Descrição completa

Solução 2 - Descrição completa

Fazer uma comparação entre as soluções encontradas no mercado para mostrar, de forma objetiva, qual delas é a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência. A comparação deve considerar os custos e benefícios durante o ciclo de vida do objeto (melhor relação custo-benefício).

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.

Comentários: Após conclusão do estudo comparativo entre as soluções, descrever aqui a solução que se mostrou mais vantajosa para a contratação, inclusive as exigências relacionadas a manutenção e a assistência técnica, quando for o caso, acompanhadas das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.

Lembrando que essa solução deverá ser caracterizada detalhadamente no Termo de Referência ou Projeto Básico.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Fundamentação: Estimativa das quantidades da contratação, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.

Comentários: Informar a estimativa de quantidades, descrevendo o método de levantamento da estimativa das quantidades a serem contratadas, incluindo memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte (contratos anteriores, experiências de outros órgãos, entre outros), de modo a possibilitar a economia de escala.

5 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

Comentários: Estimativa preliminar do preço para a futura contratação, podendo ser realizada com base nos parâmetros do Decreto Municipal nº 12.981/2023. Essa estimativa de preços preliminar visa à escolha da melhor solução para a contratação e à análise de sua viabilidade. O orçamento estimativo final para a contratação deverá compor o Termo de Referência ou o Projeto Básico ou poderão constar de anexo ao processo.

6 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade.

Comentários: Descrever os requisitos necessários à contratação com vistas ao atendimento da necessidade especificada. Importante listar todos os requisitos que sejam essenciais, abstendo-se de relacionar requisitos desnecessários e especificações demasiadas, para não frustrar o caráter competitivo da futura licitação.

Destacar aqui as práticas de sustentabilidade sob as suas diferentes dimensões (ambiental, social e econômica, por exemplo). Além disso, deverá constar os padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa, bem como justificar se esta contratação tem caráter continuado e a duração inicial do contrato.

7 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições;

c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e

d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

Comentários: Pesquisar e indicar as diferentes soluções existentes no mercado e que podem atender à necessidade levantada.

Solução 1 - Descrição completa

Solução 2 - Descrição completa

Fazer uma comparação entre as soluções encontradas no mercado para mostrar, de forma objetiva, qual delas é a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência. A comparação deve considerar os custos e benefícios durante o ciclo de vida do objeto (melhor relação custo-benefício).

8 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Comentários: Uma visão global do órgão ou entidade pública com vistas a identificar se existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

9 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Fundamentação: Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

Comentários: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Ao considerar que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, devem ser apontados os resultados pretendidos, de forma a subsidiar a criação dos indicadores de desempenho, se for o caso.

10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Comentários: Verificar e informar que ações deverão ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual (exemplificando: pequenas intervenções de engenharia, ajustes de sistemas, capacitação de servidores, entre outros)

11 - IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

Comentários: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. Sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade, deverão ser identificados possíveis impactos em decorrência da contratação pretendida e relacionadas as medidas mitigadoras (ações de prevenção e contingência para afastar/tratar os riscos).

14 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Comentários: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. Parecer final sobre a contratação da solução pretendida, indicando a viabilidade técnica, operacional e orçamentária, assim como a adequação à necessidade identificada na demanda de contratação.

O Estudo Técnico Preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do art. 6º do Decreto Municipal nº 12.991/2023 e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido artigo, dever-se-á apresentar as devidas justificativas.

Campo do Tenente, ... de..... de.....

Nome e Matrícula do Servidor

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP

(ou Equipe de Planejamento instituída por Portaria)

ANEXO II - MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE/PR

1 – OBJETO:

•

Descrição do objeto ou serviço a ser contratado

2 – DESCRIÇÃO DETALHADA DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID. MEDIDA	QUANTIDADE
1			

3 – JUSTIFICATIVA:

Relacionar as necessidades para a contratação do objeto ou serviço;

4- ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Especificar todos os bens ou serviços a serem contratados detalhadamente;

5 - PRAZO PARA ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

Especificar prazos para entrega

•

DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Relacionar todas as obrigatoriedades que o fornecedor deverá cumprir no fornecimento do bem ou serviço;

•

VIGÊNCIA, DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE.

Descrição do prazo para a contratação;

•

OBRIGAÇÕES CONTRATADA:

Descrever detalhadamente todas as obrigações que o fornecedor deverá ter na realização do fornecimento do bem ou serviço;

•

OBRIGAÇÕES CONTRATANTE

Detalhar quais serão as obrigações da entidade nesta contratação;

•

DO PAGAMENTO:

Detalhar as formas que serão realizados os pagamentos, prazos, parcelas, formas de pagamento;

•

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Relação detalhada das secretarias que estarão realizando a contratação e suas rubricas de natureza de despesa;

Nome do Secretário solicitante

Nome da Secretaria

Nome do Secretário solicitante

Nome da Secretaria

Publicado por:
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban
Código Identificador:385D0BE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 346/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 346/2025

PROCESSO Nº 2.391/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025 (90.092/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços materiais esportivos destinados a Secretaria de Educação e Assistência Social, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 092/2025 (90.092/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 5.897,50** (cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 22.382.705/0001-53, com sede social na Avenida Rio Branco, n° 762, Sala 01 A, Bairro Zona 05, CEP 87.015-380, Maringá-PR, doravante denominado CONTRATADA, neste ato representado por seu procurador o Sr. GIANCARLO MALVEZZ GULLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n°. 062.542.119-12, com residência e domicilio Av. Bento Munhoz da Rocha, n° 534, Bairro Zona 7, Maringá-PR, endereço eletrônico: rmmsportsbrasil@hotmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
18	Bola de futsal infantil. Peso do produto 250-280g, circunferência 49-52cm.	MAGUSSY	UN	30,00	45,93	1.377,90
19	Bola de Futsal, circunferência: 61 - 64cm, peso: 410 - 440 gramas, moldagem termofusion, revestimento PU Ultra 100%, miolo slip system removível e lubrificado, material interno, neogeo, linha profissional.	MAGUSSY	UN	40,00	58,98	2.359,20
37	Colete para treinamento com 15 peças, P infantil: 54cm x 40cm altura x largura, indicação média 8 anos 100% poliéster, cores variadas.	TRBESP	JG	5,00	151,98	759,90
62	Jogo de dominó profissional tradicional. Material: Melanina (Osso Sintético), 28 peças, medidas das peças: 4,9 x 2,3 x 0,06 cm, peso: 274 g.	DOMINOES	JG	25,00	18,98	474,50
69	KIT com 2 Raquetes badminton e 3 Petecas	YINS	KT	25,00	32,10	802,50
84	Raquete para tênis de mesa. Revestida dos dois lados com borracha lisa, dimensões 26x15cm.	PPE	PR	10,00	12,35	123,50

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social
2	Secretaria de Educação

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Dotações

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	790	05.002.04.129.0002.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1090	06.001.12.361.0005.2015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1110	06.001.12.361.0005.2015	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2560	09.001.04.122.0006.2039	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2590	09.002.08.122.0006.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2610	09.002.08.122.0006.2066	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2710	09.003.08.122.0006.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2790	09.003.08.122.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2790	09.003.08.122.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2800	09.003.08.122.0006.2045	940	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2800	09.003.08.122.0006.2045	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2840	09.003.08.244.0006.2043	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2950	09.003.08.245.0006.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2960	09.003.08.245.0006.2042	934	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2960	09.003.08.245.0006.2042	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3029	09.003.08.245.0006.2044	920	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3030	09.003.08.245.0006.2044	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3050	09.003.08.245.0006.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3060	09.003.08.245.0006.2065	935	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3110	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3120	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	3120	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3190	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3230	09.004.08.243.0006.6049	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3280	09.005.08.241.0006.2050	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3290	09.005.08.241.0006.2050	900	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	3290	09.005.08.241.0006.2050	900	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3315	09.006.08.244.0006.2067	916	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:CE8D88AC

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 357/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 357/2025

PROCESSO Nº 2.391/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025 (90.092/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato

representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços materiais esportivos destinados a Secretaria de Educação e Assistência Social, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 092/2025 (90.092/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 5.775,00** (cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: ACSUL COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 41.471.513/0001-68, com sede social na Servidão Diamantina Freitas, nº 50, Bairro Centro, CEP 88.020-535, Florianópolis-SC, neste ato representado por seu procurador o Sr. EDICON VITOR BALBINO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 010.217.229-36, com residência e domicílio na Travessa Margarida, n° 141, Bairro Eucaliptos, CEP 83.820-686, Fazenda Rio Grande-PR, endereço eletrônico: acsulcomercio@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
35	Colchonete para aquecimento/alongamento confeccionado em corvin lavável, medindo aproximadamente 1m de comprimento x 0.50m de largura x 5cm de altura.	ACSUL	UN	150,00	38,50	5.775,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social
2	Secretaria de Educação

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	790	05.002.04.129.0002.2011	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1090	06.001.12.361.0005.2015	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1100	06.001.12.361.0005.2015	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1110	06.001.12.361.0005.2015	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2560	09.001.04.122.0006.2039	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2590	09.002.08.122.0006.2040	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2610	09.002.08.122.0006.2066	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2710	09.003.08.122.0006.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2790	09.003.08.122.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2790	09.003.08.122.0006.2045	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2800	09.003.08.122.0006.2045	940	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2800	09.003.08.122.0006.2045	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2840	09.003.08.244.0006.2043	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2950	09.003.08.245.0006.2042	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	2960	09.003.08.245.0006.2042	934	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2960	09.003.08.245.0006.2042	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3029	09.003.08.245.0006.2044	920	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3030	09.003.08.245.0006.2044	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3050	09.003.08.245.0006.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3060	09.003.08.245.0006.2065	935	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3110	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3120	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	3120	09.004.08.243.0006.2047	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3190	09.004.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3230	09.004.08.243.0006.6049	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3280	09.005.08.241.0006.2050	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3290	09.005.08.241.0006.2050	900	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores

2025	3290	09.005.08.241.0006.2050	900	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3315	09.006.08.244.0006.2067	916	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:8F28322C

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 364/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 364/2025

PROCESSO Nº 2.807/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2025 (90.086/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preço de oficinas de artesanato, atividades esportivas e recreativas, dança, música, instrumental, técnica vocal e coordenação, para atendimento aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 086/2025 (90.086/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 176.480,00** (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: LUCCA E LUCCA EDUCACAO E TREINAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 33.746.531/0001-87, com sede social na Rua Manoel Ignácio de Loyola, nº 1205, Bairro Centro, CEP 85.555-000, Palmas-PR, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. ALEXSANDRO LUCCA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 026.536.979-71, com residência e domicílio na Travessa Javali, n° 73, Bairro Bortot, CEP 85.504-100, Pato Branco-PR, endereço eletrônico: lcca.pr@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
2	**OFICINA DE ARTESANATO:** A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decopagem, trabalhos com miçanga, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, bonecos, bolsas, patchwork, pinturas em telas, noções básicas de costura, customização de roupas, bordado em geral, tricô, crochê, amigurumi, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros, construção de brinquedos clássicos (pipas, marionetes, fantoches, dedoches, abayomi, bonecas de pano, giramundo) noções de costura, confecção de bolsas de tecido entre outras atividades relacionada ao artesanato.	H	1.500,00	35,00	52.500,00
3	**OFICINA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS:** A oficina deve abranger a importância da saúde, bem como, o bem estar físico e mental do indivíduo e também de trabalhar o fortalecimento e estabilização dos músculos, aumentando a resistência, flexibilidade, ajudando na concentração e respiração, melhorando o desempenho corporal prevenindo lesões, jogos/brincadeiras coletivas, alongamentos, musicoterapia, bingos, jogos de tabuleiro (xadrez, trilha, uno, dominó, quebra-cabeça, etc.). Também deve abranger regras de esporte para trabalhar com idosos, mulheres, adolescentes e crianças, como o handebol, futsal, basquete, queimada, vôlei, entre outros esportes que despertem o interesse dos usuários. A oficina de atividade física deve contemplar também o contexto teórico e práticos com os ritmos de dança gaúcha, danças tradicionais, zumba, dança circular, dança de rua entre outros, trabalhando com a linguagem corporal utilizando diferentes atividades com o corpo.	H	2.000,00	34,99	69.980,00
5	**OFICINA DE MÚSICA, INSTRUMENTAL E TÉCNICA VOCAL:** As aulas devem abranger os seguintes instrumentos: violão, baixo/guitarra, pandeiro, teclado, carrón, flautas, etc. As aulas de técnica vocal deverão abranger: Técnicas de relaxamento; Controle respiratório; Entrada (ataque) do som; Emissão e ressonância; Técnica do apoio; Staccato / Legatto; Afinação; Sustentação da voz; Extensão vocal e classificação das vozes; Definição das vogais e consoantes; Finalização do som; Articulação, pronúncia e dicção; voz; Escalas, intervalos e saltos; Timbres Vocais; Volume e Dinâmica.	HR	1.500,00	36,00	54.000,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	2570	09.001.04.122.0006.2039	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2600	09.002.08.122.0006.2040	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2630	09.002.08.122.0006.2066	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2750	09.003.08.122.0006.2041	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2810	09.003.08.122.0006.2045	934	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2810	09.003.08.122.0006.2045	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2850	09.003.08.244.0006.2043	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2880	09.003.08.244.0006.2046	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2970	09.003.08.245.0006.2042	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2980	09.003.08.245.0006.2042	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3040	09.003.08.245.0006.2044	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3070	09.003.08.245.0006.2065	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3130	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3300	09.005.08.241.0006.2050	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3305	09.005.08.241.0006.2050	881	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	3305	09.005.08.241.0006.2050	881	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3330	09.006.08.244.0006.2067	0	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	3330	09.006.08.244.0006.2067	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3335	09.006.08.244.0006.2067	916	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:D2E2C31C

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 366/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 366/2025

PROCESSO Nº 2.780/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2025 (90.093/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para futuras e eventuais aquisição de uniformes completos (blazer, calça, cinto, meia, sapato, capa e camisa) para Banda Municipal Talentos da Terra, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 093/2025 (90.093/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 1.920,00** (um mil, novecentos e vinte reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: 54.207.826 ANTONIA MARIA ALVES RAMOS, microempreendedor individual, inscrito no CNPJ sob o nº 54.207.826/0001-55, com sede na Rua Raposo Tavares, nº 79, Apt 1304, Bairro Vila Larsen 1, CEP 86.010-580, Londrina-PR, neste ato representado pela Sra. ANTONIA MARIA ALVES RAMOS, inscrita no CPF n° 943.670.003-20, endereço eletrônico: contatolicitafacilconsultoria@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
5	Cinto Social em couro na cor preta, os tamanhos serão repassados pela Secretaria de Cultura, no ato do pedido, de acordo com os atuais integrantes da banda, "Todas as unidades a serem entregues devem seguir o padrão uniformidade, sendo todas do mesmo modelo e com as mesmas características em termos de material de fabricação."	Safo Art Mil	UN	40,00	34,00	1.360,00
6	Meia confeccionada em material resistente, na cor preta, 70% algodão, 21% poliamida, 6% elástano e 3% elastodieno, comprida, cobrindo parte da canela e suave ao toque com a pele, tamanho comportando as numerações de 30 à 44.	Safo Art Mil	PR	40,00	14,00	560,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	1520	07.001.04.122.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1680	07.003.13.392.0006.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1685	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1685	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7CF7DFD1

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 367/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 367/2025

PROCESSO Nº 2.780/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2025 (90.093/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e

qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para futuras e eventuais aquisição de uniformes completos (blazer, calça, cinto, meia, sapato, capa e camisa) para Banda Municipal Talentos da Terra, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 093/2025 (90.093/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 16.810,00** (dezesseis mil, oitocentos e dez reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: JOTAGE CREATIVE INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 20.147.887/0001-52, com sede social na Rua Frei Caneca, nº 2300, Bairro Centro, CEP 18.460-017, Itararé-SP, neste ato representado por sua sócia administradora a Sra. JUREMA DE GOES, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrita no CPF sob o nº 044.379.708-02, com residência e domicílio na Rua Frei Caneca, n° 2302/A, Bairro Centro, CEP 18.460-017, Itararé-SP, endereço eletrônico: fale@jotagecreative.com.br.

Lote	Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	1	Blazer estilo social, padrão unissex, confeccionado em tecido microfibra, composição 100% poliester na cor preta lisa, com detalhes em verde nos punhos, com botões metálicos todos em mesmo tamanho e modelo na cor dourada na parte frontal do blazer e em cada um dos ombros, aplicação de bordado direto na peça do logotipo da banda medindo 6cm de largura por 7,5cm de altura, no ombro esquerdo, aplicação de bordado direto na peça do brasão o município de Candói, medindo 6cm de largura por 7,5cm de altura, em cada um dos punhos, aplicação de bordado direto na peça com as seguintes siglas, "BMTT" na cor verde. Os tamanhos de cada vestimenta serão repassados pela Secretaria de Cultura de acordo com os atuais integrantes da banda, antes de confeccionar as peças, o fornecedor deverá encaminhar um desenho e um modelo físico do blazer para avaliação.	UN	25,00	465,00	11.625,00
1	2	Calça em estilo social padrão unissex, com tecido em microfribra 100% poliéster, na cor preta, com bolsos laterais, com zíper, elástico na parte de trás da cintura e passador de cinto. "Os tamanhos de cada vestimenta serão repassados pela Secretaria de Cultura e Turismo de acordo com os atuais integrantes da banda, sendo que antes de confeccionar as peças, o fornecedor deverá encaminhar um desenho e um modelo físico do blazer para avaliação".	UN	25,00	115,00	2.875,00
-	3	Camisa estilo social, tecido 100% poliéster, na cor branca, com bolso, na altura do peito na parte frontal ao lado esquerdo. "Os tamanhos de cada vestimenta serão repassados pela Secretaria de Cultura e Turismo de acordo com os atuais integrantes da banda, sendo que antes de confeccionar as peças, o fornecedor deverá encaminhar um desenho e um modelo físico do blazer para avaliação".	UN	25,00	92,40	2.310,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	1520	07.001.04.122.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1680	07.003.13.392.0006.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1685	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1685	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4BBF91AB

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 369/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 369/2025

PROCESSO Nº 2.780/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2025 (90.093/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para futuras e eventuais aquisição de uniformes completos (blazer, calça, cinto, meia, sapato, capa e camisa) para Banda Municipal Talentos da Terra, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 093/2025 (90.093/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 7.450,00** (sete mil, quatrocentos e cinquenta reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: MITRIDATES SOLUCOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 53.127.004/0001-00, com sede social na Rua João Debarro, nº 95, Bairro Solar do Madeira, CEP 32.065-012, Contagem-mg, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. MICHEL NATAN MOREIIRA CASTRO RESENDE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 089.080.266-14, com residência e domicílio na Rua João Debarro, n° 95, Bairro Solar do Madeira, CEP 32.065-012, Contagem-MG, endereço eletrônico: maltesintegrada@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
7	Sapato estilo unissex (mocassim) na cor preta, em couro ecológico (sintético), antiderrapante, numeração do 30 ao 46. Considerando que a Banda Municipal participa de competições, ocasião onde é avaliada a uniformidade, os sapatos deverão ser confeccionados com designer idêntico aos sapatos já utilizados pelos integrantes. Os tamanhos serão repassados pelo Departamento de Cultura.	Difranca	PR	50,00	149,00	7.450,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	1520	07.001.04.122.0006.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1680	07.003.13.392.0006.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	1685	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.30.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	1685	07.003.13.392.0006.2023	2	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:A64A4428

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90106/2025	
Às 11:16 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3.403/2025, Pregão nº 90106/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SISPP - Tradicional
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Aquisição de máquina de pintura de sinalização viária, com recursos da Secretaria de Estado das Cidades e contrapartida Municipal, proveniente do Convênio nº 585/2025 - SECID	
Entrega de propostas: De 17/10/2025 às 08:00 até 30/10/2025 às 09:00	
Abertura da sessão pública: Dia 30/10/2025 às 09:00 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 09:00:01	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	30/10/2025 às 09:23:19	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	30/10/2025 às 09:59:17	Apesar dos documentos de habilitação serem solicitados após julgamento da proposta. Todos os documentos devem ser emitidos até hoje, e estarem vigentes na data de hoje.

Sistema	30/10/2025 às 09:59:43	Sessão suspensa até 10h do dia 31/10/2025. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	31/10/2025 às 10:00:40	Bom dia. Conforme agendado, retornamos à sessão.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
30/10/2025 às 09:00:01	Abertura da sessão pública
30/10/2025 às 09:23:18	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Máquina de pintura	
Máquina De Pintura Tipo: Motor 4 Tempos A Gasolina, Potência Motor: 5,5HP, Vazão: 5,3L/MIN, Pressão Máxima Saída: 3.300PSI, Bico Padrão: 0,025" E 0,035", Características Adicionais: Regulador Eletrônico De Pressão E Tela Digital De, Aplicação: Para Todos Os Tipos De Sinalização Viária	
Quantidade: 1	Valor estimado: R$ 289.166,6700 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 289.166,6700 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 100,0000	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, melhor lance: R$ 288.000,0000 (unitário) / R$ 288.000,0000 (total), valor negociado: R$ 285.000,0000 (unitário) / R$ 285.000,0000 (total)	

Propostas do Item 1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
54.883.299/0001-07 - 54.883.299 WALLACE AVANCINI SOUZA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 300.000,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 300.000,0000 (total)	
UF endereço: RJ		
Marca/Fabricante: Máquina De Pintura		
Modelo/versão: Máquina De Pintura		
Valor proposta: R$ 300.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada:1
R$ 300.000,0000 (total)		
26.580.101/0001-72 - APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 298.391,0867 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 298.391,0867 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: Máquina De Pintura Tipo: Motor 4 Tempos A Gasolina		
Modelo/versão: Máquina De Pintura Tipo: Motor 4 Tempos A Gasolina		
Valor proposta: R$ 298.391,0867 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada:1
R$ 298.391,0867 (total)		
26.166.156/0001-30 - B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Não	R$ 380.000,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 380.000,0000 (total)	
UF endereço: GO		
Marca/Fabricante: MZ BRASIL / MZF-7/TA		
Modelo/versão: MZ BRASIL / MZF-7/TA		
Valor proposta: R$ 380.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada:1
R$ 380.000,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
49.649.839/0001-44 - MWV DISTRIBUIDORA LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 289.166,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 289.166,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: mwv		
Modelo/versão: mwv		
Valor proposta: R$ 289.166,0000 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 289.166,0000 (total)		
11.089.285/0001-03 - MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 288.000,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 288.000,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MZ BRASIL		
Modelo/versão: MZF-7/TA		
Valor proposta: R$ 289.000,0000 (unitário)	Valor negociado:R$ 285.000,0000 (unitário)	Quantidade ofertada: 1
R$ 289.000,0000 (total)	R$ 285.000,0000 (total)	

Lances do Item 1		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
30/10/2025 às 09:01:02	11.089.285/0001-03	R$ 288.000,0000

Mensagens do chat do Item 1		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 09:00:02	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	30/10/2025 às 09:10:03	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:23:44	Sr. Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Consegue reduzir um pouco o valor da sua proposta?.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:25:49	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, mantendo R$ 288.000,0000.

Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:26:42	Sr. Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Verifique novamente se consegue reduzir por favor.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:27:11	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, tendo informado R$ 287.000,0000.
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:29:33	Sr. Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Verifiquei que recentemente a empresa negociou com outro órgão por valor menor! Verifique se consegue reduzir ainda mais a proposta por favor..
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:30:32	Veja a possibilidade de negociar a 278.000 mil

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:30:35	e ajuste o lance
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:31:03	Sr. Pregoeiro. Não temos condições de reduzir o valor para este equipamento.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:31:08	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, mantendo R$ 287.000,0000.
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:31:50	Mas notei um contrato com este valor: https://pncp.gov.br/app/contratos/01612634000168/2025/145
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:31:53	Realmente não consegue?
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:32:08	Sr. Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, você foi convocado para negociação de valor do item 1.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:32:24	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, mantendo R$ 287.000,0000.
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:33:30	Porque esta diferença de preço entre nossa licitação e o município de MUNICIPIO DE ESPIGAO ALTO DO IGUACU? Não é o mesmo equipamento?
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:33:50	Sr. Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, você foi convocado para negociação de valor do item 1.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:35:46	Sr. Pregoeiro, Neste cliente ja foi licitado a algum tempo e já foi entregue a maquina. Esta maquina que estamos licitando tem prazo máximo de entrega em 180 dias e todos os insumos tem acréscimo mensal. Portanto não consigo reduzir este valor.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:35:49	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03. A negociação do item 1 foi recusada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, mantendo R$ 287.000,0000.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:40:52	Sr. pregoeiro para conhecimento e pode ser consultado na data de ontem licitamos uma maquina nos mesmo moldes desta pelo valor de R$ 287.000,00 - pregão Eletronico 33/2025.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:41:30	Município de Enéas Marques PR
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:45:04	Compreendo! mas mesmo assim, insisto! Da data de contratação que citei anteriormente tem apenas 20 dias. Houve algum aumento significativo neste intervalo de tempo? Acredito que não esteja no prejuízo com o referido contrato! Realmente não consegue reduzir um pouco mais ?
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:47:53	Sr. Pregoeiro, como informado. Teremos até 180 dias para cumprir este compromisso e como no conjunto do equipamento existe um veiculo automotor, realmente os aumentos de preços são mensais e não podemos reduzir mais este valor.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:48:41	mesmo assim, valor considerar sua insistência e reduzir para 286.000,00
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:48:42	Entendido! Obrigado pelas informações.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:49:31	Com relação ao envio da proposta ajustada ao lance negociado, o edital dispõe no item 6.14 o prazo de 24h, todavia, acredito que este prazo todo não seja necessário. Consegue apresentar em prazo inferior? Qual prazo necessita para que seja aberto conforme sua necessidade?
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:50:44	Sr. pregoeiro, não posso assumir compromisso menor de pra de entrega neste momento.
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:51:13	Precisa de 24h para anexar a proposta assinada então? Isso?
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:52:31	Sr. Pregoeiro. A proposta no valor de 286.000,00 posso apresentar na sequencia
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:55:44	Irei abrir o prazo até 24h. Neste prazo solicito que antes de anexar a proposta, verifique com cuidado novamente sobre a possibilidade de redução da sua proposta.
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:57:16	Sr. Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Solicito que revise cuidadosamente a possibilidade de reduzir um pouco mais a sua proposta aos valores recentemente praticados (qualquer redução é bem vinda), desde que obviamente a proposta seja perfeitamente exequível e justa..
Sistema para o participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 09:57:45	Sr. Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 10:00:00 do dia 31/10/2025. Justificativa: Solicito que anexe no sistema a sua proposta ajustado ao lance negociado, conforme modelo anexo II, e características técnicas (anexo VII) do edital, sob pena de desclassificação e aplicação das penalidades cabíveis.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 10:01:01	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03, tendo informado R$ 285.000,0000.
Pelo participante 11.089.285/0001-03	30/10/2025 às 10:16:01	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:16:01 de 30/10/2025. 27 anexos foram enviados pelo fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03.
Sistema	31/10/2025 às 10:02:23	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/10/2025 10:12:23.
Sistema	31/10/2025 às 10:13:17	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/10/2025 10:23:17.

Eventos do Item 1	
Data/Hora	**Descrição**
30/10/2025 às 09:57:45	Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 10:00:00 do dia 31/10/2025. Justificativa: Solicito que anexe no sistema a sua proposta ajustado ao lance negociado, conforme modelo anexo II, e características técnicas (anexo VII) do edital, sob pena de desclassificação e aplicação das penalidades cabíveis.
30/10/2025 às 10:16:01	Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03 finalizou o envio de anexo.
17/11/2025 às 11:16:13	Fornecedor MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA., CNPJ 11.089.285/0001-03 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 288.000,0000, valor negociado: R$ 285.000,0000.
17/11/2025 às 11:16:14	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.
Sessão 1
Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	31/10/2025 10:12:23
Intenção de recurso na habilitação:	31/10/2025 10:23:17

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:10977D56

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 90.104/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90104/2025	
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal	
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Bateria automotiva
Bateria Automotiva Comprimento: 335MM, Largura: 165MM, Altura: 220MM, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 100AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido, Corrente Partida: 625A

Quantidade: 52	Valor estimado: R$ 708,9000 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 36.862,8000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42, melhor lance: R$ 707,0000 (unitário) / R$ 36.764,0000 (total)	

Propostas do Item 1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 890,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 46.280,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 1.200,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 52
R$ 62.400,0000 (total)		
40.539.740/0001-15 - ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 750,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 39.000,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: bt		
Modelo/versão: bt		
Valor proposta: R$ 750,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 52
R$ 39.000,0000 (total)		
37.902.352/0001-42 - ARMY BATERIAS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 707,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 36.764,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: CRAL TOP ARMY/BATERIAS CRAL LTDA		
Modelo/versão: CLA100VD CCA760 356X172X190MM GARANTIA 18M		
Valor proposta: R$ 707,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 52
R$ 36.764,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 708,9000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 36.862,8000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 708,9000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 52
R$ 36.862,8000 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 708,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 36.816,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 708,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 52
R$ 36.816,0000 (total)		
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 708,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 36.816,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 708,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 52
R$ 36.816,0000 (total)		
36.469.275/0001-16 - SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 685,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 35.620,0000 (total)	
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: pioneiro		
Modelo/versão: 12v 100 ah		
Valor proposta: R$ 708,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 52
R$ 36.816,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 684,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 35.568,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 700,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 52
R$ 36.400,0000 (total)		

Lances do Item 1		
Data/hora	**Participante**	**Lance**

Data/hora	Participante	Lance
28/10/2025 às 08:33:17	07.412.297/0001-41	R$ 890,0000
28/10/2025 às 08:35:50	36.469.275/0001-16	R$ 698,0000
28/10/2025 às 08:36:06	22.869.110/0001-27	R$ 697,0000
28/10/2025 às 08:37:04	36.469.275/0001-16	R$ 690,0000
28/10/2025 às 08:37:19	22.869.110/0001-27	R$ 689,0000
28/10/2025 às 08:38:10	36.469.275/0001-16	R$ 685,0000
28/10/2025 às 08:38:23	22.869.110/0001-27	R$ 684,0000

Mensagens do chat do Item 1		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:24	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 09:26:53	Sr. Fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:27:00 do dia 28/10/2025. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica com todos os itens vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo IV do Edital) ..
Pelo participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 10:58:32	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:58:32 de 28/10/2025. 11 anexos foram enviados pelo fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27.
Sistema para o participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 11:42:06	Prezado, não anexou as fichas técnicas dos produtos vencidos, solicitarei novamente na reabertura da sessão.
Sistema para o participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 11:43:03	peço que providencie e deixe os arquivos prontos para o envio.
Sistema para o participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 14:03:39	Sr. Fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:04:00 do dia 28/10/2025. Justificativa: Anexar a ficha técnica de todos os itens vencidos..
Pelo participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 15:50:23	Boa Tarde senhor pregoeiro, preciso de tempo adicional, pois o fabricante ainda não encaminhou a ficha das baterias
Sistema para o participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 16:04:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:04:00 de 28/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27.
Sistema para o participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 16:16:06	Prazo complementar concedido.
Sistema para o participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 16:18:07	Sr. Fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:19:00 do dia 28/10/2025. Justificativa: Prazo complementar para anexo das fichas técnicas dos itens vencidos..
Sistema para o participante 22.869.110/0001-27	28/10/2025 às 18:19:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 18:19:00 de 28/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	29/10/2025 às 10:28:25	Sr. Fornecedor SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ 36.469.275/0001-16, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:29:00 do dia 29/10/2025. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica com todos os itens vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo IV do Edital).
Pelo participante 36.469.275/0001-16	29/10/2025 às 12:17:28	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:17:28 de 29/10/2025. 6 anexos foram enviados pelo fornecedor SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ 36.469.275/0001-16.
Pelo participante 36.469.275/0001-16	29/10/2025 às 12:18:21	Sr. solicito reabertura do anexo pois faltou a declaracao unificada e para os itens 14 - 15 -16 solicitamos desclassificacao pois nossa bateria nao atende ao solicitado
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	03/11/2025 às 15:50:45	Sr. Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:51:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e ficha técnica do item vencido...
Pelo participante 37.902.352/0001-42	03/11/2025 às 15:55:41	Boa tarde Sr.(a) Pregoeiro(a) Estamos providenciando o envio conforme solicitado, obrigada! Att. Army
Pelo participante 37.902.352/0001-42	03/11/2025 às 16:28:38	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:28:38 de 03/11/2025. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42.
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 14:32:31	Sr. Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:33:00 do dia 04/11/2025. Justificativa: Atualizar a proposta inserindo os novos itens vencidos e as fichas ténicas deles..
Pelo participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 14:37:50	boa tarde Sr(a) Pregoeiro(a) Estamos providenciando o envio, obrigada! Att ARMY
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:40:13	Annexa juntamente a Licenã Sanitária da empresa, não consta nos documentos já enviados.
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:40:37	Anexa juntamente a Licença Sanitária da empresa, não consta nos documentos já enviados.
Pelo participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:45:26	Prezado(a) Senhor(a) Pregoeiro(a), Em atenção à solicitação referente à Licença Sanitária, esclarecemos que nossa empresa não possui e nem necessita deste tipo de licença, uma vez que não exercemos atividades sujeitas à vigilância sanitária.
Pelo participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:45:39	Nossa atuação se restringe à comercialização e distribuição de baterias automotivas e estacionárias, sem qualquer manipulação de produtos controlados, químicos ou de interesse à saúde pública
Pelo participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:45:55	Informamos que possuímos Alvará de Funcionamento regular e certificado de prevenção a furtos e roubos, os quais são os documentos exigidos para o tipo de atividade que desempenhamos.
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:50:53	Entendo, no entanto o edital exige esse tipo de documento de todos os licitantes vencedores, nos termos do Item 11.7.3 do edital "Licença sanitária municipal ou estadual compatível com o objeto da contratação."
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:51:59	Como não houve questionamentos ou impugnações em relação a essa exigência, antes da abertura do certame, neste momento só cabe a exigência.
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:54:22	Peço que aguarde um minuto enquanto verifico a situação
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:54:43	Irei verificar com o setor sobre essa exigência.
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:57:30	Prezado, em consulta ao setor responsável, informaram que a exigência foi em decorrência de um lapso de digitação, que não deveria ser constado nesse edital, por não ter relação com objeto contratado.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:57:39	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:57:39 de 04/11/2025. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42.
Sistema para o participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 15:58:06	Dessa forma, não será exigido tal documento de qualquer licitante vencedor.
Pelo participante 37.902.352/0001-42	04/11/2025 às 16:21:02	Muito obrigada Sr(a) Pregoeiro(a)!
Sistema	04/11/2025 às 16:33:19	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 16:43:19.
Sistema	04/11/2025 às 16:54:54	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:04:54.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
28/10/2025 às 09:26:53	Fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:27:00 do dia 28/10/2025. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica com todos os itens vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo IV do Edital) ..
28/10/2025 às 10:58:32	Fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27 finalizou o envio de anexo.
28/10/2025 às 14:03:39	Fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:04:00 do dia 28/10/2025. Justificativa: Anexar a ficha técnica de todos os itens vencidos..
28/10/2025 às 16:18:07	Fornecedor VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, CNPJ 22.869.110/0001-27 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 18:19:00 do dia 28/10/2025. Justificativa: Prazo complementar para anexo das fichas técnicas dos itens vencidos..
29/10/2025 às 10:28:25	Fornecedor SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ 36.469.275/0001-16 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:29:00 do dia 29/10/2025. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica com todos os itens vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo IV do Edital).
29/10/2025 às 12:17:28	Fornecedor SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ 36.469.275/0001-16 finalizou o envio de anexo.
03/11/2025 às 15:50:45	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 17:51:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e ficha técnica do item vencido...
03/11/2025 às 16:28:38	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 finalizou o envio de anexo.
04/11/2025 às 14:32:31	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:33:00 do dia 04/11/2025. Justificativa: Atualizar a proposta inserindo os novos itens vencidos e as fichas ténicas deles..
04/11/2025 às 15:57:39	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 finalizou o envio de anexo.
17/11/2025 às 11:24:02	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 707,0000.
17/11/2025 às 11:24:02	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 16:43:19
Intenção de recurso na habilitação:	04/11/2025 17:04:54

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90104/2025	
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal	
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Bateria Automotiva		
Bateria Automotiva Aplicação: Trator Cbt 2105, Comprimento: 330MM, Largura: 160MM, Altura: 200MM, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 100AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido		
Quantidade: 57	Valor estimado: R$ 716,6500 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 40.849,0500 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO		
Propostas do Item 2		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 890,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 50.730,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 1.200,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 57
R$ 68.400,0000 (total)		
40.539.740/0001-15 - ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 750,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 42.750,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: bt		
Modelo/versão: bt		
Valor proposta: R$ 750,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 57
R$ 42.750,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 716,6500 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 40.849,0500 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 716,6500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 57
R$ 40.849,0500 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 716,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 40.812,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 716,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 57
R$ 40.812,0000 (total)		
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 716,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 40.812,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 716,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 57
R$ 40.812,0000 (total)		
36.469.275/0001-16 - SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 685,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 39.045,0000 (total)	
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: premium		
Modelo/versão: 12v 100 ah		
Valor proposta: R$ 716,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 57
R$ 40.812,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada

Benefício Me/Epp: Sim	R$ 684,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 38.988,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 705,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 57
R$ 40.185,0000 (total)		
Lances do Item 2		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:33:22	07.412.297/0001-41	R$ 890,0000
28/10/2025 às 08:35:56	36.469.275/0001-16	R$ 698,0000
28/10/2025 às 08:36:09	22.869.110/0001-27	R$ 697,0000
28/10/2025 às 08:37:11	36.469.275/0001-16	R$ 690,0000
28/10/2025 às 08:37:25	22.869.110/0001-27	R$ 689,0000
28/10/2025 às 08:38:18	36.469.275/0001-16	R$ 685,0000

Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:38:30	22.869.110/0001-27	R$ 684,0000
Mensagens do chat do Item 2		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:31	O item 2 está encerrado.
Sistema	31/10/2025 às 16:44:27	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 2. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 716,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 16:49:27 do dia 31/10/2025.
Sistema	31/10/2025 às 16:49:28	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 2 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	31/10/2025 às 16:49:28	O item 2 está encerrado.
Sistema	31/10/2025 às 16:49:28	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 2. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	31/10/2025 às 16:49:28	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 2. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema para o participante 39.821.618/0001-58	03/11/2025 às 09:52:11	Sr. Fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 11:53:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e fichas técnicas para os itens 02 e 03..
Sistema para o participante 39.821.618/0001-58	03/11/2025 às 11:53:00	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:53:00 de 03/11/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58.
Sistema para o participante 51.461.488/0001-95	03/11/2025 às 15:46:41	Sr. Fornecedor MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ 51.461.488/0001-95, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 17:47:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e fichas técnicas de todos os itens atualmente vencidos..
Sistema para o participante 51.461.488/0001-95	03/11/2025 às 17:47:00	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:47:00 de 03/11/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ 51.461.488/0001-95.
Sistema para o participante 02.394.903/0001-20	04/11/2025 às 14:29:49	Sr. Fornecedor AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA, CNPJ 02.394.903/0001-20, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 16:30:00 do dia 04/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta adequada e fichas técnicas para todos os itens vencidos..
Sistema para o participante 02.394.903/0001-20	04/11/2025 às 16:30:02	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:30:02 de 04/11/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA, CNPJ 02.394.903/0001-20.
Sistema	04/11/2025 às 16:49:41	O item 2 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:49:41	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 16:59:41.
Eventos do Item 2		
Data/Hora	**Descrição**	
03/11/2025 às 09:52:11	Fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:53:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e fichas técnicas para os itens 02 e 03..	

Data/Hora	**Descrição**
03/11/2025 às 15:46:41	Fornecedor MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ 51.461.488/0001-95 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 17:47:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e fichas técnicas de todos os itens atualmente vencidos..
04/11/2025 às 14:29:49	Fornecedor AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA, CNPJ 02.394.903/0001-20 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:30:00 do dia 04/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta adequada e fichas técnicas para todos os itens vencidos..
17/11/2025 às 11:24:02	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 16:59:41

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 90104/2025		
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal		
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

	08:47:28	
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	**Descrição**
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 3 - Bateria automotiva		
Bateria Automotiva Comprimento: 510MM, Largura: 213MM, Altura: 238MM, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 150AH,		
Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido, Corrente Partida: 550A		
Quantidade: 84	Valor estimado: R$ 905,9200 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 76.097,2800 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO		
Propostas do Item 3		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.420,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 119.280,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 1.800,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 84
R$ 151.200,0000 (total)		
40.539.740/0001-15 - ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 950,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 79.800,0000 (total)	

UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: bt		
Modelo/versão: bt		
Valor proposta: R$ 950,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 84
R$ 79.800,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 905,9200 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 76.097,2800 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 905,9200 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 84
R$ 76.097,2800 (total)		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 905,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 76.020,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 905,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 84
R$ 76.020,0000 (total)		
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 905,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 76.020,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 905,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 84
R$ 76.020,0000 (total)		
36.469.275/0001-16 - SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 880,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 73.920,0000 (total)	
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: premium		
Modelo/versão: 12v 150 ah		
Valor proposta: R$ 905,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 84
R$ 76.020,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 879,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 73.836,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 900,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 84
R$ 75.600,0000 (total)		

Lances do Item 3		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:33:33	07.412.297/0001-41	R$ 1.420,0000
28/10/2025 às 08:36:07	36.469.275/0001-16	R$ 898,0000
28/10/2025 às 08:36:18	22.869.110/0001-27	R$ 897,0000
28/10/2025 às 08:37:17	36.469.275/0001-16	R$ 890,0000
28/10/2025 às 08:37:37	22.869.110/0001-27	R$ 889,0000
28/10/2025 às 08:38:23	36.469.275/0001-16	R$ 880,0000
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:38:36	22.869.110/0001-27	R$ 879,0000

Mensagens do chat do Item 3		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:01	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:37	O item 3 está encerrado.
Sistema	31/10/2025 às 16:49:37	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 3. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 905,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 16:54:37 do dia 31/10/2025.
Sistema	31/10/2025 às 16:54:38	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 3 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	31/10/2025 às 16:54:38	O item 3 está encerrado.
Sistema	31/10/2025 às 16:54:38	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 3. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	31/10/2025 às 16:54:38	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 3. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema	04/11/2025 às 16:50:05	O item 3 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:50:05	O item 3 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:00:05.

Eventos do Item 3	
Data/Hora	**Descrição**
17/11/2025 às 11:24:02	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:00:05

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 90104/2025		
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal		
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 4 - Bateria automotiva		
Bateria Automotiva Tipo: Selada, Aplicação: Caminhão, Referência: Srt150te, Comprimento: 513MM, Largura: 223MM, Altura: 218MM, Peso: 41,5KG, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 150AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido		
Quantidade: 20	Valor estimado: R$ 923,0500 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 18.461,0000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO		
Propostas do Item 4		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.420,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 28.400,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 1.800,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 36.000,0000 (total)		
40.539.740/0001-15 - ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.000,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 20.000,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: bt		
Modelo/versão: bt		
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 20.000,0000 (total)		

02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 923,0500 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 18.461,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 923,0500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 18.461,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 923,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 18.460,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 923,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 18.460,0000 (total)		
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA	R$ 923,0000 (unitário)	Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 18.460,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 923,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 18.460,0000 (total)		
36.469.275/0001-16 - SO BATERIAS - COMERCIO DE LTDA	BATERIAS	Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 880,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 17.600,0000 (total)	
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: premium		
Modelo/versão: 12v 150 ah		
Valor proposta: R$ 923,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 18.460,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 879,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 17.580,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 915,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 18.300,0000 (total)		

Lances do Item 4		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:33:45	07.412.297/0001-41	R$ 1.420,0000
28/10/2025 às 08:36:14	36.469.275/0001-16	R$ 912,0000
28/10/2025 às 08:36:23	22.869.110/0001-27	R$ 911,0000
28/10/2025 às 08:37:25	36.469.275/0001-16	R$ 900,0000
28/10/2025 às 08:37:43	22.869.110/0001-27	R$ 899,0000
28/10/2025 às 08:38:33	36.469.275/0001-16	R$ 880,0000

Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:38:42	22.869.110/0001-27	R$ 879,0000
Mensagens do chat do Item 4		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:01	O item 4 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:43	O item 4 está encerrado.
Sistema	31/10/2025 às 16:53:19	O item 4 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/10/2025 17:03:19.
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 13:59:29	Prezado, favor enviar o certificado de INMETRO dos itens vencidos.
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 14:00:56	Itens 04 e 05/06
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 14:01:51	Sr. Fornecedor SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ 36.469.275/0001-16, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 16:03:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar os registro de INMETRO das baterias refernte aos itens vencidos (04 e 05/06).
Pelo participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 15:09:26	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:09:26 de 03/11/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ 36.469.275/0001-16.
Pelo participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 15:13:31	Sr tivemos itens elimados por 1 mm, as ficha técnicas das baterias são de padrão de fabrica, não podemos fazer uma ficha técnica para cada pregão eletrônico pois a diferença de milímetros não interfere no local de instalação pois todas tem um tamanho padrão
Pelo participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 15:14:27	solicitamos revisão dos itens que tivemos a desclassificação pois nosso preço é o melhor para contratação da prefeitura e as baterias atendem ao edital
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 15:17:32	Prezado, esta não é hora de debater sobre os termos do edital, esse assunto deveria ter sido motivo de questionamento antes da abertura da sessão.
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 15:17:52	O que precisa agora é fornecer produto nos termos do edital.
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 15:18:45	No caso das dimensões das baterias, foi solicitado medidas exatas, então só serão aceitas medidas exatas.
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 15:19:06	exceto para o Item 04 que requer "medidas aproximadas"
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 17:05:11	Prezado, analisando o registro dos produto ofertado, conclui-se que: Os itens 05 e 06 tiveram suas fichas alteradas para atendimento ao edital, visto que as dimensões constantes na ficha técnica e do registro do produto são diveregentes.
Sistema para o participante 36.469.275/0001-16	03/11/2025 às 17:07:32	Em relação ao item 04, o edital requer as medidas 510 x 220 x 240, sendo apresentado produto nas medidas 462 x 209 x 203, neste caso, mesmo a descrição sendo flexível em aceitar "dimensões aproximadas", a diferença é muito grande, chegando a diferença de mais de 10% em cada

		dimensão entre a bateria solicitada e a fornecida.
Sistema para o participante 39.821.618/0001-58	04/11/2025 às 09:18:45	Sr. Fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 11:19:00 do dia 04/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e ficha técnica do item vencido..

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 39.821.618/0001-58	04/11/2025 às 11:19:00	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:19:00 de 04/11/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58.
Sistema	04/11/2025 às 16:50:32	O item 4 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:50:32	O item 4 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:00:32.

Eventos do Item 4

Data/Hora	**Descrição**
03/11/2025 às 14:01:51	Fornecedor SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ 36.469.275/0001-16 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:03:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar os registro de INMETRO das baterias refernte aos itens vencidos (04 e 05/06).
03/11/2025 às 15:09:26	Fornecedor SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ 36.469.275/0001-16 finalizou o envio de anexo.
04/11/2025 às 09:18:45	Fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:19:00 do dia 04/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e ficha técnica do item vencido..
17/11/2025 às 11:24:02	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:00:32

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 90104/2025

Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal

Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	**Descrição**
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 5 - Bateria automotiva

Bateria Automotiva Tipo: Selada, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 170AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido

Quantidade: 20	Valor estimado: R$ 1.118,4400 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 22.368,8000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42, melhor lance: R$ 1.117,0000 (unitário) / R$ 22.340,0000 (total)		
Propostas do Item 5		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.820,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 36.400,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 2.200,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 44.000,0000 (total)		
40.539.740/0001-15 - ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.290,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 25.800,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: bt		
Modelo/versão: bt		
Valor proposta: R$ 1.290,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 25.800,0000 (total)		
37.902.352/0001-42 - ARMY BATERIAS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.117,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 22.340,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ZETTA MOURA/ACUMULADORES MOURA S.A.		
Modelo/versão: Z180D 512X211X233MM ORIG. MONT. GARANTIA 15M		
Valor proposta: R$ 1.117,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 22.340,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.118,4400 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 22.368,8000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 1.118,4400 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 22.368,8000 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.118,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 22.360,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 1.118,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 22.360,0000 (total)		
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA	R$ 1.118,0000 (unitário)	-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 22.360,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 1.118,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 22.360,0000 (total)		
36.469.275/0001-16 - SO BATERIAS - COMERCIO DE LTDA	BATERIAS	Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.050,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 21.000,0000 (total)	
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: premium		
Modelo/versão: 12v 180 ah		
Valor proposta: R$ 1.118,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 22.360,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.049,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 20.980,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 1.110,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 22.200,0000 (total)		
Lances do Item 5		
Data/hora	**Participante**	**Lance**

Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:34:15	07.412.297/0001-41	R$ 1.820,0000
28/10/2025 às 08:36:21	36.469.275/0001-16	R$ 1.100,0000
28/10/2025 às 08:36:30	22.869.110/0001-27	R$ 1.099,0000
28/10/2025 às 08:37:31	36.469.275/0001-16	R$ 1.059,0000

28/10/2025 às 08:37:51	22.869.110/0001-27	R$ 1.058,0000
28/10/2025 às 08:38:41	36.469.275/0001-16	R$ 1.050,0000
28/10/2025 às 08:38:48	22.869.110/0001-27	R$ 1.049,0000

Mensagens do chat do Item 5		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:01	O item 5 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:49	O item 5 está encerrado.
Sistema	31/10/2025 às 16:56:08	O item 5 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/10/2025 17:06:08.
Sistema	04/11/2025 às 16:42:18	O item 5 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 16:52:18.
Sistema	04/11/2025 às 16:55:18	O item 5 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:05:18.
Sistema	04/11/2025 às 17:06:24	A fase de recurso do item 5 está aberta até 07/11/2025.
Sistema	05/11/2025 às 08:05:41	A fase de recurso do item 5 foi finalizada antes do prazo previsto. Todos os fornecedores já se manifestaram. Não houve registro de recursos.
Eventos do Item 5		
Data/Hora	**Descrição**	
04/11/2025 às 17:08:45	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 registra a desistência de cadastrar recurso.	
05/11/2025 às 08:05:41	Prazo recursal adiantado.	
17/11/2025 às 11:24:02	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 1.117,0000.	
17/11/2025 às 11:24:02	Item homologado.	
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 16:52:18
Intenção de recurso na habilitação:	04/11/2025 17:05:18
Recurso:	05/11/2025 08:05:41
Contrarrazão:	05/11/2025 08:05:41
Recursos realizados:	
37.902.352/0001-42 - ARMY BATERIAS LTDA	
Intenção de recurso no julgamento:	31/10/2025 16:57:56
Recurso:	(Desistiu Cadastro) 04/11/2025 17:08:45
Contrarrazões:	Não foi realizado cadastro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 90104/2025		
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente,		
EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal		
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.

Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 6 - Bateria automotiva		
Bateria Automotiva Tipo: Selada, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 170AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido		
Quantidade: 26	Valor estimado: R$ 1.119,8700 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 29.116,6200 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42, melhor lance: R$ 1.118,0000 (unitário) / R$ 29.068,0000 (total)		
Propostas do Item 6		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.820,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 47.320,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 2.200,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 26
R$ 57.200,0000 (total)		
40.539.740/0001-15 - ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.290,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 33.540,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: bt		
Modelo/versão: bt		
Valor proposta: R$ 1.290,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 26
R$ 33.540,0000 (total)		
37.902.352/0001-42 - ARMY BATERIAS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.118,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 29.068,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ZETTA MOURA/ACUMULADORES MOURA S.A.		
Modelo/versão: Z180E 512X211X233MM ORIG. MONT. GARANTIA 15M		
Valor proposta: R$ 1.118,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 26
R$ 29.068,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.119,8700 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 29.116,6200 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 1.119,8700 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 26
R$ 29.116,6200 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.119,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 29.094,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 1.119,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 26
R$ 29.094,0000 (total)		
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA	R$ 1.119,0000 (unitário)	-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 29.094,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 1.119,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 26
R$ 29.094,0000 (total)		
36.469.275/0001-16 - SO BATERIAS - COMERCIO DE LTDA	BATERIAS	Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.050,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 27.300,0000 (total)	
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: premium		
Modelo/versão: 12v 180 ah		
Valor proposta: R$ 1.119,7800 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 26
R$ 29.114,2800 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.049,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 27.274,0000 (total)	

UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 1.112,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 26
R$ 28.912,0000 (total)		
Lances do Item 6		
Data/hora	**Participante**	**Lance**

Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:34:24	07.412.297/0001-41	R$ 1.820,0000
28/10/2025 às 08:36:33	36.469.275/0001-16	R$ 1.110,0000
28/10/2025 às 08:36:40	22.869.110/0001-27	R$ 1.100,0000
28/10/2025 às 08:37:39	36.469.275/0001-16	R$ 1.059,0000
28/10/2025 às 08:37:56	22.869.110/0001-27	R$ 1.058,0000
28/10/2025 às 08:38:49	36.469.275/0001-16	R$ 1.050,0000
28/10/2025 às 08:38:54	22.869.110/0001-27	R$ 1.049,0000
Mensagens do chat do Item 6		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:01	O item 6 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:55	O item 6 está encerrado.
Sistema	31/10/2025 às 16:59:42	O item 6 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/10/2025 17:09:42.
Sistema	04/11/2025 às 16:42:57	O item 6 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 16:52:57.
Sistema	04/11/2025 às 16:55:31	O item 6 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:05:31.
Sistema	04/11/2025 às 17:06:24	A fase de recurso do item 6 está aberta até 07/11/2025.
Sistema	05/11/2025 às 08:05:51	A fase de recurso do item 6 foi finalizada antes do prazo previsto. Todos os fornecedores já se manifestaram. Não houve registro de recursos.
Eventos do Item 6		
Data/Hora	**Descrição**	
04/11/2025 às 17:09:06	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 registra a desistência de cadastrar recurso.	
05/11/2025 às 08:05:51	Prazo recursal adiantado.	
17/11/2025 às 11:24:02	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 1.118,0000.	
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.	
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 16:52:57
Intenção de recurso na habilitação:	04/11/2025 17:05:31
Recurso:	05/11/2025 08:05:51
Contrarrazão:	05/11/2025 08:05:51
Recursos realizados:	
37.902.352/0001-42 - ARMY BATERIAS LTDA	
Intenção de recurso no julgamento:	31/10/2025 17:03:14
Recurso:	(Desistiu Cadastro) 04/11/2025 17:09:06
Contrarrazões:	Não foi realizado cadastro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 90104/2025		
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal		
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 7 - Bateria automotiva		
Bateria Automotiva Tipo: Selada, Aplicação: Fiat Strada 1.5 Ano 2001/2002, Gm Corsa 1.6 2001 E, Características Adicionais: Polo Positivo Vd; Garantia Min. 01 Ano, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 48AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido		
Quantidade: 20	Valor estimado: R$ 348,4300 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 6.968,6000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.466.***-*7 - EVANDRO CAPPELLI WACHTEL para ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42, melhor lance: R$ 348,0000 (unitário) / R$ 6.960,0000 (total)		
Propostas do Item 7		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 599,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 11.980,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 12.000,0000 (total)		
40.539.740/0001-15 - ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 400,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 8.000,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: bt		
Modelo/versão: bt		
Valor proposta: R$ 400,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 8.000,0000 (total)		
37.902.352/0001-42 - ARMY BATERIAS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 348,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 6.960,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: CRAL TOP ARMY/BATERIAS CRAL LTDA		
Modelo/versão: CLA48VD 210X175X175MM ORIG. MONT. GARANTIA 24M		
Valor proposta: R$ 348,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 6.960,0000 (total)		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 348,4300 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 6.968,6000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 348,4300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 6.968,6000 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 348,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 6.960,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 348,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 6.960,0000 (total)		
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA	R$ 348,0000 (unitário)	Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 6.960,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		

Valor proposta: R$ 348,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 6.960,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 345,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 6.900,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 345,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 20
R$ 6.900,0000 (total)		

Lances do Item 7		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:34:41	07.412.297/0001-41	R$ 599,0000

Mensagens do chat do Item 7		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:01	O item 7 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:02	O item 7 está encerrado.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	29/10/2025 às 08:54:38	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 7. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 348,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 08:59:38 do dia 29/10/2025.
Sistema	29/10/2025 às 08:59:39	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 7 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	29/10/2025 às 08:59:39	O item 7 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 08:59:39	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 7. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	29/10/2025 às 08:59:39	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 7. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema para o participante 39.821.618/0001-58	29/10/2025 às 10:28:52	Sr. Fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58, você foi convocado para enviar anexos para o item 7. Prazo para encerrar o envio: 12:29:00 do dia 29/10/2025. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica com todos os itens vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo IV do Edital).
Sistema para o participante 39.821.618/0001-58	29/10/2025 às 12:29:00	O item 7 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:29:00 de 29/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58.
Sistema	29/10/2025 às 16:22:02	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 7. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 51.461.488/0001-95.
Sistema	04/11/2025 às 16:43:14	O item 7 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 16:53:14.
Sistema	04/11/2025 às 16:55:40	O item 7 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:05:40.

Eventos do Item 7	
Data/Hora	**Descrição**
29/10/2025 às 10:28:52	Fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:29:00 do dia 29/10/2025. Justificativa: Anexar a proposta adequada e ficha técnica com todos os itens vencidos. Em arquivo separado, os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF, inclusive a Declaração Unificada (Modelo Anexo IV do Edital).
17/11/2025 às 11:24:02	Fornecedor ARMY BATERIAS LTDA, CNPJ 37.902.352/0001-42 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 348,0000.
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 16:53:14
Intenção de recurso na habilitação:	04/11/2025 17:05:40

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90104/2025	
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente,	
EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal	
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E

		AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 8 - Bateria automotiva	
Bateria Automotiva Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 5AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido	
Quantidade: 7	Valor estimado: R$ 191,8700 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 1.343,0900 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 8		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 349,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 2.443,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 350,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 7
R$ 2.450,0000 (total)		
40.539.740/0001-15 - ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 250,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 1.750,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: bt		
Modelo/versão: bt		
Valor proposta: R$ 250,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 7
R$ 1.750,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 191,8700 (unitário) Proposta	
Programa de integridade: Sim	R$ 1.343,0900 (total) desclassificada	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 191,8700 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 7
R$ 1.343,0900 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 191,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 1.337,0000 (total)	

UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 191,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 7
R$ 1.337,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 190,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 1.330,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: moura		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 190,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 7
R$ 1.330,0000 (total)		

Lances do Item 8

Data/hora	Participante	Lance
28/10/2025 às 08:34:58	07.412.297/0001-41	R$ 349,0000

Mensagens do chat do Item 8

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/10/2025 às 08:30:01	O item 8 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:02	O item 8 está encerrado.
Sistema para o participante 02.394.903/0001-20	03/11/2025 às 15:50:06	Sr. Fornecedor AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA, CNPJ 02.394.903/0001-20, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 17:51:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e ficha técnica do item vencido..
Sistema para o participante 02.394.903/0001-20	03/11/2025 às 17:51:00	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:51:00 de 03/11/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA, CNPJ 02.394.903/0001-20.
Sistema	04/11/2025 às 09:00:58	O item 8 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 09:00:58	O item 8 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 09:10:58.

Eventos do Item 8

Data/Hora	Descrição
03/11/2025 às 15:50:06	Fornecedor AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA, CNPJ 02.394.903/0001-20 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 17:51:00 do dia 03/11/2025. Justificativa: Anexar a proposta e ficha técnica do item vencido..
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 09:10:58

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90104/2025	
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal	
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 9 - Bateria automotiva		
Bateria Automotiva Tipo: Selada, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 60AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido		
Quantidade: 1	Valor estimado: R$ 336,3700 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 336,3700 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200 Situação: Fracassado e Homologado		
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO		
Propostas do Item 9		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 599,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 599,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 600,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 600,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 336,3700 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 336,3700 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 336,3700 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 336,3700 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 336,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 336,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 336,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 336,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 336,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 336,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 336,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 336,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 330,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 330,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 330,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 330,0000 (total)		

Lances do Item 9

Data/hora	Participante	Lance
28/10/2025 às 08:35:15	07.412.297/0001-41	R$ 599,0000

Mensagens do chat do Item 9

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/10/2025 às 08:30:02	O item 9 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:02	O item 9 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 09:06:51	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 9. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 336,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 09:11:51 do dia 29/10/2025.
Sistema	29/10/2025 às 09:11:52	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 9 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	29/10/2025 às 09:11:52	O item 9 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 09:11:52	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 9. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	29/10/2025 às 09:11:52	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 9. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema	04/11/2025 às 16:51:17	O item 9 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:51:17	O item 9 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:01:17.

Eventos do Item 9

Data/Hora	Descrição
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:01:17

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 90104/2025

Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal

Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 10 - Bateria automotiva

Bateria Automotiva Comprimento: 281MM, Largura: 175MM, Altura: 175MM, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 70AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido, Corrente Partida: 620A	
Quantidade: 14	Valor estimado: R$ 490,1700 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 6.862,3800 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 10		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 890,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 12.460,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 900,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 14
R$ 12.600,0000 (total)		
40.539.740/0001-15 - ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 550,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 7.700,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: bt		
Modelo/versão: bt		
Valor proposta: R$ 550,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 14
R$ 7.700,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 490,1700 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 6.862,3800 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 490,1700 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 14
R$ 6.862,3800 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 490,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 6.860,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 490,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 14
R$ 6.860,0000 (total)		
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 490,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 6.860,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 490,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 14
R$ 6.860,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 485,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 6.790,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 485,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 14
R$ 6.790,0000 (total)		

Lances do Item 10		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:35:58	07.412.297/0001-41	R$ 890,0000

Mensagens do chat do Item 10		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:02	O item 10 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:03	O item 10 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 09:31:01	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 10. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 490,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 09:36:01 do dia 29/10/2025.
Sistema	29/10/2025 às 09:36:02	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 10 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	29/10/2025 às 09:36:02	O item 10 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 09:36:02	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 10. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	29/10/2025 às 09:36:02	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 10. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	04/11/2025 às 16:51:47	O item 10 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".

Sistema	04/11/2025 às 16:51:47	O item 10 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:01:47.

Eventos do Item 10	
Data/Hora Descrição	
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:01:47

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90104/2025	
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal	
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
28/10/2025 às 08:30:00 pública	Abertura da sessão
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 11 - Bateria automotiva	
Bateria Automotiva Comprimento: 281MM, Largura: 175MM, Altura: 175MM, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 70AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido, Corrente Partida: 620A	
Quantidade: 3	Valor estimado: R$ 490,6200 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 1.471,8600 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 11
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 890,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 2.670,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 900,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 3
R$ 2.700,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 490,6200 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 1.471,8600 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 490,6200 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 3
R$ 1.471,8600 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 490,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 1.470,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 490,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 3
R$ 1.470,0000 (total)		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E		
ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 490,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 1.470,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 490,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 3
R$ 1.470,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 485,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 1.455,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 485,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 3
R$ 1.455,0000 (total)		

Lances do Item 11

Data/hora	Participante	Lance
28/10/2025 às 08:36:05	07.412.297/0001-41	R$ 890,0000

Mensagens do chat do Item 11

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/10/2025 às 08:30:02	O item 11 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:03	O item 11 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 09:39:51	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 11. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 490,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 09:44:51 do dia 29/10/2025.
Sistema	29/10/2025 às 09:44:52	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 11 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	29/10/2025 às 09:44:52	O item 11 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 09:44:52	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 11. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	29/10/2025 às 09:44:52	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 11. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema	04/11/2025 às 16:52:10	O item 11 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:52:10	O item 11 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:02:10.

Eventos do Item 11

Data/Hora	Descrição
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:02:10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 90104/2025

Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto

Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal	
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 12 - Bateria automotiva	
Bateria Automotiva Aplicação: Automóvel, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 75AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido	
Quantidade: 1	Valor estimado: R$ 630,4200 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 630,4200 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 12		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 749,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 749,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 750,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 750,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 630,4200 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 630,4200 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 630,4200 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 630,4200 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 630,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 630,0000 (total)	

UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 630,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 630,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 630,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 630,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 630,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 630,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 629,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 629,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: condor		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 630,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 630,0000 (total)		

Lances do Item 12		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:36:31	07.412.297/0001-41	R$ 749,0000
28/10/2025 às 08:40:26	22.869.110/0001-27	R$ 629,0000

Mensagens do chat do Item 12		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:02	O item 12 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:30:02	Algumas propostas do item 12 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:03	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 12. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 630,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 08:45:03 do dia 28/10/2025.
Sistema	28/10/2025 às 08:45:04	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 12 foi encerrado. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R$ 629,0000.
Sistema	28/10/2025 às 08:45:04	O item 12 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 08:56:25	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 12. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	29/10/2025 às 08:56:25	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 12. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema	04/11/2025 às 16:52:41	O item 12 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:52:41	O item 12 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:02:41.

Eventos do Item 12	
Data/Hora	**Descrição**
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:02:41

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 90104/2025	
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal	
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 13 - Bateria automotiva		
Bateria Automotiva Aplicação: Veículo Renault Mod. Master, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 85AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido		
Quantidade: 1	Valor estimado: R$ 661,8200 (unitário) R$ 661,8200 (total)	
Unidade de fornecimento: Unidade		
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO		
Propostas do Item 13		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 980,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 980,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 1.000,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 661,8200 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 661,8200 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 661,8200 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 661,8200 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 660,9900 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 660,9900 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 661,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 661,0000 (total)		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 661,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 661,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 661,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 661,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 655,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 655,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 655,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 655,0000 (total)		

Lances do Item 13		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:36:41	07.412.297/0001-41	R$ 980,0000
29/10/2025 às 09:49:03	39.821.618/0001-58	R$ 660,9900

Mensagens do chat do Item 13		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:02	O item 13 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:03	O item 13 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 09:46:18	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 13. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 661,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 09:51:18 do dia 29/10/2025.
Sistema	29/10/2025 às 09:51:19	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 13 foi encerrado. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R$ 660,9900.
Sistema	29/10/2025 às 09:51:19	O item 13 está encerrado.
Sistema	04/11/2025 às 16:52:59	O item 13 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:52:59	O item 13 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:02:59.

Eventos do Item 13	
Data/Hora	**Descrição**
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:02:59

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 90104/2025		
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal		
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.

Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 14 - Bateria automotiva		
Bateria Automotiva Tipo: Selada, Aplicação: Mercedes-Benz Mod.Sprinter 310d Ano 1998, Características Adicionais: Terminal Tipo		
Cônico, Comprimento: 356MM, Largura: 172MM, Altura: 190MM, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 95AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido		
Quantidade: 6	Valor estimado: R$ 726,5600 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 4.359,3600 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO		
Propostas do Item 14		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 980,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 5.880,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 6.000,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 726,5600 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.359,3600 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 726,5600 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.359,3600 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 726,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.356,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 726,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.356,0000 (total)		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 726,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.356,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 726,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.356,0000 (total)		
36.469.275/0001-16 - SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 700,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.200,0000 (total)	
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: premium		
Modelo/versão: 12v 90 ah		
Valor proposta: R$ 726,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.356,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 699,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.194,0000 (total)	

UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 720,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.320,0000 (total)		

Lances do Item 14		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:36:40	36.469.275/0001-16	R$ 710,0000
28/10/2025 às 08:36:53	07.412.297/0001-41	R$ 980,0000
28/10/2025 às 08:36:55	22.869.110/0001-27	R$ 709,0000
28/10/2025 às 08:37:46	36.469.275/0001-16	R$ 700,0000
28/10/2025 às 08:38:07	22.869.110/0001-27	R$ 699,0000

Mensagens do chat do Item 14		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:02	O item 14 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:08	O item 14 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 16:24:33	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 14. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 726,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 16:29:33 do dia 29/10/2025.
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	29/10/2025 às 16:29:34	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 14 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	29/10/2025 às 16:29:34	O item 14 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 16:29:34	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 14. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	29/10/2025 às 16:29:34	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 14. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema para o participante 39.821.618/0001-58	31/10/2025 às 17:06:06	Sr. Fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58, você foi convocado para enviar anexos para o item 14. Prazo para encerrar o envio: 19:07:00 do dia 31/10/2025. Justificativa: Anexar a proposta para os novos itens vencidos (14, 15 e 16)..
Sistema para o participante 39.821.618/0001-58	31/10/2025 às 19:07:00	O item 14 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 19:07:00 de 31/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58.
Sistema	04/11/2025 às 16:53:17	O item 14 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:53:17	O item 14 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:03:17.

Eventos do Item 14	
Data/Hora	**Descrição**
31/10/2025 às 17:06:06	Fornecedor LICITAGOLD LTDA, CNPJ 39.821.618/0001-58 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 19:07:00 do dia 31/10/2025. Justificativa: Anexar a proposta para os novos itens vencidos (14, 15 e 16)..
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:03:17

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 90104/2025

Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Aberto	Modo de disputa:
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal

Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.

	12:01:53	
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	**Descrição**
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 15 - Bateria automotiva	
Bateria Automotiva Tipo: Selada, Aplicação: Mercedes-Benz Mod.Sprinter 310d Ano 1998, Características Adicionais: Terminal Tipo Cônico, Comprimento: 356MM, Largura: 172MM, Altura: 190MM, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 95AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido	
Quantidade: 6	Valor estimado: R$ 728,7100 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 4.372,2600 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006) Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 15		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 999,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 5.994,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 1.200,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 7.200,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 728,7100 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.372,2600 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 728,7100 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.372,2600 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 728,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.368,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 728,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.368,0000 (total)		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 728,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.368,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 728,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.368,0000 (total)		
36.469.275/0001-16 - SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 710,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.260,0000 (total)	
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: premium		
Modelo/versão: 12v 90 ah		
Valor proposta: R$ 728,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.368,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 709,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 4.254,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 725,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 6
R$ 4.350,0000 (total)		

Lances do Item 15

Data/hora	Participante	Lance
28/10/2025 às 08:36:48	36.469.275/0001-16	R$ 720,0000
28/10/2025 às 08:37:05	22.869.110/0001-27	R$ 719,0000
28/10/2025 às 08:37:07	07.412.297/0001-41	R$ 999,0000
28/10/2025 às 08:37:52	36.469.275/0001-16	R$ 710,0000
28/10/2025 às 08:38:11	22.869.110/0001-27	R$ 709,0000

Mensagens do chat do Item 15

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/10/2025 às 08:30:02	O item 15 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:12	O item 15 está encerrado.
Sistema	30/10/2025 às 09:10:49	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 15. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 728,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 09:15:49 do dia 30/10/2025.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/10/2025 às 09:15:50	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 15 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	30/10/2025 às 09:15:50	O item 15 está encerrado.
Sistema	30/10/2025 às 09:15:50	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 15. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	30/10/2025 às 09:15:50	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 15. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema	04/11/2025 às 16:53:35	O item 15 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:53:35	O item 15 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:03:35.

Eventos do Item 15

Data/Hora	Descrição
17/11/2025 às 11:24:03	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:03:35

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 90104/2025

Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal

Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 16 - Bateria automotiva	
Bateria Automotiva Tipo: Selada, Aplicação: Mercedes-Benz Mod.Sprinter 310d Ano 1998, Características Adicionais: Terminal Tipo Cônico, Comprimento: 356MM, Largura: 172MM, Altura: 190MM, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 95AH, Sistema	
Eletroquímico: Chumbo-Ácido	
Quantidade: 4	Valor estimado: R$ 710,6000 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 2.842,4000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 16		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 999,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 3.996,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 1.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4

R$ 4.000,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 710,6000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 2.842,4000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 710,6000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
R$ 2.842,4000 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 710,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 2.840,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 710,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
R$ 2.840,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 710,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 2.840,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 710,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
R$ 2.840,0000 (total)		
36.469.275/0001-16 - SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 698,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 2.792,0000 (total)	
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: premium		
Modelo/versão: 12v 95 ah		
Valor proposta: R$ 710,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
R$ 2.840,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 697,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 2.788,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 705,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 4
R$ 2.820,0000 (total)		

Lances do Item 16		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:36:54	36.469.275/0001-16	R$ 700,0000
28/10/2025 às 08:37:09	22.869.110/0001-27	R$ 699,0000
28/10/2025 às 08:37:19	07.412.297/0001-41	R$ 999,0000
28/10/2025 às 08:38:00	36.469.275/0001-16	R$ 698,0000
28/10/2025 às 08:38:15	22.869.110/0001-27	R$ 697,0000

Mensagens do chat do Item 16		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:03	O item 16 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:16	O item 16 está encerrado.
Sistema	30/10/2025 às 09:27:24	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 16. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 710,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 09:32:24 do dia 30/10/2025.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	30/10/2025 às 09:32:25	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 16 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	30/10/2025 às 09:32:25	O item 16 está encerrado.
Sistema	30/10/2025 às 09:32:25	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 16. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	30/10/2025 às 09:32:25	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 16. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema	04/11/2025 às 16:53:53	O item 16 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:53:53	O item 16 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:03:53.

Eventos do Item 16	
Data/Hora	**Descrição**
17/11/2025 às 11:24:04	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.
Sessão 1
Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:03:53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR
PREGÃO 90104/2025
Às 11:24 horas do dia 17 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, EVANDRO CAPPELLI WACHTEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3430/2025, Pregão nº 90104/2025.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de baterias automotivas para reposição nos veículos e máquinas da frota municipal	
Entrega de propostas: De 14/10/2025 às 08:00 até 28/10/2025 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 28/10/2025 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/10/2025 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/10/2025 às 08:47:28	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:16	Prezados, bom dia.
Sistema	28/10/2025 às 09:18:38	Aguardem conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 09:24:02	A fase de análise e aplicação da margem de preferência não será necessária nesse momento, visto que o licitante VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS, foi vencedor de todos os itens, o qual já é beneficiado por estar localizado no Município de Candói.
Sistema	28/10/2025 às 11:45:27	Prezados, retornamos com o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:02	Prezados, boa tarde.
Sistema	28/10/2025 às 14:02:28	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	28/10/2025 às 17:10:05	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (29/10) às 08:30h.
Sistema	29/10/2025 às 08:39:46	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 12:01:53	Prezados, retornamos o julgamento às 15:00h. deste dia.
Sistema	29/10/2025 às 15:13:48	Prezados, boa tarde. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	29/10/2025 às 17:07:41	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (30/10/2025) às 08:20h.
Sistema	30/10/2025 às 08:20:03	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 09:09:45	Prezados, lembrando a todos e para que fique bem claro, o objeto do presente certame é baterias novas sem troca, ou seja, o Município não fornecerá as baterias antigas, não é "base de troca".
Sistema	30/10/2025 às 12:00:15	Prezados, retornamos às 14:00h. deste dia.
Sistema	30/10/2025 às 14:19:15	Prezados, boa tarde

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/10/2025 às 14:19:37	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	30/10/2025 às 16:14:48	Prezados, retornamos o julgamento amanhã (31/10) às 13:30h.
Sistema	31/10/2025 às 13:23:26	Prezados, retornamos o julgamento às 14:00h. deste dia.
Sistema	31/10/2025 às 14:03:12	Prezados, boa tarde
Sistema	31/10/2025 às 14:03:30	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	31/10/2025 às 17:22:03	Prezados, retornamos com o julgamento do presente certame no dia 03/11/2025 às 09:00h.
Sistema	03/11/2025 às 09:04:18	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 11:35:54	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:23	Prezados, boa tarde.
Sistema	03/11/2025 às 13:42:54	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	03/11/2025 às 17:08:12	Prezados, retornamos o presente julgamento amanhã (04/11) às 08:30h.
Sistema	04/11/2025 às 08:58:48	Prezados, bom dia. Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.
Sistema	04/11/2025 às 11:59:29	Prezados, retornamos o julgamento às 13:30h. deste dia.
Sistema	04/11/2025 às 13:32:20	Prezados, boa tarde!
Sistema	04/11/2025 às 13:32:51	Mantenham-se conectados ao chat do sistema para as orientações necessárias.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
28/10/2025 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
28/10/2025 às 08:47:27	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 17 - Bateria automotiva	
Bateria Automotiva Comprimento: 281MM, Largura: 175MM, Altura: 175MM, Tensão Nominal: 12V, Capacidade Nominal: 70AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido, Corrente Partida: 620A	
Quantidade: 1	Valor estimado: R$ 525,6700 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 525,6700 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0200	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Fracassado por CPF ***.899.***-*9 - SILVESTRE GONCALVES FERREIRA FILHO	

Propostas do Item 17		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
07.412.297/0001-41 - ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 890,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 890,0000 (total)	
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: prest		
Modelo/versão: veic		
Valor proposta: R$ 900,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 900,0000 (total)		
02.394.903/0001-20 - AUTO MOLAS E PECAS SAO GERALDO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 525,6700 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 525,6700 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: ELITE		
Modelo/versão: BATERIA		
Valor proposta: R$ 525,6700 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 525,6700 (total)		
39.821.618/0001-58 - LICITAGOLD LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 525,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 525,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: MOTORLIGHT		
Modelo/versão: MOTORLIGHT		
Valor proposta: R$ 525,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 525,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
51.461.488/0001-95 - MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MAQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 525,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 525,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: STARKE		
Modelo/versão: STARKE		
Valor proposta: R$ 525,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 525,0000 (total)		
22.869.110/0001-27 - VALMIR MACHADO ROLAMENTOS, ACESSORIOS E AUTO PECAS		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 520,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 520,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: gold		
Modelo/versão: conforme edital		
Valor proposta: R$ 520,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 520,0000 (total)		

Lances do Item 17		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
28/10/2025 às 08:37:27	07.412.297/0001-41	R$ 890,0000

Mensagens do chat do Item 17		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	28/10/2025 às 08:30:03	O item 17 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	28/10/2025 às 08:40:04	O item 17 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 10:14:28	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 17. Fornecedores ME/EPP declarantes que apresentaram lance no valor de R$ 525,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 10:19:28 do dia 29/10/2025.
Sistema	29/10/2025 às 10:19:29	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 17 foi encerrado. Nenhum fornecedor convocado registrou lance.
Sistema	29/10/2025 às 10:19:29	O item 17 está encerrado.
Sistema	29/10/2025 às 10:19:29	O desempate ref. ao inciso IV do Art. 60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 17. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.
Sistema	29/10/2025 às 10:19:29	O desempate ref. ao § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 17. Foi identificada melhor proposta para o fornecedor 39.821.618/0001-58.
Sistema	04/11/2025 às 16:54:16	O item 17 foi fracassado durante do julgamento e está disponível para o registro de intenção de recurso. Acessar a funcionalidade na opção do menu "Registrar Intenção de Recurso".
Sistema	04/11/2025 às 16:54:16	O item 17 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 04/11/2025 17:04:16.
Eventos do Item 17		

Data/Hora	**Descrição**
17/11/2025 às 11:24:04	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	04/11/2025 17:04:16

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:C9951812

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 767/2025

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Jacir João Horn	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	23 e 24 de outubro de 2025.	Ônibus (Idoso)
Paula de Borba Julião	Secretária de Assistência Social e Cidadania	04 (quatro)		23, 24, 25 e 26 de novembro de 2025.	CIT Curitiba.
Ana Paula Neves Capeleti	Agente de Administração				
Grasieli Farina Zeniewicz	Assistente Social				
Uziara Crystiane de Moura Dallazen	Psicóloga				
Elisane Aparecida de Oliveira TOndo	Educador Físico	01 (uma)	Bos Vista da Aparecida – PR	02 de outubro de 2025.	Conduzir e acompanhar como técnico de atletas da escolinha de futsal do município para a 3° Copa Categoria de Base 2025 copa nossa senhora da Aparecida.
Angélica Maria Cândido Villa	Agente de Administração		Cascavel – PR	25 de novembro de 2025.	Capacitação Atendentes Sala do Empreendedor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025

MAXWELL SCAPINI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:80B368EB

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 769/2025

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Cristiane Antunes da Sulva	Técnica de Enfermagem	02 (duas)	Cascavel – PR	10, 12 e 14 de novembro de 2025.	Transferência de paciente.
Sirlei Terezinha Marques	Agente Comunitário de Saúde	02 (duas)		12 e 23 de novembro de 2025	Acompanhar paciente para Hospital dos olhos e também para UOPECAN.
Elisange Adriana Hartmann	Agente de Serviços Públicos	02 (duas)		01 e 07 de novembro de 2025.	Transferência de paciente.
Oatana Greicy Estival	Técnica de Enfermagem	02 (duas)		06 e 12 de novembro de 2025.	Transferência de paciente para INOVA E SÃO LUCAS.
Rosimeire Nunes	Agente Comunitário de Saúde	01 (uma)		12 de novembro de 2025.	Acompanhar Paciente Roque para HUOP.

Djenifer Larini Vieira Prestes	Técnica de Enfermagem	01 (uma)		24 de outubro de 2025.	Acompanhar paciente para TC de crânio na INOVA.
Asucena Cleizi de Souza	Técnica de Enfermagem	01 (uma)		09 de novembro de 2025.	Transferência de paciente para HUOP e INOVA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025

MAXWELL SCAPINI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:3318B9D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 224/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 072/2024 PROCESSO INTERNO Nº 139/2024 - (PRAZO E VALOR).

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como **CONTRATANTE** o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-237, neste ato devidamente representada através do Decreto Municipal nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, pela Secretaria Municipal de Administração e Comunicação, Senhora Flavia Regina dos Santos Senne**,** brasileira**,** portadora da Cédula de Identidade RG nº ---------- SSP/PR e inscrita no CPF nº ---------- de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa **ORLANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR**, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 33.116.390/0001-19,** com sede a Rua Laurindo Franco De Godoi, 2082, Centro, na cidade de Carlópolis, Estado de Paraná, CEP 86420000, Telefone: (43)99913-0131, E-mail: juniorclps@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato pelo Senhor Orlando Rodrigues de Oliveira Junior, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº ----------/SSP/PR e CPF nº ----------, residente e domiciliado na cidade de CARLÓPOLIS, Estado de Paraná, que, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO

O presente aditivo tem por objeto dilatar o prazo de vigência por mais 12 meses do contrato nº 224/2024, que trata da Prestação de serviços de link de internet, para atender demanda de toda Estrutura Administrativa Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA- VALOR

O valor será reajustado conforme Indice IGP-M, conforme valores que segue abaixo.

Item	Código	Descrição	Marca/Espe.	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Reajustado R$
1	32886	PONTO DE INTERNET FIBRA OPTICA 300 MBPS	SERVIÇO	SRV	288	R$ 61,55	R$ 62,11
2	32700	LINK INTRANET URBANO EM FIBRA OPTICA - 300 MBPS	SERVIÇO	SRV	132	R$ 54,76	R$ 55,26
3	29212	PONTO DE INTRANET EM VIA RÁDIO - 30 MBPS	SERVIÇO	SRV	24	R$ 42,59	R$ 42,98
4	28262	LINK DEDICADO EM FIBRA ÓPTICA - 100 MBPS	SERVIÇO	SRV	12	R$ 394,26	R$ 397,87
5	32887	PONTO DE INTERNET FIBRA OPTICA 100 MBPS	SERVIÇO	SRV	24	R$ 43,41	R$ 43,81

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA

O presente Aditivo tem vigência de 18/11/2025 à 18/11/2026.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no contrato nº 224/2024.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 18 de novembro de 2025.

FLAVIA REGINA DOS SANTOS SENNE

Contratante

ORLANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR

Contratada

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:D034E742

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
1º TERMO ADITIVO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 65/2024

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES**, estabelecida na Rua Dr. Mario Clapier Urbinatti, Nº 1434, bairro Jardim Canadá, na cidade de Maringá, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 23.228.076/0001-74, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Leandro Rossoni, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 9.xxx.733-x, e do CPF nº 068.xxx.xxx-39, residente e domiciliado a Rua José Clemente, Nº 956, apto 201, bairro Zona 07, cidade de Maringá, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 4.053,20 (quatro mil e cinquenta e três reais e vinte centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

EMPRESA: CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES **CNPJ: 23.228.076/0001-74**							
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇAO CATMAT**	**UNIDADE DE FORNECIMENTO**	**QTD**	**MARCA**	**VALOR ATUAL**	**VALOR TOTAL**
2	BR0276839	ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO: ESTÉRIL E APIROGÊNICA.	AMPOLA - 10ML	2000	EQUIPLEX	0,25	500,00
29	BR0437182	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO	UNIDADE	200	DESCARPACK	0,77	154,00

		RADIOPACO, APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 16 GAU, COMPRIMENTO:CERCA 50 MM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL					
36	BR0268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO	AMPOLA - 10ML	5000	EQUIPLEX	0,25	1.250,00
70	BR0437883	FITA HOSPITALAR, TIPO: MICROPOROSA, MATERIAL: DORSO EM NÃO TECIDO, COMPONENTES: ADESIVO ACRÍLICO, DIMENSÕES: CERCA DE 25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, COR: TRANSPARENTE	ROLO	200	WILTEX	2,36	472,00
71	BR0437882	FITA HOSPITALAR, TIPO: MICROPOROSA, MATERIAL: DORSO EM NÃO TECIDO, COMPONENTES: ADESIVO ACRÍLICO, DIMENSÕES: CERCA DE 50 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, COR: TRANSPARENTE.	ROLO	300	WILTEX	3,94	1.182,00
101	BR0269837	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: LÁTEX NATURAL, TAMANHO: 8, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO: LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FORMATO: ANATÔMICO, EMBALAGEM:CONFORME NORMA AB	PAR	250	DESCARPACK	1,25	300,00
138	BR0436007	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 16 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME:C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTAVÉL	UNIDADE	80	DESCARPACK	2,44	195,20

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

CMH – Central De Medic. Hospitalares

LEANDRO ROSSONI

Representante Legal

CPF: 068.xxx.xxx-39

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, estabelecida na Rua Paulo de Frontim, Nº 25, bairro de Vila Virgínia, na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 56.081.482/0001-06, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Luiz Carlos Gelotti, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 4.xxx.049, e do CPF nº

290.xxx.xxx-87, residente e domiciliado a na Rua Paulo de Frontim, Nº 25, bairro de Vila Virgínia, na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 6.270,80 (seis mil duzentos e setenta reais e oitenta centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	BR0439807	AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 22 G X 1", TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:PROTETOR PLÁSTICO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TAMANHO: (25X0,7)	UNIDADE	20000	SR	0,06	1.200,00
7	BR0439809	AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 23 G X 1", TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TAMANHO: (25X0,6)	UNIDADE	1000	SR	0,06	60,00
9	BR0439812	AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:26 G X 1/2", TIPO PONTA:BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TAMANHO: (13X4,5)	UNIDADE	2000	SR	0,06	120,00
16	BR0444343	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:6 CM, GRAMATURA 1:CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	PACOTE COM 12 UNI	1800	ANAPOLIS	0,34	612,00
21	BR0444609	ATADURA, TIPO 1:GESSADA, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1:SECAGEM ULTRA RÁPIDA	PACOTE - 12UN	80	POLARFIX	2,09	167,20
22	BR0444613	ATADURA, TIPO 1:GESSADA, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:15 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1:SECAGEM ULTRA RÁPIDA	PACOTE - 12UN	80	POLARFIX	2,94	235,20
40	BR0269876	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, DOSAGEM: 2%, APLICAÇÃO: DEGERMANTE	FRASCO - 100ML	200	VIC PHARMA	2,93	586,00
45	-	COLETOR MATERIAL PÉRFURO- CORTANTE, INFECTANTE, MATERIAL: PAPELÃO, CAPACIDADE TOTAL: 1,5 L, ACESSÓRIOS: ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, COMPONENTES ADICIONAIS: REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNIDADE	500	FLEXPELL	2,20	1.100,00
51	BR0328077	DETERGENTE ENZIMÁTICO, COMPOSIÇÃO:A BASE DE AMILASE, PROTEASE E LIPASE.	FRASCO - 1L	100	CICLO FARMA	14,64	1.464,00
90	BR0398706	IODOPOVIDONA (PVPI), CONCENTRAÇÃO: A 10% (TEOR DE IODO 1%), FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO TÓPICA AQUOSA	FRASCO - 100ML	30	VIC PHARMA	6,04	181,20
91	BR0239063	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 10, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	CAIXA - 100UN	5	BIOMASS	24,26	121,30
93	BR0239056	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 12, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	CAIXA - 100UN	5	BIOMASS	24,26	121,30
94	BR0239065	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 15, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	CAIXA - 100UN	5	BIOMASS	24,26	121,30
95	BR0239057	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 20, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	CAIXA - 100UN	5	BIOMASS	24,26	121,30
118	BR0443469	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 1 ML, TIPO BICO:BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL:GRADUADA (ESCALA ML), NUMERADA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO:EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	500	SR	0,12	60,00

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Dimebrás Comercial Hospitalar LTDA

LUIZ CARLOS GELOTTI

Representante Legal

CPF: 290.xxx.xxx-87

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **GM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, estabelecida na Rua General Osório, Nº 2430, bairro Parque São Paulo, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 45.216.228/0001-51, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Gerçon Luis Moreira dos Santos, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 6.xxx.416-x, e do CPF nº 839.xxx.xxx-87, residente e domiciliado a Rua do Arroio, Nº 96, bairro 14 de Novembro, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 46.543,28 (quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	BR0269941	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO:70%_(70¿GL), APRESENTAÇÃO:LÍQUIDO	FRASCO - 100ML	500	PROLINK	1,25	625,00
52	BR0442460	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: HISTERÔMETRO, MODELO:COLLIN, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - CM	UNIDADE	2	ABC	79,74	159,48
67	BR0281320	FIO DE SUTURA, MATERIAL: NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:5-0, COR:PRETO, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA:2,0 CM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL	CAIXA COM 24 UNI	72	MEDIX	1,55	111,60
103	BR0387699	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO:AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO:FORMATO ANATOMICO.	CAIXA - 100UN	200	MEDIX	21,96	4.392,00
105	BR0363782	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL :LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: EXTRAPEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ, TIPO:AMBIDESTRA.	CAIXA - 100UN	200	MEDIX	21,96	4.392,00
108	BR0319690	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA, ALGODÃO, 15 CM, 15 M	ROLO - 15M	30	M.S.O	13,54	406,20

114	BR0345506	REAGENTE ANALÍTICO 2, REAGENTE:DETERMINAÇÃO DE CLORO LIVRE EM ÁGUA, ASPECTO FÍSICO:PÓ, TIPO USO:MÉTODO DPD, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TESTE	TESTE	300	WAMA	114,96	34.488,00
115	BR0344237	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 7, TIPO: CONJUNTO COMPLETO, TIPO DE ANÁLISE: QUALITATIVO DE TROPONINA I, MÉTODO: IMUNOCROMATOGRAFIA, APRESENTAÇÃO: TESTE	TESTE	250	WAMA	4,10	1.025,00
136	BR0436009	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE:12 FRENCH, VIAS:2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME:C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTAVÉL	UNIDADE	30	MEDIX	3,20	96,00
137	BR0436002	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 14 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTAVÉL	UNIDADE	30	MEDIX	3,25	97,50
141	BR0436077	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: FOLEY, MATERIAL:SILICONE, CALIBRE: 22 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTAVÉL	UNIDADE	20	MEDIX	3,51	70,20
149	BR0451215	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL: PVC, MODELO: CURVA MAGILL, CALIBRE: 3,5, TIPO PONTA: C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COMPONENTE 1: BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2: RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNIDADE	5	MEDIX	4,71	23,55
150	BR0451216	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL:PVC, MODELO:CURVA MAGILL, CALIBRE:4,0, TIPO PONTA:C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COMPONENTE 1:BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2:RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNIDADE	5	MEDIX	4,71	23,55
151	BR0451210	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL:PVC, MODELO:CURVA MAGILL, CALIBRE:4,5, TIPO PONTA:C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COMPONENTE 1:BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2:RADIOPACO, GRADUADO, TIPO, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNIDADE	5	MEDIX	4,65	23,25
152	BR0451214	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL:PVC, MODELO:CURVA MAGILL, CALIBRE:5,0, TIPO PONTA:C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COMPONENTE 1:BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2:RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNIDADE	5	MEDIX	4,71	23,55
153	BR0451241	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL:PVC, MODELO:CURVA MAGILL, CALIBRE:5,5, TIPO PONTA:C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA E ORIFÍCIO MURPHY, COMPONENTE 1:BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2:RADIOPACO, GRADUADO, TIPO CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE	UNIDADE	5	MEDIX	4,71	23,55
161	BR0451471	TUBO SUPRAGLÓTICO, TIPO:MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL:SILICONE, VIAS:VIA P/ ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 1, COMPONENTE 1:C/ LINHA DE REFERÊNCIA, CONECTOR:C/ CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE:REUTILIZÁVEL	UNIDADE	3	COMPER	49,68	149,04
162	BR0451119	TUBO SUPRAGLÓTICO, TIPO:MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL:SILICONE, VIAS:VIA P/ ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 3, COMPONENTE 1:C/ LINHA DE REFERÊNCIA, CONECTOR:C/ CONECTOR PADRÃO, ADICIONAIS:C/ PROTEÇÃO CONTRA MORDEDURA, ESTERILIDADE:REUTILIZÁVEL	UNIDADE	3	COMPER	55,47	166,41
163	BR0451079	TUBO SUPRAGLÓTICO, TIPO:MÁSCARA LARÍNGEA, MATERIAL:PVC, VIAS:VIA P/ ACESSO GÁSTRICO, TAMANHO: Nº 4, COMPONENTE 1:C/ LINHA DE REFERÊNCIA, CONECTOR:C/ CONECTOR PADRÃO, ADICIONAIS:C/ PROTEÇÃO CONTRA MORDEDURA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNIDADE	5	COMPER	49,48	247,40

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

GM Comercial Hospitalar LTDA

GERÇON LUIS MOREIRA DOS SANTOS

Representante Legal

CPF: 839.xxx.xxx-87

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **J DE BRITO – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA**, estabelecida a Rua Vereador Joaquim Pereira de Castro, Nº 287, sala 03, bairro Vila Santo Antonio, na cidade de Maringá, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 32.282.308/0001-63, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Taniclear Adrieli Santos Brito, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 10xxx476-x, e do CPF nº 074.xxx.xxx-05, residente e domiciliada a Rua Recife, Nº 2066, bairro Jardim das Nações, na cidade de Paiçandu, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 7.890,00 (sete mil oitocentos e noventa reais), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	BR0269941	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO: 70%_(70¿GL), APRESENTAÇÃO:LÍQUIDO	FRASCO 1L	1000	SUPER VALE	6,36	6.360,00
12	BR0269943	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO: 70%_(70¿GL), APRESENTAÇÃO:GEL	FRASCO 250G	250	SUPER VALE	6,12	1.530,00

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

J De Brito – Dist. De Medic. E Correlatos LTDA

TANICLEAR ADRIELI SANTOS BRITO

Representante Legal

CPF: 074.xxx.xxx-05

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 269/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **MKTEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, estabelecida a Av. Alexandre Ceranto, Nº 2556, bairro Jardim Paraíso, na cidade de Umuarama, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 52.815.695/0001-63, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Kelly Secundo dos Santos Alves, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 9.xxx.960.x, e do CPF nº 060.xxx.xxx-08, residente e domiciliada a Av. Olinda, Nº 2806, casa 02 Bloco A, bairro Jardim Cidade Alta, na cidade de Umuarama, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 3.762,00 (três mil setecentos e sessenta e dois reais), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	BR0444355	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1: 100% ALGODÃO, DIMENSÕES: 10 CM, GRAMATURA 1: CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	PACOTE – 12UN	1800	JN TÊXTIL	0,45	810,00
18	R0444362	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1: 100% ALGODÃO, DIMENSÕES: 12 CM, GRAMATURA 1: CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	PACOTE – 12UN	1800	JN TÊXTIL	0,50	900,00
19	BR0444365	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:15 CM, GRAMATURA 1:CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	PACOTE – 12UN	1800	JN TÊXTIL	0,60	1.080,00
20	BR0444371	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:20 CM, GRAMATURA 1:CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	PACOTE – 12UN	1200	JN TÊXTIL	0,81	972,00

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

MKTEX Dist. De Produtos Para Saúde LTDA

KELLY SECUNDO DOS SANTOS ALVES

Representante Legal

CPF: 060.xxx.xxx-08

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, estabelecida a Estrada Boa Esperança, Nº 1918, bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 83.157.032/0001-22, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Helena Maria Woitexen, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2.xxx.100, e do CPF nº 684.xxx.xxx-53, residente e domiciliada a Estrada Boa Esperança, Nº 1918, bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 11.226,40 (onze mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
23	BR0279764	CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, MATERIAL: PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, TIPO USO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, TIPO EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESPESSURA: Nº 12	UNIDADE	5000	BIOSANI	0,53	2.650,00
60	BR0386123	EQUIPO, TIPO DE EQUIPO:DE INFUSÃO, MATERIAL:PVC CRISTAL, COMPRIMENTO: MÍN. 120 CM, TIPO CÂMARA: CÂMARA FLEXÍVEL C/FILTRO AR, TIPO GOTEJADOR: GOTA PADRÃO, TIPO PINÇA: REGULADOR DE FLUXO, TIPO CONECTOR: LUER C/ TAMPA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: FOTOSSENSÍVEL.	UNIDADE	300	BIOSANI	2,32	696,00
63	BR0479753	ESPÉCULO USO MÉDICO, APLICAÇÃO: VAGINAL, MODELO: COLLIN, TAMANHO:PEQUENO, ADICIONAL 1:C/ LUBRIFICANTE, TRAVAMENTO:C/ TRAVA TIPO ROSCA, MATERIAL:POLÍMERO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	200	KOLPLAST	1,38	276,00
79	BR0438929	GEL, COMPOSIÇÃO:A BASE DE ÁGUA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PH NEUTRO	FRASCO - 300G	400	MULTIGEL	3,91	1.564,00
84	BR0332349	INDICADOR BIOLÓGICO, TIPO:SEGUNDA GERAÇÃO, APRESENTAÇÃO:AUTOCONTIDO, AMPOLA COM MEIO DE CULTURA, ESPÉCIE:BACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR.	UNIDADE	1000	2I/2L	2,66	2.660,00
116	BR0395537	RECIPIENTE NUTRIÇÃO ENTERAL, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 300 ML, COMPONENTES: COM TAMPA ROSQUEADA, ALÇA ETIQUETA, BICO CONECTOR,	UNIDADE	500	BIOSANI	0,97	485,00

		GRADUAÇÃO: GRADUADO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, ATÓXICO, TIPO USO:DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.					
125	BR0435902	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO:NASOENTERAL, MATERIAL:POLIURETANO, CALIBRE: Nº 12, COMPRIMENTO: CERCA 120 CM, CONECTOR:CONECTOR EM Y C/ TAMPA, GRADUAÇÃO: GRADUADA, COMPONENTES: PONTA DISTAL FECHADA, C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, OUTROS COMPONENTES:C/ FIO GUIA.	UNIDADE	35	SOLUMED	8,44	295,40
143	BR0435986	SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO:URETRAL, MATERIAL:PVC, CALIBRE:12 FRENCH, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, COMPRIMENTO:CERCA 40 CM, TIPO PONTA:PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES:C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	5000	BIOSANI	0,52	2.600,00

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Metromed Com. De Material Médico Hosp. LTDA

HELENA MARIA WOITEXEN

Representante Legal

CPF: 684.xxx.xxx-53

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 271/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, estabelecida a Estrada Boa Esperança, Nº 2320, bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 00.802.002/0001-02, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Maicon Cordova Pereira, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 3.xxx.195, e do CPF nº 015.xxx.xxx-70, residente e domiciliado a Rua Francisco Ferrari, Nº 86, bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 28.278,57 (vinte e oito mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	BR0437171	CATETER PERIFÉRICO, APLICAÇÃO: VENOSO, MODELO: TIPO ESCALPE, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 23 GAU, COMPONENTE ADICIONAL:C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	1500	MEDIX	0,23	345,00
30	BR0437183	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 18 GAU, COMPRIMENTO:CERCA 45 MM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	800	POLYBOND	0,69	552,00
31	BR0437184	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 20 GAU, COMPRIMENTO: CERCA 30 MM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	5000	POLYBOND	0,67	3.350,00
32	BR0437185	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 22 GAU, COMPRIMENTO: CERCA 25 MM, CONECTOR :CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	5000	POLYBOND	0,67	3.350,00
33	BR0437186	CATETER PERIFÉRICO, MATERIAL CATETER: POLÍMERO RADIOPACO, APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, DIAMETRO: 24 GAU, COMPRIMENTO:CERCA 20 MM, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, COMPONENTE 1: CÂMARA REFLUXO C/ FILTRO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	2500	POLYBOND	0,72	1.875,00
42	BR0601129	COLCHÃO PIRAMIDAL / CAIXA DE OVO HOSPITALAR, MATERIAL: PVC INFLÁVEL, DIMENSÕES: CERCA DE 190 X 80 CM, ADICIONAL: C/ ORIFÍCIO.	UNIDADE	30	AGAPLASTIC	175,68	5.270,40
56	BR0442385	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO: C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO: ROLO, COMPONENTES ADICIONAIS: TERMOSSELANTE, TAMANHO: CERCA DE 10 CM, COMPONENTES: C/ INDICADOR QUIMICO.	ROLO	10	HOSPFLEX	36,67	366,70
57	BR0443438	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO: C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO:ROLO, COMPONENTES ADICIONAIS: TERMOSSELANTE, TAMANHO: CERCA DE 15 CM, COMPONENTES: C/ INDICADOR QUIMICO.	ROLO	8	HOSPFLEX	55,89	447,12
58	BR0442384	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO: C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO: ROLO, COMPONENTES ADICIONAIS: TERMOSSELANTE, TAMANHO: CERCA DE 20 CM, COMPONENTES: C/ INDICADOR QUIMICO	ROLO	15	HOSPFLEX	75,70	1.135,50
59	BR0442386	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO: C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO: ROLO, COMPONENTES ADICIONAIS: TERMOSSELANTE, TAMANHO: CERCA DE 30 CM, COMPONENTES: C/ INDICADOR Q	ROLO	3	HOSPFLEX	115,86	347,58
65	BR0479751	ESPÉCULO USO MÉDICO, APLICAÇÃO: VAGINAL, MODELO: COLLIN, TAMANHO: GRANDE, ADICIONAL 1: C/ LUBRIFICANTE, TRAVAMENTO: C/ TRAVA TIPO ROSCA, MATERIAL: POLÍMERO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	200	KOLPLAST	1,97	394,00
92	BR0239064	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 11, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	CAIXA - 100UN	15	MEDIX	24,25	363,75
111	BR0277319	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO:10 VOLUMES.	FRASCO - 100ML	400	VIC PHARMA	1,99	796,00
112	-	PINÇA HARTMANN JACARÉ 20CM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL.	UNIDADE	4	GOLGRAN	235,13	940,52
119	BR0439625	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 3 ML, TIPO BICO:BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	10000	SR	0,11	1.100,00
120	BR0439624	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE:5 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO:ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL:GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	10000	SR	0,13	1.300,00
121	BR0439626	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 10 ML, TIPO BICO:BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	10000	SR	0,23	2.300,00
122	BR0439627	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 20 ML, TIPO BICO:BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	10000	SR	0,37	3.700,00

123	BR0439636	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 60 ML, TIPO BICO:BICO TIPO CATETER, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	300	SR	1,15	345,00

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

MAICON CORDOVA PEREIRA

Representante Legal

CPF: 015.xxx.xxx-70

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 272/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, estabelecida a Rua Uruguai, Nº 1538 E, bairro Santa Maria, na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 85.247.385/0001-49, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Cristiano Altair Mattana Giordani, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 392xxx-1, e do CPF nº 076.xxx.xxx-39, residente e domiciliado a Rua Uruguai, Nº 1538 E, bairro Santa Maria, na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 12.240,00 (doze mil duzentos e quarenta reais), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR ATUAL	VALOR TOTAL

38	BR0268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO	BOLSA - 250ML	3000	JP FARMA	4,08	12.240,00

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Prosaude Distribuidora De Medicamentos LTDA

CRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI

Representante Legal

CPF: 076.xxx.xxx-39

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **PÉROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, estabelecida a Rua Pedra Vermelha, Nº 112, bairro Tabuleiro, na cidade de Camboriú, no Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 30.888.187/0001-72, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Soliana Verginia Braga, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 410xxx326x, e do CPF nº 030.xxx.xxx-35, residente e domiciliada a Rua Pedra Vermelha, Nº 112, bairro Tabuleiro, na cidade de Camboriú, no Estado de Santa Catarina, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 15.444,00 (quinze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
49	BR0269971	COMPRESSA GAZE, MATERIAL: TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO: 13 FIOS/CM2, MODELO: COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, CAMADAS: 8 CAMADAS, LARGURA: 7,50 CM, COMPRIMENTO: 7,50 CM, DOBRAS: 5 DOBRAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTÁVEL	PACOTE - 500UN	600	CLEAN	15,54	9.324,00
62	BR0385209	EQUIPO, TIPO DE EQUIPO: DE INFUSÃO, MATERIAL: PVC CRISTAL, COMPRIMENTO: MÍN. 120 CM, TIPO CÂMARA: CÂMARA FLEXÍVEL C/FILTRO AR, TIPO GOTEJADOR:	UNIDADE	6000	INJEX	1,02	6.120,00

		GOTA PADRÃO, TIPO PINÇA: REGULADOR DE FLUXO, TIPO INJETOR: C/INJETOR LATERAL"Y", AUTOCICATRIZANTE, TIPO CONECTOR: LUER C/ TAMPA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL					

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Pérola Importadora E Dist. Hospitalar LTDA

SOLIANA VERGINIA BRAGA

Representante Legal

CPF: 030.xxx.xxx-35

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**, estabelecida a Rua Saíra Ouro, Nº 210, bairro Jardim Universidade, na cidade de Arapongas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 51.740.794/0001-60, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Irene Lopes Salvi, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4.xxx.917-x, e do CPF nº 515.xxx.xxx-04, residente e domiciliada a Rua Saíra Ouro, Nº 210, bairro Jardim Universidade, na cidade de Arapongas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 31.123,23 (trinta e um mil cento e vinte e três reais e vinte e três centavos), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
53	BR0438475	DRENO CIRÚRGICO, MODELO: TORÁCICO, MATERIAL: PVC, CALIBRE:20 FRENCH, COMPRIMENTO: CERCA DE 50 CM, COMPONENTE II: RADIOPACO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	3	MEDSHARP	8,01	24,03
110	BR0428647	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO:FAIXA ELÁSTICA, MATERIAL:BORRACHA NATURAL, APLICAÇÃO:EXERCÍCIO FORTALECIMENTO MUSCULAR, COMPONENTES ADICIONAIS:COM COR, DIMENSÃO:CERCA DE 150 CM	UNIDADE	300	LIVEUP	102,29	30.687,00
146	BR0428618	TOUCA HOSPITALAR, MATERIAL:NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO:COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR:COM COR, GRAMATURA:CERCA DE 60 G/M2, TAMANHO:ÚNICO, TIPO USO:DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01: HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX	EMBALAGEM - 100UN	50	ANADONA	7,59	379,50
147	BR0451211	TUBO ENDOTRAQUEAL, MATERIAL:PVC, MODELO:CURVA MAGILL, CALIBRE:2,5, TIPO PONTA:C/ PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA, COMPONENTE 1:BALÃO ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, COMPONENTE 2:RADIOPACO, GRADUADO, TIPO, CONECTOR:CONECTOR PADRÃO, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNIDADE	5	MEDIX	6,54	32,70

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Ynemed Produtos Médicos E Hospitalares LTDA

IRENE LOPES SALVI

Representante Legal

CPF: 515.xxx.xxx-04

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **SOMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, estabelecida a Rua Getúlio Vargas, Nº 379, bairro Centro, na cidade de Santa Cruz de Minas, no Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 32.237.610/0001-08, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Marcio Angelo Batista, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 73xxx10, e do CPF nº 958.xxx.xxx-04, residente e domiciliado a Rua Henrique Benfenati, Nº 150, apto 316 Bloco 3, bairro Distrito São Judas Tadeu, na cidade de São

João Del Rei, no Estado de Minas Gerais, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 3.185,00 (três mil cento e oitenta e cinco reais), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
74	BR0425356	FRALDA DESCARTÁVEL, TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: EXTRAGRANDE, PESO USUÁRIO: ACIMA DE 16 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USO: NOTURNO.	UNIDADE	3500	MAMY	0,91	3.185,00

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Somar Indústria E Comércio LTDA

MARCIO ANGELO BATISTA

Representante Legal

CPF: 958.xxx.xxx-04

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 277/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, estabelecida a Av. Vinte e um de abril, Nº 515, bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, no Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 13.229.567/0001-86, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Ivonei Cesar Balbinot, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 50xxx601xx, e do CPF nº 026.xxx.xxx-75, residente e domiciliado a Rua David Marca, Nº 469, apto 316 Bloco 3, bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, no Estado do Rio Grande do Sul, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 76.470,00 (setenta e seis mil quatrocentos e setenta reais), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
75	BR0380597	FRALDA DESCARTÁVEL, TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: EXTRA GRANDE, PESO USUÁRIO: ACIMA DE 120 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS, USO: ALGODÃO	UNIDADE	35000	SENIOR LIFE PLUS	1,37	47.950,00
76	BR0360501	FRALDA DESCARTÁVEL, TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: GRANDE, PESO USUÁRIO: ACIMA DE 90 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS, USO: ALGODÃO NÃO	UNIDADE	15000	SENIOR LIFE PLUS	1,24	18.600,00
77	BR0358131	FRALDA DESCARTÁVEL, TIPO FORMATO: ANATÔMICO, TAMANHO: MÉDIO, PESO USUÁRIO: DE 40 A 70 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USUÁRIO: ADULTO, USO: ALGODÃO	UNIDADE	8000	SENIOR LIFE PLUS	1,24	9.920,00

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Veneza Dist. De Produtos Hospitalares LTDA

IVONEI CESAR BALBINOT

Representante Legal

CPF: 026.xxx.xxx-75

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 278/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **CIRURGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA**, estabelecida a Rua Santos Dumont, Nº 1750, Loja 01, bairro Jardim Curitiba, na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 29.426.310/0001-54, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Elismar de Souza Vieira, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 39xxx42-x, e do CPF nº 775.xxx.xxx-49, residente e domiciliado a Rua Edmundo Mercer, Nº 620, bairro Centro, na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam a presente ata decorrente do Pregão Presencial nº 65/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula Quarta da ata de registro de preços original, prorrogando o prazo de execução em mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 05/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação de prazo, fica aditivada a ata de registro de preços o valor total em mais R$ 6.336,00 (seis mil trezentos e trinta e seis reais), valores reajustados pelo IPCA, conforme previsão contratual, detalhado abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
106	BR0375935	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ, TIPO: AMBIDESTRA,	CAIXA - 100UN	300	MEDIX	21,12	6.336,00
VALOR TOTAL							**6.336,00**

CLAUSULA TERCEIRA – Todos os documentos que instruem o presente constam e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLAUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 05 de novembro de 2025.

Município De Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Cirurgica Itamaraty Comercial LTDA

ELISMAR DE SOUZA VIEIRA

Representante Legal

CPF: 775.xxx.xxx-49

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:39DF1484

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2025 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2025.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **ANDERLUZ LTDA**, estabelecida na Rua Belo Monte, Nº 22, bairro Alto Bela vista, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 11.493.969/0001-68, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Anderson Cesar da Silva, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 8.xxx.002-x e do CPF nº 039.xxx.xxx-00, residente e domiciliado a Rua Belo Monte, Nº 22, bairro Alto Bela vista, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam a presente ATA decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 62/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS, LIMPEZA, INSTALAÇÃO E CARGA DE GÁS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E ELETRODOMESTICOS.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.

PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.

PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.

PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A empresa deverá arcar com custos de deslocamento, alimentação e estadia quando necessário, e todos os demais custos e encargos que incidam sobre a execução dos serviços.

PARAGRAFO OITAVO - A empresa deverá dar garantia do serviço/peças, devendo estes serem de primeira qualidade.

PARAGRAFO NONO - A quantidade registrada não dá direito à empresa de receber a quantidade total, sendo que somente será pelo serviço solicitado e executado.

PARAGRAFO DÉCIMO - Fique claro aos licitantes que a quantidade é estimativa, sendo que serão solicitados somente os serviços que forem necessários, e somente serão pagos serviços solicitados/efetuados.

PARAGRAFO DECIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte da ATA.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A empresa deverá ter registro no CREA/CAU regular, e apresentar profissional técnico responsável, engenheiro/técnico eletricista e engenheiro/técnico mecânico, ambos com registro no CREA/CAU em situação regular de inscrição, bem como comprovar vínculo empregatício com cada profissional.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A empresa deverá recolher ART/RRT e apresenta-la juntamente com cada nota fiscal emitida.

PARÁGRAFO DECIMO QUARTO – São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O TERMO DE REFERENCIA é parte integrante do EDITAL e da ATA (ainda que não esteja transcrito neste último).

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto desta ATA, pelo preço de R$ **240.475,00 (duzentos e quarenta mil, quatrocentos e setenta e cinco reais)**.

ITEM	UNI	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UNI	100	Carga de gás de ar condicionado de 9000 a 12000 BTUs, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	170,00	17.000,00
5	UNI	35	Desinstalação de ar condicionado, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	159,00	5.565,00
6	UNI	80	Instalação da rede elétrica para ar condicionado.	269,00	21.520,00
7	UNI	35	Instalação de Ar condicionado de 9.000 Btus, incluindo 2 mts de encanamento.	225,00	7.875,00
8	UNI	35	Instalação de Ar condicionado de 12.000 Btus., incluindo 2 mts de encanamento.	325,00	11.375,00
9	UNI	35	Instalação de Ar condicionado de 18.000 Btus., incluindo 2 mts de encanamento.	465,00	16.275,00
10	UNI	35	Instalação de Ar condicionado de 24.000 a 36.000 Btus, incluindo 2 mts de encanamento.	619,00	21.665,00
11	UNI	25	Instalação de aterramento simples, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	109,00	2.725,00
12	mts	500	Instalação de rede subterrânea por Metro linear (em obstáculo piso concretado, pedra) de acordo com ABNT NBR 5410.	184,00	92.000,00
14	UNI	100	Instalação de refletores acima de 05 metros do chão, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	129,000	12.900,00
15	UNI	100	Instalação de refletores até 03 metros do chão, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	109,00	10.900,00
16	UNI	50	instalação de tomada especial 127v ou 220v (bi ou tri polar com aterramento) circuito novo adicionado independente com disjuntor próprio.	59,00	2.950,00
20	UNI	25	Montagem de padrão de entrada (sede de medidor) monofásico até 15 Kva, bifásico, trifásico.	499,00	12.475,00
21	UNI	30	Revisão com conserto necessário no quadro de comando, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	175,00	5.250,00
VALOR TOTAL					**240.475,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:

a) Após a execução do serviço, e mediante apresentação de nota fiscal

b) Em até 30 dias após apresentação da nota fiscal

c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:

Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.

- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;

Certidão de regularidade de Tributos Municipais;

- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;

d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c",** implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto da ATA, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.

PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:

- Modalidade da licitação,

- Número e ano da ATA;

- Número e nome do banco;

- Número da agência;

- Número da conta corrente ou poupança;

- Valor de IRPJ a ser retido.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.

1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura da ATA, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).

1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e ATA de REGISTRO.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.

1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.01.04.122.1050.2.002	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3805 3806
02.02.04.122.1050.2.003	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1937 1964
02.03.04.124.1054.2.004	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1938 1965
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1939 1966
02.04.28.846.2150.0.002	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3807 3808
02.05.04.123.1051.2.006	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1940 1967
02.06.04.121.1053.2.007	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1942 1969
02.07.12.361.1400.2.010	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	103 104	1943 1970 1944 1971
02.07.12.365.1400.2.013	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	103	1954 1972

			104	1955 1973
02.07.27.812.1950.2.017	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1959 1974
02.08.15.452.1500.2.018	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1957 1975
02.08.15.452.1500.2.019	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1958 1976
02.08.26.782.1900.2.021	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1961 1979
02.09.08.122.1200.2.022	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1945 1981
02.09.08.243.1201.6.024	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1963 1983
02.09.08.244.1200.2.023	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1946 1982
02.10.18.541.1650.2.067	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3738 3809
02.10.20.606.1700.2.029	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1947 1984
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	303 494 1013	1949 1986 1950 1987 1951 1988
02.11.10.304.1300.2.037	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	303	3810 3811
02.11.10.305.1300.2.038	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	303	3812 3813
02.12.08.243.1201.6.025	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3388 3814
02.13.08.244.1200.2.042	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000 934 936 940 1097	3389 3816 3390 3817 3391 3818 3392 3819 3393 3820
02.14.11.334.1350.2.027	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3616 3815
02.14.22.661.1800.2.031	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3394 3606

02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1952 1989
02.16.08.241.1200.2.040	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1953 1990

PARÁGRAFO OITAVO - AS NOTAS FISCAIS DEVERÃO SER EMITIDAS SEPARADAMENTE PARA CADA ITEM, SENDO QUE HAVENDO DÚVIDA SOBRE POSSÍVEL JUNÇÃO, ESTAS PODERÃO SER DIRIMIDAS COM O SETOR DE COMPRAS DO MUNICPIO.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO e

LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ATA, iniciando-se no dia seguinte a assinatura da mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução deverá ocorrer em até 2 (dois) dias contados a partir da data do recebimento da solicitação de fornecimento.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.

PARÁGRAFO QUINTO - Local de execução: Todo o perímetro urbano de Catanduvas, Linha São Marcos, Ibiracema e Vila Santa Cruz.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial da ATA;

II - dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do objeto;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DA ATA:

1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ATA contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ATA, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ATA para fins de atendimento da finalidade da administração.

2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais da ATA, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de ATA quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DA ATA:

1 - Acompanhar a execução do OBJETO, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ATA, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

2 - Anotar no histórico de gerenciamento da ATA todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da ATA emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

4 - Informar ao gestor da ATA, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal da ATA comunicará o fato imediatamente ao gestor da ATA.

6 - Comunicar ao gestor da ATA, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término da ATA sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da ATA atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ATA para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9 - Fica designada para fiscalização da ATA: **Oziel de Oliveira.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ATA de REGISTRO deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:

1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.

2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado na ATA.

3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;

4 - Designar servidores como Fiscais da ATA, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;

6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectiva ATA;

7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.

8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.

9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.

11 - Após a assinatura da ATA ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:

1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI´s, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.

2 - Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.

3 - Manter durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do objeto, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.

5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.

6 - Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.

7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.

9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.

10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.

11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.

13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:

1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.

2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.

3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.

5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário da ATA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência da ATA.

6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca a ATA, salvo se houver prévia autorização do Município.

7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ATA poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ATA se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a ATA.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão da ATA referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUINTO – A ATA pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c)Indenizações e multas.

2 - A extinção da ATA não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema compras.gov.br. A Pregoeira/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

PARÁGRAFO SEXTO - A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em

práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 18 de novembro de 2025.

Município de Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

Anderluz LTDA

ANDERSON CESAR DA SILVA

Representante Lega

CPF: 039.xxx.xxx-00

OZIEL DE OLIVEIRA

Fiscal da Ata de Registro de Preços

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL

Gestora da Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2025.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **57.417.525 JOSE HAROLDO BEIRA DOS SANTOS**, estabelecida na Rua das Oliveiras, Nº 256, bairro Alto Bela vista, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 57.417.525/0001-44, neste ato

representada por seu representante legal o Sr. Jose Haroldo Beira dos Santos, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 13.xxx.010-x e do CPF nº 096.xxx.xxx-24, residente e domiciliado a Rua das Oliveiras, Nº 256, bairro Alto Bela vista, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam a presente ATA decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 62/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS, LIMPEZA, INSTALAÇÃO E CARGA DE GÁS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E ELETRODOMESTICOS.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.

PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.

PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.

PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A empresa deverá arcar com custos de deslocamento, alimentação e estadia quando necessário, e todos os demais custos e encargos que incidam sobre a execução dos serviços.

PARAGRAFO OITAVO - A empresa deverá dar garantia do serviço/peças, devendo estes serem de primeira qualidade.

PARAGRAFO NONO - A quantidade registrada não dá direito à empresa de receber a quantidade total, sendo que somente será pelo serviço solicitado e executado.

PARAGRAFO DÉCIMO - Fique claro aos licitantes que a quantidade é estimativa, sendo que serão solicitados somente os serviços que forem necessários, e somente serão pagos serviços solicitados/efetuados.

PARAGRAFO DECIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte da ATA.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A empresa deverá ter registro no CREA/CAU regular, e apresentar profissional técnico responsável, engenheiro/técnico eletricista e engenheiro/técnico mecânico, ambos com registro no CREA/CAU em situação regular de inscrição, bem como comprovar vínculo empregatício com cada profissional.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A empresa deverá recolher ART/RRT e apresenta-la juntamente com cada nota fiscal emitida.

PARÁGRAFO DECIMO QUARTO – São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O TERMO DE REFERENCIA é parte integrante do EDITAL e da ATA (ainda que não esteja transcrito neste último).

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto desta ATA, pelo preço de **R$ 185.130,00 (cento e oitenta e cinco mil, cento e trinta reais).**

ITEM	UNI	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	UNI	100	Carga de gás de ar condicionado de 18000 a 36000 BTUs, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	320,00	32.00,00
3	UNI	10	Carga de gás de freezer e geladeira.	150,00	1.500,00
4	mts	1.500	Colocação de eletroduto condulete, canaleta externa (metro linear), incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	3,80	5.700,00
13	mts	800	Instalação de rede subterrânea por Metro linear (em terra, gramado) de acordo com ABNT NBR 5410.	139,00	111.200,00
17	UNI	20	Instalações de rede elétrica provisória para eventos, sendo cada instalação de até 50 mts de fio, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	269,00	5.380,00
18	UNI	100	Limpeza de ar condicionado 9000 a 12000 BTUs, limpeza de grade com limpeza interna do aparelho sem desinstalação, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	100,00	10.000,00
19	UNI	50	Limpeza de ar condicionado 18000 a 36000 BTUs, limpeza de grade com limpeza interna do aparelho sem desinstalação, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	225,00	11.250,00
22	UNI	150	Troca de disjuntor e fiação com expansão de carga e com a verificação de sobrecarga.	54,00	8.100,00
VALOR TOTAL					**185.130,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:

a) Após a execução do serviço, e mediante apresentação de nota fiscal

b) Em até 30 dias após apresentação da nota fiscal

c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:

Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.

- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;

Certidão de regularidade de Tributos Municipais;

- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;

d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c",** implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto da ATA, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.

PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:

- Modalidade da licitação,

- Número e ano da ATA;

- Número e nome do banco;

- Número da agência;

- Número da conta corrente ou poupança;

- Valor de IRPJ a ser retido.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.

1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura da ATA, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).

1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e ATA de REGISTRO.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.

1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.01.04.122.1050.2.002	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3805 3806
02.02.04.122.1050.2.003	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1937 1964
02.03.04.124.1054.2.004	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1938 1965
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1939 1966
02.04.28.846.2150.0.002	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3807 3808
02.05.04.123.1051.2.006	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1940 1967
02.06.04.121.1053.2.007	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1942 1969
02.07.12.361.1400.2.010	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	103 104	1943 1970 1944 1971
02.07.12.365.1400.2.013	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	103 104	1954 1972 1955 1973
02.07.27.812.1950.2.017	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1959 1974
02.08.15.452.1500.2.018	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1957 1975
02.08.15.452.1500.2.019	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1958 1976

02.08.26.782.1900.2.021	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1961 1979
02.09.08.122.1200.2.022	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1945 1981
02.09.08.243.1201.6.024	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1963 1983
02.09.08.244.1200.2.023	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1946 1982
02.10.18.541.1650.2.067	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3738 3809
02.10.20.606.1700.2.029	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1947 1984
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	303 494 1013	1949 1986 1950 1987 1951 1988
02.11.10.304.1300.2.037	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	303	3810 3811
02.11.10.305.1300.2.038	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	303	3812 3813
02.12.08.243.1201.6.025	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3388 3814
02.13.08.244.1200.2.042	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000 934 936 940 1097	3389 3816 3390 3817 3391 3818 3392 3819 3393 3820
02.14.11.334.1350.2.027	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3616 3815
02.14.22.661.1800.2.031	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	3394 3606
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1952 1989
02.16.08.241.1200.2.040	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1953 1990

PARÁGRAFO OITAVO - AS NOTAS FISCAIS DEVERÃO SER EMITIDAS SEPARADAMENTE PARA CADA ITEM, SENDO QUE HAVENDO DÚVIDA SOBRE POSSÍVEL JUNÇÃO, ESTAS PODERÃO SER DIRIMIDAS COM O SETOR DE COMPRAS DO MUNICPIO.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO e

LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ATA, iniciando-se no dia seguinte a assinatura da mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução deverá ocorrer em até 2 (dois) dias contados a partir da data do recebimento da solicitação de fornecimento.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.

PARÁGRAFO QUINTO - Local de execução: Todo o perímetro urbano de Catanduvas, Linha São Marcos, Ibiracema e Vila Santa Cruz.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial da ATA;

II - dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do objeto;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DA ATA:

1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ATA contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ATA, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ATA para fins de atendimento da finalidade da administração.

2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais da ATA, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de ATA quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DA ATA:

1 - Acompanhar a execução do OBJETO, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ATA, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

2 - Anotar no histórico de gerenciamento da ATA todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da ATA emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

4 - Informar ao gestor da ATA, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal da ATA comunicará o fato imediatamente ao gestor da ATA.

6 - Comunicar ao gestor da ATA, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término da ATA sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da ATA atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ATA para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9 - Fica designada para fiscalização da ATA: **Oziel de Oliveira.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ATA de REGISTRO deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:

1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.

2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado na ATA.

3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;

4 - Designar servidores como Fiscais da ATA, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;

6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectiva ATA;

7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.

8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.

9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.

11 - Após a assinatura da ATA ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:

1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI´s, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.

2 - Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.

3 - Manter durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do objeto, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.

5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.

6 - Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.

7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.

9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.

10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.

11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.

13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:

1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.

2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.

3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.

5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário da ATA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência da ATA.

6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca a ATA, salvo se houver prévia autorização do Município.

7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ATA poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ATA se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a ATA.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão da ATA referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUINTO – A ATA pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 *da mesma Lei.*

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c)Indenizações e multas.

2 - A extinção da ATA não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema compras.gov.br. A Pregoeira/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

PARÁGRAFO SEXTO - A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 18 de novembro de 2025.

Município de Catanduvas

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

CPF: 065.xxx.xxx-01

57.417.525 Jose Haroldo Beira Dos Santos

JOSE HAROLDO BEIRA DOS SANTOS

Representante Lega

CPF: 096.xxx.xxx-24

OZIEL DE OLIVEIRA

Fiscal da Ata de Registro de Preços

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL

Gestora da Ata de Registro de Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:18B36DF7

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 341/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **346 de 17 de dezembro de 2024 – LOA**.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.04.28.846.2150.0.002	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 20.000,00
02.08.26.782.1900.2.021	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 50.000,00
02.08.26.782.1900.2.057	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	R$ 9.900,00
02.16.08.241.1200.2.040	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 325,00
02.19.08.244.1200.2.078	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 1.200,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.05.99.999.9999.0.005	9.9.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999	R$ 70.000,00
02.08.26.782.1900.3.030	4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0	R$ 9.900,00
02.16.08.241.1200.2.040	3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0	R$ 325,00
02.19.08.244.1200.2.078	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 1.200,00

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 186/2021, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 320/2024, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 17 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:F56605E4

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 343/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **346 de 17 de dezembro de 2024 – LOA**.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0	R$ 7.485,69

02.08.26.782.1900.2.057	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	R$ 49.000,00
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 250,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.05.99.999.9999.0.005	9.9.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999	R$ 7.735,69
02.08.26.782.1900.3.030	4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0	R$ 49.000,00

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 186/2021, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 320/2024, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 18 de Novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:E5ACFAFF

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS, LIMPEZA, INSTALAÇÃO E CARGA DE GÁS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E ELETRODOMESTICOS.

Em cumprimento ao disposto na lei, ADJUDICO o objeto a empresa vencedora e HOMOLOGO o processo em epígrafe, tornando-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério Menor Preço:

EMPRESA: ANDERLUZ LTDA

CNPJ: 11.493.969/0001-68

ITEM	UNI	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UNI	100	Carga de gás de ar condicionado de 9000 a 12000 BTUs, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	170,00	17.000,00
5	UNI	35	Desinstalação de ar condicionado, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	159,00	5.565,00
6	UNI	80	Instalação da rede elétrica para ar condicionado.	269,00	21.520,00
7	UNI	35	Instalação de Ar condicionado de 9.000 Btus, incluindo 2 mts de encanamento.	225,00	7.875,00
8	UNI	35	Instalação de Ar condicionado de 12.000 Btus., incluindo 2 mts de encanamento.	325,00	11.375,00
9	UNI	35	Instalação de Ar condicionado de 18.000 Btus., incluindo 2 mts de encanamento.	465,00	16.275,00
10	UNI	35	Instalação de Ar condicionado de 24.000 a 36.000 Btus, incluindo 2 mts de encanamento.	619,00	21.665,00
11	UNI	25	Instalação de aterramento simples, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	109,00	2.725,00
12	mts	500	Instalação de rede subterrânea por Metro linear (em obstáculo piso concretado, pedra) de acordo com ABNT NBR 5410.	184,00	92.000,00
14	UNI	100	Instalação de refletores acima de 05 metros do chão, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	129,000	12.900,00
15	UNI	100	Instalação de refletores até 03 metros do chão, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	109,00	10.900,00
16	UNI	50	instalação de tomada especial 127v ou 220v (bi ou tri polar com aterramento) circuito novo adicionado independente com disjuntor próprio.	59,00	2.950,00
20	UNI	25	Montagem de padrão de entrada (sede de medidor) monofásico até 15 Kva, bifásico, trifásico.	499,00	12.475,00
21	UNI	30	Revisão com conserto necessário no quadro de comando, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epi´s, e deslocamento necessário.	175,00	5.250,00
VALOR TOTAL					**240.475,00**

EMPRESA: 57.417.525 JOSE HAROLDO BEIRA DOS SANTOS

CNPJ: 57.417.525/0001-44

ITEM	UNI	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	UNI	100	Carga de gás de ar condicionado de 18000 a 36000 BTUs, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epí´s, e deslocamento necessário.	320,00	32.00,00
3	UNI	10	Carga de gás de freezer e geladeira.	150,00	1.500,00
4	mts	1.500	Colocação de eletroduto condulete, canaleta externa (metro linear), incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epí´s, e deslocamento necessário.	3,80	5.700,00
13	mts	800	Instalação de rede subterrânea por Metro linear (em terra, gramado) de acordo com ABNT NBR 5410.	139,00	111.200,00
17	UNI	20	Instalações de rede elétrica provisória para eventos, sendo cada instalação de até 50 mts de fio, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epí´s, e deslocamento necessário.	269,00	5.380,00
18	UNI	100	Limpeza de ar condicionado 9000 a 12000 BTUs, limpeza de grade com limpeza interna do aparelho sem desinstalação, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epí´s, e deslocamento necessário.	100,00	10.000,00
19	UNI	50	Limpeza de ar condicionado 18000 a 36000 BTUs, limpeza de grade com limpeza interna do aparelho sem desinstalação, incluindo mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, epí´s, e deslocamento necessário.	225,00	11.250,00
22	UNI	150	Troca de disjuntor e fiação com expansão de carga e com a verificação de sobrecarga.	54,00	8.100,00
VALOR TOTAL					**185.130,00**

Homologo a presente licitação,

Catanduvas - PR, 18 de novembro de 2025.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:A7A760B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 258/2025

DECRETO Nº 258/2025

SÚMULA: Dispõe sobre o resultado dos recursos interpostos pelos servidores públicos quanto ao indeferimento do pedido de Progressão por Qualificação no ano de 2025, conforme previsto no artigo 73, V da Lei Municipal nº 2.583/2012.

MELQUÍADES TAVIAN JÚNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 2.583/2012,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Os recursos interpostos pelos servidores abaixo nominados quanto ao resultado do pedido Progressão por Qualificação referente ao ano de 2025, publicado pelo Decreto nº 241/2025, foram julgados pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, Acompanhamento e Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, instituída pelo Decreto nº 261/2022 e 284/2022.

ARTIGO 2º - Ao servidor que houver sido deferido o recurso terá o direito à progressão e o enquadramento nos novos níveis da Tabela constante do anexo V da Lei Municipal nº 2.583/2012, alterada pela Lei nº 3.259/2025, devidamente atualizada e será efetuado pelo Departamento de Recursos Humanos conforme tabela abaixo, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 2025.

NOME SERVIDOR	CARGO	RESULTADO DO RECURSO	CLASSE DE PROGRESSÃO	AVANÇO – NÍVEIS/ PERCENTUAL	NÍVEL ATUAL/ SALÁRIO	PRÓXIMO NÍVEL/ VALOR
JOZIANE ROSA BATISTA NUNES	AG. SAÚDE BUCAL	DEFERIDO	I	2	25	27
KARINE KAREN MENEGHETTI	SOCORRISTA	INDEFERIDO				
LUCIANA APARECIDA TURATO	TÉC. ENFERMAGEM	INDEFERIDO				

Artigo 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul/PR, 18 de novembro de 2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:32F601FF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2025

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO

REF: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2025

Comunicamos aos interessados que, de acordo com os termos do **Dispensa Eletrônica nº 14/2025**, após a análise e verificação da documentação e a proposta apresentada, decidiu-se pela classificação final no relatório em anexo a este edital de classificação, sendo vencedora e habilitada a empresa:

R. B. COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA						
Lote	Produto	Marca	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	KIT PEDAGÓGICO INFANTIL Kit pedagógico infantil contendo: - 01 CONJUNTO MESA COM CADEIRAS: Contendo 01 mesinha com 04 cadeiras coloridas): Mesa quadrada (cantos arredondados) com tampo em MDF, Acompanha 04 cadeiras coloridas com estrutura de ferro, acento e encosto em MDF, pintado nas cores verde, vermelha, amarela e azul, medindo 60x30,5x26 cm. Medidas da mesa 60x60x55 cm. - 01 ESTANTE INFANTIL ORGANIZADORA: Contém 1 quadro emoldurado produzido em MDF tamanho 95cm x 78cm x 28cm com 3 prateleiras coloridas para acondicionar livros, revistas ou afins; - 01 BAÚ PEDAGÓGICO COM 10 JOGOS DE MADEIRA BRINQUEDOS	KIT PEDAGÓGICO I KIT PEDAGÓGICO I	KT	3,00	2.279,00	6.837,00

	EDUCATIVOS: Baú de madeira reforçado com alças; Dimensões do Baú: 44 x 32 x 23 cm; Pintura atóxica e bordas arredondadas; CONTEÚDOS QUE ACOMPANHAM O BAÚ - 10 JOGOS EDUCATIVOS: - Dominó em Madeira - associação lógica e memória visual; - Jogo de Pinos Coloridos - coordenação motora fina e controle de movimentos; - Prancha de Formas Geométricas - estímulo à percepção espacial e encaixe; - Relógio Didático com Números - aprendizado de horas e contagem; - Bate Pinos - ritmo, precisão e força controlada; - Balança Didática - noções de peso, comparação e equilíbrio; - Tabuleiro Jogo da Velha - estratégia e tomada de decisão; - Caixas Coloridas para Empilhar - classificação por cor, tamanho e equilíbrio; - Tangram em Quadro - lógica, criatividade e noção de espaço; - Mosaico em Quadro - composição de padrões, atenção e cores; - 10 QUEBRA-CABEÇAS INFANTIL: Com imagens de animais, em MDF Orientação horizontal. Medindo 15cm de largura x 15cm de comprimento; - 10 LIVROS INFANTIS DIVERSOS: Livros em diversos formatos, Temas Infantis (Contos, Fábulas e Lendas).					
TOTAL						**R$ 6.837,00**

A homologação final fica a critério do Prefeito Municipal.

Centenário do Sul/PR, 18 de Novembro de 2025.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA

Agente de Contratação

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:D364BD18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1881/2025 PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029 – ANEXO 1 – RECEITAS DO PPA POR ANO COLOMBO PREVIDÊNCIA

Planejamento e Orçamento							
Receitas do PPA por Ano - Agrupado por Conta Dedução -							
Entidade(s): COLOMBO PREVIDENCIA - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO							
Ano PPA: 2026 - 2029 (1) Grau a listar: 10							
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
100000000000000000	Receitas correntes	S	116.942.816,94	132.242.417,41	156.019.264,15	183.012.315,82	588.216.814,32
120000000000000000	Contribuições	S	33.387.730,00	33.402.730,00	33.417.730,00	33.432.730,00	133.640.920,00
121000000000000000	Contribuições sociais	S	33.387.730,00	33.402.730,00	33.417.730,00	33.432.730,00	133.640.920,00
121500000000000000	Contribuições para regimes próprios de previdência e sistema de proteção social	S	33.387.730,00	33.402.730,00	33.417.730,00	33.432.730,00	133.640.920,00
121501000000000000	Contribuição do servidor civil	S	33.387.730,00	33.402.730,00	33.417.730,00	33.432.730,00	133.640.920,00
121501100000000000	Contribuição do servidor civil ativo	S	32.440.678,00	32.455.678,00	32.470.678,00	32.485.678,00	129.852.712,00
121501110000000000	Contribuição do servidor civil ativo - principal	A	32.440.470,00	32.455.470,00	32.470.470,00	32.485.470,00	129.851.880,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			17.550.000,00	17.569.000,00	17.588.000,00	17.607.000,00	70.314.000,00
01402 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Legislativo			305.800,00	306.800,00	307.800,00	308.800,00	1.229.200,00
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			14.508.000,00	14.504.000,00	14.500.000,00	14.496.000,00	58.008.000,00
10462 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Legislativo			76.670,00	75.670,00	74.670,00	73.670,00	300.680,00
Subtotal:			**32.440.470,00**	**32.455.470,00**	**32.470.470,00**	**32.485.470,00**	**129.851.880,00**
121501110100000000	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Plano Financeiro	A	14.584.670,00	14.579.670,00	14.574.670,00	14.569.670,00	58.308.680,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			14.508.000,00	14.504.000,00	14.500.000,00	14.496.000,00	58.008.000,00
10462 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Legislativo			76.670,00	75.670,00	74.670,00	73.670,00	300.680,00
Subtotal:			**14.584.670,00**	**14.579.670,00**	**14.574.670,00**	**14.569.670,00**	**58.308.680,00**
121501110200000000	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Plano Previdenciário	A	17.855.800,00	17.875.800,00	17.895.800,00	17.915.800,00	71.543.200,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			17.550.000,00	17.569.000,00	17.588.000,00	17.607.000,00	70.314.000,00
01402 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Legislativo			305.800,00	306.800,00	307.800,00	308.800,00	1.229.200,00
Subtotal:			**17.855.800,00**	**17.875.800,00**	**17.895.800,00**	**17.915.800,00**	**71.543.200,00**
121501120000000000	Contribuição do servidor civil ativo - multas e juros	A	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			103,00	103,00	103,00	103,00	412,00
01402 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Legislativo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			103,00	103,00	103,00	103,00	412,00
10462 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Legislativo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Subtotal:			**208,00**	**208,00**	**208,00**	**208,00**	**832,00**
121501120100000000 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Plano Financeiro A			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			103,00	103,00	103,00	103,00	412,00
10462 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Legislativo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
121501120200000000	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Plano Previdenciário	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			103,00	103,00	103,00	103,00	412,00
01402 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Legislativo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
121501200000000000	Contribuição do servidor civil - inativo	S	930.570,00	930.570,00	930.570,00	930.570,00	3.722.280,00
121501210000000000	Contribuição do servidor civil - inativo - principal	A	930.570,00	930.570,00	930.570,00	930.570,00	3.722.280,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			468.704,00	468.704,00	468.704,00	468.704,00	1.874.816,00
01402 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Legislativo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			461.864,00	461.864,00	461.864,00	461.864,00	1.847.456,00
10462 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Legislativo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Subtotal:			**930.570,00**	**930.570,00**	**930.570,00**	**930.570,00**	**3.722.280,00**
121501210100000000	Contribuição do Servidor Civil - Inativo - Plano Financeiro	A	461.865,00	461.865,00	461.865,00	461.865,00	1.847.460,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			461.864,00	461.864,00	461.864,00	461.864,00	1.847.456,00
10462 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Legislativo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Subtotal:			**461.865,00**	**461.865,00**	**461.865,00**	**461.865,00**	**1.847.460,00**
121501210200000000	Contribuição do Servidor Civil - Inativo - Plano Previdenciário	A	468.705,00	468.705,00	468.705,00	468.705,00	1.874.820,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			468.704,00	468.704,00	468.704,00	468.704,00	1.874.816,00
01402 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Legislativo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Subtotal:			**468.705,00**	**468.705,00**	**468.705,00**	**468.705,00**	**1.874.820,00**
121501300000000000	Contribuição do servidor civil - pensionistas	S	16.066,00	16.066,00	16.066,00	16.066,00	64.264,00
121501310000000000	Contribuição do servidor civil - pensionistas - principal	A	16.066,00	16.066,00	16.066,00	16.066,00	64.264,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			15.866,00	15.866,00	15.866,00	15.866,00	63.464,00
Subtotal:			**16.066,00**	**16.066,00**	**16.066,00**	**16.066,00**	**64.264,00**
121501310100000000	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Plano Financeiro	A	15.866,00	15.866,00	15.866,00	15.866,00	63.464,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados	ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo		15.866,00	15.866,00	15.866,00	15.866,00	63.464,00
Subtotal:			**15.866,00**	**15.866,00**	**15.866,00**	**15.866,00**	**63.464,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
121501310200000000	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Plano Previdenciário	A	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
Subtotal:			**200,00**	**200,00**	**200,00**	**200,00**	**800,00**
121501400000000000	Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil ativo	S	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
121501410000000000	Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil ativo - principal	A	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00

Subtotal:			**208,00**	**208,00**	**208,00**	**208,00**	**832,00**
121501410100000000	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Plano Financeiro	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
121501410200000000	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Plano Previdenciário	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
121501500000000000	Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil inativo	S	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
121501510000000000	Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil inativo - principal	A	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
		Subtotal:	**208,00**	**208,00**	**208,00**	**208,00**	**832,00**
121501510100000000	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Plano Financeiro	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
121501510200000000	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Plano Previdenciário	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
130000000000000000	Receita patrimonial	S	40.215.348,30	55.732.397,02	79.728.161,80	106.990.065,31	282.665.972,43
132000000000000000	Valores mobiliários	S	40.215.348,30	55.732.397,02	79.728.161,80	106.990.065,31	282.665.972,43
132100000000000000	Juros e correções monetárias	S	40.214.932,30	55.731.981,02	79.727.745,80	106.989.649,31	282.664.308,43
132104000000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	S	40.214.932,30	55.731.981,02	79.727.745,80	106.989.649,31	282.664.308,43
132104010000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal	S	40.214.932,30	55.731.981,02	79.727.745,80	106.989.649,31	282.664.308,43
132104010100000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	S	36.340.779,58	51.857.828,30	75.853.593,08	103.115.496,59	267.167.697,55
132104010101000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RF 001 Admin	A	82.250,79	82.250,79	82.250,79	82.250,79	329.003,16
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS			82.250,79	82.250,79	82.250,79	82.250,79	329.003,16
Subtotal:			**82.250,79**	**82.250,79**	**82.250,79**	**82.250,79**	**329.003,16**
132104010102000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RF 040 FF	A	111.012,92	111.012,92	111.012,92	111.012,92	444.051,68
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados	ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo		111.012,92	111.012,92	111.012,92	111.012,92	444.051,68
Subtotal:			**111.012,92**	**111.012,92**	**111.012,92**	**111.012,92**	**444.051,68**
132104010103000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social	A	426.086,85	26.086,85	26.086,85	26.086,85	504.347,40
	- RPPS - RF 551 FF						
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)			426.086,85	26.086,85	26.086,85	26.086,85	504.347,40
Subtotal:			**426.086,85**	**26.086,85**	**26.086,85**	**26.086,85**	**504.347,40**
132104010104000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RF 040 FP	A	34.338.834,21	50.255.882,93	74.251.647,71	101.513.551,22	260.359.916,07
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados	ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo		34.338.834,21	50.255.882,93	74.251.647,71	101.513.551,22	260.359.916,07
Subtotal:			**34.338.834,21**	**50.255.882,93**	**74.251.647,71**	**101.513.551,22**	**260.359.916,07**
132104010105000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RF 551 FP	A	1.382.594,81	1.382.594,81	1.382.594,81	1.382.594,81	5.530.379,24
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)			1.382.594,81	1.382.594,81	1.382.594,81	1.382.594,81	5.530.379,24
Subtotal:			**1.382.594,81**	**1.382.594,81**	**1.382.594,81**	**1.382.594,81**	**5.530.379,24**
132104010200000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Variável	S	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	26.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
132104010202000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RV 040 FP	A	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	22.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	22.000,00
Subtotal:			**5.500,00**	**5.500,00**	**5.500,00**	**5.500,00**	**22.000,00**
132104010203000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RV - Art. 8º	A	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)			1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Subtotal:			**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**4.000,00**
132104010300000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Fundo Imobiliário	S	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
132104010303000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RV - FI 11º	A	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)			1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		Subtotal:	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**4.000,00**
132104010400000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Exterior	S	3.866.652,72	3.866.652,72	3.866.652,72	3.866.652,72	15.466.610,88
132104010401000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Ext 040 FF	A	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados	ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Subtotal:			**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**4.000,00**
132104010402000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Ext 040 FP	A	3.865.652,72	3.865.652,72	3.865.652,72	3.865.652,72	15.462.610,88
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			3.865.652,72	3.865.652,72	3.865.652,72	3.865.652,72	15.462.610,88
Subtotal:			**3.865.652,72**	**3.865.652,72**	**3.865.652,72**	**3.865.652,72**	**15.462.610,88**
132200000000000000	Dividendos	S	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
132201000000000000	Dividendos	S	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
132201010000000000	Dividendos - principal	S	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
132201010100000000	Dividendos 040 FF	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados	ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo		104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
132201010200000000	Dividendos 040 FP	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
132300000000000000	Participações	S	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
132301000000000000	Participações	S	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
132301010000000000	Participações - principal	S	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
132301010100000000	Participações 040 FF	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
	Vinculo		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
132301010200000000	Participações 040 FP	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
160000000000000000	Receita de serviços	S	5.542.245,92	5.628.245,92	5.643.245,92	5.658.245,92	22.471.983,68
161000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	S	5.542.245,92	5.628.245,92	5.643.245,92	5.658.245,92	22.471.983,68
161100000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	S	5.542.245,92	5.628.245,92	5.643.245,92	5.658.245,92	22.471.983,68
161102000000000000	Inscrição em concursos e processos seletivos	S	11.030,00	11.030,00	11.030,00	11.030,00	44.120,00
161102010000000000	Inscrição em concursos e processos seletivos - principal	A	11.030,00	11.030,00	11.030,00	11.030,00	44.120,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			11.030,00	11.030,00	11.030,00	11.030,00	44.120,00
Subtotal:			**11.030,00**	**11.030,00**	**11.030,00**	**11.030,00**	**44.120,00**
161150000000000000	Serviços de administração previdenciária	S	5.531.215,92	5.617.215,92	5.632.215,92	5.647.215,92	22.427.863,68
161150100000000000	Taxa de administração do RPPS	S	5.531.215,92	5.617.215,92	5.632.215,92	5.647.215,92	22.427.863,68
161150110000000000	Taxa de administração do RPPS - principal	A	5.531.215,92	5.617.215,92	5.632.215,92	5.647.215,92	22.427.863,68
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS			5.531.215,92	5.617.215,92	5.632.215,92	5.647.215,92	22.427.863,68
Subtotal:			**5.531.215,92**	**5.617.215,92**	**5.632.215,92**	**5.647.215,92**	**22.427.863,68**
190000000000000000	Outras receitas correntes	S	37.797.492,72	37.479.044,47	37.230.126,43	36.931.274,59	149.437.938,21
192000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	S	3.816,90	3.816,90	3.816,90	3.816,90	15.267,60
192200000000000000	Restituições	S	3.816,90	3.816,90	3.816,90	3.816,90	15.267,60
192299000000000000	Outras restituições	S	3.816,90	3.816,90	3.816,90	3.816,90	15.267,60
192299010000000000	Outras restituições - principal	S	3.816,90	3.816,90	3.816,90	3.816,90	15.267,60
192299019900000000	Restituições diversas - principal	S	3.816,90	3.816,90	3.816,90	3.816,90	15.267,60
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
192299019901000000	Outras Restituições FF	A	518,00	518,00	518,00	518,00	2.072,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			518,00	518,00	518,00	518,00	2.072,00
Subtotal:			**518,00**	**518,00**	**518,00**	**518,00**	**2.072,00**
192299019902000000	Outras Restituições FP	A	3.298,90	3.298,90	3.298,90	3.298,90	13.195,60
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			3.298,90	3.298,90	3.298,90	3.298,90	13.195,60
Subtotal:			**3.298,90**	**3.298,90**	**3.298,90**	**3.298,90**	**13.195,60**
199000000000000000	Demais receitas correntes	S	37.793.675,82	37.475.227,57	37.226.309,53	36.927.457,69	149.422.670,61
199900000000000000	Outras receitas correntes	S	37.793.675,82	37.475.227,57	37.226.309,53	36.927.457,69	149.422.670,61
199901000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do regimes próprios de previdência e sistema de proteção social	S	34.360.675,82	34.042.227,57	33.793.309,53	33.494.457,69	135.690.670,61
199901010000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do regimes próprios de previdência e sistema de proteção social - principal	A	34.360.675,82	34.042.227,57	33.793.309,53	33.494.457,69	135.690.670,61
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			34.360.675,82	34.042.227,57	33.793.309,53	33.494.457,69	135.690.670,61
		Subtotal:	**34.360.675,82**	**34.042.227,57**	**33.793.309,53**	**33.494.457,69**	**135.690.670,61**
199903000000000000	Compensações financeiras entre os regimes de previdência	S	3.432.000,00	3.432.000,00	3.432.000,00	3.432.000,00	13.728.000,00
199903010000000000	Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência e sistema de proteção social - principal	A	3.432.000,00	3.432.000,00	3.432.000,00	3.432.000,00	13.728.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)			3.094.000,00	3.094.000,00	3.094.000,00	3.094.000,00	12.376.000,00
11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)			338.000,00	338.000,00	338.000,00	338.000,00	1.352.000,00
Subtotal:			**3.432.000,00**	**3.432.000,00**	**3.432.000,00**	**3.432.000,00**	**13.728.000,00**
199903010100000000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o RPPS 551 FF	A	338.000,00	338.000,00	338.000,00	338.000,00	1.352.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)			338.000,00	338.000,00	338.000,00	338.000,00	1.352.000,00
Subtotal:			**338.000,00**	**338.000,00**	**338.000,00**	**338.000,00**	**1.352.000,00**
199903010200000000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o RPPS 551 FP	A	3.094.000,00	3.094.000,00	3.094.000,00	3.094.000,00	12.376.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)			3.094.000,00	3.094.000,00	3.094.000,00	3.094.000,00	12.376.000,00
Subtotal:			**3.094.000,00**	**3.094.000,00**	**3.094.000,00**	**3.094.000,00**	**12.376.000,00**
199912000000000000	Encargos legais pela inscrição em dívida ativa e receitas de ônus de sucumbência	S	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
199912200000000000	Ônus de sucumbência	S	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
199912210000000000	Ônus de sucumbência - principal	A	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Subtotal:			**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**4.000,00**
700000000000000000	Receitas correntes	S	35.929.107,00	35.943.107,00	35.957.107,00	35.971.107,00	143.800.428,00
720000000000000000	Contribuições	S	35.929.107,00	35.943.107,00	35.957.107,00	35.971.107,00	143.800.428,00
721000000000000000	Contribuições sociais	S	35.929.107,00	35.943.107,00	35.957.107,00	35.971.107,00	143.800.428,00
721500000000000000	Contribuições para regimes próprios de previdência e sistema de proteção social	S	35.929.107,00	35.943.107,00	35.957.107,00	35.971.107,00	143.800.428,00
721502000000000000	Contribuição patronal - servidor civil	S	35.929.107,00	35.943.107,00	35.957.107,00	35.971.107,00	143.800.428,00
721502100000000000	Contribuição patronal - servidor civil ativo	S	35.928.899,00	35.942.899,00	35.956.899,00	35.970.899,00	143.799.596,00
721502110000000000	Contribuição patronal - servidor civil ativo - principal	A	35.928.795,00	35.942.795,00	35.956.795,00	35.970.795,00	143.799.180,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			17.550.000,00	17.569.000,00	17.588.000,00	17.607.000,00	70.314.000,00
01402 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Legislativo			302.633,00	303.633,00	304.633,00	305.633,00	1.216.532,00
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			17.992.000,00	17.986.500,00	17.981.000,00	17.975.500,00	71.935.000,00
10462 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Legislativo			84.162,00	83.662,00	83.162,00	82.662,00	333.648,00
Subtotal:			**35.928.795,00**	**35.942.795,00**	**35.956.795,00**	**35.970.795,00**	**143.799.180,00**
721502110100000000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Plano Financeiro	A	18.076.162,00	18.070.162,00	18.064.162,00	18.058.162,00	72.268.648,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			17.992.000,00	17.986.500,00	17.981.000,00	17.975.500,00	71.935.000,00

10462 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Legislativo			84.162,00	83.662,00	83.162,00	82.662,00	333.648,00
Subtotal:			**18.076.162,00**	**18.070.162,00**	**18.064.162,00**	**18.058.162,00**	**72.268.648,00**
7215021102000000000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Plano Previdenciário	A	17.852.633,00	17.872.633,00	17.892.633,00	17.912.633,00	71.530.532,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			17.550.000,00	17.569.000,00	17.588.000,00	17.607.000,00	70.314.000,00
01402 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Legislativo			302.633,00	303.633,00	304.633,00	305.633,00	1.216.532,00
Subtotal:			**17.852.633,00**	**17.872.633,00**	**17.892.633,00**	**17.912.633,00**	**71.530.532,00**
7215021200000000000	Contribuição patronal - servidor civil ativo - multas e juros	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			103,00	103,00	103,00	103,00	412,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
7215021201000000000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Plano Financeiro	A	103,00	103,00	103,00	103,00	412,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			103,00	103,00	103,00	103,00	412,00
Subtotal:			**103,00**	**103,00**	**103,00**	**103,00**	**412,00**
7215021202000000000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Plano Previdenciário	A	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
Subtotal:			**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**4,00**
7215022000000000000	Contribuição patronal oriunda de sentenças judiciais - patronal - servidor civil ativo	S	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
7215022100000000000	Contribuição patronal oriunda de sentenças judiciais - patronal - servidor civil ativo - principal	A	208,00	208,00	208,00	208,00	832,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**208,00**	**208,00**	**208,00**	**208,00**	**832,00**
7215022101000000000	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Plano Financeiro	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
7215022102000000000	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Plano Previdenciário	A	104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo			104,00	104,00	104,00	104,00	416,00
Subtotal:			**104,00**	**104,00**	**104,00**	**104,00**	**416,00**
Total:			**152.871.923,94**	**168.185.524,41**	**191.976.371,15**	**218.983.422,82**	**732.017.242,32**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: .							

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:00B8D0D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1881/2025 PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029 – ANEXO 1 – RECEITAS DO PPA POR ANO EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE COLOMBO							
Planejamento e Orçamento							
Receitas do PPA por Ano - Agrupado por Conta Dedução -							
Entidade(s): MUNICÍPIO DE COLOMBO							
Ano PPA: 2026 - 2029 (1) Grau a listar: 10							
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
100000000000000000	Receitas correntes	S	898.374.900,00	966.393.700,00	1.039.762.900,00	1.115.971.900,00	4.020.503.400,00
110000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	S	234.941.700,00	247.454.700,00	260.160.700,00	270.148.700,00	1.012.705.800,00
111000000000000000	Impostos	S	197.682.000,00	208.935.000,00	220.422.000,00	229.257.000,00	856.296.000,00
111200000000000000	Impostos sobre o patrimônio	S	88.809.000,00	95.167.000,00	101.815.000,00	105.561.000,00	391.352.000,00
111250000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	S	73.708.000,00	79.574.000,00	85.753.000,00	89.016.000,00	328.051.000,00
111250010000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	A	57.835.000,00	63.184.000,00	68.871.000,00	71.626.000,00	261.516.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			34.701.000,00	37.910.400,00	41.322.600,00	42.975.600,00	156.909.600,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			14.458.750,00	15.796.000,00	17.217.750,00	17.906.500,00	65.379.000,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			8.675.250,00	9.477.600,00	10.330.650,00	10.743.900,00	39.227.400,00
Subtotal:			**57.835.000,00**	**63.184.000,00**	**68.871.000,00**	**71.626.000,00**	**261.516.000,00**
111250010000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	A	(30.000,00)	(30.000,00)	(30.000,00)	(30.000,00)	(120.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			(18.000,00)	(18.000,00)	(18.000,00)	(18.000,00)	(72.000,00)
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			(7.500,00)	(7.500,00)	(7.500,00)	(7.500,00)	(30.000,00)
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			(4.500,00)	(4.500,00)	(4.500,00)	(4.500,00)	(18.000,00)
Subtotal:			**(30.000,00)**	**(30.000,00)**	**(30.000,00)**	**(30.000,00)**	**(120.000,00)**
111250010000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Restituições	A	(30.000,00)	(30.000,00)	(30.000,00)	(30.000,00)	(120.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			(18.000,00)	(18.000,00)	(18.000,00)	(18.000,00)	(72.000,00)
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			(7.500,00)	(7.500,00)	(7.500,00)	(7.500,00)	(30.000,00)
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			(4.500,00)	(4.500,00)	(4.500,00)	(4.500,00)	(18.000,00)
Subtotal:			**(30.000,00)**	**(30.000,00)**	**(30.000,00)**	**(30.000,00)**	**(120.000,00)**
111250020000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	A	393.000,00	406.000,00	418.000,00	431.000,00	1.648.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			235.800,00	243.600,00	250.800,00	258.600,00	988.800,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			98.250,00	101.500,00	104.500,00	107.750,00	412.000,00

01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			58.950,00	60.900,00	62.700,00	64.650,00	247.200,00
Subtotal:			**393.000,00**	**406.000,00**	**418.000,00**	**431.000,00**	**1.648.000,00**
111250030000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	A	10.328.000,00	10.663.000,00	10.983.000,00	11.313.000,00	43.287.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			6.196.800,00	6.397.800,00	6.589.800,00	6.787.800,00	25.972.200,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			2.582.000,00	2.665.750,00	2.745.750,00	2.828.250,00	10.821.750,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			1.549.200,00	1.599.450,00	1.647.450,00	1.696.950,00	6.493.050,00
Subtotal:			**10.328.000,00**	**10.663.000,00**	**10.983.000,00**	**11.313.000,00**	**43.287.000,00**

Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
111250040000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	A	5.182.000,00	5.351.000,00	5.511.000,00	5.676.000,00	21.720.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			3.109.200,00	3.210.600,00	3.306.600,00	3.405.600,00	13.032.000,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			1.295.500,00	1.337.750,00	1.377.750,00	1.419.000,00	5.430.000,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			777.300,00	802.650,00	826.650,00	851.400,00	3.258.000,00
Subtotal:			**5.182.000,00**	**5.351.000,00**	**5.511.000,00**	**5.676.000,00**	**21.720.000,00**
111253000000000000	Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	S	15.101.000,00	15.593.000,00	16.062.000,00	16.545.000,00	63.301.000,00
111253010000000000	Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	A	15.146.000,00	15.638.000,00	16.107.000,00	16.590.000,00	63.481.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			9.087.600,00	9.382.800,00	9.664.200,00	9.954.000,00	38.088.600,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			3.786.500,00	3.909.500,00	4.026.750,00	4.147.500,00	15.870.250,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			2.271.900,00	2.345.700,00	2.416.050,00	2.488.500,00	9.522.150,00
Subtotal:			**15.146.000,00**	**15.638.000,00**	**16.107.000,00**	**16.590.000,00**	**63.481.000,00**
111253010000000000	Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	A	(45.000,00)	(45.000,00)	(45.000,00)	(45.000,00)	(180.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			(27.000,00)	(27.000,00)	(27.000,00)	(27.000,00)	(108.000,00)
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			(11.250,00)	(11.250,00)	(11.250,00)	(11.250,00)	(45.000,00)
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			(6.750,00)	(6.750,00)	(6.750,00)	(6.750,00)	(27.000,00)
Subtotal:			**(45.000,00)**	**(45.000,00)**	**(45.000,00)**	**(45.000,00)**	**(180.000,00)**
111253010000000000	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal - Restituições	A	(45.000,00)	(45.000,00)	(45.000,00)	(45.000,00)	(180.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			(27.000,00)	(27.000,00)	(27.000,00)	(27.000,00)	(108.000,00)
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			(11.250,00)	(11.250,00)	(11.250,00)	(11.250,00)	(45.000,00)
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			(6.750,00)	(6.750,00)	(6.750,00)	(6.750,00)	(27.000,00)
Subtotal:			**(45.000,00)**	**(45.000,00)**	**(45.000,00)**	**(45.000,00)**	**(180.000,00)**
111300000000000000	Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	S	48.624.000,00	50.413.000,00	52.143.000,00	53.968.000,00	205.148.000,00
111303000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte	S	48.624.000,00	50.413.000,00	52.143.000,00	53.968.000,00	205.148.000,00
111303100000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	S	41.867.000,00	43.436.000,00	44.957.000,00	46.530.000,00	176.790.000,00
111303110000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	S	41.867.000,00	43.436.000,00	44.957.000,00	46.530.000,00	176.790.000,00

Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
111303110100000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - poder executivo	A	39.689.000,00	41.177.000,00	42.618.000,00	44.110.000,00	167.594.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			23.813.400,00	24.706.200,00	25.570.800,00	26.466.000,00	100.556.400,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			9.922.250,00	10.294.250,00	10.654.500,00	11.027.500,00	41.898.500,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			5.953.350,00	6.176.550,00	6.392.700,00	6.616.500,00	25.139.100,00
Subtotal:			**39.689.000,00**	**41.177.000,00**	**42.618.000,00**	**44.110.000,00**	**167.594.000,00**
111303110200000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - poder legislativo	A	2.178.000,00	2.259.000,00	2.339.000,00	2.420.000,00	9.196.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			1.306.800,00	1.355.400,00	1.403.400,00	1.452.000,00	5.517.600,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			544.500,00	564.750,00	584.750,00	605.000,00	2.299.000,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			326.700,00	338.850,00	350.850,00	363.000,00	1.379.400,00
Subtotal:			**2.178.000,00**	**2.259.000,00**	**2.339.000,00**	**2.420.000,00**	**9.196.000,00**
111303400000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos	S	6.757.000,00	6.977.000,00	7.186.000,00	7.438.000,00	28.358.000,00
111303410000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	S	6.757.000,00	6.977.000,00	7.186.000,00	7.438.000,00	28.358.000,00
111303410100000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - poder executivo - principal	S	6.757.000,00	6.977.000,00	7.186.000,00	7.438.000,00	28.358.000,00
111303410101000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - poder executivo	A	6.757.000,00	6.977.000,00	7.186.000,00	7.438.000,00	28.358.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			4.054.200,00	4.186.200,00	4.311.600,00	4.462.800,00	17.014.800,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			1.689.250,00	1.744.250,00	1.796.500,00	1.859.500,00	7.089.500,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			1.013.550,00	1.046.550,00	1.077.900,00	1.115.700,00	4.253.700,00
Subtotal:			**6.757.000,00**	**6.977.000,00**	**7.186.000,00**	**7.438.000,00**	**28.358.000,00**
111400000000000000	Impostos sobre a produção e circulação de mercadorias e serviços	S	60.249.000,00	63.355.000,00	66.464.000,00	69.728.000,00	259.796.000,00
111451000000000000	Impostos sobre serviços	S	60.249.000,00	63.355.000,00	66.464.000,00	69.728.000,00	259.796.000,00
111451100000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn	S	60.249.000,00	63.355.000,00	66.464.000,00	69.728.000,00	259.796.000,00
111451110000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - principal	A	57.400.000,00	60.414.000,00	63.434.000,00	66.606.000,00	247.854.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			34.440.000,00	36.248.400,00	38.060.400,00	39.963.600,00	148.712.400,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			14.350.000,00	15.103.500,00	15.858.500,00	16.651.500,00	61.963.500,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			8.610.000,00	9.062.100,00	9.515.100,00	9.990.900,00	37.178.100,00
Subtotal:			**57.400.000,00**	**60.414.000,00**	**63.434.000,00**	**66.606.000,00**	**247.854.000,00**

111451110000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - principal	A	(10.000,00)	(10.000,00)	(10.000,00)	(10.000,00)	(40.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			(6.000,00)	(6.000,00)	(6.000,00)	(6.000,00)	(24.000,00)
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			(2.500,00)	(2.500,00)	(2.500,00)	(2.500,00)	(10.000,00)
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			(1.500,00)	(1.500,00)	(1.500,00)	(1.500,00)	(6.000,00)
Subtotal:			**(10.000,00)**	**(10.000,00)**	**(10.000,00)**	**(10.000,00)**	**(40.000,00)**

Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
111451110000000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal - Restituições	A	(10.000,00)	(10.000,00)	(10.000,00)	(10.000,00)	(40.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			(6.000,00)	(6.000,00)	(6.000,00)	(6.000,00)	(24.000,00)
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			(2.500,00)	(2.500,00)	(2.500,00)	(2.500,00)	(10.000,00)
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			(1.500,00)	(1.500,00)	(1.500,00)	(1.500,00)	(6.000,00)
Subtotal:			**(10.000,00)**	**(10.000,00)**	**(10.000,00)**	**(10.000,00)**	**(40.000,00)**
111451120000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - multas e juros	A	833.000,00	860.000,00	886.000,00	913.000,00	3.492.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			499.800,00	516.000,00	531.600,00	547.800,00	2.095.200,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			208.250,00	215.000,00	221.500,00	228.250,00	873.000,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			124.950,00	129.000,00	132.900,00	136.950,00	523.800,00
Subtotal:			**833.000,00**	**860.000,00**	**886.000,00**	**913.000,00**	**3.492.000,00**
111451130000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - dívida ativa	A	1.372.000,00	1.416.000,00	1.459.000,00	1.503.000,00	5.750.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			823.200,00	849.600,00	875.400,00	901.800,00	3.450.000,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			343.000,00	354.000,00	364.750,00	375.750,00	1.437.500,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			205.800,00	212.400,00	218.850,00	225.450,00	862.500,00
Subtotal:			**1.372.000,00**	**1.416.000,00**	**1.459.000,00**	**1.503.000,00**	**5.750.000,00**
111451140000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - dívida ativa - multas e juros	A	654.000,00	675.000,00	695.000,00	716.000,00	2.740.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			392.400,00	405.000,00	417.000,00	429.600,00	1.644.000,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			163.500,00	168.750,00	173.750,00	179.000,00	685.000,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			98.100,00	101.250,00	104.250,00	107.400,00	411.000,00
Subtotal:			**654.000,00**	**675.000,00**	**695.000,00**	**716.000,00**	**2.740.000,00**
112000000000000000	Taxas	S	35.000.700,00	36.260.700,00	37.479.700,00	38.632.700,00	147.373.800,00
112100000000000000	Taxas pelo exercício do poder de polícia	S	7.607.500,00	7.976.500,00	8.348.500,00	8.625.500,00	32.558.000,00
112101000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	S	4.786.500,00	5.042.500,00	5.298.500,00	5.457.500,00	20.585.000,00
112101010000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	A	3.739.000,00	3.963.000,00	4.201.000,00	4.327.000,00	16.230.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			3.739.000,00	3.963.000,00	4.201.000,00	4.327.000,00	16.230.000,00
Subtotal:			**3.739.000,00**	**3.963.000,00**	**4.201.000,00**	**4.327.000,00**	**16.230.000,00**
112101010000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	A	(500,00)	(500,00)	(500,00)	(500,00)	(2.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			(500,00)	(500,00)	(500,00)	(500,00)	(2.000,00)
Subtotal:			**(500,00)**	**(500,00)**	**(500,00)**	**(500,00)**	**(2.000,00)**

Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
112101010100000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - OUTRAS - Principal	A	3.734.000,00	3.958.000,00	4.196.000,00	4.322.000,00	16.210.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			3.734.000,00	3.958.000,00	4.196.000,00	4.322.000,00	16.210.000,00
Subtotal:			**3.734.000,00**	**3.958.000,00**	**4.196.000,00**	**4.322.000,00**	**16.210.000,00**
112101010100000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal - Outras - Restituição	A	(500,00)	(500,00)	(500,00)	(500,00)	(2.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			(500,00)	(500,00)	(500,00)	(500,00)	(2.000,00)
Subtotal:			**(500,00)**	**(500,00)**	**(500,00)**	**(500,00)**	**(2.000,00)**
112101010200000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - SIM/POA - Principal	A	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Subtotal:			**5.000,00**	**5.000,00**	**5.000,00**	**5.000,00**	**20.000,00**
112101020000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	A	81.000,00	83.000,00	86.000,00	89.000,00	339.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			81.000,00	83.000,00	86.000,00	89.000,00	339.000,00
Subtotal:			**81.000,00**	**83.000,00**	**86.000,00**	**89.000,00**	**339.000,00**
112101020100000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - OUTRAS - Multas e Juros	A	81.000,00	83.000,00	86.000,00	89.000,00	339.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			81.000,00	83.000,00	86.000,00	89.000,00	339.000,00
Subtotal:			**81.000,00**	**83.000,00**	**86.000,00**	**89.000,00**	**339.000,00**
112101030000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	A	680.000,00	701.000,00	707.000,00	728.000,00	2.816.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia 01515 - FUNREBOM			665.000,00 15.000,00	686.000,00 15.000,00	707.000,00	728.000,00	2.786.000,00 30.000,00
Subtotal:			**680.000,00**	**701.000,00**	**707.000,00**	**728.000,00**	**2.816.000,00**
112101030100000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - OUTRAS - Dívida Ativa	A	665.000,00	686.000,00	707.000,00	728.000,00	2.786.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			665.000,00	686.000,00	707.000,00	728.000,00	2.786.000,00
Subtotal:			**665.000,00**	**686.000,00**	**707.000,00**	**728.000,00**	**2.786.000,00**
112101030300000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - FUNREBOM -	A	15.000,00	15.000,00			30.000,00

	Dívida Ativa						
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01515 - FUNREBOM			15.000,00	15.000,00			30.000,00
Subtotal:			**15.000,00**	**15.000,00**			**30.000,00**

Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
1121010400000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	A	287.000,00	296.000,00	305.000,00	314.000,00	1.202.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			287.000,00	296.000,00	305.000,00	314.000,00	1.202.000,00
Subtotal:			**287.000,00**	**296.000,00**	**305.000,00**	**314.000,00**	**1.202.000,00**
1121010401000000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - OUTRAS - Dívida Ativa - Multas e Juros	A	287.000,00	296.000,00	305.000,00	314.000,00	1.202.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			287.000,00	296.000,00	305.000,00	314.000,00	1.202.000,00
Subtotal:			**287.000,00**	**296.000,00**	**305.000,00**	**314.000,00**	**1.202.000,00**
1121500000000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária	S	2.821.000,00	2.934.000,00	3.050.000,00	3.168.000,00	11.973.000,00
1121500100000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - principal	A	2.220.000,00	2.314.000,00	2.407.000,00	2.503.000,00	9.444.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			2.220.000,00	2.314.000,00	2.407.000,00	2.503.000,00	9.444.000,00
Subtotal:			**2.220.000,00**	**2.314.000,00**	**2.407.000,00**	**2.503.000,00**	**9.444.000,00**
1121500200000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	A	45.000,00	46.000,00	48.000,00	50.000,00	189.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			45.000,00	46.000,00	48.000,00	50.000,00	189.000,00
Subtotal:			**45.000,00**	**46.000,00**	**48.000,00**	**50.000,00**	**189.000,00**
1121500300000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	A	385.000,00	398.000,00	412.000,00	426.000,00	1.621.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			385.000,00	398.000,00	412.000,00	426.000,00	1.621.000,00
Subtotal:			**385.000,00**	**398.000,00**	**412.000,00**	**426.000,00**	**1.621.000,00**
1121500400000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa - multas e juros	A	171.000,00	176.000,00	183.000,00	189.000,00	719.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			171.000,00	176.000,00	183.000,00	189.000,00	719.000,00
Subtotal:			**171.000,00**	**176.000,00**	**183.000,00**	**189.000,00**	**719.000,00**
1122000000000000000	Taxas pela prestação de serviços	S	27.393.200,00	28.284.200,00	29.131.200,00	30.007.200,00	114.815.800,00
1122010000000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral	S	349.700,00	360.700,00	370.700,00	382.700,00	1.463.800,00
1122010100000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral - principal	A	62.100,00	64.100,00	66.100,00	68.100,00	260.400,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			62.100,00	64.100,00	66.100,00	68.100,00	260.400,00
Subtotal:			**62.100,00**	**64.100,00**	**66.100,00**	**68.100,00**	**260.400,00**

Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
1122010102000000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - OUTRAS - Principal	A	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Subtotal:			**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**400,00**
1122010103000000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - TX. EXPEDIENTE - Principal	A	62.000,00	64.000,00	66.000,00	68.000,00	260.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			62.000,00	64.000,00	66.000,00	68.000,00	260.000,00
Subtotal:			**62.000,00**	**64.000,00**	**66.000,00**	**68.000,00**	**260.000,00**
1122010200000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral - multas e juros	A	600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
Subtotal:			**600,00**	**600,00**	**600,00**	**600,00**	**2.400,00**
1122010202000000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - OUTRAS - Multas e Juros	A	100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
Subtotal:			**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**400,00**
1122010203000000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - TX. EXPEDIENTE - Multas e Juros	A	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Subtotal:			**500,00**	**500,00**	**500,00**	**500,00**	**2.000,00**
1122010300000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral - dívida ativa	A	84.000,00	86.000,00	89.000,00	92.000,00	351.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			84.000,00	86.000,00	89.000,00	92.000,00	351.000,00
Subtotal:			**84.000,00**	**86.000,00**	**89.000,00**	**92.000,00**	**351.000,00**
1122010302000000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - OUTRAS - Dívida Ativa	A	59.000,00	61.000,00	63.000,00	65.000,00	248.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			59.000,00	61.000,00	63.000,00	65.000,00	248.000,00
Subtotal:			**59.000,00**	**61.000,00**	**63.000,00**	**65.000,00**	**248.000,00**
1122010303000000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - TX. EXPEDIENTE - Dívida Ativa	A	25.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	103.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			25.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	103.000,00
Subtotal:			**25.000,00**	**25.000,00**	**26.000,00**	**27.000,00**	**103.000,00**

Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
1122010400000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral - dívida ativa - multas e juros	A	203.000,00	210.000,00	215.000,00	222.000,00	850.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**

01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			203.000,00	210.000,00	215.000,00	222.000,00	850.000,00
Subtotal:			**203.000,00**	**210.000,00**	**215.000,00**	**222.000,00**	**850.000,00**
112201040200000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - OUTRAS - Dívida Ativa - Multas e Juros	A	115.000,00	119.000,00	122.000,00	126.000,00	482.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			115.000,00	119.000,00	122.000,00	126.000,00	482.000,00
Subtotal:			**115.000,00**	**119.000,00**	**122.000,00**	**126.000,00**	**482.000,00**
112201040300000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - TX. EXPEDIENTE - Dívida Ativa - Multas e Juros	A	88.000,00	91.000,00	93.000,00	96.000,00	368.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			88.000,00	91.000,00	93.000,00	96.000,00	368.000,00
Subtotal:			**88.000,00**	**91.000,00**	**93.000,00**	**96.000,00**	**368.000,00**
112253000000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.	S	27.043.500,00	27.923.500,00	28.760.500,00	29.624.500,00	113.352.000,00
112253010000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - principal	A	26.702.000,00	27.570.000,00	28.397.000,00	29.249.000,00	111.918.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			26.702.000,00	27.570.000,00	28.397.000,00	29.249.000,00	111.918.000,00
Subtotal:			**26.702.000,00**	**27.570.000,00**	**28.397.000,00**	**29.249.000,00**	**111.918.000,00**
112253010000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - principal	A	(500,00)	(500,00)	(500,00)	(500,00)	(2.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			(500,00)	(500,00)	(500,00)	(500,00)	(2.000,00)
Subtotal:			**(500,00)**	**(500,00)**	**(500,00)**	**(500,00)**	**(2.000,00)**
112253020000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - multas e juros	A	175.000,00	181.000,00	186.000,00	192.000,00	734.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			175.000,00	181.000,00	186.000,00	192.000,00	734.000,00
Subtotal:			**175.000,00**	**181.000,00**	**186.000,00**	**192.000,00**	**734.000,00**
112253030000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - divida ativa	A	91.000,00	94.000,00	97.000,00	100.000,00	382.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			91.000,00	94.000,00	97.000,00	100.000,00	382.000,00
Subtotal:			**91.000,00**	**94.000,00**	**97.000,00**	**100.000,00**	**382.000,00**

Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
112253040000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - dívida ativa - multas e juros	A	76.000,00	79.000,00	81.000,00	84.000,00	320.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			76.000,00	79.000,00	81.000,00	84.000,00	320.000,00
Subtotal:			**76.000,00**	**79.000,00**	**81.000,00**	**84.000,00**	**320.000,00**
113000000000000000	Contribuição de melhoria	S	2.259.000,00	2.259.000,00	2.259.000,00	2.259.000,00	9.036.000,00
113100000000000000	Contribuição de melhoria	S	2.259.000,00	2.259.000,00	2.259.000,00	2.259.000,00	9.036.000,00
113153000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	S	2.259.000,00	2.259.000,00	2.259.000,00	2.259.000,00	9.036.000,00
113153010000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	A	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	8.000.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	8.000.000,00
Subtotal:			**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**8.000.000,00**
113153010000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	A	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(4.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(4.000,00)
Subtotal:			**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(4.000,00)**
113153010000000000	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal - Restituições	A	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(4.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(4.000,00)
Subtotal:			**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(4.000,00)**
113153020000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - multas e juros	A	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Subtotal:			**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**40.000,00**
113153030000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - dívida ativa	A	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
Subtotal:			**100.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**	**400.000,00**
113153040000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - dívida ativa - multas e juros	A	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
Subtotal:			**150.000,00**	**150.000,00**	**150.000,00**	**150.000,00**	**600.000,00**

Conta	Descrição Conta	Tipo	2026	2027	2028	2029	Total
120000000000000000	Contribuições	S	14.358.000,00	14.583.000,00	14.808.000,00	15.038.000,00	58.787.000,00
124000000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	S	14.358.000,00	14.583.000,00	14.808.000,00	15.038.000,00	58.787.000,00
124100000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	S	14.358.000,00	14.583.000,00	14.808.000,00	15.038.000,00	58.787.000,00
124150000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	S	14.358.000,00	14.583.000,00	14.808.000,00	15.038.000,00	58.787.000,00
124150010000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	A	13.879.000,00	14.088.000,00	14.299.000,00	14.514.000,00	56.780.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			13.879.000,00	14.088.000,00	14.299.000,00	14.514.000,00	56.780.000,00
Subtotal:			**13.879.000,00**	**14.088.000,00**	**14.299.000,00**	**14.514.000,00**	**56.780.000,00**
124150010000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	A	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(4.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(4.000,00)
Subtotal:			**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(4.000,00)**
124150010100000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - na Fatura de Energia Elétrica - Principal	A	12.579.000,00	12.768.000,00	12.959.000,00	13.154.000,00	51.460.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			12.579.000,00	12.768.000,00	12.959.000,00	13.154.000,00	51.460.000,00
Subtotal:			**12.579.000,00**	**12.768.000,00**	**12.959.000,00**	**13.154.000,00**	**51.460.000,00**
124150010200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Principal	A	1.300.000,00	1.320.000,00	1.340.000,00	1.360.000,00	5.320.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			1.300.000,00	1.320.000,00	1.340.000,00	1.360.000,00	5.320.000,00
Subtotal:			**1.300.000,00**	**1.320.000,00**	**1.340.000,00**	**1.360.000,00**	**5.320.000,00**
124150010200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Principal - Restituições	A	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(4.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)	(4.000,00)
Subtotal:			**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(1.000,00)**	**(4.000,00)**
124150020000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - multas e juros	A	10.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	43.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			10.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	43.000,00
Subtotal:			**10.000,00**	**11.000,00**	**11.000,00**	**11.000,00**	**43.000,00**
124150020200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Multas e Juros	A	10.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	43.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			10.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	43.000,00
Subtotal:			**10.000,00**	**11.000,00**	**11.000,00**	**11.000,00**	**43.000,00**

Conta	Descrição Conta	Tipo	2026	2027	2028	2029	Total
124150030000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - dívida ativa	A	289.000,00	298.000,00	307.000,00	316.000,00	1.210.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			289.000,00	298.000,00	307.000,00	316.000,00	1.210.000,00
Subtotal:			**289.000,00**	**298.000,00**	**307.000,00**	**316.000,00**	**1.210.000,00**
124150030200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Dívida Ativa	A	289.000,00	298.000,00	307.000,00	316.000,00	1.210.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			289.000,00	298.000,00	307.000,00	316.000,00	1.210.000,00
Subtotal:			**289.000,00**	**298.000,00**	**307.000,00**	**316.000,00**	**1.210.000,00**
124150040000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - dívida ativa - multas e juros	A	181.000,00	187.000,00	192.000,00	198.000,00	758.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			181.000,00	187.000,00	192.000,00	198.000,00	758.000,00
Subtotal:			**181.000,00**	**187.000,00**	**192.000,00**	**198.000,00**	**758.000,00**
124150040200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros	A	181.000,00	187.000,00	192.000,00	198.000,00	758.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF			181.000,00	187.000,00	192.000,00	198.000,00	758.000,00
Subtotal:			**181.000,00**	**187.000,00**	**192.000,00**	**198.000,00**	**758.000,00**
130000000000000000	Receita patrimonial	S	16.286.500,00	17.327.500,00	18.367.500,00	19.408.500,00	71.390.000,00
131000000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado	S	107.500,00	110.500,00	114.500,00	117.500,00	450.000,00
131100000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado	S	107.500,00	110.500,00	114.500,00	117.500,00	450.000,00
131101000000000000	Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, tarifas de ocupação	S	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	22.000,00
131101100000000000	Aluguéis e arrendamentos	S	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	22.000,00
131101110000000000	Aluguéis e arrendamentos - principal	A	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	22.000,00
	Vinculo		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	22.000,00
Subtotal:			**5.500,00**	**5.500,00**	**5.500,00**	**5.500,00**	**22.000,00**
131101110100000000	Aluguel de Centros Esportivos - Principal	A	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Subtotal:			**500,00**	**500,00**	**500,00**	**500,00**	**2.000,00**
131101110200000000	Aluguel do Pavilhão de Eventos - Principal	A	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Subtotal:			**5.000,00**	**5.000,00**	**5.000,00**	**5.000,00**	**20.000,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
131102000000000000	Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos	S	102.000,00	105.000,00	109.000,00	112.000,00	428.000,00
131102010000000000	Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos - principal	A	102.000,00	105.000,00	109.000,00	112.000,00	428.000,00

Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			102.000,00	105.000,00	109.000,00	112.000,00	428.000,00
		Subtotal:	**102.000,00**	**105.000,00**	**109.000,00**	**112.000,00**	**428.000,00**
132000000000000000	Valores mobiliários	S	16.179.000,00	17.217.000,00	18.253.000,00	19.291.000,00	70.940.000,00
132100000000000000	Juros e correções monetárias	S	16.179.000,00	17.217.000,00	18.253.000,00	19.291.000,00	70.940.000,00
132101000000000000	Remuneração de depósitos bancários	S	16.179.000,00	17.217.000,00	18.253.000,00	19.291.000,00	70.940.000,00
132101010000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	S	16.179.000,00	17.217.000,00	18.253.000,00	19.291.000,00	70.940.000,00
132101010100000000	Remuneração de Depósitos Bancários - RECURSOS LIVRES	A	15.000.000,00	16.000.000,00	17.000.000,00	18.000.000,00	66.000.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			15.000.000,00	16.000.000,00	17.000.000,00	18.000.000,00	66.000.000,00
Subtotal:			**15.000.000,00**	**16.000.000,00**	**17.000.000,00**	**18.000.000,00**	**66.000.000,00**
132101010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários - RECURSOS VINCULADOS	S	1.179.000,00	1.217.000,00	1.253.000,00	1.291.000,00	4.940.000,00
132101010215000000	Remuneração de Depósitos Bancários - c/27.113-6 (555) Fundo Municipal Meio Ambiente e Saneamento Básico	A	581.000,00	600.000,00	618.000,00	637.000,00	2.436.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município			581.000,00	600.000,00	618.000,00	637.000,00	2.436.000,00
Subtotal:			**581.000,00**	**600.000,00**	**618.000,00**	**637.000,00**	**2.436.000,00**
132101010221000000 Remuneração de Depósitos Bancários - R. V. 17.780-6 (510) Tx. Insp. A Controle e Fiscalização			467.000,00	482.000,00	496.000,00	511.000,00	1.956.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			467.000,00	482.000,00	496.000,00	511.000,00	1.956.000,00
Subtotal:			**467.000,00**	**482.000,00**	**496.000,00**	**511.000,00**	**1.956.000,00**
132101010222000000	Remuneração de Depósitos Bancários - R. V. 17.781-4 (511) Tx. Prestação de Serviços	A	131.000,00	135.000,00	139.000,00	143.000,00	548.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços			131.000,00	135.000,00	139.000,00	143.000,00	548.000,00
Subtotal:			**131.000,00**	**135.000,00**	**139.000,00**	**143.000,00**	**548.000,00**
160000000000000000	Receita de serviços	S	4.113.000,00	4.233.000,00	4.352.000,00	4.471.000,00	17.169.000,00
161000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	S	487.000,00	503.000,00	518.000,00	533.000,00	2.041.000,00
161100000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	S	487.000,00	503.000,00	518.000,00	533.000,00	2.041.000,00
161101000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais prestados por entidades órgãos públicos em geral	e S	477.000,00	493.000,00	508.000,00	523.000,00	2.001.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
161101010000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais prestados por entidades	e A	477.000,00	493.000,00	508.000,00	523.000,00	2.001.000,00
	órgãos públicos em geral - principal						
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			477.000,00	493.000,00	508.000,00	523.000,00	2.001.000,00
Subtotal:			**477.000,00**	**493.000,00**	**508.000,00**	**523.000,00**	**2.001.000,00**
161101010100000000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Outros Serviços Administrativos - Processamento	A	477.000,00	493.000,00	508.000,00	523.000,00	2.001.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			477.000,00	493.000,00	508.000,00	523.000,00	2.001.000,00
Subtotal:			**477.000,00**	**493.000,00**	**508.000,00**	**523.000,00**	**2.001.000,00**
161102000000000000	Inscrição em concursos e processos seletivos	S	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
161102010000000000	Inscrição em concursos e processos seletivos - principal	A	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Subtotal:			**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**40.000,00**
163000000000000000	Serviços e atividades referentes à saúde	S	3.500.000,00	3.600.000,00	3.700.000,00	3.800.000,00	14.600.000,00
163100000000000000	Serviços de atendimento à saúde	S	3.500.000,00	3.600.000,00	3.700.000,00	3.800.000,00	14.600.000,00
163153000000000000	Serviços ambulatoriais	S	3.500.000,00	3.600.000,00	3.700.000,00	3.800.000,00	14.600.000,00
163153010000000000	Serviços ambulatoriais - principal	A	3.500.000,00	3.600.000,00	3.700.000,00	3.800.000,00	14.600.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01369 - Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s			3.500.000,00	3.600.000,00	3.700.000,00	3.800.000,00	14.600.000,00
Subtotal:			**3.500.000,00**	**3.600.000,00**	**3.700.000,00**	**3.800.000,00**	**14.600.000,00**
169000000000000000	Outros serviços	S	126.000,00	130.000,00	134.000,00	138.000,00	528.000,00
169900000000000000	Outros serviços	S	126.000,00	130.000,00	134.000,00	138.000,00	528.000,00
169999000000000000	Outros serviços	S	126.000,00	130.000,00	134.000,00	138.000,00	528.000,00
169999010000000000	Outros serviços - principal	S	126.000,00	130.000,00	134.000,00	138.000,00	528.000,00
169999010100000000	Outros Serviços - Preparação de Terra em propriedades particulares Principal	- A	126.000,00	130.000,00	134.000,00	138.000,00	528.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			126.000,00	130.000,00	134.000,00	138.000,00	528.000,00
Subtotal:			**126.000,00**	**130.000,00**	**134.000,00**	**138.000,00**	**528.000,00**
170000000000000000	Transferências correntes	S	625.693.200,00	679.720.000,00	738.907.200,00	803.647.200,00	2.847.967.600,00
171000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	S	241.491.200,00	259.719.400,00	279.595.200,00	301.385.600,00	1.082.191.400,00
171100000000000000	Transferências decorrentes de participação na receita da união	S	160.018.200,00	176.012.400,00	193.606.200,00	212.959.600,00	742.596.400,00
171151000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - fpm	S	159.917.400,00	175.908.400,00	193.499.000,00	212.849.200,00	742.174.000,00
171151100000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	S	141.646.400,00	155.810.400,00	171.392.000,00	188.531.200,00	657.380.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
171151110000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	A	177.058.000,00	194.763.000,00	214.240.000,00	235.664.000,00	821.725.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			106.234.800,00	116.857.800,00	128.544.000,00	141.398.400,00	493.035.000,00
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			44.264.500,00	48.690.750,00	53.560.000,00	58.916.000,00	205.431.250,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			26.558.700,00	29.214.450,00	32.136.000,00	35.349.600,00	123.258.750,00
Subtotal:			**177.058.000,00**	**194.763.000,00**	**214.240.000,00**	**235.664.000,00**	**821.725.000,00**
171151110000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	A	(35.411.600,00)	(38.952.600,00)	(42.848.000,00)	(47.132.800,00)	(164.345.000,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			(35.411.600,00)	(38.952.600,00)	(42.848.000,00)	(47.132.800,00)	(164.345.000,00)
Subtotal:			**(35.411.600,00)**	**(38.952.600,00)**	**(42.848.000,00)**	**(47.132.800,00)**	**(164.345.000,00)**
171151200000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cotas extraordinárias	S	18.271.000,00	20.098.000,00	22.107.000,00	24.318.000,00	84.794.000,00

171151210000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cotas extraordinárias - principal	A	18.271.000,00	20.098.000,00	22.107.000,00	24.318.000,00	84.794.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			13.703.250,00	15.073.500,00	16.580.250,00	18.238.500,00	63.595.500,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação			4.567.750,00	5.024.500,00	5.526.750,00	6.079.500,00	21.198.500,00
Subtotal:			**18.271.000,00**	**20.098.000,00**	**22.107.000,00**	**24.318.000,00**	**84.794.000,00**
171152000000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	S	100.800,00	104.000,00	107.200,00	110.400,00	422.400,00
171152010000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	A	126.000,00	130.000,00	134.000,00	138.000,00	528.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			75.600,00	78.000,00	80.400,00	82.800,00	316.800,00
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			31.500,00	32.500,00	33.500,00	34.500,00	132.000,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			18.900,00	19.500,00	20.100,00	20.700,00	79.200,00
Subtotal:			**126.000,00**	**130.000,00**	**134.000,00**	**138.000,00**	**528.000,00**
171152010000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	A	(25.200,00)	(26.000,00)	(26.800,00)	(27.600,00)	(105.600,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			(25.200,00)	(26.000,00)	(26.800,00)	(27.600,00)	(105.600,00)
Subtotal:			**(25.200,00)**	**(26.000,00)**	**(26.800,00)**	**(27.600,00)**	**(105.600,00)**
171200000000000000	Transferências das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais	S	3.548.000,00	3.664.000,00	3.774.000,00	3.887.000,00	14.873.000,00
171251000000000000	Cota-parte da compensação financeira pela exploração de recursos minerais - cfem	S	343.000,00	355.000,00	365.000,00	376.000,00	1.439.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
171251010000000000	Cota-parte da compensação financeira pela exploração de recursos minerais - cfem - principal	A	343.000,00	355.000,00	365.000,00	376.000,00	1.439.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01504 - Outros Royalties e Compensações Financ.e Patrimoniais Não Previd.			343.000,00	355.000,00	365.000,00	376.000,00	1.439.000,00
Subtotal:			**343.000,00**	**355.000,00**	**365.000,00**	**376.000,00**	**1.439.000,00**
171252000000000000	Cota-parte da compensação financeira pela produção de petróleo	S	3.205.000,00	3.309.000,00	3.409.000,00	3.511.000,00	13.434.000,00
171252400000000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	S	3.205.000,00	3.309.000,00	3.409.000,00	3.511.000,00	13.434.000,00
171252410000000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	A	3.205.000,00	3.309.000,00	3.409.000,00	3.511.000,00	13.434.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01504 - Outros Royalties e Compensações Financ.e Patrimoniais Não Previd.			3.205.000,00	3.309.000,00	3.409.000,00	3.511.000,00	13.434.000,00
Subtotal:			**3.205.000,00**	**3.309.000,00**	**3.409.000,00**	**3.511.000,00**	**13.434.000,00**
171300000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	S	46.188.000,00	47.039.000,00	47.877.000,00	48.787.000,00	189.891.000,00
171350000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde	S	35.677.000,00	36.188.000,00	36.700.000,00	37.275.000,00	145.840.000,00
171350100000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária	S	24.000.000,00	24.200.000,00	24.400.000,00	24.650.000,00	97.250.000,00
171350110000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária - principal	A	24.000.000,00	24.200.000,00	24.400.000,00	24.650.000,00	97.250.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais			24.000.000,00	24.200.000,00	24.400.000,00	24.650.000,00	97.250.000,00
Subtotal:			**24.000.000,00**	**24.200.000,00**	**24.400.000,00**	**24.650.000,00**	**97.250.000,00**
171350200000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção especializada	S	5.670.000,00	5.840.000,00	6.010.000,00	6.190.000,00	23.710.000,00
171350210000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção especializada - principal	A	5.670.000,00	5.840.000,00	6.010.000,00	6.190.000,00	23.710.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais			5.670.000,00	5.840.000,00	6.010.000,00	6.190.000,00	23.710.000,00
Subtotal:			**5.670.000,00**	**5.840.000,00**	**6.010.000,00**	**6.190.000,00**	**23.710.000,00**
171350300000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - vigilância em saúde	S	1.529.000,00	1.538.000,00	1.547.000,00	1.556.000,00	6.170.000,00
171350310000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - vigilância em saúde - principal	A	1.529.000,00	1.538.000,00	1.547.000,00	1.556.000,00	6.170.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais			1.529.000,00	1.538.000,00	1.547.000,00	1.556.000,00	6.170.000,00
Subtotal:			**1.529.000,00**	**1.538.000,00**	**1.547.000,00**	**1.556.000,00**	**6.170.000,00**
171350400000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - assistência farmacêutica	S	1.780.000,00	1.830.000,00	1.880.000,00	1.930.000,00	7.420.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
171350410000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - assistência farmacêutica - principal	A	1.780.000,00	1.830.000,00	1.880.000,00	1.930.000,00	7.420.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais			1.780.000,00	1.830.000,00	1.880.000,00	1.930.000,00	7.420.000,00
Subtotal:			**1.780.000,00**	**1.830.000,00**	**1.880.000,00**	**1.930.000,00**	**7.420.000,00**
171350500000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - gestão do SUS	S	41.000,00	43.000,00	44.000,00	45.000,00	173.000,00
171350510000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - gestão do SUS - principal	A	41.000,00	43.000,00	44.000,00	45.000,00	173.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14941 - Bloco de Custeio das	Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais		41.000,00	43.000,00	44.000,00	45.000,00	173.000,00
Subtotal:			**41.000,00**	**43.000,00**	**44.000,00**	**45.000,00**	**173.000,00**
171350900000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - outros programas	S	2.657.000,00	2.737.000,00	2.819.000,00	2.904.000,00	11.117.000,00
171350910000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de	S	2.657.000,00	2.737.000,00	2.819.000,00	2.904.000,00	11.117.000,00

	saúde - outros programas - principal						
171350910100000000	Complemento Piso Nacional da Enfermagem (1064)	A	2.657.000,00	2.737.000,00	2.819.000,00	2.904.000,00	11.117.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
11064 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem (1064)			2.657.000,00	2.737.000,00	2.819.000,00	2.904.000,00	11.117.000,00
Subtotal:			**2.657.000,00**	**2.737.000,00**	**2.819.000,00**	**2.904.000,00**	**11.117.000,00**
171399000000000000	Outras transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	S	10.511.000,00	10.851.000,00	11.177.000,00	11.512.000,00	44.051.000,00
171399010000000000	Outras transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS -	S	10.511.000,00	10.851.000,00	11.177.000,00	11.512.000,00	44.051.000,00
	principal						
171399010100000000	Piso Agente Comunitário de Saúde (1051)	A	10.511.000,00	10.851.000,00	11.177.000,00	11.512.000,00	44.051.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (1051)			10.511.000,00	10.851.000,00	11.177.000,00	11.512.000,00	44.051.000,00
Subtotal:			**10.511.000,00**	**10.851.000,00**	**11.177.000,00**	**11.512.000,00**	**44.051.000,00**
171400000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	S	19.662.000,00	20.560.000,00	21.490.000,00	22.462.000,00	84.174.000,00
171450000000000000	Transferências do salário-educação	S	14.875.000,00	15.619.000,00	16.400.000,00	17.220.000,00	64.114.000,00
171450010000000000	Transferências do salário-educação - principal	A	14.875.000,00	15.619.000,00	16.400.000,00	17.220.000,00	64.114.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO			14.875.000,00	15.619.000,00	16.400.000,00	17.220.000,00	64.114.000,00
Subtotal:			**14.875.000,00**	**15.619.000,00**	**16.400.000,00**	**17.220.000,00**	**64.114.000,00**
171451000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde	S	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
171451010000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto	A	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
	na escola - pdde - principal						
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01111 - MDE/PDDE FNDE			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Subtotal:			**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**40.000,00**
171452000000000000	Transferências referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	S	4.379.000,00	4.521.000,00	4.657.000,00	4.797.000,00	18.354.000,00
171452010000000000	Transferências referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	A	4.379.000,00	4.521.000,00	4.657.000,00	4.797.000,00	18.354.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01158 - FNDE/Merenda			4.379.000,00	4.521.000,00	4.657.000,00	4.797.000,00	18.354.000,00
Subtotal:			**4.379.000,00**	**4.521.000,00**	**4.657.000,00**	**4.797.000,00**	**18.354.000,00**
171453000000000000	Transferências referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate	S	398.000,00	410.000,00	423.000,00	435.000,00	1.666.000,00
171453010000000000	Transferências referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	A	398.000,00	410.000,00	423.000,00	435.000,00	1.666.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01117 - MDE/FNDE PNAT T. DE ESCOLARES			398.000,00	410.000,00	423.000,00	435.000,00	1.666.000,00
Subtotal:			**398.000,00**	**410.000,00**	**423.000,00**	**435.000,00**	**1.666.000,00**
171500000000000000	Transferências de recursos de complementação da união ao fundo de S manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB		3.482.000,00	3.830.000,00	4.213.000,00	4.634.000,00	16.159.000,00
171552000000000000	Transferências de recursos de complementação da união ao FUNDEB S - vaar		3.482.000,00	3.830.000,00	4.213.000,00	4.634.000,00	16.159.000,00
171552010000000000	Transferências de recursos de complementação da união ao FUNDEB A - vaar - principal		3.482.000,00	3.830.000,00	4.213.000,00	4.634.000,00	16.159.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
11040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR			3.482.000,00	3.830.000,00	4.213.000,00	4.634.000,00	16.159.000,00
Subtotal:			**3.482.000,00**	**3.830.000,00**	**4.213.000,00**	**4.634.000,00**	**16.159.000,00**
171600000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	S	2.972.000,00	2.972.000,00	2.972.000,00	2.972.000,00	11.888.000,00
171650000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	S	2.972.000,00	2.972.000,00	2.972.000,00	2.972.000,00	11.888.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
171650010000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal	A	2.972.000,00	2.972.000,00	2.972.000,00	2.972.000,00	11.888.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01709 - Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil)			100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
01933 - IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)			20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS			1.452.000,00	1.452.000,00	1.452.000,00	1.452.000,00	5.808.000,00
01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015			560.000,00	560.000,00	560.000,00	560.000,00	2.240.000,00
01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade			840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	3.360.000,00
Subtotal:			**2.972.000,00**	**2.972.000,00**	**2.972.000,00**	**2.972.000,00**	**11.888.000,00**
171650010100000000	Transferências de Recursos do Programa de Erradicação do Trabalho A Infantil - PETI		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01709 - Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil)			100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
Subtotal:			**100.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**	**100.000,00**	**400.000,00**
171650010200000000	Transferências de Recursos do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	A	1.452.000,00	1.452.000,00	1.452.000,00	1.452.000,00	5.808.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS			1.452.000,00	1.452.000,00	1.452.000,00	1.452.000,00	5.808.000,00
Subtotal:			**1.452.000,00**	**1.452.000,00**	**1.452.000,00**	**1.452.000,00**	**5.808.000,00**
171650010300000000	Transferências de Recursos do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial	S	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	3.360.000,00
171650010301000000	Transferências de Recursos do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - Média Complexidade (SUAS) - (941)	A	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	1.680.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade			420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	1.680.000,00
Subtotal:			**420.000,00**	**420.000,00**	**420.000,00**	**420.000,00**	**1.680.000,00**
171650010302000000	Transferências de Recursos do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - Alta	A	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	1.680.000,00

	Complexidade (SUAS) - (941)						
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade			420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	1.680.000,00
Subtotal:			**420.000,00**	**420.000,00**	**420.000,00**	**420.000,00**	**1.680.000,00**
171650010400000000	Transferências de Recursos dos Blocos de Gestão	S	580.000,00	580.000,00	580.000,00	580.000,00	2.320.000,00
171650010401000000	Transferências de Recursos do IGD SUAS Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	A	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01933 - IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)			20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Subtotal:			**20.000,00**	**20.000,00**	**20.000,00**	**20.000,00**	**80.000,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
171650010402000000	Transferências de Recursos do IGD Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015 (940)	A	560.000,00	560.000,00	560.000,00	560.000,00	2.240.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015			560.000,00	560.000,00	560.000,00	560.000,00	2.240.000,00
Subtotal:			**560.000,00**	**560.000,00**	**560.000,00**	**560.000,00**	**2.240.000,00**
171900000000000000	Outras transferências de recursos da união e de suas entidades	S	5.621.000,00	5.642.000,00	5.663.000,00	5.684.000,00	22.610.000,00
171957000000000000	Transferência especial da união	S	4.955.000,00	4.955.000,00	4.955.000,00	4.955.000,00	19.820.000,00
171957010000000000	Transferência especial da união - principal	A	4.955.000,00	4.955.000,00	4.955.000,00	4.955.000,00	19.820.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01353 - Emendas de Bancada - Custeio/Saúde			500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
01356 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/SAÚDE (Finalidade Definida)			4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	16.000.000,00
01803 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade Definida)			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
01807 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/Social			400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.600.000,00
01809 - Emendas de Bancada - Custeio/Social			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Subtotal:			**4.955.000,00**	**4.955.000,00**	**4.955.000,00**	**4.955.000,00**	**19.820.000,00**
171957010200000000	Emendas individuais impositivas - Transferência Especial da União - ASSIST. SOCIAL	A	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.600.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01807 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/Social			400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.600.000,00
Subtotal:			**400.000,00**	**400.000,00**	**400.000,00**	**400.000,00**	**1.600.000,00**
171957010300000000	Emendas de Bancada - Transferência Especial da União - SAÚDE	A	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01353 - Emendas de Bancada - Custeio/Saúde			500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
Subtotal:			**500.000,00**	**500.000,00**	**500.000,00**	**500.000,00**	**2.000.000,00**
171957010400000000	Emendas de Bancada - Transferência Especial da União - ASSIST. SOCIAL	A	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01809 - Emendas de Bancada - Custeio/Social			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Subtotal:			**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**200.000,00**
171957010500000000	Emendas individuais impositivas - com finalidade definida - SAÚDE	A	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	16.000.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01356 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/SAÚDE (Finalidade Definida)			4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	16.000.000,00
Subtotal:			**4.000.000,00**	**4.000.000,00**	**4.000.000,00**	**4.000.000,00**	**16.000.000,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
171957010600000000	Emendas individuais impositivas - com finalidade definida - ASSIST. SOCIAL	A	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01803 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade Definida)			5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Subtotal:			**5.000,00**	**5.000,00**	**5.000,00**	**5.000,00**	**20.000,00**
171958000000000000	Transferência obrigatória decorrente da lei complementar nº 176/2020	S	666.000,00	687.000,00	708.000,00	729.000,00	2.790.000,00
171958010000000000	Transferência obrigatória decorrente da lei complementar nº 176/2020 - principal	A	666.000,00	687.000,00	708.000,00	729.000,00	2.790.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			666.000,00	687.000,00	708.000,00	729.000,00	2.790.000,00
Subtotal:			**666.000,00**	**687.000,00**	**708.000,00**	**729.000,00**	**2.790.000,00**
172000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	S	168.399.000,00	182.625.600,00	198.185.000,00	215.055.600,00	764.265.200,00
172100000000000000	Participação na receita dos estados e distrito federal	S	154.084.000,00	167.715.600,00	182.596.000,00	198.843.600,00	703.239.200,00
172150000000000000	Cota-parte do ICMS	S	104.262.400,00	114.688.800,00	126.157.600,00	138.772.800,00	483.881.600,00
172150010000000000	Cota-parte do ICMS - principal	A	130.328.000,00	143.361.000,00	157.697.000,00	173.466.000,00	604.852.000,00
	Vinculo		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			78.196.800,00	86.016.600,00	94.618.200,00	104.079.600,00	362.911.200,00
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			32.582.000,00	35.840.250,00	39.424.250,00	43.366.500,00	151.213.000,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			19.549.200,00	21.504.150,00	23.654.550,00	26.019.900,00	90.727.800,00
Subtotal:			**130.328.000,00**	**143.361.000,00**	**157.697.000,00**	**173.466.000,00**	**604.852.000,00**
172150010000000000	Cota-parte do ICMS - principal	A	(26.065.600,00)	(28.672.200,00)	(31.539.400,00)	(34.693.200,00)	(120.970.400,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			(26.065.600,00)	(28.672.200,00)	(31.539.400,00)	(34.693.200,00)	(120.970.400,00)
Subtotal:			**(26.065.600,00)**	**(28.672.200,00)**	**(31.539.400,00)**	**(34.693.200,00)**	**(120.970.400,00)**
172151000000000000	Cota-parte do IPVA	S	48.037.600,00	51.160.000,00	54.484.800,00	58.026.400,00	211.708.800,00
172151010000000000	Cota-parte do IPVA - principal	A	60.047.000,00	63.950.000,00	68.106.000,00	72.533.000,00	264.636.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			36.028.200,00	38.370.000,00	40.863.600,00	43.519.800,00	158.781.600,00
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			15.011.750,00	15.987.500,00	17.026.500,00	18.133.250,00	66.159.000,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			9.007.050,00	9.592.500,00	10.215.900,00	10.879.950,00	39.695.400,00
Subtotal:			**60.047.000,00**	**63.950.000,00**	**68.106.000,00**	**72.533.000,00**	**264.636.000,00**
172151010000000000	Cota-parte do IPVA - principal	A	(12.009.400,00)	(12.790.000,00)	(13.621.200,00)	(14.506.600,00)	(52.927.200,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			(12.009.400,00)	(12.790.000,00)	(13.621.200,00)	(14.506.600,00)	(52.927.200,00)
Subtotal:			**(12.009.400,00)**	**(12.790.000,00)**	**(13.621.200,00)**	**(14.506.600,00)**	**(52.927.200,00)**
172152000000000000	Cota-parte do IPI - municípios	S	1.464.000,00	1.536.800,00	1.613.600,00	1.694.400,00	6.308.800,00

Conta	Descrição Conta	Tipo	2026	2027	2028	2029	Total
172152010000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	A	1.830.000,00	1.921.000,00	2.017.000,00	2.118.000,00	7.886.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			1.098.000,00	1.152.600,00	1.210.200,00	1.270.800,00	4.731.600,00
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			457.500,00	480.250,00	504.250,00	529.500,00	1.971.500,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente			274.500,00	288.150,00	302.550,00	317.700,00	1.182.900,00
Subtotal:			**1.830.000,00**	**1.921.000,00**	**2.017.000,00**	**2.118.000,00**	**7.886.000,00**
172152010000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	A	(366.000,00)	(384.200,00)	(403.400,00)	(423.600,00)	(1.577.200,00)
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			(366.000,00)	(384.200,00)	(403.400,00)	(423.600,00)	(1.577.200,00)
Subtotal:			**(366.000,00)**	**(384.200,00)**	**(403.400,00)**	**(423.600,00)**	**(1.577.200,00)**
172153000000000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	S	320.000,00	330.000,00	340.000,00	350.000,00	1.340.000,00
172153010000000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	A	320.000,00	330.000,00	340.000,00	350.000,00	1.340.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB			320.000,00	330.000,00	340.000,00	350.000,00	1.340.000,00
Subtotal:			**320.000,00**	**330.000,00**	**340.000,00**	**350.000,00**	**1.340.000,00**
172200000000000000	Transferências das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais	S	79.000,00	81.000,00	84.000,00	87.000,00	331.000,00
172252000000000000	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção do petróleo	S	79.000,00	81.000,00	84.000,00	87.000,00	331.000,00
172252010000000000	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção do petróleo - principal	A	79.000,00	81.000,00	84.000,00	87.000,00	331.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01504 - Outros Royalties e Compensações Financ.e Patrimoniais Não Previd.			79.000,00	81.000,00	84.000,00	87.000,00	331.000,00
Subtotal:			**79.000,00**	**81.000,00**	**84.000,00**	**87.000,00**	**331.000,00**
172300000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	S	5.370.000,00	5.664.000,00	6.029.000,00	6.325.000,00	23.388.000,00
172350000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	S	5.370.000,00	5.664.000,00	6.029.000,00	6.325.000,00	23.388.000,00
172350010000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal	S	5.370.000,00	5.664.000,00	6.029.000,00	6.325.000,00	23.388.000,00
172350010100000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Incentivo Financeiro de Custeio APSUS (494) - Principal	A	500.000,00	500.000,00	550.000,00	550.000,00	2.100.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais			500.000,00	500.000,00	550.000,00	550.000,00	2.100.000,00
Subtotal:			**500.000,00**	**500.000,00**	**550.000,00**	**550.000,00**	**2.100.000,00**
172350010300000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - PRÓ VIGIA A	A	200.000,00	200.000,00	220.000,00	220.000,00	840.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais			200.000,00	200.000,00	220.000,00	220.000,00	840.000,00
Subtotal:			**200.000,00**	**200.000,00**	**220.000,00**	**220.000,00**	**840.000,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
172350010400000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - SAMU Suporte Avançado	A	1.200.000,00	1.236.000,00	1.273.000,00	1.311.000,00	5.020.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais			1.200.000,00	1.236.000,00	1.273.000,00	1.311.000,00	5.020.000,00
Subtotal:			**1.200.000,00**	**1.236.000,00**	**1.273.000,00**	**1.311.000,00**	**5.020.000,00**
172350010800000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Incentivo de Custeio para os Centros de Atenção Psicossocial CAPS (494) - Principal	A	250.000,00	258.000,00	266.000,00	274.000,00	1.048.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais			250.000,00	258.000,00	266.000,00	274.000,00	1.048.000,00
Subtotal:			**250.000,00**	**258.000,00**	**266.000,00**	**274.000,00**	**1.048.000,00**
172350010900000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Qualificação do Acesso e Atendimento de Procedimentos MAC (494) - Principal	A	3.000.000,00	3.250.000,00	3.500.000,00	3.750.000,00	13.500.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais			3.000.000,00	3.250.000,00	3.500.000,00	3.750.000,00	13.500.000,00
Subtotal:			**3.000.000,00**	**3.250.000,00**	**3.500.000,00**	**3.750.000,00**	**13.500.000,00**
172350011000000000	Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica/Custeio IOAF (494)	A	220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	880.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais			220.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	880.000,00
Subtotal:			**220.000,00**	**220.000,00**	**220.000,00**	**220.000,00**	**880.000,00**
172900000000000000	Outras transferências dos estados e distrito federal	S	8.866.000,00	9.165.000,00	9.476.000,00	9.800.000,00	37.307.000,00
172951000000000000	Transferências de estados destinadas à assistência social	S	645.000,00	645.000,00	645.000,00	645.000,00	2.580.000,00
172951010000000000	Transferências de estados destinadas à assistência social - principal	A	645.000,00	645.000,00	645.000,00	645.000,00	2.580.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS			525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	2.100.000,00
01241 - Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)			120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00
Subtotal:			**645.000,00**	**645.000,00**	**645.000,00**	**645.000,00**	**2.580.000,00**
172951010900000000	Piso Único da Assistência Social - PAS (Deliberação 059/2023 CEAS/ PR)	A	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	2.100.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS			525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	2.100.000,00
Subtotal:			**525.000,00**	**525.000,00**	**525.000,00**	**525.000,00**	**2.100.000,00**

172951011100000000	Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência - Deliberação 72/2023 (241)	A	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01241 - Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)			120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00
Subtotal:			**120.000,00**	**120.000,00**	**120.000,00**	**120.000,00**	**480.000,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
172999000000000000	Outras transferências dos estados e df	S	8.221.000,00	8.520.000,00	8.831.000,00	9.155.000,00	34.727.000,00
172999010000000000	Outras transferências dos estados e df - principal	S	8.221.000,00	8.520.000,00	8.831.000,00	9.155.000,00	34.727.000,00
172999010100000000	Outras Transferências dos Estados - Programa Estadual de Transporte Escolar Municípios - PETE/PR - Principal	A	5.576.000,00	5.743.000,00	5.915.000,00	6.093.000,00	23.327.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01162 - Transporte Escolar Estado			5.576.000,00	5.743.000,00	5.915.000,00	6.093.000,00	23.327.000,00
Subtotal:			**5.576.000,00**	**5.743.000,00**	**5.915.000,00**	**6.093.000,00**	**23.327.000,00**
172999010600000000	Outras Transferências dos Estados - Contrato SANEPAR Repasse 2%	A	2.645.000,00	2.777.000,00	2.916.000,00	3.062.000,00	11.400.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município			2.645.000,00	2.777.000,00	2.916.000,00	3.062.000,00	11.400.000,00
Subtotal:			**2.645.000,00**	**2.777.000,00**	**2.916.000,00**	**3.062.000,00**	**11.400.000,00**
175000000000000000	Transferências de outras instituições públicas	S	215.684.000,00	237.252.000,00	261.000.000,00	287.075.000,00	1.001.011.000,00
175100000000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	S	215.684.000,00	237.252.000,00	261.000.000,00	287.075.000,00	1.001.011.000,00
175150000000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	S	215.684.000,00	237.252.000,00	261.000.000,00	287.075.000,00	1.001.011.000,00
175150010000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	A	215.684.000,00	237.252.000,00	261.000.000,00	287.075.000,00	1.001.011.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente			161.763.000,00	177.939.000,00	195.750.000,00	215.306.250,00	750.758.250,00
11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente			53.921.000,00	59.313.000,00	65.250.000,00	71.768.750,00	250.252.750,00
Subtotal:			**215.684.000,00**	**237.252.000,00**	**261.000.000,00**	**287.075.000,00**	**1.001.011.000,00**
179000000000000000	Demais transferências correntes	S	119.000,00	123.000,00	127.000,00	131.000,00	500.000,00
179100000000000000	Transferências de pessoas físicas	S	119.000,00	123.000,00	127.000,00	131.000,00	500.000,00
179199000000000000	Outras transferências de pessoas físicas	S	119.000,00	123.000,00	127.000,00	131.000,00	500.000,00
179199010000000000	Outras transferências de pessoas físicas - principal	S	119.000,00	123.000,00	127.000,00	131.000,00	500.000,00
179199010100000000	Outras Transferências de Pessoas Físicas - FMDCA	A	119.000,00	123.000,00	127.000,00	131.000,00	500.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA			119.000,00	123.000,00	127.000,00	131.000,00	500.000,00
Subtotal:			**119.000,00**	**123.000,00**	**127.000,00**	**131.000,00**	**500.000,00**
190000000000000000	Outras receitas correntes	S	2.982.500,00	3.075.500,00	3.167.500,00	3.258.500,00	12.484.000,00
191000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais	S	285.500,00	294.500,00	303.500,00	311.500,00	1.195.000,00
191100000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais	S	285.500,00	294.500,00	303.500,00	311.500,00	1.195.000,00
191101000000000000	Multas previstas em legislação específica	S	124.500,00	128.500,00	131.500,00	135.500,00	520.000,00
191101010000000000	Multas previstas em legislação específica - principal	S	44.500,00	46.500,00	47.500,00	49.500,00	188.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
191101010200000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Diversos - Principal	S	44.000,00	46.000,00	47.000,00	49.000,00	186.000,00
191101010201000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração de Tributos - Principal	A	44.000,00	46.000,00	47.000,00	49.000,00	186.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		44.000,00	46.000,00	47.000,00	49.000,00	186.000,00
		Subtotal:	**44.000,00**	**46.000,00**	**47.000,00**	**49.000,00**	**186.000,00**
191101010300000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Vigilância em Saúde - Principal	A	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia			500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
Subtotal:			**500,00**	**500,00**	**500,00**	**500,00**	**2.000,00**
191101020000000000	Multas previstas em legislação específica - multas e juros	S	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
191101020200000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Diversos - Multas e Juros	A	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente			3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
		Subtotal:	**3.000,00**	**3.000,00**	**3.000,00**	**3.000,00**	**12.000,00**
191101030000000000	Multas previstas em legislação específica - dívida ativa	S	50.000,00	51.000,00	52.000,00	53.000,00	206.000,00
191101030200000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Diversos - Dívida Ativa	A	50.000,00	51.000,00	52.000,00	53.000,00	206.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		50.000,00	51.000,00	52.000,00	53.000,00	206.000,00
Subtotal:			**50.000,00**	**51.000,00**	**52.000,00**	**53.000,00**	**206.000,00**
191101040000000000	Multas previstas em legislação específica - dívida ativa - multas e juros	S	27.000,00	28.000,00	29.000,00	30.000,00	114.000,00
191101040200000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Diversos -	A	27.000,00	28.000,00	29.000,00	30.000,00	114.000,00

	Dívida Ativa - Multas e Juros						
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		27.000,00	28.000,00	29.000,00	30.000,00	114.000,00
Subtotal:			**27.000,00**	**28.000,00**	**29.000,00**	**30.000,00**	**114.000,00**
191106000000000000	Multas por danos ambientais	S	161.000,00	166.000,00	172.000,00	176.000,00	675.000,00
191106100000000000	Multas administrativas por danos ambientais	S	161.000,00	166.000,00	172.000,00	176.000,00	675.000,00
191106110000000000	Multas administrativas por danos ambientais - principal	A	91.000,00	94.000,00	97.000,00	100.000,00	382.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		91.000,00	94.000,00	97.000,00	100.000,00	382.000,00
Subtotal:			**91.000,00**	**94.000,00**	**97.000,00**	**100.000,00**	**382.000,00**
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
191106120000000000	Multas administrativas por danos ambientais - multas e juros	A	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Subtotal:			**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**1.000,00**	**4.000,00**
191106130000000000	Multas administrativas por danos ambientais - dívida ativa	A	54.000,00	56.000,00	58.000,00	59.000,00	227.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		54.000,00	56.000,00	58.000,00	59.000,00	227.000,00
Subtotal:			**54.000,00**	**56.000,00**	**58.000,00**	**59.000,00**	**227.000,00**
191106140000000000	Multas administrativas por danos ambientais - dívida ativa - multas e juros	A	15.000,00	15.000,00	16.000,00	16.000,00	62.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		15.000,00	15.000,00	16.000,00	16.000,00	62.000,00
Subtotal:			**15.000,00**	**15.000,00**	**16.000,00**	**16.000,00**	**62.000,00**
192000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	S	1.194.000,00	1.232.000,00	1.269.000,00	1.307.000,00	5.002.000,00
192300000000000000	Ressarcimentos	S	1.194.000,00	1.232.000,00	1.269.000,00	1.307.000,00	5.002.000,00
192399000000000000	Outros ressarcimentos	S	1.194.000,00	1.232.000,00	1.269.000,00	1.307.000,00	5.002.000,00
192399010000000000	Outros ressarcimentos - principal	S	1.194.000,00	1.232.000,00	1.269.000,00	1.307.000,00	5.002.000,00
192399010100000000	Outros ressarcimentos - Ressarcimentos Diversos	A	1.194.000,00	1.232.000,00	1.269.000,00	1.307.000,00	5.002.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		1.194.000,00	1.232.000,00	1.269.000,00	1.307.000,00	5.002.000,00
Subtotal:			**1.194.000,00**	**1.232.000,00**	**1.269.000,00**	**1.307.000,00**	**5.002.000,00**
199000000000000000	Demais receitas correntes	S	1.503.000,00	1.549.000,00	1.595.000,00	1.640.000,00	6.287.000,00
199900000000000000	Outras receitas correntes	S	1.503.000,00	1.549.000,00	1.595.000,00	1.640.000,00	6.287.000,00
199912000000000000	Encargos legais pela inscrição em dívida ativa e receitas de ônus de sucumbência	S	1.072.000,00	1.107.000,00	1.141.000,00	1.175.000,00	4.495.000,00
199912200000000000	Ônus de sucumbência	S	1.072.000,00	1.107.000,00	1.141.000,00	1.175.000,00	4.495.000,00
199912210000000000	Ônus de sucumbência - principal	A	635.000,00	656.000,00	676.000,00	696.000,00	2.663.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		635.000,00	656.000,00	676.000,00	696.000,00	2.663.000,00
Subtotal:			**635.000,00**	**656.000,00**	**676.000,00**	**696.000,00**	**2.663.000,00**
199912220000000000	Ônus de sucumbência - multas e juros	A	437.000,00	451.000,00	465.000,00	479.000,00	1.832.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		437.000,00	451.000,00	465.000,00	479.000,00	1.832.000,00
Subtotal:			**437.000,00**	**451.000,00**	**465.000,00**	**479.000,00**	**1.832.000,00**
199999000000000000	Outras receitas	S	431.000,00	442.000,00	454.000,00	465.000,00	1.792.000,00
199999200000000000	Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias	S	431.000,00	442.000,00	454.000,00	465.000,00	1.792.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
199999210000000000	Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias principal	- S	431.000,00	442.000,00	454.000,00	465.000,00	1.792.000,00
199999210100000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Diversas-Principal	A	240.000,00	248.000,00	256.000,00	263.000,00	1.007.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		240.000,00	248.000,00	256.000,00	263.000,00	1.007.000,00
Subtotal:			**240.000,00**	**248.000,00**	**256.000,00**	**263.000,00**	**1.007.000,00**
199999210200000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Festas e Outros Eventos Municipais - Principal	A	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Subtotal:			**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**200.000,00**
199999210400000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Programa de Incentivo a Piscicultura - Principal	A	6.000,00	6.000,00	7.000,00	7.000,00	26.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		6.000,00	6.000,00	7.000,00	7.000,00	26.000,00
Subtotal:			**6.000,00**	**6.000,00**	**7.000,00**	**7.000,00**	**26.000,00**
199999210700000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Receita FIA Pessoa Jurídica - Principal	A	31.000,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00	130.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA			31.000,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00	130.000,00
Subtotal:			**31.000,00**	**32.000,00**	**33.000,00**	**34.000,00**	**130.000,00**
199999210900000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Programa Incentivo Fruticultura e Viticultura - Principal	A	74.000,00	76.000,00	78.000,00	81.000,00	309.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01000 - Recursos Ordinários	(Livres) - Exercício Corrente		74.000,00	76.000,00	78.000,00	81.000,00	309.000,00
Subtotal:			**74.000,00**	**76.000,00**	**78.000,00**	**81.000,00**	**309.000,00**
199999211000000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Receita Fundo do Idoso.	A	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
01900 - Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011			30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00

Subtotal:			**30.000,00**	**30.000,00**	**30.000,00**	**30.000,00**	**120.000,00**
200000000000000000	Receitas de capital	S	21.965.000,00	21.965.000,00	21.965.000,00	21.965.000,00	87.860.000,00
210000000000000000	Operações de crédito	S	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	80.000.000,00
211000000000000000	Operações de crédito - mercado interno	S	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	80.000.000,00
211900000000000000	Outras operações de crédito - mercado interno	S	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	80.000.000,00
211990000000000000	Outras operações de crédito - mercado interno	S	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	80.000.000,00
211999010000000000	Outras operações de crédito - mercado interno - principal	S	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	80.000.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
211999010100000000	Outras operações de crédito - mercado interno - Obras de Infraestrutura Viária	A	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	80.000.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
11009 - Pavimentação e Revitalização de Ruas			20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	80.000.000,00
Subtotal:			**20.000.000,00**	**20.000.000,00**	**20.000.000,00**	**20.000.000,00**	**80.000.000,00**
240000000000000000	Transferências de capital	S	1.965.000,00	1.965.000,00	1.965.000,00	1.965.000,00	7.860.000,00
241000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	S	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
241100000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	S	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
241150000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - fundo a fundo - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde	S	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
241150100000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária	S	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
241150110000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária - principal	A	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15181 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Subtotal:			**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**200.000,00**
241150200000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção especializada	S	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
241150210000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção especializada - principal	A	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15181 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Subtotal:			**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**200.000,00**
241150300000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - vigilância em saúde	S	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
241150310000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - vigilância em saúde - principal	A	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15181 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Subtotal:			**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**50.000,00**	**200.000,00**
242000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	S	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	7.260.000,00
242100000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - sus dos estados e df	S	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	7.260.000,00
242150000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	S	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	7.260.000,00
Conta	**Descrição Conta**	**Tipo**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
242150010000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal	A	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	7.260.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15182 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais			1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	7.260.000,00
Subtotal:			**1.815.000,00**	**1.815.000,00**	**1.815.000,00**	**1.815.000,00**	**7.260.000,00**
242150010100000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - (518) Principal	A	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	7.260.000,00
Vinculo			**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Total**
15182 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais			1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	7.260.000,00
Subtotal:			**1.815.000,00**	**1.815.000,00**	**1.815.000,00**	**1.815.000,00**	**7.260.000,00**
Total:			**920.339.900,00**	**988.358.700,00**	**1.061.727.900,00**	**1.137.936.900,00**	**4.108.363.400,00**

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:F1015EA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1881/2025 PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029 – ANEXO 1 – RECEITAS – RESUMO POR VÍNCULO

MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Receita do PPA por Ano - Resumo por Vínculo					
Entidade (s): CONSOLIDADO					
ANO PPA: PPA: 2026 - 2029					
Resumo por Vínculo	2026	2027	2028	2029	Valor
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	375.512.350,00	405.612.000,00	437.987.350,00	471.114.600,00	1.690.226.300,00
01051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (1051)	10.511.000,00	10.851.000,00	11.177.000,00	11.512.000,00	44.051.000,00
01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	18.469.450,00	20.206.250,00	22.109.700,00	24.195.950,00	84.981.350,00
01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	53.988.250,00	57.258.250,00	60.632.250,00	63.393.750,00	235.272.500,00

01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	14.875.000,00	15.619.000,00	16.400.000,00	17.220.000,00	64.114.000,00
01111 - MDE/PDDE FNDE	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
01117 - MDE/FNDE PNAT T. DE ESCOLARES	398.000,00	410.000,00	423.000,00	435.000,00	1.666.000,00
01158 - FNDE/Merenda	4.379.000,00	4.521.000,00	4.657.000,00	4.797.000,00	18.354.000,00
01162 - Transporte Escolar Estado	5.576.000,00	5.743.000,00	5.915.000,00	6.093.000,00	23.327.000,00
01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	2.100.000,00
01241 - Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00
01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	85.060.650,00	91.959.000,00	99.392.400,00	106.976.400,00	383.388.450,00
01353 - Emendas de Bancada - Custeio/Saúde	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
01356 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/SAÚDE (Finalidade Definida)	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	16.000.000,00
01369 - Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	3.500.000,00	3.600.000,00	3.700.000,00	3.800.000,00	14.600.000,00
01504 - Outros Royalties e Compensações Financ.e Patrimoniais Não Previd.	3.627.000,00	3.745.000,00	3.858.000,00	3.974.000,00	15.204.000,00
01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	14.358.000,00	14.583.000,00	14.808.000,00	15.038.000,00	58.787.000,00
01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	8.060.000,00	8.444.000,00	8.845.000,00	9.137.000,00	34.486.000,00
01511 - Taxas pela Prestação de Serviços	27.524.200,00	28.419.200,00	29.270.200,00	30.150.200,00	115.363.800,00
01512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB	320.000,00	330.000,00	340.000,00	350.000,00	1.340.000,00
01515 - FUNREBOM	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	30.000,00
01555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	3.226.000,00	3.377.000,00	3.534.000,00	3.699.000,00	13.836.000,00
01709 - Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil)	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
01803 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade Definida)	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
01807 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/Social	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.600.000,00
01809 - Emendas de Bancada - Custeio/Social	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
01880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	150.000,00	155.000,00	160.000,00	165.000,00	630.000,00
01900 - Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
01933 - IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	1.452.000,00	1.452.000,00	1.452.000,00	1.452.000,00	5.808.000,00
01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	560.000,00	560.000,00	560.000,00	560.000,00	2.240.000,00
01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	840.000,00	840.000,00	840.000,00	840.000,00	3.360.000,00
11009 - Pavimentação e Revitalização de Ruas	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	80.000.000,00
11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	161.763.000,00	177.939.000,00	195.750.000,00	215.306.250,00	750.758.250,00
11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	53.921.000,00	59.313.000,00	65.250.000,00	71.768.750,00	250.252.750,00
11040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	3.482.000,00	3.830.000,00	4.213.000,00	4.634.000,00	16.159.000,00
11064 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem (1064)	2.657.000,00	2.737.000,00	2.819.000,00	2.904.000,00	11.117.000,00
14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	33.020.000,00	33.451.000,00	33.881.000,00	34.371.000,00	134.723.000,00
14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	5.370.000,00	5.664.000,00	6.029.000,00	6.325.000,00	23.388.000,00
15181 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
15182 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	1.815.000,00	7.260.000,00
Total	920.339.900,00	988.358.700,00	1.061.727.900,00	1.137.936.900,00	4.108.363.400,00
COLOMBO PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLOMBO					
Resumo por Vínculo	2026	2027	2028	2029	Valor
00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	5.613.466,71	5.699.466,71	5.714.466,71	5.729.466,71	22.756.866,84
01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.030,00	12.030,00	12.030,00	12.030,00	48.120,00
01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	73.804.655,44	73.524.207,19	73.313.289,15	73.052.437,31	293.694.589,09
01402 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Legislativo	608.435,00	610.435,00	612.435,00	614.435,00	2.445.740,00
01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)	4.478.594,81	4.478.594,81	4.478.594,81	4.478.594,81	17.914.379,24
10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	67.429.821,13	83.337.369,85	107.323.634,63	134.576.038,14	392.666.863,75
10462 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Legislativo	160.834,00	159.334,00	157.834,00	156.334,00	634.336,00
11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	764.086,85	364.086,85	364.086,85	364.086,85	1.856.347,40
Total	152.871.923,94	168.185.524,41	191.976.371,15	218.983.422,82	732.017.242,32
Total Consolidado	1.073.211.823,94	1.156.544.224,41	1.253.704.271,15	1.356.920.322,82	4.840.380.642,32

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:65A0F16F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1881/2025 PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029 – ANEXO 3 – INDICADORES

MUNICÍPIO DE COLOMBO			
Gerenciamento do Sistema			
Indicadores do PPA			
Cancelado: Todos			
Código Indicador	Descrição	Unidade de Medida	Programa
1	Vereadores	Pessoas	1
2	Aposentados e Pensionistas Plano Financeiro	Pessoas	2
3	Aposentados e Pensionistas Plano Previdenciário	Pessoas	2
4	Aposentados e Pensionistas	Pessoas	3
5	IPDM	Índice	4
6	IPDM	Índice	5
7	Desempenho de Comunicação em Redes Sociais	Percentual	6
8	Número de pessoas atendidas pelos Programas de Cidadania	Pessoas	7
11	Redução do Absenteísmo dos Servidores	Percentual	9
12	Taxa de Evasão Escolar	Percentual	10
13	Taxa de Aprovação	Percentual	10
14	Taxa de Freqüência Escolar	Percentual	10
15	IDEB	Percentual	10
16	Taxa de Freqüência Escolar da Educação Infantil	Percentual	10
18	Crescimento da Receita de Tributos	Percentual	12
20	Percentual de Prédios Públicos arrombados e depredados/Total Prédios Públicos	Percentual	13
21	Número de linhas de ônibus em operação no Município	Linhas de ônibus	14
22	Percentual de Servidores Municipais Assegurados	Percentual	15
23	Taxa de acompanhamento PBF	Percentual	36

24	Percentual de atendimento às demandas de Crianças e Adolescentes	Pessoas	17
25	Taxa de Mortalidade Prematura pelo conjunto das 04 principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis	Nº de óbitos/100.000 hab.	18
26	Taxa de Mortalidade Infantil	Nº de óbitos / 1.000 Nascidos Vivos	18
27	Cobertura Populacional estimada pelas Equipes de Atenção Primária a Saúde	Percentual	18
28	Proporção de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com pelo menos 01 coleta realizada para exame de rastreamento de câncer de colo de útero	Proporção	18
29	Percentual de Processos da Ouvidoria respondidos/concluídos	Percentual	19
30	Servidores Capacitados por meio de Educação Continuada	Pessoas	19
31	Auditoria de Estabelecimentos prestadores de Serviços de Saúde credenciados ao SUS	Percentual	19
32	Proporção de amostras de Água para consumo humano coletas e analisadas	Percentual	20
33	Cobertura Vacinal de vacinas selecionadas do calendário nacional para crianças menores de 02 anos de idade	Percentual	20
34	Proporção de baciloscopia e/ou teste rápido molecular de escarro realizados nos usuários sintomáticos respiratórios cura dos casos novos de Tuberculose Pulmonar Bacilífera	Percentual	20
35	Proporção dos contatos examinados de casos novos de Hanseníase	Percentual	20
36	Proporção de Partos Vaginais	Percentual	21
37	Unidades do SAMU em funcionamento	Unidade	21
38	Unidades de Pronto Atendimento em funcionamento	Unidade	21
39	Centros de Atenção Psicossocial em funcionamento	Unidade	21
40	População beneficiada por atividades e ações culturais nos equipamentos municipais	Percentual	22
41	População atendida por programas de incentivo a prática desportiva e de lazer	Percentual	23
42	Manutenção e Eficientização do Sistema de Iluminação Pública com substituição das lâmpadas convencionais por sistema LED.	Unidade	24
43	Extensão da Malha Viária Pavimentada	Metros Lineares	25
44	Área de projetos de prédios públicos concluídos	Metros Quadrados	26
45	Famílias atendidas (relocadas ou regularizadas)	Famílias	27
46	Saldo de Empregos	Unidade	28
47	Número de Empreendimentos Turísticos cadastrados no Cadastur	Unidade	29
48	Limpeza de Leitos assoreados	Metros Lineares	30
49	Taxa da população coberta com serviço de coleta de resíduos	Percentual	31
50	População atendida pelos Programas de Abastecimento	Pessoas	32
51	Valor da produção de Produtos Primários	Valores Financeiros	33
52	Atendimentos realizados pelos Programas de Agricultura	Atendimentos	33
53	Pessoas Idosas atendidas em SCFV	Pessoas	37
54	Atendimento à Pessoa Idosa	Pessoas	35
55	Pessoa com Deficiência atendidas	Pessoas	7
57	Numero de processos tramitados pelo Departamento de Transito- DETRAN/Colombo	Unidade	14
59	Edificações públicas sob responsabilidade SEMOV conservadas	Percentual	25
60	Numero de Bairros cobertos por Ações de Proteção Animal	Bairros	31
61	Percentual de análise/encaminhamento de Processos de Solicitação de Licenciamento e Alvará	Percentual	31
62	Extensão de Projetos de Pavimentação concluídos	Metros Lineares	26
63	Número de Ações de participação Cidadã realizadas	Unidade	41
64	Percentual de disponibilidade dos sistemas e serviços de TI	Percentual	11
65	Índice de satisfação dos Usuários com os serviços de TI	Percentual	11
66	Pessoas atendidas nas ações integradas de Segurança Alimentar	Pessoas	16
67	Pessoas atendidas pela Assistência em Assuntos Jurídicos	Pessoas	16
68	Demandas intermediadas entre as Secretarias	Percentual	42
69	Manutenção Unidades de Atendimento Social	Percentual	16
70	Benefícios eventuais	Unidade	36
71	Famílias atendidas e acompanhadas pelo PAIF	Famílias	37
72	Crianças e Adolescentes atendidos em SCFV	Pessoas	37
73	Crianças e Adolescentes em acolhimento	Pessoas	38
74	Pessoas em Acolhimento(Pessoa Idosa, Pessoa com deficiência, Mulheres vítimas de Violência)	Pessoas	38
75	Indivíduos e Famílias acompanhados	Pessoas	38
76	Crianças e Adolescentes beneficiados	Pessoas	17
77	Pessoas Idosas beneficiadas	Pessoas	35
79	Atendimentos realizados pelos programas de Agronegócio	Atendimentos	33
80	Alunos beneficiados pelo Programa Passe Escolar	Pessoas	39
81	Beneficiados com o Cursinho Você Aprovado	Pessoas	39
82	Escolas beneficiadas pelo Programa Forma Jovem	Unidade	39
83	Roteiros de Turismo no Município	Unidade	29
84	Ações de Proteção do Patrimônio cultural material e imaterial	Ações	22
85	Políticas voltadas a Igualdade Racial	Ações antirracistas	22
86	Percentual de Projetos Pré aprovados, convertidos em Instrumentos de Convênio	Percentual	34
87	Percepção dos Serviços Públicos	Escala de pontuação (1 a 5 pontos)	8
88	Consumo médio de combustível por veículo/ano	Litros	8
89	Percentual de atendimento ao Plano Anual de Contratações (PAC) no prazo previsto	Percentual	8
90	Percentual de Licitações homologadas	Percentual	8
91	Indice de Qualificação Profissional	Percentual	9
92	Políticas públicas para Mulheres	Unidade	40
93	Nº de pessoas sensibilizadas com ações voltadas à Politicas Públicas inclusivas e manutenção/garantia de Direitos	Pessoas	40
94	Inclusão Social para grupos específicos (Pop. em situação de rua, agricultores familiares, Catadores de Recicláveis, Pop. periférica)	Número de ações e serviços	40
95	Guardas Municipais por habitantes	Percentual	13
96	Atendimentos Patrulha Maria da Penha - combate à reincidência da violência doméstica	Atendimentos/ano	13

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:F74C0FCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – ANEXO 1 – DEM. RECEITAS E DESPESAS SEG. CATEGORIA ECONÔMICA

MUNICÍPIO DE COLOMBO			
Planejamento e Orçamento			
Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica			
- Anexo I			
Entidade(s): Consolidado			
Ano LOA: 2026			
Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985			
Receitas	**R$**	**Despesas**	**R$**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	

Receitas correntes	1.089.283.516,94	Despesas correntes	984.903.128,94
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	235.028.700,00	Pessoal e encargos sociais	606.297.773,54
Contribuições	47.746.730,00	Juros e encargos da dívida	3.396.581,00
Receita patrimonial	56.501.848,30	Outras despesas correntes	375.208.774,40
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	9.655.245,92		
Transferências correntes	699.571.000,00		
Outras receitas correntes	40.779.992,72		
Receitas correntes	35.929.107,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	35.929.107,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receita Orçamentária	(73.965.800,00)		
Receitas correntes	(73.965.800,00)		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	(87.000,00)		
Contribuições	(1.000,00)		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	(73.877.800,00)		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas de capital	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas de capital	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Total das Receitas Correntes	1.051.246.823,94	**Total das Depesas Correntes**	984.903.128,94
Déficit	0,00	**Superávit**	66.343.695,00
Soma	1.051.246.823,94	**Soma**	1.051.246.823,94
Superávit do Orçamento Corrente	66.343.695,00	**Déficit do Orçamento Corrente**	0,00
Receitas de capital	21.965.000,00	Despesas de capital	87.958.695,00
Operações de crédito	20.000.000,00	Investimentos	76.714.695,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	11.244.000,00
Transferências de capital	1.965.000,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Total das Receitas de Capital	21.965.000,00	**Total das Depesas de Capital**	87.958.695,00
		-(Reserva de contingência	350.000,00
		+Reserva do RPPS)	
Déficit	65.993.695,00	**Superávit**	0,00

Resumo			
Receitas Correntes	1.051.246.823,94	Despesas Correntes	984.903.128,94
Receitas de Capital	21.965.000,00	Despesas de Capital	87.958.695,00
		Reserva de Contingência	350.000,00
		Reserva do RPPS	
Subtotal	1.073.211.823,94	**Subtotal**	1.073.211.823,94
Déficit	0,00	**Superavit**	0,00
Total	1.073.211.823,94	**Total**	1.073.211.823,94

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:27CBEB5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – ANEXO 2 – DESP. SEGUNDO CAT. ECONÔMICA (CONSOLIDADO POR ELEMENTO)

MUNICÍPIO DE COLOMBO
Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)
Entidade(s): Consolidado
Ano LOA: 2026 Listar Analíticas: Sim

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			984.903.128,94
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			606.297.773,54
315000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		10.375.000,00	
315043000000000000	Subvenções sociais	10.375.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.375.000,00		
317100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		67.000,00	
317170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	67.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	67.000,00		
319000000000000000	Aplicações diretas		559.794.895,98	
319001000000000000	Aposentadorias do rpps, reserva remunerada e reformas dos militares	129.744.183,00		
01401	Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	95.393.783,00		
10461	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	31.950.400,00		
11049	Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	2.400.000,00		
319003000000000000	Pensões do RPPS e do militar	10.807.000,00		
01401	Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	6.500.000,00		
10461	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	4.000.000,00		
11049	Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	307.000,00		
319007000000000000	Contribuições a entidades fechadas de previdência	50.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	393.966.031,80		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	21.500.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	2.356.881,80		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	103.108.500,00		
01051	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de	10.511.000,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.611.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	15.302.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	52.046.650,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	1.070.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	5.625.000,00		
11011	FUNDEB 70% - Exercício Corrente	143.040.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	9.517.000,00		
11064	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	2.657.000,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	23.621.000,00		
319013000000000000	Contribuições patronais	20.144.000,00		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	3.054.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	81.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.381.000,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	250.000,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
319013000000000000	Contribuições patronais	20.144.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	250.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	6.670.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	53.000,00		
11011	FUNDEB 70% - Exercício Corrente	2.400.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	5.000,00		
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	4.564.681,18		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	48.181,18		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.711.500,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	160.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	1.310.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	15.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	20.000,00		
11011	FUNDEB 70% - Exercício Corrente	200.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	50.000,00		
319046000000000000	Auxílio-alimentação	198.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	198.000,00		
319049000000000000	Auxílio-transporte	54.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	54.000,00		
319086000000000000	Compensações a regimes de previdência	91.000,00		
01551	Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)	21.000,00		
11049	Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	70.000,00		
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhistas	25.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00		
319096000000000000	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	151.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	1.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		36.060.877,56	
319113000000000000	Contribuições patronais	36.050.877,56		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	900.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	244.691,56		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.236.186,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	490.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	1.536.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	8.135.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	73.000,00		
11011	FUNDEB 70% - Exercício Corrente	16.123.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	1.313.000,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
319192000000000000	Despesas de exercícios anteriores	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
320000000000000000	Juros e encargos da dívida			3.396.581,00
329000000000000000	Aplicações diretas		3.396.581,00	
329021000000000000	Juros sobre a dívida por contrato	3.365.581,00		

01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.365.581,00		
329022000000000000	Outros encargos sobre a dívida por contrato	31.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	31.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			375.208.774,40
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		15.155.000,00	
335043000000000000	Subvenções sociais	15.155.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	14.306.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	789.000,00		
01880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	50.000,00		
01900	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	10.000,00		
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		21.164.000,00	
337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	21.164.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.226.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	6.128.000,00		
01369	Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	600.000,00		
01511	Taxas pela Prestação de Serviços	5.700.000,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	3.310.000,00		
14942	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	1.200.000,00		
337200000000000000	Execução orçamentária delegada a consórcios públicos		1.037.500,00	
337239000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.037.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	37.500,00		
14942	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	1.000.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas		303.491.598,40	
339008000000000000	Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	39.728,08		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	14.728,08		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	382.678,40		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	300.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	12.678,40		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	70.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	48.020.367,09		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	350.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	61.917,09		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	18.247.000,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
339030000000000000	Material de consumo	48.020.367,09		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.293.450,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	7.869.000,00		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.479.000,00		
01111	MDE/PDDE FNDE	4.000,00		
01231	Piso Único de Assistência Social - PAS	220.000,00		
01241	Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)	50.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	2.229.000,00		
01353	Emendas de Bancada - Custeio/Saúde	200.000,00		
01356	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/SAÚDE (Finalidade Definida)	1.500.000,00		
01369	Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	480.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	1.197.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	38.000,00		
01515	FUNREBOM	5.000,00		
01555	SANEPAR – Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	250.000,00		
01709	Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil)	30.000,00		
01803	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade Definida)	2.000,00		
01807	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/Social	200.000,00		
01809	Emendas de Bancada - Custeio/Social	25.000,00		
01880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	30.000,00		
01900	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	10.000,00		
01933	IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	9.000,00		
01934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS	520.000,00		
01940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	46.000,00		
01941	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	320.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	5.618.000,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	2.062.000,00		
14942	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	675.000,00		
339031000000000000	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	120.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	120.000,00		
339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	13.493.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.994.000,00		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.615.000,00		
01158	FNDE/Merenda	4.379.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	1.505.000,00		
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	26.765.031,05		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	400.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	63.781,05		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	10.932.250,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	26.765.031,05		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	9.395.000,00		
01117	MDE/FNDE PNAT T. DE ESCOLARES	398.000,00		
01162	Transporte Escolar Estado	5.576.000,00		
339035000000000000	Serviços de consultoria	177.782,60		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	177.782,60		
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.708.000,00		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	20.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	82.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.125.000,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	135.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	111.000,00		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00		
01241	Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)	0,00		

01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	947.000,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	288.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	163.586.502,72		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	2.500.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	612.412,72		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	56.737.000,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	9.449.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	12.839.000,00		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	127.000,00		
01111	MDE/PDDE FNDE	4.000,00		
01231	Piso Único de Assistência Social - PAS	270.000,00		
01241	Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)	64.500,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	3.917.000,00		
01353	Emendas de Bancada - Custeio/Saúde	300.000,00		
01356	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/SAÚDE (Finalidade Definida)	2.500.000,00		
01369	Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	2.310.000,00		
01401	Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	130,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	11.800.000,00		
01509	Gerenciamento do Trânsito	0,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	2.100.500,00		
01511	Taxas pela Prestação de Serviços	21.824.200,00		
01515	FUNREBOM	4.000,00		
01555	SANEPAR – Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	1.979.000,00		
01709	Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil)	60.000,00		
01803	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade Definida)	2.000,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	163.586.502,72		
01807	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/Social	200.000,00		
01809	Emendas de Bancada - Custeio/Social	25.000,00		
01880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	70.000,00		
01900	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	10.000,00		
01933	IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	6.000,00		
01934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS	778.000,00		
01940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	459.000,00		
01941	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	398.500,00		
03509	Gerenciamento do Trânsito-Ex.Anterior	0,00		
10461	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	130,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	24.774.000,00		
11040	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.482.000,00		
11049	Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	130,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	2.489.000,00		
14942	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	2.495.000,00		
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	15.292.801,46		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	1.000.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	214.801,46		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.149.500,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	4.048.000,00		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.239.000,00		
01231	Piso Único de Assistência Social - PAS	35.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	896.000,00		
01369	Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	90.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	45.000,00		
01515	FUNREBOM	3.000,00		
01934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS	85.000,00		
01940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	22.000,00		
01941	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	54.500,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	161.000,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	1.250.000,00		
339046000000000000	Auxílio-alimentação	13.005.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.005.000,00		
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	12.755.707,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	2.300,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	9.743.407,00		
01401	Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	2.500.000,00		
01551	Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)	250.000,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	12.755.707,00		
10461	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	200.000,00		
11049	Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	60.000,00		
339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	310.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	310.000,00		
339059000000000000	Pensões especiais	105.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	105.000,00		
339086000000000000	Compensações a regimes de previdência	1.040.000,00		
01551	Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)	200.000,00		
11049	Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	840.000,00		
339091000000000000	Sentenças judiciais	4.400.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000.000,00		
01401	Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	1.700.000,00		
10461	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	1.700.000,00		
339092000000000000	Despesas de exercícios anteriores	5.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00		
339093000000000000	Indenizações e restituições	285.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	285.000,00		
339100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		34.360.676,00	
339197000000000000	Aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS	34.360.676,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.360.676,00		
400000000000000000	Despesas de capital			87.958.695,00

4400000000000000000	Investimentos			76.714.695,00
4471000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		8.500,00	
4471700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	8.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.500,00		
4490000000000000000	Aplicações diretas		76.706.195,00	
4490510000000000000	Obras e instalações	67.674.000,00		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	280.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	29.866.000,00		
01504	Outros Royalties e Compensações Financ.e Patrimoniais Não Previd.	3.627.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	0,00		
01512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB	320.000,00		
01555	SANEPAR – Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	80.000,00		
11009	Pavimentação e Revitalização de Ruas	20.000.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	12.001.000,00		
11040	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.000.000,00		
15182	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	500.000,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	8.442.195,00		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	400.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	156.195,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.786.000,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	191.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	940.000,00		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	20.000,00		
01111	MDE/PDDE FNDE	2.000,00		
01241	Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)	5.500,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	488.000,00		
01369	Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	20.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	150.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	231.500,00		
01515	FUNREBOM	3.000,00		
01555	SANEPAR – Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	917.000,00		
01709	Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil)	10.000,00		
01803	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade Definida)	1.000,00		
01933	IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	5.000,00		
01934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS	69.000,00		
01940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	33.000,00		
01941	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	67.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	482.000,00		
15181	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	150.000,00		
15182	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	1.315.000,00		
4490610000000000000	Aquisição de imóveis	590.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	590.000,00		
4600000000000000000	Amortização da dívida			11.244.000,00
4690000000000000000	Aplicações diretas		11.244.000,00	
4690710000000000000	Principal da dívida contratual resgatado	5.615.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.615.000,00		
4690910000000000000	Sentenças judiciais	4.979.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.979.000,00		
4690920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	650.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	650.000,00		
9000000000000000000	Reserva de contingência			350.000,00
9900000000000000000	Reserva de contingência			350.000,00
9999000000000000000	Reserva de contingência		350.000,00	
9999990000000000000	Reserva de contingência	350.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	350.000,00		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
			Total	1.073.211.823,94

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:749B5834

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – ANEXO 6 – PROGRAMA DE TRABALHO (POR ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA)

MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985					
01 - Câmara Municipal de Colombo					
001 - Câmara Municipal de Colombo					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0001	Legislativa			30.704.000,00	30.704.000,00
0001.0031	Acao Legislativa			30.704.000,00	30.704.000,00
0001.0031.0001	EXECUÇÃO DA AÇÃO LEGISLATIVA			30.704.000,00	30.704.000,00
0001.0031.0001.2001	ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL			30.704.000,00	30.704.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**30.704.000,00**	**30.704.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**30.704.000,00**	**30.704.000,00**
02 - Autarquia Colombo Previdência					
001 - Previdência Plano Financeiro					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0009	Previdência Social			41.527.660,00	41.527.660,00
0009.0272	Previdência do Regime Estatutário			41.527.660,00	41.527.660,00
0009.0272.0002	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			41.527.660,00	41.527.660,00

0009.0272.0002.2023	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS			41.527.660,00	41.527.660,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**41.527.660,00**	**41.527.660,00**
002 - Previdência Plano Previdenciário					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0009	Previdência Social			106.564.913,00	106.564.913,00
0009.0272	Previdência do Regime Estatutário			106.564.913,00	106.564.913,00
0009.0272.0002	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			106.564.913,00	106.564.913,00
0009.0272.0002.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS			106.564.913,00	106.564.913,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**106.564.913,00**	**106.564.913,00**
003 - Previdência Administração					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0009	Previdência Social			4.779.350,94	4.779.350,94
0009.0122	Administracao Geral			4.779.350,94	4.779.350,94
0009.0122.0003	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA			4.779.350,94	4.779.350,94
0009.0122.0003.2025	MATERIAIS E SERVIÇOS DA SEDE DA AUTARQUIA			4.779.350,94	4.779.350,94
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**4.779.350,94**	**4.779.350,94**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**152.871.923,94**	**152.871.923,94**
03 - Gabinete do Prefeito Municipal					
001 - Departamento Administrativo					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			1.770.000,00	1.770.000,00
0004.0122	Administracao Geral			1.770.000,00	1.770.000,00
0004.0122.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			1.770.000,00	1.770.000,00
0004.0122.0004.2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO			1.770.000,00	1.770.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.770.000,00**	**1.770.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**1.770.000,00**	**1.770.000,00**
04 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal					
001 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			600.000,00	600.000,00
0004.0122	Administracao Geral			600.000,00	600.000,00
0004.0122.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			600.000,00	600.000,00
0004.0122.0004.2003	ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO GABINETE DO			600.000,00	600.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**600.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**600.000,00**	**600.000,00**
05 - Procuradoria Geral do Município					
001 - Procuradoria Geral do Município					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			4.200.000,00	4.200.000,00
0004.0092	Representação Judicial e Extrajudicial			4.200.000,00	4.200.000,00
0004.0092.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			4.200.000,00	4.200.000,00
0004.0092.0004.2006	ASSESSORAMENTO JURÍDICO			4.200.000,00	4.200.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**4.200.000,00**	**4.200.000,00**
05 - Procuradoria Geral do Município					
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**4.200.000,00**	**4.200.000,00**
06 - Controladoria Geral do Município					
001 - Controladoria Geral do Município					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			1.144.000,00	1.144.000,00
0004.0124	Controle Interno			1.144.000,00	1.144.000,00
0004.0124.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			1.144.000,00	1.144.000,00
0004.0124.0004.2004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA			1.144.000,00	1.144.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.144.000,00**	**1.144.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**1.144.000,00**	**1.144.000,00**
07 - Ouvidoria Geral do Município					
001 - Ouvidoria Geral do Município					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			500.000,00	500.000,00
0004.0122	Administracao Geral			500.000,00	500.000,00
0004.0122.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			500.000,00	500.000,00
0004.0122.0004.2011	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES			500.000,00	500.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**500.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**500.000,00**
08 - Consultoria Jurídica do Município					
001 - Consultoria Jurídica do Município					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			200.000,00	200.000,00
0004.0122	Administracao Geral			200.000,00	200.000,00
0004.0122.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			200.000,00	200.000,00
0004.0122.0004.2150	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONSULTORIA JURÍDICA			200.000,00	200.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**200.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**200.000,00**
09 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional					
001 - Departamento de Imprensa					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			3.800.000,00	3.800.000,00
0004.0131	Comunicação Social			3.800.000,00	3.800.000,00
0004.0131.0006	COLOMBO COMUNICA MAIS			3.800.000,00	3.800.000,00
0004.0131.0006.2152	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO			3.800.000,00	3.800.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**3.800.000,00**	**3.800.000,00**
002 - Superintendência Executiva do Desenvolvimento Institucional					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			1.049.000,00	1.049.000,00
0004.0122	Administracao Geral			1.049.000,00	1.049.000,00
0004.0122.0034	COLOMBO DESENVOLVE MAIS			1.049.000,00	1.049.000,00
0004.0122.0034.2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO INSTITUCIONAL			1.049.000,00	1.049.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.049.000,00**	**1.049.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**4.849.000,00**	**4.849.000,00**
10 - Secretaria Municipal de Administração					

001 - Departamento Administrativo

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004	Administração		1.580.000,00	3.340.500,00	4.920.500,00
0004.0122	Administracao Geral		1.580.000,00	3.340.500,00	4.920.500,00
0004.0122.0008	GESTÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA		1.580.000,00	3.340.500,00	4.920.500,00
0004.0122.0008.1001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES		1.580.000,00		1.580.000,00
0004.0122.0008.2012	ADMINISTRAÇÃO GERAL			3.275.500,00	3.275.500,00
0004.0122.0008.2014	CONVÊNIO COM CARTÓRIO ELEITORAL			65.000,00	65.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**1.580.000,00**	**3.340.500,00**	**4.920.500,00**

002 - Departamento de Protocolo e Arquivo

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004	Administração			1.609.000,00	1.609.000,00
0004.0122	Administracao Geral			1.609.000,00	1.609.000,00

10 - Secretaria Municipal de Administração

002 - Departamento de Protocolo e Arquivo

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004.0122.0008	GESTÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA			1.609.000,00	1.609.000,00
0004.0122.0008.2169	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE PROTOCOLO E			1.609.000,00	1.609.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.609.000,00**	**1.609.000,00**

003 - Departamento de Serviços de Atendimento ao Cidadão

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004	Administração			263.000,00	263.000,00
0004.0122	Administracao Geral			263.000,00	263.000,00
0004.0122.0008	GESTÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA			263.000,00	263.000,00
0004.0122.0008.2164	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO			263.000,00	263.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**263.000,00**	**263.000,00**

004 - Departamento de Manutenção da Frota Pública

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004	Administração			1.796.000,00	1.796.000,00
0004.0122	Administracao Geral			1.796.000,00	1.796.000,00
0004.0122.0008	GESTÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA			1.796.000,00	1.796.000,00
0004.0122.0008.2016	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FROTA PUBLICA			1.796.000,00	1.796.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.796.000,00**	**1.796.000,00**

005 - Departamento de Compras

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004	Administração			2.350.000,00	2.350.000,00
0004.0122	Administracao Geral			2.350.000,00	2.350.000,00
0004.0122.0008	GESTÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA			2.350.000,00	2.350.000,00
0004.0122.0008.2013	CENTRAL DE SUPRIMENTOS			500.000,00	500.000,00
0004.0122.0008.2017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS			1.850.000,00	1.850.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**2.350.000,00**	**2.350.000,00**

006 - Departamento de Recursos Humanos

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0011	Trabalho			19.742.000,00	19.742.000,00
0011.0331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador			14.035.000,00	14.035.000,00
0011.0331.0009	GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PESSOAL			14.035.000,00	14.035.000,00
0011.0331.0009.2019	VALE TRANSPORTE AOS SERVIDORES			1.000.000,00	1.000.000,00
0011.0331.0009.2021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO			30.000,00	30.000,00
0011.0331.0009.2022	MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO REFEIÇÃO AOS SERVIDORES			13.005.000,00	13.005.000,00
0011.0332	Relações de Trabalho			5.707.000,00	5.707.000,00
0011.0332.0009	GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PESSOAL			5.707.000,00	5.707.000,00
0011.0332.0009.2018	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS			5.607.000,00	5.607.000,00
0011.0332.0009.2028	SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA			100.000,00	100.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**19.742.000,00**	**19.742.000,00**

007 - Departamento de Controle e Conservação de Patrimônio

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004	Administração			3.100.000,00	3.100.000,00
0004.0122	Administracao Geral			3.100.000,00	3.100.000,00
0004.0122.0008	GESTÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA			3.100.000,00	3.100.000,00
0004.0122.0008.2020	ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO			3.100.000,00	3.100.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**3.100.000,00**	**3.100.000,00**

008 - Departamento de Escola de Gestão Pública

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0011	Trabalho			875.000,00	875.000,00
0011.0128	Formação de Recursos Humanos			875.000,00	875.000,00
0011.0128.0009	GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PESSOAL			875.000,00	875.000,00
0011.0128.0009.2027	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE GESTÃO			875.000,00	875.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**875.000,00**	**875.000,00**

009 - Superintendências Regionais

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004	Administração			2.700.000,00	2.700.000,00
0004.0122	Administracao Geral			2.700.000,00	2.700.000,00

10 - Secretaria Municipal de Administração

009 - Superintendências Regionais

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004.0122.0008	GESTÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA			2.700.000,00	2.700.000,00
0004.0122.0008.2156	MANUTENÇÃO DAS REGIONAIS ADMINISTRATIVAS			2.700.000,00	2.700.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**2.700.000,00**	**2.700.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**1.580.000,00**	**35.775.500,00**	**37.355.500,00**

11 - Secretaria Municipal de Governo

001 - Departamento de Relações Governamentais

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0004	Administração			1.097.000,00	1.097.000,00
0004.0122	Administracao Geral			1.097.000,00	1.097.000,00
0004.0122.0042	GESTÃO GOVERNAMENTAL			1.097.000,00	1.097.000,00
0004.0122.0042.2153	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA E AÇÕES DA SECRETARIA			1.097.000,00	1.097.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.097.000,00**	**1.097.000,00**

002 - Departamento de Cerimonial

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total

0004	Administração			569.000,00	569.000,00
0004.0122	Administracao Geral			569.000,00	569.000,00
0004.0122.0042	GESTÃO GOVERNAMENTAL			569.000,00	569.000,00
0004.0122.0042.2125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO			569.000,00	569.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**569.000,00**	**569.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**1.666.000,00**	**1.666.000,00**
12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica					
001 - Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			712.000,00	712.000,00
0004.0121	Planejamento e Orçamento			712.000,00	712.000,00
0004.0121.0005	PLANEJAMENTO INTELIGENTE E ORGANIZAÇÃO			712.000,00	712.000,00
0004.0121.0005.2010	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FOCADAS PARA O DESENVOLVIMENTO			712.000,00	712.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**712.000,00**	**712.000,00**
002 - Departamento de Inovação					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			543.000,00	543.000,00
0004.0121	Planejamento e Orçamento			543.000,00	543.000,00
0004.0121.0041	INOVAÇÃO URBANA E INSTITUCIONAL SUSTENTÁVEL			543.000,00	543.000,00
0004.0121.0041.2157	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS			543.000,00	543.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**543.000,00**	**543.000,00**
003 - Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			7.120.000,00	7.120.000,00
0004.0126	Tecnologia da Informação			7.120.000,00	7.120.000,00
0004.0126.0011	GESTÃO E SUSTENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			7.120.000,00	7.120.000,00
0004.0126.0011.2158	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INFRAESTRUTURA			7.120.000,00	7.120.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**7.120.000,00**	**7.120.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**8.375.000,00**	**8.375.000,00**
13 - Secretaria Municipal da Fazenda					
001 - Departamento de Contabilidade					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			2.924.000,00	2.924.000,00
0004.0123	Administração Financeira			2.924.000,00	2.924.000,00
0004.0123.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS			2.924.000,00	2.924.000,00
0004.0123.0012.2030	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL			2.924.000,00	2.924.000,00
0009	Previdência Social			9.723.407,00	9.723.407,00
0009.0271	Previdência Básica			9.723.407,00	9.723.407,00
0009.0271.0015	CONTRIBUIÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SEGURADOS			9.723.407,00	9.723.407,00
0009.0271.0015.2031	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP			9.723.407,00	9.723.407,00
0028	Encargos Especiais			49.476.443,00	49.476.443,00
0028.0846	Outros encargos Especiais			49.476.443,00	49.476.443,00
13 - Secretaria Municipal da Fazenda					
001 - Departamento de Contabilidade					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0028.0846.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS			15.100.581,00	15.100.581,00
0028.0846.0012.2026	PAGAMENTO DA DÍVIDA PUBLICA MUNICIPAL			15.100.581,00	15.100.581,00
0028.0846.0015	CONTRIBUIÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SEGURADOS			34.375.862,00	34.375.862,00
0028.0846.0015.2032	PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA			34.375.862,00	34.375.862,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**62.123.850,00**	**62.123.850,00**
002 - Departamento de Gestão Financeira					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			601.000,00	601.000,00
0004.0123	Administração Financeira			601.000,00	601.000,00
0004.0123.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS			601.000,00	601.000,00
0004.0123.0012.2035	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO FINANCEIRA			601.000,00	601.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**601.000,00**	**601.000,00**
003 - Departamento de Gestão Tributária					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			6.637.500,00	6.637.500,00
0004.0129	Administração de Receitas			6.637.500,00	6.637.500,00
0004.0129.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS			6.637.500,00	6.637.500,00
0004.0129.0012.2040	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ARRECADAÇÃO E			6.637.500,00	6.637.500,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**6.637.500,00**	**6.637.500,00**
004 - Departamento de Gestão Orçamentária					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			413.000,00	413.000,00
0004.0121	Planejamento e Orçamento			413.000,00	413.000,00
0004.0121.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS			413.000,00	413.000,00
0004.0121.0012.2008	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO E			413.000,00	413.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**413.000,00**	**413.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**69.775.350,00**	**69.775.350,00**
14 - Secretaria Municipal de Urbanismo					
001 - Departamento de Urbanismo					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0015	Urbanismo			3.682.000,00	3.682.000,00
0015.0451	Infra-Estrutura Urbana			3.682.000,00	3.682.000,00
0015.0451.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO			3.682.000,00	3.682.000,00
0015.0451.0026.2043	ADMINISTRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA			3.682.000,00	3.682.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**3.682.000,00**	**3.682.000,00**
002 - Departamento de Georreferenciamento e Cadastro Imobiliário					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			1.028.000,00	1.028.000,00
0004.0121	Planejamento e Orçamento			1.028.000,00	1.028.000,00
0004.0121.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO			1.028.000,00	1.028.000,00
0004.0121.0026.2165	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO			1.028.000,00	1.028.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.028.000,00**	**1.028.000,00**
003 - Departamento de Projetos					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**

0004	Administração			440.000,00	440.000,00
0004.0121	Planejamento e Orçamento			440.000,00	440.000,00
0004.0121.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO			440.000,00	440.000,00
0004.0121.0026.2166	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS			440.000,00	440.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**440.000,00**	**440.000,00**
004 - Departamento de Gestão de Concessões Públicas					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			114.000,00	114.000,00
0004.0130	Administração de Concessões			114.000,00	114.000,00
0004.0130.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO			114.000,00	114.000,00
0004.0130.0026.2171	ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS CONCESSÕES			114.000,00	114.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**114.000,00**	**114.000,00**
14 - Secretaria Municipal de Urbanismo					
005 - Departamento de Pavimentação					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			162.000,00	162.000,00
0004.0121	Planejamento e Orçamento			162.000,00	162.000,00
0004.0121.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO			162.000,00	162.000,00
0004.0121.0026.2188	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO			162.000,00	162.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**162.000,00**	**162.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**5.426.000,00**	**5.426.000,00**
15 - Secretaria Municipal de Educação					
001 - Departamento de Educação					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0012	Educação		13.071.000,00	263.510.450,00	276.581.450,00
0012.0361	Ensino Fundamental		8.000.000,00	158.664.000,00	166.664.000,00
0012.0361.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		8.000.000,00	158.664.000,00	166.664.000,00
0012.0361.0010.1004	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES		8.000.000,00		8.000.000,00
0012.0361.0010.2046	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS			29.832.000,00	29.832.000,00
0012.0361.0010.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS			93.273.000,00	93.273.000,00
0012.0361.0010.2048	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS			33.794.000,00	33.794.000,00
0012.0361.0010.2050	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE			5.000,00	5.000,00
0012.0361.0010.2051	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO			1.760.000,00	1.760.000,00
0012.0365	Educação Infantil		5.071.000,00	99.079.450,00	104.150.450,00
0012.0365.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		5.071.000,00	99.079.450,00	104.150.450,00
0012.0365.0010.1003	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS		5.071.000,00		5.071.000,00
0012.0365.0010.2057	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - RECURSOS			18.469.450,00	18.469.450,00
0012.0365.0010.2131	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO			1.105.000,00	1.105.000,00
0012.0365.0010.2132	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB			14.500.000,00	14.500.000,00
0012.0365.0010.2135	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB			65.000.000,00	65.000.000,00
0012.0365.0010.2141	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE			5.000,00	5.000,00
0012.0367	Educacao Especial			5.767.000,00	5.767.000,00
0012.0367.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			5.767.000,00	5.767.000,00
0012.0367.0010.2172	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB			3.490.000,00	3.490.000,00
0012.0367.0010.2173	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			2.277.000,00	2.277.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**13.071.000,00**	**263.510.450,00**	**276.581.450,00**
002 - Departamento Administrativo					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0012	Educação			44.700.250,00	44.700.250,00
0012.0361	Ensino Fundamental			38.249.250,00	38.249.250,00
0012.0361.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			38.249.250,00	38.249.250,00
0012.0361.0010.2052	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICO ADMINISTRATIVAS			4.337.000,00	4.337.000,00
0012.0361.0010.2053	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE TRANSPORTE			2.118.000,00	2.118.000,00
0012.0361.0010.2055	MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL			5.493.000,00	5.493.000,00
0012.0361.0010.2061	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE			26.301.250,00	26.301.250,00
0012.0365	Educação Infantil			6.451.000,00	6.451.000,00
0012.0365.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			6.451.000,00	6.451.000,00
0012.0365.0010.2058	MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL			6.451.000,00	6.451.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**44.700.250,00**	**44.700.250,00**
003 - Departamento de Orçamento e Controle					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0012	Educação			1.281.000,00	1.281.000,00
0012.0361	Ensino Fundamental			1.281.000,00	1.281.000,00
0012.0361.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			1.281.000,00	1.281.000,00
0012.0361.0010.2054	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO E CONTROLE			1.281.000,00	1.281.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.281.000,00**	**1.281.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**13.071.000,00**	**309.491.700,00**	**322.562.700,00**
16 - Secretaria Municipal de Saúde					
001 - Ouvidoria					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0010	Saúde			169.000,00	169.000,00
0010.0301	Atenção Básica			169.000,00	169.000,00
16 - Secretaria Municipal de Saúde					
001 - Ouvidoria					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0010.0301.0019	GESTÃO DO SUS			169.000,00	169.000,00
0010.0301.0019.2066	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA EM			169.000,00	169.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**169.000,00**	**169.000,00**
002 - Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0010	Saúde			11.786.000,00	11.786.000,00
0010.0304	Vigilância Sanitária			2.268.000,00	2.268.000,00
0010.0304.0020	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			2.268.000,00	2.268.000,00
0010.0304.0020.2065	OPERAÇÕES DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			2.268.000,00	2.268.000,00
0010.0305	Vigilância Epidemiológica			9.518.000,00	9.518.000,00
0010.0305.0020	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			9.518.000,00	9.518.000,00
0010.0305.0020.2067	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE			9.518.000,00	9.518.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**11.786.000,00**	**11.786.000,00**
003 - Departamento de Atenção a Saúde					

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0010	Saúde		1.000.000,00	173.485.500,00	174.485.500,00
0010.0301	Atenção Básica		1.000.000,00	100.911.500,00	101.911.500,00
0010.0301.0018	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE		1.000.000,00	100.911.500,00	101.911.500,00
0010.0301.0018.1006	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESTABELECIMENTOS		1.000.000,00		1.000.000,00
0010.0301.0018.2038	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA			22.709.000,00	22.709.000,00
0010.0301.0018.2062	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE			45.978.500,00	45.978.500,00
0010.0301.0018.2063	SAÚDE BUCAL			6.613.000,00	6.613.000,00
0010.0301.0018.2064	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA,			9.165.000,00	9.165.000,00
0010.0301.0018.2095	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE			16.446.000,00	16.446.000,00
0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			68.264.000,00	68.264.000,00
0010.0302.0021	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			68.264.000,00	68.264.000,00
0010.0302.0021.2071	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE			63.929.000,00	63.929.000,00
0010.0302.0021.2072	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO			4.335.000,00	4.335.000,00
0010.0303	Suporte Profilático e Terapêutico			4.310.000,00	4.310.000,00
0010.0303.0021	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			4.310.000,00	4.310.000,00
0010.0303.0021.2170	ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL			4.310.000,00	4.310.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**1.000.000,00**	**173.485.500,00**	**174.485.500,00**

004 - Departamento Administrativo de Gestão e Controle

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0010	Saúde			7.548.650,00	7.548.650,00
0010.0301	Atenção Básica			7.548.650,00	7.548.650,00
0010.0301.0019	GESTÃO DO SUS			7.548.650,00	7.548.650,00
0010.0301.0019.2070	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO SUS			7.548.650,00	7.548.650,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**7.548.650,00**	**7.548.650,00**
	Total Órgão	**0,00**	**1.000.000,00**	**192.989.150,00**	**193.989.150,00**

17 - Secretaria Municipal de Assistência Social

001 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0008	Assistência Social		800.000,00	3.825.000,00	4.625.000,00
0008.0242	Assistência à Pessoa com Deficiência			50.000,00	50.000,00
0008.0242.0007	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E POLÍTICAS INCLUSIVAS			50.000,00	50.000,00
0008.0242.0007.2114	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARA PESSOAS COM			50.000,00	50.000,00
0008.0243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.700.000,00	1.700.000,00
0008.0243.0017	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE			1.700.000,00	1.700.000,00
0008.0243.0017.6078	CONSELHO TUTELAR			1.700.000,00	1.700.000,00
0008.0244	Assistência Comunitária		800.000,00	2.075.000,00	2.875.000,00
0008.0244.0016	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL		800.000,00	2.075.000,00	2.875.000,00
0008.0244.0016.1008	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA		800.000,00		800.000,00
0008.0244.0016.2082	AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR - PROTEÇÃO			1.195.000,00	1.195.000,00
0008.0244.0016.2089	ASSISTÊNCIA JURÍDICA			115.000,00	115.000,00
0008.0244.0016.2134	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO			765.000,00	765.000,00
0014	Direitos da Cidadania			100.000,00	100.000,00

17 - Secretaria Municipal de Assistência Social

001 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			100.000,00	100.000,00
0014.0422.0035	PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA			100.000,00	100.000,00
0014.0422.0035.2085	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO À PESSOA			100.000,00	100.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**800.000,00**	**3.925.000,00**	**4.725.000,00**

002 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0008	Assistência Social			33.123.000,00	33.123.000,00
0008.0122	Administracao Geral			4.514.000,00	4.514.000,00
0008.0122.0036	GESTÃO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			4.514.000,00	4.514.000,00
0008.0122.0036.2080	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DO			3.941.000,00	3.941.000,00
0008.0122.0036.2083	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA			27.000,00	27.000,00
0008.0122.0036.2084	SERVIÇOS DE APOIO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA			546.000,00	546.000,00
0008.0241	Assistência a Pessoa Idosa			2.498.000,00	2.498.000,00
0008.0241.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			2.498.000,00	2.498.000,00
0008.0241.0037.2086	SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO			2.498.000,00	2.498.000,00
0008.0243	Assistência à Criança e ao Adolescente			2.008.000,00	2.008.000,00
0008.0243.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			1.900.000,00	1.900.000,00
0008.0243.0037.6079	SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO			1.900.000,00	1.900.000,00
0008.0243.0038	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			108.000,00	108.000,00
0008.0243.0038.6083	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL			108.000,00	108.000,00
0008.0244	Assistência Comunitária			1.030.000,00	1.030.000,00
0008.0244.0036	GESTÃO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.000.000,00	1.000.000,00
0008.0244.0036.2190	BENEFÍCIOS EVENTUAIS			1.000.000,00	1.000.000,00
0008.0244.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			30.000,00	30.000,00
0008.0244.0037.2191	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM DOMICÍLIO			30.000,00	30.000,00
0008.0245	Serviços Socioassistenciais			23.073.000,00	23.073.000,00
0008.0245.0016	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL			455.000,00	455.000,00
0008.0245.0016.2193	GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES DO SUAS			455.000,00	455.000,00
0008.0245.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			8.709.000,00	8.709.000,00
0008.0245.0037.2138	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL			8.709.000,00	8.709.000,00
0008.0245.0038	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			13.909.000,00	13.909.000,00
0008.0245.0038.2081	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA			4.260.000,00	4.260.000,00
0008.0245.0038.2088	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA			1.735.000,00	1.735.000,00
0008.0245.0038.2192	ENFRENTAMENTO DE CALAMIDADE PÚBLICA			10.000,00	10.000,00
0008.0245.0038.6085	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE EM			635.000,00	635.000,00
0008.0245.0038.6142	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA			7.269.000,00	7.269.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**33.123.000,00**	**33.123.000,00**

003 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0008	Assistência Social			160.000,00	160.000,00
0008.0243	Assistência à Criança e ao Adolescente			160.000,00	160.000,00
0008.0243.0017	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE			160.000,00	160.000,00
0008.0243.0017.6143	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL			160.000,00	160.000,00

	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**	**160.000,00**
004 - Fundo Municipal da Pessoa Idosa					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0008	Assistência Social			40.000,00	40.000,00
0008.0241	Assistência a Pessoa Idosa			40.000,00	40.000,00
0008.0241.0035	PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA			40.000,00	40.000,00
0008.0241.0035.2194	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL			40.000,00	40.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**	**40.000,00**
005 - Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0008	Assistência Social			10.000,00	10.000,00
0008.0242	Assistência à Pessoa com Deficiência			10.000,00	10.000,00
0008.0242.0007	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E POLÍTICAS INCLUSIVAS			10.000,00	10.000,00
0008.0242.0007.2195	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL			10.000,00	10.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
005 - Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência					
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**10.000,00**	**10.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**800.000,00**	**37.258.000,00**	**38.058.000,00**
18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação					
001 - Departamento de Edificações e Obras Cívis					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0026	Transporte			6.226.000,00	6.226.000,00
0026.0451	Infra-Estrutura Urbana			6.226.000,00	6.226.000,00
0026.0451.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA			6.226.000,00	6.226.000,00
0026.0451.0025.2009	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA			6.226.000,00	6.226.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**6.226.000,00**	**6.226.000,00**
002 - Departamento de Viação					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0026	Transporte			27.190.000,00	27.190.000,00
0026.0782	Transporte Rodoviário			27.190.000,00	27.190.000,00
0026.0782.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA			27.190.000,00	27.190.000,00
0026.0782.0025.2090	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "MAIS RUAS RENOVADAS"			24.400.000,00	24.400.000,00
0026.0782.0025.2103	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - FROTA			2.340.000,00	2.340.000,00
0026.0782.0025.2133	OPERACIONALIZAÇÃO DA USINA DE PRODUÇÃO			450.000,00	450.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**27.190.000,00**	**27.190.000,00**
003 - Departamento de Obras de Pavimentação					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0026	Transporte		50.748.000,00	613.000,00	51.361.000,00
0026.0782	Transporte Rodoviário		50.748.000,00	613.000,00	51.361.000,00
0026.0782.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA		50.748.000,00	613.000,00	51.361.000,00
0026.0782.0025.1010	AMPLIAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS		40.047.000,00		40.047.000,00
0026.0782.0025.1012	PLANO DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA		10.701.000,00		10.701.000,00
0026.0782.0025.2091	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DE			613.000,00	613.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**50.748.000,00**	**613.000,00**	**51.361.000,00**
004 - Departamento de Serviços Públicos					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0015	Urbanismo			16.358.000,00	16.358.000,00
0015.0451	Infra-Estrutura Urbana			2.000.000,00	2.000.000,00
0015.0451.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA			2.000.000,00	2.000.000,00
0015.0451.0025.2168	GESTÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E SINALIZAÇÃO			2.000.000,00	2.000.000,00
0015.0452	Servicos Urbanos			14.358.000,00	14.358.000,00
0015.0452.0024	COLOMBO MAIS ILUMINADA			14.358.000,00	14.358.000,00
0015.0452.0024.2093	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE			14.358.000,00	14.358.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**16.358.000,00**	**16.358.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**50.748.000,00**	**50.387.000,00**	**101.135.000,00**
19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio					
001 - Departamento de Agricultura					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0020	Agricultura			4.951.000,00	4.951.000,00
0020.0606	Extensão Rural			4.951.000,00	4.951.000,00
0020.0606.0033	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MUNICIPAL			4.951.000,00	4.951.000,00
0020.0606.0033.2104	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO			2.850.000,00	2.850.000,00
0020.0606.0033.2109	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA			126.000,00	126.000,00
0020.0606.0033.2115	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE			535.000,00	535.000,00
0020.0606.0033.2116	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL			430.000,00	430.000,00
0020.0606.0033.2118	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA			1.010.000,00	1.010.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**4.951.000,00**	**4.951.000,00**
002 - Departamento de Abastecimento					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0014	Direitos da Cidadania			1.465.000,00	1.465.000,00
0014.0605	Abastecimento			1.465.000,00	1.465.000,00
0014.0605.0032	SISTEMA DE ABASTECIMENTO			1.465.000,00	1.465.000,00
0014.0605.0032.2119	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "ARMAZÉM DA FAMÍLIA"			1.465.000,00	1.465.000,00
19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio					
002 - Departamento de Abastecimento					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0020	Agricultura			2.215.000,00	2.215.000,00
0020.0605	Abastecimento			2.215.000,00	2.215.000,00
0020.0605.0032	SISTEMA DE ABASTECIMENTO			2.215.000,00	2.215.000,00
0020.0605.0032.2102	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO			970.000,00	970.000,00
0020.0605.0032.2117	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO			1.245.000,00	1.245.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**3.680.000,00**	**3.680.000,00**
003 - Departamento de Agronegócio					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0020	Agricultura			200.000,00	200.000,00
0020.0606	Extensão Rural			200.000,00	200.000,00
0020.0606.0033	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MUNICIPAL			200.000,00	200.000,00
0020.0606.0033.2120	POLÍTICAS E AÇÕES DE FOMENTO AO AGRONEGÓCIO			200.000,00	200.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**	**200.000,00**

	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**8.831.000,00**	**8.831.000,00**
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente					
001 - Departamento de Fiscalização					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0018	Gestão Ambiental			1.128.000,00	1.128.000,00
0018.0542	Controle Ambiental			1.128.000,00	1.128.000,00
0018.0542.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE			1.128.000,00	1.128.000,00
0018.0542.0031.2105	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO			1.128.000,00	1.128.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.128.000,00**	**1.128.000,00**
002 - Departamento de Licenciamento, Controle e Alvará					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0018	Gestão Ambiental			409.000,00	409.000,00
0018.0542	Controle Ambiental			409.000,00	409.000,00
0018.0542.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE			409.000,00	409.000,00
0018.0542.0031.2097	SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, CONTROLE			409.000,00	409.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**409.000,00**	**409.000,00**
003 - Departamento de Proteção Animal					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0018	Gestão Ambiental			276.000,00	276.000,00
0018.0542	Controle Ambiental			276.000,00	276.000,00
0018.0542.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE			276.000,00	276.000,00
0018.0542.0031.2098	ATIVIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL			276.000,00	276.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**276.000,00**	**276.000,00**
004 - Departamento de Saneamento Ambiental e Áreas Verdes					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0017	Saneamento			388.000,00	388.000,00
0017.0541	Preservação e Conservação Ambiental			388.000,00	388.000,00
0017.0541.0030	SANEAMENTO GERAL			388.000,00	388.000,00
0017.0541.0030.2096	SERVIÇOS DE SANEAMENTO E LIMPEZA DE RIOS			388.000,00	388.000,00
0018	Gestão Ambiental		100.000,00	4.351.000,00	4.451.000,00
0018.0541	Preservação e Conservação Ambiental		100.000,00	4.351.000,00	4.451.000,00
0018.0541.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE		100.000,00	4.351.000,00	4.451.000,00
0018.0541.0031.1036	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR ÁS MARGENS		100.000,00		100.000,00
0018.0541.0031.2108	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO			1.134.000,00	1.134.000,00
0018.0541.0031.2187	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DE SANEAMENTO			3.217.000,00	3.217.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**100.000,00**	**4.739.000,00**	**4.839.000,00**
005 - Departamento de Zeladoria Municipal					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0018	Gestão Ambiental			40.523.700,00	40.523.700,00
0018.0542	Controle Ambiental			40.523.700,00	40.523.700,00
0018.0542.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE			40.523.700,00	40.523.700,00
0018.0542.0031.1207	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS			36.629.700,00	36.629.700,00
0018.0542.0031.2107	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE LIMPEZA DE VIAS			3.894.000,00	3.894.000,00
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente					
005 - Departamento de Zeladoria Municipal					
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**40.523.700,00**	**40.523.700,00**
006 - Departamento de Programas e Projetos					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0018	Gestão Ambiental			505.000,00	505.000,00
0018.0541	Preservação e Conservação Ambiental			505.000,00	505.000,00
0018.0541.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE			505.000,00	505.000,00
0018.0541.0031.2106	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO			505.000,00	505.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**505.000,00**	**505.000,00**
007 - Departamento Executivo					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0018	Gestão Ambiental			1.109.000,00	1.109.000,00
0018.0541	Preservação e Conservação Ambiental			1.109.000,00	1.109.000,00
0018.0541.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE			1.109.000,00	1.109.000,00
0018.0541.0031.2101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA			1.109.000,00	1.109.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.109.000,00**	**1.109.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**100.000,00**	**48.689.700,00**	**48.789.700,00**
21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho					
001 - Departamento de Indústria					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0022	Indústria			2.229.000,00	2.229.000,00
0022.0661	Promoção Industrial			2.229.000,00	2.229.000,00
0022.0661.0028	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO,			2.229.000,00	2.229.000,00
0022.0661.0028.2111	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO A INDUSTRIA			2.029.000,00	2.029.000,00
0022.0661.0028.2113	MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL			170.000,00	170.000,00
0022.0661.0028.2129	APOIO À INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO			30.000,00	30.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**2.229.000,00**	**2.229.000,00**
002 - Departamento de Comércio e Serviços					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0023	Comércio e Serviços			624.000,00	624.000,00
0023.0691	Promoção Comercial			624.000,00	624.000,00
0023.0691.0028	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO,			624.000,00	624.000,00
0023.0691.0028.2121	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE COMERCIO			624.000,00	624.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**624.000,00**	**624.000,00**
003 - Departamento de Trabalho					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0011	Trabalho			1.618.000,00	1.618.000,00
0011.0334	Fomento ao Trabalho			1.618.000,00	1.618.000,00
0011.0334.0028	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO,			1.618.000,00	1.618.000,00
0011.0334.0028.2167	SERVIÇOS DE FOMENTO PARA O MERCADO DE TRABALHO			1.618.000,00	1.618.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.618.000,00**	**1.618.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**4.471.000,00**	**4.471.000,00**
22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					
001 - Departamento de Esportes					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**

0027	Desporto e Lazer		470.000,00	4.308.000,00	4.778.000,00
0027.0812	Desporto Comunitário		470.000,00	4.308.000,00	4.778.000,00
0027.0812.0023	COLOMBO MAIS ESPORTE		470.000,00	4.308.000,00	4.778.000,00
0027.0812.0023.1034	CONSTRUÇÃO , READEQUAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO		470.000,00		470.000,00
0027.0812.0023.2160	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS			4.308.000,00	4.308.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**470.000,00**	**4.308.000,00**	**4.778.000,00**
002 - Departamento de Recreação e Lazer					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0027	Desporto e Lazer			578.000,00	578.000,00
0027.0813	Lazer			578.000,00	578.000,00
0027.0813.0023	COLOMBO MAIS ESPORTE			578.000,00	578.000,00
0027.0813.0023.2163	MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE			578.000,00	578.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**578.000,00**	**578.000,00**
22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					
	Total Órgão	**0,00**	**470.000,00**	**4.886.000,00**	**5.356.000,00**
23 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial					
001 - Departamento de Cultura					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0013	Cultura			3.500.000,00	3.500.000,00
0013.0392	Difusão Cultural			3.500.000,00	3.500.000,00
0013.0392.0022	FOMENTO A CULTURA			3.500.000,00	3.500.000,00
0013.0392.0022.2159	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES			3.500.000,00	3.500.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**3.500.000,00**	**3.500.000,00**
002 - Departamento de Igualdade Racial					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0014	Direitos da Cidadania			280.000,00	280.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			280.000,00	280.000,00
0014.0422.0007	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E POLÍTICAS INCLUSIVAS			280.000,00	280.000,00
0014.0422.0007.2162	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA A IGUALDADE RACIAL			280.000,00	280.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**280.000,00**	**280.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**3.780.000,00**	**3.780.000,00**
24 - Secretaria Municipal da Juventude					
001 - Departamento Executivo					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0014	Direitos da Cidadania			646.000,00	646.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			646.000,00	646.000,00
0014.0422.0039	COLOMBO MAIS JOVEM			646.000,00	646.000,00
0014.0422.0039.2161	DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA			646.000,00	646.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**646.000,00**	**646.000,00**
002 - Departamento de Políticas Públicas da Juventude					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0014	Direitos da Cidadania			508.000,00	508.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			508.000,00	508.000,00
0014.0422.0039	COLOMBO MAIS JOVEM			508.000,00	508.000,00
0014.0422.0039.2122	PASSE ESCOLAR			338.000,00	338.000,00
0014.0422.0039.2123	CURSINHO PRE-VESTIBULAR			70.000,00	70.000,00
0014.0422.0039.2124	PROGRAMAS E EVENTOS DESTINADOS A JUVENTUDE			100.000,00	100.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**508.000,00**	**508.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**1.154.000,00**	**1.154.000,00**
25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos					
001 - Diretoria Executiva					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0014	Direitos da Cidadania			556.000,00	556.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			556.000,00	556.000,00
0014.0422.0040	POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS			556.000,00	556.000,00
0014.0422.0040.2178	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA			556.000,00	556.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**556.000,00**	**556.000,00**
002 - Departamento de Direitos da Mulher					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0014	Direitos da Cidadania			501.000,00	501.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			501.000,00	501.000,00
0014.0422.0040	POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS			501.000,00	501.000,00
0014.0422.0040.2174	MANUTENÇÃO DE POLITICAS DE ATENÇÃO À MULHER			501.000,00	501.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**501.000,00**	**501.000,00**
003 - Departamento da Família					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0014	Direitos da Cidadania			325.000,00	325.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			325.000,00	325.000,00
0014.0422.0040	POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS			325.000,00	325.000,00
0014.0422.0040.2179	MANUTENÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A			325.000,00	325.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**325.000,00**	**325.000,00**
25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos					
004 - Departamento de Direitos Humanos					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0014	Direitos da Cidadania			809.000,00	809.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			809.000,00	809.000,00
0014.0422.0040	POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS			809.000,00	809.000,00
0014.0422.0040.2155	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ÀS POLITICAS			809.000,00	809.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**809.000,00**	**809.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**2.191.000,00**	**2.191.000,00**
26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública					
001 - Corregedoria da Guarda Municipal e Transito					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0006	Segurança Pública			242.000,00	242.000,00
0006.0122	Administracao Geral			242.000,00	242.000,00
0006.0122.0013	SEGURANÇA PÚBLICA			242.000,00	242.000,00
0006.0122.0013.2189	ATIVIDADES DA CORREGEDORIA DA GUARDA MUNICIPAL			242.000,00	242.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**242.000,00**	**242.000,00**
002 - Superintendência da Ordem Pública					

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
0006	Segurança Pública			13.871.500,00	13.871.500,00
0006.0182	Defesa Civil			375.000,00	375.000,00
0006.0182.0013	SEGURANÇA PÚBLICA			375.000,00	375.000,00
0006.0182.0013.2175	ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL			360.000,00	360.000,00
0006.0182.0013.2176	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS			15.000,00	15.000,00
0006.0244	Assistência Comunitária			13.496.500,00	13.496.500,00
0006.0244.0013	SEGURANÇA PÚBLICA			13.496.500,00	13.496.500,00
0006.0244.0013.2154	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PUBLICA			13.496.500,00	13.496.500,00
0014	Direitos da Cidadania			1.076.000,00	1.076.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			1.076.000,00	1.076.000,00
0014.0422.0007	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E POLÍTICAS INCLUSIVAS			1.076.000,00	1.076.000,00
0014.0422.0007.2005	SERVIÇOS DE ALISTAMENTO MILITAR E IDENTIFICAÇÃO			1.076.000,00	1.076.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**14.947.500,00**	**14.947.500,00**
003 - Superintendência de Trânsito					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004	Administração			1.868.000,00	1.868.000,00
0004.0782	Transporte Rodoviário			1.868.000,00	1.868.000,00
0004.0782.0014	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO			1.868.000,00	1.868.000,00
0004.0782.0014.2042	MANUTENÇÃO DO POSTO AVANÇADO DO DETRAN/			1.868.000,00	1.868.000,00
0015	Urbanismo			700.000,00	700.000,00
0015.0451	Infra-Estrutura Urbana			700.000,00	700.000,00
0015.0451.0014	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO			700.000,00	700.000,00
0015.0451.0014.2049	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE MOBILIDADE URBANA			700.000,00	700.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**2.568.000,00**	**2.568.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**17.757.500,00**	**17.757.500,00**
27 - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária					
001 - Departamento de Habitação					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0016	Habitação			1.650.000,00	1.650.000,00
0016.0482	Habitacao Urbana			1.650.000,00	1.650.000,00
0016.0482.0027	HABITAÇÃO			1.650.000,00	1.650.000,00
0016.0482.0027.2044	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO			1.650.000,00	1.650.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**0,00**	**1.650.000,00**	**1.650.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**0,00**	**1.650.000,00**	**1.650.000,00**
28 - Secretaria Municipal de Turismo					
001 - Departamento de Turismo					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0023	Comércio e Serviços		250.000,00	3.800.000,00	4.050.000,00
0023.0695	Turismo		250.000,00	3.800.000,00	4.050.000,00
0023.0695.0029	PROMOÇÃO AO TURISMO		250.000,00	3.800.000,00	4.050.000,00
28 - Secretaria Municipal de Turismo					
001 - Departamento de Turismo					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0023.0695.0029.1013	IMPLANTAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA DESTINADA		250.000,00		250.000,00
0023.0695.0029.2112	MANTER E OPERACIONALIZAR AS AÇÕES DE FOMENTO			3.800.000,00	3.800.000,00
	Total Unidade	**0,00**	**250.000,00**	**3.800.000,00**	**4.050.000,00**
	Total Órgão	**0,00**	**250.000,00**	**3.800.000,00**	**4.050.000,00**
	Total Geral	**0,00**	**68.019.000,00**	**1.005.192.823,94**	**1.073.211.823,94**

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:329400BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – ANEXO 7 – PROGRAMA DE TRABALHO POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO, PROGRAMA, AÇÃO

MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática					
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0001	Legislativa			30.704.000,00	30.704.000,00
0001.0031	Acao Legislativa			30.704.000,00	30.704.000,00
0001.0031.0001	EXECUÇÃO DA AÇÃO LEGISLATIVA			30.704.000,00	30.704.000,00
0001.0031.0001.2001	ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL			30.704.000,00	30.704.000,00
0004	Administração		1.580.000,00	52.650.000,00	54.230.000,00
0004.0092	Representação Judicial e Extrajudicial			4.200.000,00	4.200.000,00
0004.0092.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			4.200.000,00	4.200.000,00
0004.0092.0004.2006	ASSESSORAMENTO JURÍDICO			4.200.000,00	4.200.000,00
0004.0121	Planejamento e Orçamento			3.298.000,00	3.298.000,00
0004.0121.0005	PLANEJAMENTO INTELIGENTE E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA			712.000,00	712.000,00
0004.0121.0005.2010	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FOCADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO MUNICIPAL			712.000,00	712.000,00
0004.0121.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS			413.000,00	413.000,00
0004.0121.0012.2008	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ORÇAMENTO			413.000,00	413.000,00
0004.0121.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO			1.630.000,00	1.630.000,00
0004.0121.0026.2165	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE GEORREFERENCIAMENTO E CADASTRO			1.028.000,00	1.028.000,00
	IMOBILIÁRIO				
0004.0121.0026.2166	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS			440.000,00	440.000,00
0004.0121.0026.2188	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO			162.000,00	162.000,00
0004.0121.0041	INOVAÇÃO URBANA E INSTITUCIONAL SUSTENTÁVEL			543.000,00	543.000,00
0004.0121.0041.2157	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL			543.000,00	543.000,00
0004.0122	Administracao Geral		1.580.000,00	20.943.500,00	22.523.500,00
0004.0122.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			3.070.000,00	3.070.000,00

0004.0122.0004.2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO			1.770.000,00	1.770.000,00
0004.0122.0004.2003	ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE PREFEITO			600.000,00	600.000,00
0004.0122.0004.2011	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE OUVIDORIA MUNICIPAL			500.000,00	500.000,00
0004.0122.0004.2150	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONSULTORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO			200.000,00	200.000,00
0004.0122.0008	GESTÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA		1.580.000,00	15.158.500,00	16.738.500,00
0004.0122.0008.1001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS		1.580.000,00		1.580.000,00
0004.0122.0008.2012	ADMINISTRAÇÃO GERAL			3.275.500,00	3.275.500,00
0004.0122.0008.2013	CENTRAL DE SUPRIMENTOS			500.000,00	500.000,00
0004.0122.0008.2014	CONVÊNIO COM CARTÓRIO ELEITORAL			65.000,00	65.000,00
0004.0122.0008.2016	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FROTA PUBLICA			1.796.000,00	1.796.000,00
0004.0122.0008.2017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS			1.850.000,00	1.850.000,00
0004.0122.0008.2020	ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO			3.100.000,00	3.100.000,00
0004.0122.0008.2156	MANUTENÇÃO DAS REGIONAIS ADMINISTRATIVAS			2.700.000,00	2.700.000,00
0004.0122.0008.2164	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO			263.000,00	263.000,00
0004.0122.0008.2169	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE PROTOCOLO E ARQUIVO			1.609.000,00	1.609.000,00
0004.0122.0034	COLOMBO DESENVOLVE MAIS			1.049.000,00	1.049.000,00
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0004.0122.0034.2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO INSTITUCIONAL E DE PROJETOS E PROGRAMAS			1.049.000,00	1.049.000,00
0004.0122.0042	GESTÃO GOVERNAMENTAL			1.666.000,00	1.666.000,00
0004.0122.0042.2125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CERIMONIAL			569.000,00	569.000,00
0004.0122.0042.2153	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA E AÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO			1.097.000,00	1.097.000,00
0004.0123	Administração Financeira			3.525.000,00	3.525.000,00
0004.0123.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS			3.525.000,00	3.525.000,00
0004.0123.0012.2030	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL			2.924.000,00	2.924.000,00
0004.0123.0012.2035	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO FINANCEIRA			601.000,00	601.000,00
0004.0124	Controle Interno			1.144.000,00	1.144.000,00
0004.0124.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			1.144.000,00	1.144.000,00
0004.0124.0004.2004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			1.144.000,00	1.144.000,00
0004.0126	Tecnologia da Informação			7.120.000,00	7.120.000,00
0004.0126.0011	GESTÃO E SUSTENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			7.120.000,00	7.120.000,00
0004.0126.0011.2158	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, DE COMUNICAÇÃO E DADOS			7.120.000,00	7.120.000,00
0004.0129	Administração de Receitas			6.637.500,00	6.637.500,00
0004.0129.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS			6.637.500,00	6.637.500,00
0004.0129.0012.2040	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO			6.637.500,00	6.637.500,00
0004.0130	Administração de Concessões			114.000,00	114.000,00
0004.0130.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO			114.000,00	114.000,00
0004.0130.0026.2171	ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS CONCESSÕES PUBLICAS			114.000,00	114.000,00
0004.0131	Comunicação Social			3.800.000,00	3.800.000,00
0004.0131.0006	COLOMBO COMUNICA MAIS			3.800.000,00	3.800.000,00
0004.0131.0006.2152	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO			3.800.000,00	3.800.000,00
0004.0782	Transporte Rodoviário			1.868.000,00	1.868.000,00
0004.0782.0014	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO			1.868.000,00	1.868.000,00
0004.0782.0014.2042	MANUTENÇÃO DO POSTO AVANÇADO DO DETRAN/PR			1.868.000,00	1.868.000,00
0006	Segurança Pública			14.113.500,00	14.113.500,00
0006.0122	Administracao Geral			242.000,00	242.000,00
0006.0122.0013	SEGURANÇA PÚBLICA			242.000,00	242.000,00
0006.0122.0013.2189	ATIVIDADES DA CORREGEDORIA DA GUARDA MUNICIPAL E TRANSITO			242.000,00	242.000,00
0006.0182	Defesa Civil			375.000,00	375.000,00
0006.0182.0013	SEGURANÇA PÚBLICA			375.000,00	375.000,00
0006.0182.0013.2175	ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL			360.000,00	360.000,00
0006.0182.0013.2176	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICÍPIO			15.000,00	15.000,00
0006.0244	Assistência Comunitária			13.496.500,00	13.496.500,00
0006.0244.0013	SEGURANÇA PÚBLICA			13.496.500,00	13.496.500,00
0006.0244.0013.2154	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PUBLICA			13.496.500,00	13.496.500,00
0008	Assistência Social		800.000,00	37.158.000,00	37.958.000,00
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0008.0122	Administracao Geral			4.514.000,00	4.514.000,00
0008.0122.0036	GESTÃO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			4.514.000,00	4.514.000,00
0008.0122.0036.2080	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			3.941.000,00	3.941.000,00
0008.0122.0036.2083	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			27.000,00	27.000,00
0008.0122.0036.2084	SERVIÇOS DE APOIO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA			546.000,00	546.000,00
0008.0241	Assistência a Pessoa Idosa			2.538.000,00	2.538.000,00
0008.0241.0035	PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA			40.000,00	40.000,00
0008.0241.0035.2194	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA			40.000,00	40.000,00
0008.0241.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			2.498.000,00	2.498.000,00
0008.0241.0037.2086	SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOA IDOSA			2.498.000,00	2.498.000,00
0008.0242	Assistência à Pessoa com Deficiência			60.000,00	60.000,00
0008.0242.0007	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E POLÍTICAS INCLUSIVAS			60.000,00	60.000,00
0008.0242.0007.2114	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			50.000,00	50.000,00
0008.0242.0007.2195	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA			10.000,00	10.000,00
0008.0243	Assistência à Criança e ao Adolescente			3.868.000,00	3.868.000,00
0008.0243.0017	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE			1.860.000,00	1.860.000,00
0008.0243.0017.6078	CONSELHO TUTELAR			1.700.000,00	1.700.000,00
0008.0243.0017.6143	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			160.000,00	160.000,00
0008.0243.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			1.900.000,00	1.900.000,00
0008.0243.0037.6079	SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES			1.900.000,00	1.900.000,00
0008.0243.0038	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			108.000,00	108.000,00
0008.0243.0038.6083	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL			108.000,00	108.000,00
0008.0244	Assistência Comunitária		800.000,00	3.105.000,00	3.905.000,00
0008.0244.0016	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL		800.000,00	2.075.000,00	2.875.000,00
0008.0244.0016.1008	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		800.000,00		800.000,00
0008.0244.0016.2082	AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			1.195.000,00	1.195.000,00
0008.0244.0016.2089	ASSISTÊNCIA JURÍDICA			115.000,00	115.000,00
0008.0244.0016.2134	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE INFRAESTRUTURA			765.000,00	765.000,00
0008.0244.0036	GESTÃO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.000.000,00	1.000.000,00
0008.0244.0036.2190	BENEFÍCIOS EVENTUAIS			1.000.000,00	1.000.000,00
0008.0244.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			30.000,00	30.000,00

0008.0244.0037.2191	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM DOMICÍLIO PARA PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			30.000,00	30.000,00
0008.0245	Serviços Socioassistenciais			23.073.000,00	23.073.000,00
0008.0245.0016	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL			455.000,00	455.000,00
0008.0245.0016.2193	GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES DO SUAS			455.000,00	455.000,00
0008.0245.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			8.709.000,00	8.709.000,00
0008.0245.0037.2138	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF			8.709.000,00	8.709.000,00
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0008.0245.0038	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			13.909.000,00	13.909.000,00
0008.0245.0038.2081	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE			4.260.000,00	4.260.000,00
0008.0245.0038.2088	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE			1.735.000,00	1.735.000,00
0008.0245.0038.2192	ENFRENTAMENTO DE CALAMIDADE PÚBLICA			10.000,00	10.000,00
0008.0245.0038.6085	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS LA-Liberdade Assistida e PSC-Prestação de Serviços à Comunidade			635.000,00	635.000,00
0008.0245.0038.6142	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES			7.269.000,00	7.269.000,00
0009	Previdência Social			162.595.330,94	162.595.330,94
0009.0122	Administracao Geral			4.779.350,94	4.779.350,94
0009.0122.0003	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA			4.779.350,94	4.779.350,94
0009.0122.0003.2025	MATERIAIS E SERVIÇOS DA SEDE DA AUTARQUIA COLOMBO PREVIDÊNCIA			4.779.350,94	4.779.350,94
0009.0271	Previdência Básica			9.723.407,00	9.723.407,00
0009.0271.0015	CONTRIBUIÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SEGURADOS			9.723.407,00	9.723.407,00
0009.0271.0015.2031	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP			9.723.407,00	9.723.407,00
0009.0272	Previdência do Regime Estatutário			148.092.573,00	148.092.573,00
0009.0272.0002	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			148.092.573,00	148.092.573,00
0009.0272.0002.2023	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PLANO FINANCEIRO			41.527.660,00	41.527.660,00
0009.0272.0002.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PLANO PREVIDENCIÁRIO			106.564.913,00	106.564.913,00
0010	Saúde		1.000.000,00	192.989.150,00	193.989.150,00
0010.0301	Atenção Básica		1.000.000,00	108.629.150,00	109.629.150,00
0010.0301.0018	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE		1.000.000,00	100.911.500,00	101.911.500,00
0010.0301.0018.1006	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE SAÚDE		1.000.000,00		1.000.000,00
0010.0301.0018.2038	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA			22.709.000,00	22.709.000,00
0010.0301.0018.2062	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE			45.978.500,00	45.978.500,00
0010.0301.0018.2063	SAÚDE BUCAL			6.613.000,00	6.613.000,00
0010.0301.0018.2064	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS			9.165.000,00	9.165.000,00
0010.0301.0018.2095	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE			16.446.000,00	16.446.000,00
0010.0301.0019	GESTÃO DO SUS			7.717.650,00	7.717.650,00
0010.0301.0019.2066	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA EM SAÚDE			169.000,00	169.000,00
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0010.0301.0019.2070	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO SUS			7.548.650,00	7.548.650,00
0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			68.264.000,00	68.264.000,00
0010.0302.0021	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			68.264.000,00	68.264.000,00
0010.0302.0021.2071	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			63.929.000,00	63.929.000,00
0010.0302.0021.2072	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA -SAMU			4.335.000,00	4.335.000,00
0010.0303	Suporte Profilático e Terapêutico			4.310.000,00	4.310.000,00
0010.0303.0021	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			4.310.000,00	4.310.000,00
0010.0303.0021.2170	ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL			4.310.000,00	4.310.000,00
0010.0304	Vigilância Sanitária			2.268.000,00	2.268.000,00
0010.0304.0020	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			2.268.000,00	2.268.000,00
0010.0304.0020.2065	OPERAÇÕES DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			2.268.000,00	2.268.000,00
0010.0305	Vigilância Epidemiológica			9.518.000,00	9.518.000,00
0010.0305.0020	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			9.518.000,00	9.518.000,00
0010.0305.0020.2067	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE			9.518.000,00	9.518.000,00
0011	Trabalho			22.235.000,00	22.235.000,00
0011.0128	Formação de Recursos Humanos			875.000,00	875.000,00
0011.0128.0009	GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PESSOAL			875.000,00	875.000,00
0011.0128.0009.2027	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE GESTÃO			875.000,00	875.000,00
0011.0331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador			14.035.000,00	14.035.000,00
0011.0331.0009	GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PESSOAL			14.035.000,00	14.035.000,00
0011.0331.0009.2019	VALE TRANSPORTE AOS SERVIDORES			1.000.000,00	1.000.000,00
0011.0331.0009.2021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS DE COLOMBO - ASSEMCO			30.000,00	30.000,00
0011.0331.0009.2022	MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO REFEIÇÃO AOS SERVIDORES			13.005.000,00	13.005.000,00
0011.0332	Relações de Trabalho			5.707.000,00	5.707.000,00
0011.0332.0009	GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PESSOAL			5.707.000,00	5.707.000,00
0011.0332.0009.2018	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			5.607.000,00	5.607.000,00
0011.0332.0009.2028	SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA			100.000,00	100.000,00
0011.0334	Fomento ao Trabalho			1.618.000,00	1.618.000,00
0011.0334.0028	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRABALHO			1.618.000,00	1.618.000,00
0011.0334.0028.2167	SERVIÇOS DE FOMENTO PARA O MERCADO DE TRABALHO			1.618.000,00	1.618.000,00
0012	Educação		13.071.000,00	309.491.700,00	322.562.700,00
0012.0361	Ensino Fundamental		8.000.000,00	198.194.250,00	206.194.250,00
0012.0361.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		8.000.000,00	198.194.250,00	206.194.250,00
0012.0361.0010.1004	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL		8.000.000,00		8.000.000,00
0012.0361.0010.2046	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB 30%			29.832.000,00	29.832.000,00
0012.0361.0010.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB 70%			93.273.000,00	93.273.000,00
0012.0361.0010.2048	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS 25%			33.794.000,00	33.794.000,00
0012.0361.0010.2050	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - ENSINO FUNDAMENTAL			5.000,00	5.000,00
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0012.0361.0010.2051	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			1.760.000,00	1.760.000,00
0012.0361.0010.2052	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICO ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL.			4.337.000,00	4.337.000,00
0012.0361.0010.2053	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PARTE MUNICIPAL			2.118.000,00	2.118.000,00
0012.0361.0010.2054	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO E CONTROLE DO ENSINO NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL			1.281.000,00	1.281.000,00
0012.0361.0010.2055	MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL			5.493.000,00	5.493.000,00
0012.0361.0010.2061	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR			26.301.250,00	26.301.250,00
0012.0365	Educação Infantil		5.071.000,00	105.530.450,00	110.601.450,00
0012.0365.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		5.071.000,00	105.530.450,00	110.601.450,00

0012.0365.0010.1003	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAS.		5.071.000,00		5.071.000,00
0012.0365.0010.2057	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - RECURSOS 5%			18.469.450,00	18.469.450,00
0012.0365.0010.2058	MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL			6.451.000,00	6.451.000,00
0012.0365.0010.2131	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			1.105.000,00	1.105.000,00
0012.0365.0010.2132	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 30%			14.500.000,00	14.500.000,00
0012.0365.0010.2135	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 70%			65.000.000,00	65.000.000,00
0012.0365.0010.2141	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - EDUCAÇÃO INFANTIL			5.000,00	5.000,00
0012.0367	Educacao Especial			5.767.000,00	5.767.000,00
0012.0367.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			5.767.000,00	5.767.000,00
0012.0367.0010.2172	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 70%			3.490.000,00	3.490.000,00
0012.0367.0010.2173	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			2.277.000,00	2.277.000,00
0013	Cultura			3.500.000,00	3.500.000,00
0013.0392	Difusão Cultural			3.500.000,00	3.500.000,00
0013.0392.0022	FOMENTO A CULTURA			3.500.000,00	3.500.000,00
0013.0392.0022.2159	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E AÇÕES CULTURAIS			3.500.000,00	3.500.000,00
0014	Direitos da Cidadania			6.266.000,00	6.266.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			4.801.000,00	4.801.000,00
0014.0422.0007	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E POLÍTICAS INCLUSIVAS			1.356.000,00	1.356.000,00
0014.0422.0007.2005	SERVIÇOS DE ALISTAMENTO MILITAR E IDENTIFICAÇÃO			1.076.000,00	1.076.000,00
0014.0422.0007.2162	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA A IGUALDADE RACIAL			280.000,00	280.000,00
0014.0422.0035	PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA			100.000,00	100.000,00
0014.0422.0035.2085	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO À PESSOA IDOSA			100.000,00	100.000,00
0014.0422.0039	COLOMBO MAIS JOVEM			1.154.000,00	1.154.000,00
0014.0422.0039.2122	PASSE ESCOLAR			338.000,00	338.000,00
0014.0422.0039.2123	CURSINHO PRE-VESTIBULAR			70.000,00	70.000,00
0014.0422.0039.2124	PROGRAMAS E EVENTOS DESTINADOS A JUVENTUDE DO MUNICÍPIO			100.000,00	100.000,00
0014.0422.0039.2161	DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE			646.000,00	646.000,00
0014.0422.0040	POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS			2.191.000,00	2.191.000,00
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0014.0422.0040.2155	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ÀS POLITICAS DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS			809.000,00	809.000,00
0014.0422.0040.2174	MANUTENÇÃO DE POLITICAS DE ATENÇÃO À MULHER			501.000,00	501.000,00
0014.0422.0040.2178	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA			556.000,00	556.000,00
0014.0422.0040.2179	MANUTENÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FAMÍLIA			325.000,00	325.000,00
0014.0605	Abastecimento			1.465.000,00	1.465.000,00
0014.0605.0032	SISTEMA DE ABASTECIMENTO			1.465.000,00	1.465.000,00
0014.0605.0032.2119	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "ARMAZÉM DA FAMÍLIA"			1.465.000,00	1.465.000,00
0015	Urbanismo			20.740.000,00	20.740.000,00
0015.0451	Infra-Estrutura Urbana			6.382.000,00	6.382.000,00
0015.0451.0014	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO			700.000,00	700.000,00
0015.0451.0014.2049	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE MOBILIDADE URBANA E ADMINISTRAÇÃO DO TRÂNSITO			700.000,00	700.000,00
0015.0451.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA			2.000.000,00	2.000.000,00
0015.0451.0025.2168	GESTÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			2.000.000,00	2.000.000,00
0015.0451.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO			3.682.000,00	3.682.000,00
0015.0451.0026.2043	ADMINISTRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA			3.682.000,00	3.682.000,00
0015.0452	Servicos Urbanos			14.358.000,00	14.358.000,00
0015.0452.0024	COLOMBO MAIS ILUMINADA			14.358.000,00	14.358.000,00
0015.0452.0024.2093	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			14.358.000,00	14.358.000,00
0016	Habitação			1.650.000,00	1.650.000,00
0016.0482	Habitacao Urbana			1.650.000,00	1.650.000,00
0016.0482.0027	HABITAÇÃO			1.650.000,00	1.650.000,00
0016.0482.0027.2044	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			1.650.000,00	1.650.000,00
0017	Saneamento			388.000,00	388.000,00
0017.0541	Preservação e Conservação Ambiental			388.000,00	388.000,00
0017.0541.0030	SANEAMENTO GERAL			388.000,00	388.000,00
0017.0541.0030.2096	SERVIÇOS DE SANEAMENTO E LIMPEZA DE RIOS E CÓRREGOS			388.000,00	388.000,00
0018	Gestão Ambiental		100.000,00	48.301.700,00	48.401.700,00
0018.0541	Preservação e Conservação Ambiental		100.000,00	5.965.000,00	6.065.000,00
0018.0541.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE		100.000,00	5.965.000,00	6.065.000,00
0018.0541.0031.1036	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR ÁS MARGENS DO RIO PALMITAL		100.000,00		100.000,00
0018.0541.0031.2101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE			1.109.000,00	1.109.000,00
0018.0541.0031.2106	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS			505.000,00	505.000,00
0018.0541.0031.2108	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO			1.134.000,00	1.134.000,00
0018.0541.0031.2187	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DE SANEAMENTO BÁSICO			3.217.000,00	3.217.000,00
0018.0542	Controle Ambiental			42.336.700,00	42.336.700,00
0018.0542.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE			42.336.700,00	42.336.700,00
0018.0542.0031.1207	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS			36.629.700,00	36.629.700,00
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0018.0542.0031.2097	SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, CONTROLE E ALVARÁ			409.000,00	409.000,00
0018.0542.0031.2098	ATIVIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL			276.000,00	276.000,00
0018.0542.0031.2105	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE			1.128.000,00	1.128.000,00
0018.0542.0031.2107	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS			3.894.000,00	3.894.000,00
0020	Agricultura			7.366.000,00	7.366.000,00
0020.0605	Abastecimento			2.215.000,00	2.215.000,00
0020.0605.0032	SISTEMA DE ABASTECIMENTO			2.215.000,00	2.215.000,00
0020.0605.0032.2102	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO			970.000,00	970.000,00
0020.0605.0032.2117	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA "ECO TROCA"			1.245.000,00	1.245.000,00
0020.0606	Extensão Rural			5.151.000,00	5.151.000,00
0020.0606.0033	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MUNICIPAL			5.151.000,00	5.151.000,00
0020.0606.0033.2104	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA			2.850.000,00	2.850.000,00
0020.0606.0033.2109	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL			126.000,00	126.000,00
0020.0606.0033.2115	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO À PISCICULTURA, FRUTICULTURA, VITICULTURA E AGRICULTURA URBANA E PECUÁRIA			535.000,00	535.000,00
0020.0606.0033.2116	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL-SIM/ POA			430.000,00	430.000,00
0020.0606.0033.2118	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA			1.010.000,00	1.010.000,00
0020.0606.0033.2120	POLÍTICAS E AÇÕES DE FOMENTO AO AGRONEGÓCIO LOCAL			200.000,00	200.000,00
0022	Indústria			2.229.000,00	2.229.000,00

0022.0661	Promoção Industrial			2.229.000,00	2.229.000,00
0022.0661.0028	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRABALHO			2.229.000,00	2.229.000,00
0022.0661.0028.2111	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO A INDUSTRIA NO MUNICÍPIO			2.029.000,00	2.029.000,00
0022.0661.0028.2113	MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL TECNOLÓGICA DE COLOMBO - CITCOL.			170.000,00	170.000,00
0022.0661.0028.2129	APOIO À INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO MUNICÍPIO			30.000,00	30.000,00
0023	Comércio e Serviços		250.000,00	4.424.000,00	4.674.000,00
0023.0691	Promoção Comercial			624.000,00	624.000,00
0023.0691.0028	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRABALHO			624.000,00	624.000,00
0023.0691.0028.2121	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE COMERCIO E SERVIÇOS			624.000,00	624.000,00
0023.0695	Turismo		250.000,00	3.800.000,00	4.050.000,00
0023.0695.0029	PROMOÇÃO AO TURISMO		250.000,00	3.800.000,00	4.050.000,00
0023.0695.0029.1013	IMPLANTAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA DESTINADA AO FOMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO		250.000,00		250.000,00
0023.0695.0029.2112	MANTER E OPERACIONALIZAR AS AÇÕES DE FOMENTO AO TURISMO			3.800.000,00	3.800.000,00
0026	Transporte		50.748.000,00	34.029.000,00	84.777.000,00
0026.0451	Infra-Estrutura Urbana			6.226.000,00	6.226.000,00
0026.0451.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA			6.226.000,00	6.226.000,00
0026.0451.0025.2009	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, E SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS CIVIS			6.226.000,00	6.226.000,00
0026.0782	Transporte Rodoviário		50.748.000,00	27.803.000,00	78.551.000,00
Código	**Especificação**	**Op. Especiais**	**Projetos**	**Atividades**	**Total**
0026.0782.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA		50.748.000,00	27.803.000,00	78.551.000,00
0026.0782.0025.1010	AMPLIAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS ATRAVÉS DOS PROGRAMAS "COLOMBO MAIS		40.047.000,00		40.047.000,00
	ASFALTO" e "COLOMBO PRIMEIRO ASFALTO".				
0026.0782.0025.1012	PLANO DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA		10.701.000,00		10.701.000,00
0026.0782.0025.2090	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "MAIS RUAS RENOVADAS" COM A CONSERVAÇÃO DE VIAS, PRAÇAS E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS PERTINENTES			24.400.000,00	24.400.000,00
0026.0782.0025.2091	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO			613.000,00	613.000,00
0026.0782.0025.2103	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO			2.340.000,00	2.340.000,00
0026.0782.0025.2133	OPERACIONALIZAÇÃO DA USINA DE PRODUÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA			450.000,00	450.000,00
0027	Desporto e Lazer		470.000,00	4.886.000,00	5.356.000,00
0027.0812	Desporto Comunitário		470.000,00	4.308.000,00	4.778.000,00
0027.0812.0023	COLOMBO MAIS ESPORTE		470.000,00	4.308.000,00	4.778.000,00
0027.0812.0023.1034	CONSTRUÇÃO , READEQUAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS A PRATICA DE ESPORTE LAZER		470.000,00		470.000,00
0027.0812.0023.2160	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS			4.308.000,00	4.308.000,00
0027.0813	Lazer			578.000,00	578.000,00
0027.0813.0023	COLOMBO MAIS ESPORTE			578.000,00	578.000,00
0027.0813.0023.2163	MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE RECREAÇÃO E LAZER			578.000,00	578.000,00
0028	Encargos Especiais			49.476.443,00	49.476.443,00
0028.0846	Outros encargos Especiais			49.476.443,00	49.476.443,00
0028.0846.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS			15.100.581,00	15.100.581,00
0028.0846.0012.2026	PAGAMENTO DA DÍVIDA PUBLICA MUNICIPAL			15.100.581,00	15.100.581,00
0028.0846.0015	CONTRIBUIÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SEGURADOS			34.375.862,00	34.375.862,00
0028.0846.0015.2032	PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA			34.375.862,00	34.375.862,00
	Total Geral	**0,00**	**68.019.000,00**	**1.005.192.823,94**	**1.073.211.823,94**

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:81FA30D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – ANEXO 8 – DESPESA POR FUNÇÃO/SUB/PROGRAMA CONFORME VÍNCULO DE RECURSOS

MUNICÍPIO DE COLOMBO				
Planejamento e Orçamento				
Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos				
Entidade(s): Consolidado				
Ano LOA: 2026				
Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII				
Código	**Especificação**	**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
0001	Legislativa	30.704.000,00		30.704.000,00
0001.0031	Acao Legislativa	30.704.000,00		30.704.000,00
0001.0031.0001	EXECUÇÃO DA AÇÃO LEGISLATIVA	30.704.000,00		30.704.000,00
0004	Administração	48.821.000,00	5.409.000,00	54.230.000,00
0004.0092	Representação Judicial e Extrajudicial	4.200.000,00		4.200.000,00
0004.0092.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	4.200.000,00		4.200.000,00
0004.0121	Planejamento e Orçamento	3.298.000,00		3.298.000,00
0004.0121.0005	PLANEJAMENTO INTELIGENTE E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	712.000,00		712.000,00
0004.0121.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	413.000,00		413.000,00
0004.0121.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO	1.630.000,00		1.630.000,00
0004.0121.0041	INOVAÇÃO URBANA E INSTITUCIONAL SUSTENTÁVEL	543.000,00		543.000,00
0004.0122	Administracao Geral	22.348.000,00	175.500,00	22.523.500,00
0004.0122.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	3.070.000,00		3.070.000,00
0004.0122.0008	GESTÃO E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA	16.563.000,00	175.500,00	16.738.500,00
0004.0122.0034	COLOMBO DESENVOLVE MAIS	1.049.000,00		1.049.000,00
0004.0122.0042	GESTÃO GOVERNAMENTAL	1.666.000,00		1.666.000,00
0004.0123	Administração Financeira	3.525.000,00		3.525.000,00
0004.0123.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	3.525.000,00		3.525.000,00
0004.0124	Controle Interno	1.144.000,00		1.144.000,00
0004.0124.0004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	1.144.000,00		1.144.000,00
0004.0126	Tecnologia da Informação	7.120.000,00		7.120.000,00
0004.0126.0011	GESTÃO E SUSTENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7.120.000,00		7.120.000,00
0004.0129	Administração de Receitas	1.404.000,00	5.233.500,00	6.637.500,00
0004.0129.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	1.404.000,00	5.233.500,00	6.637.500,00
0004.0130	Administração de Concessões	114.000,00		114.000,00
0004.0130.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO	114.000,00		114.000,00
0004.0131	Comunicação Social	3.800.000,00		3.800.000,00

0004.0131.0006	COLOMBO COMUNICA MAIS	3.800.000,00		3.800.000,00
0004.0782	Transporte Rodoviário	1.868.000,00		1.868.000,00
0004.0782.0014	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	1.868.000,00		1.868.000,00
0006	Segurança Pública	14.098.500,00	15.000,00	14.113.500,00
0006.0122	Administracao Geral	242.000,00		242.000,00
0006.0122.0013	SEGURANÇA PÚBLICA	242.000,00		242.000,00
0006.0182	Defesa Civil	360.000,00	15.000,00	375.000,00
0006.0182.0013	SEGURANÇA PÚBLICA	360.000,00	15.000,00	375.000,00
0006.0244	Assistência Comunitária	13.496.500,00		13.496.500,00
0006.0244.0013	SEGURANÇA PÚBLICA	13.496.500,00		13.496.500,00
0008	Assistência Social	33.706.000,00	4.252.000,00	37.958.000,00
0008.0122	Administracao Geral	3.869.000,00	645.000,00	4.514.000,00
0008.0122.0036	GESTÃO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.869.000,00	645.000,00	4.514.000,00
Código	**Especificação**	**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
0008	Assistência Social	33.706.000,00	4.252.000,00	37.958.000,00
0008.0241	Assistência a Pessoa Idosa	2.220.000,00	318.000,00	2.538.000,00
0008.0241.0035	PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA	10.000,00	30.000,00	40.000,00
0008.0241.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2.210.000,00	288.000,00	2.498.000,00
0008.0242	Assistência à Pessoa com Deficiência	60.000,00		60.000,00
0008.0242.0007	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E POLÍTICAS INCLUSIVAS	60.000,00		60.000,00
0008.0243	Assistência à Criança e ao Adolescente	3.318.000,00	550.000,00	3.868.000,00
0008.0243.0017	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	1.710.000,00	150.000,00	1.860.000,00
0008.0243.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.600.000,00	300.000,00	1.900.000,00
0008.0243.0038	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	8.000,00	100.000,00	108.000,00
0008.0244	Assistência Comunitária	3.905.000,00		3.905.000,00
0008.0244.0016	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	2.875.000,00		2.875.000,00
0008.0244.0036	GESTÃO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000.000,00		1.000.000,00
0008.0244.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	30.000,00		30.000,00
0008.0245	Serviços Socioassistenciais	20.334.000,00	2.739.000,00	23.073.000,00
0008.0245.0016	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL		455.000,00	455.000,00
0008.0245.0037	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	7.745.000,00	964.000,00	8.709.000,00
0008.0245.0038	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	12.589.000,00	1.320.000,00	13.909.000,00
0009	Previdência Social	9.723.407,00	152.871.923,94	162.595.330,94
0009.0122	Administracao Geral		4.779.350,94	4.779.350,94
0009.0122.0003	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA		4.779.350,94	4.779.350,94
0009.0271	Previdência Básica	9.723.407,00		9.723.407,00
0009.0271.0015	CONTRIBUIÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SEGURADOS	9.723.407,00		9.723.407,00
0009.0272	Previdência do Regime Estatutário		148.092.573,00	148.092.573,00
0009.0272.0002	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		148.092.573,00	148.092.573,00
0010	Saúde	44.584.000,00	149.405.150,00	193.989.150,00
0010.0301	Atenção Básica	12.905.000,00	96.724.150,00	109.629.150,00
0010.0301.0018	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	12.880.000,00	89.031.500,00	101.911.500,00
0010.0301.0019	GESTÃO DO SUS	25.000,00	7.692.650,00	7.717.650,00
0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	31.679.000,00	36.585.000,00	68.264.000,00
0010.0302.0021	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	31.679.000,00	36.585.000,00	68.264.000,00
0010.0303	Suporte Profilático e Terapêutico		4.310.000,00	4.310.000,00
0010.0303.0021	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		4.310.000,00	4.310.000,00
0010.0304	Vigilância Sanitária		2.268.000,00	2.268.000,00
0010.0304.0020	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		2.268.000,00	2.268.000,00
0010.0305	Vigilância Epidemiológica		9.518.000,00	9.518.000,00
0010.0305.0020	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		9.518.000,00	9.518.000,00
0011	Trabalho	22.235.000,00		22.235.000,00
0011.0128	Formação de Recursos Humanos	875.000,00		875.000,00
0011.0128.0009	GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PESSOAL	875.000,00		875.000,00
0011.0331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	14.035.000,00		14.035.000,00
0011.0331.0009	GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PESSOAL	14.035.000,00		14.035.000,00
0011.0332	Relações de Trabalho	5.707.000,00		5.707.000,00
0011.0332.0009	GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PESSOAL	5.707.000,00		5.707.000,00
0011.0334	Fomento ao Trabalho	1.618.000,00		1.618.000,00
0011.0334.0028	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRABALHO	1.618.000,00		1.618.000,00
0012	Educação	5.701.000,00	316.861.700,00	322.562.700,00
0012.0361	Ensino Fundamental	3.200.000,00	202.994.250,00	206.194.250,00
0012.0361.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	3.200.000,00	202.994.250,00	206.194.250,00
0012.0365	Educação Infantil	2.500.000,00	108.101.450,00	110.601.450,00
0012.0365.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	2.500.000,00	108.101.450,00	110.601.450,00
0012.0367	Educacao Especial	1.000,00	5.766.000,00	5.767.000,00
0012.0367.0010	EDUCAÇÃO - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	1.000,00	5.766.000,00	5.767.000,00
0013	Cultura	3.500.000,00		3.500.000,00
0013.0392	Difusão Cultural	3.500.000,00		3.500.000,00
0013.0392.0022	FOMENTO A CULTURA	3.500.000,00		3.500.000,00
0014	Direitos da Cidadania	6.266.000,00		6.266.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	4.801.000,00		4.801.000,00
0014.0422.0007	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E POLÍTICAS INCLUSIVAS	1.356.000,00		1.356.000,00
0014.0422.0035	PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA	100.000,00		100.000,00
Código	**Especificação**	**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
0014	Direitos da Cidadania	6.266.000,00		6.266.000,00
0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	4.801.000,00		4.801.000,00
0014.0422.0039	COLOMBO MAIS JOVEM	1.154.000,00		1.154.000,00
0014.0422.0040	POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS	2.191.000,00		2.191.000,00
0014.0605	Abastecimento	1.465.000,00		1.465.000,00
0014.0605.0032	SISTEMA DE ABASTECIMENTO	1.465.000,00		1.465.000,00
0015	Urbanismo	6.382.000,00	14.358.000,00	20.740.000,00
0015.0451	Infra-Estrutura Urbana	6.382.000,00	0,00	6.382.000,00
0015.0451.0014	MOBILIDADE URBANA E TRANSITO	700.000,00		700.000,00
0015.0451.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
0015.0451.0026	DESENVOLVIMENTO URBANO	3.682.000,00		3.682.000,00
0015.0452	Servicos Urbanos		14.358.000,00	14.358.000,00
0015.0452.0024	COLOMBO MAIS ILUMINADA		14.358.000,00	14.358.000,00
0016	Habitação	1.650.000,00		1.650.000,00

0016.0482	Habitacao Urbana	1.650.000,00		1.650.000,00
0016.0482.0027	HABITAÇÃO	1.650.000,00		1.650.000,00
0017	Saneamento	388.000,00		388.000,00
0017.0541	Preservação e Conservação Ambiental	388.000,00		388.000,00
0017.0541.0030	SANEAMENTO GERAL	388.000,00		388.000,00
0018	Gestão Ambiental	17.827.000,00	30.574.700,00	48.401.700,00
0018.0541	Preservação e Conservação Ambiental	2.839.000,00	3.226.000,00	6.065.000,00
0018.0541.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	2.839.000,00	3.226.000,00	6.065.000,00
0018.0542	Controle Ambiental	14.988.000,00	27.348.700,00	42.336.700,00
0018.0542.0031	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	14.988.000,00	27.348.700,00	42.336.700,00
0020	Agricultura	7.361.000,00	5.000,00	7.366.000,00
0020.0605	Abastecimento	2.215.000,00		2.215.000,00
0020.0605.0032	SISTEMA DE ABASTECIMENTO	2.215.000,00		2.215.000,00
0020.0606	Extensão Rural	5.146.000,00	5.000,00	5.151.000,00
0020.0606.0033	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MUNICIPAL	5.146.000,00	5.000,00	5.151.000,00
0022	Indústria	2.229.000,00		2.229.000,00
0022.0661	Promoção Industrial	2.229.000,00		2.229.000,00
0022.0661.0028	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRABALHO	2.229.000,00		2.229.000,00
0023	Comércio e Serviços	4.674.000,00		4.674.000,00
0023.0691	Promoção Comercial	624.000,00		624.000,00
0023.0691.0028	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRABALHO	624.000,00		624.000,00
0023.0695	Turismo	4.050.000,00		4.050.000,00
0023.0695.0029	PROMOÇÃO AO TURISMO	4.050.000,00		4.050.000,00
0026	Transporte	60.830.000,00	23.947.000,00	84.777.000,00
0026.0451	Infra-Estrutura Urbana	6.226.000,00		6.226.000,00
0026.0451.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA	6.226.000,00		6.226.000,00
0026.0782	Transporte Rodoviário	54.604.000,00	23.947.000,00	78.551.000,00
0026.0782.0025	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA	54.604.000,00	23.947.000,00	78.551.000,00
0027	Desporto e Lazer	5.356.000,00		5.356.000,00
0027.0812	Desporto Comunitário	4.778.000,00		4.778.000,00
0027.0812.0023	COLOMBO MAIS ESPORTE	4.778.000,00		4.778.000,00
0027.0813	Lazer	578.000,00		578.000,00
0027.0813.0023	COLOMBO MAIS ESPORTE	578.000,00		578.000,00
Código	**Especificação**	**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
0028	Encargos Especiais	49.476.443,00		49.476.443,00
0028.0846	Outros encargos Especiais	49.476.443,00		49.476.443,00
0028.0846.0012	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	15.100.581,00		15.100.581,00
0028.0846.0015	CONTRIBUIÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SEGURADOS	34.375.862,00		34.375.862,00
	Total Geral	375.512.350,00	697.699.473,94	1.073.211.823,94

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:7B1E2196

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – ANEXO 9 – DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÃO

MUNICÍPIO DE COLOMBO						
Planejamento e Orçamento						
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função						
Entidade(s): Consolidado						
Ano LOA: 2026						
ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)						
Órgão	**Legislativa**	**Administração**	**Segurança Pública**	**Assistência Social**	**Previdência Social**	**Saúde**
01 - Câmara Municipal de Colombo	30.704.000,00					
02 - Autarquia Colombo Previdência					152.871.923,94	
03 - Gabinete do Prefeito Municipal		1.770.000,00				
04 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal		600.000,00				
05 - Procuradoria Geral do Município		4.200.000,00				
06 - Controladoria Geral do Município		1.144.000,00				
07 - Ouvidoria Geral do Município		500.000,00				
08 - Consultoria Jurídica do Município		200.000,00				
09 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional		4.849.000,00				
10 - Secretaria Municipal de Administração		16.738.500,00				
11 - Secretaria Municipal de Governo		1.666.000,00				
12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica		8.375.000,00				
13 - Secretaria Municipal da Fazenda		10.575.500,00			9.723.407,00	
14 - Secretaria Municipal de Urbanismo		1.744.000,00				
15 - Secretaria Municipal de Educação						
16 - Secretaria Municipal de Saúde						193.989.150,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				37.958.000,00		
18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação						
19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio						
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente						
21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho						
22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer						
23 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial						
24 - Secretaria Municipal da Juventude						
25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos						
26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública		1.868.000,00	14.113.500,00			
27 - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária						
28 - Secretaria Municipal de Turismo						

Total	**30.704.000,00**	**54.230.000,00**	**14.113.500,00**	**37.958.000,00**	**162.595.330,94**	**193.989.150,00**

Órgão	Trabalho	Educação	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação
01 - Câmara Municipal de Colombo						
02 - Autarquia Colombo Previdência						
03 - Gabinete do Prefeito Municipal						
04 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal						
05 - Procuradoria Geral do Município						
06 - Controladoria Geral do Município						
07 - Ouvidoria Geral do Município						
08 - Consultoria Jurídica do Município						
09 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional						
10 - Secretaria Municipal de Administração	20.617.000,00					
11 - Secretaria Municipal de Governo						
12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica						
13 - Secretaria Municipal da Fazenda						
14 - Secretaria Municipal de Urbanismo					3.682.000,00	
15 - Secretaria Municipal de Educação		322.562.700,00				
16 - Secretaria Municipal de Saúde						
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				100.000,00		
18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação					16.358.000,00	
19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio				1.465.000,00		
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente						
21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho	1.618.000,00					
22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer						
23 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial			3.500.000,00	280.000,00		
24 - Secretaria Municipal da Juventude				1.154.000,00		
25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos				2.191.000,00		
26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública				1.076.000,00	700.000,00	
27 - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária						1.650.000,00
28 - Secretaria Municipal de Turismo						
Total	**22.235.000,00**	**322.562.700,00**	**3.500.000,00**	**6.266.000,00**	**20.740.000,00**	**1.650.000,00**

Órgão	Saneamento	Gestão Ambiental	Agricultura	Indústria	Comércio e Serviços	Transporte
01 - Câmara Municipal de Colombo						
02 - Autarquia Colombo Previdência						
03 - Gabinete do Prefeito Municipal						
04 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal						
05 - Procuradoria Geral do Município						
06 - Controladoria Geral do Município						
07 - Ouvidoria Geral do Município						
08 - Consultoria Jurídica do Município						
09 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional						
10 - Secretaria Municipal de Administração						
11 - Secretaria Municipal de Governo						
12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica						
13 - Secretaria Municipal da Fazenda						
14 - Secretaria Municipal de Urbanismo						
15 - Secretaria Municipal de Educação						
16 - Secretaria Municipal de Saúde						
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social						
18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação						84.777.000,00
19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio			7.366.000,00			
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	388.000,00	48.401.700,00				
21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho				2.229.000,00	624.000,00	
22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer						
23 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial						
24 - Secretaria Municipal da Juventude						
25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos						
26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública						
27 - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária						
28 - Secretaria Municipal de Turismo					4.050.000,00	
Total	**388.000,00**	**48.401.700,00**	**7.366.000,00**	**2.229.000,00**	**4.674.000,00**	**84.777.000,00**

Órgão	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Total
01 - Câmara Municipal de Colombo			30.704.000,00
02 - Autarquia Colombo Previdência			152.871.923,94
03 - Gabinete do Prefeito Municipal			1.770.000,00
04 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal			600.000,00
05 - Procuradoria Geral do Município			4.200.000,00
06 - Controladoria Geral do Município			1.144.000,00
07 - Ouvidoria Geral do Município			500.000,00
08 - Consultoria Jurídica do Município			200.000,00

09 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional			4.849.000,00
10 - Secretaria Municipal de Administração			37.355.500,00
11 - Secretaria Municipal de Governo			1.666.000,00
12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica			8.375.000,00
13 - Secretaria Municipal da Fazenda		49.476.443,00	69.775.350,00
14 - Secretaria Municipal de Urbanismo			5.426.000,00
15 - Secretaria Municipal de Educação			322.562.700,00
16 - Secretaria Municipal de Saúde			193.989.150,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social			38.058.000,00
18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação			101.135.000,00
19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio			8.831.000,00
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente			48.789.700,00
21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho			4.471.000,00
22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	5.356.000,00		5.356.000,00
23 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial			3.780.000,00
24 - Secretaria Municipal da Juventude			1.154.000,00
25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos			2.191.000,00
26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública			17.757.500,00
27 - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária			1.650.000,00
28 - Secretaria Municipal de Turismo			4.050.000,00
Total	**5.356.000,00**	**49.476.443,00**	**1.073.211.823,94**

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:5312A99F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – ANEXO AL1 – RECEITA (FONTE) DESPESA (FUNÇÃO)

MUNICÍPIO DE COLOMBO				
Planejamento e Orçamento				
AL1 - Receita(Fonte) Despesa(Função)				
Entidade(s): Consolidado				
Ano LOA: 2026				
Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64				
Receita			**Despesa**	
Especificação	**Fonte**	**Total**	**Especificação**	**Cat. Econômica**
Receitas correntes		1.089.283.516,94	Administração	54.230.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	235.028.700,00		Agricultura	7.366.000,00
Contribuições	47.746.730,00		Assistência Social	37.958.000,00
Receita patrimonial	56.501.848,30		Comércio e Serviços	4.674.000,00
Receita agropecuária	0,00		Cultura	3.500.000,00
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	9.655.245,92		Desporto e Lazer	5.356.000,00
Transferências correntes	699.571.000,00		Direitos da Cidadania	6.266.000,00
Outras receitas correntes	40.779.992,72		Educação	322.562.700,00
Receitas de capital		21.965.000,00	Encargos Especiais	49.476.443,00
Operações de crédito	20.000.000,00		Gestão Ambiental	48.401.700,00
Alienação de bens	0,00		Habitação	1.650.000,00
Amortização de empréstimos	0,00		Indústria	2.229.000,00
Transferências de capital	1.965.000,00		Legislativa	30.704.000,00
Outras receitas de capital	0,00		Previdência Social	162.595.330,94
Receitas correntes		35.929.107,00	Saneamento	388.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00			
Contribuições	35.929.107,00		Saúde	193.989.150,00
Receita patrimonial	0,00		Segurança Pública	14.113.500,00
Receita agropecuária	0,00		Trabalho	22.235.000,00
Receita industrial	0,00		Transporte	84.777.000,00
Receita de serviços	0,00		Urbanismo	20.740.000,00
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital		0,00		
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
A classificar		0,00		
A classificar	0,00			
Receita Orçamentária		(73.965.800,00)		
Receitas correntes	(73.965.800,00)			
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	(87.000,00)			
Contribuições	(1.000,00)			
Receita patrimonial	0,00			
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	(73.877.800,00)			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital	0,00			
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Receita			**Despesa**	
Especificação	**Fonte**	**Total**	**Especificação**	**Cat. Econômica**
Receitas correntes	0,00			
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00			
Contribuições	0,00			
Receita patrimonial	0,00			

Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital	0,00			
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
	Subtotal	**1.073.211.823,94**	**Subtotal**	**1.073.211.823,94**
Transferências Financeiras		**0,00**	**Transferências Financeiras**	**0,00**
	Total	**1.073.211.823,94**	**Total**	**1.073.211.823,94**

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:EBE0E52E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – ANEXO V –FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO

MUNICÍPIO DE COLOMBO			
Planejamento e Orçamento			
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo			
Ano: 2026			
Entidade: Consolidado			
Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
0001	Legislativa	0031	Acao Legislativa
0004	Administração	0092	Representação Judicial e Extrajudicial
		0121	Planejamento e Orçamento
		0122	Administracao Geral
		0123	Administração Financeira
		0124	Controle Interno
		0126	Tecnologia da Informação
		0129	Administração de Receitas
		0130	Administração de Concessões
		0131	Comunicação Social
		0782	Transporte Rodoviário
0006	Segurança Pública	0122	Administracao Geral
		0182	Defesa Civil
		0244	Assistência Comunitária
0008	Assistência Social	0122	Administracao Geral
		0241	Assistência a Pessoa Idosa
		0242	Assistência à Pessoa com Deficiência
		0243	Assistência à Criança e ao Adolescente
		0244	Assistência Comunitária
		0245	Serviços Socioassistenciais
0009	Previdência Social	0122	Administracao Geral
		0271	Previdência Básica
		0272	Previdência do Regime Estatutário
0010	Saúde	0301	Atenção Básica
		0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
		0303	Suporte Profilático e Terapêutico
		0304	Vigilância Sanitária
		0305	Vigilância Epidemiológica
0011	Trabalho	0128	Formação de Recursos Humanos
		0331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador
		0332	Relações de Trabalho
		0334	Fomento ao Trabalho
0012	Educação	0361	Ensino Fundamental
		0365	Educação Infantil
		0367	Educacao Especial
0013	Cultura	0392	Difusão Cultural
0014	Direitos da Cidadania	0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
		0605	Abastecimento
0015	Urbanismo	0451	Infra-Estrutura Urbana
		0452	Servicos Urbanos
0016	Habitação	0482	Habitacao Urbana
0017	Saneamento	0541	Preservação e Conservação Ambiental
0018	Gestão Ambiental	0541	Preservação e Conservação Ambiental
		0542	Controle Ambiental
0020	Agricultura	0605	Abastecimento
		0606	Extensão Rural
0022	Indústria	0661	Promoção Industrial
0023	Comércio e Serviços	0691	Promoção Comercial
		0695	Turismo
0026	Transporte	0451	Infra-Estrutura Urbana
		0782	Transporte Rodoviário
0027	Desporto e Lazer	0812	Desporto Comunitário
		0813	Lazer
0028	Encargos Especiais	0846	Outros encargos Especiais

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:D772A039

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

MUNICÍPIO DE COLOMBO				
Planejamento e Orçamento				
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa				
Entidade(s): Consolidado				
Ano LOA: 2026				
01 - Câmara Municipal de Colombo				
001 - Câmara Municipal de Colombo				
0001.0031.0001.2001 - ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	21.500.000,00
	3319013000000000000	Contribuições patronais	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	3.054.000,00
	3319113000000000000	Contribuições patronais	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	900.000,00
	3339014000000000000	Diárias - civil	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	300.000,00
	3339030000000000000	Material de consumo	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	350.000,00
	3339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	400.000,00
	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	20.000,00
	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	2.500.000,00
	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	1.000.000,00
	3449051000000000000	Obras e instalações	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	280.000,00
	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	400.000,00
			Total Funcional	30.704.000,00
			Total Unidade	30.704.000,00
			Total Órgão	30.704.000,00
02 - Autarquia Colombo Previdência				
001 - Previdência Plano Financeiro				
0009.0272.0002.2023 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PLANO FINANCEIRO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319001000000000000	Aposentadorias do rpps, reserva remunerada e reformas dos militares	10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	31.950.400,00
Fiscal / Plano Municipal	3319001000000000000	Aposentadorias do rpps, reserva remunerada e reformas dos militares	11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	2.400.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319003000000000000	Pensões do RPPS e do militar	10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	4.000.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319003000000000000	Pensões do RPPS e do militar	11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	307.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319086000000000000	Compensações a regimes de previdência	11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	70.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	130,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	130,00
Fiscal / Plano Municipal	3339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	200.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	60.000,00
02 - Autarquia Colombo Previdência				
001 - Previdência Plano Financeiro				
0009.0272.0002.2023 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PLANO FINANCEIRO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339086000000000000	Compensações a regimes de previdência	11049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro - Fundo em Repartição (PF)	840.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339091000000000000	Sentenças judiciais	10461 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano Financeiro (PF) - Executivo	1.700.000,00
			Total Funcional	41.527.660,00
			Total Unidade	41.527.660,00
002 - Previdência Plano Previdenciário				
0009.0272.0002.2024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319001000000000000	Aposentadorias do rpps, reserva remunerada e reformas dos militares	01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	95.393.783,00
Fiscal / Plano Municipal	3319003000000000000	Pensões do RPPS e do militar	01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	6.500.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319086000000000000	Compensações a regimes de previdência	01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)	21.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	130,00
Fiscal / Plano Municipal	3339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	2.500.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)	250.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339086000000000000	Compensações a regimes de previdência	01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em Capitalização - (FP)	200.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339091000000000000	Sentenças judiciais	01401 - Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização (FP) - Executivo	1.700.000,00
			Total Funcional	106.564.913,00
			Total Unidade	106.564.913,00
003 - Previdência Administração				
0009.0122.0003.2025 - MATERIAIS E SERVIÇOS DA SEDE DA AUTARQUIA COLOMBO PREVIDÊNCIA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	2.356.881,80
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	81.000,00
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	48.181,18
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	244.691,56
02 - Autarquia Colombo Previdência				
003 - Previdência Administração				
0009.0122.0003.2025 - MATERIAIS E SERVIÇOS DA SEDE DA AUTARQUIA COLOMBO PREVIDÊNCIA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3339008000000000000	Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	14.728,08

Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3339014000000000000	Diárias - civil	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	12.678,40
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	61.917,09
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	63.781,05
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3339035000000000000	Serviços de consultoria	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	177.782,60
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	82.000,00
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	612.412,72
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	214.801,46
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	2.300,00
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	156.195,00
Fiscal, Seg. Social, Outros / Plano Municipal	3469092000000000000	Despesas de exercícios anteriores	00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	650.000,00
			Total Funcional	4.779.350,94
			Total Unidade	4.779.350,94
			Total Órgão	152.871.923,94

03 - Gabinete do Prefeito Municipal

001 - Departamento Administrativo

0004.0122.0004.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.202.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	272.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal	3339014000000000000	Diárias - civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	55.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	49.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	22.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00

03 - Gabinete do Prefeito Municipal

001 - Departamento Administrativo

0004.0122.0004.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00
			Total Funcional	1.770.000,00
			Total Unidade	1.770.000,00
			Total Órgão	1.770.000,00

04 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal

001 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal

0004.0122.0004.2003 - ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE PREFEITO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	383.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	90.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3339014000000000000	Diárias - civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	18.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	61.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
			Total Funcional	600.000,00
			Total Unidade	600.000,00
			Total Órgão	600.000,00

05 - Procuradoria Geral do Município

001 - Procuradoria Geral do Município

0004.0092.0004.2006 - ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.560.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	313.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	950.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	152.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	37.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	140.000,00

05 - Procuradoria Geral do Município

001 - Procuradoria Geral do Município

0004.0092.0004.2006 - ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.000,00
			Total Funcional	4.200.000,00
			Total Unidade	4.200.000,00
			Total Órgão	4.200.000,00

06 - Controladoria Geral do Município

001 - Controladoria Geral do Município

0004.0124.0004.2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	952.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	44.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00

Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	88.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	26.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	9.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
		pessoa jurídica		
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	11.000,00
			Total Funcional	1.144.000,00
			Total Unidade	1.144.000,00
			Total Órgão	1.144.000,00
07 - Ouvidoria Geral do Município				
001 - Ouvidoria Geral do Município				
0004.0122.0004.2011 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE OUVIDORIA MUNICIPAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	367.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	82.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
07 - Ouvidoria Geral do Município				
001 - Ouvidoria Geral do Município				
0004.0122.0004.2011 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE OUVIDORIA MUNICIPAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	14.000,00
			Total Funcional	500.000,00
			Total Unidade	500.000,00
			Total Órgão	500.000,00
08 - Consultoria Jurídica do Município				
001 - Consultoria Jurídica do Município				
0004.0122.0004.2150 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONSULTORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	35.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
			Total Funcional	200.000,00
			Total Unidade	200.000,00
			Total Órgão	200.000,00
09 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional				
001 - Departamento de Imprensa				
0004.0131.0006.2152 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.378.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	257.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	21.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	65.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.003.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	14.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00
			Total Funcional	3.800.000,00
			Total Unidade	3.800.000,00
09 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional				
002 - Superintendência Executiva do Desenvolvimento Institucional				
0004.0122.0034.2007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO INSTITUCIONAL E DE PROJETOS E PROGRAMAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	710.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	130.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	21.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	118.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
		pessoa jurídica		
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00
			Total Funcional	1.049.000,00
			Total Unidade	1.049.000,00
			Total Órgão	4.849.000,00
10 - Secretaria Municipal de Administração				
001 - Departamento Administrativo				
0004.0122.0008.1001 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00
Fiscal	3449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.400.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
			Total Funcional	1.580.000,00
0004.0122.0008.2012 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.600.000,00

Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	70.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	155.000,00
Fiscal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	452.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	54.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	605.500,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01511 - Taxas pela Prestação de Serviços	175.500,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	120.000,00
		pessoa jurídica		
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.500,00
10 - Secretaria Municipal de Administração				
001 - Departamento Administrativo				
0004.0122.0008.2012 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
			Total Funcional	3.275.500,00
0004.0122.0008.2014 - CONVÊNIO COM CARTÓRIO ELEITORAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	51.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	9.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
			Total Funcional	65.000,00
			Total Unidade	4.920.500,00
002 - Departamento de Protocolo e Arquivo				
0004.0122.0008.2169 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE PROTOCOLO E ARQUIVO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.292.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	44.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	168.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	11.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	31.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	33.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
			Total Funcional	1.609.000,00
			Total Unidade	1.609.000,00
003 - Departamento de Serviços de Atendimento ao Cidadão				
0004.0122.0008.2164 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	165.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	39.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
10 - Secretaria Municipal de Administração				
003 - Departamento de Serviços de Atendimento ao Cidadão				
0004.0122.0008.2164 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
			Total Funcional	263.000,00
			Total Unidade	263.000,00
004 - Departamento de Manutenção da Frota Pública				
0004.0122.0008.2016 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FROTA PUBLICA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.120.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	67.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	87.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	41.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	436.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
			Total Funcional	1.796.000,00
			Total Unidade	1.796.000,00
005 - Departamento de Compras				
0004.0122.0008.2013 - CENTRAL DE SUPRIMENTOS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	460.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00
			Total Funcional	500.000,00
0004.0122.0008.2017 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.350.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	76.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	117.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	219.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	26.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
			Total Funcional	1.850.000,00
			Total Unidade	2.350.000,00

10 - Secretaria Municipal de Administração				
006 - Departamento de Recursos Humanos				
0011.0331.0009.2019 - VALE TRANSPORTE AOS SERVIDORES				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000.000,00
			Total Funcional	1.000.000,00
0011.0331.0009.2021 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS DE COLOMBO - ASSEMCO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
			Total Funcional	30.000,00
0011.0331.0009.2022 - MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO REFEIÇÃO AOS SERVIDORES				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339046000000000000	Auxílio-alimentação	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.005.000,00
			Total Funcional	13.005.000,00
0011.0332.0009.2018 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319007000000000000	Contribuições a entidades fechadas de previdência	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.226.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	112.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhistas	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319096000000000000	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	243.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339008000000000000	Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.706.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	18.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
			Total Funcional	5.607.000,00
0011.0332.0009.2028 - SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00
			Total Funcional	100.000,00
			Total Unidade	19.742.000,00

10 - Secretaria Municipal de Administração				
007 - Departamento de Controle e Conservação de Patrimônio				
0004.0122.0008.2020 - ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.420.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	137.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	115.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	36.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	164.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	368.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
		pessoa jurídica		
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	350.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449061000000000000	Aquisição de imóveis	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	490.000,00
			Total Funcional	3.100.000,00
			Total Unidade	3.100.000,00
008 - Departamento de Escola de Gestão Pública				
0011.0128.0009.2027 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE GESTÃO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	584.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	63.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	141.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
			Total Funcional	875.000,00
			Total Unidade	875.000,00
009 - Superintendências Regionais				
0004.0122.0008.2156 - MANUTENÇÃO DAS REGIONAIS ADMINISTRATIVAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	965.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	81.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	66.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
10 - Secretaria Municipal de Administração				
009 - Superintendências Regionais				
0004.0122.0008.2156 - MANUTENÇÃO DAS REGIONAIS ADMINISTRATIVAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.509.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.000,00

		jurídica		
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	24.000,00
			Total Funcional	2.700.000,00
			Total Unidade	2.700.000,00
			Total Órgão	37.355.500,00
11 - Secretaria Municipal de Governo				
001 - Departamento de Relações Governamentais				
0004.0122.0042.2153 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA E AÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	746.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	107.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	53.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
			Total Funcional	1.097.000,00
			Total Unidade	1.097.000,00
002 - Departamento de Cerimonial				
0004.0122.0042.2125 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CERIMONIAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	279.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	67.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	22.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	165.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
11 - Secretaria Municipal de Governo				
002 - Departamento de Cerimonial				
0004.0122.0042.2125 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CERIMONIAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
			Total Funcional	569.000,00
			Total Unidade	569.000,00
			Total Órgão	1.666.000,00
12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica				
001 - Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico				
0004.0121.0005.2010 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FOCADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO MUNICIPAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	452.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	152.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	19.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	64.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
			Total Funcional	712.000,00
			Total Unidade	712.000,00
002 - Departamento de Inovação				
0004.0121.0041.2157 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	357.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	57.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	84.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
			Total Funcional	543.000,00
			Total Unidade	543.000,00
12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica				
003 - Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação				
0004.0126.0011.2158 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, DE COMUNICAÇÃO E DADOS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.031.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	96.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	70.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	87.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	207.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	89.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.029.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	510.000,00
			Total Funcional	7.120.000,00
			Total Unidade	7.120.000,00
			Total Órgão	8.375.000,00
13 - Secretaria Municipal da Fazenda				

001 - Departamento de Contabilidade

0004.0123.0012.2030 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.540.000,00
	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	200.000,00
	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	562.000,00
	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	199.000,00
	3339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
	3999999000000000000	Reserva de contingência	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	350.000,00
			Total Funcional	2.924.000,00

0009.0271.0015.2031 - CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	9.723.407,00
			Total Funcional	9.723.407,00

13 - Secretaria Municipal da Fazenda

001 - Departamento de Contabilidade

0028.0846.0012.2026 - PAGAMENTO DA DÍVIDA PUBLICA MUNICIPAL

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3329021000000000000	Juros sobre a dívida por contrato	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.365.581,00
	3329022000000000000	Outros encargos sobre a dívida por contrato	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	31.000,00
	3339059000000000000	Pensões especiais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	105.000,00
	3339091000000000000	Sentenças judiciais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000.000,00
	3339092000000000000	Despesas de exercícios anteriores	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
	3469071000000000000	Principal da dívida contratual resgatado	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.615.000,00
	3469091000000000000	Sentenças judiciais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.979.000,00
			Total Funcional	15.100.581,00

0028.0846.0015.2032 - PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.186,00
	3319192000000000000	Despesas de exercícios anteriores	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
	3339197000000000000	Aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.360.676,00
			Total Funcional	34.375.862,00
			Total Unidade	62.123.850,00

002 - Departamento de Gestão Financeira

0004.0123.0012.2035 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO FINANCEIRA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	513.000,00
	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00
	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	66.000,00
			Total Funcional	601.000,00
			Total Unidade	601.000,00

003 - Departamento de Gestão Tributária

0004.0129.0012.2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	330.000,00
	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	4.025.000,00
	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	112.000,00
	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00
	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	527.000,00
	3339030000000000000	Material de consumo	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	38.000,00
	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	102.000,00

13 - Secretaria Municipal da Fazenda

003 - Departamento de Gestão Tributária

0004.0129.0012.2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	1.095.000,00
	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	45.000,00
	3339093000000000000	Indenizações e restituições	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	285.000,00
	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	30.500,00
			Total Funcional	6.637.500,00

Total Unidade 6.637.500,00

004 - Departamento de Gestão Orçamentária

0004.0121.0012.2008 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ORÇAMENTO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	345.000,00
Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00
Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	23.000,00
			Total Funcional	413.000,00
			Total Unidade	413.000,00
			Total Órgão	69.775.350,00

14 - Secretaria Municipal de Urbanismo

001 - Departamento de Urbanismo

0015.0451.0026.2043 - ADMINISTRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.807.000,00
Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	399.000,00
Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	154.000,00
Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	28.000,00

Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	114.000,00
Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	148.000,00
Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Plano Municipal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.000,00
			Total Funcional	3.682.000,00
			Total Unidade	3.682.000,00
14 - Secretaria Municipal de Urbanismo				
002 - Departamento de Georreferenciamento e Cadastro Imobiliário				
0004.0121.0026.2165 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE GEORREFERENCIAMENTO E CADASTRO IMOBILIÁRIO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	600.000,00
Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	84.000,00
Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	166.000,00
Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	115.000,00
Plano Municipal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
			Total Funcional	1.028.000,00
			Total Unidade	1.028.000,00
003 - Departamento de Projetos				
0004.0121.0026.2166 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	300.000,00
Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	28.000,00
Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	48.000,00
Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	35.000,00
Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	14.000,00
Plano Municipal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	440.000,00
			Total Unidade	440.000,00
004 - Departamento de Gestão de Concessões Públicas				
0004.0130.0026.2171 - ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS CONCESSÕES PUBLICAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	67.000,00
	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
14 - Secretaria Municipal de Urbanismo				
004 - Departamento de Gestão de Concessões Públicas				
0004.0130.0026.2171 - ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS CONCESSÕES PUBLICAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.000,00
			Total Funcional	114.000,00
			Total Unidade	114.000,00
005 - Departamento de Pavimentação				
0004.0121.0026.2188 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	102.000,00
Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	23.000,00
Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	21.000,00
Plano Municipal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
			Total Funcional	162.000,00
			Total Unidade	162.000,00
			Total Órgão	5.426.000,00
15 - Secretaria Municipal de Educação				
001 - Departamento de Educação				
0012.0361.0010.1004 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	35.000,00
Fiscal	4449051000000000000	Obras e instalações	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	6.965.000,00
Fiscal	4449051000000000000	Obras e instalações	11040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.000.000,00
			Total Funcional	8.000.000,00
0012.0361.0010.2046 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	9.517.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	1.313.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	1.000.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	15.130.000,00
15 - Secretaria Municipal de Educação				
001 - Departamento de Educação				
0012.0361.0010.2046 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**

Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	11040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.482.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	11.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	324.000,00
			Total Funcional	29.832.000,00
0012.0361.0010.2047 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	82.000.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	1.750.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	100.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	9.423.000,00
			Total Funcional	93.273.000,00
0012.0361.0010.2048 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS 25%				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	11.587.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	137.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	100.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	1.148.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	115.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	6.205.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	635.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	9.267.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	4.016.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	584.000,00
			Total Funcional	33.794.000,00
0012.0361.0010.2050 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - ENSINO FUNDAMENTAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01111 - MDE/PDDE FNDE	2.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01111 - MDE/PDDE FNDE	2.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01111 - MDE/PDDE FNDE	1.000,00
			Total Funcional	5.000,00
0012.0361.0010.2051 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.464.000,00
15 - Secretaria Municipal de Educação				
001 - Departamento de Educação				
0012.0361.0010.2051 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	82.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	214.000,00
			Total Funcional	1.760.000,00
0012.0365.0010.1003 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAS.				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	35.000,00
Fiscal	4449051000000000000	Obras e instalações	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	5.036.000,00
			Total Funcional	5.071.000,00
0012.0365.0010.2057 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - RECURSOS 5%				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.611.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	250.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	490.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.293.450,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	135.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	9.449.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	191.000,00
			Total Funcional	18.469.450,00
0012.0365.0010.2131 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	45.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.025.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	20.000,00
			Total Funcional	1.105.000,00
0012.0365.0010.2132 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 30%				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	4.618.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	9.574.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	150.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	11021 - FUNDEB 30% - Exercício Corrente	158.000,00

15 - Secretaria Municipal de Educação				
001 - Departamento de Educação				
0012.0365.0010.2132 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 30%				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
			Total Funcional	14.500.000,00
0012.0365.0010.2135 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 70%				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	58.000.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	650.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	6.300.000,00
			Total Funcional	65.000.000,00

0012.0365.0010.2141 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - EDUCAÇÃO INFANTIL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01111 - MDE/PDDE FNDE	2.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01111 - MDE/PDDE FNDE	2.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01111 - MDE/PDDE FNDE	1.000,00
			Total Funcional	5.000,00
0012.0367.0010.2172 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 70%				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	3.040.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	11011 - FUNDEB 70% - Exercício Corrente	400.000,00
			Total Funcional	3.490.000,00
0012.0367.0010.2173 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3335043000000000000	Subvenções sociais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	64.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	2.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	2.200.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	10.000,00
			Total Funcional	2.277.000,00
			Total Unidade	276.581.450,00
002 - Departamento Administrativo				
0012.0361.0010.2052 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICO ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL.				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	2.610.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	55.000,00
15 - Secretaria Municipal de Educação				
002 - Departamento Administrativo				
0012.0361.0010.2052 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICO ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL.				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319096000000000000	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	280.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	43.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	109.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	1.149.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	20.000,00
			Total Funcional	4.337.000,00
0012.0361.0010.2053 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PARTE MUNICIPAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	1.557.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	223.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	12.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	326.000,00
			Total Funcional	2.118.000,00
0012.0361.0010.2055 - MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.450.000,00
Fiscal	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.000.000,00
Fiscal	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01158 - FNDE/Merenda	2.043.000,00
			Total Funcional	5.493.000,00
0012.0361.0010.2061 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	10.932.250,00
Fiscal	3339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	9.395.000,00
Fiscal	3339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01117 - MDE/FNDE PNAT T. DE ESCOLARES	398.000,00
Fiscal	3339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	01162 - Transporte Escolar Estado	5.576.000,00
			Total Funcional	26.301.250,00
0012.0365.0010.2058 - MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500.000,00
Fiscal	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01107 - MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.615.000,00
15 - Secretaria Municipal de Educação				
002 - Departamento Administrativo				
0012.0365.0010.2058 - MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01158 - FNDE/Merenda	2.336.000,00
			Total Funcional	6.451.000,00
			Total Unidade	44.700.250,00
003 - Departamento de Orçamento e Controle				
0012.0361.0010.2054 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO E CONTROLE DO ENSINO NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	1.105.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	58.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	10.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01104 - 25% Sobre demais impostos vinculados à educação	108.000,00
			Total Funcional	1.281.000,00
			Total Unidade	1.281.000,00
			Total Órgão	322.562.700,00
16 - Secretaria Municipal de Saúde				
001 - Ouvidoria				
0010.0301.0019.2066 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA EM SAÚDE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	130.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	12.000,00

			Corrente	
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	8.000,00
			Total Funcional	169.000,00
			Total Unidade	169.000,00

16 - Secretaria Municipal de Saúde

002 - Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde

0010.0304.0020.2065 - OPERAÇÕES DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	130.000,00
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	1.600.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	20.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	210.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	100.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	201.000,00
			Total Funcional	2.268.000,00

0010.0305.0020.2067 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (1051)	894.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	5.217.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	820.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	369.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	70.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	323.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	288.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	121.000,00

16 - Secretaria Municipal de Saúde

002 - Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde

0010.0305.0020.2067 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	738.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	150.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	180.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	15181 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	15182 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	150.000,00
			Total Funcional	9.518.000,00
			Total Unidade	11.786.000,00

003 - Departamento de Atenção a Saúde

0010.0301.0018.1006 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00
Fiscal	3449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	400.000,00
Fiscal	3449051000000000000	Obras e instalações	15182 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	500.000,00
			Total Funcional	1.000.000,00

0010.0301.0018.2038 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	9.194.000,00
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	11.100.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	500.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	1.905.000,00

			Corrente	
			Total Funcional	22.709.000,00
16 - Secretaria Municipal de Saúde				
003 - Departamento de Atenção a Saúde				
0010.0301.0018.2062 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.052.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	7.804.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	8.000.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	1.550.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	576.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	200.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319046000000000000	Auxílio-alimentação	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	198.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319049000000000000	Auxílio-transporte	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	54.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	2.120.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.500.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	722.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01353 - Emendas de Bancada - Custeio/Saúde	200.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01356 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/SAÚDE (Finalidade Definida)	1.500.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	1.050.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	500.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	500.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	2.372.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01353 - Emendas de Bancada - Custeio/Saúde	300.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01356 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/SAÚDE (Finalidade Definida)	2.000.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	980.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	900.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	630.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	1.070.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	150.000,00
16 - Secretaria Municipal de Saúde				
003 - Departamento de Atenção a Saúde				
0010.0301.0018.2062 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	15181 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	15182 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	1.000.000,00
			Total Funcional	45.978.500,00
0010.0301.0018.2063 - SAÚDE BUCAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	3.864.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	1.396.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	100.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	605.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	70.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	374.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	19.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	30.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	150.000,00
			Total Funcional	6.613.000,00
0010.0301.0018.2064 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	4.500.000,00
Fiscal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	1.765.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	1.000.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	15.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	15.000,00
16 - Secretaria Municipal de Saúde				
003 - Departamento de Atenção a Saúde				
0010.0301.0018.2064 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	1.500.000,00

Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	205.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	15182 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	165.000,00
			Total Funcional	9.165.000,00
0010.0301.0018.2095 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (1051)	9.617.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	3.183.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	3.333.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	100.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	213.000,00
			Total Funcional	16.446.000,00
0010.0302.0021.2071 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3315043000000000000	Subvenções sociais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.375.000,00
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000.000,00
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	17.200.000,00
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	2.000.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	645.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	200.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	2.046.000,00
Fiscal	3335043000000000000	Subvenções sociais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	14.304.000,00
Fiscal	3335043000000000000	Subvenções sociais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	789.000,00
16 - Secretaria Municipal de Saúde				
003 - Departamento de Atenção a Saúde				
0010.0302.0021.2071 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	120.000,00
Fiscal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01369 - Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	600.000,00
Fiscal	3337239000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	1.000.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	300.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01369 - Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	480.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	280.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	800.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01356 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/SAÚDE (Finalidade Definida)	500.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01369 - Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	2.310.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	720.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	2.000.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	30.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01369 - Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	90.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01369 - Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	20.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	15181 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	50.000,00
			Total Funcional	63.929.000,00
0010.0302.0021.2072 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA -SAMU				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	1.508.000,00
Fiscal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	1.545.000,00
Fiscal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	1.200.000,00
16 - Secretaria Municipal de Saúde				
003 - Departamento de Atenção a Saúde				
0010.0302.0021.2072 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA -SAMU				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	82.000,00
			Total Funcional	4.335.000,00
0010.0303.0021.2170 - ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	1.918.000,00
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	1.125.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	93.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	100.000,00

Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	309.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	39.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	110.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	187.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	256.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14942 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Estaduais	140.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	23.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	4.310.000,00
			Total Unidade	174.485.500,00
004 - Departamento Administrativo de Gestão e Controle				
0010.0301.0019.2070 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO SUS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	11064 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem (1064)	2.657.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	3.406.650,00

16 - Secretaria Municipal de Saúde				
004 - Departamento Administrativo de Gestão e Controle				
0010.0301.0019.2070 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO SUS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	200.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	350.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	150.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	349.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14941 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos Federais	21.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	195.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	100.000,00
			Total Funcional	7.548.650,00
			Total Unidade	7.548.650,00
			Total Órgão	193.989.150,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
001 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS				
0008.0242.0007.2114 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	18.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
			Total Funcional	50.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
001 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS				
0008.0243.0017.6078 - CONSELHO TUTELAR				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.218.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	134.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	51.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	80.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	107.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	66.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	1.700.000,00
0008.0244.0016.1008 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**

Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	788.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
			Total Funcional	800.000,00
0008.0244.0016.2082 - AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.180.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	1.195.000,00
0008.0244.0016.2089 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	83.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
001 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS				
0008.0244.0016.2089 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	14.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
			Total Funcional	115.000,00
0008.0244.0016.2134 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE INFRAESTRUTURA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	548.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	68.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	26.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	53.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	51.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00
			Total Funcional	765.000,00
0014.0422.0035.2085 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO À PESSOA IDOSA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	19.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	51.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00
			Total Funcional	100.000,00
			Total Unidade	4.725.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
0008.0122.0036.2080 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.141.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	164.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	280.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01933 - IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	9.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	79.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	56.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS	30.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01933 - IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	53.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS	35.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01933 - IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	5.000,00
			Total Funcional	3.941.000,00
0008.0122.0036.2083 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	3.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01933 - IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	9.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	2.000,00

Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	3.000,00
			Total Funcional	27.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
0008.0122.0036.2084 - SERVIÇOS DE APOIO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	43.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	450.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	30.000,00
			Total Funcional	546.000,00
0008.0241.0037.2086 - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOA IDOSA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.480.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	125.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	99.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	67.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	110.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	248.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	163.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	148.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	15.000,00
			Total Funcional	2.498.000,00
0008.0243.0037.6079 - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	794.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	46.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	77.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
0008.0243.0037.6079 - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	248.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	150.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	380.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	130.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	20.000,00
			Total Funcional	1.900.000,00
0008.0243.0038.6083 - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01709 - Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil)	30.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01709 - Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil)	60.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01709 - Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil)	10.000,00
			Total Funcional	108.000,00
0008.0244.0036.2190 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	995.000,00
			Total Funcional	1.000.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
0008.0244.0037.2191 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM DOMICÍLIO PARA PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	9.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00

Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
			Total Funcional	30.000,00
0008.0245.0016.2193 - GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES DO SUAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01803 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade Definida)	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01807 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/Social	200.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01809 - Emendas de Bancada - Custeio/Social	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01803 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade Definida)	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01807 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/Social	200.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01809 - Emendas de Bancada - Custeio/Social	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01803 - Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade Definida)	1.000,00
			Total Funcional	455.000,00
0008.0245.0037.2138 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.668.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	335.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	657.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS	60.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	260.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	19.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS	40.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	500.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	70.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
0008.0245.0037.2138 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	34.000,00
			Total Funcional	8.709.000,00
0008.0245.0038.2081 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.099.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	245.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	224.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	57.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	100.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	58.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	147.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS	40.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	206.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de	12.000,00
		pessoa jurídica	Média e Alta Complexidade	
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	22.000,00
			Total Funcional	4.260.000,00
0008.0245.0038.2088 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3335043000000000000	Subvenções sociais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01241 - Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	61.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.470.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
0008.0245.0038.2088 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01241 - Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)	64.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01241 - Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência Deliberação 72/2023 (241)	5.500,00
			Total Funcional	1.735.000,00
0008.0245.0038.2192 - ENFRENTAMENTO DE CALAMIDADE PÚBLICA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
			Total Funcional	10.000,00
0008.0245.0038.6085 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS LA-Liberdade Assistida e PSC-Prestação de Serviços à Comunidade				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal ECA/	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	466.000,00

FMDCA				
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	59.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	30.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	2.500,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	32.500,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	15.000,00
			Total Funcional	635.000,00
17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
0008.0245.0038.6142 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.563.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	300.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	307.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS	150.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	190.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	128.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.150.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01231 - Piso Único de Assistência Social - PAS	160.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	190.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	30.000,00
			Total Funcional	7.269.000,00
			Total Unidade	33.123.000,00
003 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente				
0008.0243.0017.6143 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3335043000000000000	Subvenções sociais	01880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/ FMDCA	50.000,00

17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
003 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente				
0008.0243.0017.6143 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339030000000000000	Material de consumo	01880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/ FMDCA	30.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal ECA/ FMDCA	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/ FMDCA	70.000,00
			Total Funcional	160.000,00
			Total Unidade	160.000,00
004 - Fundo Municipal da Pessoa Idosa				
0008.0241.0035.2194 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3335043000000000000	Subvenções sociais	01900 - Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01900 - Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01900 - Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	10.000,00
			Total Funcional	40.000,00
			Total Unidade	40.000,00
005 - Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência				

0008.0242.0007.2195 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
			Total Funcional	10.000,00
			Total Unidade	10.000,00
			Total Órgão	38.058.000,00

18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação

001 - Departamento de Edificações e Obras Cívis

0026.0451.0025.2009 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, E SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS CIVIS

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.390.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	205.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	274.000,00

18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação

001 - Departamento de Edificações e Obras Cívis

0026.0451.0025.2009 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, E SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS CIVIS

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.686.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00
			Total Funcional	6.226.000,00
			Total Unidade	6.226.000,00

002 - Departamento de Viação

0026.0782.0025.2090 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "MAIS RUAS RENOVADAS" COM A CONSERVAÇÃO DE VIAS, PRAÇAS E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS PERTINENTES

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.010.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	266.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	336.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.553.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.975.000,00
Fiscal	4449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	70.000,00
Fiscal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	140.000,00
			Total Funcional	24.400.000,00

0026.0782.0025.2103 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.015.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	325.000,00
			Total Funcional	2.340.000,00

0026.0782.0025.2133 - OPERACIONALIZAÇÃO DA USINA DE PRODUÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	330.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	120.000,00
			Total Funcional	450.000,00
			Total Unidade	27.190.000,00

003 - Departamento de Obras de Pavimentação

0026.0782.0025.1010 - AMPLIAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS ATRAVÉS DOS PROGRAMAS "COLOMBO MAIS ASFALTO" e "COLOMBO PRIMEIRO ASFALTO".

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	550.000,00

18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação

003 - Departamento de Obras de Pavimentação

0026.0782.0025.1010 - AMPLIAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS ATRAVÉS DOS PROGRAMAS "COLOMBO MAIS ASFALTO" e "COLOMBO PRIMEIRO ASFALTO".

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	4449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.550.000,00
Fiscal / Plano Municipal	4449051000000000000	Obras e instalações	11009 - Pavimentação e Revitalização de Ruas	20.000.000,00
Fiscal / Plano Municipal	4449051000000000000	Obras e instalações	01504 - Outros Royalties e Compensações Financ.e Patrimoniais Não Previd.	3.627.000,00
Fiscal / Plano Municipal	4449051000000000000	Obras e instalações	01512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB	320.000,00
			Total Funcional	40.047.000,00

0026.0782.0025.1012 - PLANO DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00
Fiscal	4449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.601.000,00
			Total Funcional	10.701.000,00

0026.0782.0025.2091 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	489.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	101.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
			Total Funcional	613.000,00
			Total Unidade	51.361.000,00

004 - Departamento de Serviços Públicos

0015.0451.0025.2168 - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	193.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	51.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	450.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.200.000,00
Fiscal	4449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	39.000,00
			Total Funcional	2.000.000,00

0015.0452.0024.2093 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	1.070.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	53.000,00

18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação

004 - Departamento de Serviços Públicos

0015.0452.0024.2093 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	15.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	73.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	1.197.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	11.800.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	150.000,00
			Total Funcional	14.358.000,00
			Total Unidade	16.358.000,00
			Total Órgão	101.135.000,00

19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio

001 - Departamento de Agricultura

0020.0606.0033.2104 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.278.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	189.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	182.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	43.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	110.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
		pessoa jurídica		
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
			Total Funcional	2.850.000,00

0020.0606.0033.2109 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	76.000,00
			Total Funcional	126.000,00

0020.0606.0033.2115 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO À PISCICULTURA, FRUTICULTURA, VITICULTURA E AGRICULTURA URBANA E PECUÁRIA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	450.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	85.000,00
			Total Funcional	535.000,00

19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio

001 - Departamento de Agricultura

0020.0606.0033.2116 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL-SIM/POA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	356.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	45.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas Exercício Poder de Policia	5.000,00
			Total Funcional	430.000,00

0020.0606.0033.2118 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	580.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	400.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
			Total Funcional	1.010.000,00
			Total Unidade	4.951.000,00

002 - Departamento de Abastecimento

0014.0605.0032.2119 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "ARMAZÉM DA FAMÍLIA"

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	35.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.400.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
			Total Funcional	1.465.000,00

0020.0605.0032.2102 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	590.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	43.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	75.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00

19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio

002 - Departamento de Abastecimento

0020.0605.0032.2102 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
			Total Funcional	970.000,00

0020.0605.0032.2117 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA "ECO TROCA"

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000.000,00

Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	230.000,00
Fiscal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.000,00
			Total Funcional	1.245.000,00
			Total Unidade	3.680.000,00
003 - Departamento de Agronegócio				
0020.0606.0033.2120 - POLÍTICAS E AÇÕES DE FOMENTO AO AGRONEGÓCIO LOCAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	65.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	135.000,00
			Total Funcional	200.000,00
			Total Unidade	200.000,00
			Total Órgão	8.831.000,00
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
001 - Departamento de Fiscalização				
0018.0542.0031.2105 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	909.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	75.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	76.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	24.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	24.000,00
Fiscal / Plano Municipal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	1.128.000,00
			Total Unidade	1.128.000,00
002 - Departamento de Licenciamento, Controle e Alvará				
0018.0542.0031.2097 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, CONTROLE E ALVARÁ				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	308.000,00
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
002 - Departamento de Licenciamento, Controle e Alvará				
0018.0542.0031.2097 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, CONTROLE E ALVARÁ				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	42.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	16.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.000,00
Fiscal / Plano Municipal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	409.000,00
			Total Unidade	409.000,00
003 - Departamento de Proteção Animal				
0018.0542.0031.2098 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	85.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	145.000,00
Fiscal / Plano Municipal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	276.000,00
			Total Unidade	276.000,00
004 - Departamento de Saneamento Ambiental e Áreas Verdes				
0017.0541.0030.2096 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E LIMPEZA DE RIOS E CÓRREGOS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	195.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	158.000,00
			Total Funcional	388.000,00
0018.0541.0031.1036 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR ÁS MARGENS DO RIO PALMITAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	20.000,00
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
004 - Departamento de Saneamento Ambiental e Áreas Verdes				
0018.0541.0031.1036 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR ÁS MARGENS DO RIO PALMITAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	4449051000000000000	Obras e instalações	01555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	80.000,00
			Total Funcional	100.000,00
0018.0541.0031.2108 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	240.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	41.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	250.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	547.000,00
Fiscal / Plano Municipal	4449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
			Total Funcional	1.134.000,00
0018.0541.0031.2187 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DE SANEAMENTO BÁSICO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	250.000,00

Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	91.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	1.959.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	917.000,00
			Total Funcional	3.217.000,00
			Total Unidade	4.839.000,00
005 - Departamento de Zeladoria Municipal				
0018.0542.0031.1207 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.078.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	53.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	104.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	250.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01511 - Taxas pela Prestação de Serviços	5.700.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	133.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.242.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01511 - Taxas pela Prestação de Serviços	21.648.700,00
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
005 - Departamento de Zeladoria Municipal				
0018.0542.0031.1207 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3447170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	200.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	196.000,00
			Total Funcional	36.629.700,00
0018.0542.0031.2107 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.894.000,00
			Total Funcional	3.894.000,00
			Total Unidade	40.523.700,00
006 - Departamento de Programas e Projetos				
0018.0541.0031.2106 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	248.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	38.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	9.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
			Total Funcional	505.000,00
			Total Unidade	505.000,00
007 - Departamento Executivo				
0018.0541.0031.2101 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	779.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	91.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	51.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	45.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	70.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
007 - Departamento Executivo				
0018.0541.0031.2101 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
			Total Funcional	1.109.000,00
			Total Unidade	1.109.000,00
			Total Órgão	48.789.700,00
21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho				
001 - Departamento de Indústria				
0022.0661.0028.2111 - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO A INDUSTRIA NO MUNICÍPIO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.429.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	176.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	103.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	29.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	139.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	123.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	2.029.000,00
0022.0661.0028.2113 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL TECNOLÓGICA DE COLOMBO - CITCOL.				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	120.000,00
			Total Funcional	170.000,00
0022.0661.0028.2129 - APOIO À INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO MUNICÍPIO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00

			Total Funcional	30.000,00
			Total Unidade	2.229.000,00
002 - Departamento de Comércio e Serviços				
0023.0691.0028.2121 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE COMERCIO E SERVIÇOS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	400.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	98.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00

21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho				
002 - Departamento de Comércio e Serviços				
0023.0691.0028.2121 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE COMERCIO E SERVIÇOS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	17.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	18.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	67.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	624.000,00
			Total Unidade	624.000,00
003 - Departamento de Trabalho				
0011.0334.0028.2167 - SERVIÇOS DE FOMENTO PARA O MERCADO DE TRABALHO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.278.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	224.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	73.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
			Total Funcional	1.618.000,00
			Total Unidade	1.618.000,00
			Total Órgão	4.471.000,00
22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				
001 - Departamento de Esportes				
0027.0812.0023.1034 - CONSTRUÇÃO , READEQUAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS A PRATICA DE ESPORTE LAZER				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal	4449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	445.000,00
			Total Funcional	470.000,00
0027.0812.0023.2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.730.000,00
22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				
001 - Departamento de Esportes				
0027.0812.0023.2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	297.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	57.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	600.000,00
Fiscal	3339031000000000000	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	110.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	124.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.030.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	300.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
			Total Funcional	4.308.000,00
			Total Unidade	4.778.000,00
002 - Departamento de Recreação e Lazer				
0027.0813.0023.2163 - MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE RECREAÇÃO E LAZER				

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	395.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	90.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	45.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	41.000,00
			Total Funcional	578.000,00
			Total Unidade	578.000,00
			Total Órgão	5.356.000,00

23 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial

001 - Departamento de Cultura

0013.0392.0022.2159 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E AÇÕES CULTURAIS

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.717.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	185.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	125.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	151.000,00

23 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial

001 - Departamento de Cultura

0013.0392.0022.2159 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E AÇÕES CULTURAIS

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3339031000000000000	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	176.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	980.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	24.000,00
Fiscal	3339048000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	42.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
			Total Funcional	3.500.000,00
			Total Unidade	3.500.000,00

002 - Departamento de Igualdade Racial

0014.0422.0007.2162 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA A IGUALDADE RACIAL

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	180.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	19.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	9.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
			Total Funcional	280.000,00
			Total Unidade	280.000,00
			Total Órgão	3.780.000,00

24 - Secretaria Municipal da Juventude

001 - Departamento Executivo

0014.0422.0039.2161 - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	408.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	120.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00

24 - Secretaria Municipal da Juventude

001 - Departamento Executivo

0014.0422.0039.2161 - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

Fonte de Financ. / Plano Ação	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
		pessoa jurídica		

Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.000,00
			Total Funcional	646.000,00
			Total Unidade	646.000,00
002 - Departamento de Políticas Públicas da Juventude				
0014.0422.0039.2122 - PASSE ESCOLAR				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	338.000,00
			Total Funcional	338.000,00
0014.0422.0039.2123 - CURSINHO PRE-VESTIBULAR				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	70.000,00
			Total Funcional	70.000,00
0014.0422.0039.2124 - PROGRAMAS E EVENTOS DESTINADOS A JUVENTUDE DO MUNICÍPIO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	90.000,00
			Total Funcional	100.000,00
			Total Unidade	508.000,00
			Total Órgão	1.154.000,00
25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos				
001 - Diretoria Executiva				
0014.0422.0040.2178 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	340.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	16.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	103.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	26.000,00
25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos				
001 - Diretoria Executiva				
0014.0422.0040.2178 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
			Total Funcional	556.000,00
			Total Unidade	556.000,00
002 - Departamento de Direitos da Mulher				
0014.0422.0040.2174 - MANUTENÇÃO DE POLITICAS DE ATENÇÃO À MULHER				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	290.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	22.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	130.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500,00
		pessoa jurídica		
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	501.000,00
			Total Unidade	501.000,00
003 - Departamento da Família				
0014.0422.0040.2179 - MANUTENÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FAMÍLIA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	190.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	21.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	80.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00

		pessoa jurídica		
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	325.000,00
			Total Unidade	325.000,00
25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos				
004 - Departamento de Direitos Humanos				
0014.0422.0040.2155 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ÀS POLITICAS DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	430.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	27.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	31.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	222.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00
			Total Funcional	809.000,00
			Total Unidade	809.000,00
			Total Órgão	2.191.000,00
26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública				
001 - Corregedoria da Guarda Municipal e Transito				
0006.0122.0013.2189 - ATIVIDADES DA CORREGEDORIA DA GUARDA MUNICIPAL E TRANSITO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	175.500,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	32.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	16.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
		pessoa jurídica		
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	242.000,00
			Total Unidade	242.000,00
002 - Superintendência da Ordem Pública				
0006.0182.0013.2175 - ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	183.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	44.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública				
002 - Superintendência da Ordem Pública				
0006.0182.0013.2175 - ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	36.000,00
Fiscal	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	44.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	26.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação -	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
		pessoa jurídica		
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
			Total Funcional	360.000,00
0006.0182.0013.2176 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICÍPIO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01515 - FUNREBOM	5.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01515 - FUNREBOM	4.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01515 - FUNREBOM	3.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01515 - FUNREBOM	3.000,00
			Total Funcional	15.000,00
0006.0244.0013.2154 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PUBLICA				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3317170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício	67.000,00

			Corrente	
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.700.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	73.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	300.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	640.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3337239000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	37.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	520.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.030.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3447170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.500,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	89.500,00
			Total Funcional	13.496.500,00
26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública				
002 - Superintendência da Ordem Pública				
0014.0422.0007.2005 - SERVIÇOS DE ALISTAMENTO MILITAR E IDENTIFICAÇÃO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	877.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	147.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
			Total Funcional	1.076.000,00
			Total Unidade	14.947.500,00
003 - Superintendência de Trânsito				
0004.0782.0014.2042 - MANUTENÇÃO DO POSTO AVANÇADO DO DETRAN/PR				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.613.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	70.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	151.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	6.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00
			Total Funcional	1.868.000,00
0015.0451.0014.2049 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE MOBILIDADE URBANA E ADMINISTRAÇÃO DO TRÂNSITO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	350.000,00
Fiscal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	79.000,00
Fiscal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00
Fiscal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	111.000,00
Fiscal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00
Fiscal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	120.000,00
Fiscal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Fiscal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública				
003 - Superintendência de Trânsito				
0015.0451.0014.2049 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE MOBILIDADE URBANA E ADMINISTRAÇÃO DO TRÂNSITO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
			Total Funcional	700.000,00
			Total Unidade	2.568.000,00
			Total Órgão	17.757.500,00
27 - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária				

001 - Departamento de Habitação				
0016.0482.0027.2044 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.103.000,00
Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	208.000,00
Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	37.000,00
Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	22.000,00
Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	71.000,00
Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	86.000,00
Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00
Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00
Plano Municipal	3449061000000000000	Aquisição de imóveis	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00
			Total Funcional	1.650.000,00
			Total Unidade	1.650.000,00
			Total Órgão	1.650.000,00
28 - Secretaria Municipal de Turismo				
001 - Departamento de Turismo				
0023.0695.0029.1013 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA DESTINADA AO FOMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449051000000000000	Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
			Total Funcional	250.000,00
0023.0695.0029.2112 - MANTER E OPERACIONALIZAR AS AÇÕES DE FOMENTO AO TURISMO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.064.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319013000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	187.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3319113000000000000	Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	29.000,00
28 - Secretaria Municipal de Turismo				
001 - Departamento de Turismo				
0023.0695.0029.2112 - MANTER E OPERACIONALIZAR AS AÇÕES DE FOMENTO AO TURISMO				
Fonte de Financ. / Plano Ação	**Elemento**	**Descrição**	**Fonte**	**Valor Orçado**
Fiscal / Plano Municipal	3339030000000000000	Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	82.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.328.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00
Fiscal / Plano Municipal	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00
			Total Funcional	3.800.000,00
			Total Unidade	4.050.000,00
			Total Órgão	4.050.000,00
			Total Geral	1.073.211.823,94

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:105DB9CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – RELAÇÃO DE PRECATÓRIOS PARA 2027 TJPR

RELAÇÃO DE PRECATÓRIOS 2026 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (TJPR)									
Ordem	Prioridade	Apresentação	Orçamento	Ofício Precatório	Natureza	Tribunal de Origem	Autos do precatório	Valor Deferido	Situação
111	Normal	03/04/2024 14:49	2026	2024/903267	Alimentar	TJPR	000xxxx-18.xxxx.8.16.7000	18.472,22	Requisitado
112	Normal	03/04/2024 14:49	2026	2024/903266	Alimentar	TJPR	000xxxx-85.xxxx.8.16.7000	32.147,18	Requisitado
113	Normal	03/04/2024 14:49	2026	2024/903269	Alimentar	TJPR	000xxxx-70.xxxx.8.16.7000	14.993,17	Requisitado
114	Normal	03/04/2024 14:50	2026	2024/904022	Alimentar	TJPR	000xxxx-55.xxxx.8.16.7000	18.820,84	Requisitado
115	Normal	08/04/2024 16:05	2026	2024/905575	Alimentar	TJPR	000xxxx-65.xxxx.8.16.7000	23.638,93	Requisitado
116	Normal	11/04/2024 13:49	2026	2024/905644	Alimentar	TJPR	000xxxx-19.xxxx.8.16.7000	70.828,83	Requisitado
117	Normal	11/04/2024 13:50	2026	2024/905645	Alimentar	TJPR	000xxxx-04.xxxx.8.16.7000	73.451,85	Requisitado
118	Normal	11/04/2024 13:50	2026	2024/905646	Alimentar	TJPR	000xxxx-86.xxxx.8.16.7000	76.833,21	Requisitado
119	Normal	11/04/2024 13:50	2026	2024/905647	Alimentar	TJPR	000xxxx-71.xxxx.8.16.7000	78.064,73	Requisitado
120	Normal	11/04/2024 13:51	2026	2024/905648	Alimentar	TJPR	000xxxx-56.xxxx.8.16.7000	80.028,16	Requisitado
121	Normal	11/04/2024 13:51	2026	2024/905649	Alimentar	TJPR	000xxxx-41.xxxx.8.16.7000	85.066,95	Requisitado
122	Normal	11/04/2024 13:52	2026	2024/905650	Alimentar	TJPR	000xxxx-26.xxxx.8.16.7000	86.141,02	Requisitado
123	Normal	11/04/2024 13:52	2026	2024/905651	Alimentar	TJPR	000xxxx-11.xxxx.8.16.7000	89.366,67	Requisitado
124	Normal	11/04/2024 13:53	2026	2024/905652	Alimentar	TJPR	000xxxx-93.xxxx.8.16.7000	90.753,11	Requisitado
125	Normal	11/04/2024 13:53	2026	2024/905653	Alimentar	TJPR	000xxxx-78.xxxx.8.16.7000	91.154,34	Requisitado
126	Normal	11/04/2024 13:54	2026	2024/905655	Alimentar	TJPR	000xxxx-63.xxxx.8.16.7000	91.862,05	Requisitado
127	Normal	11/04/2024 13:54	2026	2024/905656	Alimentar	TJPR	000xxxx-48.xxxx.8.16.7000	94.064,39	Requisitado

128	Normal	11/04/2024 13:54	2026	2024/905657	Alimentar	TJPR	000xxxx-33.xxxx.8.16.7000	94.353,20	Requisitado
129	Normal	11/04/2024 13:54	2026	2024/905658	Alimentar	TJPR	000xxxx-03.xxxx.8.16.7000	94.994,11	Requisitado
130	Normal	11/04/2024 13:55	2026	2024/905659	Alimentar	TJPR	000xxxx-70.xxxx.8.16.7000	95.362,71	Requisitado
131	Normal	11/04/2024 13:55	2026	2024/905660	Alimentar	TJPR	000xxxx-55.xxxx.8.16.7000	95.386,14	Requisitado
132	Normal	11/04/2024 13:58	2026	2024/905661	Alimentar	TJPR	000xxxx-40.xxxx.8.16.7000	102.030,39	Requisitado
133	Normal	11/04/2024 13:59	2026	2024/905662	Alimentar	TJPR	000xxxx-25.xxxx.8.16.7000	108.276,26	Requisitado
134	Normal	11/04/2024 13:59	2026	2024/905663	Alimentar	TJPR	000xxxx-10.xxxx.8.16.7000	108.407,44	Requisitado
135	Normal	11/04/2024 13:59	2026	2024/905664	Alimentar	TJPR	000xxxx-92.xxxx.8.16.7000	115.336,60	Requisitado
136	Normal	11/04/2024 13:59	2026	2024/905665	Alimentar	TJPR	000xxxx-77.xxxx.8.16.7000	115.465,23	Requisitado
137	Normal	11/04/2024 14:01	2026	2024/905666	Alimentar	TJPR	000xxxx-62.xxxx.8.16.7000	117.260,81	Requisitado
138	Normal	11/04/2024 14:02	2026	2024/905667	Alimentar	TJPR	000xxxx-47.xxxx.8.16.7000	128.907,89	Requisitado
139	Normal	11/04/2024 14:04	2026	2024/905668	Alimentar	TJPR	000xxxx-32.xxxx.8.16.7000	146.192,86	Requisitado
140	Normal	11/04/2024 14:06	2026	2024/905669	Alimentar	TJPR	000xxxx-17.xxxx.8.16.7000	572.769,01	Requisitado
141	Normal	16/04/2024 14:22	2026	2024/905811	Alimentar	TJPR	000xxxx-53.xxxx.8.16.7000	53.257,85	Requisitado
142	Normal	16/04/2024 14:23	2026	2024/905729	Alimentar	TJPR	000xxxx-38.xxxx.8.16.7000	99.199,06	Requisitado
143	Normal	16/04/2024 14:23	2026	2024/905789	Alimentar	TJPR	000xxxx-23.xxxx.8.16.7000	9.482,70	Requisitado
144	Normal	16/04/2024 14:23	2026	2024/905790	Alimentar	TJPR	000xxxx-08.xxxx.8.16.7000	15.570,52	Requisitado
145	Normal	16/04/2024 14:23	2026	2024/905791	Alimentar	TJPR	000xxxx-90.xxxx.8.16.7000	8.556,14	Requisitado
146	Normal	23/05/2024 15:15	2026	2024/906111	Alimentar	TJPR	000xxxx-48.xxxx.8.16.7000	18.443,44	Requisitado
147	Normal	23/05/2024 15:15	2026	2024/906100	Alimentar	TJPR	000xxxx-33.xxxx.8.16.7000	31.305,50	Requisitado
148	Normal	23/05/2024 15:16	2026	2024/906101	Alimentar	TJPR	000xxxx-18.xxxx.8.16.7000	20.829,26	Requisitado
149	Normal	23/05/2024 15:16	2026	2024/906831	Alimentar	TJPR	000xxxx-03.xxxx.8.16.7000	8.161,42	Requisitado
150	Normal	23/05/2024 15:17	2026	2024/905996	Alimentar	TJPR	000xxxx-85.xxxx.8.16.7000	40.218,84	Requisitado
151	Normal	23/05/2024 15:18	2026	2024/906649	Alimentar	TJPR	000xxxx-55.xxxx.8.16.7000	15.050,90	Requisitado
152	Normal	23/05/2024 15:18	2026	2024/906594	Alimentar	TJPR	000xxxx-40.xxxx.8.16.7000	38.233,98	Requisitado
153	Normal	05/08/2024 16:51	2026	2024/906594	Alimentar	TJPR	001xxxx-89.xxxx.8.16.7000	20.121,83	Requisitado
154	Normal	05/08/2024 16:52	2026	2024/908702	Alimentar	TJPR	001xxxx-59.xxxx.8.16.7000	96.490,93	Requisitado
155	Normal	05/08/2024 16:52	2026	2024/907348	Alimentar	TJPR	001xxxx-44.xxxx.8.16.7000	10.728,90	Requisitado
156	Normal	05/08/2024 16:52	2026	2024/909133	Alimentar	TJPR	001xxxx-29.xxxx.8.16.7000	12.516,10	Requisitado
157	Normal	05/08/2024 16:52	2026	2024/909191	Alimentar	TJPR	001xxxx-14.xxxx.8.16.7000	36.414,96	Requisitado
158	Normal	05/08/2024 16:53	2026	2024/909150	Alimentar	TJPR	001xxxx-81.xxxx.8.16.7000	52.926,24	Requisitado
159	Normal	05/08/2024 16:53	2026	2024/909601	Alimentar	TJPR	001xxxx-66.xxxx.8.16.7000	9.078,91	Requisitado
160	Normal	05/08/2024 16:53	2026	2024/909625	Alimentar	TJPR	001xxxx-51.xxxx.8.16.7000	43.834,82	Requisitado
161	Normal	29/08/2024 11:48	2026	2024/909654	Alimentar	TJPR	001xxxx-36.xxxx.8.16.7000	17.427,71	Requisitado
162	Normal	29/08/2024 11:48	2026	2024/909655	Alimentar	TJPR	001xxxx-21.xxxx.8.16.7000	24.656,85	Requisitado
163	Normal	29/08/2024 11:49	2026	2024/909670	Alimentar	TJPR	001xxxx-06.xxxx.8.16.7000	7.977,43	Requisitado
164	Normal	29/08/2024 11:53	2026	2024/910605	Alimentar	TJPR	001xxxx-43.xxxx.8.16.7000	11.953,16	Requisitado
165	Normal	11/11/2024 13:20	2026	2024/912697	Alimentar	TJPR	001xxxx-31.xxxx.8.16.7000	28.277,50	Requisitado
166	Normal	11/11/2024 13:20	2026	2024/911652	Alimentar	TJPR	001xxxx-98.xxxx.8.16.7000	16.735,95	Requisitado
167	Normal	11/11/2024 13:20	2026	2024/911492	Alimentar	TJPR	001xxxx-83.xxxx.8.16.7000	17.523,93	Requisitado
168	Normal	11/11/2024 13:20	2026	2024/912791	Alimentar	TJPR	001xxxx-68.xxxx.8.16.7000	13.256,17	Requisitado
169	Normal	11/11/2024 13:21	2026	2024/911222	Alimentar	TJPR	001xxxx-53.xxxx.8.16.7000	10.016,26	Requisitado
170	Normal	11/11/2024 13:21	2026	2024/911903	Alimentar	TJPR	001xxxx-38.xxxx.8.16.7000	38.820,64	Requisitado
171	Normal	11/11/2024 13:21	2026	2024/911904	Alimentar	TJPR	001xxxx-23.xxxx.8.16.7000	108.715,96	Requisitado
172	Normal	11/11/2024 13:21	2026	2024/912792	Alimentar	TJPR	001xxxx-08.xxxx.8.16.7000	10.377,21	Requisitado
173	Normal	11/11/2024 13:21	2026	2024/910633	Alimentar	TJPR	001xxxx-90.xxxx.8.16.7000	59.765,82	Requisitado
174	Normal	11/03/2025 13:31	2026	2024/913736	Alimentar	TJPR	000xxxx-04.xxxx.8.16.7000	8.964,69	Requisitado
175	Normal	11/03/2025 13:31	2026	2025/900950	Alimentar	TJPR	000xxxx-56.xxxx.8.16.7000	10.244,29	Requisitado
176	Normal	03/04/2024 14:49	2026	2024/904021	Comum	TJPR	000xxxx-03.xxxx.8.16.7000	37.100,15	Requisitado
177	Normal	03/04/2024 14:50	2026	2024/904270	Comum	TJPR	000xxxx-40.xxxx.8.16.7000	35.925,94	Requisitado
178	Normal	05/08/2024 16:51	2026	2024/909238	Comum	TJPR	001xxxx-07.xxxx.8.16.7000	17.628,22	Requisitado
179	Normal	05/08/2024 16:51	2026	2024/909194	Comum	TJPR	001xxxx-74.xxxx.8.16.7000	30.186,18	Requisitado
180	Normal	05/08/2024 16:52	2026	2024/909192	Comum	TJPR	001xxxx-96.xxxx.8.16.7000	24.021,97	Requisitado
181	Normal	29/08/2024 11:48	2026	2024/910413	Comum	TJPR	001xxxx-66.xxxx.8.16.7000	11.882,96	Requisitado
182	Normal	29/08/2024 11:48	2026	2024/910367	Comum	TJPR	001xxxx-51.xxxx.8.16.7000	17.809,96	Requisitado
183	Normal	29/08/2024 11:49	2026	2024/909671	Comum	TJPR	001xxxx-88.xxxx.8.16.7000	28.338,35	Requisitado
184	Normal	29/08/2024 11:49	2026	2024/910485	Comum	TJPR	001xxxx-73.xxxx.8.16.7000	50.690,47	Requisitado
185	Normal	29/08/2024 11:49	2026	2024/910519	Comum	TJPR	001xxxx-58.xxxx.8.16.7000	20.506,22	Requisitado
186	Normal	11/11/2024 13:20	2026	2024/911314	Comum	TJPR	001xxxx-16.xxxx.8.16.7000	31.095,48	Requisitado
187	Normal	11/11/2024 13:21	2026	2024/912696	Comum	TJPR	001xxxx-75.xxxx.8.16.7000	12.544,62	Requisitado
188	Normal	11/11/2024 13:21	2026	2024/911313	Comum	TJPR	001xxxx-60.xxxx.8.16.7000	51.441,60	Requisitado
189	Normal	11/03/2025 13:30	2026	2025/915974	Comum	TJPR	000xxxx-19.xxxx.8.16.7000	72.185,96	Requisitado
190	Normal	11/03/2025 13:31	2026	2024/913735	Comum	TJPR	000xxxx-86.xxxx.8.16.7000	89.646,99	Requisitado
191	Normal	11/03/2025 13:31	2026	2025/901756	Comum	TJPR	000xxxx-26.xxxx.8.16.7000	32.966,55	Requisitado
192	Normal	11/03/2025 13:31	2026	2025/901757	Comum	TJPR	000xxxx-11.xxxx.8.16.7000	9.158,35	Requisitado
193	Normal	11/03/2025 13:31	2026	2024/913848	Comum	TJPR	000xxxx-93.xxxx.8.16.7000	20.007,52	Requisitado
PRECATÓRIOS TJPR								4.628.703,66	
PRECATÓRIOS TRT 9ª REGIÃO								349.602,61	
TOTAL PRECATÓRIOS2026:								4.978.306,27	

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:57D6ED8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – RELAÇÃO DE PRECATÓRIOS PARA 2027 TRT COLOMBO

PODER JUDICIÁRIO									
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO									
LISTA DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS									
LISTA CONSOLIDADA - OFÍCIOS PRECATÓRIOS - (ORDEM CRONOLÓGICA)									
COLOMBO									
Ordem Cronológica	Nº da RP	Nº do Precatório	Momento de Apresentação do Precatório	Momento de Requisição do Precatório	Vencimento	Data da última atualização	Natureza do Crédito	Pagamento Preferencial	Valor do Precatório	Valor do Pagamento

4	07986/2024	0003457-29.2024.5.09.0000	26/08/24	02/04/25	2026	19/08/24	Alimentar	Não	R$ 12.018,16	R$ 0,00
5	10958/2024	0004743-42.2024.5.09.0000	12/11/24	02/04/25	2026	01/10/24	Alimentar	Não	R$ 28.526,11	R$ 0,00
6	10959/2024	0004744-27.2024.5.09.0000	12/11/24	02/04/25	2026	01/10/24	Alimentar	Não	R$ 285.261,13	R$ 0,00
7	11579/2024	0005152-18.2024.5.09.0000	06/12/24	02/04/25	2026	31/07/24	Alimentar	Não	R$ 15.146,15	R$ 0,00
8	01967/2025	0001967-35.2025.5.09.0000	19/03/25	02/04/25	2026	10/03/25	Alimentar	Não	R$ 8.651,06	R$ 0,00
TOTAL 2026									R$ 349.602,61	R$ 0,00

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:383D1CAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – ANEXO 2 –DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CAT. ECONÔMICA

MUNICÍPIO DE COLOMBO
Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Despesa por Unidade Orçamentária Segundo Cat. Econômica
Entidade(s): Consolidado
Ano LOA: 2026
ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	TOTAL
01.01 - Câmara Municipal de Colombo	25.454.000,00		4.570.000,00	30.024.000,00
02.01 - Previdência Plano Financeiro	38.727.400,00		2.800.260,00	41.527.660,00
02.02 - Previdência Plano Previdenciário	101.914.783,00		4.650.130,00	106.564.913,00
02.03 - Previdência Administração	2.730.754,54		1.242.401,40	3.973.155,94
03.01 - Departamento Administrativo	1.480.000,00		283.000,00	1.763.000,00
04.01 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal	483.000,00		109.000,00	592.000,00
05.01 - Procuradoria Geral do Município	3.975.000,00		213.000,00	4.188.000,00
06.01 - Controladoria Geral do Município	1.092.000,00		41.000,00	1.133.000,00
07.01 - Ouvidoria Geral do Município	469.000,00		17.000,00	486.000,00
08.01 - Consultoria Jurídica do Município	198.000,00		2.000,00	200.000,00
09.01 - Departamento de Imprensa	1.666.000,00		2.094.000,00	3.760.000,00
09.02 - Superintendência Executiva do Desenvolvimento Institucional	851.000,00		158.000,00	1.009.000,00
10.01 - Departamento Administrativo	1.896.000,00		1.569.000,00	3.465.000,00
10.02 - Departamento de Protocolo e Arquivo	1.514.000,00		75.000,00	1.589.000,00
10.03 - Departamento de Serviços de Atendimento ao Cidadão	206.000,00		47.000,00	253.000,00
10.04 - Departamento de Manutenção da Frota Pública	1.284.000,00		482.000,00	1.766.000,00
10.05 - Departamento de Compras	1.553.000,00		747.000,00	2.300.000,00
10.06 - Departamento de Recursos Humanos	2.846.000,00		16.866.000,00	19.712.000,00
10.07 - Departamento de Controle e Conservação de Patrimônio	1.682.000,00		578.000,00	2.260.000,00
10.08 - Departamento de Escola de Gestão Pública	674.000,00		181.000,00	855.000,00
10.09 - Superintendências Regionais	1.113.000,00		1.563.000,00	2.676.000,00
11.01 - Departamento de Relações Governamentais	888.000,00		179.000,00	1.067.000,00
11.02 - Departamento de Cerimonial	371.000,00		193.000,00	564.000,00
12.01 - Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico	625.000,00		72.000,00	697.000,00
12.02 - Departamento de Inovação	425.000,00		103.000,00	528.000,00
12.03 - Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação	1.198.000,00		5.412.000,00	6.610.000,00
13.01 - Departamento de Contabilidade	1.776.186,00	3.396.581,00	45.987.083,00	51.159.850,00
13.02 - Departamento de Gestão Financeira	601.000,00			601.000,00
13.03 - Departamento de Gestão Tributária	5.034.000,00		1.573.000,00	6.607.000,00
13.04 - Departamento de Gestão Orçamentária	413.000,00			413.000,00
14.01 - Departamento de Urbanismo	3.370.000,00		300.000,00	3.670.000,00
14.02 - Departamento de Georreferenciamento e Cadastro Imobiliário	724.000,00		284.000,00	1.008.000,00
14.03 - Departamento de Projetos	377.000,00		53.000,00	430.000,00
14.04 - Departamento de Gestão de Concessões Públicas	77.000,00		3.000,00	80.000,00
14.05 - Departamento de Pavimentação	127.000,00		32.000,00	159.000,00
15.01 - Departamento de Educação	190.021.000,00		72.270.450,00	262.291.450,00
15.02 - Departamento Administrativo	2.996.000,00		41.358.250,00	44.354.250,00
15.03 - Departamento de Orçamento e Controle	1.281.000,00			1.281.000,00
16.01 - Ouvidoria	155.000,00		6.000,00	161.000,00
16.02 - Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde	9.317.000,00		2.048.000,00	11.365.000,00
16.03 - Departamento de Atenção a Saúde	116.690.000,00		55.250.500,00	171.940.500,00
16.04 - Departamento Administrativo de Gestão e Controle	6.663.650,00		785.000,00	7.448.650,00
17.01 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS	2.194.000,00		1.697.000,00	3.891.000,00
17.02 - Fundo Municipal de Assistência Social	23.389.000,00		9.483.500,00	32.872.500,00
17.03 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente			160.000,00	160.000,00
17.04 - Fundo Municipal da Pessoa Idosa			40.000,00	40.000,00
17.05 - Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência			10.000,00	10.000,00
18.01 - Departamento de Edificações e Obras Cívis	3.884.000,00		2.242.000,00	6.126.000,00
18.02 - Departamento de Viação	4.662.000,00		22.318.000,00	26.980.000,00
18.03 - Departamento de Obras de Pavimentação	613.000,00		650.000,00	1.263.000,00
18.04 - Departamento de Serviços Públicos	1.472.000,00		14.647.000,00	16.119.000,00
19.01 - Departamento de Agricultura	3.081.000,00		1.749.000,00	4.830.000,00
19.02 - Departamento de Abastecimento	729.000,00		2.879.000,00	3.608.000,00

19.03 - Departamento de Agronegócio			200.000,00	200.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	TOTAL
20.01 - Departamento de Fiscalização	1.070.000,00		48.000,00	1.118.000,00
20.02 - Departamento de Licenciamento, Controle e Alvará	371.000,00		28.000,00	399.000,00
20.03 - Departamento de Proteção Animal	111.000,00		155.000,00	266.000,00
20.04 - Departamento de Saneamento Ambiental e Áreas Verdes	511.000,00		3.281.000,00	3.792.000,00
20.05 - Departamento de Zeladoria Municipal	1.255.000,00		38.867.700,00	40.122.700,00
20.06 - Departamento de Programas e Projetos	300.000,00		155.000,00	455.000,00
20.07 - Departamento Executivo	926.000,00		133.000,00	1.059.000,00
21.01 - Departamento de Indústria	1.718.000,00		361.000,00	2.079.000,00
21.02 - Departamento de Comércio e Serviços	517.000,00		97.000,00	614.000,00
21.03 - Departamento de Trabalho	1.521.000,00		89.000,00	1.610.000,00
22.01 - Departamento de Esportes	2.104.000,00		2.199.000,00	4.303.000,00
22.02 - Departamento de Recreação e Lazer	492.000,00		86.000,00	578.000,00
23.01 - Departamento de Cultura	2.057.000,00		1.351.000,00	3.408.000,00
23.02 - Departamento de Igualdade Racial	210.000,00		70.000,00	280.000,00
24.01 - Departamento Executivo	534.000,00		99.000,00	633.000,00
24.02 - Departamento de Políticas Públicas da Juventude			508.000,00	508.000,00
25.01 - Diretoria Executiva	375.000,00		155.000,00	530.000,00
25.02 - Departamento de Direitos da Mulher	327.500,00		163.500,00	491.000,00
25.03 - Departamento da Família	217.000,00		98.000,00	315.000,00
25.04 - Departamento de Direitos Humanos	492.500,00		276.500,00	769.000,00
26.01 - Corregedoria da Guarda Municipal e Transito	211.000,00		21.000,00	232.000,00
26.02 - Superintendência da Ordem Pública	11.048.000,00		3.763.500,00	14.811.500,00
26.03 - Superintendência de Trânsito	2.279.000,00		259.000,00	2.538.000,00
27.01 - Departamento de Habitação	1.358.000,00		182.000,00	1.540.000,00
28.01 - Departamento de Turismo	1.330.000,00		2.490.000,00	3.820.000,00
Total	606.297.773,54	3.396.581,00	375.208.774,40	984.903.128,94

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	TOTAL
01.01 - Câmara Municipal de Colombo	680.000,00			680.000,00
02.03 - Previdência Administração	156.195,00		650.000,00	806.195,00
03.01 - Departamento Administrativo	7.000,00			7.000,00
04.01 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal	8.000,00			8.000,00
05.01 - Procuradoria Geral do Município	12.000,00			12.000,00
06.01 - Controladoria Geral do Município	11.000,00			11.000,00
07.01 - Ouvidoria Geral do Município	14.000,00			14.000,00
09.01 - Departamento de Imprensa	40.000,00			40.000,00
09.02 - Superintendência Executiva do Desenvolvimento Institucional	40.000,00			40.000,00
10.01 - Departamento Administrativo	1.455.500,00			1.455.500,00
10.02 - Departamento de Protocolo e Arquivo	20.000,00			20.000,00
10.03 - Departamento de Serviços de Atendimento ao Cidadão	10.000,00			10.000,00
10.04 - Departamento de Manutenção da Frota Pública	30.000,00			30.000,00
10.05 - Departamento de Compras	50.000,00			50.000,00
10.06 - Departamento de Recursos Humanos	30.000,00			30.000,00
10.07 - Departamento de Controle e Conservação de Patrimônio	840.000,00			840.000,00
10.08 - Departamento de Escola de Gestão Pública	20.000,00			20.000,00
10.09 - Superintendências Regionais	24.000,00			24.000,00
11.01 - Departamento de Relações Governamentais	30.000,00			30.000,00
11.02 - Departamento de Cerimonial	5.000,00			5.000,00
12.01 - Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico	15.000,00			15.000,00
12.02 - Departamento de Inovação	15.000,00			15.000,00
12.03 - Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação	510.000,00			510.000,00
13.01 - Departamento de Contabilidade	20.000,00		10.594.000,00	10.614.000,00
13.03 - Departamento de Gestão Tributária	30.500,00			30.500,00
14.01 - Departamento de Urbanismo	12.000,00			12.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	TOTAL
14.02 - Departamento de Georreferenciamento e Cadastro Imobiliário	20.000,00			20.000,00
14.03 - Departamento de Projetos	10.000,00			10.000,00
14.04 - Departamento de Gestão de Concessões Públicas	34.000,00			34.000,00
14.05 - Departamento de Pavimentação	3.000,00			3.000,00
15.01 - Departamento de Educação	14.290.000,00			14.290.000,00
15.02 - Departamento Administrativo	346.000,00			346.000,00
16.01 - Ouvidoria	8.000,00			8.000,00

16.02 - Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde	421.000,00			421.000,00
16.03 - Departamento de Atenção a Saúde	2.545.000,00			2.545.000,00
16.04 - Departamento Administrativo de Gestão e Controle	100.000,00			100.000,00
17.01 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS	834.000,00			834.000,00
17.02 - Fundo Municipal de Assistência Social	250.500,00			250.500,00
18.01 - Departamento de Edificações e Obras Cívis	100.000,00			100.000,00
18.02 - Departamento de Viação	210.000,00			210.000,00
18.03 - Departamento de Obras de Pavimentação	50.098.000,00			50.098.000,00
18.04 - Departamento de Serviços Públicos	239.000,00			239.000,00
19.01 - Departamento de Agricultura	121.000,00			121.000,00
19.02 - Departamento de Abastecimento	72.000,00			72.000,00
20.01 - Departamento de Fiscalização	10.000,00			10.000,00
20.02 - Departamento de Licenciamento, Controle e Alvará	10.000,00			10.000,00
20.03 - Departamento de Proteção Animal	10.000,00			10.000,00
20.04 - Departamento de Saneamento Ambiental e Áreas Verdes	1.047.000,00			1.047.000,00
20.05 - Departamento de Zeladoria Municipal	401.000,00			401.000,00
20.06 - Departamento de Programas e Projetos	50.000,00			50.000,00
20.07 - Departamento Executivo	50.000,00			50.000,00
21.01 - Departamento de Indústria	150.000,00			150.000,00
21.02 - Departamento de Comércio e Serviços	10.000,00			10.000,00
21.03 - Departamento de Trabalho	8.000,00			8.000,00
22.01 - Departamento de Esportes	475.000,00			475.000,00
23.01 - Departamento de Cultura	92.000,00			92.000,00
24.01 - Departamento Executivo	13.000,00			13.000,00
25.01 - Diretoria Executiva	26.000,00			26.000,00
25.02 - Departamento de Direitos da Mulher	10.000,00			10.000,00
25.03 - Departamento da Família	10.000,00			10.000,00
25.04 - Departamento de Direitos Humanos	40.000,00			40.000,00
26.01 - Corregedoria da Guarda Municipal e Transito	10.000,00			10.000,00
26.02 - Superintendência da Ordem Pública	136.000,00			136.000,00
26.03 - Superintendência de Trânsito	30.000,00			30.000,00
27.01 - Departamento de Habitação	110.000,00			110.000,00
28.01 - Departamento de Turismo	230.000,00			230.000,00
Total	76.714.695,00		11.244.000,00	87.958.695,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	**RESERVAS**		
	Orçamentária do RPPS	**Contingência**	**TOTAL**
13.01 - Departamento de Contabilidade		350.000,00	350.000,00
Total		350.000,00	350.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	**TOTAL GERAL**
01.01 - Câmara Municipal de Colombo	30.704.000,00
02.01 - Previdência Plano Financeiro	41.527.660,00
02.02 - Previdência Plano Previdenciário	106.564.913,00
02.03 - Previdência Administração	4.779.350,94
03.01 - Departamento Administrativo	1.770.000,00
04.01 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal	600.000,00
05.01 - Procuradoria Geral do Município	4.200.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	**TOTAL GERAL**
06.01 - Controladoria Geral do Município	1.144.000,00
07.01 - Ouvidoria Geral do Município	500.000,00
08.01 - Consultoria Jurídica do Município	200.000,00
09.01 - Departamento de Imprensa	3.800.000,00
09.02 - Superintendência Executiva do Desenvolvimento Institucional	1.049.000,00
10.01 - Departamento Administrativo	4.920.500,00
10.02 - Departamento de Protocolo e Arquivo	1.609.000,00
10.03 - Departamento de Serviços de Atendimento ao Cidadão	263.000,00
10.04 - Departamento de Manutenção da Frota Pública	1.796.000,00
10.05 - Departamento de Compras	2.350.000,00
10.06 - Departamento de Recursos Humanos	19.742.000,00
10.07 - Departamento de Controle e Conservação de Patrimônio	3.100.000,00
10.08 - Departamento de Escola de Gestão Pública	875.000,00
10.09 - Superintendências Regionais	2.700.000,00
11.01 - Departamento de Relações Governamentais	1.097.000,00
11.02 - Departamento de Cerimonial	569.000,00
12.01 - Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico	712.000,00
12.02 - Departamento de Inovação	543.000,00
12.03 - Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação	7.120.000,00
13.01 - Departamento de Contabilidade	62.123.850,00
13.02 - Departamento de Gestão Financeira	601.000,00
13.03 - Departamento de Gestão Tributária	6.637.500,00
13.04 - Departamento de Gestão Orçamentária	413.000,00
14.01 - Departamento de Urbanismo	3.682.000,00
14.02 - Departamento de Georreferenciamento e Cadastro Imobiliário	1.028.000,00
14.03 - Departamento de Projetos	440.000,00
14.04 - Departamento de Gestão de Concessões Públicas	114.000,00
14.05 - Departamento de Pavimentação	162.000,00

15.01 - Departamento de Educação	276.581.450,00
15.02 - Departamento Administrativo	44.700.250,00
15.03 - Departamento de Orçamento e Controle	1.281.000,00
16.01 - Ouvidoria	169.000,00
16.02 - Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde	11.786.000,00
16.03 - Departamento de Atenção a Saúde	174.485.500,00
16.04 - Departamento Administrativo de Gestão e Controle	7.548.650,00
17.01 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS	4.725.000,00
17.02 - Fundo Municipal de Assistência Social	33.123.000,00
17.03 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente	160.000,00
17.04 - Fundo Municipal da Pessoa Idosa	40.000,00
17.05 - Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência	10.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	**TOTAL GERAL**
18.01 - Departamento de Edificações e Obras Cívis	6.226.000,00
18.02 - Departamento de Viação	27.190.000,00
18.03 - Departamento de Obras de Pavimentação	51.361.000,00
18.04 - Departamento de Serviços Públicos	16.358.000,00
19.01 - Departamento de Agricultura	4.951.000,00
19.02 - Departamento de Abastecimento	3.680.000,00
19.03 - Departamento de Agronegócio	200.000,00
20.01 - Departamento de Fiscalização	1.128.000,00
20.02 - Departamento de Licenciamento, Controle e Alvará	409.000,00
20.03 - Departamento de Proteção Animal	276.000,00
20.04 - Departamento de Saneamento Ambiental e Áreas Verdes	4.839.000,00
20.05 - Departamento de Zeladoria Municipal	40.523.700,00
20.06 - Departamento de Programas e Projetos	505.000,00
20.07 - Departamento Executivo	1.109.000,00
21.01 - Departamento de Indústria	2.229.000,00
21.02 - Departamento de Comércio e Serviços	624.000,00
21.03 - Departamento de Trabalho	1.618.000,00
22.01 - Departamento de Esportes	4.778.000,00
22.02 - Departamento de Recreação e Lazer	578.000,00
23.01 - Departamento de Cultura	3.500.000,00
23.02 - Departamento de Igualdade Racial	280.000,00
24.01 - Departamento Executivo	646.000,00
24.02 - Departamento de Políticas Públicas da Juventude	508.000,00
25.01 - Diretoria Executiva	556.000,00
25.02 - Departamento de Direitos da Mulher	501.000,00
25.03 - Departamento da Família	325.000,00
25.04 - Departamento de Direitos Humanos	809.000,00
26.01 - Corregedoria da Guarda Municipal e Transito	242.000,00
26.02 - Superintendência da Ordem Pública	14.947.500,00
26.03 - Superintendência de Trânsito	2.568.000,00
27.01 - Departamento de Habitação	1.650.000,00
28.01 - Departamento de Turismo	4.050.000,00
Total	1.073.211.823,94

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:7CE0EDAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – ANEXO 2 – DESP. SEG. CAT. ECONÔMICA (ÓRGÃO UNID.)

MUNICÍPIO DE COLOMBO				
Planejamento e Orçamento				
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)				
Entidade(s): Consolidado				
Ano LOA: 2026 Listar Analíticas: Não				
Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa				
Órgão: 01 - Câmara Municipal de Colombo				
Unidade: 001 - Câmara Municipal de Colombo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			30.024.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		25.454.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	24.554.000,00		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	24.554.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	900.000,00		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	900.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		4.570.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	4.570.000,00		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	4.570.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			680.000,00
440000000000000000	Investimentos		680.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	680.000,00		
00001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	680.000,00		
			Total Unidade	30.704.000,00
			Total Órgão	30.704.000,00
Órgão: 02 - Autarquia Colombo Previdência				
Unidade: 001 - Previdência Plano Financeiro				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			41.527.660,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		38.727.400,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	38.727.400,00		
10461	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano	35.950.400,00		

11049	Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro	2.777.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		2.800.260,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	2.800.260,00		
10461	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição - Plano	1.900.130,00		
11049	Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro	900.130,00		
			Total Unidade	41.527.660,00
Unidade: 002 - Previdência Plano Previdenciário				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			106.564.913,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		101.914.783,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	101.914.783,00		
01401	Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização	101.893.783,00		
01551	Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em	21.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		4.650.130,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	4.650.130,00		
01401	Regime Próprio de Previdência Social - Fundo em Capitalização	4.200.130,00		
01551	Compensação entre Regimes Previdenciários - Fundo em	450.000,00		
			Total Unidade	106.564.913,00
Unidade: 003 - Previdência Administração				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			3.973.155,94
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.730.754,54	
319000000000000000	Aplicações diretas	2.486.062,98		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	2.486.062,98		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	244.691,56		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	244.691,56		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.242.401,40	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.242.401,40		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	1.242.401,40		
400000000000000000	Despesas de capital			806.195,00
440000000000000000	Investimentos		156.195,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	156.195,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	156.195,00		
460000000000000000	Amortização da dívida		650.000,00	
Órgão: 02 - Autarquia Colombo Previdência				
Unidade: 003 - Previdência Administração				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
469000000000000000	Aplicações diretas	650.000,00		
00100	Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	650.000,00		
			Total Unidade	4.779.350,94
			Total Órgão	152.871.923,94
Órgão: 03 - Gabinete do Prefeito Municipal				
Unidade: 001 - Departamento Administrativo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.763.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.480.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.479.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.479.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	1.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		283.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	283.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	283.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			7.000,00
440000000000000000	Investimentos		7.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	7.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	7.000,00		
			Total Unidade	1.770.000,00
			Total Órgão	1.770.000,00
Órgão: 04 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal				
Unidade: 001 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			592.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		483.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	478.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	478.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	5.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		109.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	109.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	109.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			8.000,00
440000000000000000	Investimentos		8.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	8.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00		
			Total Unidade	600.000,00
			Total Órgão	600.000,00
Órgão: 05 - Procuradoria Geral do Município				
Unidade: 001 - Procuradoria Geral do Município				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			4.188.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		3.975.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	3.823.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.823.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	152.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	152.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		213.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	213.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	213.000,00		

4000000000000000000	Despesas de capital			12.000,00
4400000000000000000	Investimentos		12.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	12.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.000,00		
Órgão: 05 - Procuradoria Geral do Município				
Unidade: 001 - Procuradoria Geral do Município				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
			Total Unidade	4.200.000,00
			Total Órgão	4.200.000,00
Órgão: 06 - Controladoria Geral do Município				
Unidade: 001 - Controladoria Geral do Município				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			1.133.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.092.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.004.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.004.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	88.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	88.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		41.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	41.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	41.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			11.000,00
4400000000000000000	Investimentos		11.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	11.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	11.000,00		
			Total Unidade	1.144.000,00
			Total Órgão	1.144.000,00
Órgão: 07 - Ouvidoria Geral do Município				
Unidade: 001 - Ouvidoria Geral do Município				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			486.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		469.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	459.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	459.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		17.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	17.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	17.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			14.000,00
4400000000000000000	Investimentos		14.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	14.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	14.000,00		
			Total Unidade	500.000,00
			Total Órgão	500.000,00
Órgão: 08 - Consultoria Jurídica do Município				
Unidade: 001 - Consultoria Jurídica do Município				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			200.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		198.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	190.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	190.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	8.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		2.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	2.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00		
			Total Unidade	200.000,00
			Total Órgão	200.000,00
Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional				
Unidade: 001 - Departamento de Imprensa				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			3.760.000,00
Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional				
Unidade: 001 - Departamento de Imprensa				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.666.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.645.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.645.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	21.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	21.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		2.094.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	2.094.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.094.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			40.000,00
4400000000000000000	Investimentos		40.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	40.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00		
			Total Unidade	3.800.000,00
Unidade: 002 - Superintendência Executiva do Desenvolvimento Institucional				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			1.009.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		851.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	850.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	850.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	1.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		158.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	158.000,00		

01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	158.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			40.000,00
440000000000000000	Investimentos		40.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	40.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00		
			Total Unidade	1.049.000,00
			Total Órgão	4.849.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Administração				
Unidade: 001 - Departamento Administrativo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			3.465.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.896.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.732.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.732.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	164.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	164.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.569.000,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de	452.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	452.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	1.117.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	941.500,00		
01511	Taxas pela Prestação de Serviços	175.500,00		
400000000000000000	Despesas de capital			1.455.500,00
440000000000000000	Investimentos		1.455.500,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	1.455.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.455.500,00		
			Total Unidade	4.920.500,00
Unidade: 002 - Departamento de Protocolo e Arquivo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.589.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.514.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.346.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.346.000,00		
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Administração				
Unidade: 002 - Departamento de Protocolo e Arquivo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	168.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	168.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		75.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	75.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	75.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			20.000,00
440000000000000000	Investimentos		20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	20.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00		
			Total Unidade	1.609.000,00
Unidade: 003 - Departamento de Serviços de Atendimento ao Cidadão				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			253.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		206.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	205.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	205.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	1.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		47.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	47.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	47.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
440000000000000000	Investimentos		10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	263.000,00
Unidade: 004 - Departamento de Manutenção da Frota Pública				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.766.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.284.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.197.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.197.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	87.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	87.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		482.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	482.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	482.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			30.000,00
440000000000000000	Investimentos		30.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	30.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00		
			Total Unidade	1.796.000,00
Unidade: 005 - Departamento de Compras				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.300.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.553.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.436.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.436.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	117.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	117.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		747.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	747.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	747.000,00		

4000000000000000000	Despesas de capital			50.000,00
4400000000000000000	Investimentos		50.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	50.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00		
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Administração				
Unidade: 005 - Departamento de Compras				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
			Total Unidade	2.350.000,00
Unidade: 006 - Departamento de Recursos Humanos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			19.712.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.846.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	2.599.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.599.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	247.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	247.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		16.866.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	16.866.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	16.866.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			30.000,00
4400000000000000000	Investimentos		30.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	30.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00		
			Total Unidade	19.742.000,00
Unidade: 007 - Departamento de Controle e Conservação de Patrimônio				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			2.260.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.682.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.567.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.567.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	115.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	115.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		578.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	578.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	578.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			840.000,00
4400000000000000000	Investimentos		840.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	840.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	840.000,00		
			Total Unidade	3.100.000,00
Unidade: 008 - Departamento de Escola de Gestão Pública				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			855.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		674.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	610.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	610.500,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	63.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	63.500,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		181.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	181.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	181.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			20.000,00
4400000000000000000	Investimentos		20.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	20.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00		
			Total Unidade	875.000,00
Unidade: 009 - Superintendências Regionais				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			2.676.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.113.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.047.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.047.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	66.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	66.000,00		
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Administração				
Unidade: 009 - Superintendências Regionais				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3300000000000000000	Outras despesas correntes		1.563.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	1.563.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.563.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			24.000,00
4400000000000000000	Investimentos		24.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	24.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	24.000,00		
			Total Unidade	2.700.000,00
			Total Órgão	37.355.500,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Governo				
Unidade: 001 - Departamento de Relações Governamentais				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			1.067.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		888.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	858.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	858.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	30.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		179.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	179.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	179.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			30.000,00

4400000000000000000	Investimentos		30.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	30.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00		
			Total Unidade	1.097.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Cerimonial				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			564.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		371.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	361.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	361.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		193.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	193.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	193.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			5.000,00
4400000000000000000	Investimentos		5.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	5.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00		
			Total Unidade	569.000,00
			Total Órgão	1.666.000,00
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica				
Unidade: 001 - Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			697.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		625.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	605.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	605.500,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	19.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	19.500,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		72.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	72.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	72.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			15.000,00
4400000000000000000	Investimentos		15.000,00	
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica				
Unidade: 001 - Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
4490000000000000000	Aplicações diretas	15.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00		
			Total Unidade	712.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Inovação				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			528.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		425.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	368.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	368.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	57.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	57.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		103.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	103.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	103.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			15.000,00
4400000000000000000	Investimentos		15.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	15.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.000,00		
			Total Unidade	543.000,00
Unidade: 003 - Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			6.610.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.198.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.128.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.128.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	70.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	70.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		5.412.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	5.412.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.412.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			510.000,00
4400000000000000000	Investimentos		510.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	510.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	510.000,00		
			Total Unidade	7.120.000,00
			Total Órgão	8.375.000,00
Órgão: 13 - Secretaria Municipal da Fazenda				
Unidade: 001 - Departamento de Contabilidade				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			51.159.850,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.776.186,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.561.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.561.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	215.186,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	215.186,00		
3200000000000000000	Juros e encargos da dívida		3.396.581,00	
3290000000000000000	Aplicações diretas	3.396.581,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.396.581,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		45.987.083,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	11.626.407,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	11.626.407,00		

339100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	34.360.676,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.360.676,00		
400000000000000000	Despesas de capital			10.614.000,00
440000000000000000	Investimentos		20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	20.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00		
Órgão: 13 - Secretaria Municipal da Fazenda				
Unidade: 001 - Departamento de Contabilidade				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
460000000000000000	Amortização da dívida		10.594.000,00	
469000000000000000	Aplicações diretas	10.594.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.594.000,00		
900000000000000000	Reserva de contingência			350.000,00
990000000000000000	Reserva de contingência		350.000,00	
999900000000000000	Reserva de contingência	350.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	350.000,00		
			Total Unidade	62.123.850,00
Unidade: 002 - Departamento de Gestão Financeira				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			601.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		601.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	535.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	535.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	66.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	66.000,00		
			Total Unidade	601.000,00
Unidade: 003 - Departamento de Gestão Tributária				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			6.607.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		5.034.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	4.507.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	482.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	4.025.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	527.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	527.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.573.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.573.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	395.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	1.178.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			30.500,00
440000000000000000	Investimentos		30.500,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	30.500,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	30.500,00		
			Total Unidade	6.637.500,00
Unidade: 004 - Departamento de Gestão Orçamentária				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			413.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		413.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	390.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	390.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	23.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	23.000,00		
			Total Unidade	413.000,00
			Total Órgão	69.775.350,00
Órgão: 14 - Secretaria Municipal de Urbanismo				
Unidade: 001 - Departamento de Urbanismo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			3.670.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		3.370.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	3.216.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.216.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	154.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	154.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		300.000,00	
Órgão: 14 - Secretaria Municipal de Urbanismo				
Unidade: 001 - Departamento de Urbanismo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
339000000000000000	Aplicações diretas	300.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	300.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			12.000,00
440000000000000000	Investimentos		12.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	12.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	12.000,00		
			Total Unidade	3.682.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Georreferenciamento e Cadastro Imobiliário				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.008.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		724.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	694.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	694.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	30.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		284.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	284.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	284.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			20.000,00
440000000000000000	Investimentos		20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	20.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	20.000,00		

			Total Unidade	1.028.000,00
Unidade: 003 - Departamento de Projetos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			430.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		377.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	329.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	329.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	48.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	48.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		53.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	53.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	53.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
440000000000000000	Investimentos		10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	440.000,00
Unidade: 004 - Departamento de Gestão de Concessões Públicas				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			80.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		77.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	69.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	69.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	8.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		3.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	3.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			34.000,00
440000000000000000	Investimentos		34.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	34.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	34.000,00		
			Total Unidade	114.000,00
Órgão: 14 - Secretaria Municipal de Urbanismo				
Unidade: 005 - Departamento de Pavimentação				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			159.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		127.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	126.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	126.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	1.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		32.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	32.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	32.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			3.000,00
440000000000000000	Investimentos		3.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	3.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00		
			Total Unidade	162.000,00
			Total Órgão	5.426.000,00
Órgão: 15 - Secretaria Municipal de Educação				
Unidade: 001 - Departamento de Educação				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			262.291.450,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		190.021.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	170.947.000,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.911.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	11.824.000,00		
11011	FUNDEB 70% - Exercício Corrente	145.640.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	9.572.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	19.074.000,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	490.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	1.148.000,00		
11011	FUNDEB 70% - Exercício Corrente	16.123.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	1.313.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		72.270.450,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	1.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	72.269.450,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	750.000,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.877.450,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	21.754.000,00		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.845.000,00		
01111	MDE/PDDE FNDE	8.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	30.553.000,00		
11040	Transferências do FUNDEB - Complementação da União	2.482.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			14.290.000,00
440000000000000000	Investimentos		14.290.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	14.290.000,00		
01103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	191.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	594.000,00		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	20.000,00		
01111	MDE/PDDE FNDE	2.000,00		
11021	FUNDEB 30% - Exercício Corrente	12.483.000,00		
11040	Transferências do FUNDEB - Complementação da União	1.000.000,00		
			Total Unidade	276.581.450,00
Unidade: 002 - Departamento Administrativo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica

3000000000000000000	Despesas correntes			44.354.250,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.996.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	2.716.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	2.716.000,00		
Órgão: 15 - Secretaria Municipal de Educação				
Unidade: 002 - Departamento Administrativo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	280.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	280.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		41.358.250,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	41.358.250,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.950.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	14.045.250,00		
01107	MDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	12.010.000,00		
01117	MDE/FNDE PNAT T. DE ESCOLARES	398.000,00		
01158	FNDE/Merenda	4.379.000,00		
01162	Transporte Escolar Estado	5.576.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			346.000,00
4400000000000000000	Investimentos		346.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	346.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	346.000,00		
			Total Unidade	44.700.250,00
Unidade: 003 - Departamento de Orçamento e Controle				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			1.281.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.281.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.173.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	1.173.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	108.000,00		
01104	25% Sobre demais impostos vinculados à educação	108.000,00		
			Total Unidade	1.281.000,00
			Total Órgão	322.562.700,00
Órgão: 16 - Secretaria Municipal de Saúde				
Unidade: 001 - Ouvidoria				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			161.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		155.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	147.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	147.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	8.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	8.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		6.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	6.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	6.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			8.000,00
4400000000000000000	Investimentos		8.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	8.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	8.000,00		
			Total Unidade	169.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			11.365.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		9.317.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	8.738.000,00		
01051	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas	894.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	6.224.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	1.620.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	579.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	579.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		2.048.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	2.048.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	219.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	100.000,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.529.000,00		
Órgão: 16 - Secretaria Municipal de Saúde				
Unidade: 002 - Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3390000000000000000	Aplicações diretas	2.048.000,00		
14942	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde 200.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital			421.000,00
4400000000000000000	Investimentos		421.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	421.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	20.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	201.000,00		
15181	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	50.000,00		
15182	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	150.000,00		
			Total Unidade	11.786.000,00
Unidade: 003 - Departamento de Atenção a Saúde				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			171.940.500,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		116.690.000,00	
3150000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	10.375.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.375.000,00		
3190000000000000000	Aplicações diretas	99.117.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	15.880.000,00		
01051	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas	9.617.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	49.999.000,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	23.621.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	7.198.000,00		

01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	7.198.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		55.250.500,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	15.093.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	14.304.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	789.000,00		
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de	14.738.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.500.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	6.128.000,00		
01369	Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	600.000,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.310.000,00		
14942	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.200.000,00		
337200000000000000	Execução orçamentária delegada a consórcios públicos	1.000.000,00		
14942	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.000.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	24.419.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	8.550.000,00		
01353	Emendas de Bancada - Custeio/Saúde	500.000,00		
01356	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/SAÚDE (Finalidade	4.000.000,00		
01369	Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	2.880.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	900.500,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.519.000,00		
14942	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.970.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			2.545.000,00
440000000000000000	Investimentos		2.545.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	2.545.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	400.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	360.000,00		
01369	Serviços Prestados SUS/Faturamentos AIH´s	20.000,00		
15181	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	100.000,00		
15182	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	1.665.000,00		
			Total Unidade	174.485.500,00
Unidade: 004 - Departamento Administrativo de Gestão e Controle				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			7.448.650,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		6.663.650,00	
Órgão: 16 - Secretaria Municipal de Saúde				
Unidade: 004 - Departamento Administrativo de Gestão e Controle				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
319000000000000000	Aplicações diretas	6.313.650,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	3.656.650,00		
11064	Assistência financeira da União destinada à complementação	2.657.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	350.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	350.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		785.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	785.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	25.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	719.000,00		
14941	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	41.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			100.000,00
440000000000000000	Investimentos		100.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	100.000,00		
01303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício	100.000,00		
			Total Unidade	7.548.650,00
			Total Órgão	193.989.150,00
Órgão: 17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
Unidade: 001 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			3.891.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.194.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	2.105.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.105.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	89.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	89.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.697.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.697.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.697.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			834.000,00
440000000000000000	Investimentos		834.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	834.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	834.000,00		
			Total Unidade	4.725.000,00
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			32.872.500,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		23.389.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	21.680.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	21.680.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	1.709.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.709.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		9.483.500,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	1.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00		
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de	16.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	16.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	9.466.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.585.000,00		
01231	Piso Único de Assistência Social - PAS	525.000,00		
01241	Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência	114.500,00		
01709	Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho	90.000,00		

01803	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade	4.000,00		
01807	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/Social	400.000,00		
01809	Emendas de Bancada - Custeio/Social	50.000,00		
01933	IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência	15.000,00		
01934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	1.383.000,00		
01940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família	527.000,00		
Órgão: 17 - Secretaria Municipal de Assistência Social				
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Assistência Social				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
339000000000000000	Aplicações diretas	9.466.500,00		
01941	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média	773.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			250.500,00
440000000000000000	Investimentos		250.500,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	250.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	60.000,00		
01241	Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência	5.500,00		
01709	Transferências do PETI (Prog. de Erradicação do Trabalho	10.000,00		
01803	Emendas Individuais Impositivas - Custeio/A.SOCIAL (Finalidade	1.000,00		
01933	IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência	5.000,00		
01934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	69.000,00		
01940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família	33.000,00		
01941	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média	67.000,00		
			Total Unidade	33.123.000,00
Unidade: 003 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			160.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		160.000,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	50.000,00		
01880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA 00	50.000,		
339000000000000000	Aplicações diretas	110.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
01880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	100.000,00		
			Total Unidade	160.000,00
Unidade: 004 - Fundo Municipal da Pessoa Idosa				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			40.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		40.000,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	10.000,00		
01900	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	10.000,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	30.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
01900	Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	20.000,00		
			Total Unidade	40.000,00
Unidade: 005 - Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			10.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		10.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	10.000,00
			Total Órgão	38.058.000,00
Órgão: 18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação				
Unidade: 001 - Departamento de Edificações e Obras Cívis				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			6.126.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		3.884.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	3.610.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.610.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	274.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	274.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		2.242.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	2.242.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.242.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			100.000,00
440000000000000000	Investimentos		100.000,00	
Órgão: 18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação				
Unidade: 001 - Departamento de Edificações e Obras Cívis				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
449000000000000000	Aplicações diretas	100.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	100.000,00		
			Total Unidade	6.226.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Viação				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			26.980.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		4.662.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	4.326.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	4.326.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	336.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	336.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		22.318.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	22.318.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	22.318.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			210.000,00
440000000000000000	Investimentos		210.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	210.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	210.000,00		
			Total Unidade	27.190.000,00
Unidade: 003 - Departamento de Obras de Pavimentação				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica

300000000000000000	Despesas correntes			1.263.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		613.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	605.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	605.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	8.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		650.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	650.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	650.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			50.098.000,00
440000000000000000	Investimentos		50.098.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	50.098.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	26.151.000,00		
01504	Outros Royalties e Compensações Financ.e Patrimoniais	3.627.000,00		
01512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB	320.000,00		
11009	Pavimentação e Revitalização de Ruas	20.000.000,00		
			Total Unidade	51.361.000,00
Unidade: 004 - Departamento de Serviços Públicos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			16.119.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.472.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.397.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	259.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	1.138.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	75.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	73.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		14.647.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	14.647.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.650.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	12.997.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			239.000,00
440000000000000000	Investimentos		239.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	239.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	89.000,00		
01507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art.149-A CF	150.000,00		
Órgão: 18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação				
Unidade: 004 - Departamento de Serviços Públicos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
			Total Unidade	16.358.000,00
			Total Órgão	101.135.000,00
Órgão: 19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio				
Unidade: 001 - Departamento de Agricultura				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			4.830.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		3.081.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	2.854.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.854.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	227.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	227.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.749.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.749.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.744.000,00		
01510	Taxas Exercício Poder de Policia	5.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			121.000,00
440000000000000000	Investimentos		121.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	121.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	121.000,00		
			Total Unidade	4.951.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Abastecimento				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			3.608.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		729.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	653.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	653.500,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	75.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	75.500,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		2.879.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	2.879.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.879.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			72.000,00
440000000000000000	Investimentos		72.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	72.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	72.000,00		
			Total Unidade	3.680.000,00
Unidade: 003 - Departamento de Agronegócio				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			200.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		200.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	200.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	200.000,00		
			Total Unidade	200.000,00
			Total Órgão	8.831.000,00
Órgão: 20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
Unidade: 001 - Departamento de Fiscalização				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.118.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.070.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	994.000,00		

01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	994.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	76.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	76.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		48.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	48.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	48.000,00		
Órgão: 20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
Unidade: 001 - Departamento de Fiscalização				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
4000000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
4400000000000000000	Investimentos		10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	1.128.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Licenciamento, Controle e Alvará				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			399.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		371.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	355.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	355.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	16.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	16.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		28.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	28.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	28.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
4400000000000000000	Investimentos		10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	409.000,00
Unidade: 003 - Departamento de Proteção Animal				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			266.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		111.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	110.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	110.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	1.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		155.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	155.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	155.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
4400000000000000000	Investimentos		10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	276.000,00
Unidade: 004 - Departamento de Saneamento Ambiental e Áreas Verdes				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			3.792.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		511.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	450.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	450.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	61.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	61.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		3.281.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	3.281.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.052.000,00		
01555	SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE	2.229.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			1.047.000,00
4400000000000000000	Investimentos		1.047.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	1.047.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00		
01555	SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE	997.000,00		
			Total Unidade	4.839.000,00
Órgão: 20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
Unidade: 005 - Departamento de Zeladoria Municipal				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			40.122.700,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.255.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.151.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.151.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	104.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	104.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		38.867.700,00	
3371000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de	5.950.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	250.000,00		
01511	Taxas pela Prestação de Serviços	5.700.000,00		
3390000000000000000	Aplicações diretas	32.917.700,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	11.269.000,00		
01511	Taxas pela Prestação de Serviços	21.648.700,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			401.000,00
4400000000000000000	Investimentos		401.000,00	
4471000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de	5.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	5.000,00		
4490000000000000000	Aplicações diretas	396.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	396.000,00		
			Total Unidade	40.523.700,00
Unidade: 006 - Departamento de Programas e Projetos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica

3000000000000000000	Despesas correntes			455.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		300.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	291.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	291.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	9.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	9.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		155.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	155.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	155.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			50.000,00
4400000000000000000	Investimentos		50.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	50.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00		
			Total Unidade	505.000,00
Unidade: 007 - Departamento Executivo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			1.059.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		926.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	875.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	875.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	51.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	51.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		133.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	133.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	133.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			50.000,00
4400000000000000000	Investimentos		50.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	50.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	50.000,00		
			Total Unidade	1.109.000,00
			Total Órgão	48.789.700,00
Órgão: 21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho				
Unidade: 001 - Departamento de Indústria				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			2.079.000,00
Órgão: 21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho				
Unidade: 001 - Departamento de Indústria				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.718.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.615.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.615.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	103.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	103.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		361.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	361.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	361.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			150.000,00
4400000000000000000	Investimentos		150.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	150.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	150.000,00		
			Total Unidade	2.229.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Comércio e Serviços				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			614.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		517.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	500.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	500.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	17.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	17.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		97.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	97.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	97.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
4400000000000000000	Investimentos		10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	624.000,00
Unidade: 003 - Departamento de Trabalho				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			1.610.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.521.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.297.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.297.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	224.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	224.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		89.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	89.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	89.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			8.000,00
4400000000000000000	Investimentos		8.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	8.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00		
			Total Unidade	1.618.000,00
			Total Órgão	4.471.000,00
Órgão: 22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				
Unidade: 001 - Departamento de Esportes				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			4.303.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.104.000,00	

3190000000000000000	Aplicações diretas	2.047.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.047.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	57.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	57.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		2.199.000,00	

Órgão: 22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				
Unidade: 001 - Departamento de Esportes				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3390000000000000000	Aplicações diretas	2.199.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.199.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			475.000,00
4400000000000000000	Investimentos		475.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	475.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	475.000,00		
			Total Unidade	4.778.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Recreação e Lazer				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			578.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		492.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	490.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	490.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	2.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		86.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	86.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	86.000,00		
			Total Unidade	578.000,00
			Total Órgão	5.356.000,00
Órgão: 23 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial				
Unidade: 001 - Departamento de Cultura				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			3.408.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.057.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	1.932.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.932.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	125.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	125.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		1.351.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	1.351.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.351.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			92.000,00
4400000000000000000	Investimentos		92.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	92.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	92.000,00		
			Total Unidade	3.500.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Igualdade Racial				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			280.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		210.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas	201.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	201.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	9.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	9.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		70.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	70.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	70.000,00		
			Total Unidade	280.000,00
			Total Órgão	3.780.000,00
Órgão: 24 - Secretaria Municipal da Juventude				
Unidade: 001 - Departamento Executivo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			633.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais		534.000,00	
Órgão: 24 - Secretaria Municipal da Juventude				
Unidade: 001 - Departamento Executivo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3190000000000000000	Aplicações diretas	533.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	533.000,00		
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	1.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.000,00		
3300000000000000000	Outras despesas correntes		99.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	99.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	99.000,00		
4000000000000000000	Despesas de capital			13.000,00
4400000000000000000	Investimentos		13.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas	13.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	13.000,00		
			Total Unidade	646.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Políticas Públicas da Juventude				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes			508.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes		508.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas	508.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	508.000,00		
			Total Unidade	508.000,00
			Total Órgão	1.154.000,00

Órgão: 25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos				
Unidade: 001 - Diretoria	Executiva			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			530.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		375.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	372.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	372.500,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	2.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.500,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		155.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	155.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	155.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			26.000,00
440000000000000000	Investimentos		26.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	26.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	26.000,00		
			Total Unidade	556.000,00
Unidade: 002 - Departamento de Direitos da Mulher				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			491.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		327.500,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	305.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	305.500,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	22.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	22.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		163.500,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	163.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	163.500,00		
400000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
440000000000000000	Investimentos		10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	501.000,00
Unidade: 003 - Departamento da Família				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			315.000,00
Órgão: 25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos				
Unidade: 003 - Departamento da Família				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		217.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	214.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	214.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	3.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		98.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	98.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	98.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
440000000000000000	Investimentos		10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	325.000,00
Unidade: 004 - Departamento de Direitos Humanos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			769.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		492.500,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	461.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	461.500,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	31.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	31.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		276.500,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	276.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	276.500,00		
400000000000000000	Despesas de capital			40.000,00
440000000000000000	Investimentos		40.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	40.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00		
			Total Unidade	809.000,00
			Total Órgão	2.191.000,00
Órgão: 26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública				
Unidade: 001 - Corregedoria da Guarda Municipal e Transito				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			232.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		211.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	179.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	179.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	32.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	32.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		21.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	21.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	21.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
440000000000000000	Investimentos		10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.000,00		
			Total Unidade	242.000,00
Unidade: 002 - Superintendência da Ordem Pública				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			14.811.500,00

310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		11.048.000,00	
317100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de	67.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	67.000,00		
319000000000000000	Aplicações diretas	10.193.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	10.193.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	788.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	788.000,00		
Órgão: 26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública				
Unidade: 002 - Superintendência da Ordem Pública				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
330000000000000000	Outras despesas correntes		3.763.500,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de	8.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	8.000,00		
337200000000000000	Execução orçamentária delegada a consórcios públicos	37.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	37.500,00		
339000000000000000	Aplicações diretas	3.718.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.706.000,00		
01515	FUNREBOM	12.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			136.000,00
440000000000000000	Investimentos		136.000,00	
447100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de	3.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	3.500,00		
449000000000000000	Aplicações diretas	132.500,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	129.500,00		
01515	FUNREBOM	3.000,00		
			Total Unidade	14.947.500,00
Unidade: 003 - Superintendência de Trânsito				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			2.538.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.279.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	2.127.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.127.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	152.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	152.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		259.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	259.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	259.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			30.000,00
440000000000000000	Investimentos		30.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	30.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	30.000,00		
			Total Unidade	2.568.000,00
			Total Órgão	17.757.500,00
Órgão: 27 - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária				
Unidade: 001 - Departamento de Habitação				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.540.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.358.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	1.321.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.321.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	37.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	37.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		182.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	182.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	182.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			110.000,00
440000000000000000	Investimentos		110.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	110.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	110.000,00		
			Total Unidade	1.650.000,00
			Total Órgão	1.650.000,00
Órgão: 28 - Secretaria Municipal de Turismo				
Unidade: 001 - Departamento de Turismo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			3.820.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.330.000,00	
Órgão: 28 - Secretaria Municipal de Turismo				
Unidade: 001 - Departamento de Turismo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
319000000000000000	Aplicações diretas	1.301.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.301.000,00		
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos	29.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	29.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		2.490.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	2.490.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	2.490.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			230.000,00
440000000000000000	Investimentos		230.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas	230.000,00		
01000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	230.000,00		
			Total Unidade	4.050.000,00
			Total Órgão	4.050.000,00
			Total	1.073.211.823,94

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:18A8A8D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – ANEXO 2 – NATUREZA DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS (AÇÃO)

MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF nº 8 de 04/02/1985 - Adendo III.					
Órgão: 1 - Câmara Municipal de Colombo					
Unidade: 1 - Câmara Municipal de Colombo					
0001.0031.0001.2001 - ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				30.024.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			25.454.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		24.554.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	21.500.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	3.054.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		900.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	900.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			4.570.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		4.570.000,00		
339014000000000000	Diárias - civil	300.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	350.000,00			
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	400.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	20.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.500.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.000.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				680.000,00
440000000000000000	Investimentos			680.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		680.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	280.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	400.000,00			
				Total Ação	30.704.000,00
				Total Unidade	30.704.000,00
				Total Órgão	30.704.000,00
Órgão: 2 - Autarquia Colombo Previdência					
Unidade: 1 - Previdência Plano Financeiro					
0009.0272.0002.2023 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PLANO FINANCEIRO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				41.527.660,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			38.727.400,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		38.727.400,00		
319001000000000000	Aposentadorias do rpps, reserva remunerada e reformas dos militares	34.350.400,00			
319003000000000000	Pensões do RPPS e do militar	4.307.000,00			
319086000000000000	Compensações a regimes de previdência	70.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.800.260,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.800.260,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	260,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	260.000,00			
339086000000000000	Compensações a regimes de previdência	840.000,00			
339091000000000000	Sentenças judiciais	1.700.000,00			
				Total Ação	41.527.660,00
				Total Unidade	41.527.660,00
Unidade: 2 - Previdência Plano Previdenciário					
0009.0272.0002.2024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PLANO PREVIDENCIÁRIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				106.564.913,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			101.914.783,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		101.914.783,00		
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
319001000000000000	Aposentadorias do rpps, reserva remunerada e reformas dos militares	95.393.783,00			
319003000000000000	Pensões do RPPS e do militar	6.500.000,00			
319086000000000000	Compensações a regimes de previdência	21.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			4.650.130,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		4.650.130,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	130,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.750.000,00			
339086000000000000	Compensações a regimes de previdência	200.000,00			
339091000000000000	Sentenças judiciais	1.700.000,00			
				Total Ação	106.564.913,00
				Total Unidade	106.564.913,00
Unidade: 3 - Previdência Administração					
0009.0122.0003.2025 - MATERIAIS E SERVIÇOS DA SEDE DA AUTARQUIA COLOMBO PREVIDÊNCIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				3.973.155,94

3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.730.754,54	
3190000000000000000	Aplicações diretas		2.486.062,98		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.356.881,80			
3190130000000000000	Contribuições patronais	81.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	48.181,18			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		244.691,56		
3191130000000000000	Contribuições patronais	244.691,56			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			1.242.401,40	
3390000000000000000	Aplicações diretas		1.242.401,40		
3390800000000000000	Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	14.728,08			
3390140000000000000	Diárias - civil	12.678,40			
3390300000000000000	Material de consumo	61.917,09			
3390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	63.781,05			
3390350000000000000	Serviços de consultoria	177.782,60			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	82.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	612.412,72			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	214.801,46			
3390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.300,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				806.195,00
4400000000000000000	Investimentos			156.195,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		156.195,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	156.195,00			
4600000000000000000	Amortização da dívida			650.000,00	
4690000000000000000	Aplicações diretas		650.000,00		
4690920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	650.000,00			
				Total Ação	4.779.350,94
				Total Unidade	4.779.350,94
				Total Órgão	152.871.923,94
Órgão: 3 - Gabinete do Prefeito Municipal					
Unidade: 1 - Departamento Administrativo					
0004.0122.0004.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.763.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.480.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.479.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.202.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	272.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			283.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		283.000,00		
3390140000000000000	Diárias - civil	55.000,00			
3390300000000000000	Material de consumo	49.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	22.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	150.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	7.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				7.000,00
4400000000000000000	Investimentos			7.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		7.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	7.000,00			
				Total Ação	1.770.000,00
				Total Unidade	1.770.000,00
				Total Órgão	1.770.000,00
Órgão: 4 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal					
Unidade: 1 - Gabinete do Vice Prefeito Municipal					
0004.0122.0004.2003 - ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE PREFEITO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				592.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			483.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		478.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	383.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	90.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		5.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	5.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			109.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		109.000,00		
3390140000000000000	Diárias - civil	15.000,00			
3390300000000000000	Material de consumo	18.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	13.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	61.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				8.000,00
4400000000000000000	Investimentos			8.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		8.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	8.000,00			
				Total Ação	600.000,00
				Total Unidade	600.000,00
				Total Órgão	600.000,00
Órgão: 5 - Procuradoria Geral do Município					

Unidade: 1 - Procuradoria Geral do Município					
0004.0092.0004.2006 - ASSESSORAMENTO JURÍDICO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				4.188.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.975.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.823.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.560.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	313.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	950.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		152.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	152.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			213.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		213.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	37.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	140.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	34.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				12.000,00
440000000000000000	Investimentos			12.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		12.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	12.000,00			
				Total Ação	4.200.000,00
				Total Unidade	4.200.000,00
				Total Órgão	4.200.000,00
Órgão: 6 - Controladoria Geral do Município					
Unidade: 1 - Controladoria Geral do Município					
0004.0124.0004.2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.133.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.092.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.004.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	952.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	44.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	8.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		88.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	88.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			41.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		41.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	26.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	9.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	4.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				11.000,00
440000000000000000	Investimentos			11.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		11.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	11.000,00			
				Total Ação	1.144.000,00
				Total Unidade	1.144.000,00
				Total Órgão	1.144.000,00
Órgão: 7 - Ouvidoria Geral do Município					
Unidade: 1 - Ouvidoria Geral do Município					
0004.0122.0004.2011 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE OUVIDORIA MUNICIPAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				486.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			469.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		459.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	367.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	82.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		10.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	10.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
330000000000000000	Outras despesas correntes			17.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		17.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	5.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				14.000,00
440000000000000000	Investimentos			14.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		14.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	14.000,00			
				Total Ação	500.000,00
				Total Unidade	500.000,00
				Total Órgão	500.000,00
Órgão: 8 - Consultoria Jurídica do Município					
Unidade: 1 - Consultoria Jurídica do Município					

0004.0122.0004.2150 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONSULTORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				200.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			198.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		190.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	150.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	35.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		8.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	8.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			2.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		2.000,00		
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
				Total Ação	200.000,00
				Total Unidade	200.000,00
				Total Órgão	200.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Comunicação e Desenvolvimento Institucional					
Unidade: 1 - Departamento de Imprensa					
0004.0131.0006.2152 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				3.760.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.666.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.645.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.378.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	257.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		21.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	21.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			2.094.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		2.094.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	65.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	12.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.003.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	14.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				40.000,00
4400000000000000000	Investimentos			40.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		40.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	40.000,00			
				Total Ação	3.800.000,00
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
				Total Unidade	3.800.000,00
Unidade: 2 - Superintendência Executiva do Desenvolvimento Institucional					
0004.0122.0034.2007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO INSTITUCIONAL E DE PROJETOS E PROGRAMAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.009.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			851.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		850.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	710.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	130.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			158.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		158.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	21.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	15.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	118.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	4.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				40.000,00
4400000000000000000	Investimentos			40.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		40.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	40.000,00			
				Total Ação	1.049.000,00
				Total Unidade	1.049.000,00
				Total Órgão	4.849.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Administração					
Unidade: 1 - Departamento Administrativo					
0004.0122.0008.1001 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				150.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			150.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		150.000,00		
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	150.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				1.430.000,00
4400000000000000000	Investimentos			1.430.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		1.430.000,00		
4490510000000000000	Obras e instalações	1.400.000,00			
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	1.580.000,00
0004.0122.0008.2012 -	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				3.250.000,00

310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.835.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.680.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.600.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	70.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		155.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	155.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.415.000,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		452.000,00		
337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	452.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
339000000000000000	Aplicações diretas		963.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	54.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	8.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	781.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	120.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				25.500,00
440000000000000000	Investimentos			25.500,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		25.500,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	25.500,00			
				Total Ação	3.275.500,00
0004.0122.0008.2014 -	CONVÊNIO COM CARTÓRIO ELEITORAL				
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				65.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			61.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		52.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	51.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		9.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	9.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			4.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		4.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.000,00			
				Total Ação	65.000,00
				Total Unidade	4.920.500,00
Unidade: 2 - Departamento de Protocolo e Arquivo					
0004.0122.0008.2169 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE PROTOCOLO E ARQUIVO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.589.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.514.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.346.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.292.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	44.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		168.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	168.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			75.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		75.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	11.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	31.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	33.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				20.000,00
440000000000000000	Investimentos			20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	20.000,00			
				Total Ação	1.609.000,00
				Total Unidade	1.609.000,00
Unidade: 3 - Departamento de Serviços de Atendimento ao Cidadão					
0004.0122.0008.2164 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				253.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			206.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		205.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	165.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
319013000000000000	Contribuições patronais	39.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			47.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		47.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	40.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		

4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	263.000,00
				Total Unidade	263.000,00
Unidade: 4 - Departamento de Manutenção da Frota Pública					
0004.0122.0008.2016 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FROTA PUBLICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.766.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.284.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.197.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.120.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	67.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		87.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	87.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			482.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		482.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	41.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	436.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	5.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
4400000000000000000	Investimentos			30.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	1.796.000,00
				Total Unidade	1.796.000,00
Unidade: 5 - Departamento de Compras					
0004.0122.0008.2013 - CENTRAL DE SUPRIMENTOS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				500.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			500.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		500.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	460.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	40.000,00			
				Total Ação	500.000,00
0004.0122.0008.2017 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.800.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.553.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.436.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.350.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	76.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		117.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	117.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			247.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		247.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	2.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	219.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	26.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
4400000000000000000	Investimentos			50.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
				Total Ação	1.850.000,00
				Total Unidade	2.350.000,00
Unidade: 6 - Departamento de Recursos Humanos					
0011.0331.0009.2019 - VALE TRANSPORTE AOS SERVIDORES					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.000.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			1.000.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		1.000.000,00		
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.000.000,00			
				Total Ação	1.000.000,00
0011.0331.0009.2021 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS DE COLOMBO - ASSEMCO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				30.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			30.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		26.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	25.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		4.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	4.000,00			
				Total Ação	30.000,00
0011.0331.0009.2022 - MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO REFEIÇÃO AOS SERVIDORES					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				13.005.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			13.005.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		13.005.000,00		
3390460000000000000	Auxílio-alimentação	13.005.000,00			
				Total Ação	13.005.000,00
0011.0332.0009.2018 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				5.577.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.816.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		2.573.000,00		
319007000000000000	Contribuições a entidades fechadas de previdência	50.000,00			
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.226.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	112.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319094000000000000	Indenizações e restituições trabalhistas	25.000,00			
319096000000000000	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	150.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		243.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	243.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.761.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.761.000,00		
339080000000000000	Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	25.000,00			
339030000000000000	Material de consumo	12.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.706.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	18.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
440000000000000000	Investimentos			30.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	5.607.000,00
0011.0332.0009.2028 - SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				100.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			100.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		100.000,00		
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	100.000,00			
				Total Ação	100.000,00
				Total Unidade	19.742.000,00
Unidade: 7 - Departamento de Controle e Conservação de Patrimônio					
0004.0122.0008.2020 - ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.260.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.682.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.567.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.420.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	137.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		115.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	115.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			578.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		578.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	36.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	164.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	368.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				840.000,00
440000000000000000	Investimentos			840.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		840.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	350.000,00			
449061000000000000	Aquisição de imóveis	490.000,00			
				Total Ação	3.100.000,00
				Total Unidade	3.100.000,00
Unidade: 8 - Departamento de Escola de Gestão Pública					
0011.0128.0009.2027 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE GESTÃO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				855.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			674.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		610.500,00		
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	584.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	25.500,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		63.500,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	63.500,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			181.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		181.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	141.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	25.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				20.000,00
440000000000000000	Investimentos			20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	20.000,00			

				Total Ação	875.000,00
				Total Unidade	875.000,00
Unidade: 9 - Superintendências Regionais					
0004.0122.0008.2156 - MANUTENÇÃO DAS REGIONAIS ADMINISTRATIVAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				2.676.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.113.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.047.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	965.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	81.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		66.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	66.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			1.563.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		1.563.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	20.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.509.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	34.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				24.000,00
4400000000000000000	Investimentos			24.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		24.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	24.000,00			
				Total Ação	2.700.000,00
				Total Unidade	2.700.000,00
				Total Órgão	37.355.500,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Governo					
Unidade: 1 - Departamento de Relações Governamentais					
0004.0122.0042.2153 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA E AÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.067.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			888.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		858.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	746.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	107.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		30.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	30.000,00			

MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
3300000000000000000	Outras despesas correntes			179.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		179.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	100.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	20.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	53.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	6.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
4400000000000000000	Investimentos			30.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	1.097.000,00
				Total Unidade	1.097.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Cerimonial					
0004.0122.0042.2125 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CERIMONIAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				564.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			371.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		361.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	279.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	67.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	15.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		10.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	10.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			193.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		193.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	22.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	4.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	165.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
4400000000000000000	Investimentos			5.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
				Total Ação	569.000,00
				Total Unidade	569.000,00
				Total Órgão	1.666.000,00
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Planejamento e Inovação Tecnológica					
Unidade: 1 - Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico					
0004.0121.0005.2010 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FOCADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO MUNICIPAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				697.000,00

3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			625.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		605.500,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	452.500,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	152.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		19.500,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	19.500,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			72.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		72.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	5.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	64.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				15.000,00
4400000000000000000	Investimentos			15.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		15.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	15.000,00			
				Total Ação	712.000,00
				Total Unidade	712.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Inovação					
0004.0121.0041.2157 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				528.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			425.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		368.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	357.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	10.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		57.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	57.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			103.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		103.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	12.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	84.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				15.000,00
4400000000000000000	Investimentos			15.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		15.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	15.000,00			
				Total Ação	543.000,00
				Total Unidade	543.000,00
Unidade: 3 - Departamento de Sistemas e Tecnologia da Informação					
0004.0126.0011.2158 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, DE COMUNICAÇÃO E DADOS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				6.610.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.198.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.128.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.031.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	96.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		70.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	70.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			5.412.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		5.412.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	87.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	207.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	89.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	5.029.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				510.000,00
4400000000000000000	Investimentos			510.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		510.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	510.000,00			
				Total Ação	7.120.000,00
				Total Unidade	7.120.000,00
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
				Total Órgão	8.375.000,00
Órgão: 13 - Secretaria Municipal da Fazenda					
Unidade: 1 - Departamento de Contabilidade					
0004.0123.0012.2030 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				2.554.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.761.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.561.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.540.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	6.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	15.000,00			

319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		200.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	200.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			793.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		793.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	562.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	199.000,00			
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	20.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				20.000,00
440000000000000000	Investimentos			20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	20.000,00			
900000000000000000	Reserva de contingência				350.000,00
990000000000000000	Reserva de contingência			350.000,00	
999000000000000000	Reserva de contingência		350.000,00		
999999000000000000	Reserva de contingência	350.000,00			
				Total Ação	2.924.000,00

0009.0271.0015.2031 - CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				9.723.407,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			9.723.407,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		9.723.407,00		
339047000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	9.723.407,00			
				Total Ação	9.723.407,00

0028.0846.0012.2026 - PAGAMENTO DA DÍVIDA PUBLICA MUNICIPAL

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				4.506.581,00
320000000000000000	Juros e encargos da dívida			3.396.581,00	
329000000000000000	Aplicações diretas		3.396.581,00		
329021000000000000	Juros sobre a dívida por contrato	3.365.581,00			
329022000000000000	Outros encargos sobre a dívida por contrato	31.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.110.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.110.000,00		
339059000000000000	Pensões especiais	105.000,00			
339091000000000000	Sentenças judiciais	1.000.000,00			
339092000000000000	Despesas de exercícios anteriores	5.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.594.000,00
460000000000000000	Amortização da dívida			10.594.000,00	
469000000000000000	Aplicações diretas		10.594.000,00		
469071000000000000	Principal da dívida contratual resgatado	5.615.000,00			
469091000000000000	Sentenças judiciais	4.979.000,00			
				Total Ação	15.100.581,00

0028.0846.0015.2032 - PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA

MUNICÍPIO DE COLOMBO

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Entidade(s): Consolidado

Ano LOA: 2026

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				34.375.862,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			15.186,00	
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		15.186,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	5.186,00			
319192000000000000	Despesas de exercícios anteriores	10.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			34.360.676,00	
339100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		34.360.676,00		
339197000000000000	Aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS	34.360.676,00			
				Total Ação	34.375.862,00
				Total Unidade	62.123.850,00

Unidade: 2 - Departamento de Gestão Financeira

0004.0123.0012.2035 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO FINANCEIRA

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				601.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			601.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		535.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	513.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	15.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	7.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		66.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	66.000,00			
				Total Ação	601.000,00
				Total Unidade	601.000,00

Unidade: 3 - Departamento de Gestão Tributária

0004.0129.0012.2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				6.607.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			5.034.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		4.507.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	4.355.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	112.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	40.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		527.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	527.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.573.000,00	

339000000000000000	Aplicações diretas		1.573.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	38.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	8.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.197.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	45.000,00			
339093000000000000	Indenizações e restituições	285.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				30.500,00
440000000000000000	Investimentos			30.500,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		30.500,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	30.500,00			
				Total Ação	6.637.500,00
				Total Unidade	6.637.500,00
Unidade: 4 - Departamento de Gestão Orçamentária					
0004.0121.0012.2008 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ORÇAMENTO					
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				413.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			413.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		390.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	345.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	40.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		23.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	23.000,00			
				Total Ação	413.000,00
				Total Unidade	413.000,00
				Total Órgão	69.775.350,00
Órgão: 14 - Secretaria Municipal de Urbanismo					
Unidade: 1 - Departamento de Urbanismo					
0015.0451.0026.2043 - ADMINISTRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				3.670.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.370.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.216.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.807.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	399.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		154.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	154.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			300.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		300.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	28.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	114.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	148.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				12.000,00
440000000000000000	Investimentos			12.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		12.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	12.000,00			
				Total Ação	3.682.000,00
				Total Unidade	3.682.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Georreferenciamento e Cadastro Imobiliário					
0004.0121.0026.2165 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE GEORREFERENCIAMENTO E CADASTRO IMOBILIÁRIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.008.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			724.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		694.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	600.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	84.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		30.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	30.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			284.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		284.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	3.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	166.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	115.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				20.000,00
440000000000000000	Investimentos			20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	20.000,00			
				Total Ação	1.028.000,00
				Total Unidade	1.028.000,00
Unidade: 3 - Departamento de Projetos					
0004.0121.0026.2166 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				430.000,00

3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			377.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		329.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	300.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	28.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		48.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	48.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			53.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		53.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	4.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	35.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	14.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
4400000000000000000	Investimentos			10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	440.000,00
				Total Unidade	440.000,00
Unidade: 4 - Departamento de Gestão de Concessões Públicas					
0004.0130.0026.2171 - ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS CONCESSÕES PUBLICAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				80.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			77.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		69.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	67.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		8.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	8.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			3.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		3.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	1.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				34.000,00
4400000000000000000	Investimentos			34.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		34.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	34.000,00			
				Total Ação	114.000,00
				Total Unidade	114.000,00
Unidade: 5 - Departamento de Pavimentação					
0004.0121.0026.2188 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO					
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				159.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			127.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		126.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	102.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	23.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			32.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		32.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	1.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	21.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				3.000,00
4400000000000000000	Investimentos			3.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		3.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	3.000,00			
				Total Ação	162.000,00
				Total Unidade	162.000,00
				Total Órgão	5.426.000,00
Órgão: 15 - Secretaria Municipal de Educação					
Unidade: 1 - Departamento de Educação					
0012.0361.0010.1004 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				35.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			35.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		35.000,00		
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	35.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				7.965.000,00
4400000000000000000	Investimentos			7.965.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		7.965.000,00		
4490510000000000000	Obras e instalações	7.965.000,00			
				Total Ação	8.000.000,00
0012.0361.0010.2046 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB 30%					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				29.508.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			10.885.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		9.572.000,00		

319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	9.517.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	5.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.313.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	1.313.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			18.623.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		18.623.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.000.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	17.612.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	11.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				324.000,00
440000000000000000	Investimentos			324.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		324.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	324.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
				Total Ação	29.832.000,00
0012.0361.0010.2047 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB 70%					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				93.273.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			93.273.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		83.850.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	82.000.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	1.750.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	100.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		9.423.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	9.423.000,00			
				Total Ação	93.273.000,00
0012.0361.0010.2048 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS 25%					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				33.210.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			12.972.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		11.824.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	11.587.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	137.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	100.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.148.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	1.148.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			20.238.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		20.238.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	6.320.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	9.902.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	4.016.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				584.000,00
440000000000000000	Investimentos			584.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		584.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	584.000,00			
				Total Ação	33.794.000,00
0012.0361.0010.2050 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - ENSINO FUNDAMENTAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				4.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			4.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		4.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
				Total Ação	5.000,00
0012.0361.0010.2051 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.760.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.760.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.760.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.464.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	82.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	214.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
				Total Ação	1.760.000,00
0012.0365.0010.1003 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAS.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				35.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			35.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		35.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	35.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				5.036.000,00
440000000000000000	Investimentos			5.036.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		5.036.000,00		

4490510000000000000	Obras e instalações	5.036.000,00			
				Total Ação	5.071.000,00
0012.0365.0010.2057 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - RECURSOS 5%					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				18.278.450,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			4.401.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		3.911.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.611.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	250.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		490.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	490.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			13.877.450,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		13.877.450,00		
3390300000000000000	Material de consumo	4.293.450,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	135.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	9.449.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				191.000,00
4400000000000000000	Investimentos			191.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		191.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	191.000,00			
				Total Ação	18.469.450,00
0012.0365.0010.2131 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.085.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			1.085.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		1.085.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	15.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	45.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.025.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				20.000,00
4400000000000000000	Investimentos			20.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	20.000,00			
				Total Ação	1.105.000,00
0012.0365.0010.2132 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 30%					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				14.342.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			14.342.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		14.342.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	4.618.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	9.574.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	150.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
4000000000000000000	Despesas de capital				158.000,00
4400000000000000000	Investimentos			158.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		158.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	158.000,00			
				Total Ação	14.500.000,00
0012.0365.0010.2135 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 70%					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				65.000.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			65.000.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		58.700.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	58.000.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	650.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre		6.300.000,00		
	órgãos, fundos e entidades integrantes dos				
	orçamentos fiscal e da seguridade social				
3191130000000000000	Contribuições patronais	6.300.000,00			
				Total Ação	65.000.000,00
0012.0365.0010.2141 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - EDUCAÇÃO INFANTIL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				4.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			4.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		4.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	2.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
4400000000000000000	Investimentos			1.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
				Total Ação	5.000,00
0012.0367.0010.2172 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 70%					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				3.490.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.490.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		3.090.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.040.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		400.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	400.000,00			

				Total Ação	3.490.000,00
0012.0367.0010.2173 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.267.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.267.000,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		1.000,00		
335043000000000000	Subvenções sociais	1.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		2.266.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	64.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.200.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	2.277.000,00
MUNICÍPIO DE COLOMBO P					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
				Total Unidade	276.581.450,00
Unidade: 2 - Departamento Administrativo					
0012.0361.0010.2052 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICO ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL.					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				4.317.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.996.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		2.716.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.610.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	55.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
319096000000000000	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	1.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		280.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	280.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.321.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.321.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	43.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	109.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.149.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	20.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				20.000,00
440000000000000000	Investimentos			20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	20.000,00			
				Total Ação	4.337.000,00
0012.0361.0010.2053 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE TRANSPORTE ESCOLAR - PARTE MUNICIPAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.792.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.792.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.792.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.557.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	223.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	12.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				326.000,00
440000000000000000	Investimentos			326.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		326.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	326.000,00			
				Total Ação	2.118.000,00
0012.0361.0010.2055 - MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				5.493.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			5.493.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		5.493.000,00		
339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	5.493.000,00			
				Total Ação	5.493.000,00
0012.0361.0010.2061 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				26.301.250,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			26.301.250,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		26.301.250,00		
339033000000000000	Passagens e despesas com locomoção	26.301.250,00			
				Total Ação	26.301.250,00

MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
0012.0365.0010.2058 - MERENDA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				6.451.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			6.451.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		6.451.000,00		
339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	6.451.000,00			
Total Ação					6.451.000,00
Total Unidade					44.700.250,00

Unidade: 3 - Departamento de Orçamento e Controle					
0012.0361.0010.2054 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO E CONTROLE DO ENSINO NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.281.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.281.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.173.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.105.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	58.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		108.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	108.000,00			
Total Ação					1.281.000,00
Total Unidade					1.281.000,00
Total Órgão					322.562.700,00
Órgão: 16 - Secretaria Municipal de Saúde					
Unidade: 1 - Ouvidoria					
0010.0301.0019.2066 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA EM SAÚDE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				161.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			155.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		147.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	130.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	12.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		8.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	8.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			6.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		6.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	3.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	3.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				8.000,00
4400000000000000000	Investimentos			8.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		8.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	8.000,00			
Total Ação					169.000,00
Total Unidade					169.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde					
0010.0304.0020.2065 - OPERAÇÕES DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				2.067.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.967.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.757.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.730.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
3190130000000000000	Contribuições patronais	2.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	25.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		210.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	210.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			100.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		100.000,00		
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	100.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				201.000,00
4400000000000000000	Investimentos			201.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		201.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	201.000,00			
Total Ação					2.268.000,00
0010.0305.0020.2067 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				9.298.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			7.350.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		6.981.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	6.111.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	820.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		369.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	369.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			1.948.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		1.948.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	443.000,00			
3390320000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	5.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	296.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.009.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	195.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				220.000,00
4400000000000000000	Investimentos			220.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		220.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	220.000,00			
Total Ação					9.518.000,00
Total Unidade					11.786.000,00
Unidade: 3 - Departamento de Atenção a Saúde					
0010.0301.0018.1006 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE SAÚDE					

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				100.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			100.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		100.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	100.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				900.000,00
440000000000000000	Investimentos			900.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		900.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	900.000,00			
Total Ação					1.000.000,00
0010.0301.0018.2038 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				22.709.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			22.709.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		20.804.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	20.294.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
319013000000000000	Contribuições patronais	10.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	500.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.905.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	1.905.000,00			
Total Ação					22.709.000,00
0010.0301.0018.2062 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				44.778.500,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			28.554.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		26.434.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	23.856.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	1.550.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	776.000,00			
319046000000000000	Auxílio-alimentação	198.000,00			
319049000000000000	Auxílio-transporte	54.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		2.120.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	2.120.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			16.224.500,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		3.500.000,00		
337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	3.500.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		12.724.500,00		
339030000000000000	Material de consumo	3.972.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	500.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	6.552.500,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.700.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.200.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.200.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		1.200.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.200.000,00			
Total Ação					45.978.500,00
0010.0301.0018.2063 - SAÚDE BUCAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				6.463.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			5.970.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		5.365.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	5.260.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	5.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	100.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		605.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	605.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			493.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		493.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	444.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	49.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				150.000,00
440000000000000000	Investimentos			150.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		150.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	150.000,00			
Total Ação					6.613.000,00
0010.0301.0018.2064 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
300000000000000000	Despesas correntes				9.000.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			9.000.000,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		6.265.000,00		
337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	6.265.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		2.735.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.030.000,00			
339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1.500.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	205.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				165.000,00

4400000000000000000	Investimentos			165.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		165.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	165.000,00			
Total Ação					9.165.000,00
0010.0301.0018.2095 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				16.446.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			16.446.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		16.233.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	12.800.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	3.333.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	100.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		213.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	213.000,00			
Total Ação					16.446.000,00
0010.0302.0021.2071 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				63.809.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			39.466.000,00	
3150000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		10.375.000,00		
3150430000000000000	Subvenções sociais	10.375.000,00			
3190000000000000000	Aplicações diretas		27.045.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	26.200.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	645.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	200.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		2.046.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	2.046.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			24.343.000,00	
3350000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		15.093.000,00		
3350430000000000000	Subvenções sociais	15.093.000,00			
3371000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		720.000,00		
3371700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	720.000,00			
3372000000000000000	Execução orçamentária delegada a consórcios públicos		1.000.000,00		
3372390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.000.000,00			
3390000000000000000	Aplicações diretas		7.530.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	1.060.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	20.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	6.330.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	120.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				120.000,00
4400000000000000000	Investimentos			120.000,00	
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
4490000000000000000	Aplicações diretas		120.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	120.000,00			
Total Ação					63.929.000,00
0010.0302.0021.2072 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA -SAMU					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				4.335.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			4.335.000,00	
3371000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		4.253.000,00		
3371700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	4.253.000,00			
3390000000000000000	Aplicações diretas		82.000,00		
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	82.000,00			
Total Ação					4.335.000,00
0010.0303.0021.2170 - ASSISTÊNCIA A SAÚDE MENTAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				4.300.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.545.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		3.236.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.043.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	93.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	100.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		309.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	309.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			755.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		755.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	149.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	187.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	396.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	23.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
4400000000000000000	Investimentos			10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
Total Ação					4.310.000,00
Total Unidade					174.485.500,00
Unidade: 4 - Departamento Administrativo de Gestão e Controle					
0010.0301.0019.2070 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO SUS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				7.448.650,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			6.663.650,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		6.313.650,00		

319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	6.063.650,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	200.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		350.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	350.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			785.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		785.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	45.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	150.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	395.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	195.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				100.000,00
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
440000000000000000	Investimentos			100.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		100.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	100.000,00			
Total Ação					7.548.650,00
Total Unidade					7.548.650,00
Total Órgão					193.989.150,00
Órgão: 17 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 1 - Departamento de Gestão do Serviço Único de Assistência Social - SUAS					
0008.0242.0007.2114 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				45.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			11.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		9.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	5.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	2.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		2.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	2.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			34.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		34.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	10.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	6.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	18.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
440000000000000000	Investimentos			5.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
Total Ação					50.000,00
0008.0243.0017.6078 - CONSELHO TUTELAR					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.690.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.433.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.382.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.218.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	134.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	30.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		51.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	51.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			257.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		257.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	80.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	107.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	66.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	4.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
Total Ação					1.700.000,00
0008.0244.0016.1008 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				10.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			10.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				790.000,00
440000000000000000	Investimentos			790.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		790.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	788.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	2.000,00			
Total Ação					800.000,00
0008.0244.0016.2082 - AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.185.000,00

330000000000000000	Outras despesas correntes			1.185.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.185.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.180.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
Total Ação					1.195.000,00
0008.0244.0016.2089 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				110.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			92.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		84.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	83.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	500,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	500,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		8.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	8.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			18.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		18.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14.500,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				5.000,00
440000000000000000	Investimentos			5.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		5.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00			
Total Ação					115.000,00
0008.0244.0016.2134 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE INFRAESTRUTURA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				758.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			647.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		621.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	548.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	68.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		26.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	26.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			111.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		111.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	53.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	51.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				7.000,00
440000000000000000	Investimentos			7.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		7.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	7.000,00			
Total Ação					765.000,00
0014.0422.0035.2085 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO À PESSOA IDOSA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				93.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			11.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		9.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	5.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	2.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		2.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	2.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			82.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		82.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	19.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	51.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				7.000,00
440000000000000000	Investimentos			7.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		7.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	7.000,00			
Total Ação					100.000,00
Total Unidade					4.725.000,00
Unidade: 2 - Fundo Municipal de Assistência Social					
0008.0122.0036.2080 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				3.932.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.635.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.355.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.141.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	164.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			

319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		280.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	280.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			297.000,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		15.000,00		
337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	15.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		282.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	24.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	79.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	91.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	88.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				9.000,00
440000000000000000	Investimentos			9.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		9.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	9.000,00			
Total Ação					3.941.000,00
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
0008.0122.0036.2083 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				24.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			24.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		24.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	4.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	13.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				3.000,00
440000000000000000	Investimentos			3.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		3.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	3.000,00			
Total Ação					27.000,00
0008.0122.0036.2084 - SERVIÇOS DE APOIO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				516.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			516.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		516.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	43.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	450.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	20.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
440000000000000000	Investimentos			30.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
Total Ação					546.000,00
0008.0241.0037.2086 - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOA IDOSA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.478.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.724.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.625.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.480.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	125.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	20.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		99.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	99.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			754.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		754.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	177.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	248.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	311.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	18.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				20.000,00
440000000000000000	Investimentos			20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	20.000,00			
Total Ação					2.498.000,00
0008.0243.0037.6079 - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.860.000,00
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			937.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		860.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	794.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	46.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	20.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		77.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	77.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			923.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		923.000,00		

339030000000000000	Material de consumo	398.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	510.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				40.000,00
440000000000000000	Investimentos			40.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		40.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	40.000,00			
Total Ação					1.900.000,00
0008.0243.0038.6083 - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				98.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			98.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		98.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	32.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	64.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
Total Ação					108.000,00
0008.0244.0036.2190 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.000.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.000.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.000.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	995.000,00			
Total Ação					1.000.000,00
0008.0244.0037.2191 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM DOMICÍLIO PARA PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				30.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			15.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		12.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	9.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	2.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		3.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	3.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			15.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		15.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	8.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
339039000000000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 5.000,00					
Total Ação					30.000,00
0008.0245.0016.2193 - GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES DO SUAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				454.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			454.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		454.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	227.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	227.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				1.000,00
440000000000000000	Investimentos			1.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	1.000,00			
Total Ação					455.000,00
0008.0245.0037.2138 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				8.675.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			7.710.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		7.053.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	6.668.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	335.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		657.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	657.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			965.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		965.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	330.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	6.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	559.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	70.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				34.000,00
440000000000000000	Investimentos			34.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		34.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	34.000,00			
Total Ação					8.709.000,00
0008.0245.0038.2081 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				4.228.000,00

310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.593.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.369.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.099.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	245.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	25.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		224.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	224.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			635.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		635.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	167.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	58.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	393.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	17.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				32.000,00
440000000000000000	Investimentos			32.000,00	

MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
449000000000000000	Aplicações diretas		32.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	32.000,00			
				Total Ação	4.260.000,00
0008.0245.0038.2088 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.719.500,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			13.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	7.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	2.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		3.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	3.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.706.500,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		1.000,00		
335043000000000000	Subvenções sociais	1.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		1.705.500,00		
339030000000000000	Material de consumo	110.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	61.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.534.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				15.500,00
440000000000000000	Investimentos			15.500,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		15.500,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	15.500,00			
				Total Ação	1.735.000,00
0008.0245.0038.2192 - ENFRENTAMENTO DE CALAMIDADE PÚBLICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				10.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			10.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
				Total Ação	10.000,00
0008.0245.0038.6085 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS LA-Liberdade Assistida e PSC-Prestação de Serviços à Comunidade					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				619.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			542.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		483.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	466.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	7.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		59.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	59.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			77.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		77.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	36.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	7.500,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	32.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				16.000,00
440000000000000000	Investimentos			16.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		16.000,00		
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	16.000,00			
				Total Ação	635.000,00
0008.0245.0038.6142 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				7.229.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			5.220.000,00	

319000000000000000	Aplicações diretas		4.913.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	4.563.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	300.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		307.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	307.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.009.000,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		1.000,00		
337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	1.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		2.008.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	365.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	128.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.500.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	15.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				40.000,00
440000000000000000	Investimentos			40.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		40.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	40.000,00			
				Total Ação	7.269.000,00
				Total Unidade	33.123.000,00
Unidade: 3 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente					
0008.0243.0017.6143 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				160.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			160.000,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		50.000,00		
335043000000000000	Subvenções sociais	50.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		110.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	35.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	75.000,00			
				Total Ação	160.000,00
				Total Unidade	160.000,00
Unidade: 4 - Fundo Municipal da Pessoa Idosa					
0008.0241.0035.2194 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				40.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			40.000,00	
335000000000000000	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		10.000,00		
335043000000000000	Subvenções sociais	10.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	15.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15.000,00			
				Total Ação	40.000,00
				Total Unidade	40.000,00
Unidade: 5 - Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência					
0008.0242.0007.2195 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA					
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				10.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			10.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.000,00			
				Total Ação	10.000,00
				Total Unidade	10.000,00
				Total Órgão	38.058.000,00
Órgão: 18 - Secretaria Municipal de Obras e Viação					
Unidade: 1 - Departamento de Edificações e Obras Cívis					
0026.0451.0025.2009 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, E SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS CIVIS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				6.126.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.884.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.610.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.390.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	205.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	15.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		274.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	274.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.242.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.242.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	500.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	6.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.686.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	50.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				100.000,00
440000000000000000	Investimentos			100.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		100.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	100.000,00			
				Total Ação	6.226.000,00
				Total Unidade	6.226.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Viação					
0026.0782.0025.2090 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "MAIS RUAS RENOVADAS" COM A CONSERVAÇÃO DE VIAS, PRAÇAS E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS PERTINENTES					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica

300000000000000000	Despesas correntes				24.190.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			4.662.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		4.326.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	4.010.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	266.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		336.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	336.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			19.528.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		19.528.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	8.553.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.975.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				210.000,00
440000000000000000	Investimentos			210.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		210.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	70.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	140.000,00			
				Total Ação	24.400.000,00
0026.0782.0025.2103 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.340.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.340.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.340.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	2.015.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	325.000,00			
				Total Ação	2.340.000,00
0026.0782.0025.2133 - OPERACIONALIZAÇÃO DA USINA DE PRODUÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				450.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			450.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		450.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	330.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	120.000,00			
				Total Ação	450.000,00
				Total Unidade	27.190.000,00
Unidade: 3 - Departamento de Obras de Pavimentação					
0026.0782.0025.1010 - AMPLIAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS ATRAVÉS DOS PROGRAMAS "COLOMBO MAIS ASFALTO" e "COLOMBO PRIMEIRO ASFALTO".					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				550.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			550.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		550.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	550.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				39.497.000,00
440000000000000000	Investimentos			39.497.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		39.497.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	39.497.000,00			
				Total Ação	40.047.000,00
0026.0782.0025.1012 - PLANO DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				100.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			100.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		100.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	100.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.601.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.601.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.601.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	10.601.000,00			
				Total Ação	10.701.000,00
0026.0782.0025.2091 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				613.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			613.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		605.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	489.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	101.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	15.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		8.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	8.000,00			
				Total Ação	613.000,00
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
				Total Unidade	51.361.000,00
Unidade: 4 - Departamento de Serviços Públicos					
0015.0451.0025.2168 - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.911.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			261.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		259.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	193.000,00			

3190133000000000000	Contribuições patronais	51.000,00			
3190166000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	15.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		2.000,00		
3191133000000000000	Contribuições patronais	2.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			1.650.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		1.650.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	450.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.200.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				89.000,00
4400000000000000000	Investimentos			89.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		89.000,00		
4490510000000000000	Obras e instalações	50.000,00			
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	39.000,00			
				Total Ação	2.000.000,00
0015.0452.0024.2093 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				14.208.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.211.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.138.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.070.000,00			
3190133000000000000	Contribuições patronais	53.000,00			
3190166000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	15.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		73.000,00		
3191133000000000000	Contribuições patronais	73.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			12.997.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		12.997.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	1.197.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	11.800.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				150.000,00
4400000000000000000	Investimentos			150.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		150.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	150.000,00			
				Total Ação	14.358.000,00
				Total Unidade	16.358.000,00
				Total Órgão	101.135.000,00
Órgão: 19 - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio					
Unidade: 1 - Departamento de Agricultura					
0020.0606.0033.2104 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				2.835.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.669.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		2.487.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.278.000,00			
3190133000000000000	Contribuições patronais	189.000,00			
3190166000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	20.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		182.000,00		
3191133000000000000	Contribuições patronais	182.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			166.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		166.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	43.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	7.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	110.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	6.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				15.000,00
4400000000000000000	Investimentos			15.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		15.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	15.000,00			
				Total Ação	2.850.000,00
0020.0606.0033.2109 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				50.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			50.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	25.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	25.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				76.000,00
4400000000000000000	Investimentos			76.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		76.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	76.000,00			
				Total Ação	126.000,00
0020.0606.0033.2115 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO À PISCICULTURA, FRUTICULTURA, VITICULTURA E AGRICULTURA URBANA E PECUÁRIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				535.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			535.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		535.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	450.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	85.000,00			
				Total Ação	535.000,00
0020.0606.0033.2116 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL-SIM/ POA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				430.000,00

310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			412.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		367.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	356.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		45.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	45.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			18.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		18.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	3.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
				Total Ação	430.000,00
0020.0606.0033.2118 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
300000000000000000	Despesas correntes				980.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			980.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		980.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	580.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	400.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
440000000000000000	Investimentos			30.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	1.010.000,00
				Total Unidade	4.951.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Abastecimento					
0014.0605.0032.2119 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "ARMAZÉM DA FAMÍLIA"					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.435.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.435.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.435.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	35.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.400.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
440000000000000000	Investimentos			30.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	1.465.000,00
0020.0605.0032.2102 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				940.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			729.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		653.500,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	590.500,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	43.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	20.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		75.500,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	75.500,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			211.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		211.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	50.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	6.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	150.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	5.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
440000000000000000	Investimentos			30.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	970.000,00
0020.0605.0032.2117 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA "ECO TROCA"					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.233.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.233.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.233.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	1.000.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	3.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	230.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				12.000,00
440000000000000000	Investimentos			12.000,00	
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
449000000000000000	Aplicações diretas		12.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	12.000,00			
				Total Ação	1.245.000,00
				Total Unidade	3.680.000,00
Unidade: 3 - Departamento de Agronegócio					
0020.0606.0033.2120 - POLÍTICAS E AÇÕES DE FOMENTO AO AGRONEGÓCIO LOCAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica

3000000000000000000	Despesas correntes				200.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			200.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	65.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	135.000,00			
				Total Ação	200.000,00
				Total Unidade	200.000,00
				Total Órgão	8.831.000,00
Órgão: 20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente					
Unidade: 1 - Departamento de Fiscalização					
0018.0542.0031.2105 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.118.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.070.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		994.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	909.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	75.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		76.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	76.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			48.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		48.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	24.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	24.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
4400000000000000000	Investimentos			10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	1.128.000,00
				Total Unidade	1.128.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Licenciamento, Controle e Alvará					
0018.0542.0031.2097 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, CONTROLE E ALVARÁ					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				399.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			371.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		355.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	308.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	42.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		16.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	16.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			28.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		28.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	15.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	13.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
4400000000000000000	Investimentos			10.000,00	
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
4490000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	409.000,00
				Total Unidade	409.000,00
Unidade: 3 - Departamento de Proteção Animal					
0018.0542.0031.2098 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				266.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			111.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		110.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	85.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	20.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			155.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		155.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	10.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	145.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
4400000000000000000	Investimentos			10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	276.000,00
				Total Unidade	276.000,00
Unidade: 4 - Departamento de Saneamento Ambiental e Áreas Verdes					
0017.0541.0030.2096 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E LIMPEZA DE RIOS E CÓRREGOS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				388.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			224.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		204.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	195.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	4.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			

319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		20.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	20.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			164.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		164.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	6.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	158.000,00			
				Total Ação	388.000,00
0018.0541.0031.1036 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR ÁS MARGENS DO RIO PALMITAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				20.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			20.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	20.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				80.000,00
440000000000000000	Investimentos			80.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		80.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	80.000,00			
				Total Ação	100.000,00
0018.0541.0031.2108 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
300000000000000000	Despesas correntes				1.084.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			287.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		246.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	240.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		41.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	41.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			797.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		797.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	250.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	547.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
440000000000000000	Investimentos			50.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
				Total Ação	1.134.000,00
0018.0541.0031.2187 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DE SANEAMENTO BÁSICO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.300.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			2.300.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		2.300.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	250.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.050.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				917.000,00
440000000000000000	Investimentos			917.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		917.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	917.000,00			
				Total Ação	3.217.000,00
				Total Unidade	4.839.000,00
Unidade: 5 - Departamento de Zeladoria Municipal					
0018.0542.0031.1207 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				36.228.700,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.255.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.151.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.078.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	53.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	20.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		104.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	104.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			34.973.700,00	
337100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		5.950.000,00		
337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	5.950.000,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		29.023.700,00		
339030000000000000	Material de consumo	133.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	28.890.700,00			
400000000000000000	Despesas de capital				401.000,00
440000000000000000	Investimentos			401.000,00	
447100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		5.000,00		
447170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	5.000,00			
449000000000000000	Aplicações diretas		396.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	200.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	196.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
				Total Ação	36.629.700,00
0018.0542.0031.2107 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS					

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				3.894.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			3.894.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		3.894.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.894.000,00			
				Total Ação	3.894.000,00
				Total Unidade	40.523.700,00
Unidade: 6 - Departamento de Programas e Projetos					
0018.0541.0031.2106 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				455.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			300.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		291.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	248.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	38.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		9.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	9.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			155.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		155.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	150.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
440000000000000000	Investimentos			50.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
				Total Ação	505.000,00
				Total Unidade	505.000,00
Unidade: 7 - Departamento Executivo					
0018.0541.0031.2101 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.059.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			926.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		875.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	779.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	91.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		51.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	51.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			133.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		133.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	45.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	8.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	70.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				50.000,00
440000000000000000	Investimentos			50.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	30.000,00			
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	20.000,00			
				Total Ação	1.109.000,00
				Total Unidade	1.109.000,00

MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
				Total Órgão	48.789.700,00
Órgão: 21 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho					
Unidade: 1 - Departamento de Indústria					
0022.0661.0028.2111 - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO A INDUSTRIA NO MUNICÍPIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				2.019.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.718.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.615.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.429.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	176.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		103.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	103.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			301.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		301.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	29.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	139.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	123.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	2.029.000,00
0022.0661.0028.2113 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL TECNOLÓGICA DE COLOMBO - CITCOL.					

Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				50.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			50.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	50.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				120.000,00
440000000000000000	Investimentos			120.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		120.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	120.000,00			
				Total Ação	170.000,00
0022.0661.0028.2129 - APOIO À INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO MUNICÍPIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				10.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			10.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				20.000,00
440000000000000000	Investimentos			20.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
449051000000000000	Obras e instalações	20.000,00			
				Total Ação	30.000,00
				Total Unidade	2.229.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Comércio e Serviços					
0023.0691.0028.2121 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE COMERCIO E SERVIÇOS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				614.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			517.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		500.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	400.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
319013000000000000	Contribuições patronais	98.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		17.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	17.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			97.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		97.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	18.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	67.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	10.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	624.000,00
				Total Unidade	624.000,00
Unidade: 3 - Departamento de Trabalho					
0011.0334.0028.2167 - SERVIÇOS DE FOMENTO PARA O MERCADO DE TRABALHO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.610.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.521.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.297.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.278.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	13.500,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.500,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		224.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	224.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			89.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		89.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	8.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	73.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	6.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				8.000,00
440000000000000000	Investimentos			8.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		8.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	8.000,00			
				Total Ação	1.618.000,00
				Total Unidade	1.618.000,00
				Total Órgão	4.471.000,00
Órgão: 22 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					
Unidade: 1 - Departamento de Esportes					
0027.0812.0023.1034 - CONSTRUÇÃO , READEQUAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS A PRATICA DE ESPORTE LAZER					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				25.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			25.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		25.000,00		
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	25.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				445.000,00
440000000000000000	Investimentos			445.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		445.000,00		

4490510000000000000	Obras e instalações	445.000,00			
				Total Ação	470.000,00
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
0027.0812.0023.2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				4.278.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.104.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		2.047.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.730.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	297.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	20.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		57.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	57.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			2.174.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		2.174.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	600.000,00			
3390310000000000000	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	110.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	124.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.030.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	10.000,00			
3390480000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	300.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
4400000000000000000	Investimentos			30.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	4.308.000,00
				Total Unidade	4.778.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Recreação e Lazer					
0027.0813.0023.2163 - MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE RECREAÇÃO E LAZER					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				578.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			492.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		490.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	395.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	90.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		2.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	2.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			86.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		86.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	45.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	41.000,00			
				Total Ação	578.000,00
				Total Unidade	578.000,00
				Total Órgão	5.356.000,00
Órgão: 23 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial					
Unidade: 1 - Departamento de Cultura					
0013.0392.0022.2159 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E AÇÕES CULTURAIS					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				3.408.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			2.057.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.932.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.717.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	185.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	30.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		125.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	125.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			1.351.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		1.351.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	151.000,00			
3390310000000000000	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	10.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	176.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	980.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	24.000,00			
3390480000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	10.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				92.000,00
4400000000000000000	Investimentos			92.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		92.000,00		
4490510000000000000	Obras e instalações	42.000,00			
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
				Total Ação	3.500.000,00
				Total Unidade	3.500.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Igualdade Racial					
0014.0422.0007.2162 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA A IGUALDADE RACIAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				280.000,00

3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			210.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		201.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	180.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	19.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		9.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	9.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			70.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		70.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	30.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	20.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	20.000,00			
				Total Ação	280.000,00
				Total Unidade	280.000,00
				Total Órgão	3.780.000,00
Órgão: 24 - Secretaria Municipal da Juventude					
Unidade: 1 - Departamento Executivo					
0014.0422.0039.2161 - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				633.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			534.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		533.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	408.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	120.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			99.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		99.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	13.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	34.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	50.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				13.000,00
4400000000000000000	Investimentos			13.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		13.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	13.000,00			
				Total Ação	646.000,00
				Total Unidade	646.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Políticas Públicas da Juventude					
0014.0422.0039.2122 - PASSE ESCOLAR					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				338.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			338.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		338.000,00		
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	338.000,00			
				Total Ação	338.000,00
0014.0422.0039.2123 - CURSINHO PRE-VESTIBULAR					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				70.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			70.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		70.000,00		
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	70.000,00			
				Total Ação	70.000,00
0014.0422.0039.2124 - PROGRAMAS E EVENTOS DESTINADOS A JUVENTUDE DO MUNICÍPIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				100.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			100.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		100.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	10.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	90.000,00			
				Total Ação	100.000,00
				Total Unidade	508.000,00
				Total Órgão	1.154.000,00
Órgão: 25 - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos					
Unidade: 1 - Diretoria Executiva					
0014.0422.0040.2178 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				530.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			375.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		372.500,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	340.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	30.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.500,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		2.500,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	2.500,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			155.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		155.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	16.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	34.000,00			

339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	103.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				26.000,00
440000000000000000	Investimentos			26.000,00	
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
449000000000000000	Aplicações diretas		26.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	26.000,00			
				Total Ação	556.000,00
				Total Unidade	556.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Direitos da Mulher					
0014.0422.0040.2174 - MANUTENÇÃO DE POLITICAS DE ATENÇÃO À MULHER					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				491.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			327.500,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		305.500,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	290.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	13.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.500,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		22.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	22.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			163.500,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		163.500,00		
339030000000000000	Material de consumo	25.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	6.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	130.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	501.000,00
				Total Unidade	501.000,00
Unidade: 3 - Departamento da Família					
0014.0422.0040.2179 - MANUTENÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FAMÍLIA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				315.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			217.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		214.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	190.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	21.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	3.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		3.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	3.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			98.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		98.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	6.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	80.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	325.000,00
				Total Unidade	325.000,00
Unidade: 4 - Departamento de Direitos Humanos					
0014.0422.0040.2155 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ÀS POLITICAS DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS					
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				769.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			492.500,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		461.500,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	430.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	27.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	4.500,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		31.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	31.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			276.500,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		276.500,00		
339030000000000000	Material de consumo	40.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	222.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	4.500,00			
400000000000000000	Despesas de capital				40.000,00
440000000000000000	Investimentos			40.000,00	

4490000000000000000	Aplicações diretas		40.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	40.000,00			
				Total Ação	809.000,00
				Total Unidade	809.000,00
				Total Órgão	2.191.000,00
Órgão: 26 - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública					
Unidade: 1 - Corregedoria da Guarda Municipal e Transito					
0006.0122.0013.2189 - ATIVIDADES DA CORREGEDORIA DA GUARDA MUNICIPAL E TRANSITO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				232.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			211.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		179.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	175.500,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	2.500,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		32.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	32.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			21.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		21.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	16.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
4400000000000000000	Investimentos			10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	242.000,00
				Total Unidade	242.000,00
Unidade: 2 - Superintendência da Ordem Pública					
0006.0182.0013.2175 - ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				350.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			238.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		237.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	183.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
3190130000000000000	Contribuições patronais	44.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			112.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		112.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	36.000,00			
3390320000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	44.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	26.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
4400000000000000000	Investimentos			10.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		10.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
				Total Ação	360.000,00
0006.0182.0013.2176 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS NO MUNICÍPIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				12.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			12.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		12.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	5.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	3.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				3.000,00
4400000000000000000	Investimentos			3.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		3.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	3.000,00			
				Total Ação	15.000,00
0006.0244.0013.2154 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PUBLICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				13.403.500,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			9.780.000,00	
3171000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		67.000,00		
3171700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	67.000,00			
3190000000000000000	Aplicações diretas		9.073.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	8.700.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	73.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	300.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		640.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	640.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			3.623.500,00	
3371000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		8.000,00		

337170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	8.000,00			
337200000000000000	Execução orçamentária delegada a consórcios públicos		37.500,00		
337239000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	37.500,00			
339000000000000000	Aplicações diretas		3.578.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	520.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	20.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.030.000,00			
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	8.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				93.000,00
440000000000000000	Investimentos			93.000,00	
447100000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio		3.500,00		
447170000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	3.500,00			
449000000000000000	Aplicações diretas		89.500,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	89.500,00			
				Total Ação	13.496.500,00
0014.0422.0007.2005 - SERVIÇOS DE ALISTAMENTO MILITAR E IDENTIFICAÇÃO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.046.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.030.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		883.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	877.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		147.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	147.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			16.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		16.000,00		
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	6.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	5.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
440000000000000000	Investimentos			30.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
449052000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	1.076.000,00
				Total Unidade	14.947.500,00
Unidade: 3 - Superintendência de Trânsito					
0004.0782.0014.2042 - MANUTENÇÃO DO POSTO AVANÇADO DO DETRAN/PR					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.868.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.844.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		1.693.000,00		
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.613.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	70.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		151.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	151.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			24.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		24.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	6.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	8.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	8.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	2.000,00			
				Total Ação	1.868.000,00
0015.0451.0014.2049 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE MOBILIDADE URBANA E ADMINISTRAÇÃO DO TRÂNSITO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				670.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			435.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		434.000,00		
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	350.000,00			
319013000000000000	Contribuições patronais	79.000,00			
319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00			
319100000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		1.000,00		
319113000000000000	Contribuições patronais	1.000,00			
330000000000000000	Outras despesas correntes			235.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		235.000,00		
339030000000000000	Material de consumo	111.000,00			
339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.000,00			
339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	120.000,00			
339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	3.000,00			
400000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
440000000000000000	Investimentos			30.000,00	
449000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		

4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	700.000,00
				Total Unidade	2.568.000,00
				Total Órgão	17.757.500,00
Órgão: 27 - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária					
Unidade: 1 - Departamento de Habitação					
0016.0482.0027.2044 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				1.540.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.358.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.321.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.103.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	208.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		37.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	37.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			182.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		182.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	22.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	71.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	86.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	3.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				110.000,00
4400000000000000000	Investimentos			110.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		110.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	10.000,00			
4490610000000000000	Aquisição de imóveis	100.000,00			
				Total Ação	1.650.000,00
				Total Unidade	1.650.000,00
				Total Órgão	1.650.000,00
Órgão: 28 - Secretaria Municipal de Turismo					
Unidade: 1 - Departamento de Turismo					
0023.0695.0029.1013 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA DESTINADA AO FOMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				50.000,00
3300000000000000000	Outras despesas correntes			50.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		50.000,00		
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	50.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				200.000,00
MUNICÍPIO DE COLOMBO					
Planejamento e Orçamento					
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)					
Entidade(s): Consolidado					
Ano LOA: 2026					
4400000000000000000	Investimentos			200.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
4490510000000000000	Obras e instalações	150.000,00			
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00			
				Total Ação	250.000,00
0023.0695.0029.2112 - MANTER E OPERACIONALIZAR AS AÇÕES DE FOMENTO AO TURISMO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
3000000000000000000	Despesas correntes				3.770.000,00
3100000000000000000	Pessoal e encargos sociais			1.330.000,00	
3190000000000000000	Aplicações diretas		1.301.000,00		
3190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.064.000,00			
3190130000000000000	Contribuições patronais	187.000,00			
3190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	50.000,00			
3191000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		29.000,00		
3191130000000000000	Contribuições patronais	29.000,00			
3300000000000000000	Outras despesas correntes			2.440.000,00	
3390000000000000000	Aplicações diretas		2.440.000,00		
3390300000000000000	Material de consumo	82.000,00			
3390360000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	15.000,00			
3390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.328.000,00			
3390400000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	15.000,00			
4000000000000000000	Despesas de capital				30.000,00
4400000000000000000	Investimentos			30.000,00	
4490000000000000000	Aplicações diretas		30.000,00		
4490520000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00			
				Total Ação	3.800.000,00
				Total Unidade	4.050.000,00
				Total Órgão	4.050.000,00
				Total	1.073.211.823,94

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:47B1BE7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – ANEXO 2 –RECEITA SEGUNDO CATEGORIA ECONÔMICA

MUNICÍPIO DE COLOMBO
Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica
Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2026

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
100000000000000000	Receitas correntes			1.015.317.716,94
110000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria		234.941.700,00	
111000000000000000	Impostos		197.682.000,00	
111200000000000000	Impostos sobre o patrimônio		88.809.000,00	
111250000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana		73.708.000,00	
111250010000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	57.835.000,00		
111250010000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Restituições	(30.000,00)		
111250020000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	393.000,00		
111250030000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	10.328.000,00		
111250040000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	5.182.000,00		
111253000000000000	Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis		15.101.000,00	
111253010000000000	Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	15.146.000,00		
111253010000000000	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal - Restituições	(45.000,00)		
111300000000000000	Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza		48.624.000,00	
111303000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte		48.624.000,00	
111303100000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho		41.867.000,00	
111303110000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal		41.867.000,00	
111303110100000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - poder executivo	39.689.000,00		
111303110200000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - poder legislativo	2.178.000,00		
111303400000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos		6.757.000,00	
111303410000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal		6.757.000,00	
111303410100000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - poder executivo - principal		6.757.000,00	
111303410101000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - poder executivo	6.757.000,00		
111400000000000000	Impostos sobre a produção e circulação de mercadorias e serviços		60.249.000,00	
111451000000000000	Impostos sobre serviços		60.249.000,00	
111451100000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn		60.249.000,00	
111451110000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - principal	57.400.000,00		
111451110000000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal - Restituições	(10.000,00)		
111451120000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - multas e juros	833.000,00		
111451130000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - dívida ativa	1.372.000,00		
111451140000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - dívida ativa - multas e juros	654.000,00		
112000000000000000	Taxas		35.000.700,00	
112100000000000000	Taxas pelo exercício do poder de polícia		7.607.500,00	
112101000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização		4.786.500,00	
112101010000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal		3.738.500,00	
112101010100000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - OUTRAS - Principal	3.734.000,00		
112101010100000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal - Outras - Restituição	(500,00)		
112101010200000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - SIM/POA - Principal	5.000,00		
112101020000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros		81.000,00	
112101020100000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - OUTRAS - Multas e Juros	81.000,00		
112101030000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa		680.000,00	
112101030100000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - OUTRAS - Dívida Ativa	665.000,00		
112101030300000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - FUNREBOM - Dívida Ativa	15.000,00		
112101040000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros		287.000,00	
112101040100000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - OUTRAS - Dívida Ativa - Multas e Juros	287.000,00		
112150000000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária		2.821.000,00	
112150010000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - principal	2.220.000,00		
112150020000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	45.000,00		
112150030000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	385.000,00		
112150040000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa - multas e juros	171.000,00		
112200000000000000	Taxas pela prestação de serviços		27.393.200,00	
112201000000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral		349.700,00	
112201010000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral - principal		62.100,00	
112201010200000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - OUTRAS - Principal	100,00		
112201010300000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - TX. EXPEDIENTE - Principal	62.000,00		
112201020000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral - multas e juros		600,00	
112201020200000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - OUTRAS - Multas e Juros	100,00		
112201020300000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - TX. EXPEDIENTE - Multas e Juros	500,00		
112201030000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral - dívida ativa		84.000,00	
112201030200000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - OUTRAS - Dívida Ativa	59.000,00		
112201030300000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - TX. EXPEDIENTE - Dívida Ativa	25.000,00		
112201040000000000	Taxas pela prestação de serviços em geral - dívida ativa - multas e juros		203.000,00	
112201040200000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - OUTRAS - Dívida Ativa - Multas e Juros	115.000,00		
112201040300000000	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - TX. EXPEDIENTE - Dívida Ativa - Multas e Juros	88.000,00		
112253000000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.		27.043.500,00	
112253010000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - principal	26.702.000,00		
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Cat. Econômica**
112253010000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - principal	(500,00)		
112253020000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - multas e juros	175.000,00		
112253030000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - divida ativa	91.000,00		
112253040000000000	Taxa pela prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos - dívida ativa - multas e juros	76.000,00		
113000000000000000	Contribuição de melhoria		2.259.000,00	
113100000000000000	Contribuição de melhoria		2.259.000,00	
113153000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares		2.259.000,00	
113153010000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	2.000.000,00		
113153010000000000	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal - Restituições	(1.000,00)		
113153020000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - multas e juros	10.000,00		
113153030000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - dívida ativa	100.000,00		
113153040000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - dívida ativa - multas e juros	150.000,00		
120000000000000000	Contribuições		47.745.730,00	
121000000000000000	Contribuições sociais		33.387.730,00	
121500000000000000	Contribuições para regimes próprios de previdência e sistema de proteção social		33.387.730,00	
121501000000000000	Contribuição do servidor civil		33.387.730,00	
121501100000000000	Contribuição do servidor civil ativo		32.440.678,00	
121501110000000000	Contribuição do servidor civil ativo - principal		32.440.470,00	

121501110100000000	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Plano Financeiro	14.584.670,00		
121501110200000000	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Plano Previdenciário	17.855.800,00		
121501120000000000	Contribuição do servidor civil ativo - multas e juros		208,00	
121501120100000000	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Plano Financeiro	104,00		
121501120200000000	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Plano Previdenciário	104,00		
121501200000000000	Contribuição do servidor civil - inativo		930.570,00	
121501210000000000	Contribuição do servidor civil - inativo - principal		930.570,00	
121501210100000000	Contribuição do Servidor Civil - Inativo - Plano Financeiro	461.865,00		
121501210200000000	Contribuição do Servidor Civil - Inativo - Plano Previdenciário	468.705,00		
121501300000000000	Contribuição do servidor civil - pensionistas		16.066,00	
121501310000000000	Contribuição do servidor civil - pensionistas - principal		16.066,00	
121501310100000000	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Plano Financeiro	15.866,00		
121501310200000000	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Plano Previdenciário	200,00		
121501400000000000	Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil ativo		208,00	
121501410000000000	Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil ativo - principal		208,00	
121501410100000000	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Plano Financeiro	104,00		
121501410200000000	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Plano Previdenciário	104,00		
121501500000000000	Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil inativo		208,00	
121501510000000000	Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil inativo - principal		208,00	
121501510100000000	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Plano Financeiro	104,00		
121501510200000000	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Plano Previdenciário	104,00		
124000000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública		14.358.000,00	
124100000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública		14.358.000,00	
124150000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública		14.358.000,00	
124150010000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal		13.878.000,00	
124150010100000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - na Fatura de Energia Elétrica - Principal	12.579.000,00		
124150010200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Principal	1.300.000,00		
124150010200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Principal - Restituições	(1.000,00)		
124150020000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - multas e juros		10.000,00	
124150020200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Multas e Juros	10.000,00		
124150030000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - dívida ativa		289.000,00	
124150030200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Dívida Ativa	289.000,00		
124150040000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - dívida ativa - multas e juros		181.000,00	
124150040200000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - no Carnê do IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros	181.000,00		
130000000000000000	Receita patrimonial		56.501.848,30	
131000000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado		107.500,00	
131100000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado		107.500,00	
131101000000000000	Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, tarifas de ocupação		5.500,00	
131101100000000000	Aluguéis e arrendamentos		5.500,00	
131101110000000000	Aluguéis e arrendamentos - principal		5.500,00	
131101110100000000	Aluguel de Centros Esportivos - Principal	500,00		
131101110200000000	Aluguel do Pavilhão de Eventos - Principal	5.000,00		
131102000000000000	Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos		102.000,00	
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Cat. Econômica**
131102010000000000	Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos - principal	102.000,00		
132000000000000000	Valores mobiliários		56.394.348,30	
132100000000000000	Juros e correções monetárias		56.393.932,30	
132101000000000000	Remuneração de depósitos bancários		16.179.000,00	
132101010000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal		16.179.000,00	
132101010100000000	Remuneração de Depósitos Bancários - RECURSOS LIVRES	15.000.000,00		
132101010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários - RECURSOS VINCULADOS		1.179.000,00	
132101010215000000	Remuneração de Depósitos Bancários - c/27.113-6 (555) Fundo Municipal Meio Ambiente e Saneamento Básico	581.000,00		
132101010221000000	Remuneração de Depósitos Bancários - R. V. 17.780-6 (510) Tx. Insp. Controle e Fiscalização	467.000,00		
132101010222000000	Remuneração de Depósitos Bancários - R. V. 17.781-4 (511) Tx. Prestação de Serviços	131.000,00		
132104000000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS		40.214.932,30	
132104010000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal		40.214.932,30	
132104010100000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa		36.340.779,58	
132104010101000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RF 001 Admin	82.250,79		
132104010102000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RF 040 FF	111.012,92		
132104010103000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RF 551 FF	426.086,85		
132104010104000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RF 040 FP	34.338.834,21		
132104010105000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RF 551 FP	1.382.594,81		
132104010200000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Variável		6.500,00	
132104010202000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RV 040 FP	5.500,00		
132104010203000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RV - Art. 8º	1.000,00		
132104010300000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Fundo Imobiliário		1.000,00	
132104010303000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - RV - FI 11º	1.000,00		
132104010400000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Exterior		3.866.652,72	
132104010401000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Ext 040 FF	1.000,00		
132104010402000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Ext 040 FP	3.865.652,72		
132200000000000000	Dividendos		208,00	
132201000000000000	Dividendos		208,00	
132201010000000000	Dividendos - principal		208,00	
132201010100000000	Dividendos 040 FF	104,00		
132201010200000000	Dividendos 040 FP	104,00		
132300000000000000	Participações		208,00	
132301000000000000	Participações		208,00	
132301010000000000	Participações - principal		208,00	
132301010100000000	Participações 040 FF	104,00		
132301010200000000	Participações 040 FP	104,00		
160000000000000000	Receita de serviços		9.655.245,92	
161000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais		6.029.245,92	
161100000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais		6.029.245,92	
161101000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais prestados por entidades e órgãos públicos em geral		477.000,00	
161101010000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais prestados por entidades e órgãos públicos em geral - principal		477.000,00	
161101010100000000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Outros Serviços Administrativos - Processamento	477.000,00		
161102000000000000	Inscrição em concursos e processos seletivos		21.030,00	
161102010000000000	Inscrição em concursos e processos seletivos - principal	21.030,00		
161150000000000000	Serviços de administração previdenciária		5.531.215,92	

161150100000000000	Taxa de administração do RPPS		5.531.215,92	
161150110000000000	Taxa de administração do RPPS - principal	5.531.215,92		
163000000000000000	Serviços e atividades referentes à saúde		3.500.000,00	
163100000000000000	Serviços de atendimento à saúde		3.500.000,00	
163153000000000000	Serviços ambulatoriais		3.500.000,00	
163153010000000000	Serviços ambulatoriais - principal	3.500.000,00		
169000000000000000	Outros serviços		126.000,00	
169900000000000000	Outros serviços		126.000,00	
169999000000000000	Outros serviços		126.000,00	
169999010000000000	Outros serviços - principal		126.000,00	
169999010100000000	Outros Serviços - Preparação de Terra em propriedades particulares - Principal	126.000,00		
170000000000000000	Transferências correntes		625.693.200,00	
171000000000000000	Transferências da união e de suas entidades		241.491.200,00	
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Cat. Econômica**
171100000000000000	Transferências decorrentes de participação na receita da união		160.018.200,00	
171151000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - fpm		159.917.400,00	
171151100000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal		141.646.400,00	
171151110000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	177.058.000,00		
171151110000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	(35.411.600,00)		
171151200000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cotas extraordinárias		18.271.000,00	
171151210000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cotas extraordinárias - principal	18.271.000,00		
171152000000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural		100.800,00	
171152010000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	126.000,00		
171152010000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	(25.200,00)		
171200000000000000	Transferências das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais		3.548.000,00	
171251000000000000	Cota-parte da compensação financeira pela exploração de recursos minerais - cfem		343.000,00	
171251010000000000	Cota-parte da compensação financeira pela exploração de recursos minerais - cfem - principal	343.000,00		
171252000000000000	Cota-parte da compensação financeira pela produção de petróleo		3.205.000,00	
171252400000000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep		3.205.000,00	
171252410000000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	3.205.000,00		
171300000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS		46.188.000,00	
171350000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde		35.677.000,00	
171350100000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária		24.000.000,00	
171350110000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária - principal	24.000.000,00		
171350200000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção especializada		5.670.000,00	
171350210000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção especializada - principal	5.670.000,00		
171350300000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - vigilância em saúde		1.529.000,00	
171350310000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - vigilância em saúde - principal	1.529.000,00		
171350400000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - assistência farmacêutica		1.780.000,00	
171350410000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - assistência farmacêutica - principal	1.780.000,00		
171350500000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - gestão do SUS		41.000,00	
171350510000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - gestão do SUS - principal	41.000,00		
171350900000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - outros programas		2.657.000,00	
171350910000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - outros programas - principal		2.657.000,00	
171350910100000000	Complemento Piso Nacional da Enfermagem (1064)	2.657.000,00		
171399000000000000	Outras transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS		10.511.000,00	
171399010000000000	Outras transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal		10.511.000,00	
171399010100000000	Piso Agente Comunitário de Saúde (1051)	10.511.000,00		
171400000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde		19.662.000,00	
171450000000000000	Transferências do salário-educação		14.875.000,00	
171450100000000000	Transferências do salário-educação - principal	14.875.000,00		
171451000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde		10.000,00	
171451010000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde - principal	10.000,00		
171452000000000000	Transferências referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae		4.379.000,00	
171452010000000000	Transferências referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	4.379.000,00		
171453000000000000	Transferências referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate		398.000,00	
171453010000000000	Transferências referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	398.000,00		
171500000000000000	Transferências de recursos de complementação da união ao fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB		3.482.000,00	
171552000000000000	Transferências de recursos de complementação da união ao FUNDEB - vaar		3.482.000,00	
171552010000000000	Transferências de recursos de complementação da união ao FUNDEB - vaar - principal	3.482.000,00		
171600000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas		2.972.000,00	
171650000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas		2.972.000,00	
171650010000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal		2.972.000,00	
171650010100000000	Transferências de Recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	100.000,00		
171650010200000000	Transferências de Recursos do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	1.452.000,00		
171650010300000000	Transferências de Recursos do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial		840.000,00	
171650010301000000	Transferências de Recursos do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - Média Complexidade (SUAS) - (941)	420.000,00		
171650010302000000	Transferências de Recursos do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - Alta Complexidade (SUAS) - (941)	420.000,00		
171650010400000000	Transferências de Recursos dos Blocos de Gestão		580.000,00	
171650010401000000	Transferências de Recursos do IGD SUAS Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	20.000,00		
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Cat. Econômica**
171650010402000000	Transferências de Recursos do IGD Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015 (940)	560.000,00		
171900000000000000	Outras transferências de recursos da união e de suas entidades		5.621.000,00	
171957000000000000	Transferência especial da união		4.955.000,00	
171957010000000000	Transferência especial da união - principal		4.955.000,00	
171957010200000000	Emendas individuais impositivas - Transferência Especial da União - ASSIST. SOCIAL	400.000,00		
171957010300000000	Emendas de Bancada - Transferência Especial da União - SAÚDE	500.000,00		
171957010400000000	Emendas de Bancada - Transferência Especial da União - ASSIST. SOCIAL	50.000,00		
171957010500000000	Emendas individuais impositivas - com finalidade definida - SAÚDE	4.000.000,00		
171957010600000000	Emendas individuais impositivas - com finalidade definida - ASSIST. SOCIAL	5.000,00		

171958000000000000	Transferência obrigatória decorrente da lei complementar nº 176/2020		666.000,00	
171958010000000000	Transferência obrigatória decorrente da lei complementar nº 176/2020 - principal	666.000,00		
172000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades		168.399.000,00	
172100000000000000	Participação na receita dos estados e distrito federal		154.084.000,00	
172150000000000000	Cota-parte do ICMS		104.262.400,00	
172150010000000000	Cota-parte do ICMS - principal	130.328.000,00		
172150010000000000	Cota-parte do ICMS - principal	(26.065.600,00)		
172151000000000000	Cota-parte do IPVA		48.037.600,00	
172151010000000000	Cota-parte do IPVA - principal	60.047.000,00		
172151010000000000	Cota-parte do IPVA - principal	(12.009.400,00)		
172152000000000000	Cota-parte do IPI - municípios		1.464.000,00	
172152010000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	1.830.000,00		
172152010000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	(366.000,00)		
172153000000000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico		320.000,00	
172153010000000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	320.000,00		
172200000000000000	Transferências das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais		79.000,00	
172252000000000000	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção do petróleo		79.000,00	
172252010000000000	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção do petróleo - principal	79.000,00		
172300000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS		5.370.000,00	
172350000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS		5.370.000,00	
172350010000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal		5.370.000,00	
172350010100000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Incentivo Financeiro de Custeio APSUS (494) - Principal	500.000,00		
172350010300000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - PRÓ VIGIA A	200.000,00		
172350010400000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - SAMU Suporte Avançado	1.200.000,00		
172350010800000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Incentivo de Custeio para os Centros de Atenção Psicossocial CAPS (494) - Principal	250.000,00		
172350010900000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Qualificação do Acesso e Atendimento de Procedimentos MAC (494) - Principal	3.000.000,00		
172350011000000000	Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica/Custeio IOAF (494)	220.000,00		
172900000000000000	Outras transferências dos estados e distrito federal		8.866.000,00	
172951000000000000	Transferências de estados destinadas à assistência social		645.000,00	
172951010000000000	Transferências de estados destinadas à assistência social - principal		645.000,00	
172951010900000000	Piso Único da Assistência Social - PAS (Deliberação 059/2023 CEAS/PR)	525.000,00		
172951011100000000	Acolhimento Institucional de Mulheres em Situação de Violência - Deliberação 72/2023 (241)	120.000,00		
172999000000000000	Outras transferências dos estados e df		8.221.000,00	
172999010000000000	Outras transferências dos estados e df - principal		8.221.000,00	
172999010100000000	Outras Transferências dos Estados - Programa Estadual de Transporte Escolar Municípios - PETE/PR - Principal	5.576.000,00		
172999010600000000	Outras Transferências dos Estados - Contrato SANEPAR Repasse 2%	2.645.000,00		
175000000000000000	Transferências de outras instituições públicas		215.684.000,00	
175100000000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB		215.684.000,00	
175150000000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB		215.684.000,00	
175150010000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	215.684.000,00		
179000000000000000	Demais transferências correntes		119.000,00	
179100000000000000	Transferências de pessoas físicas		119.000,00	
179199000000000000	Outras transferências de pessoas físicas		119.000,00	
179199010000000000	Outras transferências de pessoas físicas - principal		119.000,00	
179199010100000000	Outras Transferências de Pessoas Físicas - FMDCA	119.000,00		
190000000000000000	Outras receitas correntes		40.779.992,72	
191000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais		285.500,00	
191100000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais		285.500,00	
191101000000000000	Multas previstas em legislação específica		124.500,00	
191101010000000000	Multas previstas em legislação específica - principal		44.500,00	
191101010200000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Diversos - Principal		44.000,00	
191101010201000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração de Tributos - Principal	44.000,00		
191101010300000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Vigilância em Saúde - Principal	500,00		
191101020000000000	Multas previstas em legislação específica - multas e juros		3.000,00	
191101020200000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Diversos - Multas e Juros	3.000,00		
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Cat. Econômica**
191101030000000000	Multas previstas em legislação específica - dívida ativa		50.000,00	
191101030200000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Diversos - Dívida Ativa	50.000,00		
191101040000000000	Multas previstas em legislação específica - dívida ativa - multas e juros		27.000,00	
191101040200000000	Multas Previstas em Legislação Específica - Auto de Infração Diversos - Dívida Ativa - Multas e Juros	27.000,00		
191106000000000000	Multas por danos ambientais		161.000,00	
191106100000000000	Multas administrativas por danos ambientais		161.000,00	
191106110000000000	Multas administrativas por danos ambientais - principal	91.000,00		
191106120000000000	Multas administrativas por danos ambientais - multas e juros	1.000,00		
191106130000000000	Multas administrativas por danos ambientais - dívida ativa	54.000,00		
191106140000000000	Multas administrativas por danos ambientais - dívida ativa - multas e juros	15.000,00		
192000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos		1.197.816,90	
192200000000000000	Restituições		3.816,90	
192299000000000000	Outras restituições		3.816,90	
192299010000000000	Outras restituições - principal		3.816,90	
192299019900000000	Restituições diversas - principal		3.816,90	
192299019901000000	Outras Restituições FF	518,00		
192299019902000000	Outras Restituições FP	3.298,90		
192300000000000000	Ressarcimentos		1.194.000,00	
192399000000000000	Outros ressarcimentos		1.194.000,00	
192399010000000000	Outros ressarcimentos - principal		1.194.000,00	
192399010100000000	Outros ressarcimentos - Ressarcimentos Diversos	1.194.000,00		
199000000000000000	Demais receitas correntes		39.296.675,82	
199900000000000000	Outras receitas correntes		39.296.675,82	
199901000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do regimes próprios de previdência e sistema de proteção social		34.360.675,82	
199901010000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do regimes próprios de previdência e sistema de proteção social - principal	34.360.675,82		
199903000000000000	Compensações financeiras entre os regimes de previdência		3.432.000,00	

199903010000000000	Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência e sistema de proteção social - principal		3.432.000,00	
199903010100000000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o RPPS 551 FF	338.000,00		
199903010200000000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o RPPS 551 FP	3.094.000,00		
199912000000000000	Encargos legais pela inscrição em dívida ativa e receitas de ônus de sucumbência		1.073.000,00	
199912200000000000	Ônus de sucumbência		1.073.000,00	
199912210000000000	Ônus de sucumbência - principal	636.000,00		
199912220000000000	Ônus de sucumbência - multas e juros	437.000,00		
199999000000000000	Outras receitas		431.000,00	
199999200000000000	Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias		431.000,00	
199999210000000000	Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias - principal		431.000,00	
199999210100000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Diversas- Principal	240.000,00		
199999210200000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Festas e Outros Eventos Municipais - Principal	50.000,00		
199999210400000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Programa de Incentivo a Piscicultura - Principal	6.000,00		
199999210700000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Receita FIA Pessoa Jurídica - Principal	31.000,00		
199999210900000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Programa Incentivo Fruticultura e Viticultura - Principal	74.000,00		
199999211000000000	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Receita Fundo do Idoso.	30.000,00		
200000000000000000	Receitas de capital			21.965.000,00
210000000000000000	Operações de crédito		20.000.000,00	
211000000000000000	Operações de crédito - mercado interno		20.000.000,00	
211900000000000000	Outras operações de crédito - mercado interno		20.000.000,00	
211999000000000000	Outras operações de crédito - mercado interno		20.000.000,00	
211999010000000000	Outras operações de crédito - mercado interno - principal		20.000.000,00	
211999010100000000	Outras operações de crédito - mercado interno - Obras de Infraestrutura Viária	20.000.000,00		
240000000000000000	Transferências de capital		1.965.000,00	
241000000000000000	Transferências da união e de suas entidades		150.000,00	
241100000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS		150.000,00	
241150000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - fundo a fundo - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde		150.000,00	
241150100000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária		50.000,00	
241150110000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária - principal	50.000,00		
241150200000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção especializada		50.000,00	
241150210000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção especializada - principal	50.000,00		
241150300000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - vigilância em saúde		50.000,00	
241150310000000000	Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - vigilância em saúde - principal	50.000,00		
242000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades		1.815.000,00	
242100000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - sus dos estados e df		1.815.000,00	
242150000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS		1.815.000,00	
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Cat. Econômica**
242150010000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal		1.815.000,00	
242150010100000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - (518) Principal	1.815.000,00		
700000000000000000	Receitas correntes			35.929.107,00
720000000000000000	Contribuições		35.929.107,00	
721000000000000000	Contribuições sociais		35.929.107,00	
721500000000000000	Contribuições para regimes próprios de previdência e sistema de proteção social		35.929.107,00	
721502000000000000	Contribuição patronal - servidor civil		35.929.107,00	
721502100000000000	Contribuição patronal - servidor civil ativo		35.928.899,00	
721502110000000000	Contribuição patronal - servidor civil ativo - principal		35.928.795,00	
721502110100000000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Plano Financeiro	18.076.162,00		
721502110200000000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Plano Previdenciário	17.852.633,00		
721502120000000000	Contribuição patronal - servidor civil ativo - multas e juros		104,00	
721502120100000000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Plano Financeiro	103,00		
721502120200000000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas e Juros - Plano Previdenciário	1,00		
721502200000000000	Contribuição patronal oriunda de sentenças judiciais - patronal - servidor civil ativo		208,00	
721502210000000000	Contribuição patronal oriunda de sentenças judiciais - patronal - servidor civil ativo - principal		208,00	
721502210100000000	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Plano Financeiro	104,00		
721502210200000000	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Plano Previdenciário	104,00		
			Total	**1.073.211.823,94**
Nota Explicativa:				

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:F9B1195D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONTABILIDADE PMCV
DECRETO 8870

DECRETO N.º 8870/2025, de 04 de novembro de 2025

Abre Crédito Adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 3412/2024, de 21 de novembro de 2024

DECRETA

Art. 1º) – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **16.690,68 (dezesseis mil seiscentos e noventa reais e sessenta e oito centavos**), conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1000	Secretaria Municipal de Assistência Social		
1001	Departamento de Assistência Social		
1001.08.241.0021.2.212	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DA PESSOA IDOSA		
3.3.90.39 (2955)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2001-EA	16.690,68
TOTAL			16.690,68

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:

I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências Fundo a Fundo do Governo Estadual, através do Fundo Estadual de Assistência Social – SEJUF/FEAS – Deliberação 055/2024-CEAS/PR, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
SEJUF/FEAS-ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	SEJUF/ FEAS	2001	16.690.68
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO			16.690,68

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2025

ANDERSON MANIQUE BARRETO

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ademir Antonio Aziliero
Código Identificador:F1FFD8A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22760/2025

DECRETO Nº 22760/2025

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 1.641.300,00 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná,

no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 6º, parágrafo

III, da Lei 2813/2024 – LOA.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 1.641.300,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e um mil e trezentos reais) de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0003.2001	ATIVIDADES DO GABINETE E ASSESSORIAS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
80	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	4.000,00
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.004	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
26.782.0003.2005	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE TURISMO	
04.001	DEPTO DE FOMENTO, TURISMO, DESENV CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO, EMPREGO E RENDA	
19.126.0004.2007	ATIVIDADES DA SEC DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO TECNOL E TURISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
690	00000-Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
19.126.0004.2006	FUNDO DE APOIO A INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - FAITEC	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS	
20.606.0005.2018	ATIV DA SEC DE AGRIC, PECUÁRIA, MEIO AMB E REC HIDRICOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
05.002	DEPARTAMENTO DE AGRO-INDÚSTRIA E INSPEÇÃO SANITÁRIA	
20.608.0005.2023	ATIVIDADES DO DEPTO DE AGROINDUSTRIAS E INSPEÇÃO SANITÁRIA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	375.000,00
06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2025	ATIVIDADES DOS SETORES INTERNOS DA ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.01.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	
1700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
06.002	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
04.121.0003.2026	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E RECEITA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2030	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	53.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0006.2035	EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2780	00101-FUNDEB 60%	160.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2790	00101-FUNDEB 60%	38.000,00
07.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0013.2040	ATIVIDADES DO DEPTO DE CULTURA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

3610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
07.003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
27.812.0009.2042	ATIVIDADES DO DEPTO DE ESPORTES E LAZER	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	509.300,00
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0016.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
	SUBTOTAL	150.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.122.0010.2061	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
08.244.0010.2080	GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
5480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	160.000,00
12	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
12.001	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
16.482.0014.2071	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
	SUBTOTAL	90.000,00
	TOTAL	1.641.300,00

Art. 2º Os recursos necessários à cobertura do presente crédito decorrerão do cancelamento parcial das dotações abaixo especificadas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0003.2025	ATIVIDADES DOS SETORES INTERNOS DA ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	243.300,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
06.002	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
28.843.0001.2027	DÍVIDA INTERNA E PRECATÓRIOS	
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
2100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00
	SUBTOTAL	793.300,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2330	00101-FUNDEB 60%	198.000,00
	SUBTOTAL	198.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
4070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00
	SUBTOTAL	90.000,00
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0016.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4890	00000-Recursos Ordinários (Livres)	560.000,00
	SUBTOTAL	560.000,00
	TOTAL	1.641.300,00

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 23 de outubro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, 64º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO

Prefeito

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:4F66C6FA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 22761/2025

DECRETO Nº 22761/2025

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 7.112.141,82 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos/PR, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 7.112.141,82 (sete milhões, duzentos e doze mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos) proveniente dos excessos de arrecadação abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE TURISMO	
04.001	DEPTO DE FOMENTO, TURISMO, DESENV CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO, EMPREGO E RENDA	
19.126.0004.2006	FUNDO DE APOIO A INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - FAITEC	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	68.000,00
19.126.0004.2007	ATIVIDADES DA SEC DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO TECNOL E TURISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
04.002	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
23.334.0004.2011	PARQUE DE EXPOSIÇÕES	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	113.000,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS	
20.606.0005.2018	ATIV DA SEC DE AGRIC, PECUÁRIA, MEIO AMB E REC HIDRICOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
	SUBTOTAL	7.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.306.0006.2033	MERENDA ESCOLAR	

3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
12.782.0006.2034	TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
3380	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	200.000,00
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
2620	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.300.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2682	00157-FNDE/FORM MATR TEMPO INTEGRAL	343.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2754	00154-FNDE/PROGRAMA ESCOLA TEMPO INTEGRAL-RESOLUÇÃO 18/2023	4.200,00
2755	00157-FNDE/FORM MATR TEMPO INTEGRAL	30.000,00
	SUBTOTAL	2.077.200,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3910	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.000.000,00
10.304.0007.2048	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4430	01132-Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	200.000,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3940	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	300.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4051	01273-EMENDA INDIVIDUAL 20380010 - FLÁVIO ARNS	1.134,00
4052	01274-EMENDA INDIVIDUAL 18670015 - LUIZ CARLOS HAULY	232,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4169	01273-EMENDA INDIVIDUAL 20380010 - FLÁVIO ARNS	200,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
4184	01275-EMENDA INDIVIDUAL 45420002 NEWTON BONIN	14.947,62
	SUBTOTAL	3.516.513,62
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INTERIOR	
26.782.0008.1051	ESTRADAS RURAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	37.000,00
26.782.0008.1050	PONTES E BUEIROS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4684	00501-Receitas de Alienações de Ativos	72.100,00
26.782.0008.1051	ESTRADAS RURAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4728	00501-Receitas de Alienações de Ativos	142.533,12
4727	01252-CONVÊNIO 955850/2024 MAPA-ESTRADAS VICINAIS	1.124.795,08
	SUBTOTAL	1.376.428,20
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0010.2064	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5650	00000-Recursos Ordinários (Livres)	22.000,00
	SUBTOTAL	22.000,00
	TOTAL	7.112.141,82

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, 64º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO

Prefeito

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8DA6117D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 157/2025

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 157/2025

Ata de Registro de Preços	005/2025 - Pregão Eletrônico nº 90105/2025.
Empresa	Vigbeltrao Seguranca Privada Ltda – CNPJ n° 54.773.566/0001-85.

Ata de Registro de Preços	006/2025 - Pregão Eletrônico nº 90099/2025.
Empresa	CS Producões Ltda - CNPJ: 16.703.247/0001-04

Ata de Registro de Preços	009/2025 - Pregão Eletrônico nº 90105/2025.
Empresa	Marco A Dias Teixeira Eventos – CNPJ n°16.651.256/0001-07.

Ata de Registro de Preços	010/2025 - Pregão Eletrônico nº 90099/2025.
Empresa	Miorando Eventos Ltda – CNPJ n° 03.969.016/0001-03.

Ata de Registro de Preços	011/2025 - Pregão Eletrônico nº 90099/2025.
Empresa	N. F. Eventos Ltda – CNPJ n° 14.904.894/0001-59.

Ata de Registro de Preços	012/2025 - Pregão Eletrônico nº 90099/2025.
Empresa	V M F Teixeira Eventos – CNPJ n° 48.418.890/0001-82.

Contrato	582/2025 – Pregão Eletrônico nº 90078/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	P H P De Freitas Rodrigues - CNPJ nº 38.261.300/0001-05.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos. Com itens de ampla concorrência, com cotas reservadas e exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 11.760,00 (onze mil, setecentos e sessenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	22 de outubro de 2025.

Contrato	613/2025 – Concorrência nº 90009/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Equiplano Sistemas Ltda - CNPJ/MF nº 76.030.717/0001-48.
Objeto	Contratação de serviços de licenciamento de softwares, com vários módulos para execução das atividades da administração pública municipal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 674.207,48 (seiscentos e setenta e quatro mil, duzentos e sete reais e quarenta e oito centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	11 de novembro de 2025.

Contrato	625/2025 – Dispensa de Licitação nº 90027/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Miorando Eventos Ltda - CNPJ nº 03.969.016/0001-03.
Objeto	Locação de estrutura para atender as necessidades da administração na Expovizinhos 2025, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Prazo de Vigência	90 (noventa) dias.
Data de Assinatura	17 de novembro de 2025.

Contrato	626/2025 – Dispensa de Licitação nº 90028/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	P. I. Mallmann & Cia Ltda - CNPJ nº 03.427.621/0001-44.
Objeto	Locação de estrutura para atender as necessidades da administração na Expovizinhos 2025, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Valor	R$ 134.880,00 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais).
Prazo de Vigência	90 (noventa) dias.
Data de Assinatura	17 de novembro de 2025.

Termo de Rescisão 004/2025	Contrato nº 350/2025 – Dispensa de Licitação nº 90012/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Equiplano Sistemas Ltda - CNPJ nº 76.030.717/0001-48.
Objeto	1 - Fica para todos os efeitos legais "rescindido amigavelmente" o Contrato n.º 350/2025, de comum acordo, não restando obrigações para ambas as partes, conforme solicitação da empresa anexado ao Proc. Administrativo n° 1.590/2025 – 1Doc 2 - A presente rescisão não gera à CONTRATADA, qualquer direito à indenização, por perdas e danos ou a outro título, quer na esfera judicial ou extrajudicial, em qualquer tempo. 3 – A rescisão de que trata este instrumento, terá vigência a partir do dia 16 de novembro de 2025. 4 – Fica estabelecida que a presente rescisão se dará sem ônus para ambos, ou seja, sem ônus de multa, indenização material, moral, bem como qualquer tipo de indenização, para as partes contratantes.
Data de Assinatura	10 de novembro de 2025.

Dois Vizinhos, 18 de novembro de 2025.

LUIS CARLOS TURATTO

Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:823A69D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 446/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES **

Estado do Paraná

Exercício: 2025

Decreto nº 446/2025 de 17/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 37/2024 de 26/11/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 383.048,15 (trezentos e oitenta e três mil e quarenta e oito reais e quinze centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.007.		Manutenção do Departamento de Administração	
54 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
55 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	85.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.035.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	

199 - 3.3.90.30.00.00	934	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.244.0009.2.037.		Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
249 - 3.3.90.30.00.00	934	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
08.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.003.08.243.0009.6.002.		Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	
778 - 3.3.90.30.00.00	1880	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0006.2.026.		Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental	
404 - 3.3.90.33.00.00	01103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	85.000,00
405 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	74.000,00
407 - 3.3.90.33.00.00	11013	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
511 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.048,15
Total Suplementação:			**383.048,15**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.3.03.11.01.00000000	Fonte: 1001	41.000,00
Receita:1.1.1.3.03.41.01.01000000	Fonte: 1001	25.000,00
Receita:1.1.1.4.51.11.00.00000000	Fonte: 1001	26.000,00
Receita:1.1.1.9.99.04.01.00000000	Fonte: 1001	4.000,00
Receita:1.3.2.1.01.01.01.00000000	Fonte: 934	5.000,00
Receita:1.3.2.1.01.01.01.00000000	Fonte: 1001	3.000,00
Receita:1.3.2.1.01.01.01.00000000	Fonte: 1028	3.000,00
Receita:1.3.2.1.01.01.01.00000000	Fonte: 1880	6.000,00
Receita:1.3.2.1.01.01.01.00000000	Fonte: 11013	5.000,00
Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000	Fonte: 1001	85.000,00
Receita:1.7.1.1.51.21.00.00000000	Fonte: 1001	2.503,53
Receita:1.7.1.1.52.01.00.00000000	Fonte: 1001	60.000,00
Receita:1.7.1.6.50.01.00.00000000	Fonte: 934	10.000,00
Receita:1.7.1.9.58.01.00.00000000	Fonte: 1001	9.053,85
Receita:1.7.2.9.99.01.01.00000000	Fonte: 1001	95.000,00
Receita:1.9.2.2.99.01.03.00000000	Fonte: 1001	1.422,52
Receita:1.9.2.2.99.01.99.01000000	Fonte: 1001	1.201,74
Receita:1.9.2.3.99.01.01.00000000	Fonte: 1001	866,51
Total da Receita:		**383.048,15**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador
ABEL DE MOURA E COSTA	
Controle Interno	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7F7356F6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 447/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto nº 447/2025 de 17/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 37/2024 de 26/11/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 33.300,00 (trinta e três mil trezentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.094.		AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023	
623 - 4.4.90.52.00.00	3000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	33.300,00
Total Suplementação:			**33.300,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
03.001.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA JURÍDICA	
03.001.02.092.0001.2.003.		Manutenção da Assessoria Jurídica	
643 - 3.1.90.11.00.00	3000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	33.300,00
Total Redução:			**33.300,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR

Prefeito Municipal

ELIAS ANDERSON STRAUBE

Contador

ABEL DE MOURA E COSTA

Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:2F654A0C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 448/2025 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Exercício: 2025

Decreto nº 448/2025 de 17/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 37/2024 de 26/11/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 56.900,00 (cinqüenta e seis mil novecentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
18.000.00.000.0000.0.000.		SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
18.001.00.000.0000.0.000.		SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
18.001.17.512.0028.2.100.		Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água	
4 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.900,00
18.000.00.000.0000.0.000.		SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
18.001.00.000.0000.0.000.		SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
18.001.17.512.0028.2.100.		Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água	
9 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.600,00
18.000.00.000.0000.0.000.		SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
18.001.00.000.0000.0.000.		SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
18.001.17.512.0028.2.100.		Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água	
10 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.400,00
18.000.00.000.0000.0.000.		SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
18.001.00.000.0000.0.000.		SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE	
18.001.17.512.0028.2.100.		Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água	
11 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	33.000,00
Total Suplementação:			**56.900,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.6.1.1.01.01.00.00000000	Fonte: 1001	56.900,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOUTOR ULYSSES , Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR

Prefeito Municipal

ELIAS ANDERSON STRAUBE

Contador

ABEL DE MOURA E COSTA

Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:EB520E1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

RH
EDITAL DE CHAMAMENTO 02/2025 ALDIR BLANC

EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS (APOIO DIRETO A PROJETOS)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

FLOR DA SERRA DO SUL- PARANÁ

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do estado do Paraná.

Deste modo, oDepartamento de Cultura de Flor da serra do Sultorna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do edital

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais de Flor da serra do Sul -PR.

Quantidade de projetos selecionados

Será selecionado **1 projeto**

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital

Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.

O presente edital possui valor total de **R$ 51.146,00** (**Cinquenta e um mil, cento e quarenta e seis reais.**)

Parágrafo único: Os rendimentos financeiros obtidos pela conta do Município, referentes aos recursos deste edital, até a data do pagamento ao proponente, serão devidamente ajustados e pagos juntamente com o valor principal aprovado no projeto.

Sobre o valor total repassado pelo município de Flor da serra do Sul ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição

Das 8:00 horas do dia **20/11/2025** até às 17:00 horas do dia **25/11/2025**.

Quem pode participar

Poderá inscrever-se no Edital qualquer agente cultural que atue e comprove residência mínima de 1 ano na macrorregião sudoeste do estado do Paraná.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

2.6 Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.

Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo**1 (um)** projeto e poderá ser contemplado com no máximo1 (um projeto).

ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais

Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos

Resultado- O resultado dos projetos aprovados será divulgado dia **26/11/2025.**

Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação (caso for necessário)

Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio de física ou email: cultura@fssul.pr.gov.br a seguinte documentação obrigatória:

a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);

b) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;

c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG

d) Comprovante de Residência

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

COTAS

Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas no edital para:

pessoas negras (pretas e pardas);

pessoas indígenas;

pessoas com deficiência.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.

Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.

A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

Concorrência concomitante

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos

As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,

II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;

III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e

IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.

As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

Preenchimento do modelo

O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.

O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Departamento de Cultura de Flor da serra do Sul - PR de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto

Os projetos apresentados deverão ser executados nas seguintes datas:

2ª ExpoFlorem Flor da Serra do Sulacontecerá de19 a 21 de dezembro de 2025

Custos do projeto

O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.

Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

Recursos de acessibilidade

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

São medidas de acessibilidade:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

ETAPA DE SELEÇÃO

Quem analisa os projetos

Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.

Farão parte desta comissão: Servidores da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:

I - tiverem interesse direto na matéria;

II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;

III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural

Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.

Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.

Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária

Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.

Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Flor da serra do Sul.

Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissão que deve ser apresentado por meio de recurso escrito através do email: cultura@fssul.pr.gov.br, no prazo de3 dias úteis, conforme inciso III do Art. 9º da Lei Nº 14.903/2024 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado nosite do Município: https://fssul.pr.gov.br/.

REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria de maior pontuação geral.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO

Documentos necessários

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de5 dias após a publicação do resultado final de seleção, por e-mail os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:

I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;

III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;

IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou

III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:

I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Divida Ativa da União;

VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;

VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**

I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;

II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, em nome do representante do grupo

IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;

V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referencia expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração publica.

Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação

Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Comissão que deve ser apresentado por meio de recurso escrito através do e-mail: cultura@fssul.pr.gov.br no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nosite do Município: https://fssul.pr.gov.br.

Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e peloDepartamento de Cultura de Flor da serra do Sul - PR contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Renascença, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.

O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Monitoramento e avaliação realizados pelo Departamento de Cultura.

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao Departamento de Cultura.

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V deste edital.

O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até15/02/2026.

O Relatório de Execução Financeira será exigido somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site**http://fssul.pr.gov.br/**

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos as publicaçõesno site oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo 46 35651132.

Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria de Cultura Esporte e Turismo de Flor da serra do Sul -PR.

Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 6 meses após a publicação do resultado final.

Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias;

Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;

Anexo III - Critérios de seleção;

Anexo IV - Termo de Execução Cultural;

Anexo V - Relatório de Execução do Objeto;

Anexo VI - Declaração étnico-racial.

ANEXO I – CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de de **R$ 51.146,00** (**Cinquenta e um mil, cento e quarenta e seis reais.**)

distribuídos da seguinte forma:

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

Categoria 01 – Apresentação Artística Musical

Realização de apresentação musical ao vivo durante a 2ª ExpoFlor, com criação, produção e execução de espetáculo artístico que una música, performance e elementos cênicos, destacando a riqueza e a diversidade da cultura regional.

A proposta busca valorizar artistas nacionais e regionais, promovendo a integração entre público e músicos, e fortalecendo o setor artístico-musical como instrumento de identidade e desenvolvimento cultural.

O projeto visa ainda potencializar a divulgação da 2ª ExpoFlor, ampliando sua visibilidade e reconhecimento em âmbito local, regional e nacional, por meio da promoção da música como expressão viva da cultura e tradição.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES:

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA 01	1				1	R$ 51.146,00	R$ 51.146,00

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

DADOS DO AGENTE CULTURAL

Nome Completo:

Nome artístico ou nome social (se houver):

CPF:

CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):

RG:

Data de nascimento:

E-mail:

Telefone:

Endereço completo:

CEP:

Cidade:

Estado:

Mini Currículo ou Mini portfólio: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

Pertence a alguma comunidade tradicional?

( ) Não pertenço a comunidade tradicional

( ) Comunidades Extrativistas

( ) Comunidades Ribeirinhas

( ) Comunidades Rurais

( ) Indígenas

( ) Povos Ciganos

( ) Pescadores(as) Artesanais

( ) Povos de Terreiro

( ) Quilombolas

( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:

( ) Mulher cisgênero

( ) Homem cisgênero

( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero

( ) Pessoa Não Binária

( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:

( ) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Indígena

( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?

( ) Sim

( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?

( ) Auditiva

( ) Física

( ) Intelectual

( ) Múltipla

( ) Visual

( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?

( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Curso Técnico Completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação Completo

( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)

( ) Nenhuma renda.

( ) Até 1 salário mínimo

( ) De 1 a 3 salários mínimos

( ) De 3 a 5 salários mínimos

( ) De 5 a 8 salários mínimos

( ) De 8 a 10 salários mínimos

( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?

( ) Não

( ) Bolsa família

( ) Benefício de Prestação Continuada

( ) Outro, indicar qual

Vai concorrer às cotas ?

( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?

( ) Pessoa negra

( ) Pessoa indígena

( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?

( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.

( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.

( ) Curador(a), Programador(a) e afins.

( ) Produtor(a)

( ) Gestor(a)

( ) Técnico(a)

( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.

( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?

( ) Não

( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":

Nome do coletivo:

Ano de Criação:

Quantas pessoas fazem parte do coletivo?

Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL

Razão Social:

Nome fantasia:

CNPJ:

Endereço da sede:

Cidade:

Estado:

Número de representantes legais:

Nome do representante legal:

CPF do representante legal:

E-mail do representante legal:

Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal

( ) Mulher cisgênero

( ) Homem cisgênero

( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero

( ) Não Binária

( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal

( ) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Amarela

( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?

( ) Sim

( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?

( ) Auditiva

( ) Física

( ) Intelectual

( ) Múltipla

( ) Visual

( ) Outra, indicar qual

Escolaridade do representante legal

( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Curso Técnico completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação completo

( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?

Pessoas vítimas de violência

Pessoas em situação de pobreza

Pessoas em situação de rua (moradores de rua)

Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)

Pessoas com deficiência

Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico

Mulheres

LGBTQIAPN+

Povos e comunidades tradicionais

Negros e/ou negras

Ciganos

Indígenas

Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos

Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;

( ) piso tátil;

( ) rampas;

( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;

( ) corrimãos e guarda-corpos;

( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;

( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;

( ) assentos para pessoas obesas;

( ) iluminação adequada;

( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;

( ) o sistema Braille;

( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;

( ) a audiodescrição;

( ) as legendas;

( ) a linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela; e

( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;

( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e

( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:

Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros

( )Apoio financeiro municipal

( )Apoio financeiro estadual

( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal

( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual

( )Recursos de Lei de Incentivo Federal

( )Patrocínio privado direto

( ) Patrocínio de instituição internacional

( ) Doações de Pessoas Físicas

( )Doações de Empresas

( ) Cobrança de ingressos

( )Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:

• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;

• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;

• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;

• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Município.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		70

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**

H	Agentes culturais do gênero feminino	5
I	Agentes culturais negros e indígenas	5
J	Agentes culturais com deficiência	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		15 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
L	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		15 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura seráPOR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO.

Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.

Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, respectivamente.

Serão desclassificados os projetos que:

I - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2025 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2025 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE XXXXXXXX - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº _____com sede no endereço _____neste ato representado pela Secretaria de Cultura, Senhor(a) XXXXXXXXXXX e o(a), portador(a) do RG nº _____ CPF nº ----------_____, residente: -_____, CEP: _____, telefones: _____, e o(a) AGENTE CULTURAL, XXXXXXXXXXX portador(a) do RG nº ----------0.000.000-0, CPF nº ---------- 000.000.000-00, residente: Rua XXXXXXXX, 000, CEP: 00000-000, telefones: (XX) 00000 0000, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural- XXXXXXXXXXXXXXX para cidade de XXXXXXXX- CATEGORIA XXXXXXXXX, contemplado no conforme processo administrativo EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XX/2025.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 00.000,00 (XXXXXXXX mil reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no BANCO XXXXXXXXX S.A-INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, Agência 0000/, Conta Corrente nº 00000000-0, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do DEPARTAMENTO DE CULTURA:

I) transferir os recursos conforme o edital ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta

especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Agente Cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de XXXXXX.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de XXXXXX para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

xxxxxxxxx – PR, xx de xxxxxxxx de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXX

Secretário de Cultura

XXXXXXXXXXXXXXX

Agente Cultural

ANEXO V

RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:

Nº do Termo de Execução Cultural:

Vigência do projeto:

Valor repassado para o projeto:

Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.

( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.

( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.

( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:

• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):

• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]

◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)

• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

( ) Sim

( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

( ) Publicação

( ) Livro

( ) Catálogo

( ) Live (transmissão on-line)

( ) Vídeo

( ) Documentário

( ) Filme

( ) Relatório de pesquisa

( ) Produção musical

( ) Jogo

( ) Artesanato

( ) Obras

( ) Espetáculo

( ) Show musical

( ) Site

( ) Música

( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …

(Você pode marcar mais de uma opção).

( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.

( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.

( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.

( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.

( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.

( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.

( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.

( ) 2. Virtual.

( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Youtube

( )Instagram / IGTV

( )Facebook

( )TikTok

( )Google Meet, Zoom etc.

( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.

( )2. Itinerantes, em diferentes locais.

( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Equipamento cultural público municipal.

( )Equipamento cultural público estadual.

( )Espaço cultural independente.

( )Escola.

( )Praça.

( )Rua.

( )Parque.

( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:BE8A1EA5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS N° 54/2025

Por meio desta, a Prefeitura Municipal de Flórida**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

Objeto: Aquisição de brinquedos diversos para atendimento das crianças do CMEI Sítio do Pica-Pau Amarelo, no âmbito das comemorações natalinas promovidas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO:	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Boneca infantil com acessório para criar bolhas de sabão, medindo aproximadamente 23 cm de altura. Ideal para crianças a partir de 3 anos. Fabricada com corpo em plástico e cabeça em vinil. Brinquedo leve e fácil de manusear.	Unid.	16	R$ 25,33	R$ 405,28
02	Bonequinha mini com tema de sorvetinho de abacaxi, feita em vinil macio com cheirinho suave. Vestida com roupinha colorida temática, medindo cerca de 17 cm. Ideal para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	1	R$ 34,03	R$ 34,03
03	Bonequinha mini com tema de sorvetinho de limão, feita em vinil macio com cheirinho suave. Vestida com roupinha colorida temática, medindo cerca de 17 cm. Ideal para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	1	R$ 30,28	R$ 30,28
04	Bonequinha mini com tema de sorvetinho de morango, feita em vinil macio com cheirinho suave. Vestida com roupinha colorida temática, medindo cerca de 17 cm. Ideal para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	1	R$ 30,28	R$ 30,28
05	Bonequinha mini com tema de sorvetinho de uva, feita em vinil macio com cheirinho suave. Vestida com roupinha colorida temática, medindo cerca de 17 cm. Ideal para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	2	R$ 30,28	R$ 60,56
06	Bonequinha temática de abacaxi, feita em vinil macio com cheirinho da fruta. Com articulação nos braços e pernas, medindo cerca de 20 cm. Indicada para crianças acima de 3 anos.	Unid.	18	R$ 34,40	R$ 619,20
07	Bonequinha temática de melancia, feita em vinil com cheirinho da fruta. Medindo aproximadamente 18 cm, é fofa e ideal para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	2	R$ 30,28	R$ 60,56
08	Bonequinha temática de uva, feita em vinil macio com cheirinho da fruta. Com articulação nos braços e pernas, medindo cerca de 20 cm. Indicada para crianças acima de 3 anos, estimula a criatividade e o faz de conta.	Unid.	4	R$ 34,40	R$ 275,20
09	Kit de massinha de modelar para criações, incluindo 4 potes de massinha colorida (50g cada) e acessórios como seringa com bicos, faca sem corte, pegador e rolinho. Ideal para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	40	R$ 33,30	R$ 1.332,00
10	Moto de brinquedo com design de alta velocidade, confeccionada em plástico resistente e durável. Medindo cerca de 22 cm, é ideal para crianças acima de 3 anos.	Unid.	6	R$ 19,40	R$ 116,40
11	Moto de brinquedo com design radical e esportivo, rica em detalhes que simulam uma moto real. Ideal para crianças a partir de 3 anos, estimula a imaginação, coordenação motora e raciocínio lógico. Medindo aproximadamente 22 cm de comprimento, leve e fácil de manusear.	Unid.	22	R$ 19,40	R$ 426,80
12	Moto de brinquedo modelo racing, com suspensão a mola, pneus de borracha, eixo de aço cromado e faróis de acrílico. Medindo aproximadamente 22 cm, inclui descanso para ficar em pé. Indicada para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	3	R$ 35,40	R$ 106,20
13	Moto de brinquedo modelo trilha cross, equipada com amortecedor de molas e pézinho de apoio. Feita em plástico resistente, ideal para aventuras imaginárias. Indicada para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	36	R$ 27,70	R$ 997,20
14	Trenzinho de brinquedo com tema de ursinho, feito em polipropileno. Medindo aproximadamente 19 cm, é ideal para crianças a partir de 3 anos.	Unid.	24	R$ 20,95	R$ 502,80
VALOR GLOBAL				**R$ 4.996,79**	

Condições de pagamento: *O pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal com o carimbo de recebimento.*

Documentos exigidos para a contratação

São exigidos quanto à habilitação jurídica:

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade.

A manifestação de interesse poderá ser exteriorizada por meio de proposta apresentada, com julgamento por **MENOR PREÇO**, que deverá ser encaminhada **DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO ABAIXO**, para o e-maillicitacao@florida.pr.gov.br, bem como eventuais dúvidas a respeito do serviço a ser contratado poderão ser enviadas para o mesmo e-mail ou pelo telefone (44) 3136-0200.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA POR E-MAIL

INICIO:às 00h:00min – 24 de novembro de 2025.

FIM:às 23h:59min – 26 de novembro de 2025.

Link para obtenção do Estudo Técnico Preliminar: https://florida.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368mib0

Flórida, 18 de novembro de 2025.

ROSANA SESNIK

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:33E71C38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 48/2025

Pelo presente, de um lado o **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – O presente termo tem por objetivo aditar a avença original com fim de promover o reequilíbrio financeiro da Ata de Registro de Preços n° 48/2025.

Parágrafo único. Considerando a comprovação efetiva de ruptura do equilíbrio econômico e financeiro da empresa em relação aos preços obtidos atualmente junto a seus fornecedores, bem como a vantagem em relação à concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, nos seguintes termos:

Produto	Preço Ofertado na Licitação	Preço de Obtenção Junto ao Fornecedor à Época	Margem de Lucro	Preço de Obtenção Junto ao Fornecedor Atualmente	Novo Preço Após a Aplicação de Margem de Lucro	Preço Solicitado pelo Fornecedor
LOTE 220: Óleo comestível-extraído do germe do milho.	R$ 9,50	R$ 8,36	13,63 %	R$ 11,49	R$ 13,05	R$ 12,87
LOTE 221: Óleo de soja refinado Tipo 1.	R$ 6,80	R$ 6,19	9,85 %	R$ 7,19	R$ 7,90	R$ 7,83

Cláusula Segunda – Em decorrência do previsto na Cláusula Primeira, fica acrescido ao valor contratual o montante de **R$ 2.838,90 (dois mil oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos) perfazendo o global total de R$ 132.375,90 (cento e trinta e dois mil trezentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)**.

Parágrafo único. Não haverá alteração de dotação orçamentária.

Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor, com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 18 de novembro de 2025.

ANTONIO EMERSON SETTE

Prefeito Municipal

HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Detentora

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:99D28E22

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 43/2025-PMFJ.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.° 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, Cep. 85.145-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 8.199.613-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 027.812.409-74.

Objeto: "CONTRATAÇÃO EM EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTEFATOS DE CONCRETO, PARA ATENDER AS DEMANDAS QUE SERÃO UTILIZADAS EM NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS, EM DIFERENTES TIPOS DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, COMO ALVENARIA, PISOS DE CALÇADAS, BANCOS, PONTES, MEIO FIO, E ATE EM GRANDES INFRAESTRUTURAS PROPORCIONANDO VARIAS VANTAGENS, OS MATERIAIS DE ARTEFATOS DE CONCRETO INCLUINDO DURABILIDADE, RESISTÊNCIA, SUSTENTABILIDADE, VERSATILIDADE E SEGURANÇA, ENTRE OUTRAS DEMANDAS, O USO DESSAS PEÇAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL GARANTE A DURABILIDADE E CONTRIBUI PARA A RACIONALIZAÇÃO DE INSUMOS E MÃO-DE-OBRA VISANDO MELHORIAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E QUALIDADE DE VIDA AOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO."

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 229/2025.

Detentor da Ata: PRÉ MOLDADOS MARAVILHA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 86.739.364/0001-03, sediada à RUA NEREU RAMOS, 0 ESCRITÓRIO - CEP: 89874000 - BAIRRO: CENTRO, Maravilha/SC, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) JOÃO CLOVIS DA SILVA, inscrito (a) no CPF sob nº 430.972.949-53, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 015 - Lote 015	1	20018	TUBO DE CONCRETO (MANILHA) 2,00X1,00 MACHO E FEMEA COM MALHA DE FERRO	PRÓPRIA	UN	50,00	1.570,00	78.500,00
TOTAL								78.500,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 10 Dias

VALOR TOTAL: R$ 78.500,00 (Setenta e Oito Mil e Quinhentos Reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/11/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 230/2025.

Detentor da Ata: NIENDIEKER E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 05.267.432/0001-87, sediada à RODOVIA PR 281 KM 16, 28116 BARRACAO - CEP: 85560000 - BAIRRO: INDUSTRIAL, Chopinzinho/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) ETSIO NIENDIEKER, inscrito (a) no CPF sob nº 758.908.445-04, portador (a) da cédula de identidade RG nº 59497049.

ITENS								
Lote	Item	Código do	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de	Quantidade	Preço unitário	Preço total

		produto/serviço			medida			
LOTE: 002 - Lote 002	1	27200	GALERIA TIPO ADUELA QUADRADO DE CONCRETO COMPRIMENTO: 2,50; ESPESSURA:20CM; TIPO ADUELA; APLICAÇÃO: SISTEMA SANEAMENTO BASICO AGUAS PLUVIAIS; CARACTERISTICAS ADICIONAIS; CONCRETO ARMAD, CONCRETO MINIMO 20FCK	PROPRIA	UN	50,00	4.000,00	200.000,00
LOTE: 003 - Lote 003	1	24935	MEIO FIO PADRÃO ALTO 0,80 CM DE COMPRIMENTO	PROPRIA	UN	300,00	34,00	10.200,00
LOTE: 004 - Lote 004	1	15833	MEIO FIO PADRÃO BAIXO 0,80 CM DE COMPRIMENTO	PROPRIA	UN	500,00	32,00	16.000,00
LOTE: 010 - Lote 010	1	24937	TUBO DE CALHA DE CONCRETO DE 0,20X1,00 DIAMETRO: 20CM; COMPRIMENTO: 1M; PESO: 27KG; TIPO: JUNTA PONTA; APLICAÇÃO: DRENAGEM SUPERFICIAL	PROPRIA	UN	150,00	42,00	6.300,00
LOTE: 011 - Lote 011	1	24936	TUBO DE CALHA DE CONCRETO DE 0,40X1,00 DIAMAETRO 40 CM; COMPRIMENTO 1M; PESO:69KG; TIPO: BOLSA MACHO E FEMEA; APLICAÇÃO DRENAGEM SUPERFICIAL	PROPRIA	UN	100,00	60,00	6.000,00
LOTE: 012 - Lote 012	1	17173	TUBO DE CONCRETO (MANILHA) 0,40X1,00	PROPRIA	UN	1.000,00	75,90	75.900,00
LOTE: 013 - Lote 013	1	17174	TUBO DE CONCRETO (MANILHA) 0,60X1,00 MACHO E FEMEA	PROPRIA	UN	1.000,00	105,00	105.000,00
LOTE: 014 - Lote 014	1	17175	TUBO DE CONCRETO (MANILHA) 1,00X1,00 MACHO E FEMEA COM MALHA DE FERRO	PROPRIA	UN	200,00	495,00	99.000,00
TOTAL								518.400,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 10 Dias

VALOR TOTAL: R$ 518.400,00 (Quinhentos e Dezoito Mil e Quatrocentos Reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/11/2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:FFD91F18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 040/2025

Processo Licitatório nº 191/2025

Contrato n° 418/2025

Adjudicação/ Homologação: 11/11/2025

Contratada: **RETOCAR AUTOCENTER EIRELI**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**

Vigência: 12/11/2025 à 12/11/2026

Cód Red.	Un. Orç.	Proj. / Ativ.	Recurso	Elemento Despesa
25	02.002	2.042	000/510/511	3.3.90.30
89	02.004	2.044	000/104	3.3.90.30
119	02.005	2.045	000	3.3.90.30
162	02.007	2.047	000	3.3.90.30
323	02.008	2.305	000	3.3.90.30
331	02.009	2.303	000	3.3.90.30
193	03.001	2.033	000/303	3.3.90.30
214	03.002	2.035	000/303	3.3.90.30
244	04.001	2.067	000	3.3.90.30
254	04.002	2.068	000	3.3.90.30

Objeto: "Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de peças automotivas originais e paralelas, com base nas tabelas oficiais AUDATEX, CILIA ou ORION, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios e pesados pertencentes às diversas Secretarias Municipais de General Carneiro – PR."

General Carneiro – Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:238E372F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 818/2025

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Cultura, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Alexandro Pastorello	Aux. Administrativo	2024/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
Edmilson Ferreira da Silva	Professor de artes musicais	2024/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
Heber Alves Nunes	Motorista	2025/2026	05/01/2026 a 03/02/2026
Henrique de Lima Fernandes da Silva	Motorista	2024/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
Marines Alice de Souza	Aux. Administrativo	2025/2026	05/01/2026 a 03/02/2026
Nata Oliveira da Silva	Instrutor de Artes	2023/2024	05/01/2026 a 03/02/2026
Odenite Bonfim da Silva	Instrutor de Artes	2025/2026	05/01/2026 a 03/02/2026
Roseny de Andrade	Aux. de Serv. Gerais	2024/2025	05/01/2026 a 03/02/2026
Eliana Barreto da Silva Rodrigues	Chefe de Div. de pesq. e ensino artistico	2025/2026	05/01/2026 a 03/02/2026
Jhone Gonzaga da Silveira	Chefe de Div. de casa da memória e patrimônio histórico	2025/2026	05/01/2026 a 03/02/2026
Luiz Felipe da Silva Cristo	Chefe de Div. de promoção e eventos culturais	2025/2026	05/01/2026 a 03/02/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.

Goioerê – Paraná, 18 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:438B8146

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 173/2.025

Pregão nº.29/2025

O **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ESPORTIVA RV LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 19.468.880/0001-53, situada na Rua Largo São Vicente de Paulo nº 1066, Centro, no Município de Toledo, Estado do Paraná, CEP 85.900-215, neste ato representado pelo Srº **FERNANDO RODRIGO ROYER**, nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal nº 8.518/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item	Und. medida	Qtd	Descrição	Marca / Fabricante	Vlr Unitário R$
1	UN	12	TROFÉU COM ALTURA DE 81 CM COM BASE OCTOGONAL DE 21,20 CM DE LARGURA - Fabricada em polímero na cor preta. sobre esta base um suporte fabricado em polímero e metalizada a alto vácuo pintado na cor dourada e sobre este suporte uma bola fabricada em polímero nas cores preto e dourada, intercalada por um anel fabricado em polímero na cor dourada. sobre esta bola uma taça fechada fabricada em polímero metalizada a alto vácuo e pintada na cor dourada com 29 cm de largura a partir das alças. estatueta superior intercambiável. este troféu também pode ser feito com a bola nas cores dourada e azul, dourada e verde, toda dourada, dourada e vermelha ou dourada e prata. este troféu também pode vir com os componentes metalizados pintados na cor prata. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Medidas: altura, 81 cm.largura superior, 29 cm, largura inferior, 21,20 cm, altura da base 16,50 cm. Cores- dourado, preto cores alternativas: taça com alças e meia bola na cor prata. meia bola inferior nas cores vermelha, verde, dourado, prata ou azul. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, bola, anel, taça com alças e tampa e estatueta superior. outros componentes: ferragens para fixação.	VITORIA	240,00
2	UN	12	TROFÉU COM ALTURA DE 68 CM COM BASE OCTOGONAL DE 14,50 CM DE LARGURA fabricada em polímero na cor preta. sobre esta base um suporte fabricado em polímero e metalizada a alto vácuo pintado na cor dourada e sobre este suporte uma bola fabricada em polímero nas cores preto e dourada, intercalada por um anel fabricado em polímero na cor dourada. sobre esta bola uma taça fechada fabricada em polímero metalizada a alto vácuo e pintada na cor dourada com 29 cm de largura a partir das alças. estatueta superior intercambiável, este troféu também pode ser feito com a bola nas cores dourada e azul, dourada e verde, toda dourada, dourada e vermelha ou dourada e prata. também poderá vir com os componentes metalizados pintados na cor prata. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Medidas: altura 68 cm, largura superior 29 cm, largura inferior 14,60 cm, altura da base 11 cm, peso aproximado 1,95 kg. Cores: dourado, preto, azul Cores alternativas: taça com alças e meia bola na cor prata. meia bola inferior nas cores vermelha, verde, dourado, prata ou azul Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, bola, anel, taça com alças e tampa e estatueta superior.	VITORIA	195,00

			outros componentes: ferragens para fixação.		
3	UN	12	TROFÉU COM ALTURA DE 62 CM COM BASE OCTOGONAL DE 21,20 CM DE LARGURA - Fabricada em polímero na cor preta. sobre esta base um suporte fabricado em polímero e metalizada a alto vácuo pintado na cor dourada e sobre este suporte uma bola fabricada em polímero nas cores preto e dourada, intercalada por um anel fabricado em polímero na cor dourada. Sobre esta bola uma taça aberta fabricada em polímero metalizada a alto vácuo e pintada na cor dourada com 29 cm de largura a partir das alças, este troféu também pode ser feito com a bola nas cores dourada e azul, dourada e verde, toda dourada, dourada e vermelha ou dourada e prata, também poderá vir com os componentes metalizados pintados na cor prata. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, bola, anel, taça com alças e pintura interna. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: dourado, preto, azul. cores alternativas: taça com alças e meia bola na cor prata. meia bola inferior nas cores vermelha, verde, dourado, prata ou azul. Medidas: altura 62 cm, largura superior 29 cm, largura inferior 21,20 cm, altura da base 16,50 cm.	VITORIA	210,00
4	UN	12	TROFÉU COM ALTURA DE 57 CM COM BASE OCTOGONAL DE 17,80 CM DE LARGURA - Fabricada em polímero na cor preta. sobre esta base um suporte fabricado em polímero e metalizada a alto vácuo pintado na cor dourada e sobre este suporte uma bola fabricada em polímero nas cores preto e dourada, intercalada por um anel fabricado em polímero na cor dourada. sobre esta bola uma taça aberta fabricada em polímero metalizada a alto vácuo e pintada na cor dourada com 29 cm de largura a partir das alças. este troféu também pode ser feito com a bola nas cores dourada e azul, dourada e verde, toda dourada, dourada e vermelha ou dourada e prata. este troféu também pode vir com os componentes metalizados pintados na cor prata. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, bola, anel, taça com alças e pintura interna. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: dourado, preto, azul. cores alternativas: taça com alças e meia bola na cor prata. meia bola inferior nas cores vermelha, verde, dourado, prata ou azul. Medidas: altura 57 cm. largura superior 29 cm. largura inferior 17,80 cm. altura da base 13,40 cm.	VITORIA	185,00
5	UN	12	TROFÉU COM ALTURA DE 52 CM COM BASE OCTOGONAL DE14,50 CM DE LARGURA - Fabricada em polímero na cor preta. sobre esta base um suporte fabricado em polímero e metalizada a alto vácuo pintado na cor dourada e sobre este suporte uma bola fabricada em polímero nas cores preto e dourada, intercalada por um anel fabricado em polímero na cor dourada. sobre esta bola uma taça aberta fabricada em polímero metalizada a alto vácuo e pintada na cor dourada com 29 cm de largura a partir das alças, este troféu também pode ser feito com a bola nas cores dourada e azul, dourada e verde, toda dourada, dourada e vermelha ou dourada e prata. Também poderá vir com os componentes metalizados pintados na cor prata. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, bola, anel, taça com alças e pintura interna. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: dourado, preto, azul. cores alternativas: taça com alças e meia bola na cor prata. meia bola inferior nas cores vermelha, verde, dourado, prata ou azul. Medidas: altura 52 cm, Largura superior 29 cm, largura inferior 14,50 cm, altura da base 11 cm.	VITORIA	180,00
6	UN	12	TROFÉU COM 55 CM DE ALTURA. BASE REDONDA FABRICADA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM 20,80 CM DE LARGURA - Sobre essa base um cone cilíndrico ornado em alto relevo com imagens de folhas de louro e frisos, fabricado em polímero e metalizado a alto vácuo, pintado na cor dourada. sobre este cone uma base redonda de mdf com 9 mm de espessura. sobre essa base de mdf um suporte fabricado em polímero metalizado a alto vácuo na cor dourada. sobre este suporte uma figura intercambiável de bola de futebol. este troféu pode ser fabricado com os componentes metalizados na cor prata ou bronze. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base redonda, suporte, cone cilíndrico, tampa, figura de bola de futebol. outros componentes: ferragens para fixação, base em mdf. Cores: dourado e preto, cores alternativas: prata ou bronze Medidas: altura 55 cm., largura superior 13,40 cm, largura inferior 20,80 cm, altura da base 11 cm. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	165,00
7	UN	12	TROFÉU COM 51 CM DE ALTURA. BASE REDONDA FABRICADA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM 21 CM DE LARGURA - Sobre essa base um cone cilíndrico ornado em alto relevo com imagens de folhas de louro e frisos, fabricado em polímero e metalizado a alto vácuo, pintado na cor dourada. sobre este cone uma base redonda de mdf com 9 mm de espessura. sobre essa base de mdf um suporte fabricado em polímero metalizado a alto vácuo na cor dourada. sobre este suporte uma figura intercambiável de bola de futebol. este troféu pode ser fabricado com os componentes metalizados na cor dourada ou bronze. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base redonda, suporte, cone cilíndrico, tampa, figura de bola de futebol. outros componentes: ferragens para fixação, base em mdf. Cores: prata e preto cores alternativas: dourado ou bronze. Medidas: altura 51 cm, largura superior 13,40 cm, largura inferior 20,80 cm. altura da base 11 cm.	VITORIA	165,00
8	UN	12	TROFÉU COM 48 CM DE ALTURA. BASE REDONDA FABRICADA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM 20,80 CM DE LARGURA - Sobre essa base um cone cilíndrico ornado em alto relevo com imagens de folhas de louro e frisos, fabricado em polímero e metalizado a alto vácuo, pintado na cor dourada. sobre este cone uma base redonda de mdf com 9 mm de espessura. sobre essa base de mdf um suporte fabricado em polímero metalizado a alto vácuo na cor dourada. sobre este suporte uma figura intercambiável de bola de futebol. este troféu pode ser fabricado com os componentes metalizados na cor prata ou dourada. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base redonda, suporte, cone cilíndrico, tampa, figura de bola de futebol. outros componentes: ferragens para fixação, base em mdf. Medidas: altura 48 cm, largura superior 13,40 cm, largura inferior 20,80 cm, altura da base 11,00 cm.	VITORIA	160,00
9	UN	12	TROFÉU COM 43 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,50 CM DE LARGURA - Fabricado em polímero na cor preta. cone em polímero metalizado na cor dourada, sobre este cone outro	VITORIA	100,00

			cone em polímero com friso metalizado na cor dourada e pintura interna na cor dourada. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, cone com pintura interna. outros componentes: ferragens para fixação. Cores - dourado e preto cores alternativas: cone nas cores prata, bronze, azul, vermelha, verde ou preto. Medidas: altura 43 cm, largura superior 16,90 cm, largura inferior 14,50 cm, altura da base 11 cm.		
11	UN	12	TROFÉU COM 28 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 10,10 CM DE LARGURA - Em polímero na cor preta. cone em polímero metalizado na cor dourada, sobre este cone outro cone em polímero com friso metalizado na cor dourada e pintura interna na cor dourada. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, cone com pintura interna. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: dourado e preto cores alternativas: cone nas cores prata, bronze, azul, vermelha, verde ou preto. Medidas: altura 28 cm, largura superior 10,60 cm, largura inferior 10,10 cm, altura da base 7,50 cm.	VITORIA	64,00
12	UN	12	TROFÉU COM ALTURA DE 40 CM, BASE OITAVADA COM 14,50 CM DE LARGURA - Em polímero na cor preta. sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 21 cm de largura entre as alças metalizada na cor dourada. estatueta superior intercambiável. este troféu pode vir com a taça nas cores prata (pr) ou bronze (bz). Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, taça com alças e pintura interna. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: dourado, preto cor alternativa: taça na cor prata Medidas: altura 40 cm, largura superior 21 cm, largura inferior 14,50 cm, altura da base 11 cm.	VITORIA	119,50
13	UN	12	TROFÉU COM ALTURA DE 35 CM, BASE OITAVADA COM 12,10 CM DE LARGURA - Em polímero na cor preta. sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 18,50 cm de largura entre as alças metalizada na cor dourada. estatueta superior intercambiável. este troféu pode vir com a taça nas cores prata (pr)) ou bronze (bz). Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, taça com alças e pintura interna. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: dourado, preto cor alternativa: taça na cor prata Medidas: altura 35 cm, largura superior 18,50 cm, largura inferior 12,10 cm, altura da base 9,10 cm.	VITORIA	100,00
14	UN	12	TROFÉU COM ALTURA DE 28 CM, BASE OITAVADA COM 10,1 CM DE LARGURA - Em polímero na cor preta. sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 15,5 cm de largura em as alças metalizada na cor dourada. estatueta superior intercambiável. este troféu pode vir com a taça nas cores prata (pr) ou bronze (bz). Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Componentes fabricados em polímero: base oitavada, taça com alças e pintura interna. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: prata, preto cor alternativa: taça na cor dourada. Medidas: altura 28 cm, largura superior 15,50 cm, largura inferior 10,10 cm, altura da base 7,50 cm.	VITORIA	68,00
15	UN	30	TROFÉU COM 46CM DE ALTURA, BASE OITAVADA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 13,10 CM DE LARGURA - Sobre esta base uma placa em metal adesivada na cor dourada fosco. nesta placa está fixada uma um ramo para adesivo com 106 mm de largura metalizada na cor dourada. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Componentes: fabricados em polímero: base oitavada, ramos para colocação de adesivo. outros componentes: ferragens para fixação, chapa de metal Cor dourado. Medidas: altura 44 cm. Largura superior 16,50 cm. largura inferior 13,10 cm, altura da base 10 cm.	VITORIA	130,00
16	UN	30	TROFÉU COM 40 CM DE ALTURA, BASE OITAVADA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 12,10 CM DE LARGURA - Sobre esta base uma placa em metal adesivada na cor dourada fosco. nesta placa está fixada um ramo para adesivo com 80 mm de largura metalizada na cor dourada. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, ramos para colocação de adesivo. outros componentes: ferragens para fixação, chapa de metal. Cor dourado Medidas: altura 38 cm, largura superior 13,70 cm, largura inferior 12,10 cm, altura da base 9,10 cm.	VITORIA	100,00
17	UN	30	TROFÉU COM 33 CM DE ALTURA, BASE OITAVADA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 10,10 CM DE LARGURA - Sobre esta base uma placa em metal adesivada na cor dourada fosco. nesta placa está fixada um ramo para adesivo com 80 mm de largura metalizada na cor dourada. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, ramos para colocação de adesivo. outros componentes: ferragens para fixação, chapa de metal.	VITORIA	79,00

			Cor dourado Medidas: altura 32 cm, largura superior 11,50 cm, largura inferior 10,10 cm, altura da base 7,50 cm.		
18	UN	10	TROFÉU COM 44 CM DE ALTURA, BASE OITAVADA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM 13,10 CM DE LARGURA - Sobre esta base uma placa em metal adesivada com tema de futebol de campo. fixando esta placa uma estatueta intercambiável de chuteira metalizada na cor dourada com 14 cm de altura. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, estatueta de chuteira de futebol dourada outros componentes: ferragens para fixação, chapa de metal estampada Cores preto, dourado, estampa com a logo da secretaria de esporte e lazer de goioerê. Medidas: altura 44 cm, largura superior 15,2 cm, largura inferior 13,10 cm, altura da base 10 cm.	VITORIA	145,00
19	UN	10	TROFÉU COM 38 CM DE ALTURA, BASE OITAVADA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM 12,10 CM DE LARGURA - Sobre esta base uma placa em metal adesivada com tema de futebol de campo. fixando esta placa uma estatueta intercambiável de goleiro metalizada na cor dourada com 14,80 cm de altura. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, estatueta de goleiro de futebol dourada outros componentes: ferragens para fixação, chapa de metal estampada Cores: preto, dourado, estampa com a logo da secretaria de esporte e lazer de Goioerê. Medidas: altura 38 cm, largura superior 11,80 cm, largura inferior 12,10 cm, altura da base 9,10 cm.	VITORIA	105,00
20	UN	10	TROFÉU COM 32 CM DE ALTURA, BASE OITAVADA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 10,10 CM DE LARGURA - Sobre esta base uma placa em metal adesivada com tema de futebol de campo. fixando esta placa uma estatueta intercambiável de jogador de futebol metalizada na cor dourada com 15 cm de altura. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, estatueta de jogador de futebol dourada outros componentes: ferragens para fixação, chapa de metal estampada Cores: preto, dourado, estampa com a logo da secretaria de esporte e lazer de Goioerê. Medidas: altura 32 cm, largura superior 11,80 cm, largura inferior 10,10 cm, altura da base 7,50 cm.	VITORIA	85,00
21	UN	12	TROFÉU COM 66 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA - Em polímero na cor preta, sobre esta base dois suportes em polímero metalizados a alto vácuo na cor dourada intercalada por um anel em polímero metalizado na cor prata, taça fabricada em polímero com 33 cm de largura a partir das alças metalizada a alto vácuo na cor dourada. tampa da taça e alças em fabricadas em polímero metalizado na cor dourada. no alto desta taça uma estatueta intercambiável. os componentes metalizados podem ser pintados na cor prata ou bronze. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base redonda, suporte, anel, taça com alças e tampa, estatueta superior. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: dourado, preto cores alternativas: suporte, anel, taça com alças e tampa, estatueta superior nas cores prata ou bronze. Medidas: altura 66 cm, largura superior 33 cm, largura inferior 21 cm, altura da base 14,80 cm.	VITORIA	199,00
22	UN	12	TROFÉU COM 45 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA - Em polímero na cor preta. sobre esta base dois suportes em polímero metalizados a alto vácuo na cor dourada intercalada por um anel em polímero metalizado na cor prata. taça aberta fabricada em polímero metalizada a alto vácuo na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca. esta taça possui 33 cm de largura a partir das alças. os componentes metalizados podem ser pintados na cor prata ou bronze. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base redonda, suporte, anel, taça com alças. outros componentes: ferragens para fixação. Cores: dourado, preto, cores alternativas: suporte, anel, taça com alças e pintura interna nas cores prata ou bronze. Medidas: altura 45 cm, largura superior 33 cm, largura inferior 21 cm, altura da base 14,80 cm.	VITORIA	174,00
23	UN	12	TROFÉU COM 53CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,80 CM DE LARGURA - Fabricada em polímero, na cor preta. sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e sobre este uma taça aberta em polímero na cor dourada e com 31 cm de largura a partir das alças. tampa e alças da taça fabricadas em polímero metalizado na cor dourada. este troféu pode ser feito com todos os componentes metalizados pintados na cor prata. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, taça com alças. outros componentes: ferragens para fixação. Cores dourado, preto, cores alternativas: suporte, taça com alças e pintura interna na cor prata. Medidas: altura 53 cm, largura superior 31 cm, largura inferior 17,80 cm, altura da base 13,40 cm.	VITORIA	210,00
24	UN	12	TROFÉU COM 46 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,50 CM DE LARGURA - Fabricada em polímero, na cor preta. sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e sobre este uma taça aberta em polímero na cor dourada e com 29 cm de largura a partir das alças. tampa e alças da taça fabricadas em polímero metalizado na cor dourada. este troféu pode ser feito com todos os componentes metalizados pintados na cor prata. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, taça com alças, outros componentes: ferragens para fixação.	VITORIA	190,00

			Cores dourado, preto, cores alternativas: suporte, taça com alças e pintura interna na cor prata. Medidas: altura 46 cm, largura superior 29 cm, largura inferior14,50 cm, altura da base 11 cm. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.		
25	UN	12	TROFÉU COM 40 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,50 CM DE LARGURA - Fabricada em polímero, na cor preta. sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e sobre este uma taça aberta em polímero na cor dourada e com 29 cm de largura a partir das alças. tampa e alças da taça fabricadas em polímero metalizado na cor dourada. este troféu pode ser feito com todos os componentes metalizados pintados na cor prata. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, taça com alças. outros componentes: ferragens para fixação. Cores dourado, preto, cores alternativas: suporte, taça com alças e pintura interna na cor prata. Medidas: altura 40 cm, largura superior 27 cm, largura inferior13,10 cm, altura da base 11 cm. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	165,00
26	UN	12	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO Medidas: altura 71 cm. largura superior 19,50 cm, largura inferior 21 cm, altura da base 14,80 cm. Cores dourado, preto, cores alternativas suportes, taça, tampa e estatueta na cor prata Composição: componentes fabricados em polímero: base redonda, suportes, taça, tampa e estatueta intercambiável outros componentes: ferragens para fixação. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	200,00
27	UN	12	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO Medidas: altura 63 cm, Largura superior 17,50 cm, largura inferior 21 cm, altura da base 11 cm. Cores dourado, preto, cores alternativas suportes, taça, tampa e estatueta na cor prata Composição: componentes fabricados em polímero: base redonda, suportes, taça, tampa e estatueta intercambiável outros componentes: ferragens para fixação. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	195,00
28	UN	12	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO - ALTURA 57 CM Medidas: altura 57 cm. Largura superior 15,50 cm, largura inferior 21 cm, altura da base 8,50 cm. Cores dourado, preto, cores alternativas suportes, taça, tampa e estatueta na cor prata Composição: componentes fabricados em polímero: base redonda, suportes, taça, tampa e estatueta intercambiável outros componentes: ferragens para fixação. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	170,00
29	UN	12	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO - ALTURA - 42 Medidas: altura 42 cm. Largura superior 17,50 cm, largura inferior 21 cm, altura da base- 11 cm. Cores dourado, preto, cores alternativas suportes e taça na cor prata Composição: componentes fabricados em polímero: base redonda, suportes e taça. outros componentes: ferragens para fixação. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	170,00
30	UN	12	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO: ALTURA - 36 CM. LARGURA SUPERIOR – 15,50 CM. LARGURA INFERIOR – 21 CM. ALTURA DA BASE- 8,50 CM - Cores dourado e preto, cores alternativas, suportes e taça na cor prata Composição: componentes fabricados em polímero base redonda, suportes e taça. outros componentes: ferragens para fixação. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	165,00
31	UN	12	TROFÉU EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO: MEDIDAS ALTURA 49 CM, LARGURA SUPERIOR 19,50 CM, LARGURA INFERIOR 21 CM. ALTURA DA BASE 14,80 CM - Cores dourado e preto, cores alternativas, suportes e taça na cor prata. Componentes fabricados em polímero: base redonda, suportes e taça. outros componentes: ferragens para fixação. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	190,00
32	UN	12	TROFÉU COM 32 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 12,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA - Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. estatueta de luva de goleiro de futebol em polímero metalizada na cor dourada com 18,50 cm de altura. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, estatueta fixa de luva de goleiro. outros componentes: ferragens para fixação. Cores dourado e preto, medidas altura 32 cm, largura superior 12 cm, largura inferior 12,10 cm, altura da base 9,10 cm. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação	VITORIA	70,00
33	UN	12	TROFÉU COM 33 CM DE ALTURA, COM BASE EM FORMATO OCTOGONAL FABRICADA EM POLÍMERO NA COR PRETA, COM 14,50 CM DE LARGURA. Sobre esta base um suporte fabricado em polímero, metalizado na cor dourada e sobre este suporte uma figura fixa de bola de futebol fabricada em polímero e metalizada na cor dourado, com detalhes pintados na cor preta, com 13,40 cm de altura. A figura fixa de bola de futebol pode ser feita com detalhes pintados nas cores vermelha, azul ou verde. Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, suporte, estatueta fixa de bola de futebol. Outros componentes: ferragens para fixação. Cores dourado e preto, cores alternativas: estatueta de bola de futebol nas cores dourado ou prata com gomos	VITORIA	95,00

			nas cores preta, vermelha, azul ou verde. Medidas: altura 33 cm, largura superior 13,40 cm, largura inferior 14,50 cm, altura da base 11 cm. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.		
34	UN	12	TROFÉU COM 23 CM DE ALTURA, BASE EM FORMATO OVAL COM AS MEDIDAS DE 22,50 CM POR 12 CM EM POLÍMERO NA COR PRETA - Friso na tampa da base metalizada na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de chuteira de futebol metalizada na cor dourada com 14 cm de altura. composição: componentes fabricados em polímero: base oval, suporte, estatueta fixa de chuteira de futebol outros componentes: ferragens para fixação. cores – dourado e preto Medidas: altura 23 cm, largura superior 20 cm, largura inferior 22,50 cm, altura da base 5,6 cm. Peso aproximado 790 GR. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	90,00
35	UN	12	TROFÉU COM 39 CM DE ALTURA, BASE EM FORMATO OVAL COM AS MEDIDAS DE 22,50 CM POR 12 CM EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA, COR DOURADA. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de jogador de futebol metalizada na cor dourada com 30,30 cm de altura. Composição: componentes fabricados em polímero: base oval, suporte, estatueta fixa de jogador de futebol outros componentes: ferragens para fixação Cores dourado e preto. Medidas: altura 39 cm, largura superior 19 cm, largura inferior 22,50 cm, altura da base 5,6 cm. Peso aproximado 1,10 kg. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	90,00
36	UN	100	TROFÉU COM 30 CM DE ALTURA, COM BASE NO FORMATO OITAVADO EM POLÍMER, COR PRETA, LARGURA DE 10,10 CM - Sobre esta base um fixador em metal com altura de 02,50 cm, metalizado na cor dourada, placa em acrílico cristal com acabamento prisma, com 23 cm de altura e 04 mm de espessura e acabamento da placa em acrílico dourado de 02 mm de espessura, com espaço para colagem de adesivo redondo com 80 mm de circunferência Composição: componentes fabricados em polímero: base oitavada, placa de acrilico cortada a laser, aplique de acrílico dourado. outros componentes: ferragens para fixação, fixador de placa. Cores dourado e preto Medidas: altura 30 cm, largura superior 11 cm, largura inferior 10,10, altura da base 7,50 cm. Gravação adesiva com resina na parte frontal conforme solicitação.	VITORIA	89,00

1.2 A validade da Ata de Registro de Preços **será até o dia 22 de julho de 2026**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no diário oficial dos municípios do Paraná, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3 A existência de preços registrados não obriga o (s) órgão (s) a firmar (em) as contratações que deles deverão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdades de condições.

Goioerê – Pr, 14 de novembro de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Município de Goioerê

FERNANDO RODRIGO ROYER

Esportiva RV LTDA

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:EB11271D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 327/2024

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse,

mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e a empresa **49.597.630 AMARILDO KRAMER,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 49.597.630/0001- 84, situada na Rua Astorga nº 119, Conjunto Habitacional Antilhas, no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, CEP 87.308-028, neste ato representado pelo senhor **AMARILDO KRAMER,** tendo em vista o que consta no Processo nº 168/2024, resolvem entre si e na melhor forma de direito a Ata de Registro de Preços nº 327/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 067/2024, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços:

1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** e **reajuste pelo INPC (4,68% - out./25)** da Ata de Registro de Preços nº 327/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará a ter o seu quantitativo original prorrogado e os valores reajustados, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit (R$)	Valor Unit Reajustado (R$)
8	TÚNEL INFANTIL CENTOPEIA COLORIDO. Confeccionado em arame e revestido em bagunzito, sanfonado, dimensão mínima 4 metros de comprimento e 50 cm de diâmetro.	Unid	JOTT PLAY - REF 3166	8	188,33	**197,14**
59	BRINQUEDO TORRE DO LEÃOZINHO (KIT COM NO MÍNIMO 7 PEÇAS) - Material madeira reflorestada, conter uma torre e 6 peças coloridas de encaixe e empilhável. Dimensão mínima de 12,5x11x13cm (CxLxA). Certificado pelo Inmetro.	Kit	BABEBI - REF 6016	32	39,96	**41,83**
97	BRINQUEDO CUBO MULTIATIVIDADES FORMAS E ENCAIXES 7 EM 1 - O cubo deve conter 2 lados com diversas formas de encaixe empilháveis, 1 lado com chocalhos, xilofone com baqueta para tocar, engrenagens giratórias divertidas, cordas de silicone macias e com texturas, 3 lados com grades elásticas coloridas. Material sendo 80% Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS), 10% Elastômero Termoplástico (TPE) e 10% Metal. Dimensões mínimas 19x15x15cm (AxLxP). Certificado pelo Inmetro.	Unid	BUBA - REF 0007	30	102,22	**107,00**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$6.125,68 (seis mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos).**

2.3. Este valor é apenas estimativo, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos efetivamente adquiridos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Um. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
436	13.002	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	00104
436	13.002	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	01039
461	13.002	2.036	3.3.90.30.00.00.00.00	00104
445	13.002	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
445	13.002	2.032	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
405	13.002	1.507	4.4.90.52.00.00.00.00	00103
403	13.002	1.506	4.4.90.52.00.00.00.00	00103
403	13.002	1.506	4.4.90.52.00.00.00.00	01044
411	13.002	2.026	3.3.90.30.00.00.00.00	00103
411	13.002	2.026	3.3.90.30.00.00.00.00	01044

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 17 de novembro de 2025.

Assinado Digitalmente

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Município de Goioerê

Assinado Digitalmente

AMARILDO KRAMER

49.597.630 Amarildo Kramer

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:8A082999

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 329/2024

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e a empresa **CAROL DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.654.231/0001- 68, situada na Avenida Ney Braga nº 440, Vila Franchello, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná, CEP 87.160-000, neste ato representado pela senhora **PASCOA APARECIDA CARACATO ROCCO,** tendo em vista o que consta no Processo nº 168/2024, resolvem entre si e na melhor forma de direito a Ata de Registro de Preços nº 329/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 067/2024, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços:

1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** e **reajuste pelo INPC (4,68% - out./25)** da Ata de Registro de Preços nº 329/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará a ter o seu quantitativo original prorrogado e os valores reajustados, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit (R$)	Valor Unit Reajustado (R$)
15	JOGO DE BOLICHE INFANTIL (PCTE MÍNIMO 08 PEÇAS) - Fabricado em	Pacote	LEPLASTIC BRANCO	50	20,93	**21,90**

	plástico atóxico, colorido, conter 6 pinos com no mínimo 25 cm de altura e 2 bolas. Acompanhar bolsa de plástico com zíper. Certificado pelo Inmetro.					
57	JOGO TETRIS EM EQUIPE (CAIXA C/ NO MÍNIMO 16 PEÇAS). Material plástico ABS, conter mínimo 16 peças (cores variadas), base e suporte na caixa. Certificado pelo Inmetro.	Jogo	ESTRELA	16	41,13	**43,05**
72	JOGO TESTANDO A SENSIBILIDADE (JG C/ NO MÍNIMO 20 PEÇAS) Composto por 10 pares, Fabricadas em MDF com indicador de sentido no canto superior com corte diagonal (braille), que auxilia identificar as figuras e o posicionamento das peças, cada peça deverá ter medida mínima de 7,5x7,5cm. Acompanhar caixa de madeira medida mínima 18x18x6,5cm. Certificado pelo Inmetro.	Jogo	FUNDAMENTAL REF 1579	32	56,54	**59,18**
77	BRINQUEDO EDUCATIVO ALFABETO CURSIVO ESCREVA E APAGUE (KIT C/NO MÍNIMO 26 PEÇAS) - Peça com o alfabeto e ilustrações de animais medindo no mínimo 13x5cm cada, conter 1 caneta escreve e apaga, e 1 caixa, todo o material em madeira. Certificado pelo Inmetro.	Kit	BABEBI REF 6047	32	51,92	**54,34**
79	JOGO ALFABETO COM LIXA (JG C/NO MÍNIMO 26 PEÇAS) Material MDF, cada peça c/ medida meínima de 135x135x3 mm. Acompanhar embalagem em PVC encolhível medindo no mínimo 11X14X15 cm. Certificado pelo Inmetro.	Jogo	SIMQUE REF 620	16	84,07	**88,00**
85	JOGO MAGNÉTICO QUADRO DAS EMOÇÕES (JG C/NO MÍNIMO 30 PEÇAS) - As peças deverão possuir um lado da base magnética, contendo os entimentos, emojis e expressões faciais. Dupla face (menino e menina), todo o material em madeira. Medida mínima de 31,5x6x25,5cm. Certificado pelo Inmetro.	Jogo	NIG QUADRO DAS EMOÇOES	20	83,12	**87,01**
91	BRINQUEDO BLOCOS MAGNÉTICOS DE MONTAR INFANTIL (CX C/NO MÍNIMO 68 PEÇAS) - Material plástico ABS atóxico. As pelas deverão conter: 17 Barras Longas; 23 Barras Curtas; 9 Barras Dobráveis; 19 Bolas. Acomapanhar bolsa de armazenamento e cartilha com instruções. Certificado pelo Inmetro.	Unid	BRASTOY	17	167,97	**175,83**
96	RODA DOS ALIMENTOS - Conter 1 roda em Acrilico c/ dimensão mínima de 57x 57cm com 35 réplicas de alimentos em porção, material em poliuretano e polietileno. Conter no mínimo os alimentos: Pão Francês, pão de forma fatia integral, arroz (porção 1 colher), milho (porção 1 colher), mandioca, biscoito cream craker (2 unidades) e batata assada (2 unidades). Copo de leite (120ml), queijo branco (fatia de 40 grs) e queijo suiço. Bife boi, nuggets de peixe, ovo inteiro cozido, ovo frito e coxa de frango. Maracuja (metade), laranja (fatia), limão (fatia), goiaba (metade), abacaxi (fatia 1/4), morango (2 unidades), Banana (2 rodelas), kiwi (2 rodelas) e melancia (2 cubos). Pepino (2 fatias finas), alface (folha), couve flor (2 unidades), brócolis (2 unidades), tomate (2 fatias), beterraba (2 fatias), cenoura (2 fatias). Feijão (1 colher), noz (2 unidades) e castanha do Pará (2 unidades). Água (copo). Certificado pelo Inmetro.	Unid	VIRTUAL SAÚDE REF 1739	2	1.936,50	**2.027,12**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$15.607,99 (quinze mil, seiscentos e sete reais e noventa e nove centavos).**

2.3. Este valor é apenas estimativo, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos efetivamente adquiridos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Um. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
436	13.002	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	00104
436	13.002	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	01039
461	13.002	2.036	3.3.90.30.00.00.00.00	00104
445	13.002	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
445	13.002	2.032	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
405	13.002	1.507	4.4.90.52.00.00.00.00	00103
403	13.002	1.506	4.4.90.52.00.00.00.00	00103
403	13.002	1.506	4.4.90.52.00.00.00.00	01044
411	13.002	2.026	3.3.90.30.00.00.00.00	00103
411	13.002	2.026	3.3.90.30.00.00.00.00	01044

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 17 de novembro de 2025.

Assinado Digitalmente

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Município de Goioerê

Assinado Digitalmente

PASCOA APARECIDA CARACATO ROCCO

Carol Distribuidora LTDA

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:ACD33BDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 339/2024

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e a empresa **VSR COMERCIO LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 53.201.214/0001-92, situada na Rua David Geronasso nº 1490, Boa Vista, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.560-360, neste ato representado pelo senhor **VINICIUS DOS SANTOS RODRIGUES,** tendo em vista o que consta no Processo nº 168/2024, resolvem entre si e na melhor forma de direito a Ata de Registro de Preços nº 339/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 067/2024, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços:

1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** e **reajuste pelo INPC (4,68% - out./25)** da Ata de Registro de Preços nº 339/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará a ter o seu quantitativo original prorrogado e os valores reajustados, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit (R$)	Valor Unit Reajustado (R$)
11	ANIMAIS COM FILHOTES (KIT MÍNIMO 11 PEÇAS) Confeccionados em plush colorido e com enchimento de fibra siliconada, com abertura de zíper, cada animal carrega em seu interior os respectivos filhotes, mínimo 4 espécies de animais e dois filhotes cada, material antialérgico, acompanhar sacola de PVC com zíper e alça. Certificado pelo Inmetro.	Kit	MAXI TOYS - REF. 51	50	265	**277,40**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$13.870,00 (treze mil, oitocentos e setenta reais).**

2.3. Este valor é apenas estimativo, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos efetivamente adquiridos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Um. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
436	13.002	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	00104
436	13.002	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	01039
461	13.002	2.036	3.3.90.30.00.00.00.00	00104
445	13.002	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
445	13.002	2.032	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
405	13.002	1.507	4.4.90.52.00.00.00.00	00103
403	13.002	1.506	4.4.90.52.00.00.00.00	00103
403	13.002	1.506	4.4.90.52.00.00.00.00	01044
411	13.002	2.026	3.3.90.30.00.00.00.00	00103
411	13.002	2.026	3.3.90.30.00.00.00.00	01044

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 17 de novembro de 2025.

Assinado Digitalmente

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Município de Goioerê

Assinado Digitalmente

VINICIUS DOS SANTOS RODRIGUES

VSR Comercio LTDA

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:4DC18175

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 386/2024

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e a empresa **V M DISTRIBUIDORA DE COMPUTADORES LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 49.457.481/0001-58, situada na Rua Padre Aurelio nº 117, Centro, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, CEP 89.930-000, neste ato representado pela senhora **VITORIA MARIA VARGAS**,

resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar a Ata de Registro de Preços nº 386/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 43/2024, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços:

1.1.1. **Acréscimo quantitativo** ao **item nº 33 e 62**, da **Ata de Registro de Preços nº 386/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR

2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará a ter o seu quantitativo original acrescido, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Percentual de Aditivo (%)	Qtde. Aditivada	Valor Unit. (R$)
33	COMPUTADOR PADRÃO PROCESSADOR 6-CORE, 12 THREADS MÍNIMO 3.5GHZ 12MB - O gabinete deverá ser entregue devidamente montado com as seguintes peças: Gráficos integrados, Placa mãe: Suporta DDR4 4400+(OC) / 4000(OC)/ 3800(OC)/ 3600(OC)/ 3200/ 2933/ 2667/ 2400/2133, Suporta Dual Channel DDR4 4400+(OC) / 4000(OC)/ 3800(OC)/ 3600(OC)/ 3200/ 2933/ 2667/ 2400/2133, Vídeo, por modelo de CPU, Suporta DX12, Suporta HDCP, Armazenamento, suporta mínimo 1 soquete M.2 e mínimo 4 portas SATA III (6 Gb/s), Lan(rede) 10/ 100/ 1000 Mb/s, 1 x slot PCIe 3.0 x16 (modo x16 ou x8/x4/x4)), Rear I/O: 1 x porta DP, 1 x porta HDMI,1 x porta LAN,4 x portas USB 3.2 (Gen1), 2 x portas USB 2.0, 3 x entrada de áudio , memoria 16GB DDR4 mínimo 3000MHz, armazenamento interno nvme mínimo 480 GB, gabinete Mid - Tower, fonte compatível PC mínimo de 400w real. Monitor mínimo 22,5" Led IPS Full HD, resolução mínima 1920x1080 saída HDMI, VGA, frequência de atualização de mínimo 75Hz e tempo de resposta de 6,5ms. Teclado USB Preto ABNT 2 Standard, resistente a derramamento de líquidos, semi mecânico, teclas de baixo perfil. Mouse 2400 DPI, caixa de som potência mínima 5W RMS, Fonte de alimentação USB 5V DC, Resposta de Frequência 100 - 20KHZ Impedância: 4 OhmsSensibilidade: 70dB +-4dB Conexão: P2 de 3.5mm / USBCom Controle de Volume, Windows 11 PRO 64Bit BRA COEM/DVD (Atualização mais recente), Office Home & Business Microsoft 2021 ESD, ambas com licença genuína. Garantia mínima de 12 (doze) meses. A proponente deverá apresentar um comprovante em relação a Microsoft ou do distribuidor oficial da Microsoft, que está habilitado a vender licença genuína Microsoft ou que a licença que está sendo ofertada seja genuína Microsoft. Licença de antivírus por 1 ano, proteção anti spyware, antivírus, malware e ransomware e firewall para PC.	Unid	PRÓPRIA RYZEN 5	07	25	01	5.400,00
62	NOTEBOOK PROCESSADOR INTEL QUAD CORE DE 11º GERAÇÃO COM FREQUÊNCIA TURBO MAX 4.50GHZ, MEMÓRIA MINIMA DDR 4 8GB, SSD MINIMO 480GB, 15.6” LED LCD - Resolução HD (1366x768), rede Wi-Fi 802.11ac, tenha teclado numérico a direita. Entrada padrão RJ45 – 10/100/1000 Mbps, bolsa de transporte, Sistema Operacional Windows 10 profissional 64 BITS em português e LICENCIADO (OEM), office 2021 profissional 64 bits em português licenciado e licença de antivírus por 1 ano. OBS etiquetas das licenças inclusas no eqp e web cam inclusa. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Unid	VAIO - FE15, I3 1215U, 512GB, 8GB RAM, WIN11	15	25	03	3.350,00

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$15.450,00 (quinze mil, quatrocentos e cinquenta reais).**

2.3. Este valor é apenas estimativo, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos efetivamente adquiridos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
48	3.003	2.054	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
106	8.002	2.007	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
134	9.003	1.501	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
139	9.003	2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
139	9.003	2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	00511
229	11.004	2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
229	11.004	2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	00510
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	01062
259	12.002	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	01062
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
391	12.008	2.141	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
396	12.008	2.141	4.4.90.52.00.00.00.00	00303
445	13.002	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
448	13.002	2.032	4.4.90.52.00.00.00.00	00107
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00002
555	14.002	2.076	3.3.90.30.00.00.00.00	00938
563	14.002	2.076	4.4.90.52.00.00.00.00	00000
563	14.002	2.076	4.4.90.52.00.00.00.00	2.076
563	14.002	2.076	4.4.90.52.00.00.00.00	2.076
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	2.079
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	2.079
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	2.079
569	14.002	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	2.079
709	15.005	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	2.025
709	15.005	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	2.025
709	15.005	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	2.025
709	15.005	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	2.025
727	16.002	2.089	3.3.90.30.00.00.00.00	2.089
727	16.002	2.089	3.3.90.30.00.00.00.00	2.089
727	16.002	2.089	3.3.90.30.00.00.00.00	2.089
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	2.085
767	17.002	2.085	3.3.90.30.00.00.00.00	2.085
774	17.002	2.085	4.4.90.52.00.00.00.00	2.085
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	2.055
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	2.055
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	2.055
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	2.055
811	18.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	2.055
819	18.002	2.055	4.4.90.52.00.00.00.00	2.055
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	2.093
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	2.093
833	19.002	2.093	3.3.90.30.00.00.00.00	2.093
841	19.002	2.093	4.4.90.52.00.00.00.00	2.093

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 03 de novembro de 2025.

Assinado Digitalmente

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO

Município de Goioerê

Assinado Digitalmente

VITORIA MARIA VARGAS

V M Distribuidora De Computadores LTDA

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:A2612464

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.577/2.025

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3104/2024, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 210.508,67 (duzentos e dez mil e quinhentos e oito reais e sessenta e sete centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.361.7.2026-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$1.165,50
01044.01044.09.01.06.00.2.569.0000 (SF) - Outras Transferências de Recursos FNDE	1.165,50
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E REC.HIDRICOS	
16.003.18.541.18.1520-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$142.343,17
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	142.343,17
21.000 - SECRETARIA MUNICIPAL SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.002 - DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.002.6.181.5.2201-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$7.000,00
00507.00507.99.99.00.00.2.751.0000 (SF) - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	7.000,00
21.000 - SECRETARIA MUNICIPAL SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.002 - DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.002.6.181.5.2201-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$60.000,00
00507.00507.99.99.00.00.2.751.0000 (SF) - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.361.7.2026-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$1.165,50
01044.01044.09.01.06.00.2.569.0000 (SF) - Outras Transferências de Recursos FNDE	1.165,50
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.6.1006-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$142.343,17
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	142.343,17
21.000 - SECRETARIA MUNICIPAL SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	

21.002 - DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.002.6.181.5.2201-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$67.000,00
00507.00507.99.99.00.00.2.751.0000 (SF) - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	67.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.

Goioerê - Paraná, 18 de novembro de 2025

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO

Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:14E43DB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO – Nº 044/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU

CONTRATADA: STERILE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO LTDA-EPP

OBJETO: Contratação de serviços de limpeza, embalagem e esterilização a óxido de etileno e vapor saturado de materiais termossensíveis, instrumentais e outros médico-hospitalares em regime de empreitada por preço unitário, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	3999	25.000	LITRO	Esterilização a óxido de etileno, incluindo limpeza.	6,00	150.000,00

VALOR TOTAL: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

FIRMADO EM: 17 de novembro de 2025.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello

João Gabriel Avanci

Antonio Carlos de Andrade Soares

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:D3D361E2

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO REAJUSTE DO CONTRATO – Nº 138/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU

CONTRATADA: VALDECIR DA SILVA AR ME

OBJETO: Concede-se reajuste de aproximadamente 5,267020% com base no índice IPCA/IBGE, conforme Cláusula Sexta do contrato ora mencionado. O valor total estimado do reajuste será de R$ 4.503,00 (quatro mil, quinhentos e três reais) ficando o valor total do Contrato em R$ 89.993,50 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR ATUAL	REAJUSTE %	VALOR REAJUSTADO	TOTAL R$
1	01	Hora técnica para prestação de serviços de manutenção corretiva em Geladeiras, Refrigeradores, Frigobar e Freezer e demais similares.	60	Horas	137,60	5,267020	144,85	8.691,00
1	02	Valor disponibilizado para aquisição de peças de reposição para execução dos serviços de manutenção corretiva.	1	UND	30.785,00	5,267020	32.406,45	32.406,45
2	01	Hora técnica para prestação de serviços de manutenção corretiva em Micro-ondas, Forno Elétrico, Fogão doméstico e demais similares.	60	Horas	126,30	5,267020	132,95	7.977,00
2	02	Valor disponibilizado para aquisição de peças de reposição para execução dos serviços de manutenção corretiva.	1	UND	4.954,50	5,267020	5.215,45	5.215,45
3	01	Hora técnica para prestação de serviços de manutenção corretiva em Máquina de Lavar Roupa, Centrífuga de Roupas, Tanquinho de Lavar Roupa, Máquina de Lavar Louça, secadora e demais similares	60	Horas	139,65	5,267020	147,01	8.820,60
3	02	Valor disponibilizado para aquisição de peças de reposição para execução dos serviços de manutenção corretiva.	1	UND	7.499,50	5,267020	7.894,50	7.894,50
4	01	Hora técnica para prestação de serviços de manutenção corretiva em Lavadora de Alta Pressão e demais similares.	60	Horas	175,65	5,267020	184,90	11.094,00
4	02	Valor disponibilizado para aquisição de peças de reposição para execução dos serviços de manutenção corretiva.	1	UND	7.499,50	5,267020	7.894,50	7.894,50

FIRMADO EM: 13 de novembro de 2025.

PROC. ADMINISTRATIVO: 831/2025.

ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello

João Gabriel Avanci

Valdecir da Silva

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:477E53CF

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO REAJUSTE DO CONTRATO – Nº 52/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU

CONTRATADA: CONSTRUTORA E EMPREITEIRA REIMANN SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Concede-se reajuste de aproximadamente 5,267020% com base no índice IPCA/IBGE, conforme Cláusula Sexta do contrato ora mencionado. O valor total estimado do reajuste será de R$ 6.802,50 (seis mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos) ficando o valor total do Contrato em **R$ 135.967,50(cento e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).**

ITEM	QNTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL (R$)	REAJUSTE (%)	VALOR REAJUSTADO	VALOR ATUALIZADO (R$)
1	375	HORAS	Serviços de manutenção preventiva/corretiva das instalações hidrossanitárias e pluviais;	87,16	5,267020	91,75	34.406,25
2	375	HORAS	Serviços de manutenção preventiva/corretiva das instalações elétricas;	87,16	5,267020	91,75	34.406,25
3	750	HORAS	Serviços de manutenções preventivas/corretivas gerais das instalações civis;	85,06	5,267020	89,54	67.155,00

FIRMADO EM: 13 de novembro de 2025.

PROC. ADMINISTRATIVO: 809/2025.

ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello

João Gabriel Avanci

Anderson Reimann de Oliveira

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:162580AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRONICO 030/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº :	081/2025
b) Licitação Nº :	030/2025
c) Modalidade :	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação :	18/11/2025
e) Objeto Homologado :	Aquisição de equipamentos rodoviários novos, zero km, destinados à execução de serviços de manutenção e melhorias de estradas rurais no Município de Guaraci/PR, conforme especificações técnicas e quantitativos estabelecidos no presente Termo de Referência. OS OBJETOS DESTA LICITAÇÃO SERÁ DISPONIBILIZADO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI-PR

f) Dotação Orçamentária :

20.608.0018.2.162. - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA

20.608.0018.2.162. - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

1) CHIAPETTI COMERCIO DE CAMINH?ES E ?NIBUS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 26.902.814/0001-05 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.330.000,00 (um milhão, trezentos e trinta mil reais).

2) SARANDI TRATORES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 77.266.575/0001-85 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.313.000,00 (um milhão, trezentos e treze mil reais).

FORNECEDOR: CHIAPETTI COMERCIO DE CAMINH?ES E ?NIBUS LTDA - CNPJ: 26.902.814/0001-05

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	**CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6X4,** Versão 6x4, com cabine avançada, motor diesel, atendimento a Resolução Conama 490/2018, (Proconve P8, equivalente ao Euro VI), motor com no mínimo 6 cilindros verticais em linha, turbocooler, com potência de no mínimo 285 cv, com volume/cilindrada de no mínimo 6,8 litros/6,800 cm³, com gerenciamento eletrônico de combustível, câmbio manual, automático ou automatizado de no mínimo 9 (dez) marchas/velocidade a frente e 1 (uma) a ré, cor branca, com capacidade de tração de no mínimo 42.000 kg, com entre eixo adequado para instalação de caçamba basculante, com ar condicionado, vidros elétricos, espelhos retrovisores elétricos, CARACTERÍSTICAS GERAIS: novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor, na data do recebimento da ordem de compra ou modelo de ano superior), cor branca (caminhão e caçamba), equipado com caçamba de capacidade mínima de 12,0m³, aço estrutural de alta resistência como SAE 1020 – ASTM A-36 OU SAC-350, SISTEMA HIDRÁULICO de acionamento indireto com 2 (dois) pistões, GARANTIA: Mínima de 12 (doze) meses (caminhão e caçamba); ENTREGA: a CONTRATADA entregará licenciado e emplacado, bem como é responsável por todas as despesas por danos e ou avarias do bem até a	Volkswagen Constellation 31-320 6x4	UNI	2	665.000,00	1.330.000,00

	efetiva entrega na sede de cada Município participante do(s) Programa(s) a ser recebido por servidor municipal responsável pelo recebimento. PNEUS: Radiais sem câmara no mínimo 275/80 R22.5 de uso misto nos eixos dianteiros e estepe e borrachudos nos eixos trativos. CAPACIDADE: Peso bruto total (PBT) homologado de 23.000 kg. Tanque de combustível com capacidade mínima de 200 litros; freio de serviço a tambor e com sistema antitravamento das rodas (ABS), freio motor, distribuição eletrônica de frenagem, controle de aderência em aceleração, com duas opções de bloqueio nos eixos trativos, tapa sol externo frontal, tacógrafo digital, horímetro, rádio am/fm com entrada usb. ADESIVO ESPECÍFICO DE CADA PROGRAMA e tanque cheio.					

Valor Total do Fornecedor: R$ 1.330.000,00 (um milhão, trezentos e trinta mil reais).

FORNECEDOR: SARANDI TRATORES LTDA - CNPJ: 77.266.575/0001-85

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	**PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS,** última série, nova, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 125 HP, motor diesel que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I) Peso operacional de 10.300 kg até 13.000kg, número de marcha 4(quatro) a frente e 3 (três) a ré; sistema de acoplamento conversor de torque, transmissão tipo PowerShift ou Hidrostática, sistema hidráulico bomba do tipo engrenagem ou pistão de fluxo variável, ângulo de articulação mínimo 38º para cada lado, capacidade mínima da caçamba 1,90 m³ e borda Cortante, com dentes e segmento aparafusado, com 2 (dois) cilindros de elevação e 1 (um) cilindro de tombamento, força de desagregação na caçamba, mínimo de 8.000 kgf, carga operacional mínima de 3.200 kg, sistema elétrico de 24 V, direção Hidráulica orbitrol ou hidrostática, manobrabilidade articulada, PNEUS traseiros e dianteiros 17.5×25 E3/L3, cabine fechada com ar condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS, tanque com capacidade mínima de 175 litros, sistema de telemetria por no mínimo um ano, GARANTIA mínima de 12 (doze) meses, ENTREGA: sendo a CONTRATADA responsável por todas as despesas, por danos e ou avarias do bem até a efetiva entrega na sede de cada Município participante do(s) Programa(s), a ser recebido por servidor municipal responsável pelo recebimento.. TREINAMENTO: sim, entrega técnica e treinamento a ser realizada pelo fornecedor, com fornecimento de certificado, ADESIVO ESPECÍFICO DE CADA PROGRAMA e tanque cheio.	LIUGONG 838T	UNI	2	465.000,00	930.000,00
3	**RETROESCAVADEIRA 4X4,** última série, nova, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida mínima de 90 HP, motor turbo diesel, número mínimo de marcha 4(quatro) a frente e 4 (quatro) a ré, tração 4x4, transmissão tipo Powershuttle ou Powershift, sistema de acoplamento conversor de torque, protetor de cardan, freio de serviços e estacionário em banho de óleo, sistema hidráulico com bomba tipo engrenagem ou pistão com centro aberto ou fechado, direção hidrostática, chassi monobloco em peça única. ESCAVADEI-RA DA RETRO capacidade da caçamba mínimo de 30" (trinta polegadas), com dentes aparafusados, profundidade mínima de escavação 4.400 mm, altura de carga mínima 3.100mm, força de desagregação na caçamba mínimo de 4.900 kgf, força de desagregação no braço mínimo de 3.000 kgf/m, CARREGADEIRA FRONTAL capacidade da caçamba mínimo de 0,96 m³, com dentes aparafusados, cilindros de elevação mínimo de 2 (dois) e de tombamento mínimo de 1 (um) altura de descarga mínimo de 2.570 mm, altura total de articulação, mínimo 3.290mm, força de desa-gregação na caçamba mínimo de 4.000 kgf, carga operacional mínimo de 2.500 kg, PNEUS dianteiros mínimo 12,5/80x18 com 12 lonas e traseiros mínimo 16,9x24, com 12 lonas. PESO OPERACIONAL mínimo de 7.100 Kg, sis-tema elétrico 12 V, eixos tipo redução planetária ou coroa e pinhão central, direção hidrostática, cabine fechada com sistema de ar-condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS, tanque de combustível, capacidade mínima de 120 litros, sistema de telemetria por no mínimo um ano, GARANTIA mínima de 12 (doze) meses, ENTREGA: sendo a CONTRATADA responsável por todas as despesas, por danos e ou avarias do bem até a efetiva entrega na sede de cada Município participante do(s) Programa(s), a ser recebido por servidor municipal responsável pelo recebimento. TREINAMENTO: sim, entrega técnica e treinamento a ser realizada pelo fornecedor, com fornecimento de certificado, ADESIVO ESPECÍFICO DE CADA PROGRAMA e tanque cheio.	LIUGONG 766A	UNI	1	383.000,00	383.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 1.313.000,00 (um milhão, trezentos e treze mil reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 2.643.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil reais)

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 18 de novembro de 2025.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:98135F6B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
|QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO EMERGENCIAL N.º 001/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO EMERGENCIAL N.º 001/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA GLADYS HAYDEE SALICE & CIA LTDA.-ME.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000

representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESA GLADYS HAYDEE SALICE & CIA LTDA.-ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.265.795/0001-86, com sede à Rua Paula Miranda n.º 35 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR representada pelo senhor **GLADYS HAYDEE SALICE,** brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG n.º V10974Y PF/DF e devidamente inscrita no CPF/MF sob n.º 009.253.609-37, residente e domiciliada à Rua Paula Miranda n.º 35 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA GLADYS HAYDEE SALICE & CIA LTDA.-ME., de comum acordo e com base na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, CONTRATO EMERGENCIAL N.º 001/2025 oriundo da Dispensa Emergencial n.º 01/2025, ***cujo objeto é a prestação de serviços de transporte escolar marítimo***, conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RENOVAÇÃO.

As partes de comum acordo procedem à renovação - prazo e valor - do Contrato Administrativo Emergencial n.º 001/2025, conforme o seguinte:

I – O prazo de vigência pelo período de 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 31 de outubro de 2025 e findando-se em 29 de dezembro de 2025;

II – O prazo de execução pelo período de 50 (cinquenta) dias, iniciando-se em 31 de outubro de 2025 e findando-se em 19 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR CONTRATUAL

A prestação de serviços objeto da renovação prevista na cláusula primeira deste Contrato Em função da renovação será de até R$ 399.300,00 (trezentos e noventa e nove mil e trezentos reais), conforme o seguinte:

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar (Medeiros, Mariana, Massarapuã, Ilha Rasa, Almeida e Ponta do Lanço)	uni	42	R$ 1.650,00	R$ 69.300,00
2	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar (Tromomo e Taquanduva)	uni	42	R$ 1.650,00	R$ 69.300,00
3	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar (Bertioga, Barbados e Tibicanga)	uni	42	R$ 1.650,00	R$ 69.300,00
4	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar (Vila Fátima, Canudal, Sebui, Puruquara e Tibicanga e Aldeia Tekoa Vy'a de Superagui a Sebui).	uni	74	R$ 1.650,00	R$ 122.200,00
5	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar(Puruquara, Guapecum e Guaraqueçaba)	uni	42	R$ 1.650,00	R$ 69.300,00
TOTAL					**R$ 399.300,00**

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) para transporte dos profissionais do setor educacional:

(061) 3.3.90.39.00.0 01000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

(062) 3.3.90.39.00.0 01102 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

(063) 3.3.90.39.00.0 01103 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

(064) 3.3.90.39.00.0 01104 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

b) para transporte dos alunos da rede pública:

(080) 3.3.90.39.00.0 01144 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 001/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 29 de outubro de 2025.

Municipio De Guaraquecaba/PR

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI

CPF n.º 039.773.459-07

Prefeito de Guaraqueçaba – PR

Empresa Gladys Haydee Salice & CIA LTDA

CNPJ n.º 11.265.795/0001-86

GLADYS HAYDEE SALICE

CPF n.º 009.253.609-37

ALESANDRA MORAIS DA COSTA

Secretária Municipal de Educação de Guaraqueçaba – PR

Portaria n.º 214 de 10.07.2025

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:57065511

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO EMERGENCIAL N.º 001/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO EMERGENCIAL N.º 001/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA GLADYS HAYDEE SALICE & CIA LTDA.-ME.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESA GLADYS HAYDEE SALICE & CIA LTDA.-ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.265.795/0001-86, com sede à Rua Paula Miranda n.º 35 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR representada pelo senhor **GLADYS HAYDEE SALICE,** brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG n.º V10974Y PF/DF e devidamente inscrita no CPF/MF sob n.º 009.253.609-37, residente e domiciliada à Rua Paula Miranda n.º 35 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA GLADYS HAYDEE SALICE & CIA LTDA.-ME., de comum acordo e com base na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, CONTRATO EMERGENCIAL N.º 001/2025 oriundo da Dispensa Emergencial n.º 01/2025, ***cujo objeto é a prestação de serviços de transporte escolar marítimo***, conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO AUMENTO QUANTITATIVO.

As partes de comum acordo procedem ao aumento quantitativo no valor de R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) correspondendo ao percentual de 9,85% (nove vírgula oitenta e cinco por cento) do valor originalmente contratado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor decorrente do aumento quantitativo previsto na cláusula primeira, refere-se ao atendimento aos alunos da nova Aldeia Tekoa Vy'a de Superagui a Sebuí, que ocasionou alteração de rota no item 4, conforme abaixo:

PARÁGRAFO SEGUNDA. Em decorrência do aumento quantitativo previsto na cláusula primeira deste termo aditivo, o valor total do contrato administrativo n.º 001/2025, passará para o valor de R$ 589.050,00 (quinhentos e oitenta e nove mil e cinquenta reais), conforme o seguinte:

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar (Medeiros, Mariana, Massarapuã, Ilha Rasa, Almeida e Ponta do Lanço)	uni	65	R$ 1.650,00	R$ 107.250,00
2	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar (Tromomo e Taquanduva)	uni	65	R$ 1.650,00	R$ 107.250,00
3	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar (Bertioga, Barbados e Tibicanga)	uni	65	R$ 1.650,00	R$ 107.250,00
4	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar (Vila Fátima, Canudal, Sebui, Puruquara e Tibicanga e Aldeia Tekoa Vy'a de Superagui a Sebuí).	uni	97	R$ 1.650,00	R$ 160.050,00
5	Embarcação com 1 (um) marinheiro para realização do transporte escolar(Puruquara, Guapecum e Guaraqueçaba)	uni	65	R$ 1.650,00	R$ 107.250,00
TOTAL					**R$ 589.050,00**

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) para transporte dos profissionais do setor educacional:

(061) 3.3.90.39.00.0 01000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

(062) 3.3.90.39.00.0 01102 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

(063) 3.3.90.39.00.0 01103 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

(064) 3.3.90.39.00.0 01104 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

b) para transporte dos alunos da rede pública:

(080) 3.3.90.39.00.0 01144 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 001/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 22 de setembro de 2025.

Municipio De Guaraquecaba/PR

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI

CPF n.º 039.773.459-07

Refeito De Guaraqueçaba – PR

Empresa Gladys Haydee Salice & CIA LTDA

CNPJ n.º 11.265.795/0001-86

GLADYS HAYDEE SALICE

CPF n.º 009.253.609-37

ALESANDRA MORAIS DA COSYA

Secretária Municipal De Educação De Guaraqueçaba – PR

Portaria n.º 214 de 10.07.2025

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:9D441C7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
11 - NOVEMBRO - RELATÓRIO QUINZENAL DE GASTOS COM DIÁRIAS PERÍODO 01 A 14.11.2025

HONÓRIO SERPA CÂMARA DE VEREADORES											
Gerenciamento do Sistema											
Despesas com Diárias											
Entidade: HONÓRIO SERPA CÂMARA DE VEREADORES / Espécie: Ordinário, Global, Estimativo / Tipo: Todos / Ano Igual 2025 / Data de Início Entre 01/11/2025 e											
14/11/2025											
Credor	**Entidade**	**Empenho Cargo**	**Data de Início**	**Data do Fim**	**Destino**	**Objetivo**	**Meio de Transporte**	**Número de Diárias**	**Valor Unitário**	**Valor**	**Total de Diárias Soma:**
Total de Registros:											0

Publicado por:
José Carlos Cardoso
Código Identificador:2AEAFE27

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2025. EDITAL Nº 09-A, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2025.

EDITAL Nº 09-A, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃOCARLOS GARBIN**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, e com a Lei Municipal nº 835, de 28 de junho de 2019, **TORNA PÚBLICA** a abertura de **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2025**, para contratação de servidores por tempo determinado, a fim de atender à necessidade de excepcional interesse público, nas condições e prazos estabelecidos neste edital:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Este Processo Seletivo Simplificado reger-se-á de acordo com os termos do art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, Lei Municipal nº 835, de 28 de junho de 2019 e Lei Municipal nº 724, de 13 de abril de 2017 e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) e disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Honório Serpa (http://www.honorioserpa.pr.gov.br).

Os contratos de trabalho dos candidatos aprovados serão regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

1.3. Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os servidores estatutários (Lei Municipal nº 731, de 30 de maio de 2017), sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo diploma e demais legislações aplicáveis, no que couber.

O Processo Seletivo Simplificado será realizado em uma única etapa, constituída de Prova de Títulos e apresentação dos anexos necessários, no qual será executado por intermédio de **Comissão Organizadora, Avaliadora e Julgadora Especial**, composta por 03 (três) servidores, designados através da **Portaria nº 67, de 03 de novembro de 2025.**

1 5. Ao seu tempo, será lavrado contrato administrativo de trabalho temporário, pelo prazo de até 06

(seis) meses, prorrogável por até igual período.

Os servidores temporários desenvolverão suas atividades em suas unidades, de acordo com a necessidade e interresse público.

Os classificados serão convocados de acordo com a necessidade, disponibilidade de vagas e, ainda, respeitando a disponibilidade financeira do Município.

DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA E NÚMERO DE VAGAS

PROFESSORES

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS
PROFESSORES HABILITADOS			
Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.	40 horas	18 + Cadastro de Reserva	Nível superior, em curso de graduação em Pedagogia / Normal Superior e/ou especialização na Educação Infantil e Anos Iniciais.
PROFESSORES NÃO HABILITADOS			
Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.	40 horas	Cadastro de Reserva	Habilitação mínima cursando Pedagogia /histórico e/ou atestado de frequência escolar dos períodos cursados.

PROFESSORES ESPECÍFICOS

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS
PROFESSORES HABILITADOS ESPECÍFICOS			
Professor de Arte para Educação Infantil e Ensino Fundamental.	40 horas	1 + Cadastro de Reserva	Nível superior e especialização na área específica.
Professor de Inglês para Educação Infantil e Ensino Fundamental.	20 horas	1 + Cadastro de Reserva	Nível superior e especialização na área específica.

Professor de Educação Física para Educação Infantil e Ensino Fundamental.	**40 horas**	**2 + Cadastro de Reserva**	**Nível superior e especialização na área específica.**
PROFESSORES NÃO HABILITADOS ESPECÍFICOS			
Professor de Arte para Educação Infantil e Ensino Fundamental.	**40 horas**	**Cadastro de Reserva**	**Habilitação mínima, portador de atestado de frequência, cursando nível superior específico na área.**
Professor de Inglês para Educação Infantil e Ensino Fundamental.	**20 horas**	**Cadastro de Reserva**	**Habilitação mínima, portador de atestado de frequência, cursando nível superior específico na área.**
Professor de Educação Física para Educação Infantil e Ensino Fundamental.	**40 horas**	**Cadastro de Reserva**	**Habilitação mínima, portador de atestado de frequência, cursando nível superior específico na área.**

Os candidatos aprovados farão parte do cadastro de reserva e poderão ser convocados para substituição dos servidores efetivos, em seus afastamentos legais superiores a 15 (quinze) dias, no período de validade do certame, conforme os casos previstos em lei.

O Processo Seletivo Simplificado será executado pela comissão de servidores designada pela Portaria nº 67, de 03 de novembro de 2025, e obedecerá aos critérios de habilitação específica e os demais requisitos estabelecidos no presente edital.

Os prazos somente começam a correr em dias úteis.

A contratação terá a mesma duração do afastamento do servidor relacionado, até o prazo máximo de 6 meses, podendo ser prorrogado por mais 6 meses, para substituição de servidores na Rede Municipal de Educação.

Será admitida a impugnação deste Edital, desde que devidamente fundamentada, das 8h30, do dia 19 de Novembro de 2025, às 23h59min, do dia 21 de Novembro de 2025, através de formulário de impugnação ANEXO I, a qual deverá ser protocolada via e-mail *pssed2025@honorioserpa.pr.gov.br*, ou junto ao Departamento Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, situado na Avenida XVI de Novembro, anexo ao ginásio de esportes Hermes Garbin, Centro da cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná, em envelope lacrado aos cuidados da comissão designada pela Portaria nº 67, de 03 de novembro de 2025.

O candidato terá somente um único contrato de 40 (quarenta) horas ou 20 (vinte) horas, de acordo com a necessidade da instituição.

DAS ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

As funções temporárias de que tratam este Processo Seletivo Simplificado correspondem:

CARGO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
Professor da Educação Infantil e Ensino Fundamental.	**40 horas**	**Piso Nacional Inicial.**
Professor De Arte Educação Infantil e Ensino Fundamental.	**40 horas**	**Proporcional ao Piso Nacional Inicial.**
Professor de Inglês Educação Infantil e Ensino Fundamental.	**20 horas**	**Proporcional ao Piso Nacional Inicial.**
Professor de Educação Física Educação Infantil e Ensino Fundamental.	**40 horas**	**Proporcional ao Piso Nacional Inicial.**

Além do salário, o contratado fará jus às seguintes vantagens funcionais: férias proporcionais acrescidas de um terço, décimo terceiro Salário e inscrição no Regime Geral de Previdência Social.

Sobre a remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.

Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar, no que couber.

Os servidores temporários não farão jus aos benefícios estabelecidos aos servidores estatutários (efetivos), como o auxílio transporte e/ou entre outros.

Os servidores temporários farão jus ao benefício auxílio-alimentação.

DO CRONOGRAMA

Este Processo Seletivo Simplificado – PSS será composto das seguintes fases:

PUBLICAÇÃO DE EDITAL	Dia **19 de Novembro de 2025**, no Diário oficial dos Municipios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) e no site da prefeitura (www.honorioserpa.pr.gov.br) em link destinado ao PSS.
IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA	Das 8h30, do dia **19 de Novembro de 2025**, às 203h59min, do dia **21 de Novembro de 2025**, através de formulário de impugnação **ANEXO I,** a ser enviado no e-mail: pssed2025@honorioserpa.pr.gov.br
RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA	Dia **25 de Novembro de 2025**, no Diário Oficial dos Municipios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) e no site da prefeitura (www.honorioserpa.pr.gov.br) em link destinado ao PSS.
PERÍODO DE INSCRIÇÕES	Das 8h30, do dia **25 de Novembro de 2025,** às 23h59min, do dia **30 de Novembro de 2025,** através de formulário de inscrição **ANEXO II**, junto com toda a documentação comprobatória a ser enviados no e-mail: pssed2025@honorioserpa.pr.gov.br ou presencialmente, na forma do item 6.2 deste edital.
RELAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS INSCRITOS	Dia **03 de Novembro de 2025**, no Diário Oficial dos Municipios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) e no site da prefeitura (www.honorioserpa.pr.gov.br) em link destinado ao PSS.
RECURSOS QUANTO À RELAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS INSCRITOS	Das 8h30, do dia **03 de Dezembro de 2025**, às 23h59, do dia **05 de Dezembro 2025,** através de formulário de recurso quanto à inscrição provisória **ANEXO I,** junto com toda a documentação comprobatória a ser enviados no e-mail: pssed2025@honorioserpa.pr.gov.br
RESULTADO DOS RECURSOS QUANTO ÀS INSCRIÇÕES PROVISÓRIAS	Dia **11 de Dezembro de 2025**, no Diário Oficial dos Municipios do Paraná https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar e no endereço www.honorioserpa.pr.gov.br, em link destinado ao PSS.
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	Dia **12 de Dezembro de 2025**, no Diário Oficial dos Municipios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) e no endereço www.honorioserpa.pr.gov.br, em link destinado ao PSS.
PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Dia **15 de Dezembro de 2025**, no Diário Oficial dos Municipios do Paraná e no endereço www.honorioserpa.pr.gov.br, em link destinado ao PSS.
RECURSOS QUANTO À PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Das 8h30, do dia **15 de Dezembro de 2025**, às 23h59, do dia **17 de Dezembro 2025**, através de formulário de recurso quanto à pontuação e classificação provisória **ANEXO I,** junto com toda a documentação comprobatória a ser enviados no e-mail: pssed2025@honorioserpa.pr.gov.br
RESULTADO DOS RECURSOS QUANTO À PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Dia **18 de Dezembro de 2025**, no Diário Oficial dos Municipios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) e no endereço www.honorioserpa.pr.gov.br em link destinado ao PSS.
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	Dia **19 de Dezembro de 2025**, no Diário Oficial dos Municipios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) e no endereço www.honorioserpa.pr.gov.br, em link destinado ao PSS.

MEIO DE DIVULGAÇÃO OFICAL

A divulgação oficial do inteiro teor deste edital, e dos demais editais relativos às etapas deste Processo Seletivo Simplificado, dar-se-á com a publicação no site oficial do Município: http://www.honorioserpa.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para o Processo Seletivo de contratação temporária são gratuitas e serão realizadas no período das 8h30, do dia **25 de Novembro de 2025,** às 23h59min, do dia **30 de Novembro de 2025**, via e-mail pssed2025@honorioserpa.pr.gov.br

EXCEPCIONALMENTE para os candidatos que não dispuserem de acesso a scanner e internet, a inscrição poderá ser realizada junto ao **Departamento Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo,** situado na Avenida XVI de Novembro, Centro, da cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná, anexo ao Ginásio de Esportes Hermes Garbin, durante todo o período de inscrição, sendo em dias úteis das 8h30 às 11h45 e 13h30 às 16h45, com a **entrega de envelope lacrado**.

Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

Após o encerramento do prazo, o candidato não poderá efetuar qualquer alteração nas informações contidas em sua inscrição.

Para inscrever-se no processo seletivo, o candidato deverá fazê-lo via e-mail pssed2025@honorioserpa.pr.gov.br ou comparecer pessoalmente ao endereço, horários e prazos indicados no item 5.1 e 5.3, ou por intermédio de procurador, munido de instrumento público ou particular de mandato, com firma reconhecida em cartório (e com poderes especiais para realizar a sua inscrição no processo seletivo).

O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega, entre outros.

A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste edital.

São requisitos para inscrição:

a) possuir a escolaridade exigida para o cargo;

b) ter conhecimento e estar de acordo com as exigências estabelecidas neste Edital.

Após efetivar a inscrição, não será possível incluir ou alterar as informações. Caso o candidato realize mais de uma inscrição, será considerada válida a do **ÚLTIMO E-MAIL ENVIADO**.

Será terminantemente proibido utilizar o mesmo endereço de e-mail para realizar a inscrição de dois ou mais candidatos. Em caso de duplicidade, apenas a última inscrição enviada e vinculada ao referido e-mail será considerada válida, sendo as demais automaticamente desconsideradas.

O candidato será responsável pelas informações fornecidas no momento da inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativa, civil e penal.

A participação no presente Processo Seletivo Simplificado está isenta do pagamento de taxa de inscrição.

Não serão aceitas, em hipótese alguma, as inscrições fora do prazo, provisórias ou condicionais.

A homologação da inscrição ficará vinculada à verificação do cumprimento integral dos requisitos exigidos para a mesma.

O candidato deverá enviar/entregar, no ato da inscrição, cópia digitalizada da documentação abaixo:

a) Ficha de Inscrição, devidamente preenchida e assinada (Anexo I, deste Edital);

b) Cópia digitalizada/Fotocópia da Cédula de Identidade Civil (RG);

c) Cópia digitalizada/Fotocópia do cartão de inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas/Ministério da Fazenda (CPF);

d) Cópia digitalizada/ Fotocópia do Comprovante de Residência atualizado (últimos 3 meses);

e) Cópia digitalizada/Fotocópia, frente e verso, dos Diplomas de Graduação, Pós-Graduação e demais títulos, se houver;

f) Instrumento público ou particular de mandato (quando realizado através de procurador);

g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da Justiça Federal e Estadual, referente aos locais de residência nos últimos 5 anos, expedidas nos últimos 30 (trinta) dias;

h) Atestado de Antecedentes Criminais, da Polícia Federal e Estadual, referente aos locais de residência nos últimos 5 anos, expedidos nos últimos 30 (trinta) dias.

Os documentos serão autenticados no ato da inscrição pelo Departamento Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo e após conferência, pelos membros da Comissão, desde que o candidato apresente para conferência os originais, juntamente com a fotocópia.

O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento deste documento.

Não serão válidas as inscrições de candidatos com documentação incompleta, mesmo que se comprometam a complementá-la em data posterior.

Não serão aceitas inscrições de candidatos que foram dispensados por justa causa e/ou atos que não corresponde a conduta do profissional.

DAS VAGAS RESERVADAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

É assegurado, à pessoa com deficiência, o direito de se inscrever neste processo seletivo simplificado para admissão, sendo-lhes reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas, cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, observadas as exigências de escolaridade, aptidão e qualificação profissional, nos termos da lei, devendo o candidato observar, no ato da inscrição, além das condições gerais estabelecidas neste Edital, também as condições especiais previstas neste item, para que possa fazer uso das prerrogativas facultadas a esse grupo.

São consideradas pessoas com deficiência, de acordo com o art. 4º do Decreto Federal n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377, do Superior Tribunal de Justiça, Lei Estadual nº 16.945, de 18 de novembro de 2011 e Lei Estadual n.º 18.419/2015, e às demais normas que venham a ampliar o rol de critérios para as Pessoas com Deficiência.

O candidato portador de deficiência, durante o preenchimento do Formulário de inscrição, além de observar os procedimentos descritos neste Edital, deverá indicar na ficha de inscrição que concorrerá na condição de pessoa com deficiência, preencher o **ANEXO VIII,** e anexar laudo de deficiência,

com expressa referência ao código correspondente a Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência e limitações funcionais, com a data de expedição, assinatura e carimbo com o número do Conselho Regional de Medicina - CRM do médico especialista na área da deficiência que emitiu o laudo.

O laudo médico deve conter o nome, assinatura e o CRM do médico que forneceu o atestado, com validade dos últimos 12 meses, a contar da data de início das inscrições deste certame.

As pessoas portadoras de deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere aos critérios de avaliação dos documentos, prazos e demais disposições constantes neste Edital.

O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não-portador de deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD e passando à ampla concorrência.

Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e da Legislação supracitada neste item, a opção de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.

O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

A publicação do resultado final será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais, e a segunda, somente a pontuação dos portadores de necessidades especiais.

O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de função, relotação, redução de carga horária, alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições e assistência de terceiros no ambiente do trabalho e para o desempenho das atribuições da função, uma vez que está ciente das atribuições da função para a qual deseja concorrer e que, no caso de vir a exercê-la e alegar incompatibilidade com as atribuições, não será possível a realocação em outra função e ficará sujeito ao encerramento do contrato.

Não havendo candidatos inscritos ou aprovados para a reserva de vagas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem de classificação geral.

DA RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS AFRODESCENDENTES

Aos afrodescendentes serão reservados o percentual de 10% (dez por cento) das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, nos parâmetros estabelecidos pela Lei Municipal nº 1.075, de 04 de novembro de 2025 e demais normas aplicáveis.

Para concorrer às vagas reservadas que se refere o presente item, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos afrodescendentes e autodeclarar-se (ANEXO IX) como negro ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e que, pelo fenótipo, são assim vistos e reconhecidos como tal pela sociedade.

Comprovando-se falsa a declaração, o candidato será eliminado do certame e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à pena disciplinar de demissão, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Os candidatos afrodescendentes concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

Na hipótese de não haver número de candidatos afrodescendentes aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

DA PROVA DE TÍTULOS E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

O Processo Seletivo Simplificado consistirá em Prova de Títulos e Aperfeiçoamento Profissional, conforme disposto neste edital.

A prova de títulos e aperfeiçoamento profissional será classificatória, com pontuação conforme tabela do cargo.

Somente serão considerados os títulos expedidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que atenderem os critérios definidos neste Edital.

Nenhum título receberá dupla valoração.

A avaliação de títulos e aperfeiçoamento profissional valerá 10,0 (dez) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor. Exceto os acadêmicos que terão uma nota máxima de 5,0 (cinco) pontos.

Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data da entrega observados os limites de pontos do quadro a seguir:

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS – REGENTE DE TURMA				
ALÍNEA	**TÍTULOS**	**Nº DE TÍTULOS**	**VALOR DO TÍTULO**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
A	Certificado de Nível superior (Diploma ou Histórico Escolar), em curso de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior e/ou especialização em Educação Infantil e Anos (séries) Iniciais, ou declaração de conclusão de curso.	1	5,0	**5,0**
B	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360h/a. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar, com carga horária mínima de 360 h/a.	2	1,0	**2,0**
C	Certificado de curso específico na área de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais totalizando 40 horas (**Período de 01/01/2024 a 01/12/2024)**	2	0,5/semestre	**1,0**
D	Tempo de Serviço **(Período de 01/11/2024 a 01/11/2025)** na área da Educação. Comprovada com declaração de Tempo de Serviço ou CTPS, com atuação em escola municipal.	2	1,0/semestre	**2,0**
E	Exclusão de tempo pelo candidato: tempo de serviço utilizado para fins de aposentadoria não será computado. Estágios e trabalho voluntário não serão computados.			
TOTAL				**10,0**

ESPECÍFICAS - QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS – ARTE – EDUCAÇÃO FÍSICA - INGLÊS				
ALÍNEA	**TÍTULOS**	**Nº DE TITULOS**	**VALOR DO TITULO**	**PONTUAÇÃO MAXIMA**
A	Portador de diploma de Nível Superior especifico na área da Arte / Educação Física/ e Inglês, ou declaração de conclusão de curso.	1	7,0	**7,0**
B	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização específica na área, com carga horária mínima de 360h/a. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar, com carga horária mínima de 360 h/a.	1	1,0	**1,0**
C	Tempo de Serviço **(Período de 01/11/2024 a 01/11/2025)** na área da Educação. Comprovada com declaração de Tempo de Serviço ou CTPS com atuação em escola municipal. municipal.	1	1,0 /semestre	**2,0**
D	Exclusão de tempo pelo candidato: tempo de serviço utilizado para fins de aposentadoria não será computado. Estágios e trabalho voluntário não serão computados.			
TOTAL				**10,0**

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS – ACADÊMICOS				
ALÍNEA	**TÍTULOS**	**Nº DE TITULOS**	**VALOR DO TITULO**	**PONTUAÇÃO MAXIMA**
A	Portador de frequência em Pedagogia, Cursando Nível Superior especifico na área da Pedagogia, Arte, Educação Física e Inglês, com Declaração de matricula e/ou Histórico escolar do período concluído.		0,5 pontos por período concluído/semestre	**4,0** **4 anos.**
B	Tempo de Serviço **(Período de 01/11/2024 a 01/11/2025)** na área da Educação. Comprovada com declaração de Tempo de Serviço ou CTPS.		0,5 /semestre	**1,0**
C	Exclusão de tempo pelo candidato: tempo de serviço utilizado para fins de aposentadoria não será computado. Estágios e trabalho voluntário não serão computados.			
TOTAL				**5,0**

Para fins de pontuação e comprovação do tempo de serviço serão considerados os seguintes documentos:

a) Registro de Contrato de Trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

b) Certidão de Tempo de Serviço que informe o período (com início e fim, se for o caso) a espécie do serviço realizado com a descrição das atividades desenvolvidas, em documento timbrado emitido pelo empregador e com firma reconhecida em cartório;

c) Contrato de prestação de serviços ou recibo de pagamento de autônomo (RPA) acrescido de declaração do contratante, devidamente assinada com a qualificação do emitente, que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, no caso de serviço prestado como autônomo;

d) Outros documentos que a Comissão julgue ter validade para comprovação (todos os comprovantes deverão apresentar as datas de admissão e rescisão, se for o caso; e/ou Contrato de Trabalho acompanhado de declaração de tempo de serviço ou documento equivalente).

Documentos sujeitos à verificação quanto à origem.

Tempo de serviço utilizados para fins de aposentadoria não serão computados para classificação do candidato.

Não serão recebidos os documentos originais, e os documentos recebidos não serão devolvidos.

Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas por seu procurador no ato de entrega dos títulos, bem como a entrega dos títulos na data prevista no edital de convocação para essa fase, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de seu representante.

A classificação dos candidatos será baseada no somatório de pontos obtidos na avaliação de títulos.

Será eliminado do processo seletivo o candidato que obter pontuação igual a zero.

Os títulos informados no momento do preenchimento do **ANEXO II,** deverão estar legalizados junto aos órgãos competentes e serem comprovados por meio de documentação oficial na data marcada para a comprovação de títulos.

Serão considerados válidos os títulos cuja conclusão tenha sido até a data da primeira publicação do edital de abertura do certame e que atendam os critérios estabelecidos neste edital.

A pontuação será de acordo com a titulação apresentada e considerada válida**.**

Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação, mediante análise dos documentos comprobatórios referente aos Títulos e Aperfeiçoamento Profissional, nos termos estabelecidos no presente Edital.

Os documentos que comprovam os títulos e aprfeiçoamento profissional devem ser enviados/apresentados no momento da inscrição.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate processar-se-á com os seguintes critérios:

No caso de candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, será utilizado o critério de maior idade, considerando-se ano, mês e dia de nascimento.

Para os demais candidatos, será utilizado o critério de maior idade, considerando-se o ano, mês e dia de nascimento.

Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio, que será realizado junto ao Departamento Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, situado na Avenida XVI de Novembro, em anexo ao ginásio de esportes Hermes Garbin, Centro da cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná ou em outro local determinado pela Comissão Organizadora, Avaliadora e Julgadora, com a presença dos candidatos interessados e dos membros da Comissão.

DOS RECURSOS

Serão admitidos recursos quanto: o edital, à inscrição provisória, à pontuação e à classificação provisória.

Os recursos deverão ser interpostos conforme o cronograma deste edital.

Os recursos deverão ser devidamente fundamentados e encaminhados através do e-mail: pssed2025@honorioserpa.pr.gov.br com o preenchimento do **ANEXO I**, também disponível no link do Processo Seletivo Simplificado no site oficial do Município: http://www.honorioserpa.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar .

O candidato deverá interpor 01 (um) recurso por questionamento apresentado.

Os recursos serão analisados pela Comissão Organizadora, Avaliadora e Julgadora, a qual emitirá parecer conclusivo. A lista dos recursos deferido e indeferidos será publicada nos meios oficiais, pelo site oficial do Município: http://www.honorioserpa.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato, com a finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovações ao requerimento anterior, independente da vigência do prazo recursivo.

É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados de quaisquer dos recursos previstos para este Processo Seletivo Simplificado.

Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo, e/ou cujos dados solicitados não estejam devidamente preenchidos e/ou não contiverem fundamentação mínima.

A Comissão Organizadora, Avaliadora e Julgadora constitui última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão outros recursos administrativos.

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

A classificação final, para os cargos, se dará pela soma dos pontos obtidos na prova de títulos e tempo de serviço.

Após a análise conclusiva dos recursos, a classificação final será publicada nos meios oficiais, na data provável de **19 de Dezembro de 2025**.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A inscrição no Processo Seletivo Simplificado para os cargos previstos no edital, implica, desde logo, a ciência e tácita aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e em Editais complementares ou de retificações.

Antes de efetuar a inscrição, é de responsabilidade do candidato conhecer todas as determinações referentes a este Processo Seletivo Simplificado e certificar-se de que possui todas as condições e pré- requisitos para prestar provas, documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício do cargo, por ocasião da contratação, se aprovado e convocado.

O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se ao preenchimento de vagas para contratação temporária, destinadas aos Departamentos Municipais, em suas unidades de atendimento.

O Município poderá convocar os candidatos classificados conforme as necessidades decorrentes, respeitando o número de vagas e a ordem de classificação.

O candidato terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar a documentação necessária para contratação, junto ao Departamento de Recursos Humanos. O não comparecimento no referido prazo acarretará na tácita desistência da vaga e será convocado o próximo classificado.

O candidato que não puder ou não desejar assumir a vaga disponibilizada por ocasião da convocação poderá solicitar formalmente a desistência da vaga, conforme **ANEXO VI** deste edital.

É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos e editais referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

As despesas relativas à participação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado, em todas as etapas, correrão a expensas do próprio candidato.

Os candidatos habilitados serão convocados, gradualmente, de acordo com as necessidades do Município, obedecendo a ordem de classificação e as vagas existentes, para assinar contrato administrativo temporário.

Caso a localização e condições da vaga para a qual o candidato foi convocado não atendam às suas expectativas e este não aceite a convocação, o referido candidato deverá optar pela desistência da vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.

O não comparecimento do candidato, quando da sua convocação, no prazo estabelecido, implicará na desistência automática do mesmo.

A classificação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado não implicará obrigatoriamente na sua investidura. A sua contratação dependerá da época conveniente oportuna, bem como das necessidades dos departamentos e das disponibilidades orçamentárias.

O contrato de trabalho terá duração de 06 (seis) meses, prorrogável por até igual período, à critério do departamento de lotação, mediante apresentação de justificativa.

DAS ATRIBUIÇÕES INERENTES AOS CARGOS

As atribuições dos cargos deste edital serão conforme o previsto na Lei Municipal nº 247/2008, na Lei 248/2008, e demais legislações aplicáveis.

DOS DEVERES INERENTES AOS CARGOS

Os contratados deverão desempenhar as atividades inerentes às funções com:

Assiduidade;

Pontualidade;

Urbanidade;

Discrição;

Respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir;

Observância das normas legais e regulamentares;

Obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

Levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência;

Guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função;

Apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;

Proceder na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública;

Submeter-se a perícia médica quando determinado pela autoridade competente;

Respeitar os deveres, obrigações e proibições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Honório Serpa (Lei Municipal nº 731/2017) e Código de Ética e Conduta (Decreto nº 256/2023) e demais legislações pertinentes.

DA CONVOCAÇÃO

Homologado o resultado final do processo seletivo, os candidatos aprovados poderão ser convocados para o serviço temporário no período de validade do certame, nas hipóteses previstas neste Edital.

O candidato classificado poderá ou não ser convocado para prestação de serviço, estando a sua contratação vinculada à necessidade de interesse público e conveniência administrativa.

A chamada dos candidatos classificados para ocuparem a vaga será realizada pelo Departamento Municipal de Recursos Humanos, de acordo com a classificação e nas hipóteses deste Edital, devendo o convocado se apresentar em até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de perda da vaga.

O candidato que não puder ou não desejar assumir a vaga disponibilizada por ocasião da convocação, poderá solicitar formalmente, conforme **ANEXO VII** deste edital, por uma única vez, o reposicionamento no último lugar da lista de classificados, a fim de ser convocado futuramente, se houver necessidade dentro da validade do certame.

DA CONTRATAÇÃO

A contratação do candidato para assumir a vaga, desde que aprovado neste Processo Seletivo Simplificado, está condicionada aos requisitos para o exercício da atividade, juntamente com os itens descritos a seguir, a serem comprovados no momento da convocação.

Os servidores temporários estão sujeitos às disposições da Lei Municipal nº 820/2019 e Lei Municipal nº 835/2019, ou outros atos normativos que vierem a substituí-los ou alterá-los, o que deverá ser verificado no ato da contratação.

A falta de comprovação ou a constatação de falsidade de qualquer um dos requisitos especificados e daqueles que vierem a ser estabelecidos, impedirá a contratação, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição neste Processo Seletivo Simplificado.

Para contratação o candidato deverá:

Ser brasileiro, de acordo com o que dispõe o art. 37, I, da Constituição Federal de 1988, e demais legislações específicas.

Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;

Comprovar, por meio de documentos, as informações dadas no momento da inscrição;

Ter sido classificado neste Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste edital;

No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de igualdade de Direitos e Obrigações Civis entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, inciso II, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436/72, 18/04/1972;

Gozar de boa saúde física e mental para o desempenho da função;

Não acumular cargo, apresentando declaração conforme o **ANEXO III** deste edital, sobre essa condição;

Ter a situação regularizada perante o serviço militar, se do sexo masculino e maior de 18 anos;

Ter a situação regularizada perante a Justiça Eleitoral;

Não estar respondendo condenação por sentença penal ou civil, que leva à perda do cargo, observados o disposto no estatuto do servidor;

Para a contratação e exercício do cargo o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

Carteira de Identidade – RG (original e cópia);

Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal – CPF;

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

Comprovante de endereço atual (original e cópia);

Exame admissional, em clínica de medicina e segurança do trabalho, onde o médico examinador poderá pedir exames complementares, às custas do candidato, expedido com data de até 30 (trinta) dias anterior à apresentação;

Na realização do exame admissional, o médico analisará clinicamente o candidato e também os laudos dos exames apresentados;

O candidato será eliminado do certame, caso, no exame admissional ficar constatado sua incapacidade laborativa, quer seja parcial ou total;

Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se candidato do sexo masculino e com idade inferior a 45 anos (original e cópia);

Título de eleitor (original e cópia);

Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da Justiça Federal e Estadual, referente aos locais de residência nos últimos 5 anos, expedidas nos últimos 30 (trinta) dias;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Civil referente aos locais de residência nos últimos 5 anos, expedida nol últimos 30 (trinta) dias;

Declaração preenchida pelo candidato, conforme **ANEXO IV** deste edital, de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05(cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;

Uma fotografia 3x4, recente;

Declaração de que não é servidor público vinculado à Administração Pública Direta, Indireta do Poder Executivo do Município de Honório Serpa e não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

Declaração de bens e valores, conforme **ANEXO V** deste edital, que integram seu patrimônio privado e do cônjuge, se for o caso;

Documentação legal comprovando os quesitos registrados no ato da inscrição;

Certidão de Casamento;

Certidão de nascimento e CPF para os filhos menores de 14 anos;

Demais documentos necessários que vierem a ser exigidos.

A falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a contratação e/ou exercício da função ou a não apresentação dos documentos comprobatórios declarados, bem como daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente ou a que forem considerados necessários, impedirá a contratação do candidato implicando sua eliminação do certame.

Verificada a falsidade dos documentos apresentados, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado, com a nulidade da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

Os candidatos classificados serão convocados para comprovação dos títulos e/ou apresentação de documentos para contratação, por edital próprio, divulgado no site do Município (www.honorioserpa.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – https://www.diariomunicipal.com.br.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O Município de Honório Serpa não se responsabiliza por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de sistemas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados do equipamento utilizado pelo candidato ao sistema de inscrição no certame.

Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata, o candidato em fase de avaliação será excluído deste Processo Seletivo Simplificado ou, se contratado, terá seu contrato rescindido, observada a ampla defesa e o contraditório.

Somente serão esclarecidas as dúvidas referentes a este edital, formalizadas no e-mail pssed2025@honorioserpa.pr.gov.br ou pelo telefone (46) 99916-5856.

É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito acompanhar a publicação dos atos concernentes a este Processo Seletivo simplificado, divulgados nos sites http://www.honorioserpa.pr.gov.br e https://www.diariomunicipal.com.br/ e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o Processo Seletivo simplificado.

Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não se apresentar na unidade

para a qual foi designado, na data de início da vigência do contrato.

Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado uma única vez, por até igual período, a critério da Administração.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, Avaliadora e Julgadora.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

JOÃO CARLOS GARBIN

Prefeito Municipal

ANEXO I IMPUGNAÇÃO/RECURSO

DADOS DO REQUERENTE:

Nome completo:

CPF:

Telefone:

E-mail:

IMPUGNAÇÃO/ RECURSO QUANTO À:

Edital de abertura ( ) Inscrições ( ) Pontuações/Classificações ( )

Valendo-me da prerrogativa que me é assegurada pelo disposto no Edital nº 09-A/2025, venho apresentar pedido de impugnação/recurso, pelas razões expostas abaixo:

.....

Honório Serpa/PR, ...de..... de 2025.

.....

Assinatura do candidato

DADOS PESSOAIS

ANEXO II FICHA CADASTRAL

Nome completo	
Nacionalidade	
Naturalidade	
Data de nascimento	/ /
Estado Civil	

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

RG nº	
Órgão Expedidor	
CPF nº	
Endereço Residencial	
E-mail	
Telefone residencial	

Telefone Comercial	
Telefone Celular	

DESEJA CONCORRER À VAGA DESTINADA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

( ) Sim ( ) Não

DESEJA CONCORRER À VAGA DESTINADA À PESSOA AFRODESCENDENTE:

( ) Sim ( ) Não

SELECIONE O CARGO PRETENDIDO (Assinale com um "X" apenas um cargo).

CARGO/FUNÇÃO	
	Professor da Educação Infantil e Ensino Fundamental.
	Professor De Arte Educação Infantil e Ensino Fundamental.
	Professor de Inglês Educação Infantil e Ensino Fundamental.
	Professor de Educação Física Educação Infantil e Ensino Fundamental.

GRADUAÇÃO

Primeira graduação	
Curso de graduação em:	
Instituição de Ensino:	
Ano de conclusão:	

Segunda graduação	
Curso de graduação em:	
Instituição de Ensino:	
Ano de conclusão:	

PÓS GRADUAÇÃO

Pós graduação	
Curso de pós graduação em:	
Instituição de Ensino:	
Ano de conclusão:	

Pós graduação	
Curso de pós graduação em:	
Instituição de Ensino:	
Ano de conclusão:	

Pós graduação	
Curso de pós graduação em:	
Instituição de Ensino:	
Ano de conclusão:	

MESTRADO/DOUTORADO

Mestrado/Doutorado	
Mestrado/Doutorado em:	
Instituição de Ensino:	
Ano de conclusão:	

CURSOS, SEMINÁRIOS, CAPACITAÇÕES NA ÁREA DE ATUAÇÃO:

Nome do Curso, Seminários, Capacitações na área de atuação:	
Carga Horária:	
Ano de conclusão:	

Nome do Curso, Seminários, Capacitações na área de atuação:	
Carga Horária:	
Ano de conclusão:	

Nome do Curso, Seminários, Capacitações na área de atuação:	
Carga Horária:	
Ano de conclusão:	

Nome do Curso, Seminários, Capacitações na área de atuação:	
Carga Horária:	
Ano de conclusão:	

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Empregador/Instituição/Entidade:	
Função desempenhada:	
Data de Início da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:
Data de Término da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:

Empregador/Instituição/Entidade:	
Função desempenhada:	
Data de Início da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:
Data de Término da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:

Empregador/Instituição/Entidade:	
Função desempenhada:	
Data de Início da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:
Data de Término da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:

Empregador/Instituição/Entidade:	
Função desempenhada:	

Data de Início da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:
Data de Término da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:

Empregador/Instituição/Entidade:	
Função desempenhada:	
Data de Início da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:

Data de Término da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:

Empregador/Instituição/Entidade:	
Função desempenhada:	
Data de Início da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:
Data de Término da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:

Empregador/Instituição/Entidade:	
Função desempenhada:	
Data de Início da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:
Data de Término da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:

Empregador/Instituição/Entidade:	
Função desempenhada:	
Data de Início da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:
Data de Término da relação de trabalho/emprego	**Dia:**
	Mês:
	Ano:

Honório Serpa/PR, de de 2025.

Assinatura do Candidato

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE OUTROS VÍNCULOS

Declaro que não possuo vínculo como empregado/servidor com órgão público ou empresa estatal em desacordo com o disposto no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal.

Declaro, ainda, que estou ciente das normas do Edital regente do presente certame, e que no momento da minha inscrição para concorrer a uma vaga do Processo Seletivo Simplificado, pelo que apresento os documentos exigidos.

Honório Serpa/PR, de de 2025.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CANDIDATO NÃO DEMITIDO

Declaro que não fui demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05(cinco) anos, nem perdi o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.

Honório Serpa/PR, __de de 2025.

Assinatura do Candidato

ANEXO V

FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu , residente de , portador do RG nº , inscrito no CPF nº habilitado (a) no Processo Seletivo Simplificado, Edital 09-A/2025, declaro que:

( ) Não possuo bens e valores;

( ) Apresento a declaração de Imposto de Renda Anexo;

( ) Apresento a declaração de Bens e Valores que compõem o meu patrimônio e de meus dependentes, conforme seque:

Itens	Discriminação	Valor (R$)

Honório Serpa/PR, de de 2025.

Assinatura do Candidato

ANEXO VI

TERMO DE DESISTÊNCIA FORMAL

Eu , residente de , portador do RG nº , inscrito no CPF nº habilitado (a) no Processo Seletivo Simplificado, Edital 09-A/2025, venho por meio de este instrumento informar que estou desistindo, formalmente e definitivamente, da minha nomeação para o cargo no setor de em virtude de .

Honório Serpa/PR, de de 2025.

Assinatura do Candidato

ANEXO VII

TERMO DE REPOSICIONAMENTO DE VAGA

Eu , residente de , portador do RG nº , inscrito no CPF nº habilitado (a) no Processo Seletivo Simplificado, Edital 09-A/2025, venho por meio de este instrumento solicitar reposicionamento no último lugar da lista de classificados, a fim de ser convocado futuramente, se houver necessidade dentro da validade do certame, da minha nomeação para o cargo no setor de em virtude de .

Honório Serpa/PR, de de 2025.

Assinatura do Candidato

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO(A) COM DEFICIÊNCIA

Eu , residente de , portador do RG nº , inscrito no CPF nº candidato (a) no Processo Seletivo Simplificado, Edital 09-A/2025, venho por meio deste instrumento DECLARAR ser PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Nessa ocasião, apresento anexo a esta declaração o LAUDO MÉDICO, com validade dos últimos 12 meses, com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência:_____.

Nome e CRM do(a) médico(a) responsável pelo laudo: _____.

OBSERVAÇÃO: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, tais como miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres. Ao assinar este requerimento, o(a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto n° 5.296, de 02 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2004, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação, por ocasião da realização da perícia médica..

Honório Serpa/PR, de de 2025.

Assinatura do Candidato

ANEXO IX

DECLARAÇÃO PARA PESSOAS

AUTODECLARADAS NEGRAS (PRETAS E PARDAS)

Eu , residente de , portador do RG nº , inscrito no CPF nº candidato (a) no Processo Seletivo Simplificado, Edital 09-A/2025, venho por meio deste instrumento DECLARAR que sou: _____ (preto/pardo), nos parâmetros estabelecidos pela Lei Municipal nº 1.075, de 04 de novembro de 2025 e demais normas aplicáveis.

DECLARO:

1. Possuir as seguintes características fenotípicas como pertencente ao grupo racial negro (pretos ou pardos):

_____

2. Estou ciente de que o processo de validação da minha autodeclaração étnicoracial tem como base de referência o meu fenótipo de pessoa negra (preta ou parda), e que o critério adotado é a análise do conjunto das minhas características físicas, predominantemente, a cor da pele, acrescida da observância da textura dos cabelos, da formação do nariz, da boca, entre outros, que combinados ou não, permitam que eu seja socialmente reconhecido(a), ou não, como sendo uma pessoa negra, sendo excluído o fator fenótipo dos meus parentes, razão pela qual não é considerada, sob nenhuma hipótese, a minha ascendência.

3. Estou ciente de que, em caso de falsidade desta declaração, incorro no Art. 299, do Código Penal (crime de falsidade ideológica), o qual consiste em: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante".

4. Estou ciente de que prestar informações falsas relativas às exigências estabelecidas quanto à autodeclaração, implica minha desclassificação para concorrer à vaga, nos termos deste Edital.

Honório Serpa/PR, de de 2025.

Assinatura do Candidato.

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:FD85AEA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE IGUARACU							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A OUTUBRO 2025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.395.042,00	65.435.007,99	8.927.211,03	13,64 %	43.807.074,32	66,95 %	21.627.933,67
RECEITAS CORRENTES	45.112.263,11	52.499.098,77	8.232.895,03	15,68 %	42.251.363,24	80,48 %	10.247.735,53
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9.053.319,98	11.840.113,31	1.353.686,28	11,43 %	7.983.024,43	67,42 %	3.857.088,88
Impostos	8.585.460,38	11.326.423,21	1.262.173,53	11,14 %	7.530.767,42	66,49 %	3.795.655,79
Taxas	445.584,10	491.414,60	91.512,75	18,62 %	452.257,01	92,03 %	39.157,59
Contribuição de Melhoria	22.275,50	22.275,50	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	22.275,50
CONTRIBUIÇÕES	942.602,18	942.602,18	281.038,03	29,82 %	1.699.426,34	180,29 %	-756.824,16
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	942.602,18	942.602,18	281.038,03	29,82 %	1.699.426,34	180,29 %	-756.824,16
RECEITA PATRIMONIAL	57.111,04	347.483,99	239.546,39	68,94 %	828.364,56	238,39 %	-480.880,57
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.426,42	3.426,42	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	3.426,42
Valores Mobiliários	53.684,62	344.057,57	239.546,39	69,62 %	828.364,56	240,76 %	-484.306,99
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00

Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.654.616,81	1.777.338,28	278.903,44	15,69 %	1.469.239,89	82,67 %	308.098,39
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.713,20	1.713,20	1,96	0,11 %	13,61	0,79 %	1.699,59
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	21.964,00	21.964,00	1.177,00	5,36 %	1.177,00	5,36 %	20.787,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	17.138,38	17.138,38	0,00	0,00 %	2.992,32	17,46 %	14.146,06
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Outros Serviços	1.613.801,23	1.736.522,70	277.724,48	15,99 %	1.465.056,96	84,37 %	271.465,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.403.613,10	37.590.561,01	6.062.830,14	16,13 %	30.110.426,54	80,10 %	7.480.134,47
Transferências da União e de suas Entidades	20.392.140,53	24.045.860,16	3.790.305,41	15,76 %	17.996.030,31	74,84 %	6.049.829,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.477.410,07	7.827.410,07	1.498.513,21	19,14 %	7.969.394,32	101,81 %	-141.984,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.534.062,50	5.717.290,78	774.011,52	13,54 %	4.143.588,69	72,47 %	1.573.702,09
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00 %	1.413,22	0,00 %	-1.413,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	16.890,75	1689,08 %	160.881,48	16088,15 %	-159.881,48
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.000,00	14.637,05	1463,70 %	136.393,02	13639,30 %	-135.393,02
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	2.253,70	0,00 %	24.488,46	0,00 %	-24.488,46
RECEITAS DE CAPITAL	282.778,89	12.935.909,22	694.316,00	5,37 %	1.555.711,08	12,03 %	11.380.198,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	25.706,94	25.706,94	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	25.706,94
Alienação de Bens Móveis	25.706,94	25.706,94	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	25.706,94
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	257.071,95	12.910.202,28	694.316,00	5,38 %	1.555.711,08	12,05 %	11.354.491,20
Transferências da União e de suas Entidades	257.071,95	957.071,95	694.316,00	72,55 %	1.440.325,07	150,49 %	-483.253,12
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	11.953.130,33	0,00	0,00 %	115.386,01	0,97 %	11.837.744,32
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	45.395.042,00	65.435.007,99	8.927.211,03	13,64 %	43.807.074,32	66,95 %	21.627.933,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	45.395.042,00	65.435.007,99	8.927.211,03	13,64 %	43.807.074,32	66,95 %	21.627.933,67
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	45.395.042,00	65.435.007,99	8.927.211,03	13,64 %	43.807.074,32	66,95 %	21.627.933,67
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.872.455,00	0,00	0,00 %	2.872.455,00	0,00 %	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	2.872.455,00	0,00	0,00 %	2.872.455,00	0,00 %	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.757.042,00	65.669.462,99	9.797.661,29	39.483.205,52	26.186.257,47	11.667.498,85	37.824.523,72	27.844.939,27	32.915.995,68
DESPESAS CORRENTES	40.280.932,73	48.663.367,16	6.427.763,57	32.564.793,93	16.098.573,23	6.702.634,57	31.548.067,08	17.115.300,08	30.599.858,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.175.051,75	22.352.276,95	3.304.017,17	16.317.691,49	6.034.585,46	3.314.784,43	16.296.527,79	6.055.749,16	16.109.381,94
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	77.039,10	17.039,10	0,00	0,00	17.039,10	0,00	0,00	17.039,10	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.028.841,88	26.294.051,11	3.123.746,40	16.247.102,44	10.046.948,67	3.387.850,14	15.251.539,29	11.042.511,82	14.490.476,32
DESPESAS DE CAPITAL	2.214.109,27	16.744.095,83	3.369.897,72	6.918.411,59	9.825.684,24	4.964.864,28	6.276.456,64	10.467.639,19	2.316.137,42
INVESTIMENTOS	2.128.739,71	16.688.726,27	3.364.530,67	6.892.151,70	9.796.574,57	4.959.497,23	6.250.196,75	10.438.529,52	2.289.877,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	85.369,56	55.369,56	5.367,05	26.259,89	29.109,67	5.367,05	26.259,89	29.109,67	26.259,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	262.000,00	262.000,00	0,00	0,00	262.000,00	0,00	0,00	262.000,00	0,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.757.042,00	65.669.462,99	9.797.661,29	39.483.205,52	26.186.257,47	11.667.498,85	37.824.523,72	27.844.939,27	32.915.995,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	42.757.042,00	65.669.462,99	9.797.661,29	39.483.205,52	26.186.257,47	11.667.498,85	37.824.523,72	27.844.939,27	32.915.995,68
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	4.323.868,80	0,00	0,00	5.982.550,60	0,00	10.891.078,64
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	42.757.042,00	65.669.462,99	9.797.661,29	43.807.074,32	26.186.257,47	11.667.498,85	43.807.074,32	27.844.939,27	43.807.074,32
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:E565536E

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 355/2025

DECRETO Nº 355/2025

Súmula: Dispõe sobre a regulamentação da Transparência Ativa no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 8º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, com inclusão de fluxos, procedimentos e conformidade com a LGPD, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGUARAÇU, CLAUDIO APARECIDO BERNIN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI);

CONSIDERANDO a necessidade de complementar os procedimentos internos referentes à disponibilização de informações públicas;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD);

CONSIDERANDO que, após análise da aplicação do Decreto nº 352/2025, verificou-se a necessidade de seu aperfeiçoamento para incluir procedimentos detalhados de identificação, validação e publicação de informações de interesse público, bem como a obrigatoriedade de controle prévio de conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), garantindo maior precisão normativa, segurança jurídica, padronização dos fluxos administrativos e atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado;

DECRETA

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos para a divulgação ativa de informações públicas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Iguaraçu, incluindo fluxos de identificação, validação e publicação.

Art. 2º Considera-se transparência ativa a divulgação espontânea e preventiva de informações de interesse coletivo ou geral, independentemente de solicitação.

Art. 3º A divulgação ativa será realizada no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, observando-se publicidade, eficiência, legalidade, moralidade, proteção de dados e segurança da informação.

CAPÍTULO II – DAS INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

Art. 4º Deverão ser disponibilizadas no mínimo as seguintes informações:

I – Estrutura organizacional e contatos;

II – Horários de atendimento;

III – Programas, ações, obras e atividades;

IV – Despesas e receitas públicas;

V – Processos licitatórios e contratos;

VI – Relatórios fiscais;

VII – Folha de pagamento e remuneração de agentes públicos;

VIII – Instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA);

IX – Perguntas frequentes;

X – Outras informações definidas pela Controladoria Interna.

CAPÍTULO II-A – DOS PROCEDIMENTOS E FLUXOS DE IDENTIFICAÇÃO

Art. 5º O fluxo de identificação e atualização de informações públicas seguirá:

I – Identificação mensal pela Secretaria;

II – Envio à Controladoria via formulário próprio;

III – Análise quanto à relevância, periodicidade e impacto;

IV – Validação com parecer técnico;

V – Encaminhamento para publicação;

VI – Revisão trimestral pela Controladoria.

CAPÍTULO II-B – DA CONFORMIDADE COM A LAI E COM A LGPD

Art. 6º Toda publicação deverá passar por checagem prévia obrigatória de conformidade com a LAI e a LGPD.

Art. 7º Será obrigatória a anonimização ou supressão de dados pessoais quando:

I – não forem essenciais à finalidade da transparência;

II – puderem expor pessoa natural a risco;

III – tratarem-se de dados pessoais sensíveis;

IV – houver risco de reidentificação.

Art. 8º As Secretarias deverão revisar documentos, suprimir dados pessoais desnecessários e justificar publicações que contenham dados pessoais exigidos em lei.

Art. 9º A Controladoria Interna será responsável por:

I – emitir parecer técnico de conformidade;

II – padronizar procedimentos de anonimização;

III – manter registros por 5 anos;

IV – orientar e fiscalizar servidores responsáveis.

CAPÍTULO III – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10º Cada Secretaria deverá designar formalmente um Servidor Responsável pela Transparência Ativa.

Art. 11º Compete ao Setor de Comunicação/TI publicar e atualizar informações.

Art. 12º Compete à Controladoria coordenar, supervisionar, emitir pareceres e monitorar o Plano de Transparência Ativa.

CAPÍTULO IV – DA PERIODICIDADE

Art. 13º Periodicidades mínimas:

I – Mensal: despesas, receitas, folha, contratos e licitações;

II – Trimestral: programas, ações e relatórios;

III – Anual: estrutura organizacional e planos.

Art. 14º Informações deverão ser atualizadas imediatamente quando ocorrer fato novo.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º Fica instituído o Formulário Municipal de Análise de Transparência Ativa, de uso obrigatório, anexo a este decreto.

Art. 16º Os órgãos terão 30 dias para adequação.

Art. 17º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, regando disposições contrárias.

Paço Municipal de Iguaraçu, 18 de novembro de 2025.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN

Prefeito Municipal de Iguaraçu

ANEXO I

FORMULÁRIO MUNICIPAL DE ANÁLISE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA – FMATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

Lei nº 12.527/2011 – LAI / Lei nº 13.709/2018 – LGPD

1. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

Secretaria/Departamento:

Responsável pelo preenchimento:

Cargo/Função:

Telefone/E-mail:

Data:

2. IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE COLETIVO E GERAL

Nº	Tipo de Informação / Documento	Descrição resumida	Setor produtor	Responsável por enviar à Controladoria	Periodicidade	Dados pessoais? (S/N)	Anonimização? (S/N)	Observações

3. ANÁLISE INTERNA DE CONFORMIDADE (Secretaria)

3.1 – Lei de Acesso à Informação (LAI)

( ) atende ao interesse geral/coletivo

( ) é útil para a prestação de contas

( ) não possui restrições legais de acesso

( ) possui restrições (quais?): _____

3.2 – LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

( ) dados pessoais

( ) dados pessoais sensíveis

( ) dados anonimizados

( ) não contém dados pessoais

Medidas aplicadas:

( ) anonimização

( ) supressão de dados

( ) substituição por iniciais

( ) publicação integral por exigência legal

Justificativa (se houver dado pessoal): _____

4. RESPONSÁVEIS PELA ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Nome	Cargo	E-mail	Telefone	Tipo de informação	Secretaria/Setor

5. DIFICULDADES OU NECESSIDADES IDENTIFICADAS

( ) Acesso restrito ao sistema/área do portal

( ) Dificuldade de padronização documental

( ) Ferramentas insuficientes para atualização

( ) Necessidade de capacitação

( ) Demanda por apoio técnico da Controladoria

( ) Outro: _____

Observações adicionais: _____

6. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Responsável: _____

Cargo/Função: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/_____

7. ANÁLISE E PARECER DA CONTROLADORIA INTERNA

7.1 – Conformidade com a LAI

( ) Aprovado para publicação

( ) Aprovado com ajustes

( ) Rejeitado – não atende à LAI

Justificativa: _____

7.2 – Conformidade com a LGPD

( ) Não contém dados pessoais

( ) Contém dados pessoais tratados adequadamente

( ) Exige anonimização adicional

( ) Rejeitado – risco à privacidade

Recomendações: _____

7.3 – Parecer Final

( ) Autorizada a publicação

( ) Autorizada após ajustes

( ) Não autorizada

Controlador Interno(a): _____

Data: ____/____/_____

Assinatura: _____

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:EFA52055

CHEFIA DE GABINETE
RECEITAS E DESPESAS MDE

MUNICÍPIO DE IGUARACU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		Em reais
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	11.326.423,21	7.530.767,42
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.580.049,68	2.854.903,60
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão de Inter Vivos - ITBI	2.609.498,00	1.493.239,58
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.810.280,20	1.804.775,99
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.326.595,33	1.377.848,25
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.002.601,02	26.434.276,69
2.1 - Cota-Parte FPM	23.453.176,57	16.754.385,50
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.030.704,75	15.253.867,94
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.422.471,82	1.500.517,56
2.2 - Cota-Parte ICMS	8.054.973,93	7.526.222,12
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	119.966,15	107.985,27
2.4 - Cota-Parte ITR	397.605,43	775.950,07
2.5 - Cota-Parte IPVA	976.878,94	1.269.733,73
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**44.329.024,23**	**33.965.044,11**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**6.316.025,84**	**4.986.751,83**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**4.766.230,22**	**3.504.509,20**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	6.032.290,78	4.444.593,32
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.717.290,78	4.181.347,20
6.1.1- Principal	5.717.290,78	4.143.588,69
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	37.758,51
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	315.000,00	263.246,12
6.4.1- Principal	315.000,00	263.246,12
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4) {1}	-598.735,06	-843.163,14
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		448.463,89
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		448.463,89
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		**4.893.057,21**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) {6}	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.165.754,67	4.518.375,89	4.494.595,78	4.447.800,83	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.895.076,03	3.709.252,09	3.709.252,09	3.680.809,49	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.528.623,17	2.235.303,49	2.235.303,49	2.206.860,89	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	2.366.452,86	1.473.948,60	1.473.948,60	1.473.948,60	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.270.678,64	809.123,80	785.343,69	766.991,34	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.270.678,64	809.123,80	785.343,69	766.991,34	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. SEM DISP. DE CAIXA (h)	DESPESAS LIQ/EMP EM VALOR SUP AO TOTAL RECEITAS RECEBIDAS (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EX.	4.180.841,01	4.157.060,90	4.110.265,95	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.180.841,01	4.157.060,90	4.110.265,95	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.390.838,56	3.390.838,56	3.362.395,96	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal {2}	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.926.943,04	3.390.838,56	3.390.838,56	81,09 %
16 - Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00 %
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) {3}	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLIC. EXCEDENTE AO MAX. PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	444.459,33	287.532,42	287.532,42	0,00	6,47 %

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) {3}	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERM. NO EX. ANT. N APLIC. ATÉ O PRIM. QUAD. DO EX ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	560.616,29	445.732,88	337.534,88	0,00	0,00	108.198,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	558.714,98	426.719,81	337.534,88	0,00	0,00	89.184,93
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VA AR)	1.901,31	19.013,07	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.627.408,07	2.726.633,81	2.703.171,70	2.638.759,86	0,00
20.1- Educação Infantil	2.054.978,00	800.039,42	789.079,60	777.989,18	0,00
20.2- Ensino Fundamental	2.223.315,01	1.794.712,16	1.788.011,82	1.735.354,56	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	27.749,89	15.018,09	15.018,09	15.018,09	0,00
20.4- Educação Especial	178.377,79	11.856,00	11.856,00	11.856,00	0,00
20.5- Administração Geral	142.987,38	105.008,14	99.206,19	98.542,03	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE -

CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) {6}	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	4.627.408,07	2.749.728,14	2.723.096,03	2.658.349,37	0,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.054.978,00	805.402,16	794.442,34	783.351,92	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	2.054.978,00	805.402,16	794.442,34	783.351,92	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.572.430,07	1.944.325,98	1.928.653,69	1.874.997,45	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.703.171,70
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.986.751,83
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**7.689.923,53**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL {2} e {5}	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS)	8.491.261,03	7.689.923,53	22,64 %

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE {8}	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)=(ac)-(ae)-(af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	552.099,33	0,00	209.996,02	0,00	342.103,31
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	479.958,48	0,00	144.217,57	0,00	335.740,91
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	72.140,85	0,00	65.778,45	0,00	6.362,40
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	820.387,01	683.987,13
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	743.264,92	615.328,41
31.1.1 - Salário-Educação	579.383,38	475.433,05
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	131.963,64	119.227,45
31.1.4 - PNATE	29.134,62	17.798,64
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	2.783,28	2.869,27
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	10,91
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	77.122,09	68.647,81

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) {6}	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	7.857.765,61	4.436.297,06	4.073.860,72	3.894.604,80	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.830.970,02	1.063.924,58	1.052.964,76	1.041.701,94	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.442.579,33	2.323.731,22	2.026.536,64	1.957.393,69	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	201.500,00	201.456,00	201.456,00	160.592,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	27.749,89	15.018,09	15.018,09	15.018,09	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	27.749,89	15.018,09	15.018,09	15.018,09	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	178.377,79	11.856,00	11.856,00	11.856,00	0,00
32.8 - OUTRAS	1.148.838,69	805.293,08	751.011,14	693.024,99	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	20.641.292,37	12.641.530,86	11.869.097,96	11.408.502,37	0,00
33.1 - Despesas Correntes	19.714.400,01	12.196.356,27	11.715.200,90	11.263.444,44	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	14.622.654,52	9.418.463,65	9.032.247,20	8.766.155,87	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 -Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	201.500,00	201.456,00	201.456,00	160.592,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	4.890.245,49	2.576.436,62	2.481.497,70	2.336.696,57	0,00
33.2 - Despesas de Capital	926.892,36	445.174,59	153.897,06	145.057,93	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	926.892,36	445.174,59	153.897,06	145.057,93	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.181.347,20	0,00
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	4.513.579,28	0,00
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-332.232,08	0,00
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-332.232,08	0,00

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CF558AFC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

GOVERNO MUNICIPAL
LEI N.º 1105 - ANEXO ÚNICO DA LEI 1105 - PARTE 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA – Prefeito Sr. Denilson Baitala

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUECABA – Prefeito Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA – Prefeito Sr. Mauricio Lense PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA – Prefeito Sr. João Carlos Garbin PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI – Prefeito Sr. Roberto Regazzo PREFEITURA MUNICIPAL DE IBEMA – Prefeita Sra. Viviane Comiran PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ – Prefeito Sr. José Maria Ferreira PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA – Prefeito Sr. Devair Fabris PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇÚ – Prefeito Sr. Claudio Aparecido Bernin PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU – Prefeito Sr. Martinho Lucas De Godoy PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ – Prefeita Sra. Dayane Sovinski Rodrigues PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA – Prefeito Sr. Bertoldo Rover PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS – Prefeito Sr. Edmundo Vier

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ – Prefeito Sr. João Eder Aguilar

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS – Prefeito Sr. Paulo Cezar Rizzato Martins PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA – Prefeito Sr. Douglas Davi Cruz PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ – Prefeito Sr. Roberto da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA DO OESTE – Prefeita Sra. Elza Haase Rodrigues PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI – Prefeito Sr. Emiliano Augusto Rocha Gomes PREFEITURA MUNICIPAL DE IRETAMA – Prefeito Sr. Same Saab

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ – Prefeito Sr. Renato Felix de Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA – Prefeito Sr. Lindolfo Martins Rui PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ – Prefeito Sr. Amarildo Tostes PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ – Prefeito Sr. Ananias Soares Vieira PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE – Prefeito Sr. Vilmar Schmoller

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – Prefeito Sr. Edilson Ruiz de Freitas PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL – Prefeito Sr. Gilson José de Gois PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ – Prefeito Sr. Orli Antonio Camargo de Cristo PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ – Prefeito Sr. Luiz Carlos Gil PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ – Prefeito Sr. Denilson Vaglieri Prevital PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA – Prefeito Sr. Varlei Vercezi

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI – Prefeito Sr. Regis William Siqueira Rodrigues PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO – Prefeito Sr. Marcelo José Bernardeli Palhares PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – Prefeito Sr. Edison Rodrigues De Almeida PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA – Prefeito Sr. José Sloboda

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL – Prefeito Sr. Benedito Jose Pupio PREFEITURA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS – Prefeito Sr. Eides Guedes PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA – Prefeito Sr. Hariel Vieira Fogaça PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ – Prefeita Sra. Adriana Cristina Polizer

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE – Prefeito Sr. Moises Lnortovz Dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA – Prefeito Sr. Weverton José Dos Santos Lima

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO – Prefeito Sr. Wilson Fernandes PREFEITURA MUNICIPAL DE JESUÍTAS – Prefeito Sr. Edicarlos Grizotto de Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM TAVORA – Prefeito Sr. Gelson Mansur Nassar PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL – Prefeito Sr. Paulo Roberto Pedro PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA – Prefeita Sra. Joelma Damasceno Demeneck PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA – Prefeito Sr. Moacir Luiz Pereira Valentini PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ – Prefeito Sr. Washington Luiz da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA – Prefeito Sr. Diego Timbirussu Ribas PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL – Prefeito Sr. Maycon Lopes Simioni

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL – Prefeito Sr. Jaison Rodrigo Mendes PREFEITURA MUNICIPAL DE LEÓPOLIS – Prefeito Sr. Leomar Monteiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIDIANÓPOLIS – Prefeito Sr. Aparecido Buzato PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE – Prefeito Sr. Silvio De Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA – Prefeito Sr. José Maria Pereira Fernandes PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO – Prefeito Sr. Fabio Chicaroli PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA – Prefeito Sr. Tiago Amaral PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIANA – Prefeito Sr. Edson Liss

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI – Prefeito Sr. Luiz Wanderlei Marson Sardi PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS – Prefeito Sr. José Carlos Tibério PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET – Prefeito Sr. Pedro Kowalczyk

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMBORÊ – Prefeito Sr. Sebastião Antonio Martinez PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUACU – Prefeito Sr. Jose Roberto Mendes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI – Prefeita Sra. Ivoneia de Andrade Aparecido Furtado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA – Prefeito Sr. Felipe Claudino Machado PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS – Prefeito Sr. Amarildo Alves Carneiro PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA – Prefeito Sr. Leandro Dorini PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS – Prefeito Sr. José Carlos da Silva Corona

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – Prefeito Sr. Adriano

Backes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA – Prefeito Sr. Marlon Rancer Marques PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA – Prefeita Sra. Flavia Cheroni da Silva Brita PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL – Prefeito Sr. Walmir Peres

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – Prefeito Sr. Celio Lelis da Mata PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ – Prefeito Sr. Paulo Armando da Silva Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ – Prefeito Sr. Silvio Magalhaes Barros II PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS – Prefeito Sr. Mario Eduardo Lopes Paulek PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPA – Prefeito Sr. Rodrigo André Schanoski PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO – Prefeito Sr. Jander Luiz Loss PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO – Prefeito Sr. Elio Bolzon Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUMBI – Prefeita Sra. Elaine Maria Ferreira Costa PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA – Prefeito Sr. Gabriel da Silva Cadini PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS – Prefeito Sr. Eduardo Antonio Dalmora PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO – Prefeito Sr. Edelir De Jesus Ribeiro da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA – Prefeito Sr. Givanildo Lopes PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA – Prefeito Sr. Antonio França Benjamim PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES – Prefeito Sr. Laerton Weber

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR – Prefeito Sr. Fabiano Marcos Da Silva Travain

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA – Prefeito Sr. Joao Marcos Ferrer PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL – Prefeito Sr. Adilto Luis Ferrari PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES – Prefeito Sr. Luiz Antonio Volpato PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES – Prefeito Sr. Sebastião Brindarolli Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELO – Prefeito Sr. Áureo Gomes

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRACAS – Prefeito Sr. Clodoaldo

Aparecido Rigieri

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANCA DO IVAÍ – Prefeito Sr. Ulisses De Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA – Prefeita Sra. Tania Cristina da Silva Basso

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA – Prefeito Sr. José Aparecido de Paula e Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANTU – Prefeito Sr. Airton Antonio Agnolin PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA – Prefeito Sr. Joao Eduardo Pasquini

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – Prefeito Sr. Jaime Da

Silva Stang

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA – Prefeita Sra. Renata Montenegro Balan Xavier

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS – Prefeito Sr. Fabio Roberto dos Santos PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA – Prefeito Sr. Luiz Gustavo Maior Bono PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA – Prefeito Sr. Luiz Lazaro Sorvos PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU – Prefeita Sra. Elizete Cavazin PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA – Prefeito Sr. Claudemir Valerio PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA – Prefeito Sr. Lari Hitz

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – Prefeito Sr. Pedro Lourenço PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ITACOLOMI – Prefeito Sr. Joao Pedro Magon PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA – Prefeito Sr. Ary De Oliveira Mattos PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA – Prefeito Sr. Janilson Marcos Donasan

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DO OESTE – Prefeito Sr. Lucian Aluisio Dierings

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU – Prefeito Sr. Ismael Batista PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS – Prefeito Sr. Daniel Ricardo Langaro PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA – Prefeito Sr. Altamir Sanson PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL – Prefeito Sr. Roberto Carlos Rossi PREFEITURA MUNICIPAL DE PALOTINA – Prefeito Sr. Rodrigo Ribeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO NORTE – Prefeito Sr. Carlos Alberto Vizzotto PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY – Prefeito Sr. José Claudio Batista PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – Prefeito Sr. Adriano Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA – Prefeito Sr. Sidnei Frazatto PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ – Prefeito Sr. Maurício Gehlen

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO – Prefeito Sr. John Jeferson Weber Nodari PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – Prefeito Sr. Geri Natalino Dutra PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS – Prefeito Sr. Sebastião Algacir Dalpra PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN – Prefeito Sr. Ireneu Inacio Zacharias PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU – Prefeito Sr. José Marcos Gonçalves Lopes PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL – Prefeito Sr. Cristiano Cezar Merlini de Albuquerque

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA – Prefeita Sra. Valdete Carlos Oliveira Gonçalves Da Cunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE – Prefeito Sr. Edsom Luiz Bagetti PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEN – Prefeito Sr. Maicon Grosskopf

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS – Prefeita Sra. Rosa Maria de Jesus Colombo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO – Prefeito Sr. Paulo Falcade de Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALÃO – Prefeito Sr. Luiz Eduardo de Castro Vanzeli PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO – Prefeito Sr. Valdecir Biasebetti

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL – Prefeito Sr. Henrique de Oliveira Carneiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA – Prefeito Sr. Marcus Mauricio de Souza Tesserolli

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA – Prefeito Sr. Dirceu Moraes PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS – Prefeito Sr. Samuel Teixeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ – Prefeito Sr. Celso Maggioni

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO – Prefeito Sr. Luiz Carlos Boni PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA – Prefeita Sra. Elizabeth Schmidt

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – Prefeito Sr. Rudisney Gimenes Filho PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU – Prefeito Sr. Agamemnon Augusto Araujo Paduan PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS – Prefeito Sr. Elias Jocid Gomes Da Costa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – Prefeito Sr. Emanoel Vanderlei Volff PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO – Prefeito Sr. Valter Batista Dos Santos PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA – Prefeito Sr. Fabiano José Glaab PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA – Prefeito Sr. Silvio Antonio Damaceno PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA – Prefeito Sr. Ronimar Eleandro Sartor

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO – Prefeito Sr. João Pericles

Martinati

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO – Prefeito Sr. Bruno Eduardo Santa Rosa Bauermamm Estevam

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS – Prefeito Sr. Adelmo Luiz Klosowski PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO – Prefeito Sr. Wilson Akio Abe

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIGUÁ – Prefeita Sra. Izilda Gleiciany Rodrigues Carro PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS – Prefeito Sr. Loreno Bernardo Tolardo PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO PONTES – Prefeito Sr. Cesar Alexandre Seidel

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUACU – Prefeito Sr. Rafael Ciryllo Chiapetti Alves De Moura

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE – Prefeito Sr. Alex Sandro Fernandes PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL – Prefeito Sr. Leonardo Lazzaretti Romero PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA – Prefeito Sr. José Ribeiro de Moura PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA – Prefeito Sr. Edson dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE – Prefeito Sr. Flávio Henrique Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – Prefeito Sr. Everton Cassio

Zanuto

PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA – Prefeito Sr. Paulo Cezar Casaril PREFEITURA MUNICIPAL DE REBOUÇAS – Prefeito Sr. Laercio Antonio Cipriano PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA – Prefeita Sra. Fabieli Manfredi

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA – Prefeito Sr. Lucas Machado Ribeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Vitorio Antunes de Paula PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO – Prefeito Sr. Lisandro José Néia Baggio PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DO PINHAL – Prefeito Sr. Dartagnan Calixto Fraiz PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL – Prefeito Sr. Leandro Jasinski

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM – Prefeito Sr. Moisés José de Andrade PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUACU – Prefeito Sr. Sezar Augusto Bovino

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Pedro Taborda Desplanches

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL – Prefeita Sra. Karime Fayad PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO – Prefeito Sr. Alessandro Cristian Von Linsingen PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA – Prefeito Sr. Ailton Aparecido Maistro PREFEITURA MUNICIPAL DE RONCADOR – Prefeita Sra. Marilia Perotta Bento Gonçalves PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON – Prefeito Sr. Roberto Aparecido Corredato PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Anizio Cesar Lino Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE SABÁUDIA – Prefeito Sr. Edson Hugo Manueira PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO – Prefeito Sr. Volmar Duarte PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ – Prefeito Sr. Claudeci José de Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA – Prefeito Sr. Fernando Alberto Cadore PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA – Prefeito Sr. Antonio Carlos Tamais PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO – Prefeito Sr. Claudio Covre

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – Prefeito Sr. Willian

Cezar Viega

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – Prefeito Sr. Edson Palotta Netto PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA – Prefeito Sr. Clademar Joao Maraskin PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS – Prefeito Sr. Adenilson Pacheco

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ – Prefeito Sr. João Carlos da Silva Mendes

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE – Prefeito Sr. Jean Pierr Catto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA – Prefeito Sr. Silvano Tortelli PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE – Prefeito Sr. Oscar Delgado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIANA – Prefeito Sr. José Marcelo Piovan Guimarães

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA – Prefeito Sr. Luan Gustavo Frazatto PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE – Prefeito Sr. Amarildo Rigolin

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU – Prefeito Sr. Antonio Luiz

Bendo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ – Prefeito Sr. Elcio José Vidal PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA – Prefeito Sr. Gilson de Jesus

Esteves

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ – Prefeito Sr. José Gabriel

Gonçalves Fachiano

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO – Prefeito Sr. Devanir

Martinelli

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – Prefeito Sr. Ricardo

Antonio Ortiña

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO – Prefeita Sra. Geny Violatto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS DO IVAÍ – Prefeito Sr. Paulo Francisco Marinho Dutra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – Prefeito Sr. Venicius Djalma Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – Prefeito Sr. Clóvis Mateus Cuccolotto PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ – Prefeito Sr. Stefan Tomé Pauka

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Fábio Hidek Miura PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO – Prefeito Sr. Mário Cezar da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ – Prefeito Sr. Agnaldo Carvalho Guimaraes

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – Prefeito Sr. Ronaldo Tinti

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE – Prefeito Sr. Gelson Coelho Do Rosário PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA BOA VISTA – Prefeito Sr. José Lazaro Ferraz

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS – Prefeito Sr. Franco Maria Alves Cabral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS PINHAIS – Prefeita Sra. Margarida Maria Singer

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ – Prefeito Sr. Vitor Hugo

Rodrigues

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL – Prefeita Sra. Fernanda Garcia Sardanha

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Boaventura Manoel Joao Motta

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Jacir Danelli

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Rildo Bernardes De Camargo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ – Prefeito Sr. Vanderlei Caetano de Castro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIAO DA AMOREIRA – Prefeita Sra. Exilaine

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ – Prefeito Sr. Sub Judice

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA – Prefeito Sr. Paulo Maximiano De Souza Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI – Prefeito Sr. Carlos Alberto De Paula Júnior

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Rogério Gallina PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS – Prefeito Sr. Gerson Nunes da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Gilberto Marsaro PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANEJA – Prefeito Sr. Samuel Carlos do Prado PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS – Prefeita Sra. Ana Ruth Secco Mattesco PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS – Prefeito Sr. Luiz Henrique Germano PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA – Prefeito Sr. Gilberto João Rossi

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMARANA – Prefeita Sra. Luzia Harue Suzukawa PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBOARA – Prefeito Sr. Giovane Monteiro da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA – Prefeito Sr. Ronaldo Adriano Vilas Boas PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA – Prefeito Sr. Ronald Rogério Lopes Smarzaro PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES – Prefeito Sr. Ivanor Luiz Muller PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – Prefeita Sra. Rita Mara de Paula Araújo PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA – Prefeito Sr. Valter Peres

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA – Prefeito Sr. Agnaldo De Souza Costa PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA – Prefeito Sr. Ivan Reis da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI – Prefeito Sr. Rildo Emanoel Leonardi PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL – Prefeito Sr. José Altair Moreira PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO – Prefeito Sr. Mario Cesar Costenaro PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA – Prefeito Sr. Cezar Bueno de Melo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – Prefeito Sr. Gerso Francisco Gusso

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ – Prefeito Sr. Marco Antonio Baldão

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE – Prefeito Sr. Guerino Mendonça Dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃSSI – Prefeito Sr. José Carlos Mariussi

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO – Prefeito Sr. Antônio Marcos Seguro PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ – Prefeito Sr. Fábio de Oliveira Dalécio PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA – Prefeito Sr. Antonio Fernando Scanavaca PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA – Prefeito Sr. Ary Carneiro Junior

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR – Prefeito Sr. Maycon Rodrigo Rodrigues de Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE URAÍ – Prefeito Sr. Ângelo Tarantini Filho

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA – Prefeito Sr. José Luiz Bittencourt PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE – Prefeito Sr. Ednei Sgobi

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ – Prefeito Sr. Paulo Roberto Weissheimer PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND – Prefeito Sr. Fernando Mierzva PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO – Prefeito Sr. Marciano Vottri PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ – Prefeito Sr. Luiz Carlos Vidal PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ – Prefeito Sr. Decio Jardim

ANEXO I

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

Empregos Efetivos

Nomenclatura	Assistente Administrativo
Quantidade de vagas	15
Descritivo de Funções	Executar serviços bancários, entregas internas e externas, apoio administrativo, atendimento ao público e orientação de visitantes; Auxílio em tarefas de controle de estoque, organização documental, abertura de processos e uso de sistemas internos; Executar funções diversas de apoio logístico e administrativo; Executar outras atividades correlatas.
Escolaridade	Ensino Médio Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 3.439,89

Nomenclatura	Farmacêutico
Quantidade de vagas	5
Descritivo de Funções	Participar na elaboração de Políticas de Assistência Farmacêutica; Assessorar, gerenciar e responder tecnicamente pela seleção, aquisição e distribuição de medicamentos e produtos para a saúde; Efetuar análise, avaliação, revisão e supervisão técnico-administrativa de custos relativos a medicamentos; Prestar atendimentos, orientações, informações aos usuários e profissionais dos municípios, com relação a medicamentos e outros assuntos pertinentes a Assistência Farmacêutica; Elaborar documentos para suporte e orientação das atividades desenvolvidas pela equipe do Consórcio, regionais de saúde e municípios consorciados; Participar na promoção de atividades de informação e de debates com a população, profissionais e entidades representativas sobre os temas relacionados com sua atividade e o Consórcio, organização de eventos, simpósios, cursos, treinamentos, congressos relacionados à sua área de atuação; Supervisionar, capacitar e treinar os recursos humanos envolvidos nas atividades do Consórcio, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos serviços prestados;
	8.Assessorar os municípios do estado no planejamento e elaboração da seleção e padronização de medicamentos, gestão de estoque, estruturação e organização da farmácia e/ou unidades de dispensação; 9.Acompanhar a entrega pelos fornecedores e a distribuição aos municípios consorciados dos medicamentos e produtos para a saúde adquiridos, intermediando problemas com atrasos, pendências, extravios, etc.; 10.Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; 11.Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; 12.Realizar atividades administrativas correlacionadas com as atividades descritas anteriormente.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Farmácia
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 8.897,84

Nomenclatura	Enfermeiro
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Assessorar, gerenciar e responder tecnicamente pela seleção, aquisição e distribuição de produtos para a saúde; Efetuar análise, avaliação, revisão e supervisão técnico-administrativa de custos relativos aos produtos para a saúde; Prestar atendimentos, orientações, informações aos usuários e profissionais dos municípios, com relação a produtos para a saúde; Elaborar documentos para suporte e orientação das atividades desenvolvidas pela equipe do Consórcio, locais de entrega e municípios consorciados; Supervisionar, capacitar e treinar os recursos humanos envolvidos nas atividades do Consórcio, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos serviços prestados; Assessorar os municípios do estado no planejamento e elaboração da seleção e padronização dos produtos para a saúde, gestão de estoque, estruturação e organização dos serviços; Acompanhar a entrega pelos fornecedores e a distribuição aos municípios consorciados dos produtos para a saúde adquiridos, intermediando problemas com atrasos, pendências, extravios, etc.;
	Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; Realizar atividades administrativas correlacionadas com as atividades descritas anteriormente.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Enfermagem
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 8.897,84

Nomenclatura	Contador
Quantidade de vagas	3
Descritivo de Funções	Planejar, coordenar e executar análises, registros e perícias contábeis, organizando a contabilidade do Consórcio e garantindo o controle contábil e orçamentário; Elaborar balanços, demonstrativos e relatórios financeiros para publicação conforme normas legais; Controlar receitas, pagamentos, saldos e execução orçamentária, além de analisar contratos, convênios e atos financeiros; Preparar folha de pagamento e cuidar das obrigações trabalhistas; Participar de grupos de trabalho, emitir pareceres técnicos e orientar prestações de contas; Atualizar sistemas contábeis e elaborar resoluções orçamentárias; Executar outras atividades compatíveis com sua especialização.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Contabilidade
Jornada de trabalho	30 horas semanais
Referência salarial	R$ 8.897,84

Nomenclatura	Advogado
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Acompanhar e elaborar relatórios de processos judiciais e administrativos, monitorando decisões e movimentações; Auxiliar na redação de notificações a fornecedores, instrução de processos administrativos e elaboração de pareceres jurídicos; Dar suporte ao controle interno, conferindo documentos e analisando normas;

	Auxiliar na fiscalização de processos licitatórios, portal de transparência e implementação de legislações; Colaborar na elaboração de relatórios de controle interno e apoiar procedimentos externos junto a órgãos como TCE, TCU e Ministério Público. Executar outras atividades compatíveis com sua especialização.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Direito
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 9.763,40

Empregos em Comissão

Nomenclatura	Diretor Executivo
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Promover e coordenar a execução das atividades do consórcio; Gerir a estrutura administrativa de bens, serviços e pessoal do CONSÓRCIO; Propor e justificar necessidade de reformulação de estatutos, quadro de pessoal e Plano de Cargos e Salários, a serem submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo e, quando necessária alteração do presente instrumento, à Assembleia Geral; Instruir os processos de admissão, promoção, sanção e demissão dos empregados do CONSÓRCIO, para aprovação pelo Conselho Deliberativo; Propor ao Conselho Deliberativo a requisição de servidores públicos dos entes consorciados para servirem ao CONSÓRCIO; Elaborar a proposta orçamentária anual do CONSÓRCIO, a ser submetida ao Conselho Deliberativo; Autorizar compras e contratações de serviços, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo; Elaborar os relatórios de atividade anual, a serem submetidos para aprovação do Conselho Deliberativo e, posteriormente, do Conselho Fiscal; Encaminhar ao Conselho Deliberativo a planilha de custos estabelecida para subsidiar a celebração dos contratos de rateio a cada ciclo orçamentário;

	Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada ao Conselho Deliberativo e ao Órgão Concedente; Movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho Deliberativo ou com quem este indicar, as contas bancárias e os recursos do Consórcio; Designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência, para responder pelo expediente; Providenciar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal; Elaborar minutas de regimentos internos, estatutos, resoluções e demais normas internas, e enviá-las para aprovação pelo Conselho Deliberativo; Elaborar e expedir ordens executivas, diretivas e demais normas de direção e organização interna dos serviços, independentemente de aprovação pelo Conselho Deliberativo.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 24.913,46

Nomenclatura	Diretor Administrativo
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades administrativas e operacionais do consórcio; Gerenciar e controlar o patrimônio do CONSÓRCIO; Elaborar e acompanhar contratos, convênios e processos licitatórios; Gerenciar recursos humanos, incluindo convocação, contratação e aplicação de penalidades administrativas; Autenticar livros de atas e de registros do CONSÓRCIO; Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões do Conselho Deliberativo e Fiscal e Assembleia Geral; Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.
Escolaridade	Ensino Superior Completo

Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 16.707,01

Nomenclatura	Diretor Financeiro
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Planejar, coordenar e acompanhar as atividades da área financeira, garantindo sua integração com os setores administrativos do consórcio;
	Participar da elaboração e execução orçamentária, acompanhando receitas, despesas, contratos de rateio e convênios, inclusive a execução financeira desses instrumentos;
	Gerenciar e controlar o orçamento, registros contábeis e recursos financeiros do consórcio;
	Representar o consórcio, em conjunto com a direção executiva, perante estabelecimentos bancários, autorizando a abertura e encerramento de contas, aplicações financeiras, pagamentos, emissão de boletos, cobrança de consorciados inadimplentes, dentre outras operações correlatas, mediante devida autorização do Presidente;
	Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 16.707,01

Nomenclatura	Diretor Técnico
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Planejar as atividades da área técnica;
	Acompanhar das atividades executadas pela área técnica e administrativa;
	Manter interlocução junto aos fornecedores na busca da garantia da execução das exigências estabelecidas nos contratos de fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde;
	Acompanhar a situação do mercado para a garantia do fornecimento dos itens adquiridos;
	Manter interlocução junto aos locais de recebimento de medicamentos e produtos para a saúde (Regionais de Saúde da SESA, municípios de entrega descentralizada e Consórcios Intermunicipais), acompanhando a execução das atividades visando garantir o adequado desempenho, nas atividades de recebimento, armazenamento e distribuição aos municípios;
	Manter interlocução junto aos gestores do SUS no âmbito federal, estadual e municipais, órgãos de classe, órgãos de controle e auditoria e academia, buscando a garantia da implementação da Política Nacional de Medicamentos, no que se relaciona com o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais

Referência salarial	R$ 16.707,01

Nomenclatura	Assessor Jurídico
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Prestar assessoria jurídica ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva do consórcio, para plena eficácia e adequação jurídica dos atos administrativos, por meio de emissão de orientações específicas e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos;
	Apoiar o Conselho Deliberativo na elaboração dos anteprojetos de normas a serem apresentado para aprovação no âmbito de sua competência, bem como nos atos normativos de competência da Diretoria Executiva;
	Elaborar minutas de documentos institucionais do consórcio;
	Exercer a coordenação, gestão e supervisão de equipes, bem como de toda a atividade jurídica, consultiva e contenciosa do Consórcio;
	Prestar assessoria jurídica e orientações quando requisitado pelo Conselho Deliberativo e Diretoria e suas equipes de trabalho nos assuntos que demandam esclarecimento jurídico;
	Prestar assessoria jurídica acerca de notificações, recomendações e processos administrativos, bem como documentos públicos produzidos e recebidos pelo consórcio;

	Prestar orientação e assistência jurídica nos processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR e Ministério Público; Responder à Diretoria Executiva acerca de suas atividades rotineiras; Executar atividades técnicas-jurídicas pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.
Escolaridade	Ensino Superior Completo – Direito
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 12.561,64

Nomenclatura	**Controlador**
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Estimular a obediência das normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, regulamentos, o estatuto, e demais atos emanados pelo Poder Público; Desenvolver e promover ações que consolidem uma cultura de ética, probidade e transparência, estimulando o cumprimento das normas legais, diretrizes administrativas, regulamentos, estatuto e demais atos emanados pelo Poder Público;

	Acompanhar os limites legais e constitucionais relativos à aplicação dos recursos sob responsabilidade do consórcio, realizando inspeções, auditorias e visitas “in loco” aos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais áreas da gestão, assegurando a conformidade e a eficiência dos procedimentos; Promover estudos, pesquisas e a sistematização, normatização e padronização de procedimentos operacionais e administrativos, além de participar da elaboração de normas e padronização de rotinas no âmbito do consórcio; Monitorar, avaliar e garantir o cumprimento dos princípios e normas que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e moralidade administrativa, acompanhando fatos irregulares, reclamações, denúncias e eventuais lesões ao patrimônio, zelando por sua resolução integral; Expedir recomendações no âmbito do controle interno, acompanhar a divulgação das informações no portal da transparência, apoiar o controle externo em sua missão institucional e monitorar a implementação das recomendações, ressalvas e determinações do Tribunal de Contas do Estado. Elaborar relatórios gerenciais e pareceres técnicos para a direção do consórcio, apresentando avaliações dos controles internos, com foco na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, corrupção e outras inadequações, além de elaborar o plano anual de controle interno (PACI) para organização das atividades de controle; Executar outras atividades correlatas às atribuições do controle interno, conforme o regimento e necessidades institucionais;
Escolaridade	**Ensino Superior Completo**
Jornada de trabalho	**40 horas semanais**
Referência salarial	R$ 12.561,64

Reajustes salariais e demais benefícios previstos em Convenção Coletiva

As referências salariais descritas no presente Anexo correspondem aos valores iniciais da remuneração base dos empregados do Consórcio, sem contemplar eventuais adicionais, gratificações, reajustes, promoções e progressões funcionais.

Os empregados efetivos do Consórcio perceberão os reajustes salariais e demais benefícios implementados periodicamente nas negociações coletivas (Convenções Coletivas de Trabalho - CCT ou Acordos Coletivos de Trabalho - ACT), respectivamente em relação às categorias

profissionais e entidades de representação aos quais estiverem vinculados. Em se tratando de direitos dos empregados que decorrem de injunção legal, tais reajustes e benefícios serão implementados diretamente por ato da Diretoria Executiva, independentemente de deliberação ou aprovação em Assembleia Geral.

Demais benefícios e reajustes salariais anuais não relacionados a CCTs e ACTs serão objeto de deliberação pelo Conselho Deliberativo e implementação pela Diretoria Executiva, nos termos do Plano de Cargos e Salários vigente, que também definirá as regras para concessão de adicionais, gratificações, reajustes, promoções e progressões funcionais, bem como para reenquadramento dos atuais empregados do Consórcio.

***** MINUTA *****

PROJETO DE LEI Nº [...]/2025

EMENTA: Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

MENSAGEM Nº [...].

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de [...],

Por intermédio do presente, dirigimo-nos a Vossas Excelências para encaminhar o presente Projeto de Lei que "Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)".

O Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS foi constituído em junho de 1999, com o apoio do Estado do Paraná, e possui atualmente como consorciados 398 (trezentos e noventa e oito) dos 399 (trezentos e noventa e nove) Municípios do Estado do Paraná, incluindo este Município.

Desde sua constituição e até o presente, o CIPS desempenha ações de fundamental relevância em apoio aos sistemas de saúde dos entes consorciados, mediante aquisição, armazenagem, organização e distribuição de uma série de medicamentos e insumos de saúde na esfera da atenção básica. A atuação do CIPS é reconhecida por todos os municípios consorciados e pelo Estado do Paraná, sendo o Consórcio um agente fundamental para a saúde municipal no Estado, há mais de 25 anos.

Em 2024, após deliberação e aprovação em Assembleia, o CIPS celebrou com o Ministério Público Estadual um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com o objetivo de ajustar a estrutura e o funcionamento do Consórcio às regras da legislação vigente – Lei Federal n. 11.107/2005. Dentre as principais alterações previstas, encontra-se a transformação do CIPS em consórcio público com personalidade jurídica de direito público.

Assim, diante da necessidade de adequação do CIPS à legislação mencionada e aos termos do TAC celebrado, elaborou-se novo Protocolo de Intenções que, após aprovação e ratificação nos legislativos municipais, substituirá o anterior e regrará o funcionamento do Consórcio doravante.

Nesse contexto, na data de 24/06/2025 o Protocolo de Intenções foi aprovado em Assembleia, pela unanimidade dos representantes dos Municípios atualmente consorciados.

Em razão disso, como último passo, é necessária a ratificação legislativa do Protocolo de Intenções em questão, como requisito para que o Município formalize a continuidade de sua vinculação e participação no Consórcio. É importante consignar que, nos termos da Lei, caso não haja ratificação

legislativa do Protocolo de Intenções, o Município não poderá se manter vinculado ao CIPS, deixando de figurar como ente consorciado.

Considerando a alta relevância das ações desempenhadas pelo CIPS em favor do Município, acima citadas, isso traria enorme impacto e prejuízo para a saúde municipal. Isso porque o CIPS é responsável pela compra, armazenamento e dispensação de diversos medicamentos de atenção básica, e sua expertise nas compras e na gestão dos insumos, aliada ao ganho da compra feita em larga escala, acarretam uma compra feita a preço mais baixo e um fornecimento mais eficiente do que o Município poderia efetuar, atuando isoladamente.

É essencial ao Município, portanto, permanecer vinculado ao CIPS, consórcio de que participa desde 1999.

Diante do exposto, submetemos à avaliação e análise de Vossas Senhorias o presente Protocolo de Intenções. Contando com o apoio desta Ilustre Casa Legislativa à referida iniciativa, aproveitamos o ensejo para **solicitar sua apreciação em regime de urgência**, nos termos da legislação municipal e do Regimento Interno desta Casa.

Renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:93F083BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
EDITAL Nº 002.7/2025 – 3ª CONVOCAÇÃO

EDITAL nº 002.7/2025 – 3ª Convocação

Irati, 19 de novembro de 2025.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 588/2025, que autoriza a realização do Processo

Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 703/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Gerson Arnold; Membros: Francieli Dwulatka e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 13/10/2025, Edição 3383, **TORNA PÚBLICO a terceira convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 002.1/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 25 de novembro de 2025, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

Entrevistador Social							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
001	SIRLEY ALEXANDRE CORREA	15	100	0	100	215	5ª

Orientador Social							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
142	DORA LEANDRA WOLANIUK	25	100	18	71	214	3ª

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:

a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;

b) Carteira de Identidade – RG (cópia);

c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);

d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);

e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;

f) Título de Eleitor (cópia);

g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);

i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);

j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);

k) Comprovante de endereço atual (cópia);

l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;

m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;

n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);

p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;

q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;

r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;

s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

GERSON ARNOLD

Decreto nº 703/2025

Presidente do PSS

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:6A3C5BA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.376/2025 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

Exercício: 2025

Decreto nº 5376/2025 de 14/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2021/2024 de 09/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 73.563,55 (setenta e três mil quinhentos e sessenta e três reais e cinqüenta e cinco centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
10.002.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.002.10.301.0013.1.073.		PROJETO INVESTIMENTOS EM SAUDE ESTADUAL	
502 - 4.4.90.52.00.00	01497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	53.563,55
10.002.10.303.0013.2.105.		PROGRAMA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	
449 - 3.3.90.32.00.00	01303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
Total Suplementação:			**73.563,55**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o

Excesso de Arrecadação;		
Receita:1.1.1.3.03.41.01.01000000	Fonte: 1000	20.000,00
Receita:1.3.2.1.01.01.24.00000000	Fonte: 1497	53.563,55
Total da Receita:		**73.563,55**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 14 de novembro de 2025.

AMARILDO TOSTES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:D47F993F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ANEXO I - LEI Nº 2.051/2025

ANEXO I - LEI Nº 2.051/2025

	BENS MÓVEIS	SITUAÇÃO ATUAL	VALOR R$
01	RETRO ESCAVADEIRA XCMG ANO 2018	FUNCIONANDO	80.000,00
02	RETRO ESCAVADEIRA CAT 416 E ANO 2014	FUNCIONANDO	70.000,00
03	RETRO ESCAVADEIRA CASE 580 L ANO 1997	FUNCIONANDO	8.000,00
04	TRATOR LS 80 ANO 2019	FUNCIONANDO	60.000,00
05	TRATOR FORD 7630 ANO 2007	FUNCIONANDO	28.000,00
06	BORA JPH1D13 ANO 2001	MOTOR PARADO	6.000,00
07	PIC UP TOYOTA AJG 1074 ANO 2000	FUNCIONANDO	25.000,00
08	SIENA AXA 4528 ANO 2013	FUNCIONANDO/ PROBLEMA NO CAMBIO	10.000,00
09	CORSA AKE4039 ANO 2002	BATIDO	1.000,00
10	CORSA AKD 0496 ANO 2002	MOTOR PARADO	8.000,00
11	FIAT DOBRO AMD5706 ANO 2004	FUNCIONANDO	6.000,00
12	VAN RENAULT BCU9I65 ANO 2018	FUNCIONANDO	25.000,00
13	ÔNIBUS BAO1128 ANO 2016	MOTOR PARADO	17.000,00
14	ÔNIBUS SCANIA BYF2A77 ANO 1990	FUNCIONANDO	20.000,00
15	S10 DIESEL AJU1375 ANO 2001	FUNCIONANDO	20.000,00
16	ESCAVADEIRA HYUDAY 140 LS ANO 2019	FUNCIONANDO	250.000,00
17	ROLO CATERPILAR CS 54B ANO 2016	FUNCIONANDO	250,000,00
18	AMBULÂNCIA NENAULT ARW6474 ANO 2009	MOTOR PARADO	18.000,00
19	ÔNIBUS ARN8589 ANO 2009	FUNCIONANDO	30.000,00
20	PA CARREGADEIRA CATERPILAR 924 ANO 2013	FUNCIONANDO	180.000,00
21	FIAT SIENA BDD9H15 ANO 2019	FUNCIONANDO	20.000,00
22	AMBULÂNCIA BBF7505 ANO 2016	PROBLEMA BOMBA E BICO	40.000,00
23	GOL AHN4768 ANO 1997	FUNCIONANDO	4.000,00
24	AMBULÂNCIA RENAULT BCF2678 ANO 2018	FUNCIONANDO / BAIXANDO ÁGUA	50.000,00
25	UNO AYP4678 ANO 2014	FUNCIONANDO	8.000,00
26	AMBULÂNCIA SAVEIRO BCL 8732 ANO 2018	MOTOR PARADO	18.000,00
27	KOMBI AVJ 3672 ANO 2012	FUNCIONANDO	10.000,00
28	FIAT TEMPLA	SUCATA	1.300,00
29	FORD CURRIE	SUCATA	1.300,00
30	FORD SCORT	SUCATA	1.300,00
31	FIAT TEMPLA RET	SUCATA	1.300,00
32	SAVEIRO QUADRADA 1995	SUCATA	1.300,00
33	KOMBI AIC2527 1999	SUCATA	1.300,00
34	ÔNIBUS MB OF 1113 BWC7295	SUCATA	6.000,00
35	ÔNIBUS CITY CLASS 70C163.0 TURBO DIESEL ARM914	SUCATA	4.000,00
36	TRATOR 65 MF	SUCATA	1.000,00
37	ÔNIBUS CAIO DWP3475	SUCATA	6.000,00
38	ÔNIBUS CAIO KSO5604	SUCATA	6.000,00

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:F088DF0F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2025 – ID/TCE Nº 42963

O **MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Rui Barbosa, nº 34, Centro, CEP: 87175-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.282.698/0001-47, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr **Ananias Soares Vieira**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 794.109.799-00, portador da Cédula de Identidade nº 5.049.568-0, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 23/2025, para Registro de Preços nº 09/2025, processo administrativo n.º 056/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, nas quantidades, termos e condições previstas no edital e seus anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: E. O. L. Rodrigues Pesca - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rodovia PR, S/N, na zona rural, na cidade de Uniflor/PR, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 13.255.696/0002-20, telefone: (44)9842-7141, e-mail: maringafogos@hotmail.com, neste ato representada pela Sra. **Elizabethe de Oliveira Lima Rodrigues**, portadora do RG nº 6.070.004-4 e inscrita no CPF/MF nº 884.069.979-15.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

1. Consideram-se REGISTRADOS os preços para futura e eventual **Registro de Preços para eventual aquisição de kit de fogos de artifícios, incluindo instalação, montagem e detonação, para eventos a serem realizados no município**, conforme quantidades e especificações contidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	KIT PIROTECNICO METRALHADORA 120 TB - B	08	2.571,04	20.568,32
2	KIT PIROTECNICO METRALHADORA 300 TB - B	10	5.940,00	59.400,00
3	KIT PIROTECNICO 88 TUBOS 2AB W - B RUIDO	02	2.270,37	4.540,74
4	KIT PIROTECNICO 40 TUBOS 2AB MDA-B RUIDOS TRASSANTE COM PONTAS COLORIDAS	10	1.978,25	19.782,50
5	KIT PIROTECNICO 40 TUBOS 2AB COMETA CORES E EFEITO - B RUIDO	10	1.978,25	19,782,50
TOTAL				**124.074,06**

2. O total estimado deste instrumento é de R$ **124.074,06 (cento e vinte e quatro mil e setenta e quatro reais e seis centavos).**

3. As quantidades estabelecidas são meramente estimativas, não obrigando o Município em solicitar o objeto.

4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, a proposta do contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

5. Fica vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados nesta ARP, salvo nas contratações dela decorrentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA ASSINATURA:

1. Não será admitida a adesão a presente Ata de registro de preços.

2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços e o contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar contratações na quantidade total estimada, e poderá ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada a Detentora do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de Nota de Empenho, Solicitação de Despesa ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. O Aceite da Solicitação de Despesa ou Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de referência e seus anexos;

a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão e os direitos da Administração previstos Lei nº 14.133/21.

4. Independente de transcrição da ata/contrato, as condições de execução/entrega do bem são as especificadas no Edital da Licitação e o Termo de Referência anexo a ele, sujeitando às partes as instruções neles contidas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer nº 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 16 do Decreto Municipal nº 227/2023.

2. A publicação da Ata de Registro se dará no Diário Oficial do Município de Itambé, no endereço eletrônico: (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

CLÁUSULA QUINTA - DO FORNECIMENTO:

1. Após a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo de até 07 (sete) dias, no endereço indicado na Solicitação de Despesa.

2. Os produtos deverão ser entregues no endereço e nas quantidades descritas na Solicitação de Despesa.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o adimplemento da obrigação e o ateste das Notas Fiscais.

2. Em caso de atraso, os valores serão atualizados monetariamente com base no índice INPC do IBGE.

3. As despesas decorrentes da contratação, correrão às expensas de recursos orçamentários abaixo descritas:

04.002.04.122.0010.2006.3.3.90.30.00.00/01000

12.002.13.392.0015.2047.3.3.90.30.00.00/01000

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA E DA CONTRATAÇÃO:

1. O Município de Itambé é o Órgão Gerenciador responsável pelo gerenciamento desta Ata de Registro de Preços.

2. Caberá a servidora **Glice Maria Martins Silva**, matrícula funcional nº 8460 a Gestão desta ARP, cabendo as responsabilidades previstas na lei.

3. Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto da presente ata, de acordo com o estabelecido, bem como acompanhar e fiscalizar a execução e fornecimento através da servidora **Patrícia Tavares Constantino**, matrícula funcional nº 8467.

4. As obrigações do fiscal atenderão ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/21.

CLAUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas situações e condições previstas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

2. Qualquer pedido de alteração, deverá vir acompanhado dos documentos comprobatórios de suas legações, como por exemplo, divulgações em mídias especializadas, planilhas de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, copias de notas fiscal e/ou documentos oficias de fornecedores.

3. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo de sofrer sanções.

4. Os pedidos de alterações serão analisados, diligenciados e negociados pelo Gestor e sua equipe.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA:

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos termos dos artigos 13 e 27 do Decreto Municipal n.º 227/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES, DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021.

2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

1. Fica eleito o Foro da cidade de Marialva/PR para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ATA de Registro de Preços ou através de simples apostilamento.

A DETENDORA DA ATA tem pleno conhecimento dos elementos constantes desta ATA, de todas as condições gerais e peculiares do fornecimento a ser efetuado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta ATA.

As partes contratantes ficam sujeitas às normas constantes da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, bem como, pelo Decreto Municipal n.º 227/2023 e demais normas aplicáveis, sendo que os casos omissos também serão resolvidos através da aplicação das referidas leis.

2. Integram esta Ata, o Edital do Processo de Licitação seus Anexos, a Ata da Sessão do Pregão e a(s) proposta(s) de preços do fornecedor e demais documentos pertinentes arrolados no processo licitatório.

3. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Itambé, 17 de novembro de 2025.

ANANIAS SOARES VIEIRA

Prefeito Municipal

ELIZABETHE DE OLIVEIRA LIMA RODRIGUES

E.O.L Rodrigues Pesca ME

Testemunhas:

DAIANE CRISTINA DA SILVA MESSIAS

FLÁVIA VICENZI

Publicado por:
Daiane Cristina Silva Messias
Código Identificador:966907B5

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE ITAMBE							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	% (b/a)	**Até o Período (c)**	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.097.105,32	49.934.341,79	8.965.940,29	17,96	38.683.092,59	77,47	11.251.249,20
RECEITAS CORRENTES	24.878.929,44	31.052.521,68	7.105.253,50	22,88	35.317.377,59	113,73	-4.264.855,91
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.669.155,34	3.018.655,34	924.595,83	30,63	4.129.656,36	136,80	-1.111.001,02
Impostos	1.654.387,67	2.695.887,67	837.695,36	31,07	3.590.216,89	133,17	-894.329,22
Taxas	0,00	308.000,00	86.900,47	28,21	539.439,47	175,14	-231.439,47
Contribuição de Melhoria	14.767,67	14.767,67	0,00	0,00	0,00	0,00	14.767,67
CONTRIBUIÇÕES	59.399,99	59.399,99	107.537,20	181,04	747.687,05	1.258,73	-688.287,06
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	59.399,99	59.399,99	107.537,20	181,04	747.687,05	1.258,73	-688.287,06
RECEITA PATRIMONIAL	288.435,18	717.765,96	199.924,00	27,85	917.117,46	127,77	-199.351,50
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	1.758,94	0,00	12.742,11	0,00	-12.742,11
Valores Mobiliários	86.836,23	516.167,01	198.165,06	38,39	904.375,35	175,21	-388.208,34
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	201.598,95	201.598,95	0,00	0,00	0,00	0,00	201.598,95
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	20.143,00	20.143,00	25.845,33	128,31	53.078,42	263,51	-32.935,42
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.143,00	20.143,00	10.000,00	49,65	11.000,00	54,61	9.143,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	15.845,33	0,00	42.078,42	0,00	-42.078,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.887.133,86	26.273.075,32	5.845.342,29	22,25	29.429.115,13	112,01	-3.156.039,81
Transferências da União e de suas Entidades	11.922.134,43	15.034.474,43	3.684.307,31	24,51	17.423.339,22	115,89	-2.388.864,79
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.311.985,88	6.585.587,34	1.321.346,63	20,06	7.481.723,59	113,61	-896.136,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	7.805,08	7.805,08	6.052,91	77,55	62.878,86	805,61	-55.073,78
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.645.208,47	4.645.208,47	833.635,44	17,95	4.461.173,46	96,04	184.035,01
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	954.662,07	963.482,07	2.008,85	0,21	40.723,17	4,23	922.758,90
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	876.458,56	884.158,56	2.008,85	0,23	31.169,74	3,53	852.988,82
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	78.203,51	79.323,51	0,00	0,00	9.553,43	12,04	69.770,08
RECEITAS DE CAPITAL	14.218.175,88	18.881.820,11	1.860.686,79	9,85	3.365.715,00	17,83	15.516.105,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.234.882,70	5.234.882,70	0,00	0,00	0,00	0,00	5.234.882,70
Operações de Crédito - Mercado Interno	5.234.882,70	5.234.882,70	0,00	0,00	0,00	0,00	5.234.882,70
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	14.597,20	14.597,20	0,00	0,00	0,00	0,00	14.597,20
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	14.597,20	14.597,20	0,00	0,00	0,00	0,00	14.597,20
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.968.695,98	13.632.340,21	1.860.686,79	13,65	3.365.715,00	24,69	10.266.625,21
Transferências da União e de suas Entidades	8.966.535,98	8.966.535,98	465.300,00	5,19	465.300,00	5,19	8.501.235,98
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.160,00	4.665.804,23	1.395.386,79	29,91	2.900.415,00	62,16	1.765.389,23
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.097.105,32	49.934.341,79	8.965.940,29	17,96	38.683.092,59	77,47	11.251.249,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	39.097.105,32	49.934.341,79	8.965.940,29	17,96	38.683.092,59	77,47	11.251.249,20
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	39.097.105,32	49.934.341,79	8.965.940,29	17,96	38.683.092,59	77,47	11.251.249,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	4.204.324,24	-	-	4.204.324,24	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	4.204.324,24	-	-	4.204.324,24	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	37.478.395,62	52.519.956,33	10.596.797,70	38.807.095,19	13.712.861,14	8.813.747,69	36.654.337,07	15.865.619,26	35.459.867,32
DESPESAS CORRENTES	35.043.232,58	43.310.650,19	6.971.253,17	32.067.925,28	11.242.724,91	6.971.263,17	32.067.925,28	11.242.724,91	31.584.275,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.258.229,78	21.572.119,78	2.980.091,55	15.003.492,69	6.568.627,09	2.980.091,55	15.003.492,69	6.568.627,09	14.839.001,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	21.600,00	1.600,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.763.402,80	21.736.930,41	3.991.161,62	17.064.432,59	4.672.497,82	3.991.171,62	17.064.432,59	4.672.497,82	16.745.274,60
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	13.763.402,80	21.736.930,41	3.991.161,62	17.064.432,59	4.672.497,82	3.991.171,62	17.064.432,59	4.672.497,82	16.745.274,60
DESPESAS DE CAPITAL	2.134.520,00	8.908.663,10	3.625.544,53	6.739.169,91	2.169.493,19	1.842.484,52	4.586.411,79	4.322.251,31	3.875.591,69
INVESTIMENTOS	2.069.720,00	8.833.863,10	3.613.478,54	6.679.944,11	2.153.918,99	1.830.418,53	4.527.185,99	4.306.677,11	3.816.365,89
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	64.800,00	74.800,00	12.065,99	59.225,80	15.574,20	12.065,99	59.225,80	15.574,20	59.225,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.643,04	300.643,04	0,00	0,00	300.643,04	0,00	0,00	300.643,04	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	48.709,70	48.709,70	0,00	0,00	48.709,70	0,00	0,00	48.709,70	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	37.527.105,32	52.568.666,03	10.596.797,70	38.807.095,19	13.761.570,84	8.813.747,69	36.654.337,07	15.914.328,96	35.459.867,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	37.527.105,32	52.568.666,03	10.596.797,70	38.807.095,19	13.761.570,84	8.813.747,69	36.654.337,07	15.914.328,96	35.459.867,32
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	2.028.755,52	-	3.223.225,27
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	37.527.105,32	52.568.666,03	10.596.797,70	38.807.095,19	-	8.813.747,69	38.683.092,59	-	38.683.092,59
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 18/nov/2025 as 09h e 07m.

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	48.709,70	48.709,70	0,00	0,00	48.709,70	0,00	0,00	48.709,70	0,00
DESPESAS CORRENTES	48.709,70	48.709,70	0,00	0,00	48.709,70	0,00	0,00	48.709,70	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.709,70	48.709,70	0,00	0,00	48.709,70	0,00	0,00	48.709,70	0,00

ANANIAS SOARES VIEIRA	*LUCIANI MARIA RANIERO ZAMPAR*	*ROSANE DE ASSIS CONTRERAS*
Prefeito	Contadora	Secretaria de Finanças

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:2219EAC4

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
ANEXO VIII - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE ITAMBE		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO		
E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO		
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	**2.695.887,67**	**3.590.216,89**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	497.845,35	467.452,27
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	607.385,79	708.398,88
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.051.270,89	1.468.520,70
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	539.385,64	945.845,04
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**22.415.935,81**	**25.967.377,07**
2.1- Cota-Parte FPM	14.727.614,03	16.754.385,50
2.1.1- Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	14.185.651,03	15.253.867,94
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	541.963,00	1.500.517,56
2.2- Cota-Parte ICMS	6.362.365,82	6.829.741,77
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	89.899,55	98.000,99
2.4- Cota-Parte ITR	110.669,45	921.063,01
2.5- Cota-Parte IPVA	1.125.386,96	1.364.185,80
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**25.111.823,48**	**29.557.593,96**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**R$ 4.374.794,56**	**R$ 4.893.371,90**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	**1.903.161,31**	**2.496.026,59**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	**4.645.208,47**	**4.635.125,71**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.645.208,47	4.482.489,30
6.1.1- Principal	4.645.208,47	4.461.173,46
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	21.315,84
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	152.636,41
6.4.1- Principal	0,00	146.636,61
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	5.999,80
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**270.413,91**	**-432.198,44**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**158.953,60**	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	123.277,39	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	35.676,21	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**4.794.079,31**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO	**6.596.967,36**	**4.591.337,92**	**4.591.337,92**	**4.553.540,15**	**0,00**

FUNDEB					
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.556.348,62	3.883.478,83	3.883.478,83	3.845.681,06	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.563.060,44	1.760.956,34	1.760.956,34	1.739.368,12	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	2.393.760,46	1.773.011,76	1.773.011,76	1.760.594,50	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	201.339,83	29.057,48	29.057,48	28.741,08	0,00
10.1.4- Educação Especial	398.187,89	320.453,25	320.453,25	316.977,36	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.040.618,74	707.859,09	707.859,09	707.859,09	0,00
10.2.1- Educação Infantil	696.018,74	447.000,15	447.000,15	447.000,15	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	344.600,00	260.858,94	260.858,94	260.858,94	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**4.591.337,92**	**4.591.337,92**	**4.553.540,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.591.337,92	4.591.337,92	4.553.540,15	0,00	0,00	108.848,62
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.883.478,83	3.883.478,83	3.845.681,06	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.137.742,51	3.883.478,83	3.883.478,83	86,64
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	463.512,57	43.787,79	43.787,79	0,00	0,94

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	521.456,72	123.277,39	0,00	0,00	123.277,39	123.277,39
19.1- Total das Despesas custeadadsa com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	521.456,72	123.277,39	0,00	0,00	123.277,39	123.277,39
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**6.385.657,57**	**3.240.046,90**	**3.240.046,90**	**3.193.589,37**	**0,00**
20.1- Educação Infantil	2.726.441,83	1.259.100,52	1.259.100,52	1.239.037,25	0,00
20.2- Ensino Fundamental	3.644.715,74	1.967.056,53	1.967.056,53	1.940.662,27	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	1.500,00	1.240,46	1.240,46	1.240,46	0,00
20.4- Educação Especial	13.000,00	12.649,39	12.649,39	12.649,39	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**12.368.597,21**	**7.467.984,24**	**7.467.984,24**	**7.387.521,23**	**0,00**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.985.521,01	3.467.057,01	3.467.057,01	3.425.405,52	0,00
21.1.1- Creche	5.985.521,01	3.467.057,01	3.467.057,01	3.425.405,52	0,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	6.383.076,20	4.000.927,23	4.000.927,23	3.962.115,71	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.240.046,90
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.893.371,90
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	123.277,39
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS	27.250,00
AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**7.982.891,41**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	7.389.398,49	7.982.891,41	27,01

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**27.250,00**	**0,00**	**0,00**	**27.250,00**	**0,00**
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	27.250,00	0,00	0,00	27.250,00	0,00
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**2.291.929,34**	**560.003,34**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**544.519,26**	**487.225,68**
31.1.1- Salário-Educação	366.400,00	345.140,17
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	138.000,00	122.076,09
31.1.4 - PNATE	29.160,00	10.290,16
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	10.959,26	9.719,26
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**1.747.410,08**	**68.274,23**
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**0,00**	**4.503,43**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	**1.606.827,63**	**1.622.067,44**	**1.622.067,44**	**1.616.749,20**	**0,00**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	135.000,00	3.509,00	3.509,00	3.509,00	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.415.067,63	1.597.348,44	1.597.348,44	1.592.030,20	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	56.760,00	21.210,00	21.210,00	21.210,00	0,00

32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**14.589.452,56**	**9.539.035,90**	**9.539.035,90**	**9.449.462,36**	**0,00**
33.1- Despesas Correntes	**13.598.672,56**	**8.871.720,90**	**8.871.720,90**	**8.782.147,36**	**0,00**
33.1.1- Pessoal Ativo	9.470.712,93	6.068.814,86	6.068.814,86	6.006.506,51	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	97.200,00	90.355,80	90.355,80	90.355,80	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	4.030.759,63	2.712.550,24	2.712.550,24	2.685.285,05	0,00
33.2- Despesas de Capital	**990.780,00**	**667.315,00**	**667.315,00**	**667.315,00**	**0,00**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	990.780,00	667.315,00	667.315,00	667.315,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**VALOR**	
	FUNDEB (ah)	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	158.953,60	214.749,83
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	4.635.125,71	345.140,17
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	4.553.540,15	295.748,78
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	240.539,16	264.141,22
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	240.539,16	264.141,22
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 18/nov/2025 as 09h e 15m.		
1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.		
4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9.Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
ANANIAS SOARES VIEIRA	***LUCIANI MARIA RANIERO ZAMPAR***	***ROSANE DE ASSIS CONTRERAS***
Prefeito	Contadora	Secretaria de Finanças

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:7DA12627

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE ITAMBE	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	
LRF, Art. 48 - Anexo XIV	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até Período**
RECEITAS	
Previsão Inicial	39.097.105,32
Previsão Atualizada	49.934.341,79
Receitas Realizadas	38.683.092,59
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	4.204.324,24
DESPESAS	
Dotação Inicial	37.527.105,32
Dotação Atualizada	52.568.666,03
Despesas Empenhadas	38.807.095,19
Despesas Liquidadas	36.654.337,07
Despesas Pagas	35.459.867,32
Superávit Orçamentário	2.028.755,52
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até Período**
Despesas Empenhadas	38.807.095,19
Despesas Liquidadas	36.654.337,07
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até Período**
Receita Corrente Líquida	42.936.124,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	42.136.124,72

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	42.136.124,72

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até Período
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado até o Período (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	2.044.553,66	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	863.949,91	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrito	Cancelado Até o Período	Pagamento Até o Período	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	49.792,28	0,00	24.522,06	25.270,22
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	854.000,00	545.000,00	309.000,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Porder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	903.792,28	545.000,00	333.522,06	25.270,22

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado Até o Período
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.982.891,41	<18% / 25%>	27,01
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.883.478,83	70%	86,64
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até Período	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	5.234.882,70
Despesa de Capital Líquida	6.739.169,91	2.169.493,19

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Apurado Até Período	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos	17.756,76	-3.159,56
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	250.000,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado até o Período
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	8.569.757,35	15,00	30,54
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			**VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE**
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)			0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 18/nov/2025 as 09h e 51m.			

ANANIAS SOARES VIEIRA	***LUCIANI MARIA RANIERO ZAMPAR***
Prefeito	Contadora
ROSANE DE ASSIS CONTRERAS	

Secretaria de Finanças

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:75DE5A64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 251/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 251/2025 DATA: 17.11.2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 4° inciso III e artigo 5° inciso I da LOA - Lei Orçamentária Anual nº 2184/2024 de 10.12.2024 e artigo 27º incisos I e II da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2170/2024 de 18.06.2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, destinados ao suporte das despesas no valor de R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0700	Departamento de Saúde		
0702	Fundo Municipal de Saúde		
1030400212027	Manutenção da Vigilância Sanitária		
3.3.90.30	Material de Consumo (3070)	51492	50.000,00
0600	Depto de Educação e Esportes		
0601	Divisão de Educação		
123610013.2.013	Manutenção da Unidade da Divisão de Educação		
3.3.90.30	Material de Consumo (141)	104	100.000,00
11.00	Departamento de Urbanismo		
11.01	Divisão de Urbanismo		
15.452.0009.2.009	Manutenção da Divisão de Serviços Urbanos		
3.3.90.30	Material de Consumo (497)	000	40.000,00
TOTAL R$ 190.000,00			

Art. 2º - Para cobertura dos créditos a serem abertos em conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos da anulação parcial de dotações orçamentárias conforme dispõe o § 1º, III, do art. 43 da Lei Federal 4320/1964 de 17.03.1964, no valor de R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), especificados abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0700	Departamento de Saúde		
0702	Fundo Municipal de Saúde		
1030400212027	Manutenção da Vigilância Sanitária		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros PJ (3071)	51492	50.000,00
0600	Depto de Educação e Esportes		
0601	Divisão de Educação		
123610013.2.013	Manutenção da Unidade da Divisão de Educação		
3.1.90.13	Contribuições Patronais (133)	104	70.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil (135)	104	30.000,00
11.00	Departamento de Urbanismo		
11.01	Divisão de Urbanismo		
15.452.0009.2.009	Manutenção da Divisão de Serviços Urbanos		
4.4.90.51	Obras e Instalações	000	10.000,00
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis	000	30.000,00
TOTAL R$ 190.000,00			

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 2131/2023 de 09.05.2023 - LDO e 2010/2021 do PPA 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 05.11.2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de novembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,

Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,

Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F5644314

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 252/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 252/2025 DATA: 17.11.2025

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 4° inciso VII da LOA - Lei Orçamentária Anual nº 2184/2024 de 10.12.2024 e artigo 27º incisos I e II da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2170/2024 de 18.06.2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, destinados ao suporte das despesas no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
05.00	Departamento Obras e Viação		
05.01	Divisão de Obras Rodoviárias		
267820008.2.008	Planejar, Coordenar, Executar e Supervisionar os Serviços da Unidade		
3.3.90.30	Material de Consumo	50	150.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	50	50.000,00
TOTAL R$ 200.000,00			

Art. 2º - Para cobertura dos créditos a serem abertos em conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do Superávit Financeiro, conforme o previsto no inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, a seguir especificado:

FONTE	NOMENCLATURA	TOTAL
50	Recursos Livres	200.000,00
TOTAL R$ 200.000,00		

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 2170/2024 de 18.06.2024 - LDO e 2010/2021 do PPA 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 05/11/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 17 (dezessete) dias do mês de novembro de 2025.

VILMAR SCHMOLLER,

Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,

Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A4922431

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 48/2025

"Concessão de diárias"

O Senhor **JOSÉ VALDIR DOS SANTOS**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1 – Conceder diária, conforme se especificação a seguir:

BENEFÍCIARIO	DESTINO	DATA INÍCIO	DATA FIM	QT	FINALIDADE	VALOR
Karla Mayara Gubert	Curitiba - PR	24/11/2025	25/11/2025	2	Requerimento de Diária, com a finalidade de participar do Evento II Encontro Estadual CUIDA+ PARANÁ, nos dias 24 e 25 de novembro, no Palácio Iguaçu.	R$760,00

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapejara D´Oeste 18 de novembro de 2025.

JOSÉ VALDIR DOS SANTOS

Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:921E6408

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
AVISO MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA DISPENSA DE VALOR Nº 06/2025

A Câmara Municipal de Ivatuba, Estado do Paraná**,** torna público que, realizará Chamada Pública, para quem queira manifestar interesse em apresentar proposta, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL,** nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	***DIA 24/11/2025, ÀS 16:30 HORAS***
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO FÍSICO E ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	camaramunicipal@cmivatuba.pr.gov.br
TELEFONE PARA CONTATO:	(44) 98828-8950

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto desta Chamada Pública, a intenção de obter propostas adicionais para a Contratação de empresa especializada para locação e instalação de enfeites natalinos, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, para Câmara Municipal de Ivatuba, Estado do Paraná.

Compõem este aviso, além das condições específicas, os seguintes documentos:

– **ANEXO I**– MODELO DE PROPOSTA;

–**ANEXO II**- MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

–**ANEXO III** – TERMO DE REFERÊNCIA;

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Ivatuba – PR, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 – 1001 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

3. DO VALOR ESTIMADO

3.1 - O valor global estimado para contratação será de aproximadamente: R$ 31.363,24 (trinta e um mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos)

4. DO PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS / COTAÇÃO:

4.1. A presente **CHAMADA PUBLICA** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS,** a partir da data da divulgação e ou publicação desta manifestação de interesse, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados

ao **e-mail:** camaramunicipal@cmivatuba.pr.gov.br**,** preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA.**

4.1.1. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 24/11/2025 às 16h30min

Os documentos habilitatórios serão solicitados após verificado a melhor proposta, do participante melhor classificado, sendo exigidos os documentos de Habilitação contidos no Termo de Referência, conforme item 9 do termo de referência.

PROPOSTA DE PREÇOS / COTAÇÃO:

A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no anexo II desse Edital.

As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando- se pela desclassificação.

Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

DO PAGAMENTO

O pagamento, decorrente da prestação dos serviços objeto desta licitação, será efetuado conforme consta no termo de referência.

Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

O pagamento somente será efetuado após entrega dos equipamentos.

O prazo de entrega dos equipamentos será de 3 (dez) dias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Poderá o Município revogar o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

A Câmara Municipal de Ivatuba deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito por esse órgão licitante.

Após finalizado prazo de apresentação das propostas, será divulgada Ata do Resultado no diário oficial desse órgão.

Ivatuba-PR, 18 de novembro de 2025.

LUCAS HENRIQUE DE CARVALHO

Agente de Contratação

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Dispensa de Valor nº 06/2025

Com base no Art. Mº: 75, inciso II da Lei 14.133/2021

PROPOSTA:

Item	Quant	Un	Descrição	Marca/Modelo	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	20	Un	Cascata 400led com 300led fixo + 100led blindados com silicone na parte inferior, fio branco com 3 vias com plug macho e fêmea, comprimento 100 metros com 3 fontes que suporte até 200w ou 4 cascatas em uma única fonte.			
2	01	Un	Figura bi dimensional com escrita "FELIZ 2026" fabricado em aço carbono medindo 3.00 x 0,70 contornado em mangueira led 13mm cor a definir, com suporte para fixação em gramado.			
3	03	Un	Árvore tri dimensional, triangular com 2.50mt de altura fabricado em aço carbono, com contorno em mangueira led 13mm e preenchimento com pisca fixo com estrobinho.			
4	01	Un	Figuras bi dimensionais em formato de Maria com Jesus no colo e josé com cajado, em tamanho real aproximado, preenchimento com pisca fixo com estrobinho e mangueira led 13mm.			
5	01	Serviço	Serviço de instalação, manutenção, retirada de tomas, relés, sensores, quadro de distribuição, aterramento e disjuntores. Com todo material incluso e equipamentos necessários.			

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R$ xx.xxx,xx

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

Despesas inerentes a impostos, tributos, frete e entrega, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social CNPJ Nº:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente

Local, de de 2025.

Nome Completo

(RG: xx.xxx.xxx-x / CPF: xxx.xxx.xxx-xx)

Representante Legal1

1Obs.: Identificação, assinatura legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO II

DISPENSA ELETRÔNICA nº 06/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Agente de Contratação

Câmara Municipal de Ivatuba, Estado do Paraná

DISPENSA COM MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE POR EMAIL

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13° da Lei n° 14.133/2021.

Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal

da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargoé.....(sócioadministrador/procurador/diretor/

etc), **responsável pela assinatura do contrato.**

Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: (------)

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **contrato**, referente ao Dispensa n.º USB - Camila Requena e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos no Contrato.

....., ..., ... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

– OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação e instalação de enfeites natalinos, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, para Câmara Municipal de Ivatuba, Estado do Paraná.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI-DADE	QUANTI-DADE	VALOR MÁX. UNIT.	VALOR MÁX. TOTAL.
1	Cascata 400led com 300led fixo + 100led blindados com silicone na parte inferior, fio branco com 3 vias com plug macho e fêmea, comprimento 100 metros com 3 fontes que suporte até 200w ou 4 cascatas em uma única fonte.	UN.	20	**R$343,33**	**R$6.233,33**
2	Figura bi dimensional com escrita “FELIZ 2026” fabricado em aço carbono medindo 3.00 x 0,70 contornado em mangueira led 13mm cor a definir, com suporte para fixação em gramado.	UN.	1	**R$4.766,66**	**R$4.766,66**
3	Árvore tri dimensional, triangular com 2.50mt de altura fabricado em aço carbono, com contorno em mangueira led 13mm e preenchimento com pisca fixo com estrobinho.	UN.	3	**R$3.633,33**	**R$10.900,00**
4	Figuras bi dimensionais em formato de Maria com Jesus no colo e josé com cajado, em tamanho real aproximado, preenchimento com pisca fixo com estrobinho e mangueira led 13mm.	UN.	1	**R$2.663,33**	**R$2.663,33**
5	Serviço de instalação, manutenção, retirada de tomas, relés, sensores, quadro de distribuição, aterramento e disjuntores. Com todo material incluso e equipamentos necessários.	SER-VIÇO	1	**R$6.166,66**	**R$6.166,66**

1.2 – DETALHAMENTO DO OBJETO

1.3 – Os valores referenciados levaram em consideração a média dos orçamentos obtidos.

1.4 – O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução n.º 01/2025.

1.5 – Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.6 – Os serviços objeto desta contratação, serão adquiridos através da realização de procedimento de Dispensa de licitação.

1.7 – Não haverá parcelamento da solução, pois o objeto se refere a contratação que deverão ser realizadas imediatamente após a conclusão do processo licitatório;

1.8 – O contrato poderá ser substituído por instrumento equivalente como nota de empenho e solicitação de fornecimento, pois a entrega será imediata, nos termos do Art. 95 da Lei 14.133/2021.

2 – DA LEI 123/2006 – MICRO E PEQUENA EMPRESA

( ) ampla Concorrência

( ) licitação com cota reservada para ME e EPP

(**X**) licitação exclusiva para ME e EPP

Se a licitação for exclusiva para ME e EPP, ou prioridade:

( ) local

( ) regional

(X) sem restrição territorial

Com fundamento no Inciso IV do Art. 49 da LC 123/2006, a dispensa deve ser destinada exclusivamente as micro e pequenas empresas. A Lei Complementar Federal nº 123/2006, tem por escopo dar tratamento jurídico diferenciado à essas empresas, o qual guarda, ainda, perfeita consonância com os princípios norteadores do direito, em especial da isonomia, imparcialidade, moralidade e equidade, bem como, em consonância com os entendimentos do órgão fiscalizador, qual seja, o Prejulgado nº 027 – TCE/PR.

3 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a locação e instalação de enfeites natalinos, visando à decoração do exterior da Câmara Municipal durante o período natalino.

A iniciativa busca proporcionar um ambiente festivo e acolhedor, valorizando os espaços urbanos, estimulando o espírito natalino entre a população de Ivatuba e visitantes, além de fomentar o comércio local e o turismo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do município.

A contratação de empresa especializada se faz necessária considerando que a execução dos serviços requer mão de obra qualificada, equipamentos adequados e materiais específicos, não disponíveis na estrutura administrativa do órgão. Assim, a terceirização dos serviços garante segurança, qualidade técnica e cumprimento dos prazos previstos para a montagem e desmontagem da decoração.

Dessa forma, a contratação atende ao interesse público e à necessidade administrativa de promover as festividades de final de ano de maneira organizada, eficiente e compatível com a tradição e expectativa da população

3.2 – O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2023/2024, mas encontra-se em consonância com a legislação orçamentaria desta Câmara Municipal.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A solução escolhida para o objeto em estudo, teve como parâmetro a análise de mercado, que identificou a existência de algumas empresas que trabalham com locação e instalação de enfeites natalinos.

Pelas suas características trata-se de objeto comum, podendo ser adquirido pela modalidade pregão, no entanto, ao analisar o valor, vislumbrou-se a possibilidade de realizar dispensa, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a dispensa de licitação pode ser utilizada para compras de bens de até R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), o valor da contratação encontra-se no limite da dispensa, conforme quantitativos e valores apresentados neste Termo de Referência. A escolha se deu pela Dispensa de Licitação por se tratar de um processo mais célere que em razão do valor é permitido a contratação, dispensada a realização de licitação.

Importante destacar que a Dispensa deve respeitar o contido no parágrafo terceiro do Art. 75 da Lei 14.133/2021, contudo, a Resolução nº 01/2025 em seus Art. 35, § 7º autoriza, sempre que os valores para contratação por dispensa forem iguais ou inferiores ao valor previsto no art. 95, § 2º da Lei nº 14.133 de 2021 a dispensa da divulgação da manifestação de interesse em obter propostas adicionais. Neste caso, pela valor dos orçamentos, a contratação tem valor que se encontra abaixo do limite previsto no paragrafo 2º do artigo 95.

A seleção da proposta com o menor preço, tende a resultar em economia de recursos públicos, visto que, há uma gama de empresas fornecedoras dos produtos em questão, que podem competir entre si para entrega dos produtos que melhor atender.

Pelas justificativas acima mencionadas em razão da celeridade proporcionada, a aquisição será realizada pela DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, considerando que o valor da contratação encontra-se no limite estabelecido no Art. 75, II, vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

O rito da contratação deve seguir os ditamos previstos no art. 72 da Lei de Licitações 14.133/2021, determina quais os elementos que devem instruir o processo de dispensa:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida noart. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

5 – **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

5.1. A contratação objeto deste Termo de Referência apresenta os seguintes requisitos:

5.1.1 – Especificação (detalhamento)

Os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc., atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei n°. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.1.2 – Da contratação

Para fins de contratação, deverá o licitante comprovar os requisitos constantes no artigo nº 67 e 68 da Lei 14.133/2021.

5.1.3 – Descrição dos Requisitos para Contratação

a) A contratação poderá ser através de contrato ou por nota de empenho, em razão da entrega imediata dos serviços.

b) Prazo de execução dos serviços: 03 (três) dias contados da solicitação;

c) Local de execução: Rua Valentina, 91, centro, CEP 87.130-000, IVATUBA-PR- CAMARA MUNICIPAL

d) No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável a CONTRATADA deverá priorizar, para realizar os serviços, a utilização de materiais que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

5.1.4. – Encargos

As despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.1.5 – REQUISITOS EXTERNOS (LEGAIS)

Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Resolução nº 01/2025

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O serviço de locação e instalação de enfeites natalinos deverá ocorrer no enderenço citado na aliena c’ do item 5.1.3. desse termo de referência, devendo ser incluído mão de obra e materiais.

6.2. A Empresa vencedora deverá instalar os enfeites natalinos e deixá-los em perfeitas condições de uso, sem defeitos, obedecendo rigorosamente a todas as legislação e normas técnicas aplicáveis, principalmente quanto à segurança energética para que não ocorra problemas com queda de energia quando todos os enfeites estiverem sendo usados.

6.3. A licitante vencedora será a única responsável pela qualidade dos serviços prestados.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito enviado pelo e-mail camaramunicipal@cmivatuba.pr.gov.br exceto quando o ato exigir maiores formalidades.

7.3 – A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato: Silvia de Araújo Costa. – CPF: 006.722.259-56.

8 – RECEBIMENTO DO OBJETO E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

– Recebimento do Objeto

O serviço deverá ocorrer no horário de expediente compreendido entre 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min.

O recebimento e aceitação dos serviços deverão ser efetuados por servidores desta Câmara Municipal, com objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência - TR e seus anexos;

O recebimento provisório ocorrerá, será realizado ao finalizar a instalação, para verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência;

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração que será autorizada a emissão pelo fiscal de contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2 – Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

c.1) O prazo de validade;

c.2) A data da emissão;

c.3) Os dados do contrato e do órgão contratante;

c.4) O período respectivo de execução do contrato;

c.5) O valor a pagar; e

c.6) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta para:

f.1) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

f.2) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação no que se refere a regularidade fiscal.

8.3 – Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo em até 10 (dez) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, por meio de liquidação, após comprovadas o

adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.

8.4 – Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado na nota fiscal ou instrumento equivalente.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização do procedimento de Dispensa de Licitação, o qual ofertar em sua proposta o menor valor global.

9.2 – Para a efetivação da contratação, a empresa vencedora deverá apresentar os documentos exigidos conforme a Lei 14.133/2021, conforme arts. 67 e 68, conforme a seguir:

a) Cópia do Contrato Social da empresa, devidamente registrado, ou sua última alteração; Esta documentação poderá ser substituída pelo Contrato Social Consolidado;

b) No caso de Empresa Individual – Registro Comercial;

c) No caso de Microempreendedor Individual, Certificado do MEI.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Dívida ativa da União, Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal do domicilio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;

c)Prova de regularidade para a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicilio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;

d)Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do domicilio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;

e)Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Termo de Serviço – FGTS.

f)Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 – Preliminarmente baseados em orçamentos de acordo com o contido no Art. 23 da Lei 14.133/2021, estimamos em R$ 31.363,24 (trinta e um mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos), o valor de referência da contratação ora pretendida.

A realização da pesquisa de preços para aferir os pregos atuais de mercado, ocorreu com o objetivo de buscar a economicidade e garantir a eficiência na gestão administrativa, racionalizando o uso do dinheiro público, sendo obtido apenas três orçamentos.

Diante disso, esclarecemos que a pesquisa de preços foi realizada utilizando as seguintes fontes e ferramentas.

ORÇAMENTOS:

• **TS SOLUÇÕES ELÉTRICAS -** CNPJ: 46.218.865/0001-20;

• **FERROLUZ MÓVEIS INDUSTRIAIS E ILUMINAÇÃO LTDA -** CNPJ: 18.118.206/0001-86

• **TCT DA SILVA -** CNPJ: 22.137.472/0001-23.

	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS			**TS SOLUÇÕES ELÉTRICAS**	**FERROLUZ MÓVEIS INDUSTRIAIS E ILUMINAÇÃO LTDA**	**TCT DA SILVA**	**MEDIA PODERADA**
Ordem	**Especificação**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Unit.**	**Valor Unit.**	
1	Cascata 400led com 300led fixo + 100led blindados com silicone na parte inferior, fio branco com 3 vias com plug macho e fêmea, comprimento 100 metros com 3 fontes que suporte até 200w ou 4 cascatas em uma única fonte.	Un.	20	R$ 350,00	R$ 390,00	R$ 290,00	R$ 343,33
2	Figura bi dimensional com escrita "FELIZ 2026" fabricado em aço carbono medindo 3.00 x 0,70 contornado em mangueira led 13mm cor a definir, com suporte para fixação em gramado.	UN.	1	R$ 5.100,00	R$ 5.300,00	R$ 3.900,00	**R$ 4.766,66**
3	Árvore tri dimensional, triangular com 2.50mt de altura fabricado em aço carbono, com contorno em mangueira led 13mm e preenchimento com pisca fixo com estrobinho.	UN.	3	R$ 4.000,00	R$ 3.950,00	R$ 2.950,00	**R$ 3.633,33**

4	Figuras bi dimensionais em formato de Maria com Jesus no colo e josé com cajado, em tamanho real aproximado, preenchimento com pisca fixo com estrobinho e mangueira led 13mm.	UN.	1	R$ 2.790,00	R$ 2.700,00	R$ 2.500,00	**R$ 2.663,33**
5	Serviço de instalação, manutenção, retirada de tomas, relés, sensores, quadro de distribuição, aterramento e disjuntores. Com todo material incluso e equipamentos necessários.	UN.	1	R$ 6.500,00	R$ 7.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 6.166,66**

A estimativa de preços foi realizada com base em orçamentos com empresas atuantes no ramo, que se encontra na região.

Os resultados dessa pesquisa, juntamente com as fontes utilizadas, foram documentados em um Mapa de Pesquisa de Preços, anexado nos autos. Com isso, o processo de pesquisa de preços foi concluído.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Ivatuba.

11.2 – A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 – 1001 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

11.3 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ivatuba, 04 de novembro de 2025.

LUCAS HENRIQUE DE CARVALHO

Agente de Contratação

Portaria Nº 10/2024

De acordo:

MARISTELVIO TENEDINI

Presidente da Câmara

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:BFD56CB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI

CONTRATO Nº. 140/2025.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**

CONTRATADA: **VALDELI GAVA SCANDOLARA inscrita no CPF nº. 018.***.***-12.**

OBJETO: **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.**

FISCAL DESIGNADO: **Maria Thereza Ghelere dos Santos Araujo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
01	**ABÓBORA PAULISTA:** Apresentar consistência e cor própria do produto, estar em perfeitas condições, ter tamanho médio e casca integra.	KG	40	R$ 4,85	R$ 194,00
04	**BANANA NANICA:** Deverá ter tamanho médio, casca lisa, de cor uniforme e estar ainda para madurar, ou seja, de vez.	KG	400	R$ 5,65	R$ 2.260,00
05	**BATATA DOCE:** Deve estar tenra, ser transportada limpa, sem lesões mecânicas e microbianas que comprometam o produto, apresentar características organolépticas adequadas.	KG	30	R$ 4,49	R$ 134,70
06	**BOLACHA DE NATA:** Bolachas inteiras. Ausentes de partes esfareladas. Não devem estar com aspecto de "murchas", nem rígidas demais. Massa caseira fresca, acondicionada em embalagem resistente e transparente, contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes e peso.	KG	60	R$ 50,02	R$ 3.001,20
07	**CEBOLINHA DE CHEIRO**: 1ª qualidade, aparência fresca e sã, coloração verde – escuro, livres de fungos, isento de terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas, consistência firme, acondicionada em embalagem resistente e transparente.	Maço de 100g	100	R$ 3,15	R$ 315,00
08	**CHUCHU:** Cor verde claro, ser fresco, estar livre de insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência e qualidade.	KG	40	R$ 4,68	R$ 187,20
09	**COLORAU** 1ª qualidade, nas proporções adequadas fubá e urucum, coloração vermelho vivo, odor característico, isento de fungos, parasitas. Embalagem resistente e transparente.	KG	25	R$ 56,00	R$ 1.400,00
12	**LIMÃO ROSA:** 1ª qualidade, casca lisa, sã e sem rupturas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas.	KG	40	R$ 5,22	R$ 208,80
16	**PÃO CASEIRO:** O pão deve apresentar-se macio e bem assado. Acondicionado em embalagem plástica transparente. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes e peso.	KG	220	R$ 23,12	R$ 5.086,40
17	**PÃO INTEGRAL:** O pão deve apresentar-se macio e bem assado. Acondicionado em embalagem plástica transparente. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes e peso.	KG	50	R$ 33,12	R$ 1.656,00
19	**SALSINHA**: 1ª qualidade, aparência fresca e sã, coloração verde – escuro, livres de fungos, isento de terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas, consistência firme, acondicionada em embalagem resistente e transparente.	Maço de 100g	100	R$ 3,04	R$ 304,00
				TOTAL	**14.747,30**

VALOR: **R$ 14.747,30 (quatorze mil setecentos e quarenta e sete reais e trinta centavos).**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INICIO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2025.**

TERMINO DA VIGÊNCIA: **18 de novembro de 2026.**

FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:91F74ECD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº. 021/2025-PMI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2025-PMI TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.285.337/0001/54, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 797, na Cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **VARLEI VERCEZI**, portador do CPF nº. 568.***.***-68 e do RG nº 4.***.***-0 – SSP/PR, residente e domiciliado nesta Cidade, RESOLVE credenciar as empresas indicadas neste TERMO, de acordo com a classificação que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE**, conforme especificações nos autos do procedimento de Inexigibilidade nº 021/2025-PMI.

1.2. Objeto da Contratação:

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição (R$)	
				Unitário	Total
01	**ABÓBORA PAULISTA:** Apresentar consistência e cor própria do produto, estar em perfeitas condições, ter tamanho médio e casca integra.	KG	40	R$ 4,85	R$ 194,00
04	**BANANA NANICA:** Deverá ter tamanho médio, casca lisa, de cor uniforme e estar ainda para madurar, ou seja, de vez.	KG	400	R$ 5,65	R$ 2.260,00
05	**BATATA DOCE:** Deve estar tenra, ser transportada limpa, sem lesões mecânicas e microbianas que comprometam o produto, apresentar características organolépticas adequadas.	KG	30	R$ 4,49	R$ 134,70
06	**BOLACHA DE NATA:** Bolachas inteiras. Ausentes de partes esfareladas. Não devem estar com aspecto de "murchas", nem rígidas demais. Massa caseira fresca, acondicionada em embalagem resistente e transparente, contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes e peso.	KG	60	R$ 50,02	R$ 3.001,20
07	**CEBOLINHA DE CHEIRO**: 1ª qualidade, aparência fresca e sã, coloração verde – escuro, livres de fungos, isento de terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas, consistência firme, acondicionada em embalagem resistente e transparente.	Maço de 100g	100	R$ 3,15	R$ 315,00
08	**CHUCHU:** Cor verde claro, ser fresco, estar livre de insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência e qualidade.	KG	40	R$ 4,68	R$ 187,20
09	**COLORAU** 1ª qualidade, nas proporções adequadas fubá e urucum, coloração vermelho vivo, odor característico, isento de fungos, parasitas. Embalagem resistente e transparente.	KG	25	R$ 56,00	R$ 1.400,00
12	**LIMÃO ROSA:** 1ª qualidade, casca lisa, sã e sem rupturas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas.	KG	40	R$ 5,22	R$ 208,80
16	**PÃO CASEIRO:** O pão deve apresentar-se macio e bem assado. Acondicionado em embalagem plástica transparente. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes e peso.	KG	220	R$ 23,12	R$ 5.086,40
17	**PÃO INTEGRAL:** O pão deve apresentar-se macio e bem assado. Acondicionado em embalagem plástica transparente. Rótulo contendo data de fabricação, validade, lista de ingredientes e peso.	KG	50	R$ 33,12	R$ 1.656,00
19	**SALSINHA**: 1ª qualidade, aparência fresca e sã, coloração verde – escuro, livres de fungos, isento de terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas, consistência firme, acondicionada em embalagem resistente e transparente.	Maço de 100g	100	R$ 3,04	R$ 304,00
				TOTAL	**14.747,30**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura datado em 18 de novembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CREDENCIADOS

3.1. Conforme descrito em Instrumento convocatório:

Após a análise da documentação, caso não sejam convocados todos os credenciados, ao mesmo tempo, será observado como critério para contratação a convocação dos credenciados por ordem de inscrição, como traz o Decreto Municipal nº 186/2025 que diz:

Art.11. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:

I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;

II – Sorteio;

III – Localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Desse modo os credenciados serão inicialmente classificados pela ordem de inscrição, no caso, ordem de credenciamento.

3.2. Segue como credenciado até o presente momento a empresa:

Nº	CREDENCIADO
01	VALDELI GAVA SCANDOLARA – CPF: 018.***.***-12

4. DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do presente termo de credenciamento, os credenciados ficarão à disposição da administração para convocação e contratação, momento em que os credenciados assinarão o termo contratual para que sejam definidos todos os critérios, de valor, execução, vigência e forma de prestação de serviço do objeto aqui licitado.

Ivatuba/Pr, 18 de novembro de 2025.

Município De Ivatuba

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

VALDELI GAVA SCANDOLARA

Contratado (A)

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:3841AFCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
ANEXO I DO EDITAL N.º 09.01/2025 - GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I DO EDITAL N.º 09.01/2025 - GABARITO DEFINITIVO

7509 - AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: A	06: D	07: B	08: B	09: C	10: B
11: D	12: D	13: C	14: D	15: B	16: B	17: A	18: C	19: D	20: D
21: A	22: B	23: D	24: A	25: D	26: D	27: D	28: A	29: B	30: A
31: A	32: C	33: D	34: D	35: C	36: A	37: B	38: A	39: B	40: B
41: C	42: C	43: A	44: B	45: B	46: C	47: B	48: D	49: C	50: B
7510 - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS									
01: D	02: C	03: D	04: B	05: C	06: A	07: C	08: C	09: B	10: B
11: C	12: D	13: C	14: A	15: B	16: C	17: A	18: B	19: C	20: A
21: D	22: A	23: D	24: D	25: D	26: A	27: B	28: D	29: D	30: D
31: A	32: B	33: B	34: D	35: B	36: D	37: C	38: C	39: D	40: D
41: B	42: C	43: B	44: B	45: B	46: B	47: D	48: D	49: A	50: D

X - Questão Anulada.

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:6D6F32C1

GOVERNO MUNICIPAL
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 10.01/2025 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 10.01/2025 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

	INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULO DE DOUTOR	TÍTULO DE MESTRE	TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
	0041461	ADEMARIELE DAMBROSKI SETNI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041242	ADRIAN STURM KIST	0,00	0,00	3,00	3,00	PcD - Pessoa com Deficiência
	0041297	ADRIANO ALVES DE ABREU	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0041075	AÉCIO FLÁVIO DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041227	AILTON DE JESUS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0040969	ANGÉLICA GIMENES RESQUETTI BORAZIO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041115	BÁRBARA GIOVANA SOUZA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0041142	CAMILA PEREIRA SILVA BRAGA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041430	CAMILA STRAMANDINOLI AUGUSTO	0,00	0,00	3,00	3,00	PcD - Pessoa com Deficiência
	0041245	CILSO PINA JUNIOR	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041225	DAMARIS MORAIS MOREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041152	EDUARDO HENRIQUE LOPES	4,00	3,00	1,50	8,50	Ampla Concorrência
	0041059	ERICH SANTOS DE MORAES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041012	FELIPE DALARTE DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041396	GUILHERME PERES RABELO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041351	GUILHERME RIBEIRO GARBIN	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0041469	LEANDRO MATHEUS FOGATE	0,00	3,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041318	LEONARDO RAVEL TAUCHERT	0,00	0,00	3,00	3,00	PcD - Pessoa com Deficiência
	0041238	LUCAS WILLIAN SANTOS DE SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
	0041328	LUIZ MODESTO COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041390	MARCELO FERMINO MOREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0040929	MARCOS RABELO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041403	MATEUS HENRIQUE ANTICO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0040977	OLAVIO LEANDRO DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0040999	PAULA CAROLINE RIBEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041415	PRISCILLA DO VALE ESCOBAR PEDROSO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041260		RAUL LEIROS DE OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041074		RICARDO VIOTTO	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0041017		SANDRO GEORGES HELAL	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência
0041211		VALDIR ANTONIO KULKA GOES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041472		VINÍCIUS HENRIQUE NUNES PAIVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041395		WANESSA KAMILA DIAS RABELO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041163		YARA SANTOS QUIRINO DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

	INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULO DE DOUTOR	TÍTULO DE MESTRE	TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
	0041243	ADRIAN STURM KIST	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041244	ALCIONE RIBEIRO DA ROCHA DE SOUZA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0041060	ALLAN ELIAS DA SILVA	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
	0041412	ANDERSON ELITT	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041013	ANDRE KENJI SASAHARA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0041048	ANGÉLICA GIMENES RESQUETTI BORAZIO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041345	ARIELA DA MATTA DUARTE	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0041279	BRUNA COELHO VELOSO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041429	CAMILA STRAMANDINOLI AUGUSTO	0,00	0,00	3,00	3,00	PcD - Pessoa com Deficiência
	0041246	CILSO PINA JUNIOR	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041224	DAMARIS MORAIS MOREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041322	EDILAINE LEITE FLOR NAKAMOTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041153	EDUARDO HENRIQUE LOPES	4,00	3,00	0,00	7,00	Ampla Concorrência
	0040912	FELIPE DALARTE DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041397	GUILHERME PERES RABELO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0040948	JESSICA MAYARA MARTINS ZULLI SEGANTINI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041288	JOÃO JOSÉ DA FONSECA JÚNIOR	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0041326	JOAO LUCAS STANCIOLI LONGO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0040939	JOSE EDUARDO DANIELIDES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041460	JULIANO PORFIRIO DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0041319	LEONARDO RAVEL TAUCHERT	0,00	0,00	3,00	3,00	PcD - Pessoa com Deficiência
	0041239	LUCAS WILLIAN SANTOS DE SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
	0041329	LUIZ MODESTO COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0040930	MARCOS RABELO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0041292	MARIO BRANDINO FILHO	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
	0041404	MATEUS HENRIQUE ANTICO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0040903	OLAVIO LEANDRO DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
	0040998	PAULA CAROLINE RIBEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

	0041417	PEDRO HENRIQUE RODRIGUES RABONI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
	0041426	RAFAEL GUSTAVO DO NASCIMENTO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041448		RICARDO VIOTTO	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0041086		RONALDO OLIVEIRA DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041018		SANDRO GEORGES HELAL	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência
0041310		THAYNÁ CASSIMIRO SILVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0040935		VALDIRENE ELOISA GONÇALVES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0040927		VANDERLEI FERNANDES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041471		VINÍCIUS HENRIQUE NUNES PAIVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0041394		WANESSA KAMILA DIAS RABELO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041221		WELLINGTON RIBEIRO ARAUJO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0041220		YGOR MAZALI HONORATO	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:F9D9FCC6

GOVERNO MUNICIPAL
GOVERNO MUNICIPAL ATO DE INSTITUIÇÃO Nº 01/2025

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Jaguapitã – PR, neste ato, representando o Prefeito Municipal de Jaguapitã – PR, mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Rita de Cássia Nóbrega Vieira, no uso das atribuições legais conferidas pela Deliberação nº 02/2018 CP/CEE/PR,

INSTITUI

ART. 1º - O Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Rita de Cássia Nóbrega Vieira do município de Jaguapitã, com oferta de: Creche e Pré Escola.

Art. 2º - O Conselho Escolar passa a ser composto por 80% da comunidade escolar e 20% da comunidade local, representado pelos seguintes membros:

RG	NOME	SEGMENTO
7.573.961-3	Ingrid Raquel Nunes Esteves	Presidente

Membros Titulares: **Comunidade Escolar - professores, pedagogos, funcionários, alunos, pais ou responsáveis.**

RG	NOME	SEGMENTO
13.435.579-4	Cássia Maria Luiz	Vice Presidente
5.306.983-5	Gláucia Aparecida Bortolassi Álvares	Pedagogo
10.470.676-2	Rosa Conceição do Nascimento	*Representante do Corpo Docente*
6.645.655-2	Mariza Rocha dos Santos	*Representante dos Funcionários*
10.914.672-2	Giovana Emanuelly dos Santos Silva, mãe Dara Juliana da Silva	*Representante dos alunos*
10.246.639-0	Francieli de Oliveira Tacarambi	*Representante de pais*

Membros Suplentes: **Categoria Comunidade Escolar**

RG	NOME	SEGMENTO
070.798.489-03	Andreia Aparecida Veronez Lopes	*Representante do Corpo Docente*
7.881.356-3	Elaine Alexandre	*Repres. dos Funcionários*
4.725.757-76	Lucca Ferreira do Santos, mãe Jéssica Aparecida dos Santos	*Representante dos alunos*
13.132.346-8	Luana Oliveira Costa da Silva	*Representante de pais*

Membros Titulares: **Categoria Comunidade Local - integrada pelas famílias e demais pessoas, entidades e organizações que atuam de maneira complementar, junto à comunidade escolar**

RG	NOME	SEGMENTO
6.092.874-6	Cristina Aparecida Alves	Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
7.142.155-4	Antônio Lima da Silva	Representante da Comunidade da Defesa Civil

Membros Suplentes: **Categoria Comunidade Local**

RG	NOME	SEGMENTO
7.688.491-9	Cristiane Francisco	Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
9.802.369-0	Élvio Tonin	Representante da agência do trabalhador

Art. 3º - O Conselho Escolar instituído por este Ato e entra em vigor a partir de 11/09/2025.

Jaguapitã, 17 de novembro de 2025.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:EA9E5C9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 237/2025

DADOS DO SERVIDOR					
Nome: DANIELE BELNHARKI DE MELO				Matrícula: 4575	
Cargo: AUXILIAR DE ENFERMAGEM			CPF: 044.260.899-30	RG: 8.793.081-5	
Setor / Órgão: DEPARTAMENTO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE/DIVISÃO DE EPIDEMIOLOGIA E IMUNIZAÇÃO			Conta Corrente: 53353-0	Banco / Nº Agência: 0725 SICREDI	
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Viagem à FOZ DO IGUAÇU/PR					
Destino (Dist. Aprox.): FOZ DO IGUAÇU/PR 613 KM			Período: 24 a 29 de novembro		
Hora de Saída: 08h00			Hora de Retorno: 08h00		
Transporte Veículo Oficial:	(x)	Ônibus: ( )	Aéreo: ( ) Outros		
Valor Diária(s) R$ 1100,00 (Um mil e cem reais)			Total a Receber R$ 3300,00 (três mil e trezentos reais)		
Justificativa: Despesa com alimentação e estadia de funcionária da Secretaria Municipal de Saúde referente ao Congresso Brasileiro de Hansenologia.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. **07 / 10 / 2025** Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **07 / 10 / 2025** Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
07/10/2025 ..... Data					

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F0EE1DE6

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 254/2025

DADOS DO SERVIDOR					
Nome: CAROLAINE POLATO					Matrícula: 81506-2
Cargo: ENFERMEIRA			CPF: 049.127.169-79		RG: 13.800.369-8
Setor / Órgão: SAÚDE/ATENÇÃO PRIMÁRIA			Conta Corrente: 32205-9		Banco / Nº Agência:630-0 BANCO DO BRASIL
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Viagem à FOZ DO IGUAÇU/PR					
Destino (Dist. Aprox.): FOZ DO IGUAÇU/PR 613 KM			Período: 24 a 29 de novembro		
Hora de Saída: 08h00			Hora de Retorno: 08h00		
Transporte Veículo Oficial:	(x)	Ônibus: ( )	Aéreo: ( ) Outros		
Valor Diária(s) R$ 1100,00 (um mil e cem reais)			Total a Receber R$ 3300,00 (três mil e trezentos reais)		
Justificativa: Despesa com alimentação e estadia de funcionária da Secretaria Municipal de Saúde referente ao Congresso Brasileiro de Hansenologia.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. **14 / 10 / 2025** Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. **14 / 10 / 2025** Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
14/10/2025 ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FEE4C5B4

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 316/2025

DADOS DO SERVIDOR					
Nome Sandra dos Santos Alves					Matrícula 82395-01
Cargo Assistente Social			CPF 035.256.959-00		RG 8.449.972-2
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER / CREAS			Conta corrente/poupança 91102-8		Banco / Nº Agência 2929 Itau
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS III, NOS DIAS 24,25,26,27e 28 DE NOVEMBRO DE 2025, EM CURITIBA.					
Destino (Dist. Aprox.) CURITIBA 76 KM			Período **24/11/25**	a	**28/11/2025**
Hora de Saída 06:00h (aproximado)			Hora de Retorno 19:00h (aproximado)		
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s) (R$) 05 meia diária de R$ 60,00 cada.			Total a Receber (R$) R$ 300,00 (trezentos reais)		
Justificativa: PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS III, NOS DIAS 24,25,26,27 e 28 DE NOVEMBRO					

DE 2025, EM CURITIBA.

SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO

Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal.

13 / 11 / 2025 Data Assinatura Servidor

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.

13 / 11 / 2025 Data Secretário(a) Municipal

AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

13/11/2025 .....

Data

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:09EEBC1C

GABINETE
REQUISIÇÃO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 317/2025

DADOS DO SERVIDOR					
Nome Alana Prestes Jardim					Matrícula 10421
Cargo Assistente Social		CPF 064.336.809-41			RG 10.015.371-8
Setor / Órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER / CENTRO DA JUVENTUDE.		Conta corrente/poupança 4271-4			Banco / Nº Agência Caixa Econômica Federal 0393
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS III, NOS DIAS 24,25,26,27e 28 DE NOVEMBRO DE 2025, EM CURITIBA.					
Destino (Dist. Aprox.) CURITIBA 76 KM		Período **24/11/25**	a	**28/11/2025**	
Hora de Saída 06:00h (aproximado)		Hora de Retorno 19:00h (aproximado)			
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s) (R$) 05 meia diária de R$ 60,00 cada.		Total a Receber (R$) R$ 300,00 (trezentos reais)			
Justificativa: PARTICIPAR DO CURSO PROMOVIDO PELA COMESP , REFERENTE A PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS III, NOS DIAS 24,25,26,27 e 28 DE NOVEMBRO DE 2025, EM CURITIBA.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal.					

13 / 11 / 2025 Data Assinatura Servidor

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.

13 / 11 / 2025 Data Secretário(a) Municipal

AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

13/11/2025 .....

Data **Diego Timbirussu Ribas**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1B90E88B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELAÇÃO DE VALORES REC.GOV.FEDERAL 18.11.2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

Estado do Paraná

Exercício: 2025

RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Período de 01/10/2025 a 18/11/2025

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de Loanda recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/10/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	1.236.465,68
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/10/2025	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-247.293,13
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/10/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	1.227.142,83
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/10/2025	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-245.428,56
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00.00.00	10/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	3.971,73
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	20/10/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	503.575,16
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	20/10/2025	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-100.715,02
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	20/10/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	15.922,08
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	20/10/2025	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-3.184,41
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	20/10/2025	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	126.557,14
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	30/10/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	1.235.504,88
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	30/10/2025	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-247.100,96
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	30/10/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	1.073,54
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	30/10/2025	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-214,70
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	30/10/2025	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	8.621,39
1.7.1.3.50.1.1.15.00.00.00.00	01/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	20.500,74
1.7.1.3.50.2.1.05.00.00.00.00	21/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	79.749,80
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	31/10/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	31.900,17
1.7.1.5.53.0.1.00.00.00.00.00	31/10/2025	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE M	195.651,81
1.7.1.9.57.0.1.00.00.00.00.00	31/10/2025	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	75.000,00
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00.00.00	02/10/2025	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.999,23
1.7.1.3.50.3.1.07.00.00.00.00	06/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde-V	630,64
1.7.1.3.50.1.1.13.00.00.00.00	16/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	26.000,00
1.7.1.3.50.2.1.03.00.00.00.00	07/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	42.719,01
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00.00.00	07/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	1.669,80
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00.00	17/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal (P	10.597,20
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	17/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal (M	12.807,90
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00.00.00	27/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal (B	4.637,61
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00.00.00	08/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	31.726,20
1.7.1.9.57.0.1.00.00.00.00.00	08/10/2025	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	300.000,00
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00.00.00	09/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	144.000,00
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00.00.00	09/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	66.792,00
1.7.1.3.50.1.1.04.00.00.00.00	09/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	11.807,28
1.7.1.3.50.1.1.12.00.00.00.00	09/10/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	32.465,75
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	29/10/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	39.633,98
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/11/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	2.403.925,03
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	10/11/2025	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-480.784,99
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/11/2025	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	196.315,16
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/11/2025	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-39.263,03
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00.00	10/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal (P	10.603,64
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	10/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal (M	7.207,90
1.7.1.3.50.2.1.05.00.00.00.00	11/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	11.432,20
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00.00.00	11/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	3.971,73
1.7.1.3.50.3.1.04.00.00.00.00	11/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	1.191,00
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	13/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal (M	5.600,00
1.7.1.3.50.2.1.05.00.00.00.00	05/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	91.182,00
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00.00.00	05/11/2025	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	889,85
1.7.1.3.50.2.1.03.00.00.00.00	06/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	42.719,01

1.7.1.3.50.1.1.03.00.00.00.00	17/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	57.684,00
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00.00.00	17/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	33.396,00
1.7.1.3.50.3.1.07.00.00.00.00	17/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde-V	630,64
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00.00.00	17/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal (B	4.245,39
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00.00.00	18/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	144.000,00
1.7.1.3.50.1.1.04.00.00.00.00	18/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	11.807,28
1.7.1.3.50.1.1.12.00.00.00.00	18/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	32.465,75
1.7.1.3.50.1.1.13.00.00.00.00	18/11/2025	1 - Receita	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Sa	28.500,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	18/11/2025	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	119.973,64
			Total .....:	**7.332.878,97**

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito
RENAN JANUARIO SCANACAPRA
Secretario de Fazenda

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:9FDF89E1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº004 CONTRATO Nº118/2021-PML

TERMO ADITIVO Nº 004

CONTRATO: Nº118/2021-PML

TOMADA DE PREÇOS: Nº002/2021-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº153/2021-PML

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LOANDA

EMPRESA CONTRATADA: R G SANCHES & CIA LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP/PR e do CPF/MF nº.389.032.969-15, e a Empresa **R G SANCHES & CIA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Rodrigo Ayres de Oliveira, nº 1183, Andar 1, Sala 03,CEP: 87.880-000, Telefone: (44) 3442-1647, na cidade de Guairaçá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ n º 10.605.924/0001-75, neste ato por seu representante legal, Senhor Robson Gonçalves Sanches, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 63439100 SSP/PR, e inscrito no CPF nº 004.880.619-62, residente e domiciliado a Rua Rodrigo Ayres de Oliveira, nº 767, casa, Centro, na cidade de Guairaçá, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1628837 SSP/MT; e do CIC/MF nº 016.286.301-24, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 004 ao Contrato de nº118/2021-PML, Tomada de Preços nº003/2021-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente termo aditivo tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados continuados de acompanhamento, intermediação e conclusão de convênios, pré-projetos, transferências voluntárias e transferências fundo a fundo, junto ao Governo Federal e Governo Estadual, bem como assistência técnica no tramite interno e externo de processos administrativos relacionados ao Departamento de Planejamento, do Município de Loanda-Pr.

CLÁUSULA SEGUNDA

O TERMO ADITIVO Nº 004 ao Contrato de nº118/2021-PML, possui amparo no Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666, conforme cláusula segunda do referido Contrato, juntamente com a solicitação do Secretário Municipal de Planejamento.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes, por conveniência administrativa e com respaldo no Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Segunda do referido Contrato, resolvem aditivar a vigência do Contrato nº118/2021-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Com a presente prorrogação de prazo de vigência para mais 12 (doze) meses, fica alterado o prazo contratual de vigência com vencimento em 17/09/2025 para 17/09/2026, perfazendo o prazo total de vigência de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUARTA

Em virtude da prorrogação do Contrato de nº118/2021-PML, o mesmo sofrerá reajuste de valores de acordo com aliquota do IPCA de setembro de 2.025, no percentual de 5,17% conforme Cláusula Sexta do referido contrato, perfazendo a importância total de R$67.228,68(sessenta e sete mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos), referente aos próximos 12 (doze) meses, conforme tabela a baixo:

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	Prestação de serviços técnicos especializados junto aos sistemas utilizados pelo município, para captação de recursos federais, para o gerenciamento e acompanhamento técnico dos procedimentos de contabilização do valor adicionado municipal	Mês	12	5.602,39	67.228,68

CLÁUSULA QUINTA

Pela prorrogação do objeto ora contratado o valor total do Contrato passará de R$ 242.971,32 (duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos), para R$310.200,00 (trezentos e dez mil e duzentos reais), pela prestação de mais 12 (doze) meses dos serviços contratados.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato de nº118/2021-PML, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Fornecimento, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda Pr, 16 de setembro de 2025.

Contratante:

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:

ROBSON GONÇALVES SANCHES

R G Sanches & Cia LTDA - ME

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:12DCED3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2025

MUNICIPIO DE LOBATO

LOBATO-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

Processo Administrativo Nº 70/2025

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO:

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES

Data de Publicação: 17/10/2025 16:49:02

MOVIMENTOS DO PROCESSO		
21/10/2025 10:21:43	**CADASTRO DE PROPOSTA**	NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA.
30/10/2025 16:01:57	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DESK MOVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLASTICOS LTDA
02/11/2025 20:37:30	**CADASTRO DE PROPOSTA**	61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE GUIMARAES
03/11/2025 22:26:23	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ABP ENGENHARIA & SOLUCOES LTDA
04/11/2025 08:29:17	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Bom dia! Logo iniciarei a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 31/2025, promovido pelo Município de Lobato.		
04/11/2025 08:29:29	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns avisos a respeito da presente licitação.		
04/11/2025 08:29:58	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Peço que acompanhem este certame até o seu desfecho, pois conforme determinam as condições deste Edital, o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro/Agente de Contratação será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.		
04/11/2025 08:30:13	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Não serão toleradas condutas que configurem conluio, fraude, violação ao sigilo das propostas e burla a aplicação de sanções administrativas, de modo que, em razão da constatação de conjunto de indícios (através de diligências e consultas às bases de dados), as empresas envolvidas serão desclassificadas e ficarão sujeitas às sanções.		
04/11/2025 08:30:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas no sistema (chat), com indicação da data e horário para sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.		
04/11/2025 08:30:43	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Quaisquer dúvidas que os licitantes venham a ter DURANTE A FASE DE LANCES serão sanadas somente via sistema (chat), não responderei e-mails e não atenderei ligações.		
04/11/2025 08:30:57	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Dúvidas técnicas quanto à utilização do sistema deverão ser esclarecidas diretamente com a Plataforma.		
04/11/2025 08:31:19	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Não se utilizar de aplicativos de mensagens instantâneas para comunicar-se com terceiros (servidores) que não estejam conduzindo o certame, com o intuito de obter informações privilegiadas.		
04/11/2025 08:31:31	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Reitero, constatada a comunicação com outro servidor como conduta maliciosa, o licitante será desclassificado imediatamente, além de eventuais sanções administrativas.		
04/11/2025 08:32:21	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Alerto que tenham o devido cuidado no registro dos valores, porquanto, o encerramento iminente de envio de lances poderá inviabilizar a exclusão do lance de forma tempestiva, prevalecendo, assim, o último valor registrado como a oferta a ser considerada, ou a desclassificação do licitante.		
04/11/2025 08:32:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.		
04/11/2025 08:33:17	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Atenção! Conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, art. 34, I e II: Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.		
04/11/2025 08:33:31	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Parágrafo único. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:		
04/11/2025 08:33:41	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.		

04/11/2025 08:34:00	**MENSAGEM**	PREGOEIRO

Portanto deverão comprovar a exequibilidade da proposta no prazo informado pela condutora do certame, através da Plataforma BLL.		
04/11/2025 08:36:04	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Deverão apresentar planilhas de custos detalhadas e demonstrativos que evidenciem a viabilidade financeira da proposta, notas fiscais (atuais) de compra, atas e contratos com outros órgãos da Administração Pública. Não aceitarei somente "Declaração de Exequibilidade" (documento construído pela própria empresa licitante).		
04/11/2025 08:36:28	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Reitero atenção quanto aos lances e redução de valores sem o devido cuidado, pois as propostas devem ser elaboradas com responsabilidade, de modo a não prejudicar a Administração.		
04/11/2025 09:00:12	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Iniciarei em instantes a fase de disputa. Desejo desde já, uma boa sorte. Agradeço a participação de todos.		
04/11/2025 09:31:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante 61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE GUIMARAES foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 04/11/2025 17:00		
04/11/2025 09:31:40	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.		
05/11/2025 08:18:37	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O prazo de entrega dos documentos de habilitação do participante 61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE GUIMARAES foi alterado para 05/11/2025 12:00		
05/11/2025 15:16:04	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA. foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 06/11/2025 17:00		
06/11/2025 14:13:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA. adicionou o arquivo 0a322ab047c747abbc54964f717e9a7f.rar aos documentos complementares.		
17/11/2025 11:52:54	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Prezados licitantes, bom dia!! Considerando que a empresa NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA., inscrita no CNPJ. 41.171.531/0001-24 atendeu todas as exigências do Edital P.E. 31/2025, bem como a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer aprovou os laudos técnicos apresentados, informo a todos que retornarei no período da manhã, dia 18/11/2025 às 10h00min para abertura de prazo de intenção de recurso de 30 minutos.		
17/11/2025 11:54:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Ficam desde já notificados. Peço que acompanhem o retorno e, caso haja algum imprevisto, comunicarei por este chat.		

LOTE 1 - EM ADJUDICAÇÃO			
1 - Aquisicoes e Instalacoes de Cadeiras plasticas com assentos vazado e plano, com encostos vazados, sem apoio de braco, fabricada em processo atraves de injecao em polipropileno copolimero, rebativel/re			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: SCHUMACHER	Modelo: PROPRIO
Descrição: Aquisicoes e Instalacoes de Cadeiras plasticas com assentos vazado e plano, com encostos vazados, sem apoio de braco, fabricada em processo atraves de injecao em polipropileno copolimero, rebativel/retratil, com alta resistencia e durabilidade, instalacao da base da cadeira diretamente no piso, devendo atender a NBR 15925/11 - Moveis e assentos plasticos para eventos esportivos, devera apresentar *laudos tecnicos fornecidos por empresa acreditada para os seguintes testes: 1 - Ensaio de carga estatica sobre assento e sobre encosto;2 - Ensaio de carga estatica horizontal sobre encosto;3 - Ensaio de carga estatica vertical sobre encosto;4 - Ensaio de durabilidade combinada do assento e do encosto;5 - Ensaio de durabilidade da borda anterior do assento;6 - Ensaio de impacto do assento;7 - Ensaio de impacto sobre o encosto;8 - Ensaio do funcionamento do assento rebativel;9 - Ensaio dimensional. Devera ter marca do fabricante permanente no produto, garantia minima de 12 meses contra defeitos de fabricacao.Aquisicoes e Instalacoes de Cadeiras plasticas com assentos vazado e plano, com encostos vazados, sem apoio de braco, fabricada em processo atraves de injecao em polipropileno copolimero, rebativel/retratil, com alta resistencia e durabilidade, instalacao da base da cadeira diretamente no piso, devendo atender a NBR 15925/11 - Moveis e assentos plasticos para eventos esportivos, devera apresentar *laudos tecnicos fornecidos por empresa acreditada para os seguintes testes: 1 - Ensaio de carga estatica sobre assento e sobre encosto;2 - Ensaio de carga estatica horizontal sobre encosto;3 - Ensaio de carga estatica vertical sobre encosto;4 - Ensaio de durabilidade combinada do assento e do encosto;5 - Ensaio de durabilidade da borda anterior do assento;6 - Ensaio de impacto do assento;7 - Ensaio de impacto sobre o encosto;8 - Ensaio do funcionamento do assento rebativel;9 - Ensaio dimensional. Devera ter marca do fabricante permanente no produto, garantia minima de 12 meses contra defeitos de fabricacao.			
Quantidade: 895	**Valor Unit.:** 349,75		**Valor Total:** 313.026,25
CLASSIFICAÇÃO			

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 NEVES ENGENHARIA PROJETOS E	279	41.171.531/0001-24	350,63	349,75		Sim
2 DESK MOVEIS ESCOLARES E	239	74.148.958/0001-60	350,00	350,00	0,07	Não
3 ABP ENGENHARIA & SOLUCOES LTDA	250	55.226.937/0001-71	350,60	350,60	0,17	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE	601	61.061.506/0001-03	345,00	345,00		Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
17/10/2025 16:49:02	**PUBLICADO**		
21/10/2025 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
04/11/2025 08:20:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
04/11/2025 09:00:28	**DISPUTA**		
04/11/2025 09:00:28	**LANCE**	DESK MOVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLASTICOS LTDA	**350,00**
04/11/2025 09:00:28	**LANCE**	ABP ENGENHARIA & SOLUCOES LTDA (PARTICIPANTE 250)	**350,60**
04/11/2025 09:00:28	**LANCE**	61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE GUIMARAES (PARTICIPANTE 601)	**345,00**
04/11/2025 09:00:28	**LANCE**	NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA.	**350,63**
04/11/2025 09:01:05	**LANCE**	NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA.	**350,00**
04/11/2025 09:07:59	**LANCE**	NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA.	**349,99**
04/11/2025 09:15:28	**TEMPO RANDÔMICO**		
04/11/2025 09:19:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 601, PARTICIPANTE 279, PARTICIPANTE 239, PARTICIPANTE 250			
04/11/2025 09:19:28	**FECHADO 1**		
04/11/2025 09:19:53	**LANCE**	NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA.	**349,75**
04/11/2025 09:24:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE GUIMARAES			
04/11/2025 09:24:28	**HABILITAÇÃO**		
04/11/2025 09:30:29	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 601: Ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 31/2025. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de 04/11/2025.			
04/11/2025 09:30:55	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 601: Sinta-se notificado!!			
04/11/2025 09:40:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 601: Prezado licitante, atentar-se aos laudos técnicos, pois para atender a diligência quanto à prova de qualidade do produto, em conformidade ao artigo 42, da Lei Federal nº 14.133/2021, no mesmo prazo, ou seja, até às 17h00 de 04/11/2025 .			
04/11/2025 09:40:28	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 601: Também deverão ser encaminhados com os demais documentos e serão avaliados pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, senhor ZAILSON LEMOS JÚNIOR, que deverá aprovar ou não (mediante justificativa escrita e fundamentada), os laudos técnicos apresentados.			
05/11/2025 08:20:31	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 601: Bom dia prezado Licitante! Convoco novamente e pela última vez, a apresentação de Documentos de Habilitação, a Proposta de Preços atualizada, bem como os laudos técnicos quanto à prova de qualidade do produto, em conformidade ao artigo 42, da Lei Federal nº 14.133/2021.			

05/11/2025 08:20:39	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 601: O último prazo para o envio encerrar-se-á 12h00min de 05/11/2025.		
05/11/2025 15:15:32	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
61.061.506 RILDO GULLIT DE ANDRADE GUIMARAES desclassificado. Motivo: Em razão de NÃO atendimento à convocação para o envio dos documentos de habilitação, proposta e laudos técnicos exigidos no Edital Pregão Eletrônico nº 31/2025. Convocação realizada por duas vezes: em 04/11/2025 e 05/11/2025.		
05/11/2025 15:15:32	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA.		
05/11/2025 15:19:07	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 279: Boa tarde prezado Licitante! Convoco neste momento, a apresentação de Documentos de Habilitação, a Proposta de Preços atualizada, bem como os laudos técnicos quanto à prova de qualidade do produto, em conformidade ao artigo 42, da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de 06/11/2025.		
05/11/2025 15:19:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 279: Sinta-se notificado!		
18/11/2025 10:00:06	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
18/11/2025 10:30:07	**EM ADJUDICAÇÃO**	

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES

Pregoeiro

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA

Agente De Contratação

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO

Presidente Da Comissão De Contratação

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:772EFB4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
VENCEDORES DO PROCESSO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2025

MUNICIPIO DE LOBATO

LOBATO-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

Processo Administrativo Nº 70/2025

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES

Data de Publicação: 17/10/2025 16:49:02

TOTAL DO PROCESSO:					**313.026,25**
NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA.				**41.171.531/0001-24**	**313.026,25**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 279	Lance: 349,75	**Total: 313.026,25**	
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: SCHUMACHER		Modelo: PROPRIO	
Descrição: Aquisicoes e Instalacoes de Cadeiras plasticas com assentos vazado e plano, com encostos vazados, sem apoio de braco, fabricada em processo atraves de injecao em polipropileno copolimero, rebativel/retratil, com alta resistencia e durabilidade, instalacao da base da cadeira diretamente no piso, devendo atender a NBR 15925/11 - Moveis e assentos plasticos para eventos esportivos, devera apresentar *laudos tecnicos fornecidos por empresa acreditada para os seguintes testes: 1 - Ensaio de carga estatica sobre assento e sobre encosto;2 - Ensaio de carga estatica horizontal sobre encosto;3 - Ensaio de carga estatica vertical sobre encosto;4 - Ensaio de durabilidade combinada do assento e do encosto;5 - Ensaio de durabilidade da borda anterior do assento;6 - Ensaio de impacto do assento;7 - Ensaio de impacto sobre o encosto;8 - Ensaio do funcionamento do assento rebativel;9 - Ensaio dimensional. Devera ter marca do fabricante permanente no produto, garantia minima de 12 meses contra defeitos de fabricacao.Aquisicoes e Instalacoes de Cadeiras plasticas com assentos vazado e plano, com encostos vazados, sem apoio de braco, fabricada em processo atraves de injecao em polipropileno copolimero, rebativel/retratil, com alta resistencia e durabilidade, instalacao da base da cadeira diretamente no piso, devendo atender a NBR 15925/11 - Moveis e assentos plasticos para eventos esportivos, devera apresentar *laudos tecnicos fornecidos por empresa acreditada para os seguintes testes: 1 - Ensaio de carga estatica sobre assento e sobre encosto;2 - Ensaio de carga estatica horizontal sobre encosto;3 - Ensaio de carga estatica vertical sobre encosto;4 - Ensaio de durabilidade combinada do assento e do encosto;5 - Ensaio de durabilidade da borda anterior do assento;6 - Ensaio de impacto do assento;7 - Ensaio de impacto sobre o encosto;8 - Ensaio do funcionamento do assento rebativel;9 - Ensaio dimensional. Devera ter marca do fabricante permanente no produto, garantia minima de 12 meses contra defeitos de fabricacao.					
Quantidade: 895	Val.Ref.: 350,66	**Valor Unit.: 349,75**		Total Item: 313.026,25	

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES

Pregoeiro

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA

Agente De Contratação

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO

Presidente Da Comissão De Contratação

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:98345265

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VÍNCULO COM OS RECURSOS

MUNICIPIO DE MALLET - PR				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026				
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64				
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS				
CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS (ANEXO 8)				
Código	**Especificação**	**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
01	Legislativa	3.600.000,00		3.600.000,00
01.031	Ação Legislativa	3.600.000,00		3.600.000,00
01.031.0001	CÂMARA ATUANTE	3.600.000,00		3.600.000,00
04	Administração	11.712.814,00		11.712.814,00
04.121	Planejamento e Orçamento	136.000,00		136.000,00
04.121.0006	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	136.000,00		136.000,00
04.122	Administração Geral	9.741.794,00		9.741.794,00
04.122.0002	GABINETE PRESENTE	1.434.000,00		1.434.000,00
04.122.0003	GESTÃO QUE TRANSFORMA	7.477.794,00		7.477.794,00
04.122.0006	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	693.000,00		693.000,00
04.122.0012	MALLET: CIDADE QUE PRODUZ	2.000,00		2.000,00
04.122.0017	MALLET: CIDADE CONECTADA	135.000,00		135.000,00
04.123	Administração Financeira	1.398.020,00		1.398.020,00
04.123.0004	FISCO EFICIENTE	1.398.020,00		1.398.020,00
04.124	Controle Interno	131.000,00		131.000,00
04.124.0002	GABINETE PRESENTE	131.000,00		131.000,00
04.695	Turismo	306.000,00		306.000,00
04.695.0003	GESTÃO QUE TRANSFORMA	306.000,00		306.000,00
06	Segurança Pública	786.000,00		786.000,00
06.182	Defesa Civil	786.000,00		786.000,00
06.182.0014	MALLET SEGURA	786.000,00		786.000,00
08	Assistência Social	2.716.020,00		2.716.020,00
08.122	Administração Geral	2.165.520,00		2.165.520,00
08.122.0016	REDE QUE ACOLHE	2.165.520,00		2.165.520,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	283.500,00		283.500,00
08.243.0016	REDE QUE ACOLHE	283.500,00		283.500,00
08.245	Serviços Socioassistenciais	267.000,00		267.000,00
Código	**Especificação**	**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
08.245.0016	REDE QUE ACOLHE	267.000,00		267.000,00
10	Saúde	21.766.234,00	2.100.000,00	23.866.234,00
10.122	Administração Geral	326.020,00	46.000,00	372.020,00
10.122.0015	MALLET SAUDÁVEL	326.020,00	46.000,00	372.020,00
10.301	Atenção Básica	14.386.282,56	1.975.000,00	16.361.282,56
10.301.0015	MALLET SAUDÁVEL	14.386.282,56	1.975.000,00	16.361.282,56
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.919.681,44	6.000,00	5.925.681,44
10.302.0015	MALLET SAUDÁVEL	5.919.681,44	6.000,00	5.925.681,44
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	528.000,00	1.000,00	529.000,00
10.303.0015	MALLET SAUDÁVEL	528.000,00	1.000,00	529.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	25.000,00		25.000,00
10.304.0015	MALLET SAUDÁVEL	25.000,00		25.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	272.250,00	20.000,00	292.250,00
10.305.0015	MALLET SAUDÁVEL	272.250,00	20.000,00	292.250,00
10.306	Alimentação e Nutrição	309.000,00	52.000,00	361.000,00
10.306.0015	MALLET SAUDÁVEL	309.000,00	52.000,00	361.000,00
12	Educação	21.781.000,00		21.781.000,00
12.122	Administração Geral	1.239.000,00		1.239.000,00

12.122.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	1.239.000,00		1.239.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	1.344.000,00		1.344.000,00
12.306.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	1.344.000,00		1.344.000,00
12.361	Ensino Fundamental	12.981.000,00		12.981.000,00
12.361.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	12.981.000,00		12.981.000,00
12.365	Educação Infantil	1.933.000,00		1.933.000,00
12.365.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	1.933.000,00		1.933.000,00
12.367	Educação Especial	345.000,00		345.000,00
12.367.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	345.000,00		345.000,00
12.782	Transporte Rodoviário	3.939.000,00		3.939.000,00
Código	**Especificação**	**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
12.782.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	3.939.000,00		3.939.000,00
13	Cultura	236.020,00		236.020,00
13.392	Difusão Cultural	236.020,00		236.020,00
13.392.0009	CULTURA VIVA E TURISMO INTEGRADO	236.020,00		236.020,00
15	Urbanismo	2.090.020,00		2.090.020,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.000,00		2.000,00
15.451.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.000,00		2.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.088.020,00		2.088.020,00
15.452.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.088.020,00		2.088.020,00
17	Saneamento	1.228.000,00		1.228.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.228.000,00		1.228.000,00
17.512.0011	MEIO AMBIENTE	1.226.000,00		1.226.000,00
17.512.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.000,00		2.000,00
18	Gestão Ambiental	359.000,00		359.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	359.000,00		359.000,00
18.541.0011	MEIO AMBIENTE	356.000,00		356.000,00
18.541.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	3.000,00		3.000,00
19	Ciência e Tecnologia	2.000,00		2.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.000,00		2.000,00
19.572.0012	MALLET: CIDADE QUE PRODUZ	2.000,00		2.000,00
20	Agricultura	1.201.020,00		1.201.020,00
20.606	Extensão Rural	1.201.020,00		1.201.020,00
20.606.0010	RAÍZES DO FUTURO	1.201.020,00		1.201.020,00
22	Indústria	123.000,00		123.000,00
22.661	Promoção Industrial	123.000,00		123.000,00
Código	**Especificação**	**Ordinário**	**Vinculado**	**Total**
22.661.0012	MALLET: CIDADE QUE PRODUZ	123.000,00		123.000,00
23	Comércio e Serviços	3.000,00		3.000,00
23.695	Turismo	3.000,00		3.000,00
23.695.0009	CULTURA VIVA E TURISMO INTEGRADO	3.000,00		3.000,00
26	Transporte	6.344.527,00		6.344.527,00
26.451	Infra-Estrutura Urbana	62.000,00		62.000,00
26.451.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	62.000,00		62.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	6.282.527,00		6.282.527,00
26.782.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	6.282.527,00		6.282.527,00
27	Desporto e Lazer	738.000,00		738.000,00
27.812	Desporto Comunitário	738.000,00		738.000,00
27.812.0008	CONSTRUINDO CAMPEÕES	738.000,00		738.000,00
28	Encargos Especiais	2.683.000,00		2.683.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	2.683.000,00		2.683.000,00
28.843.0005	MALLET RESPONSÁVEL	2.683.000,00		2.683.000,00
99	Reserva de Contingência	399.345,00		399.345,00
99.999	Reserva de Contingência	399.345,00		399.345,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	399.345,00		399.345,00
	Total geral:	**77.769.000,00**	**2.100.000,00**	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:E39E5FC1

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

MUNICIPIO DE MALLET - PR						
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026						
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64						
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES (ANEXO 9)						
ÓRGÃOS	**LEGISLATIVA**	**JUDICIÁRIA**	**ESSENCIAL À JUSTIÇA**	**ADMINISTRAÇÃO**	**DEFESA NACIONAL**	**SEGURANÇA PÚBLICA**
01 Poder Legislativo	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	11.712.814,00	0,00	786.000,00
Total:	3.600.000,00	0,00	0,00	11.712.814,00	0,00	786.000,00
ÓRGÃOS	**RELAÇÕES EXTERIORES**	**ASSISTÊNCIA SOCIAL**	**PREVIDÊNCIA SOCIAL**	**SAÚDE**	**TRABALHO**	**EDUCAÇÃO**
02 Poder Executivo	0,00	2.716.020,00	0,00	23.866.234,00	0,00	21.781.000,00
Total:	0,00	2.716.020,00	0,00	23.866.234,00	0,00	21.781.000,00
ÓRGÃOS	**CULTURA**	**DIREITOS DA CIDADANIA**	**URBANISMO**	**HABITAÇÃO**	**SANEAMENTO**	**GESTÃO AMBIENTAL**
02 Poder Executivo	236.020,00	0,00	2.090.020,00	0,00	1.228.000,00	359.000,00
Total:	236.020,00	0,00	2.090.020,00	0,00	1.228.000,00	359.000,00
ÓRGÃOS	**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**	**AGRICULTURA**	**ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA**	**INDÚSTRIA**	**COMÉRCIO E SERVIÇOS**	**COMUNICAÇÕES**
02 Poder Executivo	2.000,00	1.201.020,00	0,00	123.000,00	3.000,00	0,00
Total:	2.000,00	1.201.020,00	0,00	123.000,00	3.000,00	0,00
ÓRGÃOS	**ENERGIA**	**TRANSPORTES**	**DESPORTO E LAZER**	**ENCARGOS ESPECIAIS**	**RESERVA DE CONTIGÊNCIA**	**TOTAL**
01 Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600.000,00
02 Poder Executivo	0,00	6.344.527,00	738.000,00	2.683.000,00	399.345,00	76.269.000,00
Total:	0,00	6.344.527,00	738.000,00	2.683.000,00	399.345,00	79.869.000,00

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:52486243

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA (CONFORME ART. 22, III)

MUNICIPIO DE MALLET - PR
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA (Conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Natureza de Despesa	Especificação	Realizado (Despesa Empenhada)			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	57.567.038,10	63.011.619,21	69.208.925,05	65.980.960,40	76.446.773,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.436.505,80	31.742.139,54	32.567.793,00	35.922.600,00	46.777.695,80
3.1.50.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU	71.255,52	72.605,79	138.142,11	152.420,00	120.000,00
3.1.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	71.255,52	72.605,79	138.142,11	152.420,00	120.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONT	166.877,92	217.815,33	231.409,26	390.000,00	308.695,80
3.1.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	166.877,92	217.815,33	231.409,26	390.000,00	308.695,80
3.1.71.70.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	14.369,29	10.800,00	0,00
3.1.71.70.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL	128.923,47	166.833,78	163.190,58	288.400,00	0,00
3.1.71.70.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	37.954,45	50.122,07	52.690,32	88.800,00	0,00
3.1.71.70.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL	0,00	859,48	1.159,07	1.500,00	0,00
3.1.71.70.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
3.1.71.70.96.00.00.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	27.198.372,36	31.451.718,42	32.198.241,63	35.380.180,00	46.349.000,00
3.1.90.01.00.00.00.00	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	62.169,70	65.140,74	68.481,59	74.000,00	81.000,00
3.1.90.03.00.00.00.00	PENSÕES	155.447,86	165.673,41	176.000,84	190.000,00	210.000,00
3.1.90.04.00.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.641.163,44	2.222.571,79	1.713.441,86	2.296.010,00	2.609.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	20.559.226,54	23.436.975,52	26.379.032,77	28.069.120,00	35.726.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.763.835,46	5.484.766,82	3.768.405,87	4.600.050,00	7.341.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	225.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	16.529,36	76.590,14	92.878,70	151.000,00	157.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	455.000,00	1.057.533,51	868.414,75	1.100.000,00	839.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	455.000,00	1.057.533,51	868.414,75	1.100.000,00	839.000,00
3.2.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	455.000,00	1.057.533,51	868.414,75	1.100.000,00	839.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.675.532,30	30.211.946,16	35.772.717,30	28.958.360,40	28.830.077,20
3.3.22.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	378.670,91	1.271,98	237.288,16	130,00	60,00
3.3.22.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	378.670,91	1.271,98	237.288,16	130,00	60,00
3.3.30.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00
3.3.30.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00
3.3.32.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DIST	56.898,56	36.556,73	667,07	130,00	0,00
3.3.32.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	56.898,56	36.556,73	667,07	130,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU	647.932,48	806.582,21	865.553,89	868.070,00	1.150.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	550.000,00	660.000,00	700.000,00	700.000,00	950.000,00

Natureza de Despesa	Especificação	Realizado (Despesa Empenhada)			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	97.932,48	146.582,21	165.553,89	168.070,00	200.000,00
3.3.67.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA-P	0,00	0,00	0,00	581.000,00	600.000,00
3.3.67.83.00.00.00.00	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLI	0,00	0,00	0,00	581.000,00	600.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONT	3.838.794,78	4.893.608,14	5.895.726,63	3.825.340,00	1.113.616,56
3.3.71.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.838.794,78	4.893.608,14	5.895.726,63	3.325.340,00	1.113.616,56
3.3.71.70.08.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
3.3.71.70.14.00.00.00	DIÁRIAS-PESSOAL CIVIL	704,42	763,70	478,09	900,00	0,00
3.3.71.70.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	333.941,17	542.059,88	722.410,72	594.000,00	0,00
3.3.71.70.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00
3.3.71.70.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	9.249,13	2.691,17	8.200,00	0,00
3.3.71.70.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	68,00	0,00	60,38	100,00	0,00
3.3.71.70.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	3.490.770,33	4.325.380,83	5.150.349,88	2.677.840,00	0,00
3.3.71.70.40.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	9.844,20	16.154,60	19.688,83	27.700,00	0,00
3.3.71.70.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	47,56	100,00	0,00
3.3.71.70.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.466,66	0,00	0,00	300,00	0,00
3.3.71.70.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
3.3.72.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLIC	0,00	0,00	0,00	0,00	5.013.025,08
3.3.72.14.00.00.00.00	DIÁRIAS-CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	1.038,24
3.3.72.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	486.939,12
3.3.72.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
3.3.72.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	0,00	0,00	0,00	0,00	771.900,00
3.3.72.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	3.753.027,72
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	24.753.235,57	24.473.927,10	28.773.481,55	23.683.690,40	20.953.315,56
3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS-CIVIL	240.923,22	310.450,00	299.262,50	281.010,00	504.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	9.611.060,06	7.686.010,24	10.375.137,87	8.026.664,08	6.976.777,00
3.3.90.31.00.00.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	0,00	0,00	0,00	1.010,00	19.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	744.771,80	912.853,19	789.888,50	997.550,00	1.370.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.523.051,30	3.129.752,34	3.403.000,98	3.081.990,00	2.620.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	0,00	0,00	0,00	60,00	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	498.875,32	637.512,12	615.698,92	658.125,00	639.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	8.887.547,60	10.237.374,16	11.911.237,68	9.342.501,32	6.899.528,56

Natureza de Despesa	Especificação	Realizado (Despesa Empenhada)			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
3.3.90.40.00.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	566.876,44	616.861,06	592.616,89	471.960,00	554.010,00
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	650.427,21	644.017,14	757.848,34	803.810,00	803.000,00

3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	157.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	28.116,21	294.674,29	26.004,94	15.000,00	197.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.586,41	4.422,56	2.784,93	4.010,00	14.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	13.963.528,99	12.591.735,11	15.260.471,71	3.060.615,00	2.064.454,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	11.473.430,66	11.001.718,99	9.110.698,16	370.615,00	220.454,00
4.4.67.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA-P	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
4.4.67.83.00.00.00.00	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLI	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONT	3.374,20	3.323,75	817,63	8.900,00	8.344,00
4.4.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.374,20	3.323,75	817,63	8.900,00	8.344,00
4.4.71.70.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.413,82	0,00	0,00	400,00	0,00
4.4.71.70.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.960,38	3.323,75	817,63	8.500,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	11.470.056,46	10.998.395,24	9.109.880,53	361.715,00	112.110,00
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.644.560,59	7.813.617,83	6.392.527,99	220,00	12.100,00
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.605.495,87	3.184.777,41	2.717.352,54	361.195,00	100.010,00
4.4.90.61.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	220.000,00	0,00	0,00	200,00	0,00
4.4.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
4.5.67.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA-P	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
4.5.67.83.00.00.00.00	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLI	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.490.098,33	1.590.016,12	6.149.773,55	2.670.000,00	1.844.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	2.490.098,33	1.590.016,12	6.149.773,55	2.670.000,00	1.844.000,00
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.490.098,33	1.590.016,12	6.149.773,55	2.670.000,00	1.844.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.244.142,00	1.357.773,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.244.142,00	1.357.773,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.244.142,00	1.357.773,00
9.9.99.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	1.244.142,00	1.357.773,00
	Total Geral:	**71.530.567,09**	**75.603.354,32**	**84.469.396,76**	**70.285.717,40**	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:7E9AEF82

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (CONFORME ART. 22, III)

MUNICIPIO DE MALLET - PR
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da Lei nº 101/2000)

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	64.820.850,43	71.591.603,57	76.724.353,71	73.184.717,40	79.869.000,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.040.157,84	7.732.115,13	7.446.803,48	7.583.500,00	8.404.000,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos	5.908.225,11	6.485.301,45	6.078.317,22	6.307.000,00	6.975.000,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio	1.745.465,77	1.742.477,35	1.596.350,08	1.877.000,00	1.975.000,00
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.122.138,59	1.266.664,41	1.149.806,78	1.275.000,00	1.275.000,00
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	960.887,87	1.032.982,13	1.022.179,79	1.100.000,00	1.110.000,00
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	5.223,08	8.878,86	5.082,41	10.000,00	5.000,00
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	95.542,53	144.939,27	87.186,56	120.000,00	120.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	60.485,11	79.864,15	35.358,02	45.000,00	40.000,00
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	623.327,18	475.812,94	446.543,30	602.000,00	700.000,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	623.031,36	474.192,94	445.996,28	600.000,00	699.000,00
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e	295,82	1.620,00	547,02	2.000,00	1.000,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.611.548,70	2.084.119,14	2.366.244,86	2.425.000,00	2.700.000,00
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.611.548,70	2.084.119,14	2.366.244,86	2.425.000,00	2.700.000,00
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.611.548,70	1.940.914,20	1.812.966,58	1.950.000,00	2.100.000,00
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.611.548,70	1.940.914,20	1.812.966,58	1.950.000,00	2.100.000,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo	1.447.611,04	1.764.937,76	1.681.628,26	1.850.000,00	1.900.000,00
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legislativo	163.937,66	175.976,44	131.338,32	100.000,00	200.000,00
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	0,00	143.204,94	553.278,28	475.000,00	600.000,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	0,00	143.204,94	553.278,28	475.000,00	600.000,00
1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	0,00	143.204,94	553.278,28	475.000,00	600.000,00
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	475.000,00	600.000,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços	2.551.210,64	2.658.704,96	2.115.722,28	2.005.000,00	2.300.000,00
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00	Impostos sobre Serviços	2.551.210,64	2.658.704,96	2.115.722,28	2.005.000,00	2.300.000,00
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2.551.210,64	2.658.704,96	2.115.722,28	2.005.000,00	2.300.000,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	2.496.387,89	2.341.709,84	2.058.622,65	1.900.000,00	2.200.000,00
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros	43.579,64	54.530,38	31.501,11	60.000,00	30.000,00
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	7.965,88	212.585,59	21.682,45	30.000,00	60.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.277,23	49.879,15	3.916,07	15.000,00	10.000,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	1.131.932,73	1.246.813,68	1.368.486,26	1.276.500,00	1.429.000,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	320.584,98	337.514,89	348.421,68	307.500,00	347.000,00
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	320.584,98	337.514,89	348.421,68	307.500,00	347.000,00
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	255.139,07	272.728,39	270.340,32	274.500,00	290.000,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCI DE ESTABEL COMERCIAL	212.868,01	215.224,38	226.359,82	230.000,00	250.000,00
1.1.2.1.01.0.1.02.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	21.911,00	20.830,21	19.511,22	21.000,00	20.000,00
1.1.2.1.01.0.1.03.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJETOS	11.314,93	4.353,83	3.170,38	2.500,00	3.000,00
1.1.2.1.01.0.1.05.00.00	TAXA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	7.444,27	29.257,70	18.577,54	20.000,00	14.000,00

1.1.2.1.01.0.1.06.00.00	TAXA DE HABITE-SE	1.600,86	3.062,27	2.721,36	1.000,00	3.000,00
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	4.079,05	4.248,32	3.938,37	3.000,00	4.000,00
1.1.2.1.01.0.2.01.00.00	MULTAS E JUROS DE TAXAS - FONTE 1000	2.318,49	22,94	55,63	0,00	0,00
1.1.2.1.01.0.2.02.00.00	MULTAS E JUROS DE TAXAS - FONTE 1510	1.760,56	4.225,38	3.882,74	3.000,00	4.000,00
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	34.236,84	36.039,65	43.331,92	30.000,00	33.000,00
1.1.2.1.01.0.3.01.00.00	TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO - DÍVIDA ATIVA	31.601,89	32.259,26	39.091,74	30.000,00	31.000,00
1.1.2.1.01.0.3.02.00.00	TAXA DE VIGILANCIA SANITÁRIA - DÍVIDA ATIVA	2.575,55	3.736,19	2.931,20	0,00	2.000,00
1.1.2.1.01.0.3.03.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJETOS DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	169,34	0,00	0,00
1.1.2.1.01.0.3.05.00.00	TAXA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	1.057,32	0,00	0,00
1.1.2.1.01.0.3.06.00.00	TAXA DE HABITE-SE DÍVIDA ATIVA	59,40	44,20	82,32	0,00	0,00
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	27.130,02	24.498,53	30.811,07	0,00	20.000,00
1.1.2.1.01.0.4.01.00.00	MULTAS E JUROS DE TAXAS DÍVIDA ATIVA - FONTE 1000	12.678,10	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.01.0.4.02.00.00	MULTAS E JUROS DE TAXAS DÍVIDA ATIVA - FONTE 1510	14.451,92	24.498,53	30.811,07	0,00	20.000,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	811.347,75	909.298,79	1.020.064,58	969.000,00	1.082.000,00
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	811.347,75	909.298,79	1.020.064,58	969.000,00	1.082.000,00
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	777.662,62	887.752,68	1.003.357,29	953.000,00	1.071.000,00
1.1.2.2.01.0.1.02.00.00	TAXA DE EXPEDIENTE	2.483,19	2.498,87	211,46	1.000,00	0,00
1.1.2.2.01.0.1.04.00.00	TAXA DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA	490,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.01.0.1.06.00.00	TAXA DE COLETA DE LIXO	774.689,43	880.245,71	1.001.186,03	950.000,00	1.070.000,00
1.1.2.2.01.0.1.07.00.00	TAXA HORA MÁQUINA	0,00	75,00	340,00	0,00	0,00
1.1.2.2.01.0.1.99.00.00	OUTRAS TAXAS	0,00	4.933,10	1.619,80	2.000,00	1.000,00
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	6.714,03	6.967,65	11.219,69	9.500,00	8.000,00
1.1.2.2.01.0.2.01.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	6.714,03	6.967,65	11.219,69	9.500,00	8.000,00
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	19.652,75	5.901,83	2.941,18	3.500,00	2.000,00
1.1.2.2.01.0.3.02.00.00	TAXA DE EXPEDIENTE - Dívida Ativa	156,95	795,41	41,12	500,00	0,00
1.1.2.2.01.0.3.03.00.00	TAXA DE COMBATE A INCENDIO - Dívida Ativa	1.878,94	545,70	336,01	0,00	0,00
1.1.2.2.01.0.3.06.00.00	TAXA DE COLETA DE LIXO - Dívida Ativa	13.411,61	4.560,72	2.564,05	3.000,00	2.000,00
1.1.2.2.01.0.3.99.00.00	OUTRAS TAXAS - DÍVIDA ATIVA	4.205,25	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.318,35	8.676,63	2.546,42	3.000,00	1.000,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.1.2.2.01.0.4.01.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.318,35	8.676,63	2.546,42	3.000,00	1.000,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	979.898,28	846.282,55	1.005.320,79	981.000,00	1.088.000,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	979.898,28	846.282,55	1.005.320,79	981.000,00	1.088.000,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	979.898,28	846.282,55	1.005.320,79	981.000,00	1.088.000,00
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	979.898,28	846.282,55	1.005.320,79	981.000,00	1.088.000,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	967.875,05	830.324,13	992.437,28	960.000,00	1.075.000,00
1.2.4.1.50.0.2.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Multas e Juros	330,03	1.102,57	406,13	1.000,00	0,00
1.2.4.1.50.0.3.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa	7.844,42	10.033,84	7.468,58	10.000,00	10.000,00
1.2.4.1.50.0.4.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.848,78	4.822,01	5.008,80	10.000,00	3.000,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	2.278.575,97	2.424.742,91	2.109.160,13	1.027.000,00	362.000,00
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.646,83	4.754,95	7.433,63	4.000,00	3.000,00
1.3.1.1.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.646,83	4.754,95	7.433,63	4.000,00	3.000,00
1.3.1.1.01.0.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	5.646,83	4.754,95	7.433,63	4.000,00	3.000,00
1.3.1.1.01.1.0.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	5.646,83	4.754,95	7.433,63	4.000,00	3.000,00
1.3.1.1.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.639,50	3.892,88	7.360,58	4.000,00	3.000,00
1.3.1.1.01.1.1.01.00.00	TAXA DE EMBARQUE - RODOVIÁRIA	831,63	367,50	365,00	0,00	1.000,00
1.3.1.1.01.1.1.02.00.00	ALUGUEL ESTAÇÃO RODOVIARIA	4.807,87	3.525,38	6.595,58	4.000,00	1.000,00
1.3.1.1.01.1.1.04.00.00	ALUGUEL DE CENTRO DE EVENTOS	0,00	0,00	400,00	0,00	1.000,00
1.3.1.1.01.1.2.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	7,33	5,20	2,63	0,00	0,00
1.3.1.1.01.1.3.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	0,00	489,21	53,52	0,00	0,00
1.3.1.1.01.1.3.01.00.00	TAXA DE EMBARQUE RODOVIÁRIA - DÍVIDA ATIVA	0,00	299,50	0,00	0,00	0,00
1.3.1.1.01.1.3.02.00.00	ALUGUEL ESTAÇÃO RODOVIÁRIA - DÍVIDA ATIVA	0,00	189,71	53,52	0,00	0,00
1.3.1.1.01.1.4.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	367,66	16,90	0,00	0,00
1.3.1.1.01.1.4.01.00.00	ALUGUEL DIVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	0,00	367,66	16,90	0,00	0,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	2.272.929,14	2.419.987,96	2.101.726,50	1.023.000,00	359.000,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	2.272.929,14	2.419.987,96	2.101.726,50	1.023.000,00	359.000,00
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.272.929,14	2.419.987,96	2.101.726,50	1.023.000,00	359.000,00
1.3.2.1.01.0.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.272.929,14	2.419.987,96	2.101.726,50	1.023.000,00	359.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00	RENDIMENTO FONTE LIVRE	1.357.415,17	1.129.633,04	801.801,92	600.000,00	105.000,00
1.3.2.1.01.0.1.02.00.00	RENDIMENTOS FONTE 1104	90.305,87	154.301,63	129.617,05	75.000,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.03.00.00	RENDIMENTO TAXA EXERCICIO POLICIA	18.249,45	22.077,25	10.673,94	0,00	13.000,00
1.3.2.1.01.0.1.04.00.00	RENDIMENTOS EDUCAÇÃO 10% - 1103	21.182,42	48.332,75	86.458,42	40.000,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.05.00.00	RENDIMENTOS FUNDEB 60% - 1101	108.706,40	83.143,08	93.199,38	75.000,00	100.000,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.3.2.1.01.0.1.06.00.00	RENDIMENTOS FUNDEB 40% - 1102	7.174,93	15.213,99	1.361,87	0,00	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.07.00.00	RENDIMENTOS SALARIO EDUCAÇÃO UNIAO	18.096,45	13.949,04	15.872,16	10.000,00	10.000,00
1.3.2.1.01.0.1.08.00.00	RENDIMENTOS SAUDE - 15%	63.657,63	41.078,92	26.832,48	15.000,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.09.00.00	RENDIMENTOS MERENDA ESCOLAR	1.878,37	2.894,67	2.327,22	2.000,00	2.000,00
1.3.2.1.01.0.1.10.00.00	RENDIMENTOS PROG NAC APOIO TRANSP ESCOLAR	4.340,25	3.774,96	3.264,74	0,00	2.000,00
1.3.2.1.01.0.1.12.00.00	RENDIMENTOS CIDE	1.125,04	912,18	2.079,84	0,00	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.13.00.00	RENDIMENTO ALIENAÇÃO DE BENS	3.397,70	3.921,52	56.464,23	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.14.00.00	RENDIMENTO ROYALTIES	20.732,85	35.176,12	32.701,20	20.000,00	10.000,00
1.3.2.1.01.0.1.15.00.00	RENDIMENTOS CONT ILUMINAÇÃO PUBLICA	23.527,00	51.266,02	75.066,86	40.000,00	12.000,00
1.3.2.1.01.0.1.16.00.00	RENDIMENTOS TAXA PRESTAÇÃO SERVIÇO	21.294,75	33.024,57	12.095,25	11.000,00	18.000,00
1.3.2.1.01.0.1.17.00.00	RENDIMENTOS AMPL UNIDADE SAUDE	5.493,24	7.144,56	5.459,37	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.20.00.00	RENDIMENTO ESTRUT DA REDE DE SERV AT BASICA	16,79	18,37	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.21.00.00	RENDIMENTO CONST ACADEMIAS DE SAUDE	0,99	1,09	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.22.00.00	RENDIMENTO UBS S B POTINGA	2,74	2,99	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.23.00.00	RENDIMENTO UBS CENTRO ODONTOLOGICO	0,43	0,46	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.24.00.00	RENDIMENTO UBS DORIZON	1,43	1,54	0,00	0,00	0,00

1.3.2.1.01.0.1.25.00.00	RENDIMENTO UBS SANTA CRUZ	9,58	10,49	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.28.00.00	RENDIMENTO CONSIGNAÇÃO - DEPOSITO CAUÇAO	1.911,95	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.31.00.00	RENDIMENTO FUNASA	2.709,56	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.32.00.00	RENDIMENTO SAUDE 494	59.832,45	74.515,40	41.784,09	40.000,00	55.000,00
1.3.2.1.01.0.1.34.00.00	RENDIMENTO FMS REQUAL UBS 19766-1	75,46	82,57	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.36.00.00	RENDIMENTO SAUDE EQUIPAMENTOS 19499-9	180,57	197,58	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.38.00.00	RENDIMENTO FMASBL GBF 20167-7	9.145,25	6.684,41	5.952,00	0,00	7.000,00
1.3.2.1.01.0.1.39.00.00	RENDIMENTO FMAS BL GSUAS	936,24	1.441,95	1.178,56	0,00	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.40.00.00	RENDIMENTO FMAS BL PSEMC 20169-3	0,98	1,14	1,32	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.41.00.00	RENDIMENTO FMAS BL PSB 20170-7	11.147,68	12.218,53	4.247,25	0,00	3.000,00
1.3.2.1.01.0.1.42.00.00	RENDIMENTO FMAS ACESUAS TRAB	2.460,66	3.645,94	2.818,11	0,00	3.000,00
1.3.2.1.01.0.1.45.00.00	RENDIMENTO FMS ESTRUTURAÇÃO ATENÇAO BASICA	45,90	50,83	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.46.00.00	RENDIMENTO FIA 20382-3	2.745,71	3.410,58	2.853,52	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.47.00.00	RENDIMENTO 20718-7 REQ UBS	838,79	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.48.00.00	RENDIMENTO ESTRUT REDE SERVIÇOS	27,95	30,58	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.49.00.00	RENDIMENTO REQ UBS CONSTRUÇÃO	993,36	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.54.00.00	RENDIMENTO FEAS VEICULO ADAP 21145-1	581,50	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.3.2.1.01.0.1.55.00.00	RENDIMENTOS EMENDA PARLAMENTAR - CEF	20.221,44	44.330,24	30.553,55	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.56.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL FMAS - PROJETO	683,44	849,17	713,18	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.57.00.00	RENDIMENTOS CAIXA ECON FED. CUSTEIO - EMENDA PARLAMENTAR	45.131,44	28.530,08	8.996,73	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.58.00.00	RENDIMENTO BCO BRASIL PROGRAMA VIGIASUS ESTADO CAPITAL	3.005,86	3.841,76	3.779,50	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.60.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL FNAS MAC	1.658,61	3.295,91	2.942,64	0,00	4.000,00
1.3.2.1.01.0.1.61.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL FIA CONS TUTELAR	498,98	619,96	521,26	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.64.00.00	RENCIMENTOS BCO BRASIL FIA SCFV 21286-5	1.070,10	249,52	18,32	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.65.00.00	RENDIMENTOS VIGIASUS CAPITAL 2019	506,58	346,27	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.66.00.00	RENDIMENTOS AT. BASICA CUSTEIO ESTADO	19.313,10	49.588,21	68.074,27	85.000,00	10.000,00
1.3.2.1.01.0.1.67.00.00	RENDIMENTOS FEAS BENEF IV	6,37	2,97	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.68.00.00	RENDIMENTOS REF CESSAO ONEROSA	24.648,97	42.008,21	32.489,82	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.70.00.00	RENDIMENTOS FEAS INCENTIVO 6	525,01	89,59	22,43	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.71.00.00	RENDIMENTOS FEAS BE COVID 19	5,27	0,80	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.72.00.00	RENDIMENTOS CX EC COVID 19 2 624090-0	1.166,80	1.795,28	1.239,73	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.75.00.00	RENDIMENTOS CEF OBRA UBS RIO CLARO	17.361,52	21.648,49	17.036,89	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.76.00.00	RENDIMENTO CEF INVESTIMENTO ESTADO	28.119,41	86.888,09	119.215,67	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.77.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL CONV DETRAN 14797-4	1.169,84	1.888,48	1.424,96	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.78.00.00	RENDIMENTOS ESCOLA ROMÃO PAUL	0,10	0,10	0,09	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.79.00.00	RENDIMENTOS EMENDAS INDIV TRANSF ESPECIAL	5.079,41	6.205,39	3.188,62	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.80.00.00	RENDIMENTOS FMAS - COVID EPI - PORT 369	637,75	792,40	666,24	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.81.00.00	RENDIMENTO BCO BRASIL - FMAS - COVID ALIMENTOS - PORT 369	23,22	28,86	24,26	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.82.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL - FMAS - COVID ACOLHIMENTO - PORT 369	1.415,29	1.769,70	1.483,56	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.87.00.00	RENDIMENTOS EMENDA INDIVIDUAL CUSTEIO	10.482,40	18.893,76	29.739,02	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.88.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL CONV TRANSP ESCOLAR ESTADUAL 15239-0	17.448,30	13.583,49	15.276,34	10.000,00	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.90.00.00	RENDIMENTOS FIA ATENÇAO CCA - BCO BRASIL 22582-7	1.489,37	343,55	4,69	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.91.00.00	RENDIMENTOS FIA CMDCA - BCO BRASIL 22241-0	80,59	47,92	29,92	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.92.00.00	RENDIMENTOS CEF ESTRUT, EQUIPAMENTOS LEITES - 71047-5	4.787,27	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.93.00.00	RENDIMENTOS CEF 672007-3 CAMINHÃO	15.356,57	2.090,61	1.892,92	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.94.00.00	RENDIMENTOS CEF PISTA CAMINHADA	5.270,50	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.95.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL SEAB HORTA	5.547,77	97,52	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.96.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL SEAB POMARES	14.065,37	7.182,34	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.97.00.00	RENDIMENTOS BACO BRASIL SEAB TRATOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.98.00.00	RENDIMENTOS CEF OPERAÇÃO DE CRÉDITO	105.321,76	70.105,93	3.932,26	0,00	0,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.3.2.1.01.0.1.99.00.00	RENDIMENTOS	60.587,24	264.714,61	344.348,85	0,00	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.99.01.00	RENDIMENTO SAUDE INVESTIMENTO 624095-0	5.250,25	3.113,38	5.707,15	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.02.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL PAVIMENTAÇÃO MANOEL RIBAS - 23224-6	12,74	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.03.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL AMP. ESCOLA ONÉSIMO JURASZEK - 23444-3	1.205,23	950,83	455,84	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.04.00	RENDIMENTO BCO BRASIL FIA IMPACTO COVID - 23147-9	761,55	1.183,78	956,60	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.05.00	RENDIMENTO BCO BRASIL INCENTIVO COVID - 23196-7	401,79	308,35	54,36	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.06.00	RENDIMENTO BCO BRASIL INCENTIVO 2021 - 23126-6	9.378,07	15.290,19	8.645,22	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.07.00	RENDIMENTOS CEF - 517-8 - REF/AMP UBS	1.207,88	3.820,06	2.324,23	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.08.00	RENDIMENTOS CEF- 517-8 - REF/AMP UBS - RESOLUÇÃO SESA 932/2021	869,59	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.09.00	RENDIMENTOS CEF EMENDAS INDIVIDUAIS - 672019-7	41.044,59	83.303,38	40.685,92	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.10.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL EQUIP ROD RETROESCAVADEIRA CAMINHÃO - SEDU 127/2022	4,62	1.070,61	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.11.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL FNAS - SIGTV GND3	450,93	2.936,66	271,28	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.12.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL MOTONIVELADORA - 23925-9	0,00	92.734,63	16.685,29	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.13.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL ASSIST PRIM INFANCIA - 23944-5	0,00	7.783,51	4.911,65	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.14.00	RENDIMENTO FONTE 1376	0,00	19.693,05	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.15.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL HIGIENE INTIMA	0,00	305,43	825,28	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.16.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL PPAS I EXPANSÃO	0,00	700,47	503,61	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.17.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL PAULO GUSTAVO FONTE 1054	0,00	1.208,86	1.257,52	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.18.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL PAULO GUSTAVO FONTE 1053	0,00	2.984,20	4.142,49	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.19.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL EMEND INDIV 24433-3	0,00	15.424,46	38.720,43	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.20.00	RENDIMENTOS CEF FMS PISO ENFERMAGEM	0,00	306,56	1.910,53	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.21.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL AUXILIO BRASIL 23399-4	0,00	4.434,48	2.943,88	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.22.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL PROCAD SUAS - 24202-0	0,00	888,55	1.032,14	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.23.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL PROG ESCOLA TEM INTEGRAL 24760-X	0,00	212,15	8.297,16	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.24.00	RENDIMENTOS BC BRASIL CALAMIDADE PÚBLICA	0,00	1.165,56	2.416,88	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.25.00	BCO BRASIL FEAS EMERGENCIA CALAMIDADE	0,00	207,25	805,13	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.26.00	RENDIMENTOS CEF ITAIPU	0,00	4.372,50	134.572,17	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.27.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL FUNDO MUN DCA	0,00	315,71	857,11	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.28.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL PAV POL SERRA DO TIGRE	0,00	0,00	773,28	0,00	0,00

1.3.2.1.01.0.1.99.29.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL PAS PISO UNICO ASSISTENCIA	0,00	0,00	2.935,37	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.30.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL ALDIR BLANC II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.31.00	CEF RENDIMENTOS RUA CORREIA DE FREITAS	0,00	0,00	25.700,07	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.32.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL VIAJA MAIS 60	0,00	0,00	788,55	0,00	0,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.3.2.1.01.0.1.99.34.00	BCO BRASIL RENDIMENTOS PAV MANOEL RIBAS	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.35.00	BCO BRASIL RENDIMENTOS AV RIO CLARENSE DORIZON	0,00	0,00	1.576,71	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.36.00	BCO BRASIL RENDIMENTOS RUA PROF M. POPOV E O. SOBANSKI	0,00	0,00	720,58	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.37.00	BCO BRASIL RENDIMENTOS ASF RUA 7 SETEMBRO	0,00	0,00	752,80	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.38.00	BCO BRASIL RENDIMENTOS ASF RUA EXPEDICIONARIOS	0,00	0,00	848,07	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.39.00	CEF RENDIMENTOS EMENDA INDIVIDUAL SANDRO ALEX	0,00	0,00	19.044,91	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.40.00	BCO BRASIL RENDIMENTOS - VIDAS AQUECIDAS 25084	0,00	0,00	828,24	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.41.00	CEF RENDIMENTOS PATRULHA MECANIZADA	0,00	0,00	5.717,16	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.42.00	CEF RENDIMENTOS ESCAVADEIRA HIRAULICA	0,00	0,00	4.719,91	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.43.00	ENDIMENTOS BCO BRASIL FIA MEDIA SOCIOEDUCA	0,00	0,00	790,37	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.44.00	BCO BRASIL RENDIMENTOS VIAJA MAIS FASE 02	0,00	0,00	170,91	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.46.00	BCO BRASIL 283141-4 RENDIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	0,00	80.740,00	46.180,00	0,00	0,00
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	80.740,00	46.180,00	0,00	0,00
1.6.1.1.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	80.740,00	46.180,00	0,00	0,00
1.6.1.1.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	80.740,00	46.180,00	0,00	0,00
1.6.1.1.02.0.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	80.740,00	46.180,00	0,00	0,00
1.6.1.1.02.0.1.01.00.00	INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL	0,00	80.740,00	46.180,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência Correntes	54.495.604,13	60.375.079,27	65.880.366,09	63.543.217,40	70.015.000,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	26.644.554,61	28.394.612,72	31.637.807,25	29.658.217,40	34.068.000,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	21.990.448,39	22.681.898,78	25.693.532,41	24.580.000,00	29.400.000,00
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	21.959.155,53	22.642.299,07	25.654.642,73	24.500.000,00	29.400.000,00
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	19.684.547,80	20.161.403,85	22.721.766,41	21.600.000,00	26.400.000,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	19.684.547,80	20.161.403,85	22.721.766,41	21.600.000,00	26.400.000,00
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.262.146,43	2.480.895,22	2.932.876,32	2.900.000,00	3.000.000,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	1.262.146,43	2.207.318,18	1.684.300,62	2.900.000,00	3.000.000,00
1.7.1.1.51.2.1.01.00.00	LIVRE - Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	946.609,83	205.182,78	936.431,78	0,00	0,00
1.7.1.1.51.2.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de	315.536,60	68.394,26	312.143,92	0,00	0,00
1.7.1.1.51.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	1.012.461,30	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.51.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	1.012.461,30	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.51.3.1.01.00.00	LIVRE - Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	759.345,99	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.51.3.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	253.115,31	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	31.292,86	39.599,71	38.889,68	80.000,00	0,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	31.292,86	39.599,71	38.889,68	80.000,00	0,00
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	621.340,40	555.177,28	624.057,04	680.000,00	590.000,00
1.7.1.2.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	621.340,40	555.177,28	624.057,04	680.000,00	590.000,00
1.7.1.2.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais -	621.340,40	555.177,28	624.057,04	680.000,00	590.000,00
1.7.1.2.99.0.1.01.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais -	621.340,40	555.177,28	624.057,04	680.000,00	590.000,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS	1.901.035,11	2.416.498,07	2.561.708,43	2.810.000,00	2.685.000,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS Repasses Fundo a Fundo - Bloco de	1.901.035,11	2.416.498,07	2.561.708,43	2.810.000,00	2.685.000,00
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção	1.794.516,25	2.291.198,25	2.397.285,91	2.650.000,00	2.635.000,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Atenção	1.794.516,25	2.291.198,25	2.397.285,91	2.650.000,00	2.635.000,00
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	992.229,63	1.197.122,29	350.801,95	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	413.248,00	44.268,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	157.847,12	226.595,66	63.693,75	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.05.00.00	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATEGICAS	134.742,76	131.439,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.06.00.00	PROGRAMA INFORMATIZAÇÃO APS	96.000,00	110.000,00	40.000,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00	IMPLEMENTAÇÃO REDE CEGONHA	448,74	578.940,00	702.544,00	750.000,00	700.000,00
1.7.1.3.50.1.1.09.00.00	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS PARA A REDE CEGONHA	0,00	2.833,30	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	0,00	0,00	284.019,25	365.000,00	235.000,00
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - MANUTENÇÃO DE PAGAMENTO DE VALOR NOMINAL COM	0,00	0,00	81.497,16	85.000,00	85.000,00
1.7.1.3.50.1.1.12.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO	0,00	0,00	866.589,00	1.450.000,00	1.500.000,00
1.7.1.3.50.1.1.13.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO	0,00	0,00	8.140,80	0,00	12.000,00
1.7.1.3.50.1.1.14.00.00	AGENTE ENDEMIAS - FONTE 1051	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
1.7.1.3.50.1.1.15.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
1.7.1.3.50.1.1.16.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	106.518,86	50.189,41	59.048,74	85.000,00	50.000,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	106.518,86	50.189,41	59.048,74	85.000,00	50.000,00

1.7.1.3.50.3.1.01.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO PARA A VIGILANCIA EM SAUDE - DESPESAS DIVERSAS	38.641,86	37.189,41	47.048,74	70.000,00	50.000,00
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00	ASSIST FINANC COMPLEM PARA AGENTES DE SAUDE - COMBATE DE ENDEMIAS	55.877,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00	INCENTIVO FINANC EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILANCIA	12.000,00	13.000,00	12.000,00	15.000,00	0,00
1.7.1.3.50.5.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Gestão	0,00	75.110,41	105.373,78	75.000,00	0,00
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Gestão	0,00	75.110,41	105.373,78	75.000,00	0,00
1.7.1.3.50.5.1.01.00.00	FMS PISO ENFERMAGEM	0,00	75.110,41	64.280,28	0,00	0,00
1.7.1.3.50.5.1.02.00.00	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SUS	0,00	0,00	41.093,50	75.000,00	0,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	748.996,39	900.458,76	1.037.622,00	1.128.217,40	926.000,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	516.264,00	597.308,92	617.517,61	610.000,00	610.000,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	516.264,00	597.308,92	617.517,61	610.000,00	610.000,00
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	118.192,00	160.964,80	166.950,00	178.000,00	168.000,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - Principal	118.192,00	160.964,80	166.950,00	178.000,00	168.000,00
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE	114.540,39	117.612,43	113.909,60	176.400,00	148.000,00
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE - Principal	114.540,39	117.612,43	113.909,60	176.400,00	148.000,00
1.7.1.4.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	0,00	24.572,61	139.244,79	163.817,40	0,00
1.7.1.4.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	0,00	24.572,61	139.244,79	163.817,40	0,00
1.7.1.4.99.0.1.01.00.00	FNDE ETI ESCOLA TEMPO INTEGRAL	0,00	24.572,61	139.244,79	163.817,40	0,00
1.7.1.5.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.5.51.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.5.51.0.1.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb VAAF - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.5.51.0.1.01.00.00	FUNDEB 70%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	62.738,64	194.822,39	134.312,73	150.000,00	127.000,00
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	62.738,64	194.822,39	134.312,73	150.000,00	127.000,00
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal	62.738,64	194.822,39	134.312,73	150.000,00	127.000,00
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00	FMAS BL GFB 20167-7	0,00	30.217,68	38.400,00	40.000,00	33.000,00
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00	FMAS PSB 20170-7	52.976,28	60.669,43	49.038,03	56.000,00	45.000,00
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00	FMAS BL PSEMC 20169-3	0,00	0,14	0,00	5.000,00	0,00
1.7.1.6.50.0.1.05.00.00	FNAS MALLET BL MAC	3.762,36	6.661,28	6.418,32	5.000,00	4.000,00
1.7.1.6.50.0.1.06.00.00	BCO BRASIL FMAS BL GSUAS	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.6.50.0.1.07.00.00	SERV. CONVIV. FORTALEC. VINCULOS - 20170-7	0,00	52.341,54	40.456,38	44.000,00	45.000,00
1.7.1.6.50.0.1.08.00.00	PROGRAMA AUXILIO BRASIL	0,00	32.932,32	0,00	0,00	0,00
1.7.1.6.50.0.1.09.00.00	PROCAD SUAS	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	1.319.995,68	1.645.757,44	1.586.574,64	310.000,00	340.000,00
1.7.1.9.57.0.0.00.00.00	Transferência Especial da União	650.000,00	750.161,00	1.450.000,00	160.000,00	140.000,00
1.7.1.9.57.0.1.00.00.00	Transferência Especial da União - Principal	650.000,00	750.161,00	1.450.000,00	160.000,00	140.000,00
1.7.1.9.57.0.1.01.00.00	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - INCREM TEMP CUSTEIO APS	200.000,00	750.161,00	1.300.000,00	0,00	0,00
1.7.1.9.57.0.1.02.00.00	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - INCREMENTO PAP	450.000,00	0,00	150.000,00	160.000,00	140.000,00
1.7.1.9.61.0.0.00.00.00	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	97.161,47	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.61.0.1.00.00.00	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Principal	97.161,47	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.61.0.1.01.00.00	EC 123/2022 - AUX FINC OUTORGA ICMS EDUCAÇÃO	6.072,59	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.61.0.1.02.00.00	EC 123/2022 - AUX FINC OUTORGA ICMS LIVRE	91.088,88	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.7.1.9.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	572.834,21	895.596,44	136.574,64	150.000,00	200.000,00
1.7.1.9.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	572.834,21	895.596,44	136.574,64	150.000,00	200.000,00
1.7.1.9.99.0.1.01.00.00	Outras Transferências da União - Lei Complementar nº 176/2020	153.743,52	127.382,04	136.574,64	150.000,00	200.000,00
1.7.1.9.99.0.1.02.00.00	FNS COVID SAPS	14.544,00	107.667,29	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.1.03.00.00	CESSÃO ONEROSA 2022	404.546,69	43.609,34	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.1.04.00.00	AFM - REPOSICAO FPM FONTE 1073	0,00	616.937,77	0,00	0,00	0,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.689.183,99	22.641.110,17	25.214.750,01	24.715.000,00	26.048.000,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	19.353.593,84	20.281.009,58	23.751.696,42	23.545.000,00	24.909.000,00
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	17.351.507,24	17.910.347,93	20.988.238,49	20.800.000,00	22.000.000,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	17.351.507,24	17.910.347,93	20.988.238,49	20.800.000,00	22.000.000,00
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.784.943,24	2.182.260,37	2.421.392,83	2.400.000,00	2.560.000,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	1.784.943,24	2.182.260,37	2.421.392,83	2.400.000,00	2.560.000,00
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	199.110,19	184.824,39	317.315,30	320.000,00	320.000,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	199.110,19	184.824,39	317.315,30	320.000,00	320.000,00
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	18.033,17	3.576,89	24.749,80	25.000,00	29.000,00
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	18.033,17	3.576,89	24.749,80	25.000,00	29.000,00
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	1.335.590,15	2.360.100,59	1.463.053,59	1.170.000,00	1.139.000,00
1.7.2.9.51.0.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	160.000,00	136.900,00	204.115,00	5.000,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	160.000,00	136.900,00	204.115,00	5.000,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00	FIA IMPACTO COVID	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.02.00.00	INCENTIVO COVID 21	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.03.00.00	INCENTIVO 2021	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.04.00.00	INC PRIM INFANCIA	0,00	75.000,00	0,00	5.000,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.05.00.00	FMAS - ESTADO - INCENTIVO HIGIENE INTIMA -	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.06.00.00	FMAS - ESTADO - PPAS I EXPANSÃO	0,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.07.00.00	CALAMIDADE ASSISTENCIA SOCIAL GOV PR	0,00	14.400,00	35.115,00	0,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.08.00.00	PAS - PISO UNICO - 24872-X	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.09.00.00	VIDAS AQUECIDAS	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
1.7.2.9.51.0.1.10.00.00	FIA INCENTIVO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	0,00	0,00	74.000,00	0,00	0,00
1.7.2.9.52.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	804.714,00	806.621,95	836.902,55	860.000,00	849.000,00
1.7.2.9.52.0.1.00.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	804.714,00	806.621,95	836.902,55	860.000,00	849.000,00

1.7.2.9.52.0.1.01.00.00	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	804.714,00	806.621,95	836.902,55	860.000,00	849.000,00
1.7.2.9.53.0.0.00.00.00	Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº	0,00	556.376,87	0,00	0,00	0,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.7.2.9.53.0.1.00.00.00	Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº	0,00	556.376,87	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.53.0.1.01.00.00	Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº	0,00	556.376,87	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados e DF	370.876,15	860.201,77	422.036,04	305.000,00	290.000,00
1.7.2.9.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	370.876,15	860.201,77	422.036,04	305.000,00	290.000,00
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	SESA PR - PORT 932 - REFORMA UBS	30.000,00	89.424,00	85.017,97	0,00	90.000,00
1.7.2.9.99.0.1.02.00.00	SESA - AQUISIÇÃO TABLETS	22.800,00	20.973,07	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.03.00.00	INCREMENTO TEMPORÁRIO MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL - MC-A	39.082,67	5.440,24	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.04.00.00	APSUS	96.876,00	176.017,07	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.05.00.00	SESA - PRO VIGIA CUSTEIO	34.955,11	81.561,93	34.955,11	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.06.00.00	SESA - INCENT MEDIA COMPL AMBULATORIA	118.112,37	161.528,26	674,71	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.07.00.00	CUSTEIO FISIOTERAPIA PÓS COVID	10.000,00	28.850,00	65.582,00	105.000,00	30.000,00
1.7.2.9.99.0.1.08.00.00	INCENTIVO ASSISTENCIA FARMACEUTICA - CUSTEIO	19.050,00	25.401,96	29.808,00	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.09.00.00	PROGRAMA OPERA PARANÁ - RES. 1648/2023	0,00	187.751,64	173.238,25	200.000,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1.10.00.00	SESA PR CUSTEIO CALAMIDADE	0,00	83.253,60	32.760,00	0,00	170.000,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Outras instituições Públicas	7.161.865,53	9.339.356,38	9.027.808,83	9.170.000,00	9.899.000,00
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	7.161.865,53	7.539.806,38	8.756.056,83	9.170.000,00	9.899.000,00
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	7.161.865,53	7.539.806,38	8.756.056,83	9.170.000,00	9.899.000,00
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	7.161.865,53	7.539.806,38	8.756.056,83	9.170.000,00	9.899.000,00
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00	TRANSFERENCIA DO FUNDEB 1101	6.166.823,52	7.077.813,84	7.608.770,70	8.670.000,00	8.900.000,00
1.7.5.1.50.0.1.02.00.00	TRANSFERENCIA DO FUNDEB 1102	995.042,01	461.992,54	1.147.286,13	500.000,00	999.000,00
1.7.5.9.00.0.0.00.00.00	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	1.799.550,00	271.752,00	0,00	0,00
1.7.5.9.99.0.0.00.00.00	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	1.799.550,00	271.752,00	0,00	0,00
1.7.5.9.99.0.1.00.00.00	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	0,00	1.799.550,00	271.752,00	0,00	0,00
1.7.5.9.99.0.1.01.00.00	INSTRUMENTO DE REPASSE 4113908/2023 - CAIXA EC ITAIPU	0,00	1.799.550,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.9.99.0.1.02.00.00	MALLET CIENTIZ ENERGETICA	0,00	0,00	271.752,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	26.614,21	132.643,71	236.523,22	50.000,00	0,00
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.469,95	38.013,47	5.363,86	0,00	0,00
1.9.1.1.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.469,95	38.013,47	5.363,86	0,00	0,00
1.9.1.1.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	7.469,95	20.395,78	100,00	0,00	0,00
1.9.1.1.01.0.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	7.469,95	20.395,78	100,00	0,00	0,00
1.9.1.1.01.0.1.02.00.00	MULTA SOBRE EXECUÇÃO CONTRATO	7.469,95	20.019,46	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.01.0.1.03.00.00	MULTA ADMINISTRATIVA CONFORME CTN	0,00	376,32	100,00	0,00	0,00
1.9.1.1.08.0.0.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	0,00	17.617,69	5.263,86	0,00	0,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026
1.9.1.1.08.0.1.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	17.617,69	5.263,86	0,00	0,00
1.9.1.1.08.0.1.01.00.00	MULTAS SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	17.617,69	5.263,86	0,00	0,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	19.144,26	57.504,18	36.787,68	0,00	0,00
1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	0,00	453,43	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras indenizações	0,00	453,43	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.99.0.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	0,00	453,43	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.99.0.1.01.00.00	INDENIZAÇÃO REF PORTARIA MPPR - 0079.15.000186-9	0,00	453,43	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	19.144,26	57.050,75	36.787,68	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	19.144,26	57.050,75	36.787,68	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	17.034,82	55.292,85	36.787,68	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.01.00.00	RESTITUIÇÕES DIVERSAS - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.068,18	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.03.00.00	RESTITUIÇÃO DIÁRIAS	2.146,01	2.388,81	3.757,50	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.04.00.00	RESTITUIÇÃO REPASSE ACADÊMICOS	7.760,94	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.05.00.00	RESTITUIÇÃO CUSTAS PROCESSUAIS	698,38	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.06.00.00	RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO	127,50	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.07.00.00	RESTITUIÇÃO DIÁRIAS 494	68,81	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.08.00.00	RESTITUIÇÃO DE DIÁRIAS - 1370	165,00	405,19	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.99.00.00	Restituições diversas - Principal	0,00	52.498,85	33.030,18	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.99.01.00	RESTITUIÇÃO PAGAMENTOS INDEVIDOS - 494	0,00	417,50	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.99.02.00	DEVOLUÇÃO APAE	0,00	35.956,35	16.671,11	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.99.03.00	DEVOLUÇÃO ACADÊMICOS	0,00	16.125,00	3.200,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.99.04.00	RESTITUIÇÃO PGTO FOLHA PAGAMENTO - FUNCIONÁRIO	0,00	0,00	7.985,54	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.99.05.00	RESTITUIÇÃO SALDO CONVÊNIO	0,00	0,00	4.983,53	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.99.06.00	RESTITUIÇÃO INSCRIÇÃO COMPETIÇÃO ESPORTIVA	0,00	0,00	190,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.3.00.00.00	Outras Restituições - Dívida Ativa	2.109,44	1.757,90	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.3.01.00.00	DIVIDA ATIVA RESTITUIÇÕES MULTAS DE TRANSITO	2.109,44	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.3.99.00.00	Restituições diversas - Dívida Ativa	0,00	1.757,90	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.3.99.01.00	Outras Restituições - Dívida Ativa	0,00	1.757,90	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	0,00	37.126,06	194.371,68	50.000,00	0,00
1.9.9.9.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	0,00	37.126,06	194.371,68	50.000,00	0,00
1.9.9.9.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	0,00	37.126,06	194.371,68	50.000,00	0,00
1.9.9.9.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas Administradas pela RFB	0,00	37.126,06	194.371,68	50.000,00	0,00
1.9.9.9.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal	0,00	37.126,06	192.416,97	50.000,00	0,00

Natureza da Receita	Especificação	Arrecadado			LOA	LOA
		2022	2023	2024	2025	2026

1.9.9.9.99.1.1.01.00.00	ARRECADAÇÃO FESTAS	0,00	15.000,00	117.243,69	50.000,00	0,00
1.9.9.9.99.1.1.02.00.00	RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTOS	0,00	528,60	845,00	0,00	0,00
1.9.9.9.99.1.1.03.00.00	RESTITUIÇÃO CUSTAS JUDICIAIS	0,00	135,95	0,00	0,00	0,00
1.9.9.9.99.1.1.04.00.00	RESTITUIÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO	0,00	312,39	2.179,90	0,00	0,00
1.9.9.9.99.1.1.05.00.00	DOAÇÕES FESTA	0,00	10.000,00	1.635,30	0,00	0,00
1.9.9.9.99.1.1.06.00.00	RESTITUIÇÃO SALDO DE CONVÊNIO	0,00	1.447,82	70.513,08	0,00	0,00
1.9.9.9.99.1.1.07.00.00	DOAÇÃO IRRF - FUNDO DA CRIANÇA	0,00	9.701,30	0,00	0,00	0,00
1.9.9.9.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas Administradas pela RFB - Multas e Juros	0,00	0,00	1.954,71	0,00	0,00
1.9.9.9.99.1.2.01.00.00	ARRECADAÇÃO FESTAS- MULTA E JUROS	0,00	0,00	1.954,71	0,00	0,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	10.328.280,06	3.234.282,95	5.998.180,83	0,00	0,00
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	5.656.567,57	1.343.432,43	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	5.656.567,57	1.343.432,43	0,00	0,00	0,00
2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	5.656.567,57	1.343.432,43	0,00	0,00	0,00
2.1.1.2.54.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	5.656.567,57	1.343.432,43	0,00	0,00	0,00
2.1.1.2.54.0.1.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	5.656.567,57	1.343.432,43	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	0,00	0,00	765.351,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	765.351,00	0,00	0,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	0,00	765.351,00	0,00	0,00
2.2.1.3.01.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	0,00	765.351,00	0,00	0,00
2.2.1.3.01.0.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	0,00	765.351,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Capital	4.671.712,49	1.890.850,52	5.232.829,83	0,00	0,00
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	1.249.562,00	671.549,00	2.724.751,78	0,00	0,00
2.4.1.4.00.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	1.316.103,78	0,00	0,00
2.4.1.4.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0,00	0,00	1.316.103,78	0,00	0,00
2.4.1.4.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	0,00	0,00	1.316.103,78	0,00	0,00
2.4.1.4.99.0.1.01.00.00	CONVENIO ESCAVADEIRA HIDRAULICA	0,00	0,00	538.030,09	0,00	0,00
2.4.1.4.99.0.1.02.00.00	CONVENIO PATRULHA MECANIZADA	0,00	0,00	778.073,69	0,00	0,00
2.4.1.9.00.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	1.249.562,00	671.549,00	1.408.648,00	0,00	0,00
2.4.1.9.51.0.0.00.00.00	Transferência Especial da União	1.249.562,00	654.465,00	1.408.648,00	0,00	0,00
2.4.1.9.51.0.1.00.00.00	Transferência Especial da União - Principal	1.249.562,00	654.465,00	1.408.648,00	0,00	0,00
2.4.1.9.51.0.1.01.00.00	Transferência Especial da União - EMENDA	449.562,00	504.465,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.9.51.0.1.02.00.00	Transferência Especial da União - EMENDA ESPECIAL	800.000,00	150.000,00	767.341,00	0,00	0,00
2.4.1.9.51.0.1.03.00.00	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL	0,00	0,00	471.585,00	0,00	0,00

Natureza da Receita	**Especificação**	**Arrecadado**			**LOA**	**LOA**
		2022	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**
2.4.1.9.51.0.1.04.00.00	EMENDA PARLAMENTAR INDIV. SAÚDE	0,00	0,00	169.722,00	0,00	0,00
2.4.1.9.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades	0,00	17.084,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.9.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades - Principal	0,00	17.084,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.9.99.0.1.01.00.00	ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO A SAUDE BUCAL	0,00	17.084,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.422.150,49	1.219.301,52	2.508.078,05	0,00	0,00
2.4.2.9.00.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Recursos dos Estados	3.422.150,49	1.219.301,52	2.508.078,05	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Recursos dos Estados	3.422.150,49	1.219.301,52	2.508.078,05	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	3.422.150,49	1.219.301,52	2.508.078,05	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.01.00.00	SEDU PAVIMENTAÇÃO MANOEL RIBAS	870.920,50	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.02.00.00	CX ECON - UBS RIO CLARO DO SUL - ESTADO	195.000,00	426.662,68	83.844,55	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.03.00.00	ESTADO - TRANSPORTE SANITARIO	410.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.04.00.00	SEDU - AMPLIAÇÃO E REFORMA ESCOLA ONÉSIMO JURASZEK	286.880,87	120.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.05.00.00	SEDU - EQUIP ROD CAMINHÃO E RETRO	230.817,41	75.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.06.00.00	AQUISIÇÃO CAMINHÃO BASCULANTE - SEDU 576/2022	340.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.07.00.00	SEAB - MOTONIVELADORA 382 - 2022	900.000,00	111.146,25	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.08.00.00	SESA - ULTRASON	130.000,00	319.182,59	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.09.00.00	SESA - PRO VIGIA	47.101,71	17.310,00	100.000,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.10.00.00	INCENTIVO ASSISTENCIA FARMACEUTICA - CAPITAL	11.430,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.11.00.00	SESA PR RESOLUCAO 1432/2023 - VEICULO	0,00	65.000,00	250.000,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.12.00.00	SECID - PAVIM ASF AV RIO CLARENSE DORIZON	0,00	0,00	687.233,57	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.13.00.00	REPASSE FINANCEIRO INVESTIMENTO PROVIGIA	0,00	0,00	47.363,48	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.14.00.00	SECID - PAV RUA PROF MART. POPOVICH E OSWAL. SOB.	0,00	0,00	740.547,35	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.15.00.00	PAV SERRA DO TIGRE - SEIL	0,00	0,00	108.953,94	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.16.00.00	PAV RUA EXPEDICIONÁRIOS - SEIL	0,00	0,00	175.320,98	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.17.00.00	PAV RUA 07 SETEMBRO - SEIL	0,00	0,00	156.244,18	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.18.00.00	SESA RES 605/2024 - AQUISIÇÃO TABLETS	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1.19.00.00	INCENT. ORG. ASSISTENCIA FARMACEUTICA CAPITAL - RES 1712/24	0,00	0,00	24.570,00	0,00	0,00
	Total Geral:	**75.149.130,49**	**74.825.886,52**	**82.722.534,54**	**73.184.717,40**	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:1224F420

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS

MUNICIPIO DE MALLET - PR			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026			
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
(ANEXO 1)			
RECEITAS	**VALOR**	**DESPESAS**	**VALOR**
RECEITAS CORRENTES	79.869.000,00	DESPESAS CORRENTES	76.446.773,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	8.404.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.777.695,80
CONTRIBUIÇÕES	1.088.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	839.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	362.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.830.077,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	70.015.000,00	SUPERÁVIT CORRENTE	3.422.227,00
TOTAL RECEITAS CORRENTES	**79.869.000,00**	**TOTAL DESPESAS CORRENTES**	**79.869.000,00**
		DESPESAS DE CAPITAL	2.064.454,00
		INVESTIMENTOS	220.454,00

DÉFICIT CAPITAL	2.064.454,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.844.000,00
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	**2.064.454,00**	**TOTAL DESPESAS DE CAPITAL**	**2.064.454,00**
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.357.773,00
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	79.869.000,00	DESPESAS CORRENTES	76.446.773,00
		DESPESAS CAPITAL	2.064.454,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.357.773,00
TOTAL	**79.869.000,00**	**TOTAL**	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:19E14799

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS

MUNICIPIO DE MALLET - PR
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS,
POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS (ANEXO 7)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		3.600.000,00		3.600.000,00
01.31	Ação Legislativa		3.600.000,00		3.600.000,00
01.31.0001	CÂMARA ATUANTE		3.600.000,00		3.600.000,00
04	Administração	4.000,00	11.708.814,00		11.712.814,00
04.121	Planejamento e Orçamento		136.000,00		136.000,00
04.121.0006	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		136.000,00		136.000,00
04.122	Administração Geral	2.000,00	9.739.794,00		9.741.794,00
04.122.0012	MALLET: CIDADE QUE PRODUZ		2.000,00		2.000,00
04.122.0017	MALLET: CIDADE CONECTADA		135.000,00		135.000,00
04.122.0002	GABINETE PRESENTE		1.434.000,00		1.434.000,00
04.122.0003	GESTÃO QUE TRANSFORMA	2.000,00	7.475.794,00		7.477.794,00
04.122.0006	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		693.000,00		693.000,00
04.123	Administração Financeira	2.000,00	1.396.020,00		1.398.020,00
04.123.0004	FISCO EFICIENTE	2.000,00	1.396.020,00		1.398.020,00
04.124	Controle Interno		131.000,00		131.000,00
04.124.0002	GABINETE PRESENTE		131.000,00		131.000,00
04.695	Turismo		306.000,00		306.000,00
04.695.0003	GESTÃO QUE TRANSFORMA		306.000,00		306.000,00
06	Segurança Pública		786.000,00		786.000,00
06.182	Defesa Civil		786.000,00		786.000,00
06.182.0014	MALLET SEGURA		786.000,00		786.000,00
08	Assistência Social	2.000,00	2.714.020,00		2.716.020,00
08.122	Administração Geral		2.165.520,00		2.165.520,00
08.122.0016	REDE QUE ACOLHE		2.165.520,00		2.165.520,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		283.500,00		283.500,00
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
08.243.0016	REDE QUE ACOLHE		283.500,00		283.500,00
08.245	Serviços Socioassistenciais	2.000,00	265.000,00		267.000,00
08.245.0016	REDE QUE ACOLHE	2.000,00	265.000,00		267.000,00
10	Saúde	200,00	23.866.034,00		23.866.234,00
10.122	Administração Geral		372.020,00		372.020,00
10.122.0015	MALLET SAUDÁVEL		372.020,00		372.020,00
10.301	Atenção Básica	200,00	16.361.082,56		16.361.282,56
10.301.0015	MALLET SAUDÁVEL	200,00	16.361.082,56		16.361.282,56
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.925.681,44		5.925.681,44
10.302.0015	MALLET SAUDÁVEL		5.925.681,44		5.925.681,44
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		529.000,00		529.000,00
10.303.0015	MALLET SAUDÁVEL		529.000,00		529.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		25.000,00		25.000,00
10.304.0015	MALLET SAUDÁVEL		25.000,00		25.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		292.250,00		292.250,00
10.305.0015	MALLET SAUDÁVEL		292.250,00		292.250,00
10.306	Alimentação e Nutrição		361.000,00		361.000,00
10.306.0015	MALLET SAUDÁVEL		361.000,00		361.000,00
12	Educação	6.000,00	21.775.000,00		21.781.000,00
12.122	Administração Geral		1.239.000,00		1.239.000,00
12.122.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE		1.239.000,00		1.239.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	2.000,00	1.342.000,00		1.344.000,00
12.306.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	2.000,00	1.342.000,00		1.344.000,00
12.361	Ensino Fundamental	2.000,00	12.979.000,00		12.981.000,00
12.361.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	2.000,00	12.979.000,00		12.981.000,00
12.365	Educação Infantil	2.000,00	1.931.000,00		1.933.000,00
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
12.365.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	2.000,00	1.931.000,00		1.933.000,00
12.367	Educação Especial		345.000,00		345.000,00
12.367.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE		345.000,00		345.000,00
12.782	Transporte Rodoviário		3.939.000,00		3.939.000,00
12.782.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE		3.939.000,00		3.939.000,00
13	Cultura		236.020,00		236.020,00
13.392	Difusão Cultural		236.020,00		236.020,00
13.392.0009	CULTURA VIVA E TURISMO INTEGRADO		236.020,00		236.020,00
15	Urbanismo	2.000,00	2.088.020,00		2.090.020,00

15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.000,00			2.000,00
15.451.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.000,00			2.000,00
15.452	Serviços Urbanos		2.088.020,00		2.088.020,00
15.452.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		2.088.020,00		2.088.020,00
17	Saneamento	2.000,00	1.226.000,00		1.228.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	2.000,00	1.226.000,00		1.228.000,00
17.512.0011	MEIO AMBIENTE	2.000,00	1.224.000,00		1.226.000,00
17.512.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		2.000,00		2.000,00
18	Gestão Ambiental		359.000,00		359.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		359.000,00		359.000,00
18.541.0011	MEIO AMBIENTE		356.000,00		356.000,00
18.541.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		3.000,00		3.000,00
19	Ciência e Tecnologia		2.000,00		2.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		2.000,00		2.000,00
19.572.0012	MALLET: CIDADE QUE PRODUZ		2.000,00		2.000,00
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
20	Agricultura	2.000,00	1.199.020,00		1.201.020,00
20.606	Extensão Rural	2.000,00	1.199.020,00		1.201.020,00
20.606.0010	RAÍZES DO FUTURO	2.000,00	1.199.020,00		1.201.020,00
22	Indústria		123.000,00		123.000,00
22.661	Promoção Industrial		123.000,00		123.000,00
22.661.0012	MALLET: CIDADE QUE PRODUZ		123.000,00		123.000,00
23	Comércio e Serviços		3.000,00		3.000,00
23.695	Turismo		3.000,00		3.000,00
23.695.0009	CULTURA VIVA E TURISMO INTEGRADO		3.000,00		3.000,00
26	Transporte		6.344.527,00		6.344.527,00
26.451	Infra-Estrutura Urbana		62.000,00		62.000,00
26.451.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		62.000,00		62.000,00
26.782	Transporte Rodoviário		6.282.527,00		6.282.527,00
26.782.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		6.282.527,00		6.282.527,00
27	Desporto e Lazer	2.000,00	736.000,00		738.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.000,00	736.000,00		738.000,00
27.812.0008	CONSTRUINDO CAMPEÕES	2.000,00	736.000,00		738.000,00
28	Encargos Especiais		2.683.000,00		2.683.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna		2.683.000,00		2.683.000,00
28.843.0005	MALLET RESPONSÁVEL		2.683.000,00		2.683.000,00
99	Reserva de Contingência			399.345,00	399.345,00
99.999	Reserva de Contingência			399.345,00	399.345,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			399.345,00	399.345,00
	Total geral:	**20.200,00**	**79.449.455,00**	**399.345,00**	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:9F9E73D3

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - DESPESAS POR ÓRGÃO, UNIDADE E CATEGORIAS ECONÔMICAS

MUNICIPIO DE MALLET - PR
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026
RELATÓRIO DE DESPESAS POR ÓRGÃO, UNIDADE E CATEGORIAS ECONÔMICAS

Órgão e Unidade	**Despesas Correntes**	**Despesas de Capital**	**Reserva de Contingência**	**Total**
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET	**76.446.773,00**	**2.064.454,00**	**1.357.773,00**	**79.869.000,00**
01.000 Poder Legislativo	3.540.000,00	60.000,00	0,00	3.600.000,00
01.001 Câmara Municipal de Mallet	3.540.000,00	60.000,00	0,00	3.600.000,00
02.000 Poder Executivo	72.906.773,00	2.004.454,00	1.357.773,00	76.269.000,00
02.001 Gabinete do Prefeito e Órgãos Superiores	1.564.000,00	1.000,00	0,00	1.565.000,00
02.002 Secretaria Municipal de Administração	7.301.580,00	3.000,00	479.214,00	7.783.794,00
02.003 Secretaria Municipal da Fazenda	2.235.020,00	1.846.000,00	399.345,00	4.480.365,00
02.004 Secretaria Municipal de Planejamento	828.000,00	1.000,00	0,00	829.000,00
02.005 Secretaria Municipal de Educação	21.762.000,00	19.000,00	0,00	21.781.000,00
02.006 Secretaria Municipal de Esportes	736.000,00	2.000,00	0,00	738.000,00
02.007 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	238.020,00	1.000,00	0,00	239.020,00
02.008 Secretaria Municipal Agropecuária e Abastecimento	1.199.020,00	2.000,00	0,00	1.201.020,00
02.009 Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	1.580.000,00	2.000,00	0,00	1.582.000,00
02.010 Secretaria Ind, Com, Trab, Emp, Ciênc, Tec e Inov	126.000,00	1.000,00	0,00	127.000,00
02.011 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	8.333.547,00	106.000,00	0,00	8.439.547,00
02.012 Secretaria Seg. Pública, Trânsito e Defesa Civil	785.000,00	1.000,00	0,00	786.000,00
02.013 Secretaria Municipal de Saúde	23.378.566,00	8.454,00	479.214,00	23.866.234,00
02.014 Secretaria de Família e Desenvolvimento Social	2.705.020,00	11.000,00	0,00	2.716.020,00
02.015 Secretaria Relações Institucionais e Governament	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00
Total geral:	**76.446.773,00**	**2.064.454,00**	**1.357.773,00**	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:00532E80

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS

MUNICIPIO DE MALLET - PR
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026
DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS

Natureza da Despesa	**LOA 2026**
3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	76.446.773,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.777.695,80
3.1.50.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU	120.000,00
3.1.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	120.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	40.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONT	308.695,80
3.1.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	308.695,80
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	198.695,80
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	110.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	46.349.000,00
3.1.90.01.00.00.00.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS	81.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	81.000,00
3.1.90.03.00.00.00.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	210.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	210.000,00
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.609.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	876.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	262.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	142.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	452.000,00
01051/01051.09.02.06.20.1.604.0000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento	780.000,00
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	97.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	35.726.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	19.285.000,00
00101/00101.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	7.401.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.384.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.260.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	4.144.000,00
01064/01064.09.02.06.20.1.605.0000 - 1064 FMS PISO DA ENFERMAGEM	0,00
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.252.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	7.341.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.003.000,00
00101/00101.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	1.580.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	428.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	231.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	905.000,00
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	194.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	225.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	225.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	157.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	106.000,00
00101/00101.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	19.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	11.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	21.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	839.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	839.000,00
3.2.90.21.00.00.00.00 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	839.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	839.000,00
Natureza da Despesa	**LOA 2026**
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.830.077,20
3.3.22.00.00.00.00.00 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	60,00
3.3.22.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	60,00
3.3.30.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	60,00
3.3.30.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	60,00
3.3.50.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU	1.150.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES	950.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	950.000,00
3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	200.000,00
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	200.000,00
3.3.67.00.00.00.00.00 - EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA-P	600.000,00
3.3.67.83.00.00.00.00 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLI	600.000,00
00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - Contribuição de Iluminação Pública - Art. 149-A CF	600.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONT	1.113.616,56
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.113.616,56
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	565.616,56
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	26.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	8.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	514.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLIC	5.013.025,08
3.3.72.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	1.038,24
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	688,24
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	350,00
3.3.72.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	486.939,12
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	286.939,12
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	150.000,00
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE	50.000,00
3.3.72.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	120,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	70,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	50,00
3.3.72.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	771.900,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	471.900,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	250.000,00
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE	50.000,00
3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	3.753.027,72
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.381.027,72
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	1.272.000,00
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE	100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	20.953.315,56
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	504.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	404.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	96.000,00
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE	4.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	6.976.777,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.904.527,00
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	323.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	566.000,00
Natureza da Despesa	**LOA 2026**
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	290.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	705.250,00
00504/00504.99.99.00.00.1.704.0000 - Royalties e Outr.Comp.Fin.Não Previd.Exerc.Corr.	600.000,00
00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - Contribuição de Iluminação Pública - Art. 149-A CF	1.000,00
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	210.000,00
00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços	75.000,00
00512/00512.99.99.00.00.1.750.0000 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	30.000,00
00939/00939.09.06.06.24.1.660.0000 - bloco de Financ da Prot soc Especial de Alta Complexidade POrt 113/2015	45.000,00
00940/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLC de Finc da Gestão do Prog Bolsa familia e Cadst Unico POrtaria	30.000,00
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	149.000,00
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE	48.000,00
3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	19.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	1.370.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	224.250,00
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	73.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	121.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	68.750,00
00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000 - Salário-Educação	570.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	91.000,00
00939/00939.09.06.06.24.1.660.0000 - bloco de Financ da Prot soc Especial de Alta Complexidade POrt 113/2015	35.000,00
01042/01042.09.01.06.00.1.552.0000 - PNAE - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa	170.000,00
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	17.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.620.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	470.000,00
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	319.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	474.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	307.000,00
00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000 - Salário-Educação	50.000,00
00129/01005.03.01.01.01.1.571.0000 - MDE / Transporte Escolar do Estado	850.000,00
01043/01043.09.01.06.00.1.553.0000 - PNATE - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa	150.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	20.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	639.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	409.000,00
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	1.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	121.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	63.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	45.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	6.899.528,56
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.624.528,56
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	84.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	138.000,00
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	73.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	1.830.000,00
00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - Contribuição de Iluminação Pública - Art. 149-A CF	399.000,00
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	149.000,00
00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços	1.025.000,00
00939/00939.09.06.06.24.1.660.0000 - bloco de Financ da Prot soc Especial de Alta Complexidade POrt 113/2015	20.000,00
Natureza da Despesa	**LOA 2026**
00940/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLC de Finc da Gestão do Prog Bolsa familia e Cadst Unico POrtaria	14.000,00
01045/01045.01.07.00.00.1.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados	104.000,00
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	391.000,00
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE	48.000,00
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	554.010,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	452.010,00
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	1.000,00
00940/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLC de Finc da Gestão do Prog Bolsa familia e Cadst Unico POrtaria	1.000,00
01045/01045.01.07.00.00.1.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados	100.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	180.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	180.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	803.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	803.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	157.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	84.000,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	73.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	197.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	197.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	2.064.454,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	220.454,00
4.4.67.00.00.00.00.00 - EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA-P	100.000,00
4.4.67.83.00.00.00.00 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLI	100.000,00
00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - Contribuição de Iluminação Pública - Art. 149-A CF	100.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONT	8.344,00
4.4.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	8.344,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	5.744,00
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	2.600,00

4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	112.110,00
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	12.100,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	12.100,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.010,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	90.010,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
00375/01011.09.02.05.18.1.621.0000 - INVESTIMENTO ESTADO	0,00
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.844.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	1.844.000,00
4.6.90.71.00.00.00.00 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.844.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.844.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.357.773,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.357.773,00
9.9.99.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.357.773,00
9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.357.773,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.357.773,00
Total Geral:	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:CDC0A88C

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO

MUNICIPIO DE MALLET - PR		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026		
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64		
FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO (ANEXO 5)		
Código	**Especificação**	**Total**
01	Legislativa	3.600.000,00
01.31	Ação Legislativa	3.600.000,00
04	Administração	11.712.814,00
04.121	Planejamento e Orçamento	136.000,00
04.122	Administração Geral	9.741.794,00
04.123	Administração Financeira	1.398.020,00
04.124	Controle Interno	131.000,00
04.695	Turismo	306.000,00
06	Segurança Pública	786.000,00
06.182	Defesa Civil	786.000,00
08	Assistência Social	2.716.020,00
08.122	Administração Geral	2.165.520,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	283.500,00
08.245	Serviços Socioassistenciais	267.000,00
10	Saúde	23.866.234,00
10.122	Administração Geral	372.020,00
10.301	Atenção Básica	16.361.282,56
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.925.681,44
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	529.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	25.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	292.250,00
10.306	Alimentação e Nutrição	361.000,00
12	Educação	21.781.000,00
12.122	Administração Geral	1.239.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	1.344.000,00
12.361	Ensino Fundamental	12.981.000,00
12.365	Educação Infantil	1.933.000,00
12.367	Educação Especial	345.000,00
12.782	Transporte Rodoviário	3.939.000,00
13	Cultura	236.020,00
13.392	Difusão Cultural	236.020,00
15	Urbanismo	2.090.020,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.088.020,00
17	Saneamento	1.228.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.228.000,00
18	Gestão Ambiental	359.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	359.000,00
19	Ciência e Tecnologia	2.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.000,00
20	Agricultura	1.201.020,00
Código	**Especificação**	**Total**
20.606	Extensão Rural	1.201.020,00
22	Indústria	123.000,00
22.661	Promoção Industrial	123.000,00
23	Comércio e Serviços	3.000,00
23.695	Turismo	3.000,00
26	Transporte	6.344.527,00
26.451	Infra-Estrutura Urbana	62.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	6.282.527,00
27	Desporto e Lazer	738.000,00
27.812	Desporto Comunitário	738.000,00
28	Encargos Especiais	2.683.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	2.683.000,00
99	Reserva de Contingência	399.345,00
99.999	Reserva de Contingência	399.345,00
	Total Geral:	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:02FBAD33

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - NATUREZA DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

MUNICIPIO DE MALLET - PR				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026				
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64				
NATUREZA DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA				
(ANEXO 2)				
Código	**Especificação**	**Elemento**	**Grupo de Despesa**	**Categoria Econômica**
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			76.446.773,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		46.777.695,80	
3.1.50.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS		120.000,00	
3.1.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	120.000,00		
3.1.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE		308.695,80	
3.1.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	308.695,80		
3.1.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		46.349.000,00	
3.1.90.01.00.00.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E	81.000,00		
3.1.90.03.00.00.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	210.000,00		
3.1.90.04.00.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	2.609.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	35.726.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	7.341.000,00		
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	225.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	157.000,00		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA		839.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		839.000,00	
3.2.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	839.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.830.077,20	
3.3.22.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		60,00	
3.3.22.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60,00		
3.3.30.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		60,00	
3.3.30.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS		1.150.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	950.000,00		
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	200.000,00		
3.3.67.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-		600.000,00	
3.3.67.83.00.00.00.00	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA	600.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE		1.113.616,56	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.113.616,56		
3.3.72.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS		5.013.025,08	
3.3.72.14.00.00.00.00	DIÁRIAS-CIVIL	1.038,24		
3.3.72.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	486.939,12		
3.3.72.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	120,00		
3.3.72.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	771.900,00		
3.3.72.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	3.753.027,72		
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		20.953.315,56	
3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS-CIVIL	504.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.976.777,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS,	19.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	1.370.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.620.000,00		
3.3.90.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE	20.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	639.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	6.899.528,56		
3.3.90.40.00.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	554.010,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	180.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	803.000,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	157.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	197.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.064.454,00
Código	**Especificação**	**Elemento**	**Grupo de Despesa**	**Categoria Econômica**
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		220.454,00	
4.4.67.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-		100.000,00	
4.4.67.83.00.00.00.00	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA	100.000,00		
4.4.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE		8.344,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	8.344,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		112.110,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	12.100,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.010,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.844.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.844.000,00	
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.844.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			1.357.773,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.357.773,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.357.773,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.357.773,00		
	Total	**das despesas:**		**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:EF932456

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

MUNICIPIO DE MALLET - PR					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026					
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64					
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO					
(ANEXO 6)					
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
Órgão: 01.000 Poder Legislativo		**0,00**	**3.600.000,00**	**0,00**	**3.600.000,00**
Unidade: 01.001 Câmara Municipal de Mallet		**0,00**	**3.600.000,00**	**0,00**	**3.600.000,00**
01	Legislativa		3.600.000,00		3.600.000,00
01.031	Ação Legislativa		3.600.000,00		3.600.000,00
01.031.0001	CÂMARA ATUANTE		3.600.000,00		3.600.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		3.600.000,00		3.600.000,00
Órgão: 02.000 Poder Executivo		**20.200,00**	**75.849.455,00**	**399.345,00**	**76.269.000,00**
Unidade: 02.001 Gabinete do Prefeito e Órgãos Superiores		**0,00**	**1.565.000,00**	**0,00**	**1.565.000,00**
04	Administração		1.565.000,00		1.565.000,00
04.122	Administração Geral		1.434.000,00		1.434.000,00
04.122.0002	GABINETE PRESENTE		1.434.000,00		1.434.000,00
04.122.0002.2002	Manutenção e Investimentos no Gabinete do Prefeito e demais Órgãos de Assistência		1.434.000,00		1.434.000,00
04.124	Controle Interno		131.000,00		131.000,00
04.124.0002	GABINETE PRESENTE		131.000,00		131.000,00
04.124.0002.2003	Manutenção e Investimentos no Controle Interno		131.000,00		131.000,00
Unidade: 02.002 Secretaria Municipal de Administração		**2.000,00**	**7.781.794,00**	**0,00**	**7.783.794,00**
04	Administração	2.000,00	7.781.794,00		7.783.794,00
04.122	Administração Geral	2.000,00	7.475.794,00		7.477.794,00
04.122.0003	GESTÃO QUE TRANSFORMA	2.000,00	7.475.794,00		7.477.794,00
04.122.0003.1001	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à	2.000,00			2.000,00
04.122.0003.2004	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Administração		6.046.580,00		6.046.580,00
04.122.0003.2006	Subsídio ao Transporte Universitário e/ou Técnico		950.000,00		950.000,00
04.122.0003.2007	Orçamento Impositivo da Câmara Municipal - Geral		479.214,00		479.214,00
04.695	Turismo		306.000,00		306.000,00
04.695.0003	GESTÃO QUE TRANSFORMA		306.000,00		306.000,00
04.695.0003.2005	Realização de Festividades Municipais		306.000,00		306.000,00
Unidade: 02.003 Secretaria Municipal da Fazenda		**2.000,00**	**4.079.020,00**	**399.345,00**	**4.480.365,00**
04	Administração	2.000,00	1.396.020,00		1.398.020,00
04.123	Administração Financeira	2.000,00	1.396.020,00		1.398.020,00
04.123.0004	FISCO EFICIENTE	2.000,00	1.396.020,00		1.398.020,00
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
04.123.0004.1002	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à	2.000,00			2.000,00
04.123.0004.2008	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda		1.396.020,00		1.396.020,00
28	Encargos Especiais		2.683.000,00		2.683.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna		2.683.000,00		2.683.000,00
28.843.0005	MALLET RESPONSÁVEL		2.683.000,00		2.683.000,00
28.843.0005.2009	Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna		2.683.000,00		2.683.000,00
99	Reserva de Contingência			399.345,00	399.345,00
99.999	Reserva de Contingência			399.345,00	399.345,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			399.345,00	399.345,00
99.999.0099.9999	Reserva de Contingência			399.345,00	399.345,00
Unidade: 02.004 Secretaria Municipal de Planejamento		**0,00**	**829.000,00**	**0,00**	**829.000,00**
04	Administração		829.000,00		829.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento		136.000,00		136.000,00
04.121.0006	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		136.000,00		136.000,00
04.121.0006.2010	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Planejamento		136.000,00		136.000,00
04.122	Administração Geral		693.000,00		693.000,00
04.122.0006	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		693.000,00		693.000,00
04.122.0006.2011	Manutenção e Investimentos no Setor de Engenharia		693.000,00		693.000,00
Unidade: 02.005 Secretaria Municipal de Educação		**6.000,00**	**21.775.000,00**	**0,00**	**21.781.000,00**
12	Educação	6.000,00	21.775.000,00		21.781.000,00
12.122	Administração Geral		1.239.000,00		1.239.000,00
12.122.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE		1.239.000,00		1.239.000,00
12.122.0007.2012	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Educação		1.239.000,00		1.239.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	2.000,00	1.342.000,00		1.344.000,00
12.306.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	2.000,00	1.342.000,00		1.344.000,00
12.306.0007.1005	Construção de Central de Merenda Escolar	2.000,00			2.000,00
12.306.0007.2018	Manutenção e Investimentos na Merenda Escolar		1.342.000,00		1.342.000,00
12.361	Ensino Fundamental	2.000,00	12.979.000,00		12.981.000,00
12.361.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	2.000,00	12.979.000,00		12.981.000,00
12.361.0007.1003	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Escolas Municipais	2.000,00			2.000,00
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
12.361.0007.2013	Manutenção e Investimentos nas Escolas Municipais		2.979.000,00		2.979.000,00
12.361.0007.2055	Manutenção do FUNDEB 70%		9.000.000,00		9.000.000,00
12.361.0007.2056	Manutenção do FUNDEB 30%		1.000.000,00		1.000.000,00
12.365	Educação Infantil	2.000,00	1.931.000,00		1.933.000,00
12.365.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	2.000,00	1.931.000,00		1.933.000,00
12.365.0007.1004	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Centros Municipais de Educação Infantil -	2.000,00			2.000,00
12.365.0007.2014	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs -		1.120.000,00		1.120.000,00
12.365.0007.2015	Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs -		811.000,00		811.000,00
12.367	Educação Especial		345.000,00		345.000,00
12.367.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE		345.000,00		345.000,00
12.367.0007.2016	Manutenção e Investimentos na Educação Especial		345.000,00		345.000,00
12.782	Transporte Rodoviário		3.939.000,00		3.939.000,00
12.782.0007	EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE		3.939.000,00		3.939.000,00
12.782.0007.2017	Manutenção e Investimentos no Transporte Escolar		3.939.000,00		3.939.000,00
Unidade: 02.006 Secretaria Municipal de Esportes		**2.000,00**	**736.000,00**	**0,00**	**738.000,00**
27	Desporto e Lazer	2.000,00	736.000,00		738.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.000,00	736.000,00		738.000,00

27.812.0008	CONSTRUINDO CAMPEÕES	2.000,00	736.000,00		738.000,00
27.812.0008.1006	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à	2.000,00			2.000,00
27.812.0008.2019	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Esportes		736.000,00		736.000,00
Unidade: 02.007 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		**0,00**	**239.020,00**	**0,00**	**239.020,00**
13	Cultura		236.020,00		236.020,00
13.392	Difusão Cultural		236.020,00		236.020,00
13.392.0009	CULTURA VIVA E TURISMO INTEGRADO		236.020,00		236.020,00
13.392.0009.2020	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		233.020,00		233.020,00
13.392.0009.2021	Incentivos às Atividade de Cultura		3.000,00		3.000,00
23	Comércio e Serviços		3.000,00		3.000,00
23.695	Turismo		3.000,00		3.000,00
23.695.0009	CULTURA VIVA E TURISMO INTEGRADO		3.000,00		3.000,00
23.695.0009.2022	Incentivos às Atividades de Turismo		3.000,00		3.000,00
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
Unidade: 02.008 Secretaria Municipal Agropecuária e Abastecimento		**2.000,00**	**1.199.020,00**	**0,00**	**1.201.020,00**
20	Agricultura	2.000,00	1.199.020,00		1.201.020,00
20.606	Extensão Rural	2.000,00	1.199.020,00		1.201.020,00
20.606.0010	RAÍZES DO FUTURO	2.000,00	1.199.020,00		1.201.020,00
20.606.0010.1007	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à	2.000,00			2.000,00
20.606.0010.2023	Manutenção e Investimentos na Secretaria de Agropecuária e Abastecimento		1.199.020,00		1.199.020,00
Unidade: 02.009 Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos		**2.000,00**	**1.580.000,00**	**0,00**	**1.582.000,00**
17	Saneamento	2.000,00	1.224.000,00		1.226.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	2.000,00	1.224.000,00		1.226.000,00
17.512.0011	MEIO AMBIENTE	2.000,00	1.224.000,00		1.226.000,00
17.512.0011.1008	Manutenção, Reforma e/ou Ampliação de Aterros Sanitários	2.000,00			2.000,00
17.512.0011.2025	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Coleta, Transporte e Destinação de		1.224.000,00		1.224.000,00
18	Gestão Ambiental		356.000,00		356.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		356.000,00		356.000,00
18.541.0011	MEIO AMBIENTE		356.000,00		356.000,00
18.541.0011.2024	Manutenção e Investimentos na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos		354.000,00		354.000,00
18.541.0011.2026	Desassoreamento de Rios, Afluentes e Subafluentes		2.000,00		2.000,00
Unidade: 02.010 Secretaria Ind, Com, Trab, Emp, Ciênc, Tec e Inov		**0,00**	**127.000,00**	**0,00**	**127.000,00**
04	Administração		2.000,00		2.000,00
04.122	Administração Geral		2.000,00		2.000,00
04.122.0012	MALLET: CIDADE QUE PRODUZ		2.000,00		2.000,00
04.122.0012.2028	Regularização Fundiária e Investimentos no Parque Industrial		2.000,00		2.000,00
19	Ciência e Tecnologia		2.000,00		2.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		2.000,00		2.000,00
19.572.0012	MALLET: CIDADE QUE PRODUZ		2.000,00		2.000,00
19.572.0012.2029	Implantação e Manutenção do Fundo Municipal de Inovação		2.000,00		2.000,00
22	Indústria		123.000,00		123.000,00
22.661	Promoção Industrial		123.000,00		123.000,00
22.661.0012	MALLET: CIDADE QUE PRODUZ		123.000,00		123.000,00
22.661.0012.2027	Manutenção e Investimentos na Secretaria de Indústria, Comércio, Trabalho,		123.000,00		123.000,00
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
Unidade: 02.011 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		**2.000,00**	**8.437.547,00**	**0,00**	**8.439.547,00**
15	Urbanismo	2.000,00	2.088.020,00		2.090.020,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.000,00			2.000,00
15.451.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.000,00			2.000,00
15.451.0013.1009	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à	2.000,00			2.000,00
15.452	Serviços Urbanos		2.088.020,00		2.088.020,00
15.452.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		2.088.020,00		2.088.020,00
15.452.0013.2030	Manutenção e Investimentos na Secretaria de Obras e Serviços Públicos		988.020,00		988.020,00
15.452.0013.2035	Manutenção e/ou Ampliação dos Serviços da Iluminação Pública		1.100.000,00		1.100.000,00
17	Saneamento		2.000,00		2.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		2.000,00		2.000,00
17.512.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		2.000,00		2.000,00
17.512.0013.2033	Manutenção e/ou Ampliação Rede de Abastecimento de Água		2.000,00		2.000,00
18	Gestão Ambiental		3.000,00		3.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		3.000,00		3.000,00
18.541.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		3.000,00		3.000,00
18.541.0013.2034	Manutenção e/ou Ampliação da Rede de Esgotos Sanitários		3.000,00		3.000,00
26	Transporte		6.344.527,00		6.344.527,00
26.451	Infra-Estrutura Urbana		62.000,00		62.000,00
26.451.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		62.000,00		62.000,00
26.451.0013.2031	Parametrização de Estradas, Ruas e Avenidas		62.000,00		62.000,00
26.782	Transporte Rodoviário		6.282.527,00		6.282.527,00
26.782.0013	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		6.282.527,00		6.282.527,00
26.782.0013.2032	Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais		6.282.527,00		6.282.527,00
Unidade: 02.012 Secretaria Seg. Pública, Trânsito e Defesa Civil		**0,00**	**786.000,00**	**0,00**	**786.000,00**
06	Segurança Pública		786.000,00		786.000,00
06.182	Defesa Civil		786.000,00		786.000,00
06.182.0014	MALLET SEGURA		786.000,00		786.000,00
06.182.0014.2036	Manutenção e Investimentos na Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa		786.000,00		786.000,00
Unidade: 02.013 Secretaria Municipal de Saúde		**200,00**	**23.866.034,00**	**0,00**	**23.866.234,00**
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
10	Saúde	200,00	23.866.034,00		23.866.234,00
10.122	Administração Geral		372.020,00		372.020,00
10.122.0015	MALLET SAUDÁVEL		372.020,00		372.020,00
10.122.0015.2037	Manutenção e Investimentos nos Serviços Administrativos da Secretaria de Saúde		372.020,00		372.020,00
10.301	Atenção Básica	200,00	16.361.082,56		16.361.282,56
10.301.0015	MALLET SAUDÁVEL	200,00	16.361.082,56		16.361.282,56
10.301.0015.1010	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades de Saúde	200,00			200,00
10.301.0015.2038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção Básica		15.881.868,56		15.881.868,56
10.301.0015.2047	Orçamento Impositivo da Câmara Municipal - Saúde		479.214,00		479.214,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.925.681,44		5.925.681,44
10.302.0015	MALLET SAUDÁVEL		5.925.681,44		5.925.681,44
10.302.0015.2039	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		72.000,00		72.000,00
10.302.0015.2044	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMCESPAR		5.512.681,44		5.512.681,44

10.302.0015.2046	Manutenção do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais - CIMSamu		341.000,00		341.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		529.000,00		529.000,00
10.303.0015	MALLET SAUDÁVEL		529.000,00		529.000,00
10.303.0015.2040	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Suporte Profilático e Terapêutico		5.000,00		5.000,00
10.303.0015.2045	Manutenção do Consórcio Paraná Saúde		524.000,00		524.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		25.000,00		25.000,00
10.304.0015	MALLET SAUDÁVEL		25.000,00		25.000,00
10.304.0015.2041	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Vigilância Sanitária		25.000,00		25.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		292.250,00		292.250,00
10.305.0015	MALLET SAUDÁVEL		292.250,00		292.250,00
10.305.0015.2042	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Vigilância Epidemiológica		292.250,00		292.250,00
10.306	Alimentação e Nutrição		361.000,00		361.000,00
10.306.0015	MALLET SAUDÁVEL		361.000,00		361.000,00
10.306.0015.2043	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Alimentação e Nutrição Vinculados à		361.000,00		361.000,00
Unidade: 02.014 Secretaria de Família e Desenvolvimento Social		**2.000,00**	**2.714.020,00**	**0,00**	**2.716.020,00**
08	Assistência Social	2.000,00	2.714.020,00		2.716.020,00
08.122	Administração Geral		2.165.520,00		2.165.520,00
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Operações Especiais**	**Total**
08.122.0016	REDE QUE ACOLHE		2.165.520,00		2.165.520,00
08.122.0016.2048	Manutenção e Investimentos na Secretaria Família e Desenvolvimento Social		2.165.520,00		2.165.520,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		283.500,00		283.500,00
08.243.0016	REDE QUE ACOLHE		283.500,00		283.500,00
08.243.0016.2050	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente		12.000,00		12.000,00
08.243.0016.2051	Manutenção do Conselho Tutelar		271.500,00		271.500,00
08.245	Serviços Socioassistenciais	2.000,00	265.000,00		267.000,00
08.245.0016	REDE QUE ACOLHE	2.000,00	265.000,00		267.000,00
08.245.0016.1011	Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à	2.000,00			2.000,00
08.245.0016.2049	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		265.000,00		265.000,00
Unidade: 02.015 Secretaria Relações Institucionais e Governament		**0,00**	**135.000,00**	**0,00**	**135.000,00**
04	Administração		135.000,00		135.000,00
04.122	Administração Geral		135.000,00		135.000,00
04.122.0017	MALLET: CIDADE CONECTADA		135.000,00		135.000,00
04.122.0017.2054	Manutenção e Investimentos na Secretaria de Relações Institucionais e		135.000,00		135.000,00
	Total geral:	**20.200,00**	**79.449.455,00**	**399.345,00**	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:89937B35

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - QUADRO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD

MUNICIPIO DE MALLET - PR		
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026		
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO		
GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
ÓRGÃO: 01.000 Poder Legislativo		**3.600.000,00**
UNIDADE: 01.001 Câmara Municipal de Mallet		**3.600.000,00**
01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal		**3.600.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.100.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.100.000,00	
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	420.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	420.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	200.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	120.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	120.000,00	
3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	20.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	70.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	330.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	330.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	90.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00	
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	180.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	180.000,00	
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00	
ÓRGÃO: 02.000 Poder Executivo		**76.269.000,00**
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
UNIDADE: 02.001 Gabinete do Prefeito e Órgãos Superiores		**1.565.000,00**
04.122.0002.2002 - Manutenção e Investimentos no Gabinete do Prefeito e demais Órgãos de Assistência Imediata e Adminis		**1.434.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.372.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.372.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	26.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	26.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	10.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	

3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
04.124.0002.2003 - Manutenção e Investimentos no Controle Interno		**131.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	128.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	128.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
UNIDADE: 02.002 Secretaria Municipal de Administração		**7.783.794,00**
04.122.0003.1001 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Adm		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
04.122.0003.2004 - Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Administração		**6.046.580,00**
3.1.90.01.00.00.00.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	81.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	81.000,00	
3.1.90.03.00.00.00.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	210.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	210.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.180.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.180.000,00	
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.500.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.500.000,00	
3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	225.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	225.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	21.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	21.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	14.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	26.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	19.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	367.580,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	169.580,00	
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	94.000,00	
01045/01045.01.07.00.00.1.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados	104.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	411.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	311.000,00	
01045/01045.01.07.00.00.1.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados	100.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	787.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	787.000,00	
3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	197.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	197.000,00	
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
04.695.0003.2005 - Realização de Festividades Municipais		**306.000,00**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	44.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	44.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	262.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	262.000,00	
04.122.0003.2006 - Subsídio ao Transporte Universitário e/ou Técnico		**950.000,00**
3.3.50.41.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES	950.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	950.000,00	
04.122.0003.2007 - Orçamento Impositivo da Câmara Municipal - Geral		**479.214,00**
9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	479.214,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	479.214,00	
UNIDADE: 02.003 Secretaria Municipal da Fazenda		**4.480.365,00**
04.123.0004.1002 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Faze		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
04.123.0004.2008 - Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Fazenda		**1.396.020,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.320.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.320.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	
3.3.22.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.30.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	

00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	21.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	21.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	31.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	31.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	13.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
28.843.0005.2009 - Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna		**2.683.000,00**
3.2.90.21.00.00.00.00 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	839.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	839.000,00	
4.6.90.71.00.00.00.00 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.844.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.844.000,00	
99.999.0099.9999 - Reserva de Contingência		**399.345,00**
9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	399.345,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	399.345,00	
UNIDADE: 02.004 Secretaria Municipal de Planejamento		**829.000,00**
04.121.0006.2010 - Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Planejamento		**136.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	128.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	128.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
04.122.0006.2011 - Manutenção e Investimentos no Setor de Engenharia		**693.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	670.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	670.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	13.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
UNIDADE: 02.005 Secretaria Municipal de Educação		**21.781.000,00**
12.361.0007.1003 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Escolas Municipais		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
12.365.0007.1004 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
12.306.0007.1005 - Construção de Central de Merenda Escolar		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
12.122.0007.2012 - Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Educação		**1.239.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	188.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	54.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	87.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	47.000,00	
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	901.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	242.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	428.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	231.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	44.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	26.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	8.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	9.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00	

3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	12.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	7.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	35.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	20.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	9.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00	
12.361.0007.2013 - Manutenção e Investimentos nas Escolas Municipais		**2.979.000,00**
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	352.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	101.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	164.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	87.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.907.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	135.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.147.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	625.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	11.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	4.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	297.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	84.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	138.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	75.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	163.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	46.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	76.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	41.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	129.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	38.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	63.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	28.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	107.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	27.000,00	

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	8.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
12.365.0007.2014 - Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Creche		**1.120.000,00**
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	134.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	38.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	63.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	33.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	809.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	211.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	386.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	212.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	12.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	6.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	4.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	65.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	16.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	34.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	16.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	8.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	37.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	17.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	21.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00	

3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
12.365.0007.2015 - Manutenção e Investimentos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs - Pré-Escola		**811.000,00**
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	79.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	22.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	35.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	22.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	449.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	118.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	219.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	112.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	7.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	4.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	110.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	31.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	51.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	28.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	62.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	18.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	29.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	15.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	58.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	26.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	15.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	38.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	18.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	9.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
12.367.0007.2016 - Manutenção e Investimentos na Educação Especial		**345.000,00**
3.1.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	120.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	40.000,00	
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	27.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	27.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	149.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	76.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	38.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	8.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	11.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	6.250,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	4.750,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	11.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	7.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
12.782.0007.2017 - Manutenção e Investimentos no Transporte Escolar		**3.939.000,00**
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	900.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	205.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	469.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	226.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	623.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	132.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	335.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	156.000,00	
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.301.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	470.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	474.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	307.000,00	
00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000 - Salário-Educação	50.000,00	
00129/01005.03.01.01.01.1.571.0000 - MDE / Transporte Escolar do Estado	850.000,00	
01043/01043.09.01.06.00.1.553.0000 - PNATE - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao	150.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	

3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	109.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	31.000,00	
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	51.000,00	
00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	27.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
12.306.0007.2018 - Manutenção e Investimentos na Merenda Escolar		**1.342.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	600.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	600.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	740.000,00	
00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000 - Salário-Educação	570.000,00	
01042/01042.09.01.06.00.1.552.0000 - PNAE - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação	170.000,00	
12.361.0007.2055 - Manutenção do FUNDEB 70%		**9.000.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	7.401.000,00	
00101/00101.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	7.401.000,00	
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.580.000,00	
00101/00101.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	1.580.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	19.000,00	
00101/00101.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	19.000,00	
12.361.0007.2056 - Manutenção do FUNDEB 30%		**1.000.000,00**
3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	200.000,00	
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	200.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	323.000,00	
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	323.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	73.000,00	
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	73.000,00	
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	319.000,00	
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	319.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	84.000,00	
00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	84.000,00	
UNIDADE: 02.006 Secretaria Municipal de Esportes		**738.000,00**
27.812.0008.1006 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Esp		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
27.812.0008.2019 - Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Esportes		**736.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	460.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	460.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	2.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	61.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	61.000,00	
3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	17.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	25.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	166.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	166.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
UNIDADE: 02.007 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		**239.020,00**
13.392.0009.2020 - Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		**233.020,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	190.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	190.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.22.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.30.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	4.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	4.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	31.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	31.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	

00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
13.392.0009.2021 - Incentivos às Atividade de Cultura		**3.000,00**
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
23.695.0009.2022 - Incentivos às Atividades de Turismo		**3.000,00**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
UNIDADE: 02.008 Secretaria Municipal Agropecuária e Abastecimento		**1.201.020,00**
20.606.0010.1007 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Agro		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
20.606.0010.2023 - Manutenção e Investimentos na Secretaria de Agropecuária e Abastecimento		**1.199.020,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.060.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.060.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
3.3.22.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.30.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	61.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	61.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	13.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	52.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	52.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
UNIDADE: 02.009 Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos		**1.582.000,00**
17.512.0011.1008 - Manutenção, Reforma e/ou Ampliação de Aterros Sanitários		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
18.541.0011.2024 - Manutenção e Investimentos na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos		**354.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	271.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	271.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	26.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	52.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	52.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
17.512.0011.2025 - Manutenção e Investimentos nos Serviços de Coleta, Transporte e Destinação de Resíduos Sólidos		**1.224.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.224.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	224.000,00	
00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços	1.000.000,00	
18.541.0011.2026 - Desassoreamento de Rios, Afluentes e Subafluentes		**2.000,00**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
UNIDADE: 02.010 Secretaria Ind, Com, Trab, Emp, Ciênc, Tec e Inov		**127.000,00**
22.661.0012.2027 - Manutenção e Investimentos na Secretaria de Indústria, Comércio, Trabalho, Emprego, Ciência, Tecnolo		**123.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	105.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	105.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	

3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	13.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
04.122.0012.2028 - Regularização Fundiária e Investimentos no Parque Industrial		**2.000,00**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
19.572.0012.2029 - Implantação e Manutenção do Fundo Municipal de Inovação		**2.000,00**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
UNIDADE: 02.011 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		**8.439.547,00**
15.451.0013.1009 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Obra		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
15.452.0013.2030 - Manutenção e Investimentos na Secretaria de Obras e Serviços Públicos		**988.020,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	696.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	696.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	14.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00	
3.3.22.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.30.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	166.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	166.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	105.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	105.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
26.451.0013.2031 - Parametrização de Estradas, Ruas e Avenidas		**62.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	57.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	57.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
26.782.0013.2032 - Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais		**6.282.527,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.803.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.803.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	3.305.527,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.435.527,00	
00504/00504.99.99.00.00.1.704.0000 - Royalties e Outr.Comp.Fin.Não Previd.Exerc.Corr.	600.000,00	
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	200.000,00	
00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços	40.000,00	
00512/00512.99.99.00.00.1.750.0000 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	30.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	170.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00	
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	50.000,00	
00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços	20.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
17.512.0013.2033 - Manutenção e/ou Ampliação Rede de Abastecimento de Água		**2.000,00**

3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
18.541.0013.2034 - Manutenção e/ou Ampliação da Rede de Esgotos Sanitários		**3.000,00**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
15.452.0013.2035 - Manutenção e/ou Ampliação dos Serviços da Iluminação Pública		**1.100.000,00**
3.3.67.83.00.00.00.00 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLI	600.000,00	
00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - Contribuição de Iluminação Pública - Art. 149-A CF	600.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - Contribuição de Iluminação Pública - Art. 149-A CF	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	399.000,00	
00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - Contribuição de Iluminação Pública - Art. 149-A CF	399.000,00	
4.4.67.83.00.00.00.00 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLI	100.000,00	
00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - Contribuição de Iluminação Pública - Art. 149-A CF	100.000,00	
UNIDADE: 02.012 Secretaria Seg. Pública, Trânsito e Defesa Civil		**786.000,00**
06.182.0014.2036 - Manutenção e Investimentos na Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil		**786.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	660.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	660.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	105.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00	
00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços	35.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	14.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00	
00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços	5.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
UNIDADE: 02.013 Secretaria Municipal de Saúde		**23.866.234,00**
10.301.0015.1010 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades de Saúde		**200,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	100,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	100,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	100,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	100,00	
10.122.0015.2037 - Manutenção e Investimentos nos Serviços Administrativos da Secretaria de Saúde		**372.020,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	128.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	55.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.22.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.30.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	9.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	37.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	173.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	118.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	25.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
10.301.0015.2038 - Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção Básica		**15.881.868,56**
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.474.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	336.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	361.000,00	
01051/01051.09.02.06.20.1.604.0000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes	700.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	77.000,00	

3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	8.268.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.940.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	4.089.000,00	
01064/01064.09.02.06.20.1.605.0000 - 1064 FMS PISO DA ENFERMAGEM	0,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.239.000,00	
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.940.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	841.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	905.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	194.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	40.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	21.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	177.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	84.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	91.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	2.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	908.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	261.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	497.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	105.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	45.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	17.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	9.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	57.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	12.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	45.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	2.843.848,56	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	754.848,56	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	1.681.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	360.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	48.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	157.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	84.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	73.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
00375/01011.09.02.05.18.1.621.0000 - INVESTIMENTO ESTADO	0,00	
10.302.0015.2039 - Manutenção e Investimentos nos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		**72.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	2.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	66.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	29.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	31.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.000,00	
10.303.0015.2040 - Manutenção e Investimentos nos Serviços de Suporte Profilático e Terapêutico		**5.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	1.000,00	
10.304.0015.2041 - Manutenção e Investimentos nos Serviços de Vigilância Sanitária		**25.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	10.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	6.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	5.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	

00375/01011.09.02.05.18.1.621.0000 - INVESTIMENTO ESTADO	0,00	
10.305.0015.2042 - Manutenção e Investimentos nos Serviços de Vigilância Epidemiológica		**292.250,00**
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	276.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	85.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	91.000,00	
01051/01051.09.02.06.20.1.604.0000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes	80.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	10.250,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	8.250,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
10.306.0015.2043 - Manutenção e Investimentos nos Serviços de Alimentação e Nutrição Vinculados à Saúde		**361.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	220.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	22.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	163.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	35.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	139.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	82.000,00	
01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	17.000,00	
10.302.0015.2044 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS AMCESPAR		**5.512.681,44**
3.1.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	308.695,80	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	198.695,80	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	110.000,00	
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	183.616,56	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	118.616,56	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	65.000,00	
3.3.72.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	1.038,24	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	688,24	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	350,00	
3.3.72.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	486.939,12	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	286.939,12	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	150.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	50.000,00	
3.3.72.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	120,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	70,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	50,00	
3.3.72.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	771.900,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	471.900,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	250.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	50.000,00	
3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	3.753.027,72	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.381.027,72	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	1.272.000,00	
02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	100.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.344,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.744,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	2.600,00	
10.303.0015.2045 - Manutenção do Consórcio Paraná Saúde		**524.000,00**
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	524.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	252.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	272.000,00	
10.302.0015.2046 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais - CIMSamu		**341.000,00**
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	341.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	164.000,00	
00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	177.000,00	
10.301.0015.2047 - Orçamento Impositivo da Câmara Municipal - Saúde		**479.214,00**
9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	479.214,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	479.214,00	
UNIDADE: 02.014 Secretaria de Família e Desenvolvimento Social		**2.716.020,00**
08.245.0016.1011 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Prédios e Estruturas Públicas, vinculados à Secretaria de Famí		**2.000,00**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
08.122.0016.2048 - Manutenção e Investimentos na Secretaria Família e Desenvolvimento Social		**2.165.520,00**
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	266.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	266.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.400.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.400.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	

3.3.22.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.30.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	20.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	302.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	227.000,00	
00939/00939.09.06.06.24.1.660.0000 - bloco de Financ da Prot soc Especial de Alta Complexidade POrt 113/2015	45.000,00	
00940/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLC de Finc da Gestão do Prog Bolsa familia e Cadst Unico POrtaria 113/2015	30.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	10.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	69.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	69.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	70.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	53.000,00	
00939/00939.09.06.06.24.1.660.0000 - bloco de Financ da Prot soc Especial de Alta Complexidade POrt 113/2015	10.000,00	
00940/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLC de Finc da Gestão do Prog Bolsa familia e Cadst Unico POrtaria 113/2015	7.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	7.500,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	6.500,00	
00940/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLC de Finc da Gestão do Prog Bolsa familia e Cadst Unico POrtaria 113/2015	1.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00	
08.245.0016.2049 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		**265.000,00**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	120.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	85.000,00	
00939/00939.09.06.06.24.1.660.0000 - bloco de Financ da Prot soc Especial de Alta Complexidade POrt 113/2015	35.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	44.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	44.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	100.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	83.000,00	
00939/00939.09.06.06.24.1.660.0000 - bloco de Financ da Prot soc Especial de Alta Complexidade POrt 113/2015	10.000,00	
00940/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLC de Finc da Gestão do Prog Bolsa familia e Cadst Unico POrtaria 113/2015	7.000,00	
08.243.0016.2050 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente		**12.000,00**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	9.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	2.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	
08.243.0016.2051 - Manutenção do Conselho Tutelar		**271.500,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	250.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	3.000,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DETALHADA POR DESPESA E RECURSOS	**VALOR DA DESPESA**	**TOTAL DO AGRUPADOR**
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	13.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	3.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.500,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00	
UNIDADE: 02.015 Secretaria Relações Institucionais e Governament		**135.000,00**
04.122.0017.2054 - Manutenção e Investimentos na Secretaria de Relações Institucionais e Governamentais		**135.000,00**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	128.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	128.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	4.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.000,00	
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	
TOTAL GERAL		**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:CB8CC930

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA

MUNICIPIO DE MALLET - PR				
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026				Data:25/09/2025
ANEXOS DA LEI Nº 4.320/64				
RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA (ANEXO 2)				
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria**
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			79.869.000,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		8.404.000,00	

1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos		6.975.000,00	
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio	1.975.000,00		
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.275.000,00		
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.110.000,00		
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas	5.000,00		
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida	120.000,00		
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida	40.000,00		
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	700.000,00		
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	699.000,00		
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	1.000,00		
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.700.000,00		
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	2.700.000,00		
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	2.100.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	2.100.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder	1.900.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder	200.000,00		
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	600.000,00		
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	600.000,00		
1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	600.000,00		
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	600.000,00		
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	2.300.000,00		
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00	Impostos sobre Serviços	2.300.000,00		
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2.300.000,00		
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN -	2.200.000,00		
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas	30.000,00		
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida	60.000,00		
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida	10.000,00		
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		1.429.000,00	
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	347.000,00		
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	347.000,00		
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	290.000,00		
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCI DE ESTABEL COMERCIAL	250.000,00		
1.1.2.1.01.0.1.02.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	20.000,00		
1.1.2.1.01.0.1.03.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJETOS	3.000,00		
1.1.2.1.01.0.1.05.00.00	TAXA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	14.000,00		
1.1.2.1.01.0.1.06.00.00	TAXA DE HABITE-SE	3.000,00		
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	4.000,00		
1.1.2.1.01.0.2.02.00.00	MULTAS E JUROS DE TAXAS - FONTE 1510	4.000,00		
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	33.000,00		
1.1.2.1.01.0.3.01.00.00	TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO - DÍVIDA ATIVA	31.000,00		
1.1.2.1.01.0.3.02.00.00	TAXA DE VIGILANCIA SANITÁRIA - DÍVIDA ATIVA	2.000,00		
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa -	20.000,00		
1.1.2.1.01.0.4.02.00.00	MULTAS E JUROS DE TAXAS DÍVIDA ATIVA - FONTE 1510	20.000,00		
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	1.082.000,00		
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	1.082.000,00		
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.071.000,00		
1.1.2.2.01.0.1.06.00.00	TAXA DE COLETA DE LIXO	1.070.000,00		
1.1.2.2.01.0.1.99.00.00	OUTRAS TAXAS	1.000,00		
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	8.000,00		
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria**
1.1.2.2.01.0.2.01.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	8.000,00		
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	2.000,00		
1.1.2.2.01.0.3.06.00.00	TAXA DE COLETA DE LIXO - Dívida Ativa	2.000,00		
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa -	1.000,00		
1.1.2.2.01.0.4.01.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa -	1.000,00		
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		1.088.000,00	
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		1.088.000,00	
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.088.000,00		
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.088.000,00		
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	1.075.000,00		
1.2.4.1.50.0.3.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	10.000,00		
1.2.4.1.50.0.4.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	3.000,00		
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		362.000,00	
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		3.000,00	
1.3.1.1.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.000,00		
1.3.1.1.01.0.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de	3.000,00		
1.3.1.1.01.1.0.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	3.000,00		
1.3.1.1.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.000,00		
1.3.1.1.01.1.1.01.00.00	TAXA DE EMBARQUE - RODOVIÁRIA	1.000,00		
1.3.1.1.01.1.1.02.00.00	ALUGUEL ESTAÇÃO RODOVIARIA	1.000,00		
1.3.1.1.01.1.1.04.00.00	ALUGUEL DE CENTRO DE EVENTOS	1.000,00		
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		359.000,00	
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	359.000,00		
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	359.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	359.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00	RENDIMENTO FONTE LIVRE	105.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.02.00.00	RENDIMENTOS FONTE 1104	0,00		
1.3.2.1.01.0.1.03.00.00	RENDIMENTO TAXA EXERCICIO POLICIA	13.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.04.00.00	RENDIMENTOS EDUCAÇÃO 10% - 1103	0,00		
1.3.2.1.01.0.1.05.00.00	RENDIMENTOS FUNDEB 60% - 1101	100.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.06.00.00	RENDIMENTOS FUNDEB 40% - 1102	1.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.07.00.00	RENDIMENTOS SALARIO EDUCAÇÃO UNIAO	10.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.08.00.00	RENDIMENTOS SAUDE - 15%	0,00		
1.3.2.1.01.0.1.09.00.00	RENDIMENTOS MERENDA ESCOLAR	2.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.10.00.00	RENDIMENTOS PROG NAC APOIO TRANSP ESCOLAR	2.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.12.00.00	RENDIMENTOS CIDE	1.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.14.00.00	RENDIMENTO ROYALTIES	10.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.15.00.00	RENDIMENTOS CONT ILUMINAÇÃO PUBLICA	12.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.16.00.00	RENDIMENTOS TAXA PRESTAÇÃO SERVIÇO	18.000,00		

1.3.2.1.01.0.1.32.00.00	RENDIMENTO SAUDE 494	55.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.38.00.00	RENDIMENTO FMASBL GBF 20167-7	7.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.39.00.00	RENDIMENTO FMAS BL GSUAS	1.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.41.00.00	RENDIMENTO FMAS BL PSB 20170-7	3.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.42.00.00	RENDIMENTO FMAS ACESUAS TRAB	3.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.60.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL FNAS MAC	4.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.66.00.00	RENDIMENTOS AT. BASICA CUSTEIO ESTADO	10.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.88.00.00	RENDIMENTOS BCO BRASIL CONV TRANSP ESCOLAR	1.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.99.00.00	RENDIMENTOS	1.000,00		
1.3.2.1.01.0.1.99.20.00	RENDIMENTOS CEF FMS PISO ENFERMAGEM	0,00		
1.3.2.1.01.0.1.99.46.00	BCO BRASIL 283141-4 RENDIMENTOS	1.000,00		
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência Correntes		70.015.000,00	
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		34.068.000,00	
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria**
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	29.400.000,00		
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	29.400.000,00		
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	26.400.000,00		
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	33.000.000,00		
(-) FUNDEB		-6.600.000,00		
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas	3.000.000,00		
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas	3.000.000,00		
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00		
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	0,00		
(-) FUNDEB		0,00		
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração	590.000,00		
1.7.1.2.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira	590.000,00		
1.7.1.2.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira	590.000,00		
1.7.1.2.99.0.1.01.00.00	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira	590.000,00		
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS	2.685.000,00		
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS	2.685.000,00		
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações	2.635.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações	2.635.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00	AGENTE COMUN SAUDE - FONTE 1051	700.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	235.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - MANUTENÇÃO DE	85.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.12.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA	1.500.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.13.00.00	IMPLEMENTACÃO DE POLÍTICAS PARA A REDE ALYNE	12.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.14.00.00	AGENTE ENDEMIAS - FONTE 1051	80.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.15.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER	13.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.16.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS,	10.000,00		
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações	50.000,00		
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações	50.000,00		
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO PARA A VIGILANCIA EM SAUDE -	50.000,00		
1.7.1.3.50.5.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações	0,00		
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações	0,00		
1.7.1.3.50.5.1.01.00.00	FMS PISO ENFERMAGEM	0,00		
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do	926.000,00		
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	610.000,00		
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	610.000,00		
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação	168.000,00		
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação	168.000,00		
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao	148.000,00		
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao	148.000,00		
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	127.000,00		
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	127.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	127.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00	FMAS BL GFB 20167-7	33.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00	FMAS PSB 20170-7	45.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.05.00.00	FNAS MALLET BL MAC	4.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.07.00.00	SERV. CONVIV. FORTALEC. VINCULOS - 20170-7	45.000,00		
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	340.000,00		
1.7.1.9.57.0.0.00.00.00	Transferência Especial da União	140.000,00		
1.7.1.9.57.0.1.00.00.00	Transferência Especial da União - Principal	140.000,00		
1.7.1.9.57.0.1.02.00.00	INCREM TEMP CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO	140.000,00		
1.7.1.9.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	200.000,00		
1.7.1.9.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas	200.000,00		
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria**
1.7.1.9.99.0.1.01.00.00	Outras Transferências da União - Lei Complementar nº	200.000,00		
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados e do Distrito Federal e de suas		26.048.000,00	
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	24.909.000,00		
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	22.000.000,00		
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	27.500.000,00		
(-) FUNDEB		-5.500.000,00		
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.560.000,00		
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	3.200.000,00		
(-) FUNDEB		-640.000,00		
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	320.000,00		
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	400.000,00		
(-) FUNDEB		-80.000,00		
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	29.000,00		
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	29.000,00		
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	1.139.000,00		
1.7.2.9.52.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de	849.000,00		
1.7.2.9.52.0.1.00.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de	849.000,00		
1.7.2.9.52.0.1.01.00.00	PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	849.000,00		
1.7.2.9.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados e DF	290.000,00		
1.7.2.9.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	290.000,00		
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00	APSUS	90.000,00		
1.7.2.9.99.0.1.07.00.00	REPASSE FINANCEIRO CUSTEIO PROVIGIA	30.000,00		

1.7.2.9.99.0.1.10.00.00	SESA - Recurso Média Complexidade Ambulatorial - RES	170.000,00		
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Outras instituições Públicas		9.899.000,00	
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	9.899.000,00		
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	9.899.000,00		
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	9.899.000,00		
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00	TRANSFERENCIA DO FUNDEB 1101	8.900.000,00		
1.7.5.1.50.0.1.02.00.00	TRANSFERENCIA DO FUNDEB 1102	999.000,00		
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			0,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Capital		0,00	
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados e do Distrito Federal e de suas		0,00	
2.4.2.9.00.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00		
2.4.2.9.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Recursos dos Estados	0,00		
2.4.2.9.99.0.1.00.00.00	Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	0,00		
2.4.2.9.99.0.1.13.00.00	REPASSE FINANCEIRO INVESTIMENTO PROVIGIA	0,00		
		Total	**das receitas:**	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:537F46DD

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

MUNICIPIO DE MALLET - PR	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026	Data:25/09/2025
RECEITAS E DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS	
Fonte de Recurso: 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	
Receitas	**Valor**
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	666.000,00
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	3.000,00
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	72.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	24.000,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00 - Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	419.400,00
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00 - Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	600,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo	1.140.000,00
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legislativo	120.000,00
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo	360.000,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	1.320.000,00
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros	18.000,00
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	36.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00 - RENDIMENTO FONTE LIVRE	105.000,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	19.800.000,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	2.250.000,00
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	0,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS - Principal	15.125.000,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA - Principal	1.920.000,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	240.000,00
Subtotal:	43.625.000,00
Despesas	**Valor**
3.1.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	30.000,00
3.1.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	198.695,80
3.1.90.01.00.00.00.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	81.000,00
3.1.90.03.00.00.00.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	210.000,00
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	876.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	19.285.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.003.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	225.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	106.000,00
3.2.90.21.00.00.00.00 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	839.000,00
3.3.22.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60,00
3.3.30.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60,00
3.3.50.41.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES	950.000,00
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	565.616,56
3.3.72.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	688,24
3.3.72.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	286.939,12
3.3.72.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	70,00
3.3.72.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	471.900,00
3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	2.381.027,72
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	404.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	3.904.527,00
3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	19.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	224.250,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	470.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	409.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	2.624.528,56
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	452.010,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	180.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	803.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	84.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	197.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.000,00
4.4.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.744,00
4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	12.100,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	90.010,00
4.6.90.71.00.00.00.00 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.844.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.357.773,00

Subtotal:	43.625.000,00
Total de receitas do recurso:	43.625.000,00
Total de despesas do recurso:	43.625.000,00
Fonte de Recurso: 00101/00101.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.05.00.00 - RENDIMENTOS FUNDEB 60% - 1101	100.000,00
1.7.5.1.50.0.1.01.00.00 - TRANSFERENCIA DO FUNDEB 1101	8.900.000,00
Subtotal:	9.000.000,00
Despesas	**Valor**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	7.401.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.580.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	19.000,00
Subtotal:	9.000.000,00
Total de receitas do recurso:	9.000.000,00
Total de despesas do recurso:	9.000.000,00
Fonte de Recurso: 00102/00102.02.01.00.00.1.540.1070 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.06.00.00 - RENDIMENTOS FUNDEB 40% - 1102	1.000,00
1.7.5.1.50.0.1.02.00.00 - TRANSFERENCIA DO FUNDEB 1102	999.000,00
Subtotal:	1.000.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	200.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	323.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	73.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	319.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	84.000,00
Subtotal:	1.000.000,00
Total de receitas do recurso:	1.000.000,00
Total de despesas do recurso:	1.000.000,00
Fonte de Recurso: 00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.04.00.00 - RENDIMENTOS EDUCAÇÃO 10% - 1103	0,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	8.250.000,00
(-) FUNDEB	-6.600.000,00
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	0,00
(-) FUNDEB	0,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS - Principal	8.250.000,00
(-) FUNDEB	-5.500.000,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA - Principal	800.000,00
(-) FUNDEB	-640.000,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	100.000,00
(-) FUNDEB	-80.000,00
Subtotal:	4.580.000,00
Despesas	**Valor**
3.1.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	50.000,00
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	262.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.384.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	428.000,00
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	26.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	566.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	121.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	474.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	121.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	138.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
Subtotal:	4.580.000,00
Total de receitas do recurso:	4.580.000,00
Total de despesas do recurso:	4.580.000,00
Fonte de Recurso: 00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	
Receitas	**Valor**
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	277.500,00
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	1.250,00
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	30.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	10.000,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00 - Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	174.750,00
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00 - Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	250,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo	475.000,00
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legislativo	50.000,00
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo	150.000,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	550.000,00
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros	7.500,00
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	15.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.500,00
1.3.2.1.01.0.1.02.00.00 - RENDIMENTOS FONTE 1104	0,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	750.000,00
Subtotal:	2.493.750,00
Despesas	**Valor**
3.1.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	40.000,00
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	142.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.260.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	231.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	11.000,00
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	8.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	290.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	68.750,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	307.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	63.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	73.000,00

Subtotal:	2.493.750,00
Total de receitas do recurso:	2.493.750,00
Total de despesas do recurso:	2.493.750,00
Fonte de Recurso: 00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000 - Salário-Educação	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.07.00.00 - RENDIMENTOS SALARIO EDUCAÇÃO UNIAO	10.000,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00 - Transferências do Salário-Educação - Principal	610.000,00
Subtotal:	620.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	570.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	50.000,00
Subtotal:	620.000,00
Total de receitas do recurso:	620.000,00
Total de despesas do recurso:	620.000,00
Fonte de Recurso: 00129/01005.03.01.01.01.1.571.0000 - MDE / Transporte Escolar do Estado	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.88.00.00 - RENDIMENTOS BCO BRASIL CONV TRANSP ESCOLAR ESTADUAL 15239-0	1.000,00
1.7.2.9.52.0.1.01.00.00 - PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	849.000,00
Subtotal:	850.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	850.000,00
Subtotal:	850.000,00
Total de receitas do recurso:	850.000,00
Total de despesas do recurso:	850.000,00
Fonte de Recurso: 00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	
Receitas	**Valor**
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	166.500,00
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	750,00
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	18.000,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.000,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00 - Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	104.850,00
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00 - Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	150,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo	285.000,00
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legislativo	30.000,00
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo	90.000,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	330.000,00
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros	4.500,00
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	9.000,00
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.500,00
1.3.2.1.01.0.1.08.00.00 - RENDIMENTOS SAUDE - 15%	0,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	4.950.000,00
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	0,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS - Principal	4.125.000,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA - Principal	480.000,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	60.000,00
Subtotal:	10.661.250,00
Despesas	**Valor**
3.1.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	110.000,00
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	452.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	4.144.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	905.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	21.000,00
3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	514.000,00
3.3.72.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	350,00
3.3.72.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
3.3.72.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	50,00
3.3.72.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	250.000,00
3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.272.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	96.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	705.250,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	91.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	45.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.830.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	73.000,00
4.4.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	2.600,00
Subtotal:	10.661.250,00
Total de receitas do recurso:	10.661.250,00
Total de despesas do recurso:	10.661.250,00
Fonte de Recurso: 00375/01011.09.02.05.18.1.621.0000 - INVESTIMENTO ESTADO	
Receitas	**Valor**
2.4.2.9.99.0.1.13.00.00 - REPASSE FINANCEIRO INVESTIMENTO PROVIGIA	0,00
Subtotal:	0,00
Despesas	**Valor**
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00
Subtotal:	0,00
Total de receitas do recurso:	0,00
Total de despesas do recurso:	0,00
Fonte de Recurso: 00504/00504.99.99.00.00.1.704.0000 - Royalties e Outr.Comp.Fin.Não Previd.Exerc.Corr.	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.14.00.00 - RENDIMENTO ROYALTIES	10.000,00
1.7.1.2.99.0.1.01.00.00 - Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais -	590.000,00
Subtotal:	600.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	600.000,00
Subtotal:	600.000,00
Total de receitas do recurso:	600.000,00
Total de despesas do recurso:	600.000,00
Fonte de Recurso: 00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - Contribuição de Iluminação Pública - Art. 149-A CF	
Receitas	**Valor**

1.2.4.1.50.0.1.00.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	1.075.000,00
1.2.4.1.50.0.3.00.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa	10.000,00
1.2.4.1.50.0.4.00.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.000,00
1.3.2.1.01.0.1.15.00.00 - RENDIMENTOS CONT ILUMINAÇÃO PUBLICA	12.000,00
Subtotal:	1.100.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.67.83.00.00.00.00 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLI	600.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	399.000,00
4.4.67.83.00.00.00.00 - DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLI	100.000,00
Subtotal:	1.100.000,00
Total de receitas do recurso:	1.100.000,00
Total de despesas do recurso:	1.100.000,00
Fonte de Recurso: 00510/00510.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	
Receitas	**Valor**
1.1.2.1.01.0.1.01.00.00 - TAXA DE LICENÇA PARA FUNCI DE ESTABEL COMERCIAL	250.000,00
1.1.2.1.01.0.1.02.00.00 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	20.000,00
1.1.2.1.01.0.1.03.00.00 - TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJETOS	3.000,00
1.1.2.1.01.0.1.05.00.00 - TAXA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	14.000,00
1.1.2.1.01.0.1.06.00.00 - TAXA DE HABITE-SE	3.000,00
1.1.2.1.01.0.2.02.00.00 - MULTAS E JUROS DE TAXAS - FONTE 1510	4.000,00
1.1.2.1.01.0.3.01.00.00 - TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO - DÍVIDA ATIVA	31.000,00
1.1.2.1.01.0.3.02.00.00 - TAXA DE VIGILANCIA SANITÁRIA - DÍVIDA ATIVA	2.000,00
1.1.2.1.01.0.4.02.00.00 - MULTAS E JUROS DE TAXAS DÍVIDA ATIVA - FONTE 1510	20.000,00
1.3.2.1.01.0.1.03.00.00 - RENDIMENTO TAXA EXERCICIO POLICIA	13.000,00
Subtotal:	360.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	210.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	149.000,00
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.000,00
Subtotal:	360.000,00
Total de receitas do recurso:	360.000,00
Total de despesas do recurso:	360.000,00
Fonte de Recurso: 00511/00511.01.07.00.00.1.753.0000 - Taxas - Prestação de Serviços	
Receitas	**Valor**
1.1.2.2.01.0.1.06.00.00 - TAXA DE COLETA DE LIXO	1.070.000,00
1.1.2.2.01.0.1.99.00.00 - OUTRAS TAXAS	1.000,00
1.1.2.2.01.0.2.01.00.00 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	8.000,00
1.1.2.2.01.0.3.06.00.00 - TAXA DE COLETA DE LIXO - Dívida Ativa	2.000,00
1.1.2.2.01.0.4.01.00.00 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.16.00.00 - RENDIMENTOS TAXA PRESTAÇÃO SERVIÇO	18.000,00
Subtotal:	1.100.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	75.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.025.000,00
Subtotal:	1.100.000,00
Total de receitas do recurso:	1.100.000,00
Total de despesas do recurso:	1.100.000,00
Fonte de Recurso: 00512/00512.99.99.00.00.1.750.0000 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.12.00.00 - RENDIMENTOS CIDE	1.000,00
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	29.000,00
Subtotal:	30.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
Subtotal:	30.000,00
Total de receitas do recurso:	30.000,00
Total de despesas do recurso:	30.000,00
Fonte de Recurso: 00939/00939.09.06.06.24.1.660.0000 - bloco de Financ da Prot soc Especial de Alta Complexidade POrt 113/2015	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.41.00.00 - RENDIMENTO FMAS BL PSB 20170-7	3.000,00
1.3.2.1.01.0.1.42.00.00 - RENDIMENTO FMAS ACESUAS TRAB	3.000,00
1.3.2.1.01.0.1.60.00.00 - RENDIMENTOS BCO BRASIL FNAS MAC	4.000,00
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00 - FMAS PSB 20170-7	45.000,00
1.7.1.6.50.0.1.07.00.00 - SERV. CONVIV. FORTALEC. VINCULOS - 20170-7	45.000,00
Subtotal:	100.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	35.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	20.000,00
Subtotal:	100.000,00
Total de receitas do recurso:	100.000,00
Total de despesas do recurso:	100.000,00
Fonte de Recurso: 00940/00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLC de Finc da Gestão do Prog Bolsa familia e Cadst Unico POrtaria 113/2015	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.38.00.00 - RENDIMENTO FMASBL GBF 20167-7	7.000,00
1.3.2.1.01.0.1.39.00.00 - RENDIMENTO FMAS BL GSUAS	1.000,00
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00 - FMAS BL GFB 20167-7	33.000,00
1.7.1.6.50.0.1.05.00.00 - FNAS MALLET BL MAC	4.000,00
Subtotal:	45.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	14.000,00
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.000,00
Subtotal:	45.000,00
Total de receitas do recurso:	45.000,00
Total de despesas do recurso:	45.000,00
Fonte de Recurso: 01042/01042.09.01.06.00.1.552.0000 - PNAE - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de	
Receitas	**Valor**

1.3.2.1.01.0.1.09.00.00 - RENDIMENTOS MERENDA ESCOLAR	2.000,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - Principal	168.000,00
Subtotal:	170.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	170.000,00
Subtotal:	170.000,00
Total de receitas do recurso:	170.000,00
Total de despesas do recurso:	170.000,00
Fonte de Recurso: 01043/01043.09.01.06.00.1.553.0000 - PNATE - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.10.00.00 - RENDIMENTOS PROG NAC APOIO TRANSP ESCOLAR	2.000,00
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE - Principal	148.000,00
Subtotal:	150.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	150.000,00
Subtotal:	150.000,00
Total de receitas do recurso:	150.000,00
Total de despesas do recurso:	150.000,00
Fonte de Recurso: 01045/01045.01.07.00.00.1.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados	
Receitas	**Valor**
1.3.1.1.01.1.1.01.00.00 - TAXA DE EMBARQUE - RODOVIÁRIA	1.000,00
1.3.1.1.01.1.1.02.00.00 - ALUGUEL ESTAÇÃO RODOVIARIA	1.000,00
1.3.1.1.01.1.1.04.00.00 - ALUGUEL DE CENTRO DE EVENTOS	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.99.46.00 - BCO BRASIL 283141-4 RENDIMENTOS	1.000,00
1.7.1.9.99.0.1.01.00.00 - Outras Transferências da União - Lei Complementar nº 176/2020	200.000,00
Subtotal:	204.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	104.000,00
3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	100.000,00
Subtotal:	204.000,00
Total de receitas do recurso:	204.000,00
Total de despesas do recurso:	204.000,00
Fonte de Recurso: 01051/01051.09.02.06.20.1.604.0000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes	
Receitas	**Valor**
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00 - AGENTE COMUN SAUDE - FONTE 1051	700.000,00
1.7.1.3.50.1.1.14.00.00 - AGENTE ENDEMIAS - FONTE 1051	80.000,00
Subtotal:	780.000,00
Despesas	**Valor**
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	780.000,00
Subtotal:	780.000,00
Total de receitas do recurso:	780.000,00
Total de despesas do recurso:	780.000,00
Fonte de Recurso: 01064/01064.09.02.06.20.1.605.0000 - 1064 FMS PISO DA ENFERMAGEM	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.99.20.00 - RENDIMENTOS CEF FMS PISO ENFERMAGEM	0,00
1.7.1.3.50.5.1.01.00.00 - FMS PISO ENFERMAGEM	0,00
Subtotal:	0,00
Despesas	**Valor**
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	0,00
Subtotal:	0,00
Total de receitas do recurso:	0,00
Total de despesas do recurso:	0,00
Fonte de Recurso: 01494/00494.09.02.06.20.1.600.0000 - 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.32.00.00 - RENDIMENTO SAUDE 494	55.000,00
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	235.000,00
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - MANUTENÇÃO DE PAGAMENTO DE VALOR NOMINAL COM BASE	85.000,00
1.7.1.3.50.1.1.12.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO	1.500.000,00
1.7.1.3.50.1.1.13.00.00 - IMPLEMENTACÃO DE POLÍTICAS PARA A REDE ALYNE	12.000,00
1.7.1.3.50.1.1.15.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	13.000,00
1.7.1.3.50.1.1.16.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO	10.000,00
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO PARA A VIGILANCIA EM SAUDE - DESPESAS DIVERSAS	50.000,00
1.7.1.9.57.0.1.02.00.00 - INCREM TEMP CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMARIA 494	140.000,00
Subtotal:	2.100.000,00
Despesas	**Valor**
3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	97.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.252.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	194.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	149.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	17.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	391.000,00
Subtotal:	2.100.000,00
Total de receitas do recurso:	2.100.000,00
Total de despesas do recurso:	2.100.000,00
Fonte de Recurso: 02494/00494.09.02.05.20.1.621.0000 - 2494 ESTADO BLOCO CUSTEIO - AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	
Receitas	**Valor**
1.3.2.1.01.0.1.66.00.00 - RENDIMENTOS AT. BASICA CUSTEIO ESTADO	10.000,00
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00 - APSUS	90.000,00
1.7.2.9.99.0.1.07.00.00 - REPASSE FINANCEIRO CUSTEIO PROVIGIA	30.000,00
1.7.2.9.99.0.1.10.00.00 - SESA - Recurso Média Complexidade Ambulatorial - RES 544/2025	170.000,00
Subtotal:	300.000,00
Despesas	**Valor**
3.3.72.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
3.3.72.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	50.000,00
3.3.72.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	100.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	4.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	48.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	48.000,00
Subtotal:	300.000,00

Total de receitas do recurso:	300.000,00
Total de despesas do recurso:	300.000,00
Total geral de receitas:	79.869.000,00
Total geral de despesas:	79.869.000,00

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:EB85DDA3

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - RECEITAS POR ÓRGÃO, UNIDADE E CATEGORIAS ECONÔMICAS

MUNICIPIO DE MALLET - PR			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026			Data:17/11/2025
RELATÓRIO DE RECEITAS POR ÓRGÃO, UNIDADE E CATEGORIAS ECONÔMICAS			
Órgão e Unidade	**Receitas Correntes**	**Receitas de Capital**	**Total**
02.000 Poder Executivo	79.869.000,00	0,00	79.869.000,00
02.003 Secretaria Municipal da Fazenda	79.869.000,00	0,00	79.869.000,00
Total geral:	**79.869.000,00**	**0,00**	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:6692A35A

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMAS

MUNICIPIO DE MALLET - PR	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026	
RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMAS	
PROGRAMA	**VALOR**
0001 - CÂMARA ATUANTE	3.600.000,00
0002 - GABINETE PRESENTE	1.565.000,00
0003 - GESTÃO QUE TRANSFORMA	7.783.794,00
0004 - FISCO EFICIENTE	1.398.020,00
0005 - MALLET RESPONSÁVEL	2.683.000,00
0006 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	829.000,00
0007 - EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE	21.781.000,00
0008 - CONSTRUINDO CAMPEÕES	738.000,00
0009 - CULTURA VIVA E TURISMO INTEGRADO	239.020,00
0010 - RAÍZES DO FUTURO	1.201.020,00
0011 - MEIO AMBIENTE	1.582.000,00
0012 - MALLET: CIDADE QUE PRODUZ	127.000,00
0013 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	8.439.547,00
0014 - MALLET SEGURA	786.000,00
0015 - MALLET SAUDÁVEL	23.866.234,00
0016 - REDE QUE ACOLHE	2.716.020,00
0017 - MALLET: CIDADE CONECTADA	135.000,00
0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	399.345,00
TOTAL GERAL	**79.869.000,00**

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:617163B4

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS DA LEI 1674/2025 - LOA - SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÕES DO GOVERNO

MUNICIPIO DE MALLET - PR	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2026	Data:25/09/2025
SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA	
POR FUNÇÕES DE GOVERNO	
RECEITAS	**Valor**
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes	79.869.000,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital	0,00
Subtotal:	79.869.000,00
DESPESAS	**Valor**
01 - Legislativa	3.600.000,00
04 - Administração	11.712.814,00
06 - Segurança Pública	786.000,00
08 - Assistência Social	2.716.020,00
10 - Saúde	23.866.234,00
12 - Educação	21.781.000,00
13 - Cultura	236.020,00
15 - Urbanismo	2.090.020,00
17 - Saneamento	1.228.000,00
18 - Gestão Ambiental	359.000,00
19 - Ciência e Tecnologia	2.000,00
20 - Agricultura	1.201.020,00
22 - Indústria	123.000,00
23 - Comércio e Serviços	3.000,00
26 - Transporte	6.344.527,00
27 - Desporto e Lazer	738.000,00
28 - Encargos Especiais	2.683.000,00
99 - Reserva de Contingência	399.345,00
Subtotal:	79.869.000,00

Total geral das receitas:	79.869.000,00
Total geral das despesas:	79.869.000,00

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:3C4F8317

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 772/2025

DECRETO Nº 772/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.678/2025.

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.341.625,34 (Três milhões trezentos quarenta e um mil seiscentos vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
11	1000	02.01.04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	3.1.90.11	58.166,19
34	1000	02.02.04.122.0003.2.005	MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. ADMINISTRAÇÃO	3.1.90.01	465,00
35	1000	02.02.04.122.0003.2.005	MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. ADMINISTRAÇÃO	3.1.90.03	1.879,00
36	1000	02.02.04.122.0003.2.005	MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. ADMINISTRAÇÃO	3.1.90.11	216.445,00
72	1000	02.04.12.306.0013.2.012	MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR	3.1.90.11	125.050,00
92	1101	02.04.12.361.0031.2.013	VALORIZAÇÃO DO ENSINO BASICO - FUNDEB 70%	3.1.90.11	405.000,00
139	1000	02.05.20.606.0012.2.018	MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. AGROPECUARIA	3.1.90.11	230.200,00
147	1000	02.06.22.122.0022.2.020	MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC. IND/COM	3.1.90.11	33.400,00
203	1000	02.07.15.452.0032.2.026	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO	3.1.90.11	158.000,00
184	1000	02.07.26.782.0008.2.024	CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	3.1.90.11	141.650,00
292	1000	02.09.08.122.0015.2.035	MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC AÇÃO SOCIAL	3.1.90.04	25.650,00
293	1000	02.09.08.122.0015.2.035	MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC AÇÃO SOCIAL	3.1.90.11	367.650,00
270	1000	02.09.08.243.0014.2.034	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	3.1.90.11	48.900,00
302	1000	02.10.04.121.0038.2.036	MANUT. UNID.ADMINISTRATIVA - SECRET.PLANEJAMENTO	3.1.90.11	190.400,00
332	1000	02.12.06.182.0030.2.040	DEFESA CIVIL COMUNIT. - SECRET. SEG. TRANS. DEF. CIVIL	3.1.90.11	32.900,00
356	1000	02.13.18.541.0039.2.045	MANUT. DA UNIDADE OPERACIONAL - SEC MEIO AMBIENTE	3.1.90.11	36.420,00
102	1104	02.04.12.361.0033.2.011	MANUT. E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO	3.3.90.36	43.212,00
297	1000	02.09.08.122.0015.2.035	MANUT. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA - SEC AÇÃO SOCIAL	3.3.90.36	5.448,15
158	1000	02.06.22.661.0022.2.021	MNAUT UNIDADES OPERACIONAIS SEC IND´/COM	3.3.90.36	2.980,00
37	1000	02.02.04.122.0003.2.005	MANUT. UNIDADES OPERACIONAIS - SEC. ADMINISTRAÇÃO	3.1.90.13	296.000,00
107	1103	02.04.12.122.0034.2.014	MANUT. UNIDADE ADMNISTRATIVA SEC EDUCAÇÃO	3.1.90.11	27.400,00
75	1103	02.04.12.361.0017.2.009	MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR	3.1.90.11	242.000,0
97	1103	02.04.12.361.0033.2.011	MANUT. E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO	3.1.90.11	520.000,00
96	1103	02.04.12.361.0033.2.011	MANUT. E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO	3.1.90.04	132.410,00

ART. 2.º - Para dar cobertura ao Credito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos o excesso de arrecadação no valor de R$ 3.341.625,34 (Três milhões trezentos quarenta e um mil seiscentos vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos) assim discriminados:

FONTE	VALOR
1103	**R$ 921.810,00**
1101	**R$ 405.000,00**
1000	**R$ 1.971,603,34**
1104	**R$ 43.212,00**

ART. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis Nº. 1.601/2024 – LDO para o exercício de 2025 e lei nº. 1490/2021 – PPA para os exercícios de 2022-2025.

ART. 4.º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

Prefeitura Municipal de Mallet, 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK

Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:9287979B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 081/2025

PORTARIA Nº 081/2025

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet), com amparo Lei 632/99, Art. 79.

Considerando a Portaria 078 de 31 de outubro de 2025;

Considerando o processo cloud nº 4233/2025;

RESOLVE:

Art. 1°. Interromper a partir do dia 19 de novembro de 2025 férias do servidor abaixo descrito:

MAT	NOME	PERÍODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO		Interrupção em:
60302	JOSEILA VALDIRENE LOPES FRANKIO	10/01/2024	09/01/2025	03/11/2025	02/12/2025	19/11/2025

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 18 de novembro de 2025.

PEDRO KOWALCZYK

Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:430CF428

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 365/2025 - CLASSIFICAÇÕES DEFINITIVAS PSS ESTÁGIO

EDITAL N º. 365/2025

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 306/2025

CARGOS: - ESTÁGIO

CLASSIFICAÇÃO DEFINITA

CLASSIFICAÇÃO DEFINITA - NEGROS E PARDOS

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA - PCD

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:

A Prefeitura Municipal de Mandaguari, do Estado do Paraná juntamente com a empresa Mais Estágios, no uso de suas atribuições tornam público a CLASSIFICAÇÃO DEFINITA, CLASSIFICAÇÃO DEFINITA - NEGROS E PARDOS, CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA - PCD, referente ao Teste Seletivo Simplificado de Estágio nº 306/2025, conforme segue:

- ANEXO I: CLASSIFICAÇÃO DEFINITA

- ANEXO II: CLASSIFICAÇÃO DEFINITA - NEGROS E PARDOS

- ANEXO III: CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA - PCD

Mandaguari, 18 de novembro de 2025.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO

Prefeita Municipal

Prefeitura de Mandaguari - Processo Seletivo de Estágio Edital - 306/2025						
ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA						
Adminsitração						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Alessandra Larissa Rosseto	05/10/2006	5	5	10	4º Semestre
2	Beatriz Souza Daniel de morais da silva	29/10/1995	4	5	9	7º Semestre
3	Carla Renata Loureiro da Silva	11/11/1994	4	3	7	4º Semestre
Área da Educação						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Ana Caroline Melhado Da Silva	25/04/2001	7	5	12	1º Semestre
2	Lucineide Dos Santos Lara Bóbbo	06/12/1982	6	3	9	1º Semestre
Arquitetura						
Classificação	**Danilo Martins Cortezia**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Lucas Washington Laras De Oliveira	12/09/2001	8	6	14	8º Semestre
1	Victoria Hadassa Da Silva Grilo	23/04/1999	7	6	13	4º Semestre
3	Victoria Hadassa Da Silva Grilo	25/08/2006	6	5	11	4º Semestre

Biomedicina						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Rita Carolina da Cruz Laras	20/12/2007	5	6	11	2º Semestre
2	Luma Gabriela Fusco	06/06/2006	4	4	8	4º Semestre
1	Gabriel Henrique Nogueira Clementino	28/09/2006	4	3	7	4º Semestre
Contabilidade						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Larissa Aparecida da Matta	28/11/2005	3	4	7	8º Semestre
Direito						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Pedro Henrique da Rocha Ramos Fernandes	03/06/1999	5	7	12	9º Semestre
2	Nícolas de Campos França	11/04/2007	2	8	10	2º Semestre
3	João Eduardo Romeiro da Costa	08/01/2004	2	5	7	6º Semestre
4	Arthur Bonfim	12/09/2006	1	7	8	2º Semestre
Enfermagem						

Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Beatriz Dianin Copele	19/12/2005	7	8	15	6º Semestre
2	Camille Cristine Silva Grigorio	03/03/2004	7	6	13	6º Semestre
3	Ketellen Dias da Silva	28/11/2005	7	3	10	6º Semestre
4	Camila Lemes Henrique	05/12/2006	4	5	9	4º Semestre
5	Ana Clara Macario Hinz	10/01/2006	3	5	8	2º Semestre
6	Nithiely Costa	14/11/2003	3	4	7	1º Semestre
Engenharia Civil						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Emanuelli Tozo	04/10/2006	5	6	11	4º Semestre
Ensino Médio						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Pietra Almelin Sansivirinati	27/11/2008	5	7	12	2° Ano do Ensino Médio
2	Maysa Aparecida Pereira Batista	04/03/2009	5	2	7	2° Ano do Ensino Médio
3	Julia Bobato De Souza	10/09/2009	4	5	9	2° Ano do Ensino Médio
4	Ana Heloisa Gomes De Oliveira	16/05/2009	4	4	8	2° Ano do Ensino Médio
5	Nicoly Pereira Da Silva Sepuveda	01/10/2009	4	2	6	1° Ano do Ensino Médio
6	Anna Laura Cavenaghi De Barros	19/01/2009	3	5	8	2° Ano do Ensino Médio
7	Vinicius Henrique Moraes Horacio	06/08/2008	3	4	7	1° Ano do Ensino Médio
8	Rhayssa Vitoria Mondek	10/04/2009	3	4	7	1° Ano do Ensino Médio
9	Alexsandro Teixeira De Souza	03/04/2009	3	3	6	2° Ano do Ensino Médio
10	Analice Dos Santos De Melo	08/07/2009	3	3	6	2° Ano do Ensino Médio
11	Maria Eduarda De Lima Carvalheiro	22/02/2009	2	6	8	2° Ano do Ensino Médio
12	Eike Vinícius Rochinski Costa Rodrigues Rodrigues	14/10/2008	2	5	7	2° Ano do Ensino Médio
13	Rayssa Dafne Da Silva Moraes	04/04/2009	2	4	6	1° Ano do Ensino Médio
14	Camily Jesus	10/06/2009	2	4	6	2° Ano do Ensino Médio
15	Vitória Emanuelli De Oliveira Machado	05/05/2009	1	5	6	2° Ano do Ensino Médio
16	Ketelin Fernanda Da Cruz de Oliveira	21/03/2009	1	4	5	2° Ano do Ensino Médio
Farmácia						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Luana Pereira Canale	27/12/2006	4	9	13	4º Semestre
Fisioterapia						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**

1	Adrielly De Castro Machado	01/10/2004	9	5	14	6º Semestre
Letras						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Gabriela Wismek Alves Correa	26/12/2007	5	6	11	2º Semestre
Nutrição						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Fernanda Ferreira de Miranda	17/10/1985	5	3	8	5º Semestre
2	Aline prazeres da silva	07/12/1990	4	3	7	5º Semestre
Pedagogia						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Rafael Carlos Ferreira Martins	02/09/2007	9	7	16	2º Semestre
2	Michele goncalves tiburcio de oliveira	02/08/1996	8	1	9	6º Semestre
3	Loana Karini da Silva Pinto	17/01/1996	7	6	13	1º Semestre
4	bianca rafaela santiago pinto	12/02/2007	7	3	10	2º Semestre
5	Nicoly Angélica do vale	27/01/1993	7	3	10	1º Semestre
6	Ana Luiza Galvão Bianconi Zavatini	30/10/2007	6	5	11	2º Semestre
7	Thalita Rafaela Felicio Jacomello	17/01/1983	5	6	11	2º Semestre
8	Érica Silva Ribeiro	07/02/1986	5	4	9	10º Semestre
9	Luciene de Lima Melo de Souza	05/10/1983	2	2	4	9º Semestre
Psicologia						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Ana Julia de Andrade Mattos	23/02/2006	5	7	12	4º Semestre
2	Rosilene De Oliveira Gomes	13/06/1998	3	5	8	3º Semestre
3	Yasmin Karen Galego Bilmaia	16/02/2007	3	3	6	2º Semestre
4	Henderson Yuri Lima Souza	20/08/2005	2	4	6	1º Semestre

Prefeitura de Mandaguari - Processo Seletivo de Estágio Edital - 306/2025						
ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO DEFINITA - NEGROS E PARDOS						
Administração						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Beatriz Souza Daniel de morais da silva	29/10/1995	4	5	9	7º Semestre
2	Carla Renata Loureiro da Silva	11/11/1994	4	3	7	4º Semestre
Área da Educação						

Classificação	Nome	Data de nascimento	Específico	Portugues	Total	Semestre
1	Ana Caroline Melhado Da Silva	25/04/2001	7	5	12	1º Semestre
Arquitetura						
Classificação	**Danilo Martins Cortezia**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Victoria Hadassa Da Silva Grilo	23/04/1999	7	6	13	4º Semestre
Biomedicina						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Gabriel Henrique Nogueira Clementino	28/09/2006	4	3	7	4º Semestre
Contabilidade						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
Direito						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
Enfermagem						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Camille Cristine Silva Grigorio	03/03/2004	7	6	13	6º Semestre
2	Ketellen Dias da Silva	28/11/2005	7	3	10	6º Semestre
3	Camila Lemes Henrique	05/12/2006	4	5	9	4º Semestre
4	Ana Clara Macário Hinz	10/01/2006	3	5	8	2º Semestre
5	Nithiely Costa	14/11/2003	3	4	7	1º Semestre
Engenharia Civil						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
Ensino Médio						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Ana Heloisa Gomes De Oliveira	16/05/2009	4	4	8	2° Ano do Ensino Médio
2	Alexsandro Teixeira De Souza	03/04/2009	3	3	6	2° Ano do Ensino Médio
3	Maria Eduarda De Lima Carvalheiro	22/02/2009	2	6	8	2° Ano do Ensino Médio
4	Eike Vinícius Rochinski Costa Rodrigues Rodrigues	14/10/2008	2	5	7	2° Ano do Ensino Médio
5	Rayssa Dafne Da Silva Moraes	04/04/2009	2	4	6	1° Ano do Ensino Médio
6	Vitória Emanuelli De Oliveira Machado	05/05/2009	1	5	6	2° Ano do Ensino Médio
7	Ketelin Fernanda Da Cruz de Oliveira	21/03/2009	1	4	5	2° Ano do Ensino Médio
Farmácia						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
Fisioterapia						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Adrielly De Castro Machado	01/10/2004	9	5	14	6º Semestre
Letras						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Gabriela Wismek Alves Correa	26/12/2007	5	6	11	2º Semestre
Nutrição						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
Pedagogia						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	bianca rafaela santiago pinto	12/02/2007	7	3	10	2º Semestre
2	Nicoly Angélica do vale	27/01/1993	7	3	10	1º Semestre
3	Luciene de Lima Melo de Souza	05/10/1983	2	2	4	9º Semestre
Psicologia						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Específico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Rosilene De Oliveira Gomes	13/06/1998	3	5	8	3º Semestre

Prefeitura de Mandaguari - Processo Seletivo de Estágio Edital - 306/2025						
ANEXO III - CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA - PCD						
Ensino Médio						
Classificação	**Nome**	**Data de nascimento**	**Especifico**	**Portugues**	**Total**	**Semestre**
1	Rhayssa Vitoria Mondek	10/04/2009	3	4	7	1° Ano do Ensino Médio
2	Camily Jesus	10/06/2009	2	4	6	2° Ano do Ensino Médio

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:E64894E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RETIFICAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba CEP: 83800-000 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122 E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**INEXIGIBLIDADE DE** **Nr.:** 26/2025 **Processo Adm:** 111/2025 **Data do Processo:** 12/11/2025

RETIFICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 74, III.f e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR A PRESENTE LICITAÇÃO NESTES TERMOS:

a) Processo: 111/2025

b) Licitação: 26/2025 - IL

c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

d) Data Homologação: 14/05/2025

e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Participante: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCACAO E APRENDIZAGEM LIMITADA - CNPJ:

47.657.354/0001-77 - Enquadrado como MPE/EPP

Item	Cota	Especificação	Quant	Unidade	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	L	Curso de capacitação em elaboração e análise de planilhas de custo e formação de preços - Curso de capacitação em elaboração e análise de planilhas de custo e formação de preços	1,000	SERV	**38.950,00**	**38.950,00**
Total do Participante: 38.950,00						

Total Geral: 38.950,00

02 - AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTA(S) DE EMPENHO CORRESPONDENTE(S):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	12.002.26.782.0003.2043.3.3.90.39.00	R$ 29.185,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO	04.001.04.122.0002.2005.3.3.90.39.00	R$ 9.765,00

Mandirituba, 18 de novembro de 2025

FELIPE CLAUDINO MACHADO

Prefeito Municipal

Retifica-se a informação do valor unitário e total do processo n.º 111/2025, Inexigibilidade n.º 26/2025,

publicada no diário oficial do município no dia 18/11/2025 sob código identificador n.º 2E97F8DA, o qual

constou de forma equivocada o valor de R$ 38.500,00 quando o correto é R$ 38.950,00.

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:3D0EBDD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

INTERIOR
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 303/2025

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 303/2025

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 303/2025
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	ALTAIR PANZERA		**MATR.**	**1451**
CARGO/FUNÇÃO	OPERADOR DE MÁQUINA PESADAS	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INTERIOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		VAN SAÚDE
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	TAU-4392

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE**			
DE	**A**	**DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
12/11/2025	14/11/2025	RIO BONITO DO IGUAÇU	PR	PARA ; AJUDAR COMO VOLUTÁRIO AOS ATINGIDOS PELO TORNADO EM RIO BONITO DO IGUAÇU .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, em 17 de novembro de 2025

AMARILDO ALVES CARNEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:7A7F9030

URBANISMO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 302/2025

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 302/2025

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	REQUISIÇÃO Nº 302/2025

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	SIDENEI DA COSTA		**MATR.**	**1012229**
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO DA PASTA DO URBANISMO	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**		VAN SAÚDE
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	TAU-4392

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE**		**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**	**DESTINO**	**UF**		
12/11/2025	14/11/2025	RIO BONITO DO IGUAÇU	PR	PARA ; AJUDAR COMO VOLUTÁRIO AOS ATINGIDOS PELO TORNADO EM RIO BONITO DO IGUAÇU .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, em 17 de novembro de 2025

AMARILDO ALVES CARNEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:F9C90070

URBANISMO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 304/2025

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 304/2025

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	REQUISIÇÃO Nº 304/2025

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	JOSÉ ALUPP FOGAÇA		**MATR.**	**1012265**
CARGO/FUNÇÃO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA PASTA DO URBANISMO	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO					VEÍCULO:
	EFETIVO	X	COMISSIONADO	TIPO DE TRANSPORTE	VAN SAÚDE
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	TAU-4392

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
12/11/2025	14/11/2025	RIO BONITO DO IGUAÇU	PR	PARA ; AJUDAR COMO VOLUTÁRIO AOS ATINGIDOS PELO TORNADO EM RIO BONITO DO IGUAÇU .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, em 17 de novembro de 2025

AMARILDO ALVES CARNEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:02EAA06E

URBANISMO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 305/2025

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 305/2025

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 305/2025
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	EZEQUIEL DA SILVEIRA	MATR.	10601
CARGO/FUNÇÃO	PEDREIRO	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

VÍNCULO					VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO	TIPO DE TRANSPORTE	VAN SAÚDE
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	TAU-4392

MOTIVO DA VIAGEM

SEMANA DE VIAGEM		CIDADE		OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A	DESTINO	UF		
12/11/2025	14/11/2025	RIO BONITO DO IGUAÇU	PR	PARA ; AJUDAR COMO VOLUTÁRIO AOS ATINGIDOS PELO TORNADO EM RIO BONITO DO IGUAÇU .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, em 17 de novembro de 2025

AMARILDO ALVES CARNEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:5B38F33C

URBANISMO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 306/2025

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 306/2025

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 306/2025
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	ROBERTO ANTÔNIO CASAMALI		MATR.	1841
CARGO/FUNÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO					VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO	TIPO DE TRANSPORTE	VAN SAÚDE
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	TAU-4392

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE		OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A	DESTINO	UF		
12/11/2025	14/11/2025	RIO BONITO DO IGUAÇU	PR	PARA ; AJUDAR COMO VOLUTÁRIO AOS ATINGIDOS PELO TORNADO EM RIO BONITO DO IGUAÇU .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, em 17 de novembro de 2025

AMARILDO ALVES CARNEIRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:03FCF935

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2487 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 2487/2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2025, aprovado pela Lei Municipal 858/2024 de 10 de dezembro de 2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 30.291,00 (trinta mil duzentos e noventa e

um reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
05	Secretaria Municipal de Administração	
05.001.04.122.0040.2.012	Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.291,00
Total Suplementação:		**R$ 30.291,00**

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
09	Secretaria Municipal de Infraestrutura	
09.001.15.451.0240.2.058	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.291,00
Total Redução:		**R$ 30.291,00**

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1000	Recursos Ordinários (Livres)	30.291,00	30.291,00
Total		30.291,00	**30.291,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 17 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:F4046AEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2494 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 2494 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

"Define o calendário de feriados, pontos facultativos e dias de recesso no ano de 2026 para os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Morretes, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 662, de 6 de abril de 1949, que declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980, que declara feriado nacional o Dia 12 de outubro, consagrado à Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, que dispõe sobre feriados, especialmente quanto aos feriados religiosos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, que declara feriado nacional o dia 20 de novembro, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

CONSIDERANDO os princípios Constitucionais da publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade específica de criar um Calendário Municipal de Feriados, Ponto Facultativo e Recesso Administrativo, a fim de organizar e planejar atendimentos diversos;

CONSIDERANDO a necessidade de prevenir a descontinuidade das atividades e serviços públicos municipais e facilitar o planejamento por parte dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade no serviço público, mais especificamente no que se refere à energia elétrica, água, transporte, serviço de telefonia, material de consumo, entre outros; e

DECRETA:

Art. 1º. Define o calendário de feriados, pontos facultativos e dias de recesso no ano de 2026 para os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Morretes, sem comprometimento das atividades e serviços essenciais à população.

Art. 2º. Fica suspenso o expediente na Administração Pública Municipal nas seguintes datas:

DATA	COMEMORAÇÃO	JUSTIFICATIVA
01/01/2026 (quinta-feira)	Confraternização Universal	Feriado Nacional
02/01/2026 (sexta-feira)	Recesso Administrativo	Recesso Administrativo
16 e 17/02/2026 (segunda e terça-feira)	Carnaval	Ponto Facultativo
18/02/2026 (quarta-feira)	Quarta-Feira de Cinzas	Ponto Facultativo
02/04/2026 (quinta-feira)	Quinta-feira Santa	Ponto Facultativo
03/04/2026 (sexta-feira)	Paixão De Cristo (Sexta-feira Santa)	Feriado Nacional
20/04/2026 (segunda-feira)	Recesso	Ponto Facultativo
21/04/2026 (terça-feira)	Tiradentes	Feriado Nacional
01/05/2026 (sexta-feira)	Dia Do Trabalho	Feriado Nacional
04/06/2026 (quinta-feira)	*Corpus Christi*	Ponto Facultativo
05/06/2026 (sexta-feira)	Recesso	Ponto Facultativo
07/09/2026 (segunda-feira)	Independência Do Brasil	Feriado Nacional
08/09/2026 (terça-feira)	Dia De N. Sra. Do Porto - Padroeira De Morretes	Feriado Municipal
12/10/2026 (segunda-feira)	Dia de N. Sra. Aparecida – Padroeira do Brasil	Feriado Nacional
28/10/2026 (quarta-feira)	Dia do Servidor Público	Comemoração em 03/11/2026
31/10/2026 (sábado)	Aniversário de Morretes	Feriado Municipal
02/11/2026 (segunda-feira)	Finados	Feriado Nacional
03/11/2026 (terça-feira)	Recesso (em comemoração ao Dia do Servidor Público – 28/10)	Ponto Facultativo
15/11/2026 (domingo)	Proclamação da República	Feriado Nacional
20/11/2026 (sexta-feira)	Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra	Feriado Nacional

24/12/2026 (quinta-feira)	Véspera De Natal	Ponto Facultativo
25/12/2026 (sexta-feira)	Natal	Feriado Nacional
28 a 30/12/2026 (segunda a quarta-feira)	Recesso Administrativo	Recesso Administrativo
31/12/2026 (quinta-feira)	Véspera De Ano Novo	Recesso Administrativo

Parágrafo único. Em razão dos pontos facultativos descritos no caput deste artigo, o atendimento ao público ficará suspenso nas datas indicadas, permanecendo o atendimento online via protocolo pelo link <http://transparencia.morretes.pr.gov.br:8091/protocolo/>.

Art. 3º. As Unidades Educacionais da Rede Municipal seguirão o calendário escolar previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, de acordo com Instrução Normativa própria da SMEDE, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Conselho Estadual de Educação.

Art. 4º. Os órgãos da Administração Municipal responsáveis pelos serviços considerados essenciais e indispensáveis deverão organizar, em seus respectivos âmbitos, escalas para o cumprimento das atividades e definir mediante ato próprio, a fim de assegurar a integral preservação e funcionamento dos atendimentos e atividades.

Parágrafo único. Nos demais serviços públicos não considerados como essenciais, poderá haver reposição de carga horária, quando houver suspensão do expediente ou ponto facultativo não trabalhado, conforme regulamentação de competência dos Secretários Municipais, em seu âmbito de atuação.

Art. 5°. Revoga-se o Decreto Municipal nº 2.476, de 11 de novembro de 2025.

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 18 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR

Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D365ED8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
REPUBLICADA POR ERRO MATERIAL - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42/2025 - REGULAMENTA O FLUXO E OS PROCEDIMENTOS PARA A CLASSIFICAÇÃO, O ACOMPANHAMENTO E O REGISTRO CONTÁBIL DE RISCOS FISCAIS DECORRENTES DE DEMANDAS JUDICIAIS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA**, no uso das competências que lhe confere a legislação municipal, e em observância ao disposto no Decreto nº 16.468, de 11 de setembro de 2023, que trata da classificação dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem por objetivo disciplinar os procedimentos e o fluxo de informações para a classificação, acompanhamento e comunicação dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais, conforme previsto no Decreto nº 16.468/2023.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 1º do Decreto nº 16.468/2023, a classificação dos riscos fiscais é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Município.

§1º Cabe à Procuradoria-Geral designar os procuradores responsáveis pela consolidação das informações relativas aos riscos fiscais de seus respectivos processos.

§2º O Procurador Municipal responsável deverá utilizar o Formulário de Classificação de Risco Fiscal, constante do Anexo I desta Instrução Normativa, o qual será de uso obrigatório em todos os processos judiciais sob responsabilidade do Município.

Art. 3º O processo de classificação e comunicação de riscos fiscais observará fluxo **periódico e contínuo**, conforme as etapas a seguir:

I. O Procurador Municipal responsável, ao assumir o processo ou anualmente, preencherá o Formulário de Classificação de Risco Fiscal, procedendo à respectiva classificação (provável, possível ou remoto).

II. A Procuradoria-Geral consolidará as informações de todos os processos e elaborará um Relatório Consolidado dos Riscos Fiscais anualmente.

§1º O Relatório Consolidado de que trata o *caput* conterá, no mínimo:

a) O número total de processos classificados em cada categoria de risco (provável, possível e remoto);

b) O valor global estimado das demandas;

c) Se houve o pagamento da demanda.

§2º Excepcionalmente, além da consolidação anual, deverá ser realizada atualização semestral das informações, sempre que houver alteração significativa na probabilidade de perda ou no valor envolvido.

III. O Relatório Consolidado Anual será encaminhado à Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças (SMGPF) por meio de processo administrativo formal com o assunto explícito "Riscos Fiscais Judiciais".

IV. Adicionalmente, sempre que houver uma alteração significativa no risco de uma demanda (por exemplo, uma mudança de "possível" para "provável"), a Procuradoria-Geral deverá informar imediatamente a Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças utilizará o relatório da Procuradoria-Geral para:

I. Registrar os riscos fiscais, efetuando as respectivas provisões de passivos para as demandas classificadas como "provável";

II. Divulgar os riscos fiscais classificados como "possível" nas notas explicativas às demonstrações contábeis, em atendimento ao Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 16.468/2023.

Parágrafo único. O Relatório de Riscos Fiscais servirá de base obrigatória para os registros contábeis e para a redação das notas explicativas das demonstrações financeiras, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças disponibilizará, no Portal da Transparência do sítio eletrônico oficial do Município, as informações consolidadas sobre os riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais.

§1º As informações publicadas deverão conter, no mínimo, os valores consolidados por categoria de risco (provável, possível e remoto) e a natureza das principais ações.

§2º As informações disponibilizadas observarão rigorosamente o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), sendo vedada a divulgação de dados pessoais ou sigilosos das partes envolvidas.

§3º O painel de riscos fiscais será atualizado, no mínimo, uma vez ao ano, após a consolidação prevista no inciso II do Art. 3º.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 17 de Novembro de 2025.

ALTAMIR SANSON

Prefeito Municipal

ARIEL ALEXANDRE PASSONI JUNIOR

Procurador-Geral do Município

ANEXO I

AUTOS	TIPO	REQUERENTE	REQUERIDO	VALOR DA CAUSA	RISCO FISCAL	PAGAMENTO	STATUS

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:83DA7082

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º ADITIVO P.E 55-2024- SEGUROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Nº 055/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - Nº136/2024

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 271/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO DE VEÍCULOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG ****** SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº **********.**, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 416, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado o Fornecedor **SEGUROS SURA S.A.**, com endereço à AV PADRE ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS 1530, 1530 - CEP: 04563004 - BAIRRO: CIDADE MONÇÕES, São Paulo/SP inscrita no sob nº33.065.699/0001-27, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). JORGE

ANDRES MEJIA DELGADO, a seguir denominada **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.33/2021 ao Contrato Administrativo n. 271/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado por igual período sendo **18/11/2025 até 18/11/2026** àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado por igual valor os Lote 1, 2, 4, do Contrato Administrativo n. 271/2024, conforme valor detalhado abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Diego Padilha Secretário da Saúde, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1 de Abril de 2021. Valor total do aditivo é de R$ 7.448,98 (Sete Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Oito Centavos).

ITENS							
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	1	37000	RENALT MASTER TCA AMB 1,53T/130C,2017/2018-PLACA-BBQ-0465	UN	1,00	2.999,99	2.999,99
2	1	37002	RENAULT MASTER BF AMB1-ANO 2021/2022- PLACA-BEO-5G70	UN	1,00	3.399,99	3.399,99
4	1	37915	PEUGEOT MINIBUS EXPERT ANO 2024/2024 CHASSI:9V8VBYHVERA006758	UN	1,00	1.049,00	1.049,00
TOTAL							7.448,98

CLAÚSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 18/11/2025

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

Contratante

Seguros Sura S.A.

JORGE ANDRES MEJIA DELGADO,

Contratado(a)

Testemunhas:

DIULY NICOLY LEAL SALDANHA

****

Publicado por:
Noemi de Lima Moreira
Código Identificador:2DFC639A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º E 2º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO -P.E. 55-2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico Nº 55/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 136/2024

1º e 2º TERMO ADITIVO DE VALOR E Prazo e RECOMPOSIÇÃO Valor DO CONTRATO Nº 270/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO DE VEÍCULOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG 5.*********-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº **********, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 416, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **GENTE SEGURADORA S A**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO 450, 450 - CEP: 90020060 - BAIRRO: CENTRO HISTÓRICO, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 90.180.605/0001-02, neste ato representado por MARCELO WAIS, portadora do RG nº SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº**********5, denominada **CONTRATADA** resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 270/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VALOR: Fica reajustado o valor conforme o porcentual do IPCA, e quantidade por igual quantidade do Contrato Administrativo Nº **270/2024**, conforme tabela infra. O presente Aditivo foi realizado Conforme requerimento da contratada, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2024, de 1 de abril de 2021.

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	**Valor do contrato**	**Porcentual IPCA %**	**Preço unitário atual**	Preço total
3	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC4 2021/2022-PLACA-BEX-1F62	Serviço	UN	1,00	**482,40**	**5,172370%**	**507,35**	507,35
5	CHEVROLET SPIN ACTIV7 1.8 8V 7 PASS ANO 2019/2020 PLACAS BDN3A56	Serviço	UN	1,00	**507,35**	**5,172370%**	**946,55**	946,55
VALOR: 1.453,90								

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº270/2024 do **Pregão 55/2024**, fica prorrogado pelo período **18/11/2025 Á 18/11/2026**, àquele constante da contratação original, nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Saúde, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 18 de novembro de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

Contratante

Gente Seguradora S A

MARCELO WAIS

****

Contratada

Testemunhas:

JOSE DA LUZ DOS SANTOS CORDEIRO

CPF-5*********7

DIEGO PADILHA DE JESUS

CPF-0**********T0

Publicado por:
Noemi de Lima Moreira
Código Identificador:D74EE8BC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
3º ADITIVO DE INEXIGIBILIDADE 25/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo inexigibilidade/Normal Nº 025/2024

PROCEDIMENTO LICITATORIO- 140/2024

3º TERMO ADITIVO DE PERCENTUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG ****** SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº **********, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 416, Centro, Palmital-PR denominada CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor **GERSON GERALDO NOGUEIRA LTDA**, com endereço à SAMIR JULIO DA SILVA/ESQU DR LUIS CARLOS, 1875 casa - CEP: 85270000 - BAIRRO: BELLA CASA, inscrita no 25.135.840/0001-92, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). GERSON GERALDO NOGUEIRA, a seguir denominada **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 2652024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VALOR: Fica reajustado sobre o porcentual do IPCA do valor do Contrato Administrativo Nº **265/2024**, conforme tabela infra. O presente Aditivo foi realizado Conforme requerimento da contratada, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2024, de 1 de abril de 2021.

Lote	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário Do contrato	Percentual conforme o IPCA	Valor reajustado	Preço total
1	SERVIÇOS PLANTÃO EM SAÚDE 12(DOZE) HORAS NOTURNO	UN	60,00	1.247,07	5.172370%	1.311,07	78.664,20
1	SERVIÇOS PLANTÃO EM SAÚDE 12(DOZE) HORAS DIURNO	UN	60,00	1.247,07	5.172370%	1.311,07	78.694,20
1	SERVIÇO PLANTÃO EM SAÚDE HORAS EXTRAORDINARIAS DESLOCAMENTO PACIENTES	UN	100,00	103,92	5.172370%	109,30	10.930,00
1	SERVIÇO PLANTÃO EM SAÚDE HORAS EXTRAORDINARIAS	UN	100,00	103,92	5.172370%	109,30	10.930,00
Total 179.218,40							

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 18/11/2025

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

Contratante

Gerson Geraldo Nogueira LTDA

GERSON GERALDO NOGUEIRA,

Contratado(a)

Testemunhas:

DIEGO PADILHA

DIULY NICOLY LEAL SALDANHA

**********T

Publicado por:
Noemi de Lima Moreira
Código Identificador:1ABF984C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.347

DECRETO Nº 1.347

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 2.598.576,73 (dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4511 de 11 de Dezembro de 2024 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 2.598.576,73 (dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR
Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0301.0006.2062	Garantir a população acesso e saúde de qualidade, estruturar as equipes do programa saúde família - Agentes comunitário de Saúde e implantação de núcleos de apoio do programa de saúde da família.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	01531 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R$ 1.100.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei nº 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 814.000,00
Secretaria Municipal de Esportes e Juventude		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Esporte	
19.002		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
19.002.0027.0812.0013.1015	Construção de Ginásio Poliesportivos, reconstrução e revitalização de quadras e campos nos Bairros de Paranaguá e Ilhas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01501 - Receitas de Alienações de Ativos (BB 25.328-6)	R$ 584.576,73
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
20.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.001.0006.0122.0023.2200	Proporcionar segurança efetiva e continua aos cidadãos, promovendo ações de prevenção ao crime, sempre em defesa da população. Desenvolver políticas de educação, segurança e fiscalização de trânsito, conferidas ao município, nos termos do Código de Trânsito brasileiro. Colaborar de forma integrada com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas que contribuam com a paz social. Desenvolver políticas públicas de prevenção primária à violência e criminalidade, podendo ser em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, com outros municípios ou com os demais órgãos das esferas estadual e federal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 100.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 2.598.576,73		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1112530100 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal, 1113031101 - irrf - s/ folha de pagamento de pessoal civil - executivo e entidades indiretas, 1713501101 - AB - APS - Incentivo para Ações Estratégicas - Agentes Comunitários de Saúde - BB 94.740-7 (F-531), 2221010101 - Alienação de bens imóveis - principal (F-501) da fonte 1000 - Recursos Ordinários (Livres), 1501 - Receitas de Alienações de Ativos (BB 25.328-6), 1531 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS

Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS

Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES

Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:299CF256

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.348

DECRETO Nº 1.348

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária no valor de R$ 1.866.000,48 (um milhão, oitocentos e sessenta e seis mil reais e quarenta e oito centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4511 de 11 de Dezembro de 2024 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial ou total, no valor de R$ 1.866.000,48 (um milhão, oitocentos e sessenta e seis mil reais e quarenta e oito centavos), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0122.0006.2060	Coordenar o serviço de saúde visando melhor atendimento a população, integrando os recursos humanos materiais, equipamentos, financeiros, técnicos, institucionais necessário as ações de saúde Pública.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 290.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 30.000,00
3191130000 - Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 20.000,00
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0301.0006.2062	Garantir a população acesso e saúde de qualidade, estruturar as equipes do programa saúde família - Agentes comunitário de Saúde e implantação de núcleos de apoio do programa de saúde da família.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 30.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 25.000,00
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 884.833,92
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0302.0006.2063	Visa integralidade da assistência à Saúde do SUS, com ações à saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 63.166,08
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0303.0006.2066	Distribuição gratuita de medicamentos a população, em todas as unidades de Saúde auxiliando no tratamento de doenças.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01498 - Assistência Farmacêutica	R$ 79.470,00
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01491 - Assistência Farmacêutica	R$ 50.000,00
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0304.0006.2064	Manutenção e coordenação dos serviços referentes a vigilância sanitária.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 168.530,48
Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Desenvolvimento Social		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.003.0008.0245.0019.2220	Manutenção do atendimento à população por meio da oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	R$ 25.000,00

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.866.000,48

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei nº 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 168.530,48
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0846.0000.0006	Dar cumprimento as operações especiais que não compõem a programação de realizações do Município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0305.0006.2065	Analisar a situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, garantindo-se a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva dos problemas de saúde.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 25.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0305.0006.2065	Analisar a situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, garantindo-se a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva dos problemas de saúde.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0305.0006.2065	Analisar a situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, garantindo-se a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva dos problemas de saúde.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0305.0006.2065	Analisar a situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, garantindo-se a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva dos problemas de saúde.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0302.0006.2063	Visa integralidade da assistência à Saúde do SUS, com ações à saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0301.0006.2062	Garantir a população acesso e saúde de qualidade, estruturar as equipe do programa saúde família - Agentes comunitário de Saúde e implantação de núcleos de apoio do programa de saúde da família.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 700.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0302.0006.2063	Visa integralidade da assistência à Saúde do SUS, com ações à saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0122.0006.2060	Coordenar o serviço de saúde visando melhor atendimento a população, integrando os recursos humanos materiais, equipamentos,	

	financeiros, técnicos, institucionais necessário as ações de saúde Pública.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0302.0006.2063	Visa integralidade da assistência à Saúde do SUS, com ações à saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 250.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0302.0006.2063	Visa integralidade da assistência à Saúde do SUS, com ações à saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0301.0006.2062	Garantir a população acesso e saúde de qualidade, estruturar as equipes do programa saúde família - Agentes comunitário de Saúde e implantação de núcleos de apoio do programa de saúde da família.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 35.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0304.0006.2064	Manutenção e coordenação dos serviços referentes a vigilância sanitária.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0303.0006.2066	Distribuição gratuita de medicamentos a população, em todas as unidades de Saúde auxiliando no tratamento de doenças.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01498 - Assistência Farmacêutica	R$ 79.470,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0303.0006.2066	Distribuição gratuita de medicamentos a população, em todas as unidades de Saúde auxiliando no tratamento de doenças.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01491 - Assistência Farmacêutica	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0303.0006.2066	Distribuição gratuita de medicamentos a população, em todas as unidades de Saúde auxiliando no tratamento de doenças.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01491 - Assistência Farmacêutica	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0303.0006.2066	Distribuição gratuita de medicamentos a população, em todas as unidades de Saúde auxiliando no tratamento de doenças.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01491 - Assistência Farmacêutica	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Desenvolvimento Social		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
18.003.0008.0245.0019.2220	Manutenção do atendimento à população por meio da oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	R$ 25.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÂO: R$ 1.866.000,48		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de novembro de 2025.

ADRIANO RAMOS

Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS

Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES

Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:4C91C439

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO CP 07-24 - MEDIKOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMUNPAR - CISAMUNPAR - PARANAVAÍ	
Compras e Contratos	
Termo Homologação - Credenciamento	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	**Inexigibilidade**
	Nº 78/2024
	Processo Administrativo: 161/2024

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 102/2023.

Homologa

Nesta data a referida decisão constante do julgamento aplicado a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 78/2024, como segue:

Vencedores dos Itens						
1154 - MEDIKOS CENTRO DE INOVACAO EM SAUDE LTDA - PROCESSO DIGITAL: 4846/2025						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
14	ATENDIMENTOS NA ESPECIALIDADE DE NEUROLOGIA	SERVIÇO		1	R$212.520,00	R$212.520,00
Total do Fornecedor:						R$212.520,00

Dos recursos orçamentários:				
0010.0302.2009.2017 - ATENDIMENTOS EM NEUROLOGIA				
Outros	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	20013 - Recursos de Contratos de Rateio/ Contratos de Programas dos Consórcios Públicos.	R$212.520,00
			Total Funcional	R$212.520,00

DIREÇÃO GERAL

CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 17 de novembro de 2025.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:57B6870F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2024

(REAJUSTE DE VALOR)

Processo Digital 55574/2025

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53 e pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS para Contratação futura e parcelada de empresa para transporte de atletas em competições oficiais, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e transporte de usuários dos equipamentos CREAS, CRAS do Jd. São Jorge, CRAS do Jd. Maringá, CRAS Zona Leste, CRAS da Vila Operária, Abrigo Anjo da Guarda e Centro da Juventude, para passeios esportivos e culturais ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de Ônibus, Microônibus e Van.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,490243%** referente variação do INPC no período de NOVEMBRO/2024 a NOVEMBRO/2025, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 47/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 047/2024 passa a ser de: **VALOR TOTAL: R$ 537.268,40 (Quinhentos e trinta e sete mil duzentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos).**

Fornecedor: **JOMAPA TRANSPORTE LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	Transporte rodoviário de passageiros sob regime de Fretamento, por meio microônibus, com capacidade mínima de 25 lugares, ar condicionado, bancos reclináveis, tv, dvd, som ambiente, por quilômetro rodado	KM	PRÓPRIA	16.275	R$ 7.69	R$ 125.154,75
3	Transporte rodoviário de passageiros sob regime de fretamento, por meio de **ônibus**, com capacidade mínima de 42 lugares, ar condicionado e som ambiente, por quilômetro rodado. Veículo com no máximo 15 anos de fabricação, incluindo condutor e combustível.	KM	PRÓPRIA	32.415	R$ 8.57	R$ 277.796,55
4	Transporte rodoviário de passageiros sob regime de fretamento, por meio **microônibus**, com capacidade mínima de 25 lugares, ar condicionado, bancos reclináveis, tv, dvd, som ambiente, por quilômetro rodado.	KM	PRÓPRIA	5.425	R$ 7.69	R$ 41.718,25
6	Transporte rodoviário de passageiros sob regime de fretamento, por meio de **ônibus**, com capacidade mínima de 42 lugares, ar condicionado e som ambiente, por quilômetro rodado. Veículo com no máximo 15 anos de fabricação, incluindo condutor e combustível.	KM	PRÓPRIA	10.805	R$ 8.57	R$ 92.598,85
VALOR TOTAL: R$ 537.268,40 (Quinhentos e trinta e sete mil duzentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos).						

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2024), datada de 13 de Março de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da última assinatura digital.

JANE NUNES DE LIMA

Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Fornecedor:

Empresa:

Jomapa Transporte LTDA

CNPJ: 03.386.511/0001-81

Endereço: Rua Luzitana, 496 – Jardim Santos Dumont - Paranavaí - PR, 87.706-130

Nome do Representante:

NELMA DE FATIMA MARTINS LOPES

CPF: 487.779.609-63

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:93CB9E0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2024

(REAJUSTE DE VALOR)

Processo Digital 55574/2025

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53 e pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS para Contratação futura e parcelada de empresa para transporte de atletas em competições oficiais, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e transporte de usuários dos equipamentos CREAS, CRAS do Jd. São Jorge, CRAS do Jd. Maringá, CRAS Zona Leste, CRAS da Vila Operária, Abrigo Anjo da Guarda e Centro da Juventude, para passeios esportivos e culturais ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de Ônibus, Microônibus e Van.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,490243%** referente variação do INPC no período de NOVEMBRO/2024 a NOVEMBRO/2025, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 48/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 048/2024 passa a ser de: **VALOR TOTAL: R$ 94.058,00 (Noventa e quatro mil e cinquenta e oito reais).**

Fornecedor: **ELLA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA.**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
2	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS SOB REGIME DE FRETAMENTO, POR MEIO DE VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES, AR CONDICIONADO E SOM AMBIENTE, POR QUILÔMETRO RODADO. VEÍCULO COM NO MÁXIMO 15 ANOS DE FABRICAÇÃO, INCLUINDO CONDUTOR E COMBUSTÍVEL.	KM	PRÓPRIA	19.650	R$ 3,59	R$ 70.543,50
5	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS SOB REGIME DE FRETAMENTO, POR MEIO DE **VAN**, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES, AR CONDICIONADO E SOM AMBIENTE, POR QUILÔMETRO RODADO. VEÍCULO COM NO MÁXIMO 15 ANOS DE FABRICAÇÃO, INCLUINDO CONDUTOR E COMBUSTÍVEL.	KM	PRÓPRIA	6.550	R$ 3,59	R$ 23.514,50
VALOR TOTAL: R$ 94.058,00 (Noventa e quatro mil e cinquenta e oito reais).						

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2024), datada de 11 de Março de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da última assinatura digital.

JANE NUNES DE LIMA

Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Fornecedor:

Empresa: Ella Transportes de Passageiros LTDA.

CNPJ: 29.594.291/0001-75

Endereço: Rua LUZIA GIZEK LOPES, 1065 - JARDIM ITALIA, Paranavaí - PR, 87.720-313

NOME DO REPRESENTANTE: CRISTIANO PEREIRA BARROS

CPF: 068.193.609-67

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:56DC2198

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2025

1° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2025

(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Secretários Municipais: RENATO DULTRA, ANDREIA MARTIS DE SOUZA** residente e domiciliado nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto é **Registro de Preços para aquisição de Ferramentas**, conforme edital de licitação nº 06/2025.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **5,201418%** referente variação do INPC-IBGE no período de JUNHO/2024 a JUNHO/2025, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 63/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 63/2025 passa a ser de: **R$ 4.639,32 (quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos).**

Fornecedor: **FOCO MATERIAIS ELETRICOS LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
41	Capa Chuva Material – Napa, Tipo Uso: Motoqueiro, Transmitância: Opaca, Cor: Preta, Características Adicionais: Conjunto Completo, Tamanho Referência: G – Código Catmat: 306207	UND	63	R$ 73,64	R$ 4.639,32

Total Fornecedor: R$ 4.639,32 (quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2025), datada de 11 de abril de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

RENATO DULTRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ANDREIA MARTIS DE SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

Fornecedor:

Empresa: E.G.J. SIMOES EPI'S LTDA

CNPJ: 33.356.350/0001-44

Endereço: Benedito Antônio De Luz, 179 – Vila Perus – São Paulo -SP, 05.202-100

Email: cazuza@egsimoes.com.br

Nome do Representante:

JUCELIO CAZUZA SIMOES

CPF: 923.275.755-91

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:DCBE0876

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 045/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 045/2024

(Reajuste de Valor)

PROCESSO DIGITAL: 53946/2025

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí/Pr, inscrita no CPF nº 042.081.609-77 e portadora da Cédula de Identidade RG. nº 843.459-46 PR, doravante denominada **contratante** e a empresa **LAVEBRAS GESTÃO TEXTEIS S.A,** pessoa jurídica de

direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **06.272.575/0066-95**, com endereço na Rua Sergio Gaspareto, 350, Cond. Ind Albino Nicolau Schmidt, Santos Dumont, na cidade de Cascavel/PR, CEP 85.804-608, Telefone: (49) 3566-3135, e-mail: rafael.reis@elis.com, licitacao@elisbrasil.com, neste ato representada pelos seus Diretores Sr. **OTÁVIO BATISTA DE CARVALHO NETO**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da cédula de identidade RG nº 4.191.060 SDS – PE e CPF nº 666.550.214-72 e Sr. **REMI MICHEL FOULADOUX**, francês, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RNE- V214380-9 e CPF nº 215.825.398-39, doravante denominado **Contratado**, resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas..

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente contrato é a Contratação de Empresa Especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR para a UPA24H,** com locação e higienização de enxoval, englobando o processamento de roupas e tecidos em geral, em todas as suas etapas, desde sua utilização até o seu retorno em ideais condições de reuso sob condições higiênicas sanitárias adequadas, com disponibilização de materiais e equipamentos, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, cuja especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 5,096104% referente variação do INPC no período de OUTUBRO/2024 a OUTUBRO/2025, com fundamento na Cláusula Nona do Contrato n° 045/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo realizado pela Divisão de Contabilidade do Município.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado do Contrato nº 045/2024 passa a ser de: **R$ 506.893,75 (quinhentos e seis mil oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).**

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	Prestação de Serviços de Lavanderia. Código CATSER 19542. Observações Complementares: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Lavanderia Hospitalar com locação e higienização de enxoval, englobando o processamento de roupas e tecidos em geral, em todas as suas etapas, desde sua utilização até o seu retorno em ideais condições de reuso sob condições higiênicas sanitárias adequadas, com disponibilização de materiais e equipamentos.	KG	45.625,00	R$ 11.11	R$ 506.893,75
R$ 506.893,75 (quinhentos e seis mil oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).					

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO Nº 045/2024), datado de 08 de maio de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:31536DE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação - Modificado

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 3039 Ano - Minuta - Licitação: 2025 Número - Minuta - Licitação: 161 codigoCliente: 3039 anoMinuta: 2025 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico Para Compras e serviços 64/2025

Processo Administrativo: 149/2025

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 64/2025, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

449313 - D.CAMP ALIMENTOS LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3	Leite de vaca, tipo integral, UHT (ultra high temperature), longa vida, esterilizado, em embalagem cartonada asséptica (Tetra Pak) de 1 litro.	LITRO	Líder	6.738	R$3,50	R$23.583,00
Total do Fornecedor:						R$23.583,00
2557886 - PANIFICADORA E CONFEITARIA REAL LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Pão de farinha de trigo refinada, tipo francês (pão branco, de sal), assado, com peso unitário mínimo de 50 g. Deve ser produzido a partir de farinha de trigo especial, sal, açúcar, água, fermento biológico (ou seco), podendo conter reforçadores, emulsificantes ou condicionadores permitidos pela legislação vigente.	KG	PRÓPRIA	9.585	R$16,75	R$160.548,75
4	Pão de farinha de trigo refinada, tipo francês (pão branco, de sal), assado, com peso unitário mínimo de 50 g. Deve ser produzido a partir de farinha de trigo especial, sal, açúcar, água, fermento biológico (ou seco), podendo conter reforçadores, emulsificantes ou condicionadores permitidos pela legislação vigente.	KG	PRÓPRIA	3.195	R$16,75	R$53.516,25
Total do Fornecedor:						R$214.065,00
2795515 - NOROESTE LICITACOES LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
2	Margarina cremosa, com sal, contendo no mínimo 80% de lipídios totais, acondicionada em pote plástico de 500 g	UNID	DORIANA	2.184	R$6,49	R$14.174,16
Total do Fornecedor:						R$14.174,16

Paranavaí, 17 de novembro de 2025

THAIS SOARES DA SILVA

Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Karla Nogueira Zanna Bianco
Código Identificador:9E07D43C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO I DO EDITAL N.º 10.003/2025 - GABARITO DEFINITIVO

580 - PROFESSOR DE APOIO

01: C	02: A	03: C	04: A	05: C	06: B	07: D	08: D	09: B	10: B
11: B	12: D	13: A	14: C	15: A	16: A	17: A	18: A	19: B	20: B
21: A	22: B	23: B	24: B	25: C	26: D	27: C	28: D	29: C	30: B
31: B	32: A	33: D	34: C	35: D	36: D	37: D	38: A	39: B	40: A

585 - PROFESSOR TRADUTOR E INTÉRPRETE EM LIBRAS

01: C	02: A	03: C	04: A	05: C	06: B	07: D	08: D	09: B	10: B
11: B	12: D	13: A	14: A	15: C	16: C	17: D	18: X	19: C	20: D
21: D	22: D	23: B	24: A	25: D	26: D	27: D	28: D	29: X	30: B
31: D	32: B	33: D	34: D	35: C	36: D	37: C	38: D	39: C	40: D

X-Questão Anulada

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:C783D409

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO III DO EDITAL N.º 10.003/2025 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

580 - PROFESSOR DE APOIO - PATO BRANCO

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0004379	ALINE ANTUNES	3,00	3,00	4,50	55,00	65,50	Ampla Concorrência
0004208	ALINE FERNANDA BOSIO	6,00	6,00	1,50	57,50	71,00	Ampla Concorrência
0004254	AMABILE SANTOS MARCANTE	6,00	6,00	4,50	65,00	81,50	Ampla Concorrência
0004220	AMANDA CAROLINI PINTO GUEDES ZINI	3,00	6,00	3,00	57,50	69,50	Ampla Concorrência
0004209	AMANDA EDUARDA BOSIO	9,00	6,00	6,00	70,00	91,00	Ampla Concorrência
0004110	ANA PAULA DA CONCEIÇÃO DE LIMA	6,00	9,00	6,00	62,50	83,50	Ampla Concorrência
0004288	ANA PAULA MASCARELLO	3,00	6,00	4,50	65,00	78,50	Ampla Concorrência
0004156	ANALICE ANTUNES DE CASTRO	9,00	3,00	4,50	47,50	64,00	Ampla Concorrência
0004133	ANALICE CECATTO	3,00	9,00	3,00	60,00	75,00	Ampla Concorrência
0004275	ANDRÉIA APARECIDA DE PAULA DOS SANTOS	3,00	6,00	4,50	55,00	68,50	Ampla Concorrência
0004325	ANDRÉIA ZANCANARO GIACOMELLI	6,00	3,00	4,50	57,50	71,00	Ampla Concorrência
0004216	ANDRESSA TOMAZINI ROSANELI	6,00	9,00	1,50	55,00	71,50	Ampla Concorrência
0004412	ANELIZE FERNANDA DA ROSA RIGOTTI	6,00	9,00	4,50	62,50	82,00	Ampla Concorrência
0004378	ANGELA ARAÚJO DA SILVA RIBEIRO	3,00	6,00	4,50	57,50	71,00	Ampla Concorrência
0004300	BETANIA CRISTINA RIGHI	9,00	3,00	4,50	57,50	74,00	Ampla Concorrência
0004234	BIANCA DUARTE DO AMARAL	12,00	9,00	6,00	60,00	87,00	Ampla Concorrência
0004266	BRUNA BETENCOURT CARVALHO	3,00	3,00	3,00	65,00	74,00	Ampla Concorrência
0004391	CAMILA SOARES DE PAULA	6,00	6,00	3,00	60,00	75,00	Ampla Concorrência
0004224	CASSIANE REGINA BALBINOTTI	9,00	0,00	3,00	40,00	52,00	Ampla Concorrência
0004298	CATIANA DA COSTA FLORES MESQUITA	0,00	3,00	4,50	62,50	70,00	Ampla Concorrência
0004142	CELIANE CRISTINA BORGES	3,00	3,00	3,00	60,00	69,00	Ampla Concorrência
0004200	CLAIR ALVES DE MIRANDA	3,00	3,00	1,50	45,00	52,50	Ampla Concorrência
0004400	CLARICE MONTEIRO DA LUZ	9,00	9,00	4,50	60,00	82,50	Ampla Concorrência
0004231	CLECI FRARÃO BORDIN	3,00	6,00	3,00	55,00	67,00	Ampla Concorrência
0004383	CLEUDES MARLI RODRIGUES VIERA FARIAS	3,00	9,00	1,50	40,00	53,50	Ampla Concorrência
0004153	CRISTIANE DOS SANTOS ALVES	3,00	9,00	4,50	62,50	79,00	Ampla Concorrência
0004312	DAIANA DO AMARAL	3,00	12,00	4,50	62,50	82,00	Ampla Concorrência
0004099	DAIANE DALLAGNOL	9,00	3,00	1,50	60,00	73,50	Ampla Concorrência
0004180	DAIANE MARTINS	3,00	3,00	4,50	57,50	68,00	Ampla Concorrência
0004348	DAIANE SCHERVINSKI PATRICIO	6,00	3,00	3,00	62,50	74,50	Ampla Concorrência
0004256	DALVANE SOARES PALUDO	9,00	3,00	4,50	62,50	79,00	Ampla Concorrência
0004347	DANIELA BORTOLINI	9,00	6,00	6,00	62,50	83,50	Ampla Concorrência
0004396	DANIELE MASCARELO	3,00	6,00	4,50	52,50	66,00	Ampla Concorrência
0004346	DARLEI JOSE RODRIGUES DA ROSA	6,00	9,00	4,50	55,00	74,50	Ampla Concorrência
0004151	DÉBORA MACHADO LOPES	6,00	6,00	4,50	60,00	76,50	Ampla Concorrência
0004121	DEISE CRISTINA BARONI PIERIN	3,00	9,00	4,50	60,00	76,50	Ampla Concorrência

0004188	DENISE DUARTE RIBEIRO	0,00	3,00	3,00	55,00	61,00	Ampla Concorrência
0004376	DENISE ZANCANARO	6,00	3,00	3,00	55,00	67,00	Ampla Concorrência
0004262	DENIZE REGINA MAGGI	6,00	6,00	4,50	70,00	86,50	Ampla Concorrência
0004280	DERCILDA FRAGA GIARETTA	3,00	0,00	1,50	57,50	62,00	Ampla Concorrência
0004182	DIANA ALVES	0,00	3,00	4,50	47,50	55,00	Ampla Concorrência
0004336	DILMARA APARECIDA DE QUADROS SIMON GOZESKI	0,00	3,00	3,00	62,50	68,50	Ampla Concorrência
0004308	EDIANA APARECIDA AGUIAR THOMÉ	6,00	9,00	4,50	60,00	79,50	Ampla Concorrência
0004249	EDIANA TREVISAN LEITE	9,00	12,00	6,00	65,00	92,00	Ampla Concorrência
0004138	EDUARDA ANDREONI	3,00	3,00	3,00	55,00	64,00	Ampla Concorrência
0004205	ELAINE DE FÁTIMA MENSCH BUFFON	6,00	9,00	3,00	57,50	75,50	Ampla Concorrência
0004394	ELAINE MARIA LEONARDI LEMONIE	6,00	3,00	3,00	60,00	72,00	Ampla Concorrência
0004140	ELAINE MOREIRA ALVES	12,00	0,00	6,00	65,00	83,00	Ampla Concorrência
0004168	ELEANDRA MEDEIROS WIETHOLTER	3,00	3,00	4,50	45,00	55,50	Ampla Concorrência
0004251	ELIENE MATOS ANDRADE	6,00	3,00	4,50	60,00	73,50	Ampla Concorrência
0004163	ELISANGELA LEONARDI MESQUITA	9,00	3,00	6,00	67,50	85,50	Ampla Concorrência
0004395	ELIZANDRA REGINA ORLICZEK	3,00	3,00	1,50	60,00	67,50	Ampla Concorrência
0004108	EMANUELLY DA COSTA SILVA	3,00	3,00	4,50	62,50	73,00	Afrodescendente
0004307	EMILY DOS SANTOS XAVIER	3,00	3,00	6,00	67,50	79,50	Ampla Concorrência
0004333	ERENI KOSLINSKI REDIVO	9,00	0,00	3,00	40,00	52,00	Ampla Concorrência
0004237	ESTELA APARECIDA MARTINS FABIAN	6,00	3,00	3,00	57,50	69,50	Ampla Concorrência
0004387	ESTELA MARI ZIERHUT	3,00	9,00	4,50	55,00	71,50	Ampla Concorrência
0004304	EVELÇO BARBOSA	12,00	3,00	6,00	65,00	86,00	Ampla Concorrência
0004324	FABIANA DE FRAGA	6,00	3,00	6,00	57,50	72,50	Ampla Concorrência
0004277	FABIANA TELLES DA SILVA	6,00	3,00	3,00	52,50	64,50	Ampla Concorrência
0004315	FERNANDA CRISTINA VENTURIN DA SILVA	3,00	3,00	4,50	52,50	63,00	Ampla Concorrência
0004353	FERNANDA FELIPPE	6,00	9,00	4,50	55,00	74,50	Ampla Concorrência
0004320	FLAVIANI DA SILVA QUEIROZ	3,00	0,00	1,50	55,00	59,50	PcD - Pessoa com Deficiência
0004147	FRANCELIA APARECIDA TITTON DOS PASSOS	3,00	3,00	3,00	65,00	74,00	Ampla Concorrência
0004282	FRANCIELI TROJAN	3,00	9,00	3,00	60,00	75,00	Ampla Concorrência
0004172	FRANCIELY NAYANA CORDEIRO CARDOSO	0,00	0,00	4,50	60,00	64,50	Ampla Concorrência
0004289	FRANCIENE SUMITIAN SILVA LACERDA	3,00	0,00	3,00	65,00	71,00	Ampla Concorrência
0004096	GÉSSICA DE ALMEIDA TRINDADE CARDOSO	3,00	9,00	3,00	60,00	75,00	Ampla Concorrência
0004323	GILMARA APARECIDA TAJARIOL	3,00	3,00	1,50	50,00	57,50	Ampla Concorrência
0004104	GISELE DAMBROS	0,00	6,00	3,00	50,00	59,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0004226	GISELI TARTARI BOASTIK	3,00	6,00	4,50	60,00	73,50	Ampla Concorrência
0004187	GIZELE KARPINSKI BATTISTONI	3,00	3,00	1,50	47,50	55,00	Ampla Concorrência
0004123	IARA DE LIMA RETORE	6,00	3,00	4,50	60,00	73,50	Ampla Concorrência
0004207	INDIAMARA PADILHA TONIAL	6,00	3,00	4,50	60,00	73,50	Ampla Concorrência
0004393	INESITA BONETTI VIEIRA	9,00	3,00	4,50	55,00	71,50	Ampla Concorrência
0004401	IONE APARECIDA FLORENCO DE MATTOS DANGUI	9,00	9,00	3,00	57,50	78,50	Ampla Concorrência
0004160	IVONE FAUST	6,00	3,00	3,00	60,00	72,00	Ampla Concorrência
0004285	IVONE SANTOS HAEFLIGER	3,00	6,00	4,50	57,50	71,00	Ampla Concorrência
0004115	IZIS DE COL ACORSI GOULART	6,00	9,00	4,50	70,00	89,50	Ampla Concorrência
0004214	JANAINA GRAICY PICOLOTTO	3,00	6,00	3,00	65,00	77,00	Ampla Concorrência
0004408	JANE CARVALHO	3,00	0,00	3,00	52,50	58,50	Ampla Concorrência
0004356	JANICE DE FÁTIMA CHAGAS LEAL	3,00	9,00	3,00	57,50	72,50	Ampla Concorrência
0004339	JAYLANE STEFANE REBOUÇAS NASCIMENTO	6,00	6,00	4,50	57,50	74,00	Afrodescendente
0004119	JEISIBEL BARBOZA	6,00	3,00	1,50	62,50	73,00	Ampla Concorrência
0004213	JESSICA DA SILVA LISBOA	6,00	0,00	1,50	50,00	57,50	Ampla Concorrência
0004253	JHULYANE CRISTINA MAYER PEREIRA	6,00	0,00	4,50	60,00	70,50	Ampla Concorrência
0004233	JOANA CRISTINA DA ROSA INGLES	9,00	6,00	6,00	60,00	81,00	Ampla Concorrência
0004130	JOCELAINE BARONI	3,00	6,00	4,50	62,50	76,00	Ampla Concorrência
0004343	JOCIMAR MORAES	0,00	6,00	3,00	57,50	66,50	Ampla Concorrência
0004118	JOELMA GERTRUDES VAIZ	3,00	3,00	1,50	52,50	60,00	Ampla Concorrência
0004385	JOICE LIBIA PEREIRA DA SILVA	3,00	0,00	3,00	62,50	68,50	Afrodescendente
0004252	JOICE SALETE CAPPOANI	3,00	9,00	3,00	60,00	75,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0004370	JOSÉ HENRIQUE DOS REIS	3,00	3,00	3,00	62,50	71,50	Ampla Concorrência
0004111	JOSEANE ANDREIA LIBRELATO	3,00	3,00	4,50	60,00	70,50	Ampla Concorrência
0004185	JOYCE ALESSANDRA BORGES	6,00	6,00	3,00	52,50	67,50	Ampla Concorrência
0004363	JUÇARA CARDOSO RIBAS	6,00	3,00	3,00	65,00	77,00	Ampla Concorrência
0004375	JUCERLI RODRIGUES DE OLIVEIRA VIANA	9,00	6,00	1,50	60,00	76,50	Ampla Concorrência
0004305	JULIANA FELIPPE	6,00	6,00	0,00	65,00	77,00	Ampla Concorrência
0004278	JULIANA KUNEN AMÉRICO	6,00	6,00	4,50	70,00	86,50	Ampla Concorrência
0004098	JULIANA PASQUALI	3,00	9,00	3,00	70,00	85,00	Ampla Concorrência
0004330	KATLEN DE SOUZA	6,00	3,00	3,00	50,00	62,00	Ampla Concorrência
0004413	KAUANE CARNEIRO NUNES	3,00	6,00	3,00	67,50	79,50	Ampla Concorrência
0004114	KÉDIMA ALVES DA COSTA	3,00	9,00	4,50	57,50	74,00	Ampla Concorrência
0004321	KELLI DAIANE DA SILVA	6,00	9,00	4,50	65,00	84,50	Ampla Concorrência
0004259	LAIANA CORREA BAPTISTA CAIÇARA	0,00	3,00	4,50	45,00	52,50	Ampla Concorrência
0004270	LEIDIANE DE OLIVEIRA	3,00	3,00	4,50	62,50	73,00	Ampla Concorrência
0004094	LEILA BATTISTI	3,00	0,00	3,00	60,00	66,00	Ampla Concorrência
0004303	LEILA CRISTINA BONADIMANN	6,00	3,00	4,50	65,00	78,50	Ampla Concorrência
0004317	LEONETE DE GODOY	3,00	3,00	6,00	65,00	77,00	Ampla Concorrência
0004236	LEONILDA SIMÃO RIBEIRO	3,00	3,00	4,50	60,00	70,50	Ampla Concorrência
0004355	LIDIANE ZINI	3,00	0,00	3,00	60,00	66,00	Ampla Concorrência
0004326	LIGIA MARA DE SOUZA	9,00	9,00	3,00	52,50	73,50	Ampla Concorrência
0004279	LILIANE GONÇALVES MENDES	6,00	9,00	3,00	62,50	80,50	Ampla Concorrência
0004337	LISANGELA MARONI	6,00	9,00	6,00	60,00	81,00	Ampla Concorrência
0004176	LUCIANA DE FATIMA BURILLE	6,00	3,00	1,50	50,00	60,50	Ampla Concorrência
0004402	LUCIANA PEREIRA DA CRUZ	9,00	3,00	4,50	62,50	79,00	Ampla Concorrência
0004255	LUCIANE DO AMARAL DA COSTA	0,00	0,00	4,50	60,00	64,50	Ampla Concorrência
0004359	LUCIANE MATTOS CARVALHO	6,00	6,00	3,00	47,50	62,50	Ampla Concorrência
0004136	LUCIELI FABRIS DOS SANTOS	6,00	0,00	4,50	55,00	65,50	Ampla Concorrência
0004334	LURDES BUNN	3,00	9,00	4,50	55,00	71,50	Ampla Concorrência
0004357	MARCELI SOARES	3,00	3,00	6,00	50,00	62,00	Ampla Concorrência
0004381	MARGARETE DIAS	3,00	6,00	3,00	52,50	64,50	Ampla Concorrência
0004309	MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	3,00	0,00	1,50	55,00	59,50	Ampla Concorrência
0004184	MARIA CECÍLIA BELUSSO	9,00	6,00	0,00	57,50	72,50	Ampla Concorrência
0004414	MARIA EDUARDA COTTET	9,00	6,00	4,50	62,50	82,00	Ampla Concorrência

0004351	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA	9,00	3,00	3,00	60,00	75,00	Ampla Concorrência
0004146	MARIA FRANCIELI MACIEL	9,00	0,00	4,50	55,00	68,50	Ampla Concorrência
0004374	MARIA JOCELI PONTES	6,00	6,00	3,00	65,00	80,00	Ampla Concorrência
0004287	MARIA ZENORI DA SILVA GUIMARÃES	3,00	3,00	4,50	55,00	65,50	Ampla Concorrência
0004291	MARICLEIA MAY	6,00	6,00	4,50	57,50	74,00	Ampla Concorrência
0004120	MARISTELA CAMARGO DO COUTO	6,00	12,00	6,00	65,00	89,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0004211	MARLENE TRICHES PAINIM	9,00	0,00	6,00	60,00	75,00	Ampla Concorrência
0004361	MARLICE DE SOUZA	3,00	3,00	3,00	55,00	64,00	Ampla Concorrência
0004169	MAYRA SARTURI	6,00	0,00	3,00	52,50	61,50	Ampla Concorrência
0004195	MONICA LUIZA BALBINOTTI	0,00	9,00	4,50	55,00	68,50	Ampla Concorrência
0004158	NATHALIA MONTEIRO	6,00	3,00	4,50	55,00	68,50	Ampla Concorrência
0004367	NEIMARA CECCHI DE ALMEIDA	12,00	6,00	4,50	60,00	82,50	Ampla Concorrência
0004260	NEUSA FATIMA RIGO POCIANO	6,00	9,00	3,00	57,50	75,50	Ampla Concorrência
0004203	PATRICIA NATIELY RIBEIRO	0,00	6,00	4,50	60,00	70,50	Ampla Concorrência
0004154	PATRICIA SARTURI	0,00	6,00	3,00	52,50	61,50	Ampla Concorrência
0004223	POLIANE FONTANA	9,00	6,00	3,00	62,50	80,50	Ampla Concorrência
0004116	PRISCILA CAROLINE RODRIGUES SOARES	6,00	6,00	3,00	52,50	67,50	Ampla Concorrência
0004397	RAQUEL DA TRINDADE DE MELLO	3,00	6,00	3,00	45,00	57,00	Ampla Concorrência
0004204	RENATA SVIDZINSKI	3,00	3,00	3,00	42,50	51,50	Ampla Concorrência
0004257	ROBERTA FIORI	6,00	9,00	4,50	60,00	79,50	Ampla Concorrência
0004365	ROSANA APARECIDA DALLEMOLE	3,00	0,00	0,00	57,50	60,50	Ampla Concorrência
0004267	ROSELAINE CHAVES	3,00	0,00	3,00	52,50	58,50	Ampla Concorrência
0004296	ROSELI DA SILVA FERREIRA	6,00	3,00	3,00	52,50	64,50	Ampla Concorrência
0004250	ROSELI DE MATTOS TURMINA	6,00	3,00	6,00	65,00	80,00	Ampla Concorrência
0004338	ROSELI FERNANDES	9,00	3,00	4,50	60,00	76,50	Ampla Concorrência
0004313	ROSELIA ANTUNES DE JESUS	12,00	9,00	4,50	57,50	83,00	Ampla Concorrência
0004373	ROSEMARI DA SILVA ANTUNES	6,00	0,00	4,50	55,00	65,50	Afrodescendente
0004364	ROSIMARY TATTO	12,00	9,00	4,50	65,00	90,50	Ampla Concorrência
0004295	RUTE RAMOS DA SILVA MARIANO	6,00	6,00	4,50	67,50	84,00	Ampla Concorrência
0004143	SABRINA DAS GRAÇAS ANDRYJAK PEREIRA	6,00	0,00	3,00	47,50	56,50	Ampla Concorrência
0004097	SALETE DE FATIMA MENEZES DA SILVA	6,00	12,00	4,50	57,50	80,00	Ampla Concorrência
0004201	SAMARA TIBES PEGORINI	3,00	0,00	1,50	65,00	69,50	Ampla Concorrência
0004148	SANDRA APARECIDA FERNANDES	3,00	9,00	3,00	57,50	72,50	Ampla Concorrência
0004293	SANDRA MARA GOMES DA SILVA BIN	3,00	3,00	3,00	60,00	69,00	Ampla Concorrência
0004137	SANDRIANI C	0,00	9,00	3,00	62,50	74,50	Ampla Concorrência
0004407	SILMARA APARECIDA DOS SANTOS	0,00	3,00	1,50	52,50	57,00	Ampla Concorrência
0004276	SILMARA RODRIGUES DA ROSA BOGGIO	3,00	3,00	3,00	62,50	71,50	Ampla Concorrência
0004221	SILVANA APARECIDA RODRIGUES PINTO	3,00	6,00	4,50	62,50	76,00	Ampla Concorrência
0004175	SILVANE MALAGGI LUSA	9,00	6,00	3,00	47,50	65,50	Ampla Concorrência
0004193	SIMONE D EFATIMA DALAPICOLA	9,00	6,00	3,00	62,50	80,50	Ampla Concorrência
0004155	SIRLEI CARVALHO DE ALMEIDA	3,00	6,00	4,50	40,00	53,50	Ampla Concorrência
0004171	SUELIN CRISTINE BEATRIZ BENTO	3,00	6,00	4,50	62,50	76,00	Ampla Concorrência
0004222	SUSANA CLEIA MARONI MARTINS	3,00	3,00	3,00	60,00	69,00	Ampla Concorrência
0004390	SUZANA KUZMA	3,00	6,00	4,50	55,00	68,50	Ampla Concorrência
0004406	SUZANE SANAGIOTTO FACCIN	9,00	3,00	3,00	62,50	77,50	Ampla Concorrência
0004149	TAINARA SCHIOCHET DOS SANTOS	3,00	3,00	3,00	55,00	64,00	Ampla Concorrência
0004103	TAMI ALVES DE CARVALHO	3,00	3,00	1,50	55,00	62,50	Ampla Concorrência
0004131	TEREZINHA MARLI DE OLIVEIRA	3,00	6,00	1,50	52,50	63,00	Afrodescendente
0004128	VANDERLEIA MARTINS DOS REIS	6,00	3,00	4,50	65,00	78,50	Ampla Concorrência
0004126	VANESSA PAULA RODRIGUES	6,00	9,00	6,00	65,00	86,00	Ampla Concorrência
0004166	VANIA MANGONI BARONI	9,00	6,00	3,00	52,50	70,50	Ampla Concorrência
0004229	VANUSA CARLI NOGUEIRA	3,00	9,00	3,00	57,50	72,50	Ampla Concorrência

585 - PROFESSOR TRADUTOR E INTÉRPRETE EM LIBRAS - PATO BRANCO

INSCRIÇÃO	NOME	LPO	MAT	CG	CE	PONTOS	MODALIDADE
0004152	CLARICE WEIHRICH ZANOTTO	12,00	12,00	6,00	62,50	92,50	Ampla Concorrência
0004117	GIGLIANE PATRÍCIA PASSOS DE ANDRADE	9,00	9,00	1,50	45,00	64,50	Ampla Concorrência
0004404	ILIANE SELZLEIN	3,00	3,00	6,00	50,00	62,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0004366	LARISSA DE QUADROS	9,00	3,00	6,00	57,50	75,50	Ampla Concorrência
0004102	LUCAS FANTINEL SAGGIN	3,00	6,00	1,50	45,00	55,50	Ampla Concorrência
0004342	MONICA SANTINI DE OLIVEIRA DOKI	6,00	12,00	4,50	67,50	90,00	Ampla Concorrência
0004165	NATANIELY RUFATTO CALDALTO	3,00	6,00	4,50	45,00	58,50	Ampla Concorrência

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:E1EF221F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 11.003/2025 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

580 - PROFESSOR DE APOIO - PATO BRANCO

INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULO DE DOUTOR	TÍTULO DE MESTRE	TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0004379	ALINE ANTUNES	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004208	ALINE FERNANDA BOSIO	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004209	AMANDA EDUARDA BOSIO	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência

0004110	ANA PAULA DA CONCEIÇÃO DE LIMA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004288	ANA PAULA MASCARELLO	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004275	ANDRÉIA APARECIDA DE PAULA DOS SANTOS	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004216	ANDRESSA TOMAZINI ROSANELI	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004412	ANELIZE FERNANDA DA ROSA RIGOTTI	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004298	CATIANA DA COSTA FLORES MESQUITA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004142	CELIANE CRISTINA BORGES	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004200	CLAIR ALVES DE MIRANDA	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004383	CLEUDES MARLI RODRIGUES VIERA FARIAS	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004312	DAIANA DO AMARAL	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004099	DAIANE DALLAGNOL	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004347	DANIELA BORTOLINI	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004396	DANIELE MASCARELO	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004346	DARLEI JOSE RODRIGUES DA ROSA	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004151	DÉBORA MACHADO LOPES	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004121	DEISE CRISTINA BARONI PIERIN	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004376	DENISE ZANCANARO	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004262	DENIZE REGINA MAGGI	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004280	DERCILDA FRAGA GIARETTA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004249	EDIANA TREVISAN LEITE	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004205	ELAINE DE FÁTIMA MENSCH BUFFON	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004394	ELAINE MARIA LEONARDI LEMONIE	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004251	ELIENE MATOS ANDRADE	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004163	ELISANGELA LEONARDI MESQUITA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004395	ELIZANDRA REGINA ORLICZEK	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004108	EMANUELLY DA COSTA SILVA	0,00	0,00	2,00	2,00	Afrodescendente
0004237	ESTELA APARECIDA MARTINS FABIAN	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004387	ESTELA MARI ZIERHUT	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004304	EVELÇO BARBOSA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004277	FABIANA TELLES DA SILVA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004353	FERNANDA FELIPPE	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004147	FRANCELIA APARECIDA TITTON DOS PASSOS	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004282	FRANCIELI TROJAN	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004172	FRANCIELY NAYANA CORDEIRO CARDOSO	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004289	FRANCIENE SUMITIAN SILVA LACERDA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004323	GILMARA APARECIDA TAJARIOL	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004187	GIZELE KARPINSKI BATTISTONI	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004123	IARA DE LIMA RETORE	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004207	INDIAMARA PADILHA TONIAL	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004393	INESITA BONETTI VIEIRA	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004160	IVONE FAUST	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004285	IVONE SANTOS HAEFLIGER	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004115	IZIS DE COL ACORSI GOULART	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004119	JEISIBEL BARBOZA	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004253	JHULYANE CRISTINA MAYER PEREIRA	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004233	JOANA CRISTINA DA ROSA INGLES	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004130	JOCELAINE BARONI	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004343	JOCIMAR MORAES	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004370	JOSÉ HENRIQUE DOS REIS	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004111	JOSEANE ANDREIA LIBRELATO	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004305	JULIANA FELIPPE	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004278	JULIANA KUNEN AMÉRICO	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004098	JULIANA PASQUALI	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004330	KATLEN DE SOUZA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004321	KELLI DAIANE DA SILVA	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004270	LEIDIANE DE OLIVEIRA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004094	LEILA BATTISTI	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004303	LEILA CRISTINA BONADIMANN	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004317	LEONETE DE GODOY	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004236	LEONILDA SIMÃO RIBEIRO	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004355	LIDIANE ZINI	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004326	LIGIA MARA DE SOUZA	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004279	LILIANE GONÇALVES MENDES	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004337	LISANGELA MARONI	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004176	LUCIANA DE FATIMA BURILLE	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004255	LUCIANE DO AMARAL DA COSTA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004359	LUCIANE MATTOS CARVALHO	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004136	LUCIELI FABRIS DOS SANTOS	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004334	LURDES BUNN	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004374	MARIA JOCELI PONTES	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004291	MARICLEIA MAY	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004120	MARISTELA CAMARGO DO COUTO	0,00	0,00	2,00	2,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0004260	NEUSA FATIMA RIGO POCIANO	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004154	PATRICIA SARTURI	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004223	POLIANE FONTANA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004257	ROBERTA FIORI	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004365	ROSANA APARECIDA DALLEMOLE	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004267	ROSELAINE CHAVES	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004296	ROSELI DA SILVA FERREIRA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004250	ROSELI DE MATTOS TURMINA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004338	ROSELI FERNANDES	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004373	ROSEMARI DA SILVA ANTUNES	0,00	0,00	1,00	1,00	Afrodescendente
0004364	ROSIMARY TATTO	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004295	RUTE RAMOS DA SILVA MARIANO	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004097	SALETE DE FATIMA MENEZES DA SILVA	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004201	SAMARA TIBES PEGORINI	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004148	SANDRA APARECIDA FERNANDES	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004293	SANDRA MARA GOMES DA SILVA BIN	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004137	SANDRIANI C	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência

0004276	SILMARA RODRIGUES DA ROSA BOGGIO	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004175	SILVANE MALAGGI LUSA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004193	SIMONE D EFATIMA DALAPICOLA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004155	SIRLEI CARVALHO DE ALMEIDA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004222	SUSANA CLEIA MARONI MARTINS	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004390	SUZANA KUZMA	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004406	SUZANE SANAGIOTTO FACCIN	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004149	TAINARA SCHIOCHET DOS SANTOS	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004131	TEREZINHA MARLI DE OLIVEIRA	0,00	0,00	2,00	2,00	Afrodescendente
0004128	VANDERLEIA MARTINS DOS REIS	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004229	VANUSA CARLI NOGUEIRA	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência

585 - PROFESSOR TRADUTOR E INTÉRPRETE EM LIBRAS - PATO BRANCO

INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULO DE DOUTOR	TÍTULO DE MESTRE	TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0004152	CLARICE WEIHRICH ZANOTTO	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência
0004117	GIGLIANE PATRÍCIA PASSOS DE ANDRADE	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004366	LARISSA DE QUADROS	0,00	0,00	1,00	1,00	Ampla Concorrência
0004165	NATANIELY RUFATTO CALDALTO	0,00	0,00	2,00	2,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:4240AEBE

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 12/12/2025.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABL5H30	277510NIC0028161	04/10/2025	50020
AGX4536	277510Z000028947	02/10/2025	55412
AJK1536	277510Z000028936	02/10/2025	55412
AJT6J36	277510T000151062	15/10/2025	76841
ALF5755	277510T000151060	15/10/2025	60412
ALI5H24	277510T000148009	16/10/2025	60501
ALW6J35	277510NIC0028153	04/10/2025	50020
AMK9846	277510T000147022	17/10/2025	54870
AOE6E14	277510Z000028970	07/10/2025	55412
AOS0H93	277510Z000028977	07/10/2025	55412
APW5B49	277510NIC0028143	04/10/2025	50020
AQA5703	277510T000151076	18/10/2025	60412
AQC3E11	277510T000151064	15/10/2025	76842
AQP8B24	277510Z000028965	07/10/2025	55412
AQR1842	277510Z000028969	07/10/2025	55412
AQS4E12	277510Z000028949	02/10/2025	55412
AQV6458	277510T000140010	15/10/2025	76252
ARM9060	277510T000142023	15/10/2025	57030
ARO7C97	277510T000148008	16/10/2025	76331
ASH1497	277510T000138089	15/10/2025	55412
ATC6C32	277510T000148007	16/10/2025	76331
ATD8266	277510T000138082	15/10/2025	51851
ATK1J88	277510Z000028963	07/10/2025	55412
ATX8H56	277510Z000028942	02/10/2025	55412
AUA9J44	277510NIC0028142	04/10/2025	50020
AUC5H94	277510Z000028958	07/10/2025	55412
AUI3E84	277510Z000028971	07/10/2025	55412
AUV1747	277510T000138087	15/10/2025	76332
AVP5954	277510T000142032	15/10/2025	55412
AVS8J14	277510T000139076	15/10/2025	55412
AVU4685	277510Z000028953	02/10/2025	55412
AVZ6D19	277510NIC0028152	04/10/2025	50020
AVZ6D19	277510NIC0028146	04/10/2025	50020
AVZ6D19	277510NIC0028154	04/10/2025	50020
AWH4D08	277510Z000028943	02/10/2025	55412
AWM4031	277510Z000028934	02/10/2025	55412
AWV5J90	277510Z000028979	07/10/2025	55412
AXR9B05	277510T000151065	15/10/2025	76332
AXX3819	277510T000138084	15/10/2025	51852
AYF7237	277510T000141011	15/10/2025	60412
AYI8A12	277510NIC0028150	04/10/2025	50020
AYU1419	277510T000148006	16/10/2025	51851
AZD2I71	277510T000165025	16/10/2025	76251
AZM7H79	277510NIC0028155	04/10/2025	50020
AZP4A08	277510NIC0028173	04/10/2025	50020

AZZ4468	277510Z000028973	07/10/2025	55412
BAN2H12	277510NIC0028170	04/10/2025	50020
BAW9914	277510NIC0028167	04/10/2025	50020
BBE7G94	277510NIC0028151	04/10/2025	50020
BBF2C30	277510NIC0028166	04/10/2025	50020
BBF2C30	277510NIC0028165	04/10/2025	50020
BBF4H40	277510NIC0028148	04/10/2025	50020
BBF4H40	277510NIC0028149	04/10/2025	50020
BBU5I25	277510T000165024	16/10/2025	54521
BCE4J97	277510T000151071	15/10/2025	55412
BCJ4H03	277510NIC0028140	04/10/2025	50020
BCJ5F17	277510T000138081	15/10/2025	55417
BCS7I79	277510NIC0028163	04/10/2025	50020
BCY8D13	277510NIC0028159	04/10/2025	50020
BCZ4A39	277510T000151061	15/10/2025	73400
BDD6A31	277510T000148004	16/10/2025	55411
BDM8G62	277510NIC0028156	04/10/2025	50020
BDP7E83	277510T000137036	15/10/2025	60501
BDV1I56	277510T000138091	15/10/2025	55411
BEB9G53	277510Z000028954	02/10/2025	55412
BEE3E16	277510T000142027	15/10/2025	57030
BEF9I66	277510T000142026	15/10/2025	57030
BER8D92	277510Z000028961	07/10/2025	55412
BGX2A42	277510NIC0028174	04/10/2025	50020
CGR9087	277510T000138083	15/10/2025	51851
CIZ1J52	277510Z000028962	07/10/2025	55412
CMC2324	277510Z000028968	07/10/2025	55412
CZO8A37	277510T000138085	15/10/2025	51851
DKZ6A85	277510T000142029	15/10/2025	76332
DMV0J48	277510Z000028938	02/10/2025	55412
EFW5963	277510NIC0028168	04/10/2025	50020
EPZ2F18	277510Z000028952	02/10/2025	55412
HMJ8A00	277510Z000028941	02/10/2025	55412
IKI9I70	277510Z000028955	06/10/2025	55412
ILQ0B02	277510T000137034	15/10/2025	76332
INL2F24	277510Z000028978	07/10/2025	55412
IRZ6009	277510T000141012	15/10/2025	60412
IZM7A17	277510T000139074	15/10/2025	60412
JHX0I03	277510T000142035	16/10/2025	76332
JWT9I12	277510T000138088	15/10/2025	55417
KYY3A96	277510Z000028957	07/10/2025	55412
LMD9E24	277510T000148005	16/10/2025	76331
LXP6B09	277510NIC0028164	04/10/2025	50020
MAE6737	277510T000137033	15/10/2025	55411
MBL7C70	277510Z000028935	02/10/2025	55412
MDJ2I15	277510T000139075	15/10/2025	55411
MDL0A89	277510Z000028937	02/10/2025	55412
MGU3I96	277510T000141010	15/10/2025	60412
MHY6A66	277510T000142024	15/10/2025	76331
MJA8C03	277510T000149040	15/10/2025	76331
MJC5C26	277510T000147023	17/10/2025	55411
MKU2457	277510T000151070	15/10/2025	55412
MLC7588	277510T000139073	15/10/2025	60412
MLM0C10	277510Z000028960	07/10/2025	55412
NKA4J30	277510Z000028972	07/10/2025	55412
NSL0490	277510T000138079	15/10/2025	51851
OAU5F12	277510Z000028950	02/10/2025	55412
OAV4A15	277510T000145005	15/10/2025	76331
OQC3F79	277510NIC0028147	04/10/2025	50020
PKM2F64	277510NIC0028172	04/10/2025	50020
PYM7J91	277510T000151068	15/10/2025	76332
PYM7J91	277510Z000028966	07/10/2025	55412
QFM1J00	277510NIC0028145	04/10/2025	50020
QJE2C18	277510Z000028980	07/10/2025	55412
QJK4E38	277510NIC0028144	04/10/2025	50020
QJQ0A37	277510T000138092	15/10/2025	55417
QXL5H40	277510T000138093	15/10/2025	76331
RAD0H94	277510NIC0028157	04/10/2025	50020
RHF8F68	277510T000142030	15/10/2025	76332
RHL2F86	277510T000151059	15/10/2025	76332
RHV8C61	277510T000143033	17/10/2025	54600
RKW3H61	277510T000137040	16/10/2025	55412
RYC8F61	277510T000139072	15/10/2025	57030
SDP1B91	277510NIC0028169	04/10/2025	50020
SDP1B91	277510T000149041	15/10/2025	76331
SEE1F58	277510NIC0028158	04/10/2025	50020
SEK9I49	277510T000142037	16/10/2025	55412
SEL0F94	277510NIC0028141	04/10/2025	50020
SEV4B84	277510Z000028939	02/10/2025	55412
SFI3A48	277510T000139078	15/10/2025	76332
SIS7G39	277510NIC0028171	04/10/2025	50020
SXI7I22	277510NIC0028160	04/10/2025	50020
SXU6G36	277510T000138096	17/10/2025	55411
TAN3G85	277510NIC0028162	04/10/2025	50020
TAX1A86	277510Z000028944	02/10/2025	55412
TBH9B54	277510T000137035	15/10/2025	55414

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:13D583B9

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 15/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAJ9D00	277510T000096663	08/08/2025	55412	R$ 195.23
ABJ1494	277510Z000027926	01/08/2025	55412	R$ 195.23
ADG7990	277510T000017089	13/08/2025	55412	R$ 195.23
ADY2C11	277510Z000027958	05/08/2025	55412	R$ 195.23
AEY7B29	277510T000084336	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AFG4G90	277510T000094493	13/08/2025	76331	R$ 293.47
AFQ1E85	277510T000094477	12/08/2025	76332	R$ 293.47
AFT9I00	277510T000117053	12/08/2025	55680	R$ 195.23
AFW4E29	277510T000037734	12/08/2025	57380	R$ 293.47
AGB2128	277510T000096681	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AHD5822	277510T000094510	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AIA9939	277510Z000027968	05/08/2025	55412	R$ 195.23
AIF1A68	277510T000096683	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AIF1A68	277510T000076543	12/08/2025	76331	R$ 293.47
AIF5F09	277510T000096680	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AIH3177	277510T000005354	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AIR9997	277510T000116713	13/08/2025	76331	R$ 293.47
AJG1B82	277510T000037736	13/08/2025	76331	R$ 293.47
AJG2750	277510T000094498	13/08/2025	76332	R$ 293.47
AJS7753	277510T000096682	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AKE3528	277510Z000027921	01/08/2025	55412	R$ 195.23
AKO5F51	277510Z000027965	05/08/2025	55412	R$ 195.23
ALF0B62	277510Z000027966	05/08/2025	55412	R$ 195.23
ALJ4529	277510Z000027908	31/07/2025	55412	R$ 195.23
ALO0F45	277510T000096672	12/08/2025	51851	R$ 195.23
ALT3675	277510Z000027925	01/08/2025	55412	R$ 195.23
AMU7255	277510T000005345	12/08/2025	55412	R$ 195.23
ANH0J88	277510T000028686	14/08/2025	76331	R$ 293.47
ANI6923	277510T000028689	14/08/2025	51851	R$ 195.23
ANJ9791	277510Z000027935	01/08/2025	55412	R$ 195.23
ANV8G20	277510Z000027969	05/08/2025	55412	R$ 195.23
ANW9B65	277510T000037730	12/08/2025	55417	R$ 195.23
AON9C38	277510T000076544	14/08/2025	60412	R$ 195.23
AOU8D98	277510T000037750	14/08/2025	55411	R$ 195.23
AOV5425	277510T000028688	14/08/2025	55411	R$ 195.23
APZ3E60	277510T000056166	14/08/2025	51930	R$ 293.47
AQU5306	277510T000029954	08/08/2025	55412	R$ 195.23
ARB5435	277510T000116689	12/08/2025	60501	R$ 293.47
ARC1C48	277510T000117052	12/08/2025	55411	R$ 195.23
ARC4E58	277510T000096685	12/08/2025	55412	R$ 195.23
ARK8A22	277510Z000027912	31/07/2025	55412	R$ 195.23
ARN3491	277510Z000027970	05/08/2025	55412	R$ 195.23
ARO0B47	277510T000096667	08/08/2025	55412	R$ 195.23
ARS1E89	277510T000094490	13/08/2025	76332	R$ 293.47
ARU5764	277510T000005357	13/08/2025	76331	R$ 293.47
ASK6295	277510Z000027947	04/08/2025	55412	R$ 195.23
ASN2248	277510T000029977	14/08/2025	55417	R$ 195.23
ASO3284	277510Z000027932	01/08/2025	55412	R$ 195.23
ASU2984	277510T000029965	12/08/2025	76331	R$ 293.47
ASX3I00	277510T000112947	12/08/2025	55412	R$ 195.23
ATH9453	277510T000005362	13/08/2025	76251	R$ 293.47
ATK1J88	277510Z000027938	01/08/2025	55412	R$ 195.23
ATK1J88	277510T000028677	12/08/2025	55412	R$ 195.23
ATM2H69	277510Z000027928	01/08/2025	55412	R$ 195.23
ATM2H69	277510T000116703	13/08/2025	55412	R$ 195.23
ATM6777	277510T000112967	13/08/2025	76332	R$ 293.47
ATO4049	277510T000096692	13/08/2025	76331	R$ 293.47
ATW9E98	277510T000116685	12/08/2025	55412	R$ 195.23
ATX0D37	277510T000111198	13/08/2025	76331	R$ 293.47
AUA4093	277510T000112963	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AUD2E39	277510T000037751	14/08/2025	76251	R$ 293.47
AUE1G57	277510T000096675	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AUF7157	277510Z000027898	31/07/2025	55412	R$ 195.23
AUV0746	277510T000037729	12/08/2025	52311	R$ 130.16
AUZ0B94	277510Z000027953	04/08/2025	55412	R$ 195.23
AVM3702	277510T000094484	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AVO3472	277510T000028684	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AWC9C61	277510T000005350	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AWE7G80	277510T000085627	14/08/2025	55417	R$ 195.23
AWK6495	277510T000116688	12/08/2025	60501	R$ 293.47
AWN5H61	277510T000112943	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AWP5H49	277510T000116684	12/08/2025	76331	R$ 293.47

AXD2E32	277510T000117054	12/08/2025	55411	R$ 195.23
AXD8J40	277510T000096690	13/08/2025	76331	R$ 293.47
AXF5B88	277510T000029957	08/08/2025	55412	R$ 195.23
AXG5A75	277510T000029951	08/08/2025	55412	R$ 195.23
AXP6B15	277510T000085632	14/08/2025	55417	R$ 195.23
AXR3H45	277510T000005369	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AXR3H45	277510T000112969	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AYN1425	277510T000094519	13/08/2025	55412	R$ 195.23
AYR3I31	277510T000085614	13/08/2025	54522	R$ 195.23
AYY8J03	277510T000096684	12/08/2025	55412	R$ 195.23
AZK6399	277510T000112936	12/08/2025	76332	R$ 293.47
AZR2069	277510T000075521	12/08/2025	76331	R$ 293.47
AZS5H69	277510T000017088	13/08/2025	76331	R$ 293.47
AZT6H73	277510T000037752	14/08/2025	55417	R$ 195.23
AZZ5737	277510T000112957	13/08/2025	55417	R$ 195.23
BAA5700	277510T000005381	14/08/2025	76331	R$ 293.47
BAD4E68	277510Z000027976	05/08/2025	55412	R$ 195.23
BAN3B57	277510T000037753	14/08/2025	55417	R$ 195.23
BAU3B11	277510T000068276	12/08/2025	55412	R$ 195.23
BBF0367	277510T000096691	13/08/2025	54870	R$ 195.23
BBI3H10	277510T000117051	12/08/2025	55680	R$ 195.23
BBM4G35	277510T000111188	12/08/2025	55411	R$ 195.23
BBQ4515	277510T000094506	13/08/2025	55412	R$ 195.23
BBQ4520	277510T000094495	13/08/2025	60501	R$ 293.47
BBQ5H73	277510T000111194	13/08/2025	55411	R$ 195.23
BBY5798	277510T000116720	13/08/2025	55412	R$ 195.23
BCE1141	277510T000116701	13/08/2025	51930	R$ 293.47
BCE3283	277510T000116709	13/08/2025	55412	R$ 195.23
BCF2C31	277510T000094491	13/08/2025	60501	R$ 293.47
BCG3024	277510T000005343	12/08/2025	55417	R$ 195.23
BCH8601	277510T000085616	13/08/2025	76252	R$ 293.47
BCR8A87	277510Z000027914	31/07/2025	55412	R$ 195.23
BCW0D58	277510T000028685	13/08/2025	55412	R$ 195.23
BDD9D06	277510T000116693	12/08/2025	55412	R$ 195.23
BDE5I07	277510T000112955	13/08/2025	60501	R$ 293.47
BDF4E06	277510T000096677	12/08/2025	55412	R$ 195.23
BDL8H01	277510T000076542	12/08/2025	54522	R$ 195.23
BDS2211	277510T000094494	13/08/2025	76332	R$ 293.47
BDS3J29	277510T000094536	14/08/2025	56222	R$ 88.38
BDT5G15	277510Z000027954	01/08/2025	55412	R$ 195.23
BDW8D46	277510T000094492	13/08/2025	76332	R$ 293.47
BEB8F65	277510Z000027924	01/08/2025	55412	R$ 195.23
BEE2G76	277510T000112954	13/08/2025	60501	R$ 293.47
BEO7A22	277510T000112948	12/08/2025	55412	R$ 195.23
BEO7A47	277510T000112964	13/08/2025	55412	R$ 195.23
BEP2B55	277510T000094486	12/08/2025	55412	R$ 195.23
BER8D92	277510Z000027948	04/08/2025	55412	R$ 195.23
BLQ8E81	277510Z000027960	05/08/2025	55412	R$ 195.23
BWM5A56	277510T000037742	14/08/2025	55417	R$ 195.23
BZM2D85	277510T000112937	12/08/2025	55411	R$ 195.23
CCE7967	277510T000028671	08/08/2025	55412	R$ 195.23
CIU0E46	277510T000094534	14/08/2025	60412	R$ 195.23
CIU0E46	277510T000094535	14/08/2025	76332	R$ 293.47
CZZ6H79	277510T000037724	12/08/2025	76331	R$ 293.47
DEE8E14	277510T000116706	13/08/2025	55412	R$ 195.23
DGI1F14	277510T000094472	12/08/2025	55412	R$ 195.23
DGV4C31	277510Z000027907	31/07/2025	55412	R$ 195.23
DME7764	277510T000085623	13/08/2025	51851	R$ 195.23
DNI3317	277510T000111187	12/08/2025	57030	R$ 130.16
DRF5224	277510T000029962	08/08/2025	55412	R$ 195.23
DYA0H83	277510Z000027950	04/08/2025	55412	R$ 195.23
EAK4H18	277510T000005340	12/08/2025	55412	R$ 195.23
EBC8961	277510Z000027916	01/08/2025	55412	R$ 195.23
EEF1G09	277510T000085613	12/08/2025	54600	R$ 130.16
EIO4471	277510T000068273	12/08/2025	55412	R$ 195.23
EUS8H32	277510T000023130	12/08/2025	55411	R$ 195.23
EVY7D00	277510T000005347	12/08/2025	55412	R$ 195.23
FFO5B44	277510T000029971	12/08/2025	55412	R$ 195.23
FGI6E63	277510T000068275	12/08/2025	55412	R$ 195.23
FMZ3A55	277510T000112961	13/08/2025	76332	R$ 293.47
FNJ0507	277510Z000027922	01/08/2025	55412	R$ 195.23
FNY5J19	277510T000112942	12/08/2025	55412	R$ 195.23
FRR7I38	277510T000096679	12/08/2025	55412	R$ 195.23
FUV3E62	277510Z000027919	01/08/2025	55412	R$ 195.23
FWI5I59	277510Z000027929	01/08/2025	55412	R$ 195.23
GBX4H64	277510Z000027962	05/08/2025	55412	R$ 195.23
GMV8I46	277510T000005356	13/08/2025	76331	R$ 293.47
HDS8C84	277510T000005366	13/08/2025	55412	R$ 195.23
HGR9343	277510Z000027902	31/07/2025	55412	R$ 195.23
HGR9343	277510Z000027956	05/08/2025	55412	R$ 195.23
HGR9343	277510Z000027905	31/07/2025	55412	R$ 195.23
HGR9343	277510Z000027944	01/08/2025	55412	R$ 195.23
HNU0F91	277510Z000027975	05/08/2025	55412	R$ 195.23
HOE6B73	277510Z000027899	31/07/2025	55412	R$ 195.23
HTT2B82	277510T000085621	13/08/2025	76332	R$ 293.47
IKW6E21	277510T000116718	13/08/2025	55412	R$ 195.23
INF9E65	277510T000028681	13/08/2025	55411	R$ 195.23
INP8G96	277510T000056163	13/08/2025	55414	R$ 195.23
INU6G01	277510T000028680	13/08/2025	55411	R$ 195.23

IPO3A12	277510T000094487	12/08/2025	55412	R$ 195.23
ISM9H52	277510T000094499	13/08/2025	55412	R$ 195.23
JIH8A54	277510T000085630	14/08/2025	76332	R$ 293.47
KOW7G78	277510Z000027943	01/08/2025	55412	R$ 195.23
KOW7G78	277510Z000027964	05/08/2025	55412	R$ 195.23
LYG4G28	277510T000037728	12/08/2025	76251	R$ 293.47
LYR6B16	277510T000112933	08/08/2025	55412	R$ 195.23
MAW1818	277510T000085624	14/08/2025	60175	R$ 293.47
MBG8244	277510Z000027918	01/08/2025	55412	R$ 195.23
MCP2581	277510T000005351	12/08/2025	55412	R$ 195.23
MDH1736	277510Z000027933	01/08/2025	55412	R$ 195.23
MDJ1F73	277510Z000027967	05/08/2025	55412	R$ 195.23
MDL7305	277510T000096696	14/08/2025	76331	R$ 293.47
MEH9300	277510T000005341	12/08/2025	55412	R$ 195.23
MEM1890	277510Z000027895	31/07/2025	55412	R$ 195.23
MET1C49	277510T000085620	13/08/2025	51851	R$ 195.23
MGX5J53	277510T000094497	13/08/2025	60411	R$ 195.23
MIB6D45	277510T000028690	14/08/2025	60412	R$ 195.23
MIJ9I55	277510T000029959	08/08/2025	55412	R$ 195.23
MIP9B48	277510T000005348	12/08/2025	55412	R$ 195.23
MJE4G44	277510T000028672	08/08/2025	55412	R$ 195.23
MJX8B95	277510T000005353	12/08/2025	55412	R$ 195.23
MJY4343	277510T000005349	12/08/2025	55412	R$ 195.23
MKA2F85	277510T000116707	13/08/2025	55412	R$ 195.23
MKG7I29	277510T000094483	12/08/2025	55412	R$ 195.23
MKU3H68	277510T000094481	12/08/2025	76332	R$ 293.47
MKZ7H12	277510T000116710	13/08/2025	76331	R$ 293.47
MLC0258	277510T000096693	13/08/2025	76331	R$ 293.47
MLF2J22	277510Z000027951	04/08/2025	55412	R$ 195.23
MLM0C10	277510T000112939	12/08/2025	76251	R$ 293.47
MLW1826	277510Z000027913	31/07/2025	55412	R$ 195.23
MOS1C23	277510T000028676	12/08/2025	55411	R$ 195.23
MQQ3512	277510Z000027923	01/08/2025	55412	R$ 195.23
NKA4J30	277510T000094509	13/08/2025	55412	R$ 195.23
OKD0A83	277510T000085631	14/08/2025	55417	R$ 195.23
OQI6C88	277510T000111196	13/08/2025	60412	R$ 195.23
PDA5G70	277510T000112972	13/08/2025	60412	R$ 195.23
PIJ4J61	277510Z000027961	05/08/2025	55412	R$ 195.23
PJS0A10	277510Z000027959	05/08/2025	55412	R$ 195.23
PUZ1C59	277510T000029978	14/08/2025	76332	R$ 293.47
PZM8I90	277510T000116705	13/08/2025	55412	R$ 195.23
QBD4C51	277510T000068272	12/08/2025	55411	R$ 195.23
QBH1B53	277510T000084328	12/08/2025	76331	R$ 293.47
QHY9A28	277510Z000027945	01/08/2025	55412	R$ 195.23
QHZ5485	277510T000028692	14/08/2025	60412	R$ 195.23
QID9E42	277510T000085628	14/08/2025	60501	R$ 293.47
QIG7543	277510Z000027934	01/08/2025	55412	R$ 195.23
QII6A72	277510T000085622	13/08/2025	51851	R$ 195.23
QIZ1A85	277510T000116712	13/08/2025	76331	R$ 293.47
QJA3C35	277510T000094478	12/08/2025	76332	R$ 293.47
QJC1I20	277510T000055996	08/08/2025	61220	R$ 293.47
QJH6I10	277510Z000027896	31/07/2025	55412	R$ 195.23
QLB7H96	277510Z000027955	05/08/2025	55412	R$ 195.23
QPM4F22	277510T000028669	08/08/2025	55412	R$ 195.23
QRD0E67	277510T000116695	12/08/2025	55412	R$ 195.23
QTK3B79	277510T000096688	12/08/2025	76331	R$ 293.47
QUL8C14	277510T000056169	14/08/2025	76251	R$ 293.47
RHE3J59	277510Z000027911	31/07/2025	55412	R$ 195.23
RHQ8A16	277510T000116699	12/08/2025	76332	R$ 293.47
RHU5D77	277510T000116698	12/08/2025	55412	R$ 195.23
RHX4E44	277510T000111204	14/08/2025	55417	R$ 195.23
RHY1A39	277510T000028695	14/08/2025	55417	R$ 195.23
RLI7C07	277510T000005363	13/08/2025	55412	R$ 195.23
RLL2G63	277510T000111190	12/08/2025	55411	R$ 195.23
ROB4A16	277510Z000027906	31/07/2025	55412	R$ 195.23
RUY1B81	277510T000084333	12/08/2025	55411	R$ 195.23
RXP9F62	277510T000028683	13/08/2025	57463	R$ 130.16
RXY6H61	277510T000005368	13/08/2025	55412	R$ 195.23
SDQ1A94	277510Z000027937	01/08/2025	55412	R$ 195.23
SEB1A23	277510T000096664	08/08/2025	55412	R$ 195.23
SEG8F04	277510T000112946	12/08/2025	54600	R$ 130.16
SEJ5B43	277510T000037746	14/08/2025	55417	R$ 195.23
SEP2B82	277510T000028691	14/08/2025	76332	R$ 293.47
SEQ6I79	277510T000005339	12/08/2025	76331	R$ 293.47
SES9D99	277510Z000027931	01/08/2025	55412	R$ 195.23
SET8A00	277510T000037733	12/08/2025	55413	R$ 195.23
SEY7I42	277510T000005372	14/08/2025	58191	R$ 880.41
SEZ9G30	277510T000116717	13/08/2025	55412	R$ 195.23
SFC0I78	277510T000029966	12/08/2025	76332	R$ 293.47
SFM6H27	277510Z000027900	31/07/2025	55412	R$ 195.23
SFM6H27	277510Z000027941	01/08/2025	55412	R$ 195.23
SHR6I01	277510T000005344	12/08/2025	55412	R$ 195.23
SUL1A02	277510T000068271	12/08/2025	61650	R$ 195.23
SXE4I92	277510T000094475	12/08/2025	76332	R$ 293.47
SXE4I92	277510T000112965	13/08/2025	76332	R$ 293.47
SXV7F33	277510T000094504	13/08/2025	55412	R$ 195.23
SXX3F83	277510T000117055	13/08/2025	57030	R$ 130.16
TAI3B26	277510T000096699	14/08/2025	76331	R$ 293.47
TAJ6F94	277510T000096689	12/08/2025	76331	R$ 293.47

TAS8E47	277510T000094496	13/08/2025	60501	R$ 293.47
TAU2J85	277510T000112973	13/08/2025	55412	R$ 195.23
TAV6B65	277510T000037661	04/08/2025	65640	R$ 293.47
TBF1H40	277510T000096695	14/08/2025	55411	R$ 195.23
TBH6D68	277510T000112941	12/08/2025	76332	R$ 293.47
TBL9H22	277510T000112971	13/08/2025	57380	R$ 293.47
TBM5B36	277510T000094513	13/08/2025	60250	R$ 293.47
TBN7E31	277510T000028696	14/08/2025	60412	R$ 195.23
TBO9H99	277510Z000027927	01/08/2025	55412	R$ 195.23
TBQ9E82	277510T000094515	13/08/2025	66371	R$ 195.23
TBT3E74	277510T000037732	12/08/2025	76331	R$ 293.47

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:C63A93F2

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 18/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAK4489	277510T000116780	18/08/2025	55412	R$ 195.23
ABA4J26	277510T000028736	18/08/2025	55412	R$ 195.23
ACH6G88	277510Z000028007	07/08/2025	55412	R$ 195.23
ADG4747	277510T000085645	20/08/2025	60412	R$ 195.23
ADY2C11	277510Z000027983	06/08/2025	55412	R$ 195.23
AEW7H99	277510T000116751	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AEY1648	277510T000094580	20/08/2025	55412	R$ 195.23
AEY7B29	277510T000005398	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AFR8C70	277510T000037781	19/08/2025	76331	R$ 293.47
AGJ2F31	277510T000029979	15/08/2025	76251	R$ 293.47
AGJ2F31	277510Z000027987	06/08/2025	55412	R$ 195.23
AGM5D15	277510Z000028037	07/08/2025	55412	R$ 195.23
AGW6772	116100T002361347	19/08/2025	55680	R$ 195.23
AHE5594	277510Z000027999	06/08/2025	55412	R$ 195.23
AHL9G27	277510Z000028000	06/08/2025	55412	R$ 195.23
AIA1E84	277510Z000028019	07/08/2025	55412	R$ 195.23
AIG2131	277510T000094552	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AIH1A14	277510T000116789	18/08/2025	58191	R$ 880.41
AIL7J33	277510T000085637	15/08/2025	55411	R$ 195.23
AIM3A13	277510T000116750	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AIM3G66	277510T000037755	15/08/2025	55417	R$ 195.23
AIV8370	277510T000094577	20/08/2025	60412	R$ 195.23
AJA2838	277510T000037771	15/08/2025	55417	R$ 195.23
AJR9D41	277510Z000028038	07/08/2025	55412	R$ 195.23
AJX0846	277510T000094562	18/08/2025	76332	R$ 293.47
AKB0B63	277510T000005379	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AKE3658	277510T000056189	18/08/2025	68580	R$ 293.47
AKE4931	277510T000116807	19/08/2025	54521	R$ 195.23
AKG5948	277510T000116744	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AKM1H45	277510T000096705	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AKN8552	277510T000005376	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AKO4I09	277510T000056171	15/08/2025	76331	R$ 293.47
AKO5899	277510T000005396	16/08/2025	51930	R$ 293.47
AKO7576	277510Z000028059	08/08/2025	55412	R$ 195.23
AKY2730	277510T000028712	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AKZ9G11	277510T000116748	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ALA6E43	277510T000037757	15/08/2025	55417	R$ 195.23
ALC8E76	277510T000116786	18/08/2025	76331	R$ 293.47
ALE5695	277510T000028703	15/08/2025	76331	R$ 293.47
ALJ4529	277510T000028759	20/08/2025	55412	R$ 195.23
ALV1F94	277510T000094549	15/08/2025	55417	R$ 195.23
AMB2135	277510NIC0027708	05/08/2025	50020	R$ 586.94
AMI1713	277510T000116775	15/08/2025	76331	R$ 293.47
AMR2978	277510Z000028003	06/08/2025	55412	R$ 195.23
AMU7255	277510T000005409	20/08/2025	55412	R$ 195.23
AMU7255	277510T000116773	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AOB4J98	277510T000056188	18/08/2025	54870	R$ 195.23
AOP8968	277510T000028732	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AOV2J49	277510T000028701	15/08/2025	76331	R$ 293.47
AOW5613	277510T000028706	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AOY3532	277510T000075529	20/08/2025	55414	R$ 195.23
APC4504	277510T000094575	20/08/2025	60412	R$ 195.23
APJ8I69	277510NIC0027689	05/08/2025	50020	R$ 390.46
APJ8I69	277510T000005391	15/08/2025	55417	R$ 195.23
APZ3E60	277510T000116760	15/08/2025	76331	R$ 293.47
AQM1866	277510T000028723	15/08/2025	54522	R$ 195.23
AQM3D07	277510T000094566	18/08/2025	55417	R$ 195.23
AQR6J94	277510T000084366	19/08/2025	73662	R$ 130.16
AQY1G49	277510T000116777	18/08/2025	51851	R$ 195.23
AQY5F01	277510T000056173	15/08/2025	76331	R$ 293.47
AQZ7599	277510T000094567	18/08/2025	55412	R$ 195.23

ARD7107	277510T000094583	20/08/2025	55412	R$ 195.23
ARU0E35	277510T000116724	14/08/2025	76332	R$ 293.47
ASN0C54	277510T000028693	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ASW7J99	277510T000116781	18/08/2025	55412	R$ 195.23
ASZ0523	277510T000094520	13/08/2025	60412	R$ 195.23
ATC5705	277510T000056179	15/08/2025	76331	R$ 293.47
ATC5705	277510T000096707	15/08/2025	55412	R$ 195.23
ATI5A13	277510T000017099	20/08/2025	55412	R$ 195.23
ATK1J88	277510T000111207	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ATK1J88	277510T000029973	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ATK1J88	277510T000116770	15/08/2025	55412	R$ 195.23
ATN0H74	277510Z000028036	07/08/2025	55412	R$ 195.23
ATW9E98	277510T000111202	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ATZ9924	277510NIC0027714	05/08/2025	50020	R$ 390.46
AUO7613	277510NIC0027679	05/08/2025	50020	R$ 390.46
AUT6494	277510NIC0027709	05/08/2025	50020	R$ 586.94
AUU1G06	277510T000084365	19/08/2025	73662	R$ 130.16
AUY0G76	277510T000116799	19/08/2025	66372	R$ 195.23
AUZ5094	277510Z000028054	08/08/2025	55412	R$ 195.23
AVA4486	277510NIC0027684	05/08/2025	50020	R$ 586.94
AVA4486	277510NIC0027683	05/08/2025	50020	R$ 586.94
AVE5C21	277510T000028717	15/08/2025	55412	R$ 195.23
AVJ2G26	277510T000056187	18/08/2025	76331	R$ 293.47
AVJ6I71	277510T000029992	18/08/2025	76332	R$ 293.47
AVK7432	277510T000085640	15/08/2025	76252	R$ 293.47
AVM1I60	277510T000039442	20/08/2025	55411	R$ 195.23
AVN9C47	277510NIC0027685	05/08/2025	50020	R$ 586.94
AVS6E70	277510T000094560	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AVT5799	277510T000094547	15/08/2025	76332	R$ 293.47
AVU3G29	277510T000094545	15/08/2025	76332	R$ 293.47
AVZ6D19	277510T000005392	15/08/2025	76331	R$ 293.47
AWE0D38	277510Z000028044	07/08/2025	55412	R$ 195.23
AWE0E71	277510T000116749	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AWG9J84	277510T000028735	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AWH4A15	277510T000084346	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AWQ9495	277510T000028757	20/08/2025	55412	R$ 195.23
AWR8A75	277510T000116792	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AWV0B22	277510T000116737	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AWZ9J04	277510T000112975	14/08/2025	55417	R$ 195.23
AXC2F60	277510Z000027989	06/08/2025	55412	R$ 195.23
AXC2H67	277510T000085634	15/08/2025	55411	R$ 195.23
AXJ8H19	277510T000029983	15/08/2025	76332	R$ 293.47
AXL7G68	277510T000084350	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AXU4633	277510Z000028064	08/08/2025	55412	R$ 195.23
AXU5855	277510NIC0027707	05/08/2025	50020	R$ 390.46
AXV2977	277510T000039438	15/08/2025	76251	R$ 293.47
AYM1367	277510T000029997	18/08/2025	76332	R$ 293.47
AYQ8J45	277510T000029994	18/08/2025	55412	R$ 195.23
AYU1A25	277510T000017091	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AYX1G90	277510T000029988	18/08/2025	76332	R$ 293.47
AYY8531	277510T000084352	14/08/2025	55412	R$ 195.23
AYZ1C19	277510T000094546	15/08/2025	76331	R$ 293.47
AZF2373	277510T000028748	20/08/2025	76251	R$ 293.47
BAB5591	277510T000029985	18/08/2025	55411	R$ 195.23
BAE7320	277510T000037756	15/08/2025	76251	R$ 293.47
BAF2B59	277510T000116794	18/08/2025	55412	R$ 195.23
BAF2D59	277510T000111212	15/08/2025	76331	R$ 293.47
BAH1A76	277510T000094554	15/08/2025	76332	R$ 293.47
BAK3G19	277510T000037759	15/08/2025	76331	R$ 293.47
BAN6F05	277510Z000028014	07/08/2025	55412	R$ 195.23
BAP0B93	277510T000085636	15/08/2025	76252	R$ 293.47
BAS6E06	277510NIC0027721	05/08/2025	50020	R$ 390.46
BAY0E15	277510T000028670	08/08/2025	55417	R$ 195.23
BBE1829	277510T000037777	18/08/2025	76331	R$ 293.47
BBE7G94	277510T000075528	20/08/2025	54870	R$ 195.23
BBF2E61	277510T000037774	18/08/2025	54521	R$ 195.23
BBF4J64	277510T000094541	14/08/2025	55412	R$ 195.23
BBJ3G40	277510T000094572	19/08/2025	76332	R$ 293.47
BBM6153	277510T000116806	19/08/2025	54600	R$ 130.16
BCE3283	277510T000094540	14/08/2025	55412	R$ 195.23
BCF1D44	277510T000005410	20/08/2025	55412	R$ 195.23
BCL1F51	277510NIC0027678	05/08/2025	50020	R$ 390.46
BCL9I32	277510T000094574	20/08/2025	76332	R$ 293.47
BCM4F31	277510T000037782	20/08/2025	76331	R$ 293.47
BCP8E19	277510T000028733	18/08/2025	55412	R$ 195.23
BCS9A47	277510T000084360	18/08/2025	55417	R$ 195.23
BCT5E54	277510T000084370	20/08/2025	55411	R$ 195.23
BCU8D30	277510T000116761	15/08/2025	76332	R$ 293.47
BDG7F77	277510NIC0027715	05/08/2025	50020	R$ 586.94
BDK7F94	277510T000096708	15/08/2025	55412	R$ 195.23
BDM6G28	277510T000028762	20/08/2025	55412	R$ 195.23
BDM8G62	277510T000096721	19/08/2025	76331	R$ 293.47
BDP1B84	277510NIC0027688	05/08/2025	50020	R$ 390.46
BDP2B76	277510T000116800	19/08/2025	60412	R$ 195.23
BDQ7E04	277510T000028746	19/08/2025	76252	R$ 293.47
BDT7C93	277510Z000028050	08/08/2025	55412	R$ 195.23
BDW5A30	277510Z000028058	08/08/2025	55412	R$ 195.23
BDZ1F63	277510T000017101	20/08/2025	55412	R$ 195.23
BEA8E98	277510Z000028057	08/08/2025	55412	R$ 195.23

BEB9D08	277510T000028708	15/08/2025	55412	R$ 195.23
BEE5B52	277510T000112979	15/08/2025	60412	R$ 195.23
BEM8G95	277510T000116779	18/08/2025	73400	R$ 130.16
BEW8F46	277510T000056182	18/08/2025	76331	R$ 293.47
BEZ7H73	277510T000037763	15/08/2025	55414	R$ 195.23
BLQ8E81	277510Z000027982	06/08/2025	55412	R$ 195.23
BLQ8E81	277510Z000027997	06/08/2025	55412	R$ 195.23
CGR6D95	277510Z000028042	07/08/2025	55412	R$ 195.23
DCE7J25	277510T000029993	18/08/2025	76332	R$ 293.47
DHG4G16	116100T002763674	18/08/2025	55680	R$ 195.23
DMZ7I21	277510NIC0027716	05/08/2025	50020	R$ 586.94
DQT2J01	277510T000037780	18/08/2025	52311	R$ 130.16
DRI9F44	277510T000030000	18/08/2025	55412	R$ 195.23
DTB2H50	277510T000039437	15/08/2025	76252	R$ 293.47
DZC7H04	277510T000116790	18/08/2025	55412	R$ 195.23
EBW0214	277510Z000028021	07/08/2025	55412	R$ 195.23
EFA9613	277510T000116738	14/08/2025	55412	R$ 195.23
EFU3B62	277510Z000028002	06/08/2025	55412	R$ 195.23
EGE8G84	277510T000028751	20/08/2025	55411	R$ 195.23
ELD4E66	277510T000116795	19/08/2025	76331	R$ 293.47
ELR8H05	116100T002763675	18/08/2025	55680	R$ 195.23
EMD2671	277510T000116736	14/08/2025	55412	R$ 195.23
ENM5E43	277510T000112976	14/08/2025	76332	R$ 293.47
ERH7H05	277510NIC0027713	05/08/2025	50020	R$ 390.46
EVK3E11	277510T000037784	20/08/2025	55417	R$ 195.23
EZA8J55	277510T000096711	18/08/2025	55412	R$ 195.23
FAA9H99	277510Z000028056	08/08/2025	55412	R$ 195.23
FAA9H99	277510Z000028033	07/08/2025	55412	R$ 195.23
FBR6F33	277510NIC0027700	05/08/2025	50020	R$ 586.94
FCG5I22	277510T000005397	16/08/2025	60412	R$ 195.23
FCP6A83	277510T000094538	14/08/2025	55412	R$ 195.23
FGD0411	277510T000084347	14/08/2025	55412	R$ 195.23
FGP4E47	277510T000056175	15/08/2025	76331	R$ 293.47
FHM1B87	277510T000116747	14/08/2025	55412	R$ 195.23
FJM5B94	277510T000028725	18/08/2025	76331	R$ 293.47
FPT4B10	277510T000056178	15/08/2025	76251	R$ 293.47
HGR9343	277510T000017098	20/08/2025	55412	R$ 195.23
HGR9343	277510T000084355	15/08/2025	55412	R$ 195.23
HGR9343	277510T000116783	18/08/2025	55412	R$ 195.23
HGR9343	277510Z000027994	06/08/2025	55412	R$ 195.23
HIG2C13	277510T000094569	18/08/2025	55412	R$ 195.23
HNU0F91	277510Z000027991	06/08/2025	55412	R$ 195.23
HTD0207	277510NIC0027693	05/08/2025	50020	R$ 586.94
HTN5570	277510T000116801	19/08/2025	60412	R$ 195.23
HXB1696	277510T000096704	15/08/2025	55412	R$ 195.23
INF9E65	277510T000028742	19/08/2025	54600	R$ 130.16
IQL8F34	277510T000084372	20/08/2025	51930	R$ 293.47
IRT3B65	277510T000096716	19/08/2025	55411	R$ 195.23
ISM9H52	277510T000116739	14/08/2025	76332	R$ 293.47
IVS4A09	277510T000037758	15/08/2025	76331	R$ 293.47
IYC1D53	277510T000116735	14/08/2025	55412	R$ 195.23
IYR2H28	277510Z000027978	06/08/2025	55412	R$ 195.23
IZU8H83	277510T000116772	15/08/2025	55412	R$ 195.23
JCS3F09	277510T000085646	20/08/2025	60412	R$ 195.23
JIO7J92	277510NIC0027723	05/08/2025	50020	R$ 390.46
JUA4E21	277510Z000027981	06/08/2025	55412	R$ 195.23
JVG6C94	277510T000076547	20/08/2025	76331	R$ 293.47
KAE4J10	277510NIC0027722	05/08/2025	50020	R$ 390.46
KAE4J10	277510Z000027979	06/08/2025	55412	R$ 195.23
KAE9G84	277510T000084367	20/08/2025	55411	R$ 195.23
KAF8G32	277510T000028730	18/08/2025	54600	R$ 130.16
KLQ9J07	277510T000028752	20/08/2025	55411	R$ 195.23
KPV0C22	277510Z000028005	06/08/2025	55412	R$ 195.23
LOX0H63	277510T000028698	14/08/2025	55412	R$ 195.23
LXZ6G86	277510T000116784	18/08/2025	55412	R$ 195.23
LYT3I69	277510Z000028032	07/08/2025	55412	R$ 195.23
LYX3163	277510T000056184	18/08/2025	76331	R$ 293.47
LZM8A28	277510T000037772	18/08/2025	55250	R$ 130.16
MBI2H83	277510T000037773	18/08/2025	61732	R$ 195.23
MBJ0806	277510NIC0027705	05/08/2025	50020	R$ 586.94
MBK7C42	277510T000085635	15/08/2025	55411	R$ 195.23
MBN3C48	277510Z000028063	08/08/2025	55412	R$ 195.23
MBY7264	277510T000116767	15/08/2025	55412	R$ 195.23
MCE0A33	277510T000028734	18/08/2025	55412	R$ 195.23
MCP2581	277510Z000028013	07/08/2025	55412	R$ 195.23
MCX3I95	277510Z000028049	08/08/2025	55412	R$ 195.23
MDH1736	277510T000116765	15/08/2025	55412	R$ 195.23
MDH1736	277510Z000028035	07/08/2025	55412	R$ 195.23
MDH2310	277510T000094578	20/08/2025	60412	R$ 195.23
MDM0G66	277510T000096713	18/08/2025	58194	R$ 880.41
MDQ2E89	277510T000028756	20/08/2025	55412	R$ 195.23
MEC6E92	277510T000101006	19/08/2025	55411	R$ 195.23
MEO1C66	277510T000037775	18/08/2025	58194	R$ 880.41
MEX0D71	277510T000037779	18/08/2025	51851	R$ 195.23
MGG4D74	277510T000111199	14/08/2025	55412	R$ 195.23
MGM3J60	277510Z000028048	08/08/2025	55412	R$ 195.23
MGV8831	277510T000039440	19/08/2025	60412	R$ 195.23
MGX8J38	277510T000094573	20/08/2025	60412	R$ 195.23
MHA5E05	277510T000005373	14/08/2025	55412	R$ 195.23

MHE3077	277510T000005401	19/08/2025	55412	R$ 195.23
MHG4C68	277510NIC0027701	05/08/2025	50020	R$ 390.46
MIA7F57	277510Z000028055	08/08/2025	55412	R$ 195.23
MJF3499	277510Z000028004	06/08/2025	55412	R$ 195.23
MJK0D35	277510T000037761	15/08/2025	76251	R$ 293.47
MKH4C17	277510T000028727	18/08/2025	55417	R$ 195.23
MKI4J66	277510Z000028011	07/08/2025	55412	R$ 195.23
MKJ9J79	277510NIC0027682	05/08/2025	50020	R$ 586.94
MKU2457	277510T000005386	14/08/2025	55412	R$ 195.23
MLA4G30	277510T000096702	15/08/2025	55412	R$ 195.23
MLO2H80	277510T000094550	15/08/2025	76332	R$ 293.47
MLS1C78	277510Z000028051	08/08/2025	55412	R$ 195.23
MML8J90	277510T000116776	15/08/2025	76331	R$ 293.47
MTU1649	277510Z000027992	06/08/2025	55412	R$ 195.23
NEP3C86	277510T000116774	15/08/2025	55417	R$ 195.23
NKA4J30	277510Z000028012	07/08/2025	55412	R$ 195.23
NKG5887	277510T000028709	15/08/2025	55412	R$ 195.23
NRV1C11	277510T000037762	15/08/2025	55414	R$ 195.23
NVM9A48	277510Z000028027	07/08/2025	55412	R$ 195.23
NYD7H16	277510T000101003	18/08/2025	55414	R$ 195.23
ODW7E18	277510T000029982	15/08/2025	76332	R$ 293.47
OFV6A90	277510T000084359	15/08/2025	55412	R$ 195.23
ONY1D39	277510NIC0027711	05/08/2025	50020	R$ 586.94
ONZ3B65	277510T000116754	14/08/2025	55412	R$ 195.23
PJO5C25	277510T000116746	14/08/2025	55412	R$ 195.23
PTO9C88	277510T000075526	20/08/2025	55417	R$ 195.23
PUW8J00	277510T000094584	20/08/2025	55412	R$ 195.23
PYQ2380	277510T000005375	14/08/2025	55412	R$ 195.23
PYW3C15	277510T000005390	15/08/2025	76331	R$ 293.47
PZO5808	277510T000017095	18/08/2025	55412	R$ 195.23
PZT2430	277510T000111205	14/08/2025	55412	R$ 195.23
QAQ1H37	277510T000096714	18/08/2025	55411	R$ 195.23
QBD4C51	277510T000005384	14/08/2025	55412	R$ 195.23
QCG5396	277510T000056186	18/08/2025	55411	R$ 195.23
QCM6A43	277510T000029987	18/08/2025	60412	R$ 195.23
QHD6H90	277510T000116727	14/08/2025	76332	R$ 293.47
QHZ5375	277510T000005394	15/08/2025	76252	R$ 293.47
QIB5838	277510T000037783	20/08/2025	55411	R$ 195.23
QIN3B95	277510T000116771	15/08/2025	55412	R$ 195.23
QIW1693	277510T000116763	15/08/2025	76331	R$ 293.47
QIW1693	277510T000029986	18/08/2025	55411	R$ 195.23
QJE2C18	277510T000028758	20/08/2025	55412	R$ 195.23
QNG9A03	277510T000005395	15/08/2025	55417	R$ 195.23
QNH1904	277510T000085633	15/08/2025	55417	R$ 195.23
QOI9D82	277510T000112977	14/08/2025	76332	R$ 293.47
QOZ2A32	277510T000094544	14/08/2025	55412	R$ 195.23
QQD0325	277510T000028764	20/08/2025	55412	R$ 195.23
QTL6I81	277510NIC0027694	05/08/2025	50020	R$ 390.46
QUL8C14	277510NIC0027681	05/08/2025	50020	R$ 390.46
QUO5J35	277510T000017094	18/08/2025	55412	R$ 195.23
QUS6D02	277510T000028747	19/08/2025	60501	R$ 293.47
QXD0I14	277510T000112978	14/08/2025	60412	R$ 195.23
QXJ3G69	277510T000028704	15/08/2025	55412	R$ 195.23
RDU7J57	277510T000029984	15/08/2025	76332	R$ 293.47
RDY3J25	277510NIC0027702	05/08/2025	50020	R$ 586.94
REZ8F92	277510NIC0027677	05/08/2025	50020	R$ 176.76
RFT3H00	277510NIC0027719	05/08/2025	50020	R$ 390.46
RFX5C72	277510T000116723	14/08/2025	76331	R$ 293.47
RHB3E64	277510T000085648	20/08/2025	76332	R$ 293.47
RHH6B25	277510T000028699	14/08/2025	55412	R$ 195.23
RHI0J79	277510T000116725	14/08/2025	76332	R$ 293.47
RHQ8A15	277510T000085639	15/08/2025	76251	R$ 293.47
RHS1A88	277510T000096710	18/08/2025	55412	R$ 195.23
RHV3D20	277510NIC0027696	05/08/2025	50020	R$ 390.46
RHW8B02	277510Z000028052	08/08/2025	55412	R$ 195.23
RHX1H50	277510T000084349	14/08/2025	55412	R$ 195.23
RHX7A86	277510NIC0027690	05/08/2025	50020	R$ 586.94
RKX6D09	277510T000116745	14/08/2025	55412	R$ 195.23
RLC6F01	277510T000116733	14/08/2025	55412	R$ 195.23
RLC9A03	277510T000028737	18/08/2025	55412	R$ 195.23
RMO8J25	277510T000084353	14/08/2025	55412	R$ 195.23
RNJ4B56	277510T000116752	14/08/2025	55412	R$ 195.23
RNJ4B56	277510T000084345	14/08/2025	55412	R$ 195.23
RRO6H24	277510NIC0027686	05/08/2025	50020	R$ 586.94
RSK4I54	277510NIC0027704	05/08/2025	50020	R$ 586.94
RVW6A26	277510T000094553	15/08/2025	76331	R$ 293.47
RXO9C90	277510NIC0027712	05/08/2025	50020	R$ 390.46
RXZ6C92	277510NIC0027695	05/08/2025	50020	R$ 390.46
RYA8B46	277510T000094528	14/08/2025	55412	R$ 195.23
RYE5D49	277510NIC0027687	05/08/2025	50020	R$ 390.46
RYH7F13	277510T000096706	15/08/2025	55412	R$ 195.23
RYL5F38	277510T000101007	19/08/2025	76332	R$ 293.47
RYV1B15	277510T000037776	18/08/2025	76331	R$ 293.47
SDS6J50	277510T000017097	20/08/2025	76331	R$ 293.47
SDT1J19	277510NIC0027698	05/08/2025	50020	R$ 390.46
SDT1J19	277510NIC0027718	05/08/2025	50020	R$ 390.46
SDV3J32	277510T000116793	18/08/2025	55412	R$ 195.23
SDX0B35	277510Z000028030	07/08/2025	55412	R$ 195.23
SEB1A23	277510Z000028053	08/08/2025	55412	R$ 195.23

SEG2G88	277510T000028724	15/08/2025	51851	R$ 195.23
SEH0E68	277510Z000027980	06/08/2025	55412	R$ 195.23
SEI1A15	277510T000056177	15/08/2025	76331	R$ 293.47
SEM2H57	277510T000085641	15/08/2025	76332	R$ 293.47
SEM4G15	277510T000084361	18/08/2025	55411	R$ 195.23
SEO6D70	277510T000056170	15/08/2025	60501	R$ 293.47
SEQ5C98	277510NIC0027717	05/08/2025	50020	R$ 586.94
SEQ6I79	277510NIC0027691	05/08/2025	50020	R$ 260.32
SEU1H74	277510T000037778	18/08/2025	57200	R$ 195.23
SEV2A15	277510T000094579	20/08/2025	60412	R$ 195.23
SEV3D57	277510Z000028031	07/08/2025	55412	R$ 195.23
SEX4B26	277510T000096703	15/08/2025	60501	R$ 293.47
SEY4G20	277510NIC0027699	05/08/2025	50020	R$ 390.46
SFC9J99	277510T000094555	15/08/2025	55417	R$ 195.23
SFI3F42	277510Z000027995	06/08/2025	55412	R$ 195.23
SFL0H08	277510NIC0027697	05/08/2025	50020	R$ 260.32
SFL4B10	277510NIC0027720	05/08/2025	50020	R$ 586.94
SFL5A74	277510T000028741	19/08/2025	76331	R$ 293.47
SHR0G16	277510T000068277	18/08/2025	76331	R$ 293.47
SHT1B95	277510T000094561	18/08/2025	55412	R$ 195.23
TAJ7D40	277510NIC0027710	05/08/2025	50020	R$ 390.46
TAJ7D40	277510NIC0027680	05/08/2025	50020	R$ 390.46
TAJ9I19	277510T000101002	18/08/2025	55412	R$ 195.23
TAN3G85	277510T000116729	14/08/2025	76331	R$ 293.47
TAN6C33	277510Z000028020	07/08/2025	55412	R$ 195.23
TAN6E28	277510T000056176	15/08/2025	76331	R$ 293.47
TAO7J42	277510NIC0027692	05/08/2025	50020	R$ 390.46
TAV7H04	277510T000096715	19/08/2025	55411	R$ 195.23
TAW8B77	277510T000028700	15/08/2025	55411	R$ 195.23
TBG8G01	277510T000005405	20/08/2025	60412	R$ 195.23
TBK8C05	277510T000084363	19/08/2025	66371	R$ 195.23
TBL6J64	277510T000084362	18/08/2025	55411	R$ 195.23
TBQ8H18	277510T000037764	15/08/2025	55417	R$ 195.23
TCM0A67	277510T000028702	15/08/2025	76331	R$ 293.47

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:C0879BEE

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 15/12/2025.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AVH9772	277510NIC0028194	07/10/2025	50020
AZX0391	277510NIC0028184	07/10/2025	50020
BBN6371	277510NIC0028185	07/10/2025	50020
BBZ6035	277510NIC0028208	07/10/2025	50020
BCN6B57	277510NIC0028192	07/10/2025	50020
BCV6D44	277510NIC0028182	07/10/2025	50020
BDS2H47	277510NIC0028188	07/10/2025	50020
BEV3C97	277510NIC0028207	07/10/2025	50020
BEV9D84	277510NIC0028203	07/10/2025	50020
BEX4I59	277510NIC0028200	07/10/2025	50020
GCF5I46	277510NIC0028196	07/10/2025	50020
GDX7A74	277510NIC0028181	07/10/2025	50020
KWQ7I39	277510NIC0028186	07/10/2025	50020
LRY5B97	277510NIC0028189	07/10/2025	50020
MKA2F85	277510NIC0028180	07/10/2025	50020
MKA2F85	277510NIC0028179	07/10/2025	50020
NAQ6A76	277510NIC0028206	07/10/2025	50020
QHL7023	277510NIC0028190	07/10/2025	50020
QJM3J62	277510NIC0028209	07/10/2025	50020
QUD1A45	277510NIC0028176	07/10/2025	50020
RHH1B98	277510NIC0028193	07/10/2025	50020
RHW4J50	277510NIC0028197	07/10/2025	50020
RVW6A26	277510NIC0028199	07/10/2025	50020
RYA9J29	277510NIC0028205	07/10/2025	50020
RYR7B35	277510NIC0028201	07/10/2025	50020
SDX4D00	277510NIC0028191	07/10/2025	50020
SEU2B75	277510NIC0028175	07/10/2025	50020
SXA4J50	277510NIC0028195	07/10/2025	50020
SXR9C57	277510NIC0028202	07/10/2025	50020
SXZ4G44	277510NIC0028210	07/10/2025	50020
TAU4J51	277510NIC0028178	07/10/2025	50020
TAV8D65	277510NIC0028177	07/10/2025	50020
TBA7G08	277510NIC0028187	07/10/2025	50020
TBE1E35	277510NIC0028204	07/10/2025	50020

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:17A93AF5

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 18/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
ATE5559	277510T000116743	14/08/2025	56222	
MLM3D39	277510T000116726	14/08/2025	52070	
RHB6D50	277510T000111209	15/08/2025	57030	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:1AB6C61C

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 18/12/2025.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAH9443	277510T000151126	23/10/2025	60412
AAJ5656	277510Z000028993	08/10/2025	55412
AAK0616	277510Z000029026	10/10/2025	55412
ABJ5907	277510T000139080	20/10/2025	76332
ABL7J81	277510Z000028992	08/10/2025	55412
ABR0J77	277510Z000029050	13/10/2025	55412
ACS8I52	277510Z000029046	13/10/2025	55412
ADC5H28	277510T000143082	24/10/2025	51851
AEE1F51	277510T000147026	20/10/2025	55412
AFG8E24	277510T000138101	20/10/2025	51851
AGH4D27	277510T000138106	20/10/2025	51852
AGH8113	277510T000138113	20/10/2025	55412
AGJ2F31	277510Z000029009	10/10/2025	55412
AGJ2F31	277510Z000028988	08/10/2025	55412
AHL6749	277510T000140016	24/10/2025	60412
AIX0314	277510T000165037	22/10/2025	55412
AJD0560	277510Z000029010	10/10/2025	55412
AJQ4G01	277510T000138108	20/10/2025	51851
AJT6J36	277510T000151097	21/10/2025	76841
AJZ9J98	277510T000142040	20/10/2025	57030
AKB2G56	277510T000143049	22/10/2025	54526
AKE3528	277510Z000029051	13/10/2025	55412
AKG1G44	277510T000148032	23/10/2025	51930
AKJ6214	277510T000151140	24/10/2025	76331
AKJ9473	277510Z000029013	10/10/2025	55412
AKU1238	277510T000141022	21/10/2025	55412
AKZ9D19	277510T000138115	20/10/2025	76331
ALD7635	277510T000138132	21/10/2025	55412
ALF9E79	277510Z000029052	13/10/2025	55412
ALQ1B25	277510T000138136	22/10/2025	76331
ALQ1B25	277510T000138137	22/10/2025	51851
ALU3361	277510Z000029032	13/10/2025	55412
AMD2331	277510T000142038	20/10/2025	55411
AMH6909	277510T000139106	23/10/2025	60501
AMJ5260	277510T000141017	20/10/2025	55412
AML4G25	277510T000151093	20/10/2025	76331
AMS7021	277510T000143074	24/10/2025	55417
AMU8078	277510T000138116	20/10/2025	51851
AMU9G61	277510T000148023	23/10/2025	51851
AND4170	277510T000138126	21/10/2025	55412
ANE8A98	277510T000142051	22/10/2025	57030
ANG0140	277510T000142039	20/10/2025	76332
ANH8151	277510T000143037	21/10/2025	60501
ANI4532	277510T000145020	22/10/2025	55412
ANQ3D02	277510Z000028985	08/10/2025	55412
ANW2E90	277510T000145010	20/10/2025	55412
AON8J45	277510T000138111	20/10/2025	55411
AON8J45	277510T000138112	20/10/2025	66020
AOW4I36	277510T000151086	20/10/2025	55412
APA9J54	277510T000137066	24/10/2025	76332
APC4504	277510T000165029	21/10/2025	60412
APY2485	277510T000138103	20/10/2025	51851

AQB8F99	277510T000138179	24/10/2025	56300
AQE7E62	277510T000139108	25/10/2025	58191
AQI1B96	277510T000138098	20/10/2025	55411
AQN8A09	277510Z000029011	10/10/2025	55412
AQO1F03	277510T000139107	23/10/2025	76251
AQT4D41	277510T000138155	23/10/2025	51930
ARC8H77	277510T000165033	21/10/2025	76331
ARH6845	277510T000139103	23/10/2025	57380
ARM5851	277510T000142043	21/10/2025	76332
ARM9060	277510T000142047	22/10/2025	57030
ARP7H05	277510T000151137	24/10/2025	55417
ARQ0E31	277510T000151085	20/10/2025	55412
ARU0D18	277510T000142042	20/10/2025	55412
ASB2E94	277510T000143077	24/10/2025	51851
ASC4I30	277510T000147030	21/10/2025	76331
ASG0I97	277510Z000029005	10/10/2025	55412
ASJ6E97	277510T000148038	24/10/2025	76331
ASL9798	277510T000137060	23/10/2025	76331
ASN0C54	277510T000151123	23/10/2025	51851
ASZ0712	277510T000151087	20/10/2025	55412
ATC9D90	277510T000142069	24/10/2025	76331
ATJ6240	277510T000151095	20/10/2025	55412
ATK1J88	277510Z000028990	08/10/2025	55412
ATM4H20	277510T000139104	23/10/2025	57380
ATN3A75	277510Z000029038	13/10/2025	55412
ATP9845	277510Z000029021	10/10/2025	55412
ATT9290	277510T000141020	21/10/2025	55412
ATU1J23	277510T000145024	23/10/2025	55411
ATW2E74	277510T000139100	23/10/2025	76332
ATX3F10	277510T000142049	22/10/2025	76331
ATY5544	277510T000143055	23/10/2025	54600
AUD5B57	277510T000142072	24/10/2025	60501
AUG2747	277510T000138180	24/10/2025	56300
AUH7I32	277510T000148014	22/10/2025	51930
AUI3E84	277510Z000029055	13/10/2025	55412
AUJ8H76	277510T000151125	23/10/2025	76331
AUO5688	277510T000143071	24/10/2025	76251
AVE0512	277510T000151141	24/10/2025	51930
AVF8B88	277510T000143043	21/10/2025	51851
AVH2400	277510T000138102	20/10/2025	76331
AVO2403	277510T000139095	22/10/2025	76251
AVQ7I71	277510T000139079	20/10/2025	55417
AVS4762	277510T000151120	23/10/2025	76331
AWA7E35	277510T000138174	24/10/2025	60501
AWD7C95	277510T000142050	22/10/2025	76332
AWH4D08	277510Z000028999	10/10/2025	55412
AWM9E86	277510T000151105	21/10/2025	76331
AWO8204	277510T000143057	23/10/2025	76332
AWO8204	277510T000143058	23/10/2025	56731
AWP9624	277510Z000029041	13/10/2025	55412
AWV4F62	277510T000138186	24/10/2025	60501
AWW8E56	277510T000138178	24/10/2025	60501
AXH0B02	277510T000143069	24/10/2025	60501
AXH1C02	277510T000138114	20/10/2025	51851
AXW7J42	277510T000149055	20/10/2025	55412
AYA2G89	277510T000142067	24/10/2025	60412
AYG4F99	277510T000151130	23/10/2025	60501
AYL7453	277510T000143078	24/10/2025	60501
AYO2315	277510T000138107	20/10/2025	51851
AZA9913	277510T000145017	22/10/2025	55417
AZB8625	277510T000142056	22/10/2025	76332
AZD4C09	277510T000138144	22/10/2025	55412
AZE8G88	277510T000151112	22/10/2025	57030
AZT1E80	277510T000151110	22/10/2025	76331
AZT4I87	277510T000143034	20/10/2025	76332
BAC8624	277510T000143046	21/10/2025	76251
BAD1064	277510T000165027	20/10/2025	55412
BAE3013	277510T000138175	24/10/2025	58191
BAF2F10	277510Z000028995	08/10/2025	55412
BAF5F55	277510T000138188	24/10/2025	60501
BAF9G02	277510T000142048	22/10/2025	76332
BAJ5E12	277510T000143048	21/10/2025	76251
BAM4F18	277510T000149046	20/10/2025	76252
BAQ4F96	277510Z000029027	10/10/2025	55412
BAR4365	277510T000137070	24/10/2025	76331
BAS6E06	277510T000139093	22/10/2025	76332
BBE7G94	277510T000138138	22/10/2025	55411
BBG9J67	277510T000143076	24/10/2025	76332
BBH3C32	277510T000143067	24/10/2025	55414
BBQ9F52	277510T000137074	24/10/2025	55411
BBS6716	277510T000137057	23/10/2025	55414
BBY1I11	277510T000140012	23/10/2025	60412
BBY2G94	277510T000149063	21/10/2025	73232
BBY4246	277510T000151104	21/10/2025	76331
BBZ7D43	277510T000147031	21/10/2025	76331
BBZ9I13	277510T000143050	22/10/2025	54600
BCD1457	277510T000137052	22/10/2025	76251
BCE4J97	277510T000151117	22/10/2025	55412
BCF2752	277510T000149056	20/10/2025	55412

BCG0223	277510T000137069	24/10/2025	55417
BCI2137	277510T000142062	23/10/2025	76331
BCM7653	277510T000149069	22/10/2025	58511
BCS1A80	277510T000143059	23/10/2025	55500
BCV4G49	277510T000151142	24/10/2025	76331
BCW0D58	277510T000138100	20/10/2025	76332
BDE6H98	277510T000143052	22/10/2025	76252
BDK8G43	277510T000149072	22/10/2025	76331
BDN6D66	277510T000142068	24/10/2025	76332
BDU5C21	277510T000143081	24/10/2025	60501
BDV2H21	277510T000137073	24/10/2025	55411
BDW1G93	277510T000151124	23/10/2025	76332
BDW4A55	277510T000139101	23/10/2025	76332
BDW4A55	277510T000139092	22/10/2025	76332
BEE1002	277510T000138156	23/10/2025	51852
BEE8A50	277510T000165041	23/10/2025	51852
BEE8A50	277510T000151082	20/10/2025	76251
BEG9F33	277510T000143053	22/10/2025	55414
BEO9C51	277510T000142041	20/10/2025	57030
BEP5J49	277510T000138104	20/10/2025	51851
BEU3J52	277510T000151143	24/10/2025	76331
BEZ5F51	277510T000151109	22/10/2025	76331
BMD0868	277510T000139087	21/10/2025	60501
BPE2C13	277510T000151081	20/10/2025	51851
BUD5262	277510T000139109	25/10/2025	66610
CHB8179	277510T000138147	22/10/2025	55412
CMS0812	277510T000143054	22/10/2025	55414
CXM0855	277510T000165026	20/10/2025	55411
DCF5F04	277510Z000029018	10/10/2025	55412
DIX7C37	277510T000143064	23/10/2025	55417
DMQ1687	277510T000165032	21/10/2025	55412
DRI9F44	277510Z000029006	10/10/2025	55412
DRU8C62	277510Z000029059	13/10/2025	55412
DUK7133	277510T000148012	22/10/2025	76331
DUQ8354	277510T000137068	24/10/2025	76251
DWB0411	277510T000148010	20/10/2025	76331
ELS4E66	277510Z000029030	10/10/2025	55412
EMX7J58	277510T000147027	20/10/2025	65300
ENK5090	277510T000149052	20/10/2025	55412
EPJ2E06	277510Z000029014	10/10/2025	55412
EQI6I50	277510T000145012	21/10/2025	76331
ETQ9F78	277510T000138185	24/10/2025	60501
EYA3G03	277510Z000029043	13/10/2025	55412
EZA8J55	277510T000165028	20/10/2025	55412
FAW5384	277510T000137048	21/10/2025	60412
FLF1H25	277510T000138187	24/10/2025	60501
FMU5C96	277510T000149064	21/10/2025	76332
FRR9584	277510T000138150	23/10/2025	51852
GBO1D66	277510T000142061	22/10/2025	55412
GCC4F16	277510T000137059	23/10/2025	76332
GDY8F32	277510T000138154	23/10/2025	51851
GDY8F32	277510T000138153	23/10/2025	76331
GFG6C48	277510T000137049	22/10/2025	55417
HTS2I09	277510T000143039	21/10/2025	60501
HXB1696	277510Z000029001	10/10/2025	55412
HXB1696	277510Z000029019	10/10/2025	55412
IJZ1951	277510T000143073	24/10/2025	60501
IQZ8G64	277510T000138135	22/10/2025	76331
ISX8D02	277510T000143045	21/10/2025	54526
ITL0C74	277510Z000028987	08/10/2025	55412
ITP9177	277510T000138141	22/10/2025	55411
IUF4J97	277510T000138145	22/10/2025	55412
IYH2C19	277510T000148030	23/10/2025	76331
JCJ1J50	277510T000148020	22/10/2025	76331
JWT9I12	277510T000151096	21/10/2025	76331
KOQ6H70	277510T000142054	22/10/2025	57030
KRW2B04	277510T000138163	23/10/2025	51851
LMK9A14	277510T000137044	20/10/2025	76332
LSQ1D33	277510T000137046	21/10/2025	55417
MCV3G08	277510T000138168	23/10/2025	51852
MEB2938	277510T000151084	20/10/2025	55417
MFC2181	277510Z000029024	10/10/2025	55412
MFF4220	277510T000148026	23/10/2025	51851
MFI2A77	277510Z000029040	13/10/2025	55412
MFL2130	277510Z000029034	13/10/2025	55412
MFM4F50	277510T000138110	20/10/2025	60412
MGH5J71	277510T000138123	21/10/2025	55411
MGM3G59	277510T000141016	20/10/2025	55412
MGZ5G17	277510T000141024	22/10/2025	56731
MHG0F94	277510T000137042	20/10/2025	76331
MHH9507	277510Z000029029	10/10/2025	55412
MHZ9D11	277510Z000029056	13/10/2025	55412
MIB5B11	277510Z000029048	13/10/2025	55412
MIX5631	277510T000151111	22/10/2025	76331
MKA8H77	277510Z000029053	13/10/2025	55412
MKD4629	277510T000151090	20/10/2025	55412
MKO0I72	277510T000136010	20/10/2025	73662
MKV3A03	277510T000145009	20/10/2025	55412
MKZ7H12	277510T000138140	22/10/2025	51851

MLA4G30	277510T000151089	20/10/2025	55412
MLM0C10	277510T000151091	20/10/2025	55412
MLN1B22	277510T000141014	20/10/2025	76331
MLQ5G15	277510T000145014	21/10/2025	55412
MMD0566	277510T000149050	20/10/2025	76331
MMK9837	277510T000137043	20/10/2025	60412
MWW5109	277510T000147034	21/10/2025	76331
NKA4J30	277510T000151092	20/10/2025	55412
NKA4J30	277510Z000028982	08/10/2025	55412
NKA4J30	277510T000147024	20/10/2025	55412
NRW3B01	277510T000143083	24/10/2025	60501
OFU7C35	277510T000149058	20/10/2025	55500
OJR8G18	277510Z000029008	10/10/2025	55412
OKG4635	277510T000151128	23/10/2025	60412
OOL9I88	277510Z000029022	10/10/2025	55412
OOM0I02	277510T000139081	21/10/2025	55417
PQE5I30	277510Z000028996	08/10/2025	55412
PUC6692	277510T000151094	20/10/2025	55412
PWY0J30	277510T000148016	22/10/2025	76331
PYM7J91	277510T000137058	23/10/2025	76332
QBG7D78	277510T000149054	20/10/2025	55412
QBU4527	277510T000143051	22/10/2025	54600
QFJ8I56	277510Z000029003	10/10/2025	55412
QHL2C01	277510T000138118	21/10/2025	51851
QHP4F08	277510Z000029015	10/10/2025	55412
QHU1I77	277510T000138125	21/10/2025	55411
QHV0B47	277510T000138146	22/10/2025	55412
QHZ4C90	277510Z000029033	13/10/2025	55412
QIP0G23	277510T000138127	21/10/2025	55412
QJE2C18	277510Z000029028	10/10/2025	55412
QJF0F33	277510T000165040	23/10/2025	55411
QJH6I10	277510Z000029002	10/10/2025	55412
QJQ0A37	277510T000149057	20/10/2025	54600
QJV6G46	277510T000143061	23/10/2025	76332
QKC6D91	277510Z000028989	08/10/2025	55412
QNI9C71	277510Z000029044	13/10/2025	55412
QNK8C50	277510T000140014	24/10/2025	60412
QNL9E92	277510T000137054	22/10/2025	56222
QNO3F02	277510T000139099	22/10/2025	76332
QQE4J96	277510T000149067	21/10/2025	60501
QRE5E56	277510Z000029025	10/10/2025	55412
QTN4I50	277510T000142073	24/10/2025	76331
QXS1A73	277510T000138184	24/10/2025	60501
RAG7548	277510T000139083	21/10/2025	55411
RAH2106	277510T000151138	24/10/2025	73400
RAR1J10	277510T000138149	22/10/2025	55412
RFI2H12	277510T000143060	23/10/2025	55417
RFI2H12	277510T000151122	23/10/2025	76331
RFO1J36	277510T000142052	22/10/2025	57030
RHE9H02	277510T000148019	22/10/2025	60412
RHS7A87	277510T000147028	20/10/2025	76331
RHZ3E48	277510T000148024	23/10/2025	76331
RLA6C47	277510T000137041	20/10/2025	60501
RTN1G49	277510T000148011	20/10/2025	51930
RXP2I39	277510T000136025	24/10/2025	76331
RXR3I20	277510T000148028	23/10/2025	54526
RYJ2J33	277510T000138142	22/10/2025	55411
RYS8G69	277510T000149077	23/10/2025	76331
SDI7H95	277510Z000028984	08/10/2025	55412
SDV8B88	277510T000165038	22/10/2025	55411
SEJ2C69	277510Z000029007	10/10/2025	55412
SEL0E30	277510T000145025	23/10/2025	55411
SEO5I41	277510T000145023	23/10/2025	57030
SEW0D39	277510Z000029012	10/10/2025	55412
SEZ4H14	277510T000139094	22/10/2025	76251
SFF7E16	277510T000142045	21/10/2025	76332
SFG2I66	277510T000143070	24/10/2025	52070
SFG6J76	277510T000165036	22/10/2025	55412
SFH8J69	277510T000138120	21/10/2025	51851
SFJ8D01	277510T000143044	21/10/2025	55417
SIZ9F75	277510T000148033	24/10/2025	55411
SXH8G91	277510T000139084	21/10/2025	55417
SXI2D10	277510T000148025	23/10/2025	76331
SXM5H56	277510T000143065	24/10/2025	55417
SXQ2B82	277510T000139097	22/10/2025	76332
SXV0F52	277510T000147040	24/10/2025	60412
TAI7E55	277510T000151103	21/10/2025	76331
TAL2E51	277510T000149062	21/10/2025	61220
TAX4C41	277510T000149068	21/10/2025	76331
TAY2G67	277510Z000029058	13/10/2025	55412
TBA7B25	277510T000137071	24/10/2025	55417
TBK9B12	277510T000138124	21/10/2025	55411
TBL1H08	277510T000148037	24/10/2025	60501
TBL2I08	277510T000148013	22/10/2025	58191
TBM1C23	277510T000141023	21/10/2025	55412
TBR7D14	277510T000143042	21/10/2025	60501
TBX9C76	277510T000148036	24/10/2025	76331
TBX9G60	277510T000138151	23/10/2025	66700
TCC5C18	277510T000141019	21/10/2025	55412

TPS7B96	277510Z000029016	10/10/2025	55412
UAT1G34	277510T000151115	22/10/2025	76331
UAT6B91	277510T000137075	24/10/2025	60175

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:B9D7905B

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 19/12/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veiculo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AKG5948	277510T000096726	20/08/2025	55411	R$ 195.23
AKG5948	277510T000096725	20/08/2025	55417	R$ 195.23
ATP4353	277510T000116813	20/08/2025	55412	R$ 195.23
ATP9H13	277510T000116809	20/08/2025	55417	R$ 195.23
ATY4E24	277510T000101009	20/08/2025	76332	R$ 293.47
AXR3H45	277510T000116811	20/08/2025	55412	R$ 195.23
EKZ3882	277510T000096727	20/08/2025	55417	R$ 195.23
FCU0B45	277510T000094592	20/08/2025	55412	R$ 195.23
JIH8A54	277510T000116816	20/08/2025	76331	R$ 293.47
MHV2G57	277510T000101012	20/08/2025	55412	R$ 195.23
MLC6767	277510T000116822	20/08/2025	55412	R$ 195.23
MMI8198	277510T000116820	20/08/2025	55412	R$ 195.23
QCR3J67	277510T000094587	20/08/2025	55417	R$ 195.23
QXD8I20	277510T000096724	20/08/2025	55412	R$ 195.23
RAH2F08	277510T000094590	20/08/2025	76332	R$ 293.47
RLG0G10	277510T000094589	20/08/2025	76332	R$ 293.47
RMN5E03	277510T000116817	20/08/2025	55412	R$ 195.23
SDX5G22	277510T000101008	20/08/2025	76331	R$ 293.47
SEH5D41	277510T000116819	20/08/2025	55412	R$ 195.23
SEJ2C60	277510T000094585	20/08/2025	55417	R$ 195.23
TAI7F35	277510T000116824	20/08/2025	76332	R$ 293.47
TAJ6F94	277510T000094594	20/08/2025	54870	R$ 195.23
TBL9H22	277510T000096729	20/08/2025	70561	R$ 293.47

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:C6C54166

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 01/2025 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULA FREITAS

RESOLUÇÃO 01/2025 – Secretária Municipal de Saúde de Paula Freitas

Súmula: Dispõe sobre a designação dos servidores para elaboração, avaliação, validação, atualização e aprovação de POPs Procedimento Oparacional Padrão e Protocolos na área de Saúde do Município de Paula Freitas/PR, bem como Monitorar e avaliar a execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art.1º – Designar os servidores do quadro abaixo, vinculados Secretaria Municipal de saúde, para exercer as atribuições inerentes ao seu cargo, acrescidas das seguintes responsabilidades específicas, sem prejuízo de outras que venham a ser delegadas, desde que compatíveis com a função exercida, ficando responsáveis pela elaboração, avaliação, validação, atualização e aprovação de POPs Procedimento Operacional Padrão e Protocolos na área de Saúde no âmbito de suas respectivas competências:

Nome	CPF	Atribuição
		Monitorar e avaliar a execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029
		Elaboração, revisão, validação, avaliação, aprovação e atualização:
		Protocolo de Enfermagem:
		Plano de territorialização: atualização da delimitação dos territórios de atuação das equipes da atenção primária;
		POP e/ou Protocolo de serviços nos pontos de atenção da rede de urgência e emergência, hospitalar e ambulatoriais no SUS;
		POP pequenas cirurgias;
CARINA BALSANELLO	075.6**.979-00	POP esterilização;
DAIANE JACON	031.7**.999-50	POPs e/ou protocolos para estabelecer normas, fluxos e rotinas para que as equipes de atenção primária realizem o acompanhamento dos usuários que retornam dos outros pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS).
FLAVIA TAIS WAISMANN	023.1**.059-08	POP ou Protocolo de atendimento do conjunto das 5 principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) Diabetes, Doenças Cardiovasculares, Doenças Respiratórias Crônicas, Neoplasia, Doenças Mentais e Neurológicas;
IGOR HENRIQUE GRUBA DA SILVA	107.2**.219-30	POPs referentes ao cuidado integral a saúde do homem a saúde da criança e do adolescente; cuidado integral a saúde da mulher nas diferentes fases da vida;
MARCIELE RENATA KLOC	062.7**.079-47	Carteira de Serviços: serviços ofertados nas Unidades Básicas de Saúde;
RAQUEL DE MIRANDA	088.0**.199-22	POP ou Protocolo que estabeleça normas, fluxos e rotinas para que as equipes de atenção primária realizem o acompanhamento dos usuários que retornam dos outros pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS);
SAN RAPHAEL COSTA DA LUZ	004.1**.969-61	Protocolo para regulamentar as atribuições individuais e integradas entre os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate de Endemias no território da UBS realiza a integração entre os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate de Endemias na realização de ações no território da UBS;
		POP de planejamento familiar, saúde da mulher, pré natal, POP saúde da criança, adolescente,
		POP Imunização e Sala de vacina, Fluxo para notificação das autoridades competentes nos casos de negligência envolvendo a não vacinação de crianças e adolescentes menores de 18 anos; POP busca ativa dos usuários faltosos à vacinação para o cumprimento do calendário nacional de imunização;
		POP saúde do Idoso, POP DCT;
		Protocolo de Arbovirose,
		Núcleo de Segurança do Paciente (NSP); plano de ação elaborado pelo Núcleo de Segurança do Paciente para as unidades básicas de saúde;
		Plano individual de cuidado matriciado entre os profissionais da Atenção Primária, da equipe multiprofissional e de especialistas, para os usuários identificados como alto risco;;
		Protocolos de encaminhamento de usuários da Atenção Básica para a Atenção Especializada Ambulatorial
		PGRSS;
		Demais POPs e Protocolos que regulamentem o trabalho nas UBS;
FRANCIANE PALHANO	034.7**.009-23	Monitorar e avaliar a execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029, no que tange á assuntos pertinentes ao setor de Vigilância em Saúde;
DENER ALEX BARAN	048.1**.379-47	Elaboração, revisão, validação, avaliação, aprovação e atualização:
IRENE ARAUJO	882.2**.909-72	Plano de Contingência atualizado para enfrentamento de situações de surtos, epidemias e pandemias;
		Protocolo que Regulamenta sobre as atribuições individuais e integradas entre os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate de Endemias no território da UBS realiza a integração entre os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate de Endemias

		na realização de ações no território da UBS; Protocolo de Arbovirose, Núcleo de Segurança do Paciente (NSP); plano de ação elaborado pelo Núcleo de Segurança do Paciente para as unidades básicas de saúde; PGRSS;
JESSICA LAIS GEHRMANN QUADROS ALEXANDRA MORMELLO	074.9**.239-41 033.1**.449-96	POPs, Protocolos e avaliação da execussão do Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029 no que tange á assuntos pertinentes ao setor de farmácia; responsável designada pela programação, aquisição, recebimento e dispensação de medicamentos Participação na Comissão de Farmácia e Terapêutica - CFT elaboração de Elaboração, revisão, validação, avaliação, aprovação e atualização: Procedimento Interno, baseado em critérios técnicos, epidemiológicos e econômicos de elaboração, revisão e atualização da REMUME, Procedimento operacional padrão (POP), ou outro instrumento, que estabeleça normas, fluxos e rotinas para os procedimentos preventivos para evitar perda de medicamentos por expiração da validade; (POP), ou outro instrumento, que estabeleça normas, fluxos e rotinas para a execução das atividades de limpeza e higienização dos locais destinados ao armazenamento de medicamentos; o (POP), ou outro instrumento, que estabeleça normas, fluxos e rotinas para que as equipes de atenção primária realizem o acompanhamento dos usuários que retornam dos outros pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS); Plano individual de cuidado matriciado entre os profissionais da Atenção Primária, da equipe multiprofissional e de especialistas, para os usuários identificados como alto risco; Carteira de Serviços: serviços ofertados nas Unidades Básicas de Saúde, PGRSS;
LUCAS FENCKER		ADMINISTRATIVO: Responsável pelos instrumentos de gestão: Plano Municipal de Saúde (PMS); Programação Anual de Saúde (PAS), Relatório de Gestão; Plano Plurianual PPA sistema de informação Digisus; Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA)
LUISA SOARES ROSA THAMIRES GABRIELI DILAY	369.0**.728-21 081.2**.559-81	Avaliação da execussão do Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029 no que tange á assuntos pertinentes ao setor de fisioterapia; Elaboração, revisão, validação, avaliação, aprovação e atualização: (POP), ou outro instrumento, que estabeleça normas, fluxos e rotinas para que as equipes de atenção primária realizem o acompanhamento dos usuários que retornam dos outros pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS); Plano individual de cuidado matriciado entre os profissionais da Atenção Primária, da equipe multiprofissional e de especialistas, para os usuários identificados como alto risco; POP da clínica de fisioterapia; Carteira de Serviços: sobre os serviços ofertados nas Unidades Básicas de Saúde.
PAOLA CARDOSO ERIKA CHAGAS JUSTIMIANO FERREIRA CRISTIANE APARECIDA WENGEN	065.6**.019-39 083.1**.826-24 802.4**.119-53	Avaliação da execussão do Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029 no que tange á assuntos pertinentes ao setor de equipe multiprofissional e saúde mental; Elaboração, revisão, validação, avaliação, aprovação e atualização: POP ou protocolo, que estabeleça normas, fluxos e rotinas para que as equipes de atenção primária realizem o acompanhamento dos usuários que retornam dos outros pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS); Plano individual de cuidado matriciado entre os profissionais da Atenção Primária, da equipe multiprofissional e de especialistas, para os usuários identificados como alto risco, Protocolo e fluxo de violencia, Protocolo de saúde mental, POP Oxigenoterapia
RAQUEL OLESZCZYSZYN BATTISTINI SABRINNA ANDRIELY IUKER THAINARA KARACZUK DIRINGS	056.3**.939-60 126.6**.039-61 076.7**.149-02	Avaliação da execussão do Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029 no que tange á assuntos pertinentes ao setor de TFD, Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde, Controle, Avaliação e Auditoria no SUS contempla as ações que garantirão o alcance dos objetivos e o cumprimento das metas do Plano de Saúde, a identificação dos indicadores que serão utilizados para o monitoramento e a previsão da alocação dos recursos orçamentários; instrumento formal com a descrição das ações de Educação Permanente e Educação Continuada;

		Elaboração, revisão, validação, avaliação, aprovação e atualização: Protocolos de encaminhamento, agendamento e de priorização de atendimentos na Atenção Especializada POP e Protocolo do TFD Protocolos de encaminhamento de usuários da Atenção Básica para a Atenção Especializada Ambulatoria; agendamento e priorização de consultas e exames especializados; Protocolos de encaminhamento, agendamento e de priorização de atendimentos na Atenção Especializada e Serviços de Urgência e Emergência; Protocolos de encaminhamento, agendamento e de priorização para atendimento na Atenção Especializada e Serviços de Urgência e Emergência; (POP), ou outro instrumento, que estabeleça normas, fluxos e rotinas para o encaminhamento de usuários para tratamento fora do domicílio (TFD;
SANDER MARCELO ROSA	648.7**.849-00	valiação da execussão do Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029 no que tange á assuntos pertinentes ao setor de academia de saúde e práticas integrativas; Elaboração, revisão, validação, avaliação, aprovação e atualização: POPS das atividades físicas e das Prásticas integrativas, Auriculo terapia e acupuntura, mocha
ALICE MARIA ISOPPO GRANEMANN TAINARA APARECIDA JULINHAQUE	108.5**.039-67 103.5**.909-47	Avaliação da execussão do Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029 no que tange á assuntos pertinentes ao setor de odontologia; Elaboração, revisão, validação, aprovação e atualização: POP pequenas cirurgias, POP esterilização, POP consulta odontológica, POP Saúde na Escola. Carteira de Serviços: dispõe, sobre os serviços ofertados nas Unidades Básicas de Saúde setor de odontologia;

Art. 2º Para que os documentos técnicos tenham efeito legal, será necessária reunião com ata de pelo menos três membros, destes relacionados acima, conforme conhecimento técnico, para elaboração, avaliação, validação atualização e aprovação.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando os dispositivos contrários.

Paço Municipal, 18 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:70B89F4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 3.330/2025 – DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na autorização contida na Lei Municipal nº 1.681/2024 de 12 de Dezembro de 2024, Artigo 9, e na Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 Artigo 43 § 1.° Inciso II, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento geral de 2025. Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 273.117,84 (Duzentos e setenta e três mil, cento e dezessete reais com oitenta e quatro centavos).

ÓRGÃO	**04.00**	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
UNIDADE	**04.01**	**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**	
ATIVIDADE	04.122.0003.2.005	*Manutenção do gabinete do Sec. de Administração*	
DOTAÇÃO	3.3.90.30.00.1510	Material de Consumo	30.000,00
ÓRGÃO	**07.00**	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**	
UNIDADE	**07.01**	**GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUC. CULT. E DESPORT**	
ATIVIDADE	12.361.0006.1.009	*Construção e Ampliação da Rede Municipal de Ensino*	
DOTAÇÃO	4.4.90.51.00.1104	Obras e Instalações	28.117,84
ATIVIDADE	12.361.0006.2.011	*Manutenção do Transporte Escolar*	
DOTAÇÃO	3.3.90.30.00.1121	Material de Consumo	50.000,00
ÓRGÃO	**08.00**	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
UNIDADE	**08.02**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
ATIVIDADE	10.302.0009.2.065	*Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambul*	
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.1496	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	45.000,00
ÓRGÃO	**09.00**	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
UNIDADE	**09.02**	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
ATIVIDADE	08.244.0008.2.009	*Piso Paranaense – Assistência Social*	
DOTAÇÃO	3.3.90.30.00.1893	Material de Consumo	10.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.1893	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
ÓRGÃO	**11.00**	**SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS**	
UNIDADE	**11.01**	**GABINETE DO SEC. DE VIAÇÃO E OBRAS**	
ATIVIDADE	26.782.0015.2.039	*Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais*	
DOTAÇÃO	3.3.90.30.00.1504	Material de Consumo	50.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.1504	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00

TOTAL R$ 273.117,84

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica a Secretaria Municipal de Finanças, autorizada a utilizar o excesso de arrecadação das fontes: fonte 1510 no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), fonte 1121 no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), fonte 1496 no valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), fonte 1893 no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), fonte 1104 no valor de R$ 28.117,84 (Vinte e oito mil, cento e dezessete reais com oitenta e quatro cenavos) e fonte 1504 no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis nº 1.676/2024 – LDO para o exercício de 2025 e nº 1.543/2021 – PPA para os exercícios de 2022-2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 18 de novembro de 2025.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA

Prefeito

WAGNER LUIZ BLEY BONATO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Felipe Joly da Cruz
Código Identificador:4E7D73C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 497/2025

Decreto nº 497/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme a Lei Municipal 1.513/2025;

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
001	Secretaria Municipal de Governo	
0412200032.003	Assessoramento Superior	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	300.000,00
339039.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	400.000,00
004	Sec. Mun. de Educação Cultura e Desporto	
0412200032004	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	400.000,00
1236100122.015	Manutenção dos Serviços de Educação	
319011.103	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	150.000,00
319011.104	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	250.000,00
005	Sec. Munic. de Assistência Social	
0824400112.020	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	300.000,00
0602	Secretaria de Saúde	
1030100172026	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	200.000,00
	TOTAL	**2.000.000,00**

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a anulação parcial ou total das seguintes dotações:

0200	Poder Executivo	
001	Secretaria Municipal de Governo	
0412200032.003	Assessoramento Superior	
339014.000	Diárias-Civil	35.000,00
339030.000	Material de Consumo	60.452,37
339036.000	Outros Serviços de Terceiros Física	2.972,87
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	38.330,00
002	Sec. Munic. de Adm. Planej. e Desenv. Integrado	
0412100032005	Administração, Orçamento e Planejamento	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.960,62
339030.000	Material de Consumo	71.578,12
003	Sec. Munic. de Tributação e Finanças	
0412300032.009	Manutenção do Gabinete do Secretário	
339036.000	Outros Serviços de Terceiros Física	7.360,30

449052.000	Equipamentos e Material Permanente	11.000,00
049990032.038	Reserva de Contingência	
339039.000	Outros Serviços de Terceiros – PJ	240.000,00
004	Sec. Munic. de Educação Cultura e Desporto	
1236100122.012	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	
339014.000	Diárias - Civil	20.755,00
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	15.505,00
1236100122013	Manutenção Centro Municipal de Educação Infantil	
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
1236100122.015	Manutenção dos Serviços de Educação	
3350.43.000	Subvenções Sociais	14.928,00
339036.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	3.105,41
1239200121.004	Construção de Centros Esportivos	
339030.000	Material de Consumo	8.000,00
339039.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	8.000,00
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00
005	Sec. Munic. de Assistência Social	
0824100112.023	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	
339030.000	Material de Consumo	60.000,00
445051.000	Obras e Instalações	13.000,00
0824300106.022	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente	
339030.000	Material de Consumo	45.624,40
445052.000	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00
0824300106.025	Manutenção do Conselho Tutelar	
339030.000	Material de Consumo	29.967,11
339039.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	2.620,55
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	1.500,00
0824400112.020	Manutenção do Gabinete do Secretário	
445052.000	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
0824400112.021	Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social	
339030.000	Material de Consumo	49.645,19
339032.000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição	30.000,00
339039.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	29.762,20
0824400112.024	Manutenção do CRAS	
339014.000	Diárias – Civil	33.120,00
006	Secretaria Municipal de Saúde	
10301.00172.028	Manutenção Consorcio CISVALI	
337070.000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	700.000,00
1030300172.043	Manutenção do Suporte Profilático e Terapêutico	
339030.000	Material de Consumo	6.009,77
007	Sec. Munic. de Obras, Transporte e Serv. Urbanos	
154510042.032	Pavimentação de Ruas e Avenidas	
339030.000	Material de Consumo	60.000,00
339039.000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	80.000,00
445051.000	Obras e Instalações	18.000,00
1545200042.031	Manutenção dos Serviços Urbanos	
339030.000	Material de Consumo	34.646,30
445052.000	Equipamentos e Material Permanente	11.000,00
2678200052.030	Conservação de Estradas Vicinais	
339036.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	18.800,00
449051.000	Obras e Instalações	8.000,00
008	Sec. Munic. de Desenv Rural e Meio Ambiente	
20606000082.033	Manutenção do Gabinete do Secretário	
339030.000	Material de Consumo	141.356,79
449051.000	Obras e Instalações	22.000,00
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	16.000,00
	TOTAL	**2.000.000,00**

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 18 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:73885760

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.513/2025

Lei Nº 1.513/2025

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
001	Secretaria Municipal de Governo	
0412200032.003	Assessoramento Superior	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	300.000,00
339039.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	400.000,00
004	Sec. Mun. de Educação Cultura e Desporto	
0412200032004	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	400.000,00
1236100122.015	Manutenção dos Serviços de Educação	
319011.103	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	150.000,00
319011.104	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	250.000,00
005	Sec. Munic. de Assistência Social	
0824400112.020	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	300.000,00
0602	Secretaria de Saúde	
1030100172026	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	200.000,00
	TOTAL	**2.000.000,00**

ART. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a anulação parcial ou total das seguintes dotações:

0200	Poder Executivo	
001	Secretaria Municipal de Governo	
0412200032.003	Assessoramento Superior	
339014.000	Diárias-Civil	35.000,00
339030.000	Material de Consumo	60.452,37
339036.000	Outros Serviços de Terceiros Física	2.972,87
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	38.330,00
002	Sec. Munic. de Adm. Planej. e Desenv. Integrado	
0412100032005	Administração, Orçamento e Planejamento	
319011.000	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.960,62
339030.000	Material de Consumo	71.578,12
003	Sec. Munic. de Tributação e Finanças	
0412300032.009	Manutenção do Gabinete do Secretário	

339036.000	Outros Serviços de Terceiros Física	7.360,30
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	11.000,00
049990032.038	Reserva de Contingência	
339039.000	Outros Serviços de Terceiros – PJ	240.000,00
004	Sec. Munic. de Educação Cultura e Desporto	
1236100122.012	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	
339014.000	Diárias - Civil	20.755,00
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	15.505,00
1236100122013	Manutenção Centro Municipal de Educação Infantil	
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
1236100122.015	Manutenção dos Serviços de Educação	
3350.43.000	Subvenções Sociais	14.928,00
339036.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	3.105,41
1239200121.004	Construção de Centros Esportivos	
339030.000	Material de Consumo	8.000,00
339039.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	8.000,00
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00
005	Sec. Munic. de Assistência Social	
0824100112.023	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	
339030.000	Material de Consumo	60.000,00
445051.000	Obras e Instalações	13.000,00
0824300106.022	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente	
339030.000	Material de Consumo	45.624,40
445052.000	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00
0824300106.025	Manutenção do Conselho Tutelar	
339030.000	Material de Consumo	29.967,11
339039.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	2.620,55
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	1.500,00
0824400112.020	Manutenção do Gabinete do Secretário	
445052.000	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
0824400112.021	Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social	
339030.000	Material de Consumo	49.645,19
339032.000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição	30.000,00
339039.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	29.762,20
0824400112.024	Manutenção do CRAS	
339014.000	Diárias – Civil	33.120,00
006	Secretaria Municipal de Saúde	
10301.00172.028	Manutenção Consorcio CISVALI	
337070.000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	700.000,00
1030300172.043	Manutenção do Suporte Profilático e Terapêutico	
339030.000	Material de Consumo	6.009,77
007	Sec. Munic. de Obras, Transporte e Serv. Urbanos	
154510042.032	Pavimentação de Ruas e Avenidas	
339030.000	Material de Consumo	60.000,00
339039.000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	80.000,00
445051.000	Obras e Instalações	18.000,00
1545200042.031	Manutenção dos Serviços Urbanos	
339030.000	Material de Consumo	34.646,30
445052.000	Equipamentos e Material Permanente	11.000,00
2678200052.030	Conservação de Estradas Vicinais	
339036.000	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	18.800,00
449051.000	Obras e Instalações	8.000,00
008	Sec. Munic. de Desenv Rural e Meio Ambiente	
20606000082.033	Manutenção do Gabinete do Secretário	
339030.000	Material de Consumo	141.356,79
449051.000	Obras e Instalações	22.000,00
449052.000	Equipamentos e Material Permanente	16.000,00
	TOTAL	**2.000.000,00**

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 18 de novembro de 2025.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:DB509F42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1581 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 1581 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Concessão de diária para agente honorífico

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto146/2025e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art.1ºConceder a ANDREIA VANESSA DE OLIVEIA MENDES,portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº044.***.***-63 e matrícula funcional 4765966, ocupante do cargo de agente honorífico de Conselheiro Tutelar, o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Audiência em Rio Negro com o Promotor de Justiça	19/11/2025	Rio Negro/PR	1(uma)	58,00	11571/2025

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3ºFicam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em10 de novembrode 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG

Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Estefany Seidel
Código Identificador:1A4CB07D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1586 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº1586DE10DENOVEMBRODE2025

Concessão de diária paraservidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretáriade Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto146/2025e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art.1ºConcedera servidora públicaSabrina Marcela de AndradeStahelinportadora da cédula de identidade civil com RG/CPFnº008.***.***-06e matrículasfuncionais105881/395601, ocupante do cargopúblicodeProfessor,opagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Viagem a Curitiba com os alunos dos 5º anos	20/11/2025	Curitiba/PR	1(uma)	58,00	11577/2025

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3ºFicam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em10de novembrode 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG

Secretáriade Administração e Finanças

Publicado por:
Estefany Seidel
Código Identificador:B35DD86A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12 RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 11/11/2024.				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.075.975,00	1.075.975,00	1.370.368,73	127,36
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	247.460,00	247.460,00	136.308,72	55,08
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	192.000,00	192.000,00	75.959,32	39,56
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	175.165,00	175.165,00	487.449,92	278,28
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	461.350,00	461.350,00	670.650,77	145,37
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	22.087.725,00	22.367.725,00	18.982.494,01	84,87
Cota-Parte FPM	18.320.000,00	18.600.000,00	15.253.867,94	82,01
Cota-Parte ITR	9.100,00	9.100,00	10.181,94	111,89
Cota-Parte IPVA	375.000,00	375.000,00	421.683,43	112,45
Cota-Parte ICMS	3.345.000,00	3.345.000,00	3.221.240,42	96,30
Cota-Parte IPI-Exportação	38.625,00	38.625,00	46.634,75	120,74
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	28.885,53	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I) + (II)	23.163.700,00	23.443.700,00	20.352.862,74	86,82

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.794.300,00	2.920.411,53	2.813.938,19	96,35	2.813.938,19	96,35	2.785.979,36	95,40
Despesas Correntes	2.784.300,00	2.910.411,53	2.808.294,40	96,49	2.808.294,40	96,49	2.780.335,57	95,53
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	5.643,79	56,44	5.643,79	56,44	5.643,79	56,44
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.961.500,00	2.038.500,00	937.644,09	46,00	937.644,09	46,00	937.544,12	45,99
Despesas Correntes	1.951.000,00	2.028.000,00	937.258,69	46,22	937.258,69	46,22	937.158,72	46,21
Despesas de Capital	10.500,00	10.500,00	385,40	3,67	385,40	3,67	385,40	3,67
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	38.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	28.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	117.400,00	47.583,00	8.543,00	17,95	8.543,00	17,95	8.543,00	17,95
Despesas Correntes	107.400,00	37.583,00	8.543,00	22,73	8.543,00	22,73	8.543,00	22,73
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.911.200,00	5.064.494,53	3.760.125,28	74,24	3.760.125,28	74,24	3.732.066,48	73,69

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.760.125,28	3.760.125,28	3.732.066,48
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.760.125,28	3.760.125,28	3.732.066,48
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.052.929,41
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	707.195,87	707.195,87	679.137,07
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	18,47	18,47	18,34

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Diferença de limite não cumprido 2025 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem no limite financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado disponibilidade (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)

Empenhos de 2025	3.052.929,41	3.760.125,28	707.195,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	707.195,87
Empenhos de 2024	3.436.304,04	4.195.210,49	758.906,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	758.906,45
Empenhos de 2023	2.936.255,98	4.048.357,76	1.112.101,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.112.101,78
Empenhos de 2022	2.770.850,35	3.523.041,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial =	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.613.000,00	1.761.166,65	1.474.304,60	83,71
Proveniente da União	1.613.000,00	1.628.902,56	858.611,35	52,71
Proveniente dos Estados	0,00	132.264,09	615.693,25	465,50
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	143.160,89	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.613.000,00	1.761.166,65	1.617.465,49	91,84

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.086.515,35	2.414.816,17	1.197.221,45	49,58	1.197.221,45	49,58	1.192.384,03	49,38
Despesas Correntes	1.086.515,35	2.109.396,09	1.127.912,72	53,47	1.127.912,72	53,47	1.123.075,30	53,24
Despesas de Capital	0,00	305.420,08	69.308,73	22,69	69.308,73	22,69	69.308,73	22,69
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	393.484,65	441.214,06	186.544,31	42,28	186.544,31	42,28	186.544,31	42,28
Despesas Correntes	393.484,65	402.274,70	157.302,63	39,10	157.302,63	39,10	157.302,63	39,10
Despesas de Capital	0,00	38.939,36	29.241,68	75,10	29.241,68	75,10	29.241,68	75,10
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	18.741,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	18.741,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	81.000,00	163.000,00	53.310,36	32,71	53.310,36	32,71	53.310,36	32,71
Despesas Correntes	81.000,00	163.000,00	53.310,36	32,71	53.310,36	32,71	53.310,36	32,71
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.561.000,00	3.037.771,79	1.437.076,12	47,31	1.437.076,12	47,31	1.432.238,70	47,15
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.880.815,35	5.335.227,70	4.011.159,64	75,18	4.011.159,64	75,18	3.978.363,39	74,57
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.354.984,65	2.479.714,06	1.124.188,40	45,34	1.124.188,40	45,34	1.124.088,43	45,33
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	38.000,00	76.741,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	198.400,00	210.583,00	61.853,36	29,37	61.853,36	29,37	61.853,36	29,37
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	6.472.200,00	8.102.266,32	5.197.201,40	64,14	5.197.201,40	64,14	5.164.305,18	63,74

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:19F2B507

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 14 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	30.865.101,13
Previsão Atualizada da Receita	32.452.262,06
Receitas Realizadas	33.095.840,77
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	5.279.299,96
Dotação Inicial	29.615.101,13
Dotação Atualizada	55.337.319,68
Despesas Empenhadas	31.383.181,32
Despesas Liquidadas	29.494.795,43
Despesas Pagas	29.236.537,57
Superávit Orçamentário	3.601.045,34
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	31.383.181,32
Despesas Liquidadas	29.494.795,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	25.274.155,69
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	24.699.155,69
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	24.286.635,69
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	63.393.496,15	2.723.324,88	4,30 %
Resultado Primário	1.089.879,17	3.049.544,54	279,81 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	450.000,00	0,00	450.000,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	86.580,00	(86.580,00)	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	536.580,00	(86.580,00)	450.000,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do	5.013.179,33	25%	22,94
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.780.937,75	70%	89,31
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	185.688,80	50%	68,39
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	6.622,00	15%	2,44

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	33.000,00
Despesa de Capital Líquida	9.867.932,64	14.238.346,74

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	332.294,83	(332.294,83)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	258.516,79	98.197,29

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.760.125,28	15%	18,47
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)			0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C5AE7111

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 14 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
01/09/2025 A 31/10/2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	30.865.101,13
Previsão Atualizada da Receita	31.189.645,32
Receitas Realizadas	11.066.002,18
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	5.279.299,96
Dotação Inicial	29.615.101,13
Dotação Atualizada	42.611.228,19
Despesas Empenhadas	7.826.993,22
Despesas Liquidadas	8.363.118,98
Despesas Pagas	8.280.533,49
Superávit Orçamentário	2.702.883,20
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	7.826.993,22
Despesas Liquidadas	8.363.118,98
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	5.413.090,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	5.163.090,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	4.920.586,53
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	63.393.496,15	2.898.997,25	4,57 %
Resultado Primário	1.089.879,17	2.233.765,11	204,96 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	450.000,00	0,00	450.000,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	86.580,00	(86.580,00)	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	536.580,00	(86.580,00)	450.000,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do	994.936,30	25%	23,26
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	558.031,14	70%	94,55
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	84.592,64	50%	145,85
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	4.264,00	15%	7,35

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo a realizar	
Receita de Operações de Crédito	0,00		33.000,00	
Despesa de Capital Líquida	3.108.823,49		10.142.355,58	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	7.354,12	(7.354,12)	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	11.274,63	(11.274,63)	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	817.682,69	15%	22,81
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E4D029BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.865.101,13	32.452.262,06	11.066.002,18	34,10	33.095.840,77	101,98	(643.578,71)
RECEITAS CORRENTES	30.832.101,13	32.029.892,32	5.413.090,53	16,90	25.274.155,69	78,91	6.755.736,63
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.196.980,00	1.196.980,00	372.175,87	31,09	1.472.157,68	122,99	(275.177,68)
IMPOSTOS	1.075.975,00	1.075.975,00	369.384,98	34,33	1.370.368,73	127,36	(294.393,73)
TAXAS	121.005,00	121.005,00	2.790,89	2,31	101.788,95	84,12	19.216,05
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	119.975,00	119.975,00	20.457,46	17,05	126.852,93	105,73	(6.877,93)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	119.975,00	119.975,00	20.457,46	17,05	126.852,93	105,73	(6.877,93)
RECEITA PATRIMONIAL	533.586,00	558.427,50	155.954,73	27,93	664.399,02	118,98	(105.971,52)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	533.586,00	558.427,50	155.954,73	27,93	664.399,02	118,98	(105.971,52)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	117.480,00	117.480,00	18.087,23	15,40	60.383,64	51,40	57.096,36
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	117.480,00	117.480,00	18.087,23	15,40	60.383,64	51,40	57.096,36
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.864.080,13	30.037.029,82	4.793.005,43	15,96	22.873.290,39	76,15	7.163.739,43
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	22.341.625,13	23.224.400,36	3.573.286,73	15,39	16.325.709,60	70,30	6.898.690,76
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	3.326.455,00	3.501.629,46	692.376,48	19,77	3.726.739,29	106,43	(225.109,83)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.196.000,00	3.311.000,00	527.342,22	15,93	2.820.841,50	85,20	490.158,50
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	53.409,81	5.340.981,00	77.072,03	7.707.203,00	(77.072,03)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	53.409,81	5.340.981,00	77.072,03	7.707.203,00	(77.072,03)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	33.000,00	422.369,74	5.652.911,65	1.338,38	7.821.685,08	1.851,86	(7.399.315,34)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	300.751,00	30.075.100,00	(300.751,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	300.751,00	30.075.100,00	(300.751,00)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	389.369,74	5.652.911,65	1.451,81	7.520.934,08	1.931,57	(7.131.564,34)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	84.685,37	8.468.537,00	853.856,19	85.385.619,00	(853.856,19)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	389.369,74	5.568.226,28	1.430,06	6.667.077,89	1.712,27	(6.277.708,15)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	30.865.101,13	32.452.262,06	11.066.002,18	34,10	33.095.840,77	101,98	(643.578,71)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	30.865.101,13	32.452.262,06	11.066.002,18	34,10	33.095.840,77	101,98	(643.578,71)
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	30.865.101,13	32.452.262,06	11.066.002,18	34,10	33.095.840,77	101,98	(643.578,71)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.279.299,96	0,00	0,00	5.279.299,96	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	5.279.299,96	0,00	0,00	5.279.299,96	100,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.615.101,13	55.337.319,68	7.826.993,22	31.383.181,32	23.954.138,36	8.363.118,98	29.494.795,43	25.842.524,25	29.236.537,57
DESPESAS CORRENTES	27.645.481,13	30.931.040,30	4.718.169,73	21.515.248,68	9.415.791,62	4.716.895,49	21.513.862,79	9.417.177,51	21.411.964,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.438.524,65	9.972.044,73	1.592.490,58	7.907.703,69	2.064.341,04	1.592.490,58	7.907.703,69	2.064.341,04	7.806.210,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	168.500,00	168.500,00	24.807,32	123.215,66	45.284,34	24.807,32	123.215,66	45.284,34	123.215,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.038.456,48	20.790.495,57	3.100.871,83	13.484.329,33	7.306.166,24	3.099.597,59	13.482.943,44	7.307.552,13	13.482.538,69
DESPESAS DE CAPITAL	1.669.620,00	24.106.279,38	3.108.823,49	9.867.932,64	14.238.346,74	3.646.223,49	7.980.932,64	16.125.346,74	7.824.572,64
INVESTIMENTOS	1.349.620,00	23.786.279,38	3.079.379,66	9.686.298,40	14.099.980,98	3.616.779,66	7.799.298,40	15.986.980,98	7.642.938,40
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	320.000,00	320.000,00	29.443,83	181.634,24	138.365,76	29.443,83	181.634,24	138.365,76	181.634,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	29.615.101,13	55.337.319,68	7.826.993,22	31.383.181,32	23.954.138,36	8.363.118,98	29.494.795,43	25.842.524,25	29.236.537,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	29.615.101,13	55.337.319,68	7.826.993,22	31.383.181,32	23.954.138,36	8.363.118,98	29.494.795,43	25.842.524,25	29.236.537,57
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	1.712.659,45	0,00	0,00	3.601.045,34	0,00	3.859.303,20

TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	29.615.101,13	55.337.319,68	7.826.993,22	33.095.840,77	0,00	8.363.118,98	33.095.840,77	0,00	33.095.840,77
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:22EBFB80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 6 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Memória de cálculo TCE: 2024-Versão 1.0 - publicada 09/08/2024		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	32.029.892,32	25.274.155,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.196.980,00	1.472.157,68
IPTU	247.460,00	136.308,72
ISS	175.165,00	487.449,92
ITBI	192.000,00	75.959,32
IRRF	461.350,00	670.650,77
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	121.005,00	101.788,95
Contribuições	119.975,00	126.852,93
Receita patrimonial	558.427,50	664.399,02
Aplicações Financeiras (II)	558.427,50	664.399,02
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	30.037.029,82	22.873.290,39
Cota-Parte do FPM	16.611.000,00	13.703.612,29
Cota-Parte do ICMS	2.676.000,00	2.576.992,50
Cota-Parte do IPVA	300.000,00	337.347,47
Cota-Parte do ITR	7.280,00	8.145,62
Cota-Parte do IPI - Municípios	30.901,00	37.307,83
Transferências do FUNDEB	3.472.372,67	3.143.455,61
Outras transferências correntes	6.939.476,15	3.066.429,07
Demais receitas correntes	117.480,00	137.455,67
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	209,54
Receitas Correntes Restantes	117.480,00	137.246,13
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	31.471.464,82	24.609.547,13
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	422.369,74	7.821.685,08
Operações de Crédito (VIII)	33.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	300.751,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	300.751,00
Transferências de Capital	389.369,74	7.520.934,08
Convênios	389.369,74	6.996.771,98
Outras Transferências de Capital	0,00	524.162,10
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	389.369,74	7.821.685,08
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	31.860.834,56	32.431.232,21
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	31.860.834,56	32.431.232,21

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	30.931.040,30	21.515.248,68	21.513.862,79	21.411.964,93	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	9.972.044,73	7.907.703,69	7.907.703,69	7.806.210,58	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX))	168.500,00	123.215,66	123.215,66	123.215,66	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	20.790.495,57	13.484.329,33	13.482.943,44	13.482.538,69	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES	30.762.540,30	21.392.033,02	21.390.647,13	21.288.749,27	0,00	0,00	0,00
RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	24.106.279,38	9.867.932,64	7.980.932,64	7.824.572,64	450.000,00	0,00	0,00
Investimentos	23.786.279,38	9.686.298,40	7.799.298,40	7.642.938,40	450.000,00	0,00	0,00

Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	320.000,00	181.634,24	181.634,24	181.634,24	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	23.786.279,38	9.686.298,40	7.799.298,40	7.642.938,40	450.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	54.848.819,68	31.078.331,42	29.189.945,53	28.931.687,67	450.000,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	54.848.819,68	31.078.331,42	29.189.945,53	28.931.687,67	450.000,00	0,00	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]		3.049.544,54
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]		3.049.544,54
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.089.879,17	
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2025	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	664.399,02	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	123.215,66	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.590.727,90	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	63.393.496,15	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até o Bimestre / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	908.721,82	730.000,00
DEDUÇÕES (XL)	7.023.565,31	9.568.168,37
Disponibilidade de Caixa	7.023.565,31	9.568.168,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.473.565,31	9.891.747,74
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	450.000,00	258.257,86
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	65.321,51
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(6.114.843,49)	(8.838.168,37)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		2.723.324,88
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(191.742,14)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	2.531.582,74	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	1.990.399,38	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.279.299,96	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.279.299,96
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:97B284E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 6 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

01/09/2025 A 31/10/2025

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Memória de cálculo TCE: 2024-Versão 1.0 - publicada 09/08/2024

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	31.156.645,32	5.413.090,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.196.980,00	372.175,87
IPTU	247.460,00	4.715,09
ISS	175.165,00	153.280,18
ITBI	192.000,00	43.003,36
IRRF	461.350,00	168.386,35
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	121.005,00	2.790,89
Contribuições	119.975,00	20.457,46
Receita patrimonial	533.586,00	155.954,73
Aplicações Financeiras (II)	533.586,00	155.954,73
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	29.188.624,32	4.793.005,43
Cota-Parte do FPM	16.511.000,00	2.679.683,36
Cota-Parte do ICMS	2.676.000,00	553.039,83
Cota-Parte do IPVA	300.000,00	15.899,12
Cota-Parte do ITR	7.280,00	7.591,03
Cota-Parte do IPI - Municípios	30.901,00	7.996,76
Transferências do FUNDEB	3.245.060,10	636.434,87
Outras transferências correntes	6.418.383,22	892.360,46
Demais receitas correntes	117.480,00	71.497,04
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	117.480,00	71.497,04
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	30.623.059,32	5.257.135,80
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	33.000,00	5.652.911,65
Operações de Crédito (VIII)	33.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	5.652.911,65
Convênios	0,00	5.236.019,28
Outras Transferências de Capital	0,00	416.892,37
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	5.652.911,65
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	30.623.059,32	10.910.047,45
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	30.623.059,32	10.910.047,45

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	29.060.049,12	4.718.169,73	4.716.895,49	4.729.255,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	9.782.033,71	1.592.490,58	1.592.490,58	1.593.393,59	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX))	168.500,00	24.807,32	24.807,32	24.807,32	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	19.109.515,41	3.100.871,83	3.099.597,59	3.111.054,09	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	28.891.549,12	4.693.362,41	4.692.088,17	4.704.447,68	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	13.251.179,07	3.108.823,49	3.646.223,49	3.551.278,49	0,00	0,00	0,00
Investimentos	12.931.179,07	3.079.379,66	3.616.779,66	3.521.834,66	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	320.000,00	29.443,83	29.443,83	29.443,83	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	12.931.179,07	3.079.379,66	3.616.779,66	3.521.834,66	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	42.122.728,19	7.772.742,07	8.308.867,83	8.226.282,34	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	42.122.728,19	7.772.742,07	8.308.867,83	8.226.282,34	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							2.683.765,11
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.683.765,11

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.089.879,17	
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2025	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	155.954,73	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	24.807,32	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.814.912,52	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	63.393.496,15	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até o Bimestre / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	908.721,82	26.531,41
DEDUÇÕES (XL)	7.023.565,31	2.033.917,37
Disponibilidade de Caixa	7.023.565,31	2.033.917,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.473.565,31	2.568.654,97
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	450.000,00	532.585,49
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	2.152,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(6.114.843,49)	(2.007.385,96)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		(4.107.457,53)
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	82.585,49	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	(4.024.872,04)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(4.156.019,45)	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	820.725,21	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	820.725,21
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:92566613

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 8 RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.075.975,00	1.370.368,73
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	247.460,00	136.308,72
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	192.000,00	75.959,32
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	175.165,00	487.449,92
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	461.350,00	670.650,77
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	24.042.725,00	20.483.011,57
2.1 - Cota-parte FPM	20.275.000,00	16.754.385,50
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.600.000,00	15.253.867,94
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.675.000,00	1.500.517,56
2.2 - Cota-parte ICMS	3.345.000,00	3.221.240,42
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	38.625,00	46.634,75
2.4 - Cota-parte ITR	9.100,00	10.181,94
2.5 - Cota-parte IPVA	375.000,00	421.683,43
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	28.885,53
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.118.700,00	21.853.380,30
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	4.473.545,00	3.796.498,80
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	1.806.130,00	1.666.846,27

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.472.372,67	3.113.753,93
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.311.000,00	2.842.230,85
6.1.1 - Principal	3.311.000,00	2.820.841,50
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	21.198,13
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	191,22
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	161.372,67	271.523,08
6.3.1 - Principal	161.372,67	271.523,08
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	(1.162.545,00)	(975.657,30)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	11.295,40
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	8.984,63
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	2.310,77
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	3.125.049,33

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.579.333,35	2.974.475,22	2.974.475,22	2.941.503,65	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.351.333,35	2.814.944,02	2.814.944,02	2.781.972,45	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.466.333,35	1.031.004,12	1.031.004,12	1.023.596,77	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	1.820.000,00	1.738.437,54	1.738.437,54	1.715.490,74	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	65.000,00	45.502,36	45.502,36	42.884,94	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	228.000,00	159.531,20	159.531,20	159.531,20	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	13.000,00	6.622,00	6.622,00	6.622,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	215.000,00	152.909,20	152.909,20	152.909,20	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.940.468,95	2.940.468,95	2.908.806,09	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	2.754.780,15	2.754.780,15	2.726.714,53	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	185.688,80	185.688,80	182.091,56	0,00	0,00	24.316,13
11.4 - Total das Despesas custeadas com	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.780.937,75	2.780.937,75	2.749.274,89	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	185.688,80	185.688,80	182.091,56	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	6.622,00	6.622,00	6.622,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.179.627,75	2.780.937,75	2.780.937,75	89,31
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	135.761,54	185.688,80	185.688,80	68,39
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	40.728,46	6.622,00	6.622,00	2,44

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	311.375,39	173.284,98	173.284,98	0,00	5,57

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	273.150,98	8.984,63	11.255,09	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	273.150,98	8.984,63	11.255,09	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.102.416,71	1.216.680,53	1.216.680,53	1.212.464,33	0,00
20.1 - Educação Infantil	106.000,00	39.885,80	39.885,80	39.885,80	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	2.694.416,71	1.175.431,14	1.175.431,14	1.171.214,94	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	302.000,00	1.363,59	1.363,59	1.363,59	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	6.113.324,47	3.980.125,51	3.980.125,51	3.945.555,16	0,00
21.1 - Educação Infantil	1.589.353,09	1.066.256,83	1.066.256,83	1.058.849,48	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.523.971,38	2.913.868,68	2.913.868,68	2.886.705,68	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.216.680,53
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.796.498,80
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	5.013.179,33

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	5.463.345,08	5.013.179,33	22,94

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	749.552,14	549.438,97
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	612.776,07	382.959,14
31.1.1 - Pessoal Ativo	332.500,00	148.868,12
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	93.500,00	88.399,49
31.1.4 - PNATE	70.000,00	51.756,35
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	116.776,07	93.935,18
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	136.776,07	166.479,83

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	923.579,89	1.123.556,38	1.122.170,49	1.122.170,49	1.385,89
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	200.000,00	264.000,00	264.000,00	264.000,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	546.970,08	443.058,34	441.672,46	441.672,46	1.385,88
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	176.609,81	416.498,04	416.498,03	416.498,03	0,01

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	7.618.904,36	4.961.384,89	4.959.999,00	4.924.119,94	1.385,89
33.1 - Despesas Correntes	6.595.677,24	4.637.443,44	4.636.057,55	4.600.178,49	1.385,89
33.1.1 - Pessoal Ativo	4.139.761,99	2.995.890,10	2.995.890,10	2.960.011,04	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	215.000,00	152.909,20	152.909,20	152.909,20	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	2.240.915,25	1.488.644,14	1.487.258,25	1.487.258,25	1.385,89
33.2 - Despesas de Capital	1.023.227,12	323.941,45	323.941,45	323.941,45	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.023.227,12	323.941,45	323.941,45	323.941,45	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11.295,40	9.185,21
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.164.844,96	148.868,12
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.933.635,59	95.230,16

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	242.504,77	62.823,17
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	15,10	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	242.519,87	62.823,17

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:F427E7B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 8 RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
01/09/2025 A 31/10/2025		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.075.975,00	369.384,98
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	247.460,00	4.715,09
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	192.000,00	43.003,36
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	175.165,00	153.280,18
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	461.350,00	168.386,35
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	23.942.725,00	3.907.339,35
2.1 - Cota-parte FPM	20.175.000,00	3.176.681,11
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.500.000,00	2.484.989,13
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.675.000,00	691.691,98
2.2 - Cota-parte ICMS	3.345.000,00	691.299,74
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	38.625,00	9.995,94
2.4 - Cota-parte ITR	9.100,00	9.488,75
2.5 - Cota-parte IPVA	375.000,00	19.873,81
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.018.700,00	4.276.724,33
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	4.453.545,00	643.129,47
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	1.801.130,00	426.051,61
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.245.060,10	590.180,00
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.196.000,00	532.178,38
6.1.1 - Principal	3.196.000,00	527.342,22
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	4.836,16
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	49.060,10	58.001,62
6.3.1 - Principal	49.060,10	58.001,62
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	(1.257.545,00)	(115.787,25)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	11.295,40	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	8.984,63	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	2.310,77	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	601.475,40	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.341.340,10	615.628,16	615.628,16	616.949,51	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.241.340,10	580.782,32	580.782,32	582.103,67	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.356.340,10	163.243,83	163.243,83	167.195,72	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	1.820.000,00	372.036,13	372.036,13	372.023,01	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	65.000,00	45.502,36	45.502,36	42.884,94	0,00

10.2 - OUTRAS DESPESAS	100.000,00	34.845,84	34.845,84	34.845,84	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	4.264,00	4.264,00	4.264,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	100.000,00	30.581,84	30.581,84	30.581,84	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	592.876,98	592.876,98	595.507,04	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	508.284,34	508.284,34	503.152,40	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	84.592,64	84.592,64	92.354,64	0,00	0,00	35.532,54
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	558.031,14	558.031,14	560.661,20	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	84.592,64	84.592,64	92.354,64	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	4.264,00	4.264,00	4.264,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	413.126,00	558.031,14	558.031,14	94,55
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	29.000,81	84.592,64	84.592,64	145,85
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	8.700,24	4.264,00	4.264,00	7,35

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	59.018,00	(2.696,98)	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	273.150,98	8.984,63	0,00	0,00	0,00	8.984,63
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	273.150,98	8.984,63	0,00	0,00	0,00	8.984,63
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	2.744.488,07	351.806,83	351.806,83	349.025,34	0,00
20.1 - Educação Infantil	1.000,00	2.012,45	2.012,45	2.012,45	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	2.566.488,07	348.430,79	348.430,79	345.649,30	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	177.000,00	1.363,59	1.363,59	1.363,59	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	5.743.828,17	889.987,20	889.987,20	891.144,48	0,00
21.1 - Educação Infantil	1.357.340,10	169.520,28	169.520,28	173.472,17	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.386.488,07	720.466,92	720.466,92	717.672,31	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	351.806,83
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	643.129,47
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	8.984,63
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	985.951,67

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			1.069.181,08	985.951,67	23,05
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	685.500,00	130.090,51
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	585.500,00	85.732,70
31.1.1 - Pessoal Ativo	332.500,00	28.251,65
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	83.000,00	11.098,18
31.1.4 - PNATE	70.000,00	25.584,70
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	100.000,00	20.798,17
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	100.000,00	44.357,81

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	655.500,00	204.607,35	203.221,46	203.221,46	1.385,89
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	489.471,79	71.634,43	70.248,55	70.248,55	1.385,88
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	166.028,21	132.972,92	132.972,91	132.972,91	0,01
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	6.741.328,17	1.046.571,98	1.045.186,09	1.045.034,66	1.385,89
33.1 - Despesas Correntes	6.042.101,05	1.041.809,98	1.040.424,09	1.040.272,66	1.385,89
33.1.1 - Pessoal Ativo	4.048.840,10	601.569,55	601.569,55	601.292,12	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	100.000,00	30.581,84	30.581,84	30.581,84	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	1.893.260,95	409.658,59	408.272,70	408.398,70	1.385,89
33.2 - Despesas de Capital	699.227,12	4.762,00	4.762,00	4.762,00	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	699.227,12	4.762,00	4.762,00	4.762,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11.295,40	9.185,21
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.164.844,96	148.868,12
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	595.507,04	12.519,40

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.580.633,32	145.533,93
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	15,10	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.580.648,42	145.533,93

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:71C5778A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 210/2025

Município de Pinhal de São Bento - 2025				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2025 até 31/12/2025				
Lei/Ato n° 5227 - Decreto n° 210/2025 de 17/11/2025		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 4320 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1029	2024
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações		70.000,00
Despesa				
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação	25.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
450	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação	15.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
480	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	50.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
510	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação	5.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		
530	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação	5.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
560	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05		Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de alteração:** Acréscimo	20.000,00
05.003		Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de operação:** Abertura	
13.392.1301.2033		Manter as Atividades e Eventos Culturais		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
1530	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05		Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de alteração:** Anulação	20.000,00
05.003		Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de operação:** Abertura	
13.392.1301.2033		Manter as Atividades e Eventos Culturais		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1580	0	Recursos Ordinários (Livres)		

Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	70.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	70.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A4DEB923

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 211/2025

Município de Pinhal de São Bento - 2025					
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA					
Período: 01/01/2025 até 31/12/2025					
Lei/Ato n° 5229 - Decreto n° 211/2025 de 17/11/2025		**Escopo**		**Nº documento**	**Ano**
Lei:	4320 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA		1029	2024
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**			**Valor**
Suplementar		Excesso de Arrecadação			23.682,07
Despesa					
03	Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:**		Acréscimo	4.951,09
03.001	Secretaria de Administração	**Tipo de operação:**		Abertura	
04.122.0402.2008	Manutenção da Secretaria de Administração				
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
560	0 Recursos Ordinários (Livres)				
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**		Excesso de Arrecadação	
05	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de alteração:**		Acréscimo	18.730,98
05.003	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	**Tipo de operação:**		Abertura	
13.392.1301.2033	Manter as Atividades e Eventos Culturais				
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
1580	0 Recursos Ordinários (Livres)				
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**		Excesso de Arrecadação	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**			**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação			Acréscimo	23.682,07

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C41E206E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 212/2025

Município de Pinhal de São Bento - 2025				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2025 até 31/12/2025				
Lei/Ato n° 5230 - Decreto n° 212/2025 de 18/11/2025		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 4320 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1029	2024
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**			**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação			95.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro			2.618,59
Despesa				
03	Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo		2.618,59
03.001	Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura		
04.122.0402.2008	Manutenção da Secretaria de Administração			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
560 0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro		
03	Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo		95.000,00
03.001	Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura		
04.122.0402.2008	Manutenção da Secretaria de Administração			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
1404 404	SECID - CONVÊNIO VEÍCULO - SIT Nº 74777 - VALOR R$ 95.000,00			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**		**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo		95.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo		2.618,59

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8759434F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL 04/2025 RESULTADO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO 01/2025

A COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO DE LOTAÇÃO E REMOÇÃO, designada pela Portaria nº 736/2025 de 04 de setembro de 2025 – SEMECE, após analisar as solicitações dos inscritos para remoção, torna público o resultado provisório do Concurso de Remoção 01//2025.

Escola/CMEI	Vagas	Cargo	Candidato	Matrícula	Pontuação	Resultado
CMEI Elsa Lerner	09	Professor	Marlei dos Santos	50092	44,00	Deferido
CMEI Santa Rosa	07	Professor	Caroline Poluha	50098	33,2	Deferido
CMEI Elsa Lerner	09	Professor	Marilene Belo Belo	50115	44,00	Deferido
Escola Municipal Euclides G. da Silva - EIEF	01	Professor	Aurora Iubel Knaut	49602	48,00	Deferido
Escola Municipal do Campo Ângelo Seguro - EIEF	02	Professor	Luciane Gregzigouski	543053	49,4	Deferido
Escola Municipal do Campo Ângelo Seguro - EIEF	02	Professor	Luciane Gregzigouski	130991	80,00	Deferido
Escola Municipal Dr. Ivan Ferreira do Amaral - EIEF	05	Professor	Fabiana Socoloski Koliski	500121	38,8	Deferido
Escola Municipal José Bittencourt - EIEF	05	Professor	Eliane de Lima Moreira	50090	40,00	Deferido
Escola Municipal do Campo Rene Rocha - EIEF	02	Professor	Edna Aparecida de Assis	155711	78,00	Deferido
Escola Municipal José Bittencourt - EIEF	05	Professor	Daniela Barboza	52084	55,4	Deferido
CMEI Miguel Eduardo Nalini Adur	05	Professor	Danieli de Fátima Govea	50112	34,00	Deferido
Escola Municipal José Bittencourt - EIEF	05	Professor	Daniela Barboza	52095	33,8	Deferido
CMEI Santa Izabel Mirna Ledaci Franzolozzo Galafassi	02	Agente Educacional	Tania Maria Sartori de Andrade	158651	90,00	Deferido
Escola Municipal Dr. Ivan Ferreira do Amaral - EIEF	05	Professor	Joceli Rodrigues Soldan	50079	44,00	Deferido
Escola Municipal José Bittencourt - EIEF	05	Professor	Angela Maria Tortato	52968	46,00	Deferido
Escola Municipal Dr. Ivan Ferreira do Amaral - EIEF	05	Professor	Daniele Terezinha de Lima Baitel	50106	34,00	Deferido

Pitanga, 17 de novembro de 2025

MELANIA BELO GERMANO

Presidente da Comissão

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:A44B5818

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE ADESÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM MÓVEL

Instrumento de Adesão de autorização de Uso de Bem móvel que entre si celebram o município de Pitanga e a COOACEPA-Cooperativa Agroindustrial do Centro do Paraná.

Pelo Presente Instrumento de Permissão de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PITANGA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, 171, de agora em diante denominado **AUTORIZANTE** neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Dirceu Moraes, Prefeito do Município de Pitanga, Estado do Paraná, portador do RG nº 6415530-0 SSP/PR e CPF nº 696.116.619-91, residente e domiciliado na cidade de Pitanga – PR, e COOACEPA Cooperativa Agroindustrial do Centro do Paraná. Pessoa jurídica de Direito Privado, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ/MF n°12.099.759/0001-52, IE: 90523461-74,com sede estabelecida na Rua Nova Galícia,121, PARQUE SÃO BASÍLIO, CEP 85202-120, município de Pitanga-PR de agora em diante denominado **AUTORIZATÁRIA,** neste ato representado pelo Presidente Helio Bueno, portador do RG nº. 5.962.417-2 e CPF nº. 782.990.479-00, residente na localidade de Borboleta Anjo da Guarda, Pitanga-PR de acordo com o Art. 93 da lei orgânica municipal e emendas parlamentares.

CONDIÇÃO PRIMEIRA- DO OBJETO.

O presente termo tem por objeto regulamentar a autorização do uso gratuito dos bens móveis, a seguir descriminados.

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
01	Computador de mesa, tipo desktop. Processador núcleo duplo físico 6MB de cachê 3,20ghz, 4Gb de memória RAM DDR3,com placa de vídeo com memória exclusiva de 512Mb, HD com cap. de 500Gb, com driver leitor e gravador de DVD-RW, placa de rede 10/100/1000, 4 portas traseiras e 2 portas dianteiras USB 2.0, Fonte de 400W, mouse óptico com scroll e sensibilidade de 800dpi, acompanha 2 caixas de som, acompanha teclado padrão ABNT2, acompanha monitor de LED tam. 15", sistema operacional windows 7 ou 8, processo n. 0398.138-57/2012 . MDS/CAIXA.	01	18053	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
02	Impressora multifuncional, tipo laser, velocidade de impressão min. 20 páginas/minutos, memória interna de min. 64Mb, com placa de rede, cabo USB, função scaner com	01	18054	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

	resolução de min. 1 200dpi, função copiadora, com função de fax, acompanha software original de instalação, processo n. 0398.138-57/2012 . MDS/CAIXA.			
03	Mesa para escritório, em MDF ou MDP, formato em L, medidas 1,50mLx1,25mPx0,74mA com 2 gavetas, processo n. 0398.138-57/2012 . MDS/CAIXA.	01	18179	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
04	Bancada em aço inox com 2 cubas, cubas com 0,6,x0,50m, com furo para válvula americana 3,5", aço inox AISI304, estrutura interior em perfil tipo U, pés em tubo de aço do no min. 1,5"	01	18181	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
05	Conjunto de facas, para manuseio de frutas e legumes, com 6 facas, em inox, com variação de lâmina de 4" até 10", processo n. 0398.138-57/2012 . MDS/CAIXA.	01	18180	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
06	Embaladeira a vácuo SV 620 dupla com as seguintes características: duração de ciclo: 12 a 30 seg., capacidade de peso de 12kg(cada câmara), quant. de solda 2(cada câmara), comprimento das barras de solda 620mm, distância entre as barras de selagem 400mm, dimensões do equipamento CxLxA= 700x1400x1040mm, dimensões internas das câmaras CxLxA=490x630x160mm, peso aprox. do equipamento 150kg, 220V, monofásico ou 220/380V trifásico, potência 2,5KW ou 2,9KW, cap. da bomba busch de vácuo: 30m³/h ou 76m³/h. Opcional vácuo final: 99,8% injeção de gás: opc. material:aço inox AISI304 . Convênio MAPA N° 887609/2019	01	23368	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
07	Freezer horizontal, 2 portas, branco, cap. 534l/und. Convênio MAPA N° 887609/2019	02	23419	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
08	Balança com plataforma digital, com cap. 2.000kg, 1,50X1,50m. Convênio MAPA N° 887609/2019	01	23426	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
09	Moedor de carne, potência 3HP, voltagem 380V, tipo trifásico, capacidade de moagem 700kg/h, carenagem de aço inox, engrenagem em cárter de óleo, dimensões:LxAxP= 390x500x870mm, peso líquido 67,5kg . Convênio MAPA N° 887609/2019	01	23418	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
10	Hidrolavadora de alta pressão 1,5cv, 350psi 20l/min, 110/220v monofásico. Convênio MAPA N° 887609/2019	01	23369	
11	Câmara fria para resfriamento, dimensões mín. CxLxA= 3,15x4,15x2,6m, modelo resfriados, faixa de temperatura 0°C a 10°C, isolamento 100mm com estrados de PVC para proteção, porta giratória 0,80x1,80m, cor branco, injetada poliuretano, cap 4700KCAL/H fluído refrigerante R22, potência 2050W, evaporador forçador de 4 motoniveladores 250mm, vazão de ar interno 3822m³/h, degelo elétrico, consumo médio 3,70kw/h, iluminação lâmpada LED, fixação com rebites. Convênio MAPA N° 887609/2019	01	23371	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
12	Câmara fria para congelamento, dimensões mín CxLxA= 4,2x4,3x2,6m, modelo congelados, faixa de temperatura:0°C á -8°C, isolamento 150mm EPS(Poliestireno), aço , piso, painel de 150mm, estrados de PVC para proteção, porta giratória, injetada poliureano, cor branco, unidade cond., hermetica, marca Elgin cap 3000KCAL/H, fluído refrigerante R404, volt. 220v/3F, potência 2283w, evaporador forçador de 3 motoventiladores 250mm, vazão e ar interno 2867m³/h, degelo elétrico iluminação lâmpada PED, fixação com rebites . Convênio MAPA N° 887609/2019	01	23580	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
13	Empilhadeira elétrica manual, elevação mín1,600mm, corrente contínua DC, composição principal: aço carbono, rodas simples, material da rodonylon, capacidade de carga 1ton, largura externa do garfo 560mm, largura externa da patola 560mm, corredor operacional 2500mm, com suprimento de energia gerada através de bateria automotiva incluída e carregador embutido. Convênio MAPA N° 887609/2019	01	23461	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
14	Despolpadora de frutas, painel com chaves de partida para acionamento de motor, em aço inox AISI 304, estrutura reforçada anti vibração, sistema de saída da polpa, tubo de 76mm, separado da saída de cascas e caroço, tampa com borracha de vedação atóxica branca própria para alimentos, capa de proteção para motor evitando molhar quando se faz a limpeza da máquina e segurança, capacidade de 300kg/h. Convênio MAPA N° 887609/2019	01	23420	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
15	Veículo VW Saveiro CS ST MB, cap. máx. de carga 671kg, modelo 16/16, cor branco, chassi:9BWRB45V5GP100575, placa BAJ 4104	01	18155	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.
16	CAMINHÃO MERCEDEZ BENZ ATEGO, PLACAS BBF-1822, ANO 2016, MODELO 2016, DIESEL, COR BRANCA, CHASSI 9BM958156GBO34482**,** EQUIPADO COM BAÚ ISOTÉRMICO REFRIGERADO PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS HORTIFRUTI. Convênio n° 830875/2016 MDA/CAIXA.	01	24597	EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

CONDIÇÃO SEGUNDA- DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS

2.1- A AUTORIZATÁRIA se compromete a utilizar os bens em prol da associação/cooperativa, assim fomentando a agricultura familiar em nosso município.

2.2- A AUTORIZATÁRIA deverá guardar/ manter os bens na sede da associação/cooperativa, somente podendo remanejá-los com a devida autorização do **AUTORIZANTE**.

2.3- A AUTORIZATÁRIA se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, o direito de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento do **AUTORIZANTE.**

CONDIÇÃO TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

3.1- O AUTORIZANTE se compromete a:

a) permitir o pleno uso dos bens móveis ora cedidos.

b) providenciar o controle de patrimônio dos bens cedidos.

3.2- A AUTORIZATÁRIA se compromete a:

a) Vistoriar os bens ora cedidos, após a assinatura deste Instrumento, emitindo Laudo de Vistoria atestando os seus estados de funcionamento.

b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento.

c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.

d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência do **AUTORIZANTE.**

e) Adquirir os insumos indispensáveis ao funcionamento e manutenção dos bens cedidos.

f) Informar, imediatamente, ao **AUTORIZANTE** caso os bens objeto desta Permissão sofra qualquer turbação ou esbulho por terceiros.

g) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o PERMISSIONÁRIO citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear o **AUTORIZANTE** à autoria.

h) Apresentar Boletim de Ocorrência ao **AUTORIZANTE,** devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.

i) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, ao **AUTORIZANTE,** com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.

j) **AUTORIZATÁRIA** responderá civilmente pelos danos causados a seus servidores e/ou a terceiros, decorrentes da utilização ou manuseio dos bens ora cedidos.

CONDIÇÃO QUARTA- DA SUPERVISÃO TÉCNICA.

4.1. Ao **AUTORIZANTE** se reserva o direito de realizar a supervisão técnica da utilização dos bens ora cedidos, com poderes para monitorar e orientar a conduta adequada a ser adotada em seus usos e na manutenção preventiva e/ou corretiva, obrigando-se o PERMISSIONÁRIO a aceitar e facilitar tal supervisão.

4.2. O disposto no item 4.1. desta condição não exclui a responsabilidade do **AUTORIZATÁRIA** pela fiscalização da manutenção preventiva e corretiva dos bens ora cedidos.

CONDIÇÃO QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Instrumento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor pelo prazo de 120 meses, sem danos ao município.

CONDIÇÃO SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

CONDIÇÃO SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

7.1. As benfeitorias realizadas pela **AUTORIZATÁRIA** serão incorporadas aos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

7.2. O AUTORIZANTE deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pela **AUTORIZATÁRIA**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CONDIÇÃO OITAVA – DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA

8.1. Ocorrendo avaria nos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, a **AUTORIZATÁRIA** deverá:

a) Ressarcir ao **AUTORIZANTE** no valor de mercado do bem, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.

b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.

8.2. Os bens móveis autorizados em uso não poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor.

CONDIÇÃO NONA – DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO

9.1. A **AUTORIZATÁRIA** se compromete a restituir ao **AUTORIZANTE** os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra a rescisão ou a extinção deste Instrumento.

9.2. A **AUTORIZATÁRIA** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais seja necessário ao cumprimento das metas avençadas.

CONDIÇÃO DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, retornando o bem ao status quo ante.

10.2. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

CONDIÇÃO DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 conforme preceitua o §4º do Art. 93 da Lei orgânica municipal a publicação deverá ser realizada junto ao diário oficial dos Municípios AMP por Portaria do Executivo.

CONDIÇÃO DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Os partícipes elegem o foro de Pitanga como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO,** que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente TERMO DE ADESÃO é elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma para o MUNICÍPIO DE PITANGA e outra para o/a REPRESENTANTE da associação/cooperativas.

Pitanga, 15 de setembro de 2025.

DIRCEU MORAES

Prefeito do Município de Pitanga

JOSÉ ROBERTO RAMOS DA LUZ

Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

HELIO BUENO

Presidente Associação/Cooperativa

Testemunha 1

Nome:

Assinatura:

CPF:

Testemunha 2

Nome:

Assinatura:

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:91CD2E4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
PLANO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENT

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PLANALTO - PARANÁ

PLANO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Planalto - Paraná 2026/2029

I – IDENTIFICAÇÃO

Município: Planalto - Pr.

Prefeito Municipal: Luiz Carlos Boni

Endereço: Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro Fone: (46) 3555-8100

Fax: (46) 3555-8101

E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br Site: www.planalto.pr.gov.br

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei de Criação: Nº 660 de 30 de abril de 1991 Endereço: Rua Soledade, 720, Centro - Planalto – Pr. Fone/Fax: (46) 3555-1548

E-mail:

Presidente:

Conselho Tutelar

Endereço: Rua Paraná Bairro João Zacco Fone: (46) 3555-1623

Celular de Plantão: (46) 99970-7052 watt

E-mail: conselhotutelar_planalto@hotmail.com

Órgão o qual o CMDCA está vinculado Secretaria Municipal de Assistência Social Endereço: Rua Soledade, 720, Centro Planalto – Pr. Fone/Fax: (46) 3555-1548

E-mail: assistênciasocialplanalto@hotmail.com Gestora: Lizandra Cristina Boni

DADOS MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente:

GOVERNAMENTAIS: Titulares: ● Lizandra Cristina Boni - Secretaria de

Assistência Social; ● Ângela Regina Garcia Caneppa - Secretaria da Saúde;

Luciana de Fatima Zanatta - Secretaria de Educação; ● Caria Fatima Mombach Sturm - Secretaria de Administração. Suplentes: ● Rosangela Lopes - Secretaria de Saúde; ● Fernanda Rech dos Santos - Secretaria de Esportes; ● Sandra Corbari - Secretaria de Assistência Social; » Sandra Andréa Budel - Administração. NÃO GOVERNAMENTAIS: Titulares: ● Adriane Lopes - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; ● Mirian Martens - Pastoral da Criança; ● Giovana Eduarda Arruda - Representante da Jornada Jovem; Rafaela do Amaral-APMF-Associação de Pais, Mestres e Funcionários. Suplentes: ● Divani Libarde - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais: ● Zulmira Assunta Lauer Werle - Pastoral da Criança; ● Larissa Cristina Werle - Representante da Jornada Jovem; ● Dayany Regina Ávila - APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários.

Conselho Tutelar: Simoni Zanon Sturm, Sionara Filipsen, Bruna Raisner, Cléofas Schiavo, Janaina Stegaribe,

Comissão de elaboração do Plano:

Equipe técnica: Marli Wanzing, Janice Royer Borchardt, Simone Baldissera Dresch, Gesiana Suelin Moreira, Marta Wolf Cossetin.

Colaboradores: Secretaria de Assistência Social, Secretária de Saúde, Secretaria Municipal e Estadual de Educação, CRAS, Secretaria de Esportes e Cultura, Conselho Tutelar.

1. INTRODUÇÃO:

O município de Planalto está situado em faixa de fronteira, na região sudoeste do Paraná, com 62 anos de emancipação política, sua população é de origem mista, composta por pequenos e médios

proprietários de terras que dependem da agricultura familiar para seu sustento, considerando assim um município agrícola com criação de animais e diversificação na produção de grãos.

Nosso município é pequeno, possuindo 14.722 habitantes conforme censo de 2024, dispõe de recursos próprios para atender as necessidades da população, e ainda realiza parcerias via governo Estadual e Federal, e iniciativa privada para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Este Plano é destinado à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes do município de Planalto e representa o compromisso de oferecer prioridade a essa temática. Possui com finalidade a formulação e implementação de politicas publicas que assegurem a garantia dos direitos das crianças e adolescentes e para tanto foi criada a forma integrada e articulada, dentro da perspectiva da proteção integral.

O ECA constitui um marco na legislação brasileira, ao estabelecer o paradigma da proteção integral – fundamentais para a estruturação das crianças e adolescentes como sujeitos e cidadãos e que necessita de atenção especial no investimento nas politicas de atenção a criança e adolescentes.

O Plano Municipal de Políticas da Criança e do Adolescente é resultado de um processo participativo e de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os segmentos governamentais do município e da sociedade civil organizada, os quais participam do diagnostico social que elaborou os subsídios apresentados no planejamento estratégico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. As propostas recebidas de todos os envolvidos contribuíram para a adequação do Plano à realidade do município, bem como aos princípios do ECA e as normativas vigentes.

O Plano representa um importante instrumento de mobilização municipal e suas diretrizes certamente se transformarão em ações concretas e articuladas de responsabilidade do Estado e dos diversos atores sociais, que renovam o compromisso pela promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes.

Ofertar o nosso Plano ao município representa um desafio de grandes dimensões, cujo enfrentamento eficaz de seus piores indicadores na temática da criança e do adolescente é imprescindível a qualquer projeto denominado de garantia dos direitos.

- OBJETIVOS

-GERAL

Promover os direitos das crianças e adolescentes, garantindo-lhes de forma efetiva e concreta o direito a elas adquiridos por lei. Desejando alcançar com as ações propostas o combate e evasão escolar, ao uso de drogas, prostituição infanto-juvenil, trabalho infantil, desnutrição, agressões físicas e psicológicas.

- ESPECIFICOS

Garantir o atendimento nos centros de educação infantil e escolas de ensino fundamental e médio;

Manter os cursos de capacitação e aperfeiçoamento de profissionais e conselheiros da área da infância e Juventude;

Aumentar o atendimento de crianças e adolescentes nas oficinas de atendimento de contra turno social;

Viabilizar convênios com instituições de internamento par adolescentes infratores e com seus direitos violados;

Criar projetos de apoio as famílias;

Propiciar as crianças e adolescentes acesso as atividades educativas, esportivas e culturais que contribuam para o seu crescimento pessoal e social, oportunizando o seu ingresso, permanência nestes setores;

Acompanhar e orientar as famílias desestruturadas, oferecendo a elas palestras, visitas domiciliares, cursos de capacitação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho, visando a melhoria da qualidade de vida.

1. JUSTIFICATIVA:

O diagnóstico social na área da infância e juventude é um instrumento que permite a consolidação de nossa rede de proteção e atendimento, bem como o trabalho em parceria entre as secretarias municipais, trabalho este que inclui a identificação das necessidades, das fragilidades, prioridades e respectivas causalidades para melhor alocação dos recursos e esforços das potencialidades locais, constituindo uma real oportunidade de transformação na área da criança e adolescente.

Visto que nosso município é pequeno correspondendo a 344.688 km de extensão territorial, com 14.722 habitantes (IBGE 2024), o sistema econômico é basicamente de pequenos proprietários rurais e microempresários. Desta forma considerando que os módulos rurais praticamente dominam o giro econômico do município, sendo que a grande maioria dos pequenos agricultores produz em terrenos ondulados, onde suas culturas básicas são: feijão, mandioca, soja, milho, fumo, trigo e produção de leite.

No que se refere a pequenas indústrias instaladas na região destacam-se: Laticínios e indústrias de confecções, pequenas cerealistas que auxiliam na fixação de nossos produtores no campo.

Nesse contexto foram identificadas hipóteses sobre as fragilidades e potencialidades do município para exercício de ações que venham garantir a nossa proposta de atenção à criança e adolescente.

O atendimento de 100% das crianças de 04 à 10 anos nas escolas municipais.

No atendimento de saúde é 100% de cobertura do PSF (programa saúde da família) nas áreas urbanas e rural.

Visão geral das potencialidades e fragilidades do município:

Potencialidades	Capacidade de atendimento do sistema educacional do município garante acesso de 100% das crianças e adolescentes de 04 à17 anos. O sistema de saúde instalado no município garante boas condições do desenvolvimento materno-infantil. Há um comprometimento da população com relação a defesa dos direitos da criança e do adolescente, com harmonia entre sociedade civil e o poder público. O trabalho é desenvolvido em parceria entre os conselhos, Prefeitura Municipal e Poder Judiciário.
Fragilidades	Existem os atendimentos aos serviços básicos, porém, temos dificuldade ao acesso principalmente nas áreas de proteção especial, considerando que 60% da população moram em área rural e nem sempre tem transporte disponível. Falta de serviços de atendimento de proteção e promoção de direitos da criança e do adolescente na faixa etária de 14 á 17 anos. Dificuldade de inclusão da população em todas as faixas etárias no mercado de trabalho. Não tem indústrias, o comércio é frágil e limitado e a agricultura é basicamente familiar. Considerando mais uma vez que a grande maioria da população mora em área rural não existem bolsões de pobreza, mas muitas famílias em situação de vulnerabilidade em todas as áreas do município. Incidência de trabalho infantil na agricultura e no comércio principalmente com adolescentes que trabalham em lugares impróprios. Evasão escolar na faixa etária de 14 a 17 anos. Incidência de gravidez na adolescência.

Sendo assim é fundamental ressaltar que nosso município é de pequeno porte conforme preconizado pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), nosso atendimento é apenas de proteção social básica devido ao número de habitantes do município que é de 14.722, portanto possuímos programa de proteção especial que é o Família Acolhedora, e medidas sócios educativas em meio aberto de prestação de Serviço ficando assim uma lacuna em relação a programas de proteção especial para crianças e adolescentes, que foram identificada pelo diagnóstico.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Estrutura do Sistema Municipal de Saúde em Planalto

A atenção à Saúde se divide em Atenção Primária, Secundária (média complexidade) e Terciária (alta complexidade).

A Atenção Primária em Planalto é composta por Unidades Básicas de Saúde – UBS, localizadas na zona rural e na zona urbana, mantendo equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF.

Para as áreas onde se concentram grupos de população considerados de maior vulnerabilidade ou interesse epidemiológico são desenvolvidos programas, com objetivo de possibilitar controle e avaliação de resultados, como: Controle de Hipertensão e Diabetes, Saúde da Criança, Controle da Tuberculose e Hanseníase e Saúde Mental. Há também ações voltadas ao controle de dengue, doenças sexualmente transmissíveis - DST/HIV e AIDS, manejo do tabagismo, assistência ao portador de asma, assistência farmacêutica, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia comunitária, fitoterapia, saúde indígena, saúde do idoso e apoio social.

A atenção odontológica é desenvolvida em unidades de atendimento, priorizando-se a faixa etária infanto-juvenil e gestante. Das unidades de atendimento, estão nas Unidades Básicas de Saúde, que ofertam atendimento básico integral à população, sendo que os casos mais complexos são encaminhados ao Serviço Municipal Centro de Especialidades Odontológicas. Para apoiar as ações de maior impacto epidemiológico contamos com serviços municipais e contratados do SUS de especialidades. O Hospital Municipal oferta atendimento nas áreas de atenção básica. Para complementação da rede assistencial o Município conta, ainda com ambulatórios de serviços privados.

Visando complementar o acesso ao tratamento de saúde, são organizadas ações de apoio social como: fornecimento de medicamentos que não constam na lista padronizada, transporte clínico agendado para hemodiálise, fisioterapia, tratamento fora de domicílio (para atendimentos não disponíveis na rede SUS municipal, mediante protocolos e fluxos definidos pelas comissões gestoras do SUS) e fornecimento de órteses e próteses. Há também ações conjuntas com outras Secretarias Municipais que visam integrar esse paciente às demais políticas públicas setoriais como: assistência social, ao idoso, à mulher, às pessoas com deficiência e o Programa de Atendimento Integral a Família – PAIF.

Com o objetivo de desenvolver a integralidade e aumentar a resolubilidade na assistência, são desenvolvidas ações de regulação, que possibilita acesso aos serviços e tratamento indicado em tempo hábil na atenção básica, apresentando reflexo positivo com otimização da utilização da rede assistencial de média complexidade, redução do tempo de espera e, consequentemente, redução de filas de espera, além da melhoria na qualidade.

O Município presta atendimento em Urgências e Emergências em Centro de Saúde Municipal e no Hospital. Bem como a oferta de atendimento pré-hospitalar móvel (SAMU) que encaminha os pacientes aos prontos-socorros dos hospitais. Para realização dos encaminhamentos são obedecidos os critérios estabelecidos pelo Protocolo de Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco.

Os exames radiológicos são realizados pelo Município.

As internações hospitalares são feitas a partir do atendimento de urgência referenciado ou de forma eletiva, encaminhadas pela atenção ambulatorial de serviços especializados. Há um hospital particular credenciado no município. Os atendimentos de média e alta complexidades são ofertados à população da respectiva área de abrangência regional e/ou macrorregional, conforme pactuação estabelecida pelas Comissões Gestoras do SUS.

Paralelamente, são desenvolvidas pelo município ações e programas em Vigilância em Saúde: Vigilância Epidemiológica, Programa de Imunização, Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador-NAST, Programas de Vigilância Sanitária, Ações de Vigilância Ambiental, além de outras.

- Assistência à Saúde da Criança e Adolescente

Propõe garantir à criança e ao adolescente um conjunto de ações integrais e articuladas dentro do contexto social e familiar, visando promover infância e adolescência protegidas e saudáveis. Por meio de visitas domiciliares realiza busca ativa nos territórios de abrangência e constrói matriciamento de casos com a rede de serviços do município quando necessário. Desenvolve ações educativas e de puericultura até 2 anos de idade com avaliação do crescimento e desenvolvimento, favorecendo-se diagnóstico e tratamento precoce para sub ou sobre alimentação, evitando assim desvios do crescimento que possam comprometer a saúde atual e qualidade de vida futura. Também se promove o aleitamento materno e a alimentação saudável, prevenção de acidentes e medidas de prevenção e cuidado à criança em situação de violência.

Em 2013 o serviço aderiu Programa Saúde na Escola (PSE), dos Ministérios da Saúde e da Educação, instituído no ano de 2007 pelo Decreto Presidencial Nº 6.286. É um espaço privilegiado para as práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos e de doenças, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento integral e propiciando enfrentamento das vulnerabilidades da comunidade escolar que comprometem o pleno desenvolvimento nessa faixa etária.

Rede de Proteção à Criança e Adolescente, Mulher Vítima de Violência.

A violência é um fenômeno difuso, complexo, multicausal, com raízes em fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e psicobiólogos, que envolve práticas em diferentes níveis.

A violência tem trazido impacto na saúde da população, seja sobre a mortalidade, morbidade e custos para o sistema de saúde. No Brasil, a violência adquiriu um caráter epidêmico, pelo número de vítimas e pela magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz. A violência é um

fenômeno complexo e apresenta múltiplos fatores causais e, portanto, implica necessariamente ações articuladas entre diversos setores e instituições do poder público e da sociedade para o seu enfrentamento.

O protocolo de atendimento às pessoas vítimas de violência doméstica e/ou sexual e outras violências está em construção em conjunto com outras diretorias e vai abordar todos os ciclos de vida, além de conter as orientações de acolhimento, assistência, notificação, tratamento, fluxogramas de encaminhamento e acompanhamento dos casos.

Considerando que a violência possui causas multifatoriais e necessita de uma intervenção interdisciplinar para o atendimento resolutivo, o médico, o assistente social, a equipe de enfermagem, o psicólogo, o agente comunitário de saúde e outros profissionais que possuem contato direto com o usuário têm uma importância crucial na identificação, notificação e intervenção das situações de violência dentro de suas especificidades.

Trabalhar de forma interdisciplinar possibilita uma discussão sobre os desfechos que a equipe de saúde pretende alcançar, evitando medidas precipitadas, que podem acabar afastando a família. Nas situações de violência contra a criança, os profissionais ficam entre os deveres de proteger a criança, de tratá-la clinicamente, de mantê-la junto à família e de melhorar as relações familiares. Ressalta-se que a violência, na esfera pública ou privada da família, coloca a criança/adolescente vítima de maus- tratos diante de um verdadeiro pacto de silêncio, do qual fazem parte os pais, os familiares, os vizinhos, os profissionais de saúde, educação, justiça e segurança pública.

Por meio da notificação, cria-se o elo entre a área da saúde e o sistema legal, delineando-se a formação da rede multiprofissional e interinstitucional da atuação fundamental nesses casos, permitindo também o dimensionamento epidemiológico da violência. Dessa forma, o profissional de saúde deve priorizar a assistência à criança/adolescente e a sua família e encaminhar para a intervenção intersetorial: órgãos de proteção, responsabilização e atendimento. Assim, o papel dos profissionais

de saúde é de prevenir, atender e notificar. Não cabendo a esses profissionais investigar a situação de violência.

A Secretaria de Saúde está elaborando Protocolo de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Doméstica e/ ou Sexual e outras Violências, e para sensibilizar os profissionais de saúde no reconhecimento de situações de violência e notificação dos casos, a secretaria de Saúde/ Rede de Enfrentamento à violência da Mulher está realizando oficinas de trabalho nas Unidades de Saúde do Município.

Assistência à Saúde da Mulher

A política de Saúde da Mulher em Planalto tem como objetivo geral a promoção de saúde e prevenção de agravos, baseadas em ações de atenção integral à saúde, perpassando todas as fases biológicas da vida da mulher. Uma equipe multiprofissional e transdisciplinar vinculada à rede de assistência intersetorial realiza as ações voltadas a esse grupo, dentro de estratégia Saúde da Família.

Atenção ao pré-natal e puerpério

O acompanhamento da saúde da mulher neste período gravídico-puerperal se dá com vistas a prevenir agravos, promover a saúde, estabelecer o cuidado e instalar medidas vigilância e proteção ao binômio materno-fetal.

Segundo as evidências internacionais, um pré-natal pode ser realizado tanto por médicos quanto por enfermeiros obstetras ou generalistas capacitadas, esta diretriz também é recomendada pela Secretaria Municipal de Saúde de Planalto dentro de seu protocolo de assistência específico.

Entretanto é importante alertarmos que uma assistência integral não se faz apenas com consultas, nem apenas por médicos e enfermeiras, por mais competentes, habilidosos ou envolvidos que sejam. Pois integralidade da assistência se faz por meio de múltiplos olhares. Em outras palavras significa o envolvimento de uma equipe multe e transdisciplinar exemplificada pela equipe mínima da Estratégia Saúde da Família incluindo agentes comunitários de saúde, auxiliares ou técnicos de enfermagem. Mas também pela equipe de apoio formada por assistentes administrativos, serviços gerais, médicos pediatras, ginecol.-obstetras, psicólogos, fisioterapeutas, assistente social, educadores físicos, nutricionistas e tantos outros que compor o trabalho na atenção primária em saúde. É assim, através deste modelo que o município reduziu e vem controlando os números de mortalidade materno- infantil.

Rede Mãe Paranaense, que propõe a organização da atenção materno-infantil nas ações do pré-natal, parto e puerpério, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, em especial no seu primeiro ano de vida no estado do Paraná. Dentro desta proposta o município realizou no ano de 2012 duas oficinas do Programa de Qualificação da Atenção Primária - APSUS com o tema, para planejamento local e municipal da rede de assistência materno-infantil.

Outra estratégia que o município aderiu foi a Rede Cegonha (portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011), um projeto do governo federal que objetiva a reorganização da rede de assistência materno-infantil inclusive com financiamento federal para o município.

Há 2 anos foi criado relatório para monitoramento e avaliação das gestantes cadastradas no programa de pré-natal do município onde as UBS mensalmente relatam à Diretoria de Atenção Primária à Saúde - DAPS as informações das gestantes cadastradas no serviço. E também utilizamos como ferramenta de monitoramento o SISPRENAL WEB, desde 2012.

2.4.3 – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional SISVAN

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional SISVAN é um sistema de informação que tem por objetivo fazer o diagnóstico descritivo e analítico da situação alimentar e nutricional da população brasileira. O monitoramento contribui para o conhecimento da natureza e magnitude dos problemas de nutrição, identificando as áreas geográficas, segmentos sociais e grupos populacionais acometidos de maior risco aos agravos nutricionais. Detectar precocemente os desvios nutricionais, sejam baixo ou sobre peso/obesidade, pode minimizar ou mesmo evitar as possíveis consequências dessa incidência.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Indicadores da Educação Infanto-Juvenil da Rede Municipal

São assegurados constitucionalmente direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer para a criança e para o adolescente. Como direito de todos e dever do Estado e da família, a educação deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Atualmente, a Rede Municipal de Ensino de Planalto atende aproximadamente 324 crianças em creches

1.360 em pré-escolas e 782 no Ensino Fundamental.

A escola é o local em que a criança estabelecerá suas primeiras relações em sociedade, portanto, é uma instituição fundamental que atua na complementação do desenvolvimento pessoal e integral das crianças e dos adolescentes, proporcionando não só a aquisição de conhecimentos científicos, mas também a formação social, moral e cidadã, viabilizando a expressão e realização de todas as suas potencialidades humanas.

Na maioria das vezes, são os alunos de periferia, que apresentam os maiores índices de reprovação, desistência e distorção idade/série. Portanto há necessidade de institucionalização de políticas públicas, para enfrentar os inúmeros desafios que se apresentam, como: falta de participação efetiva dos pais na vida escolar dos filhos; alto índice de rotatividade do quadro funcional, o que dificulta a formação de uma equipe de professores permanentes, focada em resolver os problemas daquele contexto escolar; áreas com altos índices de violência e tráfico de drogas, colocando as crianças em situação de vulnerabilidade social; hábito de leitura, pouco desenvolvido, no contexto familiar dos alunos e acentuados casos de alunos com dificuldades de aprendizagem, decorrentes de diversos fatores biopsicossociais.

Em relação à evasão escolar, podemos citar a existência de acompanhamento dos casos de alunos com baixa frequência por meio dos Programas do Governo Federal e Municipal do Programa Bolsa Família, que acontece em parceria com o Conselho Tutelar e Assistência Social.

Há necessidade de promover a discussão e a efetiva participação dos pais na vida escolar de seus filhos, pois a parceria escola-família é fundamental para a melhoria da escola no cumprimento de suas funções educativas, servindo também, como estímulo à permanência e combate a evasão.

Referente à distorção idade-série há necessidade de planejamento de ações específicas voltadas para a correção de fluxo, quais sejam: atendimento em sistema de contra turno, progressão automática assistida, atendimento às necessidades especiais. A medida visa garantir ao aluno o acesso aos conhecimentos básicos, por meio de adaptação curricular e a apropriação dos conteúdos em defasagem evitando uma consequente desmotivação.

A escola precisa acompanhar as tecnologias que diariamente surgem e se integram de forma imediata ao cotidiano das pessoas, tornando-se um local atrativo, agradável, moderno, buscando a permanência e o sucesso da criança. Para isso, facilitar o acesso à informática, assegurando o

investimento em computadores, seja nos laboratórios de informática, é essencial. A escola precisa lançar mão de vários recursos e possibilidades que facilitem a aprendizagem. Neste sentido, pode-se contar, também, com as bibliotecas escolares e com os projetos pedagógicos desenvolvidos pelas próprias unidades escolares ou ainda, pelo fortalecimento de parcerias que propiciem benefício pedagógico, cultural e esportivo.

É essencial disponibilizar para as unidades escolares recursos utilizáveis como mapas, jogos, brinquedos, instrumentos musicais, computadores, parques infantis, quadra coberta com material esportivo, além de recursos tecnológicos como laboratórios de informática com acesso à internet, sala de vídeo, tablets entre outros recursos, para que se possa melhorar a qualidade de ensino.

A educação do Município precisa também, garantir quadro completo e em número suficiente de profissionais que atendam todas as necessidades da escola: são coordenadores pedagógicos, técnicos de secretaria, profissionais responsáveis pela biblioteca e pelo apoio educacional especializado, profissionais que atuem como auxiliares nas turmas de 1°, 2° e 3° anos, professor para laboratório de informática, para o contra turno, para as disciplinas de educação física, língua inglesa e arte, garantindo assim, a efetivação da proposta pedagógica com qualidade.

Faz-se necessário, além de reformas, ampliações e novas construções, equipar e suprir as unidades escolares com todos os recursos, tais como: material pedagógicos, de consumo, expediente, higiene e limpeza, hidráulico, elétrico, de construção, eletrodomésticos, esportivos, utensílios e mobiliários.

Além dos materiais diversos, mobiliários e equipamentos é necessário estabelecer prioridades buscando os meios para garantir a infraestrutura básica das escolas da rede municipal a partir de um entendimento das questões essenciais vinculadas ao espaço escolar e da sua manutenção adequada. Considerando a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e a legislação federal, lei nº. 11.738/2008, que prevê o direito ao professor de ocupar 33% da sua jornada de trabalho para estudo, que inclui: elaboração de aulas, planejamento do trabalho, dentre outras atividades, cabe ao Município de Planalto cumprir a Lei. Além disso, são proporcionados momentos de capacitação dentro do calendário escolar e oferta de cursos presenciais e à distância para todos professores da rede, inclusive das unidades conveniadas.

Instituir a Educação Integral em todas as escolas é um grande e importante desafio para a Educação. A ampliação da jornada escolar possibilita pensar no desenvolvimento do ser humano como um processo integral, que abrange todos os aspectos da vida humana: físico, emocional, cognitivo, ético, estético e social.

Para atender a educação infantil com excelência e em conformidade com a legislação vigente, faz-se necessário o aumento da oferta de vagas e aumento de professores e demais profissionais capacitados, em quantidade ajustada à demanda. É imperativo considerar as especificidades desta faixa etária e a legislação vigente que estabelece a relação professor-aluno.

Os Centros de Educação Infantil necessitam de espaços lúdicos, materiais e mobiliários específicos para delinearem o trabalho pedagógico realizado, contribuindo assim para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos.

Considerando as especificidades da Educação Especial faz-se necessária a adaptação curricular, com material didático e pedagógico apropriado, e recursos de tecnologia assistida que se constituem como facilitadores da aprendizagem.

A Secretaria de Educação conta com uma equipe de apoio educacional especializada composta por psicólogos e psicopedagogos que avaliam e acompanham os alunos com necessidades especiais matriculados na rede municipal, incluindo a educação infantil. No entanto, existe uma crescente na demanda de inclusão.

- Secretaria MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A proteção contra maus tratos, exploração e violência no âmbito da política de Assistência Social

Proteger as crianças e adolescentes contra maus tratos, exploração e violência é atribuição de todo Sistema de Garantia de Direitos do Município. Aqui, contudo, se tratará especificamente da *temática da proteção contra maus tratos, exploração e violência* elencada pelo Programa PAIF – Programa de Atenção Integral a Família. Trata-se da proteção ofertada no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, seja a *proteção social básica*, e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, através dos Centros de Referência Assistência Social (CRAS) Ambos os serviços são cofinanciados pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e articulam esforços com as demais políticas públicas tais como a proteção social especial no programa Família Acolhedora em nível municipal bem como mobilizam setores da sociedade civil no sentido de promover prevenção e/ou proteção às crianças e adolescentes expostas a maus tratos, exploração e violência.

A política

A política pública de Assistência Social tem como **objetivos**, fixados na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011):

- a **proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;

- a **vigilância socioassistencial**, que visa analisar territorialmente a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos, bem como a capacidade protetiva das famílias e do Estado;

- a **defesa de direitos**, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a compor, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, o chamado tripé da Seguridade Social brasileira, tendo adquirido o status de política pública e, portanto, concebida como um direito do cidadão e um dever do Estado. O

artigo constitucional 203 define que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo por objetivos:

- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

- o amparo às crianças e adolescentes carentes;

- a promoção da integração ao mercado de trabalho;

- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

- a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso desde que comprovada a impossibilidade de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme assegurado em lei.

A LOAS foi aprovada em 2003, tendo estabelecido a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, o comando único das ações em cada esfera de governo e a participação da sociedade civil na condução da política como diretrizes da assistência social brasileira. Esta lei foi alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que incorporou conteúdos já presentes na operacionalização desta política desde 2004, quando o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual instituiu o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que por sua vez estabelece que as ações socioassistenciais sejam concebidas como proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade social.

No tocante a essa proteção social, a PNAS estabelece que esta política deva garantir, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios, as seguintes seguranças: segurança de *sobrevivência* (de *rendimento e de autonomia*); segurança de *acolhida*; e o *convívio ou vivência familiar*. A segurança de rendimentos consiste na garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho, ou do desemprego. A segurança da acolhida visa satisfazer necessidades humanas primordiais: alimentação, abrigo, vestuário, abrigo. A segurança do convívio, em especial da vivência familiar, supõe a não aceitação de situações de reclusão, de perda das relações, uma vez que "é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade", uma vez que "a dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios" (BRASIL, 2005, p. 32). A Assistência Social como campo de efetivação de direitos emerge como política estratégica, não contributiva, voltada para o enfrentamento da pobreza e para a construção e o provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos, buscando romper com a tradição clientelista que historicamente permeia a área onde sempre foi vista como prática secundária, em geral adstrita às atividades do plantão social de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros" (YAZBEK, 2012, p.304-305 apud BRASIL, 2013, p.21)

Os níveis e as redes de proteção socioassistencial

Assim, para o cumprimento dessas funções, no tocante à garantia de Proteção Social, a política de Assistência Social organiza-se por níveis de proteção – básica e especial, instituindo Redes de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, de modo que todas as seguranças previstas sejam afiançadas.

A rede socioassistencial, segundo a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2005), é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que oferta e opera benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas as unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial, e ainda por níveis de complexidade: média e alta.

Em Planalto a Política Municipal de Assistência Social, tem a importante missão de assegurar a consolidação das diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Social, de forma a organizar as ações — tanto governamentais quanto não governamentais — em uma rede integrada de proteção social, concebida como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Por ser um município de pequeno porte, Planalto possui, conforme estabelecido na NOB/SUAS 2005, uma rede socioassistencial complexa, ou seja, contar com todos os serviços considerados necessários ao atendimento da população, de acordo com os níveis de complexidade estabelecidos na

PNAS/2004 – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que devem garantir seguranças de sobrevivência, acolhida e de convívio ou vivência familiar e comunitária em cada uma de suas ações, sejam elas serviços, benefícios, programas e projetos. As ações desenvolvidas buscam, ainda, articular a transferência de renda com os serviços socioassistenciais.

A ação integrada da rede é um dos principais diferenciais do trabalho no município, tendo destaque as comissões de serviços, que se reúnem para debates metodológicos, de fluxos e procedimentos e padrões de qualidade, os diversos serviços governamentais e não governamentais, segundo a modalidade de atuação e a integração exigida no processo de atendimento. O padrão de qualidade dos serviços é regulado pelo Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação, construído à luz do estabelecido na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e aprovado mediante Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social. A integração da rede favorece a constante avaliação, revisão e aperfeiçoamento desse

sistema. O organograma da página seguinte ilustra a forma como está estruturada a Secretaria Municipal de Assistência Social (órgão gestor desta Política) no município de Planalto.

-Proteção Social Básica

No âmbito da Proteção Social Básica, as ações destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ausência de renda, privações, acesso precário ou nulo aos serviços e fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento. Seu objetivo é a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações desse nível de proteção devem ser executadas por intermédio de diferentes unidades, de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, unidades públicas municipais, de base territorial, bem como de forma indireta nas entidades e organizações não governamentais na área de abrangência dos CRAS.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009, define três tipos de serviços para no âmbito da Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (para crianças, adolescentes e idosos); e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

-Serviço de Proteção Social Especial

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define seis tipos de serviços no âmbito da *Proteção Social Especial de Média Complexidade*: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias.

PAEFI - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC – MSE LA/PSC) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias. *Proteção Social Especial de Alta Complexidade* Neste âmbito de proteção a Tipificação indica que a rede socioassistencial é composta pelos seguintes serviços: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional, casalar, aluguel social, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Planalto conta, em sua rede governamental e não governamental com os seguintes serviços de proteção de alta complexidade:

Acolhimento em Família Acolhedora;

Medidas socioeducativas de Prestação de Serviço Comunitário e Liberdade Assistida.

4.3.3. Prevenção e Combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes

Dentre os principais objetivos deste serviço, destacam-se:

Identificar situações de violação de direitos de crianças e adolescentes nos diferentes territórios do município;

Garantir acompanhamento psicossocial a crianças, adolescentes e suas famílias, que foram encaminhados ao serviço conforme as modalidades citadas acima, a fim de propiciar a interrupção da violência vivenciada e a minimização dos danos decorrentes desta;

Contribuir com informações aos órgãos de segurança pública e justiça, respeitando-se os limites éticos das categorias profissionais envolvidas;

Promover atividades coletivas (grupos) com famílias e/ou crianças e adolescentes com vistas à troca de informações, reflexões sobre a violência e desenvolvimento dos recursos necessários para a interrupção das situações violadoras de direito;

Garantir atendimento a crianças e adolescentes vítimas de Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil, bem como sua inserção na rede de serviços socioassistencial e demais políticas públicas;

Realizar articulação com os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica (CRAS) e Proteção Social Especial, serviços das políticas públicas setoriais, sociedade civil organizada e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, Sistema de Segurança Pública, instituições de ensino e pesquisa e serviços, programas e projetos de instituições não- governamentais e comunitárias;

Participar de ações de sensibilização e mobilização da rede de serviços e comunidade sobre a temática da violência contra criança e adolescente;

Produzir e participar de estudos, capacitações e pesquisas a fim de disseminar material informativo com vistas à formação profissional da equipe e para divulgação da temática e do serviço.

Quanto aos meios de verificação, a equipe técnica tem como proposta a discussão sistemática sobre o trabalho realizado, com vistas ao levantamento de novas proposições e reflexões. Por esta razão, entende-se necessário a discussão semanal entre a equipe técnica, de forma sistematizada e para troca permanente de informações, que deverá respaldar futuras adequações e/ou redefinições desta metodologia de trabalho ora apresentada.

As propostas levantadas para a permanente avaliação do serviço prestado deverão ocorrer a partir das seguintes avaliações:

Avaliação de Marco Zero: consiste na avaliação inicial da família, considerando as vulnerabilidades e demais situações violadoras de direitos;

Avaliação de Processo: consiste na avaliação periódica realizada pela equipe psicossocial para definição de estratégias de acompanhamento neste serviço;

Avaliação de Resultado: consiste na avaliação final a partir dos indicadores que apontem os fatores de proteção da criança/adolescente, tais como:

Redução dos danos causados pela violência;

Ampliação do acesso das crianças e adolescentes e suas famílias na rede de serviços;

Fortalecimento psicossocial dos responsáveis e/ou cuidadores, considerando a necessidade de rompimento Inter geracional da dinâmica familiar apresentada, que possa estar favorecendo a ocorrência de novas situações de violências;

Discussão sobre a definição dos papais familiares, considerando os aspectos culturais e sociais em contexto;

Redução dos fatores estressores nas relações familiares;

Redução das situações de violência e

Melhoria da afetividade entre os membros da família.

4.3.4 – Tipificação da Violência

O serviço atende especificamente crianças, adolescentes e suas famílias, que sejam vitimas de violência nas seguintes modalidades:

INTRAFAMILIAR: violência física, violência psicológica e negligência, todas de natureza grave;

INTRA e EXTRAFAMILIAR: violência sexual e vítimas de exploração sexual;

Crianças e Adolescentes em situação de rua.

Como violência no âmbito intrafamiliar ou doméstico, compreende-se toda violência que ocorre no espaço privado, perpetrada por pais, irmãos, avôs, tios ou outras pessoas que desenvolvem com a criança ou adolescente uma relação de responsabilidade, confiança e cuidado, independentemente de haver ou não laços consanguíneos.

A violência extrafamiliar é toda aquela que ocorre fora do âmbito familiar, mas que, em sua maioria, a vítima conhece e confia, tais como vizinhos, amigos da família, educadores, líderes religiosos, entre outros.

Como crianças e adolescentes em situação de rua compreende-se aquelas que utilizam este espaço para moradia e/ou mendicância.**4.3.5 - Metodologia do Serviço**

Apesar das diferentes abordagens, a intervenção invariavelmente ocorre a partir de avaliação técnica conjunta entre assistente social e psicólogo, cujo foco de trabalho é sempre psicossocial. Embora possa configurar uma intervenção individual da criança ou adolescente, em casos específicos, a diretriz do serviço é a matricialidade sociofamiliar, portanto, com a perspectiva de fortalecer vínculos familiares e comunitários são realizadas também atividades coletivas e comunitárias.

A metodologia do trabalho psicossocial desenvolvido nesta unidade compreende as seguintes etapas:

Atendimento particularizado inicial – diagnóstico da situação

O acompanhamento psicossocial tem início quando o serviço recebe uma denúncia sobre uma suspeita ou confirmação de que uma criança ou adolescente tenha sido vítima de violência, segundo as modalidades citadas acima. Para aprofundar o conhecimento sobre a situação apresentada inicialmente, a equipe técnica busca subsídios junto à rede de serviços – em especial do território onde a mesma reside ou que tenha acesso à família em questão – e a partir das informações obtidas, pondera a respeito dos procedimentos de intervenção que serão utilizados:

Acolhida solicitada pela rede de serviços e/ou demais órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, mediante envio de ficha de notificação;

Quando a família não comparecer para triagem ou em reagendamentos subsequentes, e forem esgotadas as possibilidades de busca ativa realizada por este serviço, será enviada uma ficha de contra referencia ao Conselho Tutelar, a fim de que este órgão tome ciência da situação e notifique a família para comparecer ao atendimento agendado em data previamente indicada pela equipe técnica;

Atendimento na rede de serviços: este procedimento é realizado na instituição frequentada pela criança ou adolescente – como em escolas e/ou serviços de convivência e fortalecimento de vínculos – sendo necessário que o Conselho Tutelar emita uma solicitação de permissão de atendimento para a instituição que a criança ou adolescente esteja frequentando. Esta forma de intervenção ocorre em casos excepcionais, quando se observa qualquer inviabilidade para o atendimento na sede deste serviço, além de considerar a disponibilidade da equipe;

O objetivo principal do acolhimento inicial, é buscar compreender as diferentes perspectivas apresentadas pelos membros da família sobre a situação relatada de violência sofrida pela criança ou adolescente, bem como compreender a dinâmica familiar e reconhecer a rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas publicas que são utilizadas pela família. Ainda, serão identificadas as demandas imediatas, atentando-se para possíveis situações de emergência e/ou ameaças, além de objetivar a construção de vínculos, imprescindível para o desenvolvimento do trabalho posterior. Ainda na acolhida, é explicitado aos usuários o objetivo desse serviço e o papel da rede de proteção, coletivamente, em grupos divididos por ciclo de vida (responsáveis, adolescentes e crianças).

Após o atendimento inicial da criança e/ou adolescente, e de seus responsáveis, a atuação dos profissionais envolvidos dividir-se-á em linhas diferenciadas de ação, dependendo do relato apresentado. São eles:

Confirmação da violência sexual e/ou de outras formas de violência intrafamiliar;

Negação da violência, ou quando há percepção de lacunas no discurso da criança, adolescente e/ou seus responsáveis, que deixa dúvidas sobre a ocorrência ou não do fato.

Confirmação da violência

Quando existe a confirmação da violência sexual de qualquer natureza ou de outras formas de violência intrafamiliar de natureza grave, nos casos encaminhados para este serviço, a equipe técnica deve estar atenta se as seguintes medidas foram tomadas pela família, comunidade ou pela rede de serviços:

Notificar, imediatamente, o Conselho Tutelar, caso este procedimento ainda não tenha sido adotado, para que o mesmo conduza a realização do Boletim de Ocorrência e demais encaminhamentos como IML e Delegacia;

Orientar os responsáveis sobre a situação de violência ocorrida bem como sobre os encaminhamentos necessários;

Acompanhar a criança ou adolescente e seu(s) responsável (eis), se necessário e em casos excepcionais, para registro de Boletim de Ocorrência, bem como encaminhar aos órgãos competentes para apuração da denúncia (delegacia, IML, entre outros).

O procedimento de registro de Boletim de Ocorrência deve ser feito pelos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, e na presença deste. Nos casos em que houver recusa destes responsáveis para registrar a queixa, a situação deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Tutelar, órgão que tem a atribuição legal por fazê-lo nestas ocasiões. Também a

família deve ser orientada quanto à necessidade de afastamento do agressor da convivência comum com a criança ou adolescente em questão, conforme Art. 101, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Nos casos em que o responsável não fizer a proteção da criança ou adolescente, de forma a mantê-lo afastado da convivência com o agressor, o Conselho Tutelar deverá ser acionado para que tome as devidas medidas para garantir a proteção, colocando, a priori, a criança ou adolescente sob os cuidados de outro responsável, prioritariamente da família extensa e/ou pessoas que tenham laços de afetividade com o infante.

Na identificação das outras formas de violência intrafamiliar, seja ela de natureza física, psicológica ou negligência, excetuando-se os casos de violência sexual de qualquer natureza, cabe à rede de serviços do município a avaliação da gravidade da situação. Todos os casos de violência contra a criança e adolescente devem ser notificados ao Conselho Tutelar (Art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990). Em se tratando de violência grave, há a necessidade de acionar o atendimento emergencial deste órgão para que acompanhe o processo de registro do Boletim de Ocorrência na delegacia, e/ou oriente a família sobre a devida responsabilização, proteção e procedimentos a serem tomados para garantia dos direitos da criança ou adolescente, conforme Art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A notificação deve ser dirigida ao Conselho Tutelar.

Art. 136 - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.

Nos casos em que se configure violência física intrafamiliar de natureza grave ou em situações de violência sexual, a equipe técnica deverá avaliar se a criança ou adolescente se encontra protegido e/ou afastado do agressor, tomando as medidas cabíveis para que isto se efetive com a maior urgência sempre que possível, a partir da notificação e discussão do caso com a rede de serviços e principalmente com o Conselho Tutelar, órgão responsável pela garantia de direito da criança e do adolescente.

Deve-se considerar que muitas famílias apresentam dificuldades em aderir ao acompanhamento ofertado por este serviço, por razões diversas. Esgotadas as possibilidades indicadas anteriormente de intervenção pela equipe técnica, cabe a ela informar e discutir com a rede de serviços, buscando pensar novas estratégias de acompanhamento. Dentre as possibilidades, destacam-se:

Continuidade do acompanhamento psicossocial pelo CRAS e/ou rede de serviços socioassistenciais ou das demais políticas públicas;

Contra referência do caso ao Conselho Tutelar;

Encaminhamento de Relatório Informativo ao Juizado da Infância e Juventude, indicando a problemática e solicitando providências.

Outras formas de atendimento

Além da proposta de atendimento individual e/ou familiar na abordagem do problema, o serviço tem como foco a construção de outras perspectivas de trabalho que visem a atuação coletiva entre o serviço social e a psicologia, e que ao mesmo tempo propicie encontros entre grupos, que podem ser formados por crianças e/ou adolescentes que estejam enfrentando situações similares. O trabalho em grupo tem como diretriz a troca de experiências entre os participantes, com vistas ao fortalecimento de cada um deles em relação à situação de violência sofrida.

Dentre estes grupos, também é relevante destacar a realização do trabalho coletivo com as famílias, para que o atendimento não seja centralizado na criança ou adolescente perdendo- se de vista o contexto familiar a que ele pertence. Por esta razão, deve-se atuar numa abordagem interdisciplinar, de caráter coletivo, junto a famílias com histórico de violência e/ou baixa capacidade de proteção de crianças e adolescentes. Nessas situações, o enfoque é o de um espaço lúdico-reflexivo, de fala e escuta, com atividades que proporcionem a discussão sobre a temática e o desenvolvimento de habilidades sociais necessárias para promover a interrupção das situações violadoras e os históricos intergeracionais de violência, assim como provocar mudanças no aspecto afetivo-relacional.

Esse trabalho está voltado para pais, responsáveis e/ou cuidadores com baixa capacidade de proteção que praticam negligência, violência física e/ou psicológica contra crianças e adolescentes e que, por se configurar num trabalho focal e em grupo, não apresentem quadro psiquiátrico de moderado a grave ou necessidade de psicoterapia de longa duração.

4.3.6 - Prevenção e erradicação do trabalho infantil

Segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, publicado em 2004 e atualizado em 2011, são trabalho infantil as atividades econômicas ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças e adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente de sua condição ocupacional.

E para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador, será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

-PROPOSTAS A SEREM EXECUTADAS NAS MAIS DIVERSAS AREAS DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE

- AREA DA SAÚDE:

Manter ações de saúde para redução da mortalidade infantil;

Manter a realização de ações de saúde nas unidades básicas de saúde para promoção, prevenção, vigilância, atenção e educação na saúde de acordo com os princípios e diretrizes do SUS;

Ampliar ações de saúde para a redução de drogadição de adolescentes e pré- adolescentes;

Garantir o acesso aos atendimentos de atenção inicial de avaliação em saúde.

-DIREITO AO RESPEITO AO RESPEITO E DIGNIDADE

Avaliar periodicamente dos programas e serviços relativos ao SINASE

Inserção ao mercado de trabalho;

Ter uma educação digna e com qualidade;

Seguir o Plano de desenvolvimento de competências direcionados aos profissionais que compõem a rede de proteção do município;

Elaborar um plano municipal de atendimento a crianças e adolescentes com seus direitos violados ou fragilizados.

- DIREITO A CONVIVENCIA FAMILIAR E COMUNITARIA

Garantir que o serviço de acolhimento familiar seja continuo e com qualidade;

Propiciar um atendimento pleno e com potencialidade as crianças e adolescentes portadores de alguma deficiência;

Ampliar atendimento de crianças e adolescente que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social, através dos Programas do PAIF - Programa de Atenção Integral as Famílias e SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

- DIREITO A EDUCAÇAO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Realização de atividades artísticas e culturais como gincanas, festivais teatros entre outros;

Estimular e desenvolver a pratica esportiva através de escolinhas e campeonatos;

Promover e realizar ações de recreação e lazer para crianças e adolescentes desenvolvendo atividades educativas, culturais e sociais;

Garantir atendimento integral e com qualidade às crianças nos CMEIs e ensino fundamental, promovendo ações pedagógicas que visem a sua permanência e aprendizagem.

- DIREITO A PROFISSIONALIZAÇAO E PROTEÇAO AO TRABALHO

Buscar parcerias para promover a inclusão de adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou de risco social e contratos deles como menores aprendiz;

Oferecer cursos profissionalizantes gratuitos de formação inicial e continuada através

do sistema “S” entre outras.

- DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES LEVANTADAS:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, é formado por pessoas designadas pelo poder executivo considerados conselheiros governamentais, e pessoas da sociedade civil envolvidas com trabalhos relacionados a criança e adolescente chamados conselheiros não

governamentais, totalizando seis conselheiros titulares e seis suplentes composto igualitariamente. Sendo este um órgão deliberativo sobre as políticas publicas voltadas a criança e adolescente, nosso conselho dos direitos exerce um papel fundamental na execução e fiscalização das ações das políticas publica, procurando participar diretamente de todas as atividades municipais que visam promover e proteger os direitos da criança e adolescente de Planalto.

O Conselho Tutelar é composto de forma democrática, pois os conselheiros são eleitos pela comunidade, é um órgão autônomo, composto por cinco conselheiras femininas, eleitos no final de 2010 e iniciando seus trabalhos no inicio de 2011. Durante a realização deste diagnóstico colaboraram de forma espontânea e significativa para o

levantamento dos dados registrados no Conselho Tutelar, mesmo que estes não tenham sido devidamente arquivados, pois houve falhas nos registros dos dados pelos conselheiros anteriores, ainda assim foi possível identificar as violações atendidas.

Em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente vem se buscando superar as fragilidades dos conselheiros tutelares quanto a operacionalização das tarefas desenvolvidas pelo Conselho Tutela, atendimento as famílias e registro e arquivamento dos dados no SIPIA, bem como proporcionando capacitações periódicas.

– RELAÇÃO DOS ATENDIMENTOS PELO CONSELHO TUTELAR NO ANO DE

2025

EVASAO ESCOLAR: 02 CASOS

NOTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS: alunos estes que tiveram faltas consecutivas sem justificativas e que deixaram de realizar as atividades em época online.

Escola Estadual Jose de Anchieta 03 registros

Escola Estadual João Zacco 03 registros

Escola do Campo Estado/Município Sagrada Família 0 registros

Escola do Campo Nossa Senhora de Fatima e Duque de Caxias 0 registros

Escola do Campo Barra Grande (municipal e estadual) Nenhum caso

Escola do Campo São Valério (municipal e estadual) 0 registros

Escola Municipal Laudio Afonso Heinen 12 registros

Escola Municipal de ensino integral irmã Solange Nenhum caso

Casos de suspeita de abuso sexual: 08

Agressão física: 07

Negligencias: 18

- LISTA DE PROBLEMAS PRIORIZADOS:

Violência física e psicológica, pois de acordo com o levantamento de dados obtidos junto ao Conselho Tutelar, Polícia Militar foi a violação de maior índice, principalmente na faixa etária de 12 à 17 anos.

Abuso e assédio sexual, de acordo com os dados obtidos no Conselho Tutelar, através do SIPIA, ocorrem na faixa etária entre 12 à 17 anos, no convívio intrafamiliar.

Abandono, de acordo com os dados obtidos no Conselho Tutelar e Poder Judiciário ocorre em todas as faixas etárias.

Adolescentes infratores, de acordo com levantamento de dados obtidos na Policia Militar, Poder Judiciário e Ministério Público, sem informação de localidade, porém na faixa etária de 15 à 17 anos e 11 meses.

- OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS PARA APRIMORAMENTO DAS FONTES DE REGISTRO:

A construção do diagnóstico nos ajudou a perceber a falta de registros detalhados no Conselho Tutelar e na Policia Civil. Da mesma forma na Secretaria Municipal de Saúde não há registros específicos de violações contra criança e adolescente, porém sabe- se que os casos acontecem e estes são registrados nas fichas individuais de cada paciente. Foi construída uma ficha de atendimento para o Conselho Tutelar, facilitando o registro de dados no programa SIPIA, garantindo assim o registro correto dos

atendimentos.

- PLANO DE AÇÃO PARA POLÍTICA DE ATENDIMENTO E FORTALECIMENTO DO SGDCA.

-PROBLEMAS E PROPOSTAS DE AÇÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO.

PROBLEMAS	**LINHAS DE AÇÃO**				
	PROTEÇÃO ESPECIAL	PROTEÇÃO BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	POLÍTICAS SOCIAIS BÁSICAS	DEFESA JURÍDICO- SOCIAL	FORTALECIMENT O DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS
Violência física e psicológica	Desenvolver ações socioeducativas com adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos vítimas de violência física e psicológica, e suas famílias. Através de oficinas de: pintura em tela e karatê, Capoeira, música, além de palestras, reuniões e orientações individuais e em conjunto com as famílias. O presente projeto visa atender em torno de 30 adolescentes, com a finalidade de reintegração e ressocialização sócio familiar.	O trabalho será desenvolvido pela rede municipal de atendimento de proteção especial vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social. O corpo técnico é formado por assistente social, psicóloga, pedagoga, coordenadora do projeto e instrutores para as oficinas. As famílias serão atendidas “in loco”, e acontecerão reuniões trimestrais no local do projeto.	Em parceria com a Secretária de Saúde, Secretária de Educação e Secretaria de Assistência Social, as quais estarão atentas a identificar o problema seja no âmbito escolar ou em uma consulta médica, procurando encaminhar para o Conselho Tutelar para posterior inclusão no projeto.	O Ministério Público apoiara o projeto através de encaminhamentos dos adolescentes atendidos.	Potencializar o Conselho Tutelar com capacitações para melhor abordar e investigar esta violação. O CMDCA acompanhará o desenvolvimento do projeto com visitas periódicas, com elaboração de instrumental para avaliação do projeto junto as parcerias.
Abuso e assédio sexual	Será desenvolvido um programa educativo de prevenção junto as Secretária de Saúde e Secretaria de Educação, em forma de palestras e orientações sobre sexualidade na adolescência, com atividades coletivas e individuais, discutindo sobre conceitos, tabus e dúvidas com relação a sexualidade, abuso e assédio sexual. De acordo com a demanda da rede de ensino atenderemos os adolescentes na totalidade.	O objetivo deste programa é de informar, esclarecer, discutir e prevenir o abuso e assédio sexual, e a iniciação precoce na vida sexual dos adolescentes. Através de encontros mensais com palestras e rodas de conversas ministradas por profissionais da Secretária de Saúde.	Está sendo proposta uma parceria das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, no desenvolvimento de atividades grupais e elaboração do material sócio educativo para ser distribuído.	O Ministério Público trabalhará em parceria com o Poder Judiciário na efetivação das penalidades para o agressor (abusador)	Potencializar o SUS com a implantação dos sistemas e capacitação dos profissionais envolvidos.
Abandono	Buscar parcerias de outros municípios Implantação de casa lar ou casa abrigo.	A casa lar funcionará em forma de consórcio abrangendo três municípios da comarca (Capanema, Planalto, Pérola D’Oeste). Acolherá crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em regime de abrigamento conforme preconizado	Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social de cada município de forma que o consórcio promoverá uma equipe para coordenar os trabalhos.	Ministério Público, Poder Judiciário e Conselho Tutelar.	A implantação da casa lar reforçará nosso sistema de proteção e acolhimento das crianças e adolescentes em situação de risco e /ou abandono

	Melhoria de atendimento referente ao Programa de Acolhimento Familiar de crianças e adolescentes.	pelo ECA. Buscar capacitação tanto para as famílias quanto para as equipes técnicas na busca de mais conhecimento para a melhoria no atendimento das crianças e dos adolescentes.	Trabalho em conjunto com os envolvidos; Secretaria de Assistencia Social, CRAS, CT, MP, SEJUF Rede de Proteção.		Oportunizar às crianças e adolescentes um atendimento adequado onde elas possam se sentir bem amparadas e orientadas.

- Detalhamento das propostas de ação na esfera da proteção especial

1) Justificativa da proposta: o problema a ser atacado	Causas: alcoolismo, as famílias configuradas de forma diversa da família nuclear (padrastos, avós tios, etc.) Em nosso município dispomos da rede de proteção e oferecemos o programa mãe acolhedora como proteção de média e alta complexidade que funciona permanentemente. A atenção básica atende de forma individual as vitimas e suas famílias através de acompanhamento biopsicossocial. A atenção Especial procura atender sempre que necessário essa demanda de vitimas, através de um corpo técnico já disponível no município que atendem em caráter de urgência tanto as vitimas quanto suas famílias. a atenção especial supre essa demanda, uma vez que recebe apoio total do Ministério Público e Poder Judiciário para a efetivação dos direitos da criança e adolescente vitimas, preconizado pelo ECA.
2) Objetivos e metas da ação	Diminuir o índice desta violação através do trabalho realizado pelo corpo técnico, junto às famílias e vitimas com orientação sobre denuncias e autoproteção. Desenvolver estratégias que possibilitem as vítimas verbalizar os fatos ocorridos com adultos próximos e responsáveis. Afastar o violador o mais breve possível da vitima, através do apoio do Conselho Tutelar e Ministério Público.
3) Descrição sintética da ação a ser executada	Fortalecer as ações já desenvolvidas pela atenção básica, através da realização de acompanhamentos “in loco” das famílias vitimadas. Potencializar os conselheiros tutelares com capacitações para melhor abordar e investigar esta violação.
4) Instituições ou programas a serem envolvidos	Rede de Proteção do município; Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, CMDCA, Policias Civil e Militar e Prefeitura Municipal de Planalto.
5) Recursos para implantação	Os recursos já são viabilizados pela Prefeitura Municipal, pois o corpo técnico faz parte do quadro efetivo dos funcionários, e quando há necessidade de adquirir alguns materiais estes são providenciados pela Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e administração municipal.

- Detalhamento das propostas de ação na esfera da proteção especial

1) Justificativa da proposta: o problema a ser atacado	Causas: desentendimento familiar, desemprego, alcoolismo, baixa renda familiar, separação conjugais, promiscuidade feminina, drogadição. Nosso município dispõe de um único programa de proteção especial que é a “família acolhedora”, mantido através do fundo da infância e adolescência e a Prefeitura Municipal. Funciona de forma integral através de um regimento próprio que define a seleção das famílias acolhedoras, a distribuição financeira e a reestruturação dessa criança ou adolescente no âmbito familiar, visando a reinserção destes tanto na sua família de origem quanto para uma adoção.
2) Objetivos e metas da ação	Acolher e reintegrar esta vítima em um ambiente familiar saudável. Criar e aprimorar estratégias de incentivo e adesão de famílias dispostas a acolher e cuidar destas vitimas.
3) Descrição sintética da ação a ser executada	Fomentar o programa família acolhedora mobilizando maior agilidade do Ministério Público e Poder Judiciário para reinserção das vítimas no âmbito familiar de origem ou para adoção. Desenvolver ações preventivas entre as famílias desestruturadas que mais frequentemente solicitam os serviços do conselho Tutelar.
4) Instituições ou programas a serem envolvidos	Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, Conselho Tutelar. Ministério Publico, Poder Judiciário, Prefeitura Municipal.
5) Recursos para implantação	- Equipe técnica municipal (psicóloga e assistente social) Elencar programas/projetos de atendimento quanto à liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade; Os recursos tanto pra investimento como para custeio são subsidiados pelo Fundo da Infância e Adolescência.

- Detalhamento das propostas de ação na esfera da proteção especial

1) Justificativa da proposta: o problema a ser atacado	Causas: drogadição, álcool, desestrutura familiar. Consequências: as infrações (furto, vandalismo, agressões físicas e verbais, desacato a autoridade e evasão escolar). Esta violação ocorre de forma generalizada em toda extensão territorial do município. Devido a inexistência de um centro especializado em reabilitação de adolescente infrator no município como na região, os casos são provindos do Ministério Publico com procedimentos a serem efetivados no âmbito municipal através da atenção básica e Conselho Tutelar. Sabemos que esta violação ocorre de forma esporádica, entretanto o município procura através da atenção básica, realizar acompanhamento e assistência, conforme solicitado pelo Ministério Publico e Poder Judiciário, pois não dispomos de programas de proteção especial.
2) Objetivos e metas da ação	Receber os encaminhamentos provindos do Ministério Publico e Poder Judiciário, procurando atender as medidas socioeducativas solicitadas pelo promotor. Desenvolver e aperfeiçoar um programa de ações para orientar e acompanhar as famílias destes adolescentes sob medida socioeducativa, visando a ressocialização na comunidade.
3) Descrição sintética da ação a ser executada	Criara um programa socioeducativo de apoio e orientação sócio familiar, estruturado com um tripé família, sociedade e escola, que funcione no âmbito da comarca de Capanema (Bela Vista da Caroba, Pérola do Oeste, Capanema e Planalto). Facilitando a agilidade na resolução da infração.
4) Instituições ou programas a serem envolvidos	CRAS, Secretaria de Educação, conselho Tutelar. CMDCA dos Municípios da comarca bem como as prefeituras municipais, Ministério Público, Poder Judiciário e Policias civil e Militar.
5) Recursos para implantação	Condições humanas: equipe técnica municipal. Funcionará em um espaço especifico determinado em comum acordo pelos municípios da comarca. Os recursos financeiros tanto para investimento como para custeio serão subsidiados pelo Fundo da Infância e Adolescência provindas de recursos do município.

ADOLESCENTE

Área de atuação	Nome da instituição	Serviço/Programa/ Projeto
Educação	Escola Municipal Prof. Laúdio Afonso Heinen	Educação infantil e ensino fundamental
Educação	Escola Municipal Nossa Sra. De Fátima	Educação infantil e ensino fundamental
Educação	Escola Municipal Irmã Dulce	Educação infantil e ensino fundamental
Educação	Escola Municipal Gustavo Emilio Linck	Educação infantil e ensino fundamental
Educação	Escola Municipal Júlio Skrzypczak	Educação infantil e ensino fundamental
Educação	Centro Municipal de Educação Infantil Marco Antônio Schiavo e Estação do Aprender	Atendimento de crianças de berçário e Maternal em tempo integral
Educação	Escola Municipal de Ensino Integral Professora Solange	Educação infantil e ensino fundamental

12 - REDE DE SERVIÇOS DA POLITICA DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Área de atuação	Nome da instituição	Serviço/Programa/ Projeto
Educação	Colégio Estadual João Zacco	Ensino Fundamental e médio
Educação	Colégio José de Anchieta	Ensino Fundamental e médio
Educação	Escola Estadual Sagrada Família	Ensino Fundamental
Educação	Escola Estadual São Valério	Ensino Fundamental
Educação	Escola Estadual Duque de Caxias	Ensino Fundamental
Educação	Escola Estadual Irmão Miguel	Ensino Fundamental

ADOLESCENTE

Área de atuação	Nome da instituição	Serviço/Programa/ Projeto
Saúde	Centro Municipal de Saúde - sede	Atendimento odontológico Programa de imunização Bolsa Família Atendimento pediátrico Atendimento clínico Atendimento de pré-natal Ações educativo-preventivas Atendimento pediátrico Atendimento de pré-natal
Saúde	Clinica da Mulher	Atendimento odontológico Programa de imunização Atendimento clínico Ações educativo-preventivas
Saúde	Centro Municipal de Saúde Centro Novo	Atendimento odontológico Programa de imunização Atendimento clínico Ações educativo-preventivas
Saúde	Centro Municipal de Saúde Sagrada Família	Atendimento odontológico Programa de imunização Atendimento clínico Ações educativo-preventivas

Saúde	Centro Municipal de Saúde São Valério	Atendimento odontológico Programa de imunização Atendimento clínico Ações educativo-preventivas
Saúde	Centro Municipal de Saúde Barra Grande	Atendimento odontológico Programa de imunização Atendimento clínico Ações educativo-preventivas
Saúde	APAE /SUS	Fonoaudiologia, Psicologia, Terapia Ocupacional Psiquiatria, Fisioterapia

ADOLESCENTE

Área de atuação	Nome da instituição	Serviço/Programa/ Projeto
Secretaria de Cultura	Escola de Talentos e Casa da Cultura	Pintura em tecido e tela Karatê Capoeira Teclado Violão, Balé Oficina de Teatro Festival municipal
Assistencia Social	Secretaria de Assistencia social	Cursos pré-profissionalizantes
CRAS	Secretaria de Assistencia Social	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos PAIF – Programa de Atenção Integral a Família
Assistência Social	Proteção social Especial	Programa de Acolhimento Familiar Medidas Sócio Educativas de Prestação de serviço comunitário e Liberdade Assistida.

- REDE DE SERVIÇOS DA POLITICA DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Área de atuação	Nome da instituição	Serviço/Programa/ Projeto
Esporte e Lazer	Ginásio Municipal de Esportes	Escolinha de futsal Escolinha de voleibol Jogos regionais Jogos escolares municipais e estaduais
Esporte e Lazer	Ginásio Municipal de Esportes Centro Novo	Atividades esportivas diversas
Esporte e Lazer	Parque infantil na praça central da cidade	Brinquedos diversos
Esporte e Lazer	Ginásio Municipal de Esportes São Valério	Atividades esportivas
Esporte e Lazer	Ginásio de Esportes em Barra Grande	Atividades esportivas

- IMPLANTAÇAO, MONITORAMENTO E AVALIAÇAO

O presente plano tem como desafio garantir de forma objetiva e concreta o direito de crianças e adolescentes, principalmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Sendo assim, sua implementação integral é fundamental para uma real mudança dos piores indicadores demonstrados pelo diagnostico social e sendo necessário:

Cumprimento integral deste Plano pelo governo municipal;

Constituição formal de comissões especificas para acompanhamento da implementação do Plano;

Conselho de Direitos da Criança e do adolescente assumindo o presente Plano como prioridade, viabilizando recursos nos orçamentos, principalmente o FIA – Fundo da Infância e Adolescência;

Participação e integração entre os conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Setorial no município;

Corresponsabilidade entre os entes federativos no financiamento para implementação dos objetivos e ações propostas no presente Plano.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Elaboramos o diagnostico com base nas pesquisas realizadas, indicando aspectos considerados relevantes para o desenvolvimento de novos projetos, sempre com a perspectiva da construção de políticas publicas capazes de garantir a efetivação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente preconizados pelo ECA.

Com a execução desse trabalho foi possível visualizar a necessidade de mudanças no espaço físico do Conselho Tutelar e aquisição de equipamentos adequados para realização de atendimentos, acessibilidade e sigilo, realidade essa que foi transformada através do empenho do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Prefeitura Municipal e Conselho Tutelar.

Durante a construção do diagnóstico nos deparamos com dificuldades de acesso as informações oficiais, registros incompletos no Conselho Tutelar e dificuldade de relacionamento entre os conselheiros tutelares. Desta forma passou-se a realizar reuniões periódicas, melhorando a comunicação entre Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, objetivando o fortalecimento e a efetivação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente.

Sendo assim, o diagnóstico auxiliou na organização de propostas de ações no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social, bem como a parceria entre

poder público e privado viabilizou a criação efetiva de um programa de atendimento de proteção especial os adolescentes com seus direitos violados, juntamente com seus familiares atendidos por uma equipe capacitada no âmbito biopsicossocial, possibilitando a ressocialização destes adolescentes na família e na comunidade.

O diagnostico favoreceu de forma relevante a criação de uma rede articulada de atendimento a apontou caminhos que levem a solução de problemas sociais e a construção de politicas publicas mais eficientes e inclusivas para o atendimento social das crianças e dos adolescentes de nosso município.

Planalto, 13 de outubro de 2025.

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:66485849

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 279/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 279/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 034/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SUPERMERCADO LINK LTDA.

Aos doze dias mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **SUPERMERCADO LINK LTDA**, neste ato representada pela Administradora a Sra. **Joslei Maristela Hartmann**, resolvem em comum acordo reajustar os valores do contrato administrativo nº 279/2025, firmado entre as partes em data de 30 de julho de 2025, cujo objeto é a contratação de empresa visando a aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar atendendo a rede de educação infantil, ensino fundamental e educação especial, deste Município de Planalto-PR., nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude de mútuo acordo entre as partes, fica alterado através de reequilíbrio de preços, os valores dos itens constante na cláusula primeira (do objeto do contrato), totalizando a importância de R$ 44.452,22 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos), conforme planilha demonstrativa abaixo, pertinente ao Contrato Administrativo nº 279/2025, celebrado entre as partes em 30 de julho de 2025, tendo como importe o valor originário acrescido de temos aditivos que perfazem o valor de R$ 712.222,92 (setecentos e doze mil, duzentos e vinte e dois reais e noventa e dois centavos), passando a partir desta para o valor total contrato na importância R$ 743.614,79 (setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e nove centavos).

ITEM	OBJETO	QUANT	UN	VALOR UNIT.	VALOR REAJUSTE	VALOR DA DIFERENÇA	VALOR TOTAL
07	BATATA TIPO INGLESA lisa e lavada de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, fresca, compacta e firme, sem lesões de rachaduras e cortes, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, devendo ser bem desenvolvida, de colheita recente. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica; livre de resíduos de fertilizantes.	709,92	KG	1,74	4,50	2,76	3.194,64
33	PERA – Willians de primeira, tamanho e coloração uniformes,	2.067	KG	4,50	9,99	5,49	11.347,83

	devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionada em embalagens transparentes e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 272/05, com os padrões de embalagem da instrução normativa conjunta nº 9 de 12/11/02 (SARC, ANVISA, INMETRO), produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.						
35	TOMATE LONGA VIDA tipo salada classificação extra A, fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica; livre de resíduos de fertilizantes.	1.728	KG	3,78	5,99	2,21	3.818,88
03	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO devem ser provenientes de estabelecimento cadastrado junto ao serviço oficial competente (SIM, SISBI, SIP ou SIF), ou ainda, por estabelecimentos que apenas repasse o produto já pronto, embalado com selo de inspeção e validade mínima de 6 meses. O transporte deve ser feito em veículo fechado, em caixas térmicas, bem refrigerados, capaz de manter o produto integro, livre de contaminação e oscilação de temperatura. Entrega parcelada conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.	6.548	KG	6,00	7,99	1,99	13.030,52
TOTAL							**44.452,22**

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Terceira (DO PREÇO E DO REAJUSTE), em virtude do acréscimo ao item constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ 743.614,79 (setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal

JOSLEI MARISTELA HARTMANN

Supermercado Link LTDA

Testemunhas:

_____

DIEGO VINICIUS RUCKHABER

RG nº 12.685.090-5 /PR

_____

CARLA FATIMA MOMBACH STURM

RG nº 6.772.151-9/ PR

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:F26A5A24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
4 TA PE09/2024 G GERMANI

TERMO ADITIVO

4° Termo aditivo do contrato nº. 123/2024, decorrente de Pregão n°. 09/2024 de contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **G GERMANI CARLOS**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 19.892.438/0001-50, AV RIO GRANDE DO SUL, 1280 - CEP: 87930000 - bairro: CENTRO, Querência do Norte/PR, acordam por meio deste o que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 03 (três) meses até 31/01/2026, com início do aditivo em 31/10/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto – Redimensionamento de Objeto o aditivo de meta física, no valor total de: R$ 302,00 (trezentos e dois reais) com fundamento na Lei 14.133/2021.

LOTE 195:

Item	Descrição	Unid.	Quant. aditada	Marca/Espec.
1	GUARDANAPO DE PAPEL COM 5O UNIDADES BRANCO EM FOLHAS MEDINDO 30X 29,5 CM , EMBALAGEM PLASTICA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UNID	180	KIG COOK

LOTE 212:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Espec.
1	PANO PARA LIMPEZA TIPO FLANELA LARANJADA TAMANHO MÍNIMOP 0,25 X 0,40 M	UNID	20	ITALEX

CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 31 de outubro de 2025.

ALEX SANDRO FERNANDES	***SIMONY APARECIDA GERMANI***
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:E2B1F7D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 27/2025 - PMQ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Secretario de Administração e Finanças, na qualidade de Autoridade Máxima do processo licitatório, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 71 da lei 14.133/21, RESOLVE:

Considerando os termos do processo licitatório na modalidade **Pregão n° 27/2025 -PMQ,** cuja finalidade é **Aquisição materiais e serviços para atendimento ao Projeto Funasa, compreendendo, Fretamento de ônibus, materiais publicitários para campanhas, cursos e palestras, camisetas e bonés, lixeiras, etc**, **ADJUDICO** o direito de contratar com esta Administração à(s) empresa (s) vencedora(s):

53.747.067 VICTOR MANOEL PISSUTTO LOURO								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
7	1	COMPOSTEIRA DOMESTICA, COM CAIXAS EMPILHÁVEIS NO MÍNIMO 3 CAIXAS EMPILHÁVEIS, SENDO 2 CAIXAS DIGESTORAS E 1CAIXA COLETORA DE LÍQUIDOS (COM TORNEIRA NA COLETORA DE LÍQUIDOS), FURADAS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 60L, COM MINHOCAS VERMELHAS CALIFORNIANAS.	Marca Própria		UNID	20,00	332,50	6.650,00
TOTAL								6.650,00
CRIAR E ANIMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
6	1	CONFECÇAO DE ROUPAS FANTASIAS/MASCOTE EM ESPUMA E TECIDO, COM FORMATO DE PERSONAGEM COLORIDO, TAMANHO MÉDIO DE 0,70 LARGURA X 1,60 DE ALTURA, PARA VESTIR ADULTO (COM AS PERNAS PARA FORA DA FANTASIA).PINTURA VINILICA E DURAVEL, COLA INODORA (SEM CHEIRO). COM ENTRADAS DE AR E ABERTURAS PARA OLHOS E NARIS DO ADULTO. SAPATOS GRANDES, DE ESPUMA E TECIDO, COM SOLADO EMBORRACHADO. COM DETALHES EM PVC E EVA. COM LUVAS DE ESPUMA E TECIDO. COM LUVAS DE ESPUMA E TECIDO. COM ROUPA BASE DE TECIDO FINO PARA SER USADA POR BAIXO DA FANTASIA. OS MATERIAIS DEVEM SER RESISTENTES E COM BOA COSTURA, FORMATO DE UM RESÍDUO 'ORGÂNICO', COM IMAGEM ENVIADA PELA PREFEITURA	TITERE		UNID	14,00	4.500,00	63.000,00
TOTAL								63.000,00
DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
8	1	PAZINHA DE MÃO, DE JARDINAGEM, DE METAL, COM CABO DE MADEIRA	TRAMONTINA		UNID	20,00	22,00	440,00
8	2	RASTELINHO DE MÃO, DE JARDINAGEM, DE METAL, COM CABO DE MADEIRA	TRAMONTINA		UNID	20,00	21,00	420,00
8	3	AVENTAL PARA USO NA JARDINAGEM, DE PLÁSTICO PVC IMPERMEÁVEL, COM TIRAS (UMA TIPO ALÇA NO PESCOÇO E DUAS PARA AMARRAR ATRÁS NA CINTURA)	JSN		UNID	10,00	48,00	480,00
TOTAL								1.340,00
JH CURSOS CONSULTORIAS E TREINAMENTOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CURSOS E PALESTRAS DIVERSAS Coleta, Separação e Destinação de Residuos Solidos	Serviço		UNID	32,00	280,40	8.972,80
1	2	CURSOS E PALESTRAS DIVERSAS Compostagem de Residuo Organico em Composteira Domestica	Serviço		UNID	8,00	376,00	3.008,00
1	3	CURSOS E PALESTRAS DIVERSAS Embalagens vazias de agrotóxicos: manejo correto para descarte	Serviço		UNID	2,00	258,80	517,60
1	4	CURSOS E PALESTRAS DIVERSAS Métodos e técnicas de educação ambiental e de formação de cidadãos conscientes com o meio ambiente	Serviço		UNID	48,00	198,70	9.537,60
1	5	CURSOS E PALESTRAS DIVERSAS Residuos Solidos de forma lúdica	Serviço		UNID	40,00	243,80	9.752,00
1	6	CURSOS E PALESTRAS DIVERSAS Resíduos Sólidos e Compostagem	Serviço		UNID	40,00	202,80	8.112,00
3	1	CRIAÇAO DA LOGO DO PROJETO COLORIDO	Serviço		SER	1,00	118,00	118,00
TOTAL								40.018,00
KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
10	1	LIXEIRA COM TAMPA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS COR LARANJA	JSN		UNID	5,00	1.831,00	9.155,00
10	2	LIXEIRA COM TAMPA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS COR MARROM	JSN		UNID	5,00	1.831,00	9.155,00
10	3	LIXEIRA COM TAMPA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000	JSN		UNID	5,00	1.831,00	9.155,00

		LITROS COR VERDE						
10	4	LIXEIRA COM PEDAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LITROS COR MARROM	LAR		UNID	50,00	70,42	3.521,00
10	5	LIXEIRA COM PEDAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LITROS COR VERDE	LAR		UNID	50,00	70,50	3.525,00
10	6	LIXEIRA COM PEDAL COM CAPACIDADE MINIMA DE 50 LITROS, QUADRADA, EM PLÁSTICO, COR LARANJA	LAR		UNID	5,00	95,90	479,50
TOTAL								34.990,50
M TESTA ATACADO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
9	1	CONFECÇAO DE BONÉ ADULTO, TECIDO TACTEL (100% POLIÉSTER) COM PERSONALIZAÇÃO COLORIDA NA PARTE FRONTAL E NAS LATERAIS, AMBAS EM SILK-SCREEN. COM REGULAGEM EM VELCRO.	propria		UNID	100,00	30,00	3.000,00
9	2	CONFECÇAO DE CAMISETA ADULTO DE ALGODÃO (TAMANHOS P,M,G,GG), COLORIDA COM ESTAMPA EM SILK OU SUBLIMAÇÃO, PERSONALIZADA COM ESTAMPA NO PEITO ESQUERDO E COSTAS.	propria		UNID	100,00	24,7399	2.473,99
TOTAL								5.473,99
MARCELO SIMONI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
5	1	SQUEEZE EM ALUMINIO 500 ML PERSONALIZADO	propria		UNID	70,00	18,80	1.316,00
5	2	LIXEIRA DE CARRO, DE TNT PERSONALIZADO, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 17X26 CM	propria		UNID	3.030,00	0,50	1.515,00
5	3	CONFECÇAO DE BOLSA ECOBAG, MODELO CARTEIRO MEDIDAS MÍNIMAS DE 40CM DE ALTURA X 30 CM DE LARGURA, COM ALÇA REFORÇADA COM NO MÍNIMO 50 CM DE COMPRIMENTO, EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU NATURAL, PERSONALIZADA	propria		UNID	530,00	8,50	4.505,00
5	4	BLOCO DE NOTAS, 15X10 CM, COLORIDO, 4X0 TINTA ESCALA, EM PAPEL RECICLADO, TIMBRADO, PERSONALIZADO, 30 PAGINAS	propria		UNID	530,00	2,80	1.484,00
5	5	COPINHO, DOBRÁVEL/RETRATIL, COM 125 A 150ML DE PLÁSTICO, COM TAMPA LISA (PARA PERMITIR A COLAGEM DO ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO)	propria		UNID	800,00	6,20	4.960,00
5	6	BOTTON AMERICANO PERSONALIZADO, 35MM PVC, FECHO ALFINETE COM OS PERSONAGENS DA SUPERLIGA DO LIXO	propria		UNID	1.000,00	1,22	1.220,00
TOTAL								15.000,00
MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	REVISTA COM 24 PÁGINAS DE MIOLO NAS MEDIDAS 15 X 21 CM FECHADO; CORTE INICIAL, REFILE FINAL, DOBRA, INTERCALAÇÃO, GRAMPO; MIOLO 1 EM OFFSET 75G/M² COM 4 X 4 CORES; MIOLO ADICIONAL 1 EM OFFSET 75G/M² COM 4 X 4 CORES	própria		UNID	5.000,00	3,31	16.550,00
4	2	ADESIVO 4X0 CORES, COLORIDO, TAMANHO 5X5CM	própria		UNID	800,00	1,40	1.120,00
4	3	ADESIVO 4X0 CORES, COLORIDO, TAMANHO 15X20 CM	própria		UNID	120,00	5,06	607,20
4	4	ADESIVO 4X0 CORES, COLORIDO, TAMANHO 15X15 CM	própria		UNID	3.910,00	2,41	9.423,10
4	5	ADESIVO 4X0 CORES, COLORIDO, TAMANHO 18X4CM	própria		UNID	100,00	3,33	333,00
4	6	ADESIVO 4X0 CORES, COLORIDO, TAMANHO 25X30CM	própria		UNID	5,00	4,55	22,75
4	7	ADESIVO 4X0 CORES, COLORIDO, TAMANHO 30X15CM	própria		UNID	5,00	9,05	45,25
4	8	ADESIVO 4X0 CORES, COLORIDO, TAMANHO 45X55CM	própria		UNID	10,00	14,66	146,60
4	9	ADESIVO 4X0 CORES, COLORIDO, TAMANHO 60X12 CM	própria		UNID	10,00	21,92	219,20
4	10	IMPRESSÃO DO TICKET, COLORIDO, 4X0 CORES, TAMANHO 10X7 CM EM PAPEL RECICLADO, 230G/M², ENCAPADO COM PLÁSTICO TRANSPARENTE POLESEAL (PVC)	própria		UNID	2.000,00	1,59	3.180,00
4	11	DE CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, PLÁSTICO/PVC PERSONALIZADO, COM PRENDEDOR TIPO JACARÉ	própria		UNID	20,00	25,62	512,40
4	12	CRACHÁ DE PAPEL, TAMANHO 10X14CM PAPEL COUCHE, BRILHANTE, DE 180G/M², COLORIDO, PERSONALIZADO	própria		UNID	850,00	3,33	2.830,50
TOTAL								34.990,00

HOMOLOGO o presente processo por seguir o regular rito processual considerando o valor total da presente licitação em R$ 201.462,49 (Duzentos e Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Dois Reais e Quarenta e Nove Centavos).

Quitandinha, 07/08/2025.

ANTONIO IARGAS

Secretario de Administração e Finanças

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:122DEF75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 42/2025 - PMQ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Secretario de Administração e Finanças, na qualidade de Autoridade Máxima do processo licitatório, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 71 da lei 14.133/21, RESOLVE:

Considerando os termos do processo licitatório na modalidade **Pregão n° 42/2025 -PMQ,** cuja finalidade é **FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA ATENDIMENTO AO PROJETO FUNASA, COMPREENDENDO: TONNER, COMBUSTÍVEL, LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, MATERIAL DE ESCRITÓRIO, ÁGUA MINERAL, MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS, CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE FOLDERS E, BANNERS**, **ADJUDICO** o direito de contratar com esta Administração à(s) empresa (s) vencedora(s):

59.572.964 SILVIA KANAYAMA WADOUSKI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
12	1	Confecção e impressão de folder 21x29,7cm A4 reciclado colorido Confecção e impressão de folders 21x29,7cm (tamanho A4), colorido, papel reciclado, fosco, 90g, dobrado	Folder	Folder	UNID	5.000,00	0,20	1.000,00
12	2	Banner em Lona, em impressão digital, colorido, com barbante para pendurar, nas medidas 60x90 cm, sobre Coleta Seletiva, direcionados para Escolas do Campo, UBS, e estabelecimentos da área rural	Banner	Banner	UNID	20,00	18,50	370,00
12	3	Banner em Lona, em impressão digital, colorido, com barbante para pendurar, nas medidas 40x50 cm, sobre Coleta Seletiva, direcionados para os PEV	Banner	Banner	UNID	400,00	13,10	5.240,00
12	4	Banner lona 300x300cm, impressão digital, colorido, com ilhós Banner lona 300x300cm, impressão digital, colorido, com ilhós	Banner	Banner	UNID	1,00	781,40	781,40
12	5	Banner lona 300x70cm, impressão digital, colorido, com ilhós Banner lona 300x70cm, impressão digital, colorido, com ilhós	Banner	Banner	UNID	1,00	78,60	78,60
TOTAL								7.470,00
DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	Papel Sulfite A4 reciclado, 75g/m² resma com 500 folhas	Report		PCT	2,00	30,00	60,00
5	1	AGUA MINERAL GALAO 20 LITROS COM CASCO	Aqua		UNID	3,00	39,99	119,97
6	1	AVENTAL PARA USO NA JARDINAGEM, DE PLÁSTICO PVC IMPERMEÁVEL, COM TIRAS (UMA TIPO ALÇA NO PESCOÇO E DUAS PARA AMARRAR ATRÁS NA CINTURA)	JSN		UNID	20,00	19,75	395,00
7	1	GUARDANAPO PCT COM 50 FOLHAS 20X23	Flor		UNID	64,00	1,64	104,96
8	1	Luva de borracha para limpeza com forro algodão tam M Luva de borracha para limpeza com forro algodão, espessura mínima de 0,60mm	MB Life		PAR	15,00	2,8573	42,86
8	2	Luva borracha para limpeza com forro algodão tam G Luva borracha para limpeza com forro algodão, espessura mínima de 0,60mm tam. G	MB Life		PAR	55,00	2,8571	157,14
9	1	ALCOOL GEL 70% EMBALAGEM 500 g COM VÁLVULA PUMP, LOTE, VALIDADE, ESPE CIFICAÇÕES TÉCNICAS NO RÓTULO DA EMBALAGEM.	Dacasa		UNID	10,00	10,00	100,00
10	1	Saco lixo PRETO 100L, mínimo 5 micras, pacote com 5 Saco lixo PRETO 100L, mínimo 5 micras, pacote com 5	Lix		PCT	5,00	9,10	45,50
10	2	Saco lixo AZUL 100L, mínimo 5 micras, pacote com 5 Saco lixo AZUL 100L, mínimo 5 micras, pacote com 5	Lix		PCT	5,00	10,15	50,75
11	1	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL ESCRITA PONTA FINA COM CORPO SEX TAVADO, CRISTAL, TAMPA ANTI ASFIXIANTE, COM PONTA EM ESFERA METALICA E SELO DO IMETRO CAIXA COM 50 UNIDADES	Compactor		CAIXA	11,00	37,65	414,15
TOTAL								1.490,33
RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Tonner de tinta preta, impressora HP LaserJet Pro MFP 4103fdw	BYQUALY	W1030X	UNID	1,00	154,00	154,00
TOTAL								154,00
VIVIANE DE MOURA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS COM MOTORISTA, DE NO MÍNIMO 40 LUGARES COM DESTINO A CONTENDA/PR PARA VISITA TÉCNICA, COM O TOTAL DE 55 KM.	PROPRIA		UNID	1,00	1.549,10	1.549,10
TOTAL								1.549,10

HOMOLOGO o presente processo por seguir o regular rito processual considerando o valor total da presente licitação em R$ 10.663,43 (Dez Mil, Seiscentos e Sessenta e Três Reais e Quarenta e Três Centavos).

Quitandinha, 23/10/2025.

ANTONIO IARGAS

Secretario de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:032A7774

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO SRP Nº 32/2025

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO SRP N.º 032/2025

PROCESSO N.º 1.781/2025

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público aos interessados que o procedimento licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 032/2025, cujo objeto é "**REGISTRO DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS "AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE".** Está **HOMOLOGADO,** conforme vencedores abaixo:

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	1	1	ABAIXADOR DE LÍNGUA - EM MADEIRA; DESCARTÁVEL; SUSTENTÁVEL; PACOTE COM 100 UNIDADES.	Medix	30,00	4,50
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	2	1	ABAIXADOR DE LÍNGUA DESCARTÁVEL EM MADEIRA C/ 100 UNIDADES FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFÍCIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS E ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSÃO. MEDINDO 14CM DE COMPRIMENTO, 1,4CM DE LARGURA; 0,5MM DE ESPESSURA. EMBALADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES.??	Medix	12,00	6,98
FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	3	1	ABRIDOR DE BOCA - MATERIAL: SILICONE. DIMENSÕES ADULTO: 40 X 30 X 20 MM. DIMENSÕES INFANTIL: 30X 25X18 MM. VALIDADE: 5 ANOS. AUTOCLAVÁVEL À 134°C. COR ROSA P / G. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.	Preven	10,00	8,42
DENTAL IPO LTDA	4	1	Adesivo Universal Sistema adesivo fotopolimerizável autocondicionante, ideal para a adesão em esmalte e??dentina; Maior estética com seu aspecto incolor. Versatilidade com mínima sensibilidade. Adesivo universal: uso??sob diferentes protocolos de condicionamento ácido e em diferentes superfícies. Sistema APS que entrega um??ótimo desempenho em qualquer nível de umidade dentinária. Ideal para aplicação intracanal (altos índices de??adesividade na região intracanal; melhor polimerização, mesmo na região apical; maior compatibilidade com??cimentos duais). Conta com elevada adesão em diferentes modos de aplicação, como: condicionamento ácido??total, condicionamento seletivo em esmalte e sem condicionamento ácido. Maior segurança e saúde através do??BPA Free. MDP potencializado. Sua maior reatividade amplia a capacidade adesiva à dentina e aos substratos??indiretos, também uma melhor estabilidade da película adesiva. Adere em diferentes superfícies como: Metais,??cerâmicas, resina CAD/CAM e pinos intracanais.Com tampa flip top.	FGM/Dentscare	20,00	86,79
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	5	1	AFASTADOR MINNESOTA - NÃO CORTANTE. MATERIAL: AÇO INOX. TAMANHO: 14CM.	COOPERFLEX	12,00	9,29
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	6	1	ÁGUA DESTILADA 5 LITROS. QUIMICAMENTE PURA, ISENTA DE SAIS SOLÚVEIS; UTILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE; ENXÁGUE DE INSTRUMENTOS E VIDRARIA DE LABORATÓRIOS; USO EM ANÁLISES QUÍMICAS; UTILIZAÇÃO AONDE NECESSITAR DE ÁGUA PURA ISENTA DE SAIS SOLÚVEIS.	ssplus	200,00	8,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	7	1	AGULHA GENGIVAL CURTA: 23MM. TRIBISELADA. SILICONIZADA - SUAVIZA A PENETRAÇÃO DA AGULHA. INDICADOR DE BISEL - FACILITA A VISUALIZAÇÃO. PRÉ-ROSQUEADA - MELHOR ENCAIXE NA CARPULE. BISEL INTERNO - PERMITE VÁRIAS TROCAS DE TUBETES. ESTERILIZAÇÃO COM ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	Medix	90,00	24,44
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	8	1	AGULHA GENGIVAL EXTRA-CURTA: 12MM. TRIBISELADA. SILICONIZADA - SUAVIZA A PENETRAÇÃO DA AGULHA. INDICADOR DE BISEL - FACILITA A VISUALIZAÇÃO. PRÉ-ROSQUEADA - MELHOR ENCAIXE NA CARPULE. BISEL INTERNO - PERMITE VÁRIAS TROCAS DE TUBETES. ESTERILIZAÇÃO COM ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES	Medix	90,00	26,98
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	9	1	AGULHA GENGIVAL LONGA: 30MM. TRIBISELADA SILICONIZADA - SUAVIZA A PENETRAÇÃO DA AGULHA. INDICADOR DE BISEL - FACILITA A VISUALIZAÇÃO. PRÉ-ROSQUEADA - MELHOR ENCAIXE NA CARPULE. BISEL INTERNO - PERMITE VÁRIAS TROCAS DE TUBETES. ESTERILIZAÇÃO COM ÓXIDO DE ETILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	Medix	90,00	24,45
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	10	1	ALAVANCA APICAL 301 CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL COM CABO OCO DE CHAPA. AUTOCLAVÁVEL. PARA ADULTOS.	COOPERFLEX	18,00	23,05
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	11	1	ALAVANCA APICAL 304 CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL COM CABO DE CHAPA. AUTOCLAVÁVEL. PARA ADULTOS	COOPERFLEX	18,00	23,05
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	12	1	ALAVANCA SELDIN ADULTO DIREITA 1R PRODUZIDA EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE. PONTA FINA. AUTOCLAVÁVEL.	COOPERFLEX	18,00	22,54
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	13	1	ALAVANCA SELDIN RETA NÚMERO 2 PRODUZIDA EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE.	COOPERFLEX	18,00	22,53

			PONTA FINA. CABO EM ALUMÍNIO ANODIZADO. COR: ROXA. AUTOCLAVÁVEL.			
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	14	1	ÁLCOOL 70%	supervale	250,00	6,14
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	15	1	ALVEOLÓTOMO LUER CURVO ADULTO, TAMANHO: 16CM. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL.	golgran	15,00	77,14
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	16	1	ALVEOLÓTOMO MICRO CURVO. TAMANHO: 12 CM. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL.	golgran	15,00	93,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	17	1	ANÉIS DE SILICONE (COR AMARELA) PARA IDENTIFICAÇÃO DE INSTRUMENTAIS EM SILICONE SEXTAVADO AUTOCLAVÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES.	preven	1,00	10,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	18	1	ANÉIS DE SILICONE (COR ROSA) PARA IDENTIFICAÇÃO DE INSTRUMENTAIS EM SILICONE SEXTAVADO AUTOCLAVÁVEL, PACOTE COM 100 UNIDADES.	preven	1,00	10,99
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	19	1	ANÉIS DE SILICONE (COR VERMELHO) PARA IDENTIFICAÇÃO DE INSTRUMENTAIS EM SILICONE SEXTAVADO AUTOCLAVÁVEL, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PREVEN	100,00	11,36
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	20	1	ANESTÉSICA INJETÁVEL LIDOCAÍNA 2% SEM VASOCONSTRITOR. EMBALAGEM COM 50 TUBETES PLÁSTICOS DE 1,8ML CADA.	cristalia	70,00	169,39
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	21	1	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL, COM CADA ML CONTENDO 20MG DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA (36MG/CARPULE), 10 MICROGRAMAS DE EPINEFRINA BASE (18µG/CARPULE), ISENTO DE METILPARABENO, ENVASADO EM TUBETES DE VIDRO COM ÊMBOLOS SILICONIZADOS. APRESENTAÇÃO: CARTUCHO COM 50 TUBETES DE VIDRO, ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA - 1,8 ML/TUBETE	DLA	70,00	118,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	22	1	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL, COM CADA ML CONTENDO 20MG DE CLORIDRATO DE MEPIVACAINA (36MG/CARPULE), 10 MICROGRAMAS DE EPINEFRINA (18µG/CARPULE), ISENTO DE METILPARABENO, ENVASADO EM TUBETES DE VIDRO COM ÊMBOLOS SILICONIZADOS. APRESENTAÇÃO: CARTUCHO COM 50 TUBETES DE VIDRO, ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA - 1,8 ML/TUBETE	DLA	60,00	156,49
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	23	1	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL, COM CADA ML CONTENDO 30MG DE CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA (54MG/CARPULE), 0,03 U.I. DE FELIPRESSINA (0,054 U.I/CARPULE), ISENTO DE SULFITOS, ENVASADO EM TUBETES DE VIDRO COM ÊMBOLOS SILICONIZADOS. APRESENTAÇÃO: CARTUCHO COM 50 TUBETES DE VIDRO, ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA - 1,8 ML/TUBETE	DFL	50,00	181,89
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	24	1	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL, COM CADA ML CONTENDO 40MG DE CLORIDRATO DE ARTICAÍNA (72MG/CARPULE), 10 MICROGRAMAS DE EPINEFRINA BASE (18µG/CARPULE), ISENTO DE METILPARABENO, ENVASADO EM TUBETES DE VIDRO COM ÊMBOLOS SILICONIZADOS. APRESENTAÇÃO: CARTUCHO COM 50 TUBETES DE VIDRO, ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA - 1,8 ML/TUBETE - CADA ML CONTÉM 40MG DE CLORIDRATO DE ARTICAÍNA E 10 µG DE EPINEFRINA.	DFL	50,00	185,78
MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI - EPP	25	1	ANESTÉSICO TÓPICO EM GEL, CONTENDO 200MG/G DE BENZOCAÍNA, SABOR TUTTI FRUTTI. APRESENTAÇÃO: POTE COM 1.	DFL	50,00	10,77
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	26	1	Apexo Curva 301 Instrumento com cabo grosso, não cortante, possuem as pontas serrilhadas; Em aço inoxidável;??Autoclavável	COOPERFLEX	8,00	27,05
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	27	1	Apexo Curva 302 Instrumento com cabo grosso, não cortante, possuem as pontas serrilhadas; Em aço inoxidável;??Autoclavável	COOPERFLEX	8,00	27,09
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	28	1	Apexo Curva 303 Instrumento com cabo grosso, não cortante, possuem as pontas serrilhadas;??Em aço inoxidável; Autoclavável	COOPERFLEX	8,00	27,01
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	29	1	Aplicador Hidro C Aço inox.; Tamanho: 14cm; Autoclavável.	COOPERFLEX	12,00	7,59
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	30	1	BABADOR IMPERMEÁVEL ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO. PRODUZIDO EM PAPEL PLASTIFICADO (1 CAMADA DE PAPEL E 1CAMADA DE PLÁSTICO). SORTIDO COM 100 UNIDADES. DIMENSÕES 30X40CM.	ssplus	30,00	12,34
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	31	1	BANDEJA AUTOCLAVÁVEL LEVE E FINA. COM RESISTÊNCIA PARA MANUSEIO, 22CM COMPRIMENTO X 12CM LARGURA X 1,5CM ALTURA, MATERIAL: POLIACETAL. COR: ROSA	OGP	15,00	10,98
HORTOPLUS PRODUTOS	32	1	Borracha Polimento Polidores espirais	MICRODONT	12,00	173,89

ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME			diamantados de granulometria grossa, média e fina. Dimensões:??3x7mm. De 7.000 a 10.000 RPM. Para polimento em Resinas compostas, Cerâmica, Zircônia e??Dissilicato de Lítio (LiSi2).			
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	33	1	Broca 8 esferica diamantada de alta rotação Fabricada em carboneto de tungstênio. Ultra resistente a fraturas??melhor balanceamento. Sua composição especial de carboneto de tungstênio.	KAVO	20,00	11,69
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	34	1	BROCA CARBIDE CA NÚMERO 1, EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	KAVO	15,00	8,55
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	35	1	BROCA CARBIDE CA NÚMERO 1/2 , EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	MICRODONT	15,00	5,54
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	36	1	BROCA CARBIDE CA NÚMERO 2, EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	KAVO	15,00	7,32
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	37	1	BROCA CARBIDE CA NÚMERO 4, EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	KAVO	15,00	8,22
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	38	1	BROCA CARBIDE CA NÚMERO 6 , EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	MICRODONT	15,00	5,54
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	39	1	BROCA CARBIDE CA NÚMERO 7 , EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	MICRODONT	15,00	5,55
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	40	1	BROCA CARBIDE CA NÚMERO 8, EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	MICRODONT	15,00	5,54
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	41	1	BROCA CARBIDE CÔNICA DE CORTE CRUZADO Nº 702, 25 MM, ALTA ROTAÇAO (FG)	KAVO	15,00	7,04
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	42	1	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA 12 LÂMINAS CILÍNDRICA CÔNICA P/ DESBASTE, PARA ALTA ROTAÇÃO.	MICRODONT	15,00	21,34
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	43	1	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA 30 LÂMINAS Nº9714FF CÔNICA LONGA, PARA ALTA ROTAÇÃO.	MICRODONT	15,00	24,14
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	44	1	Broca carbide Multilaminada 30 Lâminas para alta rotação Cônica Pontiaguda N° 9214 19mm	KAVO	20,00	25,95
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	45	1	Broca carbide Multilaminada 30 Lâminas para alta rotação Número 9406 - cônica côncava 19 mm	KAVO	20,00	25,95
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	46	1	Broca carbide Multilaminada 30 Lâminas para alta rotação Número 9642 - cônica extra longa 19 mm	MICRODONT	20,00	27,05
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	47	1	Broca carbide Multilaminada 30 Lâminas para alta rotação Número 9904 formato bala 19 mm	KAVO	20,00	25,95
BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI	48	1	BROCA CIRÚRGICA ZEKRYA FG; 28 MM; ALTA ROTAÇÃO; FEITA DE TUNGSTÊNIO; TRONCO-CÔNICA	MICRODONT	15,00	11,20
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	49	1	BROCA DE TUNGSTÊNIO Nº 303001 MINICUT CORTE CRUZADO FINO; TARJA VERMELHA.	MICRODONT	15,00	46,89
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	50	1	BROCA DIAMANTADA 2135 - PARA ALTA ROTAÇÃO;	MICRODONT	15,00	3,04
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	51	1	BROCA DIAMANTADA 2135 F - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	3,24
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	52	1	BROCA DIAMANTADA 2135 FF - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	2,21
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	53	1	BROCA DIAMANTADA 3118 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	2,20
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	54	1	BROCA DIAMANTADA 3118 F - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	2,21
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	55	1	BROCA DIAMANTADA 3118 FF - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	2,20
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	56	1	BROCA DIAMANTADA 3168 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	2,21
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	57	1	BROCA DIAMANTADA 3168 F - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	2,20
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	58	1	BROCA DIAMANTADA 3168 FF - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	2,21
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	59	1	BROCA DIAMANTADA 3195 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	2,20
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	60	1	BROCA DIAMANTADA 3195 F - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	15,00	2,21
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	61	1	BROCA DIAMANTADA 3195 FF - PARA ALTA ROTAÇÃO	MMI	15,00	2,20
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	62	1	CABO PARA BISTURI NÚMERO 3 EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL	COOPERFLEX	50,00	10,99
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	63	1	CABO PARA ESPELHO BUCAL ALUMÍNIO COLORIDO, AUTOCLAVÁVEL. COR: ROSA. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	COOPERFLEX	50,00	6,55
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	64	1	CANETA ALTA ROTAÇÃO COM CABEÇA PADRÃO Cabeça Mini com diametro de 10,6mm e altura de 12,4mm, ideal??para odontopediatria, locais de difícil acesso, ou pacientes com abertura oral limitada; potência 15w, bordem de 2??vias; Corpo em aço inoxidável; Rolamentos de cerâmica de alta resistência, permitindo rotações de 380.000 até??450.000 rpm; Sistema rápido de substituição de brocas Push Botton®; Baixo nível de ruído; Spray quádruplo que??refrigera com efetividade toda a superfície da fresa com um alto efeito de refrigeração, sem deixar nenhuma área??sem tratamento; Sistema Cabeça limpa que auxilia na prevenção de entrada de contaminantes pela cabeça da??peça de mão, evitando a contaminação cruzada; Cartucho com rotor é facilmente substituído, ajudando a reduzir??o custo e o tempo perdido; Encaixe Borden 2 furos; Autoclavável até 135°C. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA??Pana-Max Plus Mini -	kovodak	12,00	279,89

			NSK - Modelo MU-B2			
MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI	65	1	CARBONO EM FILME PARA ARTICULAÇÃO, DUPLA COR, COM 12 TIRAS. ALTA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO. UTILIZAÇÃO EM AMBIENTE ÚMIDO. FACILITA A DIFERENCIAÇÃO DE CONTATOS OCLUSAIS. ESPESSURA ULTRA-FINA (19 MICRAS). PELÍCULA DE POLIETILENO. PELÍCULA DE HIDROFÓBICA. EMBALAGEM COM 12 TIRAS.	Iodontosul	35,00	8,40
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	66	1	CARISTÁTICO 30 % - TEM AÇÃO BACTERICIDA, DEVIDO À PRESENÇA DA PRATA. AÇÃO PREVENTIVA E REMINERALIZANTE, PELA AÇÃO DO FLÚOR. AÇÃO CURATIVA, PARALISANDO LESÕES CARIOSAS, PELA FORMAÇÃO DE DENTINA ESCLEROSADA. AÇÃO ANTIMICROBIANA, AGINDO MAIS ESPECIFICAMENTE SOBRE STR. MUTANS. FRASCO COM 5 ML.	AAF	15,00	22,24
MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI	67	1	Chassi radiográfico tamanho 35x43cm, fabricado em alumínio, com cantos em nylon alto impacto, travas plásticas com sistema push, espuma flexível especial garantindo perfeito contato entre filme e ecrans e acabamento em pintura eletrostática.	Konex	5,00	945,50
MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI	68	1	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO HYDRO C, CIMENTO SEM EUGENOL NÃO INTERFERE EM FUTURO REEMBASAMENTO DO PROVISÓRIO NEM NA FUTURA CIMENTAÇÃO ADESIVA, PREPAROS PROTÉTICOS SÃO MAIS AGRESSIVOS À POLPA E O IDEAL É UTILIZAR UM CIMENTO QUE AO MESMO TEMPO SEJA PROTETOR, COMO O HYDRO C; PRESA RÁPIDA: RÁPIDO ENDURECIMENTO; BIOCOMPATÍVEL; EMBALAGEM COM 13G DE BASE + 11G DE CATALISADOR + 1 BLOCO DE MISTURA.	Maquira	20,00	23,20
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	69	1	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO PASTA. MALEÁVEL, FÁCIL MANIPULAÇÃO E REMOÇÃO. MATERIAL QUE NÃO RESSECA E POSSUI O MENOR RISCO DE MICRO INFILTRAÇÕES MARGINAL DO MERCADO. EXCELENTE MALEABILIDADE. SEM CORANTE, EUGENOL E ALGINATO NA FORMULA. SEM FLÚOR. COR NORMAL BRANCO. EMBALAGEM COM 25 G.	MAQUIRA	35,00	6,72
FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	70	1	CIMENTO PROVISÓRIO IRM - ALTO VEDAMENTO MARGINAL. PRESA RÁPIDA. ALTA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO. PROPRIEDADES SEDATIVAS. MAIOR AGILIDADE. FACILIDADE E RAPIDEZ DE MANIPULAÇÃO. MENOR ÍNDICE DE DOR PÓS-OPERATÓRIA. À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO POR POLÍMEROS. MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO. PODE FICAR NA CAVIDADE BUCAL POR ATÉ DOIS ANOS. KIT COM 1 FRASCO DO PÓ C/ 38G. 1 FRASCO DO LÍQUIDO C/ 15ML.	AAF	25,00	14,94
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	71	1	COLETOR PERFUROCORTANTES 3L. FABRICADO EM PAPELÃO ONDULADO E REFORÇADO INTERNAMENTE COM O PAPELÃO COURO. POSSUI TRAVA DE SEGURANÇA DISPONÍVEL NA COR AMARELA USO ÚNICO DESCARTÁVEL	DESCARBOX	150,00	1,94
ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA	72	1	CONTRA ÂNGULO COM ENCAIXE UNIVERSAL INTRA, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C, TRANSMISSÃO 1:1 PASSÍVEL DE USO COM BROCAS TIPO "AR" E "FG", SISTEMA DE TROCA BROCA CONVENCIONAL, RECARTILHA SOFT. MÍNIMO DE 5.000 RPM - MÁXIMO DE 20.000 RPM. ACOPLAMENTO INTRAMATIC; GIRO LIVRE DE 360º; SPRAY EXTERNO; UTILIZA BROCAS PM DE 2,35MM E BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO DE 1,6MM (COM UTILIZAÇÃO DO ACESSÓRIO MANDRIL).	DENTEMED	10,00	170,00
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	73	1	CUBA DE AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL. 8 CM. CAPACIDADE 160 ML.	COOPERFLEX	15,00	15,72
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	74	1	CUBA PARA ASSEPSIA - AÇO INOX - 10 X 5 CM - 300 ML	COOPERFLEX	15,00	19,72
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	75	1	CUNHA DE MADEIRA NÚMERO 1 PRODUZIDA EM MADEIRA ESPECIAL; POSSUEM FORMATO ANATÔMICO DA AMEIA; SEM FARPAS, COR: NATURAL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	AAF	20,00	6,30
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	76	1	CURATIVO ALVEOLAR COM PRÓPOLIS, SEM EUGENOL, COM IODOFÓRMIO. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES DE 3G + 3 BICOS APLICADORES.	BIODINAMICA	10,00	33,69
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	77	1	CURETA LUCAS OITAVADO NÚMERO 86	COOPERFLEX	10,00	11,13
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	78	1	DESCOLADOR FREER DUPLO, CABO RECARTILHADO, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLÁVEL.	CASSIFLEX	10,00	16,32
FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	79	1	DESCOLADOR MOLT N° 2-4, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	Cassiflex	5,00	23,00
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	80	1	DESTILADORA COM CAPACIDADE PARA DESTILAR ATÉ 3,8 LITROS EM 4 HORAS COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA.TEMPO PARA DESTILAR 300 ML DE ÁGUA: 37 MINUTOS. NÃO NECESSITA INSTALAÇÃO HIDRÁULICA. VOLTAGEM 220 v - 450WATT DIMENSÕES 27 X 33 X 27,6 CM (L X A X P) PESO LÍQUIDO 3,4 KG PESO	alt	2,00	596,99

			BRUTO 4 KG, CAPACIDADE 4 LITROS.			
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	81	1	Disco de Lixa de acabamento para mandril Granulações codificadas por cores; Utilizado com Mandril; Apresenta??centro metálico para maior facilidade de encaixe sob pressão no mandril; Substituição do disco com maior??agilidade; Proporciona maior flexibilidade e acesso interproximal; Costado em poliéster; Discos de uso único.??Discos de granulação fina e x-fina: 30.000 rpm. Composição dos discos: óxido de alumínio, polietileno tereftalato,??resina borracha sintética, ilhós de metal, corante base água. Embalagem com 30 unidades.	KERR	12,00	78,62
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	82	1	Disco de Lixa de acabamento para mandril Granulações codificadas por cores; Utilizado com Mandril; Apresenta??centro metálico para maior facilidade de encaixe sob pressão no mandril; Substituição do disco com maior??agilidade; Proporciona maior flexibilidade e acesso interproximal; Costado em poliéster; Discos de uso único.??Discos de granulação grossa e média: 10.000 rpm. Composição dos discos: óxido de alumínio, polietileno??tereftalato, resina borracha sintética, ilhós de metal, corante base água. Embalagem com 30 unidades.	KERR	12,00	78,62
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	83	1	DISCO DE LIXA SORTIDAS COM 16MM COMPOSTO DE POLIESTER, RESINA E ÓXIDO DE ALUMÍNIO. PACOTE COM 50??UNIDADES. POSSUINDO 4 GRANULAÇÃO GROSSO, MÉDIO, FINO E EXTRAFINO	TDV	10,00	42,89
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	84	1	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO OITAVADO NÚMERO 19. CONHECIDO TAMBÉM COMO COLHER DE DENTINA. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL. COMPRIMENTO: 16 CM.	COOPERFLEX	20,00	6,42
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	85	1	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO OITAVADO NÚMERO 20 CONHECIDO TAMBÉM COMO COLHER DE DENTINA. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL. COMPRIMENTO: 16 CM.	COOPERFLEX	20,00	6,41
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	86	1	ESCAVADOR DUPLO 11 1/2 - CONHECIDO TAMBÉM COMO COLHER DE DENTINA. LINHA LITE: NÃO POSSUI SERRILHADOS. AÇO INOXIDÁVEL. AUTOCLAVÁVEL.	COOPERFLEX	20,00	6,42
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	87	1	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS COM CABO DE PLASTICO	PREVEN	10,00	9,30
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	88	1	ESCOVA ROBINSON COLOR BRUSH TIPO PINCEL PARA CONTRA ÂNGULO COM CERDAS DE NYLON ULTRAFLEXIVEL - AMARELA	AMERICAN BURRS	20,00	14,50
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	89	1	ESCOVA ROBINSON COLOR BRUSH TIPO PINCEL PARA CONTRA ÂNGULO COM CERDAS DE NYLON ULTRAFLEXIVEL - LILÁS	AMERICAN BURRS	10,00	14,56
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	90	1	ESCOVA ROBINSON COLOR BRUSH TIPO PINCEL PARA CONTRA ÂNGULO COM CERDAS DE NYLON ULTRAFLEXIVEL - ROSA	AMERICAN BURRS	10,00	14,50
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	91	1	ESCOVA ROBINSON COLOR BRUSH TIPO TAÇA PARA CONTRA ÂNGULO COM CERDAS DE NYLON ULTRAFLEXIVEL - AMARELA	AMERICAN BURRS	10,00	14,50
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	93	1	ESCOVA ROBINSON COLOR BRUSH TIPO TAÇA PARA CONTRA ÂNGULO COM CERDAS DE NYLON ULTRAFLEXIVEL - ROSA	AMERICAN BURRS	10,00	14,00
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	94	1	ESCOVA ROBINSON CÔNICA PARA CONTRA ÂNGULO COM CERDAS DE NYLON MACIAS	MICRODONT	10,00	1,04
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	95	1	ESCOVA ROBINSON MINI PLANA PARA CONTRA ÂNGULO COM CERDAS DE NYLON MACIAS.	AAF DO BRASIL	10,00	2,15
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	96	1	ESPÁTULA PARA RESINA THOMPSON NÚMERO 1, PRODUZIDO EM LIGA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA QUALIDADE. PONTAS EM AÇO INOXIDÁVEL REVESTIDAS DE NITRATO DE TITÂNIO (ANTIADERENTE). TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL. COR CINZA.	golgran	7,00	36,46
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	97	1	ESPÁTULA PARA RESINA THOMPSON NÚMERO 2, PRODUZIDO EM LIGA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA QUALIDADE. PONTAS EM AÇO INOXIDÁVEL REVESTIDAS DE NITRATO DE TITÂNIO (ANTIADERENTE). TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL. COR CINZA.	golgran	6,00	31,78
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	98	1	ESPÁTULA PARA RESINA THOMPSON NÚMERO 3, PRODUZIDO EM LIGA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA QUALIDADE. PONTAS EM AÇO INOXIDÁVEL REVESTIDAS DE NITRATO DE TITÂNIO (ANTIADERENTE). TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL. COR CINZA.	golgran	5,00	50,42
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	99	1	ESPÁTULA PARA RESINA THOMPSON NÚMERO 7, PRODUZIDO EM LIGA DE ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTA QUALIDADE. PONTAS EM AÇO INOXIDÁVEL REVESTIDAS DE NITRATO DE TITÂNIO (ANTIADERENTE). TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL. COR CINZA.	golgran	5,00	48,22

GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	100	1	ESPÁTULA SIMPLES Nº 24 - AUTOCLAVÁVEL, EM AÇO INOX.	COOPERFLEX	50,00	7,70
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	101	1	ESPELHO BUCAL PRIMEIRO PLANO N° 5. POSSUI SUPERFICIE ESPELHADA NO 1º PLANO (FRONT SURFACE) QUE EVITA IMAGEM FANTASMA. REFLEXAO DE IMAGEM É DE (LUZ E FORMA) 98%, SEM DISTORÇÃO. DIAMENTRO DO ESPELHO 20MM. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE.	COOPERFLEX	50,00	3,15
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	102	1	ESPONJA DE FIBRINA HEMOSTÁTICA, OBTIDA DE GELATINA LIOFILIZADA DE ORIGEM PORCINA, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA, PESANDO NÃO MAIS DE 10MG, COMPLETAMENTE REABSORVÍVEL PELO ORGANISMO E DESENVOLVIDA PARA USO DIÁRIO. FEITO DE 100% GELATINA PORCINA. DIMENSÕES: 1CMX1CM. ESTERILIZADO POR IRRADIAÇÃO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	MAQUIRA	15,00	35,99
FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	103	1	EVIDENCIADOR DE PLACA LÍQUIDO COMPOSTO FUCSINA BÁSICA 0,7%; ÁLCOOL 96º E ÁGUA DEIONIZADA. FRASCO??10 ML	AAF	3,00	3,95
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	104	1	EXTIRPA NERVOS. INSTRUMENTOS FARPADOS (TODAS AS NUMERAÇÕES NA MESMA EMBALAGEM). PRÉ-ESTERILIZADOS. EXTIRPA NERVOS BRANCO: Nº25. EXTIRPA NERVOS AMARELO: Nº30. EXTIRPA NERVOS VERMELHO: Nº35. EXTIRPA NERVOS AZUL: Nº40. EXTIRPA NERVOS VERDE: Nº45. EXTIRPA NERVOS PRETO: Nº50. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	MK LIFE	50,00	25,10
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	105	1	FILME RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICO, TIPO PERIAPICAL SIMPLES, TIPO USO ADULTO, COMPRIMENTO 4 CM,??LARGURA 3 CM, CAIXA COM 150 UNIDADES	CARESTREAN	2,00	215,25
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	106	1	FIO DE NYLON PARA SUTURA COM AGULHA CT 1/2 - 1,5CM. COMPRIMENTO FIO: 45CM. FIO NÃO-ABSORVÍVEL. MONOFILAMENTO. ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. 24 UNIDADES POR CAIXA.	MEDIX	25,00	29,89
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	107	1	FIO DE SEDA PARA SUTURA COM AGULHA EM AÇO-INOX SILICONIZADA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE 1,7CM. FIO SINTETIZADO COM MATERIAL NATURAL, FILAMENTO DE SEDA NATURAL E TRANÇADA. ESTERILIZADO EM RAIO GAMA. ATÓXICO, NÃO PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO E ESTÉRIL. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICOS, SENDO QUE A EMBALAGEM PRIMÁRIA TRATA-SE DE ENVELOPE METALIZADO INTERNAMENTE, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO FIO. 24 UNIDADES POR CAIXA.	TECHNOFIO	25,00	36,90
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	108	1	FIO DENTAL ENCERADO, SABOR MENTA. 500 METROS.	ALG	35,00	8,14
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	109	1	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA 0,0375 X 5 MM CONFECCIONADA DE AÇO INOXIDÁVEL; SUPERFÍCIE UNIFORME; BORDAS NÃO MACHUCA O PACIENTE; FLEXÍVEL: PROMOVE O CONTORNO PROXIMAL; FÁCIL REMOÇÃO SEM DANIFICAR A RESTAURAÇÃO. EMBALAGEM COM 1 ROLO DE 50 CM.	AAF	10,00	1,37
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	110	1	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA 0,0375 X 7 MM CONFECCIONADA DE AÇO INOXIDÁVEL; SUPERFÍCIE UNIFORME; BORDAS NÃO MACHUCA O PACIENTE; FLEXÍVEL: PROMOVE O CONTORNO PROXIMAL; FÁCIL REMOÇÃO SEM DANIFICAR A RESTAURAÇÃO. EMBALAGEM COM 1 ROLO DE 50 CM.	AAF	5,00	1,51
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	111	1	FIXADOR RADIOLÓGICO APLICAÇÃO PARA PROCESSAMENTO MANUAL, ASPECTO FÍSICO SOLUÇÃO AQUOSA??PRONTA PARA USO. COMPOSIÇÃO TIOSSULFITO AMÔNIO/ACETATO SÓDIO/BISSULFITO SÓDIO, APLICAÇÃO USO??ODONTOLÓGICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ÁCIDO ACÉTICO/BÓRICO, SULFATO ALUMÍNIO, REFORÇADOR.??APRESENTAÇÃO: FRASCO COM CERCA DE 475 ML.	AAF	4,00	10,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	112	1	FÓRCEPS ADULTO Nº 150, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	77,07
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	113	1	FÓRCEPS ADULTO Nº 151, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	77,79
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	114	1	FÓRCEPS ADULTO Nº 16, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	84,15
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	115	1	FÓRCEPS ADULTO Nº 17, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	76,60
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	116	1	FÓRCEPS ADULTO Nº 18L, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	76,58
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	117	1	FÓRCEPS ADULTO Nº 18R, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	76,05

HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	118	1	FÓRCEPS ADULTO Nº 222, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	82,17
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	119	1	FÓRCEPS ADULTO Nº 69, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	76,37
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	120	1	FÓRCEPS ADULTO Nº210H, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	83,73
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	121	1	FÓRCEPS INFANTIL Nº 18D, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	75,28
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	122	1	FÓRCEPS INFANTIL Nº 18L, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	77,21
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	123	1	FÓRCEPS INFANTIL Nº 65, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ENCAIXE AMERICANO, AUTOCLAVÁVEL.	golgran	7,00	79,13
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	124	1	FOTOPOLIMERIZADOR COM PONTEIRAS PARA CLAREAMENTO. . À BATERIA DE LÍTIO (SEM FIO). PODE SER UTILIZADO COM OU SEM FIO. LUZ FRIA (AZUL) GERADA POR LED DE ALTA POTÊNCIA (1250 MW/CM2). SEM AQUECIMENTO DENTAL E DA RESINA. TEMPOS DE APLICAÇÃO DISPONÍVEIS: 5, 10 E 20 SEGUNDOS. BIVOLT AUTOMÁTICO, PODENDO SER UTILIZADO EM TENSÕES DE ALIMENTAÇÃO ENTRE 100V E 240V (50/60HZ). DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO FINAL DO TEMPO SOLICITADO. CORPO DA CANETA CONSTITUÍDO EM ABS. RADIOMETRO INTERNO AUTOMÁTICO, MANTÉM ESTABILIZADA A POTÊNCIA DE LUZ. PEÇA DE MÃO ANATÔMICA PARA MELHOR MANUSEIO. SILENCIOSO, POIS NÃO NECESSITA DE VENTILAÇÃO FORÇADA. ALTO TEMPO DE VIDA ÚTIL DO LED EMISSOR DE LUZ. PONTEIRA EM FIBRA ÓTICA. PONTEIRAS CONDUTORAS DA LUZ COM GIRO DE 360º. MODO DE USO: RAMPA. GARANTIA: 12 MESES. COMPRIMENTO SEM A PONTEIRA: 16,5 CM. ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO 90 240 V. FREQÜÊNCIA: 50/60 HZ. PESO DA PEÇA DE MÃO: 0,100 KG. PESO BRUTO: 0,300 KG. COMPRIMENTO DE ONDA: 420 À 480 NM. EMISSOR DE LUZ: LED (LIGHT EMITING DIODE) LUZ AZUL. BATERIA: 3,7V 1400 MA. POTÊNCIA DE LUZ: 1250 MW/CM². MODO DE USO: RAMPA - POTÊNCIA GRADUAL CRESCENTE NOS PRIMEIROS 5 SEGUNDOS, PERMANECENDO LOGO APÓS COM SUA POTÊNCIA MÁXIMA.	alt	10,00	279,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	125	1	GEL DE BASE AQUOSA CONTENDO ÁCIDO FOSFÓRICO A 37%. GEL DE BAIXA VISCOSIDADE E COM PROPRIEDADE TIXOTRÓPICA. POSSUI CORANTE AZUL QUE FACILITA SUA VISUALIZAÇÃO E CONTROLE DURANTE A APLICAÇÃO. POSSUI BOA AFINIDADE COM ÁGUA, O QUE PERMITE FÁCIL REMOÇÃO APÓS O CONDICIONAMENTO. NÃO ESCORRE DO LOCAL APLICADO. EMBALAGEM COM 3 SERINGAS DE 2,5ML.	AAF	50,00	3,69
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	126	1	Hidroxido de cálcio Foto polimerizável Capeador pulpar indireto e opacificador de dentina reacional (dentina);??Pronto para Uso; Sem Cheiro; Radiopaco; Aplicação facil e Rapida; Fotopoliremizavel; Excelente Consistencia;??Insolúvel em água; Possui alta resistência ao ácido fosfórico;	MAQUIRA	5,00	23,58
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	127	1	INSERTO ODONTOLOGICO G1, PONTEIRA ULTRASSOM COMPATÍVEL COM MODELO BIOSCALER SB MEDIDA: 16,5 X 9,5CM.	alt	10,00	30,00
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	128	1	INSERTO ODONTOLOGICO G1. PONTEIRA ULTRASSOM COMPATÍVEL COM MODELO. BIOSCALER SB MEDIDA: 10,1 X 17,5CM.	alt	10,00	30,00
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	129	1	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR COR A2 DE ALTA VISCOSIDADE POSSUI UMA BOA ADESÃO AO ESMALTE E À DENTINA SENDO DESNECESSÁRIA A CRIAÇÃO DE RETENÇÕES. INDICADO PARA ART. BIOCOMPATÍVEL. MAIOR CAPACIDADE DE LIBERAÇÃO DE FLÚOR COM FINALIDADE ANTICARIOGÊNICA. MAIOR CAPACIDADE DE RECARGA DE FLÚOR. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO CE (CERTIFICAÇÃO EUROPEIA). VIDRO DE ALUMINOFLUORSILICATO, ÁCIDO POLICARBOXÍLICO, ÁCIDO TARTÁRICO, FLUORETO DE CÁLCIO, RADIOPACIFICADORES E ÁGUA; ÁCIDO POLIACRÍLICO APENAS NA FASE LÍQUIDA DO PRODUTO. KIT C/ 10G DE PÓ + 8G DE LÍQUIDO + 1 DOSADOR DE PÓ + 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO.	SSWHITE	25,00	19,49
MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI	130	1	KIT POLIMENTO DE RESINA COMPLETO EM SILICONE KIT C/ 3 OGIVAS E 3 TORPEDOS, 3 TAÇAS E 3 LENTILHAS (BRANCO FINO, VERDE GROSSO, AMARELO REGULAR). COM BROQUEIRO.	Microdont	10,00	56,00
FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	131	1	KIT PONTA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINAS COMPOSTAS COMPOSIÇÃO: CLORO SULFONADO POLIETILENO	Microdont	5,00	74,99

			CARBURETO DE SILÍCIO, CORANTE, HASTE METÁLICA. REFERÊNCIA/FORMATO: 8091F: TORPEDO AMARELO. 8092F: DISCO AMARELO. 8093F: OGIVA AMARELA. 8094F: TAÇA AMARELA. 8091FF: TORPEDO CINZA. 8092FF: DISCO CINZA. 8093FF: OGIVA CINZA. 8094FF: TAÇA CINZA.			
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	132	1	LÂMINAS DE BISTURI DE AÇO CARBONO NÚMERO 15. ESTÉRIL ATRAVÉS DE RADIAÇÃO GAMA. USO ÚNICO CAIXA COM 100 UNIDADES.	MEDIX	5,00	21,88
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	133	1	LIMA TIPO KERR PRIMEIRA SÉRIE (31 MM), LIMA MANUAL FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL AUSTENÍTICO DIN 1.4310, ELETROPOLIDA, PERTENCENTE À CLASSIFICAÇÃO AISI 302 COM APROXIMADAMENTE 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL, CONFECCIONADA POR TORÇÃO. CABO FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO, DO TIPO POLIAMIDA, DE ESPECIFICAÇÃO PA 6.6. SERIAÇÃO ISO NOS NÚMEROS 06 A 140, TENDO SECÇÃO TRANSVERSAL EM FORMA QUADRANGULAR ATÉ O NÚMERO 40 E TRIANGULAR DOS NÚMEROS EM DIANTE, COM PONTA ATIVA. COM STOPS DE SILICONE. CAIXA COM 6 LIMAS CADA.	TDK	5,00	13,89
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	134	1	LIMA TIPO KERR SEGUNDA SÉRIE (31 MM), LIMA MANUAL FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL AUSTENÍTICO DIN 1.4310, ELETROPOLIDA, PERTENCENTE À CLASSIFICAÇÃO AISI 302 COM APROXIMADAMENTE 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL, CONFECCIONADA POR TORÇÃO. CABO FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO, DO TIPO POLIAMIDA, DE ESPECIFICAÇÃO PA 6.6. SERIAÇÃO ISO NOS NÚMEROS 06 A 140, TENDO SECÇÃO TRANSVERSAL EM FORMA QUADRANGULAR ATÉ O NÚMERO 40 E TRIANGULAR DOS NÚMEROS EM DIANTE, COM PONTA ATIVA. COM STOPS DE SILICONE. CAIXA COM 6 LIMAS CADA.	TDK	5,00	13,89
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	135	1	LUBRIFICANTE PARA PEÇAS DE MÃO - ÓLEO MINERAL DE BAIXA VISCOSIDADE, NÃO TÓXICO, COM ALTO GRAU DE PUREZA. PROPRIEDADE ANTIOXIDANTE / LUBRIFICANTE / AÇÃO DETERGENTE / BACTERICIDA (DURABILIDADE MAIOR). POSSUI AÇÃO DETERGENTE E BACTERICIDA. ALCANCE DO JATO ATÉ O FINAL DA CANETA. BICOS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO. COMPATÍVEL PARA TODOS EQUIPAMENTOS. SUPORTA ALTAS TEMPERATURAS. EMBALAGEM DE 200 ML.	IODONTOSUL	10,00	19,37
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	136	1	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO; MODELO PREMIUM QUALITY. LÁTEX DE BORRACHA NATURAL. SUPERFÍCIE LISA. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM PÓ BIOABSORVÍVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES PP	MEDIX	200,00	19,16
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	137	1	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO; MODELO PREMIUM QUALITY. LÁTEX DE BORRACHA NATURAL. SUPERFÍCIE LISA. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM PÓ BIOABSORVÍVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES M.	MEDIX	50,00	19,19
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	138	1	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO; MODELO PREMIUM QUALITY. LÁTEX DE BORRACHA NATURAL. SUPERFÍCIE LISA. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. COM PÓ BIOABSORVÍVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES P	MEDIX	100,00	19,19
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	139	1	Mandril de Disco Mandril para Contra-ângulo; Produzido em aço inox; Tamanho: 25,mm; Autoclavável Compatível??com todos os contra-ângulos.	PREVEN	21,00	2,83
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	140	1	MANDRIL PARA CONTRA-ÂNGULO PARA DISCOS E SERRAS EM AÇO INOXIDÁVEL	PREVEN	10,00	2,79
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	141	1	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TRÊS CAMADAS DE P.(TECIDO-NÃO-TECIDO). CLIPE PARA AJUSTE NASAL EM METAL GALVANIZADO E REVESTIDO COM PLÁSTICO. COM EFICIÊNCIA EM FILTRAGEM BACTERIANA SUPERIOR A 96%, HIPOALERGÊNICAS, COM ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	MEDIX	100,00	4,48
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	142	1	MATERIAL PARA MUMIFICAÇÃO DA POLPA DENTAL, FORMOCRESOL FRASCO COM 10 ML.	BIODINAMICA	10,00	9,75
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	143	1	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL, CABO FLEXÍVEL: PERMITE CURVATURA PARA ALCANCE EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO; CERDAS NÃO ABSORVENTES: NÃO INTERAGE COM O PRODUTO E FACILITA SUA LIBERAÇÃO. EXTRA-FINO: BRANCO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	MICRODONT	10,00	9,10
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	144	1	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL, CABO FLEXÍVEL: PERMITE CURVATURA PARA ALCANCE EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO; CERDAS NÃO ABSORVENTES: NÃO INTERAGE COM O PRODUTO E FACILITA SUA LIBERAÇÃO. FINO: AZUL OU AMARELO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	MICRODONT	10,00	9,10

HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	145	1	MICRO APLICADOR DESCARTÁVEL, CABO FLEXÍVEL: PERMITE CURVATURA PARA ALCANCE EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO; CERDAS NÃO ABSORVENTES: NÃO INTERAGE COM O PRODUTO E FACILITA SUA LIBERAÇÃO. REGULAR: VERDE. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	MICRODONT	10,00	9,09
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	146	1	MICROMOTOR ACOPLAMENTO BORDEN INTRAMATIC. SPRAY INTERNO. ROTAÇÃO DE 5.000 A 20.000 RPM. ENCAIXE INTRAMATIC UNIVERSAL: FÁCIL MANUSEIO: PERMITE GIRO LIVRE DE 360º. BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135ºC.	kovodak	3,00	253,71
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	147	1	MONITOR DE PRESSÃO PARA PULSO, POSSUI 90 MEMÓRIAS COM DATA E HORA SENSOR DE POSICIONAMENTO ULTRA SILENCIOSO DETECTA ARRITMIA CARDÍACA INDICA NÍVEL DA PRESSÃO ARTERIAL DETECTA MOVIMENTO CORPORAL CALCULA A MÉDIA DAS 3 ÚLTIMAS LEITURAS INDICA A APLICAÇÃO CORRETA DA BRAÇADEIRA TECNOLOGIA INTELLISENSE 5 ANOS DE GARANTIA PILHAS: AAA X 2 DIMENSÕES: 4,4 X 3,8CM (A X L) PESO SEM BATERIA: 85G GRANTIA: 5 ANOS ITENS INCLUSOS: 01 MONITOR DE PRESSÃO ARTERIAL PARA PULSO AUTOMÁTICO 01 BRAÇADEIRA TAMANHO M 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES.	G-TECH	2,00	109,99
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	148	1	ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR ANTI-RISCO, CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E VISOR CURVO CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO, COM PONTE E APOIO NASAL INJETADOS DO MESMO MATERIAL E HASTES TIPO ESPÁTULA. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E SÃO FIXADAS ÀS EXTREMIDADES DO VISOR ATRAVÉS DE PARAFUSOS METÁLICOS. REFERÊNCIA SS2, TIPO LEOPARDO.	PF	9,00	3,02
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	149	1	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, O PAPEL POSSUI GRAMATURA MÍNIMA 60 G/M2, FILME PLÁSTICO COMPOSTO DE DUAS??CAMADAS POLIETILENO/POLIPROPILENO (GRAMATURA MÍNIMA 54 G/M2) UNIDAS COM ADESIVO ATÓXICO, É??PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL À MICROORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRE DE??NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, POSSUI ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME NA VISUALIZAÇÃO DO??MATERIAL EMBALADO, INDICADORES DE PROCESSO, ÁREA IMPRESSA COM TINTA??ESPECIAL, SENSÍVEL AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO QUE INDICA ATRAVÉS DE ALTERAÇÃO DA COR INICIAL QUE??O MATERIAL FOI SUBMETIDO, SELAGEM MULTILÍNEA TRIPLA QUE PROPORCIONA MAIOR SEGURANÇA AO??MATERIAL ESTERILIZADO. 10 CM X 100M.	HOSPFLEX	30,00	35,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	150	1	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, O PAPEL POSSUI GRAMATURA MÍNIMA 60 G/M2, FILME PLÁSTICO COMPOSTO DE DUAS CAMADAS POLIETILENO/POLIPROPILENO (GRAMATURA MÍNIMA 54 G/M2) UNIDAS COM ADESIVO ATÓXICO, É PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL À MICROORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRE DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, POSSUI ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME NA VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO, INDICADORES DE PROCESSO, ÁREA IMPRESSA COM TINTA ESPECIAL, SENSÍVEL AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO QUE INDICA ATRAVÉS DE ALTERAÇÃO DA COR INICIAL QUE O MATERIAL FOI SUBMETIDO, SELAGEM MULTILÍNEA TRIPLA QUE PROPORCIONA MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO. 20 CM X 100M.	HOSPFLEX	30,00	72,13
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	151	1	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, O PAPEL POSSUI GRAMATURA MÍNIMA 60 G/M2, FILME PLÁSTICO COMPOSTO DE DUAS CAMADAS POLIETILENO/POLIPROPILENO (GRAMATURA MÍNIMA 54 G/M2) UNIDAS COM ADESIVO ATÓXICO, É PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL À MICROORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRE DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, POSSUI ALTA TRANSPARÊNCIA DO FILME NA VISUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMBALADO, INDICADORES DE PROCESSO, ÁREA IMPRESSA COM TINTA ESPECIAL, SENSÍVEL AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO QUE INDICA ATRAVÉS DE ALTERAÇÃO DA COR INICIAL QUE O MATERIAL FOI SUBMETIDO, SELAGEM MULTILÍNEA TRIPLA QUE PROPORCIONA MAIOR SEGURANÇA AO MATERIAL ESTERILIZADO. TAMANHO 30CM X 100M.	HOSPFLEX	25,00	108,19
MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E	152	1	Paramonoclofenol Canforado Material para desinfecção de canal radicular. Ação bactericida	Biodinâmica	10,00	6,50

ODONTOLOGICOS EIRELI			de amplo espectro;??Composição: Clorofenol, Cânfora, Álcool Etílico 96º e Água Deionizada; Frasco 20 ml.			
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	153	1	Pasta Polimento Proporciona polimento de alto brilho. Auxilia na remoção de manchas de nicotina. Granulação??extrafina (1-2µm). Hidrossolúvel. Aromatizada. Composto em polietilenoglicol, diamante e aromatizante. Seringa??com 2 g.	PREVEN	6,00	26,61
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	154	1	PASTA PROFILÁTICA ABRASIVA, SEM ÓLEO, COM FLÚOR, SABOR TUTTI FRUTTI, 90 GRAMAS.	IODONTOSUL	15,00	3,86
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	155	1	PEÇA RETA PARA SER USADA COM MICRO MOTOR DE ENCAIXE BORDEN (2 FUROS); UTILIZA BROCAS PM DE 2,35MM – TROCA NO ANEL. SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA; SISTEMA DE ENCAIXE DA PEÇA RETA UNIVERSAL INTRA. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C; ACOPLAMENTO BORDEN; MÍNIMO DE 5.000 RPM - MÁXIMO DE 20.000 RPM. SISTEMA DE FIXAÇÃO DE BROCA DE GIRO DE ANEL. REFRIGERAÇÃO EXTERNA. TRANSMISSÃO 1:1.	kovodak	1,00	203,84
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	156	1	PEDRA POMES COM TAMPA FLIP TOP-PÓ EXTRAFINO. EMBALAGEM COM 100 GRAMAS.	AAF	5,00	3,73
MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI	157	1	Pincel pelo Marta Pincéis 100% pelo de Marta; Cabo de madeira com esferas; Design moderno e ergonômico;??Cerdas finas e selecionadas; Evita a formação de pontas duplas; Proporcionam excelente limpeza e acabamento??final sem danificar a cerâmica; Tamanhos Chato: 4A e 4B.	Kota	5,00	61,00
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	158	1	PINCEL PELO SINTETICO Nº 24 POSSUI CERDAS EM NYLON. DUAS EXTREMIDADES NO MESMO PINCEL, SENDO UMA ACHATADA E OUTRA FINA. ÓTIMA DURABILIDADE. FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ÓTIMO PARA ADEQUAÇÃO DE ESPESSURAS, POSICIONAMENTO, ANATOMIZAÇÃO, TEXTURIZAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E FINALIZAÇÕES. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE.	KOTA	3,00	191,99
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	159	1	PLACA DE VIDRO LISO E POLIDO. MEDIDAS 15X07X10MM.	DF	2,00	13,12
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	160	1	PÓ DE BICARBONATO COM ALTO GRAU DE PUREZA E EXTRAFINO (GRANULOMETRIA 125µM). EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	PREVEN	10,00	14,49
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	161	1	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA 1011 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	12,00	2,20
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	162	1	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA 1012 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	12,00	2,21
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	163	1	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA 1013 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	12,00	2,20
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	164	1	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA 1014 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	12,00	2,21
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	165	1	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA 1015 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	12,00	2,21
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	166	1	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA 1016 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	12,00	2,21
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	167	1	PONTA DIAMANTADA ESFÉRICA 1019 - PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRODONT	12,00	2,20
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	168	1	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM VIDEA-14 CM, AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	ABC	20,00	141,82
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	169	1	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE - EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	COOPERFLEX	10,00	22,89
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	170	1	POTE DAPPEN DE PLÁSTICO - COMPOSIÇÃO A BASE DE NYLON. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE A 137°C; POSSUI DUAS CAVIDADES PARA AS MANIPULAÇÕES; MEDIDAS: ALTURA: 3CM; CONCAVIDADE SUPERIOR 2,5 CM - CAPACIDADE MÁXIMA 3ML; CONCAVIDADE INFERIOR 2 CM - CAPACIDADE MÁXIMA 2ML; POSSUI 12 DIMENSÕES.	OGP	10,00	3,53
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	171	1	POTE DAPPEN DE VIDRO TRANSPARENTE	AV	10,00	2,79
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	172	1	PRENDEDOR DE BABADOR JACARÉ CORRENTE FABRICADO EM LATÃO CROMADO NÃO AUTOCLAVÁVEL.	MAQUIRA	5,00	5,05
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	173	1	PROTETOR PLÁSTICO PARA MICROMOTOR E SERINGA TRIPLICE, PACOTE COM 500 UNIDADES - SACOS PLÁSTICOS EM POLIETILENO 4X23 CM.	TOMAROZZI	5,00	66,29
DENTAL IPO LTDA	174	1	RESINA BULK FILL FLOW - COR: UNIVERSAL. CONSISTÊNCIA: FLUIDA. PREENCHIMENTO: ÚNICO DE 4MM. COMPOSIÇÃO: CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, UDMA, BISEMA, BISGMA, BENZOTRIAZOL, DIMETACRILATO SUBSTITUÍDA, TEGDMA,FLUORETO DE ITÉRBIO. ESSE NOVO CONCEITO BULK PERMITE A APLICAÇÃO EM INCREMENTO ÚNICO DE ATÉ 4 MM, AUMENTANDO A RAPIDEZ DO SEU TRABALHO E A SATISFAÇÃO DOS SEUS CLIENTES. COM MAIOR FLUIDEZ, ALTA RESISTÊNCIA E BAIXA CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO, PROPORCIONA CARACTERÍSTICAS ÚNICAS DE PRATICIDADE, RESISTÊNCIA E QUALIDADE. RAPIDEZ NO	FGM/Dentscare	26,00	107,95

			PROCEDIMENTO RESTAURADOR; BAIXA TENSÃO (STRESS) DE CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO; SIMPLIFICAÇÃO DA TÉCNICA (INCREMENTO ÚNICO DE 4MM): ECONOMIZANDO TEMPO E PASSOS; ELEVADAS PROPRIEDADES MECÂNICAS: RESISTÊNCIA À FLEXÃO, À COMPRESSÃO, AO DESGASTE E À TRAÇÃO DIAMETRAL; MENOR DEFLEXÃO DE CÚSPIDES; ALTA RADIOPACIDADE; RENDIMENTO: 10 A 20 RESTAURAÇÕES POSTERIORES. EMBALAGEM COM 1 SERINGA COM 2G + 10 PONTAS APLICADORAS.			
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	175	1	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOHÍBRIDA, FOTOPOLIMERIZÁVEL E EXTREMAMENTE ESTÉTICA USADA EM PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO DIRETA NAS REGIÕES ANTERIOR E POSTERIOR. INDICADA TAMBÉM PARA FACETAS DIRETAS E LENTES DE CONTATO. SERINGA COM 3G. COR B1 DENTINA. REFERÊNCIA: IPS EMPRESS DIRECT - IVOCLAR VIVADENT OU SIMILAR.	Ivocler	12,00	524,11
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	176	1	Resina cor A1B Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	177	1	Resina cor A1D Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	178	1	Resina cor A2B Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	179	1	Resina cor A2D Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	180	1	Resina cor A2E Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	181	1	Resina cor A3D Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS	182	1	Resina cor A3E Resina Nanohíbrida. Seringa com	ULTRADENT	12,00	58,99

ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME			4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.			
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	183	1	Resina cor B1B Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	184	1	Resina cor B2B Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	185	1	Resina cor B2E Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	186	1	Resina cor WD Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	187	1	Resina cor WE Resina Nanohíbrida. Seringa com 4g. Resina composta estética. Excelentes propriedades??mecânicas. Consistência que proporciona fácil manipulação e polimento. Ótima fluorescência, com naturalidade.??Consistência: Composta. Preenchimento: 2mm. Fotopolimerizável. Nanohíbrida, possui maior carga oferecendo??resistência e durabilidade, mesmo em incrementos muito finos. Composição: BisGMA, TEGDMA, Bis-EMA, UDMA.??Fórmula com zircônia e trifluoreto de yttérbio. Validade: 4 anos a partir da data de fabricação. Sugestão de marca:??Forma da Ultradent.	ULTRADENT	12,00	58,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	189	1	Resina Filtek P60 COR B2 Excelente acomodação do material na cavidade: mais fácil de esculpir e obter a anatomia??oclusal. - Facilita a reconstrução do ponto de contato em restaurações tipo Classe II. - Menor incidência de??sensibilidade pós-operatória e menor infiltração marginal, devido à menor contração de polimerização. -??Radiopaca. - Ótima resistência ao desgaste. - Carga em zircônia e sílica que garante elevadas propriedades??mecânicas. Utilizada para restaurar dentes posteriores. seringas de 4g	3M	12,00	299,70
DENTAL IPO LTDA	190	1	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL. CONSISTÊNCIA: COMPOSTA. COR A1B. PREENCHIMENTO: 2MM. COMPOSIÇÃO: BIS-GMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA, CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, SÍLICA TRATADA DE SILANO. RADIOPACA. TODAS AS PARTÍCULAS COM TAMANHO INFERIOR A 100 NANOMETROS. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. OPACIDADES E (ESMALTE), B (CORPO) E D (DENTINA) COM CARGA INORGÂNICA COM 63,3% EM	Ultradent	7,00	98,97

			VOLUME E 78,5% EM PESO. OPACIDADE T (TRANSLÚCIDA) COM CARGA INORGÂNICA COM 55,6% EM VOLUME E 72,5% EM PESO NAS CORES TRANSLÚCIDAS. RENDIMENTO: 30 RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES OU 20 DE POSTERIORES. REFERÊNCIA: FILTEK Z350 XT - 3M OU SIMILAR. SERINGA COM 4G.			
DENTAL IPO LTDA	191	1	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL. CONSISTÊNCIA: COMPOSTA. COR A2B. PREENCHIMENTO: 2MM. COMPOSIÇÃO: BIS-GMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA, CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, SÍLICA TRATADA DE SILANO. RADIOPACA. TODAS AS PARTÍCULAS COM TAMANHO INFERIOR A 100 NANOMETROS. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. OPACIDADES E (ESMALTE), B (CORPO) E D (DENTINA) COM CARGA INORGÂNICA COM 63,3% EM VOLUME E 78,5% EM PESO. OPACIDADE T (TRANSLÚCIDA) COM CARGA INORGÂNICA COM 55,6% EM VOLUME E 72,5% EM PESO NAS CORES TRANSLÚCIDAS. RENDIMENTO: 30 RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES OU 20 DE POSTERIORES. REFERÊNCIA: FILTEK Z350 XT - 3M OU SIMILAR. SERINGA COM 4G.	Ultradent	25,00	98,96
DENTAL IPO LTDA	192	1	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL. CONSISTÊNCIA: COMPOSTA. COR A3B. PREENCHIMENTO: 2MM. COMPOSIÇÃO: BIS-GMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA, CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, SÍLICA TRATADA DE SILANO. RADIOPACA. TODAS AS PARTÍCULAS COM TAMANHO INFERIOR A 100 NANOMETROS. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. OPACIDADES E (ESMALTE), B (CORPO) E D (DENTINA) COM CARGA INORGÂNICA COM 63,3% EM VOLUME E 78,5% EM PESO. OPACIDADE T (TRANSLÚCIDA) COM CARGA INORGÂNICA COM 55,6% EM VOLUME E 72,5% EM PESO NAS CORES TRANSLÚCIDAS. RENDIMENTO: 30 RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES OU 20 DE POSTERIORES. REFERÊNCIA: FILTEK Z350 XT - 3M OU SIMILAR. SERINGA COM 4G.	Ultradent	15,00	98,97
DENTAL IPO LTDA	193	1	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL. CONSISTÊNCIA: COMPOSTA. COR B2B. PREENCHIMENTO: 2MM. COMPOSIÇÃO: BIS-GMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA, CERÂMICA SILANIZADA TRATADA, SÍLICA TRATADA DE SILANO. RADIOPACA. TODAS AS PARTÍCULAS COM TAMANHO INFERIOR A 100 NANOMETROS. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA, TEGDMA, PEGDMA E BIS-EMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA. OPACIDADES E (ESMALTE), B (CORPO) E D (DENTINA) COM CARGA INORGÂNICA COM 63,3% EM VOLUME E 78,5% EM PESO. OPACIDADE T (TRANSLÚCIDA) COM CARGA INORGÂNICA COM 55,6% EM VOLUME E 72,5% EM PESO NAS CORES TRANSLÚCIDAS. RENDIMENTO: 30 RESTAURAÇÕES DE DENTES ANTERIORES OU 20 DE POSTERIORES. REFERÊNCIA: FILTEK Z350 XT - 3M OU SIMILAR. SERINGA COM 4G.	Ultradent	10,00	70,00
FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	194	1	RESINA MICROHÍBRIDA FLOW COR A2 - CONSISTÊNCIA: FLUIDA. PREENCHIMENTO: 2MM. COMPOSIÇÃO: BÁRIO-ALUMINO SILICATO, DIÓXIDO DE SILÍCIO NANOPARTICULADO, TEGDMA, BIS(EMA), BIS(GMA)], CANFORQUINONA, COINICIADORES, CONSERVANTES E PIGMENTOS. FÁCIL APLICAÇÃO EM CAVIDADES DE DIFÍCIL ACESSO. NÃO ESCORRE DO LOCAL ONDE É APLICADO. PODE SER EMPREGADA COMO LINER (FORRAMENTO) EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. MAIOR TEOR DE CARGA DO MERCADO: 72% COM TAMANHO DE PARTÍCULAS DE 0,05 A 5µ. CONTRAÇÃO DE POLIMERIZAÇÃO SEMELHANTE ÀS RESINAS COMPOSTAS. ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA. SUA BAIXA VISCOSIDADE PERMITE PREENCHER CAVIDADES COM ELEVADA RUGOSIDADE E DE DIFÍCIL ACESSO COMO AQUELAS EM FORMA DE TÚNEL. PODE SER EMPREGADA COMO LINER (FORRAMENTO) EM DENTES POSTERIORES. NÃO ESCORRE. A RESINA FLUI COM FACILIDADE, MAS AO CESSAR A FORÇA APLICADA, A RESINA MANTÉM-SE ESTÁTICA. SERINGA COM 2G.	FGM	25,00	12,90
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	195	1	Resina Opacificadora de Coloração	FGM	5,00	207,97

HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	196	1	REVELADOR RADIOGRAFIA COMPOSIÇÃO REVELADOR RADIOLÓGICO, TIPO SOLUÇÃO AQUOSA PRONTA PARA??USO, APLICAÇÃO PARA PROCESSAMENTO MANUAL. APRESENTAÇÃO: FRASCO 475 ML. EMBALAGEM CONTENDO??IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA	AAF	4,00	13,72
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	197	1	ROLO DENTAL NÚMERO 1 EM FORMATO CILÍNDRICO ISENTO DE AMIDO E CLORO, CONFECCIONADAS COM FIBRAS 100% ALGODÃO. PACOTE COM 100 UNIDADES - 32 GRAMAS CADA.	CREMER	50,00	7,19
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	198	1	ROLO DENTAL NÚMERO 2 EM FORMATO CILÍNDRICO ISENTO DE AMIDO E CLORO, CONFECCIONADAS COM FIBRAS 100% ALGODÃO. PACOTE COM 100 UNIDADES - 32 GRAMAS CADA.	CREMER	15,00	7,19
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	199	1	SELADORA DE MESA COM GUILHOTINA, RESISTÊNCIA PTC BLINDADA COM CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA. BIVOLT AUTOMÁTICO (110-240V). SISTEMA INTEGRADO DE CORTE EM AMBAS AS DIREÇÕES. ACIONAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA COM TRAVA. SISTEMA MICROCONTROLADO PARA MAIOR PRECISÃO NO TEMPO DE SELAGEM. SISTEMA DE AVISOS COM LED'S INDICATIVOS E BIPS SONOROS, NO TECLADO DE MEMBRANA. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE INATIVIDADE POR 60 MINUTOS. POTÊNCIA: 80 W. ÁREA DE SELAGEM (COMPRIMENTO): 30 CM. ESPESSURA DE SELAGEM: 12 MM. COMPACTA, DIMENSÕES (L X A X P): 44,2 X 12,5 X 30,5 CM. MEDIDAS EMBALAGEM (L X A X P): 45,0 X 12,5 X 31,0 CM. GARANTIA: 2 ANOS.	VH	1,00	334,79
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	200	1	SELANTE DE FÓSSULAS E FISSURAS, COM FLÚOR, EM SERINGA (PRONTO PARA APLICAÇÃO) TRANSPARENTE. POSSUI CARGA INORGÂNICA (50% DE VIDRO DE BÁRIO). EXCELENTE VISCOSIDADE. PIGMENTO TERMOCRÔMICO. RESISTENTE À ABRASÃO.	SSWHITE	10,00	17,91
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	201	1	SERINGA CARPULE COM REFLUXO, EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL.	GOLGRAN	20,00	63,91
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	202	1	SERINGA HIPODÉRMICA COM AGULHA - 10ML, BICO LATERAL LUER LOCK. CONFECCIONADAS EM PROLIPROPILENO ESPECIALMENTE DESENVOLVIMENTO PARA AS SERINGAS BD, PROPORCIONANDO MAIOR TRANSPARÊNCIA. MELHOR LEITURA NA DOSAGEM ATRAVÉS DE STOPPER MAIS FINO. ÊMBOLO NÃO SE DESPRENDE DO CILINDRO DEVIDO AO ESPECIAL ANEL DE RETENÇÃO. PRODUTO ESTÉRIL EMBALADO UNITARIAMENTE. O BICO LUER-LOCK (ROSCA DUPLA) IMPEDE QUE A AGULHA SE DESPRENDA ACIDENTALMENTE DA SERINGA.	MEDIX	100,00	0,74
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	203	1	SERINGA HIPODÉRMICA COM AGULHA - 5ML, BICO LATERAL LUER LOCK. CONFECCIONADAS EM PROLIPROPILENO ESPECIALMENTE DESENVOLVIMENTO PARA AS SERINGAS BD, PROPORCIONANDO MAIOR TRANSPARÊNCIA. MELHOR LEITURA NA DOSAGEM ATRAVÉS DE STOPPER MAIS FINO. ÊMBOLO NÃO SE DESPRENDE DO CILINDRO DEVIDO AO ESPECIAL ANEL DE RETENÇÃO. PRODUTO ESTÉRIL EMBALADO UNITARIAMENTE. O BICO LUER-LOCK (ROSCA DUPLA) IMPEDE QUE A AGULHA SE DESPRENDA ACIDENTALMENTE DA SERINGA.	MEDIX	50,00	1,00
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	204	1	SISTEMA ADESIVO DE FRASCO ÚNICO (5ª GERAÇÃO) FOTOPOLIMERIZÁVEL COM EXCELENTE ADESÃO AO ESMALTE E À DENTINA. PRATICIDADE: PRIMER E ADESIVO NUM SÓ FRASCO. SOLVENTE DE ÁGUA E ÁLCOOL: NÃO EVAPORA COMO A ACETONA, O QUE FAZ COM QUE O ADESIVO APRESENTE A MESMA PERFORMANCE DA PRIMEIRA ATÉ A ÚLTIMA GOTA DO FRASCO. POSSUI A TAMPA FLIP-TOP, QUE EVITA O DESPERDÍCIO E A EVAPORAÇÃO DO SOLVENTE. POSSUI ELEVADO RENDIMENTO (FRASCO COM 6 G RENDE ATÉ 280 GOTAS, COM O RENDIMENTO DE ATÉ 280 RESTAURAÇÕES) E MENOR SENSIBILIDADE TÉCNICA E PÓS-OPERATÓRIA. CONTÉM 10% EM PESO DE CARGA NANOPARTICULADA: PROPICIA ELEVADA RESISTÊNCIA DE UNIÃO E NÃO PRECISA AGITAR O FRASCO ANTES DE USAR. FRASCO LARANJA: PERMITE O CONTROLE DE ESTOQUE. FRASCO COM 6 GRAMAS.	3M	25,00	170,94
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	205	1	SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1%. FRASCO DE 1 LITRO.	CICLO FARMA	15,00	5,48
HORTOPLUS PRODUTOS	206	1	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA EM GEL,	ULTRADENT	16,00	65,89

ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME			COMPOSIÇÃO: AGENTE ATIVO: CLORETO DE ALUMÍNIO A 25%. AGENTES INATIVOS: ÁGUA DEIONIZADA, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, ESPESSANTE E UMECTANTE. EMBALGEM COM GEL DE 2,5G + 5 PONTEIRAS.			
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	207	1	SOLUÇÃO OTOLÓGICA COM HIDROCORTISONA 10MG SULFATO DE NEOMICINA 5MG, SULFATO DE POLIMIXINA B??10000UI. FRASCO COM 10ML	MELORA	3,00	13,05
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	208	1	SORO FISIOLÓGICO 0,9% SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA; EMBALAGEM EM POLIPROPILENO; TRANSPARENTE; ALÇA GIRATÓRIA 360º E RETRÁTIL; LACRE DE SEGURANÇA METÁLICO; UM BICO COM DUAS ENTRADAS, QUE FACILITAM A INSERÇÃO DE MEDICAMENTOS. FRASCO DE 500 ML.	JP FARMA	30,00	10,78
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	209	1	SUGADOR CIRÚRGICO METÁLICO PRODUZIDO EM LIGA DE METAL CROMADO. TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL.	COOPERFLEX	16,00	18,54
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	210	1	SUGADOR DESCARTÁVEL - MATERIAL: PVC ATÓXICO. FIO DE COBRE INTERNO QUE EVITA O EFEITO MEMÓRIA. FABRICADO E EMBALADO AUTOMATICAMENTE SEM CONTATO MANUAL. TUBO COLORIDO E PONTEIRA TRANSPARENTE. COR: AMARELO. EMBALAGEM COM 40 UNIDADES.	MAX CLEAN	150,00	6,98
GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	211	1	SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL, ATÓXICO. COLORIDO. EMBALAGEM COM 20 UNIDADES.	WA	12,00	13,70
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	212	1	TAÇA DE BORRACHA PARA PROFILAXIA (NORMAL E CÔNICA)	MICRODONT	16,00	1,49
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	213	1	TESOURA CIRÚRGICA ÍRIS RETA 11 CM EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	ABC	20,00	19,93
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	214	1	TESOURA SPENCER 13CM EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	ABC	20,00	30,49
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	215	1	TESTE DE VITALIDADE A BASE DE ÁGUA EM SPRAY COM PONTA??PRECISA PARA APLICAÇÃO. FRASCO DE 200 ML. TEMPERATURA -50°C.	IODONTOSUL	5,00	29,99
BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI	216	1	TIRA DE LIXA DE AÇO, SÃO FLEXÍVEIS E SE ADAPTAM AO CONTORNO DAS REGIÕES PROXIMAIS PARA QUALQUER TIPO DE MATERIAL. DIAMANTES NATURAIS POSSUEM MAIOR DURABILIDADE E UM CORTE MACIO. CENTRO NEUTRO FACILITA A INSERÇÃO ENTRE OS DENTES. AUTOCLAVÁVEL. FABRICADAS EM AÇO INOX. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES DE 4MM.	AF DO BRASIL	40,00	5,16
BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI	217	1	TIRA DE LIXA DE AÇO, SÃO FLEXÍVEIS E SE ADAPTAM AO CONTORNO DAS REGIÕES PROXIMAIS PARA QUALQUER TIPO DE MATERIAL. DIAMANTES NATURAIS POSSUEM MAIOR DURABILIDADE E UM CORTE MACIO. CENTRO NEUTRO FACILITA A INSERÇÃO ENTRE OS DENTES. AUTOCLAVÁVEL. FABRICADAS EM AÇO INOX. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES DE 6MM.	AF DO BRASIL	40,00	6,24
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	218	1	TIRA DE LIXA DENTAL SOF-LEX 4 MM X 170 MM GRANULAÇÃO MÉDIO/GROSSA. ABRASIVO À BASE DE ÓXIDO DE??ALUMÍNIO E COSTADO DE POLIÉSTER. CADA TIRA POSSUI UM CENTRO NEUTRO (SEM ABRASIVO). CAIXA COM 50??UNIDADES.	IODONTOSUL	35,00	18,89
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	219	1	TIRA DE POLIÉSTER PRÉ-CORTADA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES PRÉ-CORTADAS, NO TAMANHO 0,05 X 10 X 100 MM.	KDENT	5,00	1,59
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	220	1	TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO DUPLO. GRAMATURA 12. COR BRANCA. PRODUZIDAS A PARTIR DE POLIPROPILENO/TECIDO NÃO TECIDO (TNT) PACOTE COM 100 UNIDADES.	SSPLUS	30,00	6,15
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	221	1	TRICRESOL FORMALINA, ANTISSÉPTICO DESINFETANTE PARA CANAIS RADICULARES COMPOSIÇÃO??FORMALDEÍDO, O-CRESOL, ÁLCOOL ETÍLICO 96º E ÁGUA PURIFICADA. FRASCO COM 10 ML	BIODINAMICA	6,00	9,19
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	222	1	Tricresol Material para desinfecção de canal radicular. O produto é um antisséptico, desinfetante para canais??radiculares, que alia as propriedades do formaldeído com orto-Cresol. Alto teor de pureza, garantindo assim, a??eficácia máxima do produto	BIODINAMICA	12,00	8,87
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	223	1	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO PRESSÃO DE ACIONAMENTO: 220 KPA. * VIBRAÇÃO ELÍPTICA DE 6.000HZ. * CONSUMO DE AR: 24-30 L/MIN. * AGULHA DE LIMPEZA. * HASTE DE LIMPEZA. * A PONTEIRA POSSUI GIRO DE 360º. * PESO APROX. 190 G. * PEÇA DE MÃO NÃO DEVE SER SUBMERSA EM BANHOS DE DESINFECÇÃO. * BIVOLT. * 1 ANO DE GARANTIA.SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO SONICBORDEN 2000N KAVO	DENTFLEX	3,00	1.078,08

HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	224	1	Umificador de Resina - Resina Modeladora, Fotopolimerizável. Excelente viscosidade. Atua como umectante para??proporcionar uma melhor esculpibilidade da resina composta. Proporciona fácil adaptação e manipulação da??resina. Não interfere na polimerização do material. Não possui solvente. Não altera a cor da resina. Seringa com??1,2 ml.	ULTRADENT	5,00	164,88
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	225	1	VASELINA SÓLIDA EMBALAGEM COM 90G.	AAF	5,00	7,75
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	226	1	VERNIZ COM FLÚOR, CONTÉM 5% DE FLUORETO DE SÓDIO, LIBERA FLUORETOS, PRODUZ FLUORETO DE CÁLCIO E FLUORAPATITA. 1 FRASCO DE 10ML DE FLUORNIZ E 10 ML DE SOLVENTE	SSWHITE	15,00	20,99
HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME	227	1	ALAVANCA APEXO 301 CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL COM CABO OCO DE CHAPA. AUTOCLAVÁVEL. PARA ADULTOS	GOLGRAN	18,00	51,89

Reserva do Iguaçu/PR, 18 de novembro de 2025

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:A8D198F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2025

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº 7.802/2025, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 056/2025, que tem por objeto a "Contratação de empresa por meio de pregão Eletrônico no sistema de Registro de Preços, para atender as necessidades do Departamento de Vigilância em Saúde em relação em relação a equipamentos e materiais a serem utilizados em ações de campo." leva ao conhecimento dos interessados os licitantes declarados vencedores para os itens, conforme abaixo relacionados:

Empresas vencedoras:

58.089.415 PATRICIA CAVELAGNA para o lote 1

ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA para o lote 2

COMPLEMENTARE COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA para os lotes 3, 5, 14 e 15

SANCOMAR COMERCIAL LTDA – ME para o lote 4

TATA COM. DE EQUIP. PARA SAÚDE, ODONTO MÉDICO LTDA ME para o lote 7

EXXITUS COMERCIO ATACADISTA, VAREJISTA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA para os lotes 9 e 11

SC COMERCIAL EIRELI para o lote 17

Os lotes 6, 8, 10, 12 e 16 restaram como DESERTOS

O lote 13 restou como FRACASSADO

Lote	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
1	ARMADILHA PARA CAPTURA DE MOSQUITOS	UN	CONF TERMO DE REF	2	R$ 379,99	R$ 759,98
2	BOLSA EM CURVIN COM ALÇA DE OMBRO E MÃO	UN	Própria	300	R$ 40,00	R$ 12.000,00

3	CAMBÃO RETRÁTIL	UN	conf edital	2	R$ 200,00	R$ 400,00
4	COLORÍMETRO PORTÁTIL	UN	AKSO	3	R$ 2.582,90	R$ 7.748,70
5	FITA DE INTERDIÇÃO	UN	CONF EDITAL	5	R$ 15,67	R$ 78,35
7	KIT FANTASIAS - ZÉ GOTINHA E MARIA GOTINHA	KIT	ze gotinha	1	R$ 11.000,00	R$ 11.000,00
9	KIT COMPLETO DE ARMADILHA OVITRAMPA	UN	PRÓPRIA	200	R$ 3,50	R$ 700,00
11	PALHETAS DE EUCATEX	UN	PRÓPRIA	2000	R$ 0,49	R$ 980,00
14	TERMOMETRO DIGITAL	UN	conf edital	4	R$ 340,00	R$ 1.360,00
15	TRENA A LASER	UN	CONF EDITAL	1	R$ 140,00	R$ 140,00
17	TURBIDIMETRO	UN	DELAB	1	R$ 3.320,00	R$ 3.320,00
						R$ 38.487,03

Valor Máximo para a contratação R$ 38.487,03 (Trinta e oito mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e três centavos)

Vistas do processo poderão ser obtidas perante o próprio Pregoeiro/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Rio Branco do Sul, 18 de Novembro de 2025

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO

Pregoeiro

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:7851428F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 142/2025

Processo de Remoção 2025/2026

A Prefeitura Municipal de Rio Negro, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, dando cumprimento ao disposto nos artigos 83 e 84 da Lei Municipal nº 2007, de 29 de abril de 2010, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos profissionais pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério, o presente edital com o Resultado das Inscrições no Processo de Remoção para o ano letivo de 2026, regido pelo Edital nº 135, de 11 de novembro de 2025.

Ordem para escolha	**Professor**	**Data admissão**	**Unidade Escolar que está**	**1ª opção Remanejamento**	**2ª opção Remanejamento**
1.	Carla Gisele Grabas	12/03/2008	EM Ricardo Nentwig	EM Venceslau Muniz	_____
2.	Adriana da S. Pinto	10/03/2009	EM João Braz	EM Ana Zornig	EM Ricardo Nentwig
3.	Josiane V. Prestes	16/12/2010	EM Nossa Senhora	EM Celso Catalan	EM Ricardo Nentwig
4.	Sandra Ap. M. Siqueira	01/02/2011	EM Venceslau Muniz	EM Ana Zornig	_____
5.	Gisele da V. C. B. De Lima	01/03/2012	EM Mathias Bohn	CMEI Tia Fani	CMEI Tia Fani
6.	Marilene Piaz	16/04/2012	EM Eraldo Plautz	CMEI Agostinho Paizani	CMEI Tia Fani
7.	Marcela Dolinski	27/04/2012	EM João da Silva	EM Celso Catalan	_____
8.	Alessandra Mª Pasdiora	21/07/2015	EM Ricardo Nentwig	EM Ana Zornig	_____
9.	Juliane Ferreira	04/08/2015	EM Ricardo Nentwig	EM João da Silva	EM Mathias Bohn
10.	Elena Rodrigues	21/07/2018	EM Olavo Bilac	EM Ana Zornig	EM Ricardo Nentwig

Professor Concurso Específico Áreas

Ordem para escolha	Professor	Data admissão	Unidade Escolar que está	1ª opção Remanejamento	2ª opção Remanejamento
1.	Kelvin Schafacheck	18/10/2019 ED FÍSICA	EM José de Lima		
2.	Gisele Scru Fuchs	12/02/2019 INGLÊS	EM Ricardo Nentwig (5AULAS)	EM Celso Catalan	_____

Convocamos os candidatos acima listados, a comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, localizado na Prefeitura de Rio Negro, no Bairro Seminário, no dia **25/11/2025, às 9 horas** para a escolha das vagas.

Rio Negro, 18 de novembro de 2025.

VERA MARIA PFEFFER SCHELBAUER

Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:EA483D12

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 401/2025 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 196/20

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de sondagem a percussão em obra a ser executada em terrenos neste município.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	8,00	SRV	SONDAGEM SPT DO SOLO SONDAGEM SPT DO SOLO sondagem a percussão, tipo SPT, para terreno localizado no município de Rio Negro/PR. Sendo 08 furos apresentar tipo de cada camada até a profundidade de 5 metros, com marcação de altura do nível freático quando este ocorrer: 5 Furos Local: Terreno do município localizado na Rua José Hirt (coordenadas 623753.06 m E; 7114936.73 m S); 1 Furo Local: Terreno do município localizado na Rua José Hirt (coordenadas 623726.16 m E; 7114799.10 m S); 1 Furo Local: Terreno do município localizado na Rua Boleslau Paluch (coordenadas 620822.34 m E; 7113233.50 m S); e 1 Furo Local: Terreno do município localizado na Rua João Theodoro(coordenadas 621777.07 m E; 7114868.94 m S);	750,00	ENGEOPER TECNOLOGIA DE CONCRETO, MATERIAIS E SOLOS LTDA
2	3,00	SRV	SONDAGEM SPT DO SOLO SONDAGEM SPT do solo sondagem a percussão, tipo SPT, até o impenetrável ou 15 metros, para obra a ser executada em terreno localizado no município de Rio Negro/PR. Sendo 03 furos com profundidade de 15 metros ou impenetrável cada, seguindo norma.Local: Terreno do município localizado na Rua Nicolau Valério (coordenadas 620482.65 m E; 7111610.25 m S).	1.600,00	ENGEOPER TECNOLOGIA DE CONCRETO, MATERIAIS E SOLOS LTDA

Rio Negro, 18 de novembro de 2025 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –

Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:F11FCEF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024 - CONVOCAÇÃO Nº 155/2025

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO Nº 155/2025

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo I para Protocolo de Exames Médicos, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

DA PERÍCIA ADMISSIONAL OFICIAL

Para realização da Perícia Admissional Oficial, o candidato deverá comparecer, IMPRETERIVELMENTE, na data e horário também indicados no Anexo I, na empresa Aptus Medicina do Trabalho, localizada na Rua Monteiro Lobato nº 563 sala A – Centro – Rolândia/PR, com todos os EXAMES ADMISSIONAIS arrolados no Anexo III. As despesas dos respectivos exames admissionais ocorrerão às expensas do candidato.

A data e o horário determinados para a realização da Perícia Admissional Oficial não poderão ser alterados a critério do candidato, sendo realizado por ordem de chegada.

Para a avaliação médica, o candidato deverá apresentar-se munido de documento de identidade original.

O não comparecimento no período marcado para a Avaliação Clínica ou a não apresentação de todos os Exames Gerais Obrigatórios descritos no anexo II desta Convocação importará na eliminação do Candidato do Concurso.

Será considerado apto o candidato que não apresentar quaisquer alterações patológicas que o contraindiquem ao desempenho do cargo/função para o qual se inscreveu.

Dúvidas acerca da Perícia Admissional poderão ser sanadas por meio do telefone (43) 3255-8664, das 12:00 às 18:00h, ou pelo e-mail rh@rolandia.pr.gov.br

ANEXOS

Anexo I – Relação de Candidatos Convocados;

Anexo II – Ficha de Informações Para Exame Pré-admissional;

Anexo III - Relação de Exames Médicos;

Rolândia, 17 de Novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO

Prefeito Municipal

Anexo I da Convocação nº 155/2025 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

Cargo: TGM-C Agente de Trânsito

CLASSIFICAÇÃO FINAL	INSCRIÇÃO	Nome candidato	Data	Horário
17	014.703.227-28	MARINA AKEMY KAMITA	17/12/25	14:30
18	014.703.278-87	ADRIANO RIBEIRO DOS SANTOS	17/12/25	14:30
19	014.703.178-09	JONAS PEREIRA DE SOUZA	17/12/25	14:30
20	014.703.291-10	HELIO RUBENS GOMES LUZ	17/12/25	14:30

* Candidatos concorrentes às vagas reservadas conforme itens 6 e 8 do Edital 001/2024.

[1] Pessoa com Deficiência - PCD

[2] Negros

Anexo II da Convocação nº 155/2025 – FICHA DE INFORMAÇÕES PARA EXAME PRÉ-ADMISSIONAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE

(Deverá ser preenchido pelo candidato com letra legível)

Eu,_, portador do CPF n.º __e RG n.º_, candidato(a) ao ingresso no Serviço Público Municipal, declaro que todas as informações por mim preenchidas na Ficha de Informações Cadastrais, no Questionário Para Identificação de Indivíduos com Epilepsia e no Questionário Para Exame Médico Admissional, são verdadeiras, corretas e completas.

Declaro ter conhecimento de que qualquer fato informado incorretamente ou omissão cometida no preenchimento das respostas dos quesitos, poderá me imputar sanções legais ou penalidades jurídicas, já que fazem parte do conjunto de elementos que compõem a avaliação de meu estado de saúde.

Declaro estar ciente de que devo comparecer ao local indicado para perícia pré-admissional com antecedência mínima de 15 minutos.

Declaro estar ciente da data e horário do exame pré-admissional, sendo que o não comparecimento na data e horário agendados portando **todos** os exames indicados na convocação implicará em comunicação oficial de ausência e resultará na imediata desclassificação do (a) candidato (a).

Data:___/____/____.

Assinatura do Candidato

QUESTIONÁRIO MÉDICO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA-CONFIDENCIAL

Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir.

Perguntas relacionadas a própria saúde	SIM	NÃO

01	Você tem ou teve crises (ataques, acesso, convulsão) na qual perde a consciência e cai subitamente? E na sua família, alguém tem?	**( )**	**( )**
02	Você tem ou teve crises em que perde o contato com a realidade (meio) e fica como se estivesse Fora do ar? E na sua família, alguém tem?	**( )**	**( )**
03	Você tem ou teve crises na qual tem repuxões incontroláveis em braços, pernas, na boca ou vira a Cabeça para o lado? E na sua família, alguém tem?	**( )**	**( )**
04	Você tem ou teve crises de desmaio e que ao acordar nota que fez xixi ou cocô na roupa sem perceber? E na sua família, alguém tem?	**( )**	**( )**
05	Você tem ou teve crises na qual sente sensação ruim de "fundeza" ou bola na "boca do estômago"e que sobe até a garganta e em seguida sai fora do ar, e depois dizem que você ficou mexendo em algo com as mãos ou mastigando ou olhando para algo distante? E na sua família, alguém tem Essas crises?	**( )**	**( )**
06	Algum médico ou profissional de saúde ou mesmo familiares já lhe disse que você tem ou teve convulsão febril na infância; ou durante alguma doença grave qualquer? E na sua família, alguém teve este problema?	**( )**	**( )**
07	Você tem rápidos abalos tipo "choque" nos braços (as coisas caem da mão) ou pernas, com ou sem queda, principalmente pela manhã?	**( )**	**( )**
08	Há alguém na sua família com epilepsia?	**( )**	**( )**

Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato: _____

Assinatura: Rolândia,___/___/____

QUESTIONÁRIO PARA EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL CONFIDENCIAL

Assinale a resposta para as perguntas apresentadas a seguir. Se tiver dúvidas, deixe a resposta em branco e pergunte ao médico na ocasião da sua perícia.

Perguntas relacionadas a própria saúde		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
01	Usa óculos por indicação médica?	**( )**	**( )**	**( )**
02	Tem dificuldade para enxergar?	**( )**	**( )**	**( )**
03	Tem ou já teve alguma inflamação ou doença em seus olhos?	**( )**	**( )**	**( )**
04	Tem sua audição diminuída em um ou ambos os ouvidos?	**( )**	**( )**	**( )**
05	Teve alguma doença nos ouvidos (infecções, zumbidos, etc.)?	**( )**	**( )**	**( )**
06	Tem dores de cabeça frequentes?	**( )**	**( )**	**( )**
07	Tem ou teve tonturas?	**( )**	**( )**	**( )**
08	Ficou alguma vez "sem sentido"(desmaiou?)	**( )**	**( )**	**( )**
09	Teve alguma parte do corpo paralisada?	**( )**	**( )**	**( )**
10	Sua pele tem alguma anormalidade?	**( )**	**( )**	**( )**
11	Sua pele tem alguma doença crônica?	**( )**	**( )**	**( )**
12	Tem alergias ou intolerâncias (alimentos, fatores ambientais, substâncias, etc.)	**( )**	**( )**	**( )**
13	Tossiu ou cuspiu sangue alguma vez?	**( )**	**( )**	**( )**
14	Tem ou teve alguma doença pulmonar (do pulmão)?	**( )**	**( )**	**( )**
15	Sente falta de ar?	**( )**	**( )**	**( )**
16	Tem pressão alta/hipertensão arterial?	**( )**	**( )**	**( )**
17	Seu coração, às vezes, bate mais rápido ou teve alguma doença do coração?	**( )**	**( )**	**( )**
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Perguntas relacionada a própria saúde		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
18	Possui alguma deficiência, limitação ou deformidade física?	**( )**	**( )**	**( )**
Se sim, quais?				
19	Tem tido inchaço (edema) nas pernas?	**( )**	**( )**	**( )**
20	Tem ou teve problemas de hemorroidas ou varizes?	**( )**	**( )**	**( )**
21	Seus dentes necessitam de tratamento?	**( )**	**( )**	**( )**
22	Tem problemas intestinais ou estomacais?	**( )**	**( )**	**( )**
23	Eliminou sangue nas suas fezes?	**( )**	**( )**	**( )**
24	Sua pele já ficou totalmente amarelada (icterícia)?	**( )**	**( )**	**( )**
25	Tem ou teve algum problema de rins ou bexiga?	**( )**	**( )**	**( )**
26	Perdeu alguma vez sangue ou proteínas pela urina?	**( )**	**( )**	**( )**
27	Tem ou teve doenças sexualmente transmissíveis?	**( )**	**( )**	**( )**
28	Tem dores ou outros problemas na sua coluna vertebral?	**( )**	**( )**	**( )**
29	Tem habitualmente dores nas juntas?	**( )**	**( )**	**( )**
30	As suas juntas as vezes ficam inchadas?	**( )**	**( )**	**( )**
31	Engordou ou emagreceu mais de 5 quilos nos últimos 6 meses?	**( )**	**( )**	**( )**
32	Tem ou já teve problemas com peso inadequado?	**( )**	**( )**	**( )**
33	Foi tratado(a) de algum câncer ou tumor?	**( )**	**( )**	**( )**
34	Foi operado(a)? (fez alguma cirurgia)–inclusive cesárea.	**( )**	**( )**	**( )**
Se sim, qual?				
35	Teve alguma ferida séria?	**( )**	**( )**	**( )**
36	Sofreu algum acidente em que se machucou?	**( )**	**( )**	**( )**
37	Quebrou, trincou ou deslocou algum osso?	**( )**	**( )**	**( )**
38	Faz ou fez uso de cigarro? (mesmo eventual)	**( )**	**( )**	**( )**
39	Faz ou fez uso de bebidas alcoólicas? (mesmo eventual)	**( )**	**( )**	**( )**
40	Faz ou já fez uso de outras drogas? (mesmo eventual)	**( )**	**( )**	**( )**
41	Tem ou teve insônia ou dificuldade para dormir?	**( )**	**( )**	**( )**
42	Tem se sentido muito nervoso(a)?	**( )**	**( )**	**( )**
43	Já fez ou está fazendo acompanhamento psiquiátrico ou psicológico?	**( )**	**( )**	**( )**

44	Faz ou já fez uso de medicações calmantes, para dormir, para ansiedade ou depressão?	( )	( )	( )
45	Tem intranquilidade no lar?	( )	( )	( )
46	Esteve internado em hospital/Clínicas?	( )	( )	( )
47	Já recebeu transfusões sanguíneas?	( )	( )	( )
48	No momento está fazendo algum tratamento médico?	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
49	Faz ou tem feito uso habitual de algum medicamento?	( )	( )	( )
Se sim, qual?				
50	Faz atividades físicas, esportivas e/ou de lazer?	( )	( )	( )
Se sim, quais e com que frequência?				
51	Tem ou teve algum distúrbio da voz ou rouquidão? Fez ou faz tratamento?	( )	( )	( )
52	Esteve em consulta médica nos últimos 12 meses?	( )	( )	( )
Quais especialidades?				
53	Faz acompanhamento médico regular?	( )	( )	( )
Se sim, quais e/ou porquê?				
Você é ou foi portador de algumadas doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
54	Colesterol alto?	( )	( )	( )
55	Doença cardíaca/ docoração?	( )	( )	( )
56	Asma?	( )	( )	( )
57	Rinite?	( )	( )	( )
58	Tuberculose?	( )	( )	( )
59	Bronquite?	( )	( )	( )
60	Doenças do fígado(hepatite,cirrose ou outras)?	( )	( )	( )
61	Refluxo gastresofágico ou gastrite?	( )	( )	( )
62	Algum tipo de hérnia?	( )	( )	( )
63	Doença do pâncreas?	( )	( )	( )
64	Diabetes/açúcar alto no sangue?	( )	( )	( )
65	Doença dos Rins (cálculos,infecções,cólica,etc.)?	( )	( )	( )
Nome legível do candidato:		**Rubrica:**		

Você é ou foi portador de alguma das doenças abaixo:		**SIM**	**NÃO**	**NÃO SEI**
66	Reumatismo?	( )	( )	( )
67	Tendinite e/ou bursite?	( )	( )	( )
68	Lúpus e/ou psoríase?	( )	( )	( )
69	Doença de Parkinson?	( )	( )	( )
70	Esquizofrenia?	( )	( )	( )
71	Problemas hormonais(tireoide,entre outros)?	( )	( )	( )
72	Doenças do sangue e/ou da coagulação?	( )	( )	( )
73	Outras doenças não mencionadas?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				

Antecedentes Familiares–Seus familiares diretos têm ou tiveram alguma das doenças abaixo:									
Doença		**Sim**	**Não**	**Parentesco**	**Doença**		**Sim**	**Não**	**Parentesco**
74	Diabetes	( )	( )		**81**	Cardiopatia	( )	( )	
75	Hipertensão	( )	( )		**82**	Câncer	( )	( )	
76	Distúrbiomental	( )	( )		**83**	Surdez	( )	( )	
77	Alcoolismo	( )	( )		**84**	Tuberculose	( )	( )	
78	Asma	( )	( )		**85**	Alergia	( )	( )	
79	Parkinson	( )	( )		**86**	Artrose/Artrite	( )	( )	
80	Esquizofrenia	( )	( )		**87**	AVC/ derrame	( )	( )	

Perguntas relacionadas aos antecedentes ocupacionais		**SIM**	**NÃO**	**NÃOSEI**
88	Já trabalhou em local insalubre?	( )	( )	( )
89	Já sofreu algum acidente de trabalho?	( )	( )	( )
90	Já sofreu alguma doença do trabalho ou doença profissional?	( )	( )	( )
91	Já esteve afastado(a) por doença relacionada ao trabalho?	( )	( )	( )
Se sim, quando, por qual doença e por quanto tempo?				
92	Já esteve submetido a riscos ocupacionais (ruído,prod.Químico,biológicos)?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
93	Já recebeu adicional de insalubridade ou periculosidade?	( )	( )	( )
Por quê?				
94	Usava equipamentos de proteção?	( )	( )	( )
Se sim, quais?				
95	Quais foram os seus últimos dois vínculos empregatícios	Função		Tempo
Ultimo:				
Penúltimo:				
96	A seu ver, tem alguma condição de saúde que o impeça ou faça restrições ao exercício do seu cargo? Qual?			
97	Há alguma outra informação sobre sua saúde atual ou passada que julgue importante?			
Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e por elas assumo inteira responsabilidade, nos termos da lei. Nome legível do candidato: **Assinatura: Rolândia, / / .**				

ANEXO III da Convocação 155/2025 – RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Exames Obrigatórios

AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA realizada por médico especialista em psiquiatria (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame psiquiátrico**, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

AVALIAÇÃO OSTEOMUSCULAR realizada por médico especialista em ortopedia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório constando a **descrição do exame físico ortopédico** com avaliação de membros superiores, inferiores e coluna vertebral, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA realizada por médico especialista em oftalmologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório contendo, **no mínimo**, exame da acuidade visual com e sem correção para longe e para perto com cada olho separadamente e com ambos os olhos (testes de Snellen e Jaeger ou semelhantes), fundoscopia, tonometria, teste para visão em cores, diagnóstico conforme a CID 10, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).

RAIO-X DE COLUNA POR SEGMENTOS - cervical, torácica e lombossacra - (duas incidências - AP e Perfil) com medida da angulação do grau para escoliose - com laudo emitido por médicoespecialista em radiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).

EXAMES LABORATORIAIS: Tipagem sanguínea ABO e Rh; Hemograma Padrão; VHS; Glicemia em jejum; Colesterol Total; Colesterol HDL; Colesterol LDL; Triglicerídeos; Ureia; Creatinina; Gama Glutamil Transferase (GGT); Transaminase Glutâmico-oxalacética (TGO); Transaminase Glutâmico-pirúvica (TGP); Ácido Úrico; TSH; VDRL; Parcial de Urina;

Anti-HCV; HBsAg; Anti-HBs (exames para os candidatos da área da saúde)

AVALIAÇÃO OTORRINOLARINGOLÓGICA:(exame para os candidatos da área da Educação) laudo descritivo e conclusivo de consulta médica realizada por médico especialista em otorrinolaringologia (otorrinolaringologista com Registro de Qualificação de Especialista – RQE – junto ao Conselho Federal de Medicina) que deve adicionar e obrigatoriamente citar o resultado dos seguintes exames complementares e seus respectivos laudos, considerando: Audiometria tonal e vocal, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame; Impedanciometria ou imitanciometria, com laudo emitido pelo profissional aplicador do exame.

COMPROVANTE DE ATUALIZAÇÃO VACINAL conforme Calendário de Vacinaçãodo Adulto e do Idoso instituído pelo Ministério da Saúde (Xerox da carteira de vacinação e atestado de vacinação emitido pelo Posto de Saúde - UBS ou clínicas privadas de vacinação que estejam de acordo com a legislação vigente).

Candidatos que responderem "SIM" a qualquer uma das perguntas que compõe o "QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM EPILEPSIA", parte integrante da "FICHA DE INFORMAÇÕES PARA

EXAME PRÉ- ADMISSIONAL" deverão apresentar adicionalmente o exame de eletroencefalograma com laudo emitido por médico neurologista/neurocirurgião (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina).

Candidatos(as) com 40 anos completos ou mais:

Eletrocardiograma

Teste de esforço/Teste ergométrico

Avaliação cardiológica realizada por médico especialista em cardiologia (especialidade registrada no Conselho Regional de Medicina) com emissão de relatório médico contendo diagnóstico, conduta terapêutica, prognóstico e consequências à saúde do paciente (conforme **RESOLUÇÃO CFM n.º 1.658/2002** publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2002, Seção I, pg. 422).PSA total e PSA livre (para homens).

***Poderão ser solicitados novos exames a critério do Perito Oficial.**

**** Os exames apresentados devem ter data de emissão máxima de 180 dias anteriores da data de realização da perícia.**

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:1B8B05B4

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 568 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10º e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024– Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Reestimadas as Transferências de Recursos na Fonte de Recursos – 494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme a seguir demonstrado:

RED	Código	Descrição	*Valor Orçado	**Valor Arrecadado até 11/2025	*** Excesso de Arrecadação no Exercício	****Excesso de Arrecadação Aberto no Exercício
182	1.7.1.3.50.1.1.01.00.00.00.00	Transferência de Rec. Do SUS - Atenção Primária Principal	4.390.000,00	6.788.996,49	2.398.996,49	450.000,00
TOTAL			**4.390.000,00**	**6.788.996,49**	**2.398.996,49**	**450.000,00**
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº 4.252 de 12 de dezembro 2024;						
** Valor de Arrecadação;						
*** Excesso de Arrecadação no Exercício.						
**** Excesso de Arrecadação Aberto no Exercício.						

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252 de 12/12/2024, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.01.10.301.0009.2.046	3.3.90.39.00.00.00	494	R$ 450.000,00
TOTAL			**R$ 450.000,00**

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
09.01	3.3	494	Novembro	R$ 450.000,00
TOTAL				**R$ 450.000,00**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de Novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO Prefeito Municipal	***EDER JUNIOR EVANGELISTA*** Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA Secretário Municipal de Administração	***CÁSSIA PUZZI*** Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:6161003C

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 569 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10º e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024– Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Reestimadas as Outras Receitas Correntes na Fonte de Recursos – 102 – Transf. FUNDEB 40% / Fundeb Max.30% - inciso XI do art. 212-A da CF, conforme a seguir demonstrado:

RED	**Código**	**Descrição**	***Valor Orçado**	****Valor Arrecadado até 11/2025**	***** Excesso de Arrecadação no Exercício**	******Excesso de Arrecadação Aberto no Exercício**
255	1.9.2.2.51.0.1.01.00.00.00.00	Devolução de Subvenções não utilizadas pelas Entidades	100.000,00	551.139,83	451.139,83	434.000,00
TOTAL			**100.000,00**	**551.139,83**	**451.139,83**	**434.000,00**
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº 4.252 de 12 de dezembro 2024;						
** Valor de Arrecadação;						
*** Excesso de Arrecadação no Exercício.						
**** Excesso de Arrecadação Aberto no Exercício.						

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 434.000,00 (Quatrocentos e trinta e quatro mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252 de 12/12/2024, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	**Elemento de Despesa**	**Fonte de Recursos**	**Valor em R$**
08.02.12.365.0008.6.044	3.3.50.43.00.00.00	102	R$ 434.000,00
TOTAL			**R$ 434.000,00**

Art. 3º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º e artigos 13 e 14 da Lei 4.252 de 12/12/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 434.000,00 (Quatrocentos e trinta e quatro mil reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 102 – Transf. FUNDEB 40% / Fundeb Max.30% - inciso XI do art. 212-A da CF.

Art. 4º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de Dezembro de 2024, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 434.000,00 (Quatrocentos e trinta e quatro mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
08.02	3.3	102	Novembro	R$ 434.000,00
TOTAL				**R$ 434.000,00**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 de Novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:CBE5EF15

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 570 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 32.000,00, para reforço de dotações das Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº, 523 de 23 de dezembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 8º da Lei 4.252/2024 de 12/12/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252/2024 de 12/12/2024 conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
08.01.12.365.0008.6.039	3.3.90.31.00.00.00	103	R$ 6.000,00
09.01.10.302.0009.2.049	3.1.90.94.00.00.00	000	R$ 10.000,00
09.01.10.305.0009.2.051	3.3.90.36.00.00.00	303	R$ 16.000,00
TOTAL			**R$ 32.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.252/2024 de 12/12/2024, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$

08.01.12.365.0008.6.039	3.1.90.92.00.00.00	103	R$ 6.000,00
09.01.10.305.0009.2.051	3.3.90.39.00.00.00	303	R$ 16.000,00
15.01.04.122.0015.2.117	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 10.000,00
TOTAL			**R$ 32.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2025, previsto no Decreto nº 523 de 23 de dezembro de 2024, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	**Grupo de Despesa**	**Fonte de Recursos**	**Mês**	**Previsão de Aplicação de Recursos**
				Acréscimo
08.01	3.3	103	Novembro	R$ 6.000,00
09.01	3.1	000	Novembro	R$ 10.000,00
09.01	3.3	303	Novembro	R$ 16.000,00
TOTAL				**R$ 32.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	**Grupo de Despesa**	**Fonte de Recursos**	**Mês**	**Previsão de Aplicação de Recursos**
				Redução
08.01	3.1	103	Novembro	R$ 6.000,00
09.01	3.3	303	Novembro	R$ 16.000,00
15.01	3.1	000	Novembro	R$ 10.000,00
TOTAL				**R$ 32.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua edição.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 de Novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:1E81DE0F

SECRETARIA GERAL
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS A CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR PARA ESCOLHA DE GESTORES.

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS A CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR PARA ESCOLHA DE GESTORES.

CANDIDATO	**INSTITUIÇÃO**	**RESULTADO**
SELMA SOARES DA SILVA	CMEI HANS HELMUT BEHREND	DEFERIDO
FLAVIANE RAMOS MOREIRA	CMEI PEDRO SERPELONI	DEFERIDO
GILAINE SZYMULA	CMEI PROFESSOR DELERMO POPPI	DEFERIDO
NICOLE CAROLINA DALLA MARTA MORALLI	CMEI PROFESSORA ELIANE FERREIRA DA ROZA	DEFERIDO
ROSEMERY CHABUDE DA SILVA DE CARVALHO	CMEI PROFESSORA MARLY DO NASCIMENTO SANTOS	DEFERIDO
ACCACIA ANDREZZA DE ARAUJO VICENTE	CMEI PROFESSORA MARLY DO NASCIMENTO SANTOS	DEFERIDO
DANIELE CRISTINA REBONATO	CMEI PROFESSORA TEREZINHA BERTOCHI	DEFERIDO
KAMILA CRISTINA SOARES	CMEI RITA TEODORO DE JESUS	DEFERIDO

MICHELE ROSA FAHR	CMEI SÃO JOSÉ	DEFERIDO
BRUNA DE SOUZA ALVES GALLEA	CMEI SÃO JOSEMARIA ESCRIVÁ	DEFERIDO
MARIA NEIDE DO NASCIMENTO	CMEI SÃO JOSEMARIA ESCRIVÁ	DEFERIDO
SANDRA DA SILVA REVERSO	CMEI ZILDA ARNS	DEFERIDO
GISELE CRISTINE CORREA DA SILVA	ESCOLA MONTEIRO LOBATO	DEFERIDO
JOSIANE CRISTINE GENARO	ESCOLA MUNICIPAL ARTHUR DA COSTA E SILVA	INDEFERIDO
FERNANDA MICHELLE FERRO LAZARI BENTO	ESCOLA MUNICIPAL DR. VITÓRIO FRANKLIN	DEFERIDO
RIKELLY DE MELLO BUZATTO	ESCOLA MUNICIPAL GARRASTAZU MÉDICI	DEFERIDO
ANNA AMÉLIA NASCIMENTO RIBEIRO	ESCOLA MUNICIPAL LUIZ REAL	DEFERIDO
ANDREIA MARIA TORREZAN DOS SANTOS	ESCOLA MUNICIPAL MARIA DO CARMO CAMPOS	DEFERIDO
SILVIA MIRANDA GODOI DE SOUZA	ESCOLA MUNICIPAL MARIA TEIXEIRA GEORG	DEFERIDO
JANAINA ANDREZA BENELI	ESCOLA MUNICIPAL MARIA TEIXEIRA GEORG	DEFERIDO
VANESSA BALSAN	ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO	INDEFERIDO
RITA DE CÁSSIA LUCIO BARBIERI	ESCOLA MUNICIPAL NARCISO FERNANDES BOUÇAS JUNIOR	DEFERIDO
PETEGAN PICOTTI MORAES	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA	DEFERIDO
SHIRLEY APARECIDA DOS REIS DE LIMA	ESCOLA MUNICIPAL PARIGOT DE SOUZA	INDEFERIDO
SILVANA CRISTINA BORGES REGATIERI	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FÁBIO NOGAROTO	DEFERIDO
SILVANA APARECIDA CIOLA FESTI	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SEBASTIÃO FELTRIN	DEFERIDO

LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO

Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:EA7CA512

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2024

Ref. Pregão nº 136/2024 – Soro Fisiológico – PA – 9.466/2024.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, com sede à Rodovia BR 480, nº180, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe – RS, CEP 99740-000, Fone (54) 3523-2600 / 9702-4235, e-mail pregao@dimaster.com.br, representada pela Senhora SUEMA TUSSI BRUNELO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 55, do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.

Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 21/11/2025, o presente aditivo terá vigência de 22/11/2025 a 21/11/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	1	F/B	18.000,00	68994	Cloreto de sódio 0,9%, Solução Injetável - Sistema Fechado - Embalagem de 100mL	3,09	55.620,00	JP
2	2	F/B	24.000,00	68995	Cloreto de sódio 0,9%, Solução Injetável - Sistema Fechado - Embalagem de 250mL	3,75	90.000,00	JP
3	3	F/B	23.000,00	68996	Cloreto de sódio 0,9%, Solução Injetável - Sistema Fechado - Embalagem de 500mL	4,50	103.500,00	JP
4	4	F/B	1.300,00	68997	Cloreto de sódio 0,9%, Solução Injetável - Sistema Fechado - Embalagem de 1000mL	6,80	8.840,00	JP

CLÁUSULA SEGUNDA

Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais clausulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 18 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	ÉRIKA FERNANDA DOS SANTOS BEZERRA LUDWIG
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:CC26105C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 268/2024

Ref. Pregão nº 137/2024

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa MD RIBEIRO E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 15.086.058/0001-77, com sede à Avenida Governador Munhoz da Rocha, nº 572, Centro, na cidade de Itaguajé – PR, CEP 86670-000, Fone (44) 99144-4561, e-mail angela.ita@hotmail.com, representada pelo Senhor MARCELINO DONIZETE RIBEIRO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 55, do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.

Ressalta-se que o Decreto Municipal nº 258/2025 assim estabelece:

"Art. 1º. *Fica alterado o artigo 55, do Decreto nº388, de 25 de setembro de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:*

'Art. 55. *A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados. (...)*

§ 4º Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do término de seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o restabelecimento dos quantitativos inicialmente registrados.

§ 5º A prorrogação antecipada da ata em relação a item cujo saldo tenha se esgotado implicará na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data. (...)'"

Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 05/12/2025 e levando em conta a antecipação, o presente aditivo terá vigência de 19/11/2025 a 18/11/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca

1	1	und	350	68998	Locação de tendas, modelo pirâmide no tamanho 03x03 metros, na cor branca, por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada. (obrigatório padrão de tenda por evento).	500,00	175.000,00	PRÓPRIA
1	2	und	350	68999	Locação de tendas, modelo pirâmide no tamanho 04x04 metros, na cor branca por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada (obrigatório padrão de tenda por evento).	650,00	227.500,00	PRÓPRIA
1	3	und	350	69000	Locação de tendas, modelo pirâmide no tamanho 05x05 metros, na cor branca, por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada (obrigatório padrão de tenda por evento).	900,00	315.000,00	PRÓPRIA
1	4	und	350	69001	Locação de tendas, modelo pirâmide no tamanho 08x08 metros, na cor branca, por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada (obrigatório padrão de tenda por evento).	1.500,00	525.000,00	PRÓPRIA
1	5	und	350	69002	Locação de tendas, modelo pirâmide no tamanho 10 x 10 metros, na cor branca, por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada, (obrigatório padrão de tenda por evento).	2.000,00	700.000,00	PRÓPRIA
1	6	und	350	69003	Locação de tendas, modelo chapéu de bruxa no tamanho 03x03 metros, na cor branca, por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada. (obrigatório padrão de tenda por evento).	500,00	175.000,00	PRÓPRIA
1	7	und	350	69004	Locação de tendas, modelo chapéu de bruxa no tamanho 04x04 metros, na cor branca por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada. (obrigatório padrão de tenda por evento).	700,00	245.000,00	PRÓPRIA
1	8	und	350	69005	Locação de tendas, modelo chapéu de bruxa no tamanho 05x05 metros, na cor branca, por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada, (obrigatório padrão de tenda por evento).	900,00	315.000,00	PRÓPRIA
1	9	und	350	69006	Locação de tendas, modelo chapéu de bruxa no tamanho 08x08 metros, na cor branca, por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada (obrigatório padrão de tenda por evento).	1.500,00	525.000,00	PRÓPRIA
1	10	und	350	69007	Locação de tendas, modelo chapéu de bruxa no tamanho 10 x 10 metros, na cor branca, por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada (obrigatório padrão de tenda por evento).	2.000,00	700.000,00	PRÓPRIA
1	11	und	40	69008	Locação de tendas modelo aranha, na cor branca, no tamanho 12 x 22 metros, por um período de 01 a 03 dias, entregue e montada.	3.000,00	120.000,00	PRÓPRIA
1	12	MT	2.000	63929	Fechamento em chapa metálica, entregue e montada, no tamanho exato da tenda, por um período de 01 a 03 dias.	40,00	80.000,00	PRÓPRIA
1	13	Mli	3.000	69009	Locação de Fechamento lineares de Cortina em lona anti-chamas inteira na cor branca, com montagem e desmontagem (mão de obra inclusa) suficientes para suprir todas as barracas montadas no evento se necessário (de 01 a 05 dias de evento)	30,00	90.000,00	PRÓPRIA
1	14	MT	4.000	60254	Fechamento grade de isolamento, entregue e montada, por um período de 01 a 03 dias	40,00	160.000,00	PRÓPRIA
1	15	MT	3.000	67231	Fechamento em lona, na cor branca, entregue e montada, no tamanho exato da tenda, por um período de 01 a 03 dias	35,00	105.000,00	PRÓPRIA
1	16	und	300	67232	Standes/Divisórias em lona, na cor branca, entregue e montado, tamanho3x3 metros, por um período de 01 a 03 dias, sem cobertura.	38,00	11.400,00	PRÓPRIA
1	17	und	300	67233	Standes/Divisórias em lona, na cor branca, entregue e montado, tamanho 5x5 metros, por um período de 01 a 03 dias, sem cobertura.	37,00	11.100,00	PRÓPRIA
3	25	und	1.000	69010	Locação de jogos de mesa com 04 cadeiras, por dia, com pedido mínimo de 04 jogos, sendo de responsabilidade da empresa vencedora o transporte e montagem.	40,00	40.000,00	PRÓPRIA
4	26	und	30	69011	Locação de para-raio com ART, por dia de evento.	3.000,00	90.000,00	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA

Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais clausulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 18 de novembro de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***MD RIBEIRO E CIA LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	WILSON SOCIO JUNIOR
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Cultura Interino

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:6E8BCF9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS 17/2025

RESOLUÇÃO Nº 17/2025 CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aprimoramento referente ao Relatório de Visita Técnica e Feedback do Núcleo Regional da SEDEF de Francisco Beltrão.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de Salgado Filho, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

Considerando o Relatório de Visita Técnica elaborado pelo Núcleo Regional da SEDEF de Francisco Beltrão / IARA de Pato Branco;

Considerando as fragilidades identificadas na organização e execução da Política de Assistência Social local;

Considerando a necessidade de adoção de medidas para qualificação da gestão do SUAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aprimoramento elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social como resposta ao Relatório de Visita Técnica, conforme anexo desta Resolução.

Art. 2º Determinar que a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhe cópia deste plano, juntamente com esta Resolução ao Núcleo Regional da SEDEF.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho - PR, 18 de novembro de 2025.

SILVANA TEREZA WELTER

Presidente do CMAS

Plano de Aprimoramento Municipal do SUAS

Município: Salgado Filho

Eixo Relatório	Fragilidade Identificada	Ação Corretiva	Prazo Curto Até 06 meses	Prazo médio Até 01 ano	Prazo longo Mais de 01 ano	Responsável	Observações
Vigilância Socioassistencial	Ausência da vigilância Socioassistencial	Através de nomeação de coordenador (a) com formação adequada	x			SMAS	Ação prioritária
Psicólogo (a)	Ausência do psicólogo na PSE	Realizar chamamento por meio de concurso ou outros.	x			SMAS	Ação prioritária
Grupo de estudos	Ausência de grupo de estudos	Implantar a cada 30 dias grupos de estudos conforme a complexidade.	x			SMAS	Ação prioritária
Poder Judiciário	Dialogar sempre que necessário sobre as demandas do SUAS	Destacando o impacto na jornada de trabalho dos profissionais	x			SMAS	Ação prioritária
Motorista	Ausência de mais de um técnico simultaneamente.	Motorista compartilhado	x			SMAS	Ação prioritária
Serviço de PSB no domicilio para pessoas idosas e com deficiência.	Ausência de equipe especifica	Avaliar a demanda e se necessário contratar.			X	SMAS	Não
Implementação do SCFV	Não possui cofinanciamento do Estado para executar o serviço	Execução dos serviços com recursos próprios da SMAS.	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução
Implantação do centro dia da pessoa idosa	Ausência do serviço	Contratação de equipe técnica qualificada, e a definição adequada das ofertas.		x		SMAS	Ação prioritária

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:5C66FA78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 50/2025

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Inciso I do Art. 74 da Lei nº 14.133/21, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	ALINHAMENTO/BALANCIAMENTO - KIT BAL CRETA	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	7,66	7,66
1	2	TROCA DE OLEO E FILTRO H1	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	128,26	128,26
1	3	TRATAMENTO AR CONDICIO - OF005030	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	70,00	70,00
1	4	LIMP. E DESCARB. DO SIST. - OF005019	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	145,00	145,00
1	5	KIT LELAC C/DESING/SILIC/L - OFKITLUB	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	65,00	65,00
1	6	ELEMENTO FILTRANTE - 97133D1000	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	83,36	83,36
1	7	CONDICIONADOR DE METAI - OF005031	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	80,00	80,00
1	8	GRAXA COBREADA VEL E F - OF005032	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	70,00	70,00
1	9	DETECTA PLUS LC AUTOMO - OF 005053	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	119,98	119,98
1	10	LIMPA MOTOR LC AUTOMOTIVA - OF079	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	99,00	99,00
1	11	LUB - 5W30 - PDB3007	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	3,60	70,20	252,72
1	12	CONJUNTO DO FILTRO DO OLEO - 2630035505	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	61,65	61,65
1	13	JUNTA DO BUJÃO DE ÓLEO -2151323001	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	6,37	6,37
1	14	FILTRO DO COMBUSTIVEL COMPL 319801S000	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	49,29	49,29
1	15	FILTRO DE AR - 28113M4000	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	130,85	130,85
1	16	COMPLETA AD RADIADOR - OF005052	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	45,98	45,98
1	17	LIMPA FREIOS - 41060102	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	72,00	72,00
1	18	LC AUTO DESENGRAXANTE SPRAY- OF005034	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	120,00	120,00
1	19	CRISTALIZACAO DE PARABRISA - OF044	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	35,00	35,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1.642,12

Salto do Lontra, 18 de novembro de 2025

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:BEED42B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal **ANTONIO CARLOS TAMAIS,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo n°: 134/2025

Licitação n°: 21/2025

Modalidade: Processo inexigibilidade

Data da Homologação: 18/11/2025

Data de adjudicação: 18/11/2025

Objeto homologado: contratação de empresa de pacote de turismo para suprir o projeto "viaja mais 60 Paraná"

SMGA HOTELARIA LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Pacote de Viagem de Turismo FORNECIMENTO DE PASSAPORTE, ALIMENTAÇÃO E ATIVIDADES DE LAZER DESTINADAS AOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA VIAJA+60, COM ENTRADA NO DIA 01/12/2025 E SAÍDA NO DIA 01/12//2025.????	UNI	60,00	367,20	22.032,00
TOTAL						22.032,00

Valor homologado: 22.032,00

Santa Amélia, 18 de novembro de 2025.

ANTONIO CARLOS TAMAIS

Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:4E82E6C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 885/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Valor
A	Eliana Maria Pulcinelli Rossi Marcelino	Conselheiro Tutelar	Curitiba	24/11 a 26/11/2025	Participar do Seminário para fortalecimento do SGDCA 2025	R$ 980,00
B	Simone Aparecida de Faria Silva	Conselheiro Tutelar	Curitiba	24/11 a 26/11/2025	Participar do Seminário para fortalecimento do SGDCA 2025	R$ 980,00

I – Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 18 de Novembro de 2025.

ANTONIO CARLOS TAMAIS

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Adriano Rosa Machado
Código Identificador:5803608C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.475/2025

DECRETO Nº 2.475/2025

SÚMULA: Abre crédito suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1100/2024, de 11 de novembro de 2024.

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$ 132.727,91 (cento e trinta e dois mil e setecentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Red.	Descrição	Fonte	Valor
09		**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
09.001		**DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**		
12.361.0006.2016		**MANUTENCAO SALARIO EDUCACAO FUNDAMENTAL**		
3.3.90.32	182	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	107	R$ 15.000,00
09.002		**DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL**		
12.365.0006.2019		**MANUTENCAO SALARIO EDUCACAO INFANTIL**		
3.3.90.32	200	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	107	R$ 16.000,00
09.004		**DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR**		
12.361.0006.2025		**MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL**		
3.3.90.30	228	Material de Consumo	113	R$ 1.656,96
09.005		**DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR**		
12.365.0006.2028		**MERENDA ESCOLAR INFANTIL**		
3.3.90.32	237	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	119	R$ 1.570,95
10		**SECRETÁRIA DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
10.001		**DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
11.332.0010.1032		**INVESTIMENTO DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
4.4.90.52	245	Equipamentos e Material Permanente	000	R$ 1.500,00
11.332.0010.2078		**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
3.3.90.39	251	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	000	R$ 80.000,00
11		**SECRETÁRIA DE ESPORTES E LAZER**		
11.001		**DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER**		
27.812.0003.2030		**MANUTENCAO DA DIVISAO DE ESPORTE E LAZER**		
3.3.90.39	264	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	000	R$ 4.000,00
13		**SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
13.001		**DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
15.452.0005.2034		**MANUTENCAO DOS SERVICOS RODOVIARIOS**		
3.3.90.30	318	Material de Consumo	512	R$ 3.000,00
25.752.0005.2033		**MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA**		
3.3.90.30	322	Material de Consumo	507	R$ 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTAR				**R$ 132.727,91**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Tendência de Excesso de arrecadação 2025 –00000 - Recursos Ordinários (Livres).	R$ 85.500,00
Tendência de Excesso de arrecadação 2025 –00107 - Salario-Educação.	R$ 31.000,00
Tendência de Excesso de arrecadação 2025 –00113 - CONV. TRANSPORTE ESCOLAR E CONV. AUXILIO DESTINADO A EDUCACAO.	R$ 1.656,96
Tendência de Excesso de arrecadação 2025 –00119 - PNAE - MERENDA ESCOLAR.	R$ 1.355,19
Tendência de Excesso de arrecadação 2025 –00507 - COSIP – Contribuicao de Iluminacao Publica, Art. 149-A, CF.	R$ 10.000,00
Tendência de Excesso de arrecadação 2025 –00512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	R$ 3.000,00
Superávit Financeiro –00119 - PNAE - MERENDA ESCOLAR.	R$ 215,76
TOTAL	**R$ 132.727,91**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.098/2024, de 30 de agosto de 2024 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.007/2021, de 07 de outubro de 2021 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 18 de novembro de 2025.

CLAUDIO COVRE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:1F7FD332

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.476/2025

DECRETO Nº 2.476/2025

SÚMULA: Abre crédito suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1100/2024, de 11 de novembro de 2024.

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$ 227.000,00 (duzentos e vinte e sete mil reais)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Red.	Descrição	Fonte	Valor
09		**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
09.001		**DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**		
12.361.0006.2015		**MANUTENCAO DIVISAO EDUCACAO FUNDAMENTAL**		
3.3.90.32	176	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	103	R$ 110.000,00
09.002		**DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL**		
12.365.0006.2018		**MANUTENCAO DIVISAO EDUCACAO INFANTIL**		
3.3.90.32	194	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	103	R$ 90.000,00
09.003		**DIVISÃO DE ENSINO ESPECIAL E JOVENS E MENORES**		
12.367.0006.2023		**MANUTENCAO EDUCACAO ESPECIAL**		
3.3.90.32	220	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	103	R$ 27.000,00
TOTAL SUPLEMENTAR				**R$ 227.000,00**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Tendência de Excesso de arrecadação 2025 –00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB.	R$ 227.000,00
TOTAL	**R$ 227.000,00**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.098/2024, de 30 de agosto de 2024 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.007/2021, de 07 de outubro de 2021 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 18 de novembro de 2025.

CLAUDIO COVRE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:F2808B52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
ERRATA

Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

ERRATA

Processo: Doação de Bens Móveis – Termo de Doação nº 001/2025

Autos: Resolução nº 009/2025; Ata nº 001/2025; Extrato do Termo de Doação nº 001/2025.

Considerando a necessidade de correção material constatada nos documentos integrantes do processo administrativo que trata da doação de bens móveis da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo ao Poder Executivo Municipal, RETIFICAMOS o seguinte:

I – DO ERRO

No **Anexo I** da **Resolução nº 009/2025** (e nas demais peças que reproduzem a relação de bens), consta, equivocadamente, o registro da chapa identificadora do item como **000069** (item 4 da listagem constante na cópia da Resolução).

II – DA CORREÇÃO

Onde se lê:

Chapa: 000069 — Poltrona giratória.

Leia-se:

Chapa: 000059 — Poltrona giratória

III - A presente retificação tem efeito meramente **material/identificatório**, não alterando a natureza, quantidade, valor ou destinação do bem objeto da doação.

IV - Determine-se a **substituição** da via digital e física do Anexo I que contenha o erro, procedendo-se à inclusão da versão corrigida nos autos.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 14 de novembro de 2025.

Registre-se, Publique-se.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo

Estado do Paraná

ANEXO I – RELAÇÃO BENS MÓVEIS

Local: 01.001.01.031.0001.1002 Câmara Municipal

Responsável: 1 Deusdete Lemes

Centro de Custo: 1 Legislativo Municipal

Item	*Chapa*	*Descrição*	*Local*	*Categoria*	*Conservação*	*Dt Tomb.*	*Dt.Aquis*	*Executivo*	*Vlr Avaliação*
1	000003	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	16/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 298,00
2	000032	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	16/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 319,00
3	000033	Cadeira Ergonômica c/ Multi Regulagem Base Pneumática e Braço c/ Regulagem	Sala de reunião	Cadeira	Bom	16/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 239,00
4	000059	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura c/ Vinculo no Encosto.	Sala de reunião	Cadeira	Bom	16/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 319,00
5	000063	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura c/ Vinculo no Encosto.	Sala de reunião	Cadeira	Bom	16/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 319,00
6	000098	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	16/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 298,00
7	000099	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	21/09/2021	10/04/2021	Executivo	R$ 298,00
8	000100	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	23/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 298,00
09	000101	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	21/09/2021	31/07/2020	Executivo	R$ 298,00
10	000102	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	22/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 298,00
11	000103	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	22/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 298,00
12	000104	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	22/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 298,00
13	000105	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	22/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 298,00
14	000106	Poltrona Giratória Encosto Médio Espuma em Poliuretano Injetado Revestimento em Courissimo, Base a Gás c/ Regulagem de Altura	Sala de reunião	Cadeira	Bom	22/09/2021	16/06/2015	Executivo	R$ 298,00

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:7BD290A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2025

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 c/c Decreto Municipal n.º2.430/2024.

Considerando a plena regularidade e legalidade do certame, com a devida observância dos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, ampla defesa e julgamento objetivo das propostas, proporcionando aos interessados ciência dos atos realizados;

Considerando que o presente processo licitatório resultou em proposta de preço vantajosa para a Administração Pública;

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025, com fundamento no Art. 29, da Lei Federal nº14.133/21, da empresa abaixo:

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS E SETORES DESTA MUNICIPALIDADE.**

Resolve: Adjudicar em favor das seguintes empresas:

Empresa: **MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MEDICOS E NUTRICIONAIS LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 29.715.704/0001-22, sito na Av. Cidade de Leria, 493, sala 02, Zona 01, CEP: 87.013-280, na cidade de Maringá, Estado de Paraná, com valor estimado de R$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
41	CEREAL INFANTIL ARROZ E AVEIA: COM SAIS MINERAIS E FONTE DE 9 VITAMINAS. INDICADO PARA CRIANÇAS MAIORES DE 6 MESES. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 360G.	UND.	NESTLÉ	100	R$ 17,50	R$ 1.750,00

Empresa: **JGM DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 49.102.512/0001-58, sito na Rua Uruguai, 899, centro, CEP:87.660-000 na cidade de Paranacity, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 514,00 (quinhentos e quatorze reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
45	COLORAU (COLORÍFICO): CONDIMENTO EM PÓ, CONTENDO TAIS INGREDIENTES: FUBÁ, EXTRATO DE URUCUM E ÓLEO DE SOJA. EMBALAGEM EM PACOTE PLÁSTICO RESISTENTE, SELADO, E CONTER NO ROTULO O NOME DO PRODUTO, PESO LIQUIDO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, INGREDIENTES E INFORMAÇÕES SOBRE O GLÚTEN. EMBALAGEM DE 500G.	UND.	GRANETO	200	R$ 2,57	R$ 514,00

Empresa: **RPG-COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 54.205.260/0001-22, sito na Rua Castelo Branco, 206, centro, CEP: 86.210-000, na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 158.306,80 (cento e cinquenta e oito mil trezentos e seis reais e oitenta centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
3	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTANEO ZERO AÇUCAR: ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO SEM AÇÚCA. INGREDIENTES: EXTRATO DE CEREAL (MALTE E CEVADA), LEITE DESNATADO EM PÓ, FIBRA SOLÚVEL (POLIDEXTROSE), CACAU EM PÓ, MINERAIS (CÁLCIO) E FERRO (PIROSFOSFATO FÉRRICO), VITAMINAS (C, NIACINA, B2, A, B6, B12 E D), EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTES. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE CEVADA, LEITE E SOJA. PODE CONTER TRIGO E AVEIA. CONTÉM LACTOSE. CONTÉM GLÚTEN. COM APROXIMADAMENTE 210 GRAMAS.	LATA	NEW CHOCO	3500	R$ 13,01	R$ 45.535,00
9	ALECRIM, DESIDRATADO, EMBALADO EM PACOTINHOS DE 10G, CONTENDO NO RÓTULO O NOME DO PRODUTO, FABRICANTE, PESO E DATA DE VALIDADE.	UND.	D`MILLE	200	R$ 2,22	R$ 444,00
10	AMEIXA SECA PRETA SEM CAROÇO: OBTIDA DE FRUTAS MADURAS, INTEIRAS, LIMPAS E DESIDRATADAS; LIVRE DE FERMENTACOES, MANCHAS OU DEFEITOS; ACONDICIONADA EM LATA COM TRATAMENTO INTERNO, COM VALIDADE MINIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; LATA 400G	LATA	OLÉ	60	R$ 12,23	R$ 733,80
12	AMIDO DE MILHO: 100% AMIDO DE MILHO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS. NO ROTULO DEVE CONTER INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. 1KG	UND.	D`MILLE	250	R$ 4,51	R$ 1.127,50
15	AVEIA EM FLOCOS FINOS: FINOS, 100% NATURAL, EMBALAGEM DE PAPELÃO OU PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, COM ROTULO IDENTIFICANDO O PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. VALIDADE MÍNIMA DE 8 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 500G.	UND.	NATURALE	50	R$ 5,72	R$ 286,00
16	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, COM ACIDEZ DE 0,8%: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 50, INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA 01/2012 E RESOLUÇÃO CD/FNDE N° 26 DE 17/06/13. PRODUTO EXTRAÍDO DO FRUTO DA OLIVEIRA (OLEA EUROPAEA L.) UNICAMENTE POR PROCESSOS MECÂNICOS OU OUTROS MEIOS FÍSICOS, SOB CONTROLE DE TEMPERATURA ADEQUADA, MANTENDO-SE A NATUREZA ORIGINAL DO PRODUTO, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 0,8 %. CARACTERÍSTICAS: ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES, ISENTO DE RANÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: FRASCO PLÁSTICO OU LATA DE FOLHA DE FLANDRES COM BICO DOSADOR, RESISTENTE, ATÓXICA, PESANDO 500 ML.	UND.	GARCIA	200	R$ 30,72	R$ 6.144,00
17	AZEITONA VERDE SEM CAROÇO - ESPECIFICAÇÃO: INTEIRA, SEM CAROÇO, EM CONSERVA NA SALMOURA. FRASCO COM 500G. OBRIGATÓRIO CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE EXPRESSAS NA EMBALAGEM, BEM COMO O NÚMERO DO LOTE E INDICAÇÃO DA MARCA DO FABRICANTE.	UND.	BOM JESUS	400	R$ 9,77	R$ 3.908,00
21	BICARBONATO DE SÓDIO: DEVERÁ APRESENTAR-SE LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. EMBALAGEM ATÓXICA, INTACTA, CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE. 30G	UND.	D`MILLE	200	R$ 0,97	R$ 194,00
22	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA: CONTENDO NO MÍNIMO TAIS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AMIDO, GORDURA VEGETAL, FERMENTO. SABORES VARIADOS (COCO, LEITE, CHOCOLATE), ENTREGAR 1 SABOR POR REMESSA. NO SEU RÓTULO DEVERÁ CONTER INFORMAÇÕES SOBRE O GLÚTEN, TABELA NUTRICIONAL, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PESO LIQUIDO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM CONTENDO DE 300 A 340 GRAMAS	UND.	LUAM	2000	R$ 2,87	R$ 5.740,00
27	BISCOITO PÃO DE MEL COM COBERTURA DE CHOCOLATE: INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, LEITE, MEL, ESPECIARIAS, FERMENTOS, CONSERVANTES E COBERTURA DE CHOCOLATE. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BISCOITO MACIO DE MEL E CONDIMENTO NATURAIS COM COBERTURA SABOR CHOCOLATE. NÃO PODERÁ CONTER CORANTE ARTIFICIAL. 300G	UND.	BONN	2000	R$ 4,20	R$ 8.400,00
29	CACAU EM PÓ SOLÚVEL - EMBALAGENS COM PESO LÍQUIDO DE ATÉ 1 KG. COMPOSIÇÃO: 100% CACAU. DEVE SER ISENTO DE LEITE (OU TRAÇOS DE LEITE) E ISENTO DE GLÚTEN (OU TRAÇOS DE GLÚTEN). NÃO DEVE CONTER ESSÊNCIAS E CORANTES. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL, PLÁSTICA, POTE OU LATA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO: 12 MESES.	UND.	D`MILLE	550	R$ 19,21	R$ 10.565,50
31	CANELA EM PÓ - CANELA PROVENIENTE DE CASCAS SÃS, LIMPAS E SECAS, EM FORMA DE PÓ FINO, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, ÍNTEGRO, ATÓXICO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. EMBALAGEM COM 40G	UND.	D`MILLE	150	R$ 1,66	R$ 249,00
33	CANJIQUINHA DE MILHO. TEXTURA FINA, COLORAÇÃO AMARELA, ISENTA DE MOFOS E IMPUREZAS. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE, NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, GRAMATURA, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. PACOTE DE 1KG.	UND.	D`MILLE	400	R$ 1,58	R$ 632,00
35	CHÁ, SABOR CAMOMILA CAIXA C/ 15 SACHÊS DE 15G	UND.	CAPIMAR	100	R$ 4,39	R$ 439,00
36	CHÁ, SABOR CIDREIRA CAIXA C/ 15 SACHÊS DE 15G	UND.	CAPIMAR	100	R$ 4,53	R$ 453,00
37	CHÁ, SABOR HORTELÃ CAIXA C/ 15 SACHÊS DE 15 G	UND.	CAPIMAR	100	R$ 4,60	R$ 460,00
38	CATCHUP; COMPOSTO A BASE DE POLPA E SUCO DE TOMATE, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS; ADMITINDO NO MINIMO 35% DE RESIDUOS SECOS; DE CONSISTENCIA CREMOSA, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS; ISENTO DE SUJIDADES E SEUS INGREDIENTES DE PREPARO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO, ACONDICIONADO EM FRASCOS PLASTICOS DE 400 GRAMAS; VALIDADE MINIMA 9 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA;	UND.	DUSUL	250	R$ 7,61	R$ 1.902,50
39	CEREAL INFANTIL ARROZ: COM SAIS MINERAIS E FONTE DE 9 VITAMINAS. INDICADO PARA CRIANÇAS MAIORES DE 6 MESES. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 360G.	UND.	ALL NUTRI	150	R$ 13,75	R$ 2.062,50
40	CEREAL INFANTIL MILHO: COM SAIS MINERAIS E FONTE DE 9 VITAMINAS. INDICADO PARA CRIANÇAS MAIORES DE 6 MESES. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 360G.	UND.	ALL NUTRI	150	R$ 13,75	R$ 2.062,50
46	CREME DE LEITE: COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM LONGA VIDA (TETRA PAK) DE 200 G, COM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND.	TRIANGULO	2500	R$ 2,79	R$ 6.975,00
47	DOCE DE LEITE CREMOSO, TRADICIONAL, PURO, FEITO COM LEITE DE VACA	UND.	DA SERRA	400	R$ 5,56	R$ 2.224,00

	PASTEURIZADO E/OU LEITE EM PÓ RECONSTITUÍDO, AÇÚCAR, ENZIMA E CONSERVADOR. SEM GLÚTEN. NÃO DEVE TER AMIDO. EMBALAGEM DE POTE PLÁSTICO DE 350 A 400G, CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LISTA DE INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE E LOTE. TER REGISTRO DE INSPEÇÃO.					
48	DOCE TIPO GELEIA DE FRUTAS: PREPARADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, DIVERSOS SABORES (ABACAXI, FIGO, FRUTAS VERMELHAS, GOIABA, MORANGO, PÊSSEGO, UVA). PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. POTE 400 G.	UND.	ÁUREA	350	R$ 8,12	R$ 2.842,00
53	FAROFA PRONTA TEMPERADA DE MANDIOCA: COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM ALUMINIZADA DE 500 G. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES, A PARTIR DA DATA DA ENTREGA	UND.	D´MILLE	600	R$ 4,03	R$ 2.418,00
57	FERMENTO QUIMICO EM PÓ: DE QUALIDADE, COMPOSTO POR AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCALCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. EMBALAGEM EM LATA DE 100G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UND.	D´MILLE	500	R$ 2,31	R$ 1.155,00
59	FUBÁ NATURAL DE MILHO AMARELO, ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FÓLICO. NÃO SER PRÉ-COZIDO. APRESENTAR COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, SUJIDADES, FERMENTAÇÃO E RANÇO. EMBALAGEM DE 1 KG, EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTE, E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E TER REGISTRO NO MAPA. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	UND.	ZANIN	500	R$ 2,45	R$ 1.225,00
65	LOURO: FOLHAS DESIDRATADAS. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO A MARCA DO PRODUTO, GRAMAGEM, DATA DE VALIDADE E LOTE. EMBALAGEM DE 5 A 7G.	UND.	D`MILLE	200	R$ 1,07	R$ 214,00
69	MACARRÃO TIPO CONCHINHA:MASSA SECA DE TRIGO GRANO DURO, EMBALAGEM DE 500 G, 1ª QUALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO NO MÁXIMO DE 30 DIAS NO DIA DA ENTREGA. PARA FINS DE ACEITAÇÃO DO MATERIAL, DEVERÁ SER APRESENTADA A AMOSTRA.	UND.	LIANE	500	R$ 2,89	R$ 1.445,00
71	MAIONESE: EMULSAO CREMOSA OBTIDA COM OVOS E OLEOS VEGETAIS; COM ADICAO DE CONDIMENTOS; SUBSTANCIAS COMESTIVEIS E SEM CORANTES; DE CONSISTENCIA CREMOSA; NA COR AMARELO CLARO; COM CHEIRO E SABOR PROPRIOS; ISENTO DE SUJIDADES E SEUS INGREDIENTES DE PREPARO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO; ACONDICIONADA EM POTE PLÁSTICO, CONTENDO 500GRAMAS; VALIDADE MINIMA 06 MESES A CONTAR DA ENTREGA, HERMETICAMENTE FECHADO;	UND.	SUAVIT	450	R$ 5,78	R$ 2.601,00
72	MASSA PARA LASANHA- MASSA DE SÊMOLA PCT. 500 G. INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA. PRODUZIDO COM A PURÍSSIMA FARINHA DE TRIGO TIPO 1. MASSA ALIMENTÍCIA TIPO SECA, DIRETO AO FORNO, VITAMINADA ISENTA DE SUJIDADES. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE, ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DOS INGREDIENTES, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO SEIS MESES.	UND.	LIANE	100	R$ 8,42	R$ 842,00
73	MILHO PARA PIPOCA PACOTES COM PESO LÍQUIDO DE ATÉ 500G. PRODUTO 100% GRÃOS DE MILHO PARA PIPOCA, TIPO 1, GRUPO DURO, CLASSE AMARELO, CRU. DEVERÁ APRESENTAR ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO. NÃO DEVERÁ CONTER ADITIVOS QUÍMICOS, TAMPOUCO SAL, CONDIMENTOS E/OU AÇÚCAR.	UND.	D`MILLE	700	R$ 2,49	R$ 1.743,00
74	MILHO VERDE, EM CONSERVA, MILHO E ÁGUA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. SEM AMASSAMENTOS E FERRUGEM. CARACTERÍSTICAS: GRÃOS INTEIROS; IMERSO EM LIQUIDO; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES. VALIDADE MÍNIMA DE 04 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 280 GRAMAS- LT.	UND.	FUGINI	1500	R$ 2,64	R$ 3.960,00
75	MIX DE LEGUMES OU SELETA DE LEGUMES CONGELADO: SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM PLÁSTICA COM RÓTULO CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, INFORMAÇÕES SOBRE A CONSERVAÇÃO DOMESTICA, E TER REGISTRO DE INSPEÇÃO. TRANSPORTAR EM VEÍCULO REFRIGERADO OU CAIXAS TÉRMICAS HIGIENIZADAS. EMBALAGEM COM 350G.	UND.	LAR	350	R$ 5,49	R$ 1.921,50
77	ÓREGANO: DESIDRATADO. EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO A MARCA DO PRODUTO, GRAMAGEM, DATA DE VALIDADE E LOTE. EMBALAGEM DE 10G.	UND.	D`MILLE	200	R$ 1,15	R$ 230,00
79	PÁPRICA DOCE: DEVE APRESENTAR ASPECTO DE PÓ FINO, DE COLORAÇÃO AVERMELHADA, COM SABOR E ODOR CARACTERÍSTICO. DEVE SER ISENTA DE UMIDADE, SUJIDADE E CORPOS ESTRANHOS. NÃO PODERÁ CONTER ADIÇÃO DE SAL, PIMENTA, GLUTAMATO E OUTROS ADITIVOS OU COADJUVANTES DE TECNOLOGIA. NÃO PODERÁ CONTER GLÚTEN. 30G	UND.	D`MILLE	200	R$ 1,45	R$ 290,00
80	PÊSSEGO EM CALDA, EM METADES, COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. LATA DE 400 G (PESO DRENADO). EMBALAGEM ÍNTEGRA, SEM DANOS FÍSICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND.	NEUMAN	200	R$ 10,43	R$ 2.086,00
82	PALMITO EM CONSERVA: INTEIRO COM PESO DRENADO DE 300 GRAMAS, CONTENDO: ÁGUA, SAL E ACIDO CITRICO. EMBALAGEM EM VIDRO COM TAMPA EM METAL.	UND.	BOM JESUS	100	R$ 13,84	R$ 1.384,00
84	POLVILHO AZEDO: PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DA MANDIOCA. EMBALADOS EM PAPEL IMPERMEÁVEL, LIMPO, NÃO VIOLADO QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO. COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS E MATERIAL ESTRANHO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PACOTE DE 1 KG.	UND.	D´MILLE	400	R$ 3,32	R$ 1.328,00
85	POLVILHO DOCE: POLVILHO DE MANDIOCA DOCE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. PACOTE DE 1KG	UND.	D´MILLE	300	R$ 3,18	R$ 954,00
86	QUEIJO PARMESÃO RALADO, NÃO CONGELADO, COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM DE 100 G. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA	UND.	BRETUTI	500	R$ 5,43	R$ 2.715,00
87	SAGÚ: SAGU/FÉCULA DE MANDIOCA. , FORMATO PÉROLA, EMBALADO EM PACOTES PLÁSTICOS RESISTENTES DE 500 GRAMAS. ESTAR ISENTO DE MOFO, ODORES ESTRANHOS OU QUALQUER SUBSTÂNCIA NOCIVA. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, PRAZO DE VALIDADE VISÍVEL E LOTE.	UND.	D´MILLE	100	R$ 3,89	R$ 389,00
90	SUCO DE MARACUJA: SUCO DE FRUTA CONCENTRADO, SABOR MARACUJÁ, CONTENDO ÁGUA POTÁVEL E SUCO CONCENTRADO DE MARACUJÁ, COM RENDIMENTO DE 5 LITROS POR FRASCO DE 500 ML. FRASCO DE 500ML	UND.	MAGUARY	1000	R$ 11,02	R$ 11.020,00
91	SUCO 50% DE POLPA DE FRUTA: DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRONTO PARA BEBER, EMBALAGEM UHT, NOS SABORES LARANJA, UVA, PÊSSEGO, MANGA.	LITRO	AKI	3000	R$ 4,83	R$ 14.490,00

	COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 1 LITRO.					
94	TEMPERO VINAGRETE DESIDRATADO MIX DE TEMPEROS DESIDRATADOS. INGREDIENTES: TOMATE, CEBOLA E ALHO DESIDRATADOS. PODERÁ CONTER ADIÇÃO DE PIMENTÃO, SALSA, CEBOLINHA, COENTRO E ORÉGANO EM SUA COMPOSIÇÃO. DEVE SER ISENTA DE UMIDADE, SUJIDADE E CORPOS ESTRANHOS. DEVE APRESENTAR COR, SABOR E AROMA PRÓPRIOS DO PRODUTO. NÃO PODERÁ CONTER ADIÇÃO DE SAL, PIMENTA, GLUTAMATO E OUTROS ADITIVOS OU COADJUVANTES DE TECNOLOGIA. NÃO PODERÁ CONTER GLÚTEN. EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 30G.	UND.	D´MILLE	350	R$ 2,88	R$ 1.008,00
97	VINAGRE DE VINHO TINTO: FERMENTADO ACÉTICO DE VINHO TINTO E ÁGUA (HIDRATADO), ACIDEZ DE 4 A 4,2%. EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 750 ML, REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UND.	CRISTAL	300	R$ 5,03	R$ 1.509,00

Empresa: **D. CAMP. ALIMNETOS LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 60.496.699/0001-54, sito na Rua Marechal Floriano Peixoto, 308, sala 01, CEP: 87.140-000, na cidade de Paicandu, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 469.344,70 (quatrocentos e sessenta e nove mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	QTDD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	ABACAXI EM CALDAS:EM RODELAS, COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. LATA COM PESO LÍQUIDO DE 820 G E DRENADO DE 400 G. EMBALAGEM ÍNTEGRA.	LATA	CROCHEMORE	50	R$ 14,11	R$ 705,50
2	AÇAFRÃO EM PÓ: EMBALADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 10G, CONTENDO NO ROTULO A MARCA DO PRODUTO, A GRAMAGEM, A DATA DE VALIDADE E O LOTE.	PACOTES	CATEMAR	300	R$ 1,33	R$ 399,00
4	AÇUCAR CRISTAL, AÇÚCAR: COLORAÇÃO: BRANCA; TIPO: CRISTAL, PACOTE 5KG	PACOTES	DOURO	3000	R$ 16,11	R$ 48.330,00
5	AÇUCAR REFINADO: 1K, OBTIDO A PARTIR DO CALDO DA CANA DE AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS E SABOR DOCE, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA ATÓXICA DEVIDAMENTE LACRADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 (DEZ) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC 271/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.	PACOTES	GLOBO	300	R$ 3,66	R$ 1.098,00
7	ÁGUA MINERAL SEM GÁS COPO DE 200 ML	UND.	SANTA INES	1000	R$ 0,55	R$ 550,00
8	ÁGUA MINERAL SEM GÁS FARDO COM 12	FARDO	SANTA INES	1000	R$ 9,95	R$ 9.950,00
11	AMENDOIM CRU TIPO 1. EMBALADO EM 500G. SEM ADIÇÃO SAL E AÇÚCAR.	UND.	CATEMAR	400	R$ 6,55	R$ 26,20
13	ARROZ BRANCO: CLASSE LONGO E FINO, SUBGRUPO POLIDO, TIPO 1. O PRODUTO DEVE CONTER NO MÍNIMO 90% DE GRÃOS INTEIROS E NÃO PODERÁ APRESENTAR UMIDADE MAIOR QUE 15%. DEVENDO TAMBÉM APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, GRÃOS ÍNTEGROS E SOLTOS APÓS COZIMENTO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 5 KG- PCT.	PACOTES	PURO CAMPO	4000	R$ 16,66	R$ 66.640,00
14	ARROZ INTEGRAL: DESCRIÇÃO DO PRODUTO: ARROZ INTEGRAL, TIPO 1-1ª QUALIDADE, GRÃOS INTEIROS; ISENTO DE SUJIDADE S E MATERIAIS ESTRANHOS, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR-SE EMPAPADO APÓS O PREPARO; EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO CONTENDO 01 QUILO. VALIDADE: MÍNIMA DE 05 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PACOTES	SABOR SUL	300	R$ 6,11	R$ 1.833,00
18	BALA MACIA SORTIDA: MASTIGÁVEL, PCTE 600G BALA MACIA, MASTIGÁVEL, SORTIDA, COLORIDA E AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE. INGREDIENTES: AÇÚCAR, XAROPE DE GLICOSE, GORDURA DE PALMA, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, EMULSIFICANTE MONOESTERATO DE GLICERINA E AROMATIZANTE. SABORES DIVERSOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, PACOTE DE 600G.	UND.	ERLAN	500	R$ 7,99	R$ 3.995,00
19	BATATA PALHA: EMBALAGEM 1 KG- - FINA, SEQUINHA E CROCANTE. PRODUTO OBTIDO A PARTIR DO PROCESSAMENTO DA BATATA DESCASCADA, RALADA TIPO PALHA, ÍNTEGRA E FRITA EM ÓLEO VEGETAL ISENTO DE ÁCIDOS GRAXOS TRANS, LIVRE DE CONSERVANTES E CORANTE. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 01 KG, REFORÇADA, HERMETICAMENTE FECHADA, CONTENDO RÓTULO COM AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	UND.	O SABOR DA BATAT	300	R$ 16,88	R$ 5.064,00
20	BEBIDA DE SOJA COM SABORES, SEM LACTOSE, SEM PROTEÍNAS DO LEITE E SEM SABOR RESIDUAL DO PRODUTO. EMBALAGEM LONGA VIDA, TIPO TETRAPAK, CONTENDO 1 LITRO. NO RÓTULO DEVE CONTER INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, SOBRE GLÚTEN E PRAZO DE VALIDADE E LOTE.	LITRO	PURITY	2000	R$ 7,62	R$ 15.240,00
23	BISCOITO MAIZENA: FEITO COM NO MÍNIMO TAIS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AMIDO, SAL, FERMENTOS, EMULSIFICANTE, MELHORADOR DE FARINHA. SER LIVRE DE GORDURA TRANS. EMBALAGEM PLÁSTICA, COM ROTULO CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LISTA DE INGREDIENTES, MARCA DO FABRICANTE, PESO LIQUIDO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM CONTENDO DE 370 A 400G	UND.	PICCININI	2500	R$ 3,03	R$ 7.575,00
24	BISCOITO SALGADO DE POLVILHO TRADICIONAL, PACOTE DE 100 GR - SEM GLUTEN E SEM LACTOSE - PRODUZIDO A PARTIR DE POLVILHO, GORDURA VEGETAL, OVOS, SAL, PODE CONTER AMIDO DE MILHO. SEM SOJA. EMPACOTADO CONVENCIONALMENTE EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, COM DADOS DE IDENTIFICACAO, INFORMACOES NUTRICIONAIS, PESO LIQUIDO. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO. PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 03 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND.	LOPES	2000	R$ 3,11	R$ 6.220,00
28	BOMBOM DE CHOCOLATE GRAMAS BOMBONS SORTIDOS DE CHOCOLATE, COM SABORES VARIADOS, EMBALAGEM COM PESO ENTRE 250 A 300 GRAMAS (OU SUPERIOR) PRODUTO DE 1ª QUALIDADE.	UND.	GAROTO	2000	R$ 13,33	R$ 26.660,00
30	CAFÉ, APRESENTAÇÃO: TORRADO MOÍDO, TIPO: ÚNICO, TORREFAÇÃO: PONTO DE TORRA ESCURA 500G.	UND.	PELE	3500	R$ 24,55	R$ 85.925,00
32	CANJICA DE MILHO BRANCO: TIPO 1 DESPELICULADA, PROVENIENTE DE GRÃOS SADIOS DE MILHO E EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. ISENTA DE MOFO, SUJIDADES, DE ODORES ESTRANHOS E INSETOS, PARASITAS E LARVAS, COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIOS. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR A DATA DA VALIDADE E DO NÚMERO DO LOTE. VALIDADE DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA. PACOTE DE 500 G.	UND.	CATEMAR	500	R$ 3,11	R$ 1.555,00
34	CHÁ MATE: CHÁ MATE NATURAL A GRANEL, CONSTITUÍDO DE FOLHAS NOVAS E RAMOS DE ERVA MATE LIGEIRAMENTE TOSTADOS, SEM COLORAÇÃO ARTIFICIAL, SÃOS E LIMPOS. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMARIA DE CAIXINHAS DE PAPELÃO ATÓXICO RESISTENTE, LACRADAS, DE 250 GRAMAS CADA. RENDIMENTO POR CAIXINHA: ATE 15 LITROS. NO SEU RÓTULO DEVE CONSTAR O MODO DE PREPARO, PRAZO DE VALIDADE VISÍVEL E LOTE.	UND.	UNIAO DA VITORIA	3000	R$ 2,84	R$ 8.520,00
44	COCO RALADO, SECO SEM AÇÚCAR. PARCIALMENTE DESENGORDURADO COM TEOR MÍNIMO DE LIPÍDIO DE 3G EM 100 GR. EMBALAGEM DE 100G.	UND.	INGACOCO	600	R$ 3,66	R$ 2.196,00
49	ERVILHA: EM CONSERVA CLASSIFICAÇÃO: VERDE, MÉDIA OU GRAÚDA, TIPO1. ERVILHAS ÁGUA E SAL. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. VALIDADE MÍNIMA DE 04 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 280 GRAMAS- LT	UND.	PRAMESA	300	R$ 1,98	R$ 594,00
50	FARINHA QUIBE, COMPOSIÇÃO GRÃOS DE TRIGO SELECIONADOS E MOÍDOS, TIPO PRÉ-COZIDA. 500G	UND.	LOPES	300	R$ 2,88	R$ 864,00
51	FARINHA DE MANDIOCA TIPO 1 CRUA PACOTE DE 01 KG. FINA, BRANCA, CRUA, EMBALADA EM PACOTES PLÁSTICOS, TRANSPARENTES, LIMPOS, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND.	JOPPLAM	500	R$ 3,39	R$ 1.695,00
52	FARINHA DE MILHO AMARELO FLOCADA. PRODUTO E ORIGEM VEGETAL, NATURAL. EMBALADA EM PACOTES DE 1KG, E COM ROTULAGEM QUE CONTENHA INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.	UND.	DOM PEDRO	500	R$ 3,99	R$ 1.995,00

54	FARINHA DE TRIGO: FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL, TIPO 1, ENRIQUECIDO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM DE 5 KG, LIMPAS, NÃO VIOLADAS E RESISTENTES, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, PESO LIQUIDO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 90 (NOVENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND.	COCAMAR	500	R$ 15,22	R$ 7.610,00
55	FEIJÃO CARIOCA: TIPO 1, CLASSE CORES, DA ÚLTIMA SAFRA. GRÃOS INTEIROS, NÃO APRESENTAR CARACTERÍSTICAS QUE PREJUDIQUEM A APARÊNCIA E QUALIDADE (MANCHADOS, MOFADOS, CARUNCHADOS, DESCOLORIDOS). EMBALADOS EM PACOTES DE 1KG. CONTER NO ROTULO A DATA DE VALIDADE/LOTE.	UND.	DONA KIKA	3500	R$ 4,22	R$ 14.770,00
56	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - EMBALADOS EM SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE DE 1 KG. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 06(SEIS) MESES. APRESENTAR 02(DUAS) AMOSTRAS, NA EMBALAGEM ORIGINAL DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, COM RÓTULO CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES DO PRODUTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A AMOSTRA DEVERÁ SER CORRESPONDENTE AO PRODUTO ENTREGUE. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ATUAL.	UND.	OURO DO CAMPO	800	R$ 3,33	R$ 2.664,00
58	FERMENTO BIOLOGICO 10G: PRODUTO DE QUALIDADE, OBTIDO ATRAVÉS DAS CULTURAS PURAS DE LEVEDURAS (SACCHAROMYCES CEREVISIAS) POR PROCEDIMENTO TECNOLÓGICO ADEQUADO E EMPREGADO PARA DAR SABOR PRÓPRIO E AUMENTAR O VOLUME E A POROSIDADE DOS PRODUTOS FORNEADOS. PODERÃO SER ADICIONADOS DAS SEGUINTES SUBSTÂNCIAS, PRÓPRIAS PARA USO ALIMENTAR: FARINHAS, AMIDOS E FÉCULAS (NO MÁXIMO 5% P/P), ÓLEOS E GORDURAS COMESTÍVEIS, E OUTRAS APROVADAS PELA CNNPA. EMBALAGEM: PACOTE DE 10G, DE PLÁSTICO ATÓXICO, RESISTENTE, DEVIDAMENTE FECHADO/LACRADO A VÁCUO. DEVE CONTER A DENOMINAÇÃO FERMENTO BIOLÓGICO SECO, LISTA DE INGREDIENTES, CONTEÚDOS LÍQUIDOS, IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM, NOME OU RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO IMPORTADOR (NO CASO DE ALIMENTOS IMPORTADOS), IDENTIFICAÇÃO DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE E A RECOMENDAÇÃO: "MANTENHA À TEMPERATURA INFERIOR A 10°C". VALIDADE: MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UND.	ATALAIA	300	R$ 0,88	R$ 264,00
60	GELATINA EM PÓ: SABORES MORANGO, UVA, ABACAXI, MARACUJÁ, PÊSSEGO, FRAMBOESA. PRODUTO COMPOSTO BASICAMENTE DE AÇÚCAR, GELATINA EM PÓ, ACIDULANTE, SAL E AROMATIZANTE. COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ATÓXICA, PLÁSTICA, RESISTENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS MESES) A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA COM 20 G.	UND.	CELLI	500	R$ 0,89	R$ 445,00
61	LEITE CONDENSADO, 100% LEITE CONDENSADO, COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM DE 395 G, COM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND.	TRIANGULO	1800	R$ 5,33	R$ 9.594,00
62	LEITE DE VACA INTEGRAL:TIPO LONGA VIDA, ENVASADO EM CAIXA TETRA PAK DE 01 (UM) LITRO, TRATADO TÉRMICAMENTE PELO SISTEMA UAT (ULTRA ALTA TEMPERATURA), EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM REGISTRO NO MA-SIF, ESTAMPADA NA EMBALAGEM, CONTENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. VALIDADE MÍNIMA DE 03 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 1LT- LT	LITRO	LIDER	15000	R$ 4,68	R$ 70.200,00
63	LEITE DE COCO: INGREDIENTES: OBTIDO DO ENDOSPERMA DE COCO, PROCEDENTE DE FRUTOS SÃOS E MADUROS; PODENDO CONTER CONSERVANTES, ACIDULANTES E/OU ESPESSANTE. CARACTERÍSTICAS GERAIS: ASPECTO EMULSÃO LÍQUIDO ESPESSO, PODENDO HAVER SEPARAÇÃO DA EMULSÃO; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES. O PRODUTO NÃO PODERÁ TER A DATA DE FABRICAÇÃO ANTERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS DA DATA DE ENTREGA. DEVE SER ACONDICIONADO EM GARRAFAS DE VIDRO OU PLÁSTICO, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. EMBALAGEM: 500ML.	UND.	INGACOCO	250	R$ 2,99	R$ 747,50
64	LENTILHA: TIPO 1, CLASSE MÉDIA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHOS. EMBALAGEM DE 500G, DE MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE E TRANSPARENTE COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 10 MESES, TER INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	UND.	CATEMAR	200	R$ 7,44	R$ 1.488,00
67	MACARRÃO ESPAGUETE: MASSA SECA DE TRIGO GRANO DURO, EMBALAGEM DE 500 G, 1ª QUALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO NO MÁXIMO DE 30 DIAS NO DIA DA ENTREGA. PARA FINS DE ACEITAÇÃO DO MATERIAL, DEVERÁ SER APRESENTADA A AMOSTRA.	UND.	FLORIANI	1000	R$ 4,89	R$ 4.890,00
68	MACARRÃO TIPO PARAFUSO: MASSA SECA DE TRIGO GRANO DURO, EMBALAGEM DE 500 G, 1ª QUALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO NO MÁXIMO DE 30 DIAS NO DIA DA ENTREGA. PARA FINS DE ACEITAÇÃO DO MATERIAL, DEVERÁ SER APRESENTADA A AMOSTRA.	UND.	FLORIANI	3500	R$ 4,89	R$ 17.115,00
76	ÓLEO DE SOJA: COMESTÍVEL, DE ORIGEM VEGETAL DE SOJA, PURO, REFINADO, ISENTO DE RANÇO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS. EMBALAGEM PET DE 900ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DADOS DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO E ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/MS OU REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	UND.	COCAMAR	3000	R$ 6,89	R$ 20.670,00
78	OVOS DE GALINHA DE GRANJA: TIPO GRANDE. MANIPULADO EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS E PROVENIENTES DE ANIMAIS SADIOS. ISENTO DE SUJIDADES, TRINCOS E QUEBRADURAS NA CASCA. DE PRODUÇÃO RECENTE E EMBALADA EM CARTELAS DE 12 UNIDADES COM CARIMBO DO SIF, DATA DA EMBALAGEM E VALIDADE. DEVE ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DO REGULAMENTO INTERNO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL RISPOA/MA RESOLUÇÃO Nº 05 DE 05/7/91 CIPOA/MA.	DUZIA	MANDAGUACU	1800	R$ 9,06	R$ 16.308,00
83	POLPA DE TOMATE: EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 (TREZENTOS) GRAMAS, ELABORADO COM FRUTOS SADIOS, LIMPOS E ISENTO DE SUJIDADE E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS. ISENTO DE FERMENTAÇÕES. DEVE APRESENTAR COR, SABOR, E ODOR CARACTERÍSTICA, COM EMBALAGEM PRIMÁRIA HERMETICAMENTE FECHADA E ATÓXICA. EMBALADO EM SACHÊS COM PESO LIQUIDO DE 340 (TREZENTOS E QUARENTA) GRAMAS APROXIMADAMENTE. SUJEITO A VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE NO ATO DA ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UND.	FUGINI	650	R$ 1,99	R$ 1.293,50
88	SAL REFINADO: SAL REFINADO, IODADO, PACOTE DE 1KG, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, COM SOLDA ÍNTEGRA. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER PRAZO DE VALIDADE /LOTE.	UND.	GARÇA	800	R$ 1,22	R$ 976,00
89	SARDINHA EM CONSERVA: PREPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO, EVISCERADO E DESCAMADO, DESCABEÇADA, LIVRE DE NADADEIRAS, COZIDO, IMERSA EM ÓLEO COMESTÍVEL. DEVE APRESENTAR ASPECTO PRÓPRIO, COR PRÓPRIA, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. ACONDICIONADO EM RECIPIENTE RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 125G DE PESO LÍQUIDO DRENADO. A EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR ISENTA DE ESTUFAMENTO, VAZAMENTO, CORROSÃO INTERNA, AMASSAMENTO, FERRUGEM, PERFURAÇÕES E OUTRAS DANIFICAÇÕES E DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO.	UND.	NAUTIQUE	500	R$ 3,77	R$ 1.885,00
96	VINAGRE BRANCO EMBALAGEM DE 500ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UND.	NEVAL	500	R$ 1,59	R$ 795,00

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 18 de novembro de 2025.

WILLIAN CEZAR VIEGA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:D0EC5708

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2025 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2025 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA – LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.586.988/0001-80, com sede na Rua Pavão, 540 - Jardim Bandeirantes, no Município de Arapongas, Estado do Paraná, neste ato, representada pela Sra. **LARA CARDOSO MACHADO** inscrita no CPF/MF sob o nº 131.466.189-23, residente e domiciliada no Município de Londrina, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 042/2025, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UNIDADE 24 HORAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, frasco com 100 ml.COD BR 281657	FRASCO	200	MAYBEN	R$ 2,87	R$ 574,00
04	CLOPIDOGREL, DOSAGEM:75 MG - COMPRIMIDO COD BR 0272045	UNID	200	AUROBINDO	R$ 0,39	R$ 78,00

Parágrafo Único: O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§1º O valor total da Ata de Registro de Preços é de: **R$ 652,00 (seiscentos e cinquenta e dois reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, situada na Rua Ponta Grossa, nº 766, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a quinta-feira no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual à servidora Andréa Thomazella Biazon, matrícula nº 200731, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos da presente contratação, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do objeto contratado.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual à servidora Melissa Calliari Campos Santos, matrícula: 201556, a quem compete:

a) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos entregues pelo CONTRATANTE;

b) verificar se os produtos fornecidos estão de acordo com o Termo de Referência e instrumento contratual;

c) acompanhar a entrega do objeto contratado e solicitado pela secretaria demandante;

d) indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

e) o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor da Ata/Contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

f) A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§ 3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são obrigações e responsabilidades das partes.

§ 1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde será entregue os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§ 2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as solicitações e especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Os materiais devem ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o produto possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.

IV Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

V Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

VI Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VII Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VIII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

IX Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

X Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

XI Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XII Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XIII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIV Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XVI Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVII Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVIII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas;

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.002.10.301.0016.2.183.3.3.90.32.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto solicitado, por meio de transferência bancária, condicionando à apresentação da documentação fiscal e liquidação da despesa, a qual será processada na Secretaria da Fazenda.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§3º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§4º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou

justificativa.

§5º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada, com vistas à manutenção

do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de

Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Artigo 84, Parágrafo Único, da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública

previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá

perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do

objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS:

Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 11 de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratante

CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI

Contratada

Gestora:

Nome:

ANDREA THOMAZELLA BIAZON

CPF/MF: 811.248.309-84

Fiscal:

Nome:

MELISSA CALLIARI CAMPOS SANTOS

CPF/MF: 026.350.949-42

TESTEMUNHAS:

1 _____

Nome:

CPF/MF:

2 _____

Nome:

CPF/MF

Obs.: A via original assinada encontra-se no processo físico.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:2DB2A5E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2025 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2025 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **ECO FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.477.586/0001-32, com sede na rua Santa Catarina, 850 - Centro, no Município de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato, representada pela Sra. **EUCLIDES LUIZ TOMAZELLI** inscrita no CPF/MF sob o nº 060.116.839- 91, residente e domiciliada no Município de Cascavel, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 042/2025, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UNIDADE

24 HORAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	CARVÃO ATIVADO 250MG SACHE COM 5 GRAMAS. COD BR 446251	UNID	500	CHAMOMILLA	R$ 8,06	R$ 4.030,00

Parágrafo Único: O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§1º O valor total da Ata de Registro de Preços é de: **R$ 4.030,00 (quatro mil e trinta reais). CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO:** O fornecimento do

objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, situada na Rua Ponta Grossa, nº 766, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a quinta-feira no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE

EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual à servidora Andréa Thomazella Biazon,

matrícula nº 200731, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos da presente contratação, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios

apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do objeto contratado.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual à servidora Melissa Calliari Campos Santos, matrícula: 201556, a quem compete:

a) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos entregues pelo CONTRATANTE;

b) verificar se os produtos fornecidos estão de acordo com o Termo de Referência e instrumento contratual;

c) acompanhar a entrega do objeto contratado e solicitado pela secretaria demandante;

d) indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

e) o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor da Ata/Contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

f) A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§ 3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são

obrigações e responsabilidades das partes.

§ 1º <u>São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE</u>:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde será entregue os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§ 2º <u>São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA</u>:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as solicitações e especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Os materiais devem ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o produto possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.

IV Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

V Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

VI Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VII Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VIII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

IX Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

X Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

XI Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XII Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos

por sua conta;

XIII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIV Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XVI Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVII Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVIII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas;

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.002.10.301.0016.2.183.3.3.90.32.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto solicitado, por meio de transferência bancária, condicionando à apresentação da documentação fiscal e liquidação da despesa, a qual será processada na Secretaria da Fazenda.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§3º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§4º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§5º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea “d”, da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a**

falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de

Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Artigo 84, Parágrafo Único, da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser

responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea “a” do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública

previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá

perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A

inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer

tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS:

Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a

publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 11 de novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratante

ECO FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Contratada

Gestora:

Nome:

ANDREA THOMAZELLA BIAZON

CPF/MF: 811.248.309-84

Fiscal:

Nome:

MELISSA CALLIARI CAMPOS SANTOS

CPF/MF: 026.350.949-42

TESTEMUNHAS:

1

Nome:

CPF/MF:

2

Nome:

CPF/MF

Obs.: A via original assinada encontra-se no processo físico.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:4A4A85F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2025 – PMSF

ATADE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2025 – PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Santa Fé, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade nº 1.396.059-3 – SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.833.109-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **MEDINGA COMERCIAL LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.742.953/0001-42, com sede na Avenida Herval, 3326,bairro Jardim Imperial II, no Município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato, representada pela Sra. **MARIANA PERON BUOSI** inscrita no CPF/MF sob o nº 082.406.819-05, residente e domiciliada no Município de Maringá, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA,** com inteira sujeição à Lei Federal 14.133/2021, em razão do Pregão Eletrônico nº 042/2025, devidamente ratificado, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS: Fazem parte deste instrumento contratual, independente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive o Anexo I – Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UNIDADE 24 HORAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, conforme as quantidades e especificações a seguir, salientando que os itens poderão ser solicitados em quantidades variadas durante a vigência do presente termo.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
05	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,100MG COMPRIMIDO. COD BR 272043	UNID	1.000	MAWDSLEY	R$ 0,27	R$ 270,00
06	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,150MG COMPRIMIDO. COD BR 272044	UNID	1.000	MAWDSLEY	R$ 0,33	R$ 330,00
07	CLORIDRATO DE DEXTRO CETAMINA 50MG/ML, AMPOLA 2ML. COD BR0425182	UNID	130	CRISTALIA	R$ 28,80	R$ 3.744,00
11	Manitol 20%, frasco 250 ml. COD BR 0299675	UNID	100	JP	R$ 8,19	R$ 819,00
13	Nitroglicerina de sódio 5 mg/ml, ampola 10 ml. COD BR 0268970	UNID	130	CRISTALIA	R$ 42,79	R$ 5.562,70
16	Tartarato de Metoprolol 1 mg/ml, ampola 5 ml. COD BR 0345259	UNID	130	CRISTALIA	R$ 15,37	R$ 1.998,10
17	BROMOPRIDA 5 MG/ML, AMPOLA 2 ML. CATMAT: 269958	AMPOLA	1.000	UNIAO QUIMICA	R$ 1,30	R$ 1.300,00
23	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA/FRACO 5ML- COD BR 0268510	AMPOLA	250	TEUTO	R$ 5,30	R$ 1.325,00

Parágrafo Único: O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

§1º O valor total da Ata de Registro de Preços é de: **R$ 15.348,80 (quinze mil trezentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O fornecimento do objeto será de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

§1º As entregas deverão ser feitas na Secretaria demandante, situada na Rua Ponta Grossa, nº 766, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a quinta-feira no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

§2º Quaisquer despesas inerentes à entrega/execução do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§3º Todos os investimentos necessários ao cumprimento do objeto correrão por conta da contratada, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os equipamentos e insumos necessários à entrega/execução do objeto desta licitação.

§4º A contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

§5º O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações do Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

§6º A contratada deve cumprir com os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Edital e seus anexos, e ainda atender toda e qualquer norma Federal, Estadual e Municipal, necessárias ao cumprimento do objeto licitado.

§7º O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO: O fiscal e gestor da presenta contratação são indicados pelo CONTRATANTE, dentre os servidores capacitados para exercerem essas funções.

§1º Caberá a gestão do presente termo contratual à servidora Andréa Thomazella Biazon, matrícula nº 200731, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata e ainda:

a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos da presente contratação, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do objeto contratado.

§2º Caberá a fiscalização do presente termo contratual à servidora Melissa Calliari Campos Santos, matrícula: 201556, a quem compete:

a) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos entregues pelo CONTRATANTE;

b) verificar se os produtos fornecidos estão de acordo com o Termo de Referência e instrumento contratual;

c) acompanhar a entrega do objeto contratado e solicitado pela secretaria demandante;

d) indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

e) o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor da Ata/Contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

f) A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§ 3º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: são obrigações e responsabilidades das partes.

§ 1º São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

I Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

II Assegurar o livre acesso à área onde será entregue os produtos solicitados.

III Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto dentro das condições exigidas neste termo;

IV Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;

V Encaminhar a nota de empenho para a contratada;

VI Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no presente termo;

VII Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

VIII Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

IX Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações descritas no respectivo item;

X Observar para que durante a vigência da Ata sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

XII Publicar o extrato da Ata e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município;

XIII Controlar e acompanhar toda a execução do objeto contratado.

§ 2º São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

I Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

II Ao fornecimento do objeto, de acordo com as solicitações e especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

III Os materiais devem ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o produto possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.

IV Entregar os produtos em suas respectivas caixas originais, embalados e lacrados, sem avarias;

V Efetuar a substituição imediata dos itens entregues equivocadamente, deteriorados, danificados e inadequados para o fim a que se destinam;

VI Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

VII Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

VIII Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

IX Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

X Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

XI Cumprir com as obrigações previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como

emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

XII Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

XIII Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, ao Contratante em caso de alteração;

XIV Informar ao Fiscal do Contrato, a ocorrência de qualquer anormalidade, que cause danos na entrega do produto prestando os esclarecimentos necessários;

XV Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas;

XVI Arcar com as despesas decorrentes da não-observância das condições constantes no Termo de Referência e do Edital de Licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários;

XVII Submeter-se a todas as normas e condições do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, independente da transcrição;

XVIII Entregar os produtos acompanhados de nota fiscal discriminando-os, de acordo com as suas especificações técnicas;

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do orçamento das seguintes unidades orçamentárias do Município de Santa Fé – PR.

18.002.10.301.0016.2.183.3.3.90.32.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS VALORES, DO PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância correspondente as solicitações expedidas pelo setor competente, em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto solicitado, por meio de transferência bancária, condicionando à apresentação da documentação fiscal e liquidação da despesa, a qual será processada na Secretaria da Fazenda.

§1º O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado, bem como, estar nele incluso todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos, equipamentos, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

§2º Na eventualidade de aplicação de multas, **estas serão automaticamente descontadas** do pagamento a que fizer jus ao Contratado.

§3º A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto entregue estiver em total conformidade com as especificações do Edital.

§4º Não será concedida antecipação de pagamento de créditos em qualquer hipótese ou justificativa.

§5º Do reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro:

a) O valor poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada, com vistas à manutenção do equilíbrio contratual, na forma do artigo 124, Inciso II, da alínea "d", da Lei Federal n° 14.133/2021.

b) As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato. **Estabelece-se que a falta de planejamento e assemelhados não configuram fatos imprevisíveis.**

c) O reajuste deverá observar o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, e deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preço e/ou Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, ou ainda, a critério da Administração Municipal, celebrar Contrato do saldo remanescente, nos termos do Artigo 84, Parágrafo Único, da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS IRREGULARIDADES: A CONTRATADA poderá ser responsabilizada pelas infrações previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Fé e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, conforme Artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o

descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderão ainda acarretar a aplicação de multas por inadimplemento parcial ou total do objeto contratado, bem como sua rescisão, observados o contraditório e a ampla defesa.

§1º Caso a Contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do regulamento próprio, ficará sujeito (a) às sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

§2º Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

a) Aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Contratação;

b) Determinar a rescisão unilateral do ajuste.

§3º O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

a) 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto) dia;

c) 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo) dia;

d) Findo o prazo da alínea anterior, será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados na alínea "a" do §2º.

§4º As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

§5º Sem prejuízo das sanções previstas neste Termo, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA responderá perante o CONTRATANTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da Ata de Registro de Preços por infringência das disposições regulamentares.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas legais e as previstas nesta Ata não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A inexecução total ou parcial do objeto contratado ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII, a partir do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o objeto contratado;

IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto contratado;

VI razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, com base na conveniência e oportunidade.

§2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir a Ata de Registro de Preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§3º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§4º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo, somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e expressamente em aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS: Esta Ata rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo no Diário Oficial do Município de Santa Fé e no Portal de Transparência em seu sítio santafe.pr.gov.br nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé – PR., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas desta Ata.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam a presente em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Santa Fé, 11 de novembro de 2025.

Contratante:

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

Contratada:

MEDINGA COMERCIAL LTDA

Gestora:

Nome:

ANDREA THOMAZELLA BIAZON

CPF/MF: 811.248.309-84

Fiscal:

Nome:

MELISSA CALLIARI CAMPOS SANTOS

CPF/MF: 026.350.949-42

TESTEMUNHAS:

1

Nome:

CPF/MF

2 ____

Nome:

CPF/MF:

Obs.: A via original assinada encontra-se no processo físico.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:FF19440F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.432, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um crédito suplementar, no exercício de 2025, na importância de até 277.072,00 (duzentos e setenta e sete mil e setenta e dois reais)

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do exercício de 2025, um crédito Suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 277.072,00 (duzentos e setenta e sete mil e setenta e dois reais)

Suplementação		
	GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
	CHEFIA DE GABINETE DO PODER EXECUTIVO (CGPE)	
	MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PODER EXECUTIVO	
1000	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
1000	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (SECE)	
	DIRETORIA DE CULTURA (DIC)	
	PROMOÇÕES E EVENTOS CULTURAIS	

1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	96.000,00
	DIRETORIA DE ESPORTES (DESP)	
	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE ESPORTES	
1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)	
	GABINETE DO SECRETARIO	
	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	
1000	DIÁRIAS - CIVIL	500,00
	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PROMOÇÃO SOCIAL (DPS)	
	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
1000	DIÁRIAS - CIVIL	3.000,00
1000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	
	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
31936	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
1000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	40.000,00
1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	
	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
31935	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (SAMASAN)	
	GABINETE DO SECRETARIO	
	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	
1000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.022,00
	DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (DMAS)	
	ATENÇÃO AO ATERRO MUNICIPAL	
1000	MATERIAL DE CONSUMO	16.550,00
Total Suplementação:		277.072,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
	RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO	
	MANUTENÇAO DOS ORGAOS DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL	
1000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	273.072,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)	
	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA	
	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
31936	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	500,00
31936	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
31936	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA	
	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
31935	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
Total Redução:		277.072,00

Art 3º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FÉ, em 18 de Novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:12A863A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.433, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um crédito suplementar, no exercício de 2025, na importância de até 1.513.325,00 (um milhão, quinhentos e treze mil e trezentos e vinte e cinco reais)

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do exercício de 2025, um crédito Suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 1.513.325,00 (um milhão, quinhentos e treze mil e trezentos e vinte e cinco reais)

Suplementação			
10		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.001		RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO	
10.001.04.122.0002.2.101		MANUTENÇAO DOS ORGAOS DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL	
7 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	300.000,00
7 - 3.3.90.46.00.00	1511	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	70.000,00
9 - 3.3.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	150.000,00
14		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO (PGM)	
14.001		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
14.001.02.062.0002.2.141		MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
83 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	170.000,00
84 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	9.500,00
16		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)	
16.001		GABINETE DO SECRETARIO	
16.001.04.122.0002.2.161		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	
120 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.100,00
122 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	11.000,00
16.003		DIRETORIA DE COMPRAS	
16.003.04.122.0002.2.163		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE COMPRAS	
151 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.300,00
16.004		DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS (DRH)	
16.004.04.122.0002.2.164		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	
168 - 3.3.90.39.00.00	1510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
168 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
16.007		OUVIDORIA (OUV)	
16.007.04.122.0002.2.167		MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA	
194 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
17		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SEFAZ)	
17.002		DIRETORIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E TESOURARIA (DICORT)	
17.002.04.123.0005.2.172		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E TESOURARIA	
220 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
17.003		DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (DIAT)	
17.003.04.123.0005.2.173		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA	
230 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	11.000,00
18		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE (SMS)	
18.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DIRETORIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE	
18.003.10.301.0016.2.184		MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAUDE - MEDICINA E ODONTOLOGIA	
287 - 3.1.90.11.00.00	6494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
18.004		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DIRETORIA DE APOIO AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
18.004.10.301.0016.2.186		MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE - SAÚDE MULTIDISCIPLINAR	
304 - 3.1.90.11.00.00	6494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
18.005		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE	
18.005.10.304.0016.2.189		MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
321 - 3.1.90.11.00.00	6494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
19		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (SECE)	
19.001		GABINETE DO SECRETARIO	
19.001.04.122.0002.2.191		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	
345 - 3.1.91.13.00.00	1028	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.000,00
347 - 3.3.90.30.00.00	1028	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
353 - 4.4.90.52.00.00	1028	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.325,00
19.002		DIRETORIA PEDAGÓGICA (DPED)	
19.002.12.361.0010.2.194		MANUTENÇÃO - ESC MUN 9 DE DEZEMBRO	
380 - 3.1.91.13.00.00	1022	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	45.000,00
19.002.12.361.0010.2.245		MANUTENÇÃO E COORD. DO TRANSPORTE ESCOLAR	
401 - 3.1.91.13.00.00	1026	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
403 - 3.3.90.30.00.00	1028	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
405 - 3.3.90.39.00.00	1028	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
19.002.12.365.0010.2.195		MANUTENÇÃO - CMEI PROF. ANTONIO PEDRO MACHADO PRÉ	
415 - 3.3.90.30.00.00	1028	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
19.002.12.365.0010.2.198		MANUTENÇÃO - CMEI PROF. IVONE MALAVAZI CRECHE	
421 - 3.1.90.13.00.00	1028	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	18.000,00
423 - 3.1.91.13.00.00	1022	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	35.000,00
423 - 3.1.91.13.00.00	1026	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
429 - 4.4.90.52.00.00	1028	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.200,00
19.002.12.365.0010.2.243		MANUTENÇÃO - CMEI PROF. MARLY BATISTA A. E SILVA CRECHE	
431 - 3.1.90.13.00.00	1022	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	13.000,00
433 - 3.1.91.13.00.00	1028	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
439 - 4.4.90.52.00.00	1028	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.900,00
19.003		DIRETORIA DE CULTURA (DIC)	
19.003.13.392.0011.2.248		PROMOÇÕES E EVENTOS CULTURAIS	
451 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35.000,00
21		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)	

21.003		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)
21.003.08.244.0017.2.217		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
541 - 3.3.90.30.00.00	31936	MATERIAL DE CONSUMO
21.004		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)
21.004.08.244.0017.2.222		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
555 - 3.3.90.30.00.00	31935	MATERIAL DE CONSUMO
22		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO (DFOE)
22.003		DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS (DSU)
22.003.15.452.0006.2.226		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS
600 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
23		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (SAMASAN)
23.001		GABINETE DO SECRETARIO
23.001.04.122.0002.2.235		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO
679 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
23.003		DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (DMAS)
23.003.18.541.0021.2.259		ATENÇÃO AO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO RECICLÁVEL
774 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
24		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO (SEDECTUR)
24.002		DIRETORIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E TURISMO (DICPS)
24.002.23.695.0019.2.414		MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TURISMO
833 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.003		DIRETORIA DO TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO (DITD)
24.003.11.334.0008.2.411		MANUTENÇÃO DA SALA DO EMPREENDEDOR E AGENCIA DE FOMENTO
848 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
26		SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARENCIA
26.001		GABINETE DO SECRETARIO
26.001.04.122.0002.2.121		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO
898 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
27		SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE ACOLHIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO FAMILIAR
27.002		DIRETORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS COMUNITARIOS
27.002.14.244.0022.2.127		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
922 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Total Suplementação:		1.513.325,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita	
Receita: 1.1.1.2.50.0.1 Fonte: 1000	444.475,00
Receita: 1.1.1.2.50.0.1 Fonte: 1028	145.425,00
Receita: 1.1.2.1.01.0.1 Fonte: 1510	20.000,00
Receita: 1.1.2.2.01.0.1 Fonte: 1511	70.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 Fonte: 1000	716.425,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 Fonte: 1026	14.000,00
Receita: 1.7.1.6.50.0.1 Fonte: 31935	8.000,00
Receita: 1.7.1.6.50.0.1 Fonte: 31936	2.000,00
Receita: 1.7.5.1.50.0.1 Fonte: 1022	93.000,00
Total da Receita:	1.513.325,00

Art 3º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FÉ, PR, em 18 de Novembro de 2025.

EDSON PALOTTA NETTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:AF202224

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 15.642 HOM LEILÃO 04

PORTARIA Nº 15.642

Data: 18 de novembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Inciso II, Art. 88, da Lei Orgânica Municipal **RESOLVE:**

TORNAR PÚBLICO, a homologação do procedimento licitatório na modalidade Leilão nº 042025, de 11 de novembro de 2025, cujo objeto é: Concessão onerosa de Direito Real de Uso

dos bens móveis pertencentes ao Município de Santa Izabel do Oeste - PR, vinculados ao Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico - PRODES, e a adjudicação em favor da(s)

seguinte(s) empresa(s):

Vencedores dos Itens						
4326 - EMBUTIDOS RIO DA PRATA LTDA						
Lote: 1 - LOTE 1						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONCESSÃO ONEROSA DE DIRETO REAL DE USO ENSACADEIRA ELÉTRICA DE LINGUIÇA, CAPACIDADE DE 30 KG, EM AÇO INOX 304, COM FUNIS DE 16, 19, 22 E 25 MM, SEM PEDESTAL, MARCA SOTRONIC, MODELO ST- 0511.	UNIDADE	sotronic	1	R$30.000,00	R$30.000,00
2	CONCESSÃO ONEROSA DE DIRETO REAL DE USO 01 (UMA) CÂMARA FRIGORÍFICA PARA CARNES RESFRIADAS, DIMENSÕES EXTERNAS DE 2,70X4,00X2,61M (LXPXA), PAINÉIS EM PIR 70MM, FORÇADOR DE AR COM 5 MOTO-VENTILADORES, CONDENSADOR DE 3HP, QUADRO DE COMANDO COMPLETO, MARCA TECNO MÁQUINAS	UNIDADE	Própria	1	R$30.000,00	R$30.000,00
Total do Fornecedor:						R$60.000,00

Gabinete do Prefeito de Santa Izabel do Oeste, em 18 de novembro de 2025.

JEAN PIERR CATTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:69AC6332

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

CONSOLIDADO									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.540.000,00	51.121.247,77	9.246.308,28	34.631.322,64	16.489.925,13	6.537.396,62	31.420.882,43	19.700.365,34	30.319.987,20
DESPESAS CORRENTES	27.125.250,00	30.686.306,01	5.381.640,23	23.186.943,33	7.499.362,68	5.465.075,68	22.969.158,45	7.717.147,56	22.253.810,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.371.950,00	15.180.128,14	2.477.821,56	11.893.694,09	3.286.434,05	2.473.717,42	11.889.589,95	3.290.538,19	11.716.997,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	250.000,00	46.436,43	237.752,20	12.247,80	46.436,43	237.752,20	12.247,80	237.752,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.503.300,00	15.256.177,87	2.857.382,24	11.055.497,04	4.200.680,83	2.944.921,83	10.841.816,30	4.414.361,57	10.299.061,15
DESPESAS DE CAPITAL	1.272.250,00	20.292.441,76	3.864.668,05	11.444.379,31	8.848.062,45	1.072.320,94	8.451.723,98	11.840.717,78	8.066.176,54
INVESTIMENTOS	902.250,00	19.922.441,76	3.800.912,59	11.133.591,68	8.788.850,08	1.008.565,48	8.140.936,35	11.781.505,41	7.755.388,91
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	370.000,00	370.000,00	63.755,46	310.787,63	59.212,37	63.755,46	310.787,63	59.212,37	310.787,63

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	142.500,00	142.500,00	0,00	0,00	142.500,00	0,00	0,00	142.500,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	28.540.000,00	51.121.247,77	9.246.308,28	34.631.322,64	16.489.925,13	6.537.396,62	31.420.882,43	19.700.365,34	30.319.987,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	28.540.000,00	51.121.247,77	9.246.308,28	34.631.322,64	16.489.925,13	6.537.396,62	31.420.882,43	19.700.365,34	30.319.987,20
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	896.939,43	1.062.910,61	(1.062.910,61)	2.163.805,84
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	28.540.000,00	51.121.247,77	9.246.308,28	34.631.322,64	16.489.925,13	7.434.336,05	32.483.793,04	18.637.454,73	32.483.793,04

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:0339DA3F

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:F6DB73BB

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.500.000,00	45.138.670,10	7.434.336,05	16,47	32.483.793,04	71,96	12.654.877,06
RECEITAS CORRENTES	28.500.000,00	33.008.654,02	6.341.942,98	19,21	29.084.203,74	88,11	3.924.450,28
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.726.100,00	2.598.414,30	467.303,81	17,98	2.369.123,28	91,18	229.291,02
IMPOSTOS	1.553.400,00	2.415.714,30	456.055,12	18,88	2.192.435,57	90,76	223.278,73
TAXAS	172.700,00	182.700,00	11.248,69	6,16	176.687,71	96,71	6.012,29
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	500.150,00	500.150,00	58.683,24	11,73	357.070,03	71,39	143.079,97
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	500.150,00	500.150,00	58.683,24	11,73	357.070,03	71,39	143.079,97
RECEITA PATRIMONIAL	155.150,00	263.654,35	178.596,68	67,74	841.760,28	319,27	(578.105,93)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	15.150,00	15.150,00	1.683,46	11,11	17.778,10	117,35	(2.628,10)
VALORES MOBILIÁRIOS	140.000,00	248.504,35	176.913,22	71,19	823.982,18	331,58	(575.477,83)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	70.600,00	75.685,89	3.711,79	4,90	20.055,88	26,50	55.630,01
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	5.085,89	0,00	0,00	5.085,89	100,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	70.600,00	70.600,00	3.711,79	5,26	14.969,99	21,20	55.630,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.048.000,00	29.545.433,37	5.633.647,46	19,07	25.468.763,73	86,20	4.076.669,64
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	17.636.000,00	20.563.085,29	4.174.268,07	20,30	17.419.537,22	84,71	3.143.548,07
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	5.712.000,00	6.282.348,08	1.012.344,22	16,11	5.657.016,53	90,05	625.331,55

TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	2.700.000,00	2.700.000,00	447.035,17	16,56	2.392.209,98	88,60	307.790,02
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	25.316,11	0,00	0,00	27.430,54	108,35	(2.114,43)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	17.901,76	0,00	0,00	17.901,76	100,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	7.414,35	0,00	0,00	9.468,42	127,70	(2.054,07)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	60,36	0,00	(60,36)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	12.130.016,08	1.092.393,07	9,01	3.399.589,30	28,03	8.730.426,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	12.130.016,08	1.092.393,07	9,01	3.399.589,30	28,03	8.730.426,78
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	2.078.850,49	198.000,00	9,52	335.629,70	16,14	1.743.220,79
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	10.051.165,59	894.393,07	8,90	3.063.959,60	30,48	6.987.205,99
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas No bimestre (b)	% (b/a) Até o bimestre		% (c/a)	Saldo a realizar (a - c)
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	28.500.000,00	45.138.670,10	7.434.336,05	16,47	32.483.793,04	71,96	12.654.877,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	28.500.000,00	45.138.670,10	7.434.336,05	16,47	32.483.793,04	71,96	12.654.877,06
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	28.500.000,00	45.138.670,10	7.434.336,05	16,47	32.483.793,04	71,96	12.654.877,06
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.987.744,13	0,00	0,00	5.987.744,13	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	5.987.744,13	0,00	0,00	5.987.744,13	100,00	0,00

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:08E56F5D

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	Saldo a realizar (a - c)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:2C51CE16

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ORGÃO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ORGÃO

Categoria		Autorizada	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	317.000,00	697.000,00	262.503,09	261.616,99	239.781,45
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	145.000,00	155.000,00	126.426,02	126.426,02	124.640,36
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	145.000,00	155.000,00	126.426,02	126.426,02	124.640,36
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00	130.000,00	106.037,39	106.037,39	106.037,39
3.1.90.11.01.00	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	102.110,78	102.110,78	102.110,78
3.1.90.11.01.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL EFETIVO	0,00	0,00	747,48	747,48	747,48
3.1.90.11.01.07	REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	101.363,30	101.363,30	101.363,30
3.1.90.11.43.00	13º SALÁRIO	0,00	0,00	248,01	248,01	248,01

3.1.90.11.43.07	13º SALÁRIO - MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	248,01	248,01	248,01
3.1.90.11.45.00	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	0,00	3.678,60	3.678,60	3.678,60
3.1.90.11.45.07	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	3.678,60	3.678,60	3.678,60
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00	25.000,00	20.388,63	20.388,63	18.602,97
3.1.90.13.02.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	20.388,63	20.388,63	18.602,97
3.1.90.13.02.08	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS - SERVIDORES EFETIVOS	0,00	0,00	148,80	148,80	148,80
3.1.90.13.02.09	INSS SOBRE A REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	20.239,83	20.239,83	18.454,17
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	172.000,00	542.000,00	136.077,07	135.190,97	115.141,09
3.3.50.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	75.000,00	75.000,00	71.801,52	71.801,52	51.937,80
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	75.000,00	75.000,00	71.801,52	71.801,52	51.937,80
3.3.50.43.06.00	INSTITUIÇÃO DE CARÁTER DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	71.801,52	71.801,52	51.937,80
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	97.000,00	467.000,00	64.275,55	63.389,45	63.203,29
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	35.500,00	135.500,00	4.771,35	4.771,35	4.585,19
3.3.90.30.01.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	0,00	0,00	2.404,05	2.404,05	2.217,89
3.3.90.30.01.02	GASOLINA	0,00	0,00	2.404,05	2.404,05	2.217,89
3.3.90.30.04.00	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	0,00	0,00	45,00	45,00	45,00
3.3.90.30.07.00	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	1.228,60	1.228,60	1.228,60
3.3.90.30.07.99	OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	0,00	0,00	1.228,60	1.228,60	1.228,60
3.3.90.30.21.00	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	0,00	534,31	534,31	534,31
3.3.90.30.24.00	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	559,39	559,39	559,39
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.500,00	312.500,00	43.945,59	43.662,35	43.662,35
3.3.90.39.05.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	0,00	0,00	34.373,12	34.373,12	34.373,12
3.3.90.39.16.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	850,00	850,00	850,00
3.3.90.39.19.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	504,00	504,00	504,00
3.3.90.39.19.04	SERVIÇOS GERAIS DE MECÂNICA VEICULAR	0,00	0,00	459,00	459,00	459,00
3.3.90.39.19.99	OUTROS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	45,00	45,00	45,00
3.3.90.39.41.00	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	42,58	42,58	42,58
3.3.90.39.43.00	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	3.339,10	3.339,10	3.339,10
3.3.90.39.43.99	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA DOS DEMAIS SETORES DA ADMINISTR	0,00	0,00	3.339,10	3.339,10	3.339,10
3.3.90.39.44.00	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	646,95	646,95	646,95
Categoria		Autorizada	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
3.3.90.39.44.99	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DOS DEMAIS SETORES DA ADMINISTRAÇÃ	0,00	0,00	646,95	646,95	646,95
3.3.90.39.58.00	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	0,00	0,00	36,69	36,69	36,69
3.3.90.39.69.00	SEGUROS EM GERAL	0,00	0,00	1.320,75	1.320,75	1.320,75
3.3.90.39.69.99	DEMAIS SEGUROS EM GERAL	0,00	0,00	1.320,75	1.320,75	1.320,75
3.3.90.39.77.00	VIGILÂNCIA OSTENSIVA/MONITORADA	0,00	0,00	2.832,40	2.549,16	2.549,16
3.3.90.39.77.99	VIGILÂNCIA DEMAIS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	2.832,40	2.549,16	2.549,16
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	4.000,00	4.000,00	2.855,02	2.252,16	2.252,16
3.3.90.40.01.00	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	0,00	0,00	1.022,76	1.022,76	1.022,76
3.3.90.40.12.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	0,00	0,00	466,26	0,00	0,00
3.3.90.40.97.00	DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO	0,00	0,00	1.366,00	1.229,40	1.229,40
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	13.500,00	13.500,00	12.703,59	12.703,59	12.703,59
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS		**322.000,00**	**702.000,00**	**262.503,09**	**261.616,99**	**239.781,45**
Critério de seleção:						
Orgão: 09						
Subfunção: 243						
Empenhos e liquidações do exercício e de restos						

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:1C1DED86

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	28.540.000,00	51.121.247,77	9.246.308,28	34.631.322,64	100,00	16.489.925,13	6.537.396,62	31.420.882,43	100,00	19.700.365,34
LEGISLATIVA	1.950.000,00	1.950.000,00	414.262,70	1.401.698,49	4,05	548.301,51	250.462,70	1.237.898,49	3,94	712.101,51
ADMINISTRAÇÃO	3.336.790,00	4.096.685,61	772.441,97	3.300.953,08	9,53	795.732,53	717.583,24	3.233.325,63	10,29	863.359,98
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.622.300,00	2.525.743,61	456.520,84	1.704.739,56	4,92	821.004,05	449.907,99	1.690.096,99	5,38	835.646,62
PREVIDÊNCIA SOCIAL	53.000,00	38.000,00	3.724,00	28.232,25	0,08	9.767,75	3.724,00	28.232,25	0,09	9.767,75
SAÚDE	6.846.210,00	9.621.831,18	2.362.706,88	6.929.356,58	20,01	2.692.474,60	1.613.797,19	6.055.119,60	19,27	3.566.711,58
EDUCAÇÃO	6.994.350,00	9.313.899,12	1.353.714,61	5.771.753,02	16,67	3.542.146,10	1.367.786,36	5.648.797,72	17,98	3.665.101,40
CULTURA	432.500,00	470.492,00	32.362,84	205.231,58	0,59	265.260,42	32.089,64	203.435,14	0,65	267.056,86
URBANISMO	1.565.250,00	5.388.060,18	361.327,42	2.252.495,69	6,50	3.135.564,49	440.681,12	2.241.307,44	7,13	3.146.752,74
GESTÃO AMBIENTAL	324.000,00	5.609.988,12	416.629,59	5.192.186,64	14,99	417.801,48	409.438,19	5.178.652,00	16,48	431.336,12
AGRICULTURA	1.293.000,00	5.983.632,71	2.093.631,30	2.945.214,55	8,50	3.038.418,16	250.978,83	1.076.585,18	3,43	4.907.047,53
INDÚSTRIA	15.000,00	20.000,00	2.796,90	2.796,90	0,01	17.203,10	2.796,90	2.796,90	0,01	17.203,10
TRANSPORTE	1.855.800,00	3.850.722,60	573.935,23	3.257.637,21	9,41	593.085,39	563.472,69	3.193.406,28	10,16	657.316,32
DESPORTO E LAZER	939.000,00	1.037.874,24	184.473,65	756.042,26	2,18	281.831,98	216.897,42	748.243,98	2,38	289.630,26
ENCARGOS ESPECIAIS	1.170.300,00	1.071.818,40	217.780,35	882.984,83	2,55	188.833,57	217.780,35	882.984,83	2,81	188.833,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	142.500,00	142.500,00	0,00	0,00	0,00	142.500,00	0,00	0,00	0,00	142.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	28.540.000,00	51.121.247,77	9.246.308,28	34.631.322,64	100,00	16.489.925,13	6.537.396,62	31.420.882,43	100,00	19.700.365,34

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:43233241

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	28.540.000,00	51.121.247,77	9.246.308,28	34.631.322,64	100,00	16.489.925,13	6.537.396,62	31.420.882,43	100,00	19.700.365,34
LEGISLATIVA	1.950.000,00	1.950.000,00	414.262,70	1.401.698,49	4,05	548.301,51	250.462,70	1.237.898,49	3,94	712.101,51
AÇÃO LEGISLATIVA	1.950.000,00	1.950.000,00	414.262,70	1.401.698,49	4,05	548.301,51	250.462,70	1.237.898,49	3,94	712.101,51
ADMINISTRAÇÃO	3.336.790,00	4.096.685,61	772.441,97	3.300.953,08	9,53	795.732,53	717.583,24	3.233.325,63	10,29	863.359,98
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.851.790,00	3.611.685,61	692.643,38	2.926.286,67	8,45	685.398,94	641.784,65	2.862.659,22	9,11	749.026,39
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	485.000,00	485.000,00	79.798,59	374.666,41	1,08	110.333,59	75.798,59	370.666,41	1,18	114.333,59
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.622.300,00	2.525.743,61	456.520,84	1.704.739,56	4,92	821.004,05	449.907,99	1.690.096,99	5,38	835.646,62
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	38.800,00	52.187,15	7.786,70	20.394,65	0,06	31.792,50	10.230,10	20.258,05	0,06	31.929,10
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	322.000,00	702.000,00	63.928,79	262.503,09	0,76	439.496,91	63.325,93	261.616,99	0,83	440.383,01
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.261.500,00	1.771.556,46	384.805,35	1.421.841,82	4,11	349.714,64	376.351,96	1.408.221,95	4,48	363.334,51
PREVIDÊNCIA SOCIAL	53.000,00	38.000,00	3.724,00	28.232,25	0,08	9.767,75	3.724,00	28.232,25	0,09	9.767,75
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	53.000,00	38.000,00	3.724,00	28.232,25	0,08	9.767,75	3.724,00	28.232,25	0,09	9.767,75
SAÚDE	6.846.210,00	9.621.831,18	2.362.706,88	6.929.356,58	20,01	2.692.474,60	1.613.797,19	6.055.119,60	19,27	3.566.711,58
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.020.000,00	863.195,00	112.757,27	565.092,59	1,63	298.102,41	100.949,36	552.096,85	1,76	311.098,15
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	471.000,00	561.045,88	87.531,19	429.402,38	1,24	131.643,50	87.531,19	429.402,38	1,37	131.643,50
ATENÇÃO BÁSICA	3.437.510,00	5.135.409,76	1.603.637,57	3.635.783,92	10,50	1.499.625,84	962.147,55	2.962.887,69	9,43	2.172.522,07
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	815.600,00	1.531.626,49	216.031,14	1.257.281,09	3,63	274.345,40	271.745,85	1.247.985,20	3,97	283.641,29
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	670.000,00	780.272,80	127.645,18	586.330,58	1,69	193.942,22	113.959,71	545.701,30	1,74	234.571,50
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	272.600,00	283.654,38	36.496,94	162.013,96	0,47	121.640,42	36.496,94	162.013,96	0,52	121.640,42
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	157.500,00	464.626,87	178.607,59	293.452,06	0,85	171.174,81	40.966,59	155.032,22	0,49	309.594,65
EDUCAÇÃO	6.994.350,00	9.313.899,12	1.353.714,61	5.771.753,02	16,67	3.542.146,10	1.367.786,36	5.648.797,72	17,98	3.665.101,40
ATENÇÃO BÁSICA	134.000,00	45.834,39	0,00	45.834,39	0,13	0,00	2.085,80	45.834,39	0,15	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	4.869.350,00	7.132.484,44	992.028,37	4.078.781,60	11,78	3.053.702,84	1.001.907,45	3.957.142,87	12,59	3.175.341,57
ENSINO MÉDIO	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENSINO SUPERIOR	180.000,00	130.000,00	29.117,60	97.361,97	0,28	32.638,03	29.117,60	97.361,97	0,31	32.638,03
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.546.000,00	1.742.686,68	312.784,00	1.359.967,87	3,93	382.718,81	314.890,87	1.358.651,30	4,32	384.035,38
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.000,00	2.893,61	0,00	893,61	0,00	2.000,00	0,00	893,61	0,00	2.000,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	260.000,00	260.000,00	19.784,64	188.913,58	0,55	71.086,42	19.784,64	188.913,58	0,60	71.086,42
CULTURA	432.500,00	470.492,00	32.362,84	205.231,58	0,59	265.260,42	32.089,64	203.435,14	0,65	267.056,86
DIFUSÃO CULTURAL	426.500,00	464.492,00	32.362,84	200.231,58	0,58	264.260,42	32.089,64	198.435,14	0,63	266.056,86
TURISMO	6.000,00	6.000,00	0,00	5.000,00	0,01	1.000,00	0,00	5.000,00	0,02	1.000,00
URBANISMO	1.565.250,00	5.388.060,18	361.327,42	2.252.495,69	6,50	3.135.564,49	440.681,12	2.241.307,44	7,13	3.146.752,74
ADMINISTRAÇÃO GERAL	633.000,00	453.000,00	56.813,30	295.299,03	0,85	157.700,97	57.345,05	295.073,81	0,94	157.926,19
INFRA-ESTRUTURA URBANA	932.250,00	4.935.060,18	304.514,12	1.957.196,66	5,65	2.977.863,52	383.336,07	1.946.233,63	6,19	2.988.826,55
GESTÃO AMBIENTAL	324.000,00	5.609.988,12	416.629,59	5.192.186,64	14,99	417.801,48	409.438,19	5.178.652,00	16,48	431.336,12
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	324.000,00	5.609.988,12	416.629,59	5.192.186,64	14,99	417.801,48	409.438,19	5.178.652,00	16,48	431.336,12
AGRICULTURA	1.293.000,00	5.983.632,71	2.093.631,30	2.945.214,55	8,50	3.038.418,16	250.978,83	1.076.585,18	3,43	4.907.047,53
ADMINISTRAÇÃO GERAL	636.000,00	666.000,00	123.636,38	533.475,03	1,54	132.524,97	111.125,35	520.850,70	1,66	145.149,30
EXTENSÃO RURAL	657.000,00	5.317.632,71	1.969.994,92	2.411.739,52	6,96	2.905.893,19	139.853,48	555.734,48	1,77	4.761.898,23
INDÚSTRIA	15.000,00	20.000,00	2.796,90	2.796,90	0,01	17.203,10	2.796,90	2.796,90	0,01	17.203,10
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	15.000,00	20.000,00	2.796,90	2.796,90	0,01	17.203,10	2.796,90	2.796,90	0,01	17.203,10
TRANSPORTE	1.855.800,00	3.850.722,60	573.935,23	3.257.637,21	9,41	593.085,39	563.472,69	3.193.406,28	10,16	657.316,32
ADMINISTRAÇÃO GERAL	755.000,00	942.000,00	179.346,33	870.865,91	2,51	71.134,09	175.409,73	865.356,07	2,75	76.643,93
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.100.800,00	2.908.722,60	394.588,90	2.386.771,30	6,89	521.951,30	388.062,96	2.328.050,21	7,41	580.672,39
DESPORTO E LAZER	939.000,00	1.037.874,24	184.473,65	756.042,26	2,18	281.831,98	216.897,42	748.243,98	2,38	289.630,26
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	170.000,00	165.000,00	23.090,98	93.079,44	0,27	71.920,56	23.090,98	93.079,44	0,30	71.920,56
DESPORTO COMUNITÁRIO	769.000,00	872.874,24	161.382,67	662.962,82	1,91	209.911,42	193.806,44	655.164,54	2,09	217.709,70
ENCARGOS ESPECIAIS	1.170.300,00	1.071.818,40	217.780,35	882.984,83	2,55	188.833,57	217.780,35	882.984,83	2,81	188.833,57
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	620.000,00	620.000,00	110.191,89	548.539,83	1,58	71.460,17	110.191,89	548.539,83	1,75	71.460,17
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	550.300,00	451.818,40	107.588,46	334.445,00	0,97	117.373,40	107.588,46	334.445,00	1,06	117.373,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	142.500,00	142.500,00	0,00	0,00	0,00	142.500,00	0,00	0,00	0,00	142.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	142.500,00	142.500,00	0,00	0,00	0,00	142.500,00	0,00	0,00	0,00	142.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	28.540.000,00	51.121.247,77	9.246.308,28	34.631.322,64	100,00	16.489.925,13	6.537.396,62	31.420.882,43	100,00	19.700.365,34

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:202E8935

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AÇÃO LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:CD7E2ADF

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

CONSOLIDADO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	0,00	15.014,05	(15.014,05)
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	15.014,05	(15.014,05)
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	15.014,05	(15.014,05)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	15.014,05	(15.014,05)

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	200.524,24	174.991,59	153.842,12	153.842,12	0,00	25.532,65
Investimentos	200.524,24	174.991,59	153.842,12	153.842,12	0,00	25.532,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	200.524,24	174.991,59	153.842,12	153.842,12	0,00	25.532,65

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	(157.713,94)	(159.977,54)	(317.691,48)

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:81D3D81E

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

CONSOLIDADO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Setembro a Outubro de 2025		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00

Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	33.008.654,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota:											

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:3C16B574

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

CONSOLIDADO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	20.292.441,76	11.444.379,31	8.848.062,45
Investimentos	19.922.441,76	11.133.591,68	8.788.850,08
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	370.000,00	310.787,63	59.212,37
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	20.292.441,76	11.444.379,31	8.848.062,45
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	20.292.441,76	11.444.379,31	8.848.062,45

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:374EC9A1

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

CONSOLIDADO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	2.415.714,30	2.192.435,57
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	355.570,00	190.923,73
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	375.645,74	395.747,58
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	644.968,56	727.626,47
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.039.530,00	878.137,79
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	27.201.833,29	22.887.083,26
2.1 - Cota-parte FPM	20.185.431,20	16.754.385,50
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.934.913,64	15.253.867,94
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.250.517,56	1.500.517,56
2.2 - Cota-parte ICMS	6.000.000,00	5.098.108,61
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	65.000,00	73.902,38
2.4 - Cota-parte ITR	10.000,00	34.354,01
2.5 - Cota-parte IPVA	900.000,00	872.099,15
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	41.402,09	54.233,61

3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	29.617.547,59	25.079.518,83
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	4.990.263,15	4.277.313,14
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.414.123,75	1.992.566,57
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.778.290,44	2.489.912,86
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.700.000,00	2.403.532,09
6.1.1 - Principal	2.700.000,00	2.392.209,98
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	11.322,11
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	78.290,44	86.380,77
6.4.1 - Principal	78.290,44	86.380,77
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(2.290.263,15)	(1.885.103,16)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	14.196,27
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	14.196,27
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	2.504.109,13

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	2.708.186,71	2.432.868,92	2.432.868,92	2.406.825,76	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.627.196,27	2.355.429,17	2.355.429,17	2.329.386,01	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	812.000,00	744.240,46	744.240,46	738.502,69	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	1.659.196,27	1.487.513,63	1.487.513,63	1.468.319,57	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	156.000,00	123.675,08	123.675,08	122.563,75	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	80.990,44	77.439,75	77.439,75	77.439,75	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	80.990,44	77.439,75	77.439,75	77.439,75	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO	2.482.575,07	2.482.575,07	2.456.531,91	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.405.135,32	2.405.135,32	2.379.092,16	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	77.439,75	77.439,75	77.439,75	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.341.232,90	2.341.232,90	2.315.189,74	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.682.472,46	2.341.232,90	2.341.232,90	97,41
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	248.991,29	7.337,79	7.337,79	0,00	0,29

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	276.171,90	14.196,27	14.196,27	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	275.693,62	14.196,27	14.196,27	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	478,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.175.882,70	2.467.143,59	2.443.666,77	2.335.826,38	23.476,82
20.1 - Educação Infantil	829.709,02	497.834,03	496.517,46	482.936,09	1.316,57
20.2 - Ensino Fundamental	3.247.173,68	1.906.973,56	1.884.813,31	1.803.554,29	22.160,25

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	97.000,00	62.336,00	62.336,00	49.336,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	6.710.369,41	4.760.805,08	4.737.328,26	4.617.556,04	23.476,82
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.665.709,02	1.262.929,84	1.261.613,27	1.242.294,13	1.316,57
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	5.044.660,39	3.497.875,24	3.475.714,99	3.375.261,91	22.160,25

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	Valor
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.443.666,77
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.277.313,14
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS	0,00
AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	6.720.979,91

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			6.269.879,71	6.720.979,91	26,80
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	470.000,00	367.739,17
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	310.000,00	285.787,63
31.1.1 - Salário-Educação	200.000,00	195.894,58
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	65.000,00	57.185,38
31.1.4 - PNATE	45.000,00	32.707,67
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	160.000,00	61.903,73
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	20.047,81

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.295.695,32	665.298,42	565.819,94	556.024,10	99.478,48
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	76.977,66	96.113,41	96.113,41	96.113,41	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.087.824,05	471.118,65	371.640,17	365.581,51	99.478,48
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	130.000,00	97.172,75	97.172,75	93.435,57	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	893,61	893,61	893,61	893,61	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	9.268.064,73	5.629.213,35	5.506.258,05	5.362.578,66	122.955,30
33.1 - Despesas Correntes	7.205.487,96	5.463.729,91	5.449.674,61	5.360.262,66	14.055,30
33.1.1 - Pessoal Ativo	5.089.112,27	4.056.239,73	4.056.239,73	4.006.186,52	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	70.000,00	62.336,00	62.336,00	49.336,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	2.046.375,69	1.345.154,18	1.331.098,88	1.304.740,14	14.055,30
33.2 - Despesas de Capital	2.062.576,77	165.483,44	56.583,44	2.316,00	108.900,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	2.062.576,77	165.483,44	56.583,44	2.316,00	108.900,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	14.373,29	284,16
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.532.897,70	195.894,58
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.470.728,18	176.962,71
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	76.542,81	19.216,03
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	76.542,81	19.216,03

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:CF8781C8

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

CONSOLIDADO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	33.008.654,02	29.084.203,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.598.414,30	2.369.123,28
IPTU	355.570,00	190.923,73
ISS	644.968,56	727.626,47
ITBI	375.645,74	395.747,58
IRRF	1.039.530,00	878.137,79
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	182.700,00	176.687,71
Contribuições	500.150,00	357.070,03
Receita patrimonial	263.654,35	841.760,28
Aplicações Financeiras (II)	248.504,35	823.982,18
Outras Receitas Patrimoniais	15.150,00	17.778,10
Transferências correntes	29.545.433,37	25.468.763,73
Cota-Parte do FPM	16.765.431,20	13.703.612,29
Cota-Parte do ICMS	4.800.000,00	4.078.487,05
Cota-Parte do IPVA	720.000,00	697.679,21
Cota-Parte do ITR	8.000,00	27.483,28
Transferências da LC 61/1989	52.000,00	59.122,48

Transferências do FUNDEB	2.778.290,44	2.521.575,59
Outras transferências correntes	4.421.711,73	4.380.803,83
Demais receitas correntes	101.002,00	47.486,42
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	101.002,00	47.486,42
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	32.760.149,67	28.260.221,56
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	12.130.016,08	3.399.589,30
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	12.130.016,08	3.399.589,30
Convênios	9.101.165,59	2.202.290,40
Outras Transferências de Capital	3.028.850,49	1.197.298,90
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	12.130.016,08	3.399.589,30
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	44.890.165,75	31.659.810,86
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	44.890.165,75	31.659.810,86

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	30.686.306,01	23.186.943,33	22.969.158,45	22.253.810,66	0,00	31.490,56	31.490,56
Pessoal e encargos sociais	15.180.128,14	11.893.694,09	11.889.589,95	11.716.997,31	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	250.000,00	237.752,20	237.752,20	237.752,20	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	15.256.177,87	11.055.497,04	10.841.816,30	10.299.061,15	0,00	31.490,56	31.490,56
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	30.436.306,01	22.949.191,13	22.731.406,25	22.016.058,46	0,00	31.490,56	31.490,56
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	20.292.441,76	11.444.379,31	8.451.723,98	8.066.176,54	685.321,94	174.811,09	174.811,09
Investimentos	19.922.441,76	11.133.591,68	8.140.936,35	7.755.388,91	685.321,94	174.811,09	174.811,09
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	370.000,00	310.787,63	310.787,63	310.787,63	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	19.922.441,76	11.133.591,68	8.140.936,35	7.755.388,91	685.321,94	174.811,09	174.811,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	142.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	50.501.247,77	34.082.782,81	30.872.342,60	29.771.447,37	685.321,94	206.301,65	206.301,65
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	50.501.247,77	34.082.782,81	30.872.342,60	29.771.447,37	685.321,94	206.301,65	206.301,65
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							996.739,90
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							996.739,90

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	28.000.000,00	
JUROS NOMINAIS	Até Outubro / 2025	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	823.982,18	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	237.752,20	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.582.969,88	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Outubro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	3.477.394,79	3.166.607,16
DEDUÇÕES (XL)	7.871.887,58	8.721.492,54
Disponibilidade de Caixa	7.871.887,58	8.721.492,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.567.365,89	9.926.450,44
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	685.321,94	1.100.895,23

(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.156,37	104.062,67
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(4.394.492,79)	(5.554.885,38)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	1.160.392,59	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Outubro / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	415.573,29	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/-	1.575.965,88	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	989.735,90	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.987.744,13	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.987.744,13	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:A4F30260

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CONTABILIDADE
10- DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE						
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA						
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025						
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)						
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS (b)**			**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	410.000,00		0,00			410.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	410.000,00		0,00			410.000,00
Alienação de Bens Móveis	400.000,00		0,00			400.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00		0,00			0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00		0,00			0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	10.000,00		0,00			10.000,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	410.000,00		0,00			410.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00
Investimentos	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.000,00
SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO (h)**		**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**			**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	(7.436,85)		0,00			(7.436,85)
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 17/11/2025 09:17						

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:4820DD3D

CONTABILIDADE
13- DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	175.700.000,00
Previsão Atualizada da Receita	205.028.429,91
Receitas Realizadas	131.156.611,66
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	6.299.402,85
Dotação Inicial	172.165.000,00
Créditos Adicionais	35.595.332,76
Dotação Atualizada	207.760.332,76
Despesas Empenhadas	131.192.085,82
Despesas Liquidadas	128.420.071,25
Despesas Pagas	124.025.123,84

Superávit Orçamentário	2.736.540,41			
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**			
Despesas Empenhadas	131.192.085,82			
Despesas Liquidadas	128.420.071,25			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**			
Receita Corrente Líquida	121.909.027,59			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	117.499.027,59			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	114.796.595,26			
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**			
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**		**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	1.104.122,21		0,00 %
Resultado Primário	(4.975.959,90)	2.365.640,63		(48,00 %)
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	457.565,00	0,00	457.565,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.135.384,64	128.040,41	2.007.344,23	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.592.949,64	128.040,41	2.464.909,23	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	18.875.386,03	25% / 18%		26,40
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	14.621.089,53	70%		80,67
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	5.000.000,00		4.307.000,00	
Despesa de Capital Líquida	33.579.100,54		43.584.101,92	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		400.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		410.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	15.057.502,27	15%		22,14
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas/RCL (%)				

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:0B07D3BD

CONTABILIDADE
1- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	175.700.000,00	205.028.429,91	28.029.755,49	13,67	131.156.611,66	63,97	73.871.818,25
RECEITAS CORRENTES	128.132.997,00	137.488.936,91	20.139.821,62	14,65	100.714.990,39	73,25	36.773.946,52
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.626.000,00	15.346.000,00	1.953.931,18	12,73	11.497.471,55	74,92	3.848.528,45
IMPOSTOS	11.665.000,00	12.385.000,00	1.588.217,09	12,82	9.273.527,03	74,88	3.111.472,97
TAXAS	2.961.000,00	2.961.000,00	365.714,09	12,35	2.223.944,52	75,11	737.055,48
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.600.000,00	2.600.000,00	381.417,11	14,67	1.947.368,67	74,90	652.631,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	2.600.000,00	2.600.000,00	381.417,11	14,67	1.947.368,67	74,90	652.631,33
RECEITA PATRIMONIAL	2.174.464,50	2.252.404,41	219.409,48	9,74	1.054.990,79	46,84	1.197.413,62
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	8.970,00	22,43	31.030,00
VALORES MOBILIÁRIOS	2.034.464,50	2.112.404,41	219.409,48	10,39	1.046.020,79	49,52	1.066.383,62
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00	43.850,00	146,17	73.648,81	245,50	(43.648,81)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	41.320,00	0,00	61.211,00	0,00	(61.211,00)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00	2.530,00	8,43	12.437,81	41,46	17.562,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108.587.532,50	117.145.532,50	17.521.010,08	14,96	85.927.064,75	73,35	31.218.467,75
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	59.186.390,00	66.661.390,00	10.525.538,00	15,79	49.179.065,13	73,77	17.482.324,87
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	27.826.142,50	28.909.142,50	3.988.362,24	13,80	20.573.844,86	71,17	8.335.297,64
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	380.000,00	380.000,00	26.000,00	6,84	182.000,00	47,89	198.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	195.000,00	195.000,00	21.476,73	11,01	146.754,93	75,26	48.245,07
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	21.000.000,00	21.000.000,00	2.959.633,11	14,09	15.845.399,83	75,45	5.154.600,17
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115.000,00	115.000,00	20.203,77	17,57	214.445,82	186,47	(99.445,82)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	10.000,00	10.000,00	4.972,59	49,73	19.030,61	190,31	(9.030,61)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	105.000,00	105.000,00	15.231,18	14,51	195.415,21	186,11	(90.415,21)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	47.567.003,00	67.539.493,00	7.889.933,87	11,68	30.441.621,27	45,07	37.097.871,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	9.307.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	53,72	4.307.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	200.000,00	9.307.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	53,72	4.307.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	46.967.003,00	57.832.493,00	7.889.933,87	13,64	25.441.621,27	43,99	32.390.871,73
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	3.378.003,00	3.378.003,00	1.568.003,00	46,42	1.568.003,00	46,42	1.810.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	43.589.000,00	54.454.490,00	6.321.930,87	11,61	23.873.618,27	43,84	30.580.871,73
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	175.700.000,00	205.028.429,91	28.029.755,49	13,67	131.156.611,66	63,97	73.871.818,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	175.700.000,00	205.028.429,91	28.029.755,49	13,67	131.156.611,66	63,97	73.871.818,25
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	175.700.000,00	205.028.429,91	28.029.755,49	13,67	131.156.611,66	63,97	73.871.818,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.299.402,85	0,00	0,00	6.299.402,85	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	6.299.402,85	0,00	0,00	6.299.402,85	100,00	0,00

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:11DF423F

CONTABILIDADE
2- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	172.165.000,00	207.760.332,76	24.218.362,57	131.192.085,82	76.568.246,94	26.884.475,79	128.420.071,25	79.340.261,51	124.025.123,84
DESPESAS CORRENTES	120.972.997,00	130.297.130,30	20.024.874,60	97.612.985,28	32.684.145,02	20.392.996,72	96.882.400,97	33.414.729,33	92.987.281,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.221.200,00	49.150.685,47	7.676.336,97	37.145.150,45	12.005.535,02	7.676.336,97	37.145.150,45	12.005.535,02	36.611.073,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.700.000,00	2.700.000,00	659.899,86	2.625.304,73	74.695,27	659.899,86	2.625.304,73	74.695,27	2.625.304,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.051.797,00	78.446.444,83	11.688.637,77	57.842.530,10	20.603.914,73	12.056.759,89	57.111.945,79	21.334.499,04	53.750.903,60
DESPESAS DE CAPITAL	50.892.003,00	77.163.202,46	4.193.487,97	33.579.100,54	43.584.101,92	6.491.479,07	31.537.670,28	45.625.532,18	31.037.841,94

INVESTIMENTOS	49.692.003,00	75.963.202,46	3.865.640,10	32.459.322,44	43.503.880,02	6.163.631,20	30.417.892,18	45.545.310,28	29.918.063,84
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.200.000,00	1.200.000,00	327.847,87	1.119.778,10	80.221,90	327.847,87	1.119.778,10	80.221,90	1.119.778,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	172.165.000,00	207.760.332,76	24.218.362,57	131.192.085,82	76.568.246,94	26.884.475,79	128.420.071,25	79.340.261,51	124.025.123,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	172.165.000,00	207.760.332,76	24.218.362,57	131.192.085,82	76.568.246,94	26.884.475,79	128.420.071,25	79.340.261,51	124.025.123,84
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	3.535.000,00	0,00	3.811.392,92	0,00	0,00	1.145.279,70	2.736.540,41	(2.736.540,41)	7.131.487,82
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	175.700.000,00	207.760.332,76	28.029.755,49	131.192.085,82	76.568.246,94	28.029.755,49	131.156.611,66	76.603.721,10	131.156.611,66

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:C5A9232A

CONTABILIDADE
6- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	128.562.997,00	20.816.613,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.626.000,00	1.718.019,54
IPTU	4.550.000,00	211.630,81
ISS	3.060.000,00	486.397,19
ITBI	1.005.000,00	198.411,02
IRRF	3.050.000,00	464.250,64
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.961.000,00	357.329,88
Contribuições	2.600.000,00	377.224,26
Receita patrimonial	2.204.464,50	181.880,36
Aplicações Financeiras (II)	2.064.464,50	181.880,36
Outras Receitas Patrimoniais	140.000,00	0,00
Transferências correntes	108.987.532,50	18.498.996,86
Cota-Parte do FPM	38.500.000,00	6.873.594,00
Cota-Parte do ICMS	19.420.000,00	2.849.262,58
Cota-Parte do IPVA	6.460.000,00	1.842.536,30
Cota-Parte do ITR	86.390,00	905,69
Transferências da LC 61/1989	179.400,00	38.030,20
Transferências do FUNDEB	23.600.000,00	4.583.276,69
Outras transferências correntes	20.741.742,50	2.311.391,40
Demais receitas correntes	145.000,00	40.492,65
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	145.000,00	40.492,65
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	126.498.532,50	20.634.733,31
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	47.657.003,00	1.316.627,97
Operações de Crédito (VIII)	200.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	400.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	400.000,00	0,00
Transferências de Capital	47.057.003,00	1.316.627,97
Convênios	16.704.000,00	1.316.627,97
Outras Transferências de Capital	30.353.003,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	47.457.003,00	1.316.627,97
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	173.955.535,50	21.951.361,28
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	173.955.535,50	21.951.361,28

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	121.026.685,81	17.082.432,88	15.853.406,48	13.260.284,36	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	48.939.185,47	6.769.268,14	6.769.268,14	6.351.459,77	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	2.700.000,00	424.975,72	424.975,72	424.975,72	0,00	0,00	0,00

Outras despesas correntes	69.387.500,34	9.888.189,02	8.659.162,62	6.483.848,87	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	118.326.685,81	16.657.457,16	15.428.430,76	12.835.308,64	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	56.324.620,07	4.995.320,64	2.577.232,51	2.145.749,94	139.740,00	470.019,46	235.729,56
Investimentos	55.124.620,07	4.833.052,17	2.414.964,04	1.983.481,47	139.740,00	470.019,46	235.729,56
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.200.000,00	162.268,47	162.268,47	162.268,47	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	55.124.620,07	4.833.052,17	2.414.964,04	1.983.481,47	139.740,00	470.019,46	235.729,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	173.751.305,88	21.490.509,33	17.843.394,80	14.818.790,11	139.740,00	470.019,46	235.729,56
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	173.751.305,88	21.490.509,33	17.843.394,80	14.818.790,11	139.740,00	470.019,46	235.729,56
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIIb + XXXIIc)]							6.757.101,61
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							6.757.101,61

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(4.975.959,89)	
JUROS NOMINAIS	Até Fevereiro / 2025	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	181.880,36	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	424.975,72	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	6.514.006,25	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Fevereiro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	15.522.395,32	15.360.126,85
DEDUÇÕES (XL)	9.064.651,72	11.708.234,91
Disponibilidade de Caixa	9.064.651,72	11.708.234,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.522.216,72	15.284.954,50
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	457.565,00	3.576.719,59
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	6.457.743,60	3.651.891,94
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	2.805.851,66	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(5.261.247,67)	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Fevereiro / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	3.119.154,59	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	5.925.006,25	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	6.168.101,61	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.966.305,88	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	4.966.305,88	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:3F085D17

CONTABILIDADE
9- DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	9.307.000,00	5.000.000,00	4.307.000,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	77.163.202,46	33.579.100,54	43.584.101,92
Investimentos	75.963.202,46	32.459.322,44	43.503.880,02
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.200.000,00	1.119.778,10	80.221,90
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	77.163.202,46	33.579.100,54	43.584.101,92
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	67.856.202,46	28.579.100,54	39.277.101,92

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:D3E77CBF

CONTABILIDADE
ANEXO 01 LEI Nº 3.428/2025 - LOA 2026

RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			ANEXO 01		
EXERCÍCIO DE 2026 - ANEXO 2 DA LEI 4.320/64			PL Nº 102/2025 - LOA 2026		
Unidade Gestora: Município de Santo Antonio do Sudoeste					
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES			148.987.192,39
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		17.885.000,00	
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00		IMPOSTOS	14.580.000,00		
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	6.890.000,00		
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	5.220.000,00		
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	2.400.000,00		
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	1.000.000,00		
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	600.000,00		
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	72.000,00		
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	30.000,00		
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	18.000,00		
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	480.000,00		
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	200.000,00		
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	120.000,00		
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	180.000,00		
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	75.000,00		
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	45.000,00		
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	1.670.000,00		
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	000	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	660.000,00		
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	104	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	275.000,00		
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	303	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	165.000,00		
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00.00.00	000	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	12.000,00		
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00.00.00	104	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	5.000,00		
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00.00.00	303	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	3.000,00		
1.1.1.2.53.0.3.00.00.00.00.00	000	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA ATIVA	300.000,00		
1.1.1.2.53.0.3.00.00.00.00.00	104	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA ATIVA	125.000,00		
1.1.1.2.53.0.3.00.00.00.00.00	303	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA ATIVA	75.000,00		
1.1.1.2.53.0.4.00.00.00.00.00	000	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	30.000,00		
1.1.1.2.53.0.4.00.00.00.00.00	104	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	12.500,00		
1.1.1.2.53.0.4.00.00.00.00.00	303	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	7.500,00		
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	4.000.000,00		
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	4.000.000,00		
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	3.000.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	3.000.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	1.680.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	700.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	420.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	120.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	50.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	30.000,00		
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	1.000.000,00		
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	1.000.000,00		
1.1.1.3.03.4.1.01.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PRINCIPAL	1.000.000,00		
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	600.000,00		

1.1.1.3.03.4.1.01.01.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	250.000,00		
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	150.000,00		
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	3.690.000,00		
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	3.690.000,00		
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	3.690.000,00		
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	2.100.000,00		
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	875.000,00		
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	525.000,00		
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS	36.000,00		
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS	15.000,00		
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS	9.000,00		
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA	60.000,00		
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA	25.000,00		
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA	15.000,00		
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00.00	000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	18.000,00		
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00.00	104	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	7.500,00		
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00.00	303	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	4.500,00		
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TAXAS	3.305.000,00		
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00		TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.085.000,00		
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00		TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	660.000,00		
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00	510	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	500.000,00		
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00.00.00	510	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	30.000,00		
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00.00.00	510	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	100.000,00		
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00.00.00	510	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	30.000,00		
1.1.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00		TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	425.000,00		
1.1.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	510	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PRINCIPAL	350.000,00		
1.1.2.1.50.0.2.00.00.00.00.00	510	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - MULTAS E JUROS	20.000,00		
1.1.2.1.50.0.3.00.00.00.00.00	510	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - DÍVIDA ATIVA	40.000,00		
1.1.2.1.50.0.4.00.00.00.00.00	510	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	15.000,00		
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00		TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.220.000,00		
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00.00.00		TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	2.220.000,00		
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00.00.00		TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL	2.210.000,00		
1.1.2.2.01.0.1.01.00.00.00.00	511	TAXA DE COLETA DE LIXO - PRINCIPAL	2.200.000,00		
1.1.2.2.01.0.1.02.00.00.00.00	000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	10.000,00		
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00.00.00		TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS	4.000,00		
1.1.2.2.01.0.2.01.00.00.00.00	511	TAXA DE COLETA DE LIXO - MULTA E JUROS	2.000,00		
1.1.2.2.01.0.2.02.00.00.00.00	000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS	2.000,00		
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00.00.00		TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA	4.000,00		
1.1.2.2.01.0.3.01.00.00.00.00	511	TAXA DE COLETA DE LIXO - DIVIDA ATIVA	2.000,00		
1.1.2.2.01.0.3.02.00.00.00.00	511	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DIVIDA ATIVA	2.000,00		
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00.00.00		TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	2.000,00		
1.1.2.2.01.0.4.01.00.00.00.00	511	TAXA DE COLETA DE LIXO - MULTAS E JUROS DA DIVIDA ATIVA	2.000,00		
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		CONTRIBUIÇÕES		3.020.000,00	
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00		CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.020.000,00		
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00		CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.020.000,00		
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00.00.00		CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.020.000,00		
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00	003	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	840.000,00		
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00	507	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	1.960.000,00		
1.2.4.1.50.0.2.00.00.00.00.00	003	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MULTAS E JUROS	6.000,00		
1.2.4.1.50.0.2.00.00.00.00.00	507	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MULTAS E JUROS	14.000,00		
1.2.4.1.50.0.3.00.00.00.00.00	003	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA	45.000,00		
1.2.4.1.50.0.3.00.00.00.00.00	507	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA	105.000,00		
1.2.4.1.50.0.4.00.00.00.00.00	003	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	15.000,00		
1.2.4.1.50.0.4.00.00.00.00.00	507	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	35.000,00		
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		RECEITA PATRIMONIAL		1.581.192,39	
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00		EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	40.000,00		
1.3.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00		EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	40.000,00		
1.3.1.1.02.0.0.00.00.00.00.00		CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS	40.000,00		
1.3.1.1.02.0.1.00.00.00.00.00	1000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL	30.000,00		
1.3.1.1.02.0.2.00.00.00.00.00	1000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - MULTAS E JUROS	10.000,00		
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00		VALORES MOBILIÁRIOS	1.522.192,39		
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00		JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	1.522.192,39		
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	1.522.192,39		
1.3.2.1.01.1.0.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL	1.522.192,39		
1.3.2.1.01.1.1.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FONTES DE RECURSOS LIVRES/NÃO VINCULADOS	360.192,39		
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00	000	REND. APLIC. FINANC. RECURSOS LIVRES/NAO VINCULADOS	349.192,39		
1.3.2.1.01.1.1.02.00.00.00.00	1000	REND APLIC. FINANC/ RECURSOS LIVRES FONTE 1000	1.000,00		
1.3.2.1.01.1.1.03.00.00.00.00	003	REND APLIC. FINANC/ DESVINCULAÇÃO COSIP - FONTE 03	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS DA SAÚDE	455.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.01.00.00.00.00	303	REND. APLIC. FINANC/FUNDO DE SAUDE - FONTE 303	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.02.00.00.00.00	494	REND. APLIC. FINANC/SAÚDE - FONTE 494	50.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.03.00.00.00.00	492	REND. APLIC. FINANC/SAÚDE - FONTE 492	100.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.04.00.00.00.00	491	REND. APLIC. FINANC/SAÚDE - FONTE 491	5.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.05.00.00.00.00	500	REND. APLIC. FINANC/SAÚDE - FONTE 500	200.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.06.00.00.00.00	1168	REND. APLIC. FINANC/SAÚDE EMENDA PARLAMENTAR PAP - FONTE 1168	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.07.00.00.00.00	1169	REND. APLIC. FINANC/EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE PAP - FONTE 1169	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.08.00.00.00.00	1118	REND. APLIC. FINANC/EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE MAC- FONTE 1118	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.2.09.00.00.00.00	1135	REND. APLIC. FINANC/EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE MAC - FONTE 1135	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.3.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS DA EDUCAÇÃO	210.000,00		
1.3.2.1.01.1.3.01.00.00.00.00	101	REND. APLIC. FINANC/FUNDEB 70% E 30% FONTES 101-102	120.000,00		
1.3.2.1.01.1.3.01.00.00.00.00	102	REND. APLIC. FINANC/FUNDEB 70% E 30% FONTES 101-102	30.000,00		
1.3.2.1.01.1.3.02.00.00.00.00	103	REND. APLIC. FINANC/FUNDEB FONTE 103	10.000,00		

1.3.2.1.01.1.3.03.00.00.00.00	104	REND. APLIC. FINANC/FUNDEB FONTE 104	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.3.04.00.00.00.00	107	REND. APLIC. FINANC/SALÁRIO EDUCAÇÃO - FONTE 107	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.3.05.00.00.00.00	123	REND. APLIC. FINANC/EDUCAÇÃO PNATE - FONTE 123	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.3.06.00.00.00.00	1119	REND. APLIC. FINANC/EDUCAÇÃO PNATE - FONTE 1119	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.3.07.00.00.00.00	1112	REND. APLIC. FINANC/EDUCAÇÃO MERENDA PNAE - FONTE 1112	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	60.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.01.00.00.00.00	753	REND. APLIC. FINANC/PROG FED/IGD INDICE GESTAO DECENTRALIZADA - FONTE 753	5.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.02.00.00.00.00	812	REND. APLIC. FINANC/BLPSBFNAS - FONTE 812	5.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.03.00.00.00.00	813	REND. APLIC. FINANC/CRIANÇA FELIZ - FONTE 813	5.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.04.00.00.00.00	820	REND. APLIC. FINANC/SERV ACOLHIM. DE PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA FONTE 820	2.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.05.00.00.00.00	937	REND. APLIC. FINANC/CASA LAR/TERMO DE COLABORAÇÃO COM PRANCHITA - FONTE 937	2.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.06.00.00.00.00	1005	REND.APLIC.FINAN/BL MAC FNAS - FONTE 1005	2.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.07.00.00.00.00	1147	REND.APLIC.FINANC/CONSTRUÇÃO DE CRECHE- RES. 219/2024 - SEDEF- FONTE 1147	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.10.00.00.00.00	1163	REND. APLIC. FINANC/PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL PAS - FTE 1163	2.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.11.00.00.00.00	1174	REND. APLIC. FINANC/INCENTIVO GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025 - FONTE 1174	15.000,00		
1.3.2.1.01.1.4.12.00.00.00.00	938	REND. APLIC. FINANC/CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAD-SUAS FONTE 938	2.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVÊNIOS E OUTRAS VINCULAÇÕES	437.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.01.00.00.00.00	504	REND. APLIC. FINANC/ROYALTIES - FONTE 504	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.02.00.00.00.00	501	REND. APLIC. FINANC/ALIENACAO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS - FONTE 501	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.03.00.00.00.00	512	REND. APLIC. FINANC/CIDE - FONTE 512	2.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.04.00.00.00.00	510	REND. APLIC. FINANC/TAXAS - FONTE 510	5.000,00		
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
1.3.2.1.01.1.5.05.00.00.00.00	511	REND. APLIC. FINANC/TAXAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - FONTE 511	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.06.00.00.00.00	555	REND. APLIC. FINANC/MEIO AMBIENTE - FONTE 555	5.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.07.00.00.00.00	507	REND. APLIC. FINANC/ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FONTE 507	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.08.00.00.00.00	600	REND. APLIC. FINANC/OPERAÇÃO DE CRÉDITO - FONTE 600	50.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.09.00.00.00.00	601	REND. APLIC. FINANC/OPERAÇÃO DE CRÉDITO - FONTE 601	50.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.10.00.00.00.00	1069	REND. APLIC. FINANC/CONV. EST. SEAB/ESTRADAS RURAIS 3 TRECHOS- FONTE 1069	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.11.00.00.00.00	1083	REND. APLIC. FINANC/CONVÊNIO COPACOL - FONTE 1083	5.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.12.00.00.00.00	1123	REND.APLIC. FINANC/CONV.EST.SESA/HOSPITAL MUNICIPAL - CONV. Nº 408/2023 - FONTE 1123	50.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.13.00.00.00.00	1080	REND. APLIC. FINANC/CONV. EST. IAT/PARQUE URBANO - CONV. Nº 255/2021- FONTE 1080	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.14.00.00.00.00	1130	REND. APLIC. FINANC/PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA - FONTE 1130	50.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.15.00.00.00.00	1150	REND. APLIC. FINANC/CONV.FED.MTUR/CENTRO DE TURISMO- CR 964994/2024- EMENDA PARLAMENTAR - FONTE 1150	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.16.00.00.00.00	1149	REND. APLIC. FINANC/CONV.EST.SEAB/PAV.ASFÁLTICA EM 11 TRECHOS DO INTERIOR - CONV. Nº 351/2025 - FONTE 1149	50.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.17.00.00.00.00	1176	REND. APLIC. FINANC/EMENDA INDIVIDUAL/TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS - LT- FONTE 1176	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.18.00.00.00.00	1175	REND. APLIC. FINANC/CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E PÁ CARREGADEIRA - CONV. Nº 159/2025 - FONTE 1175	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.19.00.00.00.00	1116	REND. APLIC. FINANC/CONV.FED.MAPA/AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP - CONV. 941879/2023 - FONTE 1116	10.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.20.00.00.00.00	1177	REND. APLIC. FINANC/CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO 2 MINICARREGADEIRAS, 1 GUINDASTE HIDRÁULICO E1 CESTO AÉREO- CONV. Nº 593/2025 - FONTE 1177	20.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.21.00.00.00.00	1178	REND. APLIC. FINANC/CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE UM TRICICLO AUTOMOTOR PARA PINTURA VIÁRIA- CONV. Nº 620/2025 - FONTE 1178	5.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.22.00.00.00.00	1179	REND. APLIC. FINANC/CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CONTAINER E EQUIPAMENTO FEIRA LIVRE - CONV. Nº 495/2025 - FONTE 1179	5.000,00		
1.3.2.1.01.1.5.23.00.00.00.00	1148	REND.APLIC.FINANC/CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA- CONVÊNIO Nº 951736 - FONTE 1148	10.000,00		
1.3.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00		EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	19.000,00		
1.3.4.4.00.0.0.00.00.00.00.00		EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	19.000,00		
1.3.4.4.02.0.0.00.00.00.00.00		COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	19.000,00		
1.3.4.4.02.0.1.00.00.00.00.00	1000	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - PRINCIPAL	19.000,00		
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		RECEITA DE SERVIÇOS		70.000,00	
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	50.000,00		
1.6.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	50.000,00		
1.6.1.1.02.0.0.00.00.00.00.00		INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	50.000,00		
1.6.1.1.02.0.1.00.00.00.00.00	1000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	50.000,00		
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS	20.000,00		
1.6.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS	20.000,00		
1.6.9.9.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS	20.000,00		
1.6.9.9.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	20.000,00		
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00.00.00	1000	RECEITAS DE EXAMES E VACINAS DE GADO	20.000,00		
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		126.156.000,00	
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	70.246.000,00		
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	45.064.000,00		
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	45.000.000,00		
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	40.000.000,00		
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	30.000.000,00		
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	103	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	12.500.000,00		
	103	Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB	(10.000.000,00)		
		Receita Líquida por fonte	2.500.000,00		
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	303	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	7.500.000,00		
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS	5.000.000,00		
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	3.750.000,00		
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	104	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	1.250.000,00		
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	64.000,00		
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	48.000,00		
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	103	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	20.000,00		
	103	Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB	(16.000,00)		
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
		Receita Líquida por fonte	4.000,00		
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	303	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	12.000,00		
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	1.200.000,00		
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	1.200.000,00		
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	1.200.000,00		
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	504	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	1.200.000,00		
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	9.615.000,00		

1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	9.615.000,00		
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	6.565.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA - PRINCIPAL	6.565.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00.00.00	493	REPASSE ACS E ACE - FONTE 493	2.400.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00.00.00	494	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL FONTE 494	200.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00.00.00	494	INCENTIVO FINANCEIRO APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP FONTE 494	2.500.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.04.00.00.00.00	494	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS - FONTE 494	50.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.05.00.00.00.00	494	INFORMATIZAÇÃO APS FONTE 494	50.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.06.00.00.00.00	491	ASSIST FINANCEIRA UNIÃO - PISO PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM FONTE 491	65.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.07.00.00.00.00	494	REPASSE SAUDE BUCAL - FONTE 494	600.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00.00.00	494	INCREMENTO TEMPORARIO PARA CUSTEIO DE ATENÇÃO BÁSICA- FONTE 494	500.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.09.00.00.00.00	494	INCENTIVO FINANC. AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DST/AIDS E HEPATITEIS VIRAIS - FONTE 494	50.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	494	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - FONTE 494	100.000,00		
1.7.1.3.50.1.1.12.00.00.00.00	494	REPASSE DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA - FONTE 494	50.000,00		
1.7.1.3.50.2.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	2.150.000,00		
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PRINCIPAL	2.150.000,00		
1.7.1.3.50.2.1.01.00.00.00.00	494	ATENÇÃO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE/APAE - FONTE 494	400.000,00		
1.7.1.3.50.2.1.02.00.00.00.00	494	REPASSE SAMU 192 (MAC) FONTE 494	400.000,00		
1.7.1.3.50.2.1.03.00.00.00.00	494	REPASSE CAPS (RSM -CRAC) FONTE 494	500.000,00		
1.7.1.3.50.2.1.04.00.00.00.00	494	ATENCÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (EMAD E EMAP)	800.000,00		
1.7.1.3.50.2.1.05.00.00.00.00	494	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - FONTE 494	50.000,00		
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	400.000,00		
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PRINCIPAL	400.000,00		
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00.00.00	494	REPASSE VIGILANCIA SANITARIA - FONTE 494	200.000,00		
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00.00.00	494	REPASSE INCENTIVO FINANCEIRO VIGILANCIA SANITARIA - DESPESAS DIVERSAS - FONTE 494	200.000,00		
1.7.1.3.50.4.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	500.000,00		
1.7.1.3.50.4.1.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PRINCIPAL	500.000,00		
1.7.1.3.50.4.1.01.00.00.00.00	494	INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - FONTE 494	500.000,00		
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	2.640.000,00		
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.700.000,00		
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	107	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	1.700.000,00		
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	790.000,00		
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	1112	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRINCIPAL	790.000,00		
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	150.000,00		
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00.00.00	1119	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - PRINCIPAL	150.000,00		
1.7.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	5.000.000,00		
1.7.1.5.50.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT	3.200.000,00		
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	1101	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT - PRINCIPAL	2.560.000,00		
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	1102	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT - PRINCIPAL	640.000,00		
1.7.1.5.52.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR	1.800.000,00		
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	1203	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	1.800.000,00		
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	367.000,00		
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	367.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS - PRINCIPAL	367.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00.00	812	FNAS - BL PSB FORTALECIMENTO DE VINCULOS FONTE 812	150.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00.00.00	753	PROGRAMA FED- IGD INDICE DE GESTAO DECENTRALIZADA - FONTE 753	100.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00.00.00	1005	PM SAS/BL MAC FNAS/PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MSE - FONTE 1005	20.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00.00	1005	PM SAS/BL MAC FNAS/PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - FONTE 1005	20.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.05.00.00.00.00	1005	PM SAS/BL MAC FNAS/PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI - FONTE 1005	68.000,00		
1.7.1.6.50.0.1.06.00.00.00.00	938	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAD-SUAS FTE 938	9.000,00		
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6.360.000,00		
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020	160.000,00		
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	000	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020 - PRINCIPAL	160.000,00		
1.7.1.9.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6.200.000,00		
1.7.1.9.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	6.200.000,00		
1.7.1.9.99.0.1.01.00.00.00.00	1135	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE MAC - FONTE 1135	1.000.000,00		
1.7.1.9.99.0.1.02.00.00.00.00	1168	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP - FONTE 1168	2.000.000,00		
1.7.1.9.99.0.1.03.00.00.00.00	1169	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE PAP - FONTE 1169	2.000.000,00		
1.7.1.9.99.0.1.04.00.00.00.00	1118	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE MAC - FONTE 1118	1.000.000,00		
1.7.1.9.99.0.1.05.00.00.00.00	1099	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE MAC - APAE - FONTE 1099	100.000,00		
1.7.1.9.99.0.1.06.00.00.00.00	1146	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE MAC - APAE - FONTE 1146	100.000,00		
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	32.520.000,00		
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00		PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	30.340.000,00		
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DO ICMS	24.000.000,00		
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	000	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	18.000.000,00		
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	103	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	7.500.000,00		
	103	Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB	(6.000.000,00)		
		Receita Líquida por fonte	1.500.000,00		
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	303	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	4.500.000,00		
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DO IPVA	6.000.000,00		
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	000	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	4.500.000,00		

1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	103	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.875.000,00		
	103	Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB	(1.500.000,00)		
		Receita Líquida por fonte	375.000,00		
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	303	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.125.000,00		
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	280.000,00		
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	000	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	210.000,00		
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	103	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	87.500,00		
	103	Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB	(70.000,00)		
		Receita Líquida por fonte	17.500,00		
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	303	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	52.500,00		
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	60.000,00		
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00	512	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	60.000,00		
1.7.2.3.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	800.000,00		
1.7.2.3.50.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	800.000,00		
1.7.2.3.50.0.1.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - PRINCIPAL	800.000,00		
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00.00.00	492	PMSAS/INCENTIVO SAÚDE BUCAL (ESTADO) - FONTE 492	50.000,00		
1.7.2.3.50.0.1.02.00.00.00.00	492	PMSAS/CUSTEIO AP SUS ESTADUAL - FONTE 492	200.000,00		
1.7.2.3.50.0.1.03.00.00.00.00	492	PMSAS/INCENTIVO SAÚDE MENTAL - FONTE 492	50.000,00		
1.7.2.3.50.0.1.04.00.00.00.00	492	PMSAS/FAMILIA PARANAENSE/ESTADUAL - FONTE 492	100.000,00		
1.7.2.3.50.0.1.05.00.00.00.00	492	POLITÍCA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL A SÁUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE-FONTE 492	100.000,00		
1.7.2.3.50.0.1.06.00.00.00.00	492	REPASSE DE INCENTIVO FINANCEIRO - RESOLUÇÕES	300.000,00		
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	1.380.000,00		
1.7.2.9.51.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	310.000,00		
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	310.000,00		
1.7.2.9.51.0.1.01.00.00.00.00	1163	PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL PAS - FTE 1163	150.000,00		
1.7.2.9.51.0.1.02.00.00.00.00	813	PM SAS/FMAS/FEAS/CRIANÇA FELIZ - FONTE 813	100.000,00		
1.7.2.9.51.0.1.03.00.00.00.00	820	REPASSE DE SERV ACOLHIM INSTIT DE PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA FONTE 820	60.000,00		
1.7.2.9.53.0.0.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DA TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DAS PERDAS COM ARRECADAÇÃO DE ICMS - LC Nº 194/2022	320.000,00		
1.7.2.9.53.0.1.00.00.00.00.00		COTA-PARTE DA TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DAS PERDAS COM ARRECADAÇÃO DE ICMS - LC Nº 194/2022 - PRINCIPAL	320.000,00		
1.7.2.9.53.0.1.01.00.00.00.00	1109	RECEITA PERDAS COM ARRECADAÇÃO DE ICMS	240.000,00		
1.7.2.9.53.0.1.01.00.00.00.00	1110	RECEITA PERDAS COM ARRECADAÇÃO DE ICMS	100.000,00		
	1110	Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB	(80.000,00)		
		Receita Líquida por fonte	20.000,00		
1.7.2.9.53.0.1.01.00.00.00.00	1111	RECEITA PERDAS COM ARRECADAÇÃO DE ICMS	60.000,00		
1.7.2.9.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF	750.000,00		
1.7.2.9.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL	750.000,00		
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00	123	TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL /PNATE FONTE 123	750.000,00		
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	200.000,00		
1.7.3.9.00.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	200.000,00		
1.7.3.9.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	200.000,00		
1.7.3.9.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	200.000,00		
1.7.3.9.99.0.1.01.00.00.00.00	937	REC. REF. REPASSE PRANCHITA/CASA LAR LEI 3.093/2022 E TERMO DE COLABORAÇÃO FTE 937	200.000,00		
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	190.000,00		
1.7.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	190.000,00		
1.7.4.1.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	190.000,00		
1.7.4.1.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	190.000,00		
1.7.4.1.99.0.1.01.00.00.00.00	555	TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - SANEPAR	150.000,00		
1.7.4.1.99.0.1.02.00.00.00.00	1083	REND. APLIC.FINANC/CONVÊNIO COPACOL/TERMO DE APOIO 001/2022 FONTE 1083	40.000,00		
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	23.000.000,00		
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	23.000.000,00		
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	23.000.000,00		
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	101	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	18.400.000,00		
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	102	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	4.600.000,00		
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS RECEITAS CORRENTES		275.000,00	
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00		MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	70.000,00		
1.9.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00		MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	70.000,00		
1.9.1.1.01.0.0.00.00.00.00.00		MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	70.000,00		
1.9.1.1.01.0.1.00.00.00.00.00		MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	40.000,00		
1.9.1.1.01.0.1.01.00.00.00.00	000	DETRAN PR	30.000,00		
1.9.1.1.01.0.1.02.00.00.00.00	000	MULTA PREVISTA EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	10.000,00		
1.9.1.1.01.0.2.00.00.00.00.00		MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS	10.000,00		
1.9.1.1.01.0.2.01.00.00.00.00	000	MULTA PREVISTA EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS	10.000,00		
1.9.1.1.01.0.3.00.00.00.00.00		MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA	10.000,00		
1.9.1.1.01.0.3.01.00.00.00.00	000	MULTA PREVISTA EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DIVIDA ATIVA	10.000,00		
1.9.1.1.01.0.4.00.00.00.00.00		MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	10.000,00		
1.9.1.1.01.0.4.01.00.00.00.00	000	MULTA PREVISTA EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS DA DIVIDA ATIVA	10.000,00		
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00		INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	205.000,00		
1.9.2.3.00.0.0.00.00.00.00.00		RESSARCIMENTOS	205.000,00		
1.9.2.3.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTROS RESSARCIMENTOS	205.000,00		
1.9.2.3.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTROS RESSARCIMENTOS - PRINCIPAL	205.000,00		
CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CAT. ECONÔMICA
1.9.2.3.99.0.1.01.00.00.00.00	000	OUTRAS RESTITUIÇÕES	200.000,00		
1.9.2.3.99.0.1.02.00.00.00.00	880	OUTRAS RESTITUIÇÕES - FONTE 880 (ASSISTENCIA SOCIAL)	5.000,00		
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		RECEITAS DE CAPITAL			41.512.807,61
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.950.000,00	
2.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00		OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	5.950.000,00		
2.1.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	5.950.000,00		
2.1.1.9.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	5.950.000,00		
2.1.1.9.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	5.950.000,00		
2.1.1.9.99.0.1.01.00.00.00.00	601	OPERAÇÕES DE CREDITO - FONTE 601	5.000.000,00		

2.1.1.9.99.0.1.02.00.00.00.00	600	OPERAÇÕES DE CREDITO - FONTE 600	950.000,00		
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS		100.000,00	
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00		
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	100.000,00		
2.2.1.3.01.0.0.00.00.00.00.00		ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	100.000,00		
2.2.1.3.01.0.1.00.00.00.00.00	501	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	100.000,00		
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		35.462.807,61	
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	578.003,00		
2.4.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	578.003,00		
2.4.1.9.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	578.003,00		
2.4.1.9.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	578.003,00		
2.4.1.9.99.0.1.01.00.00.00.00	1150	CONV.FED.MTUR/CENTRO DE TURISMO- CR 964994/2024- EMENDA PARLAMENTAR - FONTE 1150	578.003,00		
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	34.884.804,61		
2.4.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - DOS ESTADOS E DF	21.600.000,00		
2.4.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	21.600.000,00		
2.4.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - PRINCIPAL	21.600.000,00		
2.4.2.1.50.0.1.01.00.00.00.00	500	AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO E EQUIPAMENTO - FONTE 500	100.000,00		
2.4.2.1.50.0.1.02.00.00.00.00	500	AQUISIÇÃO DE VEICULOS - FONTE 500	200.000,00		
2.4.2.1.50.0.1.03.00.00.00.00	500	CONSTRUÇÃO UBS - FONTE 500	300.000,00		
2.4.2.1.50.0.1.04.00.00.00.00	1123	CONV.EST.SESA/HOSPITAL MUNICIPAL- CONV Nº 408/2023 - FONTE 1123	21.000.000,00		
2.4.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	11.284.804,61		
2.4.2.2.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	11.284.804,61		
2.4.2.2.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	11.284.804,61		
2.4.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00	1080	CONV. EST. IAT/PARQUE URBANO - CONV. Nº 255/2021 - FONTE 1080	1.200.000,00		
2.4.2.2.99.0.1.02.00.00.00.00	1149	CONV.EST.SEAB/PAV.ASFÁLTICA EM 11 TRECHOS DO INTERIOR - CONV. Nº 351/2025 - FONTE 1149	4.300.525,57		
2.4.2.2.99.0.1.03.00.00.00.00	1177	CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO 2 MINICARREGADEIRAS, 1 GUINDASTE HIDRÁULICO E1 CESTO AÉREO-CONV. Nº 593/2025 - FONTE 1177	1.500.000,00		
2.4.2.2.99.0.1.04.00.00.00.00	1178	CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE UM TRICICLO AUTOMOTOR PARA PINTURA VIÁRIA- CONV. Nº 620/2025 - FONTE 1178	275.025,00		
2.4.2.2.99.0.1.05.00.00.00.00	1179	CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CONTAINER E EQUIPAMENTO FEIRA LIVRE -CONV. Nº 495/2025 - FONTE 1179	309.254,04		
2.4.2.2.99.0.1.34.00.00.00.00	1175	CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E PÁ CARREGADEIRA - CONV. Nº 159/2025 - FONTE 1175	3.700.000,00		
2.4.2.9.00.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS	2.000.000,00		
2.4.2.9.99.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS	2.000.000,00		
2.4.2.9.99.0.1.00.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS - PRINCIPAL	2.000.000,00		
2.4.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00	1147	CONSTRUÇÃO DE CRECHE- RES. 219/2024 - SEDEF- FONTE 1147	2.000.000,00		
			TOTAL GERAL		**190.500.000,00**

RESUMO	
RECEITAS CORRENTES	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	17.885.000,00
CONTRIBUIÇÕES	3.020.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.581.192,39
RECEITA DE SERVIÇOS	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	126.156.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	275.000,00
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	148.987.192,39
RECEITAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.950.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.462.807,61
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	41.512.807,61
TOTAL GERAL	190.500.000,00

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:3E18E886

CONTABILIDADE
ANEXO 2 LEI Nº 3.428/2025 - LOA 2026

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
ANEXO 02							
PL Nº 102/2025- LOA 2026							
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 01 CAMARA MUNICIPAL				TOTAL ÓRGÃO:			4.155.000,00
Unidade 001 CAMARA MUNICIPAL				TOTAL UNIDADE:			4.155.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 01 LEGISLATIVA							
SUBFUNÇÃO: 031 AÇÃO LEGISLATIVA							
PROGRAMA: 0101 GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO							
PROJETO/ATIVIDADE: 01.031.0101.1-001 ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				TOTAL P/A:			2.430.000,00
OBJETIVO: Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do Municipio, inerentes ao Poder Legislativo conforme a legislação vigente. Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				2.430.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				2.430.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			2.430.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		1.950.000,00		
00001	001	1/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.950.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		480.000,00		
00002	001	1/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	480.000,00			
FUNÇÃO: 01 LEGISLATIVA							
SUBFUNÇÃO: 031 AÇÃO LEGISLATIVA							
PROGRAMA: 0101 GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO							

PROJETO/ATIVIDADE: 01.031.0101.1-002 ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				TOTAL P/A:			1.440.000,00
OBJETIVO: Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do Municipio, inerentes ao Poder Legislativo conforme a legislação vigente. Despesas Correntes, Diarias, Materiais de Consumo, Serviços de Pessoa Fisica e Juridica.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				1.440.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.440.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			1.440.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		300.000,00		
00003	001	1/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		330.000,00		
00004	001	1/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	330.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		40.000,00		
00005	001	1/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		600.000,00		
00006	001	1/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	600.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		170.000,00		
00007	001	1/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	170.000,00			
FUNÇÃO: 01 LEGISLATIVA							
SUBFUNÇÃO: 031 AÇÃO LEGISLATIVA							
PROGRAMA: 0101 GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO							
PROJETO/ATIVIDADE: 01.031.0101.1-003 ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL P/A:			285.000,00
OBJETIVO: Desempenho das ações de legislar e fiscalizar a administração do Municipio, inerentes ao Poder Legislativo conforme a legislação vigente. Despesas de Capital e Investimentos.							
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				285.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				285.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			285.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		35.000,00		
00008	001	1/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		250.000,00		
00009	001	1/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO				TOTAL ÓRGÃO:			1.600.000,00
Unidade 001 GABINETE DO PREFEITO				TOTAL UNIDADE:			865.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL							
PROGRAMA: 0401 GABINETE DO PREFEITO							
PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0401.2-002 ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				TOTAL P/A:			865.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE E ÓRGÃOS VINCULADOS.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				855.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				680.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			680.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		580.000,00		
00010	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	580.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		100.000,00		
00020	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				175.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			175.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		100.000,00		
00030	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		20.000,00		
00040	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		20.000,00		
00050	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		30.000,00		
00060	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00		
00070	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				10.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				10.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			10.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.000,00		
00080	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO				TOTAL ÓRGÃO:			1.600.000,00
Unidade 002 ASSESSORIAS DO GABINETE DO PREFEITO				TOTAL UNIDADE:			735.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL							
PROGRAMA: 0401 GABINETE DO PREFEITO							
PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0401.2-003 ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS				TOTAL P/A:			735.000,00
OBJETIVO: MANTER AS RELAÇÕES PÚBLICAS E DIVULGAÇÃO DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				735.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				620.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			620.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		530.000,00		
00090	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	530.000,00			

	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		90.000,00		
00100	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	90.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				115.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			115.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		50.000,00		
00110	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		10.000,00		
00120	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		20.000,00		
00130	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		10.000,00		
00140	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		20.000,00		
00150	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00		
00160	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 03 SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS				TOTAL ÓRGÃO:			9.145.000,00
Unidade 001 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS				TOTAL UNIDADE:			9.145.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL							
PROGRAMA: 0402 GESTÃO DA CONTABILIDADE E FINANÇAS							
PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0402.2-004 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS				TOTAL P/A:			975.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				965.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				820.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			820.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		700.000,00		
00170	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	700.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		120.000,00		
00180	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	120.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				145.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			145.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		15.000,00		
00190	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		10.000,00		
00200	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		20.000,00		
00210	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		30.000,00		
00220	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		30.000,00		
00230	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00			
	3.3.90.91.00.00		SENTENÇAS JUDICIAIS		40.000,00		
00240	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				10.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				10.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			10.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.000,00		
00250	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
FUNÇÃO: 28 ENCARGOS ESPECIAIS							
SUBFUNÇÃO: 843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA							
PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS							
PROJETO/ATIVIDADE: 28.843.0000.2-005 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE DÍVIDA PÚBLICA				TOTAL P/A:			6.700.000,00
OBJETIVO: AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDAS INTERNAS.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				4.000.000,00
	3.2.00.00.00.00		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				4.000.000,00
	3.2.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			4.000.000,00	
	3.2.90.21.00.00		JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		4.000.000,00		
00260	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	4.000.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				2.700.000,00
	4.6.00.00.00.00		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA				2.700.000,00
	4.6.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			2.700.000,00	
	4.6.90.71.00.00		PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		2.700.000,00		
00270	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	2.700.000,00			
FUNÇÃO: 28 ENCARGOS ESPECIAIS							
SUBFUNÇÃO: 845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS							
PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS							
PROJETO/ATIVIDADE: 28.845.0000.2-006 OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS				TOTAL P/A:			1.220.000,00
OBJETIVO: PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.							
	3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES					1.220.000,00
	3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					1.220.000,00
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			1.220.000,00	
	3.3.90.47.00.00		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E		1.220.000,00		

			CONTRIBUTIVAS				
00280	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.200.000,00			
00290	504	504 / 99 / 99 /0 / 0	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	15.000,00			
00300	512	512 / 99 / 99 /0 / 0	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	5.000,00			
FUNÇÃO: 28 ENCARGOS ESPECIAIS							
SUBFUNÇÃO: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							
PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS							
PROJETO/ATIVIDADE: 28.846.0000.2-007 PRECATÓRIOS JUDICIAIS				TOTAL P/A:			250.000,00
OBJETIVO: PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				250.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				250.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			250.000,00	
	3.3.90.91.00.00		SENTENÇAS JUDICIAIS		250.000,00		
00310	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				TOTAL ÓRGÃO:			9.640.192,39
Unidade 011 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				TOTAL UNIDADE:			8.140.192,39
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL							
PROGRAMA: 0403 GESTÃO ADMINISTRATIVA							
PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0403.2-009 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				TOTAL P/A:			8.140.192,39
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAR OS SERVIÇOS ADIMINSTRATIVOS DA MUNICIPALIDADE.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				7.800.192,39
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				3.200.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			3.200.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		2.700.000,00		
00320	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	2.700.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		500.000,00		
00330	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				4.600.192,39
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			4.600.192,39	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		100.000,00		
00340	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		770.192,39		
00350	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	600.192,39			
00360	504	504 / 99 / 99 /0 / 0	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	50.000,00			
00370	510	510 / 1 / 7 / 0 /0	Taxas - Exercício Poder de Polícia	40.000,00			
00380	1000	1045 / 1 / 7 / 0/ 0	OUTROS RECURSOS LIVRES	60.000,00			
00390	1109	1060 / 1 / 7 / 0/ 0	RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - LIVRES	20.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		60.000,00		
00400	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		300.000,00		
00410	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.620.000,00		
00420	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	2.500.000,00			
00430	510	510 / 1 / 7 / 0 /0	Taxas - Exercício Poder de Polícia	50.000,00			
00440	1000	1045 / 1 / 7 / 0/ 0	OUTROS RECURSOS LIVRES	70.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		600.000,00		
00450	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	600.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		100.000,00		
00460	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		50.000,00		
00470	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				340.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				340.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			340.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		20.000,00		
00480	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		170.000,00		
00490	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
00500	501	501 / 4 / 99 / 0/ 0	Receitas de Alienações de Ativos	70.000,00			
00510	601	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	50.000,00			
	4.4.90.61.00.00		AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		150.000,00		
00520	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
00530	601	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	100.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				TOTAL ÓRGÃO:			9.640.192,39
Unidade 015 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				TOTAL UNIDADE:			1.500.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 09 PREVIDÊNCIA SOCIAL							
SUBFUNÇÃO: 272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO							

PROGRAMA: 0403 GESTÃO ADMINISTRATIVA							
PROJETO/ATIVIDADE: 09.272.0403.2-010 INATIVOS E PENSIONISTAS				TOTAL P/A:			1.500.000,00
OBJETIVO: CUSTEAR AS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				1.500.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				1.500.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			1.500.000,00	
	3.1.90.01.00.00		APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES		1.000.000,00		
00540	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000.000,00			
	3.1.90.03.00.00		PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR		500.000,00		
00550	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 05 SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO				TOTAL ÓRGÃO:			22.125.525,57
Unidade 005 DEPARTAMENTO DE OBRAS				TOTAL UNIDADE:			22.125.525,57
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 15 URBANISMO							
SUBFUNÇÃO: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA							
PROGRAMA: 2602 GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO							
PROJETO/ATIVIDADE: 15.451.2602.1-011 ADEQUAÇÃO PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS URBANAS				TOTAL P/A:			410.000,00
OBJETIVO: ADEQUAR E READEQUAR ESTRADAS, CONSTRUIR PONTES, BUEIROS E CAIXA DE RETENÇÃO E MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				5.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				5.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			5.000,00	
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00		
00560	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				405.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				405.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			405.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		405.000,00		
00570	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
00580	600	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	200.000,00			
00590	601	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	200.000,00			
FUNÇÃO: 26 TRANSPORTE							
SUBFUNÇÃO: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO							
PROGRAMA: 2601 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO							
PROJETO/ATIVIDADE: 26.782.2601.1-018 ADEQUAÇÃO PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR				TOTAL P/A:			4.605.525,57
OBJETIVO: ADEQUAR E READEQUAR ESTRADAS DO INTERIOR, CONSTRUIR PONTES, BUEIROS E CAIXA DE RETENÇÃO E MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				55.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				55.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			55.000,00	
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		55.000,00		
00600	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
00610	1149	1005 / 3 / 99 /1 / 1	CONV.EST.SEAB/PAV.ASFÁLTICA EM 11 TRECHOS DO INTERIOR - CONV. Nº351/2024	50.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				4.550.525,57
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				4.550.525,57
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			4.550.525,57	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		4.550.525,57		
00620	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
00630	600	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	100.000,00			
00640	601	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	100.000,00			
00650	1149	1005 / 3 / 99 /1 / 1	CONV.EST.SEAB/PAV.ASFÁLTICA EM 11 TRECHOS DO INTERIOR - CONV. Nº 351/2024	4.300.525,57			
FUNÇÃO: 26 TRANSPORTE							
SUBFUNÇÃO: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO							
PROGRAMA: 2601 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO							
PROJETO/ATIVIDADE: 26.782.2601.2-017 CONSÓRCIO P INTERMUNICIPAL P DES SUST REG SUD PR				TOTAL P/A:			235.000,00
OBJETIVO: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO P INTERMUNICIPAL P DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL REG SUD PR							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				165.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				85.000,00
	3.1.71.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO			85.000,00	
	3.1.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		85.000,00		
00660	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	85.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				80.000,00
	3.3.71.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO			60.000,00	
	3.3.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		60.000,00		
00670	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00			
	3.3.72.00.00.00		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			20.000,00	
	3.3.72.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		20.000,00		
00680	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							

	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				70.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				70.000,00
	4.4.71.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO			20.000,00	
	4.4.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		20.000,00		
00690	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	4.4.72.00.00.00		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			50.000,00	
	4.4.72.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		50.000,00		
00700	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
FUNÇÃO: 26 TRANSPORTE							
SUBFUNÇÃO: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO							
PROGRAMA: 2601 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO							
PROJETO/ATIVIDADE: 26.782.2601.2-020 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO				TOTAL P/A:			16.875.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				11.265.000,00
	3.1.00.00.00.00 SOCIAIS		PESSOAL E ENCARGOS				3.500.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			3.500.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		3.000.000,00		
00710	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	3.000.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		500.000,00		
00720	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				7.765.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			7.765.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		15.000,00		
00730	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		3.990.000,00		
00740	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	3.000.000,00			
00750	003	2/1/7/0/0	Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	300.000,00			
00760	504	504 / 99 / 99 /0 / 0	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	300.000,00			
00770	510	510 / 1 / 7 / 0 /0	Taxas - Exercício Poder de Polícia	300.000,00			
00780	1109	1060 / 1 / 7 / 0/ 0	RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - LIVRES	90.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		10.000,00		
00790	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		3.569.000,00		
00800	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	2.949.000,00			
00810	003	2/1/7/0/0	Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	300.000,00			
00820	504	504 / 99 / 99 /0 / 0	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	200.000,00			
00830	510	510 / 1 / 7 / 0 /0	Taxas - Exercício Poder de Polícia	100.000,00			
00840	1109	1060 / 1 / 7 / 0/ 0	RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - LIVRES	20.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		50.000,00		
00850	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		100.000,00		
00860	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		31.000,00		
00870	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00			
00880	1080	1005 / 3 / 99 /1 / 1	CONV. EST. IAT/PARQUE AMBIENTAL - CONV. Nº 255/2021	20.000,00			
00890	1175	1005 / 3 / 99 /1 / 1	CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E PÁ CARREGADEIRA - CONV. Nº 159/2025	10.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				5.610.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				5.610.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			5.610.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		1.550.000,00		
00900	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
00910	600	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	100.000,00			
00920	601	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	200.000,00			
00930	1080	1005 / 3 / 99 /1 / 1	CONV. EST. IAT/PARQUE AMBIENTAL - CONV. Nº 255/2021	1.200.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		4.010.000,00		
00940	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
00950	600	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	100.000,00			
00960	601	1009 / 5 / 99 /3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	200.000,00			
00970	1175	1005 / 3 / 99 /1 /1	CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E PÁ CARREGADEIRA - CONV. Nº 159/2025	3.700.000,00			
	4.4.90.61.00.00		AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		50.000,00		
00980	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							

Órgão 06 SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE				TOTAL ÓRGÃO:			51.003.000,00
Unidade 001 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL				TOTAL UNIDADE:			26.700.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 361 ENSINO FUNDAMENTAL							
PROGRAMA: 1201 GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL							
PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.1201.2-022 ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL				TOTAL P/A:			26.700.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				26.181.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				17.120.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			17.120.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		14.600.000,00		
00990	101	101 / 2 / 1 / 0 /0	FUNDEB 70%	13.000.000,00			
01000	102	102 / 2 / 1 / 0 /0	FUNDEB 30%	300.000,00			
01010	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	700.000,00			
01020	104	104 / 1 / 1 / 0 /0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	600.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		2.520.000,00		
01030	101	101 / 2 / 1 / 0 /0	FUNDEB 70%	2.200.000,00			
01040	102	102 / 2 / 1 / 0 /0	FUNDEB 30%	60.000,00			
01050	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	120.000,00			
01060	104	104 / 1 / 1 / 0 /0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	140.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				9.061.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			9.061.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		20.000,00		
01070	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00			
01080	104	104 / 1 / 1 / 0 /0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		3.600.000,00		
01090	102	102 / 2 / 1 / 0 /0	FUNDEB 30%	1.200.000,00			
01100	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000.000,00			
01110	104	104 / 1 / 1 / 0 /0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	800.000,00			
01120	107	107 / 99 / 1 / 0/ 0	Salário-Educação	400.000,00			
01130	1203	1040 / 2 / 1 / 0/ 0	FUNDEB - VAAR	200.000,00			
	3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		1.800.000,00		
01140	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.300.000,00			
01150	1112	1042 / 9 / 1 / 6/ 0	MERENDA ESCOLAR FNDE/PNAE	500.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		30.000,00		
01160	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		1.110.000,00		
01170	102	102 / 2 / 1 / 0 /0	FUNDEB 30%	10.000,00			
01180	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	600.000,00			
01190	104	104 / 1 / 1 / 0 /0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	500.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.300.000,00		
01200	102	102 / 2 / 1 / 0 /0	FUNDEB 30%	600.000,00			
01210	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000.000,00			
01220	104	104 / 1 / 1 / 0 /0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	400.000,00			
01230	107	107 / 99 / 1 / 0/ 0	Salário-Educação	200.000,00			
01240	1203	1040 / 2 / 1 / 0/ 0	FUNDEB - VAAR	100.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		50.000,00		
01250	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00			
01260	104	104 / 1 / 1 / 0 /0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		150.000,00		
01270	102	102 / 2 / 1 / 0 /0	FUNDEB 30%	50.000,00			
01280	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000,00		
01290	103	103 / 1 / 1 / 0 /0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				519.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				519.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			519.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		140.000,00		
01300	102	102 / 2 / 1 / 0 /0	FUNDEB 30%	20.000,00			

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA							**Exercício 2026**
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
01310	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00			
01320	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	100.000,00			

	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		379.000,00		
01330	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	300.000,00			
01340	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	49.000,00			
01350	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 06 SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE				TOTAL ÓRGÃO:			51.003.000,00
Unidade 003 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL				TOTAL UNIDADE:			14.008.500,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL							
PROGRAMA: 1202 GESTÃO DO ENSINO INFANTIL							
PROJETO/ATIVIDADE: 12.365.1202.2-026 ATIVIDADES DE ENSINO INFANTIL				TOTAL P/A:			14.008.500,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				13.028.500,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				6.300.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		6.300.000,00		
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		5.535.000,00		
01360	101	101 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 70%	3.000.000,00			
01370	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	300.000,00			
01380	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00			
01390	1101	1038 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 70% - VAAT	2.185.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		765.000,00		
01400	101	101 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 70%	320.000,00			
01410	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	60.000,00			
01420	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00			
01430	1101	1038 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 70% - VAAT	375.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.728.500,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		6.728.500,00		
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		15.000,00		
01440	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00			
01450	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		2.420.000,00		
01460	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	800.000,00			
01470	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	700.000,00			
01480	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	420.000,00			
01490	107	107 / 99 / 1 / 0 / 0	Salário-Educação	300.000,00			
01500	1203	1040 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB - VAAR	200.000,00			
	3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		1.200.000,00		
01510	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	900.000,00			
01520	1112	1042 / 9 / 1 / 6 / 0	MERENDA ESCOLAR FNDE/PNAE	300.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		5.000,00		
01530	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		1.273.500,00		
01540	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	30.000,00			
01550	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	443.500,00			
01560	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	800.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.600.000,00		
01570	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	400.000,00			
01580	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	400.000,00			
01590	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	500.000,00			
01600	107	107 / 99 / 1 / 0 / 0	Salário-Educação	200.000,00			
01610	1203	1040 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB - VAAR	100.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		60.000,00		
01620	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00			
01630	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		150.000,00		
01640	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	50.000,00			
01650	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00		
01660	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				980.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				980.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			980.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		260.000,00		
01670	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	50.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
01680	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00			
01690	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00			
01700	600	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	10.000,00			
01710	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	100.000,00			
01720	1102	1039 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30% - VAAT	50.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		720.000,00		
01730	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	50.000,00			
01740	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	40.000,00			
01750	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	40.000,00			
01760	1102	1039 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30% - VAAT	590.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							

Órgão 06 SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE				TOTAL ÓRGÃO:			51.003.000,00
Unidade 004 DEPARTAMENTO DE CULTURA				TOTAL UNIDADE:			1.021.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 392 DIFUSÃO CULTURAL							
PROGRAMA: 1301 GESTÃO DA CULTURA							
PROJETO/ATIVIDADE: 04.392.1301.2-027 ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA				TOTAL P/A:			1.021.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				1.016.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				190.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			190.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		150.000,00		
01770	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		40.000,00		
01780	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				826.000,00
	3.3.50.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			30.000,00	
	3.3.50.43.00.00		SUBVENÇÕES SOCIAIS		30.000,00		
01790	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00			
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			796.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		10.000,00		
01800	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		175.000,00		
01810	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00			
01820	1083	0/1/7/0 / 0	CONVÊNIO COPACOL/TERMO DE APOIO 001/2022	25.000,00			
	3.3.90.31.00.00		PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		80.000,00		
01830	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		5.000,00		
01840	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		500.000,00		
01850	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		5.000,00		
01860	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		10.000,00		
01870	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.48.00.00		OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		10.000,00		
01880	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000,00		
01890	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				5.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				5.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			5.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.000,00		
01900	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 06 SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE				TOTAL ÓRGÃO:			51.003.000,00
Unidade 005 DEPARTAMENTO DE ESPORTES				TOTAL UNIDADE:			2.580.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 27 DESPORTO E LAZER							
SUBFUNÇÃO: 813 LAZER							
PROGRAMA: 2701 GESTÃO DESPORTIVA							
PROJETO/ATIVIDADE: 27.813.2701.2-030 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES				TOTAL P/A:			2.580.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				2.510.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				700.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			700.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		600.000,00		
01910	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	600.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		100.000,00		
01920	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.810.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		1.810.000,00		
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		70.000,00		
01930	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		520.000,00		
01940	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00			
01950	1083	0/1/7/0/0	CONVÊNIO COPACOL/TERMO DE APOIO 001/2022	20.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		250.000,00		
01960	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		100.000,00		
01970	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		800.000,00		
01980	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	800.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		50.000,00		

01990	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.48.00.00		OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		15.000,00		
02000	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00		
02010	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				70.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				70.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			70.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		60.000,00		
02020	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
02030	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	50.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.000,00		
02040	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 06 SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE				TOTAL ÓRGÃO:			51.003.000,00
Unidade 007 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				TOTAL UNIDADE:			6.693.500,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL							
PROGRAMA: 1201 GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL							
PROJETO/ATIVIDADE: 12.122.1201.2-023 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				TOTAL P/A:			359.500,00
OBJETIVO: GERENCIAR, COORDENAR E DESENVOLVER AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				359.500,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				359.500,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			359.500,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		305.000,00		
02050	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	305.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		54.500,00		
02060	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	54.500,00			
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 361 ENSINO FUNDAMENTAL							
PROGRAMA: 1201 GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL							
PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.1201.2-023 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				TOTAL P/A:			1.970.000,00
OBJETIVO: GERENCIAR, COORDENAR E DESENVOLVER AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				1.860.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.860.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		1.860.000,00		
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		20.000,00		
02070	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00			
02080	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		920.000,00		
02090	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
02100	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	390.000,00			
02110	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	205.000,00			
02120	107	107 / 99 / 1 / 0 / 0	Salário-Educação	100.000,00			
02130	1110	1061 / 1 / 1 / 0 / 0	RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTO - EDUCAÇÃO	20.000,00			
02140	1203	1040 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB - VAAR	200.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		10.000,00		
02150	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		100.000,00		
02160	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00			
02170	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		805.000,00		
02180	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
02190	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	400.000,00			
02200	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	200.000,00			
02210	107	107 / 99 / 1 / 0 / 0	Salário-Educação	100.000,00			
02220	1203	1040 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB - VAAR	100.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00		
02230	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				110.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				110.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			110.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		70.000,00		
02240	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00			
02250	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00			
02260	600	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	10.000,00			
02270	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	10.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		40.000,00		
02280	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00			
02290	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 361 ENSINO FUNDAMENTAL							
PROGRAMA: 1201 GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL							
PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.1201.2-033 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				TOTAL P/A:			2.990.000,00
OBJETIVO: REALIZAR O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS REGURLAMENTE MATRICULADOS E MANTER A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				2.990.000,00

	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.990.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		2.990.000,00		
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		980.000,00		
02300	102	102 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB 30%	100.000,00			
02310	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100.000,00			
02320	104	104 / 1 / 1 / 0 / 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00			
02330	107	107 / 99 / 1 / 0 / 0	Salário-Educação	100.000,00			
02340	123	1013 / 9 / 1 / 5 / 18	TRANSPORTE ESCOLAR/PNATE ESTADUAL	200.000,00			
02350	1119	1043 / 9 / 1 / 6 / 0	TRANSPORTE ESCOLAR FNDE/PNATE - FEDERAL	30.000,00			
02360	1203	1040 / 2 / 1 / 0 / 0	FUNDEB - VAAR	400.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		1.290.000,00		
02370	102	102 / 2 / 1 / 0/ 0	FUNDEB 30%	200.000,00			
02380	103	103 / 1 / 1 / 0/ 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00			
02390	104	104 / 1 / 1 / 0/ 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00			
02400	107	107 / 99 / 1 /0 /0	Salário-Educação	210.000,00			
02410	123	1013 / 9 / 1 /5 / 18	TRANSPORTE ESCOLAR/PNATE ESTADUAL	400.000,00			
02420	1119	1043 / 9 / 1 /6 /0	TRANSPORTE ESCOLAR FNDE/PNATE - FEDERAL	100.000,00			
02430	1203	1040 / 2 / 1 /0 /0	FUNDEB - VAAR	300.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		720.000,00		
02440	102	102 / 2 / 1 / 0/ 0	FUNDEB 30%	50.000,00			
02450	103	103 / 1 / 1 / 0/ 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	150.000,00			
02460	104	104 / 1 / 1 / 0/ 0	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00			
02470	107	107 / 99 / 1 /0 /0	Salário-Educação	100.000,00			
02480	123	1013 / 9 / 1 /5 / 18	TRANSPORTE ESCOLAR/PNATE ESTADUAL	160.000,00			
02490	1119	1043 / 9 / 1 /6 /0	TRANSPORTE ESCOLAR FNDE/PNATE - FEDERAL	30.000,00			
02500	1203	1040 / 2 / 1 /0 /0	FUNDEB - VAAR	200.000,00			
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 364 ENSINO SUPERIOR							
PROGRAMA: 1203 EDUCAÇÃO ENSINO SUPERIOR							
PROJETO/ATIVIDADE: 12.364.1203.2-035 ATIVIDADES DE ENSINO SUPERIOR				TOTAL P/A:			832.000,00
OBJETIVO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				832.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				125.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			125.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		100.000,00		
02510	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		25.000,00		
02520	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	25.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				707.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			707.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		2.000,00		
02530	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		5.000,00		
02540	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		700.000,00		
02550	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	700.000,00			
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO							
SUBFUNÇÃO: 367 EDUCAÇÃO ESPECIAL							
PROGRAMA: 1201 GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL							
PROJETO/ATIVIDADE: 12.367.1201.2-037 ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL				TOTAL P/A:			542.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				542.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				542.000,00
	3.3.50.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			432.000,00	
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
	3.3.50.43.00.00		SUBVENÇÕES SOCIAIS		432.000,00		
02560	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	432.000,00			
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			110.000,00	
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		10.000,00		
02570	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		100.000,00		
02580	103	103 / 1 / 1 / 0 / 0	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 07 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				TOTAL ÓRGÃO:			16.644.279,04
Unidade 001 DEPARTAMENTO DE URBANISMO				TOTAL UNIDADE:			16.644.279,04
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 15 URBANISMO							
SUBFUNÇÃO: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA							
PROGRAMA: 2602 GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO							
PROJETO/ATIVIDADE: 15.451.2602.2-012 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				TOTAL P/A:			11.982.279,04
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO E MODERNIZAR, REURBANIZAR E REVITALIZAR AS VIAS E ESPAÇOS URBANOS.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				9.078.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				3.280.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		3.280.000,00		
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		2.800.000,00		
02590	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	2.800.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		480.000,00		

02600	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	480.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				5.798.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		5.798.000,00		
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		10.000,00		
02610	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		3.347.000,00		
02620	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	2.500.000,00			
02630	003	2/1/7/0/0	Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	200.000,00			
02640	504	504 / 99 / 99 / 0 / 0	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias 300.000,00				
02650	510	510 / 1 / 7 / 0 / 0	Taxas - Exercício Poder de Polícia	200.000,00			
02660	512	512 / 99 / 99 / 0 / 0	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	57.000,00			
02670	1109	1060 / 1 / 7 / 0 / 0	RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - LIVRES	90.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		10.000,00		
02680	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		50.000,00		
02690	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.336.000,00		
02700	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	2.000.000,00			
02710	003	2/1/7/0/0	Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	116.000,00			
02720	504	504 / 99 / 99 / 0 / 0	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias 100.000,00				
02730	510	510 / 1 / 7 / 0 / 0	Taxas - Exercício Poder de Polícia	100.000,00			
02740	1109	1060 / 1 / 7 / 0 / 0	RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - LIVRES	20.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		10.000,00		
02750	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		35.000,00		
02760	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
02770	1177	1005 / 3 / 99 / 1 / 1	CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE DUAS MINICARREGADEIRAS, UM GUINDASTE HIDRÁULICO E UM CESTO AÉREO DUPLO-CONV. Nº 593/2025	20.000,00			
02780	1178	1005 / 3 / 99 / 1 / 1	CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE UM TRICICLO AUTOMOTOR PARA PINTURA VIÁRIA- CONV. Nº 620/2025	5.000,00			
02790	1179	1005 / 3 / 99 / 1 / 1	CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CONTAINER E EQUIPAMENTO FEIRA LIVRE-CONV. Nº 495/2025	5.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				2.904.279,04
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				2.904.279,04
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		2.904.279,04		
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		390.000,00		
02800	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
02810	600	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	100.000,00			
02820	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	240.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		2.514.279,04		
02830	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
02840	600	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	200.000,00			
02850	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	200.000,00			
02860	1176	1016 / 12 / 99 / 0 / 0	EMENDA INDIVIDUAL/TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS - LT	10.000,00			
02870	1177	1005 / 3 / 99 / 1 / 1	CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE DUAS MINICARREGADEIRAS, UM GUINDASTE HIDRÁULICO E UM CESTO AÉREO DUPLO-CONV. Nº 593/2025	1.500.000,00			
02880	1178	1005 / 3 / 99 / 1 / 1	CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE UM TRICICLO AUTOMOTOR PARA PINTURA VIÁRIA- CONV. Nº 620/2025	275.025,00			
02890	1179	1005 / 3 / 99 / 1 / 1	CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CONTAINER E EQUIPAMENTO FEIRA LIVRE-CONV. Nº 495/2025	309.254,04			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
FUNÇÃO: 18 GESTÃO AMBIENTAL							
SUBFUNÇÃO: 541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL							
PROGRAMA: 2602 GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO							
PROJETO/ATIVIDADE: 18.541.2602.2-016 MANUTENÇÃO DA COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO				TOTAL P/A:			2.538.000,00
OBJETIVO: MANTER A COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				2.528.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.528.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		2.528.000,00		
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		28.000,00		
02900	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
02910	511	511 / 1 / 7 / 0 / 0	Taxas - Prestação de Serviços	18.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.500.000,00		
02920	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00			
02930	511	511 / 1 / 7 / 0 / 0	Taxas - Prestação de Serviços	2.200.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				10.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				10.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			10.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.000,00		
02940	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
FUNÇÃO: 25 ENERGIA							
SUBFUNÇÃO: 752 ENERGIA ELÉTRICA							
PROGRAMA: 2602 GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO							
PROJETO/ATIVIDADE: 25.752.2602.2-050 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				TOTAL P/A:			2.124.000,00

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				2.074.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				360.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			360.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		300.000,00		
02950	507	507 / 99 / 99 / 0 / 0	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	300.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		60.000,00		
02960	507	507 / 99 / 99 / 0 / 0	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	60.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.714.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		1.714.000,00		
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		700.000,00		
02970	507	507 / 99 / 99 / 0 / 0	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	700.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		984.000,00		
02980	507	507 / 99 / 99 / 0 / 0	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	984.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		30.000,00		
02990	507	507 / 99 / 99 / 0 / 0	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	30.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				50.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				50.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			50.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		50.000,00		
03000	507	507 / 99 / 99 / 0 / 0	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	50.000,00			

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 08 SECRETARIA DE SAÚDE				TOTAL ÓRGÃO:			58.411.000,00
Unidade 001 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE				TOTAL UNIDADE:			58.411.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 10 SAÚDE							
SUBFUNÇÃO: 301 ATENÇÃO BÁSICA							
PROGRAMA: 1001 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE							
PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.1001.2-039 MANUTENÇÃO DE CONSORCIOS DE SAUDE CONTRATO DE RATEIO				TOTAL P/A:			2.940.000,00
OBJETIVO: MANTER O ATENDIMENTO A PACIENTES ATRAVÉS DE CONSÓRCIOS DE SAÚDE.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				2.920.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				1.520.000,00
	3.1.71.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO			1.520.000,00	
	3.1.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		1.520.000,00		
03010	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.500.000,00			
03020	491	1064 / 9 / 2 / 6 / 20	ASSIST FINANCEIRA UNIÃO - PISO PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	20.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.400.000,00
	3.3.71.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO			1.400.000,00	
	3.3.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		1.400.000,00		
03030	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.400.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				20.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				20.000,00
	4.4.71.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO			20.000,00	
	4.4.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		20.000,00		
03040	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00			
FUNÇÃO: 10 SAÚDE							
SUBFUNÇÃO: 301 ATENÇÃO BÁSICA							
PROGRAMA: 1001 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE							
PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.1001.2-040 ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				TOTAL P/A:			52.251.000,00
OBJETIVO: MANTER ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				29.145.500,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				12.285.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			12.285.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		10.370.000,00		
03050	303	303 / 1 / 2 / 0/0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.050.000,00			
03060	491	1064 / 9 / 2 / 6 / 20	ASSIST FINANCEIRA UNIÃO - PISO PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	20.000,00			
03070	493	1051 / 9 / 2 / 6 / 20	TRANSFERÊNCIA UNIÃO - ACS E ACE EC Nº 120/2022	2.100.000,00			
03080	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.200.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		1.915.000,00		
03090	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	680.000,00			

03100	493	1051 / 9 / 2 / 6 / 20	TRANSFERÊNCIA UNIÃO - ACS E ACE EC Nº 120/2022	300.000,00			
03110	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	935.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				16.860.500,00
	3.3.50.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			75.000,00	
	3.3.50.43.00.00		SUBVENÇÕES SOCIAIS		75.000,00		
03120	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00			
03130	492	494 / 9 / 2 / 5 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	50.000,00			
03140	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00			
	3.3.72.00.00.00		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			4.800.000,00	
	3.3.72.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		300.000,00		
03150	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00			
03160	1168	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP	100.000,00			
03170	1169	1017 / 12 / 2 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE PAP	100.000,00			
	3.3.72.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		4.500.000,00		
03180	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	2.500.000,00			
03190	1168	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP	1.000.000,00			
03200	1169	1017 / 12 / 2 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE PAP	1.000.000,00			
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			11.985.500,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		450.000,00		
03210	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	300.000,00			
03220	492	494 / 9 / 2 / 5 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	100.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
03230	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		3.964.500,00		
03240	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00			
03250	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	2.368.500,00			
03260	492	494 / 9 / 2 / 5 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	290.000,00			
03270	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	300.000,00			
03280	504	504 / 99 / 99 / 0 / 0	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	145.000,00			
03290	510	510 / 1 / 7 / 0 / 0	Taxas - Exercício Poder de Polícia	200.000,00			
03300	1111	1062 / 1 / 2 / 0 / 0	RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - SAÚDE	60.000,00			
03310	1168	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP	300.000,00			
03320	1169	1017 / 12 / 2 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE PAP	300.000,00			
	3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		200.000,00		
03330	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	200.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		300.000,00		
03340	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	300.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		715.000,00		
03350	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	400.000,00			
03360	491	1064 / 9 / 2 / 6 / 20	ASSIST FINANCEIRA UNIÃO - PISO PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	5.000,00			
03370	492	494 / 9 / 2 / 5 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	60.000,00			
03380	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.000,00			
03390	1168	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP	100.000,00			
03400	1169	1017 / 12 / 2 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE PAP	100.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		5.966.000,00		
03410	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00			
03420	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.000.000,00			
03430	491	1064 / 9 / 2 / 6 / 20	ASSIST FINANCEIRA UNIÃO - PISO PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	25.000,00			
03440	492	494 / 9 / 2 / 5 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	300.000,00			
03450	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	500.000,00			
03460	510	510 / 1 / 7 / 0 / 0	Taxas - Exercício Poder de Polícia	100.000,00			
03470	1168	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP	520.000,00			
03480	1169	1017 / 12 / 2 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE PAP	520.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA		50.000,00		

			INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA				
03490	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		250.000,00		
03500	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00			
03510	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	200.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		90.000,00		
03520	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00			
03530	500	500 / 9 / 2 / 6 / 20	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	10.000,00			
03540	1123	1005 / 3 / 2 / 1 / 1	CONV.EST.SESA/HOSPITAL MUNICIPAL	50.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				23.105.500,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				23.105.500,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			23.105.500,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		21.735.500,00		
03550	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	105.500,00			
03560	500	500 / 9 / 2 / 6 / 20	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	100.000,00			
03570	600	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	30.000,00			
03580	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	500.000,00			
03590	1123	1005 / 3 / 2 / 1 / 1	CONV.EST.SESA/HOSPITAL MUNICIPAL	21.000.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.340.000,00		
03600	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00			
03610	492	494 / 9 / 2 / 5 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	100.000,00			
03620	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100.000,00			
03630	500	500 / 9 / 2 / 6 / 20	Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	690.000,00			
03640	501	501 / 4 / 99 / 0 / 0	Receitas de Alienações de Ativos	50.000,00			
03650	600	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	50.000,00			
03660	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	300.000,00			
	4.4.90.61.00.00		AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		30.000,00		
03670	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
FUNÇÃO: 10 SAÚDE							
SUBFUNÇÃO: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL							
PROGRAMA: 1001 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE							
PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.1001.2-041 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSP. E CAPS				TOTAL P/A:			3.220.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADA.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				3.220.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				590.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			590.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		500.000,00		
03680	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	500.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		90.000,00		
03690	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	90.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.630.000,00
	3.3.50.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			200.000,00	
	3.3.50.43.00.00		SUBVENÇÕES SOCIAIS		200.000,00		
03700	1099	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE MAC - APAE	100.000,00			
03710	1146	1017 / 12 / 2 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE MAC - APAE	100.000,00			
	3.3.72.00.00.00		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			2.110.000,00	
	3.3.72.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		90.000,00		
03720	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00			
03730	1118	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE MAC	20.000,00			
03740	1135	1017 / 12 / 2 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE MAC	20.000,00			
	3.3.72.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.020.000,00		
03750	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00			
03760	1118	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE MAC	1.000.000,00			
03770	1135	1017 / 12 / 2 / 0 / 0	EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE MAC	1.000.000,00			
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			320.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		10.000,00		
03780	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00			

	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		45.000,00		
03790	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00			
03800	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	25.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		10.000,00		
03810	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		10.000,00		
03820	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		145.000,00		
03830	303	303 / 1 / 2 / 0 / 0	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	45.000,00			
03840	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		100.000,00		
03850	494	494 / 9 / 2 / 6 / 20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				TOTAL ÓRGÃO:			7.437.000,00
Unidade 001 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL				TOTAL UNIDADE:			3.808.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL							
SUBFUNÇÃO: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA							
PROGRAMA: 0801 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
PROJETO/ATIVIDADE: 08.244.0801.2-046 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL				TOTAL P/A:			3.808.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				3.788.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				1.600.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			1.600.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		1.350.000,00		
03860	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.350.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		250.000,00		
03870	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.188.000,00
	3.3.50.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			5.000,00	
	3.3.50.43.00.00		SUBVENÇÕES SOCIAIS		5.000,00		
03880	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			2.183.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		20.000,00		
03890	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		400.000,00		
03900	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00			
	3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		170.000,00		
03910	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	170.000,00			
	3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		150.000,00		
03920	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		400.000,00		
03930	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		962.000,00		
03940	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	900.000,00			
03950	820	1011 / 9 / 6 / 5 / 19	SIFF/CEAS 69/2022 - SERV ACOLHIM INSTIT DE PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA	62.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		20.000,00		
03960	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		50.000,00		
03970	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.48.00.00		OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		10.000,00		
03980	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000,00		
03990	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				20.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				20.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			20.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		20.000,00		
04000	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				TOTAL ÓRGÃO:			7.437.000,00
Unidade 002 ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				TOTAL UNIDADE:			741.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL							

SUBFUNÇÃO: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA							
PROGRAMA: 0801 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
PROJETO/ATIVIDADE: 08.244.0801.2-044 ATIVIDADES DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL				TOTAL P/A:			741.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROGRAMAS SOCIAIS.							
Apoio ao Controle Social.							
Apoio ao Conselho Tutelar.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				697.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				85.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			85.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		70.000,00		
04010	1005	938 / 9 / 6 / 6 / 23	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	70.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		15.000,00		
04020	1005	938 / 9 / 6 / 6 / 23	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	15.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				612.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			612.000,00	
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		113.000,00		
04030	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
04040	753	940 / 9 / 6 / 6 / 25	PROG FED/IGD/INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA	25.000,00			
04050	812	934 / 9 / 6 / 6 / 6	BLPSBFNAS/26931-X	40.000,00			
04060	938	940 / 9 / 6 / 6 / 25	CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAD-SUAS	8.000,00			
04070	1005	938 / 9 / 6 / 6 / 23	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	10.000,00			
04080	1163	1011 / 9 / 6 / 5 / 27	PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL-PAS	20.000,00			
	3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		142.000,00		
04090	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
04100	1163	1011 / 9 / 6 / 5 / 27	PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL-PAS	42.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		57.000,00		
04110	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
04120	753	940 / 9 / 6 / 6 / 25	PROG FED/IGD/INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA	15.000,00			
04130	812	934 / 9 / 6 / 6 / 6	BLPSBFNAS/26931-X	22.000,00			
04140	1163	1011 / 9 / 6 / 5 / 27	PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL-PAS	10.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		296.000,00		
04150	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00			
04160	753	940 / 9 / 6 / 6 / 25	PROG FED/IGD/INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA	55.000,00			
04170	812	934 / 9 / 6 / 6 / 6	BLPSBFNAS/26931-X	73.000,00			
04180	938	940 / 9 / 6 / 6 / 25	CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAD-SUAS	3.000,00			
04190	1005	938 / 9 / 6 / 6 / 23	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	15.000,00			
04200	1163	1011 / 9 / 6 / 5 / 27	PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL-PAS	70.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		4.000,00		
04210	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				44.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				44.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			44.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		44.000,00		
04220	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00			
04230	753	940 / 9 / 6 / 6 / 25	PROG FED/IGD/INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA	10.000,00			
04240	812	934 / 9 / 6 / 6 / 6	BLPSBFNAS/26931-X	20.000,00			
04250	1163	1011 / 9 / 6 / 5 / 27	PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL-PAS	10.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				TOTAL ÓRGÃO:			7.437.000,00
Unidade 003 ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE				TOTAL UNIDADE:			2.200.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL							
SUBFUNÇÃO: 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE							
PROGRAMA: 0801 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
PROJETO/ATIVIDADE: 08.243.0801.6-048 ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DOS D DA C E ADOLESCENTE				TOTAL P/A:			2.200.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DOS D DA C E ADOLESCENTE E FINANCIAR CAMPANHAS E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				145.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				145.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			145.000,00	
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		42.000,00		
04260	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
04270	813	1011 / 9 / 99 / 6 / 18	FMAS - PMSAS - CRIANÇA FELIZ	15.000,00			
04280	880	880 / 3 / 4 / 2 / 10	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	4.000,00			

04290	1174	1011 / 9 / 4 / 5 / 18	INCENTIVO GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025	3.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		50.000,00		
04300	813	1011 / 9 / 99 / 6 / 18	FMAS - PMSAS - CRIANÇA FELIZ	50.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		33.000,00		
04310	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
04320	813	1011 / 9 / 99 / 6 / 18	FMAS - PMSAS - CRIANÇA FELIZ	20.000,00			
04330	880	880 / 3 / 4 / 2 / 10	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	1.000,00			
04340	1174	1011 / 9 / 4 / 5 / 18	INCENTIVO GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025	2.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		20.000,00		
04350	1147	1011 / 9 / 4 / 5 / 18	CONSTRUÇÃO DE CRECHE- RES. 219/2024 - SEDEF - FIA	20.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				2.055.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				2.055.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			2.055.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		2.020.000,00		
04360	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
04370	1147	1011 / 9 / 4 / 5 / 18	CONSTRUÇÃO DE CRECHE- RES. 219/2024 - SEDEF - FIA	2.000.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		35.000,00		
04380	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
04390	813	1011 / 9 / 99 / 6 / 18	FMAS - PMSAS - CRIANÇA FELIZ	20.000,00			
04400	1174	1011 / 9 / 4 / 5 / 18	INCENTIVO GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025	10.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				TOTAL ÓRGÃO:			7.437.000,00
Unidade 004 CASA LAR				TOTAL UNIDADE:			688.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL							
SUBFUNÇÃO: 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE							
PROGRAMA: 0801 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
PROJETO/ATIVIDADE: 08.243.0801.6-049 ATIVIDADES DA CASA LAR				TOTAL P/A:			688.000,00
OBJETIVO: GARANTIR ACOLHIMENTO PROVISÓRIO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO OU ABANDONO.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				683.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				427.200,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			427.200,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		368.000,00		
04410	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00			
04420	937	1005 / 3 / 4 / 1 / 1	REPASSE PRANCHITA/CASA LAR LEI 3.093/2022 e TERMO DE COLABORAÇÃO	118.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		59.200,00		
04430	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
04440	937	1005 / 3 / 4 / 1 / 1	REPASSE PRANCHITA/CASA LAR LEI 3.093/2022 e TERMO DE COLABORAÇÃO	9.200,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				255.800,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			255.800,00	
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		139.800,00		
04450	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
04460	937	1005 / 3 / 4 / 1 / 1	REPASSE PRANCHITA/CASA LAR LEI 3.093/2022 e TERMO DE COLABORAÇÃO	39.800,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		10.000,00		
04470	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		65.000,00		
04480	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00			
04490	937	1005 / 3 / 4 / 1 / 1	REPASSE PRANCHITA/CASA LAR LEI 3.093/2022 e TERMO DE COLABORAÇÃO	35.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		40.000,00		
04500	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000,00		
04510	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				5.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				5.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			5.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.000,00		
04520	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 10 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				TOTAL ÓRGÃO:			5.715.100,00
Unidade 002 DEPARTAMENTO DE TURISMO				TOTAL UNIDADE:			855.003,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS							
SUBFUNÇÃO: 695 TURISMO							

PROGRAMA: 2201 GESTÃO DA INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO							
PROJETO/ATIVIDADE: 23.695.2201.2-052 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO				TOTAL P/A:			855.003,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO E PROMOVER O TURISMO LOCAL.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				166.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				85.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			85.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		70.000,00		
04530	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		15.000,00		
04540	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				81.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			81.000,00	
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		20.000,00		
04550	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		50.000,00		
04560	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		11.000,00		
04570	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00			
04580	1150	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	CONV.FED.MTUR/CENTRO DE TURISMO- CR 964994/2024 - EMENDA INDIVIDUAL	10.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				689.003,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				689.003,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			689.003,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		679.003,00		
04590	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00			
04600	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	100.000,00			
04610	1150	1018 / 12 / 99 / 0 / 0	CONV.FED.MTUR/CENTRO DE TURISMO- CR 964994/2024 - EMENDA INDIVIDUAL	578.003,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.000,00		
04620	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 10 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				TOTAL ÓRGÃO:			5.715.100,00
Unidade 004 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				TOTAL UNIDADE:			4.860.097,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 22 INDÚSTRIA							
SUBFUNÇÃO: 661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL							
PROGRAMA: 2201 GESTÃO DA INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO							
PROJETO/ATIVIDADE: 22.661.2201.1-050 INCENTIVO INDUSTRIAL				TOTAL P/A:			3.871.097,00
OBJETIVO: CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE BARRACÕES E AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PARA INCENTIVO E FOMENTO DAS INDUSTRIAS LOCAIS.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				1.401.097,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.401.097,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			1.401.097,00	
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		1.000.000,00		
04630	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		400.000,00		
04640	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.097,00		
04650	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.097,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				2.470.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				2.470.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			2.470.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		310.000,00		
04660	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
04670	600	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	100.000,00			
04680	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	200.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		2.010.000,00		
04690	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
04700	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	2.000.000,00			
	4.4.90.61.00.00		AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		150.000,00		
04710	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
04720	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	100.000,00			
FUNÇÃO: 22 INDÚSTRIA							
SUBFUNÇÃO: 661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL							
PROGRAMA: 2201 GESTÃO DA INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO							
PROJETO/ATIVIDADE: 22.661.2201.2-051 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				TOTAL P/A:			989.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				979.000,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				820.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			820.000,00	
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		700.000,00		
04730	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	700.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		120.000,00		
04740	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	120.000,00			

	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				159.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			159.000,00	
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		10.000,00		
04750	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		50.000,00		
04760	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		2.000,00		
04770	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		50.000,00		
04780	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		5.000,00		
04790	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		40.000,00		
04800	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.000,00		
04810	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA				**Exercício 2026**			
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				10.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				10.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			10.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.000,00		
04820	000	0/1/7/0/ 0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 11 SECRETARIA DE AGRICULTURA				TOTAL ÓRGÃO:			4.273.903,00
Unidade 003 DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO				TOTAL UNIDADE:			345.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 18 GESTÃO AMBIENTAL							
SUBFUNÇÃO: 541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL							
PROGRAMA: 2001 GESTÃO RURAL E SUSTENTÁVEL							
PROJETO/ATIVIDADE: 18.541.2001.2-053 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E BEM ESTAR ANIMAL				TOTAL P/A:			345.000,00
OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E BEM ESTAR ANIMAL							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				345.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				345.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			345.000,00	
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		170.000,00		
04830	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
04840	555	555 / 99 / 99 / 0 / 0	SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	70.000,00			
	3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		30.000,00		
04850	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		145.000,00		
04860	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00			
04870	555	555 / 99 / 99 / 0 / 0	SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	85.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 11 SECRETARIA DE AGRICULTURA				TOTAL ÓRGÃO:			4.273.903,00
Unidade 004 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				TOTAL UNIDADE:			3.928.903,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 20 AGRICULTURA							
SUBFUNÇÃO: 606 EXTENSÃO RURAL							
PROGRAMA: 2001 GESTÃO RURAL E SUSTENTÁVEL							
PROJETO/ATIVIDADE: 20.606.2001.1-055 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS					TOTAL P/A:		141.000,00
OBJETIVO:							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				6.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			6.000,00	
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.000,00		
04880	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00			
04890	1116	1017 / 12 /99 / 0 / 0	CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA/AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP - CONV. 941879/2023	5.000,00			
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				135.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				135.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			135.000,00	
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		135.000,00		
04900	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00			
04910	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	100.000,00			
04920	1116	1017 / 12 /99 / 0 / 0	CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA/AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP - CONV. 941879/2023	5.000,00			
FUNÇÃO: 20 AGRICULTURA							
SUBFUNÇÃO: 606 EXTENSÃO RURAL							
PROGRAMA: 2001 GESTÃO RURAL E SUSTENTÁVEL							
PROJETO/ATIVIDADE: 20.606.2001.2-056 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				TOTAL P/A:			3.505.903,00

OBJETIVO: MANTER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				3.205.903,00
	3.1.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				1.530.000,00
	3.1.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		1.530.000,00		
	3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		1.300.000,00		
04930	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	1.300.000,00			
	3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		230.000,00		
04940	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	230.000,00			
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.675.903,00
	3.3.50.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			10.000,00	
	3.3.50.43.00.00		SUBVENÇÕES SOCIAIS		10.000,00		
04950	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS		1.665.903,00		
	3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		10.000,00		
04960	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00			
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		902.500,00		
04970	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	800.000,00			
04980	504	504 / 99 / 99 / 0 / 0	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	100.000,00			
04990	1148	1017 / 12 /99 / 0 / 0	CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA-CONVÊNIO Nº 951736	2.500,00			
	3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		100.000,00		
05000	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		502.500,00		
05010	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00			
05020	1148	1017 / 12 /99 / 0 / 0	CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA-CONVÊNIO Nº 951736	2.500,00			
	3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		50.000,00		
05030	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.46.00.00		AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		50.000,00		
05040	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		50.903,00		
05050	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	5.903,00			
05060	1069	1005 / 3 / 99 / 1 / 1	CONV. EST. SEAB/ESTRADAS RURAIS 3 TRECHOS	20.000,00			
05070	1130	1072 / 3 / 99 / 1 / 2	PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA	20.000,00			
05080	1148	1017 / 12 /99 / 0 / 0	CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA-CONVÊNIO Nº 951736	5.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA						**Exercício 2026**	
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
	4.0.00.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL				300.000,00
	4.4.00.00.00.00		INVESTIMENTOS				300.000,00
	4.4.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			300.000,00	
	4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		140.000,00		
05090	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00			
05100	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	100.000,00			
05110	1130	1072 / 3 / 99 / 1 / 2	PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA	20.000,00			
	4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		160.000,00		
05120	000	0/1/7/0/0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
05130	601	1009 / 5 / 99 / 3 / 15	OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	100.000,00			
05140	1130	1072 / 3 / 99 / 1 / 2	PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA	10.000,00			
FUNÇÃO: 20 AGRICULTURA							
SUBFUNÇÃO: 606 EXTENSÃO RURAL							
PROGRAMA: 2001 GESTÃO RURAL E SUSTENTÁVEL							
PROJETO/ATIVIDADE: 20.606.2001.2-057 INCENTIVO AO PEQUENO AGRICULTOR				TOTAL P/A:			282.000,00
OBJETIVO: MANTER PROGRAMA DE INCENTIVO AO PEQUENO AGRICULTOR.							
	3.0.00.00.00.00		DESPESAS CORRENTES				282.000,00
	3.3.00.00.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				282.000,00
	3.3.90.00.00.00		APLICAÇÕES DIRETAS			282.000,00	
	3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		50.000,00		
05150	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00			
	3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		200.000,00		
05160	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00			
	3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		30.000,00		
05170	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00			
	3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.000,00		
05180	000	0/1/7/0 / 0	Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA					**Exercício 2026**		
Unidade gestora: CONSOLIDADO							
Órgão 90 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				TOTAL ÓRGÃO:			350.000,00
Unidade 099 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				TOTAL UNIDADE:			350.000,00
NATUREZA							
CONTA	FONTE	F. PADRÃO / ORIG / APL / DES / DET	ESPECIFICAÇÃO	RECURSO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
FUNÇÃO: 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
SUBFUNÇÃO: 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
PROGRAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
PROJETO/ATIVIDADE: 99.999.9999.9-058 RESERVA DE CONTINGENCIA				TOTAL P/A:			350.000,00
OBJETIVO: RESERVAR DOTAÇÃO DESTINADA AO ATENDIMENTO DE PASSIVOS CONTIGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS.							
	9.0.00.00.00.00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA				350.000,00
	9.9.00.00.00.00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA				350.000,00
	9.9.99.00.00.00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA			350.000,00	
	9.9.99.99.00.00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA		350.000,00		
05190	999	999 / 1 / 99/ 0 / 0	Reserva de Contingência	350.000,00			

TOTAL GERAL:	190.500.000,00

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:09B51C93

CONTABILIDADE
ANEXO LEI Nº 3.427/2025

Município de Santo Antônio do Sudoeste					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
2026					
Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
11	Operação Especial	PRECATÓRIOS JUDICIAIS	INEXISTENTE	1,000	250.000,00
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS		**Subfunção:** 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
Descrição: Atender as determinações do Poder Judiciário quanto aos precatórios incluídos na Lei do Orçamento Anual.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
12	Operação Especial	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	GLOBAL	1,000	1.220.000,00
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS		**Subfunção:** 845 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS			
Descrição: Atender determinação legal da Contribuição Social.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
13	Operação Especial	AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS E DÍVIDA FUNDADA	GLOBAL	1,000	6.700.000,00
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS		**Subfunção:** 843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA			
Descrição: Realizar a amortização e juros da dívida interna, como operações de créditos e parcelamentos.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	8.170.000,00
Programa: 101 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
1	Atividade	ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	INEXISTENTE	1,000	4.155.000,00
Função:	1 - LEGISLATIVA	**Subfunção:** 31 - AÇÃO LEGISLATIVA			
Descrição: Manter as atividades da Câmara Municipal de Vereadores					
Produto esperado: Apoio Administrativo					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	4.155.000,00
Município de Santo Antônio do Sudoeste					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
2026					
Programa: 401 - GABINETE DO PREFEITO					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
2	Atividade	ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	INEXISTENTE	1,000	865.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	**Subfunção:** 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Descrição: Manter a operacionalidade do gabinete e desenvolver orientação estratégica de governo.					
Produto esperado: Apoio Administrativo					
					865.000,00
	Projeto/Atividade				
2-002-ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO					
	3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		680.000,00	
	3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		175.000,00	
	4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.000,00	
3	Atividade	ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS	INEXISTENTE	1,000	735.000,00
Função: 4 - ADMINISTRAÇÃO		**Subfunção:** 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Descrição: Manter as atividades de assessoramento do governo municipal e a divulgação dos atos oficiais.					
Produto esperado: Apoio Administrativo					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	1.600.000,00
Programa: 402 - GESTÃO DA CONTABILIDADE E FINANÇAS					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
4	Atividade	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	INEXISTENTE	1,000	975.000,00
Função:	4 - ADMINISTRAÇÃO	**Subfunção:** 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Descrição: Manter as atividades do Departamento de Contabilidade, Finanças, Planejamento e Patrimônio; Desenvolver a gestão orçamentária com eficácia; Manter o equilíbrio das contas para garantir investimentos e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal; Oferecer serviços e informações com agilidade e transparência no atendimento ao público interno e externo; Aperfeiçoar os procedimentos de execução financeira, contábil e patrimonial buscando maior eficiência.					
Produto esperado: Apoio Administrativo					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	975.000,00
Município de Santo Antônio do Sudoeste					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
2026					
Programa: 403 - GESTÃO ADMINISTRATIVA					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
5	Atividade	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	INEXISTENTE	1,000	8.140.192,39
Função: 4 - ADMINISTRAÇÃO		**Subfunção:** 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Descrição: Manter as atividades do Departamento de Administração, Tributária, Fiscalização, Mantendo as unidades imobiliárias cadastradas sobre o total de unidades da área urbana, com implantação de políticas de fomento e regulação.Manter 100% da área do Município com cartografia georreferenciada. Recursos Humanos, Capacitar os servidores,Proporcionar capacitação em segurança do trabalho. Manter os setores informatizados, manter os departamentos de Compras, Licitações e Protocolo; Promover a eficiência administrativa com modernização e Qualidade no atendimento ao público; Realizar uma gestão moderna, realizadora, ágil e eficaz.					

Produto esperado: Apoio Administrativo					
					0,00
	Projeto/Atividade				
6	Atividade	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	GLOBAL	1,000	1.500.000,00
Função: 9 - PREVIDÊNCIA SOCIAL		**Subfunção:** 272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO			
Descrição: Manter a concessão, manutenção e pagamento dos benefícios de aposentadoria e de pensões mensais.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	9.640.192,39
Programa: 801 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
7	Atividade	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	GLOBAL	1,000	3.808.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	**Subfunção:** 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Descrição: Reestruturar de forma geral os serviço e programas ofertados pela Secretaria de Assistência Social. Realizar a gestão de recursos da secretaria planejando a execução correta das ações que visam o desenvolvimento socioeconômico do Município.Institucionalização de departamento/ setor de Habitação.Reorganizar o organograma do setor de Assistência Social.Atualizar sempre que necessário as leis ligadas ao setor de Assistência Social. Fortalecer a atuação de participação dos Conselhos Municipais (CMAS, CMDCA, CMDPI dentre outros) na elaboração e acompanhamento das políticas públicas na área social do Município.Garantir a implantação no município de um sistema Informatizado e Integrado entre Assistência Social, Saúde e Educação.Realização de projetos/programas para oferecer à comunidade informações sobre cursos profissionalizantes, orientações sobre saúde, educação fiscal, direitos e deveres dos consumidores, empreendedorismo, documentação, viabilização de processos, casamento civil, entre outras ações.Realizar diagnóstico social abrangendo a área rural e urbana, visando o aprimoramento das políticas públicas voltadas para a área de Assistência Social, Criação de programas, ações e/ou projetos para Famílias e Indivíduos atingidos por situações de emergência, urgência e calamidade pública.Capacitação e formação continuada dos profissionais da Assistencia Social. Análise de cumprimento, monitoramento dos Planos Municipais vinculados a essa Secretaria.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
8	Atividade	ATIVIDADES DA CASA LAR	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1,000	688.000,00
Função: 8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Subfunção:** 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
Descrição: Manutenção da atividades da Casa Lar de Santo Antonio do Sudoeste.					
Produto esperado: Pessoas Atendidas					
					0,00
	Projeto/Atividade				
Município de Santo Antônio do Sudoeste					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
2026					
Programa: 801 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
9	Atividade	ATIVIDADES DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MUNICIPES ATENDIDOS	1,000	741.000,00
Função:	8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	**Subfunção:** 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Descrição: Manter as atividade do Fundo Assistêncial Social; Prestar serviços socioassistencias, manter projetos, programas e benefícios. Manter as atividades do Centro de Referência da Assistência Social; Articular os serviços socioassistencias de acolhimento e proteção; Realizar ações voltadas para o fortalecimento da família.Ter por foco o desenvolvimento de atividades de convivência, formação e participação do cidadão; Garantir proteção integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social,em situação de pobreza, vulnerabilidade social com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados. Ampliar o atendimento das famílias assistidas por programas, projetos e/ou ações, que são discriminadas por questões de gênero, e que procurem o setor. Atendimento de 100% dos cidadãos com deficiência, idosos com dependência, seus cuidadores e familiares através do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias em programas ou projetos.					
Produto esperado: Pessoas Atendidas					
					0,00
	Projeto/Atividade				
10	Atividades - ECA/FMDCA	ATIVIDADE DO FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1,000	2.200.000,00
Função: 8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Subfunção:** 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
Descrição: Manter as atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e o Adolescente; Implementar o acesso aos serviços das políticas protetivas e garantidoras de direito; Prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil.					
Produto esperado: Pessoas Atendidas					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	7.437.000,00
Programa: 1001 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
25	Atividade	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MUNICIPES ATENDIDOS	1,000	52.251.000,00
Função: 10 - SAÚDE		**Subfunção:** 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Descrição: Melhoria de indicadores, manter ou melhorar os indices necessarios para a gestão e acompanhamento da Saúde, Efetuar o Levantamento das demandas e Gestão democrática, Melhorar e aumentar os percentuais com relação ao atendimento das necessidades da população, melhorar a Infraestrutura para suprir as demandas de atendimento.Garantir capacitação dos funcionários por setor da saúde. Realizar um levantamento das necessidades de recursos humanos (dimensionamento) no setor da saúde. Manter as atividades do Departamento de Saúde, Saúde Básica Familiar, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, administração do Almoxarifado; Proporcionar atendimento de qualidade priorizando a atenção primária à saúde e fortalecendo a atenção especializada hospitalar e rede de urgência e emergência. Execução de emendas parlamentares direcionadas a programas de Atenção basica.Execução conformeas ações/metas definidas no plano Municipal de saúde em vigor.					
Produto esperado: Pessoas Atendidas					
					0,00
	Projeto/Atividade				
26	Atividade	MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SAÚDE CONTRATO DE RATEIO	GLOBAL	1,000	2.940.000,00
Função: 10 - SAÚDE		**Subfunção:** 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Descrição: Manter a participação no rateio dos consórcios de saúde.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
Município de Santo Antônio do Sudoeste					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
2026					
Programa: 1001 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
27	Atividade	ATIVIDADES DE ATENÇÃO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB.E HOSP. E CAPS	GLOBAL	1,000	3.220.000,00
Função: 10 - SAÚDE		**Subfunção:** 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
Descrição: Proporcionar atendimento de qualidade priorizando a atenção primária à saúde e fortalecendo a atenção especializada hospitalar e rede de urgência e emergência.Manter atendimento aos indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameça, doença ou violação de direito que demanda intervenção especializada. Execução de emendas parlamentares direcionadas a programas de Atenção Media e alta complexidade. Execução conforme as ações/metas definidas no plano Municipal de saúde em vigor.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	58.411.000,00
Programa: 1201 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**

18	Atividade	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	GLOBAL	1,000	2.329.500,00
Função: 12 - EDUCAÇÃO		**Subfunção:** 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Descrição: Manter as atividades da Secretaria de Educação. Constituir e manter uma equipe técnica-multidisciplinar para compor e atender aos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Educação ou outras entidades/autarquias ligadas a esta secretaria, de acordo com as ferramentas legais existentes, com número de profissionais adequado. Análise de cumprimento, revisões e adequações do Plano de Carreira da Secretaria Municipal de Educação de forma constante. Manter o Departamento de Esportes, Cultura e Manutenção de Bens. Análise de cumprimento, monitoramento do Plano Municipal de Educação.					
Produto esperado: Apoio Administrativo					
					0,00
	Projeto/Atividade				
19	Atividade	ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNOS ATENDIDOS	1,000	26.700.000,00
Função: 12 - EDUCAÇÃO		**Subfunção:** 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Descrição: Manter as atividades do Departamento de Ensino Fundamental; Manter as ações que visem dar suporte aos alunos e ao corpo docente.Manter o IDH da educação com índice maior que a média estadual, Atendimento de 100% dos alunos pelo do programa da merenda escolar, Levantamento das demandas estruturais do setor educacional, Realizar a ampliação, reformas e adequações dos espaços físicos da rede municipal de ensino, sempre que necessário, dotando-as com recursos físicos e materiais.					
Produto esperado: Alunos Atendidos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
22	Atividade	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	ALUNOS ATENDIDOS	30,000	2.990.000,00
Função: 12 - EDUCAÇÃO		**Subfunção:** 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Descrição:					
Produto esperado: Alunos Atendidos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
Município de Santo Antônio do Sudoeste					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
2026					
Programa: 1201 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
23	Atividade	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	PORTADOR DEFICIÊNCIA	1,000	542.000,00
Função: 12 - EDUCAÇÃO		**Subfunção:** 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Descrição: Manter atividades da educação especial em ambientes especializados e com profissionais capacitados.Garantir sala de aula adequada e equipada para atender ao aluno.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	32.561.500,00
Programa: 1202 - GESTÃO DO ENSINO INFANTIL					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
20	Atividade	ATIVIDADES DE ENSINO INFANTIL	ALUNOS ATENDIDOS	1,000	14.008.500,00
Função: 12 - EDUCAÇÃO		**Subfunção:** 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Descrição: Manter as atividades do Departamento do Centro de Educação Infantil; Ofertar educação de qualidade e humanizada. Atendimento de 100% dos alunos pelo do programa da merenda escolar, Levantamento das demandas estruturais do setor educacional, Realizar a ampliação, reformas e adequações dos espaços físicos da rede municipal de ensino, sempre que necessário, dotando-as com recursos físicos e materiais,Manter o número de alunos por sala, na educação infantil, de acordo com as normativas vigentes.					
Produto esperado: Alunos Atendidos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	14.008.500,00
Programa: 1203 - EDUCAÇÃO ENSINO SUPERIOR					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
21	Atividade	ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR	ALUNOS ATENDIDOS	1,000	832.000,00
Função: 12 - EDUCAÇÃO		**Subfunção:** 364 - ENSINO SUPERIOR			
Descrição: Garantir o acesso a Educação Superior, ter como missão a dedicação pela qualidade de ensino. Manter cursos de formação técnica.					
Produto esperado: Alunos Atendidos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	832.000,00
Município de Santo Antônio do Sudoeste					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
2026					
Programa: 1301 - GESTÃO DA CULTURA					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
24	Atividade	ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL CULTURA	GLOBAL	1,000	1.021.000,00
Função: 4 - ADMINISTRAÇÃO		**Subfunção:** 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Descrição: Manter Espaços culturais e acesso a informação, preservação de bens e patrimônio histórico. Manter as atividades do Fundo Municipal de Cultura e fomentar a produção artística e acesso a diversidade cultural. Implementação da Lei do Plano Municipal de Cultura; Promoção de ação/parceria/capacitação em apoio às atividades do Conselho Municipal da Cultura. Pormoção de Eventos culturais. Promoção de ação/parceria/capacitação que fomente a cooperação entre as secretarias municipais, entidades, organizações, associações e demais entes para a promoção da cultura e turismo no município. Levantamento de demandas culturais e promoção da gestão democrática.Festividades de Natal.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	1.021.000,00
Programa: 2001 - GESTÃO RURAL E SUSTENTÁVEL					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
35	Atividade	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	GLOBAL	1,000	3.505.903,00
Função: 20 - AGRICULTURA		**Subfunção:** 606 - EXTENSÃO RURAL			
Descrição: Manter as atividades do Departamento de Fomento Agropecuário, Planejamento Agrícola e de Inspeção Municpal. Manter as ações que visem o atendendimento ao agricultor e demais usuários ligados a secretaria. Manter as unidades de produtores rurais cadastrados sobre o total de unidades existentes, com implantação de políticas de fomento e regulação.Realização de análise e atualização do macrozoneamento rural.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
36	Projeto	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	1,000	141.000,00
Função: 20 - AGRICULTURA		**Subfunção:** 606 - EXTENSÃO RURAL			
Descrição: Viabilizar recursos para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
37	Atividade	INCENTIVO AO PEQUENO AGRICULTOR	AGRICULTORES ATENDIDOS	1,000	282.000,00
Função: 20 - AGRICULTURA		**Subfunção:** 606 - EXTENSÃO RURAL			
Descrição: Manter as ações que possibilitem o fomento da agricultura familiar e a produção de produtos orgânicos, aumentando o percentual de produtores orgânicos sobre o total de produtores rurais do município.Realização de feira municipal com a presença de produtos orgânicos. Disponibilizar assistência técnica, cursos e capacitação aos agricultores com foco em geração de novas atividades/geração de renda;					

Realização de projetos, programas e/ou ações no setor da avicultura e olericultura.Manter o programa de inseminação artificial, para melhoramento genético animal; Manter as vias Rurais melhorando a infraestrutura através de convenios. Fornecer insumos regulamentados por lei.

Produto esperado: Outros Produtos

					0,00
	Projeto/Atividade				

Município de Santo Antônio do Sudoeste

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

2026

Programa: 2001 - GESTÃO RURAL E SUSTENTÁVEL

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
38	Atividade	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E BEM ESTAR ANIMAL	GLOBAL	1,000	345.000,00

Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL **Subfunção:** 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Descrição: Manter as atividades do Departamento de Meio Ambiente; Estabelecer Programas e ações de conservação ambiental; Manter a arborização nas ruas em relação a extensão total de ruas da área urbana consolidada; Criar programas/projetos/ações de incentivo de recuperação da cobertura da área de mata ciliar degradada; Criar programas/projetos/ações de incentivo das áreas averbadas como reserva legal no município; Manter extintos estabelecimentos poluentes da rede hídrica no município; Criar programas/projetos/ações de incentivo de conservação de solo e água no município; Realização/execução de projetos de educação ambiental; Capacitação, assistência e geração de renda; Criar sistema de capacitação continuada para cooperados, associados e demais envolvidos com atividades de separação, reutilização e coleta seletiva; Realização de seminário/palestra Municipal enfocando a agricultura orgânica; Gestão da poluição, animais e resíduos; Manter pelo menos 90% dos domicílios rurais atendidos com abastecimento de água em área regulares; Manter pelo menos 50% dos domicílios urbanos com coleta de esgoto doméstico em área regulares.

Produto esperado: Outros Produtos

					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	4.273.903,00

Programa: 2201 - GESTÃO DA INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
28	Projeto	INCENTIVO INDUSTRIAL	GLOBAL	1,000	3.871.097,00

Função: 22 - INDÚSTRIA **Subfunção:** 661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL

Descrição: Fomento e Desenvolvimento de Atividades e Infraestrutura. Construção de obra, instalações e barracões para indústrias; Dar infraestrutura necessária para instalação de empresas no município. Manter as ações que oportunize geração trabalho, emprego,renda, capacitação e fomento ao desenvolvimento

Produto esperado: Outros Produtos

					0,00
	Projeto/Atividade				
31	Atividade	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO	GLOBAL	1,000	855.003,00

Função: 23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS **Subfunção:** 695 - TURISMO

Descrição: Gestão e Promoção da Atividade Turística, atualização do inventario turistico,Criação e atualização do Plano Municipal de Turismo.Manutenção e atualização do calendário de atividades e eventos de cunho turístico municipal.Inserção e manutenção da ExpoSanto, Caminho de Peregrinação e Festa do Padroeiro em calendários de eventos a nível nacional; Realização de pelo menos 04 eventos/projeto que promovam a divulgação turística do município anualmente.Criação, ampliação e manutenção de infraestrutura ligadas aos projetos de turismo religioso, educativo, Promoção do Município como destaque turístico de Fronteira regional para Geração de renda, capacitação e fomento ao desenvolvimento turistico do Municipio, realização de parcerias para a criação de roteiros turisticos a nível Regional e Estadual.

Produto esperado: Outros Produtos

					0,00
	Projeto/Atividade				
32	Atividade	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO	GLOBAL	1,000	989.000,00

Função: 22 - INDÚSTRIA **Subfunção:** 661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL

Descrição: Manter as atividades do Departamento de Indústria e Comércio e turismo. Manter as ações voltadas para desenvolvimento da indústria e do comércio e turismo com a geração de emprego e renda no município.

Produto esperado: Apoio Administrativo

					0,00
	Projeto/Atividade				

Município de Santo Antônio do Sudoeste

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

2026

Programa: 2201 - GESTÃO DA INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

				Total do Programa:	5.715.100,00

Programa: 2601 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
15	Atividade	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS	GLOBAL	1,000	16.875.000,00

Função: 26 - TRANSPORTE **Subfunção:** 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Descrição: Manter as atividades do Departamento de Obras, Administração de Materiais e Manutenção de Máquinas;

Produto esperado: Outros Produtos

					0,00
	Projeto/Atividade				
16	Atividade	CONSORCIO P INTERMUNICIPAL P DE SUS REG SUD PR	MUNICIPES ATENDIDOS	1,000	235.000,00

Função: 26 - TRANSPORTE **Subfunção:** 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Descrição: Manter a participação no rateio do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região da Fronteira do Sudoeste do Paraná - CIFRA.

Produto esperado: Pessoas Atendidas

					0,00
	Projeto/Atividade				
17	Projeto	ADEQUAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO RECUPERAÇÃO E ESTRADAS DO INTERIOR	GLOBAL	1,000	4.605.525,57

Função: 26 - TRANSPORTE **Subfunção:** 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Descrição: Manter, adequar e readequar estradas rurais, construir, manter: pontes, bueiros e caixa de retenção.Realizar a substituição das pontes de madeira por estruturas de concreto. Pavimentação e melhorias de estradas rurais.

Produto esperado: Outros Produtos

					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	21.715.525,57

Programa: 2602 - GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Código	Tipo	Nome da ação	Unidade de Medida	Meta quantitativa	Valor
29	Atividade	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	GLOBAL	1,000	11.982.279,04

Função: 15 - URBANISMO **Subfunção:** 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Descrição: Manter as atividades do Departamento de Urbanismo e Limpeza Pública; Manter as ações de manutenção e construção de ruas, calçadas e equipamentos comunitários; Promover obras e serviços que assegurem o desenvolvimento urbano. Implantação de políticas de fomento e regulação de imóveis.Organização dos espaços: Criar e manter o índice de áreas verdes (superfície de praças e parques) em pelo menos 18 m2/hab. sobre o total da população urbana. Baixar o percentual de unidades em desacordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, com implantação de políticas de fomento e regulação.Manter em menos de 30% o índice de lotes vagos sobre o total de lotes urbanos, com implantação de políticas de fomento. Gestão democrática, Melhoria da Infraestrutura, equipamentos, pessoal e capacitação com relação a Segurança Publica e Manter a Defesa Civil ativa e atuante no município de forma constante.

Produto esperado: Outros Produtos

					0,00
	Projeto/Atividade				

Município de Santo Antônio do Sudoeste

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
2026					
Programa: 2602 - GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
30	Atividade	MANUTENÇÃO DA COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO	GLOBAL	1,000	2.538.000,00
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL		**Subfunção:** 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
Descrição: Manter 100% dos domicílios urbanos atendidos com coleta de lixo/coleta seletiva em área regulares.Manter a coleta e destinação de resíduos sólidos; Orientar sobre o correto acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
33	Projeto	ADEQUAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS	GLOBAL	1,000	410.000,00
Função: 15 - URBANISMO		**Subfunção:** 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Descrição: Manter adequação e sinalização das vias de acordo com o plano viário, em relação ao total das vias. Adequar e readequar as vias urbanas, construindo ciclovias, incluindo passeios, construir pontes, bueiros e caixa de retenção, pavimentação e melhorias das vias; Melhorar a infraestrutura viária dando condições adequadas de trafegabilidade. Manter a área urbana com drenagem pluvial,					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
34	Atividade	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	GLOBAL	1,000	2.124.000,00
Função: 25 - ENERGIA		**Subfunção:** 752 - ENERGIA ELÉTRICA			
Descrição: Manter as ações de manutenção e a modernização da iluminação pública; Garantir a expansão da rede, substituição de lâmpadas e manutenção dos serviços terceirizados.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	17.054.279,04
Programa: 2701 - GESTÃO DESPORTIVA					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
14	Atividade	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	MUNICIPES ATENDIDOS	1,000	2.580.000,00
Função: 27 - DESPORTO E LAZER		**Subfunção:** 813 - LAZER			
Descrição: Desenvolver e incrementar as políticas públicas de esporte, recreação e lazer, visando o bem-estar da comunidade em geral e o desenvolvimento das potencialidades dos praticantes.Levantamento das demandas esportivas e de lazer e promoção da gestão democrática; Criar o Plano Municipal de Esporte e Lazer.Levantamentos das condições físicas e necessidades de melhorias nos espaços esportivos e de lazer. Realização de pesquisa sobre as características, necessidades e demandas no setor do esporte e de lazer.Infraestrutura e acesso a espaços esportivos: pista de skate e bicicross,campo de futebol sete,Espaços com 100% de adequação ao acesso dos portadores de necessidades especiais em todos os equipamentos esportivos e de lazer municipais.Promoção ou apoio a eventos esportivos ou de lazer.Realização de projetos para o incentivo a prática esportiva e de lazer em diversas modalidades.Apoio a modalidade de motocross no município.					
Produto esperado: Pessoas Atendidas					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	2.580.000,00
Município de Santo Antônio do Sudoeste					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
2026					
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Código	**Tipo**	**Nome da ação**	**Unidade de Medida**	**Meta quantitativa**	**Valor**
39	Atividade	RESERVA E CONTINGENCIA	INEXISTENTE	1,000	350.000,00
Função: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**Subfunção:** 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Descrição: Atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais e eventos imprevisíveis.					
Produto esperado: Outros Produtos					
					0,00
	Projeto/Atividade				
				Total do Programa:	350.000,00
				Total da Unidade:	190.500.000,00
				Total do Orgão:	190.500.000,00
				Total Geral:	**190.500.000,00**

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:787A9F00

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 4.304/2025

DECRETO Nº 4.304/2025

Cria procedimentos e rotinas a serem seguidos para regulamentação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Lei Complementar nº 3.262 de 14 de novembro de 2024 – Código Tributário Municipal.

O Prefeito do Município de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas **atr**ibuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto na Lei **Co**mplementar nº 3.262 de 2024 – Código Tributário Municipal

D E C R E T A:

Fica criado atos, procedimentos e rotinas a serem seguidos pela Administração Tributária, para **re**gulamentação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, em conformidade com o Código **Tr**ibutário Municipal.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Este Decreto tem por finalidade regulamentar, através de rotinas, atos e procedimentos **ad**ministrativos o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do município.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Este Decreto abrange todas as unidades da estrutura administrativa no âmbito do Poder **Ex**ecutivo Municipal.

CAPÍTULO III

BASE LEGAL

Os fundamentos jurídicos encontram-se respaldados nos seguintes dispositivos:

Constituição Federal de 1988;

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional;

Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980;

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

Lei Orgânica Municipal;

Lei Complementar nº 3.262 de 2024 – Código Tributário Municipal;

CAPÍTULO IV

CONCEITOS

Para os fins deste Decreto, considera-se:

tributo: É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa **ex**primir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade **ad**ministrativa plenamente vinculada.

imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU: Imposto de **co**mpetência municipal que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem **im**óvel, por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construído ou não, localizado **na** zona urbana deste Município, cujo contribuinte é o proprietário do imóvel, o titular do seu **do**mínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

cadastro Municipal de Contribuintes: É a identificação do contribuinte no Cadastro **Tr**ibutário Municipal, podendo ser dividido em duas categorias, a saber:cadastro **im**obiliárioecadastro mobiliário.

lançamento: É a relação individualizada dos contribuintes por ato administrativo que **dis**crimina a espécie, o valor, o vencimento, sobre a ocorrência do fato gerador da obrigação **co**rrespondente; determina a matéria tributável; calcula o montante da dívida devida; identifica o **su**jeito passivo e propõe, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível; é o assentamento dos **dé**bitos futuros do contribuinte.

contribuinte: São todos os sujeitos passivos definidos por lei, inclusive os terceiros eleitos **pe**la legislação municipal como responsáveis tributários e ainda substitutos tributários.

DAM: Documento de Arrecadação Municipal.

dação em pagamento, anistia, remissão, isenção: dependem de autorização por **int**ermédio de lei, servindo como instrumento de incentivo em programas de recuperação de crédito, **ob**servando-se o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

dação em pagamento os débitos inscritos em dívida ativa pela municipalidade, de natureza **tri**butária, ajuizados ou não, poderão ser extintos mediante dação em pagamento de bens imóveis, **m**ediante condições específicas.

anistia: das infrações cometidas e a consequente dispensa dos pagamentos das penalidades **pe**cuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência **da** lei que a conceder.

remissão: é o perdão da dívida, que se dá em determinadas circunstâncias previstas na lei, **tai**s como a situação que torna impossível ao sujeito passivo solver o débito, inconveniência do **pr**ocessamento da cobrança, dado o alto custo não compensável com a quantia em cobrança, **pr**obabilidade de não receber, erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, equidade, etc. Não **im**plica em perdoar a conduta ilícita, concretizada na infração penal, nem em perdoar a sanção.

isenção: Somente poderá ser concedida aos impostos (IPTU, ISSQN e ITBI), é sempre **de**corrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os **tri**butos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

sistema: *software online* (programa de computador) contratado pelo Município para fins **tri**butários, sendo a empresa Equiplano Sistemas.

consulta: documento que o contribuinte ou responsável poderá interpor para esclarecer a **int**erpretação e aplicação da legislação tributária, desde que protocolada antes do início da ação fiscal **e** será dirigida ao Prefeito Municipal , com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao **en**tendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais, devendo ser instruída, se **ne**cessário, com os documentos que dispuser a consulente.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Compõe a estrutura administrativa de Santo Antônio do Sudoeste-PR:

Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças.

Departamento de Tributação:

Divisão de Fiscalização.

§ 1º Compõem a estrutura do setor tributário os servidores públicos concursados para o cargo de **fis**cal tributário e cargo de auxiliar de tributação.

§ 2º A responsabilidade sobre a Dívida Ativa do Município é comum e concorrente entre o Setor **Ju**rídico do Município e a Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças, através do **D**epartamento de Tributação e sua divisão de fiscalização.

São responsabilidades da Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças:

instruir aos contribuintes sobre o cumprimento da legislação fiscal, seja por atendimento **pe**ssoal, seja por meio de publicação de editais, avisos, ofícios, circulares, etc.;

julgar, em primeira instância, os processos de reclamações contra lançamentos e cobrança de **tri**butos, bem como os recursos interpostos pelos interessados, contra atos praticados no exercício **de** sua competência;

julgar, em primeira instância, os processos de constatação de infrações e apreensões de **m**ercadorias, mantendo, reduzindo ou cancelando as penalidades impostas quando for o caso;

supervisionar o serviço de inscrição, cadastro, lançamento, arrecadação e fiscalização de **tri**butos municipais;

promover a arrecadação de rendas não tributáveis;

visar as certidões relativas à situação dos contribuintes perante o fisco municipal;

assinar os alvarás de licença de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, **de** prestadores de serviços, de construções, de vendedores ambulantes e outros dispostos da Lei **Co**mplementar nº 3.262 de 2024 - Código Tributário Municipal,

aperfeiçoar o sistema de controle **int**erno, através da implantação de métodos e rotinas informatizadas.

São atribuições do Cargo de Fiscal Tributário:

planejar, coordenar e realizar a fiscalização externa, coligindo, examinando, selecionando os **ele**mentos necessários à ação fiscalizadora;

instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária;

corrigir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização **ex**terna;

fazer cadastramento de contribuintes, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do **re**cebimento dos tributos;

manter-se sempre atualizado com o cadastro imobiliário do município de forma a verificar a **co**rreção do pagamento dos impostos incidentes sobre a propriedade urbana;

orientar, inspecionar e exercer a fiscalização das construções irregulares e clandestinas, **fa**zendo comunicações, notificações e embargos;

fiscalizar a localização e existência de alvarás e/ou serviços urbanos referentes ao comércio **am**bulante, feiras, indústrias e abrigos, impedindo o exercício de comércio por pessoa que não **po**ssua a documentação exigida;

instaurar processos por infração verificada pessoalmente;

participar de sindicâncias especiais para instauração de processos ou apuração de denúncias e **re**clamações;

lançamento de dívida tributária;

auxiliar na cobrança de dívida ativa do município;

atendimento geral ao contribuinte;

manter-se atualizado sobre as legislações tributária, econômica e financeira da União, do **Es**tado e do Município;

promover intimações aos contribuintes em débitos;

remeter os créditos tributários vencidos aos órgãos de proteção ao crédito conforme **de**termina a Legislação;

manter articulação com os cartórios de forma a atualizar-se quanto às transações imobiliárias **re**alizadas no município;

constituir crédito tributário mediante lançamento de ofício;

realizar visitas periódicas a áreas em adensamento e loteamentos de forma a inspecionar **no**vas construções;

verificar, em estabelecimentos comerciais, a existência e a autenticidade de livros e registros **fis**cais instruídos pela legislação específica;

verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação **de** serviços, em face dos artigos expõem, vendam ou manipulam e dos serviços que prestam;

investigar a evasão ou fraude no pagamento dos tributos;

lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame de escrita, fiança, **res**ponsabilidade, intimação e documentos correlatos;

formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de **fis**calização, tornando-os mais eficazes;

articular-se com fiscais de outras áreas, bem como forças de policiamento, sempre que **ne**cessário objetivando a fiscalização integrada e o cumprimento da legislação no que for área de sua **res**ponsabilidade;

redigir memorando, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de **fis**calização executados;

realizar a fiscalização e lançamentos de tributos, modificação, suspensão, extinção e exclusão **do** crédito tributário, nas formas previstas em Lei.

São atribuições do Cargo de Auxiliar de Tributação:

auxiliar na fiscalização dos imóveis e a atividades sujeitas a tributos;

orientar unidades de execução no cumprimento da legislação tributária;

participar na elaboração de planta de valores, tabelas e atos normativos para o lançamento de **tri**butos municipais;

prestar atendimento, orientação e informação ao público;

estudar e propor alteração da legislação tributária;

desenvolver técnicas de aperfeiçoamento da sistemática de fiscalização tributária, criando **m**ecanismos que visem o impedimento da evasão tributária ou fraude fiscal;

desenvolver estudos, objetivando o acompanhamento, controle e avaliação da receita;

auxiliar e acompanhar cronogramas de lançamentos, fiscalização e arrecadação de tributos;

zelar pela guarda e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao **se**u trabalho;

formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de **fis**calização, tornando-os mais eficazes;

participar de reuniões administrativas e programas de treinamento, quando convocado ou **de**signado;

promover intimações aos contribuintes em débitos a partir da ordem do fiscal tributário;

cumprir e determinar que se cumpra as Leis e normas Regulamentares referentes à **tri**butação, pela equipe tributaria bem como pelos contribuintes.

CAPÍTULO VI

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Seção I

Dos Cadastros

Ficam instituídos os seguintes termos e definições, visando à aplicação dos procedimentos e **re**gistros dos atos necessários para inclusão, alteração, cancelamento e controle da base de **inf**ormações inerentes à inscrição no Cadastro Imobiliário do Município:

inscrição imobiliária: É formado pelas inscrições fiscais imobiliárias apresentando um **nú**mero para cada inscrição ou unidade contendo o seguinte padrão, conforme sistema Equiplano **Sis**temas:

Cadastro: 0000-00 – nome

001 – Cadastro Imobiliário: 0000-0

002 – Cod. Proprietário: 00000

003 – Distrito: 000

004 – Setor: 000

005 – Quadra: 000

006 – Lote: 000

007 – Unidade: 000

008 – Data: 00/00/0000

009 até 300 – informações do BCI

dados cadastrais: itens que compõe as informações gravadas no Cadastro Imobiliário do **M**unicípio, contendo no mínimo o número da matrícula, o Cartório de Registro de Imóveis a qual **pe**rtence o imóvel, nome do contribuinte proprietário ou detentores do domínio útil ou possuidores, **do** responsável tributário, número do CPF do contribuinte e/ou do contribuinte responsável, **en**dereço completo do contribuinte proprietário, do responsável, as características do imóvel, como: **tip**o do uso, ocupação, área do terreno, área edificada, logradouro onde se localiza o imóvel, número **pr**edial, loteamento e bairro, complemento do endereço e todos as demais informações necessárias **pa**ra registro da incidência e cálculo dos tributos nos termos da Lei Complementar nº 3.262 de 2024 **- C**ódigo Tributário Municipal;

proprietário: pessoa física ou jurídica, identificada na matrícula do imóvel como **pr**oprietário legal, o titular do seu domínio útil ou o possuidor a qualquer título;

responsável: adquirente e detentor de direitos reais sobre o imóvel quando firmado com o **pr**oprietário e devidamente formalizado, o espólio, o sucessor, a pessoa jurídica resultante da fusão, **cis**ão, transformação ou incorporação;

isenção: hipóteses em que o contribuinte fica isento de pagamento do imposto, mediante **ap**resentação anual dos documentos que comprovem as situações previstas na Lei Complementar nº **3.**262 de 2024 - Código Tributário Municipal imunidade tributária: proteção constitucional **co**nferida aos contribuintes, por meio da qual impede-se que o município crie e cobre tributos sobre **de**terminados bens e direitos;

boletim do cadastro imobiliário - BCI: extrato com informações agrupadas sobre todos os **da**dos existentes no Cadastro Imobiliário do Município, utilizado no trabalho interno do órgão **fa**zendário, bem como para conhecimento do proprietário ou responsável;

referência anterior: campo de dados cadastrais para registro inicial da quadra, lote e **lot**eamento, aprovados e registrados na matrícula quando da criação do loteamento ou área de terras, **os** quais foram substituídos pela sistemática da inscrição imobiliária descrita no inciso I deste artigo;

ocupação do lote: informação que trata da situação atual do imóvel cadastrado, predial - **pa**ra imóvel edificado ou territorial - para lote não edificado;

área construída: campo de dados cadastrais que registra o total da área construída do **im**óvel, inclusive os acessórios e obras consideradas úteis e inerentes à função da habitação ou uso, **co**nstantes no Alvará de Construção e no Certificado de Conclusão de Obra ou constatadas por **dil**igência realizada por servidor público designado em vistoria no local da edificação com o **pr**eenchimento de todos os dados do boletim de vistoria; considera-se como área construída a soma **da**s áreas edificadas, contornos externos das paredes ou pilares, computando-se também a superfície **da**s sacadas, as varandas cobertas, os terraços cobertos ou descobertos em níveis diferentes ao do **so**lo, os jiraus e mezaninos, o sótão e porão desde que constituam compartimentos habitáveis, as **un**idades destinadas a garagens, as vagas de garagem cobertas com estruturas com características **pe**rmanentes como piso, cobertura e paredes, as áreas destinadas à piscina, pergolados, *deck* e **ga**zebo;

área coberta: áreas definidas como construção desprovida de paredes, mas com cobertura **úti**l e permanente ou destinada a acessório da habitação ou para lazer;

construção paralisada: obra não acabada e cujos trabalhos de edificação foram paralisados e **qu**e na situação em que se encontra não dispõe de elementos básicos que permitam sua utilização, **in**dependentemente da denominação, forma ou destino;

construção interditada: edificação que oferece risco à segurança e à saúde pública, mediante **at**estado ou embargo emitido pelos órgãos municipais competentes;

construção em situação de ruína: edificação que se encontra destruída por ação do tempo **ou** em virtude de explosão, incêndio ou outra causa equivalente e não oferece condições de **ha**bitabilidade ou a qualquer outra utilização;

construção demolida: edificação que, por ação do homem, passou pelo processo de **de**struição e deixou de existir ou não mais oferece condições de utilização;

construção de natureza temporária ou provisória: edificação temporária a exemplo das **es**truturas montadas para abrigar eventos, espetáculos de circo, para dar suporte às atividades de **co**nstrução civil, entre outras equivalentes;

boletim de vistoria: formulário de informações relativo à característica da edificação e do **ter**reno constatados no imóvel durante os trabalhos de vistoria e apresentam no mínimo os **se**guintes dados: características da edificação, o desenho das faces e dos limites externos da **ed**ificação, com o cálculo em m² (metros quadrados) da edificação e de todos os acessórios **pe**rtencentes à estrutura edificada, encontrados no imóvel ou a informação da inexistência de **co**nstrução;

lote: parte do solo resultante do parcelamento de solo, devidamente aprovado por órgão **m**unicipal competente, com fins de utilização para edificação, com acesso para via pública ou que **co**m ela se comunica por servidão e registrado no Registro de Imóveis;

subdivisão de lote: ato de dividir o lote resultando em dois ou mais lotes, para fins de **ap**roveitamento particular ou público, devidamente aprovado por órgão municipal competente, **ob**servada a legislação específica e devidamente e registrado no Registro de Imóveis;

unificação de lotes: ato de unificar dois ou mais lotes para fins de aproveitamento particular **ou** público, devidamente aprovado por órgão municipal competente, observada a legislação **es**pecífica, e registrado no Registro de Imóveis;

loteamentos: ato de dividir o solo em lotes com proporções, limites e denominação **ap**rovados por órgão municipal competente, composto por ruas pavimentadas, passeios, áreas para **eq**uipamentos urbanos, água encanada, luz e rede coletora de esgoto e registrado no Registro de **Im**óveis;

condomínio de lotes: parcelamento do solo identificado por fechamento das vias internas **e** controle de acesso para uso restrito, tendo suas normas de utilização convencionadas em **re**gimento próprio e registrado no Registro de Imóveis;

faixa não edificável: parte do lote com restrição de utilização para o proprietário ou **po**ssuidor, como a servidão administrativa e declarada por ato administrativo específico, domínios **de** vias públicas, atingidas pela expansão do sistema viário e aquelas determinadas por legislação **ref**erente à preservação ambiental, por determinação municipal, estadual ou federal, conforme **re**gistrado na matrícula do imóvel;

área de interesse público: parte ou integralidade do lote de propriedade particular, mas com **res**trição de utilização para atender declaração de interesse público;

servidão de passagem: acesso ou passagem sobre o lote de propriedade particular para **ou**tro lote com ou sem acesso direto ao logradouro público, na forma da lei civil;

área de preservação ambiental: área ou lote que integralmente ou parcialmente possui **res**trição de uso para o proprietário ou possuidor, com o dever de manter preservação ambiental **pe**rmanente de acordo com a legislação, desde que devidamente registrada na matrícula do registro **de** imóveis;

área de reserva legal ambiental: área ou lote que integralmente ou parcialmente possui **res**trição de uso para o proprietário ou possuidor de acordo a legislação vigente, desde que **de**vidamente registrada na matrícula do registro de imóveis.

A inscrição fiscal imobiliária, não tem a característica de afetar o titular como proprietário, **tal** instituto se regula pelo Registro do Imóvel no Cartório de Registro.

Com as informações contidas no Boletim Cadastral de Informações - BCI, formam nos **as**sentamentos do cadastro imobiliário elementos, características, fórmulas de cálculo, alíquota, zona **fis**cal, além de todas as informações da listadas na Lei Complementar nº 3.262 de 2024 - Código **Tr**ibutário Municipal, que institui a Planta Genérica de Valores Imobiliários Urbanos - PGV.

A inscrição fiscal imobiliária, além dos dados físicos do imóvel, é composta por campos **pr**óprios para lançamento de valores referente a cobrança de diversas taxas etc.

Seção II

Da Inscrição no Cadastro Imobiliário do Município e do Cancelamento

A inscrição dos imóveis urbanos e rurais no Cadastro Imobiliário será promovida:

pelo proprietário, ou por seu representante legal;

pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título;

por quaisquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

de ofício, a qualquer tempo a critério do Departamento de Tributação quando de posse das informações necessárias;

pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

A cada unidade imobiliária autônoma caberá uma inscrição.

A municipalidade poderá, de ofício, efetuar a inscrição, atualização e exclusão das **inf**ormações do Cadastro Imobiliário, à vista de documentos comprobatórios ou mediante **co**municação efetuada por órgão convenente.

Fica o contribuinte obrigado a comunicar ao órgão fazendário, no prazo de trinta dias, as **oc**orrências que possam alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário, notadamente no que **se** refere:

à aquisição de imóveis, construídos ou não;

à mudança de endereço para entrega de correspondências;

às construções, reformas, demolições, perecimento, às ampliações ou modificações de uso;

às unificações ou subdivisões, fracionamento ou loteamento;

e outros fatos ou circunstâncias que possam afetar a incidência, o cálculo do imposto ou as **inf**ormações cadastrais;

Art. 10. As edificações sobre lotes que sejam objeto de posse poderão ser inscritas a título precário, **m**ediante procedimento administrativo ou de ofício, exclusivamente para efeitos fiscais, desde que **po**ssam ser identificados o posseiro, as dimensões e confrontações do imóvel pelo órgão **co**mpetente.

Art. 11. A inscrição a título precário poderá ser cancelada a qualquer tempo pelo órgão fazendário, **atr**avés da divisão de cadastro e atendimento.

Art. 12. A inscrição territorial, no Cadastro Imobiliário do Município, será necessária para o cadastro **de**:

área de terras com matrícula própria no respectivo Ofício do Registro de Imóveis;

lote resultante de parcelamento ou loteamento, subdivisão ou unificação, desde que **ap**rovado pelo Município e registrado na Matrícula do Ofício do Registro de Imóveis;

fração ideal destinada a abrigar a futura construção, de acordo e desde que vinculada ao **Al**vará de Construção expedido e averbado em constituição de condomínio edilício na matrícula do **res**pectivo Ofício do Registro de Imóveis.

Art. 13. A inscrição predial, no Cadastro Imobiliário do Município, será necessária para o cadastro **de**:

edificações com um ou mais pavimentos, construídas sob a forma de unidades isoladas, **un**idades geminadas ou superpostas, destinadas para fins residenciais ou não residenciais;

edificações destinadas a estacionamento, prédios destinados à garagem comercial, *boxes* ou **de**pósitos, as construções de estrutura metálica tipo *contêineres* e *trailers* ou equiparados desde que **ins**talados de forma permanente dentro dos limites do imóvel e exerça função de apoio à residência **ou** utilizado em atividade econômica;

percentual da fração ideal do terreno, que possuir mais de uma edificação sem constituição **de** condomínio, será cadastrado o percentual resultante da relação da área da unidade e o total da **ed**ificação sobre o imóvel.

Art. 14. A inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário do Município, deverá ser realizada de acordo **co**m as informações contidas na Matrícula do Registro Geral de Imóveis, de forma a espelhar os **da**dos registrados quanto ao número do quadrante, quadrícula, setor, quadra, lote, loteamento, **ba**irro, dimensões, confrontações, testadas, referências anteriores, propriedade, averbações e origem **do** imóvel.

Os dados comprovadamente divergentes entre os registros do setor tributário e os **co**nstantes no Registro Geral de Imóveis deverão ser tratados a fim de promover as correções **ne**cessárias, inclusive, notificando o responsável pela matrícula do imóvel, para providências.

Em nenhuma hipótese será realizada alteração dos dados no cadastro imobiliário que não se **en**contre de acordo com os dados registrados na matrícula do imóvel, quanto à superfície do imóvel, **lo**gradouro, testadas, confrontações, endereço do imóvel, loteamento, bairro, salvo se a alteração for **ne**cessária para corrigir dados comprovadamente registrados por equívoco na matrícula.

Os terrenos, edificados ou não, situados na zona urbana ou não, inclusive os que venham a **se**r criados por ação judicial de usucapião de fração de imóvel ou por parcelamento, subdivisão ou **un**ificação, serão inscritos no Cadastro Imobiliário Municipal, ainda que seus titulares não estejam **su**jeitos aos Impostos - IPTU e ITBI.

Art. 15. Se o imóvel possuir testada para mais de um logradouro, na inscrição imobiliária deverá ser **re**gistrado o endereço de localização da unidade edificada de acordo com o logradouro a qual está **lo**calizado o acesso da edificação e observar o número predial para este logradouro.

Parágrafo único. No campo "complemento do endereço" da inscrição imobiliária, constarão **so**mente termos que identifiquem a sua característica física ou denominação, vedado o uso de **ter**mos que identifiquem a atividade ou nome empresarial que funcionar no local.

Art. 16. A inscrição imobiliária cadastrada indevidamente poderá ser cancelada de ofício ou a **pe**dido, quando constatado sua inexistência, através de verificação na matrícula, nos registros do **m**unicípio e por vistoria *in loco* realizada por fiscal.

Art. 17. O terreno particular com declaração de interesse público para fins de desapropriação não **se**rá objeto de cancelamento da inscrição imobiliária, devendo ser registrada no Cadastro Imobiliário **a i**nformação do fato da destinação e do ato administrativo que o determinou, ou, ainda, o registro **na** matrícula, devendo ser alterada a incidência de tributos para "Não Incidência de Imposto e **Ta**xas."

Art. 18. No ato da apresentação do registro na matrícula da constituição do condomínio de terrenos **se**rão inscritas todas as unidades no Cadastro Imobiliário do Município, contendo as seguintes **inf**ormações:

nome do proprietário;

nome do condomínio;

área do imóvel;

a respectiva fração de área de uso comum que será somada à área do terreno para fins de tributação;

o número da matrícula da unidade na forma do registro.

Parágrafo único. A inscrição importa na responsabilidade dos tributos incidentes, na forma da **leg**islação tributária, para o proprietário da unidade de forma individual e desvinculada das demais **un**idades do condomínio, como identificado em cada matrícula do condomínio.

Art. 19. Integram as áreas construídas das unidades residenciais ou comerciais, localizadas em **co**ndomínios edilícios, além da área privativa, a área comum, de forma proporcional.

Art. 20. As edificações com característica residencial, não residencial ou múltipla, desde que os **lim**ites das edificações sejam evidentes, permanentes e independentes, serão cadastradas de forma **in**dividual em inscrições imobiliárias e identificadas por unidade interdependentes ao lote **en**quadrando-se nos seguintes casos:

edificação com característica residencial que possua uso unifamiliar e acesso independente **ou** comum em relação ao logradouro, que possua divisão e limites definidos para cada unidade **res**idencial e caracterizada sua utilidade como residência familiar;

edificação com característica não residencial, que possua acessos independentes em relação **ao** logradouro, que possua divisão e limites definidos para cada unidade não residencial e **ca**racterizada sua utilização como não residencial; e

edificação com característica múltipla, com limites definidos ou não, será cadastrada **in**dividualmente de acordo com cada uso.

A individualização de que trata este artigo será válida, exclusivamente, para efeitos cadastrais **e f**iscais e será realizada levando-se em conta as frações de área construída em relação à superfície **to**tal do terreno.

A individualização, desde que o pedido seja apresentado até o vencimento da primeira **pa**rcela, será implantada a partir do exercício do requerimento, garantido o recálculo do lançamento **e a**bertura de prazo para parcelas e cota única do exercício ao qual foi realizado o requerimento.

A autoridade competente negará o pedido de individualização a que se refere o *caput* deste **art**igo quando esta dificultar ou impossibilitar a administração, a fiscalização ou a arrecadação do **tri**buto.

A cada unidade imobiliária resultante da individualização será atribuída nova inscrição.

Não se caracterizará como individual, fazendo parte da mesma unidade, as obras existentes **so**bre o mesmo terreno da edificação principal com finalidade de uso complementar, tais como: **de**pendência de empregada, lavanderia, garagem, área de lazer, área de serviço, gazebo, pergolado, **pis**cina, edícula com fins de lazer e outras edificações equivalentes.

A edificação residencial utilizada como domicílio tributário para Micro Empreendedor **In**dividual, ou outros, será mantida com tipo residencial.

O imóvel de característica não residencial que não se enquadrar na situação o inciso III deste **art**igo, observado o disposto no § 6º neste artigo, será cadastrado em inscrição imobiliária com **in**dividual com o tipo não residencial, de acordo com a utilização identificada no momento da **vis**toria.

Na impossibilidade da individualização das unidades, como também nas edificações **co**nstituídas por blocos e situações similares, a classificação seguirá o tipo predominante.

Art. 21. A construção em andamento será cadastrada conforme consta no projeto aprovado ou pela **id**entificação da sua característica, medidas e tipo de estrutura, no momento da vistoria devendo ser **re**gistrada a condição "em andamento" no sistema de cadastro imobiliário municipal para cálculo dos **tri**butos devidos.

Art. 22. O cadastramento das unidades autônomas, nos casos de condomínios edilícios, dar-se-á **co**nforme registro na matrícula, e as áreas comuns e privativas serão cadastradas em conjunto com a **ár**ea da edificação, exceto nos casos que existir registro individual na matrícula do registro geral **qu**anto à garagem, depósito, área de lazer e outros, de acordo com a denominação de unidade **au**tônoma descrita na convenção de condomínio.

Caso as informações referentes às áreas privativas e comuns, bem como a identificação de **ga**ragens, não restar comprovada no projeto arquitetônico, matrícula ou no quadro de áreas, o setor **de** Cadastro Imobiliário realizará o cadastramento de ofício, conforme boletim de vistoria, dividindo **a** área comum proporcionalmente pela área privativa de cada unidade, sendo possível a alteração **de**ssas áreas somente com a apresentação do registro na matrícula do condomínio edilício, **es**pecificando estes itens.

No caso de individualização por iniciativa do contribuinte é indispensável à apresentação de **pr**ojeto arquitetônico e/ou memorial descritivo de toda edificação existente, bem como quadro **res**umo das áreas edificadas de uso privativo e comum, documentos que podem ser substituídos pela **m**atrícula com o registro de cada unidade do condomínio edilício.

Considerar-se-á terreno sem edificação aquele:

sem edificações de qualquer natureza;

com edificações em andamento, paralisadas ou em demolição, desde que não estejam sendo **uti**lizadas como moradia ou para fins industriais, comerciais ou de prestação de serviços, bem como **ed**ificações condenadas ou em ruínas;

cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem **de**struição, alteração ou modificação;

em que houver edificação considerada, a critério da repartição competente, como **in**adequada, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma, bem como pela área **ed**ificada em relação à do terreno;

destinados a estacionamento de veículos e depósitos de materiais e de combustíveis, exceto **qu**ando aprovadas pelos órgãos competentes do Município;

o imóvel que contenha edificações com valor não superior à 20ª (vigésima) parte do valor **ve**nal do terreno, à exceção daquele, nos termos da legislação especifica, não seja divisível.

Art. 23. A inscrição imobiliária não constitui título de propriedade nem presunção quanto à **leg**itimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel, se traduzindo somente em **ca**dastro fiscal de interesse da administração fazendária, com a função de apurar e determinar dados **ne**cessários para a identificação do imóvel e do sujeito passivo da obrigação tributária.

Art. 24. Após o registro da constituição de condomínio edilício, na matrícula do imóvel, deverá ser **so**licitada a inscrição no Cadastro Imobiliário do Município, identificando as economias envolvidas, **co**nstando:

o nome do condomínio;

a descrição da unidade construída; e

o número da matrícula da unidade, na forma do registro.

Parágrafo único. A inscrição importa na responsabilidade dos tributos incidentes, na forma da **leg**islação tributária, para o proprietário da unidade de forma individual e desvinculada das demais **un**idades existentes sobre o mesmo terreno, como identificado em cada matrícula do condomínio **ed**ilício.

Art. 25. A ausência de pintura, revestimentos e acabamentos finais não afasta o enquadramento da **co**ndição do imóvel como edificado e passível de tributação, pois se tratam de melhoramentos que **nã**o impedem a habitabilidade.

Art. 26. A construção em andamento, ainda sem condições de habitação ou utilização, mesmo que **se**m aprovação ou Alvará de Construção, desde que definida por vistoria no local, ou constatado por **m**eio fundamentado/comprovado, deverá ser cadastrada constando a identificação da unidade, tipo **de** construção, estrutura e metragem.

Art. 27. A cada unidade edificada corresponderá a uma fração ideal do terreno, para fins de cálculo **do** valor venal do imóvel, que corresponde à soma do valor venal da edificação e o valor venal do **ter**reno ou fração.

Art. 28. A inscrição imobiliária municipal para o imóvel edificado, com mais de uma unidade **ca**dastrada, terá a identificação do endereço de localização e número predial para o logradouro **pú**blico no qual fica localizado seu acesso principal.

Art. 29. A área construída existente no imóvel constatada através de vistoria, mesmo que maior ou **m**enor do que a área construída registrada na matrícula será registrada no cadastro imobiliário para **ef**eitos de cálculo dos tributos devidos.

Parágrafo único. A inexistência de averbação da área construída na matrícula do imóvel, não **im**pede que o município inscreva a construção existente de fato, comprovada através de vistoria em **dil**igencia do agente fiscal, para fins de tributação.

Art. 30. O cancelamento de inscrição imobiliária, solicitado por processo administrativo pela parte **int**eressada, deverá ser instruído na forma do art. 31 deste Decreto, com o preenchimento do **re**querimento modelo constante no Anexo II, com a instrução e proposta de decisão fundamentada, **po**dendo ser solicitado pelo Departamento de Tributação outros documentos que se fizerem **ne**cessários após análise documental.

Para o cancelamento da inscrição imobiliária, seja por unificação de lotes ou por inexistência **co**nstatada, a inscrição imobiliária deverá ser mantida no histórico do cadastro imobiliário com o **re**gistro de "cancelada" e com a descrição dos motivos e do processo administrativo que motivou o **pr**ocedimento.

O cancelamento da inscrição poderá ser processado mesmo com a existência de dívidas **lan**çadas e pendentes de pagamento, neste caso sendo incluso no campo complemento a observação **de** que há lançamentos pendentes, devendo ser encaminhada notificação ao contribuinte e registrada **no** processo.

Quando do cancelamento da edificação, a inscrição passará a constar como característica **ter**ritorial para todos os efeitos, inclusive para a tributação.

O cancelamento da construção, no cadastro imobiliário, não afeta a inscrição imobiliária do **ter**reno, permanecendo como lote vazio ou com a unidade edificada remanescente, se houver.

Poderá também ser cancelada a inscrição imobiliária quando da ocorrência de demolição das **ed**ificações, confirmadas por diligência fiscal no terreno.

Seção III

Do Procedimento para Cadastro e da Alteração da Propriedade e Responsabilidade do Imóvel Junto ao Cadastro Municipal

Art. 31. As inscrições imobiliárias serão cadastradas, atualizadas, alteradas ou corrigidas por **re**querimento firmado pela parte interessada, mediante protocolo de processo administrativo, com **uti**lização e preenchimento do requerimento modelo constante no Anexo I deste Decreto, **ac**ompanhado dos seguintes documentos:

para atualização de proprietário:

requerimento devidamente preenchido;

documento de identificação do requerente e seu endereço atual;

Contrato Social, se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração, se representante do interessado;

certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

comprovação da propriedade através da matrícula atualizada, expedida há no máximo 90 **(n**oventa) dias.

para inclusão de responsável:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente e endereço atual;

Contrato Social, se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração, se representante do interessado;

certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

comprovação da aquisição da propriedade por escritura de compra e venda ou por contrato **de** compra e venda firmado com o proprietário do imóvel, ou por compromisso de compra e venda **co**m cláusula de irrevogabilidade, firmado com o proprietário atual, ou por contrato de concessão de **us**o ou por autorização para formalizar escritura, firmada pelo proprietário, a anuência do **pr**oprietário nas transmissões de direito de compra e venda;

a matrícula atualizada, onde comprove a propriedade do vendedor, com reconhecimento de **fir**mas do vendedor e comprador, exceto para escritura de compra e venda.

para inclusão responsável por adjudicação ou arrematação obtida na via judicial:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente e endereço atual;

Contrato Social, se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração, se representante do interessado;

certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

comprovação da aquisição da propriedade por carta de adjudicação, carta de arrematação ou **Au**to de Arrematação expedida pelo Poder Judiciário e matrícula do imóvel.

para atualização por parcelamento em loteamento, subdivisão ou unificação de lotes:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente (RG e CPF) e comprovante de endereço atual;

Contrato Social, se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração, se representante do interessado;

certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

matrícula de origem do parcelamento subdivisão ou unificação;

averbação / matrículas derivadas da origem após o registro;

planta e memorial descritivo demonstrando a situação anterior e a atual.

para atualização de área construída:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente (RG e CPF) e comprovante de endereço atual;

Contrato Social, se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração, se representante do interessado;

certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

provas da área construída correta, mediante apresentação de um ou todos os seguintes **do**cumentos:

Alvará de Construção;

Certificado de Conclusão de Obra e/ou a declaração firmada pelo proprietário, onde afirme **qu**al a área atual edificada no local, responsabilizando-se sob as penas da lei pelo teor declarado, que **se**rá confirmado através de vistoria *in loco*;

Averbação da área.

para atualização por demolição de área construída:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente (RG e CPF) e comprovante de endereço atual;

Contrato Social se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração se representante do interessado;

certidão de demolição;

certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

fotos que demonstrem a situação no local e/ou declaração firmada pelo proprietário onde **afi**rme a demolição ocorrida, responsabilizando-se sob as penas da lei pelo teor declarado, que será **co**nfirmado através de vistoria *in loco*.

Parágrafo único. As atualizações, alterações ou correções das inscrições imobiliárias devem ser **re**queridas até o prazo de trinta dias contados dos fatos ou situação, previstas nos incisos I à VI **de**ste artigo, que geraram as mudanças.

Art. 32. O disposto no inciso II do art. 31 deste Decreto também se aplica quando a inclusão de **res**ponsável se der pela comprovação de transmissão de direitos reais sobre o imóvel, ainda sem o **de**vido registro na matrícula, tais como: de cessão de direitos a aquisição, cessão de direitos **he**reditários, usufruto, escritura de inventário e partilha, e outros atos equivalentes amparados no **dir**eito civil e devidamente formalizados.

Art. 33. Nas solicitações de alteração do proprietário ou responsável será verificada a existência de **dí**vidas lançadas no imóvel.

Art. 34. A penhora, a hipoteca, a alienação fiduciária, o sequestro, a procuração para representação, **o** acordo judicial ou extrajudicial, o arresto, o comodato, a locação, o divórcio ou o arrolamento não **se**rão objeto de alteração da propriedade ou responsabilidade junto ao Cadastro Imobiliário do **M**unicípio.

Art. 35. Nos imóveis com mais de um proprietário ou responsável ou, ainda, nos imóveis com **co**mpra e venda de fração ideal, todos são igualmente responsáveis/solidários e respondem pela **to**talidade das dívidas e pagamentos dos tributos do imóvel, de forma que o pagamento de um dos **ob**rigados aproveita aos demais e todos respondem pela totalidade da dívida.

Art. 36. O nome do contribuinte proprietário ou responsável deve ser sempre cadastrado conforme **co**nsta no documento de identificação, seja por cédula de identidade, registro no CPF ou CNPJ, sem **ab**reviaturas ou complementos, não permitidas quaisquer expressões que visam indicar outro **co**ntribuinte ou cônjuge.

Parágrafo único. Sempre que existir mais de um proprietário ou responsável para o imóvel, estes **de**verão constar individualmente no cadastro imobiliário na forma do *caput* deste artigo.

Art. 37. São considerados dados do contribuinte, pessoa física ou jurídica, todas as informações para **su**a completa identificação, endereço de seu domicílio, residência habitual ou sede empresarial, tendo **o** contribuinte a obrigação de atualização dos dados cadastrais, por iniciativa própria ou de ofício **pe**lo servidor público no momento do conhecimento das novas informações.

Será registrado no cadastro do contribuinte o telefone de contato e o endereço eletrônico, de **fo**rma a complementar os dados cadastrais.

Os dados do contribuinte constantes do cadastro, tais como: endereço, telefone e endereço **ele**trônico somente poderão ser fornecidos a terceiros por ordem do contribuinte, por pedido **fo**rmulado por autoridade policial ou judicial ou na forma da lei específica.

Fica proibido o fornecimento de informação sobre os dados cadastrais ou de situação **ec**onômica do contribuinte, via ferramenta eletrônica ou por telefone, para terceiros que não **po**ssuírem autorização expressa do contribuinte, objeto da solicitação e/ou da autoridade **ad**ministrativa responsável pelos dados ou informações solicitadas, observada a Lei de Acesso à **In**formação e o Código Tributário Nacional.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE IMPUGNAÇÃO DO LANÇAMENTO

Seção I

Do Lançamento do IPTU

Art. 38. O lançamento do IPTU será efetuado em nome do contribuinte que se encontra inscrito no **Ca**dastro Imobiliário do Município, observando o que segue:

considera-se a situação fática do imóvel no dia 1º de janeiro de cada ano para fins de **lan**çamento do IPTU;

para os imóveis edificados no decorrer do exercício, considera-se ocorrido o fato gerador no **pri**meiro dia do exercício seguinte à conclusão da obra;

para os imóveis objetos de Unificação ou Subdivisão, considera-se ocorrido o fato gerador **no** primeiro dia do exercício seguinte ao da respectiva averbação no Registro de Imóveis;

o IPTU, no caso de imóveis edificados, incidirá sobre aqueles ocupados ou não, **in**dependente da regularidade da obra.

Parágrafo único. Para efeito de tributação, considera-se a obra concluída, quando da expedição do **do**cumento de conclusão da obra ou da vistoria do agente fiscal constatando a conclusão e o uso.

Seção II

Do Processo Administrativo de Impugnação do Lançamento

Art. 39. O procedimento para análise dos processos administrativos de impugnação do lançamento **ob**servará as seguintes etapas:

verificação da qualificação do interessado, sua legitimidade para formalização do **re**querimento, a existência de declaração firmada pelo contribuinte interessado e/ou provas relativas **ao**s fatos alegados de forma esclarecedora, para dar suporte à análise e julgamento do direito **pr**etendido;

análise técnica da solicitação formulada, dispositivo legal que ampara o recurso, análise das **pr**ovas apresentadas e do direito do requerente;

parecer conclusivo contendo análise dos fatos e exposição dos dispositivos legais envolvidos **e** sugestão para deferimento, deferimento parcial ou indeferimento, bem como as demais **pr**ovidências necessárias;

decisão do Prefeito Municipal, quando for caso, acatando a sugestão do parecer conclusivo, **ou** no caso de divergir do parecer, deve fundamentar a decisão;

proferida divergente ou, ainda, se for o caso, proceder à diligência necessária para **es**clarecimento do procedimento realizado ou provas não consideradas na análise efetuada ou **de**cisão por parecer de comissão constituída para estes fins.

Art. 40. A decisão que trata o inciso IV do art. 39 deste Decreto poderá ser delegada a comissão **ins**tituída para o trabalho de análise dos recursos formulados pelos contribuintes.

Art. 41. Para fazer prova da qualificação do interessado, o requerente deverá juntar na inicial, cópias **leg**íveis e completas dos documentos descritos a seguir, acrescidos dos demais documentos **ne**cessários para fazer prova das alegações:

documento oficial de identificação com foto;

Cadastro de Pessoa Física (CPF);

certidão de casamento ou declaração de união estável com firma reconhecida, se for o caso;

se Pessoa Jurídica, cópia do CNPJ e contrato social com a última alteração;

cópia de comprovante de endereço (conta de luz, água, etc.).

no caso de Procurador(a): apresentar Procuração autenticada em Cartório, juntamente com cópia dos documentos pessoais do Procurador(a).

prova de domínio de imóvel, quando no cadastro imobiliário não constar o nome do requerente como proprietário, responsável ou corresponsável.

Considera-se prova de domínio de imóvel a matrícula atualizada; a escritura pública de **co**mpra e venda; o contrato de compra e venda com firma reconhecida, e nos casos de venda dos **dir**eitos do primeiro comprador para terceiros, sem registro na matrícula, deve constar a anuência do **pr**oprietário legal.

Para fazer prova das alegações apresentadas, o requerente deverá apresentar documento, **ce**rtidão de órgão público, declaração firmada, dispositivo legal que ampara seu direito e, se for o **ca**so, projeto arquitetônico firmado por profissional habilitado ou outro documento que entender **ne**cessário ao esclarecimento e prova das alegações apresentadas.

Na ausência de documentos que possibilitem a análise do pleito ou quando da necessidade **de** novos documentos, a Fazenda Municipal poderá solicitar ao requerente para apresentá-lo no **pr**azo de trinta dias úteis, sob pena de indeferimento da solicitação ou do arquivamento do processo, **se**m análise do mérito.

Para os processos arquivados sem análise do mérito em razão da inadmissibilidade por falta **de** documentos, provas ou por ilegitimidade da parte, não caberá a suspensão de exigibilidade do **cr**édito ou alteração de prazo de vencimento dos tributos envolvidos no pedido formulado, nem a **re**consideração do mesmo.

Art. 42. Quando da solicitação de alteração na condição do terreno ou relativo à edificação, o **co**ntribuinte deverá apresentar documentos comprobatórios das alegações apresentadas, facultado à **Fa**zenda Municipal buscar informações adicionais junto à fiscalização e registros de documentos e **im**agens disponíveis, para determinar de maneira inequívoca o exercício em que ocorreu o evento, **pa**ra proceder à revisão dos lançamentos quando for o caso.

Parágrafo único. Na falta da comprovação documental da condição do imóvel dos exercícios **an**teriores, a alteração e a tributação serão processadas somente a partir do exercício seguinte ao da **pr**otocolização do processo.

Art. 43. Quando o sujeito passivo ou o responsável não fornecer os elementos necessários para a **ap**uração da base de cálculo do imóvel, impedir que a Fazenda Municipal os obtenha ou as **inf**ormações sejam insuficientes, a base de cálculo será fixada mediante processo regular de **ar**bitramento.

Art. 44. Nos casos de protocolização de processo de impugnação de forma tempestiva após a **de**cisão, será realizada a abertura de prazo para pagamento dos tributos objeto do recurso em razão **da** suspensão ocorrida.

Art. 45. Quando da protocolização de processo de impugnação de forma intempestiva, não **pr**oduzirá efeito suspensivo, nem será concedida abertura de prazo.

Art. 46. Os processos relativos a recursos, impugnações, protocolizados intempestivamente ou não **ins**truídos de forma correta não serão recebidos e serão arquivados sem análise do mérito e, por **co**nsequência, não produzirá efeito suspensivo tampouco abertura de prazo.

Seção II

Da Análise da Impugnação do IPTU

Art. 47. Na análise dos processos relativos à impugnação do IPTU deverão ser observados:

a data da protocolização do pedido, que deverá ser até a data de vencimento da primeira **pa**rcela do imposto, a fim de determinar a tempestividade prevista na legislação vigente;

a correta instrução do processo de acordo com o objeto da solicitação, observando-se que:

as solicitações de revisão por área construída devem conter *croqui*, planta, alvará de **co**nstrução, Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou declaração da metragem correta da **ed**ificação;

nas solicitações de revisão de área construída o processo será encaminhado para vistoria *in **loc**o*, para levantar e comprovar as informações prestadas pelo requerente, bem como para informar **os** dados da edificação;

a atualização cadastral será processada com base no boletim de vistoria elaborado pela **fis**calização.

Art. 48. Se os dados cadastrais do imóvel estão corretos, mas o contribuinte não concorda com o **Va**lor Venal que lhe é atribuído, pode abrir Processo de Impugnação até o dia do vencimento da **pri**meira parcela do IPTU.

Caso o valor venal obtido para um dado imóvel seja superior ao seu valor de mercado, o **co**ntribuinte, ou seu representante legal, deverá, no prazo constante do *caput*, fazer a impugnação do **va**lor venal, por meio de abertura de processo administrativo específico, instruído com os **do**cumentos requeridos, entre os quais cabe destacar o **laudo de avaliação do imóvel**, feito por **en**genheiro, arquiteto ou empresa especializada.

Deve também o pedido estar acompanhado de dados e evidências que comprovem a **ale**gação, como fotografias, anúncios imobiliários, laudos técnicos de acordo com as normas da **A**BNT e outros, dentro do prazo de impugnação do lançamento do imposto.

Para abertura do Processo Administrativo de Impugnação do valor venal atribuído ao **im**óvel pelo Município, o contribuinte deverá apresentar, além de outros que a Administração **Tr**ibutária entender essenciais:

requerimentodevidamente preenchido e assinado, conforme modelo Anexo IV deste Decreto;

se pessoa física, documento oficial de identificação com foto, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e procuração com firma reconhecida, se for o caso;

se pessoa jurídica, cópia do contrato social e da última alteração ou ata eleição ou estatuto, cartão CNPJ e documentos pessoais do representante legal ou dirigente, e procuração ou autorização, quando protocolado por terceiros;

cópia do aviso do lançamento do IPTU, ou informar a indicação fiscal;

prova de domínio de imóvel, quando no cadastro imobiliário não constar o nome do requerente como proprietário, responsável ou corresponsável;

laudo de avaliação do imóvel, feito por engenheiro, arquiteto ou empresa especializada;

demais documentos que comprovem as alegações.

Art. 49. As solicitações protocolizadas fora do prazo recursal ou sem a devida instrução serão **in**deferidas, facultado à Fazenda Municipal proceder de ofício as correções ou alterações que tomar **co**nhecimento.

Art. 50. Quando da revisão do IPTU que resulte em diferença a recolher será lançado apenas o valor **rel**ativo à diferença apurada, e para os casos que resultar em diferença a restituir, será encaminhado **pa**ra processamento da restituição do valor recolhido a maior, sem qualquer alteração ou recálculo **do**s valores já baixados.

Art. 51. Nos processos de solicitação de reconhecimento de decadência ou prescrição caberá ao **se**tor tributário prestar as informações sobre o lançamento ou falta deste e sobre os processos que se **en**contrem em sua carga para o setor jurídico do Município.

Art. 52. Quando da alteração de proprietário e/ou responsável, cujo lançamento fora realizado para **o** contribuinte/proprietário/responsável anterior, será formalizado novo lançamento do IPTU e das **Ta**xas de Serviços Públicos, por meio de edital e/ou notificação de lançamento.

Art. 53. Quando da atualização de proprietário, solicitada pelo contribuinte ou memorando interno, **se**rá realizada nova constituição de crédito a partir do exercício de aquisição do imóvel pelo novo **pr**oprietário, observado o prazo decadencial.

Art. 54. Os contribuintes beneficiados com as isenções e imunidades previstas no artigo. 296 da Lei **Co**mplementar nº 3.262, de 2024, deverão protocolar a solicitação de isenção ou imunidade até a **da**ta de 30 de novembro de cada exercício, para o ano seguinte.

Art. 55. São Isentos do pagamento de IPTU:

o imóvel cedido gratuitamente por particular para funcionamento de quaisquer serviços

públicos municipais, enquanto ocupadas pelos citados serviços;

o imóvel que possua valor histórico, artístico e/ou cultural, tombado por ato da

autoridade competente, observado o disposto no §1º deste artigo;

o imóvel que esteja comprovadamente interditado pela Defesa Civil;

os aposentados, pensionistas ou idosos com idade igual ou superior a sessenta anos,

pessoa com deficiência e suas famílias mantenedoras, residentes no Município, desde que sejam proprietários de um único imóvel, utilizado exclusivamente para moradia do seu grupo familiar, e obedeçam aos seguintes requisitos cumulativos:

Para idosos:

Idade igual ou superior a sessenta anos;

Renda familiar mensal não superior a dois salários mínimos;

Imóvel único, com área construída até 100 (cem) metros quadrados, sendo que a casa serve exclusivamente para moradia da família;

Não receber valores a título de alugueres;

Não possuir e não fazer parte de qualquer sociedade empresarial, inclusive MEI;

Não possuir cadastro no CADPRO ativo;

Na propriedade, não poderá haver outros imóveis passíveis de moradia;

Para pensionistas e aposentados:

Renda familiar mensal não superior a dois salários mínimos;

2. Demonstrativo da Previdência Social do(s) benefício(s) recebido(s);

3. Não receber valores a título de alugueres;

4. Imóvel único, com área construída até 100 (cem) metros quadrados sendo que a casa serve exclusivamente para moradia da família;

5. Não possuir e não fazer parte de qualquer sociedade empresarial, inclusive MEI;

6. Não possuir cadastro no CADPRO ativo;

7. Na propriedade, não poderá haver outros imóveis, passíveis de moradia;

c) Pessoa com deficiência:

1. Comprovação de que seja portadora de deficiência, por meio de laudo médico oficial;

2. Renda familiar mensal não superior a dois salários mínimos;

3. Imóvel único, com área construída até 100 (cem) metros quadrados sendo que a casa serve exclusivamente para moradia da família;

4. Não receber valores a título de alugueres;

5. Não possuir e não fazer parte de qualquer sociedade empresarial, inclusive MEI;

6. Não possuir cadastro no CADPRO ativo;

d) Família mantenedora de pessoa com deficiência (a que tutela em seu domicílio pessoa

com deficiência):

1. Atestado médico da deficiência e a dependência de cuidador em tempo integral;

2. Renda familiar mensal não superior a dois salários mínimos;

3. Imóvel único, com área construída até 100 (cem) metros quadrados, sendo que a casa

serve exclusivamente para moradia da família mantenedora;

4. Nenhum membro pode receber valores a título de alugueres;

5. Nenhum membro pode possuir ou fazer parte de qualquer sociedade empresarial,

inclusive MEI;

6. Nenhum membro pode possuir cadastro no CADPRO ativo.

§1º A requerimento do contribuinte interessado, o Município poderá conceder isenção, anualmente, mediante comprovação com laudos e/ou atestados médicos particulares ou laudos de perícia médica oficial realizada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, aos portadores das seguintes doenças consideradas graves: Alienação Mental, Cegueira total, Doença de Paget em estados avançados (Osteíte Deformante), Cardiopatia Grave, Doença de Parkinson, Mal de Alzheimer, Esclerose Múltipla, Espondiloartrose Anquilosante, Fibrose Cística (Mucoviscidose), Hanseníase, Nefropatia Grave, Neoplasia Maligna, Paralisia Irreversível e Incapacitante; que comprove a propriedade de um único imóvel no Município e que o mesmo seja utilizado para residência do grupo familiar.

§2º Para a concessão das isenções previstas neste artigo, compete exclusivamente aos contribuintes, proceder ao cadastro junto ao Departamento de Tributação do Município até a data de 30 de novembro de cada exercício, sob pena de decadência.

§3º A qualquer tempo as isenções previstas neste artigo podem ser canceladas, uma vez verificado não mais existirem os pressupostos que autorizaram a sua concessão.

§4º Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior, calcular-se-á proporcionalmente o imposto

não abrangido nos períodos pela isenção.

§5º Após o cadastro do contribuinte, previsto no § 1º deste artigo, as Secretarias competentes

verificarão a veracidade das informações e emitirão parecer informando se o requerente preenche

os requisitos previstos.

§6º As Secretarias competentes poderão solicitar documentação complementar ao requerente

para embasar seu parecer sobre o enquadramento do contribuinte nas isenções previstas nesta Lei

Complementar.

Art. 56. São imunes do pagamento de IPTU:

I - os proprietários forem a União, os Estados e suas respectivas autarquias e fundações;

II - o proprietário for partido político, inclusive suas fundações; templos de qualquer culto;

instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, e entidades sindicais de **tra**balhadores, desde que utilizados para o atendimento de suas finalidades essenciais ou delas **de**correntes.

§1º Os imóveis que sejam objetos de locação para funcionamento de templos de qualquer **cu**lto, serão imunes do IPTU enquanto estiverem sendo utilizados para este fim.

§2º A comprovação da locação prevista no parágrafo anterior será realizada mediante a **ap**resentação anual do contrato de locação, até o dia 30 de novembro de cada ano, para a **im**unidade tributária no exercício seguinte.

§3º Não se aplica o disposto no inciso II deste artigo, relativamente às instituições de **ed**ucação e de assistência social que:

I - distribuírem aos seus sócios, cooperados ou detentores a qualquer título do acervo social, **pa**rcela de seu patrimônio ou de suas rendas, mesmo que na forma de lucro ou participação no **se**u resultado;

II - não mantiverem escrituração regular de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades capazes de comprovar sua exatidão;

III - não aplicarem integralmente as sobras dos seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Art. 57. Para obter o direito à isenção ou à imunidade o contribuinte deverá apresentar:

requerimentodevidamente preenchido e assinado, conforme Anexo V deste Decreto;

se pessoa física (proprietário e cônjuge, se for o caso):

RG - documento oficial de identificação com foto;

Cadastro de Pessoa Física (CPF);

certidão de casamento ou declaração de união estável; se solteiro certidão de nascimento atualizada ou certidão de averbação de divórcio;

certidão de óbito (se viúvo ou viúva);

comprovante de endereço atualizado;

comprovante de renda atualizado do proprietário e cônjuge (se for o caso) – Holerite ou Declaração em cartório da renda mensal auferida;

comprovante de renda dos aposentados e pensionistas – DCB (Demonstrativo de Crédito do Benefício);

contrato 'Minha Casa Minha Vida' (se participar do programa), ou outro;

carnê do IPTU;

registro atualizado do imóvel;

prova de domínio de imóvel, quando no cadastro imobiliário não constar o nome do requerente como proprietário, responsável ou corresponsável; procuração com firma reconhecida se for o caso e

demais documentos que comprovem as alegações.

se Pessoa Jurídica, cópia do contrato social e da última alteração/ata eleição ou estatuto; cartão CNPJ e documentos pessoais do representante legal/dirigente, Procuração ou autorização, quando protocolado por terceiros:

registro atualizado do imóvel;

documentos que comprovem a situação de imóvel, como laudos, documentos de desapropriação e outros e

demais documentos que comprovem as alegações.

O setor tributário, após o recebimento do protocolo e os documentos, procederá sua análise, tomando as seguintes providências:

caso o requerimento e os documentos tenham sido apresentados, conforme previsto no *caput* desde artigo, o processo será encaminhado ao setor de assistência social, que terá prazo de trinta dias corridos para emitir parecer sobre as condições alegadas pelo contribuinte;

caso o requerimento e os documentos tenham sido apresentados, conforme previsto no *caput* desde artigo, o processo será analisado pelo Prefeito, que poderá, se assim entender necessário, solicitar parecer do setor jurídico, com prazo de trinta dias corridos para emitir parecer final sobre as condições alegadas pelo contribuinte;

caso o requerimento e os documentos não tenham sido apresentados conforme previsto no *caput* deste artigo, ou sendo o caso de necessidade de apresentação de documentação complementar, o contribuinte terá o prazo de dez dias úteis, contados do parecer inicial do órgão fazendário, para sanar as irregularidades ou complementar os documentos.

transcorrido o prazo previsto no inciso anterior sem o contribuinte se manifestar, ou sendo a documentação insuficiente para cumprir os requisitos da lei, o benefício será negado, não cabendo recurso.

CAPÍTULO VIII

DAS CERTIDÕES

Art. 58. O setor responsável pelo Cadastro Imobiliário, com o deferimento do Chefe do Departamento de Tributação, mediante requerimento firmado pela parte legítima e demonstrado o interesse, expedirá a Certidão de dados cadastrais do imóvel.

O setor responsável pela tributação, mediante requerimento do contribuinte, poderá emitir as seguintes certidões imobiliárias:

Certidão Negativa de Tributos Imobiliários: certidão da existência de débitos referentes a tributos incidentes sobre imóveis, mediante:

Requerimento preenchido;

Cópia e original de RG;

Cópia e original de CPF;

Número do cadastro (Matrícula do Imóvel);

No caso de Procurador:apresentarProcuração autenticada em Cartório e Cópia do RG e CPF do Procurador.

Certidão Negativa de Tributos Mobiliários e Imobiliários: Certidão sobre a existência de débitos referentes a tributos incidentes sobre imóveis e atividades mobiliárias, mediante:

Requerimento preenchido;

Cópia e original de RG;

Cópia e original de CPF;

Número do cadastro (Matrícula do Imóvel);

No caso de Procurador:apresentarProcuração autenticada em Cartório e Cópia do RG e CPF do Procurador.

Certidão Regularidade Fiscal Imobiliária: Informação sobre débitos de tributos incidentes sobre imóveis junto ao IPTU, mediante:

Pessoa física:

Requerimento preenchido;

Cópia e original de RG;

Cópia e original de CPF;

Carnê de IPTU ou número do cadastro imobiliário;

Pessoa jurídica:

CNPJ;

Comprovante de endereço;

Carnê de IPTU ou número do cadastro imobiliário;

No caso de Procurador:apresentarProcuração autenticada em Cartório e Cópia do RG e CPF do Procurador.

CAPÍTULO IX

DA FISCALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS CADASTROS

Art. 59. Os cadastros imobiliários poderão ser atualizados através dos seguintes procedimentos:

pelo próprio contribuinte, de forma eletrônica ou de forma presencial;

pelo setor fazendário quando:

a fiscalização apurar que houve alterações no imóvel, e o contribuinte não informou e atualizou os dados cadastrais;

pelo setor tributário quando a base de dados fornecidas por empresas concessionárias de serviço público conveniadas, apresentar divergências, após a vistoria da fiscalização;

pelo recadastramento imobiliário feito pelo Município, podendo ser *in loco* ou por georreferenciamento.

Art. 60. O setor tributário, para fiscalização e atualização do Cadastro Imobiliário, deverá utilizar as informações disponíveis no âmbito municipal, sendo os Alvarás e Habite-se concedidos, os ITBIs lançados, projetos de loteamentos e condomínios aprovados, cadastro de pessoas físicas gerido pelas Secretarias de Saúde e Educação, assim como utilizar imagens aéreas para a identificação de áreas irregulares e de imóveis não cadastrados.

§ 1º As informações disponíveis no setor de tributação deverão ser conferidas e atualizadas quando ocorrer lançamentos de ITBI, fornecimento de guias para pagamentos de taxas diversas, expedição de Alvarás e Habite-se, aprovação de projetos, entre outros.

§ 2º As informações de cadastros geridos pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social, deverão ser remetidos anualmente no mês de outubro para o Setor Tributário.

§ 3º De forma excepcional, o Setor Tributário poderá, mediante solicitação formal, requisitar informações dos setores elencados no § 2º deste artigo, bem como de outras fontes fidedignas para atualizar seus cadastros.

Art. 61. O Setor Tributário oficiará as imobiliárias e os serventuários da Justiça para que enviem, a cada noventa dias, os extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.

§ 1º Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos - ITBI, a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos deste artigo.

§ 2º O município poderá firmar acordos ou convênios com as imobiliárias, incorporadoras, cartórios e tabelionatos para formalizar e facilitar o envio das informações prevista neste artigo, inclusive por meios eletrônicos.

Art. 62. O endereço de correspondência poderá ser eleito pelo contribuinte ou seu representante legal, munido de procuração específica para este fim, e será considerado domicílio tributário, para efeito de ciência de todos os atos relacionados aos processos e lançamentos de tributos.

Art. 63. As informações para solicitações e os requerimentos podem ser solicitados através de meio físico ou digital e nos prazos previstos na legislação vigente.

Art. 64. As disposições deste Decreto se aplicam aos requerimentos solicitados através de meio físico ou digital e nos prazos previstos na legislação vigente.

Art. 65. Fazem parte deste Decreto:

Rotina de prazos;

Modelos de requerimentos Anexos de I a VI.

Art. 66. Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Santo Antonio do Sudoeste - PR, 17 de novembro de 2025.

RICARDO ANTONIO ORTIÑA

Prefeito Municipal

ROTINA DE PRAZOS

CADASTRO	**PRAZOS**	**ANEXO**	**SITUAÇÃO**
Inscrição nova	A qualquer tempo		art. 8º
Ocorrências que alterem o cadastro	30 dias		art. 9º
Individualização de cadastros	Apresentado até o vencimento a primeira parcela		art. 20
Pedido de atualização, alteração ou correção	Até 30 dias da ocorrência	Anexo I	art. 31 e art. 32
Pedido de cancelamento de inscrição imobiliária	A qualquer tempo	Anexo II	art. 30
Pedido de revisão do lançamento – impugnação do lançamento	Apresentado até o vencimento a primeira parcela	Anexo III	art. 47
Processo administrativo de Impugnação do lançamento - valor venal atribuído	Apresentado até o vencimento a primeira parcela	Anexo IV	art. 48 e seguintes
Pedido de Isenções e imunidades	até o último dia útil do mês de novembro, para o ano seguinte	Anexo V	art. 54 e seguintes
Requerimento de Certidão	A qualquer tempo	Anexo VI	art. 56 e 57
Atualização de ofício do setor tributário	A qualquer tempo		art. 59, §1º
Atualização de ofício do setor tributário, mediante envio de informações de outros setores.	Até o mês de outubro de cada ano		art. 59, §2º e §3º
Oficiar imobiliárias e os serventuários da Justiça para envio de extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis	A cada 90 dias.		art. 60

ANEXO I - DECRETO Nº 4.304/2025

REQUERIMENTO PARA ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Nome/Razão Social:		**RG.:** **Órgão Emissor:** **Data de Emissão:**
CPF/CNPJ:	**Endereço Resid/Comercial:**	**Nº**
Bairro:	**CEP.:**	**Telefone fixo:**
Celular/WhatsApp	**End. Eletrônico:**	**Inscrição imobiliária nº**

Vem REQUERER a atualização cadastral do: (____) imóvel territorial (____) imóvel edificado

Pelo seguinte motivo:

(__) Alteração de atualização de proprietário (inciso I - art. 31);

(__) Inclusão de responsável do imóvel (inciso II - art. 31);

(__) Inclusão responsável por adjudicação ou arrematação obtida na via judicial (inciso III - art. 31);

(__) Atualização por parcelamento loteamento/subdivisão ou unificação de lotes(inciso IV, art. 31);

(__) Atualização de área construída (inciso V - art. 31):

(__) Atualização por demolição de área construída (inciso VI - art. 31):

Descrição/Motivo:_____

Para tal, declaro que todas as informações são verdadeiras, responsabilizando-me pelas mesmas, ciente das penalidades previstas na legislação vigente.

Pede deferimento.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, ...de ..... de .....

_____

Assinatura Requerente

(____) Deferido (____) Indeferido	Departamento de Tributação Nome: Cargo: Data:
Motivo e fundamento:	Assinatura

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

Requerente:

para atualização de proprietário e outras informações:

requerimento devidamente preenchido;

documento de identificação do requerente e seu endereço atual;

Contrato Social se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração se representante do interessado;

Certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

comprovação da propriedade através da matrícula atualizada, expedida há no máximo 90 (noventa) dias.

para inclusão de responsável:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente e endereço atual;

Contrato Social se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração se representante do interessado;

Certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

comprovação da aquisição da propriedade por escritura de compra e venda ou por contrato de compra e venda firmado com o proprietário do imóvel ou por compromisso de compra e venda com cláusula de irrevogabilidade, firmado com o proprietário atual, ou por contrato de concessão de uso ou por autorização para formalizar escritura, firmada pelo proprietário, a anuência do proprietário nas transmissões de direito de compra e venda;

a matrícula atualizada, onde comprove a propriedade do vendedor, com reconhecimento de firmas do vendedor e comprador, exceto para escritura de compra e venda.

para inclusão responsável por adjudicação ou arrematação obtida na via judicial:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente e endereço atual;

Contrato Social se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração se representante do interessado;

Certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

comprovação da aquisição da propriedade por carta de adjudicação, carta de arrematação ou Auto de Arrematação expedida pelo Poder Judiciário e matrícula do imóvel.

para atualização por parcelamento em loteamento, subdivisão ou unificação de lotes:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente (RG e CPF) e comprovante de endereço atual;

Contrato Social se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração se representante do interessado;

Certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

matrícula origem do parcelamento subdivisão ou unificação;

averbação / matrículas derivadas da origem após o registro;

planta e memorial descritivo demonstrando a situação anterior e a atual.

para atualização de área construída:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente(RG e CPF) e comprovante de endereço atual;

Contrato Social se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração se representante do interessado;

Certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

provas da área construída correta, mediante apresentação de um ou todos os seguintes documentos:

Alvará de Construção;

Certificado de Conclusão de Obra e/ou a declaração firmada pelo proprietário, onde afirme qual a área atual edificada no local, responsabilizando-se sob as penas da lei pelo teor declarado, que será confirmado através de vistoria in loco;

Averbação da área.

para atualização por demolição de área construída:

requerimento devidamente preenchido;

documentos de identificação do requerente (RG e CPF) e comprovante de endereço atual;

Contrato Social se o interessado for Pessoa Jurídica;

Procuração se representante do interessado;

Certidão de Demolição;

Certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos;

Fotos que demonstrem a situação no local e/ou declaração firmada pelo proprietário onde afirme a demolição ocorrida, responsabilizando-se sob as penas da lei pelo teor declarado, que será confirmado através de vistoria *in loco*.

ANEXO II - DECRETO Nº 4.304/2025

REQUERIMENTO PARA CANCELAMENTO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Nome/Razão Social:		**RG.:** **Órgão Emissor:** **Data de Emissão:**
CPF/CNPJ:	**Endereço Resid/Comercial:**	**Nº**
Bairro:	**CEP.:**	**Telefone fixo:**
Celular/WhatsApp	**End. Eletrônico:**	**Inscrição imobiliária nº**

Vem à presença de Vossa Senhoria, REQUERER o Cancelamento da inscrição imobiliária, nos termos do art. 30 do Decreto 4.304/2025.

Descrição/Motivo:_____

Para tal, declaro que todas as informações são verdadeiras, responsabilizando-me pelas mesmas, ciente das penalidades previstas na legislação vigente.

Pede deferimento.

Santo Antonio do Sudoeste - PR, ... de ..... de .....

_____

Assinatura Requerente

(____) Deferido (_____) Indeferido Motivo e fundamento:	Departamento de Tributação Nome: Cargo: Data: Assinatura

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

1. Requerente:

Cópia de documento pessoais do Requerente (RG/CPF/CNH).

Se Pessoa Jurídica, cópia do CNPJ e contrato social com a última alteração;

Cópia de comprovante de endereço (conta de luz, água, etc.).

No caso de Procurador(a): apresentar Procuração autenticada em Cartório, juntamente com cópia dos documentos pessoais do Procurador (a).

2. Imóvel:

Matrícula ou transcrição ou do contrato de compra e venda do(s) imóvel(is), atualizados.

Declaração de numeração predial (com logradouro e no) de todas as unidades envolvidas.

Cópia da Planta de Subdivisão/Unificação (se for o caso)

Se edificado: CVCO/Alvará e/ou croqui com o posicionamento e medidas (m²) da(s) edificação(ções).

Croqui (mapa) de localização da área quando o cancelamento requerido for em virtude de divergência na localização do imóvel, se for o caso.

Certidão negativa de débitos no Município dos imóveis envolvidos.

Cópia de documentos que julgar pertinentes e necessários para a solicitação.

ANEXO III - DECRETO Nº4.304/2025

REQUERIMENTO DE REVISÃO DO LANÇAMENTO – IPTU

Nome/Razão Social:	**RG.:** **Órgão Emissor:** **Data de Emissão:**

CPF/CNPJ:	**Endereço Resid./Comercial:**	**Nº**
Bairro:	**CEP.:**	**Telefone fixo:**
Celular/WhatsApp	**End. Eletrônico:**	**Inscrição imobiliária nº**

O contribuinte abaixo assinado vem à presença de Vossa Excelência REQUERER revisão de lançamento (IPTU) relativo ao (s) imóvel (eis) informado (s), conforme art. 47 do Decreto nº 4.304/2025, pelos fundamentos a seguir expostos:

(__) quanto a metragem do terreno ou edificação;

(__) quanto ao tipo construtivo;

(__) situação da obra (em construção, paralisada outras);

(__) dados do boletim – BCI;

(__) outros.

Fundamento (s): _____

Santo Antonio do Sudoeste - PR, _____ de _____ de _____.

Estando ciente dos termos, subscrevo-me.

_____

Assinatura do Requerente (por extenso)

(____) Deferido (_____) Indeferido	Departamento de Tributação
	Nome:
Motivo e fundamento:	Cargo:
	Data:

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

Requerimento Específico (Revisão de Lançamento de IPTU/ITU) com justificativa do pedido;

Documento comprovando a propriedade ou posse do imóvel;

Documentos pessoais do requerente (RG e CPF);

Comprovante de endereço atual (conta de luz, água ou telefone);

Se pessoa jurídica: contrato social e alterações, Estatuto e Ata de Constituição registrada no órgão competente, CNPJ e documentos pessoais do representante legal;

Se procurador: instrumento público ou particular (com firma reconhecida) com poderes expressos e específicos e os documentos pessoais do procurador;

Cópia do aviso do lançamento do IPTU ou informar a indicação fiscal;

Prova de domínio de imóvel, quando no cadastro imobiliário não constar o nome do requerente como proprietário, responsável ou corresponsável.

as solicitações de revisão por área construída devem conter croqui, planta, alvará de construção, Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra ou declaração da metragem correta da edificação;

Documentos, fotos, relatório e outros para confirmar as alegações;

ANEXO IV - DECRETO Nº 4.304/2025

REQUERIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DO VALOR VENAL

Nome/Razão Social:		**RG.:** **Órgão Emissor:** **Data de Emissão:**
CPF/CNPJ:	**Endereço Resid/Comercial:**	**Nº**
Bairro:	**CEP.:**	**Telefone fixo:**
Celular/WhatsApp	**End. Eletrônico:**	**Inscrição imobiliária nº**

Vem à presença de Vossa Senhoria, REQUERER o que se segue:

( ) Abertura do Processo Administrativo de Impugnação do Valor Venal atribuído ao imóvel, com fundamento no art. 48 e seguintes deste Decreto;

( ) Outros _____.

Descrição/Motivo:_____

Para tal, declaro que todas as informações são verdadeiras, responsabilizando-me pelas mesmas, ciente das penalidades previstas na legislação vigente.

Pede deferimento.

Santo Antonio do Sudoeste - PR, ... de ..... de .....

_____

Assinatura Requerente

(____) Deferido (_____) Indeferido Motivo e fundamento:	Departamento de Tributação Nome: Cargo: Data:

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

Requerente:

Requerimento devidamente preenchido e assinado.

Se pessoa física, cópia de documento pessoais do Requerente (RG/CPF/CNH).

Se pessoa jurídica, cópia do contrato social e da última alteração/ata da eleição ou estatuto; cartão CNPJ e documentos pessoais do representante legal/dirigente, procuração ou autorização quando protocolado por terceiros.

Cópia do aviso do lançamento do IPTU ou informar a indicação fiscal;

Prova de domínio de imóvel, quando no cadastro imobiliário não constar o nome do requerente como proprietário, responsável ou corresponsável.

Laudo de avaliação do imóvel feito por engenheiro, arquiteto ou empresa especializada.

Se procurador: instrumento público ou particular (com firma reconhecida) com poderes expressos e específicos e os documentos pessoais do procurador;

Evidências que comprovem a alegação, como fotografias, anúncios imobiliários, laudos técnicos de acordo com as normas da ABNT outros para confirmar as alegações;

ANEXO V - DECRETO Nº 4.304/2025

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO/IMUNIDADE DO PAGAMENTO DO IPTU

<table>
<tr><td colspan="2">Nome/Razão Social:</td><td colspan="2">RG.:
Órgão Emissor:
Data de Emissão:</td></tr>
<tr><td>CPF/CNPJ:</td><td colspan="2">Endereço Resid/Comercial:</td><td>Nº</td></tr>
<tr><td>Bairro:</td><td>CEP.:</td><td colspan="2">Telefone fixo:</td></tr>
<tr><td>Celular/WhatsApp</td><td>End. Eletrônico:</td><td colspan="2">Inscrição imobiliária nº</td></tr>
</table>

Vem à presença de Vossa Senhoria, REQUERER as isenções ou imunidades previstas nos arts 296 e 298, Lei Complementar nº 3.262 de 14 de novembro de e seguintes deste Decreto.

Isenção:

(.....) I - o imóvel cedido gratuitamente por particular para funcionamento de quaisquer serviços públicos municipais, enquanto ocupadas pelos citados serviços;

(.....) II - o imóvel que possua valor histórico, artístico e/ou cultural, tombado por ato da

autoridade competente, observado o disposto no §1º deste artigo;

(.....) III - o imóvel que esteja comprovadamente interditado pela Defesa Civil;

(.....) IV - Os aposentados, pensionistas ou idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, pessoa com deficiência e suas famílias mantenedoras, residentes no Município, desde que sejam proprietários de um único imóvel, utilizado exclusivamente para moradia do seu grupo familiar, e obedeçam aos requisitos cumulativos

Imunidades:

(.....) os proprietários forem a União, os Estados e suas respectivas autarquias e fundações;

(.....) o proprietário for partido político, inclusive suas fundações;

(.....) templos de qualquer culto;

(.....) instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, e entidades sindicais de trabalhadores, desde que utilizados para o atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes

Para tal, declaro que todas as informações são verdadeiras, responsabilizando-me pelas mesmas, ciente das penalidades previstas na legislação vigente.

Pede deferimento.

Santo Antonio do Sudoeste - PR, ... de ..... de .....

_____

Assinatura Requerente

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

Para obter o direito à isenção ou à imunidade o contribuinte deverá apresentar:

requerimentodevidamente preenchido e assinado, Anexo VI;

se pessoa física (proprietário e cônjuge, se for o caso):

RG - documento oficial de identificação com foto;

Cadastro de Pessoa Física (CPF);

Certidão de casamento ou declaração de união estável; se solteiro certidão de nascimento atualizada ou certidão de averbação de divórcio;

Certidão de óbito (se viúvo ou viúva);

Comprovante de endereço atualizado;

Comprovante de renda atualizado do proprietário e cônjuge (se for o caso) – Holerite ou Declaração em cartório da renda mensal auferida;

Comprovante de renda dos aposentados e pensionistas – DCB (Demonstrativo de Crédito do Benefício);

Contrato Minha Casa Minha Vida (se participar do programa), ou outro;

Carnê do IPTU;

registro atualizado do imóvel ou prova de domínio de imóvel, quando no cadastro imobiliário não constar o nome do requerente como proprietário, responsável ou corresponsável; procuração com firma reconhecida se for o caso;

atestados médico, no caso das doenças alcançadas pela isenção;

Contrato de cedência do imóvel, comprovação de imóvel com valor histórico e/ou cultura, declaração da defesa civil, comprovação de execução de obras viárias e outros.

demais documentos que comprovem as alegações, conforme enquadramento.

se Pessoa Jurídica, cópia do contrato social e da última alteração/ata eleição ou estatuto; cartão CNPJ e documentos pessoais do representante legal/dirigente Procuração ou autorização, quando protocolado por terceiros;

registro atualizado do imóvel;

documentos que comprovem a situação de imóvel, como laudos, documentos de desapropriação e outros e

demais documentos que comprovem as alegações.

ANEXO VI - DECRETO Nº 4.304/2025

REQUERIMENTO PARA CERTIDÃO NEGATIVA MOBILIÁRIA E IMOBILIÁRIA

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

<table>
<tr><td colspan="2">Nome/Razão Social:</td><td colspan="2">RG.:
Órgão Emissor:
Data de Emissão:</td></tr>
<tr><td>CPF/CNPJ:</td><td colspan="2">Endereço Resid/Comercial:</td><td>Nº</td></tr>
<tr><td>Bairro:</td><td>CEP.:</td><td colspan="2">Telefone fixo:</td></tr>
<tr><td>Celular/WhatsApp</td><td>End. Eletrônico:</td><td colspan="2">Inscrição imobiliária nº</td></tr>
</table>

Vem à presença de Vossa Senhoria, REQUERER o que se segue:

( ) Certidão Negativa de Tributos Imobiliários

( ) Certidão Negativa de Tributos Mobiliários e Imobiliários

( ) Certidão Regularidade Fiscal Imobiliária

Para tal, declaro que todas as informações são verdadeiras, responsabilizando-me pelas mesmas, ciente das penalidades previstas na legislação vigente.

Pede deferimento.

Santo Antonio do Sudoeste - PR, ... de ..... de .....

_____

Assinatura Requerente

(____) Deferido (_____) Indeferido Motivo e fundamento:	Departamento de Tributação Nome: Cargo: Data:

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

Requerente:

Requerimento preenchido;

Cópia e original de RG;

Cópia e original de CPF;

Número do cadastro (Matrícula do Imóvel);

No caso de Procurador:apresentarProcuração autenticada em Cartório e Cópia do RG e CPF do Procurador.

Carnê de IPTU ou número do cadastro imobiliário;

Se pessoa jurídica CNPJ, contrato social e a última alteração e comprovante de endereço.

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:17598A48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 01 AO CONTRATO Nº. 195/2025 REFERENTE AO INEXIGIBILIDADE Nº 034/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR

Gestão 2025/2028

TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 01 ao Contrato nº. 195/2025 referente ao Inexigibilidade Nº 034/2025, que entre si celebram o Município de São Jerônimo da Serra e a empresa CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº. 76.290.683/0001-20, com sede no Município de São Jerônimo da Serra, situada à Praça Coronel Deolindo, s/nº, Estado do Paraná, neste ato devidamente representada por seu Prefeito em Exercício, Sr. **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, solteiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, a empresa **CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Piauí, nº 200, Bairro Cavalieri, cidade de Vila Velha, Estado do Espirito Santo, C.N.P.J. nº 39.606.986/0001-83, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora **JULIANA QUIEROZ STURZENEKER ROSA, portadora do CPF 045.914.397-20**, portador da cédula de identidade RG nº. 12.600.417-6 SSP/PR, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DE VALOR, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS NOVOS, ATRAVÉS DAS RESOLUÇÕES DA SESA N°1432/2023, N°1108/2023,N°1429/2023 E FEAS/CEAS, DESTINADO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CISNOP A SABER: (ABATIÁ, ANDIRÁ,**

BANDEIRANTES, CONGONHINHAS, CORNÉLIO PROCÓPIO, ITAMBARACÁ, LEÓPOLIS, NOVA AMÉRICA DA COLINA, NOVA FÁTIMA, NOVA SANTA BARBARA, RANCHO ALEGRE, RIBEIRÃO DO PINHAL, SANTA AMÉLIA, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA MARIANA, SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, SAPOPEMA, SÃO JERÔNIMO DA SERRA, SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, SERTANEJA, URAÍ), ATRAVÉS DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL E SEUS ANEXOS, ESPECIFICADO(S) NO(S) ITEM(NS) DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO 1 DO EDITAL DE LICITAÇÃO 90006/2025, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA, ASSIM COMO AS PROPOSTAS CUJOS PREÇOS TENHAM SIDO REGISTRADOS, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, e no que couber aos

termos das disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade, o reequilíbrio dos valores equivalente a clausula primeira, do Contrato nº. 195/2025 referente ao Inexigibilidade Nº 034/2025. Os percentuais reajustados representam os valores e percentuais conforme tabela abaixo:

Descrição	QTD	V. Unit. Atual	V. aditado p/unid.	V. Unit. a ser aditado
Veículo tipo van: 16 (dezesseis) lugares, incluído o motorista, todos individuais, zero quilômetro, ano e modelo 2025 não inferior à data de contratação, teto alto, motor diesel, 4 cilindros, tração 4x2, freios ABS, distância entre eixos mínimo de 3.665mm, tacógrafo, com acentos reclináveis e possuir revestimento em todos os bancos em courvin automotivo; o veículo ainda deve possuir: ar condicionado duplo; bagageiro na parte traseira sob os bancos, com capacidade de no mínimo 1000 (mil) litros; motor diesel com potência mínima de 2.000cc e 130cv;comprimento mínimo do veículo: 5,50m; altura mínima do veículo: 2,45m; Marca/ Fabricante Unid. Quant. Valor unitário R$ RENAULT MASTER PRO L2H2 UND 21 279.900,00 largura mínima do veículo: 1,95m; cor: a definir; vidros em todo salão e na porta lateral corrediça e porta traseira; airbags para motorista; direção hidráulica, elétrica ou eletrohidraulica; câmbio manual, com mínimo de 06 marchas a frente e 01 a ré; freio a disco nas quatro rodas; porta corrediça na lateral direita com sistema de acionamento automático, com acionamento fácil através de botão no painel e controle remoto manual, instalação que permita a abertura da porta com ou sem o sistema em funcionamento, leitores eletrônicos digitais que controlem a intensidade e a potência do fechamento da porta, tanto em terrenos planos, quanto em aclives ou declives de diversas angulações, sistema de segurança anti esmagamento e borda sensível, sensor de amperagem, (evita a queima de fusível), sensor de calor (previne danos no circuito do comando em caso de uso inadequado), sistema de redução de ruído e acionamento progressivo para suavidade na abertura e fechamento da porta com velocidade controlada pelo motorista; vidro elétrico dianteiro; trava elétrica em todas as portas; alarme; retrovisor elétrico; sistema de som am/fm com entrada usb, com o mínimo de 02 (dois) alto falantes dianteiros e 04 (quatro) traseiros; aparelho gps automotivo: tela touch screen com tamanho mínimo de 05 polegadas e máximo de 07 polegadas; memória interna com no mínimo 2gb com suporte para microsd **até 8gb com cartão microsd de 8gb incluso;** **memória ram com mínimo de 64mb; geração e recálculo imediato de rotas; sistema de atualizações automáticas gratuitas, via wifi ou bluetooth, estar configurado com a instalação da última atualização do ano de 2021 ou superior ; idioma: português do Brasil; instrução por voz; sistema de informações sobre o tráfego rodoviário; mínimo de 2500 cidades brasileiras mapeadas; carregador automotivo incluso; entrada usb (cabo usb incluso); suporte articulado, com rotação 360°, com ventosa; instalado no veículo , com garantia mínima de um (01)ano; antena ; película de escurecimento em todos os vidros sendo: 25% de escurecimento para o vidro do para-brisa e 72% de escurecimento para os vidros laterais e traseiro; estribo para porta lateral; break light (luz elevada de freio); iluminação no compartimento traseiro e bagageiro; tacógrafo; garantia mínima de 12 meses e todas as revisões do período inclusas, emplacamento (incluindo pagamento de taxas necessárias); homologação junto aos órgãos de transito competentes para o transporte de passageiros, caso necessário e deve ter ano de fabricação/modelo igual ou superior a data de compra. Atendimento a Resolução do Contran 316/09; GARANTIAS E ASSISTÊNCIAS** **TÉCNICAS: A garantia do veículo deverá ser total, inclusive abarcando os acessórios e equipamentos que deverão ser instalados pela empresa, com cobertura pelo período mínimo de 12 (doze) meses e sem limite de quilometragem a contar da efetiva retirada do veículo do pátio de entrega pelo contratante ou ente donatário, ou pelo período previsto no manual do proprietário, prevalecendo o de maior período. Assistências Técnicas e de Manutenção: Deverá possuir assistência técnica autorizada em todos os Estados da Federação, bem como apresentar relação dos prestadores da assistência técnica autorizada em cada Estado da Federação e no Distrito Federal com endereço completo, telefone, Fax, CEP, e-mail, etc.; No período de garantia, os serviços de assistência técnica deverão ser efetuados e o problema solucionado num prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da solicitação/notificação oficial. Se a Contratada não puder atender dentro do prazo estabelecido, deverá justificar e comprovar por escrito os motivos, ficando a prorrogação por mais 10 (dez) dias úteis, condicionada à** **aceitação do usuário do bem (ente donatário).** **É vedada a elaboração de manual de proprietário exclusivo para os veículos objeto da presente contratação com termos distintos daqueles fornecidos aos proprietários particulares do mesmo modelo do veículo. Considerando que os veículos serão utilizados em todas as regiões do país, a assistência técnica deverá ser disponível em todas as Unidades da Federação para execução da garantia e assistência técnica por meio de serviços especializados de manutenção homologados pelo fabricante. É vedada à CONTRATADA opor qualquer restrição de assistência técnica constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, cuja participação no certame configura plena aceitação das condições exigidas. Obs.: O veículo deverá ser entregue adesivado conforme padrão SESA/PR ou outras Secretarias, e também com Brasão e nome do município a ser definido antes da entrega do produto.** **MARCA: RENAULT MASTER PRO L2H2**	03 UND	R$ 279.900,00	R$ 11.700,00 (4,18%)	R$ 291.600,00

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total é de **R$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais)**, corresponde ao reajuste dos item acima descrito na tabela multiplicado pela quantidade de saldo pendente dos itens.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo decorre do Ofício n° 1076/2025 do Secretário Municipal de Saúde e Termo aditivo da CISNOP (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO

PARANÁ) e encontra amparo legal da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

São Jerônimo da Serra, 18 de novembro de 2025.

VENICÍUS DJALMA ROSA

Prefeito Municipal

Contratante

CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA

Empresa Contratada

Testemunhas:

Nome: _____Ass: _____

CPF:

Nome: _____Ass: _____

CPF:

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:06D00D32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
LEI MUNICIPAL N.º. 104/2025

LEI MUNICIPAL Nº 104 DE 2025

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL **SANCIONO** A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 1.998.835,07 (um milhão novecentos e noventa e oito mil e oitocentos e trinta e cinco reais e sete centavos), destinado ao reforço de dotação do orçamento vigente, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃSO	
03.001.04.122.0002.2.007.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO E COODENADORIA GERAL	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	100.000,00
03.001.04.122.0002.2.009.	SERVIÇOS DE ASSESSORIA E PROCURADORIA JURIDICA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	50.000,00
03.001.04.124.	Controle Externo	
03.001.04.124.0004.	SERVICOS COORD. PLANEJ. E ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
03.001.04.124.0004.2.010.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	80.000,00
03.001.04.124.0004.2.163.	Manutenção da Controladoria Interna	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	30.000,00
03.001.04.124.0004.2.164.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	

3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	55.000,00
03.001.04.124.0004.2.165.	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	5.000,00
03.001.04.129.	Administração de Receitas	
03.001.04.129.0004.	SERVICOS COORD. PLANEJ. E ADMINISTRACAO FINANCEIRA	
03.001.04.129.0004.2.012.	Manutenção dos Serviços de Tributação e Fiscalização	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	60.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	2.000,00
03.001.04.129.0004.2.013.	Manutenção dos Serviços de Tesouraria	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	22.000,00
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.04.	ADMINISTRAÇÃO	
04.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.001.04.122.0009.	GERENCIAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
04.001.04.122.0009.2.020	Administração da Diretoria de Viação, Obras e Urbanismo	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVEL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	75.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.90.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	40.000,00
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.36.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	68.000,00
04.001.26.	TRANSPORTES	
04.001.26.782.	TRANSPORTES RODOVIARIOS	
04.001.26.782.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	

04.001.26.782.0015.2.038.	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	5.000,00
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.001.	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.	ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0018.	ENSINO FUNDAMENTAL (1ª a 5ª Séries)	
05.001.12.361.0018.2.044.	ENSINO FUNDAMENTAL 1ª a 5ª Séries – RECURSOS FUNDEB	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 101 Código Local 1022 Fonte Padrão 101.02.01.00.00	FUNDEF/FUNDEB 70%	70.730,00
Fonte TCE 31022 Código Local 31022 Fonte Padrão 1080.02.01.00.00	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	44.217,82
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 101 Código Local 1022 Fonte Padrão 101.02.01.00.00	FUNDEF/FUNDEB 70%	10.280,00
Fonte TCE 31022 Código Local 31022 Fonte Padrão 1080.02.01.00.00	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	6.607,25

05.001.12.361.0018.2.045	Ensino Fundamental (1ª a 5ª Séries)	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	134.000,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	20.000,00
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.36.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	
Fonte TCE 103 Código Local 1026 Fonte Padrão 103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	60.000.00
05.001.12.361.0018.2.047	Transporte Escolar do Ensino Fundamental	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00

Código Local 1026 Fonte Padrão 103.01.01.00.00		
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 103 Código Local 1026 Fonte Padrão 103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.000,00

05.002.	DIVISÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.122.0019.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.122.0018.2.051	Creches Municipais (Recursos Próprios)	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.36.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	
Fonte TCE 103 Código Local 1026 Fonte Padrão 103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	32.000,00
05.001.12.122.0018.2.052	Ensino Pré-Escolas (Recursos Próprios)	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.36.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	
Fonte TCE 103 Código Local 1026 Fonte Padrão 103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	11.000,00
06.	DIRETORIA DE CULTURA, DESPORTO E LAZER	
06.001	DIVISAO DE CULTURA, DESPORTOS E LAZE	
06.001.27.	DESPORTO E LAZER	
06.001.27.812.	DESPORTO COMUNITÁRIO	
06.001.27.812.0021.	DESPORTO E LAZER PARA TODO	
06.001.27.812.0021.2.054.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	20.000,00
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.2.059.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	60.000,00
07.001.10.301.0022.2.060.	PAB – Programa de Atenção Básica	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	162.200,00
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	259.000,00

3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	14.300,00
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.36.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	
Fonte TCE 31349 Código Local 31349 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	SESA FES Operação Verão 2023 (Local 1228349)	36.500,00
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	200.000,00
07.001.10.301.0022.2.089.	PACS – PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	52.200,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	7.800,00
07.001.10.304.	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
07.001.10.304.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.304.0022.2.084.	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	43.500,00
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	6.500,00
08.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
08.001.08.122.0023.	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
08.001.08.122.0023.2.063.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	70.000,00
3.1.90.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	6.000,00

Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00		
08.001.08.243.	Assistência à Criança a ao Adolescente	
08.001.08.243.0024.	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
08.001.08.243.0024.2.184.	Apoio Financeiro ao Conselho Tutelar	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	32.000,00
3.1.90.13.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	5.000,00
12.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
12.001.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SMT	
12.001.23.	COMERCIO E SERVIÇO	
12.001.23.695.	TURISMO	
12.001.23.695.0030.	O TURISMO NO MUNICIPIO	
12.001.23.695.0030.2.100.	AÇÕES DIRETAS DE TURISMO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.36.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISIVA	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	10.000,00
	Total do Credito Aberto	

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento vigente e do Excesso de Arrecadação da alínea de receita do exercício corrente a seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	**DETALHAMENTO**	**VALOR**
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃSO	
03.001.04.122.0002.2.008.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISIVA	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	576.500,00
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.15.	URBANISMO	
04.001.15.451.	INFRA-ESTRUTURA URBANA	
04.001.15.451.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
04.001.15.451.0015.1.030.	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO URBANA	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	250.000,00
04.001.16.	HABITAÇÃO	
04.001.16.482.	HABITAÇÃO URBANA	
04.001.16.482.0014.	PROGRAMA DE MORADIAS POPULARES	
04.001.16.482.0014.1.400.	Programa Moradia Feliz – Construção de Casas Populares	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	

4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	285.000,00
05.	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
05.001.	DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.	ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0018.	ENSINO FUNDAMENTAL (1ª a 5ª Séries)	
05.001.12.361.0018.1.176.	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR – ONIBUS E DEMAIS VEICULOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTO E MATERIAS PERMANENTE	
Fonte TCE 103 Código Local 1026 Fonte Padrão 103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	130.000,00
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	111.000,00
05.001.12.361.0018.2.045	Ensino Fundamental (1ª a 5ª Séries)	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISIVA	
Fonte TCE 103 Código Local 1026 Fonte Padrão 103.01.01.00.00	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.000,00
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTO E MATERIAS PERMANENTE	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	20.000,00
05.002.	DIVISÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.	EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.365.0019.	EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.001.12.365.0019.2.051	Creches Municipais (Recursos Próprios)	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTO E MATERIAS PERMANENTE	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	20.000,00
05.001.12.365.0019.2.114.	EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLA - FUNDEB	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 101 Código Local 1022 Fonte Padrão 101.02.01.00.00	FUNDEF/FUNDEB 70%	66.000,00
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 101 Código Local 1022 Fonte Padrão 101.02.01.00.00	FUNDEF/FUNDEB 70%	10.000,00
05.001.12.367.	Educação Especial	
05.001.12.367.0018.	EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO - ÁREA DE ATUAÇÃO LDB	
05.001.12.367.0018.2.115.	Educação Especial - Recursos do FUNDEB	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	

3.1.90.11.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
Fonte TCE 101 Código Local 1022 Fonte Padrão 101.02.01.00.00	FUNDEF/FUNDEB 70%	4.730,00
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 101 Código Local 1022 Fonte Padrão 101.02.01.00.00	FUNDEF/FUNDEB 70%	280,00
05.001.12.122.0018.2.052	Ensino Pré-Escolas (Recursos Próprios)	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTO E MATERIAS PERMANENTE	
Fonte TCE 104 Código Local 1028 Fonte Padrão 104.01.01.00.00	Demais impostos vinculados à educação básica	3.000,00
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.1.092	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA A SAÚDE - AMBULÂNCIAS E DEMAIS VEÍCULOS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	70.000,00
07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.	SAÚDE	
07.001.10.301.	ATENÇÃO BÁSICA	
07.001.10.301.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.301.0022.1.426.	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CLINICA DE FISIOTERAPIA	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	10.000,00
07.001.10.301.0022.1.430	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	25.000,00
07.001.10.301.0022.1.441.	REFORMA DOS CENTROS DE SAÚDE	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	25.000,00
07.001.10.301.0022.1.441.	REFORMA DOS CENTROS DE SAÚDE	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	25.000,00

07.001.10.301.0022.2.060	PAB – Programa de Atenção Básica	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.1.90.04.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	46.000,00
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.91.	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS	
3.1.91.13.	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	50.000,00
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30.	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	30.000,00
3.3.90.34.	OUTROS SERVIÇOS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	50.000,00
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	20.000,00
3.3.90.40.	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURIDICA	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	13.000,00
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52.	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte TCE 303 Código Local 1039 Fonte Padrão 303.01.02.00.00	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	18.000,00
07.001.10.301.0022.2.089.	PACS – PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	7.000,00
07.001.10.304.	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
07.001.10.304.0022.	SAÚDE É DIREITO DE TODOS	
07.001.10.304.0022.2.084.	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30.	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte TCE 494 Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	20.000,00
3.3.90.39.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	
Fonte TCE 494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços públicos de Saúde (Exercício Corrente)	20.000,00

Código Local 31494 Fonte Padrão 494.09.02.06.20		
	Total do Cancelamento	1.911.510,00
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
FONTE	DENOMINAÇÃO/ALINEA DE RECEITA	VALOR
Fonte TCE 31022 Código Local 31022 Fonte Padrão 1080.02.01.00.00	Receita 1.7.5.1.50.0.1.01.00.00. Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	50.825,07
Fonte TCE 31349 Código Local 31349 Fonte Padrão 1011.09.02.05.18	Receita 1.7.2.3.50.0.1.09.00.00.00.00. SESA FES Operação Verão 2023 (Local 1228349)	36.500,00
Total do Excesso Arrecadação		**87.325,07**
Total Geral desta Lei		**1.998.835,07**

Artigo 3º Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do Crédito Adicional suplementar na LOA de que tratam a presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogada as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 18 dias do mês de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:EAEF1AAE

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 90/2025

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e PRADA SEGURANCA PRIVADA LTDA – ME

CNPJ/MF sob o nº 17.249.507/0001-86

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90/2025 DE 12/11/2025.

OBJETO: segurança desarmada

06.001.13.392.0020.2.087. - ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

LOTE ÚNICO: SERVIÇO DE SEGURANÇA DESARMADA.

Item	Especificações	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança desarmada em evento com devido funcionamento emitido pela polícia federal para a festa da cidade nos dias 21 e 22 de novembro de 2025	Unid	40	275,00	11.000,00
Total					11.000,00

Valor global: R$ 11.000,00 (onze mil reais), cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:1418E652

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 91/2025

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e HERIVALDO C DE SOUSA – ME, CNPJ/MF nº 00.173.433/0001-49

OBJETO: Serviços de locação de barracas, palco, equipamentos de som, gerador de energia e sanitários químicos para o 61º Aniversário do Município de São Pedro do Paraná à ser realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2025 no Município de São Pedro do Paraná, conforme CONVENIO Nº 0555/2025 SETU e descrição constante na DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 91/2025-PMSPPR.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 91/2025 DE 14/11/2025.

OBJETO: locação de barracas, palco, equipamentos de som, gerador de energia e sanitários

06.001.13.392.0020.2.087. - ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

LOTE 01: BARRACAS, PALCO, SOM, GERADOR DE ENERGIA, PAINEL DE LED E SANITÁRIOS QUIMICOS.

Item	Especificações	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total
01	Locação de Barracas externas, Tenda, por evento de no máximo 02 (dois) dias, cobertura tipo pirâmide, tamanho mínimo de 5 x 5 metros, coberta em lona sanset anti- chama, devidamente instaladas até 02 (dois) dias antes do evento.	Unid	02	640,00	1.280,00
03	Locação de Barracas externas, Tenda, por evento de no máximo 02 (dois) dias, cobertura tipo pirâmide, tamanho mínimo de 8 x 8 metros, coberta em lona sanset anti- chama, devidamente instaladas até 02 (dois) dias antes do evento.	Unid	01	1.540,00	1.540,00
04	Locação de um palco para shows para 02 (dois) dias de eventos, com as seguintes características mínimas: Tamanho 12 x 08 metros, com 8 metros de altura, cobertura em formato concha acústica, em lona sanset anti-chama, na cor branca e com house mix de 4 m x 2,20 metros, instalado em até 02 (dois) dias antes início do evento. Deverá apresentar a laudo das estruturas e ART de montagem do mesmo.	Unid	01	10.490,00	10.490,00

05	**Equipamento para PA, para 02 dias.** MESA DE SOM DIGITAL YAMAHA PM5D,com 48 canais de entrada, equipada com multicabo completo de 50 metros. 01 PROCESSADOR DIGITAL dbx rackdrive 4800; 16 caixas subwoofer SB218 (contendo 02 auto-falantes de 18” cada)Sistema Line Array ATTACK LAS-208 18 caixas, 15 amplificadores divididos em 05 racks; 03 microfones sem fio SHURE BETA SM 58. 06 microfones shure condensador 07microfones com fio shure SM58; 10 microfones sm57 para instrumentos de percução. 02 Kits de microfones completo para Bateria marca Shure 8 peças. 10 clamps de fixação 22 pedesta s, tipo tripé, COMUNICAÇÃO ENTRE MESAS DE PALCO E PA. **Monitoração** 01 MESA DE SOM DIGITAL YAMAHA M7CL-48 V-3, com 48 canais (expandida para 24 outputs) 02 POWER PLAY, somando 8 vias de monitor com extenção para fone de 10m cada 01 PROCESSADOR DIGITAL dbx rack drive 260 01 SET DE GUITARRA LANEY CABEÇOTE VALVULADO E CAIXA ORIGINAL COM 4 FALANTES DE 12 01 SET DE CONTRA BAIXO HARTKE COM CABEÇOTE HA3500 E CAIXA COM 4 DE 10 POLEGADAS E CAIXA COM 1 DE 15 POL ORGINAIS HARTKE 02 SIDES, contendo 4 caixas eaw para médios e 4 graves SB850, stereo e completamente independente das vias de fone 04 monitores tipo EV originais (chão de Palco) contendo 1 auto falante de 15” e um driver titânio cada um 01 BATERIA PEARL EXPORT completa, 7 peças e peles hidráulicas 12 DIRECT BOX, com cabos xlr e p10. CABEAMENTO COMPLETO PARA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO P-10 XLR E SUB SNAKES. **ILUMINAÇÃO** 14 movings BEAM 200 16 canais 06 strobos LED atomix 3000 34 canhões led RGBW 3W 08 canhões PAR 64 aluminio foco-1 06 MINI BRUT 02 Mesas COMMAND WING MA 02 Máquinas de Fumaça	Unid	02	7.790,00	15.580,00
06	Locação de gerador 260 KW com chave rever sora, já abastecido	Unid	02	3.990,00	7.980,00
07	Locação de painel de LED 5/2 metros, modelo P6 com controladora e not book	Unid	02	3.790,00	7.580,00
08	Locação de sanitários químicos móveis normais (masculino e feminino),devidamente instalados até 02 dias do início do evento.	Unid	20	345,00	6.900,00
09	Locação de sanitários químicos móveis ESPECIAL (masculino e feminino), por diária, devidamente instalados até 02 dias do início do evento.	Unid	04	495,00	1.980,00
Total					53.330,00

Valor global: de **R$ 53.330,00 (cinquenta e três mil, trezentos e trinta reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e MARTINELLI SOM LTDA – ME - CNPJ/MF nº 04.307.148/0001-24

OBJETO: Serviços de locação de barracas, palco, equipamentos de som, gerador de energia e sanitários químicos para o 61º Aniversário do Município de São Pedro do Paraná à ser realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2025 no Município de São Pedro do Paraná, conforme CONVENIO Nº 0555/2025 SETU e descrição constante na DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 91/2025-PMSPPR.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 91/2025 DE 14/11/2025.

OBJETO: locação de barracas, palco, equipamentos de som, gerador de energia e sanitários

06.001.13.392.0020.2.087. - ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

LOTE 01: BARRACAS, PALCO, SOM, GERADOR DE ENERGIA, PAINEL DE LED E SANITÁRIOS QUIMICOS.

Item	Especificações	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total
02	Locação de Barracas externas, Tenda, por evento de no máximo 02 (dois) dias, cobertura tipo pirâmide, tamanho mínimo de 5 x 5 metros, coberta, com fechamentos laterais, em lona sanset anti-chama, devidamente instaladas até 02 (dois) dias antes do evento.	Unid	04	800,00	3.200,00
Total					3.200,00

Valor global: de **R$ 17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:7D3E14EA

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 92/2025

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e KAUE BORBA ANTONUCCI – ME, CNPJ/MF nº 14.414.045/0001-17

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de panfletos, cartazes, cerimonialista, espaço instagramável e cobertura do evento para o 61º Aniversário do Município de São Pedro do Paraná à ser realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2025 no Município de São Pedro do Paraná, conforme CONVENIO nº 0555/2025 SETU

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 92/2025 DE 14/11/2025.

OBJETO: serviços de divulgação de evento

06.001.13.392.0020.2.087. - ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

LOTE 03: PANFLETOS, CARTAZES, CERIMONIALISTA, ESPAÇO INSTRAGRAMÁVEL E COBERTURA EVENTOS.

Item	Especificações	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total
01	Espaço instagramável (Locação de estruturas temporárias temáticas)	Unid	01	10.900,00	10.900,00
Total					10.900,00

Valor global: de **R$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e LONQUINI GRÁFICA LTDA – ME, CNPJ/MF nº 10.195.399/0001-67

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de panfletos, cartazes, cerimonialista, espaço instagramável e cobertura do evento para o 61º Aniversário do Município de São Pedro do Paraná à ser realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2025 no Município de São Pedro do Paraná, conforme CONVENIO nº 0555/2025 SETU

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 92/2025 DE 14/11/2025.

OBJETO: serviços de divulgação de evento

06.001.13.392.0020.2.087. - ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

LOTE 03: PANFLETOS, CARTAZES, CERIMONIALISTA, ESPAÇO INSTRAGRAMÁVEL E COBERTURA EVENTOS.

Item	Especificações	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total
02	Contração para criação e produção panfletos	Unid	2500	0,38	950,00
03	Contração para criação e produção cartazes	Unid	150	5,70	855,00
Total					1.805,00

Valor global: de **R$ 1.805,00 (mil, oitocentos e cinco reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e HERIVALDO C DE SOUSA – ME, CNPJ/MF nº 00.173.433/0001-49

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de panfletos, cartazes, cerimonialista, espaço instagramável e cobertura do evento para o 61º Aniversário do Município de São Pedro do Paraná à ser realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2025 no Município de São Pedro do Paraná, conforme CONVENIO nº 0555/2025 SETU

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 92/2025 DE 14/11/2025.

OBJETO: serviços de divulgação de evento

06.001.13.392.0020.2.087. - ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

LOTE 03: PANFLETOS, CARTAZES, CERIMONIALISTA, ESPAÇO INSTRAGRAMÁVEL E COBERTURA EVENTOS.

Item	Especificações	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total
04	Prestação de serviço de cerimonialista, para fazer cerimônia de abertura e apresentação dos shows, nos dias 21 e 22 de novembro.	Unid	2	1.200,00	2.400,00
Total					2.400,00

Valor global: de **R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e E S SOARES MARKETING ME - CNPJ/MF nº 41.002.744/0001-22

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de panfletos, cartazes, cerimonialista, espaço instagramável e cobertura do evento para o 61º Aniversário do Município de São Pedro do Paraná à ser realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2025 no Município de São Pedro do Paraná, conforme CONVENIO nº 0555/2025 SETU

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 92/2025 DE 14/11/2025.

OBJETO: serviços de divulgação de evento

06.001.13.392.0020.2.087. - ATIVIDADES FOLCLÓRICAS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

LOTE 03: PANFLETOS, CARTAZES, CERIMONIALISTA, ESPAÇO INSTRAGRAMÁVEL E COBERTURA EVENTOS.

Item	Especificações	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total
05	Contratação de serviço fotográfico, videomaker e transmissão ao vivo.	Unid	01	17.300,00	17.300,00
Total					17.300,00

Valor global: de **R$ 17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 17 de novembro de 2025.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:0AF543AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS 5º BIMESTRE 2025

CAIXA DE APOS. E PENSAO DOS SERV. MUN. SARANDI - PRESERV		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO		
RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	101.150.422,00	128.910.579,70
Receita de Contribuições dos Segurados	20.679.381,00	13.951.137,63
Ativo	20.450.421,00	13.732.322,30
Inativo	228.960,00	218.815,33
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	25.149.401,00	16.166.419,76
Ativo	25.149.401,00	16.166.419,76
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	31.235.680,00	77.692.683,60
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	31.235.680,00	77.692.683,60
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.267.950,00	3.232.870,90
Outras Receitas Correntes	19.818.010,00	17.867.467,81
Compensação Financeira entre os regimes	200.560,00	2.838.473,97
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	19.605.450,00	15.024.863,34
Demais Receitas Correntes	12.000,00	4.130,50
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**81.544.972,00**	**113.885.716,36**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)**
Benefícios	65.040.000,00	34.439.266,76	34.432.619,05	34.431.227,65	0,00
Aposentadorias	55.040.000,00	30.219.707,42	30.213.059,71	30.211.668,31	0,00
Pensões por Morte	10.000.000,00	4.219.559,34	4.219.559,34	4.219.559,34	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	782.660,00	389.388,03	389.388,03	389.388,03	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	782.660,00	389.388,03	389.388,03	389.388,03	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**65.822.660,00**	**34.828.654,79**	**34.822.007,08**	**34.820.615,68**	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	**15.722.312,00**	**79.057.061,57**	**79.063.709,28**	**79.065.100,68**	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				

VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	15.024.863,34
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-145.683,62
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	383.532.946,76

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - RPPS (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) ATUALIZADA	**DOTAÇÃO (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)**
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)**
DESPESAS CORRENTES (XIII)	3.560.232,00	1.896.371,31	1.844.105,39	1.843.649,33	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.683.218,00	1.077.687,36	1.077.687,36	1.077.311,09	0,00
Demais Despesas Correntes	1.877.014,00	818.683,95	766.418,03	766.338,24	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	3.822.218,00	411.849,65	411.849,65	411.849,65	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**7.382.450,00**	**2.308.220,96**	**2.255.955,04**	**2.255.498,98**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**-7.382.450,00**	**-2.308.220,96**	**-2.255.955,04**	**-2.255.498,98**	
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	306.583,87				

Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

MÁRCIO CÉSAR FALASCHI	***MARCOS AURELIO DA ROSA***	***GILSON RUFINO DE SOUZA***
Superintendente	Contador - CRC 053464/0 - 7	Tesoureiro

Publicado por:
Marcos Aurelio da Rosa
Código Identificador:66C7C1C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20251112_170638

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 14/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA4C98	284610T000004125	04/11/2025	51851
AAC2261	284610M000343997	30/10/2025	60503
AAC8094	284610M000344039	31/10/2025	60503
AAL4568	284610M000344082	30/10/2025	56732
AAV9D43	284610T000004123	29/10/2025	73400
AAZ9D04	284610M000344184	01/11/2025	60503
ABJ2F71	284610M000344057	31/10/2025	60503
ABJ2F71	284610M000344043	31/10/2025	60503
ABW1973	284610M000344078	30/10/2025	60503
ABW1973	284610M000344158	01/11/2025	60503
ABX0D77	284610T000006300	29/10/2025	76332
ABY0646	284610M000344079	30/10/2025	60503
ABY6188	284610M000344426	04/11/2025	60503
ABY6695	284610M000344196	01/11/2025	60503
ACE7052	284610M000344509	05/11/2025	60503
ACJ3307	284610M000344341	03/11/2025	60503
ACL6425	284610T000001834	27/10/2025	73662
ACT6108	284610M000344155	01/11/2025	60503
ACV2610	284610M000344203	01/11/2025	60503
ACX4631	284610M000344162	01/11/2025	60503
ACX4631	284610M000344403	04/11/2025	60503
ACX9543	284610M000344212	02/11/2025	60503
ADF0028	284610M000344032	31/10/2025	60503
ADF0385	284610M000344186	01/11/2025	60503
ADJ0799	284610T000004116	17/10/2025	51851
ADM8764	284610T000005995	20/10/2025	55680
ADN3C22	284610T000006744	05/11/2025	51851
ADN4D08	284610M000344199	01/11/2025	60503
ADP7879	284610M000344295	03/11/2025	60503
ADR2444	284610M000344274	02/11/2025	60503
AEC8818	284610M000344114	31/10/2025	60503
AEG3485	284610M000344258	02/11/2025	60503
AEH8I15	284610T000006161	23/10/2025	51851
AEH9I86	284610M000343927	29/10/2025	60503
AEI5E36	284610M000344376	04/11/2025	60503
AEK9491	284610T000001032	05/11/2025	65561
AEK9491	284610T000001033	05/11/2025	66371
AEK9491	284610T000001035	05/11/2025	73400
AEK9491	284610T000001034	05/11/2025	50100
AEU2497	284610T000006426	31/10/2025	51851
AFF7F10	284610M000344279	02/11/2025	60503

AFH5346	284610M000344003	30/10/2025	60503
AFI2J05	284610T000006196	31/10/2025	66531
AFI2J05	284610T000004121	26/10/2025	66372
AFI4866	284610M000343988	29/10/2025	60503
AFN1A88	284610T000006865	07/11/2025	67000
AFO7A95	284610M000344030	31/10/2025	60503
AFS8924	284610T000004119	25/10/2025	51851
AFU5573	284610M000344288	02/11/2025	60503
AGA1C57	284610M000344119	31/10/2025	60503
AGL6H09	284610M000344466	05/11/2025	56732
AGN7E96	284610T000006118	07/11/2025	51851
AGW6A88	284610M000343953	29/10/2025	56732
AGX5721	284610M000344135	01/11/2025	60503
AHA1236	284610T000006282	27/10/2025	51851
AHA1930	284610M000344501	04/11/2025	56732
AHA8G37	284610M000344120	31/10/2025	60503
AHC7G75	284610T000005094	30/10/2025	51851
AHG1C15	284610T000005768	05/11/2025	55414
AHJ2223	284610T000006893	08/11/2025	65561
AHJ2223	284610T000006894	08/11/2025	73400
AHJ2223	284610T000006892	08/11/2025	65992
AHL4293	284610T000006746	06/11/2025	76251
AHN6J47	284610M000344159	01/11/2025	60503
AHO1691	284610M000344419	04/11/2025	60503
AHU4C31	284610T000006420	31/10/2025	51851
AHU8876	284610M000343962	29/10/2025	60503
AHW0I36	284610M000344208	01/11/2025	60503
AIJ1248	284610M000344386	04/11/2025	60503
AIU0I45	284610T000006951	10/11/2025	59670
AIU5E77	284610M000344154	01/11/2025	56732
AIW2A32	284610T000004132	09/11/2025	50100
AIW2A32	284610T000004134	09/11/2025	65992
AIW2A32	284610T000004133	09/11/2025	51180
AIW2A32	284610T000004131	09/11/2025	66372
AIZ5E01	284610T000006871	07/11/2025	66531
AJF8773	284610M000344070	30/10/2025	56732
AJG0577	284610M000344462	05/11/2025	60503
AJK2159	284610T000005770	05/11/2025	51851
AJL1765	284610M000344393	04/11/2025	60503
AJM0847	284610M000344268	02/11/2025	60503
AJO3D53	284610M000344206	01/11/2025	60503
AJQ9G70	284610T000006166	23/10/2025	54600
AJQ9G70	284610T000006167	23/10/2025	66020
AJU2B29	284610M000343957	29/10/2025	60503
AJV1516	284610M000344356	03/11/2025	60503
AJY6H60	284610T000006418	31/10/2025	51851
AJZ6H62	284610M000344293	03/11/2025	60503
AKB2118	284610T000005088	20/10/2025	57380
AKC7A23	284610T000001901	25/10/2025	65991
AKC7A23	284610T000001902	25/10/2025	50100
AKC7A23	284610T000001903	25/10/2025	51180
AKD1A58	284610M000344231	02/11/2025	60503
AKJ5034	284610M000344253	02/11/2025	60503
AKJ9097	284610T000004399	16/10/2025	52663
AKJ9097	284610T000006412	30/10/2025	66531
AKJ9097	284610M000344207	01/11/2025	60503
AKJ9097	284610M000344284	02/11/2025	60503
AKK0287	284610M000344319	03/11/2025	60503
AKK8074	284610T000006875	07/11/2025	70721
AKL8C17	284610M000344379	04/11/2025	60503
AKL8C17	284610T000001036	07/11/2025	65480
AKR5D64	284610M000343942	29/10/2025	60503
AKT3374	284610M000344481	05/11/2025	60503
AKU3D96	284610T000005791	09/11/2025	73400
AKW3660	284610M000344195	01/11/2025	60503
AKX7177	284610T000006272	23/10/2025	60502
ALA8682	284610M000344084	30/10/2025	60503
ALA8682	284610M000344112	31/10/2025	60503
ALB5863	284610T000006270	23/10/2025	51851
ALD6391	284610T000005785	09/11/2025	51851
ALD7C74	284610M000344181	01/11/2025	56732
ALE9F91	284610M000344090	30/10/2025	60503
ALI2846	284610M000344411	06/11/2025	60503
ALI2J05	284610M000344498	04/11/2025	60503
ALJ5D12	284610T000006502	04/11/2025	66531
ALJ5D12	284610T000006955	11/11/2025	50450
ALJ5D12	284610T000006956	11/11/2025	66531
ALL8928	284610T000006728	04/11/2025	65992
ALL8928	284610T000006729	04/11/2025	67261
ALM9I09	284610T000006119	07/11/2025	76332
ALO2970	284610M000344503	05/11/2025	56732
ALO3421	284610M000344254	02/11/2025	60503
ALQ8J59	284610T000006164	23/10/2025	61220
ALQ8J59	284610T000006404	29/10/2025	56060
ALS2585	284610T000006720	04/11/2025	76332
ALU0H29	284610T000001029	05/11/2025	51851
ALU3C28	284610T000006709	03/11/2025	66531
ALU9497	284610M000344249	02/11/2025	60503
ALU9497	284610M000344106	31/10/2025	60503

ALV0139	284610T000006415	31/10/2025	51851
ALY0B94	284610T000004128	08/11/2025	73400
ALY7A14	284610M000344451	05/11/2025	60503
ALY7D08	284610M000344487	05/11/2025	60503
ALZ0F08	284610T000006879	07/11/2025	73400
ALZ4545	284610M000344167	01/11/2025	60503
ALZ4545	284610M000344201	01/11/2025	60503
AMA2F13	284610T000005781	09/11/2025	51851
AMB1G01	284610T000006862	07/11/2025	67000
AMB8H82	284610M000344304	03/11/2025	60503
AMB9135	284610M000344301	01/11/2025	60503
AMD2838	284610T000006713	03/11/2025	51851
AMD4A37	284610M000344020	30/10/2025	60503
AMH7G82	284610T000006121	07/11/2025	73662
AML8213	284610M000344339	03/11/2025	60503
AMM1801	284610M000344479	05/11/2025	60503
AMM1801	284610M000344152	01/11/2025	60503
AMM1801	284610M000344399	04/11/2025	60503
AMM1801	284610M000344244	02/11/2025	60503
AMP0E23	284610M000344172	01/11/2025	60503
AMQ2D56	284610T000006417	31/10/2025	51851
AMS9904	284610T000006719	04/11/2025	73400
AMV3A05	284610M000343992	29/10/2025	60503
AMV7F15	284610M000344330	03/11/2025	60503
AMW3756	284610T000006710	03/11/2025	73400
AMY4E74	284610T000006886	08/11/2025	54521
AMZ3D02	284610M000344373	04/11/2025	60503
AMZ9849	284610M000344336	03/11/2025	60503
ANA1I78	284610T000006869	07/11/2025	51851
ANB4H88	284610T000006896	10/11/2025	55414
ANB6221	284610T000006191	31/10/2025	50100
ANC5211	284610M000343923	29/10/2025	60503
ANC8C63	284610M000344089	30/10/2025	60503
ANE4C84	284610T000006437	31/10/2025	66531
ANE5274	284610M000344088	30/10/2025	60503
ANE5274	284610T000003466	09/11/2025	60501
ANE7506	284610M000344283	02/11/2025	60503
ANE7506	284610M000344094	30/10/2025	60503
ANE7506	284610M000344282	02/11/2025	60503
ANF5561	284610M000344404	04/11/2025	60503
ANG0490	284610T000006425	31/10/2025	66531
ANK4C85	284610M000344015	30/10/2025	60503
ANL5070	284610T000005779	09/11/2025	73400
ANL8F38	284610T000006168	23/10/2025	57380
ANQ7655	284610M000344216	02/11/2025	60503
ANR3745	284610M000344382	04/11/2025	60503
ANU0615	284610M000344369	04/11/2025	60503
ANU0615	284610M000344069	30/10/2025	60503
ANU5035	284610M000344427	04/11/2025	60503
ANX7F00	284610T000006601	02/11/2025	52741
ANY7F12	284610T000005766	01/11/2025	53800
ANZ5695	284610T000006109	03/11/2025	76842
ANZ7B07	284610T000005997	20/10/2025	66531
AOA5404	284610T000006900	10/11/2025	66531
AOA5404	284610T000005089	22/10/2025	66531
AOA5C11	284610M000344197	01/11/2025	60503
AOB6193	284610M000344418	04/11/2025	60503
AOG2H59	284610T000006853	06/11/2025	66531
AOG9E76	284610M000344144	01/11/2025	60503
AOI5167	284610M000344228	02/11/2025	60503
AOJ4514	284610M000344113	31/10/2025	60503
AOJ7998	284610M000344045	31/10/2025	60503
AOK9707	284610T000006262	21/10/2025	50610
AOK9707	284610T000006263	21/10/2025	65561
AOK9707	284610T000006260	21/10/2025	65992
AOK9707	284610T000006309	21/10/2025	70561
AOK9707	284610T000006261	21/10/2025	50100
AOL0533	284610M000344202	01/11/2025	60503
AOM1549	284610T000006274	23/10/2025	51851
AOR0708	284610M000344441	04/11/2025	60503
AOR7C47	284610M000344176	01/11/2025	60503
AOR8D17	284610T000006176	27/10/2025	66700
AOR8D17	284610T000006174	27/10/2025	52741
AOR8D17	284610T000006175	27/10/2025	66531
AOS8726	284610M000344132	01/11/2025	60503
AOX3169	284610T000005782	09/11/2025	51851
AOX8D57	284610T000006512	06/11/2025	55414
AOZ8979	284610M000344213	01/11/2025	60503
APA9B42	284610M000344049	31/10/2025	60503
APB2116	284610T000006877	07/11/2025	51851
APB8066	284610M000344517	05/11/2025	60503
APC1786	284610M000344491	05/11/2025	60503
APC1786	284610T000006741	05/11/2025	76332
APE5574	284610M000344009	30/10/2025	60503
APF0189	284610M000344485	05/11/2025	60503
APH4G22	284610M000344311	03/11/2025	60503
APH8F84	284610T000006113	05/11/2025	55414
API8868	284610T000006193	31/10/2025	66531
APK6773	284610T000006428	31/10/2025	60501

APM1G89	284610T000005095	31/10/2025	51852
APN8112	284610M000344396	04/11/2025	60503
APO9658	284610M000344034	31/10/2025	60503
APQ2H75	284610T000006197	03/11/2025	76332
APQ7309	284610T000006881	07/11/2025	59591
APR9B76	284610T000006737	05/11/2025	55414
APS3259	284610T000006269	21/10/2025	50610
APS3259	284610T000006268	21/10/2025	50100
APS3259	284610T000006267	21/10/2025	65561
APS3259	284610T000006266	21/10/2025	65992
APT8D19	284610M000344098	31/10/2025	56732
APU0G32	284610T000006117	07/11/2025	51851
APU4F07	284610M000344270	02/11/2025	60503
APU7H84	284610T000005084	19/10/2025	76332
APU8534	284610T000006708	03/11/2025	67261
APU8534	284610T000006705	03/11/2025	50100
APU8534	284610T000006707	03/11/2025	65561
APU8534	284610T000006706	03/11/2025	50610
APU8534	284610T000006704	03/11/2025	65992
APU8972	284610T000006284	27/10/2025	65992
APU8972	284610T000006285	27/10/2025	66531
APU8972	284610T000006287	27/10/2025	50100
APU8972	284610T000006288	27/10/2025	50610
APV3E75	284610T000006422	31/10/2025	66531
APW6099	284610T000005759	25/10/2025	73400
APX9H07	284610T000006185	31/10/2025	66531
APY6H56	284610T000006872	07/11/2025	60502
AQC6686	284610T000006701	03/11/2025	55414
AQD4E68	284610M000344424	04/11/2025	60503
AQG2392	284610T000006292	27/10/2025	50100
AQG2392	284610T000006295	27/10/2025	66102
AQG2392	284610T000006290	27/10/2025	65561
AQG2392	284610T000006291	27/10/2025	65992
AQG2392	284610T000006293	27/10/2025	50610
AQG2392	284610T000006294	27/10/2025	66531
AQG7A17	284610M000344519	05/11/2025	60503
AQI1E73	284610M000344349	03/11/2025	60503
AQI2878	284610M000344384	04/11/2025	60503
AQK1B40	284610M000344002	30/10/2025	60503
AQK2H71	284610M000344415	06/11/2025	60503
AQM5G36	284610M000344496	04/11/2025	60503
AQP6430	284610T000005998	20/10/2025	50100
AQP6430	284610T000006000	20/10/2025	51180
AQP6430	284610T000006151	20/10/2025	65992
AQQ0I40	284610T000006153	23/10/2025	66700
AQR3226	284610T000006283	27/10/2025	51851
AQS2D38	284610M000344506	05/11/2025	56732
AQU8C87	284610M000344398	04/11/2025	60503
AQU8C87	284610M000344360	03/11/2025	56732
AQV1J18	284610T000006501	04/11/2025	57463
AQW6285	284610T000005780	09/11/2025	73400
ARA1D82	284610T000006419	31/10/2025	51851
ARA3C06	284610M000344344	03/11/2025	60503
ARA6109	284610M000344250	02/11/2025	60503
ARA9587	284610T000006401	29/10/2025	51851
ARB6J82	284610M000344431	03/11/2025	60503
ARC1B95	284610T000006424	31/10/2025	51851
ARD2E70	284610M000344036	31/10/2025	60503
ARD4516	284610T000006890	08/11/2025	51851
ARE4676	284610T000006442	31/10/2025	50450
ARE4676	284610T000006441	31/10/2025	65992
ARF6I60	284610M000344507	05/11/2025	56732
ARF7G63	284610M000344437	04/11/2025	60503
ARK1I33	284610T000006891	08/11/2025	51851
ARK6700	284610M000344264	02/11/2025	60503
ARL3231	284610T000006885	08/11/2025	69472
ARN5J48	284610M000343980	29/10/2025	60503
ARR8219	284610M000344392	04/11/2025	60503
ARS8571	284610T000005790	09/11/2025	73400
ARU7384	284610M000343981	29/10/2025	60503
ASB3442	284610M000344477	05/11/2025	60503
ASE1I71	284610M000344317	03/11/2025	60503
ASF1397	284610M000344083	30/10/2025	60503
ASG6206	284610M000344163	01/11/2025	56732
ASH3D12	284610M000344068	30/10/2025	60503
ASH4638	284610M000344059	31/10/2025	60503
ASJ1809	284610M000344019	30/10/2025	56732
ASJ5H12	284610M000344453	05/11/2025	60503
ASK0A48	284610M000344497	04/11/2025	60503
ASK0A48	284610T000003019	16/10/2025	54600
ASK9141	284610M000344353	03/11/2025	60503
ASP7853	284610M000344193	01/11/2025	60503
ASQ8D63	284610M000344343	03/11/2025	60503
ASR4335	284610M000344168	01/11/2025	60503
ASS7F85	284610M000344464	05/11/2025	60503
AST8A22	284610T000003020	21/10/2025	55090
ASV7A99	284610M000344146	01/11/2025	60503
ASX0H55	284610M000344483	05/11/2025	56732
ASX4H80	284610T000006716	04/11/2025	73400

ASX4H80	284610T000006717	04/11/2025	76842
ASX4H80	284610T000006715	04/11/2025	58191
ASY8969	284610T000006898	10/11/2025	59670
ASY8969	284610T000006899	10/11/2025	65992
ASZ3E56	284610M000344261	02/11/2025	60503
ASZ9B70	284610T000006162	23/10/2025	60502
ASZ9H32	284610T000005761	01/11/2025	70481
ASZ9H32	284610T000005762	01/11/2025	70721
ATB9B06	284610T000006747	06/11/2025	55414
ATC9C49	284610M000344038	31/10/2025	60503
ATH2355	284610M000344127	31/10/2025	60503
ATI0F36	284610T000005767	01/11/2025	73662
ATK3B59	284610M000344436	04/11/2025	56732
ATK3J08	284610M000344102	31/10/2025	60503
ATN9710	284610M000344232	02/11/2025	60503
ATO9I38	284610M000343975	29/10/2025	60503
ATS0228	284610M000344109	31/10/2025	60503
ATS1F23	284610M000344408	06/11/2025	60503
ATT4E27	284610T000005763	01/11/2025	73400
ATU0I10	284610M000344521	05/11/2025	60503
ATU0I10	284610M000344361	03/11/2025	60503
ATU8540	284610M000344457	05/11/2025	60503
ATV1E66	284610T000006873	07/11/2025	60502
ATW2A57	284610M000344515	05/11/2025	56732
ATW9D15	284610M000344121	31/10/2025	60503
ATX2A17	284610M000344229	02/11/2025	60503
ATX4H02	284610M000344080	30/10/2025	60503
AUA2584	284610M000344188	01/11/2025	60503
AUA2I86	284610T000006723	04/11/2025	52070
AUA2I86	284610T000006722	04/11/2025	73580
AUB2J50	284610T000006748	06/11/2025	76252
AUC1G36	284610M000344248	02/11/2025	60503
AUI7D29	284610M000343922	29/10/2025	60503
AUK1J31	284610T000006432	31/10/2025	60501
AUM5493	284610T000006866	07/11/2025	66531
AUN1802	284610T000001030	05/11/2025	51852
AUQ3205	284610M000344459	05/11/2025	60503
AUR1D68	284610T000005775	09/11/2025	51851
AUR2500	284610M000344116	31/10/2025	60503
AUR2677	284610M000344516	05/11/2025	60503
AUS7727	284610M000344118	31/10/2025	60503
AUS9A03	284610M000344011	30/10/2025	60503
AUT0J88	284610T000004398	16/10/2025	51851
AUV3977	284610M000344040	31/10/2025	60503
AUX3731	284610T000003054	10/11/2025	70561
AUX4843	284610M000344476	05/11/2025	60503
AUZ4F60	284610M000344214	01/11/2025	60503
AVB2H85	284610M000344025	30/10/2025	56732
AVB4B64	284610M000344276	02/11/2025	60503
AVB5D44	284610M000344488	05/11/2025	60503
AVE6301	284610T000006740	05/11/2025	66531
AVE6B63	284610M000344175	01/11/2025	60503
AVE8968	284610M000343933	29/10/2025	60503
AVF3H36	284610T000001037	10/11/2025	57380
AVJ1H31	284610T000003023	04/11/2025	55090
AVK0I65	284610M000344074	30/10/2025	56732
AVK5572	284610T000006264	21/10/2025	51851
AVK5C03	284610T000006178	27/10/2025	66531
AVM7F31	284610M000344157	01/11/2025	60503
AVM9C68	284610M000344324	03/11/2025	60503
AVN1C43	284610M000344058	31/10/2025	60503
AVR0068	284610M000343971	29/10/2025	60503
AVR5J05	284610T000006421	31/10/2025	60501
AVS6F13	284610M000344241	02/11/2025	60503
AVT5H13	284610M000344354	03/11/2025	60503
AVT6029	284610M000344359	03/11/2025	60503
AVW9B58	284610M000344277	02/11/2025	60503
AVX2A95	284610M000344063	31/10/2025	60503
AWC4G24	284610M000344510	05/11/2025	60503
AWC5B53	116100T000985491	29/10/2025	54521
AWE4427	284610T000006273	23/10/2025	76332
AWE7497	284610T000006102	31/10/2025	50100
AWE7497	284610T000006104	31/10/2025	66531
AWE7497	284610T000006103	31/10/2025	50610
AWF4170	284610M000344242	02/11/2025	60503
AWF4543	284610M000343974	29/10/2025	60503
AWH5535	284610M000343987	29/10/2025	60503
AWH5535	284610M000344190	01/11/2025	60503
AWH5535	284610M000344205	01/11/2025	60503
AWI4972	284610M000344267	02/11/2025	60503
AWJ7G43	284610M000343956	29/10/2025	56732
AWK4D97	284610M000344302	03/11/2025	60503
AWP9D22	284610T000001031	05/11/2025	55414
AWS0J54	284610M000344289	02/11/2025	60503
AWW2C95	284610M000344461	05/11/2025	60503
AWW7D32	284610M000344014	30/10/2025	60503
AWX5H83	284610M000344178	01/11/2025	60503
AWY7J06	284610M000344292	02/11/2025	60503
AWZ0954	284610T000006868	07/11/2025	70721

AWZ9C02	284610M000344294	03/11/2025	60503
AXA2903	284610M000343998	30/10/2025	60503
AXA4J77	284610M000344247	02/11/2025	60503
AXB2576	284610T000006177	27/10/2025	66531
AXC8F01	284610M000344161	01/11/2025	60503
AXE3856	284610T000006411	30/10/2025	50610
AXE3856	284610T000006409	30/10/2025	65561
AXE3856	284610T000006408	30/10/2025	65992
AXE3856	284610T000006410	30/10/2025	50100
AXE7C78	284610M000344402	04/11/2025	60503
AXE7C78	284610M000344174	01/11/2025	60503
AXG2576	284610T000006258	15/10/2025	54600
AXK5C46	284610T000006864	07/11/2025	66531
AXK9497	284610M000344256	02/11/2025	60503
AXL2C16	284610M000344217	02/11/2025	60503
AXL8375	284610T000006730	04/11/2025	76332
AXO4G40	284610M000344050	31/10/2025	56732
AXR7J98	284610M000344210	01/11/2025	60503
AXR8567	284610M000344221	02/11/2025	60503
AXS6E35	284610M000343935	29/10/2025	60503
AXT6951	284610T000005788	09/11/2025	51851
AXU4E20	284610M000344260	02/11/2025	60503
AXU9E67	284610M000344331	03/11/2025	60503
AXV4532	284610T000005085	19/10/2025	55500
AXV9B99	284610M000344149	01/11/2025	60503
AXW1F59	284610M000344428	04/11/2025	60503
AXX2E14	284610T000006110	03/11/2025	66532
AXY2F55	284610M000344391	04/11/2025	60503
AYB7787	284610M000344128	31/10/2025	60503
AYF1I52	284610M000344010	30/10/2025	60503
AYG6D35	284610M000343985	29/10/2025	60503
AYI0J66	284610T000006265	21/10/2025	70721
AYJ5H61	284610M000343966	29/10/2025	60503
AYL7G74	284610M000344031	31/10/2025	60503
AYN1D45	284610M000344504	05/11/2025	56732
AYO2G43	284610M000344513	05/11/2025	60503
AYO3183	284610M000344381	04/11/2025	60503
AYP8A41	284610M000344300	03/11/2025	60503
AYV4178	284610T000006170	23/10/2025	70721
AYW6261	284610M000344508	05/11/2025	60503
AYW8077	284610T000006450	31/10/2025	65561
AYW8077	284610T000006449	31/10/2025	67261
AZA2504	284610M000344087	30/10/2025	60503
AZB3B03	284610T000006271	23/10/2025	51851
AZD9B23	284610M000344315	03/11/2025	60503
AZF5279	284610M000344179	01/11/2025	60503
AZI0533	284610M000344016	30/10/2025	60503
AZI1902	284610M000344410	06/11/2025	60503
AZI6722	284610M000344412	06/11/2025	60503
AZI6722	284610M000344416	06/11/2025	60503
AZI6968	284610M000344066	30/10/2025	60503
AZI8E29	284610M000343978	29/10/2025	60503
AZI8E67	284610T000005090	22/10/2025	76332
AZJ9G38	284610T000006880	07/11/2025	51851
AZK0I16	284610M000344380	04/11/2025	60503
AZK5J22	284610T000004129	08/11/2025	73400
AZL2483	284610M000344447	05/11/2025	60503
AZL6234	284610T000001340	18/10/2025	70301
AZP1645	284610T000005789	09/11/2025	73400
AZP1762	284610T000006107	31/10/2025	66700
AZP1F93	284610M000344056	31/10/2025	60503
AZP5784	284610M000344140	01/11/2025	60503
AZQ0C90	284610T000003021	04/11/2025	54870
AZQ9170	284610M000344111	31/10/2025	60503
AZU4I83	284610T000006952	11/11/2025	76332
AZV0I69	284610M000344374	04/11/2025	60503
AZX7501	284610M000344224	02/11/2025	60503
AZY0870	284610M000344422	04/11/2025	60503
AZZ5A99	284610T000006721	04/11/2025	76332
BAC6I99	284610T000005778	09/11/2025	51851
BAG5D24	284610T000001339	18/10/2025	76332
BAH8D64	284610M000344465	05/11/2025	60503
BAJ0E02	284610M000344130	01/11/2025	60503
BAL5073	284610M000344323	03/11/2025	60503
BAP3I99	284610M000344192	01/11/2025	60503
BAU4H27	284610M000344397	04/11/2025	60503
BAU5B25	284610T000006299	29/10/2025	73400
BAV8I82	284610M000344346	03/11/2025	60503
BAV8I82	284610M000344430	04/11/2025	60503
BAW4736	284610M000343940	29/10/2025	60503
BAW7G91	284610M000344434	04/11/2025	60503
BAY2D89	284610M000344266	02/11/2025	56732
BAY9A85	284610M000344298	03/11/2025	60503
BAZ5788	284610M000344455	05/11/2025	60503
BAZ8E87	284610M000344429	04/11/2025	60503
BBD5977	284610M000343969	29/10/2025	60503
BBD8J09	284610T000006882	07/11/2025	76332
BBE8151	284610T000006278	23/10/2025	59670
BBE8151	284610T000006280	23/10/2025	50450

BBE8151	284610T000006279	23/10/2025	65992
BBI5E75	284610T000006884	08/11/2025	65300
BBI5E75	284610T000006883	08/11/2025	54521
BBM6F91	284610M000344001	30/10/2025	60503
BBN3B86	284610T000006182	30/10/2025	66531
BBN7D78	284610T000005792	09/11/2025	73400
BBR7A45	284610T000006406	30/10/2025	76332
BBR9E28	284610M000344171	01/11/2025	60503
BBR9E78	284610T000006402	29/10/2025	57200
BBR9H82	284610T000006414	31/10/2025	66531
BBS7D86	284610T000006749	06/11/2025	58191
BBS7D86	284610T000006750	06/11/2025	57380
BBS8C26	284610M000344388	04/11/2025	60503
BBT1656	284610M000344105	31/10/2025	60503
BBT4H45	284610M000344125	31/10/2025	60503
BBY2D55	284610M000344502	05/11/2025	60503
BBZ6G12	284610M000344316	03/11/2025	60503
BCB1C17	284610M000344117	31/10/2025	60503
BCB7631	284610T000005989	16/10/2025	58191
BCD5260	284610T000006171	23/10/2025	70721
BCD5928	284610M000344263	02/11/2025	60503
BCD6I41	284610M000344218	02/11/2025	60503
BCE6J85	284610T000006711	03/11/2025	51851
BCE7851	284610M000344290	02/11/2025	60503
BCE7851	284610M000344251	02/11/2025	60503
BCF3A48	284610M000343977	29/10/2025	60503
BCG7075	284610T000005752	20/10/2025	70481
BCK7A06	284610M000344446	05/11/2025	60503
BCL7G68	284610M000344133	01/11/2025	60503
BCN7G63	284610T000005097	31/10/2025	51851
BCN8E39	284610T000005082	18/10/2025	76332
BCO1F51	284610M000344478	05/11/2025	60503
BCO4G58	284610M000344085	30/10/2025	60503
BCO7535	284610T000006105	31/10/2025	50371
BCQ0I31	284610M000344318	03/11/2025	60503
BCR9E01	284610T000006112	05/11/2025	55414
BCT6F81	284610M000344472	05/11/2025	60503
BCU3D68	284610M000344362	03/11/2025	60503
BCU5B92	284610M000344499	04/11/2025	60503
BCV4F03	284610T000006852	06/11/2025	55414
BCV7I53	284610T000006515	07/11/2025	61220
BCW0B24	284610M000344115	31/10/2025	60503
BCX4H61	284610M000344474	05/11/2025	60503
BCX4H61	284610M000344333	03/11/2025	60503
BCX4H61	284610M000344075	30/10/2025	60503
BCY6C13	284610M000343945	29/10/2025	60503
BCZ5I77	284610M000344072	30/10/2025	60503
BCZ7J83	284610T000005774	07/11/2025	57380
BCZ7J83	284610T000005773	07/11/2025	70481
BCZ9J11	284610M000343961	29/10/2025	60503
BDA4G22	284610M000344067	30/10/2025	60503
BDB9H01	284610M000344037	31/10/2025	60503
BDC1G77	284610M000343964	29/10/2025	60503
BDC9C57	284610T000006158	23/10/2025	66531
BDD4E97	284610M000344328	03/11/2025	60503
BDE4F97	284610M000344368	04/11/2025	60503
BDE6F03	284610M000344131	01/11/2025	60503
BDG3E47	284610M000344407	06/11/2025	60503
BDI7H40	284610M000344173	01/11/2025	60503
BDJ0E94	284610M000344017	30/10/2025	60503
BDL5F59	284610M000344259	02/11/2025	60503
BDM4I87	284610T000006195	31/10/2025	66531
BDP1E55	284610T000001835	06/11/2025	66371
BDP1E55	284610T000001837	08/11/2025	66531
BDP1E55	284610T000001838	08/11/2025	70561
BDP1E55	284610T000001836	08/11/2025	73400
BDP5J51	284610M000344518	05/11/2025	60503
BDR4A05	284610M000344314	03/11/2025	60503
BDR6E47	284610M000344033	31/10/2025	60503
BDU5I91	284610T000006413	31/10/2025	66531
BDU6H09	284610T000006513	06/11/2025	70721
BDV6I62	284610T000004118	25/10/2025	55414
BDV7B20	284610M000344405	05/11/2025	60503
BDZ9C23	284610M000343970	29/10/2025	60503
BEB5A91	284610T000005996	20/10/2025	54600
BEC9F19	284610M000344307	03/11/2025	60503
BED7J74	284610M000344108	31/10/2025	60503
BEF6C56	284610M000343926	29/10/2025	60503
BEF8B59	284610M000344073	30/10/2025	60503
BEF8B59	284610M000344129	01/11/2025	60503
BEF8B59	284610M000344134	01/11/2025	60503
BEF8B59	284610M000344138	01/11/2025	60503
BEF8B59	284610M000344145	01/11/2025	60503
BEF8B59	284610M000344187	01/11/2025	60503
BEF8B59	284610M000343938	29/10/2025	60503
BEF8B59	284610M000343925	29/10/2025	60503
BEF8B59	284610M000344012	30/10/2025	60503
BEG2H98	284610T000006297	29/10/2025	54521
BEG4A60	284610M000344350	03/11/2025	60503

BEH2I87	284610M000344007	30/10/2025	60503
BEH5B06	284610M000344475	05/11/2025	60503
BEH7C42	284610T000006173	27/10/2025	51851
BEH7D51	284610M000343955	29/10/2025	56732
BEI4A37	284610T000005988	16/10/2025	58431
BEI6B84	284610M000344372	04/11/2025	56732
BEL5H56	284610T000005751	20/10/2025	55411
BEM9C13	284610T000005783	09/11/2025	51851
BEU9C09	284610T000004127	08/11/2025	61300
BEU9C09	284610M000344185	01/11/2025	60503
BEW8H55	284610M000343946	29/10/2025	60503
BEZ3G91	284610M000344378	04/11/2025	60503
BHT6176	284610M000343968	29/10/2025	60503
BKC3J64	284610T000006718	04/11/2025	76332
BLK9F05	284610T000004126	04/11/2025	51851
BLN5751	284610M000344512	05/11/2025	56732
BQO5076	284610M000344337	03/11/2025	60503
BRK6591	284610M000344495	04/11/2025	60503
BVL5G72	284610T000006152	23/10/2025	66532
BVR8391	284610M000344064	31/10/2025	60503
BYU1F68	284610T000005772	06/11/2025	73400
CBX1F64	284610M000344123	31/10/2025	60503
CFE5602	284610M000344414	06/11/2025	60503
CIP8I28	284610M000344047	31/10/2025	60503
CKD2231	284610M000344026	30/10/2025	56732
CKE3546	284610M000343983	29/10/2025	56732
CNX2F76	284610M000344494	05/11/2025	60503
COD5C69	284610T000005083	18/10/2025	76332
COH2E24	284610T000005787	09/11/2025	51930
COJ6863	284610M000344385	04/11/2025	60503
COM1221	284610T000006156	23/10/2025	66700
COM1221	284610T000006155	23/10/2025	65300
COS2629	284610M000344520	05/11/2025	60503
CQB8G62	284610T000005776	09/11/2025	51851
CSC4H04	284610T000006116	05/11/2025	51851
CSW6648	284610M000344271	02/11/2025	60503
CTW6152	284610M000343996	29/10/2025	60503
CVI6E49	284610M000343976	29/10/2025	60503
CWO9816	284610M000344053	31/10/2025	60503
CWQ1428	284610M000344240	02/11/2025	60503
CYU7A46	284610M000344366	04/11/2025	60503
CYW7127	284610M000343965	29/10/2025	60503
CYZ5433	284610M000344048	31/10/2025	60503
CYZ5433	284610M000343936	29/10/2025	60503
CZG6924	284610T000006429	31/10/2025	65300
CZG6924	284610T000006430	31/10/2025	51851
DAY2672	284610M000344243	02/11/2025	60503
DBX3H77	284610M000344473	05/11/2025	60503
DCV3956	284610T000006440	31/10/2025	51851
DCY0C71	284610M000344308	03/11/2025	60503
DDU6D37	284610M000344060	31/10/2025	60503
DDV6A01	284610T000006724	04/11/2025	51851
DDX7I02	284610M000344281	02/11/2025	60503
DEB8781	284610T000006518	10/11/2025	57200
DEB8781	284610T000006517	07/11/2025	51852
DFZ8F22	284610T000006159	23/10/2025	51851
DGB2737	284610M000344469	05/11/2025	60503
DHH1772	284610T000006503	04/11/2025	51851
DHH1772	284610T000006504	04/11/2025	65300
DHH1772	284610T000006505	04/11/2025	62700
DIA8345	284610M000344514	05/11/2025	60503
DIT3F79	284610M000343930	29/10/2025	60503
DIT7663	284610M000344357	03/11/2025	60503
DIZ5B51	284610T000006423	31/10/2025	51851
DJF7H53	284610T000006165	23/10/2025	54600
DJN4455	284610M000344239	02/11/2025	60503
DJQ4078	284610T000006897	10/11/2025	76252
DKV1578	284610T000006431	31/10/2025	51851
DLR1D50	284610T000005091	22/10/2025	51851
DMV8I02	284610T000006739	05/11/2025	51851
DPF7I25	284610M000344046	31/10/2025	60503
DPQ8046	284610M000344137	01/11/2025	60503
DQA1476	284610M000344110	31/10/2025	56732
DRQ0E45	284610M000344095	30/10/2025	60503
DRS1F08	284610T000006259	21/10/2025	55414
DRT7J26	284610M000344000	30/10/2025	60503
DTE1J44	284610M000344273	02/11/2025	60503
DUA7D94	284610T000006859	07/11/2025	51851
DUR3396	284610M000344400	04/11/2025	56732
DWY7058	284610M000344029	31/10/2025	60503
DXI0J26	284610M000344225	02/11/2025	60503
DYG0G06	284610M000344107	31/10/2025	60503
DZG9H76	284610T000006439	31/10/2025	51851
DZK8500	284610M000344352	03/11/2025	60503
DZT5520	284610T000006315	03/11/2025	70561
DZT5520	284610T000006313	03/11/2025	50100
DZT5520	284610T000006314	03/11/2025	66371
DZT5520	284610T000006311	03/11/2025	70301
DZT5520	284610T000006312	03/11/2025	73400

ECM2I91	284610M000344227	02/11/2025	60503
ECS7E09	284610T000004400	17/10/2025	77142
ECT8G69	284610M000344406	05/11/2025	60503
ECX5476	284610T000001111	02/11/2025	60501
ECX5476	284610T000001112	02/11/2025	73400
ECX5476	284610M000344305	03/11/2025	60503
EEQ4G18	284610M000344076	30/10/2025	60503
EGF5C90	284610M000344153	01/11/2025	60503
EGO3201	284610M000344156	01/11/2025	60503
EIL3A61	284610M000344313	03/11/2025	60503
EIR1I32	284610M000344142	01/11/2025	60503
EJO5I17	284610M000344413	06/11/2025	60503
EJO5I17	284610M000344312	03/11/2025	60503
EJU1930	284610T000006122	11/11/2025	76332
EKA9313	284610T000006888	08/11/2025	51180
EKA9313	284610T000006887	08/11/2025	50100
EKS6A82	284610M000344211	02/11/2025	60503
EKS6A82	284610M000344442	05/11/2025	60503
EKS7J76	284610M000344299	01/11/2025	60503
ELG1J55	284610M000344101	31/10/2025	56732
EPW3B22	284610T000006736	05/11/2025	55414
EQB7A43	284610M000344505	05/11/2025	56732
EQO6A82	284610M000344220	02/11/2025	60503
ERO9A69	284610M000344482	05/11/2025	60503
ETA9D91	284610M000344275	02/11/2025	60503
ETV5G69	284610T000004122	29/10/2025	55500
EUD6J68	284610T000006954	11/11/2025	57200
EUL1F03	284610T000006304	17/10/2025	50100
EUL1F03	284610T000006306	17/10/2025	51851
EUL1F03	284610T000006303	17/10/2025	54600
EUL1F03	284610T000006305	17/10/2025	51180
EWQ7E61	284610T000006289	27/10/2025	76251
EZL3C79	284610M000344013	30/10/2025	60503
FAX2A65	284610T000006874	07/11/2025	60502
FBN9A69	284610T000006157	23/10/2025	51851
FBP9F83	284610M000344480	05/11/2025	60503
FBT5836	284610M000343967	29/10/2025	60503
FBZ5102	284610T000006407	30/10/2025	76252
FCU0J04	284610M000344150	01/11/2025	60503
FGJ9A46	284610M000344166	01/11/2025	60503
FGR0F72	284610M000344285	02/11/2025	56732
FHS2C71	284610M000344327	03/11/2025	60503
FIC2E34	284610M000343932	29/10/2025	60503
FIC2E34	284610T000006510	06/11/2025	55414
FKI9583	284610M000343960	29/10/2025	60503
FKT1289	284610M000344523	05/11/2025	60503
FLJ6D01	284610M000344321	03/11/2025	60503
FMV8E11	284610M000344486	05/11/2025	60503
FOC4A40	284610M000343952	29/10/2025	60503
FOU5B22	284610T000001027	01/11/2025	57380
FOU5B22	284610T000001028	01/11/2025	51851
FPE1394	284610M000344272	02/11/2025	60503
FPW8G66	284610M000344065	30/10/2025	56732
FRJ5411	284610M000344165	01/11/2025	60503
FRK7F84	284610M000344141	01/11/2025	60503
FTF2F49	284610M000344122	31/10/2025	60503
FUH7045	284610M000344320	03/11/2025	56732
FUP9I47	284610T000006433	31/10/2025	60501
FUW9J82	284610M000344375	04/11/2025	60503
FUZ2G44	284610M000344423	04/11/2025	60503
FWT1D09	284610M000344425	04/11/2025	60503
FXZ7D29	284610M000344092	30/10/2025	60503
FYK7F05	284610M000344148	01/11/2025	60503
FZS7H50	284610M000344326	03/11/2025	60503
GAZ1B01	284610T000006108	03/11/2025	51851
GBR0B50	284610M000343948	29/10/2025	60503
GBX4I50	284610M000344394	04/11/2025	60503
GDA5A18	284610M000344164	01/11/2025	60503
GDL5B60	284610M000343995	29/10/2025	60503
GFH2204	284610M000344147	01/11/2025	60503
GGA0E08	284610M000343993	29/10/2025	60503
GHL0310	284610M000344383	04/11/2025	60503
GHL0310	284610M000344458	05/11/2025	60503
GHL0310	284610M000344370	04/11/2025	60503
GIO8E28	284610T000005987	16/10/2025	66532
GJI9J19	284610T000005755	24/10/2025	55414
GNC8I53	284610T000006507	04/11/2025	57463
GPM9383	284610T000006509	04/11/2025	76252
GTI9F45	284610T000001023	20/10/2025	55414
GXU4H22	284610M000344524	05/11/2025	60503
HHR4B16	284610T000004117	25/10/2025	55414
HIP1J10	284610M000344286	02/11/2025	60503
HJR5C24	284610M000344280	02/11/2025	60503
HJW5084	284610M000344493	05/11/2025	60503
HKA8C17	284610M000344091	30/10/2025	60503
HQD3H03	284610T000005087	19/10/2025	51851
HSB8I63	284610T000006189	31/10/2025	50100
HSB8I63	284610T000006190	31/10/2025	65992
HSQ0458	284610M000344395	04/11/2025	60503

HTK9147	284610M000344235	02/11/2025	60503
HTV7B63	284610T000005786	09/11/2025	51851
HZH5B90	284610M000343984	29/10/2025	60503
HZH5B90	284610M000344093	30/10/2025	60503
IHE7342	284610T000006160	23/10/2025	66531
IHM8E84	284610M000343944	29/10/2025	60503
IKT9084	284610T000006276	23/10/2025	54600
ILJ2H73	284610T000003055	10/11/2025	70301
INX5067	284610M000344463	05/11/2025	60503
IPX4178	284610M000344215	02/11/2025	60503
IXQ0H23	284610T000006953	11/11/2025	76332
IXU3B40	284610M000344198	01/11/2025	60503
JDK0I36	284610T000006876	07/11/2025	55090
JEQ7E53	284610T000005764	01/11/2025	55414
JFJ7191	284610M000344364	03/11/2025	60503
JFY4J79	284610M000344377	04/11/2025	60503
JIM2J95	284610M000344265	02/11/2025	60503
JKY3B31	284610T000006192	31/10/2025	67690
JLA4B61	284610M000344021	30/10/2025	60503
JMI3930	284610M000344345	03/11/2025	60503
JMZ9711	284610M000344409	06/11/2025	60503
JNC9701	284610T000006438	31/10/2025	51851
JNT3181	284610M000344180	01/11/2025	60503
JYQ1058	284610T000005765	01/11/2025	55414
JZT7D05	284610M000344340	03/11/2025	56732
KAF5J18	284610M000343986	29/10/2025	60503
KAI2D09	284610M000344103	31/10/2025	60503
KEJ2I22	284610M000344024	30/10/2025	60503
KGI1I32	284610M000344278	02/11/2025	60503
KJR1858	284610M000344170	01/11/2025	60503
KJT1J11	284610M000344062	31/10/2025	60503
KLV8E47	284610M000344351	03/11/2025	60503
KQI5646	284610M000344086	30/10/2025	60503
KVC8B54	284610M000343947	29/10/2025	60503
KYY8G61	284610M000343990	29/10/2025	60503
LBA2A70	284610M000343950	29/10/2025	60503
LNG1E14	284610M000344169	01/11/2025	60503
LOB7583	284610M000343951	29/10/2025	56732
LPA7334	284610M000344445	05/11/2025	60503
LSC1E61	284610M000344348	03/11/2025	60503
LSC4J53	284610M000344438	04/11/2025	60503
LSF3C87	284610T000004124	01/11/2025	65300
LXX8348	284610M000344358	03/11/2025	60503
MAK9F17	284610M000344096	29/10/2025	60503
MAV8490	284610M000344226	02/11/2025	60503
MCL8366	284610T000006733	04/11/2025	50100
MCL8366	284610T000006732	04/11/2025	65992
MCL8366	284610T000006734	04/11/2025	51180
MCP3D89	284610T000006519	10/11/2025	66531
MDG6171	284610M000344522	05/11/2025	60503
MDT2A85	284610M000344052	31/10/2025	60503
MGX9508	284610M000344035	31/10/2025	60503
MHH2B75	284610M000344126	31/10/2025	60503
MHQ0368	284610M000343928	29/10/2025	60503
MIE9J30	284610M000344042	31/10/2025	60503
MJS1851	284610T000006436	31/10/2025	67261
MJS1851	284610T000006435	31/10/2025	65992
MJS1851	284610T000006434	31/10/2025	50450
MKF3C55	284610M000344310	03/11/2025	60503
MKH2F76	284610M000344041	31/10/2025	60503
MML2G00	284610M000343989	29/10/2025	56732
MOX9066	284610M000344511	05/11/2025	60503
MXL6434	284610M000344071	30/10/2025	60503
MXO2D72	284610M000344023	30/10/2025	60503
NDS7I53	284610M000344219	02/11/2025	60503
NHL8E70	284610M000343954	29/10/2025	56732
NIO6J50	284610M000344471	05/11/2025	60503
NKC3256	284610T000004120	25/10/2025	73400
NKL9807	284610T000005760	01/11/2025	73400
NKY4E07	284610M000344200	01/11/2025	60503
NPB4G07	284610M000344296	03/11/2025	60503
NPK2B10	284610T000005986	16/10/2025	67000
OIW5E76	284610M000344246	02/11/2025	60503
OJL3I37	284610T000006199	04/11/2025	57463
OKE4B48	284610M000344417	06/11/2025	60503
OKE4H97	284610M000344191	01/11/2025	60503
OLO3B75	284610M000344233	02/11/2025	60503
OLO7J61	284610M000344223	02/11/2025	60503
OOS4D46	284610M000343959	29/10/2025	60503
OWM8J14	284610M000344004	30/10/2025	60503
OYM0F60	284610M000343949	29/10/2025	60503
PBV0E82	284610T000006200	04/11/2025	66531
PJV6I30	284610T000003022	04/11/2025	54870
PRV1C79	284610T000006551	23/10/2025	55414
PSF7A88	284610M000344097	30/10/2025	60503
PUQ1B07	284610T000006703	03/11/2025	55090
PVX3H90	284610M000344230	02/11/2025	60503
PWA6G85	284610M000343982	29/10/2025	56732
PWH2B86	284610M000344189	01/11/2025	60503

PWR5231	284610M000344329	03/11/2025	60503
PXW3E95	284610M000344018	30/10/2025	60503
PYR8F45	284610M000344439	04/11/2025	56732
PZR0D62	284610M000344332	03/11/2025	60503
PZU5A14	284610M000344460	05/11/2025	60503
QAB1C45	284610M000344322	03/11/2025	56732
QAP6D59	284610M000344449	05/11/2025	60503
QAQ7G69	284610T000006172	24/10/2025	66531
QAR3C50	284610M000344389	04/11/2025	60503
QDA1E91	284610T000006257	15/10/2025	54600
QHT2C73	284610M000344182	01/11/2025	60503
QIX2B31	284610T000005086	19/10/2025	55500
QJM9385	284610M000343999	30/10/2025	60503
QJP6E88	284610M000344209	01/11/2025	60503
QKW3B52	284610T000006860	07/11/2025	66531
QKW3B52	284610T000006861	07/11/2025	73400
QLO6E69	284610T000006702	03/11/2025	55414
QNN9H83	284610T000006123	11/11/2025	76332
QNQ2D67	284610M000344433	04/11/2025	60503
QOI9E23	284610M000344347	03/11/2025	60503
QOP4B85	284610M000344136	01/11/2025	60503
QOP4D46	284610T000005092	24/10/2025	76251
QOT6A09	284610M000344055	31/10/2025	60503
QOX1E61	284610M000343963	29/10/2025	56732
QPJ2A15	284610M000344051	31/10/2025	60503
QPN5C18	284610M000344470	05/11/2025	56732
QQG7G68	284610M000344204	01/11/2025	60503
QQJ7A36	284610T000006867	07/11/2025	66531
QQU1E51	284610M000343973	29/10/2025	56732
QRA9G56	284610M000344444	05/11/2025	60503
QRA9G56	284610M000344452	05/11/2025	60503
QTV5G56	284610T000006506	04/11/2025	66532
QUM4F92	284610T000005098	31/10/2025	51851
QXJ6J14	284610M000344099	31/10/2025	56732
REP1G73	284610M000343958	29/10/2025	60503
REZ8H01	284610T000006275	23/10/2025	60502
RHC7A40	284610M000344139	01/11/2025	60503
RHC9E22	284610T000006514	07/11/2025	66531
RHF1B37	284610T000006725	04/11/2025	66531
RHL7I76	284610T000006448	31/10/2025	50100
RHL7I76	284610T000006447	31/10/2025	65992
RHM7I33	284610T000006427	31/10/2025	73400
RHO2J47	284610M000344006	30/10/2025	60503
RHO3H64	284610T000006111	03/11/2025	73400
RHO5J86	284610M000344151	01/11/2025	60503
RHP5D78	284610M000344309	03/11/2025	60503
RHP6A49	284610M000344435	04/11/2025	60503
RHQ1I61	284610T000006181	30/10/2025	66531
RHQ2G50	284610M000344177	01/11/2025	60503
RHY0F57	284610M000344335	03/11/2025	60503
RMH3A73	284610M000344365	03/11/2025	60503
RNI1E94	284610T000006298	29/10/2025	54521
RNI2F30	284610M000344325	03/11/2025	56732
RUH1F33	284610M000344440	05/11/2025	60503
RUQ5B67	284610M000344450	05/11/2025	60503
RVL2B57	284610T000005093	24/10/2025	61220
RWG6A27	284610T000005100	31/10/2025	66700
RWG6A27	284610T000006310	23/10/2025	70561
RWG6A27	284610T000005099	31/10/2025	66532
SDA4B20	284610T000006878	07/11/2025	59670
SDI9J83	284610M000344484	05/11/2025	60503
SDQ0I19	284610T000006445	31/10/2025	50610
SDQ0I19	284610T000006444	31/10/2025	50100
SDQ0I19	284610T000006443	31/10/2025	66020
SDQ3I05	284610M000343931	29/10/2025	60503
SDQ7C63	284610M000344005	30/10/2025	60503
SDS5J47	284610T000006183	31/10/2025	66532
SDU3G92	284610M000344061	31/10/2025	60503
SDU3G92	284610M000344022	30/10/2025	60503
SDW1J62	284610M000343979	29/10/2025	60503
SDY6H25	284610M000344363	03/11/2025	60503
SDZ5C66	284610T000005753	20/10/2025	73400
SDZ8H05	284610M000344104	31/10/2025	60503
SEB6H61	284610T000005758	24/10/2025	65992
SEB6H61	284610T000005756	24/10/2025	50100
SEB6H61	284610T000005757	24/10/2025	51180
SEC6B89	284610M000344028	31/10/2025	60503
SED8A87	284610T000005096	31/10/2025	73662
SEE0I37	284610M000343929	29/10/2025	60503
SEE2A43	284610T000000734	21/10/2025	73400
SEE2A43	284610T000000733	21/10/2025	70301
SEF0F63	284610M000344238	02/11/2025	60503
SEF6E78	284610T000006180	30/10/2025	66531
SEF6E78	284610M000344143	01/11/2025	60503
SEG0G26	284610T000006179	30/10/2025	70721
SEK5D21	284610M000343934	29/10/2025	60503
SEL0H73	284610M000343941	29/10/2025	60503
SEL3D00	284610T000006731	04/11/2025	76251
SEO7G69	284610T000006516	07/11/2025	57380

SEP8E66	284610T000006163	23/10/2025	66531
SEQ6F81	284610T000006198	04/11/2025	66531
SET3F73	284610T000006602	02/11/2025	65992
SET3F73	284610T000006603	02/11/2025	50100
SET7A11	284610M000344252	02/11/2025	60503
SEW6H81	284610M000344269	02/11/2025	60503
SEZ3C63	284610M000344500	04/11/2025	60503
SFC2I04	284610M000344342	03/11/2025	60503
SFG4A49	284610M000344100	31/10/2025	60503
SFH0G67	284610T000006712	03/11/2025	59591
SFH6D48	284610T000006186	31/10/2025	60501
SFH6D48	284610T000006187	31/10/2025	66531
SFH6F52	284610M000344338	03/11/2025	60503
SFI6A98	284610T000006508	04/11/2025	70721
SFJ5E24	284610M000344456	05/11/2025	60503
SFK2F86	284610T000006727	04/11/2025	66531
SFK2F86	284610T000006726	04/11/2025	58191
SFL5D78	284610M000344489	05/11/2025	60503
SFL9J74	284610M000344160	01/11/2025	60503
SFM0I36	284610M000344234	02/11/2025	60503
SFN8C15	284610T000006870	07/11/2025	73400
SHG8G41	284610M000344468	05/11/2025	56732
SHL1C98	284610M000344077	30/10/2025	60503
SIM8E56	284610M000344044	31/10/2025	60503
SIZ1A53	284610M000344355	03/11/2025	60503
SNT9400	284610M000344222	02/11/2025	60503
STF8B58	284610M000344490	05/11/2025	60503
SVV9I06	284610M000343972	29/10/2025	60503
SXM7I87	284610T000006188	31/10/2025	50100
SYH2C04	284610M000344262	02/11/2025	60503
SYY8A91	284610T000005769	05/11/2025	51851
TAI4A85	284610T000001024	21/10/2025	70561
TAI5G86	284610M000343991	29/10/2025	56732
TAI8B03	284610M000344367	04/11/2025	60503
TAI9D36	284610T000004130	08/11/2025	73400
TAK1F43	284610M000344303	03/11/2025	60503
TAK6C73	284610T000005994	17/10/2025	73400
TAK6C73	284610T000005993	17/10/2025	70301
TAK6C89	284610M000344287	02/11/2025	60503
TAL5J10	284610M000344432	03/11/2025	56732
TAM1J33	284610M000344454	05/11/2025	60503
TAN6C85	284610T000006858	06/11/2025	57380
TAQ4F80	284610M000344334	03/11/2025	60503
TAU9G11	284610M000344443	05/11/2025	60503
TAV4C89	284610M000344371	04/11/2025	60503
TAV9E86	284610M000344390	04/11/2025	60503
TAW7F45	284610T000006863	07/11/2025	73400
TAX6F52	284610T000006277	23/10/2025	59591
TAX9B21	284610T000006851	06/11/2025	66531
TAY8C54	284610T000006854	06/11/2025	70721
TAZ1F29	284610M000344291	02/11/2025	60503
TAZ7C13	284610T000006735	04/11/2025	57380
TBD5J75	284610T000006184	31/10/2025	66531
TBD7J94	284610M000344124	31/10/2025	60503
TBD8D47	284610M000344421	04/11/2025	60503
TBE3B49	284610M000344387	04/11/2025	60503
TBE6J25	284610M000343924	29/10/2025	60503
TBE6J25	284610T000006714	03/11/2025	59591
TBF6B08	284610M000343943	29/10/2025	60503
TBI4G58	284610T000001341	08/11/2025	57380
TBI4H16	284610M000344245	02/11/2025	60503
TBL5B84	284610T000006416	31/10/2025	66531
TBL8B96	284610M000344306	03/11/2025	60503
TBO1E05	284610M000344401	04/11/2025	56732
TBP3H97	284610M000344297	03/11/2025	60503
TBQ1E78	284610T000006446	31/10/2025	73400
TBQ7B35	284610M000344008	30/10/2025	60503
TBQ8A20	284610T000006154	23/10/2025	66532
TBQ9J82	284610T000006308	18/10/2025	76842
TBQ9J82	284610M000344255	02/11/2025	60503
TBQ9J82	284610M000344257	02/11/2025	60503
TBQ9J82	284610M000344236	02/11/2025	60503
TBQ9J82	284610M000344237	02/11/2025	60503
TBR3G19	284610T000005777	09/11/2025	51851
TBS7C73	284610T000003465	18/10/2025	70561
TBU5C46	284610M000344492	05/11/2025	60503
TBW3F59	284610M000344420	04/11/2025	60503
TBX3H83	284610M000344081	30/10/2025	60503
TBY6F01	284610T000001555	22/10/2025	51930
TCJ8G82	284610M000344467	05/11/2025	56732
TEG0F07	284610M000344183	01/11/2025	56732
TEI1C11	284610T000005081	16/10/2025	51852
TNT9400	284610M000343937	29/10/2025	60503
UAT7H21	284610T000006169	23/10/2025	57463
UAT8E90	284610M000344448	05/11/2025	60503
UAV6C17	284610M000344027	31/10/2025	60503
UAV7B15	284610M000343994	29/10/2025	60503
UAV7B15	284610M000343939	29/10/2025	60503

Publicado por:
Gabriel Saraiva de Gouveia
Código Identificador:AD3C02A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20251114_170829

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 19/01/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
CLN8C20	284610M000344054	31/10/2025	60503

Publicado por:
Gabriel Saraiva de Gouveia
Código Identificador:BA6BDBF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NADV_20251113_170786

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 19/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ACS3I90	284610M000339308	26/08/2025	56732	
AFR3D71	284610M000339693	01/09/2025	56732	
AHV6624	284610M000339373	27/08/2025	56732	
ALW1978	284610M000339372	27/08/2025	56732	
AMV4J05	284610M000339473	29/08/2025	56732	
BBV4989	284610M000339496	29/08/2025	56732	04347401640
FMG5J51	284610M000339313	26/08/2025	56732	
TEZ8G75	284610M000339694	01/09/2025	56732	03579968304

Publicado por:
Gabriel Saraiva de Gouveia
Código Identificador:6290587F

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20251112_170716

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 16/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA5G98	284610M000338946	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AAB8C21	284610M000339281	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AAG7C79	284610M000338860	19/08/2025	60503	R$ 293,47
AAQ2A02	284610M000338964	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AAV3294	284610M000338965	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AAW2H82	284610M000339091	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AAZ4814	284610M000338905	20/08/2025	60503	R$ 293,47
ABH8998	284610NIC0031306	16/08/2025	50020	R$ 586,94
ABJ6004	284610M000339004	22/08/2025	60503	R$ 293,47
ABK4471	284610M000339112	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ABM1346	284610M000339150	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ACE1B68	284610NIC0031282	16/08/2025	50020	R$ 586,94
ACL4G15	284610M000339120	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ACS1083	284610M000338818	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ACT6108	284610M000338877	19/08/2025	60503	R$ 293,47
ADK5J62	284610M000338977	21/08/2025	60503	R$ 293,47
ADN0689	284610M000339151	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ADZ3E56	284610M000339055	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AEA3H33	284610M000338768	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AEB0B50	284610NIC0031319	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AEI2J72	284610M000339009	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AEJ9468	284610M000338990	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AEJ9468	284610M000338993	21/08/2025	56732	R$ 130,16
AEK9491	284610M000338817	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AEK9491	284610M000338808	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AEU2755	284610M000338840	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AEU2755	284610M000338824	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AEW1532	284610M000339071	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AEX2277	284610M000338953	21/08/2025	56732	R$ 130,16
AFA9365	284610M000339174	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AFP4374	284610M000339284	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AGK2A46	284610M000338792	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AGP8542	284610NIC0031330	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AGP9C31	284610M000339125	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AGQ7351	284610M000338868	19/08/2025	60503	R$ 293,47
AGR8416	284610M000338998	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AGU0B51	284610M000339050	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AGV9C62	284610M000338900	20/08/2025	60503	R$ 293,47

AGX0A19	284610M000339033	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AGX6E36	284610M000339180	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AGX6E36	284610M000339222	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AGZ6406	284610M000339194	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AHA1930	284610M000338981	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AHJ2970	284610M000339011	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AHO1691	284610M000338841	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AHO1691	284610M000338928	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AHO1691	284610M000339095	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AHT3777	284610M000339051	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AID8185	284610M000339146	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AIZ9806	284610M000339230	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AJM8429	284610M000339086	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AJS4261	284610M000338974	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AJU8868	284610M000339218	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AKF9J37	284610M000338795	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AKJ6B05	284610M000339274	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AKM8C41	284610M000338954	21/08/2025	56732	R$ 130,16
AKM9B17	284610M000338889	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AKQ0A49	284610M000339013	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AKQ8G96	284610M000339233	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AKT1115	284610M000339175	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AKW4909	284610M000339115	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ALB2133	284610M000339040	22/08/2025	60503	R$ 293,47
ALC2621	284610NIC0031308	16/08/2025	50020	R$ 260,32
ALC2621	284610NIC0031307	16/08/2025	50020	R$ 586,94
ALI2J05	284610M000339293	25/08/2025	60503	R$ 293,47
ALP0873	284610M000339166	24/08/2025	60503	R$ 293,47
ALS4I83	284610M000339109	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ALW2372	284610M000338760	17/08/2025	60503	R$ 293,47
ALY4G96	284610M000339031	22/08/2025	56732	R$ 130,16
ALY8998	284610M000338835	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AMA0B63	284610M000339140	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AMA1H20	284610M000339130	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AMA4I01	284610M000339161	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AMA9645	284610M000339117	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AMB4693	284610M000338821	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AMB4693	284610M000339228	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AMM5H59	284610M000339157	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AMZ9426	284610M000339273	25/08/2025	60503	R$ 293,47
ANA1281	284610M000338793	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AND9873	284610M000339155	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ANE7506	284610M000339067	22/08/2025	60503	R$ 293,47
ANF6F59	284610M000339134	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ANJ4394	284610NIC0031279	16/08/2025	50020	R$ 586,94
ANK4C85	284610M000338771	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ANK4C85	284610M000338779	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ANQ3D60	284610M000338890	20/08/2025	60503	R$ 293,47
ANR0349	284610M000339098	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ANV2F03	284610M000339075	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ANV6J80	284610M000339285	25/08/2025	60503	R$ 293,47
ANW3H45	284610M000339258	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AOF9302	284610M000338829	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AOG9E76	284610M000339195	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AOM4H29	284610M000338958	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AOM8B49	284610M000338825	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AOO8740	284610M000338987	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AOS5E29	284610M000339085	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AOT9H14	284610M000339202	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AOZ3823	284610NIC0031317	16/08/2025	50020	R$ 586,94
APD8E11	284610M000339172	24/08/2025	60503	R$ 293,47
APL9758	284610M000338892	20/08/2025	60503	R$ 293,47
APM8H42	284610M000338822	18/08/2025	60503	R$ 293,47
APP3F32	284610NIC0031322	16/08/2025	50020	R$ 260,32
APQ3C96	284610M000339045	22/08/2025	60503	R$ 293,47
APQ5075	284610M000338947	21/08/2025	60503	R$ 293,47
APQ9555	284610M000338917	20/08/2025	60503	R$ 293,47
APS4730	284610M000338967	21/08/2025	60503	R$ 293,47
APS4730	284610M000338798	18/08/2025	60503	R$ 293,47
APV1504	284610M000338796	18/08/2025	60503	R$ 293,47
APX7E28	284610M000338921	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AQF9G52	284610M000339280	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AQG0G71	284610M000339154	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AQH3C78	284610M000338844	19/08/2025	60503	R$ 293,47
AQH5B96	284610M000339153	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AQH8218	284610NIC0031328	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AQH8218	284610NIC0031320	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AQN9H22	284610M000339282	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AQQ7409	284610NIC0031274	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AQR5B10	284610M000339200	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AQT8D09	284610M000338922	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AQU8287	284610M000339023	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AQU9366	284610M000339236	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AQW2I50	284610M000338836	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AQX0D15	284610M000339217	24/08/2025	56732	R$ 130,16
AQX4214	284610M000339113	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AQX9A01	284610M000339242	24/08/2025	60503	R$ 293,47
ARA6109	284610M000339240	24/08/2025	56732	R$ 130,16
ARC7J76	284610M000338761	18/08/2025	60503	R$ 293,47

ARI8722	284610M000339142	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ARL2J28	284610M000339173	24/08/2025	60503	R$ 293,47
ARQ0G50	284610M000338925	20/08/2025	60503	R$ 293,47
ARQ9729	284610M000338769	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ARS7I01	284610M000339193	24/08/2025	60503	R$ 293,47
ARV5E45	284610M000339163	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ARZ9024	284610M000339094	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ASC0I11	284610M000339191	24/08/2025	60503	R$ 293,47
ASD8C41	284610M000339251	25/08/2025	60503	R$ 293,47
ASF1C47	284610M000339234	24/08/2025	60503	R$ 293,47
ASG6208	284610M000338956	21/08/2025	60503	R$ 293,47
ASI2982	284610M000338866	19/08/2025	60503	R$ 293,47
ASK9520	284610M000338959	21/08/2025	60503	R$ 293,47
ASP9389	284610M000338833	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ASQ5C02	284610M000339276	25/08/2025	60503	R$ 293,47
ASU6D57	284610M000339019	22/08/2025	60503	R$ 293,47
ASV5C65	284610M000339171	24/08/2025	60503	R$ 293,47
ASW8129	284610M000338936	21/08/2025	60503	R$ 293,47
ASY7J55	284610M000339059	22/08/2025	60503	R$ 293,47
ASY9020	284610M000339119	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ATA4J59	284610M000338885	20/08/2025	60503	R$ 293,47
ATA7569	284610M000339106	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ATC4257	284610M000338937	21/08/2025	60503	R$ 293,47
ATE8A40	284610M000339136	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ATI0F42	284610M000338799	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ATL5E35	284610M000338820	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ATM3911	284610NIC0031309	16/08/2025	50020	R$ 586,94
ATM5D09	284610M000339044	22/08/2025	60503	R$ 293,47
ATM9C73	284610M000339263	25/08/2025	56732	R$ 130,16
ATP1529	284610M000338791	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ATP8A50	284610M000339093	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ATU0I70	284610M000339250	25/08/2025	60503	R$ 293,47
ATX3A87	284610M000339078	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ATY6728	284610M000339252	25/08/2025	60503	R$ 293,47
ATZ4I68	284610NIC0031318	16/08/2025	50020	R$ 260,32
AUG7541	284610M000339060	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AUJ8529	284610NIC0031303	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AUL4H17	284610M000338962	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AUL8B01	284610M000339186	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AUM5A43	284610M000339145	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AUO2069	284610M000338898	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AUO8F20	284610M000339015	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AUP6E87	284610M000339162	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AUQ0A75	284610M000339029	22/08/2025	56732	R$ 130,16
AUQ5369	284610NIC0031290	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AUR6G35	284610NIC0031333	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AUS2B21	284610M000339247	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AVA4572	284610M000339260	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AVB5I15	284610M000338828	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AVE2E84	284610M000338908	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AVE3437	284610M000338831	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AVH0H35	284610NIC0031302	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AVI5H45	284610M000339216	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AVL9F69	284610M000338759	17/08/2025	60503	R$ 293,47
AVO0G14	284610M000339197	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AVU8D04	284610M000339133	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AVZ9G00	284610M000338891	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AWA6373	284610M000338775	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AWD2078	284610M000339243	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AWD3E40	284610M000339054	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AWG1374	284610M000339267	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AWJ6B16	284610M000339100	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AWL9H41	284610NIC0031331	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AWO8F64	284610M000338850	19/08/2025	60503	R$ 293,47
AWP3073	284610M000338819	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AWP3073	284610M000339047	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AWR7H19	284610M000339287	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AWS0823	284610M000338945	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AWW8C82	284610M000339238	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AWX4437	284610M000339082	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AWX4437	284610M000339092	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AWZ5I56	284610M000339012	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AXC0D94	284610M000338790	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AXE5G44	284610M000338800	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AXE7C78	284610M000338854	19/08/2025	60503	R$ 293,47
AXG0253	284610M000338767	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AXG2875	284610M000339257	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AXI8B02	284610M000338911	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AXJ2116	284610M000339042	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AXM3G38	284610M000339215	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AXM6308	284610M000339203	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AXP9C73	284610M000339182	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AXW7981	284610M000339064	22/08/2025	60503	R$ 293,47
AXY0I92	284610M000339164	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AXZ6E97	284610M000338842	18/08/2025	60503	R$ 293,47
AXZ8B84	284610M000339110	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AYB5H34	284610NIC0031297	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AYK3H92	284610M000338938	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AYL4740	284610M000338988	21/08/2025	60503	R$ 293,47

AYO5E44	284610M000339129	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AYP7225	284610M000339073	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AYS2B15	284610NIC0031324	16/08/2025	50020	R$ 586,94
AYT5A75	284610M000338901	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AYV4346	284610M000339123	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AYW9G93	284610M000339299	26/08/2025	60503	R$ 293,47
AZA6C55	284610M000338907	20/08/2025	56732	R$ 130,16
AZB5542	284610M000338884	20/08/2025	60503	R$ 293,47
AZC8C04	284610M000339124	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AZD1H87	284610M000339232	24/08/2025	60503	R$ 293,47
AZD5957	284610M000338811	18/08/2025	56732	R$ 130,16
AZD6E23	284610M000338853	19/08/2025	60503	R$ 293,47
AZF1998	284610M000339288	25/08/2025	60503	R$ 293,47
AZJ1D30	284610M000339143	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AZM7C26	284610M000339121	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AZU0I84	284610M000338939	21/08/2025	60503	R$ 293,47
AZU9E73	284610M000339081	23/08/2025	60503	R$ 293,47
AZW2B18	284610M000338773	18/08/2025	60503	R$ 293,47
BAF6D81	284610M000339096	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BAK7174	284610M000338895	20/08/2025	60503	R$ 293,47
BAO4A50	284610NIC0031281	16/08/2025	50020	R$ 586,94
BAW4A04	284610M000339139	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BAW8H60	284610M000339097	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BAY1D84	284610M000339227	24/08/2025	60503	R$ 293,47
BBA8F64	284610NIC0031286	16/08/2025	50020	R$ 586,94
BBC1316	284610M000339235	24/08/2025	60503	R$ 293,47
BBG5186	284610M000339206	24/08/2025	60503	R$ 293,47
BBJ1F23	284610M000339278	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BBQ1J03	284610M000339271	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BBQ2E98	284610M000338968	21/08/2025	60503	R$ 293,47
BBR7A45	284610M000339279	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BBR8405	284610M000338904	20/08/2025	60503	R$ 293,47
BBR8D65	284610M000339159	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BBR8D76	284610M000339074	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BBS3G82	284610M000338886	20/08/2025	60503	R$ 293,47
BBS4877	284610M000339038	22/08/2025	60503	R$ 293,47
BBX1C18	284610M000338852	19/08/2025	60503	R$ 293,47
BBX6J25	284610M000338875	19/08/2025	60503	R$ 293,47
BCD8J36	284610NIC0031305	16/08/2025	50020	R$ 586,94
BCH5063	284610M000338881	20/08/2025	60503	R$ 293,47
BCI8847	284610M000339249	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BCL9179	284610M000339068	22/08/2025	60503	R$ 293,47
BCM7723	284610M000339048	22/08/2025	60503	R$ 293,47
BCN1E39	284610M000339207	24/08/2025	60503	R$ 293,47
BCR2B36	284610M000338980	21/08/2025	60503	R$ 293,47
BCR2B36	284610M000338929	20/08/2025	60503	R$ 293,47
BCS7F67	284610M000339221	24/08/2025	60503	R$ 293,47
BCX4H61	284610M000338871	19/08/2025	60503	R$ 293,47
BCY7J33	284610M000338951	21/08/2025	60503	R$ 293,47
BCZ3C39	284610M000339122	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BDA4A10	284610M000339294	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BDA7C92	284610M000339291	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BDC0G28	284610NIC0031289	16/08/2025	50020	R$ 586,94
BDC5B50	284610M000338903	20/08/2025	60503	R$ 293,47
BDD4G63	284610M000338975	21/08/2025	60503	R$ 293,47
BDD5B62	284610M000339020	22/08/2025	60503	R$ 293,47
BDD7J61	284610NIC0031287	16/08/2025	50020	R$ 586,94
BDG0F31	284610M000338859	19/08/2025	60503	R$ 293,47
BDG3F50	284610M000339079	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BDJ1H57	284610M000339179	24/08/2025	60503	R$ 293,47
BDJ1H57	284610M000339261	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BDL5F59	284610M000338838	18/08/2025	60503	R$ 293,47
BDL5F59	284610M000338774	18/08/2025	60503	R$ 293,47
BDN5J55	284610M000338931	21/08/2025	60503	R$ 293,47
BDN6G21	284610NIC0031275	16/08/2025	50020	R$ 586,94
BDO1C54	284610M000338784	18/08/2025	60503	R$ 293,47
BDO1C54	284610M000339088	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BDQ4D01	284610M000338969	21/08/2025	60503	R$ 293,47
BDR9G79	284610M000338972	21/08/2025	60503	R$ 293,47
BDT9G72	284610M000339003	22/08/2025	60503	R$ 293,47
BDV5G59	284610M000339156	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BDV8B20	284610M000339292	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BDV8B20	284610M000338960	21/08/2025	60503	R$ 293,47
BDW3B53	284610M000338843	19/08/2025	60503	R$ 293,47
BDY6H67	284610M000338909	20/08/2025	60503	R$ 293,47
BDY9D44	284610M000339256	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BDZ6E94	284610M000338878	19/08/2025	60503	R$ 293,47
BDZ6I98	284610M000338789	18/08/2025	60503	R$ 293,47
BEA6B06	284610M000338766	18/08/2025	60503	R$ 293,47
BED9H29	284610M000338839	18/08/2025	60503	R$ 293,47
BED9H29	284610M000338849	19/08/2025	60503	R$ 293,47
BEF4C91	284610M000338813	18/08/2025	60503	R$ 293,47
BEF8B59	284610M000339188	24/08/2025	60503	R$ 293,47
BEJ5E27	284610M000339255	25/08/2025	60503	R$ 293,47
BEM9H26	284610M000339211	24/08/2025	60503	R$ 293,47
BEN0H98	284610M000338913	20/08/2025	60503	R$ 293,47
BEO9D11	284610NIC0031334	16/08/2025	50020	R$ 586,94
BES2A82	284610M000338933	21/08/2025	60503	R$ 293,47
BEY3D40	284610NIC0031336	16/08/2025	50020	R$ 586,94

BEZ8H46	284610M000339114	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BMP6574	284610M000338804	18/08/2025	60503	R$ 293,47
BNZ0I84	284610M000338887	20/08/2025	60503	R$ 293,47
BOC8346	284610NIC0031325	16/08/2025	50020	R$ 586,94
BRZ9A72	284610M000339149	23/08/2025	60503	R$ 293,47
BWJ9E75	284610M000338851	19/08/2025	60503	R$ 293,47
CAC9J24	284610M000338872	19/08/2025	60503	R$ 293,47
CAN8D40	284610M000338912	20/08/2025	60503	R$ 293,47
CAT2E77	284610M000338845	19/08/2025	60503	R$ 293,47
CAY8702	284610M000339297	26/08/2025	60503	R$ 293,47
CDP3B33	284610M000338781	18/08/2025	60503	R$ 293,47
CNP1E70	284610M000339001	22/08/2025	60503	R$ 293,47
CNZ5134	284610M000338777	18/08/2025	60503	R$ 293,47
CPW4393	284610M000338971	21/08/2025	60503	R$ 293,47
CSI5C34	284610M000339016	22/08/2025	60503	R$ 293,47
CUK6I49	284610M000339058	22/08/2025	60503	R$ 293,47
CYK1E71	284610M000339169	24/08/2025	60503	R$ 293,47
DAQ5475	284610M000338924	20/08/2025	60503	R$ 293,47
DAW1B54	284610M000339137	23/08/2025	60503	R$ 293,47
DAW4695	284610M000339046	22/08/2025	60503	R$ 293,47
DBU9G57	284610M000339026	22/08/2025	60503	R$ 293,47
DDP9727	284610M000339290	25/08/2025	60503	R$ 293,47
DER4050	284610M000338930	20/08/2025	60503	R$ 293,47
DES8179	284610M000338991	21/08/2025	60503	R$ 293,47
DEU4E45	284610M000338989	21/08/2025	60503	R$ 293,47
DFQ1B32	284610M000338919	20/08/2025	60503	R$ 293,47
DJO5062	284610NIC0031298	16/08/2025	50020	R$ 586,94
DJQ7751	284610M000338995	21/08/2025	60503	R$ 293,47
DKE4632	284610M000338762	18/08/2025	60503	R$ 293,47
DKH8I91	284610M000338880	20/08/2025	60503	R$ 293,47
DNJ8I11	284610M000339118	23/08/2025	60503	R$ 293,47
DNS2858	284610M000338814	18/08/2025	60503	R$ 293,47
DPY2F55	284610M000339165	24/08/2025	60503	R$ 293,47
DQG5D10	284610M000338944	21/08/2025	60503	R$ 293,47
DQI8783	284610M000338983	20/08/2025	60503	R$ 293,47
DRT8G29	284610M000339331	25/08/2025	60503	R$ 293,47
DSF5F64	284610M000339070	22/08/2025	60503	R$ 293,47
DSI1D03	284610M000338805	18/08/2025	60503	R$ 293,47
DTT9C38	284610M000339102	23/08/2025	56732	R$ 130,16
DTZ0585	284610M000339132	23/08/2025	60503	R$ 293,47
DUB6103	284610M000338856	19/08/2025	56732	R$ 130,16
DUG6G07	284610M000338834	18/08/2025	60503	R$ 293,47
DWN1270	284610M000338963	21/08/2025	60503	R$ 293,47
DXT2A03	284610M000338874	19/08/2025	60503	R$ 293,47
DZI2J26	284610NIC0031304	16/08/2025	50020	R$ 586,94
EAO6I89	284610M000338906	20/08/2025	60503	R$ 293,47
EAX6G44	284610M000339269	25/08/2025	60503	R$ 293,47
EBK5915	284610M000339108	23/08/2025	60503	R$ 293,47
EDF8559	284610M000339032	22/08/2025	60503	R$ 293,47
EEX7C88	284610M000339300	26/08/2025	60503	R$ 293,47
EIR0H31	284610NIC0031276	16/08/2025	50020	R$ 586,94
EIT9H65	284610NIC0031335	16/08/2025	50020	R$ 586,94
EJT5D46	284610M000338942	21/08/2025	60503	R$ 293,47
ELD5D30	284610M000338985	21/08/2025	60503	R$ 293,47
ELP8J77	284610NIC0031278	16/08/2025	50020	R$ 586,94
ELT7D53	284610M000339049	22/08/2025	60503	R$ 293,47
EOB0D35	284610M000338788	18/08/2025	60503	R$ 293,47
EOB0D35	284610M000339043	22/08/2025	60503	R$ 293,47
EOB0D35	284610M000338966	21/08/2025	60503	R$ 293,47
EOB0D35	284610M000338863	19/08/2025	60503	R$ 293,47
EPK0H98	284610M000339034	22/08/2025	60503	R$ 293,47
EQC1B22	284610M000338786	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ERD9I24	284610M000338923	20/08/2025	60503	R$ 293,47
ESY2I49	284610M000339266	25/08/2025	60503	R$ 293,47
ETQ2H36	284610M000339080	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ETZ4J63	284610NIC0031293	16/08/2025	50020	R$ 586,94
EUP4D08	284610M000338869	19/08/2025	60503	R$ 293,47
EUP4D08	284610M000338970	21/08/2025	60503	R$ 293,47
EVI1H43	284610M000338794	18/08/2025	60503	R$ 293,47
EVP7F34	284610M000339025	22/08/2025	60503	R$ 293,47
EWD1046	284610M000338873	19/08/2025	60503	R$ 293,47
EWI0D83	284610M000339024	22/08/2025	60503	R$ 293,47
EXW8J87	284610M000339208	24/08/2025	60503	R$ 293,47
EXZ5H21	284610M000339209	24/08/2025	60503	R$ 293,47
EYF7988	284610M000339277	25/08/2025	60503	R$ 293,47
EYH6F79	284610M000338772	18/08/2025	60503	R$ 293,47
EYT2H97	284610M000338883	20/08/2025	60503	R$ 293,47
EYW6067	284610M000338961	21/08/2025	60503	R$ 293,47
EZH2E38	284610M000338864	19/08/2025	60503	R$ 293,47
FAQ2B84	284610M000339111	23/08/2025	60503	R$ 293,47
FBQ7J50	284610M000338896	20/08/2025	60503	R$ 293,47
FGA7C52	284610M000338935	21/08/2025	60503	R$ 293,47
FGS2B41	284610M000339220	24/08/2025	60503	R$ 293,47
FIL2E60	284610M000338855	19/08/2025	60503	R$ 293,47
FIL2E60	284610M000338948	21/08/2025	60503	R$ 293,47
FJX2J67	284610M000339141	23/08/2025	56732	R$ 130,16
FLQ4796	284610M000338926	20/08/2025	60503	R$ 293,47
FMR5A00	284610M000338916	20/08/2025	60503	R$ 293,47
FNE2030	284610M000338765	18/08/2025	60503	R$ 293,47

FOA9F81	284610M000338957	21/08/2025	60503	R$ 293,47
FOU1I74	284610NIC0031310	16/08/2025	50020	R$ 586,94
FQJ0632	284610M000339021	22/08/2025	60503	R$ 293,47
FRV9D01	284610M000338879	19/08/2025	60503	R$ 293,47
FWG6606	284610M000338862	19/08/2025	60503	R$ 293,47
FWG6606	284610M000338816	18/08/2025	60503	R$ 293,47
FYD4D17	284610M000339053	22/08/2025	60503	R$ 293,47
GAO1G92	284610M000339214	24/08/2025	60503	R$ 293,47
GCL6B07	284610M000339014	22/08/2025	60503	R$ 293,47
GDH9A91	284610NIC0031291	16/08/2025	50020	R$ 586,94
GIU1E29	284610M000339237	24/08/2025	60503	R$ 293,47
GJR4I34	284610M000338764	18/08/2025	60503	R$ 293,47
GXU4H22	284610M000339138	23/08/2025	60503	R$ 293,47
GYB1D59	284610M000339241	24/08/2025	60503	R$ 293,47
GZO8514	284610M000339028	22/08/2025	56732	R$ 130,16
HOD1I42	284610M000338857	19/08/2025	60503	R$ 293,47
HQY1A07	284610M000339063	22/08/2025	60503	R$ 293,47
HSP2003	284610M000339270	25/08/2025	60503	R$ 293,47
ISA7F23	284610M000339090	23/08/2025	60503	R$ 293,47
ISM1G21	284610M000339231	24/08/2025	60503	R$ 293,47
IWQ1H33	284610M000338756	17/08/2025	60503	R$ 293,47
JAZ0B65	284610NIC0031316	16/08/2025	50020	R$ 586,94
JBU5G53	284610M000339030	22/08/2025	56732	R$ 130,16
JBX3I59	284610M000339201	24/08/2025	60503	R$ 293,47
JDT3B54	284610M000339167	24/08/2025	60503	R$ 293,47
JIH2758	284610M000339148	23/08/2025	60503	R$ 293,47
KEK1896	284610M000338776	18/08/2025	60503	R$ 293,47
KIQ2508	284610M000339168	24/08/2025	60503	R$ 293,47
KJT1J11	284610M000338893	20/08/2025	60503	R$ 293,47
KMB0A87	284610M000339275	25/08/2025	60503	R$ 293,47
KPQ4I88	284610M000339170	24/08/2025	60503	R$ 293,47
KXF1F79	284610M000338801	18/08/2025	60503	R$ 293,47
LMW1H22	284610M000339000	22/08/2025	60503	R$ 293,47
LXP8H75	284610M000338770	18/08/2025	60503	R$ 293,47
LXP8H75	284610M000338943	21/08/2025	60503	R$ 293,47
LZP5672	284610M000339289	25/08/2025	60503	R$ 293,47
LZR2F39	284610M000339052	22/08/2025	60503	R$ 293,47
MAN3E25	284610M000338920	20/08/2025	60503	R$ 293,47
MEB2B14	284610M000339037	22/08/2025	60503	R$ 293,47
MEF3C99	284610M000339248	25/08/2025	60503	R$ 293,47
MEM7D89	284610M000339272	25/08/2025	60503	R$ 293,47
MFJ9374	284610M000338992	21/08/2025	60503	R$ 293,47
MJM6G35	284610M000339135	23/08/2025	60503	R$ 293,47
MKP9A99	284610M000338785	18/08/2025	60503	R$ 293,47
MKS6664	284610NIC0031327	16/08/2025	50020	R$ 586,94
MLG1B89	284610M000339017	22/08/2025	60503	R$ 293,47
MLH0E73	284610M000338882	20/08/2025	60503	R$ 293,47
MLN8298	284610NIC0031285	16/08/2025	50020	R$ 260,32
MLT5A67	284610NIC0031300	16/08/2025	50020	R$ 586,94
MNU3569	284610M000339084	23/08/2025	60503	R$ 293,47
MOG9E98	284610M000339065	22/08/2025	60503	R$ 293,47
MSN5B54	284610M000339128	23/08/2025	60503	R$ 293,47
NBW6D40	284610M000339219	24/08/2025	60503	R$ 293,47
NCP4D01	284610M000338827	18/08/2025	60503	R$ 293,47
NPP4I53	284610M000338758	17/08/2025	60503	R$ 293,47
NRL4F38	284610M000339295	25/08/2025	60503	R$ 293,47
NRM5I19	284610M000338927	20/08/2025	60503	R$ 293,47
NWC3J89	284610M000339210	24/08/2025	60503	R$ 293,47
NXQ0C20	284610M000338780	18/08/2025	60503	R$ 293,47
NYF5F82	284610M000339244	24/08/2025	60503	R$ 293,47
OBE5F00	284610M000338823	18/08/2025	60503	R$ 293,47
OBR1233	284610M000338812	18/08/2025	60503	R$ 293,47
ODA4C06	284610M000339002	22/08/2025	60503	R$ 293,47
OED5G99	284610M000339147	23/08/2025	60503	R$ 293,47
OLS9973	284610M000339083	23/08/2025	60503	R$ 293,47
OOL4F76	284610M000339006	22/08/2025	60503	R$ 293,47
OON9840	284610M000339254	25/08/2025	60503	R$ 293,47
OOR4348	284610M000339089	23/08/2025	60503	R$ 293,47
OQU9E69	284610M000338763	18/08/2025	60503	R$ 293,47
OSS0C83	284610M000339229	24/08/2025	60503	R$ 293,47
PCM7C38	284610M000339283	25/08/2025	60503	R$ 293,47
PIE9C95	284610M000338955	21/08/2025	56732	R$ 130,16
PMX5864	284610M000339152	23/08/2025	60503	R$ 293,47
PXX0H40	284610NIC0031311	16/08/2025	50020	R$ 586,94
PYG5516	284610M000338807	18/08/2025	60503	R$ 293,47
PYU4J08	284610M000339116	23/08/2025	60503	R$ 293,47
QAN5781	284610M000338952	21/08/2025	60503	R$ 293,47
QBA2D71	284610M000338902	20/08/2025	60503	R$ 293,47
QBQ1D41	284610M000339286	25/08/2025	60503	R$ 293,47
QCA2J94	284610M000338802	18/08/2025	60503	R$ 293,47
QDT9E84	284610M000339072	23/08/2025	60503	R$ 293,47
QIZ5A10	284610NIC0031292	16/08/2025	50020	R$ 586,94
QKQ2C20	284610M000339127	23/08/2025	60503	R$ 293,47
QLC3E88	284610M000338870	19/08/2025	60503	R$ 293,47
QMR7G36	284610M000339069	22/08/2025	60503	R$ 293,47
QNK9H17	284610M000339190	24/08/2025	60503	R$ 293,47
QNU4B37	284610M000338899	20/08/2025	60503	R$ 293,47
QOH5B32	284610M000339010	22/08/2025	60503	R$ 293,47
QPL0F10	284610M000338810	18/08/2025	60503	R$ 293,47

QUG3E97	284610M000339223	24/08/2025	60503	R$ 293,47
QUG3E97	284610M000339239	24/08/2025	60503	R$ 293,47
QUW8D34	284610M000338978	21/08/2025	60503	R$ 293,47
QUW8D34	284610M000338940	21/08/2025	60503	R$ 293,47
QWW8B18	284610M000339176	24/08/2025	60503	R$ 293,47
QXA2D50	284610NIC0031295	16/08/2025	50020	R$ 586,94
RAB7D64	284610M000339192	24/08/2025	60503	R$ 293,47
RAH4D08	284610NIC0031326	16/08/2025	50020	R$ 586,94
RCJ2B57	284610M000338806	18/08/2025	60503	R$ 293,47
RFG2J32	284610M000338888	20/08/2025	60503	R$ 293,47
RFQ9G53	284610M000338915	20/08/2025	60503	R$ 293,47
RFZ2H13	284610NIC0031315	16/08/2025	50020	R$ 586,94
RHA9E34	284610NIC0031313	16/08/2025	50020	R$ 586,94
RHG0H93	284610M000339062	22/08/2025	60503	R$ 293,47
RHI9C06	284610M000339077	23/08/2025	60503	R$ 293,47
RHJ3G86	284610NIC0031332	16/08/2025	50020	R$ 586,94
RHQ1D96	284610M000339265	25/08/2025	60503	R$ 293,47
RHQ2E95	284610NIC0031296	16/08/2025	50020	R$ 586,94
RHS5B62	284610M000338982	21/08/2025	60503	R$ 293,47
RHV1E63	284610M000338999	22/08/2025	60503	R$ 293,47
RHV5I59	284610M000339076	23/08/2025	60503	R$ 293,47
RHV8I80	284610NIC0031312	16/08/2025	50020	R$ 260,32
RNS7I15	284610NIC0031280	16/08/2025	50020	R$ 586,94
RNT4B55	284610M000339178	24/08/2025	60503	R$ 293,47
RRL7A72	284610M000339262	25/08/2025	60503	R$ 293,47
RTI3H56	284610M000338837	18/08/2025	60503	R$ 293,47
RUW5B77	284610NIC0031321	16/08/2025	50020	R$ 586,94
RVW6J62	284610M000338910	20/08/2025	60503	R$ 293,47
RWC3A77	284610M000339196	24/08/2025	60503	R$ 293,47
RWH5G82	284610NIC0031299	16/08/2025	50020	R$ 586,94
SDP0I56	284610M000338778	18/08/2025	60503	R$ 293,47
SDQ2H45	284610M000338783	18/08/2025	60503	R$ 293,47
SDU6D95	284610M000338918	20/08/2025	60503	R$ 293,47
SDU7F91	284610M000339022	22/08/2025	60503	R$ 293,47
SEA1F45	284610M000339126	23/08/2025	60503	R$ 293,47
SEC6C65	284610M000339204	24/08/2025	60503	R$ 293,47
SEC6C65	284610M000339101	23/08/2025	60503	R$ 293,47
SEC6C65	284610M000339087	23/08/2025	60503	R$ 293,47
SEE9E57	284610M000338830	18/08/2025	60503	R$ 293,47
SEG1G86	284610M000339035	22/08/2025	60503	R$ 293,47
SEG5G23	284610M000339253	25/08/2025	60503	R$ 293,47
SEJ6C51	284610M000339005	22/08/2025	60503	R$ 293,47
SEK0D31	284610M000339105	23/08/2025	60503	R$ 293,47
SEK5B28	284610M000338984	21/08/2025	60503	R$ 293,47
SEL0C47	284610M000339330	25/08/2025	60503	R$ 293,47
SEL9F20	284610NIC0031301	16/08/2025	50020	R$ 586,94
SEO8C78	284610NIC0031284	16/08/2025	50020	R$ 586,94
SEQ3C65	284610M000338997	22/08/2025	60503	R$ 293,47
SER1B67	284610M000339225	24/08/2025	60503	R$ 293,47
SER4H56	284610M000338867	19/08/2025	60503	R$ 293,47
SES2E86	284610NIC0031288	16/08/2025	50020	R$ 260,32
SET7I30	284610M000339160	23/08/2025	60503	R$ 293,47
SEV8J33	284610M000339212	24/08/2025	60503	R$ 293,47
SEY5H24	284610NIC0031294	16/08/2025	50020	R$ 586,94
SFC8J72	284610NIC0031283	16/08/2025	50020	R$ 260,32
SFD1A54	284610M000339039	22/08/2025	60503	R$ 293,47
SFD6A14	284610M000339036	22/08/2025	60503	R$ 293,47
SFG9A79	284610M000339298	26/08/2025	60503	R$ 293,47
SFH4D45	284610M000338949	21/08/2025	60503	R$ 293,47
SFH5I50	284610M000338986	21/08/2025	60503	R$ 293,47
SFJ3J28	284610M000339103	23/08/2025	60503	R$ 293,47
SFL7D35	284610M000338876	19/08/2025	60503	R$ 293,47
SFL7H56	284610M000338932	21/08/2025	60503	R$ 293,47
SFN5E60	284610M000339245	24/08/2025	60503	R$ 293,47
SFN8C91	284610M000338832	18/08/2025	60503	R$ 293,47
SHJ6J42	284610M000338809	18/08/2025	60503	R$ 293,47
SHT1A74	284610M000338994	21/08/2025	60503	R$ 293,47
SIB5H75	284610M000339056	22/08/2025	60503	R$ 293,47
SSR4F78	284610M000338815	18/08/2025	60503	R$ 293,47
STM2J26	284610M000339144	23/08/2025	60503	R$ 293,47
SUI6B68	284610M000339007	22/08/2025	60503	R$ 293,47
SUI6B68	284610M000339008	22/08/2025	60503	R$ 293,47
SYZ4B77	284610M000339205	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TAK1F43	284610M000338797	18/08/2025	60503	R$ 293,47
TAK1F43	284610M000339296	25/08/2025	60503	R$ 293,47
TAK1F43	284610M000338973	21/08/2025	60503	R$ 293,47
TAK1F43	284610M000339066	22/08/2025	60503	R$ 293,47
TAL5F89	284610M000338848	19/08/2025	60503	R$ 293,47
TAM3C58	284610M000339131	23/08/2025	60503	R$ 293,47
TAO5I63	284610M000338858	19/08/2025	60503	R$ 293,47
TAO9H65	284610M000339181	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TAO9I73	284610M000339213	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TAP4A58	284610M000338803	18/08/2025	60503	R$ 293,47
TAP7D44	284610NIC0031323	16/08/2025	50020	R$ 586,94
TAQ7J23	284610M000338865	19/08/2025	60503	R$ 293,47
TAR7G23	284610M000338847	19/08/2025	60503	R$ 293,47
TAS4I27	284610NIC0031314	16/08/2025	50020	R$ 586,94
TAU3F81	284610M000338934	21/08/2025	60503	R$ 293,47
TAU7A10	284610M000338976	21/08/2025	60503	R$ 293,47

TAY3J35	284610NIC0031329	16/08/2025	50020	R$ 586,94
TAZ1F26	284610NIC0031337	16/08/2025	50020	R$ 586,94
TBA0G97	284610M000338894	20/08/2025	60503	R$ 293,47
TBC8A66	284610M000338787	18/08/2025	56732	R$ 130,16
TBD1E58	284610NIC0031277	16/08/2025	50020	R$ 586,94
TBF3D15	284610M000339189	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TBG9C54	284610M000339199	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TBK7J64	284610M000339268	25/08/2025	60503	R$ 293,47
TBL9B98	284610M000339041	22/08/2025	60503	R$ 293,47
TBM4B28	284610M000339177	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TBP3I90	284610M000339061	22/08/2025	60503	R$ 293,47
TBQ6H49	284610M000339259	25/08/2025	60503	R$ 293,47
TBQ6H49	284610M000339184	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TBS2E54	284610M000339185	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TBS5G71	284610M000338846	19/08/2025	60503	R$ 293,47
TBS6D47	284610M000339198	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TBT8F17	284610M000339246	25/08/2025	60503	R$ 293,47
TBT9J54	284610M000339187	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TBU3A49	284610M000338861	19/08/2025	60503	R$ 293,47
TBU3A49	284610M000339224	24/08/2025	60503	R$ 293,47
TJZ5I29	284610M000338757	17/08/2025	60503	R$ 293,47
TLB4C84	284610M000338914	20/08/2025	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Gabriel Saraiva de Gouveia
Código Identificador:1E197541

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20251113_170785

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 19/01/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA9B66	284610M000339497	29/08/2025	56732	R$ 130,16
ABJ5A63	284610M000339463	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ACP7982	284610M000339637	31/08/2025	60503	R$ 293,47
ACQ2F19	284610M000339342	26/08/2025	60503	R$ 293,47
ACS7A93	284610M000339706	01/09/2025	60503	R$ 293,47
ACT5399	284610M000339729	01/09/2025	60503	R$ 293,47
ACT6108	284610M000339458	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ADL1J06	284610M000339630	31/08/2025	60503	R$ 293,47
ADQ4I39	284610M000339460	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ADS5278	284610M000339570	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ADW4304	284610M000339525	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ADW4304	284610M000339548	02/09/2025	60503	R$ 293,47
AEA0C43	284610M000339612	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AEA0C43	284610M000339545	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AEA0C43	284610M000339614	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AEA0C43	284610M000339605	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AED1H27	284610M000339384	27/08/2025	60503	R$ 293,47
AEM1B01	284610M000339722	01/09/2025	60503	R$ 293,47
AEU2755	284610M000339539	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AEU2755	284610M000339542	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AFG9I89	284610M000339335	26/08/2025	56732	R$ 130,16
AFW5F88	284610M000339509	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AGG8218	284610M000339664	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AGV6410	284610M000339506	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AHH3F41	284610M000339543	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AHH5C90	284610M000339325	26/08/2025	60503	R$ 293,47
AHK7459	284610M000339343	26/08/2025	60503	R$ 293,47
AHQ8226	284610M000339565	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AHT4079	284610M000339412	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AHX3383	284610M000339429	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AIA8D70	284610M000339611	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AIC3H06	284610M000339408	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AIG0A65	284610M000339426	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AIG7865	284610M000339629	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AIH0337	284610M000339354	27/08/2025	60503	R$ 293,47
AIN9A04	284610M000339705	01/09/2025	60503	R$ 293,47
AIY5B07	284610M000339388	27/08/2025	60503	R$ 293,47
AJB9575	284610M000339617	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AJD5F56	284610M000339591	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AJL6A09	284610M000339323	26/08/2025	60503	R$ 293,47
AJN3025	284610M000339608	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AJS4261	284610M000339680	01/09/2025	60503	R$ 293,47
AJT2488	284610M000339594	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AKA0651	284610M000339697	01/09/2025	60503	R$ 293,47
AKP7G19	284610M000339669	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AKQ0A49	284610M000339646	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AKR9983	284610M000339495	29/08/2025	60503	R$ 293,47

AKX1I74	284610M000339341	26/08/2025	60503	R$ 293,47
AKX7177	284610M000339541	30/08/2025	56732	R$ 130,16
AKY1323	284610M000339644	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AKZ1A75	284610M000339522	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ALA8682	284610M000339645	31/08/2025	60503	R$ 293,47
ALE8H09	284610M000339622	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ALE8H09	284610M000339454	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ALL1159	284610M000339472	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ALN1D24	284610M000339381	27/08/2025	60503	R$ 293,47
ALZ6860	284610M000339453	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AMA9645	284610M000339656	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AMD9601	284610M000339602	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AMD9601	284610M000339717	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AMN4369	284610M000339419	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AMP8355	284610M000339465	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AMQ9H68	284610M000339728	01/09/2025	60503	R$ 293,47
AMZ3D78	284610M000339431	28/08/2025	60503	R$ 293,47
ANA7317	284610M000339375	27/08/2025	60503	R$ 293,47
ANF1788	284610M000339513	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ANF2J86	284610M000339413	28/08/2025	60503	R$ 293,47
ANF2J86	284610M000339466	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ANH5630	284610M000339709	01/09/2025	60503	R$ 293,47
ANL9I73	284610M000339452	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ANN5672	284610M000339507	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ANT1E49	284610M000339518	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ANU8683	284610M000339610	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AOC3J65	284610M000339403	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AOO2E52	284610M000339648	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AOY4B03	284610M000339306	26/08/2025	60503	R$ 293,47
APA2304	284610M000339512	30/08/2025	60503	R$ 293,47
APP2937	284610M000339631	31/08/2025	60503	R$ 293,47
APU5783	284610M000339316	26/08/2025	60503	R$ 293,47
APU9149	284610M000339654	31/08/2025	60503	R$ 293,47
APX9F55	284610M000339643	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AQD4E59	284610M000339718	01/09/2025	60503	R$ 293,47
AQH7F82	284610M000339432	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AQI4502	284610M000339462	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AQJ9H16	284610M000339314	26/08/2025	56732	R$ 130,16
AQL2I80	284610M000339562	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AQV0369	284610M000339659	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AQW5816	284610M000339370	27/08/2025	60503	R$ 293,47
AQX4A24	284610M000339597	31/08/2025	60503	R$ 293,47
ARA6109	284610M000339535	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ARF0876	284610M000339547	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ARM3D13	284610M000339683	01/09/2025	60503	R$ 293,47
ARN2456	284610M000339600	31/08/2025	60503	R$ 293,47
ARN5J87	284610M000339337	26/08/2025	60503	R$ 293,47
ARN9H82	284610M000339603	31/08/2025	60503	R$ 293,47
ARQ9729	284610M000339573	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ARW2A51	284610M000339533	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ARZ0846	284610M000339689	01/09/2025	60503	R$ 293,47
ASB7A03	284610M000339515	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ASC3551	284610M000339490	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ASC5B08	284610M000339593	31/08/2025	60503	R$ 293,47
ASF5D62	284610M000339321	26/08/2025	60503	R$ 293,47
ASK7353	284610M000339345	26/08/2025	60503	R$ 293,47
ATB2C87	284610M000339636	31/08/2025	60503	R$ 293,47
ATG1570	284610M000339371	27/08/2025	60503	R$ 293,47
ATJ7B90	284610M000339727	01/09/2025	60503	R$ 293,47
ATL2A71	284610M000339487	29/08/2025	60503	R$ 293,47
ATN5308	284610M000339521	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ATN9710	284610M000339609	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ATP2H43	284610M000339480	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AUC4193	284610M000339667	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AUC7B99	284610M000339411	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AUG1715	284610M000339470	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AUG1715	284610M000339415	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AUL9665	284610M000339678	01/09/2025	60503	R$ 293,47
AUQ8421	284610M000339649	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AUT3804	284610M000339481	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AUW6D89	284610M000339423	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AVG2B99	284610M000339447	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AVH0H35	284610M000339362	27/08/2025	60503	R$ 293,47
AVL0A96	284610M000339551	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AVL0A96	284610M000339563	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AVO3D71	284610M000339436	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AVU6C09	284610M000339391	27/08/2025	60503	R$ 293,47
AVV7D55	284610M000339607	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AVW1F75	284610M000339524	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AVY5J05	284610M000339394	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AVY6C53	284610M000339674	01/09/2025	60503	R$ 293,47
AWB8G18	284610M000339457	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AWE6035	284610M000339332	26/08/2025	60503	R$ 293,47
AWE7497	284610M000339595	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AWG6E48	284610M000339450	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AWM9912	284610M000339340	26/08/2025	60503	R$ 293,47
AWQ6F24	284610M000339469	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AWR4A23	284610M000339640	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AWV6I90	284610M000339517	30/08/2025	60503	R$ 293,47

AWW5A25	284610M000339568	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AWZ0B25	284610M000339613	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AXD7C71	284610M000339421	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AXD7C71	284610M000339633	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AXD7C71	284610M000339660	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AXF2I26	284610M000339691	01/09/2025	60503	R$ 293,47
AXK8E94	284610M000339575	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AXM7A84	284610M000339471	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AXN2E84	284610M000339351	26/08/2025	56732	R$ 130,16
AXR8968	284610M000339416	28/08/2025	56732	R$ 130,16
AXR8B42	284610M000339334	26/08/2025	60503	R$ 293,47
AXV5J29	284610M000339446	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AXX9124	284610M000339442	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AXY5006	284610M000339401	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AXY8C12	284610M000339449	29/08/2025	60503	R$ 293,47
AYB8F36	284610M000339430	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AYH0J14	284610M000339624	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AYQ3B61	284610M000339396	28/08/2025	60503	R$ 293,47
AYQ4H32	284610M000339531	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AYR6023	284610M000339514	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AYU0030	284610M000339590	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AYX6751	284610M000339658	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AZD5052	284610M000339523	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AZD6E23	284610M000339530	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AZN1J96	284610M000339338	26/08/2025	60503	R$ 293,47
AZN3C18	284610M000339618	31/08/2025	60503	R$ 293,47
AZS9B07	284610M000339553	30/08/2025	60503	R$ 293,47
AZU4J26	284610M000339366	27/08/2025	60503	R$ 293,47
BAG3J07	284610M000339304	26/08/2025	60503	R$ 293,47
BAH1G27	284610M000339437	28/08/2025	60503	R$ 293,47
BAR9I28	284610M000339510	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BAX6A39	284610M000339434	28/08/2025	60503	R$ 293,47
BAZ8E87	284610M000339347	26/08/2025	60503	R$ 293,47
BAZ8E87	284610M000339383	27/08/2025	60503	R$ 293,47
BBF0E55	284610M000339318	26/08/2025	60503	R$ 293,47
BBO0E15	284610M000339559	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BBP2C51	284610M000339406	28/08/2025	60503	R$ 293,47
BBP9720	284610M000339546	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BBQ2985	284610M000339716	01/09/2025	56732	R$ 130,16
BBR9J81	284610M000339666	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BBS3G82	284610M000339601	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BBU1644	284610M000339715	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BBU7I65	284610M000339482	29/08/2025	60503	R$ 293,47
BBX9G40	284610M000339586	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BBZ6551	284610M000339580	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BCA6J81	284610M000339627	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BCB2H23	284610M000339621	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BCC6B40	284610M000339485	29/08/2025	60503	R$ 293,47
BCG3J52	284610M000339511	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BCG7B13	284610M000339634	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BCH6G21	284610M000339380	27/08/2025	60503	R$ 293,47
BCI0337	284610M000339598	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BCJ3G74	284610M000339671	01/09/2025	60503	R$ 293,47
BCL5H96	284610M000339578	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BCN4798	284610M000339561	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BCN7J29	284610M000339635	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BCP0986	284610M000339616	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BCP8J69	284610M000339435	28/08/2025	60503	R$ 293,47
BCR3B56	284610M000339456	29/08/2025	60503	R$ 293,47
BCR6C24	284610M000339721	01/09/2025	60503	R$ 293,47
BCS8H69	284610M000339670	01/09/2025	60503	R$ 293,47
BCU7D76	284610M000339557	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BDA7D56	284610M000339550	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BDC0I83	284610M000339653	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BDC2F69	284610M000339628	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BDF7D79	284610M000339317	26/08/2025	60503	R$ 293,47
BDI6G09	284610M000339647	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BDJ9I11	284610M000339376	27/08/2025	60503	R$ 293,47
BDL6B04	284610M000339713	01/09/2025	60503	R$ 293,47
BDN5F97	284610M000339329	26/08/2025	60503	R$ 293,47
BDP0A99	284610M000339392	27/08/2025	60503	R$ 293,47
BDY3I63	284610M000339409	28/08/2025	60503	R$ 293,47
BDZ3A63	284610M000339710	01/09/2025	60503	R$ 293,47
BDZ3A63	284610M000339692	01/09/2025	60503	R$ 293,47
BDZ3A63	284610M000339537	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BEC2C39	284610M000339566	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BEC3J63	284610M000339668	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BEC8B11	284610M000339476	29/08/2025	60503	R$ 293,47
BED9H29	284610M000339307	26/08/2025	60503	R$ 293,47
BED9H29	284610M000339632	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BEF4E48	284610M000339410	28/08/2025	60503	R$ 293,47
BEF8B59	284610M000339626	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BEF8B59	284610M000339639	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BEJ5E27	284610M000339414	28/08/2025	60503	R$ 293,47
BEK5D49	284610M000339445	29/08/2025	60503	R$ 293,47
BEM7J57	284610M000339650	31/08/2025	60503	R$ 293,47
BEQ2023	284610M000339386	27/08/2025	60503	R$ 293,47
BEU1C24	284610M000339684	01/09/2025	60503	R$ 293,47
BEY6H53	284610M000339492	29/08/2025	60503	R$ 293,47

BEY7H53	284610M000339686	01/09/2025	60503	R$ 293,47
BLJ7040	284610M000339328	26/08/2025	60503	R$ 293,47
BMB0120	284610M000339567	30/08/2025	60503	R$ 293,47
BQV2109	284610M000339675	01/09/2025	60503	R$ 293,47
CAJ5658	284610M000339349	26/08/2025	60503	R$ 293,47
CGF3A79	284610M000339652	31/08/2025	60503	R$ 293,47
CKN3C85	284610M000339619	30/08/2025	60503	R$ 293,47
CMQ6I62	284610M000339395	28/08/2025	60503	R$ 293,47
COR6581	284610M000339642	31/08/2025	60503	R$ 293,47
CUF2I04	284610M000339641	31/08/2025	60503	R$ 293,47
CVL6J71	284610M000339484	29/08/2025	60503	R$ 293,47
CXC7335	284610M000339357	27/08/2025	60503	R$ 293,47
CYU7A46	284610M000339584	30/08/2025	60503	R$ 293,47
DBW2G35	284610M000339377	26/08/2025	60503	R$ 293,47
DEJ4126	284610M000339549	02/09/2025	60503	R$ 293,47
DHV7F37	284610M000339398	28/08/2025	60503	R$ 293,47
DIQ1I36	284610M000339444	29/08/2025	60503	R$ 293,47
DJC6564	284610M000339322	26/08/2025	60503	R$ 293,47
DKV1G72	284610M000339719	01/09/2025	60503	R$ 293,47
DPX8190	284610M000339360	27/08/2025	60503	R$ 293,47
DTA7215	284610M000339493	29/08/2025	60503	R$ 293,47
DTU5C40	284610M000339554	30/08/2025	60503	R$ 293,47
DTX9A76	284610M000339305	26/08/2025	60503	R$ 293,47
DTZ4A93	284610M000339393	27/08/2025	60503	R$ 293,47
DUG6G07	284610M000339498	29/08/2025	60503	R$ 293,47
DUQ6G51	284610M000339477	29/08/2025	60503	R$ 293,47
DWA4H05	284610M000339475	29/08/2025	60503	R$ 293,47
DWN1270	284610M000339665	31/08/2025	60503	R$ 293,47
DWN1270	284610M000339581	30/08/2025	60503	R$ 293,47
EDC2J66	284610M000339502	29/08/2025	60503	R$ 293,47
EDH3174	284610M000339576	30/08/2025	60503	R$ 293,47
EEU7B27	284610M000339336	26/08/2025	56732	R$ 130,16
EGF2D53	284610M000339582	30/08/2025	60503	R$ 293,47
EGS6831	284610M000339378	26/08/2025	60503	R$ 293,47
EIO1B51	284610M000339720	01/09/2025	60503	R$ 293,47
ERV1580	284610M000339526	30/08/2025	60503	R$ 293,47
ETD1I55	284610M000339564	30/08/2025	56732	R$ 130,16
EUP4D08	284610M000339695	01/09/2025	60503	R$ 293,47
EVC7I00	284610M000339311	26/08/2025	56732	R$ 130,16
EVI1H43	284610M000339350	26/08/2025	60503	R$ 293,47
EWH0I09	284610M000339369	27/08/2025	56732	R$ 130,16
FBQ7J50	284610M000339592	31/08/2025	60503	R$ 293,47
FCS0F60	284610M000339558	30/08/2025	60503	R$ 293,47
FCT6J71	284610M000339552	30/08/2025	60503	R$ 293,47
FDJ2G97	284610M000339339	26/08/2025	60503	R$ 293,47
FDJ2G97	284610M000339704	01/09/2025	60503	R$ 293,47
FDJ2G97	284610M000339407	28/08/2025	60503	R$ 293,47
FDJ2G97	284610M000339574	30/08/2025	60503	R$ 293,47
FFM1B05	284610M000339358	27/08/2025	56732	R$ 130,16
FJA8C67	284610M000339604	31/08/2025	60503	R$ 293,47
FJX2J67	284610M000339725	01/09/2025	56732	R$ 130,16
FLC6F49	284610M000339723	01/09/2025	60503	R$ 293,47
FLJ8H18	284610M000339662	31/08/2025	60503	R$ 293,47
FMB2A93	284610M000339585	30/08/2025	60503	R$ 293,47
FOC7F05	284610M000339657	31/08/2025	60503	R$ 293,47
FOJ3D38	284610M000339489	29/08/2025	60503	R$ 293,47
FOZ2F91	284610M000339687	01/09/2025	60503	R$ 293,47
FQJ2J71	284610M000339682	01/09/2025	60503	R$ 293,47
FRD7J69	284610M000339404	28/08/2025	60503	R$ 293,47
FRR7J07	284610M000339711	01/09/2025	60503	R$ 293,47
FTP7J67	284610M000339361	27/08/2025	60503	R$ 293,47
FWA2C39	284610M000339439	28/08/2025	60503	R$ 293,47
GFI6I38	284610M000339556	30/08/2025	60503	R$ 293,47
GJZ5C49	284610M000339467	29/08/2025	60503	R$ 293,47
GYW8837	284610M000339367	27/08/2025	60503	R$ 293,47
HAM0C29	284610M000339532	30/08/2025	56732	R$ 130,16
HRV0E47	284610M000339309	26/08/2025	56732	R$ 130,16
HSP9I99	284610M000339424	28/08/2025	60503	R$ 293,47
HTR6J83	284610M000339438	28/08/2025	60503	R$ 293,47
IEW0H55	284610M000339655	31/08/2025	60503	R$ 293,47
IGL8141	284610M000339696	01/09/2025	60503	R$ 293,47
IPT3037	284610M000339588	30/08/2025	60503	R$ 293,47
IUH9H38	284610M000339615	31/08/2025	60503	R$ 293,47
IXQ2F21	284610M000339730	01/09/2025	60503	R$ 293,47
JRJ4801	284610M000339690	01/09/2025	60503	R$ 293,47
JSN8I31	284610M000339625	31/08/2025	60503	R$ 293,47
KDE0503	284610M000339478	29/08/2025	60503	R$ 293,47
KIS5H43	284610M000339724	01/09/2025	60503	R$ 293,47
KOQ6373	284610M000339504	29/08/2025	60503	R$ 293,47
KQI5646	284610M000339418	28/08/2025	60503	R$ 293,47
KQM7D91	284610M000339534	30/08/2025	60503	R$ 293,47
LAI8831	284610M000339663	31/08/2025	60503	R$ 293,47
LCZ3D98	284610M000339488	29/08/2025	60503	R$ 293,47
LKR7F53	284610M000339681	01/09/2025	60503	R$ 293,47
LMW1H22	284610M000339569	30/08/2025	60503	R$ 293,47
LYY3556	284610M000339579	30/08/2025	60503	R$ 293,47
MBJ4314	284610M000339620	31/08/2025	60503	R$ 293,47
MBP4E83	284610M000339500	29/08/2025	60503	R$ 293,47
MCR8557	284610M000339677	01/09/2025	60503	R$ 293,47

MDF8E71	284610M000339708	01/09/2025	60503	R$ 293,47
MKM0D50	284610M000339483	29/08/2025	60503	R$ 293,47
MMD8E52	284610M000339324	26/08/2025	60503	R$ 293,47
MTG5G00	284610M000339390	27/08/2025	60503	R$ 293,47
MYF4A18	284610M000339389	27/08/2025	60503	R$ 293,47
NDE5C49	284610M000339673	01/09/2025	60503	R$ 293,47
NED5120	284610M000339344	26/08/2025	56732	R$ 130,16
NEW2063	284610M000339538	30/08/2025	60503	R$ 293,47
NLY1J85	284610M000339599	31/08/2025	60503	R$ 293,47
NRL1I23	284610M000339676	01/09/2025	56732	R$ 130,16
NRO6319	284610M000339685	01/09/2025	60503	R$ 293,47
NVN2G14	284610M000339494	29/08/2025	60503	R$ 293,47
OBH4D83	284610M000339638	31/08/2025	60503	R$ 293,47
ODA4C06	284610M000339365	27/08/2025	60503	R$ 293,47
PBV0E82	284610M000339303	26/08/2025	60503	R$ 293,47
PDQ0I47	284610M000339571	30/08/2025	60503	R$ 293,47
PJX1J17	284610M000339486	29/08/2025	60503	R$ 293,47
PTE5F26	284610M000339700	01/09/2025	60503	R$ 293,47
PWI1H97	284610M000339427	28/08/2025	60503	R$ 293,47
QAN3E74	284610M000339448	29/08/2025	60503	R$ 293,47
QIY5D95	284610M000339503	29/08/2025	60503	R$ 293,47
QNG5F46	284610M000339529	30/08/2025	60503	R$ 293,47
QNN5A63	284610M000339651	31/08/2025	60503	R$ 293,47
QOI6B40	284610M000339420	28/08/2025	60503	R$ 293,47
QOJ0C91	284610M000339425	28/08/2025	60503	R$ 293,47
QPT8F66	284610M000339499	29/08/2025	60503	R$ 293,47
QQC1B05	284610M000339387	27/08/2025	60503	R$ 293,47
QQC1B05	284610M000339479	29/08/2025	60503	R$ 293,47
QUY7F41	284610M000339443	28/08/2025	60503	R$ 293,47
QWY0D93	284610M000339356	27/08/2025	60503	R$ 293,47
RCB2C91	284610M000339491	29/08/2025	60503	R$ 293,47
RCJ2B57	284610M000339474	29/08/2025	60503	R$ 293,47
RHG2E08	284610M000339679	01/09/2025	60503	R$ 293,47
RHG9H30	284610M000339355	27/08/2025	60503	R$ 293,47
RHL2H34	284610M000339501	29/08/2025	60503	R$ 293,47
RHM4J08	284610M000339536	30/08/2025	60503	R$ 293,47
RHM6F40	284610M000339703	01/09/2025	60503	R$ 293,47
RHO1F33	284610M000339433	28/08/2025	60503	R$ 293,47
RHQ9H09	284610M000339428	28/08/2025	60503	R$ 293,47
RHW8E03	284610M000339402	28/08/2025	60503	R$ 293,47
RMV3J61	284610M000339320	26/08/2025	60503	R$ 293,47
RTG6I75	284610M000339577	30/08/2025	60503	R$ 293,47
RWA3I57	284610M000339310	26/08/2025	60503	R$ 293,47
RWA3I57	284610M000339315	26/08/2025	60503	R$ 293,47
SDP0I56	284610M000339400	28/08/2025	60503	R$ 293,47
SDQ3G90	284610M000339352	26/08/2025	60503	R$ 293,47
SDS3G36	284610M000339374	27/08/2025	60503	R$ 293,47
SDX2D01	284610M000339572	30/08/2025	60503	R$ 293,47
SDX7A49	284610M000339379	27/08/2025	60503	R$ 293,47
SEB0F23	284610M000339353	26/08/2025	60503	R$ 293,47
SEC6C65	284610M000339555	30/08/2025	60503	R$ 293,47
SEC6E95	284610M000339505	29/08/2025	60503	R$ 293,47
SEJ5D52	284610M000339714	31/08/2025	60503	R$ 293,47
SEL3C00	284610M000339397	28/08/2025	60503	R$ 293,47
SEQ7B96	284610M000339451	29/08/2025	60503	R$ 293,47
SER8G69	284610M000339382	27/08/2025	60503	R$ 293,47
SET9C85	284610M000339560	30/08/2025	60503	R$ 293,47
SEU0J33	284610M000339544	30/08/2025	60503	R$ 293,47
SEX4D39	284610M000339364	27/08/2025	60503	R$ 293,47
SFB8E63	284610M000339661	31/08/2025	60503	R$ 293,47
SFF5F49	284610M000339312	26/08/2025	56732	R$ 130,16
SFK3C31	284610M000339519	30/08/2025	60503	R$ 293,47
SFK3J37	284610M000339688	01/09/2025	60503	R$ 293,47
SFM1F36	284610M000339405	28/08/2025	60503	R$ 293,47
SFM2A68	284610M000339368	27/08/2025	60503	R$ 293,47
SFN9H43	284610M000339459	29/08/2025	60503	R$ 293,47
SFO2G49	284610M000339319	26/08/2025	60503	R$ 293,47
SHR0B05	284610M000339417	28/08/2025	60503	R$ 293,47
SIN2G09	284610M000339702	01/09/2025	60503	R$ 293,47
SIX6H46	284610M000339527	30/08/2025	60503	R$ 293,47
SIZ0D02	284610M000339327	26/08/2025	60503	R$ 293,47
SJF7D38	284610M000339508	30/08/2025	60503	R$ 293,47
SUN4A69	284610M000339468	29/08/2025	60503	R$ 293,47
SVC1A29	284610M000339596	31/08/2025	60503	R$ 293,47
SWM5C82	284610M000339302	26/08/2025	60503	R$ 293,47
TAM9D24	284610M000339589	31/08/2025	60503	R$ 293,47
TAO9I73	284610M000339623	31/08/2025	60503	R$ 293,47
TAQ1F27	284610M000339440	28/08/2025	60503	R$ 293,47
TAQ7J25	284610M000339520	30/08/2025	60503	R$ 293,47
TAQ7J25	284610M000339399	28/08/2025	60503	R$ 293,47
TAS4G11	284610M000339587	30/08/2025	60503	R$ 293,47
TAX3J72	284610M000339441	28/08/2025	60503	R$ 293,47
TBH1A39	284610M000339528	30/08/2025	60503	R$ 293,47
TBK6D80	284610M000339461	29/08/2025	60503	R$ 293,47
TBO7D14	284610M000339583	30/08/2025	60503	R$ 293,47
TBR2G19	284610M000339606	31/08/2025	60503	R$ 293,47
TBR5D31	284610M000339672	01/09/2025	60503	R$ 293,47
TBS3E25	284610M000339707	01/09/2025	60503	R$ 293,47
TBT8A75	284610M000339348	26/08/2025	60503	R$ 293,47

TBT8F17	284610M000339422	28/08/2025	60503	R$ 293,47
TBT8F17	284610M000339455	29/08/2025	60503	R$ 293,47
TBU4F54	284610M000339326	26/08/2025	60503	R$ 293,47
TCL9A74	284610M000339699	01/09/2025	60503	R$ 293,47
TCM6F27	284610M000339346	26/08/2025	60503	R$ 293,47
TES2D91	284610M000339363	27/08/2025	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Gabriel Saraiva de Gouveia
Código Identificador:0F65A0F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO FALCON BRASIL ILUMINAÇÃO LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, ANA RUTH SECCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela procuradoria jurídica, resolve:

01 – HOMOLOGAR/ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	65/2025
b) Licitação Nrº :	57/2025
c) Modalidade :	Pregão
d) Data Adjudicação :	18/11/2025
e) Objeto da Licitação :	Registro de Preços para contratação de empresa especializada para instalação, manutenção e retirada de enfeites natalinos em diversos pontos do município de Sertanópolis

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: FALCON BRASIL ILUMINAÇÃO LTDA

CNPJ/CPF: 53.732.817/0001-10

LOTE 1

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviço de instalação, manutenção e retirada de enfeites natalinos. Conforme Termo de Referência.	serv	1	R$ 15.500,00	R$ 15.500,00
2	Serviço de instalação, manutenção e retirada de enfeites natalinos no Lago Tabocó. Conforme Termo de Referência.	serv	1	R$ 15.500,00	R$ 15.500,00
3	Serviço de instalação, manutenção e retirada de enfeites natalinos no Hospital, Rodoviária e Saae. Conforme Termo de Referência.	serv	1	R$ 17.500,00	R$ 17.500,00
4	Serviço de instalação, manutenção e retirada de enfeites natalinos na praça João XXIII. Conforme Termo de Referência.	serv	1	R$ 17.500,00	R$ 17.500,00
5	Serviço de instalação, manutenção e retirada de enfeites natalinos no CENTRO da cidade. Conforme Termo de Referência.	serv	1	R$ 13.000,00	R$ 13.000,00
6	Serviço de instalação, manutenção e retirada de cordão de led nas árvores do Lago Tabocó. Conforme Termo de Referência.	serv	1	R$ 500,00	R$ 500,00
7	Serviço de construção de árvore de mangueira na entrada da cidade. Conforme Termo de Referência.	serv	1	R$ 500,00	R$ 500,00

Valor Total Homologado- R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SERTANÓPOLIS, 18 de novembro de 2025.

ANA RUTH SECCO

Prefeita Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:318136AE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADITIVO

4º Termo Aditivo do contrato nº 43/2023, decorrente do Pregão Eletrônico nº 17/2023 para **Contratação de empresa para realizar serviços continuados de limpeza e desinfecção de reservatórios de distribuição de água bruta e tratada, semienterrados, apoiados e elevados, que estão sob responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto/SAAE, de Sertanópolis/PR.**

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 81.442.428/0001-96, SITUADA A AVENIDA SEIS DE JUNHO, 825, CENTRO, SERTANÓPOLIS/PR, CEP 86170-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO DIRETOR SUPERINTENDENTE O SR. **FLÁVIO MARCELINO FANTIN** E A EMPRESA **EXPURGO LAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, CNPJ Nº 07.389.979/0001-80, SITUADA NA RUA SÃO BERNARDO, Nº 490, LOTE 36, ITOUPAVA NORTE, BLUMENAU/SC, CEP 89052-100, NESTE ATO REPRESENTADO PELA SENHORA **ROBERTA SCHNORR BUEHRING**, COM CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 4.989.169 SSP-SC, INSCRITA NO CPF Nº 881.218.600-91, ACORDAM POR MEIO DESTE O QUE SEGUE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores na importância de R$ 24.180,57 (vinte e quatro mil, cento e oitenta reais e cinquenta e sete centavos), correspondente a Prorrogação Contratual acrescido da atualização monetária INPC/IBGE 5,600570%, conforme tabela:

Item	Especificação	Qtd.	Un.	V. Unit.	V. Total
1	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Apoiado de Aço Carbono de 1.200 m³ - Centro	01	Serv.	2.530,96	2.530,96
2	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Apoiado de Aço Vitrificado de 1.200 m³ - Centro	01	Serv.	2.530,96	2.530,96
3	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Apoiado de Concreto de 600 m³ - Centro	01	Serv.	2.200,83	2.200,83
4	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Apoiado de Aço Carbono de 600 m³ - Setor Sul	01	Serv.	2.310,88	2.310,88
5	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Semienterrado de Concreto de 600 m³ - Centro	01	Serv.	2.310,88	2.310,88
6	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Apoiado de Aço Carbono de 500 m³ - Setor Leste	01	Serv.	2.200,83	2.200,83
7	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Apoiado de Aço Carbono de 250 m³ - Setor Leste	01	Serv.	2.641,01	2.641,01
8	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Elevado de Aço Carbono de 10 m³ - Loteamento dos 21	01	Serv.	1.320,50	1.320,50
9	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Elevado de Aço Carbono de 25 m³ - Loteamento Santa Ruth	01	Serv.	1.393,12	1.393,12
10	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Elevado de Aço Carbono de 10 m³ - Loteamento Tibagi I e II (Chicão)	01	Serv.	1.540,59	1.540,59
11	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Elevado de Aço Carbono de 10 m³ - Estância Nova Cachoeira	01	Serv.	1.045,39	1.045,39
12	Limpeza e Desinfecção de Reservatório Elevado (Taça) de Aço Carbono de 10 m³ - Condomínio Tibagi (Gíglio)	01	Serv.	1.320,50	1.320,50
13	Limpeza e Desinfecção de Tanque de Caminhão Pipa de 5 m³	01	Serv.	834,12	834,12

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas permanecem sem qualquer alteração.

E, por estarem ajustados, firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 17 de novembro de 2025.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN	***ROBERTA SCHNORR BUEHRING***
Contratante	Contratada

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:453F419F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
ANEXOS I, II, III E IV DA LEI Nº 1235/2025

ANEXO I – LEI 1235/2025

TABELA DE CARGOS, TITULAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO E ATRIBUIÇÕES

CARGOS EFETIVOS EXISTENTES

Grupo I – Atividades de Nível Superior

Analista de Sistemas – TI;

Arquiteto;

Assistente Social;

Cirurgião Dentista;

Contador;

Enfermeiro;

Engenheiro Agrônomo;

Engenheiro Civil;

Farmacêutico;

Fiscal Tributário;

Fisioterapeuta;

Fonoaudiólogo;

Instrutor de Informática – Em extinção;

Médico Clínico Geral;

Médico Ginecologista – Em extinção;

Médico Pediatra – Em extinção;

Médico Veterinário;

Nutricionista;

Procurador Municipal;

Psicólogo 40h;

Psicólogo 20h – Em extinção.

CARGO: ANALISTA DE SISTEMAS - TI

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em área de tecnologia da informação, tais como: análise e desenvolvimento de sistema; ciências da computação, gestão da tecnologia da informação, informática, sistemas de informação entre outros.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 3132-20 - Técnico em manutenção de equipamentos de informática

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

auxiliar os servidores a fazerem um uso mais inteligente e dinâmico das soluções tecnológicas disponíveis na Administração Municipal;

administrar ambiente informatizado e manter com as empresas fornecedores de sistemas o acompanhamento e monitoramento da performance do sistema, da administração dos recursos de rede ambiente operacional, do banco de dados, identificar e informar falhas no sistema, controlar acesso aos dados e recursos e administrar perfil de acesso às informações;

coordenar e monitorar os trabalhos de empresas terceirizadas contratadas para fornecer trabalhos técnicos específicos e sistemas operacionais.

responsabilizar-se pela gestão e manutenção da política de segurança da informação, em conjunto com as empresas de fornecimento de sistemas;

coordenar e supervisionar a implantação dos sistemas de informação institucionais, bem como realizar a manutenção, quando for o caso;

formular políticas de suporte, planejar futuros investimentos, integrar ferramentas e garantir que a tecnologia seja utilizada de forma correta;

instalar e configurar softwares e hardwares, orientando os usuários nas especificações e comandos necessários para sua utilização;

formular políticas de gestão, prevenção, identificação e mitigação de riscos;

propor políticas e diretrizes na área de tecnologia da informação;

efetuar o planejamento e a gestão de capacidade dos elementos de infraestrutura necessários ao funcionamento dos serviços de TI;

identificar, implementar e administrar soluções de infraestrutura de TI para o desenvolvimento das atividades administrativas;

instalar, configurar e manter atualizados os equipamentos de rede e segurança, sistemas operacionais e outros softwares básicos necessários ao funcionamento de serviços e soluções de TI;

manter atualizadas as versões de todos os softwares e de componentes dos serviços e soluções de TI, bem como gerenciar as respectivas licenças de uso e outros mecanismos que assegurem a recuperação da instalação dos equipamentos centrais da rede e dos respectivos serviços;

criar, configurar, reinicializar, ativar/inativar senha de login departamental;

alterar o perfil de acesso à internet para usuários, liberação/bloqueio de sites ou extensões (Solução de proxy);

organizar a gestão de serviço de mensageria eletrônica (liberação, bloqueio, cota de e-mail);

auxiliar na recuperação de dados/arquivos e permissão de acesso em pastas compartilhadas e servidores de rede;

auxiliar nas solicitações para atualização, configuração, instalação, manutenção de rede de dados local;

dar suporte às unidades administrativas na implementação de soluções da Tecnologia da Informação, quanto ao uso de aplicativos/sistemas;

promover o suporte e o atendimento adequados aos servidores usuários de TI;

prover ambiente computacional adequado para desenvolvimento, teste, homologação, treinamento e uso de serviços e soluções de TI;

manifestar-se quanto aos aspectos técnicos e custos envolvidos no atendimento às solicitações;

zelar pela garantia da manutenção dos equipamentos e sistemas de informática de todos os setores do município, atendendo as demandas prontamente e se descolando até os locais de solicitação, quando necessário;

zelar pela integridade da rede e da base de dados, monitorar o desempenho e a disponibilidade da rede, tomando medidas de correção e otimização;

elaborar e implementar a política de segurança da informação e o plano de continuidade de prestação de serviços públicos;

manter a documentação administrativa/técnica sempre atualizada;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: ARQUITETO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em arquitetura, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Jornada de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Código CBO: 2141 - Arquitetos e Urbanistas

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

levantar informações acerca das impressões do tipo, dimensões, estilo de edificação, bem como sobre custos, materiais, duração e outros detalhes do empreendimento, para determinar as características essenciais à elaboração do projeto;

planejar as plantas e especificações do projeto, aplicando princípios arquitetônicos, para integrar elementos estruturais estéticos e funcionais;

elaborar o projeto final, obedecendo as normas, regulamentos de construção vigente e estilo arquitetônico do lugar;

preparar previsões detalhadas das necessidades da construção, determinando e calculando materiais, tempo necessário, mão-de-obra e seus devidos custos;

preparar plantas, maquetes e estruturas de construções, determinando características gerais e pormenores, aspectos técnicos e estéticos e escalas convenientes, para orientar a execução dos trabalhos e mostrar a aparência da obra uma vez terminada;

consultar engenheiros, orçamentistas e outros especialistas, discutindo o arranjo geral das estruturas e a distribuição dos diversos equipamentos, com vistas ao equilíbrio técnico-funcional do conjunto, para determinar a viabilidade técnica e financeira do projeto;

prestar assistência técnica às obras em construção, mantendo contatos contínuos com projetistas, empreiteiros, fornecedores e demais responsáveis pelo andamento das mesmas, para assegurar a coordenação de todos os aspectos do projeto e a observância às normas e especificações contratuais;

planejar, orientar e fiscalizar os trabalhos de construção, ampliação, restauro, reforma, reparos e melhorais de edifícios e outras obras arquitetônicas;

efetuar vistorias, perícias, avaliação de imóveis, emite laudos e pareceres técnicos;

desenvolver e acompanhar o planejamento urbano, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, inventário urbano, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;

desenvolver e acompanhar na área de topografia a elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, fotointerpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;

desenvolver e acompanhar instalações e equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo;

desenvolver e acompanhar o conforto ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Número de Vagas: 03 (três)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em em Assistente Social, com registro no Conselho Regional de Assistência Social.

Jornada de Trabalho: 30 (trinta) horas semanais

Código CBO: 2516-05 - Assistente social

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar as atividades inerentes ao CRAS, de acordo com as instruções do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

planejar, executar, supervisionar e avaliar planos e programas sociais, visando à implantação, manutenção e ampliação de serviços na área de desenvolvimento dos serviços municipais;

prestar assistência no âmbito social aos Servidores Públicos e familiares, identificando suas necessidades, efetuando estudos de casos, preparando-os e encaminhando-os às entidades competentes para atendimento;

assessorar tecnicamente os servidores públicos municipais, orientando-os através de treinamentos específicos, técnicas comunitárias e noções básicas de alimentação, higiene e saúde;

identificar problemas psico-econômico-sociais da população em geral, através de observações grupais, entrevistas e pesquisas, visando solucioná-los e desenvolver as potencialidades individuais;

providenciar o acondicionamento e conservação de documentos, correspondências, relatórios, fichas e demais materiais, arquivando-os e classificando-os, visando garantir o controle e a fácil localização dos mesmos;

promover condições de inclusão ao programa social, como o fortalecimento dos vínculos de pertencimento comunitário e familiar;

identificar situações de vulnerabilidade e risco social local;

proporcionar atendimento sócio assistencial aos grupos sociais e familiar considerando a situação social diagnosticada, a rede de proteção instalada e as potencialidades locais;

prevenir situações de violação de direitos, tais como: abandono, negligencia, violência ou marginalização e criminalidade, potencializadas pela pobreza, exclusão social e baixa estima;

estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ações que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social;

aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas e aplicando a técnica do serviço social de casos, para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e conseguir o seu ajustamento ao meio social;

ajudar as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, encaminhamento para exames, remédios e outros que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde;

elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e a melhoria do comportamento individual;

elaborar e emitir pareceres socioeconômicos;

elaborar laudos e relatórios quando necessário;

assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, encaminhamento médico e de outra natureza, para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;

participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoas física ou mentalmente deficientes por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho;

identificar os problemas que perturbam ou impedem a utilização da potencialidade dos educandos, analisando as causas dessas perturbações, para permitir a eliminação dos mesmos a fim de um maior rendimento escolar:

articular-se com profissionais especializados em áreas relacionadas a problemas humanos, intercambiando informações, a fim de obter novos subsídios para elaboração de diretrizes, atos normativos e programas de ação social referentes a campos diversos de atuação, como orientação e reabilitação profissional, desemprego, amparo a inválidos, acidentados e outros;

executar procedimentos técnicos; registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais;

aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; coordenar equipes e atividades: coordenar projetos e grupos de trabalho;

desempenhar atribuições administrativas; providenciar documentação oficial; cadastrar usuários, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato;

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Odontologia e Registro no Conselho de Classe.

Jornada de Trabalho: 30 (trinta) horas semanais

Código CBO: 2232-08 - Cirurgião dentista - clínico geral

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

atender e orientar pacientes e executar procedimentos odontológicos, aplicar medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas;

orientar sobre saúde, higiene e profilaxia oral, prevenção de cárie dental e doenças periodontais;

realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;

realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em Saúde Bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;

realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;

encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;

coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;

acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;

realizar supervisão, orientação na atuação dos técnicos e auxiliares;

participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;

zelar pela boa manutenção de equipamentos e peças, preparar, acondiciona e esteriliza materiais e equipamentos utilizados;

prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia;

atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive, para justificação de faltas ao emprego, atestados, licenças, laudos e outras informações;

aplicar anestesia local e troncular e medicação de urgência;

examinar os dentes e a cavidade bucal, procedendo, se necessário, a profilaxia, restauração, extração, curativos, odontológica preventiva, orientação de higiene e educação odontosanitária;

acompanhar a evolução do tratamento, anotando dados específicos para relatórios estatísticos e operacionalização dos sistemas de informações específicos;

participar de planejamento, execução, supervisionar e avaliar programas educativos de profilaxias dentária e serviços odontológicos, prevendo recursos para a concretização do trabalho;

executar serviços de radiologia dentária;

analisar e interpretar resultados de exames radiológicos e laboratoriais;

atuar em Programas/Estratégia Saúde da Família e demais Programas Federais e/ou Estaduais existentes ou que venham a existir, relativos à sua área de atuação;

participar de programa de treinamento, quando convocado;

participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;

trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;

executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos existentes na unidade e programas de informática;

zelar pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar outras atribuições relacionadas com a sua formação, função e área de atuação.

CARGO: CONTADOR

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Contabilidade e registro no conselho de Classe.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 2522-10 - Contador

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

organizar e executar os serviços de contabilidade do Município;

planejar os trabalhos inerentes às atividades contábeis, organizando o sistema de registro e operações, para possibilitar o controle e acompanhamento contábil e financeiro;

supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar o cumprimento do plano de contas adotado pelo Município;

controlar e participar dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis;

proceder ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos e bens de serviço;

organizar e assinar balancetes, balanços demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira do Município;

participar da elaboração do orçamento programado, fornecendo os dados contábeis, para servirem de base à montagem do mesmo;

proceder à análise contábil dos órgãos e entidades do Município;

estudo, fiscalização, orientação e superintendência das atividades fazendárias que envolvem matéria financeira e econômica de natureza complexa;

realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas diretoras de contabilidade do Município;

orientar e supervisionar todas as tarefas de escrituração; elaborar as demonstrações contábeis e todas as prestações de contas de gestão do Poder Executivo, ao Tribunal de Contas do Estado e órgãos de Controle como Tribunal de Contas e Secretaria do Tesouro Nacional;

efetuar a consolidação das contas dos órgãos e entidades do Município; elaborar, manter e aperfeiçoar o sistema de informações contábeis;

assessorar as áreas técnicas na construção e manutenção do Portal Transparência do Município;

planejar e executar auditorias contábeis, efetuando perícias, investigações, apurações e exames, para assegurar o cumprimento às exigências legais e administrativas;

elaborar anualmente relatório analítico sobre a situação patrimonial, econômica e financeira do órgão, apresentando dados estatísticos, comparativos e pareceres técnicos;

assessorar a direção em problemas financeiros, contábeis e orçamentários, dando pareceres, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores;

supervisionar o arquivamento de documentos contábeis;

elaborar pareceres, revisar prestações de contas e emitir parecer quando solicitado;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: ENFERMEIRO

Número de Vagas: 03 (três)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Enfermagem e registro no Órgão de Classe.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 2235-05 - Enfermeiro

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;

realizar consultas de enfermagem, conforme protocolos estabelecidos nos programas do Ministério da Saúde e disposições legais da profissão;

executar as ações de assistência integral a criança, mulher, adolescente, adultos e idoso;

aliar atuação clínica à prática de saúde coletiva;

realizar atividades correspondentes às áreas prioritárias de intervenção na atenção básica, definidas na Norma Operacional de Assistência Básica (NOAS) de 2002;

supervisionar e executar ações para capacitação dos agentes comunitários de saúde e auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho das funções;

participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades que visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição;

identificar as necessidades de enfermagem, realizando entrevistas, participando de reuniões e através da observação sistematizada, programando e coordenando as atividades da equipe de enfermagem, visando à preservação e recuperação da saúde;

participar da elaboração do plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada pela equipe de enfermagem no período de trabalho;

planejar, coordenar e organizar campanhas de saúde, como campanhas de vacinação e outras;

desenvolver programas de saúde da mulher, orientações sobre planejamento familiar, às gestantes, sobre os cuidados na gravidez, a importância do pré-natal etc;

efetuar trabalho com crianças para prevenção da desnutrição, desenvolvendo programa de suplementação alimentar;

executar a supervisão das atividades desenvolvidas no PAS, controle de equipamentos e materiais de consumo; fazer cumprir o planejamento e os projetos desenvolvidos no início do ano;

manter os equipamentos e aparelhos em condições de uso imediato, verificando periodicamente seu funcionamento e providenciando sua substituição ou conserto;

executar diversas tarefas de enfermagem como: administração de sangue e plasma, controle de pressão arterial, aplicação de respiradores artificiais e outros tratamentos, pondo em prática seus conhecimentos técnicos, para proporcionar o bem-estar físico, mental e social aos pacientes;

executar a distribuição de medicamentos valendo-se de prescrição médica;

requisitar materiais e medicamentos necessários, para assegurar o desempenho adequado dos trabalhos de enfermagem;

planejar, organizar e administrar serviços na instituição de saúde pública, desenvolvendo atividades técnico-administrativas na elaboração de normas, instruções, roteiros e rotinas específicas, para padronizar procedimentos e racionalizar os trabalhos no sentido de servirem de apoio a atividades afins;

implantar normas e medidas de proteção, orientando e controlando sua aplicação, para evitar acidentes;

registrar as observações, tratamentos executados e ocorrências verificadas em relação ao paciente, anotando-as no prontuário, ficha de ambulatório, relatório de enfermagem da unidade ou relatório geral, para documentar a evolução da doença e possibilitar o controle da saúde, a orientação terapêutica e a pesquisa;

participar do planejamento, da execução e da avaliação de programas de saúde pública, materno-infantil, imunização;

participar de inquéritos epidemiológicos e em programas de educação sanitária da população;

participar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica;

participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;

desenvolver e participar de programas de prevenção de doenças em adultos, identificação e controle de doenças como diabetes e hipertensão;

desenvolver e participar de programas com adolescentes, trabalho de integração familiar, educação sexual, prevenção de drogas etc.

realizar a previsão, provisão e controle de material e equipamentos; auxiliar na conservação de aparelhos e equipamentos e quando necessário, solicitar consertos;

trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;

realizar todas as atividades inerentes ao enfermeiro dentro dos Programas da Saúde.

participar de reuniões de caráter administrativo e técnico de enfermagem, visando o aperfeiçoamento dos serviços prestados;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico.

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Agronomia e registro no Conselho de Classe.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 2221-10 - Engenheiro agrônomo

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

elaborar métodos e técnicas de cultivo de acordo com tipos de solo e clima, efetuando estudos, experiências e analisando os resultados obtidos, para melhorar a germinação de sementes, o crescimento de plantas e o rendimento das colheitas;

estudar os efeitos da rotatividade, drenagem, irrigação, adubagem e condições climáticas, sobre culturas agrícolas, realizando experiências e analisando seus resultados na fase da semeadura, cultivo e colheita para determinar as técnicas de tratamento do solo;

elaborar novos métodos de combate às ervas daninhas, enfermidades da lavoura e pragas de insetos, e ou aprimora os já existentes;

orientar agricultores e outros trabalhadores agrícolas sobre sistemas e técnicas de exploração agrícolas, formas de organização, condições de comercialização, para aumentar a produção e garantir seu comércio;

emitir laudos técnicos sobre a derrubada e poda de árvores em vias públicas, praças, dentre outros, a fim de garantir a preservação ambiental do Município e a segurança da população;

vistoriar e emitir parecer sobre lavouras e hortas localizadas no Município verificando inclusive a adequação da utilização de agrotóxicos; em área de aterro sanitário e replantio;

emitir e assinar receituário agronômico;

prestar assistência técnica e de extensão rural considerando a sustentabilidade e a inclusão social dos agricultores familiares;

participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;

elaborar relatório, parecer e laudo técnico em sua área de especialidade;

trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

Número de Vagas: 03 (três)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil, com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

Jornada de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Código CBO: 2142-05 - Engenheiro Civil

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

analisar processos de construção, legalização e parcelamento de solo, confrontando a documentação e plantas inclusas nos processos com as normas e determinações da Legislação vigente;

proceder a uma avaliação geral das condições requeridas para a obra, estudando o projeto e examinando as características do terreno disponível, para determinar o local mais apropriado para a construção;

elaborar o projeto da construção de avenidas, ruas, praças e demais edificações públicas, no interior ou no perímetro urbano, preparando as plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão de obra necessários e efetuando um cálculo aproximado dos custos, a fim de apresentá-lo ao setor responsável para aprovação;

acompanhar as obras de terraplanagem e pavimentação de todos os tipos, estudando os locais e dando assistência aos operários, para que a obra seja bem executada;

calcular os esforços e deformações previstos na obra projetada ou que afetam a mesma, consultando tabelas e efetuando comparações, levando em consideração fatores como carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção;

autorizar e liberar projetos de construção de prédios, casas e outras edificações, no âmbito municipal, fiscalizar e liberar o habite-se;

emitir autorizações de licenças ambientais;

preparar o programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação do setor de licitações e a fiscalização do desenvolvimento das obras;

estudar e dirigir projetos de acordo com as condições requeridas para a construção de obras, de qualquer natureza, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendadas;

elaborar os orçamentos referentes as obras que serão executadas, fazendo a padronização, mensuração e controle de qualidade dos serviços executados na obra, a fim de orientar e esclarecer o pessoal no que se refere ao serviço técnico da obra;

consultar outros especialistas, como engenheiros mecânicos, eletricistas, químicos, arquitetos, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre exigências técnicas e estéticas relacionadas a obra a ser executada;

acompanhar e orientar a equipe de trabalho para assegurar a qualidade, segurança e cumprimento dos prazos para realização da obra;

planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal;

realizar estudos de viabilidade técnico-econômica de obras;

planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, manutenção e localização de prédios escolares, administrativos e esportivos, bem como a definição de instalações e equipamentos;

elaborar relatórios, registrando os trabalhos executados, as vistorias realizadas e as alterações ocorridas em relação aos projetos aprovados;

realizar vistoria in loco dos empreendimentos, bem como fiscalizar obras quanto às leis ambientais e condição física;

dar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

executar e fiscalizar obras e serviços técnicos;

conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

elaborar parecer para liberação de pagamentos de parcelas de obras contratadas;

elaborar, assessorar, supervisionar, acompanhar ou dar suporte técnico as ferramentas governamentais de desenvolvimento, tais como Plano Diretor entre outros;

desenvolver estudos geodésicos e geofísicos caracterizando os sistemas existentes na geologia e os materiais de solos para localização e prospecção de materiais necessários à construção de estradas;

orientar, coordenar e supervisionar a execução de estudos, pesquisas, trabalhos de medição, cálculos topográficos e aerofotogramétricos, levantamento de rodovias, sondagens hidrográficas e outros, visando levantar especificações técnicas para elaboração e acompanhamento de projetos;

efetuar fiscalização de obras, executadas por empreiteiras, avaliações de imóveis, projetos de combate à erosão, avaliação de capacidade técnica das empreitadas, treinamentos de subordinados e outros;

participar da elaboração e execução de convênios que inclua projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações;

manter os trabalhos realizados de maneira acessível e organizados para os superiores, colegas e demais envolvidos terem acesso fácil quando necessário;

participar das audiências, conferências, palestras, comissões e reuniões, seja como coordenador ou orador, ou mesmo como ouvinte, quando estes forem de ordem técnica;

retratar a realidade do local quando nos levantamentos de campo de modo a manter arquivado o maior número de informações possíveis;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: FARMACÊUTICO

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Farmácia e registro no Órgão de Classe.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 2234-05 - Farmacêutico

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar as atividades de assistência farmacêutica no âmbito da Atenção Básica;

atuar em conformidade com as diretrizes legais que regem o SUS e as orientações da ANVISA;

auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços na Atenção Básica, assegurando a integralidade e a intersetorialidade das ações de saúde;

promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da Atenção Básica, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso;

assegurar a dispensação adequada dos medicamentos e viabilizar a implementação da Atenção Farmacêutica na Atenção Básica;

selecionar, programar, receber, distribuir e dispensar medicamentos e insumos, com garantia da qualidade dos produtos e serviços, inclusive conferência da validade e número de lotes dos medicamentos;

promover organização da aquisição, armazenamento, dispensação, controle e fracionamento de medicamentos;

fazer requisições de medicamentos, drogas e materiais necessários à farmácia;

acompanhar e avaliar a utilização de medicamentos e insumos, inclusive os medicamentos fitoterápicos e homeopáticos, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população;

subsidiar o gestor e os profissionais de saúde com informações relacionadas à morbimortalidade associada aos medicamentos;

elaborar, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da assistência farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade;

intervir diretamente com os usuários nos casos específicos necessários, em conformidade com a equipe de Atenção Básica, visando a uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida;

participar do planejamento e da avaliação da farmacoterapia, para que o paciente utilize de forma segura os medicamentos de que necessita, nas doses, frequência, horários, vias de administração e duração adequados, contribuindo para que o mesmo tenha condições de realizar o tratamento e alcançar os objetivos terapêuticos;

participar do planejamento através da comissão farmacêutica visando revisar e atualizar a padronização de medicamentos, entre outras atividades previstas na lei de exercício;

garantir a qualidade de produtos e serviços farmacêuticos; monitorar produtos, processos, áreas e equipamentos; emitir laudos, pareceres e relatórios; controlar descarte de produtos e materiais; participar em ações de proteção ao meio ambiente e à pessoa;

supervisionar e responsabilizar-se pelo armazenamento, distribuição e transporte de produtos; comprovar origem dos produtos; fixar critérios de armazenamento; fracionar produtos; colaborar na definição de logística de distribuição;

elaborar projetos; colher dados; apreciar resultados; propor ações;

orientar usuário no uso de produtos; aplicar injetáveis; realizar pequenos curativos; medir pressão arterial; prestar serviços de inaloterapia;

informar, orientar e educar os pacientes, a família, os cuidadores e a sociedade sobre temas relacionados à saúde, ao uso racional de medicamentos e a outras tecnologias em saúde;

elaborar materiais educativos destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de doenças e de outros problemas relacionados;

operacionalizar os sistemas de informação específicos de controle de medicamentos, inclusive dos psicotrópicos e outros medicamentos controlados;

responsabilizar-se pela retirada de medicamentos junto a Regional de Saúde, em casos de necessidade;

promover orientações e auxílio aos pacientes para busca de medicamentos disponibilizados pelo SUS, por outras esferas de governo;

participar de reuniões, congressos, cursos e palestras para obter mais conhecimentos técnico científicos e, consequentemente, atualização e aperfeiçoamento dos serviços prestados;

participar de programas de saúde pública, acompanhando a implantação e avaliação dos resultados, assim como a realização em conjunto com equipe da unidade de saúde, ações educativas de prevenção às doenças infecciosas, visando preservar a saúde no Município;

obedecer às normas técnicas de biossegurança na execução de suas atribuições;

efetuar análises clínicas ou outras dentro de sua competência;

realizar inspeções relacionadas com a manipulação farmacêutica e aviamento de receituário médico;

responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;

executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de ensino superior nas áreas de economia, direito, contabilidade ou administração.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 2544-10 - Fiscal de tributos municipal

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

realizar a fiscalização dos tributos, orientando-se sobre os critérios de fiscalização e práticas correspondentes, para cooperar no aperfeiçoamento e racionalização das normas e medidas fiscalizadoras;

elaborar planos de fiscalização, consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação fiscal, para racionalizar os trabalhos nos órgãos sob sua responsabilidade;

atender e orientar contribuintes e, ainda, planejar, coordenar e dirigir órgãos da administração tributária;

executar as tarefas de fiscalização de tributos do município, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, examinando rótulos, faturas, selos de controle, notas fiscais e outros documentos, para defender os interesses do Município;

fiscalizar o cumprimento da legislação tributária;

constituir o crédito tributário mediante lançamento de tributos;

efetuar cálculos e sistemas explicativos de cálculos de tributos;

auditar documentos fiscais e contábeis básicos e realizar comparações visando o adequado enquadramento fiscal do contribuinte e o cumprimento da obrigação tributária principal e acessória;

lavrar termo de início de ação fiscal, notificações, intimações, auto de infração e aplicar penalidades administrativas quando necessárias;

efetuar diligências, realizar atividades de fiscalização em campo e aplicar todos os mecanismos legais vigentes à consecução da atividade;

analisar, emitir pareceres e/ou tomar decisões sobre processos administrativos fiscais sempre que delegado por autoridade competente;

gerir o cadastro de contribuintes, outorgando inclusões, exclusões, alterações e respectivo processamento de acordo com a legislação;

atender e orientar contribuintes;

supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, quando assim definido em lei ou convênio;

planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores;

acompanhar e informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, bem como planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições de competência municipal;

analisar, elaborar e decidir em processos administrativo fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, à solicitação de retificação de declaração, à imunidade, suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários;

participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária;

observar as ações de fiscalização orientadas ou determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

manter-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas, para difundir a legislação e proporcionar instituições especializadas;

executar serviços gerais da área administrativa, tais como separação, classificação e arquivamento de documentos, transição de dados, lançamentos de ocorrências, fornecimento de informações e atendimento ao público interno e externo;

auxiliar, coordenar, inspecionar e exercer a fiscalização nas construções irregulares e clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos;

coordenar e fiscalizar a localização e existência de alvarás referente ao comércio ambulante, indústria e comércio;

apresentar periodicamente, boletins de atividades realizadas;

coletar informações para futura ação fiscal;

executar o controle de documentos do setor;

possuir conhecimentos elementares da legislação tributária, Federal, Estadual e Municipal;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Fisioterapia e Registro no Conselho ou Órgão competente.

Jornada de Trabalho: 30 (trinta) horas semanais

Código CBO: 2236-05 - Fisioterapeuta Geral

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

realizar atendimento ambulatorial;

realizar a avaliação físico funcional, através de metodologia e técnicas fisioterápicas, com o objetivo de detectar desvios físicos funcionais;

diagnosticar o estado de saúde de doentes e acidentados a fim de identificar o nível de motricidade e capacidade funcional dos órgãos afetados;

avaliar funções percepto cognitivas, neuropsicomotor, neuro-músculo-esqueléticas, sensibilidade, condições dolorosas, motricidade geral (postura, marcha, equilíbrio), habilidades motoras, alterações posturais, manuais, órteses, próteses e adaptações, cardiopulmonares e urológicas;

prescrever, fundamentando-se na avaliação físico-funcional, técnicas próprias da Fisioterapia, usando a ação isolada ou conjunta para melhor atender ao paciente;

ensinar, orientar e treinar pacientes em correções de posturas ou exercícios ginásticos especiais, visando promover correção, recuperação ou ainda, reeducação funcional dos órgãos afetados;

ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, fazendo demonstrações e orientando a parturiente, para facilitar o trabalho de parto e a recuperação no puerpério;

fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou liberação da agressividade e estimular a sociabilidade;

executar métodos e técnicas fisioterápicos com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente, no domicílio e nos estabelecimentos de saúde;

executar métodos e técnicas terapêuticas e de recreação com a finalidade de restaurar e conservar a capacidade mental do paciente;

planejar, executar, acompanhar, orientar com exercícios e avaliar o tratamento específico no sentido de reduzir ao mínimo as consequências da doença;

diagnosticar e prognosticar situações de risco a saúde em situações que envolvam a sua formação;

traçar planos e preparar ambiente terapêutico, indicar conduta terapêutica, prescrever e adaptar atividades;

supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-o na execução das tarefas, para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples;

ensinar técnicas de autonomia e independência em atividades de vida diária (AVD), de autonomia e independência em atividades de vida prática (AVP) de autonomia e independência em atividades de vida de trabalho (AVT), de autonomia e independência em atividades de vida de lazer (AVL);

participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas, discussão de casos, reuniões administrativas, visitas domiciliares etc.;

participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;

manipular aparelhos de utilidade fisioterápica;

acompanhar e ajudar a equipe médica do município na recuperação dos pacientes, bem como auxiliar nas atividades em palestras e campanhas de saúde pública promovidas pelo Município;

promover atividades laborais aos servidores públicos objetivando a prevenção, recuperação da saúde e elevação de sua autoestima;

desenvolver projetos objetivando a redução de estresses no trabalho junto aos servidores públicos municipais;

controlar o registro de dados, observando as anotações das aplicações e tratamentos realizados, para elaborar boletins estatísticos;

assessorar superiores em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos e pareceres;

desenvolver atividades educativas de saúde na área de sua competência;

colabora com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior Fonoaudiologia, com registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia.

Jornada de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Código CBO: 2238-10 - Fonoaudiólogo Geral

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição;

participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;

realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição;

realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala;

colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

dirigir veículo automotor com a finalidade de executar suas atividades, quando necessário, desde que autorizado por superior hierárquico;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

Com os usuários em geral:

avalia as deficiências do paciente, realizando exames fonéticos, de linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico;

tratar de pacientes, efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico orientar pacientes familiares, cuidadores e responsáveis;

examinar servidores públicos municipais para fins de controle do ingresso, licença e aposentadoria;

controla e testa periodicamente a capacidade auditiva dos servidores, principalmente daqueles que trabalham em locais onde há muito ruído;

preencher e assinar laudos de exames e verificação;

prescrever atividades; preparar material terapêutico; indicar e adaptar tecnologia;

prescrever exames laboratoriais;

atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando-os, em casos especiais, a setores especializados;

elaborar relatórios, emitir laudos médicos;

anotar em ficha apropriada os resultados obtidos;

ministrar cursos;

supervisionar em atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação;

operacionalizar sistemas de informação de acordo com a Secretaria onde estiver lotado;

desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição;

participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;

realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição, aperfeiçoando os padrões da voz e fala;

supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Fonoaudiologia;

participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos;

executar outras atribuições compatíveis com as previstas no cargo, particularidades do Município ou designações superiores;

promover campanhas educativas; produzir manuais e folhetos explicativos; elaborar relatórios e laudos;

utilizar recursos de Informática.

b) No sistema educacional com os alunos:

otimizar o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e escrita;

promover estratégias de prevenção, preservação e controle de abusos e riscos para a voz e a audição;

estimular a eliminação de hábitos inadequados relacionados às alterações fonoaudiológicas;

detectar precocemente alterações fonoaudiológicas relacionadas à audição, voz, motricidade orofacial e linguagem oral e escrita;

encaminhar para profissionais, quando necessário, e acompanhar os tratamentos externos à instituição educacional.

c) No sistema educacional com os professores:

orientar quanto aos cuidados com a voz;

ensinar estratégias vocais para conservação e maximização da voz durante o uso profissional;

promover informações quanto às alterações fonoaudiológicas, como desenvolvimento normal da linguagem oral, leitura e escrita, e como estes podem ser otimizados em sala de aula;

capacitar o profissional para detecção de possíveis alterações fonoaudiológicas que seus alunos venham a apresentar;

encaminhar o professor que apresentar alterações vocais para profissionais especializados, acompanhando o tratamento.

Orientação aos pais e responsáveis dos alunos:

atende e orienta os pais sobre as deficiências e/ou problemas de comunicação detectadas nas crianças, emitindo parecer de sua especialidade e estabelecendo tratamento adequado, para possibilitar-lhes a reeducação e a reabilitação;

orientar sobre o desenvolvimento normal da criança e as alterações fonoaudiológicas comuns na infância;

orientar sobre a importância do estímulo familiar para otimização do desenvolvimento da criança;

orientar sobre o possível problema do filho e explicação de encaminhamentos necessários.

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior na área de informática.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 3132-20 - Técnico em manutenção de equipamentos de informática

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

participar da elaboração do Projeto Pedagógico da Escola, da construção do currículo e de todas as atividades previstas no calendário escolar; planejar e desenvolver atividades com os educandos no Centro de Informática Educativa, vinculando-as ao Projeto Pedagógico da Escola, na seguinte conformidade:

elaborar plano de trabalho que contribua para a construção do currículo na escola, considerando o referencial curricular para a construção de conhecimento voltado para às áreas das tecnologias, para atendimento aos alunos;

garantir aos educandos o domínio dos recursos e das ferramentas disponíveis na informática, bem como de diferentes mídias, para que se tornem usuários competentes na utilização de tecnologias;

construir instrumentos de registro que possibilitem diagnóstico, acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos na Informática Educativa;

responsabilizar-se, em parceria com todos os usuários do Centro de Informática Educativa, pela manutenção, conservação e limpeza dos equipamentos e materiais, orientando todos para o uso responsável dos equipamentos disponíveis;

garantir a infra-estrutura necessária ao funcionamento do Centro de Informática Educativa, nos horários destinados ao pré e pós-escola, no tocante a:

organização do espaço físico, no sentido de adequar as diferentes atividades a serem desenvolvidas;

elaboração do horário de atendimento aos alunos, conforme normas legais pertinentes, de acordo com o Projeto Pedagógico da Unidade Educacional;

registro e encaminhamento à equipe técnica da U.E. dos problemas observados em relação ao uso e manutenção dos equipamentos;

solicitação e acompanhamento relativos ao atendimento de “Help Desk”.

promover, organizar, assessorar, participar, apoiar e divulgar eventos, congressos, cursos, mostras, feiras e outros na área de Tecnologias da Informação e da Comunicação incentivando a participação e integração de toda a comunidade educativa;

desenvolver atividades no Centro de Informática Educativa obedecendo o mesmo calendário letivo das Unidades Escolares;

orientar os oficineiros, estagiários e monitores que desenvolverem, nos horários disponíveis, atividades no Centro de Informática Educativa;

manter a documentação administrativa/técnica sempre atualizada;

executar atribuições administrativas, relativas e registro, controle, digitação, conferência, atendimento ao público, dentre outras, bem como atividades relacionadas a execução, acompanhamento e conferências de documentos;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Medicina e registro no CRM.

Jornada de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Código CBO: 2251-25 – Médico Clínico Geral

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

realizar a atenção à saúde às pessoas e famílias sob sua responsabilidade, dentro do programa de Atenção Primária à Saúde (APS), observando as diretrizes do SUS;

realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros); em conformidade com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores (federal, estadual, municipal), observadas as disposições legais da profissão;

realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;

encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sob sua responsabilidade o acompanhamento do plano terapêutico prescrito;

encaminhar pacientes para tratamento especializado quando for o caso;

indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento da pessoa;

planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe; e

executar atividades emitindo diagnóstico e pareceres, orientando, prescrevendo ou executando formas de trabalho, aplicando os recursos da medicina, para promover a saúde e o bem estar individual ou coletivo de acordo com a função exercida em forma nas unidades de saúde da sede do Município e unidades do interior do Município, atendimento volante (atendimento de emergências e urgências, internações e visitas médicas e domiciliares conforme a especialidade ou programa);

participar de formulação de diagnóstico de saúde pública, realizando levantamento da situação de serviços de saúde, identificando prioridades para determinação dos programas a serem desenvolvidos;

elaborar e coordenar a implantação de normas de organização e funcionamento dos serviços de saúde;

emitir opinião acerca da padronização, aquisição, distribuição, instalação e manutenção de equipamentos e materiais para a área da saúde;

participar dos programas de atualização e aperfeiçoamento das pessoas que atuam na área de saúde;

participar em conjunto com outros profissionais, da elaboração e execução de programa de proteção à saúde dos trabalhadores, analisando em conjunto os riscos, as condições de trabalho, os fatores de insalubridade, de fadiga e outros, para obter a redução de absenteísmo e a renovação de mão de obra;

prestar atendimento médico preventivo, terapêutico ou de emergência, examinando, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientação e solicitando hospitalização e exames, quando necessário;

participar de juntas médicas, avaliando a capacidade laborativa de pacientes, verificando as suas condições de saúde;

emitir laudos para admissão, concessão de licença, aposentadoria por invalidez, readaptação, emissão de carteiras e atestados de sanidade física e mental;

efetuar exames pré-admissionais, realizando o exame clínico, interpretando resultados dos exames complementares de diagnóstico, comparando os resultados finais com as exigências psicossomáticas de cada tipo de atividades, para permitir a seleção do trabalhador de acordo com as atividades que executará;

realizar perícias médicas singular ou através de junta médica;

participar de juntas médicas, avaliando a capacidade de pacientes, verificando suas condições de saúde, emitindo laudos para admissão de servidores, concessão de licenças, aposentadorias, readaptações, emissão de carteiras e atestados de sanidade física e mental;

operacionalizar os sistemas de informação na emissão de receituários, requisições de exames ao paciente, encaminhamentos às especialidades e biópsias, anotações de resultados de exames no cadastro do paciente;

realizar pequenos e médios procedimentos aos pacientes nas unidades de saúde e demais atividades inerentes à sua formação universitária;

requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico;

manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica, tratamento prescrito e evolução da doença;

participar da formulação de diagnósticos de saúde pública, realizando levantamento da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades, para determinação de programação a serem desenvolvidos;

participar dos trabalhos de prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral (programas de vigilância epidemiológica);

opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral e saúde individual, bem como de grupos específicos, particularmente, daqueles prioritários e de alto risco;

participar de programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade;

participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes, que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos;

executar exames periódicos de todos os servidores ou em especial daqueles expostos a maior risco de acidentes de trabalho ou doenças profissionais, fazendo exame clínico e/ou interpretando os resultados de exames complementares para controlar as condições de saúde dos mesmos e assegurar continuidade operacional e a produtividade;

efetuar tratamento de urgência em casos de acidentes de trabalho ou alterações agudas da saúde, orientando e/ou executando a terapia adequada, para prevenir consequências mais graves ao trabalhador;

planejar e executar programas de treinamento das equipes de atendimento de emergências, avaliando as necessidades e ministrando aulas, para capacitar o pessoal incumbido de prestar primeiros socorros em casos de acidentes graves e catástrofes;

avaliar em conjunto com outros profissionais, condições de insegurança, visitando periodicamente os locais de trabalho, para sugerir medidas destinadas a remover ou atenuar os riscos existentes;

participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes de trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não ocupacional;

atuar estritamente de acordo com o Código de Ética Medica;

utilizar recursos de informática; operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

dirigir veículo automotor com a finalidade de executar suas atividades, quando necessário, desde que autorizado por superior hierárquico;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Medicina com especialidade em Ginecologia e registro no CRM.

Jornada de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Código CBO: 2252-50 - Médico ginecologista

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

realizar atendimento na área de ginecologia e obstetrícia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa;

realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes no pré-natal e pós-parto;

registra a consulta médica, anotando em prontuário próprio a queixa, os exames físico e complementares, para efetuar a orientação adequada;

analisa e interpreta resultados de exames de raio X, bioquímicos, hematológicos e ou-tros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico;

requisitar exames complementares de acordo com os protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;

realizar exames ginecológicos, diagnosticando anomalias e infecções existentes, medicando e/ou encaminhando para novos exames;

disponibilizar todos os procedimentos de sua área de especialização aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS;

prescreve medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do paciente;

emite atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender às determinações legais;

participa de programas de saúde pública, acompanhando a implantação e avaliação dos resultados, assim como a realização em conjunto com equipe da unidade de saúde, ações educativas de prevenção às doenças infecciosas, visando preservar a saúde no município;

participa de reuniões de âmbito local, distrital ou regional, mantendo constantemente informações sobre as necessidades na unidade de saúde, para promover a saúde e o bem-estar da comunidade;

executar procedimentos médicos clínicos, cirúrgicos ou intervencionista, de acordo com os requisitos pertinentes a cada especialidade;

orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;

atuar estritamente de acordo com o Código de Ética Medica;

utilizar recursos de informática; operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MÉDICO PEDIATRA – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Medicina, com especialização na área de Pediatria, conforme normatização no Conselho Regional de Medicina e inscrição no CRM.

Jornada de Trabalho: 08 (oito) horas semanais

Código CBO: 2251-24 - Médico Pediatra

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

prestar atendimento médico preventivo, terapêutico ou de emergência, examinando, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientação e solicitando hospitalização e exames, quando necessário, dentro de sua especialidade;

prestar atendimento de conscientização de prevenção básica às crianças e adolescentes até doze anos;

realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;

emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica;

encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sob sua responsabilidade o acompanhamento do plano terapêutico prescrito;

realizar o apoio matricial às equipes da Atenção Primária à Saúde (APS), conforme diretrizes do SUS;

participar de formulação de diagnóstico de saúde pública, realizando levantamento da situação de serviços de saúde, identificando prioridades para determinação dos programas a serem desenvolvidos;

elaborar e coordenar a implantação de normas de organização e funcionamento dos serviços de saúde;

emitir opinião acerca da padronização, aquisição, distribuição, instalação e manutenção de equipamentos e materiais para a área da saúde;

participar dos programas de atualização e aperfeiçoamento das pessoas que atuam na área de saúde;

participar de programas de saúde pública, acompanhando a implantação e avaliação dos resultados, assim como a realização em conjunto com equipe da unidade de saúde, ações educativas de prevenção às doenças infecciosas, visando preservar a saúde no município;

operacionalizar os sistemas de informação na emissão de receituários, requisições de exames ao paciente, encaminhamentos às especialidades e biópsias, anotações de resultados de exames no cadastro do paciente;

registra a consulta médica, anotando em prontuário próprio a queixa, os exames físicos e complementares, para efetuar a orientação adequada;

realizar pequenos e médios procedimentos aos pacientes nas unidades de saúde e demais atividades inerentes à sua formação universitária;

emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender às determinações legais;

executar procedimentos médicos clínicos, cirúrgicos ou intervencionista, de acordo com os requisitos pertinentes a cada especialidade;

participar de reuniões de âmbito local, distrital ou regional, mantendo constantemente informações sobre as necessidades na unidade de saúde, para promover a saúde e o bem-estar da comunidade;

orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo;

elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;

atuar estritamente de acordo com o Código de Ética Medica;

utilizar recursos de informática; operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Medicina Veterinária e registro no CRMV.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 2233-05 - Médico veterinário

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

orientar e desenvolver programas que envolvam práticas concernentes à defesa sanitária animal e à aplicação de medidas de saúde pública no tocante as doenças transmissíveis ao homem;

praticar clínica médica veterinária, em todas as suas especialidades;

conduzir investigação epidemiológica e implementação de medidas de combate/controle de acidentes com animais peçonhentos;

realizar inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis (SIM), assim como dos estabelecimentos instalados no Município que produzam matéria-prima, abatam, manipulem, beneficiem, transformem, industrializem, fracionem, preparem, transportem, acondicionem ou embalem produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos vegetais, suscetíveis de comercialização exclusiva no município;

promover a inspeção e fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como de sua qualidade, determinando visita no local, para fazer cumprir a legislação pertinente;

promover saúde pública; analisar processamento, fabricação e rotulagem de produtos; avaliar riscos do uso de insumos; coletar e analisar produtos para análise laboratorial; inspecionar produtos de origem animal; fazer levantamento epidemiológico de zoonoses; elaborar programas de controle e erradicação de zoonoses; elaborar programas de controle de pragas e vetores; executar programas de controle de qualidade de alimentos;

participar da equipe multiprofissional de investigação epidemiológica de surtos de doenças transmitidas por alimentos, controlando focos epidêmicos e orientando os serviços que manipulam produtos alimentícios, com vistas à redução da morbimortalidade/mortalidade, causada por tais doenças;

elaborar e desenvolver modelos de planilhas para cadastro dos produtores rurais, suas propriedades, equipamentos e bens semoventes, nos diferentes programas relacionados à Medicina Veterinária;

fomentar produção animal: dimensionar plantel; estudar viabilidade econômica da atividade; estabelecer interface entre informática e produção animal; realizar análise zootécnica;

realizar vacinação e inseminação artificial em animais;

promover o melhoramento do gado, procedendo à inseminação artificial orientando a seleção das espécies mais convenientes e fixando os caracteres mais vantajosos, para assegurar o rendimento da exploração pecuária;

realizar diagnóstico de eficiência produtiva; desenvolver programas de controle sanitário de plantéis; elaborar projetos de instalações e equipamentos zootécnicos; desenvolver programas de melhoramento genético; avaliar características reprodutivas de animais; projetar instalações para animais;

desenvolver e executar programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações, para abaixar o índice de converso alimentar, prevenir doenças,carências e aumentar a produtividade;

supervisionar implantação e funcionamento dos sistemas de produção; aprimorar projetos de instalações e equipamentos zootécnicos;

coletar material para exames laboratoriais; realizar exames auxiliares de diagnóstico; realizar necropsias; exercer defesa sanitária animal; elaborar diagnóstico situacional para elaboração de programas; elaborar e executar programas de controle e erradicação de doenças; executar atividades de vigilância epidemiológica;

realizar exames laboratoriais, colhendo material e/ou procedendo a análise anatomo patológica, histopatológica, hematológica, imunológica, para estabelecer o diagnóstico e a terapêutica;

elaborar o estudo e a aplicação de medidas de saúde pública no tocante às doenças de animais transmissíveis ao homem;

orientar acondicionamento e destino de lixo causador de danos à saúde pública;

notificar ocorrências de zoonoses às autoridades competentes;

elaborar laudos, pareceres e atestados; emitir atestado de saúde animal; emitir laudo de necrópsia; emitir parecer técnico;

participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;

participar de programa de treinamento, quando convocado;

trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;

utilizar recursos de informática; operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação;

planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica relacionados à pecuária e à Saúde Pública, valendo-se dos levantamentos de necessidades e do aproveitamento de recursos orçamentários existentes, para favorecer a sanidade e a produtividade do rebanho;

elaborar e executar projetos agropecuários e os referentes ao crédito rural, prestando assessoramento, assistência e orientação e fazendo acompanhamento desses projetos, para garantir a produção racional lucrativa dos alimentos e o atendimento aos dispositivos legais quanto à aplicação dos recursos oferecidos;

efetuar profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais realizando exames clínicos e de laboratório, para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: NUTRICIONISTA

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Nutrição e inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas.

Jornada de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Código CBO: 2237-10 - Nutricionista

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para melhoria proteica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares;

proceder ao planejamento e a elaboração de cardápios e dietas especiais para oferecer refeições balanceadas;

planejar e elaborar o cardápio semanalmente, baseando-se na aceitação dos alimentos pelos comensais, para oferecer refeições balanceadas e evitar desperdícios;

desenvolver o treinamento em serviço do pessoal auxiliar de nutrição para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços;

programar e desenvolver treinamento com os servidores, realizando reuniões e observando o nível de rendimento, de habilidade, de higiene e de aceitação dos alimentos, para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços;

supervisionar o preparo e a distribuição das refeições, o recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição para possibilitar um melhor rendimento do serviço;

orientar as cozinheiras sobre receitas novas;

preparar programas de nutrição e alimentação da coletividade, dentro dos planos da saúde pública, com objetivo de criar, readaptar ou alterar hábitos alimentares;

avaliar as carências nutricionais da população, desenvolvendo campanhas educativas e outras atividades correlatas, a fim de contribuir para a criação de hábitos e regimes alimentares adequados entre a população e consequente melhoria da saúde coletiva;

efetuar o registro das despesas e das pessoas que recebem refeições, fazendo anotações em formulários apropriados para estipular o custo médio da alimentação;

observar a apresentação dos pratos e devoluções, promovendo mudanças no cardápio, visando o total consumo das refeições servidas, evitando desperdício;

prestar assistência nutricional a indivíduos e/ou coletividades (sadios ou enfermos);

identificar população-alvo; participar de diagnóstico interdisciplinar; realizar inquérito alimentar; coletar dados antropométricos; solicitar exames laboratoriais; interpretar indicadores nutricionais; calcular gasto energético; identificar necessidades nutricionais; realizar diagnóstico dietético-nutricional; estabelecer plano de cuidados nutricionais; realizar prescrição dietética; prescrever complementos e suplementos nutricionais;

desenvolver manuais técnicos, rotinas de trabalho e receituários;

supervisionar as atividades de higienização de ambientes, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios;

estabelecer e implantar formas e métodos de controle de qualidade de alimentos, de acordo com a legislação vigente;

promover avaliação nutricional e do consumo alimentar das crianças;

atuar em programas de saúde, estudos e trabalhos experimentais em alimentação e nutrição;

participar de campanhas educativas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

operacionalizar sistemas de informação específicos da área de atuação;

no âmbito do Programa de Alimentação Escolar:

realizar a avaliação, diagnóstico e monitoramento nutricional do escolar, com base nas recomendações e necessidades nutricionais específicas;

elaborar os cardápios de acordo com as necessidades nutricionais, com base no diagnóstico de nutrição da clientela, adequando-os à faixa etária e respeitando os hábitos alimentares regionais, culturais e étnicos;

utilizar produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos semielaborados e aos *in-natura*;

planejar e supervisionar as atividades de seleção de fornecedores e procedência dos alimentos;

participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal do Programa de Alimentação Escolar;

estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado no Programa de Alimentação Escolar;

elaborar informação nutricional do cardápio e/ou preparações, contendo valor energético, ingredientes, nutrientes e aditivos que possam causar alergia ou intolerância alimentar;

elaborar o plano de trabalho anual do Programa de Alimentação Escolar, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;

assessorar o Conselho de Alimentação Escolar no que diz respeito à execução técnica do Programa de Alimentação Escolar;

desenvolver demais atividades pertinentes a sua profissão observando os programas e as legislações Municipais, Estaduais e Federais que tratam da nutrição no ambiente escolar;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras tarefas correlatas e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Direito, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão - OAB/PR.

Jornada de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Profissão Regulamentada: Lei nº8.906, de 4 de julho de 1994 e legislação complementar.

Código CBO: 2412-25 - Procurador Municipal

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

representar o Município e promover a defesa de seus direitos e interesses em qualquer instância judicial, nas causas em que for autor, réu, oponente, terceiro interveniente ou, por qualquer forma, interessado, usando de todos os recursos legalmente permitidos e todos os poderes para o foro em geral, e, quando expressamente autorizado pelo Prefeito ou por delegação de competência, os especiais para desistir, transigir, acordar, transacionar, firmar compromisso, receber e dar quitação, bem como interpor recursos nas ações em que o Município figure como parte;

examinar as ordens e sentenças judiciais cujo cumprimento envolva matéria de competência do Prefeito ou de outra autoridade do Município;

emitir pareceres sobre questões jurídicas que lhe sejam submetidas pelo Prefeito e pelos Secretários do Município;

representar a Fazenda Municipal junto ao Conselho de Contribuintes do Município;

representar a Fazenda Municipal junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, requerendo a inscrição, transcrição ou averbação de título relativo a imóvel do patrimônio do Município;

assessorar a Fazenda Municipal nos atos relativos à aquisição, alienação, cessão, concessão, permissão, aforamento, locação e outros concernentes a imóveis do patrimônio do Município;

representar a administração pública municipal, centralizada e descentralizada, junto aos órgãos encarregados da fiscalização orçamentária e financeira do Município;

supervisionar, coordenar, dirigir e executar os trabalhos de apuração de liquidez e certeza da dívida ativa do Município, tributária e de qualquer outra natureza;

promover, junto aos órgãos competentes, as medidas destinadas à apuração, inscrição e cobrança da dívida ativa do Município.

minutar editais de licitação, pareceres, contratos, convênios, acordos e, quando solicitada, responder impugnações, exposição de motivos, razões de veto, memoriais ou outras peças de natureza jurídica;

colaborar, quando solicitada, na elaboração de projetos de leis, decretos e outros atos administrativos da competência do Prefeito;

auxiliar na elaboração de documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, constitucional e outras, bem como atos administrativos, convênios, termos administrativos, projetos de lei, entre outros, visando orientar a forma e os procedimentos a serem adotados com base nas normas legais vigentes;

promover a uniformização da jurisprudência administrativa, de maneira a evitar contradição ou conflito na interpretação das leis e dos atos administrativos;

coligir elementos de fato e de direito e preparar, em regime de urgência, as informações que devam ser prestadas, em mandado de segurança, pelo Prefeito, Secretários do Município e outras autoridades da municipalidade, quando apontadas como coatoras;

propor ao Prefeito a revogação ou a declaração de nulidade de atos administrativos;

sugerir providências de ordem jurídica reclamadas pelo interesse público ou por necessidade de boa aplicação das leis vigentes;

requisitar a qualquer Secretaria, ou órgão da administração centralizada ou descentralizada, processos, documentos, certidões, cópias, exames, diligências, informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades, bem como técnicos, para realização de perícia, quando o assunto envolver matéria que reclame o exame por profissional especializado;

emitir pareceres sobre projetos de leis, justificativas de vetos, decretos, regulamentos, contratos e outros documentos de natureza jurídica;

participar de sindicâncias e processos administrativos e dar-lhes a orientação jurídica conveniente;

manter atualizada a coletânea de leis municipais, bem como a legislação federal e estadual de interesse do município;

acompanhar o andamento de processos;

praticar os atos necessários para garantir seu trâmite legal;

prestar assistência jurídica;

propor ou contestar ações, assim como dando o adequado impulso processual, atendendo às intimações que ocorrerem e demais determinações judiciais;

comparecer a audiências e outros atos, dentro dos princípios éticos, assim como dentro dos parâmetros legais, transigir em nome do Município;

responder consulta sobre interpretações de textos legais de interesse da Prefeitura Municipal;

prestar assistência aos órgãos em assuntos de natureza jurídica;

responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;

observar a Lei Geral de Proteção Dados – LGPD e suas alterações;

buscar atualização permanentemente;

estar apto e habilitado a dirigir veículo oficial de pequeno porte tipo carro de passeio;

zelar pela observância das leis e atos emanados dos poderes públicos;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

exercer outras responsabilidades/atribuições correlatas ao cargo.

CARGO: PSICÓLOGO

Número de Vagas: 03 (três)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Psicologia e registro no Órgão de Classe.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 2515-10 - Psicólogo Clínico

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

avaliar pacientes, utilizando métodos e técnicas próprias, analisando, diagnosticando e emitindo parecer técnico, para acompanhamento, atendimento ou encaminhando a outros serviços especializados;

prestar atendimento à comunidade e aos casos encaminhados à unidade de saúde, visando o desenvolvimento psíquico, motor e social do indivíduo, em relação à sua integração à família e à sociedade;

prestar atendimento aos casos de saúde mental como toxicômanos, alcoólatras, organizando-os em grupos homogêneos, desenvolvendo técnicas de terapia de grupo, para solução dos seus problemas;

prestar atendimento psicológico na área educacional, visando o desenvolvimento psíquico, motor e social das crianças e adolescentes em relação a sua integração à escola e à família, para promover o seu ajustamento;

elaborar e aplicar testes, utilizando seu conhecimento e prática dos métodos psicológicos, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomenda a terapia adequada;

prestar atendimento psicológico de ordem psicoterápica e ou de curso preventivo, através de sessões individuais e grupais;

estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação;

participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;

promover processos de ensino-aprendizagem mediante intervenção psicológica;

orientar ações e estratégias voltadas a casos de dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;

realizar avaliação psicológica ante a necessidades específicas identificadas no processo ensino-aprendizado;

executar atividades relativas ao processo de recrutamento, seleção, acompanhamento, treinamento e reciclagem de servidores e estagiários, quando solicitado pelo setor de recurso humanos, utilizando métodos e técnicas apropriadas aos objetivos da instituição;

diagnosticar a existência de possíveis problemas na área da psicomotricidade, disfunções e outros distúrbios, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentaneamente;

participar de programa de saúde mental, através de atividades com a comunidade, visando o esclarecimento e coparticipação;

realizar atendimento familiar para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico;

realizar atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógico;

atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola;

monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de não frequência e evasão escolar;

assegurar o direito de acesso e de permanência na escola;

garantir condições de pleno desenvolvimento do estudante;

atuar em processos de ingresso, regresso, permanência e conclusão dos estudos do estudante;

viabilizar o direito à educação básica do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, jovens e adultos, estudante internado para tratamento de saúde por longo período, em contextos urbanos, rurais;

orientar e dar suporte nos casos de dificuldades de ensino/aprendizagem;

atuar junto aos processos de inclusão, permanência e evolução educacional;

favorecer espaços para acolhida das emoções;

atuar no enfrentamento da violência escolar;

estimular novas perspectivas que promovam a quebra do ciclo de adoecimento mental, entre outras ações de promoção em saúde;

participar na elaboração de normas programáticas de materiais e de instrumentos necessários à realização de atividades da área, visando dinamizar e padronizar serviços para atingir objetivos estabelecidos;

participar da equipe multiprofissional, em atividades de pesquisas e de projetos, de acordo com padrões técnicos propostos, visando o incremento, aprimoramento e desenvolvimento de áreas de trabalho e de interesse da instituição;

participar de programas de atenção primária em centros e postos de Saúde ou na comunidade, organizando grupos específicos, visando a prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico;

auxiliar a equipe médica, fornecendo dados psicopatológicos para diagnosticar o tratamento de enfermidades;

promover a valorização do trabalho de professores e de demais trabalhadores da rede pública de educação;

propor estratégias de intervenção em dificuldades escolares relacionadas a situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, vulnerabilidade social;

orientar os diretores, coordenadores, professores, pais e alunos a seguirem e cumprirem um papelsocialimportante para a escola, respeitando e entendendo os direitos que cada um possui e suas responsabilidades no meio educacional, tornando a família e a escola mais próximas;

atuação em equipe multidisciplinar e/ou interdisciplinar para elaborar, implementar, desenvolver e avaliar os programas e políticas de desenvolvimento de recursos humanos dos servidores municipais;

operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação;

observar a Lei Geral de Proteção Dados – LGPD e suas alterações;

buscar atualização permanentemente;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: PSICÓLOGO – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso superior em Psicologia e registro no Órgão de Classe.

Jornada de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Código CBO: 2515-10 - Psicólogo Clínico

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

avaliar pacientes, utilizando métodos e técnicas próprias, analisando, diagnosticando e emitindo parecer técnico, para acompanhamento, atendimento ou encaminhando a outros serviços especializados;

prestar atendimento à comunidade e aos casos encaminhados à unidade de saúde, visando o desenvolvimento psíquico, motor e social do indivíduo, em relação à sua integração à família e à sociedade;

prestar atendimento aos casos de saúde mental como toxicômanos, alcoólatras, organizando-os em grupos homogêneos, desenvolvendo técnicas de terapia de grupo, para solução dos seus problemas;

prestar atendimento psicológico na área educacional, visando o desenvolvimento psíquico, motor e social das crianças e adolescentes em relação a sua integração à escola e à família, para promover o seu ajustamento;

elaborar e aplicar testes, utilizando seu conhecimento e prática dos métodos psicológicos, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomenda a terapia adequada;

prestar atendimento psicológico de ordem psicoterápica e ou de curso preventivo, através de sessões individuais e grupais;

estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação;

participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;

promover processos de ensino-aprendizagem mediante intervenção psicológica;

orientar ações e estratégias voltadas a casos de dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;

realizar avaliação psicológica ante a necessidades específicas identificadas no processo ensino-aprendizado;

executar atividades relativas ao processo de recrutamento, seleção, acompanhamento, treinamento e reciclagem de servidores e estagiários, quando solicitado pelo setor de recurso humanos, utilizando métodos e técnicas apropriadas aos objetivos da instituição;

diagnosticar a existência de possíveis problemas na área da psicomotricidade, disfunções e outros distúrbios, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentaneamente;

participar de programa de saúde mental, através de atividades com a comunidade, visando o esclarecimento e coparticipação;

realizar atendimento familiar para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico;

realizar atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógico;

atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola;

monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de não frequência e evasão escolar;

assegurar o direito de acesso e de permanência na escola;

garantir condições de pleno desenvolvimento do estudante;

atuar em processos de ingresso, regresso, permanência e conclusão dos estudos do estudante;

viabilizar o direito à educação básica do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, jovens e adultos, estudante internado para tratamento de saúde por longo período, em contextos urbanos, rurais;

orientar e dar suporte nos casos de dificuldades de ensino/aprendizagem;

atuar junto aos processos de inclusão, permanência e evolução educacional;

favorecer espaços para acolhida das emoções;

atuar no enfrentamento da violência escolar;

estimular novas perspectivas que promovam a quebra do ciclo de adoecimento mental, entre outras ações de promoção em saúde;

participar na elaboração de normas programáticas de materiais e de instrumentos necessários à realização de atividades da área, visando dinamizar e padronizar serviços para atingir objetivos estabelecidos;

participar da equipe multiprofissional, em atividades de pesquisas e de projetos, de acordo com padrões técnicos propostos, visando o incremento, aprimoramento e desenvolvimento de áreas de trabalho e de interesse da instituição;

participar de programas de atenção primária em centros e postos de Saúde ou na comunidade, organizando grupos específicos, visando a prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico;

auxiliar a equipe médica, fornecendo dados psicopatológicos para diagnosticar o tratamento de enfermidades;

promover a valorização do trabalho de professores e de demais trabalhadores da rede pública de educação;

propor estratégias de intervenção em dificuldades escolares relacionadas a situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, vulnerabilidade social;

orientar os diretores, coordenadores, professores, pais e alunos a seguirem e cumprirem um papelsocialimportante para a escola, respeitando e entendendo os direitos que cada um possui e suas responsabilidades no meio educacional, tornando a família e a escola mais próximas;

atuação em equipe multidisciplinar e/ou interdisciplinar para elaborar, implementar, desenvolver e avaliar os programas e políticas de desenvolvimento de recursos humanos dos servidores municipais;

operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação;

observar a Lei Geral de Proteção Dados – LGPD e suas alterações;

buscar atualização permanentemente;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

Grupo II – Atividades de Nível Médio

Agente de Apoio Educacional;

Assistente Administrativo I – Em extinção;

Auxiliar Administrativo I;

Fiscal de Tributos I – Em extinção;

Secretária Escolar;

Tesoureiro – Em extinção.

CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL

Número de Vagas: 04 (quatro)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso de nível médio.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 5153-25 -*Agente educacional*

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

auxiliar os professores no atendimento das crianças;

favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia das crianças em suas atividades de vida diária e social, no contexto escolar e nas atividades extraclasse, auxiliando-os no que for necessário;

zelar pela boa conduta, segurança, bem estar e conforto das crianças;

apoiar o professor nas ações de cuidar e educar, procurando se espelhar em sua maneira de agir, falar e gesticular;

auxiliar as crianças na higiene pessoal (uso do sanitário, escovação dos dentes, banho, troca de fraldas, vestuário e outros), sempre que necessário e nos horários estabelecidos pela coordenação;

conduzir a criança que faz uso de cadeira de rodas e/ou apresenta dificuldades motoras aos diferentes espaços físicos, bem como realizar a transposição do aluno para o sanitário, carteira escolar e outros

colaborar com o educador na hora do repouso, organizando os colchonetes, lençóis, travesseiros e fronhas, para maior conforto das crianças;

responsabiliza-se pelas crianças que aguardam os pais após o horário de saída da creche, zelando pela sua segurança e bem-estar;

fazer a limpeza e desinfecção dos brinquedos e demais equipamentos de recreação;

oferecer e/ou administrar alimentação as crianças nos horários pré-estabelecidos, de acordo com o cardápio estipulado por faixa etária;

cuidar da higienização das crianças visando à saúde e bem estar;

estimular a participação das crianças nas atividades de grupo como jogos e brincadeiras, visando o desenvolvimento das mesmas;

fazer anotações nas agendas das crianças relatando os acontecimentos do dia para manter as famílias informadas;

acompanhar e auxiliar quando solicitado nas atividades pedagógicas de acordo com a orientação da professora;

zelar e controla os objetos e roupas individuais das crianças e da creche;

auxiliar no planejamento e execução de atividades de oficinas;

participar das reuniões com os pais para informar do progresso e deficiências das crianças;

elaborar relatório mensal das atividades realizadas nas oficinas registrando inclusive com fotos;

encaminhar as folhas de frequência mensal das crianças para o coordenador;

desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 04 (quatro)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso de nível médio.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 4110-10 - Assistente administrativo

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar tarefas administrativas em qualquer órgão do município, atendendo as necessidades especificas do setor, tais como educação, saúde, administração, recursos humanos, patrimônio, finanças e outras;

auxiliar na interpretação e observância de lei, regulamentos, portarias e normas gerais;

auxiliar na preparação de documentação junto ao setor de recursos humanos, contabilidade, licitações, patrimônio ou outros setores;

coletar dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários, efetuando cálculos, para obter informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa;

proceder à tramitação de processos, orçamentos, contratos e demais assuntos administrativos, consultando documentos em arquivos e fichários, levantando dados, efetuando cálculos e prestando informações, quando necessário;

controlar e fiscalizar contratos administrativos quando for designado, verificar prazos estabelecidos;

elaborar, analisar e atualizar quadros demonstrativos, tabelas e gráficos, efetuando cálculos, conversão de medidas, ajustamentos, percentagens e outros, para efeito comparativo;

redigir atos oficiais, projetos, demonstrativos, relatórios certificados, fichas, coletas de preço, mapas estatísticos, boletins, e outros, atendendo asnormas técnicas, a fim de possibilitar a boa apresentação do trabalho;

realizar conferência de lançamentos, listagens, relatórios, notas fiscais, extratos bancários, recibos e outros documentos, verificando a correção de dados, refazendo cálculos, apurando saldos, confrontando com documentação de origem;

pesquisar dados, consultando fichas, relatórios, mapas, prestação de contas, arquivos, e outras fontes, subsidiar a elaboração de documentos, demonstrativos e relatórios de controle;

preparar e/ou traçar quadros demonstrativos,tabelas e gráficos, consultando documentos, efetuando cálculos, registrando informações com base em dados levantados;

receber, ordenar, protocolar e distribuir correspondências, documentos e encomendas, controlando sua movimentação e encaminhando ao setor destinado;

recepcionar pessoas que se dirijam ao setor, prestando as informações desejadas, orientando-as sobre procedimentos para cada caso, baseando-se em normas e registros existentes ou encaminhando-as ao local adequado;

atender e realizar chamadas telefônicas, anotando e enviando recados, para obter ou fornecer informações;

secretariar as escolas municipais e outros departamentos da Administração Pública;

elaborar relatórios de atividades com base em informações de arquivos, fichários e outros;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO I

Número de Vagas: 20 (vinte)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso de nível médio.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 4110-05 - Auxiliar administrativo

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar tarefas administrativas em qualquer órgão do município, atendendo as necessidades especificas do setor, tais como educação, saúde, administração, recursos humanos, patrimônio, finanças e outras;

auxiliar na preparação de documentação junto ao setor de recursos humanos, contabilidade, licitações, patrimônio ou outros setores;

realizar conferência e controle de documentos, realizar cálculos, elaborar tabelas e gráficos;

dar suporte administrativo ao superior imediato, executar serviços de atendimento e orientação ao público;

executar trabalhos de digitação, recepção, coleta, expedição, distribuição, organização e arquivamento de documentos;

elaborar minutas de ofícios diversos, circulares, memorandos, quadros demonstrativos, boletins de frequência e outros;

realizar atendimento telefônico em geral, efetuar o controle de tramitação de processos;

proceder à tramitação de processos, orçamentos, contratos e demais assuntos administrativos, consultando documentos em arquivos e fichários, levantando dados, efetuando cálculos e prestando informações, quando necessário;

organizar e/ou atualizar arquivos e outros, classificando documentos por meio de sistema eficiente para controle dos mesmos e fácil localização;

efetuar atendimento ao público;

elaborar, analisar e atualizar quadros demonstrativos, tabelas e gráficos, efetuando cálculos, conversão de medidas, ajustamentos, percentagens e outros, para efeito comparativo;

receber, ordenar, protocolar e distribuir correspondências, documentos e encomendas, controlando sua movimentação e encaminhando ao setor destinado;

recepcionar pessoas que se dirijam ao setor, prestando as informações desejadas, orientando-as sobre procedimentos para cada caso, baseando-se em normas e registros existentes ou encaminhando-as ao local adequado;

secretariar as escolas municipais e outros departamentos da Administração Pública;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS I – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso de nível médio.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 2544-10 - Fiscal de tributos municipal

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

realizar a fiscalização dos tributos, orientando-se sobre os critérios de fiscalização e práticas correspondentes, para cooperar no aperfeiçoamento e racionalização das normas e medidas fiscalizadoras;

elaborar planos de fiscalização, consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação fiscal, para racionalizar os trabalhos nos órgãos sob sua responsabilidade;

atender e orientar contribuintes e, ainda, planejar, coordenar e dirigir órgãos da administração tributária;

executar as tarefas de fiscalização de tributos do município, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, examinando rótulos, faturas, selos de controle, notas fiscais e outros documentos, para defender os interesses do Município;

fiscalizar o cumprimento da legislação tributária;

constituir o crédito tributário mediante lançamento de tributos;

efetuar cálculos e sistemas explicativos de cálculos de tributos;

auditar documentos fiscais e contábeis básicos e realizar comparações visando o adequado enquadramento fiscal do contribuinte e o cumprimento da obrigação tributária principal e acessória;

lavrar termo de início de ação fiscal, notificações, intimações, auto de infração e aplicar penalidades administrativas quando necessárias;

efetuar diligências, realizar atividades de fiscalização em campo e aplicar todos os mecanismos legais vigentes à consecução da atividade;

analisar, emitir pareceres e/ou tomar decisões sobre processos administrativos fiscais sempre que delegado por autoridade competente;

gerir o cadastro de contribuintes, outorgando inclusões, exclusões, alterações e respectivo processamento de acordo com a legislação;

atender e orientar contribuintes;

supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, quando assim definido em lei ou convênio;

planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores;

acompanhar e informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, bem como planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições de competência municipal;

analisar, elaborar e decidir em processos administrativo fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, à solicitação de retificação de declaração, à imunidade, suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários;

participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária;

observar as ações de fiscalização orientadas ou determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

manter-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas, para difundir a legislação e proporcionar instituições especializadas;

executar serviços gerais da área administrativa, tais como separação, classificação e arquivamento de documentos, transição de dados, lançamentos de ocorrências, fornecimento de informações e atendimento ao público interno e externo;

auxiliar, coordenar, inspecionar e exercer a fiscalização nas construções irregulares e clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos;

coordenar e fiscalizar a localização e existência de alvarás referente ao comércio ambulante, indústria e comércio;

apresentar periodicamente, boletins de atividades realizadas;

coletar informações para futura ação fiscal;

executar o controle de documentos do setor;

possuir conhecimentos elementares da legislação tributária, Federal, Estadual e Municipal;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: SECRETÁRIA ESCOLAR

Número de Vagas: 03 (três)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso de nível médio.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 2523-20 - Secretário escolar (tecnólogo)

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

coordenar e executar as tarefas decorrentes dos encargos da Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes do MEC/FNDE;

organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamento dos alunos, de forma a permitir em qualquer época a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares;

coordenar e orientar as atividades administrativas-financeiras e de pessoal da unidade de Educação, estabelecendo prioridades com os gastos e pedidos para compras de materiais de expediente, didático, de limpeza e merenda escolar para as respectivas unidades;

manter sobre controle todo o material de secretaria usado;

coordenar e efetuar a escrituração e o arquivamento dos documentos das instituições de ensino;

verificar a autenticidade da documentação dos alunos, servidores e a documentação específica da instituição de ensino e registrar em livros, fichas ou instrumentos eletrônicos, resguardadas as características imprescindíveis;

atribuições administrativas, relativas e registro, controle, digitação, conferência, atendimento ao público, dentre outras, bem como atividades relacionadas a execução, acompanhamento e conferências de documentos;

gerenciar os processos de matrícula e de transferência dos alunos, observando a transcrição fiel dos documentos originais;

organizar e manter em dia a coletânea das leis, regulamentos, diretrizes, portarias, circulares, resoluções e demais documentos;

redigir a correspondência, lavrar atas e termos, nos livros próprios;

elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores;

assinar, junto com o Diretor, os documentos escolares que forem expedidos, inclusive diplomas e certificados;

coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;

cumprir e fazer cumprir as determinações legais e as ordens do Diretor ou de quem o substitua;

manter atualizada e ordenada toda legislação de ensino;

organizar o calendário escolar, submetendo-o posteriormente ao diretor;

elaborar calendário escolar e quadro curricular, anualmente;

cumprir e fazer cumprir o regimento escolar, divulgando-o no que couber, junto aos professores, funcionários, alunos e responsáveis;

manter atualizados os dados estatísticos necessários à pesquisa educacional;

secretariar reuniões;

atender a fiscalização dos órgãos oficiais;

coordenar preenchimento de formulários anuais;

providenciar registro ou autorizações para lecionar;

manejar e operacionalizar sistemas informatizados de armazenamento e compartilhamento de dados;

organizar e garantir acesso à informação para todos os setores e unidades escolares;

manter uma postura ética e profissional frente aos integrantes da equipe e a sociedade como um todo;

participar de treinamentos e reuniões na sua área de atuação;

zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à Unidade Escolar ou à Secretaria Municipal de Educação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: TESOUREIRO – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso de nível médio.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 4102-35 Encarregado de tesouraria

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

efetuar o pagamento das despesas, de acordo com a disponibilidade de recursos, esquemas de desembolso e instruções do Chefe do Departamento de Finanças;

manter rigorosamente em dia o controle de saldos das contas de estabelecimentos de créditos, movimentada pela Prefeitura;

proceder quanto ao registro de empenho, liquidação e pagamento quanto a atividade financeira do órgão;

efetuar diariamente o recebimento e a conferência da receita arrecadada;

efetuar o pagamento da despesa, de acordo com a disponibilidade de numerários, os esquemas elaborados e as instruções recebidas pelo chefe do Departamento de Finanças;

executar os processos de recebimento e pagamento e manter atualizados os respectivos registros;

aplicar e resgatar recursos financeiros;

zelar pelo cumprimento dos prazos de pagamento;

zelar pela guarda de documentos e processos em poder da tesouraria;

fazer conciliação bancária; fluxo de caixa; emitir diariamente boletim de caixa;

preparar diariamente, o boletim do movimento geral da Tesouraria, encaminhando-o ao Departamento de Finanças, com os respectivos comprovantes e processos se for o caso;

elaborar balancetes e demonstrativos do trabalho realizado e importâncias recebidas e pagas;

conferir e rubricar livros;

encaminhar documentação necessária para abertura de novas contas bancárias sempre que for necessário;

registrar em livros ou fichas apropriada os títulos e valores sob sua guarda;

registrar em livros ou fichas próprias todo movimento de valores realizados, confrontando diariamente, os saldos reais;

incumbir-se dos contatos com estabelecimentos bancários, em assuntos de sua competência;

movimentar fundos através de programas bancários específicos,

operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados;

emitir parecer sobre as prestações de contas recebidas;

analisar, sob orientação, em sua área de competência, atividades, recursos disponíveis e rotinas de serviços e propor medidas que visem a sua melhoria;

manter total sigilo sobre a guarda de valores e saldos existentes;

participar de treinamentos e reuniões na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

Grupo III – Atividades de Nível Técnico

Auxiliar de Enfermagem;

Mecânico;

Técnico Agrícola I;

Técnico de Enfermagem;

Técnico de Higiene Dental;

Técnico de Segurança do Trabalho.

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Número de Vagas: 05 (cinco)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso de nível médio e Curso Técnico em enfermagem com registro no órgão de classe.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 3222-30 - Auxiliar de enfermagem

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar atividades de apoio, preparando os pacientes para consulta e organizando as chamadas ao consultório e o posicionamento adequado do mesmo;

preparar pacientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos, para facilitar a atividade médica;

coletar material para exame de laboratório, segundo orientação médica;

verificar os dados vitais, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão, para registrar anomalias nos pacientes;

realizar curativos, utilizando medicamentos específicos para cada caso, fornecendo esclarecimentos sobre os cuidados necessários, retorno, bem como procede retirada de pontos, de cortes já cicatrizados;

pesar e medir pacientes;

proceder as coletas de sangue, efetuando os devidos registros;

auxiliar pacientes em sua higiene pessoal, movimentação e de ambulação e na alimentação;

preparar e esterilizar o material e instrumental, ambientes e equipamentos, obedecendo a prescrição;

zelar pela conservação dos instrumentos utilizados;

auxiliar no transporte de pacientes;

auxiliar nos socorros de emergências;

participar em campanhas de educação em saúde e prevenção de doenças;

preencher carteiras de consultas, vacinas, aprazamento, formulários e relatórios;

elaborar relatório das atividades do setor (número de pacientes, exames realizados, vacinas aplicadas e outros), e efetuar o controle diário do material utilizado, anotando a quantidade e o tipo dos mesmos;

requisitar material necessário para o desempenho de suas funções;

orientar o paciente no período pós-consulta;

administrar vacinas e medicações, conforme agendamentos e prescrições respectivamente;

conhecer os fatores que estão ocasionando, em determinado momento, epidemias e surtos de doenças infectocontagiosas, para atuar de acordo com os recursos disponíveis, no bloqueio destas doenças notificadas;

acompanhar junto com a equipe, o tratamento dos pacientes com doenças infectocontagiosas, notificadas para o devido controle das mesmas;

atender crianças e pacientes que dependem de ajuda, auxiliando na alimentação e higiene dos mesmos, a fim de proporcionar-lhes conforto e recuperação mais rápida;

orientar pacientes, prestando informações relativas à higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde;

registrar as tarefas executadas, as observações feitas e as reações ou alterações importantes, anotando-as no prontuário do paciente, para informar a equipe de saúde e possibilitar a tomada de providências imediatas;

trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MECÂNICO

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de ensino médio, Curso Técnico na Área, Carteira Nacional de Habilitação de acordo com o edital e experiência comprovada na área.

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 9144-05 - Mecânico de automóvel, motocicletas e veículos similares

9113-05 – Mecânico de manutenção de máquinas em geral

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

realizar serviços de mecânica em geral, visando a manutenção e conservação de máquinas e equipamentos do município, zelando pelas ferramentas sob sua guarda;

realizar manutenções de motores, sistemas e partes de veículos automotores e equipamentos pesados, substituir peças, reparar e testar desempenho de componentes e sistemas;

efetuar as inspeções de rotina para diagnosticar o estado de conservação e funcionamento dos equipamentos mecânicos tanto de veículos leves como pesados;

manter, inspecionar e reparar máquinas e equipamentos de diferentes espécies, caminhões e carros em geral;

manufaturar e ajustar pequenas peças mecânicas, consertar acessórios para máquinas;

executar a substituição, reparação ou regulagem total ou parcial dos sistemas mecânicos do veículo, utilizando ferramentas apropriadas, para recondicioná-lo e assegurar seu funcionamento;

executar a lubrificação, regulagens e calibragens de todos os equipamentos mecânicos, hidráulicos e pneumáticos, conforme especificações de cada máquina, utilizando os instrumentos apropriados;

executar manutenção preventiva e corretiva do sistema hidráulico, examinando e detectando defeitos nos seus componentes;

fazer embuchamento geral de lâminas, retificação de tambores das viaturas em geral, reconstruir e substituir quando necessário, unidades e partes relacionadas com motores;

fazer revisão, lavagem e troca de óleo de máquinas e veículos em geral;

desamassar e reparar carrocerias metálicas;

verificar o estado de rolamentos, trocando-os se necessário, de acordo com padrões estabelecidos;

manter dados e referências dos equipamentos e peças de reposição;

executar trabalhos de montagem, desmontagem e ajustamento de máquinas e motores, corrigindo os defeitos encontrados;

efetuar a conservação de instalações eletromecânicas;

interpretar e elaborar desenhos e projetos técnicos e executá-los em peças;

anotar os reparos feitos, peças trocadas, para efeito de controle;

executar pequenos serviços de solda, quando necessário;

quando terceirizado o serviço, fiscalizar e testar o serviço executado, colocando o veículo ou máquinas rodoviárias em funcionamento, dirigindo-o, se for o caso, para comprovar o seu resultado;

testar o veículo, tratores e máquinas leves e pesadas uma vez reparado, dirigindo-o para comprovar o resultado da tarefa realizada;

desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;

estar disponível a deslocamentos durante o expediente para prestação de serviços no território do Município;

prestar socorro a veículos em trânsito, dirigindo-se ao local e providenciando a reposição das peças que estão impossibilitando o funcionamento;

registrar as quantidades e tipos de materiais utilizados e/ou aplicados, organizando fichas e mapas de controle, possibilitando o cálculo dos serviços prestados;

informar ao superior imediato a real necessidade de substituições de peças dos veículos;

trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao trabalho;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e determinadas pelo superior imediato.

CARGO: TÉCNICO AGRÍCOLA I

Número de Vagas: 04 (quatro)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso de nível médio e curso de Técnico Agrícola, com registro, quando necessário e/ou solicitado, no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 3211-05 - Técnico agrícola

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

prestar assistência técnica aos agricultores sobre métodos de cultura na aplicação, comercialização, no manejo e regulagem de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos;

coletar amostras de plantas e de solos, para fins de exame, identificação e classificação;

realizar visitas técnicas nas propriedades rurais;

realizar culturas experimentais através do plantio de canteiros;

efetuar cálculos para adubação e preparar a terra, informar aos lavradores sobre a conveniência da introdução de novas culturas e equipamentos indicados para cada lavoura, bem como a manutenção e conservação dos mesmos;

responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com sua formação profissional;

assessorar a administração, órgãos e lideranças na implementação de projetos e programas de interesse das famílias rurais, observando as restrições regulamentares de sua profissão;

participar da elaboração e gestão do planejamento estratégico dos programas agropecuários do município;

executar tratamento de descarte de resíduos de materiais de seu local de trabalho;

implantar sistemas de irrigação e drenagens;

acompanhar as pesagens de ingredientes e preparo do solo objetivando a obtenção de produtos com qualidade adequada;

auxiliar na distribuição, execução e incentivo ao plantio de árvores, frutíferas, silvestres, ornamentais e de atividades econômicas;

acompanhar a implantação dos projetos de canteiros de plantas ornamentais em áreas públicas quanto ao dimensionamento do canteiro, preparo do solo e plantio;

acompanhar o plantio de arvores em áreas públicas na arborização viária, recuperação de áreas degradadas ou implantação de projetos paisagísticos;

orientar tecnicamente a manutenção de plantas em espaços públicos, roçagens, podas, fertilização, irrigação e demais tratos silviculturais;

responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com sua formação profissional;

auxiliar e participar em experimentos definidos pelos profissionais da área, realizando testes, análises e outros trabalhos de laboratório, efetuando cultivo e o acompanhamento de pragas e inimigos naturais, para manter controle e identificação de microorganismos nocivos as culturas e dos meios mais adequados de combate a estas pragas;

auxiliar docentes no treinamento de alunos e estagiários para operação de instrumentos e execução de técnicas de campo;

organizar arquivos e orientar o envio e recebimento de documentos pertinentes de sua área de atuação;

desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;

participar de treinamentos, cursos na sua área de atuação;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Número de Vagas: 03 (três)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de curso de nível médio, Curso Técnico em enfermagem e registro no órgão de classe.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 3222-05 - Técnico de enfermagem

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos pacientes, sob supervisão do enfermeiro;

auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção;

proceder à triagem dos pacientes; fazer inalações; aplicar e conservar vacinas; efetuar pequenos e grandes curativos; executar punções de artérias e veias; entre outros procedimentos não privativos da enfermagem;

executa diversas tarefas de enfermagem, como administração de sangue e plasma, controle da pressão venosa, monitorização e aplicação de respiradores artificiais, prestação de cuidados de conforto, para proporcionar maior bem-estar físico e mental aos pacientes;

preparar pacientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos;

colher e ou auxiliar o paciente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação;

orientar e auxiliar pacientes, prestando informações relativas à higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde;

verificar os sinais vitais e as condições gerais do paciente, segundo prescrição médica e de enfermagem;

preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do Enfermeiro;

controlar e manter atualizado fichário contendo informações sobre pacientes, tratamento e medicamentos ministrados e outros dados de interesse médico;

cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem;

realizar a movimentação e o transporte de pacientes de maneira segura;

auxiliar nos atendimentos de urgência e emergência;

realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico;

efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar, conforme as normas do município, o material necessário à prestação da assistência à saúde do paciente;

controlar o estoque de medicamentos, materiais e instrumentos médicos e odontológicos, requisitando-os quando necessário;

manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;

executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos, bem como seu armazenamento e distribuição;

auxiliar de acordo com a orientação recebida, o médico ou dentista, no atendimento aos pacientes;

auxiliar no desenvolvimento dos programas de enfermagem, relativos à proteção, recuperação e reabilitação da saúde pública;

fazer visitas domiciliares e a escolas, segundo programação estabelecida, para encaminhamento de pacientes aos postos de saúde; medir a temperatura e registrá-la nos gráficos de febre;

atender doentes em isolamento, de acordo com instruções recebidas;

promover e fazer higienização dos doentes;

manter o local de trabalho limpo e arrumado;

orientar os servidores que auxiliem na execução de atribuições típicas da classe;

fazer o registro do trabalho realizado durante o dia; exercer atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe: o planejamento, a programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;

auxiliar na prevenção e execução de programas de assistência integral à saúde e participando de programas de higiene e segurança do trabalho, e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho além, de assistência de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro;

participar dos trabalhos relativos aos programas de planejamento familiar e atendimento às gestantes, e outros programas direcionados aos doentes;

desenvolve programas de orientação às gestantes, às doenças transmissíveis e outras, desenvolvendo, com o enfermeiro, atividades de treinamento e reciclagem, para manter os padrões desejáveis de assistência aos pacientes;

participar das atividades relativas ao programa de prevenção ao câncer;

participa de trabalhos com crianças, desenvolvendo programa de suplementação alimentar, para prevenção da desnutrição;

cumprir o código de ética da profissão;

operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de ensino médio, curso técnico ou profissionalizante em saúde bucal, com habilitação legal para o exercício da profissão.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 3224-05 - Técnico em saúde bucal

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

organizar o agendamento de consultas e fichários de pacientes;

preparar e organizar o ambiente clínico;

recepcionar e preparar os pacientes para atendimentos, instrumentando o cirurgião dentista e manipulando materiais de uso odontológico;

colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos;

orientar os pacientes quanto à prevenção e conservação da saúde dentária e bucal e à procura de tratamento especializado;

demonstrar técnicas de escovação, ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião-dentista;

fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista;

realizar fotografias e tomadas de uso odontológicos exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas;

fazer a tomada e revelação de radiografias intrabucais;

inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista;

aplicar substâncias para prevenção de cárie;

inserir e condensar materiais restauradores;

polir restaurações e remover suturas;

remover indultos, placas e cálculos supragengivais;

proceder a limpeza e a assepsia da sala ou equipamentos;

confeccionar modelos e preparar moldeiras;

aplicar conhecimentos específicos, executando a remoção de indutos, placas e tártaro supragengival, fazendo a aplicação tópica de substâncias e realizando demonstrações de técnicas de escovagens, para contribuir na prevenção da cárie dental;

fazer limpeza profilática dos dentes e gengivas,

tratar de afecções da boca, usando procedimentos clínicos ou protéticos, para promover a conservação dos dentes e gengivas;

trabalhar seguindo normas de segurança, higiene e qualidade;

supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal;

participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais;

controlar estoque de material e instrumental;

cuidar da manutenção, conservação, limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de materiais, instrumentos e equipamento odontológico, assim como o ambiente de trabalho;

aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de Ensino Médio Profissionalizante na área ou Ensino Médio e curso Técnico em Segurança do Trabalho, com habilitação legal para o exercício da profissão.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 3516-05 - Técnico em segurança do trabalho

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

promover programas de prevenção de acidentes, orientando os trabalhadores quanto ao uso de equipamentos de proteção individual, elaborando planos de prevenção de riscos ambientais, fazendo inspeção de segurança, laudos técnicos e ainda organizando;

promover atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores, com a finalidade de evitar acidentes;

planejar a política de saúde e segurança do trabalho; diagnosticar condições gerais da área de Saúde e Segurança no Trabalho; analisar tecnicamente as condições ambientais de trabalho; comparar a situação atual com a legislação; avaliar e comparar os referenciais legais da política a ser implantada; mostrar o impacto econômico de implantação da política; desenvolver sistema de gestão de Saúde e Segurança no Trabalho; negociar a aplicabilidade da política; participar de reforma e elaboração de normas regulamentadoras;

propor medidas que visem o saneamento de doenças ocupacionais;

selecionar metodologia para investigação de acidentes; analisar causas de acidentes; determinar causas de acidentes; identificar perdas decorrentes do acidente; elaborar relatório de acidente de trabalho; propor recomendações técnicas; verificar eficácia das recomendações;

propor medidas saneadoras quanto aos fatores ambientais no trabalho;

apresentar relatórios à autoridade competente, visando sanar os fatores insalubres na Prefeitura;

preencher documentos e mapas a serem enviados ao setor de medicina do trabalho;

elaborar projetos que visem a prevenção e combate a incêndios;

promover cursos de prevenção de acidentes;

propor medidas que visem a proteção ao meio ambiente;

elaborar cronograma de ações educativas de segurança e saúde do trabalho; elaborar recursos e materiais didáticos de ações educativas de segurança e saúde; interagir com equipes multi-disciplinares; disponibilizar material e recursos didáticos; difundir informações; utilizar métodos e técnicas de comunicação; avaliar ações educativas de segurança e saúde; participar dos programas de humanização do ambiente de trabalho; orientar órgãos públicos e comunidade para o atendimento de emergências ambientais; participar de ações emergenciais;

participar de perícias e fiscalizações: elaborar laudos periciais; atuar como perito; interagir com os setores envolvidos; propor medidas e soluções; acompanhar processos nas diversas esferas judiciárias;

recomendar, fiscalizar e controlar a distribuição e utilização dos equipamentos de proteção individual;

elaborar manual do sistema de gestão de Saúde e Segurança no Trabalho; elaborar normas de procedimentos técnicos e administrativos; produzir anexos de atualização; gerar relatórios de resultados; documentar procedimentos e normas de sistemas de segurança; controlar atualização de documentos, normas e legislação; revisar documentação de Saúde e Segurança no Trabalho; atualizar registros; organizar banco de dados; alimentar rede de informações;

manter relacionamento com órgãos federais, estaduais e municipais, visando o aprimoramento dos trabalhos;

preencher guias de acidente do trabalho, quando solicitado;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

Grupo IV – Atividades de Nível Fundamental

Agente Comunitário de Saúde – Em extinção;

Agente de Saúde I – Em extinção;

Agente Educacional – Em extinção;

Agente Sanitarista – Em extinção;

Agente Social – Em extinção;

Auxiliar de Serviços Gerais I;

Auxiliar de Serviços Gerais II;

Jardineiro – Em extinção;

Mecânico – Em extinção;

Motorista;

Motorista A (Ônibus) – Em extinção;

Operador de Máquina;

Operador de Máquina Rodoviária I – Em extinção;

Pedreiro;

Vigia – Em extinção.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – EM EXTINÇÃO - Lei Federal nº 11.350/2006

Número de Vagas: 06 (seis)

Titulação Exigida: Certificado de conclusão de ensino médio e ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com jornada de trabalho mínima de 40h.

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo 30 (trinta) horas semanais para atividades externas em campo e 10 (dez) horas semanais para atividades de planejamento.

Código CBO: 5151-05 - Agente Comunitário de Saúde

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

trabalhar na prevenção de doenças e de promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal;

trabalhar com adstrição de famílias em base geográfica definida para atuação;

cadastrar todas as pessoas de sua área geográfica de atuação e manter os cadastros atualizados;

detalhar as visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde;

atuar na consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;

a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento:

da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;

da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;

da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura;

do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;

da pessoa em sofrimento psíquico;

da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;

da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;

dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento:

de situações de risco à família;

de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde;

do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação;

o Agente Comunitário de Saúde que tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados deverá:

aferir a pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

medir a glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

aferir a temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

orientar e apoiar, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;

fazer a verificação antropométrica.

o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;

acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade com visitas programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita/família/mês;

desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adstrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, como por exemplo, combate à dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco;

auxiliar na organização das reuniões de hipertensos e diabéticos, colaborando com o serviço médico na pesagem, extração de medidas e demais serviços de enfermagem;

atuar com o Agente de Combate às Endemias na realizarão de atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico.

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: AGENTE DE SAÚDE I – EM EXTINÇÃO - Lei Federal nº 11.350/2006

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais, sendo 30 horas semanais para atividades externas em campo e 10 horas semanais para atividades de planejamento.

CBO: 5151-05 - Agente Comunitário de Saúde

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

trabalhar na prevenção de doenças e de promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal;

trabalhar com adstrição de famílias em base geográfica definida para atuação;

cadastrar todas as pessoas de sua área geográfica de atuação e manter os cadastros atualizados;

detalhar as visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde;

atuar na consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;

a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento:

da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;

da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;

da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura;

do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;

da pessoa em sofrimento psíquico;

da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;

da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;

dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento:

de situações de risco à família;

de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde;

do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação;

o Agente Comunitário de Saúde que tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados deverá:

aferir a pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

medir a glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

aferir a temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

orientar e apoiar, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;

fazer a verificação antropométrica.

o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;

acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade com visitas programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita/família/mês;

desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adstrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, como por exemplo, combate à dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco;

auxiliar na organização das reuniões de hipertensos e diabéticos, colaborando com o serviço médico na pesagem, extração de medidas e demais serviços de enfermagem;

atuar com o Agente de Combate às Endemias na realizarão de atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico.

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: AGENTE EDUCACIONAL – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 04 (quatro)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 5153-25 -*Agente educacional*

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

auxiliar os professores no atendimento das crianças;

favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia das crianças em suas atividades de vida diária e social, no contexto escolar e nas atividades extraclasse, auxiliando-os no que for necessário;

zelar pela boa conduta, segurança, bem estar e conforto das crianças;

apoiar o professor nas ações de cuidar e educar, procurando se espelhar em sua maneira de agir, falar e gesticular;

auxiliar as crianças na higiene pessoal (uso do sanitário, escovação dos dentes, banho, troca de fraldas, vestuário e outros), sempre que necessário e nos horários estabelecidos pela coordenação;

conduzir a criança que faz uso de cadeira de rodas e/ou apresenta dificuldades motoras aos diferentes espaços físicos, bem como realizar a transposição do aluno para o sanitário, carteira escolar e outros

colaborar com o educador na hora do repouso, organizando os colchonetes, lençóis, travesseiros e fronhas, para maior conforto das crianças;

responsabiliza-se pelas crianças que aguardam os pais após o horário de saída da creche, zelando pela sua segurança e bem-estar;

fazer a limpeza e desinfecção dos brinquedos e demais equipamentos de recreação;

oferecer e/ou administrar alimentação as crianças nos horários pré-estabelecidos, de acordo com o cardápio estipulado por faixa etária;

cuidar da higienização das crianças visando à saúde e bem estar;

estimular a participação das crianças nas atividades de grupo como jogos e brincadeiras, visando o desenvolvimento das mesmas;

fazer anotações nas agendas das crianças relatando os acontecimentos do dia para manter as famílias informadas;

acompanhar e auxiliar quando solicitado nas atividades pedagógicas de acordo com a orientação da professora;

zelar e controla os objetos e roupas individuais das crianças e da creche;

auxiliar no planejamento e execução de atividades de oficinas;

participar das reuniões com os pais para informar do progresso e deficiências das crianças;

elaborar relatório mensal das atividades realizadas nas oficinas registrando inclusive com fotos;

encaminhar as folhas de frequência mensal das crianças para o coordenador;

desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: AGENTE SANITARISTA – EM EXTINÇÃO – Lei Federal nº 11.350/2006

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais, sendo 30 horas semanais em campo e 10 horas semanais para atividades de planejamento e avaliação das ações.

Código CBO: 3522-10 - Agente sanitarista

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

desenvolver ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;

participar de campanhas preventivas; incentivar atividades comunitárias;

auxiliar em tarefas e atividades na área de saúde, tanto de caráter interno como externo, de apoio, administrativas ou de natureza geral;

realizar vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos;

analisar processos, prestar informações, emitir pareceres e relatórios;

dar conhecimento da legislação sanitária e promover a educação sanitária;

proceder a inspeção cuidadosa de caixas d'água, calhas e telhados;

aplicar larvicidas e inseticidas;

orientar a comunidade para promoção da saúde;

contribuir para promover uma integração entre as vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental;

promover comunicação entre unidade de saúde, autoridades e comunidade;

elaborar relatórios e encaminhar para autoridades competentes, solicitando providências quando necessário;

realizar ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com os ACS – Agentes Comunitários de Saúde e as equipes de Atenção Básica;

identificar casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhá-los, quando indicado, à unidade de saúde de referência, assim como comunicar o fato à autoridade sanitária responsável;

divulgar, entre a comunidade, informações sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção coletivas e individuais;

exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de controle integrado de vetores;

orientação da comunidade, de forma integrada com os ACS, quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção à saúde para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;

executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e/ou coleta de reservatórios de doenças;

realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de intervenção;

executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;

realizar identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;

rastrear focos de doenças específicas;

promovem educação sanitária e ambiental;

realizar manutenção dos sistemas de abastecimento de água;

socorrer as vítimas e realizam ações de controle de endemias;

atuar junto aos domicílios, informando os seus moradores sobre a doença - seus sintomas e riscos - e o agente transmissor e medidas de prevenção;

informar o responsável pelo imóvel não residencial, sobre a importância da verificação da existência de larvas ou mosquitos transmissores da dengue;

vistoriar imóveis não residenciais, acompanhado pelo responsável, para identificar locais de existência de objetos que sejam ou possam se transformar em criadouros de mosquito transmissor da dengue;

orientar e acompanhar o responsável pelo imóvel não residencial na remoção, destruição ou vedação de objetos que possam se transformar em criadouros de mosquitos;

orientar a população sobre a forma de evitar e eliminar locais que possam oferecer risco para a formação de criadouros do *Aedes aegypti;*

promover reuniões com a comunidade com o objetivo de mobilizá-la para as ações de prevenção e controle da dengue;

alimentar os sistemas e programas que façam parte das atividades desenvolvidas;

responsabilizar-se pela guarda e encaminhamento de documentos e informações para os setores competentes;

zelar pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: AGENTE SOCIAL – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 03 (três)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 5153-10 - Agente social

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

auxiliar e executar as atividades inerentes ao CRAS/CREAS, de acordo com as instruções do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

ajudar as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, encaminhamento para assistente social;

assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, encaminhamento médico e de outra natureza, para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;

registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais;

auxiliar na promoção de cursos e atividades esportivas culturais, artes e outras que contribuam para o desenvolvimento psicossocial das crianças, adolescentes e idosos;

efetuar visitas domiciliares e reuniões de grupo;

contribuir com a equipe técnica na mobilização para reuniões;

favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia das crianças em suas atividades de vida diária e social, no contexto escolar e nas atividades extraclasse, auxiliando-os no que for necessário;

zelar pela boa conduta, segurança, bem estar e conforto das crianças;

apoiar o professor nas ações de cuidar e educar, procurando se espelhar em sua maneira de agir, falar e gesticular;

auxiliar as crianças na higiene pessoal (uso do sanitário, escovação dos dentes, banho, troca de fraldas, vestuário e outros), sempre que necessário e nos horários estabelecidos pela coordenação;

auxiliar no planejamento e execução de atividades de oficinas;

acompanhar e auxiliar quando solicitado nas atividades pedagógicas de acordo com a orientação da professora;

oferecer e/ou administrar alimentação as crianças nos horários pré-estabelecidos, de acordo com o cardápio estipulado por faixa etária;

cuidar da higienização das crianças visando à saúde e bem estar;

estimular a participação das crianças nas atividades de grupo como jogos e brincadeiras, visando o desenvolvimento das mesmas;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

Número de Vagas: 22 (vinte e duas)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 7170-20 - Ajudante de obras, Ajudante de saneamento, Auxiliar de pedreiro, Meia-colher, Servente (construção civil), Servente de obras, Servente de pedreiro.

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

carregar e descarregar veículos em geral;

transportar e arrumar mercadorias e materiais diversos;

roçar, capinar e limpar materiais e pastagens das estradas, ruas e outros logradouros;

executar trabalhos de construção e conservação de obras de construção civil;

transportar instrumentos de topografia, transportar e elevar materiais de construção e instalação de água e esgoto;

preparar argamassas, armar andaimes;

fazer trabalhos de limpeza nas diversas dependências dos edifícios públicos;

transportar volumes;

zelar pelos cemitérios municipais;

realizar atividades de suporte, manutenção e conservação de máquinas, equipamentos, peças e estruturas em geral;

executar consertos, serviços de reparação e pintura nas instalações públicas municipais;

realizar tarefas auxiliares de reparação, operações de montagem e desmontagem, regulagem e conservação em sistemas e aparelhos elétricos;

executar serviços de manutenção elétrica predial;

executar operações de montagem e desmontagem, regulagem, conservação e lubrificação de máquinas;

auxiliar na execução de serviços de alvenaria e revestimentos;

executar serviços de suporte e manutenção relativas à conservação de construções prediais e viárias;

executar tarefas de reparação e pavimentação de calçamento;

auxiliar na montagem de peças e estruturas;

auxiliar na confecção e montagem de estruturas de ferro e madeira;

auxiliar nas atividades onde serão iniciadas obras de infraestrutura;

transportar instrumentos e equipamentos em geral;

operar e executar tarefas com aparelhos, máquinas e equipamentos quando necessário;

prestar auxílio na execução de tarefas relativas as áreas de: construção, manutenção, mecânica, limpeza e conservação de viveiros, jardins, praças, prédios, logradouros públicos e outros;

varrer ruas, terrenos e outros logradouros públicos;

fazer a coleta e transporte de lixo para caminhões;

cavar e limpar valas, valetas, bueiros, fossas e outros;

fazer a limpeza de córregos e ribeirões; drenar e aterrar depressões ou escavações das estradas;

auxiliar na construção e reparo de pontes, bueiros e mata-burros; cavar o solo para implantação de manilhas;

preparar qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e concreto; carregar tijolos, telhas, tacos e outros, bem como auxiliar no assentamento dos mesmos;

se necessário operar terminais de computador;

efetuar atendimento ao público;

zelar pela guarda e conservação das ferramentas e/ou equipamentos de trabalho;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

Número de Vagas: 20 (vinte)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Código CBO: 5143-20 - Auxiliar de limpeza, faxineira, servente de limpeza

Código CBO: 5132 – Cozinheiros

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral, ajudar na remoção ou arrumação de móveis e utensílios, executar tarefas inerentes ao preparo e distribuição de café e de merenda, selecionando alimentos, preparando refeições;

fazer o serviço de faxina em geral, remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios, arrumar banheiros e toaletes;

auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama, lavar e encerar assoalhos, lavar e passar vestuários e roupas de cama, mesa e banho, coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados, lavar vidros, espelhos e persianas, varrer pátios, fazer café e, eventualmente, servi-lo, fechar portas, janelas e vias de acesso;

efetuar o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções estabelecidas;

selecionar os ingredientes necessários ao preparo das refeições;

distribuir as refeições preparadas;

registrar o número de refeições distribuídas, para fins de cálculos estatísticos, efetuar o controle do material existente no setor;

receber, recolher e lavar louça e talheres após as refeições, colocando-os no setor de lavagem; zelar pela limpeza no local do trabalho;

zelar e cuidar de próprios municipais, tais como: unidades de recreação, escolas, unidades de saúde prédios e instalações;

conservar a cantina em boas condições de uso, procedendo a limpeza e arrumação dos locais;

trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene e saúde;

auxiliar no controle dos produtos utilizados na cantina, informando ao setor competente da necessidade de reposição de estoque;

varrer ruas, terrenos e outros logradouros públicos;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: JARDINEIRO – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado.

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 6220-10 - Jardineiro

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar serviços de jardinagem e arborização em ruas e logradouros públicos, plantando e conservando as árvores, jardins, flores, arbustos e outras plantas para conservá-los e embelezar a cidade;

preparar a terra, arando, escavando, adubando, irrigando e efetuando outros tratos necessários para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas ornamentais;

efetuar o plantio de sementes e mudas; colocando-as em covas previamente preparadas no canteiro, para obter a germinação e o enraizamento;

efetuar a formação de novos jardins e gramados, renovando-lhes as partes danificadas, transplantando mudas erradicando ervas daninhas e procedendo a limpeza dos mesmos, para mantê-los em bom estado de conservação;

preparar canteiros, colocando anteparos de madeira e de outros materiais, seguindo os contornos estabelecidos para manter a estética dos locais;

realizar a capina de plantações, jardins e viveiros; arruar plantações; formar coroas sob pés de plantas; regar plantas; identificar pragas e parasitas em plantações, jardins e viveiros; arrancar ervas daninhas e plantas doentes;

realizar a rega de canteiros/ praças com o caminhão-pipa;

aplicar defensivos agrícolas contra insetos e pragas, bem como extinguir formigueiros; observando as instruções predeterminadas;

pulverizar plantações e jardins com defensivos agrícolas e adubos foliares; transportar produtos agrícolas do campo para instalações;

operar máquinas de pequeno porte como roçadeira, cortador de grama elétrico e motosserra;

lavar ferramentas e equipamentos; guardando-os em suas devidas instalações; construir viveiros; selecionar sementes; semear grãos em germinador; construir canteiros de sementes; misturar nutrientes em terra; encher sacos plásticos com terras e nutrientes;

realizar poda de plantação, jardins, gramados e sob supervisão de árvores e arbustos;

zelar pelos equipamentos, ferramentas e outros materiais utilizados, colocando-os em local apropriado para deixá-los em conservação de uso;

requisitar o material necessário ao trabalho;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MECÂNICO – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 9144-05 - Mecânico de automóvel, motocicletas e veículos similares

9113-05 – Mecânico de manutenção de máquinas em geral

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

realizar serviços de mecânica em geral, visando a manutenção e conservação de máquinas e equipamentos do município, zelando pelas ferramentas sob sua guarda;

realizar manutenções de motores, sistemas e partes de veículos automotores e equipamentos pesados, substituir peças, reparar e testar desempenho de componentes e sistemas;

efetuar as inspeções de rotina para diagnosticar o estado de conservação e funcionamento dos equipamentos mecânicos tanto de veículos leves como pesados;

manter, inspecionar e reparar máquinas e equipamentos de diferentes espécies, caminhões e carros em geral;

manufaturar e ajustar pequenas peças mecânicas, consertar acessórios para máquinas;

executar a substituição, reparação ou regulagem total ou parcial dos sistemas mecânicos do veículo, utilizando ferramentas apropriadas, para recondicioná-lo e assegurar seu funcionamento;

executar a lubrificação, regulagens e calibragens de todos os equipamentos mecânicos, hidráulicos e pneumáticos, conforme especificações de cada máquina, utilizando os instrumentos apropriados;

executar manutenção preventiva e corretiva do sistema hidráulico, examinando e detectando defeitos nos seus componentes;

fazer embuchamento geral de lâminas, retificação de tambores das viaturas em geral, reconstruir e substituir quando necessário, unidades e partes relacionadas com motores;

fazer revisão, lavagem e troca de óleo de máquinas e veículos em geral;

desamassar e reparar carrocerias metálicas;

verificar o estado de rolamentos, trocando-os se necessário, de acordo com padrões estabelecidos;

manter dados e referências dos equipamentos e peças de reposição;

executar trabalhos de montagem, desmontagem e ajustamento de máquinas e motores, corrigindo os defeitos encontrados;

efetuar a conservação de instalações eletromecânicas;

interpretar e elaborar desenhos e projetos técnicos e executá-los em peças;

anotar os reparos feitos, peças trocadas, para efeito de controle;

executar pequenos serviços de solda, quando necessário;

quando terceirizado o serviço, fiscalizar e testar o serviço executado, colocando o veículo ou máquinas rodoviárias em funcionamento, dirigindo-o, se for o caso, para comprovar o seu resultado;

testar o veículo, tratores e máquinas leves e pesadas uma vez reparado, dirigindo-o para comprovar o resultado da tarefa realizada;

desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;

estar disponível a deslocamentos durante o expediente para prestação de serviços no território do Município;

prestar socorro a veículos em trânsito, dirigindo-se ao local e providenciando a reposição das peças que estão impossibilitando o funcionamento;

registrar as quantidades e tipos de materiais utilizados e/ou aplicados, organizando fichas e mapas de controle, possibilitando o cálculo dos serviços prestados;

informar ao superior imediato a real necessidade de substituições de peças dos veículos;

trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente;

desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico;

zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao trabalho;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MOTORISTA

Número de Vagas: 17 (dezessete)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado

Titulação Complementar: Categoria da Carteira Nacional de Habilitação – CNH e curso específico a ser definido no Edital de Abertura de Concurso.

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 7823-05 – motorista de carro de passeio;

Código CBO: 7823-10 - motorista de furgão ou veículo similar;

Código CBO: 7823-20 - condutor de ambulância;

Código CBO: 7824-05 - motorista de ônibus rodoviário;

Código CBO: 7825-10 - motorista de caminhão.

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar atividade específica, de natureza operacional, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas;

dirigir automóveis, ônibus, camionetas e caminhões, empregados no transporte oficial de cargas e passageiro;

dirigir ambulância, empregada no transporte de doentes;

dirigir o veículo, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e a sinalização, para conduzi-los aos locais indicados;

conduzir qualquer veículo do setor ou de outros setores, quando houver determinação da Administração, desde que condizente com a habilitação definida em sua Carteira;

executar a direção de veículos na sede e na zona rural do Município, bem como para outros municípios, de forma permanente ou transitória de acordo com as necessidades da administração municipal;

tratar os passageiros com atenção e ajuda-los na carga e descarga de seus pertences;

trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos à quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho;

prestar conta, dentro das normas estabelecidas, das despesas de viagem, quando for o caso;

vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter, e testando freios e parte elétrica, certificando-se de suas condições de funcionamento e pronto emprego;

informar defeitos do veículo, preenchendo ficha específica no almoxarifado, para ser encaminhada a chefe da manutenção;

manter-se atento e informar aos superiores as épocas e condições para realização de manutenções preventivas especialmente as de revisões em período de garantia, sem prejuízo de acompanhar os trabalhos realizados em oficinas credenciadas pela municipalidade, quando de manutenções corretivas do veículo sob sua responsabilidade;

realizar, sempre que determinado, encaminhamento e acompanhamento de serviços realizados no veículo sob sua responsabilidade;

examinar as ordens de serviço, verificando o itinerário a ser seguido, a localização destino para onde serão transportados os funcionários, pacientes, materiais e/ou máquinas;

zelar pela conservação e segurança dos veículos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário;

controlar a carga e descarga do material transportado, orientando a sua arrumação no veículo para evitar acidentes;

recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem da Prefeitura ou local determinado pelo superior imediato;

fazer reparos de emergência;

colaborar com a limpeza interna e externa dos veículos, mantendo-os bem apresentáveis, lubrificados, abastecidos e prontos para imediata utilização;

cumprir escala de trabalho;

manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;

participar de programa de treinamento, quando convocado;

dirigir obedecendo a sinalização e velocidade indicadas;

executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: MOTORISTA A (ÔNIBUS) – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 01 (uma)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado e possuir Carteira Nacional de Habilitação categoria “D”.

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 7824-05 - motorista de ônibus rodoviário

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar atividade específica, de natureza operacional, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas;

dirigir veículos transportando pessoas, cargas, materiais e outros, conforme solicitação, zelando pela segurança;

dirigir o veículo, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e a sinalização, para conduzi-los aos locais indicados;

executar a direção de veículos na sede e na zona rural do Município, bem como para outros municípios, de forma permanente ou transitória de acordo com as necessidades da administração municipal;

cumprir escala de trabalho;

efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo;

prestar ajuda no carregamento e descarregamento de materiais, encaminhando-os ao local destinado;

preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos à quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho;

conduzir veículo automotor destinado ao transporte de passageiros ou carga que se exija habilitação até categoria “D” e executar sua manutenção periódica;

registrar os serviços executados pelo veículo;

controlar o consumo de combustível e lubrificante, efetuando reabastecimento e lubrificação dos veículos, bem como prazos ou quilometragem para revisões;

recolher o veículo a garagem ou local destinado quando concluída a jornada diária;

comunicar qualquer defeito por ventura existente no veículo, não transitando com o mesmo até que se realize o conserto;

fazer reparos de emergência;

manter-se atento e informar aos superiores as épocas e condições para realização de manutenções preventivas especialmente as de revisões em período de garantia, sem prejuízo de acompanhar os trabalhos realizados em oficinas credenciadas pela municipalidade, quando de manutenções corretivas do veículo sob sua responsabilidade;

informar defeitos do veículo, preenchendo ficha específica no almoxarifado, para ser encaminhada a chefe da manutenção;

vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter, e testando freios e parte elétrica, certificando-se de suas condições de funcionamento e pronto emprego;

manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;

trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;

portar os documentos do veículo e zelar pela sua conservação;

colaborar com a limpeza interna e externa dos veículos, mantendo-os bem apresentáveis, lubrificados, abastecidos e prontos para imediata utilização;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA

Número de Vagas: 15 (quinze)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado.

Titulação Complementar: Categoria da Carteira Nacional de Habilitação – CNH e experiência na área a ser definido no Edital de Abertura de Concurso.

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 7151-25 - Operador de máquina rodoviária.

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

operar, dirigir e controlar veículos motorizados, especiais, tais como: guinchos, guindastes, máquinas de limpeza de rede de esgoto, retroescavadeiras, carro plataforma, máquinas rodoviárias, agrícolas, tratores e outras máquinas montadas sobre rodas ou esteiras e providas de implementos auxiliares que servem para mexer ou carregar terra, pedra, areia, cascalho e similares;

operar máquinas providas de pá mecânica ou caçamba, acionando os comandos necessários para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais similares;

operar máquinas de abrir canais de drenagem, acionando os comandos necessários;

operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos, acionando os comandos para executar obras na construção civil, estradas e pistas;

operar máquinas providas de rolos compressores, acionando comandos para compactar e aplainar os materiais utilizados nas construções de estradas;

operar máquinas para estender camadas de asfalto ou betume;

operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos, zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

abrir valetas e cortar taludes; proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes;

executar a limpeza de bueiros, fossas, esterqueiras e outros; fazer a recuperação e conservação de estradas; retirar entulhos e terra, zelando pela limpeza e conservação da cidade;

estudar o local de trabalho e dos serviços a serem executados, determinando o tipo de equipamento, para assegurar um atendimento eficiente;

ajustar as correias transportadoras à pilha pulmão do conjunto de britagem;

verificar o estado funcional dos equipamentos, testando-os e retirando-os de uso, para não comprometer a segurança pessoal e patrimonial dos munícipes;

fazer boletim diário, anotando horas trabalhadas, horas a disposição, horas de manutenção, quantidade de combustível e óleo gasto, a fim de fornecer dados para manutenção preventiva da máquina;

providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes nas máquinas sob sua responsabilidade;

responsabilizar-se pela máquina quando lhe entregue, cuidando para as pessoas não qualificadas venham a mexer, evitando acidentes ou avaria nos equipamentos;

informar defeitos ou reparos a serem feitos na máquina, preenchendo ficha específica no almoxarifado para ser entregue ao chefe da manutenção;

fazer revisão completa colaborando com o mecânico no conserto e manutenção da mesma;

estar atento a manobras e operações normais para evitar acidentes;

fazer uso dos equipamentos de segurança, conforme normas correlatas;

cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo seu bom funcionamento;

limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário, efetuar pequenos reparos, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegura o bom funcionamento do equipamento;

acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários;

zelar pela manutenção e conservação das máquinas que estiverem sob sua responsabilidade;

colaborar na limpeza e organização do local de trabalho;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA I – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 06 (seis)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado e possuir Carteira Nacional de Habilitação categoria “C”.

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 7151-25 - Operador de máquina rodoviária.

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

operar, dirigir e controlar veículos motorizados, especiais, tais como: guinchos, guindastes, máquinas de limpeza de rede de esgoto, retroescavadeiras, carro plataforma, máquinas rodoviárias, agrícolas, tratores e outras máquinas montadas sobre rodas ou esteiras e providas de implementos auxiliares que servem para mexer ou carregar terra, pedra, areia, cascalho e similares;

operar máquinas providas de pá mecânica ou caçamba, acionando os comandos necessários para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais similares;

operar máquinas de abrir canais de drenagem, acionando os comandos necessários;

operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos, acionando os comandos para executar obras na construção civil, estradas e pistas;

operar máquinas providas de rolos compressores, acionando comandos para compactar e aplainar os materiais utilizados nas construções de estradas;

operar máquinas para estender camadas de asfalto ou betume;

operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos, zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

abrir valetas e cortar taludes; proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes;

executar a limpeza de bueiros, fossas, esterqueiras e outros; fazer a recuperação e conservação de estradas; retirar entulhos e terra, zelando pela limpeza e conservação da cidade;

estudar o local de trabalho e dos serviços a serem executados, determinando o tipo de equipamento, para assegurar um atendimento eficiente;

ajustar as correias transportadoras à pilha pulmão do conjunto de britagem;

verificar o estado funcional dos equipamentos, testando-os e retirando-os de uso, para não comprometer a segurança pessoal e patrimonial dos munícipes;

fazer boletim diário, anotando horas trabalhadas, horas a disposição, horas de manutenção, quantidade de combustível e óleo gasto, a fim de fornecer dados para manutenção preventiva da máquina;

providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes nas máquinas sob sua responsabilidade;

responsabilizar-se pela máquina quando lhe entregue, cuidando para as pessoas não qualificadas venham a mexer, evitando acidentes ou avaria nos equipamentos;

informar defeitos ou reparos a serem feitos na máquina, preenchendo ficha específica no almoxarifado para ser entregue ao chefe da manutenção;

fazer revisão completa colaborando com o mecânico no conserto e manutenção da mesma;

estar atento a manobras e operações normais para evitar acidentes;

fazer uso dos equipamentos de segurança, conforme normas correlatas;

cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo seu bom funcionamento;

limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário, efetuar pequenos reparos, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegura o bom funcionamento do equipamento;

acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários;

zelar pela manutenção e conservação das máquinas que estiverem sob sua responsabilidade;

colaborar na limpeza e organização do local de trabalho;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: PEDREIRO

Número de Vagas: 02 (duas)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado.

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 7152-10 - Pedreiro

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais para construção e reconstrução de obras e edifícios públicos;

executar, por instruções, desenhos ou croquis, serviços de construção e reconstrução de prédios, pontes, muros, calçadas e outras estruturas semelhantes;

realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outros;

verificar as características da obra para orientar-se na escolha do material apropriado e na melhor forma de execução do trabalho;

preparar ou orientar a preparação de argamassas, misturando as quantidades adequadas para ser empregada no assento de alvejarias, tijolos, ladrilhos e materiais afins;

assentar tijolos, pedras e materiais afins, colocando-os em camadas sobrepostas, formando fileiras horizontais ou de outras formas, unindo-os com argamassa espalhada em cada camada com o auxílio de uma colher de pedreiro e arrematando a operação com golpes de martelo ou com o cabo da colher sobre os tijolos, para levantar paredes, muros e outras edificações;

rebocar as estruturas e alvenarias construídas empregando argamassa, cal, cimento e areia e verificando seu prumo e nível para torná-las prontas para o recebimento de outro revestimento;

recobrir as juntas entre tijolos e pedras, preenchendo-as com argamassa e retocando-as com a colher de pedreiro para nivelá-las;

revestir pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentando ladrilhos, azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas;

aplicar camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações;

executar concretagens em estruturas e assentar esquadrias de ferro, madeira e alumínio;

construir caixas d'água, caixas coletoras de água e esgoto, bem como caixas de concreto para colocação de bocas-de-lobo;

verificar a horizontalidade e verticalidade do trabalho, controlando-o com nível e prumo para assegurar-se da correção do trabalho;

construir bases de concreto ou de material de acordo com as especificações, para possibilitar a instalação de tubos para bueiros, postes, máquinas e outros afins;

executar serviços de instalação e consertos de encanamento de água, rede de esgoto, aparelhos sanitários e/ou outros;

requisitar o material necessário à execução dos trabalhos;

manter sob sua guarda e responsabilidade, materiais, máquinas e equipamentos utilizados em sua área de trabalho;

zelar pela conservação e manutenção de máquinas, equipamentos e instrumentos de trabalho;

remover materiais de construção; responsabilizar-se pelo material utilizado;

responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;

desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;

participar de treinamentos na sua área de atuação;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO: VIGIA – EM EXTINÇÃO

Número de Vagas: 04 (quatro)

Titulação Exigida: Cursado o ensino fudamental, estar alfabetizado.

Jornada de Trabalho: 44 (quarenta e quatro) horas semanais

Código CBO: 5174-20 - Vigia

ATRIBUIÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

executar serviços de vigilância, segurança e recepção dos bens públicos municipais, baseando-se em regras de conduta predeterminadas, para assegurar a ordem do prédio e a segurança total;

efetuar ronda diurna e noturna nos prédios públicos;

exercer serviços de vigia e guarda de bens públicos contra atos de terceiros e atribuições correlatas;

exercer vigilância em locais previamente determinados, realizar ronda de inspeção em intervalos fixados, adotando providencias tendentes a evitar, furto, roubo, incêndios, danificações nos edifícios, praças, jardins, materiais sob sua guarda e outros;

controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso sob sua vigilância, verificando quando necessário, as autorizações do ingresso;

verificar portas, janelas e demais vias de acesso, se estão devidamente fechadas quando do encerramento do expediente;

receber mercadorias, volumes diversos e correspondências;

fazer manutenções simples nos locais de trabalho;

investigar quaisquer condições anormais que tenha observado e levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada;

acompanhar funcionários, quando necessário, no exercício de suas funções;

zelar pela integridade física das pessoas que estão trabalhando e pela segurança do patrimônio;

desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;

estar disponível a deslocamentos durante o expediente para prestação de serviços no território do município;

executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ANEXO II – LEI 1235/2025

TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO

CARGOS EFETIVOS EXISTENTES

GRUPO OCUPACIONAL I: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: ANALISTA DE SISTEMAS - TI

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: ARQUITETO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: CONTADOR

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: ENFERMEIRO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%

F	Doutorado	-	-

CARGO: FARMACÊUTICO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: FISIOTERAPEUTA

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: NUTRICIONISTA

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO

			(não cumulativo)
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: PSICÓLOGO

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGOS EFETIVOS EM EXTINÇÃO

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA – EM EXTINÇÃO

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA – EM EXTINÇÃO

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
D	Curso de Especialização	E	5%
E	Mestrado	F	7%
F	Doutorado	-	-

CARGO: MÉDICO PEDIATRA – EM EXTINÇÃO

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
D	Curso de Especialização	E	5%
E	Mestrado	F	7%
F	Doutorado	-	-

CARGO: PSICÓLOGO – EM EXTINÇÃO

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
C	Ensino Superior	D	5%
D	Curso de Especialização	E	7%
E	Mestrado	F	10%
F	Doutorado	-	-

GRUPO OCUPACIONAL II: ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

CARGOS EFETIVOS EXISTENTES

CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO I

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGO: SECRETÁRIA ESCOLAR

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGOS EFETIVOS EM EXTINÇÃO

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS I – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGO: TESOUREIRO – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO

			(não cumulativo)
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

GRUPO OCUPACIONAL III: ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO

CARGOS EFETIVOS EXISTENTES

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGO: MECÂNICO

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGO: TÉCNICO AGRÍCOLA I

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGO: TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL

CLASSES	**NÍVEIS DE FORMAÇÃO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO**	**ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)**
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

CARGO: TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
B	Ensino Médio	C	5%
C	Ensino Superior	D	7%
D	Curso de Especialização	E	10%
E	Mestrado	-	-

GRUPO OCUPACIONAL IV: ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGOS EFETIVOS EXISTENTES

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: MOTORISTA

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: PEDREIRO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGOS EFETIVOS EM EXTINÇÃO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: AGENTE DE SAÚDE I – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: AGENTE EDUCACIONAL – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: AGENTE SANITARISTA – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: AGENTE SOCIAL – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: JARDINEIRO – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: MECÂNICO – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%

D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: MOTORISTA A (ÔNIBUS) – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA I – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

CARGO: VIGIA – EM EXTINÇÃO

CLASSES	NÍVEIS DE FORMAÇÃO	PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO	ALIQUOTA PROGRESSÃO (não cumulativo)
A	Ensino Fundamental	B	5%
B	Ensino Médio	C	7%
C	Ensino Superior	D	10%
D	Curso de Especialização	-	-

ANEXO III – LEI 1235/2025

TABELA DE VENCIMENTOS E PROGRESSÕES FUNCIONAIS HORIZONTAIS

TABELA A - TABELA DE VENCIMENTOS

GRUPO OCUPACIONAL I: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Jornada de Trabalho Semanal	Vencimento Base
Analista de Sistemas – TI	40	3.779,85
Arquiteto	20	3.261,30
Assistente Social	30	3.920,34
Cirurgião Dentista	30	4.636,43
Contador	40	5.519,36
Enfermeiro	40	5.076,23
Engenheiro Agrônomo	40	5.519,36
Engenheiro Civil	20	3.530,00
Farmacêutico	40	3.920,34
Fiscal Tributário	40	5.519,36
Fisioterapeuta	30	4.636,44
Fonoaudiólogo	20	3.530,00
Médico Clínico Geral	20	12.389,26
Médico Veterinário	40	5.519,36
Nutricionista	20	3.530,00
Procurador Municipal	20	4.636,43
Psicólogo	40	3.530,00

EM EXTINÇÃO

Cargo	Jornada de Trabalho Semanal	Vencimento Base
Instrutor de Informática	40	2.098,89
Médico Pediatra	08	8.724,26
Médico Ginecologista	20	15.868,44

Psicólogo	20	3.530,00

GRUPO OCUPACIONAL II: ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	Jornada de Trabalho Semanal	Vencimento Base
Agente de Apoio Educacional	40	2.098,89
Auxiliar Administrativo I	40	2.098,89
Secretária Escolar	40	2.098,89

EM EXTINÇÃO

Cargo	Jornada de Trabalho Semanal	Vencimento Base
Assistente Administrativo I	40	2.614,21
Fiscal de Tributos I	40	2.345,33
Tesoureiro	40	3.049,43

GRUPO OCUPACIONAL III: ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO

Cargo	Jornada de Trabalho Semanal	Vencimento Base
Auxiliar de Enfermagem	40	2.346,61
Mecânico	44	3.261,30
Técnico Agrícola I	40	2.367,67
Técnico de Enfermagem	40	2.367,67
Técnico de Higiene Dental	40	2.367,66
Técnico de Segurança do Trabalho	40	3.261,30

GRUPO OCUPACIONAL IV: ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo	Jornada de Trabalho Semanal	Vencimento Base
Auxiliar de Serviços Gerais I	44	1.710,50
Auxiliar de Serviços Gerais II	40	1.710,50
Motorista	44	2.542,89
Operador de Máquina	44	2.715,67
Pedreiro	44	3.261,30

EM EXTINÇÃO

Cargo	Jornada de Trabalho Semanal	Vencimento Base
Agente Comunitário de Saúde	44	1.988,03
Agente de Saúde I	40	2.317,17
Agente Educacional	40	1.710,50
Agente Sanitarista	40	2.106,35
Agente Social	40	1.710,50
Jardineiro	44	1.808,63
Mecânico	44	2.884,85
Motorista A (Ônibus)	44	2.177,68
Operador de Máquina Rodoviária I	44	2.345,41
Vigia	44	1.710,50

TABELA B

PROGRESSÕES FUNCIONAIS HORIZONTAIS

Níveis	Progressão Horizontal
I	Valor inicial do cargo (base)
II	3% sobre o vencimento base
III	6% sobre o vencimento base
IV	9% sobre o vencimento base
V	12% sobre o vencimento base
VI	15% sobre o vencimento base

VII	18% sobre o vencimento base
VIII	21% sobre o vencimento base
IX	24% sobre o vencimento base
X	27% sobre o vencimento base
XI	30% sobre o vencimento base
XII	33% sobre o vencimento base
XIII	36% sobre o vencimento base
XIV	39% sobre o vencimento base
XV	42% sobre o vencimento base
XVI	45% sobre o vencimento base
XVII	48% sobre o vencimento base
XVIII	51% sobre o vencimento base
XIX	54% sobre o vencimento base

ANEXO IV

TABELA DE CARGOS EFETIVOS EXISTENTES

LEI nº 1235/2025

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	N.º DE VAGAS EXISTENTES	JORNADA DE TRABALHO	VAGAS OCUPADAS	TOTAL DE VAGAS DISPONÍVEIS
Grupo I: Atividades de Nível Superior	Analista de Sistemas - TI	02	40	02	00
	Arquiteto	01	20	00	01
	Assistente Social	03	30	02	01
	Cirurgião Dentista	02	30	01	01
	Contador	02	40	01	01
	Enfermeiro	03	40	01	02
	Engenheiro Agrônomo	02	40	02	00
	Engenheiro Civil	03	20	02	01
	Farmacêutico	02	40	02	00
	Fiscal Tributário	02	40	01	01
	Fisioterapeuta	01	30	01	00
	Fonoaudiólogo	02	20	01	01
	Médico Clínico Geral	02	20	00	02
	Médico Veterinário	02	40	01	01
	Nutricionista	02	20	01	01
	Procurador Municipal	02	20	02	00
	Psicólogo	03	40	02	01
	TOTAL GRUPO I	**36**		**22**	**14**
Grupo II: Atividades de Nível Médio	Agente de Apoio Educacional	04	40	00	04
	Auxiliar Administrativo I	20	40	13	07
	Secretária Escolar	03	40	01	02
	TOTAL GRUPO II	**27**		**14**	**13**
Grupo III: Atividades de Nível Técnico	Auxiliar de Enfermagem	05	40	03	02
	Mecânico	02	44	00	02
	Técnico Agrícola I	04	40	02	02
	Técnico de Enfermagem	03	40	03	00
	Técnico de Higiene Dental	01	40	01	00
	Técnico de Segurança do Trabalho	01	40	01	00
	TOTAL GRUPO III	**16**		**10**	**06**
Grupo IV: Atividades de Nível Fundamental	Auxiliar de Serviços Gerais I	22	44	14	08
	Auxiliar de Serviços Gerais II	20	40	18	02
	Motorista	17	44	17	00
	Operador de Máquina	15	44	10	05
	Pedreiro	03	44	02	01
	TOTAL GRUPO IV	**77**		**61**	**16**
TOTAL DE CARGOS EXISTENTES		**156**		**107**	**49**

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:2BDE5447

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO 90035/2025

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 90035/2025

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada pela Portaria Nº **34/2025** de **13/01/2025**, após analisar as propostas apresentadas pelas proponentes:

CONTRATADA: TOMAZELI COMERCIO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.580.108/0001-99, com sede em RUA JOSE CALDART, 187, CEP: 85.819-570, MARIA LUIZA, CASCAVEL – PR.

TOMAZELI COMERCIO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	COLETOR DE GRAMA PARA TRATOR COLETOR DE GRAMA 42' MODELO TRATOR: TS 217Tm TAMANHO: Coletor de Grama 42" / 108cm MATERIAL: Tipo de Deck Estampado COMPARTIMENTOS: 02 CAPACIDADE: 210 Litros	HUSQVARNA	UN	1,00	3.200,00	3.200,00
TOTAL							3.200,00

Valor total: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

CONTRATADA: ZANLOURENSE E CIA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 11.532.511/0001-70, com sede em RUA CONSELHEIRO ZACARIAS, 252 – CANISIANAS – CEP 84.500-245, Cidade/Estado: IRATI-PR.

ZANLOURENSE & CIA LTDA.						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	CARRETA PARA TRATOR CORTADOR DE GRAMA CARROCERIA: BASCULANTE COMPRIMENTO: 1,30 m ALTURA: 030 m LARGURA: 0,90 m MATERIAL: EUCALIPTO E COMP. NAVAL PESO MÉDIO: 82 kg ENGATE: ATRAVÉS DE PINO CAPACIDADE: 250 kg MODELO TRATOR: TS 217Tm	UN	1,00	2.600,00	2.600,00
TOTAL						2.600,00

Valor total: R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 31 de outubro de 2025.

IVANOR LUIZ MÜLLER

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:A1B5F284

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

CONSOLIDADO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"							
DESPESAS	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS EMPENHADAS	Saldo	DESPESAS LIQUIDADAS	Saldo	Despesa pagas

	(d)	(e)	No bimestre	Até bimestre (f)	(g) = (e-f)	No bimestre	Até bimestre (h)	(i) = (e-h)	até o bimestre (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	102.211.096,35	120.921.006,10	12.747.843,80	65.493.140,32	55.427.865,78	12.981.340,04	61.998.764,77	58.922.241,33	61.623.080,25
DESPESAS CORRENTES	75.338.285,52	84.253.727,62	11.950.542,82	59.525.678,05	24.728.049,57	11.365.990,68	56.554.140,43	27.699.587,19	56.184.182,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.192.882,86	44.602.426,04	6.222.750,14	32.027.404,29	12.575.021,75	6.241.271,04	31.980.312,30	12.622.113,74	31.980.312,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.500.000,00	2.331.500,00	384.091,57	2.330.290,67	1.209,33	462.779,98	2.224.569,15	106.930,85	2.224.569,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.645.402,66	37.319.801,58	5.343.701,11	25.167.983,09	12.151.818,49	4.661.939,66	22.349.258,98	14.970.542,60	21.979.301,46
DESPESAS DE CAPITAL	26.121.810,83	35.916.278,48	797.300,98	5.967.462,27	29.948.816,21	1.615.349,36	5.444.624,34	30.471.654,14	5.438.897,34
INVESTIMENTOS	25.112.580,83	33.937.248,48	409.283,82	3.998.911,83	29.938.336,65	1.127.488,40	3.665.342,16	30.271.906,32	3.659.615,16
INVERSÕES FINANCEIRAS	9.230,00	9.230,00	0,00	0,00	9.230,00	0,00	0,00	9.230,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000.000,00	1.969.800,00	388.017,16	1.968.550,44	1.249,56	487.860,96	1.779.282,18	190.517,82	1.779.282,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	751.000,00	751.000,00	0,00	0,00	751.000,00	0,00	0,00	751.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	8.522.602,88	9.049.802,88	601.041,11	7.369.633,86	1.680.169,02	1.350.590,26	7.016.770,03	2.033.032,85	7.016.770,03
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	110.733.699,23	129.970.808,98	13.348.884,91	72.862.774,18	57.108.034,80	14.331.930,30	69.015.534,80	60.955.274,18	68.639.850,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	110.733.699,23	129.970.808,98	13.348.884,91	72.862.774,18	57.108.034,80	14.331.930,30	69.015.534,80	60.955.274,18	68.639.850,28
RESERVA DO RPPS	7.088.105,62	7.088.105,62	0,00	0,00	7.088.105,62	0,00	0,00	7.088.105,62	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	4.390.144,62	1.316,07	4.916.111,78	3.833.422,87	(3.832.106,80)	3.933.066,39	7.680.662,25	(7.679.346,18)	8.056.346,77
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	115.123.843,85	129.972.125,05	18.264.996,69	76.696.197,05	53.275.928,00	18.264.996,69	76.696.197,05	53.275.928,00	76.696.197,05

IVANOR LUIZ MULLER	***DIERONI CESAR VOITECHEN***	***DOUGLAS ELOI RUPPEL***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:EE62DDF6

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
BALANÇO ORCAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	8.522.602,88	9.049.802,88	601.041,11	7.369.633,86	1.680.169,02	1.350.590,26	7.016.770,03	2.033.032,85	7.016.770,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.231.567,26	4.399.767,26	601.041,11	3.267.580,56	1.132.186,70	654.345,31	3.263.753,89	1.136.013,37	3.263.753,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.291.035,62	4.650.035,62	0,00	4.102.053,30	547.982,32	696.244,95	3.753.016,14	897.019,48	3.753.016,14
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	8.522.602,88	9.049.802,88	601.041,11	7.369.633,86	1.680.169,02	1.350.590,26	7.016.770,03	2.033.032,85	7.016.770,03
SUPERÁVIT (IV)	1.586.752,74	1.586.752,74	855.631,92	0,00	1.586.752,74	106.082,77	214,11	1.586.538,63	214,11
TOTAL (V) = (III + IV)	10.109.355,62	10.636.555,62	1.456.673,03	7.369.633,86	3.266.921,76	1.456.673,03	7.016.984,14	3.619.571,48	7.016.984,14

IVANOR LUIZ MULLER	***DIERONI CESAR VOITECHEN***	***DOUGLAS ELOI RUPPEL***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:22BA8E42

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
BALANÇO ORCAMENTÁRIO - RECEITAS

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	105.014.488,23	119.862.769,43	16.808.323,66	14,02	69.679.212,91	58,13	50.183.556,52
RECEITAS CORRENTES	82.079.677,61	90.433.856,52	15.621.126,26	17,27	67.674.467,38	74,83	22.759.389,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	10.542.200,00	13.173.400,27	941.224,93	7,14	6.951.545,17	52,77	6.221.855,10
IMPOSTOS	9.892.900,00	12.524.100,27	918.736,41	7,34	6.640.325,29	53,02	5.883.774,98

TAXAS	649.300,00	649.300,00	22.488,52	3,46	311.219,88	47,93	338.080,12
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.048.810,00	3.048.810,00	449.197,82	14,73	2.339.725,42	76,74	709.084,58
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.457.310,00	2.457.310,00	368.046,67	14,98	1.827.956,88	74,39	629.353,12
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	591.500,00	591.500,00	81.151,15	13,72	511.768,54	86,52	79.731,46
RECEITA PATRIMONIAL	4.141.460,00	4.168.226,86	855.786,36	20,53	4.420.177,19	106,04	(251.950,33)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	4.141.460,00	4.168.226,86	855.786,36	20,53	4.420.177,19	106,04	(251.950,33)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	27.400,00	0,00	27.400,00	0,00	(27.400,00)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	0,00	0,00	27.400,00	0,00	27.400,00	0,00	(27.400,00)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.788.627,61	68.484.839,39	13.277.796,98	19,39	53.447.215,68	78,04	15.037.623,71
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	29.403.427,61	33.279.788,66	7.911.827,81	23,77	25.579.433,76	76,86	7.700.354,90
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	24.716.100,00	25.446.950,73	4.037.321,09	15,87	20.754.742,61	81,56	4.692.208,12
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	8.669.100,00	9.758.100,00	1.328.648,08	13,62	7.113.039,31	72,89	2.645.060,69
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.558.080,00	1.558.080,00	69.720,17	4,47	488.403,92	31,35	1.069.676,08
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	337.300,00	337.300,00	16.787,10	4,98	81.566,05	24,18	255.733,95
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.220.780,00	1.220.780,00	52.933,07	4,34	406.837,87	33,33	813.942,13
RECEITAS DE CAPITAL	22.934.810,62	29.428.912,91	1.187.197,40	4,03	2.004.745,53	6,81	27.424.167,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	256.168,17	6,40	3.743.831,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	256.168,17	6,40	3.743.831,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	334.535,62	334.535,62	0,00	0,00	0,00	0,00	334.535,62
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	334.535,62	334.535,62	0,00	0,00	0,00	0,00	334.535,62
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.600.275,00	25.094.377,29	1.187.197,40	4,73	1.748.577,36	6,97	23.345.799,93
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	2.623.975,00	2.623.975,00	759.000,00	28,93	1.052.631,23	40,12	1.571.343,77
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	13.670.500,00	20.164.602,29	428.197,40	2,12	695.946,13	3,45	19.468.656,16
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	2.305.800,00	2.305.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.305.800,00

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	10.109.355,62	10.109.355,62	1.456.673,03	14,41	7.016.984,14	69,41	3.092.371,48
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	115.123.843,85	129.972.125,05	18.264.996,69	14,05	76.696.197,05	59,01	53.275.928,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	115.123.843,85	129.972.125,05	18.264.996,69	14,05	76.696.197,05	59,01	53.275.928,00
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	115.123.843,85	129.972.125,05	18.264.996,69	14,05	76.696.197,05	59,01	53.275.928,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	215.000,00	0,00	0,00	215.000,00	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	215.000,00	0,00	0,00	215.000,00	100,00	0,00

IVANOR LUIZ MULLER	*DIERONI CESAR VOITECHEN*	*DOUGLAS ELOI RUPPEL*
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:F51099C0

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
BALANÇO ORCAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO -	10.109.355,62	10.109.355,62	1.456.673,03	14,41	7.016.984,14	69,41	3.092.371,48
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	4.823.320,00	4.823.320,00	760.428,08	15,77	3.263.968,00	67,67	1.559.352,00
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	4.823.320,00	4.823.320,00	760.428,08	15,77	3.263.968,00	67,67	1.559.352,00
APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE	5.286.035,62	5.286.035,62	696.244,95	13,17	3.753.016,14	71,00	1.533.019,48
APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE	5.286.035,62	5.286.035,62	696.244,95	13,17	3.753.016,14	71,00	1.533.019,48
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	10.109.355,62	10.109.355,62	1.456.673,03	14,41	7.016.984,14	69,41	3.092.371,48
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	10.109.355,62	10.109.355,62	1.456.673,03	14,41	7.016.984,14	69,41	3.092.371,48

IVANOR LUIZ MULLER	*DIERONI CESAR VOITECHEN*	*DOUGLAS ELOI RUPPEL*
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:BF37B59A

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DESPESAS COM PPP

CONSOLIDADO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Setembro a Outubro de 2025		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts.		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-											
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	83.069.606,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota:											

IVANOR LUIZ MULLER	*DIERONI CESAR VOITECHEN*	*DOUGLAS ELOI RUPPEL*
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:7F92503E

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

CONSOLIDADO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	344.035,62	2.925,53	341.110,09
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	344.035,62	2.925,53	341.110,09
Alienação de Bens Móveis	334.535,62	0,00	334.535,62
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	9.500,00	2.925,53	6.574,47
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	344.035,62	2.925,53	341.110,09

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	230.000,00	102.826,15	98.831,15	98.831,15	3.927,45	127.173,85
Investimentos	230.000,00	102.826,15	98.831,15	98.831,15	3.927,45	127.173,85
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	230.000,00	102.826,15	98.831,15	98.831,15	3.927,45	127.173,85
SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (h)**		**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**			**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	792.480,09		(99.900,62)			692.579,47

IVANOR LUIZ MULLER	*DIERONI CESAR VOITECHEN*	*DOUGLAS ELOI RUPPEL*
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:AADCF8E5

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

CONSOLIDADO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	4.000.000,00	256.168,17	3.743.831,83
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	35.916.278,48	5.967.462,27	29.948.816,21
Investimentos	33.937.248,48	3.998.911,83	29.938.336,65
Inversões Financeiras	9.230,00	0,00	9.230,00
Amortização da Dívida	1.969.800,00	1.968.550,44	1.249,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	35.916.278,48	5.967.462,27	29.948.816,21
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	31.916.278,48	5.711.294,10	26.204.984,38

IVANOR LUIZ MULLER	*DIERONI CESAR VOITECHEN*	*DOUGLAS ELOI RUPPEL*
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:3D499F66

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	82.997.106,52	62.060.065,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.173.400,27	6.951.545,17
IPTU	865.000,00	287.240,90
ISS	2.965.500,27	3.598.242,45
ITBI	4.628.100,00	864.721,06
IRRF	4.065.500,00	1.890.120,88
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	649.300,00	311.219,88
Contribuições	591.500,00	511.768,54
Receita patrimonial	482.066,86	1.010.522,42
Aplicações Financeiras (II)	482.066,86	1.008.915,95
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	1.606,47
Transferências correntes	68.484.839,39	53.447.215,68
Cota-Parte do FPM	21.556.500,00	17.295.083,07
Cota-Parte do ICMS	20.000.000,00	17.273.417,09
Cota-Parte do IPVA	3.312.300,00	2.018.060,03
Cota-Parte do ITR	1.450.000,00	1.390.760,97
Transferências da LC 61/1989	225.800,00	250.447,08
Transferências do FUNDEB	10.456.461,05	7.681.570,94
Outras transferências correntes	11.483.778,34	7.537.876,50
Demais receitas correntes	265.300,00	139.013,81
Outras Receitas Financeiras (III)	19.700,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	245.600,00	139.013,81
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	82.495.339,66	61.051.149,67
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	13.859.945,62	9.221.731,13
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	3.686.160,00	3.409.654,77
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	29.428.912,91	2.004.745,53
Operações de Crédito (VIII)	4.000.000,00	256.168,17
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	334.535,62	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	334.535,62	0,00
Transferências de Capital	25.094.377,29	1.748.577,36
Convênios	17.346.628,11	418.631,23
Outras Transferências de Capital	7.747.749,18	1.329.946,13
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	25.428.912,91	1.748.577,36
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	121.784.198,1	72.021.458,16
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	107.924.252,5	62.799.727,03

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	82.995.530,50	59.691.646,21	56.386.927,62	56.074.797,22	116.225,93	368.587,26	368.587,26
Pessoal e encargos sociais	40.427.193,30	28.650.813,48	28.599.894,82	28.599.894,82	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	2.331.500,00	2.330.290,67	2.224.569,15	2.224.569,15	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	40.236.837,20	28.710.542,06	25.562.463,65	25.250.333,25	116.225,93	368.587,26	368.587,26
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	80.664.030,50	57.361.355,54	54.162.358,47	53.850.228,07	116.225,93	368.587,26	368.587,26
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	10.308.000,00	7.203.665,70	7.183.982,84	7.126.155,72	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	35.766.278,48	5.967.462,27	5.444.624,34	5.438.897,34	5.831,33	495.349,24	495.349,24
Investimentos	33.787.248,48	3.998.911,83	3.665.342,16	3.659.615,16	5.831,33	495.349,24	495.349,24
Inversões financeiras	9.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	9.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.969.800,00	1.968.550,44	1.779.282,18	1.779.282,18	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	33.796.478,48	3.998.911,83	3.665.342,16	3.659.615,16	5.831,33	495.349,24	495.349,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	7.839.105,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXX)							

DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	132.757.614,6	68.563.933,07	65.011.683,47	64.635.998,95	122.057,26	863.936,50	863.936,50
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	122.299.614,6	61.360.267,37	57.827.700,63	57.509.843,23	122.057,26	863.936,50	863.936,50
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							6.399.465,45
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							4.303.890,04

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(9.518.631,92)	
JUROS NOMINAIS	Até Outubro / 2025	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.008.915,95	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	14.771.991,47	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	(9.459.185,48)	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Outubro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	10.500.700,06	13.682.310,02
DEDUÇÕES (XL)	9.912.144,66	11.283.804,44
Disponibilidade de Caixa	9.912.144,66	11.283.804,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.036.539,01	11.601.661,84
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	124.394,35	317.857,40
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	588.555,40	2.398.505,58
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	(1.809.950,18)	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(9.630.473,48)	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Outubro / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	193.463,05	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	(1.616.487,13)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	12.146.588,39	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	215.000,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	215.000,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	7.088.105,62	

IVANOR LUIZ MULLER	***DIERONI CESAR VOITECHEN***	***DOUGLAS ELOI RUPPEL***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:F9315E88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.192/2025

Exercício: 2025

Decreto nº 4192/2025 de 18/11/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1803/2024 de 10/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 86.560,48 (oitenta e seis mil quinhentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	
04.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade	
04.003.28.843.0010.9.003.		ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	
1436 - 3.2.90.21.00.00	3507	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	4.600,00
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0042.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
1669 - 3.3.90.30.00.00	31040	MATERIAL DE CONSUMO	81.960,48
		Total Suplementação:	**86.560,48**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 18 de novembro de 2025.

VALTER PERES

Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA

Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:EE89469E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 710/2025

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão N° 126/2025 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão N° 126/2025 de 20/10/2025(vinte dias de outubro de 2025) que tem por objeto a **Registro de preço para aquisição de nitrogênio líquido, luvas e bainhas usados para inseminação artificial em bovinos.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	BAINHA FRANCESA PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL -	BOVIGAINE	BAINHA PARA INSEMINAÇÃO	PCT	60,00	44,33	2.659,80

		PACOTE COM 50 UNIDADES Descrição mínima: Feita de material descartável e estéril, essencial para a aplicação do sêmen no trato reprodutivo da fêmea.						
2	1	LUVA ESPECIAL PARA INSEMINAÇÃO DE BOVINOS - CAIXA COM 100 UNIDADES Descrição mínima: Para palpação e inseminação artificial, de uso veterinário, com cinco dedos, confeccionada em polietileno, material sensível ao toque de textura siliconada, comprimento 90 cm com laço para fixação, caixa com 100 unidades	PROPRIA	LUVA PARA INSEMINAÇÃO	CX	30,00	112,10	3.363,00
3	1	NITROGÊNIO LÍQUIDO - LT Descrição mínima: Aspecto físico: incolor, inodoro, altamente refrigerado, fórmula química: n2, massa molecular 28,96 g/mol, grau de pureza: teor mínimo 99%, número de referência química: CAS 7727-37-9	PROPRIA / WHITE MARTINS	NITROGENIO LIQUIDO	LT	500,00	16,00	8.000,00
TOTAL								14.022,80

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dezoito dias de novembro de 2025. (18/11/2025).

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:A6B1BE05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ATA DA DECISÃO DO JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PSS Nº003/2025

ATA DA DECISÃO DO JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PSS Nº003/2025

O **MUNICÍPIO DE TERRA ROXA**, Estado do Paraná, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado torna público o julgamento dos recursos contra a Divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 003/2025.

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO	**CARGO**	**ASSUNTO**	**RESULTADO**	**MOTIVO**
18118/2025	AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA	Contesta a pontuação atribuída na análise de títulos.	DEFERIDO	Em atenção ao recurso interposto referente à pontuação atribuída na análise de títulos para o cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, informamos que, após nova verificação, foi constatado equívoco por parte da Comissão responsável na atribuição da pontuação

				em sua inscrição. Dessa forma, o recurso foi DEFERIDO, com a devida correção da pontuação, a ser publicada no edital de Homologação do Resultado Final em 21 de novembro de 2025, conforme os critérios estabelecidos no Edital.
18653/2025	RECEPCIONISTA	Contesta a pontuação atribuída na análise de títulos.	INDEFERIDO.	Em atenção ao recurso interposto, temos a informar o que segue. Inicialmente, registramos que o Edital de Abertura Nº 71/2025 do Processo Seletivo Público Simplificado estabelece, em seus itens 5.2, 5.3 e 7.3, os critérios objetivos para avaliação, classificação e desempate dos candidatos: "5.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida." "5.3. Encerrada a fase de Avaliação dos Títulos Escolares/Acadêmicos e Profissionais, será publicado o Edital de Classificação Preliminar do Processo Seletivo Público Simplificado contendo a relação dos candidatos aprovados em ordem decrescente de pontuação obtida." "7.3. Na classificação, entre candidatos com igual número de pontos, será fator de desempate, a idade em favor do candidato mais velho, conforme Lei n.º 10.741, de 01/10/2003." Desta forma, a classificação divulgada segue estritamente a determinação do edital, que prevê a ordem decrescente da pontuação final, sem hierarquização prévia entre tipos de títulos, limitando a distinção apenas à fase de desempate, quando aplicável. Quanto à solicitação de publicação separada das comprovações de experiência profissional e da divulgação do resultado final segmentado por tipo de pontuação (primeiro experiência, depois ensino superior), esclarecemos que o edital não prevê tal forma de divulgação. A organização do resultado segue o que determinam os itens supracitados, especialmente 5.2 e 5.3, que estabelecem a classificação unicamente pelo total de pontos obtidos pelos candidatos. No entanto, considerando a relevância da sugestão apresentada, informamos que a Comissão Avaliadora encaminhará a demanda para análise, com vistas a estudar a inclusão, nos próximos Processos Seletivos Simplificados (PSS), de uma nova forma de apresentação das pontuações obtidas. Sobre o item 8.3, esclarecemos que ele não se refere aos critérios de classificação, tampouco altera a pontuação atribuída aos candidatos. Trata-se de dispositivo aplicável no momento da convocação e contratação, ou seja, após concluídas todas as etapas do certame, incluindo avaliação, classificação, recursos e homologação. Por fim, reforçamos que todas as pontuações atribuídas, incluindo experiência profissional e escolaridade, foram aplicadas conforme os critérios estabelecidos no edital regulador do certame. Não há previsão normativa que determine precedência da pontuação de experiência sobre a pontuação de ensino superior dentro da soma final, devendo ser observada a regra geral de classificação prevista no item 5.2. Assim, diante do exposto e considerando que o Edital nº 78/2025 observou integralmente os critérios definidos no instrumento convocatório, o recurso não encontra amparo nos itens 5.2, 5.3 e 7.3, razão pela qual não pode ser acolhido.
18172/2025	RECEPCIONISTA	Contesta a pontuação sobre Critério de Desempate	INDEFERIDO	Em atenção ao recurso interposto, esclarece-se que o item 4.11 do Edital de Abertura n.º 71/2025 trata exclusivamente das exigências documentais para inscrição, incluindo a comprovação de escolaridade e demais documentos necessários para participação no certame. Assim, o referido item não estabelece critérios de desempate, apenas orienta sobre a documentação obrigatória. Quanto aos critérios de desempate, o único previsto pelo edital encontra-se no item 7.3, que dispõe: "7.3. Na classificação, entre candidatos com igual número de pontos, será fator de desempate a idade, em favor do candidato mais velho, conforme Lei n.º 10.741, de 01/10/2003." Assim, o resultado final foi elaborado conforme as regras estabelecidas no edital, observando estritamente o critério de desempate previsto no item 7.3. O recurso não encontra amparo, razão pela qual não pode ser acolhido.

Terra Roxa, 18 de novembro de 2025.

_____

NATÁLIA VIEIRA SILVA KALAF

_____

CRISTIANE ALVES DOS SANTOS

_____

FERNANDA BOEING

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:142C14F7

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4556

DECRETO Nº.4556/2025

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2250 de 17 de Novembro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 1.263.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	104	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	80.000,00
Suplementar	106	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 319046 - Auxílio-alimentação **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00
Suplementar	120	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.244.4.2018 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	9.000,00
Suplementar	169	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2024 - Manutenção das Atividades do CRAS** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	45.000,00
Suplementar	172	Fundo Municipal de Assistência	**5.3.8.244.6.2024 - Manutenção das Atividades do**	6.000,00

		Social	**CRAS** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	183	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2025 - Manutenção das Atividades da Produção de Leite de Soja** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	7.000,00
Suplementar	25	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2003 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	60.000,00
Suplementar	33	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2004 - Manutenção das atividades do Procurador, da Assessoria Jurídica, Estratégica, Especial e de Gabinete** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	62.000,00
Suplementar	396	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	50.000,00
Suplementar	45	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	18.000,00
Suplementar	464	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. -	50.000,00

			E.C.	
Suplementar	476	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	30.000,00
Suplementar	509	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.367.17.2046 - Manutenção das Atividades da Educação Especial** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	10.000,00
Suplementar	526	Departamento de Cultura	**7.2.13.392.20.2051 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	4.000,00
Suplementar	561	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	**8.1.18.542.22.2053 - Manutenção das Atividades da Secretária do Meio Ambiente** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	9.000,00
Suplementar	58	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.124.2.2006 - Manutenção das Atividades do Controle Interno** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	106.000,00
Suplementar	589	Secretaria Municipal de Agricultura	**Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente **9.1.20.606.23.2055 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agricultura** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	57.000,00
Suplementar	592	Secretaria Municipal de Agricultura	**9.1.20.606.23.2055 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agricultura** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	5.000,00
Suplementar	611	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**10.1.4.122.24.2057 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos**	122.000,00

			319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	614	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**10.1.4.122.24.2057 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	6.000,00
Suplementar	646	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Rodoviários	**11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	115.000,00
Suplementar	66	Secretaria Municipal de Administração	**3.1.4.122.2.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	240.000,00
Suplementar	67	Secretaria Municipal de Administração	**3.1.4.122.2.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	4.000,00
Suplementar	69	Secretaria Municipal de Administração	**3.1.4.122.2.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	16.000,00
Suplementar	80	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.4.123.3.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	118.000,00
Suplementar	83	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.4.123.3.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças**	14.000,00

			319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	105	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Anulação Dotação	107	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	4.000,00
Anulação Dotação	127	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.244.4.2018 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00
Anulação Dotação	145	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.5.2029 - Manutenção das Atividades de Proteção Social Especial** 335043 - Subvenções sociais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00
Anulação Dotação	182	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2024 - Manutenção das Atividades do CRAS** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	10.000,00
Anulação Dotação	184	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2025 - Manutenção das Atividades da Produção de Leite de Soja** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	4.000,00
Anulação Dotação	185	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2025 - Manutenção das Atividades da Produção de Leite de Soja**	12.000,00

			319046 - Auxílio-alimentação **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	200	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2027 - Manutenção do Centro de Convivência dos Idosos** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	35.000,00
Anulação Dotação	201	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2027 - Manutenção do Centro de Convivência dos Idosos** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	17.000,00
Anulação Dotação	203	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2027 - Manutenção do Centro de Convivência dos Idosos** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	28.000,00
Anulação Dotação	224	Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e Adolescência	**5.5.8.243.7.6001 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescência** 335043 - Subvenções sociais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	300.000,00
Anulação Dotação	229	Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e Adolescência	**5.5.8.243.7.6001 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescência** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	25.000,00
Anulação Dotação	232	Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e Adolescência	**5.5.8.243.7.6002 - Manutenção das Atividades dos Projetos Sociais** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	1.000,00
Anulação Dotação	233	Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e Adolescência	**5.5.8.243.7.6002 - Manutenção das Atividades dos Projetos Sociais** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	10.000,00
Anulação Dotação	34	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2004 - Manutenção das atividades do**	22.000,00

			Procurador, da Assessoria Jurídica, Estratégica, **Especial e de Gabinete** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	397	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades** **do Ensino Fundamental** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	5.770,79
Anulação Dotação	400	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades** **do Ensino Fundamental** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	15.000,00
Anulação Dotação	401	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades** **do Ensino Fundamental** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	5.000,00
Anulação Dotação	408	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades** **do Ensino Fundamental** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	30.000,00
Anulação Dotação	409	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades** **do Ensino Fundamental** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	11.872,22
Anulação Dotação	421	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades** **do Ensino Fundamental** 339033 - Passagens e despesas com locomoção **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	5.000,00
Anulação Dotação	424	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades** **do Ensino Fundamental** 339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	2.356,99

Anulação Dotação	46	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	8.000,00
Anulação Dotação	468	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	10.000,00
Anulação Dotação	475	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	40.000,00
Anulação Dotação	512	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.367.17.2046 - Manutenção das Atividades da Educação Especial** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	15.000,00
Anulação Dotação	522	Departamento de Cultura	**7.2.13.392.20.2051 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	65.000,00
Anulação Dotação	523	Departamento de Cultura	**7.2.13.392.20.2051 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	10.000,00
Anulação Dotação	54	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Anulação Dotação	559	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	**8.1.18.542.22.2053 - Manutenção das Atividades da Secretária do Meio Ambiente** 319013 - Contribuições patronais	32.000,00

			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	60	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.124.2.2006 - Manutenção das Atividades do Controle Interno** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	4.000,00
Anulação Dotação	612	Secretaria Municipal de Obras Urbanismo	e **10.1.4.122.24.2057 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	42.000,00
Anulação Dotação	628	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**10.1.15.451.24.1030 - Construir, Ampliar, Reformar Pista de Caminhada e de Atletismo** 449051 - Obras e instalações **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	95.000,00
Anulação Dotação	649	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Rodoviários	**11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	16.000,00
Anulação Dotação	666	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	**12.1.4.122.26.2060 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Industria, Comércio e Turismo** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	66.000,00
Anulação Dotação	667	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	**12.1.4.122.26.2060 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Industria, Comércio e Turismo** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	18.000,00
Anulação Dotação	669	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	**12.1.4.122.26.2060 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Industria, Comércio e Turismo** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	24.000,00
Anulação Dotação	712	Secretaria Municipal de Planejamento	**14.1.4.121.2.2064 - Manutenção das Atividades da secretaria de Planejamento** 319013 - Contribuições patronais	55.000,00

			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	713	Secretaria Municipal de Planejamento	**14.1.4.121.2.2064 - Manutenção das Atividades da secretaria de Planejamento** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	6.000,00
Anulação Dotação	720	Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Turismo	**15.1.27.812.21.2065 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	33.000,00
Anulação Dotação	721	Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Turismo	**15.1.27.812.21.2065 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	6.000,00
Anulação Dotação	81	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.4.123.3.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 17 de Novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:C0AE81C2

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4557

DECRETO Nº.4557/2025

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2145 de 03 de Dezembro de 2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	234	Fundo Municipal de Saúde	**6.1.10.122.8.2033 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	200.000,00
Suplementar	257	Fundo Municipal de Saúde	**6.1.10.301.9.2034 - Manutenção das Atividades da Gestão do SUS** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	500.000,00
Suplementar	266	Fundo Municipal de Saúde	**6.1.10.301.9.2034 - Manutenção das Atividades da Gestão do SUS** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	80.000,00
Suplementar	302	Fundo Municipal de Saúde	**6.1.10.302.10.2037 - Manutenção das Atividades do Pronto Atendimento Municipal - PAM** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	400.000,00
Suplementar	309	Fundo Municipal de Saúde	**6.1.10.302.10.2037 - Manutenção das Atividades do Pronto Atendimento Municipal - PAM** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	60.000,00
Suplementar	352	Fundo Municipal de Saúde	**6.1.10.304.11.2040 - Manutenção das atividades em Saúde Sanitária** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	200.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o :

I. Superávit Financeiro apurado no encerramento do exercício financeiro de 2024, conforme prevê o inciso I do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso	
00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	1.440.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 17 de Novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:9837A501

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4558

DECRETO Nº.4558/2025

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2145 de 03 de Dezembro de 2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 64.819,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos e dezenove reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	652	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Rodoviários	**11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários**	15.000,00
			339030 - Material de consumo	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.Corrente	
Suplementar	657	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Rodoviários	**11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários**	20.000,00
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	681	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	**12.1.4.122.26.2060 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Industria, Comércio e Turismo**	9.819,00
			449052 - Equipamentos e material permanente	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	91	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.4.123.3.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças**	20.000,00
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	196	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2026 - Manutenção das Atividades de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**	20.000,00
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	588	Secretaria Municipal de Agricultura	**9.1.20.606.23.1022 - Construir pontes e Bueiros em Concreto nas Estradas Rurais**	10.000,00
			449051 - Obras e instalações	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	604	Secretaria Municipal de Agricultura	**9.1.20.606.23.2055 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agricultura**	4.819,00
			339040 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	620	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**10.1.4.122.24.2057 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos**	20.000,00
			339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	787	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Rodoviários	**11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários**	10.000,00
			339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 17 de Novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:23C03978

SECRETARIA DE FINANÇAS
LEI 2249

LEI Nº 2249/2025

Ementa: Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica a Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 497.519,52 (quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	165	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2022 - Manutenção das Atividades de Benefícios Eventuais** 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00
Suplementar	425	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	21.464,39
Suplementar	492	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	104.484,13
Suplementar	657	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Rodoviários	**11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00

Suplementar	96	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.28.843.28.3 - Dívida Pública Interna Contratada** 329021 - Juros sobre a dívida por contrato **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	221.571,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso

Anulação Dotação	119	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	14.581,00
Anulação Dotação	129	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.244.4.2018 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	14.990,00
Anulação Dotação	150	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.5.2030 - Manutenção das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar** 339030 - Material de consumo **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex.	50.000,00
Anulação Dotação	154	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.5.2030 - Manutenção das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	170	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2024 - Manutenção das Atividades do CRAS** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	196	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2026 - Manutenção das Atividades de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	209	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2027 - Manutenção do Centro de Convivência dos Idosos** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	51	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 339030 - Material de consumo **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Anulação Dotação	53	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	12.000,00
Anulação Dotação	66	Secretaria Municipal de Administração	**3.1.4.122.2.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	175.948,52

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Terra Roxa, em 17 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:2BC09342

SECRETARIA DE FINANÇAS
LEI 2250

LEI Nº 2250/2025

Ementa: Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar junto à LOA do corrente exercício e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica a Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 1.263.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	104	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	80.000,00
Suplementar	106	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 319046 - Auxílio-alimentação **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00
Suplementar	120	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.244.4.2018 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	9.000,00
Suplementar	169	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2024 - Manutenção das Atividades do CRAS** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	45.000,00
Suplementar	172	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2024 - Manutenção das Atividades do CRAS** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	6.000,00
Suplementar	183	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2025 - Manutenção das Atividades da Produção de Leite de Soja** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	7.000,00
Suplementar	25	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2003 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	60.000,00
Suplementar	33	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2004 - Manutenção das atividades do Procurador, da Assessoria Jurídica, Estratégica, Especial e de Gabinete** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	62.000,00
Suplementar	396	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	50.000,00

			Vínculo: 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	
Suplementar	45	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	18.000,00
Suplementar	464	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	50.000,00
Suplementar	476	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	30.000,00
Suplementar	509	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.367.17.2046 - Manutenção das Atividades da Educação Especial** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	10.000,00

Suplementar	526	Departamento de Cultura	**7.2.13.392.20.2051 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	4.000,00
Suplementar	561	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	**8.1.18.542.22.2053 - Manutenção das Atividades da Secretária do Meio Ambiente** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	9.000,00
Suplementar	58	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.124.2.2006 - Manutenção das Atividades do Controle Interno** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	106.000,00
Suplementar	589	Secretaria Municipal de Agricultura	**9.1.20.606.23.2055 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agricultura** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	57.000,00
Suplementar	592	Secretaria Municipal de Agricultura	**9.1.20.606.23.2055 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agricultura** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	5.000,00
Suplementar	611	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**10.1.4.122.24.2057 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	122.000,00
Suplementar	614	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**10.1.4.122.24.2057 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	6.000,00
Suplementar	646	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Rodoviários	**11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários**	115.000,00

			319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	66	Secretaria Municipal de Administração	**3.1.4.122.2.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	240.000,00
Suplementar	67	Secretaria Municipal de Administração	**3.1.4.122.2.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	4.000,00
Suplementar	69	Secretaria Municipal de Administração	**3.1.4.122.2.2008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	16.000,00
Suplementar	80	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.4.123.3.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	118.000,00
Suplementar	83	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.4.123.3.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	14.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	105	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Anulação Dotação	107	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.122.4.2017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	4.000,00
Anulação Dotação	127	Secretaria Municipal de Assistência Social	**5.1.8.244.4.2018 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00
Anulação Dotação	145	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.5.2029 - Manutenção das Atividades de Proteção Social Especial** 335043 - Subvenções sociais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00
Anulação Dotação	182	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2024 - Manutenção das Atividades do CRAS** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	10.000,00
Anulação Dotação	184	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2025 - Manutenção das Atividades da Produção de Leite de Soja** 319013 - Contribuições patronais	4.000,00

			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	185	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2025 - Manutenção das Atividades da Produção de Leite de Soja** 319046 - Auxílio-alimentação **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	12.000,00
Anulação Dotação	200	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2027 - Manutenção do Centro de Convivência dos Idosos** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	35.000,00
Anulação Dotação	201	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2027 - Manutenção do Centro de Convivência dos Idosos** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	17.000,00
Anulação Dotação	203	Fundo Municipal de Assistência Social	**5.3.8.244.6.2027 - Manutenção do Centro de Convivência dos Idosos** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	28.000,00
Anulação Dotação	224	Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e Adolescência	**5.5.8.243.7.6001 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescência** 335043 - Subvenções sociais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	300.000,00
Anulação Dotação	229	Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e Adolescência	**5.5.8.243.7.6001 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescência** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	25.000,00
Anulação Dotação	232	Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e Adolescência	**5.5.8.243.7.6002 - Manutenção das Atividades dos Projetos Sociais** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	1.000,00
Anulação Dotação	233	Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e Adolescência	**5.5.8.243.7.6002 - Manutenção das Atividades dos Projetos Sociais** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	10.000,00
Anulação Dotação	34	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2004 - Manutenção das atividades do Procurador, da Assessoria Jurídica, Estratégica, Especial e de Gabinete** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	22.000,00
Anulação Dotação	397	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	5.770,79
Anulação Dotação	400	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	15.000,00
Anulação Dotação	401	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 319013 - Contribuições patronais	5.000,00

			Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	
Anulação Dotação	408	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	30.000,00
Anulação Dotação	409	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	11.872,22
Anulação Dotação	421	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 339033 - Passagens e despesas com locomoção **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	5.000,00
Anulação Dotação	424	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.361.15.2044 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental** 339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física **Vínculo:** 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	2.356,99
Anulação Dotação	46	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	8.000,00
Anulação Dotação	468	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	10.000,00
Anulação Dotação	475	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.365.16.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - CMEI** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	40.000,00
Anulação Dotação	512	Secretaria Municipal da Educação	**7.1.12.367.17.2046 - Manutenção das Atividades da Educação Especial** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00103 - 5% Sobre Transferências Const. - E.C.	15.000,00
Anulação Dotação	522	Departamento de Cultura	**7.2.13.392.20.2051 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	65.000,00
Anulação Dotação	523	Departamento de Cultura	**7.2.13.392.20.2051 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	10.000,00
Anulação Dotação	54	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.122.2.2007 - Manutenção das Atividades da Administração Distrital** 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Anulação Dotação	559	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	**8.1.18.542.22.2053 - Manutenção das Atividades da Secretária do Meio Ambiente** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	32.000,00
Anulação Dotação	60	Gabinete do Prefeito	**2.1.4.124.2.2006 - Manutenção das Atividades do Controle Interno**	4.000,00

			319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	612	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**10.1.4.122.24.2057 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	42.000,00
Anulação Dotação	628	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**10.1.15.451.24.1030 - Construir, Ampliar, Reformar Pista de Caminhada e de Atletismo** 449051 - Obras e instalações **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	95.000,00
Anulação Dotação	649	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Rodoviários	**11.1.26.782.25.2059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Serviços Rodoviários** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	16.000,00
Anulação Dotação	666	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	**12.1.4.122.26.2060 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Industria, Comércio e Turismo** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	66.000,00
Anulação Dotação	667	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	**12.1.4.122.26.2060 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Industria, Comércio e Turismo** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	18.000,00
Anulação Dotação	669	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	**12.1.4.122.26.2060 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Industria, Comércio e Turismo** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	24.000,00
Anulação Dotação	712	Secretaria Municipal de Planejamento	**14.1.4.121.2.2064 - Manutenção das Atividades da secretaria de Planejamento** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	55.000,00
Anulação Dotação	713	Secretaria Municipal de Planejamento	**14.1.4.121.2.2064 - Manutenção das Atividades da secretaria de Planejamento** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	6.000,00
Anulação Dotação	720	Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Turismo	**15.1.27.812.21.2065 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo** 319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	33.000,00
Anulação Dotação	721	Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Turismo	**15.1.27.812.21.2065 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	6.000,00
Anulação Dotação	81	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.4.123.3.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças** 319013 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	25.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Terra Roxa, em 17 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:FAF43FF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO ADJUDICAÇÃO INEX. 040-2025

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Inexigibilidade Nº 40/2025

A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade nº 40/2025, Processo Administrativo nº 206 / 2025, que tem por objeto SERVIÇOS DE CLINICA MEDICA REALIZADAS NO MÊS do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor				Itens Vencedores	
142530 - L. R. CARVALHO - CLÍNICA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2 - ITEM 1.4 - CLINICA MÉDICA PARA PRONTO ATENDIMENTO COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS DE SEGUNDA A SEXTA, CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL.	SERVICOS		6	R$18.597,60	R$111.585,60
1242199 - TATIANA HONORIO GARCIA - SERVIÇOS MEDICOS					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - ITEM 1.4 - CLINICA MÉDICA PARA PRONTO ATENDIMENTO COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS DE SEGUNDA A SEXTA, CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL.	SERVICOS		6	R$18.597,60	R$111.585,60
Total Fornecedor:					R$223.171,20

Terra Roxa, 18 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:2C007E0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO ADJUDICAÇÃO INEX. 041-2025

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Inexigibilidade Nº 41/2025

A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade nº 41/2025, Processo Administrativo nº 207 / 2025, que tem por objeto SERVIÇOS MEDICOS PRESTADOS REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO 2025, do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

58 - ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
28 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
29 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
30 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
122599 - C. SCHMITT LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
50 - CONSULTA MÉDICA EM NEUROLOGIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
142530 - L. R. CARVALHO - CLÍNICA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
6 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
7 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
8 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
183628 - ALESSANDRO K. YASSUE - CLINICA MEDICA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
51 - CONSULTA MÉDICA EM CARDIOLOGIA	SERVICOS		150	R$100,00	R$15.000,00
189278 - CLINICA MEDICA ENTRE AMIGOS LTDA - ME					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
54 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
394947 - IF MARQUES MEDICINA E SAUDE LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
38 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		3	R$631,40	R$1.894,20
395471 - I J M MONTANHER CLINICA LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
33 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
34 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
35 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
395947 - MEDFACIL SERVICOS DE SAUDE LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
39 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
40 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
41 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
396594 - FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
4 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
5 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
396595 - M G PEREIRA JUNIOR SERVIÇOS MÉDICOS					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
36 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
37 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
396597 - 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
12 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80

DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.					
13 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
14 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
396598 - MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
31 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
32 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
396599 - L. M. MEDEIROS CLINICA MEDICA LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
47 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
396600 - E H S ALMEIDA & CIA LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
53 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
396601 - G.S.P SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
48 - CONSULTA MÉDICA EM CARDIOLOGIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
396605 - FACILPLAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
26 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
27 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
396627 - BORESKI CLINICA MEDICA LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
21 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
22 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
23 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
397194 - MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
42 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
398311 - SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
44 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
45 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		3	R$1.515,36	R$4.546,08
46 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
402011 - L.P. CASINI LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
43 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
1232746 - SOUZA & ALCARA SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
49 - CONSULTA MÉDICA EM PEDIATRIA	SERVICOS		80	R$100,00	R$8.000,00
1242199 - TATIANA HONORIO GARCIA - SERVIÇOS MEDICOS					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
9 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
10 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
11 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
1254634 - ANA RAFAELLA DE PADUA LIMA - SERVIÇOS MEDICOS					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
52 - CONSULTA MÉDICA EM PEDIATRIA	SERVICOS		100	R$100,00	R$10.000,00
1275470 - MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					

Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
15 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
16 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
17 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
1295195 - ADAME SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
2 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
1300261 - HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
24 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
25 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
1300407 - VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
18 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
19 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
20 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00

Terra Roxa, 18 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:A540230C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO HOMOLOGAÇÃO INEX. 040-2025

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 206/2025, MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 40/2025

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 16804/2025

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 206/2025, Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 40/2025, o(s) participante(s):

142530 - L. R. CARVALHO - CLÍNICA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

2 - ITEM 1.4 - CLINICA MÉDICA PARA PRONTO ATENDIMENTO COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS DE SEGUNDA A SEXTA, CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL.	SERVICOS		6	R$18.597,60	R$111.585,60
1242199 - TATIANA HONORIO GARCIA - SERVIÇOS MEDICOS					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - ITEM 1.4 - CLINICA MÉDICA PARA PRONTO ATENDIMENTO COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS DE SEGUNDA A SEXTA, CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL.	SERVICOS		6	R$18.597,60	R$111.585,60
Total Fornecedor:					R$223.171,20

Terra Roxa, 18 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:43D6D60C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO HOMOLOGAÇÃO INEX. 041-2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 207/2025, MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 41/2025

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 16804/2025

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 207/2025, Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 41/2025, o(s) participante(s):

58 - ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
28 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
29 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
30 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
122599 - C. SCHMITT LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
50 - CONSULTA MÉDICA EM NEUROLOGIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
142530 - L. R. CARVALHO - CLÍNICA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
7 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
8 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
183628 - ALESSANDRO K. YASSUE - CLINICA MEDICA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
51 - CONSULTA MÉDICA EM CARDIOLOGIA	SERVICOS		150	R$100,00	R$15.000,00
189278 - CLINICA MEDICA ENTRE AMIGOS LTDA - ME					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
54 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
394947 - IF MARQUES MEDICINA E SAUDE LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
38 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		3	R$631,40	R$1.894,20
395471 - I J M MONTANHER CLINICA LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
33 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
34 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72

35 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
395947 - MEDFACIL SERVICOS DE SAUDE LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
39 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
40 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
41 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
396594 - FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		1	R$631,40	R$631,40
4 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
5 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
396595 - M G PEREIRA JUNIOR SERVIÇOS MÉDICOS					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
36 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
37 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
396597 - 3R GESTÃO EM SAUDE LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
12 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
13 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
14 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
396598 - MED MP SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
31 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
32 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
396599 - L. M. MEDEIROS CLINICA MEDICA LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
47 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
396600 - E H S ALMEIDA & CIA LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
53 - CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
396601 - G.S.P SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
48 - CONSULTA MÉDICA EM CARDIOLOGIA	SERVICOS		50	R$100,00	R$5.000,00
396605 - FACILPLAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
26 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
27 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
396627 - BORESKI CLINICA MEDICA LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
21 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
22 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
23 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
397194 - MKBAIOCO SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
42 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
398311 - SILVA E SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
44 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
45 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		3	R$1.515,36	R$4.546,08
46 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
402011 - L.P. CASINI LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
43 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
1232746 - SOUZA & ALCARA SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
49 - CONSULTA MÉDICA EM PEDIATRIA	SERVICOS		80	R$100,00	R$8.000,00
1242199 - TATIANA HONORIO GARCIA - SERVIÇOS MEDICOS					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

9 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
10 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
11 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
1254634 - ANA RAFAELLA DE PADUA LIMA - SERVIÇOS MEDICOS					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
52 - CONSULTA MÉDICA EM PEDIATRIA	SERVICOS		100	R$100,00	R$10.000,00
1275470 - MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
15 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
16 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
17 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
1295195 - ADAME SERVIÇOS MEDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
2 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		1	R$1.722,00	R$1.722,00
1300261 - HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
24 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
25 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
1300407 - VCI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
18 - ITEM 1.1 - ATENDIMENTO MÉDICO (PRONTO SOCORRO E AMBULATÓRIO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO NOTURNO), CONTROLE DE BIOMETRIA ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 5 HORAS E 30 MINUTOS POR PERÍODO.	UNIDADE		2	R$631,40	R$1.262,80
19 - ITEM 1.2 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO (INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS) DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA NO PERÍODO DIURNO E NOTURNO. COM CONTROLE BIOMÉTRICO, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORARIA 12 HORAS	UNIDADE		2	R$1.515,36	R$3.030,72
20 - ITEM 1.5 - PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO, INTERNAMENTOS E AMBULATÓRIOS, FERIADOS PONTO FACULTATIVO E FINAIS DE SEMANA) CONTROLE COM BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA DE 12 HORAS POR PERÍODO.	SERVICOS		2	R$1.722,00	R$3.444,00
Total Fornecedor:					R$172.134,16

Terra Roxa, 18 de novembro de 2025.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:3E4AA40A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO - MDE

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)		Em Reais
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	4.864.735,00	5.244.145,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	751.440,00	887.271,16
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	531.715,00	399.344,23
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	923.580,00	1.223.713,33
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.658.000,00	2.733.816,62
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	56.715.227,41	47.260.138,17
2.1- Cota-Parte FPM	26.800.000,00	22.339.180,77
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.500.000,00	20.338.490,68
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.300.000,00	2.000.690,09
2.2- Cota-Parte ICMS	25.800.000,00	21.253.988,90
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	315.000,00	312.053,07
2.4- Cota-Parte ITR	345.000,00	395.876,50
2.5- Cota-Parte IPVA	3.150.000,00	2.732.902,05

2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	305.227,41	226.136,88
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	61.579.962,41	52.504.283,51
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	10.822.000,00	9.051.886,61
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.511.945,12	4.074.181,26

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	10.854.500,00	8.610.886,07
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	10.854.500,00	8.610.886,07
6.1.1- Principal	10.800.000,00	8.561.826,63
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	54.500,00	49.059,44
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-
6.2.1- Principal	-	-
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1- Principal	-	-
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-
6.4.1- Principal	-	-
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(22.000,00)	(490.059,98)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	-	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	-	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	8.610.886,07	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	11.267.149,25	8.984.764,68	8.984.764,68	8.984.764,68	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.486.500,00	8.032.159,24	8.032.159,24	8.032.159,24	-
10.1.1 - Educação Infantil	3.846.000,00	3.260.847,81	3.260.847,81	3.260.847,81	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.875.500,00	4.109.665,23	4.109.665,23	4.109.665,23	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	765.000,00	661.646,20	661.646,20	661.646,20	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.780.649,25	952.605,44	952.605,44	952.605,44	-
10.2.1 - Educação Infantil	-	-	-	-	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	1.780.649,25	952.605,44	952.605,44	952.605,44	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	8.572.115,43	8.572.115,43	8.572.115,43	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.572.115,43	8.572.115,43	8.572.115,43	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	8.032.159,24	8.032.159,24	8.032.159,24	-	-	-

BÁSICA						
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	6.027.620,25	8.032.159,24	8.032.159,24	93,28
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	861.088,61	38.770,64	38.770,64	-	0,45

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	-	-	85.482,73	-	-85.482,73	-
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-	-	85.482,73	-	-85.482,73	-
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	9.330.750,00	6.677.267,52	6.204.785,90	6.204.785,90	-
20.1- Educação Infantil	4.874.200,00	3.556.229,03	3.414.577,98	3.414.577,98	-
20.2- Ensino Fundamental	3.829.250,00	2.856.117,02	2.541.750,43	2.541.750,43	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	124.400,00	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	502.900,00	264.921,47	248.457,49	248.457,49	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	20.597.899,25	15.662.032,20	15.189.550,58	15.189.550,58	-
21.1- Educação Infantil	8.720.200,00	6.817.076,84	6.675.425,79	6.675.425,79	-
21.1.1- Creche	2.110.500,00	1.788.369,74	1.781.292,32	1.781.292,32	-
21.1.2- Pré-escola	6.609.700,00	5.028.707,10	4.894.133,47	4.894.133,47	-
22.2- Ensino Fundamental	11.877.699,25	8.844.955,36	8.514.124,79	8.514.124,79	-
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					6.204.785,90
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					9.051.886,61
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					-
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)					-
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					15.256.672,51
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)			% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	13.126.067,87	15.256.672,51			29,06
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	-	-	-	-	-
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	-	-	-	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.644.500,00	1.024.038,70
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.644.500,00	1.023.645,94
31.1.1- Salário-Educação	797.500,00	663.194,14
31.1.2- PDDE	-	-
31.1.3- PNAE	265.000,00	211.088,76
31.1.4- PNATE	174.000,00	141.586,96
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	408.000,00	7.776,08
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	392,76
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-		-		
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-		-		
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	418.500,00		367.634,48		
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	3.496.023,01	1.854.082,89	1.748.969,79	1.748.969,79	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	288.000,00	219.425,36	210.589,17	210.589,17	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	2.397.823,01	1.626.970,65	1.531.188,68	1.531.188,68	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	4.600,00	3.485,99	3.485,99	3.485,99	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	805.600,00	4.200,89	3.705,95	3.705,95	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	24.093.922,26	17.516.115,09	16.938.520,37	16.938.520,37	-
33.1- Despesas Correntes	21.104.365,03	16.412.621,95	15.971.772,49	15.971.772,49	-
33.1.1- Pessoal Ativo	12.612.750,00	10.313.272,08	10.313.272,08	10.313.272,08	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	5.000,00	-	-	-	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	8.486.615,03	6.099.349,87	5.658.500,41	5.658.500,41	-
33.2- Despesas de Capital	2.989.557,23	1.103.493,14	966.747,88	966.747,88	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	2.989.557,23	1.103.493,14	966.747,88	966.747,88	-
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)		
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	412.649,25		93.058,15		
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	8.610.886,07		663.194,14		
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	8.984.764,68		697.442,96		
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	38.770,64		58.809,33		
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-		-		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-		-		

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	38.770,64	58.809,33
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:D9072FDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1325/2025

ODELIR DILETO CACHOEIRA, Secretário Municipal Interino de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADENIR ANTONIO VERISSIMO	991505883	2025/2026	COORDENADOR DE GERAÇÃO DE EMPREGO	31/12/2025 A 09/01/2026
ADILSON ALVES DE MORAIS	1512701	2025/2026	SERVENTE	31/12/2025 A 29/01/2026
ALBERTO STEIGENBERGER	1490101	2024/2025	MOTORISTA	31/12/2025 A 29/01/2026
ANGELA ANDREA HORBATIUK	820601	2025/2026	AGENTE ADMINISTRATIVO	31/12/2025 A 19/01/2026
CLAUDETE DE JESUS ALVES PEREIRA MITZCO	991504069	2025/2026	PROFESSOR	31/12/2025 A 29/01/2026
CLEIDE CARDOSO	991505847	2025/2026	DIRETOR GERAL DE EDUCAÇÃO	31/12/2025 A 09/01/2026
DANIELI APARECIDA ZAMBONI	1512591	2024/2025	ZELADOR	31/12/2025 A 29/01/2026
DARIO LUSECHEN	322001	2025/2026	AGENTE ADMINISTRATIVO	31/12/2025 A 09/01/2026
DEBORA PASSOS GUIMARAES	1512204	2025/2026	PROFESSOR	31/12/2025 A 19/01/2026
EDISON VALERIANO CARDOSO	817601	2025/2026	ZELADOR	31/12/2025 A 29/01/2026
ELENICE FABIANE DOS SANTOS DE FREITAS	602501	2025/2026	AGENTE ADMINISTRATIVO	31/12/2025 A 29/01/2026
MANUELLY ACACIA DOLIZNEY	1255601	2024/2025	PROFESSOR	31/12/2025 A 19/01/2026
MARISE APARECIDA CORREA DA SILVA	991505876	2025/2025	DIRETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	31/12/2025 A 09/01/2026
MICHELI CADORIN	1380301	2025/2026	PROFESSOR	31/12/2025 A 29/01/2026
OSMAR MIGUEL DE SOUZA	1504701	2024/2024	MOTORISTA	31/12/2025 A 29/01/2026
ROBERTO ALVES SENA CRUZ	1313701	2024/2025	OPERADOR DE MAQUINAS	31/12/2025 A 29/01/2026
SOLANGE GARCIA BEHRENS	991505864	2025/2025	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30/12/2025 A 08/01/2026
TATIANA SCLAET	1500001	2025/2026	FONOAUDIOLOGO	31/12/2025 A 29/01/2026
TIAGO SEJANOSKI	1366801	2025/2026	NUTRICIONISTA	31/12/2025 A 29/01/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 14 de novembro de 2025.

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Interino de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:BDABC013

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 1329/2025

ODELIR DILETO CACHOEIRA, Secretário Municipal Interino de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ALAN LUIZ MULLER NZIOL	1512727	2023/2024	ENFERMEIRO 8 HORAS	05/01/2026 A 24/01/2026
ALOISIO FRANCISCO SALVATTI	991505843	2025	SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	31/12/2025 A 09/01/2026
DANIELLE WITEKI	1309901	2023/2024	AGENTE ADMINISTRATIVO	31/12/2025 A 09/01/2026
DANIELLE WITEKI	1309901	2024/2025	AGENTE ADMINISTRATIVO	21/01/2026 A 30/01/2026
EDNILSON DA SILVEIRA	991504260	2024/2025	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	09/12/2025 A 18/12/2025
EDNILSON DA SILVEIRA	991504260	2023/2024	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	19/11/2025 A 08/12/2025

EDUARDO SODRÉ GUERIN	**991506329**	**2025/2026**	**SUPERVISOR ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL**	**31/12/2025 A 09/01/2026**
KETLYN BIATRIZ ADACHESKI	**991505548**	**2024/2025**	**TÉCNICO ADMINISTRATIVO**	**31/12/2025 A 09/01/2026**
LEANDRO BRANCO DE OLIVEIRA	**991505089**	**2025/2026**	**EDUCADOR FÍSICO**	**17/11/2025 A 16/12/2025**
LEOCÁDIA MARIA GLAZA GRABOVSKI	**991505881**	**2025**	**CONSULTOR ADMINISTRATIVO DO PREFEITO**	**31/12/2025 A 09/01/2026**
LUCAS VALDAMERI	**991505053**	**2024/2025**	**ENGENHEIRO CIVIL**	**05/01/2025 A 14/01/2026**
MARIA IVANA DOBOROVSKI KMITA	**1512546**	**2025/2026**	**AUXILIAR ADMIISTRATIVO**	**31/12/2025 A 09/01/2026**
RODRIGO SVIDERSKI	**1484601**	**2024/2025**	**AGENTE ADMINISTRATIVO**	**05/01/2026 A 14/01/2026**
SIDNEI ALVES DA LIMA	**1087101**	**2023/2024**	**AGENTE ADMINISTRATIVO**	**31/12/2025 A 09/01/2026**

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 17 de novembro de 2025.

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Municipal Interino de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:117AE22F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICIPIO DE VITORINO - PR
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — Exercício de 2025
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.735.355,52	47.735.355,52	14.145.924,09	29,63	68.003.053,57	142,46	-20.267.698,05
RECEITAS CORRENTES	47.735.355,52	47.735.355,52	10.387.124,31	21,76	53.433.505,33	111,94	-5.698.149,81
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.406.307,01	7.406.307,01	1.557.886,90	21,03	8.642.570,65	116,69	-1.236.263,64
Impostos	6.159.282,01	6.159.282,01	1.404.731,99	22,81	7.628.836,55	123,86	-1.469.554,54
Taxas	1.247.025,00	1.247.025,00	153.154,91	12,28	1.013.734,10	81,29	233.290,90
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.019.078,00	1.019.078,00	196.523,23	19,28	1.116.228,77	109,53	-97.150,77
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	1.019.078,00	1.019.078,00	196.523,23	19,28	1.116.228,77	109,53	-97.150,77
RECEITA PATRIMONIAL	118.042,75	118.042,75	520.953,34	441,33	2.185.280,14	1.851,26	-2.067.237,39
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.112,85	5.112,85	0,00	0,00	0,00	0,00	5.112,85
Valores Mobiliários	112.929,90	112.929,90	520.953,34	461,31	2.185.280,14	1.935,08	-2.072.350,24
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.460,00	1.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.460,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.460,00	1.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.460,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.190.467,76	39.190.467,76	8.097.105,48	20,66	41.418.664,05	105,69	-2.228.196,29
Transferências da União e de suas Entidades	18.309.285,76	18.309.285,76	4.421.039,06	24,15	21.515.553,37	117,51	-3.206.267,61
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.681.135,00	14.681.135,00	2.533.364,65	17,26	13.785.921,06	93,90	895.213,94
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.200.047,00	6.200.047,00	1.142.701,77	18,43	6.115.365,87	98,63	84.681,13
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	1.823,75	0,00	-1.823,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	14.655,36	0,00	70.761,72	0,00	-70.761,72
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	2.530,00	0,00	11.838,00	0,00	-11.838,00

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	9.310,18	0,00	44.847,82	0,00	-44.847,82
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	2.815,18	0,00	14.075,90	0,00	-14.075,90
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	3.758.799,78	0,00	14.569.548,24	0,00	-14.569.548,24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	900.000,00	0,00	2.600.000,00	0,00	-2.600.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	900.000,00	0,00	2.600.000,00	0,00	-2.600.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.858.799,78	0,00	11.969.548,24	0,00	-11.969.548,24
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	1.654.079,21	0,00	3.244.638,17	0,00	-3.244.638,17
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	1.204.720,57	0,00	8.724.910,07	0,00	-8.724.910,07
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	47.735.355,52	47.735.355,52	14.145.924,09	29,63	68.003.053,57	142,46	-20.267.698,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	47.735.355,52	47.735.355,52	14.145.924,09	29,63	68.003.053,57	142,46	-20.267.698,05
DÉFICIT (VI)	8.065.913,11	8.065.913,11	0,00	----	0,00	----	76.068.966,68
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	55.801.268,63	55.801.268,63	14.145.924,09	29,63	68.003.053,57	142,46	55.801.268,63
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	11.713.439,88	----	----	11.713.439,88	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	11.713.439,88	----	----	11.713.439,88	----	----
Reabertura de Créditos Adicionais	----	0,00	----	----	0,00	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.735.355,52	97.442.028,88	16.649.870,22	66.865.509,51	30.576.519,37	15.681.680,31	55.801.268,63	41.640.760,25	51.726.312,14
DESPESAS CORRENTES	44.159.602,53	55.584.966,97	9.966.032,57	44.148.923,63	11.436.043,34	9.721.755,94	43.684.593,31	11.900.373,66	43.211.201,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.334.950,24	26.709.677,00	4.414.042,05	21.132.167,02	5.577.509,98	4.414.042,05	21.132.167,02	5.577.509,98	20.873.288,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	795.000,00	915.000,00	239.979,08	902.350,90	12.649,10	239.979,08	902.350,90	12.649,10	902.350,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.029.652,29	27.960.289,97	5.312.011,44	22.114.405,71	5.845.884,26	5.067.734,81	21.650.075,39	6.310.214,58	21.435.561,99
DESPESAS DE CAPITAL	3.029.081,99	41.310.390,91	6.683.837,65	22.716.585,88	18.593.805,03	5.959.924,37	12.116.675,32	29.193.715,59	8.515.111,07
INVESTIMENTOS	1.937.081,99	40.218.390,91	6.517.207,50	21.980.405,90	18.237.985,01	5.793.294,22	11.380.495,34	28.837.895,57	7.778.931,09
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.092.000,00	1.092.000,00	166.630,15	736.179,98	355.820,02	166.630,15	736.179,98	355.820,02	736.179,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	546.671,00	546.671,00	----	----	546.671,00	----	----	546.671,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	47.735.355,52	97.442.028,88	16.649.870,22	66.865.509,51	30.576.519,37	15.681.680,31	55.801.268,63	41.640.760,25	51.726.312,14
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	47.735.355,52	97.442.028,88	16.649.870,22	66.865.509,51	30.576.519,37	15.681.680,31	55.801.268,63	41.640.760,25	51.726.312,14
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	1.137.544,06	----	----	12.201.784,94	----	16.276.741,43
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	47.735.355,52	97.442.028,88	16.649.870,22	68.003.053,57	----	15.681.680,31	68.003.053,57	----	68.003.053,57
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 17/11/2025, às 15:17:31.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:8E08AB8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE (PR)

MUNICIPIO DE VITORINO - PR	
CONSOLIDADO	Exercício de 2025

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	6.159.282,01	7.628.836,55
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.803.380,00	1.706.877,57
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.215.195,00	1.228.138,47
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.711.585,00	2.898.265,02
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.429.122,01	1.795.555,49
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	36.627.058,00	38.732.009,14
2.1 - Cota-Parte FPM	18.650.099,00	22.339.180,77
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.042.729,00	20.338.490,68
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.607.370,00	2.000.690,09
2.2 - Cota-Parte ICMS	14.831.963,00	13.549.105,77
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	153.151,00	194.397,76
2.4 - Cota-Parte ITR	222.036,00	309.514,49
2.5 - Cota-Parte IPVA	2.769.809,00	2.339.810,35
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**42.786.340,01**	**46.360.845,69**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**7.003.937,60**	**7.346.263,81**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**3.692.647,40**	**4.243.947,61**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	6.200.247,00	6.146.138,16
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.200.247,00	6.146.138,16
6.1.1 - Principal	6.200.047,00	6.115.365,87
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	200,00	30.772,29
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	-803.890,60	-1.230.897,94
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	138.193,06	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	138.193,06	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**6.284.331,22**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	7.308.440,06	6.238.179,21	6.238.179,21	6.142.441,28
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.084.358,43	4.739.279,18	4.739.279,18	4.661.414,14
10.1.1 - Educação Infantil	1.881.414,80	1.732.363,98	1.732.363,98	1.655.427,07
10.1.2 - Ensino Fundamental	3.202.943,63	3.006.915,20	3.006.915,20	3.005.987,07
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	2.224.081,63	1.498.900,03	1.498.900,03	1.481.027,14
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	2.224.081,63	1.498.900,03	1.498.900,03	1.481.027,14
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	6.103.196,47	6.103.196,47	6.007.458,54	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.103.196,47	6.103.196,47	6.007.458,54	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00

11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.618.264,07	4.618.264,07	4.540.399,03	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.302.296,71	4.618.264,07	4.618.264,07	75,14
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	614.613,82	42.941,69	42.941,69	0,00	0,70

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	728.865,64	138.193,06	134.982,74	0,00	3.210,32	3.210,32
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	728.865,64	138.193,06	134.982,74	0,00	3.210,32	3.210,32
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	8.653.016,85	5.417.721,97	5.224.434,55	5.126.368,16
20.1 - Educação Infantil	3.027.816,30	2.045.930,57	1.894.404,02	1.891.997,17
20.2 - Ensino Fundamental	5.377.543,32	3.253.170,91	3.211.410,04	3.115.750,50
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	244.552,23	118.133,49	118.133,49	118.133,49
20.5 - Administração Geral	3.105,00	487,00	487,00	487,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.713.799,68	11.402.297,95	11.209.010,53	11.015.206,21
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.909.231,10	3.778.294,55	3.626.768,00	3.547.424,24
21.1.1 - Creche	--	--	--	--
21.1.2 - Pré-escola	--	--	--	--
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	10.804.568,58	7.624.003,40	7.582.242,53	7.467.781,97

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)					5.224.434,55
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					7.346.263,81
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)					0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					3.210,32
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af)) 4e7					0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					12.567.488,04
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2e5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			11.590.211,42	12.567.488,04	27,11
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	2.210,20	0,00	0,00	0,00	2.210,20
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	2.210,20	0,00	0,00	0,00	2.210,20
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	824.444,00	1.400.897,77
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	679.465,00	703.815,10

31.1.1 - Salário-Educação	476.826,00	514.103,03
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	141.385,00	148.424,09
31.1.4 - PNATE	61.254,00	39.401,98
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	1.886,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	144.779,00	50.767,50
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	200,00	646.315,17

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	4.091.634,24	1.917.936,65	1.789.782,96	1.786.128,64
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	159.581,96	175.750,14	60.427,34	60.427,34
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.932.052,28	1.740.593,64	1.727.762,75	1.724.108,43
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	1.592,87	1.592,87	1.592,87
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**20.053.091,15**	**13.696.619,93**	**13.490.727,20**	**13.293.268,56**
33.1 - Despesas Correntes	16.390.627,71	12.985.461,33	12.870.696,34	12.673.237,70
33.1.1 - Pessoal Ativo	10.026.615,81	8.270.196,44	8.270.196,44	8.172.051,66
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	607.700,00	377.717,44	377.717,44	377.717,44
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	5.756.311,90	4.337.547,45	4.222.782,46	4.123.468,60
33.2 - Despesas de Capital	3.662.463,44	711.158,60	620.030,86	620.030,86
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	3.662.463,44	711.158,60	620.030,86	620.030,86
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	138.193,06		341.581,96	
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	6.146.138,16		514.103,03	
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	6.179.788,69		775.390,34	
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	104.542,53		80.294,65	
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.485,28		0,00	
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00		0,00	
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	106.027,81		80.294,65	

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 17/11/2025, às 15:53:19.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:F0BD56AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (PR)

MUNICIPIO DE VITORINO - PR	
CONSOLIDADO	Exercício de 2025
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	47.735.355,52
Previsão Atualizada	47.735.355,52
Receitas Realizadas	68.003.053,57
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	11.713.439,88
DESPESAS	
Dotação Inicial	47.735.355,52
Dotação Atualizada	97.442.028,88
Despesas Empenhadas	66.865.509,51
Despesas Liquidadas	55.801.268,63
Despesas Pagas	51.726.312,14

Superávit Orçamentário	12.201.784,94
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	66.865.509,51
Despesas Liquidadas	55.801.268,63
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	63.104.670,26
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	63.104.670,26
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	62.638.686,26
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	1.887.000,00	5.348.944,55	283,46
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	2.941.706,20	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	13.672,95	0,00	13.672,95	0,00
Poder Executivo	13.672,95	0,00	13.672,95	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	10.531.503,67	1.418.645,85	7.767.419,83	1.345.437,99
Poder Executivo	9.531.503,67	418.645,85	7.767.419,83	1.345.437,99
Poder Legislativo	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.545.176,62	1.418.645,85	7.781.092,78	1.345.437,99

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	12.567.488,04	25%	27,11
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.618.264,07	70%	75,14
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	2.600.000,00	-2.600.000,00
Despesa de Capital Líquida	22.716.585,88	18.593.805,03

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício (2024)	10º Exercício (2033)	20º Exercício (2043)	35º Exercício (2058)
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receitas da Alienação de Ativos	1.320,95	-1.320,95
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	15.686,24	6.898,13

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	11.456.021,49	15%	25,83

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 17/11/2025, às 16:16:56.

Nota(s) Explicativa(s):

Vitorino, 17/11/2025

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:C0B3E4AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LEI 1882/2025 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA

MUNICÍPIO DE COLOMBO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Despesa por Funções e Categoria Econômica
Entidade(s): Consolidado
Exercício: 2026
ANEXO V da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Função	**Despesas Correntes**				**Despesas de Capital**				Reserva de Contingência	**Total Geral**
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida	Total		
01 - Legislativa	25.454.000,00	0,00	4.570.000,00	30.024.000,00	680.000,00	0,00	0,00	680.000,00	0,00	30.704.000,00
04 - Administração	33.927.000,00	0,00	16.699.000,00	50.626.000,00	3.254.000,00	0,00	0,00	3.254.000,00	350.000,00	54.230.000,00
06 - Segurança Pública	10.229.000,00	0,00	3.768.500,00	13.997.500,00	116.000,00	0,00	0,00	116.000,00	0,00	14.113.500,00
08 - Assistência Social	25.572.000,00	0,00	11.308.500,00	36.880.500,00	1.077.500,00	0,00	0,00	1.077.500,00	0,00	37.958.000,00
09 - Previdência Social	143.372.937,54	0,00	18.416.198,40	161.789.135,94	156.195,00	0,00	650.000,00	806.195,00	0,00	162.595.330,94
10 - Saúde	132.825.650,00	0,00	58.089.500,00	190.915.150,00	3.074.000,00	0,00	0,00	3.074.000,00	0,00	193.989.150,00
11 - Trabalho	5.041.000,00	0,00	17.136.000,00	22.177.000,00	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	22.235.000,00
12 - Educação	194.298.000,00	0,00	113.628.700,00	307.926.700,00	14.636.000,00	0,00	0,00	14.636.000,00	0,00	322.562.700,00
13 - Cultura	2.057.000,00	0,00	1.351.000,00	3.408.000,00	92.000,00	0,00	0,00	92.000,00	0,00	3.500.000,00
14 - Direitos da Cidadania	3.197.000,00	0,00	2.903.000,00	6.100.000,00	166.000,00	0,00	0,00	166.000,00	0,00	6.266.000,00
15 - Urbanismo	5.277.000,00	0,00	15.182.000,00	20.459.000,00	281.000,00	0,00	0,00	281.000,00	0,00	20.740.000,00
16 - Habitação	1.358.000,00	0,00	182.000,00	1.540.000,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	1.650.000,00
17 - Saneamento	224.000,00	0,00	164.000,00	388.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.000,00
18 - Gestão Ambiental	4.320.000,00	0,00	42.503.700,00	46.823.700,00	1.578.000,00	0,00	0,00	1.578.000,00	0,00	48.401.700,00
20 - Agricultura	3.810.000,00	0,00	3.393.000,00	7.203.000,00	163.000,00	0,00	0,00	163.000,00	0,00	7.366.000,00
22 - Indústria	1.718.000,00	0,00	361.000,00	2.079.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	2.229.000,00
23 - Comércio e Serviços	1.847.000,00	0,00	2.587.000,00	4.434.000,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	4.674.000,00
26 - Transporte	9.159.000,00	0,00	25.210.000,00	34.369.000,00	50.408.000,00	0,00	0,00	50.408.000,00	0,00	84.777.000,00
27 - Desporto e Lazer	2.596.000,00	0,00	2.285.000,00	4.881.000,00	475.000,00	0,00	0,00	475.000,00	0,00	5.356.000,00
28 - Encargos Especiais	15.186,00	3.396.581,00	35.470.676,00	38.882.443,00	0,00	0,00	10.594.000,00	10.594.000,00	0,00	49.476.443,00
Total	606.297.773,54	3.396.581,00	375.208.774,40	984.903.128,94	76.714.695,00	0,00	11.244.000,00	87.958.695,00	350.000,00	1.073.211.823,94

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE COLOMBO.

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:3A89D193

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RREO 5 BIMESTRE 2025

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.000.000,00	60.588.758,14	9.481.387,84	15,65	45.622.351,93	75,30	14.966.406,21

RECEITAS CORRENTES	39.954.000,00	47.585.151,10	8.470.364,84	17,80	40.641.405,27	85,41	6.943.745,83
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.358.415,83	3.289.099,01	1.265.536,32	38,48	3.274.771,85	99,56	14.327,16
IMPOSTOS	2.194.415,83	3.059.353,92	1.235.287,62	40,38	3.061.114,98	100,06	(1.761,06)
TAXAS	164.000,00	229.745,09	30.248,70	13,17	213.656,87	93,00	16.088,22
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	170.000,00	170.000,00	30.471,49	17,92	157.824,75	92,84	12.175,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	170.000,00	170.000,00	30.471,49	17,92	157.824,75	92,84	12.175,25
RECEITA PATRIMONIAL	66.000,00	431.576,45	162.182,99	37,58	790.170,83	183,09	(358.594,38)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	65.000,00	430.576,45	162.182,99	37,67	790.170,83	183,51	(359.594,38)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	52.800,00	100.125,89	63,63	0,06	50.369,54	50,31	49.756,35
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	52.800,00	100.125,89	63,63	0,06	50.369,54	50,31	49.756,35
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.240.784,17	43.528.066,42	7.009.446,44	16,10	36.351.607,37	83,51	7.176.459,05
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	19.119.334,17	23.598.249,98	3.809.120,53	16,14	19.564.314,13	82,91	4.033.935,85
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	12.381.450,00	14.189.816,44	2.271.662,17	16,01	11.817.941,53	83,28	2.371.874,91
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	5.700.000,00	5.700.000,00	928.663,74	16,29	4.969.351,71	87,18	730.648,29
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.000,00	66.283,33	2.663,97	4,02	16.660,93	25,14	49.622,40
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	20.000,00	20.000,00	663,96	3,32	3.291,17	16,46	16.708,83
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	24.000,00	24.283,33	2.000,01	8,24	12.703,09	52,31	11.580,24
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	666,67	33,33	1.333,33
RECEITAS DE CAPITAL	2.046.000,00	13.003.607,04	1.011.023,00	7,77	4.980.946,66	38,30	8.022.660,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	660.000,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	660.000,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.320.000,00	12.277.607,04	1.011.023,00	8,23	4.980.946,66	40,57	7.296.660,38
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	514.000,00	4.583.192,63	247.500,00	5,40	247.500,00	5,40	4.335.692,63
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	806.000,00	7.694.414,41	763.523,00	9,92	4.733.446,66	61,52	2.960.967,75
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	42.000.000,00	60.588.758,14	9.481.387,84	15,65	45.622.351,93	75,30	14.966.406,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	42.000.000,00	60.588.758,14	9.481.387,84	15,65	45.622.351,93	75,30	14.966.406,21
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	42.000.000,00	60.588.758,14	9.481.387,84	15,65	45.622.351,93	75,30	14.966.406,21
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.624.365,86	0,00	0,00	3.624.365,86	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	3.624.365,86	0,00	0,00	3.624.365,86	100,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.000.000,00	66.371.569,16	13.214.107,70	45.860.098,06	20.511.471,10	10.594.227,29	42.494.168,14	23.877.401,02	40.380.566,24
DESPESAS CORRENTES	38.442.041,75	49.878.793,84	8.817.732,87	39.352.788,82	10.526.005,02	8.631.459,46	38.776.301,90	11.102.491,94	38.464.600,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.189.562,00	22.218.080,29	3.566.496,97	17.245.005,92	4.973.074,37	3.566.496,97	17.245.005,92	4.973.074,37	17.245.005,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	240.000,00	240.000,00	37.906,35	198.037,58	41.962,42	37.906,35	198.037,58	41.962,42	198.037,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.012.479,75	27.420.713,55	5.213.329,55	21.909.745,32	5.510.968,23	5.027.056,14	21.333.258,40	6.087.455,15	21.021.557,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.307.958,25	16.242.775,32	4.396.374,83	6.507.309,24	9.735.466,08	1.962.767,83	3.717.866,24	12.524.909,08	1.915.965,74
INVESTIMENTOS	2.817.958,25	15.752.775,32	4.314.135,49	6.104.607,94	9.648.167,38	1.880.528,49	3.315.164,94	12.437.610,38	1.513.264,44
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	490.000,00	490.000,00	82.239,34	402.701,30	87.298,70	82.239,34	402.701,30	87.298,70	402.701,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.000.000,00	66.371.569,16	13.214.107,70	45.860.098,06	20.511.471,10	10.594.227,29	42.494.168,14	23.877.401,02	40.380.566,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	42.000.000,00	66.371.569,16	13.214.107,70	45.860.098,06	20.511.471,10	10.594.227,29	42.494.168,14	23.877.401,02	40.380.566,24

RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.128.183,79	(3.128.183,79)	5.241.785,69
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	42.000.000,00	66.371.569,16	13.214.107,70	45.860.098,06	20.511.471,10	10.594.227,29	45.622.351,93	20.749.217,23	45.622.351,93

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	42.000.000,00	66.371.569,16	13.214.107,70	45.860.098,06	100,00	20.511.471,10	10.594.227,29	42.494.168,14	100,00	23.877.401,02
LEGISLATIVA	1.984.500,00	1.984.500,00	0,00	0,00	0,00	1.984.500,00	0,00	0,00	0,00	1.984.500,00
AÇÃO LEGISLATIVA	1.984.500,00	1.984.500,00	0,00	0,00	0,00	1.984.500,00	0,00	0,00	0,00	1.984.500,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	350.000,00	350.000,00	63.213,82	266.565,00	0,58	83.435,00	63.213,82	266.565,00	0,63	83.435,00
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO	350.000,00	350.000,00	63.213,82	266.565,00	0,58	83.435,00	63.213,82	266.565,00	0,63	83.435,00
ADMINISTRAÇÃO	4.658.700,00	5.531.931,25	1.246.014,33	4.667.211,72	10,18	864.719,53	1.121.303,05	4.503.228,20	10,60	1.028.703,05
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.007.700,00	3.880.931,25	1.034.170,09	3.261.168,75	7,11	619.762,50	908.757,85	3.099.101,63	7,29	781.829,62
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.578.000,00	1.578.000,00	205.972,52	1.333.169,59	2,91	244.830,41	206.281,48	1.331.253,19	3,13	246.746,81
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	73.000,00	73.000,00	5.871,72	72.873,38	0,16	126,62	6.263,72	72.873,38	0,17	126,62
SEGURANÇA PÚBLICA	50.000,00	50.000,00	41.560,47	49.812,91	0,11	187,09	41.560,47	49.812,91	0,12	187,09
POLICIAMENTO	50.000,00	50.000,00	41.560,47	49.812,91	0,11	187,09	41.560,47	49.812,91	0,12	187,09
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.911.000,00	4.497.051,74	446.604,71	2.092.897,22	4,56	2.404.154,52	420.840,82	2.065.385,13	4,86	2.431.666,61
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	33.800,00	117.325,37	1.032,59	29.980,59	0,07	87.344,78	1.032,59	29.980,59	0,07	87.344,78
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0,00	8.300,98	0,00	0,00	0,00	8.300,98	0,00	0,00	0,00	8.300,98
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	573.700,00	2.466.425,39	166.896,77	547.764,64	1,19	1.918.660,75	140.532,88	520.402,55	1,22	1.946.022,84
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.303.500,00	1.905.000,00	278.675,35	1.515.151,99	3,30	389.848,01	279.275,35	1.515.001,99	3,57	389.998,01
SAÚDE	9.682.682,62	14.827.263,90	2.952.663,64	11.382.302,09	24,82	3.444.961,81	2.331.212,31	10.586.632,42	24,91	4.240.631,48
ATENÇÃO BÁSICA	7.393.611,62	11.433.790,92	2.196.918,05	8.989.602,81	19,60	2.444.188,11	1.563.168,88	8.235.183,00	19,38	3.198.607,92
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	995.071,00	792.223,18	57.362,53	421.295,05	0,92	370.928,13	43.949,53	407.882,05	0,96	384.341,13
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	180.500,00	617.749,80	127.504,86	340.798,61	0,74	276.951,19	123.184,86	336.478,61	0,79	281.271,19
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.113.500,00	1.983.500,00	570.878,20	1.630.605,62	3,56	352.894,38	600.909,04	1.607.088,76	3,78	376.411,24
EDUCAÇÃO	11.882.456,88	14.229.765,35	2.599.929,21	11.555.483,01	25,20	2.674.282,34	2.648.070,11	11.544.597,77	27,17	2.685.167,58
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	402.250,00	636.177,86	34.625,65	388.834,80	0,85	247.343,06	37.247,61	388.834,80	0,92	247.343,06
ENSINO FUNDAMENTAL	8.261.000,00	9.211.000,00	1.647.065,45	7.843.874,25	17,10	1.367.125,75	1.641.130,45	7.835.014,25	18,44	1.375.985,75
EDUCAÇÃO INFANTIL	3.124.206,88	4.287.587,49	897.240,81	3.257.862,84	7,10	1.029.724,65	947.910,42	3.255.837,60	7,66	1.031.749,89
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	25.000,00	25.000,00	3.393,16	24.982,98	0,05	17,02	4.177,49	24.982,98	0,06	17,02
EDUCAÇÃO ESPECIAL	70.000,00	70.000,00	17.604,14	39.928,14	0,09	30.071,86	17.604,14	39.928,14	0,09	30.071,86
CULTURA	235.910,50	726.748,73	408.771,05	615.338,10	1,34	111.410,63	25.400,72	231.967,77	0,55	494.780,96
DIFUSÃO CULTURAL	235.910,50	445.910,50	190.400,72	396.967,77	0,87	48.942,73	25.400,72	231.967,77	0,55	213.942,73
TURISMO	0,00	280.838,23	218.370,33	218.370,33	0,48	62.467,90	0,00	0,00	0,00	280.838,23
URBANISMO	4.841.650,00	7.645.295,23	885.214,85	6.411.837,62	13,98	1.233.457,61	1.232.139,12	6.407.075,60	15,08	1.238.219,63
INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.485.400,00	5.118.812,82	738.031,97	4.126.663,00	9,00	992.149,82	1.064.083,24	4.122.163,00	9,70	996.649,82
SERVIÇOS URBANOS	723.000,00	723.000,00	74.412,16	639.683,99	1,39	83.316,01	74.412,16	639.683,99	1,51	83.316,01
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	33.250,00	33.250,00	2.897,48	7.611,32	0,02	25.638,68	4.295,48	7.349,32	0,02	25.900,68
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	600.000,00	1.770.232,41	69.873,24	1.637.879,31	3,57	132.353,10	89.348,24	1.637.879,29	3,85	132.353,12
HABITAÇÃO	0,00	3.684.602,63	0,00	0,00	0,00	3.684.602,63	0,00	0,00	0,00	3.684.602,63

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
HABITAÇÃO URBANA	0,00	3.684.602,63	0,00	0,00	0,00	3.684.602,63	0,00	0,00	0,00	3.684.602,63
SANEAMENTO	0,00	384.590,00	0,00	0,00	0,00	384.590,00	0,00	0,00	0,00	384.590,00
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	0,00	384.590,00	0,00	0,00	0,00	384.590,00	0,00	0,00	0,00	384.590,00
GESTÃO AMBIENTAL	340.000,00	1.130.000,00	53.560,25	278.119,42	0,61	851.880,58	37.380,85	261.940,02	0,62	868.059,98
INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	795.000,00	0,00	0,00	0,00	795.000,00	0,00	0,00	0,00	795.000,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	340.000,00	335.000,00	53.560,25	278.119,42	0,61	56.880,58	37.380,85	261.940,02	0,62	73.059,98
AGRICULTURA	2.679.650,00	7.293.160,31	3.572.853,09	5.406.812,12	11,79	1.886.348,19	1.662.507,25	3.495.490,74	8,23	3.797.669,57
ABASTECIMENTO	1.294.400,00	1.645.514,48	135.607,48	995.750,89	2,17	649.763,59	121.407,70	981.251,11	2,31	664.263,37
EXTENSÃO RURAL	1.180.250,00	5.442.645,83	3.432.423,03	4.211.837,35	9,18	1.230.808,48	1.536.276,97	2.315.015,75	5,45	3.127.630,08
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DEFESA AGROPECUÁRIA	200.000,00	200.000,00	4.822,58	199.223,88	0,43	776,12	4.822,58	199.223,88	0,47	776,12
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	50.500,00	50.500,00	17.192,85	42.320,56	0,09	8.179,44	17.507,02	42.320,56	0,10	8.179,44
HABITAÇÃO RURAL	50.500,00	50.500,00	17.192,85	42.320,56	0,09	8.179,44	17.507,02	42.320,56	0,10	8.179,44
COMÉRCIO E SERVIÇOS	218.000,00	328.000,00	36.338,04	234.025,52	0,51	93.974,48	36.367,29	234.025,52	0,55	93.974,48
PROMOÇÃO COMERCIAL	218.000,00	328.000,00	36.338,04	234.025,52	0,51	93.974,48	36.367,29	234.025,52	0,55	93.974,48
ENERGIA	170.750,00	187.994,20	42.990,71	125.993,81	0,27	62.000,39	43.043,03	125.858,82	0,30	62.135,38
ENERGIA ELÉTRICA	170.750,00	170.750,00	31.313,28	114.316,38	0,25	56.433,62	31.365,60	114.181,39	0,27	56.568,61
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	17.244,20	11.677,43	11.677,43	0,03	5.566,77	11.677,43	11.677,43	0,03	5.566,77
TRANSPORTE	1.023.900,00	1.564.865,82	571.061,84	1.393.313,74	3,04	171.552,08	585.990,53	1.384.204,27	3,26	180.661,55
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.023.900,00	1.564.865,82	571.061,84	1.393.313,74	3,04	171.552,08	585.990,53	1.384.204,27	3,26	180.661,55
DESPORTO E LAZER	485.000,00	470.000,00	127.520,09	314.492,88	0,69	155.507,12	124.446,09	303.110,88	0,71	166.889,12
TURISMO	50.000,00	50.000,00	0,00	19.220,00	0,04	30.780,00	8.308,00	19.220,00	0,05	30.780,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	435.000,00	420.000,00	127.520,09	295.272,88	0,64	124.727,12	116.138,09	283.890,88	0,67	136.109,12
ENCARGOS ESPECIAIS	1.185.300,00	1.185.300,00	148.618,75	1.023.572,34	2,23	161.727,66	203.244,81	991.952,53	2,33	193.347,47
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	730.000,00	730.000,00	120.145,69	600.738,88	1,31	129.261,12	120.145,69	600.738,88	1,41	129.261,12
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	455.300,00	455.300,00	28.473,06	422.833,46	0,92	32.466,54	83.099,12	391.213,65	0,92	64.086,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	42.000.000,00	66.371.569,16	13.214.107,70	45.860.098,06	100,00	20.511.471,10	10.594.227,29	42.494.168,14	100,00	23.877.401,02

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR c = (a – b)
RECEITA DE CAPITAL	83.000,00	13.816,46	69.183,54
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	83.000,00	13.816,46	69.183,54
Alienação de Bens Móveis	66.000,00	0,00	66.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	17.000,00	13.816,46	3.183,54
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	83.000,00	13.816,46	69.183,54

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	176.700,00	164.301,50	35.801,50	35.801,00	0,00	12.398,50

Investimentos	176.700,00	164.301,50	35.801,50	35.801,00	0,00	12.398,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	176.700,00	164.301,50	35.801,50	35.801,00	0,00	12.398,50

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	159.763,84	(150.485,04)	9.278,80

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO DE 2024 A OUTUBRO DE 2025

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL**	**Previsão atualiza 2025**
	11/2024	**12/2024**	**01/2025**	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.057.191,93	6.393.974,66	4.438.076,36	4.549.326,46	4.286.799,15	4.226.638,65	4.166.121,49	4.378.802,01	6.081.870,10	4.736.976,03	5.344.417,38	4.241.173,36	56.901.367,58	53.873.151,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	198.765,14	419.821,60	91.426,27	285.734,45	193.432,01	267.254,00	213.432,95	313.580,65	396.304,68	248.070,52	983.239,68	282.296,64	3.893.358,59	3.289.099,01
IPTU	7.748,01	6.316,10	763,05	1.860,13	1.492,71	1.260,54	6.644,75	42.742,10	74.155,83	8.721,82	7.683,32	4.101,38	163.489,74	206.224,43
ISS	39.486,25	76.872,38	73.422,72	22.250,67	34.283,11	60.848,46	45.870,01	71.203,91	55.550,05	51.609,33	46.631,83	64.328,43	642.357,15	541.800,86
ITBI	22.451,19	55.250,00	2.981,20	25.000,00	877,09	13.000,00	7.316,79	11.256,95	18.559,98	12.280,00	763.810,08	22.590,00	955.373,28	829.059,79
IRRF	104.427,65	206.537,76	0,00	223.272,85	143.726,82	179.648,52	138.648,28	166.616,67	169.688,44	160.274,58	150.254,29	175.888,29	1.818.984,15	1.482.268,84
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.652,04	74.845,36	14.259,30	13.350,80	13.052,28	12.496,48	14.953,12	21.761,02	78.350,38	15.184,79	14.860,16	15.388,54	313.154,27	229.745,09
Contribuições	15.275,18	0,00	16.559,39	16.121,57	14.740,43	16.861,60	15.795,71	16.717,64	15.259,27	15.297,65	14.607,59	15.863,90	173.099,93	170.000,00
Receita patrimonial	56.563,69	61.944,97	88.545,02	82.740,06	82.149,08	67.831,61	86.427,04	68.167,29	84.095,29	68.032,45	79.925,64	82.257,35	908.679,49	431.576,45
Rendimentos de Aplicação Financeira	56.563,69	61.944,97	88.545,02	82.740,06	82.149,08	67.831,61	86.427,04	68.167,29	84.095,29	68.032,45	79.925,64	82.257,35	908.679,49	430.576,45
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	34,59	31,26	40,01	31,26	0,00	38,72	69,49	31,54	50.031,54	63,35	32,09	31,54	50.435,39	100.125,89
Transferências correntes	3.786.437,42	5.818.168,43	4.240.639,00	4.164.699,12	3.995.144,29	3.873.986,05	3.848.709,18	3.973.002,38	5.534.038,67	4.405.512,06	4.264.615,08	3.860.057,26	51.765.008,94	49.816.066,42
Cota parte do FPM	1.561.506,84	2.518.916,72	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	20.834.809,06	19.986.575,21
Cota parte do ICMS	1.153.659,49	1.457.726,97	1.312.450,08	1.095.574,69	994.405,72	1.330.363,58	1.015.326,68	1.205.823,80	1.384.736,57	1.111.874,11	1.367.206,23	1.238.695,50	14.667.843,42	13.926.328,81
Cota parte do IPVA	20.871,08	15.794,89	340.562,01	115.843,74	100.647,34	101.590,60	90.698,38	52.138,56	27.571,94	35.722,43	25.787,31	15.396,49	942.624,77	1.294.081,66
Cota parte do ITR	51.172,12	32.182,37	7.519,38	1.054,88	22.948,38	249,81	735,51	2.019,49	6.443,50	8.185,64	32.052,27	374.322,87	538.886,22	450.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	18.747,40	22.009,50	14.949,81	16.923,31	214.803,54	17.303,61	16.810,79	19.137,77	16.419,78	18.137,50	19.234,44	18.445,95	412.923,40	411.854,75
Transferências do FUNDEB	445.975,75	529.614,66	667.942,24	556.718,53	511.027,20	565.078,28	499.089,68	531.020,15	509.105,10	477.900,27	459.102,38	615.677,76	6.368.252,00	6.225.000,00
Outras transferências correntes	534.504,74	1.241.923,32	324.856,81	268.660,18	761.830,23	447.449,50	424.904,83	312.840,98	1.645.273,36	1.255.356,09	459.785,21	322.284,82	7.999.670,07	7.522.225,99
Outras receitas correntes	115,91	94.008,40	866,67	0,00	1.333,34	666,67	1.687,12	7.302,51	2.140,65	0,00	1.997,30	666,67	110.785,24	66.283,33
DEDUÇÕES (II)	561.191,31	656.091,15	649.567,93	667.864,04	544.457,28	572.291,60	584.942,86	625.828,18	514.166,86	534.451,07	530.807,04	584.418,86	7.026.078,18	6.288.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	561.191,31	656.091,15	649.567,93	667.864,04	544.457,28	572.291,60	584.942,86	625.828,18	514.166,86	534.451,07	530.807,04	584.418,86	7.026.078,18	6.288.000,00
RECEITA CORRENTE	3.496.000,62	5.737.883,51	3.788.508,43	3.881.462,42	3.742.341,87	3.654.347,05	3.581.178,63	3.752.973,83	5.567.703,24	4.202.524,96	4.813.610,34	3.656.754,50	49.875.289,40	47.585.151,10

LÍQUIDA (III) = (I - II)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	630.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	850.000,00	0,00	0,00	2.630.000,00	2.020.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.496.000,62	5.107.883,51	3.788.508,43	3.881.462,42	3.392.341,87	3.654.347,05	3.581.178,63	3.752.973,83	4.767.703,24	3.352.524,96	4.813.610,34	3.656.754,50	47.245.289,40	45.565.151,10
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	62.128,00	112.960,00	54.648,00	54.648,00	54.648,00	66.792,00	63.756,00	63.756,00	63.756,00	63.756,00	63.756,00	63.756,00	788.360,00	812.812,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	3.433.872,62	4.994.923,51	3.733.860,43	3.826.814,42	3.337.693,87	3.587.555,05	3.517.422,63	3.689.217,83	4.703.947,24	3.288.768,96	4.749.854,34	3.592.998,50	46.456.929,40	44.752.339,10

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO DE 2024 A OUTUBRO DE 2025

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	3.059.353,92	3.061.114,98
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	206.224,43	149.425,63
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	829.059,79	877.672,09
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	541.800,86	525.998,52
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.482.268,84	1.508.018,74
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	36.068.840,43	30.544.499,49
2.1 - Cota-parte FPM	19.986.575,21	16.754.385,50
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.486.057,64	15.253.867,94
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.500.517,57	1.500.517,56
2.2 - Cota-parte ICMS	13.926.328,81	12.056.456,96
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	411.854,75	372.166,50
2.4 - Cota-parte ITR	450.000,00	455.531,73
2.5 - Cota-parte IPVA	1.294.081,66	905.958,80
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	39.128.194,35	33.605.614,47
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	6.913.664,57	5.808.796,39
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.868.384,02	2.592.607,23

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.245.000,00	5.354.995,56
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.720.000,00	5.014.308,99
6.1.1 - Principal	5.700.000,00	4.969.351,71
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	20.000,00	44.957,28
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	525.000,00	340.686,57
6.4.1 - Principal	525.000,00	340.686,57
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(1.213.664,57)	(839.444,68)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	105.688,10	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	105.688,10	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	5.460.683,66	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.245.000,00	5.130.253,68	5.130.253,68	5.130.253,68	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.719.000,00	5.118.734,18	5.118.734,18	5.118.734,18	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	5.719.000,00	5.118.734,18	5.118.734,18	5.118.734,18	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM					
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE					
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025					
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)					
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	526.000,00	11.519,50	11.519,50	11.519,50	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	526.000,00	11.519,50	11.519,50	11.519,50	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS**

					CAIXA)[7] (h)	RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.130.253,68	5.130.253,68	5.130.253,68	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.118.734,18	5.118.734,18	5.118.734,18	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	11.519,50	11.519,50	11.519,50	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.118.734,18	5.118.734,18	5.118.734,18	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.510.016,29	5.118.734,18	5.118.734,18	102,08
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	535.499,56	224.741,88	224.741,88	0,00	4,20

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w) EXERCÍCIO ATUAL	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	565.370,78	105.688,10	0,00	0,00	0,00	105.688,10
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	565.370,78	105.688,10	0,00	0,00	0,00	105.688,10
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)

MUNICIPIO DE GOIOXIM					
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE					
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025					
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.933.337,35	4.583.780,82	4.580.705,82	4.570.166,24	3.075,00
20.1 - Educação Infantil	2.853.337,35	1.900.277,88	1.900.127,88	1.899.252,88	150,00
20.2 - Ensino Fundamental	3.485.000,00	2.614.898,68	2.611.973,68	2.611.873,01	2.925,00

20.3 - Educação de Jovens e Adultos	25.000,00	20.676,12	20.676,12	19.112,21	0,00
20.4 - Educação Especial	70.000,00	39.928,14	39.928,14	39.928,14	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	500.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	12.583.337,35	9.645.430,24	9.642.355,24	9.641.379,57	3.075,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.379.337,35	1.911.797,38	1.911.647,38	1.910.772,38	150,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.204.000,00	7.733.632,86	7.730.707,86	7.730.607,19	2.925,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	4.580.705,82
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	5.808.796,39
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	105.688,10
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	10.283.814,11

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.401.403,62	10.283.814,11	30,60

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	990.246,55	915.273,56
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	689.063,46	616.207,03
31.1.1 - Salário-Educação	402.512,32	360.315,85
31.1.2 - PDDE	8.085,39	508,03
31.1.3 - PNAE	112.209,59	105.233,18
31.1.4 - PNATE	164.170,77	148.177,80
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	2.085,39	1.972,17
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.170,78	2.429,34
31.3 - RECEITA DE royaltIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	297.012,31	296.637,19

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	1.051.428,00	1.820.122,69	1.812.312,45	1.787.566,01	7.810,24
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	908.250,14	1.325.104,64	1.323.229,40	1.322.393,60	1.875,24
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	7.000,00	109.876,39	103.941,39	80.030,75	5.935,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	4.306,86	4.306,86	4.306,86	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	136.177,86	380.834,80	380.834,80	380.834,80	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	14.229.765,35	11.534.157,19	11.523.271,95	11.487.985,93	10.885,24
33.1 - Despesas Correntes	14.125.765,35	11.515.655,19	11.504.769,95	11.469.483,93	10.885,24
33.1.1 - Pessoal Ativo	8.045.600,00	6.520.757,83	6.520.757,83	6.520.757,83	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	6.050.165,35	4.994.897,36	4.984.012,12	4.948.726,10	10.885,24
33.2 - Despesas de Capital	104.000,00	18.502,00	18.502,00	18.502,00	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	104.000,00	18.502,00	18.502,00	18.502,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	105.688,10	33.346,10
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.437.618,87	360.315,85
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.130.253,68	358.596,78
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	413.053,29	35.065,17
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	413.053,29	35.065,17

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2025

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	660.000,00	0,00		660.000,00
DESPESAS		**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL		16.242.775,32	6.507.309,24	9.735.466,08
Investimentos		15.752.775,32	6.104.607,94	9.648.167,38
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		490.000,00	402.701,30	87.298,70
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte		0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras		0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)		16.242.775,32	6.507.309,24	9.735.466,08
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)		15.582.775,32	6.507.309,24	9.075.466,08

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**323.000,00**	**323.000,00**	**0,00**	**0,00**	**264.682,46**	**5.141.183,58**	**3.871.694,57**	**3.851.235,73**	**214.400,00**	**1.340.230,31**	**1.340.230,31**
EXECUTIVO												
MUNICIPIO DE GOIOXIM	**0,00**	**323.000,00**	**323.000,00**	**0,00**	**0,00**	**264.682,46**	**5.141.183,58**	**3.871.694,57**	**3.851.235,73**	**214.400,00**	**1.340.230,31**	**1.340.230,31**
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39,29	0,00	0,00	0,00	0,00	39,29	39,29
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.283,66	384.551,96	384.551,96	0,00	75.731,70	75.731,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.272,07	803.388,19	256.041,20	256.041,20	214.400,00	597.219,06	597.219,06
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	371,10	0,00	0,00	0,00	0,00	371,10	371,10
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	0,00	323.000,00	323.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.877.511,73	3.231.101,41	3.210.642,57	0,00	666.869,16	666.869,16
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**323.000,00**	**323.000,00**	**0,00**	**0,00**	**264.682,46**	**5.141.183,58**	**3.871.694,57**	**3.851.235,73**	**214.400,00**	**1.340.230,31**	**1.340.230,31**

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)
ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	47.585.151,10	40.641.405,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.289.099,01	3.274.771,85
IPTU	206.224,43	149.425,63
ISS	541.800,86	525.998,52
ITBI	829.059,79	877.672,09
IRRF	1.482.268,84	1.508.018,74
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	229.745,09	213.656,87
Contribuições	170.000,00	157.824,75
Receita patrimonial	431.576,45	790.170,83
Aplicações Financeiras (II)	430.576,45	790.170,83
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	0,00
Transferências correntes	43.528.066,42	36.351.607,37
Cota-Parte do FPM	16.726.575,21	13.703.612,29
Cota-Parte do ICMS	11.226.328,81	9.645.165,77
Cota-Parte do IPVA	1.094.081,66	724.767,03
Cota-Parte do ITR	360.000,00	364.425,49
Transferências da LC 61/1989	373.854,75	297.733,19
Transferências do FUNDEB	6.225.000,00	5.392.661,59
Outras transferências correntes	7.522.225,99	6.223.242,01
Demais receitas correntes	166.409,22	67.030,47
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	166.409,22	67.030,47
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	47.154.574,65	39.851.234,44
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00

RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	13.003.607,04	4.980.946,66
Operações de Crédito (VIII)	660.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	66.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	66.000,00	0,00
Transferências de Capital	12.277.607,04	4.980.946,66
Convênios	10.040.588,46	3.376.900,26
Outras Transferências de Capital	2.237.018,58	1.604.046,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	12.343.607,04	4.980.946,66
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	59.498.181,69	44.832.181,10
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	59.498.181,69	44.832.181,10

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	49.878.793,84	39.352.788,82	38.776.301,90	38.464.600,50	0,00	687.114,13	666.655,29
Pessoal e encargos sociais	22.218.080,29	17.245.005,92	17.245.005,92	17.245.005,92	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	240.000,00	198.037,58	198.037,58	198.037,58	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	27.420.713,55	21.909.745,32	21.333.258,40	21.021.557,00	0,00	687.114,13	666.655,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	49.638.793,84	39.154.751,24	38.578.264,32	38.266.562,92	0,00	687.114,13	666.655,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	16.242.775,32	6.507.309,24	3.717.866,24	1.915.965,74	323.000,00	3.184.580,44	3.184.580,44
Investimentos	15.752.775,32	6.104.607,94	3.315.164,94	1.513.264,44	323.000,00	3.184.580,44	3.184.580,44
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(XXIV) Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(XXV) Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	490.000,00	402.701,30	402.701,30	402.701,30	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	15.752.775,32	6.104.607,94	3.315.164,94	1.513.264,44	323.000,00	3.184.580,44	3.184.580,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Outubro / 2025				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

					PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	65.641.569,16	45.259.359,18	41.893.429,26	39.779.827,36	323.000,00	3.871.694,57	3.851.235,73
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	65.641.569,16	45.259.359,18	41.893.429,26	39.779.827,36	323.000,00	3.871.694,57	3.851.235,73
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							878.118,01
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							878.118,01

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		13.379.500,00
JUROS NOMINAIS		Até Outubro / 2025
		VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)		777.728,87
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)		195.070,29
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)		1.460.776,59
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Outubro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.794.064,94	1.388.396,35
DEDUÇÕES (XL)	8.317.648,46	5.436.841,54
Disponibilidade de Caixa	8.317.648,46	5.436.841,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.640.648,46	7.570.902,28
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	323.000,00	2.134.060,74
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(6.523.583,52)	(4.048.445,19)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		(2.475.138,33)
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		315.000,00
AJUSTE METODOLÓGICO		**Até Outubro / 2025**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)		1.811.060,74
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]		(664.077,59)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		(1.246.736,17)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.624.365,86
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		3.624.365,86
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.194.415,83	3.059.353,92	3.061.114,98	100,06
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	179.500,00	206.224,43	149.425,63	72,46

Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	671.400,00	829.059,79	877.672,09	105,86
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	371.500,00	541.800,86	525.998,52	97,08
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	972.015,83	1.482.268,84	1.508.018,74	101,74
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	31.440.000,00	34.568.322,86	29.043.981,93	84,02
Cota-Parte FPM	16.300.000,00	18.486.057,64	15.253.867,94	82,52
Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	455.531,73	101,23
Cota-Parte IPVA	1.000.000,00	1.294.081,66	905.958,80	70,01
Cota-Parte ICMS	13.500.000,00	13.926.328,81	12.056.456,96	86,57
Cota-Parte IPI-Exportação	190.000,00	411.854,75	372.166,50	90,36
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	33.634.415,83	37.627.676,78	32.105.096,91	85,32

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.233.049,62	6.120.832,73	5.410.536,66	88,40	5.396.060,55	88,16	5.394.310,55	88,13
Despesas Correntes	5.179.791,37	6.067.574,48	5.405.341,66	89,09	5.390.865,55	88,85	5.389.115,55	88,82
Despesas de Capital	53.258,25	53.258,25	5.195,00	9,75	5.195,00	9,75	5.195,00	9,75
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	906.621,00	656.621,00	400.508,30	61,00	400.508,30	61,00	400.508,30	61,00
Despesas Correntes	906.621,00	656.621,00	400.508,30	61,00	400.508,30	61,00	400.508,30	61,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	6.139.670,62	6.777.453,73	5.811.044,96	85,74	5.796.568,85	85,53	5.794.818,85	85,50

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.811.044,96	5.796.568,85	5.794.818,85
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	5.811.044,96	5.796.568,85	5.794.818,85
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.815.764,54
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	995.280,42	980.804,31	979.054,31
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	18,10	18,05	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	4.815.764,54	5.811.044,96	995.280,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	995.280,42
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.469.262,00	3.842.286,89	3.491.949,14	90,88
Proveniente da União	2.032.312,00	2.568.847,48	1.927.008,63	75,01
Proveniente dos Estados	436.950,00	1.273.439,41	1.564.940,51	122,89
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	48.500,00	175.316,11	229.407,11	130,85
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.517.762,00	4.017.603,00	3.721.356,25	92,63

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.160.562,00	5.312.958,19	3.578.600,62	67,36	2.838.656,92	53,43	2.838.656,91	53,43
Despesas Correntes	1.953.562,00	3.092.122,83	2.033.038,56	65,75	2.029.418,56	65,63	2.029.418,55	65,63
Despesas de Capital	207.000,00	2.220.835,36	1.545.562,06	69,59	809.238,36	36,44	809.238,36	36,44
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	18.450,00	65.602,18	20.786,75	31,69	7.373,75	11,24	7.373,75	11,24
Despesas Correntes	18.450,00	54.466,52	20.786,75	38,16	7.373,75	13,54	7.373,75	13,54
Despesas de Capital	0,00	11.135,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	180.500,00	617.749,80	340.798,61	55,17	336.478,61	54,47	335.714,49	54,34
Despesas Correntes	180.500,00	472.646,49	230.298,61	48,73	225.978,61	47,81	225.214,49	47,65
Despesas de Capital	0,00	145.103,31	110.500,00	76,15	110.500,00	76,15	110.500,00	76,15
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	1.113.500,00	1.983.500,00	1.627.355,62	82,04	1.603.838,76	80,86	1.602.533,46	80,79
Despesas Correntes	1.113.500,00	1.983.500,00	1.627.355,62	82,04	1.603.838,76	80,86	1.602.533,46	80,79
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.473.012,00	7.979.810,17	5.567.541,60	69,77	4.786.348,04	59,98	4.784.278,61	59,95

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.393.611,62	11.433.790,92	8.989.137,28	78,62	8.234.717,47	72,02	8.232.967,46	72,01
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	925.071,00	722.223,18	421.295,05	58,33	407.882,05	56,48	407.882,05	56,48
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	180.500,00	617.749,80	340.798,61	55,17	336.478,61	54,47	335.714,49	54,34
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.113.500,00	1.983.500,00	1.627.355,62	82,04	1.603.838,76	80,86	1.602.533,46	80,79
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.612.682,62	14.757.263,90	11.378.586,56	77,10	10.582.916,89	71,71	10.579.097,46	71,69

MUNICIPIO DE GOIOXIM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	42.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita	60.588.758,14
Receitas Realizadas	45.622.351,93
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	3.624.365,86
Dotação Inicial	42.000.000,00
Créditos Adicionais	24.371.569,16
Dotação Atualizada	66.371.569,16
Despesas Empenhadas	45.860.098,06
Despesas Liquidadas	42.494.168,14
Despesas Pagas	40.380.566,24
Superávit Orçamentário	3.128.183,79
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	45.860.098,06
Despesas Liquidadas	42.494.168,14
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	49.875.289,40
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	47.245.289,40
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	46.456.929,40
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	

Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	1.460.776,59	0,00 %
Resultado Primário	446.200,00	878.118,01	197,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	323.000,00	0,00	323.000,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.405.866,04	214.400,00	3.851.235,73	1.340.230,31
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.728.866,04	214.400,00	4.174.235,73	1.340.230,31

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	10.283.814,11	25% / 18%	30,60
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.118.734,18	70%	102,08

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	660.000,00
Despesa de Capital Líquida	6.507.309,24	9.735.466,08

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE GOIOXIM			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025			
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	66.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		164.301,50	12.398,50
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre

Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.796.568,85	15%	18,05
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			**Valor apurado no Exercício Corrente**
Total das Despesas/RCL (%)			

MUNICIPIO DE GOIOXIM - 2025

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ORGÃO

Período: 01/01/2025 até 31/10/2025

Categoria	Autorizada	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
3.0.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	418.450,00	785.822,09	406.332,08	378.969,99	372.380,13
3.1.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	217.000,00	226.000,00	176.319,69	176.319,69	176.319,69
3.1.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	217.000,00	226.000,00	176.319,69	176.319,69	176.319,69
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	190.000,00	190.000,00	147.131,90	147.131,90	147.131,90
3.1.90.11.01.00 VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	0,00	139.560,85	139.560,85	139.560,85
3.1.90.11.01.07 REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	139.560,85	139.560,85	139.560,85
3.1.90.11.42.00 FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0,00	0,00	1.455,98	1.455,98	1.455,98
3.1.90.11.43.00 13º SALÁRIO	0,00	0,00	2.183,96	2.183,96	2.183,96
3.1.90.11.43.07 13º SALÁRIO - MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	2.183,96	2.183,96	2.183,96
3.1.90.11.45.00 FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	0,00	0,00	3.931,11	3.931,11	3.931,11
3.1.90.11.45.07 FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	3.931,11	3.931,11	3.931,11
3.1.90.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	27.000,00	36.000,00	29.187,79	29.187,79	29.187,79
3.1.90.13.02.00 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	0,00	29.187,79	29.187,79	29.187,79
3.1.90.13.02.08 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS - SERVIDORES EFETIVOS	0,00	0,00	698,84	698,84	698,84
3.1.90.13.02.09 INSS SOBRE A REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	28.488,95	28.488,95	28.488,95
3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	201.450,00	559.822,09	230.012,39	202.650,30	196.060,44
3.3.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	201.450,00	559.822,09	230.012,39	202.650,30	196.060,44
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00	30.000,00	29.422,23	29.422,23	29.422,23
3.3.90.14.14.00 DIÁRIAS NO PAÍS	0,00	0,00	29.422,23	29.422,23	29.422,23
3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	0,00	0,00	15.600,00	15.600,00	15.600,00
3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00
3.3.90.14.14.04 MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	7.700,00	7.700,00	7.700,00
3.3.90.14.14.05 DESPESAS DE VIAGENS REALIZADAS EM REGIME DE RESSARCIMENTO -	0,00	0,00	1.354,35	1.354,35	1.354,35
3.3.90.14.14.08 DESPESAS DE VIAGENS REALIZADAS EM REGIME DE RESSARCIMENTO -	0,00	0,00	567,88	567,88	567,88
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	96.100,00	201.671,11	134.390,68	134.068,43	131.728,57
3.3.90.30.01.00 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	0,00	0,00	19.258,84	19.258,84	16.918,98
3.3.90.30.01.02 GASOLINA	0,00	0,00	18.121,32	18.121,32	15.781,46
3.3.90.30.01.03 DIESEL	0,00	0,00	1.137,52	1.137,52	1.137,52
3.3.90.30.07.00 GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	88.868,01	88.868,01	88.868,01
3.3.90.30.07.12 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA	0,00	0,00	42.480,59	42.480,59	42.480,59
3.3.90.30.07.99 OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	0,00	0,00	46.387,42	46.387,42	46.387,42
3.3.90.30.14.00 MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	0,00	0,00	1.228,00	1.228,00	1.228,00
3.3.90.30.15.00 MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	0,00	0,00	627,00	627,00	627,00
3.3.90.30.16.00 MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	0,00	9.606,78	9.606,78	9.606,78
3.3.90.30.20.00 MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	0,00	0,00	12.519,60	12.519,60	12.519,60
3.3.90.30.25.00 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	1.960,20	1.960,20	1.960,20
3.3.90.30.39.00 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	322,25	0,00	0,00
3.3.90.30.39.99 OUTROS MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	322,25	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00	20.000,00	17.836,64	17.836,64	17.836,64

UNICIPIO DE GOIOXIM - 2025

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ORGÃO

Período: 01/01/2025 até 31/10/2025

Categoria	Autorizada	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
3.3.90.36.02.00 DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	0,00	0,00	200,00	200,00	200,00
3.3.90.36.06.00 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	0,00	0,00	90,00	90,00	90,00
3.3.90.36.15.00 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	17.546,64	17.546,64	17.546,64
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	75.350,00	299.850,00	48.362,84	21.323,00	17.073,00
3.3.90.39.05.00 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	0,00	0,00	18.523,00	12.643,00	8.393,00
3.3.90.39.19.00 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	0,00	659,84	0,00	0,00
3.3.90.39.19.04 SERVIÇOS GERAIS DE MECÂNICA VEICULAR	0,00	0,00	659,84	0,00	0,00
3.3.90.39.53.00 SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	25.980,00	5.480,00	5.480,00

3.3.90.39.74.00 FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	0,00	0,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
3.3.90.39.79.00 SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	0,00	0,00	800,00	800,00	800,00
3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	8.300,98	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	5.250,00	1.538.904,28	16.809,01	16.809,01	16.809,01
4.4.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	5.250,00	1.538.904,28	16.809,01	16.809,01	16.809,01
4.4.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	5.250,00	1.538.904,28	16.809,01	16.809,01	16.809,01
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	1.304.792,16	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.250,00	234.112,12	16.809,01	16.809,01	16.809,01
4.4.90.52.36.00 MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS	0,00	0,00	16.809,01	16.809,01	16.809,01
TOTAL DAS DESPESAS	**423.700,00**	**2.324.726,37**	**423.141,09**	**395.779,00**	**389.189,14**
Critério de seleção:					
Orgão: 10					
Unidade: 02 - FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					

JOCELIO KORDIAKI	***EDER DOS SANTOS***	***NELSON FERREIRA DE SOUZA***
Contador	Prefeito	Controle Interno

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:2A719EA4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
BALANÇO FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.395.042,00	68.396.238,24	10.173.999,84	41.477.514,05	100,00 %	26.918.724,19	12.060.221,07	39.799.234,29	100,00 %	28.597.003,95
Legislativa	2.638.000,00	2.726.775,25	376.338,55	1.994.308,53	4,81 %	732.466,72	392.722,22	1.974.710,57	4,96 %	752.064,68
Ação Legislativa	2.638.000,00	2.726.775,25	376.338,55	1.994.308,53	4,81 %	732.466,72	392.722,22	1.974.710,57	4,96 %	752.064,68
Administração	7.481.087,63	8.078.772,39	804.976,53	5.197.786,14	12,53 %	2.880.986,25	1.092.899,89	4.826.463,58	12,13 %	3.252.308,81
Planejamento e Orçamento	2.088.099,61	1.754.584,37	257.878,90	1.277.637,53	3,08 %	476.946,84	265.538,21	1.232.729,61	3,10 %	521.854,76
Administração Geral	2.738.403,30	3.458.603,30	346.223,12	2.044.394,63	4,93 %	1.414.208,67	519.696,02	1.989.546,73	5,00 %	1.469.056,57
Administração Financeira	2.061.092,31	2.266.092,31	200.874,51	1.302.743,98	3,14 %	963.348,33	241.537,16	1.239.762,63	3,12 %	1.026.329,68
Formação de Recursos Humanos	593.492,41	599.492,41	0,00	573.010,00	1,38 %	26.482,41	66.128,50	364.424,61	0,92 %	235.067,80
Segurança Pública	28.569,11	28.569,11	0,00	0,00	0,00 %	28.569,11	0,00	0,00	0,00 %	28.569,11
Defesa Terrestre	28.569,11	28.569,11	0,00	0,00	0,00 %	28.569,11	0,00	0,00	0,00 %	28.569,11
Assistência Social	2.411.919,62	3.036.655,46	429.646,13	1.603.586,77	3,87 %	1.433.068,69	430.053,90	1.499.481,37	3,77 %	1.537.174,09
Assistência à Pessoa com Deficiência	135.941,40	150.941,40	20.739,14	81.652,49	0,20 %	69.288,91	17.049,14	77.962,49	0,20 %	72.978,91
Assistência à Criança e ao Adolescente	500.811,52	666.311,52	86.078,03	359.808,44	0,87 %	306.503,08	74.414,03	313.144,44	0,79 %	353.167,08
Assistência Comunitária	1.775.166,70	2.219.402,54	322.828,96	1.162.125,84	2,80 %	1.057.276,70	338.590,73	1.108.374,44	2,78 %	1.111.028,10
Saúde	10.534.005,58	14.436.018,69	1.900.971,64	10.681.637,48	25,75 %	3.754.381,21	2.508.640,02	10.456.209,08	26,27 %	3.979.809,61
Administração Geral	85.185,73	250.185,73	42.025,30	168.332,55	0,41 %	81.853,18	42.025,30	168.332,55	0,42 %	81.853,18
Normatização e Fiscalização	15.101,44	15.101,44	0,00	0,00	0,00 %	15.101,44	0,00	0,00	0,00 %	15.101,44
Atenção Básica	9.754.300,22	13.032.726,33	1.850.284,71	9.696.493,54	23,38 %	3.336.232,79	2.317.742,03	9.527.571,44	23,94 %	3.505.154,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	244.492,95	584.492,95	4.326,37	444.326,37	1,07 %	140.166,58	111.708,73	423.162,67	1,06 %	161.330,28
Vigilância Sanitária	152.691,75	184.691,75	0,00	113.360,00	0,27 %	71.331,75	32.828,70	79.017,40	0,20 %	105.674,35
Vigilância Epidemiológica	282.233,49	368.820,49	4.335,26	259.125,02	0,62 %	109.695,47	4.335,26	258.125,02	0,65 %	110.695,47
Trabalho	151.657,28	280.657,28	20.230,72	183.770,71	0,44 %	96.886,57	20.230,72	183.770,71	0,46 %	96.886,57
Relação de Trabalho	151.657,28	280.657,28	20.230,72	183.770,71	0,44 %	96.886,57	20.230,72	183.770,71	0,46 %	96.886,57

Educação	11.445.531,65	14.727.893,13	2.198.118,55	9.418.463,65	22,71 %	5.309.429,48	1.963.800,53	9.032.247,20	22,69 %	5.695.645,93
Administração Geral	92.987,38	501.998,95	21.925,94	316.890,48	0,76 %	185.108,47	18.437,03	311.088,53	0,78 %	190.910,42
Alimentação e Nutrição	617.351,31	1.005.851,31	154.813,79	700.284,94	1,69 %	305.566,37	146.061,48	651.804,95	1,64 %	354.046,36
Ensino Fundamental	6.238.470,96	7.419.391,24	1.560.599,03	4.854.035,07	11,70 %	2.565.356,17	1.341.396,82	4.533.060,38	11,39 %	2.886.330,86
Ensino Superior	179.984,76	201.500,00	0,00	201.456,00	0,49 %	44,00	0,00	201.456,00	0,51 %	44,00
Ensino Infantil	4.110.609,56	5.393.023,95	448.923,79	3.318.923,07	8,00 %	2.074.100,88	446.049,20	3.307.963,25	8,31 %	2.085.060,70
Educação de Jovens e Adultos	27.749,89	27.749,89	0,00	15.018,09	0,04 %	12.731,80	0,00	15.018,09	0,04 %	12.731,80
Educação Especial	178.377,79	178.377,79	11.856,00	11.856,00	0,03 %	166.521,79	11.856,00	11.856,00	0,03 %	166.521,79
Cultura	373.938,68	491.585,01	63.115,53	292.758,98	0,71 %	198.826,03	62.931,31	280.646,02	0,71 %	210.938,99
Difusão Cultural	373.938,68	491.585,01	63.115,53	292.758,98	0,71 %	198.826,03	62.931,31	280.646,02	0,71 %	210.938,99
Urbanismo	3.768.999,91	11.428.205,00	481.326,18	2.461.161,34	5,93 %	8.967.043,66	404.871,65	2.275.743,93	5,72 %	9.152.461,07
Infra Estrutura Urbana	106.162,47	7.343.646,79	0,00	0,00	0,00 %	7.343.646,79	0,00	0,00	0,00 %	7.343.646,79
Serviços Urbanos	1.891.234,53	1.682.455,30	233.573,52	951.816,98	2,29 %	730.638,32	196.619,98	914.315,79	2,30 %	768.139,51
Transporte Rodoviário	1.771.602,91	2.402.102,91	247.752,66	1.509.344,36	3,64 %	892.758,55	208.251,67	1.361.428,14	3,42 %	1.040.674,77
Saneamento	3.966.047,07	5.545.878,27	757.316,31	3.241.103,59	7,81 %	2.304.774,68	762.021,74	3.219.309,13	8,09 %	2.326.569,14
Controle Interno	299.545,61	299.545,61	28.515,96	153.484,84	0,37 %	146.060,77	28.515,96	153.484,84	0,39 %	146.060,77
Serviços Urbanos	2.056.501,46	3.513.611,19	437.105,02	1.812.458,72	4,37 %	1.701.152,47	437.960,56	1.800.178,26	4,52 %	1.713.432,93
Saneamento Básico Urbano	1.610.000,00	1.732.721,47	291.695,33	1.275.160,03	3,07 %	457.561,44	295.545,22	1.265.646,03	3,18 %	467.075,44
Gestão Ambiental	46.844,51	4.365.443,26	2.580.516,00	4.220.894,61	10,18 %	144.548,65	4.171.860,00	4.207.518,61	10,57 %	157.924,65
Preservação e Conservação Ambiental	46.844,51	4.365.443,26	2.580.516,00	4.220.894,61	10,18 %	144.548,65	4.171.860,00	4.207.518,61	10,57 %	157.924,65
Agricultura	626.537,53	786.537,53	122.687,02	543.468,86	1,31 %	243.068,67	113.072,66	521.354,50	1,31 %	265.183,03
Promoção da Produção Agropecuária	626.537,53	786.537,53	122.687,02	543.468,86	1,31 %	243.068,67	113.072,66	521.354,50	1,31 %	265.183,03
Indústria	21.322,21	26.322,21	2.700,50	7.258,50	0,02 %	19.063,71	2.434,50	6.992,50	0,02 %	19.329,71
Promoção Industrial	21.322,21	26.322,21	2.700,50	7.258,50	0,02 %	19.063,71	2.434,50	6.992,50	0,02 %	19.329,71
Comércio e Serviços	8.022,81	8.022,81	0,00	1.540,80	0,00 %	6.482,01	0,00	1.540,80	0,00 %	6.482,01
Promoção Comercial	8.022,81	8.022,81	0,00	1.540,80	0,00 %	6.482,01	0,00	1.540,80	0,00 %	6.482,01
Desporto e Lazer	633.020,72	1.198.666,73	405.224,14	822.905,98	1,98 %	375.760,75	103.849,89	506.378,18	1,27 %	692.288,55
Turismo	51.494,51	56.494,51	500,00	6.540,06	0,02 %	49.954,45	500,00	6.449,06	0,02 %	50.045,45
Desporto Comunitário	581.526,21	1.142.172,22	404.724,14	816.365,92	1,97 %	325.806,30	103.349,89	499.929,12	1,26 %	642.243,10
Encargos Especiais	997.537,69	968.236,11	30.832,04	806.868,11	1,95 %	161.368,00	30.832,04	806.868,11	2,03 %	161.368,00
Serviço da Dívida Interna	162.408,66	72.408,66	5.367,05	26.259,89	0,06 %	46.148,77	5.367,05	26.259,89	0,07 %	46.148,77
Outros Encargos Especiais	835.129,03	895.827,45	25.464,99	780.608,22	1,88 %	115.219,23	25.464,99	780.608,22	1,96 %	115.219,23
Reserva de Contingência	262.000,00	262.000,00				262.000,00				262.000,00
Reserva de Contingência	262.000,00	262.000,00				262.000,00				262.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	45.395.042,00	68.396.238,24	10.173.999,84	41.477.514,05	100,00 %	26.918.724,19	12.060.221,07	39.799.234,29	100,00 %	28.597.003,95

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1997014F

CHEFIA DE GABINETE
SAUDE- RECEITAS E DESPESAS ASP

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A OUTUBRO 2025				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	8.585.460,38	11.326.423,21	7.530.767,42	66,49
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.948.584,85	4.580.049,68	2.854.903,60	62,33
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.500.000,00	2.609.498,00	1.493.239,58	57,22
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.810.280,20	2.810.280,20	1.804.775,99	64,22
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.326.595,33	1.326.595,33	1.377.848,25	103,86
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.106.180,11	31.580.129,20	24.933.759,13	78,95
Cota-Parte FPM	19.556.755,66	22.030.704,75	15.253.867,94	69,24
Cota-Parte ITR	397.605,43	397.605,43	775.950,07	195,16
Cota-Parte IPVA	976.878,94	976.878,94	1.269.733,73	129,98
Cota-Parte ICMS	8.054.973,93	8.054.973,93	7.526.222,12	93,44

Cota-Parte IPI-Exportação	119.966,15	119.966,15	107.985,27	90,01
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transfer ências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**37.691.640,49**	**42.906.552,41**	**32.464.526,55**	**75,66**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	**Restos a Pagar não Processados (g)**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	7.621.229,35	9.104.592,27	7.164.157,45	78,69	7.043.511,90	77,36	6.818.948,37	74,90	0,00
Despesas Correntes	7.536.229,35	9.019.592,27	7.092.336,02	78,63	6.989.024,47	77,49	6.766.759,37	75,02	0,00
Despesas de Capital	85.000,00	85.000,00	71.821,43	84,50	54.487,43	64,10	52.189,00	61,40	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	244.492,95	584.492,95	444.326,37	76,02	423.162,67	72,40	423.162,67	72,40	0,00
Despesas Correntes	244.492,95	584.492,95	444.326,37	76,02	423.162,67	72,40	423.162,67	72,40	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	127.046,52	159.046,52	113.360,00	71,27	79.017,40	49,68	79.017,40	49,68	0,00
Despesas Correntes	127.046,52	159.046,52	113.360,00	71,27	79.017,40	49,68	79.017,40	49,68	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	198.223,26	284.810,26	258.125,02	90,63	258.125,02	90,63	253.789,76	89,11	0,00
Despesas Correntes	198.223,26	284.810,26	258.125,02	90,63	258.125,02	90,63	253.789,76	89,11	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	100.287,17	265.287,17	168.332,55	63,45	168.332,55	63,45	166.482,55	62,76	0,00
Despesas Correntes	98.926,68	263.926,68	168.332,55	63,78	168.332,55	63,78	166.482,55	63,08	0,00
Despesas de Capital	1.360,49	1.360,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**8.291.279,25**	**10.398.229,17**	**8.148.301,39**	**78,36**	**7.972.149,54**	**76,67**	**7.741.400,75**	**74,45**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	8.148.301,39	7.972.149,54	7.741.400,75
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**8.148.301,39**	**7.972.149,54**	**7.741.400,75**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			**4.869.678,98**
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]		**3.102.470,56**	
Limite não cumprido (XIX) = (XVIII)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		**24,56**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2025					**0,00**
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
Exercício do Empenho[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m)	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIIId)	Valor inscrito Inscritos Indevidamente em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) aa = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.917.029,06	2.663.982,78	2.304.348,17	86,50
Proveniente da União	1.917.029,06	2.663.982,78	2.304.347,07	86,50
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	1,10	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚ DE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	1.141,58	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**1.917.029,06**	**2.663.982,78**	**2.305.489,75**	**86,54**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.807.373,60	2.494.848,39	1.892.754,31	75,87	1.869.129,31	74,92	1.858.637,84	74,50	0,00
Despesas Correntes	1.546.301,65	1.503.776,44	1.144.778,94	76,13	1.135.159,24	75,49	1.124.667,77	74,79	0,00
Despesas de Capital	261.071,95	991.071,95	747.975,37	75,47	733.970,07	74,06	733.970,07	74,06	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	25.645,23	25.645,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	23.944,62	23.944,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.700,61	1.700,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	84.010,23	84.010,23	1.000,00	1,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	75.439,14	75.439,14	1.000,00	1,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	8.571,09	8.571,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**1.917.029,06**	**2.604.503,85**	**1.893.754,31**	**72,71**	**1.869.129,31**	**71,77**	**1.858.637,84**	**71,36**	**0,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.428.602,95	11.599.440,66	9.056.911,76	78,08	8.912.641,21	76,84	8.677.586,21	74,81	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	244.492,95	584.492,95	444.326,37	76,02	423.162,67	72,40	423.162,67	72,40	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	152.691,75	184.691,75	113.360,00	61,38	79.017,40	42,78	79.017,40	42,78	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	282.233,49	368.820,49	259.125,02	70,26	258.125,02	69,99	253.789,76	68,81	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	100.287,17	265.287,17	168.332,55	63,45	168.332,55	63,45	166.482,55	62,76	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**10.208.308,31**	**13.002.733,02**	**10.042.055,70**	**77,23**	**9.841.278,85**	**75,69**	**9.600.038,59**	**73,83**	**0,00**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:4C4854C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE ITAMBE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA

EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

Função/Subfunção	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (a)**	**Despesas Empenhadas**			**Saldo (c) = (a-b)**	**Despesas Liquidadas**			**Saldo (e) = (a-d)**
			No Periodo	**Até o Periodo (b)**	**% (b/total b)**		**No Periodo**	**Até o Periodo (d)**	**% (d/total d)**	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	37.478.395,62	52.519.956,33	10.596.797,70	38.807.095,19	100,00	13.712.861,14	8.813.747,69	36.654.337,07	100,00	15.865.619,26
	6.698.894,21	9.037.557,62	1.284.381,63	6.758.781,79	17,42	2.278.775,83	1.284.391,63	6.758.781,79	18,44	2.278.775,83
Planejamento e Orçamento	0,00	84.000,00	21.072,28	37.280,56	0,10	46.719,44	21.072,28	37.280,56	0,10	46.719,44
Administração Geral	5.265.371,04	7.241.671,04	1.018.283,58	5.422.552,50	13,97	1.819.118,54	1.018.293,58	5.422.552,50	14,79	1.819.118,54
Administração Financeira	402.356,47	554.719,88	63.847,54	429.989,73	1,11	124.730,15	63.847,54	429.989,73	1,17	124.730,15
Controle Externo	1.031.166,70	1.157.166,70	181.178,23	868.959,00	2,24	288.207,70	181.178,23	868.959,00	2,37	288.207,70
	62.109,61	92.109,61	17.976,14	58.126,94	0,15	33.982,67	17.976,14	58.126,94	0,16	33.982,67
Defesa Terrestre	62.109,61	92.109,61	17.976,14	58.126,94	0,15	33.982,67	17.976,14	58.126,94	0,16	33.982,67
	0,00	34.000,00	1.455,00	1.455,00	0,00	32.545,00	1.455,00	1.455,00	0,00	32.545,00
Policiamento	0,00	34.000,00	1.455,00	1.455,00	0,00	32.545,00	1.455,00	1.455,00	0,00	32.545,00
	1.621.048,11	2.215.650,21	519.197,56	1.434.069,50	3,70	781.580,71	519.197,56	1.434.069,50	3,91	781.580,71

Assistência à Criança a ao Adolescente	219.582,90	212.582,90	25.127,75	136.163,55	0,35	76.419,35	25.127,75	136.163,55	0,37	76.419,35
Assistência Comunitária	1.401.465,21	2.003.067,31	494.069,81	1.297.905,95	3,34	705.161,36	494.069,81	1.297.905,95	3,54	705.161,36
	9.675.382,69	13.026.176,15	2.370.934,69	10.388.625,52	26,77	2.637.550,63	2.370.934,69	10.388.625,52	28,34	2.637.550,63
Atenção Básica	153.360,00	153.360,00	13.073,76	67.688,62	0,17	85.671,38	13.073,76	67.688,62	0,18	85.671,38
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.062.499,29	12.383.292,75	2.298.665,03	10.142.627,96	26,14	2.240.664,79	2.298.665,03	10.142.627,96	27,67	2.240.664,79
Vigilância Sanitária	351.437,40	350.437,40	56.016,20	126.677,90	0,33	223.759,50	56.016,20	126.677,90	0,35	223.759,50
Vigilância Epidemiológica	108.086,00	139.086,00	3.179,70	51.631,04	0,13	87.454,96	3.179,70	51.631,04	0,14	87.454,96
	1.004.031,31	2.465.033,31	855.276,67	2.251.312,81	5,80	213.720,50	855.276,67	2.644.614,70	7,22	-179.581,39
Controle Externo	981.871,31	1.246.871,31	198.214,58	1.055.751,32	2,72	191.119,99	198.214,58	1.055.751,32	2,88	191.119,99
Serviços Urbanos	22.160,00	1.218.162,00	657.062,09	1.195.561,49	3,08	22.600,51	657.062,09	1.588.863,38	4,33	-370.701,38
	13.049.875,23	14.540.742,86	1.790.419,29	9.468.805,05	24,40	5.071.937,81	1.790.419,29	9.468.805,05	25,83	5.071.937,81
Ensino Fundamental	6.522.066,50	7.749.434,13	1.021.121,83	5.605.628,46	14,44	2.143.805,67	1.021.121,83	5.605.628,46	15,29	2.143.805,67
Ensino Superior	23.760,00	56.760,00	2.800,00	21.210,00	0,05	35.550,00	2.800,00	21.210,00	0,06	35.550,00
Educação Infantil	5.910.521,01	6.120.521,01	694.469,56	3.478.566,01	8,96	2.641.955,00	694.469,56	3.478.566,01	9,49	2.641.955,00
Educação de Jovens e Adultos	208.339,83	202.839,83	5.500,56	30.297,94	0,08	172.541,89	5.500,56	30.297,94	0,08	172.541,89
Educação Especial	385.187,89	411.187,89	66.527,34	333.102,64	0,86	78.085,25	66.527,34	333.102,64	0,91	78.085,25
	694.883,65	1.189.970,52	82.816,06	976.182,85	2,52	213.787,67	82.816,06	976.182,85	2,66	213.787,67
Difusão Cultural	694.883,65	1.189.970,52	82.816,06	976.182,85	2,52	213.787,67	82.816,06	976.182,85	2,66	213.787,67
	2.689.406,24	4.528.669,53	948.600,65	2.794.958,05	7,20	1.733.711,48	411.540,64	2.257.898,04	6,16	2.270.771,49
Infra-Estrutura Urbana	1.321.360,00	2.620.829,23	554.227,85	1.308.377,39	3,37	1.312.451,84	17.167,84	771.317,38	2,10	1.849.511,85
Serviços Urbanos	1.368.046,24	1.907.840,30	394.372,80	1.486.580,66	3,83	421.259,64	394.372,80	1.486.580,66	4,06	421.259,64
	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
Infra-Estrutura Urbana	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00
	1.080,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00	1.080,00
Turismo	1.080,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00	1.080,00
	0,00	52.130,00	5.589,54	11.879,28	0,03	40.250,72	5.589,54	11.879,28	0,03	40.250,72
Tecnologia da Informação	0,00	52.130,00	5.589,54	11.879,28	0,03	40.250,72	5.589,54	11.879,28	0,03	40.250,72
	1.047.819,97	4.044.271,92	2.353.507,58	3.881.300,60	10,00	162.971,32	1.107.507,58	1.872.300,60	5,11	2.171.971,32
Extensão Rural	1.047.819,97	4.044.271,92	2.353.507,58	3.881.300,60	10,00	162.971,32	1.107.507,58	1.872.300,60	5,11	2.171.971,32
	0,00	578.500,00	286.608,58	339.632,01	0,88	238.867,99	286.608,58	339.632,01	0,93	238.867,99
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	322.500,00	187.575,13	193.167,89	0,50	129.332,11	187.575,13	193.167,89	0,53	129.332,11
Promoção Industrial	0,00	256.000,00	99.033,45	146.464,12	0,38	109.535,88	99.033,45	146.464,12	0,40	109.535,88
	906.864,60	687.064,60	80.034,31	441.965,79	1,14	245.098,81	80.034,31	441.965,79	1,21	245.098,81
Desporto de Rendimento	906.864,60	668.064,60	80.034,31	441.965,79	1,14	226.098,81	80.034,31	441.965,79	1,21	226.098,81
Lazer	0,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIA	48.709,70	48.709,70	0,00	0,00	0,00	48.709,70	0,00	0,00	0,00	48.709,70
	48.709,70	48.709,70	0,00	0,00	0,00	48.709,70	0,00	0,00	0,00	48.709,70
Ensino Fundamental	48.709,70	48.709,70	0,00	0,00	0,00	48.709,70	0,00	0,00	0,00	48.709,70
TOTAL	**37.527.105,32**	**52.568.666,03**	**10.596.797,70**	**38.807.095,19**	**100,00**	**13.761.570,84**	**8.813.747,69**	**36.654.337,07**	**100,00**	**15.914.328,96**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 18/nov/2025 as 09h e 08m.										

ANANIAS SOARES VIEIRA	***LUCIANI MARIA RANIERO ZAMPAR***
Prefeito	Contadora
ROSANE DE ASSIS CONTRERAS	
Secretaria de Finanças	

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:8C70E6CD

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
ANEXO III - DEMONSTRATIVO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

PODER EXECUTIVO
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
11/2.024 A 10/2.025

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total	Previsão
	11 / 2.024	12 / 2.024	1 / 2.025	2 / 2.025	3 / 2.025	4 / 2.025	5 / 2.025	6 / 2.025	7 / 2.025	8 / 2.025	9 / 2.025	10 / 2.025	Últ. 12 meses	Exerc. Atual
RECEITAS CORRENTES (I)	3.625.176,64	5.016.327,54	4.014.540,69	4.344.247,46	3.429.040,98	3.965.630,77	4.144.575,07	3.765.788,33	5.179.401,62	3.316.322,13	3.911.975,84	4.139.226,02	48.852.253,09	34.824.930,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	323.703,77	440.540,16	191.853,73	328.848,23	394.692,37	725.104,71	423.610,61	463.590,96	412.397,72	264.962,20	307.358,23	617.237,60	4.893.900,29	3.018.655,34
IPTU	28.120,81	7.264,55	4.911,85	2.432,33	59.159,20	210.024,76	73.801,15	29.689,69	16.680,38	17.793,54	21.672,97	31.286,40	502.837,63	497.845,35
ISS	140.159,37	144.502,37	137.461,08	126.675,95	162.510,81	142.908,27	169.506,62	143.816,65	146.077,08	140.696,59	129.675,80	169.191,85	1.753.182,44	1.051.270,89
ITBI	26.353,90	13.872,01	25.683,92	22.496,38	82.326,45	71.821,93	27.399,36	166.501,92	49.541,43	54.167,62	21.713,37	186.746,50	748.624,79	607.385,79
IRRF	98.603,60	260.600,64	7.407,03	161.312,79	31.237,06	97.877,28	91.879,72	92.589,87	170.740,71	15.392,11	92.027,87	185.380,60	1.305.049,28	539.385,64
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.466,09	14.300,59	16.389,85	15.930,78	59.458,85	202.472,47	61.023,76	30.992,83	29.358,12	36.912,34	42.268,22	44.632,25	584.206,15	322.767,67
Contribuições	137.105,26	71.029,71	55.282,80	97.931,27	66.420,59	129.527,31	82.731,42	78.159,90	67.471,83	62.624,73	51.688,61	55.848,59	955.822,02	59.399,99
Receita Patrimonial	60.006,54	76.708,85	71.650,17	87.654,30	77.672,39	83.239,52	96.770,25	88.813,50	108.895,46	102.497,87	102.305,97	97.618,03	1.053.832,85	717.765,96
Rendimentos de Aplicação Financeira	58.288,17	75.429,38	69.491,23	87.654,30	76.793,09	81.041,10	95.451,88	88.813,50	108.015,99	98.949,20	101.426,50	96.738,56	1.038.092,90	516.167,01
Outras Receitas Patrimoniais	1.718,37	1.279,47	2.158,94	0,00	879,30	2.198,42	1.318,37	0,00	879,47	3.548,67	879,47	879,47	15.739,95	201.598,95
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.937,41	4.511,44	4.221,29	3.442,83	2.151,52	1.458,02	4.967,07	1.501,68	4.861,88	4.628,80	18.310,72	7.534,61	59.527,27	20.143,00
Transferências Correntes	3.101.081,66	4.277.291,66	3.689.830,78	3.826.370,83	2.879.213,06	3.025.470,16	3.535.007,95	3.132.891,24	4.584.247,50	2.858.164,28	3.431.134,51	3.360.156,14	41.700.859,77	30.045.483,84
Cota-Parte do FPM	1.561.506,84	2.518.916,72	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	20.834.809,06	14.727.614,03
Cota-Parte do ICMS	600.942,98	759.332,18	730.703,23	610.760,51	663.835,13	741.650,50	692.847,93	545.398,07	771.962,34	619.847,11	762.189,52	690.547,43	8.190.016,93	6.362.365,82
Cota-Parte do IPVA	30.909,64	33.884,06	539.662,37	168.644,40	153.586,24	148.145,09	146.337,09	62.144,59	46.264,16	43.975,96	32.637,31	22.788,59	1.428.979,50	1.125.386,96
Cota-Parte do ITR	264.116,89	89.120,94	28.154,50	55.414,91	1.168,45	162,79	85.459,84	5.930,84	23.895,92	5.291,36	52.830,89	662.753,51	1.274.300,84	110.669,45
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 61/1989	9.765,52	11.464,78	8.334,23	9.434,41	10.274,34	9.646,40	9.371,67	10.668,91	9.153,68	10.111,29	10.722,81	10.283,25	119.231,29	89.899,55
Transferências do FUNDEB	412.134,41	489.426,72	588.151,07	486.829,86	444.639,43	491.985,02	430.170,46	457.588,64	437.916,12	409.426,38	397.504,43	463.598,66	5.509.371,20	4.645.208,47
Outras Transferências Correntes	221.705,38	375.146,26	222.466,71	385.362,95	216.227,59	221.929,69	369.677,65	201.138,56	1.350.566,86	271.176,16	273.802,31	234.950,83	4.344.150,95	2.984.339,56
Outras Receitas Correntes	1.342,00	146.245,72	1.701,92	0,00	8.891,05	831,05	1.487,77	831,05	1.527,23	23.444,25	1.177,80	831,05	188.310,89	963.482,07
DEDUÇÕES (II)	493.448,24	529.308,81	575.842,57	590.835,56	443.669,15	462.311,03	547.031,85	494.832,75	397.387,74	435.512,31	413.627,09	532.321,27	5.916.128,37	3.850.612,03
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.203,51
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acordão TCE/PR 1509/06 e 870/07 - IN 56/2011 TCE-PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	493.448,24	529.308,81	575.842,57	590.835,56	443.669,15	462.311,03	547.031,85	494.832,75	397.387,74	435.512,31	413.627,09	532.321,27	5.916.128,37	3.772.408,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**3.131.728,40**	**4.487.018,73**	**3.438.698,12**	**3.753.411,90**	**2.985.371,83**	**3.503.319,74**	**3.597.543,22**	**3.270.955,58**	**4.782.013,88**	**2.880.809,82**	**3.498.348,75**	**3.606.904,75**	**42.936.124,72**	**30.974.318,17**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	290.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**3.131.728,40**	**4.487.018,73**	**3.438.698,12**	**3.753.411,90**	**2.985.371,83**	**3.503.319,74**	**3.597.543,22**	**3.270.955,58**	**3.982.013,88**	**2.880.809,82**	**3.498.348,75**	**3.606.904,75**	**42.136.124,72**	**30.684.318,17**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**3.131.728,40**	**4.487.018,73**	**3.438.698,12**	**3.753.411,90**	**2.985.371,83**	**3.503.319,74**	**3.597.543,22**	**3.270.955,58**	**3.982.013,88**	**2.880.809,82**	**3.498.348,75**	**3.606.904,75**	**42.136.124,72**	**30.684.318,17**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 18/nov/2025 as 09h e 11m.

ANANIAS SOARES VIEIRA	***LUCIANI MARIA RANIERO ZAMPAR***	***ROSANE DE ASSIS CONTRERAS***
Prefeito	Contadora	Secretaria de Finanças

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:F8B7B81E

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
ANEXO XII - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

PODER EXECUTIVO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A OUTUBRO 2.025/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO				
RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)**	**% (b/a)*100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.654.387,67	2.695.887,67	3.590.216,89	133,17
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	310.845,35	497.845,35	467.452,27	93,90
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	607.385,79	607.385,79	708.398,88	116,63
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	536.270,89	1.051.270,89	1.468.520,70	139,69
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	199.885,64	539.385,64	945.845,04	175,36
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.862.042,81	21.873.972,81	24.466.859,51	111,85
Cota-Parte FPM	12.213.721,03	14.185.651,03	15.253.867,94	107,53
Cota-Parte ITR	110.669,45	110.669,45	921.063,01	832,26
Cota-Parte IPVA	685.386,96	1.125.386,96	1.364.185,80	121,22
Cota-Parte ICMS	5.762.365,82	6.362.365,82	6.829.741,77	107,35
Cota-Parte IPI-Exportação	89.899,55	89.899,55	98.000,99	109,01
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**20.516.430,48**	**24.569.860,48**	**28.057.076,40**	**114,19**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	79.920,00	79.920,00	2.362,06	2,96	2.362,06	2,96	2.362,06	2,96
Despesas Correntes	79.920,00	79.920,00	2.362,06	2,96	2.362,06	2,96	2.362,06	2,96
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	8.289.909,31	10.086.909,31	8.485.423,60	84,12	8.485.423,60	84,12	8.424.685,83	83,52
Despesas Correntes	8.215.389,31	9.993.389,31	8.441.573,60	84,47	8.441.573,60	84,47	8.380.835,83	83,86
Despesas de Capital	74.520,00	93.520,00	43.850,00	46,89	43.850,00	46,89	43.850,00	46,89
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	170.753,40	156.753,40	30.340,65	19,36	30.340,65	19,36	30.340,65	19,36
Despesas Correntes	165.353,40	151.353,40	30.340,65	20,05	30.340,65	20,05	30.340,65	20,05
Despesas de Capital	5.400,00	5.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	71.604,00	102.604,00	51.631,04	50,32	51.631,04	50,32	51.631,04	50,32
Despesas Correntes	70.524,00	101.524,00	51.631,04	50,86	51.631,04	50,86	51.631,04	50,86
Despesas de Capital	1.080,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**8.612.186,71**	**10.426.186,71**	**8.569.757,35**	**82.19**	**8.569.757,35**	**82,19**	**8.509.019,58**	**81,61**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	8.569.757,35	8.569.757,35	8.509.019,58
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**8.569.757,35**	**8.569.757,35**	**8.509.019,58**
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		4.208.561,46	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)[1]	4.361.195,89	4.361.195,89	4.300.458,12
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	**30,54**	**30,54**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (Não Aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Minimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidad e Financeira (q) = (XIVd)	Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	4.208.561,46	8.569.757,35	4.361.195,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.361.195,89
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.747,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271.077,48	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.474,48	0,00	7.408,95	-7.408,95
Empenhos de 2019	14.716.708,05	26.944.983,35	12.228.275,30	198.203,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.228.275,30
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)										

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
	(w)	(x)	(y)	(z)	(não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	7.408,95	7.408,95	7.408,95	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	7.408,95	7.408,95	7.408,95	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	752.867,98	1.772.551,44	2.666.492,27	150,43
Proveniente da União	750.707,98	1.584.117,98	1.984.503,03	125,27
Proveniente dos Estados	2.160,00	188.433,46	681.989,24	361,93
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	7.805,08	7.805,08	352.382,12	4.514,78
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**760.673,06**	**1.780.356,52**	**3.018.874,39**	**169,57**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS EMPENHADAS % (d/c) *100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS % (e/c) *100	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS PAGAS % (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	73.440,00	73.440,00	65.326,56	88,95	65.326,56	88,95	64.192,06	87,41
Despesas Correntes	73.440,00	73.440,00	65.326,56	88,95	65.326,56	88,95	64.192,06	87,41
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	772.589,98	2.296.383,44	1.642.166,04	71,51	1.642.166,04	71,51	1.539.026,99	67,02
Despesas Correntes	749.629,98	1.776.888,44	1.276.081,44	71,82	1.276.081,44	71,82	1.263.060,39	71,08
Despesas de Capital	22.960,00	519.495,00	366.084,60	70,47	366.084,60	70,47	275.966,60	53,12

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	180.684,00	193.684,00	93.942,25	48,50	93.942,25	48,50	89.797,18	46,36
Despesas Correntes	179.604,00	192.604,00	93.942,25	48,77	93.942,25	48,77	89.797,18	46,62
Despesas de Capital	1.080,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	36.482,00	36.482,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	35.402,00	35.402,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.080,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**1.063.195,98**	**2.599.989,44**	**1.801.434,85**	**69,29**	**1.801.434,85**	**69,29**	**1.693.016,23**	**65,12**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	153.360,00	153.360,00	67.688,62	44,14	67.688,62	44,14	66.554,12	43,40
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	9.062.499,29	12.383.292,75	10.127.589,64	81,78	10.127.589,64	81,78	9.963.712,82	80,46
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	351.437,40	350.437,40	124.282,90	35,47	124.282,90	35,47	120.137,83	34,28
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	108.086,00	139.086,00	51.631,04	37,12	51.631,04	37,12	51.631,04	37,12
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**9.675.382,69**	**13.026.176,15**	**10.371.192,20**	**79,62**	**10.371.192,20**	**79,62**	**10.202.035,81**	**78,32**
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE ITAMBE, emitido em 18/nov/2025 as 09h e 35m.								

ANANIAS SOARES VIEIRA	***LUCIANI MARIA RANIERO ZAMPAR***	***ROSANE DE ASSIS CONTRERAS***
Prefeito	Contadora	Secretaria de Finanças

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:D1325F44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO: EDITAL Nº 364/2025 - ANEXO ÚNICO - CONVOCAÇÃO PROVA OBJETIVA - PÓS REABERTURA DAS INSCRIÇÕES

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 1

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 1

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001295	ABIGAIL DA SILVA LIMA	11/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000673	ABIMAEL SILVA DO CARMO	17/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002903	ADÃO BATISTA RODRIGUES STELZER	26/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000036	ADÃO MARCELO FERREIRA DOS SANTOS	31/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002030	ADEBLANDO MACHADO MEIRELES	26/12/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002915	ADEILDO FERNANDES DE SÁ	01/12/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003577	ADELCIO MOTTA	09/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003563	ADELSON VENTURA BELMONT	09/06/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003380	ADEMAR ALVES DOS SANTOS	10/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000333	ADEMARIELE DAMBROSKI SETNI	22/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002080	ADEMILSON APARECIDO FERREIRA	15/05/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002300	ADEMILSON PEDROSO DA SILVA	01/12/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003411	ADENILSON BARBOSA MORO	26/04/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000273	ADENILSON JOSÉ DA SILVA	12/05/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003001	ADENILSON RODRIGUES GOMES	02/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003521	ADEVILSON BATISTA PASSOS	07/01/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001788	ADILSON BERTOLDI	14/04/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001826	ADILSON GOMES TEIXEIRA	23/11/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002617	ADILSON MARTINS RUOTOLO JUNIOR	27/01/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000420	ADILSON RAFAEL ALMEIDA MEDEIROS	14/09/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002998	ADILSON ZANCANARO GONÇALVES	19/03/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002710	ADINILSON SOARES	20/06/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000916	ADRIAN FELIPE DOS SANTOS	31/08/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001898	ADRIAN GOES ARRABAL	16/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003114	ADRIAN GUSTAVO SUTIL DE LIMA	31/07/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002567	ADRIAN LUCAS DE MIRANDA DA SILVA	29/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003743	ADRIANA APARECIDA ALVES RAMOS	15/03/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002126	ADRIANA CASTILHO SOARES	25/08/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002245	ADRIANA OLIVEIRA JUSTINO	09/07/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003011	ADRIANO APARECIDO LEITE VIEIRA	09/09/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 2

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 2

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002481	ADRIANO BUENO BRUGNAGO	02/03/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000045	ADRIANO CARDOSO	05/07/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002242	ADRIANO DA CRUZ ORTEGA	26/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002194	ADRIANO DELFINO	17/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001391	ADRIANO DINAMITE ALVES DA SILVA	12/12/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003108	ADRIANO DINIZ DAMAS	01/08/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003933	ADRIANO FERNANDES SANTANA	31/05/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000464	ADRIANO FRANCISCO CHAGAS	15/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002320	ADRIANO GABRIEL BARBOSA BERNARDO	14/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001941	ADRIANO PEREIRA TROVILHO	02/10/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000467	ADRIANO RANGEL BORGES	26/09/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001694	ADRIANO RODRIGUES DA SILVA	05/04/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002555	ADRIANO SESINANO DA SILVA	23/05/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002616	ADRIEL OLIVEIRA DOS REIS	10/08/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003431	ADRIELI FORMELL	08/04/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002911	ADRIELLY STEFANY FRANÇA SOBRINHO	01/08/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002896	ADRYAN ALISSON DA SILVA	19/04/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001065	AFONSO ROGERIO SILVA	14/10/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002486	AGNALDO DONIZETE DE MOURA	18/09/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002037	AGNALDO MORAES DA ROSA	04/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001011	AGUINALDO NEVES FRANCISCO	19/04/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000840	AILSON IENSE LICENKO	29/01/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000085	AILTON BASÍLIO MENESES DE OLIVEIRA	29/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003176	AILTON JONATHAN	04/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000523	ALAN ABREU DE CARVALHO	20/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000838	ALAN ADAN RIBEIRO LIMA	16/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002301	ALAN DA SILVA BORDIGNON	10/12/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000190	ALAN DAS NEVES DE OLIVEIRA	26/03/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002456	ALAN DIOGOSO MASSULO	10/06/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001939	ALAN FELIPE GIANNINI	20/01/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 3

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 3

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002228	ALAN HECTOR MACIEL RECH	02/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000037	ALAN POMPEU CRISPIM TUDISCO	25/10/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000519	ALAN RICARDO DA SILVA	11/09/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001513	ALANDERSON TOMAIZ BERNARDES	09/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001992	ALEANDRO OLIVEIRA DOS SANTOS	08/05/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002205	ALECSSANDER DE FREITAS FIDELIS	10/07/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000697	ALEJANDRO FREIRE LEONEL	23/11/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002323	ALESON CRISTHIAN DIAS PINTO	09/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002958	ALESSANDRA ARENGUE BARIZON IVO	10/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002388	ALESSANDRO BEMBEM	23/04/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002448	ALESSANDRO DE MIRANDA DA SILVA	14/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002807	ALESSANDRO DE OLIVEIRA SOUZA	26/02/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002945	ALESSANDRO MASSAMITSU KUSHIOYADA	20/11/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000421	ALESSANDRO MOURA DA SILVA	17/12/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001907	ALESSANDRO PERASSOLI DOS SANTOS	08/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001753	ALESSANDRO ROBERTO DE LIMA	31/05/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001340	ALESSANDRO RODRIGO DE CARVALHO	12/08/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000651	ALESSANDRO VILAMAIOR ORTIZ	20/12/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003890	ALESSIANE RIBEIRO ZAPAROLI DIAS	01/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003036	ALESSON PEREIRA DA SILVA	28/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002201	ALEX ALVES DA SILVA	06/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003185	ALEX BALDUINO MOISES	12/08/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000995	ALEX FERNANDO SAMPAIO DA SILVA	12/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001767	ALEX FERREIRA DA SILVA	29/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002513	ALEX JUNIOR GONCALVES DOS SONTOS	01/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002640	ALEX MACEDO DE OLIVEIRA	17/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002208	ALEX MINORU ROSSETO KOSUGI	10/10/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000578	ALEX MORAES MONTEIRO	25/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002804	ALEX OLIVEIRA DA SILVA	05/11/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001182	ALEX PRADO RIBEIRO	01/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 4

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 4

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA

0002466	ALEX ROBERTO DA SILVA	25/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003004	ALEXANDER JONAS DA SILVA	27/09/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000265	ALEXANDRE BATISTA SANTOS	07/04/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003531	ALEXANDRE CEZAR ALVES	12/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001327	ALEXANDRE DA COSTA MARIANO	15/11/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000965	ALEXANDRE GUTZ FELHANER	07/02/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002739	ALEXANDRE JOSIAS DOS SANTOS DA SILVA	08/04/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000130	ALEXANDRE MARINHEIRO DA SILVA	03/05/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000925	ALEXANDRE SALES PIRES	31/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000261	ALEXANDRE SANTOS SOUSA	05/09/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000909	ALEXANDRE SEIDE MATSUOKA TAMURA	08/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000268	ALEXANDRE WILLIAM DA SILVA	18/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001522	ALEXANDRO ALVES MENDES	02/09/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002107	ALEXANDRO FERNANDES NUNES	23/12/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000819	ALEXSANDER HENRIQUE FORNACIARI	11/10/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002601	ALEXSANDER NAVES SILVA DOS SANTOS	29/01/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001425	ALEXSANDER RODRIGO NEVES	04/08/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002661	ALEXSANDRA LANDIN DE SANTANA	20/05/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003362	ALEXSANDRO APARECIDO BARBOSA DE MORAES	06/09/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000173	ALEXSANDRO BOTTURA	29/10/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001127	ALEXSANDRO NASCIMENTO DA SILVA	11/09/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000866	ALEXSANDRO SANTOS DA SILVA	01/09/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003589	ALINE APARECIDA CREPE	31/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001730	ALINE CAROLINE BARBOSA	27/08/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000068	ALINE DOS SANTOS FLORIANO	06/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000657	ALINE MARCELINO DA SILVA	10/12/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003025	ALINE PEREIRA BERTONCINI	02/02/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000881	ALISON ALVES PEREIRA SANTE	28/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003694	ALISON CORREIA DA SILVA	16/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001635	ALISON GUSTAVO LAURINDO PEREIRA	29/10/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 5

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 5

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002644	ALISSON BRUNO DE OLIVEIRA	21/09/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001982	ALISSON CORRÊA FERNANDES	26/11/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001079	ALISSON CRISTIANO DA SILVA FERREIRA	14/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000679	ALISSON CRISTIANO DE GODOY	13/02/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000689	ALISSON DE ÁVILA SCHUINDT	08/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001697	ALISSON MARCELINO DOS SANTOS	24/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003711	ALISSON MATEUS SANTANA DA SILVA	15/04/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002020	ALISSON VINÍCIUS GOMES DOS SANTOS	11/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003650	ALLAN BRUNO VASCONCELOS DA CUNHA	28/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002532	ALLAN CHRYSTIAN CRISOSTOMO	01/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002253	ALLAN DOUGLAS ROMAO	24/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000283	ALLAN ESRAEL	29/11/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002270	ALLAN FERNANDO REIS DA ROSA	09/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003306	ALLAN LENON CARDOZO	13/11/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001022	ALLAN SANTANA DA SILVA	15/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002479	ALMERINDO PEREIRA DOS SANTOS NETO	23/03/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002003	ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA	23/12/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003894	ALMIRO ALVES DE JESUS NETO	22/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001502	ALTAIR APARECIDO CLEMENTE	30/09/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001378	ALTIERIS DIAS DOS SANTOS	15/01/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002900	ALVARI DA SILVA FRESSATO JUNIOR	17/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000205	ÁLVARO DO NASCIMENTO	27/07/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000531	ALYFER FLUGEL	06/03/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002133	ALYSON DOUGLAS DEL NOBRE	24/06/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001868	ALYSON MACIEL RODOLFO	24/02/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002574	ALYSSON MARCELINO DA SILVA	12/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000937	ALYSSON RODOLFO ALVES CASTANHEIRO	04/05/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001830	ALZIRO REDONDO JÚNIOR	04/07/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000050	AMANDA BEATRIZ DOS SANTOS SILVA	23/03/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000296	AMANDA CAROLINE MARTINS BUENO	05/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 6

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 6

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000997	AMANDA DE LIMA LEAL	27/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002702	AMANDA DO AMARAL DE JESUS	06/07/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003813	AMANDA GIMENES DOS SANTOS	04/10/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003619	AMANDA PAGLIARINI DA SILVA	09/11/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000814	AMARILDO GOMES DA SILVA	02/03/1964	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002541	AMAURI PESAVENTO	04/08/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001588	AMILTON DIEGO CABRAL COITINHO	07/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003286	AMORA LETICIA MARGARIDI	02/12/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002524	ANA ALICE MONFARDINI ALVES DOS SANTOS	07/09/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002211	ANA CAMILA DA ROSA	23/12/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003625	ANA CAROLINA SCHUINKI DOS SANTOS	22/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003313	ANA CAROLINE MARTINS NAZARETH	03/02/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002610	ANA CAROLINE REIS TEIXEIRA	04/08/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002046	ANA CLAUDIA MONFRE ANANIAS	14/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000856	ANA JULIA DE ALMEIDA VIEIRA	13/08/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000745	ANA JULIA MAIA BARBI	28/11/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001254	ANA LÍVIA DE FREITAS DA CRUZ	29/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002234	ANA LUISA MONEZI LUCENA	15/12/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002844	ANA PAULA CANDIDA	19/06/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000904	ANA PAULA FRANCISCO	30/07/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000061	ANA PAULA MOREIRA	01/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001089	ANA PAULA MOZZINI LEITE	02/12/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000981	ANA PAULA RIBEIRO GANZERT	16/07/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001049	ANDERSON AMARO GAINO	10/03/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000134	ANDERSON ANDRE WESCHENFELDER	15/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002675	ANDERSON APARECIDO DA SILVA	24/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001869	ANDERSON APARECIDO DOS SANTOS	12/07/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002219	ANDERSON BITENCOURT ELOY	28/08/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000051	ANDERSON CARDOSO ALVES	02/02/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003873	ANDERSON CASTANHA	02/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 7

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 7

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002734	ANDERSON CLAYTON DA SILVA	14/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000723	ANDERSON DA CRUZ DUARTE	11/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000023	ANDERSON DA SILVA	03/10/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002677	ANDERSON DE LIMA LEHMKUHL	19/06/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002354	ANDERSON DIEGO BATISTA DE MAGALHAES	23/09/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002056	ANDERSON DOS SANTOS	11/11/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001733	ANDERSON FELIPE LIMA DE SOUZA	11/08/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002483	ANDERSON FERREIRA DOS SANTOS	10/10/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002623	ANDERSON GEOVANNI SANTIAGO	23/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002091	ANDERSON GONÇALVES	12/12/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001987	ANDERSON HENRIQUE BENEDITO	09/12/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002410	ANDERSON JOSÉ DOS SANTOS	24/12/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002124	ANDERSON JOSÉ MAGRO DE OLIVEIRA	28/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002306	ANDERSON JUNIOR SOUZA	06/09/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001864	ANDERSON LUIZ GIAMOGESCHI	16/02/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000118	ANDERSON MANTENA DOS REIS	10/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001746	ANDERSON MARCELINO DA SILVA	03/09/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000931	ANDERSON MENEZES DE OLIVEIRA	30/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001406	ANDERSON NUNES DA SILVA	28/12/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002909	ANDERSON PAES DE OLIVEIRA	02/08/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000257	ANDERSON PAULA FELICIANO	27/12/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001773	ANDERSON PINHEIRO DA SILVA	02/11/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002352	ANDERSON SABINO DOS SANTOS	23/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003759	ANDERSON SANTOS DO VALE	21/01/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000031	ANDRÉ APARECIDO DIAS MARQUES	29/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003869	ANDRÉ CÉSAR MARTINS LOPES	22/05/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000720	ANDRE DA SILVA BIAZON	09/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000338	ANDRÉ DE ALMEIDA ANDRETA	10/09/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003835	ANDRÉ FIGUEIREDO DA SILVA	07/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000414	ANDRÉ GOMES GOTARDO	25/09/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 8

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 8

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002439	ANDRE GUSTAVO DA CUNHA	31/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001375	ANDRE GUTHIERY GONÇALVES FREITAS SOUZA	11/08/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001329	ANDRÉ LINCOLN DA SILVA PEREIRA	05/07/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000951	ANDRÉ LUIS DE OLIVEIRA PALMA	27/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002167	ANDRE LUIS DOS SANTOS	16/05/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002049	ANDRÉ LUIS LEITE	03/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003240	ANDRE LUIS PAES MARTINEZ VIEIRA	15/07/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003143	ANDRÉ LUIZ BENEVENUTO MAGIOLI	24/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001875	ANDRE LUIZ COELHO	20/12/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000800	ANDRÉ LUIZ LADEIRA	10/03/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001964	ANDRE LUIZ RAMOS	08/10/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002707	ANDRÉ MAGNON COUTINHO	17/11/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003690	ANDRÉ MARCELINO LOPES	09/08/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000413	ANDRE MARTINS MASCARENHA	04/11/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000623	ANDRÉ MIRANDA	22/05/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002519	ANDRÉ NAKAHARA HIRATA	11/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002115	ANDRÉ PARDINI VIANA	30/07/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002230	ANDRE RIBEIRO FURTADO	05/06/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002131	ANDRE RODRIGO CHAVES	05/12/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003581	ANDRÉ RUFINO DE LUCENA	13/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002114	ANDRE SOARES DE ALMEIDA	29/01/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002153	ANDRÉ WASHINGTON RODRIGUES DA SILVA	25/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002353	ANDRÉ WILLIAN RODRIGUES FROEMMING	22/02/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002856	ANDREI AUGUSTO DE MATOS	23/10/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001207	ANDREI SOPCZAK	17/05/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000609	ANDREIA ANAIANE AMERICO DE LIMA	20/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000388	ANDREIA DA SILVA FREITAS	05/02/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002374	ANDRÉIA PEREIRA DA SILVA	12/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002436	ANDREIA SOARES URIAS	30/11/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001809	ANDRESSA CRISTINA VIANA	17/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 9

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 9

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002833	ANDRESSA DA LUZ FERREIRA	04/02/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003115	ANDRESSA DA SILVA SIQUEIRA	28/10/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000868	ANDRESSA FERNANDA DE OLIVEIRA GONCALVES	08/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002525	ANDREW LINCOLN PENCO	09/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000056	ANDREY RICARDO CATENACE AIRES	02/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000240	ANDRWS DE OLIVEIRA RAMOS	02/02/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003697	ANGELA CRISTINA DA SILVA	23/09/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000226	ANGELA MARIA DA CRUZ SILVA DE GODOY	04/02/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002239	ANGELA REGINA BERGOSSI	15/01/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001910	ANNA CAROLINNA DE OLIVEIRA CAPELIN	05/03/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000611	ANTHONY GABRIEL DA SILVA ANDO	17/08/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000948	ANTONIO CARLOS APARECIDO FRATUSSI	18/07/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002922	ANTONIO CARLOS DA SILVA FREGONEZI	24/02/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001940	ANTONIO CARLOS ROMUALDO	13/06/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001894	ANTONIO DA SILVA GUEDES	13/06/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000532	ANTÔNIO EMANUEL BALDUÍNO	22/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001895	ANTONIO JOAQUIM WERNER BENHAMI SCHEFFER	13/07/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001151	ANTONIO JOSE SANTOS FILHO	27/02/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002910	ANTONIO LUCAS DA SILVA	04/04/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000954	ANTONIO MARCOS DE PÁDUA COSTA	26/05/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003272	ANTONIO MARCOS DOS SANTOS	10/11/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000817	ANTÔNIO MARCOS FERREIRA DA SILVA	05/06/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002173	ANTONIO RODRIGO DIAS DE MORAES	21/12/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002562	ANTÔNIO SÉRGIO VIANA DA SILVA	18/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000439	APARECIDO LUIZ VISENTIM FILHO	20/08/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003024	APARECIDO RODRIGUES DA SILVA	30/07/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001765	AQUILES LEONARDO BENEDITO	18/09/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002648	ARAYANA SILVA DE ASSIS COELHO	27/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003042	ARCIZO MORAES SOARES	07/01/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001584	ARIADNE BELÓ DE OLIVEIRA	15/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 10

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 10

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000157	ARIADNE GONÇALVES ROCHA	29/05/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003206	ARIANE ANTONIETO ARAUJO SILVA	25/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002711	ARILDO ANTONIO DA SILVA	21/09/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000818	ARILSON WALISSON PIRES	27/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002579	ARLAN HEIDEMANN	26/12/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001586	ARTHUR ALBERTO ROVERI	07/02/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000401	ARTHUR BERTOLO BULLA	28/06/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000466	ARTHUR HENRIQUE DOS SANTOS YOSHII CORREA	15/01/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001919	ARTHUR MAZZER GATTI	12/06/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001077	ARTHUR PILASTRE NETO	30/07/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001624	ARTHUR TRISTAN VACELI	22/08/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002213	ARTUR DA SILVA LEAL	17/12/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002728	AUDRÊI TICIANO CONTEÇOTTO	26/11/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000475	AUGUSTO BENTO VIEIRA NETO	10/07/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000417	AUGUSTO CESAR DA SILVA DE OLIVEIRA	31/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001064	AURELICE SANTOS ALMEIDA GERIN	23/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003150	BALMER CAVERSAN	11/06/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000811	BÁRBARA VIRGÍNIA PACÍFICO SHIGUEMOTO	15/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000324	BASÍLIO PEREIRA DE ANDRADE MOLINARI	21/05/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001747	BEATRIZ FERNANDA AP WOEHL MAINGUE	22/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002730	BEN HUR RIBEIRO DE ALMEIDA	09/05/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003334	BENEDITO HENRIQUE DA SILVA	26/03/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002901	BERNADETE MODESTO DE ALMEIDA	26/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002488	BHÁRBARA THAYSSA ROCHA DE SOUZA	09/11/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003975	BIANCA FRANCINNY RODRIGUES DA SILVA	16/02/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002397	BIANCA MORENO	28/05/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002021	BISMARK WILLIAM FERNANDES	25/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002391	BRENDO PRADO DE LIMA COSTA	21/04/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001106	BRENO DO AMARAL MOURA	08/09/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000256	BRUNA APARECIDA CORDEIRO DA CRUZ FELICIANO	11/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 11

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 11

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003762	BRUNA KAROLINE ALVES	22/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003691	BRUNA MILLENA FREITAS NEVES	06/05/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003302	BRUNA ROCHA CAUS	25/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003838	BRUNA SOARES DE OLIVEIRA	09/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001920	BRUNNO FELLIPP PIOTTO FERREIRA	17/12/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001708	BRUNO ANDRE WEBER DA SILVA	29/06/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000410	BRUNO APARECIDO PEREIRA LIMA	31/12/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003755	BRUNO BERNARDES YAMAMOTO	21/06/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000225	BRUNO DA CRUZ	01/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002514	BRUNO DE MELO BARBOSA	10/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002769	BRUNO DE MORAES FELICIO	04/03/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001039	BRUNO DE OLIVEIRA LOPES	07/02/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002264	BRUNO ENRY CARNEIRO	26/03/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001578	BRUNO FIRMAN	07/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002461	BRUNO GABRIEL CARRILHO DA SILVA	26/04/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001424	BRUNO GABRIEL DA SILVA	09/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002500	BRUNO GODOY DE OLIVEIRA	27/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001046	BRUNO GONSALES FILHO	26/08/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000015	BRUNO HENRIQUE CALADO DA CONCEIÇAO	12/07/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000567	BRUNO HENRIQUE SANTI	25/03/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002181	BRUNO MANOEL MARTINS	23/12/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000674	BRUNO MATHEUS SANTOS CORDEIRO	27/01/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003087	BRUNO NOVAKOWSKI	17/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001593	BRUNO PEREIRA HASKEL	26/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001889	BRUNO RAFAEL DA SILVA	23/11/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000264	BRUNO RENAN DE LIMA LEMES	27/12/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002437	BRUNO RICARDO DA SILVA	11/11/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002497	BRUNO RICARDO DE SOUZA	22/06/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002630	BRUNO SILVA ARAUJO	08/02/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000699	BRUNO SOUZA DE OLIVEIRA	23/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 12

COLÉGIO ESTADUAL CÍVICO MILITAR SÃO VICENTE PALLOTTI - SALA 12

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002113	BRUNO TAVARES DE ZEVEDO	10/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001779	BRUNO WENDER DE SOUZA	15/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000929	BRUNO WILLIAN ANDRADE OLIVEIRA	25/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001426	CAIO CESAR CRACCO SILVA	19/03/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001544	CAIO CEZAR JUSSIANI DA SILVA	12/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003181	CAIO DE SOUZA VAZ	02/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002298	CAIO HENRIQUE DA SILVA VERRI	11/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003116	CAIO JOSÉ STANKEWICZ	10/05/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000331	CAIO LEONARDO DELFINO	07/02/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001492	CAIQUE CARVALHO DE SOUZA SILVA	08/02/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000833	CAMILA BIANCO DOS SANTOS	23/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000876	CAMILA FRANCISCO DOS SANTOS	04/03/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003692	CAMILA GONÇALVES CORREIA	19/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001597	CAMILA LEMES HENRIQUE	05/12/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000727	CAMILA LUCACHEVISKI	09/02/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001917	CAMILA MARTINS ROCHA ALVES	23/07/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002119	CAMILA ROQUE	07/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002546	CARINA SOARES	14/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000348	CARLA FERNANDA PEREIRA NUNES	03/06/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002674	CARLA TATIELI COSTA	28/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001856	CARLOS ALCIMAR VENANCIO	30/10/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000471	CARLOS ALEXANDRE TENORIO	21/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002016	CARLOS ANDRÉ DO NASCIMENTO FARIAS FIGUERÊDO	18/06/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002018	CARLOS APARECIDO DOMINGOS DOS SANTOS	21/08/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003497	CARLOS AUGUSTO DE SOUZA MADEIRA	10/04/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002718	CARLOS BUENO VIEIRA	28/06/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003747	CARLOS CESAR DE CAMPOS DA SILVA	24/08/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001202	CARLOS EDUARDO DA SILVA OLIVEIRA	02/07/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003172	CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS	29/07/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001633	CARLOS EDUARDO DE LIMA GOMES	26/11/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 1

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 1

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000300	CARLOS EDUARDO LOUÇAO ROSENBERGER	02/12/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000652	CARLOS EDUARDO MONDINI	23/03/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002506	CARLOS GABRIEL DE ASSIS BONFÁ	26/03/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000119	CARLOS GUEREGA	25/11/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001683	CARLOS GUSTAVO BAUMGARTEN	23/05/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002991	CARLOS GUSTAVO BENTO DE OLIVEIRA	08/04/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000021	CARLOS HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	17/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001771	CARLOS HENRIQUE BARBOSA	15/03/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002576	CARLOS HENRIQUE BOREAN PELISSARI	15/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003125	CARLOS HENRIQUE BRANDÃO DA SILVA	22/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001169	CARLOS HENRIQUE DA SILVA DE SOUZA	15/03/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001413	CARLOS HENRIQUE PEREIRA DA SILVA	24/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001537	CARLOS HENRIQUE PEREIRA PARDIM	18/04/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003450	CARLOS HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	20/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000489	CARLOS HENRIQUE YOSHII CORREA	16/08/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003967	CARLOS JUSIMAR DOS SANTOS	12/06/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001994	CARLOS ROBERTO DE MORAIS JUNIOR	12/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002400	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR	06/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001055	CARLOS RUBEN MANCUELLO	06/01/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003012	CAROLINA LUCIANI FEDRIGO	20/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002720	CAROLINA MARIA DE ABREU NICOLAIO	21/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001174	CAROLINA SUEKO HANGAI MIYABE	10/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002504	CAROLINE DE SOUZA CARVALHO	18/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003396	CAROLINE FERNANDA NUNES FERREIRA	10/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000239	CAROLINE FRANCISCA FIRMINO DOS SANTOS	27/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001908	CAROLINE MONTEIRO DOS SANTOS	22/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001130	CASSIA ROBERTA SCHMITZ	14/08/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001209	CASSIANO CLECIO HENICKA	29/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000793	CASSIMIRO GOMES SANTANA	09/09/1972	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000287	CÁTIA REGINA DE SOUZA OLIVEIRA	01/01/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 2

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 2

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002341	CAUÃ BOAVENTURA	15/08/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001948	CECÍLIA INGLES DA SILVA	12/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003963	CECILIA MARIA ALVES DA SILVA	12/01/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001646	CELINA ORSI	16/12/1971	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003008	CELSO DE ALMEIDA SALIS	21/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001756	CELSO LUIZ COELHO DE FREITAS	09/08/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002392	CELSO VIDAL JUNIOR	22/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000405	CELSON MODESTO DA SILVA	30/12/1964	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003867	CÉSAR AUGUSTO LIMA DOS SANTOS	20/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002171	CESAR AUGUSTO MICHELETTI JUNIOR	29/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001946	CESAR WILLIANS HILARIO CUSTODIO	28/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002766	CHARLES SIMÕES DE OLIVEIRA	12/10/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002166	CHRISTHIANO MARQUES DA SILVA	18/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003273	CHRISTIAN AMARO DA SILVA	01/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001173	CHRISTIAN DA SILVA ALVES	08/05/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000735	CHRISTIAN DE SOUZA FAVIL	01/06/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000905	CHRISTOFFER HENRIQUE GOMES ESTEVAM PEREIRA	20/05/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0003602	CHRYSTIAN EMANNUEL MANHOLER LAVORATTO	19/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002449	CHRYSTIAN FERNANDO ARAUJO COSTA	02/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002149	CHRYSTOPHER DOS REIS SILVA	10/08/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000357	CHRYSTOPHER MICHAEL LISBOA	22/02/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001605	CICERO LOURENCO NETO	15/09/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002283	CICERO RODRIGUES DA SILVA	29/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000399	CIDIOMAR JOSÉ PELIZER	28/04/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001032	CINTIA APARECIDA BASSO DE ARAUJO	02/11/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000588	CINTIA JAQUELINE CORREIA ALEM	06/05/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002938	CINTIA MARIA CORREIA DE ASSIS	15/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001991	CLAUDECI RAMOS DOS SANTOS	21/12/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002565	CLAUDEMAR PEREIRA PEÇANHA	20/03/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001638	CLAUDEMARIO GOMES DE LIMA JUNIOR	18/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 3

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 3

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001904	CLAUDEMIR APARECIDODE ARAUJO	17/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002888	CLAUDEMIR LEMOS ELEUTÉRIO	16/09/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003335	CLAUDENILSO DO ESPÍRITO SANTO	14/10/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000534	CLAUDENIR DE FARIAS	24/12/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002128	CLAUDIA DA SILVA BARBOSA	10/12/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003323	CLÁUDIA DANIELE DOS SANTOS PIZZA	15/03/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001929	CLAUDIA RENATA DE OLIVEIRA	12/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000701	CLAUDINEI DA ROCHA CAMARGO	25/08/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002837	CLAUDINEI FONTOURA	23/09/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002709	CLAUDINEI FUZI	18/11/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003063	CLAUDINEY G. OLIVEIRA	08/09/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001246	CLAUDIO ALBERTO RELK JUNIOR	14/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001974	CLAUDIO FERNANDO VITOR DA SILVA	06/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000495	CLAUDIO MÁRCIO MAZUR	12/06/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002052	CLEBER ANTONIO MORENO	09/05/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002589	CLEBER APARECIDO SIMIONI	06/10/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001498	CLEBER ELER DA SILVA	01/10/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001093	CLEBER SOARES DA SILVA	25/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000562	CLEISON ALEXANDRE DIAS	02/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002351	CLEISON RAFAEL GARCIA RUIZ	01/10/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003460	CLEITON CORREA	31/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001871	CLEITON DE ALMEIDA SANTOS	09/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003854	CLEITON EDIR FERREIRA DUARTE	04/05/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000371	CLEITON FERREIRA ALVES	03/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002669	CLEITON FERREIRA DE SOUZA	06/03/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001164	CLEITON RUIZ DE OLIVEIRA	02/03/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003137	CLEITON SANTANA DA SILVA	02/06/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000189	CLENILSON PEREIRA DE AGUIAR	25/07/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002557	CLEODOMIRO ALVES DE ALMEIDA	05/01/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000213	CLÉSIO FELÍCIO MATTIUSI	13/09/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 4

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 4

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002273	CLESLEY BRUNO DOMINGOS	20/07/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000665	CLEUDELY CARLA DOS SANTOS SANTANA	29/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003782	CLEVERSON ALVES DE OLIVEIRA	11/11/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002276	CLEVERSON FRANCISCO DA SILVA	19/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000177	CLEVERSON LUIS ZOCCA	22/11/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001158	CLEVERSON ROMOALDO DA SILVA	18/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000892	CLEVERSON SABINO DOS SANTOS	25/07/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001956	CLEVERSON TEIXEIRA DO CARMO	22/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001261	CLODOALDO AMARILDO PASCHOIM DA SILVA	29/09/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003784	CLOVIS CAMILO EDUARDO JÚNIOR	02/02/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003761	COSME DAMIÃO BASSANI	04/06/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002894	CRISLAINE RODRIGUES DE ASSIS	05/01/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002061	CRISTHIAN OENNING JASPER	14/02/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003290	CRISTIAN EDUARDO SOARES	05/04/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003386	CRISTIAN FELIX DOS SANTOS	04/11/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001541	CRISTIAN MATEUS DA SILVA	14/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001674	CRISTIANE ALEXANDRA CORREA DOS SANTOS	26/05/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001052	CRISTIANE DOS SANTOS SOUZA DA SILVA	16/01/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000695	CRISTIANO ANDRÉ GOMES	09/12/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002698	CRISTIANO CARDOSO DE SOUZA	15/12/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001289	CRISTIANO CESAR MIRANDA DE JESUS	06/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000248	CRISTIANO DA SILVA ABREU	30/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002968	CRISTIANO JOSÉ OLIVEIRA MOREIRA	29/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001408	CRISTIANO WELLINGTON GUIZELLINI	06/02/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002196	DAIANE APARECIDA DOS SANTOS	10/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001292	DAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA	12/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000959	DAIANE PRISCILLA DA SILVA AIRES	20/02/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000058	DAIANI DA SILVA MARTINS CORGI	20/10/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002048	DANIEL ALVES DE ASSIS	15/08/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002217	DANIEL BIANCHI DE OLIVEIRA	10/05/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 5

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 5

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000742	DANIEL BUFÃO DE ALMEIDA	20/06/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001858	DANIEL DE FREITAS BARBOSA	25/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001208	DANIEL DE PAULA MARTINS	31/08/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000442	DANIEL DO NASCIMENTO ARANTES	03/02/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002060	DANIEL FAQUIM MACHADO	05/06/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002611	DANIEL FREIRE COPELE	05/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002538	DANIEL GODOY NUNES	06/07/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002044	DANIEL HENRIQUE DA SILVA	15/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000629	DANIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA	08/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000740	DANIEL HENRIQUE LOPES CAMPOS	15/08/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002170	DANIEL MENDES DE CAMILLO	06/11/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000298	DANIEL NASCIMENTO GOIS	02/07/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001036	DANIEL PROCÓPIO	07/08/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002475	DANIEL RAMOS FERNANDES	13/05/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001094	DANIEL ROCHA VENTULA	18/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003492	DANIEL ROGÉRIO PEREIRA DE AVILA	17/08/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003504	DANIEL SALES CHITA	19/03/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002688	DANIEL SANTOS DE OLIVEIRA	11/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000397	DANIEL TAVARES DA SILVA	23/01/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001047	DANIEL VIEIRA	30/01/1972	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000092	DANIELA BENJO BRAGA	14/10/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003153	DANIELA CRISTINA RAMOS CAVERSAN	05/05/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000066	DANIELA DE OLIVEIRA LOPES	03/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000460	DANIELA MELO DOS SANTOS	10/05/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001048	DANIELE BENTO DE CAMPOS	29/01/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001693	DANIELE DE CARVALHO FERNANDES	12/06/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000423	DANIELE RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO	12/10/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000472	DANILO AKIRA PEREIRA YOSHIDA	14/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002192	DANILO ASBAHR MACHADO	03/01/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000989	DANILO AUGUSTO ORVATE DOS SANTOS	24/05/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 6

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 6

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000746	DANILO CLEISON DOS REIS BERNARDO	30/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000739	DANILO DE PAULA MARTINS	03/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000986	DANILO DOS SANTOS DE OLIVEIRA SILVA	07/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001639	DANILO DUELLIS DE LARA	15/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001953	DANILO EDUARDO DE SOUZA SANTOS	19/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002350	DANILO FELIPE BORGES DA SILVA	08/08/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002642	DANILO JHONATAN PONTES BARBOSA	23/07/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003527	DANILO MAYCON PEREIRA DE OLIVEIRA	08/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001768	DANILO MIRANDA VASCONCELOS	05/07/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003141	DANILO MOURA	11/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001315	DANILO PATRICK HANNEL	01/02/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001031	DANILO PEREIRA DE SOUZA MIAZAKI	12/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002078	DANYEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS	01/07/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003927	DARCI FELIPE SABARA REFUNDINI	04/06/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000902	DÁRIO ALDECIDES DA SILVA	09/08/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001926	DARLEI SANTANA PAULINO	10/08/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002577	DAVI FERNANDO MATOZO	10/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003972	DAVI GONÇALVES GARCIA	10/09/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002111	DAVI HENRIQUE STRAMANDINOLI BASSO	21/11/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001403	DAVI OLAVO VAZ DE LIMA	15/01/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001437	DAVI OSMAR PISSOLATO	13/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000980	DAVID ANTONI DIAS	02/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000379	DAVID HENRIQUE ALBUQUERQUE ESTELLAI	16/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000878	DAVID MAICOL DO NASCIMENTO PEREIRA	26/06/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000968	DAVID MATAVELLI DE ARAUJO	09/03/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002216	DAVID PORTO SIQUEIRA	01/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002986	DAVID SALOMAO LIMA GONCALVES	10/08/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003178	DAVID WILLIAN DA SILVA	10/11/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000102	DAYANE KELLY DE SÁ TELES	25/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002000	DAYANE TAVARES DA SILVA	13/02/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 7

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 7

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002370	DÉBORA MARQUES MACARI	26/07/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001300	DEIBSON BEZERRA DA SILVA	20/12/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001359	DEISE MIRANDA VASCONCELOS	02/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002348	DEIVID DE SOUZA GUEDES	03/07/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002362	DEIVID NELSON ANTONIO BENTO	31/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003064	DEIVID WILLIAM IZAIAS	30/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001996	DEIVIS YURI CARRIEL SOUZA	19/01/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001667	DELILSON RODRIGUES DE GODOY	19/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001100	DELSO AUDADIO	19/07/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002723	DELYAN MARCEL DOMICIANO	10/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000179	DENÍLSON DA SILVA	01/11/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002058	DENIS BENTO DE LEMOS	04/11/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002653	DENIS CARVALHO GONÇALVES	25/04/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001553	DENIS DA SILVA BREVILATO	23/12/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001732	DENIS RODRIGUES MACHADO	23/07/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003026	DENISE APARECIDA DE FREITAS SOUZA	01/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001499	DENIVALDO EDUARDO DOS SANTOS	17/04/1972	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001500	DENNIS COSTA ROSA	19/06/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002545	DENNIS SEIJI KUMANO	12/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000476	DHEISON MORO ROSSI	14/06/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002238	DHIORGILYS RENAN BORGES MOITINHO	24/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000419	DHIOVANA MARIA PEÇANHA	18/01/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000750	DHYLAN DHEIVIS DE ARAÚJO XAVIER	03/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002336	DICKSON EMIDIO FELIPE	26/09/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002851	DIEGO ALAN TRINDADE DO NASCIMENTO	12/05/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001938	DIEGO ALBERT CARVALHO	12/11/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002302	DIEGO ALMEIDA DOURADO	10/08/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003748	DIEGO ANTONIO BOAVA	07/06/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002122	DIEGO AUGUSTO ALVES DOS SANTOS	09/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001916	DIEGO AUGUSTO PRESTUPA	31/10/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 8

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 8

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003160	DIEGO CARDOSO FERRO	17/07/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001722	DIEGO DA SILVA	16/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001320	DIEGO DA SILVA ARAUJO	13/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002369	DIEGO DIALMO VANONI	07/07/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002959	DIEGO DO REGO DOMINGUES	03/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001479	DIEGO ESPOSITO DOS SANTOS	19/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002218	DIEGO FABIANO MORAES	12/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003468	DIEGO FELIPE DE SOUZA SANTOS	18/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000108	DIEGO FERREIRA DOS SANTOS COUTO	11/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000090	DIEGO FRANCISCO RUIVO DA SILVA	09/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002649	DIEGO HENRIQUE FERNANDES DÍAS	27/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001482	DIEGO HENRIQUE PEÇANHA	24/06/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000501	DIEGO HENRIQUE PEREIRA	15/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003866	DIEGO JOSE XAVIER	18/12/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002067	DIEGO KEIDI SHIMIZU	23/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003038	DIEGO LUCAS BATISTA	15/10/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002569	DIEGO LUIS GOZZI	09/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000432	DIEGO OLIVEIRA	17/10/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001374	DIEGO PAULINO	07/10/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001160	DIEGO PAULINO ALVES DA SILVA	27/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003425	DIEGO RENAN RODRIGUES	28/01/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003819	DIEGO SANTOS DA SILVA	02/11/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003436	DIEIMYS WILLIAM AYALLA	22/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003252	DIEMERSON AGABO DOS SANTOS SILVA	06/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002608	DIEMIS BARBOSA RODRIGUES	10/08/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001524	DIENIFHER KAROLINE DE SOUZA	18/01/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000222	DIOGO APARECIDO ANDRAUS	09/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003499	DIOGO APARECIDO DOS SANTOS MIGUEL	12/09/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000286	DIOGO BENJÓ BRAGA	15/08/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001686	DIOGO DE LIMA RIBEIRO GALES	23/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 9

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 9

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003155	DIOGO DIAS FURTUOSO	28/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001362	DIOGO DOS SANTOS	08/02/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001850	DIOGO FIRMINO LOPES BARBOSA	25/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001587	DIOGO IZIDORO VIEIRA NASCIMENTO	11/05/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002296	DIOGO RECCO HENSCHEL	23/11/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003364	DIONATAN RODRIGUES DE MORAES	02/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000353	DIONE FERREIRA DE SOUZA	19/01/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002441	DIONE LUIZ FERREIRA	29/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002657	DIONE RIBEIRO DA LUZ	14/05/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001583	DIONES DA SILVA LIMA	12/04/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001216	DIRCEU PEREIRA VIEIRA JÚNIOR	15/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000342	DIRLEI ALVES MARTINS JUNIOR	26/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002070	DIRLEI MARINHO DA SILVA	16/11/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000143	DIUCINEIA FAUSTINO NETO	26/06/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002594	DIXYE KLEYST FERREIRA KLEM ÁVILA DE MATOS	17/03/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001358	DONIZETE ZACARIAS DE SIQUEIRA	12/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002459	DOUGLAS BARBOSA CHAM	19/09/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000589	DOUGLAS FELIPE DA SILVA	03/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001307	DOUGLAS FERNANDES FULINI	14/02/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003780	DOUGLAS HENRIQUE BARBOSA MURARE DA SILVA	23/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001951	DOUGLAS HENRIQUE DE JESUS CLEMENTE	15/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001103	DOUGLAS KRAFT ROMEIRO	12/06/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002075	DOUGLAS MARQUES MACIEL	05/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002724	DOUGLAS MIRANDA BERTI	01/09/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003849	DOUGLAS PEREIRA VASCONCELLOS	13/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002285	DOUGLAS ROBERTO DA SILVA	07/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000304	DULCILENE DE OLIVEIRA BORGES	26/01/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001653	DYLAN CRISTIANO DE SOUZA	02/10/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000882	DYONATHAN ALMEIDA ANDUJAS	25/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002031	EBER DA SILVA	20/07/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 10

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 10

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001591	EBER GONÇALVES PEIXOTO	16/06/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002087	ÉBER RONADES ROQUE	18/05/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000030	EDELSON DE SOUZA FERNANDES	07/10/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003232	EDELSON MARQUES DA SILVA JUNIOR	20/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001989	EDENILSO BARBOSA DA LUZ	17/08/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000708	EDENILSON GALHOTI	01/12/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000706	EDER BARBOSA	09/10/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000770	EDER CAMPOS HEIDEMANN	06/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001131	ÉDER DO CARMO BRIONE DE GODOI	26/06/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003462	EDER FONTOURA	04/04/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000487	EDER HENRIQUE DE FREITAS	09/11/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003635	EDER HENRIQUE NUNES	30/06/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000452	EDER LOPES DA COSTA	04/10/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002552	EDER QUEVEDO CORRÊA	23/07/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000539	EDER RICARDO DOS SANTOS	11/10/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000851	EDER SILVA MOREIRA	23/10/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001601	EDER VINICIUS BENEDITO	26/12/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000512	EDERSON JOSÉ HILÁRIO	10/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002667	EDEVALDO FERREIRA DE QUADROS	13/01/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000906	EDEVAN RODRIGUES DE SOUZA	18/01/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001367	EDICARLOS PONCIANO DA SILVA	15/09/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001389	EDICLEIA ZATELLI MARQUES	22/09/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000773	EDILSON PEREIRA VARGAS	04/04/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003568	EDIMAR APARECIDO DE FREITAS	23/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000807	EDIMAR CORREIA DE MORAIS DA SILVA	25/08/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002705	EDIMAR DA SILVEIRA	04/08/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002135	EDIMAR TEIXEIRA BORBA	28/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001215	EDIMILSO RIBEIRO SOARES	20/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002494	EDINEI HENRIQUE ZAMARQUI FRANCISCHINI	05/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002047	EDINEUDES MACHADO VASCONCELOS	05/03/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 11

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 11

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002434	EDIS CARLOS DE PALMA ALVES	28/08/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003778	EDISON MARTINS DA SILVA	06/02/1965	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003333	EDIVALDO APARECIDO BENTO	08/03/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000834	EDIVALDO SILVIO MEIRELES	12/09/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000842	EDIVAN FERNANDES SOUZA DA COSTA	24/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001792	EDMAR BATISTA DE SOUZA	18/08/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001446	EDMAR CONTINI	15/07/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000525	EDMAR VELOSO MOLARE	14/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000374	EDNA SANTOS	13/11/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003400	EDNALDO ALVES MONTEIRO	15/10/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001821	EDNARDO MARTINS DA SILVA	03/02/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002893	EDNEY GILBERTO ALENCAR DE SOUZA	07/06/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001467	EDSON APARECIDO ZINERMAN	15/10/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003352	EDSON BARBOSA	24/02/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000135	EDSON BARROS DA SILVA	17/01/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001341	EDSON DA SILVA POLICIANO	23/02/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000064	EDSON DEODATO DE NOVAIS	27/08/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003907	EDSON DOS SANTOS SILVA JUNIOR	16/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000215	EDSON FRANCISCO DOS SANTOS	11/11/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000402	EDSON GIACON LANA	21/11/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001278	EDSON LUIZ ALBINO	21/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003801	ÉDSON LUIZ DOS ANJOS	12/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002719	EDSON NERES XAVIER	27/11/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000991	EDSON OLIVEIRA DE SOUSA	02/02/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000956	EDSON RODRIGUES DA SILVA	09/12/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002508	EDUARDO AFFONSO BERNARDO	29/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002980	EDUARDO AOKI DOS SANTOS	20/12/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003773	EDUARDO APARECIDO LEITE	17/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000362	EDUARDO BEZERRA DA SILVA	11/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001235	EDUARDO BIBIANO DA SILVA	11/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 12

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 12

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003705	EDUARDO CAMPANARUTI LOURENÇO	08/03/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001848	EDUARDO CÉSAR RIBEIRO	10/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001650	EDUARDO CHIEREGATTI PEDROSO	23/02/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000647	EDUARDO CORTES	14/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002033	EDUARDO CRUZ RIBEIRO	18/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002477	EDUARDO DA MATTA RIBEIRO	02/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003047	EDUARDO DALCIN MATIAS	27/09/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002072	EDUARDO ESTOFOLETE	09/05/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000269	EDUARDO FAVARO DE SOUSA	21/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002381	EDUARDO FELIPE BUENO	24/10/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002501	EDUARDO FELIPE CZARNY	12/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002339	EDUARDO FERNANDO GRIGGIO	05/10/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000043	EDUARDO GABRIEL FERREIRA SIQUEIRA	29/06/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000112	EDUARDO GABRIEL SANTOS DO NASCIMENTO	01/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002379	EDUARDO GALKOWSKI	11/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002979	EDUARDO GASPAR CALONGA LOPES	16/05/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003922	EDUARDO GUILHERME LIBERATO DOS SANTOS	04/05/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002582	EDUARDO HENRIQUE ALVES DE FREITAS	16/07/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000841	EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES	28/05/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001793	EDUARDO HENRIQUE PETRECHI DA SILVA	31/07/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002818	EDUARDO HENRIQUE SARMIENTO	15/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000089	EDUARDO JOSÉ FERNANDES FAUSTINO	30/01/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003448	EDUARDO LADISLAU DE OLIVEIRA	01/07/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001928	EDUARDO LEMOS	06/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000316	EDUARDO MARINHO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	07/02/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002403	EDUARDO MARTINS	10/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000559	EDUARDO MIGUEL ENNES FILHO	16/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001439	EDUARDO NEIMERCK AQUILES	04/07/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002309	EDUARDO PAIVA DE ANDRADE	03/08/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002321	EDUARDO SANTOS DA CRUZ	18/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 13

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ GORI - SALA 13

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002249	EDUARDO VITOR PENIDO DA SILVA	30/08/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003420	EDUARDO ZIGANTE RIBEIRO	21/07/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003555	EDVALDO LEAL	04/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002470	ELAINE DOS SANTOS	01/11/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002634	ELAINE PATRICIA PEREIRA VIDAL TRIGUEIRO	06/10/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003148	ELCIO ROCHA DO NASCIMENTO	10/07/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002200	ELI DO NASCIMENTO SANTOS	03/07/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001906	ELIANE ANDRADE FLORINDO	26/03/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002631	ELIANE BORBOLATO	17/11/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002482	ELIANE FERREIRA DE SOUSA	23/05/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000683	ELIAS ANTUNES CAMPOS	08/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000124	ELIAS DA SILVA	30/10/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000641	ELIAS DA SILVA ALMEIDA	24/05/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002212	ELIAS DE SOUZA	25/10/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002464	ELIAS HENRIQUE DE CARVALHO	23/02/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003679	ELIAS JÚNIOR SILVA TAVARES	20/01/2009	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000187	ELIAS TAVARES DOS SANTOS	23/08/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002622	ELIAS VALDECIR SANTOS DA ROSA	05/06/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001442	ELIDA DOS SANTOS	15/12/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002926	ELIEL AZEVEDO GARCIA	15/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 1

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 1

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002161	ELIEL HENEMAN	30/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000908	ELIEL MELO SILVA	22/04/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002349	ELIEL PEDRO NASCIMENTO	29/06/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000972	ELIEZER DE FREITAS GONÇALVES	28/11/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000550	ELIÉZER ESTEVAM DOS SANTOS	21/07/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000326	ELIEZER NASCIMENTO PRUDENTE	02/09/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002141	ELINE BIANCA MANTOVANI	15/08/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002237	ELINELSON GONCALVES DOS SANTOS SIQUEIRA	19/04/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000947	ELIS SOUZA MENDES DA SILVA	28/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001679	ELISABETE FORTUNATO BARBOSA DORABIATO	28/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002013	ELISAEL DE ALMEIDA DA SILVA	07/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001957	ELISANDRA ALINE ESTEVAM DE LIMA	20/05/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003920	ELISON CUARTES ALVES	21/10/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003446	ELITON LEONIDAS SILVA	15/12/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003832	ELIZEU DIAS DA SILVA	09/09/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000435	ELIZEU PINHEIRO DOS SANTOS	13/03/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002646	ELLIENAI GARCIA FERNANDES DA SILVA LANDIN	18/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002599	ELLISON RODRIGO DO NASCIMENTO	19/11/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003312	ELOIR OLIVEIRA DOS SANTOS	15/05/1967	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003513	ELOISA BEATRIZ KOPHAL	15/03/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001643	ELSIO CARDOSO DE LIMA JUNIOR	24/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000635	ELTON ALVES DA SILVA	19/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002039	ELTON FERNANDES DE OLIVEIRA	26/12/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002671	ELTTON MARANGON ROCHA	28/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002444	ELVIS FELIPE DOS SANTOS DA ROSA	27/09/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002077	ELVIS PRESLEY LAVANDOSKI CAVALCANTI	04/02/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000132	EMANUEL DE AGUIAR DUARTE	29/03/1968	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001183	EMANUEL DO NASCIMENTO SANTANA	19/01/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003926	EMANUEL FERNANDO PEDROSO	02/07/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002908	EMANUEL LOPES PINHEIRO	20/08/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 2

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 2

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001949	EMANUEL MONTEIRO SILVA	01/02/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000827	EMERSON ANGELO DOS SANTOS	29/08/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002560	EMERSON CANDIDO RUBIO	20/05/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002659	EMERSON DE SOUZA PASSOS	05/08/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002628	EMERSON DOS SANTOS CONTE	01/06/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002897	EMERSON GALDINO DA COSTA	20/09/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000769	EMERSON MOREIRA DE SOUZA	27/03/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002995	EMERSON RAFAEL DA CRUZ	16/07/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001394	EMERSON VIEIRA DA SILVA	29/06/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001420	EMILI CRISTINI LANCA	23/03/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000486	EMMANUEL DE FREITAS SILVA	07/11/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002408	ENEIAS RODOLFO PEREIRA	06/06/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002346	ENSSON HENRIQUE SILVA SANTOS	03/07/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002225	ERIC FELIPE BALBINO	12/03/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001752	ERIC ROLIM DE OLIVEIRA	09/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001900	ÉRIC VINÍCIUS FERREIRA DA SILVA	23/06/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000491	ERICA ROSA DE LIMA	23/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003799	ERICK HENDRIK FREDERICO	19/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003402	ERICK HENRIQUE	16/06/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002591	ERICK LEORATO	24/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001608	ERICK PETERSON JESUINO DE OLIVEIRA	03/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001468	ERICK VILANOVA CANDIDO	22/10/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002656	ERIKE APARECIDO DE BARROS CORRÊA	12/10/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002994	ERIVALDO JERONIMO DA SILVA	09/03/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001434	ERNANDES MARIANO RIBEIRO	06/10/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002432	ESEQUIEL DE OLIVEIRA	18/08/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000228	ESTER DA CRUZ SILVA DE GODOY	08/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003834	EUCILENE RAMOS PEREIRA DA SILVA ANDRADE	31/12/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003045	EULER SANCHES RUFATTO	21/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000656	EVALDO HATSUO NAMIKI	12/03/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 3

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 3

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002600	EVANDRO ANDRADE SACRAMENTO	18/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001744	EVANDRO DA SILVA MAREZE	18/10/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002956	EVANDRO DE SOUZA CARDOSO	14/12/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001819	EVANDRO DO CARMO SOARES	04/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001865	EVANDRO FREDERICO RAMOS	11/06/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000953	EVANDRO LUIZ CAVAGNINI	27/12/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000307	EVANILSON SILVA DE OLIVEIRA	21/07/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002207	EVELYN OLÍMPIA HIPÓLITO DA SILVA	07/12/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000983	EVELYN TATY RODRIGUES	04/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000317	EVERSON DA SILVA LEMES	28/02/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000693	EVERSON FONTOURA DE FARIAS	03/03/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001915	EVERSON NAGERA RODRIGUES	26/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002686	EVERTON DA CRUZ ALVES	02/09/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001962	EVERTON FELIPE DIAS SANCHES	15/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003409	EVERTON HENRIQUE DE JESUS VILSINSKI	21/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001024	EVERTON MARINHO MIRANDA	01/06/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001102	EVERTON RODRIGO MELARA	20/06/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002059	EVERTON RODRIGUES	30/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001872	EVERTON VINICIUS GRAVA BERNADO	30/05/2022	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001659	EXPEDITO RONEI CANUTO GOMES	27/06/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001007	EZEQUIEL BALIEIRO DA SILVEIRA	04/10/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001781	EZEQUIEL CAMILO	08/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001595	EZEQUIEL DA CUNHA	22/10/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003050	FABIANA APARECIDA DE SOUZA RESENDE	25/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000832	FABIANA BORGES INACIO	04/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003768	FABIANO APARECIDO DO NASCIMENTO	09/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002342	FABIANO APARECIDO FERREIRA	07/10/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003288	FABIANO COSME TAVARES	23/08/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002256	FABIANO DA SILVA	28/09/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002399	FABIANO DA SILVA SANCHES	05/10/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 4

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 4

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003682	FABIANO DA SILVA SANTANA	11/04/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002989	FABIANO FERMINO LOURENÇO	01/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000209	FABIANO FORMAGGI DA SILVA	04/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002347	FABIANO RICARDO BRUNELI DE ALMEIDA	15/06/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001564	FÁBIO ABEL FIORUCCI	26/08/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001407	FÁBIO ALEXANDRE DIAS BRANCO	27/03/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000619	FABIO ALMEIDA DE SOUZA	25/05/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000076	FABIO ANTÔNIO MOREIRA	02/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002777	FÁBIO APARECIDO TOMES	07/09/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000245	FÁBIO AUGUSTO MICHELLI	03/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001304	FABIO AUGUSTO NOGUEIRA ALVES	15/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003056	FÁBIO CESAR PRIETO VIEIRA	22/04/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003771	FABIO CEZAR CASSIMIRO	06/10/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003099	FABIO CRISTIAN DOS SANTOS	02/12/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000677	FABIO DANTAS DA ROCHA	22/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002778	FÁBIO DE SOUZA ROCHA GOUVEIA	28/11/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000780	FABIO DOMINGUES NEPI	02/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002662	FABIO FERNANDES DA SILVA	25/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002587	FABIO FERREIRA DOS SANTOS	16/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002372	FÁBIO HENRIQUE ALEXANDRE DE ANDRADE	12/11/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001888	FÁBIO JOSÉ CARLOS ROSA	17/01/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001993	FABIO JUNIOR ARAUJO GONÇALVES	21/11/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002815	FABIO JUNIOR CAVALLINI	18/08/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002224	FABIO JUNIOR DA SILVA TORRES	06/10/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002053	FÁBIO JUNIOR PEREIRA	03/04/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002820	FABIO MASSA	14/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002209	FÁBIO NUNES DA COSTA	27/12/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003285	FABIO RODRIGUES PEDROZA	19/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001117	FABRÍCIO CESAR DE FREITAS	14/03/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002127	FABRÍCIO FRANCISCO VIEIRA SANTOS	19/08/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 5

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 5

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002405	FABRICIO GUANDALIN	20/06/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000479	FABRÍCIO HENRIQUE TOMAZ	19/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002244	FABRICIO LUIS DE CARVALHO	05/10/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001775	FABRICIO MATHEUS DE MELO BERNARDINO	02/10/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001180	FABRICIO PAIXAO TEMPORINI	09/04/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003845	FABRICIO PINHEIRO DA COSTA	08/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001688	FABRICIO RODRIGUES DE MELO	27/06/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001749	FABRICIO SIQUEÍRA VENÂNCIO	15/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003254	FAGNER SANTOS DA MOTA	21/07/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001847	FELIPE ALVES DE OLIVEIRA	08/09/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003403	FELIPE ANDRÉ DA SILVA PEREIRA	03/07/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000455	FELIPE AUGUSTO SORCE	13/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003226	FELIPE BATISTA BORGE REGO	09/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001259	FELIPE FRANÇA DE JESUS	23/02/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000344	FELIPE GALVÃO DA ROCHA	21/06/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001448	FELIPE GODOI ZANETONI	10/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000404	FELIPE GOMES COCK	27/07/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003171	FELIPE GUSTAVO OLIVEIRA ADAO	15/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000594	FELIPE HENRIQUE CANDIDO MIRANDA	22/05/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000446	FELIPE LOPES MATHIAS	18/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002229	FELIPE NAVARRO DA CRUZ	02/09/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003700	FELIPE NOVAES PINTO	26/09/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003018	FELIPE PERLATO DA SILVA	17/02/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002685	FELIPE RODRIGUES SENA	03/11/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002906	FELIPE SAMUEL GUIDINO FERNANDES	09/12/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003656	FELIPE SANTOS	28/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001152	FELIPE SANTOS DA SILVA	14/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002151	FELIPE YURI DA SILVA	19/01/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003564	FERNANDA COSTA CRIVELLARO	30/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000535	FERNANDA COTARELLI MACACARI MOLINA	03/09/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 6

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 6

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000270	FERNANDA HARUME CARTAXO HISSAMURA	31/12/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001311	FERNANDA KELLY DOS SANTOS LUIZ	12/03/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003070	FERNANDA LUIZA RIBEIRO DE OLIVEIRA	11/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000926	FERNANDA MAYUMI AKIAMA PEREIRA	22/01/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001902	FERNANDA MIRELI SANTOS	16/08/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002930	FERNANDA QUEIROZ SANTOS	26/06/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001145	FERNANDO APARECIDO DE ARAUJO	18/08/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002842	FERNANDO AUGUSTO FERREIRA	23/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001041	FERNANDO BARRIM DE MORAIS	08/12/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002365	FERNANDO BRITO KAVAMURA PINHEIRO	10/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003604	FERNANDO CESAR DALOSSO	10/06/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001305	FERNANDO CESAR SILVA	18/10/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003654	FERNANDO DE OLIVEIRA MANGOLIM	04/06/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000515	FERNANDO DE OLIVEIRA SILVA	23/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002023	FERNANDO DIAS DA SILVA	12/02/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002597	FERNANDO GAYOTTI VASSOLER	26/08/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001642	FERNANDO HENRIQUE PEREIRA FELIPE	03/03/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003092	FERNANDO JOSE COSTA FILHO	18/11/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000613	FERNANDO JOSE FERREIRA DOS SANTOS	21/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000266	FERNANDO RIBEIRO DE SOUZA	17/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000128	FERNANDO SHINJI ABE	18/03/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003464	FERNANDO TABORDA RIBAS	02/12/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001368	FERNANDO WELINGTON ALVES	29/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003169	FILIPE ANTUNES CORREIA	15/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000624	FLAUDEMIR PIETRAROIA	30/10/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001006	FLAVIA CASSIANO BARROS DA SILVA	20/05/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003950	FLÁVIA FRANCIELLE DA SILVA	20/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001778	FLAVIA GOMES	22/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001685	FLAVIA ORSI MARCOMINI	23/10/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000625	FLAVIO ALEX SANDER DE FARIA	31/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 7

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 7

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000597	FLAVIO ALVES DOS SANTOS	07/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003911	FLAVIO AUGUSTO PEREIRA ALARCON	26/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003244	FLAVIO BUENO	04/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000389	FLAVIO DE LIMA SILVA	05/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001877	FLAVIO DE OLIVEIRA BALBINO	23/06/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002484	FLÁVIO GONÇALVES	05/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001762	FLÁVIO MENDES VIEIRA	30/09/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002068	FLAVIO MIGUEL	15/06/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002605	FLAVIO MIRANDA REIS	02/03/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000409	FLAVIO WILLIAM DE ARUJO	07/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000431	FRANCELISE GIANNE VIEIRA	15/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003763	FRANCESCO BARBONI DOS SANTOS	31/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001554	FRANCIELE CRISTINA DA SILVA	24/08/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000403	FRANCIELE HENRIQUES DA SILVA	05/08/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002693	FRANCIELE VERIDIANO TOZO	20/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000176	FRANCIELLE CRISTINA GONÇALVES TORZONI	04/11/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003798	FRANCIELLI DA SILVA FREDERICO PRINA	09/10/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0003904	FRANCISCO ARICÉLIO CLARO	21/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000053	FRANCISCO DIONIZIO DE PÁDUA DA COSTA	25/10/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000107	FRANCISCO EDUARDO DE GODOI	28/01/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003340	FRANCISCO ERLONES MEDEIROS DO CARMO	16/11/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001248	FRANCISCO FREITAS INOUE	18/12/1967	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003826	FRANCISCO MANOEL OLIVEIRA DA SILVA	04/10/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003924	FRANCISCO MOREIRA SOARES	26/07/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001143	FRANK WILLIE SILVA DE MIRANDA ALVES	19/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001252	GABRIEL ALEXANDRINO BASTOS	17/04/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003946	GABRIEL ALVES DA ROSA	29/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003207	GABRIEL ANTONIO CARDOSO DA SILVA	10/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002654	GABRIEL ANTUNES RIBEIRO DUTKA	06/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000874	GABRIEL AVANCI BEGO	05/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 8

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 8

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003136	GABRIEL BRANZAN DOS SANTOS ROCHA	12/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002928	GABRIEL CASAGRANDE STAVINSKI	30/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002620	GABRIEL CAVICHIOLI MELO	10/06/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002741	GABRIEL DA SILVA SOARES	24/09/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002860	GABRIEL DE JESUS SILVA FERREIRA	22/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000801	GABRIEL DE OLIVEIRA EBERHARDT	27/04/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001474	GABRIEL DE PAULA BORGES	11/06/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000129	GABRIEL DO PRADO OLEGARIO DE OLIVEIRA	23/03/2009	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002947	GABRIEL FAGUNDES CHINELLI	22/09/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001812	GABRIEL FEITOSA DE DEUS	27/04/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002714	GABRIEL FELLIPE BARBOSA	15/04/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001725	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA	03/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002521	GABRIEL HENRIQUE MATEUS DOS SANTOS	31/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003848	GABRIEL HILARIO BORGES	04/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001936	GABRIEL JOSÉ ASSOLARI	12/06/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000862	GABRIEL JUAN GODOY	07/12/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002680	GABRIEL JUNIO DA SILVA	05/07/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002940	GABRIEL LIBERATO DOS REIS	28/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002643	GABRIEL LUCIANO NOGUEIRA DA MATTA	18/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000258	GABRIEL MANGILLI MAGRO	26/09/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003886	GABRIEL MAREGA	27/01/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000494	GABRIEL MELO DE SOUZA	28/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001213	GABRIEL MOURA PEDRO	09/08/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000040	GABRIEL PIRES FERREIRA	24/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002332	GABRIEL POLESKI NOGUEIRA PORTO	13/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003741	GABRIEL SILVA DE ANDRADE	31/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002876	GABRIEL THEODORO BONIFACIO DE OLIVEIRA	29/05/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003486	GABRIEL TRINDADE DA SILVA	25/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001970	GABRIEL VIEIRA MELO SILVA	18/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003732	GABRIEL ZIRONDI LIRA	08/08/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 9

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 9

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002534	GABRIELA APARECIDA GONÇALO	05/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003166	GABRIELA LAZARINI MOREIRA	06/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001366	GABRIELLE DYBAS DE LIMA	24/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002678	GABRIELLY BARREIRO MAFRA	19/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002402	GEAN CARLOS RICARDO NUNES	19/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001952	GEAN DE OLIVEIRA SOUZA	10/07/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001423	GECIVALDO OLIVEIRA PEREIRA	09/07/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003158	GEISA PORTELA LIMA	12/07/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003586	GELSON DUQUE DE OLIVEIRA	19/06/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001687	GENILDO CÉLIO DE SOUSA	08/05/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000585	GENILDO CEZARIO DOS SANTOS	04/12/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001336	GENILSO FRANCISCO DOS SANTOS	24/07/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000921	GENILSON FELIPE GONÇALVES DE LIMA	07/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000488	GEORGE DE SOUZA SANTANA	13/11/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003804	GEOVANA DAVANTEL GASPARELO	24/02/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001932	GEOVANE APARECIDO DOS SANTOS MACHADO	09/04/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002148	GEOVANE APARECIDO MORI DE CARVALHO	18/01/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001944	GEOVANI RENAN GOMES DA SILVA	25/06/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002742	GERALDO PINHEIRO SOARES JUNIOR	11/01/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001842	GERSON ANTÔNIO BOSSA ALEIXO	25/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003655	GERSON FERREIRA DA SILVA	09/03/1963	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001025	GERSONI LEITE DOS SANTOS NETTO	22/08/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003039	GESIELE DA SILVA PONTES	24/03/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001676	GESSICA BONIFACIO CAMANHO	04/12/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003951	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	19/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001488	GÉSSICA MUNICK DA SILVA	08/09/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000163	GEVAIR MARCELO DE SOUZA	15/10/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003180	GIANLLUCA VELLOSO BUENO	18/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001313	GIANLUCA GUEDES DE ALMEIDA	19/08/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002014	GILBERTO ALFONSO CANOFE	14/09/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 10

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 10

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003327	GILBERTO COSTA CARDOSO	08/01/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000557	GILBERTO MARCELINO FERREIRA	25/08/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000575	GILBERTO TOME DOS SANTOS	05/11/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002540	GILMAR BEMBEM	29/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001073	GILMAR CÂNDIDO DA SILVA	04/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000341	GILMAR DE LIMA GOBI	29/09/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000073	GILMARCOS DA SILVA	31/01/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002518	GILSIMAR GABRIEL DE OLIVEIRA	18/12/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000528	GIOVANA GASQUES DOS SANTOS NAVES	23/08/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000395	GIOVANA MARIA DE SÁ	11/09/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001290	GIOVANA STRADIOTTO PIRES	10/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000544	GIOVANE JUNIO DE OLIVEIRA REIS	17/04/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001741	GIOVANI DA SILVA	24/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002478	GIOVANI DE ALMEIDA DE ALBUQUERQUE	15/08/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001360	GIOVANI RICORDI	07/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001109	GIOVANNA RAMIRES DOS REIS	24/08/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000767	GISELE SAIKI SILVA	19/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000835	GIUSSEPE DEL CORSO REIS MODOS	24/05/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001975	GLAUCIO JOSÉ DE OLIVEIRA LIRA	25/07/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000042	GLAYSON RABONI GARCIA	14/07/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003827	GLEISON DE SOUZA GONÇALVES	11/06/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003639	GLEYCIANE SOUZA DO NASCIMENTO	02/06/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001799	GLEYSON EDILSON GOMES ZAKOWSKI	02/12/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000971	GOULART LEONI GARCIA DE MORAIS	04/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001527	GRACIELE DE CARVALHO FERREIRA ROSSANEZI	01/03/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002474	GRACIELE DOS SANTOS	12/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003688	GRECIO DOS SANTOS JUNIOR	15/06/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003201	GREGORY RETUCCI DIAS	23/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002975	GUIAS ANTÔNIO DA SILVA	15/09/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001924	GUILHERME ALBUQUERQUE VIEIRA	01/04/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 11

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 11

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002972	GUILHERME ALMEIDA FRANÇA DOS REIS	13/08/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001299	GUILHERME BALIEIRO DA SILVA	27/07/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000200	GUILHERME BARBOSA CHAGAS	11/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000449	GUILHERME DE AGUIAR CRISPIM	13/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001596	GUILHERME DE OLIVEIRA BEZERRA	03/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001082	GUILHERME DIAS MARQUES	04/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001984	GUILHERME FERNANDES ARAUJO	17/01/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001393	GUILHERME FERNANDES JACOB	30/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000659	GUILHERME FERNANDO DE OLIVEIRA	07/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003719	GUILHERME GARIANI	14/08/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000147	GUILHERME HENRIQUE ARAGÃO	04/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002639	GUILHERME HENRIQUE CAMPANA REIS	27/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000216	GUILHERME HENRIQUE GALVÃO FERREIRA	04/03/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001460	GUILHERME HENRIQUE MATOS DE ALMEIDA	23/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002580	GUILHERME HENRIQUE RAMOS TOMES	21/07/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003067	GUILHERME HENRIQUE RODRIGUES	25/04/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001092	GUILHERME LINO DOS SANTOS NETO	18/02/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001807	GUILHERME LORRAN MARTINS FERREIRA	11/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001345	GUILHERME PINHEIRO SALLES DE ALMEIDA	09/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001450	GUSTAVO ALVES DA SILVA	17/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002892	GUSTAVO ALVES DA SILVA	18/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002775	GUSTAVO AUGUSTO VILLA FARIA	18/08/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000805	GUSTAVO DA SILVA VICENTE	02/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001901	GUSTAVO DE ARAÚJO OLIVEIRA DOS SANTOS	13/05/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002269	GUSTAVO FELIPE ALVES BIDIN	26/10/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003702	GUSTAVO FELIPE VITAL	28/10/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001068	GUSTAVO GABRIEL TOMELIN	30/06/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003309	GUSTAVO HENRIQUE BARBARA DE SOUZA	06/10/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003758	GUSTAVO HENRIQUE CASTANHARO BUSSULA	28/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002082	GUSTAVO HENRIQUE FAVERO BATISTA	11/11/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 12

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 12

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002452	GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA	17/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002887	GUSTAVO HENRIQUE SANTIAGO LANG	29/01/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001409	GUSTAVO HENRIQUE SANTOS	27/02/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000436	GUSTAVO HENRIQUE VIEIRA MARUJO	01/06/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002965	GUSTAVO MEZURAN BRANCO	09/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001263	GUSTAVO RODRIGUES LANCA	09/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003591	GUSTAVO SILVA CÂNDIDO DE SOUZA	20/10/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003124	GUSTAVO SILVA VENDRAMETTO	15/10/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001333	GUSTAVO TAVARES MARTINS GOMES	15/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002182	GUSTAVO VAZ WEGNER	13/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002467	GUYLHERMY THELL DOS SANTOS	23/09/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001837	HALINE FERREIRA MARTINS	15/06/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000407	HARRY CRISTOF PRENZLER DA SILVA	30/06/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000894	HATHILA RAFAEL MOREIRA MATHEUS MAGRO	20/11/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000110	HAUANA ALVES FERREIRA TOMAZ	05/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000653	HEBERTON GARCIA DE OLIVEIRA	28/04/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003223	HEDER SANTANA	17/08/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001893	HEDERSON REZENDE DE LACERDA	30/04/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000785	HELDER JOSE VASILIO PARDIM	16/04/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002247	HELDER MARCELINO BRANDÃO	17/09/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003162	HÉLIO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR	25/10/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002757	HELIO RICARDO SOARES JUNIOR	30/05/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003229	HELISSON DA SILVA	18/12/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003806	HELITON DOS SANTOS BARBOSA FILHO	03/06/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002008	HELLEN DO PRADO APARICIO DOS SANTOS	15/11/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000013	HELO NASCIMENTO SANTOS	30/12/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000441	HELTON VICTOR BERTONI	25/08/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001211	HENDRYCK RANGEL DA SILVA	15/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003418	HENRIQUE AMARAL DE LIMA BERNARDINELLI	03/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001565	HENRIQUE JORDÃO OLIVEIRA	12/04/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 13

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 13

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001258	HENRIQUE SAUL PEREIRA DOMICIANO	26/05/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001136	HERCULES SILVERIO JUNIOR	12/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000617	HERIC RENER FORGATI ARNOLD	08/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000088	HETTORY TCHARLY SANTOS DE BARROS	09/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002751	HEWERTON HENRIQUE DA SILVA DA COSTA	13/06/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001465	HIAGO ANTONIO PEREIRA	20/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002066	HIGOR ALVES DA COSTA	04/08/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002371	HIGOR VINICIUS RODRIGUES BRITO	25/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000540	HUDSON DEIVID STIN	14/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000313	HUDSON GABRIEL TELES DOS SANTOS	15/03/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001811	HUDSON WESLEY PERASSOLI DA SILVEIRA	20/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002246	HUGO TAVARES RODRIGUES DA SILVA	17/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000149	HUGO VINICIUS DA TRINDADE SOARES	27/05/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002092	HUMBERTO WILLIAM ACETI	25/10/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000497	HYFRAIM WENDEL LION VIEIRA	24/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003081	IAGO HALLYKSON MENDES NOLETO FREITAS LIMA	27/08/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000319	IASMIN MIGLIORINI MACHADO	21/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000962	IASMYN WITHORIA BARBOSA DOS SANTOS	07/07/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002232	IGNÁCIO RIBEIRO DA SILVA	17/03/1968	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001612	IGO GOMES RODRIGUES	02/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001740	IGOR DOS SANTOS ROMAGNOLO	04/07/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003724	IGOR EDSON LEOCADIO CARTONI	21/02/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000078	IGOR FELIPE DA SILVA XAVIER	03/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002104	IGOR GABRIEL FERNANDES LUGLI	14/02/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003037	IGOR HIDEO KEMURA VALESSE	11/09/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002598	IGOR LUIGI CARNEIRO RIBAS VETTORI	08/01/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002275	IGOR LUIZ ESTEVES MENDES	13/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002921	IGOR LUIZ SANTOS MARTINS	24/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000513	IGOR LUIZ SOBRAL SILVA	03/07/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001415	IGOR RIBEIRO DE MACEDO	03/07/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 14

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 14

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003840	IGOR SOARES DA FONSECA SILVA	18/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003956	IGOR SOUZA VARGAS MARTINELI	17/10/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003131	IGOR YURI VIEIRA PEREIRA	13/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001473	ILDER JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR	26/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001833	ILMARA LIMA DA SILVA	24/01/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002290	ILSINEI APARECIDO DA SILVA	24/08/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000722	ILTON CLAUDINO DA SILVA	11/12/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001718	INDIAMARA DE MELO	22/09/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002093	INDIANARA MARTINS	10/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000604	INEIAS DE SIQUEIRA	24/10/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000295	INGRID DE MORAES ASSALIN	08/10/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003796	IRIO DE LIMA JUNIOR	20/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000054	ISABEL DE FÁTIMA DOS SANTOS	29/01/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001703	ISABELA VENERINA PEREIRA SCHIAVOM DOMINGUES	16/12/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001514	ISABELLA CORREIA SANTANA	29/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001201	ISADORA FAJARDO SCARMEN CRUZ	18/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002363	ISHALLE CAMARGO DE MOURA	15/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001973	ISRAEL DA CUNHA DE SOUZA	22/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003456	ISRAEL DAVID DOS SANTOS	05/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003934	ISRAEL VENANCIO DA SILVA	15/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001884	ITALO NICOLA PESCE	30/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001886	IURE DA ANUNCIAÇÃO	17/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001570	IURI DIAS BASSOUTO	06/02/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002102	IVAN ERIC VICHINI	17/08/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002785	IVAN MARQUES DOS SANTOS	20/05/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000311	IVANETE DE SOUZA	17/07/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001156	IVANILSON SEBEN	21/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003090	IVANOY PEREIRA DE SIQUEIRA	02/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003863	IVES CAMILOTO DE SOUZA	10/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002749	IZABELA CRISTINA SACRAMENTO	14/10/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 15

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 15

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003962	IZAIAS OLIVEIRA DE FRANCA	04/11/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000804	JACIELLI VICENTIN DE OLIVEIRA	24/12/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000658	JACIRY ANTUNES DE SOUZA MORAIS JUNIOR	28/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000038	JACKELINE DE PAULA GUIDELLI	14/02/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000803	JACKELINE MARINO DO NASCIMENTO	17/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000717	JACKSON SANTOS DE MELO SILVA	16/01/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000853	JAILSON LUCAS	30/09/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001107	JAIME GERALDO DOS SANTOS JUNIOR	24/07/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000941	JAIR DE ASSIS JUNIOR	07/07/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001795	JAKSON BANDEIRA DOS SANTOS	15/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003117	JAMES BIGAS MARTINS	29/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001882	JAMIL DE MELO DOS SANTOS	21/09/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000232	JANAINA CANDIDA PEREIRA	27/12/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003277	JANE ANDREA MEDEIROS	28/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003675	JANIELE DOS SANTOS SIRINO	24/03/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000944	JAQUELINE DA SILVA IZAIAS	07/12/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002193	JAQUELINE DE ALMEIDA	25/08/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000952	JAQUELINE RIBEIRO DOS SANTOS	10/10/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001115	JAQUELINE RIBEIRO TEIXEIRA	20/06/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001755	JARDEL AUGUSTO COSTA	27/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003965	JARLES HENRIQUE GAION	09/12/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001126	JASMINE FIDELIS DA ROCHA	08/10/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000978	JAVERSON FERREIRA MIRANDA	17/08/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001399	JAYNI FERNANDA DA SILVA PEREIRA	11/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001390	JEAN CARLO CAMOTTI PERES	07/10/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002443	JEAN HENRIQUE CAETANO FERREIRA	16/09/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000164	JEAN HENRIQUE NUNES	11/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002022	JEAN LUCAS INACIO DA SILVA	19/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001516	JEAN LUCAS JOVINO	03/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000498	JEAN MARCOS ROSSI	02/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 16

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 16

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003043	JEAN MICHEL BATISTA FONSECA	07/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003210	JEAN RODRIGO	03/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000041	JEAN VICTOR ROMAO	26/07/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000392	JEAN VINICIUS TREVISAN DA SILVA	17/10/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002417	JEAN VITOR GONÇALVES	13/12/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002036	JEFERSON ALVES DOS REIS	08/09/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003803	JEFERSON APARECIDO REIS NAGY	20/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002495	JEFERSON DA SILVA SOUZA	08/10/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001122	JEFERSON DIAS DA SILVA	29/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000027	JEFERSON DIEGO RIBEIRO	19/07/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001470	JEFERSON GIMENEZ DE OLIVEIRA	15/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001027	JEFERSON LUIZ ROCHA DE SOUZA	16/07/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002063	JEFERSON MAGALHÃES FERREIRA	05/09/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003126	JEFFERSON BOSCO RAMOS	31/01/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001814	JEFFERSON DO PRADO COSTA	20/08/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002185	JEFFERSON GONCALVES VAROTTO	06/06/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003839	JEFFERSON PEREIRA PEDROSO JUNIOR	09/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003772	JEFFERSON VIEIRA SANTOS	24/08/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000888	JENISSON DE JESUS SANTOS	22/02/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002618	JENNY AGATHA NONATO	26/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002808	JERBSON DE JESUS SILVA	17/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003397	JEREMIAS SANTANA PALHAO	23/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000893	JESIEL ROBSON DA COSTA SILVA	04/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000301	JESMIEL RAMOS	19/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002331	JESSIANE BARBOSA DO NASCIMENTO LIRA	21/12/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003186	JESSICA CRISTINA DE SAMPAIO PESTANA	11/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001242	JESSICA DAIANE VERDEIRO DA SILVEIRA	23/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000517	JESSICA DE PAULA GUIDELLI	23/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000318	JÉSSICA FERREIRA SILVA	24/07/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001723	JÉSSICA LESEUX	06/09/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 17

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ - SALA 17

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003879	JHONATA CARLOS DA CUNHA	26/09/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001827	JHONATA DA SILVA ARAUJO GONÇALVES	19/06/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001175	JHONATAN ALVES DO NASCIMENTO	03/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001923	JHONATAN DE LIMA MURTA LAURINDO	03/10/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003618	JHONATAN DE PAULA ROCHA	07/09/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003949	JHONATAN JUNIOR DE SOUZA	15/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002830	JHONATAS WILLIAN PEREIRA	28/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002222	JHONATHAN DA SILVA PEREIRA	16/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001395	JHONES RIBEIRO SALES	18/05/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001678	JHONNY DE SOUZA LEANDRO	17/02/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000418	JHULIE VITÓRIA DE SOUZA	14/07/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003871	JOABE WILLIAN DA SILVA	29/05/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000649	JOADSON SOUZA AMORIM	03/07/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000591	JOÃO ANTÔNIO DA SILVA CRUZ	30/09/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002738	JOAO BATISTA ALVES DE OLIVEIRA	08/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002955	JOÃO BATISTA BESERRA DA SILVA	14/09/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003646	JOÃO CARLOS DE LIMA CAMPOS	18/03/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001483	JOÃO CARLOS DOS REIS	30/01/1972	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000387	JOÃO CONSTANTINO	11/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002084	JOAO DE AZEVEDO JUNIOR	19/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000912	JOAO DE SOUSA LIMA FILHO	22/08/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002292	JOÃO EDUARDO ROMEIRO DA COSTA	08/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001702	JOÃO FELIPE MELIM BORGES	21/10/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000125	JOÃO FERNANDO DE OLIVEIRA	27/02/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002735	JOÃO GABRIEL BARIANI DE OLIVEIRA	03/02/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002277	JOÃO GABRIEL DE SA SILVERIO	17/05/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003381	JOAO GABRIEL LAGE GOMES DA SILVA	12/08/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001627	JOÃO GABRIEL LIMA DE MATOS	14/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000294	JOAO GABRIEL LOPES GARIANI	26/04/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003484	JOÃO GABRIEL ROSSETI RAIMUNDO	27/07/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 1

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 1

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000185	JOÃO GABRIEL TEIXEIRA VALIM	06/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001729	JOÃO GUILHERME CAVALCANTI DE MEDEIROS	12/01/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001412	JOÃO GUILHERME HONORATO DE ALMEIDA	09/12/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002051	JOÃO HENRIQUE DA SILVA FABIANO	29/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001385	JOÃO HENRIQUE DE JESUS DA SILVA	11/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002065	JOÃO LUCAS PROENÇA	15/12/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000763	JOÃO MARCOS DE FRANCA SOARES	12/09/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000336	JOÃO MARCOS DE SOUSA CORREA	05/06/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003943	JOÃO MARCOS LANZA LOPES	24/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000737	JOAO MARCOS MARIANO DA SILVA	17/12/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000206	JOAO MIGUEL KARACH SILVA	10/12/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001338	JOAO MIGUEL MELCHIOR DO NASCIMENTO	01/06/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003734	JOÃO PAULO BARBOSA DE LIRA	09/08/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000524	JOAO PAULO CORREIA SANTANA	06/03/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000055	JOÃO PAULO DA SILVA MARQUES	16/09/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002308	JOÃO PAULO DE ANDRADE	15/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003478	JOÃO PAULO DE OLIVEIRA MELO	04/11/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002499	JOÃO PAULO DOS SANTOS JUNIOR	15/09/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001363	JOÃO PAULO FAZIONI DA SILVA	24/06/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000218	JOAO PAULO LOPES DA SILVA	23/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001546	JOÃO PAULO LUCAS CARRASCOSO	05/03/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000352	JOAO PAULO MENDES	13/09/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002427	JOÃO PAULO NUNES BEZERRA	07/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002132	JOÃO PAULO PIRES BELOTTI	18/02/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002651	JOAO PAULO VIEIRA	10/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001057	JOÃO PEDRO ADIACI DE OLIVEIRA	03/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001133	JOAO PEDRO MENDES DE OLIVEIRA	29/06/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002834	JOÃO PEDRO RODRIGUES GARCIA	09/07/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 2

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 2

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002621	JOAO PEDRO ROSA DOS SANTOS	25/01/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000126	JOAO PEDRO SALVADOR MACIEL	19/08/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002635	JOÃO PEDRO SANTIAGO	11/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002793	JOÃO SEVERINO DA SILVA	10/03/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000285	JOÃO VICTOR CASSIANO RODRIGUES	24/10/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003502	JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA VOLPATO	15/03/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003953	JOÃO VICTOR DIAS CUNHA ANDREOSI BATAGLIN	20/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002214	JOÃO VICTOR DOMENCIANO DE SOUZA	04/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002899	JOAO VICTOR DOS SANTOS	17/08/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003138	JOÃO VICTOR GUIMARÃES CAVACCINI SANCHES	16/07/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000614	JOÃO VICTOR MARTINS DE SOUSA	13/06/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003815	JOAO VICTOR OLIVEIRA MENDES	23/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001301	JOÃO VITOR ALVES DOS SANTOS	06/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003746	JOAO VITOR BOAVA	22/05/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002670	JOÃO VITOR CARVALHO BANDEIRA	26/07/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002536	JOÃO VITOR DA SILVA GOMES CAPRIOTI	20/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003410	JOÃO VITOR DE CAMPOS	08/03/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002159	JOÃO VITOR DE JESUS GÓIS	03/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000964	JOÃO VITOR FERNANDES MAFRA DE AGUIAR	29/05/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000890	JOAO VITOR PEREIRA DOS SANTOS	02/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000955	JOÃO VITOR ROCHA DA SILVA	13/05/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002773	JOAO WEVERTON SOARES DOS SANTOS	11/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001443	JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS	16/11/1971	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000500	JOCELIO LOPES SANT ANA	30/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000223	JOCEMAR MARTINS	01/11/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001549	JOCIANE LAURENTINO DA SILVA	03/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003507	JOEDER MARTINS DA SILVA	24/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003649	JOELMIR ANGELO MORAES BARRADAS	11/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000272	JOHN KEID DE SOUZA MELO	17/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002768	JOHNATHAN HENRIQUE MENINO	09/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 3

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 3

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003121	JOHNATHAN SALDANHA DE ASSIS	06/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001754	JOHNNY HELLISTON DO NASCIMENTO CAMARGO	16/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003246	JOHNNY MARQUES DIAS	13/05/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002294	JOHNY GOMES GARCIA DE SOUZA	13/09/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003455	JOICE KELLY DA FONSECA	18/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002199	JOILSON FRANCISCO DA SILVA	16/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003789	JONAS ANTONIO GUAITA	02/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002187	JONAS DA SILVA ANDRADES	12/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002962	JONAS JOSE SALES	11/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000011	JONAS SILVA SOUSA	23/01/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002490	JONATAN ELIESER DA SILVA	22/07/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002865	JONATAS SILVA DE ANDRADE	11/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002624	JONATHAN BARBOSA DE OLIVEIRA	04/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000732	JONATHAN CANDIDO DE SOUZA	21/08/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001008	JONATHAN FELIPE PERES	24/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003231	JONATHAN FERREIRA DA SILVA	05/08/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002215	JONATHAN GUILHERME SPIMPOLO DOS SANTOS	20/06/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000254	JONATHAN LOPES DA SILVA	05/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001774	JONATHAN MIGUEL SILVA SOSA	21/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003337	JONATHAN WILLIAN DA SILVA LEITE ROCHA	16/06/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002361	JONNY DE OLIVEIRA RAMOS	07/07/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003636	JORGE DA COSTA JUNIOR	30/07/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003821	JORGE HENRIQUE HIRASHIMA	25/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000563	JORGE HENRIQUE LAKY	14/03/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001070	JORGE LUIS TRELHA PAPADOPULOS FLORES	23/10/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001163	JORGE RAFAEL MAIDANA	06/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001222	JORGE SLVERIO VALE	30/11/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002204	JORGE TARAS	15/08/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003909	JOSE AILSON FERREIRA DA COSTA DAMASCENO	23/04/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002498	JOSE ALEXANDRE TONETTO DEOLDOTO	23/08/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000142	JOSÉ AMÉRICO	16/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000235	JOSÉ ANTÔNIO PIRES DE ABREU	13/08/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001797	JOSE ARCI BUENO DE CASTRO JUNIOR	25/01/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002333	JOSÉ BENEDITO TEIXEIRA DA SILVA	08/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002026	JOSE CARLOS DA SILVA	19/11/1962	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001867	JOSÉ CARLOS DE SOUZA BASILIO	05/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002129	JOSÉ CARLOS GOMES TEIXEIRA	14/04/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002367	JOSÉ CIRINEU DA SILVA	21/07/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000327	JOSE CLAUDIO DA CRUZ SABINO	08/11/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003399	JOSE CLAUDIO DA HORA	16/12/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002996	JOSÉ EDUARDO DE PAULA CRASTO	26/10/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000237	JOSE EDUARDO MARZO ANTONIO	07/07/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001780	JOSE HENRIQUE RODRIGUES JACOS DE SOUZA	01/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

0000255	JOSÉ FERNANDO DA SILVA LOPES	30/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000537	JOSE GUSTAVO APARECIDO DA ROCHA	23/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 4

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 4

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001849	JOSÉ LUIZ APARECIDO DOS SANTOS	17/08/1971	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003275	JOSÉ LUIZ DOS SANTOS BARROS	20/02/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003140	JOSE MAGNO ALVES FREIRE DA SILVA	17/06/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002314	JOSÉ MARCELO DA SILVA	14/08/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000744	JOSE PAULO EUFRASIO	21/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002164	JOSÉ RAFAEL MESSIAS MENDES	09/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003673	JOSÉ RODINEI CORRÊA	09/04/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001828	JOSÉ VENÍCIUS DE SOUZA	09/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002535	JOSE WILLYANN CHAGAS	16/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003699	JOSELAINE RODRIGUES DE ALMEIDA	02/11/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001398	JOSELITO ZAQUI JUNIOR	28/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000204	JOSENILDO ROSENDO LEITE	25/07/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002006	JOSIANE DONADONI STORTI	19/01/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001484	JOSIANE GIONCO MARTINS	12/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001319	JOSIANE LAGE	20/04/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001710	JOSIANE ROCHA BANDEIRA	12/10/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001879	JOSIAS ALVES DOS SANTOS	12/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001029	JOSIAS MOURA SILVA	29/12/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003367	JOSIMAR DE MELO OLIVEIRA	20/10/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003301	JOSIMAR JOSE MARTINKOSKI	11/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001519	JOSINALDO APARECIDO DA SILVA	30/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001533	JOSUE APARECIDO SILVA	16/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000988	JOSUÉ GOMES DE OLIVEIRA	22/12/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002668	JOSUÉ MARTINS REQUERME	08/04/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003303	JOSUEL DE MEIRA JUNIOR	25/02/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001376	JOYCE CRISTINA COSTA	17/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002625	JOZIELE PRISCILA HAVRELUK	27/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001361	JUAN CARLOS AFONSO NAVAS	13/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003725	JUAN MURILO DE ANDRADE CASTRO	18/03/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000555	JUAREZ ROBERTO OLIVEIRA	11/10/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 5

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 5

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003130	JUÇARA ARCOS RONDANIN	06/09/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000116	JUCELIA DE SOUZA MARCELO FAVIL	20/05/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003876	JULEANDRO DE SOUZA	11/02/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002950	JULIANA APARECIDO DA COSTA	12/04/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000192	JULIANA CANDIDO DA SILVA DE PAULA FRANCO	03/07/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001504	JULIANA GULIN DE LARA	26/04/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003750	JULIANA ROMEIRO DA SILVA	10/01/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002571	JULIANA SCOTT MARTINS	22/02/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002310	JULIANO ANDERSON DE MORAES	05/10/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000645	JULIANO DE OLIVEIRA COSSO	14/10/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000155	JULIANO EVANDRO DE SOUZA	04/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003624	JULIANO OLIVEIRA DE PAULA SANTOS	29/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001148	JULIANO RAMOS	19/06/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003230	JULIANO RIBEIRO	21/06/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000230	JULIANO SANTOS DA SILVA	30/10/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002825	JULIEL SEBASTIAO DE SOUZA	28/09/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002396	JÚLIO CÉSAR CAVALCANTI	27/01/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000738	JULIO CESAR DA COSTA	06/07/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001346	JULIO CESAR DA SILVA ALMEIDA	31/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000012	JULIO CESAR DE ASSIS	24/03/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002713	JÚLIO CÉSAR DE PAULO LIMA	13/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001736	JULIO CESAR GODOY SILVA	20/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000065	JULIO CESAR JOAQUIM	01/02/1963	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002645	JÚLIO CESAR LOBATO MUDRI	09/02/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002558	JULIO CESAR MARIANO	15/09/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000945	JULIO CESAR MENDES	08/12/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 6

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 6

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002929	JULIO CESAR SANTOS ASSAD	29/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002120	JULIO CEZAR ALVES	17/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001592	JULIO CEZAR BUENO DE OLIVEIRA	20/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000139	JÚLIO CEZAR DE LIMA	11/10/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003065	JULIO DE LIMA DOS SANTOS	21/09/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001228	JULIO RODRIGUES DE MORAES NETO	31/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001731	JUNIO RODRIGO DOS SANTOS	06/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002641	JUNIOR AMORIM CAUS	01/10/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000736	JUNIOR CESAR SANCHES DOS SANTOS	14/10/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001735	JUNIOR GARCIA NEVES	14/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001383	JUNIOR PAULO DA SILVA	05/09/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001335	JUNIOR RUBIALIES	27/06/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001074	KAIAN VINICIUS NASCIMENTO DE JESUS	14/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000911	KAILANE CAMILA CARDOSO DOS SANTOS DIAS	20/10/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002858	KAINÃ GABRIEL DE SOUSA	12/04/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003807	KAIO GABRIEL AGUIAR	22/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003764	KAIO SILVA	02/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003670	KAIO VINICIUS DA SILVA	11/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001813	KAIQUE DIAS IZIDORO	06/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003638	KAMILA AYUMI COSTA YOSHIMURA	24/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002139	KAMILA DE SOUZA	30/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 7

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 7

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003033	KAOANNE GONÇALVES DE BRITO FIALKOSKI	20/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000111	KARINA HIROTA SERRATTI GODOI	16/02/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001317	KARLOS HENRIQUE CORREA DE BRITO	21/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000703	KAROLAYNE TIMÓTEO FERRAZ	12/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002716	KAROLIN MELLO BOAVENTURA	04/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000251	KAROLINE DA SILVA CASAGRANDI	06/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001860	KATHARINE CRISTINE FERREIRA FIIHR	15/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002007	KAUAN FERNANDO LOPES DOS SANTOS	04/06/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000561	KAUANA YASMIM DE ASSIS TEIXEIRA	10/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000214	KAUE GABRIEL RODRIGUES	24/06/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002097	KAWAN DE PAULA VALADARES	22/01/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002939	KAWANE RODRIGUES ASSIS	14/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001839	KEILA DIA DA SILVA	10/03/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002335	KEILA NEVES DE JESUS	28/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002985	KEISSON GUEDES BERNARDINO	09/10/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002516	KELLY ALESSANDRA DA SILVA	15/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002259	KELLY APARECIDA DA LUZ CASTRO	01/05/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003078	KELVIN CRISTIAN SILVA GRIGORIO	29/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000556	KELVYN DA SILVA RODRIGUES	19/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001521	KENISON RODRIGUES DO NASCIMENTO	25/08/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002236	KÉSIA MICHELE ALVES BARBOSA	10/05/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 8

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 8

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000427	KETTLEN VITÓRIA LEÃO LIRA	24/11/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001316	KEVIN GABRIEL DA SILVA	06/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000511	KEVIN GIMENES TORRES	29/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001349	KEVIN RAFAEL DA SILVA CREMER	17/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002317	KIMBERLY TEIXEIRA GRIGGIO	30/08/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001334	KLEBER CAMPIDELI HRETCIUK	08/06/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003923	KLEYTON WESLEY RODRIGUES NEVES	10/07/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002334	LAIS SANTOS GONÇALVES	13/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002880	LARIANE APARECIDA BEMBEM	23/10/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001776	LARISSA BARROS COSTA	06/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003546	LARISSA EMILIANE ROCHA	17/10/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002537	LARISSA FERREIRA	14/06/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003093	LARISSA MILENA CAMPOS DA SILVA	31/08/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002330	LAUDICEIA TEIXEIRA GRIGGIO	07/08/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002147	LAUDINEIA SCHUKES	03/02/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001116	LAYANE DE MEDEIROS DOS SANTOS	08/11/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003378	LAYNA ARYEL DE SOUZA	09/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001704	LEANDRO ALCÂNTARA DA SILVA	09/11/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000758	LEANDRO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA	21/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001979	LEANDRO APARECIDO BONI	23/07/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001634	LEANDRO APARECIDO FERREIRA	26/02/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001056	LEANDRO APARECIDO MONTORO	24/08/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002507	LEANDRO ARAÚJO SILVA	13/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002752	LEANDRO BATISTA MORAIS	01/08/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002386	LEANDRO BORGES DOS SANTOS	27/02/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000883	LEANDRO CAETANO DE SAL	29/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002585	LEANDRO CONDE DOS SANTOS	16/09/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000198	LEANDRO DA SILVA	19/06/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002231	LEANDRO DA SILVA CARDOSO	29/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003610	LEANDRO DA SILVA FERREIRA	06/11/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 9

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 9

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002098	LEANDRO DE BIAGGI	30/08/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001371	LEANDRO DOS SANTOS CRUZ	03/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000622	LEANDRO DOS SANTOS DE OLIVEIRA	08/12/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003298	LEANDRO FERREIRA DE CAMARGO	26/10/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003080	LEANDRO KRUPNISKI BARRIONUEVO	26/12/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002146	LEANDRO LUCAS DOS SANTOS	13/06/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001365	LEANDRO NUNES DE ALMEIDA	13/08/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002220	LEANDRO ROCHA SANTANA	06/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000034	LEANDRO SABINO ALVES	26/12/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002268	LENÍCIO AUGUSTO DE SOUZA NETO	01/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002116	LEONAN DE LIMA CHRISTMANN	27/02/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002655	LEONARDO ALVES DA SILVA	15/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001804	LEONARDO ALVES DE OLIVEIRA SOUZA	20/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000946	LEONARDO AUGUSTO DOS SANTOS	07/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003905	LEONARDO CLARO OKABAYASHI	16/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000243	LEONARDO DA SILVA PASSOS	09/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002429	LEONARDO DE ANDRADE	08/10/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000884	LEONARDO FERNANDES SANTOS	29/08/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003363	LEONARDO GABRIEL SANTIAGO	23/03/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001221	LEONARDO GADELHA LEMES DE SOUZA	12/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002071	LEONARDO GOMES MARTINS	03/09/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003544	LEONARDO HENRIQUE DA SILVA	11/04/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001496	LEONARDO HENRIQUE DOS SANTOS LIMA	03/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 10

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 10

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002029	LEONARDO LEÃO MONTEIRO	12/05/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001330	LEONARDO LORENCETO COLONHESE	26/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002094	LEONARDO LOURENÇO	16/02/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000549	LEONARDO MARCELINO FERNDES	01/02/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001630	LEONARDO MATHEUS BUENO DA SILVA	24/07/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001863	LEONARDO PERUZZI CORRÊA SILVA	26/04/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002057	LEONARDO REIS SILVA SANTIAGO	20/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000281	LEONARDO ROCHA DE SENE	15/06/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001000	LEONARDO RODRIGUES DOS SANTOS	26/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002288	LEONARDO RODRIGUES THEODORO	29/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000678	LEOPOLDO DOUGLAS QUEIROZ MONTEIRO	08/05/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000168	LETÍCIA CÁSSIA BATISTA FERREIRA	31/12/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002898	LETICIA FÁTIMA DA SILVA IENCO	17/05/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001472	LETÍCIA PONCIANO MELLO	18/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003781	LINCOLN FERREIRA IAROCHINSKI	04/07/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001421	LINCOLN LANZONI	11/12/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002360	LINDEMBERG MARINHO DA SILVA	21/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000016	LIRIEL TASSILA BURREGO	27/11/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001654	LIVIA GABRIELLE VARGAS PEREIRA	10/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000554	LIVIA MOREIRA BARBOSA	23/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001310	LÍVIA PAULINO DE ABREU	26/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000564	LUAN CRISTIAN DA CRUZ	04/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003379	LUAN DE MELO BIZERRA	24/02/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001980	LUAN FELIPE GALLINA GARCIA	28/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001571	LUAN FELIPE GONÇALVES CARVALHO	11/07/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 11

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA - SALA 11

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000323	LUAN GUSTAVO DA ROSA	19/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003657	LUAN GUSTAVO FERREIRA DE OLIVEIRA	22/06/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001921	LUAN HENRIQUE MAZETTO	16/10/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003809	LUAN JOSÉ DEOLINDO GIRÃO	04/02/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000390	LUAN LUCAS RODRIGUES VISMARA	01/10/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002425	LUAN MACHADO DOS SANTOS	23/05/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001083	LUAN SHELIGA GUELLES	10/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000267	LUAN WESLEI DIUBATE GERONYMO	21/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001600	LUAN WILLIAN MARIN	26/06/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002458	LUANA LACERDA COUTINHO	04/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001287	LUANN MAZINI TESSARI	09/11/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001285	LUARA KEROLIN ANDRADE MOREIRA	16/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002325	LUCAS AMANDIO DE OLIVEIRA	04/12/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003582	LUCAS ANDRADE DA SILVA	04/10/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002318	LUCAS ANDRE RIBEIRO	23/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003786	LUCAS ANTONIO DA SILVA PEREIRA	13/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003444	LUCAS APARECIDO GIOVANONE	18/03/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002971	LUCAS ARANTES ABRANTES	26/08/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001721	LUCAS CARVALHO DO NASCIMENTO	14/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000191	LUCAS CASTILHO ABRAMI MONTEIRO	15/12/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002861	LUCAS CAUÊ DOS REIS BEZERRA	06/10/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003596	LUCAS CELERINO DA SILVA	21/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002736	LUCAS DA SILVA SOARES	14/11/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002863	LUCAS DA SILVA VASCONCELOS	16/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002745	LUCAS DE ALMEIDA ALVES	16/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001227	LUCAS DE OLIVEIRA RAMOS	27/07/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002531	LUCAS DE REZENDE GRACIANO	12/09/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 1

ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR - SALA 1

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001716	LUCAS DORTA DE SOUZA	21/09/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000377	LUCAS EDUARDO COUTO DE SOUZA	02/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002411	LUCAS EDUARDO DA CRUZ	26/02/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002529	LUCAS EDUARDO FIDAO RIBEIRO	21/02/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001599	LUCAS EDUARDO SANTOS	26/11/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002265	LUCAS EMANUEL MARUIM	25/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000079	LUCAS EUSTACCHIO TORZONI	08/09/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001880	LUCAS FELIPE CARDOSO MEZALIRA	02/06/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000280	LUCAS FELIPE DA SILVA DOS SANTOS	05/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002665	LUCAS FERNANDES ALVES	09/06/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002407	LUCAS FERNANDO CORREIA PINHO	03/06/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000700	LUCAS FERNANDO MAZETTO	17/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003003	LUCAS FERREIRA EDUARDO	09/02/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002010	LUCAS FERREIRA XAVIER	25/06/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000640	LUCAS FIALHO BARRANCO	18/04/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001154	LUCAS GABRIEL APARECIDO IMPOSSETTI	16/11/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003529	LUCAS GABRIEL DOS SANTOS	03/11/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000551	LUCAS GABRIEL MORETTI	08/11/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003249	LUCAS GABRIEL OLIVEIRA SALDANHA	11/12/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001203	LUCAS HENRIQUE AKIRA DE AGUIAR	24/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003283	LUCAS HENRIQUE BACEGA	24/08/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000083	LUCAS HENRIQUE CORTEZ DE OLIVEIRA	02/04/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002322	LUCAS HENRIQUE FERREIRA DE SOUZA	07/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000271	LUCAS HENRIQUE GUIDONI TREVISOLI	03/06/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003225	LUCAS HENRIQUE SANTANA DA SILVA	17/11/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003578	LUCAS IAGO TELLES DA SILVA	29/09/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001890	LUCAS JARDIM CHASCO	16/06/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000960	LUCAS JOSUÉ REDIVO	16/08/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001196	LUCAS KAWAN DA SILVA	25/07/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002660	LUCAS LECHACOVSKI	07/09/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 2

ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR - SALA 2

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000121	LUCAS LEONEL FERREIRA	10/03/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003744	LUCAS LOURENCO ALVES	17/03/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002267	LUCAS LUVISOTTO DE JESUS	05/04/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002511	LUCAS MANOEL SOARES	19/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003170	LUCAS MARQUES MACEDO	23/03/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000375	LUCAS MARTINI DENCK	12/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001748	LUCAS MATEUS SILVESTRE	05/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000600	LUCAS MATHEUS DE MELO SILVA	15/08/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002307	LUCAS NOGUEIRA DA MATTA	05/05/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001892	LUCAS NUNES DE CAMARGO	06/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000810	LUCAS PEDRO MENDES GOUVEIA	14/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001350	LUCAS PEREIRA	18/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000477	LUCAS RAFAEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA	19/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001256	LUCAS RODRIGUES MENEZES	29/12/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000384	LUCAS SALES DE OLIVEIRA	18/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002272	LUCAS SGRIGNOLI RODRIGUES	06/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001270	LUCAS SIRLANDIO DA SILVA SENA	20/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002450	LUCAS VIEIRA DE MELLO	15/08/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003203	LUCAS VINICIO COSTA	04/01/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003022	LUCAS WILLIAM CANTÃO	20/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002596	LUCIANA DE SOUZA BENTO	06/11/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000339	LUCIANO DA CRUZ DOS SANTOS	20/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003368	LUCIANO LOURENÇÃO	17/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002428	LUCIANO RIBEIRO	07/10/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001487	LUCIANO RIBEIRO CANDIDO	14/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000783	LUCIANO VALENTIM DA SILVA	27/04/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001053	LUCIEDE DE SOUSA ROCHA	01/08/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002886	LUCILENE CÂNDIDO DE OLIVEIRA	25/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000710	LUCIMARA GUEDES RIBEIRO TONHATO	11/02/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002954	LUDIANE RIBEIRO DE MELO	19/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 3

ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR - SALA 3

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000533	LUIS ALVES TROVANI	20/08/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002551	LUIS ANTONIO BUENO	12/12/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002592	LUIS ANTÔNIO FRANÇA PIASENTIM	30/12/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000203	LUIS AUGUSTO MACHADO	05/10/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000860	LUIS FELIPE ALMEIDA	07/12/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003509	LUIS FELIPE RODRIGUES JACOS DE SOUZA	18/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000181	LUIS FERNANDO DA SILVA FREITAS	22/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003957	LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA	18/02/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000863	LUIS FERNANDO DO NASCIMENTO	27/06/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000552	LUIS FERNANDO DOS SANTOS	24/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003693	LUIS FERNANDO SIQUEIRA	27/01/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000940	LUIS GABRIEL D SANTOS	12/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000146	LUIS GUSTAVO SABINO FERREIRA	10/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000670	LUÍS HENRIQUE GILBERTO DA SILVA	23/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002328	LUIS HENRIQUE RIBEIRO SORGE	25/04/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0003681	LUIZ ANTONIO BRAZ DA SILVA FILHO	20/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000932	LUIZ APARECIDO DORABIATO	18/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000437	LUIZ CARLOS BERTIPALHA JUNIOR	20/05/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000716	LUIZ CARLOS DOS SANTOS JUNIOR	19/05/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000077	LUIZ CARLOS MORO SILVÉRIO CASTRO	28/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000969	LUIZ CESAR ARANDA DA SILVA	28/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001914	LUIZ CLAUDIO DURAU	05/01/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001469	LUIZ EDUARDO BITENCOURT DE SOUZA	27/12/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001272	LUIZ FELIPE CAVALCANTE SILVA	26/09/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003228	LUIZ FERNANDO DE JESUS SACCO	27/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003928	LUIZ FERNANDO MALAQUIAS	14/05/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003594	LUIZ FERNANDO NOGUEIRA RODRIGUES	18/08/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001428	LUIZ FERNANDO SANTOS DE MELO	06/08/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003476	LUIZ FILIPE TEIXEIRA ROCHA	22/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 4

ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR - SALA 4

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000363	LUIZ GUSTAVO DA SILVA	30/09/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000729	LUIZ GUSTAVO DA SILVA	15/06/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002976	LUIZ GUSTAVO DOS SANTOS	16/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003174	LUIZ GUSTAVO ESQUENONE BATISTA	11/07/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001370	LUIZ HENRIQUE MOREIRA HONORIO	13/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003094	LUIZ HENRIQUE RIBEIRO	23/10/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000253	LUIZ HENRIQUE SALES	07/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001878	LUIZ MIGUEL VIANA DE CARVALHO	02/05/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003817	LUIZ OTÁVIO ALVAO DE SOUZA	17/03/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000096	LUIZ PAULO CARRASCO	17/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003491	LUIZ PAULO PAGANELI AZEVEDO	30/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002987	LUIZ PEREIRA DE SOUZA JUNIOR	22/03/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002783	LUIZ RICARDO MILES DO NASCIMENTO	24/09/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000448	LUIZ ROBERTO DE SOUZA LOPES	30/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001451	LUIZ SEBASTIÃO ALVES NETTO	26/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002359	LUIZ SÉRGIO BARBOZA DOS SANTOS RAMOS	20/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000843	LUIZA SOUZA RIBEIRO	05/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003538	LUKAS GABRIEL DA SILVA RIBAS	12/09/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000456	LUMA HÁGTA PEREIRA	28/02/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001562	LUZIA TEIXEIRA	11/12/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003048	LUZINETE ANDRADE REIS BONETTE	15/08/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002089	MAGNO CESAR SANTANA DA SILVA REBOUCAS	02/01/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000091	MAIARA CRISTINA GONÇALVES DE SOUZA	25/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001238	MAIARA REGINA MARQUES DA SILVA	01/05/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001712	MAICON DOUGLAS SOUZA DE MELO	30/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002920	MAICON HENRIQUE ANDRADE DA SILVA	10/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001971	MAICON MICHEL LEMOS	12/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002505	MAICON VICENTE LIMA	26/06/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003083	MAIKE HEBERT BEZERRA PEREIRA	15/03/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002355	MAIKOM RODRIGO CAIO PEREIRA	27/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 5

ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR - SALA 5

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003027	MAIKON LUIZ DA COSTA BAPTISTA	04/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002390	MAIKON RODRIGO DE LIMA	25/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001619	MAIQUEL ANDERSON COSTA ORNAGHI	11/06/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001267	MAÍZA BERNARDO	08/11/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003816	MALCO RONNIE HERMSDORFF	19/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000792	MALTON DOUGLAS RIBEIRO	05/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000702	MANOEL RICARDO FELIX PERASSOLI	20/06/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001727	MANOELA REZENDE DOS SANTOS	30/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001269	MARAISA PONCIANO DA SILVA	11/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003883	MARCEL QUINHONE FREITAS	06/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001291	MARCELA CARO PERRES	10/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003810	MARCELINHO DONIZETE MARQUES	29/06/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000320	MARCELO ALVES DA SILVA	24/07/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002076	MARCELO ANDRE DA SILVA	05/05/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000546	MARCELO BARBOSA	17/11/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000373	MARCELO BERNARDO DA SILVA	23/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001445	MARCELO BERZOTTI DE SOUZA	19/12/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003567	MARCELO DA SILVA	12/05/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002984	MARCELO DE FRANÇA DE GODOY	25/12/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002936	MARCELO DE SANTANA	03/10/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000753	MARCELO ESTEVES DE OLIVEIRA	05/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002055	MARCELO FRANCISCO DA SILVA	09/09/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 1

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANGELINA TEIXEIRA PINHEIRO - SALA 1

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000605	MARCELO FURTADO	03/11/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003945	MARCELO GABRIEL LAZZARIM	21/09/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001172	MARCELO JOSE STUMPF	27/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000308	MARCELO MARINHO	14/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002138	MARCELO NEVES SANDER	05/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000382	MARCELO PEREIRA TIAGO	06/06/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001464	MARCELO ROSA	11/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001405	MARCELO SILVEIRA	05/02/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003779	MARCELO TOLEDO ROMERA	27/02/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002184	MARCELO TOMIO ITO	10/05/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001691	MARCELO VIANA DE FREITAS	03/01/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002293	MARCIA APARECIDA CAMILO	10/04/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003051	MÁRCIA PETRINA DA SILVA	29/12/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000364	MARCIANO BERTOLINO BARBOSA	29/12/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001142	MARCIEL JULIO GARCIA	30/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001937	MARCIO ADRIANO DA SILVA	24/09/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000067	MARCIO ALEXANDRE COSTA ORNAGHI	08/08/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000957	MÁRCIO ALEXANDRE SINFRONIO	12/04/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003105	MARCIO APARECIDO DE LIMA	17/05/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002725	MÁRCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA	03/11/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003939	MARCIO CABRAL ZACARIAS	20/12/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000794	MÁRCIO DE OLIVEIRA LUCENTE	06/01/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 2

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANGELINA TEIXEIRA PINHEIRO - SALA 2

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002857	MARCIO HENRIQUE RAMOS DE SOUZA	16/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000859	MARCIO JOSE CARNEIRO	01/11/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003474	MARCIO LUCAS MARIANO DE FRANÇA	13/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003192	MÁRCIO LUCIANO BARBOSA	05/11/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000936	MÁRCIO NEVES SANDER	05/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000211	MARCIO PAULO DE SOUZA	25/11/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000315	MARCIO RENATO DIOGO	23/07/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000099	MARCIO ROGÉRIO DA SILVA	10/02/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002110	MÁRCIO SLOMPO CARVALHO	18/11/1969	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000299	MARCO ANTONIO CARVALHO	04/02/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000509	MARCO ANTÔNIO GOMES	25/09/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000415	MARCO ANTONIO VEGIAN	10/05/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003512	MARCO MARQUES DA SILVA FEITOZA	10/09/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002564	MARCONE GOMES DA COSTA ALMEIDA	07/05/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003259	MARCOS ALEXANDRE CARNEIRO	30/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003742	MARCOS ALEXANDRE DO PRADO SEVERINO	07/05/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002368	MARCOS ALVES DOMINGOS	23/10/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001883	MARCOS ANDRADE SANTOS	14/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002510	MARCOS ANTÔNIO DA SILVA GOMES	18/10/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000434	MARCOS AURÉLIO DE OLIVEIRA MAGOSSI	17/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001922	MARCOS BARBOSA SIQUEIRA	05/10/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000789	MARCOS BERTONI BORGENS	07/12/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002852	MARCOS BRAGA CARVALHO VICTOR	21/05/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002613	MARCOS CARDOSO CRUZ DOS SANTOS	07/03/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002460	MARCOS CÉSAR DA SILVA	15/02/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001004	MARCOS DE CAMPOS FILHO	16/03/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 3

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANGELINA TEIXEIRA PINHEIRO - SALA 3

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000768	MARCOS DONISETE GRANADO	04/06/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000877	MARCOS FABRICIO LUCRECIO	06/12/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002636	MARCOS GONCALVES	18/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000186	MARCOS JOSÉ DOS SANTOS	26/01/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003881	MARCOS JUNIOR MARTINS	21/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003837	MARCOS LUIZ BOSIO MARTINEZ	04/02/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000974	MARCOS NATAN MAIA FERREIRA	05/04/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002737	MARCOS NOBORU BUENO	27/09/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002203	MARCOS ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA	26/08/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001836	MARCOS ROBERTO ARAUJO	12/10/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001293	MARCOS ROBERTO NUNES	15/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002761	MARCOS ROBERTO REIS FILHO	17/02/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002977	MARCOS SOARES DA SILVA	25/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002760	MARCOS VINICIOS DE SOUZA	29/10/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003703	MARCOS VINÍCIUS BALMAN GIORDANO	20/05/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002344	MARCOS VINICIUS BONFIM ROSA	07/05/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000918	MARCOS VINICIUS DOS SANTOS	22/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003216	MARCOS VINÍCIUS FAGUNDES DIAS	23/08/1972	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000686	MARCOS VINICIUS GEVIGIER	23/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003238	MARCOS VINÍCIUS SILVA ALVES	03/07/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001632	MARCOS WINNYCIUS OSTAPECHEM CAMPANHOLI MARTINS	31/03/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000778	MARCUS VINICIUS NOGUEIRA	12/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002106	MARIA APARECIDA DA COSTA	30/04/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002462	MARIA CAROLINA ALVES DAVID	20/08/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000802	MARIA CAROLINE DE OLIVEIRA MIRANDA	01/04/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000485	MARIA EDUARDA DA SILVA FEDRIGO	16/10/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000806	MARIA EDUARDA FRANCISCO	02/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001414	MARIA EDUARDA GARCIA TANAKA	25/08/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003701	MARIA FRANCISCA DA CRUZ SILVA	18/12/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000669	MARIA HELENA DOS SANTOS	05/05/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000584	MARIA HELOISY SOARES DOS SANTOS	24/02/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001912	MARIANA ARAÚJO GARGAN ALVES	07/08/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003658	MARIANA DA SILVA MENDONÇA	31/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 4

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANGELINA TEIXEIRA PINHEIRO - SALA 4

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002083	MARIANA SILVA GOMES	15/07/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000156	MARIANE CRISTINA DO COUTO	31/05/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001843	MARIANE NOGUEIRA DA SILVA	29/05/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003236	MARIE CADETTE FENELON	07/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002706	MARINA DE OLIVEIRA HUMENIUK	22/06/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002805	MARINEUZA MAXIMIANO MARTINS	31/10/1972	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000236	MARIO EDUARDO RAMOS EPIFANIO	03/02/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000482	MARIO FERREIRA MARTINS NETO	27/01/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000688	MARIVETE VIÇONO DA SILVA	24/04/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002271	MARLON CESAR MARANGON PELOGIA	14/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001701	MARLON FERNANDO DE ARAUJO	25/07/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003932	MARLON FRANCISCO LOPES DE ARAÚJO RIBEIRO	08/10/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002932	MARLON TALLES DE SOUZA	08/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002028	MARLON VICTOR OCHOA	18/04/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000148	MARTA SOARES DE AGUIAR	24/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000510	MATEUS BRUGNEROTTO DE ALMEIDA	12/12/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002337	MATEUS EUGENIO DE OLIVEIRA	11/12/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001794	MATEUS JACOMETE POLISELI	03/03/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000060	MATEUS SOUSA DE PAIVA	09/10/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003551	MATEUS STEFANE CAETANO	17/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000082	MATEUS TEIXEIRA VIANA	18/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002586	MATEUS VISCARDI FETSCH	26/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001097	MATHEUS ALBERTO NACARIO	19/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003720	MATHEUS ANDRADE CARVALHO	01/08/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003617	MATHEUS ANDREW DA SILVA	31/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 5

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANGELINA TEIXEIRA PINHEIRO - SALA 5

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000095	MATHEUS APARECIDO DA SILVA PENHA	24/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000277	MATHEUS AURÉLIO CASSIANO DOS SANTOS	03/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000661	MATHEUS DE ANDRADE SOUSA	01/06/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002304	MATHEUS DE ARAUJO	19/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001071	MATHEUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA	14/12/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002069	MATHEUS EMANUEL PASSONE MOREIRA	24/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000018	MATHEUS EUGENIO FERNANDES DA SILVA	20/02/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000977	MATHEUS FELIPE NUNES MOREIRA	23/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000303	MATHEUS FERNANDO MENEZES LIMÃO	21/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003233	MATHEUS FERNANDO MIQUELIN	01/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000681	MATHEUS FERREIRA SANTOS	07/03/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001861	MATHEUS GOLLUB DA MACENA	25/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001410	MATHEUS HENRIQUE	25/01/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002420	MATHEUS HENRIQUE DE LIMA	26/09/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003019	MATHEUS HENRIQUE DE MARAFIGO	14/07/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003912	MATHEUS HENRIQUE DE SOUZA COSTA	10/02/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003713	MATHEUS HENRIQUE MEIRELLES RIBEIRO	26/10/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002387	MATHEUS HENRIQUE VIEIRA DA SILVA	21/08/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002261	MATHEUS HERREIRO MONTEIRO	17/10/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000462	MATHEUS LEONARDO DIAS ONÓRIO	15/11/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001978	MATHEUS LIMA DA SILVA	09/09/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002034	MATHEUS MARTINS MOREIRA	24/07/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002227	MATHEUS NASCIMENTO DOS SANTOS	22/10/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002767	MATHEUS NEVES PACHECO	20/04/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001874	MATHEUS RIBEIRO SANCHEZ	28/03/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001870	MATHEUS SALES CHITA	29/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002183	MATHEUS SILVA BRASIL	25/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003163	MATHEUS VIANA BRISCHILIARO	27/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001078	MATHEUS VINÍCIUS DE PAULA FERREIRA	10/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003095	MATUSALÉM HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA	05/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000334	MAURICIO ALBERTINO MATOZO DA SILVA	28/07/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003009	MAURICIO DE OLIVEIRA	27/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002383	MAURÍCIO FERRAZ VIANA	06/12/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 6

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANGELINA TEIXEIRA PINHEIRO - SALA 6

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003032	MAURICIO ILMER MENDES	10/03/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000158	MAURÍCIO RODRIGUES	27/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000639	MAURÍCIO SIMIÃO DE OLIVEIRA JUNIOR	16/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003265	MAURO FIOIRI DE LIMA	14/03/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002154	MAX NILDSON SILVA	25/10/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003293	MAX RUDIM HERMSDORFF	30/12/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001441	MAXWEL LIMA DE SOUZA	16/03/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001318	MAYARA SANTOS PIMENTEL	28/10/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003348	MAYCON ALVES MAGALHÃES	28/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001010	MAYCON BORGES DE SOUZA	24/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000630	MAYCON HENRIQUE DA SILVA CAMPELLO	14/02/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003960	MAYCON HENRIQUE MACEDO DA SILVA	16/09/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003315	MAYCON HENRIQUE RAIMUNDO	21/06/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002854	MAYK JONATHAN BARBOSA	11/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003823	MAYKO AUGUSTO ONGARATTO	09/11/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003976	MAYKON CESAR NASCIMENTO	20/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000144	MAYKON MACHADO REIS	05/07/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001604	MAYRA GABRIELA VIEIRA LAMIM	21/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003256	MAYRA GALDINO DE SOUZA	14/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003751	MELQUESEDEQUE GOMES FERREIRA	30/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000618	MESSIAS LEANDRO	13/07/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000496	MICHAEL DA SILVA GONÇALVES	21/08/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002324	MICHAEL FERREIRA DOS SANTOS DA SILVA	19/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001529	MICHAEL LOPES MARQUEZIM	15/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000865	MICHAEL LOURENÇO DE SOUZA	29/06/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000430	MICHAEL PINGA FOGO DE OLIVEIRA	17/11/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000787	MICHAEL WELINGTON DA SILVA	17/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000154	MICHAEL WILLIAM COELHO	02/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001738	MICHEL CHLUSEWICZ GUILHERME	05/06/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 7

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANGELINA TEIXEIRA PINHEIRO - SALA 7

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002319	MICHEL DE SOUZA MELO	31/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001582	MICHEL DOMINGOS DA SILVA	29/11/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002895	MICHEL GANZALA	30/08/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001017	MICHEL JACKSON PEREIRA ROCHA	05/05/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003369	MICHELE NATIELE SEVERO CABRAL	21/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000162	MICHELLANGELO DE OLIVEIRA LEMES	07/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002109	MICHELLE CRISTIANE DA SILVA	02/09/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000172	MIGUEL ALVES DE SOUZA	09/05/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000895	MIGUEL MARTINES DE BRITTO	26/07/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002465	MIKE MOTA DOS SANTOS	09/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002424	MILENA BATISTA SOARES	09/06/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002699	MILENA LIBERATO DOS REIS	18/04/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002096	MIQUEIAS FERREIRA CONARTIOLI	17/09/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000553	MIRIAM FERREIRA DE OLIVEIRA E SILVA	05/10/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002691	MIRIANE MIRANDA DEMETERKO	08/03/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001905	MOACIR TAVARES DA SILVA	01/06/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002189	MOIRA DELLA LUZ	14/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000824	MOISES ADRIANO CORNELIUS	16/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002027	MOISÉS DA CRUZ ORTEGA	18/11/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000691	MOISES DE SOUZA AMARAL	09/01/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002291	MONICA DA SILVA	18/07/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002195	MUNIR LEBRON KASSAB	13/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002380	MURILLO GERALDO VIEIRA DA SILVA	10/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000069	MURILO ALEXANDRE DELBONE ORNAGHI	19/06/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002765	MURILO AUGUSTO FLORES DOTTO	24/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003833	MURILO PERASSOLI SUBTIL	29/04/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001128	MURILO PERINA RAMOS	15/07/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001189	MURILO RAPHAEL DE ASSIS XAVIER	24/06/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001930	MURILO RIBEIRO FERNANDES	02/03/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 8

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANGELINA TEIXEIRA PINHEIRO - SALA 8

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001419	MURILO RODRIGUES MACEDO	01/03/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003235	MURYLLO VIEIRA MOTA	16/11/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002703	MURYLO AUGUSTO TEIXEIRA FERNANDES	19/03/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002395	MYLENA PAULA POMPONETI DA SILVA	07/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001572	NAIARA DE SOUZA MARTINS	21/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000907	NAIARA NUNES DE MELO	23/05/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001062	NATALINO DE OLIVEIRA GERIN	14/09/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002017	NATAN RAFAEL DA SILVA CARRARA	21/09/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002210	NATAN RAFAEL RIBEIRO FRANCHIN	26/02/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003183	NATAN SADY DE AZEVEDO	22/07/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000901	NATAN WILLIAM DE LIMA	27/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003864	NATHALIA CAMILOTO DE SOUZA	23/08/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000183	NATHAN JOSÉ DOS SANTOS	22/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002150	NATHAN PATRICK BILATI	08/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001199	NATHAN VINICIUS DA COSTA SIMAO	14/11/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002329	NEILSON MOTTA	16/02/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003959	NELSON ALLEXANDER MATIAS XAVIER	08/01/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000999	NEVTON SCHULTER CHUECOS	19/11/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000587	NICOLAS HENRIQUE DANTAS DA SILVA	07/02/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001876	NICOLAS MICAEL DOS SANTOS	22/02/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001431	NÍCOLAS POLOSCHI DOS SANTOS	10/07/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001191	NICOLAS WALTER DOS SANTOS ROSA	01/02/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001098	NICOLY SCHINDLER	17/06/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001854	NILSON SOUZA PEREIRA	31/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001671	NILTON HENRIQUE DE SOUZA LUQUINI	09/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001972	NORLEI DE GOMES VIEIRA	25/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001294	OCTÁVIO REAL MATTOS DE LIMA	19/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002816	ODAIR JOSE DA SILVA	06/07/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002973	ODAIR JOSÉ DOS REIS DE OLIVEIRA	12/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003243	ODAIR JOSE DOS SANTOS	24/09/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002533	ODNEI HENRIQUE GONCALVES	01/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002243	OLAIR GONSALVES DA SILVA	21/08/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001229	OLIVIA MAYARA JORGE MAZZOLENI	06/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002254	OMAR GONÇALVES FELGUEIRAS NETO	26/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 1

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA - SALA 1

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001075	ORLANDO ANDRADE DA SILVA	21/08/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002162	OSEIAS LUDVICHAK FRAUZINO	10/09/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001532	OSÉIAS TOMAZ	23/05/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002163	OSMAR CÂNDIDO DE ALMEIDA	16/05/1967	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001396	OSMAR DE OLIVEIRA	12/09/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000195	OSMAR LUCIO DA SILVA	12/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000520	OSVALDO CIRILO DA SILVA JUNIOR	05/09/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001086	OSVINO JOSE DE QUEIROZ	05/05/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001831	OTAVIO BENEDITO	20/11/1959	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000820	OTAVIO HENRIQUE SILVA DE PAULA	19/12/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002812	OTÁVIO LUIZ BOCARDO DO OLIVEIRA	13/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002155	PABLO DOS SANTOS MARCELINO	27/03/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000063	PABLO EDUARDO DE CARVALHO	19/09/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000289	PABLO RAFAEL DE SOUZA RAIMUNDO	23/10/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003505	PABLO ROSINALDO TEIXEIRA BARBOSA	17/04/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000676	PAMELA FERNANDA DE CARVALHO DE GODOY	19/07/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001955	PAMELA PERDIGAO RIBEIRO	12/04/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003515	PAMELA RENATA NOGUEIRA DE ALMEIDA	14/06/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002295	PAMELA SILVANY FERREIRA DOS SANTOS	19/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003901	PÂMELA TAMARA RIBEIRO DOS SANTOS	10/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001165	PAMELA VARELA DE SANTANA	19/10/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002165	PATRICIA ARRIGO	15/11/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001282	PATRÍCIA COSTA CANDIL	16/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003765	PATRICIA MARIA DE ALMEIDA	17/03/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002949	PATRICIA PRADO DOURADO	17/02/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000646	PATRÍCIA VASCONCELOS DA SILVA	08/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002626	PATRICK FERNANDO DOS SANTOS	15/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003613	PATRICK GIOVANE RICARDINO DA SILVA	13/08/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001257	PATRICK JUNIOR BELCHIOR DE LIRA	21/10/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000284	PAULO AUGUSTO MARQUES	28/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001789	PAULO CESAR BRAND JUNIOR	20/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000398	PAULO CESAR GALBERO	24/08/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 2

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA - SALA 2

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000761	PAULO DE THARCES DA SILVA MEURER	07/02/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002503	PAULO EDUARDO VIEIRA	19/10/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002157	PAULO FABRÍCIO DE ALMEIDA	10/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003728	PAULO GESSE DOS SANTOS	12/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001950	PAULO GUILHERME DOS SANTOS MELO	26/02/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002681	PAULO GUSTAVO SOARES DE SOUZA	25/01/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003151	PAULO HENRIQUE DE JESUS VILENA	12/01/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002442	PAULO HENRIQUE FREITAS DE LIMA	02/08/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000543	PAULO HENRIQUE HUMENIUKA	21/10/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002438	PAULO HENRIQUE PORFÍRIO DA ROCHA	28/01/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002327	PAULO HENRIQUE RAIMUNDO	12/10/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003500	PAULO KENJI SAGAE	29/05/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002550	PAULO LUCIANO DE ARAÚJO	19/11/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001603	PAULO ROBERTO BUENO	08/12/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000799	PAULO ROBERTO MAREL	25/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001508	PAULO ROBERTO NUNES DECANINI	15/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000872	PAULO ROGHER NOGUEIRA	11/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001649	PAULO SERGIO CAMARGO	19/09/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002913	PAULO SERGIO DA CRUZ	17/06/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000194	PAULO SÉRGIO DA SILVA	20/11/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001144	PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA VITAL	04/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000731	PAULO SÉRGIO FELIPE JUNIOR	03/11/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001308	PAULO SÉRGIO LIMA	31/01/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001435	PAULO SÉRGIO SOARES DA SILVA	10/04/1969	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001927	PAULO VITOR DOS SANTOS ITALO	06/08/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001543	PEDRO AUGUSTO ALVES ANTUNES PEREIRA	03/01/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002779	PEDRO AUGUSTO CESARIO STOCCO	04/03/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003767	PEDRO AUGUSTO DOS SANTOS ELIAS	23/07/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001274	PEDRO AUGUSTO RIBEIRO	23/06/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001323	PEDRO CESAR DE OLIVEIRA VICENTIN	01/02/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003647	PEDRO DOS REIS	12/05/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001611	PEDRO EDUARDO GRIMMES DE OLIVEIRA	14/03/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 3

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA - SALA 3

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002840	PEDRO HENRIQUE CARRARO LOPES	27/10/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002140	PEDRO HENRIQUE CHAVES MENOLLI	26/02/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002664	PEDRO HENRIQUE DA ROCHA RAMOS FERNANDES	03/06/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000193	PEDRO HENRIQUE DA SILVA FERREIRA	10/09/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002009	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS MACHADO	02/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003433	PEDRO HENRIQUE FERREIRA MENDES LEME	07/06/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003620	PEDRO HENRIQUE THEODORO	28/03/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003931	PEDRO LUDGERO CIANCA	17/08/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003307	PEDRO OTAVIO PELLEGRINI	03/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002960	PEDRO PABLO CAMPOS BERGHAHN	21/04/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003057	PEDRO RICARDO DE ARAÚJO	29/08/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002158	PETERSON HENRIQUE AZEVEDO SANTOS	25/11/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001515	PETERSON SANTIAGO DE ANACLETO	24/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001629	PHAMELA DAYANE BARBOSA LEOPOLDINO	01/02/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003164	PRISCILA FUENTES ROMERO	21/08/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002279	PRISCILA GALDINO DE OLIVEIRA DA SILVA	27/07/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002178	RAFAEL AGENOR RISSATI	01/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001418	RAFAEL APARECIDO DA SILVA	23/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001782	RAFAEL APARECIDO PANICCIA	14/08/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003514	RAFAEL AUGUSTO DE OLIVEIRA MAGALHÃES	09/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003576	RAFAEL BELEM DE OLIVEIRA	03/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001945	RAFAEL BORGES DUMINELLI	09/12/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003319	RAFAEL BORGES TEGON	29/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001628	RAFAEL CONDE TERRA	27/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001523	RAFAEL DA SILVA	22/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003575	RAFAEL DE ABREU SBELLUTTI	21/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000340	RAFAEL DE ALMEIDA NASCIMENTO	20/08/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002278	RAFAEL DE SOUZA DOS REIS	22/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002419	RAFAEL DOS SANTOS COUTO	03/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000291	RAFAEL DOS SANTOS LOURENÇO JUNIOR	30/08/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001706	RAFAEL ELIAS DOS SANTOS PEREIRA	18/02/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001954	RAFAEL FELIX MANOEL	21/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 4

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA - SALA 4

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002180	RAFAEL FERMINO NEVES	10/09/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002829	RAFAEL HENRIQUE CANDIDO	16/02/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001911	RAFAEL HENRIQUE MOTTA	05/01/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000574	RAFAEL HENRIQUE ROCHA MACHADO	04/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001455	RAFAEL INACIO DE LIMA	20/05/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003858	RAFAEL JOSE NAREZI PREISNER	21/10/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002770	RAFAEL MARCELINO BRANDÃO	04/11/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001783	RAFAEL MARCELINO DA SILVA	24/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000019	RAFAEL MARQUES DOS SANTOS	14/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000104	RAFAEL MARQUES DOS SANTOS	19/02/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000987	RAFAEL MOREIRA BRANDAO ALVES	15/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000443	RAFAEL OLENIK CABRAL	15/10/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002226	RAFAEL PEREIRA	16/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002743	RAFAEL RESENDE ROCHA	19/12/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000821	RAFAEL ROCHINSQUI	25/09/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003101	RAFAEL RODRIGO BORGES MORENO	24/05/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000917	RAFAEL SOUZA MELLO	06/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000573	RAFAEL TAVARES DE JESUS	30/08/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002788	RAFAEL VIEIRA MELO SILVA	30/08/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001244	RAFAEL VINICIUS FREITAS PAES DE CAMARGO	13/05/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000650	RAFAELA AMARILIO MORAIS	04/07/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002652	RAFAELA APARECIDA DE OLIVEIRA	17/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001728	RAFAELA APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	08/08/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003510	RAFAELA DO NASCIMENTO DE MELLO	13/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000429	RAFAELA DYBAS	09/08/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003316	RAFAELA EDUARDA PEREIRA DE OLIVEIRA	22/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003013	RAFAELA RODRIGUES DOS SANTOS DE OLIVEIRA	13/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001063	RAFAELA SIAN COSTA	30/08/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000071	RAFAELA VANONI ALBERTON	09/05/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002287	RAI JUNIO ARANTES DOS SANTOS	29/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001491	RAIMUNDO DE JESUS CARVALHO	28/11/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001447	RAIMUNDO JOAQUIM PAMPLONA	10/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 5

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA - SALA 5

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003506	RAIMUNDO PEREIRA LEITE	23/10/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001155	RAINER ANACLETO LINO MARIO	26/03/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002137	RALLATTI WATTAN MESSIAS DA CONCEIÇAO	27/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000444	RAMON CAVALCANTI COELHO PEREIRA	03/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001986	RAMON ROCHA PRIMON	18/10/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003304	RAONY ESTEVES MARINHO RIBEIRO	06/07/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002990	RAPHAEL DA SILVA BOLDRINI	22/09/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002819	RAPHAEL HENRIQUE BOTINI	28/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002523	RAPHAEL HENRIQUE DA SILVA	16/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003585	RAUL ANDERSON PAES DE LIMA	30/12/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001518	RAUL ANDRADE FLORINDO DA ROSA	04/06/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002198	RAUL FELIPE DA SILVA LEAL DE MATOS	16/12/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001167	REGIANE CRISTINA MATTIA	07/05/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000796	REGINA PINHEIRO DOS SANTOS	21/02/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000599	REGINALDO CONCEIÇÃO	08/11/1971	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001034	REGINALDO ZANETI DE OLIVEIRA	21/12/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001080	REINALDO CAVINA	18/10/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000581	REINALDO HENRIQUE DIAS RAMOS CARVALHO RIBEIRO	13/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003217	REINALDO OLIANI	14/12/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000545	RENÃ HENRIQUE FARIA	17/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000365	RENAN ADOLFO DE ALMEIDA SANTOS	31/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000114	RENAN AMICI FELIPE DE OLIVEIRA	03/05/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001382	RENAN AUGUSTO DA ROCHA	05/03/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002142	RENAN AUGUSTO FERREIRA	30/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001750	RENAN AUGUSTO LUCIO	07/11/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002357	RENAN BARTZ PEREIRA	14/10/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001326	RENAN CAVALINI DE OLIVEIRA	23/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001125	RENAN CEZAR SERAFIM	30/12/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000393	RENAN DABROI MARQUES	04/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002416	RENAN GODINHO BORGES	13/11/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002776	RENAN GUILHERME NAKASHIMA LOPES IGNACIO	12/06/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000221	RENAN LOPES DE OLIVEIRA	27/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 6

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA - SALA 6

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000048	RENAN LUCAS CALADO SÁ TELES	22/07/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001625	RENAN LUIZ GONÇALVES	27/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000459	RENAN MARCOS MARCELINO	29/07/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000350	RENATA ALVES DE ALMEIDA	12/08/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001139	RENATO APARECIDO ALONSO	03/09/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001682	RENATO DE OLIVEIRA COLOMBO	20/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001959	RENATO FERREIRA BARRETO FILHO	05/02/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000376	RENATO FERREIRA COSTA	07/04/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002817	RENATO JOAQUIM PEREIRA	07/07/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000370	RENATO JOSÉ FARIAS	06/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000982	RENATO JOSUÉ RODRIGUES DE SOUZA	15/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001096	RENATO LEANDRO CAZARIM	15/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000484	RENATO MACEDO FERREIRA	26/10/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000922	RENATO RAFAEL SALDANHA	21/07/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003910	RENE CARLOS GONÇALVES DA SILVA DOS SANTOS	07/12/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001557	RENE EDUARDO VERLI	14/03/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003066	RENILSON JOSE ROCHA FILHO	09/06/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001787	REUVA DOS SANTOS	02/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001188	RHUAN KARLOS FERNANDES	08/04/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000229	RICARDO APARECIDO SURANY	23/01/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002764	RICARDO CÁSSIO RODRIGUES DA CRUZ	02/02/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001692	RICARDO FERREIRA PAIZAN	12/11/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001466	RICARDO GOMES NOGUEIRA	12/03/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002376	RICARDO LAURINDO DA SILVA	02/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001061	RICARDO SELERI ALMAGRO DA SILVA	02/04/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002615	RICHARD APAREIDO BAGAGI DE ALMEIDA	21/06/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001862	RICHARD GUSTAVO DE OLIVEIRA	02/02/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001851	RICHARD SOUSA RIOS	10/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003756	RITA DE CASSIA AKEMI SAITO RIZZO	13/08/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003269	RIVAIL RODRIGUES DA SILVA	28/03/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000184	RIVALDO GABRIEL BATISTA DOS SANTOS	24/02/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002103	ROBERT KENNEDY LOPES FRAZÃO	30/11/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 7

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA - SALA 7

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000153	ROBERTO BOARO ZAMARA	28/04/1969	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003049	ROBERTO BRITO FERREIRA	08/03/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001050	ROBERTO LOURENÇO	19/01/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002303	ROBSON AGUIAR NEVES	04/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002489	ROBSON AIRTON DE OLIVEIRA	26/10/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002136	ROBSON ALVES SANTANA	12/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000380	ROBSON DA SILVA RODRIGUES	09/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001348	ROBSON GARCIA DE OLIVEIRA MENEZES	21/05/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002251	ROBSON HACK PRADO	28/05/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002088	ROBSON JUNIOR SOARES DE ABREU	18/12/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000081	ROBSON LIBERATO DE OLIVEIRA	03/11/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002542	ROBSON OLIVEIRA SANTOS	09/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000024	ROBSON SILVERIO DOPP	22/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000976	ROBSON SOARES FERREIRA	28/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001364	ROBSON VAGNER DA SILVA	24/11/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000718	RODINEI APARECIDO PELOIA	19/12/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000440	RODOLFO AGOSTINHO	17/01/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001698	RODOLFO CREMM CAVALCANTE	27/12/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002274	RODRIGO ADRIANO GOIS	21/10/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000774	RODRIGO ALEXANDRE DA SILVA	12/09/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002280	RODRIGO AMANCIO	04/03/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002202	RODRIGO APARECIDO DA ROCHA	16/04/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003760	RODRIGO BALBINO COLACO	16/10/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000707	RODRIGO CANHETTI COLOMBARI	13/02/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000798	RODRIGO CESAR FERNANDES	03/08/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002595	RODRIGO CORRÊA GALVÃO	24/02/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002754	RODRIGO DA SILVA GOMES	30/08/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002673	RODRIGO DE ALMEIDA PEREIRA	08/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000086	RODRIGO DOS SANTOS MARIOTO	16/10/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002090	RODRIGO ERON SCHMIDT FREITAS	07/05/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003188	RODRIGO FREITAS GONÇALVES	25/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003645	RODRIGO HENRIQUE DIAS	16/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 8

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA - SALA 8

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000197	RODRIGO HENRIQUE JUVELINO TAVARES	05/09/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003412	RODRIGO HENRIQUE MATOS MARANESI	13/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003534	RODRIGO LECHACOVSKI DOS SANTOS	12/12/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003168	RODRIGO LEITE MARTINS	21/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001717	RODRIGO MAGALHÃES DE ABREU	18/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002431	RODRIGO MANHOLER DOS SANTOS	01/02/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002455	RODRIGO MARQUES RIBEIRO	15/10/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000538	RODRIGO MARTINELLI VALDUGA	02/05/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002632	RODRIGO MARTINS	31/05/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002583	RODRIGO MARTINS DE ALMEIDA	31/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002993	RODRIGO ORIBES FAGUNDES	03/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001162	RODRIGO PEREIRA DA SILVA	20/08/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000875	RODRIGO ROSA DE OLIVEIRA	03/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001194	RODRIGO SOARES DE ARAUJO	14/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002289	RODRIGO SOARES GOMES	03/02/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002401	RODRIGO SOUZA DA COSTA	04/09/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002732	RODRIGO VANONI ALBERTON	21/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000275	RODRIGUES RIBEIRO DE CARVALHO	13/02/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000847	RODYNELY MARCOS COSTA	08/05/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000219	ROGER BERLOFA	15/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000087	ROGER DE OLIVEIRA SAL	09/02/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001618	ROGERIO APARECIDO DA GRAÇA BATISTA	20/03/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002121	ROGERIO DE FARIA PEIXOTO	10/12/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001422	ROGÉRIO FERREIRA CAVALCANTE	13/07/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003785	ROGERIO GUIZELINI DE SOUZA	01/05/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003590	ROGÉRIO RIZZOTTO	11/06/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003846	ROGÉRIO RODRIGUES DE MOURA	15/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002422	ROGERIO SABINO SIBIN	27/01/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000846	ROGÉRIO TEIXEIRA DE CASTRO	04/07/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000133	ROGÉRIO WALSH LUCAS DE LIMA	21/01/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001268	ROGERO LUCAS AGUIAR ALVES SIQUEIRA	15/10/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000694	ROMÁRIO DIOGO SANTOS	09/09/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 9

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL DA SILVA - SALA 9

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002412	ROMENES DA ROCHA GONÇALVES	05/12/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001490	RÔMULO PANASSOL	11/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000070	RONALDO BALDOINA RAFAEL	27/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002629	RONALDO CESAR GHIRALDI	13/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002123	RONALDO DE FARIA PEIXOTO	10/01/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002627	RONALDO MARTINS PEREIRA	27/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001976	RONALDO UEIVERTON SOUZA TAVARES	06/08/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000870	RONALTY MULLER DIAS REDUCINO	23/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001823	RONDINELY DA SILVA SANTOS	16/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000454	RONIVALDO CESAR SANTOS DO NASCIMENTO	22/06/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002169	RONY ERIKSON PEREIRA ROCHA	01/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003276	ROQUE TELES DE PROENÇA	16/08/1971	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000473	ROSA MARIA BELIERO	05/01/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001137	ROSANA APARECIDA CORTINOVIS	09/02/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001018	ROSANGELA CUSTODIO DE MELO	05/02/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002509	ROSANGELA ROSA BENEDITO	16/07/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003729	ROSANGELA SOLIDADE DOS SANTOS BASSANI	08/02/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000347	ROSELI RIBEIRO CAMILO VIVEIROS	03/11/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000682	ROSELI ROZENDO PINHEIRO	12/08/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001110	ROSILENE APARECIDA DOS SANTOS RIBEIRO	13/04/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003855	ROSIMEIRE MEDINALOPES	27/12/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001312	ROSSANDRO FERNANDES	05/10/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001342	ROVILSON CASSIMIRO DE OLIVEIRA	27/02/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002421	ROZILDA DA SILVA PEREIRA GRACIANO	03/10/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002476	ROZILENE DA SILVA PEREIRA	03/10/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001373	RUAN CARLOS BEZERRA DE MELO	30/04/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002281	RUAN CARLOS HENRIQUE VIEIRA	19/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002156	RUAN PAGANELI LIMA SANTOS	02/07/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002262	RUBSON TIAGO MARQUES DOS SANTOS	31/05/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002502	RUDNEY LUIZ BORDIN	15/07/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002248	RUI ADALBERTO REIMUNDO RODRIGUES	30/09/1965	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000733	RYAN DA SILVA ROSA	08/10/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 1

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 1

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000358	RYAN FELIPE CAETANO FREITAS	05/04/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001711	RYAN LUCAS GONÇALVES	23/04/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002062	SADRAQUE PEREIRA DE OLIVEIRA	21/03/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000227	SAMIR EMANUEL DUDA MARQUES	12/12/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003829	SAMIRA CRISTINA VIANNA LIMA	10/10/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003452	SAMUEL ADRIANO DE SOUZA	07/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000930	SAMUEL ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	29/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001977	SAMUEL CAVALCANTI MORENO	10/03/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000698	SAMUEL DE JESUS DE ABREU	13/10/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003660	SAMUEL DIAS MENON SIMAS	04/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002873	SAMUEL DOS SANTOS QUINTINO	27/07/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002174	SAMUEL FERREIRA	03/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003757	SAMUEL LOPES DA SILVA	25/01/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003944	SAMUEL MACHADO GUMIERI	02/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001759	SAMUEL MENDES BARBOSA	02/05/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002756	SAMUEL MIQUEIAS DA SILVA RODRIGUES	05/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000565	SAMUEL RODOLFO DOS SANTOS	06/07/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000306	SAMUEL VIEIRA SOARES	21/02/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003847	SANDER MIGUEL FIGUEROA	23/08/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000349	SANDRO CARBONERA	19/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002607	SANDRO DE OLIVEIRA	08/10/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003416	SANTOS RODRIGUES SOARES FILHO	19/01/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001680	SAULO DE TARCIS DE OLIVEIRA SILVA	10/06/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002612	SAVIO AUGUSTO SILVA ALVES	09/09/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003331	SELMA KOVALESKI M DE LARA	22/11/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001590	SERGIO ALVES DE SOUZA	06/08/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002233	SÉRGIO ALVES DE SOUZA JUNIOR	04/04/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000057	SERGIO AUGUSTO NAKAZIMA	17/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000046	SERGIO DA SILVA MARQUES	11/10/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001769	SERGIO FERREIRA DA SILVA	28/03/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 2

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 2

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003270	SERGIO MARCOS RODRIGUES DA CRUZ	04/07/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003777	SERGIO MATIAS JUNIOR	06/03/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000741	SERGIO RODRIGO CAMPOS	20/02/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002356	SERGIO RODRIGUES DE SOUZA	08/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000655	SÉRGIO SILVEIRA DE ARAÚJO	07/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000734	SHALOM DE OLIVEIRA PEREIRA	03/05/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002414	SHAWAN SANTIAGO ALVES	10/06/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003324	SHELI AKEMI MORITA	20/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001060	SIDNEI DOS SANTOS	29/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000998	SIDNEY ORLANDO DE SOUZA	22/11/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002885	SIDNEY VIDOTTI	14/02/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003347	SILAS APOLINARIO DE OLIVEIRA	13/07/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002338	SILLAS SANTOS	29/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002453	SILMARA DE OLIVEIRA	10/08/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003745	SILVANA HELENA BOER	04/07/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001995	SILVANA MARIA SANTANA PINTO	01/10/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001806	SILVANEI DA SILVA POLICARPO	03/05/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001250	SILVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA	14/01/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002914	SILVANO MOYZES DA SILVA	11/05/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000606	SILVIA CLARICE DA COSTA	06/10/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002740	SILVIO ADRIANOAZEVEDO DE OLIVEIRA	25/03/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001548	SILVIO DA SILVA RODRIGUES	13/11/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003241	SILVIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	04/05/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000579	SILVIO RODRIGUES DOS SANTOS	02/08/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002415	SILVIO SANTANA SANCHES	06/02/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001838	SILVIO SOARES DE AGUIAR JUNIOR	01/09/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001114	SILVONEI APARECIDO DUTRA DA CONCEIÇÃO	31/12/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001547	SIMONE BUENO RIBEIRO	17/01/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002849	SIMONE GONÇALVES COELHO	10/03/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001832	SIMÔNICA APARECIDA DE JESUS	22/02/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 3

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 3

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA

0003968	SINVAL SILVA DOS SANTOS FILHO	17/02/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000725	SIRNEY DE OLIVEIRA SANTOS	05/11/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001615	SIVANILDO JOSÉ DA SILVA	27/01/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000310	STEPHANIE RITCHELLE ARRUDA CAVALCANTI DE MORAES	07/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000871	STHEVE KAZUKI MIAZAKI DE SOUZA	06/02/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003882	SUELEN CRISTINA BRIEMAN PEIXER CASTANHA	25/09/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003501	SUELEN CRISTINA PEREIRA IEKER	21/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002850	SULAMITA BESERRA DOS SANTOS FERNANDES	22/01/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002038	SUSAN LEAL DA SILVA	12/03/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002712	TAÍS FERNANDA PEREIRA	14/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000754	TAISSA FARINELI PARRA DA SILVA	14/02/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000136	TAMARA DE JESUS FARIA TIAGO	11/02/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001219	TAMIRES RODRIGUES DE SOUZA PEDRO	21/08/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002904	TAMIRIS VARESCHINI CARDOSO EDUARDO	25/02/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003955	TÂNIA CRISTINA BRIZZO DE OLIVEIRA	11/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002366	TÂNIA REGINA ALVES SANTANA	28/10/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000391	TARCISIO ADAMES SANTOS DA SILVA	07/03/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002943	TARCISIO DE SOUZA LIMA	20/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000828	TÁSSIA MARIA DANTAS CRUZ	22/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002382	TATIANA CATÓIA MACHADO	26/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000210	TATIANE APARECIDA DA SILVA FRANCISCO	08/04/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001288	TATIANE DE LIMA CARVALHO	07/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002176	TAYANA PAULINO DA SILVA DIAS	20/08/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000017	TAYLA CRISTINA DA SILVA	03/10/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002345	TAYLOR CARVALHO FAUSTINO	18/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002695	TAYNARA ROBERTA BOVO	15/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000406	TAYSON TEIXEIRA DA PAIXÃO	30/05/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000712	TCHARLES APARECIDO GONÇALVES	02/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000288	TEREZA DIAS OSANAI	03/02/1973	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000059	THAINÃ EDUARDO RODRIGUES ROSA	15/07/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 4

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 4

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002672	THAÍS DOS SANTOS PIRES	22/04/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002191	THAIS NATALINA LOPES DE CAMARGO BARBOSA	25/12/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002838	THAIS TATIANE VIEIRA DA CRUZ	02/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003264	THAIS TEODORO DA SILVA	02/10/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000292	THALISON MATHEUS DA SILVA DAVIDE	20/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002839	THALISSON DOS SANTOS FERNANDES	13/06/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001509	THALITA REGINATO MARTINS	09/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001647	THALLES BRUNO HOLANDA RIBEIRO	06/04/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002045	THAMIRIS BAUMSTARK MORAES DE OLIVEIRA	16/02/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002095	THAMIRIS CRISTINA DE LIMA DO COUTO	17/07/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002241	THARLE XAVIER DA SILVA	01/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000502	THARLES DE SOUSA PINTO	09/03/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003795	THAWAN HENRIQUE MELIM DOS SANTOS	12/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001456	THAYNARA LUZ FERREIRA	17/06/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000558	THIAGO ALVES CASSEMIRO	07/05/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002313	THIAGO ANTONIO DA SILVA TONELI	15/02/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001511	THIAGO ANTONIO FEITOSA LIMA	13/10/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001044	THIAGO CRUZ DA SILVA	14/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001277	THIAGO DA CRUZ FERNANDES	21/06/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001432	THIAGO DANIEL DE SOUZA PINTO	29/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000450	THIAGO DE ANDRADE MENDES MARTINS	25/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0000103	THIAGO FABRICIO DA SILVA	15/03/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003970	THIAGO FERNANDES AMARILHA	24/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003811	THIAGO FERREIRA MOREIRA	06/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002446	THIAGO FONTES DOMINGUES	04/04/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001457	THIAGO FRANCOR NASCIMENTO	10/07/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001556	THIAGO GOMES DOMINGOS	20/09/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003041	THIAGO HENRIQUE ARAÚJO DE SOUZA	18/08/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003274	THIAGO HENRIQUE GIMENI	18/02/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001866	THIAGO HENRIQUE LEONEL	12/02/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 5

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 5

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003299	THIAGO LOPES DO AMARAL	28/03/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002001	THIAGO MARCEL MEDEIROS ARAUJO	05/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002584	THIAGO MARCON FIGUEIREDO	15/01/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000140	THIAGO MAROCO	17/02/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002144	THIAGO MARTINS PEREIRA	03/01/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001652	THIAGO MARTINS VIEIRA	12/11/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001751	THIAGO MONCO DE OLIVEIRA	27/04/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001146	THIAGO PAGANO CASSEMIRO	22/07/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002543	THIAGO RODRIGO DE SOUZA PULIESE	17/11/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003194	THIAGO RODRIGUES DE SIQUEIRA	21/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002696	THIAGO SILVEIRA FERREIRA DOS SANTOS	19/01/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003173	THIAGO VINICIUS CARDOSO GALINDO	18/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000492	THIAGO WENDEL DE OLIVEIRA SILVA	21/10/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000383	TIAGO ALVES DOS SANTOS	17/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002682	TIAGO ALVES FERRAZ	15/01/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002843	TIAGO BATISTA ROSA	25/09/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001014	TIAGO BAZELATTO SILVA	25/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003558	TIAGO DA SILVA VIEIRA	11/09/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002086	TIAGO DE ARAÚJO VIANA	07/06/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001387	TIAGO DINIZ LUIZ	12/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002942	TIAGO DOS REIS GONSANI	05/06/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000714	TIAGO HENRIQUE PADILHA AZEVEDO	21/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001758	TIAGO LESSA DE ASSIS	26/10/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002286	TIAGO LIRA DE SOUZA	14/04/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003422	TIAGO NUNES SARGI	05/11/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002168	TIAGO SILVA DE MELO	06/10/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000891	TIAGO VIANA DA SILVA	12/12/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003812	TIARAJU RODRIGO BRASIL RODRIGUES	01/01/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000451	TICIANO REBORDÃO BRUNO PINTO	03/07/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001585	TOMAS VINICIUS SANTOS	04/11/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 6

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 6

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001934	TRAITON DA SILVA LEAL	30/11/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002561	UELITON GONCALVES DOS SANTOS	18/11/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003062	UELSON MELO CIZA	11/10/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000351	UEMERSON DE PAULA SILVA	08/12/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000029	UESLEI VALENTIN DA SILVA	14/06/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002393	UEVERTON GONÇALVES DOS SANTOS	18/11/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000127	UILTON FIDELIS MAIA	19/11/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001314	VAGNER ALVES DE OLIVEIRA	08/09/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002043	VAGNER BISPO DA SILVA	03/04/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000262	VAGNER HENRIQUE DOUVEI	26/09/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000844	VAGNER MARCELO RIBEIRO DE NOVAIS	21/02/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002663	VAGNER SOUZA BARBOSA	08/02/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003808	VALDECIR MENDES DA SILVA	14/12/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001134	VALDECIR RODRIGUES	22/05/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001575	VALDEIR DA SILVA DA LUZ	15/04/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002697	VALDEIR EMERSON SCHNEIDER	04/07/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001309	VALDEMIR FELICIO JUNIOR	16/11/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002731	VALDILEI JOSOE GRAFF	26/02/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000967	VALDILSON ORSI	10/09/1969	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002689	VALDINEI FERREIRA	03/05/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001170	VALDIR BERNARDO SOBRINHO	30/12/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000923	VALDIR CAETANO DE SAL	11/05/1977	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002263	VALDIR DOS SANTOS RODRIGUES	28/07/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000943	VALDIR JORGE BOTELHO	23/08/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000825	VALERIA ALVES FARIA SCHNEIDER	22/10/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003557	VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	03/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002848	VALERIO DE SOUZA	02/12/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000478	VALMANE CARVALHO	04/01/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002413	VALMIR ANTONIO DOS SANTOS	25/05/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001891	VALMIR DO NASCIMENTO	18/05/1974	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 7

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 7

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001003	VALTER LUIS RIGONI JUNIOR	08/04/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002197	VANDERLEI BATISTA DE ALBUQUERQUE	20/07/1970	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003774	VANDERLEI DOS SANTOS	13/08/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000321	VANDERLEI GARCIA DE AZEVEDO	15/01/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002012	VANDERLEI GONÇALVES DOS SANTOS	14/12/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003783	VANDERSON MOREIRA MARQUES	12/11/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000212	VANDERSON NUNES ESTEVÃO	05/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002221	VANDRÉ ANDERSON SANTANA	23/01/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003006	VANESSA DE MOURA CUSTODIO	20/12/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000337	VANESSA FERREIRA DE SOUZA	10/07/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000152	VANESSA REGINA ALVES PIZZA	25/11/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000345	VANESSA REGINA BOBATTO	07/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002961	VANIA APARECIDA CANUTO	20/06/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001715	VARLEI BRESCIANI	13/05/1975	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000312	VERIDIANA DA SILVA FERREIRA	10/05/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001099	VICTOR ANTÔNIO NOVELINI	04/02/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002079	VICTOR GABRIEL FERREIRA	13/12/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000201	VICTOR HUGO ALVES VALENTIN	15/08/2009	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002471	VICTOR HUGO AMBROSIO	16/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000074	VICTOR HUGO CASTANHO ANCIOTO	24/03/2007	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003465	VICTOR HUGO DE FREITAS	30/12/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000775	VICTOR HUGO DE SOUZA SALLES	09/04/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001645	VICTOR HUGO FERREIRA CAETANO	28/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002375	VICTOR HUGO GUARNIERI MAZIA	20/10/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000426	VICTOR HUGO RODRIGUES MOREIRA	18/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001903	VICTOR LOURENÇO	08/02/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001273	VICTOR MATEUS DA SILVA BARRETO	26/07/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003129	VICTOR ROBERTO RODRIGUES BARIÃO	08/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002042	VICTOR ROGERIO BELMIRO MELEGARI	21/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002105	VICTOR SOARES GARRIDO	03/09/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 8

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 8

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0003708	VICTOR YAMAMOTO MIASHIRO	16/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003157	VICTORY ALEXSANDER LOPES NEVES	01/02/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001636	VILMA DA ROCHA RODRIGUES DIAS	29/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000101	VILMAR SOARES	31/07/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002445	VILSOMAR APARECIDO ROSSI JUNIOR	25/06/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002177	VILSON LUIZ DOS SANTOS	01/08/1983	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001534	VINICIUS AUGUSTO FIGUEIREDO	30/05/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001988	VINICIUS FELIPE CORREIA DE ALMEIDA	05/09/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003356	VINÍCIUS FÉLIX DIAS	03/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000808	VINICIUS FERNANDES FRANÇOLIN	07/02/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000138	VINICIUS GABRIEL BARROCO	10/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002394	VINICIUS GABRIEL VENDRAMETO SOARES VIEIRA	12/01/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002315	VINICIUS GONÇALVES CRUZ DA SILVA	06/06/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001325	VINICIUS HENRIQUE SANTIAGO	26/02/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002679	VINICIUS MARTINS COSTA	07/03/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002160	VINÍCIUS MARTINS SANTOS	12/02/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001520	VINICIUS MATHEUS PRIMO	13/03/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002609	VINICIUS PARRA	05/05/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003843	VINICIUS PEREIRA PILATI	09/04/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001438	VINICIUS SANTOS ALVES	06/07/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001770	VINICIUS SENA MORENGO	18/04/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003805	VIRGILIO JOSÉ MARCHESINI DE SOUZA	25/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001501	VIRGINIA LUANA RESENDE PEREIRA	12/04/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000328	VITOR CESAR SOUZA VAZ	31/03/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002179	VITOR HENRIQUE BERTOLIN RICAS ARAUJO	03/09/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000764	VITOR HENRIQUE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	24/02/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001195	VITOR HUGO DOS SANTOS RODRIGUES	31/12/2005	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001960	VITOR HUGO GOMES DOURADO	28/11/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003023	VITOR HUGO SOARES DE MIRANDA	15/12/2008	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001141	VITOR LUIZ GONÇALVES DA SILVA	03/01/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 9

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 9

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0002472	VITOR MACHADO DE MORAES	05/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003074	VIVIAN KELLY ROCHA BORGES	11/09/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003395	VIVIANE DOS SANTOS ARAÚJO	08/08/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0001551	VIVIANE FERREIRA DOS SANTOS	21/11/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001855	VOLNEI FIRMINO RAFAEL	21/03/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002528	WAGNER AUGUSTO FERNANDES	05/02/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000779	WAGNER FELIPE FONSECA GIMENES	25/05/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000276	WAGNER FERREIRA DE CASTRO	19/10/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000493	WAGNER ROBERTO MARQUES	17/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002004	WAGNER SOARES DE QUEIROZ	16/12/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001132	WAGNER SOUZA DOS SANTOS	05/07/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000141	WAGNER SOUZA EVARISTO	12/09/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003329	WAGNO ANTONIO CONDE JUNIOR	19/11/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001045	WAGNOR CARVALHAES DOS SANTOS	08/11/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002406	WALBER GIMENES	20/11/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001271	WALDIR GONÇALVES	08/05/1967	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002687	WALISON RONQUI NESPOLO	22/09/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002473	WALLINGTON FERNANDO DE OLIVEIRA	14/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000170	WALLYSSOM PERASSOLI DA SILVEIRA	06/11/2003	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002937	WALTER GOMES FILHO	28/12/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000548	WALTER MAYKON DA SILVA	08/04/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002566	WALTER TOME	09/06/1978	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001260	WANDRÉ CAMPASSI FLORENTINO	21/07/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002343	WASHINGTON HENRIQUE CAETANO VIEIRA	06/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001967	WEBER GIOVAN SANTOS	02/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000711	WEBER GUSTAVO GODOI BUENO	22/01/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003208	WELEN RENATA VEIGA DA SILVA	25/08/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000335	WELINGER ELOI DE OLIVEIRA CAMBAROTTO	19/12/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002715	WELINGTON COSTA TOZO	06/07/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001569	WELINGTON GONÇALVES	01/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 10

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 10

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001388	WELINTON DE SALLES BRAGA	07/12/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000293	WELKER JHON GRUBEL CAMPOS	02/01/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000772	WELLIGTON DOUGLAS DA ROCHA	19/11/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001140	WELLINGTON DE SOUZA FERREIRA	14/02/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002704	WELLINGTON HENRIQUE DA SILVA	31/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002011	WELLINGTON LIMA STORTI	03/03/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001719	WELLINGTON LUIZ DOS SANTOS	08/07/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001397	WELLINGTON LUTZ BARBOSA	19/12/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002175	WELLINGTON MACHADO	21/02/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003766	WELLINGTON MATHEUS AMANCIO	10/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003600	WELLINGTON NUNES SIQUEIRA	10/03/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002326	WELLINGTON PEREIRA DE CARVALHO	10/01/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000123	WELLINGTON RODRIGUES	20/08/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000542	WELLINGTON SILVA DE CARVALHO	17/10/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003427	WELLYNGTON DOS SANTOS ROSARIO	20/07/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003723	WELSSON SANTOS MARQUES DE SOUZA	22/09/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000508	WELTON GUILHERME MARTINHO	24/11/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001429	WENDEL HENRIQUE DOS SANTOS	09/09/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000593	WENDER GABRIEL DA SILVA PRADO	05/05/2006	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002054	WESLEI PROCOPIO DE SOUSA	06/07/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001896	WESLEM JEKSON DA SILVA AURELIANO	20/08/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001670	WESLEY ANTONIO GUARNIERI	18/09/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002112	WESLEY APARECIDO SANTANA	15/11/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003390	WESLEY CAZUZA DA SILVA	03/11/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0003234	WESLEY DE SOUZA RIBEIRO	19/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003941	WESLEY DOMINGUES DE ALMEIDA	10/09/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001761	WESLEY DOS SANTOS SILVA	16/01/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000518	WESLEY ESCRUZIATTO	22/12/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000571	WESLEY FERNANDO CABRERA	07/05/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002981	WESLEY GARCIA BENFICA	14/12/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 11

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 11

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0000668	WESLEY HENRIQUE SANTOS MONTEIRO	22/09/1992	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001497	WESLEY JOSÉ ROBERT SOARES	15/02/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002358	WESLEY MARTINS PEREIRA	20/06/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001757	WESLEY MIGUEL FERREIRA FRANCO	14/01/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001742	WESLEY PEREIRA DA SILVA	18/03/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003825	WESLEY QUADROS ROSA	09/12/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003401	WESLEY VINICIUS SANCHES REIS	16/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001286	WESLEY ZARESKI FARIAS	04/12/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001123	WESLLEY OLIVEIRA ALVES DOS SANTOS	26/12/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002143	WESLLEY VINICIUS DOS SANTOS FERREIRA	27/11/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003088	WETERSON DA COSTA VASSOLER JUNIOR	15/10/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000014	WEULLER ARRUDA DA SILVA	14/03/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000314	WEVERGTON NATHAN PANERARI RAMOS	22/07/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002553	WEVERSON DOS SANTOS DAMARATE	14/12/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002378	WEVERTON DA SILVA TAVARES	08/05/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001283	WEVERTON LOPES DE CASTRO	09/05/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003971	WICTOR SAMUEL SOUZA XAVIER	17/09/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002902	WILLIAM DE ASSIS EDUARDO	13/01/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003079	WILLIAM LEONARDO RODRIGUES FRANCISCO	16/01/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003938	WILLIAM PEREIRA GOMES	14/03/1985	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003119	WILLIAM PERNIA	16/10/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003297	WILLIAM POLICEI	01/06/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001805	WILLIAN CARMO DOS SANTOS	07/03/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003014	WILLIAN CESAR FERREIRA MONTEIRO	30/09/1995	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001810	WILLIAN DOS SANTOS SILVA	26/09/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003599	WILLIAN FERNANDO VIESBA DOS SANTOS	16/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001673	WILLIAN FRANCISCO BIZERRA	01/07/2002	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000368	WILLIAN FRANCISCO DA SILVA DE SOUZA	20/05/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002032	WILLIAN HENRIQUE DA SILVA TARAS	14/04/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003814	WILLIAN LUIS DA SILVA	13/12/1990	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Anexo Único - Convocação Prova Objetiva - Pós Reabertura das Inscrições

SALA 12

ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA - SALA 12

23/11/2025 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	VAGA
0001785	WILLIAN MORO ROSSI	07/08/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002927	WILLIAN ROBERTO VEIGA BILIU AMORIN	25/03/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001401	WILLIAN STEFFERSON FERREIRA SANCHES	18/09/1987	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002064	WILLIAN VIEIRA	02/04/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

0002763	WILLIAN VITOR SALATTA	28/08/1997	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000150	WILLIANS DOUGLAS CARRIAO	30/08/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003391	WILSON ALLAN DOS SANTOS DA SILVA	01/05/1994	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003196	WILSON COSTA E SILVA	07/10/1979	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001885	WILSON EDUARDO DA ROCHA	29/01/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002024	WILSON LUIZ DE MAGALHÃES	26/01/1984	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000621	WILSON NATALINO DE OLIVEIRA JUNIOR	17/07/1991	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001161	WILSON RUFINO DA MOTA	14/08/1969	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002966	WILTON KURUNCI	07/02/1988	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000378	WILTON OLIVEIRA MARTINS	01/12/1976	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002085	WUINDERSON FERREIRA DE BRITO	22/09/1981	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000830	WYLLER JHONY NAVAS	21/01/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000425	WYLLIAN CARLOS LINS	13/08/1986	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002188	XISTO ROBERTO BRANQUINHO	13/05/1964	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001935	YAGO ALVES PEREIRA	26/08/1998	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002398	YAGO LUIZ FERNANDES LIMA	28/05/1993	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002729	YAGO MATHEUS DE OLIVEIRA FARIAS	18/02/2000	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003769	YEGMAN VOLPATO FERNANDES	10/11/2001	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001990	YESLEI LEITE DE SOUZA	26/08/1989	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0002190	YGOR LÚCIO TEIXEIRA	17/07/1996	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0003016	YHAN OLIVEIRA	20/09/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001192	YURI FELIPE CLARO VERONEZ	12/04/2004	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0001095	ZENILDA MARIA DE SOUZA	24/07/1980	GUARDA CIVIL MUNICIPAL
0000109	ZILDA FRANCELINA DA SILVA	08/02/1982	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:86B4F4B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO I DO EDITAL N.º 10.001/2025 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (PCD)

7474 - AGENTE ADMINISTRATIVO - MIRASELVA

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0041016	GUSTAVO LOBO DOS SANTOS	05/09/2000	24,00	8,00	8,00	18,00	30,00	88,00	1º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:220AF27A

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO II DO EDITAL N.º 10.001/2025 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AFRO)

7474 - AGENTE ADMINISTRATIVO - MIRASELVA

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0040943	VINÍCIUS DE JESUS DAMASCENO	22/11/1992	18,00	6,00	10,00	14,00	24,00	72,00	1º	Classificado	Afrodescendente
0040997	LETÍCIA SAMPAIO MORAES	01/01/2003	15,00	6,00	8,00	16,00	21,00	66,00	2º	Classificado	Afrodescendente

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:13D78721

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO III DO EDITAL N.º 10.001/2025 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AC)

7474 - AGENTE ADMINISTRATIVO - MIRASELVA

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	LPO	MAT	INF	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	MODALIDADE
0041016	GUSTAVO LOBO DOS SANTOS	05/09/2000	24,00	8,00	8,00	18,00	30,00	88,00	1º	Aprovado	PcD - Pessoa com Deficiência
0040925	GUSTAVO HENRIQUE LEAL	27/03/1996	18,00	10,00	10,00	18,00	27,00	83,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0041020	VITOR AGNALDO ROMÃO	05/11/2004	21,00	10,00	8,00	14,00	21,00	74,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0040943	VINÍCIUS DE JESUS DAMASCENO	22/11/1992	18,00	6,00	10,00	14,00	24,00	72,00	4º	Classificado	Afrodescendente
0040905	JADSON DE OLIVEIRA ARAUJO	18/05/2005	15,00	10,00	10,00	10,00	24,00	69,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0041027	VICTÓRIA RIBEIRO DE PAULA	25/03/1997	15,00	4,00	6,00	16,00	27,00	68,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0040997	LETÍCIA SAMPAIO MORAES	01/01/2003	15,00	6,00	8,00	16,00	21,00	66,00	7º	Classificado	Afrodescendente
0040967	EDUARDO DE BRITO PEREIRA	05/08/1969	21,00	8,00	2,00	16,00	18,00	65,00	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0041023	MARIO CEZAR LEANDRO RAMINELLI	19/09/1990	15,00	10,00	10,00	12,00	18,00	65,00	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0041018	CATHARINE FERNANDA MACHADO SANCHES	11/07/1998	15,00	8,00	4,00	10,00	24,00	61,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0040973	LARISSA FERNANDA DE ARAUJO FERREIRA	14/01/1996	15,00	2,00	8,00	12,00	24,00	61,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0040971	LUCAS HENRIQUE CAMPOS	20/10/2000	9,00	4,00	10,00	14,00	24,00	61,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência
0040909	PAULO VINÍCIUS CARRARO	29/08/2005	18,00	2,00	8,00	8,00	24,00	60,00	13º	Classificado	Ampla Concorrência
0040940	BÁRBARA GIOVANA SOUZA DE OLIVEIRA	25/03/1995	15,00	8,00	8,00	8,00	21,00	60,00	14º	Classificado	Ampla Concorrência
0040894	ANA PAULA BIAGGIO	11/09/1985	18,00	6,00	8,00	10,00	18,00	60,00	15º	Classificado	Ampla Concorrência
0040991	CARLOS EDUARDO APARECIDO LUIZ	23/02/2008	15,00	6,00	4,00	12,00	21,00	58,00	16º	Classificado	Ampla Concorrência
0040912	ROSIANE ZOTTIS	05/12/1994	12,00	2,00	8,00	10,00	24,00	56,00	17º	Classificado	Ampla Concorrência
0041001	ERICKSON KENDI UETSUBO	01/12/1980	9,00	6,00	6,00	8,00	24,00	53,00	18º	Classificado	Ampla Concorrência
0040899	RAMON GODOI COSTA	10/01/1993	9,00	4,00	8,00	8,00	24,00	53,00	19º	Classificado	Ampla Concorrência
0040983	SABRINA DA SILVA CARVALHO AMARAL	06/07/2004	12,00	2,00	8,00	6,00	24,00	52,00	20º	Classificado	Ampla Concorrência
0040992	MARIA ISABEL RODRIGUES COSTA	15/02/2002	9,00	4,00	6,00	8,00	24,00	51,00	21º	Classificado	Ampla Concorrência
0040889	GUSTAVO HENRIQUE VERGILIO	19/07/1992	12,00	4,00	6,00	8,00	21,00	51,00	22º	Classificado	Ampla Concorrência

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:BB1CA890

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12 RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

01/09/2025 A 31/10/2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) | Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 11/11/2024.

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.075.975,00	1.075.975,00	369.384,98	34,33
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	247.460,00	247.460,00	4.715,09	1,91
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	192.000,00	192.000,00	43.003,36	22,40
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	175.165,00	175.165,00	153.280,18	87,51
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	461.350,00	461.350,00	168.386,35	36,50
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	22.087.725,00	22.267.725,00	3.215.647,37	14,44
Cota-Parte FPM	18.320.000,00	18.500.000,00	2.484.989,13	13,43
Cota-Parte ITR	9.100,00	9.100,00	9.488,75	104,27
Cota-Parte IPVA	375.000,00	375.000,00	19.873,81	5,30
Cota-Parte ICMS	3.345.000,00	3.345.000,00	691.299,74	20,67
Cota-Parte IPI-Exportação	38.625,00	38.625,00	9.995,94	25,88
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I) + (II)	23.163.700,00	23.343.700,00	3.585.032,35	15,36

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.794.300,00	2.939.400,00	628.983,35	21,40	628.983,35	21,40	633.259,43	21,54
Despesas Correntes	2.784.300,00	2.929.400,00	628.983,35	21,47	628.983,35	21,47	633.259,43	21,62
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.961.500,00	1.976.500,00	188.699,34	9,55	188.699,34	9,55	192.588,71	9,74
Despesas Correntes	1.951.000,00	1.966.000,00	188.622,26	9,59	188.622,26	9,59	192.511,63	9,79
Despesas de Capital	10.500,00	10.500,00	77,08	0,73	77,08	0,73	77,08	0,73
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	38.000,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	117.400,00	47.583,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	107.400,00	37.583,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.911.200,00	5.001.483,00	817.682,69	16,35	817.682,69	16,35	825.848,14	16,51

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	817.682,69	817.682,69	825.848,14
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	817.682,69	817.682,69	825.848,14
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			537.754,85
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	279.927,84	279.927,84	288.093,29
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	22,81	22,81	23,04

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Diferença de limite não cumprido 2025 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	537.754,85	817.682,69	279.927,84	-8.165,45	0,00	0,00	0,00	-8.165,45	0,00	279.927,84
Empenhos de 2024	3.436.304,04	4.195.210,49	758.906,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	758.906,45
Empenhos de 2023	2.936.255,98	4.048.357,76	1.112.101,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.112.101,78
Empenhos de 2022	2.770.850,35	3.523.041,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial =	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.613.000,00	1.618.484,09	547.976,18	33,86
Proveniente da União	1.613.000,00	1.618.484,09	182.325,48	11,27
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	365.650,70	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	62.900,59	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX +XXX)	1.613.000,00	1.618.484,09	610.876,77	37,74

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.086.515,35	1.325.805,25	242.585,67	18,30	242.585,67	18,30	247.657,91	18,68
Despesas Correntes	1.086.515,35	1.325.805,25	241.883,67	18,24	241.883,67	18,24	246.955,91	18,63
Despesas de Capital	0,00	0,00	702,00	0,00	702,00	0,00	702,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	393.484,65	394.174,70	43.104,96	10,94	43.104,96	10,94	43.104,96	10,94
Despesas Correntes	393.484,65	394.174,70	43.104,96	10,94	43.104,96	10,94	43.104,96	10,94
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	81.000,00	111.000,00	16.401,04	14,78	16.401,04	14,78	16.401,04	14,78
Despesas Correntes	81.000,00	111.000,00	16.401,04	14,78	16.401,04	14,78	16.401,04	14,78
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.561.000,00	1.830.979,95	302.091,67	16,50	302.091,67	16,50	307.163,91	16,78
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.880.815,35	4.265.205,25	871.569,02	20,43	871.569,02	20,43	880.917,34	20,65
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.354.984,65	2.370.674,70	231.804,30	9,78	231.804,30	9,78	235.693,67	9,94
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	38.000,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	198.400,00	158.583,00	16.401,04	10,34	16.401,04	10,34	16.401,04	10,34
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	6.472.200,00	6.832.462,95	1.119.774,36	16,39	1.119.774,36	16,39	1.133.012,05	16,58

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:068A798C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 13 DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00

Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	27.158.739,32	32.029.892,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:352A6CB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 2 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.615.101,13	55.337.319,68	7.826.993,22	31.383.181,32	100,00	23.954.138,36	8.363.118,98	29.494.795,43	100,00	25.842.524,25
ADMINISTRAÇÃO	4.197.073,89	4.484.377,94	679.776,98	3.381.116,17	10,77	1.103.261,77	575.276,98	3.276.616,17	11,11	1.207.761,77
Planejamento e Orçamento	20.040,00	5.040,00	0,00	0,00	0,00	5.040,00	0,00	0,00	0,00	5.040,00
Administração Geral	3.120.945,00	3.253.178,40	524.636,23	2.513.464,64	8,01	739.713,76	420.136,23	2.408.964,64	8,17	844.213,76
Administração Financeira	687.868,89	693.868,89	96.460,52	515.305,44	1,64	178.563,45	96.460,52	515.305,44	1,75	178.563,45
Controle Interno	86.200,00	87.200,00	13.444,01	67.655,74	0,22	19.544,26	13.444,01	67.655,74	0,23	19.544,26
Tecnologia da Informação	51.500,00	51.580,00	11.751,00	51.420,36	0,16	159,64	11.751,00	51.420,36	0,17	159,64
Demais Subfunções	230.520,00	393.510,65	33.485,22	233.269,99	0,74	160.240,66	33.485,22	233.269,99	0,79	160.240,66
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.109.160,13	2.778.922,18	303.654,93	1.354.060,85	4,31	1.424.861,33	303.766,58	1.354.060,85	4,59	1.424.861,33
Assistência ao Idoso	285.010,00	377.125,00	66.898,13	148.208,68	0,47	228.916,32	66.898,13	148.208,68	0,50	228.916,32
Assistência ao Portador de Deficiência	4.010,00	4.010,00	0,00	0,00	0,00	4.010,00	0,00	0,00	0,00	4.010,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	541.020,00	856.720,00	46.181,86	201.063,92	0,64	655.656,08	46.181,86	201.063,92	0,68	655.656,08
Assistência Comunitária	1.279.120,13	1.541.067,18	190.574,94	1.004.788,25	3,20	536.278,93	190.686,59	1.004.788,25	3,41	536.278,93
SAÚDE	6.472.200,00	8.102.266,32	1.174.536,26	5.531.817,55	17,63	2.570.448,77	1.174.536,26	5.531.817,55	18,76	2.570.448,77
Atenção Básica	3.880.815,35	5.335.227,70	874.665,77	4.085.934,11	13,02	1.249.293,59	874.665,77	4.085.934,11	13,85	1.249.293,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.354.984,65	2.479.714,06	282.234,67	1.335.812,19	4,26	1.143.901,87	282.234,67	1.335.812,19	4,53	1.143.901,87
Suporte Profilático e Terapêutico	38.000,00	76.741,56	1.234,78	46.375,89	0,15	30.365,67	1.234,78	46.375,89	0,16	30.365,67
Vigilância Sanitária	198.400,00	210.583,00	16.401,04	63.695,36	0,20	146.887,64	16.401,04	63.695,36	0,22	146.887,64
EDUCAÇÃO	5.877.381,00	7.618.904,36	1.149.291,16	5.363.501,33	17,09	2.255.403,03	1.147.905,27	5.362.115,44	18,18	2.256.788,92
Ensino Fundamental	4.252.352,79	5.070.941,46	792.101,35	3.424.447,66	10,91	1.646.493,80	790.715,47	3.423.061,78	11,61	1.647.879,68
Educação Infantil	1.277.000,00	1.789.353,09	169.520,28	1.345.531,66	4,29	443.821,43	169.520,28	1.345.531,66	4,56	443.821,43
Educação Especial	100.000,00	215.000,00	30.581,84	152.909,20	0,49	62.090,80	30.581,84	152.909,20	0,52	62.090,80
Administração Geral	0,00	65.000,00	22.751,18	22.751,18	0,07	42.248,82	22.751,18	22.751,18	0,08	42.248,82
Demais Subfunções	248.028,21	478.609,81	134.336,51	417.861,63	1,33	60.748,18	134.336,50	417.861,62	1,42	60.748,19
CULTURA	168.850,00	288.850,00	38.775,51	168.108,27	0,54	120.741,73	38.775,51	168.108,27	0,57	120.741,73
Difusão Cultural	168.850,00	288.850,00	38.775,51	168.108,27	0,54	120.741,73	38.775,51	168.108,27	0,57	120.741,73
URBANISMO	7.984.640,11	17.694.699,64	2.973.649,65	9.598.329,28	30,58	8.096.370,36	2.973.649,65	9.598.329,28	32,54	8.096.370,36
Infra-Estrutura Urbana	5.763.235,11	15.537.686,86	2.805.464,61	8.722.990,51	27,80	6.814.696,35	2.805.464,61	8.722.990,51	29,57	6.814.696,35
Serviços Urbanos	2.057.410,00	1.993.017,78	144.393,05	777.527,30	2,48	1.215.490,48	144.393,05	777.527,30	2,64	1.215.490,48

FUNÇÃO / SUBFUNÇÂO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Demais Subfunções	163.995,00	163.995,00	23.791,99	97.811,47	0,31	66.183,53	23.791,99	97.811,47	0,33	66.183,53
GESTÃO AMBIENTAL	141.510,00	181.510,00	35.235,02	97.779,13	0,31	83.730,87	35.235,02	97.779,13	0,33	83.730,87
Preservação e Conservação Ambiental	141.510,00	181.510,00	35.235,02	97.779,13	0,31	83.730,87	35.235,02	97.779,13	0,33	83.730,87
AGRICULTURA	1.481.216,00	12.147.019,24	1.370.203,92	5.423.384,39	17,28	6.723.634,85	2.012.103,92	3.640.884,39	12,34	8.506.134,85
Extensão Rural	1.178.576,00	11.756.379,24	1.349.158,93	5.297.714,70	16,88	6.458.664,54	1.991.058,93	3.515.214,70	11,92	8.241.164,54
Promoção da Produção Agropecuária	92.610,00	180.610,00	21.044,99	101.663,69	0,32	78.946,31	21.044,99	101.663,69	0,34	78.946,31
Demais Subfunções	210.030,00	210.030,00	0,00	24.006,00	0,08	186.024,00	0,00	24.006,00	0,08	186.024,00
INDÚSTRIA	126.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
Promoção Industrial	126.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
TRANSPORTE	100.000,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00
DESPORTO E LAZER	168.570,00	269.270,00	47.618,64	160.234,45	0,51	109.035,55	47.618,64	160.234,45	0,54	109.035,55
Desporto Comunitário	168.540,00	269.240,00	47.618,64	160.234,45	0,51	109.005,55	47.618,64	160.234,45	0,54	109.005,55
Demais Subfunções	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00
ENCARGOS ESPECIAIS	488.500,00	488.500,00	54.251,15	304.849,90	0,97	183.650,10	54.251,15	304.849,90	1,03	183.650,10
Serviço da Dívida Interna	488.500,00	488.500,00	54.251,15	304.849,90	0,97	183.650,10	54.251,15	304.849,90	1,03	183.650,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	29.615.101,13	55.337.319,68	7.826.993,22	31.383.181,32	100,00	23.954.138,36	8.363.118,98	29.494.795,43	100,00	25.842.524,25

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 18/11/2025 12:10

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:B9172640

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 3 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/09/2025 A 31/10/2025

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III — Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 29/05/2023

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (Últimos 12 meses)	Previsão atualizada 2025
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.061.105,11	2.995.114,67	0,00	0,00	6.056.219,78	36.447.436,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.068,64	210.107,23	0,00	0,00	372.175,87	1.196.980,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.904,18	1.810,91	0,00	0,00	4.715,09	247.460,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.706,33	101.573,85	0,00	0,00	153.280,18	175.165,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.106,75	18.896,61	0,00	0,00	43.003,36	192.000,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.125,69	86.260,66	0,00	0,00	168.386,35	461.350,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.225,69	1.565,20	0,00	0,00	2.790,89	121.005,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.857,32	10.600,14	0,00	0,00	20.457,46	119.975,00
Receita patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.938,93	84.015,80	0,00	0,00	155.954,73	558.427,50
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.938,93	84.015,80	0,00	0,00	155.954,73	558.427,50
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.411,77	3.675,46	0,00	0,00	18.087,23	117.480,00
Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.784.100,37	2.652.034,31	0,00	0,00	5.436.134,68	34.454.573,82
Cota parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.901.447,24	1.275.233,87	0,00	0,00	3.176.681,11	20.275.000,00
Cota parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.695,68	328.604,06	0,00	0,00	691.299,74	3.345.000,00
Cota parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.688,24	8.185,57	0,00	0,00	19.873,81	375.000,00

Cota parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.598,54	6.890,21	0,00	0,00	9.488,75	9.100,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.102,56	4.893,38	0,00	0,00	9.995,94	38.625,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271.778,12	364.656,75	0,00	0,00	636.434,87	3.472.372,67
Outras transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228.789,99	663.570,47	0,00	0,00	892.360,46	6.939.476,15
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.728,08	34.681,73	0,00	0,00	53.409,81	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.367,96	324.761,29	0,00	0,00	643.129,25	4.417.544,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.367,96	324.761,29	0,00	0,00	643.129,25	4.417.544,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.742.737,15	2.670.353,38	0,00	0,00	5.413.090,53	32.029.892,32
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	455.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.742.737,15	2.420.353,38	0,00	0,00	5.163.090,53	31.574.892,32
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	160.000,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.252,00	21.252,00	0,00	0,00	42.504,00	234.260,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.721.485,15	2.199.101,38	0,00	0,00	4.920.586,53	31.180.632,03

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:FF3805D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 7 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)						Memória de cálculo STN: 14ª edição - Atualizada em 03/2023.						
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2024 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2024 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00
Município de Pinhal de São Bento	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00	86.580,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**450.000,00**	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**86.580,00**	**0,00**	**0,00**	**86.580,00**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:36335343

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
RELATORIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação –

PME de Pinhal de São Bento - Paraná Lei Municipal nº 453/2015

Pinhal de São Bento, 02 de julho de 2025.

COMISSÃO COORDENADORA E EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – PME 2015/2025

– Representante da Câmara de Vereadores Marcio Menin

Irio Fernandes

– Representantes do Executivo Municipal Marcio Silvino Beppler

Sirlene Maria Stein Claudino Franco Zelirio Ferrari

– Representante religioso; Flávia da Silva Faller Cemin

– Representante da Associação Comercial; Arquimedes Bobco

– Representantes dos Ensino Fundamental Anos Iniciais; Márcia Chaves da Silva

Maria Salute Mazuco Inês Barcki Rizzatti

– Representante de Escola de Educação Especial e Filantrópica; Zenir Andretti de Camargo Barbieri

Keila Fiorese

Patrícia da Silva Faller

– Represente do Conselho Tutelar; Ilaine Siqueira Lesse

Maiara Cordeiro

– Representante do Colégio Estadual, Ensino Fundamental anos Finais e Ensino Médio;

Daiane Aparecida Savoldi Vieira Velho Marcio Sergio Graczik

– Representante da Educação Infantil; Marilene Sandra Blauth

Elza Jahn de Lima

– Representante da Secretaria Municipal de Educação; Eva Luzia Barcki Mazuco

Marisa Aparecida Marafon Barcki Idete Bonetti

SUMÁRIO

DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO

Apresentação

Processo de monitoramento da execução do PME Avaliação das metas e estratégias

Meta 1. Educação Infantil Meta 2. Ensino Fundamental Meta 3. Ensino Médio

Meta 4. Educação especial/inclusiva Meta 5. Alfabetização

Meta 6 Educação integral Meta 7. Escolaridade média Meta 8. Escolaridade média

Meta 9. Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos jovens e adultos

Meta 10. EJA integrada à educação profissional Meta 11. Educação profissional

Meta 12. Educação superior

Meta 13. Titulação de professores da educação superior Meta 14. Pós-graduação

Meta 15. Profissionais de educação

Meta 16. A formação continuada e pós-graduação de professores Meta 17. Valorização dos profissionais do magistério

Meta 18. Plano de carreira docente Meta 19. Gestão democrática

Meta 20. Financiamento da educação **CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES** ANEXOS

DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO

Tipo de Relatório: ( ) de Monitoramento **(X)** de Avaliação

APRESENTAÇÃO

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal nº13. 005/2014 e com o Plano Estadual de Educação (PEE), Lei Estadual nº 18.492/2015, a lei do Plano Municipal de Educação de Pinhal de São Bento– Paraná ressalta a necessidade de seu monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, com envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social para acompanhar sistematicamente o esforço de implementação das metas e estratégias do plano.

O presente relatório trata do período compreendido entre janeiro de 2016 a dezembro de 2025 e, do ponto de vista metodológico, observou os procedimentos contidos no "Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação" (disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.P

DF).

De acordo com Plano, as metas e suas respectivas estratégias devem ser executadas dentro do prazo de vigência e a cada 2 (dois) anos ao longo do período de validade do mesmo, a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação disponibilizou estudos através de relatório que permite aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas, tendo como referência delineamentos e resultados de pesquisa nacionais, por amostra ou demais dados disponíveis, sendo que o mesmo foi analisado e aprovado pela Comissão Coordenadora. É fundamental lembrar que para toda ação planejada, é necessário, avaliar periodicamente se a mesma está decorrendo conforme previsto e, por outro, analisar se os resultados são de fato pretendidos. Assim, a apresentação dos dados coletados não deve ficar na superficialidade. Tendo como base esses resultados devemos enfrentar os desafios na superação das dificuldades, com políticas efetivas de

investimentos, no aperfeiçoamento das práticas educacionais. Nesse contexto, apesar do cenário adverso e dos obstáculos enfrentados, não podemos deixar de considerar a importância do plano para o desenvolvimento das políticas públicas, em que é necessários mecanismos de acompanhamento e avaliação para aferir/mensurarem e com isso até replanejar se for o caso. A execução das metas do PME é uma ação conjunta entre as secretarias de educação, instituições de ensino e sociedade civil, o que promove uma ampla análise e reflexão da situação educacional de nosso município, onde os envolvidos não medir esforços para que o plano de educação cumpra sua finalidade, traduzindo suas diretrizes, metas e estratégias.

Caderno de subsídios Seed/Ipardes para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Paraná - junho/2025 Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios - Ncpm/Deduc/Seed

Município:	**Pinhal de São Bento**				
Ficha metodológica para o indicador 1A - base PNE					
Meta 1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.				
Indicador 1A Nacional	Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche				
Indicador 1A Proposto	Proporção de pessoas de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola				
Conceitos e definições	Percentual de crianças de 4 e 5 anos que estão matriculadas na pré-escola no município. Mede a taxa líquida de atendimento no municipio na faixa etária.				
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola / Número total de pessoas de 4 e 5 anos) X 100				
Unidade de medida	% de pessoas.				
		Variáveis	**Fontes**	**Instituições**	

Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras		População total de 4 e 5 anos de idade	Estimativa Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2024)	DATASUS/RI PSA
		Faixa Etária	Sinopse Estatística da Educação Básica	INEP
Níveis de desagregação	Estado e municípios.			
Periodicidade de	Anual			
Desvantagens	a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo PNE. b) Ao se utilizar a variável de endereço da matrícula, contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar em cobertura acima de 100% e o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. d) idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados.			
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípos paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.			

Dados / Indicadores: Indicador 1A											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	69,7%	79,5%	76,1%	42,3%	80,3%	97,2%	87,7%	81,7%	81,7%	78,6%	81,4%

Ficha metodológica para o indicador 1B - base PNE				
Meta 1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.			
Indicador 1B Nacional	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche			
Indicador 1B Proposto	Proporção de pessoas de 0 a 3 anos matriculada em creche			
Conceitos e definições	Percentual de crianças de 0 a 3 anos que estão matriculadas em creche no município. Mede a taxa líquida de atendimento no municipio na faixa etária.			
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 0 a 3 anos matriculadas em creche / Número total de pessoas de 0 a 3 anos) X 100			
Unidade de medida	% de pessoas.			
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras		**Variáveis**	**Fontes**	**Instituições**
		População total de 0 a 3 anos de idade	Estimativa Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2024)	DATASUS/RI PSA
		cFaixa Etária	Sinopse Estatística da Educação Básica	INEP
Níveis de desagregação	Estado e municípios.			
Periodicidade de	Anual			
Desvantagens	a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo PNE. b) Ao se utilizar a variável de endereço da matrícula, contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar em cobertura acima de 100% e o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. d) idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados.			
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípos paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.			

Dados / Indicadores: Indicador 1B											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	35,4%	32,9%	47,3%	60,8%	57,4%	59,5%	53,4%	45,1%	44,7%	57,8%	49,2%

OBSERVAÇÕES META 1

As crianças em faixa etária de 4 e 5 anos, são atendidas no CMEI em tempo integral, a equipe avaliadora do plano municipal de educação, considerou que a meta 1 está em pleno desenvolvimento conforme aponta os indicadores apurados, atraves de pesquisa, no proprio municipio por meio dessa equipe avaliadora, assim apurou-se que o Município conseguiu superar todos os indicadores previstos para o período, mas, mesmo assim é feito a busca ativa para identificar se há crianças nesta faixa etária que não tem acesso à escola. Sendo que na educação infantil (CMEI) foi construida uma

Variáveis	**Fontes**	**Instituições**

População total de 6 a 14 anos de idade	Estimativa Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2024)	DATASUS/RI PSA
Faixa etária	Sinopse Estatística da Educação Básica	INEP

Ficha metodológica para o indicador 2A - base PNE	
Meta 2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
Indicador 2A Nacional	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)
Indicador 2A Proposto	Proporção de pessoas de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental Regular ou no Ensino Médio Regular
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que estão matriculadas no município na Educação Básica. Mede o grau de atendimento escolar no municipio na faixa etária.
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental Regular ou no Ensino Médio Regular / Número total de pessoas de 6 a 14 anos) X 100
Unidade de medida	% de Pessoas.
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	
Níveis de desagregação	Estado e municípios.
Periodicidade de	Anual
Desvantagens	a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo PNE. b) Ao se utilizar a variável de endereço da matrícula, contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar em cobertura acima de 100% e o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. d) idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados.
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípos paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.

Dados / Indicadores: Indicador 2A											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	100,0%	94,7%	95,5%	92,3%	88,3%	91,1%	90,0%	96,5%	90,0%	94,5%	91,6%

Ficha metodológica para o indicador 2B - base PNE	
Meta 2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
Indicador 2B Nacional	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.
Indicador 2B Proposto	Nenhum.
Fórmula de cálculo	(População de 16 anos com o ensino fundamental concluído / População de 16 anos) x 100
Justificativa	Inviável. Não existe dado público muncipal e anual que informe todas as pessoas com EF concluído e que estejam dentro ou fora da escola.

OBSERVAÇÕES META 2

Meta 2: Mediante a avaliação da meta 2 observou-se pela equipe avalidora que o indicador está acima da projeção. Já o indicador 2B não existe dado oficial e nem Municipal que informe esse percentual, assim não foi possivel apurar o indicador não existe dado publico municipal e anual que informe todas as pessoas com ensino fundamental concluido que estejam dentro ou fora da escola. A Escola Muncipal que atende alunos da faixa etária de 6 anos a 11 (há exceções quando se trata de alunos repetentes fora da faixa etária) passou por reformas em todo o prédio escolar, além de pintura na parte externa e interna, manutenção e instalação de ar condicionado, aquisição de Tvs para todas as salas de aulas, além de 01 tv para a biblioteca, aquisição de coleçoes de livros de literatura para todas as faixas etárias, aquisição dos computadores

e reestruturação da sala de informática alem de material como livros em parceria com o estado e PNLD.

Variáveis	**Fontes**	**Instituições**

População total de 15 a 17 anos de idade	Estimativa Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2024)	DATASUS/RI PSA
Faixa Etária	Sinopse Estatística da Educação Básica	INEP

Ficha metodológica para o indicador 3A - base PNE	
Meta 3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
Indicador 3A Nacional	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica
Indicador 3A Proposto	Proporção de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas na escola.
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que estão matriculadas no município na Educação Básica. Mede o grau de atendimento escolar (cobertura) no município na faixa etária nas etapas de ensino.
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas na escola / Número total de pessoas de 15 a 17 anos) X 100
Unidade de medida	% de Pessoas.
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	
Níveis de desagregação	Estado e municípios.
Periodicidade de	Anual
Desvantagens	a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo PNE. b) Ao se utilizar a variável de endereço da matrícula, contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar em cobertura acima de 100% e o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. d) idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados.
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípos paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.

Dados / Indicadores: Indicador 3A											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	99,3%	91,3%	84,4%	80,6%	70,4%	71,9%	70,5%	71,1%	61,5%	72,1%	74,4%

Variáveis	**Fontes**	**Instituições**
População total de 15 a 17 anos de idade	Estimativa Populacional dos Municípios Paranaenses (revisão 2024)	DATASUS/RI PSA
Faixa Etária	Sinopse Estatística da Educação Básica	INEP

Ficha metodológica para o indicador 3B - base PNE	
Meta 3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
Indicador 3B Nacional	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa
Indicador 3B Proposto	Proporção de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas no Ensino Médio.
Conceitos e definições	Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que estão matriculadas no município no Ensino Médio Regular. Mede a taxa líquida de atendimento no municipio na faixa etária adequada a etapa de ensino.
Fórmula de cálculo	(Número de pessoas de 15 a 17 anos matriculadas no Ensino Médio Regular / Número total de pessoas de 15 a 17 anos) X 100
Unidade de medida	% de Pessoas.

Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	
Níveis de desagregação	Estado e municípios.
Periodicidade de	Anual
Desvantagens	a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo PNE. b) Ao se utilizar a variável de endereço da matrícula, contabiliza-se estudantes que estudam em municípios diferentes dos que residem, podendo acarretar em cobertura acima de 100% e o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. d) idades com datas de referência diferentes entre as bases de dados.
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho da cobertura de matrículas dos municípos paranaenses de modo desagregado e anual, via fonte alternativa de dados.

Dados / Indicadores: Indicador 3B											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	80,3%	77,2%	64,6%	60,4%	50,0%	54,0%	54,7%	50,4%	46,2%	68,4%	68,4%

OBSERVAÇÕES META 3

META 3: Em observação a meta 3 a necessidade de conscientização perante a população de faixa etaria do ensino médio para debates referente a progressão de estudo, qualidade de vida, exercicio cidadão e custo aluno aos cofres públicos, porém destacamos que a oferta dessa etapa de escolarização não é de responsabilidade municipal, mas o Município oferta em contra partida a rede estadual, com transporte escolar a essa população pagamento de salários aos motoristas e custos de desgastes com a frota.

Ficha metodológica para o indicador 4A - base PNE	
Meta 4	Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
Indicador 4A Nacional	Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola
Indicador 4A Proposto	Nenhum.
Fórmula de cálculo	(População de 4 a 17 anos com deficiência de frequencia a escola / População de 4 a 17 anos com deficiência) x 100
Justificativa	Inviável. O relatório de linha de base 2014, primeiro ciclo, utiliza o Censo demográfico como fonte de dados. Contudo,as perguntas e as alternativas de resposta acerca de deficiências foram elaboradas de modo distinto nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Ausência de padronização/deficição conceitual, pois as fontes de dados sugeridas (Censo demográfico e escolar) possuem conceitos diferentes de deficiências. O censo demografico engloba todas as pessoas (matriculadas ou não) e o censo escolar apenas os matriculados. Não temos informações de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para as pessoas que estão fora da escola. Impossibilidade de desagregação municipal ano a ano.

Ficha metodológica para o indicador 4B - base PNE	
Meta 4	Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
Indicador 4B Nacional	Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica
Indicador 4B Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	(Matriculas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiênica, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação / Total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). A idade de referência utilizada nesse indicador é a variável (NU_IDADE) do Censo Escolar e as variaveis código de matrícula (ID_MATRICULA) e idade como sendo no ano de nascimento do aluno. Essa opção foi assumida para que esse indicador, cujos dados estão disponíveis para os municípios, ficasse igual ao nacional. Observa-se que, na série calculada nesse estudo, não é mostrado o indicador para 2014, pois a variável (IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA), necessária para se calcular o indicador, não foi identificada nos microdados, impossibilitando usar a metodologia para calcular o indicador para o ano de 2014. Portanto, foram calculados apenas os indicadores para os anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.* **PORÉM, A PARTIR DE 2021 OS ARQUIVOS DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DISPONIBILIZADOS PELO INEP, NÃO PERMITEM MAIS VERIFICAR DEFICIÊNCIAS E CRUZAMENTO DE GRUPOS DE IDADES COM TIPO DE CLASSES (SE ESPECIAIS OU EXCLUSIVAS). DESSA FORMA, O IPARDES CALCULOU OS INDICADORES ATÉ 2020. A PARTIR DE 2021, A FONTE DE DADOS** **UTILIZADA É O https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de monitoramento-do-pne, COM DADOS PUBLICADOS ATÉ 2023**

Dados / Indicadores: Indicador 4B											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador		70,6%	50,0%	66,7%	75,0%	70,0%	72,2%	55,6%	52,9%	38,9%	*

Ficha metodológica para o indicador 4C - base PNE	
Meta 4	Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
Indicador 4C Nacional	Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado.
Indicador 4C Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	(número de matrículas de turmas de escolarização em classes especiais ou escolas exclusivas ou cujo aluno está em turma de atendimento educacional especializado, da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação / Total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação) x 100
Comentário	Incluído e calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). * **DESSA FORMA, O IPARDES CALCULOU OS INDICADORES ATÉ 2020. A** **PARTIR DE 2021, A FONTE DE DADOS UTILIZADA É O https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a- informacao/dados-abertos/inep- data/painel-de-monitoramento-do-pne, COM DADOS PUBLICADOS ATÉ 2023**

Dados / Indicadores: Indicador 4C											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	73,0%	82,4%	90,9%	70,0%	54,5%	52,4%	27,8 %	66,7%	76,5%	94,4%	*
OBSERVAÇÃO META 7 - Meta 4: Em analise a meta 4 A, são inexistentes por isso não foi possivel ser mensurado, pois não possuem dados previstos devido a impossibilidade de desagregação municipal ano a ano. Utilização das variaveis do codigo de matricula, admite-se a idade como sendo no ano de nascimento do aluno. Essa opção foi assumida para que o indicador cujo os dados estão disponiveis para o municipio ficasse igual ao nacional. Vale destacar que no Municipio de Pinhal de São Bento, todos os alunos matriculados recebem o devido atendimento segundo suas necessidades para o desenvolvimento satisfatorio.											

Ficha metodológica para o indicador 5A - base PNE	
Meta 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
Indicador 5A Nacional	Proficiência dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em Leitura
Indicador 5A Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	Os resultados da ANA são apresentados em percentuais de estudantes em cada escala de proficiência.
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP) até 2016. **A partir de 2023, a Pesquisa Alfabetiza Brasil foi realizada pelo INEP determinou o ponto de corte que indica a alfabetização de uma criança ao final do 2º ano do ensino fundamental. O padrão nacional de desempenho da criança alfabetizada foi estabelecido em 743 pontos na escala do SAEB. A partir dessa definição, foi possível o INEP considerar os percentuais de estudantes que apresentaram desempenho igual ou superior ao do ponto de corte, publicando os resultados por município, por meio de um único INDICADOR CRIANÇA ALFABETIZADA.**

Dados / Indicadores: Indicador 5A					
Distribuição percentual dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental nos níveis de proficiência em leitura na ANA					
Ano	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 4**	
2014	3,9 %	29,4 %	47,1 %	19,6 %	
2016	9,5 %	38,1 %	47,6 %	4,8 %	
Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização					
2023	91,1 %				

2024		
Fonte: Indicador Criança Alabetizada INEP		

Ficha metodológica para o indicador 5B - base PNE	
Meta 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
Indicador 5B Nacional	Proficiência dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em Escrita
Indicador 5B Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	Os resultados da ANA são apresentados em percentuais de estudantes em cada escala de proficiência.
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP) até 2016. **A partir de 2023, a Pesquisa Alfabetiza Brasil foi realizada pelo INEP determinouo ponto de corte que indica a alfabetização de uma criança ao final do 2º ano do ensino fundamental. O padrão nacional de desempenho da criança alfabetizada foi estabelecido em 743 pontos na escala do SAEB.A partir dessa definição, foi possível o INEP considera os percentuais de estudantes que apresentaram desempenho igual ou superior ao do ponto de corte, publicando os resultados por município, por meio de um único INDICADOR CRIANÇA ALFABETIZADA.**

Dados / Indicadores: Indicador 5B						
Distribuição percentual dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental nos níveis de proficiência em escrita na ANA						
Ano	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 4**	**Nível 5**	
2014	5,9 %	3,9 %	5,9 %	60,8 %	23,5 %	
2016	4,8 %	14,3 %	0,0 %	81,0 %	0,0 %	
Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização						
2023	91,1 %					
2024						
Fonte: Indicador Criança Alabetizada INEP						

Ficha metodológica para o indicador 5C - base PNE	
Meta 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
Indicador 5C Nacional	Proficiência dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em Matemática
Indicador 5C Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	Os resultados da ANA são apresentados em percentuais de estudantes em cada escala de proficiência.
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP) até 2016. **A partir de 2023, a Pesquisa Alfabetiza Brasil foi realizada pelo INEP determinouo ponto de corte que indica a alfabetização de uma criança ao final do 2º ano do ensino fundamental. O padrão nacional de desempenho da criança alfabetizada foi estabelecido em 743 pontos na escala do SAEB.A partir dessa definição, foi possível o INEP considera os percentuais de estudantes que apresentaram desempenho igual ou superior ao do ponto de corte, publicando os resultados por município, por meio de um único INDICADOR CRIANÇA ALFABETIZADA.**

Dados / Indicadores: Indicador 5C					
Distribuição percentual dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental nos níveis de proficiência em matemática na ANA					
Ano	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 4**	
2014	3,8 %	30,8 %	21,2 %	44,2 %	
2016	14,6 %	34,1 %	24,4 %	26,8 %	
Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização					
2023	91,1 %				
2024					
Fonte: Indicador Criança Alabetizada INEP					

OBSERVAÇÕES META 5

- Meta 5: Na meta 5 a equipe avaliadora percebeu que os resultados alcançados nessas avaliações em cada nível de indicador a grande maioria dos estudantes do terceiro ano encontram-se nos níveis básico de aprendizagem. No que tange aos esforços municipais relata-se que os investimentos e instrumentos necessários estão sendo disponibilizados, as escolas e professores, porém os resultados apresentados nas avaliações diagnosticas reforçam ao município a ter um olhar mais apurado para essas turmas, assim considera-se a necessidade de melhorias nos índices. Alguns pontos tem contribuído para a melhora dos índices estabelecidos na meta como, a oferta de transporte escolar, acompanhamento do processo de alfabetização das crianças, a oferta de vagas suficiente, bem como, professores qualificados, alimentação escolar de boa qualidade e a adesão do Município aos programas Tempo de Aprender, Educa Junto em que a grande maioria dos professores alfabetizadores do município estão participando. Informa-se que nos anos

subseqüentes não houve o processo da prova Ana, desta forma não foi apurado indicador.

Ficha metodológica para o indicador 6A - base PNE

Meta 6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.
Indicador 6A Nacional	Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral
Indicador 6A Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	(Número de alunos ETI / Número de alunos matriculados na educação básica pública) x 100
Comentários	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).**Público Alvo da ETI =** são os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são em escola pública, presenciais e não pertencem à Educação de Jovens e Adultos nem à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, oferecida na forma Subsequente ou Concomitante; **Jornada de Tempo Integral** = é a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias, contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarizaçãodo aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de Atividade Complementar (AC) e/ou de Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizadas em instituições públicas e/ou privadas.

Dados / Indicadores: Indicador 6A											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	56,3%	34,2%	23,0%	17,7%	20,7%	21,4%	19,5 %	17,1%	19,5%	22,41%	80,5%

Ficha metodológica para o indicador 6B - base PNE	
Meta 6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.
Indicador 6B Nacional	Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral.
Indicador 6B Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	(Número de escolas que possuem pelo menos 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral / Número de escolas que possuem pelo menos um aluno do público alvo da ETI) X 100
Comentários	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).**Público Alvo da ETI =** são os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são em escola pública, presenciais e não pertencem à Educação de Jovens e Adultos nem à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, oferecida na forma Subsequente ou Concomitante; **Jornada de Tempo Integral =** é a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias, contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarizaçãodo aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de Atividade Complementar (AC) e/ou de Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizadas em instituições públicas e/ou privadas. * **PORÉM, A PARTIR DE 2021 OS ARQUIVOS DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DISPONIBILIZADOS PELO INEP, NÃO PERMITEM MAIS VERIFICAR A MAIOR PARTE DAS VARIÁVEIS E REALIZAR O CRUZAMENTO DE DADOS POR ESCOLA E MUNICÍPIO. DESSA FORMA, O IPARDES CALCULOU OS INDICADORES ATÉ** **2020. A PARTIR DE 2021, A FONTE DE DADOS UTILIZADA É O https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a** **informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne, COM DADOS PUBLICADOS ATÉ 2023**

Dados / Indicadores: Indicador 6B											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	100,0%	66,7%	33,3%	33,3%	33,3%	33,3%	33,3%	33,3%	33,3%	33,3%	*

OBSERVAÇÕES META 6

- Meta 6: Em análise a meta 6 verificou-se que a educação em tempo integral está sendo ofertada para os alunos em faixa-etária de 1 à 5 anos e 11 meses de idade nos

Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's). E no ensino Fundamental anoas iniciais para alunos de 1º ao 5º ano tambem em tempo integral bem como nos anos finais do ensino fundamental então verificou-se que alunos do CMEI, ensino fundamental anos iniciais e finais estão em tempo integral na escola.

Ficha metodológica para o indicador 7A - base PNE	
Meta 7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB nos anos 2015, 2017, 2019 e 2021, com respeito aos anos iniciais do ensino fundamental, respectivamente: 5,2 - 5,5 - 5,7 - 6,0;

	aos anos finais do ensino fundamental: 4,7 - 5,0 - 5,2 - 5,5; e ao ensino médio: 4,3 - 4,7 - 5,0 - 5,2.
Indicador 7A Nacional	Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental
Indicador 7A Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	Taxa média de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental x Proficiência média padronizada dos alunos do 5º ano do ensino fundamental nas avaliações do Saeb
Comentários	Já calculado e disponibilizado pelo INEP.

Dados / Indicadores: Indicador 7A						
Ano	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**	**2023**
Indicador	5,2	***	6,8	7,1	6,2	6,5

Ficha metodológica para o indicador 7B - base PNE	
Meta 7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB nos anos 2015, 2017, 2019 e 2021, com respeito aos anos iniciais do ensino fundamental, respectivamente: 5,2 - 5,5 - 5,7 - 6,0; aos anos finais do ensino fundamental: 4,7 - 5,0 - 5,2 - 5,5; e ao ensino médio: 4,3 - 4,7 - 5,0 - 5,2.
Indicador 7B Nacional	Ideb dos anos finais do ensino fundamental
Indicador 7B Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	Taxa média de aprovação nos anos finais do ensino fundamental x Proficiência média padronizada dos alunos do 9º ano do ensino fundamental nas avaliações do Saeb
Comentários	Já calculado e disponibilizado pelo INEP.

Dados / Indicadores: Indicador 7B						
Ano	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**	**2023**
Indicador	3,5	4,2	4,3	4,8	5,1	5,5

Ficha metodológica para o indicador 7C - base PNE	
Meta 7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB nos anos 2015, 2017, 2019 e 2021, com respeito aos anos iniciais do ensino fundamental, respectivamente: 5,2 - 5,5 - 5,7 - 6,0; aos anos finais do ensino fundamental: 4,7 - 5,0 - 5,2 - 5,5; e ao ensino médio: 4,3 - 4,7 - 5,0 - 5,2.
Indicador 7C Nacional	Ideb do ensino médio
Indicador 7C Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	Taxa média de aprovação do ensino médio x Proficiência média padronizada dos alunos da 3ª série do ensino médio na avaliação do Saeb
Comentários	Já calculado e disponibilizado pelo INEP. Disponível a partir de 2017.

Dados / Indicadores: Indicador 7C				
Ano	**2017**	**2019**	**2021**	**2023**
Indicador	2,9	*	*	5,1

OBSERVAÇÕES META 7

- Meta 7: Esta meta foi atingida, porém para manter será preciso apoio técnico e financeiro voltados para a melhoria da gestão educacional, à formação de professores e de pessoal operacional e da melhoria da infraestrutura escolar, garantir o transporte gratuito para todos os estudantes. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas; fomentar tecnologias educacionais e inovações das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a melhoria da aprendizagem do alunado; apoiar a gestão escolar mediante a transferência direta de recursos à escola; outras estratégias voltadas para a necessária infraestrutura material e humana que propicie atingir as médias estabelecidas no quadro acima: atendimento ao estudante em todas as etapas da educação básica, aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos às escolas, políticas de combate a violência, políticas de inclusão e

permanência na escola.

Ficha metodológica para o indicador 8A - base PNE	
Meta 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Indicador 8A Nacional	Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade
Indicador 8A Proposto	Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 24 anos de idade e de 25 a 29 anos de idade
Fórmula de cálculo do indicador Nacional	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / Total da população de 18 a 29 anos de idade
Justificativa	Informação disponível somente para anos censitários. Dado Censitário, até o momento, divulgado em faixas etárias menores que a solicitada pelo indicador. Microdados até o momento (maio de 2025) não disponibilizados. Fonte: publicação "Educação: Resultados preliminares da amostra", do Censo Demográfico de 2022 (IBGE).

Dados / Indicadores: Indicador 8A		
Ano	**2022**	
Grupo de idade	**18 a 24 anos**	**25 a 29 anos**
Indicador	12,1	12,3

Ficha metodológica para o indicador 8B - base PNE	
Meta 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Indicador 8B Nacional	Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural
Indicador 8B Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade residente no campo / População de 18 a 29 anos de idade residente no campo.
Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas na faixa etária selecionada. Informação disponível somente para anos censitários. Dados do Censo Demográfico 2022 ainda não divulgados (maio de 2025) com a desagregação de educação por situação do domicílio (urbana e rural).

Ficha metodológica para o indicador 8C - base PNE	
Meta 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Indicador 8C Nacional	Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)
Indicador 8C Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres / População de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres
Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe anos de estudos todas as pessoas. Informação disponível somente para anos censitários. Mesmo para Estado o coeficiênte de variação da PNAD não recomenda desagregação para essa faixa etária, seguida de faixas de rendimento. Dados do Censo Demográfico 2022 ainda não divulgados (maio de 2025) com a desagregação de educação por faixas de rendimentos

Ficha metodológica para o indicador 8D - base PNE	
Meta 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Indicador 8D Nacional	Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos
Indicador 8D Proposto	Escolaridade média, nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, segundo cor ou raça
Fórmula de cálculo do indicador Nacional	Soma dos anos de estudo de negros 'pretos e pardos' na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / População de negros 'pretos e pardos' de 18 a 29 anos de idade // Soma dos anos de estudos de não negros 'brancos e amarelos' na faixa etária de 18 a 29 anos de idade / população de não negros 'brancos e amarelos' de 18 a 29 anos de idade
Justificativa	Microdados do Censo Demográfico 2022 ainda não divulgados. Tabelas disponíveis, até o momento (maio de 2025), permitem apenas dados agregados que não possibilitam a reprodução do indicador proposto pelo PNE.

Dados / Indicadores: Indicador 8D												
Ano	**2022**											
Grupo de idade	**18 a 24 anos**						**25 a 29 anos**					
Cor ou raça	**Total**	**Branca**	**Preta**	**Amarela**	**Parda**	**Indígena**	**Total**	**Branca**	**Preta**	**Amarela**	**Parda**	**Indígena**
Indicador	12,1	12,2	14,8	-	11,6	-	12,3	13,2	8	-	9,8	-

Ficha metodológica para o indicador 9A - base PNE	
Meta 9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
Indicador 9A Nacional	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade
Indicador 9A Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(População com 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever / Total da população com 15 anos ou mais de idade) x 100
Justificativa	Calculado conforme Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2024 (INEP). Dado disponiblizado pelo IBGE em 2025

Dados / Indicadores: Indicador 9A		
Ano	**2022**	
Indicador	90,5%	

Ficha metodológica para o indicador 9B - base PNE	
Meta 9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
Indicador 9B Nacional	Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade
Indicador 9B Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(População de 15 anos ou mais de idade que não concluiu os anos iniciais do ensino fundamental ou não sabe ler/escrever / Total da população com 15 anos ou mais de idade) x 100
Justificativa	Inviável. Não existe dado público municipal e anual que informe a escolaridade dos indivíduos, uma vez que "analfabetismo funcional" foi conceituado no PNE em Movimento como baixa escolaridade .Informação disponível somente para anos censitários. Dados de 2022 ainda não divulgados (maio de 2025) com a desagregação de idade e etapa de ensino exigida pelo indicador.

OBSERVAÇÕES META 9

- Meta 9: Os indicadores da Meta estão zerados, pois não existe a oferta desta modalidade de ensino no município de Pinhal de São Bento.

Ficha metodológica para o indicador 10A - base PNE	
Meta 10	Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
Indicador 10A Nacional	Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional
Indicador 10A Proposto	Replicar o nacional.
Fórmula de cálculo	(Matrículas da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio integrada à Educaçao Profissional / Total de matrículas da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio) x 100
Comentário.	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

Dados / Indicadores: Indicador 10A											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0%	0,0 %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica											
"-" Não existe oferta de Modalidade EJA											
OBSERVAÇÕES META 10 - Meta 10: Os indicadores da Meta 10 estão zerados, pois não existe a oferta desta modalidade de ensino no município de Pinhal de São Bento.											

Ficha metodológica para o indicador 11A - base PNE	
Meta 11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
Indicador 11A Nacional	Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio
Indicador 11A Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	Total de Matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Comentário.	Calculado conforme Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2024 (INEP).

Dados / Indicadores: Indicador 11A											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ficha metodológica para o indicador 11B - base PNE	
Meta 11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
Indicador 11B Nacional	Participação do segmento público na expansão da EPT de Nível Médio
Indicador 11B Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	((Matrículas no ano - matrículas em 2013) público / (Matrículas no ano - matrículas em 2013) total)) x 100
Comentário.	Calculado conforme Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2024 (INEP). Condicionante do Indicador 11B: sua fórmula só é aplicável quando, no período analisado, houver expansão (positiva) de matrículas.

Dados / Indicadores: Indicador 11B											
Ano	Expansão 2013-2014	Expansão 2013-2015	Expansão 2013-2016	Expansão 2013-2017	Expansão 2013-2018	Expansão 2013-2019	Expansão 2013-2020	Expansão 2013-2021	Expansão 2013-2022	Expansão 2013-2023	Expansão 2013-2024
Indicador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas:											
- (sem oferta)											

Ficha metodológica para o indicador 11C - base PNE	
Meta 11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
Indicador 11C Nacional	Expansão acumulada da EPT de Nível Médio pública
Indicador 11C Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	((Matrículas no ano - matrículas em 2013) público / (Matrículas em 2013) público)) x 100
Comentário.	Calculado conforme Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2024 (INEP). Corrigindo a fórmula, ignorando o -1.

Dados / Indicadores: Indicador 11C											
Ano	Expansão 2013-2014	Expansão 2013-2015	Expansão 2013-2016	Expansão 2013-2017	Expansão 2013-2018	Expansão 2013-2019	Expansão 2013-2020	Expansão 2013-2021	Expansão 2013-2022	Expansão 2013-2023	Expansão 2013-2024
Indicador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OBSERVAÇÕES META 11 - Meta 11: Nosso município não oferta Educação Profissional.											

Ficha metodológica para o indicador 12A - base PNE	
Meta 12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
Indicador 12A Nacional	Taxa bruta de matrículas na graduação
Indicador 12A Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Total da população que frequenta cursos de graduação / Total da população de 18 a 24 anos) x 100
Justificativa	Inviável para município: A) PNAD é pesquisa amostral; B) Censo educação Superior não informa endereço do aluno; usar endereço da matrícula concentrará no município a faixa etária dos estudantes que se delocam para estudo; C) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seu território.

Ficha metodológica para o indicador 12B - base PNE	
Meta 12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
Indicador 12B Nacional	Taxa líquida de escolarização na educação superior
Indicador 12B Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação / Total da população de 18 a 24 anos) x 100

Justificativa	Inviável para município. A) PNAD é pesquisa amostral; B) Censo educação Superior não informa endereço do aluno; usar endereço da matrícula concentrará no município a faixa etária dos estudantes que se delocam para estudo; C) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seu território.

Ficha metodológica para o indicador 12C - base PNE	
Meta 12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
Indicador 12C Nacional	Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação
Indicador 12C Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Variação das matrículas em cursos de graduação de IES públicas no período / Variação total das matrículas em cursos de graduação no período) x 100
Justificativas	Inviável para município. a) Menor nível de desagregação do indicador pela Nota Técnica do Inep é "Unidade da Federação"; b) Grande parte dos municípios não possuem nível superior em seu território; c) Alguns possuem apenas ensino superior privado, resultando em divisão por zero no setor público; d) Em 2014, 80 municipios paranaenses possuem ensino superior presencial e 127 ensino superior a distância; e) não existe uma variável chave comum para municípios em modalidade de ensino; após unir aquivos "ALUNOS", "CURSOS" e "LOCAL OFERTA": usar CO_MUNICIPIO_CURSO para modalidade presencial e CO_MUNICIPIO_LOCAL_OFERTA para modalidade ensino a distância.
OBSERVAÇÕES META 12: - Meta 12: A implementação da Meta 12 não é de competência do município, vale destacar também que embora não exista um indicador oficial para essa meta percebe-se um movimento dos estudantes a cada ano em número maior que ingressam nas universidades, principalmente da faixa etária de 17 a 25 anos.	

Ficha metodológica para o indicador 13A - base PNE	
Meta 13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
Indicador 13A Nacional	Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior
Indicador 13A Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Docentes com mestrado ou doutorado na Educação Superior / Total de docentes na Educação Superior) x 100
Justificativa.	Não se aplica a municípios.
Comentário	Não se aplica a todos os municípios. O limitador é que o indicador só é possíveis ser replicado para municípios em que há oferta da educação superior. Ainda assim, o dado é pouco fidedigno pois o professor pode ou não residir no mesmo município da instituição de ensino superior. A fonte de dados é o Censo do Ensino Superior do INEP. A alternativa seria não medir o indicador para município, pois não avalia o alcance da meta no âmbito municipal.

Ficha metodológica para o indicador 13B - base PNE	
Meta 13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
Indicador 13B Nacional	Percentual de docentes com doutorado na educação superior
Indicador 13B Proposto	Nenhum.
Fórmula de cálculo	(Docentes com doutorado na Educação Superior / Total de docentes na Educação Superior) x 100
Justificativa.	Não se aplica a municípios.
Comentário	Não se aplica a todos os municípios. O limitador é que o indicador só é possíveis ser replicado para municípios em que há oferta da educação superior. Ainda assim, o dado é pouco fidedigno pois o professor pode ou não residir no mesmo município da instituição de ensino superior. A fonte de dados é o Censo do Ensino Superior do INEP. A alternativa seria não medir o indicador para município, pois não avalia o alcance da meta no âmbito municipal.

Ficha metodológica para o indicador 14A - base PNE

Meta 14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
Indicador 14A Nacional	Número de títulos de mestrado concedidos por ano
Indicador 14A Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Títulos de mestrado concedidos por ano no País.
Justificativa	Não se aplica a municípios.
Comentário	Não se aplica a todos municípios. O limitador para o indicador, é que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulga o dado apenas para o estado, ressaltando-se que esse dado se refere ao estado onde foi concedido o título. O dado não é disponível para municípios.

Ficha metodológica para o indicador 14B - base PNE	
Meta 14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
Indicador 14B Nacional	Número de títulos de doutorado concedidos por ano..
Indicador 14B Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Número de títulos de doutorado concedidos por ano
Justificativa	Não se aplica a municípios.

Comentário	Não se aplica a todos os municípios. O limitador para o indicador, é que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulga o dado apenas para o estado, ressaltando-se que esse dado se refere ao estado onde foi concedido o título. O dado não é disponível para municípios.

OBSERVAÇÕES META 14:

- Meta 14: Nessa meta não foi possível apurar um indicador oficial, porém percebe-se que na classe dos professores há uma parcela destes docentes que procuram esse nível de estudo, mas não sendo possível apurar um percentual para essa população, considerando a oferta desse nível não se aplica ao município.

Ficha metodológica para o indicador 15A - base PNE	
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Indicador 15A Nacional	Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam
Indicador 15A Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências da educação infantil) x 100
Comentário.	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

Dados / Indicadores: Indicador 15A											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	77,8%	80,0%	100,0%	86,7%	94,1%	100,0%	95,2%	92,6%	88,9%	89,3%	75,6%

Ficha metodológica para o indicador 15B - base PNE	
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Indicador 15B Nacional	Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.
Indicador 15B Proposto	Replicar o nacional

Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências dos anos iniciais do ensino fundamental) x 100
Comentário.	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

Dados / Indicadores: Indicador 15B											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	95,2%	82,7%	82,3%	74,7%	78,5%	81,0%	78,1%	91,8%	86,4%	81,3%	80,0%

Ficha metodológica para o indicador 15C - base PNE	
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Indicador 15C Nacional	Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.
Indicador 15C Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências dos anos finais do ensino fundamental) x 100
Comentário.	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

Dados / Indicadores: Indicador 15C											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	61,5%	81,2%	91,5%	93,2%	75,0%	85,0%	84,3%	66,2%	58,8%	70,8%	66,0%

Ficha metodológica para o indicador 15D - base PNE	
Meta 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Indicador 15D Nacional	Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.
Indicador 15D Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam / Quantidade total de docências do ensino médio) x 100
Comentário.	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP).

Dados / Indicadores: Indicador 15D											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	82,8%	83,1%	81,1%	83,3%	77,1%	74,0%	73,6%	63,9%	55,7%	80,6%	57,1%

Ficha metodológica para o indicador 16A - base PNE	
Meta 16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
Indicador 16A Nacional	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.
Indicador 16A Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(Professores com pós-graduação / Total de professores) x 100

Comentário.	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). *** PORÉM, A PARTIR DE 2021 OS ARQUIVOS DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DISPONIBILIZADOS PELO INEP, NÃO PERMITEM VERIFICAR A PÓS GRADUAÇÃO POR PROFESSOR, APENAS OS TOTAIS (ASSIM, UM PROFESSOR QUE POSSUA ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO SERIA CONTABILIZADO TRÊS VEZES. VÁRIOS MUNICÍPIOS FICARAM COM MAIS DE 100% DOS PROFESSORES PÓS-GRADUADOS). DESSA FORMA, PARA OS MUNICÍPIOS, A SÉRIE HISTÓRICA FICA INTERROMPIDA EM 2021 POR FALTA DE DADOS**

Dados / Indicadores: Indicador 16A											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	94,9%	97,5%	95,7%	98,0%	100,0%	98,2%	100,0%	*	*	*	*

Ficha metodológica para o indicador 16B - base PNE	
Meta 16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
Indicador 16B Nacional	Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada
Indicador 16B Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(Professores com formação continuada / Total de professores) x 100
Comentário.	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). *** PORÉM, A PARTIR DE 2021 OS ARQUIVOS DE DADOS DO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DISPONIBILIZADOS PELO INEP, NÃO POSSUEM INFORMAÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA. DESSA FORMA, PARA OS MUNICÍPIOS, A SÉRIE HISTÓRICA FICA INTERROMPIDA EM 2021 POR FALTA DE DADOS**

Dados / Indicadores: Indicador 16B											
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Indicador	97,4%	87,5%	91,3%	89,8%	92,3%	92,9%	93,8%	*	*	*	*

OBSERVAÇÕES META 16

- Meta 16: Em análise a meta 16 constatou-se que a formação dos profissionais da educação no município, embora que os dados em relação aos professores municipais estejam considerados como satisfatórios, mediante a apuração junto ao RH municipal. Observa-se essa condição dada a situação dos professores da rede estadual que oferta os anos finais e ensino médio, muitos que atuam

como docentes ainda são estudantes universitários e entram na rede puxando estes indicadores para baixo por ainda não estarem formados e trabalharem em regime de PSS temporários.

Ficha metodológica para o indicador 17A - base PNE	
Meta 17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
Indicador 17 A Nacional	Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo.
Indicador 17 Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com nível superior completo / Rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados com o mesmo nível de escolaridade) x 100
Justificativa	Inviável para município. A) PNAD é pesquisa amostra, não identificando-se, portanto, fonte de dados publicados, desagregados e atualizados por município sobre rendimento médio de profissionais do magistério e demais profissionais assalariados; B) Todos os professores estaduais encontram-se registrados na capital do estado (Curitiba) constata-se ausência de informações parciais dos municípios relativas aos registros para professores na rede municipal.

OBSERVAÇÕES META 17

- Meta 17: O município já possui Plano de Carreira que contempla a valorização profissional, pretende-se acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial profissional dos profissionais do magistério público da educação básica e acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores, com base nas pesquisas do IBGE; implementação gradual, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Ficha metodológica para o indicador 18A - base PNE	
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
Indicador 18A Nacional	Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais do magistério
Indicador 18A Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Unidades federativas com PCR vigentes / Total de unidades federativas) x 100
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Ficha metodológica para o indicador 18B - base PNE	
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
Indicador 18B Nacional	Percentual de unidades federativas que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos
Indicador 18B Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	Unidades federativas que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos / Total de unidades federativas) x 100
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Ficha metodológica para o indicador 18C - base PNE	
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
Indicador 18C Nacional	Percentual de unidades federativas que atendem ao PSNP
Indicador 18C Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Unidades federativas que atendem ao PSNP / Total de unidades federativas) x 100
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação.

Ficha metodológica para o indicador 18D - base PNE	
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
Indicador 18D Nacional	Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério
Indicador 18D Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(unidades federativas com PCR vigentes para profissionais da educação que não integram o magistério / total de unidades federativas) x 100
Comentário	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Ficha metodológica para o indicador 18E - base PNE	
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
Indicador 18E Nacional	Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério
Indicador 18E Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(Municípios com PCR vigentes / Total de municípios) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2024 (INEP). Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE. **Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS que não possuem esse suplemento, não disponibilizam os dados para o indicador.**

Dados / Indicadores: Indicador 18E			
Ano	**2014**	**2018**	**2021**
Indicador	Sim	Sim	Sim

Ficha metodológica para o indicador 18F - base PNE	
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
Indicador 18F Nacional	Percentual de municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos
Indicador 18F Proposto	Replicar o nacional
Fórmula de cálculo	(Municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para a atividade de interaçao com os educandos / Total e municípios) x 100
Comentário	Calculado conforme Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2024 (INEP). Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE. **Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS que não possuem esse suplemento, não disponibilizam os dados para o indicador.**

Dados / Indicadores: Indicador 18F		
Ano	**2018**	**2021**
Indicador	Não	Sim

Variáveis	Fontes	Instituições
MEDU20	MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais	IBGE

Ficha metodológica para o indicador 18G - base PNE	
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
Indicador 18G Nacional	Percentual de municípios que atendem ao PSNP
Indicador 18G Proposto	Municípios com PSNP definido em lei municipal
Conceitos e definições	Verifica se o Piso salarial da carreira do magistério público está definido em lei municipal
Fórmula de cálculo	Não se aplica.
Unidade de medida	Dicotômica (sim ou não) acerca da existência da Lei no município
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	
Níveis de desagregação	Municípios.
Periodicidade de atualização	Indeterminada.
Desvantagens	Não permite verificar se os valores do PSNP estão sendo efetivamente pagos.
Vantagens	Proporciona acompanhar a existência de Lei Municipal
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE - 2018. **Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS que não possuem esse suplemento, não disponibilizam os dados para o indicador.**

Dados / Indicadores: Indicador 18G	
Ano	**2018**
Indicador	Sim

Variáveis	Fontes	Instituições
MEDU21	MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais	IBGE

Ficha metodológica para o indicador 18H - base PNE	
Meta 18	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
Indicador 18H Nacional	Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério
Indicador 18H Proposto	Municípios com PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério
Conceitos e definições	Verifica existência de Plano de Carreira vigente para os profissionais da educação não docentes
Fórmula de cálculo	Não se aplica.
Unidade de medida	Dicotômica (sim ou não) acerca da existência da Lei no município
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	
Níveis de desagregação	Municípios.
Periodicidade de atualização	Indeterminada.
Vantagens	Proporciona acompanhar a existência de Lei Municipal
Comentário	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).
Comentário	Calculado conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - 2020 (INEP). Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais/IBGE - 2018. **Os dados são provenientes da MUNIC, cujo Suplemento Educação ocorre em periodicidade irregular e por solicitação do MEC. As MUNICS que não possuem esse suplemento, não disponibilizam os dados para o indicador.**

Dados / Indicadores: Indicador 18H			
Ano	**2018**	**2021**	
Indicador	Sim	Sim	

Ficha metodológica para o indicador 19A - base PNE	
Meta 19	assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da união para tanto
Indicador 19A Nacional	Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.
Indicador 19A Proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar / Quantidade total de escolas públicas) x 100

Comentário	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). *** Porém, a partir de 2021 os arquivos de dados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo INEP, não publicou as informações sobre de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar. DESSA FORMA, O IPARDES CALCULOU OS INDICADORES ATÉ 2020. A PARTIR DE 2021, A** **FONTE DE DADOS UTILIZADA É O https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados- abertos/inep-data/painel-de- monitoramento-do-pne, COM DADOS PUBLICADOS ATÉ 2023**

Dados / Indicadores: Indicador 19A				
Ano	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Indicador	0,0 %	0,0%	0,0%	0,0%

Ficha metodológica para o indicador 19B - base PNE	
Meta 19	assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da união para tanto
Indicador 19B Nacional	Percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmio estudantil) nas escolas públicas brasileiras
Indicador 19B Proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) existentes nas escolas públicas de educação básica / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) nas escolas públicas de educação básica) x 100
Comentário	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP).

Dados / Indicadores: Indicador 19B					
Ano	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2023**
Indicador	77,8 %	66,7%	66,7%	77,8%	77,8%

Ficha metodológica para o indicador 19C - base PNE	
Meta 19	Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da união para tanto
Indicador 19C Nacional	Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nas unidades federativas.
Indicador 19C Proposto	Nenhum
Fórmula de cálculo	(Quantidade de órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes nas unidades federativas / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nas unidades federativas) x 100
Justificativa	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Ficha metodológica para o indicador 19D - base PNE	
Meta 19	Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da união para tanto
Indicador 19D Nacional	Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas.
Indicador 19D Proposto	Nenhum

Fórmula de cálculo	(Quantidade de oferta de infraestrutra e de capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas / Quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas) x 100
Justificativa	Não se aplica a municípios. Esse indicador se refere à situação nos estados da federação

Ficha metodológica para o indicador 19E - base PNE	
Meta 19	assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da união para tanto
Indicador 19E Nacional	Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nos municípios.
Indicador 19E Proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade de órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes no município / Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nos municípios) x 100
Comentário	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). *** O indicador 19E não foi atualizado entre 2019 e 2020 porque o IBGE não publicou novas informações depois de 2018 sobre quantidade de órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) no municípios. Dessa forma, para os municípios, a série histórica fica interrompida e a última informação é de 2021.**

Dados / Indicadores: Indicador 19E			
Ano	**2018**	**2021**	
Indicador	100,0 %	75,0 %	

Ficha metodológica para o indicador 19F - base PNE	
Meta 19	assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da união para tanto
Indicador 19F Nacional	Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros de Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios.
Indicador 19F Proposto	Replicar o Nacional
Fórmula de cálculo	(Quantidade de oferta de infraestrutra e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar pelos municipios / Quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípos) x 100
Comentário	Incluído conforme Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP). *** Porém, O indicador 19F não foi atualizado em 2019 e 2020, porque o IBGE não publicou novas informações nesses anos sobre quantidade de oferta de infraestrutra e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) no municípios. Dessa forma, o dado publicado pelo IBGE mais recente é 2021.**

Dados / Indicadores: Indicador 19F		
Ano	**2018**	**2021**
Indicador	50,0 %	0,0 %
OBSERVAÇÕES META 19 - Meta 19: A gestão democratica em nossa Rede Municipal de Ensino, a partir do ano 2022 houve-se a mudança voltada para a gestão democratica. Os interessados a direção das unidades escolares, passarão por avaliação de critérios técnicos de mérito e desempenho, e depois foram indicados por portaria de nomeação pelo executivo municipal.		

Variáveis	Fontes	Instituições
Produto Interno Bruto a Preços Correntes	Base de dados do Estado	IPARDES
Despesas por Função - Educação	Base de dados do Estado	IPARDES

Ficha metodológica para o indicador 20A - base PNE	
Meta 20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do produto interno bruto - PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio
Indicador 20A Nacional	Gasto público em educação pública em proporção ao PIB
Indicador 20A Proposto	Percentual de despesa orçamentária pública municipal em educação em relação ao produto interno bruto (PIB) municipal (a preços correntes).
Conceitos e definições	Mensura a participação das despesas municipais em educação no PIB municipal.
Fórmula de cálculo	(Despesa orçamentária pública municipal em educação / Produto interno bruto) X 100
Unidade de medida	%despesas/PIB .
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	
Níveis de desagregação	Estado e municípios.
Periodicidade de atualização	Anual
Desvantagens	a) Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo INEP, devido a dificuldade de localização de dados referente a recursos federais e estaduais, das diferentes fontes e transferências, de forma a não contabilizar de forma duplicada no município. Assim não contempla a totalidade dos recursos publicos investidos em educação; b) Abarca os gastos publicos municipais em educação privada, via convênios, acordos de cooperação técnica, atendimento indireto, etc. ***O ÚLTIMO PIB MUNICIPAL DIVULGADO FOI EM 2021. O IBGE ESTÁ REVISANTO A METODOLOGIA PARA ESTA INFORMAÇÃO. OS DADOS DAS FINANÇAS MUNICIPAIS DE 2024 NÃO FORAM HOMOLOGADOS ATÉ MAIO DE 2025**
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho das despesas municipais públicas.

Dados / Indicadores: Indicador 20A								
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Indicador	7,0 %	7,3 %	6,7 %	7,4 %	8,1 %	6,8 %	5,4 %	4,3 %

Variáveis	Fontes	Instituições
Despesas Totais	Base de dados do Estado	IPARDES
Despesas por Função - Educação	Base de dados do Estado	IPARDES

Ficha metodológica para o indicador 20B - base PNE	
Meta 20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do produto interno bruto - PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio
Indicador 20B Nacional	Gasto público em proporção ao PIB
Indicador 20B Proposto	Percentual da despesa liquidada em educação no orçamento liquidado total.

Conceitos e definições	Mensura a participação das despesas municipais em educação no orçamento público municipal.
Fórmula de cálculo	(Despesa orçamentária pública municipal em educação / Orçamento público municipal) X 100
Unidade de medida	% de despesas
Variáveis que compõem o indicador, suas respectivas fontes e instituições produtoras	
Níveis de desagregação	Estado e municípios.
Periodicidade de atualização	Anual
Desvantagens	Não segue a fonte oficial de dados sugerida pelo INEP, devido a dificuldade de localização de dados referente a recursos federais e estaduais, das diferentes fontes e transferências, de forma a não contabilizar de forma duplicada no município. Assim não contempla a totalidade dos recursos publicos investidos em educação. ***O ÚLTIMO PIB MUNICIPAL DIVULGADO FOI EM 2021. O IBGE ESTÁ REVISANTO A METODOLOGIA PARA ESTA INFORMAÇÃO. OS DADOS DAS FINANÇAS MUNICIPAIS DE 2024 NÃO FORAM HOMOLOGADOS ATÉ MAIO DE 2025**
Vantagens	Proporciona acompanhar o desempenho das despesas municipais públicas.

Dados / Indicadores: Indicador 20B										
Ano	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**
Indicador	25,5 %	23,0 %	22,9 %	24,3 %	23,4 %	24,3 %	21,5 %	21,9 %	20,2 %	22,7 %
OBSERVAÇÕES META 20 - Meta 20: A meta 20 estabelece a garantia da aplicação de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos impostos municipais na educação, elevando esses percentuais quando buscar outras fontes federais e estaduais para aplicação na educação municipal. O município de Pinhal de São Bento tem aplicado 25% da receita de impostos na educação. A aplicação integral e exclusiva dos 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos na educação tem contribuído para alem e do pagamento em dia de todos os										

CONCLUSÃO

Diante das metas aqui apresentadas e avaliadas através de dados e constatações é possível apontar algumas análises necessárias para este registro. Uma delas diz respeito à questão orçamentária. No contexto histórico de construção do Plano, a realidade econômica do país apresentava uma condição favorável quanto a investimentos significativos no campo da educação. Porém, a realidade vivida no contexto social, político e econômico do país durante o período acima analisado, passou por inúmeras crises financeiras e institucionais que fizeram com que os investimentos em Educação fossem revistos e repensados, exigindo mudanças drásticas na concretização de inúmeras metas do Plano. Tal quadro por si só se justifica a não realização de algumas metas. Outro aspecto que aqui cabe ressaltar refere-se à questão das articulações institucionais muitas vezes pontuadas pelo Plano.

Tais articulações não se concretizaram, causando um atraso considerável na evolução e não execução das metas. É urgente um trabalho interinstitucional a fim de acontecer um diálogo conciso entre as várias instancias, a fim de garantir a execução de parte do plano e, com isso, promover avanços significativos e quantificáveis na área educativa. Quanto aos dados aqui utilizados para desenhar os avanços das metas, é importante frisar que são carentes de maiores fontes confiáveis e atuais. Diversos dados necessários para uma boa análise do quadro educacional ficaram por serem realizadas, pois não existem informações estatísticas sólidas e de fácil acesso que permitam um olhar sobre a realidade atual e seu progresso quanto o período de vigência do Plano.

Por fim, é importante registrar que, como o Plano Municipal de Educação é um Plano territorial, algumas metas não são de competência municipal. Outras, são compartilhadas com outras esferas. Isto dificulta a gerência e o cumprimento das metas, uma vez que não se pode haver uma interferência direta nas demais autarquias. Cabe destacar aqui, novamente, a necessidade de uma metodologia concisa de articulações institucional entre os diversos níveis administrativos: municipal, estadual, federal e iniciativa privada.

ANEXOS

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:7FD18A6B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE RH
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023 EDITAL 040/2025-CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 040/2025

CONCURSO 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO:

SÚMULA: Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Municipal Edital nº 001/2023, 25 de Outubro de 2023, para o cargo **RECEPCIONISTA 40 h,** dá outras providências:

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º - Ficam convocados para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, no Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, na Rua Prefeito Neuri Baú, 975, Centro, no prazo de 05 (cinco) dias, no horário das 07:30 as 11:30hrs e das 13:00 as 17:00hrs, os candidatos aprovados no Concurso Publico 001/2023, na forma constante no anexo, que fica fazendo parte integrante do Edital nº 001/2023, de 25 de Outubro de 2023, para apresentar documentação constante do Edital, para fins de nomeação:

RECEPCIONISTA 40 h – ampla concorrência

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA NASCIMENTO	CARGO	RESULTADO	TOTAL	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CLASSIFICAÇÃO
84800110	EDUARDA LOUBACH TELLES	24/03/2005	RECEPCIONISTA	APROVADO	70,00	15,00	3,00	4,00	48,00	**28**

Art. 2º - O candidato que regularmente convocado deixar de comparecer perderá a sua vaga e novo Edital de convocação será expedido, observando-se a ordem de classificação, o mesmo ocorrendo para aqueles candidatos que deixarem de apresentar a sua documentação completa constante do Edital nº 001/2023.

.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrario este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:6B831B62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO DE 2024 A OUTUBRO DE 2025
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão atualiza 2025
	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.794.439,84	4.304.339,69	3.271.088,18	3.399.996,19	2.738.366,57	2.902.788,32	3.123.754,27	4.116.618,15	3.864.749,60	2.871.529,91	3.392.197,40	3.680.427,17	40.460.295,29	37.823.654,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	150.287,07	226.978,23	111.837,57	170.708,10	138.916,38	170.305,87	224.107,29	471.239,08	338.046,02	276.659,16	243.820,95	223.482,86	2.746.388,58	2.598.414,30
IPTU	955,18	11.803,85	978,79	803,64	2.060,09	2.755,73	1.866,70	49.266,39	104.875,39	11.011,19	8.293,24	9.012,57	203.682,76	355.570,00
ISS	58.422,38	72.510,06	43.269,00	48.682,92	34.551,04	52.932,88	92.379,39	38.345,35	58.538,87	120.115,95	130.086,43	108.724,64	858.558,91	644.968,56
ITBI	10.952,74	1.770,00	7.129,76	28.874,64	9.400,00	14.569,28	16.661,92	235.479,74	13.101,42	48.936,78	8.494,06	13.099,98	408.470,32	375.645,74
IRRF	78.832,54	136.674,40	58.735,28	85.105,74	76.609,23	94.383,73	111.836,25	102.784,86	83.860,38	86.478,12	91.810,71	86.533,49	1.093.644,73	1.039.530,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.124,23	4.219,92	1.724,74	7.241,16	16.296,02	5.664,25	1.363,03	45.362,74	77.669,96	10.117,12	5.136,51	6.112,18	182.031,86	182.700,00
Contribuições	36.266,29	33.996,15	38.710,77	40.107,43	41.236,32	44.754,54	37.822,68	33.315,96	31.853,15	30.585,94	28.414,28	30.268,96	427.332,47	500.150,00
Receita patrimonial	79.127,54	62.722,27	78.268,47	78.218,02	80.614,70	86.354,78	87.288,17	74.471,50	91.293,18	86.654,78	82.825,99	95.770,69	983.610,09	263.654,35
Rendimentos de Aplicação Financeira	77.415,54	61.010,27	74.811,57	75.058,82	77.733,74	83.124,12	86.446,44	73.629,77	91.293,18	84.971,32	81.984,26	94.928,96	962.407,99	248.504,35
Outras Receitas Patrimoniais	1.712,00	1.712,00	3.456,90	3.159,20	2.880,96	3.230,66	841,73	841,73	0,00	1.683,46	841,73	841,73	21.202,10	15.150,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	881,80	1.226,26	1.374,23	793,28	1.170,30	901,40	1.059,18	1.701,53	3.945,63	5.398,54	1.987,56	1.724,23	22.163,94	75.685,89
Transferências correntes	2.527.877,14	3.833.776,78	3.040.897,14	3.109.617,08	2.469.130,32	2.600.471,73	2.763.913,09	3.525.942,44	3.399.603,77	2.472.171,13	3.035.148,62	3.329.180,43	36.107.729,67	34.360.433,37
Cota parte do FPM	1.561.506,84	2.518.916,72	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	20.834.809,06	20.185.431,20
Cota parte do ICMS	540.656,24	683.155,81	553.019,78	452.414,17	484.091,37	559.283,21	418.502,56	490.081,03	577.768,11	467.430,51	574.771,81	520.746,06	6.321.920,66	6.000.000,00
Cota parte do IPVA	9.665,66	11.429,99	420.669,78	89.188,33	87.291,05	82.512,67	81.046,73	36.011,40	16.217,12	26.099,01	13.426,82	19.636,24	893.194,80	900.000,00
Cota parte do ITR	8.868,70	119,02	190,87	136,20	2.655,84	6.479,76	115,84	420,34	180,93	176,54	4.124,05	19.873,64	43.341,73	10.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	8.785,87	10.310,85	6.284,90	7.114,55	7.747,93	7.274,41	7.067,24	8.045,49	6.902,10	7.625,00	8.086,12	7.754,64	92.999,10	65.000,00
Transferências do FUNDEB	217.988,97	258.870,90	315.887,31	261.688,86	239.121,37	264.567,34	231.538,92	246.308,03	235.758,73	220.504,35	213.886,47	292.314,21	2.998.435,46	2.778.290,44
Outras transferências correntes	180.404,86	350.973,49	172.485,83	189.151,18	258.740,88	268.403,67	224.498,49	895.054,52	618.288,36	251.999,70	319.406,11	1.193.621,77	4.923.028,86	4.421.711,73
Outras receitas correntes	0,00	145.640,00	0,00	552,28	7.298,55	0,00	9.563,86	9.947,64	7,85	60,36	0,00	0,00	173.070,54	25.316,11
DEDUÇÕES (II)	425.896,60	491.548,57	510.504,81	533.388,22	397.555,70	413.500,00	463.242,98	480.285,09	348.220,24	399.933,39	362.032,76	368.648,83	5.194.757,19	4.815.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	425.896,60	491.548,57	510.504,81	533.388,22	397.555,70	413.500,00	463.242,98	480.285,09	348.220,24	399.933,39	362.032,76	368.648,83	5.194.757,19	4.815.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.368.543,24	3.812.791,12	2.760.583,37	2.866.607,97	2.340.810,87	2.489.288,32	2.660.511,29	3.636.333,06	3.516.529,36	2.471.596,52	3.030.164,64	3.311.778,34	35.265.538,10	33.008.654,02
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	700.000,00	800.000,00	200.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.368.543,24	3.812.791,12	2.760.583,37	2.866.607,97	2.340.810,87	2.489.288,32	2.660.511,29	3.636.333,06	3.516.529,36	2.471.596,52	2.930.164,64	2.611.778,34	34.465.538,10	32.808.654,02
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	29.240,00	57.480,00	30.360,00	39.215,94	46.962,25	41.645,92	43.994,42	32.903,00	46.213,48	43.223,50	33.173,26	32.173,26	476.585,03	404.154,08
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	2.339.303,24	3.755.311,12	2.730.223,37	2.827.392,03	2.293.848,62	2.447.642,40	2.616.516,87	3.603.430,06	3.470.315,88	2.428.373,02	2.896.991,38	2.329.605,08	33.738.953,07	32.404.499,94

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:2CD03605

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.553.400,00	2.415.714,30	2.192.435,57	90,76
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	355.570,00	355.570,00	190.923,73	53,70
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	156.500,00	375.645,74	395.747,58	105,35
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	401.800,00	644.968,56	727.626,47	112,82
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	639.530,00	1.039.530,00	878.137,79	84,47
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.075.000,00	24.951.315,73	21.386.565,70	85,71
Cota-Parte FPM	17.100.000,00	17.934.913,64	15.253.867,94	85,05
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	34.354,01	343,54
Cota-Parte IPVA	900.000,00	900.000,00	872.099,15	96,90
Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	5.098.108,61	84,97
Cota-Parte IPI-Exportação	65.000,00	65.000,00	73.902,38	113,70
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	41.402,09	54.233,61	130,99
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	25.628.400,00	27.367.030,03	23.579.001,27	86,16

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.529.510,00	2.810.104,44	2.300.710,48	81,87	2.255.814,25	80,28	2.085.059,60	74,20
Despesas Correntes	2.456.510,00	2.642.104,44	2.266.200,86	85,77	2.230.786,25	84,43	2.077.431,60	78,63
Despesas de Capital	73.000,00	168.000,00	34.509,62	20,54	25.028,00	14,90	7.628,00	4,54
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	810.600,00	999.486,61	836.169,89	83,66	826.874,00	82,73	754.503,93	75,49
Despesas Correntes	809.000,00	997.886,61	834.587,81	83,64	825.291,92	82,70	752.921,85	75,45
Despesas de Capital	1.600,00	1.600,00	1.582,08	98,88	1.582,08	98,88	1.582,08	98,88
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	247.000,00	256.652,80	456.427,88	177,84	420.212,80	163,73	415.305,97	161,82
Despesas Correntes	246.000,00	255.652,80	456.427,88	178,53	420.212,80	164,37	415.305,97	162,45
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	144.600,00	144.600,00	68.960,37	47,69	68.960,37	47,69	67.275,74	46,53
Despesas Correntes	144.600,00	144.600,00	68.960,37	47,69	68.960,37	47,69	67.275,74	46,53
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	127.500,00	117.000,00	79.669,25	68,09	79.669,25	68,09	78.518,13	67,11
Despesas Correntes	124.500,00	114.000,00	79.669,25	69,89	79.669,25	69,89	78.518,13	68,88
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.096.000,00	947.000,00	564.029,77	59,56	558.697,19	59,00	556.677,15	58,78
Despesas Correntes	1.096.000,00	947.000,00	564.029,77	59,56	558.697,19	59,00	556.677,15	58,78
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.955.210,00	5.274.843,85	4.305.967,64	81,63	4.210.227,86	79,82	3.957.340,52	75,02

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.305.967,64	4.210.227,86	3.957.340,52
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	4.305.967,64	4.210.227,86	3.957.340,52 3.536.850,19
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	769.117,45	673.377,67	420.490,33
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	18,26	17,86	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercício atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	3.536.850,19	4.305.967,64	769.117,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	769.117,45
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.338.000,00	2.447.811,43	2.326.761,72	95,05
Proveniente da União	1.278.000,00	1.397.811,43	1.317.201,07	94,23
Proveniente dos Estados	60.000,00	1.050.000,00	1.009.560,65	96,15
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	218.690,42	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.338.000,00	2.447.811,43	2.545.452,14	103,99

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	778.000,00	2.175.305,32	707.073,44	32,50	707.073,44	32,50	699.028,29	32,13
Despesas Correntes	778.000,00	1.005.305,32	442.073,44	43,97	442.073,44	43,97	434.028,29	43,17
Despesas de Capital	0,00	1.170.000,00	265.000,00	22,65	265.000,00	22,65	265.000,00	22,65
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	5.000,00	532.139,88	421.111,20	79,14	421.111,20	79,14	421.111,20	79,14
Despesas Correntes	5.000,00	532.139,88	421.111,20	79,14	421.111,20	79,14	421.111,20	79,14
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	30.620,00	28.874,00	94,30	24.459,80	79,88	24.459,80	79,88
Despesas Correntes	0,00	18.128,00	18.128,00	100,00	13.713,80	75,65	13.713,80	75,65
Despesas de Capital	0,00	12.492,00	10.746,00	86,02	10.746,00	86,02	10.746,00	86,02
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	128.000,00	139.054,38	93.053,59	66,92	93.053,59	66,92	92.547,02	66,55
Despesas Correntes	128.000,00	139.054,38	93.053,59	66,92	93.053,59	66,92	92.547,02	66,55
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	30.000,00	347.626,87	213.782,81	61,50	75.362,97	21,68	75.362,97	21,68
Despesas Correntes	30.000,00	184.094,22	75.782,81	41,17	75.362,97	40,94	75.362,97	40,94
Despesas de Capital	0,00	163.532,65	138.000,00	84,39	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	60.000,00	66.195,00	59.715,09	90,21	52.051,93	78,63	52.051,90	78,63
Despesas Correntes	60.000,00	66.195,00	59.715,09	90,21	52.051,93	78,63	52.051,90	78,63
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.001.000,00	3.290.941,45	1.523.610,13	46,30	1.373.112,93	41,72	1.364.561,18	41,46

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.307.510,00	4.985.409,76	3.007.783,92	60,33	2.962.887,69	59,43	2.784.087,89	55,84
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	815.600,00	1.531.626,49	1.257.281,09	82,09	1.247.985,20	81,48	1.175.615,13	76,76
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	247.000,00	287.272,80	485.301,88	168,93	444.672,60	154,79	439.765,77	153,08
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	272.600,00	283.654,38	162.013,96	57,12	162.013,96	57,12	159.822,76	56,34
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	157.500,00	464.626,87	293.452,06	63,16	155.032,22	33,37	153.881,10	33,12
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.156.000,00	1.013.195,00	623.744,86	61,56	610.749,12	60,28	608.729,05	60,08
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	5.956.210,00	8.565.785,30	5.829.577,77	68,06	5.583.340,79	65,18	5.321.901,70	62,13
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 14/11/2025 16:55								

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:71338A6A

SECRETARIA DE FINANÇAS
LRF DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

CONSOLIDADO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025										
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)										
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos	Pagos (c)	Cancelados	Saldo e = (a + b) -	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-	

	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de (b)		(d)	(c+	Em Exercícios Em Anteriores (f)	31 de dezembro de (g)	(h)	(i)		(i+	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**685.321,94**	**685.321,94**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**210.716,65**	**206.301,65**	**206.301,65**	**2.325,00**	**2.090,00**	**2.090,00**
EXECUTIVO												
Municipio de Santa Lucia	**0,00**	**685.321,94**	**685.321,94**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**210.716,65**	**206.301,65**	**206.301,65**	**2.325,00**	**2.090,00**	**2.090,00**
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.297,96	27.297,96	27.297,96	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	329.200,00	329.200,00	0,00	0,00	0,00	21.467,00	21.467,00	21.467,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAUDE	0,00	98.480,00	98.480,00	0,00	0,00	0,00	117.239,80	112.824,80	112.824,80	2.325,00	2.090,00	2.090,00
SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.452,39	19.452,39	19.452,39	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES	0,00	257.641,94	257.641,94	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.259,50	20.259,50	20.259,50	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I +	**0,00**	**685.321,94**	**685.321,94**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**210.716,65**	**206.301,65**	**206.301,65**	**2.325,00**	**2.090,00**	**2.090,00**

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:435F4606

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CONTABILIDADE
11- DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.PDF

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE
JANEIRO A OUTUBRO DE 2025
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	11.665.000,00	12.385.000,00	9.273.527,03	74,88
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.550.000,00	4.550.000,00	3.057.255,95	67,19
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.005.000,00	1.005.000,00	690.914,25	68,75
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.060.000,00	3.060.000,00	2.656.407,96	86,81
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.050.000,00	3.770.000,00	2.868.948,87	76,10
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	73.820.000,00	75.565.000,00	58.732.925,91	77,73
Cota-Parte FPM	42.500.000,00	43.900.000,00	35.592.358,58	81,08
Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	60.087,39	60,09
Cota-Parte IPVA	7.500.000,00	7.500.000,00	4.544.536,39	60,59
Cota-Parte ICMS	23.500.000,00	23.500.000,00	18.081.346,94	76,94
Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	240.000,00	262.189,53	109,25
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	325.000,00	192.407,08	59,20
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	85.485.000,00	87.950.000,00	68.006.452,94	77,32

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	15.042.000,	18.298.200,	15.129.997,44	82,69	15.059.569,46	82,30	14.166.205,38	77,42
Despesas Correntes	14.922.000,	17.859.057,	14.822.920,01	83,00	14.752.492,03	82,61	13.860.987,20	77,61
Despesas de Capital	120.000,00	439.142,23	307.077,43	69,93	307.077,43	69,93	305.218,18	69,50
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	65.000,00	65.000,00	17.100,00	26,31	17.100,00	26,31	17.100,00	26,31
Despesas Correntes	65.000,00	65.000,00	17.100,00	26,31	17.100,00	26,31	17.100,00	26,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	15.107.000,	18.363.200,	15.147.097,44	82,49	15.076.669,46	82,10	14.183.305,38	77,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	15.147.097,44	15.076.669,46	14.183.305,38
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	19.167,19	19.167,19	19.167,19
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	15.127.930,25	15.057.502,27	14.164.138,19
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			10.200.967,94
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	4.926.962,31	4.856.534,33	3.963.170,25
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	22,24	22,14	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência Saldo final (não aplicado)			(l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito indevidamente no em RP no exercício (p)	RPNP inscrito exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) -	
Empenhos de 2025	10.200.967,9	15.127.930,2	4.926.962,31	0,00	19.167,19	0,00	0,00	0,00	0,00	4.946.129,50	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO										0,00	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) =										0,00	

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	39.280.000,00	40.293.000,00	13.957.175,08	34,64
Proveniente da União	13.030.000,00	13.730.000,00	8.058.021,79	58,69
Proveniente dos Estados	26.250.000,00	26.563.000,00	5.899.153,29	22,21
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	597.550,00	600.550,00	575.987,39	95,91
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	39.877.550,00	40.893.550,00	14.533.162,47	35,54

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	38.775.000,	44.060.710,	15.332.064,37	34,80	15.010.794,09	34,07	14.461.380,61	32,82
Despesas Correntes	12.645.000,	16.429.801,	10.394.546,37	63,27	10.163.434,95	61,86	9.905.619,47	60,29
Despesas de Capital	26.130.000,	27.630.909,	4.937.518,00	17,87	4.847.359,14	17,54	4.555.761,14	16,49
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.905.000,0	2.315.000,0	1.045.881,90	45,18	1.044.947,00	45,14	984.947,00	42,55
Despesas Correntes	1.905.000,0	2.315.000,0	1.045.881,90	45,18	1.044.947,00	45,14	984.947,00	42,55
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	40.680.000,	46.375.710,	16.377.946,27	35,32	16.055.741,09	34,62	15.446.327,61	33,31

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	53.817.000,	62.358.910,	30.462.061,81	48,85	30.070.363,55	48,22	28.627.585,99	45,91
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.970.000,0	2.380.000,0	1.062.981,90	44,66	1.062.047,00	44,62	1.002.047,00	42,10
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	55.787.000,	64.738.910,	31.525.043,71	48,70	31.132.410,55	48,09	29.629.632,99	45,77

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:96DDDA6E

CONTABILIDADE
12- DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Setembro a Outubro de 2025		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	137.488.936,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota:											

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:3B3CC48C

CONTABILIDADE
14- DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL OUTUBRO .

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
NOVEMBRO/2024 A OUTUBRO/2025														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	11/2024	**12/2024**	**01/2025**	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.837.408,85	2.998.850,86	3.205.547,23	3.563.720,91	3.561.279,10	3.381.051,27	3.300.574,17	3.488.738,02	5.199.094,12	3.785.017,51	3.962.194,80	3.731.075,46	45.014.552,30	0,00
Pessoal Ativo	4.706.345,07	2.911.474,98	3.102.536,04	3.459.388,24	3.458.516,92	3.279.528,39	3.204.495,65	3.393.308,65	5.051.714,91	3.682.953,54	3.860.305,74	3.629.387,75	43.739.955,88	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.281.012,49	2.848.933,50	2.844.850,09	3.041.699,02	3.156.424,94	2.990.534,70	3.050.344,65	3.290.972,93	4.546.963,75	3.214.947,87	3.391.111,95	3.162.582,98	39.820.378,87	0,00
Obrigações Patronais	425.332,58	62.541,48	257.685,95	417.689,22	302.091,98	288.993,69	154.151,00	102.335,72	504.751,16	468.005,67	469.193,79	466.804,77	3.919.577,01	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	131.063,78	87.375,88	103.011,19	104.332,67	102.762,18	101.522,88	96.078,52	95.429,37	139.912,59	93.321,74	93.321,74	93.321,74	1.241.454,28	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	92.017,14	60.856,43	73.027,79	72.667,40	71.096,91	69.857,61	65.121,07	65.496,40	95.376,88	63.388,77	63.388,77	63.388,77	855.683,94	0,00
Pensões	39.046,64	26.519,45	29.983,40	31.665,27	31.665,27	31.665,27	30.957,45	29.932,97	44.535,71	29.932,97	29.932,97	29.932,97	385.770,34	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.466,62	8.742,23	8.567,32	8.365,97	33.142,14	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	257.700,48	57.312,56	233.419,18	251.614,79	188.365,17	194.726,00	173.140,61	161.868,11	178.257,79	172.836,93	171.554,02	165.103,91	2.205.899,55	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	257.700,48	53.064,65	233.229,34	251.424,95	188.365,17	194.373,44	172.977,89	156.670,37	178.257,79	172.836,93	171.554,02	165.103,91	2.195.558,94	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	4.247,91	189,84	189,84	0,00	352,56	162,72	5.197,74	0,00	0,00	0,00	0,00	10.340,61	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.579.708,37	2.941.538,30	2.972.128,05	3.312.106,12	3.372.913,93	3.186.325,27	3.127.433,56	3.326.869,91	5.020.836,33	3.612.180,58	3.790.640,78	3.565.971,55	42.808.652,75	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	121.909.027,59	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.410.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	489.008,33	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	2.213.424,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	114.796.595,26	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	42.808.652,75	37,29%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	61.990.161,44	54%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b)
	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	58.890.653,37	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	55.791.145,30	48,6%
Entidades:		
Município de Santo Antonio do Sudoeste		

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:92A9EE45

CONTABILIDADE
3- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025									
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	172.165.000,00	207.760.332,76	24.218.362,57	131.192.085,82	100,00	76.568.246,94	26.884.475,79	128.420.071,25	100,00	79.340.261,51
ADMINISTRAÇÃO	9.982.000,00	11.082.504,12	1.543.080,38	8.570.719,88	6,53	2.511.784,24	1.649.825,13	8.512.927,00	6,63	2.569.577,12
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.608.000,00	7.495.466,94	949.995,69	4.889.554,79	3,73	2.605.912,15	966.856,30	4.783.409,44	3,72	2.712.057,50
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.600.000,00	1.430.000,00	186.643,48	1.023.014,62	0,78	406.985,38	186.643,48	1.023.014,62	0,80	406.985,38
SAÚDE	56.047.000,00	65.108.910,78	7.074.742,14	31.899.377,28	24,32	33.209.533,50	7.445.508,40	31.473.094,23	24,51	33.635.816,55
EDUCAÇÃO	42.571.340,00	46.290.167,46	6.072.231,17	33.011.492,58	25,16	13.278.674,88	6.137.302,66	32.847.294,06	25,58	13.442.873,40

URBANISMO	7.827.000,00	20.119.992,06	246.863,06	11.801.363,42	9,00	8.318.628,64	270.137,22	11.777.710,88	9,17	8.342.281,18
GESTÃO AMBIENTAL	2.620.000,00	2.650.000,00	374.336,36	1.943.040,75	1,48	706.959,25	423.902,56	1.931.340,75	1,50	718.659,25
AGRICULTURA	5.663.560,00	6.877.489,09	598.286,03	3.453.531,09	2,63	3.423.958,00	753.833,02	3.366.383,82	2,62	3.511.105,27
INDÚSTRIA	4.559.097,00	6.393.238,69	1.024.556,67	4.282.687,73	3,26	2.110.550,96	1.438.657,57	4.242.116,38	3,30	2.151.122,31
COMÉRCIO E SERVIÇOS	756.003,00	873.898,00	12.884,98	138.709,97	0,11	735.188,03	15.084,98	136.509,97	0,11	737.388,03
ENERGIA	1.830.500,00	1.830.500,00	244.190,91	1.366.387,30	1,04	464.112,70	253.032,01	1.358.428,40	1,06	472.071,60
TRANSPORTE	24.383.500,00	29.838.034,62	4.358.655,68	22.258.781,91	16,97	7.579.252,71	5.793.373,30	20.415.936,82	15,90	9.422.097,80
DESPORTO E LAZER	2.305.000,00	2.428.131,00	363.985,43	1.976.517,56	1,51	451.613,44	382.408,57	1.974.997,94	1,54	453.133,06
ENCARGOS ESPECIAIS	5.112.000,00	5.042.000,00	1.167.910,59	4.576.906,94	3,49	465.093,06	1.167.910,59	4.576.906,94	3,56	465.093,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	172.165.000,00	207.760.332,76	24.218.362,57	131.192.085,82	100,00	76.568.246,94	26.884.475,79	128.420.071,25	100,00	79.340.261,51

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:9C8C19DC

CONTABILIDADE
4- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	172.165.000,00	207.760.332,76	24.218.362,57	131.192.085,82	100,00	76.568.246,94	26.884.475,79	128.420.071,25	100,00	79.340.261,51
ADMINISTRAÇÃO	9.982.000,00	11.082.504,12	1.543.080,38	8.570.719,88	6,53	2.511.784,24	1.649.825,13	8.512.927,00	6,63	2.569.577,12
ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.185.000,00	10.146.375,41	1.358.945,93	7.803.382,86	5,95	2.342.992,55	1.469.136,02	7.758.059,93	6,04	2.388.315,48
DIFUSÃO CULTURAL	797.000,00	936.128,71	184.134,45	767.337,02	0,58	168.791,69	180.689,11	754.867,07	0,59	181.261,64
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.608.000,00	7.495.466,94	949.995,69	4.889.554,79	3,73	2.605.912,15	966.856,30	4.783.409,44	3,72	2.712.057,50
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.287.000,00	1.992.000,00	88.908,71	440.548,36	0,34	1.551.451,64	88.908,71	440.548,36	0,34	1.551.451,64
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	4.321.000,00	5.503.466,94	861.086,98	4.449.006,43	3,39	1.054.460,51	877.947,59	4.342.861,08	3,38	1.160.605,86
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.600.000,00	1.430.000,00	186.643,48	1.023.014,62	0,78	406.985,38	186.643,48	1.023.014,62	0,80	406.985,38
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	1.600.000,00	1.430.000,00	186.643,48	1.023.014,62	0,78	406.985,38	186.643,48	1.023.014,62	0,80	406.985,38
SAÚDE	56.047.000,00	65.108.910,78	7.074.742,14	31.899.377,28	24,32	33.209.533,50	7.445.508,40	31.473.094,23	24,51	33.635.816,55
ATENÇÃO BÁSICA	54.077.000,00	62.668.910,78	6.507.755,74	30.836.395,38	23,50	31.832.515,40	6.878.522,00	30.411.047,23	23,68	32.257.863,55
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.970.000,00	2.440.000,00	566.986,40	1.062.981,90	0,81	1.377.018,10	566.986,40	1.062.047,00	0,83	1.377.953,00
EDUCAÇÃO	42.571.340,00	46.290.167,46	6.072.231,17	33.011.492,58	25,16	13.278.674,88	6.137.302,66	32.847.294,06	25,58	13.442.873,40
ENSINO FUNDAMENTAL	27.089.340,00	29.746.386,96	4.389.927,96	22.842.763,86	17,41	6.903.623,10	4.472.159,44	22.714.730,82	17,69	7.031.656,14
ENSINO SUPERIOR	332.000,00	522.000,00	113.374,00	471.080,00	0,36	50.920,00	113.374,00	471.080,00	0,37	50.920,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	14.664.000,00	15.530.780,50	1.520.573,19	9.209.110,96	7,02	6.321.669,54	1.503.413,20	9.172.945,48	7,14	6.357.835,02
EDUCAÇÃO ESPECIAL	486.000,00	491.000,00	48.356,02	488.537,76	0,37	2.462,24	48.356,02	488.537,76	0,38	2.462,24
URBANISMO	7.827.000,00	20.119.992,06	246.863,06	11.801.363,42	9,00	8.318.628,64	270.137,22	11.777.710,88	9,17	8.342.281,18
INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.827.000,00	20.119.992,06	246.863,06	11.801.363,42	9,00	8.318.628,64	270.137,22	11.777.710,88	9,17	8.342.281,18
GESTÃO AMBIENTAL	2.620.000,00	2.650.000,00	374.336,36	1.943.040,75	1,48	706.959,25	423.902,56	1.931.340,75	1,50	718.659,25
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.620.000,00	2.650.000,00	374.336,36	1.943.040,75	1,48	706.959,25	423.902,56	1.931.340,75	1,50	718.659,25
AGRICULTURA	5.663.560,00	6.877.489,09	598.286,03	3.453.531,09	2,63	3.423.958,00	753.833,02	3.366.383,82	2,62	3.511.105,27
EXTENSÃO RURAL	5.663.560,00	6.877.489,09	598.286,03	3.453.531,09	2,63	3.423.958,00	753.833,02	3.366.383,82	2,62	3.511.105,27
INDÚSTRIA	4.559.097,00	6.393.238,69	1.024.556,67	4.282.687,73	3,26	2.110.550,96	1.438.657,57	4.242.116,38	3,30	2.151.122,31
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	4.559.097,00	6.393.238,69	1.024.556,67	4.282.687,73	3,26	2.110.550,96	1.438.657,57	4.242.116,38	3,30	2.151.122,31
COMÉRCIO E SERVIÇOS	756.003,00	873.898,00	12.884,98	138.709,97	0,11	735.188,03	15.084,98	136.509,97	0,11	737.388,03
TURISMO	756.003,00	873.898,00	12.884,98	138.709,97	0,11	735.188,03	15.084,98	136.509,97	0,11	737.388,03
ENERGIA	1.830.500,00	1.830.500,00	244.190,91	1.366.387,30	1,04	464.112,70	253.032,01	1.358.428,40	1,06	472.071,60
ENERGIA ELÉTRICA	1.830.500,00	1.830.500,00	244.190,91	1.366.387,30	1,04	464.112,70	253.032,01	1.358.428,40	1,06	472.071,60
TRANSPORTE	24.383.500,00	29.838.034,62	4.358.655,68	22.258.781,91	16,97	7.579.252,71	5.793.373,30	20.415.936,82	15,90	9.422.097,80
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	24.383.500,00	29.838.034,62	4.358.655,68	22.258.781,91	16,97	7.579.252,71	5.793.373,30	20.415.936,82	15,90	9.422.097,80
DESPORTO E LAZER	2.305.000,00	2.428.131,00	363.985,43	1.976.517,56	1,51	451.613,44	382.408,57	1.974.997,94	1,54	453.133,06

LAZER	2.305.000,00	2.428.131,00	363.985,43	1.976.517,56	1,51	451.613,44	382.408,57	1.974.997,94	1,54	453.133,06
ENCARGOS ESPECIAIS	5.112.000,00	5.042.000,00	1.167.910,59	4.576.906,94	3,49	465.093,06	1.167.910,59	4.576.906,94	3,56	465.093,06
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	3.900.000,00	3.900.000,00	987.747,73	3.745.082,83	2,85	154.917,17	987.747,73	3.745.082,83	2,92	154.917,17
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.112.000,00	1.112.000,00	158.162,86	809.824,11	0,62	302.175,89	158.162,86	809.824,11	0,63	302.175,89
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	30.000,00	22.000,00	22.000,00	0,02	8.000,00	22.000,00	22.000,00	0,02	8.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	172.165.000,00	207.760.332,76	24.218.362,57	131.192.085,82	100,00	76.568.246,94	26.884.475,79	128.420.071,25	100,00	79.340.261,51

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:E28A296F

CONTABILIDADE
5- DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL OUTUBRO .

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO DE 2024 A OUTUBRO DE 2025
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão atualiza 2025
	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	8.676.671,27	14.658.002,23	12.188.296,66	11.535.191,93	9.944.014,47	12.014.434,01	10.552.361,73	10.909.283,25	12.158.134,75	11.001.689,93	10.957.519,27	11.200.649,15	135.796.248,65	150.663.146,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	774.865,33	1.256.805,47	793.257,14	924.762,40	1.180.680,23	2.338.279,12	1.050.770,03	1.013.775,07	1.173.524,04	1.068.492,34	1.015.624,63	938.306,55	13.529.142,35	15.346.000,00
IPTU	59.422,72	304.954,20	70.195,07	141.435,74	321.520,02	1.191.671,30	269.422,72	254.219,32	250.758,53	211.910,39	209.913,55	136.209,31	3.421.632,87	4.550.000,00
ISS	259.424,74	325.236,64	299.033,64	187.363,55	289.122,53	328.874,38	238.290,23	218.856,35	262.153,36	295.110,69	270.769,03	266.834,20	3.241.069,34	3.060.000,00
ITBI	47.912,90	24.478,00	31.177,60	167.233,42	33.447,39	42.824,62	48.270,68	56.224,76	102.642,45	90.848,43	60.944,21	57.300,69	763.305,15	1.005.000,00
IRRF	221.904,44	422.469,85	220.044,38	244.206,26	288.227,14	315.865,81	280.447,15	277.975,47	376.315,55	279.621,01	285.167,10	301.079,00	3.513.323,16	3.770.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	186.200,53	179.666,78	172.806,45	184.523,43	248.363,15	459.043,01	214.339,25	206.499,17	181.654,15	191.001,82	188.830,74	176.883,35	2.589.811,83	2.961.000,00
Contribuições	177.759,06	189.519,85	190.416,17	186.808,09	184.591,67	230.427,17	198.763,19	201.887,76	185.001,37	188.056,14	186.093,11	195.324,00	2.314.647,58	2.600.000,00
Receita patrimonial	94.745,29	142.551,58	77.459,04	104.421,32	96.199,14	96.325,41	120.783,70	143.227,42	114.212,07	82.953,21	147.332,95	72.076,53	1.292.287,66	2.252.404,41
Rendimentos de Aplicação Financeira	94.745,29	142.551,58	77.459,04	104.421,32	96.199,14	96.325,41	111.813,70	143.227,42	114.212,07	82.953,21	147.332,95	72.076,53	1.283.317,66	2.112.404,41
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.970,00	140.000,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	583,97	493,00	17.715,33	2.963,00	1.104,00	1.291,43	1.527,00	547,00	1.191,65	3.459,40	8.907,00	34.943,00	74.725,78	30.000,00
Transferências correntes	7.614.899,33	13.007.076,73	11.102.463,61	10.303.408,17	8.477.224,37	9.337.615,17	9.068.447,55	9.543.702,14	10.665.822,42	9.635.609,20	9.583.962,41	9.955.394,47	118.295.625,57	130.319.742,50
Cota parte do FPM	3.123.013,70	5.037.833,42	3.668.836,91	4.923.155,50	3.242.124,39	3.294.551,61	4.202.667,70	4.316.717,15	4.537.139,69	3.496.117,33	4.436.710,23	2.975.545,72	47.254.413,35	49.200.000,00
Cota parte do ICMS	1.678.951,43	2.121.468,91	1.956.527,76	1.605.050,41	1.717.433,07	1.984.194,56	1.484.740,65	1.738.682,85	2.049.774,32	1.658.324,56	2.039.144,18	1.847.474,58	21.881.767,28	23.500.000,00
Cota parte do IPVA	95.650,89	112.269,34	1.752.239,17	550.931,28	544.427,08	469.114,38	465.628,68	165.439,43	149.005,57	153.985,15	147.955,30	145.810,35	4.752.456,62	7.500.000,00
Cota parte do ITR	6.022,16	1.006,07	736,30	395,79	186,43	803,37	181,88	26,48	27,61	886,52	5.953,22	50.889,79	67.115,62	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	27.283,60	32.031,00	22.297,19	25.240,57	27.487,72	25.807,77	25.072,77	28.543,36	24.489,56	27.051,50	28.687,54	27.511,55	321.504,13	240.000,00
Transferências do FUNDEB	1.640.189,40	1.910.030,51	2.684.398,23	1.898.878,46	1.764.590,99	2.049.015,77	1.773.378,72	1.887.681,18	1.817.838,32	1.730.896,97	1.642.203,62	2.047.388,44	22.846.490,61	25.080.000,00
Outras transferências correntes	1.043.788,15	3.792.437,48	1.017.428,05	1.299.756,16	1.180.974,69	1.514.127,71	1.116.777,15	1.406.611,69	2.087.547,35	2.568.347,17	1.283.308,32	2.860.774,04	21.171.877,96	24.699.742,50
Outras receitas correntes	13.818,29	61.555,60	6.985,37	12.828,95	4.215,06	10.495,71	112.070,26	6.143,86	18.383,20	23.119,64	15.599,17	4.604,60	289.819,71	115.000,00
DEDUÇÕES (II)	986.184,32	1.154.451,98	1.480.127,43	1.426.747,49	1.118.046,90	1.154.894,31	1.241.575,62	1.261.834,72	977.738,53	1.067.272,96	1.008.900,45	1.009.446,35	13.887.221,06	13.174.210,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	986.184,32	1.154.451,98	1.480.127,43	1.426.747,49	1.118.046,90	1.154.894,31	1.241.575,62	1.261.834,72	977.738,53	1.067.272,96	1.008.900,45	1.009.446,35	13.887.221,06	13.174.210,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.690.486,95	13.503.550,25	10.708.169,23	10.108.444,44	8.825.967,57	10.859.539,70	9.310.786,11	9.647.448,53	11.180.396,22	9.934.416,97	9.948.618,82	10.191.202,80	121.909.027,59	137.488.936,91

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	1.600.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.460.000,00	0,00	0,00	4.410.000,00	3.060.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	7.690.486,95	11.903.550,25	10.708.169,23	9.758.444,44	8.825.967,57	10.859.539,70	9.310.786,11	9.647.448,53	10.180.396,22	8.474.416,97	9.948.618,82	10.191.202,80	117.499.027,59	134.428.936,91
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	373.557,96	0,00	0,00	0,00	115.450,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.008,33	2.116.000,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	160.968,00	321.936,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	173.052,00	2.213.424,00	2.100.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	7.529.518,95	11.208.056,29	10.535.117,23	9.585.392,44	8.652.915,57	10.571.037,33	9.137.734,11	9.474.396,53	10.007.344,22	8.301.364,97	9.775.566,82	10.018.150,80	114.796.595,26	130.212.936,91

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:CD0D2A45

CONTABILIDADE
7- DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L=(e +k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g) - (i**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**457.565,00**	**457.565,00**	**0,00**	**0,00**	**265.208,50**	**1.870.176,14**	**2.007.344,23**	**2.007.344,23**	**128.040,41**	**0,00**	**0,00**
EXECUTIVO												
Município de Santo Antonio do Sudoeste	**0,00**	**457.565,00**	**457.565,00**	**0,00**	**0,00**	**265.208,50**	**1.870.176,14**	**2.007.344,23**	**2.007.344,23**	**128.040,41**	**0,00**	**0,00**
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.208,50	603.781,49	868.989,99	868.989,99	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	0,00	457.565,00	457.565,00	0,00	0,00	0,00	13.255,77	13.255,77	13.255,77	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	927.375,80	873.375,80	873.375,80	54.000,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.950,00	127.950,00	127.950,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.813,08	123.772,67	123.772,67	74.040,41	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I	**0,00**	**457.565,00**	**457.565,00**	**0,00**	**0,00**	**265.208,50**	**1.870.176,14**	**2.007.344,2**	**2.007.344,2**	**128.040,41**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:B2EEDCB6

CONTABILIDADE
8- DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	12.385.000,00	9.273.527,03
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	4.550.000,00	3.057.255,95
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.005.000,00	690.914,25
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	3.060.000,00	2.656.407,96
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.770.000,00	2.868.948,87
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	80.865.000,00	62.234.133,56
2.1 - Cota-parte FPM	49.200.000,00	39.093.566,23
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	43.900.000,00	35.592.358,58
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	5.300.000,00	3.501.207,65
2.2 - Cota-parte ICMS	23.500.000,00	18.081.346,94
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	240.000,00	262.189,53
2.4 - Cota-parte ITR	100.000,00	60.087,39
2.5 - Cota-parte IPVA	7.500.000,00	4.544.536,39
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	325.000,00	192.407,08
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	93.250.000,00	71.507.660,59
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	15.113.000,00	11.746.585,18
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	8.199.500,00	6.130.329,97
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	25.230.000,00	19.216.465,28
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	21.150.000,00	15.935.424,62
6.1.1 - Principal	21.000.000,00	15.845.399,83
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	150.000,00	90.024,79
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.830.000,00	2.189.129,15
6.3.1 - Principal	2.830.000,00	2.189.129,15
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.250.000,00	1.091.911,51
6.4.1 - Principal	1.250.000,00	1.091.911,51
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	5.887.000,00	4.098.814,65
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		728.876,55
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		728.876,55
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		19.945.341,83

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	25.880.979,31	19.874.396,00	19.838.338,48	19.566.041,41	36.057,52
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18.765.000,00	14.621.089,53	14.621.089,53	14.447.898,34	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	6.090.000,00	4.871.525,32	4.871.525,32	4.832.648,88	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	12.675.000,00	9.749.564,21	9.749.564,21	9.615.249,46	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	7.115.979,31	5.253.306,47	5.217.248,95	5.118.143,07	36.057,52
10.2.1 - Educação Infantil	2.696.780,50	1.754.429,99	1.721.682,51	1.672.562,05	32.747,48
10.2.2 - Ensino Fundamental	4.419.198,81	3.498.876,48	3.495.566,44	3.445.581,02	3.310,04
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	19.173.416,69	19.137.359,17	18.865.062,10	36.057,52	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	15.880.934,95	15.880.934,95	15.710.495,07	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.209.157,45	2.176.409,97	2.124.538,20	32.747,48	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.083.324,29	1.080.014,25	1.030.028,83	3.310,04	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	14.621.089,53	14.621.089,53	14.447.898,34	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.209.157,45	2.176.409,97	2.124.538,20	32.747,48	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	674.431,36	641.683,88	592.563,42	32.747,48	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	12.687.187,64	14.621.089,53	14.621.089,53	80,67
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	1.094.564,58	2.176.409,97	2.176.409,97	99,42
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	328.369,37	641.683,88	641.683,88	29,31

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no	1.921.646,53	79.106,11	79.106,11	0,00	0,41
Exercício					

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	2.061.180,61	728.876,55	700.979,31	0,00	0,00	27.897,24
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.838.202,84	728.876,55	700.979,31	0,00	0,00	27.897,24
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	222.977,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	13.050.833,20	7.203.355,10	7.156.698,09	7.008.865,26	46.657,01
20.1 - Educação Infantil	3.334.000,00	2.192.260,85	2.188.842,85	2.147.606,21	3.418,00

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20.2 - Ensino Fundamental	9.225.833,20	4.918.556,49	4.875.317,48	4.768.721,29	43.239,01
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	491.000,00	92.537,76	92.537,76	92.537,76	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	38.440.812,51	26.284.234,03	26.201.519,50	25.781.389,60	82.714,53
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	12.120.780,50	8.561.435,66	8.525.270,18	8.396.036,64	36.165,48
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	26.320.032,01	17.722.798,37	17.676.249,32	17.385.352,96	46.549,05

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	Valor
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	7.156.698,09
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	11.746.585,18
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	27.897,24
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	18.875.386,03

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	17.876.915,15	18.875.386,03	26,40

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	457.565,00	0,00	457.565,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	457.565,00	0,00	457.565,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.767.000,00	2.218.389,28
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.963.000,00	1.691.963,74
31.1.1 - Salário-Educação	1.800.000,00	1.168.294,79
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	503.000,00	403.772,93
31.1.4 - PNATE	210.000,00	119.896,02
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	450.000,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.010.000,00	844,84
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00

31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	794.000,00	525.580,70

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	7.358.354,95	5.095.954,38	5.086.179,64	4.966.567,68	9.774,74
CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS					
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.410.000,00	329.547,78	329.547,78	329.547,78	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.426.354,95	4.295.326,60	4.285.551,86	4.165.939,90	9.774,74
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	522.000,00	471.080,00	471.080,00	471.080,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	46.290.167,46	31.777.705,48	31.685.216,21	31.244.474,35	92.489,27
33.1 - Despesas Correntes	41.319.973,23	30.473.814,63	30.422.214,84	30.030.593,44	51.599,79
33.1.1 - Pessoal Ativo	20.867.054,65	16.311.140,16	16.311.140,16	16.132.003,90	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	396.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	20.056.918,58	14.162.674,47	14.111.074,68	13.898.589,54	51.599,79
33.2 - Despesas de Capital	4.970.194,23	1.303.890,85	1.263.001,37	1.213.880,91	40.889,48
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	4.970.194,23	1.303.890,85	1.263.001,37	1.213.880,91	40.889,48
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA			**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**	
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024			1.158.544,31	0,00	
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)			19.386.295,49	1.168.294,79	
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)			20.064.556,69	1.141.514,78	
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE			480.283,11	26.780,01	
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)			0,00	0,00	
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)			0,00	0,00	
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)			480.283,11	26.780,01	

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:A1905291

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DESPESAS POR FUNÇÃO

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	109.299.201,97	128.009.111,72	12.747.843,80	65.493.140,32	89,89	62.515.971,40	12.981.340,04	61.998.764,77	89,83	66.010.346,95
LEGISLATIVA	5.185.922,00	5.185.922,00	273.342,37	1.256.183,92	1,72	3.929.738,08	264.954,37	1.247.795,92	1,81	3.938.126,08

ADMINISTRAÇÃO	28.217.901,84	31.537.043,73	3.173.565,89	17.308.031,86	23,75	14.229.011,87	3.173.617,52	16.450.204,22	23,84	15.086.839,51
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.972.120,61	7.362.394,58	592.924,98	3.057.894,08	4,20	4.304.500,50	585.982,42	2.916.378,09	4,23	4.446.016,49
PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.453.000,00	10.453.000,00	1.407.012,76	7.203.665,70	9,89	3.249.334,30	1.406.529,90	7.183.982,84	10,41	3.269.017,16
SAÚDE	17.470.784,58	21.584.593,63	2.577.156,16	13.991.260,98	19,20	7.593.332,65	2.691.570,77	12.697.167,41	18,40	8.887.426,22
EDUCAÇÃO	18.406.913,99	21.133.534,53	3.402.945,42	15.592.493,59	21,40	5.541.040,94	3.256.331,35	15.123.484,17	21,91	6.010.050,36
CULTURA	378.900,00	1.370.050,22	225.460,22	440.970,08	0,61	929.080,14	23.194,42	238.064,28	0,34	1.131.985,94
URBANISMO	1.298.300,00	700.900,00	83.950,34	494.444,12	0,68	206.455,88	83.950,34	494.444,12	0,72	206.455,88
GESTÃO AMBIENTAL	3.150.150,00	4.067.400,00	517.021,07	1.741.378,94	2,39	2.326.021,06	512.188,34	1.499.051,43	2,17	2.568.348,57
AGRICULTURA	2.338.525,00	6.586.430,00	233.026,83	2.236.348,08	3,07	4.350.081,92	693.898,28	2.121.510,20	3,07	4.464.919,80
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00
TRANSPORTE	8.173.728,33	7.590.228,33	39.770,00	723.034,92	0,99	6.867.193,41	56.826,92	694.480,00	1,01	6.895.748,33
DESPORTO E LAZER	1.410.750,00	2.595.409,08	221.667,76	1.447.434,05	1,99	1.147.975,03	232.295,41	1.332.202,09	1,93	1.263.206,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.839.105,62	7.839.105,62	0,00	0,00	0,00	7.839.105,62	0,00	0,00	0,00	7.839.105,62
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.522.602,88	9.049.802,88	601.041,11	7.369.633,86	10,11	1.680.169,02	1.350.590,26	7.016.770,03	10,17	2.033.032,85
TOTAL III = (I +	117.821.804,85	137.058.914,60	13.348.884,91	72.862.774,18	100,00	64.196.140,42	14.331.930,30	69.015.534,80	100,00	68.043.379,80

IVANOR LUIZ MULLER	***DIERONI CESAR VOITECHEN***	***DOUGLAS ELOI RUPPEL***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:ED8A7D52

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	109.299.201,97	128.009.111,72	12.747.843,80	65.493.140,32	89,89	62.515.971,40	12.981.340,04	61.998.764,77	89,83	66.010.346,95
LEGISLATIVA	5.185.922,00	5.185.922,00	273.342,37	1.256.183,92	1,72	3.929.738,08	264.954,37	1.247.795,92	1,81	3.938.126,08
AÇÃO LEGISLATIVA	5.185.922,00	5.185.922,00	273.342,37	1.256.183,92	1,72	3.929.738,08	264.954,37	1.247.795,92	1,81	3.938.126,08
ADMINISTRAÇÃO	28.217.901,84	31.537.043,73	3.173.565,89	17.308.031,86	23,75	14.229.011,87	3.173.617,52	16.450.204,22	23,84	15.086.839,51
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.554.100,00	4.461.308,47	806.968,33	4.451.273,09	6,11	10.035,38	985.500,54	4.156.283,31	6,02	305.025,16
ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.961.971,67	11.379.351,24	1.763.377,25	8.784.698,27	12,06	2.594.652,97	1.571.163,00	8.330.918,56	12,07	3.048.432,68
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.045.573,17	1.156.273,17	154.734,77	960.512,60	1,32	195.760,57	191.380,63	906.291,64	1,31	249.981,53
COMUNICAÇÃO SOCIAL	74.800,00	177.800,00	62.084,78	152.187,10	0,21	25.612,90	18.512,95	108.615,27	0,16	69.184,73
DEFESA CIVIL	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	14.564.657,00	14.345.510,85	386.400,76	2.959.360,80	4,06	11.386.150,05	407.060,40	2.948.095,44	4,27	11.397.415,41
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.972.120,61	7.362.394,58	592.924,98	3.057.894,08	4,20	4.304.500,50	585.982,42	2.916.378,09	4,23	4.446.016,49
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.432.880,00	3.859.424,03	404.778,90	1.928.267,51	2,65	1.931.156,52	389.973,99	1.875.033,25	2,72	1.984.390,78
DEFESA CIVIL	175.000,00	216.502,20	15.481,55	66.068,31	0,09	150.433,89	20.481,55	60.868,31	0,09	155.633,89
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	256.600,00	2.185.861,24	4.339,76	355.087,36	0,49	1.830.773,88	25.989,76	328.737,36	0,48	1.857.123,88
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.178.540,61	86.407,11	5.805,68	39.052,69	0,05	47.354,42	5.446,00	20.193,01	0,03	66.214,10
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	928.400,00	901.400,00	147.264,61	604.389,60	0,83	297.010,40	130.460,64	568.141,55	0,82	333.258,45
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	0,00	112.100,00	15.254,48	65.028,61	0,09	47.071,39	13.630,48	63.404,61	0,09	48.695,39
PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.453.000,00	10.453.000,00	1.407.012,76	7.203.665,70	9,89	3.249.334,30	1.406.529,90	7.183.982,84	10,41	3.269.017,16
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.053.000,00	2.053.000,00	155.137,24	649.249,03	0,89	1.403.750,97	154.654,38	629.566,17	0,91	1.423.433,83
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	8.350.000,00	8.350.000,00	1.251.875,52	6.554.416,67	9,00	1.795.583,33	1.251.875,52	6.554.416,67	9,50	1.795.583,33

SAÚDE	17.470.784,58	21.584.593,63	2.577.156,16	13.991.260,98	19,20	7.593.332,65	2.691.570,77	12.697.167,41	18,40	8.887.426,22
ADMINISTRAÇÃO GERAL	629.500,00	567.100,00	69.799,23	369.603,40	0,51	197.496,60	69.799,23	369.350,38	0,54	197.749,62
ATENÇÃO BÁSICA	14.477.184,58	16.241.056,07	2.031.319,84	9.997.554,81	13,72	6.243.501,26	1.861.895,94	9.207.289,95	13,34	7.033.766,12
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	144.000,00	0,00	142.681,00	0,20	1.319,00	39.446,32	142.423,20	0,21	1.576,80
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	2.001.000,00	2.823.400,00	242.296,09	2.155.185,35	2,96	668.214,65	299.641,10	1.739.970,28	2,52	1.083.429,72
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	363.100,00	1.809.037,56	233.741,00	1.326.236,42	1,82	482.801,14	420.788,18	1.238.133,60	1,79	570.903,96
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	18.406.913,99	21.133.534,53	3.402.945,42	15.592.493,59	21,40	5.541.040,94	3.256.331,35	15.123.484,17	21,91	6.010.050,36
ADMINISTRAÇÃO GERAL	861.000,00	901.400,00	17.896,15	96.164,07	0,13	805.235,93	16.490,15	91.630,07	0,13	809.769,93
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	200.000,00	200.000,00	0,00	150.000,00	0,21	50.000,00	37.500,00	125.000,00	0,18	75.000,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	570.000,00	582.900,00	52.176,85	306.483,57	0,42	276.416,43	73.768,95	282.635,87	0,41	300.264,13
ENSINO FUNDAMENTAL	14.803.813,99	17.213.134,53	2.915.976,45	12.996.372,11	17,84	4.216.762,42	2.735.408,28	12.607.946,90	18,27	4.605.187,63
ENSINO SUPERIOR	23.000,00	93.000,00	41.361,82	64.311,16	0,09	28.688,84	26.726,10	49.675,44	0,07	43.324,56
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.949.100,00	2.143.100,00	375.534,15	1.979.162,68	2,72	163.937,32	366.437,87	1.966.595,89	2,85	176.504,11
CULTURA	378.900,00	1.370.050,22	225.460,22	440.970,08	0,61	929.080,14	23.194,42	238.064,28	0,34	1.131.985,94
ADMINISTRAÇÃO GERAL	373.900,00	1.320.050,22	222.436,89	393.253,81	0,54	926.796,41	19.915,09	190.732,01	0,28	1.129.318,21
DIFUSÃO CULTURAL	5.000,00	50.000,00	3.023,33	47.716,27	0,07	2.283,73	3.279,33	47.332,27	0,07	2.667,73
URBANISMO	1.298.300,00	700.900,00	83.950,34	494.444,12	0,68	206.455,88	83.950,34	494.444,12	0,72	206.455,88
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.277.800,00	680.400,00	83.950,34	494.444,12	0,68	185.955,88	83.950,34	494.444,12	0,72	185.955,88
INFRA-ESTRUTURA URBANA	20.500,00	20.500,00	0,00	0,00	0,00	20.500,00	0,00	0,00	0,00	20.500,00
GESTÃO AMBIENTAL	3.150.150,00	4.067.400,00	517.021,07	1.741.378,94	2,39	2.326.021,06	512.188,34	1.499.051,43	2,17	2.568.348,57
ADMINISTRAÇÃO GERAL	791.000,00	1.767.350,00	511.182,55	1.480.607,08	2,03	286.742,92	475.261,92	1.411.243,74	2,04	356.106,26
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.690.150,00	1.610.050,00	5.838,52	238.771,86	0,33	1.371.278,14	36.926,42	65.807,69	0,10	1.544.242,31
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	7.100,00	28.100,00	0,00	22.000,00	0,03	6.100,00	0,00	22.000,00	0,03	6.100,00
CONTROLE AMBIENTAL	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00
RECURSOS HÍDRICOS	661.100,00	661.100,00	0,00	0,00	0,00	661.100,00	0,00	0,00	0,00	661.100,00
AGRICULTURA	2.338.525,00	6.586.430,00	233.026,83	2.236.348,08	3,07	4.350.081,92	693.898,28	2.121.510,20	3,07	4.464.919,80
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.142.025,00	6.380.530,00	233.026,83	2.101.680,08	2,88	4.278.849,92	693.898,28	1.986.842,20	2,88	4.393.687,80
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	196.500,00	205.900,00	0,00	134.668,00	0,18	71.232,00	0,00	134.668,00	0,20	71.232,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.100,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00
PROMOÇÃO COMERCIAL	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
TURISMO	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00
TRANSPORTE	8.173.728,33	7.590.228,33	39.770,00	723.034,92	0,99	6.867.193,41	56.826,92	694.480,00	1,01	6.895.748,33
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	8.173.728,33	7.590.228,33	39.770,00	723.034,92	0,99	6.867.193,41	56.826,92	694.480,00	1,01	6.895.748,33
DESPORTO E LAZER	1.410.750,00	2.595.409,08	221.667,76	1.447.434,05	1,99	1.147.975,03	232.295,41	1.332.202,09	1,93	1.263.206,99
ADMINISTRAÇÃO GERAL	128.000,00	172.500,00	21.021,04	58.069,50	0,08	114.430,50	296,00	36.752,46	0,05	135.747,54
DESPORTO COMUNITÁRIO	1.282.750,00	2.422.909,08	200.646,72	1.389.364,55	1,91	1.033.544,53	231.999,41	1.295.449,63	1,88	1.127.459,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.839.105,62	7.839.105,62	0,00	0,00	0,00	7.839.105,62	0,00	0,00	0,00	7.839.105,62
RESERVA DO RPPS	7.088.105,62	7.088.105,62	0,00	0,00	0,00	7.088.105,62	0,00	0,00	0,00	7.088.105,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	751.000,00	751.000,00	0,00	0,00	0,00	751.000,00	0,00	0,00	0,00	751.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.522.602,88	9.049.802,88	601.041,11	7.369.633,86	10,11	1.680.169,02	1.350.590,26	7.016.770,03	10,17	2.033.032,85
TOTAL III = (I +	117.821.804,85	137.058.914,60	13.348.884,91	72.862.774,18	100,00	64.196.140,42	14.331.930,30	69.015.534,80	100,00	68.043.379,80
IVANOR LUIZ MULLER		***DIERONI CESAR VOITECHEN***				***DOUGLAS ELOI RUPPEL***				
Prefeito Municipal		Contador				Controle Interno				

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:6ED50166

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.522.602,88	9.049.802,88	601.041,11	7.369.633,86	10,11	1.680.169,02	1.350.590,26	7.016.770,03	10,17	2.033.032,85
LEGISLATIVA	210.000,00	210.000,00	10.678,72	52.662,38	0,07	157.337,62	10.678,72	52.662,38	0,08	157.337,62
AÇÃO LEGISLATIVA	210.000,00	210.000,00	10.678,72	52.662,38	0,07	157.337,62	10.678,72	52.662,38	0,08	157.337,62
ADMINISTRAÇÃO	5.760.135,62	6.291.735,62	256.798,84	5.637.150,21	7,74	654.585,41	1.006.347,99	5.284.286,38	7,66	1.007.449,24
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	100,00	30.600,00	0,00	0,00	0,00	30.600,00	0,00	0,00	0,00	30.600,00
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	500,00	10.900,00	2.773,16	10.809,43	0,01	90,57	2.773,16	10.809,43	0,02	90,57
ADMINISTRAÇÃO GERAL	391.000,00	1.504.800,00	233.885,19	1.426.104,28	1,96	78.695,72	287.189,39	1.422.277,61	2,06	82.522,39
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	5.298.035,62	4.657.035,62	2.391,32	4.112.412,15	5,64	544.623,47	698.636,27	3.763.374,99	5,45	893.660,63
COMUNICAÇÃO SOCIAL	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	70.000,00	87.900,00	17.749,17	87.824,35	0,12	75,65	17.749,17	87.824,35	0,13	75,65
ASSISTÊNCIA SOCIAL	175.900,00	181.900,00	30.441,13	147.457,62	0,20	34.442,38	30.441,13	147.457,62	0,21	34.442,38
ADMINISTRAÇÃO GERAL	175.300,00	175.300,00	29.557,87	143.924,58	0,20	31.375,42	29.557,87	143.924,58	0,21	31.375,42
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	0,00	6.000,00	883,26	3.533,04	0,00	2.466,96	883,26	3.533,04	0,01	2.466,96
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
SAÚDE	373.500,00	406.100,00	73.039,35	362.319,12	0,50	43.780,88	73.039,35	362.319,12	0,52	43.780,88
ADMINISTRAÇÃO GERAL	26.000,00	28.000,00	4.888,66	22.074,07	0,03	5.925,93	4.888,66	22.074,07	0,03	5.925,93
ATENÇÃO BÁSICA	321.500,00	350.400,00	65.367,91	321.594,51	0,44	28.805,49	65.367,91	321.594,51	0,47	28.805,49
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	26.000,00	27.700,00	2.782,78	18.650,54	0,03	9.049,46	2.782,78	18.650,54	0,03	9.049,46
EDUCAÇÃO	1.697.967,26	1.738.467,26	205.102,55	1.030.217,40	1,41	708.249,86	205.102,55	1.030.217,40	1,49	708.249,86
ENSINO FUNDAMENTAL	1.385.967,26	1.396.967,26	147.954,08	745.498,74	1,02	651.468,52	147.954,08	745.498,74	1,08	651.468,52
EDUCAÇÃO INFANTIL	312.000,00	341.500,00	57.148,47	284.718,66	0,39	56.781,34	57.148,47	284.718,66	0,41	56.781,34
CULTURA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
URBANISMO	185.000,00	89.000,00	8.285,84	48.258,44	0,07	40.741,56	8.285,84	48.258,44	0,07	40.741,56
ADMINISTRAÇÃO GERAL	185.000,00	89.000,00	8.285,84	48.258,44	0,07	40.741,56	8.285,84	48.258,44	0,07	40.741,56
GESTÃO AMBIENTAL	500,00	13.000,00	1.073,52	5.689,10	0,01	7.310,90	1.073,52	5.689,10	0,01	7.310,90
ADMINISTRAÇÃO GERAL	500,00	13.000,00	1.073,52	5.689,10	0,01	7.310,90	1.073,52	5.689,10	0,01	7.310,90
AGRICULTURA	90.000,00	90.000,00	12.013,18	68.039,93	0,09	21.960,07	12.013,18	68.039,93	0,10	21.960,07
ADMINISTRAÇÃO GERAL	90.000,00	90.000,00	12.013,18	68.039,93	0,09	21.960,07	12.013,18	68.039,93	0,10	21.960,07
DESPORTO E LAZER	24.100,00	24.100,00	3.607,98	17.839,66	0,02	6.260,34	3.607,98	17.839,66	0,03	6.260,34
DESPORTO COMUNITÁRIO	24.100,00	24.100,00	3.607,98	17.839,66	0,02	6.260,34	3.607,98	17.839,66	0,03	6.260,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	8.522.602,88	9.049.802,88	601.041,11	7.369.633,86	100,00	1.680.169,02	1.350.590,26	7.016.770,03	100,00	2.033.032,85

IVANOR LUIZ MULLER	*DIERONI CESAR VOITECHEN*	*DOUGLAS ELOI RUPPEL*
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:C5AF893D

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CONSOLIDADO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025			
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III			
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**	**TOTAL**	**Previsão atualiza 2026**

	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	9.710.487,85	7.815.351,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.525.839,29	101.268.381,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	549.057,93	392.167,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	941.224,93	13.173.400,27
IPTU	17.337,54	1.931,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.269,47	865.000,00
ISS	308.850,73	301.381,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	610.232,01	2.965.500,27
ITBI	0,00	36.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.200,00	4.628.100,00
IRRF	208.282,08	44.752,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253.034,93	4.065.500,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.587,58	7.900,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.488,52	649.300,00
Contribuições	210.041,64	239.156,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	449.197,82	3.048.810,00
Receita patrimonial	412.840,49	442.945,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855.786,36	4.168.226,86
Rendimentos de Aplicação Financeira	412.840,49	442.845,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855.686,41	4.168.226,86
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	99,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,95	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	1.000,00	26.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.400,00	0,00
Transferências correntes	8.494.825,05	6.687.684,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.182.510,01	79.319.364,39
Cota parte do FPM	2.399.782,46	1.609.449,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.009.232,28	26.156.500,00
Cota parte do ICMS	2.434.773,99	2.205.917,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.640.691,11	25.000.000,00
Cota parte do IPVA	37.448,16	40.999,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.447,22	4.140.375,00
Cota parte do ITR	107.925,84	1.493.138,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.601.064,68	1.800.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	34.253,44	32.849,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.102,69	282.250,00
Transferências do FUNDEB	655.604,63	840.757,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.496.362,17	10.456.461,05
Outras transferências correntes	2.825.036,53	464.573,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.289.609,86	11.483.778,34
Outras receitas correntes	42.722,74	26.997,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.720,17	1.558.080,00
DEDUÇÕES (II)	1.345.305,64	1.608.235,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.953.541,22	18.198.775,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	185.048,05	182.998,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	368.046,67	2.457.310,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	21.983,35	21.983,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.966,70	1.220.780,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	310.031,95	326.782,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	636.814,82	3.686.160,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	828.242,29	1.076.470,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904.713,03	10.834.525,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.365.182,21	6.207.115,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.572.298,07	83.069.606,52
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	2.225.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.225.000,00	2.225.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	6.140.182,21	6.207.115,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.347.298,07	80.844.606,52
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada														
(art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	63.756,00	63.756,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.512,00	1.114.500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	6.076.426,21	6.143.359,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.219.786,07	79.730.106,52
IVANOR LUIZ MULLER					***DIERONI CESAR VOITECHEN***						***DOUGLAS ELOI RUPPEL***			
Prefeito Municipal					Contador						Controle Interno			

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:730C95AC

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**124.394,35**	**122.057,26**	**2.337,09**	**0,00**	**21.430,17**	**954.209,24**	**863.936,50**	**863.936,50**	**102.411,22**	**9.291,69**	**9.291,69**
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Teixeira Soares	**0,00**	**124.394,35**	**122.057,26**	**2.337,09**	**0,00**	**21.430,17**	**954.209,24**	**863.936,50**	**863.936,50**	**102.411,22**	**9.291,69**	**9.291,69**

GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.007,88	1.007,88	1.007,88	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO	0,00	3.905,30	3.905,30	0,00	0,00	0,00	70.512,93	67.906,50	67.906,50	2.606,43	0,00	0,00
SECRETARIA DE FINANÇAS, ATIVIDADES ECONÔMICAS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.667,47	142.367,34	142.367,34	5.300,13	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS ARQUITETURA E ENGENHARIA	0,00	18.274,69	18.274,69	0,00	0,00	0,00	4.728,67	4.728,67	4.728,67	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	0,00	6.024,38	6.024,38	0,00	0,00	0,00	31.603,94	5.039,94	5.039,94	26.564,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.857,64	212,04	212,04	1.645,60	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E	0,00	1.073,43	1.073,43	0,00	0,00	0,00	5.410,21	5.060,21	5.060,21	350,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	64.395,55	62.058,46	2.337,09	0,00	0,00	551.335,78	534.917,23	534.917,23	7.126,86	9.291,69	9.291,69
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	8.995,05	8.995,05	0,00	0,00	21.430,17	88.486,27	63.306,97	63.306,97	46.609,47	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	21.518,95	21.518,95	0,00	0,00	0,00	38.941,25	29.032,61	29.032,61	9.908,64	0,00	0,00
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0,00	207,00	207,00	0,00	0,00	0,00	12.657,20	10.357,11	10.357,11	2.300,09	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) =	**0,00**	**124.394,35**	**122.057,26**	**2.337,09**	**0,00**	**21.430,17**	**954.209,24**	**863.936,50**	**863.936,50**	**102.411,22**	**9.291,69**	**9.291,69**

IVANOR LUIZ MULLER	***DIERONI CESAR VOITECHEN***	***DOUGLAS ELOI RUPPEL***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:41B88EB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR				
Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro				
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.864.735,00	4.864.735,00	5.244.145,34	107,80
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	751.440,00	751.440,00	887.271,16	118,08
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	531.715,00	531.715,00	399.344,23	75,10
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	923.580,00	923.580,00	1.223.713,33	132,50
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.658.000,00	2.658.000,00	2.733.816,62	102,85
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	54.110.000,00	54.415.227,41	45.259.448,08	83,17
Cota-Parte FPM	24.500.000,00	24.500.000,00	20.338.490,68	83,01
Cota-Parte ITR	345.000,00	345.000,00	395.876,50	114,75
Cota-Parte IPVA	3.150.000,00	3.150.000,00	2.732.902,05	86,76
Cota-Parte ICMS	25.800.000,00	25.800.000,00	21.253.988,90	82,38
Cota-Parte IPI-Exportação	315.000,00	315.000,00	312.053,07	99,06
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	305.227,41	226.136,88	74,09
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	58.974.735,00	59.279.962,41	50.503.593,42	85,20

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.371.500,00	6.521.500,00	5.565.041,90	85,33	5.490.566,54	84,19	5.490.566,54	84,19
Despesas Correntes	6.320.000,00	6.075.000,00	5.134.420,11	84,52	5.059.944,75	83,29	5.059.944,75	83,29
Despesas de Capital	51.500,00	446.500,00	430.621,79	96,44	430.621,79	96,44	430.621,79	96,44

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	8.036.500,00	8.607.750,00	6.670.651,71	77,50	6.567.213,70	76,29	6.566.352,51	76,28
Despesas Correntes	7.992.000,00	8.563.250,00	6.667.221,82	77,86	6.563.783,81	76,65	6.562.922,62	76,64
Despesas de Capital	44.500,00	44.500,00	3.429,89	7,71	3.429,89	7,71	3.429,89	7,71
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	613.000,00	613.000,00	289.110,91	47,16	289.110,91	47,16	289.110,91	47,16
Despesas Correntes	601.500,00	601.500,00	289.110,91	48,06	289.110,91	48,06	289.110,91	48,06
Despesas de Capital	11.500,00	11.500,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	15.021.000,00	15.742.250,00	12.524.804,52	79,56	12.346.891,15	78,43	12.346.029,96	78,43

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	12.524.804,52	12.346.891,15	12.346.029,96
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	12.524.804,52	12.346.891,15	12.346.029,96
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			7.575.539,01
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			7.575.539,01
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	4.771.352,14	4.770.490,95
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	24,45	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2025	7.575.539,01	12.346.891,15	4.771.352,14	-	-	-	-	-	-	4.771.352,14
Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2021 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.624.000,00	6.434.557,31	4.773.362,85	74,18
Proveniente da União	2.510.000,00	4.925.947,00	3.922.049,15	79,62
Proveniente dos Estados	743.000,00	1.137.610,31	851.313,70	74,83
Proveniente de outros Municípios	371.000,00	371.000,00	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	-	-	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.624.000,00	6.434.557,31	4.773.362,85	74,18

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.677.500,00	7.473.329,64	5.128.979,60	68,63	5.064.624,88	67,77	5.064.624,88	67,77
Despesas Correntes	2.548.500,00	5.668.838,30	3.831.851,54	67,60	3.767.496,82	66,46	3.767.496,82	66,46
Despesas de Capital	129.000,00	1.804.491,34	1.297.128,06	71,88	1.297.128,06	71,88	1.297.128,06	71,88

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	855.500,00	1.690.497,69	976.200,19	57,75	937.588,17	55,46	937.588,17	55,46
Despesas Correntes	821.000,00	1.661.864,24	976.200,19	58,74	937.588,17	56,42	937.588,17	56,42
Despesas de Capital	34.500,00	28.633,45	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	-	170.500,00	82.258,19	48,25	82.258,19	48,25	82.258,19	48,25
Despesas Correntes	-	39.000,00	38.750,14	99,36	38.750,14	99,36	38.750,14	99,36
Despesas de Capital	-	131.500,00	43.508,05	33,09	43.508,05	33,09	43.508,05	33,09
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	163.000,00	308.914,96	107.802,99	34,90	105.955,71	34,30	105.955,71	34,30

Despesas Correntes	156.500,00	302.414,96	107.802,99	35,65	105.955,71	35,04	105.955,71	35,04
Despesas de Capital	6.500,00	6.500,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.696.000,00	9.643.242,29	6.295.240,97	65,28	6.190.426,95	64,19	6.190.426,95	64,19

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.049.000,00	13.994.829,64	10.694.021,50	76,41	10.555.191,42	75,42	10.555.191,42	75,42
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	8.892.000,00	10.298.247,69	7.646.851,90	74,25	7.504.801,87	72,87	7.503.940,68	72,87

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	613.000,00	783.500,00	371.369,10	47,40	371.369,10	47,40	371.369,10	47,40
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	163.000,00	308.914,96	107.802,99	34,90	105.955,71	34,30	105.955,71	34,30
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	18.717.000,00	25.385.492,29	18.820.045,49	74,14	18.537.318,10	73,02	18.536.456,91	73,02
Notas:								
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:DC67E082

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.800.000,00	115.565.888,93	15.906.795,79	13,76	77.967.820,46	67,47	37.598.068,47
RECEITAS CORRENTES	75.941.500,00	83.135.945,08	14.217.223,77	17,10	67.441.056,63	81,12	15.694.888,45
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.827.615,00	5.932.815,00	1.249.195,90	21,06	5.973.229,12	100,68	(40.414,12)
Impostos	4.864.735,00	4.864.735,00	1.092.319,87	22,45	5.244.145,34	107,80	(379.410,34)
Taxas	951.215,00	1.056.415,00	156.876,03	14,85	729.083,78	69,01	327.331,22
Contribuição de Melhoria	11.665,00	11.665,00	-	-	-	-	11.665,00
CONTRIBUIÇÕES	737.855,00	737.855,00	129.280,87	17,52	744.400,61	100,89	(6.545,61)
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	737.855,00	737.855,00	129.280,87	17,52	744.400,61	100,89	(6.545,61)
RECEITA PATRIMONIAL	151.580,00	358.523,57	107.945,67	30,11	829.892,70	231,48	(471.369,13)

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.915,00	5.915,00	-	-	288,00	4,87	5.627,00
Valores Mobiliários	107.665,00	303.608,57	100.362,45	33,06	791.851,28	260,81	(488.242,71)
Exploração de Recursos Naturais	38.000,00	49.000,00	7.583,22	15,48	37.753,42	77,05	11.246,58
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.780,00	5.780,00	-	-	-	-	5.780,00
RECEITA INDUSTRIAL	31.670,00	31.670,00	11.652,14	36,79	44.877,73	141,70	(13.207,73)
RECEITA DE SERVIÇOS	634.550,00	634.550,00	159.815,78	25,19	468.577,31	73,84	165.972,69
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	66.790,00	66.790,00	85.030,00	127,31	85.030,00	127,31	(18.240,00)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	232.610,00	232.610,00	23.249,84	10,00	154.522,61	66,43	78.087,39
Serviços e Atividades referentes à Saúde	335.150,00	335.150,00	51.535,94	15,38	229.024,70	68,33	106.125,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.549.300,00	75.431.601,51	12.558.328,28	16,65	59.366.655,77	78,70	16.064.945,74
Transferências da União e de suas Entidades	28.037.800,00	31.457.277,00	5.703.774,12	18,13	24.947.880,03	79,31	6.509.396,97
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	30.725.500,00	32.803.324,51	5.155.454,82	15,72	25.849.498,09	78,80	6.953.826,42
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	371.000,00	371.000,00	-	-	-	-	371.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.415.000,00	10.800.000,00	1.699.099,34	15,73	8.569.277,65	79,35	2.230.722,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.150,00	3.150,00	1.005,13	31,91	13.423,39	426,14	(10.273,39)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.150,00	3.150,00	1.005,13	31,91	8.343,39	264,87	(5.193,39)
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	5.080,00	-	(5.080,00)
RECEITAS DE CAPITAL	2.858.500,00	32.429.943,85	1.689.572,02	5,21	10.526.763,83	32,46	21.903.180,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	10.227.831,96	925.000,00	9,04	1.556.141,03	15,21	8.671.690,93
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	10.227.831,96	925.000,00	9,04	1.556.141,03	15,21	8.671.690,93
ALIENAÇÃO DE BENS	358.500,00	358.500,00	-	-	58.396,05	16,29	300.103,95
Alienação de Bens Móveis	243.500,00	243.500,00	-	-	58.396,05	23,98	185.103,95
Alienação de Bens Imóveis	115.000,00	115.000,00	-	-	-	-	115.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.500.000,00	21.843.611,89	764.572,02	3,50	8.912.226,75	40,80	12.931.385,14
Transferências da União e de suas Entidades	2.500.000,00	6.150.000,00	-	-	-	-	6.150.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	15.693.611,89	764.572,02	4,87	8.912.226,75	56,79	6.781.385,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	78.800.000,00	115.565.888,93	15.906.795,79	13,76	77.967.820,46	67,47	37.598.068,47
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	78.800.000,00	115.565.888,93	15.906.795,79	13,76	77.967.820,46	67,47	37.598.068,47

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	1.599.232,47	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	78.800.000,00	115.565.888,93	15.906.795,79	-	79.567.052,93	100,97	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	10.568.571,60	-	-	10.568.571,60	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	10.568.571,60	-	-	10.568.571,60	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	76.145.000,00	123.039.460,53	18.092.583,53	84.564.059,74	38.475.400,79	14.994.142,39	79.567.052,93	43.472.407,60	79.565.512,11	-
DESPESAS CORRENTES	68.779.000,00	79.797.907,10	12.651.656,75	62.199.654,29	17.598.252,81	13.160.620,48	61.089.092,74	18.708.814,36	61.087.551,92	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.058.650,00	36.998.743,20	6.049.626,58	30.508.561,26	6.490.181,94	6.074.178,24	30.489.764,12	6.508.979,08	30.489.764,12	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	1.303.500,00	1.621.500,00	317.531,26	1.595.853,75	25.646,25	317.531,26	1.595.853,75	25.646,25	1.595.853,75	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.416.850,00	41.177.663,90	6.284.498,91	30.095.239,28	11.082.424,62	6.768.910,98	29.003.474,87	12.174.189,03	29.001.934,05	-
DESPESAS DE CAPITAL	5.622.000,00	42.847.553,43	5.440.926,78	22.364.405,45	20.483.147,98	1.833.521,91	18.477.960,19	24.369.593,24	18.477.960,19	-
INVESTIMENTOS	2.467.500,00	39.348.053,43	4.806.241,60	19.741.211,03	19.606.842,40	1.198.836,73	15.854.765,77	23.493.287,66	15.854.765,77	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.154.500,00	3.499.500,00	634.685,18	2.623.194,42	876.305,58	634.685,18	2.623.194,42	876.305,58	2.623.194,42	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.744.000,00	394.000,00	-	-	394.000,00	-	-	394.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	76.145.000,00	123.039.460,53	18.092.583,53	84.564.059,74	38.475.400,79	14.994.142,39	79.567.052,93	43.472.407,60	79.565.512,11	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	76.145.000,00	123.039.460,53	18.092.583,53	84.564.059,74	38.475.400,79	14.994.142,39	79.567.052,93	43.472.407,60	79.565.512,11	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	76.145.000,00	123.039.460,53	18.092.583,53	84.564.059,74	-	14.994.142,39	79.567.052,93	43.472.407,60	79.565.512,11	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:E8217340

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana - PR											
Relatório Resumido de Execução Orçamentária											
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção											
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social											
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro											
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	76.145.000,00	123.039.460,53	18.092.583,53	84.564.059,74	100,00	38.475.400,79	14.994.142,39	79.567.052,93	100,00	43.472.407,60	
Administração	8.746.000,00	10.553.803,52	1.543.907,49	8.741.454,01	10,34	1.812.349,51	1.841.709,99	8.667.006,74	10,89	1.886.796,78	
Administração Geral	7.164.500,00	9.095.003,52	1.316.453,24	7.544.206,60	8,92	1.550.796,92	1.610.239,74	7.469.759,33	9,39	1.625.244,19	
Administração Financeira	1.581.500,00	1.446.800,00	227.454,25	1.197.247,41	1,42	249.552,59	231.470,25	1.197.247,41	1,50	249.552,59	
Ensino Superior	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
Assistência Social	4.515.700,00	10.619.744,70	652.967,49	3.494.244,12	4,13	7.125.500,58	671.624,77	3.484.639,48	4,38	7.135.105,22	
Assistência à Pessoa Idosa	172.500,00	158.351,25	35.777,59	97.981,42	0,12	60.369,83	34.883,69	96.206,12	0,12	62.145,13	
Assistência à Pessoa com Deficiência	3.620,00	5.038,11	2.889,50	2.889,50	0,00	2.148,61	2.889,50	2.889,50	0,00	2.148,61	
Assistência à Criança e ao Adolescente	989.500,00	3.145.764,21	98.380,74	431.188,08	0,51	2.714.576,13	100.753,61	431.006,96	0,54	2.714.757,25	
Assistência Comunitária	3.350.080,00	7.310.591,13	515.919,66	2.962.185,12	3,50	4.348.406,01	533.097,97	2.954.536,90	3,71	4.356.054,23	
Saúde	20.099.500,00	27.081.689,29	3.334.363,94	19.789.197,96	23,40	7.292.491,33	3.412.066,30	19.475.237,80	24,48	7.606.451,49	

Atenção Básica	9.204.000,00	14.149.829,64	1.721.698,92	10.806.521,50	12,78	3.343.308,14	1.772.139,00	10.667.691,42	13,41	3.482.138,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.119.500,00	11.839.444,69	1.512.417,08	8.503.504,37	10,06	3.335.940,32	1.541.526,64	8.330.221,57	10,47	3.509.223,12
Vigilância Sanitária	613.000,00	783.500,00	20.075,97	371.369,10	0,44	412.130,90	20.075,97	371.369,10	0,47	412.130,90
Vigilância Epidemiológica	163.000,00	308.914,96	80.171,97	107.802,99	0,13	201.111,97	78.324,69	105.955,71	0,13	202.959,25
Trabalho	0,00	33.920,53	0,00	0,00	0,00	33.920,53	0,00	0,00	0,00	33.920,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	33.920,53	0,00	0,00	0,00	33.920,53	0,00	0,00	0,00	33.920,53
Educação	19.759.250,00	24.093.922,26	3.746.761,77	17.516.115,09	20,71	6.577.807,17	3.589.473,79	16.938.520,37	21,29	7.155.401,89
Ensino Fundamental	12.732.550,00	12.883.222,26	2.168.174,21	9.545.358,34	11,29	3.337.863,92	2.006.387,89	9.135.209,78	11,48	3.748.012,48
Educação Infantil	5.807.200,00	9.008.200,00	1.426.544,57	7.036.502,20	8,32	1.971.697,80	1.432.873,55	6.886.014,96	8,65	2.122.185,04
Educação de Jovens e Adultos	240.000,00	129.000,00	987,96	3.485,99	0,00	125.514,01	987,96	3.485,99	0,00	125.514,01
Educação Especial	979.500,00	2.073.500,00	151.055,03	930.768,56	1,10	1.142.731,44	149.224,39	913.809,64	1,15	1.159.690,36
Cultura	338.000,00	452.513,88	37.730,52	389.592,79	0,46	62.921,09	42.202,79	389.411,67	0,49	63.102,21
Difusão Cultural	338.000,00	452.513,88	37.730,52	389.592,79	0,46	62.921,09	42.202,79	389.411,67	0,49	63.102,21
Urbanismo	3.584.755,00	13.185.859,54	2.259.916,19	8.766.647,39	10,37	4.419.212,15	1.015.932,54	7.346.578,80	9,23	5.839.280,74
Infra-estrutura Urbana	265.000,00	8.268.312,52	1.580.234,70	5.740.451,41	6,79	2.527.861,11	362.486,69	4.386.451,41	5,51	3.881.861,11
Serviços Urbanos	3.319.755,00	4.917.547,02	679.681,49	3.026.195,98	3,58	1.891.351,04	653.445,85	2.960.127,39	3,72	1.957.419,63
Gestão Ambiental	1.741.950,00	8.182.250,00	321.129,62	1.439.942,87	1,70	6.742.307,13	243.231,42	1.361.584,67	1,71	6.820.665,33
Preservação e Conservação Ambiental	1.741.950,00	8.182.250,00	321.129,62	1.439.942,87	1,70	6.742.307,13	243.231,42	1.361.584,67	1,71	6.820.665,33
Agricultura	2.679.810,00	3.107.126,48	437.965,32	2.235.996,67	2,64	871.129,81	485.146,22	2.232.952,67	2,81	874.173,81
Extensão Rural	2.679.810,00	3.107.126,48	437.965,32	2.235.996,67	2,64	871.129,81	485.146,22	2.232.952,67	2,81	874.173,81
Indústria	456.000,00	174.000,00	187,42	4.567,82	0,01	169.432,18	187,42	4.567,82	0,01	169.432,18
Promoção Industrial	456.000,00	174.000,00	187,42	4.567,82	0,01	169.432,18	187,42	4.567,82	0,01	169.432,18
Comércio e Serviços	218.000,00	42.000,00	12.000,00	17.711,37	0,02	24.288,63	0,00	5.711,37	0,01	36.288,63
Turismo	218.000,00	42.000,00	12.000,00	17.711,37	0,02	24.288,63	0,00	5.711,37	0,01	36.288,63
Transporte	6.194.000,00	17.442.868,54	4.401.864,97	15.660.063,42	18,52	1.782.805,12	2.348.661,35	13.189.209,51	16,58	4.253.659,03
Transporte Rodoviário	6.194.000,00	17.442.868,54	4.401.864,97	15.660.063,42	18,52	1.782.805,12	2.348.661,35	13.189.209,51	16,58	4.253.659,03
Desporto e Lazer	779.000,00	1.723.726,79	248.539,62	1.572.831,69	1,86	150.895,10	248.656,62	1.535.937,49	1,93	187.789,30
Desporto Comunitário	779.000,00	1.723.726,79	248.539,62	1.572.831,69	1,86	150.895,10	248.656,62	1.535.937,49	1,93	187.789,30
Encargos Especiais	5.289.035,00	5.952.035,00	1.095.249,18	4.935.694,54	5,84	1.016.340,46	1.095.249,18	4.935.694,54	6,20	1.016.340,46
Outros Encargos Especiais	5.289.035,00	5.952.035,00	1.095.249,18	4.935.694,54	5,84	1.016.340,46	1.095.249,18	4.935.694,54	6,20	1.016.340,46
Reservas	1.744.000,00	394.000,00	0,00	0,00	0,00	394.000,00	0,00	0,00	0,00	394.000,00
Reserva de Contingência	1.744.000,00	394.000,00	0,00	0,00	0,00	394.000,00	0,00	0,00	0,00	394.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	76.145.000,00	123.039.460,53	18.092.583,53	84.564.059,74	100	38.475.400,79	14.994.142,39	79.567.052,93	100	43.472.407,60

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:22A2BC80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO

MUNICIPIO DE VITORINO - PR										
CONSOLIDADO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					Exercício de 2025					
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")					R$ 1,00					
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	47.735.355,52	97.442.028,88	16.649.870,22	66.865.509,51	100,00	30.576.519,37	15.681.680,31	55.801.268,63	100,00	41.640.760,25
LEGISLATIVA	2.127.762,00	2.127.762,00	186.706,13	855.430,86	1,28	1.272.331,14	186.706,13	855.430,86	1,53	1.272.331,14
AÇÃO LEGISLATIVA	2.127.762,00	2.127.762,00	186.706,13	855.430,86	1,28	1.272.331,14	186.706,13	855.430,86	1,53	1.272.331,14
ADMINISTRAÇÃO	5.166.306,26	5.545.302,19	804.011,65	3.931.064,24	5,88	1.614.237,95	773.902,84	3.853.077,41	6,90	1.692.224,78
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	879.130,01	836.530,01	110.040,85	582.122,98	0,87	254.407,03	109.832,78	581.845,12	1,04	254.684,89

ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.287.176,25	4.708.772,18	693.970,80	3.348.941,26	5,01	1.359.830,92	664.070,06	3.271.232,29	5,86	1.437.539,89
SEGURANÇA PÚBLICA	25.875,00	25.875,00	19.616,70	19.616,70	0,03	6.258,30	19.616,70	19.616,70	0,04	6.258,30
DEFESA CIVIL	25.875,00	25.875,00	19.616,70	19.616,70	0,03	6.258,30	19.616,70	19.616,70	0,04	6.258,30
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.658.009,28	5.313.039,80	793.937,52	2.427.664,55	3,63	2.885.375,25	789.999,30	2.388.991,12	4,28	2.924.048,68
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	791.624,80	919.441,02	161.876,73	567.034,84	0,85	352.406,18	165.878,72	567.034,84	1,02	352.406,18
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.866.384,48	4.393.598,78	632.060,79	1.860.629,71	2,78	2.532.969,07	624.120,58	1.821.956,28	3,27	2.571.642,50
SAÚDE	12.217.126,20	17.353.709,50	3.288.500,05	14.865.396,74	22,23	2.488.312,76	4.443.706,52	14.712.235,83	26,37	2.641.473,67
ADMINISTRAÇÃO GERAL	196.261,05	180.361,05	24.109,63	142.110,21	0,21	38.250,84	24.109,63	142.110,21	0,25	38.250,84
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	5.068.755,48	6.162.341,28	1.580.578,50	6.049.441,03	9,05	112.900,25	1.580.578,50	6.049.441,03	10,84	112.900,25
ATENÇÃO BÁSICA	6.370.642,52	10.346.753,25	1.608.165,19	8.404.693,69	12,57	1.942.059,56	2.761.136,66	8.251.532,78	14,79	2.095.220,47
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	273.861,92	275.648,69	15.883,63	55.147,26	0,08	220.501,43	15.883,63	55.147,26	0,10	220.501,43
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	307.605,23	388.605,23	59.763,10	214.004,55	0,32	174.600,68	61.998,10	214.004,55	0,38	174.600,68
EDUCAÇÃO	11.726.378,36	20.053.091,15	3.103.722,26	14.458.453,39	21,62	5.594.637,76	3.088.695,15	13.931.697,40	24,97	6.121.393,75
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.105,00	3.105,00	0,00	487,00	0,00	2.618,00	0,00	487,00	0,00	2.618,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	224.552,23	244.552,23	0,00	122.975,36	0,18	121.576,87	0,00	122.975,36	0,22	121.576,87
EDUCAÇÃO INFANTIL	3.541.102,24	5.068.813,06	1.414.739,56	4.374.149,71	6,54	694.663,35	1.233.863,88	4.107.300,36	7,36	961.512,70
ENSINO FUNDAMENTAL	7.957.618,89	14.736.620,86	1.688.982,70	9.960.841,32	14,90	4.775.779,54	1.854.831,27	9.700.934,68	17,38	5.035.686,18
CULTURA	487.324,50	798.698,84	30.438,67	226.170,43	0,34	572.528,41	24.438,67	220.170,43	0,39	578.528,41
DIFUSÃO CULTURAL	487.324,50	798.698,84	30.438,67	226.170,43	0,34	572.528,41	24.438,67	220.170,43	0,39	578.528,41
URBANISMO	3.029.376,73	8.205.978,17	503.047,87	6.620.926,55	9,90	1.585.051,62	660.094,37	3.953.435,35	7,08	4.252.542,82
INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.029.376,73	8.205.978,17	503.047,87	6.620.926,55	9,90	1.585.051,62	660.094,37	3.953.435,35	7,08	4.252.542,82
GESTÃO AMBIENTAL	1.667.694,00	1.917.833,91	325.774,43	1.422.035,53	2,13	495.798,38	361.774,43	1.422.035,53	2,55	495.798,38
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.667.694,00	1.917.833,91	325.774,43	1.422.035,53	2,13	495.798,38	361.774,43	1.422.035,53	2,55	495.798,38
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
AGRICULTURA	977.393,14	1.238.393,14	198.699,91	962.804,16	1,44	275.588,98	198.699,91	962.804,16	1,73	275.588,98
ABASTECIMENTO	972.964,70	1.233.964,70	198.699,91	962.804,16	1,44	271.160,54	198.699,91	962.804,16	1,73	271.160,54
DEMAIS SUBFUNÇÕES	4.428,44	4.428,44	0,00	0,00	0,00	4.428,44	0,00	0,00	0,00	4.428,44
INDÚSTRIA	642.424,33	621.424,33	55.252,72	271.494,40	0,41	349.929,93	55.252,72	271.494,40	0,49	349.929,93
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	642.424,33	621.424,33	55.252,72	271.494,40	0,41	349.929,93	55.252,72	271.494,40	0,49	349.929,93
TRANSPORTE	3.547.349,94	30.570.585,07	6.767.876,51	18.299.166,53	27,37	12.271.418,54	4.506.507,77	10.704.994,01	19,18	19.865.591,06
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.547.349,94	30.570.585,07	6.767.876,51	18.299.166,53	27,37	12.271.418,54	4.506.507,77	10.704.994,01	19,18	19.865.591,06
DESPORTO E LAZER	324.543,56	412.543,56	63.494,19	309.817,08	0,46	102.726,48	63.494,19	309.817,08	0,56	102.726,48
DESPORTO COMUNITÁRIO	324.543,56	412.543,56	63.494,19	309.817,08	0,46	102.726,48	63.494,19	309.817,08	0,56	102.726,48
ENCARGOS ESPECIAIS	2.591.121,22	2.711.121,22	508.791,61	2.195.468,35	3,28	515.652,87	508.791,61	2.195.468,35	3,93	515.652,87
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	804.121,22	804.121,22	102.182,38	654.850,31	0,98	149.270,91	102.182,38	654.850,31	1,17	149.270,91
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.787.000,00	1.907.000,00	406.609,23	1.540.618,04	2,30	366.381,96	406.609,23	1.540.618,04	2,76	366.381,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	546.671,00	546.671,00	0,00	0,00	0,00	546.671,00	0,00	0,00	0,00	546.671,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	546.671,00	546.671,00	0,00	0,00	0,00	546.671,00	0,00	0,00	0,00	546.671,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**47.735.355,52**	**97.442.028,88**	**16.649.870,22**	**66.865.509,51**	**100,00**	**30.576.519,37**	**15.681.680,31**	**55.801.268,63**	**100,00**	**41.640.760,25**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 17/11/2025, às 15:50:07.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:6D3225E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (PR)

MUNICIPIO DE VITORINO - PR				
CONSOLIDADO				Exercício de 2025
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A OUTUBRO / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**

RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**6.159.282,01**	**6.159.282,01**	**7.628.836,55**	**123,86**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.803.380,00	1.803.380,00	1.706.877,57	94,65
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.215.195,00	1.215.195,00	1.228.138,47	101,07
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.711.585,00	1.711.585,00	2.898.265,02	169,33
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.429.122,01	1.429.122,01	1.795.555,49	125,64
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**35.019.688,00**	**35.019.688,00**	**36.731.319,05**	**104,89**
Cota-Parte FPM	17.042.729,00	17.042.729,00	20.338.490,68	119,34
Cota-Parte ITR	222.036,00	222.036,00	309.514,49	139,40
Cota-Parte IPVA	2.769.809,00	2.769.809,00	2.339.810,35	84,48
Cota-Parte ICMS	14.831.963,00	14.831.963,00	13.549.105,77	91,35
Cota-Parte IPI-Exportação	153.151,00	153.151,00	194.397,76	126,93
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**41.178.970,01**	**41.178.970,01**	**44.360.155,60**	**107,73**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.621.365,16	6.678.326,49	5.311.467,75	79,53	5.287.405,33	79,17	5.198.899,76	77,85
Despesas Correntes	4.511.237,23	6.237.909,07	5.053.574,29	81,01	5.047.465,63	80,92	4.958.960,06	79,50
Despesas de Capital	110.127,93	440.417,42	257.893,46	58,56	239.939,70	54,48	239.939,70	54,48
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.913.117,47	5.840.680,47	5.768.426,32	98,76	5.768.426,32	98,76	5.768.426,32	98,76
Despesas Correntes	4.900.351,11	5.827.831,11	5.766.944,82	98,96	5.766.944,82	98,96	5.766.944,82	98,96
Despesas de Capital	12.766,36	12.849,36	1.481,50	11,53	1.481,50	11,53	1.481,50	11,53
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	271.772,51	347.772,51	204.117,71	58,69	204.117,71	58,69	202.350,36	58,18
Despesas Correntes	271.772,51	347.772,51	204.117,71	58,69	204.117,71	58,69	202.350,36	58,18
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	256.756,25	256.756,25	53.961,92	21,02	53.961,92	21,02	52.461,56	20,43
Despesas Correntes	256.756,25	256.756,25	53.961,92	21,02	53.961,92	21,02	52.461,56	20,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	196.261,05	180.361,05	142.110,21	78,79	142.110,21	78,79	140.475,25	77,89
Despesas Correntes	191.086,05	175.186,05	142.110,21	81,12	142.110,21	81,12	140.475,25	80,19
Despesas de Capital	5.175,00	5.175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**10.259.272,44**	**13.303.896,77**	**11.480.083,91**	**86,29**	**11.456.021,49**	**86,11**	**11.362.613,25**	**85,41**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	11.480.083,91	11.456.021,49	11.362.613,25
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**11.480.083,91**	**11.456.021,49**	**11.362.613,25**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			6.654.023,34
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	**4.826.060,57**	**4.801.998,15**	**4.708.589,91**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**25,88**	**25,83**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)**	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**			
		Despesas Custeadas no Exercício de Referência			**Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos do exercício de referência 2025	6.654.023,34	11.480.083,91	4.826.060,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.826.060,57
Empenhos do exercício anterior 2024	6.433.327,18	9.935.930,03	3.502.602,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.502.602,85
Empenhos de 2023	5.568.156,05	9.679.112,82	4.110.956,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.110.956,77
Empenhos de 2022	5.151.429,83	9.004.665,31	3.853.235,48	0,00	1.165,58	0,00	0,00	0,00	0,00	3.854.401,06
Empenhos de 2021 e anteriores	4.360.942,96	5.403.786,18	1.042.843,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.042.843,22
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.930.653,76	1.930.653,76	2.128.828,71	110,26
Proveniente da União	1.672.771,76	1.672.771,76	1.778.192,56	106,30
Proveniente dos Estados	257.882,00	257.882,00	350.636,15	135,97
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	106.982,00	106.982,00	289.763,88	270,85
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**2.037.635,76**	**2.037.635,76**	**2.418.592,59**	**118,70**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.749.277,36	3.668.426,76	3.020.753,14	82,34	2.899.874,65	79,05	2.898.924,66	79,02
Despesas Correntes	1.738.748,82	2.269.183,78	1.741.454,19	76,74	1.730.181,94	76,25	1.729.231,95	76,21
Despesas de Capital	10.528,54	1.399.242,98	1.279.298,95	91,43	1.169.692,71	83,59	1.169.692,71	83,59
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	155.638,01	321.660,81	281.014,71	87,36	281.014,71	87,36	281.014,71	87,36
Despesas Correntes	155.638,01	321.660,81	281.014,71	87,36	281.014,71	87,36	281.014,71	87,36
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	35.832,72	40.832,72	9.886,84	24,21	9.886,84	24,21	9.886,84	24,21
Despesas Correntes	35.832,72	40.832,72	9.886,84	24,21	9.886,84	24,21	9.886,84	24,21
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	17.105,67	18.892,44	1.185,34	6,27	1.185,34	6,27	1.185,34	6,27

Despesas Correntes	16.605,67	18.392,44	1.185,34	6,44	1.185,34	6,44	1.185,34	6,44
Despesas de Capital	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**1.957.853,76**	**4.049.812,73**	**3.312.840,03**	**81,80**	**3.191.961,54**	**78,82**	**3.191.011,55**	**78,79**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.370.642,52	10.346.753,25	8.332.220,89	80,53	8.187.279,98	79,13	8.097.824,42	78,26
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	5.068.755,48	6.162.341,28	6.049.441,03	98,17	6.049.441,03	98,17	6.049.441,03	98,17
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	307.605,23	388.605,23	214.004,55	55,07	214.004,55	55,07	212.237,20	54,62
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	273.861,92	275.648,69	55.147,26	20,01	55.147,26	20,01	53.646,90	19,46
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	196.261,05	180.361,05	142.110,21	78,79	142.110,21	78,79	140.475,25	77,89
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**12.217.126,20**	**17.353.709,50**	**14.792.923,94**	**85,24**	**14.647.983,03**	**84,41**	**14.553.624,80**	**83,86**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO. Emissão: 17/11/2025, às 15:55:30.

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Nota(s) Explicativa(s):

VITORINO, 17/11/2025

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:7FC1C9EB

